00100.153309/2025-30

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. ÚNICO AO Nº 118, SÁBADO, 2 DE AGOSTO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de Março de 2025 6

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2025 19

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2025 58

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2025 104

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2025 153

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Maio de 2025 224

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2025 262

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2025 319

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2025 394

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Junho de 2025 410

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2025 465

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2025 519

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2025 576

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2025 616

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2025 645

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de Maio de 2025 687
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2025 744
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2025 830

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Maio de 2025 849
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2025 896

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2025 988
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2025 1038
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2025 1046
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Junho de 2025 1067

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Maio de 2025 1121
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2025 1182
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2025 1208
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2025 1242
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2025 1286

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2025 1315
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Maio de 2025 1331
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2025 1359
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2025 1399

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2025 1426

1.12 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2025 1438
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2025 1462
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2025 1487
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2025 1525

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Junho de 2025 1551

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2025 1577

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2025 1594

1.13 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Maio de 2025 1624

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2025 1680

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2025 1768

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Junho de 2025 1814

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2025 1833

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2025 1902

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezoito minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Flávio Arns, Zenaide Maia, Beto Faro e Dr. Hiran, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Carlos Viana, Irajá, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Eleição**. **Finalidade:** Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5011, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante (PNLTP)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5634, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1867, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR" e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa", para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2850, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Quiropraxista." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira (*Ad hoc*), substituiu Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1075, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toxicológico obrigatório custeado pelo empregador." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1565, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana), para determinar que as empresas que ofereçam o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros instalem equipamentos de monitoramento nos veículos de seus colaboradores." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável à matéria e com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma de uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o Req 6/2025 - CAE, que solicita audiência pública para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 6, de 2025** que: "Requer a realização de Audiência Pública para Instruir projetos de lei sobre trabalho por aplicativo." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/11

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da (*Fora do*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

microfone.) Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de março de 2025.

Algumas comunicações a fazer... (*Pausa*.)

Informo que não temos ainda um encaminhamento satisfatório com relação à eleição para o Vice-Presidente da Comissão – pelo menos não fomos informados ainda.

Comunico o recebimento de:

- Ofício nº 31, da Direx;

- Ofício nº 286, da Aspar;

- Ofício nº 003, de 2005;

- Aviso nº 896, do Tribunal de Contas da União;

- Mensagem nº 38, de 2024, que encaminha Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao primeiro bimestre de 2024;

- Ofício da Prefeitura de Araguari;

- Ofício SEI nº 1.998, de 2025, do Ministério da Fazenda, que comunica demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda;

- Ofício SEI nº 4.187, do Ministério da Fazenda também, que encaminha o Relatório de Execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior e de administração de passivos de responsabilidade...

- Ofício nº 33.945, que encaminha o Relatório de Inflação e o Relatório de Estabilidade Financeira, do Presidente do Banco Central.

- Correspondência da Sociedade Brasileira de Regeneração Tecidual.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação deles nesse período. (*Pausa*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico também à Comissão que foi apresentado o Requerimento nº 6, de 2025, de iniciativa do Senador Paulo Paim, Relator do item 5 da presente pauta, para a realização de audiência pública para instruir o PL 1.565, de 2023, quinto item da pauta de hoje.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6, DE 2025

Requer a realização de Audiência Pública para Instruir projetos de lei sobre trabalho por aplicativo.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Poderemos submeter o requerimento à votação...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Eu queria, Presidente, só pedir para subscrever o requerimento do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com muita satisfação. (*Pausa.*)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim, subscrito pela Senadora Daniella Ribeiro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perdão, Augusta. Augusta Brito. Desculpe, Augusta.

Os itens 2 e 4 foram retirados da pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5011, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante (PNLTP).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela CE.*

2ª PARTE

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 5634, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural.

Autoria: Câmara dos Deputados

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 1867, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR" e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa", para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo.

Observações:

1. Foram apresentadas ao PL 5634/2019 as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2. Foram apresentadas ao PL 1867/2022 as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do senador Flávio Azevedo.

3. Foram apresentadas ao PL 1867/2022, as Emendas nºs 3 e 4, de autoria do senador Mecias de Jesus.

4. A matéria será apreciada pela CMA.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1075, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.*

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1565, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana), para determinar que as empresas que ofereçam o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros instalem equipamentos de monitoramento nos veículos de seus colaboradores.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à matéria e com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma de uma emenda apresentada.

Observações:

1. Foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela CSP, em decisão terminativa.)

O item 1 é o PL 5.011, de 2019, da Câmara dos Deputados, que tem como Relatora a Senadora Daniella Ribeiro, que não está presente ainda na Comissão. (*Pausa.*)

Passamos ao item 3 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2850, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o exercício da profissão de Quiropraxista.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.*

Eu tenho a satisfação de designar o Senador Laércio como Relator *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; bom dia, minhas colegas Senadoras, meus colegas Senadores, todos que estão aqui, na nossa Comissão de Assuntos Econômicos, reiniciando os nossos trabalhos. Eu posso prometer a todos que aqui estão que será um ano extremamente produtivo na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu tenho a honra, conforme designado pelo Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, de substituir, *ad hoc*, o Senador Irajá Abreu na relatoria deste projeto.

Com a permissão do Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro do Projeto de Lei nº 2.850, de 2021. Antes, porém, cumpre consignar que não se vislumbra, na proposição, vício de constitucionalidade, regimentalidade ou juridicidade. Quanto à técnica legislativa, serão descritos, ao fim desta análise, dois ajustes necessários na redação da proposição.

O projeto de lei visa normatizar o exercício da profissão de quiropraxista. Trata-se de medida que confere amparo legal à atuação desse setor de serviços de saúde, resguardando os profissionais atuantes na área da quiropraxia e fornecendo maiores garantias para os pacientes e usuários de tais serviços.

Sob perspectiva econômica, a segurança trazida pelo projeto de lei – em termos de formação, qualificação e fiscalização profissional – é capaz de reduzir assimetrias de informação e alavancar os serviços de quiropraxia perante o público geral, viabilizando o crescimento da base

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pacientes e usuários, do número de profissionais atuantes, da renda criada e do valor agregado pelo setor.

Ademais, o projeto de lei não cria qualquer regra desarrazoada que poderia comprometer o exercício da quiropraxia. Assim, os três primeiros artigos dispõem sobre as definições essenciais da área, o art. 4º sobre as condições autorizadoras para o exercício profissional – com a previsão de uma regra de transição –, o art. 5º sobre os conselhos profissionais, o art. 6º sobre as consequências do exercício irregular da profissão, e o art. 7º, por fim, sobre as competências privativas dos quiropraxistas.

Trata-se, portanto, de diploma legislativo sucinto e objetivo, voltado às regras essenciais para o devido desenvolvimento e consolidação da quiropraxia no país – serviço esse, frisa-se, de grande importância para a promoção da saúde da população brasileira.

Sob perspectiva financeira, o projeto de lei não cria despesa permanente para a União, uma vez que os conselhos profissionais são entidades com regime jurídico *sui generis*, mantidas por contribuições parafiscais recolhidas da respectiva categoria.

Quanto à técnica legislativa, há dois ajustes necessários. Primeiro, os incisos II e III do art. 4º do projeto de lei apresentam idêntico teor. Por esse motivo, apresentamos uma emenda para suprimir o referido inciso III.

Segundo, o art. 6º do projeto de lei utiliza o termo "crime" ao vedar o exercício profissional irregular ou o seu anúncio. Contudo, a redação do dispositivo faz um paralelo com a contravenção prevista no art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Como, sob perspectiva técnica, crimes não se confundem com contravenções penais, apresentamos uma emenda de redação para ajustar a terminologia adotada pelo art. 6º do projeto de lei.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.850, de 2021, com uma emenda supressiva e uma emenda de redação, a seguir dispostas.

EMENDA Nº - CAE

Suprima-se o inciso III do art. 4º do Projeto de Lei nº 2.850, de 2021.

A segunda emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei nº 2.850, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 6º O exercício profissional de Quiropraxia, ou o seu anúncio, quando em desconformidade com essa Lei, configura-se em contravenção penal de exercício irregular de profissão."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Leila para...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discutir.) – É só para eu entender qual o caminho do projeto. Ele sai da CAE...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ele vai para a CAS, em decisão terminativa nessa Comissão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Na CAS.

Então, eu acho que falar sobre quiropraxia... Eu fui atleta há muitos anos, então, assim, me sinto absolutamente confortável em fazer a defesa aqui aos colegas, porque a quiropraxia cuida muito do alinhamento biomecânico do corpo. Então trata muito dos cuidados articulares, não é?

Geralmente um quiroprático é um fisioterapeuta, tem um curso superior; então são profissionais que se qualificam para exercer essa profissão.

Falando pela minha própria experiência, acho que vale porque – peço aos colegas aqui essa sensibilidade –, na Casa, a gente pode tratar de uma forma mais aprofundada com relação ao mérito ou não da importância dessa regulamentação, mas já tratando com os colegas aqui, porque, na parte que nos cabe aqui – nessa questão da regulamentação, tem as questões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômicas, os impactos –, a gente está tratando. E mais à frente, em outras, vamos tratar da importância do profissional e do trabalho que ele exerce para a sociedade.

Só estou tratando disso. Não tenho nenhum interesse nisso. Muito pelo contrário, pela própria experiência, acho que vale avançar para continuarmos o debate na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente parabenizo a Senadora Kátia Abreu e o Senador Irajá, pela relatoria.

Eu queria, inclusive, dar um depoimento pessoal. O senhor sabe que, hoje em dia, infelizmente muitas pessoas têm problemas posturais, problemas de coluna. E eu me lembro, Sr. Presidente, que eu estava no Amazonas fazendo uma agenda enquanto Secretário Nacional de Pesca e me deu um problema grave na coluna. E eu não conseguia simplesmente andar e estava no meio da agenda. Aí o pessoal do Ministério da Agricultura, do Ministério da Pesca me levou então a um quiroprático. Até então eu tinha até receio, sabe, Leila, porque a gente se estala todo e eu tinha medo, sei lá, de quebrar o negócio. E, eu falo contigo, a experiência foi quase milagrosa, porque eu entrei sem conseguir andar; saí de lá e terminei minha agenda com perfeição.

Então, como a senhora bem disse, normalmente são fisioterapeutas que se especializaram em quiropraxia. Depois dessa minha experiência, que deve ter sido ali em 2019 ou 2021, não lembro bem o ano, realmente eu passei a utilizar os serviços desses profissionais, que merecem o reconhecimento deste Senado Federal, deste Congresso Nacional, para que a sua função seja reconhecida publicamente como uma função diferenciada para a saúde de todos nós brasileiros.

Então, Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora Kátia Abreu, o Senador Irajá e já deixo aqui consignado o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Presidente Renan, eu faço com a maior alegria a manifestação do meu voto favorável à criação da profissão de quiropraxista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Leila usou um termo agora de biomecânico, e eu tive impressão, em algumas vezes em que eu fui ao quiropraxista, de que eu estava realmente entrando numa oficina mecânica: eu tenho três hérnias de disco lombar, duas toráxicas e duas cervicais. Portanto, em alguns dias, às vezes, eu não consigo andar se eu não for ao quiropraxista.

Então, voto com alegria, fazendo uma homenagem a todos os quiropraxistas do Brasil e de Roraima, na pessoa da Dra. Irma Raspini e do Dr. Nader Abdala, que são os que colocam os meus parafusos no lugar e me deixam em ritmo de trabalho acelerado, perfeito, alegre e contente. Eu entro pesado e saio leve.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito. Muito bem, Mecias.

Continua a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão e passamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CAE.

A matéria vai, como disse anteriormente, à Comissão de Assuntos Sociais.

Nós tínhamos improvisado uma pequena pauta em função das matérias que estão prontas para apreciação. Fizemos uma convocação apenas ontem, mas nós vamos retomar as práticas comumente acordadas aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos, para fazermos a pauta com muita antecedência, publicar na sexta-feira, de modo que haja uma preparação para discutir e apreciar as matérias.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a reunião...

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o item 5, o PL 1.565, foi retirado de pauta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi retirado de pauta.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi aprovado o requerimento logo quando começamos a reunião.

Agradecemos a todos. Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências das Senadoras Dra. Eudócia e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Dr. Hiran, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Jorge Kajuru e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5228, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta, e ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1884, de 2024 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de instrutor de voo livre e do piloto de voo duplo turístico de aventura." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5688, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento nº 58, de 2025-CAS, ao Plenário do Senado, de urgência para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6040, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 55, de 2025-CAS, de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 570, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 194, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento nº 59, de 2025-CAS, ao Plenário do Senado, de urgência para a matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 350, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 3-CAE a 7-CAE. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 375, de 2023 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH-CAS. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4712, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.543, de 3 de abril de 2023, para criar o Programa Nacional de Prevenção à Depressão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4590, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para a Política de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Diagnóstico de Doença Renal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2439, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registro de cadastro de devedor de pensão alimentícia no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 53, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater a proposta de criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher, iniciativa construída a partir de solicitação apresentada pela senadora Augusta Brito durante sua gestão à frente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 54, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado, a criação de uma Subcomissão Temporária com o objetivo de debater, apreciar e elaborar propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 55, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6040/2019, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que 'dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde', para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência"." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 58, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5688/2023, que "institui a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 59, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 194/2022, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/11

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes.

Quero saudar a minha amiga Senadora Damares, saudar também o Senador Fernando Dueire e todos e todas aqui presentes, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 64, de 2025, do Movimento Nacional de População de Rua do Rio de Janeiro, que encaminha considerações relativas à assistência à população de rua e sugere a realização de audiências públicas sobre o tema;

- Ofício nº 1, de 2025, da Psicanalista Tatiana Wuerges, que encaminha considerações relativas à autonomia e ao livre exercício da Psicanálise no Brasil;

– cópias de ofícios e moções de Câmaras Municipais contendo considerações sobre as denúncias de descontos indevidos em benefícios de aposentados do INSS e sobre questões relacionadas à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 1, 7 e 11 – Projetos de Lei nºs 5.228, de 2019; 350, de 2021; e 2.439, de 2023 – foram retirados de pauta a pedido dos Relatores: Senador Renan Calheiros, Senadora Jussara Lima e Senador Humberto Costa.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5228, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta, e ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD).

Observações:

Em 28/05/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 350, DE 2021

- Terminativo -

Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 3-CAE a 7-CAE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2439, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o registro de cadastro de devedor de pensão alimentícia no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Com a palavra o Senador Fernando Dueire.

Pois não, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Muito bom dia, Presidente Senadora Dra. Eudócia e Srs. Senadores aqui presentes.

Eu apresentei um requerimento com relação ao item 4, no âmbito desta Comissão, no sentido de realização de audiência pública para instrução do PL 6.040, de 2019. O projeto é de autoria do nobre amigo Senador Veneziano Vital do Rêgo e de relatoria da Senadora Ana Paula Lobato.

O objetivo da audiência é aumentar a instrução do projeto. A matéria merece ser discutida com detalhes que envolvem o tema, tanto a questão do impacto orçamentário das instituições envolvidas quanto todo o cenário que envolve a saúde emocional e física da gestante.

Ademais, nada impede que outros Parlamentares possam vir agregar nomes que não estão postos no requerimento apresentado e que sejam envolvidos no tema para participarem dessa audiência.

Nós estamos tratando de uma matéria que tem caráter terminativo. Portanto, essa última instrução eu acho que seria de muito bom grado para que os Senadores pudessem elucidar melhor a matéria e, assim, votar em caráter terminativo para que siga para tramitação na Câmara dos Deputados.

Portanto, era isso que eu apresento e rogo aos Srs. Senadores e a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 55, de 2025, da CAS, apresentado pelo Senador Fernando Dueire. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 55, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6040/2019, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que 'dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde', para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência".

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Como V. Exa. já acabou de ler, Senador, eu aqui pergunto: os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pode dar prosseguimento, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Muito obrigado, Sra. Presidente, e logo vamos marcar com brevidade a audiência pública, para que nós possamos interagir com a sociedade civil organizada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador.

E, agora, eu passo a Presidência à minha querida amiga Senadora Damares, para que eu possa relatar o item a seguir. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1884, DE 2024

- Terminativo -

Regulamenta o exercício das profissões de instrutor de voo livre e do piloto de voo duplo turístico de aventura.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Esporte, com parecer favorável ao Projeto.*

E a votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Presidente, eu solicito que eu vá direto à análise. (*Pausa.*)

Muito obrigada.

Análise.

Nos termos do art. 22, inciso XVI, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre condições para o exercício de profissões. O Congresso Nacional, com fundamento no art. 48 da Carta Magna, é competente para dispor sobre a matéria.

Além disso, os arts. 91, inciso I, e 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, atribuem à CAS a prerrogativa de examinar terminativamente proposições que tratem das relações de trabalho e da regulamentação profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere aos aspectos formais, portanto, não se identificam óbices quanto à constitucionalidade, à juridicidade ou à regimentalidade que impeçam a regular tramitação da proposição. No mérito, somos favoráveis à sua aprovação.

Ressaltamos que, sob a perspectiva do direito do trabalho, ora analisada, a proposta contribui para o fortalecimento institucional de uma categoria ainda à margem de regulamentações específicas.

A ausência de normas claras deixa trabalhadores e usuários expostos a riscos, dificulta a fiscalização e impede o estabelecimento de relações de trabalho mais seguras, formais e equilibradas. Trata-se de uma realidade que afeta diretamente a proteção do trabalhador e compromete o próprio desenvolvimento sustentável da atividade.

Contudo, a regulamentação de profissões deve sempre ser tratada com cautela, de modo a não restringir injustamente o livre exercício laboral previsto no art. 5º, XIII, da Constituição Federal. Sobre a questão, o Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a legitimidade da intervenção legislativa quando presente o interesse público, que se verifica, por exemplo, nos casos em que o exercício de determinada atividade profissional puder oferecer riscos à coletividade ou a terceiros.

Nessas hipóteses, a imposição de requisitos objetivos é admitida, desde que observados os critérios de adequação e razoabilidade voltados à proteção de bens jurídicos relevantes, como a segurança, a saúde e a integridade física e patrimonial das pessoas.

No que tange ao voo livre e ao voo duplo turístico de aventura, entendemos que estão presentes os elementos que justificam a regulamentação legal, uma vez que os instrutores e pilotos assumem responsabilidade por condutas técnicas e operacionais que envolvem riscos concretos, e o público conduzido – em grande parte formado por turistas e praticantes sem formação prévia – demanda proteção especial e garantias mínimas quanto à segurança e à integridade física.

Diante desse cenário, a proposta apresenta avanços significativos ao condicionar o exercício da atividade ao cumprimento de requisitos objetivos, como idade mínima, habilitação, aptidão física e psicológica e histórico disciplinar adequado. Tais exigências dialogam com os princípios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da razoabilidade e da proporcionalidade, ao estabelecerem critérios que não criam barreiras arbitrárias e, ao mesmo tempo, favorecem a qualificação e a profissionalização do setor.

Além disso, a previsão de deveres éticos e vedações específicas fortalece a responsabilidade dos profissionais diante dos usuários e do poder público, ao passo que a vinculação dos profissionais a entidades devidamente reconhecidas contribui para a consolidação de boas práticas, formação continuada e controle social da atividade.

Outro aspecto relevante diz respeito à exigência de que os voos sejam operados por meio de pessoas jurídicas, com a obrigatoriedade de contratação de seguro. Tal medida não apenas reforça a proteção ao consumidor como também contribui para o fortalecimento da segurança jurídica da atividade, criando um ambiente mais confiável para operadores, turistas e autoridades competentes pela regulação e fiscalização.

O projeto também institui direitos importantes aos profissionais, como a liberdade no exercício da atividade, o direito ao contraditório em procedimentos disciplinares e a possibilidade de denunciar o exercício ilegal da profissão. Não menos importante é a previsão de participação ativa na construção das normas que regem o setor, garantindo abertura ao diálogo institucional e ao aperfeiçoamento constante da regulamentação.

No que diz respeito à estruturação das relações de trabalho, a proposta tem o potencial de estimular a formalização de vínculos, o acesso a direitos sociais e a valorização de profissões que hoje operam de forma predominantemente autônoma ou informal. Ao reconhecer a complexidade dessas atividades e estabelecer um marco normativo claro, cria-se um ambiente propício à inclusão produtiva, à organização coletiva e à inserção em políticas públicas voltadas à qualificação e proteção do trabalhador.

Em resumo, ao fixar parâmetros mínimos para o exercício ético, seguro e qualificado da atividade, a regulamentação protege os usuários do serviço e promove o reconhecimento dos profissionais envolvidos, garantindo que as profissões em questão possam ser exercidas livremente, sem comprometer direitos fundamentais dos trabalhadores ou a segurança dos consumidores.

Direi agora o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.844, de 2024.

E eu quero colocar, Sra. Presidente, que a autoria, como V. Exa. já colocou, é do Senador Carlos Portinho, que regulamenta o exercício das profissões ora expostas aqui no meu relatório.

Muito grata.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

A votação é nominal.

Eu solicito às assessorias que falem com seus Parlamentares, e nós já vamos abrir o painel de votação.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está aberto? (*Pausa.*)

Sra. Relatora, eu queria fazer uma pergunta: V. Exa. já fez voo livre? Porque V. Exa. colocou tanta emoção nesse relatório que eu acho que V. Exa. já fez ou está querendo muito fazer um voo livre.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – É porque, na verdade, Presidente, está avançando muito essa prática – não é? – principalmente nos municípios que são turísticos. E especificamente na minha cidade, Maceió, nosso querido Estado das Alagoas, lá se pratica muito. E é muito importante regulamentar legalmente essa prática.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora, a senhora trouxe um aspecto interessante que é a fiscalização, trazer segurança para o setor. Parabéns pelo voto, perfeito o voto! E deu até vontade de voar agora, deu vontade! Parabéns! Vamos pedir às assessorias que falem com os seus Parlamentares e vamos aprovar hoje. É terminativo, né? O item é terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos prosseguir com um projeto de lei não terminativo, também da relatoria da Senadora Dra. Eudócia, item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5688, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia, para a leitura do relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Eu quero aqui parabenizar, Presidente, os colegas autores desse projeto de lei tão importante, que são os Deputados Laura Carneiro e Weliton Prado. Eu tive o enorme prazer de ser a Relatora.

Peço a V. Exa. para ir direto à análise.

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições relativas à proteção e defesa da saúde, bem como sobre as competências do Sistema Único de Saúde. É o caso do PL nº 5.688, de 2023, que ora se examina.

A proposição institui a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano, com a finalidade de explicitar, em norma legal, um conjunto de ações preventivas e assistenciais, bem como de enunciar diretrizes voltadas à informação em saúde e à ampliação do acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das condições associadas ao vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importa ressaltar, de início, que a infecção pelo HPV é uma das condições mais prevalentes entre as infecções sexualmente transmissíveis, representando fenômeno de disseminação global. Estima-se que a grande maioria das pessoas sexualmente ativas, em algum momento da vida, terá contato com ao menos um dos subtipos do vírus.

Estudo de prevalência do HPV realizado no Brasil, com homens e mulheres entre 16 e 25 anos, identificou que mais da metade dessa população apresenta infecção por algum subtipo do vírus, sendo que, em 38,4% dos casos, os genótipos detectados são classificados como de alto risco para o desenvolvimento de câncer.

Embora a maioria das infecções por HPV se resolva espontaneamente, em um a dois anos, a persistência viral pode acarretar amplo espectro de lesões, tanto em homens quanto em mulheres, variando desde condições benignas de mucosa, como o condiloma acuminado, até lesões malignas em diferentes sítios anatômicos, a exemplo de tumores orofaríngeos e anogenitais.

Importa destacar que nem toda infecção por HPV resulta em câncer. Nem todos os subtipos do vírus possuem a mesma relevância em saúde pública. Entre os mais de 200 subtipos de HPV identificados, cerca de 15 são definidos como de alto risco oncogênico, ou seja, apresentam elevado potencial para induzir câncer. Os demais são considerados de baixo risco.

Dada a diversidade de desfechos clínicos e de subtipos virais que são próprios da infecção pelo HPV, cumpre ressaltar que persistência viral por subtipos de alto risco constitui fator central na carga de doenças oncológicas atribuídas a ele.

Essa associação entre HPV e câncer é amplamente reconhecida. Praticamente todos os casos de câncer do colo do útero – 99,7% – são atribuíveis ao vírus, que também está relacionado à maior parte dos cânceres de vulva, vagina, ânus, orofaringe e pênis.

No Brasil, o câncer do colo do útero é o terceiro mais incidente entre as mulheres, com cerca de 17 mil novos diagnósticos por ano, o equivalente a quase dois casos detectados a cada hora.

Em 2020, mais de 6 mil brasileiras perderam a vida, em decorrência desse tumor, muitas das quais poderiam ter sido salvas com acesso oportuno à prevenção e ao diagnóstico precoce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, segundo a Organização Mundial de Saúde, mais de 90% dos casos de câncer do colo do útero poderiam ser evitados por meio da vacinação sistemática de adolescentes, do rastreamento periódico e do tratamento precoce das lesões precursoras, ações já disponíveis no SUS.

A implementação efetiva dessas medidas representa uma das oportunidades mais promissoras para reduzir o impacto do HPV sobre a saúde da nossa população. Entretanto, os números falam por si. A elevada incidência e mortalidade associadas ao HPV, sobretudo entre mulheres jovens, negras e em situação de vulnerabilidade social, evidenciam que o desafio vai além da mera incorporação dos serviços no SUS. Persistem profundas desigualdades regionais e sociais no acesso a atenção integral, com destaque para as Regiões Norte e Nordeste do país, que, segundo dados do Instituto Nacional de Câncer, concentram, por exemplo, as maiores taxas de mortalidade por câncer de colo do útero.

Some-se a isso o impacto do estigma historicamente associado às infecções sexualmente transmissíveis, que, como alerta a OMS, afasta indivíduos dos serviços de prevenção e dificulta o diálogo aberto sobre saúde sexual, especialmente entre adolescentes. Essas barreiras culturais, institucionais e simbólicas penalizam justamente aqueles que mais necessitam de acolhimento e de acesso à rede pública de saúde.

A criação de uma Política Nacional de Enfrentamento da Infecção pelo HPV insere-se no esforço de fortalecimento institucional, ao definir diretrizes de política pública que orientem a atuação do Estado brasileiro, com vistas a ampliar a efetividade das ações de prevenção e de cuidado.

A proposta está alinhada aos objetivos do Plano Nacional de Saúde 2024-2027 para detecção precoce de neoplasias sensíveis à atenção primária à saúde e à Estratégia Global para a Eliminação do Câncer do Colo do Útero como problema de saúde pública até 2035 – compromisso do qual o Brasil é signatário –, além de dialogar diretamente com diretrizes já estabelecidas pelas autoridades sanitárias nacionais.

Reconhecemos, portanto, o mérito do Projeto de Lei nº 5.688, de 2023, motivo pelo qual manifestamos nosso apoio à sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao voto, ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.688, de 2023.

Muito grata, minha Presidente Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concluiu, Relatora?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Dra. Eudócia, sobre instituir uma política nacional de enfrentamento da infecção por papilomavírus: eu fico pensando como é que a gente não pensou nisso antes. A gente sabe que existem ações, o Ministério da Saúde está fazendo muito, mas, quando a gente – e, ontem, eu fiz esta fala em uma outra Comissão – institui uma política dessa por meio de lei, a gente está garantindo a continuidade dela, a gente está garantindo a sustentabilidade. Qualquer gestor que entrar lá, por lei, vai ser obrigado a executar a política. Então, as pessoas ficam perguntando: "Mas estão inventando a roda?". Não estamos inventando a roda, nós estamos trazendo para a lei o que a gente acha necessário. E é muito triste – a gente que anda pelos rincões do país – ver que ainda tem muitas mulheres precisando ser alcançadas por essa política. E, agora, com ela vindo por força de lei, o gestor vai ser obrigado. Ninguém precisa inventar a roda, é cumprir o que está estabelecido na lei, aí a gente vai chegar a todos.

Parabéns pela forma como a senhora apresentou o voto. Para nós mulheres, esse é um assunto extremamente delicado e importante. Eu acho que esta Comissão dá um passo decisivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje para a gente garantir a saúde de milhões de pessoas no país. Parabéns, Dra. Eudócia, pela forma como a senhora se debruçou aí no relatório. E parabéns aos autores. Interessante ter uma mulher e um homem autor desta matéria. Parabéns! E a gente já vai fazer essa entrega imediata para o Brasil. Parabéns!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada pelas palavras.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Eu queria inicialmente parabenizar a condução do trabalho pela Presidente, a Senadora Damares, ao passo que eu quero aqui cumprimentar também a Senadora Eudócia pela sensibilidade. Eu acho que aquilo que a Senadora fala dessa interligação entre um Parlamentar homem e... É claro que jamais tiraria o local de fala, longe de mim, mas todos estamos imbuídos em reduzir qualquer forma de discriminação e preconceito, mesmo porque a premissa constitucional é que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações – infelizmente só no papel, nós sabemos a desigualdade que se sobrepõe às mulheres.

Eu pediria, Presidente, como eu sou membro da CCJ e estou com outro projeto lá, se pudesse ter uma inversão de pauta para o item 6. Eu faria a leitura bem rápida – eu acho que, em um ou dois minutos, já leio – e voltaria para lá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Já seria o próximo...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Presidente, só uma consideração, baseada no seu comentário muito oportuno, e agradeço suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As infecções pelos subtipos de HPV oncogênicos vêm aumentando substancialmente. E sabemos – no meu relatório, isto está bem explícito, mas é só para reforçar – que a vacina tem a capacidade de evitar de forma drástica... De fazer esse controle da doença do colo do útero, e não é só o colo do útero, pois tem as doenças anorretais, tem também as orofaríngeas. Então, eu quero aqui só reforçar que isso já está disponível no SUS, que a vacina já está disponível no SUS.

E, na oportunidade em que eu estive na China, quando eu fui lá em uma missão oficial há três meses, eu tive a oportunidade de visitar a Innovax, que é um laboratório que já está estudando a vacina contra 21 sorotipos do HPV. Com isso, Senadora Damares, a gente já está falando praticamente em erradicação do câncer do colo do útero. Nós já temos a quadrivalente no SUS, temos a nonavalente nas instituições que atendem particular e planos de saúde. E agora a China já está estudando contra 21 sorotipos que, daqui a três anos, já vão lançar na China. Três anos para a saúde é rápido. E aí vamos lutar para trazer para o nosso país para poder erradicar o câncer causado pelo HPV.

Muito grata pela oportunidade da fala.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Salvando milhões de vidas. Parabéns, Senadora.

Item 6 da pauta.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora, perdoe-me, só mais um pedido a fazer: que esse projeto de lei do HPV possa ir em caráter de urgência lá para o Plenário, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria, apresentado pela Senadora Eudócia.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Senador Contarato, vamos só abrir ali o painel e a gente já encerra a votação.

Encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É o item 2 da pauta.

Aprovado: SIM, 10; NÃO, nenhum.

Parabéns, Senadora Dra. Eudócia!

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à mesa para as providências cabíveis.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 194, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Serei breve porque o relatório já está disponibilizado.

A modificação da lei como proposta permite que se guarde correta simetria com as disposições semelhantes que já beneficiam os servidores públicos estatutários e os militares, encerrando a condição desfavorável que ora afeta os empregados públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição toma o cuidado de definir que, em caso de mudança com fulcro na união de cônjuges, os entes públicos não arcarão com as despesas decorrentes, bem como que a mudança não importará na alteração vertical do quadro funcional. Assim, evita-se a imposição de despesa ao Erário, tornando-se, igualmente, possível a admissão do projeto.

Unicamente, como já dissemos, propomos emenda de redação que remova o redundante art. 1º, sem que isso imponha o regresso à Casa de origem.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 194, de 2022, com a emenda que apresenta.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Contarato.

Coloco agora a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Isso. E faço um requerimento de urgência para que vá direto ao Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo Senador Contarato.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal pelo Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sra. Presidente, permita-me fazer aqui uma breve consideração.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Eu estou na política, Senadora Damares e meu querido Senador Hiran, por uma força maior, né? Eu acho que o que eu não perco, que é uma coisa que Deus me deu, é a capacidade de me indignar. Eu fico muito preocupado como nós aqui Parlamentares, seja na Câmara dos Deputados ou nós Senadores – fazendo aqui um mea-culpa mesmo –, tratamos as relações dentro desta Casa!

Eu fico muito preocupado com isso, quando eu vejo, por exemplo, que se concede prisão domiciliar no Brasil para políticos condenados a 300 anos de cadeia, a políticos condenados por corrupção. E eu fui delegado de polícia, sendo utilizado pelo Estado para agir de forma contundente contra pobres e pretos. Mais de 70% da população carcerária, Senadora Damares, são de pobres e pretos. E, quando um político desvia a verba da saúde, por exemplo, ele mata milhões de pessoas; quando um político desvia a verba da educação, ele mata o sonho de milhões de jovens; mas, quando ele é condenado por corrupção, apresenta-se um atestado, violando a lei, porque ele só fala em prisão domiciliar em casos extremados, e se concede prisão domiciliar. Quer dizer, todos somos iguais perante a lei, mas no Brasil uns são mais iguais que outros.

Aí eu olho outra coisa, Senadora Damares: determinados servidores públicos no Brasil, Senador Hiran, têm os supersalários e os penduricalhos: ganham R$100 mil por mês, R$200 mil por mês, R$300 mil por mês, R$500 mil por mês, e nós temos um mísero salário de R$1.518 para um trabalhador que trabalha 40 horas semanais, quando tem carteira assinada, porque agora, com a precarização, a uberização, nem isso se consegue. Aí quando você vê, com todo o respeito, um juiz ou um promotor com desvio de conduta, a pena é aposentadoria compulsória. E o trabalhador tem que trabalhar 40 anos recebendo R$1.518. Você vê essas aposentadorias de militares das Forças Armadas, o que é outra afronta. A gente tem que enxergar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo, nesta Casa aqui, aprovar piso salarial para determinadas categorias que vão ganhar R$14 mil para trabalhar 20 horas semanais; agora, para técnico de enfermagem ou auxiliar de enfermagem, que estão lá na ponta, tendo dois, três vínculos empregatícios, a gente não tem a coragem de aprovar aqui a PEC 19, que estabelece 30 horas semanais – todos somos iguais perante a lei!

Ora, quando eu vejo que determinados servidores públicos ganham R$100 mil por mês, R$200 mil por mês, você sabe que o piso de um professor, para trabalhar 40 horas semanais é de R$4 mil, e, em muitos municípios do país, nem isso ganham – nem isso ganham –, e aqui determinados servidores só de tíquete alimentação ganham R$3 mil! Ora, em que mundo que nós estamos vivendo, em que Brasil que nós estamos vivendo?

Eu não posso perder minha capacidade de indignação – eu não posso perder minha capacidade de indignação. Eu tenho a plena convicção do lado que escolhi e não quero mudar de lado: eu prefiro estar do lado dos mais pobres, eu prefiro estar do lado daquelas pessoas que estão no sistema de uberização, porque eu não estou aqui para fazer aceno para determinado tipo de categoria de servidores, não.

Ora, se você tem um piso salarial que é de mais de R$40 mil... Quem ganha R$40 mil por mês? Ainda nós temos outros que colocam penduricalhos, que ganham R$200 mil, R$300 mil, R$400 mil, R$500 mil por mês – por mês você recebendo R$500 mil! Agora vá para as ruas. Tente conseguir um trabalho. Eu ando muito de Uber aqui, em Brasília, e no Espírito Santo e tenho muito orgulho disso, porque meu pai foi motorista de ônibus. A todos eles eu pergunto; os mais jovens trabalham 16 horas, 17 horas, 18 horas por dia – os mais novos. Os mais velhos não, porque afeta a coluna, a mobilidade. Quer dizer, eles não têm assistência, eles não têm nenhuma verba resilitória, eles não têm férias, décimo terceiro, não têm adicional de absolutamente nada. E nós ficamos aqui.

Sabe a sensação que eu tenho aqui, às vezes, é de que nós estamos vivendo como em *Alice no País das Maravilhas*. Alice, num trecho do livro... Tem um trecho em que ela fala assim: "Me ensina a sair daqui". E o gato retruca: "Mas para onde você quer ir?". "Ah, não importa." "Se não importa para onde você quer ir, então, não importa o caminho que você deve escolher."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu acho que passou da hora de nós Senadores e Senadoras... Nós representamos o povo. Quando eu coloquei meu nome para concorrer a um cargo – e agradeço a população capixaba –, foi para entender que todo o poder emana do povo, deve ser representado por nós, mas com dignidade, para dar vida, vez e voz à premissa constitucional. O abre alas no art. 5º diz que todos somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, mas, infelizmente, no Brasil – infelizmente, no Brasil –, uns são mais iguais que outros.

Eu falo assim: "O que nós estamos fazendo para mudar isso?". Por que a gente não dá dignidade? Nós estamos aqui, com um projeto de fibromialgia, que eu aprovei aqui nesta Casa. São pessoas que sofrem pela invisibilidade e sofrem pelo preconceito, porque as pessoas nem sequer acreditam no sofrimento delas. Mas, não, para essas, como é população pobre, nós vamos ter cautela e não vamos...

Mas não enfrentamos o tema dos supersalários. Nós não enfrentamos o tema dessas aposentadorias compulsórias. Você já imaginou: você pratica um ato ilegal e o seu prêmio vai ser aposentadoria compulsória? Agora eu que faço essa provocação.

Meu pai foi motorista de ônibus. Ele puxou ônibus na Grande Vitória por 40 anos. Ele educou seis filhos. Falo isso não por vitimismo. De seis filhos, eu sou o mais novo. Minha mãe era semialfabetizada – semialfabetizada. Sempre utilizei a escola pública. Sempre utilizei o Sistema Único de Saúde. Aí eu vejo Senadores aqui, com todo o respeito, falando em meritocracia. Quando eu aprovei a lei aumentando cotas raciais para servidor público federal de 20% para 30%, eu falei: "Ué, todos somos iguais perante a lei, meritocracia... Meritocracia para quem, se, na largada, uns já são lançados na frente?". Meritocracia para quem, quando a educação pública brasileira... Percorram as escolas no Brasil; 83%, Senadora, dessas escolas públicas não têm laboratório de ciências; 73% dessas escolas não têm quadra esportiva; 73% não têm biblioteca. Aí você vem falando em meritocracia. Eu quero fazer essa convocação.

Qual foi a última vez em que você e nós vimos um embaixador negro assumindo um posto em qualquer embaixada no mundo?

Quando isso ocorre, ele não está ali sozinho: ele está carregando milhões, porque o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão. Cumprimos os princípios da Revolução Francesa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não todos, só no quesito liberdade, mas igualdade e fraternidade estão deitadas eternamente em berço esplêndido.

Então, quando foi a última vez que você foi atendida por uma médica negra? Quando foi a última vez que você participou de uma audiência em que a juíza ou o desembargador eram negros? "Ah, não, mas isso..." Não, gente, isso tem que me dizer alguma coisa, porque, se não me disser nada, tem algo errado é comigo!

Então, por favor. A gente tem que... Eu estou fazendo esse desabafo nesta Comissão, que eu admiro, que é a Comissão de Assuntos Sociais, porque eu tenho dois filhos que são a razão da minha vida, e num país que é preconceituoso, num país que me julga por minha orientação sexual, num país que vai julgar meus filhos porque são negros. Eu não me canso de dizer que, assim como Martin Luther King teve um sonho, eu também tenho um sonho: eu sonho um dia que eu não vou ser julgado por minha orientação sexual; eu sonho um dia que meus filhos não vão ser julgados por serem negros; eu sonho um dia que minha irmã não vai ser julgada por ser mulher; ou em que uma pessoa não vai ser julgada porque é idosa. Esse dia não chegou!

Mas o que nós estamos fazendo para reduzir esse abismo entre os milhões de pobres e a concentração de riqueza na mão de poucos? O que nós estamos fazendo para dar tratamento igual a todos? Não é razoável...

Eu fui Delegado por 27 anos, com muito orgulho. Costumo dizer que eu tenho duas missões: ser Delegado de Polícia e ser Professor de Direito Penal e Processo Penal por mais de 25 anos, no Brasil, que criminaliza a pobreza, no Brasil que criminaliza a cor da pele. Percorram o sistema prisional: quantas pessoas estão morrendo no sistema prisional e não têm prisão domiciliar? Agora, um político condenado por corrupção, prisão domiciliar. Eu tenho casos aqui: um político condenado a 300 anos de cadeia em prisão domiciliar.

Então, esse é o desabafo que eu quero fazer. É essa a realidade que eu quero trazer. É esta a convocação que eu quero fazer aos meus colegas Senadores e Senadoras: não percamos a capacidade de nos indignar, tenham um olhar humanizador, olhem pelos mais pobres, porque, para as pessoas que têm mais poder aquisitivo ou *status* ou função, esta Casa é uma casa de vaidades – esta Casa é uma casa de vaidades! Os corredores a gente percorre, são títulos, né? Eu tento me blindar disso na medida do possível, sempre para me aperfeiçoar como ser humano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque tudo isso é efêmero, tudo isso é passageiro. E às vezes a gente fica preso aqui a cargo, *status*, funções, mas o que eu estou fazendo enquanto Senador para dar dignidade à população? Porque essa não é uma vontade minha, isso não é questão de ideologia. Sabe por quê, Senadora Eudócia? Porque está no art. 6º da Constituição Federal, desde o dia 5 de outubro de 1988, *ipsis litteris*: são direitos sociais o direito à educação, o direito à saúde, o direito à moradia, o direito ao lazer, o direito a vestuário, o direito à higiene, o direito ao trabalho, o direito à previdência. Alices no país das maravilhas! – eu não tenho outra frase que mais se adeque. Se fosse no direito penal, eu ia falar em tipicidade, que é a adequação do comportamento humano à norma, mas eu não posso deixar de fazer essa reflexão.

Com todo o respeito aos Senadores e Senadoras, não se sintam ofendidos com a minha fala, mas todos temos direito à saúde, e as pessoas morrem nos corredores dos hospitais públicos.

Todos temos direito à saúde. Vá ser uma mulher que foi diagnosticada com câncer para ver quando que ela vai fazer uma mamografia. Percorra os hospitais públicos para saber quando que ela vai fazer uma cintilografia, uma ressonância magnética. Percorra as escolas públicas e verifique que aquele filho do pobre preto não tem nem biblioteca. Percorra as ruas e veja que nós temos o sistema de uberização e precarização, em que foram vilipendiados os direitos dos trabalhadores. Então, não percamos a capacidade de nos indignar.

Eu quero pedir perdão a V. Exa., Presidente, e aos colegas Senadores pelo desabafo. Platão falava que a sabedoria está na repetição. Enquanto Deus me der vida, vez e voz, e eu estiver aqui ou em qualquer lugar, eu sempre vou estar falando que eu tenho a plena convicção do lado que eu escolhi. Aliás, tem uma fala do Padre Júlio Lancellotti que me toca muito, quando ele fala assim: "Eu não luto pra vencer. Sei que vou perder. Luto pra ser fiel até o fim". Eu tenho a plena convicção do lado que eu escolhi, e eu prefiro estar do lado dos mais pobres, dos pretos, pardos, indígenas, quilombolas, das mulheres, das pessoas com deficiência, da população LGBTQIA+, das pessoas que vivem com HIV, das pessoas idosas, porque foi especificamente para essas pessoas que eu fui eleito.

Obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pelas suas palavras, Senador Contarato. E é exatamente aqui, nesta Casa, que a gente discute esses temas que você elencou especificamente aqui na CAS. Foram muito pertinentes.

Agora eu passo ao item 10.

O Senador Dr. Hiran concordou em adiantar, Senadora Damares, o seu projeto de lei, que é o Projeto de Lei nº 4.590, de 2020.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 4590, DE 2020

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para a Política de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Diagnóstico de Doença Renal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Concedo agora a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise – me permita – e também de forma resumida, o relatório está publicado.

Sendo da Câmara, eu estou apresentando o substitutivo com uma adequação necessária. Eu conversei com as partes, está tudo resolvido, e vou trabalhar para que lá na Câmara a gente aprove imediatamente as alterações apresentadas.

No mérito, é louvável a intenção do autor de aprimorar a atenção integral à saúde das pessoas com diagnóstico de doença renal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O diagnóstico precoce, o controle e o tratamento dos fatores de risco constituem as principais estratégias de prevenção da doença renal crônica.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Nefrologia, a Doença Renal Crônica afeta mais de 20 milhões de pessoas no Brasil, o equivalente a aproximadamente 10% da população. No entanto, a maioria dos pacientes desconhece que possui a doença, já que, em seus estágios iniciais, a DRC costuma evoluir de forma silenciosa e sem sintomas perceptíveis.

Trata-se, portanto, de um evidente problema de saúde pública, refletindo a necessidade de políticas públicas nesse tema.

Todavia, embora a proposição revele intenção meritória ao buscar aprimorar as políticas públicas voltadas às pessoas com doença renal, identificam-se alguns aspectos que merecem aperfeiçoamento à luz da legislação vigente.

Considerando a relevância do tema, entendemos oportuna a aprovação da matéria na forma de substitutivo, que aproveita o mérito das diretrizes propostas, ao mesmo tempo, Presidente, que respeita os limites constitucionais da iniciativa legislativa, sem incorrer em vícios de inconstitucionalidade ou injuridicidade.

Dessa forma, sugere-se a alteração da Lei nº 14.650, de 2023, que instituiu o Dia Nacional da Diálise, para acrescentar novo dispositivo (art. 2º-A), com a definição de objetivos voltados à ampliação do acesso às terapias renais substitutivas e aos medicamentos disponibilizados pela assistência farmacêutica, à qualificação dos profissionais de saúde e à promoção de pesquisas e do desenvolvimento tecnológico no tratamento da doença renal.

Com a adoção dessas medidas, acreditamos que os propósitos do autor serão plenamente atendidos, notadamente quanto à ampliação do acesso aos serviços de saúde e à melhoria da qualidade de vida das pessoas com doença renal.

O voto, Presidente.

Diante de todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.590, de 2020, nos termos do substitutivo que já está devidamente publicado.

Esse é o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela relatoria, Senadora Damares. É um tema de grande relevância.

E agora eu coloco a matéria em discussão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente Eudócia, Sras. e Srs. Senadores, nós que somos médicos sabemos da importância desse tema, da importância de garantir acesso e tratamento adequado para doentes crônicos no nosso país, principalmente, porque nós falhamos nas duas maiores causas de essas pessoas procurarem as nossas unidades de hemodiálise, que são hipertensão e diabetes. Se nós fizéssemos um grande programa, um programa realmente efetivo de educação e saúde, para que as pessoas se sensibilizem para controlar essas doenças nos seus estágios iniciais... E isso é muito difícil, até porque, como a Senadora Damares falou, essas doenças no início são praticamente assintomáticas, silenciosas, como é o glaucoma, por exemplo – puxando a brasa para a minha sardinha.

Quero parabenizar o relatório da Senadora Damares. Eu sei que ela vai receber uma alta autoridade...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Princesa do Japão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... uma Princesa do Japão.

Mas eu quero também, muito rapidamente, agradecer a V. Exa. pelo trabalho que fez na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão externa que foi ao nosso Estado de Roraima ver como vivem as populações mais vulneráveis daquele estado, quer sejam as nossas populações indígenas e também aquelas pessoas que vagam pelas ruas da cidade e dormem embaixo das árvores, das marquises das lojas, dentro da nossa rodoviária – que a senhora viu durante a noite, pedi para a senhora ir lá –, que são vítimas daquele Governo tirano da Venezuela, que, aliás, eu não sei por quê, de vez em quando vêm aqui e são recebidos aqui com pompas e circunstâncias, o que me causa uma grande indignação.

Eu tenho certeza de que o seu relatório balizará políticas, principalmente, para ressarcir ao Estado de Roraima tudo aquilo que a gente vem gastando com saúde, educação e segurança,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para proteger os venezuelanos que vêm para cá – não é culpa deles –, mas também para que nós possamos dar sensação de segurança aos nossos nacionais que vivem naquele nosso estado longínquo e que também têm perdido, às vezes, lugares no tratamento de saúde, nas escolas, por conta de que o nosso sistema de saúde é um sistema de saúde universal, equitativo e integral, e, quando essas pessoas vêm para cá, terminam tendo o mesmo direito que nós, brasileiros.

Então, eu quero parabenizar a senhora pelo trabalho e parabenizar por esse relatório tão bem-feito que a senhora nos apresenta aqui.

E agora, com a devida vênia da nossa Presidente Eudócia, vai cuidar da nossa princesa.

Um grande abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Só para concluir, Senadora Damares: quero colocar, Dr. Hiran, que o que V. Exa. colocou é muito pertinente, porque, infelizmente, Senadora Damares, quando os pacientes chegam já para fazer a hemodiálise, já está em fase avançada, já em fase crônica, já com insuficiência renal crônica. E é como o Senador Dr. Hiran colocou: a gente tem que fazer essas políticas públicas voltadas para evitar que se chegue a essa fase e ter o diagnóstico precoce.

Mais uma vez parabéns pela sua relatoria e pelas suas colocações, Dr. Hiran.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

Eu quero aqui também cumprimentar a nossa querida e amada Senadora Jussara Lima.

Seja mais uma vez bem-vinda aqui à nossa Comissão, você, que é membro atuante aqui da CAS, que vem ajudando muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E sempre muito elegante.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E sempre muito elegante.

Obrigada pelas considerações, Senador Dr. Hiran.

Agora vamos para o item 8, que é o Projeto de Lei nº 375, de 2023.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 375, DE 2023

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

E agora concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran, para a leitura do relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Eudócia.

Vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que envolvam relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões.

Não verificamos óbices à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição que desaconselhem a sua aprovação.

Em relação ao mérito, o objeto desta proposição é absolutamente louvável.

Além das dificuldades às quais as mulheres ainda estão geralmente sujeitas no mercado de trabalho, em razão de construções sociais machistas e misóginas, tem-se interseccionalidades que agravam a discriminação e desigualdade existentes. Um exemplo é o etarismo (discriminação em razão da idade), que atinge de modo mais intenso as mulheres e afeta sua contratação por empregadores.

A proposição busca, ao mesmo tempo, contribuir para a promoção de igualdade nas contratações de homens e mulheres e para maior inclusão no mercado de trabalho, prevendo ações afirmativas a serem promovidas pelos serviços nacionais de aprendizagem e pelo Sine, com o objetivo de assegurar a existência de boas oportunidades profissionais às mulheres com idade superior a 50 anos.

Ainda, relembramos que a população brasileira está em processo de envelhecimento e de inversão demográfica. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aponta que, entre 2012 e 2021, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7%. Esses dados, ao revelarem que a proporção de idosos tem aumentado na sociedade brasileira, confirmam a relevância de garantir que as mulheres com idade superior a 50 anos tenham efetivado o seu direito ao trabalho, assegurado pelo *caput* do art. 6º da Constituição Federal.

Caso não se reduzam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres acima de 50 anos para acessar o mercado de trabalho, não somente os direitos humanos desse segmento da população serão violados, mas também haverá consequências prejudiciais graves em outros setores, como a previdência social e a economia do nosso país.

Por fim, reconhecemos que a Emenda nº 1-CDH contribui para que seja atingido o objetivo da proposição, em razão de incluir expressamente as mulheres acima de 50 anos como público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioritário de medidas que estimulem a matrícula em cursos de qualificação, em todos os níveis e áreas de conhecimento, nos termos do art. 16 da Lei º 14.457, de 2022.

O nosso voto, em vista do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 375, de 2023 e da Emenda nº 1-CDH.

Lido, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Agora, eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Peço que os Srs. Senadores e Senadoras já possam votar, porque o painel já está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Peço que todos os assessores aqui presentes possam também comunicar aos seus respectivos Parlamentares.

Quero aproveitar e cumprimentá-lo, Dr. Hiran, por essa sua relatoria, considerando que, graças a Deus, a nossa população está envelhecendo. Realmente, nós temos que nos debruçar sobre esse tema, porque, cada vez mais, nós teremos, vamos dizer assim, idosos, porém, se assim podemos dizer, jovens ainda para o mercado de trabalho. Esse seu projeto será de grande importância para mudar as políticas públicas e também para a área do trabalho em relação a essas pessoas especiais, as mulheres.

Então, parabéns pela sua relatoria.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

Eu quero também saudar o nosso Senador Weverton Rocha pela sensibilidade e pela pertinência desse projeto, que visa, principalmente, proteger as mulheres, que, sem dúvida, são muito mais vítimas do que nós na questão do etarismo. Nós vivemos uma ditadura da beleza e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da juventude no nosso país, principalmente nas redes sociais, em que todo mundo é bonito e jovem, não é verdade? E isso, de uma maneira subliminar, termina estimulando na sociedade essas maneiras discriminatórias de pensar.

Então, eu acho que esta Casa aqui, nós todos, ao aprovar essa matéria, estamos nos contrapondo a essa cultura que termina por condenar nossas mulheres.

Hoje em dia, uma mulher de 50 anos também é absolutamente jovem, absolutamente capaz, produtiva e termina sendo vítima dessa cultura, que acaba por restringir seu trabalho, suas atividades, afetando, como foi dito aqui no projeto, inclusive a economia do nosso país, porque as nossas mulheres podem produzir até muito depois dos 50 anos. Nós temos vários exemplos, convivemos com elas no dia a dia, e muito mais até, porque eu sou pai de três mulheres e avô também de duas mulheres. Eu tenho que puxar a brasa para minha sardinha, porque daqui a pouco elas vão ter mais de 50 anos e eu, se Deus quiser, vou estar fazendo parte da estrela solitária do meu Botafogo.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com certeza, Senador Dr. Hiran. E nós mulheres – estou aqui com outra mulher, a Senadora Jussara –, todas nós mulheres aqui presentes e do nosso Brasil agradecemos ao Deputado Weverton e ao Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Weverton.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Perdoe-me. Senador Weverton e Senador Dr. Hiran.

Parabéns.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Nós estamos em votação nominal.

Eu vou dar continuidade agora com o item 12, que é o Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 53, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 53, DE 2025

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater a proposta de criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher, iniciativa construída a partir de solicitação apresentada pela senadora Augusta Brito durante sua gestão à frente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Passo a palavra à Senadora Jussara Lima para a leitura do requerimento.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para encaminhar.) – Cumprimento a Vice-Presidente, a Presidente em exercício, Senadora Dra. Eudócia, essa querida amiga, sempre muito gentil, muito amável para comigo, e cumprimento o Dr. Hiran, Senador atuante.

Solicito a aprovação do Requerimento 53, de 2025, de minha autoria, para a realização de audiência pública com o objetivo de debater a proposta de criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher, iniciativa construída a partir de solicitação apresentada pela Senadora Augusta Brito durante sua gestão à frente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, no dia 2 de julho de 2025.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senadora.

Os Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

Agora vamos ao item 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 54, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado, a criação de uma Subcomissão Temporária com o objetivo de debater, apreciar e elaborar propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

O requerimento é de minha autoria.

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes, pelo prazo de 180 dias, com o objetivo de debater, apreciar e elaborar propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer. Venho requerer, ainda, que as proposições legislativas, que tenham como objeto a temática acima mencionada, sejam encaminhadas à Subcomissão destinada a conduzir os debates sobre o tema nessa Casa Legislativa e, sempre que possível, apensadas para sistematização e parecer.

Os Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E agora vamos aguardar o quórum para a votação do item 8.

Mais uma vez eu peço aos colegas Senadores e Senadoras que possam votar remotamente e aos assessores aqui presentes que possam entrar em contato com os respectivos Parlamentares.

Agradeço a atenção. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e Senadoras, falta um voto apenas.

Senadora Jussara, já votou?

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone*.) – Já. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Veja aí, Dr. Hiran, com os nossos pares. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação, porque já atingimos o quórum necessário. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Resultado: foram 10 votos favoráveis, nenhum voto NÃO, nenhuma abstenção, e o quórum suficiente de 11 Parlamentares.

Então, o resultado: são aprovados o projeto e a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos e da CAS.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

Lembro que hoje, às 14h, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos", e dá outras providências, para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados que disponham de farmacêutico.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, só uma... Eu queria só, antes de a senhora encerrar...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria, obviamente, parabenizando a senhora pela condução dos trabalhos sempre com muita cordialidade e competência – parabéns à senhora –, também, Presidente, que a senhora transmitisse ao nosso querido Presidente Marcelo Castro o pleito do Movimento Médico Brasileiro, das associações do Conselho Federal e das entidades sindicais, tanto Fenam quanto FMB.

Nós estamos solicitando ao Presidente que, o mais rápido possível, agende aquela nossa audiência pública sobre a nossa prova de proficiência, que é o projeto mais importante deste século para a medicina brasileira. A senhora sabe que nós estamos tendo uma proliferação desenfreada de escolas médicas neste país, com muitas delas formando médicos com qualidade duvidosa, o que gera muita vulnerabilidade na saúde das pessoas, principalmente daqueles mais pobres, que nós conhecemos tão bem, porque nós somos de estados onde temos uma parte da nossa população muito carente. É para ela que nós precisamos ter o nosso olhar, o nosso olhar de médicos.

Então, nós já fizemos, inclusive, uma reunião com o Líder do Partido dos Trabalhadores no Conselho Federal de Medicina. O nosso Rogério Carvalho esteve lá conosco, onde debatemos o tema. Eu acredito que ficou absolutamente... Nós entramos num acordo em relação à tramitação do projeto. Houve a sensibilidade do nosso colega, que é médico também e se colocou à nossa disposição, para nos ajudar a aprovar aqui na CAS. Logo em seguida, esse projeto, que é terminativo aqui, irá para a Câmara dos Deputados, onde será apensado a um outro projeto de semelhante teor que é de autoria do nosso também colega médico, Líder do nosso Partido Progressistas, Doutor Luizinho, que vai ter como Relator o nosso também colega Zacharias Calil.

Eu espero que nós possamos tramitá-lo o mais rápido possível, porque, numa conversa que tivemos com o nosso Presidente Davi, nós pedimos a ele um presente para celebrarmos os 80 anos do nosso Conselho Federal de Medicina, que acontecerá em setembro. Teremos uma audiência, uma sessão solene aqui no Senado, em que a senhora certamente estará presente, mas seria bom que a gente pudesse caminhar aqui, visto que já existe esse acordo com o Partido dos Trabalhadores, para a gente aprovar o projeto aqui.

Então, queria pedir a V. Exa. que transmitisse ao nosso colega Marcelo Castro que aprove, que agende essa audiência pública. Pode ser na próxima semana... Na próxima semana, tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feriado prolongado, mas, se ele quiser, inclusive, eu me coloco à disposição para ficar em Brasília para presidir essa audiência pública, para que nós possamos vencer essa etapa e aprovar esse projeto tão importante para a medicina e para a saúde do povo brasileiro.

Muito obrigado, viu, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Dr. Hiran, pode ter certeza de que eu repassarei para o nosso Presidente aqui da CAS, Senador Marcelo Castro. Realmente é interesse de todos nós a celeridade desse projeto de lei. Quero parabenizar V. Exa. por estar à frente desse projeto que será tão importante para o nosso país.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado. Obrigado, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Dra. Eudócia, Romário, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jorge Seif e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Eduardo Girão, Wilder Morais e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 111/2024 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), REQ 114/2024 - CAS, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 49/2025 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2158, de 2023, que "altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que 'dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências', para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico". **Participantes:** Cacito Augusto de Freitas Esteves, Advogado especialista (representante de: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC); Sergio Mena Barreto, CEO da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias – Abrafarma; Cibele Zanotta, Presidente-Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição – ACESSA; Ivo Bucaresky, Economista; Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia – CFF; e Daniel Meirelles Fernandes Pereira, Diretor da Quinta Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/11

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 111 e 114, de 2024, da CAS, e 49, de 2025, da CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Laércio Oliveira, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, que altera a Lei 5.991, de 17 dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados que disponham de farmacêutico.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, por meio do telefone 08000612211, e o e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

No dia de hoje, nós temos uma audiência pública interativa, cujo objetivo é a instrução do Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências, para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados que disponham de farmacêutico.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimentos de realização de audiência 111, de 2024, da CAS, de nossa autoria, 114, de 2024, da CAS, do Senador Laércio Oliveira, e o 49, de 2025, da CAS, Senador Humberto Costa.

Reunião destinada a instruir a seguinte matéria: PL 2.158, de 2023, Senador Efraim Filho.

Quero convidar para comporem a mesa, primeiro o Sr. Sergio Mena Barreto, CEO da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma); a Sra. Cibele Zanotta, Presidente-Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde (Acessa); Sr. Cacito Augusto de Freitas Esteves, advogado especialista, representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); o Sr. Ivo Bucaresky, economista; o Sr. Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia; (*Pausa.*)

E o Sr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira, Diretor da Quinta Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Então vamos dar início. A pedido, eu convido o Sr. Cacito Augusto de Freitas Esteves, que solicitou se manifestar antes, dado o compromisso que possui.

V. Sa. terá dez minutos para a sua apresentação. Depois, nós vamos abrir para os questionamentos da parte dos Senadores aqui presentes e, em seguida, nós faremos, em cinco minutos por cada um, as considerações finais.

O SR. CACITO AUGUSTO DE FREITAS ESTEVES (Para expor.) – Prezado Senador. Bom dia a todos. A CNC agradece a oportunidade novamente de vir a esta Casa.

A Confederação Nacional do Comércio, como entidade sindical de grau superior, representante do setor terciário, às vezes é colocada em uma situação peculiar como esta, em que ela precisa se manifestar quando há aparente divergência entre setores que ela mesma representa. Tanto o setor dos gêneros alimentícios, como o setor do comércio farmacêutico são representados, no âmbito sindical e âmbito nacional, pela mesma entidade.

Quando isso acontece, quando a gente tem situações em que há aparente confronto – porque o confronto é sempre aparente, a gente atua para harmonizar os sistemas –, a CNC não faz análise do ponto de vista econômico, do ponto de vista do interesse econômico, ou do ponto de vista operacional desses setores em aparente conflito, mas a gente precisa se posicionar. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normalmente nessas situações, a gente se posiciona em um aspecto técnico, estritamente técnico, porque a gente não pode se omitir, nós temos que nos posicionar de alguma forma.

O que ocorre, na presente proposta legislativa, é exatamente isso, ou seja, a CNC analisa a proposta do Projeto de Lei 2.158 do aspecto eminentemente técnico e, no meu caso, eminentemente jurídico, porque os aspectos econômicos a gente deixa para que os setores, de forma legítima, sustentem os seus posicionamentos.

Do ponto de vista técnico, uma forma que a gente costuma utilizar, quando a gente analisa projetos de lei, é o seu enquadramento ao sistema constitucional brasileiro. Existem várias formas de você realizar o que a gente chama de controle prévio de constitucionalidade quando a gente analisa um projeto de lei. Uma delas, e uma das mais significativas, que tem os melhores resultados, é o que a gente chama de análise de fatos e prognoses legislativas.

Todo projeto de lei, toda iniciativa parlamentar é fundada em uma justificação, a justificação apresenta as razões, apresenta fatos e prognoses. Fatos: coisas atuais; prognoses: efeitos futuros que aquela norma precisa alcançar. Ali você estabelece o objetivo e o instrumento para alcançar o objetivo. Constitucionalmente, a gente chama isso de proporcionalidade, quando há uma correlação entre o objetivo pretendido pelo legislador e os instrumentos que ele elegeu para alcançar. É sob esse aspecto que se analisa este projeto de lei específico.

E, quando a gente analisa, existem vários fatos e várias prognoses. Eu acho que aqui há muita gente habilitada, muito mais habilitada que eu, advogado, para falar – tem gente da operação que vai poder falar muito sobre esses fatos e essa prognose. E tem alguns fatos e algumas prognoses que já são de conhecimento público e são notórios, então, a gente trabalha em cima desses fatos e prognoses notórios para se posicionar.

Eu vou escolher um deles, que é o mais claro de todos e que eu tenho certeza de que já foi falado aqui e será falado novamente, que é a questão da dispensação da exigência normativa e a importância de profissionais farmacêuticos na dispensação. Esse é um fato incontroverso – o que eu vou falar aqui são fatos incontroversos. O primeiro fato incontroverso é que uma operação de dispensação, na forma hoje estabelecida pelo conjunto normativo que regulamenta a dispensação de medicamentos, é tecnicamente inviável de se realizar num sistema de autosserviços e no supermercado ou em qualquer loja que não seja um ambiente controlado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

farmacêutico. Isso é um fato, não é uma questão de posição ou opinamento; é um fato. E ele é virtualmente impossível por vários aspectos.

Um deles é pelo próprio número de profissionais disponíveis. Vou começar logo na base – são fatos que os senhores podem comprovar com uma simples busca na internet, e eu sei que existem membros dos conselhos de farmácia aqui que poderão aprovar isso ou não, atestar isso ou não. Hoje nós temos disponíveis para exercer a função de farmacêutico no Brasil, em todas as atribuições farmacêuticas, algo em torno de 300 a 400 mil profissionais, segundo o Conselho Federal de Farmácia. Pois bem, só de farmácias e drogarias no Brasil, são 122 mil farmácias e drogarias. O comércio farmacêutico cresce à média de 4% ao ano nos últimos anos. Isso significa mais ou menos 4 mil estabelecimentos a mais por ano, mantida essa regra de proporção. Cada farmácia e drogaria demandaria no mínimo dois profissionais farmacêuticos para funcionar num período de 16 horas, lembrando que existem estabelecimentos que funcionam 24 horas. Só isso já retiraria da disponibilidade para contratação e para atuar em outros setores algo em torno de 300 mil farmacêuticos. Mas como é que pode? É isso mesmo: hoje existe uma carência enorme de profissionais farmacêuticos para atender a demanda hoje existente do comércio varejista de produtos farmacêuticos.

Eu assessoro as câmaras de comércio, e a CNC tem câmaras que são órgãos especializados em setores específicos de aconselhamento da Presidência. Nós temos uma Câmara de Produtos Farmacêuticos e nós temos uma Câmara de Comércio de Gêneros Alimentícios, ou seja, temos órgãos especialistas na consultoria da Presidência, tanto no setor farmacêutico como no setor de supermercados. Eu acompanho os dois – assessoria jurídica. Eu acompanho o comércio farmacêutico há mais de 20 anos. E um dos temas que há mais de 20 anos a gente trabalha no âmbito das câmaras é como contornar a carência de profissionais da área farmacêutica para atender às demandas, não as dos grandes centros. Eu não estou falando de capital, não estou falando de Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo; estou falando do interior do país. O interior do país funcionou, durante muito tempo, na base dos termos de ajustamento de conduta com o Ministério Público, em que os estabelecimentos funcionavam sem supervisão de um técnico farmacêutico, pois não havia mão de obra sequer para atender, e hoje grande parte ainda atua sem a responsabilidade técnica própria no interior do país, porque são atendidos por técnicos em farmácias, mas não profissionais farmacêuticos de grau superior. Este é um problema: questão numérica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso eu estou falando de estabelecimentos de comércio farmacêutico, mas, segundo dados do Sebrae, além das 122 mil farmácias e drogarias no Brasil, nós temos 12 mil farmácias públicas, nós temos 10 mil farmácias de manipulação, nós temos 10 mil laboratórios, nós temos 5 mil distribuidores, nós temos 500 indústrias farmacêuticas e 80 importadores, todos eles demandando a contratação de profissionais farmacêuticos. Esse número não fecha. Qualquer outra atividade econômica que demande a atuação desse tipo de profissional hoje não será atendida pela demanda de farmacêuticos disponíveis. Isso é um fato, e é um fato no qual se baseia esse projeto de lei. Esse projeto de lei usa o argumento de atuação de um profissional farmacêutico para legitimar a sua implementação. E hoje isso não é possível. Isso é um fato; não é uma prognose.

Outra questão é como um profissional desse atua. Há um equívoco também na justificação, quando coloca o profissional, principalmente o projeto em si, que fala no eventual atendimento virtual... Eu não estou legitimado, não tenho procuração para falar pela classe de farmacêuticos. Com certeza, há pessoas aqui habilitadas e legitimadas para tanto. Mas é uma questão fática, que a gente encara a realidade.

O profissional farmacêutico é muito mais do que um mero dispensador. O profissional farmacêutico, quando atua em especial no comércio farmacêutico, atua como responsável técnico do estabelecimento, e não da entrega do medicamento. E estabelecimento não é operação; estabelecimento é o estabelecimento, é o negócio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CACITO AUGUSTO DE FREITAS ESTEVES – Acabou? É rapidinho, já vou concluir.

É o negócio. Então vai muito além da consulta ou da eventual interação com o adquirente do medicamento. Vai desde recebimento, armazenamento, controle de pessoal, equipe técnica que é submetida a ele. Então você tem atendente de farmácia, mesmo o caixa de farmácia está sob a atuação da responsabilidade técnica do farmacêutico, algo que não é compatível com o sistema de autosserviço.

Existem vários outros aspectos operacionais. Lembro que estou dizendo um aspecto operacional, que é a figura do farmacêutico. Mas a gente tem dezenas de outros que poderão ser apresentados pelos demais participantes deste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que a análise de prognose, de fatos de prognose que a gente exerceu indica a inadequação desse projeto para o fim a que ele se destina. Então, apresenta-se o que a gente chama de inconstitucionalidade, em razão de violação do princípio da razoabilidade.

Agora, há uma proposta que não está nesse projeto, Senador, mas nós recebemos na CNC ontem um ofício encaminhado pela Abras e uma outra entidade, em que ela apresenta uma alternativa. Essa alternativa seria uma alternativa que harmonizaria a questão. O próprio posicionamento da CNC ficaria harmonizado com isso, porque teoricamente defenderia o interesse das duas categorias, que seria os supermercados atuarem em parceria com empresas do comércio farmacêutico. Ela é bem-vista por parte da CNC? É, porque se harmonizam os setores.

Mas existe uma questão: para que isso aconteça, você não precisa modificar a lei. A 5.991 não precisa ser modificada para que seja estabelecido esse tipo de parceria. Aliás, esse tipo de parceria já existe. Ele é efetivamente exercido hoje por várias redes. Eu compro com frequência numa rede de supermercado lá em Niterói, onde eu moro, no Rio de Janeiro, que tem uma unidade farmacêutica, que opera, por sinal, muito bem, há muitos anos.

Então, a CNC se posiciona, Presidente, não no sentido de contrário à iniciativa dos supermercados – eu acho que eles têm que buscar as iniciativas mesmo, é legítimo que eles busquem –, mas que a proposta contida no Projeto de Lei 1.158 é absolutamente inadequada do ponto de vista constitucional, em razão de estar baseada em fatos e prognoses equivocados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Cacito.

De imediato, eu passo...

Aliás, antes de passar, eu vou trazer aqui algumas perguntas que chegaram por meio do e-Cidadania.

André, do Distrito Federal: "A presença do farmacêutico será obrigatória em tempo integral para que ocorra a venda dos medicamentos?".

José, do Rio de Janeiro: "O PL erroneamente permite que o farmacêutico atue de forma virtual. Os senhores acreditam que esse atendimento será de qualidade e eficaz?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alice, de São Paulo: "Como será o espaço para o cuidado e a atenção farmacêutica dentro do supermercado? Quais são os benefícios que [isso] trará à saúde de cada indivíduo?".

Kaue, de Minas Gerais: "Este PL amplia o acesso ou [...] [apenas] o consumo? Supermercado não é ambiente de cuidado em saúde. A proposta parece mais econômica [do] que sanitária".

Francisco, do Distrito Federal: "Precisamos evoluir e fomentar o mercado de fármacos. Autorizando a venda nos supermercados do Brasil, melhoraremos a atividade econômica".

Marcelo, do Piauí: "Ampliar [...] [a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados] sem reestruturar o controle pode aumentar riscos de automedicação, polifarmácia e mau uso de fármacos".

Maria, do Rio Grande do Sul: "O uso de medicamentos será banalizado como produto comum, ignorando [os] riscos e efeitos graves do uso incorreto e sem orientação".

Gabriela, do Paraná: "Há países desenvolvidos que já permitem a venda de medicamentos sem receita em supermercados, como os [...] [Estados Unidos] e o Reino Unido".

Pois bem, agora, com a palavra o Sr. Sergio Mena Barreto, CEO da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma).

O SR. SERGIO MENA BARRETO (Para expor.) – Caro Senador Humberto, saúdo o senhor e o Senador Jayme Campos, que eu vejo aqui.

É um prazer estar aqui mais uma vez. Vamos falar de um tema muito importante.

Ao contrário do que os supermercados tentam vender, isso não é um tema de quem vende o quê. Isso não é um tema sobre venda de produtos num estabelecimento ou noutro. Isso é um tema de saúde.

Aqui, ao discutir esse tema, nós vamos discutir impacto sobre o SUS, Farmácia Popular, Política Nacional de Saúde, uso consciente de medicamentos. É disso que se trata. Não se trata de se é uma gôndola a mais, uma gôndola a menos.

E a minha fala vai se concentrar em cinco falácias do setor supermercadista. Eu vou repor a verdade aqui, falando sete verdades que vão se contrapor às falácias que eles têm divulgado na mídia, divulgaram aqui na última audiência pública, a gente vai colocar a verdade aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das falácias é assim: "dez por cento das cidades brasileiras não têm farmácias". Isso é uma falácia das maiores. O Brasil é o país que tem mais farmácias no mundo. Nós somos campeões de farmácias; depois, vêm os Estados Unidos; depois, vem o Japão; depois, vem a França; depois, vem a Alemanha. Então, não faltam farmácias no Brasil.

Se eu fosse usar o dado do Conselho Federal de Farmácia ou o do Sebrae, seriam 125 mil farmácias. Eu vou usar o dado da Iqvia, porque ela acompanha a transação em tempo real de compra e venda das farmácias. Nós temos 93 mil farmácias atuando no Brasil, 93.404. Elas só não estão em 46 municípios, que são os menores do Brasil, com menos de 5 mil habitantes. Então, é uma falácia dizer que a gente não tem farmácia em todos os lugares. Aliás, tem mais farmácia do que UBS! Tem o dobro de farmácia, se fôssemos comparar com as UBS.

Nós fomos ouvir, Senadores, a opinião da população. Será que a população realmente se sente desassistida, já que a Abras e companhia limitada afirmam que não existiriam farmácias suficientes?

A gente fez uma pesquisa com a QualiBest. Foram 3,1 mil respondentes, no Brasil – isso vai ficar disponível depois. E 214 milhões de pessoas disseram que não têm problema para acessar farmácia: 2% declararam que era difícil, 88% declararam que é fácil e 10%, nem fácil, nem difícil.

Então, a verdade número um: não falta farmácia. A verdade número dois: a população não tem dificuldade nenhuma em encontrar farmácia.

Eu tentei obter dados sobre a quantidade de supermercados, porque seria assim: se aumentassem os supermercados, cobririam o déficit de farmácia, que não existe – e não encontrei esse dado. Mas a inteligência artificial disse que um estudo, um suposto estudo do Assaí, de 2021, fala que 1,1 mil municípios do Brasil não têm supermercado. E a IA também, a inteligência artificial, disse que 1.910 municípios também não têm supermercados, têm mercadinhos de pequeno porte, bodegas, empórios, em que não caberia uma farmácia.

A falácia número dois, que eles espalham, é que as farmácias vendem tudo, até remédios, com liminares, venderia... Remédio seria minoria. Falácia! A conveniência na farmácia representa 2,5% do total. Isso é um dado da Iqvia – de novo, instituto que audita 180 países no mundo. Isso representa 0,46% do R$1,3 trilhão que os supermercados vendem. Então é nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a verdade número quatro é que as farmácias não vendem isso ao arrepio da lei, não. O STF, em 2014, decidiu, por nove a zero, que as leis de conveniência estaduais são, sim, constitucionais. Uma farmácia não vende nada que uma lei não permita. Quando a lei federal não permite, mas a estadual permite – e a Lei 5.991 remete para ela –, a gente vende o que a lei permite.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço um pouco de silêncio para que ele possa fazer a exposição.

O SR. SERGIO MENA BARRETO – Obrigado, Senador.

A falácia número três é que MIPs em mercados podem dar acesso e ajudar o SUS.

Gente, eu acho que isso beira... nem sei como classificar isso, nem é uma falácia, isso é uma injustiça contra o SUS.

Todo mundo aqui luta para melhorar o SUS a cada dia. Temos o Mais Médicos, o Farmácia Popular, que quem criou foi o Senador Humberto Costa, e, agora, o programa Mais Especialistas. Nós vamos é dinamitar o SUS se a gente colocar MIPs em farmácia. E aí, de novo, eu vou consultar a população, fui lá no QualiBest: 93% das pessoas dizem que comprar MIP não é um problema. A população já está abastecida. Inclusive, 90% das pessoas dizem que, quando falam com o farmacêutico, sempre ou às vezes, se sentem seguras no uso e na indicação de uso.

A verdade número cinco, Senadores, é que nós temos três estudos de 2025. Foram publicados na *Folha de S.Paulo*. Um em março, um em abril e um em maio, com institutos diferentes.

O primeiro foi falar o seguinte: "Não adesão a tratamentos aumenta internações evitáveis e sobrecarrega orçamentos, diz federação". E diz que 46% dos hipertensos simplesmente não obedecem ao tratamento prescrito pelo médico.

Mas aí o que isso tem a ver com o MIPs? Tudo. Porque o paciente que hoje já abandona usa o MIP para cuidar só do sintoma e não do seu tratamento.

Aí vem a segunda pesquisa, que foi de abril. Está tudo aí referendado. A automedicação é um dos maiores fatores. "Superlotação e demora levam população a não buscar atendimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...]" Aí fala que 35% é porque a população já se automedica e 34,6% porque têm a crença de que a doença não é difícil, não é uma doença grave.

A última eu acho que é obrigação de quem está discutindo um tema de saúde, porque esse não é um tema de comércio, é um tema de saúde. É obrigação de quem está discutindo esse tema discutir essas coisas. O que é ruim pode piorar ainda mais. "A cada 3 minutos [isso foi publicado em maio], uma pessoa é internada no Brasil por falhas na saúde primária [...]", ou seja, 1,6 milhão de pessoas; inclusive, sendo 830 mil – a metade – idosos ou pessoas acima de 55 anos de idade.

Então, se a gente libera MIP em qualquer lugar, se é fácil assim alguém cuidar só do sintoma, é óbvio que a gente vai implodir o SUS. Isso vai piorar e muito a situação do SUS!

A falácia número quatro é que vamos vender MIP 35% mais barato, como em 1994. Então, realmente eu acredito que, em 1994, como a gente estava saindo da hiperinflação, com a criação do Plano Real, pode ser que em algum momento tenha sido vendido mais barato. Talvez. Mas vamos lá, quanto era o carrinho de compra do supermercado em 94? Com R$50 você enchia o carrinho de compra. O salário mínimo era R$70; hoje é mais do que o dobro. Em 1994, o arroz custava R$0,64; um Gol, R$7 mil; o *show* do Chitãozinho e Xororó, R$15; um rodízio, R$13; um pão francês, R$0,09.

Gente, não dá para comparar 1994 a 2025. O número de farmácias duplicou, a distribuição hoje é toda automatizada, a indústria vende direto para as farmácias. Não existiam grandes redes de farmácias nacionais, como tem agora em 2025. Nós não temos... É totalmente incomparável!

Mas olha a verdade número seis, Senadores: estudo da Nielsen diz que supermercados vendem mais caro do que farmácias! Foram 35 mil itens avaliados. Um único tipo de supermercado, o hipermercado – que realmente é muito grande –, vende mais barato ou igual às farmácias; mas supermercado de grande, pequeno e médio porte, atacarejo, *superette*, todos os outros vendem mais caro do que as farmácias. Por que não vendem hoje fralda mais barato, xampu mais barato? Por que não vendem cotonete? Só vão vender remédio? Por que já não vendem hoje 35% mais barato, mesmo as farmácias sendo estabelecimentos de pequeno porte?

A última falácia, Senador, a número cinco, é que, assim, nosso objetivo é melhorar a saúde do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou exibir esse vídeo, porque esse vídeo é nojento, mas podem procurar na internet. Um cliente entrou num atacarejo e filmou os ratos tomando conta do Mix Mateus. Depois a vigilância sanitária vai lá e interdita. Nós não estamos falando de 1994, estamos falando de 2025! Essas manchetes todas são de 2025. É esse o ambiente em que nós vamos colocar medicamento? Um ambiente de que não se cuida?

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MENA BARRETO – Um ambiente em que toneladas de carne vão apodrecendo e são oferecidas de bandeja para o cidadão, para a população?

Para falar da nossa pesquisa também, 133 milhões de brasileiros acreditam que os supermercados estão mais preocupados em ganhar dinheiro do que com a saúde da população – 61%; 58% acham que isso colocará em risco crianças e adolescentes; e 48% acham que isso vai colocar em risco a saúde da população.

Mas eu queria encerrar, Senador, agradecendo aí a oportunidade, falando do que verdadeiramente trata esse projeto. Em todas as farmácias, a gente distribuiu esse encarte nas revistas. Trata-se disso.

Eu queria que distribuíssem isso para toda a audiência. O Senador não recebeu aqui na mesa.

Isso é um *print* de um grupo de WhatsApp de empresários, grupo da Unilever. Aí o Sr. João Galassi, Presidente da Abras, diz assim: "Vocês vão ver o que é um *lobby* de verdade". O que é um *lobby* de verdade? Muito dinheiro, recursos financeiros, influência de origem duvidosa? "[Eu] vou dizimar vocês." Ele está ameaçando o presidente de uma rede de farmácias do Sul. "[Eu] vou dizimar vocês." Eu vou causar destruição, vou aniquilar por completo, é o que diz o dicionário. Aí ele diz que tem que ter uma proposta, que alguém tem que propor alguma coisa, e diz: "caso contrário, vou massacrar vocês". Eu vou matar em massa pessoas que não podem defender-se...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MENA BARRETO – ... é o que diz o dicionário. "Pode ter certeza disso."

Faltam dois eslaides, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Isso é só o começo! [...] [Nós] vamos atropelar vocês. [Eu] estou falando sério", essa é outra fala.

Não satisfeito, isso aqui é num outro grupo, Senadores, com Parlamentares da República – Deputados, Senadores –: "Como sei que há muitos Parlamentares [...], aproveitem essa informação..."

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MENA BARRETO – "... privilegiada e troquem de lado, porque vamos atropelar quem ficar contra".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Conclua, por favor.

O SR. SERGIO MENA BARRETO – A Abras ameaçando o Senado da República?!

É só isso que eu queria compartilhar. Espero ter esclarecido do que verdadeiramente se trata esse projeto sórdido da Abras e companhia limitada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agradeço a V. Sa. pela sua participação e convido a Sra. Cibele Zanotta, Presidente-Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição, o Acessa. (*Pausa.*)

Só uma pequena observação. Durante a fala, ali, naquele mostrador, naquele painel, fica aparecendo o tempo. São dez minutos, e vai havendo uma contagem decrescente, para vocês terem um pouco a ideia de apressar ou não a fala, está bem?

Obrigado. Desculpe-me.

A SRA. CIBELE ZANOTTA (Para expor.) – Boa tarde, Senador! Obrigada pela oportunidade.

Boa tarde a todos os senhores e senhoras presentes.

A Acessa é a Associação Brasileira de Produtos para o Autocuidado em Saúde. Entre os MIPs, a gente olha outros produtos para o autocuidado, mas hoje a gente vai fazer um recorte olhando especificamente para os MIPs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente trabalha com três pilares: acesso à saúde, segurança e eficácia. E aqui o nosso objetivo como associação é falar sobre o incentivo do uso consciente dos MIPs, a segurança e eficácia deles; o fortalecimento da informação qualificada, em que a gente trabalha todos os dias desenvolvendo conteúdos baseados em evidências científicas – trabalhamos com profissionais de saúde para disseminar informação... equivocada.

O que a gente precisa deixar claro hoje aqui e já foi levantado em outras audiências é que às vezes se coloca em dúvida a segurança e eficácia dos MIPs. Os MIPs são um importante instrumento para o autocuidado em saúde, eles contribuem... Quando a gente fala, tanto dos MIPs quanto de outros produtos, em redução de custos para o sistema público de saúde, descompressão do SUS, quando a gente fala dos MIPs, a gente está falando dos males menores: uma dor de cabeça, uma cólica, um resfriado. O MIP entra para contribuir nisso; ele contribui com o autocuidado para o bem-estar individual e para a prevenção de doenças também.

E aqui, para a nossa discussão, o que eu quero e, como Acessa, o que a gente quer trazer é que hoje a gente paute em três pilares: o acesso à saúde, a segurança e a eficácia. Para os MIPs chegarem ao ponto de venda, às farmácias e aonde for... E aqui é importante a gente trazer que, como entidade, a gente não está olhando para a arquitetura de mercado, a gente está falando exclusivamente do acesso aos MIPs e da segurança e eficácia deles.

Hoje, a gente não pode colocar em xeque a segurança dos MIPs. Eles passam por um processo rigoroso, um processo regulatório extremamente rigoroso pela Anvisa – a Anvisa está aqui hoje –, onde se comprova a segurança e a eficácia, onde eles falam sobre as evidências e a contribuição deles para a sociedade. E, dentro dessa segurança, eles vêm com um histórico também de uma rotulagem acessível, de uma indicação de condições leves e autolimitadas, um histórico consolidado de seguro de uso. Tem a farmacovigilância, que faz toda essa análise. E a gente tem dados concretos do quanto a segurança e a eficácia dos MIPs não podem ser colocadas em dúvida nesta Casa, e a eficácia deles, como a gente estava dizendo.

Então, como Acessa, o que a gente defende aqui é que, Senador, onde os MIPs forem vendidos, a Acessa vai estar presente para levar a informação para os cidadãos sobre a segurança e a eficácia deles. O que a gente precisa deixar claro é que hoje o cidadão precisa ter a informação clara. E a gente tem pesquisas de que, para os MIPs, para casos autolimitados, de males menores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o cidadão sabe: ele faz o uso dos MIPs e, caso os sintomas persistam, ele procura um profissional da saúde.

Então, para a Acessa, a informação, o letramento, tanto para o Governo, quanto para a população, é extremamente importante, e é onde a gente vai atuar, independentemente de questões de mercado, arquitetura de mercado e aspectos econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador Humberto, posso pedir a palavra pela ordem? Porque, devido à agenda, eu não vou conseguir permanecer até o final.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pela ordem, V. Exa., o Senador Efraim de Morais.

Agradeço aqui a participação da Dra. Cibele Zanotta.

V. Exa. dispõe de dez minutos para a sua manifestação.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Perfeito.

Agradeço. Acredito que esse é um projeto que tem sido amplamente discutido aqui e é muito bem-vindo que possa haver ponto e contraponto dentro deste debate.

A gente viu aqui falas que colocam como se o maior interessado fosse a farmácia ou o supermercado, mas eu não vi sobre o olhar do cidadão. E o olhar do cidadão é muito importante neste momento, porque, quando a gente fala – e a defesa do projeto nesse sentido –, é uma visão muito simples.

Primeiro: direito comparado. Nós não estamos inventando aqui uma jabuticaba tupiniquim. Não é uma linha da defesa do sistema brasileiro. A gente encontra isso, por exemplo, nos Estados Unidos. Todo mundo aqui viaja aos Estados Unidos e consegue ver exatamente MIPs (medicamentos isentos de prescrição) sendo vendidos em pontos comerciais. Quem é do Brasil, normalmente, compra o seu MIP nos Estados Unidos sem enfrentar nenhum problema, nenhuma resistência e nenhum tipo de preconceito. Então, o que o projeto busca é trazer para a legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira aquilo que já é praticado no mundo todo, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, onde vários que estão aqui presentes têm essa experiência.

Segundo, eu vejo aqui a linha de dizer que o fato de a gente ter mais pontos de venda não traria queda do preço. Eu, pelo menos, gostaria até de perguntar – temos um economista aqui na mesa. No meu conceito, mais concorrência leva à redução de preço. Ponto. Isso é autoexplicativo; não precisa estar sendo discutido, debatido, analisado. Para mim, é claro como a luz do sol: se eu tenho mais pontos de venda, aumenta a concorrência, isso leva à redução do preço. E quem é o beneficiado? O cidadão, o consumidor, que vai pagar mais barato.

Aí, vejo um outro argumento. Dizem: "Não, mas lá na farmácia tem o farmacêutico, que é para os medicamentos que precisam de prescrição, tarja preta, tarja vermelha", mas não é para os MIPs. Aí eu me pergunto: esses MIPs podem ser comprados no Mercado Livre? Podem. Eu posso comprar na internet esse medicamento, e ele chega à minha casa? Posso. Eu posso comprar por *delivery* sem nem falar com um farmacêutico, sem nem falar com um vendedor? Eu ligo para a farmácia, e ela entrega também na minha casa? Um motoboy é quem vai entregar o meu medicamento? Sim, é um motoboy quem vai entregar esse medicamento, na motinho dele, lá na minha casa. Então, eu não vejo argumento para impedir mais acesso ou mais concorrência ao cidadão, em mais pontos de venda, que chegam com mais capilaridade a todo o país. Se é farmácia ou se é supermercado, não é esse o dilema que está aqui, até porque a gente também já vê farmácias que vendem os mesmos produtos que os supermercados vendem hoje. Você tem farmácia que vende chinela Havaianas, que vende picolé, que vende outros produtos. Na sessão passada – não sei se tem por aí –, tinha, Senador Jayme, vários encartes aqui, aqueles encartes de venda de produto misturado, farmácia com hortifruti, e por aí vai. Está aqui para quem quiser ver, Senador. Veja como é o encarte da venda também da farmácia, com prateleiras.

Então, eu não quero entrar num dilema de quem está certo ou errado. E ninguém quer impedir a farmácia de vender o que está aqui. Por quê? Porque é bom para o consumidor. Se ele pode ter esse acesso, e isso gera preço mais barato inclusive, como foi demonstrado, eu acho que é bom que o consumidor tenha acesso. Então, vamos ficar aqui nessa guerra, como foi dito ali, de *lobbies* – *lobby* de supermercado, *lobby* de farmácia – ?! Só não tem *lobby* para o cidadão! E é exatamente o que o projeto pretende – a Acessa trazia ali algumas regras e alguns dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes sobre isto –: que o cidadão, exatamente, fique isento de prescrição, porque o risco à saúde dele é mínimo.

Outro tema que me chama a atenção: falou-se e alardeou-se aqui sobre as pesquisas. "Ah, tem automedicação, tem problema de tratamento". Ué, mas não estão dizendo que a farmácia precisa do farmacêutico exatamente para orientar? Como é que tem esse grave problema de automedicação se hoje só se compra na farmácia? Então, não é o problema de ir ao supermercado que vai gerar esse problema; não é o problema de aumentar pontos de venda que vai gerar esse problema. A gente vai deixar de reduzir preços, pagar mais caro por conta de um problema que já existe hoje vendendo só em farmácia, ou seja, são perguntas que ficam e para as quais eu não encontrei respostas – está certo? – nas linhas em que vieram.

Então, do meu ponto de vista, se a gente consegue – e isso para mim é determinante, isso para mim é questão de bom senso –, se eu consigo comprar, no Mercado Livre, um Sonrisal, um Doril e eles são entregues na minha casa, por que não podem ser vendidos onde o cidadão também circula, em pontos comerciais?

E aí, dentro dessa linha, meu caro Relator, Senador Humberto Costa, o que é que o diálogo produziu aqui, entre os Senadores, de consenso para poder avançar dentro da proposta do texto? Na proposta do texto, chega-se a um encaminhamento, sobre o qual já conversei com V. Exa. e conversei com outros Senadores como autor do projeto, para que a gente consiga regularizar que, dentro de supermercados, estejam estabelecimentos comerciais com as mesmas regras das farmácias, que as linhas que a Anvisa determina para as farmácias sejam as mesmas que estarão lá nos supermercados. Eu acho que esse é um ponto que pode avançar e gerar consenso para que esse argumento de risco à saúde, como eu disse, que não existe para medicamentos que possam ser comprados *online*, seja elidido e que fique valendo o argumento de mais pontos de venda, mais concorrência e menor preço, porque é a defesa do cidadão que se faz essencial para que a gente possa construir.

Então, Senador Jayme, Senador Humberto, é importante que avance. Aqui, por exemplo, nesse contexto, já tem inclusive essa sugestão – vou fazer questão de lê-la aqui. Ela teria a seguinte redação, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complementação e sugestão encaminhada ao Relator e aos demais Senadores para o processo, §2º, na letra "e", quando a gente trata de farmácias instaladas dentro de supermercados:

> §2º As farmácias instaladas dentro de supermercados poderão utilizar a mesma identidade fiscal e devem observar cumulativamente o regramento aplicável à infraestrutura de supermercados, de farmácias e drogarias, inclusive quanto ao controle, à armazenagem, à rastreabilidade e à assistência farmacêutica.

Assim, teria uma segunda vantagem: agregaria novos postos de emprego com mais postos de trabalho para os farmacêuticos.

E isso fica claro no §3º, quando diz:

> É obrigatória a presença de farmacêutico legalmente habilitado durante todo o horário de funcionamento das farmácias instaladas dentro de supermercados, nos termos do art. 15.
> §4º As farmácias, de que trata a alínea "e" do *caput,* poderão ser instaladas diretamente pelos supermercados ou indiretamente, por meio de convênio ou contrato de parceria entre esses, a farmácia e a drogaria regularmente licenciada e registrada pelos órgãos competentes, observado o disposto no §2º.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, acho que, com esses argumentos que a gente traz, permitindo que as próprias redes de farmácia se instalem dentro dos supermercados, e não seja só a venda aleatória numa estante ou algo desse tipo, como acontece lá dentro da própria farmácia, eu acho que a gente elide o problema.

E eu volto a insistir e apelar que se olhe pelo lado do cidadão, que se olhe pelo lado do consumidor. Medicamento hoje é caro. Medicamento pesa no orçamento da família, pesa no orçamento de um casal de aposentados, e todo o esforço que pode ser feito para se baixar preço, para se diminuir o valor do preço do medicamento, eu acho que é bem-vindo. Não acredito que vai haver qualquer problema na relação comercial. Como eu disse, a farmácia hoje já vende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos que são vendidos nos supermercados. Se os supermercados trouxerem as farmácias para dentro da sua estrutura, quem vai ganhar é o cidadão.

O cidadão hoje, que já pode comprar, eu insisto porque este argumento, para mim, é muito forte: o cidadão hoje já pode comprar *online*, sem falar, sem ver, sem nem triscar num farmacêutico. Ele já pode pedir para que o motoboy entregue o medicamento na casa dele. Quem vai entregar é motoboy, não é farmacêutico. Então, qualquer outro tipo de argumento parecido cai por terra. Não vejo qual é o risco que pode representar que não seja dessa forma.

Então, Sr. Relator Senador Humberto Costa, por quem tenho muito respeito, fica o encaminhamento dessa sugestão, para que V. Exa. possa apreciar a possibilidade de incluir no seu relatório, que será feito no momento adequado, mas eu acredito que é uma proposta que se aproxima muito do consenso e tem, acima de tudo, o olhar do cidadão.

Agradeço a tolerância da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – V. Exa. vai precisar sair?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Precisarei, sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Posso fazer uma pergunta apenas?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu não recebi na forma de proposta de projeto...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Ainda não, porque eu estou entrando com isso hoje, mas já está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... mas recebi aqui um documento da Abras e de outras instituições falando sobre isso.

Eu queria perguntar em que é que isso difere da legislação de hoje em dia, entendeu? Porque é lógico, eu concordo *ipsis litteris* que, se quiserem botar uma farmácia dentro de um supermercado, não tem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não tem problema.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não pode.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu compro medicamento de farmácia dentro de supermercado, então não vejo problema.

Então, eu vou analisar isso aí.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, se não tem problema, mais perto ainda do consenso estaremos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pronto, vamos ver.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Porque se isso já é o que está previsto na legislação hoje, fiquei convencido do seu argumento e agradeço o acolhimento do que já existe hoje para dentro do projeto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pronto. Nós todos vamos analisar aqui.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Resolve o problema dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu vou querer simplesmente...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O cidadão é quem sai ganhando.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... compreender onde está a diferença, vamos ver.

Com a palavra agora o economista Ivo Bucaresky.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Posso pedir a V. Exa. um minuto só?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pedir que V. Exa. ficasse aqui um minutinho enquanto eu vou ali. Pode ser? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Boa tarde a todos e a todas. Substituindo aqui temporariamente o ilustre e eminente Senador Humberto Costa, eu confesso que está sendo bem esclarecedora esta audiência pública.

Eu tinha alguns questionamentos para fazer, sobretudo algumas indagações.

Primeiro, quero dizer para o representante, que é o Sergio aqui, que, na verdade, quando você falou ali de que a Abras, né? A associação...

O SR. SERGIO MENA BARRETO (*Fora do microfone.*) – Nos comentários?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Nos comentários.

O SR. SERGIO MENA BARRETO (*Fora do microfone.*) – Não. A minha é a Abrafarma.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não. Você representa Abrafarma, que é a associação de farmácias, entretanto é a Abras – dizendo que o Presidente da Abras disse que ia comprar todo mundo e seu Raimundo. Eu já quero deixar bem claro aqui, esclarecendo para a opinião pública brasileira, que o Senador Jayme Campos ele ponha fora do radar dele lá.

O que você mostrou aqui é gravíssimo. Se, de fato, não for nenhuma *fake news,* não for alguma montagem, é grave. É caso de Polícia Federal, no mínimo de o MPF tomar as devidas providências em relação a esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, eu vim aqui até para dirimir algumas dúvidas em relação, naturalmente, a esse projeto, na medida em que eu tinha algumas restrições, até porque, quando se falava que iam vender remédio em farmácia como se fosse bananinha, quilo de carne, quilo de arroz e lata de óleo, sou literalmente contra.

Todavia, após o esclarecimento de que não será vendido nas gôndolas do mercado, muito pelo contrário, será permitido – e eu acho que atendia perfeitamente ao projeto na sua essência, o de V. Exa., Senador Efraim – que possa haver farmácias dentro do supermercado. Isso eu não sou contra, muito pelo contrário. Vai ser um estabelecimento comercial dentro de um prédio, em que, muitas vezes, nesse próprio prédio, você pode ter banco, casa lotérica, etc.

Foi esclarecedor. Se for isso aí, eu não tenho dúvida alguma de que o projeto, Senador Efraim, é meritório. Agora, teremos que dirimir várias e várias dúvidas, que certamente não só eu tenho, mas a população brasileira e outros Senadores, que vão ter aqui essa tarefa, essa missão de votar, e têm que votar de forma consciente e de forma responsável. Dessa maneira, é uma discussão muito boa, ampla e, sobretudo, esclarecedora.

Só o que mexeu comigo muito foi quando o senhor disse aquilo, que o presidente de uma entidade de peso, como é a associação dos supermercados do Brasil... Uma acusação como essa aí é gravíssima, e eu acho que é caso até de Polícia Federal.

Por favor, Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador Jayme, a minha pergunta é se o senhor, com toda a experiência... O senhor já comprou medicamento por *delivery*? Já ligou para a farmácia e foi entregue?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Já aconteceu, sim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O senhor falou com algum farmacêutico?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Foi entregue na sua casa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sim, senhor.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sem precisar apresentar receita, nada?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Por enquanto, não. Não foi preciso.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então pronto, acho que é isso que demonstra. O cidadão comum...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Na verdade, esse medicamento que eu comprei também não dependia de um receituário médico.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Para mim, é isso que me convence. O cidadão comum pode comprar por telefone, *online* ou na internet, e o medicamento chega à casa dele. Então, não vejo problema de ter uma amplitude de pontos de acesso para que aumente a concorrência e se reduza o preço. Para mim, o argumento está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Deixe-me só fazer um questionamento aqui. Eu, particularmente, sou daquela tese de que, na lei da oferta e procura, com certeza, se vier a concorrência, vai baixar. Isso é em todos os setores. Em qualquer atividade econômica deste país e no mundo, a lei da livre concorrência é muito boa. É a competição de quem vende mais barato. Com certeza, um bom produto ele vai vender muito mais.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É uma regra geral da ordem econômica.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Da ordem econômica. Nisso V. Exa. tem toda razão. Mas, de qualquer forma...

Por favor, Senador Humberto, esteja à vontade aqui. Já aproveitei para fazer alguns questionamentos. Estou dirimindo algumas dúvidas aqui. Parabéns pela audiência, muito boa e esclarecedora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a palavra, agora, o Dr. Ivo Bucaresky, economista. Lembro que lá vai estar marcando dez, oito, sete.

O SR. IVO BUCARESKY (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde a todas e a todos. Na pessoa do Senador Humberto Costa, eu quero cumprimentar todas as Sras. e os Srs. Senadores aqui presentes e os demais membros da mesa.

Antes de começar a falar do meu parecer e do trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO BUCARESKY – ... que eu fiz demonstrando os problemas que tem de liberar a venda de Medicamentos Isentos de Prescrição, ou mesmo de outros medicamentos, em supermercados.

Estão me apresentando como economista, mas eu quero lembrar que, além de economista, eu fui Diretor da Anvisa entre 2013 e 2016 e fui Secretário-Executivo da Câmara de Regulação Econômica do Mercado de Medicamentos (Cemed) entre 2011 e 2013.

Esse debate sobre venda de medicamentos em supermercado é um debate antigo que já ocorreu na época em que eu estava na diretoria da Anvisa e volta a ocorrer agora. Ele é recorrente. Já na época nós colocamos a posição da Anvisa contrária a isso, tanto do ponto de vista sanitário como também fizemos um debate econômico.

Eu gostaria aqui de falar um pouco, na introdução, às senhoras e aos senhores, primeiro, sobre o que são MIPs (Medicamentos Isentos de Prescrição) sob o ponto de vista da Anvisa. Eles têm algumas características. A primeira é que eles tratam sintomas e não a doença. Eles ajudam, obviamente, na cura, ajudam a tratar os sintomas, mas eles não tratam a causa da doença diretamente. Isso quem trata são os medicamentos de prescrição ou outras terapias.

Segundo. Eles têm baixo risco, mas não são isentos de risco. Existem riscos ao se utilizar Medicamentos Isentos de Prescrição, tanto riscos de uso quanto riscos de abuso desses medicamentos, riscos de você utilizar dois medicamentos, às vezes, que não podem ser misturados. Já foi até identificado, aqui na Comissão, você tomar, por exemplo, ácido acetilsalicílico quando estiver com dengue. Tudo isso demonstra que são importantes, mas que não são totalmente isentos de risco. Uma outra característica importante é que eles são os únicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos para os quais a Anvisa autoriza propaganda na televisão, propaganda direta ao cidadão.

Os supermercados argumentam que a venda de MIPs ou de outros medicamentos no mercado vai facilitar o acesso, a concorrência vai, possivelmente, reduzir os preços e que isso vai ser conveniente para o consumidor. Porém, eu quero aqui trazer a vocês quais são os riscos dessas vendas em supermercados. Aqui eu faço um resumo, mas já vou direto ao assunto.

Como falou muito bem o Sergio Mena Barreto, nós temos hoje cerca de 93 mil farmácias em funcionamento no Brasil, das 122 mil autorizadas. Elas são importantes. Grande parte delas, mais de 60% delas são pequenas ou médios empresas, médias farmácias. Grande parte dessas pequenas e médias estão colocadas em pequenos e médios municípios nos bairros ou distritos mais afastados ou nos bairros ou distritos mais populares da cidade.

Para as pequenas farmácias, os medicamentos isentos de prescrição representam 25% do faturamento delas. Elas são empreendimentos comerciais que têm uma estabilidade econômica muito pequena e qualquer perda de margem de vendas, qualquer perda de margem de lucratividade pode trazer a falência de um dono de farmácia, de uma pequena ou de uma média farmácia. E aí, se nós autorizarmos a venda de medicamentos em supermercados, ao contrário do que diz a Abras, que vai diminuir o custo para o cidadão – do que eu gosto, mas não necessariamente o aumento da concorrência pode diminuir o preço do MIP –, ele não diminuirá. Vai aumentar o custo para o cidadão. Por quê? Essas pequenas e médias farmácias terão que... Num primeiro momento, seu movimento vai ser qual? Aumentar o preço dos medicamentos de prescrição para poderem sobreviver à perda de mercado. Isso vai aumentar o custo para o cidadão. E, num segundo momento, nós teremos falência de milhares de farmácias no país, desemprego de milhares de pessoas no país.

Essa falência dessas farmácias fará com que em muitos lugares não tenham farmácias. Isso também aumenta o custo para o cidadão, porque ele vai precisar ir para outro bairro, para outra cidade, para outro distrito, para tentar comprar o medicamento. E, na hora em que falir a farmácia, quem disse que o supermercado que o está vendendo não vai aumentar o preço, não vai aproveitar, porque acabou a concorrência, e vai aumentar o preço desse medicamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não necessariamente esse aumento vai diminuir o custo para o cidadão. Ao contrário, ele tende a aumentar o custo para o cidadão, a diminuir a acessibilidade a medicamentos, medicamentos importantes para os cidadãos, porque essas farmácias irão à falência ou terão que aumentar os seus preços.

Aqui é uma tabela, mostrando qual é a percentagem da venda de MIPs dentro dos supermercados. Como eu falei, 25% são das pequenas e médias.

Nós vamos ter vários impactos, principalmente em questões sanitárias. Nós temos que lembrar o seguinte. Se você misturar na gôndola o medicamento com outros produtos de supermercado, com alimentos, com açúcar, com cigarro, com outras coisas, isso vai fazer com que a população comece a achar que o Medicamento Isento de Prescrição é isento totalmente de risco, que ele pode tomá-lo à vontade.

Isso vai aumentar a automedicação e aí, senhores, eu quero lembrar, nós vamos ter menor controle de acessos dos menores, as condições inadequadas de estocagem dentro dos supermercados. Temos que lembrar que farmácias, pelas regras da Anvisa, têm uma série de exigências. Não é só o farmacêutico. Elas têm exigência de questão ambiental, têm temperaturas necessárias, têm formas de estoque, formas de controle de estoque. E lembro que o farmacêutico, além de dar apoio ao cidadão, também tem que fazer todo esse controle do medicamento dentro da farmácia. E será que isso será feito dentro do supermercado? Os farmacêuticos vão conseguir fazer isso se eventualmente eles estiverem no supermercado? Porque a proposta, pelo menos a que temos agora, põe o farmacêutico como virtual.

Nós vamos ter um risco de incentivo descontrolado. E aí o Senador Efraim trouxe o exemplo dos Estados Unidos. Eu quero lembrar dois fatores importantes que acontecem nos Estados Unidos hoje por conta dessa liberação desenfreada que houve nos Estados Unidos de venda de medicamentos em supermercados e em outros estabelecimentos que não farmácias e drogarias. Primeiro, houve uma quebra enorme de farmácias e drogarias em cidades pequenas e médias dos Estados Unidos, em bairros populares.

Hoje, há várias cidades que sofrem a desertificação de farmácia, onde a população não tem farmácia nenhuma e tem que andar de 10km a 15km para conseguir, principalmente, os medicamentos de prescrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso não só nas grandes cidades. Eu vi um estudo em que, no Harlem, que é um bairro mais popular, mais pobre de Nova York, há falta de farmácias, porque elas acabaram quebrando. Não há condições econômicas de se manterem, já que há uma concorrência dos supermercados para isso aqui.

Então, você diminui o acesso, e a diminuição do acesso vai impactar também em uma outra situação, que é: menos acesso significa menos adesão ao tratamento. Com menor adesão ao tratamento, lá na frente, o SUS e o sistema privado, os planos de saúde vão pagar esse preço, porque vai ser mais hospitalização, mais gente tendo que ser tratada, o que é muito mais caro do que tratar com tratamento preventivo e medicamentoso.

Então, ao contrário do que está dito, nós vamos ter... o cidadão vai aumentar o seu custo para conseguir o produto, vai ter mais dificuldades de acesso e o custo do sistema de saúde vai ser maior.

E eu quero lembrar uma outra coisa também importante: é que vai haver um impacto para os pequenos e médios municípios. Queremos lembrar o seguinte: a pequena farmácia é um negócio local, com o CNPJ no município. Ela gera impostos, arrecada impostos para o município, gera arrecadação de Imposto de Renda para o município. Grandes redes de supermercado, como as grandes redes de farmácia também, não estão estabelecidas com seus CNPJs nos pequenos e médios municípios, não arrecadam os seus impostos para esses municípios. Nós vamos ter falências de negócios, vamos ter imóveis fechados, vamos ter desemprego nas cidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO BUCARESKY – ... e queremos lembrar também o seguinte: o farmacêutico, ainda mais nas cidades pequenas e médias, exerce um papel, sim, de assistente de saúde, de ajudar a população a se informar sobre que tipo de medicamentos tomar, o que não tomar, quando tem que procurar o médico. É uma importante figura na cidade.

E também o meu medo – e nós também vemos nos Estados Unidos essa hipótese de vender todos os medicamentos na farmácia –, além da falência em massa que nós teremos das pequenas e médias farmácias, o que você vê nos Estados Unidos – eu vou muito lá – é no All Green, no CVS você vê todos os medicamentos de prescrição. Quando você vai comprar no Walmart, quando você vai comprar no próprio supermercado, eles vendem dos 200 aos 300 medicamentos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendidos. Mas a maioria dos outros medicamentos que não são tão vendidos, não estão lá na prateleira do supermercado, não estão lá no balcão do supermercado.

E, repetindo até o que o senhor falou, Senador, a legislação atual já permite você ter uma farmácia no local em que está o supermercado, mas não junto com as gôndolas, não como é uma padaria, uma peixaria ou um açougue dentro do supermercado. Ela tem que estar para além dos caixas, seguindo todas as regras da Anvisa, demonstrando claramente que é uma farmácia, com CNPJ diferente, porque ela tem uma outra finalidade. Ela é uma Cnae na área de saúde, não é uma Cnae na área de gêneros alimentícios, é um outro tipo de comércio, com outras finalidades e com outras regras a seguir. Então, a lei atual já permite.

Eu não acredito muito que, principalmente pequenos e médios... se a gente puder fazer seguirem todas as regras da Anvisa, talvez os grandes supermercados consigam colocar unidades farmacêuticas dentro do supermercado, mas os pequenos supermercados não vão conseguir fazer, as unidades de venda não vão conseguir fazer. Então, você não vai ter um aumento relevante de pontos de venda, mas, ao contrário, nós teremos uma quebra muito grande de drogarias e farmácias no país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado. Dr. Ivo Bucaresky.

Com a palavra agora o Dr. Daniel Meirelles Fernandes Pereira, Diretor da Quinta Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O SR. DANIEL MEIRELLES FERNANDES PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador Humberto, a quem cumprimento e parabenizo aqui pela realização da audiência. Esse assunto é de suma importância.

Cumprimento também o ex-Diretor da Anvisa, Ivo Bucaresky, que é meu ex-colega.

Gostaria, inicialmente, antes da fala da Anvisa, de esclarecer alguns assuntos que estão sendo falados, inclusive na imprensa, e deixar isso muito claro aqui. A Anvisa não tem uma posição formada sobre o PL 2.158, de 2023. Essa posição da Anvisa sempre é tomada pelos seus diretores, esse assunto é votado em diretoria colegiada, e não houve nenhuma deliberação ainda acerca do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto desse PL. Então, primeiramente, é importante a gente deixar muito claro esse assunto ainda vai ser levado. Mas eu vim aqui, exatamente, trazer um pouquinho da visão da agência, da visão deste Diretor e da visão das áreas técnicas ali envolvidas sobre esse tema e contribuir com o Senado Federal.

Aliás, essa é a posição da agência. A agência não é contrária ou a favor a nenhum projeto de lei discutido aqui no Senado. A agência contribui com a sua visão sanitária, Senador, em relação a esses projetos, buscando o melhor resultado possível para o país e para toda a sociedade.

Primeiramente, é importante destacar que a posição da Anvisa é pelo não retrocesso dos seus aspectos sanitários. Então, algumas bases, em relação à venda desses medicamentos, são de suma importância. A primeira é que se mantenha a arquitetura de uma autorização de funcionamento específica para aquele estabelecimento. É na autorização de funcionamento que os órgãos de vigilância sanitária, aqui compreendidos a Anvisa e as vigilâncias estaduais e municipais, atestam o cumprimento dos requisitos sanitários na venda daquele estabelecimento. Então, não só após uma visita ou de acordo com os seus requisitos, mas é de extrema importância que seja mantida essa autorização de funcionamento específica.

A segunda base é a dispensação por parte do farmacêutico, independentemente de ser um medicamento vendido sob prescrição ou isento de prescrição. O farmacêutico exerce um papel muito maior do que somente a dispensação. Ele exerce um papel de controle, de aconselhamento ao usuário, de um contato mais próximo, visando sempre a utilização racional desses produtos que, no final das contas, são medicamentos e, como medicamentos que são, qualquer um representa em algum momento certo o risco.

O terceiro ponto é a segregação de venda. Obviamente, os aspectos sanitários não vão permitir que esses medicamentos sejam expostos com produtos que possam atrair vetores, que possam atrair animais ou outras questões, não contribuindo para a segurança sanitária daquele estabelecimento. Além disso, o cumprimento integral das normas de transporte e armazenamento desses produtos. Esses produtos, não só a sua segurança e a sua qualidade, dependem necessariamente desse armazenamento adequado. Muitos medicamentos quando saem da temperatura ideal, ou são armazenados ou transportados de uma forma não condizente, perdem esse requisito de segurança, perdem esse requisito de qualidade, trazendo um risco sanitário cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez maior para a população. Além disso, os demais regulamentos da Anvisa sobre o tema e, especificamente, os temas de aspectos sanitários, que é a nossa função.

Dito isso, quero deixar muito claro ao Senado Federal, Senador Efraim, já o cumprimentando pela proposta, que, atendidos os requisitos sanitários da agência, essa não vai entrar numa seara de arquitetura do local em que isso vai ser vendido. Então, independentemente de ser em um supermercado ou em uma loja de departamento, atendidas todas essas barreiras sanitárias que a agência entende como importantes e sendo elas supridas – obviamente a atuação da agência aqui é para resguardar os aspectos sanitários da operação, não é para definir onde aquele produto vai ser vendido ou não vai ser vendido –, atendidas essas bases sanitárias, com toda a certeza há um ambiente sanitário favorável para que haja a dispensação desses produtos, desde que resguardado todo o regulamento da Anvisa.

Desde já, nesta audiência, a Anvisa está aqui para oferecer as suas considerações e também colher os subsídios aqui apresentados. A gente está totalmente à disposição para esclarecer qualquer assunto que nos seja demandado pelo Senado Federal, ou por qualquer associação, ou por qualquer cidadão sobre a nossa visão.

Para finalizar, eu queria reforçar que não compete à Anvisa definir onde esses medicamentos devem ser vendidos ou não, compete-lhe garantir a segurança sanitária na venda desses produtos, de acordo com os seus regulamentos atuais e de acordo com o que vem fazendo nos últimos anos.

Dito isso, fico aqui à disposição para qualquer esclarecimento a este Senado por parte da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agradeço a V. Sa., Dr. Daniel Meirelles, e passo a palavra ao último convidado de hoje, que é o Dr. Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde, Senador Humberto Costa. É sempre um prazer revê-lo, ainda que de modo virtual.

Senador, receba as saudações do Conselho Federal de Farmácia e peço também que todos os demais também as recebam. Trago a todos as saudações do Conselho Federal de Farmácia, a todos que estão aí presentes, aos que prestigiam esta audiência pública com suas presenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, este é um tema que já foi amplamente discutido, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados; portanto, dentro do Congresso, foi exaustivamente debatido. É claro que eu não quero dizer com isso que o Congresso não possa retornar sempre – é tranquilo isso, não tem problema –, mas estou lembrando que a gente já faz essa discussão há muitos e muitos anos. Talvez, desde 1995, discute-se esse problema da venda de medicamentos em gôndolas de supermercado – é bom sempre deixar muito bem claro isso. Volta e meia, mesmo com as evidências cristalinas que nós já trouxemos em todas essas audiências, mostrando todos os problemas que os MIPs podem produzir, os efeitos que eles podem ocasionar para o usuário dos medicamentos são significativamente importantes.

Então, é sempre bom a gente lembrar que medicamento – verdadeiramente o senhor sabe, e todos que estão aí sabem – não é uma mercadoria, assim como farmácia não é um estabelecimento qualquer.

Nesse ponto, que aqui está fugindo da câmera...

Desculpe-me, Senador. Estamos com um problema técnico aqui. (*Pausa.*)

O.k.

Então, veja bem...

Conseguiu? (*Pausa.*)

Senador, agora o senhor pode ver o seguinte, nessas circunstâncias: o que a gente vem acompanhando, ao longo de todas essas audiências públicas, ao longo de todo esse tempo, é que a gente ouve muito fazerem abordagem do ponto de vista econômico. E era bom deixar bem claro que nós deveríamos estar defendendo, aqui, a vida humana. É significativamente importante nós termos isso no nosso ponto de vista.

Então, veja bem, todas essas propostas que eu estou mostrando aqui, Senador, desde 1995 até 2019, são de vários Deputados e de vários Senadores apresentando todos esses projetos – e em tramitação estiveram todos esses aí, um de 2019, um de 2023 e um de 2025 –, lembrando sempre que pelo menos esses dois últimos aí foram em regime de urgência e que também essa possibilidade da venda de medicamentos em gôndola de supermercado foi totalmente descartada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos, na realidade, Presidente, que todas essas experiências anteriores foram extremamente negativas, porque – veja bem – essas intoxicações aumentaram no período de 1993 a 1995. Quando os medicamentos voltaram para as farmácias, entre 2007 e 2009, os casos diminuíram 14%, ou seja, uma significativa diminuição.

E o que significa dizer entre 1993 e 1995? Foi, exatamente, o período em que o Congresso Nacional autorizou a venda de MIPs em supermercados, nas gôndolas de supermercados. Ora, o que se observou durante todo esse momento? Essa venda de medicamentos nas gôndolas de supermercados fazia com que o consumidor enchesse seus carrinhos de *blisters*, de caixinhas de medicamentos – todos eles de MIPs –, e ele levava ao caixa, passava, pagava e depois ia vender nas feiras, nas praças, sem controle de temperatura, umidade, etc.

Isso ocasionou um vexame e um caos no país – o uso desses medicamentos da forma como eles foram liberados. E isso daí foi evidenciado, exatamente, na CPI dos medicamentos. Do mesmo modo que se discute que venda de medicamento nas gôndolas de supermercados vai diminuir preço, a CPI dos medicamentos – ali, entre 1990 e 1998, mas a CPI foi mais claramente realizada em 1998 – mostrou que o preço desses medicamentos aumentou 300%.

Então, veja que essa questão de que vai diminuir preço não é bem verdadeira, ou pelo menos foi o que foi identificado pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agora – veja –, essa é a grande questão. Isso aqui é só no Brasil. Veja bem, Senador: nós temos 94 mil ou quase 95 mil farmácias, e – desculpem –, dessas 94.706 farmácias, 21.420 estavam em supermercados com farmácias próprias; ou seja, desse total do número de farmácias que existem, que se falou tanto aqui, estão incluídas 21.420 farmácias em supermercados. Neste formato: farmácias que existem verdadeiramente, com toda a logística, com todas as exigências sanitárias, de saúde, etc.

Acho que o que me impede hoje de trazer dados sobre intoxicações de medicamentos, porque nós já debatemos muito isto, todos os efeitos deletérios de cada um deles, interações medicamentosas, principalmente com os três principais MIPs – paracetamol, dipirona, ibuprofeno –, não são só esses, mas esses são os principais, que ocasionavam uma série de problemas... Foi colocado aqui também por alguns dos membros daí que, por exemplo, nos Estados Unidos, vende-se em gôndola, vende-se em não sei o quê mais... O americano hoje, Senador, com toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinceridade, ele pede a Deus que não adoeça, porque, se ele adoecer, vai se sentir muito ruim, muito mal, porque ele não tem um sistema público de saúde como o Brasil tem, que é o SUS. Então, é preciso ter cuidado com essa questão de que os Estados Unidos vendem como quer, como entende.

Nós entendemos o seguinte, depois de todas as nossas participações, sucessivamente, uma atrás da outra, nós verificamos que o ideal seria exatamente ter isso.

Outra coisa, estas daqui são farmácias. Por exemplo, se eu vejo que está no supermercado, está bom. A FarmaLíder está dentro do Supermercado Líder, mas há possibilidade, sim, de se terceirizar. Eu tenho um exemplo no meu próprio estado, Senador, no Pará, na cidade de Belém, em que existe o Mix Atacadão, atacarejo do Mateus, que têm terceirizado. Nós temos uma rede de farmácia lá chamada Reinafarma que trabalha com essa farmácia física, podendo vender tudo com farmacêuticos, atendendo a todas as exigências necessárias para isso.

Então, nesse sentido, eu queria até lembrar que talvez, com toda desculpa e com todo respeito, porque eu não tenho muito entendimento de toda essa prática legislativa, mas me parece que nesse formato aqui já não precisa nem de lei, porque isso já é autorizado. Elas são farmácias físicas, estão aí em espaço fora do supermercado, à frente, fora dos caixas, com controle total, cumprindo todas as exigências que hoje as farmácias que não estão dentro do supermercado cumprem também.

Agora, vender medicamentos em gôndola, mesmo MIPs, em gôndola de supermercados, sem registro, sem cuidado nenhum, é uma concorrência desleal com aquelas que têm registro fixo, que atendem todas as exigências, cumprem com todas as exigências. Então, para mim, no meu entendimento, seria uma concorrência desleal, uma concorrência desigual.

Veja, no caso das farmácias, no caso do supermercado, é o quarto item, Senador, na diversificação do segmento. Olha só: 22,6%. Ocupa a quarta posição, o que significativamente é importante. O senhor pode ver ao lado as dez principais redes que já têm as suas farmácias próprias no nosso país, o que significa dizer que essa é uma busca, um entendimento que para nós é bastante saudável.

Então, veja bem, é claro que no Brasil é lei. Nós tivemos uma grande contribuição do senhor e dos demais Parlamentares que estão aí presentes quando nós desencadeamos aquela luta pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação da Lei 13.021, em 2014, Senador Humberto – portanto, já se vão 11 anos disso –, que tornava obrigatória a presença do farmacêutico durante todo o horário de funcionamento. Na realidade hoje, Senador, nós somos 400 mil farmacêuticos no Brasil e nós temos um estudo que eu vou fazer chegar para o senhor do georreferenciamento que nós fizemos no nosso país, região por região, que mostra que, inclusive nas cidades mais distantes, nós temos farmacêuticos presentes.

Outra coisa, Senador: há 400 mil farmacêuticos hoje, e nós estamos formando 18 mil farmacêuticos por ano no Brasil – 18 mil farmacêuticos por ano. Então, não vai ter esse problema de dificuldade de farmacêutico para assumir essa responsabilidade.

Então, é necessário que se tenha... Há até uma lei, com a luta de todos vocês, aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados e aprovada por unanimidade no Senado Federal, que exige a presença obrigatória do farmacêutico nessas farmácias durante todo o horário de funcionamento, e terá que ser assim. Caso o senhor, como Relator, entenda que nesse modelo é possível, é factível ter as farmácias próprias, farmácias fixas dentro deles, os supermercados vão vender nas farmácias tudo que eles acharem que é interessante, que é importante. Só que eles vão ter que ter, Senador, o espaço físico, como já foi colocado aqui, ter os requisitos estruturais para isso, como espaço físico compatível, atendendo à RDC 50 da Anvisa, as condições adequadas de armazenamento, sistema de controle, etc.

Há a questão também de ter a licença sanitária – isso é importantíssimo –, que será sempre emitida após a inspeção da vigilância sanitária no local, tudo mediante a RDC 44, de 2009, das Boas Práticas Farmacêuticas, em manual próprio da Anvisa.

Bom, tem a questão também que vai ser necessária...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concluindo, por favor.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (*Por videoconferência*.) – Diga.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Para ir concluindo. Já se esgotou o seu tempo.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (*Por videoconferência*.) – Senador, estou concluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisa também da AFE e da AE e também do lançamento de medicamentos controlados, através da SNGPC.

Portanto, abrir uma drogaria requer, Senador, conformidade com leis sanitárias, técnicas éticas, porque a farmácia é um espaço de cuidado da saúde e não apenas de comércio. Então, é obrigatória a responsabilidade técnica do farmacêutico. Ele é o profissional da saúde estratégico nessa questão.

Então, essa é, mais ou menos, a conclusão.

Estou concluindo, Senador. Este é o último.

Medicamento não é um produto qualquer. Ele exige regras para produção, dispensação e consumo, e a farmácia é um estabelecimento de saúde. Nós temos que entender isso, conforme a Lei 13.021. Também só pode existir respeitando regras claras, com responsabilidade, seguindo diretrizes de saúde.

Obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Walter.

Nós vamos, agora, passar para perguntas mais que chegaram, e cada um vai ter cinco minutos para suas considerações finais. Se considerarem pertinente, podem responder a alguma delas.

Daiane, de Goiás: "Como essa proposta poderá afetar pequenas farmácias e drogarias locais, especialmente em municípios menores?".

Pedro, do Ceará: "[Serão oferecidas] condições mínimas para o farmacêutico realizar sua função, como local reservado, tempo adequado de atendimento e [garantia de] sigilo?".

Guilherme, da Bahia; "Há consenso entre os farmacêuticos sobre essa mudança? De que forma será garantida uma decisão democrática no processo?".

Lucas, do Rio de Janeiro: "Quais são os riscos de permitir a venda de medicamentos fora das farmácias tradicionais, considerando o controle sanitário e a fiscalização?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Beatriz, de São Paulo: "Dizer que o medicamento é isento de prescrição não significa dizer que é isento de reações adversas".

Adriano, de Pernambuco: "Um verdadeiro absurdo as vendas de medicamentos livres de prescrição em supermercados. A diferença do medicamento para o veneno está na dose".

Aline, do Pará: "Pacientes podem ser expostos a propagandas inadequadas e a prateleiras que incentivam o consumo impulsivo e banalizam o uso de medicamentos".

Beatriz, da Bahia: "Com a atuação do farmacêutico no processo, ocorrerá geração de novas vagas de empregos, [...] [escassos atualmente] na Bahia".

Pois bem, eu queria só tecer alguns comentários aqui rapidamente.

Primeiro, eu vou olhar, ler esta proposição a que o Senador Efraim se referiu. De uma vista imediata, parece-me que não há contradição disso com a legislação hoje vigente, mas eu vou analisar, porque, caso não haja essa contradição, não haveria necessidade de uma lei para tratar do tema. Porém, se for para garantir alguma coisa a mais e, bom, se for do interesse da população, com certeza eu analisarei. Eu vou ver essa proposta. Se, por acaso, houver ainda alguma dúvida a partir do que eu vou receber, eu vou sugerir que a gente faça ainda, nesses próximos meses que faltam para o recesso, até julho, uma nova audiência pública, para que a gente possa ouvir novos argumentos especificamente sobre essa proposta, se de fato ela não couber dentro da legislação atual.

Outra coisa importante é que, obviamente, nós temos que ter o olhar do cidadão, e esse olhar do cidadão não mira apenas no que diz respeito à questão econômica ou financeira. Os órgãos de regulação existem exatamente para ser uma tentativa de corrigir, digamos, falhas do mercado, a diferença de esclarecimento que as pessoas podem ter. É por isso que existem agências reguladoras. Para que a pessoa possa tomar uma decisão, como consumidor, bem informada, é preciso que haja uma regulação. Então, essas duas coisas têm que andar lado a lado, especialmente nesse aspecto.

Outro ponto que nós temos que discutir é o seguinte: olha, não é porque se vende remédio pela internet que se vai vender remédio no supermercado. O que tem que se ter aí é um rigor maior em relação a essa questão da venda na internet. Então, se uma coisa errada está sendo feita, nós vamos abrir a porteira para passar... Eu acho que a Anvisa deve, inclusive, ao Brasil... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sei que tem algumas regulações em relação à venda de medicamentos pela internet, mas precisa ter um rigor maior nisso aí. Nesse ponto, a informação é verdadeira. E podia V. Sa. também se manifestar sobre isso.

A outra coisa que eu entendo, a partir da explicação de V. Sa. sobre as exigências para colocação de uma farmácia em algum lugar, é que, com certeza, não cabe nisso que o senhor falou a possibilidade de se vender remédio em gôndola ou em prateleira de supermercado. É uma coisa óbvia. A Anvisa não tomou uma posição sobre o projeto, mas ela já tem uma posição histórica sobre como é que se deve fazer a venda do medicamento. Então, eu vejo isso também como uma coisa importante.

Eu vou passar a palavra agora, de trás para a frente, para que os expositores – foi ótima a exposição, quero agradecer a todos e a todas, foi muito boa – possam ter os cinco minutos para as suas considerações finais.

Então, eu chamaria o último, que foi o Dr. Walter da Silva Jorge João. O senhor tem cinco minutos.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k., Senador, muito bem.

Eu acho também que foi de muito proveito esta audiência, acho que muito bem organizada, muito bem pautada, todos se posicionaram muito bem.

O nosso entendimento é que, se for dentro desse critério de ter essa farmácia própria, como já apresentei, dentro do supermercado, atendendo a todas as exigências, será um grande avanço, será um grande passo que nós daremos e não um retrocesso, no sentido de contribuir para, cada vez mais, banalizar-se o uso dos medicamentos, aumentando, aumentando, aumentando pontos e pontos de venda de MIPs no país. Então, esse é o primeiro momento.

Eu vi o senhor fazer uma abordagem... Acho que o Senador Efraim também colocou o problema da venda na internet. A venda na internet existe justamente por conta de regulamentações que existem que podem ser controladas pela Anvisa; agora, mesmo assim, só se pode conseguir a venda de medicamentos pela internet se houver a farmácia física, não é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma totalmente banalizada, mas também acho que as farmácias precisam dar um salto muito maior, Senador, que é exatamente o atendimento desses pacientes nessas farmácias, tendo o espaço necessário, como se faz hoje.

Só para o senhor ter uma ideia, hoje, no Brasil, já foram feitos 14 milhões de atendimentos por farmacêuticos com consultas, com orientações. Então, isso é um grande avanço. Em mais de 1,2 mil, quase 1,3 mil municípios, já tem farmácias com espaço específico para o farmacêutico desenvolver as suas atribuições voltadas ao cuidado da saúde das pessoas, com orientação, principalmente para os sintomas menores, autolimitados, como se diz. Isso é muito importante. As farmácias podem crescer muito mais, mas, como os farmacêuticos já fazem todos os tipos de testes voltados à área bioquímica e tudo mais, dentro das farmácias é preciso ter o espaço apropriado para fazê-lo.

Então, eu acho que esta discussão foi muito proveitosa no sentido de abrir os nossos olhos e a nossa visão para essa nova possibilidade. Tudo bem, ninguém é contra que os supermercados possam ter as suas farmácias próprias, vendendo seus medicamentos. Nós somos contra – tenho certeza de que todos que estão aí também são contra – a banalização disto: disponibilizar medicamentos isentos de prescrição, que, como o senhor já disse claramente, não são isentos de risco e só trazem problemas e problemas para a saúde.

Só para o senhor ter uma ideia, foi dito aqui, são mais de R$12 bilhões que o SUS investe na compra de medicamento. Em contrapartida, R$60 bilhões o Governo gasta para atender internações decorrentes do mau uso de medicamentos.

Então, a gente precisa ter essa visão e pensar numa coisa mais séria, sem prejuízo para o supermercado. É uma concorrência, inclusive, para o meu ponto de vista, bastante legal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Dr. Walter.

Com a palavra, agora, o Dr. Daniel Meirelles, da Anvisa.

O SR. DANIEL MEIRELLES FERNANDES PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar esclarecendo e respondendo a algumas perguntas que foram feitas. A primeira é uma pergunta que chegou aqui recentemente, da Kássia Lima, do Distrito Federal, sobre se a Anvisa já se posicionou sobre o mesmo tema, venda de MIPs em supermercados, no âmbito de outros projetos de lei; afinal, o tema já tramita há 20 anos no Congresso.

Respondendo de uma forma muito clara, a Anvisa se manifesta conforme exatamente a minha posição. Ela se manifesta com as contribuições sanitárias, no sentido de que deve ser mantida toda a regulamentação atual, o cumprimento da estruturação e do funcionamento específico, a segregação, enfim, todos esses requisitos sendo mantidos, para a Anvisa, sanitariamente está o.k. o projeto. Então, todas as manifestações da agência foram nesse sentido.

Evoluindo sobre a questão da venda de medicamentos pela internet, também é importante esclarecer para a população que a Anvisa somente permite a venda de medicamentos pela internet desde que atrelada a um estabelecimento, a uma farmácia física. Então, o que nós temos hoje? Nós temos hoje aplicativos de *delivery* ou aplicativos dessas próprias farmácias que fazem essa venda *online* com entrega desde que sejam medicamentos isentos de prescrição também, porque, caso haja a necessidade de prescrição, deve haver a fiscalização dessa receita médica no ambiente da dispensação. Caso haja algum desvio por parte de algum *marketplace* ou algum *site* – a gente sabe que a internet, muitas vezes, é um lugar de difícil fiscalização –, qualquer denúncia pode ser encaminhada à Anvisa, que adotará, como vem adotando já há muitos anos, as medidas necessárias para derrubar esse *site*, para derrubar essa venda, porque isso não é permitido.

Por fim, queria já parabenizar novamente, Senador, pela realização desta audiência e colocar a Anvisa integralmente à disposição desta Casa e à disposição de todos os participantes para qualquer esclarecimento necessário.

A gente reforça a nossa posição de que não deveria haver um retrocesso aos requisitos atuais, mas independentemente disso, também não compete à agência definir a arquitetura do lugar em que esse produto vai ser dispensado, desde que atendidos todos os aspectos regulatórios sanitários definidos pela agência hoje.

No mais, agradeço a todos pela participação e fico à disposição para os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agradeço ao Dr. Daniel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra agora o Dr. Ivo Bucaresky.

O SR. IVO BUCARESKY (Para expor.) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Primeiro, acho que, óbvio, o Diretor Daniel não estava na Anvisa na época, mas a agência já se pronunciou em 2015, quando houve um projeto de lei parecido e se colocou – viu, Daniel? – claramente contrária a essa proposta. Essa foi a nossa posição da Diretoria em 2015. Então, a Anvisa já se pronunciou em 2015, quando foi aprovado um jabuti dentro de uma medida provisória, que aprovava a venda em supermercados. Nós nos posicionamos contrariamente, a Presidenta Dilma vetou isso, e o veto foi mantido pelo Congresso.

Então, em 2015 e em outros momentos, eu sei também, a Anvisa já se posicionou claramente contrariamente a essa proposta. Então, a posição da agência... Ela não se posicionou sobre esse projeto de lei, óbvio. À atual Diretoria cabe fazer isso, mas, sobre projetos de lei anteriores, quando votados aqui, teve posicionamento da agência.

Eu vou falar principalmente sobre o projeto sobre a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados nas gôndolas do supermercado. Houve uma pergunta sobre qual seria o impacto nas pequenas farmácias, médias farmácias do interior. Para mim, é claro, elas vão quebrar, irão à falência a maioria delas. E volto a repetir: o custo dos medicamentos, o custo do acesso aos medicamentos aumentará por conta disso. Aumentará o desemprego nas cidades por conta disso, porque o número de empregos que eventualmente o supermercado pode gerar, abrindo farmácia dentro ou vendendo, será menor do que o emprego que as farmácias geram. Quebraremos vários pequenos empreendedores no país – disso eu não tenho a menor dúvida e falo como economista –, assim como o custo da saúde vai aumentar, porque vai aumentar a dificuldade de acesso, vai cair a adesão, e o custo do sistema público e privado de saúde...

Não é só o SUS, os planos de saúde também vão pagar um preço maior, porque haverá mais hospitalização e, quanto mais hospitalizados, maior o custo do que você puder tratar com os medicamentos de prescrição, principalmente – e também os MIPs –, antes de ter que ser hospitalizado. Então, a consequência negativa é muito grande para o cidadão, para os municípios, para o sistema de saúde.

E sobre a proposta que foi colocada sobre a venda de todos os medicamentos no supermercado, vamos voltar a lembrar: você tem uma série de exigências que a lei já faz. Já se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permite hoje que o supermercado venda fora do caixa, não junto com as gôndolas, não junto com açougue, não junto com a peixaria, não junto com a padaria, porque vão afetar as condições ambientais da farmácia. Elas podem fazer... Como já mostrou o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, existem várias farmácias em ambientes de supermercado para além do caixa. Então, a lei hoje já garante isso, contanto que se siga a regra da Anvisa.

Minha pergunta começa a ser a seguinte: se o supermercado passar a vender todos os medicamentos, puder vender medicamentos de prescrição, eles venderão todos os medicamentos que podem? Como falou o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, eles vão pedir autorização especial para vender os medicamentos que exigem estar no sistema de controle especial da Anvisa, o SNGPC, que são os medicamentos de tarja preta, que são os antibióticos? Ou eles não irão vender e teremos as farmácias que vendem isso aqui quebradas, para vir a faltar clonazepam para as pessoas que precisam, medicamentos psiquiátricos para os pacientes que precisam, que são os tarja preta, os antibióticos, que muita gente precisa e que precisam ter controle especial? O risco maior é a gente ter a falta desses medicamentos e dificuldade de acesso a esses medicamentos provocado pela desertificação de farmácias no país. Então, o risco é muito grande de se fazer isso.

E quero lembrar uma outra coisa que eu esqueci de falar sobre os Estados Unidos. Além da desertificação de farmácias, um outro fenômeno que nós temos nos Estados Unidos é: os Estados Unidos são o país que mais tem automedicação, e são o país também – a gente vê as análises de farmacovigilância – onde mais temos problemas com medicamentos isentos de prescrição. Apesar de eles serem seguros, eles não são 100% seguros, e, nos Estados Unidos, nós temos relatórios que são impressionantes.

Em 2015, quando eu fui o relator da discussão sobre mudança de medicamento de tarja vermelha para isento de prescrição, nós fizemos um estudo que demonstrava que, em 2014, 200 pessoas tinham morrido por uso abusivo de paracetamol nos Estados Unidos. Por quê? Porque lá a automedicação é muito maior. Aqui temos problema de automedicação – tem problema de automedicação em qualquer lugar do mundo –, mas, nos Estados Unidos, onde foi tudo liberado dessa maneira, foi muito pior. Então, o exemplo dos Estados Unidos não é um bom exemplo para a gente; é um péssimo exemplo, tanto do ponto de vista sanitário quanto do ponto de vista econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu considero que essa proposta – como nós já nos posicionamos na época, na Anvisa, como eu venho sempre me posicionando como economista especializado na área de saúde – é uma proposta ruim para o cidadão. Ela vai piorar o acesso, o preço, o custo, e vai aumentar o custo do sistema de saúde no país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Dr. Ivo.

Agora, com a palavra o Dr. Cacito Augusto de Freitas Esteves, advogado especialista.

Desculpem: Cibele Zanotta – desculpe, é o cansaço já –, Presidente Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde (Acessa).

Perdão.

A SRA. CIBELE ZANOTTA (Para expor.) – Imagine.

Senador, obrigada pela condução desta audiência. Agradeço aos colegas pelas explicações.

Acho que um ponto fundamental de hoje foi deixar clara a segurança e eficácia dos MIPs e a ampliação à saúde. Quando, no final do dia, há questões, arquitetura de mercado etc., acho que a gente está caminhando para compor aqui entre os colegas, mas o que se deixa claro é a segurança e a eficácia dos MIPs.

Como Acessa, a nossa entidade, o que a gente garante é que, independentemente do lugar, seguindo os critérios e – como muito bem o Diretor da Anvisa trouxe – a regulamentação, a Acessa vai estar preparada, pronta, sempre, para falar em letramento para a população, sempre esclarecendo o uso correto dos medicamentos, dos MIPs.

Então, agradeço aqui e coloco a Acessa à disposição para dúvidas e debates. Eu acho que é muito rica essa conversa aqui de hoje.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Cibele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra agora o Dr. Sergio Mena Barreto, CEO da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma).

São cinco minutos.

O SR. SERGIO MENA BARRETO (Para expor.) – Obrigado, Senador Humberto. Obrigado por mais esta oportunidade de debate.

Há alguns pontos após a minha fala. O Dr. Walter trouxe muito bem a questão da quantidade de farmácias que já estão em supermercados e seguem as leis, que estão nas galerias. Mas tenho que registrar também que centenas delas já foram fechadas ao longos anos, centenas de farmacêuticos demitidos, porque alegavam – alguns supermercados que desistiram – que era muito difícil operar, muito complicado, que a margem era baixa, que tinham que seguir toda a regulamentação. Muitos desistiram disso.

Não dá para comparar os Estados Unidos com o Brasil – nós temos desafios muito diferentes. Aliás, não dá para comparar a Holanda, a Alemanha, nada, com o Brasil. Nós temos o Brasil, com os nossos rincões com as nossas cidades pequenininhas de 5 mil habitantes, com as cidades de 8 mil, com Nova Iorque, lá no Maranhão. São tantas cidades em que, no Brasil, a farmácia é o grande estabelecimento, é o estabelecimento de suporte da saúde.

Nos Estados Unidos, a gente tem obesidade em excesso, uso de medicamentos em excesso e falta de acesso. Isso é muito claro, não dá para comparar com o Brasil. O Brasil é outra coisa. O chinelo, quando é vendido na farmácia, está permitido por uma lei estadual, já mostrei aqui aos senhores. Acho que o Senador Efraim não estava quando eu mostrei que o Supremo Tribunal Federal definiu, em 2014, que é constitucional, que as leis são constitucionais. Então, quando vendem um chinelo é porque a lei permite. Mas o chinelo não mata ninguém, o chinelo não mata pessoas e o farmacêutico... Não precisa ter farmacêutico para...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. SERGIO MENA BARRETO – Só se for forte, não é, Senador?

Nós temos vários atores. Eu acho que a saúde brasileira é constituída de uma teia de muitos atores, por um Governo esforçado. Acabou de ampliar a Farmácia Popular, o Mais Especialistas. A gente tem uma gama de milhões de profissionais de saúde que dão o sangue. Senador, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia nós fizemos 21 milhões de testes nas farmácias. A farmácia ajudou a salvar o Brasil, na pandemia, não fechou as portas um dia, 24 horas por dia atuando. Nós estivemos na frente de batalha. E o farmacêutico lá, atuando na frente de batalha.

Tem muitos atores que atuam nesse setor de saúde. O Ministério da Saúde publicou uma nota ontem, a Sectics, contra. A Anvisa não tem uma nota nova, mas tem uma de 2020, que é esta aqui, de 2020, se posicionando contra o PL lá na Câmara. O Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, a Sociedade Brasileira de Toxicologia, a Fenafar, todos os atores... Drauzio Varella, Gonzalo Vecina, o primeiro fundador, o primeiro Presidente da Anvisa, todos os atores de saúde deste país se posicionaram contra. O senhor, numa fala mesmo, aqui no Senado, levantando vários pontos.

Então, assim, a gente tem todos os atores de saúde, todo mundo que milita nesse setor, que sabe da profundidade, do grau de complexidade da saúde brasileira, sabe do abandono do tratamento de 54% das pessoas, sabe da necessidade que a gente tem de melhorar, sim, o esclarecimento para o cidadão comum, que é o que importa.

Eu trabalhei nesse setor há 36 anos. Muitas vezes, estive com a barriga encostada no balcão da farmácia e eu sei o que é a dor de um cidadão que tem cinco medicamentos prescritos e só pode levar um. E ele escolhe aquele medicamento. E a gente tem que esclarecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MENA BARRETO – ... "Por favor, leve o anti-inflamatório. Leve o medicamento que vai cuidar da sua doença. Não o medicamento que só vai tirar o seu sintoma".

Então, esses atores todos estão do lado da saúde, estão do lado da farmácia. E, do outro lado, nós temos o setor supermercadista e seus congêneres que têm interesses meramente econômicos, porque eu não vejo fundamentação de saúde nisso de defender a venda de medicamento em gôndola a qualquer preço, a qualquer custo, em qualquer lugar.

Então, quero só registrar aqui o meu agradecimento por mais esta oportunidade. Estou sempre à disposição desta Casa. Tenho muito orgulho de estar completando 25 anos este ano como CEO da Abrafarma e de ter gasto muita sola de sapato aqui nesses corredores, nas conversas para melhorar a saúde, o Farmácia Popular, o acesso, a vacina, o teste na farmácia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho muito orgulho disso. E sei que esta é uma Casa do bem que vai tomar a melhor decisão possível neste caso.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Sergio.

Com a palavra, o último expositor, Dr. Cacito Augusto de Freitas Esteves.

Cinco minutos.

O SR. CACITO AUGUSTO DE FREITAS ESTEVES (Para expor.) – Senador, a CNC agradece novamente a oportunidade de estar aqui e reitera que o seu posicionamento não se dá em razão da tutela de um interesse de um setor econômico em detrimento do outro. Nosso posicionamento é, simplesmente, com base no fato de que o projeto, em sua redação original, está fundamentado em uma condição hoje inexequível, o que induz à sua desproporcionalidade e à sua inadequação constitucional.

A proposta nova, de que tomamos conhecimento ontem e foi trazida hoje pelo Senador Efraim, a princípio, atende a essa questão da inadequação da proposta original, mas, também, a gente precisa analisá-la, porque, a princípio também, ela é uma proposta que não inova na esfera jurídica.

Então, a princípio, a gente precisa analisar, realmente, o conteúdo do que efetivamente será apresentado, mas a rigor, a rigor, já é o que é praticado hoje no mercado brasileiro.

De qualquer forma, supera, para nós, uma flagrante inconstitucionalidade do projeto original, do texto original, do Projeto de Lei 2.158, de 2023, e é a razão do posicionamento da CNC contra essa iniciativa parlamentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Cacito.

Agradeço a presença de todos e todas; foi um debate muito profícuo. Conforme eu disse, vou receber a sugestão que o Senador Efraim Morais vai apresentar, vou avaliá-la e, se for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessário aprofundar o debate com os diversos atores, eu buscarei fazer mais uma audiência pública num espaço de tempo curto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alan Rick, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Wilder Morais, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Dr. Hiran, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Jorge Seif e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Romário, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4400, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para definir sobre falta para doação de sangue." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3060, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui, em âmbito nacional, o Agosto Azul e Vermelho como mês dedicado a informar a população sobre os cuidados com a saúde vascular e a incentivar a prevenção e o tratamento de doenças vasculares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3694, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta e altera dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 65, de 2025-CAS, para a realização de audiência pública de instrução da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 641, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para regular as advertências sobre os riscos associados ao uso de narguilé." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5 - Projeto de Lei n° 2220, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para inserir a linfangioleiomiomatose entre as doenças que dão causa à isenção do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas relativo aos proventos de aposentadoria, reforma ou pensão." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3446, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019, para autorizar a inclusão da equoterapia entre as práticas previstas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4712, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.543, de 3 de abril de 2023, para criar o Programa Nacional de Prevenção à Depressão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº1-CAS (substitutivo). **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 570, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 56, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2024 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 57, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de de debater a situação da Função Saúde e do Sistema Único de Saúde na base territorial do Distrito Federal." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2025** que: "Requer, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 853/2019." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 61, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a garantia dos direitos das mulheres gestantes e parturientes e o combate à violência obstétrica." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, foram incluídos novos convidados no Requerimento. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 62, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2888, de 2021, que "institui no calendário oficial o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade"." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 65, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3694/2019, que "acrescenta e altera dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/02

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3º Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente:

- Ofício nº 875, de 2025, da Câmara Municipal de São Paulo, o qual encaminha o pronunciamento relativo a denúncia de descontos indevidos em benefícios de aposentados do INSS.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado no final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que o item 8, Projeto nº 570, de 2024, foi retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Paula Lobato. E o item 3 também está sendo retirado de pauta, por solicitação do Relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo. Portanto, esses dois itens ficam retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3694, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta e altera dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2024

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Vamos à pauta: item 1, Projeto de Lei nº 4.400, de 2023, terminativo... (*Pausa.*)

Pois não, Senador Nelsinho, com a palavra V. Exa.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu projeto, que eu tenho de ler, é uma folha só, da (*Fora do microfone.*) equoterapia. Eu tenho que presidir a Comissão de Relações Exteriores, tem dez embaixadores para sabatinar. V. Exa., com a anuência do Colegiado, poderia inverter?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Qual é o item?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Item 6.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pronto.

Então vamos inverter, e vamos ao item 6, com a anuência dos colegas.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3446, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019, para autorizar a inclusão da equoterapia entre as práticas previstas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao Projeto.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, fico muito feliz de o nosso Colegiado ter três médicos: Dra. Eudócia, Dra. Zenaide, Nelsinho Trad, e V. Exa., nosso tutor, presidindo os três médicos do Colegiado. Tenho aqui, ao meu lado, o Senador Esperidião Amin e o Senador Paulo Paim – até rima –, que têm uma sensibilidade a toda prova, o que faz com que, em uma outra encarnação, possam vir a ser médicos, com certeza, pela sensibilidade que têm.

Vou direto à análise.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Se ainda houver necessidade de médicos, não é? (*Risos.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Cumpre apontar que o PL nº 3.446, de 2019, está fundamentado no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado, que confere a esta Comissão a competência para opinar sobre as proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e à competência do SUS.

Para os colegas entenderem, é importante a gente agregar valor através das práticas integrativas e complementares em saúde, que são definidas pelo Ministério da Saúde como "abordagens terapêuticas que têm como objetivo prevenir agravos, promover e recuperar a saúde, enfatizando a escuta acolhedora, a construção de laços terapêuticos e a conexão entre ser humano, meio ambiente e sociedade". Esse cenário faz valer o mérito desta proposição.

Atualmente, a saúde pública permite a oferta, de forma integral e gratuita, dessas modalidades de práticas integrativas em 20.664 estabelecimentos de saúde do SUS, com atendimentos individuais e coletivos presentes em cerca de 78% municípios, distribuídos pelos 26 estados e Distrito Federal e em todas as capitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a Lei 13.830, de 2019, a equoterapia, que é a montagem em equinos, em cavalos, é o método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, voltado ao desenvolvimento psicossocial da pessoa com deficiência, sendo sua prática condicionada a parecer favorável em avaliação médica, psicológica e fisioterápica e conduzida – isso é importante – por equipe multiprofissional, constituída por uma equipe de apoio composta por médico, médico-veterinário e uma equipe mínima de atendimento composta por psicólogo, fisioterapeuta e um profissional da equitação.

Alguns profissionais de saúde defendem que o contato estimulado e controlado do paciente com os equinos pode ser usado como estratégia para criar um ambiente acolhedor e cativante, com características atrativas e diferentes dos espaços tradicionais dos estabelecimentos de saúde. Isso pode contribuir para a criação de vínculos com a equipe de saúde e para maior adesão aos procedimentos terapêuticos propriamente ditos.

Assim sendo, entendemos que o PL em comento, ao autorizar a inclusão da equoterapia no SUS, fornece à saúde pública uma ferramenta adicional de prestação e aprimoramento da atenção à saúde dos brasileiros, alguns deles com necessidades específicas, o que é benéfico para os pacientes e pode impactar na resolutividade de condutas terapêuticas.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PL 3.446, de 2019.

Apenas, Sr. Presidente, quando Prefeito de Campo Grande eu fiz uma parceria da Secretaria de Saúde, que tinha o ex-Ministro Mandetta como titular, junto com o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar do meu estado, que têm cavalaria, ofertando para as crianças com síndrome de Down e autistas o complemento da equoterapia. O resultado foi fantástico!

Na condição de médico-cirurgião que gosta da resolutividade, eu fiquei impressionado com o avanço intelectual e motor que essas crianças adquiriram quando coincidiam os tratamentos convencionais com essa prática integrativa.

Dessa forma, eu penso que será de grande valia a gente aprovar isso, até porque – nas cidades em que existem – o convênio que se faz com as cavalarias, que já estão montadas, da polícia militar e do corpo de bombeiros, faz com que essa alternativa possa ser viável e custar menos aos cofres públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço o voto dos senhores colegas e do Colegiado que aqui se encontra.

Essa é a nossa fala, Sr. Presidente Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o projeto.

Palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar os autores e proponentes do projeto; cumprimentar igualmente o nosso querido amigo, médico – doutor, portanto –, Senador Nelsinho Trad, querido amigo. E, como nós temos, tanto ele quanto eu, parcialmente laços com o Oriente Médio, quero trazer aqui um pensamento do Maomé sobre o cavalo.

Maomé teve alguns pensamentos extrarreligiosos muito interessantes. Por exemplo, sobre o jogo: "Quando dois apostam, um é ladrão e outro é tolo". O pessoal que gosta de apostar não gosta de ouvir isso, né? E sobre o cavalo ele disse: "Depois do homem, foi a criatura mais perfeita que Deus criou". E, se você imaginar o que ele representou, por exemplo, para a ocupação do território do Brasil, junto com os botes, com os meios hidroviários... Imagine o homem sem o cavalo, e o que ele propiciou inventar e adaptar.

O primeiro livro que eu li sobre inteligência artificial diz que a invenção que transformou o uso do cavalo foi a invenção do estribo. Você imagine o que é um atleta como Marcelo Castro, montado num cavalo sem estribo, e o que o Marcelo Castro ou qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com estribo, já é difícil de equilibrar... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é, imagine sem o estribo.

Então, o estribo permitiu, inclusive, que com uma mão se conduzisse o cavalo e com a outra se fizesse qualquer outra atividade, inclusive bélica, inclusive flecha; ou seja, um pequeno triângulo – mais o cavalo – transformou as possibilidades do ser humano até para guerrear, o que não é uma coisa boa, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, este uso, a equoterapia, é uma coisa que... Comentava aqui, muito rapidamente com a Senadora Zenaide, que é claro que isso é muito caro. Isso vai ter impacto financeiro. Eu não sei se está prevista a tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, eu não sei.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Está...?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está não...?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Mas tem custo...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Não sei...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Porque tem custo, isso tem custo.

O Senador Nelsinho Trad muito bem falou que fazer parceria com o CTG, lá no Sul do Brasil, com a polícia militar, com outras guarnições do Governo que tenham, ou da sociedade – não é? –, associativas.

O cavalo é um bicho caro, a manutenção de um animal não é... Eu já tive cavalo, já fiz grandes cavalgadas, aprendi muito, aprendi a cair inclusive, a reduzir danos, mas é uma coisa, é uma poesia esse projeto. Esse projeto é uma poesia humana de como se pode, associando a uma outra criatura que é, no caso, o cavalo, associando ao tratamento de uma pessoa portadora de uma síndrome dessas, síndrome de Down, por exemplo, como essa pessoa se transforma. O senhor que é psiquiatra... Ele se transforma. Ele se associa, se integra, passa a ser um par do cavalo; ou seja, no sentido de afinidade, de complementaridade, de forma que é lógico, o meu voto é de aplauso. Agora, nós temos que saber quanto custa o sonho. Infelizmente, tem preço, tem custo. Num sistema que já está...

Então, eu, se pudesse fazer uma sugestão, deveríamos acrescentar um estímulo às associações de esforços; ou seja, aproveitar tudo que uma cidade, uma região tenha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilidade do animal para ter esse uso complementar com algum estímulo – mas é lógico que meu voto é favorável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, coloco em votação.

As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4400, DE 2023

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para definir sobre falta para doação de sangue.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

Conforme estabelecido pelos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre o mérito de matérias que tratem de relações de trabalho e de proteção e defesa da saúde. Ambas as temáticas estão abrangidas pelo projeto em pauta, cujo objetivo é permitir que o trabalhador se ausente do serviço por um dia a cada seis meses para doar sangue, sem que haja prejuízo do salário.

Dado o caráter exclusivo do exame da matéria pela CAS, cabe a esta Comissão, de forma subsidiária e em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, avaliar também os aspectos constitucionais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa da proposição. Portanto, iniciaremos com a avaliação dos critérios de admissibilidade da matéria e, na sequência, prosseguiremos com a análise de mérito da proposição.

No que se refere à constitucionalidade formal do projeto, consideramos que estão satisfeitos os requisitos de competência da União para legislar sobre trabalho e saúde, conforme estabelecido nos arts. 22, I, e 24, XII, da Constituição Federal. Além disso, a legitimidade da iniciativa parlamentar sobre tais temáticas é ampla e não reservada, estando, pois, em consonância com o art. 61, *caput*, da Constituição. Portanto, cumpre assinalar que não identificamos vícios de inconstitucionalidade formal.

Superada a análise formal, verifica-se também a constitucionalidade do PL em seu aspecto material. A proposta, que amplia o direito existente, ao permitir que o trabalhador se ausente do serviço não mais por um dia por ano, mas, sim, por um dia a cada semestre para doar sangue, está alinhada à Constituição Federal. Trata-se, a nosso ver, de medida equilibrada, pois promove o interesse da coletividade, sem impor ônus desproporcional aos empregadores.

Ainda no campo material, é importante ressaltar que a alteração proposta na CLT não se confunde com a comercialização de órgãos, tecidos ou substâncias humanas, prática vedada expressamente pelo art. 199, §4º, da Constituição. É notório, pelas regras constitucionais, que a doação deve ser voluntária e não remunerada. Como se pode notar, o PL não introduz novo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício trabalhista, mas, sim, amplia um direito já reconhecido desde a década de 60 do século passado, fortalecendo, assim, a execução de uma atividade de elevado interesse público.

Quanto aos aspectos de juridicidade, também não identificamos vícios. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Antes de passarmos ao exame de mérito do PL nº 4.400, de 2023, é importante registrar que doar sangue é ato de solidariedade que salva vidas e oferece esperança a pessoas que enfrentam situações críticas de saúde, seja por condições agudas, a exemplo de hemorragias graves por acidentes de trânsito, seja por doenças crônicas, como anemias secundárias à hemodiálise.

Esse registro inicial é importante para ilustrar o mérito da proposição. Considerando que a demanda por sangue é constante e que não há substituto completo para o tecido sanguíneo, é inegável que a manutenção de estoques adequados é essencial para a saúde pública. Assim, medidas do poder público voltadas a esse fim se revestem, *a priori*, de relevante interesse público.

A Organização Mundial da Saúde recomenda que as taxas de doação de sangue alcancem de 1% a 3% da população, para assegurar uma reserva segura, capaz de atender tanto às necessidades rotineiras quanto às emergenciais. Enquanto os países europeus registram taxas acima de 3%, a América Latina e o Caribe apresentaram uma média de 1,5% em 2021. No Brasil, a taxa de doadores regulares é de 1,4%, ligeiramente acima do mínimo recomendado. Apesar disso, cabe mencionar que o país enfrenta o desafio de manter um suprimento estável, especialmente por flutuações ao longo do ano, que podem ameaçar a autossuficiência nacional em sangue e seus derivados.

Destaca-se que a escassez de doadores regulares se deve a diversos fatores, sendo a falta de tempo um dos obstáculos mais significativos. Estudos indicam que dois em cada três potenciais doadores apontam a falta de tempo como barreira principal para não doarem sangue. Portanto, ao conceder ao trabalhador a possibilidade de se ausentar do serviço sem prejuízos por um dia a cada semestre para doar sangue, este PL, se convertido em lei, tem o potencial de mitigar essa significativa barreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, é essencial considerar que, embora o processo de doação de sangue seja seguro, sabemos que reações adversas, como tontura, fraqueza e hematomas no local da punção, podem ocorrer. Esses efeitos justificam a ausência do trabalho pós-doação, não apenas para garantir a recuperação física adequada do doador, mas também como precaução para prevenir complicações que possam afetar sua saúde e segurança, especialmente se as atividades laborais exigirem esforço físico. Portanto, essa medida se mostra importante para proteger a saúde do doador enquanto ele contribui com um recurso vital para a comunidade.

Ante todo o exposto, concluímos que o PL nº 4.400, de 2023, é meritório, uma vez que pode contribuir para ampliar o número de doadores regulares de sangue e, assim, promover avanço na assistência transfusional no país. Todavia, entendemos haver aspectos da redação da ementa proposta que poderiam ser aprimorados para melhor identificação da matéria.

Sugerimos, pois, nova redação à ementa, de forma que esta reflita com maior clareza o objeto da lei, conforme disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.400, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº –CAS
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 4.400, de 2023, a seguinte redação:
> “Altera o art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre falta do trabalhador ao serviço para fins de doação voluntária de sangue.”

Presidente, eu queria já falar sobre este assunto.

Quero parabenizar o Senador Cleitinho por ter tido esse olhar.

É uma constante, gente, a falta de doadores. Como médicos, quem trabalhou em serviço de urgência sabe que muita gente morre, porque não chega o doador a tempo – e isso falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das emergências, que são uma coisa diária. Acidente de moto, por exemplo, é uma epidemia neste país, nos prontos-socorros.

Mas vamos falar das doenças crônicas, vamos falar das leucemias, das quimioterapias, em que dificilmente alguém não precisará de doação da parte sólida do sangue, o que a gente chama papa de hemácias, aquelas bolsas.

Falando das cirurgias, principalmente das grandes cirurgias. Nenhum cirurgião leva um paciente para o centro cirúrgico sem a garantia de sangue reserva, porque a chance de o paciente precisar dele é enorme. Então, um dia a mais para o doador é o mínimo que a gente pode fazer para aquele cidadão ou cidadã que tem uma solidariedade grande.

A gente, o Estado brasileiro e este Congresso têm que facilitar a vida desse povo, melhorando as condições de fazer a doação de sangue, acabando com essa história. Isso vai mostrar que você pode doar sangue a cada seis meses, porque suas hemácias são destruídas a cada seis meses pelo próprio baço, que vai recompor o seu sangue. A gente aproveita um projeto de lei desses para dar visibilidade ao povo brasileiro da importância da doação de sangue. Isso é coletivo, gente. Isso salva vidas.

Quantas pessoas desesperadas, botando nos meios de comunicação: "Se tiver um doador de sangue, porque está faltando...". Nessas nossas festas juninas, nas festas carnavalescas, a gente tem que ter estoque para poder trabalhar.

Por isso, eu sou a favor do projeto e peço aos colegas que votem a favor dele.

Este é um projeto que nos orgulha, porque ele salva vidas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal, e o projeto é terminativo.

Então, está aberto já o painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Enquanto é feita a votação, vamos seguir com a pauta aqui.

Item 2 da pauta, que é não terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3060, DE 2021

- Não terminativo -

Institui, em âmbito nacional, o Agosto Azul e Vermelho como mês dedicado a informar a população sobre os cuidados com a saúde vascular e a incentivar a prevenção e o tratamento de doenças vasculares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Com a palavra a nobre Senadora, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente e colegas, eu quero pedir aqui licença para ir direto à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a proteção e defesa da saúde, a exemplo da proposição em debate.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde, conforme inscrito no art. 24, inciso XII, da Carta Magna.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto. Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 31 de outubro de 2023, audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, na qual integrantes da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular e o Deputado Federal Dr. Luiz Ovando, que é médico cardiologista, foram convidados para debater o tema com os demais membros da Comissão e com o autor da proposição, que também é médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atesta, igualmente, a alta significação do projeto de lei em análise o fato de a Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular já ter incluído o Agosto Azul Vermelho entre suas atividades regulares: seguindo os moldes do que a entidade já havia feito em anos anteriores; em 2023, ela promoveu mais uma edição da campanha, com iniciativas como a iluminação de prédios públicos em diversas cidades brasileiras e a divulgação de uma cartilha inédita sobre a prevenção do aneurisma cerebral.

Assim, no que concerne ao mérito da proposição, reconhecemos a importância ímpar do projeto. A esse respeito, destacamos a recente publicação da Lei nº 14.885, de 11 de junho de 2024, que cria o Dia Nacional de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral, a ser celebrado em 29 de outubro. Essa lei teve origem em proposição de autoria do Deputado Jorge Solla, que foi aprovada pela Câmara em 2021 e pelo Senado neste ano. A criação da data busca estimular a pesquisa para prevenção e tratamento da doença e promover ações educativas e debates sobre o AVC, principalmente sobre a identificação de fatores de risco, medidas preventivas, diagnósticos, tratamentos e reabilitação de pacientes.

Agora, esta proposta que relatamos amplia a abrangência do tema, pois alcança outras doenças vasculares de relevância epidemiológica e com altas taxas de mortalidade. Além do AVC (acidente vascular cerebral), as doenças cardiovasculares – que são as principais causas de morte no mundo – figuram ao lado de outras doenças vasculares comuns: aneurismas de aorta abdominal; insuficiência venosa crônica, que provoca o aparecimento de varizes; trombose venosa profunda; pé diabético; e doença arterial obstrutiva periférica.

Essas doenças são evitáveis ou controláveis – se forem diagnosticadas precocemente – por meio das seguintes mudanças de hábitos: manter uma atividade física regular; adotar uma alimentação balanceada, evitando excesso de sal, açúcar, farinha branca e gorduras de origem animal; manter um peso compatível com a altura; evitar a imobilização prolongada; e buscar acompanhamento médico. Por isso, são importantíssimas todas as iniciativas que favoreçam a educação e a conscientização sobre o tema.

No que diz respeito à técnica legislativa, um pequeno reparo se impõe, sob a forma de uma emenda ao art. 2º da proposição, para suprimir o trecho "e de exames relativos a outras doenças que acometem primordialmente a população feminina" – grifamos –, pois esse trecho não parece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer sentido numa proposta que trata de doenças vasculares em geral, as quais têm relevância epidemiológica também para a população masculina. Ademais, o trecho acima destacado pode gerar problemas de entendimento da proposta, pois abre a possibilidade de inclusão de inúmeras doenças, como o câncer de mama, a osteoporose e a fibromialgia, por exemplo, que não se qualificam como doenças vasculares, mas predominam entre as mulheres.

Dessa forma, nosso voto é favorável ao PL nº 3.060, de 2021, com a supressão do trecho anteriormente mencionado.

Voto.

Em vista das razões elencadas neste relatório, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em análise e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.060, de 2021, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº 1 – CAS (ao PL nº 3.060, de 2021)
> Suprima-se o trecho "e de exames relativos a outras doenças que acometem primordialmente a população feminina" contido no art. 2º do Projeto de Lei nº 3.060, de 2021.

Presidente, eu já queria falar, já para adiantar que a gente sabe... Esse projeto de lei tem uma importância fundamental, porque nós vamos ter um mês para dar visibilidade, para propagar informações sobre essas doenças que existem e que mais matam no mundo, e a gente sabe que dá visibilidade propagar.

O que empodera um povo é informação correta. Com esse mês todo dedicado a isso aí, quanto mais se falar sobre prevenção das doenças vasculares, do AVC, do infarto fulminante, das tromboses venosas profundas, que a gente sabe que é o que mais gera embolia pulmonar trombo basilar, a gente está informando a população que essas doenças existem, sim, e que podem ser prevenidas ou diagnosticadas precocemente.

Mais um projeto de lei que vai fazer a gente salvar vidas.

E precisamos, Alan, minha colega médica aqui e minha colega Senadora Damares, mostrar à população, e nada... Se propaganda não fosse necessária, você ficar mostrando à população a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância, alguns produtos, como refrigerante, não fariam uma verdadeira lavagem cerebral todos os dias.

Então, este mês, eu não tenho dúvida de que a gente vai dar visibilidade e que a gente vai salvar vidas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra a nobre Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Bom dia a todos os presentes, Sr. Presidente Marcelo Castro, bom dia a todas as Senadoras e Senadores aqui presentes.

Primeiro, eu quero parabenizá-la, Senadora... Perdoe-me a voz; eu estou um pouco resfriada. Eu quero parabenizá-la, Senadora Zenaide, por essas duas relatorias de tão grande importância, que tratam justamente da questão da doação de sangue, que você relatou tão bem, e essa questão de alertar a comunidade para os riscos tromboembólicos e as doenças vasculares como um todo. Quero parabenizá-la.

E quero aqui falar sobre o projeto de lei, Presidente, que foi votado, o Projeto de Lei 5.688, de 2023, que foi votado aqui, na CAS. Eu fui a Relatora. Tive essa grata satisfação de ter relatado esse projeto de lei, que institui a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano, que é o HPV, que causa tantos cânceres, especialmente em mulheres – câncer de colo de útero –, e também em homem – câncer de pênis, anal e de laringe, enfim... Então, foi de suma importância a aprovação desse projeto de lei.

Quero parabenizar a todos os Senadores e Senadoras que participaram dessa aprovação.

E quero dizer a vocês, só para chamar a atenção, que, todos os anos, uma média de 17 mil novos casos de infecção pelo HPV a gente diagnostica aqui, no nosso país; desses 17 mil novos casos, 6 mil morrem. Então, você colocando isso, sabendo que nós já temos a vacina, a quadrivalente, que pega os quatro sorotipos mais importantes que causam o câncer de colo de útero e os outros cânceres causados pelo HPV, é um absurdo se falar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já temos a nonavalente, Presidente, mas é na rede privada. Aí é o próximo passo a gente conseguir botar a nonavalente aqui, no SUS. E, para vocês terem a noção, na China, eles já estão produzindo contra 21 sorotipos! Aí poderemos – isto é um futuro – falar em cura do câncer através do HPV, que é o vírus que mais causa câncer de colo de útero e, como eu já falei, de laringe e também de pênis e de ânus.

Eu quero colocar isso e dizer a vocês como é importante essa prevenção, para a gente poder avançar na prevenção e também no diagnóstico precoce, para a população ter acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento, obviamente. Então, eu queria colocar a importância desse projeto de lei que foi aprovado a semana passada.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Eu queria complementar, porque falar de vacina, gente...

Ontem, eu estava vendo que, aqui, em Goiás, eles decretaram calamidade pública pela insuficiência respiratória aguda grave. E, olhando lá, a grande maioria são crianças sem vacinas.

Quero fazer aqui um apelo a pais, mães, avôs, avós. Gente, a gente já tem tanta patologia, tanta doença que não tem vacina! Gente, vacina não tem cor nem partido! Se vacinar não é um ato individual; é um ato coletivo. O que mais fez aumentar a vida média do povo do mundo foram as vacinas e a água tratada.

Por favor! Você ver um filho, uma criança com menos de dois anos num leito de UTI... Lá em Goiás, tiveram que contratar leitos de UTI em hospitais privados, gente! As crianças tendo essa insuficiência respiratória aguda grave por covid e por H1N1!

Eu, sinceramente, digo todos os dias: por favor, mamãe! Eu sei que os pais têm autonomia sobre seus filhos, mas você ter a certeza de que, se não vacinar seu filho, ele pode morrer ou ficar sequelado pelo resto da vida – esperem aí, não é, Marcelo? –, e, mesmo assim, você não vacinar?! Gente, me desculpem, mas isso é abandono de incapaz.

Esse apelo que todos nós fizemos aqui... Como ver nossas mulheres tendo câncer de colo de útero ou de seja o que for, sabendo que tem vacina, que é caríssima, mas que é gratuita?! O Brasil tem o maior calendário de vacina gratuita do mundo! E nós, Congresso, estamos aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prontos para, com todas que forem, Damares, aparecendo na iniciativa privada, dar as mãos e fazer uma luta para colocar no elenco do SUS.

E não é difícil fazer isso, porque o sonho de qualquer vacina é vir para um país com mais de 200 milhões de habitantes, em que a saúde é um direito de todos e é um dever do Estado a todos. Colocar no elenco do SUS uma vacina obrigatória para este país, qualquer produtor de vacina do mundo almeja.

Vacinem-se, por favor.

Eu fico arrasada, toda semana, com a aeromoça dizendo: "Se você está com tosse, manchas vermelhas no corpo, pode ser sarampo" – sarampo, gente. Eu digo que os médicos que se formaram aqui nos últimos 30 anos nunca viram uma mancha de Koplic. E nós estamos lidando com isso, porque estamos baixando o índice de vacinação e deixando correrem o risco as nossas crianças de voltarem a morrer ou ficarem sequeladas, como é com a paralisia infantil e outras doenças. Isso dói. Isso não é ter espírito coletivo, nem humano.

Papai, mamãe, avó, responsável, por favor. Eu sei que os senhores têm autonomia, mas essa autonomia não chega ao absurdo de você arriscar a vida do seu ente querido, da sua criança, do seu idoso ou, então, de deixá-los sequelados para o resto da vida. Eu acho que esse direito ninguém tem. Por favor, esqueçam essa história de partido ou cor.

Eu me vacino, e todos que se vacinam protegem aqueles imunodeprimidos que não podem se vacinar. Então, não é um ato individual, não é um ato... É um ato coletivo.

Então, por favor, gente, vamos todos aqui fazer isso.

E o que é que cabe aqui ao Estado brasileiro? Oferecer. Vocês sabem que os Estados Unidos não têm vacina gratuita – pela primeira vez, teve, a da covid –, quem quiser que pague para se vacinar? E aqui o que é que faz o Congresso, população brasileira, que tem um papel fundamental junto ao Estado? Lutar por todas as vacinas que outros países podem já ter desenvolvido, como a China, que já está com tantas. A gente sabe que o papilomavírus, como todo vírus, tem suas características. E quanto antes a gente vacinar vai evitar que apareçam as variedades.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem quebrar o protocolo, mas eu aproveitei, porque não podia ficar calada sobre vacinação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... pela ordem rapidamente, meu querido irmão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Não, é muito rápido. É só para dizer – como sempre tem alguém assistindo, sempre tem alguém acompanhando a TV Senado, assistindo aos debates aqui – que eu concordo, em 90%, com o que falou a minha querida irmã Zenaide Maia.

Eu só tenho o dever de, como participei de uma sessão de debates no Plenário do Senado Federal, muito concorrida, com médicos renomados, e tudo que eles falaram no ano passado sobre vacinação de covid em criança, tudo que eles falaram está se comprovando: não é recomendável. As outras vacinas, testadas e aprovadas há décadas, o.k. Temos que vacinar, temos que reforçar campanha e fazer tudo que pudermos, mas covid em criança a própria OMS – a própria OMS – não recomenda como obrigatória, porque não tem elementos científicos que comprovem o custo-benefício para essas crianças.

Então, eu queria fazer apenas essa ponderação aqui, como tem pessoas assistindo, para a gente não ter outros tipos de problema com os nossos pequenos, filhos e netos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, Senador Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente Marcelo, Sras. e Srs. Senadores, todos que nos assistem, primeiro, eu quero aqui fazer um reconhecimento à pertinência da sua fala, minha querida Senadora Zenaide. Vacina é um patrimônio da humanidade. A grande maioria dos pesquisadores que criam as vacinas nem requerem *royalties* das vacinas porque eles acham que realmente é um patrimônio. Se não fosse pela vacina contra a pólio, nós teríamos uma legião de pessoas deformadas nesse mundo, meu querido Presidente Marcelo, que também é médico.

A senhora também falou, *en passant*, aqui de uma vacina de que eu sempre chamo a atenção, que é a vacina contra o HPV. Olhem, se nós tivéssemos uma cobertura, minha querida Eudócia, que também é médica... Aliás, a gente pode fundar um conselho regional de medicina do Senado hoje, aqui nesta sessão. (*Risos.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Mais do que uma junta.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É verdade.

Se os pais vacinarem os garotos e garotas, e eu vou até generalizar de dez a quatorze anos... Que isso não seja... As pessoas acham, Presidente, que isso seria a sinalização de um salvo-conduto para que as crianças tenham uma iniciação sexual precoce. Não é isso. É que, se nós fizermos uma cobertura vacinal de mais de 90% da população, daqui a 20 anos, as nossas mulheres que padecem de um câncer muito frequente nelas, como câncer de mama, que é o câncer de útero... O câncer de útero seria erradicado da face da Terra. Olhem só a importância dessa vacina.

Eu acho que a questão em relação a obrigar que se vacinem crianças contra covid com cinco anos de idade é um outro debate, que eu acho que não deve contaminar a importância de a gente fazer cobertura vacinal no nosso país, dentro do programa nacional, do PNI, porque é um patrimônio nosso, é uma das coisas que mais funcionam no SUS.

Então, eu quero parabenizar a sua fala e dizer que também sou muito grato pela sua relatoria desse Projeto 3.060, que institui o Agosto Azul e Vermelho para chamar a atenção das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas em relação aos seus cuidados para aquelas doenças que têm origem em alterações cardiovasculares, que a senhora relatou tão bem aqui. Muito obrigado.

Ele foi discutido por nós, na nossa Comissão de Seguridade Social e Família, quando nós éramos Deputados. E Deus quis que nós estivéssemos aqui hoje para defender esse projeto, que é um pleito da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular, Presidente Marcelo Castro.

Eu queria também, Presidente, muito rapidamente, apresentar o Requerimento nº 64, para inserir o Dr. Marcelo Marsillac Matias, que é médico ginecologista e obstetra, numa audiência pública que vai haver, aqui nesta Casa, que será a aprovação do item 12, apresentado pelo nosso colega Senador Girão, para debater sobre a garantia do direito de mulheres gestantes e parturientes em combate à violência obstétrica. Eu estou sugerindo, Senador Girão, meu querido amigo, o Dr. Marcelo Marsillac Matias, que é ginecologista obstetra e Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers).

E também, para finalizar, Presidente, eu queria pedir a V. Exa. que nós pudéssemos aqui marcar aquela audiência pública para nós debatermos a questão do projeto de proficiência em medicina. Quanto a esse projeto, nós tivemos uma reunião de Líderes onde todos os Líderes que estavam presentes se manifestaram favoravelmente a essa discussão, ao encaminhamento desse projeto, porque esse projeto ainda vai para a Câmara para ser discutido. E eu acho que, em relação à grande proliferação indiscriminada de escolas médicas no país, que estão formando médicos mal preparados e deixando a nossa população em vulnerabilidade, nós precisamos proteger a sociedade através de uma discussão e da aprovação desse projeto.

Muito obrigado, Presidente, pela sua boa vontade e por ter me concedido esse tempo.

E eu vou pedir licença aos queridos colegas, porque eu vou ter que presidir a Comissão de Fiscalização, porque tem um projeto do Senador Braga, que está me aguardando lá para relatar.

Um grande abraço a todos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Será extrapauta esse requerimento? Esse requerimento é extrapauta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Esse requerimento é extrapauta.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu queria subscrevê-lo e indicar um nome também, pode ser?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pode, claro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, só para a gente se manter ainda no assunto, sob a relatoria da nobre Senadora Zenaide Maia... Porque no relatório dela está assim: "evitar açúcares, farinhas, gordura de origem animal". Há controvérsias, porque já está comprovado que a gordura trans é muito mais maléfica do que a gordura de origem animal. E recentemente foi publicada uma pesquisa na Inglaterra, comparando a gordura de porco com o óleo de soja, também favorável à gordura de porco. Então, são questões que a gente fica acostumado a reproduzir, mas com as quais a gente tem que ter um pouco de cuidado, porque às vezes ficam generalizadas.

Então, não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação a matéria.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai a Plenário.

Peço à Secretaria da Mesa para abrir o painel para votação do item 1, terminativo.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – SIM, 12; NÃO, nenhum.

O projeto está aprovado e, com a emenda da CAS, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 641, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para regular as advertências sobre os riscos associados ao uso de narguilé.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Girão para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Marcelo Castro.

Eu peço sua autorização para que a gente possa ir direto à análise.

Compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Por incumbir a este Colegiado a apreciação do PL nº 641, de 2019, de forma terminativa, também é necessária a análise da matéria sob os prismas da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à constitucionalidade, a defesa da saúde é matéria de competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, conforme preceitua o art. 24, inciso XII, da Constituição, cabendo à União estabelecer normas gerais. A proposição está, portanto, no âmbito da competência legislativa do Congresso Nacional, por força do art. 48, *caput*, da Constituição, cabendo a iniciativa a qualquer Parlamentar.

Tampouco identificamos vícios em relação à constitucionalidade material, juridicidade ou regimentalidade do projeto.

No mérito, acreditamos que o projeto materializa uma ação legítima e efetiva do Estado, voltada para garantir que a população tenha acesso à informação sobre a nocividade do consumo de produtos fumígenos, entre eles o narguilé, tão perigoso quanto o cigarro, mas cujos males não são tão conhecidos e divulgados.

O conhecimento sobre o assunto foi consolidado em documento produzido pelo Instituto Nacional do Câncer, intitulado "Uso de Narguilé: efeitos sobre a saúde, necessidades de pesquisa e ações recomendadas para legisladores", cuja segunda edição foi publicada em 2017. O estudo foi baseado em trabalho do grupo de regulação de produtos do tabaco, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O estudo do Inca destaca que foram identificados diversos carcinógenos e substâncias tóxicas na fumaça do narguilé. Ademais, em 2014, foi relatado que as pessoas expostas à fumaça de narguilé apresentam risco de leucemia por causa da assimilação de benzeno.

O estudo conclui que há evidência científica, sim, suficiente de que a inalação de fumaça produzida pelos narguilés tem um nível de nocividade semelhante ao do consumo de cigarros e de que o uso de tabaco para narguilé causa as doenças comumente associadas ao consumo de cigarro, inclusive dependência química.

Em relação ao fumo passivo, o estudo adverte que a fumaça de segunda mão também contém substâncias tóxicas. Além disso, as emissões diretas de substâncias tóxicas dos narguilés fumados com preparados sem tabaco foram iguais ou maiores do que aqueles com tabaco.

Portanto, é necessária uma ação firme para proteger a saúde pública. Assim, embora o *caput* do art. 3º da Lei nº 9.294, de 1996, já preveja sua aplicação a "qualquer outro produto fumígeno",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a referência expressa ao narguilé, da mesma forma que a lei faz em relação aos cigarros, cigarrilhas, charutos e cachimbos, seria útil para destacar sua equiparação, além do efeito pedagógico de desestimular seu consumo.

Ademais, o projeto tira um pouco de dúvida da aplicação das mesmas regras ao próprio aparelho, aos dispositivos assemelhados e aos insumos utilizados no consumo do tabaco em narguilés, como acessórios, essências, carvão e filtros.

No entanto, não somente os §§2º e 3º do art. 3º da Lei nº 9.294, de 1996, devem ser expressamente aplicáveis aos narguilés, mas também o *caput* e os demais parágrafos do artigo. Nesse sentido, a menção feita no projeto a somente dois dos seis parágrafos do art. 3º pode levar à interpretação, *a contrario sensu,* de que os demais dispositivos não seriam aplicáveis, o que iria na contramão dos objetivos da proposição. Por isso, apresentamos emenda para deixar clara a plena aplicabilidade do art. 3º e de todos os seus parágrafos aos narguilés. Apresentamos ainda emenda de redação à ementa do projeto, para adequá-la aos ditames da redação legislativa, transcrevendo a ementa da lei que a iniciativa busca modificar.

Voto, Sr. Presidente.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 641, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº -CAS (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 641, de 2019, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que "dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal", para regular as advertências sobre os riscos associados ao uso de narguilé.

EMENDA Nº -CAS

Dê-se ao § 8º do art. 3º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 641, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 3º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 8º Aplica-se o disposto neste artigo ao narguilé e dispositivos assemelhados, bem como aos acessórios e insumos para sua utilização, tais como essências, carvões, filtros e equivalentes."

Sr. Presidente, uma hora de uso desse narguilé significa cem cigarros, dados da OMS, câncer de pulmão, doenças cardíacas, respiratórias, tudo envolvido. Sabe quantos brasileiros são usuários, Senadora Eudócia? São usuários 212 mil brasileiros, 63% deles entre 18 e 29 anos. Dependência da nicotina e outros: 4,7 mil ingredientes tóxicos. É uma arma química. Inclusive estou entrando com um projeto para proibir também, deixando muito claro isso.

Esse aqui a gente não pode absolutamente recusar, um projeto de autoria do Senador Ciro, que tenta efetivamente colocar limites. Mas eu tenho um projeto aqui para que a gente possa proibir, claro. Na indústria do tabaco, são 15 bilhões por ano – bilhões, "b" de bola e "i" de índio; e dólar, tá? – em impostos com saúde, imposto com relação ao trabalho; e 153 bilhões por ano... Perdão, são em reais os impostos que se arrecadam com a indústria do tabaco, são R$15 bilhões; e R$153 bilhões é o que se gasta para tratar.

Então, Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade de o senhor ter me passado a relatoria desse projeto e agradecer também ao Senador Ciro Nogueira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não poderia estar em melhores mãos.

Com a palavra, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senador, na verdade, eu ia dar uma bronca no meu Senador Girão, porque eu não acredito que ele está regulamentando o uso do narguilé. Meu amigo Girão!

Mas aí ele falou que já está apresentando outro para proibir, então eu vou perdoar o Girão. Vou. Porque dá para você colocar aqui na sua emenda também, Girão, em "filtros e equivalentes": vírgula, proibido fumar perto de criança, de idoso, de mulher grávida, e ainda sabendo que tu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vais morrer! Tinha que colocar assim na emenda, porque quem fuma isso vai morrer. Que absurdo, gente! Nós estamos em pleno 2025, e as pessoas querendo usar narguilé.

Tudo bem, precisa regulamentar, e entendo a proposta do Ciro, porque está ruim, e é melhor do que estar ruim; mas é um absurdo a gente estar aqui regulamentando um veneno, que vai matar pessoas. Teria que colocar lá: vai morrer! Mas não podemos colocar, técnica legislativa, então parabéns pelo voto! Mas apresente logo outro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, Presidente, eu gostaria... Essa ponderação feita pela Senadora da Damares Alves, eu acho que dá para aprimorar. Dá para a gente aprimorar essa regulamentação um pouquinho mais. Eu queria pedir para retirar de pauta. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para que a gente possa efetivamente fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Eudócia, pois não.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir a oportunidade de subscrever o item 11, que é um requerimento da Senadora Jussara Lima. Se o senhor me der autorização de poder lê-lo e já adiantar, se possível – se possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já queria relatar agora?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É, bem...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não consegue...? Porque já estamos concluindo aqui.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2220, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para inserir a linfangioleiomiomatose entre as doenças que dão causa à isenção do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas relativo aos proventos de aposentadoria, reforma ou pensão.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Eu vou direto à análise e vou pedir permissão para não falar o nome da doença, porque eu não consigo. Eu vou falar a sigla.

No mérito, Presidente, é louvável a intenção do autor de isentar de Imposto de Renda os proventos de aposentadoria, reforma ou pensão recebidos por pessoas com LAM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A LAM é uma doença rara, progressiva e de elevado impacto socioeconômico para pacientes e seus familiares, que afeta quase exclusivamente mulheres em idade fértil. Caracteriza-se pela proliferação anormal de células musculares lisas nos pulmões, vias linfáticas e rins, resultando na destruição progressiva do parênquima pulmonar, pneumotórax recorrente e, em estágios avançados, insuficiência respiratória.

De acordo com estudos internacionais, a estimativa de prevalência da LAM é de 3 a 5 casos por milhão de mulheres. No entanto, evidências mais recentes sugerem que esse número pode ser significativamente maior, chegando a até 23,5 casos por milhão de mulheres em algumas populações. No Brasil, estima-se que existam entre 1 mil e 2 mil mulheres com a doença.

Atenção, Governo, eu vou repetir: no Brasil, estima-se que existam entre 1 mil e 2 mil mulheres com a doença. Portanto, elas não vão falir a União se a elas for concedido o benefício.

As pessoas com LAM sofrem com sintomas que incluem falta de ar progressiva, dor torácica, tosse e acúmulo de líquido na cavidade pleural. O diagnóstico geralmente ocorre entre os 20 e 40 anos de idade – fase da vida de plena atividade laboral e produtiva. Com a evolução da doença, a limitação respiratória leva, em muitos casos, à aposentadoria precoce por invalidez, impondo grave impacto na renda familiar.

O tratamento da LAM exige acompanhamento especializado, uso contínuo de medicamentos, exames periódicos, fisioterapia respiratória e, eventualmente, transplante pulmonar. Apesar de parte desses cuidados estar disponível no SUS, persistem lacunas de acesso e cobertura. Notadamente, despesas com transporte a centros de referência, suplementos alimentares, exames complementares, medicamentos não fornecidos com a devida regularidade e adaptações domiciliares são, muitas vezes, custeadas diretamente pelas pacientes.

Nesse sentido, Presidente, o PL 2.220, de 2024, de autoria do meu amigo Alan Rick, propõe uma medida de alívio fiscal que contribui para a redução da carga financeira sobre as pacientes, especialmente aquelas que necessitam se aposentar precocemente.

Com efeito, o projeto em comento representa uma medida de justiça fiscal, tendo em vista que a legislação já contempla outras doenças graves, como as neoplasias malignas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, não obstante a gravidade clínica, a natureza progressiva e o impacto funcional sobre a vida das pessoas com essa condição, considerando o número reduzido de pessoas acometidas pela LAM, o efeito fiscal da proposta tende a ser marginal.

A concessão dessa isenção, portanto, representa instrumento de equidade e compensação diante dos encargos financeiros enfrentados por essa população.

Além disso, a medida pode favorecer maior adesão ao tratamento e menor sobrecarga de serviços emergenciais no SUS.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PL 2.220, de 2024.

Presidente, no ano passado tivemos uma audiência incrível nesta Comissão com as pacientes de LAM.

Nós estamos aqui hoje com a Alambra, que é a associação brasileira que cuida dessas mulheres. Essas mulheres são incríveis. Quem participa da Alambra são LAMigas, eu sou uma LAMiga, me tornei uma LAMiga. Essas mulheres estão aguardando ansiosas a aprovação desse projeto. Que Deus abençoe as pacientes da LAM!

E peço aos pares: vamos votar. Há, no máximo, 2 mil mulheres que precisam ser acolhidas, e elas tão somente querem a isenção do imposto sobre a renda, relativa aos proventos de aposentadoria, reforma ou pensão – nada de privilégio, apenas direito.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Damares.

Com a palavra, o Senador Alan Rick, o autor da proposição.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Presidente, Senador Marcelo Castro, primeiro quero agradecer a V. Exa. pela pauta de um tema tão sensível para esta comunidade, para as mulheres portadoras da linfangioleiomiomatose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como muito bem destacou a Senadora Damares, a nossa ilustre amiga Relatora, que produziu esse texto que, de forma muito singela, resume a realidade de um grupo muito pequeno de mulheres no Brasil, mas que sofre com os custos dos tratamentos, que são além SUS, que estão acima da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Essas lacunas acabam gerando um custo altíssimo desses tratamentos que não são cobertos pelo sistema.

Como o número de mulheres no Brasil é tão pequeno e já existem outras situações, a legislação já contempla, como muito bem colocou aqui a nossa ilustre Relatora, minha amiga, Senadora Damares, outras doenças graves... Está aqui uma médica, nossa Senadora Dra. Eudócia, comentava aqui com ela sobre as neoplasias malignas, que são tipos de câncer que já são contemplados, esses pacientes já têm a isenção do Imposto de Renda de suas pensões, de suas aposentadorias. E isso não causará praticamente nenhum impacto ao Governo, devido ao número pequeno de mulheres, mas causará um impacto enorme na vida dessas mulheres para o seu tratamento, para a sua qualidade de vida, para a sua sobrevivência.

Portanto, é extremamente humano quando nós aprovamos uma matéria nesse sentido. Não causa impacto, o impacto é tão ínfimo que nem aparece na conta, porém o impacto na vida dessas mulheres é enorme, porque facilitará o seu tratamento, permitirá que elas tenham mais condições de dar continuidade aos tratamentos que são necessários, além do que já fazem pelo Sistema Único de Saúde.

Aqui está a nossa querida Ângela, eu conheci a situação das portadoras de LAM através do testemunho da vida dela, e, vendo sua luta, sua garra, sua vontade de viver, de trabalhar, de produzir, mesmo sendo portadora de uma doença que é degenerativa, que causa essa perda progressiva da capacidade pulmonar, a sensibilidade nos tocou o coração. Precisamos garantir que essas mulheres tenham mais condições de continuar seus tratamentos extra-SUS.

Portanto, eu peço o voto dos nossos pares, dos amigos Senadores, para que possamos aprovar o brilhante relatório da Senadora Damares.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CAE.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4712, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.543, de 3 de abril de 2023, para criar o Programa Nacional de Prevenção à Depressão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Relatoria: Senadora Leila Barros.

O relatório será feito *ad hoc* pela Senadora Eudócia.

Concedo a palavra à nobre Senadora Eudócia para fazer a leitura do relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, solicito ir direto à análise.

Compete à CAS opinar sobre matérias que dizem respeito à proteção e à defesa da saúde e às competências do SUS, conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Por ser a única Comissão a analisar o projeto de lei, incumbe à CAS avaliar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também os aspectos relacionados à regimentalidade, à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da matéria.

No que se refere ao mérito é louvável a intenção do autor de aprimorar a atenção à saúde mental, especialmente no que tange à depressão. De fato, a condição figura entre os distúrbios mentais mais comuns, e tem tendência a crescimento. Conforme a Organização Mundial da Saúde, a doença atinge atualmente cerca de 300 milhões de indivíduos em todo o mundo, o que equivale a 4,4% da população global.

No Brasil, a estimativa é de mais de 16 milhões de adultos com depressão, conforme o boletim Fatos e Números – Saúde Mental, do Observatório Nacional da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, publicado em setembro de 2022, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao ano de 2019 – um salto de 34% em relação a 2013. O Ministério da Saúde informa ainda, em seu sítio eletrônico, uma estimativa de prevalência de depressão ao longo da vida, no Brasil, em torno de 15,5%.

É oportuno destacar que, além do prejuízo funcional para atividades da vida diária, o transtorno depressivo também tem relação com o suicídio. Segundo o Ministério da Saúde, são registrados anualmente em torno de 12 mil casos de suicídio, sendo mais de 96% dos casos relacionados a transtornos mentais, incluindo a depressão.

Diante desse cenário epidemiológico, destaca-se a importância da Política Nacional de Saúde Mental, que visa consolidar um modelo de atenção à saúde mental de base comunitária, conforme estabelecido pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e promove a reorientação do modelo assistencial em saúde mental. Coordenada pelo Ministério da Saúde, a política abrange estratégias e diretrizes para organizar o atendimento a indivíduos que necessitam de tratamento e cuidados específicos em saúde mental, podendo este ocorrer na Atenção Primária, nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e em ambulatórios especializados.

Nesse sentido, consideramos que o projeto de lei sob análise está alinhado com a Política Nacional de Saúde Mental, especialmente no que se refere ao enfrentamento ao estigma e preconceito associados à depressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, o projeto requer alguns aprimoramentos para atingir seus objetivos sem violar princípios constitucionais. Inicialmente, é importante ressaltar que o propósito original do PL nº 4.712, de 2019, era instituir o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Depressão. No entanto, a tramitação do PL foi demorada e acabou sendo prejudicada pela edição da Lei nº 14.543, de 2023, que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão. Além disso, durante a tramitação na Câmara dos Deputados, foram apensadas outras seis proposições, o que redundou na proposta de criação do Programa Nacional de Prevenção à Depressão, uma inclusão que diverge da ideia inicial do projeto.

De fato, a criação de um programa governamental é uma prerrogativa do Poder Executivo, regida pelos critérios de oportunidade e conveniência que norteiam a administração pública. O Poder Executivo, inclusive, não necessita de lei para isso. Porém, caso fosse necessário, essa lei seria necessariamente de sua iniciativa.

Exemplo disso é a implantação, pelo Ministério da Saúde, de uma Linha de Cuidado específica para a Depressão no Adulto, nos âmbitos da Atenção Primária à Saúde e da Rede de Atenção Psicossocial, com vistas a oferecer e qualificar o cuidado integral e longitudinal à pessoa com depressão, o que evidencia a capacidade do Executivo de agir sobre o tema independentemente de nova legislação.

Recorde-se que a Linha de Cuidado é constituída por padronizações técnicas relativas à organização da oferta de ações de saúde e dos fluxos assistenciais no SUS e oferece um guia de manejo terapêutico para o profissional de saúde.

Diferentemente das leis, cujo processo legislativo de edição e de alteração é moroso, as normas infralegais, os guias, os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas são de atualização fácil, ágil e frequente.

Também já é atribuição do Poder Executivo celebrar acordos e convênios para pesquisa, inclusive com a finalidade de desenvolver estratégias terapêuticas no controle da depressão e seu diagnóstico precoce.

No que se refere à possibilidade de celebração de parcerias com pessoas jurídicas de direito privado, por exemplo, essa faculdade já está prevista no ordenamento jurídico, a exemplo da Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

Ante o exposto, consideramos relevante o conteúdo da proposição legislativa sob análise, mas entendemos que seu objetivo pode e deve ser alcançado, sem, contudo, invadir a competência do Poder Executivo federal, nem a dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Portanto, propomos a apresentação de um substitutivo ao projeto de lei para aprimorar e reforçar as medidas sugeridas, garantindo sua conformidade com a Constituição. Esse substitutivo expande os objetivos da Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão, intensificando o alcance da Lei nº 14.543, de 2023, e destacando outras questões pertinentes.

Além disso, ele respeita as competências do Poder Executivo e reforça as normas já estabelecidas na lei, assegurando que não excedam os limites constitucionais.

Adicionalmente, convertemos as ações programadas para a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão em iniciativas permanentes, não limitadas exclusivamente ao período em que se celebra essa data.

No substitutivo, também reforçamos a atenção que deve ser devida a crianças e adolescentes, inclusive com a participação e o apoio da comunidade escolar. Embora manifestações depressivas tendam a ser mais prevalentes após a terceira década de vida, essa condição pode afetar indivíduos de todas as idades, abrangendo até mesmo crianças e jovens.

Ressalte-se que, no grupo etário de 15 a 29 anos, o suicídio é mundialmente a quarta causa de mortalidade.

Por fim, no que se refere aos outros aspectos relacionados à regimentalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da matéria, não há o que obstar.

Voto.

Ante o exposto, esse voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.712, de 2019, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4.712, DE 2019

Altera a Lei nº 14.543, de 3 de abril de 2023, que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão, a ser celebrada anualmente na semana que compreender o dia 10 de outubro, para dispor sobre seus objetivos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 14.543, de 3 de abril de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão terá por objetivos:

I – promover campanhas educativas, debates, palestras e outros eventos que abranjam todos os aspectos da doença, além de ações de prevenção, especialmente voltadas para crianças e adolescentes, contando com a participação e o apoio da comunidade escolar;

II – incentivar a implementação e a divulgação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da doença;

III – difundir os avanços obtidos em diagnóstico e tratamento da doença;

IV – divulgar as formas de acesso à Rede de Atenção Psicossocial e à Atenção Primária à Saúde, priorizando as ações preventivas tanto no Sistema Único de Saúde quanto na saúde suplementar;

V – garantir a educação continuada dos profissionais de saúde no que diz respeito aos cuidados com pessoas que sofrem de depressão e distúrbios mentais correlatos;

VI – combater o preconceito social contra pessoas com depressão, envolvendo instituições sociais e outros agentes que atuam na proteção da saúde mental;

VII – oferecer apoio aos familiares e pessoas próximas de indivíduos com depressão.

Parágrafo único. As ações previstas neste artigo têm caráter permanente e não se restringem à Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente, agora Senador Eduardo Girão, queria só fazer um comentário, se possível.

Eu queria parabenizar aqui a Senadora Leila Barros pela sua brilhante relatoria e dizer da importância de ser votado esse projeto de lei, em que foi feita essa mudança na sua relatoria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Através da relatoria da Senadora, foi feita essa mudança, para passar de Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão – apenas uma semana – para ser em caráter permanente, e aí dessa forma a gente poder estar sempre conscientizando a nossa população dos riscos que a depressão oferece.

E aqui foi muito bem colocado pela Senadora Leila que, apesar de realmente os pacientes que são mais diagnosticados terem a idade de a partir dos 30 anos, cada vez mais aumentam os diagnósticos na faixa etária das crianças, na faixa etária pediátrica, e na faixa etária da pré-adolescência e da adolescência. O nosso querido Presidente eu acho que teve que se ausentar, mas o Senador Marcelo Castro, como psiquiatra, tem até mais embasamento para aqui falar.

Então eu peço a todos os colegas que a gente aprove esse projeto, com essa relatoria da Senadora Leila, que foi tão importante.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senadora Eudócia. Parabéns pela relatoria *ad hoc*.

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

E a matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

Perfeito.

Então, item 10.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 57, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação da Função Saúde e do Sistema Único de Saúde na base territorial do Distrito Federal.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF) e outros

A Senadora Damares o subscreveu.

Então eu passo a palavra à minha irmã Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nos termos regimentais e nos termos legais, requeremos a realização de uma audiência pública com o objetivo de debater a situação da Função Saúde e do Sistema Único de Saúde na base territorial do Distrito Federal, com inúmeros convidados, todos do Distrito Federal.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente, e peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Então, os Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 62, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2888, de 2021, que "institui no calendário oficial o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Eu passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, requeiro a realização de uma audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 2.888, de 2021, que institui no calendário oficial o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de seis a 12 anos de idade. E trago aqui diversos representantes da área, Sr. Presidente.

Esse é o requerimento e peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Os Senadores que aprovam...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Opa, perdão. A senhora quer discutir?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Desculpe-me, termine...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom. Passo a palavra à senhora.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – É que, posteriormente à votação, eu peço a V. Exa. para subscrever o item 11, que é da Senadora Jussara Lima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os Senadores que aprovam o Requerimento nº 62, que acabou de ser lido pela Senadora Damares Alves, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, o item 11, não é?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, o Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 60, de 2025, de autoria da Senadora Jussara Lima.

Então, a senhora está subscrevendo, não é?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, eu passo a palavra à Senadora Eudócia, para a leitura do requerimento.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 60, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 853/2019.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI) e outros

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – O Requerimento nº 60, de 2025, que é da Senadora Jussara Lima, requer, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 853, de 2019, que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito grata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento da nobre Senadora Jussara, subscrito pela Senadora Eudócia.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 56, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2024 - CAS seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Passo a palavra ao nobre Senador, para a leitura do seu requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Presidente, bem rápido.

Nós vamos ter uma sessão daqui a pouco, às 14h, aqui, uma sessão de audiência pública, e é só incluir o nome de um convidado, que já está a postos, que é o Sr. Rodrigo Marinho, Diretor-Executivo do Instituto do Livre Mercado.

Então, só faço essa solicitação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 61, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a garantia dos direitos das mulheres gestantes e parturientes e o combate à violência obstétrica.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Passo a palavra ao nobre Senador, para fazer a leitura do seu requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, com o objetivo de debater sobre a garantia dos direitos das mulheres gestantes e parturientes e o combate à violência obstétrica.

Então, eu proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; representante do Ministério das Mulheres; a Sra. Alinne Duarte, neuropsicóloga; a Sra. Laís Calabero, Especialista em Psicologia Obstétrica e Presidente do Instituto Vida Maria; o Sr. Wellington Callegari, Deputado Estadual no Espírito Santo, que aprovou uma lei nesse sentido; o Dr. José Hiran da Silva Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina; o Dr. Raphael Câmara, médico e Conselheiro do Conselho Federal de Medicina; e um representante do Conselho Federal de Enfermagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu já incluo, Sr. Presidente, o da solicitação do Dr. Hiran, que foi feita mais cedo, assim como a solicitação da Dra. Damares também, da Senadora Damares...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O do Dr. Hiran é o Dr. Marcelo Marsillac Martins...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso, isso. E a da...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... médico ginecologista e obstetra, Presidente do Sindicado dos Médicos do Rio Grande do Sul.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está incluído.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

E a Senadora Damares também incluiu o nome da... Ela vai ainda mandar, mas parece que é a ex-Ministra, que tem dados aí... Enfim, ela vai trazer... É a Sra. Cristiane Britto, não é? Eu acho que é, mas enfim...

A justificação, Sr. Presidente. Por que essa audiência? Porque ela tem a finalidade de promover um debate amplo, qualificado e necessário sobre a urgência de uma legislação federal que assegure direitos específicos às mulheres gestantes e às famílias, garantindo condições dignas, respeitosas e seguras para o nascimento – um momento que marca profundamente a vida da mulher, da criança e de toda a estrutura familiar.

O parto não é um evento isolado, restrito ao aspecto clínico. Trata-se de uma experiência humana, física, emocional e social que envolve a mulher, seu bebê, o pai ou companheiro, companheira, e toda a rede familiar que se prepara para receber uma nova vida. É, portanto, dever do Estado assegurar que esse processo ocorra em condições que respeitem a dignidade da mulher e o bem-estar da família como um todo.

Apesar dos avanços nas políticas públicas de atenção ao parto e nascimento, ainda existem lacunas importantes que resultam em práticas desatualizadas, desumanas e, muitas vezes, até traumáticas. É necessário garantir, por meio de norma federal, o direito de escolha da gestante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto ao tipo de parto (normal ou cesariana), respeitada sua autonomia, inclusive quanto à mudança de decisão ao longo da gestação. Também se mostra essencial a definição de critérios objetivos para a realização do parto eletivo a partir da 38ª semana, com informações claras e acessíveis sobre riscos e benefícios, assegurando decisões conscientes e bem orientadas.

A legislação deve contemplar ainda o direito à presença de acompanhantes e doulas, conforme o plano individual de parto, fortalecendo o protagonismo da gestante e o suporte familiar durante todo o processo. Ressalte-se que um ambiente de acolhimento e o apoio emocional têm impacto direto sobre os índices de segurança, recuperação e vínculo entre bebê, mãe e demais membros da família.

Além disso, é urgente o reconhecimento legal de práticas que configurem violência obstétrica, como intervenções invasivas sem autorização, uso rotineiro de episiotomia, aplicação desnecessária de ocitocina, manobra de Kristeller, raspagem dos pelos pubianos, lavagem intestinal, amarras físicas e proibição de a mulher escolher sua posição de parto, bem como a negação de anestesia, inclusive no parto normal. Tais condutas violam não apenas a integridade da gestante, mas comprometem o ambiente emocional e afetivo que deveria acolher a chegada de uma nova vida.

A violência obstétrica, ainda invisibilizada por muitos setores – invisível –, impacta profundamente a saúde física e emocional das mulheres e de suas famílias e representa uma forma de violação dos direitos humanos; é também uma barreira para a construção de uma cultura de valorização da maternidade e de fortalecimento das famílias brasileiras.

Diante da relevância do tema e de seu impacto direto sobre a saúde a dignidade e a estrutura familiar, entendemos ser fundamental a realização dessa audiência pública.

Vai ser histórica, viu?

O espaço permitirá escutar especialistas, profissionais da saúde, representantes do Ministério da Saúde, entidades da sociedade civil e movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres, das crianças e das famílias. Trata-se de um passo essencial para a formação de políticas públicas e iniciativas legislativas que estejam verdadeiramente alinhadas à promoção da vida, da dignidade humana e da valorização da família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente, por ter colocado em pauta esse nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento do nobre Senador Eduardo Girão.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, tem um requerimento extrapauta, eu queria pedir a compreensão das colegas. É apenas uma audiência pública também.

Eu queria pedir essa inclusão do Requerimento nº 65.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza.

Em votação a inclusão desse requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Lembro que hoje, às 14h, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater a proposta de criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher.

Convoco, para o dia 9 de julho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim e condução da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Dr. Hiran, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Augusta Brito, Jorge Seif, Luis Carlos Heinze, Beto Faro e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 53/2025 - CAS, de autoria Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Finalidade:** Debater a proposta de criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher. **Participantes:** Senadora Augusta Brito, Ex-Presidente da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher do Senado Federal; Senadora Leila Barros, Líder da Bancada Feminina do Senado Federal; Camila Rocha Firmino, Coordenadora-Geral do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero do Ministério das Mulheres; Rafaella Mikos Passos, Assessora Especial de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Vice-Diretora da Escola Nacional da Defensoria Pública da União; Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; Márcia Lopes, Ministra de Estado das Mulheres; Maria Elizabeth Rocha, Presidente do Superior Tribunal Militar - STM; Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal; Ana Claudia Oliveira, Coordenadora de Pesquisas do Observatório Nacional da Mulher na Política; Nícia Raies Moreira de Souza, Pesquisadora da Fundação João Pinheiro - FJP; Mirlene Simões, Pesquisadora do Observatório Caleidoscópio/Unicamp; e Suzianne Santos, Coordenadora do Observatório da Mulher Teresina. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/02

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 53, de 2025, da CAS, de autoria da nossa querida Senadora Jussara Lima, que está aqui, ao meu lado. (*Palmas.*)

Jussara Augusta... Que confusão: Augusta Brito. Vamos ter que repetir as palmas porque o nome aqui estava trocado. (*Palmas.*)

O requerimento é dela, de autoria da Senadora Augusta Brito, para a realização da audiência pública destinada a debater a proposta de criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmite ao vivo a presente reunião e, assim, possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores inscritos. (*Pausa.*)

Está bem.

Agora que eu já abri, quando eu ia preparar um discurso aqui de duas horas, pelo menos... Está bom duas horas? Já me disseram: "Não, Senador, o senhor já está liberado".

É a Senadora Augusta Brito que, na verdade, vai presidir a sessão, vai apresentar a mesa, vai falar com a nossa querida Ministra aqui presente, a quem eu peço uma salva de palmas, a Ministra Márcia Lopes. (*Palmas.*)

Microfone, quando vocês entregam, o Parlamentar não quer soltar, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, então, quero também cumprimentar todos vocês. Acho que é um belo momento. Eu aqui tenho um resumo que eu iria fazer se eu fosse presidir, mas, como eu não vou presidir, eu vou fazer o mesmo. Posso?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só para situar, é um *briefing*, como eles dizem.

A criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher, decorre de uma proposta apresentada pela Senadora – agora correto aqui, minha querida – Augusta Brito, enquanto Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher. A rede tem o objetivo de integrar, fortalecer as iniciativas dedicadas à análise dos dados e de políticas públicas voltadas à equidade de gênero e ao combate da violência contra à mulher.

Essas iniciativas, geralmente, são vinculadas a órgãos públicos, universidades, organizações da sociedade civil ou centros de pesquisa. Atualmente, há diversos observatórios da mulher no Brasil, a exemplo do Observatório da Mulher da Defensoria Pública, do Observatório Nacional da Mulher na Política, observatórios de violência contra a mulher, localizados em diversos estados e municípios.

A ideia é integrar todos eles. É uma rede nacional e é de extrema importância para o fortalecimento da produção e uso dos dados produzidos.

A data de hoje é oportuna; ela antecede o Encontro Nacional de Observatórios da Mulher, que ocorrerá amanhã, a partir das 14h, aqui, no Senado.

Parabéns, Senadora Jussara Lima! Parabéns, Ministra! Parabéns a todos os convidados e vocês que estão no plenário por essa iniciativa! (*Pausa.*)

Essa iniciativa servirá de instrumento para o enfrentamento à desigualdade de gênero e à promoção dos direitos das mulheres.

Por fim, destaco que hoje pela manhã, aqui na Comissão de Direitos Humanos, aprovamos o PL 2.549, de 2024, de autoria da Deputada Nely Aquino e da relatoria da Senadora Mara Gabrilli. O PL cria o Selo Cidade Mulher, a ser conferido aos municípios que se destacam na atividade das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas específicas para o bem-estar da mulher. Ele vai para o Plenário, foi aprovado com urgência, mas quem vai regulamentar vai ser o Executivo, né? Acordamos aqui, fizemos um adendo, e aí a senhora vai ser a grande mentora dessa articulação da regulamentação de como é que vai se dar o prêmio nessas cidades de todo o Brasil.

Era isso.

Eu dizia hoje de manhã, estava aqui a Deputada que apresentou o projeto, Nely, eu disse para ela que eu me sentia homenageado. Ela disse: "Por quê?". Porque uma irmã minha já falecida tinha o nome também de Neli. Então ficou uma parceria, eu com ela e a nossa própria história.

Assim, de forma, claro, correndo, porque eu soube... Quando eu soube que a senhora vinha, e eu sei onde é que é o meu lugar, eu disse...

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu sabia que a senhora vinha, nossa querida Senador Leila, e eu disse: "Então, eu vou fazer uma introduçãozinha", que eu trouxe aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já fiz, já fiz. E eu quero com muito orgulho dizer que a antecedi, mas esperando e guardando a cadeira para a senhora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Ah, obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, neste momento, eu passo a Presidência ou para a Senadora Augusta Brito, ou para a senhora. Vocês é que decidem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Eu me sento então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Venha cá, então! Venha cá, antes de eu sair. (*Pausa.*)

Aí, agora sim, tudo acertadinho. Já venha para cá! (*Palmas.*)

Com esta mesa belíssima aqui, eu quero só sair na foto, porque eu vou para o Plenário daí.

Posso sair na foto?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estou liberado? Ilana, estou liberado? É só para a foto agora.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pessoal, muito obrigado, viu? Estou muito honrado, ganhei o dia hoje! Palmas para vocês! (*Palmas.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Paim! Um beijo, um beijão! (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Boa tarde. Boa tarde a todas e todos.

Primeiro quero agradecer e registrar que o nosso Senador Paulo Paim é sempre muito solícito e com certeza um dos grandes defensores dos direitos humanos, inclusive dos direitos das mulheres, né? – os nossos direitos também. Precisamos aí também trazer os homens para se juntarem aqui às mulheres, que já fazem toda essa defesa.

Quero registrar a presença das mulheres que estão aqui compondo a mesa, já agradecê-las e dizer que é com muita felicidade que nós estamos hoje aqui tendo a oportunidade de presidir esta audiência pública. Ela, na verdade, foi pedida pela Senadora Jussara. Eu me juntei a ela e pedi... Eu não sou membro da Comissão, então não poderia fazer esse pedido. E aí, como ela teve um problema, não pôde vir, então nós estamos aqui, não é, Leila? Nossa Senadora Leila, cuja presença já quero aqui registrar e agradecer também sempre a disponibilidade, nossa Líder da Bancada Feminina aqui do Senado Federal. E que grande Líder, não é? Eu me sinto honrada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser liderada por essa grande mulher, que realmente defende os nossos direitos e defende os direitos humanos.

Quero aqui registrar nossa querida Márcia Helena, que é Ministra de Estado das Mulheres. Muito obrigada por estar aqui presente. Quero registrar aqui também a Maria Elizabeth, que é Presidente do Supremo Tribunal Militar – muito obrigada por estar aqui presente –; nossa querida Ilana, nossa Diretora, outra grande mulher aqui do Senado – sempre vou registrar a presença dela, porque, quando eu cheguei aqui como Senadora, ela foi a mulher que me acolheu aqui dentro do Senado. Então muito obrigada Ilana; minha gratidão sempre e eterna.

E esta audiência pública... Eu queria aqui, antes de passar para as nossas convidadas – eu estou aqui também muito mais para ouvir, intermediar os trabalhos... Eu não posso deixar passar essa grande oportunidade que estou tendo hoje de parabenizar o trabalho do Observatório aqui do Senado Federal, da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, também da Liderança da Bancada Feminina, que aqui está.

O nosso Senado, com essa preocupação do Observatório, um Observatório realmente que seja atuante, para que a gente consiga realmente os dados que são necessários para que a gente possa até fundamentar as políticas que a gente quer apresentar, os projetos que a gente quer apresentar dentro do Senado Federal... Eu parabenizo a todas que o compõem, que fazem esse belíssimo trabalho. Eu tenho o maior orgulho de falar que aqui no Senado Federal existe este Observatório.

E no começo, quando eu assumi aqui, Senadora Leila, como Senadora, eu fui fazer uma visita à Procuradoria, exatamente para conhecer os trabalhos. Eu fui Deputada Estadual, fui procuradora no estado – registro aqui também a Procuradora lá do estado, a Deputada Juliana, que está aqui; obrigada pela presença – e lá a gente teve várias metas, inclusive uma de montar um observatório em nível estadual pela Assembleia Legislativa lá do nosso estado, junto à Procuradoria Especial. E nós encontramos, na época, alguns obstáculos, mas ele foi realmente instalado.

Quando eu vim para cá, eu tive toda uma preocupação em conhecer este trabalho aqui do Observatório. E nesta conversa, nós chegamos, vamos dizer assim, a um entendimento, que era necessário para que a gente pudesse fazer, de uma forma mais ampla, com que os observatórios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente se integrassem de uma forma nacional, para que a gente possa, o Senado Federal, através do seu Observatório, também dar suporte às Assembleias Legislativas, às procuradorias especiais dos estados, através também da formação dos seus observatórios.

Então, eu fiz aqui uma pequena fala. Vou fazer aqui igual ao meu Senador Paulo Paim: "Não vou passar cinco horas, mas só seis."

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Brincadeiras à parte, mas é com muita segurança que eu tenho certeza absoluta da eficácia desse marco legislativo, que é de ter informações sem controle social, da relevância desse importante órgão, que vem implementando sua missão de uma maneira exemplar.

Hoje, nós damos mais um passo em direção à efetiva equidade, uma perspectiva, infelizmente, ainda distante, mas que só se concretizará com o resultado de nosso empenho incansável dia após dia.

Como eu já falei, eu tive a honra de propor a criação dessa rede nacional. Hoje não se trata do lançamento nem da criação da rede nacional e sim de uma audiência pública para que a gente veja qual é a melhor forma – exatamente junto com o Ministério das Mulheres, junto com os órgãos que a gente necessita também que estejam fazendo parte, se assim for o que a audiência pública discutir e encaminhar, porque nós não estamos com nada definido ainda – para que aconteça de uma forma integrada e para que a gente possa se fortalecer e não dividir as forças. Eu acredito que assim é a melhor forma de ser conduzido para que dê certo. Eu acho que é se unir e não dividir.

Esse objetivo é um pouco audacioso, mas, ao mesmo tempo, os desafios é que movem, e nos movem. Nós, como mulheres, para que estejamos diretamente em cargos eletivos na política – não é, Senadora Leila? –, há todo dia há um obstáculo, há todo dia uma dificuldade, o que não é diferente em nenhum dos espaços que nós mulheres ocupamos.

Não é sendo vítimas, não estou vendendo aqui a dificuldade, mas sim a realidade que, infelizmente, a gente ainda enfrenta, de ter que se afirmar e autoafirmar e provar para todos e todas que nós somos pertencentes ao espaço que estamos ocupando, ou por competência... Aliás:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por competência; não só por cota, não só por questões de gênero especificamente. É altamente necessário que existam essas cotas para a gente corrigir historicamente o que nos foi tirado e negado por muitos anos, e ainda é, mas não podemos dizer que é só porque existe cota – que seja cota no Código Eleitoral, em que, infelizmente, a gente vem discutindo e debatendo o que dão e querem tirar... O que a gente já tem, a gente tem que vigiar para não perder. Enfim, somos sempre vigilantes, querendo garantir mais direitos do que nós já conquistamos até hoje sem perder nenhum dos que já foram conquistados.

Então, é uma luta diária que nós temos aqui no Senado Federal.

E aqui, eu disse que ia fazer, mas não vou fazer a minha fala, porque realmente ia passar muito tempo, sabe, Leila?

Então, para não dizer que eu não passei... Eu estou aqui olhando, mas eu quero dizer que nós vamos passar aqui esta tarde e espero muito que a gente possa contribuir com o Senado Federal.

Volto a parabenizar todas que fazem parte, que constroem o Observatório aqui do Senado, e quero muito que, nessa experiência – de que nós já temos prova que deu certo e de que está dando certo –, a gente consiga fazer essa unificação com os estados, que também precisam, para que a gente tenha a rede nacional desse Observatório e para que a gente possa ter os dados concretos, e, em cima deles, elaborar, volto a dizer, políticas públicas e projetos realmente direcionados com dados.

Então, dando já continuidade, eu queria que... Já que nossas... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Então, pronto.

Eu ia passar para a nossa Senadora, mas ela vai ficar por último, então.

Eu queria que, já na ordem que foi direcionada...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Rapidinho, Augusta.

É só para cumprimentar a todas e todos aqui, a essas bravas mulheres que compõem a mesa, mulheres inspiradoras: a Ministra Márcia; a Ministra Elizabeth também, que é Presidente do STM – Maria Elizabeth, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, é verdade.

A SRA. MARIA ELIZABETH ROCHA (*Fora do microfone.*) – Maria Elizabeth, está certo.

Maria Tereza é do STJ.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Calma, gente, calma.

A SRA. MARIA ELIZABETH ROCHA – Uma grande amiga.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É, exatamente, Maria Elizabeth, desculpa.

A Márcia também e a Ilana, a nossa Diretora-Geral.

É engraçado, a gente tem uma correria tremenda aqui na Casa. Terça e quarta-feira, gente, quem acompanha a gente em nosso dia a dia sabe que é um caos.

"Onde é que você está, Senadora?".

E você sai correndo para tudo que é... Você está o tempo todo correndo, mas, quando você chega a um lugar em que você se sente pertencente, parece que alivia o coração e as outras demandas podem esperar, porque realmente é um evento muito importante.

Sejam todas e todos muito bem-vindos.

Eu vou aguardar aqui a Mesa para ouvir as nossas expositoras, que certamente têm muito mais a contribuir neste momento sobre a questão do trabalho dos observatórios. A gente tem o nosso aqui, que nos ajuda muito na elaboração de inúmeros projetos e iniciativas, com estatísticas, e é muito bacana poder contar com vocês aqui nesta tarde.

É isso, sejam bem-vindas.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, nossa Senadora e Líder da Bancada Feminina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, já dando continuidade, gostaria de passar para a nossa primeira expositora aqui, a nossa Diretora Ilana, que poderá fazer o uso da palavra por até 10 minutos, sabendo que sempre a gente vai ter um tempo adicional, se for necessário.

Se for necessário também, não se preocupe.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Tem que botar cronômetro aqui.

Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Augusta, a Senadora Leila, a Ministra Márcia e a Ministra Maria Elizabeth.

O que me foi pedido aqui foi uma tarefa muito simples, porque quando a gente defende o que a gente acredita, fica fácil, foi defender a formação de redes, porque o Senado faz parte de um par delas e é fundador da rede de equidade de gênero e raça.

Mas eu começo dizendo que formar redes é a melhor estratégia que nós temos para ampliar não só os nossos trabalhos, mas, também, o nosso espaço de poder, porque aqui, no Senado Federal, numa instância de poder, nós temos que ser claros e falar que não é dado à mulher o mesmo espaço nas instâncias de poder que aos homens, e não é só na área pública, na área privada também. E fazer redes é a melhor forma que nós temos de nos colocarmos dentro das possibilidades de chegar nesses espaços.

A gente sempre costuma dizer, Ministra, que quando acaba o expediente os homens se reúnem para jogar futebol, quando eles são mais saudáveis e, quando não são tanto, para fumar charuto, e a gente sai correndo para ir para casa. E, na verdade, essa é uma oportunidade que nós acabamos perdendo, e as redes são oportunidades para isso.

O Senado faz hoje parte de quatro redes. Duas já há algum tempo, que são a Rede Legislativo Sustentável e a rede que cuida da questão da inclusão e da acessibilidade, redes que hoje são muito maiores, mas que começaram com uma iniciativa entre Câmara, Senado e TCU. Hoje, a Rede de Acessibilidade já conta com 14 órgãos públicos, entre eles, além da Câmara, Senado e TCU, o STF, o STJ, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. E a Rede Legislativo Sustentável teve um crescimento imenso e hoje conta, além da Câmara, Senado e TCU, com oito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assembleias legislativas, 41 câmaras municipais, 21 tribunais de contas estaduais e cinco tribunais de contas municipais.

E este ano o encontro da Rede Legislativo Sustentável ocorreu aqui, no Senado, no final de maio, com mais de 450 participantes.

Temos uma quarta rede, que é uma rede organizada virtualmente, que é a rede de inovação do Governo, o InovaGov, que articula pessoas que trabalham em inovação e nas diversas instâncias e esferas governamentais, nas esfera municipal, estadual e federal, e não apenas no âmbito do Legislativo, mas também no âmbito do Executivo e do Judiciário.

E eu deixei por último a Rede de Equidade de Gênero e Raça, porque foi uma rede que o Senado criou há três anos e que começou com 11 participantes, e hoje nós já passamos de 40 participantes. Ela fez três anos em março deste ano. E, nesse sentido, me parece que o que aconteceu com o Observatório se identifica muito com o que aconteceu com a Rede de Equidade. Ela veio de um sentimento que nós tínhamos aqui, no Senado, de que nós precisávamos difundir o que nós estávamos fazendo.

Eu quero lembrar a vocês que, há três anos, nós não estávamos no melhor momento de acolhimento de ideias de equidade no Brasil, e o Senado era, então, conhecido como uma ilha de liberdade, de efetividade, e nós nos sentimos muito solitários, porque nós não queríamos ser uma ilha. Nós queríamos difundir o que nós fazíamos, nós queríamos ser um facilitador. E a partir disso veio a ideia de criação da rede, que foi instituída e hoje quadruplicou o seu número de membros. Estamos, agora, fazendo um esforço em direção aos estados e um esforço em direção aos demais ministérios, porque nem todos eles, como o Ministério da Mulher, Ministra, fazem parte da rede. Então, nós estamos nesse esforço.

E para que serve o esforço de trabalhar em rede? Primeiro, para economizar e facilitar a estruturação de programas, porque nós temos dados já coletados pelos outros membros da rede, nós temos experiências relatadas que nos fazem sair de um grau de amadurecimento melhor, e, segundo, para que nós possamos nos apoiar, apoiar no sentido de trazer novas experiências e, às vezes, apoiar inclusive no sentido de mostrar que aquele interesse dentro de um determinado órgão não é um interesse isolado, que ele é um interesse que já frutificou em outros órgãos, e isso traz, inclusive internamente, uma fortaleza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também uma rede serve até para que nós economizemos recursos, porque, em vez de fazer eventos que servem apenas a um órgão, nós fazemos eventos em rede. Este ano, por exemplo – e, aqui, o Ministério da Mulher e o STM são membros da Rede de Equidade de Gênero e Raça –, no final do ano, nós faremos um grande seminário que vai tratar da questão da mulher nos 40 anos de redemocratização do Brasil. Este ano, nós completamos 40 anos de redemocratização no nosso país, mas todas as figuras que nós comemoramos até agora são masculinas. Então, o Senado fez um esforço de pesquisa para que nós possamos apresentar as mulheres que participaram da redemocratização do Brasil. Inclusive, já veio um dado de pesquisa de que a anistia no Brasil começou com uma reivindicação de um grupo de mulheres e só depois foi abraçada pelos homens.

E por que essas mulheres foram invisibilizadas? Por que elas foram silenciadas?

Então, a rede, este ano, no final do ano, no seu grande evento, que faz em dezembro, vai tratar das mulheres responsáveis pelos 40 anos de redemocratização do Brasil. Infelizmente, esse é um movimento de invisibilidade, de que nos calemos, que não é um movimento que nunca acontece, e, quando nós trabalhamos em rede, fica mais fácil que nós possamos nos opor a ele.

Nesse sentido, eu venho aqui defender o modelo de rede: ele é um modelo democrático, porque não é um modelo de imposição, ele é um modelo de construção coletiva, e a construção coletiva é a melhor forma de angariar a participação.

Eu, muito recentemente, ouvi um especialista americano dizendo que este é o tempo de CEOs – porque ele falava da iniciativa privada – mulheres, porque, entre a cooperação e a competição, este é o tempo da cooperação; entre os números e as pessoas, este é o tempo das pessoas. E as redes são formas de que nós trabalhemos assim, de que nós compartilhemos as nossas preocupações, de que nós possamos cocriar juntos, de que nós possamos nos enriquecer juntos.

O ambiente dos observatórios já é um ambiente rico; tanto é rico que vocês ainda irão se reunir em audiência pública, em encontros. As pessoas já estão aqui, e isso já é um número enorme de passos que foi dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parece-me que agora só falta a gente efetivar este andar de mãos dadas para que nós possamos ter mais velocidade, ter mais proteção, ter mais apoios e, efetivamente, ter mais informação, porque políticas públicas só se fazem com informação. A informação é o pré-requisito, é a matéria-prima, para que nós possamos oferecer às nossas Parlamentares, aos nossos Parlamentares, às nossas e aos nossos Ministros, a todos os Poderes dados que os motivem a fazer ações...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ILANA TROMBKA – ... a fazer políticas públicas.

Eu não vou usar mais nenhum segundo, porque já tocou a campainha. (*Risos.*)

Vou agradecer... Eu, aqui, sou assim, bem cumpridora.

Vou agradecer e vou, antecipadamente, me desculpar, porque ficarei aqui o máximo de tempo que eu puder, mas eu também sou mulher, tenho uma filha em idade escolar, hoje é quarta-feira, dia de Plenário, o meu marido é assessor de Plenário de um Senador, e eu preciso sair para buscá-la e, depois, retornar ao meu ambiente de trabalho.

Então, se não puder acompanhar até o final, peço que me compreendam, e sei que me compreendem porque isso é muito comum na vida de todas nós.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Ilana. Com certeza, já está perdoada quando tiver que sair.

Já dando continuidade, vamos passar agora para a nossa Ministra das Mulheres, nossa querida Márcia Helena, já dizendo e desejando... Eu sei que já faz algum tempo que assumiu o Ministério das Mulheres, mas desejando toda a sorte, sucesso – porque sorte é um pouco mais difícil, não é? –, um bom trabalho em que, com certeza, você pode contar com o Senado Federal através da Bancada Feminina, falando em nome da nossa Líder que está aqui e do nosso mandato também, para que a gente possa construir políticas públicas juntas, para que a gente possa construir projetos de lei que a gente possa apresentar, que sejam necessários, de sugestões também vindas do Ministério das Mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só para dizer que a gente quer somar forças, com certeza, para que o ministério possa ter orçamento, para que o ministério possa ter força e fazer, realmente, o que eu sei e tenho certeza de que ele se propõe a fazer.

A senhora pode falar o tempo também que desejar. Vamos botar dez minutos, mas, se for necessário mais, a gente acrescenta.

A SRA. MÁRCIA LOPES (Para expor.) – Essa campainha vai buzinar aí. (*Risos.*)

Bom, querida Senadora Augusta Brito, que preside esta sessão tão importante; Senadora Leila Barros, também sempre muito atuante; a Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministra Maria Elizabeth Rocha; a nossa Secretária-Executiva do Ministério das Mulheres, Eutália Barbosa; a Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana Trombka; a Coordenadora-Geral do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero do Ministério das Mulheres, Camila Firmino; também a Coordenadora Camila Dantas; a Regina Adami e a Joseane, que integram a assessoria parlamentar; nosso cerimonial, assessoria de comunicação; e outras pessoas aqui da equipe do Ministério das Mulheres...

Em todos esses participantes e essas participantes, eu vejo carinhas muito amigas, conhecidas. Inclusive, tenho a honra de poder dizer da minha colega do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, e também da Sandra e da Silvana, que fazem lá um trabalho muito qualificado, maravilhoso, uma experiência incrível. Certamente, nós vamos aproveitar muito nessa troca, nesse fortalecimento dos observatórios. E eu sei que aqui a Unila está presente, a UEL, como eu já disse, o Estado de Sergipe, a Unicamp, o Senado e a Câmara Federal, com essas iniciativas.

Bom, quero dizer primeiro da alegria de estar aqui. Eu não tenho ainda dois meses de ministério, mas me lembro muito bem do dia em que o Presidente Lula me chamou, me convidou para ser a Ministra das Mulheres, quando ele disse: "Eu quero andar o Brasil e encontrar as mulheres mais felizes, mais participantes, mais autônomas, mais, enfim, dignificadas, com mais protagonismo". E aí ele também emendou e disse: "Por que será que no Brasil a gente tem tanta dificuldade de transformar uma situação, de mudar uma situação, uma atitude, um cenário, uma realidade?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele falava, obviamente, do que representa essa história de tanta luta das mulheres, ainda muito subjugadas, ainda vivendo situações absolutamente vexatórias, que contradizem a nossa grande Constituição Brasileira de 1988. E, claro, eu tenho certeza de que aqui muitas de nós e muitos de nós atuaram, lutaram para que a gente chegasse a essa Constituição de um Estado democrático de direito, vencendo um período tão difícil da ditadura militar.

Eu lembro que naquela época, ainda estudante de serviço social, nós não tínhamos direito a informações. E, como você disse, Ilana, eu não tenho dúvida... Eu digo sempre nas minhas palestras, conferências, nas andanças pelo Brasil aí, que informação é poder. Quem não tem informação não tem poder, poder daquilo que a gente concebe, poder que partilha, poder que coletiviza, poder que distribui e que dá acesso às informações e ao conhecimento da realidade.

Então, eu sempre me incomodei muito com isso. Por isso que, às vésperas da Constituição de 1988 e depois, naquilo que regulamentava a Constituição, nós estivemos muitas vezes aqui, no Senado, na Câmara, falando isto para os nossos Parlamentares: nós precisamos tirar tudo de debaixo do tapete, nós precisamos escancarar a realidade brasileira. Porque governos faziam projetos de leis, implementavam políticas públicas e anunciavam como se fosse um grande feito, e aí a gente ia ver, aquela política atendia, chegava a 5%, a 10% da população brasileira. Então, não foi à toa que o Brasil foi acumulando indicadores perversos de desigualdade, de pobreza, de miséria, de sofrimento, de discriminação, perpetuando o fascismo, a transfobia, todo tipo de violência. E aqui, principalmente, eu falo em relação às mulheres brasileiras e a todas aquelas que vivem aqui.

Então, isso não foi fácil, porque a gente sabe que informação tem muita disputa, e disputa de poder, disputa de acesso, não é? E as autoridades, quando não são democráticas, não querem que a população saiba o que está acontecendo. Por isso que também a luta pela transparência, a luta pelo controle social, e também a Constituição, na sua terceira diretriz, trata da participação social, por isso que a partir daí nós pudemos nos movimentar muito mais. Os movimentos sociais, as universidades, os governos democráticos, todas as instituições deste país passaram a ter muito mais espaço para cobrar, para exigir informação, para exigir sistematização dos dados, perguntando sempre que realidade nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a primeira coisa quando também, sempre fiz muita palestra, conferência, eu pergunto: qual é a população deste município? Qual é o indicador de desigualdade? Quantas mulheres tem aqui? Como elas vivem? Onde elas estão? Idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, jovens, indicadores que possam nos dar a condição de fato de preparar, porque a gente fala em planejamento, a gente fala em plano, a gente fala em muitas atribuições das várias esferas do poder público, mas, se a gente não tiver esse domínio da realidade, dos dados agregados, desagregados, de um sistema de informação, de avaliação, de monitoramento, é claro que a gente se enfraquece e é claro que a gente acaba não chegando a nenhum lugar.

Então, primeiro dizer isto: eu passei pelo Governo do Presidente Lula, em 2004, 2005, 2006 e 2007, depois voltei como Ministra do MDS, e a primeira alegria minha foi poder dizer, à época, para o Ministro Patrus: "Nós temos que ter um órgão aqui estruturado, valorizado de sistemas de informação". E aí, com o Rômulo Paes como Primeiro Secretário Nacional, nós criamos a Sagi (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação), que hoje é a Sagicad, lá no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Então, para dizer que a gente foi aprendendo muito. A gente conseguia dialogar em alto nível com o IBGE, com o Ipea, com as escolas de governo, com as universidades, com os centros de estudos e pesquisas, com as assessorias aqui do Congresso Nacional – tudo tem uma história.

Então, quando eu fui convidada para estar aqui, eu não tive dúvida de vir. E, quando eu assumi o ministério, a primeira coisa que eu disse para a Eutália, quando eu vi na estrutura um observatório, eu falei: "Ah, agora sim". Aí eu já liguei para os articuladores, para os intelectuais, pesquisadores e falei: "Olha, vamos fazer uma Sagi Mulheres aqui no Ministério das Mulheres". (*Palmas.*)

Nós queremos uma estrutura, nós queremos valorizar, nós precisamos disso para a gente, de fato, interferir, incidir naquele grande campo que trata da vida das mulheres. E aí a minha peregrinação por cada ministério nesses dois meses, Saúde, Educação, Previdência, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Direitos Humanos, Igualdade Racial, Povos Originários – todos eles –, Ministério da Fazenda, Ministério da Indústria e Comércio, para dizer: "Qual é o dado que você tem das mulheres? Quais são as políticas que vocês realizam hoje para as mulheres do Brasil?". E isso também com os estados e com os municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me reuni com as Secretárias de Estado de Mulheres e assumimos

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA LOPES – esse compromisso de consolidar essa perspectiva de observatórios, de grupos de estudos, e é claro que, também, nesse nosso processo de planejamento para o futuro, poder dizer que a gente aposta muito nessa criação de uma Rede Nacional de Observatórios – em cada estado tem outros nomes –, mas que, enfim, cumpra esta atribuição de estudar, de conhecer, de ter domínio, de dar facilidade ao entendimento, porque, às vezes, as pessoas dizem: "Eu quero fazer, mas eu não sei". E é muito difícil a gente manter os dados atualizados, as informações, as análises, fazer as comparações, ter os indicadores.

Então, eu quero dizer, primeiro, que o ministério... Eu sei que a Camila já integrava esse grupo que está propondo essa rede nacional, e isso foi coincidente mesmo porque essa é a nossa determinação.

Este ano é um ano de conferências, municipais, estaduais, livres, né? Já temos mais de 700 conferências livres inscritas das mulheres, e, na nossa Quinta Conferência Nacional, depois de dez anos sem conferência, nós estamos exatamente também debatendo este tema. E queremos fazer seminários regionais e depois um grande seminário nacional, que aí, enfim, né, vamos integrar essas iniciativas, que são fundamentais.

Quero dizer, por último, alguns resultados. Nós temos o primeiro observatório, que foi criado na época, dia 8 de março de 2009, pela Secretaria Nacional de Políticas de Mulheres, que era o órgão comum, similar ao Ministério das Mulheres, agora criado pela primeira vez, pelo Presidente Lula, como Ministério das Mulheres, e, nesse sentido, já produzindo resultados importantes.

Primeiro, o que vocês já conhecem, provavelmente, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, esse que é de 2024, não é? Depois, nós temos aí o Painel de Indicadores do Observatório – e esse relatório tem 320 indicadores. Depois, preparando para implementação do Data Mulheres BI, atualizando, modernizando, toda essa área. Nós não podemos ficar fora disso. Nós temos várias revistas que são virtuais e que estão à disposição de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar que essa demanda da criação de observatórios foi uma demanda da 10ª Conferência Regional sobre as mulheres da América Latina e Caribe, em 2007, no Consenso de Quito. Então, também é importante dizer que o Brasil está antenado, está também referenciado pelos organismos internacionais. Ter uma política internacional de observatórios, de pesquisas, de dados, é fundamental e necessário.

Então eu quero dizer, por fim, que o nosso Ministério das Mulheres está determinado para a gente avançar muito nisso. Ontem, me reuni com as catadoras de material reciclável; hoje. com as pescadoras e marisqueiras; na semana passada, com as mulheres quilombolas, indígenas. Toda vez eu pergunto: " Quantas vocês são no Brasil?" "Ah, a gente não sabe bem". Porque não basta a Ministra saber, a coordenadora ou a Senadora. Quem está na ponta, quem está vivendo o cotidiano das políticas públicas, dos movimentos sociais, das universidades que formam futuros profissionais – e que nós queremos comprometidos ética e politicamente, para a gente ir zerando as situações vexatórias tão indignas no Brasil, que vão desde o não acesso das mulheres à vida, ao cotidiano, às dimensões várias das suas vidas...

Hoje elas falaram, por exemplo, da saúde, como pega – e elas são pescadoras artesanais –, como elas adoecem, o ponto de vista da saúde. Então, eu já anotei lá que nós vamos nos reunir com o Ministro Padilha e vamos dizer: "Como é que é? O que nós vamos fazer para isso?". E tantas iniciativas que nós temos a obrigação de ter e de fazer. Mas, para isso, a gente tem que ter dados, informações qualificadas, transparentes, cada vez mais integradas. E aí, claro, nesse sentido, a rede... Às vezes, a gente fala que a rede é uma coisa bonita de falar, mas é uma coisa muito difícil de fazer, porque a nossa tendência é a de se individualizar, de se isolar, de competir, inclusive, entre espaços, entre instituições.

Para nós do Ministério das Mulheres o que vale é, sem dúvida, a gente legitimar a Política Nacional de Mulheres – e vai sair agora o Plano Nacional, a partir das conferências –, é a gente dialogar com todas as mulheres deste país e todos os estudiosos que quiserem estar nesse processo para a gente levar a sério isso que precisa ser feito. Nós não podemos brincar. Se nós atendemos 1 milhão, 2 milhões... Nós temos 107, praticamente, milhões de mulheres neste país. E é disso o que nós temos que falar, no nosso caso, mas temos que, obviamente, como agentes públicos, falar do povo brasileiro, de todos eles: da rua, dos migrantes, das mulheres do campo, da cidade, de todos, das LBTs, de todas as mulheres e homens deste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, eu quero parabenizar esta iniciativa – esta é a primeira de que eu participo –, este momento em que vocês estão aqui, mas eu tenho certeza de que a gente pode juntar muito mais gente de cada estado e de cada universidade.

Naquele momento da Sage, nós fizemos uma reunião com 250 universidades aqui e a gente está estimulando exatamente a pesquisa, a extensão, os laboratórios, os observatórios para que a gente pudesse fazer com que esta Casa Legislativa – o Congresso – pudesse, de fato, apresentar leis que respondam às necessidades e às demandas no caso das mulheres do Brasil.

E, para isso, a gente tem que estudar muito, tem que entender muito, tem que debater muito, para a gente não se iludir com algumas pesquisas, alguns dados. Não é simples, é bastante complexo. Eu fui aprendendo o que era você fazer pesquisas, você criar uma linha de base para poder estudar o desenvolvimento da aplicação de uma política pública em determinado grupo. Fui lá para o Ceará criar uma linha de base para as mulheres do Bolsa Família para entender em que medida quem tinha Bolsa Família tinha uma relação diferente de resultados com as que não tinham. Isso vale para todos os campos e para todas as áreas.

Então, nós estamos fazendo uma convocação nacional para todas as instituições que, de fato, nos ajudem a qualificar, a dar transparência e conversar com a mulher lá no seu cotidiano, para ela entender e para ela dizer que não precisa mais sofrer violência, porque ela se fortalece, porque ela sabe o que é o direito dela, porque ela sabe onde encontrar informações.

Nós temos uma grande base de dados – não é, Eutália? – no 180 e nós queremos ampliar mais ainda o 180, um canal universal aí no Brasil. E a gente tem um banco de dados incrível do ponto de vista de a gente qualificar, entender, mensurar nas várias realidades deste país as situações de violência contra as mulheres. E não é só a denúncia: é a denúncia, a orientação, os serviços que nós temos disponíveis e que ainda são muito poucos diante da realidade que a gente tem.

Então, muito obrigada pela oportunidade de estar aqui. Parabéns pela iniciativa! Estamos juntas e juntos nessa luta, porque nós não podemos mais correr o risco dos retrocessos. Sabemos bem que, de 2016 a 2022, tudo ficou suspenso, inclusive essa articulação e essa comunicação com os estados e municípios, o nosso Raseam e tudo que diz respeito àquilo que a gente acredita ser essencial numa política pública. E eu não tenho dúvida de que esse processo, esses sistemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos de informação, de monitoramento, de avaliação são a essência deste processo de trabalho para todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país e para os resultados efetivos das políticas públicas.

Que a gente siga nessa linha de democratizar, de ter participação, de ter ações coletivas, trazendo para a roda todo mundo que tem compromisso com a transformação deste país mesmo, com os indicadores que são... enfim, estamos dialogando com o mundo de novo, e a orientação e o comando do Presidente Lula são exatamente esses.

Muito obrigada e parabéns! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada à Ministra Márcia, nós que agradecemos e estamos aqui realmente com boas expectativas, até porque acreditamos que este Governo que V. Exa. – assim vou chamá-la – está representando tem toda essa característica do diálogo, da democracia, de integrar realmente informações, de procurar fazer sempre o melhor.

Então, a expectativa que nós criamos é muito forte, já tínhamos com a Ministra Cida, que já era uma parceira da Comissão, já era parceira aqui do nosso trabalho dentro do Senado Federal. Quero fazer um reconhecimento a tudo o que ela já fez, em uma grande dificuldade de começar tudo do zero, porque tinha tudo sido destruído, e ela conseguiu dar o pontapé inicial. Que bom que agora a senhora está dando continuidade aí a esse trabalho com todos e todas. Então, estamos juntas mesmo, estamos de verdade juntas.

Agora eu já passo aqui a palavra para a Maria Elizabeth, Presidenta do Supremo Tribunal Militar, que nos honra muito com a sua presença. Muito obrigada por estar aqui conosco. Seja muito bem-vinda! (*Palmas.*)

Também terá os dez minutos e, se necessário, pode acrescentar.

A SRA. MARIA ELIZABETH ROCHA (Para expor.) – Muito obrigada.

Meu boa tarde a todas e todos. Eu os cumprimento na pessoa das Senadoras Augusta Brito e Leila Barros, da Ministra Márcia Lopes e da Diretora-Geral do Senado Ilana Trombka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi com muito entusiasmo que eu recebi, em nome da Justiça Militar da União, esse convite para nós comungarmos esforços conjuntos na estruturação de uma rede de observatórios em prol da equidade de gênero. O Superior Tribunal Militar, sob a minha Presidência, faz questão de acrescer a sua contribuição às exigências decorrentes dos compromissos assumidos pelo Brasil como signatário das convenções e tratados internacionais de direitos humanos a partir da leitura de uma Constituição cidadã e republicana.

Nesse sentido, eu criei no âmbito do STM, com repercussão em toda a Justiça Federal Castrense, o Comitê Pró-Equidade e de Políticas Antidiscriminatórias, cuja responsabilidade será desenhar um projeto que leve em consideração as diversas vulnerabilidades sociais, sob a coordenação da Juíza Auxiliar da Presidência Dra. Amini Haddad, com doutorado e pós-doutorado no tema. Trata-se de um espaço consultivo, participativo, comunitário e de perfil democrático que já está em plena funcionalidade, com vistas à realização de uma gestão centrada em políticas judiciárias antidiscriminatórias.

A sabedoria crítica dos filósofos Habermas e Hannah Arendt encontra-se dimensionada nessa iniciativa porque nós reconhecemos que o interesse público exige a oitiva qualificada dos inseridos, tal qual se faz hoje aqui nesta Casa Legislativa, sem o descuro das vivências, dos saberes e dos compartilhamentos, para uma melhor visão das funções públicas exercidas.

O Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União resulta de um projeto inovador que contará com o apoio interno dessa jurisdição especializada e de vários colaboradores. Somarão as universidades, as organizações não governamentais internacionais e nacionais em suas legítimas expressões, sem prejuízo das cooperações interinstitucionais habilitadas por uma rede contribuitiva que verse sobre políticas equitativas a serem alcançadas, e é com grande alegria que eu digo que o STM já faz parte da Rede Equidade do Senado Federal.

É com esse amplo aspecto e sobre esse amplo aspecto de responsabilidade que a Justiça mais antiga do Brasil vem a público acenar para uma dinâmica inovadora de gestão judiciária como medida ampla de justiça. Na qualidade de Presidente do STM, eu reconheço que nós temos muito a realizar. O nosso olhar deve estar voltado à concreção dos direitos humanos que o Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União funcionará e adotará, a partir de câmaras temáticas específicas direcionadas ao desenvolvimento de ações de governança e de gestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificada, que potencializará o aprimoramento da visão interna, para se fazer mais presente e melhor.

A equidade é um princípio magno, revestido de fundamentalidade e clausulado como pétreo; e, antes de mais, é um dever inerente à República. E, nesse norte, não podemos nem devemos nos eximir da persecução deste objetivo. Essa é, inclusive, uma exigência normativa do Conselho Nacional de Justiça, que a estatuiu na Resolução CNJ 221, de 2016.

O Observatório Pró-Equidade da JMU conta, portanto, com várias câmaras temáticas, como eu disse, até mesmo para a gestão ético-equitativa dos contratos e licitações, a exemplo da audiência pública do Observatório Pró-Equidade que irá ocorrer no dia 18 de agosto, a partir das 14h, no auditório do Superior Tribunal Militar – e eu já convido e conclamo a presença de todas e todos presentes.

Nós almejamos, ao realizá-la, exatamente o que este Senado almeja: nós queremos construir um guia ético-equitativo nos processos licitatórios, de modo que os editais contemplem medidas que valorizem empresas com responsabilidade social, sem prejuízo da análise, obviamente, do interesse público. Contará também com câmaras temáticas diversas, como a câmara para o letramento antidiscriminatório, para se habilitarem diretores, coordenadores e chefes de departamento, com uma visão integrativa e uma perspectiva humanizada, tanto do servidor quanto do jurisdicionado; contará com uma câmara de cooperação interinstitucional à equidade, que intentará construir pontes para a formação de redes capazes de implementar ações conjuntas de cunho antidiscriminatório; e com uma câmara sobre diálogos às garantias do acesso à Justiça, na qual buscaremos proceder às oitivas e escutas de novas propostas de melhoria nos protocolos judiciais.

Então, eu entendo que a Justiça Militar da União está cumprindo ou pelo menos tentando cumprir o seu papel, a sua cota-parte na promoção da dignidade. E, para tanto, ouvir a sociedade, como se faz aqui hoje, será uma dinâmica de projeção da consciência coletiva, porque, afinal, é imperioso que nós saibamos as razões sociais para o equilíbrio das futuras gerações.

Nesse cenário, e tal como colocado, eu não posso deixar de mencionar que o acesso à Justiça, como política judiciária estatal, deve ser alcançado livre de estereótipos que desconfigurem a efetividade e a concreção do direito, tal como faz o protocolo, com perspectiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de gênero, habilitado pela Resolução 492, de 2023, que cumpre, republicanamente, este altivo papel, este altivo objetivo. É ele quem desautoriza que mulheres e meninas sejam afrontadas e sofram novas violações e revitimizações nos bancos judiciais, com tratamentos e prolações humilhantes e degradantes.

É inaceitável o que ocorreu com Maria da Penha e Mariana Ferrer. Tais horrores não podem mais persistir. Nós devemos, corajosamente, unir forças para que as mudanças proclamadas pela Constituição Federal, pelos diplomas internacionais de direitos humanos e pelas legislações infraconstitucionais editadas por este Parlamento, a exemplo das Leis 11.340, de 2006, e 14.245, de 2021, sejam efetivamente obedecidas.

Essa é a razão de ser do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero, raça, etnia e suas interseccionalidades, emanado pelo Conselho Nacional de Justiça, protocolo que tive a oportunidade e a honra de participar como redatora no marco da jurisdição militar, em conjunto com valorosas e valorosos magistradas e magistrados de escol de todo o Brasil. E eu posso atestar a V. Exas., às senhoras e aos senhores presentes que a sua edição consolidou o dever cívico-judicial que nos incumbe a todos como um valor máximo civilizatório.

Portanto, a tentativa de retirar-lhe a efetividade, de suprimir política judiciária tão relevante, sedimentada pela Resolução 492, de 2023, não poderá vingar, sob pena de conspurcar os valores éticos que norteiam e dignificam a *res publica*. E consternada recebi informações sobre o PL 89, de 2023, ora em tramitação, para a retirada da eficácia da resolução que estipula a necessidade dos protocolos de julgamento com perspectiva de gênero, raça, etnia e suas interseccionalidades. O referido projeto de lei já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e segue para votação. Por isso, eu peço aqui hoje, encarecidamente a V. Exas. atenção. O protocolo serve precisamente para assegurar um ambiente seguro...

(*Soa a campainha.*) (*Pausa.*)

A SRA. MARIA ELIZABETH ROCHA – Muito obrigada.

O protocolo serve precisamente para assegurar um ambiente seguro durante o trâmite processual, serve para obstar que o Poder Judiciário avilte ainda mais pessoas em profundo sofrimento, vítimas que foram de agravos e crimes contra elas perpetrados. Conforme bem ponderou a nossa Senadora Augusta Brito, nós temos de vigiar para não perder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu me coloco pessoalmente à disposição de V. Exas. para qualquer esclarecimento, na esperança de que unidas sejamos a voz uníssona de um novo tempo, em que os espaços públicos não se semeiem e nem permitam iniquidades. Juntos e juntas, numa cooperação de Poderes, estou convicta de que perduraremos sendo, como já somos, capazes de assegurar o devido processo legal sem espaço para violações. Esse é o anseio de todos os observatórios e de todos e todas nós aqui reunidos.

Eu finalizo, conclamando a união cada vez maior entre os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, para que a humanidade floresça entre os humanos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos a nossa Presidenta aí, a nossa querida Maria Elizabeth.

E é exatamente isso. Acho que ela disse muito, disse tudo, disse o que a gente queria ouvir, o que a gente precisava ouvir, precisava saber, para poder contar realmente com todos os serviços que já tem, conhecer o que já está sendo feito, mas, sobretudo, a gente precisa se unir e não ter vaidades, como foi dito também pela Ministra Márcia, e realmente, verdadeiramente, ter essa união e essa unidade entre os Poderes, para que a gente possa realmente ficar forte e fazer o que todas aqui e todos desejam, que é exatamente conseguir avançar nas políticas públicas efetivas, que as leis saiam do papel e verdadeiramente sejam efetivadas em todos os seus artigos, seja uma Maria da Penha, seja qualquer lei que venha a defender os nossos direitos, especialmente os direitos das mulheres.

Estou só fazendo aqui um breve levantamento, agradecendo muito a fala de todas aqui da mesa, e já passo aqui para nossa Senadora Leila, nossa Líder da Bancada Feminina aqui do Senado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discursar.) – Obrigada, Senadora Augusta.

Eu vou para o meu pronunciamento, porque eu não vou perder... Eu, como sou um pouco acelerada, vou me misturando. Enfim, eu organizei aqui...

É com grande honra, no momento em que eu chego ao final do período frente à Liderança da Bancada Feminina aqui no Senado, que participo da abertura desta audiência pública, proposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com grande sensibilidade pela nossa querida Senadora Jussara, a Jussara Lima, que não está presente, mas eu a cumprimento em nome da assessoria aqui, porque ela é uma grande Senadora, que tem nos ajudado muito no trabalho da bancada, pelo cumprimento da sua função e pela iniciativa e firmeza da pauta da equidade de gênero, que ela defende muito aqui. Realmente, ela é uma militante na causa.

Hoje damos mais um passo importante na construção de políticas públicas eficazes voltadas à promoção dos direitos das mulheres, ao enfrentamento da violência de gênero e à consolidação da igualdade entre homens e mulheres em nosso país. A criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher é uma proposta estratégica e ousada, que nasce da escuta qualificada e da articulação entre diferentes esferas do poder público e da sociedade civil, uma iniciativa que teve origem durante a gestão da Senadora Augusta Brito à frente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e que hoje ganha centralidade nesta audiência pública.

A proposta parte de uma constatação inegável: nenhuma política pública pode ser verdadeiramente eficaz sem estar ancorada em dados, diagnósticos precisos e conhecimento da realidade local, como a Ministra Márcia falou. E é exatamente esta a missão dos observatórios da mulher: gerar, sistematizar e divulgar informações qualificadas, promovendo uma cultura institucional, é claro, baseada em evidências. A rede que buscamos consolidar será composta por observatórios já existentes e outros em processo de implementação – estamos acompanhando isso –, articulando instituições do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, de universidades, fundações e organizações da sociedade civil. Ela respeitará as especificidades regionais, o que é muito importante, e buscará uma abordagem cooperativa, sistêmica e descentralizada, capaz de gerar impactos reais na vida das mulheres brasileiras.

O Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal, que é capitaneado aqui pela Maria Teresa, nossa querida Maria Teresa, por meio de um trabalho técnico exemplar, realizou um levantamento nacional que mapeou essas iniciativas e identificou os principais desafios e oportunidades. Entre os produtos desenvolvidos, destaca-se o protocolo de criação de observatórios da mulher contra a violência, elaborado em parceria com o Observatório da Mulher de Teresina, uma experiência-piloto que se tornou referência em todo o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, com esta audiência, somada ao Encontro Nacional de Observatórios da Mulher, que se realiza amanhã, aqui mesmo no Senado Federal, temos uma oportunidade histórica de unir saberes, alinhar estratégias e construir consensos em torno da criação desta rede.

Senhoras e senhores, vivemos tempos em que mulheres ainda enfrentam desigualdades estruturais em todas as áreas da vida social. A violência, a discriminação, a invisibilidade nas estatísticas e nos espaços de poder persistem. E não podemos permitir que essas realidades se naturalizem, nós não podemos. Por isso que são importantes esses encontros, essas provocações, as audiências públicas.

Muitas vezes, eu vou fazer um desabafo aqui, estou me sentindo no divã com vocês: às vezes, parece que nós estamos falando só para nós mesmas, às vezes, quando eu vejo essas audiências e que estamos aqui, em seis anos que estou no Senado, Ministra, Presidente, desculpa, eu participei de inúmeras audiências, criei inúmeras iniciativas, uma delas é a lei do Stalking, de minha autoria, e as minhas colegas de bancada, independentemente do campo ideológico, quando a gente precisa funcionar, a gente funciona, e a gente funciona em sororidade, é algo muito legal. Aprendi muito, desde Simone Tebet, e hoje estando aqui, ao lado de Augusta e de Jussara, inúmeras mulheres participaram de todo esse processo. A gente tem sempre nos debruçado na Lei Maria da Penha. Falta isso, vamos reforçar mais as penas, vamos buscar orçamento, fui Relatora dos 5%, que garante o orçamento de 5% nas ações de combate à violência contra a mulher, no Fundo Nacional de Segurança Pública.

Eu falo para vocês, queridas, por tudo que é trazido nesta Casa, trazido para esta bancada, a gente luta. A última agora, Ilana capitaneou também aqui, foi a aprovação da cota, a garantia de 30% das mulheres nos conselhos das estatais. Isso foi uma luta incrível, foi um trabalho coletivo incrível, sociedade civil, coletivos, Ilana também, o tempo todo lá no gabinete: "Senadora, Senadora". Então, gente, eu, toda semana, reuniões de Líderes, vamos lá.

Enfim, o que é que eu quero dizer para vocês? E aí um colega falou para mim, quando terminou a reunião, eu acho que vocês vão entender: "Ah, mas vocês lutam tanto por cota", eu virei bem séria, tirei meus óculos, aquele meu jeitão, assim, faço valer o meu 1,80m, olhei bem séria para ele assim, falei assim: "Senador, se nós não lutarmos por essas cotas, se nós dependermos da sua boa vontade e dos demais, eu não vou estar aqui nem as próximas gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe quando é que nós vamos, talvez, tratar sobre garantias de mulheres nos conselhos, que são tão qualificadas como qualquer homem ou até mais? Talvez nunca". Portanto, o valor, o peso da minha existência dentro do Senado, como de toda a bancada, é para isto: é para a gente representar as outras, todas nós. (*Palmas.*)

Nós não estamos aqui por nós, nós vamos passar, todas nós iremos passar e, antes de nós, vieram aquelas que lutaram para construir um banheiro no Plenário do Senado Federal, porque não tinha um banheiro. Vocês não sabem da luta, aliás, vocês sabem porque vocês vivem diariamente na pele. Então é por isso que estamos aqui, pelas outras, por todas nós, por nós e pelas que virão. Então, é isso que eu falo para vocês, essa luta é diária. Então não se entende, é tão natural, por isso que eu falo do naturalizar, é tão natural um homem olhar para você: "Mas vocês estão lutando?". Porque eles não se põem em nenhum momento no nosso lugar, em nenhum momento, e aí se naturaliza, acha que é choro, que é mi-mi-mi a gente estar tratando de cota. Deveriam ter vergonha disso, de a gente estar aqui, realmente, no século XXI, lutando por cotas. Não é, colegas? Pois é.

Por isso, esse esforço da criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher representa não apenas um instrumento técnico, mas também um ato político e civilizado. Porque sim, porque mulher gosta de política, mulher sabe fazer política, e a mulher tem que estar onde ela quiser, seja no Poder Legislativo, seja no Judiciário, seja no Executivo.

Nós queremos estar onde nós... Enfim, a gente quer estar onde a gente quiser estar. E não é um homem, ou a sociedade que vai dizer algo para a gente e reclamar da gente porque a gente está lutando por cota, porque, sim, nós vamos lutar por cota enquanto nós existirmos e estivemos aqui. Enquanto não for naturalizado que a mulher pode estar em qualquer lugar, que ela pode ter cadeira em qualquer lugar, que a gente não precisa de cota, nós vamos trabalhar com isso. Nós vamos trabalhar por essas cotas sim, em qualquer espaço.

Por isso, eu reforço esta criação e concluo, reafirmando o compromisso da Bancada Feminina com esta iniciativa e com todas as políticas que ampliem a nossa participação, a garantia da nossa participação, a proteção, a dignidade e os direitos, sim, das mulheres brasileiras.

Contem conosco! Contem conosco! Contem com essas aguerridas Senadoras! Porque eu não vou falar assim: "Ah, não pensa igual a mim, não está no meu campo, não serve". Muito pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário. Todas nós, quando precisamos... Eu garanto a vocês. Tragam as iniciativas, os estudos, Maria Teresa, todas as representantes dos observatórios. Estamos aqui, Ministras, para ajudar no que for necessário, seja em orçamento, seja no que você precisar, porque só com sororidade, só coletivamente, atuando coletivamente é que nós vamos ter esses avanços, minhas amigas.

Então, é isso.

Muito obrigada.

Desculpem o meu desabafo. (*Palmas.*)

Vocês sabem, vocês sabem do que eu estou falando. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É isso mesmo. Eu me senti altamente representada.

Quero logo afirmar aqui a minha...

Mas infelizmente é isso, não é? Não podemos naturalizar o que não é. E a gente conversa muito sobre a violência política em si. Por muito tempo, ela foi naturalizada e ainda o é por muitas pessoas.

Então, a gente só percebe a violência quando a gente conhece o que é violência, porque isso já foi tão naturalizado que passava despercebido. E aí, na hora em que a gente reage à violência, a gente é questionada como desequilibrada ou uma pessoa que está de TPM, enfim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você grita, você é uma desequilibrada. Você chora, é uma instável. O homem grita, ele é aguerrido. Ele chora, ele é sensível. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Exatamente assim, dessa forma.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – É uma loucura!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Se falar alto, é doida, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nossa!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Deus me livre!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Agora, olhem a nossa saga aqui. É importante vocês prestarem atenção ao que está sendo aprovado aqui, que é o Código Eleitoral.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Uma saga.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Prestem atenção às manobras!

Enfim, a gente tem a garantia agora dos 20% das cadeiras, mas querem tirar as cotas dos 30%, quer dizer, eu te dou com uma mão, mas estou tirando com a outra, tá?

Então, assim, esta é a realidade. É a nossa realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É a realidade. E tirando a obrigatoriedade, porque a única coisa que faz com que os partidos cumpram os 30% é porque existe penalidade sobre isso, porque, também, podia estar na lei, mas, se não tivesse nenhuma penalidade e o Judiciário não estivesse cobrando isso – porque está, não é? –, a gente estava da mesma forma.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Esta é a nossa realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Mas estamos aqui, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Foi ótimo o divã!

Obrigada. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Ótimo! Vamos passar a tarde todinha aqui – não é, Leila?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero agradecer aqui à mesa e dizer que nós temos outras convidadas que também virão para a mesa e, da mesma forma, agradeço muito pela participação.

Peço que continuem aqui as que puderem ficar, porque é muito importante ouvir as nossas outras expositoras que eu irei chamar para compor a nossa mesa ao desfazer esta. E, no final, todas terão os minutos que acharem necessários para fazerem alguma consideração final.

A mesa é um pouco grande, não cabe aqui. Então, a gente vai ficar desfazendo cada mesa e convidando as outras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Está ótimo.

Está aqui, todas.

Obrigada, viu Ministra?

Obrigada. Obrigada mesmo viu? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Boa tarde.

Vamos dar continuidade.

Não terminou ainda...

Eu quero aqui ter o prazer de convidar Rafaella Mikos Passos, Assessora Especial de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Vice-Diretora da Escola Nacional da Defensoria Pública da União.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Gostaria também de convidar Ana Claudia Oliveira, Coordenadora de Pesquisa do Observatório Nacional da Mulher na Política. (*Pausa.*)

Gostaria também de convidar Camila Rocha Firmino, Coordenadora-Geral do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero do Ministério das Mulheres. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero convidar também Nícia Raies Moreira de Souza, Pesquisadora da Fundação João Pinheiro e Mirlene Simões, Pesquisadora do Observatório...

Essas pessoas que foram chamadas poderão vir.

Um prazer Camila. Seja bem-vinda, amor.

Prazer, Ana Claudia. Estamos aqui novamente. Coisa boa.

Pronto, agora os ânimos estão...

Seja bem-vinda.

Os ânimos estão se acalmando para depois esquentar novamente, porque a cada debate, a cada exposição, a gente sabe que vêm várias ideias e encaminhamentos.

Quero dar continuidade, passando a palavra para a Rafaella Mikos, que poderá usar também os dez minutos. E, se necessário, a gente acrescenta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Vamos ouvir agora a Rafaella.

A SRA. RAFAELLA MIKOS PASSOS (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento a Senadora Augusta Brito, na pessoa de quem cumprimento todas as integrantes da mesa. É um prazer estar aqui.

Cumprimento as pessoas presentes e as pessoas que nos acompanham pela transmissão.

É uma grande alegria rever os companheiros e parceiras de trabalho nessa jornada de observar e de enfrentar as violações de direitos contra as mulheres.

Então, eu sou a coordenadora do Observatório sobre Violência contra as Mulheres da DPU. E, quando nós criamos o observatório, no ano passado, a gente sabia que era um desafio, que era um passo importante na instituição, mas a gente não imaginava que estaria aqui hoje, que teria esse encontro, essa rede, esse frutífero trabalho em equipe, em rede, compartilhando também essas nossas experiências neste encontro histórico aqui para construir essa Rede Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observatórios. E isto me faz refletir sobre algo fundamental: que, isoladamente, cada observatório faz a diferença no seu espaço, no seu trabalho, mas, quando nós trabalhamos em conjunto, nos conhecendo, nos apresentando, nos apoiando e trabalhando em rede, como já foi falado pelas autoridades que me antecederam, nós multiplicamos, esse trabalho em conjunto multiplica exponencialmente os resultados, a nossa capacidade de garantir os direitos das mulheres e meninas brasileiras.

Antes de falar do nosso observatório, eu só queria explicar, esclarecer um pouco o trabalho da Defensoria Pública da União, que é a instituição da qual eu faço parte.

A DPU integra o sistema de justiça, foi criada em 1988, pela Constituição, para promover direitos humanos e prestar assistência jurídica integral e gratuita às pessoas e grupos sociais vulneráveis no âmbito federal. Então, a DPU é o ramo da Defensoria Pública que atua na esfera federal. Os defensores e defensoras públicos federais são responsáveis pela defesa de direitos individuais e coletivos das pessoas economicamente hipossuficientes nas ações, nas demandas de competência da Justiça Federal comum e especializada. Então, a gente inclui aqui a Justiça Eleitoral e o interesse da DPU também no enfrentamento à violência política no âmbito eleitoral.

Então, é nesse contexto que nasceu o Observatório sobre Violência contra as Mulheres da DPU, mas a nossa história na defesa do direito das mulheres é antiga, é muito anterior, nessa atuação cotidiana, nesse trabalho cotidiano de defensoras e defensores nos processos individuais e coletivos. E a gente também tem o Grupo de Trabalho Mulheres, que há anos também já trabalha na temática.

Com essa atuação, a gente pôde perceber algo inquietante: que uma mulher vítima de violência pode chegar até a Defensoria por uma outra questão, por uma demanda previdenciária, por uma questão de saúde, durante uma ação itinerante numa população indígena ou numa população migrante. Então, neste momento, a DPU tem que ter estrutura e capacidade para estar pronta para reconhecer essas vulnerabilidades, para informar a mulher sobre seus direitos e integrá-la adequadamente à rede de proteção. Diante desse contexto que nós vivemos de violência, de um problema estrutural generalizado de violência contra as mulheres, que já foi reconhecido aqui pela própria Corte Interamericana de Direitos Humanos, esse é um problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que atravessa todas as mulheres e atinge especialmente as mulheres que transitam na DPU, tanto o nosso público interno quanto o público externo.

Desde o ano passado, a gente decidiu centrar os esforços e criar essas estratégias específicas na temática, e o nosso observatório surge com um objetivo que é cristalino, que é aperfeiçoar a atuação da DPU em relação a todos os tipos de violência contra as mulheres, promovendo direitos humanos de maneira integral. Então, não é porque a Defensoria Pública da União não trabalha diretamente nos casos, por exemplo, de violência doméstica, porque a atribuição é da Justiça estadual... Muitas vezes, uma assistida que vai à DPU por uma causa previdenciária é vítima de violência doméstica, então, a gente tem que entregar essa mulher à rede, a gente tem que alegar isso, muitas vezes, no processo, prestar essa assistência integral para essa mulher e fazer o encaminhamento necessário.

No nosso observatório, o nosso canal de atendimento está em implantação. No ano passado nós trabalhamos aqui, junto com esta Casa, com o Ministério das Mulheres, no nosso Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero, que teve duração no período eleitoral, em 2024, com o intuito de aprimorar a nossa atuação nesse enfrentamento da violência política. E aí, nós estamos trabalhando para torná-lo, agora, permanente.

E também a gente trabalha em outros temas, outros projetos estratégicos, que demonstram o nosso compromisso com a diversidade de situações que as mulheres enfrentam. Um dos nossos projetos é uma maior integração com as Casas da Mulher Brasileira para o encaminhamento dos casos da atribuição da Defensoria Pública da União para as mulheres atendidas nessas casas, integrando a DPU a esses equipamentos públicos especializados e fortalecendo a rede de proteção que já existe.

O outro projeto em que a gente está trabalhando, que também vem trabalhando aqui junto com esta Casa, na Comissão que foi criada recentemente, é de atendimento às mulheres vítimas de violências acusadas de subtração internacional de crianças, que é um assunto superdelicado, em que a DPU tem atribuição para trabalhar, e há anos está trabalhando. Essa rede de proteção e de assistência está surtindo muitos efeitos e estamos caminhando para melhorar a atuação nessa temática, também, junto com as Comissões aqui desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também estamos trabalhando na assistência às mulheres, às alunas de universidades federais, vítimas de violência e vítimas de assédio. Então, trabalhamos junto às universidades nessas questões. Como a gente percebe, há muitos casos, muitas ações em que a DPU pode trabalhar para melhorar e para alcançar essas mulheres vítimas de violência nessa temática que é da atribuição da DPU.

Paralelamente, a gente está trabalhando na frente fundamental para transformar essa nossa abordagem institucional, que é melhorar o olhar às nossas assistidas vítimas de violência em todas as unidades da DPU. A DPU, hoje em dia, está instalada em todas as capitais, e mais em algumas grandes cidades, são aproximadamente 70 unidades. Então, também, nos atendimentos itinerantes, a gente está trabalhando para melhorar os nossos dados, para melhorar a nossa capacitação de defensoras e defensores, e dos servidores e servidoras que atendem às mulheres na nossa instituição.

Essa mudança, que é estrutural e tem que ser coletiva, tem que ser integral, visa a garantir que, independente do motivo pelo qual uma mulher procura a DPU, seja uma questão previdenciária, de saúde, uma questão migratória ou qualquer outra demanda, que a nossa equipe de atendimento esteja preparada para identificar essas situações de violência, para oferecer um acolhimento adequado e realizar esses encaminhamentos, caso sejam necessários.

Nós estamos criando protocolos internos, ferramentas de informática que permitam essa identificação e é uma resposta eficiente nesses casos.

A nossa experiência vem nos ensinando que o enfrentamento efetivo da violência contra as mulheres só é possível através de redes robustas de parcerias. E isso a gente viu muito nas eleições, que esse trabalho em conjunto das instituições é muito mais eficiente, muito mais contundente e alcança melhores resultados.

Então, nenhuma instituição isoladamente vai conseguir dar conta da complexidade desse fenômeno. Por isso, a DPU está à disposição para fortalecer articulações com esses observatórios, com todos aqui presentes. Estou aqui para me apresentar também e colocar a instituição à disposição, com as instituições também do sistema da Justiça, com as Casas Legislativas, partidos políticos, com as universidades, com os movimentos sociais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAFAELLA MIKOS PASSOS – ... e organismos internacionais. E é exatamente por isso que a construção dessa Rede Nacional de Observatórios da Mulher é tão fundamental. A importância dessa rede reside numa oportunidade única que nós temos de conhecer o trabalho de cada um dos observatórios, as suas instituições, a sua metodologia, as suas realidades territoriais.

Quando cada observatório apresenta a sua atuação, como nós estamos fazendo a partir de hoje, não apenas estamos compartilhando essas experiências, mas nós criamos as bases para uma união de esforços mais próxima e verdadeiramente frutífera em prol das mulheres brasileiras. Conhecer as especificidades de cada instituição, os seus desafios e as suas conquistas nos permite identificar complementaridades, estabelecer parcerias estratégicas e construir uma rede de proteção...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAFAELLA MIKOS PASSOS – ... que seja realmente efetiva e abrangente.

Eu já estou encerrando, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. RAFAELLA MIKOS PASSOS – Nós temos um grande desafio aqui pela frente que é a institucionalização permanente, o desenvolvimento contínuo dessa nossa capacidade de monitoramento e de resposta. Então, essa articulação... Eu parabenizo a iniciativa, a gente está à disposição aqui para contribuir e para consolidar essas metodologias, para ampliar essas parcerias institucionais e desenvolver os protocolos específicos para que funcionem da melhor maneira possível.

Então, reitero que o Observatório da DPU está à disposição para essas novas parcerias, para o fortalecimento dessa rede nacional e para a construção de um futuro em que as mulheres tenham liberdade, tenham segurança e estejam presentes em todos os espaços.

Eu finalizo, Senadora, expressando a minha profunda admiração pela senhora, pela Casa aqui, por este encontro também, por rever as coordenadoras de observatórios, que eu já conheço,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para conhecer os novos observatórios que estão sendo apresentados aqui. E isso simboliza um compromisso das instituições com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Então, agradeço a atenção de todas e todos, coloco a Defensoria Pública da União à disposição para o fortalecimento contínuo dessa Rede de Proteção e Promoção dos Direitos das Mulheres brasileiras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu agradeço à Sra. Rafaella. Quero dizer que, com certeza, as parcerias que já existem continuarão e ficarão mais fortes se a gente conseguir fazer com que essa rede funcione e se transforme verdadeiramente em uma rede que vai ter uma efetividade muito grande.

Eu queria dizer para as convidadas, para as pessoas que estão assistindo, que, se quiserem, venham um pouco mais para a frente, para essas cadeiras que aqui estão. Sintam-se à vontade.

Dando continuidade, eu já passo aqui para Ana Claudia, nossa Coordenadora de Pesquisa do Observatório Nacional da Mulher na Política. Também já é uma conhecida que faz um grande trabalho. A gente vai ter o maior prazer, agora, de ouvir e ver a sua apresentação. Terá os dez minutos e, com certeza também, se for necessário, a gente faz acréscimos.

A SRA. ANA CLAUDIA OLIVEIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora, pelo espaço. É sempre um prazer estar aqui no Senado, trabalhando em conjunto. Afinal de contas, o nosso observatório está na Câmara dos Deputados, mas o nosso trabalho é sempre conjunto com o Senado Federal e com as colegas do observatório aqui do Senado também, porque nós temos muitos objetivos em comum, né, Senadora? Inclusive, na questão da reforma eleitoral que está acontecendo agora, do Código Eleitoral, a gente tem tentado atuar junto com a Bancada Feminina do Senado, porque não é uma tarefa fácil. Então, quanto mais a gente se une e mais dados a gente reúne para informar qual seria o melhor caminho e a melhor direção a tomar, melhor.

É um prazer estar aqui hoje para falar de um tema um pouco melhor para a gente, que é essa formação dessa rede de observatórios. Queria cumprimentar as minhas colegas todas de mesa e agradecer, Maria Teresa, também, pelo convite. O observatório da Câmara – para quem ainda não conhece, o Observatório Nacional da Mulher na Política – é uma estrutura, na verdade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que integra um órgão da Câmara, que é a Secretaria da Mulher. Para quem não conhece, a Secretaria da Mulher é uma instituição que existe desde 2013 para dar suporte aos trabalhos da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados. Então, nós temos uma Bancada Feminina hoje que tem mais de 90 Deputadas Federais. Em 2013, nós tínhamos menos da metade desse número, e, ao longo desses últimos 12 anos, a secretaria tem sido um órgão fundamental para apoiar esse crescimento da bancada, apoiar o crescimento das demandas da bancada e principalmente fortalecer o trabalho da bancada, já que, apesar de esse número ter crescido nos últimos 12 anos, nós somos ainda menos de um quinto da composição da Câmara dos Deputados, as mulheres são menos de um quinto.

Então, acaba-se tornando necessário o seu fortalecimento por outros meios, para além da presença, e a Secretaria da Mulher é um deles. A Secretaria da Mulher dá suporte à produção de projetos de lei que são de autoria da Bancada Feminina e que versam sobre direitos das mulheres; dá suporte na relação da Bancada Feminina e das Deputadas Federais com órgãos externos ao Congresso Nacional que tratam também da defesa dos direitos das mulheres; e, desde 2021, conta com o observatório, que é um observatório que nasceu – aí aqui eu trouxe algumas fotos das Parlamentares, também de eventos que a gente já fez pelo observatório – basicamente pela necessidade, que a gente via que era cada vez mais crescente, de que a gente tivesse indicadores, dados, resultados de pesquisa, recomendações provindas de evidências científicas sobre o que a gente poderia fazer para ampliar a representação feminina no Legislativo, na política como um todo.

Trago aqui muito brevemente a trajetória da normativa sobre mulheres na política no Brasil, que começa lá em 1932, com a conquista do voto feminino. A gente passa por décadas em que, mesmo depois da conquista do voto, a representação das mulheres na política é mínima, a gente passa décadas com menos de uma dezena de mulheres eleitas no Congresso Nacional.

Damos um salto durante a Constituinte de 1988, quando nós tínhamos um pouco mais de 20 mulheres aqui integrando essa assembleia constituinte, que é a primeira Constituição no Brasil que traz a questão da igualdade jurídica entre homens e mulheres como um direito fundamental, um direito do qual a gente não podia prescindir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos anos 90, cerca de dez anos depois da aprovação da Constituição, da promulgação da Constituição, nós temos a introdução das cotas de sexo na legislação brasileira, determinando que, no mínimo, 30% das candidaturas para as eleições proporcionais fossem preenchidas com candidaturas femininas.

Essas cotas ficam praticamente inócuas por muitos anos, até que uma reforma eleitoral em 2009 ampliou a efetividade delas, garantindo a ocupação efetiva desses 30% de candidaturas por candidaturas femininas. E, ao longo desta última década, dos últimos 15 anos, por conta de muito ativismo judicial, que se congrega com o trabalho da Bancada Feminina aqui do Congresso, porque tudo o que foi decidido lá no STF e no TSE foi a partir de muita articulação com as Deputadas e as Senadoras, a gente consegue fazer com que essas cotas se convertam também em cotas de recursos financeiros e de tempo de propaganda mínimo para as mulheres nas campanhas eleitorais. Isso tudo acontece principalmente entre 2012 e 2021. E, em 2021, a gente consegue, também, a aprovação da lei de violência política contra a mulher.

O observatório lá da Câmara nasce justamente em 2021, quando a gente tinha acabado de passar pela primeira eleição em que nós tivemos as cotas no seu nível mais efetivo desde a sua criação, que foi quando a gente combinou cotas de candidatura, cotas de recursos – porque, sem recurso, não se vence nenhuma eleição – e cotas de campanha, para as mulheres participarem das campanhas eleitorais, junto com a aprovação da lei de violência política.

Então, foi um período em que a gente estava com muitos dados das últimas eleições, para a gente entender o que estava acontecendo, o que estava fazendo com que o número de mulheres na política aumentasse, mas não num ritmo ainda desejado. E houve também essa movimentação pela aprovação da lei de violência política contra a mulher, porque, apesar de violência política sempre ter existido, os últimos anos tinham sido de um aumento também muito grande do número de denúncias relacionadas à violência política.

Então, foi nesse contexto que nasceu o observatório dentro da Secretaria da Mulher, por iniciativa das Deputadas Federais que estavam na secretaria na época, por iniciativa de Deputadas também na Comissão dos Direitos das Mulheres na Câmara, que é nossa parceira também.

E aí ele foi criado para atuar dentro de três eixos de pesquisa: violência contra a mulher, atuação política e representatividade e atuação partidária e processos eleitorais. São eixos que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apesar de serem segmentos diferentes... A gente entende que, em geral, tem pesquisadoras que trabalham mais a questão da violência política, outras que focam mais em entender quem são as mulheres que estão aqui e o que elas fazem aqui e nos Parlamentos subnacionais também, quais são as legislações eleitorais e como essas legislações atuam para orientar o trabalho dos partidos políticos.

Esses eixos de pesquisa são todos interdependentes, porque, no fim das contas, a gente consegue representatividade se a gente enfrenta a violência política. A gente consegue aumentar, aprimorar a atuação política das mulheres, se a gente consegue entender como é o funcionamento dos partidos políticos e quais desses processos de funcionamento atuam para impedir que aquelas mulheres consigam atuar dentro dos espaços políticos. Então, acaba que a gente se divide nesses três eixos, para que a gente consiga condensar os diferentes estudos, mas está tudo inter-relacionado.

E compõem esses eixos de pesquisa... Como lá na Câmara, onde a gente, basicamente, se manteve com a mesma estrutura da Secretaria da Mulher, não é? A gente não conseguiu... Esse é um dos desafios que eu sei que todos os observatórios também enfrentam. E isso dá mais um motivo para a gente querer criar uma rede e tentar se apoiar mutuamente, porque a gente enfrenta desafios de recursos orçamentários, de estrutura, de visibilidade e tudo mais e, se a gente não tivesse pesquisadoras e pesquisadores, também parceiros e voluntários em todo o Brasil, a gente não funcionaria, basicamente, não é?

Então, em cada um desses eixos de pesquisa, a gente tem pesquisadoras, que são associadas ao observatório, que são parceiras, e estão com a gente desde o início, além de uma série de entidades da sociedade civil, também, que são nossas parceiras – universidades, grupos de trabalho e órgãos públicos, como é o caso do próprio Senado Federal, mas também do TSE e do Ministério Público, enfim.

A gente atua, já em rede, dentro do próprio observatório e vai ser muito bom poder expandir essa rede para atuar em conjunto com outros observatórios. E, por meio dessa rede, dessas parcerias todas que a gente faz...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA CLAUDIA OLIVEIRA – ... a gente já desenvolveu, desde 2021, uma série de pesquisas e projetos em parceria com essas entidades e essas pessoas todas.

Vou trazer, muito rapidamente, duas, para falar um pouquinho para vocês. Uma delas é o Monitor da Violência Política de Gênero e Raça, que é um estudo que foi feito em parceria com o Instituto Alziras e que analisou 175 casos de violência política de gênero que estavam sendo monitorados pelo Ministério Público Federal – porque o Ministério Público Federal tem um grupo de trabalho que monitora as denúncias de violência política de gênero que chegam à Justiça Federal, à Justiça Eleitoral. Na época, eram 175 casos. Elas analisaram, então, até janeiro de 2024, o que estava sendo acompanhado, e trouxeram resultados muito interessantes, como a questão da morosidade. Tinha processo que estava lá desde 2021, e, até 2024, a gente não tinha tido ainda nenhum julgamento que tinha ido até o final.

Então, tem essa questão da morosidade e tem a questão da dificuldade de acesso. Afinal de contas, entre 2021 e 2024, quantos casos de violência política a gente ficou sabendo pela mídia mesmo, não é?

Seria impossível que 175 casos fossem representativos do que, de fato, estava acontecendo no Brasil, mas isso é um retrato da dificuldade que se tem, para que uma denúncia ou um caso de violência política, que acontece até mesmo com muita exposição midiática, de fato, chegue à instância judicial em que vai ser julgada e alguma providência seja realmente tomada.

Enfim, foi um trabalho superimportante do Instituto Alziras, e vocês encontram lá, na página do observatório, na íntegra, o relatório, para ler. E a ideia é que a gente continue esse monitoramento, este ano e nos próximos anos, para vermos como isso vai avançando, ao longo dos anos, no Ministério Público Federal.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CLAUDIA OLIVEIRA – Outro exemplo que eu queria dar de pesquisa, de projeto, na verdade, que a gente desenvolveu, foi o Entre Nós, Candidatas – que a gente desenvolveu, no ano passado, em parceria com o Mapa do Acolhimento e também com psicólogas voluntárias. Foram reuniões virtuais de acolhimento psicossocial para mulheres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

candidatas que estavam sendo vítimas de violência política durante o período de campanha eleitoral no ano passado.

Então, eram mulheres que, muitas vezes, nunca tinham tido acesso à psicoterapia, ou que tinham tido acesso, mas naquele momento não tinham, ou que não entendiam mesmo a psicoterapia individual como um espaço em que elas podiam trazer as questões que afetavam a saúde mental delas no espaço político. Foi um trabalho superimportante. Esperamos poder continuar de outras formas, em parceria com outras entidades, e que os partidos políticos reproduzam isso também internamente, tenham esse cuidado com a saúde mental das candidatas, para que elas não desistam de estar no espaço político, pela violência que elas vivenciam, cotidianamente, no espaço eleitoral.

Eu queria trazer para vocês também, como exemplo do que a gente faz, um dos trabalhos que a gente desenvolve desde a criação do observatório, que são os nossos painéis. Nós temos lá painéis que extraem dados das eleições gerais, de 2002 a 2022, dados das eleições municipais, de 2004 a 2024, qual é a participação das mulheres nessas eleições, como elas tiveram acesso a recursos de campanha, como foi o desempenho delas em cada um dos estados e em cada um dos partidos; tudo isso para facilitar o acesso aos dados eleitorais a pesquisadoras, pesquisadores, jornalistas, enfim, ao público da sociedade civil, todo mundo que está interessado em trabalhar esses dados, para aperfeiçoar as políticas públicas já existentes.

E o nosso lançamento mais recente são os painéis de dados da atuação parlamentar das mulheres, que, por enquanto, é exclusivo às Deputadas Federais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CLAUDIA OLIVEIRA – ... mas esperamos poder ampliar também para as Senadoras e – quem sabe? – no futuro conseguir também ir para os Parlamentos subnacionais, em que a gente mostra em que Comissões estão as mulheres, que cargos elas ocupam dentro dessas Comissões, que temas elas trabalham dentro dessas Comissões, e esperamos também poder trabalhar, muito em breve, ainda neste ano, os projetos que elas apresentam e as relatorias que elas fazem, para que a gente consiga compreender os desafios que as mulheres enfrentam no pós-eleitoral, após chegar aqui, dentro do Congresso Nacional, quais são os desafios que elas enfrentam cotidianamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são dados que vocês, acessando o nosso *site*, também conseguem ver, com um filtro de todos os tipos, de uma maneira bastante interativa, e são interessantes para quem pesquisa essa área e trabalha com essa área para elaboração de políticas públicas; são dados que estão desagregados por gênero, por estado, por raça, enfim. Em breve, eles vão estar ainda mais robustos, com a inclusão desses dados da atuação legislativa. Tudo está lá na nossa página também.

Então, a gente convida todo mundo que ainda não conhece o trabalho do observatório para que se conecte com a gente. A gente já tinha muita produção no Instagram da Secretaria da Mulher, que está lá muito ativo, mas, muito recentemente, a gente criou também uma página no LinkedIn, e lá a gente pretende ter uma atuação mais presente ainda com os nossos parceiros da rede, com as pesquisadoras e com todo mundo que acompanha o nosso trabalho.

Então, sigam a gente por lá e acessem as nossas publicações e tudo que a gente tem disponível das pesquisas todas que a gente produziu ao longo desses últimos anos. E também vocês podem se cadastrar. Esse é um *e-mail*, em que, se vocês se cadastrarem, a gente manda os nossos boletins informativos, a cada quatro meses, com o resultado do trabalho do observatório e acesso a todas as publicações que a gente tem lá.

Eu queria agradecer, então, mais uma vez o convite e dizer que nós estamos muito felizes de integrar essa rede que está se criando...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CLAUDIA OLIVEIRA – ... e fortalecendo o trabalho de quem coleta dados e trabalha dados para aprimorar políticas públicas e projetos que buscam a equidade entre homens e mulheres no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Somos nós que agradecemos, mais uma vez, à nossa querida Ana Claudia, que tão bem vem à frente desse observatório, lá na Câmara, que já é parceiro aqui do Senado. Eu já até acredito e acho que é daqui, do Senado, porque essa parceria realmente existe, e, agora, eu acredito que pode ser fortalecida, tanto também tendo os dados não só das Deputadas, mas das Senadoras aqui, e, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa rede, assim que a gente conseguir fazer com que ela funcione, que ela seja instalada e funcione.

Aqui, eu já passo agora para a Sra. Camila Rocha, que é Coordenadora-Geral do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, do Ministério das Mulheres.

Muito bem-vinda! Também terá os dez minutos, com alguns acréscimos, se necessário.

A SRA. CAMILA ROCHA FIRMINO (Para expor.) – Obrigada. Boa tarde a todas.

Queria cumprimentar a mesa na pessoa da Senadora Augusta Brito, cumprimentar também os observatórios que vieram para esta audiência, para este momento de construção.

Vou iniciar, então, apresentando o histórico, apresentando o observatório do Ministério das Mulheres... (*Pausa.*)

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero foi criado em 2009 no âmbito da Secretaria de Política para as Mulheres – a pasta de política para as mulheres que, à época, era a Secretaria de Política para as Mulheres –, da Presidência da República. A gente já tinha *status* de ministério, mas era uma secretaria vinculada à Presidência da República.

O observatório foi criado como um desdobramento das demandas e das resoluções da décima conferência latino-americana de direitos da mulher, alinhado ao observatório da Cepal, como um passo importante no fortalecimento e na institucionalização das políticas para as mulheres. Ou seja, uma área de dados que traga o diagnóstico, que fundamente a formulação de política para as mulheres é fundamental, naquele momento mais ainda, quando a gente não tinha a pasta, ela estava ali recém-criada, tinha poucos anos de atuação.

O que a gente tem hoje... Se hoje a gente está aqui discutindo o observatório, se a gente está discutindo avanço da política para as mulheres, foi o resultado de um trabalho iniciado lá em 2003 com a criação da Secretaria de Política para as Mulheres; não só a SPM, a Seppir e a de direitos humanos, as três secretarias criadas lá no primeiro Governo do Presidente Lula, em 2003.

Então, a gente tem agora, com a reconstituição da pasta... A gente passou por um período de desmantelamento, então, em 2023, a gente tem a recuperação, a reconstituição da pasta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política para as mulheres e a institucionalização do observatório como um órgão permanente dentro do Ministério das Mulheres.

A gente traz aí os objetivos, então, retomando: monitorar indicadores de desigualdades entre mulheres e homens e de promoção e garantia de direitos das mulheres; servir de suporte à tomada de decisão; subsidiar, ser uma ferramenta para subsidiar e fortalecer a participação social; dar visibilidade às políticas públicas e ações do Estado brasileiro no âmbito nacional e internacional.

Como produção do observatório, então, a gente tem Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, que já foi citado aqui, vocês podem acessar lá no *site*; a gente tem o painel de indicadores; e a *Revista do Observatório*. Inclusive, a Senadora esteve no lançamento da edição de 2024 do Raseam... Ou melhor, o de 2025, né? Esse aqui é o de 2024, o de 2025 já está lançado e está disponível no nosso *site*.

Em desenvolvimento também a gente tem, como desdobramento do relatório, o DataMulheres, que é... Eu vou apresentar os dados, mas, no Raseam, a gente tem os indicadores com os níveis "Brasil" e "Grandes Regiões". Então, o objetivo do DataMulheres é ser uma ferramenta, inclusive, de apoio às gestões estaduais e municipais aos observatórios locais. Ou seja, a gente vai disponibilizar esses mesmos indicadores que a gente tem aqui no Raseam, só que com a abertura mais local, a abertura por UF e por grandes regiões.

O nosso objetivo é servir de suporte, fortalecer os observatórios, outros produtores de dados ou quem trabalha com política para as mulheres por meio – municiando-os – de dados e informações. Essas informações, essa *expertise* em produzir a gente já tem, um acúmulo político que vem do grupo de trabalho que formula os indicadores para o relatório.

Aqui tem o exemplo das bases de dados que a gente utiliza. Digamos assim, o objetivo do Raseam é reunir esses indicadores que estão dispersos em diversas bases de dados governamentais. A gente tem o exemplo do Censo, Pnad Contínua, as nossas bases do ministério, do Ligue 180, da Casa da Mulher Brasileira, mas outras também que trazem informações importantes sobre a situação das mulheres: questão de mortalidade, tanto por violência quanto doenças e agravos; informações do Sinan que também trazem informações sobre violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpessoal, violência não letal; dados do TSE que nos trazem informações sobre a participação política das mulheres, entre outras.

Vou passar por alguns dos dados do relatório. Aqui a gente tem as áreas que o relatório abrange. Como eu disse, são 320 indicadores, então a gente vai passar por alguns destaques para dar uma noção geral do que a gente tem feito no observatório, qual é a competência, quais são as atribuições.

Esses daí são os relatórios que já foram lançados, desde 2013, então temos um acúmulo importante a respeito do tema e já conseguimos ter também séries históricas com esses mesmos indicadores.

Vale lembrar que muitos dos indicadores que a gente disponibiliza no relatório não estão acessíveis para a população, porque demandam mexer com dados estatísticos, ter conhecimento mais técnico em programas estatísticos para buscar na base de dados, então a gente faz esse trabalho de difusão da informação, facilitando o acesso dessas informações que são mais difíceis, digamos assim. Eu acho que vai ficar um pouco mais... Vou conseguir explicar melhor conforme eu for mostrando alguns dos indicadores.

Então, a gente traz aqui o perfil etário. Como novidade do Censo Demográfico, que pesquisou pela primeira vez a população indígena e quilombola, uma das características é o perfil mais rejuvenescido dessa população indígena e quilombola em relação à população geral de mulheres. A gente traz aqui também os dados dessa população com predominância no Norte e Nordeste do país.

Uma informação muito importante é a dos domicílios em relação a chefes de família. A maioria dos domicílios são chefiados por mulheres. Essa é uma informação muito importante, porque é até contraditório: a gente tem uma menor participação das mulheres na força de trabalho, mas as mulheres são as principais responsáveis pelos domicílios e estão também nos extratos mais baixos de média salarial. Então, em 2023, por exemplo, quase 60% desses domicílios chefiados por mulheres tinham uma renda *per capita* de até meio salário mínimo. Se a gente comparar com o percentual masculino, esse total é de 46%, ou seja, é um fato também a questão de a pobreza ser feminina, porque uma mulher... Em geral, é um fenômeno muito presente, muito denunciado também pelo movimento feminista, nas pesquisas qualitativas também, de que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres ficam responsáveis pelos filhos – os pais abandonam –, então, em um domicílio, a renda da mulher é dividida por muito mais pessoas, em comparação com os domicílios chefiados por homens. Então, essa característica é importante.

Aí a gente traz um indicador também de mulheres responsáveis pelo domicílio sem cônjuge e com filhos até 14 anos. É uma aproximação do que seria uma mãe solo, embora a gente saiba que esse número é muito maior, pela forma da coleta de dados da Pnad, que pega a informação só da responsável pelo domicílio. Então, se o domicílio for expandido, o que é muito comum, ou seja, se tiver mais de uma família no mesmo domicílio – a avó, a filha, a neta, que respectivamente cada uma delas pode ser uma mãe solo, estar responsável por algum filho sozinha...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA ROCHA FIRMINO – ... então a pesquisa não capta, mas, ainda assim, é um número – acho importante a gente trazer – que representa 12% desse total de chefes de família. A maioria são pretas e pardas, e a maioria tem esse rendimento *per capita* de até meio salário mínimo. Se a gente comparar com as chefias masculinas, a renda *per capita* é maior.

Bom, a gente traz dados também de mulheres com deficiência. A gente tem uma população de 18 milhões de pessoas com deficiência, e a maioria é de mulheres: 57% das pessoas com deficiência são mulheres.

Há a questão também dos domicílios coletivos. As mulheres são maioria também nos asilos. A gente tem uma população mais envelhecida; as mulheres também são maioria entre a população idosa.

Quanto aos números, aos dados de participação na força de trabalho e a desigualdade, a gente tem uma menor participação das mulheres na força de trabalho e uma maior taxa de desocupação. E, quando a gente faz o recorte por cor ou raça, a gente vê que essa situação é ainda pior para as mulheres pretas e pardas.

Um dado das mulheres jovens também é a questão do trabalho de cuidados, de responsabilização em relação ao trabalho de cuidado, e da gravidez como uma das principais causas para o abandono, para não conseguir emprego, para o abandono escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar bem rapidamente, gente, porque, ainda que sejam só alguns dados, eles são muitos, pelos temas.

Quanto ao trabalho doméstico remunerado, a gente traz a informação das trabalhadoras domésticas, sendo acentuada ali a questão da informalidade, de não ter a carteira assinada, e a maioria também é de mulheres pretas ou pardas.

Sobre trabalho, há esse indicador novo de mulheres resgatadas do trabalho análogo à escravidão, também com predominância no trabalho doméstico, com predominância das mulheres mais velhas, idosas.

Aqui a gente traz alguns dados do Relatório da Transparência Salarial, das mulheres em espaços de cargos de direção, de poder de decisão, das mulheres com deficiência no mercado de trabalho.

A insegurança alimentar também é um dado importante, porque, embora a gente tenha melhorado os níveis de insegurança alimentar – se a gente comparar 2018 com 2023, a gente teve uma melhoria nesses níveis porque diminuiu em 15% a quantidade de lares, de domicílios, em situação de insegurança alimentar –, mas desses domicílios a maioria é chefiada por mulheres. Então, a gente tem uma relação, uma maior propensão, de as mulheres estarem em domicílios em situação de insegurança alimentar.

A gente traz também dados de alfabetização, de frequência na creche, que também é uma informação, um serviço muito importante para as mulheres por conta da sobrecarga feminina com o trabalho doméstico. A gente tem essa questão da desigualdade, da desigual divisão sexual do trabalho, que está relacionada com essa apropriação individual e coletiva do trabalho das mulheres. Então, é um sistema de exploração sobre o trabalho das mulheres porque esse trabalho não é o trabalho de cuidados, de afazeres domésticos, ele não entra na acepção clássica do que é a economia.

A economia é um trabalho que fica ali sem ser mensurado porque ele não entra nas trocas, ou seja, não é um trabalho que pode ser vendido em troca de remuneração, de salário, como outras atividades produtivas. É um trabalho produtivo, é um trabalho essencial para a sociedade, para a vida humana: todas as pessoas precisam de cuidado, independentemente de quem sejam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de terem maior ou menor necessidade, mas, quando ele entra no mercado de troca, de trabalho, ele é extremamente desvalorizado, como é o trabalho doméstico remunerado, marcado pela informalidade.

A gente traz dados sobre docência também, acho que é importante passar porque a gente tem diversos observatórios aqui de universidades. A gente observa que as mulheres são maioria entre as docentes de nível fundamental, mas, quando a gente vai para o ensino superior, elas ficam um pouco abaixo dos 50%; enquanto na educação básica elas são 80%, a gente sobe para o nível superior e esse número fica abaixo dos 50%. Se a gente faz o recorte de cor ou raça, há uma discrepância ainda maior: há somente 17% de mulheres pretas ou pardas na docência do ensino superior.

Aí há dados sobre vacinação, de as mulheres terem maior propensão, maior disponibilidade para vacinação, embora tenham sido mais afetadas pela pandemia de covid-19. Trago os dados do Programa Dignidade Menstrual, os dados de mortalidade materna, que é um indicador importante de acesso à saúde.

Dos registros de violência, também a gente tem as informações de os homens serem os principais agressores, de a maioria dos casos de violência acontecerem dentro das residências.

Novamente, se a gente for fazer uma análise... O que a análise feminista vem trazendo é como esses dados de mercado de trabalho e de violência não estão dissociados; a violência contra as mulheres é uma forma de terror contra as mulheres: as mulheres que saem da regra do que é esperado, do que o homem espera da mulher, sofrem a sanção por meio da violência.

E, também, há o terrorismo sobre a mulher, seja pela violência física, seja pela violência sexual, para que as mulheres continuem subjugadas em todos os espaços. Então, acho que isso se relaciona com a questão da violência política, de gênero contra as mulheres. Acho que esses dados todos estão relacionados.

Enfim, os dados de violência. A gente traz a série histórica também de feminicídio e de homicídio – a gente teve uma leve queda de 2023 para 2024 na violência letal contra as mulheres, mas ainda assim é um dado muito alarmante –, dos registros de violência também e da população carcerária feminina. Acho que esse dado aqui a gente pode... O dado da série histórica. Pelo menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2016 para cá, em relação à participação política, a gente vê ainda assim uma desigualdade muito grande. Estou só abaixando a lâmina aqui.

Então, ali no gráfico da série histórica de 2016, 2020 e 2024, a gente tem uma crescente de candidatas e de eleitas, ainda assim há uma desigualdade muito grande, se a gente for comparar com a proporção de homens e mulheres ali. É muito discrepante. Eu acho que um dado interessante é este: as mulheres têm uma maior probabilidade de reeleição. Então, as mulheres têm uma tendência – das que estão, das que buscam reeleição – de se reelegerem mais do que a média dos demais candidatos e candidatas, quer dizer, dos demais candidatos no geral, na soma dos dois.

A gente teve também um aumento ali na quantidade de secretarias de políticas para as mulheres, ainda que o número esteja baixo, porque a gente está alcançando só 18% dos municípios, então a gente precisa aumentar, trabalhar para que a gente tenha uma maior capilaridade. Acho que, nesse sentido, a rede de observatórios aqui pode dar – o que a gente tem discutido sobre uma rede – uma grande contribuição.

Dos Jogos Olímpicos. Aqui eu trouxe um compilado da rede, porque a gente eu acho que acabou convergindo. A gente, aqui no Observatório do Ministério das Mulheres, estava trabalhando nesse mapeamento, a gente já tinha conversado com alguns observatórios, como o Observatório Maria Beatriz Nascimento, de Aracaju, de Sergipe, e a gente estava em contato com alguns outros observatórios e aí acabou convergindo, quando a gente soube que a Fundação João Pinheiro também estava no mesmo movimento, e descobrimos que o Observatório do Senado também estava nesse mesmo movimento. Então, a gente, em janeiro deste ano, fez uma conversa nesse encontro, com a participação de alguns outros observatórios que aqui estão também, e foi decidido, então, que o Ministério das Mulheres puxaria uma segunda reunião, que foi realizada no dia 6 de maio, em que participaram alguns outros observatórios. E a gente discutiu alguns objetivos, discutiu como poderia ser o desenho dessa rede e ficou estabelecido, então, que esse encontro seria organizado pelo Observatório do Senado, para a gente discutir e encaminhar como seria essa governança. Então, acho que a gente acabou convergindo no mesmo sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente apresentou ali foi como uma proposta, com contribuições também da Fundação João Pinheiro, de uma rede de produtores de dados, conteúdos e evidências sobre desigualdade entre mulheres e homens, composta por observatórios e produtores de dados governamentais, pesquisadores, com objetivo de monitorar, diagnosticar cenários, subsidiar a formulação de políticas públicas para as mulheres. Então eu queria só fazer esse destaque, porque eu não vi, aqui no material que estava disponibilizado, essa construção da participação do Ministério das Mulheres como tendo organizado essa reunião, mas faço aqui o adendo.

A gente pensou, coletivamente também, alguns objetivos, e acho que a gente vai ter – já extrapolei bastante o tempo, não é, Senadora? – a oportunidade também de rediscutir e encaminhar essas questões no encontro de planejamento de amanhã.

Então agradeço muitíssimo. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos.

Ainda faltam quatro apresentações. E só para... Infelizmente começou o Plenário. Não, nós vamos continuar, nós vamos escutar. Só para que a gente pudesse, assim, ir só um pouquinho mais rápido. São os últimos, não é? Mas tem nada não, os últimos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, não, mas fique tranquila. Fique tranquila.

E agora eu já passo aqui para a Sra. Nícia, que é uma pesquisadora da Fundação João Pinheiro, a quem também já agradeço a presença. Fique à vontade, pode dispor dos seus dez minutos. Talvez, se for necessário, a gente acrescenta.

A SRA. NÍCIA RAIES MOREIRA DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Cumprimento todos vocês. Obrigada, companheiras de mesa, Maria Teresa, pelo convite.

Eu estou aqui no lugar da Coordenadora do observatório Observa Minas, lá da Fundação João Pinheiro, que não pôde comparecer, deve estar condoída, assistindo-nos lá. Então eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentar passar o recado que ela preparou para a gente conversar aqui, para manter a conversa que a gente vem tendo.

De fato, acho que a Camila pontuou essas convergências, e acho que isso é muito importante, quando há essa convergência, a gente somar esses esforços e a gente ter esses diagnósticos separados, da importância dessa iniciativa e de a gente se organizar em rede.

Antes de eu chegar ao ponto de como foi que a gente chegou a essa conclusão dessa necessidade, eu queria falar um pouco que eu falo em nome desse observatório Observa Minas, que é um observatório interseccional de gênero do Governo de Minas Gerais, uma iniciativa de um grupo de pesquisa que se chama Egedi (Estado, Gênero e Diversidade), do qual faço parte.

Esse grupo de pesquisa tem dez anos e está nessa fundação de pesquisa. A Fundação João Pinheiro é uma fundação de pesquisa e ensino lá em Minas Gerais, é uma fundação pública do Governo do estado. E, dentro desse grupo de pesquisa, Egedi, a gente viu essa necessidade da criação de um observatório de gênero. A gente é um dos mais jovens observatórios de gênero aqui.

Quando ele começou a ser idealizado, lá em 2023 - mas ele ganhou corpo no início de 2024 -, a gente formalizou esse observatório, que é feito em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais. O convênio, o termo de cooperação técnico foi assinado em 2023, e uma das primeiras ações que a gente fez foi justamente pesquisar quem mais estava fazendo esse trabalho, quais eram os outros observatórios de gênero e como eles atuavam no Brasil e no mundo. Isso porque a gente sabia que o maior desafio para a gente montar... Montar o observatório era um grande desafio, mas era um desafio para o qual a gente tinha instrumentos para lidar com ele como pesquisadoras. Como pesquisadoras, a gente sabia exatamente que tipos de desafios a gente teria ali. A gente já tinha a percepção, por outras experiências, de que a vida desses observatórios é muito curta e a gente queria criar um observatório que se institucionalizasse, que tivesse um tempo de vida maior do que o que geralmente a gente observa, e que se consolidasse e se fortalecesse. A gente sabe que está sujeita a diversas coisas na construção e na alimentação dessas informações e, nessa pesquisa, uma das coisas que a gente percebeu é que, se a gente unisse forças, a gente teria uma vida mais longa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é aí que surge a ideia de se conectar com esses outros observatórios para compreender como é que eles trabalhavam e quais os desafios deles, para, juntos, conseguir mais força e uma vida mais útil e mais longa, digamos assim.

A partir daqui, o que eu vou apresentar é o que a Coordenadora Marina Amorim preparou para trazer para vocês, que é resultado de uma pesquisa que fizemos e que gerou um artigo que está no Trelo e vai ser publicado brevemente na Revista Gênero, da UFF, que é resultado dessa pesquisa efetivamente. Com essa pesquisa, a gente começou a tentar ver quais eram os observatórios, o que eles faziam e quais as características desses observatórios.

Então, foi feita essa busca, basicamente uma busca de internet. Eu já vi aqui que vocês mapearam uma quantidade bem maior de observatórios que a gente, não é? Nessa época, a gente conseguiu mapear 27 portais, utilizando aí termos como observatório, gênero, mulheres, condição feminina, diversidade, política para as mulheres. A gente chegou a esse total de 27 portais que se autodeclaravam observatórios com foco em gênero ou nas mulheres.

Esse número, como já disse, não expressava necessariamente a totalidade de observatórios no Brasil, mas a daqueles que eram localizáveis. Além disso, alguns deles já não estavam sendo alimentados há muito tempo. Desses 27, dez tinham experiências consolidadas, como o próprio observatório que nos recebe aqui hoje, que são essas experiências anteriores a 2020. Oito estavam descontinuados ou inativos, alguns sem atualização desde 2020 ou antes disso. E nove eram experiências mais recentes, como o nosso próprio lá de Minas Gerais.

E uma informação que nos chamou muito a atenção, como a gente, por outras experiências, já esperava, é que a vida média desses observatórios era de quatro anos.

E isso trazia esse alerta de que essas iniciativas, embora fundamentais, são frágeis, vulneráveis a essas descontinuidades institucionais. A gente especificamente, que está numa fundação de pesquisa, tem uma autonomia relativa e tem uma vulnerabilidade já expressa pela nossa própria condição institucional.

Então, esses achados estarão publicados nesse artigo na UFF, como eu disse anteriormente.

Durante essa pesquisa a gente viu também que não existia essa rede, gente. Ainda não existia essa rede, mas a própria pesquisa nos fez encontrar com vocês, e a gente começou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sonhar com essa construção de uma rede, uma rede que possa nos ajudar a compartilhar metodologias, fortalecer as instituições, ampliar o nosso alcance e, sobretudo, garantir essa permanência. Foi com esse espírito que a gente promoveu, em março deste ano, o primeiro encontro, que contou com vários dos observatórios que eu posso ver aqui. Foi em formato virtual, que foi a forma como a gente conseguiu fazer. É muito melhor estar aqui, vendo vocês, presencialmente.

Durante a preparação para esse encontro, a gente soube da iniciativa do Senado Federal, que, no âmbito da Comissão Mista permanente, já vinha trabalhando para a construção dessa rede de observatórios e já estava muito mais avançado e muito mais articulado institucionalmente do que a gente. Diante disso, a gente decidiu somar esforços e pediu inclusive para participar dessa iniciativa, porque não faria sentido a gente duplicar ações ou fragmentar esse campo em que a gente já sabe que precisa dessa unidade.

Então, o Observa já surge com essa preocupação e acredita profundamente na força do coletivo e em como a gente pode somar esses esforços. Hoje o Observa tem uma parte de trabalhos que reverbera desse próprio grupo de pesquisa que a gente tem, que é o Estado, Gênero e Diversidade; tem esse artigo que é fruto dessa primeira preocupação.

A gente fez um mapeamento das estruturas do ecossistema...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NÍCIA RAIES MOREIRA DE SOUZA – Eu falei que eu ia ficar livre dela, mas não deu. (*Risos.*)

A gente fez um mapeamento de estruturas do ecossistema de políticas para as mulheres em Minas Gerais, em que a gente teve uma parte quantitativa que já está no ar. Em Minas Gerais inteira – Minas Gerais tem 853 municípios, então é sempre um desafio fazer pesquisa lá – tem um mapeamento municipal, um mapa com todo esse mapeamento. A gente está tentando, agora, passar para uma segunda parte, mais qualitativa, e aprofundar esse mapeamento.

A gente tem divulgação dos resultados de pesquisa em formato para gestão. A gente faz alguns trabalhos em forma de *policy briefs*, que são... Nós pesquisadores temos mania de fazer grandes relatórios acadêmicos, com metodologias muito complexas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NÍCIA RAIES MOREIRA DE SOUZA – ... então, esses *policy briefs* são uma tentativa de divulgar o resultado dessas pesquisas com uma linguagem mais simples para os gestores e para a população em geral.

E, por fim, a gente tem também painéis interativos (BIs) , que mostram aí resultados de pesquisas e indicadores para o nosso Estado de Minas Gerais.

Obrigada, agradeço novamente a oportunidade e o convite. Acho que teremos bons trabalhos daqui para frente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Agradeço também à Nícia – cumpriu o tempo. (*Risos.*)

Mas, realmente, a importância de se fortalecer dentro da rede, né?

Agora já passo para Mirlene Simões, que também poderá usar seus dez minutos.

A SRA. MIRLENE SIMÕES – Cumprido o prazo, aí a pressão aumenta para mim, né? Aí a pressão fica mais... (*Risos.*)

Prezada Senadora, é um prazer, uma alegria estar aqui. Agradeço pela organização, pelo debate. É uma satisfação a gente poder ver tantos observatórios reunidos. E, em teu nome, cumprimentar todas as colegas que estão aqui na mesa. É, vou falar um pouco do porquê de a gente estar aqui, né? O convite veio pela fundação, e pela fundação a gente ficou conhecendo essa construção. Depois partiu por meio da Camila e por Maria Teresa, acentuadamente nesse último período, mas eu estou falando em nome do Observatório INCT-Caleidoscópio.

O INCT é uma instituição ligada ao CNPq e é a primeira – como eu vou falar aqui – que tem trabalhado com gênero dentro dos INCTs. A gente não quer ser a única, nós somos a primeira, né? E nós vamos dizer como nesses últimos dois anos e meio a gente conseguiu organizar o observatório para tratar sobre as questões relacionadas à mulher na ciência, principalmente as ligadas às assimetrias que nós temos e à violência institucional.

Então, vários dos debates que foram colocados aqui na primeira mesa com relação às questões dos dados e também o que a gente ouviu agora nessa última mesa – principalmente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Camila colocou, da dificuldade de traduzir esses dados – é o que a gente tem feito. E não é nada simples, realmente, até porque, quanto mais dados e mais a gente comunica sobre esses dados, mais a gente tem consciência sobre quem nós somos. Então, mais a gente tem condições de pedir direitos e políticas públicas relacionadas, né? Então, por conta disso, vou falar um aspecto geral, só para a gente poder situar onde nós estamos.

A gente é um INCT, um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, ligado ao CNPq, só que a gente tem uma diversidade espalhada pelo Brasil todo. Surgiu em 2022, e quero aqui já cumprimentar e agradecer à nossa Coordenadora-Geral, a Profa. Viviane Resende, que é daqui de Brasília, da UnB, e também à Profa. Karla Bessa, que está ligada diretamente à Unicamp – da Pagu –, que também é a minha instituição de origem.

A partir deste momento a gente tem uma organização e como a gente ia organizar nacionalmente, então isso é parte do nosso relatório de trabalho. A gente se organizou em três coordenações, que são essas que vocês estão vendo: a Sul/Sudeste, a Centro-Oeste e a Norte/Nordeste e Amazônia Legal. Essas coordenações dão subsídios às atividades que acontecem no observatório, por isso está separado ali. Então, o observatório tem vários dos requisitos que ele guarda por meio dessas atividades que são desenvolvidas nessas coordenações.

Essas coordenações têm atividades que são diferentes, até por conta das questões regionais, por conta das diferenças que a gente tem entre as regiões, por conta de como a gente debate essas diferenças. Então, foi por isto que eu coloquei aqui essas diferenças: porque a gente vai tentando, inclusive, supri-las e fazer as trocas de uma região para outra.

Na coordenação Sul-Sudeste, a gente fica muito mais ligado a gerar os indicadores, e também às questões relacionadas a políticas que estão surgindo com relação a mulheres na ciência.

A coordenação Centro-Oeste fica mais com o núcleo duro mesmo, de poder fazer a coordenação geral de todas essas atividades, de produzir os relatórios, e é onde fica a nossa sede também. Estão todas convidadas; Senadora, está convidada. Fica aqui na UnB a sede do nosso INCT, que foi inaugurada no ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É tudo muito recente, não é? As nossas histórias todas; a história, hoje, de a gente saber quando foi instalado o primeiro banheiro para as mulheres aqui no Senado... A gente, o máximo a que a gente chegou, Senadora, foi 2020; quer dizer, 2010 – e era 2016! A gente errou redondamente! Então, é tudo muito recente.

A coordenação Norte-Nordeste tem feito um trabalho muito bonito, junto com a criação e instalação da Incubadora Social Feminista Antirracista. Também convido todas aqui para poderem verificar o trabalho que tem sido feito para poder fixar mulheres quilombolas e indígenas nas universidades.

E aí, sim, o observatório. Para que ele serve? O observatório...

Eu estou indo rápido, não é? (*Risos.*)

Eu vou cumprir o horário!

O Observatório Caleidoscópio, então, reúne, agrega esses dados, e tem sido uma constante a gente conversar sobre metodologia e como é que a gente traduz esses dados. A gente conversou isso em algumas reuniões dessa possível rede – Maria Teresa e Camila se lembram disso. Não é nada simples, até porque a Camila acabou de apresentar um dado ali sobre o qual eu já estou aqui refletindo: você falou da condição de trabalho das jovens, que elas não desejam tanto trabalhar, e isso é o contrário do que a gente viu lá em uma pesquisa recente. Vou ter que discutir isso aí... Enfim, olhe aí como é importante a gente pensar nesse diálogo das redes, não é?

Então, o observatório é isto: ele é um repositório. Ele é um repositório para a gente poder traduzir, a todo momento, do que se trata com relação às mulheres, para não ficar naquilo que a Senadora Leila colocou na primeira mesa, como sendo algo mi-mi-mi, como "Ah, vocês só pedem, cada hora vocês pedem um direito diferente!". Então, é para isto: é para dar visão, alcance, entendimento daquilo que a gente está produzindo e do que outras pessoas estão produzindo também.

No observatório, a gente tem produzido – esta é a segunda parte – uma série de indicadores, e isso exige bastante da gente. Então, como vocês estão vendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazendo a propaganda também: observatoriocaleidoscopio.unicamp.br, para vocês poderem ver os trabalhos que a gente está fazendo.

Aí estão alguns dos indicadores do que a gente está buscando, e isso está bastante traduzido naquilo que a nossa professora e querida supervisora, Margaret Lopes, nos fala: têm que ser pílulas, coisas rápidas que as pessoas leem rápido, entendem e saem falando; e entendem aquilo para defender. Então, é isso... Não é fácil fazer isso, não é? (*Risos.*)

... em cinco frases, não é? Em cinco frases. Mas é isso que a gente está tentando, e nós estamos produzindo uma metodologia para isso também.

Estão aqui alguns dos indicadores, como vocês estão vendo. É essa a parte em que eu mais fico e à qual mais eu estou dedicada ultimamente na pesquisa.

Aí, a vice-coordenação está diretamente ligada ao observatório, e é por isso que está lá conosco, na Pagu/Unicamp, essa abordagem de como fomentar isso, porque a nossa Vice-Coordenadora do INCT está lá também com a gente. Então, o que a gente tem feito? Criado um mecanismo para que, além de produzir e traduzir os dados, a gente traga mais pesquisadoras e que a gente possa falar mais sobre isso.

Então, a gente se dividiu em três nucleações, na coordenação Sul-Sudeste, com a intenção de pensar o quê? Pensar as três principais vertentes que nos afligem e para as quais a gente quer descobrir as soluções, que são relacionadas à trajetória das mulheres na ciência, o enfrentamento às violências de gênero dentro das instituições de ensino superior e a divulgação das pesquisas.

Aí, o que que a gente tem gerado com isso? A gente tem se aproximado e a gente tem conseguido fazer com que várias mulheres estejam chegando pensando nisso, cientistas, pesquisadoras. Estamos com 73 parceiras ultimamente, essas 73 têm envolvimento e participam de várias atividades.

Entre essas atividades, inclusive para poder gerar esses dados, a gente organizou os seminários. Esses seminários de pesquisa são abertos, pode qualquer pessoa participar, desde que se cadastre, então já fica o convite aqui para todas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora a gente conseguiu, junto com a Profa. Joana, uma das nossas supervisoras, que fica na Universidade Federal de Santa Catarina, que esse seminário de pesquisa também se tornasse um curso de extensão com certificado.

Então, além de a pessoa participar, é gratuito, é aberto, é sistema *online*...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MIRLENE SIMÕES – ... ela vai ter contato direto com a pesquisadora, com os dados que estão sendo pesquisados, levantados, e depois ela ainda tem condições de ter um certificado.

Isso tudo com uma linguagem bastante dialógica para que a gente possa chegar aonde a gente precisa chegar – que é atrair as mulheres para este debate. Nós sozinhas não vamos a lugar nenhum, assim como várias das nossas colegas colocaram aqui hoje.

Já estou finalizando, cara Senadora, já estou indo.

Aqui é outro tema que a gente tem trabalhado, na outra nucleação, como eu acabei de falar, que são os equipamentos antiviolência que estão presentes nas instituições de ensino superior. Como vocês podem ver, isso é bastante recente, então tem um ano que a Morgane, junto com a Profa. Joana, lá na Universidade Federal de Santa Catarina, tem se debruçado nessa temática.

Então, as bolinhas azuis estão onde tem mais instituições presentes que abordam essa temática, mas isso ainda é um trabalho que está sendo feito, um mapeamento ainda com relação às questões nacionais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MIRLENE SIMÕES – E a gente não tem igualdade nesse universo, viu? Por isso que é importante a gente falar sobre ele. A gente não tem igualdade nesse mundo, que é um mundo relacionado à pesquisa e à ciência.

Estamos para divulgar um *software* que foi criado por uma das nossas pesquisadoras, a Rebeca, que trata dessa temática. Ela traz essa temática analisando e cruzando dados, que é o que a gente mais precisa neste momento, porque a gente nunca sabe de quem a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando, onde a gente está falando e para quem. Então, isso vai ser importante para a gente poder conduzir.

E aí, sim, as considerações.

Primeiro, assim como foi reforçado aqui pela Ministra na primeira Mesa, pelas Senadoras, é importante a gente trabalhar, sim, conjuntamente. Não dá para a gente trabalhar separado, até por conta de os desafios serem inúmeros.

Então, a primeira coisa, as situações de violência estão, sim, presentes, elas ainda não foram avançadas, a gente ainda não as superou.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MIRLENE SIMÕES – As dificuldades nas carreiras científicas permanecem para as mulheres, assim como a Camila acabou de apresentar.

A gente tem um índice de mulheres negras um pouco maior no Estado de São Paulo, mas é porque a gente tem mais vagas também. Mas a gente não ocupa cargos de liderança e a gente precisa ter efetivamente a institucionalização dos estudos de gênero, para não se dizer: "Ah, não! Na academia a gente está tudo igual". Não estamos.

E os desafios são a gente pensar... (*Pausa.*)

Espere aí... (*Pausa.*)

Agora foi.

Primeiro, pensar nessa questão de a gente pensar em uma articulação, sim. É muito bem-vinda essa articulação da rede dos observatórios para a gente fazer essa troca de dados, reunir banco de dados e saber do que a gente está falando. Para quê? Para a gente poder traduzir em políticas públicas e trazer aqui para essas Senadoras maravilhosas a possibilidade de a gente conseguir fazer efetividade nas políticas públicas.

E a gente precisa, é claro – como já foi dito aqui também, mas reforçando –, de recurso para tudo isso. Não dá para fazer política para as mulheres, não dá para falar de igualdade se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pensar em recurso e financiamento, senão a gente só vai continuar militando – e a gente vai continuar militando pelas mulheres –, mas, tendo dinheiro, a gente vai ser muito mais rápida.

Não dá mais para gente pensar que a gente vai ter igualdade em algumas áreas, na ciência, na política, daqui a 170 anos. Eu quero é para já, e para isso a gente precisa ter viabilidade financeira e, é claro, muita participação aqui da política presente.

Obrigada, gente! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos também à Mirlene.

Eu posso dizer que esta mesa, e eu tenho certeza de que nesse encontro... Ainda faltam duas, viu? Não se preocupe, nossa querida Maria Teresa virá para cá também. Tanto hoje, na audiência pública como amanhã, eu tenho certeza de que novas ideias surgirão, esse fortalecimento verdadeiramente acontecerá.

Muitas informações que foram ditas aqui – e, como eu, muitas delas não sabiam nem que existiam – eu acho que também outras pessoas que não estão aqui, que estão assistindo, que têm o interesse, vão também ter o conhecimento.

Então, eu estou tendo esta audiência pública como muito valiosa e muito válida, em nível de informação, de conteúdo, de tudo que foi dito aqui. Então, eu fico muito feliz em poder presenciar e também já quero me policiar para que eu possa ver e entrar em todos os observatórios para que eu possa também fazer minhas propostas aqui, com certeza, com validade em cada um deles. Farei questão de citá-los também quando eu assim o fizer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Então, eu agradeço a esta mesa maravilhosa, mas, como não cabem aqui as cadeiras, eu queria pedir só para a desfazerem para que eu pudesse chamar as nossas últimas – não por importância, obviamente – participantes, que são: a nossa querida Maria Teresa, que é a Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado, nossa querida já – quero aqui primeiro agradecer e fazer o registro de todo o seu trabalho, de todo seu empenho, de toda a equipe, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vez –; e a Suzianne Santos, Coordenadora do Observatório da Mulher Teresina, a quem também quero agradecer. Seja bem-vinda.

Nossa querida Jussara não pôde estar presente, mas, com certeza, ela está assistindo e irá também fazer ótimas proposições a partir do que foi discutido... (*Pausa.*)

Vamos aqui também só registrar que a Deputada Iza não conseguiu estar aqui. Ela está agora à frente do observatório da Câmara, e teve uma audiência, de modo que não conseguiu chegar a tempo, mas foi muito bem representada aqui.

Com certeza, ela é muito ativa e atenciosa e vai fazer, sim, o seu papel.

Eu já quero começar aqui passando para nossa Maria Teresa, que poderá também usar aí seus dez minutos.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para expor.) – Uma boa tarde para todas e todos. É uma alegria estar aqui hoje. Quero agradecer muito à Senadora Augusta, que abraçou a ideia toda de a gente fazer esse encontro. Ela ter apoiado tem sido fundamental para que seja possível a gente realizar esse encontro dos observatórios. Agradeço a presença de cada um aqui, com pessoas do Brasil todo. E amanhã estaremos lá reunidos, numa força-tarefa, fazendo render as horas que teremos amanhã.

Eu vou passar rapidamente. O que vou apresentar aqui para vocês é o trabalho que a gente fez, que o Observatório da Mulher do Senado fez, a partir do pedido que veio da Senadora Augusta na Comissão. Então, a partir da demanda que a gente recebeu ali, a gente começou esse trabalho. (*Pausa.*)

Então, vou passar rapidamente.

Mas, assim, por que uma rede?

Eu vou passar rápido porque muita coisa que está aqui é tudo que já foi falado hoje do porquê da importância dessa rede.

Então, houve aqui o pedido da Senadora na Comissão de violência contra a mulher e a gente acreditou muito que isso era, sim, um trabalho importante que a gente deveria levar à frente, fazendo acontecer a criação da rede. A partir disso, a gente começou ali as etapas. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro, um mapeamento, fazendo uma busca ativa ali do que estava disponível na internet, mas depois a gente fez o contato com todas as secretarias de estado que eram ligadas às questões das mulheres, pedindo para que essas secretarias mandassem para a gente os observatórios existentes ou aqueles que estavam em vias de...

Houve um trabalho todo de sinergia, que foi quando, no ano passado, a Fundação João Pinheiro, por meio da Marina e da Maria Clara, procurou a gente, pois eles também estavam no mesmo movimento de criar essa rede, como bem colocado aqui pela Nícia, histórico. E a gente resolveu juntar forças e fazer acontecer, que é o que a gente tem feito, buscando quem está trabalhando com isso, quais são os observatórios, para nos juntarmos e fazer mais e melhor juntos, não é?

Um outro trabalho também que mostra muito a questão do protocolo foi o de criação de novos observatórios. Ele nasce a partir de um trabalho que o observatório do Senado já fazia desde 2019. E aqui hoje está o coordenador que me antecedeu no observatório, que é o Henrique Marques, que está ali. Ele deu início a esse trabalho. (*Palmas.*)

A partir desse trabalho dele de fomento de criação de novos observatórios, foi criado o observatório de Teresina. E está aqui a Suzianne, que é do observatório de Teresina. Então, a gente traz assim como está tudo muito ligado nesse trabalho nosso, ligando o que foi feito ali pelo Henrique ou dando continuidade agora, com a Suzianne, que fez parte dessas etapas todas. Estamos todos aqui juntos hoje apresentando esse trabalho, que já vem de muito tempo, não é?

Criamos uma plataforma, cuja ideia era muito simples: era a gente ter, num único espaço, de uma forma fácil de acessar, os observatórios todos que a gente encontrou. Então, você, Senadora, poderia clicar em Ceará e ver os observatórios. Cada Senador, cada pessoa procuraria e encontraria de forma fácil esses observatórios e teria acesso às produções desses observatórios.

Aí a questão de um projeto de lei para formalizar essa rede, que é algo que a gente vai discutir amanhã; e o encontro que realizaremos amanhã.

Aqui, passando esse levantamento que nós fizemos. A gente tinha levantado, quando fez o material impresso, eram 51; quando eu fiz a apresentação, eram 53; e a gente já está em 54. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está correndo muito a notícia de que a gente está fazendo uma rede, novos observatórios têm procurado a gente. Então, contando, estamos com 54 já.

Aí a gente fez um levantamento das características desses observatórios, que está no estudo e vai estar disponibilizado no *site*, na plataforma criada.

A proposta que a gente traz aqui é uma proposta de rede a partir do que a gente estudou, do que a gente viu e do que a gente conversou com muitos e muitos observatórios. A gente traz ali um pouco da governança, essa ideia de você ter um espaço digital de que todos façam parte, a ideia de cooperação, de integração, a perenidade, que a gente acredita que é muito importante, porque, hoje, eu estou aqui, mas amanhã, não. Então, a gente precisa pensar em como a gente pode garantir a perenidade dessa rede.

Nós desenvolvemos alguns produtos a partir desse estudo, que foi o mapeamento, que eu falei ali, de cada uma das etapas, para a gente identificar esses observatórios, trazer quais eram os principais trabalhos de cada um. O protocolo de criação de novos observatórios, eu volto a dizer, é esse trabalho que já vinha sendo feito pelo Observatório do Senado, de fomentar a criação de novos. A gente recebia muitos observatórios que estavam querendo iniciar e vinham nos visitar para saber o que fazer. A gente reuniu tudo isso que a gente ia passando para esses observatórios, muito da escuta que a gente teve da criação de novos. O observatório de Teresina foi esse piloto de criação de observatório.

Então, juntamente com a Suzianne, criamos esse protocolo de criação de novos observatórios, que é um documento que está aí, mas para a gente ainda melhorar e melhorar mais, pois a ideia é de que ele seja ainda mais ampliado. Hoje, ele é muito focado em observatórios de violência contra mulher, mas a ideia é que a gente aumente ainda mais o escopo.

A plataforma. Eu vou pedir para apresentar um videozinho ali. Depois, vocês entrem, por favor, e naveguem lá. A ideia dessa plataforma é ser esse espaço para divulgação dos trabalhos, para encontrar de forma mais fácil. A gente tem ali um *banner* de eventos e de produtos dos observatórios. Ali, você pode fazer a busca por estado e chegar nos observatórios de cada estado, os observatórios que foram mapeados. Por ali, a gente consegue ter acesso a esses observatórios, aos espaços digitais dos observatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali, uma agenda de eventos – já tem a audiência de hoje e os eventos que estão para agosto – e as publicações que nós fizemos e que são publicações de destaque da rede também.

Então, a ideia é esta: juntar forças; a gente ter num único espaço os trabalhos dos observatórios; a gente construir algo que seja relevante, importante e que consiga trazer visibilidade para trabalhos maravilhosos – que foi o que a gente foi encontrando no processo, trabalhos maravilhosos – que ficam muito restritos ao território, àquele local, ou seja, dar visibilidade, luz aqui no Senado.

Fizemos um trabalho todo de identidade visual da rede, para que seja usado como elemento ali de identidade mesmo da rede para todos usarem.

E há alguns passos que a gente imagina que sejam os próximos passos. Então, amanhã a gente vai conversar sobre governança, essa questão do projeto de lei, o que pode ser melhorado nessa plataforma; a expansão, como a gente vai apoiar a criação de novos observatórios; pensar numa agenda de encontros, porque a gente acredita que é muito importante continuar tendo esses encontros.

É isso.

Eu quero agradecer muito a presença de todos, mas, em especial, quero agradecer à minha equipe, que está aqui também, porque todo mundo trabalhou muito. Nós somos uma equipe hoje de quatro pessoas, então...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – ... foi muita coisa que a gente conseguiu fazer.

Quero agradecer a todos, em especial à Senadora Augusta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sou eu que agradeço muito a você e a toda a equipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou falar sempre: desde quando surgiu a ideia, também percebendo a necessidade de que a gente pudesse ter essa integração, até ter sido bem acolhida pelo Observatório do Senado, e com os encaminhamentos que estão sendo tomados, com a sua coordenação e de toda a equipe que aqui está no Senado, eu fico feliz e, ao mesmo tempo, eu diria, orgulhosa de ter esse instrumento, essa ferramenta no Senado, que está possibilitando a gente fazer esta audiência pública, usar das ferramentas que nós temos aqui para sair das paredes do Congresso Nacional para chegar verdadeiramente com ações mais concretas para a sociedade. Então, eu fico muito feliz.

E, a exemplo disso, nós temos aqui a Suzianne já utilizando esse instrumento – eu acho que já vai ser de exemplo do que a gente está tentando fortalecer aqui dentro do Senado Federal –, que poderá usar também sua fala agora.

A SRA. SUZIANNE SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Cumprimento a Senadora Augusta Brito e a Maria Teresa – agora tive o prazer de conhecer pessoalmente toda a equipe – e cumprimento também todas as colegas aqui de observatórios, com quem em breve dialogaremos mais.

Bom, eu quero falar um pouco da experiência de como foi todo esse processo e dos anseios e expectativas, diante deste momento que estamos vivendo, porque, como foi mencionado, a gente tem dois momentos muito importantes, que é a criação da rede para fortalecer os observatórios já existentes e também o processo de fomento à criação de outros observatórios com o protocolo. Então, são dois momentos que se coadunam para, justamente, a gente unir forças em prol das políticas para mulheres.

Nesse sentido, o Observatório Mulher Teresina está aqui enquanto projeto-piloto justamente dessa parceria que foi criada. Ele surgiu, digamos, inicialmente em 2018, por conta de um diagnóstico que foi produzido pela Prefeitura Municipal de Teresina, ao qual, posteriormente, o então Coordenador do Observatório da Mulher contra a Violência, Henrique – que agora tive o prazer de conhecer pessoalmente –, teve acesso e, junto com o interesse daqui de produzir projetos-pilotos de construção de observatórios, foi até a prefeitura, e a prefeitura teve esse interesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos atualmente vinculados à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e, atualmente, temos quatro eixos temáticos: a violência contra a mulher, saúde, trabalho remunerado e não remunerado e os usos do tempo, e interseccionalidades e desigualdades, mas, entre esses temas, o tema da violência é o principal das produções. Nisso, temos boletins temáticos, dados georreferenciados, materiais educativos e o levantamento contínuo das legislações municipais produzidas sobre o enfrentamento à violência. Também procuramos sempre fazer a produção de dados de maneira mais acessível, traduzindo algumas dessas informações via redes sociais, para ficar mais perto da população.

E, nisso, eu trago o quanto é importante o fortalecimento e a construção do Observatório, porque o diagnóstico produzido em 2018 mostrava justamente as lacunas que se têm na produção dos dados, no monitoramento da violência e, agora, com o Observatório institucionalizado em uma Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, temos um contínuo recebimento dos dados, por conta das parcerias que criamos. Então, a gente tem um monitoramento contínuo e podemos observar a frequência e a especificidade das ocorrências de violência, a depender da especificidade do crime e, também, da violência, porque observamos que, territorialmente, há uma diferença nas regiões, nas Deams, nos registros que vêm ocorrendo. Também há uma diferenciação no perfil, nos aspectos raciais, territoriais e geracionais – isso também é importante destacar – , e aspectos de classe também. Então, a gente tem a possibilidade de avançar bastante nesse diagnóstico, nesse conhecimento, observando todas as etapas da política pública a qual esses dados podem subsidiar e ser úteis a ela.

Nesse sentido, justamente observando esse avanço que a gente desenvolveu, em 2024, tivemos o diálogo, novamente, com o Senado, com a Maria Teresa e pudemos realizar a renovação dessa parceria. E aqui já temos, em 2025, com pouco tempo da renovação, um produto que é o protocolo e junta esse anseio, justamente, de fomentar a criação de outros observatórios e mostrar: "Vocês não estão sozinhos", porque, como foi mencionado pela Nícia, infelizmente alguns observatórios se sentem sós e acaba que não têm uma força institucional, há muita rotatividade na equipe e acaba que têm um tempo muito curto de duração. E o que a gente quer é, justamente, fortalecer para que não se sintam sós, e observem que a gente tem aqui um mínimo de guia, um mínimo de informações para nortear as reflexões para a construção de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

observatório. E isso daqui é muito importante, porque estar à frente de um observatório é desafiador e é um processo contínuo de aprendizado.

Um aspecto importante do protocolo também é fortalecer a institucionalização enquanto observatórios, enquanto ferramenta de gestão, enquanto instrumento de política pública, porque um observatório não serve apenas para subsidiar a criação de outras políticas públicas, ele, em si, já é uma política pública, porque você está alinhando a produção do conhecimento à decisão informada em todos os processos. Então, é muito importante também enfatizar esse aspecto.

Aliados à construção da rede, acho que foi a Mirlene que já trouxe aqui, há alguns desafios que podem vir, e, no caso, eu pensei mais num aspecto de expectativas e anseios com a construção da rede, porque a gente fica também pensando em como é que a gente pode fortalecer e somar e o que a gente anseia com a rede.

E nesse aspecto, eu acho que ela vai ser muito fundamental e importante para a gente avançar na sistematização de indicadores em comum, porque, muitas vezes, a gente tem instituições produzindo dados, às vezes, utilizando a mesma fonte de dados, mas com indicadores diferentes. Nesse sentido, você não consegue correlacionar, fazer comparativos, até ter territórios que podem ter certa similaridade. Então a gente avançar nesse sentido é muito importante.

E para além dos indicadores, também a gente problematizar e refletir conjuntamente sobre as bases metodológicas e conceituais das nossas fontes de dados, as instituições das quais a gente obtém esses dados, porque muitas vezes, também a gente pode estar se utilizando das mesmas fontes, mas a gente não compreende muito bem de onde é que vem esse dado. E nisso, podem também ocorrer algumas sequelas, consequências na constituição desses indicadores. Então, nesse aspecto também, acho que a rede vem muito a avançar.

E, como foi mencionado, trazer reflexões que tragam essa aproximação da rede, desses campos de saber, desses observatórios, junto aqui ao Senado, junto a outros aspectos do Legislativo, para que a gente possa apresentar recomendações técnicas que possam virar projetos de lei, apresentar também uma aproximação junto aos ministérios, junto às secretarias, para a gente também fomentar o desenvolvimento de políticas públicas e também a melhoria dos instrumentais administrativos, que são fundamentais, que alimentam a nossa coleta de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, para que tenhamos bons dados, precisamos que os instrumentais que são utilizados nos serviços sejam bem preenchidos e que tenham campos adequados, com as informações que queremos. Então é todo esse anseio, ter essa coatuação, essa ligação, para que possamos avançar na política.

E nisso, é importante fortalecer a política pública para as mulheres. E como foi mencionado aqui, a rede é dinâmica, é difícil, apresenta seus desafios para a gente apresentar, estar junto. Mas é importante também a gente destacar o aspecto de que a produção de dados e evidências é uma luta contínua, justamente para a gente garantir e lutar contra a invisibilidade da produção de conhecimentos, que é histórica, é interseccional, essa produção de conhecimentos sobre as mulheres. E a necessidade de políticas públicas para a gente pensar a equidade de gênero e racial também.

E nisso, como foi já muito falado, a importância da união desses espaços de saber contra os retrocessos, porque infelizmente a gente avança dois passos, vem um retrocesso de um passo, não é? Então, unindo o nosso saber, unindo-nos com o Legislativo, unindo-nos com o Executivo, eu acho que temos muito a avançar, mas o desafio não é pequeno.

Nisso, eu agradeço a participação e o momento. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos, Suzianne. Muito importante seu depoimento, sua fala, sua defesa. Acaba que vem ao encontro do que a gente pensa também.

Eu já vou passar aqui só para a Maria Teresa, porque ela se esqueceu de fazer aqui algumas saudações. Pode falar.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Não, é só que eu fiquei preocupada com o tempo, mas faltou agradecer à Senadora Jussara, que fez o requerimento, pediu a audiência pública, que é uma parceira do observatório para muitos projetos. Então agradeço à Senadora, à equipe toda dela também, assim como à equipe da Senadora Augusta.

E quero dizer que a bancada toda, a Bancada Feminina é uma parceira muito próxima do observatório e tem sido muito importante, e eu não poderia deixar de fazer esse agradecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Várias coisas aqui eu estou vendo que eu deixei, mas eu não podia deixar de fazer esse agradecimento à Senadora Jussara.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sou quem agradeço.

Eu também faço meus os seus agradecimentos a essa grande Senadora, Senadora Jussara, que é uma parceira que eu tenho aqui no Senado Federal. Desde a Comissão Mista do combate à violência contra nós mulheres, nós temos essa parceria forte. Ela não faltou a nenhuma reunião, a nenhum encontro. A todas as pautas, ela está bem atenta, atuante. Então, eu quero também agradecer à Senadora, a toda a equipe que fez com que este momento também pudesse acontecer.

Agradeço a você. Agradeço especialmente à Maria Teresa por toda a dedicação que ela tem, volto a dizer, com toda a equipe, ela, com quatro pessoas. São quatro pessoas que conseguem fazer talvez o que a gente precisasse de ter uma estrutura bem maior, mas elas fazem porque elas acreditam, têm uma dedicação além da que têm no papel, da sua obrigação legal. Eu costumo dizer que, quando a gente faz além do que está determinado em papel, a gente faz a diferença. Então, isso é uma grande diferença que a equipe faz, com a sua coordenação. Quero aqui registrar também o nosso reconhecimento.

Agradeço à Ilana, que passou aqui; à nossa Ministra das Mulheres, Márcia Lopes; à Maria Elizabeth, nossa Presidente do Superior Tribunal Militar; à nossa Senadora Leila; à Rafaella; à Ana Claudia; à Camila, que aqui ainda se encontra – muito obrigada – e que também faz um ótimo trabalho, coordenando, lá no Ministério das Mulheres; à Nícia, que aqui falou; à Mirlene. A todas, eu quero agradecer assim imensamente, porque todas contribuíram muito.

Eu tenho certeza de que o encontro de amanhã será bem proveitoso. Acredito que vão ser – eu gosto muito de encaminhamentos – ações mais diretas do que poderá ser feito.

Eu não apresentei ainda o projeto de lei que nós já elaboramos, da criação da rede, que institui essa rede nacional. Eu quero entregar para você para que possa ser discutido no grupo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho que vai ser feito amanhã, para que vocês estudem ou vejam o que pode melhorar, o que pode aperfeiçoar. Se é isso aqui ou se não é isso aqui que a gente vai apresentar.

Eu não tenho intenção nenhuma de dizer que sou dona ou autora, enfim. Ninguém é, né? Mas eu tenho uma vontade muito grande de que não se perca no caminho o que está sendo discutido aqui e de que outras pessoas que virão não deixem de fazer.

Então, uma lei vai obrigar que a gente tenha realmente uma coisa mais sistemática e uma segurança de que outros que virão irão dar continuidade, porque tem uma lei falando e obrigando que isso aconteça.

Eu vou entregar aqui à nossa querida Maria Teresa, que vai levar para que o grupo analise esse projeto de lei. Se vocês disserem que é assim, que já está o.k., a gente já vai dar entrada de imediato. Ele está só esperando essa análise. Já está há algum tempo feito, mas a gente queria fazer com a legitimidade de ouvir. Por isso a audiência pública, por isso o grupo de trabalho, para que não seja uma coisa pensada de um gabinete ou de uma Senadora individual. Conversei com a Leila também sobre isso, para que a gente leve para a Bancada Feminina.

Então, constrói-se não só a rede, mas, quando a gente escuta, quando a gente faz um processo mais coletivo e democrático, a gente acredita que tem uma validade maior e a gente também se responsabiliza mais. Não é uma pessoa responsável. Acho que todos nós que aqui estamos e outras pessoas mais que não estão aqui presentes, presencialmente, mas que estão assistindo ou que têm compromisso também com o que foi discutido aqui vão se comprometer de uma forma, eu diria, mais direta. Quando a gente participa, quando a gente faz parte do processo, a gente defende melhor, porque a gente conhece e a gente sabe realmente da importância de se ter também um projeto de lei.

Eu quero aqui agradecer imensamente, a gente quebrou todos os protocolos, não é? Seguindo aqui – já começou a sessão, nem poderia –, mas eu não iria parar e deixar de ouvir as nossas convidadas, obviamente. Tenho certeza de que daqui, desta audiência pública, do trabalho do Senado, junto com todos que aqui estiveram falando, as instituições, o ministério, a gente vai fazer um ótimo trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo muito que é nosso dever e nossa obrigação. Foi dito aqui também para que não se perca, para que outros venham dar continuidade e que a gente consiga verdadeiramente ter orçamento. Não se faz política pública só com papel, só com caneta, só com criação de lei, a gente faz política pública também e, sobretudo, com orçamento. Então, a gente vai estar aqui sempre atento a defender que a gente tenha os orçamentos necessários para a gente dar os encaminhamentos e andamentos a tudo o que for decidido.

Muito obrigada. Eu só tenho a agradecer, porque todo o trabalho de toda a equipe que aqui está, quer sejam das universidades, quer sejam do ministério, aqui do Senado, da Câmara, está sendo essencial no que diz respeito à construção, eu diria, com uma base sólida no que trata de política voltada para nós mulheres. Então, isso me dá uma gratidão muito grande porque eu não faria só, eu não saberia. Eu não teria como dar esse fundamento e essa fundamentação que vocês estão dando aqui para que a gente possa construir uma coisa sólida e que tenha uma longa vida, que nada vá se acabar quando terminar o mandato de ninguém, a gente quer que tenha uma segurança para que aconteça, enfim, para sempre.

Não para sempre porque a gente quer acabar com a violência, então, a gente vai falar de outras ações, a gente vai transformar o observatório, com certeza, em observatório para observar não a violência, não o que está faltando, mas outras ações.

Eu quero agradecer imensamente, agradecer a toda a equipe pela paciência, muito obrigada também, quero agradecer também à minha assessoria e a todos e todas que aqui estão.

A gente declara encerrada esta audiência pública tendo certeza de que todos vocês e de que todas nós estamos fazendo um dever de casa bem-feito e que a gente vai ter bons frutos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Angelo Coronel, Weverton, Jaques Wagner e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 108/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 108, de 2024, que "institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972". A audiência obedece a Plano de Trabalho apresentado pelo relator da matéria, senador Eduardo Braga, e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 23 de abril de 2025. Nesta audiência, lidaremos com os dispositivos que alteram normas relativas ao ITBI e à Cosip. (do Plano de Trabalho). **Participantes:** Sr. Lucas Morais, Presidente do Conselho Tributário Fiscal de Goiânia e Auditor Fiscal do Município de Goiânia; Sr. Alberto Macedo, Auditor Fiscal do Município de São Paulo e Doutor em Direito; Sr. Breno Vasconcelos, Advogado Tributarista, Professor de Direito Tributário, Pesquisador do NEF/FGV-SP e Consultor da CNSaúde; Sra. Fernanda Foizer Silva Furiati, Advogada e Mestre em Direito Tributário; Sra. Vanessa Rosa, Advogada e Diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Concessionárias de Iluminação Pública (ABCIP); Sr. Fernando Facury Scaff, Advogado e Professor Titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP); Sr. Ricardo Lacaz Martins, Advogado e Consultor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Câmara Brasileira de Indústria da Construção (CBIC) (representante de: Renato de Sousa Correia, Presidente da CBIC); e Sr. Bruno Toledo Checchia, Advogado, Especialista em Direito Tributário, e Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/29

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da terceira audiência pública para instruir o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional); 1.079, de 10 de abril de 1950; e 14.113, de 25 de dezembro de 2020; as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990; 87, de 13 de setembro de 1996; 123, de 14 de dezembro de 2006; e 141, de 13 de janeiro de 2012; e também o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o plano de trabalho aprovado por esta Comissão, esta audiência pública trata dos dispositivos que altera as normas relativas ao ITBI e à Cosip.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e convidados por sistema de videoconferência para exposição e debate. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular.

Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no nosso endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Convido já para compor a mesa o Sr. Lucas Morais, Presidente do Conselho Tributário Fiscal de Goiânia e Auditor Fiscal do Município de Goiânia; o Sr. Alberto Macedo, Auditor Fiscal do Município de São Paulo e Doutor em Direito; o Sr. Breno Vasconcelos, Advogado Tributarista, Professor de Direito Tributário, Pesquisador do NEF/FGV-SP e Consultor da CNSaúde; e a Sra. Fernanda Foizer Silva Furiati, Advogada e Mestre em Direito Tributário.

Muito bem! Fiquem à vontade.

Bem, de acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos; a palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição; os Senadores interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Lucas Morais, Presidente do Conselho Tributário Fiscal de Goiânia e Auditor Fiscal do Município de Goiânia, para a sua exposição, por dez minutos.

O SR. LUCAS MORAIS (Para expor.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Bom dia a todas as Senadoras e a todos os Senadores que nos acompanham.

Cumprimento também todas as autoridades aqui presentes. Cumprimento os representantes da sociedade civil. Cumprimento também os representantes da academia, da qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também faço parte, e os representantes de todos os fiscos, em especial dos fiscos municipais, de que eu também faço parte. Cumprimento os representantes de todos os entes federativos, que estão aqui presentes.

Senadores, primeiro, eu quero deixar registradas a minha felicidade e a minha satisfação de estar presente aqui hoje nesta Casa de Leis, participando de um debate de extrema relevância e tendo a oportunidade de contribuir com o desenvolvimento e com a construção de um sistema tributário que, provavelmente, vai vigorar pelas próximas décadas. Isso muito me orgulha, e é um motivo de grande satisfação para mim aqui, neste dia, estar contribuindo com os senhores e com todos os segmentos empresariais, seja indústria, comércio e serviço.

Presidente, eu falo aqui hoje em nome não só do município ao qual pertenço, que é o Município de Goiânia, mas hoje eu trago a voz de mais de 5,5 mil municípios que existem em nosso país, municípios que clamam diariamente por autonomia fiscal, que clamam por segurança jurídica, em especial, na área de sua arrecadação, mas que clamam, principalmente, pela capacidade financeira na execução de políticas públicas locais.

Tenho certeza de que o município é aquele ente federativo que está mais próximo de cada um dos cidadãos. Então, hoje, represento aqui mais de 5,5 mil municípios que estão espalhados pelo nosso país.

Estamos aqui debatendo hoje sobre o PLP nº 108, que institui o Comitê Gestor do IBS; o ITCMD, hoje de competência dos estados; e o ITBI, hoje de competência dos municípios, e altera a regra desses tributos.

É claro que há muitos assuntos sobre IBS e sobre CBS, e o Sistema Tributário Nacional muito vem se alterando, mas hoje, na minha fala, até pelo tempo, Presidente, eu vou me ater a alguns tributos municipais.

Temos aí, no PLP 108, alterações na Cosip, que é a contribuição sobre iluminação pública. A Cosip, que já foi alterada, a sua base de incidência já foi ampliada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023, é um avanço significativo para todos os municípios. Se antes a Cosip tinha como fonte apenas o custeio da iluminação pública, agora os municípios podem utilizar essa importante fonte de recursos também para a ampliação e a manutenção da iluminação pública e, mais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que isso, podem usar essa fonte de recursos também para o custeio, a manutenção e também a ampliação de sistemas de segurança, sistemas de monitoramento, seja para segurança ou seja para a manutenção dos logradouros públicos. E o PLP 108 traz, em seu bojo, alguns esclarecimentos; ou seja, a emenda ampliou essa base de incidência, mas ela ainda deixou algumas dúvidas, e o PLP traz isso. Então, devo aqui tecer os meus elogios aos esclarecimentos. Custeio com elaboração de projetos, por exemplo, e até mesmo aplicação em equipamentos públicos comunitários podem ser custeados agora com a Cosip. Sem dúvida nenhuma, é a garantia de um pouco de política pública a cada cidadão que reside naquele município.

Também há mudanças importantes em nível de ITBI, mudanças sobre momento da ocorrência, mudanças sobre a ampliação da base de cálculo. O meu colega do Município de São Paulo, Alberto Macedo, vai falar um pouco sobre o ITBI, mas hoje eu quero falar de uma pauta também municipalista, que é sobre o IPTU. Embora ele não esteja incluso no PLP nº 108, de 2024, é um assunto que está posto aqui e em discussão, trata do Sistema Tributário Nacional e teve uma grande alteração na Emenda Constitucional nº 132. Aliás, o IPTU, que é tão famoso em vários municípios, grande parte deles nem mesmo chegam a cobrar esse imposto por várias razões, mas vários municípios têm esse problema.

A Emenda Constitucional nº 132 trouxe a possibilidade de que os municípios pudessem definir a base de cálculo desse imposto através de decreto, desde que exista uma lei trazendo os critérios regulamentadores para a definição dessa base de cálculo.

E aqui me cabe trazer uma retrospectiva bem rápida. Claro, todos nós sabemos – e aqui eu não estou colocando em xeque – do princípio da legalidade, que é o que mantém o nosso ordenamento jurídico – isso está previsto na Constituição –, e toda a nossa parte tributária tem que ser definida em lei, mas aqui devo fazer uma distinção entre a base de cálculo ou até mesmo o fato gerador em abstrato, que é aquele que está previsto em lei. Por exemplo, a base de cálculo do IPVA é a propriedade de um veículo automotor; a base de cálculo de um IPTU é a propriedade territorial urbana.

Mas temos também, no nosso ordenamento jurídico, o fato gerador em concreto, ou seja, não me serve uma previsão abstrata, se eu não tenho o João, que tem uma propriedade territorial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urbana. Então, aqui, cabem essas duas distinções: a base de cálculo abstrata e a base de cálculo concreta, aquilo que é o valor venal do imóvel.

Por muito tempo, houve-se uma proibição, ou seja, o princípio da legalidade foi aplicado de maneira estrita; ou seja, para se alterar a base de cálculo do IPTU, precisávamos de uma lei, a famosa planta de valores imobiliários, que vários municípios aplicavam, inclusive com várias decisões do STF, que trouxe o Tema 211, dizendo que os municípios não podem – ou não podiam – alterar a base de cálculo do IPTU por decreto, em valores que superassem a correção monetária.

É claro que as situações fáticas vêm acontecendo, e o STF vem enfrentando isso. Uma situação que aconteceu recentemente foi a de alguns municípios. Sabemos que o município não aprova planta de valores todos os anos. Uma planta de valores, para ser aprovada, demora 10 anos, 20 anos; tem alguns municípios com mais do que isso com uma planta aprovada. A cidade cresce, novos imóveis surgem e alguns imóveis não estão inclusos na planta de valores.

E o STF novamente enfrentou esse tema, permitindo que os municípios definissem por decreto, ou seja, que a lei municipal delegasse aos municípios a definição da base de cálculo desse IPTU, ou seja, o valor venal desses imóveis, que, à época da planta de valores, não estava previsto nela.

Isso tudo foi chancelado pelo STF, com repercussão geral, e também está vigente, ou seja, é uma evolução do Tema 211, já abrindo para o Executivo fazer essa definição de base de cálculo para os imóveis que surgiram pós-elaboração de planta de valores.

Pois bem, depois, com a Emenda Constitucional 132, que foi aprovada por estas Casas de Leis, tanto pela Câmara quanto pelo Senado Federal, em três quintos de votação; com três quintos de representatividade, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 132. E está explícito, no art. 156, §1º, inciso III, que os municípios podem atualizar a base de cálculo do IPTU, desde que existam critérios definidos pela legislação.

Ou seja, eu trouxe aqui – não sei se eu posso chamar assim – uma exceção ao princípio da legalidade, uma atualização da base de cálculo; não uma atualização daquela base de cálculo abstrata. Aquela base de cálculo abstrata já está definida na Constituição Federal. O fato gerador em abstrato é a propriedade predial territorial urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS MORAIS – A base de cálculo é o valor venal. Ponto.

O que foi permitido ao Executivo foi definir essa base de cálculo, definir qual é o valor venal, mediante critério exposto em lei. Isso já existe, por exemplo, com o IPVA. No IPVA, a legislação define: é o valor venal do veículo. Esse valor venal é definido pelo mercado e não pela legislação. Esse valor venal é captado pelo Executivo e publicado, para que se dê origem à base de cálculo do IPVA.

O que vem acontecendo, Senador, mesmo com essa previsão constitucional – e aí a razão de trazer este tema –, é a edição dessa lei em vários municípios, delegando a competência para o Executivo definir essa base de cálculo, e o Judiciário tem descumprido aquilo que esta Casa definiu. O Judiciário tem dado decisões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS MORAIS – ... no sentido de que essa legislação permite apenas a atualização monetária da base de cálculo, o que afronta até mesmo esta Casa. Isso, porque, com esse entendimento do Judiciário, nós temos nitidamente que o que foi feito, aqui, por esta Casa, não alterou nenhum tipo de ação prática ali no município, o que está posto; ou seja, a alteração mediante atualização monetária já existia, já era decisão do STF e a legislação anterior já abarcava.

Então, a minha fala aqui hoje – não sei quanto tempo eu ainda tenho...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Já passou o tempo.

O SR. LUCAS MORAIS – Eu não estou acostumado com esse sinal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Esse sinal é porque já acabou o tempo.

O SR. LUCAS MORAIS – O sinal é porque acabou o tempo?

Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a minha fala aqui hoje, Senador, é justamente para alertar os municípios de que insistam e para alertar este Congresso de que se faça cumprir aquilo que foi decidido por três quintos dos senhores, tá?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS MORAIS – Já tocou, aqui, o terceiro sinal, mas quero agradecer pela fala e reforçar a minha satisfação de estar aqui com vocês hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Lucas.

Concedo a palavra, agora, ao Sr. Alberto Macedo, que é o nosso Auditor-Fiscal do Município de São Paulo e também Doutor em Direito, para sua exposição também, em dez minutos.

O SR. ALBERTO MACEDO (Para expor.) – Bom dia, Senador Izalci, Presidente desta mesa.

Cumprimento todas as autoridades presentes, os demais Senadores presentes e todos os colegas, aqui, da mesa também.

Aqui, a ideia é falar de proposta de aprimoramento do ITBI, no PLP 108. Eu vou seguir esse roteiro bem rápido e falar sobre o que já está aprovado na Câmara, o avanço do ITBI, no CTN, com o PLP 108, aprovado na Câmara, relativamente ao critério material do fato gerador e relativamente à base de cálculo.

Quanto ao momento da ocorrência, nos parece, humildemente como técnicos, que é importante fazer um pequeno aprimoramento, para dar segurança jurídica para os contribuintes e para os municípios. Tudo o que eu vou falar aqui já tem uma fundamentação jurídica no livro que eu publiquei, que foi minha dissertação de mestrado na USP, e não é só uma teorização.

Eu sou auditor-fiscal há quase 28 anos no Município de São Paulo e fiscalizei ITBI por um bom tempo. E, na verdade, esse produto aqui, esse livro, é o resultado de uma experiência que se chama empírico-dialética – teoria e prática sendo construídas para trazer uma teoria, a mais robusta possível –, que foi consubstanciada nesse livro, por meio do qual, inclusive, tive o prazer de ter sido citado por voto vencedor, por unanimidade, em decisão do STJ.

E, aí, trazendo os pontos que nos parecem que estão adequados em relação ao ITBI, no PLP 108, eu trago o critério material do fato gerador, lembrando que o CTN prevê, no seu art. 35 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguintes, o ITBI; só que o ITBI do CTN é de 1966. Era o ITBI estadual, no qual os estados tinham competência para tributar a transmissão, fosse onerosa, fosse gratuita, somente de bens imóveis e por *causa mortis*, inclusive.

A atualização que se propõe – a meu ver, corretamente – é a de que se utilize esse artigo para deixar claro que a competência do ITBI é municipal. E, sobre o ITCMD, haverá dispositivos específicos no PLP 108 – finalmente, teremos uma lei complementar do ITCMD estadual –, e aproveito esse trecho para ser a norma geral de lei complementar do ITBI municipal: basicamente, transmissão onerosa de bens imóveis intervivos. Basicamente, é essa a adaptação feita no critério material do fato gerador do art. 35 do ITBI, no CTN.

A segunda parte que nos parece também estar o.k. no CTN, trazida pelo PLP 108, é a base de cálculo. O art. 38, relativamente ao ITBI, já traz que a base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens e direitos transmitidos. A questão é: dado que, às vezes, alguns tribunais nos parecem, com todo o respeito, *data maxima venia*, não trazer distinção clara entre valor venal e preço... Como diz Warren Buffett, um dos maiores investidores do mundo, preço é o que você paga, valor é o que você leva. Então, um imóvel tem um valor que não necessariamente é o preço que se paga; por exemplo, se eu vendesse meu imóvel para o meu filho, talvez um imóvel que valesse R$1 milhão, eu venderia por R$500 mil. Ora, a base de cálculo não é o preço, a base de cálculo é o valor que o imóvel vale – e valor venal é o valor que o imóvel vale.

Mas, para deixar isso claro, nos parece importante trazer isso para o texto da lei complementar. Essa é a proposta do art. 38-A, que está bem colocada, parece, também, pela Câmara dos Deputados, na aprovação que houve lá. E só deixo claro que o valor venal é o valor que o imóvel tem em condições normais de mercado. E trazendo critérios para dar segurança jurídica na forma de aferição desse valor...

Obviamente, o §2º do art. 38-A traz a possibilidade de o contribuinte contestar. É óbvio que a definição de valor venal pela administração pública tem uma presunção relativa. Se até no IPTU é assim, é óbvio que no ITBI tem que ser assim também. É presunção relativa por quê? O contribuinte pode trazer prova em contrário, e isso ser revisto, esse valor venal concreto.

E o §3º só traz algo que as leis municipais já trazem, mas dando uma segurança jurídica para os municípios, como um todo, de solicitarem dos cartórios de notas de imóveis as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações necessárias para melhor apuração desse valor de mercado, perfeito? Afinal de contas – e aí a lei complementar traz segurança jurídica – nada mais é do que cumprir o comando constitucional que diz que cabe à lei complementar definir a base de cálculo dos impostos previstos na Constituição. Então, é importante esse aprimoramento. É claro que a lei ordinária já traz isso dos municípios, mas trazer à lei complementar é um patamar importante que traz mais segurança jurídica e aplicabilidade para os municípios.

E o terceiro ponto – aqui eu trago a parte final da minha fala – é o momento da ocorrência do fato gerador. É o famoso critério temporal, como diz a doutrina, quando se considera ocorrido o fato gerador do ITBI. Então, esse é um aprimoramento que nos parece ser importante no texto do PLP 108.

A redação do art.35-A, aprovado na Câmara, diz que os municípios podem prever uma hipótese de antecipação do ITBI, que deve ser opcional para o contribuinte – opcional para o contribuinte. Continuemos... Ou seja, pode o município prever essa antecipação de cobrar o ITBI, na escritura pública de compra e venda.

Sabemos que a transmissão de um bem imóvel tem duas etapas: escritura pública de compra e venda e afins e o registro desse ato translativo no cartório de imóveis, aquela feita no cartório de notas, e este feito no cartório de imóveis. Ora, o parágrafo único diz que, para tentar atrair o contribuinte para pagar no ato translativo na escritura pública, uma alíquota é inferior. Vejamos, uma alíquota é inferior na escritura pública de compra e venda, e uma alíquota é maior no registro.

Mas o registro, pela lei, não tem prazo; se quiser, a pessoa não registra nunca. É claro que tem as consequências. Por exemplo, se houver uma fraude, aquele que registrar por uma transmissão fraudulenta, se ele registrar primeiro, ele é o dono do imóvel, mas o problema aqui é questão tributária. Então, se se deixa assim, isso vai estimular mais ainda, parece-nos, o não registro. Já acontece muito, mas a tendência é só aumentar, dado que o registro não tem prazo para acontecer.

A nossa proposta, humildemente trazendo aqui, é o aprimoramento do art. 35-A, dizendo que o ITBI pode ser exigido na formalização do respectivo título translativo, assim considerada a escritura pública ou documento equivalente, passível de ser levado a registro no cartório de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imóveis. E o art. 203 é uma regra interpretativa para dar segurança jurídica para ambas as partes, fisco e contribuinte; qual seja: na hipótese de a lei municipal já possuir uma previsão de cobrança do imposto no momento da escritura – o que é comum, boa parte dos maiores municípios já traz essa previsão e sem contestação, se já houver –, o art. 203 traz uma regra interpretativa. Por quê? Porque, senão, alguém pode alegar que a lei complementar tendo sido mudada, a lei municipal anterior não teria mais valia. Eu vou explicar depois por que ela valia por fundamento constitucional e de lei complementar. E, também, para essa previsão, ela traz a segurança para o contribuinte, para evitar que, de repente, algum município que não antecipava a cobrança do ITBI na escritura não queira, de repente, depois da lei complementar aprovada, dizer que a sua lei municipal também é interpretativa. Aí também não dá, não é?

Então, a ideia aqui é que, se o município já prevê na sua lei, não se pode alegar que, só após a lei complementar, é exigível o ITBI no momento da escritura pública, porque a lei municipal daquele município já previa. E, por outro lado, se o município não previu ainda, não pode ele retroagir cinco anos, alegando também uma espécie de interpretação por conta da lei municipal copiando a norma interpretativa da lei complementar. Então, dá segurança jurídica para ambas as partes: contribuinte e fisco.

Mas o Código Civil não prevê que a transmissão é o registro do ato translativo? Na verdade, não. O Código Civil prevê que a transmissão do imóvel se inicia com a escritura pública e termina com o registro dessa escritura pública no cartório de imóveis. Então, lembremos que, na Constituição, a transmissão é o fato gerador do ITBI. O fato gerador do ITBI não é o registro, é a transmissão, que começa com a escritura pública e termina com o registro. Dado que ele ocorre na transmissão, então, o critério temporal é dentro desse *iter*, é legítima essa escolha.

Então, o próprio direito privado fala que dos atos solenes a escritura pública é essencial, e também é importante que haja o registro dessa escritura pública, ato translativo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO MACEDO – ... no cartório de imóveis; ou seja, no próprio Código Civil, a transmissão começa na escritura pública e termina no registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, também cabe ressaltar que a Constituição diz que à lei complementar cabe definir o fato gerador dos impostos previstos na Constituição. E, no fato gerador, estão os componentes lá: critério material, critério espacial e o critério temporal, de que falamos aqui agora, que é o momento da ocorrência.

Aliás, eu faço uma alusão ao Imposto de Importação. A importação seria quando? Quando o navio cargueiro entra no mar territorial brasileiro? Quando o navio cargueiro aguarda liberarem os lotes para ele atracar? Quando ele atraca? Quando a carga desce? Quando entrega ao consumidor, num município, talvez no interior do Brasil? Ora, percebam que a importação, faticamente, tem um início e um fim longo, só que a lei tem que definir o critério temporal. E, no Imposto de Importação, por exemplo, é o registro da DI, da Declaração de Importação. Então, é um momento. E aqui é a mesma coisa, escolher um momento pela lei.

Eu já estou concluindo, Senador.

E aí, o fundamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO MACEDO – O art. 116 do CTN já traz o fundamento para as leis ordinárias municipais hoje. Aliás, muitos municípios fazem, como eu já falei, né? Diz o art. 116 do CTN... Ele está na parte das obrigações tributárias, no Livro II do Código Tributário Nacional, que, entre outros pontos, traz a norma geral de critério temporal dos impostos. Diz lá: "Salvo disposição [...] em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos" se for situação de fato, aquela situação que eu não vou ler aqui para ganhar tempo, e se for situação jurídica também, uma outra situação.

A situação de fato é justamente o que acontece com o ICMS, com o ISS e agora com o IBS. "De fato" por quê? Porque não precisa de nenhuma formalização. Se eu vender mercadoria para um consumidor, mesmo que eu não emita nota fiscal, mesmo que eu não lavre contrato de compra e venda de mercadoria, mesmo que eu não contabilize, se o fato for descoberto, pode ser tributável, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A situação jurídica é justamente o ITBI. Por quê? Porque não basta a questão fática, tem que ter uma formalização, qual seja, a escritura pública e o registro dela; mas temos que lembrar que tem um "salvo disposição em contrário"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO MACEDO – ... no *caput* do art. 116. O que é isso? É o legislador do CTN, sabiamente, dizendo que aquilo é um critério temporal genérico, de nenhum imposto específico, mas de forma geral. Ele deixou uma salvaguarda para o município: caso alguma injustiça fiscal pudesse acontecer, prever um critério temporal adequado para evitar essa injustiça fiscal.

É justamente o caso do ITBI, em que, por conta dessa necessidade, desse fato de que o registro não tem prazo para ocorrer, então, permite-se à lei municipal – e aqui que se pretende colocar na lei complementar – o critério temporal como o momento da escritura de compra e venda. Por quê? Porque a onerosidade da transação se revela não no registro, mas na compra e venda. Segundo, porque o ato do registro é um ato potestativo do adquirente. Ele não tem prazo para registrar. Se ele não registrar nunca, nunca vai ocorrer o fato gerador? Ele já está usufruindo, como diz lá o outro argumento, do imóvel já. O terceiro ponto é a grande probabilidade, pelo próprio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO MACEDO – ... Código Civil, de que, ocorrendo a escritura, mais à frente, vá ocorrer o registro. Então, é uma previsão normal, factual, que o próprio Código Civil traz, né?

Por fim, a escritura pública é o momento certo e solene o suficiente para ensejar sua escolha como critério temporal.

Fechando aqui a redação, aqui a gente traz de novo a proposta ali da coluna da direita para esse aprimoramento da lei.

Só para... Comecei com o empírico dialético e vou terminar com o empírico dialético: quero trazer dados do Município de São Paulo. No Município de São Paulo, que, há mais de 30 anos já prevê o ITBI incidindo na escritura pública de compra e venda e há mais de 15 anos já prevê o valor venal como valor de mercado, vejam aqui como tem de contencioso relativo a isso. São mais ou menos 150 mil transações/ano imobiliárias de ITBI no Município de São Paulo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente 1,5% de contencioso. Então, percebam... Por quê? Porque é natural, o contribuinte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO MACEDO – ... em regra, se ele comprou, ele vai registrar. O que se quer evitar com essa proposta de lei é que não se registre nunca, isso afetando a arrecadação dos municípios do Brasil como um todo, mas também trazendo segurança jurídica para o contribuinte.

Termino aqui, devolvo a palavra.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado. Está bom.

Concedo a palavra, então, agora ao Sr. Breno Vasconcelos, que é advogado tributarista, professor de Direito Tributário, pesquisador do NEF/FGV-São Paulo e também consultor da Confederação Nacional de Saúde, para sua exposição, por dez minutos.

O SR. BRENO VASCONCELOS (Para expor.) – Bom dia.

Bom dia, Senador Izalci Lucas. É um prazer estar aqui.

Agradeço o requerimento formulado pelo Senador Alan Rick para estarmos aqui hoje, e cumprimento aqui toda a mesa, todos os presentes.

Vou ser tentar ser bastante objetivo, porque, apesar de ter trazido o tema sobre ITBI para ser debatido, como os temas também do contencioso tributário e das multas que estão previstas no PLP são temas muito caros à confederação, eu gostaria de fazer algumas considerações também. Como eu sei que a Dra. Fernanda falará sobre ITBI e imagino também que o Dr. Ricardo Lacaz também, então eu serei bastante sucinto.

Esse é o meu roteiro de fala, e vamos lá.

Quero falar bem rapidamente sobre ITBI. Prof. Alberto, a solução dada pela Câmara dos Deputados, Senador, foi muito engenhosa. Ela, percebendo o risco de contencioso que essa cobrança do ITBI no momento equivocado... Eu digo que é equivocado porque é contrário ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto do Código Civil, o art. 1.227 diz que a transferência da propriedade ocorre com o registro no cartório de registro de imóveis e isso também está na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral. Então, reconhecendo esse risco, encontrou uma solução engenhosa: municípios que quiserem prever em suas legislações que o contribuinte pode recolher o ITBI antes deste momento da transferência – lembrando que esse é um tributo sobre a transmissão da propriedade – podem reduzir, prever uma alíquota menor, criando aí um incentivo, uma sanção positiva. O direito trabalha com sanções positivas e negativas, essa foi uma criação de sanção positiva. Esperamos, como confederação, que esse não seja um retrocesso nos avanços do PLP, que precisa de outros avanços.

Um outro ponto é: eu trouxe aqui e imagino que isso será tratado, esse é um julgamento do STJ muito recente, relatado pelo Ministro Gurgel de Faria, Tema 1.113 dos recursos repetitivos. O que o STJ disse? Que essa tentativa de alguns municípios de alterar a base de cálculo do ITBI, fazendo com que se substitua o valor de mercado, que é o valor das transações... O valor de mercado, dentro da teoria econômica, sintetiza milhares de variáveis que são inalcançáveis pelo poder do Estado. Ela descentraliza uma informação que o Estado será incapaz de obter. E o que o STJ disse? Que o correto é que o valor de transação seja considerado, e, se o município discordar, que ele faça essas provas. O PLP vai ao contrário, ele subverte essa lógica e diz que cabe ao contribuinte discordar daquela pauta que foi elaborada pelo município, com alguns critérios – insisto – que não vão alcançar nunca o verdadeiro valor de mercado dos bens, até porque não são bens líquidos – os imóveis são negociados, mas eles não são tão líquidos, então o que você tem que olhar mesmo é o valor de mercado – e também ao prever que o valor de mercado será estimado previamente pelo município, ou seja, antes da realização da transação. O que obviamente vai acontecer é um aumento brutal de arrecadação.

Faço uma consideração aqui, meu querido amigo Prof. Alberto levantou dados de uma baixa judicialização. Eu entendo que há uma baixa judicialização, mas isso talvez seja um problema de informação. A população não sabe que aquela cobrança é ilegal, conforme julgamento em repetitivo do Superior Tribunal de Justiça. Então, a população não contesta isso e tem o custo de litigar. A gente quer evitar esse custo, essa é a intenção.

Agora eu queria trazer algumas considerações, Senador, sobre a fiscalização de IBS e CBS. Então, aqui está uma proposta de racionalização das atividades de fiscalização. A reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária tem um mérito gigantesco de reduzir distorções econômicas e ineficiências. No entanto, a criação do IVA dual permitiu infelizmente que as fiscalizações corram separadamente. Então, um estado e um município podem fiscalizar o mesmo contribuinte sobre o mesmo fato gerador e a União abrir uma outra fiscalização. Aqui tem duas ineficiências: ineficiência para o contribuinte e ineficiência do Estado.

A nossa sugestão... Olhando, Senador, quando a gente trata de leis, os Senadores, os Parlamentares são como cientistas, estão formatando hipóteses. Qual que é o laboratório que os legisladores têm? É a experiência internacional. Aí nós fomos buscar na experiência internacional dois países que adotam o IVA dual: a Índia e o Canadá. Por isso aquelas duas bandeirinhas.

Nós vimos que a Índia implantou o IVA dela em 2017. A Índia, no ano passado, percebendo que estados e União estavam lavrando autos de infração muitas vezes divergentes, recomendou que a partir de 2024 os auditores federais deixassem os autos de infração federais que já estivessem em confronto com autuações estaduais. A Índia propôs que toda a fiscalização seja feita de uma vez só sobre o mesmo contribuinte, sobre o mesmo fato gerador.

No Canadá, a criação do *Harmonized Sales Tax*, um tributo IVA harmonizado, vem exatamente como uma conscientização desse benefício, dessa junção da integração dos dois tributos lá no Canadá: provincial e federal.

Então, a nossa sugestão de aprimoramento é a unificação e a integração absoluta das fiscalizações de IBS e CBS.

Especificamente em relação aos planos de saúde, como os serviços de planos de saúde não serão tributados pela margem do valor agregado e, sim, pela margem no plano de saúde, a nossa proposta é que as fiscalizações sejam realizadas na sede das operadoras de planos, por uma questão também de eficiência e facilidade tanto para a sociedade quanto para o Estado.

Aqui um outro ponto. Bem objetivamente, o art. 54 do PLP, ao atribuir o produto da arrecadação das multas ao ente que fiscaliza, está indiretamente gerando um incentivo, Senador, para a lavratura de autos de infração com multas. Por quê? Porque quem fiscalizar ficará com o valor arrecadado pela multa. Todos sabemos que pessoas reagem a incentivos. Aqui está sendo dado um incentivo para a lavratura de multas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa sugestão, olhando também para a experiência internacional, olhando para o que a Índia faz em relação a esse imposto, ao IVA interestadual e nas importações, é que se atribua a um ente central essas fiscalizações e que essa distribuição dos recursos seja feita de acordo com a distribuição pelo destino e ponto final.

Este é o aprimoramento: a supressão do art. 54 do PLP, pelo risco que ele causa. Aqui eu faço também menção a um acórdão importantíssimo do TCU sobre o tema e a um voto do Ministro Gilmar Mendes em uma ADI, tratando desses riscos de incentivos às autuações fiscais.

Mais um ponto que nós trouxemos é o risco dessa divergência de legislação em relação às multas para IBS e para CBS.

As multas da CBS vão seguir a legislação federal e as multas do IBS estão previstas no PLP 108. Tem uma multiplicidade de previsões, são 36 incisos tratando de descumprimento de obrigação acessória – 36 incisos –,muitos deles estourando o teto de 100% já definido pelo Supremo Tribunal e por este Congresso Nacional de que o teto, o limite para a aplicação de multa é de 100% do valor do tributo. Multa sobre valor da operação normalmente ultrapassa o valor do tributo devido. Uma multa de 30% do valor da operação já vai ultrapassar o valor do tributo do IBS e da CBS somados, então, isso é um risco de inconstitucionalidade.

O que nós trouxemos como proposta? Nós circularemos uma nota técnica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRENO VASCONCELOS – ... da confederação sobre países no mundo inteiro que estão adotando esses incentivos comportamentais da teoria econômica, do *behavioral insights*. Eles olham esse triângulo para olhar o seguinte: lá no topo do triângulo são os contribuintes que não querem estar em conformidade, então, contra esses, sim, a lei tem que ser usada com força total, mas, para aqueles que são a maioria e que querem fazer o certo, querem pagar em dia os seus tributos, a legislação tem que facilitar e reconhecê-los, reduzir a cobrança de multas, reconhecendo que muitas vezes o contribuinte pode ter errado de boa-fé. Nós trouxemos estes dados também de que 100% dos países do G7 adotam esse modelo. Fizemos um estudo na FGV que demonstra que a adoção desse modelo geraria um aumento do PIB *per capita* em 6,2% em 20 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trouxemos também aqui sugestões então de aprimoramento, e aí por fim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRENO VASCONCELOS – ... fechando o último ponto, há o risco de que o Comitê de Harmonização, tal como previsto no PLP 108, acabe tornando todos os tribunais administrativos – Carf e Tribunal do IBS – absolutamente desnecessários. Serão tribunais de passagem. Por quê?

O Comitê de Harmonização faz a interpretação das normas entre a administração federal e a administração dos estados e municípios. Essa interpretação será feita e depois pode se instaurar um litígio, pode acontecer. Eu e o Prof. Alberto já discordamos aqui na mesa, e isso acontecerá, é natural, é próprio da democracia. Porém, a colocação desse Comitê de Harmonização após o contencioso... Ou seja, o contencioso corre, e, depois de todo o contencioso, o mesmo Comitê de Harmonização vai decidir qual é a interpretação a ser adotada. Então, para que serve o contencioso? Já basta então dizer na base, antes do contencioso, o que vai acontecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRENO VASCONCELOS – ... e não precisamos mais de contencioso.

A nossa sugestão, como uma opção subsidiária à proposta de inclusão dos representantes dos contribuintes no Comitê de Harmonização, Senador, é que a competência do Comitê de Harmonização fique restrita àquilo que já está previsto na Lei Complementar 214, que é harmonização prévia ao contencioso. Após o contencioso, se houver divergência, que seja resolvida no Judiciário.

Trouxemos também aqui a experiência internacional, tanto na Índia quanto no Canadá sobre essa ideia de que lá os Comitês de Harmonização de IVA acontecem somente antes do litígio e não depois do litígio.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Breno.

Concedo imediatamente a palavra à Sra. Fernanda Foizer, advogada e mestre em Direito Tributário, também para a sua exposição em dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA FOIZER SILVA FURIATI (Para expor.) – ... nesta Casa, agradeço a presença de todos.

Eu sou sempre didática, acho que todo mundo já sabe, já vim aqui em outras audiências, então vou tratar de forma bem didática a respeito tão somente do ITBI, o Dr. Breno já adiantou o que vai ser a minha fala.

A respeito do ITBI, por que a gente está falando de ITBI agora na reforma tributária? Eu acho que todo mundo se pergunta: por que ITBI? E é porque hoje o ITBI é regulamentado pela nossa Constituição Federal de 1988. O nosso CTN é de 1966 e não há nenhuma previsão a respeito da competência dos municípios. Então, o que aconteceu? Eles aproveitaram essa oportunidade agora de alteração legislativa e introduziram essas situações a respeito do ITBI. E o que a gente verifica? Que o art. 194 do PLP 108 vai alterar o art. 35 do nosso CTN, para colocar a competência para os municípios, e também falar sobre a situação do fato gerador do ITBI. E também vai ter a inclusão do 38-A do CTN, falando a respeito da base de cálculo do ITBI. Então essas vão ser as minhas duas premissas de que eu vou falar a respeito.

Sobre a alteração que vai ser introduzida no nosso CTN, o art. 35-A, o que a gente verifica? Que mais uma vez vão ser trazidas palavras que causam todo um contencioso no nosso país, como "definidos na lei civil". Por que trazer esse termo, que era o termo já utilizado na Constituição, que gerou tanta discussão e que ofende a Emenda Constitucional 132, que visa trazer justiça gratuita, que visa trazer uma simplicidade ao nosso Sistema Tributário Nacional?

Outra palavra também que traz: "podem" ter uma antecipação do pagamento de ITBI se for feita no momento do contrato de cessão. Por que "podem"? Por que a gente traz essas palavras neste momento, sendo que agora é o momento de legislar e acabar com esse contencioso? Essa discussão do art. 35 é a respeito do fato gerador. O que é? É a respeito se é no momento do registro de imóveis ou se é no momento do contrato de cessão, e essa é uma discussão imensa.

Inclusive, também trazendo um pouquinho uma discordância do que foi trazido pelo Dr. Alberto, uma das grandes discussões que são feitas é se você tem que recolher o ITBI no contrato de cessão ou no registro de imóveis. Isso deu uma discussão tão grande que foi levada para o STF, pelo Tema 1.124; esse tema está sendo julgado desde 2018 e até hoje não teve conclusão a respeito da matéria. E a gente verifica, depois de tanta discussão, que o Ministro Luiz Fux fala que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é do registro de imóveis. Então, por que a gente traz agora... por que a gente não traz agora essa expressão "no registro de imóveis"? Por que a gente volta a tratar do Código Civil e volta com essas discussões, sendo que o momento agora é de legislar?

Então, é importante a gente estar atento a isso e, até trazendo um pouquinho dos conceitos de transmissão intervivos de que a gente se vale, lá da Constituição Federal, quando a gente vai para o Código Civil, o art. 1.245 tem expressamente exposto "registro de imóveis": "Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro [...] de imóveis". Por que a gente não consolida agora neste momento e acaba com todo esse litígio? Inclusive, tem uma emenda, a Emenda 47, que foi apresentada já no PLP 108, a respeito de acrescentar essa palavra: "Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento do registro [...] [de imóveis]". E acaba com toda essa discussão, se é no momento do contrato, se é no momento do registro, isso é uma discussão que a gente precisa encerrar, já tem discussão no STJ ou no STF.

E agora, adentrando um pouco a situação da base de cálculo, é a velha discussão, o que é valor venal? E agora era o momento de a gente estar trazendo também a discussão do STJ a respeito da matéria: o que seria o valor venal? E, mais uma vez, a gente vê que o art. 38-A do CTN, que vai ser introduzido para pacificar a matéria, traz as mesmas discussões: volta, não obedece o entendimento do STJ e volta a falar dos preços praticados de mercado, informações notariais. Hoje os notariais vivem o maior confronto porque são exigidos, até pelo CTN, que peçam o recolhimento de ITBI para registrar, antes do fato gerador, até desobedecendo legislação, traz também sobre a localização e outros parâmetros observados pelas administrações tributárias. Então voltamos mais uma vez para o contencioso. E por que a gente não obedece já o que está definido há tanto tempo pelo STJ no Tema 1.113? O Tema 1.113 é claro: fala sobre o valor declarado pelo contribuinte, o valor do imóvel transmitido em condições, sem considerar o valor do IPTU, o município não pode arbitrar previamente com valor unilateral. Então por que a gente não pega essa oportunidade de legislar e já traz esses conceitos, obedece a Emenda Constitucional 132, da simplicidade, da segurança? O contribuinte não é sonegador, o contribuinte quer pagar tributo, mas quer saber o que pagar.

Eu até vi, aqui no Distrito Federal, para acabar com essa discussão aqui, o Deputado Thiago Manzoni aprovou essa alteração aqui no Distrito Federal, colocando expressamente "a base de cálculo do imposto é o valor de mercado do imóvel, aferido por meio do valor da transação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declarado pelo sujeito passivo da obrigação tributária", ou seja, é o que é declarado pelo sujeito passivo da obrigação tributária. Por que a gente não leva isso também para o nosso CTN? Inclusive já tem uma emenda aqui do PLP 108, a Emenda 45, que suprimiu todos aqueles incisos do PLP 108 e tão somente coloca "o valor da operação declarado pelo contribuinte"?

Eu vejo que aqui no Brasil a gente considera muito o contribuinte como sonegador, sendo que a gente está trazendo experiência do exterior, experiência do Canadá, experiência da Índia, e a gente vê também na OCDE que todo mundo considera o contribuinte como um contribuinte de boa-fé, mas aqui no Brasil parece que a gente só considera um contribuinte o contribuinte sonegador. Então agora seria a oportunidade de a gente fazer essa alteração legislativa.

Eu devolvo a palavra ao Senador Izalci. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fernanda.

Bem, eu vou pedir então para a gente fazer aqui uma troca, chegaram aqui os outros expositores. Agradeço. Se vocês quiserem ficar aqui nessa primeira bancada.

E eu já convido então para compor a mesa: Vanessa Rosa, Advogada e Diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Concessionárias de Iluminação Pública; convido também o Fernando Facury Scaff, de forma remota, Advogado e Professor Titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP); Dr. Ricardo Lacaz Martins, Advogado e Consultor da CBIC; e Bruno Toledo Checchia, que é Advogado, Especialista em Direito Tributário e Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

E já concedo logo a palavra... Cadê o Fernando? Está conectado aí o Fernando?

O SR. FERNANDO FACURY SCAFF (*Por videoconferência.*) – Eu estou conectado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Enquanto ajusta, vou passar direto para a Vanessa então.

Passo a palavra a Sra. Vanessa Rosa, Advogada e Diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Concessionárias de Iluminação Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA ROSA (Para expor.) – Bom dia, Senador, bom dia a todos. Obrigada pelo convite.

Estou aqui representando a Abcip. Como o Senador acabou de dizer, a gente representa as concessionárias de prestadores privados do serviço de iluminação pública. Então, como a gente pode imaginar, para essa prestação do serviço de iluminação pública, a Cosip tem uma importância absolutamente fundamental, porque é o lastro do custeio dos serviços, tanto da operação em si quanto da expansão das redes públicas de iluminação e também da eficientização energética, que é algo que tem muita relevância hoje em dia e que também vai resvalar no tema das cidades inteligentes. Então, tudo isso tem muito a ver com a alteração da redação do art. 149-A da Constituição Federal, que foi trazida pela reforma, e a gente precisa falar um pouco disso também agora na regulamentação.

Bom, muita gente sabe que, em 2010, ocorreu uma grande mudança no setor de iluminação pública. A Cosip foi trazida para a Constituição por uma emenda constitucional em 2002, então, desde 2002, os municípios já podem instituir as suas COSIPs, e muitos deles o fizeram, grande parte dos municípios brasileiros hoje cobram a Cosip, mas só em 2010 houve uma mudança bastante relevante, que trouxe muito a Cosip para o centro das discussões, que foi uma resolução da Aneel que dispôs que os municípios deveriam assumir os parques luminotécnicos e a prestação do serviço de iluminação pública, o que até então, por costume e por prática, era prestado pelas distribuidoras de energia elétrica. Existia uma zona cinzenta aí porque as distribuidoras de energia elétrica prestam um serviço público federal, e o serviço de iluminação pública é um serviço municipal de interesse local. Então, isso foi consertado pela Aneel, em 2010, e foi concedido um prazo de quatro anos para que os municípios assumissem a prestação desse serviço efetivamente, o que aconteceu, o fim desse prazo, em 2014.

Então, a partir de 2014, os municípios têm o serviço sob responsabilidade deles, eles podem fazer a prestação direta, podem contratar atividades por terceirização, serviços mais simples de prestação de serviços e podem também delegar à iniciativa privada por meio das concessões, chamadas parcerias público-privadas. Desde então, começou a surgir no setor de iluminação pública esse modelo de PPP, e, hoje em dia, se expande cada vez mais, tem um crescimento exponencial significativo. Hoje a gente tem 146 contratos de PPP em vigor no Brasil e isso tende a crescer enormemente. Esses contratos, não só para prestação por meio de PPP, pela iniciativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privada, mas também pela prestação direta pelos próprios municípios, tudo isso precisa do lastro econômico financeiro. Esse lastro é a Cosip. Então a Cosip, na redação original da Constituição Federal, no art. 149-A, era prevista como um tributo para o custeio dos serviços públicos de iluminação pública.

Teve uma discussão inicial do que seria isso, o que estaria coberto nisso, o que seriam os serviços de iluminação pública, a operação e a expansão do parque luminotécnico, o que mais? Teve algumas discussões judiciais, o STF conseguiu finalmente se posicionar de uma forma consolidada, no sentido de que a Cosip originalmente cobria os serviços públicos de iluminação pública, incluindo telegestão, mas não mais do que isso. E existe uma expectativa crescente – todo mundo fala disso, em outros países isso já está bastante avançado – dos serviços de cidades inteligentes, as *smart cities*, e a tecnologia também tem avançado muito nesse sentido. Então, existe uma demanda reprimida muito grande, uma demanda reprimida que é de mercado, mas é também da população.

Então, isto começou a ser muito discutido: se a Cosip poderia cobrir esses serviços também de cidades inteligentes, que estão correlacionados aos serviços de iluminação pública. E considerou-se que não, que do jeito que estava a Constituição Federal até então não seria possível, seria usar um tributo, uma contribuição para outra destinação que não aquela que estava prevista na Constituição. E é por conta disso que surgiu a discussão da Cosip na reforma tributária e houve a alteração para ampliar o uso da receita arrecadada da Cosip.

Então, além de poder ser usada como custeio dos serviços de iluminação pública, incluindo telegestão, agora também pode ser usada para custeio, expansão e melhoria de sistemas de monitoramento para a segurança e preservação dos logradores públicos. Isso, claro, abre uma porta para que a Cosip também possa custear os serviços de *smart cities*, o que nós do setor de iluminação pública consideramos extremamente positivo. Nós recebemos isso com muito bons olhos, só que agora, claro, surge a discussão de quais são os limites desse novo conceito, desse novo uso da Cosip, para que os municípios tenham a sabedoria, a parcimônia de usar isso bem, para que isso não abra demais a porta para outros serviços que não tenham nada a ver com monitoramento, segurança e preservação de logradores públicos e esse dinheiro seja desperdiçado de alguma maneira para outros serviços. Então, essa é uma preocupação inicial do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sugestão da regulamentação, no art. 82-A do Código Tributário, parágrafo único, no inciso II, traz uma descrição do que são esses novos serviços do uso ampliado da Cosip, como a gente chama, e traz alguns contornos, esses contornos a gente considera que são positivos, são um norte, uma diretriz para os municípios, isso é muito importante. É claro que existem conceitos abertos e é sempre aquela dúvida, aquele impasse: se fechar demais os conceitos, a gente engessa também demais esse uso ampliado, que é muito precioso, por outro lado, se a gente abre demais, a gente corre o risco do desperdício com outros serviços que não teriam uma correlação e uma importância de interesse público.

Então, a preocupação com o inciso II, especialmente, que é a definição desse novo uso que a reforma trouxe para a Cosip, é no sentido de se essa definição é suficiente para que os municípios tenham um bom norte para fazer um bom uso ampliado da Cosip. E uma outra coisa que também é uma preocupação nossa do setor, e que não está na regulamentação, então é uma sugestão que nós fazemos para que isso seja pensado nessa regulamentação, é dar prioridade para o uso da Cosip para os serviços públicos de iluminação pública, porque agora a receita da Cosip pode ser usada para os serviços de iluminação pública e para os serviços de sistemas de monitoramento de segurança e preservação de logradores públicos, que seriam mais cidades inteligentes.

E a gente não pode perder de vista, apesar de serem muito bem-vindos os serviços de cidades inteligentes, que o serviço público em sentido estrito, que é um serviço essencial, extremamente importante para a segurança pública, para o uso do espaço público, para o desenvolvimento socioeconômico, são os serviços públicos de iluminação pública, que é o inciso I, parágrafo único, do art. 82-A, do projeto de lei, como alteração do Código Tributário.

Então, a gente considera importante, como aprimoramento para essa regulamentação, que seja considerado que os novos usos da Cosip de cidades inteligentes... A Cosip vai poder ser usada para esse custeio, mas é preciso dar prioridade para os serviços públicos de iluminação pública, aqueles descritos no inciso I, ou seja, se, por exemplo, um município tem x de arrecadação da Cosip, se a demanda para o serviço público, que deve ser a prioridade, for de 70% desse dinheiro, vai ter 30% para os sistemas de monitoramento e preservação de logradores públicos e cidades inteligentes, uma coisa não pode vir antes da outra. O "serviço acessório", entre aspas, digamos assim, embora tenha também o interesse público, não pode vir antes. O gasto, o uso da Cosip

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pode vir antes para esses "serviços acessórios", entre aspas, do que para os serviços de iluminação pública em sentido estrito, que é um serviço público essencial. Então, essa é uma preocupação que nós temos no setor, uma sugestão que a gente traz como aprimoramento da regulamentação desse novo uso da Cosip, que a reforma trouxe.

Eu encerro aqui e agradeço. Eu acho que não vou esperar o sinal pedir para eu me silenciar. Agradeço mais uma vez. Todos estão convidados para conhecer a Abcip. Nós vamos até lançar um panorama, nós lançamos todo ano um panorama do setor de iluminação pública no Brasil, um panorama maravilhoso, eu sou suspeita para falar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA ROSA – ... mas é um trabalho bastante importante e nós vamos fazer o lançamento do panorama de 2025 aqui em Brasília neste ano, na CEB, que é o prestador de iluminação pública aqui de Brasília, que também é associado à Abcip. Resolvemos fazer esse lançamento aqui, porque tem muita gente, tanto do Governo quanto do setor de iluminação e iniciativa privada, aqui em Brasília com muito interesse nisso. Então, a gente vai fazer esse lançamento, no dia 6 de junho, na CEB, às 10h. Todos estão convidados também.

Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Vanessa.

Passo imediatamente ao Sr. Fernando Facury Scaff, que é advogado e professor titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo, de forma remota.

O SR. FERNANDO FACURY SCAFF (*Por videoconferência.*) – Em primeiro lugar, me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. FERNANDO FACURY SCAFF (Para expor. *Por videoconferência.*) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Izalci Lucas pela direção desses trabalhos e peço a ele que transmita um abraço ao Senador Otto Alencar, que preside a Comissão com o doutor. Segundo, quero me desculpar. Eu gostaria muito de estar presente aí, mas outros compromissos aqui em São Paulo me impedem de estar com vocês presencialmente. Ouvi já as exposições e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento a todos que estão aí, nas pessoas dos amigos Alberto Macedo e Breno Vasconcelos, a quem ouvi atentamente.

Queria fazer uma primeira observação, que diz respeito à importância desse tipo de audiências, porque, mais do que tentar convencer de uma interpretação A ou B, a lógica aqui é a produção normativa. Então, a minha exposição, que se cingirá apenas ao ITBI, tem este foco: sugerir algumas mudanças normativas dentro do debate, dentro do texto que está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Fernando, se você puder colocar um pouquinho mais alto ou falar mais forte aí, porque está muito baixo.

O SR. FERNANDO FACURY SCAFF (*Por videoconferência*.) – O.k., falo. Claro.

Deixe-me ver se aqui fica melhor. (*Pausa.*)

Suponho que tenha melhorado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom.

O SR. FERNANDO FACURY SCAFF (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Então, a ideia aqui colocada é apontar, em apenas poucos minutos, seis problemas que identifico no texto que veio da Câmara dos Deputados e está em debate no Senado, especificamente quanto a esse imposto ITBI, que é a nossa pauta de hoje. Gostaria de falar de muitos outros, mas o tempo não dá e a sessão é restrita.

Então, a primeira questão é: no texto, consta a incidência desse imposto ITCMD no caso de separação ou divórcio. O texto está colocado, transcrevi na coluna da esquerda, e tenho receio de manter isto no texto. A lógica colocada, Sr. Senador, Srs. Senadores, é que esse imposto venha a incidir sobre o que ultrapassar a meação. Isso não é uma questão adequada. Legislativamente, isso vai trazer problemas. Tudo que for acima do meio a meio será tributado pelo ITCMD e aqui, nesta Casa Legislativa, é a hora de mudar isso. Isso vai dificultar a vida de quem pretende se separar, onerando divórcios, dificultando a composição amigável. Então, numa separação, se o marido ou a esposa fica com uma parte além da meação, este que ultrapassar, por esse artigo, se aprovado, será tributado pelo ITCMD e isso, senhores, não me parece razoável, e a hora de transformar isso é na Casa Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo problema: o ITCMD no perdão de dívidas. Está indicado aí, também na coluna da esquerda, o artigo em que isso está apontado. Qual é o problema? Não consta, Senador Izalci, a diferença entre um perdão total ou parcial, o texto não vê esse tipo de questão. Então, suponhamos que A deve para B e são partes relacionadas, ou empresas, ou parentes, ou o que quer que seja, e aí, nesta composição, por várias razões – entre empresas pode ter majoritários, minoritários, muitas questões envolvidas –, se houver um desconto... "Vamos diminuir a multa contratual" ou "Vamos reduzir os juros", "Vamos tirar a correção monetária de A para B". Para quê? Para compor uma lide, uma possível lide? Haverá ITCMD por essa diferença. A abertura para possibilidades de litigância é gigantesca, porque qualquer questão como esta trará impactos – a operação poderá gerar multas e coisas do gênero. Como se trata de uma lei complementar, acho que é a hora adequada de restringir esse tipo de norma.

Problema 3: hipótese de decadência sem prazo. Senadores, Senador Izalci, observem a seguinte situação: no artigo que eu estou indicando, na coluna da esquerda, tem uma construção que faz referência de uma norma à outra, e essas referências, às vezes, escapam na análise dos debates legislativos, por isso que chamo atenção para ele.

Qual é o ponto? Da forma como ele está construído, coloca-se que o prazo de decadência será contado a partir da data em que houver o conhecimento do ato ou negócio jurídico pela administração tributária estadual ou distrital, na hipótese de que ela não tenha sido formalizada. Isso coloca a fiscalização em um conforto enorme e os contribuintes em um desconforto gigantesco, porque um determinado fato que possa vir a ser identificado depois de 20, 30 ou 40 anos pode iniciar o prazo decadencial naquele momento – isso não é razoável.

A sugestão é de que a inércia da fiscalização não traga benefício ao Fisco, prejudicando o contribuinte. Então, a sugestão, neste caso, é de supressão dos incisos que eu menciono no eslaide, que já foi enviado à assessoria, ao pessoal está acompanhando o nosso trabalho no *backstage*. Esse me parece o problema 3 que deve ser enfrentado.

Problema 4... Eu não sei se os eslaides estão passando...

Problema 4. Senador, é uma questão federativa que precisa ser aperfeiçoada, não é delimitada: da forma como está redigido o art. 173, parágrafo único, 3, ele estabelece aos estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vagueza de aproveitar ou não para fins de ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação)... Utilizar a planta de valores, mas não diz que é obrigatório.

Os municípios têm planta de valores, os municípios cuidam de IPTU. Um dos expositores que me antecedeu até mencionou o decreto adequado que ajusta a planta de valores dentro do sistema. O.k., mas os estados têm que obedecer ao que os municípios têm como planta de valores para fins da aplicação do ITCMD. Não está adequado; não está claro isso na norma.

Então, a minha sugestão é que isso fique adequado, a fim de que os estados não tenham a faculdade, mas tenham a obrigação de atender a isso, exceto com uma discordância justificada dos estados ou do contribuinte; senão, deve-se acatar o trabalho dos municípios, é uma questão interfederativa.

Problema 5. Também uma questão federativa e, aqui, com um requinte, um detalhe que precisaria ser ajustado, Senadores, que é o seguinte: muitas vezes, existe a superposição do mesmo fato gerando tributações superpostas federativas.

Se, no eslaide anterior, eu falei de respeitar os municípios na legislação, na posição dos estados, agora, dirijo-me à questão do possível conflito entre estados e Receita Federal, União, porque em algumas situações, e vou mencionar apenas esta do art. 172, que se refere ao art. 168 aí colocado, existe a seguinte situação: a tributação pelo ITCMD dos *trusts*. Vê-se até que há uma referência no §3º de que se aplica ao ITCMD a mesma definição de *trust* prevista na legislação do Imposto de Renda.

Qual a sugestão, Senador, Senadores? De que seja acrescida uma regra aqui neste ponto, pelo menos, dizendo que, incidindo o ITCMD, e acho que deve incidir se for caso de doação ou se for caso de *causa mortis*... Que, nestes casos, incidindo o ITCMD, seja afastada a tributação federal pelo Imposto de Renda, porque hoje os contribuintes – nesse caso e em diversos outros semelhantes –, quando ocorre o mesmo fato, são tributados, por um lado, pela Receita Federal e, por outro lado, pelos estados, o que não me parece a fórmula adequada.

Portanto, na fase legislativa, seria adequado que os Senadores se debruçassem sobre este ponto – o.k., 15 segundos – a fim de afastar a duplicidade de incidência. Tem até uma proposta de ajuste do texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, faço uma última sugestão e, aqui, uma sugestão de técnica legislativa, Excelência, Srs. Senadores. Existem no projeto dois artigos... Na verdade, há um capítulo que tem dois artigos específicos sobre isso, que trata de imunidade. Excelências, técnica legislativa: imunidade é matéria constitucional. Isso pode, se a gente for bem olhar, trazer judicialização, problemas, discussões. Não se fala de imunidade no âmbito legislativo: imunidade tributária é uma questão de ordem constitucional, só o fato de colocar isso na lei restringe a possibilidade de interpretação. Portanto, esta é uma sugestão de ordem normativa, de técnica legislativa.

Nesse sentido, agradeço mais uma vez esta exposição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FACURY SCAFF (*Por videoconferência.*) – ... cumprimento a todos, deixo os eslaides como um roteiro para ser analisado e discutido, e agradeço a atenção.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fernando.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Lacaz Martins, advogado e consultor da Cbic, também para sua exposição por dez minutos.

O SR. RICARDO LACAZ MARTINS (Para expor.) – Bom dia, Senador. É uma honra estar aqui presente, representando a Câmara Brasileira de Indústria da Construção, o setor imobiliário. A minha fala vai se restringir ao ITBI, talvez com um comentário final.

Se me permite um comentário, Senador, eu estou me sentindo como o oitavo marido da Elizabeth Taylor: o que eu vou trazer aqui de novo? Porque os meus colegas anteriores já trataram excepcionalmente bem o assunto e, aqui, eu estou na infeliz função de repetir alguns argumentos e talvez trazer uma pequena luz adicional ao debate extremamente relevante para ter a melhor norma.

Senador e Senadores todos aqui presentes, evidentemente, eu acho que um dos princípios basilares da reforma do consumo – e a gente tem que lembrar que o ITBI não é uma matéria central na reforma do consumo, já não deveria ser tratado nesse âmbito, mas aqui nós temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também ser factuais e ele está sendo aqui tratado – é o princípio de evitar a judicialização, de evitar o contencioso tributário. Da forma que o ITBI, principalmente no que tange à base de cálculo, está sendo tratado, ele é contrário à jurisprudência pacífica do Supremo, como já foi dito e nós veremos aqui, aumentando a judicialização, aumentando a insegurança do contribuinte, aumentando a insegurança dos negócios.

A Cbic representa o setor produtivo, aquele que gera renda, aquele que gera emprego, por isso a preocupação tão grande em relação ao ITBI, que incide sobre a venda do imóvel, que aumenta o custo da moradia, que aumenta o custo do imóvel. A gente não pode tirar isso da mente.

Não é meramente uma questão só do momento do fato gerador ou da base de cálculo, é realmente aumento de carga tributária e, se nós não nos lembrarmos disso, Senador, nós vamos tirar o foco da questão principal, que é não onerar a habitação, não onerar a residência, não onerar a possibilidade de o mercado evoluir, evidentemente, com todas as consequências positivas de geração de renda e de emprego.

Sem mais delongas, todos conhecem as disposições aqui controvertidas em relação ao ITBI: ao momento de fato gerador e à base de cálculo. No que tange ao momento do fato gerador, talvez eu traga aqui alguns comentários importantes: o grande argumento que se coloca em relação ao momento do fato gerador, para que o momento seja antecipado na linha do desejo dos Fiscos municipais, é que o contribuinte não levaria a registro definitivo o título translativo e teria a propriedade efetiva, a plena propriedade do imóvel – isso não faz sentido; é tratar a exceção como a regra.

Quem, em sã consciência, adquire um imóvel e não quer aquela propriedade plena? Com a propriedade plena, eu vou ter um financiamento, eu vou ter acesso bancário, eu vou ter um patrimônio registrado, eu vou poder suceder esse patrimônio à minha família e eu vou poder vender esse imóvel. Evidentemente, se eu não tiver o registro definitivo, a venda daquele imóvel vai ser precificada de forma diferente. Eu vou ficar cedendo compromissos particulares indefinidamente? Não faz sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que olhar os argumentos de maneira um pouco mais razoável e entender que a propriedade é um desejo da população. Você ter não é só o habitar e morar, mas ter aquela propriedade como patrimônio.

Eu escutei, ontem mesmo, um cliente de alta renda mencionando: "Olha, eu vendi um imóvel, eu preciso comprar outro imóvel porque é estranho você não ter um imóvel no seu nome" – um cliente de alta renda, imagine uma família de baixa renda? É muito maior o desejo de você ter a propriedade imobiliária. Então, imaginar que o momento do fato gerador se daria anteriormente ao registro da propriedade é uma inversão da lógica do sistema. É uma inversão da lógica do sistema.

Evidentemente, como já mencionado pelos meus colegas, isso já foi bastante debatido pela jurisprudência, é uma consolidação de jurisprudência: tanto em precedentes do STF, como em precedentes do STJ, em sentido contrário. Se houver mudança na legislação, isso causaria mais judicialização.

Por isso que a Câmara dos Deputados, acertadamente – e aqui a Câmara Brasileira apoia a decisão e a proposta da Câmara dos Deputados –, trouxe uma sugestão de antecipação com desconto, caso se queira antecipar o recolhimento do tributo, dado ao contribuinte. É aquele incentivo positivo, aquela indução, em que o contribuinte, naturalmente faria uma conta: "Olha, eu vou pagar 3% daqui a seis meses, um ano, ou eu vou ter um desconto e pagar 1%, 1,5%, ter um desconto de 50% na alíquota e antecipar". É a lógica do Refis, a lógica dos descontos antecipados, a lógica agora, recentemente dos fundos fechados e da tributação do exterior, em que se teve um desconto de antecipação de tributação – que foi um sucesso de arrecadação, diga-se de passagem.

Então, talvez aí tenha, Macedo, um grande valor para os municípios, de arrecadação. E até olhando, eventualmente, no momento, para alguns determinados Prefeitos: "Você faz uma política de incentivo, a antecipação do fato gerador, e aí talvez você tenha um bom valor de incentivo".

A questão mais controversa é realmente a questão da base de cálculo do tributo, como aqui também já foi bastante bem tratado. Talvez eu traga só um comentário adicional, que parece bastante relevante – ao final –, mas, só para nós termos toda a questão da base de cálculo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mente: o que se pretende é atribuir uma base de cálculo diversa do valor do negócio, um valor de referência.

Também é uma inversão da lógica do sistema. Como muito bem-dito aqui, as partes têm a livre negociação de definir o preço do imóvel. Imaginar que, em uma eventualidade de um preço do imóvel de uma venda de um pai para o filho não seria o valor de mercado daquele imóvel, também tratando exceção como a regra, não nos parece argumento suficiente para que se confirme que a base de cálculo não deva ser o valor do negócio pactuado. É só a gente imaginar um leilão judicial. Imaginem o valor venal de referência, num valor superior ao valor que é leiloado. As partes estão ali livremente, buscando o melhor preço e a melhor satisfação para aquele bem, e você tem um leilão judicial por um valor inferior ao valor venal de referência. Evidentemente, isso gera um confisco. É uma inconstitucionalidade que pode levar até ao extremo, de um imposto parcialmente confiscatório naquela parte que excede a base de cálculo.

Portanto, a manutenção da norma, em que se define o valor do negócio, é essencial. Essa é a proposta, inclusive trazida à Cbic, e, mais uma vez, lembro os precedentes jurisprudenciais, como já mencionado, do STJ, o Tema 113, muito bem explanado aqui, que vai no mesmo sentido.

Eu gostaria de lembrar – talvez seja o meu comentário final –, em relação ao ITBI, que essa matéria já foi tratada longamente por esta Casa, pelo Senador Eduardo Braga, quando se discutiu, na reforma do consumo, qual era a base de cálculo para efeito do IBS e da CBS do valor dos imóveis. Como nós vemos aqui, o art. 255, da lei complementar, portanto, já válida, diz que a base de cálculo do IBS e da CBS é o valor da operação do bem imóvel, podendo o valor de referência ser utilizado em caso de arbitramento da base de cálculo, ou seja, em caso de, nas hipóteses em que aquele valor da operação não seja confiável, seja porque o documento é inadequado, seja por algum indício de fraude, sim, o valor venal de referência pode ser utilizado como um adicional.

E aqui tem uma questão, Senador, de uniformidade da legislação. Como poderíamos ter uma base de cálculo para CBS e IBS diversa da base de cálculo do ITBI? Não me parece fazer sentido algum. Se nós estamos até unificando a CBS e o IBS para que eles sejam o mais similar possível, para que a gente não tenha a substituição de cinco tributos por quatro...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LACAZ MARTINS – ... lembrando, da reforma do consumo; que a gente tenha pelo menos uma unificação de CBS e IBS –, a gente teria aqui, na nossa opinião, uma obrigação desta Casa de manter a coerência de manutenção na mesma base de cálculo.

Faço aqui só um comentário adicional, em relação à reforma do consumo, que traz uma preocupação muito grande para o setor produtivo, quanto à discussão, ou a questão, dos sistemas da CBS e IBS, dos sistemas de débito e crédito, dos sistemas que vão ser colocados à disposição do contribuinte para que ele acesse e possa fazer o cálculo.

Houve uma recente preocupação de o API, o acesso ao sistema, ser cobrado, Senador. Não sei se V. Exa. tem ciência dessa questão. E a Cbic, junto com outras associações de classe, firmaram recentemente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LACAZ MARTINS – ... um manifesto contrário a esse ponto, porque nos parece evidente que é mais uma taxa para você pagar o imposto. Imaginem a situação em que nos encontramos: para você cumprir sua obrigação, você tem que pagar antes. Nos parece bastante inadequado, a despeito de que todos têm ciência dos custos necessários à produção de um *software* que vai, em última instância, fiscalizar todas as transações do Brasil.

Com isso, eu agradeço a oportunidade. É um prazer de estar aqui com V. Exa. nesta Casa tão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ricardo.

Já concedo a palavra ao Sr. Bruno Toledo, Advogado, Especialista em Direito Tributário, e Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, também, para sua exposição, dez minutos.

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA (Para expor.) – Bom dia a todos; bom dia, Senador Izalci.

Agradeço inicialmente o convite, em nome da Abradee, para tratar do tema do PLP 108.

Na verdade, a Abradee quer trazer alguns temas além dos tributos municipais. A minha apresentação traz seis ou sete sugestões de alteração ao PLP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou iniciar pelo tema das contribuições municipais, mas a gente também trata de questões de descumprimento de obrigação acessória, de multa. Poderíamos ter trazido em outras audiências, mas, para concentrar todas num dia só, decidimos trazer na audiência de hoje.

O primeiro ponto de sugestão de aprimoramento que a gente traz é em relação à Cosip. A emenda constitucional ampliou a possibilidade de destinação da Cosip e os fins dessa contribuição para a questão de custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública, mas a gente identifica uma oportunidade muito positiva na formação do Comitê Gestor, como um órgão supranacional e representativo de todos os municípios: que a gente aproveite o Comitê Gestor para que ele traga também – para isso a gente faz uma sugestão no Código Tributário Nacional – uma padronização em relação à emissão de documentos fiscais que tratem da Cosip, basicamente a conta de energia.

Então, tudo bem. A função do Comitê Gestor é tratar do IBS, mas IBS e CBS também são representados na conta de energia, que é um documento fiscal, é um documento tributário e que também traz a cobrança da Cosip. Então, hoje em dia a gente tem um cenário em que a regulamentação do fornecimento de energia e da Cosip vem em regulamentos e em disposições normativas de cada município. Então, a gente tem milhares de regras diferentes para esse tema, e o ideal seria que o Comitê Gestor aproveitasse essa condição de órgão supranacional e emitisse uma orientação geral para os municípios, para uma padronização na emissão desses documentos fiscais.

E aproveitando aqui o tema da Cosip também, um outro pleito que a gente faz, resgatando uma discussão que ocorreu no PLP 68, na Lei Complementar 214, é em relação à formação da base de cálculo.

Houve uma disposição que exclui da base de cálculo do IBS e CBS a Cosip. Então nas contas de energia, no fornecimento de energia, a Cosip está fora dessa base de cálculo. Por quê? Porque a Cosip não está relacionada ao custo do fornecimento de energia. A Cosip é um tributo que toma carona nas contas de energia. Só que, além disso, a gente tem outras hipóteses. Acho que o caso mais evidente é o das taxas de limpeza ou tarifas de limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos cobradas pelos municípios dentro da conta de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é um valor que não tem nenhuma relação com o fornecimento de energia. Ele vem como carona, aproveitando o fato de os fornecedores de energia terem uma capilaridade muito grande, mas seria importante estabelecer claramente, no PLP 68, que esses tributos ou tarifas que sejam cobrados na fatura de energia, mas não tenham relação com o serviço de energia não façam parte da base de cálculo desse tributo.

Um outro ponto que é bastante relevante – e aqui eu acho que interessa a todo mundo – é em relação às sanções pelo descumprimento de obrigação acessória. A gente tem em 2026 um ano teste da reforma tributária, alíquota de 1% com aquela dispensa de recolhimento caso se cumpram as obrigações acessórias. Até agora não tem nenhum documento oficial dizendo quais são essas obrigações acessórias. Todos os meus clientes me perguntam: "O que é obrigação acessória que dispensa tributo?" Ninguém sabe, mas tudo bem.

A lei complementar dispensa o recolhimento dos tributos, mas o PLP 108 não trata nada em relação às obrigações acessórias que vêm junto desses tributos. Então, nos termos como está hoje o PLP 108, se um contribuinte emite um documento fiscal em 2026 com algum erro em relação a essa nova sistemática, ele está sujeito à multa pelo descumprimento de obrigação acessória. Ainda que a gente não tenha clareza sobre quais são esses documentos, sobre *layout* de documento fiscal, sobre regulamentação infralegal em 2026, a gente tem uma situação hoje que é: o Comitê Gestor não foi formado, por questão de conflito na formação dos representantes do município; greve de auditores fiscais tem atrapalhado o trabalho de implementação da reforma; existe a notícia de um possível teste dos novos documentos fiscais em junho, julho, mas é um prazo muito pequeno para que os contribuintes já se adequem em 2026.

Então, o que a gente pede é que em 2027 não tenha a aplicação dos arts. 51 a 60 do PLP 68, que trata de sanções por descumprimento de obrigação acessória, que a gente suspenda também as sanções por descumprimento de obrigação acessória nesse ano teste e que passem a valer apenas a partir de 2027.

E aqui é até um ponto que eu trago, Senador. Na audiência de terça-feira, pleitearam que fosse reduzido o prazo dos estados para avaliação dos pleitos de devolução de créditos de ICMS, que hoje está previsto como 12 meses, e o que se pede é 90 dias. A posição do representante do Comsefaz foi: "Não, é muito difícil, o prazo é muito curto". E aqui a gente está falando de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prazo que é 2033, é daqui a oito anos, e os estados falam: "Não consigo porque o prazo é muito curto." Agora, para o contribuinte, implementar daqui a seis meses não seria curto? Então, o que a gente reitera é que não sejam aplicadas essas sanções a partir do ano de 2026, e só a partir de 2027, quando passa o período de teste.

Paralelamente a isso, a gente tem a questão da responsabilidade pelo descumprimento de obrigações acessórias. A Lei Complementar 214 traz uma disposição que é muito pertinente, que é a seguinte: no caso de um contribuinte errar no recolhimento do tributo por força de uma declaração do adquirente... A gente tem aquele princípio do destino. Imagina: eu estou vendendo um curso *online*, e o adquirente fala "eu estou em São Paulo", que tem uma alíquota menor, mas ele está, na verdade, no Rio de Janeiro, que tem uma alíquota maior. O que a lei complementar fala? Se você recolher tributo a mais por força de um erro do adquirente, de propósito ou sem querer, a responsabilidade pelo recolhimento desse tributo é do adquirente. Só que a mesma coisa tem que ser aplicada em relação às obrigações acessórias, porque o fornecedor vai estar errando na declaração. Ele está falando "estou recolhendo para São Paulo" quando tinha que estar recolhendo para o Rio.

Então, o que a gente pede também – sugestão superbásica de emenda – é que no 68 se estabeleça que as multas pelo descumprimento de obrigações acessórias vão ser exigíveis do adquirente, quando esse der informações equivocadas ao fornecedor que impliquem sanções. Então, essa eu também acho que é uma sugestão superpontual, superadequada para não ter ônus...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – Opa, desculpa, passei o eslaide errado.

Serão exigíveis dos adquirentes as obrigações acessórias quando decorrerem de uma prestação de informações errada, incorreta pelo adquirente. Então, a gente tira o ônus do fornecedor que não tem culpa dessa informação incorreta.

Outra coisa que eu acho muito importante é a gente ter tetos para as sanções de descumprimento de obrigação acessória. O PLP traz alguns, especialmente ali no §2º. O que ele fala? Quando se tratar de operações em que não haja tributo, serão de 10% – as multas pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descumprimento de obrigação acessória – do valor da operação. O que a gente sugere? Acrescentar esse "limitadas a 10%", porque existe muita diferença entre uma multa de um contribuinte que é reiterado, que comete várias vezes e que comete propositadamente o erro, ou uma por motivos alheios à sua vontade. Então, o que a gente sugere é uma mudança no §2º, só para incluir esse "limitadas", ou seja, que haja um padrão de variação em relação às multas de 10%, que não sejam de 10% todas as multas.

E, no inciso II, um ajuste também bem pontual: existe a limitação para 100% do IBS na soma de penalidades acumuladas, mas é importante a gente ressalvar que isso se aplica inclusive para aquelas especificadas em valores fixos de UBS. Por quê? Porque a gente tem multas em valores fixos. Se são 20% da unidade básica, podem ser R$200 para um tributo que pode ser de R$100. Então, é importante a gente especificar que esse limite de 100% se aplica inclusive para sanções em valores fixos.

Acho que é meu último ponto...

Este eu acho que é o meu último ponto mesmo: diz respeito à questão dos créditos acumulados de ICMS. Existe uma regra que foi tratada, inclusive, na última audiência pública... Com o crédito acumulado você pode fazer quase quatro coisas: compensar com o IBS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – ... compensar com o ICMS, pedir ressarcimento ou ceder a terceiros. Os três primeiros têm um prazo de 240 meses, ou seja, 20 anos. No último, eu posso vender um crédito a qualquer momento, com deságio, mas pelo menos eu me capitalizo rapidamente. Agora, vem o PLP 108 e diz que, no caso de homologação tácita de pedido de homologação de crédito, você só pode ceder em 2038, ou seja, você tem que esperar mais cinco anos para ceder o crédito. E o que a gente diz é: essa disposição é absurda; é, na verdade, um estímulo para os estados não analisarem rapidamente os pedidos. Então, eu apresento o pedido em 2033; o estado tem 12 meses para analisar, e não analisa: homologação tácita. Aí vem o PLP e fala: "está bom, mas você só pode usar em 2038". Basicamente, você está falando para o estado: "não precisa ter pressa na análise dos pedidos de homologação porque você só pode ceder em cinco anos". Então, a gente está pedindo para retirar-se esse dispositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o último ponto é em relação ao art. 157. O art. 157 traz uma regra de que transferência e pagamento dos créditos de ICMS vão ficar condicionados à regularidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – ... do titular do saldo credor – é o meu último ponto; 30 segundos, Senador. É perfeita essa regra. Realmente, se eu tenho uma dívida, eu não posso ficar recebendo o meu crédito. Agora, se eu tenho um crédito de um milhão e a minha dívida é de dez mil, não faz sentido segurar todo o meu crédito de um milhão. Por isso, a gente sugere dois dispositivos: que essa suspensão seja limitada aos valores lançados ou às irregularidades identificadas; ou, se eu estou discutindo judicialmente e já garanti por meio de uma carta de fiança, por um depósito, que se afaste essa limitação se o crédito já estiver garantido.

Então, são essas as sugestões que a Abradee trouxe. Fugi um pouco do tema do dos tributos municipais, mas acho que são todas pertinentes para a melhoria do PLP 108.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bom.

Agradeço e coloco, inclusive, o meu gabinete à disposição para a apresentação dessas emendas, porque eu, como contador, conheço muito bem a matéria e sei que muitas vezes... E esse projeto, em especial, parece que foi feito sem se ouvir realmente, lá na ponta, quem está no dia a dia das operações. Então, fico à disposição para a gente apresentar essas emendas e defendê-las junto à Comissão e também no Plenário.

Eu agradeço a presença de todos vocês – começou a sessão agora também.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores, Alessandro Vieira e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Damares Alves e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Alan Rick, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho, Weverton e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 108/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 108, de 2024, que "institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972". A audiência obedece a Plano de Trabalho apresentado pelo relator da matéria, senador Eduardo Braga, e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 23 de abril de 2025. "Nesta reunião, esperamos que os convidados exponham suas opiniões sobre as normas do PLP nº 108, de 2024, relativas às competências, estrutura organizacional, aspectos orçamentários e de controle externo do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS)" (do Plano de Trabalho). **Participantes:** Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM); Sr. Eduardo Paes, Presidente da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP); Sr. Flávio César, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); Sr. André Clemente Lara de Oliveira, Diretor de Desenvolvimento de Controle Externo e Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (representante de: Edilson de Sousa Silva, Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil); Sr. Eduardo Lourenço, Advogado Tributarista; Sr. Rodrigo Spada, Presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite); Sr. Fábio Macêdo, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim); e Sr. Pablo Cesário, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alessandro Vieira
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/10

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

O Senador Eduardo Braga, por impossibilidade absoluta de ordem pessoal, não pôde estar aqui e me pediu para fazer esta abertura. Toda esta audiência maravilhosa, com inúmeras autoridades, debatedores importantes, ficará gravada. Ele tomará conhecimento, deve estar de casa acompanhando a audiência pública, também gravada aqui na Comissão, para posterior consulta dele próprio, Senador Eduardo Braga, e de quem possa interessar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, a presente reunião destina-se à realização da quarta audiência pública para instruir o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, cujo foco é este: institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Conforme o plano de trabalho aprovado por esta Comissão, esta audiência pública abordará as competências, a estrutura organizacional, os aspectos orçamentários e o controle externo do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 0612211.

Muito bem, então vamos começar. Os debatedores da tarde são pessoas de notório conhecimento e experiência. Eu os convido aqui, é o primeiro bloco:

- Dr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda. O senhor pode sentar aqui, Dr. Bernard. Seja bem-vindo. Como é que está o senhor? Tudo bem?

- Dr. Paulo Ziulkoski, que está lá atrás, por gentileza, Presidente há muitos mandatos da Confederação Nacional de Municípios. Um querido. Ele sai e volta, sai e volta, e os prefeitos querem sempre o Ziulkoski;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- ilustre Prefeito do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Paes, por gentileza, Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos e Prefeitas;

- Dr. Flávio César, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Então, nós vamos já, já...

Eu quero registrar, também, aqui, a presença honrosa, muito honrosa para nós, do Prefeito de São Paulo, Dr. Ricardo Paes... Nunes, aliás. Olha, Ricardo Paes...

O SR. EDUARDO PAES (*Fora do microfone*.) – Eu sou Eduardo Nunes, ele é Ricardo Paes. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois é, vamos invertendo tudo, né? Meu nome é Confúcio, portanto, eu faço confusão, né? (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, tá. O Prefeito do Rio de Janeiro já está aqui e também o Prefeito Sebastião Melo, lá da cidade de Porto Alegre.

Um bem-vindo aos senhores e às demais autoridades que estão aqui, hoje, participando deste evento importantíssimo.

Qual é o tempo aqui, mais ou menos, que vocês designaram? (*Pausa.*)

Vamos destinar inicialmente dez minutos. É um tempo aparentemente pequeno, mas depois tem debates, tem perguntas e o tempo vai esticando. Muito bem.

Então, para começar, nós vamos passar a palavra para o Dr. Bernard Appy. É "ápi" mesmo ou "api"?

O SR. BERNARD APPY (*Fora do microfone*.) – "Api".

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bernard Appy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BERNARD APPY (Para expor.) – Bom, muito obrigado, Senador Confúcio.

Eu tenho uma apresentação. Se for possível colocar, por favor. Talvez eu estoure um pouquinho o tempo, mas vou tentar ser rápido, tá, Senador? É só porque, como eu sou o primeiro, me pediram para fazer uma visão geral.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Fique à vontade.

O SR. BERNARD APPY – Aliás, se o senhor tiver interesse.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. BERNARD APPY – Está bom, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vou ler e passo para o Eduardo.

O SR. BERNARD APPY – Boa tarde a todos. Queria agradecer o convite para esta audiência na CCJ, cumprimentar o Presidente, Senador Confúcio Moura, cumprimentar o Prefeito Eduardo Paes, o Dr. Paulo Ziulkoski, o Secretário Flávio.

Pediram para eu fazer uma introdução do tema hoje. Dentro do PLP 108 – ele tem várias partes –, os temas de que nós vamos tratar hoje são basicamente o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços e a questão da distribuição do produto da arrecadação do IBS. Os demais temas já foram tratados nas demais audiências que foram aqui feitas.

Bom, com relação ao Comitê Gestor do IBS, eu acho que tem um ponto importante para a gente entender. Às vezes as pessoas falam: "Não, o Comitê Gestor é... Eu estou levando para Brasília o poder dos estados e municípios". Não é verdade, eu queria deixar isso claro.

O Comitê Gestor do IBS é, na verdade, o meio pelo qual os estados e os municípios exercem, de forma integrada, competências operacionais e de gestão do IBS, do Imposto sobre Bens e Serviços, criado pela reforma tributária. Então, o Comitê Gestor, na verdade, não é um ente estranho aos estados e municípios, ele é os estados e municípios, que estão atuando de forma conjunta através do Comitê Gestor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, Senador, a gente ouve falar que o Comitê Gestor vai ter muito poder. Na verdade, não; as funções do Comitê Gestor são funções de natureza administrativa operacional. Ele, inclusive, não tem poder, por exemplo, ao contrário do Confaz hoje... O Confaz pode conceder benefícios fiscais, autorizar a concessão de benefícios fiscais. O Comitê Gestor não tem essa competência. O Comitê Gestor não legisla, embora ele tenha, sim, a competência de interpretar a legislação do IBS.

Então, quais são as competências que são competências privativas do Comitê Gestor? Primeiro, editar o regulamento único do Imposto sobre Bens e Serviços. Segundo, uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do IBS, atuando em conjunto com a Receita Federal nos temas comuns ao IBS e à CBS. Então, basicamente, é a interpretação da legislação. Quem faz a legislação é o Congresso Nacional, através da lei complementar, e os estados e os municípios ao definirem as alíquotas do imposto ou o *cashback*, se eles quiserem dar um *cashback* maior do que o que está previsto de forma geral na lei. Terceiro, arrecadar o IBS, efetuar as compensações, ou seja, compensar débitos e créditos, e distribuir as receitas entre os entes federativos, ou seja, a compensação de débitos e créditos é feita de forma centralizada, mas a receita que não gera direito a crédito pertence aos estados e municípios. E, por último, hospedar o contencioso administrativo do Imposto sobre Bens e Serviços, mas, de novo, o contencioso administrativo vai ser exercido conjuntamente pelos estados e municípios, através do representante dos estados e municípios.

Por que o Comitê Gestor é importante? Eu acho que esse é um tema que, às vezes, as pessoas não entendem. Ele é importante por vários motivos. O desenho do Comitê Gestor tem vários efeitos, do ponto de vista do desenho da reforma tributária. Primeiro efeito: ele permite ter um IVA municipal, um Imposto sobre Valor Agregado municipal. No Brasil, nós temos cobrança de tributos sobre operações com bens e serviços no nível federal, estadual e municipal. Na hora em que se criou o IBS, que é de competência conjunta dos estados e municípios... Não tem como implantar um IVA de nível municipal, a não ser com um modelo de arrecadação centralizada. A grande maioria dos municípios brasileiros, hoje, não tem competência para ficar gerindo um sistema de débitos e créditos e, portanto, o Comitê Gestor permite que se tenha um IVA municipal.

Segundo, existem outros modelos de implantação do IVA, em federativo, sem que seja com o modelo de Comitê Gestor – esse é um modelo novo do ponto de vista mundial –, mas esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros modelos que foram analisados... Um deles é a alíquota zero nas transações interestaduais, que é um desastre por conta do risco de fraudes que você cria numa situação dessas. O outro é você arrecadar no estado de origem e o estado de origem transferir o recurso para o estado de destino, para poder implementar o princípio do destino, que é a base do bom Imposto sobre Valor Agregado. Só que, nesse caso, você passa a ficar dependendo de que cada ente da Federação repasse para outros entes e, infelizmente, no Brasil, a gente tem experiências não muito boas, às vezes, de repasse entre esferas federativas.

Terceiro ponto, que talvez seja um dos mais importantes no desenho do Comitê Gestor: a arrecadação feita de forma centralizada, através do Comitê Gestor, permite uma transição para a distribuição da receita, que resulta da reforma tributária, num prazo extremamente longo, em que uma parcela decrescente é distribuída conforme a participação de cada ente na receita atual e uma parcela crescente é distribuída conforme o resultado da aplicação do princípio do destino sobre uma base ampla de bens e serviços. Ou seja, essa transição federativa de 50 anos, na verdade, foi muito importante para poder viabilizar politicamente a reforma tributária porque, senão, você teria bens que aumentam a participação no bolo, outros que reduzem, e aqueles que reduzem criariam uma resistência muito grande e a alternativa seria uma compensação pela União, que teria um custo extremamente elevado num momento em que a situação fiscal do país não permite fazer essa compensação.

O Comitê Gestor permite isso e, do ponto de vista dos contribuintes, Senador, o Comitê Gestor permite, é a garantia de ressarcimento ágil dos saldos credores acumulados pelas empresas. Então, por exemplo, um exportador, hoje, acumula um saldo credor de ICMS e é um inferno para conseguir recuperar o crédito acumulado que ele tem, que é um recurso que pertence a ele; é um recurso que foi pago, que se vendeu com alíquota zero, que tem que ser devolvido a ele, mas hoje é muito difícil conseguir recuperar. No modelo de comitê gestor, o ressarcimento é feito pelo comitê gestor, portanto, reduz-se o risco de que um aperto de caixa de algum ente federativo dificulte o ressarcimento dos saldos credores para os contribuintes.

O Comitê Gestor tem algumas outras atribuições, e não são atribuições privativas: a primeira é a coordenação das atividades de fiscalização, que permanecerão a cargo das administrações tributárias dos estados e municípios, mas existe uma preocupação muito grande para que isso não gere uma complexidade, que não tenha, por exemplo, vários entes fiscalizando o mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fato, na mesma empresa, no mesmo momento. Por conta disso, foi criado dentro da Lei Complementar... No PLP 108, preveem-se critérios de titularidade e cotitularidade para o lançamento e possibilidade de delegação ou compartilhamento entre os entes das atividades de fiscalização, cobrança e inscrição em dívida ativa, ou seja, o modelo foi feito para preservar a autonomia dos entes, mas, ao mesmo tempo, não gerar um sistema que gere complexidade para os contribuintes no momento da fiscalização. E o Comitê Gestor do IBS tem a função de coordenar essas atividades e de definir procedimentos para resolver eventuais divergências por ocasião da fiscalização.

A cobrança administrativa segue de competência das administrações tributárias dos estados e municípios; a cobrança judicial e extrajudicial, de competência das procuradorias dos estados e municípios; e o Comitê Gestor atua como coordenador dessas atividades, visando à integração entre os entes, inclusive, com todas as informações disponíveis de forma centralizada para todos os entes. Então, ele tem essas atividades de coordenação.

A estrutura do Comitê Gestor é esta: tem uma instância máxima de governança, que é o Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS; a partir daí, tem a diretoria executiva, que terá um diretor executivo e nove diretores, com suas diretorias que estão previstas ali naquele eslaide, e uma secretaria-geral, uma assessoria de relações institucionais e interfederativas, uma corregedoria e uma auditoria interna. Mas a instância máxima de governança do Comitê Gestor é o conselho superior, que, obviamente, tem como competência tomar as decisões finais em temas estratégicos e de gestão superior, como eleger e empossar os titulares dos demais órgãos do Comitê Gestor, aprovar o regulamento do IBS e os atos conjuntos com o Poder Executivo da União – isto é importante: como o IBS e a CBS têm a mesma legislação, a parte comum do regulamento, que é o grosso do regulamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... vai ter que ser aprovada por ato comum –, propor e aprovar o orçamento do Comitê Gestor e aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor e outras atribuições, mas a parte executiva tende a ser realizada pela diretoria executiva.

Esse Conselho Superior é composto por 54 membros, sendo 27 representantes dos estados e do Distrito Federal, 27 representantes dos municípios e do Distrito Federal, sendo que, dos 27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes, o que está previsto no projeto de lei complementar: 14 representantes eleitos com base nos votos de cada município e 13 representantes eleitos com base nos votos ponderados pela população dos municípios, todos com mandato de quatro anos.

Eu sei que este é um tema que vai aparecer hoje aqui: o impasse que temos hoje na eleição do representante municipal do Comitê Gestor. Acho que esse é um tema que vai ser... Infelizmente é algo que está ocorrendo. Estamos vendo o que está ocorrendo neste momento, mas eu espero que logo esteja resolvido esse impasse e que a gente consiga avançar na composição do Comitê Gestor.

Bom, no caso dos estados, o representante do estado no Comitê Gestor é o Secretário de Fazenda, tendo um suplente. No caso dos municípios, estão estabelecidos os critérios para que os membros, os representantes municipais possam participar do Comitê Gestor, ou ser secretário de finanças, ou ter experiência na administração tributária, ou ter cargos de chefia na administração tributária e mais aqueles critérios normais de formação acadêmica, reputação e não se enquadrar em critérios de inelegibilidade.

Bom, na eleição dos representantes dos municípios, a forma como está prevista são 14 membros proporcionalmente a um voto por município, 13 membros com os votos ponderados pela população...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... e esses votos são as associações representativas de municípios. Entidades nacionais de representação de municípios podem apresentar chapas. Precisa ter um apoiamento mínimo ou de 20% do total de municípios na chapa de 14, ou de municípios que representem 20% da população na chapa de 13, com pelo menos um representante de cada membro do país. E aí, cada município só pode apoiar uma chapa, indicar um único membro titular ou suplente. No caso da chapa dos municípios, tem um titular e dois suplentes; no caso dos estados, um titular e um suplente.

Bom, aí tem os critérios para a instalação do Comitê Gestor. Como eu falei, neste momento, tem um pouco esse impasse, por falta da eleição dos representantes municipais, mas uma vez eleito o presidente do Comitê Gestor, que no início, no primeiro mandato, já está previsto, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte desses pontos que estão no Projeto de Lei Complementar 108 foram levados para a Lei Complementar 214, para poder ter uma criação temporária, em 2025, do Comitê Gestor, com os mesmos termos do texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados. E o presidente eleito do Comitê Gestor vai comunicar ao Ministro da Fazenda. E no início das operações do Comitê Gestor, vai ter um financiamento da União, que será de R$50 milhões por mês em 2025, será de R$800 milhões em 2026 e R$1,2 bilhão em 2027 e 2028, que são recursos que serão financiados, será um crédito da União para o Comitê Gestor, para o funcionamento inicial do Comitê Gestor, até que comece a ser arrecadado o IBS.

A aprovação do Comitê Gestor requer, no caso dos estados, que a maioria dos estados e representantes de estados que representam a maioria da população aprovem as matérias; no caso dos municípios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... a maioria dos representantes dos municípios.

Bom, o Comitê Gestor, para funcionar, está submetido a várias normas da administração pública em termos de licitações, de princípios de publicidade. Tem toda a parte de gestão financeira, os relatórios a que é obrigado. E para o Comitê, também, o projeto de lei complementar define as penalidades relativas ao IBS.

O orçamento, como eu falei, tem essa destinação inicial e o critério previsto no projeto de lei complementar é que, quando estiver operando em velocidade de cruzeiro, o Comitê Gestor vai ser financiado por 0,2% da receita do IBS, subtraído, isto é, tirado da parte de cada estado, de cada município, dentro do Comitê Gestor. O orçamento do Comitê Gestor vai ser analisado pelos Poderes Legislativos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... dos entes representados dos membros titulares do conselho superior. Se houver uma rejeição pela maioria absoluta dos Poderes Legislativos, então, vale a última proposta que não tenha sido rejeitada e vão ser...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fiscalização externa é feita pelo Tribunal de Contas do estado e do município do ente federativo de origem do Comitê Gestor do IBS e o TCU vai fiscalizar o Comitê Gestor exclusivamente em relação aos recursos objeto de financiamento da União.

Aí tem umas regras de transição na parte do financiamento. No fundo, estão dizendo que vai ter 100% da receita do IBS em 2026, mas, na prática, a ideia é não cobrar IBS em 2026, só exigir obrigações acessórias e, aí, em 2027, 2028, quando o IBS vai ser cobrado com a alíquota de 0,1%, 50% da arrecadação vai ser destinada ao financiamento do Comitê Gestor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – Só lembrando que essa arrecadação é uma receita adicional dos estados e dos municípios. Na verdade, quem está financiando isso é a União, porque é deduzido da parcela da CBS, da alíquota da CBS. A partir daí, tem uma transição, de 2029 a 2032, para que o valor arrecadado seja equivalente a – se fosse cobrada a alíquota cheia – uma alíquota 0,2%. Já falei da parte da União. Bom, então isso é com relação ao Comitê Gestor, Presidente.

Com relação à distribuição da receita do IBS, a segunda parte, eu não vou entrar aqui porque é muito detalhe. Vou passar rapidamente, mas se alguém tiver interesse, essas tabelas que estão aqui, na verdade, são as tabelas que foram acordadas pelos representantes dos estados e municípios quando foi formulado o Projeto de Lei Complementar 108. O texto do projeto de lei complementar, na verdade, reproduz o que está constando dessas tabelas. Então, foi acordado como seria todo o processo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... de cálculo da parcela da arrecadação feita pelo Comitê Gestor, que pertence a cada estado e a cada município. O princípio básico é: pertence aos estados e municípios o imposto incidente nas vendas que não geram crédito. Porque se a venda gera crédito, o imposto pertence ao credor, à empresa que tem aquele saldo credor. Então, por exemplo, se é um exportador, o imposto que foi pago relativo àqueles créditos do exportador fica retido no Comitê Gestor para poder ser devolvido ao exportador. E aquele que incide nas operações que não geram direito a crédito é distribuído para os estados e os municípios em função da alíquota de cada estado e município, que já é a que consta nos documentos fiscais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse modelo é possível porque, no Brasil, nós estamos muito avançados em termos de documentos fiscais eletrônicos.

E aí tem as várias etapas: calcula-se primeiro o que é uma receita inicial do ente. E aí tem várias características, porque tem regimes específicos, como serviços financeiros, em que a arrecadação é feita com base na margem, só é recolhida uma vez, não aparece documento fiscal por documento fiscal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... e todos os critérios de distribuição constam do Projeto de Lei Complementar 108.

Da receita inicial, são feitos alguns ajustes até chegar naquele item 7, que é a receita calculada com base na alíquota de referência, ou seja, não se considerando o acréscimo ou decréscimo de alíquota feito pelo próprio ente. Com base nessa receita feita com a alíquota de referência, é feita a retenção relativa à transição do sistema atual para o novo sistema. O resultado disso: depois dessas retenções da transição, devolve-se ou retira-se aquele montante que foi deduzido ou acrescido em função de um aumento ou uma redução de alíquota pelo ente, chega-se a uma receita base e, a partir daí, essa receita base, a parte que é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... retida para a transição federativa é distribuída em função dos componentes da receita de cada estado e de cada município antes da reforma tributária. E tudo isso é feito, todo o processo, depois, em função do Fundo de Combate à Pobreza, em função do Fundeb, em função do próprio financiamento do Comitê Gestor. E o cálculo da cota-parte busca reproduzir exatamente o que existe hoje, Senador. Então, na verdade, o modelo todo é feito para que o resultado final da distribuição da receita, inclusive para o financiamento da saúde, o financiamento da educação, Fundeb, cota-parte, etc. e tal, reproduza aquilo que existe hoje.

No caso da cota-parte, tem uma transição – desculpe, da cota-parte, não; do Fundo de Combate à Pobreza –, definindo-se que, no final dessa transição, a alíquota destinada ao Fundo de Combate à Pobreza de cada estado e município será de, no máximo, 1%, mas partindo da situação atual e fazendo uma transição..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... até chegar nesse ponto. Ou seja, o resultado final na distribuição da receita em termos de cada uma das destinações que existem hoje é basicamente a destinação que existe hoje.

Acho que é isso que eu queria colocar, Senador.

Isso é, de novo, a mesma conta feita para os municípios.

Eu queria agradecer o convite.

Peço desculpas, porque me excedi aqui no meu tempo, mas era uma apresentação inicial, para se ter uma ideia de qual é o tema que se está discutindo hoje. Essa parte da distribuição de receita é muito técnica na verdade. É uma parte em que as discussões são estritamente técnicas. A parte do Comitê Gestor... Acho que o ponto fundamental do Comitê Gestor é o seguinte: o Comitê Gestor não é um órgão, primeiro, não será um órgão superpoderoso, é um órgão técnico. Segundo, ele não está lá para usurpar o poder dos estados e municípios. Ele representa os estados e municípios, atuando de forma integrada na gestão desse imposto que pertence aos estados e aos municípios, e, sobretudo, é um órgão que tem, basicamente, competências operacionais e de gestão desse novo tributo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Bernard.

Eu registro aqui as presenças honrosas da Dra. Michele Roncalio, Secretária de Finanças do Município de Florianópolis e Presidente da Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais; também de Pedro Meneguetti, Secretário de Finanças do Município de Belo Horizonte; Luiz Aureliano, Secretário de Finanças do Município de São Paulo; e Emanuel Messias, Secretário de Finanças do Município de Belém.

Cumprimento todos os demais cujos nomes não estão aqui comigo, que são, muitos, técnicos de vários níveis federativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando, passo a palavra para o nosso Presidente Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional de Municípios.

O SR. PAULO ZIULKOSKI (Para expor.) – Muito boa tarde a todos e a todas.

Queria, inicialmente, saudar o nosso Presidente, o Senador Confúcio Moura, ex-Prefeito de Ariquemes, na nossa querida Rondônia. Como Prefeito, teve muitas lutas conosco aqui exatamente pela imposição de uma reforma tributária, por maior justiça na distribuição dos recursos. Quero parabenizá-lo agora. O senhor está na função agora de Presidente em exercício da Comissão e, como Senador, deve olhar muito para essa questão, porque é uma oportunidade única que os municípios brasileiros terão pela frente e não apenas contempla duas ou três cidades do Brasil. Então, nós temos que olhar o conjunto da gestão tributária em todo o nosso país. Parabéns pela sua gestão.

Quero saudar o Dr. Appy; saudar o Eduardo Paes, Presidente da Frente; o Flávio; os demais Prefeitos e Prefeitas; a imprensa; enfim, todos os que estão aqui conosco.

Vou pedir para passar também, Presidente – vou ser bem rápido; não vamos ocupar talvez nem os dez minutos –, apenas para dar uma ideia aqui da nossa posição, que já é conhecida, todos sabem. Não vou tomar muito tempo, pois talvez possa ter um debate.

Primeiramente, quero colocar o seguinte: aqui, nesta Casa, era Relator da Emenda Constitucional 110 o Senador Roberto Rocha. Na Câmara, versava a Emenda 45. Naquele período ali – que não faz muito tempo, cerca de três, quatro anos –, começou a haver um debate mais profundo: a reforma tributária seria única. E aí começaram a buscar alternativas, porque o Paulo Guedes – não sei – era contra, não queria, enfim, todas aquelas mazelas ocorreram naquela oportunidade. Naquele momento, ajudamos a construir aqui no Senado, na Comissão da 110, a chamada reforma... Como é que é? Dupla?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Não, não... Duas... Separava uma da outra... Dual, dual. E isso ocasionou exatamente a CBS e o IBS.

A partir dali, a nossa entidade coirmã passou a veicular na imprensa, inclusive em nível nacional, gastando, acredito, um bom recurso, contra a reforma tributária, defendendo a Emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constitucional 46. Tem que ficar muito claro o que houve naquele período ali: manter o que estava ali, sem evoluir para uma efetiva reforma tributária.

Na oportunidade, junto com o Dr. Bernard Appy, tivemos muitas reuniões. Tivemos a marcha naquele ano, e nós levamos dez situações ao Relator da 110, depois, na Câmara, para que nós viéssemos a apoiar a reforma. Porque a outra entidade, a Frente – com o maior respeito que tenho, não vou aqui discutir, cada um segue o seu caminho – era francamente contra a reforma. Isso foi sempre, sempre colocado.

Esse próprio comitê foi idealizado por nós – né, Dr. Appy? – lá nessa Comissão e em outras, com a sua participação. Hoje, a gente sabe que ele é muito disputado, o que é uma alegria até para nós, porque, talvez, no que a gente tenha feito humildemente lá atrás, hoje tem muitos pegando carona – e eu acho que é importante que venham pegar carona, sim, porque a nossa luta é sempre por todos os municípios do Brasil. Então, nós nunca nos posicionamos contra a reforma tributária e também, já para adiantar, não entramos em juízo contra a reforma tributária para que ela não houvesse. Nós queremos, incessantemente, cumprir o que está na lei.

Acabamos de ouvir do Dr. Appy praticamente toda a colocação do comitê. E em tudo que está ali, ele sempre se refere à lei, à lei. E qual é a lei que vige hoje? Não é a emenda constitucional? Não é a lei complementar? Nós queremos estritamente o que está na lei, Senador. Tenho respeito ao Senado e à Câmara Federal, que votaram isso aí. Então, esta é a nossa luta: para dali construir essa solução.

Pode ir passando. Passe...

Defendemos o cumprimento da 214. Nossa posição é pela continuidade do processo eleitoral em andamento. Vejam bem: nós estamos na fase já em que foi instituída, pelas duas entidades, a chamada comissão eleitoral. Nessa comissão eleitoral – talvez bateu alguma coisa por aí, não sei em quem, e nós vamos mostrar aqui, depois, em seguida –, talvez pudessem até ficar fora grandes cidades, e nós não queremos.

Nós vamos, pessoalmente, convidar todos os Prefeitos de São Paulo, Porto Alegre, todos que estão aqui para integrar a chapa. Todos eram filiados conosco aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós queremos... O que estamos pedindo aqui? O respeito à lei. Será que viria ao Congresso Nacional, que votou a lei, viria aqui pedir o contrário? Será que é isso que nós vamos buscar ou cumprimento... Então vamos mudar tudo que está ali, tudo que o Dr. Appy falou – vamos cumprir isso, vamos cumprir aquilo, estão se reunindo, discutindo – isso nada vale mais agora. Vamos virar a mesa, já no final do segundo tempo, porque ninguém está discutindo, nessa ação judicial – que entraram em juízo, que nós respeitamos –, nem a Constituição, nem a lei complementar. O que está se discutindo é se a cor, ou a pele de um componente tem que ser branca, preta ou amarela. E, com isso, tiveram uma liminar. E a reforma tributária para onde vai? Qual é a responsabilidade que nós temos com o Brasil? Então, nós queremos o cumprimento.

Agora, premissas da nossa entidade. Defendemos o PL 108 como foi aprovado na Câmara em relação à eleição para o Conselho. Portanto, Dr. Appy, nós estamos discutindo o 108, mas já tem a 214 que já votou e está em vigor. Ou não está em vigor a 214? Para mim, ela está em vigor. Respondam-me se não está em vigor a Lei 214. O que ela determina? Está tudo lá, como o senhor falou. Quem tiver 20% de filiados vai apresentar a chapa. Na de 14 membros, a culpa da confederação é ter 5,1 mil municípios filiados, e a nossa coirmã, que eu não tenho nada contra, tem 140 que ela comprovou. Como é que nós vamos chegar... A que solução nós vamos chegar?

E, depois, o Comitê, é enquanto entidade técnica operacional e não política. É aquilo que o senhor leu aqui, Dr. Appy. Nós queremos valorizar a parte técnica, que está lá no art. 1º do 108 e que veio para cá.

Agora, propondo inclusive aqui... Eu digo assim até de uma forma que eu não vou adjetivar, porque é complicado. "Não, os estados estão lá". Vejam bem: os estados fazem parte do Comitê, os 27 dos estados; então, a titularidade é do estado. Aqui não, aqui a titularidade é do representante. As nossas entidades, confederação e frente, não têm ingerência nenhuma, porque a política é meramente para acompanhar essa eleição. E nós temos que valorizar o que está lá, que são os técnicos, que é a administração tributária de cada estado, de cada município.

Agora, estão querendo mudar também até isso. Porque parece... Esta é a nossa desconfiança no Comitê, Presidente: é que exatamente, se entra lá o secretário do Prefeito de um município pequeno – não sei qual é – e ele sai, eu indico outro. Mas como vou indicar outro? Ele está representando; vai assumir o suplente dele, como está ali. Ou vão indicar outro? Quer dizer, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cargo é dos municípios do Brasil ou é de uma prefeitura de município? Vejam a que ponto nós estamos chegando.

Então, vamos discutir todo o 108. Então, queremos um perfil enxuto, impedir que coloquem por terra todo o trabalho já realizado.

Pode passar.

Premissa ainda: houve ajustes, quando da discussão da PEC 45, para que o então Conselho Federativo incorporasse uma atuação técnica operacional. É isso o que eu falei, que o Dr. Appy leu aqui e que está na lei. Eu estou sempre falando na lei. São os técnicos, a qualidade, a independência, a qualificação que têm que estar lá. Agora, vão botar um agente político? Eu conheço capital em que tem secretário que botaram por questões políticas, não é nem técnica. E eu respeito, porque é o Prefeito que tem o mandato, é ele que manda. Não sei até que ponto esse secretário... Se ele estaria ali... Agora, do Prefeito, eu não vou falar, não.

Isso deve continuar, não queremos trocar isso com a Emenda 100 que estão querendo propor. Não podemos...

Volte ainda.

Não podemos permitir uma politização dessa nova entidade. Olhem bem o que nós estamos falando: nós queremos estritamente o que está na lei – eu repito – e não vamos mudar.

Eu vou tentar apurar.

Diferentemente dos estados – e eu já falei isso –, onde cada um tem seu representante, a emenda – é a Constituição, não é lei complementar! – deixa claro que, no caso dos municípios, a representação é do conjunto dos municípios e do Distrito Federal, e não de cada ente individualmente. Vamos mudar a Constituição aqui, agora? Vejam: com propostas aqui de mudar com lei complementar... Não têm nem noção de que isso é inconstitucional, de que não tem sentido! Então, vamos fazer emenda e mudar a Constituição! Olhem onde é que nós estamos caminhando.

Logo, o representante não pode ser trocado pelo Prefeito. Tem que ser... E a visão que eles têm – um medo nosso – é que, como grandes cidades só conhecem a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ZIULKOSKI – ... sua circunferência, têm que estar lá representados todos os municípios, porque a Constituição não distingue municípios lá no art. 1º. Pode ter 5 mil habitantes ou 12 milhões, como São Paulo, mas tudo é tratado como município. Vão querer discriminar agora?

Bom, agora, só para colocar aqui... Vejam bem o que aconteceu, um pouquinho só para recordar, Dr. Appy.

Proposta da CNM. Está lá a data: 06/07/23, às 18h55. O Relator Aguinaldo Ribeiro apresentou parecer com o texto do movimento municipalista, que nós construímos com o senhor e com ele, que era o quê? Eram 60%, população; 35%, lei estadual, com 10% que são do fundo da educação; e 5% que nós pedimos na negociação, ainda com o Relator Roberto Rocha, porque os municípios menores vão perdendo população e não teriam uma segurança, então pelo menos 5% eles terão.

Tudo foi colocado pela nossa entidade, o próprio comitê. O que aconteceu? Aprovado na madrugada – vejam bem, na madrugada – do dia 07/07: o Relator apresentou o relatório final, defendido agora pela frente, porque queria o apoio da frente. Como a frente estava sempre contra e viu que ia perder, então negociaram com ele, colocando o quê? Olhem só: 85% da população! Está atendida toda a população, 85%, e vejam o que aconteceu: destruíram, a meu ver, não só na questão de médios e pequenos municípios, mas na de grandes também, o que tinha de residual para as assembleias legislarem, porque na nossa proposta tinha uma parte residual, os 35%, que eram para a assembleia discutir políticas regionais; para, lá no seu Estado de Rondônia, saber como é melhor aplicar, se é aqui, se é em educação, se é em outra área... Até no valor adicionado poderia voltar uma parte, porque interessam, sim, o desenvolvimento, a geração de emprego e renda, que poderiam ser colocados pelas assembleias – liquidaram! Esse foi o maior trote que nós levamos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ZIULKOSKI – O Dr. Appy sabe como é que foi feito isso e a discussão que eu tive com ele dessa parte. Então, liquidou com as assembleias e com o poder residual, que não tem mais agora, até porque é culpa delas, mas quem vai pagar é a própria população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é o que foi aprovado, eu estou só inserindo aqui para mostrar que a gente foi abrindo mão sempre da população para as grandes cidades, para poder fazer a reforma. O texto aprovado veio para cá e ficou daquela forma.

Pode passar.

Há um discurso, uma narrativa de que um representa, o outro representa... Eu quero mostrar aqui com dados e, se alguém quiser contestar, está livre para contestar.

Olhem só o percentual de filiados, porque nós estamos discutindo aqui entidades: a faixa populacional acima de 80 mil – e eu respeito a FNP, porque ela representa acima de 80 mil, e representa porque tem 140 municípios filiados – dá, de filiados, 334 municípios... Não é de filiados, porque tem 334 municípios no Brasil acima de 80 mil; filiados na frente tem 125.

Acima de 80 mil habitantes, o mesmo critério. Filiados na Confederação, tem 79%, ou seja, 30% dos filiados... Como é que é... 2.600 ali, 2,6%.

Então, mostra que a nossa entidade é infinitamente muito maior que a Frente se apregoa dizendo: "Eu represento esse município". Nós também representamos, nós também representamos e queremos que esse seja ouvido também.

Representação da população. Não é porque Rondônia tem pouco habitante que vai ficar fora de tudo.

Agora aqui, filiados, que é o que interessa, acima de 80 mil, filiados na CNM, tem 84,9 milhões, 78%. A Frente tem 64 milhões e 59%. Isso é para desmentir aquela cantilena que tem até na imprensa, que eu represento, e outro.... Estão aqui os números. Isso foi colocado na mesa com as entidades, tudo, trazendo dados confiáveis conforme determina a Lei das Associações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Então, além de possuir uma representação menor da população, aproximadamente um terço, está concentrado em quatro municípios. E eu respeito estes municípios: São Paulo, Rio, Fortaleza e Salvador. Quase a metade de todas essas inscrições e que estão bem contemplados, e ninguém quer briga com eles; quer, pelo contrário, acolher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como estão agora saindo daqui, lá na 66, proposta de emenda à Constituição, que é toda da nossa entidade, brigamos aqui, aprovamos no Senado. Agora a Frente está entrando muito bem, que entre. Agora nós vamos colher, pode entrar. Não estamos com ciúmes, não. Pode ir lá dizer que até foi vocês que fizeram essa proposta e que lutam há dois anos para que isso venha a ocorrer.

Então, 61% da CNM, e 45% Frente.

Pode passar.

Três caminhos possíveis. Agora eu quero começar já para encerrar.

Hoje, Presidente e demais Senadores, nós temos, no meu cenário, muito por intuição, isso aqui não tem base científica. Seguirmos o que está definido na Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ZIULKOSKI – ... no Projeto de Lei 108, que será aprovado na Câmara, e na Lei 214. Esse é um caminho. Vamos fazer a eleição. Não precisa ter medo da eleição, a Frente pode ganhar a eleição, tomara que ganhe, não tem nada, mas vamos cumprir a lei. Está lá na lei, na lei complementar e na própria emenda constitucional.

Segunda possibilidade: um acordo entre as entidades para a formação da chapa conjunta na eleição de 13 representantes, porque na de 14 até parece que estão doando para nós. Não, nós temos 5.200, tem 140. Não pode ser tanta mentira assim, não pode. Um acordo, a semana que vem a reforma tributária está andando.

E o terceiro é que estão querendo a virada de mesa. Vamos virar a mesa? Nós vamos talvez ajudar a não virar. Vamos deixá-la em pé.

Quem quiser virar, a marcha agora... Eu não estou aqui hoje com Prefeito, nem mobilizei Prefeito aqui. Temos alguns Prefeitos estão aqui, a quem eu também quero fazer referência. Está aqui o Fernando, está aqui o Hudson, está aqui o Edmar, está aqui o...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ZIULKOSKI – ... Prefeitos do Paraná, de lá do Rio Grande do Norte, vários estados que estão conosco.

E nem estão aqui dizendo que vão ameaçar nada, porque o Senado é soberano, é a Casa da Federação, é a Casa que decide.

Agora, nós não vamos aceitar a virada de mesa. E isso tem as seguintes consequências. Se tiver um acordo, que nós estamos propondo há tempo um acordo, Presidente, aí depende de pressão externa, porque tem uns que querem ficar lutando pela manutenção até mais quantos anos? A reforma não pode parar.

O Bernard Appy falou em 50 milhões que tem aí por mês para esse comitê funcionar. Sem o nosso comitê sendo instituído, não tem como o CBS e tudo mais, o próprio da União subsistir.

Então, o que nós estamos colocando aqui? Esse cenário para que o Congresso, a sociedade brasileira entenda isso aí. Nós não fomos contra a reforma nunca, nós não entramos em juízo. Nós aceitamos todas as partes que lá na...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ZIULKOSKI – ... Comissão Eleitoral decidiram. Então, lá em juízo não aceitam nada porque estão apostando, Deputado, Senador... que aqui no Senado ocorra a virada de mesa e que se mude tudo, talvez até a Constituição, porque as propostas que eu vi aqui a maioria são inconstitucionais – acho que quem fez não olhou bem –, fora questões que eu já falei aqui.

Então, essa é a nossa posição. É a posição que eu trago aqui e os senhores acompanharam mais de 15 mil participantes na semana passada, retrasada aqui em Brasília. Nós estamos respaldados pela democracia, o princípio do voto. Tem que ter respeito, porque uma estadual como, no meu estado, a Famurs, representa 9 milhões de habitantes – Porto Alegre tem 1,5 milhão. Então, essas entidades têm representatividade e estão trabalhando conosco. Nós não estamos mobilizando.

Então, finalizo, acho que tem mais... é só isso aí. Então, queremos colocar o comitê e a reforma tributária de pé ou vamos modificar de forma casuística tudo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ZIULKOSKI – ... que já foi amplamente discutido com a sociedade e com o Congresso? E o Brasil precisa dela. Então, depende do Senado. Está na mão do Senado chamar as partes e tomar uma decisão e dizer: "olha, vamos nos acertar, nós estamos aqui para acertar". Quem não quiser acertar, que diga que não quer, mas também não vamos capitular. Uma coisa é acordo, outra coisa é capitulação. Nós queremos que os 150 milhões de brasileiros que estão filiados conosco também... que a população seja ouvida.

Então, a nossa posição é muito clara, estamos alertando e deixando aqui registrada a nossa posição. Queremos, de preferência, um acordo; queremos ou cumprir a lei, sair a eleição – ganhe quem ganhar –, ou, então, vamos tentar mudar a lei. E aí vamos discutir aqui não sei quanto tempo, vamos para a Câmara, nós vamos brigar por lá. Vai voltar para cá, vai para lá. E eu pergunto para o Flávio... pergunto, não, coloco: os estados estão aí querendo também entrar com ação em juízo, talvez, para poder cumprir.

Quem é que criou esse problema? Se a confederação tem problema, diga qual é o problema que nós criamos para que isso não ocorra. Pronto, nós abrimos mão na hora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Tem que chamar quem está em campo e quem está ocasionando tudo isso.

Acho que é hora de todos tomarem posição sob pena de a reforma tributária, daqui a pouco... um ano, dois ou três... vai para juízo, vem decisão daqui, vem decisão de lá, politicamente não se deixa votar mudança lá e outra aqui.

Então, está aqui a solução. Em resumo, queremos o cumprimento estrito da lei – da lei, Dr. Bernard. Não é fazendo reuniões, querendo conduzir para cá ou para lá, que teria um acordo... Que acordo? O acordo está aqui na lei, está aqui na lei.

Então, essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, Ziulkoski.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Creio que o Senador Eduardo Braga está ouvindo em casa e anotando esses pontos aqui citados pelos nossos debatedores, importantíssimos.

Continuando nossa audiência pública – muito importante, concorrida –, eu passo a palavra para o Prefeito Eduardo Paes, da cidade do Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO PAES (Para expor.) – Muito bem, boa tarde a todos e todas.

Queria cumprimentar aqui o nosso Presidente, o Senador Confúcio, mandando um abraço para o Senador Eduardo Braga; saudar aqui o Senador Oriovisto, o Senador Eduardo Gomes – bons tempos em que militamos juntos, não nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados. Quero cumprimentar aqui o Paulo Ziulkoski, Presidente da CNM, Bernard Appy, o Dr. Flávio, aqui presente.

Faço questão, Presidente, de registrar aqui a presença de alguns Prefeitos da Frente Nacional de Prefeitos que me acompanham hoje: o Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes; o Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo; o Prefeito de Salvador, Bruno Reis; o Prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel; a Prefeita de Lavras, Jussara Menicucci; o Prefeito de Diadema, Taka Yamauchi; o Prefeito de São Luís, Eduardo Braide; o Prefeito de Rio Branco, Tião Bocalom; o Prefeito de São Carlos, Netto Donato; o Prefeito de Mossoró, Allyson Bezerra; o Vice-Prefeito de João Pessoa, Leo Bezerra; o Vice-Prefeito de Contagem, Ricardo Faria. Alguns Prefeitos não estão aqui porque estão em outros debates também aqui no Congresso Nacional no dia de hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu os ouvi atentamente.

Primeiro, é óbvio que a gente não existe aqui, Flávio...

Quero manifestar os nossos sentimentos ao querido Bernard Appy, que é uma figura excepcional, mas tem como tarefa explicar uma matéria um tanto quanto monótona. Quando lhe dão, então, dez minutos, eu achei que, ao final, ele fosse ler alguma daquelas fórmulas paramétricas que ali estavam neste debate.

Mas eu queria começar fazendo algumas observações, porque talvez o ouvinte ou o espectador menos atento desse encontro aqui tivesse, no início da fala do Dr. Bernard Appy, tirado um pouco da relevância desse comitê. Esse comitê é um comitê muito importante, é um comitê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem um conjunto muito importante de funções, para tratar de um tributo que vai sustentar os estados e os municípios brasileiros. Estamos falando aí de uma expectativa de arrecadação de R$1 trilhão. Estamos falando de um orçamento que pode chegar a R$5 bilhões. Portanto, nós não estamos tratando aqui de algo que seja menor, que tenha menos importância ou que não interesse de fato a todos os entes da Federação. Daí, obviamente, a presença aqui de duas instituições que buscam representar municípios e de tantos Prefeitos de cidades importantes brasileiras aqui presentes. Nós estamos tratando de algo muito importante em uma reforma tributária.

E fica o meu registro aqui ao Dr. Bernard Appy, ao Ministro Fernando Haddad e a todos aqueles aqui no Congresso, incluindo o Senador Eduardo Braga, que conduziram essa reforma tributária de forma que ela pudesse se viabilizar. Eu sou daqueles que, depois de dois mandatos no Congresso Nacional, participei, em oito anos – o Senador Eduardo Gomes se lembra bem disso –, de todas as Comissões de reforma tributária possíveis e imagináveis, e houve um determinado momento que eu achei: a reforma tributária no Brasil só acontece se tiver regime de exceção, porque, na construção política, é impossível que isso aconteça. E, sob o comando técnico do Bernard Appy, sob o comando político aqui das Lideranças da Casa, conseguiu-se chegar a uma reforma tributária bastante importante para o Brasil, que, sem dúvida nenhuma simplificou o sistema.

Mas é óbvio, Presidente, que eu quero aqui fazer referência especial à fala do Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios. Primeiro, não há aqui, por parte de qualquer dos Prefeitos da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, e tenho certeza também dos Prefeitos da Confederação Nacional de Municípios, aqueles que se elegeram, que disputaram a eleição no ano de 2020 ou no ano de 2024, que exercem o mandato legitimado pelo voto popular...

Nós temos que nos lembrar disto: nós vivemos num sistema de democracia representativa. Aqueles que representam aqui os estados da Federação – três Senadores por unidade da Federação – foram eleitos pelo voto popular. Portanto, nós tratamos aqui, sim, de legitimidade política. Todos esses Prefeitos não estão aqui para qualquer tipo de disputa entre instituições, até porque, prezado Presidente Confúcio, eu tenho que lembrar aqui que eu acabei de assumir a Presidência da Frente Nacional de Prefeitos, algo que não é simples. A minha cidade já exige

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bastante de mim. Portanto, nós nos dividimos muito nas discussões aqui – numa hora está o Sebastião Melo, em outra hora está o Ricardo Nunes, outra hora estão Prefeitos de diferentes cidades –, porque todos sabemos dessa importância, da legitimidade, do voto popular para que a gente se faça representar. Então, nenhum de nós aqui está aqui querendo criar uma disputa de entidades.

Acabei de me eleger Presidente da Frente Nacional de Prefeitos.

Vamos imaginar, Senador Eduardo Gomes, que, amanhã, por acaso, eu resolvesse virar candidato a Governador do Rio de Janeiro? Dizem por aí e eu não confirmo nunca. Se eu virasse candidato a Governador do Rio de Janeiro, eu teria que sair da Prefeitura do Rio de Janeiro no próximo mês de março de 2026. Automaticamente, eu sairia também – assim como o Prefeito Edvaldo, de Aracaju, saiu da Frente Nacional de Prefeitos – da Presidência da Frente Nacional de Prefeitos e seria sucedido, substituído, por um Prefeito no exercício do seu mandato. Esse é um ponto fundamental que se compreenda aqui neste debate.

Fala em nome aqui da Frente Nacional de Prefeitos um Prefeito reeleito pelo voto direto e popular da população, no caso, da cidade do Rio de Janeiro, pela quarta vez, nas eleições de 2024. Esse não é um fator menos importante.

Portanto, aqui não temos nenhuma paixão por nenhuma instituição, Federação, não é um time de futebol para todos nós, muito menos meio de ganhar a vida. O que nós estamos tratando aqui neste encontro, prezados Senadores e Senadoras, queridos Prefeitos aqui, é algo que, para aqueles que disputam a eleição, para aqueles que fazem a atividade política, que colocam o seu nome nas urnas, é fundamental, que é o entendimento político.

Eu vou pedir aqui... O Presidente Ziulkoski, em diversos momentos, disse aqui que queria que se cumprisse aquilo que foi decidido nos diversos debates acontecidos. Quero confessar, Senador Confúcio, que o Sebastião Melo, Prefeito de Porto Alegre, e o Prefeito Edvaldo, de Aracaju, vieram aqui, coitados, 500 vezes debater sobre a reforma tributária, e eu só vim em uma. Eu não fiquei muito neste debate. Mas foi um debate intenso, com uma participação, aliás, muito importante, da Confederação Nacional de Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir aqui – acho que está na agulha aí, Gilberto, imagino eu – um vídeo de um momento na Comissão – é uma reunião desse Comitê Gestor, de 8 de julho do ano passado – em que o Deputado Mauro Benevides, falando ali em nome desse entendimento, explica muito claramente qual era esse acordo do Comitê Gestor – aliás, acordo do qual participou o Senador Eduardo Braga, que afirmou isso, recentemente, em uma reunião –, acordo de que várias pessoas, Senadores da República participaram. Mas, para que não reste dúvidas, tem um vídeo do Senador Mauro Benevides explicando como se construiu esse entendimento político e peço que, por favor, coloquem o vídeo.

Se puder botar com som, fica melhor ainda.

Deputado Mauro Benevides.

Desculpe. (*Pausa.*)

Ziulkoski, tirou o som.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO PAES – Olha, eu não estava presente nesse dia, mas o Prefeito de Porto Alegre, reeleito, Sebastião Melo; o Prefeito Edvaldo, também quatro vezes Prefeito de Aracaju; e várias pessoas estavam presentes. A gente vai ouvir aí o Deputado Mauro Benevides falando muito claramente desse entendimento em que, olha, você tem 14 vagas, que serão preenchidas pela instituição Confederação Nacional dos Municípios, e 13 vagas, que serão preenchidas pela Frente Nacional de Prefeitos, nas regras estabelecidas. Quer dizer, chegou-se a essa conclusão a partir desse entendimento.

Se tiver dificuldade, eu o tenho aqui no meu WhatsApp. Eu posso botar só o áudio, e vocês ficam olhando para o vídeo. Se o Senador, se V. Exa. me permitir...

(*Procede-se à exibição de áudio.*)

O SR. EDUARDO PAES – Bom, eu acho que essa fala é autoexplicativa. Nós tivemos... Acho que essa fala é autoexplicativa. Esse debate se deu, enfim, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Infelizmente, o Senador Eduardo Braga não pôde estar aqui presente hoje, mas ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também participou dessa construção, e eu pude, em uma oportunidade numa reunião, ouvi-lo dizendo isso. O que nós desejamos simplesmente é isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO PAES – Nós sairemos daqui com o entendimento hoje se o Presidente da CNM cumprir com o seu compromisso.

Agora, é óbvio, prezado Presidente Confúcio – e eu já encerro aqui a minha participação –, que nós temos, sim, propostas ao PLP 108, e elas estão, de certa maneira, muito bem escritas na emenda apresentada por S. Exa. o Senador Otto Alencar, por acaso, Líder do meu partido nesta Casa, mas nós chamamos a atenção, primeiro, para essa assimetria entre as regras que valem para os estados e para os municípios. Os estados indicam o Secretário de Fazenda, e isso aqui foi traduzido pelo Presidente da CNM como se fosse algo para politizar. Eu acho que é o contrário: o que nós entendemos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO PAES – ... é que também, no caso dos municípios, as funções deveriam ser ocupadas pelo Secretário de Fazenda. Por que isso, prezado Senador Confúcio, Senadoras e Senadores?

Porque nós corremos o risco de ter uma entidade que vai cuidar de R$1 trilhão dos brasileiros e que vai ter um orçamento de R$5 bilhões ser tomada por pessoas que têm isso como a sua atividade profissional. A política não pode continuar sendo tratada dessa maneira. Estamos aqui, na Casa dos estados, mas no ambiente dos representantes da população brasileira.

Portanto, nós entendemos também que essa é uma mudança que deve haver na legislação, porque, se as entidades... Eu teria até uma proposta mais ousada, mas ela é muito particular minha – não é da FNP e eu estou aqui falando no nome da FNP –, porque, por mim – e isso deveria valer para a CNM e para a FNP –, os participantes desse processo deveriam ser entidades lideradas, presididas e governadas por Prefeitos no exercício do seu mandato, porque é isso que legitima a representação popular na hora de nós escolhermos.

Portanto, qualquer Prefeito da CNM, assim como qualquer Prefeito da Frente Nacional de Prefeitos, pode pleitear a liderança desse processo; mas essa é uma opinião pessoal minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, obviamente, Sr. Senador Confúcio, nós que estamos sujeitos ao julgamento popular, aos controles, Senador Eduardo Gomes, do Ministério Público, do tribunal de contas, da imprensa, da população, e que somos permanentemente fiscalizados – e quem é chefe no Executivo aqui sabe que dificuldade e que loucura é isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO PAES – Nós estamos, permanentemente, sendo observados, para que, por exemplo, possamos conduzir as atividades de um comitê tão importante, de maneira adequada.

Portanto, o que deseja a Frente Nacional de Prefeitos é a gente sair daqui com isso resolvido hoje. É o cumprimento daquilo que foi dito pelo Deputado Mauro Benevides, em conversas com o Presidente Arthur Lira, que continua na Câmara dos Deputados trabalhando agora na discussão do Imposto de Renda – vamos contar com a ajuda dele para que os municípios não percam.

E nós vamos sempre, Presidente Paulo Ziulkoski – sempre –, como Prefeitos eleitos, legitimados pelo voto popular, no exercício dos nossos mandatos, acompanhar a Frente Nacional de Prefeitos – perdão, a Confederação Nacional de Municípios –, nas suas boas iniciativas.

Eu quero ir atrás da Confederação Nacional de Municípios, e todos os Prefeitos que acompanhem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO PAES – É claro que tem que ter um quadro executivo. Nós temos aqui, na Frente Nacional de Prefeitos, o competente Gilberto Perre; mas quem dá as cartas são os Prefeitos legitimados pelo voto popular. A gente precisa entender essas boas iniciativas da Confederação Nacional de Municípios. Seja na PEC 66, seja amanhã, estaremos juntos de novo na segurança pública.

O SR. PAULO ZIULKOSKI (*Fora do microfone.*) – E ela é boa!

O SR. EDUARDO PAES – Posso seguir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAES – Muito obrigado.

Seja na PEC 66, seja na Comissão lá que avalia a PEC da Segurança Pública, nós sempre seguiremos as boas iniciativas, de preferência debatendo com pessoas que vivem a realidade dos municípios, que estão permanentemente prestando conta a seus eleitores, que são permanentemente julgados pelo voto popular.

Portanto, vamos cumprir o acordo, vamos seguir aqui o que disse o Deputado Mauro Benevides, que esteve acordado com a testemunha do Senador Eduardo Braga, do Prefeito Sebastião Melo e do ex-Prefeito Edvaldo, que não mais preside a Frente Nacional de Prefeitos justamente porque não tem mais mandato eletivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Por uma questão de referência pessoal a mim, eu gostaria de ter alguns minutos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – V. Sa. ainda tem dois minutos para responder.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Bom, primeiro, eu gostaria de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ZIULKOSKI – ... de dizer ao Prefeito Paes que ele procure ler o art. 1º da Constituição, que diz que a Federação brasileira é constituída pela União, estados e municípios, e não Prefeito. Então, é a Constituição que diz isso. O senhor a leia e se atenha para ver se isso procede ou não.

Segundo lugar, o senhor foi eleito, eu não sei se por 3 milhões ou por 4 milhões de votos. Quanto o senhor teve no Rio? Foram 3 milhões, 4 milhões. Um ano atrás, eu fui eleito presidente da confederação em que votaram 4,4 mil Prefeitos, representando 150 milhões de brasileiros, Prefeito. O senhor não chega nem aos pés dessa votação, nunca vai ter, talvez. O senhor tem apenas do Rio de Janeiro, não sei até quando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro lugar, eu vou recomendar que o senhor leia a Lei 14.341, de 2022 – o senhor precisa lê-la. O senhor tem 200 assessores jurídicos na prefeitura, e não teve o trabalho de ler? Leia essa norma que regula a associação, porque o senhor é o Presidente e o senhor não sabe.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – É uma vergonha. O senhor tem que ler, porque ela está dizendo expressamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ZIULKOSKI – ... que, para presidir entidade, tem que ser Prefeito ou ex-Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, Ziulkoski?

O SR. PAULO ZIULKOSKI – O senhor tem que ler o que está na lei. De novo vai contestar a lei?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos dar continuidade aqui, Ziulkoski.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Então, vamos até amanhã. O Mauro Benevides representou a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos continuar aqui nossa audiência pública. Depois, no final, a gente permite algumas perguntas.

Vamos passar a palavra para o Dr. Flávio César, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal.

O SR. FLÁVIO CÉSAR (Para expor.) – Quero cumprimentar aqui o Senador Confúcio Moura, que está presidindo esta audiência pública; e, na sua pessoa, Senador, estender os cumprimentos aos demais Senadores, ao Senador Eduardo Braga também, que nos acompanha nesta audiência.

Quero cumprimentar o Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy; cumprimentar aqui o amigo Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confederação Nacional de Municípios; também cumprimentar o amigo Eduardo Paes, que é o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro e Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos; cumprimentar também aqui o meu amigo Rodrigo Spada, que é o Presidente da Febrafite; e, na sua pessoa, Rodrigo, cumprimentar a todos os presentes e os Prefeitos aqui, enfim...

Quero dizer, Senador, que o Secretário Bernard Appy fez uma excelente explanação aqui na sua fala sobre o Projeto de Lei Complementar 108. E esta audiência pública de hoje, aqui no Senado Federal, é justamente para que nós possamos discutir o PLP 108, que traz todo um escopo muito bem apresentado pelo Secretário Bernard Appy, com toda a configuração do comitê gestor, todas as atribuições e tudo que envolve esse projeto de lei.

Eu gostaria de fazer aqui uma referência, até porque nós temos trabalhado intensamente nas discussões do PLP 108, porque a intenção do Senador Eduardo Braga é de aprovar esse projeto de lei até o final do primeiro semestre, antes do recesso Parlamentar, e tem todo um grupo de trabalho, Senador, que está debruçado exaustivamente discutindo o PLP 108.

E, aqui, em nome do Ricardo, representando os consultores do Senado Federal, em nome da Tati, representando a equipe do Senador Eduardo Braga, em nome do Alberto, que é um técnico que representa a FNP, em nome do Miqueas, que é um grande técnico que representa a CNM, em nome do Leonardo, do Ricardo, dos técnicos que representam o Comsefaz, quero agradecer o trabalho, a dedicação, o reconhecimento daquilo que verdadeiramente tem sido a grande consistência de um trabalho sério, de um trabalho de comprometimento, voltado para os interesses desse tema, que, com certeza, vai impactar o país.

Nós estamos falando aqui, tratando de uma reforma tributária que tem como objetivo três pilares: a simplificação, a transparência e a justiça social, que vão elevar o país para um outro patamar para os próximos 50 anos. Então, é um assunto muito sério, é um assunto que requer realmente uma união de esforços.

Nós sabemos que muito foi feito até aqui por todos os atores que tiveram a sua participação desde lá de trás, da PEC 45, da Emenda Constitucional 132, do PLP 68, do PLP 108 agora e do Projeto de Lei Complementar 214, que já foi sancionado e promulgado em janeiro deste ano, ou seja, nós estamos falando aqui de um conjunto de trabalho muito sério e que realmente envolveu muita dedicação e comprometimento por parte de muitas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde que o PLP 68 foi aprovado e sancionado, e do qual nasceu a Lei Complementar 214, houve um acordo entre as três instituições que representam os estados e os municípios. Nós nos reunimos, o Comsefaz, a CNM e a FNP, e assinamos um termo de acordo cooperativo para criar o pré-comitê gestor. E, nesses últimos seis meses, nós temos tido um trabalho árduo, um trabalho extremamente complexo e de muita dedicação por parte de muita gente envolvida nesse processo.

Durante esses últimos seis meses, ao longo desse trabalho, muita coisa já foi produzida. E aí eu quero aqui também fazer uma referência às pessoas que estão liderando esse processo: pela CNM, além do Presidente Paulo Ziulkoski, eu quero fazer uma referência ao Eudes, que é o diretor dessa instituição, e também à Flávia, que, muitas vezes, tem coordenado essas reuniões de trabalho; pela Frente Nacional dos Prefeitos, nós temos aí o Gilberto e o Kleber, que também se dedicaram muito, juntamente com os técnicos envolvidos nesses trabalhos; e, pelo Comsefaz, agradeço ao nosso Diretor Institucional, Dr. André Horta, e, na pessoa do Dr. André, da Célia, do Matheus, agradecer todo o envolvimento dos representantes do Comsefaz ao longo desses últimos meses trabalhando nesse pré-Comitê Gestor.

Só para vocês terem uma ideia da dimensão do trabalho que foi desenvolvido até aqui, nós estamos falando de três grupos de coordenação, Grupo de Coordenação Técnica, Grupo de Coordenação Financeira e Grupo de Coordenação Operacional. Nós estamos falando de mais sete grupos de trabalho, que envolvem cada área de interesse, e estamos falando de mais 36 subgrupos, ou seja, dentro desse universo todo, nós estamos falando de um contingente de cerca de 2 mil técnicos, que têm trabalhado exaustivamente ao longo desses últimos meses, se dedicando à construção de todo o embasamento para aquilo que preconiza a lei, porque a nossa intenção, quando nos reunimos com o Presidente Paulo, com o Presidente, na época, Edvaldo, da FNP, com a iniciativa da criação desse pré-Comitê Gestor, foi justamente pensando que o que a Lei Complementar 214 preconiza é que 120 dias após a sua promulgação seria instalado o Comitê Gestor Provisório, e isso se daria no dia 16 de maio, não teríamos tempo hábil até o final de dezembro para começar a transição, que seria já a partir do dia 1º de janeiro de 2026.

Por isso, eu penso que foi, Presidente Paulo e Presidente Eduardo, uma iniciativa muito sábia das três instituições, com o apoio da Sert e com o apoio, também, da Receita Federal, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudéssemos vislumbrar muitas coisas que seriam mais complexas e mais difíceis nós enxergarmos a partir de agora.

Então, boa parte da caminhada já foi percorrida até aqui, muito trabalho foi feito, muitas horas de dedicação. Tem pessoas, nesse universo de técnicos que eu mencionei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CÉSAR – ... que trabalham diuturnamente, às vezes mais de 12, 14, 16 horas por dia, se dedicando a esse processo todo. E aí, conforme preconiza a lei, conforme eu já mencionei, a partir da promulgação da Lei Complementar 214, que deu 120 dias, a partir do dia 16 de maio deste ano, automaticamente, seria instalado o Comitê Gestor provisório, ou seja, os representantes indicados pelos estados... os 26 Governadores mais o Governador do Distrito Federal indicaram seus 27 representantes – os secretários de fazenda de todos os estados – e mais 27 suplentes, encaminharam essas indicações ao Comsefaz, que as encaminhou à União, a qual publicou os representantes dos estados no *Diário Oficial da União*. Então, automaticamente, esses representantes da esfera estadual foram legitimados, conforme a lei, a partir do dia 16 de maio, para que sejam efetivamente os representantes dos estados no Conselho Superior do Comitê Gestor provisório.

Mas, infelizmente, conforme nós já sabemos e presenciamos nesta tarde, não houve esse consenso por parte das entidades que representam os municípios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CÉSAR – E aí nós temos hoje um Conselho Superior do Comitê Gestor provisório instalado de forma precária, porque nós temos os representantes dos estados, legitimados pela lei. Inclusive nós tomamos o cuidado de fazer uma reunião virtual no dia 16 de maio, estendemos o convite para a participação desta reunião tanto para a FNP quanto para a CNM, para poder dar posse aos representantes dos estados, e, daí para frente, nós estamos entre a cruz e a espada, porque nós respeitamos os nossos parceiros, que são os municípios, nós entendemos que esse novo sistema tributário do país é um casamento entre estados e municípios...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO CÉSAR – ... não tem como os estados andarem sozinhos, assim como não tem como os municípios andarem sozinhos. O novo sistema tributário extingue o ICMS, extingue o ISS dos municípios e nasce o IBS, então, daqui para frente, nós vamos caminhar juntos pelo menos pelos próximos 50 anos. E nós nunca tivemos, Presidente Paulo, a intenção de tomar nenhuma decisão à revelia, em detrimento dos municípios, muito pelo contrário: durante todo esse período, nós temos buscado, com muito respeito e responsabilidade, estabelecer sempre um diálogo muito próximo tanto com a CNM quanto com a FNP. Por diversas vezes nós tivemos encontros, tive oportunidade de ter sido recebido pelo senhor como Presidente da CNM, na sede da CNM; estivemos juntos na marcha dos Prefeitos; semana retrasada, tive uma conversa, junto com a nossa diretoria, por mais de 2h30, com o Dr. Eudes, que é diretor da CNM, junto com a Flávia, assim como tivemos também várias conversas com a FNP, tanto na sua sede quanto na do Comsefaz, buscando sempre esse entendimento e também ajudar de alguma forma na solução desse imbróglio que se formou.

Mas nós temos uma preocupação. Nós temos, a partir de hoje, praticamente, seis meses até o início da transição, que seria a partir de janeiro de 2026.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CÉSAR – Nós temos o trabalho já produzido por esse contingente de técnicos, que eu já mencionei, diga-se de passagem, um trabalho muito primoroso, um trabalho muito sólido, um trabalho que realmente merece o nosso reconhecimento, mas, para isso, nós precisamos, até lá, nesse curto espaço de tempo, desenvolver diversos sistemas, que, ao longo de toda a transição, nós estamos falando de mais de 60 sistemas para colocar esse novo sistema tributário em andamento, e isso requer recurso, Senador.

Conforme preconiza a lei, nós teríamos direito, a partir deste ano de 2025, a um aporte da União na ordem de R$600 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CÉSAR – ... que seria em 12 parcelas de R$50 milhões, ou seja, nós já estamos no mês de junho, nós já perdemos, até aqui, metade desse recurso. Nós gostaríamos muito de poder garantir, pelo menos, a outra metade que ainda resta, para que, minimamente, possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda cumprir com as obrigações e as metas estabelecidas, considerando os prazos que nós temos, mas, infelizmente, para nós avançarmos nisso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CÉSAR – ... nós precisamos eleger o Presidente do Conselho Superior, que, hoje, só conta com a indicação dos representantes dos estados.

Independentemente, inclusive, de a lei nos dar a garantia de que a primeira Presidência seria dos estados, nós não nos sentimos confortáveis para tomar essa decisão sem, minimamente, algum amparo, ou seja, esse amparo, através de um entendimento das instituições...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CÉSAR – ... que representam os municípios, dando-nos esse suporte, esse apoio, para que nós possamos eleger o Presidente provisório, abrir o CNPJ, abrir a conta bancária e encaminhar para o Ministério da Fazenda, para que o Ministério da Fazenda possa, então, fazer o aporte dessa primeira parte, que o Comitê Gestor tem direito. Então, infelizmente, nós estamos nesse imbróglio.

Quando o Presidente Paulo coloca que nós tivemos ou temos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CÉSAR – ... alguma intenção de entrar na Justiça... Nós nunca tivemos intenção nenhuma de entrar na Justiça, porque nós somos parceiros dos municípios, respeitamos as decisões das duas entidades e, em momento algum, tomamos partido para o lado A ou para o lado B, respeitamos as duas instituições, porque entendemos que as duas instituições são compostas pelos municípios e entendemos que é fundamental a participação de municípios grandes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CÉSAR – ... de municípios pequenos.

E a nossa intenção de garantir o recurso é justamente para garantir não só os interesses dos estados, mas também, Srs. Prefeitos, os interesses dos municípios que são representados por essas duas instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então nós não temos ainda nenhuma decisão tomada. Estamos conversando, estamos discutindo com o Conpeg, que é a instituição que representa as procuradorias dos estados, estamos discutindo com outras instituições...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CÉSAR – ... para tentarmos achar algum caminho que possa nos dar essa garantia, até que definitivamente seja resolvida essa situação posta.

E eu encerro as minhas palavras deixando claro esse senso de urgência, a ponto inclusive de que alguns atores da sociedade já estão recorrendo ao Comsefaz, no caso de uma omissão da nossa parte diante de todo esse cenário, e penso que seria de fundamental importância, e aqui fica um apelo ao Senado Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CÉSAR – ... na pessoa do Senador Eduardo Braga, para que possa definitivamente tentar um acordo entre as duas instituições que representam os municípios, para que a gente possa então caminhar e colocar em prática tudo que já foi construído e, acima de tudo, zelar e não colocar por água abaixo e desperdiçar todo um trabalho construído com muita seriedade, dedicação e comprometimento por parte de todos os técnicos que representam essas três instituições até aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Flávio.

Só um pouquinho.

Esta primeira rodada concluída, o Dr. Bernard Appy pede dois minutos para fazer uma complementação. E após isso, a gente faz a mudança de mesa, e eu vou pedir licença aos senhores para passar a Presidência para o Senador... Desculpa, Alessandro, deu um branco aqui, Alessandro Vieira. Aí eu passo a palavra ao Bernard Appy.

Por favor, dois minutos, Dr. Bernard.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BERNARD APPY (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Eu pedi só a palavra porque eu acompanhei todo o processo de elaboração da emenda constitucional das leis complementares. E eu queria ajudar.

Eu sei, infelizmente hoje nós estamos nessa questão de disputa entre as duas entidades municipalistas, mas eu queria colocar a minha experiência. Durante a elaboração da emenda constitucional, de fato, a CNM apoiou a reforma tributária, a Frente Nacional dos Prefeitos, não. É por este motivo que foi tomada uma decisão política na emenda constitucional, de que teria 14 representantes dos municípios escolhidos, um voto por município, e 13 em função da população. Então esse é um fato, essa foi a decisão política, e isso foi o que lastreou.

Agora, vencida essa fase, nós entramos num sistema em que o objetivo da reforma tributária tem um federalismo cooperativo. Desde a elaboração do projeto de lei complementar, nós esquecemos a disputa do passado e trouxemos todo mundo para a mesa em pé de igualdade.

Os dois projetos de lei complementar foram feitos com a participação da CNM...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... da FNP e obviamente do Comsefaz. E, nesse processo, deixou-se para a CNM e a FNP ver se chegavam a um acordo com relação a qual seria o critério de eleição dos representantes. Não chegaram a um acordo, foi colocado esse 14 e 13, duas eleições simultâneas. Implícito havia, sim, a ideia de que 14 eram da CNM, e 13, da FNP. Implicitamente essa era a ideia, eu queria deixar isso claro.

Agora, o que está na lei, o que a CNM está dizendo, falando é: "Eu estou cumprindo o que está na lei". É verdade, é fato. Eu estou querendo deixar claro aqui a situação, falar o seguinte: olha, houve sim, os 14 e 13 foram consequência sim do apoio, foi uma decisão política em função do apoio da CNM, e não da FNP.

Havia implícito essa coisa, mas a CNM está trabalhando com base no texto da lei. Eu tenho que reconhecer isso também. Agora, infelizmente, nós estamos nessa situação. O ideal seria que a gente chegasse a um acordo, porque todo o modelo tem funcionado até agora com base no modelo de federalismo cooperativo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BERNARD APPY – ... E seria muito bom que a gente conseguisse superar esse impasse. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado. Encerrada essa primeira rodada, nós vamos...

O SR. PAULO ZIULKOSKI (*Fora do microfone.*) – A proposta dele...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – De quê?

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Deixar claro que nós, há tempo, estamos propondo o acordo, os 13.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Deixar claro neste Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos...

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Vamos sentar agora aqui e resolver o problema, está liquidado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Gente, então vamos dar continuidade. Eu agradeço a todos os participantes. Podem retornar aos seus lugares, aqui na frente mesmo, que não tem Senador, pode sentar aqui adiante.

E eu vou só compor aqui a Mesa.

Dr. Eduardo Lourenço, por gentileza. Dr. Eduardo Lourenço, venha aqui à frente.

Vamos colocar cinco aqui para encerrar essa última rodada.

Dr. André Clemente Lara de Oliveira...

O Dr. Eduardo Lourenço é advogado tributarista.

O Sr. André Clemente Lara de Oliveira. André Clemente Lara de Oliveira é Diretor de Desenvolvimento e Controle Externo, e Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, representante do Sr. Edilson de Sousa Silva.

Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido à mesa o Dr. Rodrigo Spada, por gentileza, Presidente da Associação Nacional dos Fiscais de Tributos Estaduais.

E doutor... Já tem quantos?

Pode sentar, doutor... Pode sentar. Sente, sente. Pode sentar, doutor. Bem-vindo, viu? Bem-vindo. Vamos sentar.

O próximo agora... Dr. André já está aqui, não é? Rodrigo Spada já está aqui.

Dr. Fábio Macêdo. Está aí, Dr. Fábio Macêdo? Fábio Macêdo.

Está bom, põe uma cadeirinha aqui num canto, para o Dr. Pablo Cesário, que é Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Companhias Abertas.

E assim eu passo a palavra e a Presidência para nosso... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu vou passar a palavra, sem mais delonga, para o Dr. André Clemente, me parece que vai ser o primeiro, mas fazendo um registro para vocês todos. Nós estamos muito próximo da abertura de sessão plenária. Abrindo o Plenário, a gente vai ter que encerrar prematuramente. Então, peço aos senhores essa compreensão e essa brevidade de fala.

Passo a palavra ao Dr. André.

O SR. ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador. Quero cumprimentar o Dr. Rodrigo Spada aqui e, na pessoa dele, cumprimentar todos os tributaristas, advogados e auditores fiscais e procuradores do Brasil que nos assistem.

Na pessoa do Prefeito Sebastião Melo quero aqui cumprimentar todos os Prefeitos do Brasil que nos assistem, que acompanham, que esperam, ansiosos, o que está sendo tratado aqui.

A reforma tributária, obviamente, é importante, é induvidosa. O fluxo financeiro, o fluxo de arrecadação no país é a espinha dorsal sobre a qual todas as políticas públicas, todas as estruturas são financiadas. E este é um complexo sistema que se confunde, inclusive, com a questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federativa do país. Tem a ver com a autonomia financeira, a autonomia administrativa, a autonomia legislativa.

Então, princípios basilares passam pela discussão na reforma tributária.

E venho aqui, em nome da Atricon, Senador, em nome da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil, trazer o nosso apoio à reforma tributária, a nossa preocupação com os encaminhamentos, a nossa contribuição com questões técnicas, questões que são vivenciadas pelos tribunais de contas no dia a dia, fiscalizando, auditando as contas da União, dos estados, dos municípios, de suas estatais, enfim, da arrecadação, de tudo aquilo que sustenta o país, que dá o equilíbrio das contas públicas, que nos ajuda a atingir metas, a melhorar a qualidade dos investimentos no país e para cá trazer investimentos.

Logo no início, Senador, do trato da reforma tributária – e muitas reformas já vimos avançar e não serem concluídas –, já alertávamos sobre os princípios a serem observados na idealização de uma reforma tributária, na implementação, na gestão e *a posteriori* também, porque muito ainda vai decorrer do que se discute aqui, da criação do IBS, dos tributos, das normas complementares, dos sistemas que vão ser criados, seja para fazer a gestão, seja para facilitar a arrecadação.

Então, esses princípios eram basicamente o seguinte. Segurança jurídica. Uma reforma tributária sem segurança jurídica não avança. É trocar o mais pelo mesmo. Nós não tínhamos segurança neste manicômio jurídico tributário que existe no país e, por isso, a alta litigiosidade, questão que já está sendo discutida, inclusive, por um seleto grupo, do qual o Comsefaz faz parte, junto com o CNJ, que está acompanhando os trabalhos aqui desta reforma tributária também.

Então, segurança jurídica; carga tributária justa; aumento da arrecadação dos entes federados – União, estados e municípios; redução da carga tributária dos contribuintes – porque nós sabemos que é possível reduzir a carga tributária e aumentar a arrecadação, criando um ambiente saudável –; e redução da burocracia.

Agora, tem um princípio que é basilar para que tudo isso avance, que é o da preservação da autonomia dos entes federados. Muito já ficou para trás neste país em termos de avanço de reforma tributária. Por quê? Porque chegava na hora exatamente de se discutir o que estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutindo aqui... "Tudo bem. Qual vai ser o modelo"? "Mas quem é que vai sentar à mesa? A, B ou C? A vai ter mais peso? B vai ter mais peso? C vai ter mais peso? Espera aí". Aí travava tudo, o modelo não avançava. Começavam a vir com proposta complementar, plano B, plano C, e acabava não sendo concluída uma reforma tributária.

A reforma tributária é uma reforma que todo mundo quer. União quer. Estado quer. Município quer. Empresas querem. Agentes fiscais querem. O Judiciário quer. E por que nunca saiu? Justamente por isso – falta de convergência.

Então, sem se reconhecer o espaço de cada qual... E aí, a União, obviamente, vai ter que ouvir os estados; os estados, obviamente, vão ter que ouvir os município e todos vão ter que se ouvir, e entender suas necessidades.

Obviamente, a União se auto-organiza, mas quando ela vai se preparar para uma reforma tributária, para ter assento em algum colegiado, obviamente ela tem que entender que isso é uma Federação, que há limites para o exercício das suas prerrogativas. Os estados, da mesma forma. E os municípios têm que ser ouvidos, têm que ter assento nessas cadeiras, e têm que estar bem representados entre si.

Eles vão ter que se organizar. Tem coisas que só eles sentando... Fecha a porta, bota lá dentro e vamos discutir, vamos arredondar essa bola aí e depois vamos voltar. Tem coisas que cabem a eles, a forma como vão se representar, a forma como vão conseguir o máximo de eficiência nisso. Por quê? Porque criar o Comitê do IBS e sentar lá até a representatividade, eu penso que não vai ser o mais difícil.

E assim, os tribunais de contas, se preparando para acompanhar isso tudo. Nós fizemos uma proposta dentro da reforma tributária também, que é a criação de um tribunal de contas, a exemplo do Comsefaz, do Confaz, que é um colegiado que eu acho que tem que ser observado por muitos, porque há décadas é um colegiado que deu certo, e influenciou a criação do Conseplan, de um Conselho Nacional de Secretário de Segurança; ou seja, há uma série de situações que decorreram daí.

Nós temos que esse tribunal de contas que está proposto na reforma tributária vai acompanhar essas questões federativas, as questões de arrecadação, de distribuição, tudo isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que envolve alta complexidade de gestão, além das pessoas, das autoridades preparadas, da representatividade dentro do Comitê do IBS, vão estar sendo acompanhadas também pelos tribunais de contas, cujos entes federados e municípios vão estar todos participando do seu colegiado também.

Então, é uma forma de reforçar e de apoiar até essa forma federativa, até essa arrecadação e distribuição de rendas no âmbito do IBS.

Era o que tínhamos por enquanto.

Os tribunais de contas, na pessoa do Presidente Edilson, o IRB, na pessoa do Presidente Edilberto Pontes também, estão muito integrados, estão assistindo a esta audiência pública, estão fazendo contribuições a cada passo, no sentido de contribuir para o brilhante trabalho deste Congresso – seja na Câmara Federal, seja no Senado Federal.

Muito obrigado, Senador.

Meu abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço, Dr. André, pela brevidade.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Lourenço.

O SR. EDUARDO LOURENÇO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Senador, Presidente desta audiência pública, agradeço e cumprimento todas as autoridades na sua pessoa.

Prometo que vou gastar apenas cinco minutos, Senador, para contribuir com os trabalhos.

Digo, de início, que fico imaginando o empresário, em casa, assistindo à primeira fase desta audiência pública, como ele ficou assustado, vendo os entes brigando entre si, para definir como que vão indicar; e, do lado de lá, o contribuinte espantado, como que ele vai reagir a isso.

E a gente tem que sempre fazer o discurso, eu acho que está correto, de que a reforma tem que ser elogiada. Não é a reforma perfeita, mas foi a reforma possível, que traz sim simplificação, ela traz sim uma maior segurança jurídica para tudo o que a gente tem visto nos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concordo com o meu antecessor aqui, Dr. André, quando ele traz isso. Todo mundo sempre quis a reforma tributária, na hora que ela veio: "Não, não, espera aí, calma". Não, eu acho que a reforma tributária tem que ser elogiada.

E aqui, quando a gente está tratando do PLP 108, para além um pouco dessa discussão de como vai ser formalizado o Comitê Gestor do IBS, eu quero trazer três pontos basilares. Primeiro, em relação ao ICMS, nós temos lá na Emenda Constitucional 132 os parâmetros para a devolução dos créditos acumulados de ICMS.

Só que há uma certa incerteza em relação aos contribuintes de como isso vai ser feito. A ausência de um processo uniforme de homologação desses créditos vai gerar muita insegurança jurídica. A gente viu aqui como a divergência de regras e de formas de escolha pode trazer uma insegurança muito grande. Então, seria muito oportuno que ficasse expresso no PLP 108 que o Comitê Gestor vai definir quais são os parâmetros de um processo único que os contribuintes vão ter para homologar os créditos acumulados de ICMS.

Isso não quer dizer que cada ente não vai poder fazer o seu controle. A gente apenas está dizendo que, dado o processo, o contribuinte vai, em cada estado onde ele tem o crédito, fazer aquele processo único, aquele procedimento que, no nosso modo de ver também deveria ter um prazo razoável de homologação. Então, acho que esse é o primeiro item em relação ao ICMS.

Um outro ponto em relação ao ICMS também, que está no PLP 108 dos créditos, é uma questão de que, dependendo da forma como o crédito foi homologado, ele vai poder ser compensado de uma forma ou ser transferido. Olha, eu não vejo diferença de forma de homologação do crédito, se foi tácita ou expressamente homologado. Uma vez homologado, ele tem que seguir a mesma regra, senão é diferente, não é homologação. Então, acho que esse é outro ponto que tem que ficar muito claro.

E, por fim, dada a impossibilidade de conceder benefícios tributários, a gente sabe que a reforma tributária muda essa chave, passa para incentivo financeiro, ela tira um pouco da ideia de concessão de benefício tributário. Eu acredito que poderia estar previsto no PLP 108 uma possibilidade de os estados, se assim desejarem, poderem devolver o dinheiro aos contribuintes que têm crédito de ICMS de forma mais acelerada como contrapartida a uma política pública de incentivo à industrialização ou a qualquer outra política pública que esteja vinculada ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento regional. Isso é extremamente possível porque na emenda constitucional está expresso que os créditos ICMS vão ser devolvidos em até 240 meses, isso não exclui a possibilidade de o estado definir uma devolução de forma antecipada. E por que não incentivarmos alguma política pública vinculada a essa devolução do ICMS?

Em relação – passando ao item 2 de três – às multas, eu acredito que o meu colega Pablo, Presidente da Abrasca, vai aprofundar, mas existem diversos, entre aspas, "tipos penais" para descumprimento de obrigações acessórias, multas.

Veja, Sr. Presidente, tem uma multa lá em que, se a pessoa jurídica não informar que o domicílio fiscal do sócio foi alterado, ela tem um descumprimento de obrigação acessória, é passível de multa. Veja, eu vou ter que controlar o endereço civil de todos os sócios da empresa porque, se alguém alterou, eu tenho que avisar, senão... tem algumas coisas que estão demais ali, algumas multas exorbitantes que deveriam ser mais bem avaliadas.

E, por fim, a maior participação da sociedade civil. Nós temos lá nos anexos da Lei Complementar 214 todos aqueles regimes diferenciados que vão passar por avaliações quinquenais, desde a cesta básica até alimentos ou medicamentos, em tudo aquilo as políticas públicas vão ter avaliações quinquenais, e dentro do PLP 108 está ali expresso como é que vão ser essas avaliações quinquenais.

E o que nós estamos sugerindo é a participação da sociedade civil, seja pela CNI, CNA, CNC, CNseg, CNF, participarem deste debate.

Rápido, e cumprindo o meu prazo de cinco minutos, Sr. Presidente, eu encerro, agradecendo e parabenizando pelo trabalho.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço pela contribuição, Dr. Eduardo Lourenço.

E passo a palavra ao Dr. Rodrigo Spada.

O SR. RODRIGO SPADA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aqui ao nosso Presidente, Alessandro Vieira, por esta oportunidade e, na pessoa dele, agradecer todo o Senado por ter sido esse espaço de diálogo muito produtivo.

Estamos nesse debate desde 2015, de forma ininterrupta, e por diversas vezes fomos recebidos pelos consultores, que eu agradeço aqui, os técnicos, e também os Senadores e os Deputados, que souberam acolher as melhores propostas. Quero crer que aqui não será diferente neste nosso diálogo.

Eu trouxe cinco pontos para tratar, mas eu não vou tratar dos cinco por conta do tempo. Eu sei que o Fábio Macedo, Presidente da Fenafim, vai tratar de um, ao qual eu apoio, mas o primeiro tema que eu quero trazer é a questão da cidadania fiscal solidária. Tenho a plena convicção, e a gente participou desse debate tributário desde 2015, que não foi intuito de nenhum técnico, de nenhum legislador, deixar os menos assistidos de fora da reforma tributária, até por movimentos concretos, como o *cashback* do imposto, que trouxeram uma devolução personalizada às famílias de baixa renda.

O intuito da reforma não foi prejudicar. Porém, passou desapercebido de todos nós, e eu como auditor fiscal também, que um percentual do imposto hoje, o ICMS, em mais de 20 unidades da Federação, é repassado para entidades de assistência social, que cuidam de pessoas em vulnerabilidade social: crianças, idosos, pessoas com problemas de saúde severos, e que o Estado não alcança. Essas entidades de assistência social fazem um trabalho complementar ao Estado, para cuidar dos desassistidos. Extinguindo o ICMS, programas – como temos em São Paulo, o da Nota Fiscal Paulista – que direcionam recursos para entidades de assistência social serão também extintos.

Então, a gente precisa de uma possibilidade de vinculação de recursos para entidades de assistência social. E o valor é irrisório. Hoje, o percentual que é direcionado é 0,1% a 0,2% do que será a arrecadação do IBS. A gente viu que haverá, para os municípios, o direcionamento da cota-parte do ICMS para educação, meio ambiente e outras, mas esquecemos, com a mea-culpa, deixamos de fora – e venho aqui para me redimir e pedir a todos que conhecem a gente neste debate, sabedores que são dos nossos princípios republicanos, para olhar as pessoas que mais precisam, olhar esse ponto que está expresso no artigo, na Emenda 150, do Senador Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também aproveito aqui, quem quiser conhecer mais sobre esse tema, tem o Macfs que está aqui, uma entidade séria que defende as instituições de assistência social, que trouxe aqui o encarte, está ali o Eduardo, mas, se quiser se convencer de verdade, visite uma entidade de assistência social. Todas elas com problemas severos de orçamento e de recurso, porque os Prefeitos não têm repassado sequer o aumento inflacionário para as entidades de assistência social para continuar suas atividades com qualidade, com desenvoltura.

O segundo pedido nosso de atendimento é a questão da institucionalidade, de uma estrutura que é a estrutura de arrecadação, e ela precisará de um treinamento de todo o corpo funcional do Fisco, mas não só do Fisco, também dos contribuintes. Claro que, numa implementação da reforma tributária, muitas interpretações são possíveis. Uma legislação comporta inúmeras interpretações, e uma escola nacional serve de catalisadora desse processo, serve como uma forma de acelerar essas discussões, esses debates para chegarmos à técnica, à melhor interpretação e fugirmos de decisões judiciais que, muitas vezes, são casuísticas, caso a caso. Então, há a necessidade de uma escola nacional de administração tributária, que é uma emenda do Senador Weverton, Emenda 74. Já está no bojo da emenda constitucional que o Comitê Gestor tenha a competência de capacitação do corpo funcional e que essa capacitação venha também numa lei complementar, que é o instituto ali e que traga isso de forma institucional e com legalidade.

A terceira – e aí eu vou gastar os cinco minutos finais nela, porque foi a que deu mais polêmica na primeira mesa aqui. Eu fico muito preocupado também, porque toda a reforma tributária foi tida como uma busca pela convergência dos entes federados para tentar trazer nas questões tributárias a melhor técnica, deixar a política de lado, e a gente supera isso no texto por um bom trabalho feito pelos técnicos, pelos Senadores e pelos Deputados, tirando benefícios fiscais, tirando a possibilidade de regimes especiais, tirando tantas brechas para que haja a quebra de isonomia concorrencial e haja pessoalidade nos tratamentos.

A gente viu aqui, na primeira mesa, duas instituições importantíssimas e sérias – a Frente Nacional dos Prefeitos e a Confederação Nacional dos Municípios – se digladiando por espaços de poder. Nada diferente disto: espaços de poder. Eu pergunto aqui a todos os presentes nesta Comissão: quem é técnico de carreira nesta Comissão, que está presente agora? Peço que se manifeste, levante a mão, por favor, para a gente ver quem toca esse assunto no dia a dia. Acredito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a maioria é técnico, seja da Casa, de pessoas concursadas. Quem aqui é, tirando o nosso Presidente, que, claro, está na sua função política, político eleito? Temos nenhum outro aqui, e é isto que acontece: a política passa, e os técnicos ficam. São os técnicos que carregam a institucionalidade de mandato em mandato e guardam a gestão do conhecimento.

Então, eu vi um debate aqui de busca se é por mandato, se é por município, se é no CNPJ, se é no CPF do escolhido a representação. O que eu clamo, para encerrar talvez essa discussão – e nem foi o que eu preparei para falar aqui –, é que sejam técnicos de carreira e que a gente traga para o Conselho Superior do Comitê Gestor o que já está previsto também para os estados, ali no art. 9º, que fala que a representação do titular dos estados será exercida pelo ocupante do cargo de secretário de fazenda ou pela autoridade máxima da administração tributária.

Lembrando, a autoridade máxima da administração tributária, tanto dos estados quanto dos municípios, é escolhida pelo Governador, é escolhida pelo Prefeito, não por outra pessoa. O poder político continua na sua investidura, escolhendo o Subsecretário da Receita estadual, o coordenador da administração tributária, mas eles são de carreira. Eles guardam ali a técnica, a boa técnica, conhecem por dentro da máquina administrativa, da estrutura, as dificuldades, as agruras de se fazer a arrecadação deste país. As funções do Comitê Gestor são exatamente essas, guardam simetria e correspondência às administrações tributárias dos estados e municípios.

Quais sejam as funções do Comitê Gestor? Quero lembrar, são definidas na Constituição Federal e trazidas pela Emenda Constitucional 132: arrecadação, repartição de receita, gestão de créditos, coordenação da fiscalização, contencioso administrativo, tecnologias e sistemas.

Ora, essas funções são funções de técnicos ou de políticos? É disso que a gente está falando. Vamos trazer para essa discussão, em vez da solução da CNM ou da Frente Nacional dos Prefeitos, uma solução definitiva que atenda aos interesses da população...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SPADA – ... que atenda aos interesses do cidadão, dos servidores de carreira, dos ocupantes aprovados em concurso público, de ampla concorrência – qualquer um pode concorrer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, assim, quero crer, a gente vai conseguir avançar na boa técnica tributária e fazer os melhores preceitos dessa emenda constitucional, da lei complementar, serem efetivamente, no dia a dia ali da operacionalização do Comitê Gestor, assim como definido pelos Senadores e Deputados.

Eu acredito que serão sensíveis a esse nosso pleito também.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado pela participação.

Passo a palavra ao Dr. Fábio Macêdo, Presidente da Fenafim.

O SR. FÁBIO MACÊDO (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Inicialmente, quero agradecer ao Senador Eduardo Braga pelo convite para participar desta audiência e quero saudar os demais participantes desta mesa na pessoa do Senador Alessandro Vieira.

Tem como... (*Pausa.*)

Pronto.

Spada?

O SR. RODRIGO SPADA (*Fora do microfone.*) – Claro, desculpa.

O SR. FÁBIO MACÊDO – Obrigado.

Eu sempre trago um assunto bem técnico, mas desta vez vai ser mais simples – vamos lá.

Nós vamos falar sobre dois pontos.

O primeiro ponto é sobre os requisitos para o julgamento do IBS. Entendemos que a exigência de experiência prévia em julgamento para os representantes da Fazenda Pública vai trazer uma enorme dificuldade em encontrar quadros técnicos disponíveis, até nas administrações maiores, imagina nas menores. Esse critério não é exigido do representante dos contribuintes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa proposta é nível superior, cinco anos como servidor de carreira na administração tributária, notório conhecimento em algumas áreas específicas, com o objetivo de que o julgamento contencioso do IBS tenha maior representatividade federativa, que todos participem.

Vamos falar agora sobre a integração das administrações tributárias, um ponto extremamente importante para o IBS funcionar. Para falar dela, não podemos deixar de lado a transição federativa e o temido efeito *free rider*, que é descrito pelo Tribunal de Contas, quando você tem uma parcela importante da receita, independentemente do esforço individual, e há uma acomodação. Essa acomodação vai levar a uma queda de arrecadação global e, o que ninguém quer, ao aumento de alíquota.

O que vem no PLP 108? A multa para quem fiscaliza é sua. Isso pode levar à indústria da multa. Entendeu, Dr. Eduardo?

Mas vamos lá. A leitura que Prefeitos e Governadores vão ter é de que investir em administração tributária não compensa, não dá retorno, principalmente na transição, em que, quando estados e municípios vão trabalhar pelo IBS, pegamos R$100 da arrecadação da administração tributária estadual, o estado só vai ficar com R$7,13. Eu não estou botando nem a questão do combate à pobreza, nada, R$7,13. O município, R$9,50. Desses R$9,50, de 30% a 40% é o município gastador. Vocês acham que não vão remanejar recursos de onde não dá um retorno em votos para outras áreas? Eu não tenho dúvida. O texto deveria ser assim: "os outros trabalham para todos", e não "todos trabalham para os outros".

Mas vamos lá: o Comitê Gestor. Estados e municípios vão exercer, de forma integrada e exclusiva, por meio do Comitê Gestor, competências administrativas. Uma delas, que é a principal, arrecadar o imposto. Mas para arrecadar imposto, você tem que fiscalizar, você tem que cobrar. Poderia ter dado um quadro de servidores para o Comitê Gestor, mas não se justificaria esse custo, tendo administrações tributárias estaduais e municipais.

E qual foi a opção do Legislador? Vamos delegar às administrações tributárias dos estados e municípios essa tarefa. Mas tem um detalhe: tem que integrá-las. Essa integração não é a que a gente vive, assim, troca de cadastro, não; ela é muito mais profunda e ampla. Precisa ter consciência de que o município vai trabalhar para o estado, para os outros municípios, o estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai trabalhar para os outros municípios, para os outros estados, todo mundo tem que trabalhar integrado, senão o IBS não vai funcionar.

A gente defende a administração tributária. O que poderia ser o caminho? Primeiro ponto: estados e municípios teriam que fazer um pacto nacional em favor do IBS. Vocês acreditam nisso? Esta audiência dá um recado. Imagine toda eleição do Comitê Gestor, toda eleição para Prefeito e Governador, eles vão se entender, vão cooperar? É o único jeito, porque as administrações tributárias estão vinculadas a quem? Aos Prefeitos, aos Governadores. Os técnicos, eu acredito que trabalhem, mas eles estão subordinados a quem? Prefeito e Governador.

E sem fiscalização, todos vão depender da arrecadação espontânea. Quem gosta de pagar imposto? Ninguém respondeu. Mas o Constituinte de 1988 colocou que a administração tributária é essencial ao funcionamento do Estado. Ele não vive sem impostos. E precisa ter administração tributária.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Fábio, me permita só uma breve interrupção para avisar que o Presidente já está à mesa para dar a abertura dos trabalhos, e se o senhor puder ter brevidade, para que a gente possa colher também a contribuição do Dr. Pablo, seria muito importante.

O SR. FÁBIO MACÊDO – Tá bom. Então, assim, vou ser o mais rápido possível.

O Tribunal de Contas entende que todo mundo vai ter que fiscalizar. E é o efeito *free rider*. Os municípios pequenos, que não têm administração tributária, recebendo a mesma coisa que recebem hoje, vão ter dinheiro para investir em administração tributária? Vão ter interesse, independentemente do esforço? Não. Mas o Tribunal de Contas entende que todos têm que trabalhar de forma integrada, para a redução de gastos. Por quê? Para que atuem como se fosse uma administração tributária única, a serviço de todos.

E para isso, o que é que ele quer dizer? Planejem em conjunto, executem, distribuam as tarefas, otimizem recursos, não tenham duplicidade de fiscalização, para buscar eficiência. E isso acontece onde? Na administração tributária única, porque quem paga é para quem se trabalha. Hoje a gente não tem isso. Quem vai pagar são os Prefeitos e Governadores, mas vai trabalhar para o Comitê Gestor. A consequência, já sabem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa proposta tem que combater o *free rider*, fazer uma atuação coordenada, integrada das administrações tributárias e desenvolver administrações tributárias ineficientes.

E como pode ser feito isso? O Comitê Gestor tem que segurar os recursos de estados e municípios. Ele está usando os estados e municípios, porque não se quis dar a opção de ele ter um quadro fazendário. E realmente era melhor. Você cria essa relação. Quem paga é para quem se trabalha. Então você consegue fazer com que as administrações tributárias funcionem, mas tem que dar certa autonomia para elas. E a fonte de financiamento tem previsão constitucional.

Então o Spada colocou, vamos fazer um percentual para cidadania fiscal, ótimo. E para as administrações tributárias? E como é que a gente quer fazer o modelo? É muito similar ao que tem a transição. Quando você pega um percentual, reparte conforme o seu coeficiente de participação da receita, basta fazer o mesmo em relação à despesa. Você faz receita média de referência e despesa média de referência. E esse recurso volta para o estado. É até uma espécie de ressarcimento. Vocês estão trabalhando por todos.

E como é que vai ser essa informação? Tem que prestar informações de 2027 a 2031. E tem critérios, não é para qualquer despesa, não. Não é trem da alegria, não. Isso está num projeto, numa emenda que foi praticamente concluída há dez, quinze dias.

Então a transição federativa da receita é transitória, porque você tem que migrar da origem para o destino. Mas a integração é permanente. Todos precisam trabalhar em sintonia, em cooperação, como o Secretário Appy disse. Eu acho fantástica essa reforma se conseguirmos isso.

E qual a vinculação? Um percentual, o coeficiente de despesa é o gasto com o pessoal, o servidor de carreira responsável pela fiscalização dos impostos atuais, que, no futuro, pode fiscalizar o IBS. Uma parte, você dá para os estados gastarem para manter as máquinas funcionando, os servidores trabalhando, e outra parte, um prêmio de cooperação também, por desempenho. Porque não é só o seu desempenho do IBS. As propostas que eu defendi e que até saíram do Senado, eram de meritocracia. Meritocracia vai trazer competição. Cada um vai querer puxar para o seu lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando você tem receita para desenvolver, é só pegar a receita financeira do IBS, e vai ter bilhões parados, rendendo no mercado financeiro. Com esse recurso, dá para desenvolver administrações tributárias.

É possível a gente ter o IBS. Se nada for feito, eu não tenho dúvida, a gente vai caminhar para o caos. No primeiro momento, vai haver queda de arrecadação, elevação de alíquotas, aí as administrações tributárias começam a valer, porque a diferença é dela. E o que vai acontecer, de dia, um fiscal, de tarde, outro, outro no dia seguinte, todo mundo querendo multar para ficar com a multa, e todo mundo querendo puxar para o seu lado.

E o IBS não funciona assim. É diferente da CBS. Quando a Receita Federal chega ao contribuinte, ela não tem a preocupação de ter a exatidão do fato gerador. Basta aplicar a alíquota dela, basta que seja no território nacional. O IBS não funciona assim. Ele precisa conhecer que a alíquota é do estado e precisa conhecer a alíquota do município. E quem não fiscalizar não vai ter receita.

E vocês acham que, em um mecanismo em que todo mundo está cuidando do seu quadrado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO MACÊDO – ... ninguém olha a sua administração? Não funciona. É preciso que todos trabalhem para o coletivo. Saber que quem vai financiar para você é a arrecadação total. A gente tem que dar uma autonomia para a administração tributária. Elas continuam vinculadas aos estados e municípios. Não impede nada disso. Mas você tem que criar essa vinculação, senão o modelo não vai funcionar. Eu, cada vez, me convenço disso.

Não é a meritocracia que vai fazer isso rodar. Vai ter o quê? A cooperação, a integração. A gente pode mudar o país. Basta este Congresso fazer a escolha, porque quando o Comitê Gestor for dar o apoio aos municípios pequenos, que não têm administração tributária, ele tem que exigir que cobrem também seus impostos. E ele, de uma certa forma, blinda a administração tributária da ingerência política. É um avanço para a sociedade, é um avanço para o país, começando pelos técnicos.

Obrigado, fui até rápido. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado pelo esforço. E agora, para a conclusão, passo para o Dr. Pablo Cesário.

O SR. PABLO CESÁRIO (Para expor.) – Senador Alessandro, muito obrigado. Eu vou ser bem rápido e agradeço a oportunidade de estar aqui com os colegas debatendo, a todas as equipes técnicas e Senadores.

A Abrasca é uma entidade que reúne perto de 500 empresas. São grandes empresas de todos os setores. São aquelas listadas em bolsas, que emitem dívidas no mercado. Então, nós estamos falando de multissetorial, de grandes empresas que atuam nacionalmente.

Nós fomos, desde o início, apoiadores da implementação de uma reforma tributária com o modelo de IVA e nós chegamos lá, nós temos o modelo IVA padrão ouro mundial.

Acho que mesmo este projeto aqui já avançou bastante. O Deputado Mauro Benevides conseguiu avançar bastante neste debate na própria Câmara. Então deixou alguns impasses, alguns desafios ainda. E acho que a perspectiva principal que nós temos neste projeto de lei é como a gente reduz o litígio tributário. Esse é o grande desafio que nós temos da perspectiva aqui.

Do ponto de vista... eu quero concordar com o meu colega das fiscalizações municipais. Nós tínhamos o IVA porque essa era a única opção política possível, sem a menor dúvida, mas isso nos coloca um desafio que é como a gente garante governança nesse processo, o que implica não apenas a questão dos incentivos aos fiscais– essa é uma das preocupações que nós temos... Quer dizer, a gente não pode ter o incentivo de que todo mundo abra todas as fiscalizações ao mesmo tempo. Senão, uma empresa nacional como a Casas Bahia vai receber lá 5 mil autos de uma vez só e todos eles de uma vez só, e isso poderia ser realmente um caos.

A gente precisa de regras internas, seja do IBS, seja na lei, mas que organizem isso com um representante e um suplente e que organizem, inclusive, incentivos de arrecadação. Isso é absolutamente fundamental. Mas não para aí a nossa preocupação na governança – eu vou falar um pouco mais sobre isso. E quero falar bastante sobre contencioso administrativo-tributário, porque, mais do que o Carf e o comitê, eles têm uma função mais do que julgar cada caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma função óbvia das administrações tributárias, que é julgar o mais rápido possível para diminuir o custo e, claro, desafogar o Judiciário. Mas existe uma outra função de que pouco se fala, sobre o contencioso administrativo-tributário, que é, mais do que dar resultados individualmente, criar entendimentos. Isso cria previsibilidade e acho que aqui há um espaço para melhorar.

E, no fundo, para o terceiro ponto de preocupação, que é – e eu tenho certeza de que o Senador vai concordar comigo – o caminho da lei. A lei é uma abstração. A lei só existe, de verdade, quando o fiscal da linha de frente a põe para funcionar. É lá que ela toma corpo de verdade. E aqui também temos uma preocupação.

Nós temos três pontos para os quais eu gostaria de chamar a atenção. O primeiro deles é sobre o Comitê de Harmonização e tem a ver com a harmonização de interpretações entre o CBS e o IBS. Os dois são impostos irmãos, que deveriam funcionar igualmente, mas que terão dois processos decisórios no contencioso administrativo, que são diferentes. E eu posso apostar com os senhores: haverá interpretações diferentes entre eles.

Coloca-se então a discussão de como é que você harmoniza isso e como você cria um processo decisório que garanta que, ao longo do tempo, esses dois tributos sejam iguais e não divirjam pelas interpretações que os agentes de cada uma dessas organizações vão criar. E eu não tenho dúvida: haverá divergências na interpretação.

É fundamental para nós que haja um mecanismo em que os contribuintes, da mesma forma que fazem parte de todos os julgamentos, façam parte da harmonização dessas duas interpretações. Aqui, existem algumas emendas – eu já as listei aqui no canto inferior direito – que colocam os contribuintes dentro do Comitê de Harmonização apenas e unicamente na função de harmonização de interpretações entre o Comitê Gestor e o Carf, que é uma coisa que já existe hoje no Carf, e também existe em todas as instâncias de... Existem outras ideias possíveis? Existem outras ideias possíveis. O Breno aqui esteve nesta Comissão colocando um incidente de harmonização, que também é possível. O que é necessário é que este mecanismo de harmonização exista e que, tal como em todos os julgamentos, estejam lá também os representantes dos contribuintes. Esse aqui é o primeiro ponto que eu gostaria de trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é sobre como a gente lida enquanto houver divergências de interpretação nos dois processos de contencioso administrativo. Isso aqui também tende a criar um novo problema. Se houver interpretações diferentes, é preciso que se pare, que se organize, que as duas estruturas burocráticas conversem e cheguem a um consenso para evitar que haja de novo... Que haja um prazo para isso – que a gente está sugerindo de 90 dias úteis – para que não se gerem decisões que sejam divergentes entre esses dois processos de contencioso administrativo.

O segundo ponto tem a ver com uma das melhores coisas da democracia que é como a gente funciona na democracia. A grande chave da democracia, desde a teoria política moderna, é que nenhum poder é exercido sem contraposição, sem controle interno.

E aqui a gente quer chamar a atenção para um que me parece muito importante que é a capacidade de esse comitê contencioso, para todo esse processo contencioso, avaliar também a legalidade de cada uma das decisões infralegais que forem tomadas pelo comitê ou por qualquer uma das instâncias administrativas que houver. Então, é apenas uma alteração. Todo o processo de contencioso administrativo também poderá avaliar a legalidade das decisões, servir também como controle interno e diminuir as chances... Porque senão ele vai acabar sendo um controle de passagem. Toda vez que acharmos que algo seja ilegal, nós vamos direto para o Judiciário, e aí, obviamente, a possibilidade de redução de contencioso tributário estará reduzida.

Para terminar, já no meu terceiro item, que é a racionalização das multas. O texto que temos hoje é particularmente ruim: ele tem 37 hipóteses de penalidade, uma boa parte delas é sobreposta, e aqui a nossa recomendação é uma revisão radical nessas três formas. Na verdade, aqui, o que importa é que você tem três problemas que precisam ser realmente enfrentados: quando houver omissão na emissão de um documento fiscal, quando da emissão de um documento inidôneo, ou quando não houver a inscrição do contribuinte nos cadastros da CBS e do IBS. Essas são as penalidades que nos parecem resumir quase todas as 37 hipóteses. Pode ter outras? Pode, a gente pode falar em 5, mas não pode falar em 37. Isso é absolutamente inadequado do ponto de vista racional.

Em segundo lugar, ainda no ponto das multas, é absolutamente necessário que todo o sistema de penalizações reconheça tanto os elementos atenuadores quanto os de piora a partir do comportamento do contribuinte. Bons contribuintes têm que ser tratados diferentemente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



maus contribuintes. Essa é a prática da OCDE, é o que se está discutindo, é o que o Supremo Tribunal fez agora, é o que o Congresso definiu na Lei do Carf recentemente. É absolutamente necessário que haja elementos agravantes e atenuantes e que eles sejam baseados no comportamento objetivo. Você paga, faz tudo direitinho e, se cometer um erro, não é a mesma coisa de um sonegador contumaz, que precisa ser tratado diferentemente. Isso precisa ser observado com mais atenção.

Mais ainda: é necessário, sim, estabelecer tetos para as multas, em particular aqui para o teto de obrigações acessórias. Em obrigações acessórias, se eles não interferem no principal, eles podem ter até 10%, o que é uma multa absolutamente desproporcional, por uma obrigação acessória. Não tem nada a ver com que eu paguei ou deixei de pagar. É só porque, se eu não coloquei o cadastro, por exemplo, do meu sócio lá, eu posso ter 10% do faturamento de uma usina siderúrgica... Isso não faz o menor sentido, isso é absolutamente desproporcional. O STF deu julgamentos recentes sobre isso, dizendo que, mesmo quando há alteração do principal a pagar, isso não pode superar nunca os 100%, e esse teto não está na legislação tal como ela está neste momento.

Então, Senador, era isso.

No fundo, a gente acha que a reforma tributária era uma grande...

Observe o que aconteceu na Índia nos últimos anos. Há 12 anos, a Índia fez uma reforma tributária a partir de um cenário muito pior do que o nosso. Dez anos depois, tem lá o mesmo Primeiro-Ministro e a Índia supera a China como o país de maior dinâmica econômica. E isso é hoje o que as nossas companhias estão fazendo.

Existem duas preocupações que a gente realmente precisa ter agora aqui. A primeira delas é que todos nós estamos olhando agora onde estão nossos centros de distribuição, onde estão nossas fábricas, todo mundo está fazendo a conta, inclusive de quais serão os seus preços. Esse é um trabalho que está acontecendo em todas as empresas, mas há uma preocupação, Senador, muito grande com prazos. Nós estamos em junho, não temos o comitê funcional, não temos os sistemas e temos que operar a partir de 2026.

(*Soa a campainha.*)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PABLO CESÁRIO – Já existe uma saída lá pela lei, mas a verdade é que, nas nossas companhias, há uma enorme ansiedade sobre como a gente atenderá as nossas obrigações já daqui a poucos meses.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Muito bom.

Eu agradeço a participação de todos, agradeço a compreensão pela demanda de brevidade, pois nós já estamos com votação em andamento no Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e doze minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Omar Aziz, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Humberto Costa, Jaques Wagner, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Alan Rick, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Rogério Carvalho, Weverton e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 15ª e 16ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4303, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Transforma cargos vagos da carreira de Técnico Judiciário em novos cargos da carreira de Analista Judiciário no quadro permanente do Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, pelo acolhimento das Emendas nºs 5, 6, 27, 29, 36, 48, 58, 62, 69, 78, 90, 92, 95, 97, 98, 100, 101, 106, 112, 137, 141, 153, 161, 162, 168, 170, 179, 182, 184, 186, 188, 189, 201, 203, 219, 232, 235, 236, 240 e 241, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 10, 21, 22, 26, 30, 34, 37, 40, 43, 46, 47, 53, 56, 80, 89, 91, 99, 102, 103, 104, 105, 109, 111, 114, 132,133, 151, 154, 156, 159, 160, 166, 175, 178, 179, 204, 216, 220, 222, 223 e 224; em 11/06/2025, em complementação de voto, pelo acolhimento das Emendas nºs 259, 267, 283, 293, 298, 301, 302, 303, 314 e 315 e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 18, 192, 238, 242, 245, 246, 249, 253, 255, 257, 274, 278, 281, 284, 287, 289, 295, 299, 317, 320, 322, 323, 324, 325 e 331, rejeitadas as demais, nos termos Substitutivo que apresenta (apreciadas as Emendas nº 1 a 335).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2326, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 6-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CSP-CMA, e contrário à Subemenda nº 2. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 316, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às emendas apresentadas. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/11

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 15ª e 16ª Reuniões, Extraordinárias.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 4.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4303, DE 2024

- Não terminativo -

Transforma cargos vagos da carreira de Técnico Judiciário em novos cargos da carreira de Analista Judiciário no quadro permanente do Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao Projeto.

Eu passo a palavra ao Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos e a todas.

Presidente, com sua vênia, eu vou direto à análise do meu relatório.

Cumpre-nos examinar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito do PL nº 4.303, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O acima citado art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal atribui privativamente aos tribunais superiores, sendo o STJ um deles, a competência para propor ao Poder Legislativo, no caso em exame, o Congresso Nacional, a criação e a extinção de seus cargos. Assim, houve respeito à regra constitucional de competência sobre a iniciativa da proposição, em vista da matéria abordada, uma vez que sua autoria é do próprio STJ.

No que diz respeito ao exame de juridicidade, verifica-se que a proposição está compatível com a legislação em vigor, especialmente com a disciplina legal das carreiras do Poder Judiciário da União, de que trata a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, estando, assim, apta a integrar o ordenamento jurídico nacional de forma harmônica.

De maneira similar, a análise da proposição no plano da regimentalidade não indica qualquer objeção ao andamento da sua tramitação.

Quanto ao mérito, ressaltamos do relatório acatado pelo Plenário da Câmara dos Deputados que

> a proposta de transformação de cargos prevista no Projeto de Lei nº 4.303/2024 considera, entre outros fatores, a existência de concurso público vigente para o cargo de Analista Judiciário do STJ. Tal circunstância favorece o planejamento estratégico da Administração, permitindo o aproveitamento de candidatos já aprovados dentro do prazo legal, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa. Importa destacar [Sr. Presidente Otto Alencar] que a medida não implica criação de novos cargos nem aumento de despesas, tratando-se apenas de adequação da estrutura funcional existente às atuais demandas do órgão.

Extrai-se, ademais, daquele relatório, com a nossa concordância, que se torna

> ainda mais razoável e oportuna a transformação dos cargos técnicos em cargos de analistas, como autorizado pelo Congresso Nacional, pois, além de não implicar aumento de despesas, possibilita o aproveitamento imediato de candidatos aprovados no concurso vigente, cuja validade expira em 2026. Tal medida [Senador Girão] assegura a continuidade do funcionamento do STJ em alto nível de produtividade e qualidade, sem interrupções ou prejuízos à sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, Senador Esperidião Amin, é louvável a preocupação do STJ em não onerar as contas públicas, promovendo a criação dos novos cargos de Analista Judiciário conjuntamente com a extinção de cargos vagos de Técnico Judiciário sem que resulte em aumento das despesas com pessoal, conforme informado na justificação da proposição.

Entendemos, Senador Alessandro, ainda, que a alteração promovida pela Câmara dos Deputados no texto original da proposição, ao definir prazo e quantitativo de cargos a serem transformados, veio ao encontro da aprimoração do texto original da proposição, meu caro colega – de patente, não de farda – Senador.

Em face do exposto, Sr. Presidente, vou ao voto: o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 4.303, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Discussão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo pela pontualidade de sempre, eu acho muito importante a gente começar sempre cedo aqui, agradeço a V. Exa.

Eu quero cumprimentar o Senador Angelo Coronel. Ele, eu acho, tem uma marca, viu, Presidente? Sabe qual é a marca dele, né? Da sua terra. E ele dá uma leveza ao ambiente aqui da Casa, porque ele vai citando os colegas que estão presentes. Também, você lembra, na época da pandemia, que você fez um relatório grande, eu não lembro exatamente qual era o assunto, mas você foi citando todos aqueles que estavam ali *online*? A gente estava naquele momento sombrio, e eu nunca vou esquecer a maneira como você conduziu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório está muito benfeito, ele colocou claramente, inclusive, que expira em 2026. O nosso partido, Presidente, o partido Novo, lá na Câmara dos Deputados, votou contra, e eu gostaria de, sem fazer um prejulgamento, analisar melhor. Recebi muitas mensagens – quero agradecer às pessoas – com relação a esse assunto, mas é uma questão regimental, não vai atrasar, será no máximo uma semana – inclusive, eu quero aqui pedir a algum colega, se puder, que faça o pedido de vista coletiva, para ficar consignado para voltar na próxima semana.

Apenas gostaria de ver impactos, porque tem aí possibilidades da questão de aposentadoria, de o valor ser um pouco maior em relação aos cargos de técnicos. Eu só queria fazer esse pedido, consignar esse pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedida vista ao Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coletiva, vista coletiva.

O item 2 da pauta é do Senador Marcelo Castro, que não está presente.

Senador Angelo Coronel, vamos ao item 4, não terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 316, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às emendas apresentadas.

Observações:

- Em Plenário, foram apresentadas as seguintes emendas: Emenda nº 1-PLEN da Senadora Rose de Freitas; Emenda nº 2-PLEN, do Senador Izalci Lucas; Emenda nº 3-PLEN do Senador Mecias de Jesus; Emenda nº 4-PLEN, do Senador Carlos Viana; e Emenda nº 5-PLEN, do Senador Rodrigo Cunha;

- Em 28/05/2025 foi recebida a Emenda nº 6, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

É de autoria do Deputado Federal Aureo Ribeiro, PRTB, do Rio de Janeiro; e a relatoria é do Senador Coronel, a quem eu passo a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço vênia a V. Exa. para ir à análise. (*Fora do microfone.*)

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

Da mesma forma, o direito do consumidor, nos termos do art. 24, inciso V, da Constituição pode ser legislado concorrentemente pelos entes federados, cabendo à União a edição de normas gerais. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61, da Carta Magna.

No mérito, entendemos que o PL é conveniente e oportuno, além de obedecer às normas referentes à técnica legislativa.

Estamos com o autor da proposição quando assevera que o direito penal deve atuar de forma subsidiária apenas quando os demais ramos do direito não se mostrarem suficientes ou adequados para a tutela de determinados bens jurídicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, antes de dar sequência ao relatório eu quero fazer menção a que esse projeto já passou pelo Plenário do Senado, e à época houve um requerimento para ele voltar aqui para a CCJ. Então, na verdade, nós estamos dando sequência a um pedido do ano passado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vê-se que, no campo do direito do consumidor, o direito penal tem pouco a contribuir, visto que os principais objetivos do sistema de proteção do consumidor são a regularidade do ambiente de circulação de produtos e serviços com a ágil identificação de irregularidades – o que já é feito pelas normas administrativas sob tutela de PROCONs e agências de vigilância sanitária, por exemplo – e a justa e rápida reparação na hipótese de ocorrência de danos ao consumidor.

Nesse contexto, o vigente art. 7º da Lei nº 8.137, de 1990, estabelece sanção que nos parece injusta e desproporcional – dois a cinco anos de detenção ou multa – para condutas que podem ser mais efetivamente sancionadas por outros ramos do direito, como o direito administrativo. Para fins de comparação, o Código Penal prevê em seu art. 121, §3º, pena de 1 a 3 anos para o crime de homicídio culposo. A intervenção do direito penal somente se justifica quando fracassarem as demais formas protetoras do bem jurídico previstas em outros ramos do direito.

Por isso, Presidente Otto Alencar, estamos convencidos de que um patamar de pena que esteja fixado em seis meses a dois anos de detenção ou multa é adequado e suficiente para reprimir condutas delituosas e mesmo prevenir sua ocorrência, além de passar a admitir os benefícios penais despenalizadores da Lei nº 9.099, de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), como a transação penal.

Evitam-se, com isso, situações vistas, hoje em dia, em que gerentes de supermercados são presos em flagrante por descuidos na logística de reposição de mercadorias nas gôndolas dos mercados e acabam deixando em oferta um ou outro produto com data vencida.

Não estamos dizendo, General Mourão, que isso possa ser tolerado, mas prender um gerente de supermercado e submetê-lo a uma ação penal com pena de até cinco anos se revela desproporcional. Medidas administrativas, como a multa, já servem suficientemente para sancionar e reprimir esses erros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, estaremos, Senador Izalci, inclusive compatibilizando e tornando proporcionais a Lei 8.137, de 1990, objeto de alteração desse projeto, e o CDC, porque ambos cuidam de crimes de espécies semelhantes. Também estamos de acordo com a previsão, Senador Bagattoli, de que, em algumas modalidades de crime contra o consumidor, previstos no art. 7º da Lei 8.137, de 1990, a modalidade culposa – ou seja, quando não existe o dolo – deve ser punida de forma ainda mais branda, mas em um patamar reduzido pela metade ou apenas multa, ante a ausência de maior gravidade da ação ou omissão do fornecedor. Seriam, por exemplo, os casos de venda de produtos em embalagens fora dos padrões exigidos ou a mistura de produtos com qualidades diferentes para a venda pelo valor daquele com maior qualidade. Em casos assim, ficando demonstrado que o fornecedor não agiu com dolo, com intenção de prejudicar o consumidor, ele deve responder sim pelo crime, mas na forma culposa, por ter agido com imperícia, imprudência ou negligência.

Entretanto – e esse ponto se mostra muito importante –, propomos emenda que prevê a inserção de um parágrafo no art. 7º da Lei 8.137, de 1990, prevendo que a pena será aplicada em dobro se, na mistura de gêneros ou mercadorias, for violada norma técnica de padronização estabelecida pelo órgão competente. Essa alteração vê como base a sugestão apresentada pelo ilustre Senador Carlos Viana à época em que estávamos discutindo essa matéria. No nosso entendimento, é procedente tal alteração, uma vez que, quando se viola a norma técnica de padronização para a composição do produto, a gravidade da conduta é muito maior, devendo, em razão disso, ser punida de forma mais rigorosa. Como exemplo citamos a comercialização de gasolina. É sabido que esse combustível só pode ser ofertado ao consumidor com a observação de padrões de mistura de etanol, formas de armazenagem e transporte, entre outras normas técnicas definidas por órgão especializado. A inobservância desses padrões pode acarretar enormes riscos e danos ao consumidor, muito maiores que a simples mistura de produtos mais simples. Por essa razão, nesses casos em que existe norma técnica que define a forma como o produto deve ser posto à venda, a pena deve ser maior, podendo chegar, então, ao dobro.

E apenas para deixar esse ponto bem esclarecido, lembramos que a adulteração de combustíveis também pode ser punida nos termos da Lei 8.176, de 1991, que prevê a pena de um a cinco anos para aquisição, distribuição ou revenda de combustíveis em desacordo com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normas estabelecidas. Caberá, então, ao Ministério Público, titular da ação penal, na avaliação de cada caso, aplicar a Lei 8.137, de 1990...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que é a lei de crimes contra as relações de consumo, ou a Lei 8.176, de 1991, crimes contra a ordem econômica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Observação semelhante vale para os casos em que a adulteração de outros tipos de produto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu queria pedir silêncio para que o Relator possa fazer o seu relatório e ser ouvido por todos.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Presidente, porque realmente já estava incomodando os meus tímpanos. Eu estava chocado, sem saber se eu estava me ouvindo ou ouvindo os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu também, Senador Angelo Coronel, já estava rouco de tanto ouvir aqui.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

Observação semelhante vale para casos em que a adulteração de outros tipos de produtos ofereça risco à saúde do consumidor.

Nesse tipo de caso, Senador Rogerio Marinho, a conduta também é mais grave; todavia, é importante relembrar que ela não é abarcada pela Lei nº 8.137, de 1990 – que estamos modificando agora –, mas sim pelo Código Penal, que, no seu art. 272, tipifica o crime de falsificação ou adulteração de produtos alimentícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como exemplo podemos relembrar antigos casos de adulteração de leite com formol ou o recente caso de uma cervejaria em Minas Gerais que distribuiu cerveja com um componente nocivo à saúde, inclusive provocando mortes e sequelas em consumidores.

Os envolvidos nesses casos respondem à denúncia feita com base no art. 272 do Código Penal. Portanto, as diminuições das penas que estamos acatando neste projeto, que altera a Lei nº 8.137, de 1990, não deixam a sociedade e o consumidor desprotegidos.

Passando para outra parte do projeto, que trata especificamente do Código de Defesa do Consumidor, analisaremos o art. 3º do PL, que impõe de forma automática a inversão do ônus ao fornecedor para que ele prove que o produto é próprio para o uso e o consumo.

No direito, as controvérsias costumam ser resolvidas por meio de um princípio básico: ao sujeito que denuncia alguma violação, cabe comprovar fatos constitutivos do direito que foi violado; já ao sujeito acusado, incumbe demonstrar fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito alegado; ou seja, quem alega deve provar suas alegações.

No direito consumerista, todavia, o consumidor ocupa naturalmente uma posição vulnerável na relação com o fornecedor, que possui domínio da técnica e, em geral, superioridade econômica. Assim, o CDC prevê, em seu art. 6º, inciso VIII, a flexibilização daquela regra probatória, de modo a permitir ao juiz que determine a inversão do ônus e incumba ao fornecedor comprovar que o direito do consumidor não foi violado.

Para autorizar essa inversão de ônus, o juiz deve verificar no caso concreto uma de duas circunstâncias: primeira, se as alegações apresentadas pelo consumidor são verossimilhantes – ou seja, se há indícios de que as alegações são verdadeiras –; ou se o consumidor é hipossuficiente, ou seja, possui condições técnicas ou econômicas inferiores às do fornecedor. Essa é a regra vigente.

O art. 3º do PL nº 316, de 2021, pretende estender a possibilidade de inversão do ônus da prova para o âmbito administrativo e deixa implícito que os fornecedores sempre terão de demonstrar às autoridades fiscalizadoras ou mesmo judiciais que os produtos e serviços são próprios para o consumo e o uso; ou seja, cria-se um dever automático para os fornecedores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos e mercadorias de terem de provar a idoneidade de seus produtos quando questionados, mesmo sem maiores indícios de alguma irregularidade.

A proposta também prevê, Presidente Otto Alencar, a possibilidade de sanções administrativas caso os produtos ou serviços fornecidos provoquem graves danos individuais ou coletivos, como lesões ao patrimônio, à integridade física, à saúde, entre outros.

Ocorre que essa previsão já está regulada no CDC, no seu art. 6º, de maneira razoável, permitindo que o juiz, na análise do caso concreto e com evidências mínimas da alegação do consumidor, possa determinar a inversão do ônus da prova e transferir para o fornecedor a obrigação de provar que seu produto estava em boas condições ou dentro dos padrões exigidos. A imposição automática dessa inversão do ônus da prova cria um dever desproporcional aos fornecedores.

Mesmo na esfera administrativa, já existe uma sistemática definida e eficaz. O próprio CDC e outras leis aplicáveis trazem normas com previsões e instrumentos que possibilitam uma defesa do consumidor tão eficiente.

Citamos, por exemplo:

• O art. 38 do CDC prevê que "o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina" (ou seja, ao fornecedor);

• O art. 55, §4º, do CDC estabelece que "os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial";

• Os arts. 12 e 14 do CDC preveem a responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço, independentemente de culpa, exceto quando provar:

i) que não colocou o produto no mercado;

ii) que o defeito alegado inexiste;

iii) que houve culpa exclusiva do consumidor ou terceiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Os arts. 4º, 29 e 39 da Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999) estabelecem o dever de o fornecedor prestar informações que deem subsídio à reclamação do consumidor; e

• O §1º do art. 33 e o inciso IV do art. 44 do Decreto nº 2.181, de 1997, trazem comandos aplicáveis ao processo administrativo sancionador na apuração de práticas infrativas às normas de proteção e defesa do consumidor, que, se utilizados, possuem efeitos equivalentes ao de inversão do ônus da prova.

E ainda, Presidente, acrescentamos que já existe um rol de sanções administrativas que podem ser aplicadas a fornecedores quando agirem em desconformidade com as regras do CDC (art. 56): multa; apreensão do produto; inutilização do produto; cassação do registro do produto junto ao órgão competente; proibição de fabricação do produto; suspensão de fornecimento de produtos ou serviço; suspensão temporária de atividade; revogação de concessão ou permissão de uso; cassação de licença do estabelecimento ou de atividade; interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; intervenção administrativa; e imposição de contrapropaganda. Isso tudo é posto no CDC no seu art. 56.

Por tudo isso, Presidente Otto Alencar, oriundo da cidade de Ruy Barbosa, na Chapada Diamantina, somos da opinião de que a questão hoje já é suficientemente regulada, conferindo proteções adequadas aos consumidores. Por essa razão, oferecemos emenda que suprime o art. 3º da proposição.

Finalmente, passando à análise das emendas apresentadas, rejeitamos a Emenda nº 1-Plen, apresentada pela Senadora Rose de Freitas, para prever que a pena de multa também possa ser reduzida pela metade. Resolvemos, assim, manter a redação que veio da Câmara dos Deputados, que prevê a redução da pena privativa de liberdade pela metade ou pela aplicação isolada da pena de multa.

A nosso ver, não há a necessidade de estabelecer uma fração para a redução da pena de multa, uma vez que o art. 49 do Código Penal prevê que ela poderá ser fixada entre 10 e 360 dias-multa, sendo que cada dia-multa pode ser fixado entre um trigésimo e cinco vezes o salário mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, a própria gradação prevista no Código Penal já permite a diferenciação da sanção a ser aplicada segundo a gravidade da conduta praticada. E isso já representará a devida atualização da lei, pois hoje se prevê uma redução da pena de multa à quinta parte. Com a alteração vinda da Câmara, o juiz terá um espectro mais amplo para decidir qual patamar da multa representa reposta suficiente para reprimir a conduta criminosa. É a função do juiz, não é, gente?

As Emendas nºs 2, 3 e 5-Plen do projeto (dos Senadores Izalci, Mecias de Jesus e Rodrigo Cunha, respectivamente) tratam da questão da inversão do ônus da prova.

Opinamos pela rejeição das três emendas, pois, conforme já salientado na análise do projeto, tanto o CDC quanto a Lei do Processo Administrativo estabelecem aos órgãos de fiscalização mecanismos suficientes para uma eficaz garantia da qualidade e idoneidade dos produtos oferecidos ao consumidor, sendo desnecessário, e desproporcional, estabelecer uma automática inversão do ônus da prova, que acarretaria uma sobrecarga dos deveres do fornecedor.

Aliás, Presidente Otto Alencar, essa exclusão do art. 3º do PL torna necessária a realização de duas emendas de redação, de forma a ajustar o texto da ementa e do art. 1º da proposição.

A Emenda nº 4, do eminente Senador Carlos Viana, prevê que, nos casos de indução do consumidor a erro na aquisição de produto ou serviço (art. 7º, VII da Lei nº 8.137) ou na hipótese de venda de mercadoria em condições impróprias para consumo (art. 7º, IX, da Lei nº 8.137), a pena será aumentada de um terço à metade se o crime for praticado contra idoso ou pessoa com deficiência. Entende o nobre Senador Carlos Viana que esses consumidores são mais vulneráveis e, portanto, crimes contra eles merecem penas mais severas.

Por fim, Presidente Otto Alencar, a Emenda nº 6-CCJ, do Senador Alessandro Vieira, que está aqui, à minha esquerda, propõe a manutenção do patamar atual das penas previstas para os crimes contra as relações de consumo, mantendo a atual redação do art. 7º da Lei nº 8.137, de 1990. A emenda atinge o próprio mérito da proposição, de forma que acolhê-la significa rejeitar o PL que estamos lendo neste momento, que é o PL 316, de 2021. Pelas razões já expostas, não é o caminho que vislumbramos razoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto não descuida da devida proteção ao consumidor, apenas faz a devida adequação da legislação consumerista, deixando no mesmo patamar as penas previstas na Lei 8.137/90 e no Código do Consumidor, sem prejuízo de sanções mais graves já previstas em outras legislações especiais e no próprio Código Penal.

Não discordamos do Senador Carlos Viana quanto à vulnerabilidade de idosos e pessoas com deficiência. Todavia, nesse caso específico da Lei nº 8.137 e das relações de consumo, a conduta do comerciante alcança todos os consumidores de forma indistinta – seja velho, seja jovem; todos são iguais perante a lei –, já que, por exemplo, a simples exposição à venda de produto impróprio para consumo já caracteriza o crime.

Não é necessário que algum consumidor efetivamente tenha adquirido o produto. Havendo um consumidor teoricamente mais vulnerável que tenha adquirido o produto, caberá ao juiz aumentar a pena em face da consequência mais danosa.

De outro lado, para fins do Direito do Consumidor, a vulnerabilidade é apresentada em termos como desconhecimento técnico ou assimetria financeira com o fornecedor.

Essa discriminação, Senador Alessandro, proposta em função da idade ou deficiência nos parece se fundar na ideia de que todo idoso ou pessoa com deficiência possui limitações de compreensão para gerir a própria vida, o que talvez apenas reforce preconceitos como o chamado capacitismo.

Associando a essas ideias o fato de que a majoração da pena nesses casos traria ao comerciante novamente um risco de tratamento mais gravoso, votamos pela rejeição da Emenda nº 4.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 316, de 2021 – que já foi aprovado na Câmara dos Deputados –, rejeitadas as emendas apresentadas, na forma do substitutivo apresentado a seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência dos nossos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e o parabenizo pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Fabiano Contarato, Senador Jaime.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pela brevidade, Sr. Presidente, eu peço vista...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pedido de vista? (*Pausa.*)

Bom, com pedido de vista, vista coletiva...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, só queria fazer uma ressalva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Na verdade, eu acho que nesse projeto a gente tem que ter muita cautela, porque os crimes quanto às relações de consumo, a pena hoje é de detenção de dois a cinco anos. Veja que não é pena de reclusão, é de detenção. Ele tem acordo de não persecução penal, é afiançável, então na prática ninguém fica preso e, mesmo se condenado, a pena não é cumprida em regime fechado ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semiaberto, em nada, absolutamente nada! E todos os crimes aqui na relação de consumo que estão versando sobre saúde pública são praticados a título de dolo, por força do parágrafo único do art. 18. Salvo nos casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente. Então, veja, nós estamos tirando um crime que hoje já não dá nada, para botar uma pena de seis meses a dois anos. Na prática, nem autuação em flagrante vai dar; é termo circunstanciado.

Então, eu acho que a gente tem que se debruçar melhor sobre esse crime com relação de consumo, que nós estamos retrocedendo num crime doloso, que hoje já tem acordo de não persecução penal, hoje já é afiançável, e ninguém fica preso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... e, agora, não vai ser sequer autuado em flagrante, não vai ter termo circunstanciado de crimes dolosos. Eu volto a frisar, porque esses crimes que estão aqui nas relações de consumo impactam diretamente a saúde pública, a vida humana, que é o principal bem jurídico, com pena de detenção, que não é de reclusão, que é afiançável e que tem acordo de não persecução penal. E agora nós estamos botando uma pena de dois meses a seis anos. Eu acho...

Eu reforço o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedida a vista coletiva.

Nós vamos para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, pelo acolhimento das Emendas nºs 5, 6, 27, 29, 36, 48, 58, 62, 69, 78, 90, 92, 95, 97, 98, 100, 101, 106, 112, 137, 141, 153, 161, 162, 168, 170, 179, 182, 184, 186, 188, 189, 201, 203, 219, 232, 235, 236, 240 e 241, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 10, 21, 22, 26, 30, 34, 37, 40, 43, 46, 47, 53, 56, 80, 89, 91, 99, 102, 103, 104, 105, 109, 111, 114, 132,133, 151, 154, 156, 159, 160, 166, 175, 178, 179, 204, 216, 220, 222, 223 e 224, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas apresentadas (apreciadas as Emendas nº 1 a 244).

Observações:

- Em 08/04/2025, 24/04/2025 e 29/04/2025 foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria;

- Na 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/05/2025, a Presidência concedeu vista coletiva do relatório aos Senadores nos termos regimentais;

- Foram apresentadas 349 emendas ao Projeto;

- Estão pendentes de relatório as emendas nº 245 a 349.

Com a palavra o Senador Marcelo Castro para apresentar o seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Girão, pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – É só porque eu tenho um requerimento sobre a mesa e queria aqui rapidamente fazer este pedido.

Eu requeiro, nos termos dos arts. 279, III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da votação do PLP 112, de 2021, que dispõe sobre as normas eleitorais...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço silêncio ao Plenário, sobretudo aos assessores, para que nós possamos ouvir os Senadores que estão com a palavra, sob pena de ter que pedir que se faça a retirada daqueles que estão praticamente obstruindo aqui a fala dos Srs. Senadores. Eu não gostaria de fazer isso, mas já fiz isso em algumas oportunidades presidindo aqui algumas Comissões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Presidente.

Nós estamos aqui fazendo um requerimento de adiamento da votação do PLP 112, de 2021, que dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras.

Nós estamos diante de um projeto amplo, Sr. Presidente, que altera diversos pontos sensíveis do sistema eleitoral e partidário. As repercussões envolvem temas como o regime de inelegibilidades, o uso dos recursos públicos destinados aos partidos e as regras sobre liberdade de expressão nas campanhas eleitorais. Trata-se de uma proposta que exige análise cuidadosa, reflexão profunda, considerando a complexidade e o alcance de suas implicações, para o funcionamento da democracia e para a confiança da sociedade nas instituições.

Além disso, muitos de nós ainda estamos em diálogo com os nossos partidos, com as nossas bases eleitorais, debatendo de forma ampla, aprofundada os impactos concretos dessas mudanças. Acrescente-se que continuamos a receber – é impressionante que diariamente a gente receba – manifestações, apelos de diversos setores da sociedade civil solicitando ajustes e aperfeiçoamentos no texto.

Eu sei que o Senador Marcelo Castro tem se debruçado... Nós tivemos audiências públicas aqui sobre o assunto, mas ainda existe polêmica sobre questão de cotas, sobre alguns outros temas que ainda não estão pacificados na Casa, até para que a gente possa votar em acordo com a maior brevidade possível.

Diante desse cenário, Sr. Presidente, entendo que o adiamento da votação permitirá que o debate avance com a devida responsabilidade e maturação, garantindo que cada ponto seja examinado com rigor técnico, jurídico e político. Nosso compromisso maior é com a boa legislação e com o respeito à sociedade brasileira, que espera de nós equilíbrio, prudência e compromisso com o interesse público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, submeto o pedido de adiamento à apreciação dos nossos colegas.

E agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Marcelo Castro, Relator da matéria.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa matéria – o novo Código Eleitoral – tem 898 artigos. É uma matéria muito complexa. Ela consolida sete leis eleitorais e partidárias existentes hoje. Foi votada na Câmara dos Deputados em 2021, veio para cá, teve inicialmente a relatoria do Senador Anastasia, depois a relatoria do Senador Alexandre Silveira – não confundir com o nosso Alessandro Vieira –, e, desde abril de 2023, portanto já se completaram-se dois anos, essa relatoria está comigo.

Sr. Presidente, de todas as instituições, todas as pessoas, associações, todos os interessados que me procuraram, nesses dois anos em que eu sou Relator, desafio alguém a dizer aqui que me procurou, e eu não recebi, não ouvi, não pedi sugestões e não me debrucei sobre essas sugestões.

Então, eu entendo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que o processo está por demais amadurecido, discutido, debatido, com audiências públicas. Sempre, Sr. Presidente, haverá um adendo, um acréscimo, um senão, para que prorroguemos isso aqui indefinidamente e passemos mais cinco anos discutindo essa matéria aqui, e sempre alguém vai achar que ainda precisa acrescentar mais alguma coisa, e nós não vamos votar nunca.

Essa matéria era para ter entrado em vigor para a eleição de 2022, não foi votada a tempo; era para entrar em vigor na eleição de 2024, não foi votada a tempo. Se nós não votarmos até o final de setembro deste ano, ela não vigorará para 2026. Então, não vejo por que a gente protelar mais.

E olha aí a esperteza do nosso colega Senador Girão: ele está pedindo uma prorrogação para o dia 22 de julho, quando nós já estaremos no recesso. Está jogando a matéria para o segundo semestre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não vejo, respeitando as observações que o nosso Senador Girão fez, porque todo dia tem pessoas levantando questionamento – vão levantar sempre –, mas não vejo a menor necessidade de nós prorrogarmos mais a votação dessa matéria, que eu entendo que está absolutamente discutida.

Agora, todo dia apresentam emendas. Ontem à noite apresentaram mais emendas. Você imagina eu ter que dar parecer nas emendas que chegaram ontem à noite para começar uma sessão aqui às 9h da manhã.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Mais um motivo para adiar a votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, o parecer foi dado. Eu me debrucei sobre todas elas. Foi facilitado porque as emendas, na sua maioria, eram repetição de emendas que já tinham sido feitas, cujo parecer já tinha sido dado. Então, não vejo por que prorrogar mais essa votação.

A minha posição – e eu espero contar com o apoio dos nossos pares – é no sentido de a gente votar hoje a matéria. Não há motivo para que a gente prorrogue...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero, primeiro...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... muito menos para 22 de julho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... parabenizar V. Exa.: dois anos relatando essa matéria, um quarto do seu mandato de oito anos. Portanto, troféu paciência não tinha outro Senador que poderia receber, a não ser V. Exa.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, pode ter certeza de que todos os dias tem uma emenda, uma sugestão de uma pessoa ou de uma audiência, e eu, pacientemente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Paciência de um psiquiatra e um grande Senador da República!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, só para justificar o dia 22 de julho...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, pediram a palavra o Senador Moro e, depois, o Senador Izalci.

Como?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para justificar o dia 22 de julho, só para todo mundo entender: é o que estabelece o Regimento.

Se puder ser antes, se a gente puder fazer um acordo aqui para votar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não... Senador Girão, o seu relatório, o seu requerimento vai a voto ainda no Plenário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Talvez seja aprovado ou não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... é só para justificar porque...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se for aprovado, V. Exa. está sugerindo uma data, pode ser a data, mas, antes disso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... pode ser até um acordo para nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... eu vou ter que colocar o requerimento, como manda o Regimento, em votação.

Se os Senadores aprovarem o seu requerimento, ficará para a data pré-estatuída no seu requerimento. Se não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já vamos votar a matéria hoje ainda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Chegou hoje o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, eu vou colocar em votação.

O Plenário é soberano a mim e a V. Exa. Então, quem vai decidir é o Plenário.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A Senadora Dorinha também queria falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está inscrita.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Está? Ah, então...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estão inscritos o Senador Moro, o Senador Izalci, o Senador Marcos Rogério...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, eu quero aqui aderir ao pedido de adiamento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... a Senadora Dorinha e o Senador Rogerio Marinho.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e até eu quero destacar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jayme...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... um ponto que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... o Senador Mecias de Jesus e o Senador Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu até entendo o desejo do Relator de votar hoje, pelo trabalho que vem sendo realizado, mas aqui a gente está falando de um novo Código Eleitoral. Então, é uma matéria realmente complexa, e é natural que haja diversas divergências.

Até vi aqui que o Relator acatou algumas emendas que nós propusemos, mas uma, em especial, que nos causa muita preocupação – e eu tenho sempre reiterado isso – é a questão da quarentena para policiais, juízes e promotores, e talvez o tempo aí do adiamento seja um tempo também para a gente buscar um acordo em relação a esses temas e vários outros aqui que estão criando grande ansiedade em colegas Senadores.

Então, se nós formos votar hoje... Evidentemente, eu vou querer, depois, discorrer mais amplamente sobre isso, inclusive sobre os destaques que nós temos, mas, por ora, eu quero aderir à proposta de adiamento dessa discussão. É um código. Não é uma lei qualquer.

Aquela outra proposta do Senador Marcelo Castro, que ele apresentou aqui, foi recebida muito positivamente pela CCJ, a que trata do fim da reeleição, mas era uma norma relativamente mais simples. Um novo código é matéria por demais complexa, e o ideal é que a gente busque alguns consensos aqui, Senador Otto, porque, se não, vai ser muito tumultuado esse debate aqui, e, assim, vai ter divergências substanciais sobre o texto, e muitos colegas aqui, com os quais a gente tem conversado, se não tiver ajustes, vão votar contra. Então, é ruim, é ruim até para a própria proposta de projeto.

Então, vamos trabalhar um pouco mais, para alcançar um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro eu quero, até em função do que o Relator disse, lembrar que foram mais de 800 artigos, e nós não temos condições de fazer tantos destaques, porque tem limitações.

Eu até estou apresentando um destaque individual – e eu gostaria da compreensão dos colegas – para a questão dos militares. É inadmissível você banir... É inconstitucional. Está aqui o art. 5º o, princípio da igualdade. Não tem lógica. Eu faço um apelo ao Senador Marcelo Castro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é um democrata, para gente rever essa questão. Não dá para banir uma categoria. Eu aprendi aqui no Congresso: nada de nós sem nós. É um prejuízo imenso quando você não tem voz nas assembleias legislativas, no Congresso Nacional.

Então, eu faço aqui um apelo ao Senador Marcelo Castro para rever essa questão dos militares, que é um absurdo. Quatro anos? Não tem sentido isso, é uma coisa sem muita lógica.

Mas eu vou, primeiro, pedir ao Relator a sensibilidade. Segundo, aos colegas: se houver a votação do destaque, eu gostaria que os colegas me apoiassem, tendo em vista que o meu partido já apresentou os dois destaques. Acho muito pouco, para uma matéria dessa magnitude, essa limitação de destaque. Então, faço esse apelo.

Da mesma forma, Presidente, nós estamos aqui defendendo uma emenda do Senador Amin, que é uma discussão de anos – mais de dez anos que a gente vem discutindo essa matéria. Eu, que sou da área de ciência e tecnologia, fui Secretário várias vezes e conheço o sistema, digo que não tem sentido a gente ficar limitando o aperfeiçoamento da eleição, da segurança jurídica, para que a população não tenha desconfiança do seu voto. Então, essa emenda do Senador Amin, que nós estamos destacando, é fundamental para sociedade, com relação à transparência do processo legislativo.

E, da mesma forma, o destaque também de uma emenda do Senador Rogerio Marinho que acaba... Nós estamos discutindo a questão da liberdade de expressão, e nesse projeto também há uma censura, uma punição, coisas que não tem sentido colocar nesse código aqui.

São três pontos que eu gostaria de colocar aqui ao nosso Relator. E, portanto, eu apoio, inclusive, também o adiamento, se for necessário, para a gente conversar um pouco mais, sensibilizar o Relator, que está muito... recebeu muita gente, eu agradeço e tal, mas está insensível com matérias que são óbvias.

Quatro anos você exigir do militar? É uma coisa totalmente injusta.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, só para responder aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Passou para dois?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, mas por que só os militares têm restrição?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Um aparte aqui ao Senador Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos terão direito à palavra. Eu vou conceder a palavra aos Senadores. É muito ruim o Senador estar com a palavra e outro interromper. O Regimento, inclusive, prevê que todos devem respeitar a palavra de cada um.

Senador Marcos Rogério e Senador Alessandro Vieira depois.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois é V. Exa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente Otto...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Não, poderia esclarecer ao Senador Izalci, porque ele está falando na quarentena para os militares, para os juízes e para os promotores de quatro anos, que isso foi o que veio da Câmara.

E eu, modéstia à parte, com a minha sensibilidade, ouvindo o apelo aqui, em audiência pública, de vários juízes, promotores, delegados, militares, policiais, capitaneados aqui pelo Senador Sergio Moro e o Senador Mourão, principalmente, achei que os argumentos pesaram e cheguei à conclusão de que realmente os quatro anos limitariam muito a pessoa a tomar uma decisão grave, importante na vida, de abandonar sua carreira para tomar uma decisão de ser político quatro anos depois. E chegamos à conclusão de que o mais razoável seria de dois anos. Porque dois anos é o tempo hábil, Sr. Presidente – nós que somos políticos, fazemos campanha... Ninguém se candidata com menos de dois anos. Tem exceções, mas, normalmente, uma decisão prudente de quem vai se candidatar é começar a campanha dois anos antes, quatro anos antes, três anos antes, jamais você começar uma campanha em cima da hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa, o juiz, o promotor, o delegado, o policial poderia se aproveitar do seu cargo para fazer promoção pessoal. É evidente que isso a gente sabe que acontece todos os dias. E ele pode fazer isso, mas até dois anos antes. Eu cheguei a pensar na ideia de um ano, mas um ano já fica muito próximo. A pessoa já usou do seu cargo – ou abusou, sei lá –, uma influência, para angariar votos para promoção pessoal. Então, eu acho que dois anos nem é tanto, nem é tão pouco. Achamos que é o razoável. Então, o apelo que o Senador Izalci está fazendo já foi atendido. No nosso parecer, não estão mais quatro anos, Senador Izalci, estão dois anos só.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só ainda dentro da minha fala.

Primeiro é o seguinte, nenhuma outra atividade tem que renunciar ao cargo. Começa por aí. Segundo, a Constituição prevê para esses outros que não podem, já está na Constituição. Aqui, não, nós estamos mudando, através de um projeto de lei, a Constituição. Então, por mais que sejam dois anos, é inconstitucional. Faço esse apelo para que a gente obedeça à Constituição. Nós temos que dar um exemplo aqui do cumprimento da Constituição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marco Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, trata-se de uma matéria absolutamente sensível. Nós estamos discutindo o novo Código Eleitoral, com todas as suas implicações. Há de se reconhecer o esforço do Relator – e é um esforço grande, porque é uma matéria realmente complexa, com grupos de interesses de vários lados –, mas nós não podemos, ao passo que demoramos tanto tempo para fazer uma reforma, fazer uma reforma que deforme. Então, eu não acho que seja nem o momento de a gente aprofundar no mérito das questões que estão postas na matéria. O fato aqui agora é discutir se nós vamos votar hoje, se vamos adiar ou se vamos aprovar o requerimento do Senador Girão. Eu, particularmente, não gostaria de votar o requerimento do Senador Girão, porque ele vai jogar para dentro do período de recesso legislativo. Eu acho que o entendimento, talvez, fosse o melhor caminho. Acho até que, numa extensão interpretativa regimental, caberia até um novo pedido de vista, considerando o adendo de quinhentas e tantas páginas que foi acrescentado hoje no sistema. Então, é muito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nesse ponto apenas, apenas para refletir, nesse ponto dos militares. Pela mesma lógica da influência que se tem, que se exerce no âmbito da caserna, no âmbito da corporação, nós poderíamos acrescentar essa interpretação aos apresentadores de televisão, aos radialistas, aos *influencers*, aos líderes religiosos, aos líderes sindicais, a todos eles, estabelecer uma quarentena. Agora, é justo e razoável? Todos nós temos o nosso meio, a nossa comunidade, o nosso grupo de acesso, mesmo quem já está na política, quem um dia ousou entrar na política, tem o seu grupo de acesso.

Então, acho que há um pouco aqui, com todo o respeito que tenho, talvez – e não estou dizendo que essa é a posição do Relator, porque não foi ele, essa matéria vem da Câmara –, nessa matéria, de preconceito em relação aos militares, porque não é o grupo que tem a maior influência, existem outros atores. Eu citei aqui apresentadores. Veja o caso... alguns aqui em Brasília mesmo. A recente pesquisa em Brasília mostra um cenário que confirma exatamente o que estou falando. Então não estou defendendo que se estenda o impedimento a esses outros apresentadores, influenciadores e tal, estou dizendo que, se você faz aos militares em razão do grupo de interesse e influência que tem, talvez seria o caso de se estender a todos os demais, e aí nós tiraríamos do processo eleitoral um conjunto de pessoas decentes, probas, que poderiam aperfeiçoar a representação política.

Então é o apelo que faço a V. Exa., já indagando também se não seria o caso hoje, dentro de um esforço de entendimento, de repente, em face desse adendo bastante generoso que foi apresentado, de se conceder um novo prazo para análise do que foi acrescido aqui e, depois, Presidente, tentar um esforço de compreensão, de entendimento do caminho possível. O que é possível votar neste momento? Porque não adianta nós ficarmos num cabo de guerra aqui. Essa é uma matéria que interessa a todos nós, o cabo de guerra não interessa. Quais são os pontos convergentes? A divergência está onde? E aí, na divergência, tentar estabelecer o mínimo de bom senso. Mas é apenas o apelo que faço no sentido de ponderar um acordo de meio, que não nos leve à votação desse requerimento, porque acho que aí é demasiadamente exagerado no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Dorinha; depois, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na verdade, eu gostaria de primeiro fazer uma proposta. Eu entendo realmente– hoje pela manhã procurei se tinha um texto novo, e o texto entrou agora há pouco – o esforço do Relator, porque por vezes estou para relatar um projeto aqui – o Regimento da Câmara não é permissivo dessa forma e, no do Senado... – e emendas podem entrar enquanto estou relatando. Esse é um texto complexo, muito complexo, que mexe com um código e, naturalmente, afeta diferentes temas. Eu queria tentar caminhar – vou esperar o... – para um acordo, para que a gente pudesse ter um procedimento combinado entre nós. Realmente, não me sinto confortável para votar hoje porque o adendo foi apresentado, eu apresentei emendas, outros colegas apresentaram emendas e eu gostaria de ver como foi atendido, mas também – falei há pouco com o Senador Girão da minha preocupação – não dá para a gente ficar adiando *ad aeternum*.

Eu fiz uma inserção... Sinceramente, acho muito ruim falar com muita gente falando, acho muito ruim... Falei isso várias vezes no Colégio de Líderes, antes das eleições municipais, da necessidade de termos votado o Código Eleitoral, que já está aqui há muito tempo. Então, eu queria que a gente pudesse fazer um combinado. Sempre vão ter aspectos do Código Eleitoral que não atendem ao que eu defendo, ao que penso, e assim como aos diferentes colegas. Eu acho que a gente vai ter que enfrentar e queria fazer um combinado de data, porque se, de novo, nós jogarmos para o dia 18 ou dia 25, aí chover de novo de emenda, o Relator será obrigado a se manifestar e se debruçar, e nós vamos ficar eternamente...

Eu acho que nós podemos fazer um acordo suprapartidário de definir uma data, cada um agora se debruçando sobre o texto apresentado hoje, para que nós pudéssemos enfrentá-lo na data definida pelo nosso Presidente.

Por mim, poderia ser dia 18, porque acho que é uma semana de prazo, uma vez que o texto já está bastante conhecido. Eu posso até não gostar de determinados pontos, mas eu vou enfrentar, para ganhar ou para perder.

E também eu queria só, em relação a essa questão da preocupação dos militares, chamar a atenção para o fato de que uma operação policial conduzida direcionadamente inviabiliza uma eleição um ano antes. Não é um caso ou outro que a gente tem, depois de a operação feita, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desastre feito com a reputação de uma pessoa e, depois isso cai por terra, aquela pessoa estar destruída. Então, não é uma coisa tão simples. A gente defende... eu acho que a gente precisa trabalhar no limite, mas não podemos fazer de conta que isso não ocorreu.

Uma operação em que... Hoje, a cada dia têm acontecido coisas espalhafatosas, ligando a operações de situações em que não era necessário ter feito aquele aparato todo de invadir uma casa de pessoas, e colocá-las exposta por situações... E aí eu estou falando policial, mas tem, de igual forma, outras situações semelhantes, dado o poder hoje que as redes sociais também têm.

Eu sei que o Relator tem essa preocupação – eu em particular também tenho –, então queria fazer essa proposta de um acordo que depende de todo mundo, mas também, se todo mundo chover com mais emenda, será um trabalho eterno de refazer e refazer.

Então, para o dia 18 eu proporia a votação, ou dia 25, com um acordo entre nós, de que a gente pudesse lidar, porque eu acho que os principais temas estão enfrentados aqui e vão ter que ir a voto, a destaque, e depois têm que ir a Plenário também – mas um combinado entre todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. as ponderações muito corretas.

O Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Existem problemas no texto, acho que a Senadora Dorinha foi muito feliz em colocar que, democraticamente, discordar do texto não significa que ele não pode ser votado, isso é do processo natural, crítica, tentativa de aprimoramento; mas existem pontos que extrapolam isso – é o caso específico da quarentena.

A quarentena não está restrita a militares fardados, não, está colocando guarda municipal, colocando todo mundo, e não faz o menor sentido constitucional. Eu estou praticando, ou tentando praticar, uma discriminação contra categorias que se dedicam à segurança pública, com base em ilações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagine V. Exa., médico consagrado, tem que ser proibido dois anos antes de operar, porque cada paciente seu operado sai com uma gratidão muito grande, porque o senhor fez um bom trabalho.

Imagine um Senador da República, que a cada ano pode levar para o seu estado em torno de R$100 milhões em emendas, pode concorrer dentro do cargo. O Governador, que assina a ordem de serviço, concorre no cargo. O guarda da esquina, não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Isso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... porque alguém decidiu que ele pode influenciar demasiadamente uma eleição – isso não faz o menor sentido.

Eu entendo que algumas figuras, algumas *personas* políticas ficaram demasiadamente magoadas com ações que podem, ou não, ter sido excessivas, mas o abuso tem caminhos para ser combatido. Nós aprovamos aqui uma lei de combate ao abuso de autoridade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Isso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, eu faço esse apelo, e há instantes reiterei o apelo aqui ao Senador Marcelo, que é um cidadão de altíssima capacitação, um Senador com uma história longa na política, vem claramente melhorando o texto, mas, eu repito, nós estamos aqui às vésperas de praticar uma discriminação inconstitucional e odiosa. E cada um vai ter que voltar para sua base e olhar para o guardinha do trânsito lá e dizer: "Olhe, você não pode ser político, não, porque você escolheu a carreira da segurança pública." – ou da magistratura, ou do Ministério Público, tanto faz. Isso não guarda nenhum sentido lógico.

Então, acho que o tempo vai permitir que o Relator aprimore o texto, que o conjunto de Senadores e Senadoras absorva as informações com a profundidade que deve ter, porque será um texto naturalmente judicializado. É o pior dos cenários: esta Casa não fazer a leitura correta, técnica da situação, e permitir que o outro lado da praça faça. Não faz sentido. Então, eu acho que o tempo... E aí o tempo é o tempo da política. Podem ser 18 dias, 20 dias, 30 dias, pode não ser votado... Eu brincava aqui com a Senadora Margareth que tem texto que é melhor não votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem leis que é muito melhor para o Brasil não existirem, do que eu ter uma lei que prejudique, que crie uma situação de constrangimento, para além de outros problemas, como transparência e deficiência, que eu tenho certeza de que também serão ajustados.

Então o apelo que eu faço é por mais tempo para que a gente possa melhorar esse texto e evitar esse preconceito inaceitável com categorias que contribuem tanto para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogerio Marinho; depois, Senador Jaime.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Bom, Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação... Eu não vou ser redundante a respeito do que já foi falado aqui: tanto a posição do Senador Mourão, como a do Senador Izalci, a do Senador Moro, todos aqueles que nos antecederam, falando especificamente do tema de uma categoria específica que está sendo colocada com uma quarentena maior do que para as demais categorias, isso me parece realmente não só inconstitucional, como também discriminatória, não é?

Mas eu quero me deter em dois aspectos aqui que me pareceram muito graves no texto. E aí me perdoe o Senador Alessandro, mas eu vou tomar para mim, com a devida vênia dele, o que ele falou anteriormente. Tem leis que é melhor não serem votadas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... porque o espírito da lei, que é de sintetizar, pacificar, melhorar, desburocratizar, convalidar até diferentes legislações a respeito desse tema, está toldado por duas situações – eu vou apenas citar duas situações que me parecem muito graves –: a primeira é a questão desse tema ou desse debate, que é do mundo inteiro, que é a questão da liberdade de expressão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... da liberdade da crítica, da possibilidade de nós, como cidadãos, termos a condição de fazermos a nossa irresignação, de dizermos que não estamos satisfeitos.

A lei, de uma maneira draconiana e inovadora – inovadora –, que inclusive regimentalmente nos impede de emendar o processo, porque não veio originalmente da Câmara, houve uma série de inovações feitas pelo eminente Relator, pelo sábio Senador Marcelo Castro, que, claro, tem todos os méritos aí, porque esse é um tema extremamente delicado e complicado... Mas nós estamos tratando aqui de problemas nos dispositivos 368, 454, 471, 604, 859, 869, todos que ampliam a responsabilização dos cidadãos e comunicadores por discursos considerados potencialmente interpretáveis como ilegítimos ou deslegitimadores – deslegitimadores, é até uma palavra complicada de falar. Você está criminalizando a crítica, está restringindo o debate público, está imputando penas às pessoas pela simples discordância.

Vejam, eminente Presidente e Srs. Senadores, nós estamos tratando aqui de censura, censura no processo eleitoral. Ontem nós assistimos ao depoimento do Presidente Bolsonaro. A ele é imputado, por exemplo, inelegibilidade, porque convocou, convidou embaixadores para fazer uma crítica ao sistema eleitoral. Está interditado no Brasil o debate de se criticar um sistema que é praticado, entre as 50 maiores democracias do mundo, por apenas duas, Bangladesh e Brasil. Então, 48 países estão errados, o Brasil está certo, ou vice-versa, e você não pode fazer a crítica.

Você está criminalizando, você está aumentando penas aqui de um e quatro anos de reclusão e impondo autocensura, detenção de dois meses a um ano ou pagamento de 120 a 150 dias... Você está permitindo a retirada de conteúdos. Olha, gente, essa discussão está no Supremo Tribunal Federal, sobre a questão de ser ou não constitucional o art. 19 do marco civil da internet, de se permitir que o grande irmão do George Orwell, a distopia, a famosa distopia de *1984*, seja implantada em território nacional.

A gente está tratando aqui de uma coisa muito grave. Nós estamos dando à Justiça Eleitoral a possibilidade, inclusive, de, na hora em que se fizerem modificações, quaisquer que sejam, na lei, nós estarmos impedidos de submeter a um referendo popular ou a um plebiscito – o TSE e o STF. Então, está se empoderando e se dando um poder ao TSE de que, na verdade, ele já se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apropriou nas eleições anteriores, à revelia, inclusive, do que é votado aqui no Congresso Nacional.

Eu gostaria de ler para os senhores um acórdão relatado por um eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, que certamente já deve ter mudado, provavelmente mudou de ideia, mas ele diz o seguinte. É de 2018.

> A Democracia não existirá e a livre participação política não florescerá onde a liberdade de expressão for ceifada, pois esta constitui condição essencial ao pluralismo de ideias, que por sua vez é um valor estruturante para o salutar funcionamento do sistema democrático. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva. São [portanto] inconstitucionais os dispositivos legais que tenham a nítida finalidade [friso] de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático. Impossibilidade de restrição, subordinação ou forçosa adequação programática da liberdade de expressão a mandamentos normativos cerceadores durante o período [...].

Sr. Presidente, V. Exa. sabe de quem é esse acórdão? Do eminente Ministro Alexandre de Moraes, que hoje está se colocando no campo oposto, mas por enquanto está valendo o acórdão. Se isso for revisado ao se debruçarem sobre o art. 19 do código civil da internet, do marco civil da internet, que nós, como legisladores, discutimos durante quase nove anos aqui no Congresso Nacional, que foi votado em 2014 e que convalidou, consagrou princípios universais de que não se pode fazer censura prévia nem se pode banir perfis ou conteúdo de cidadãos se não houver uma motivação judicial e a comprovação de que há um ilícito.

Aqui se chega a um detalhamento de que fatos sabidamente verídicos são crimes – o.k. –, na contramão do que diz o acordão do eminente Ministro Alexandre Moraes.

Mas se vai mais adiante: que você deveria ter esse conhecimento. Imaginem que eu vá conversar com o eminente Senador Marcelo Castro, ele me conte um caso do Piauí, e eu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acreditando na fé pública do eminente Senador, propague essa ideia, mas era uma brincadeira, um chiste, e aí eu recebo uma pena de prisão ou de multa...

Sr. Presidente, com todo o respeito – e àqueles que se pronunciaram antes de mim –, a preocupação aqui não é meramente formal. A gente não está tratando aqui de uma lei para colocar limites ou parâmetros: nós estamos atacando o cerne da democracia brasileira.

Por isso, eu peço a reflexão até daqueles que me antecederam – da eminente Senadora Dorinha, do eminente Senador Marcos Rogério –, que foram na linha de: vamos avaliar um processo para vermos qual é o momento ideal de votarmos. Gente, ou a gente chega entre nós a um consenso mínimo de que devemos respeitar o princípio constitucional da liberdade de expressão, da crítica, do contraditório, da democracia, que são valores inegociáveis... Nós não podemos votar um projeto com o risco de que esse projeto vá adiante com esse tipo de nódoa, com esse tipo de contaminação.

O eminente Senador Esperidião Amin, que saiu há pouco aqui – eu falei, durante a minha peroração, aqui a respeito do tema, né? –, tem uma emenda que fala sobre contagem pública de votos. É muita coragem do Senador Esperidião Amin, porque tem gente que está sendo processada, tem gente que foi presa porque teve a ousadia de contestar ou de tentar aperfeiçoar o nosso sistema eleitoral.

Eu ouvi, em um determinado momento, eminente Senador Presidente Otto Alencar, que a luz do sol é o melhor dos desinfetantes. A luz do sol e a transparência são o melhor dos desinfetantes. Então me causa muita estranheza essa resistência organizada da alta cúpula do Judiciário brasileiro e – para não ficar dúvidas – do Ministro Barroso, que veio aqui, a esta Casa, conversar com Líderes do Congresso Nacional, e, coincidentemente, no dia seguinte, pessoas foram sacadas da Comissão especial da PEC, que tinham uma posição favorável, e foram substituídas por outras que tinham posição desfavorável, numa clara interferência de um Poder sobre o outro, numa ação inconstitucional que nós não podemos tolerar mais. Isso fere de morte a democracia brasileira. E, se nós estamos achando que isso é normal, senhores, não é! Não é normal! E não dá para ficar mais com cara de paisagem, né? Ou nós, que representamos o povo brasileiro, cumprimos o nosso papel e fazemos a nossa parte, ou vamos ficar como um Poder aviltado, de cócoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu não estou propondo, nem estou propalando ideias de se tratorar os outros Poderes. Não. Eu estou aqui dizendo que cada Poder tem que fazer o seu papel. E me espanta muito e me chama muito a atenção que nós estejamos convalidando, através de uma lei, essa interferência indevida de um Poder, que é o Tribunal Superior Eleitoral, sobre o Legislativo brasileiro e sobre o princípio da democracia.

Bom, então, dito isso, desculpem-me, inclusive, a indignação. Vocês me conhecem como uma pessoa moderada, mas eu, sinceramente, estou muito preocupado com a democracia brasileira, tá? Respeito o Supremo Tribunal Federal, respeito o Executivo da República, mas respeito, sobretudo, os princípios em que se baseia a nossa Constituição da separação dos Poderes. É isso que dá sanidade à nossa democracia.

Então, peço que os senhores reflitam sobre o que está dentro desse projeto, projeto extremamente bem-feito pelo Senador Marcelo. Ele tentou muito melhorar, mas o cerne desse processo aqui é um ataque à liberdade de expressão, à crítica e ao debate necessário no processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, a Senadora Dorinha foi citada e pede a palavra para fazer talvez um adendo ao Senador...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sim, porque na verdade eu acho que o Senador Rogério ou ele não conseguiu me ouvir, porque não foi o que eu disse. O que eu disse é o seguinte: o Código Eleitoral já está em discussão na Câmara e no Senado há vários anos, não vai ser o seu texto, não vai ser o meu texto, mas nós temos responsabilidade de votar.

Não disse que concordo com o que está no texto, tem dezenas de emendas, tem destaques, vou fazer o enfrentamento necessário. Não concordo com vários aspectos que... Ou seja, concordo com a posição de V. Exa. sobre vários aspectos, mas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Deixa eu seguir a lista aqui. Tem alguns inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... quando me citou e citou o Marcos Rogério como alguém que estava referendando esse texto, não! O que eu estou dizendo é: nós temos que enfrentar. Esse texto não é o meu e não será de cada um dos Senadores, mas nós temos que enfrentá-lo. Nós temos obrigação de tratar, até para dizer "esses pontos nós vamos tirar desse texto e não vamos enfrentar". Nós temos que respeitar o trabalho realizado pelo Senador Marcelo Castro, os debates e discussões, o que foi feito na Câmara de igual forma. E vamos sustentar as nossas posições, sim. Tem muitos pontos com os quais eu não concordo, né? Então, não preciso rever posição sobre votar ou não. Eu quero votar o texto e vou fazer isso mostrando a minha posição, fazendo o enfrentamento e todas as estratégias necessárias para fazer a adequação do texto no qual eu acredito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jaime. Depois Senador Jorge Seif, depois Senador Bittar, depois Senadora Eliziane.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Contarato.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mecias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Diga, Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Na relação que V. Exa. leu antes, eu estava bem antes desses outros nomes que o senhor citou agora. Acho que o senhor mudou a relação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente, eu errei. V. Exa. e, depois, o Senador Jorge Seif. Então, com a palavra V. Exa. Desculpe.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É o Senador Jaime agora ou o Senador Mecias?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois do Senador Jaime, V. Exa. Depois, o Senador Seif.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Quero parabenizar aqui nosso Senador Rogerio Marinho.

E eu acho muito estranho, Presidente, o Supremo Tribunal Federal achar que é errado o voto impresso. Meu Deus – meu Deus, eu falo! E pergunto para mim: se você vai dar mais uma segurança à urna, por que não o voto impresso? Qual o motivo que tem para não ter o voto impresso?

Isso aqui, para mim, não é um novo Código Eleitoral, esse código só está sendo aperfeiçoado. Quero que as pessoas entendam que ele está beneficiando cada vez mais quem tem mandato. Quando o Senador Alessandro Vieira fala que um Senador que está no mandato tem R$100 milhões para levar para o seu estado – é um pouco mais, são R$115 milhões com a de bancada. No meu caso, do Estado de Rondônia, são R$115, R$116... Aí, Presidente, um cidadão vai para uma eleição sem pegar nenhum centavo do fundo partidário, senhores e senhoras, e ele não pode colocar o dinheiro dele na campanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aconteceu comigo. Eu sou amador, cheguei agora ao Senado, nunca participei de uma política. Eu só podia colocar 330 mil. Os meus colegas pegaram 3,33 milhões do fundo partidário. Isso está correto? Eu pedi ao Relator para que desse a mesma igualdade. Eu não quero abuso de poder econômico. Agora, se eu vou para uma campanha e eu não puder colocar o valor do teto máximo que um político que já tem mandato está pegando, está errado, senhores. Nós estamos tirando todas as pessoas de bem que querem entrar na política. Nós estamos dando esse dinheiro somente para quem tem mandato. E não é porque o Senador Bagattoli tinha o dinheiro, não. São muitas pessoas que querem entrar na política. Eu fui eleito sem o fundo partidário, só coloquei os 330 mil. E agora, Senador Moro, o meu irmão colocou 2,9 milhões e pouco, porque não ia ganhar a eleição com folha de laranja, eu precisava de dinheiro para concorrer à eleição. Agora isso vai ser proibido também. Ele só vai poder botar 10% do teto máximo que um Senador pode gastar.

Digo mais, digo mais para vocês: o que acontece com o fundo partidário? Ele beneficia só as pessoas que têm mandato, porque quem determina esse valor são os presidentes de partido, quem comanda os partidos. E aí, os novatos que vão entrando, a maioria não recebe nada – não recebe nada. É por isso que vocês veem por aí, Brasil afora, candidato a Deputado Federal fazendo 40, 50, 150, 200 votos, é pouco justamente por isso. Então era uma outra emenda que eu tinha colocado, que 50% seria, Senador Girão, para quem tem mandato e os outros 50% para quem não tem mandato. Só que também não é aceita.

Outra coisa, Presidente, que eu preciso é quanto a uma indignação sobre a declaração de bens do candidato. Eu acho correto fazer a declaração de bens, mas não ser pública – não ser pública. A imprensa está publicando e colocando as pessoas em insegurança – é o que aconteceu comigo. Depois que eu... Eu não podia, eu sou já auditado pela Receita Federal e eu fiz 100% da minha declaração. O que aconteceu? A imprensa publicou. Ora, isso teria que ser um documento que ficasse junto ao Tribunal Eleitoral, mas que não fosse publicado, que não fosse divulgado publicamente. Esse era um pedido que eu estaria fazendo também.

E eu peço, senhores, aos demais pares, aos demais Senadores, que me ajudem. Eu não posso... Eu sou voto imbatível, invencível, aliás, sobre a situação do fundo partidário. Eu quero dizer para vocês o seguinte: é injusto não darmos a mesma igualdade para quem quer entrar na política e colocar o mesmo valor de quem pega o dinheiro público, porque, se a pessoa está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocando o dinheiro dele, ele não está causando nenhum prejuízo ao Erário público. Aqui não vamos tampar o sol com a peneira – não vamos tampar o sol com a peneira –: esse dinheiro que é financiado público, nós sabemos da forma como é gasto e eu sei da forma como foi feita essa gastança desordenada na última eleição. É vergonhoso o que aconteceu na última eleição – vergonhoso para nós Parlamentares, vergonhoso para o povo brasileiro –, sabendo que nós estamos de joelho aumentando o IOF, aumentando o imposto e, quando chegar ano que vem, vamos rasgar e vamos colocar mais 6, 7 bilhões na política.

Gente, isso está chegando ao limite. Isso chegou ao limite. Passou da hora. Nós temos que ter vergonha, esta Casa tem que ter vergonha e nós temos que parar com isso. Como é que nós vamos dizer para a sociedade que nós vamos aumentar imposto, aprovar IOF e chegar ao ano que vem e colocar 6, 7 bilhões na política.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente Otto Alencar, agradeço a V. Exa., quero cumprimentar todos os colegas Senadores e Senadoras e fazer um reconhecimento do trabalho do Senador Marcelo Castro, pela luta diária que ele tem nesses dois anos na tentativa de aprovar esse projeto, mas, de fato, é necessário que a gente repense ainda mais a respeito de algumas coisas que estão citadas dentro do processo.

Não há como não ser redundante, repetindo alguns colegas Senadores, e certamente eu farei isso também. A Senadora Dorinha deu uma sugestão de que possa se fazer um estudo amplo em conjunto. E eu quero sugerir ao Relator Marcelo Castro que ouça aqui, principalmente, as vozes destoantes e marque uma reunião com todos para ouvi-los, para sentar, conversar, marque uma reunião com essas vozes destoantes, para encontrar um termo correto para o projeto para que a gente possa votar.

Presidente Otto, eu apresentei uma emenda que certamente o Senador Marcelo Castro não teve nem tempo de olhar, eu apresentei essa emenda ontem pela manhã, diante dos absurdos que a gente vê acontecendo. Olhem o que diz a minha emenda, Senador Marcelo, Senadores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadoras: "Para fins de que trata este artigo, não constitui crime a manifestação crítica ao serviço eleitoral ou à jurisdição eleitoral, consistente na reivindicação de garantias constitucionais". Se criticar o sistema eleitoral, o cara vai preso, perde o mandato. Isso é um absurdo – isso é um absurdo. Ninguém pode fazer uma crítica ao sistema eleitoral. Então, a minha emenda é para colocar na lei dando a liberdade à sociedade e a quem quer que seja de concordar ou não com o sistema. Não há motivo para que a minha emenda seja rejeitada, é apenas para garantir o direito de expressão da sociedade.

Eu volto agora para falar sobre o voto impresso. Qual é o problema que o voto impresso vai causar? Vai custar apenas alguns recursos a mais para comprar boninas e papel para reproduzir e para imprimir o voto, mas esse voto impresso ficará lá dentro da urna. O cidadão não vai levá-lo para casa. Ele é apenas para uma conferência manual, caso a própria Justiça Eleitoral entenda necessário.

Então, não tem por que se colocar contra o voto impresso dessa natureza.

Sobre a discriminação citada aqui por alguns colegas contra os militares, o general pode se beneficiar de que forma? De que forma ele pode se beneficiar numa campanha eleitoral, se ele sair seis meses antes? Dentro da tropa? Dentro da tropa? Ele vai fazer campanha dentro da tropa? Normalmente, general não tem o voto da tropa, não. Normalmente, não tem – normalmente, não tem. E de que forma o soldado, o cabo, ou o sargento vai se beneficiar da farda para conquistar uma eleição? Eu não entendo isso, não entendo por que essa discriminação, porque, quando se discriminam os militares, o soldado também está sendo discriminado. Eu imagino um soldado fardado, com um poder absoluto, ameaçando a população: "Se você não votar em mim, eu te prendo". Um soldado, cabo, sargento? Isso é um absurdo.

Nós temos, lá em Roraima, por exemplo... Vou citar dois casos aqui: o Cabo Sebastião, que foi Deputado Estadual – e diga-se, de passagem, um excelente Deputado –, e agora temos o Soldado Sampaio que está no quarto mandato de Deputado Estadual, soldado, Presidente da Assembleia Legislativa, que nunca precisou usar a farda dele de soldado para se impor como autoridade sobre ninguém. Então, é discriminação, sim, com os militares, é totalmente desnecessário, é um absurdo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já que tem que colocar essa discriminação por poder, quem tem poder, de fato, são os líderes sindicais – são os líderes sindicais –, que descontam inclusive no salário dos sindicalizados... Esses têm poderes, têm liderança, têm comando sobre os sindicalizados.

Eu creio que a sugestão dada pela Senadora Dorinha, pelo Senador Alessandro, pelos colegas Senadores aqui deve ser acatada, com o bom senso do nosso querido Senador e Relator Marcelo Castro. Convoca-se uma reunião com os Senadores destoantes aqui, e certamente nós encontraremos o caminho do bom senso e votaremos esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias, há pouco, eu falava com o Senador Esperidião Amin que essa matéria é muito polêmica. Ela tem, parece-me, oitocentos e tantos artigos, e incluiu alguns trechos que são de outras áreas, nessa questão mesmo da punição de *fake news*. Já tem, inclusive, matéria aprovada no Congresso sobre isso.

É claro que esse é o tema mais sensível de todos, até porque... Eu vou citar o meu exemplo: eu me formei em medicina, fiz residência médica, fiz concurso para ser professor da Universidade Federal da Bahia, dei aula por muitos anos, fiz vários cursos de especialização e, na CPI da Covid, dentro de um sistema de *fake news*, eu fui considerado charlatão. Como ninguém me conhecia em Brasília, eu, no aeroporto, era chamado de charlatão; em qualquer restaurante a que eu fosse, era, da mesma forma, chamado de charlatão. Eu tive que pegar meus diplomas todos e encaminhá-los ao Conselho Federal de Medicina, até porque o Presidente do Conselho achava também que eu não era médico. Então, eu passei muito tempo sendo aqui admoestado, xingado no aeroporto, porque me consideravam, em Brasília, em que praticamente ninguém me conhecia como médico, como charlatão.

No meu estado, eu sou respeitado por todos os que me conhecem, mas fora do meu estado ninguém sabia, e me colocaram, na época da CPI da Covid, como alguém que não tinha formação em medicina. Eu fui várias vezes... Não podia ir ao restaurante. Fui uma vez ao restaurante Coco Bambu e tive que sair, chamado de charlatão, agredido, praticamente.

Então, essa questão das redes sociais prepara o jeito de pegar um homem de bem e fazer dele um bandido e pode pegar um bandido e fazer do bandido um homem de bem. Isso tem que ser punido. Nós já temos legislação sobre isso. Eu acho que é um capítulo que podia até ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excluído, para ficar fora desse código, para dar um contexto menor, que fosse mais didático e claro até para aquele que vai interpretar o próprio código.

Então, a minha sugestão, que eu falei com o Senador Esperidião Amin, é que poderíamos dar um tempo para cada representante de cada partido sentar com o Relator, estipular um tempo e daí sairia a letra de lei, de consenso, para que nós pudéssemos apreciar. Porque já foram várias e várias emendas que foram apresentadas. O Senador Marcelo Castro tem tido uma paciência de Jó. Aliás, ele deve ganhar de Jó na Bíblia, ele seria mais do que Jó na paciência dele.

Então, seria o caso de encontrarmos um representante de cada partido ou uma representante, uma Senadora – porque tem também essa questão das mulheres dentro da letra da lei –, e depois estipular uma data, que pode ser daqui a 8 dias ou 15 dias. Esse é o tipo da matéria que não é urgente, que não é uma coisa que tem que botar na sala e operar. Tem que pedir exame de sangue, ressonância magnética, tomografia, raio-X de tórax, colonoscopia para quem quiser fazer, endoscopia para quem quiser fazer. E aí se chega... Quando ela vier para cá, para a CCJ, ela já vem prontinha, com todos os problemas resolvidos, e nós podemos votar.

Essa é a sugestão que eu faço e gostaria de que cada partido indicasse um representante para conversar com o Senador Marcelo Castro, para sair essa letra de lei enxuta e que pudesse dar uma segurança jurídica na questão do Código Eleitoral. Essa é a proposta que eu faço, sem, contudo, tolher o direito da fala dos outros Senadores que estão aqui inscritos.

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Também cumprimento aqui o Senador Marcelo Castro.

Pedindo vênia, eu entendo que o projeto está extrapolando a sua atribuição original, que era do Código Eleitoral. O Brasil inteiro sabe que o que nós chamamos de PL da censura, o 2.630, caiu na câmara por duas vezes, inclusive com pedido de urgência. Esse Código Eleitoral está extrapolando suas atribuições. Ao invés de tratar de Código Eleitoral, está invadindo as questões democráticas de liberdade de expressão.

E eu pergunto para o senhor, Sr. Presidente: qual é o limite da liberdade de expressão? Já está previsto no nosso Código de Processo Penal: calúnia, injúria e difamação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, veja, olha aqui: informações inverídicas, discurso de ódio ou conteúdo negativo são subjetivos, dependendo do juiz que esteja lá. E nós sabemos hoje que o nosso Judiciário tem se posicionado politicamente muitas vezes. Eu fico submetido a uma ideologia, a um partidarismo de um magistrado.

O que é discurso de ódio? Se eu falo que o senhor é feio, é discurso de ódio? Se eu falo que o senhor é bonito, é discurso de ódio? Se eu acho que o céu está rosa ou está vermelho, é discurso, é o quê: é mentira, é *fake news*? Então...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Se você falar que ele é feito, é mentira. (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E outra coisa, Girão, Senador Otto Alencar, em poucos dias, 500 páginas. Eu quero que, entre os Senadores, aqui levante a mão quem teve a oportunidade de analisar minuciosamente, ou sua equipe, essas 500 páginas. Nós estamos mexendo com o futuro do Brasil de forma gravíssima.

E sabem por que aconteceu o 8 de janeiro? Porque algumas pessoas, alguns baderneiros, alguns patriotas misturados com baderneiros, inconformados com o resultado da eleição, foram protestar. Sabem por quê? Por conta da resistência do voto eletrônico, impressão de voto, escrutínio público, contagem. Por que não se pacifica, se, de Brizola, Flávio Dino, Jair Bolsonaro a Francischini, há tantas críticas a esse processo eleitoral? Procurem no YouTube agora, aí: "Ministros aprovam impressão de votos", está no YouTube até hoje.

Todo mundo agora, o Ministro Gilmar Mendes... O Ministro Barroso: "Não, fica muito melhor"... O Nicolás Maduro – amigo desse desgoverno, assassino – tirou onda com a gente: "Não, porque diferentemente do Brasil, nós temos aqui a urna eletrônica, impressão de voto...", tanto que descobrimos que lá houve fraudes graças à impressão da urna. Por que essa resistência? Por que não se pacifica o Brasil? Qual é o lema desse Governo? União e reconstrução? Mentira, porque, se fosse, todos nós aqui, direita, esquerda, centro, vermelho, azul, verde... Aliás, eu preciso elogiar a Senadora Eliziane Gama, porque ela está linda vestida de Jair Bolsonaro.

Então, eu quero dizer o seguinte: nós poderíamos pacificar esse Brasil, Sr. Presidente Otto Alencar, simplesmente falando: "Vamos imprimir voto", e um percentual conta ou não conta, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acaba com esse fantasma, porque eu, Girão, não posso discutir sobre urna eletrônica, porque fui eleito por ela. Agora, vamos dar um exemplo, esqueça urna eletrônica, esqueça isso! Quando a gente compra no cartão de crédito, o que o atendente nos pergunta? "O senhor quer o comprovante?" Eu não pego – eu não pego comprovante –, mas meu pai pega todos os comprovantes, grampeia e, quando vem a fatura dele, confere um por um. Eu sou filho dele, com o sangue dele, e eu penso diferente, fico tranquilo, porque eu confio lá no sistema do cartão de crédito, mas meu pai não confia. Ele é o quê: golpista, fascista, nazista, eletricista? O que ele é? Porque ele quer... O que ele quer? Então, tem erro nisso? Porque ele tem o voto... ele tem o comprovante do cartão de crédito dele, ele tem todo o direito do mundo de desconfiar do Visa, ou do Mastercard, ou do American Express. Aí, hoje, se alguém fala: "Olha, eu não sei, porque ninguém tem voto e tal...", é prisão, perde mandato, é bandido, é marginal.

Então, a emenda... eu tenho duas emendas, mas, por respeito e consideração ao grande homem público chamado Esperidião Amin, respeitado neste Senado pelos 80 Senadores, fez uma emenda brilhante... Poderíamos, inclusive, prestigiar esse grande homem público e prestigiar o Brasil e a pacificação, acatando a emenda do Senador Esperidião Amin.

Com essas palavras, Sr. Presidente, não poderemos abrir mão da nossa liberdade de expressão e nem hipertrofiar outros Poderes, que têm, inclusive, sequestrado atribuições deste Senado Federal e da Câmara Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não vou pedir direito de resposta, mas, como eu estou inscrito, depois eu vou responder ao Senador Seif.

Agora, eu vou dar a palavra, no lugar do Califa, ao próximo, que é o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidamente, eu estou bastante satisfeito com as intervenções de todos os colegas, principalmente com a intervenção do Senador Rogerio Marinho.

O que nós estamos discutindo aqui nesta matéria, fundamentalmente, é se nós vamos permitir mais ainda o avanço de um Poder sobre o outro. Nós já estamos vendo o Supremo Tribunal Federal retomando hoje uma votação que pode penalizar antecipadamente, como se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fosse um atentado à liberdade de expressão, porque, se prevalecer a versão de alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal, as plataformas, para não serem multadas, vão começar a fazer a autocensura. E, ao tirar perfis, vão nos censurar oficialmente.

Agora, aqui, Senador Esperidião Amin, nós estamos com uma matéria que, do jeito que ela está, é melhor não votar. O senhor acha que eu vou votar uma matéria que aumenta mais ainda o poder do Supremo Tribunal Federal, que, no mínimo, está sendo questionado pela nação brasileira?! Eu vou deixar o Supremo decidir o que o Congresso pode consultar ou não à população?! Eu vou deixar ao Supremo e ao TSE o direito de dizer o que é discurso de ódio ou não?! Eu vou deixar ao TSE e ao Supremo o direito de me fiscalizar...?! Eu não poderei mais desconfiar do sistema eleitoral?! Eu não posso mais dizer da minha preocupação com ele?! O sistema eleitoral brasileiro, Senador Esperidião Amin, virou uma coisa sacrossanta?! É um pecado mortal você questionar o sistema, que não é adotado pela grande maioria dos países democráticos do planeta?!

Senador Esperidião Amin, que preside esta sessão, o encaminhamento do Senador Otto Alencar, que é o Presidente desta Comissão, está perfeito. Não há clima nem hora para votar esta matéria agora. Vamos dar uma parada, seja uma semana, sejam duas, sejam três, ou que não se vote, porque eu não vou votar! E vou terminar assim, Sr. Presidente: não vou votar uma matéria que aumenta o poder do Supremo Tribunal Federal, que dá direito a alguém de dizer o que é discurso de ódio e o que não é, que dá pena de até sete anos de cadeia se você ousar duvidar do sacrossanto processo eleitoral brasileiro!

E, para terminar mesmo, quando eu vejo essa campanha de que não pode mexer, não pode tocar no sistema eleitoral, como disse aqui o Rogerio Marinho... O Ministro Barroso esteve aqui... Isso aqui já estava acordado, votado, mas o Ministro Barroso esteve aqui, e, no outro dia, tudo mudou. Isso não é uma interferência clara? E, quando eu vejo essa campanha como se isso fosse uma cláusula pétrea da Constituição, eu fico desconfiado, porque, se alguém é contra o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, por qual razão?

Então, nessa matéria, Sr. Presidente, do jeito que está, com todo o carinho e respeito que tenho – eu fui Deputado Federal com ele, que é um pouquinho mais velho que eu, nunca perdeu uma eleição e vai disputar outra agora, no ano que vem; fomos Deputados juntos na Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal – pelo Senador Marcelo Castro, mas, do jeito que ela está, Sr. Presidente, eu vou com o encaminhamento do Presidente Otto Alencar, que para mim é um encaminhamento perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou passar a palavra ao próximo inscrito e não vou me aproveitar dessa fortuita circunstância, mas faço minhas as palavras a respeito do Senador Marcelo Castro e agradeço a menção do Senador Jorge Seif.

Como eu estou inscrito, agora eu passo a palavra à Senadora Eliziane, fazendo minhas as palavras muito alvissareiras do nosso Senador Jorge Seif, aplaudindo as vestes talares da Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Vou manter o clima amistoso, mas não posso deixar de registrar que estou na defesa do meu ambiente. (*Risos.*) Eu queria cumprimentar, Presidente, aqui, inicialmente, o meu colega Senador Marcelo Castro. O Senador Marcelo Castro é um dos Senadores mais qualificados desta Casa, em várias áreas, na área da saúde, na área de orçamento e na área eleitoral.

Quando nós temos, por exemplo, aqui o tamanho do relatório, o volume de emendas – que chegaram a quase 300 emendas, não é? – e a robustez da argumentação que consta, na verdade, do seu relatório, mostra precisão, mostra dedicação e mostra sobretudo ouvido. Porque o Senador Marcelo Castro ouviu, eu acredito, a todos os Parlamentares que propuseram emendas, fez o aprimoramento e, naturalmente, apresentou o seu relatório.

Eu quero dizer para vocês que, no Parlamento brasileiro, nós temos um instrumento que é formidável, que é o instrumento, por exemplo, dos destaques. O destaque é o instrumento que a gente tem para que, quando a gente não concordar, a gente retire do texto, deixe para ser votado em separado e continue votando o texto. Aqui ninguém é obrigado a votar na plenitude aquilo que foi apresentado pelo Senador Marcelo Castro, porque o contraditório é democrático, e a gente precisa, na verdade, fazer valer esse princípio, que é o princípio de divergir no mérito.

Agora, dizer que o relatório do Senador Marcelo Castro não é um relatório completo, isso não é verdade. O relatório dele está moderno. Veja, quando a gente fala, por exemplo, de limites em relação às redes sociais. Gente, nós temos limite em tudo: na nossa relação dentro de casa, com o marido, com a esposa, com os filhos, tudo tem limite. Você tem critério, você tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação que ordena, inclusive, dentro desse ambiente inviolável. E é a falta desse limite que, às vezes, descamba para problemas graves no ambiente doméstico, que é a questão da violência, achando-se que se tem lá um ambiente de liberdade. Não funciona assim. Todo lugar tem limite.

E aí, portanto, com o avanço da tecnologia, quando ela chega, também chega junto o avanço do crime. Claro, por quê? Porque o criminoso procura o artifício que está ao seu alcance para proliferar, para perpetuar de fato o crime.

E aí, nesse sentido, a gente falou, por exemplo, aqui de quarentena. A gente não pode... Tudo bem, não pode ser nem o céu, nem a terra, mas a gente também não pode criar uma casta neste país, onde haja, por exemplo, um segmento da sociedade brasileira que é melhor do que um outro segmento. Não é. Nós temos que criar limites e estabelecer critérios para até se chegar a uma isonomia.

Quando a gente fala do princípio aristotélico, ou seja, tratar os desiguais como desiguais, na medida da sua desigualdade, é para criar um instrumento de igualdade, de isonomia, no Brasil. Isso é equidade. E é exatamente isso a que se propõe, quando se estabelece, por exemplo, quarentena.

Por exemplo, um cidadão que está como ordenador de despesa num cargo de servidor público tem um prazo de seis meses para se desincompatibilizar. Por que é que o militar, para cargos específicos, tem quatro meses para se desincompatibilizar? Não pode!

Então, são esses critérios que eu acho que a proposta vem, na verdade, apresentar, e, nesse sentido, inova, de uma forma extraordinária, no Brasil, e necessária, ao olhar para as cotas de gênero no Brasil.

Nós estamos aqui, hoje, três Senadoras na CCJ, se não me foge à memória, como titulares. Nós somos apenas isso – ou quatro Senadoras. Nós somos aqui 15 Senadoras, num universo de 81 Senadores. Na Câmara dos Deputados é a mesma coisa.

Nós já evoluímos muito, muito, muito, muito, porque, quando eu fui Deputada Federal, Senador Marcelo, eu fui eleita junto com a Dorinha e a Zenaide – nós três aqui, aliás –, e, na eleição de 2014, nós éramos apenas 46 Deputadas Federais. Hoje nós temos lá mais de 90 Deputadas Federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evoluiu por quê? Cota! Percentual de 30% para o orçamento. É cota!

Se não estabelecer cota, nós vamos levar cem anos para chegar à igualdade entre homens e mulheres no Brasil, na representação política. É o que diz o Instituto Patrícia Galvão.

Venezuela... Argentina, Chile, enfim... Paraguai... Todos, todos, na América Latina, têm critérios de cota de um jeito ou de outro, lista fechada, e aí vai, mas é um critério de cota, para ter igualdade e isonomia entre mulheres e homens.

A gente, hoje, tem muito pouco.

Estabelecer vaga de mandato, o Senador Marcelo Castro coloca, é um avanço na legislação.

Mas eu quero finalizar, Presidente Otto, e dizer para o senhor... E V. Exa., como grandioso médico que é, citou muito bem: para você ir para a mesa cirúrgica, você tem que fazer uma série de exames. Eu quero dizer para o senhor que vários desses exames foram feitos em várias propostas que estão aqui com o Marcelo: exame de sangue...

Eu não vou falar os exames, porque eu não sou médica, eu não entendo nada de medicina, mas V. Exa. conhece muito bem, mas eu diria ao senhor que esses exames foram feitos, e eu acho que o critério de obstrução – que é regimental – estabelecido aqui não vai ajudar em nada, porque dizer que a gente vai votar esse projeto no mês de um recesso parlamentar é dizer que não quer o projeto aprovado.

Então, eu quero pedir aqui a benevolência, para que a gente possa seguir uma linha que V. Exa. adota, que é separar aquilo que realmente a gente não consegue evoluir para nenhum tipo de entendimento, mas votar a matéria principal, fazer destaque, retirar o que for preciso, mas votar aquilo que é principal, e não deixar de votar.

Com todo o respeito ao meu colega Senador Girão, eu acho que não ajuda a gente postergar esse debate para, sobretudo, a data, Senador Girão, que V. Exa. apresenta, que é 22 de julho – não é isso? –, se não me foge à memória. Eu acho que é no meio do recesso parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É recesso. O recesso começa no dia 18.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Em outras palavras, é: "Vamos postergar, vamos obstruir, e não vamos votar a matéria". É o que eu, com um respeito enorme que eu tenho a V. Exa...

V. Exa. sabe que nós comungamos em várias e várias pautas, mas nessa, assim como, naturalmente, em outras, não posso comungar. E defendo, de fato, que nós possamos votar a proposta do Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem de inscrição, Senador Contarato.

Não estando o Senador Contarato, o Senador Esperidião Amin; em seguida, o Senador Magno Malta; e, por último, o Senador Girão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a V. Exa. o que me foi informado, Senador Otto, da sua... eu não diria opinião, mas da sua sugestão, que é muito objetiva. E quero homenageá-lo dizendo que confirma o velho aforisma pampiano: "*El diablo sabe por diablo, pero más sabe por viejo*" – o diabo sabe porque é diabo, mas sabe mais porque é experiente. E, como V. Exa. é mais experiente do que eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... bom, mas é mais experiente do que eu, e todo mundo acha que é o contrário. Eu quero saudá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... porque foi sensata a colocação e sinceramente oportuna. Isso não quer dizer que eu não aplauda o trabalho do Senador Marcelo Castro, pelo contrário. Ele é um Senador especialmente exemplar pela atenção que dá a quem quiser discutir um assunto com ele. Isso é o princípio da democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro ponto: a Liderança da Oposição resumiu, nessas duas folhas e meia, o que nós temos que discutir. Primeiro, o senhor usou a expressão certa: há partes neste código que poderiam ficar em outros códigos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... inclusive no Código Penal, porque, quando você tipifica mal um crime, não há coisa mais tirânica do que isso. Tipificar um crime de maneira a permitir subjetividade é destruir a democracia, porque eu posso interpretar... Por isso se exige a expressão univocidade. Univocidade quer dizer: o que está escrito não implica, não enseja, não permite interpretações baseadas no obscuro, certo, Marcos Rogério? Univocidade, ou seja, tem que esclarecer. E são os art. 368, 454, 471, 604, 859, 869 que contribuem para criar uma insegurança jurídica que vai bater no lombo de quem disputa eleição, seja rico, seja pobre, seja de esquerda e daqui a pouco de direita ou vice-versa, porque a roda gira. Quem hoje é Oposição pode ser Governo e Vice-versa. Então, nós estamos dando ao TSE – vamos ser bem claros – uma competência que não é do TSE, é da Justiça brasileira. Para quê? Para acelerar? Acelerar o quê? Isso deve ser discutido.

E, a propósito, a Câmara não tinha escrito isso. Alguns desses artigos foram acrescidos aqui.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Inovações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E elas não são boas.

Mais um ponto que eu quero destacar: existe um propósito político de aprovar a Lei das Fake News. Cada vez que passa um projeto de lei onde caiba, tem um combo pronto – tem um combo. Naquelas quatro sugestões lá do McDonald's, o combo entra. Isso me faz lembrar o Eduardo Cunha, que foi um bom Presidente da Câmara, mas que, onde podia incluir um jabuti para acabar com o exame de ordem da OAB, ele colocava, ou seja, era um combo que estava pronto para ser agregado a um projeto que passasse. E ele fazia isto às claras – não estou xingando nem falando mal –: tinha um combo para acabar com o exame de ordem. E quero dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu votava a favor, eu gostava disso. Hoje nós estamos aprovando é exame de ordem para outras profissões. Não é assim, Petecão?

E, finalmente, eu quero falar um pouquinho sobre o destaque do meu partido, não para convencer o Senador Marcelo Castro, mas para elogiá-lo. Em 2015, nós nos encontramos cordialmente em campos opostos. Tratava-se da emenda do voto auditável, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro. Na repescagem, conseguimos um novo prazo para debate. Debateu-se sob a liderança do Senador Marcelo Castro. Aprovamos, o Senado aprovou, a Presidente Dilma vetou. E o veto foi derrubado, senhores, por mais de 400 votos a 20, conosco. Eu tive o privilégio de orientar a votação desse veto, ao lado do então Deputado Jair Bolsonaro. Até fiz uma provocação para a bancada do lado esquerdo de quem olha e disse: "Olha, a emenda é do Deputado Bolsonaro, hein?". Mas, mesmo assim, mais de 400 votos, quer dizer, havia uma desconfiança. E eu falo isso com um pouco de emoção, porque a urna eletrônica, Senador Marcelo Castro – o senhor vai dizer que nasceu na Bahia –, nasceu em Santa Catarina, em Brusque, na cidade de Brusque.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se tivesse nascido na Bahia, não teria nenhuma dúvida de que seria correta a urna, não teria problema nenhum. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em 1989, ela já nasceria auditável.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi nascer em Santa Catarina... Ninguém ia suspeitar de nada, mas, em Santa Catarina... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas o fato é que ela serviu às eleições de 1988, 1989, 1990, 1992 e 1994, apesar de o Tribunal Superior Eleitoral considerar que ela só foi adotada universalmente no Brasil em 1996. Mas ela fez ensaios e nos ensaios o voto era auditável. Ela nasceu com voto auditável, que foi suprimido por uma decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou o texto da emenda como propiciando a quebra do sigilo do voto.

Por isso, eu queria chamar a atenção para duas questões, em função do depoimento que eu prestei na sexta-feira retrasada ao próprio Ministro Alexandre de Moraes. A Polícia Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentou ao TSE, em 2 de outubro de 2018, um trabalho solicitado pelo TSE – e eu não vou puxar todo, mas tinha 14 recomendações. Esquece o relatório, mas eu peço atenção para as recomendações. A recomendação nº 14, a última – é a última das recomendações –, recomenda o seguinte: "Que sejam envidados todos os esforços para que possa existir o voto impresso para fins de auditoria". E não prenderam ninguém na Polícia Federal até agora.

Por mais confiável que sejam todas as pessoas envolvidas no processo do sistema eleitoral e por mais maduro que sejam os *softwares*, eles sempre possuirão possíveis vulnerabilidades e necessidade de aperfeiçoamento. Um *software* não basta ser seguro, precisa parecer seguro e transparente para o cidadão comum, sem conhecimentos tecnológicos. Um meio físico de auditar a segurança deste brilhante projeto nacional, que são os *softwares* do sistema eleitoral brasileiro, consiste em um fator que trará mais confiança à população neste processo e servirá como um meio mais seguro de auditoria do processo eletrônico de votação.

Não vou falar mais sobre a emenda...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas quero lembrar, quero lembrar que, no mesmo rol de recomendações, tinha a Recomendação nº 5. O que dizia? Ela recomendava a centralização da totalização, e foi isso – que contraria a lei, a lei hoje manda que os tribunais regionais o façam – que o Ministro Luís Barroso, em 2020, adotou, a centralização da totalização. Vocês estão lembrados? Deu pane, infelizmente, deu pane, ou seja, um *bug*, que deu nove horas de atraso, até nove horas de atraso na apuração do primeiro turno das eleições municipais de 2020. E o Ministro Luís Roberto Barroso disse que tinha feito isso porque atendera uma recomendação da Polícia Federal, e é verdade. Agora, se pôde atender a de nº 5, 1 e 4 dão o mesmo 5, 14, 1 mais 4 dá 5, também é uma recomendação feita pela mesma fonte, isso não é paranoia de ninguém.

Então eu gostaria de justificar o porquê que o meu partido escolheu este destaque. Não é que não tenha nenhum outro problema no projeto, mas este texto já modernizado, e aí eu antecipo, inclusive com o seguinte parágrafo único: "Alternativamente à impressão de cada voto, estabelecida nos incisos II e III do *caput*, poderá ser admitida a aplicação de tecnologia que assegure a confirmação do voto pelo eleitor e seu respectivo sigilo". Por quê? Porque a tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai evoluir. A impressão na ECP, na emissora de cupom fiscal – aquilo ali é uma emissora de cupom fiscal –, se faz na Índia, no Paraguai e na Venezuela. O sujeito confirma e cai ali dentro, mantido fechado o comprovante, aquele comprovante do "brimo" *safe* – não é um caso muito comum, mas, quero o comprovante. Não fica na mão dele, ele não vai mostrar para ninguém, não tem uma ordem numérica para dizer que foi o quarto a votar e é o quarto comprovante, nada disso. É para fins de auditoria.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É interno, chama-se VVPat.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso. Isso é adotado na Índia, que tem 1 bilhão de eleitores, e no Paraguai, que tem bem menos, ou seja, é a verificação pelo eleitor. Depois cai nas trevas.

Se se constatar uma irregularidade, o voto será resgatado. Coisa que não aconteceu, e aí eu encerro.

Em 2014, na Urna 458, da Cidade de Içara, Santa Catarina, uma urna com mais de 400 votos... Quem gripou?... Já tinham votado 287 eleitores. Nada. Passou das 5h da tarde, deram senha para os remanescentes, que eram cento e poucos.

O final da história: foi dado perdimento, em sentença transitada em julgado, dos 287 votos. Como é que ele é auditável, então? A Justiça brasileira deu perdimento aos 287 votos. E o pior de tudo, determinismo, o "brimo" vai dizer que é *maktub*, estava escrito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Urna fabricada em Santa Catarina nunca mais. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não... E presta atenção para o detalhe.

Votava neste grupo escolar o Deputado Dóia Guglielmi, do PSDB. Nas outras três urnas, ele fez, na média, 32 votos. Nesta, onde só votaram cem, ele fez bem menos, lhe faltaram 20 votos. E ele ficou suplente de Deputado Estadual do nosso querido amigo Vicente Caropreso, que já foi Deputado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou dizendo: o voto não é auditável. E esse aperfeiçoamento pode ser feito ou não feito, mas tem que ser deliberado. Só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno Malta. Senador Magno Malta.

Urna de Santa Catarina...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu concordo em gênero, número, caso, com o meu Líder Marinho, estava vendo pela televisão.

Concordo em gênero, número, com o Esperidião Amin, com o Jorge Seif. O que se tenta aqui é, de fato, sob a influência de três ou quatro indivíduos que se acham celestiais e estão acima da vontade do povo... E isso aqui é muito mais um compêndio ideológico, uma tentativa de criminalização da liberdade ou de instituição da chamada *fake news*, que nem tipo penal é, que nem tipo penal é. Aqui traz uma série de inconsistências – com todo o respeito ao Relator, ao Marcelo, que tem muita disposição, capacidade e muita disposição, porque relata muita coisa – e é preciso que nós – não é porque é amanhã ou depois de manhã, dia 20 ou depois do recesso – nos debrucemos, gastemos tempo.

A minha assessoria tem gasto tempo, tem gasto muito tempo, e não tem chegado a um entendimento, porque quase tudo aqui é relativo. É a interferência de um Poder que assaltou os outros Poderes. A Câmara não existe.

Ontem eu ouvi um discurso de André Fernandes, olhando na cara de Hugo Motta, assim, "quem pariu Mateus que o embale". É o discurso que tem que se fazer aqui nesta Casa, olhando para o Davi Alcolumbre, de acordos que eles não cumpriram, e eu sabia disso.

Dizer que a anistia não interessa ao povo brasileiro!? A anistia, a criminalização de inocentes!? E aí vêm Barroso e Gilmar Mendes. O cara abre a boca e fala: "Sem o Supremo, não existiria o Lula". E o cara quer que eu acredite em urna, porra – quer que eu acredite em urna –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, se eu falar em urna, na proposta que aqui está – falar mal dessa senhora, que tem coração, tem sentimento, tem rim, tem pulmão – dessa urna, se eu falar mal, tomo sete anos de cadeia.

O que é crime de ódio? Esse Prefeito, esse Governador que aí está, precisa perder a eleição porque ele fez um mau governo. Pronto, é crime de ódio. E aí eu estou inelegível, eu perdi meu mandato, eu estou fora, estou cheio de processo nas costas. Mas, pelo amor de Deus, me engana que eu gosto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Pode ser preso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nós não podemos cair numa armadilha como essa, gente. É muito... É ser muito ingênuo – é ser muito ingênuo.

Aí, três caras são brilhantes, porque também tem um currículo deles, assim, eles não têm passado nenhum. O passado de Barroso é uma coisa, assim, maravilhosa. O passado de Gilmar, de Toffoli, assim... os sabichões, não é? E eles já vão dizendo: "Olha, se aprovar isso aí, é inconstitucional, nós já vamos derrubar".

Então, é o seguinte: eu estou com medo até de pensar em projeto; não é de falar, não. "Ó, estou fazendo tal projeto..." Porque, se eu falar, já vem de lá: "Ó, isso aí é inconstitucional e, se passar, eu derrubo". Eu estou com medo de pensar e eles lerem meu pensamento, porque acho que todo mundo ali é uma casta espiritual.

Vamos lá! É altamente discriminador. Por que um policial que se candidata a Vereador e ganha precisa ser aposentado, porque ele não pode voltar mais? Amanhã ele não se reelege e ele não pode mais voltar para polícia. Por que não? Por que não? Um sargento... Por que não? Ah, vamos esperar quatro anos, dois anos. Como é que ele vai sustentar a família dele? Ele é um policial, ele não tem outra profissão. Ah, mas qualquer outro pode perder a eleição e voltar para sua profissão. Qualquer profissional liberal pode voltar para sua profissão. Qual a explicação que você tem com a polícia? É porque eles vão exercer influência, porque já foi polícia, já... São argumentos absolutamente vazios. Você é advogado, você é médico, você é psicólogo, você é o que for aqui dentro, você é um grande fazendeiro, planta soja. Você perdeu o mandato, você tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ficar na quarentena, você não pode plantar soja por quatro anos. É uma quarentena que você tem que tomar.

Quando estourou o petrolão, e aí veio o teto de gastos... Aliás, tem uma PEC minha no teto de gastos que foi engavetada, que era a redução do nosso salário em 50% por 20 anos, a mesma proposta que era do teto de gastos, reduzir em 50% o nosso salário, que já é um grande e bom salário.

Aliás, quero alertar, Senador Marinho, que nós precisamos voltar a falar nos altos salários neste país, nos altos salários que estão dentro dos tribunais. Esses caras pintam e bordam, fazem o que querem, e esta Casa se cala, se curva. A outra Casa: "Ah, o menino não... Ordem tem que ser cumprida. Ele mandou caçar a Zambelli".

Como assim, amigo? Isso aqui tem um Plenário, isso aqui tem Regimento Interno, isso aqui é a Constituição. Jogaram Daniel Silveira na cadeia para fazer a vontade de quem? De quem violou o art. 53 da Constituição? Então, nós estamos diante de compêndios ideológicos. O que tem aqui é a tentativa de criminalização da chamada *fake news*, que nem tipo penal é. É a condução de que alguém ideológico esteja livre, leve e solto para poder judicializar aquilo que eles quiserem, porque sabem que são atendidos. E é um ataque direto às pessoas que não comungam com esse comportamento ideológico.

Por exemplo, por que eu não posso saber do meu voto? Quando foi aprovado lá na Câmara a emenda do então Deputado Federal Jair Bolsonaro, veio para o Senado. Aqui nós aprovamos. Quem era o Presidente do TSE? Gilmar Mendes. Ele só deu uma resposta: "É muito caro, não vou fazer". "Não vou fazer", só isso. Quem somos nós? Que é que nós estamos fazendo aqui? O que custa ser um Senador da República? Eu estou falando do ponto de vista do desgaste físico, do desgaste psicológico, do desgaste mental, enfrentar a rua, ser xingado, ser ofendido, sabe? Mas já existe lei para isso. O cara o ofendeu, você entra lá. Vai lá. O cara ofendeu sua honra, entra lá. Já está no Código Penal, está tudo certo. Não, mas agora nós vamos englobar tudo numa proposta que fala de reforma eleitoral, incluindo crimes cuja maioria nem tipo penal é. Não existe o tipo penal.

Então, na verdade, nós precisamos nos aprofundar. Por que eu não posso saber? Disse o Jorge, a maquininha... Eu também não recebo o recibo, mas o cara quer seu recibo, sai na hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, qual é o problema? Esses dois cidadãos estão certos. Barroso está muito certo. Ele não quer, ele não quer, ele não gosta, né? E eu... Mas eu tenho um outro vídeo dele defendendo, né? Mas está até proibido botar vídeo agora, botar áudio aqui no Senado, está proibido.

Ontem, Jair Bolsonaro, na maior tranquilidade do mundo, leu, descreveu o vídeo de Flávio Dino falando da urna, descreveu o vídeo de Lupi falando da urna, na frente de Moraes e todo mundo, e ficou calado. Eu esperei que tivesse uma reação explosiva. Mas contra a verdade, olho no olho, não tem argumento. Não tem argumento. Eu posso falar mal da urna, criticar a urna. "Ah, mas está criticando aquilo que te elegeu." Eu posso criticar um irmão meu, posso criticar até minha mãe. "Mãe, isso que a senhora está fazendo aí, eu acho que não está certo, não. A senhora podia rever isso aí." Ora, se eu posso criticar minha mãe, eu não posso criticar uma urna? Que brincadeira é essa? Que brincadeira é essa?

Aqui o grupo brasileiro, e eu faço parte, que luta pelo voto impresso... E isso foi uma emenda minha, a pedido deles: que cada voto tenha existência física, palpável, que possa ser guardado e recontado, se necessário; que a apuração aconteça com fiscais de partidos e cidadãos sorteados, acompanhando cada voto lido em voz alta; que todo brasileiro possa entender como seu voto é contado, sem precisar ser especialista em informática.

Nós estamos vivendo num país, assim, em que tudo parece absurdo. Mas veja bem, o Lula acabou de dizer, de ser solidário aos 12 milhões de crianças que morreram em Tel Aviv.

Puta merda, em Tel Aviv?! O ataque não foi em Tel Aviv, e a população toda da Palestina não dá 2 milhões. "Ser solidário a 12 milhões de crianças', a gente é obrigado a ouvir isso – esse tipo de informação mentirosa.

Nós precisamos, de fato, enfrentar esse ativismo judicial do Supremo. Não é um ativismo, é uma ditadura. Ditadura diz... Eles são ousados mesmo, eles vão para a mídia, eles falam e falam como se tivessem nascido hoje: a vida é zero bala, nenhum deles tem passado. Eu me lembro de quando Alexandre de Moraes veio depor aqui, e, cara, eu recebi uma caixa Chamex assim, de papel Chamex, de denúncia deles que estava aqui com a Senadora Gleisi, com o Senador Lindbergh, com o Senador Humberto, com eles pelos corredores dizendo: "Esse cara é do PCC, esse cara é o Diabo, é o Satanás!". O que é que mudou? Quem que mudou deles? Quem que mudou deles? E agora o cara diz: "Não, não é assim, não. Não é assim, não". Perguntou para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anderson Torres: "Onde está a minuta do golpe?". Ele falou: "Minuta do golpe? Eu chamo de minuta do Google". Ele não falou nada, ele tinha que se levantar com a valentia dele, porque está no Google, Ministro, está no Google e não tem nem cabeçalho, nem final. Perguntou para Jair Bolsonaro, ele falou: "Eu queria ver, o senhor tem para me mostrar? Porque eu nunca vi". Tem um texto lá pelo meio e tem a metade, não tem nem cabeçalho, nem final.

Contra a verdade não existe argumento. Com todo o respeito ao que está escrito aqui pelo Senador Marcelo Castro, isso aqui requer uma depuração muito forte, um entendimento muito forte, ou nós vamos entregar de vez a chave desta Casa. É a única coisa que falta para o Supremo: entregar a chave, porque o resto está entregue. Cada vez mais, a cada proposta, eles se empoderam mais, e o enfraquecimento desta Casa.

Eu fui absolutamente contra, votei contra. Com todo o respeito do mundo, gosto como pessoa do Senador Davi Alcolumbre... Cara, mas os caras discutem, a Casa está discutindo há seis meses, um ano, Comissões, Comissões, debates, CCJ, Plenário, briga, pá, pá, pá! Chega no Supremo, e, com meia hora, o cara dá uma canetada: "Isso aqui não vale, não, isso aqui não presta, não. Nós não queremos, não, é inconstitucional".

Por exemplo, como é que eu não posso fazer plebiscito? Como é que o povo que vota, o povo que contribui, que faz o país, que sustenta a nação, ele não pode ser plebiscitado? Eu tenho uma proposta de plebiscito aqui, Senador Otto, de aproveitar a eleição de 2026 e plebiscitar o povo: prisão perpétua para pedófilo. E eu tenho certeza de que será aprovado: prisão perpétua para pedófilo. E entrei com outra agora, aumentando para 15 anos de cadeia, que pode entrar nesse próprio plebiscito: quem rouba dinheiro de velhinhos, quem rouba dinheiro de aposentado, quem rouba dinheiro de pessoas pensionistas, pessoas com comorbidade. É isso que nós temos que discutir. Agora, nós estamos passando o tempo inteiro discutindo uma proposta que é uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador. Vamos lá...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Passou do tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não foi, não. Não falei menos do que os outros, não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esses baianos, rapaz, não têm jeito... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele é baiano também.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Agora eu vou dizer que a cidade mais feia da Bahia é Itarantim?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está vendo?

Então é o seguinte, eu não posso... Isso vai virar crime de ódio. Aí V. Exa. vai dizer: "A mais feia é Macarani, onde você nasceu".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Você nasceu em Macarani e foi morar no Espírito Santo, em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Foi não, foi em Cachoeiro...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não fique falando mal de sua cidade, em que você nasceu na Bahia, Macarani. Fale mal não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Macarani é um lugar de gente boa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pois é. Você podia falar assim: na sua cidade também só tem gente boa, mas é tudo feio, né? Quer dizer, é crime de ódio. Crime de ódio! É, crime de ódio. Então, nós precisamos ter cuidado com essa relativização que o Supremo quer.

Eu encerro aqui dizendo que...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Xenofobia. Xenofobia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... concordo...

É, xenofobia. Aliás, a cidade em que eu nasci é linda, Macarani, meu povo é bonito. Aliás, eu sou de lá, né? Eu sou filho de uma negra com índio.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não é não, não é não.

Itarantim é uma cidade linda, tem uma praça linda. O Otto é de Itarantim. O irmão dele foi Prefeito duas vezes lá. Três, né, Otto?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Três.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Três vezes. É uma cidade linda, até para não criar confusão para nós dois depois lá com o nosso povo.

Então, eu encerro, Sr. Presidente, dizendo o seguinte. Com todo o respeito, nós precisamos fazer conta. Ah, é até o dia 22 ou até o dia 17, porque senão... Tem que ir a vida inteira ou então não discute esse troço! Encerra isso, Senador Bittar, porque o que tem aqui de prejuízo é uma grandeza.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu que agradeço a V. Exa. pela sua compreensão.

E o último inscrito é o Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, é uma manhã de aprendizado, né? É uma manhã de muito aprendizado com todas as falas que nós tivemos aqui dos colegas. E o senhor foi muito inteligente, colocou para ouvir o sentimento do Plenário, eu o congratulo por isso. E ficou evidente que apenas um Parlamentar defendeu, além do Relator.

Nós estamos vendo aqui, Senador Rogerio Marinho – eu o parabenizo, o senhor foi no ponto –, a legitimação das arbitrariedades que nós temos visto nos tribunais superiores do Brasil serem colocadas na lei. É uma prova, Senador Marcos Rogério, de que eles estavam abusando, tanto é que agora estão querendo colocar na lei para virar crime, mas um monte de brasileiros foram punidos, presos, estão perseguidos, intimidados por essas questões que estão nos colocando. E um detalhe lembrado pelo Senador Esperidião Amin, Senador Marcio Bittar: isso não veio da Câmara, alguns artigos não vieram da Câmara.

E eu quero alertar alguns colegas aqui. Lembram da história das *bets*, que nós votamos aqui, fizemos contenções no Senado? E aí, sabe o que foi que aconteceu? Tudo que nós tiramos aqui para proteger os menos favorecidos, para proteger os mais pobres, a Câmara tirou. E esse projeto volta para a Câmara. Então, no mínimo, o Senado Federal não deve colocar jabuti.

Olha, esse assunto está mexendo com a população. Agora mesmo, na *Folha de S.Paulo*, entidades da sociedade civil que têm o foco na questão da legislação eleitoral estão se posicionando contra. Nós precisamos ouvir a sociedade. Mais! "Ah, mas já fizemos audiência pública, nós já ouvimos...". Esse é um assunto... E aqui eu fiz um requerimento, quero deixar claro que eu coloquei dia 22 de julho, porque é uma questão regimental. Mas agora eu estou convencido, Presidente, eu estou convencido de que, para esse tipo de matéria, não cabe destaque. Veja bem, os partidos que aqui estão, tem tanta coisa aqui maléfica para o povo brasileiro, para a democracia do Brasil, que você pode pegar os destaques do partido, de todos, e vai ficar... Não dá vencimento, porque tem muitos artigos ruins. Com todo o respeito ao Relator, que é do meu estado vizinho, que realmente tem uma paciência de Jó, que faz, escuta, mas é um Código Eleitoral, é uma reforma, e, como foi colocado aqui, a gente não pode fazer uma deformação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você pegar, por exemplo, essa questão, como o Senador Magno Malta bem lembrou, e o Senador Rogerio também, de que o que o TSE definir, o STF, como inconstitucional, você não puder fazer um plebiscito para população brasileira, você está tirando da população brasileira um direito de se manifestar. O Supremo passou por cima de todo mundo, e nós vamos botar nossa digital nisso aqui? Já não basta o que está acontecendo no país? Plebiscito e referendo? Nós vamos também... Quero lembrar aqui aos nossos colegas: existe cidadão de primeira classe, cidadão de segunda classe? É isso que a gente está colocando aqui? Os policiais, os magistrados, o pessoal do Ministério Público, quarentena? "Aí não, deu um desconto de 50%, eram quatro anos, passou para dois." Não podemos fazer isso. Não podemos fazer isso. Todo mundo é igual perante a lei, isso é inconstitucional.

Olha, é tanta coisa aqui que me preocupa demais a gente ter que votar uma matéria dessa. Eu estou chegando à conclusão realmente de que, às vezes, e aí o Congresso já fez isso, essa insistência de criminalização...

Você sabe o que é que está permitindo aqui, General Hamilton Mourão? Está permitindo aqui derrubar perfil – derrubar perfil. Isso é uma violência contra as pessoas. É censura prévia.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas eles já estão derrubando, Girão. Agora a gente só está assinando embaixo o que eles têm feito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Legitimando. Legitimando.

Uma coisa é você retirar conteúdo que está previsto no marco civil da internet. Este Congresso legislou por nove anos e aprovou o marco civil da internet, que, inclusive, está sendo definido agora pelo todo poderoso Supremo Tribunal Federal. Aí a gente vai legitimar? O Senado já não está prostrado com relação aos tribunais superiores? Nós vamos baixar mais como? Não tem mais, tem que cavar o chão para baixar.

Então, sinceramente, Presidente, eu cumprimento o senhor pela ponderação de uma reunião que nós precisamos ter, com um Líder de cada partido, uma Liderança, para se sentar com o Senador Marcelo Castro, e a gente poder ter um texto mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa de que eu discordo também, é um assunto polêmico, é um assunto que é um tabu, é dessa questão de cota. Isso já está ultrapassado no mundo todo – no mundo inteiro –, é uma forma até de discriminação você fazer isso. Por que este Senado não pode ter 100% de mulheres? A gente sabe da capacidade, as mulheres daqui fazem um grande trabalho. Agora você ter que estabelecer cota de cadeira aqui dentro não me parece razoável – não me parece razoável. Isso está indo na contramão do entendimento de outros países, inclusive, que já aboliram isso.

Então, Sr. Presidente, eu retiro, dentro do entendimento, o meu requerimento de adiamento da votação, para que a gente possa marcar essa reunião e depois voltarmos aqui para definirmos uma data em consenso para votar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, a proposta que eu fiz, com que acho que o Senador Marcelo Castro concorda, é a de que cada partido indique um membro para se sentar com o Senador Marcelo Castro, apresentar essa proposta, essa letra de lei que tenha sintonia e não tanta reação, como teve agora.

Então, eu conversei com o Senador Esperidião Amin, com o nosso Líder aqui do lado, Senador Rogerio Marinho, com outros Senadores, e vou estabelecer uma data. Eu ia estabelecer a data de 2 de julho, mas 2 de julho é a data da independência do Brasil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, é do Brasil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, do Brasil, porque 7 de setembro foi o grito do Ipiranga – 7 de setembro foi o grito do Ipiranga –; não teve guerra, não teve luta, e não teve morte. Foi na Bahia, em 2 de julho de 1823, quando nós tivemos a nossa independência. Em 7 de setembro, foi o grito do Ipiranga. Eu ia marcar para o dia 2 de julho, mas, como eu vou fazer o desfile do 2 de julho, como faço em todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os anos – são 8km que nós andamos nesse dia lá –, eu vou marcar o dia 9 de julho para votar esta matéria aqui no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, com...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... as alterações que serão feitas com o Relator e com os Líderes da Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Otto, diz que foi um Alencar o corneteiro em Pirajá, que deu o toque.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um Alencar. Era mesmo, era sim, era sim. E teve um Alencar também que foi Marechal, Humberto de Alencar Castello Branco, que é da região do Crato, lá no Ceará.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Era cearense.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Cearense, parente do meu avô. (*Pausa.*)

Marcelo Castro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, era baiano também, então. Era baiano também.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero dar aqui uma pincelada geral...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos ouvir o nosso Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... sobre as observações que foram feitas aqui pelos nobres colegas.

Vou começar pelo Senador Girão, que foi o último a fazer, a falar.

Senador Girão, V. Exa. disse que essas modificações não vieram da Câmara...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Algumas, algumas.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Essas modificações, evidentemente, são da minha lavra. Não corresponde à realidade, com todo o respeito a V. Exa...Todos os assuntos aqui tratados já vieram da Câmara, e esse código foi aprovado em 2021. Não tinha 8 de janeiro, não tinha nada disso.

Eu quero chamar a atenção para o fato de que a Relatora do Código Eleitoral, na Câmara dos Deputados, foi a Deputada piauiense Margarete Coelho, filiada ao grande partido do Senador Esperidião Amin, o Progressistas, que apoia, desde o primeiro instante, o Governo Bolsonaro.

Então, quando V. Exas. – e não foi só um, nem dois, nem três – disseram aqui que esse projeto está a serviço da justiça, dos tribunais superiores, como disse o nosso colega Magno Malta, seguindo as determinações de três a quatro iluminados que acham que são donos do planeta, coisa semelhante, essa crítica não é a mim. Essa crítica é ao que veio da Câmara, relatado por uma pessoa que jamais foi lulista um dia na vida dela. Ele é seguidor do Senador Ciro Nogueira, foi ministro do Bolsonaro, do partido do Esperidião Amin, um partido de direita, bem constituído.

Então, se alguém está a serviço da justiça, não somos nós aqui, porque aqui nós estamos aprimorando, aperfeiçoando, corrigindo e, no mais das vezes, com uma posição liberalizante, atenuante do que veio da Câmara. O nosso Senador aqui, Jorge Seif...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O que você falou do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Nazista, fascista. (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não... Rapaz, ele disse uma coisa aqui que eu depois eu me lembro.

Bom, então, que fique claro isto daqui. O Senador Jorge Seif disse que o Barroso veio.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eu?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. disse que deu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foi você?

Que deu uma opinião, e, no outro dia, estava tudo mudado. Que fique bem claro que ele não veio ao Senado, não deu nenhuma opinião, e eu não mudei nada. Se ele deu alguma opinião e foi mudado, não foi por aqui.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Esse episódio, Senador Marcelo Castro, aconteceu na Câmara dos Deputados, por ocasião da votação da PEC.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas precisa ficar bem claro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... quando houve a mudança, inclusive, de membros de partidos que tinham uma posição e foram mudados pelo Ministro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Precisa ficar bem claro, porque, como V. Exa. disse...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Isso foi amplamente noticiado pela imprensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Espera lá. Como V. Exa. disse, fica subentendido que ele veio aqui e mudou tudo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu deixei claro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Deixou não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, então está claro, está ratificado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Agora, agora não foi V. Exa. que foi interpelado, não; foram Deputados, lá na Câmara dos Deputados.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Relator Marcelo Castro acabou de fazer uma *fake news* contra mim, dizendo que eu falei mal do Barroso – sete anos de cana.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Outra coisa: ninguém está proibido – como foi dito aqui reiteradas vezes – de criticar a urna eletrônica, pelo amor de Deus, gente! Não há essa proibição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – De Santa Catarina, então.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O caso que ocorreu em Santa Catarina, o Senador Esperidião Amin já repetiu isso aqui uma dezena de vezes, que eu já sei de cor e salteado – como a gente dizia antigamente, de cor e salteado –, não é defeito da urna eletrônica, Esperidião Amin. Aí foi uma falha da mesa apuradora da Justiça Eleitoral, que deveria ter providenciado, de imediato, outra urna eletrônica para concluir a votação. Outra urna funcionaria. Se uma segunda não funcionou, teria uma terceira. Nós não vamos mudar um sistema eleitoral no Brasil porque uma urna engripou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Enguiçou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... enguiçou?

Outra coisa, Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Para uma questão pontual, Senador Marcelo Castro – e eu respeito muito V. Exa. –, eu fui muito claro, a urna engripou e, acrescento, a substituta também. (*Risos.*) Passou das 5h, e os remanescentes votaram na cédula.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Na cédula.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Isso acontece, mas isso não é por causa de um problema da urna; foi um problema da diligência do sistema eleitoral que não providenciou...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador Marcelo Castro, mas isso é muito vago. Olhe como está escrito o texto aqui, que está na mão do senhor: "[...] fatos sabendo ou devendo saber serem inverídicos para causar atentado grave...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Devendo saber é de lascar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... à igualdade de condições entre candidatos no pleito ou embaraço, desestímulo ao exercício do voto e deslegitimação do processo [...]". Isso é vago, isso é vago!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É muito interpretativo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos lá! Eu não quero entrar aqui nos detalhes, porque senão a discussão não tem fim.

O Senador Rogerio Marinho, nosso Líder aí da oposição, falou com muita veemência que nós estamos tolhendo a liberdade de expressão. Senador Rogerio Marinho, precisa V. Exa. dizer em que ponto. O que nós estamos disciplinando, que aliás já veio da Câmara, e nós estamos liberalizando muito mais do que o que veio da Câmara, e aqui não tem questão ideológica, porque a Relatora era do campo político de V. Exa... Olhe o que está aqui no artigo: "A suspensão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contas de candidatos a cargos eletivos em aplicações de internet é medida excepcional, somente admitida após a imposição de sanções menos gravosas e nos casos de publicação reiterada de conteúdo específico anteriormente julgado ilícito". Só se o cara cometer uma vez, duas vezes, três vezes, foi multado, não tem jeito, aí é um caso sem jeito. Vamos deixar esse cara publicando mentiras e distorcendo a vontade popular? Pelo amor de Deus! A democracia tem que ter mecanismo para se defender. Nós temos que ter um pleito isento. As pessoas têm que julgar baseadas em fatos reais e não em *fake news*, em mentiras.

> §1º A suspensão da conta será precedida, pelo menos, de aplicação de multa por descumprimento de decisão judicial, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
> §2º A suspensão da conta terá duração máxima de doze horas, dobrada a cada reincidência no curso do mesmo período eleitoral.
> §3º A suspensão da conta impede a publicação de novos conteúdos [...].

Aqui nós estamos tomando todos os cuidados, toda a prudência.

Agora, Sr. Presidente, o que me chamou a atenção? Esse nosso relatório, que já veio da Câmara, tem 898 artigos. É uma consolidação de toda a legislação que existe no Brasil, que é aplicada todo ano e com que todos nós concordamos. Vários Senadores aqui objetaram. Quais foram as dificuldades que nós encontramos aqui? Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que não passam de três ou quatro temas.

Ora, está fácil de resolver. Se nós estamos concordando com 895 artigos – oitocentos e tantos artigos –, por pouco mais ou menos nós podemos chegar a um entendimento. E daquilo que não for para o entendimento faz-se destaque. Essa é a regra da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Cabe destaque, inclusive de Plenário.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Inclusive de Plenário. E aí vamos para voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Democracia é isto: a gente dialoga, a gente escuta, a gente compõe, a gente avança, a gente recua, a gente faz conciliação; quando não dá, só tem um jeito, que é ir para votação.

Agora, Sr. Presidente, não vejo nenhum motivo para a gente postergar uma matéria desta, porque, se nós fizermos isso, a Câmara vai ficar sem tempo, e ela precisa ser votada até o final de setembro para poder viger para a próxima eleição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está marcada dia 9 de julho a votação de...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito, está ótimo. Vamos votar no dia 9 de julho.

E, até o dia 9 de julho, eu estarei à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores, com tempo para a gente ouvir, discutir, chamar a assessoria do Senado, ver o que foi apresentado e tudo o mais.

Outra coisa. Eu quero pedir aos colegas e a V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Não comentou a minha fala sobre a questão...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – De...?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não! Não concordei? Não baixei para dois anos? V. Exa. estava dizendo quatro anos...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Inconstitucional...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – É inconstitucional, Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois, se for inconstitucional, está fácil: é só requerer a inconstitucionalidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Art. 14 da Constituição.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos para o destaque. Esta é uma matéria em que nós não vamos chegar a um entendimento. Por quê? Porque eu tenho a firme convicção – deixo aqui explicitado para todo mundo – de que são carreiras de Estado incompatíveis – e agora eu vou usar a veemência do Senador Rogerio Marinho –, incompatíveis com atividade política! Uma pessoa não pode ser juiz e ser político. Ele jamais vai julgar com isenção...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Tem Ministro do STF...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ele não pode ser...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Ele falou do Alexandre aí agora... (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ele não pode ser... Hein?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ele não pode ser, a um só tempo, promotor e político. São atividades incompatíveis, não pode se misturar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Nem vítima, nem julgador...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A pessoa quer ser... Está proibido de ser? Como disse o Alessandro aqui, não está proibido coisa nenhuma. Ele pode ser, apenas vai se afastar no tempo hábil para a campanha, que são dois anos – eu fiquei sensível aqui aos argumentos que foram feitos e diminuí de quatro para dois anos –, mas tudo isso é matéria controversa em que nós vamos tentar chegar a um entendimento. Não chegando, nós vamos para a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, V. Exa. conduziu muito bem, harmonizou aqui as discussões. E agora eu estou à disposição. Agora, eu quero pedir um prazo de emendas, porque, se ficar até o dia 9 de julho para a pessoa apresentar a emenda no dia 8 de julho, tenham paciência!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos... Até o dia da independência do Brasil: 2 de julho. Está certo?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pronto. Então, fica...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É o que você queria, não é, Presidente?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, eu só quero fazer um apelo... Presidente...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Fica estabelecido o prazo. Até o dia 2 de julho será o prazo final para apresentação de emendas, porque eu tenho que estudar, dar parecer, tenho que mandar de volta para a pessoa ler e saber... Todas as emendas que foram rejeitadas e que foram aprovadas têm a justificativa aqui, uma por uma, dizendo por que foi aprovada, por que foi rejeitada, por que foi aprovada parcialmente e tudo mais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, deixe-me fazer um apelo a V. Exa., Presidente! É que, como são 850, sei lá, artigos...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – São 898.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator. *Fora do microfone*.) – São 898 artigos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – São muitos, 898. Então, nós já ocupamos os dois destaques de uma proposta do Senador Rogerio Marinho. Eu apresentei a emenda dos militares com um destaque individual. Então, eu queria pedir a V. Exa. que acatasse esse destaque para a gente votar, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, nós estamos com os prazos estabelecidos que eu determinei aqui. V. Exa., Senador Izalci, pode conversar com o Relator, ele pode acolher a proposta de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Inclusive, o que seria bom era uma reunião de todos para ver o texto e aí, e dar, tirar, suprimir ou modificar alguma coisa, ele aceita, e nós vamos votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, só, só um minutinho, se o senhor me permite? Um minuto. Só para deixar claro o seguinte, Senador Marcelo, só para restabelecer aqui... O senhor falou que crítica ao sistema eleitoral, às urnas, não está previsto. Está aqui

> §4º se a conduta é praticada para atingir a integridade dos processos de votação, apuração e totalização dos votos, com a finalidade de promover a desordem ou estimular a recusa social dos resultados eleitorais, a pena será acrescida da metade [...].

Pode chegar até sete anos de prisão. Só para a gente compreender que isso aqui poderia ser retirado. Tem outras matérias sobre o assunto.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Senador Mourão. Senador Mourão não, Senador Girão! (*Risos.*) Isso daí não é crítica. Isso é um movimento de desacreditação do resultado eleitoral, para promover uma balbúrdia, para desacreditar o eleito. Isso é completamente diferente de uma crítica à urna eletrônica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, só para deixar claro para o senhor, isso aqui são pontos polêmicos que é uma situação colocada pelos colegas aqui também, que eu queria levar sobre a contagem pública dos votos. Existe uma parcela crescente da população – o senhor sabe disso – que simplesmente tem restrição com relação ao sistema atual. Isso é da democracia. Então, o que é que nós podemos fazer? Uma sugestão. Isso não se vai resolver num passe de mágica. A gente não vai através de goela abaixo, chegar e dizer que essas pessoas têm que se calar. Vamos dar transparência às eleições, que fica resolvido isso.

Eu apoio o projeto, a emenda do Senador Esperidião Amin e, nessa reunião, a gente vai discutir sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não há outra matéria a ser relatada, até porque o Relator não está presente, Senador Fabiano Contarato, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1° DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas do dia primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Plínio Valério, Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Marcos Rogério, Jorge Seif, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Rogerio Marinho, Weverton, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 17ª, 18ª e 19ª reuniões extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4303, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Transforma cargos vagos da carreira de Técnico Judiciário em novos cargos da carreira de Analista Judiciário no quadro permanente do Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Jorge Seif. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 316, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Cria varas federais no Estado de Santa Catarina; transforma cargos de juiz federal substituto na Justiça Federal da 4ª Região; e cria cargos de juiz federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Esperidião Amin. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 119, de 2025 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal o inciso III do art. 4º da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 26, de 28 de fevereiro de 2025, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade e área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas, da espécie tainha ("Mugil liza"), para o ano de 2025, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 15, de 2025** que: "Requerimento de Urgência para o PL 4303/2024" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 16, de 2025** que: "Requerimento de Urgência para o PL 1/2025" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/01

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas 17, 18 e 19 das reuniões extraordinárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam... (*Pausa.*)

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 3.

Item 1.

Esse projeto já foi lido pelo Senador Angelo Coronel. Foi pedido vista, e ele volta agora para apreciação e deliberação.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4303, DE 2024

- Não terminativo -

Transforma cargos vagos da carreira de Técnico Judiciário em novos cargos da carreira de Analista Judiciário no quadro permanente do Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Na 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/06/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais.

A Presidência, após conceder vista, coloca agora em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, o quórum, como V. Exa. sabe, é o plural.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. não vota; faz parte do quórum.

Então, o quórum qualificado para votar faz um apelo a V. Exa. para que o senhor coloque na pauta de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu pensei que o senhor ia pedir urgência para esse projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o PDL da pesca da tainha.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas o senhor não disse que ia pedir urgência para esse projeto agora?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou pedir, mas ao final.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, encaminhe o requerimento de urgência, por favor. É para encaminhar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Primeiro, eu vou pedir aquilo que ainda precisa da sua anuência. O outro é automático, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque V. Exa. inverteu. Eu vi aqui que V. Exa. pediu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É melhor inverter do que perverter. É o que eu estou fazendo: eu estou invertendo pela prioridade.

Presidente, eu não vou lhe dizer das dificuldades que o Senador Seif, que é o Relator, teve – ele é ex-Ministro da Pesca – para aprovar esse projeto na CMA. Tudo o que o meu querido amigo – geralmente ele é o guarda-costas – Senador Contarato pôde fazer para postergar ele fez, mas foi aprovado. E a temporada vai acabar. Então, até para fins didáticos, está-se procurando uma conciliação para aprovação no Senado – porque ainda vai para a Câmara – do PDL que nos livra da cota da pesca para a tainha de arrasto de pesca artesanal, que só existe em Santa Catarina. Foi criada, foi inventada uma cota para isso, que não resiste nem à tentativa de mediação.

Então, eu peço que V. Exa., com o seu coração humano, com a sua experiência, de quem já salvou tantas vidas – e tantas vidas foram salvas do seu desconforto, graças à sua mão –, coloque em votação, por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu já peço urgência ao projeto que foi lido anteriormente e reitero as palavras do Senador Esperidião Amin, lembrando que o único estado que foi submetido a essa cota absurda, ao ponto de passarmos na CMA, de maioria governista...

Então, a pesca artesanal – pesca que Pedro fazia no Mar da Galileia, que, na verdade, é uma lagoa – é uma forma primitiva e rudimentar de pesca no Brasil e no mundo, e os nossos pescadores precisam realmente de segurança jurídica para trabalhar.

Esse é o nosso apelo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em votação o requerimento de urgência, proposto pelo nobre Senador Jorge Seif, do Estado de Santa Catarina, ao lado do nosso estimado e querido amigo Esperidião Amin.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um item extrapauta, que me foi solicitado pelos nobres representantes de Santa Catarina.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 119, DE 2025

- Não terminativo -

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal o inciso III do art. 4º da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 26, de 28 de fevereiro de 2025, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade e área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas, da espécie tainha ("Mugil liza"), para o ano de 2025, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

A matéria está em discussão...

Desculpe-me.

Eu concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para proferir o seu relatório.

O relatório está favorável.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, vem à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Decreto Legislativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PDL) nº 119, que, na verdade, revoga uma portaria, Sr. Presidente, de uma decisão conjunta do Ministério da Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

Justificamos que, com essa iniciativa, a portaria impôs uma restrição específica sem justificativa plausível dentro do ordenamento jurídico, uma vez que o inciso III do art. 4º da portaria interministerial não apenas contraria o princípio constitucional da competência concorrente como também impõe uma restrição desproporcional e sem fundamentação técnica adequada, ferindo a lógica do pacto federativo e a autonomia estadual; ou seja, dos 26 estados mais o Distrito Federal, Sr. Presidente, somente Santa Catarina está submetida a essa cota absurda inventada pelo Ministério da Pesca com o Ministério do Meio Ambiente.

Ademais, a pesca de arrasto, Sr. Presidente, de praia, da tainha é uma prática tradicional no litoral sul e sudeste do país, sustentando economicamente comunidades pesqueiras e fortalecendo os laços sociais e culturais das comunidades, sendo considerada um patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina, com lei aprovada.

Nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição, é competência exclusiva do Congresso sustar, por meio de decreto legislativo, ato normativo do Poder Executivo que exorbite o seu poder regulamentar.

Após a aprovação de parecer na Comissão de Meio Ambiente, cabe à CCJ opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Exauridas as questões formais e constatada a competência dessa Comissão para a análise do PDL ora apresentado, podemos passar para o exame de seu conteúdo.

Nos termos do art. 24, inciso VI, da CRFB, compete à União e aos estados legislar concorrentemente sobre a pesca. Isso significa que, no modelo federativo brasileiro, à União cabe estabelecer normas gerais e, aos estados, adaptar seu conteúdo e diretrizes abrangentes do contexto regional, definindo-se normas compatíveis com as particularidades locais.

Na prática, Sr. Presidente, a competência concorrente busca equilibrar interesses nacionais – como a proteção ambiental e a produção pesqueira – com as necessidades regionais, que podem variar de acordo com fatores como clima, chuvas, existência de espécies endêmicas e tradições culturais ligadas à atividade pesqueira. Dessa forma, o arcabouço jurídico resultante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contempla, de um lado, a uniformidade necessária para a promoção da segurança jurídica e, de outro, a flexibilidade indispensável para se atender às peculiaridades locais.

Entretanto, Sr. Presidente, a portaria interministerial ora analisada se contrapõe à ordem federativa constitucionalmente estabelecida e invade as competências dos estados, na medida em que estabelece um limite de captura total da espécie tainha, no ano de 2025, para a pesca de arrasto exclusivamente para o Estado de Santa Catarina.

Ademais, a norma infralegal editada confronta as tradições locais ao impor limites a uma prática historicamente reconhecida como patrimônio do Estado de Santa Catarina, conforme a Lei Estadual nº 17.565, de 6 de agosto de 2018. Tal prática, consubstanciada no método de arrasto da tainha realizado em canoas de um pau só, movidas a remo, difere sensivelmente da pesca industrial, pois, devido às características rudimentares e às limitações técnicas, não ultrapassa 800m da praia, resultando em impacto ambiental de potencial lesivo à natureza significativamente menor.

A restrição imposta pela portaria, portanto, mostra-se desproporcional ao não sopesar devidamente a relevância cultural, social e econômica dessa atividade, nem tampouco o seu reduzido impacto na fauna marinha. Nesse sentido, ignora-se a importância de salvaguardar a cultura pesqueira local, bem como a própria sustentabilidade da pesca artesanal, que se alia à conservação dos recursos naturais.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, conclui-se que a norma infralegal invade, flagrantemente, a competência estadual de legislar e de regulamentar a pesca artesanal. E, ainda, ao desconsiderar as peculiaridades regionais e o baixo impacto ambiental do método tradicional, viola o princípio da proporcionalidade e afronta a proteção constitucional do patrimônio cultural.

Dessa forma, a sustação dos efeitos de restrição prevista no art. 4º, inciso III, da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 26, de 2025, torna-se necessária, de forma a harmonizar a tutela do meio ambiente com a salvaguarda das tradições e do modo de vida das comunidades pesqueiras do litoral catarinense.

Meu voto é:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante os argumentos, voto pela aprovação do PDL 119, de 2025, de autoria do Senador Esperidião Amin, patrimônio do Senado Federal, de Santa Catarina também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa., que é um grande conhecedor dessa atividade tão importante para o Brasil, que, inclusive, foi Ministro da Pesca.

Coloco a matéria em discussão.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para discutir, a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Bem, eu gostaria de pedir vista, visto que foi extrapauta e eu queria dar uma estudada melhor.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Eu queria pedir à Senadora Augusta que colocasse o Ceará como se fosse Santa Catarina. Essa é uma pesca que está terminando a sua safra e que, infelizmente, o Governo fez tudo para postergar na CMA. Aqui é a terceira sessão que a gente tenta, e agora o Senador Otto Alencar, nosso Presidente, colocou.

Senadora, eu gostaria que a senhora se colocasse no lugar dos pescadores de Santa Catarina – é uma safra que está terminando. Pedir vista desse projeto é uma covardia, não contra mim, contra pescadores que estão sem poder trabalhar devido a uma norma que invade completamente a autonomia do Estado de Santa Catarina, invade e desrespeita, colocando uma cota absurda somente sobre os pescadores de Santa Catarina.

Eu gostaria de pedir à senhora que revisse essa posição, porque nós estamos já no final da safra, e os nossos pescadores vão ficar sem pescar por conta de uma medida absurda e persecutória à pesca, repito, artesanal. Não estou falando de barco grande, estamos falando de gente que pesca para comer, viver e ter um mínimo de dignidade na sua vida.

Eu gostaria de pedir à senhora que revisse a posição, porque está prejudicando pescadores artesanais, e se colocasse no lugar dos pescadores de Santa Catarina. Se este Governo colocasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma restrição exclusiva ao Estado do Ceará, como a senhora, como representante do seu povo, se sentiria?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jorge Seif, pedido de vista é regimental. V. Exa. fez pedido de vista várias vezes. A Senadora Augusta Brito tem todo esse direito. E me permita fazer uma observação: não é uma posição de covardia a iniciativa dela, pelo contrário, de querer observar, de estudar o caso.

E é claro que tanto o Ceará como Santa Catarina os dois estão no mapa do Brasil, somos brasileiros e respeitamos os estados, as suas representações. Portanto, o pedido de vista está concedido.

Vista coletiva para que essa observação seja feita na próxima reunião da quarta-feira que vem, a oito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu compreendo, inclusive, a posição da Senadora Augusta, que recebeu essa recomendação, essa solicitação do Governo, mas trata-se de um episódio... E, me permito dizer, nada que se refira à senhora. V. Exa. sabe do meu apreço, do meu respeito pessoal.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é uma atitude mesquinha a do Governo. Por quê? Porque não há estudo técnico. Ainda ontem se tentou na Justiça uma conciliação. O juiz da causa ontem perguntou para o representante do Governo: "Mas você não concorda que esse número pode ser ampliado?". "Não." Ou seja, não tem base técnica, mas tem um número, um limite. Não flexibiliza nem o limite, que é arbitrário.

E hoje, depois de um longo percurso na Comissão de Meio Ambiente, o trabalho do Senador Jorge Seif foi hercúleo – ele tem conhecimento de causa – exatamente em face do pescador artesanal, que pratica a pesca mais sustentável, já erigida à condição de patrimônio imaterial de Santa Catarina por uma lei de 2012, do ex-Prefeito Edison Andrino de Oliveira, lei estadual para pesca de arrasto de praia, que caracteriza realmente a atuação do pescador artesanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se houve o pedido de vista, ele é regimental, como disse o Presidente, eu reconheço, mas eu confesso, não por mim, porque não sou pescador artesanal de praia, sou pescador de anzol... O Governo vai ficar devendo essa.

Obrigado. E a V. Exa., Senador Otto Alencar, o meu agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu já quero agradecer o posicionamento de V. Exa. e dizer que, como é regimental e várias pessoas pedem vista ou não para estudar ou para se apropriar realmente do que foi votado extrapauta, eu não vejo isso de forma covarde. Nunca chamei ninguém de covarde aqui porque pediu vista ou porque quer estudar ou porque quer propor ou porque discorda de um projeto.

Então, eu só quero reforçar de novo e agradecer a V. Exa. o pedido de vista. Eu acho que a gente convence com argumentos e não com o apelo de chamar ou não o outro de covarde, porque eu não me sinto assim, nem me sinto devedora, até porque eu estou querendo contribuir. Pode ser até que eu venha com alguma proposta que venha a ajudar o interesse do autor e do Relator, se eu ficar convencida disso.

Então, agradeço a posição do Sr. Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu quero deixar muito claro que eu tenho um relacionamento maravilhoso com a Senadora Augusta Brito e que chamei a medida do Governo de covarde. Eu jamais ofenderia qualquer um aqui dentro, todos me conhecem, muito menos a senhora, com quem eu tenho um relacionamento maravilhoso. Se eu estiver mentindo, a senhora pode dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se trata... Eu sei que a senhora foi orientada a isso, mas, sinceramente, me revolta uma medida que é contra pescadores artesanais. Nós não vamos sofrer nada por deixar de pescar tainha ou qualquer outra coisa, mas, infelizmente, esse Governo colocou uma cláusula sobre Santa Catarina – sobre Santa Catarina. Os 25 estados e mais o Distrito Federal podem pescar a quantidade de tainha que quiserem; os pescadores de Santa Catarina não, por uma medida... Pescadores artesanais, pessoas que pescam de canoa com pau, não é com rede.

Então, eu lamento profundamente que... Mesmo que a gente seja orientado pelos partidos, a gente tem que se colocar no lugar de pessoas que têm fragilidade, inclusive, econômica, fragilidade social, porque o tempo está correndo e mais uma semana eles vão ficar sem pescar.

Mas eu entendo a senhora, e, mais uma vez, se, em algum momento, a senhora se sentiu ofendida... A medida covarde, Sr. Presidente, e o senhor me conhece também e sabe como eu trato a todos aqui, independentemente de partido, com humanidade, com respeito. A medida do Governo contra os pescadores de Santa Catarina, repito, foi covarde, persecutória e ainda fere o pacto federativo do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedida vista ao projeto de decreto legislativo.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Cria varas federais no Estado de Santa Catarina; transforma cargos de juiz federal substituto na Justiça Federal da 4ª Região; e cria cargos de juiz federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Passo a palavra ao Relator, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, neste caso, o Superior Tribunal de Justiça está tomando uma decisão, eu diria, excepcional, fora das regras ordinárias, para reduzir a discriminação que está acontecendo com Santa Catarina. Por quê? Mais uma, por quê? Porque nós estamos tendo causas catarinenses sendo julgadas no Paraná e no Rio Grande do Sul, porque o número de juízes, proporcionalmente às causas, ficou absurdamente desproporcional. E, como não se trata de criação de cargos, olhe bem o que eles estão propondo: pegando nove vagas de juiz substituto e transformando em oito vagas de juiz permanente, sem qualquer assessoria, para permitir um desafogo, eu repito, um desafogo excepcional, incompleto, posto que não se está criando uma vara semelhante, aquilo que é a regra normal, para reduzir o trânsito, o tráfego de processos, tráfego interestadual. Há processos da Justiça Federal de Santa Catarina que estão sendo julgados em Uruguaiana, porque lá cabe.

Então, nesse caso, não se trata de uma discriminação política; trata-se de uma discriminação funcional e uma solução extraordinária, digamos, num nível aquém do padrão normal de atendimento, mas que nos satisfaz, porque imagine o trabalho de um advogado que tem que acompanhar um processo e o seu processo está sendo julgado no estado vizinho, imagine o exercício da advocacia num estado que tem indústrias, que tem pequenas, microempresas e médias, um estado pujante do ponto de vista da economia, que exporta produtos com valor agregado, tendo causas sujeitas, aleatoriamente, por volume, a serem distribuídas ou atribuídas a uma vara de um estado vizinho.

Isso faz parte do relatório e, para que não se diga que essa afirmação não está estribada no que está documentado, aqui vai a estatística. A 4ª Região da Justiça Federal é composta pelas Seções Judiciárias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande, que contam, respectivamente, com 70, 45, no nosso caso, e 82 varas federais, no caso do Rio Grande do Sul. Hoje a diferença de população entre um estado e outro não chega a 20%. Então, nós estamos tendo mais ou menos o seguinte: a população de Santa Catarina corresponde a 25,4% da Região Sul, mas, das varas federais, 42% estão no Rio Grande do Sul, 36% estão no Paraná e 20% apenas em Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, a movimentação, o desequilíbrio na distribuição processual entre as sessões judiciárias da 4ª Região fez com que se criassem unidades de apoio, estabelecidas em sessões do Paraná e do Rio Grande, em um regime de auxílio, para que juízes vinculados a essas sessões do Paraná e do Rio Grande do Sul, para que essas sessões pudessem julgar feitos de execução fiscal distribuídos para as varas federais de Santa Catarina.

De sorte que o projeto em foco, que eu estou aqui a defender, vai permitir, com a aprovação deste projeto, que se ponha fim ao regime de auxílio e aos ajustes provisórios nas competências das varas, bem como instalar centrais unificadas de execução fiscal com quatro varas, de saúde com duas varas, e de benefícios previdenciários por incapacidade com duas outras varas, atendidas então pelos oito juízes, cujos cargos estão sendo criados por transformação de nove juízes substitutos em oito juízes permanentes.

Por isso tudo, Presidente, eu agradeço, porque a matéria foi pautada, e agradeço ainda porque V. Exa. me designou Relator.

Fico à disposição para eventualmente prestar esclarecimentos complementares e peço o voto de todos. O meu voto é favorável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e parabenizo-o pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria.

Em votação o relatório do Senador Esperidião Amin.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, o item 1 é de relatoria do Senador Angelo Coronel...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já foi aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Só quero requerer urgência para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Esperidião Amin encaminha um requerimento de urgência para a matéria que ele acaba de relatar, o PL 1, de 2025.

Coloco em votação o requerimento de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência do nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – O item 1...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O item 1 já foi aprovado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já foi aprovado. Foi aprovado já com requerimento de urgência para o Plenário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras, à nossa Senadora Margareth Buzetti, à Senadora Zenaide Maia, a todos os Senadores que vieram para esta sessão extraordinária.

Não havendo mais absolutamente nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Marcos Rogério também, representante de Rondônia.

(*Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Astronauta Marcos Pontes, Humberto Costa, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Jorge Kajuru e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das da 15ª e 16ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3148, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os procedimentos para a denominação de instituições públicas de ensino indígenas, quilombolas e do campo no território nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3603, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Cidadão Solidário." **Autoria:** Senador Bene Camacho (PSD/MA). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4187, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Axé-Music." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 31, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 4.606/2019, que 'veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional'." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Projeto de Lei n° 2205, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito (*ad hoc*, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro). **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE. Aprovado também requerimento de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 34, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2205/2022, que "altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade"." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Deliberação do plano de trabalho de avaliação de política pública**. **Finalidade:** Deliberação do plano de trabalho relativo à política pública "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada", de relatoria da senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho relativo à política pública "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada". **3ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Sílvia Campos, Integrante do Departamento Técnico da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Sra. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, Diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Sra. Jéssica Borges, Presidente da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (ABRAÇA); Sra. Vera Lucia Palmeira Pereira, 1ª Secretária do Conselho Brasileiro para a Superdotação (CONBRASD); Sr. Jarbas Feldner de Barros, Presidente da Federação Nacional das Apaes (FENAPAES); Sra. Karolyne Ferreira, Secretária-Executiva da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva; e Sra. Viviani Guimarães, Vice-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de junho de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 15ª e da 16ª Reunião, realizadas em 10 e 12 de junho.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício PR/DL 119, de 2025, da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, encaminhando moção de apoio aos programas do Governo Federal Caminho da Escola e Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação durante este período.

Objetivos da reunião.

Nossa reunião estará dividida em três partes. A primeira é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exigem votação nominal.

A segunda parte destina-se à apreciação do plano de trabalho da Senadora Augusta Brito para avaliação da política pública Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

E a terceira parte destina-se à realização da 7ª audiência pública do ciclo de audiências sobre o novo Plano Nacional de Educação.

Ficam retirados da pauta, na parte deliberativa, os itens 1 e 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(São os seguintes os itens retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3148, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre os procedimentos para a denominação de instituições públicas de ensino indígenas, quilombolas e do campo no território nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4187, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Axé-Music.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação

Há um pedido da Senadora Augusta para a inversão da pauta, para que a gente, primeiro, aprecie o plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, antes, de fazer um registro, Senadora, que eu acho que tem muito a ver com esta Comissão. Antes eu preciso manifestar, como Presidenta desta Comissão e também como Vice-Presidenta da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, o meu total repúdio à agressão sofrida por uma criança de apenas 4 anos dentro de uma escola em Brasília, praticada por um adulto e pai de outro aluno da instituição.

As imagens que tomaram conta das redes sociais ontem são revoltantes e não podem ser banalizadas. As crianças estavam dançando, na sua apresentação, e um pai se dirigiu a uma outra criança com violência. É inaceitável que qualquer tentativa de justificar esse ato covarde recaia sobre a vítima, que inclusive caiu no chão. O menino caiu no chão, e o pai, com o dedo em riste, o ameaçando. A alegação é a de que aquela criança agredida praticava *bullying* contra o seu filho. Nenhuma justificativa pode legitimar a violência contra uma criança.

Lembremos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, em seu art. 5º, afirma:

> Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O estatuto também determina que todos têm obrigação de proteger a dignidade de crianças e adolescentes, livrando-os de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Eu acredito que o filho desse pai agressor também tenha sofrido muito na escola, porque *bullying* maltrata muito uma criança, mas foi praticado por outra criança. A forma de resolver não é agredindo quem agride. Seria resolver pedagogicamente. em contato com a escola, em comum acordo, até para educar o seu próprio filho e o filho de alguém que pratica *bullying*.

Na semana retrasada foi aprovado lá no meu estado um projeto de lei – é um município pequeno, um município na Zona da Mata, o Município de Araçoiaba, que hoje pertence à região metropolitana. Havia, por parte do Ministério Público, um pedido, uma intimação, uma cobrança para que a administração municipal cuidasse da prática da violência nas escolas, porque o Ministério Público estava recebendo muitas denúncias.

E o que foi que a prefeitura fez? Sentou-se com a Secretaria de Educação, analisou a pertinência dos fatos e tomou uma atitude extremamente pedagógica – e eu acho que vai ter eficácia, porque ela não é dirigida a ninguém diretamente, mas vai atingir toda a rede escolar. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

prefeitura aprovou, na semana passada, na Câmara Municipal do município, um projeto de lei que cria a política de prevenção e enfrentamento à violência praticada contra crianças nas escolas, notadamente o *bullying* e o *cyberbullying*.

Então, seria essa, para mim, a atitude que esse pai deveria ter tomado: "Meu filho está sofrendo *bullying*, o que é que a escola vai fazer?". E não aproveitar uma festinha junina, onde as crianças estão se apresentando – certamente depois de vários ensaios, todas bem alegres porque estavam se apresentando para a família, para receber os aplausos da família –, e ir lá empurrar a criança e tomar satisfação.

Então, essa atitude eu quero repudiar e dizer que esse projeto de Araçoiaba está à disposição para que a gente possa expandir a prevenção e o combate à violência nas escolas, porque a escola é lugar de aprendizagem, a escola é lugar de acolhimento, é um ambiente que deve ser prazeroso antes de mais nada.

Era isso, Senadora, que eu queria registrar e já passar a palavra a V. Exa. para a leitura do plano de trabalho da política pública que nós definimos analisar. Foram duas, não é? E uma é essa, sobre cujo plano de trabalho V. Exa. vai discorrer, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Com a palavra a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Bem, obrigada.

Bom dia aqui a todas e todos. Bom dia, Presidenta, Senadora Teresa.

Também me somo ao desabafo que agora há pouco foi falado aqui. E lá no meu interior, Senadora, se eu fosse escutar a minha mãe e o meu pai, eles iriam dizer assim: "Como é que pode? Você, um adulto, se trocando com uma criança de quatro anos!".

Isso aí realmente é inadmissível, essa cena que aconteceu, esse ato realmente de violência contra uma criança dentro do ambiente escolar.

Eu quero pedir permissão a todos e todas para fazer aqui a leitura do plano de trabalho de avaliação da política pública, que é o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

A Constituição Federal confere ao Congresso Nacional a competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

incluídos os da administração indireta. Em consonância com essa atribuição, o Regimento Interno do Senado Federal sistematiza o processo de avaliação de políticas públicas no âmbito das Comissões Permanentes da Casa.

Em observância a essas diretrizes regimentais, a Comissão de Educação e Cultura aprovou, em 1º de abril de 2025, o Requerimento nº 13, que inclui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada entre as políticas públicas a serem avaliadas pelo Senado Federal no âmbito do processo sistemático de fiscalização conduzido por este Colegiado ao longo do presente exercício.

O requerimento estabelece como foco o acompanhamento dos avanços e desafios enfrentados em sua implementação, considerando a relevância do processo de alfabetização na idade adequada para o desenvolvimento pleno das crianças e a consequente redução das desigualdades sociais, em direção a uma sociedade mais justa e democrática.

A alfabetização deve ser compreendida como uma das etapas mais críticas e essenciais do processo de ensino e aprendizagem, sendo determinante para o sucesso educacional do indivíduo ao longo de sua trajetória escolar. Ademais, a alfabetização na idade certa constitui uma das conquistas fulcrais do processo escolar, pois representa a construção do alicerce sobre o qual se assentarão os conhecimentos e as habilidades fundamentais para o sucesso futuro de todos os estudantes. Falamos, assim, de uma conquista que terá impacto determinante na autoestima dos alunos e no reconhecimento social do êxito da escola e de seus profissionais.

Nesse sentido, espera-se que, por volta dos sete ou oito anos, as crianças já dominem as habilidades fundamentais de leitura e escrita, que lhes servirão para a continuidade consistente da aprendizagem, conforme as prescrições curriculares de cada série e etapa educacional.

Queria aqui fazer o registro de como foi criada essa política pública de alfabetizar na idade certa lá no Ceará pela ex-Governadora Izolda Cela, ex-Secretária de Educação. Ela, uma vez, fez um depoimento dizendo que, procurando saber qual era o problema da educação como um todo no Estado do Ceará, ela se deparou exatamente com o básico: se a criança não está sendo alfabetizada na sua idade certa, como ela vai poder conseguir evoluir nas demais séries de ensino? Então, ela disse que foi exatamente pensando assim: nada inovador demais, nada extraordinário, mas simplesmente fazer o básico, fazer a criança ser alfabetizada na idade certa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tanto é assim que a alfabetização está prevista nas principais legislações educacionais do país, como no art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que trata do dever do Estado com a educação escolar pública.

O parágrafo único do art. 22 da LDB também estabelece que a alfabetização plena e a formação de leitores são condições essenciais para assegurar a formação comum, o exercício da cidadania e a progressão no mundo do trabalho, finalidades centrais da educação básica.

Cabe ainda destacar que o Plano Nacional de Educação prevê a alfabetização de todas as crianças do país, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Exemplo de sucesso amplamente reconhecido nesse campo, o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), instituído em 2007 pelo Governo da época Cid Gomes, hoje Senador do Estado do Ceará, é uma política de cooperação com todos os municípios do estado, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com apoio do Governo Federal, para alfabetizar todos os alunos das redes públicas cearenses até os sete anos de idade.

O sucesso desse programa se refletiu em diferentes indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Em 2019 e 2023, nos anos iniciais do ensino fundamental, as redes públicas do Ceará obtiveram Ideb de 6,3 e 6,5, respectivamente – tendo alcançado 7,7 na rede estadual em 2023. Dos 184 municípios cearenses, 145 obtiveram nota acima da meta em 2023. Também nos anos finais do ensino fundamental, o Ceará teve o melhor resultado do Brasil nas redes públicas, tendo atingido o Ideb de 5,4 em 2023 e 5,2 em 2019.

Os êxitos da experiência cearense contribuíram para que o Governo Federal criasse inicialmente o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e, posteriormente, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, almeja, por meio da conjugação dos esforços, garantir o direito à alfabetização de todas as crianças do país.

Nesse contexto, o compromisso foi instituído como política pública pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e representa a principal estratégia federal vigente voltada à alfabetização na idade certa. Seus objetivos são: (i) implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental; e (ii) promover medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental.

O compromisso está pautado na atuação conjunta e coordenada de todos os entes federativos, e se organiza com base nas seguintes diretrizes:

1) o reconhecimento da autonomia dos entes federativos e do papel indutor, articulador e coordenador do Ministério da Educação na realização das políticas públicas de educação básica;

2) o reconhecimento do protagonismo dos municípios na oferta da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental e nos processos de alfabetização;

3) a assistência técnica e financeira da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios;

4) o fortalecimento do regime de colaboração dos estados com os municípios, com foco na promoção da equidade educacional no território;

5) o enfrentamento das desigualdades regionais, socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero;

6) a centralidade dos processos de ensino-aprendizagem e das necessidades das escolas; e

7) a política de formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais.

Além disso, o programa se estrutura em torno de cinco eixos centrais: governança e gestão da política de alfabetização, com a instituição do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Criança Alfabetizada e da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização; formação de profissionais de educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar; melhoria e qualificação da infraestrutura física e pedagógica; sistemas de avaliação; e reconhecimento e compartilhamento de boas práticas.

A adesão dos entes federativos ao compromisso é voluntária, e o Ministério da Educação disponibiliza, em seu sítio eletrônico, informações públicas sobre a participação e os resultados alcançados por unidade federativa e por município.

Vale a pena ainda destacar que a pandemia de covid-19 impactou profundamente o ciclo de alfabetização no Brasil. Não é exagero afirmar que essa etapa foi a mais afetada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fechamento das escolas brasileiras. E os resultados nacionais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021 confirmaram isso. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que conduz o Saeb a cada dois anos, foram preocupantes os resultados dos testes de proficiência aplicados aos estudantes do segundo ano do ensino fundamental em 2021, pois mais que havia dobrado o número de crianças com nível de proficiência abaixo do esperado em alfabetização. Trata-se de um grave prejuízo para a trajetória individual dos alunos e para o país.

Com efeito, as ações em favor da alfabetização na idade certa não devem se limitar à elaboração de cartas de intenções e à adoção de medidas superficiais. É preciso que exista um compromisso de todos, governos, comunidades escolares e sociedade em geral, em favor do sucesso escolar de nossas crianças e jovens, futuros cidadãos e cidadãs, mediante iniciativas sólidas, articuladas e devidamente avaliadas.

Nesse sentido, estando permanentemente atentos a esse compromisso nacional com a educação de qualidade, esta Comissão aprovou o Requerimento nº 13, de 2025, para incluir o compromisso entre as políticas públicas a serem avaliadas pelo Senado.

São objetivos desta avaliação de política pública: mapear a situação atual da alfabetização no país; monitorar o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; e pontuar caminhos e perspectivas para a superação de eventuais problemas identificados.

Uma vez que a política Compromisso Nacional Criança Alfabetizada constitui a principal iniciativa federal voltada à garantia da alfabetização na idade certa, entendemos que a avaliação a ser realizada pela Comissão de Educação e Cultura deve se debruçar sobre a efetividade da política, especialmente em relação ao seu desenho, à implementação e à capacidade de induzir melhorias concretas na alfabetização e nas condições de ensino e aprendizagem nos primeiros anos da educação básica. A avaliação, portanto, deverá considerar, de forma integrada, aspectos relacionados à governança, ao desenvolvimento geral da política, aos desafios estruturais enfrentados pelos entes federativos e à sustentabilidade das ações propostas, especialmente à luz das desigualdades regionais, socioeconômicas e institucionais ainda persistentes.

Diante o exposto, propomos que os trabalhos da Comissão se organizem em torno dos seguintes eixos de avaliação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Governança e gestão da política de alfabetização: mediante análise da atuação do Cenac e da Renalfa, bem como dos mecanismos de cooperação e articulação entre União, Distrito Federal, estados e municípios;

- Formação de profissionais da educação e práticas pedagógicas: por meio da avaliação das ações voltadas à formação continuada de professores, técnicos e gestores, bem como à melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar relacionadas à alfabetização;

- Infraestrutura física e pedagógica: com base no exame da existência de dados concretos da efetiva disponibilização de materiais didáticos suplementares; de recursos pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos utilizados pelas redes de ensino para a implementação dos programas de alfabetização; e da instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura apropriados à faixa etária, ao contexto sociocultural, ao gênero e ao pertencimento étnico-racial dos estudantes;

- Sistemas de avaliação: pela via de verificação da coerência e da efetividade dos sistemas de monitoramento e avaliação da aprendizagem das crianças no ciclo de alfabetização; e

- Reconhecimento e compartilhamento de boas práticas: com base na análise dos mecanismos de estímulo à disseminação de experiências exitosas e das estratégias para promover a inovação e o engajamento das redes de ensino.

A presente avaliação será conduzida com base em um conjunto de estratégias metodológicas destinadas a compreender a efetividade do compromisso, especialmente em relação à sua capacidade de induzir melhorias concretas na alfabetização e nas condições de ensino e aprendizagem nos anos iniciais da educação básica.

A metodologia adotada busca integrar análise normativa, levantamento de dados estatísticos, escuta qualificada e aprofundamento técnico, respeitando a diversidade de contextos federativos e valorizando o diálogo com os atores envolvidos na implementação da política.

A coleta e análise de informações contemplará:

- análise documental e normativa com levantamento de leis, decretos, portarias, normativas complementares e orientações técnicas que regulamentam a Política Nacional de Alfabetização.

- levantamento e sistematização de dados oficiais, como os disponibilizados pelo Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

plataformas públicas existentes, bem como outros, mediante solicitação de dados aos órgãos e instituições competentes.

- reuniões técnicas e audiências públicas com gestores públicos, especialistas, técnicos e representantes da sociedade civil, de modo a incorporar diferentes perspectivas sobre a política e sua execução nos diferentes entes federativos.

Sugerimos a realização de cinco audiências públicas neste ano, em datas a serem agendadas oportunamente, com a presença, a princípio, dos convidados e convidadas, de acordo com o cronograma divulgado neste plano de trabalho.

O relatório final será elaborado com base nas informações coletadas e nos debates realizados nas audiências públicas, no âmbito desta Comissão.

É esse o plano de trabalho, Sra. Presidenta.

Obrigada aí pela inversão de pauta.

Estou aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pergunto se algum Senador ou Senadora quer discutir. (*Pausa.*)

Da minha parte, Senadora Augusta, eu quero parabenizá-la pelo plano. Eu acho que essa é uma política determinante da qualidade do ensino. No ano passado, já em curso essa política, alguns municípios apresentaram resultados de melhoria desse índice de alfabetização e, sobretudo, pelo conteúdo pedagógico e metodológico que a gente precisa dar ao processo de alfabetização, para não aumentar o número de analfabetos funcionais, que ainda são muitos no nosso país, inclusive no ensino superior. É uma política de extrema responsabilidade. Parabenizo V. Exa. pelo relatório, pelo plano de trabalho.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ficam adiados para a próxima reunião os itens da pauta deliberativa, a pedido dos Relatores e pela ausência também em relação ao requerimento.

Vamos passar para a terceira parte da nossa reunião, que é destinada à realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei 2.614, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento nº 3, de autoria desta Presidência.

Ficam convidados a tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sra. Vera Lucia Palmeira Pereira, Primeira-Secretária do Conselho Brasileiro para a Superdotação.

Obrigada pela presença, Vera. Pode se sentar aqui à minha direita. (*Pausa.*)

O Sr. Jarbas Feldner de Barros, Presidente da Federação Nacional das Apaes, também já presente.

Estamos no aguardo da Sra. Viviani Guimarães, Vice-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Bom dia. Seja bem-vinda!

Informamos que, de forma remota, participarão: a Sra. Sílvia Campos, integrante do departamento técnico da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; a Sra. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, Diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; a Sra. Jéssica Borges, Presidente da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas; a Sra. Karolyne Ferreira, Secretária-Executiva da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Informo que foram recebidas, até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, várias perguntas e comentários de cidadãos, entre os quais destacamos: Júlia, de Pernambuco; Joice, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

São Paulo; Raphael, do Espírito Santo; Tatiane do Paraná; Ana, do Rio de Janeiro; Larissa, da Bahia; Gizele, de Santa Catarina.

As perguntas e os comentários foram encaminhados previamente aos convidados. Solicito que, se for possível, possam abordar em suas exposições iniciais as questões levantadas pelos cidadãos.

Na exposição inicial, cada convidado terá o tempo de dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas.

Os dez minutos são assinalados por um toque do nosso relógio, faltando um minuto para a conclusão. É um toque meio estridente, mas a gente não tem governabilidade sobre ele, faz parte do rito, né? Não se assustem.

Vamos passar a palavra... (*Pausa.*)

Viviani Guimarães chegou.

Então, já convido a Sra. Viviani Guimarães para compor a nossa mesa. Ela é Vice-Presidenta do Movimento Orgulho Autista Brasil. (*Pausa.*)

Pelo nosso roteiro, a Sra. Viviani estava prevista para iniciar, e ela disse que já está pronta. Então, nós vamos passar os dez minutos iniciais, que serão alertados pelo nosso relógio. Quando o relógio alertar, pode concluir o pensamento, porque falta um minuto para a conclusão. Já lhe passo a palavra.

A SRA. VIVIANI GUIMARÃES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Vou falar fora do microfone. (*Fora do microfone.*)

Se tiver alguma pessoa com deficiência visual, eu sou uma mulher morena, dos cabelos encaracolados, um pouco avermelhados. Tenho 52 anos, 1,66m, estou com um macacão preto, um blazer azul, uso óculos e estou, de um lado, com o símbolo do autismo e, do outro lado, eu tenho aqui a bandeirinha do meu estado, eu sou do Amapá. Estou aqui em Brasília desde 1999. Sou mãe de uma pessoa com autismo e também de uma jovem com TDAH. E foi por isso que eu entrei nessa luta pela inclusão.

Um pouquinho antes de falar sobre o PNE, me permitam falar que amanhã nós comemoramos o Dia do Orgulho Autista. É uma data que foi escolhida, que foi decidida pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com autismo, que dizem que têm orgulho de ser quem elas são, de pensar da forma como elas pensam. Então, amanhã é um dia extremamente importante para a gente pensar em como evitar o capacitismo e respeitar as pessoas pelo que elas são.

E amanhã também o Movimento Orgulho Autista Brasil faz 20 anos, e eu tenho o prazer de estar nele há dez anos. O movimento tem dois grandes braços, que é o da conscientização sobre o autismo, sobre os direitos das pessoas com autismo e das suas famílias, e também nós temos esse lado, um braço legislativo em que a gente auxilia na criação de políticas públicas para as pessoas com autismo e os seus familiares.

Bom, o PNE... Eu sou Professora, sou formada em Letras, sou neurocientista, e agora eu tive o prazer de passar no doutorado, na UFMG, em Neurociências e Educação. E, analisando esse PNE, a gente tem algumas sugestões.

Na Estratégia 5.4, a gente sugere inserir "assegurar". Então: "Apoiar e assegurar a aprendizagem de estudantes indígenas, quilombolas, do campo, e com deficiência [...]". Por que a gente achou isso importante? Com a Lei Brasileira de Inclusão, a gente fez com que as pessoas com deficiência tivessem o direito de estar nas salas de aula, só que a gente não tem essa garantia da aprendizagem. Nós no movimento recebemos muitas denúncias de que essas crianças, esses jovens, esses adolescentes só ficam na sala de aula, eles não se desenvolvem. Então, claro que a decisão de estar na sala comum é importante, mas também a gente precisa assegurar essa aprendizagem. Então, não adianta só apoiar; a gente, como Governo, como Estado, precisa assegurar.

Na Estratégia 6.4, nós colocamos: "Promover políticas de assistência financeira aos estudantes matriculados em jornada de tempo integral, especialmente aos estudantes do ensino médio em situação de vulnerabilidade socioeconômica e daqueles com deficiência [...]". É importante a gente assegurar que eles tenham também esse auxílio. Muitos deles não recebem o BPC, porque, para que a família receba o BPC, ela precisa ter uma renda muito baixa. E é importante a gente lembrar que esses estudantes com deficiência precisam também desse auxílio.

A Meta 9 está colocando: "Educação Especial na Perspectiva [...]", aquele bando de nome. Eu sugiro colocar somente "educação especial inclusiva". Com isso, a gente abraça todas as deficiências e também as pessoas com altas habilidades. Então, eu acho que a gente colocar um título menor, que sugere todo o público que vai ser abraçado, que vai ser contemplado, seria necessário, seria mais fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na Meta 9.a., a gente sugere a retirada de "transtornos globais do desenvolvimento". Essa terminologia não existe mais. Ela foi retirada tanto no DSM-5 quanto no CID-11, que é o que a gente usa aqui no Brasil. Agora tudo é transtorno do espectro autista, que é uma pessoa com deficiência. Então, não tem necessidade de a gente repetir. Então: "[...] a dezessete anos com deficiência e altas habilidades, superdotação [...]"

Na Meta 9.b.: "Universalizar a oferta de Atendimento Educacional Especializado e do Plano Educacional Individualizado, ampliando a educação em tempo integral". O Plano Educacional Individualizado foi colocado agora no Parecer 50, que foi homologado pelo Ministro, e eu acho que a gente precisa reforçar isso nessa política nacional. Ele é um direito que está garantido desde a Lei Brasileira de Inclusão, apesar de não ter escrito Plano Educacional Individualizado, mas eu acho importante a gente colocar na Meta 9.b.

Na Estratégia 9.1, que fala sobre "fomentar em colaboração", a gente inseriria também o PEI (Plano Educacional Individualizado). Então, a criação de indicadores nacionais de avaliação institucional com base no perfil do Paee, do PEI e do Paebs. Porque o Paee é utilizado nas salas de educação especial; o PEI, não, o PEI é utilizado na sala de aula. O estudante que está incluído na sala de aula comum, além do Paee, que é importante, que é utilizado na sala de recursos, é importante o professor realizar o PEI. Então, a gente sugere essa inserção.

Na Estratégia 9.2, "Promover e monitorar medidas de acessibilidade física e atitudinal [...]". Um dos grandes problemas que a gente tem é a discriminação atitudinal. Ela é a maior barreira que a gente tem. Então, a gente garantir essa acessibilidade atitudinal, a gente trabalhar isso com os professores e trabalhar isso com os estudantes é importante para que a gente tenha realmente um ambiente inclusivo.

Na Estratégia 9.4, "Instituir e monitorar as redes de serviço de suporte aos estudantes [...]", não adianta só a gente instituir se a gente não sabe se realmente isso está acontecendo, de que forma isso está acontecendo. Então, é obrigação do Estado monitorar como que isso está acontecendo nas nossas salas de aula.

Na Estratégia 9.5, tem "Garantir a disponibilização de recurso de uso pessoal de tecnologia assistiva para o PAEE e o Paebs". A gente insere, a gente sugere a inserção: "bem como a instrução do Plano Educacional Individualizado para estudantes com atraso nas habilidades e para os com altas habilidades e superdotação".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na Estratégia 9.11, a gente sugere tirar esse "na perspectiva". Então: "Fortalecer a formação inicial e continuada de professores com ênfase na educação especial [...] inclusiva [...]". Porque quando a gente coloca esse "na perspectiva", eu sei que existe um documento do MEC, que, de acordo agora com a Secretária Zara, vai virar um decreto, que antes ele só estava num portal, não era um decreto, não era uma lei, não tinha nenhuma institucionalização dele. Então, agora eu acho importante a gente colocar esse "especial inclusiva". Porque, quando a gente coloca "na perspectiva inclusiva", a gente tem a impressão de que existe uma educação especial que não é inclusiva, né? Então, eu tiraria essa terminologia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VIVIANI GUIMARÃES – Na Estratégia 9.15, "Fomentar a implementação da avaliação biopsicossocial por equipe multidisciplinar, bem como a construção do PEI [...]".

E, por último, na Estratégia 9.18, "Incentivar a ampliação de cursos de formação continuada em Educação Especial [...] em Libras e na construção do PEI [...]". É importante que os professores sejam preparados para construir esse importante documento que tem três partes. Uma, que o Parecer 50 chama de estudo de caso, que seriam as habilidades individuais do estudante, e, com base no estudo de caso, é feita tanto a parte pedagógica quanto a parte de avaliação.

Então, são essas as sugestões que o Movimento Orgulho Autista Brasil traz para vocês. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Viviani. Quero destacar sua objetividade. Não sei se essas emendas já foram encaminhadas para a Câmara. (*Pausa.*)

Não sei se essas emendas já foram encaminhadas para a Câmara.

A SRA. VIVIANI GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Não, ainda não.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, se prepare para o novo prazo de apresentação de emendas, que será quando da apresentação do relatório. Eu acho que tem emendas aí bem pertinentes para lá, na Câmara. E para cá, quando ele vier já com o relatório aprovado, a gente abre também novo período de emendas.

Vou passar agora para a Sra. Vera Lucia Palmeira, 1ª Secretária do Conselho Brasileiro para Superdotação, também para seus dez minutos iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VERA LUCIA PALMEIRA PEREIRA (Para expor.) – Bom dia. Eu saúdo, inicialmente, a Sra. Senadora... (*Pausa.*)

Bom dia. Então, inicialmente, saúdo a Exma. Sra. Senadora Teresa Leitão, e, em extensão, os Senadores presentes, convidados e os participantes desta audiência.

O Conselho Brasileiro para Superdotação tem como finalidade desenvolver trabalhos associados à comunidade e aos especialistas que congregam as pessoas com altas habilidades ou superdotação. É uma entidade sem fins lucrativos e representa, nacional e internacionalmente, pessoas físicas e jurídicas dedicadas à defesa dos direitos e interesses desses estudantes.

Nós apresentamos à Comissão um ofício com algumas sugestões de alterações que nós entendemos serem interessantes dentro do âmbito do Plano Nacional de Educação e desse projeto de lei que está sendo apresentado.

Eu gostaria de trazer, inicialmente, um dado muito importante. No que diz respeito ao que nós temos hoje, nós vemos que, dentro do Plano Nacional de Educação, dentro desse projeto de lei, nós não encontramos muitos – digamos assim – nomes ou termos associados às altas habilidades ou superdotação. Nós temos no Censo Nacional um número relativamente alto, aproximadamente 41,1 milhões de matrículas em 179,3 mil escolas de educação básica.

Aproximadamente 15% dessa população têm um percentil, um QI igual ou superior a 115. Essa estimativa tem sido usada internacionalmente, respaldada por modelos estatísticos como a psicometria, em testes padronizados como o WAIS (Wechsler Adult Intelligence Scale) e o WISC (Wechsler Intelligence Scale for Children), que seguem uma curva normal de 15% da população brasileira. É uma porcentagem mais ampliada, considerando-se um modelo mais dinâmico e multidimensional da inteligência. Essa curva segue em torno de 47,1 milhões de alunos e corresponde a 7,065 milhões de estudantes. No entanto, no Censo de 2024, nós temos apenas 43,95 mil estudantes identificados com altas habilidades e superdotação.

Quando observamos o censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, nós encontramos um número diferenciado. Nós temos aí um número, dentro do IBGE, que não corresponde à totalidade dessas pessoas – elas não são mencionadas dentro do Censo do IBGE – ; e, no censo nacional do Inep, também percebemos uma distribuição abaixo do esperado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A invisibilidade, nesse aspecto, é ressaltada no Plano Nacional de Educação, né? A invisibilidade dessa população nos revela: uma limitada ação educacional; o desconhecimento da vulnerabilidade dessa população estudantil...

Vejam que, na nossa apresentação, dentro da "Evidência nos Estados", nós temos um número relativamente amplo, mas nem se compara com a possibilidade que nós temos de ampliação dessa população em termos de visibilidade, não é? Nos nossos municípios brasileiros, temos cerca de 2.802 municípios que não apresentam estudantes nenhum no seu censo educacional.

A limitada formação também dos educadores é um desafio, visto que, para a atuação com esses estudantes com altas habilidades ou de dupla excepcionalidade, é necessária uma formação adequada.

Também se assinala a falta de oportunidades de acessibilidade e de respeito à diversidade desse grupo de estudantes, que não está sendo contemplado.

Há dificuldade de se cumprir também a legislação no que estabelecem a Constituição Federativa do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases, o Decreto 7.611 e até o Estatuto do Menor – o Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso não tem sido alvo, digamos assim, de organizações, nos estados e municípios, quanto à prática pedagógica. Está legislada, está regulamentada, mas não está viva nas salas de aulas e nas escolas.

Nesse sentido, nós apresentamos propostas com ênfase no reconhecimento, na identificação, na valorização, na inclusão e no atendimento às necessidades educacionais específicas dessa clientela.

As propostas se apresentam...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LUCIA PALMEIRA PEREIRA – ... entre outros pontos, com a necessidade da incorporação dos estudantes de altas habilidades ou superdotação ao grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade. Ao longo das metas e das diretrizes, o que nós observamos é que, toda vez em que é mencionado o termo "deficiência", não são incluídos aí os alunos com altas habilidades ou superdotação, que é o público-alvo da educação especial, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deve-se considerar que esses estudantes vivenciam em muitos contextos situações de exclusão e negligência de seus direitos, sendo desassistidos em suas necessidades e desenvolvimento de seus potenciais, talentos e ritmos de aprendizagem. A falta desse reconhecimento de suas especificidades, a ausência de um atendimento educacional adequado e o enfrentamento de preconceitos como *bullying* e pressão por desempenho acadêmico resultam em estresse, ansiedade e desmotivação.

A identificação precoce e o registro sistemático também é outro ponto a ser destacado: implementar protocolos nacionais para identificação e registro desses estudantes, assegurando que suas especificidades sejam reconhecidas e atendidas em todas as etapas e modalidades de ensino.

Também pensamos na formação continuada de educadores como prioridade: promover a formação inicial e continuada de professores, gestores, equipes escolares e profissionais de áreas afins, com ênfase no trabalho específico de altas habilidades, garantindo que estejam sendo preparados para criar ambientes inclusivos e estimulantes.

Consideramos também a flexibilização curricular e aceleração de estudos como estratégia para permitir a adequação do currículo e a aceleração desses estudantes com altas habilidades ou superdotação, conforme prevê a legislação.

E também a proposta de investimento e sustentabilidade, de forma a garantir os recursos financeiros e a infraestrutura, para que os atendimentos especializados promovam realmente o desenvolvimento das suas habilidades e estimulação de potenciais.

No que se encaminha, eu contemplo as diretrizes, os objetivos, por meio das sugestões apresentadas.

Na diretriz 1, do acesso à educação, a Meta 1: ampliar a oferta de estratégias em creche e universalizar a escola. Lembrar, nas Estratégias 1.4 e 1.7, da denominação "alunos com altas habilidades e superdotação", logo após a nominação "de vulnerabilidade econômica, as negras, as indígenas, as quilombolas, as do campo, as das águas e das florestas, e as com deficiência", aí sim, incluir os alunos de altas habilidades e superdotação.

Na diretriz 2, da qualidade da educação especial, também temos estratégias que vão sendo nominadas na apresentação e que sugerem aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LUCIA PALMEIRA PEREIRA – ... a inclusão desses nomes e dessas pessoas.

Então todas as nossas diretrizes, dentro do avaliado no Conselho Brasileiro para Superdotação, sugerem alternativas e sugestões aí de escrita e de reorganização, pensando que as altas habilidades e superdotação, os estudantes desse porte, destinados a esse Plano Nacional de Educação, precisam estar visíveis e contemplados em todo o documento.

É essa a nossa colaboração, e agradecemos a atenção dos senhores e de V. Exas. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Vera. Muito boa a explanação. Realmente há pouco conhecimento, pouca investigação até, eu diria, da situação desses estudantes. Acho que o plano deve isso, sim, à nossa rede de escola.

Vamos passar para o nosso terceiro palestrante, de maneira presencial, o Sr. Jarbas Feldner de Barros, Presidente da Federação Nacional das APAEs.

O SR. JARBAS FELDNER DE BARROS (Para expor.) – Bom dia a todos, Senadora Teresa Leitão, demais membros da mesa, convidados. É um prazer imenso nós estarmos aqui.

A minha audiodescrição também eu vou fazer: eu estou de paletó escuro, gravata preta, camisa azul, óculos, tenho os cabelos loiros.

Estou representando a Federação Nacional das APAEs e agradeço o convite pela participação, porque este é um espaço onde nós podemos falar também das nossas necessidades e ansiedades, e, principalmente, da questão educacional, da questão da inclusão educacional. Eu acho que a gente deveria também fazer aqui uma explanação rápida de quem somos e fazemos dentro da Rede Apae, porque, muitas vezes, nós olhamos para a escola que é ofertada pela Apae como uma escola segregadora, quando não tem nada a ver com isso. Nós, ao contrário, somos um movimento que, ao longo de 70 anos de caminhada, temos promovido permanentemente a inclusão escolar.

Apenas um dado rápido para vocês: em 2014, nós tínhamos 125 mil alunos matriculados na Rede Apae dentro das escolas especiais. Hoje, nós temos 100 mil, e, mesmo assim, esse dado fica incompleto, porque também, ao longo desses anos, foram criadas muitas outras Apaes, e, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso, a gente perdeu a noção desse número, o que prova que o movimento está em permanente processo de ocupação do espaço para a rede pública, de que os nossos alunos também têm o direito de participar.

Senadora Teresa Leitão, membros da mesa e convidados, o movimento apaeano é totalmente favorável à inclusão e vê como um direito da pessoa com deficiência e da família... Nós não abrimos mão disso. Nós somos favoráveis, porque eles têm o direito de serem incluídos. Porém, nós temos um grupo de pessoas que são os verdadeiros alunos do movimento apaeano, que não têm condição de estar dentro da rede regular de ensino, dentro da sala comum. A nossa avaliação ainda vai um pouco mais à frente, porque, mesmo para aqueles que têm possibilidades de estar lá, nós ainda defendemos as salas especializadas dentro da rede comum, para que eles possam ser atendidos.

Meus amigos, nós temos um grupo de pessoas – e aqui não estou falando apenas na condição de presidente da federação nacional, mas também como pai de uma pessoa com deficiência, que não tem condição de ir para a rede. Ela merece também o direito de estar envolvida no processo educacional dentro das escolas especializadas, que possam ofertar a ela e a tantos outros uma proposta educacional que contribua para a construção da sua qualidade de vida e a sua interação social. O movimento apaeno é totalmente favorável, Senadora, a essa inclusão como direito, mas nós defendemos também a escola especializada, que possa ofertar, através de um programa especializado, condições para que os nossos alunos também possam ser contemplados.

Para vocês terem noção – e eu acho que é interessante também entenderem isto –, o movimento apaeano está há 70 anos no Brasil. Nós estamos em todos os estados. Atendemos, hoje, diariamente, 1,6 milhão pessoas na assistência social, na saúde e na educação. Mas nós apresentamos uma situação diferente daqueles que poderão ir para a rede regular de ensino. Nós ofertamos a transversalidade da educação com a saúde e com a assistência social, o que faz uma diferença muito grande para a qualidade de vida da pessoa com deficiência e de suas famílias.

É um processo que o movimento vem, ao longo de 70 anos, com todas as dificuldades e incompreensões, enfrentando, desafiando e promovendo, porque nós entendemos que essas pessoas com deficiência mais comprometida, que é o público com que nós trabalhamos, têm que ter essa oportunidade, desde que sejam respeitadas as suas condições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A escola comum não está preparada para receber o nosso público. Os professores, os currículos, as estruturas, não estão prontas para recebê-lo. No dia em que estiverem, nós seremos os primeiros a estar lá participando, mas hoje não tem condição. Inclusive, uma mãe me procurou há pouco tempo e disse que o filho dela foi para a escola comum e ele estava excluído na inclusão, porque ele estava totalmente isolado dentro do processo educacional, sem condições de aprendizagem.

E o Prof. Lucelmo tem uma frase muito interessante, que eu o vi falar esse dia, que me chamou a atenção, que, muitas vezes, qual seria o sacrifício maior e a pior condição para esse aluno? Estar incluído por estar, ou estar incluído e tomando a consciência de que não aprendeu nada e não tem condições de prosperar? É uma situação de difícil... de fácil avaliação, principalmente para nós como pais de pessoa com deficiência. A gente entende perfeitamente que o processo educacional deveria estar pronto para todos, mas, na condição das pessoas com deficiência intelectual, não está pronto. Ainda necessitamos, e o Brasil precisa, das escolas especializadas para trabalhar com esse público, para que nós possamos avançar e oferecer a eles a condição de vida.

Então, a nossa proposição, inclusive as propostas apresentadas pelo Moab, com a maioria delas nós concordamos, porque também estão dentro das nossas propostas. Elas serão encaminhadas para a Comissão para que sejam avaliadas também, né? E nós só gostaríamos de deixar aqui ressaltado que o papel das APAEs é um papel de defesa de direitos, de poder dar à família e às pessoas com deficiência o direito da escolha, porque também não é justo que eles sejam obrigados a ir para a rede regular de ensino apenas porque existe uma determinação de que não haverá escolas especializadas. (*Palmas.*)

A família tem que ser ouvida, a família tem que ser respeitada.

Há pouco tempo, eu estive num debate lá em Belém, durante um processo de uma palestra sobre a questão da escola inclusiva, quando um promotor de justiça, com todo o respeito, sem crítica, mas é o que ele acredita, dizia que aquelas famílias que não matricularem e colocarem seus filhos nas escolas regulares ele iria processar.

Ao final da fala, ele abriu às perguntas, e eu sempre sentei na frente, gosto de sentar na frente para participar mais diretamente, eu levantei a mão e falei: "Olha, promotor, com todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

respeito, eu admiro sua palestra, mas eu gostaria, antes de fazer a minha colocação, de fazer duas perguntas para você". Falou: "Pois não". "Primeiro, eu estou vendo que o senhor tem uma aliança no dedo, o senhor é casado. E o senhor tem filhos?". "Tenho". "Quantos?". "Dois". "Eles estudam?". "Estudam". "O.k. Quem que escolheu a escola para os seus filhos?". "Eu e minha mulher". Falei: "Me perdoe, doutor. Por que nós pais com deficiência somos obrigados, não podemos ser ouvidos sobre escola dos nossos filhos e o senhor pode?".

Então, essa é uma coisa também que eu gostaria que fosse garantida dentro do Plano Nacional de Educação, que a família fosse ouvida na questão da escola especializada, que ela tenha o direito de opinar, porque nós é que sabemos as dificuldades que nós enfrentamos.

Então, a minha colocação hoje, eu acho que não vou nem ter que gastar, Senador, os dez minutos, mas eu quero deixar bem claro essas duas condições. Primeiro, que o movimento apaeano jamais foi contra a inclusão. Eu desafio qualquer pessoa que venha provar para nós o contrário, ao longo de 70 anos, e os dados mostram isso. Em segundo lugar, que a família e as pessoas com deficiência sejam respeitadas nas suas condições e nas salas especializadas, onde elas possam ter um atendimento, esse, sim, educacional individualizado, porque na finalidade, nós somos professores, a gente sabe que a educação deveria ser quase que individual. Embora esteja em grupo de 40, a gente teria condições de atender esse público, mas, no nosso caso de pessoas com deficiência, ela é mais ainda exigente, para que a gente possa traçar programas, planos pedagógicos que possam atender à necessidade daquela pessoa.

Então, essa é a nossa colocação, a nossa defesa da escola especializada, que ela seja contemplada, inclusive mais tarde, até com recursos públicos, que ela seja apoiada dentro da proposta educacional como uma opção para aquelas pessoas que não têm condição de estar lá dentro da rede.

Reitero como pai e como cidadão: eu também gostaria muito de ver a minha Maria Clara todos os dias colocar sua maleta nas costas, o seu lanche e ir para a escola, é o maior sonho que eu tenho, mas ela não pode, ela não tem condição de ir para lá. Então, nem por isso ela vai ter direito a estar no seu espaço educacional de aprendizagem, com um programa especializado que possa atender as suas necessidades?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JARBAS FELDNER DE BARROS – Então, esse é o nosso posicionamento. E eu reitero aqui que nós vamos apresentar depois, por escrito, para a Comissão as nossas propostas e nós vamos avançar nesse debate, porque ele é muito importante para toda a sociedade e principalmente para a família apaeana do país.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sr. Jarbas. Desculpe eu ter manuseado aqui o celular para votar; eu estou aqui e estou na CAE, e teve uma votação nominal em que eu precisei dar presença e voto. Muito obrigada pela sua explanação. Realmente esse é um dilema que nos persegue há muito tempo, não é? A gente conhece toda a história das APAEs e vamos ver como é que esse plano pode corresponder e fazer do dilema uma alternativa, quem sabe, não é? É isso que a gente também pretende.

Agora nós vamos para as intervenções remotas, começando com a Sra. Sílvia Campos.

Já está na sala? (*Pausa.*)

Pronto, agora.

A Sra. Sílvia Campos é Integrante do Departamento Técnico da Federação Nacional das Associações Pestalozzi.

A senhora tem dez minutos iniciais. O reloginho indica quando estiver no final.

Está nos ouvindo bem? (*Pausa.*)

Sra. Sílvia Campos, está nos...

A SRA. SÍLVIA CAMPOS (*Por videoconferência.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, pode começar, pode começar!

A SRA. SÍLVIA CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Meu nome é Sílvia Campos. Aqui eu represento o Movimento Pestalozziano.

Inicialmente quero cumprimentar a Senadora e cumprimentar todos os presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como o tempo é reduzido, eu vou ter que falar um pouquinho mais rápido, o que, às vezes, não é muita coisa adequada para as pessoas com deficiência poderem acompanhar. Então, eu já inicio me desculpando.

Eu sou uma mulher afrodescendente. Sou baixinha, com sobrepeso. Estou sentada numa sala de uma escola pública. Uso óculos. Estou trajando uma blusa preta com bolinhas brancas.

Bom, inicialmente eu gostaria de falar sobre o Movimento Pestalozziano. Há 99 anos, o Movimento Pestalozziano está aqui no Brasil. Ele desenvolve ações dentro da educação, da saúde, da assistência social, do trabalho, da cultura, do esporte e do lazer, em todas as regiões do Brasil. E qual é o nosso foco? O nosso foco é que as nossas instituições compartilhem um propósito, que é a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. Trabalhamos com várias ações voltadas para a reabilitação e habilitação da pessoa com deficiência.

Em relação à redação do projeto de lei que trata do Plano Nacional de Educação, eu fiz algumas observações.

Por favor, o próximo eslaide. (*Pausa.*)

O próximo, por favor.

Em relação ao art. 10, que trata do Plano Nacional de Educação, eu achei importante adicionar um texto de que devemos considerar a prioridade de ideias e pensamentos sociais para que realmente a gente tenha um debate mais participativo dentro do Plano Nacional. Eu acho que isso é fundamental.

Com relação à qualidade da educação infantil, é fundamental, dentro da formação dos professores, que a gente deixe muito claro a importância de reconhecer diversidade étnico-racial, cultural, social, de gênero e as condições de deficiência, porque a formação do profissional que atua, principalmente nas idades iniciais, é fundamental, principalmente para o desenvolvimento da criança com deficiência.

Em relação ao ensino fundamental e ao ensino médio...

Próximo, por favor. O próximo eslaide, por favor. Isso, o que trata do Objetivo 5 e da Estratégia 5.8, que é a garantia de aprendizagem. Nós temos que dar uma atenção especial aos estudantes da educação especial, por meio de práticas avaliativas acessíveis, a fim de subsidiar o planejamento pedagógico inclusivo. Eu achei fundamental essa Estratégia 5, de abordar. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

se fala em avaliação, as práticas avaliativas acessíveis, a gente tem uma lacuna muito grande no ensino público quando a gente discute a avaliação do processo acadêmico do estudante com deficiência, não só no processo, mas também numa avaliação inicial.

O próximo, por favor.

Com relação à conectividade, a gente tem, no Objetivo 7, promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias de informação, da comunicação, para o exercício da cidadania. Mas a gente tem, no texto, na Meta 7.b, que nós vamos abranger somente 60% dos estudantes e assegurar conectividade a 50% das escolas públicas até o quinto ano do plano. Então, isso não vai atender o Objetivo 7. Quando a gente fala em universalização, quando a gente restringe a porcentagem de acesso, a gente está restringindo o direito.

O oitavo trata da educação escolar indígena, da educação do campo e da educação escolar quilombola.

No próximo. Isso, neste eslaide.

Na Meta 8, quando se fala em ampliar a oferta de vagas para creche, está estabelecido 50% das crianças de zero a três anos. E lá na Meta 1, quando se fala da educação infantil, a oferta é de 60%. Então, se pensarmos na questão de um direito, na equidade, como que, para as escolas indígenas, nós vamos ter 50% de ampliação de oferta de vagas, e para a escola, vamos dizer, comum, os centros de atendimento, as creches e as pré-escolas, a gente vai ter uma ampliação de 60%. Eu acho que a gente precisa rever isso aí. Até porque, nós temos observado um índice significativo de crianças com deficiência nascendo nas comunidades indígenas.

Agora, quando a gente vai para a 9, que trata da educação especial, na Estratégia 9.14, eu acho fundamental a gente tratar dos serviços complementares e suplementares do Atendimento Educacional Especializado. Isso tem que estar muito claro no plano. Ele não pode ser subentendido ou ser apenas uma observação num texto inicial. E precisamos discutir, nessa forma de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, como que nós vamos implementar o Plano de Atendimento Educacional Especializado e o Plano Educacional Individualizado, porque eles têm um papel fundamental de orientar e personalizar o processo educativo do estudante de educação especial.

Então, esse regime de colaboração tem que tratar também desses serviços, porque é exatamente onde as coisas vão acontecer, se a gente pode dizer assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu trago algumas sugestões de estratégias para o plano com relação à educação especial.

Nesse gráfico – próximo eslaide, por favor –, nós vamos... Eu peguei os dados das matrículas da educação básica em relação à educação especial em 2024: na educação infantil, 376.383; no ensino fundamental, anos iniciais, 739.848; no ensino fundamental, anos finais, 545.927; e, no ensino médio integrado, 262.243 matrículas.

O que nos leva a pensar esses dados? Que nós temos uma matrícula inicial lá no ensino fundamental significativa, né? Teve uma ampliação, na escola comum, do estudante com deficiência, transtorno global, altas habilidades, superdotação. No ensino fundamental, nos anos finais, a gente vê um decréscimo nessas matrículas, e esse decréscimo é bem acentuado quando a gente observa quase um terço para chegar ao ensino médio. Então, como está a progressão desses estudantes na rede comum de ensino?

Eu acho que uma estratégia fundamental é elaborar índices para a avaliação da qualidade da educação básica que agregue indicadores com desempenho e fluxo escolar do público-alvo da educação especial e da educação de surdos. Eu acho que é fundamental que a gente não tenha só índices quantitativos. A gente precisa ter índices qualitativos em relação ao processo de inclusão no ensino comum do estudante público-alvo da educação especial, até porque... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É daqui ou é de lá? Foi lá, não foi? (*Pausa.*)

Sílvia, seu som está falhando. Algum problema aí de conexão? (*Pausa.*)

Sílvia está travando. Talvez se você tirar a imagem, melhore o áudio. (*Pausa.*)

Terminou caindo agora, né? (*Pausa.*)

Caiu a conexão. (*Pausa.*)

Voltou, Sílvia. Voltou. Só acionar o áudio para você complementar.

A SRA. SÍLVIA CAMPOS (*Por videoconferência.*) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou numa escola pública, utilizando a rede de internet da escola, que é oscilante. Infelizmente a gente não tem uma... Eu queria estar aqui até para mostrar como é a condição do nosso acesso, né?

Outra estratégia é promover a institucionalização da educação e aprendizagem ao longo da vida, como diretriz estruturante das políticas educacionais nacionais, articulando iniciativas formais, não formais e informais em todos os territórios, com foco na equidade, inclusão social e formação integral. É fundamental a gente discutir a educação ao longo da vida. Eu vi que o plano não tem muita referência em relação a isso, e a gente precisa tratar sobre isso.

Tem uma pergunta no grupo sobre a família e a própria pessoa com deficiência participarem do plano. Então, quando eu comentei lá da importância do Paee e do PEI, é fundamental que... Isso, vamos dizer assim, é uma resposta para a Júlia, de Pernambuco, cujo nome a senhora até citou no início. É fundamental que as famílias tenham acesso às entrevistas, a reuniões regulares na escola, e que elas possam ter encontro com a equipe pedagógica na escola. Precisamos valorizar o conhecimento da família...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SÍLVIA CAMPOS – ... principalmente na elaboração dos Paees e do PEI, porque o que a família traz é um conhecimento muito mais profundo do seu filho do que nós na escola temos.

Fomentar a autodefensoria. É muito importante que a pessoa com deficiência participe ativamente dos caminhos e dos planejamentos da elaboração do seu projeto de vida, principalmente no que tange à sua formação acadêmica, à sua participação na escola. Nós temos uma experiência no Movimento Pestalozziano de autodefensoria que está dando frutos muito significativos. Então, a valorização da participação efetiva da pessoa com deficiência é fundamental.

Ambiente acessível ao diálogo. Nós precisamos usar uma linguagem acessível com a família. Com uma linguagem técnica muitas vezes não se chega a uma compreensão adequada. Registrar isso no PEI: a participação da família e do estudante têm que ser registradas no PEI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, como o tempo já está exíguo, eu gostaria de expressar um sincero agradecimento pela oportunidade de participar na audiência. Eu aprendi, ouvi muita coisa aqui, foi bem enriquecedor. E nós do movimento reafirmamos o nosso compromisso com os temas debatidos e nos colocamos à disposição para continuar colaborando com o que for necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos a sua participação, Sílvia Campos, representando a Federação Nacional das Associações Pestalozzi.

Vamos passar agora para outra pessoa, de forma remota: a Sra. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, Diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), para os seus dez minutos iniciais, Mariana.

A SRA. MARIANA DE LIMA ISAAC LEANDRO CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a todos os presentes. Eu vou fazer a minha... Só um minutinho. Esperem aí só um pouco... Melhorou.

Bom dia a todos novamente, Senadores, convidados, palestrantes. Vou fazer a minha audiodescrição. Eu sou uma mulher surda, com cabelo grande. Estou usando óculos e meus olhos são azuis. Estou usando batom rosa e estou com esmalte azul claro. Estou com uma blusa, um blazer preto e meu fundo é branco. Quem está fazendo a minha voz é a Gabriela.

Então, primeiro eu gostaria de agradecer a participação nesta audiência pública que está discutindo assuntos muito importantes. A gente está focando, de 2024 até 2032, em relação à educação bilíngue para surdos. Gostaria só de contextualizar um pouquinho que a modalidade da educação bilíngue foi um marco histórico para a comunidade surda. Foi uma luta de anos das pessoas surdas, professores, pesquisadores e associações do Brasil inteiro pela Lei 14.191, do ano de 2021. Desde 2021, já tem quatro anos.

Essa modalidade reconhece o quê? Assegura o direito linguístico do modelo da educação para surdos. Então, a gente precisa focar, por exemplo, na identidade surda, no surdo cego, no surdo com altas habilidades e no surdo com outras deficiências também. A gente precisa focar na Libras.

Essa lei promove o quê? A inclusão na escola e a igualdade do acesso à educação de qualidade. Então, nós nos sentimos muito satisfeitos, sabemos que isso é a base dos surdos no Brasil e, por isso, temos que respeitá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de mostrar para vocês que a Feneis percebeu, neste momento, que o Plano Nacional de Educação é bem detalhado, tem a meta para a educação bilíngue e tem várias estratégias. Vamos colocar as 20 estratégias propostas no projeto – o antigo tem sete estratégias –, e isso assegura a modalidade da educação bilíngue. Comparado com o outro projeto, esse é mais detalhado, e nós estamos torcendo, com esse novo PNE, que ele fortaleça e assegure essa estrutura em relação à pedagogia, às escolas bilíngues e à classe para o surdo.

Também com relação à formação de professores, o professor precisa ser profissional e ter fluência na língua de sinais. Os materiais didáticos têm que estar de acordo com a cultura surda. Também deve-se garantir o acesso permanente da pessoa surda ao ensino e criar dados focados nessa modalidade. Faltam esses dados no Inep, então, são importantes esses dados, esse planejamento e os recursos também para motivar.

Ele assegura a alfabetização em Libras para a criança na educação infantil e ensino fundamental I, porque normalmente eles são filhos de ouvintes e a família não sabe língua de sinais, né?. Então, a gente precisa lhes assegurar.

Então, é muito importante lembrar a diferença entre a educação bilíngue para surdo e a educação especial, a educação inclusiva. No Brasil, os gestores, os diretores, a secretaria de educação precisam ter esse tipo de consciência e ter esse conhecimento da diferença para assegurar a política pública adequada e específica para a educação bilíngue; e para a outra também, que é a educação especial, porque tem essa diferença e a gente não pode misturar isso. É muito importante a clareza dessa informação.

Eu gostaria de lembrar que o AEE não substitui a educação bilíngue; ele a complementa para os demais deficientes. Então, a gente precisa lembrar que isso não substitui, porque às vezes o Brasil olha e acha que o AEE é a educação bilíngue, mas não é; ele é um complemento.

Também a Feneis gostaria de apresentar, porque, no ano passado, em 2024, na Conae – a gente teve uma participação de 17 delegados –, a gente criou estratégias, metas e a gente encaminhou uma carta com a meta da educação bilíngue.

E aí o processo, que é um processo novo do PNE. A gente se sente muito satisfeito e gostaria de lembrar que, na 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – me parece que foram 12 grupos –, a gente colocou no documento também a educação bilíngue, que é um direito de acesso da pessoa surda que a gente precisa incentivar. E a educação especial, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educação inclusiva é um outro caminho, uma opção. Todas as pessoas deficientes querem uma educação de qualidade; é um direito de todos, independentemente da modalidade. Isso é muito importante.

Então, só para finalizar, é importante ter uma atenção em relação ao recurso adequado para a educação bilíngue, porque são quatro anos, o tempo é curto e tem o sistema, né? O Brasil precisa ter esse foco para melhorar essa qualidade.

E também a gente precisa lembrar, é bem importante, o que é a prioridade de se ter um professor surdo, principalmente para a criança. Isso a gente tem que garantir.

Também a gente precisa reforçar o alinhamento federal, estadual, municipal, que tem que ser parecido, para garantir a meta do novo PNE e as estratégias serem todas detalhadas para a gente conseguir a educação bilíngue. Isso é muito importante, né? A sociedade, os gestores, os diretores precisam planejar, ter essa atenção e valorizar essa modalidade, porque é um direito linguístico, é um direito da pessoa surda ter o acesso à educação de qualidade, aprendendo.

Isso é uma oportunidade. Ele é um direito, é uma cidadania. Então, nós da Feneis estamos muito satisfeitos com esse novo PNE. Os Senadores estão apoiando a gente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA DE LIMA ISAAC LEANDRO CAMPOS (*Por videoconferência.*) – E a gente vê essa possibilidade dos detalhes, das estratégias para garantir esse andamento.

Então, nós da Feneis estamos abertos para dialogar, organizar e fortalecer a educação de surdos no Brasil. A gente precisa dessa qualidade no aprendizado. Então, eu gostaria de agradecer essa oportunidade de estar presente nessa discussão. E eu torço para gente caminhar juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Mariana, pela intervenção, agradecemos também à Camila.

E vamos passar para a próxima convidada, que é a Sra. Karolyne Ferreira, Secretária-Executiva da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva. Houve uma troca.

Bom dia, Karolyne, para seus dez minutos iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KAROLYNE FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, Senadora Teresa Leitão, todas as autoridades presentes na mesa e todas as pessoas que nos acompanham.

Eu vou fazer a minha audiodescrição. Eu sou uma mulher negra, tenho os cabelos castanhos trançados na altura dos ombros, uso óculos de grau e visto uma camisa branca.

Agradeço o convite para estar aqui, nesta audiência pública. E hoje eu falo em nome da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva, um grupo com mais de 30 organizações que, desde 2020, atua pelo direito à educação inclusiva no Brasil.

Nós preparamos um documento com propostas de emenda ao PNE, que podemos encaminhar posteriormente, um documento mais detalhado. Aqui eu trarei um breve resumo.

O processo de elaboração de um Plano Nacional de Educação é uma oportunidade muito rica para que o Brasil reforce o seu compromisso com uma educação pública, democrática e de qualidade. Nesse sentido, é essencial reafirmar o que já diz a nossa legislação, que a escolarização das pessoas com deficiência ocorra nas escolas comuns. Essa é uma conquista histórica da sociedade brasileira, resultado de décadas de lutas de famílias, educadores e da sociedade civil organizada, que atuaram em conjunto na defesa dos direitos humanos.

Nesse contexto, a Meta 9A do plano deve explicitar claramente que é na escola comum o espaço para a concretização da educação inclusiva, fundamentada nos princípios da equidade, da valorização da diversidade e da eliminação das diversas formas de exclusão.

Destaco também a importância das Metas 9B e da Estratégia 9.11, relativas à oferta do atendimento educacional especializado e da formação inicial e continuada dos professores. Os dados mais recentes, relativos à formação continuada, são de 2023, do Censo Escolar. Eles mostram que apenas 6% dos professores regentes, aqueles que atuam na sala de aula, tinham formação continuada no tema. Entre os professores do Atendimento Educacional Especializado, 42% tinham formação continuada; 42% podem parecer um avanço, mas ainda é insuficiente, considerando o papel essencial que esse professor desempenha na eliminação de barreiras para aprendizagem em classe comum. Diante disso, é imprescindível fortalecer o Atendimento Educacional Especializado, garantindo que a sua função seja complementar, e nunca substitutiva à escolarização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a coalizão propõe que o PNE apresente metas intermediárias, com uma universalização, para que a gente não precise esperar dez anos para se dar conta de ajustes e melhorias que poderiam ter sido feitos ao longo do processo. Então, é bastante importante que haja metas intermediárias a serem cumpridas nas redes públicas de ensino. Além disso, a gente enfatiza a importância da atuação articulada dos professores especializados com os professores de sala de aula comum, para assegurar a participação, a permanência e a aprendizagem de todos.

Por fim, nós ressaltamos que todas essas ações – e nas propostas de emenda que nós enviaremos – exigem investimentos sistemáticos e contínuos, além da garantia de que essas formações estejam alinhadas a práticas inclusivas, que não segreguem. É fundamental que o novo PNE preveja esse compromisso explícito com o financiamento adequado para a educação inclusiva, conforme previsto na Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ratificada pelo Brasil e que tem *status* de emenda constitucional.

Encerro aqui a minha fala, agradeço novamente pela oportunidade de ter espaço de fala nesta audiência e coloco a Coalizão à disposição para seguir colaborando com este debate superimportante para o futuro da educação brasileira.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos.

O que tiver de emenda, que não tenha sido apresentada na Câmara, claro que pode ser encaminhada para nós.

Então, vamos passar a palavra agora – é Jéssica, não é? –, pela ordem aqui, que foi alterada, para a Sra. Jéssica Borges, Presidente da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (Abraça).

Seus dez minutos iniciais, Jéssica. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jéssica Borges. *Por videoconferência*.) – Vocês conseguem me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agora.

A SRA. JÉSSICA BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, me chamo Jéssica Borges.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já vou me autodescrever: sou uma mulher de cor parda, com cabelo liso na altura dos ombros, eu uso óculos de grau de armação preta e eu estou vestindo uma blusa preta com estampa colorida.

Eu gostaria de saudar a Senadora e Presidente desta audiência, agradecer o convite e saudar com respeito todos os colegas da mesa, os colegas que estão participando aqui virtualmente e demais autoridades presentes.

Eu sou pedagoga de formação e educadora. Sou uma mulher com deficiência. Atualmente, eu estou Presidente da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (Abraça). Também componho a Frente Parlamentar em Defesa da Educação Inclusiva do Distrito Federal e, por meio da Abraça, a gente integra a Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva.

Eu vou ser breve também.

O que a gente defende enquanto instituição é um plano que seja estruturante, transversal, intersetorial e financeiramente viável, um plano que vá além das metas e que apresente caminhos possíveis e sustentáveis para atingir essas metas. A Abraça compreende que o Plano Nacional de Educação seja um instrumento de justiça social. E, para que ele seja justo, é preciso que ele seja de fato inclusivo. Nós acreditamos que o direito à educação deve ser garantido em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. E essa garantia precisa estar clara não apenas no papel, mas na prática, na escola, no cotidiano, na sala de aula.

A Estratégia 9 do plano, que trata especificamente da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, é um eixo fundamental. Por meio da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva, pelo documento que foi construído com as propostas de emenda para qualificar essas estratégias, a gente fortalece essas propostas, esses encaminhamentos, com um alinhamento com os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem força de emenda constitucional aqui no Brasil.

Então, a gente destaca, como conquista desse avanço, a ampliação do conceito de acessibilidade, parâmetros que junto aos Caps possibilitam a infraestrutura escolar, para que essa infraestrutura seja de fato planejada para todos os estudantes e com financiamento adequado e contínuo. Então, essa mudança é muito mais que técnica, ela também é política e simbólica. Ela tira a inclusão do campo da excepcionalidade e coloca no centro da qualidade da educação pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente também entende que há muito o que avançar. A manutenção da expressão "preferencialmente" na rede regular de ensino, lá no eixo nove, por exemplo, continua sendo um dos entraves legais para o avanço da educação inclusiva no Brasil, porque esse termo abre brechas para que recursos públicos sigam sendo direcionados a escolas e classes segregadas do Brasil, em desacordo com a convenção da ONU e em desacordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Então, é urgente que o plano se comprometa de maneira inequívoca com a universalização da educação inclusiva, e isso passa também pelo fortalecimento do atendimento educacional especializado (AEE), que é um direito previsto na legislação e é fundamental para a eliminação de barreiras pedagógicas, físicas, comunicacionais e atitudinais e é o que permite que o estudante com deficiência aprenda junto com os demais colegas. Mas a gente entende, depois desses últimos dados do censo, dos dados escolares, que nós temos menos de 40% dos estudantes incluídos e que apenas esses 40% têm acesso ao atendimento educacional especializado. Então, a gente entende que isso precisa mudar.

O professor de AEE, conforme previsto na Resolução nº 4, do Conselho Nacional de Educação, tem uma função estratégica de ensino, de elaboração de recursos pedagógicos, de acompanhamento da efetividade desses recursos na sala, tanto na sala regular, quanto no contraturno, e também cabe a esse profissional orientar as famílias, formar outros professores, articular junto à gestão escolar condições para que a escola seja, de fato, acessível e inclusiva. Mas, para isso, esse profissional precisa ser bem formado, e esse é outro ponto crítico.

Os dados do censo escolar demonstram que apenas 6% dos docentes da educação básica possuem formação continuada em educação especial. Entre os professores de AEE, esse número sobe para 42%, o que ainda é insuficiente, se a gente for colocar um parâmetro de comparação. Então, essa formação precisa ser qualificada, conduzida por profissionais que têm convivência na escola comum.

Outro avanço que eu acho importante, que está dentro dessas emendas que nós estamos propondo através da Coalizão Brasileira, é a garantia da participação dos estudantes com deficiência nessas avaliações educacionais com as devidas adaptações. Além disso, a gente defende o monitoramento dessa participação para evitar exclusão deliberada por parte das redes de ensino, que às vezes acabam por invisibilizar que esses alunos melhorem os seus índices. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a acessibilidade precisa ser garantida também no campo da avaliação e precisa estar conectada a uma concepção de educação que respeite a diversidade e promova a equidade.

A gente vive uma crise climática, neste momento, sem precedentes, o avanço de desigualdades estruturais e desmonte de políticas públicas. Então, a gente acredita, enquanto instituição, que não é possível enfrentar esses desafios com políticas antiquadas mesmo, antigas, retocadas, com arranjos. A gente precisa de um paradigma da educação novo, então o novo PNE precisa estar alinhado aos direitos humanos, à justiça climática, ao combate ao racismo, à LGBTfobia, ao capacitismo, à xenofobia e a todas as formas de exclusão.

Eu acho que esse plano precisa, de forma explícita, incluir ações para garantir o direito à educação de povos indígenas, quilombolas, imigrantes, refugiados e outros grupos historicamente marginalizados. Então, eu termino reafirmando que a escola pública precisa ser o espaço da diversidade, da convivência, da cidadania, e, para isso, essa escola precisa ser acessível, inclusiva, segura, laica e de qualidade para todas as pessoas, sem exceção.

A Abraça está comprometida com essa luta ao lado da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva. E, se me permitirem, a Abraça anualmente lança campanhas com temas importantíssimos, que estão em consonância com o que é discutido no Brasil afora. E, neste ano, mais uma vez, em alusão ao Dia do Orgulho Autista, que já é amanhã, dia 18 de junho, nós estamos lançando a campanha "Sou autista, sou defiça: acessibilidade é meu direito", que é um posicionamento político pelo reconhecimento do autismo enquanto deficiência, como também para reforçar que nós temos direito à acessibilidade em todas as suas esferas. Mas, para que essa discussão avance, nós temos que garantir a participação plena dessas pessoas autistas, de todos os níveis de suporte, de todos os níveis de marcadores sociais, sem distinção, nos debates, né? Afinal, "autistar é resistir". É por isso que o lema das pessoas com deficiência é: "Nada sobre nós, sem nós".

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu agradeço à Jéssica pela participação.

Vou só pedir uma licencinha, porque você foi a última, para votar. É bem rapidinho, tem uma votação nominal aqui na CAE, para gente fazer o processo seguinte da nossa audiência pública. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pronto. Muito obrigada.

Então, terminada essa parte inicial, eu acho que todos os nossos convidados e todas as nossas convidadas, e também quem nos assiste, perceberam qual foi o objetivo desta audiência pública. Esta é a sétima do nosso ciclo de 12. E nós estamos chamando a sociedade civil a partir do seu interesse educacional – qual é a pauta da educação que cada entidade representa no Plano Nacional de Educação –, para gente ter um panorama da sociedade civil mais amplo e ter mais consistência quando a gente for votar o plano.

Então, essa parte final é uma devolução para quem quiser, utilizando-se de cinco minutos, para fazer ou complementações à fala inicial ou algum comentário também sobre as perguntas que vieram e, ainda, sobre a fala dos nossos companheiros de mesa. Eu vou seguir a mesma ordem. Teremos um tempinho menor, até porque temos sessão do Congresso ao meio-dia, né?

E vamos iniciar também por Viviani Guimarães, da Moab, por cinco minutos.

A SRA. VIVIANI GUIMARÃES (Para expor.) – Bom, obrigada, Senadora. Começo agradecendo – acabou que eu comecei mais cedo – por esta oportunidade. É sempre um prazer a gente estar aqui com o Senado conversando, discutindo um tema tão importante quanto é a educação especial inclusiva.

Com base em algumas perguntas que a gente teve – a gente teve várias perguntas sobre formação de professores –, eu acredito que realmente a gente necessita de uma melhor formação, que a gente precisa pensar em como o nosso professor vai conseguir receber esses estudantes nas nossas salas de aula. O que é necessário fazer para que ele se desenvolva, para que ele aprenda, que foi uma das coisas que tem no Parecer 50, falando dos quatro passos da inclusão. Por enquanto, no Brasil, nós estamos nos dois primeiros, que são o acesso e a permanência. A permanência nem tanto, como mostrou a Sílvia, porque, quanto mais o estudante vai passando os anos na educação, mais ele vai sendo excluído. Ele não sai; ele é expulso. Por quê? Porque não existe a verdadeira inclusão. Só estar na sala de aula não é inclusão. Ele precisa participar e ele precisa aprender, e isso só é possível se a gente fizer o plano educacional individualizado.

Algo que me incomoda profundamente é quando a gente fala que as escolas especializadas, as Apaes e as Pestalozzis são segregadoras. São pessoas que não conhecem essa realidade, são pessoas que nunca visitaram uma escola especializada, que nunca foram às Apaes ou às Pestalozzis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, aqui no DF, nós, em 2008, fomos literalmente para a rua para conseguir continuar com as nossas escolas. Isso não foi uma realidade em muitos lugares no país. E sabe o que aconteceu com as pessoas que eram segregadas nas escolas especializadas? Foram pessoas que ficaram trancadas dentro de casa, porque não tem para onde elas irem. Então, essa é a segregação, quando você não tem como receber essas pessoas que não têm para onde ir.

Quando a gente pensa em uma educação de qualidade, nós temos referências no mundo, como a Finlândia, como Singapura, como Estados Unidos – e são locais onde as escolas especializadas existem. Então, não adianta a gente pensar: "Ah, a nossa educação precisa melhorar para receber". Não, nem nos locais onde tem as melhores educações públicas na educação básica as escolas especializadas continuam. Por quê? Porque elas são importantes, porque elas trabalham o que não dá para a gente trabalhar na nossa rede.

As escolas regulares não têm como receber muitas pessoas com deficiência. Por quê? Porque não tem como trabalhar funcionalidade, não tem como trabalhar autonomia. Isso não é segregação, isso é poder oportunizar que a inclusão ocorra.

Eu gostaria de corroborar o que a Vera falou. É importante a gente deixar mais específico sobre as altas habilidades. A gente não fala sobre enriquecimento de currículo, a gente não fala sobre aceleração em lugar nenhum. Então, a gente precisa realmente melhorar esses pontos, quem sabe até, Vera, a gente colocar uma estratégia específica, igual a gente tem para a educação especializada, igual a gente tem para os surdos, colocar essa estratégia específica para pessoas com altas habilidades. A gente pode construir isso juntos, inclusive, porque a dupla excepcionalidade do autismo com altas habilidades é grande.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VIVIANI GUIMARÃES – Então, a gente realmente precisa melhorar.

E eu gostaria de falar, Jéssica... Jéssica, primeiro, um beijo para você, faz tempo que a gente não se vê, mas o "preferencialmente" foi uma luta, ele é uma vitória das pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência... Quando a gente foi lá na Câmara, que a gente estava no Senado construindo a LDB, nós que lutamos pelas pessoas com deficiência, nós é que colocamos o "preferencialmente", porque a gente tem o direito de escolha.

A gente precisa decidir se a gente quer deixar os nossos filhos na escola regular, como eu fiz, como eu tive essa oportunidade de fazer, e a gente lutou por isso na Lei Brasileira de Inclusão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mas a gente tem também a oportunidade, a gente tem o direito de colocar os nossos filhos no melhor lugar que a gente ache, e pode ser que seja, sim, numa escola especializada.

A gente precisa colocar mais orçamento nesses locais, nas Pestalozzis, nas Apaes, nas escolas especializadas, para oportunizar que os nossos filhos se desenvolvam.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Viviani.

Informo a presença da Senadora Damares Alves na nossa Comissão. Nós estamos na parte final das exposições, mas já no retorno, Senadora, e oportunamente é claro que eu vou lhe conceder a palavra.

Com a palavra a Sra. Vera Lucia Palmeira, Primeira-Secretária do Conselho para Superdotação.

A SRA. VERA LUCIA PALMEIRA PEREIRA (Para expor.) – Cumprimento aqui a fala da Viviani e dos colegas de mesa, Senadora. É muito importante este momento para nossas discussões dentro da política e do planejamento do Plano Nacional de Educação.

Eu reitero aqui... Eu não fiz a minha autodescrição na entrada – fiquei tão emocionada! – e a minha voz também está falhando um pouquinho, então eu só queria rapidamente fazer essa autodescrição: eu sou uma mulher branca, de cabelos grisalhos, com 1,58m e estou vestindo uma camisa branca, uma calça verde e óculos de grau quadrados.

Pontuo, exatamente nesses cinco minutos que nós temos aí, e enfatizo a importância da visibilidade das pessoas com altas habilidades e superdotação dentro deste Plano Nacional de Educação. Nós temos aí... A documentação que foi encaminhada à Comissão tem 38 páginas. Todas as estratégias, a maioria delas tem alguma sugestão que aponte para a percepção e a inclusão dessas pessoas de altas habilidades e superdotação.

Nós estamos falando aqui no Plano Nacional de Educação, na Comissão de Educação, de um grupo de pessoas que fazem parte da educação da classe comum, certo? Elas começam na creche, passam pela educação infantil, pela educação básica, seguem para o ensino superior e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em todos esses níveis de ensino, independentemente da localização, se pública ou privada, nós temos dificuldades que apontam para uma maior necessidade de visibilidade, de atenção e de formação dos educadores, dos orientadores, das equipes pedagógicas, para que possam atender e respeitar o que já está previsto em lei, Senadora.

Nós temos a Profa. Maria Helena Novaes, antiga Presidente do Conselho Brasileiro para Superdotação, que dizia que, em situação de legislação educacional, nós somos quase uma Suíça quando falamos de altas habilidades e superdotação, mas, na prática pedagógica, no chão da escola, nós percebemos estudantes que não são reconhecidos, por seus professores, por suas distintas habilidades ou capacidades; equipes pedagógicas que discriminam deliberadamente o comportamento, a intensidade e as questões emocionais desses estudantes em contexto de sala. Nós temos o *bullying*, Senadora, e nós temos um número enorme de crianças e também de jovens que se automutilam por conta das pressões internas pelo desempenho acadêmico superior. Então, o resgate, neste Plano Nacional de Educação, configura-se como uma possibilidade de permanência e acessibilidade desses estudantes.

Quando nós encontramos, no corpo do texto, matéria que informa o público-alvo total da educação especial e não coloca ali as altas habilidades e a superdotação, é um retrato do que nós vemos nas escolas do nosso país. E nós estamos falando de crianças, jovens e adultos nos cursos superiores que também têm a sua dificuldade acentuada dentro dessas políticas educacionais; de professores que não têm a formação adequada, porque não tiveram em seus cursos de graduação a formação necessária, não tiveram em seus cursos de pós-graduação também a condição. Então, nós temos políticas públicas de estados e municípios que oferecem atendimento educacional especializado, mas não a totalidade das possíveis matrículas, porque, também no censo escolar, eles não aparecem em sua totalidade. Então, é um resgate que o nosso Plano Nacional de Educação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LUCIA PALMEIRA PEREIRA – ... nossa política nacional de educação precisa resgatar com esses estudantes. Nós estamos falando de pessoas que, ao longo do tempo, vão desenvolvendo suas capacidades, aperfeiçoando seus talentos, se forem percebidos e se forem estimulados. E é na escola que a gente convive com o grupo social, é na escola que nós aprendemos a respeitar a diferença. E chega desses alunos passarem o tempo da escola se escondendo de quem são realmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigado mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Vera.

Vamos passar agora para o Sr. Jarbas de Barros, Presidente da Federação Nacional das APAEs, para sua conclusão de cinco minutos.

O SR. JARBAS FELDNER DE BARROS (Para expor.) – Acho que esta é uma grande oportunidade para que cada movimento faça a defesa das suas propostas, para nós é muito importante.

Eu só gostaria que as pessoas olhassem para a deficiência intelectual com um olhar diferenciado das outras deficiências. O deficiente visual, o auditivo, o cadeirante, o físico, eles têm apoios e recursos que auxiliam na sua caminhada e no seu processo de aprendizagem, porque eles têm o cognitivo preservado: a língua de sinais, o braile, os apoios necessários para que eles possam se desenvolver. Já o deficiente intelectual tem o comprometimento do cognitivo. Para ele, a compreensão, a aprendizagem, a formação de ideias, a elaboração de ideias é um processo difícil. Nós não podemos colocar todos no mesmo barco. A situação do deficiente intelectual tem maior dificuldade em todas as áreas, educacional, de emprego, em todas as situações, de saúde, porque ele tem essa dificuldade da comunicação, mas nem por isso ele perde a capacidade de aprendizagem, nem por isso ele perde a capacidade de desenvolver habilidades e competências, que o movimento apaeano consegue ofertar, juntamente com a Pestalozzi, com o Moab, com todos os outros segmentos.

Então, nós gostaríamos que esse olhar da inclusão não fosse olhar apenas para o lócus, porque, do jeito que é falado, para fazer a inclusão, é pegar o aluno e colocar na sala comum. O movimento apaeano não olha o lócus; o movimento apaeano olha a pessoa, a deficiência, a condição dela de estar lá. E isso que a Viviani colocou é a nossa defesa: não é apenas estar lá, mas é participar lá, porque ele vai ficar numa exclusão, dentro de um processo de isolamento, em que vai inclusive não ter condição nenhuma de voltar.

Nós estamos tendo experiência no meu estado, pessoal, eu moro numa cidade chamada Tupaciguara, no Triângulo Mineiro. Na minha cidade, está ocorrendo um fato interessante: grande parte dos alunos que foram para a rede regular, as famílias estão procurando a Apae para voltar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque eles estão isolados, em processo de tristeza e de depressão, porque não conseguem. Não pode se ver...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JARBAS FELDNER DE BARROS – Claro, é regressão, e não se pode ver apenas a inclusão como socialização. A socialização é importante porque, estando dentro da sala comum, ele vai se socializar com outras pessoas. A socialização não deve ser causa, deve ser consequência, essa é a nossa percepção. E por que não socializa, dentro do movimento apaeano, com os outros amigos, outras pessoas que estão ali?

Então, esse olhar, neste momento, é importante porque, no Plano Nacional de Educação, a nossa defesa vai continuar sendo esta: nós somos favoráveis, porém, nós gostaríamos que fosse visto com carinho que a escola especializada fosse garantida dentro do processo, inclusive com recursos para garantir esse trabalho que nós desenvolvemos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sr. Jarbas.

Com certeza, é um grande debate esse que é levantado e que já vem ocorrendo há algum tempo, quando a gente trata de educação especial. Nós não vamos fugir desse debate, de forma nenhuma.

Vamos, agora, para as nossas convidadas de forma remota, começando pela Sra. Sílvia Campos, da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, por cinco minutos, para as complementações ou contestações, como quiser.

A SRA. SÍLVIA CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*) ... porque a gente precisa entender como a gente compreende esse conceito de inclusão, porque, para mim, a inclusão significa eu ter parte, eu ser parte e eu me sentir parte.

Então, o direito de escola deve ser fundamental. Se a gente fizer uma avaliação agora e analisar como está a educação inclusiva, ela está longe de ser uma realidade nas nossas escolas. Eu sou professora de uma escola pública e eu sei como é o lócus escola pública, nessas condições. E olhem que nós temos que os profissionais que atuam na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, que atuam nas salas de recursos e como professores de apoio, todos têm que ter, no mínimo, a especialização em educação especial, em nível de pós-graduação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma formação para isso, mas nós precisamos de uma formação mais sistêmica, em uma prática, porque, para você pensar em educação especial, você tem que ter financiamento, acessibilidade, flexibilidade de adequação curricular, prática diferenciada, tanto no dia a dia do cotidiano escolar como nas práticas de avaliação, qualificação profissional, intersetorialidade, e eu considero também o diálogo entre a escola comum e a escola especializada, porque nós temos um espaço...

O Brasil possui uma maior diversidade enorme e realidades diversas. E a escola, por exemplo, aqui, na região onde eu moro, é diferente de uma escola do interior do Nordeste, da Região Norte ou do Sudeste.

Então, nós temos que considerar a realidade, a necessidade que esse estudante está apresentando, porque, muitas vezes, a família tem condições de suprir, com ações complementares e suplementares, o seu filho, diferentemente daquela família que vive em reduto de pobreza extrema, em que muitas vezes os serviços públicos não estão lá.

Então, quando a gente fala em inclusão do estudante com deficiência na escola comum, a gente tem que considerar os aspectos sociais, os aspectos econômicos, de saúde, de acesso ao trabalho. Se não houver uma intersetorialidade e um diálogo entre as políticas públicas, para criar uma rede de – vamos dizer – proteção para esse sujeito, para esse estudante com deficiência, a gente vai deixar muitas lacunas.

Então, é fundamental que a gente tenha esse diálogo e a participação de todos. Não dá mais para você determinar que isso é importante para um determinado sujeito, ele que tem que avaliar a sua necessidade.

Eu vou até fazer uns questionamentos aqui, a título de provocação. Essas práticas pedagógicas que atualmente ocorrem nas escolas estão respeitando e valorizando as diferenças individuais dos estudantes? Nós consideramos superar essas barreiras físicas, atitudinais e de comunicação, tornando o ambiente acessível? A família e a comunidade estão sendo incluídas nesse processo, estão sendo ouvidas, estão sendo participativas? Quanto à organização da escola, ela mudou ou mantém a mesma estrutura? Ela continua com o engessamento de anos letivos em 200 dias, com uma carga horária específica, independentemente da condição do sujeito, do estudante? Nós temos oportunizado ao estudante ter uma flexibilização não somente curricular, mas de uma temporalidade, para que ele possa organizar seu tempo de aprendizagem? Ou as escolas ainda possuem dias letivos, bimestres, provas no final do bimestre? A gente continua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mantendo um pé no século XXI com grande parte do nosso corpo ainda no século XX ou, às vezes, até no século XIX? A inclusão está sendo feita de forma participativa ou alguém não está cumprindo uma exigência, e isso é legal?

Então, a gente precisa parar para ouvir a pessoa com deficiência. Ela está tendo participação ativa? Ela define a sua trajetória escolar? E, principalmente, como podemos tornar a nossa prática mais inclusiva ouvindo o outro? Eu não posso acreditar que o meu ideário, que as minhas crenças são absolutas. Nós temos que trabalhar num espaço em que cabe todo mundo e em que todos têm direito de escolher onde querem estar e ser feliz.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Sílvia, e agradecemos, inclusive, as provocações. São provocações muito desafiadoras para os novos momentos e o novo Plano Nacional de Educação.

Eu passo a palavra, ainda de forma remota, para Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, para os seus cinco minutos finais.

A SRA. MARIANA DE LIMA ISAAC LEANDRO CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de complementar dizendo que a Feneis está fazendo uma cartilha para orientar o Brasil, os estados, sobre como funciona a criação da escola bilíngue, tanto da escola estadual quanto da escola em nível municipal. A gente percebeu que teve algumas falhas no sistema, nos conceitos, e, por conta dessa modalidade, então, tem gente que não sabe. Então, por isso, a gente tem esse compromisso de fazer essa cartilha para garantir que todos tenham conhecimento. E a Feneis também respeita diversas modalidades, da família dos alunos, mas o aluno precisa optar pela educação bilíngue ou pela educação especial ou pela educação inclusiva, e é um direito da família do aluno fazer essa escolha. A gente não pode exigir sobre isso. E a escola especial precisa discutir isso, precisa ter essa atenção em relação à Apae, aos deficientes intelectuais. Então, é preciso essa atenção para assegurar o acesso do aluno.

Também, eu gostaria de lembrar que a educação é como se fosse um investimento. Então, a gente precisa garantir o acesso de qualidade e também assegurar o direito das pessoas.

Obrigada pela atenção de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos.

Vamos para a nossa última intervenção, considerando que a Jéssica Borges pediu licença e não pôde continuar até o final. Vamos passar a palavra para a Karolyne Ferreira, Secretária-Executiva da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva.

Registro também o retorno da nossa Senadora Augusta Brito.

A SRA. KAROLYNE FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Para amarrar aqui a minha participação nesta audiência, gostaria de reforçar a importância, sim, da intersetorialidade. O desenvolvimento integral da pessoa não é apenas função da educação, é função também da saúde, da assistência social e de várias outras áreas.

Como aqui nós estamos discutindo o Plano Nacional de Educação, é importante ressaltar o saber pedagógico, valorizar o trabalho dos professores e a escola como esse espaço por excelência de formação de uma sociedade democrática, de valorização das diferenças e de convívio entre pessoas diversas.

A educação inclusiva na lei é bastante bonita, mas também todos que estão aqui, todas as pessoas sabem como a educação ao longo dos anos... Quando tem ajuste fiscal, quando tem medida de austeridade, sempre tiram da educação. Então, o Brasil ainda não teve a oportunidade de ver a educação inclusiva operando no seu máximo potencial, porque os desmontes são sistemáticos.

Todos aqui concordam que os professores não estão preparados. Então, que se formem os professores, que se tenha uma formação inicial e continuada de qualidade, que sejam garantidas as condições, sem que o público da educação especial seja retirado da escola. É importante que os investimentos sejam consistentes e contínuos para que a escola acolha a todos, respeitando as singularidades e não sendo uma caixinha que tenta homogeneizar e padronizar os estudantes.

Nós sabemos que a padronização e essa busca por homogeneidade levam inevitavelmente à exclusão. E aqui nós falamos do público da educação especial, mas nós temos diversos grupos minorizados e minoritários que são excluídos. E a solução não é retirar esses grupos e colocá-los em outros espaços, mas, sim, ter um compromisso da sociedade brasileira com o investimento na escola pública para que ela melhore, para que ela se aprimore para receber e educar a todos com qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Novamente agradeço o convite, saúdo todas as pessoas da mesa, todas as pessoas, as autoridades presentes, todos que nos acompanham. E deixo aqui o meu abraço. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Karolyne, a você e a todos os que abrilhantaram tanto esta audiência pública, trazendo conceitos, dilemas. Mas a nossa intenção é realmente buscar o consenso, para termos um Plano Nacional de Educação estruturador, como foi dito aqui, e destacar, na fala de todos, a relevante prioridade que precisa ser dada à formação dos professores, formação inicial e formação continuada, e destacar que o tripé agora é um banco de quatro pernas para nós também.

O nosso tripé de militantes da educação sempre foi acesso, permanência e qualidade da aprendizagem. Hoje a gente está incluindo a universalização, que é um desafio imenso, mas que, pelos dados crescentes de matrícula, a gente sabe que consegue, mas precisa agregar a permanência, com medidas de assistência estudantil, como também a qualidade, que passa pela participação, pela gestão democrática. Isso tudo contido num plano.

Terminada a nossa exposição, tem 30 segundos pedidos pela Federação das APAEs, e eu quero fazer um registro, e depois a gente passa para as Senadoras que retornaram, a Senadora Damares e a Senadora Augusta.

Vou lhe dar 30 segundos, Jarbas.

O SR. JARBAS FELDNER DE BARROS (Para expor.) – Marcado. (*Risos.*)

Quero aproveitar a presença das Senadoras aqui presentes, porque está em tramitação, aqui no Senado, a PEC 52, que trata da escola especial, da educação especial. Ela está com uma emenda do Senador Sergio Moro e está sendo relatada pela Senadora Mara Gabrilli. Eu gostaria que vocês olhassem com muito carinho para a questão da escola especializada e da educação especial, porque ela trata diretamente do nosso trabalho e, se for alterado como foi proposto, na base, vai trazer enormes prejuízos para as pessoas deficientes e o trabalho da escola especial.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Então fiquem à vontade. Nós encerramos a audiência, vamos dar continuidade à nossa... Não, fiquem, porque as Senadoras podem querer falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas antes eu quero registrar a ilustre presença de Matheus Carvalho Camargo e de sua mãe, Adelita Andresa Carvalho. Estão aqui desde o início da nossa audiência. Mateus é superdotado, participou, como expositor, de uma audiência pública conjunta entre as Comissões de Educação da Câmara e do Senado, em outubro de 2023, sobre superdotação. Ele escreveu um livro contando sobre sua história de vida e veio hoje entregar algumas cópias para a Comissão. O nome do livro é *O Ápice da Inteligência*. Seja bem-vindo, Matheus, com os nossos aplausos. (*Palmas.*)

O SR. MATHEUS CARVALHO CAMARGO (*Fora do microfone.*) – Obrigado. Quero entregar a minha história, com muito carinho. Foi uma longa jornada até aqui, e eu espero que essa história possa inspirá-los a continuar com esse maravilhoso trabalho em busca da inclusão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Muito obrigada. Ali, para a foto.

O SR. MATHEUS CARVALHO CAMARGO (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então pergunto às Senadoras Damares e Augusta, antes de a gente voltar para a parte deliberativa, se querem fazer algum comentário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu quero, primeiramente, lhe cumprimentar. Trazer as instituições para o debate dentro do ciclo de debates sobre o PNE é um respeito a essas instituições e um respeito ao diferente. Por quê? A gente sabe que o tema nos divide. A gente sabe que existem posições antagônicas. E a senhora trazê-los para cá e recepcioná-los desta forma na Comissão... Eu fico muito contente com isso.

Mas a gente não podia esperar nada diferente da senhora. (*Risos.*)

Acho, Senadora, que a nossa idade já nos obriga a nos afastarmos das paixões e a conversar e dialogar muito pé no chão. E o que eu vi aqui hoje? Eu tenho posição. Nesse tema, eu sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

passional, eu estou com as famílias. Mas a gente viu muitas instituições falarem de ouvir as famílias.

Da LBI, de 2015, para cá – dez anos –, as relações mudaram no país. Uma nova geração surgiu, uma geração de gênios. Está aqui o menino, entregando um livro. Esses meninos precisam ser vistos de forma diferente. Eu acho que a escola, inclusive, ainda não está pronta para essa geração que surgiu aí. E eu estou apostando tanto nesses meninos, Senadora! Esses meninos que são ditos autistas eu tenho falado que são respostas para a nação. Meninos que estão vindo com uma habilidade incrível. E a gente vai ter que pensar essa nova geração de dez anos para cá.

É possível, sim, a gente visitar os conceitos de inclusão, a gente fazer essa revisita lá. É possível. E esta audiência aqui nos deu esta oportunidade. A família tem o direito de decidir. E, lá na Comissão de Direitos Humanos, a gente vai caminhar muito nesta direção.

Então, parabéns, Senadora, por ouvir as instituições!

Parabéns! E a gente não vai entregar um PNE sem ouvir as famílias, sem valorizar a autoridade e a autonomia da família.

Então, hoje foi um dia especial. Eu vim correndo para participar de um pedacinho, mas, em casa, a gente senta, ouve tudo novamente. Esse é o nosso exercício, de madrugada, de Senadores, ouvir aquilo que não deu tempo.

Mas eu quero parabenizar a Comissão pela forma como recepcionou as instituições e por este debate muito pé no chão.

Parabéns, Senadora!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Damares.

Realmente está sendo muito enriquecedor. Esta é a sétima audiência do ciclo e nós vamos ter consciência de que o Plano terá essa legitimidade social.

Além de ter vindo de uma Conae, que reuniu centenas de pessoas nos estados, milhares de pessoas, ele já tem essa carga na sua própria construção, e agora, como a senhora bem disse, está tendo no debate também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, agradeço a participação de todos e de todas, que vêm enriquecendo os nossos ciclos de debates.

Fiquem à vontade se quiserem continuar participando, porque nós vamos voltar agora para a parte deliberativa da nossa reunião, que suspendemos, com a retirada dos itens 1, 2 e 3.

Temos ainda o item 4, que é um requerimento, da Comissão de Educação e Cultura, nº 31, de 2025, de autoria da Senadora Damares Alves.

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 31, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 4.606/2019, que "veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, autora do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é uma audiência pública, nos termos regimentais. Eu a estou requerendo para a gente discutir esse projeto, o 4.606, de 2019.

Ele nasceu na Câmara, já passou na Comissão de Direitos Humanos, mas instituições, especialmente de linguistas, estão pedindo um debate. Por quê? A língua é dinâmica, e, na forma como o projeto se apresenta, é possível que engesse esse dinamismo da língua. Por exemplo, a Bíblia traduzida para Libras vai ter que ter adaptação; um capítulo da Bíblia traduzido, por exemplo, para uma língua indígena, vai ter que ter adaptação. Os linguistas estão preocupados com esse engessamento que esse projeto pode trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o requerimento é para esse debate mais no nível acadêmico. Eu apresento alguns nomes e só quero solicitar, Presidente, que se acrescente mais um nome aqui, que é o de Marcelo Carvalho, mais um linguista que tem interesse de discutir o tema.

Esse é o requerimento, e eu peço apoio.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senadora Augusta Brito, pela ordem, porque levantou a mão.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Eu quero aqui, também de uma forma rápida, parabenizar a audiência pública, os expositores que aqui estiveram. Também tive que me ausentar, mas vou fazer igual à Senadora Damares: a gente sempre fica escutando, por isso existe a TV Senado, que tão bem a gente assiste sempre.

Quero também parabenizar a nossa Senadora Damares pelo requerimento que agora acaba de apresentar, para que possa ter audiência pública. Eu acho que essas audiências públicas, em que se discute, se debate, em que a gente dá oportunidade a diversas opiniões e posições, que divergem muitas vezes, são o que engrandece realmente a democracia; é esse nosso processo, aqui comandado pela nossa Presidenta, nossa querida Senadora Teresa.

Então, eu queria me somar, parabenizar a Comissão e dizer também que eu queria pedir um extrapauta, se for possível, no decorrer aqui da nossa audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só falta ele para a gente ir para nossa foto, concluindo. É um extrapauta de qual projeto? O que me chegou foi o Projeto de Lei 2.205.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Isso, exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Consulto os Senadores sobre se podemos incluir o PL 2.205 como item extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Ele é muito bom.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a concordância da Senadora Damares e a minha própria, incluído.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2205, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação com três emendas que apresenta.

Autoria da Deputada Luizianne Lins, do Ceará, e Relatoria da Senadora Daniella Ribeiro.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Eu consulto a Senadora Augusta Brito sobre se aceitaria ser Relatora *ad hoc* desse projeto.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Com o maior prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concedo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Já peço permissão para fazer a leitura do relatório a partir da análise.

O Projeto de Lei nº 2.205, de 2022, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito aqui da CE, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

No que concerne à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não há óbices à matéria.

No mérito, a proposição reveste-se de grande relevância se consideramos que a alimentação escolar chega atualmente aos mais de 47 milhões de estudantes da educação básica em todo o Brasil, constituindo-se em uma das mais exitosas políticas públicas implementadas em nosso País. De fato, o Pnae contribui para a segurança alimentar e para a educação nutricional em um momento de nossa história em que ainda convivemos, paradoxalmente, com insegurança alimentar severa e com aumento da obesidade em nossa população.

Nesse sentido, o cuidado com os alimentos oferecidos em nossas escolas deve ser redobrado, de forma a assegurar gêneros nutritivos e em boas condições de consumo, segundo os padrões estabelecidos, evitando riscos à saúde como infecções e intoxicação alimentar, conforme já sustentado no parecer da CAS.

É isso que pretende a proposição ao determinar que os gêneros devem ter no ato da entrega um prazo de validade ajustado de forma a permitir o consumo. Assim, o PL prevê que esse prazo restante deve ser superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade.

Os inegáveis méritos da matéria impulsionaram um processo de diálogo com o Governo e com entidades da sociedade civil, de forma que propomos algumas alterações ao texto por meio de emendas, de forma a torná-lo ainda mais efetivo.

Em primeiro lugar, fazemos uma adequação nos dispositivos que versam sobre o prazo de validade dos produtos, de forma que somente aqueles gêneros alimentícios que possuem obrigatoriedade de determinação de prazo de validade serão objeto da norma. De fato, conforme já apontado no parecer da CAS, nem todos os alimentos estão incluídos nas determinações de prazo de validade do Código de Defesa do Consumidor ou de normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Assim, mantemos como regra geral a de que os gêneros alimentícios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

deverão ter, na ocasião da entrega, prazo restante de validade igual ou superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade, redação semelhante à original do PL da Deputada Luizianne Lins. Contudo, estamos ressalvando da obrigação a aquisição de alimentos da agricultura familiar, dadas as peculiaridades do setor e dificuldades inerentes a eles.

Considerando-se o debate de tema tão relevante como o da alimentação escolar, julgamos oportuno sugerir ainda uma alteração na legislação do Pnae em um de seus principais, e revolucionários, mecanismos. Trata-se da obrigação de que o programa aplique um percentual mínimo de seus recursos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres.

Atualmente, esse percentual é de 30%. Sugerimos, então, sua ampliação para 45%. Essa medida é essencial para reforçar a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, fortalecer a economia rural e incentivar o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais e dos pequenos produtores rurais. Ademais, segundo informações fornecidas pelo Governo, a prestação de contas indica que já atingimos 45% da média nacional, demonstrando a viabilidade deste ajuste.

Como se trata de alterações significativas, estabelecemos sua vigência para 2026, mantido em 2025 o atual percentual. Por fim, devido a essas alterações, tornou-se necessário também ajustar a emenda da proposição.

Voto.

Em razão do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto 2.205, de 2022, com as emendas apresentadas.

E já queria antecipar, se for aprovado, pedir, fazer o pedido de urgência, para que a gente possa levar a Plenário.

Era isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Augusta Brito.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto se há algum Senador que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o projeto está aprovado, com o pedido de urgência para ser levado ao Plenário da Casa.

Com isso, nós declaramos encerrada a presente reunião e convocamos outra no horário e na data regimental.

Agradecemos mais uma vez a presença dos nossos convidados e das nossas convidadas e chamamos a Senadora Augusta para tirar a nossa foto da sétima audiência pública realizada pela Comissão de Educação e Cultura a respeito do Plano Nacional de Educação.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Paulo Paim, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Jorge Seif e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Wellington Fagundes e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 17ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3148, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os procedimentos para a denominação de instituições públicas de ensino indígenas, quilombolas e do campo no território nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3603, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Cidadão Solidário." **Autoria:** Senador Bene Camacho (PSD/MA). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5342, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Petrônio Portella Nunes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4187, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Axé-Music." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*ad hoc*), em substituição à Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1730, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional o Carnaval do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 24/2025 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2024-2034. **Participantes:** Sr. Paulo Cesar Chanan Silva, Diretor Geral da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular (Brasil Educação); Sra. Adriana Azevedo, representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE) e Diretora de Educação da Rede Metodista de Educação; Sr. Arnaldo Cardoso Freire, 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN); Sr. Gonzalo Lopez, Executivo da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (ABREDUC); Sra. Guiomar Namo de Mello, representante da Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais (ABRASPE); e Sra. Roberta Guedes, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Desculpem o atraso.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de julho de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião, realizada em 17 de junho de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: cópia do Acórdão 1.227, de 2025, prolatado nos autos do processo TC-007.263/2024-4, que trata de auditoria promovida junto às universidades federais, com o objetivo de avaliar a existência e eventuais resultados de sistemas e práticas de prevenção e combate ao assédio nesses espaços, considerando normas e boas práticas de referência, com ênfase no período de 2023 a 2024.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exigem votação nominal. E a segunda parte destina-se à realização da oitava audiência pública do ciclo de audiências sobre o novo Plano Nacional de Educação.

Senador Paulo Paim, prêmio de presença e pontualidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sempre sob a orientação de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos começar pelo item 1 da pauta, o PL nº 3.148, de 2023.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3148, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre os procedimentos para a denominação de instituições públicas de ensino indígenas, quilombolas e do campo no território nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 17/06/2025.

A autoria é da Deputada Federal Célia Xakriabá.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta Teresa Leitão, se V. Exa. permitir, eu vou fazer um resumo do relatório, que é muito longo, e fazer a leitura do substitutivo, que é pequenininho.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – As argumentações são inúmeras, mas o substitutivo, que é o que as pessoas têm que entender o que significa, é pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode ser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Na mesma linha do que V. Exa. colocou, este PL vai dispor sobre denominação das escolas indígenas, quilombolas e do campo. A autoria é da querida Deputada Célia Xakriabá e é de nossa relatoria.

Presidenta, o projeto tem como objetivo garantir a autonomia das comunidades indígenas, quilombolas e do campo para nomear as instituições públicas de ensino em seus territórios. Eu acho que é mais do que justo, não é?

A proposta busca reparar historicamente uma injustiça, pois muitos prédios públicos no Brasil ainda carregam nome de pessoas que praticaram ato de tortura ou violação dos direitos humanos. A nomeação de instituições públicas de ensino de acordo com as tradições, lideranças, autoridades e figuras históricas que representam efetivamente essas comunidades é um ato de reconhecimento e valorização de sua cultura, história e identidade e reforça o compromisso do Estado brasileiro com os direitos humanos e a justiça social.

Voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.148, de 2023, na forma da seguinte emenda substitutiva, que apresentarei aqui no final.

Mas destaco ainda:

> Parágrafo único. As denominações de que trata este artigo deverão estar de acordo com as tradições, cosmovisões, línguas, modos de vida, figuras históricas e demais aspectos culturais das comunidades em que se situam as escolas indígenas, quilombolas e do campo, vedada a atribuição de nomes de pessoas:
> I – vivas; [É para homenagem de pessoas que já faleceram.]
> II – que se tenham notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava; ou
> III – que tenham, comprovadamente, participado de ato de lesa-humanidade, de tortura ou de violação de direitos humanos.

Então, fica claro que esses não se recomenda que sejam indicados. E o motivo só a leitura já diz.

Então, como ficaria o substitutivo, que é o que vai ser votado neste momento? Não vou ler o início, vou direto aos dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 79-D. Os estabelecimentos de ensino classificados como escolas indígenas, escolas quilombolas e escolas do campo terão denominações escolhidas pelas comunidades onde se situam, conforme procedimentos de consulta e participação detalhados no regulamento do respectivo sistema de ensino.

Parágrafo único. As denominações de que trata este artigo deverão estar de acordo com as tradições, cosmovisões, línguas, modos de vida, figuras históricas e demais aspectos culturais das comunidades em que se situam as escolas indígenas, quilombolas e do campo, vedada a atribuição de nomes de pessoas:

I – vivas;

II – que se tenham notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava [Infelizmente hoje, no Brasil, existe muito trabalho escravo. Eu sempre digo que é difícil um estado em que você não encontre alguns trabalhadores sob regime de escravidão.]; ou

III – que tenham, comprovadamente, participado de ato de lesa-humanidade, de tortura ou de violação de direitos humanos."

Art. 2º Os sistemas de ensino terão prazo de um ano após a publicação desta Lei para detalhar os procedimentos e mecanismos de consulta e participação comunitária para a denominação ou alteração estabelecimentos de ensino classificados como escolas indígenas, escolas quilombolas e escolas do campo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eu cumprimento – e cumprimento com muito carinho, com muita responsabilidade e com muito amor – a iniciativa deste projeto, porque ele busca no tempo a nossa verdadeira história de negros, de quilombolas, de indígenas e faz uma homenagem justa àqueles que merecem.

Parabéns, Deputada Célia Xakriabá e parabéns a V. Exa., que pautou esta matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. E foi muito bom estar nas mãos de V. Exa. este relatório, já vindo da Comissão de Direitos Humanos. Ele está totalmente conectado com outros projetos que nós aprovamos e com a intencionalidade pedagógica do próprio Ministério da Educação na política de inclusão e de valorização das nossas identidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica. (*Pausa.*)

Considero o relatório aprovado.

Nós temos mais, Senador, quatro projetos, sendo que um será retirado de pauta. E eu pergunto a V. Exa. se pode ser Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – V. Exa. que orienta e eu cumpro.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Dos três.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu obedeço.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Zenaide também pediu... então são dois.

O item 2, que institui o Dia Nacional do Cidadão Solidário, da relatoria da Senadora Zenaide Maia, está retirado.

O item 3, de relatoria do Senador Marcelo Castro, também está retirado.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3603, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Cidadão Solidário.

Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 16/10/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 17/06/2025.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5342, DE 2019

- Terminativo -

Inscreve o nome de Petrônio Portella Nunes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação)

Então, vamos para o item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4187, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Axé-Music.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 17/06/2025.

O item 4 era de relatoria da Senadora Augusta Brito. A autoria, na Câmara dos Deputados, foi da Deputada Federal Lídice da Mata.

A relatoria *ad hoc* passa a ser do Senador Paulo Paim.

Com a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Veja como é o destino, não é, nobre Presidente Teresa Leitão? A Senadora Lídice da Mata tinha procurado a mim e a Augusta Brito para relatar. Eu disse: "Ah, dá para Augusta Brito. Eu estou há tanto tempo aqui, tenho centenas e dezenas, digamos, de relatórios feitos". (*Risos.*)

E ela deu para a Senadora Augusta Brito, que fez um belo relatório. E a Senadora Augusta Brito hoje não pôde estar aqui e pediu então a V. Exa... E V. Exa. encaminha para o que estava na suplência, no caso aqui, para fazer a leitura do relatório. E eu faço com muito carinho também.

E, se V. Exa. permitir, eu passaria a ler o relatório da Senadora Augusta Brito a partir da análise.

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem acerca de datas comemorativas, caso do projeto em análise.

Além disso, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao projeto.

De fato, a competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, IX, da Carta Magna.

Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

A matéria apresenta, também, técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, foram cumpridas as exigências previstas na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

A alta significação da data foi tema de audiência na Casa de origem, no âmbito da Comissão de Cultura, no dia 27 de novembro de 2024. Os participantes exaltaram a importância social e histórica do axé como expressão das raízes negras da Bahia e do Brasil. A audiência contou com a participação de expoentes do gênero, como a cantora Daniela Mercury, a Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, e o cantor Carlinhos Brown.

No mérito, da mesma forma, somos favoráveis ao projeto.

O PL revela-se plenamente meritório ao reconhecer e valorizar um dos mais expressivos gêneros musicais da cultura brasileira. Originário da Bahia, o axé consolidou-se nas décadas de 1980 e 1990 como uma manifestação artística singular, amalgamando influências do samba *reggae*, frevo, ijexá e outros ritmos afro-brasileiros. Sua força simbólica transcende o campo musical, afirmando identidades, reivindicando espaços e projetando internacionalmente a riqueza cultural do Brasil. A data escolhida, 17 de fevereiro, remete a um domingo de Carnaval do ano de 1985, em homenagem ao lançamento e imediato sucesso do gênero.

Ao longo de sua trajetória, o axé tem desempenhado papel central na promoção da diversidade e no fortalecimento das raízes afrodescendentes, constituindo um patrimônio imaterial que contribui para a formação da identidade nacional. Mais do que entretenimento, o gênero expressa valores de resistência, celebração e coletividade, sendo vetor de inclusão social e econômica, sobretudo no Estado da Bahia, onde impulsiona a geração de emprego e renda, especialmente durante o ciclo carnavalesco.

Nesse sentido, destaca-se que, conforme dados da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Salvador, o Carnaval de 2024, cuja programação é fortemente ancorada no axé *music*, movimentou cerca de R$2 bilhões e gerou mais de 60 mil postos de trabalho temporários, abrangendo áreas como montagem de estruturas, segurança, comércio ambulante e, notadamente, os setores musical e artístico. A ocupação hoteleira na capital baiana ultrapassou 95% durante o período, consolidando Salvador como um dos principais destinos turísticos do Brasil, conforme informações da Empresa Salvador Turismo.

O reconhecimento formal de uma data comemorativa dedicada ao axé reforça a valorização da cultura popular e dialoga com princípios constitucionais que garantem a proteção e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

promoção do patrimônio cultural brasileiro. Além disso, fomenta a memória coletiva e incentiva políticas públicas voltadas à preservação e difusão do gênero, contribuindo para que novas gerações conheçam e perpetuem essa expressão artística tão representativa. Cabe ainda destacar que o termo "axé" provém da língua iorubá e significa "força", "energia vital" ou "poder sagrado", expressão intimamente ligada às religiões afro-brasileiras e que sintetiza, de modo simbólico, a potência cultural, espiritual e identitária desse gênero musical.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.187, de 2024, da nossa querida Lídice da Mata, que foi Senadora durante um grande período e uma grande Deputada Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

O projeto é terminativo e, não havendo Senadores para discutir, eu encerro a discussão.

Faremos a votação em bloco com o item 5, que é o último item da pauta, que vou também pedir a V. Exa. o favor de relatar.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1730, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional o Carnaval do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Se V. Exa. permitir, em primeiro lugar, é uma honra para mim poder relatar um projeto cujo trabalho e construção do relatório foi feito por nosso querido amigo, querido de todos nós, tenho certeza, de todo o Senado, que se encontra doente, afastado já há quase dois meses...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O querido Senador Flávio Arns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso, com um processo de operação, mas que está bem, está se recuperando.

Então vamos ao relatório.

Na mesma linha, eu começo na análise.

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão, espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar, nesse caso, ampla e não reservada, bem como ao meio adequado para a veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos condicionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos condicionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificado o reconhecimento como manifestação da cultura nacional do Carnaval do Município do Rio de Janeiro.

A Carta Magna assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. Também atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares.

Nesse contexto, o reconhecimento, por meio legal, do Carnaval do Rio de Janeiro como manifestação de cultura nacional constitui não mais que a formalização daquilo que já integra o patrimônio cultural brasileiro.

A história do Carnaval carioca é um espelho da evolução cultural do próprio país. Foi a partir de momentos simbólicos – como o primeiro rancho carnavalesco, datado de 1893, e o desfile inaugural de escolas de samba, realizado em 1932 – que essa celebração foi se consolidando. Contudo, foi apenas a partir de 1935, com o suporte do poder público, que o Carnaval do Rio realmente floresceu, evidenciando a vitalidade da cultura negra. Anteriormente marginalizada, essa cultura expressava-se por meio de manifestações como os congados, jongos e, sobretudo, os cucumbis. O cucumbi é considerado precursor direto da vibrante cultura carnavalesca atual.

Ademais, o samba, pilar fundamental do Carnaval também carioca, tem suas raízes no samba africano, uma expressão cultural ancestral praticada em regiões como Angola. A mescla da influência afro-brasileira com os cucumbis, com as tradições carnavalescas europeias e elementos das culturas indígenas resultou em uma celebração única. Mesmo com tantas fusões, o Carnaval do Rio de Janeiro conseguiu preservar grande parte das suas tradições originais, tornando-se um símbolo de reconhecimento sociocultural para seus organizadores e participantes.

Além disso, o Carnaval do Rio de Janeiro é um motor essencial da economia da cultura. Sua força econômica e turística é inegável, gerando empregos, renda, agregando valor e impulsionando o crescimento socioeconômico da região e do país. A capacidade de atrair turistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de todas as partes do mundo e de mobilizar a população local atesta não apenas sua relevância cultural, mas também econômica.

Por fim, por se tratar de uma das celebrações mais tradicionais e influentes do Brasil, capaz de acolher e representar a diversidade de nossa nação, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis ao reconhecimento do Carnaval do Município do Rio de Janeiro como manifestação da cultura nacional.

Conforme os argumentos aqui expostos pelo Relator titular, nosso querido amigo Flávio Arns, nós, então, vamos na mesma linha dele, e votamos pela aprovação do Projeto de Lei 1.730, de 2024, mas, ao mesmo tempo, deixo aqui registrado nossos cumprimentos à autoria do projeto, que foi da Deputada Laura Carneiro, do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Registro a presença da Deputada Célia Xakriabá. O projeto foi aprovado; nós vamos passar a palavra para V. Exa.

Espere só um pouquinho. Eu vou anunciar a votação nominal, e, enquanto coletamos os votos, V. Exa. vai fazer uso da palavra, sem sombra de dúvida.

Passaremos agora à votação nominal em bloco dos itens 2... Não, dos itens 4 e 5 da pauta, que são terminativos.

Solicita-se à secretaria que abra o painel para votação.

Em votação as matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL nº 4.187, de 2024, que institui o Dia Nacional da Axé Music, e PL nº 1.730 de 2024, que reconhece como manifestação da cultura nacional o Carnaval do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Ambos os relatórios foram pela aprovação.

O Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Enquanto aguardamos o painel, eu passo a palavra à Deputada, já dizendo que o seu projeto, o projeto de sua autoria foi aprovado.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG) – Obrigada, Senadora. Obrigada, Relator Paulo Paim.

Com muita alegria, enquanto Deputada que vem deste lugar também, é meu primeiro projeto aprovado aqui também, na Casa, nesta Comissão.

Eu, que hoje sou Parlamentar de primeiro mandato, mas venho da trajetória de educação escolar indígena, vizinha das comunidades quilombolas, Relator Paulo Paim... Em Minas Gerais são mais de mil comunidades quilombolas – o Brasil também é quilombola.

Eu entrei na escola em 1996, exatamente quando os primeiros professores indígenas assumiram a escola. Minha primeira e segunda séries foram debaixo de um pé de manga. A escola, a princípio, chamava-se Freio Caneca. E aí foi quando teve uma grande mobilização de várias lideranças indígenas do Estado de Minas Gerais – Xakriabá, Maxacali, Pataxó, Krenak – e falou-se: "É preciso renomear as escolas". Teve muita resistência, mas Minas foi um dos primeiros estados que conseguiram fazer isso em algumas escolas indígenas. E aí seu Kanátyo Pataxó falou assim: "É porque, para a gente, não tem muito sentido. Todas as escolas que eu conheço, não indígenas, têm nome de pessoas mortas, e a escola para a gente é viva.

A maioria das escolas indígenas... Por exemplo, a minha chama hoje Xukurank,; chamava Frei Caneca e hoje chama Xukurank, que significa "boa esperança". Eu ajudei a nomear algumas escolas como Uikitu Kuhinã, que significa "vem aqui, criança". Tem outra que é Bukinuk, que é "livro aberto"; tem outras que são nome de bicho. Enfim, a escola para nós, em grande maioria, precisa ser viva.

E, quando são nomes de líderes, porque nós acreditamos que os líderes também nunca morrem, por isso que para a gente eles também não estão mortos, que seja o reconhecimento daqueles que são líderes para nós.

O que mais me chamou a atenção e levou a fazer esse projeto de lei, primeiro foi que isso não é realidade em todo o Brasil, porque não existe uma lei nacional, é somente uma resolução no estado, e ela é muito frágil. A outra questão foi que, quando eu cheguei às comunidades quilombolas, numa das maiores comunidades quilombolas do Estado de Minas Gerais, Buriti do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Meio, em São Francisco, lá a escola chamava Curral e era nome de um coronel da região que foi escravocrata.

Então, é muito importante, para a memória do povo... Eu falo que eu tive o grande prazer, quando eu entrei na escola indígena, de ninguém me ensinar que quem descobriu o Brasil foi Pedro Alves Cabral.

O art. 210 da Constituição Federal já inaugurava a autonomia do ensino das escolas indígenas, mas ele só é regulamentado a partir do Parecer 14, e também com a criação da categoria escola indígena nos estados. E hoje somente seis estados no Brasil têm categoria escola indígena.

Tive a oportunidade de ser a primeira coordenadora de educação escolar indígena, junto com a Secretária Macaé, na época, no Estado de Minas Gerais, e nós criamos categoria escola indígena e organização curricular indígena. Isso foi um grande avanço, porque nós sabemos que os povos indígenas, Senador Paulo Paim, tiveram direito a voto apenas em 1948, mas só falavam aqueles indígenas que eram similares à sociedade. Somente em 2002, com a alteração do Código Civil – em 2002, é muito recente –, que os povos indígenas tiveram o direito de votar e de serem votados.

Então, nós estamos falando que tanto a escola demorou, de maneira muito tardia; assim como é realidade em muitas comunidades quilombolas que ainda nem têm escola.

Eu fui no território ianomâmi, e lá estavam há dez anos sem escola. Junto com toda essa crise humanitária, onde as meninas eram violentadas, se tivesse escola, certamente elas não seriam violentadas.

Então, fazer hoje a votação aqui no Senado é reparação histórica.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras que votaram, a senhora, Presidência, o Sr. Relator Paulo Paim, porque, quando votou, em agosto de 2023, no Congresso Nacional, com toda a polarização que nós sabemos sobre a questão indígena, foi um projeto de lei que não teve nenhum voto contra.

Isso significa que há pontos de convergência. E eu estou muito mais preocupada, neste momento da humanidade, de nos unirmos nos pontos de convergência naquilo que nos une do que naquilo que nos espalha. O que nos espalha nós já sabemos o que é. Sabemos que a pauta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

territorial é complexa, mas aqui eu fico com muita gratidão também, agradecendo aqui, porque nós sabemos que a escola é crucial, porque ela transforma a sociedade.

Eu fiz parte da primeira turma do ensino médio no Estado de Minas Gerais e, para nós, fazer parte daquela primeira turma, depois ir para a universidade... Eu voltei para ser professora de cultura, por isso que muito me honra também esta Comissão ser chamada Comissão de Educação e Cultura, porque nós sabemos que todas elas são um transporte para ressignificação, para indigenização, para aquilombar o pensamento dessa reparação histórica, porque as cicatrizes são muito doloridas.

Por fim, agora recentemente, mesmo estando Parlamentar, eu tive o grande orgulho, no ano passado, de ser a primeira mulher indígena a ser doutora na Universidade Federal do Estado de Minas Gerais, e isso diz muito sobre a nossa chegança tardia, assim como no Congresso Nacional.

Eu sou Deputada de primeiro mandato, mas, inegavelmente, quando nós não somos mortas pelo racismo da presença ou da ausência da solidão – eu espero, num futuro tão breve, não me sentir sozinha –, eu não me sinto sozinha por conta da bancada negra aqui dentro desta Casa. Que bom que tem pessoas sensíveis. Não precisa ser indígena para estar junto com os povos indígenas, a gente precisa apenas ter o coração indigenizado. Nós lutamos por educação do jeito que a gente quer, sem matar o que a gente é. E, quando nós perguntamos, nas comunidades indígenas e quilombolas, onde está a escola e a universidade, a escola e a universidade estão em muitos lugares, porque elas estão dentro das próprias pessoas.

Muito obrigada, Presidenta. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Deputada.

O relatório diz muito desse sentimento, foi feito com muito primor pelo Senador Paulo Paim e ressaltou alguns pontos, não como a sua própria fala, que tem um caráter...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tanto é que eu é que chamei palmas aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tem o caráter de quem fala porque vive o que é, mas o relatório foi muito preciso em relação a esse avanço, que a gente pode assim considerá-lo. E lhe digo que esta Comissão tem um olhar muito atento para a questão das escolas indígenas e quilombolas, tanto é que aprovou também um projeto da nossa autoria que cria um concurso específico para professores indígenas e quilombolas, agregado à formação, a chamada formação continuada, a formação em serviço, porque, de fato, além de ser uma necessidade e de ser um ponto de avanço para todo o histórico dos povos originários, é uma coisa que a escola, para ser inclusiva, não pode negar, está no Plano Nacional de Educação.

Daqui a pouco nós vamos começar a audiência, estamos à espera de um voto, que falta para a gente considerar as duas propostas terminativas aprovadas, mas a presença física de uma Deputada indígena, a sua voz, os seus projetos, aquilo que V. Exa. defende são muito importantes para este espaço institucional do Congresso Nacional. Sem sombra de dúvida, a gente também se enriquece muito com a sua presença.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG) – Senadora Presidenta, muito obrigada. Coloco-me à disposição.

Participei de um processo de consulta à carreira de professor, e era sempre um medo. Eu falava: "Gente, vamos fazer juntos, porque é errando... Os indígenas também têm que assumir junto". Então, é algo histórico no Brasil. Os professores indígenas não têm carreira, todo mês de janeiro é uma instabilidade muito grande.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A grande maioria é contrato temporário.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG) – Exatamente, a grande maioria.

Então, conte comigo. A senhora fez um grande feito.

Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senadora, se me permite falar rapidamente, porque eu li todo o relatório e tive a alegria de ver o pronunciamento da nossa Líder e de V. Exa., que também é a nossa Líder, primeiro, quero agradecer a V. Exa. por me dar a honra... Foi ela que me indicou como Relator, viu? Falou: "Paim, relata esse projeto para nós". E relatei aquele outro projeto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... que ela comentou também.

Então, primeiro, o agradecimento a V. Exa., que tem sido uma grande, grande Presidente desta Comissão. Eu não vou... Comparando com outros, digo que a senhora é uma grande, grande Presidente desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E, pelo outro lado, por ter me indicado também para relatar este projeto da nossa querida Deputada – eu vou olhar aqui, porque eu tenho que ler a pronúncia para não errar ainda – Célia Xakriabá. Fui bem até. E esse belo pronunciamento dela enriquece a nós outros tantos que trabalhamos nessa linha, que combatemos todo tipo de preconceito – é criança, é adolescente, é idoso, é indígena, são quilombolas, são negros, enfim –, e ver aqui um pronunciamento de uma "profe" – para mim é de uma "profe", porque, quando era menino, eu chamava a professora de "profe" –, de uma "profe" que nos deu aqui um conhecimento da sua própria história para estar aqui sendo a primeira Deputada Federal indígena do seu estado. Estou certo ou errado?

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, parabéns! Eu sei que ela me disse aqui, mas ela pode justificar, que ela vai ter que voltar à Câmara, porque a Ministra Marina Silva se encontra lá e, naturalmente, é fundamental a presença lá para apoiá-la.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

Muito obrigada pela presença, Deputada. Sem sombra de dúvida, enriqueceu bastante a nossa reunião de hoje.

Está faltando um voto para o quórum necessário para a aprovação das duas matérias, mas eu já vou começando a segunda parte para a gente ganhar o tempo. (*Pausa.*)

A segunda parte da nossa reunião é a oitava audiência pública, que será, como sempre, interativa. Essa segunda parte destina-se, portanto, à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Educação para o decênio 2024-2034, agora 2025-2035, em atenção ao Requerimento nº 3, da minha autoria, e ao Requerimento nº 24, de autoria do Senador Flávio Arns.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados, informando que a gente já obteve o quórum necessário.

Portanto, os dois projetos apresentados, nos termos dos relatórios, foram aprovados, estando encerrada a votação.

Foram aprovados o Projeto 4.187 e o Projeto 1.730.

As matérias serão encaminhadas à mesa para as providências cabíveis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, V. Exa. aceite minhas desculpas, porque eu tenho um projeto agora, às 11h, lá na CDH, de que eu sou Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, sim, Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, vou ter que ir lá, mas, se terminar logo lá...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está certo, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Cumprindo a missão lá, eu devo voltar.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Dia de quarta é assim. Eu estou votando por aqui também na CAS, porque tem algumas votações nominais. Já votei uma vez, pode ser que vote outra. Dia de quarta, a gente tem que se virar. Muito obrigada, de toda forma – viu? –, pela sua presença.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Agradeço, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, nós teremos hoje seis representantes, um de forma presencial e os demais de forma remota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido para tomar lugar à mesa o Sr. Paulo Chanan, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular (Brasil Educação). Seja muito bem-vindo! (*Pausa.*)

De forma remota, eu vou anunciar, e, à medida que formos chamando, nós abriremos o painel: a Sra. Adriana Azevedo, representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (Abiee) e Diretora de Educação da Rede Metodista de Educação; o Sr. Arnaldo Cardoso Freire, Primeiro Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen); o Sr. Gonzalo Lopes, executivo da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (Abreduc); a Sra. Guiomar Namo de Mello, representante da Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais (Abraspe); e a Sra. Roberta Guedes, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec).

Eu informo aos nossos convidados que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Informo que foram recebidas até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários de cidadãos, dentre os quais destacamos: Mariana, de Pernambuco; Ruth, de Mato Grosso; Bruno, da Paraíba; Fernanda, do Rio de Janeiro; Lucilene, do Piauí; Oswaldo, do Rio de Janeiro; Felipe, do Rio Grande do Norte; e Ana, do Amazonas.

As perguntas e comentários foram encaminhados previamente aos convidados, que, se possível e se assim o desejarem, podem abordar em suas exposições iniciais as questões levantadas.

Cada convidado poderá fazer uso da palavra na exposição inicial por até dez minutos, e, ao fim das exposições, nós passaremos aos Parlamentares que porventura se inscreverem e voltaremos para as considerações finais ou transitórias dos nossos expositores.

Eu informo que aqui a gente tem um painel que toca quando falta um minuto para terminar. Não se assustem, ele é um pouco estridente, mas a gente também não tem controle sobre ele. Ele toca para a gente terminar, e a gente dá um fôlego – viu, Professor? –, sem nenhuma atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, inicialmente, passo a palavra para o Sr. Paulo Chanan, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, representante do Fórum Brasileiro de Educação Particular.

Esta audiência se insere no conjunto de audiências que nós estamos fazendo por áreas de atuação das instituições.

Pois não, Sr. Paulo.

O SR. PAULO CESAR CHANAN SILVA (Para expor.) – Bom dia, Exma. Senadora Teresa Leitão.

Inicialmente, agradeço o convite para participar desse momento importante de discussão sobre o nosso futuro Plano Nacional de Educação.

O objetivo da ABMES e do fórum neste Plenário aqui é trazer contribuições para esse debate, porque a gente vem acompanhando as demais audiências e tudo aquilo que vem sendo colocado. Então, queremos acrescentar pontos de discussão importantes, até em função de que nós vimos nesse PNE que está se encerrando uma distância grande entre as metas e o que foi conseguido.

E eu já destaco, logo no começo, Senadora, essa questão das taxas brutas e das taxas líquidas de escolarização, que estão previstas no PNE em vigência.

Quero enfatizar essa questão de que a taxa bruta de matrículas alcançou 42,9% em 2024, ano em que a meta era de 50%. E a taxa líquida de escolarização ficou em 27,1% no mesmo período, quando eram previstos 33% de escolarização. Então, nós temos uma distância entre uma coisa e outra, principalmente na participação do segmento público na expansão das matrículas, que foi de 5,8% em 2023, muito distante dos 40% estipulados.

Então, nesse contexto, eu acho que a gente precisava pensar, quando se estabelecessem essas metas, em metas um pouco mais possíveis, para que houvesse um interesse, uma dedicação, de fato, de todo o segmento – tanto particular quanto público – no cumprimento dessas metas.

E também vejo uma necessidade de a gente incluir uma sessão dedicada à avaliação dos detalhes das razões pelas quais as metas não vêm sendo cumpridas, porque ao que a gente assiste? A meta é colocada, passa-se o período, chega-se ao final, estabelece-se que a meta não foi cumprida, e aí se programa um novo plano sem esmiuçar os motivos pelos quais aquilo não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

foi alcançado, o que poderia ser feito até ao longo do processo, através de um painel de acompanhamento, para que a gente pudesse ir contribuindo e trazendo ações que pudessem levar a coisa no sentido do cumprimento das metas, porque esse é o objetivo de um plano como esse.

Também um segundo ponto é a inserção da educação superior particular na agenda estratégica do Brasil. Nós temos que sair desse contexto de público para um lado, particular para o outro. Hoje as instituições privadas brasileiras são responsáveis por mais de 80% das matrículas da graduação. Isso é um número muito relevante, um número que habilita ou coloca as instituições privadas num patamar de igualdade, para dizer o mínimo, com as instituições públicas no dever e no cumprimento de tudo isto: na tentativa de cumprimento das metas e também do estabelecimento de políticas públicas para a educação superior. Então, nesse contexto, eu acho que nós deveríamos pensar numa agenda urgente que trouxesse público e privado para um mesmo local de debate, para um mesmo local de decisões de políticas públicas e não de imposições de políticas ao setor privado, que é quem tem, na verdade, de destrinchar tudo aquilo e colocar em funcionamento para quase 80% – ou mais, hoje, de 80% – dos alunos da graduação.

Como exemplo, eu poderia citar aqui a questão do Proies, que foi um programa importantíssimo principalmente para pequenas e médias instituições de educação superior lá em 2014, e, ao longo de todo esse tempo, não houve um restabelecimento desse programa, não houve um repensar desse programa. E hoje, em função da pandemia, de toda uma competição que esse mercado de educação vem enfrentando, seria importantíssimo tocarmos nessa questão do Proies novamente, para socorrer essas instituições, e poderia ser parte – e, é lógico, parte integrante – do cumprimento de metas, porque, na medida em que nós temos a oferta acontecendo por mais instituições, a gente tem chance de alcançar essas metas. Então, trago aqui, como exemplo, o Proies, servindo como um embasador para essa colocação das instituições privadas nesse patamar de igualdade e de tratamento para as políticas públicas em desenvolvimento.

Um outro tópico, Senadora – expansão, permanência e qualidade –, que eu acho que é, na verdade, dividido em três, é um foco muito importante neste momento brasileiro.

Nós temos dois programas básicos de estruturação e manutenção de alunos atendidos pelo Governo em instituições particulares, que é o Prouni e o Fies – são dois programas. O Prouni hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

numa condição muito mais importante até do que o próprio Fies, em função das dificuldades que o Fies vem enfrentando.

Dentro desse processo de garantia, de cumprimento de metas, a gente não pode escapar do pensamento de financiamento público, numa população que precisa, numa população que já é sabidamente consumidora, vamos dizer assim, de programas sociais. Então, o Fies precisa ser repensado, numa lógica de enfrentamento dos problemas que ele está tendo hoje: de inadimplência – precisamos repensar o tamanho dessa inadimplência – e a burocracia de entrada, que foi ampliada demasiadamente de uns anos para cá e que fez com que hoje nós tivéssemos – nós temos – muitas vagas ociosas de Fies nas instituições; no passado, a gente não via esse cenário.

Na questão do Prouni, a ampliação do Prouni também é um caminho muito necessário, até porque, quando a gente faz uma comparação, Senador, um aluno de Prouni numa instituição privada – e isso é dado comprovado – representa 16% de um aluno matriculado na escola pública. Então ter um aluno numa escola particular subsidiado pelo governo representa apenas 16% do que representa colocar o mesmo aluno para estudar numa instituição pública, e com menor evasão, com o mesmo desempenho de Enade. Então isso é uma coisa para a gente refletir, porque, ampliando o Prouni, também estamos no caminho de cumprimento de metas provavelmente estabelecidas no plano.

Nós temos a questão da ampliação do acesso com equidade. Então, sempre que se pensa em políticas públicas de acesso, a gente também pensa em questões de garantir igualdade de acesso para negros, para indígenas, para quilombolas, e até os projetos aqui nas falas que me antecederam são projetos muito nesse direcionamento. Eu acho que precisamos sempre pensar nisso de uma maneira diferenciada. Ao longo dos anos, o Brasil experimentou esse tipo de diferenciação e isso foi muito inclusivo, eu acho que não pode ser afastado do nosso pensamento.

A questão da ampliação da educação à distância é um assunto muito atual, Senadora, e é um assunto sobre o qual a gente precisa se debruçar quando a gente está falando em cumprimento de metas. Nós temos 2,2 mil municípios brasileiros que só recebem educação superior na modalidade à distância. Então, com todo movimento que a gente encontrar para restringir, para dificultar o ensino à distância, a gente está comprometendo o ensino à distância nesses municípios. Ou a gente cria uma política de levar educação superior a essas localidades, que hoje não existe – talvez com mais subsídio de acesso, com mais subsídio às mantenedoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para que elas consigam ter seus negócios nessas localidades –, ou nós precisamos desburocratizar ao máximo a questão do ensino à distância, e aí não falando em qualidade, falando em acesso mesmo.

Eu vou dar o exemplo aqui da recente mudança com o novo decreto que entrou em vigor. Nós estamos às vésperas da inauguração de um novo decreto, que trouxe muitas inovações, boas inovações, e com muito boa intenção, no sentido de melhorar a qualidade. E aí faço aqui um recorte: todo o setor privado hoje reconhece a necessidade que havia de termos uma nova legislação, em função basicamente da falta de qualidade na oferta. Mas o decreto traz um ponto, por exemplo – e aqui fortalece o que eu estou dizendo –, que é tirar o curso de Enfermagem da possibilidade do ensino à distância e jogá-lo exclusivamente para o ensino presencial.

Ao fazer isso, ele fulmina a possibilidade de esses 2,2 mil municípios ofertarem aos seus munícipes um curso de Enfermagem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR CHANAN SILVA – ... que, para poderem... Já vou terminar, encerrar, Senadora.

... que, para poderem ter essa condição, precisaram se deslocar das suas casas, das suas cidades, muitas vezes com condições sociais muito difíceis. Então, precisamos enfrentar a questão do ensino à distância, dentro desse cenário, com mais seriedade, no sentido de dar mais acesso, e não de diminuir qualidade.

Vou finalizar falando da questão – que me parece muito importante – de nós termos um monitoramento de transparência participativa.

O apoio e fortalecimento do Inep, nesse processo, é muito importante, porque é quem nos traz pesquisa, quem nos traz os números, os dados... Então, precisamos ter o apoio e fortalecimento do Inep como órgão técnico coordenador do monitoramento do PNE, com previsibilidade de recursos e participação social, e criar um observatório nacional do PNE, com participação multissetorial, incluindo representantes do setor privado e comunitário, para acompanhamento das metas ao longo do percurso, e não só para constatação, ao final, de que a gente não teve cumprimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora, essas são as contribuições para o debate. Depois eu vou ficar disponível também para as respostas – acho que algumas coisas foram respondidas aqui –, agradecendo mais uma vez o espaço para que a gente possa falar em nome do setor.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós agradecemos também toda a explanação e destaco que essa questão de as metas serem visivelmente mais exequíveis, mais objetivas, tem sido recorrente em nossas audiências, como também a avaliação periódica, para que ela não chegue a ser feita apenas ao final do prazo para a execução das metas.

Eu acredito que nós vamos ter alguma alteração nesse sentido, porque está sendo muito presente essa observação que o senhor fez.

Então, agora nós vamos para as participações remotas, começando com a Sra. Adriana Azevedo, representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (Abiee) e Diretora de Educação da Rede Metodista de Educação.

Sra. Adriana, a senhora tem dez minutos iniciais. Profa. Adriana Azevedo.

A SRA. ADRIANA AZEVEDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço imensamente a oportunidade aos Parlamentares, aos representantes da sociedade civil, educadores e aos demais presentes.

É com um profundo senso de responsabilidade e compromisso com a educação brasileira que me dirijo a vocês nesta audiência. Na condição de representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (Abiee), agradeço a oportunidade de contribuir com o debate sobre o Projeto de Lei 2.614, de 2024, que propõe um novo Plano Nacional de Educação para a próxima década.

Já estamos discutindo esse plano há bastante tempo, participei das conferências municipal, estadual, da Conae nacional, da Conaee, então, é um privilégio poder estar, neste momento, na condição de delegada. Participei em todas essas conferências, e é um privilégio poder estar aqui hoje, debatendo, conversando, ouvindo, enfim, participando desta audiência.

Nossa fala, então, nasce do reconhecimento de que a construção de um Plano Nacional de Educação democrático, inclusivo e comprometido com o futuro do país exige mesmo este diálogo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

plural, que creio que seja o que estamos fazendo, o respeito à diversidade institucional e a escuta atenta de todas as vozes que atuam na formação das novas gerações.

As instituições confessionais evangélicas, há mais de um século, são parte viva dessa história não como agentes paralelos, mas como parceiros legítimos do Estado na promoção de uma educação com sentido, com valores, com compromisso social.

Nós estamos aqui não apenas para defender interesses de uma rede de educação específica, mas para reafirmar o valor da liberdade de ensino, da convivência respeitosa entre o público e o privado, entre o laico e o confessional, entre os diferentes modos de (*Falha no áudio.*)... juntos, podem formar uma nação mais justa, mais solidária e mais plural.

Em nome da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas, gostaria de destacar esse papel histórico, social e formativo das instituições confessionais no cenário educacional brasileiro. As escolas e universidades confessionais têm contribuído significativamente para a formação de cidadãos éticos, críticos, comprometidos com valores da justiça, da solidariedade e da dignidade humana.

O Projeto de Lei 264, que trata do novo Plano Nacional de Educação, apresenta diretrizes importantes para a próxima década, e é fundamental que esse plano reconheça e respeite essa diversidade de ofertas no país, incluindo as instituições confessionais como parte integrante dessa pluralidade democrática prevista na Constituição. O novo Plano Nacional de Educação tem diante de si, eu acho, o grande desafio de não apenas planejar metas, mas de afirmar esses valores da pluralidade, da liberdade, do respeito à fé e à convivência democrática. Nós esperamos, torcemos, oramos para que este Parlamento, em sua sabedoria, saiba reconhecer nas instituições confessionais evangélicas a parceria para a educação do presente e (*Falha no áudio.*)... do futuro. (*Falha no áudio.*)... audiência, à disposição.

E, mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui com os senhores.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós lhe agradecemos, Adriana, sobretudo por este reconhecimento de que o plano venha a ser esse instrumento democrático de diálogo entre essa imensa pluralidade educacional do país. E a presença da Abiee diz muito desse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar a palavra agora, de forma remota também, à Sra. Guiomar Namo de Mello, representante da Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais. (*Pausa.*)

Estamos tentando retomar a conexão. Eu vou pedir, enquanto a gente não consegue, para seguirmos adiante. Pode ser?

Então, o próximo é o Prof. Arnaldo Cardoso Freire, 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen). Tem seus dez minutos iniciais.

O SR. ARNALDO CARDOSO FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Teresa Leitão. Bom dia a todos os presentes nesta audiência pública.

É um prazer e uma honra para a Confenen estar aqui nesta audiência pública.

Eu sou o Prof. Arnaldo Cardoso Freire, sou Vice-Presidente da Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, sou Reitor do Centro Universitário UniAraguaia, em Goiânia, na cidade de Goiânia, a melhor cidade do Brasil, e faço parte também do Fórum Nacional de Educação, de que a Senadora Teresa Leitão também faz parte e está lá representada pelo Walisson, que é um excelente companheiro nosso.

Aproveito também para cumprimentar a Profa. Roberta Guedes, minha amiga, que também faz parte do Fórum Nacional de Educação, e o Prof. Paulo Chanan, essa figura ilustre da educação particular brasileira.

Pode passar.

A Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino) é uma entidade que há 81 anos representa toda a educação privada no Brasil. Ela abrange mais de 15 milhões de estudantes, da educação infantil ao ensino superior, em mais de 45 mil instituições de educação básica e ensino superior no Brasil.

Pode passar.

Nós entendemos, é o nosso posicionamento, que educar é direito natural e inalienável da família, cada uma com sua opção filosófica, crença, valores, princípios e propósitos, respeitando-se a individualidade de cada um. E entendemos também, quando você fala na questão da democracia, que não há democracia onde inexiste liberdade de ensinar e de aprender. O monopólio estatal do ensino é o caminho para a instalação e perpetuação das ditaduras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós vimos aí agora, anteriormente, a aprovação, nesta Comissão, do projeto da Deputada Célia Xakriabá, da nomeação das escolas indígenas, quilombolas e do campo. Eu lembrei que nós temos ainda muitas escolas, Senador, no Brasil, que têm nome de presidentes ainda da ditadura, de pessoas que foram, de alguma forma, contra os direitos humanos, indígenas, escolas com nome de bandeirantes. Então, eu pensei que esse projeto poderia ser estendido, Senadora, a todas as escolas do Brasil. É interessante isso aí.

Pode passar, por favor.

Em 1988, a Confenen trabalhou intensamente, defendeu os direitos da escola privada, quer seja leiga ou confessional, com ou sem fins lucrativos, filantrópicas ou não, a todas sempre chancelou suas justas e necessárias lutas pela sobrevivência, sempre atuando em prol do coletivo.

Eu quero aproveitar esse eslaide para prestar aqui homenagem ao nosso Presidente de honra, o Prof. Roberto Geraldo de Paiva Dornas, que nos deixou há cerca de quatro anos e dedicou toda a sua vida em prol da educação brasileira.

Pode passar.

Nesse trabalho da Constituinte, estenderam todas as suas conquistas para que possamos ter a liberdade de ensinar e aprender e consigamos conviver lado a lado com o ensino público, como disse o nosso antecessor, Prof. Paulo Chanan. E a gente entende... A nossa visão bem clara de princípios é que nós não somos uma concessão ou delegação do poder público, nem subordinados a ele, no que significar satisfação e atendimento da vontade de governança de cada época.

Pode passar.

Em relação ao novo Plano Nacional de Educação, nós temos aí as diretrizes, os objetivos e as metas estratégicas. Lá na diretriz... No art. 3º, vai ter lá a Diretriz 6, que fala aqueles que são os princípios da Confenen: o respeito, a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar, de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, com base no pluralismo de ideias e de concepções. É o que prevê lá o art. 206 da nossa Constituição.

Aí eu tenho algumas observações a respeito do PL que eu vou colocar a seguir.

Pode passar o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Objetivo 7 – aí, Roberta, você está mais ligada em educação básica – fala o seguinte: "Objetivo 7: Promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação e da comunicação para o exercício da cidadania". E, lá na meta – objetivos, metas e estratégicas para a gente chegar aos objetivos –, ele fala o seguinte, Senador: "Assegurar a conectividade à internet de alta velocidade para uso pedagógico em 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas da educação básica até o quinto ano de vigência deste PNE e em todas as escolas [...] até o final do decênio".

Nós vivemos, a partir do ano de 2022, uma mudança muito grande na educação do mundo, da educação como um todo, que é o advento da inteligência artificial, não é? Então, não há que se pensar hoje, num país como o Brasil, em que 96% são escolas que estão nas regiões urbanas... Quando você fala em escola do campo, hoje menos de 10% da população brasileira vive no campo. Então, nós temos menos de 6% das escolas brasileiras hoje como... (*Falha no áudio.*)

Hoje uma escola, particular ou pública, não tem acesso à internet. Então, o plano fala que, daqui a cinco anos, nós teremos 50% das escolas e que, daqui a dez anos da aprovação do plano, nós teremos 100% das escolas. Isso é algo para amanhã. Nós não temos que esperar dez anos para ter... Então, eu acredito que esse objetivo e essa meta aí realmente já começam... Tem que haver uma mudança nisso aí.

Próximo, por favor.

Outro objetivo é ampliar o acesso e permanência da educação profissional e tecnológica, com redução de desigualdades e com inclusão. Hoje nós temos uma limitação muito grande, uma necessidade muito grande na questão do ensino técnico. Estamos ao ponto de, em breve, termos um apagão de mão de obra em função dessas mudanças tecnológicas que estão exigindo uma nova mão de obra. E essa Meta 11 é razoável: expandir para 3 milhões o número de matrículas em curso de qualificação profissional. E eu acredito, Paulo Chanan, que as escolas particulares poderão muito ajudar aí no atingimento desse objetivo e dessa meta.

Próximo, por favor.

Esse objetivo é interessante, foi o que o Paulo falou anteriormente. Nós estamos aí com o Objetivo 13: ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com redução de desigualdades e inclusão. E a Meta 13 é elevar, gradualmente, o número de concluintes nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

instituições de educação superior para atingir 1,65 milhão de titulações anuais no fim da vigência do PNL, com, no mínimo, 300 mil titulações anuais no segmento público.

Eu vou repetir de forma inversa. Vocês sabem que a meta é o quantitativo do objetivo, porque o objetivo é qualitativo e a meta é quantitativa. Então, a meta é você ter, no final do decênio, a formação de 1,65 milhão titulações anuais. E fala que são 300 mil titulações anuais no segmento público, ou seja, as escolas particulares, Paulo, serão responsáveis por essa meta em 1,35 milhão de titulações, ou seja, é um trabalho muito grande que está sendo exigido das escolas particulares, sem haver algum ponto em relação a isso.

Pode passar.

Aí é uma meta interessante, que é ampliar o percentual de docentes de tempo integral para 70%, e no mínimo 50%. É uma exigência, e nós vamos ter problema tanto nas escolas públicas como nas particulares em relação a quem vai bancar isso aí.

Próximo, por favor.

Aí é aquilo que o Paulo falou anteriormente: nós temos que garantir a qualidade nos cursos de graduação. Eu não vou ter lá 1,35 milhão de formações anuais sem que haja essa qualidade dos estudantes. Esses estudantes estão sendo colocados no mercado de trabalho, a gente não pode trabalhar aí só com a questão quantitativa. Nós temos que ver – e não se fala isto no plano – de que forma nós faremos isso com educação de qualidade.

Próximo, por favor.

Aí, Senadora, é algo que todos nós temos que ter em mente – e a escola particular pode muito ajudar nisto –, o Objetivo 16: garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica. Assegurar que todos os docentes da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de pedagogia ou de licenciatura. Eu acho que é um trabalho em que as escolas particulares, as universidades particulares podem muito contribuir.

Próximo, por favor.

Obrigado e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Prof. Arnaldo. Acho que o tripé que a gente tanto persegue, de acesso, permanência e qualidade, foi muito destacado aí nos objetivos e metas elencados pelo senhor. Realmente o esforço será grande – não é? –, seja do ente público, seja das instituições privadas.

A Profa. Guiomar Namo de Mello retornou, foi reconectada, e nós vamos passar então a palavra para ela.

De forma remota, a Profa. Guiomar Namo de Mello, representante da Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais, certamente uma das professoras mais estudadas no curso de formação para o magistério.

Professora, seus dez minutos.

A SRA. GUIOMAR NAMO DE MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, bom dia a todos.

Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Muito bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer à Presidente da Comissão pela oportunidade de estar aqui apresentando algumas reflexões a respeito do Plano Nacional de Educação.

Eu vou me referir a um aspecto muito importante, mas bastante restrito do plano, que se refere ao material escolar, material didático.

Eu começo a minha apresentação com uma pergunta: de quantas políticas se faz um professor? Acho que essa é uma questão bastante importante, porque eu não queria tratar do material didático fora do contexto do professor na sala de aula. O material didático é um elemento de apoio da ação docente na condução do processo de ensino-aprendizagem. Eu gostaria então de tratar desse tema relacionado à questão do professor.

Eu trago aqui algumas emendas sugeridas ao projeto de lei, sobre o Plano Nacional de Educação, que foram trabalhadas por um grupo de pessoas da associação De Olho no Material Escolar, em parceria com a Abraspe (Associação Brasileira de Sistemas de Ensino), cujo Presidente eu estou representando neste momento, o Prof. Mário Ghio. É a Abraspe que está inscrita hoje nesta apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode colocar o próximo, por favor.

O professor é um fator decisivo. Nós temos muitas evidências mostrando que, entre os fatores que podem ser trabalhados pela escola, o professor é aquele de maior peso. Nós não podemos mexer, não temos controle sobre o nível socioeconômico, sobre o ambiente do aluno, sobre as questões familiares, sobre a origem cultural, o ambiente cultural da família, mas nós temos controle sobre os fatores que acontecem dentro da escola – e um deles é o professor, aquele que é mais decisivo.

Próximo.

Nós temos três grandes dimensões que são importantes na atuação docente: uma delas é a formação; a outra é a formação continuada – a primeira é a formação inicial –; e a terceira dimensão é a carreira e avaliação de desempenho.

Próximo.

Eu vou destacar agora aqui, então, a questão da formação continuada do professor. Ela pode ser realizada de várias maneiras, todas elas são válidas, cada uma em seu contexto. Os programas de atualização e capacitação, que são cursos, seminários, iniciativas ligadas basicamente a eventos, em que você mobiliza o professor para ouvir e participar de um conjunto de atividades, são muito importantes no sentido de sensibilizar, no sentido de fazer o professor encontrar outros professores, de haver intercâmbio, são realmente importantes, mas elas têm um problema: retiram o professor do seu contexto de sala de aula.

O segundo tipo de iniciativa é aquele que acontece no chão da escola. Temos várias evidências hoje, temos muitos estudos mostrando que há uma grande eficácia nas atividades que se dão no chão da escola do professor, uma mentoria, uma orientação pelo orientador pedagógico, atividades coletivas que os professores têm dentro da escola para refletir sobre o que estão fazendo na sua prática cotidiana. Quer dizer, a formação dessa dimensão reflexiva do professor é muito importante para a melhoria do seu desempenho, quando ele vai entender o que está fazendo, se está fazendo certo, se está fazendo errado, se precisa corrigir, se precisa ver o que o seu colega está fazendo e eventualmente fazer as mesmas coisas. Então, essa atividade coletiva no chão da escola de trocar experiência é uma atividade extremamente importante para a construção de conhecimento na prática. Ela não é afastada da teoria, você pode ter muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

teorias orientando as atividades que se desenvolvem, mas ela é sobretudo voltada para uma prática cotidiana do professor.

E, dentro desta prática, tem um ponto específico que pode parecer muito pequeno em relação à questão maior, porque é muito complexo, como se diz, de quantas políticas se faz um professor, de muitas, entre elas uma política de recursos e materiais didáticos, mas, dentro dessa atividade cotidiana do professor, uma questão que deve se destacar é a questão do uso dos recursos didáticos disponibilizados para este professor. Em primeiro lugar, para entender se esses recursos são bons, se o professor sabe lidar com eles e se o resultado disso vai ser uma prática mais eficaz e, portanto, uma melhor aprendizagem dos alunos, porque, afinal de contas, toda a nossa atividade está voltada para a aprendizagem dos alunos, certo?

Você pode colocar o próximo, por favor?

Qual a importância dos materiais didáticos, embora possa parecer um ponto muito específico? Primeiro, é um apoio na gestão do processo de ensino-aprendizagem, é aquele material que o professor, desde a coisa mais simples até a grande plataforma tecnológica...

Nós que fizemos, que estudamos numa escola que é uma escola muito anterior ao momento presente, e não vou dizer quantos, mas pelo menos várias dezenas de anos, nós nos lembramos, eu pelo menos me lembro de coisas muito simples que os professores usavam e que, no entanto, eram extremamente engajadoras do processo de ensino e aprendizagem. Como era aquele quadro, um conjunto de quadros em papel que o professor movimentava e que para mim, por exemplo, que vinha com ilustrações, vinha com frases, era extremamente interessante, e provavelmente para muitas crianças que estavam comigo. Então não estou falando só dos recursos mais sofisticados, mas obviamente, no momento atual, nós contamos com tecnologias com possibilidades nunca pensadas. Quem estudou naquela escola em que eu estudei antigamente, que é a escola de 50, 60 anos atrás, jamais poderia pensar no que existe hoje de recursos.

No entanto, uma coisa importante, gente: o material didático depende muito de uma gestão escolar adequada. É importante que a escola tenha um clima, que a escola tenha uma organização, que a escola tenha uma rotina que facilite o uso do material didático. E dentro desse conjunto de coisas, da questão da gestão do processo de ensino e aprendizagem, do recurso, da formação do cotidiano da escola, porque o material didático é um recurso de formação. Se você põe na mão do professor um material, você nunca pode ignorar que ele tem uma dimensão que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é formativa, embora ele seja um material que o professor vai usar com o aluno, para aprendizagem final, nós não podemos ignorar que ele tem uma dimensão formativa grande. Muitas vezes, alguns conceitos, o professor vai acabar aprendendo no livro didático, ele vai acabar aprendendo eventualmente numa plataforma digital, ele vai acabar aprendendo numa (*Falha no áudio.*)... E esse material então precisa estar em consonância com as diretrizes, com as orientações (*Falha no áudio.*)... os princípios que regem a organização do (*Falha no áudio.*)... e a organização pedagógica da escola. E, portanto, eles dependem de uma política nacional, eles dependem de um processo que seja federal, que seja nacional e que seja em parceria com estados e municípios, mas ele não pode abrir mão de uma política nacional. Portanto, o material escolar depende muito de um programa nacional.

O próximo, por favor.

É por isso que nas dimensões de uma política educacional para o material didático, é importante que a gente pense tanto na dimensão nacional, como na regional, como na local, em nível dos diretores escolares.

O próximo.

Nesse sentido, nós estamos apresentando algumas emendas para aperfeiçoar o Plano Nacional de Educação no que diz respeito àquilo que ele endereça na aquisição, na seleção e na distribuição do material didático.

Próximo.

Essas emendas têm a ver com os critérios que devem constar de todos os editais do PNLD e que devem orientar toda a seleção do material didático. Que ele seja baseado em evidências, quanto ao seu conteúdo e quanto à sua eficácia como recurso de aprendizagem – muitas vezes a gente tem um material didático que não tem fontes, que não diz quais são as evidências que baseiam a escolha. Ele deve ser selecionado e avaliado para garantir uma veracidade factual e uma consistência científica.

Nós estamos apresentando, assim, um conjunto de emendas que têm a ver, que fomentavam desenvolver (*Falha no áudio.*)... quanto à veracidade (*Falha no áudio.*)... quanto às consistências científicas dos materiais colocados na mão do professor para que ele utilize com os alunos. (*Falha no áudio.*)... Isso significa que nós estamos apresentando emendas para garantir o acesso da escola e do professor a materiais didáticos que sejam cientificamente sólidos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pedagogicamente eficazes. Esse conjunto de emendas será encaminhado à Comissão pela Abraspe, oportunamente.

Eu agradeço muito à Senadora e aos demais participantes pela oportunidade de estar aqui falando com vocês.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Professora, por trazer também a realidade da escola – a escola como chão – para essa dimensão do Plano Nacional de Educação.

O prazo para apresentação de emendas é aberto, mas a gente não está ainda na execução e análise aqui no Senado. No Congresso... Na Câmara – melhor dizendo – foram apresentadas cerca de 4 mil emendas. Então, está havendo uma discussão, a princípio técnica, para ver a pertinência, para ver se tem emendas repetidas ou não, e depois haverá um prazo também estabelecido pelo Senado, quando o relatório aqui chegar.

Nós estamos acompanhando com muita atenção e torcendo para que ele chegue aqui ao Senado pelo menos no mês de agosto, no máximo em setembro, para poder a gente, que já está acumulando conteúdo nas nossas audiências públicas, então deliberar de modo que tenhamos o prazo de aprovação concomitante com o prazo da vigência – que foi inclusive expandida – do atual plano.

Muito obrigada pela participação da senhora.

Passo a palavra para o nosso quinto participante, que também vai ser de forma remota: Sr. Gonzalo Lopez, Executivo da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (Abreduc), para os seus dez minutos iniciais.

O SR. GONZALO LOPEZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Presidente.

Cumprimento, na pessoa da Senadora Presidente, todos os demais da mesa, participantes.

Basicamente, a minha fala será focada na forma que a educação básica privada visualiza, enxerga potenciais de contribuir no processo educacional brasileiro, de que forma a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

consegue participar e melhorar o acesso, a qualidade, a permanência para todos os brasileiros e, consequentemente, formarmos um país cada vez mais preparado, um país cada vez mais cidadão.

Então, nesse sentido, além do papel intrínseco da iniciativa privada, que é possibilitar escolhas, possibilitar perfis específicos na formação educacional, porque o Estado, como tem que ser, é um Estado laico, é um Estado de formação cidadã, desvinculado de pontos específicos, mas que porventura são pontos específicos desejados pelas famílias, desejados pelas pessoas. E pontos específicos de múltiplas faces, desde aspectos ligados mais ao caráter familiar em específico, como valores específicos, de repente filosofias mais construtivistas, mais inclusivas, mais talvez progressistas, no sentido de inovador em metodologias de ensino; mas também pensando em aspectos mais ligados às questões sociais, como perfis religiosos, perfis que melhor atendem a família e o desejo de formação das famílias.

Todos esses desejos são legítimos, se sempre orientados pelos princípios constitucionais, pelos princípios de direitos humanos e preservação, sempre pelo interesse máximo, o interesse superior da criança. A criança goza de prioridade constitucional e tem que ter a prioridade em todos os aspectos, porque representa nosso futuro, representa tudo o que nós podemos gerar de potencial no país.

E o setor privado possibilita essa formação ampla, cidadã, de múltiplas faces. A ilustre pesquisadora, grande nome, Guiomar Namo, bem pontua que existem várias possibilidades de recurso e aprendizados, e acho que o setor privado tem um potencial grande para contribuir com isso.

Então, é importante só realçar o papel democrático da iniciativa privada antes de adentrarmos em eventuais propostas que nós fizemos também no Plano Nacional de Educação, mas é importante realçar o papel e a função democrática do setor privado, sobretudo no direito que as famílias possuem de formação.

Só que nós temos que pensar... Vale ressaltar que a maior parte das escolas privadas segue o padrão laico e o padrão que nós temos como predominante no Estado brasileiro, mas é importante que nós tenhamos essas portas abertas e, sobretudo, num exemplo simples, novas tecnologias em que o setor privado talvez tenha uma capacidade dinâmica de absorção e implementação de forma mais rápida. Não digo nem de forma mais eficiente, mas talvez de forma mais rápida, mais efetiva, para atender a formação do cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pensando, por exemplo, em quem deseja uma formação que seja mais vinculada ao esporte, uma formação mais vinculada à cultura, uma formação mais vinculada, de repente, a estudos no exterior, uma formação mais vinculada a estudos sociais de atuação de pautas identitárias, tudo isso o setor privado pode gerar com muita facilidade, muito dinamismo.

É possível, por exemplo, em uma instituição privada, que nós tenhamos parcerias de imediato com organizações não governamentais, de pautas identitárias, que nós tenhamos parcerias imediatas com instituições do Brasil e de fora do Brasil; e que nós tenhamos, sobretudo, essa dinâmica e essa sinergia de parcerias, convênios e cooperações.

É imbuído exatamente dessa perspectiva da dinâmica privada que nós temos, por conta de nossa autonomia e por conta de uma visão bem diversificada nas gestões, um dinamismo muito forte que pode ser fundamental para o cumprimento do Plano Nacional de Educação.

A gente entende que, na educação básica, que é a nossa atuação enquanto Abreduc, a gente pode contribuir muito nesse sentido de parcerias para situações, talvez, de maior capacidade, de flexibilidade e resposta imediata, como parcerias nesse sentido de propagação e defesa de direitos humanos, de pautas identitárias, propagação e defesa de aplicações tecnológicas de forma mais rápida nas instituições, acessibilidade para as pessoas dessas tecnologias. Então, a gente tem como propiciar isso de uma forma muito eficaz, muito rápida, mas temos também para situações mais críticas.

Repare que aqui nós estamos falando de algo que talvez seja suplementar, complementar. Nós temos também a possibilidade de atuar em questões absolutamente críticas, como, por exemplo: hoje existe um déficit de vagas para creches de educação infantil que ultrapassa 1,5 milhão de vagas. Isso quer dizer que nós temos 1,5 milhão de crianças com dificuldades ou fora dos ambientes escolares e, logo na primeira infância. Isso é gravíssimo. O Plano Nacional de Educação visa, obviamente, a acabar com isso, só que não tem conseguido. E, quando tem conseguido, tem conseguido como? Com parcerias com o setor privado. São muito comuns os termos de cooperação, os convênios com creches, com escolas de educação infantil.

Então, é isto que a Abreduc vem defender: que essas parcerias, essas propostas sejam propagadas para que a gente acabe, por exemplo, com a falta de vagas nessa fase. Vale lembrar que não é apenas a criança que perde, na sua primeira infância, a possibilidade de explorar seus potenciais, ser formada e ter acesso, Senadora – acesso –, e, claro, depois permanência e qualidade, mas lembremos também das mães e dos pais dessas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Prouni tem um dado muito interessante. Salvo engano, algo em torno de 20% a 25% dos beneficiários do Prouni eram mulheres em estado de vulnerabilidade, em especial mulheres que eram mães solteiras e, normalmente, a primeira a acessar a universidade. Passemos isso para a educação básica, em que nós temos meninas que não conseguem seguir seus estudos ou sua inserção no mercado de trabalho porque simplesmente não há vaga para seus filhos e suas filhas nas escolas, e isso é muito grave. E nós já temos hoje o setor privado colaborando muito para reduzir esse déficit de vagas, então, é exatamente isso que a Abreduc vem defender.

Uma das emendas – são duas apenas – da Abreduc é (*Falha no áudio.*) o Prouni e jogar para a educação básica, permitir que nós possamos fazer com que algumas questões tributárias possam ser convertidas em várias, de acesso. Nós não estamos nem falando em permanência ou qualidade, em que o setor privado também pode colaborar, mas, por exemplo, um Probásico nesse sentido. E vale lembrar que, mesmo no fundamental I, II e no médio, ainda temos cenários de falta de vagas, menos obviamente que na infantil e creche, mas ainda temos esse cenário.

Então, isso pode, de alguma forma, ser sanado. Nós, numa parceria com o setor privado, resolveríamos isso em dois anos, três anos. Imagine o Brasil avançar 1 milhão de vagas em dois ou três anos. Não que o setor público não tenha essa capacidade. Tem. Só que nós temos (*Falha no áudio.*) fome e tem pressa. (*Falha no áudio.*)... seja feito algo com mais efetividade, rapidez, celeridade. Não dá para aguardar mais dez anos, mais metas. Isso pode ser resolvido em dois, três anos.

Então, é isso que a Abreduc vem defender, e vai defender o Probásico, já nomeando até um projeto especificamente, que é basicamente trazer o Prouni para a educação básica – obviamente as regras e os critérios seriam construídos *a posteriori*. E também a outra emenda que nós apresentamos. É uma emenda mais *lato sensu* para que possamos abranger qualquer tipo de parceria, qualquer possibilidade de auxílio na educação brasileira, que é a promoção da inovação educacional e o fortalecimento de arranjos colaborativos com agentes públicos e privados para a qualidade do ensino, para a gestão e para a equidade educacional.

Nós vemos no PNE uma grande oportunidade de realização de metas, conciliando e gerando de forma colaborativa o diálogo e a sinergia com o setor privado. Eu acho que já chegou o momento de se superar aquela fase de que o setor privado de alguma forma se opõe ao público; isso não faz o menor sentido nem em axiologias constitucionais nem em valores ou formações e princípios constitucionais. Cada um tem o seu papel, e é óbvio que a universalização passa pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educação pública de qualidade para permitir o acesso a todos, a permanência e a qualidade, mas eu acho que o setor privado pode contribuir de múltiplas formas. Então, é quase que um chamado ao diálogo, à mesa, para que o projeto seja construído de maneira conjunta e qualificada.

Prezada Senadora, agradeço, parabenizo-a pela sua Presidência. É sempre muito democrática, muito aberta a todos os diálogos. Gostaria de realçar a sua postura desde sempre; conversamos na reforma tributária, conversamos no PNE e estamos conversando também para o SNE.

Novamente agradeço e desejo a todos uma excelente quarta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sr. Gonzalo. Realmente essa é a nossa intenção. Sabemos que a educação pública é dever do Estado e das famílias, e direito de todos e de todas, mas a própria Constituição afirma isto, é livre a iniciativa privada. Portanto, a gente convive com a realidade do ensino particular em todos os níveis e queremos ouvi-los, evidentemente, para que o Plano Nacional de Educação possa cumprir as suas metas com rigor constitucional, com as intencionalidades políticas, mas sem exclusões. Essa é a nossa intenção.

Então, vamos agora para a nossa última convidada – que já esteve aqui representando o fórum, agora está representando o Anec (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil), recentemente homenageada aqui na Casa pelos seus 80 anos de vida –, a Sra. Roberta Guedes, Gerente da Câmara de Educação Básica da Anec. Roberta, seus dez minutos iniciais.

A SRA. ROBERTA GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora! Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham, os queridos Arnaldo, Profa. Guiomar, Profa. Adriana, Gonzalo, mas um bom-dia muito especial aos educadores, Professora... Desculpe, Senadora, chamei-a de professora, mas é porque somos professores e nunca vamos abrir mão disso. Onde estivermos, no cargo que ocuparmos, somos docentes, somos educadores. Isso é muito importante.

Falo neste momento do território da Associação Nacional de Educação Católica, no Ceará, onde estamos realizando o nosso oitavo congresso, um congresso que é da Educação Católica e da rede pública, porque é um congresso também pactuado com a Secretaria de Educação aqui do estado, municipal e estadual, e muito nos alegra poder, dentro do congresso, participar dessa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Plano Nacional de Educação para nós é algo assim muito caro, muito importante, porque ele representa um marco que é fundamental para a educação brasileira. A Anec não abre mão de dizer, em nome das 2 mil instituições que representamos no Brasil, em nome dos 150 mil profissionais da educação que representamos, em nome de 1 milhão de alunos, que nós valorizamos, apoiamos e faremos tudo sempre para garantir que o Plano Nacional de Educação não seja apenas um documento, mas seja sempre um instrumento potente que articule os entes federativos, que supere as desigualdades educacionais e que, com certeza, promova uma educação de qualidade social.

Nós entendemos que o Plano Nacional de Educação traz importantes metas, e metas muito ambiciosas, e a gente vê a complexidade da sua estrutura: são 18 objetivos, 58 metas, 252 estratégias. Enquanto no Fórum Nacional de Educação a Anec se debruçou, junto com seus pares, ali no Fórum Nacional, para que nós pudéssemos contribuir por meio das CONAES, demonstrando o quanto esse plano é fundamental, também nós analisamos a dificuldade da implementação e do monitoramento do Plano Nacional de Educação.

Nós precisamos evitar os erros já cometidos. Nós precisamos garantir essa articulação efetiva da educação. Para isso, nós defendemos, sim, uma articulação intersetorial. Isso é essencial para o plano. Nós precisamos garantir que o Plano Nacional de Educação seja um instrumento que potencialize as possibilidades da educação brasileira pública e privada, porque o setor privado não é maior ou melhor do que o setor público; ele tem que complementar a ação do Estado, onde o Estado ainda precisa de braços. E é assim que nós defendemos uma educação do setor confessional, filantrópico, que esteja nos ambientes de vulnerabilidade, que se dedique a projetos de educação básica e superior, que potencialize as condições daqueles que foram historicamente esquecidos e estejam galgando a sua posição, a sua fala, a sua voz e a sua ação na sociedade brasileira.

Nós acreditamos muito no Plano Nacional de Educação como articulação entre os sistemas de ensino público e privado e temos bons exemplos, como a Base Nacional Comum Curricular. Vejam que nós temos o que melhorar, a base precisa ser revista, mas, a partir do aprimoramento das políticas públicas e desse pacto federativo pela educação – que o nosso saudoso e querido Papa Francisco chamava de Pacto Educativo Global –, nós podemos, sim, fazer muitas conquistas para a educação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É muito bom ver a Profa. Guiomar falar dos professores. E por que nós, enquanto Anec, defendemos a formação docente? Porque precisamos registrar que hoje 70% das instituições católicas de ensino superior defendem e oferecem a formação docente, as licenciaturas, tanto em nível inicial quanto também no continuado e na pós-graduação. Não vamos abrir mão da docência, não vamos contribuir com o apagão docente. Nós vamos lutar, sim, para formar professores que tenham não só uma formação de excelência, mas que tenham condições dignas de trabalho na educação privada e também na educação pública, porque é aqui que nós fazemos uma mudança essencial: é pela educação.

Também defendemos, dentro do Plano Nacional de Educação, e destacamos a importância dos fóruns, dos conselhos para a efetivação das metas. As secretarias de educação precisam dialogar com os conselhos estaduais, municipais, com os fóruns estaduais de educação, com os fóruns municipais – e aí, senhores e senhoras, peço muito respeito a esses fóruns e a esses conselhos, que, muitas vezes, funcionam sem estrutura, sem investimento, tendo pouca participação, sendo que são espaços de garantia democrática. Os fóruns, os conselhos, os documentos da Conae, os documentos produzidos nos fóruns e nos conselhos precisam ser ouvidos aqui, nesta Casa, que é o Senado, para que nós tenhamos um Plano Nacional de Educação potente e que defenda uma educação que garanta justiça social.

Enquanto Anec e setor privado, falando do território, falando das instituições filantrópicas, confeccionais – e saúdo a Abiee e a nossa representante aqui das evangélicas –, a gente percebe que existem pontos para os quais vocês e nós devemos estar atentos, como, por exemplo, o aumento da regulação estatal, porque isso pode trazer um comprometimento da autonomia pedagógica, administrativa, e até o fechamento das pequenas escolas confessionais e filantrópicas.

É preciso ter muito claro que o Plano Nacional de Educação não faz imposições de padrões curriculares, porque nós temos que garantir a diversidade dos projetos pedagógicos. Nossas instituições estão por todo o país, em diferentes territórios. E nós temos projetos pedagógicos (*Falha no áudio.*)... quilombolas, nas escolas indígenas. E o plano tem que dar garantia dessa autonomia.

Embora o plano trate prioritariamente – e deve tratar, sim – a distribuição de recursos públicos entre os entes federados, nós precisamos também não deixar de estar atentos ao peso tributário da política, quando se fala da concessão de incentivos fiscais, que podem impactar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

negativamente inclusive as escolas confessionais católicas e as nossas escolas filantrópicas. A filantropia para nós é algo sério, é algo caro e que nós fazemos, e fazemos com muita lisura. Então, nós defendemos o setor, a filantropia.

E, nesse sentido, a gente deixa algumas recomendações. A recomendação que nós colocamos aqui, enquanto posição da Anec: Sistema Nacional de Educação precisa ser olhado, garantido e colocado em prática junto com o Plano Nacional de Educação. Não damos mais conta das desigualdades educacionais, nós precisamos superar isso e, juntos, os setores público e privado, podemos fazer. Precisamos e defendemos enquanto Anec que as escolas confessionais, que a nossa filantropia seja garantida, principalmente onde estão os mais vulneráveis. Nós temos um papel fundamental, nós precisamos garantir o direito à educação. E a gente defende e posiciona que o respeito à autonomia das instituições, assegurando a sua liberdade de organização, de gestão e de proposta pedagógica, precisa ser (*Falha no áudio.*)... Plano Nacional de Educação.

É garantindo uma participação de todas as vozes que vamos garantir também uma educação particular que construa indicadores e mecanismos de igualdade e de justiça social.

Vou encerrar aqui a fala, defendendo que, mais do que nunca, a gente acredita, quer e vai lutar pelo princípio da gestão democrática da educação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Roberta, por essa exposição e por esses pontos tão importantes que servem a todos nós que fazemos educação, a participação em fóruns, em conselhos. Inclusive, o Fórum Nacional de Educação, do qual alguns de nós fazemos parte, como você, é na verdade o espaço de monitoramento do plano. E isso só será possível se a gente tiver o eixo da gestão democrática também devidamente reconhecido e considerado.

Então, com a fala de Roberta Guedes, a gente termina a exposição inicial.

Nós temos ainda a condição de repassar a palavra para quem quiser fazer uso, por um tempo menor, evidentemente, de cinco minutos, sobre alguma consideração complementar, ou sobre a fala de algum representante da mesa, ou sobre alguma pergunta que tenha chegado pelo e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos proceder à mesma ordem – para quem quiser, evidentemente –, começando aqui pelo nosso representante, presencialmente, da Associação de Mantenedoras, Paulo Chanan.

O SR. PAULO CESAR CHANAN SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

De início, quero parabenizar a todos os expositores, eu acho que todos trouxeram contribuições à construção desse plano, com olhares diferentes, mas todos convergentes no sentido de podermos contribuir para que a gente tenha um plano efetivamente exequível e que ao final a gente comemore as metas sendo atendidas.

Eu vou usar esse meu tempo, Senadora, para responder a três perguntas que foram colocadas aqui, que me dão a chance de ampliar um pouco o que a gente falou.

Então, a pergunta da Ruth, do Mato Grosso: "De que forma o [...] PNE 2024-2034 garantirá a participação da educação particular na construção dos indicadores e mecanismos de avaliação?". Na pergunta ela mistura algumas questões, mas é importante para que a gente ressalte o papel do Inep. O papel do Inep nesse processo é estruturante e fundamental, principalmente quando todos clamam por qualidade. A gente não tem como, hoje, no Brasil, medir e identificar a qualidade destacada de alguém se a gente desconsiderar o papel avaliativo do Inep; e, por óbvio, a partir do processo avaliativo do Inep, a inserção da Seres no seu setor de supervisão, para que tome as medidas necessárias para coibir a falta de qualidade. Então o país hoje clama por isso, e eu acho que é importante a pergunta aqui. E isso só vai acontecer na medida em que houver o fortalecimento do Inep, para que tenha a condição de avaliar cada vez mais e dar à Seres a condição de tomar as medidas para a correção de rumo.

Uma segunda pergunta, que veio do Bruno, da Paraíba: "Como o novo [...] [PNE vai assegurar] qualidade e equidade no ensino, incluindo as instituições particulares e confessionais?". Bruno, eu acho que tudo o que a gente colocou é exatamente nesse sentido. A gente precisa criar um plano que trate todos igualmente, que trate a equidade como um pilar fundamental; que não distinga as instituições por serem particulares, por serem confessionais, por serem públicas; enfim, que trate todos dentro de um mesmo processo, com um único objetivo, que é a gente cumprir as metas. Porque as metas vão ser estabelecidas, ao final, no sentido de melhoria da educação superior do país, dos indicadores educacionais brasileiros. E, nesse sentido, a gente precisa tratar e trabalhar com todos em conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E uma última pergunta, Senadora, a que eu me disponho aqui a responder – e depois, se V. Exa. quiser que outras sejam respondidas, também estarei à disposição –, é da Fernanda, do Rio de Janeiro, que diz o seguinte: "O novo PNE estabelecerá metas para regular e fiscalizar parcerias público-privadas, garantindo maior transparência e qualidade educacional?". E aqui me traz uma sensação sempre de que a fiscalização é sempre um fator fundamental quando a gente envolve políticas públicas e principalmente recursos públicos aplicados ao setor privado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR CHANAN SILVA – Então tenho para mim que, se ele não trouxer, ele precisa indicar um caminho para que a gente tenha essas parcerias existindo. Isso é o fundamental primeiro, porque a gente não pode nunca partir do pressuposto que as parcerias não vão funcionar por não atender algumas questões de ordem econômica; elas devem funcionar, e aí a fiscalização, através de algum outro cenário, tem que acontecer para que o dinheiro seja aplicado de fato corretamente, para que tudo funcione dentro daquilo que está previsto.

Então, era essa a minha participação, Senadora. Agradeço mais uma vez este espaço democrático de debate, porque é isto que constrói política pública, a gente trabalhar dentro de um cenário em que todos podem manifestar a sua opinião, independentemente de ser divergente ou não.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

Muito obrigada também pela sua presença e pelas suas contribuições.

A Sra. Adriana Azevedo vai querer fazer uso dos cinco minutos complementares? (*Pausa.*)

Ela está conectada?

A SRA. ADRIANA AZEVEDO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estou sim.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Adriana.

A SRA. ADRIANA AZEVEDO (*Por videoconferência.*) – Só agradecer realmente a oportunidade de estar com os colegas, de ouvir as considerações, e dizer que estamos acompanhando o debate, que estamos participando em diversas frentes dessa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalho também aqui diretamente com os programas de pós-graduação *stricto sensu*. O Plano Nacional de Educação tem sido debate dentre os pós-graduandos, com uma preocupação grande também com todas essas questões que foram levantadas, e nós esperamos continuar podendo participar ativamente, enquanto instituições cristãs, evangélicas, na perspectiva de uma formação ética, cidadã e cristã neste país.

Muito obrigada pela oportunidade que nós tivemos hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Professora.

A Profa. Guiomar Namo de Mello, para os seus cinco minutos complementares.

A SRA. GUIOMAR NAMO DE MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora.

Eu gostaria de me referir a duas perguntas que me chamaram atenção – chegaram muitas perguntas, é impossível responder a todas. Uma, sobre a formação continuada, e uma outra, sobre o conteúdo dos materiais: "Como é que você vê a questão das evidências científicas etc.?".

Em primeiro lugar, eu acho que, assim... Embora eu tenha vindo aqui hoje para falar especificamente de materiais didáticos, a minha carreira toda eu dediquei à formação de professores. Acho que a Roberta, da Anec, nós já tivemos muito contato... A Roberta é uma das pessoas que acompanharam a minha carreira mais de perto, e talvez outras pessoas também já tenham.

Por que é que eu me empenhei em vir aqui hoje falar sobre material didático? Porque o material didático, quanto mais a gente olhar para a qualidade, para a eficiência e para a eficácia dele na mão do professor, ele é também um instrumento de formação continuada no dia a dia da escola – certo? –, na medida em que o professor, ao consultar o material didático, também tem acesso, muitas vezes, a conhecimentos que ele não adquiriu no seu curso de formação inicial. Portanto, ele é, de alguma maneira, uma formação continuada em serviço, e, se você estiver dentro da escola – nem sempre tem essas condições –, sobretudo das escolas que têm condições de ter um coordenador pedagógico ou um diretor que atenta para a questão da sala de aula, você pode fazer uma gestão do material didático, tomando o que ele está oferecendo, o que o material didático oferece, como um ponto de partida para outras atividades formativas, para discussão em grupos de outros professores, para intercâmbio de classe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso é uma coisa, gente, é uma prática muito comum nos países orientais, que talvez responda também, em parte, pelo bom desempenho deles, o fato de que os professores conversam, e eles conversam sobre o que eles estão fazendo em sala de aula.

E essa conversa sobre o que você está fazendo em sala de aula, que pode ser um processo de construção coletiva do conhecimento na escola, que é uma coisa que vai ficar com o patrimônio da escola, pode ser apoiada, pode ser estimulada ou pode ser complementada por um bom livro didático, por uma plataforma de acesso a conhecimento, por uma trilha de aprendizagem, enfim, por uma série de recursos que você possa pôr também para a formação do professor.

Então, eu destaco que o material didático não é uma coisa isolada, ele tem que estar num conjunto de questões que dizem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GUIOMAR NAMO DE MELLO (*Por videoconferência.*) – ... respeito à gestão do ensino-aprendizagem.

E ele está muito ligado à questão do conhecimento, que é uma outra pergunta que me foi feita, quer dizer, como garantir que o material seja livre de ideologias, de posições predefinidas, de eventualmente *fake news* ou qualquer outra coisa desse tipo? É, primeiro, começando desde o MEC na seleção, na análise do material didático e, depois, na gestão da escola também, fazendo uma análise crítica do material didático. É olhar o material não apenas como algo que é dado e acabado, mas como uma coisa que vem para ajudar, para fortalecer a sua prática e que pode ser importante na definição de um processo de conhecimento livre de ideologias dentro da escola, que é uma coisa que a gente quer muito fazer.

Eu agradeço, Senadora, pela oportunidade, pela sua condução tão democrática, por esta possibilidade de a gente ter acesso.

E quero lembrar que as emendas que eu ofereci, que mencionei aqui, sobre material didático já foram apresentadas na Comissão que está discutindo o PNE na Câmara dos Deputados.

Muito obrigada a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ótimo. Perfeito. Muito obrigada também, Professora.

Vamos passar agora para o Sr. Arnaldo Cardoso Freire, da Confenen, para seus cinco minutos complementares.

O SR. ARNALDO CARDOSO FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer o convite à Confenen para participar desta importante audiência pública e elogiar aí a condução da Senadora Teresa Leitão, muito de forma democrática.

Eu vou responder duas perguntas, Senadora – vou tentar responder duas perguntas que foram feitas. Uma é do Rafael, do Rio de Janeiro, em que ele pergunta como o PNE pode evitar o apoio à educação privada, sem fortalecer a educação pública. E, na mesma linha, há a pergunta da Mariana, de Pernambuco, em que ela pergunta como o PNE pode evitar que o avanço da educação particular amplie desigualdades sociais.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que a Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino) tem 81 anos de existência, e nós somos amplamente favoráveis a que as verbas públicas sejam destinadas às escolas... Nós entendemos que, se a escola particular quer ser autônoma, quer ser independente, ela tem que se gerir pelas suas próprias verbas, que ela obtém através das mensalidades escolares. É isso que é o trabalho... É por isto que a escola particular é democrática: ela é uma opção que o pai faz de escolher a escola particular, ele pode optar por qualquer escola particular a que ele entenda que ele possa confiar a educação dos seus filhos.

E nós temos dois fatores importantíssimos que foram citados pelo Prof. Paulo Chanan. Um é a questão do Prouni. O Prouni, Senadora, eu acho que é o programa hoje de maior oferecimento de vagas estudantis no Brasil. São mais de 200 mil vagas oferecidas em todos os cursos das universidades, faculdades e centros universitários particulares do Brasil.

São mais de 200 mil vagas anuais. São milhares de alunos que já se formaram pelo Prouni. E eu entendo que é um programa que realmente reduz, trabalha muito na redução dessa desigualdade social. É um trabalho que as escolas particulares, as universidades particulares do Brasil têm feito com muita eficiência.

Segundo, eu gostaria também de salientar a questão que a Roberta levantou sobre a gestão democrática, que se entende que não deveria ser aplicada às escolas particulares, porque são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

particulares, mas eu acredito no próprio instrumento, que fala sobre a questão dos fóruns. Eu acho que não existe nada mais democrático no Brasil – nós estamos falando do Fórum Nacional de Educação, mas desde antes de o Fórum Nacional de Educação ser Fórum Nacional de Educação, em 2010 –, não existe nenhum instrumento, e a Senadora também faz parte dele, mais democrático do que o Fórum Nacional de Educação, os fóruns estaduais de educação e os fóruns municipais de educação, porque esses são os espaços de que todas as instituições que representam a educação, como pais, escolas, gestores, escolas públicas, escolas particulares, fazem parte. Então, eu acho muito importantes, como espaços realmente democráticos, os fóruns subnacionais e o Fórum Nacional de Educação, como verdadeiros espaços democráticos da educação brasileira.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também.

Nós temos um projeto de lei que trata da gestão democrática no sistema. Ele já foi apresentado aqui na Comissão, teve parecer favorável, mas houve pedido de vista pela Senadora Damares Alves. E não foi por questionamentos a respeito da gestão democrática como instrumento, mas apenas porque ele trata da diversidade, que é uma realidade inequívoca. Ela questionou esta palavra "diversidade", e a gente está aguardando o tempo para retomá-lo, porque ele também tem que estar submetido, evidentemente, e coerente com o Plano Nacional de Educação. Mas é um tema muito importante e que eu acho bastante amplo, porque ele não é vinculado e nem contempla só o que alguns pensam, que é a eleição direta para diretor, mas o contexto, o conjunto da participação social.

Muito bem, vamos agora para o nosso quinto convidado, que tem os seus cinco minutos complementares, o Sr. Gonzalo Lopez, da Abreduc.

O SR. GONZALO LOPEZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Faço só um parêntese aqui para mandar um abraço para a Roberta Guedes, uma pessoa que eu admiro muito, só retribuindo, porque ela falou depois de mim, e eu não tinha visto a Roberta aqui. Um abraço, querida. Bom evento aí em Fortaleza. Que tudo ocorra bem!

Prezada Senadora, eu vou ler alguns comentários, porque eu acho superimportante. É tão bacana essa participação da população, não é? Chegaram novos comentários, eu não pude ler

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

todos, mas vou destacar alguns aqui e respondo a um deles, coloco na pauta, na verdade, uma das perguntas.

Primeiro, o Felipe, do Rio Grande do Norte, trouxe um comentário: "Melhorar a educação no Brasil é um desafio complexo que exige ações coordenadas em várias frentes, considerando as desigualdades regionais".

Concordo em absoluto. São várias as frentes necessárias, coordenadas, considerando a questão regional que é muitíssimo relevante no Brasil. Nós temos, por exemplo, no Paraná, escolas estaduais em que a presença já pode ser feita simplesmente por câmeras nas salas que reconhecem facialmente os alunos. Nem as escolas privadas de ponta têm essa tecnologia. Então, repare que a educação pública do Estado do Paraná está à frente das escolas talvez com as maiores mensalidades do Brasil, tá? Você pode pegar as com as maiores mensalidades e não há essa tecnologia. Aí, por exemplo, o pai ou a mãe tem a certeza absoluta da presença do seu filho. Então, parabéns, por exemplo, ao Paraná, que está se destacando nesse aspecto.

Nós temos uma realidade dessa, mas nós temos realidades, por exemplo, de cidades, de n locais do Brasil que não têm simplesmente vaga para alunos, não é? Então, não há dúvida de que é supercomplexo o desafio e que as desigualdades regionais são tremendas. Então, às vezes, escolas estaduais também não têm vaga, enquanto outras têm (*Falha no áudio.*)... o que mostra o potencial. Existe o potencial para realizar.

O Oswaldo, do Rio de Janeiro, colocou que "precisamos, urgentemente, de planos para melhoria da qualidade do ensino, em todos os níveis", estabelecendo que esse deveria ser o foco.

A Lucilene, do Piauí – então, a gente está aqui com Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Piauí –: "Como assegurar o cumprimento do PNE 2024-2034, diante do histórico de metas não cumpridas e da falta de política financeira?".

A Fernanda, do Rio de Janeiro: "O novo PNE estabelecerá metas para regular e fiscalizar parcerias público-privadas, garantindo maior transparência e qualidade educacional?".

E aí são essas duas que eu queria pautar e tentar encaminhar, porque, por exemplo, a Lucilene, do Piauí, ressaltou que as metas não são cumpridas e que existe uma dificuldade de políticas financeiras. Nesse aspecto, se relaciona muito com a pergunta da Fernanda, que é se o PNE estabelecerá metas para regular e fiscalizar parcerias público-privadas, garantindo maior transparência e qualidade educacional. Então, nós estamos muito firmes na defesa dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parcerias por entendermos que elas podem avançar muito dentro do processo educacional brasileiro, de forma complementar ou suplementar, nunca substitutiva. De forma complementar ou suplementar, a educação privada consegue contribuir, inclusive nessas questões financeiras. Por exemplo, o Probásico seria algo extremamente simples de ser efetivado nos moldes do Prouni. E aí não há nem impacto orçamentário, porque há contrapartida. Então, não tem impacto do Tesouro, são contrapartidas realizadas.

A gente entende que o caminho já existe, o caminho já foi trilhado, é apenas agora adaptá-lo para a educação básica. E, claro, é muito importante que o PNE olhe para as parcerias e, sim, que a oportunidade seja aproveitada para transparência e qualidade. É importante que sejam estabelecidas... É uma realidade já estabelecida e com resultados muito bons, que precisam de alguma forma ser avaliados e olhados pelos Parlamentares, pelo Poder Executivo neste momento. Por que o que acontece? Nós sabemos que os projetos de lei tramitam; e muitas vezes os projetos de lei tramitam não necessariamente dialogando com o Plano Nacional de Educação. É importante que nós tenhamos sempre a percepção de tudo que está acontecendo para podermos implementar de alguma maneira metas e diretrizes, já no Plano Nacional de Educação, que dialoguem com todos os projetos de lei e outras iniciativas mais que tramitam no Poder Legislativo brasileiro ou que venham do Poder Executivo e vão para a Casa Legislativa.

Então, basicamente era isso, reforçando a necessidade de fato de que haja transparência e qualidade nessas parcerias também.

Obrigado, Senadora. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada também.

Só respondendo à internauta, no plano, nós estamos retomando com a vinculação dos 10% do PIB para a educação. Estava no plano anterior, nós não alcançamos isso tudo. Ficamos entre 6% e 7%, a depender das contas, porque às vezes se misturam ou são feitas por métodos diferentes. Mas isso está também previsto. E, sem sombra de dúvida, sem financiamento para o Plano Nacional de Educação, nós não conseguiremos atingir as metas. Para além do que nós já temos, que são os recursos vinculados dos municípios, dos estados e da União, nós temos que ter esse reforço para as metas serem alcançadas.

Então, vamos encerrar com a fala de Roberta Guedes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROBERTA GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora, por me passar a palavra neste momento.

Vou trazer algumas questões sobre a fala do Oswaldo, do Rio de Janeiro, do Felipe, do Rio Grande do Norte, e da Ana, do Amazonas.

A gente precisa urgentemente de um plano para a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, sim. E, por isso, a gente precisa melhorar a educação no Brasil, o que não é um desafio fácil. Todos nós educadores sabemos que é um desafio muito complexo.

Mas em que a gente acredita enquanto escola confessional, escola filantrópica? Que ações coordenadas podem garantir tanto a voz quanto um planejamento eficaz, considerando as desigualdades regionais. Mais do que nunca, a gente precisa formar cidadãos críticos, engajados, que tenham projetos de vida, que sejam comprometidos com a democracia. E aí, sim, as ciências sociais, a história, a geografia e a filosofia deveriam começar lá na pré-escola, para gente formar esse cidadão que pensa, que reflete, que tem consciência do seu espaço e que luta pelos seus direitos e também cumpre os seus deveres.

A gente vê que o plano ainda tem algumas falhas quando fala, por exemplo, na questão ambiental. E isso a gente precisa retomar, porque, inclusive, é por meio dessa formação crítica com as ciências sociais que ele vai aprender a ecologia integral enquanto instrumento de cidadania.

É por isso também que a gente entende que é preciso esse pacto federativo, que a gente tanto defende. Como o Gonzalo mesmo falou, a rede pública e a rede privada não podem ser opositoras; a gente tem que ser complementar, a gente tem que trabalhar em conjunto. Vejam aí quantas escolas católicas nossas têm convênios com prefeituras, com estado, e a gente complementa ou suplementa atividades, ações e o próprio ensino regular, quando o município não consegue, não tem escola suficiente.

Alguns colegas aqui estavam falando sobre a educação inclusiva. As escolas católicas têm sido um exemplo na área da inclusão – e exemplo mesmo, inclusive com salas de recursos, com atividades direcionadas, com o PEI.

Então, assim, nós não somos maiores ou melhores ou piores do que a pública; pelo contrário, a gente tem que se complementar, porque a gente tem (*Falha no áudio.*)... todos. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente tem que garantir que as populações ribeirinhas, indígenas... Que o discurso seja um discurso para todas as pessoas.

E, enquanto escola católica, em nome da Anec, a gente quer garantir o que temos garantido ao longo da história da educação brasileira: que a educação seja efetivada como políticas – como políticas de Estado, como políticas que possam dar condições para um pacto educativo global. É por isso que a gente se preocupa tanto com que as nossas instituições beneficentes, sem fins lucrativos e confessionais estejam a serviço de uma educação para cidadania, de uma educação para todas as pessoas. E nós contamos muito com que o Plano Nacional de Educação seja instrumento efetivo para que isso aconteça.

Nosso muito obrigada. É uma alegria, um compromisso social estar nesta Casa, estar com esses educadores que falaram antes de mim. Agradeço à senhora, Senadora, e, na sua pessoas, a toda esta Casa, que tem trabalhado tanto para que o Plano Nacional de Educação seja aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Roberta, lembrando que nós queremos inserir um nono objetivo, que trata justamente de meio ambiente e sustentabilidade. Isso já foi requerido por emenda. Estamos tratando disso, até porque dialoga com o temário da Conae para não ficar essa abordagem de fora.

Eu quero agradecer a participação de todos os nossos convidados: tanto o Sr. Paulo Chanan, que está aqui presencialmente, como todos os outros que entraram remotamente.

Nós estamos com o ciclo de 12 audiências, vamos dar continuidade e talvez ainda possamos fazer duas antes de entrarmos de recesso.

Esse plano já chega para o Senado, para o Congresso Nacional com muita legitimidade social, tendo em vista que ele é fruto das conferências estaduais, das conferências municipais e da Conae – e foi extraordinária a Conae de 2024, justamente porque tratou especificamente do Plano Nacional de Educação. Então, é inegável esse teor, essa carga de legitimidade social. Estamos agora nesse processo de escuta para os devidos aperfeiçoamentos.

Nem todo documento da Conae foi incorporado ao plano, mas uma boa parte o foi. E eu acredito que, com as emendas que estão sendo trazidas, com as audiências públicas, nós vamos ter um instrumento emancipador, um instrumento democrático, um instrumento que possa colaborar com a qualidade social da educação no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a todos e a todas.

Está encerrada a nossa audiência.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e cinco minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Otto Alencar, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Pedro Chaves, Flávio Arns, Magno Malta e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 18ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3611, de 2024 - Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4752, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia da Luta da População em Situação de Rua." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4799, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional de Educação Cidadã." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CE, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2938, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece a Chegança como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 32, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 30/2025 - CE, que requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de debater a Política Nacional de Educação Digital, instituída pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, bem como a necessária regulamentação da referida Lei, que sejam convidadas especialistas." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), subscrito pela Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 35, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal e do art 93, II, Regimento Interno do Senado Federal, estudar a possibilidade de incluir, como convidado do ciclo de audiências sobre o PNE, o presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP)." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), subscrito pela Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado o requerimento com alteração, para que a inclusão do convidado se dê em data oportuna. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2025 – CE e REQ 19/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sr. Marcelo Ponciano, Reitor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e Conselheiro do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Sr. Marcelo Bregagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e Representante da Rede Nacional de Escolas Estaduais da Educação Profissional e Tecnológica; Sra. Sueli Veiga Melo, Secretária-Adjunta de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Sr. Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); e Sra. Cleunice Matos Rehem, Diretora-Executiva da Associação Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (BRASILTEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de julho de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião, realizada em 2 de julho de 2025.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado*.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira parte é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão – se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exigem votação nominal –, e a segunda parte destina-se à realização da 9ª audiência pública do ciclo de audiências sobre o novo Plano Nacional de Educação.

Nós vamos iniciar, Senador Paim, com a inversão da pauta, no aguardo da Senadora Jussara, começando já com a relatoria de V. Exa.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4752, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia da Luta da População em Situação de Rua.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *1. Em 26/05/2025, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.*

A autoria desse projeto é do Deputado Federal Nilto Tatto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Bom dia, Presidenta, Senadora Teresa Leitão. Meus cumprimentos pelo brilhante trabalho que tem feito na Casa e principalmente – permita-me que eu diga – na Presidência desta Comissão. Dizem que a educação liberta, e ninguém melhor de que V. Exa. para fazer esse trabalho, ou seja, coordenar esta Comissão, como Presidenta.

Presidenta, se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise, que é um pouquinho longa também, mas, se a Senadora Relatora do projeto do item 1 chegar, eu vou para a síntese, o.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Perfeitamente, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos para a análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposta em debate do nosso querido amigo Deputado Nilto Tatto.

Ainda segundo essa mesma norma que li agora, conforme estabelecido no inciso I do art. 49 e inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, restam igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com esse diploma legal, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 26 de maio de 2025, audiência pública no âmbito desta Comissão para tratar da instituição dessa nova efeméride, reconhecendo-se a relevância e o alto significado da data para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, aqui tem o nome de todos os que participaram desse importante debate na Comissão. Se V. Exa. permitir, eu vou ler o nome do primeiro, que encabeçou os painelistas e abriu o evento, e considero como lidos os nomes de todos os membros que participaram. Eu estava nessa importante audiência pública.

Bom, essa audiência pública foi marcada pela defesa de políticas públicas estruturantes que sejam capazes de assegurar a dignidade daqueles que estão nessa condição. A audiência contou com a participação do Padre Júlio Lancellotti, Pároco da Paróquia de São Miguel Arcanjo e Vigário Episcopal para a Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo. E, aí, seguem, Sra. Presidente, os nomes de mais uns 15, 20, eu digo que são muitos que participaram, todos com o mesmo brilhantismo.

Indo para o finalmente, registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito, somos plenamente favoráveis à proposição.

A população em situação de rua representa um dos maiores desafios sociais e humanitários da atualidade, refletindo as profundas desigualdades e falhas estruturais de várias sociedades.

Dados oficiais, embora muitas vezes subestimados em razão da complexidade da contagem, apontam para um crescimento contínuo e preocupante.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, conforme diagnóstico realizado com base em números do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o número de pessoas em situação de rua aumentou 935%, tendo saltado de 21 mil pessoas cadastradas, em 2013, para 227 mil, em agosto de 2023. Esse crescimento se refere ao número de pessoas em situação de rua cadastradas, pois o número real de pessoas vivendo nas ruas é ainda maior, justamente porque nem todas estão cadastradas.

Outro estudo relevante, conduzido pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, ligado à Universidade Federal de Minas Gerais, também com base nos dados do CadÚnico, estimou em cerca de 327 mil o número de pessoas vivendo em situação de rua no final do ano de 2024, um aumento de 25% em relação a dezembro de 2023.

Além de constituir um problema social, o panorama da população em situação de rua também é um desafio de direitos humanos e de saúde pública. A ausência de moradia digna, o acesso limitado a saneamento, alimentação, serviços de saúde, educação tornam essa população extremamente vulnerável a doenças, violência e exploração.

A abordagem do Estado e da sociedade muitas vezes é pautada pela criminalização ou pela invisibilidade. As políticas públicas, quando existentes, são frequentemente emergenciais e fragmentadas, focando em abrigos temporários, que, embora necessários, não atingem a raiz do problema.

A escolha da data remete à Chacina da Praça da Sé – repito, a escolha da data remete à Chacina da Praça da Sé – ou Massacre da Sé, série de ataques brutais que ocorreram na cidade de São Paulo, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004. Durante esses eventos, 15 pessoas em situação de rua foram violentamente agredidas com golpes na cabeça e no rosto enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dormiam, sem oportunidade de defesa. Desse total, sete vítimas vieram a óbito, e outras seis sofreram sequelas irreversíveis.

Reflexo da complexidade e da fragilidade do nosso tecido social, o cenário em que vive a população em situação de rua confirma a urgência, exige a urgência de uma ação coordenada e humanizada, que vá além do assistencialismo, garanta direitos e promova a dignidade humana.

Nesse contexto, temos a convicção de que a instituição do Dia da Luta da População em Situação de Rua se apresenta como uma oportunidade única para desmistificar preconceitos e embasar políticas públicas eficazes, razão pela qual somos favoráveis ao projeto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.752, de 2019.

Sra. Presidente, se me permitir, não é exatamente isso, mas tem a ver com isso. Eu fiquei muito chocado com a fala da mãe daquele jovem trabalhador que foi assassinado com um tiro na cabeça. Ele ia com os colegas, voltando para a casa, e ele correu. Um policial à paisana, que se encontrava na região, quando o viu correndo, deu o tiro na cabeça e o matou. E a fala da esposa foi a seguinte: "Ele só levou esse tiro na cabeça porque era preto e estava correndo".

E sabe por que eu dou esse depoimento neste momento? Eu tinha um cunhado. A esposa dele se chamava Neli. Neli era minha irmã de criação, ou seja, nos criou praticamente, não é? Como irmã de criação, a idade próxima da minha mãe. Com ele, aconteceu algo semelhante a isso. O delegado na época, o policial – não vou aqui identificar se era delegado, se estava à paisana ou não estava –, quando ele correu, disse: "Deixe-o correr; antes de ele dobrar a esquina, eu o mato". Eu tinha, calculo, em torno de 10, 12 anos; só fui ao enterro. Deu o tiro e o matou.

Então, isso tem tudo a ver com a abordagem, não é? Tem tudo a ver com a forma como tratamos as pessoas neste país.

E os crimes aumentam. Os dados aqui do pessoal em situação de rua são alarmantes. Saiu de 25 mil para 325 mil.

Então, deixando esse meu protesto aqui, acho que temos que rediscutir a abordagem policial. Eu sei, conversei com algumas pessoas; tem uma situação também psicológica, a saúde, a situação também dos policiais. Eu quero que tratem bem os policiais, para que os policiais tratem bem também a nossa população mais vulnerável principalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Presidente. Eu sou pela aprovação do projeto do Deputado Nilto Tatto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Estou de acordo com o seu destaque. Parabenizo-o pelo relatório.

A matéria está em discussão.

Senador Esperidião Amin, foi para essa matéria que V. Exa. pediu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não, então, está bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No entanto, eu me solidarizo com (*Fora do microfone.*)

... as palavras do Senador Paulo Paim. Voto a favor.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Tudo bem.

Essa matéria é nominal, como as outras duas também do relatório da Senadora Jussara serão nominais. Nós vamos votar, como eu disse no início, em bloco. Saudando a presença – a nossa Comissão hoje está bastante robusta – da Senadora Jussara Lima, do Senador Izalci e do Senador Esperidião Amin.

Eu vou passar para o terceiro item da pauta, enquanto o Senador Veneziano Vital do Rêgo chega, porque é o Relator do primeiro item.

Nós temos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

Nós temos somente mais dois itens e, em seguida, o requerimento, para, depois, darmos início a nossa audiência pública.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4799, DE 2024

- Terminativo -

Institui a Semana Nacional de Educação Cidadã.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 28/05/2025, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima, para a leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Sra. Presidenta Teresa Leitão, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Peço permissão para ir diretamente à análise. (*Pausa.*)

Como o relatório está publicado, passo diretamente à análise da proposição.

Sem dúvida, o projeto é meritório ao criar um ambiente propício à reflexão e discussão sobre temas fundamentais para a democracia. O projeto fortalece esse objetivo constitucional, na medida em que incentiva a formação crítica e participativa de estudantes e da sociedade em geral.

O fomento a atividades de capacitação, palestras, debates e oficinas, bem como a promoção de concursos e demais iniciativas, configura uma estratégia eficaz para engajar não apenas a comunidade escolar, mas também os diversos setores da sociedade na temática da cidadania. Além disso, a proposta não enseja encargos diretos ao erário que inviabilizem sua execução, pois incentiva o uso de estruturas já existentes em instituições de ensino, órgãos públicos, organizações da sociedade civil e empresas privadas, promovendo parcerias e sinergias que ampliam o alcance das ações sem onerar o poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito educacional e na sociedade em geral, a iniciativa permanece em sintonia com os princípios básicos de uma formação integral, que busca formar indivíduos ativos, conscientes de seus direitos e deveres e capazes de atuar em benefício do bem comum. Ademais, a proposta fortalece a compreensão de valores indispensáveis à vida em coletividade, como ética, participação política, equidade de gênero, raça e etnia, diversidade, inclusão e sustentabilidade.

Por fim, para não invadirmos campo de atuação mais bem tratado pelo Poder Executivo, qual seja, o do currículo escolar, apresentamos emenda supressiva para que a proposição se enquadre no regramento trazido pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. Desse modo, a semana nacional de educação cidadã pode engajar vários setores da sociedade, incluindo as comunidades escolares, como uma possibilidade, não de forma compulsória.

Por fim, ressaltamos que foram cumpridos os requisitos da Lei nº 12.345, de 2010, que no seu art. 2º dispõe que a instituição de datas comemorativas deverá ser precedida de "consultas e audiências públicas realizadas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados". De fato, na data 28 de maio de 2025, tivemos uma audiência pública na Comissão de Educação e Cultura sobre a instituição da Semana Nacional de Educação Cidadã, para se discutir e ratificar a criação dessa data nacional.

O meu voto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.799, de 2024, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CE
> Suprimam-se os arts. 5º e 6º do Projeto de Lei nº 4.799, de 2024, renumerando-se o subsequente, e dê-se ao art. 4º a seguinte redação:
> "Art. 4º Constituem atividades da Semana Nacional de Educação Cidadã, sem prejuízo de outras que vierem a ser adotadas pelos diversos setores da sociedade, as seguintes iniciativas:
> I – realização de palestras, oficinas, debates, seminários e outros eventos abertos ao público para fortalecer e disseminar a educação cidadã em todo o território nacional;
> II – apoio a atividades que promovam a educação para a democracia, inclusive nas instituições de ensino, como visitas a órgãos públicos e instituições do Poder Legislativo e do Judiciário, contribuindo para a formação cidadã de crianças, adolescentes, jovens e adultos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

III – capacitação de educadores, lideranças comunitárias, gestores públicos e demais agentes sociais, bem como conscientização da população em geral acerca do exercício da cidadania;

IV – promoção, produção e distribuição de materiais educativos relativos à educação cidadã em espaços públicos ou privados, com ampla acessibilidade;

V – estímulo a campanhas sobre pesquisa, produção e gestão do conhecimento em educação cidadã, bem como incentivo à participação qualificada em conselhos, conferências e audiências públicas;

VI – ampla divulgação nos meios de comunicação sobre o papel da educação cidadã na formação de indivíduos críticos, participativos e comprometidos com a coletividade;

VII – parcerias entre o setor público e o setor privado para promover e estimular a educação cidadã em todas as regiões do País;

VIII – concursos de redação, produções audiovisuais ou outras formas de expressão artística e cultural que abordem temas relacionados à cidadania, democracia e participação política;

IX – incentivo à compreensão da ética na política, da equidade de gênero, raça e etnia, da diversidade e da inclusão, do desenvolvimento sustentável e dos impactos desses temas para o sistema político e a sociedade em geral;

X – fomento à criação de grupos de estudos, clubes de debate, grêmios estudantis, coletivos ou associações comunitárias que discutam temas relevantes para a sociedade, estimulando a reflexão crítica e o diálogo.”

Esse é o meu voto, Presidenta, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora.

Eu quero dizer aos convidados que estão chegando para a audiência pública que nós temos ainda um projeto e dois requerimentos, e aí iniciaremos a audiência.

Quero cumprimentar a Senadora Zenaide, cumprimentar o Senador Jayme Campos, que é o autor da matéria, e eu coloco a matéria agora em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de solicitar a V. Exa... Claro, natural, a senhora está dizendo que tem mais um projeto para ser votado, né?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Na verdade, vai votar em bloco os demais?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Os três nominais nós vamos votar em bloco. Foi anunciado no começo da reunião.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Correto. Posso fazer a minha manifestação agora ou aguardar a votação? Qual é a orientação da Presidência?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não, o senhor pode fazer agora, porque, durante o recolhimento dos votos, eu vou dar seguimento aos requerimentos, para poder não atrasar muito a audiência pública.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agradeço...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Se o senhor puder ser o máximo objetivo possível, eu agradeço demais, mas o senhor é o autor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Obrigado.

Sra. Presidente, querida Senadora Teresa, colegas Senadores, prezada Relatora do nosso projeto, eu gostaria apenas de falar da importância desse projeto.

V. Exas. têm, com certeza, essa sensibilidade de verem que hoje muito pouco, quase nada da população brasileira tem interesse na política. Nós estamos aqui parecendo aqueles países de regime fechado, como é o caso do Iêmen, do Azerbaijão, que são países em que apenas 47% da população têm interesse em política.

Eu acho que o básico de uma sociedade democrática é que ela tenha conhecimento do que representam os Poderes, para saber qual o papel do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, e V. Exas. têm acompanhado, tem muitas pessoas que saem candidatas, mas não sabem o motivo, qual a razão, o que é que elas vão fazer, o que é o papel do Vereador, o que é o papel do Deputado Federal, Estadual, enfim. Elas acham, muitas das vezes, que é até bonito, entretanto, por exemplo, não têm conhecimento realmente do que representa a importância de um cidadão representar a sociedade, seja onde for, na Câmara, no Congresso ou nas Assembleias Legislativas.

Dessa maneira, para ser objetivo, quando se propõe a criação da Semana Cidadã aqui, em relação a essa matéria, é para que se inicie nas escolas, para que as crianças, com certeza, tenham conhecimento e para que, evidentemente, nós aprimoremos até o sistema político brasileiro. Lamentavelmente, muitas das vezes, o que dá a entender é que o cidadão não tem nenhum compromisso. Ele às vezes faz política, quer ser político por vaidade pessoal ou para transformar até o seu mandato em balcão de negócio, e não é o papel. A política é um instrumento de mudança, de transformação dos modelos, muitas vezes, seja econômico, seja social. E essa é a proposta em sua essência.

Eu vou só fazer um pequeno comentário aqui, Sra. Presidente, e agradecer à nossa Relatora, que, de forma zelosa e competente, fez, com certeza, algumas emendas e melhorou muito mais, Senadora, o nosso projeto de lei, na medida em que V. Exa., experiente e competente como é, tem procurado, ao longo do seu mandato, fazer um trabalho exitoso. Eu quero apenas agradecer a V. Exa. o parecer de forma favorável.

Nós queremos, com esse projeto, Zenaide, nossa querida Senadora, é estimular, com certeza, palestras, oficinas, debates, capacitação de professores e visitas guiadas aos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, para elevarmos a educação cidadã à sociedade brasileira.

A escolha da segunda semana de agosto para a realização das atividades é profundamente simbólica, pois coincide com a comemoração do Dia do Estudante, celebrado em 11 de agosto.

Mas, Sras. e Srs. Senadores, hoje, infelizmente, apenas 47% dos brasileiros dizem não se interessar por política por desconhecerem o sistema político. Segundo o Índice de Democracia global, de zero a dez, a nota do Brasil é cinco em cultura política. Estamos no mesmo nível, como bem se disse aqui, de países autoritários, como é o caso do Iêmen, do Azerbaijão e do próprio Camboja. É preciso mudar esse cenário, incentivar a participação cidadã de forma ética, suprapartidária e preparar o Brasil para o futuro. A educação cidadã prepara indivíduos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vida coletiva em uma democracia. É, portanto, um conjunto de competências, valores, habilidades e atitudes necessárias para que os brasileiros sejam, cada vez mais, lideranças públicas informadas, conscientes e ativas.

A Semana Nacional da Educação Cidadã será marcada, positiva e permanentemente, em nosso calendário escolar. Também as ações de instituições públicas e privadas espalhadas pelo Brasil, representando uma semente plantada em favor das novas gerações.

Destaco também que a educação cidadã não deve acontecer apenas nos anos eleitorais, Senador Paulo Paim, pois é uma jornada permanente de escuta, diálogo e compromisso com o país que nós queremos construir.

Analisar o papel dos mandatários, entender o funcionamento dos Poderes da República, a dinâmica do sistema eleitoral e a importância do voto consciente, os pilares da democracia; conhecer de perto esses fundamentos é crucial para a formação de uma sociedade avançada.

Quero, neste momento, fazer uma saudação especial a todos os membros da Rede Nacional de Educação Cidadã, que foram grandes parceiros da construção desse projeto. Quero agradecer, de igual modo, à minha querida Senadora Jussara Lima, que realizou a audiência pública para debater a matéria e, com muito zelo e competência, elaborou um grande relatório para o avanço do nosso projeto de lei.

Fico muito grato, Sra. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Parabéns pela autoria.

O projeto continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sra. Presidente Teresa, quero aqui já parabenizar o meu colega Jayme Campos, a minha colega Jussara pela brilhante relatoria.

Eu costumo dizer que educar é diferente de ensinar. Então, quando se fala em educação cidadã... Ensinar é você ensinar alguém para passar num processo seletivo. Educar é educar o cidadão como um todo, com conhecimento geral e o conhecimento político também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, Jayme, parabéns, porque educar nós precisamos, educar nossos alunos. E nós temos uma prova viva do que é educação, inclusive profissionalizante de qualidade, que são os institutos federais. Eles oferecem uma educação pública de qualidade, criam cidadãos e cidadãs.

Então, vem um projeto de lei desses, justamente em agosto, na segunda semana, e que isso se perpetue. Quando você oferece uma educação pública, Jussara, de qualidade, que é da cidadania, que é o que faz o cidadão ter o direito de participar de tudo, você está oferecendo ao mundo todo que quis crescer, seja social, seja economicamente, e investiu em educação pública, de qualidade, em tempo integral.

Educar é diferente de ensinar, e você só tem cidadãos se você oferecer uma educação pública que dê noção de tudo, inclusive da política. Cidadão sem conhecimento político, muitas vezes a gente combateu isso aqui – Escola sem Partido, não sei o quê. Na verdade, o que estava ali, a gente sabia, queria cidadãos analfabetos políticos. Aí, vem um projeto de lei desses, para chamar atenção para o fato de que a educação de verdade é aquela que educa para ser um cidadão.

Parabéns, Jayme!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora.

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos coletar os votos, conjuntamente com os outros dois projetos de votação nominal.

Anuncio a retirada de pauta do item 1.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3611, DE 2024

- Terminativo -

Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 01/04/2025, 29/04/2025 e 13/05/2025.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.)

O Relator não vai conseguir chegar, e gostaria de relatar pessoalmente a matéria.

Vamos para o último item de pauta, dizendo à Senadora Zenaide Maia que a nossa audiência pública de hoje será sobre educação profissional no âmbito do Plano Nacional de Educação.

Vou passar, então, para a Senadora.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2938, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece a Chegança como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A votação será nominal e realizada em bloco, ao final da leitura do relatório.

Passo a palavra à Senadora Jussara Lima, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Sra. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Como o relatório está publicado, passo diretamente à análise da proposição.

Sem dúvida, o projeto é meritório, ao criar um ambiente propício à reflexão e discussão sobre temas fundamentais para a democracia. O projeto fortalece esse objetivo constitucional, na medida em que incentiva a formação crítica e participativa...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Desculpe-me, Senadora. Eu anunciei o projeto, e não disse a ementa: reconhece a Chegança como manifestação da cultura nacional.

É o item 4.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone*.) – Não é esse, não?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É o seguinte. Eu fiz com que a senhora se confundisse, porque eu não li a ementa. (*Pausa.*)

Mas está valendo, a senhora pode ir direto para a análise.

Desculpe-me.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Eu também peço desculpas.

Quanto ao mérito, o parecer é favorável ao projeto.

A Chegança constitui uma das expressões mais ricas e complexas da cultura popular brasileira, especialmente presente em diversos estados da Região Nordeste, tais como Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará, com destaque especial à sua importância histórica e atual no Estado de Sergipe.

Esse folguedo popular é particularmente expressivo nos Municípios sergipanos de Laranjeiras, Lagarto e São Cristóvão, onde mantém uma rica tradição, que mescla elementos marítimos, religiosos e históricos, preservando com vigor notável heranças culturais ibéricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nessas localidades, a Chegança é encenada de maneira singular, preservando elementos dramáticos profundamente ligados à religiosidade popular e às tradições náuticas. As apresentações ocorrem regularmente, especialmente no período natalino ou em datas festivas, como no dia de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, com os participantes apresentando-se trajados à imitação dos integrantes da Marinha, refletindo uma hierarquia minuciosamente organizada e coreografias cuidadosamente transmitidas entre gerações.

A importância histórica e cultural da Chegança em Sergipe foi reconhecida e documentada por renomados pesquisadores, como Sílvio Romero e Mário de Andrade. Esses estudos registram a riqueza das representações sergipanas, em que são encenados episódios náuticos, como tempestades, brigas entre tripulantes, contrabando e a emblemática luta entre cristãos e mouros, culminando com o batismo simbólico destes últimos após a sua derrota. Os grupos de Chegança em Sergipe têm mantido viva essa tradição, sendo reconhecidos por sua fidelidade aos textos originais e pela qualidade das representações dramáticas e musicais, incluindo instrumentos típicos, como pandeiros e o apito de comando.

No âmbito socioeconômico, o reconhecimento oficial da Chegança poderá fortalecer a cultura popular local, estimulando a economia regional por meio do turismo cultural e incentivando investimentos públicos e privados em infraestrutura e capacitação dos grupos folclóricos. Além disso, potencialmente, permitirá maior acesso a recursos destinados à preservação e à promoção da cultura popular, beneficiando diretamente as comunidades que mantêm essa relevante manifestação cultural em plena atividade.

A oficialização desta manifestação cultural promoverá ainda a valorização e o fortalecimento da identidade cultural local, especialmente entre as novas gerações, contribuindo significativamente para o sentimento de pertencimento e para a preservação das tradições populares.

Voto.

Diante da evidente relevância histórica, cultural e social da Chegança, meu voto, Sra. Presidenta, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.938, de 2024.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos proceder à votação nominal dos três projetos.

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A votação será dos itens 2, 3 e 4, nos termos dos relatórios apresentados: o PL 4.752, de 2019; o PL 4.799, de 2024; e o PL 2.938, de 2024.

Os Senadores que votam com os Relatores e a Relatora votam "sim".

Enquanto aguardamos a manifestação no painel, para adiantar, eu vou ler dois requerimentos que estão sobre a mesa.

Este é de autoria da Professora Dorinha Seabra.

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 32, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 30/2025 - CE, que requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de debater a Política Nacional de Educação Digital, instituída pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, bem como a necessária regulamentação da referida Lei, que sejam convidadas especialistas.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O segundo requerimento é do Senador Hamilton Mourão.

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 35, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal e do art 93, II, Regimento Interno do Senado Federal, estudar a possibilidade de incluir, como convidado, o presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP), na próxima Audiência Pública sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e outros

É claro que nós vamos estudar, uma vez aprovado esse requerimento.

Não há ninguém que se oponha.

Porque hoje nós vamos realizar a última audiência pública do semestre. Na próxima terça-feira, já anuncio aos Srs. Senadores, teremos uma sessão estritamente deliberativa para toda a pauta que está pendente, viu, Senadora? Eu lhe peço permissão para deixar isso para terça-feira. Disse isso também ao Senador Humberto Costa, porque nossos convidados já estão todos aqui. Entra lá na pauta de terça, quando é a nossa última reunião do semestre, o relatório de V. Exa., como também o do Senador Humberto Costa.

Então, aprovados os dois requerimentos, vamos esperar o quórum para votação para podermos dar início à audiência.

Enquanto encerramos a votação, o Senador Esperidião Amin pede a palavra, e ela está concedida, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – E por isso vou votar, Presidente.

Só queria fazer dois pedidos. Primeiro, nós aprovamos um requerimento de minha autoria para que, quando o Ministro da Educação, que está por vir aqui... Já houve dois adiamentos, pelo menos. A última data, se não me engano, era 27 de maio. O requerimento foi aprovado, Sra. Presidente, no dia 13 de maio.

Com foco no relatório do Sr. Ministro, podemos abordar a situação das universidades; no caso do meu pedido, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Federal da Fronteira Sul, com atuação nos três estados do Sul. Então eu queria rogar a V. Exa. que fizesse o possível para que o Ministro, ainda neste primeiro semestre legislativo, pudesse aqui estar, sob pena de ficarmos relegados ao segundo.

A segunda razão é aplaudir e aprovar, pedir a deliberação – desde já me manifesto favorável – do item 5, que é o primeiro requerimento do dia, de autoria da Senadora Professora...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Dorinha Seabra. Já coloquei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... sobre a Política Nacional de Educação Digital.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, sim. Todos os dois foram aprovados tacitamente, o 5 e o 6.

Eu quero dizer a V. Exa. que, quanto à reunião que estava marcada, inicialmente conjunta com a outra Comissão, foi pedida por mim ao Ministro a mudança, porque o Presidente Lula estava indo para o meu estado, em uma atividade que tinha tudo a ver com o nosso mandato; aí, ficava difícil não estar presente. Mas a assessoria do Ministro já veio aqui à Comissão, nós estamos em entendimento com o Ministro e com o Senador Dr. Hiran, que é o Presidente da Comissão, para a realizarmos nesse patamar que V. Exa. sugere, com todo o direito de reivindicar que seja realizada antes de nós entrarmos no recesso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Faltam dois votos, né? (*Pausa.*)

Amin, se o senhor votar, vamos ter dez...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Votei.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pronto, computado o voto de V. Exa.

Enquanto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora, teremos o número perfeito (*Fora do microfone.*) ... o 11.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, mexa aí seus pauzinhos para chegarmos a ele, para podermos compor a mesa da audiência pública. Eu vou lhe permitir com 11; eu gostaria que fosse com 13, mas eu o entendo. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, nós estamos em plena Copa de Clubes. De 11 para cima é reserva! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu vou chamando, então, com a licença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, enquanto a gente apura ali – falta um voto –, para a gente ganhar tempo, pedindo desculpas aos nossos convidados...

Esta parte da nossa reunião é a chamada audiência pública interativa. É uma audiência, no ciclo que nós estamos fazendo aqui na Comissão, para debater o Projeto de Lei nº 2.614, que institui o novo Plano Nacional de Educação, em atenção aos Requerimentos 3, de 2025, e 19, de 2025, de autoria da Presidência.

Convido para tomarem lugar à mesa os seguintes convidados e convidada: Sr. Marcelo Ponciano, Reitor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro e Conselheiro do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

Já está presente desde cedo! Como vai, Professor? Seja bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convido também o Sr. Marcelo Bregagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e representante da Rede Nacional de Escolas Estaduais da Educação Profissional e Tecnológica.

Bom dia, Marcelo. Quando terminar, quero um dedinho de prosa contigo.

Convido, em seguida, o Sr. Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Bom dia.

Finalmente, convido a Sra. Cleunice Matos Rehem, Diretora-Executiva da Associação Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (BrasilTEC).

Seja bem-vinda.

Participará de forma remota a Sra. Sueli Veiga Melo, Secretária Adjunta de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Antes de passar a palavra, eu quero anunciar que os projetos todos foram aprovados, os três projetos nominais. Nem 11, nem 13: foram aprovados com o quórum de 12. Está, portanto, encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Os três projetos apresentados e lidos estão aprovados unanimemente.

Podemos encerrar a votação.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Informo que foram recebidas até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários de cidadãos e cidadãs, entre os quais destacamos: Wendyo, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pernambuco; Francisco, do Ceará; Adriano, da Paraíba; Jéssica, do Amazonas; Lorna, do Ceará; e Paulo, de São Paulo.

As perguntas e comentários foram encaminhados previamente aos convidados; se possível e assim querendo, podem abordar em suas exposições iniciais as questões levantadas.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos.

Digo que nós temos uma sirene um pouco estridente, que tocará faltando um minuto para a conclusão. Quando ela tocar, podem ainda usar um minuto para as suas conclusões, e, depois, a gente retorna a palavra para os cinco minutos finais.

O SR. MARCELO BREGAGNOLI (*Fora do microfone*.) – Às perguntas a gente pode responder ao longo da apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode ser, caso...

O SR. MARCELO BREGAGNOLI (*Fora do microfone*.) – A gente vai ter um tempo depois?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vai ter um tempo depois; cinco minutos, depois. Fiquem à vontade. Quem quiser incluí-los agora na apresentação, já os inclua; quem não puder, faça ao final, com os cinco minutos. São dez minutos sem tensão. Se passar muito, aí não é mais nem a sirene, sou eu, menos estridente do que a sirene, com certeza. (*Risos.*)

Com a palavra, portanto, o Sr. Marcelo Ponciano, que aqui representa o Conif.

O SR. MARCELO PONCIANO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Teresa Leitão, pela oportunidade de estar aqui.

Cumprimento, na sua pessoa, todos os colegas da mesa e, em nome do Conif, o nosso Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cumprimento todos os presentes.

Eu vou utilizar, Senadora, os 15 minutos, porque eu pretendo responder algumas perguntas dos nossos cidadãos já durante a apresentação. Então, faço a apresentação já respondendo algumas perguntas que chegaram até nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu gostaria de apresentar o nosso Conselho Nacional, aqui representando nossa Presidente, Profa. Reitora Ana Paula.

O Conif é uma instância de discussão e proposição de políticas públicas voltadas para a formação profissional e tecnológica. Nós trabalhamos visando à excelência de qualidade na formação profissional, científica e tecnológica, com parcerias e acordos de cooperação. Temos atuação em todo o território nacional, em todos os estados brasileiros. Somos compostos por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por dois CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica), e pelo Colégio Pedro II. São mais de 656 unidades escolares espalhadas em todos os estados brasileiros, em todas as regiões.

Nossa modalidade de ensino dentro das nossas instituições vai desde a educação básica até a pós-graduação. Isso é o que nós chamamos de verticalização do ensino dentro da mesma instituição, uma verticalização que vai muito além de facilitar ou promover uma formação consolidada da educação básica para o ensino técnico, para a graduação e para a pós-graduação, mas é um compartilhamento de saberes e competências dentro de um mesmo espaço, onde um laboratório é compartilhado por projetos de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo diferentes modalidades de ensino, em diferentes níveis de ensino em um mesmo projeto, fazendo com que o aluno, o estudante do ensino médio, tenha condições de, já com 14, 15 anos, ingressar em projetos juntamente com estudantes da graduação ou da pós-graduação, com formação de qualidade.

Estamos atuando em vários eixos tecnológicos, desde ambiente e saúde, controle de processos industriais, produção industrial, produção alimentícia, cultural, *design*, turismo, segurança – são várias áreas espalhadas em todo o Brasil, o que permite com que a nossa rede realmente se adapte à necessidade dos arranjos locais onde nós estamos inseridos. E, aliás, esse é um diferencial da Rede Federal, onde nós temos, além da capacidade de atuação em rede, um trabalho, uma autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica de cada uma das nossas unidades, permitindo que os nossos currículos sejam adaptados para a realidade local, atendendo não somente os arranjos produtivos, mas também os arranjos culturais e sociais de cada uma das regiões onde estamos inseridos. E isso promove a redução da desigualdade social, econômica e cultural.

Uma das perguntas feitas por nossos cidadãos que estão atentos a essa conferência fala em: "Como o PNE pretende expandir a oferta de cursos técnicos de qualidade em regiões rurais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e periféricas?" – essa pergunta foi feita pelo Wendyo, de Pernambuco. E também a Lara, do Rio de Janeiro, perguntou como nós pretendemos ampliar a educação técnica, principalmente em jovens de situação de vulnerabilidade. E aqui é onde nós atuamos com o diferencial que nós temos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O PNE atual, nos seus objetivos, tem por objetivo ampliar a oferta de educação profissional, científica e tecnológica. Ele veio com o diferencial do PNE anterior, onde ele trouxe porcentagens para alcançar essa expansão. No entanto, um dos pontos que nos chamou a atenção foi que a porcentagem de expansão das ofertas no ensino público caiu de 50%, na média, para 45%. E aqui eu ressalto a importância de nós, na verdade, ampliarmos a atuação do setor público, principalmente nas regiões periféricas, porque essa educação já se mostrou a melhor política pública de qualidade em uma educação de ensino. Como a Senadora Zenaide falou há pouco, aqui, os institutos federais trazem a diferença de educar com ensinar, eles proporcionam uma educação completa, de qualidade, integral e integrada – e eu vou falar um pouco sobre essa educação integrada mais à frente na minha apresentação. Antes disso, temos outros diferenciais, como o estímulo à capacitação dos nossos servidores, inclusão social e cidadania.

Para vocês terem uma noção em números, hoje nós temos 1,982 milhão de matrículas espalhadas em todo o território nacional, nas nossas 656 unidades, a maioria delas mulheres, e nós temos também atendendo estudantes de baixa renda em sua maioria, e a comunidade preta e parda em sua maioria. Então, esse é o retrato da rede federal que nós representamos aqui.

A nossa atuação em rede facilita a condução de programas voltados para a qualidade da educação que nós oferecemos. Por exemplo, a rede possui: 32 editoras; 160 revistas; 111 laboratórios *makers,* que dão a oportunidade de execução de projetos de extensão para todos os nossos estudantes; o ProfEPT, que é um programa de mestrado em rede para qualificação e capacitação continuada dos nossos servidores também. Todos os *campi* possuem núcleos de apoio a pessoas com necessidades específicas. E aqui nós temos também, além dos núcleos de apoio de necessidades específicas, núcleos de apoio, núcleos de estudo de diversidade, sexualidade e gênero, núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas, que promovem uma educação voltada para a educação cidadã, antirracista.

E uma das perguntas também... Foi perguntado pelo Cristian, do Rio Grande do Sul, quais seriam as ações concretas para combater as desigualdades étnico-raciais e promover a educação quilombola e indígena. Todos os nossos editais possuem e fazem parte da política de cotas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

promovendo aí uma educação igualitária, equitativa para toda a nossa comunidade, diminuindo e combatendo essas desigualdades sociais, além da inclusão.

Nós temos também programas como polos de inovação. Esses programas visam ampliar a competitividade e a produtividade do parque industrial nacional. Esses polos de inovação fazem com que nós realizemos dentro das nossas unidades pesquisas aplicadas alinhadas com as empresas e indústrias locais. Isso dá a oportunidade para o nosso estudante, por exemplo, e os nossos pesquisadores terem contato direto com os arranjos locais e fazem com que os nossos currículos sejam constantemente atualizados segundo as necessidades locais, onde nós estamos inseridos. São vários polos industriais, 13 polos de inovação espalhados pela rede.

Além disso, nós temos também incubadoras que trabalham a noção de empreendedorismo e ações internacionais, com parceiros internacionais, visando à qualidade da nossa educação.

No plano nacional anterior, a rede federal contribuiu com a Meta 10 de forma bastante significativa, em que cerca de 27% das matrículas em EJA na rede federal estavam nessa modalidade em 2019. Na Meta 11 também nós trabalhamos a expansão de aproximadamente 60% do número de matrículas em cursos técnicos de nível médio, contribuindo com a Meta 11 do antigo plano. E também com a Meta 12 nós tivemos uma grande parcela de contribuição.

Sobre esse novo plano que está sendo proposto e debatido aqui, eu gostaria de trazer algumas reflexões nesse último minuto final.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO PONCIANO – O plano nacional atual não trata especificamente do ensino médio integrado em nenhum objetivo. Isso é preocupante, por quê? Ele traz – o plano nacional, o projeto de lei – o ensino médio articulado com o ensino técnico. No entanto, há uma diferença de um ensino médio articulado com um ensino médio integrado.

Na grade curricular do ensino médio integrado, nós temos um único PPC (Projeto Pedagógico de Curso), que trabalha desde a formação básica até a formação técnica, com estudo, com matérias, disciplinas que se inter-relacionam. Então, o estudante passa a encontrar sentido naquilo que ele está estudando, na matéria básica, porque ele aplica aquilo na sua formação profissional prática, diferentemente do ensino articulado, em que você tem um PPC para o ensino médio e um PPC para o ensino técnico, e tratam as duas coisas de forma desarticulada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A EPT é citada 28 vezes no plano nacional, mas a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica é citada apenas uma vez.

Além disso, outras reflexões que nós gostaríamos de trazer para este debate – e tem outras perguntas aqui relacionadas –: a melhoria nas condições para permanência e êxito dos nossos estudantes, principalmente o estudante que está no ensino médio integrado ao ensino técnico; e também educação de jovens adultos. Nós precisamos de destinação de recursos para nossas políticas estudantis de acesso, permanência e êxito, porque o estudante vai ficar o dia todo na escola, e o estudante do ensino médio precisa de alimentação. Aquele estudante jovem adulto tem, muitas vezes, os seus filhos que o impedem de ir para a escola – ele precisa ir junto com os seus filhos. Então, espaços de acolhimento são necessários nas nossas unidades para garantir o acesso e a permanência; a ampliação do ensino integrado e o fortalecimento da verticalização do ensino é algo que a gente também precisa trazer, porque, nos dados do Inep e na avaliação do Pisa em 2015, nós vimos que o ensino médio integrado foi o que apresentou o melhor desempenho em todo o Brasil, tendo média superior à média dos países da OCDE. Então, nós temos já a comprovação de que é um ensino público de extrema qualidade e fortalece os arranjos locais; a ampliação e fortalecimento das políticas para a formação de professores: 20% por lei das vagas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica são destinadas para a educação, para a formação de professores. E, lógico, nós pleiteamos ali na Meta 18, a efetivação do repasse de 10% do PIB para a educação até o final do decênio. Isso está no plano nacional atual. A gente gostaria de que realmente fosse destinada parte desse recurso especificamente para a educação profissional, científica e tecnológica, pois ela é aquela que vai promover...

Eu acho que eu já passei os meus minutos, e, em nome da Presidência do Conif, agradeço imensamente, Senadora Teresa Leitão, a oportunidade de estar aqui com vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós também agradecemos e teremos, ao final, um complemento.

Eu vejo aqui – não conheço todos, mas os do meu estado eu conheço – o Reitor do *Campus* Recife, Prof. José Carlos; o Reitor do *Campus* Sertão... Não sei se tem mais algum, mas podem trazer os nomes e a instituição, e terei imenso prazer de anunciá-los, além da Reitora Ana Paula, que já foi anunciada aqui pelo Conif, com quem nós estivemos recentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para o Sr. Marcelo Bregagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica da Educação, representando a Rede Nacional de Escolas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, para os seus dez minutos iniciais.

O SR. MARCELO BREGAGNOLI (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Obrigado, Senadora Teresa Leitão, pela oportunidade.

Quero parabenizar por este momento de discussão sobre educação profissional e tecnológica, já saudando meus colegas Ponciano, Cleunice e Morgado, que representam aqui instituições ativas e efetivas em prol da educação profissional no país; saudar todos os Senadores, Senadoras, Parlamentares, e dizer o quão importante será esse Plano Nacional de Educação para a educação profissional e tecnológica.

Nós vivemos um momento único, um momento diferenciado, dada a atuação do Presidente Lula e do Ministro Camilo na questão. Nós temos avanço tanto nos princípios quantitativos quanto qualitativos da educação profissional e tecnológica. E é disso que eu vou tentar, nestes dez minutos, tratar aqui de modo um pouco mais detalhado.

O Objetivo 11 se refere justamente às metas quantitativas que são propostas. Nós temos, com muita evidência, a questão, como já comentado pelo Reitor Ponciano, da meta do ensino médio articulado com a educação profissional e tecnológica, sobretudo o técnico integrado, que é uma ponta de lança deste Governo, para que a gente realmente tenha a efetivação da escola de tempo integral. Nós temos políticas, Senadora, com que você sempre tem nos auxiliado, como o Pé-de-Meia, uma política governamental, talvez a maior da história, acerca de permanência estudantil. Então, a gente se refere muito à Meta 11.a, que é nesse sentido; à Meta 11.b, que é para a expansão daquela oportunidade às pessoas, sobretudo às que estão atuando já no mundo do trabalho através dos técnicos, dos cursos técnicos subsequentes; ao EJA, tão essencial para esta nação. Muitas vezes o EJA foi colocado ao relento em determinados governos e a gente o restabelece com muita força neste momento. E uma inovação, que é a Meta 11.d, que é justamente a oferta de educação profissional e tecnológica na modalidade de qualificação profissional, com cursos de 160 ou mais horas, então, é uma meta que visa sobretudo a uma interação com o mundo do trabalho. Eu converso isso muito com Cleunice, com Morgado, sobre essa dinâmica que existe no mundo do trabalho hoje, da qualificação e da requalificação tão necessária. Então, esses cursos visam atender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o Objetivo 12, que é dos objetivos direcionados à questão qualitativa, com a implementação de um sistema nacional de avaliação dos cursos de educação profissional e tecnológica, sobretudo os cursos técnicos, de uma forma organizada – organizada aí pelo Inep como parceria.

Nós temos também, dentro da Meta 12, já previsibilidade do censo dentro de um diagnóstico, propondo, justamente, formas de articulação. E aqui eu destaco o edital ontem publicado – não é, Patrícia? Quero agradecer muito à Setec pela atuação de prospecção de ferramentas dessa relação do mundo do trabalho, de demanda e oferta. Então, aqui a gente já deixa anunciado esse edital que foi publicado ontem e está aberto até agosto, justamente fazendo esse estreitamento. Também eu acho que a Meta 12 reforça a questão do ensino médio de forma articulada com a educação profissional e tecnológica.

Então, de uma forma bastante objetiva, nós temos a inovação: pela primeira vez no país, uma política nacional – uma política, uma lei – direcionada à educação profissional e tecnológica, a 14.645, aprovada em 2023, que vai, justamente, orientar todas essas ações. Nós estamos na fase de finalização e de publicação do decreto que regulamenta a lei.

Então, a gente tem aí o início de agosto como o nosso prazo e será publicado esse decreto justamente visando fazer essa regulação e fazer isto que a lei propõe: promover a questão da inclusão social, inclusão produtiva, inclusão econômica, reduzindo desigualdades e dando oportunidade a jovens e adultos que estejam fora da escola, do princípio da inserção. Como eu disse, a lei traz com muita evidência a questão da avaliação; ela tem um caráter qualitativo, será essencial.

Ontem nós tivemos já uma discussão com o CNE para que a gente possa colocar a trava justamente – e aí agradeço muito, Conselheira Cleunice, pelo apoio lá no CNE – que vai ser um marco para a oferta dos custos técnicos – no mínimo seis meses entre matrícula e emissão de diploma; já é um início. A gente vai ter o retorno do código autenticador. Nós temos normativas que estão sendo produzidas, ou seja, a atividade lá na Setec, no MEC, Senadora Teresa, está muito intensa. A gente agradece muito essa parceria, porque todas essas matérias passam por vocês, sempre com o aval positivo da educação profissional e tecnológica, nesse olhar evolutivo que estamos tendo.

Comentei já do censo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As diretrizes que serão reanalisadas, principalmente a DCN-01, uma vez que a gente teve alterações dos marcos com a implementação da Política Nacional de EPT, o ensino médio na sua nova perspectiva.

Estamos trabalhando também dentro da questão da formação de profissionais. Aí, eu trago a questão das 27 mil vagas dentro da oferta da educação profissional e tecnológica, na perspectiva da docência, do EaD e da gestão – é um marco – do novo mestrado em educação profissional e tecnológica. Quero parabenizar aqui a todos do grupo. O ProfEPT é o maior mestrado em rede hoje do país; nós sempre estamos passando por análise acerca dessa importante ação. E uma importante ação também que tem a ver com essa métrica é a retomada do Profuncionário; serão mais 3,5 mil vagas direcionadas para servidores das escolas públicas, sobretudo das escolas públicas estaduais e municipais.

A sequência também do edital de que nós falamos, o envolvimento do mundo do trabalho, os observatórios: observatório da indústria, observatório de egressos, observatório de demanda e oferta.

A questão da permanência. Eu já comentei sobre o Pé-de-Meia, a instauração da Rede APE, de acesso, permanência e êxito; também a gente tem atuado nesse sentido.

E o aproveitamento de estudos, que é um projeto que já vem de alguma data, mas é extremamente importante, porque aproveita conteúdos em diferentes níveis, conhecido como Projeto Verticaliza.

Falando de metas, nós temos que falar do financiamento. O Ministro Camilo juntamente com o Ministro Haddad trabalharam a proposta do Propag, conhecido como Juros por Educação. Esse programa é o estabelecimento da sustentabilidade financeira, é o pagamento dos juros das dívidas dos estados para que se fomente a educação profissional e tecnológica no país. Planos serão construídos, depois da adesão dos estados. Cabe dizer aqui que os estados já estão fazendo as adesões. Então, a gente espera que todos os estados e o Distrito Federal se estabeleçam dentro dessa política, que é extremamente vantajosa para todos, uma vez que a gente visa aumentar 3,3 milhões vagas dentro da educação profissional e tecnológica; dentro dessas, 2,6 milhões vagas dentro do ensino médio articulado com a educação profissional e tecnológica. É um programa para o qual, acho, cabe inclusive uma audiência para a gente explicar isso, Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é algo que é extremamente inovador e que vai dar um salto extremamente grande para que a gente possa avançar com a educação.

Respondendo já uma pergunta da oferta nos rincões do país, é uma das opções para que a gente avance com a oferta dessa modalidade em situações de vulnerabilidade social, como zonas rurais, áreas hoje não cobertas pela educação profissional e tecnológica. E logicamente há de se destacar um programa que já estamos... Eu não digo que ele é piloto, ele já vem ocorrendo com todos os estados que fizeram adesão. É um programa patrocinado pelo Bolsa-Formação. Todos os estados fizeram adesão... serão mais de 60 mil vagas de EM-EPT. Ele tem origem no Bolsa-Formação, e nós já temos 417 turmas iniciadas, com mais de 15 mil vagas em andamento. Então, esse já é um modelo a ser seguido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BREGAGNOLI – Dentro desse princípio da expansão, eu falo aqui de uma política retomada pelo Presidente Lula que é justamente a expansão da rede federal, a expansão dos institutos federais. São mais de cem novos *campi*, que vão gerar mais de 140 mil oportunidades aos brasileiros. Isso é retomado com muita força, sempre com um olhar muito atento do Ministro Camilo Santana, que nos cobra sempre para que tenhamos avanço, o mais rápido possível, na implementação dessas unidades.

E quero falar aqui de uma política que foi restabelecida por este Governo, que é justamente a política do Bolsa-Formação, o Pronatec. Em 2022, Senadora Teresa, a gente recebe o ministério com um orçamento, em LOA, previsto de R$3,5 milhões para a chamada 21B4, para o Bolsa-Formação. Não fosse a PEC da transição, a gente estaria trabalhando com R$3,5 milhões até hoje. Com a PEC da transição, lá estabelecidos valores, a gente conseguiu avançar para mais de R$200 milhões e restabelecer programas tão essenciais, como o Mulheres Mil, que vai justamente atender a Meta 11.d. A nossa meta é chegar, no final do ano que vem, com 150 mil mulheres capacitadas e que tiveram oportunidade dentro da educação de melhorar suas condições familiares. Então, a gente cita o exemplo do Pronatec e também do Bioeconomia, atendendo biomas específicos, como o bioma amazônico também. Nós temos aí também outras modalidades do Pronatec, como o Pronatec Empreendedor, ou seja, a gente restabelece algo extremamente essencial para atendimento da Meta 11.d.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E os desafios aqui ficam como uma mensagem. Eu acho que, como essa sustentabilidade passa por um desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo de gestão e governança como um todo, tanto do ministério quanto das autarquias e dos ofertantes, a questão da integração entre as redes é essencial nisso. O Ministro Camilo comenta isto a todo o momento: uma análise do mundo do trabalho, a questão do acesso, da permanência e do sucesso, que eu já comentei bastante aqui, e o enorme desafio da implementação do censo, da avaliação e dos sistemas. E aqui eu destaco o Sistec. Nós precisamos fazer uma renovação do Sistec e dos observatórios.

No mais, quero agradecer à Senadora e a todos pelo apoio.

Parabéns mais uma vez, Senadora! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada pela apresentação.

Agora sim, eu estou com a lista das representações, dos dirigentes dos institutos federais aqui presentes, mas temos poucas cadeiras aqui na primeira fila, onde estavam sentados os Senadores, que estão disponibilizadas. Vocês podem fazer companhia ao Senador Izalci Lucas. Não dá para todo mundo, mas a gente diminui um pouquinho quem está em pé, as pessoas em pé. Temos, eu acho, cinco cadeiras; fiquem à vontade, para poder sentar.

Então, vou registrar rapidamente a presença do Cefet-Rio de Janeiro, na pessoa do Reitor Mauricio Saldanha Motta; do Colégio Pedro II, Ana Paula Giraux Leitão; do IF (Instituto Federal) Goiano, Elias de Pádua Monteiro; do IF do Sertão Pernambucano, Jean Carlos Coelho de Alencar; do IF do Sudeste de Minas Gerais, Valdir José da Silva; do Instituto Federal do Acre, Fábio de Oliveira; do Instituto Federal de Alagoas, Carlos Guedes de Lacerda; do Instituto Federal do Amazonas, Jaime Cavalcante Alves; do Instituto Federal Catarinense, Rudinei Kock; do Instituto Federal Fluminense, Victor Barbosa Saraiva; do Instituto Federal de Goiás, Oneida Cristina Gomes Barcelos; do Instituto Federal de Minas Gerais, Rafael Bastos Teixeira; do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Joaquina Aparecida Nobre da Silva; do Instituto Federal de Pernambuco, José Carlos de Sá Júnior; do Instituto Federal do Piauí, Paulo Borges da Cunha; do Instituto Federal do Paraná, Adriano Willian da Silva Viana Pereira; do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, José Arnóbio de Araújo Filho; do Instituto Federal de Rondônia, Moisés José Rosa Souza; do Instituto Federal de Roraima, Nilra Jane Filgueira Bezerra; do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Júlio Xandro Heck; do Instituto Federal de Sergipe, Ruth Sales Gama de Andrade; do Instituto Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Santa Catarina, Maurício Gariba Júnior; do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Carlos Jesus Corrêa.

Anuncio a presença da Senadora Ivete da Silveira – com muito prazer, Senadora – e agradeço ao Conif por essa mobilização tão importante que fez para a nossa audiência. Passo a palavra, de forma remota, para a Sra. Sueli Veiga Melo, Secretária Adjunta de Formação da Central Única dos Trabalhadores. Em seguida, voltaremos à mesa, com as outras duas intervenções. Nós temos hoje cinco convidados.

A SRA. SUELI VEIGA MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

No momento, eu estou me acertando aqui com a minha câmera.

Eu pergunto se todas as pessoas estão me ouvindo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Estamos vendo-a e ouvindo-a, já lhe passando para os seus dez minutos iniciais de fala.

Muito obrigada pela presença.

A SRA. SUELI VEIGA MELO (*Por videoconferência*.) – A minha apresentação também está visível?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está sim.

A SRA. SUELI VEIGA MELO (*Por videoconferência*.) – Então, quero aqui cumprimentar todas as pessoas presentes; em nome da CUT (Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras), cumprimentar a companheira, Professora e Senadora Teresa Leitão, Presidenta desta Comissão de Educação, na pessoa de quem cumprimento todos os demais membros da Comissão; cumprimentar os demais convidados e as pessoas presentes; e agradecer o convite para a CUT estar aqui também participando e contribuindo com o debate sobre este tema.

Também quero parabenizar o Senado Federal pela decisão da realização das audiências públicas para debatermos o Plano Nacional de Educação.

O Plano Nacional de Educação, para nós da CUT (Central Única dos Trabalhadores), é fundamental. É fundamental para as nossas crianças, jovens, nossos estudantes, é fundamental para a educação, é fundamental para a sociedade, é fundamental para o Brasil. Porque o plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

representa exatamente o que o nome diz: um planejamento estratégico de todas as políticas educacionais, desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental, o ensino médio, o ensino superior, a pós-graduação, abrangendo aí toda a diversidade com as modalidades, uma das quais a educação profissional e tecnológica, também com critérios para gestão democrática, com mecanismo de ampliação do financiamento da educação, com indicadores de qualidade. Então este é um plano que será o norte para a educação no Brasil nos próximos anos, na próxima década.

Também entendemos como um espaço de construção e interlocução fundamental do governo com a sociedade, envolvendo todos os Poderes, todas as pessoas que participam e debatem a educação neste país. Esse plano é a soma das vozes deste conjunto da sociedade.

Então, ele é um plano que tem a cara do Brasil, a cara da educação no Brasil. Pode não ter tudo aquilo que nós gostaríamos, mas ele representa o avanço daquilo que é consenso na educação, no momento que nós estamos vivendo.

Entendemos como um desafio grande, como já foi dos outros planos, o financiamento.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) é uma central sindical que reúne trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores. Hoje são cerca de mais de 7 milhões de filiados, mas, no conjunto, a CUT representa mais de 22 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Ao longo da sua história, desde a sua fundação, tem o debate sobre educação e trabalho como fundamental, como muito importante. É um debate permanente, porque, deste público da CUT, que são os trabalhadores e trabalhadoras da CUT, uma grande parte deles é o público da educação de jovens e adultos e é público também da educação profissional.

Por isso, a educação dos trabalhadores e trabalhadoras é um debate permanente e sempre aprofundado na CUT. Nós temos uma concepção de educação dos trabalhadores integral, uma concepção que abrange a formação intelectual, a formação social, a formação política, a formação cultural, todos os aspectos e também uma educação articulada ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento do país.

Então, essa é a concepção que nós temos. Dentro dessa concepção, a CUT já desenvolveu várias experiências de formação profissional articulada com elevação de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras e também tem uma escola técnica profissional em Florianópolis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Santa Catarina, que desenvolve a formação profissional dentro dessa concepção – uma experiência muito bonita e belíssima.

Então, é dentro desta concepção e desta visão que nós, junto com o mundo do trabalho, precisamos pensar a educação profissional e tecnológica dos nossos trabalhadores.

Vou passar rapidamente aqui esses dados, só com o destaque aqui para o desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos. É claro que esse público todo da população ocupada, com carteira assinada, sem carteira assinada, dos informais, domésticos, é o público da nossa educação profissional e tecnológica; e há esse destaque para o desemprego, o dobro entre os jovens de 18 a 24 anos.

Também um dado relativo à escolaridade dos trabalhadores: temos 23% de trabalhadores com o nível superior completo, 42% com o médio completo, 14% com o fundamental completo e 20% com o fundamental incompleto ou sem escolaridade. Então aqui nós temos pelo menos um em cada cinco trabalhadores que não tem nem o fundamental completo, e nós sabemos que essa escolaridade é um limite para o avanço e também para a melhoria das condições de produção e desenvolvimento do nosso país.

E os trabalhadores não estudam mais por quê? Temos aqui uma pesquisa que apresenta alguns dados, rapidamente, do motivo do abandono ou de os trabalhadores de 14 a 29 anos não estudarem. Somando o trabalho e gravidez, já dá 50%.

Então, este deve ser o nosso olhar, deve ser o olhar do plano nacional e das políticas, para atender essas pessoas, porque esse público, se não for com políticas específicas, não vai poder frequentar e ter o acesso à educação profissional e tecnológica e à educação básica também garantido.

Somados a isso, nós temos um (*Falha no áudio.*)... separada, ela não é desvinculada do que acontece no mundo.

Nós vivemos num contexto atual, do mundo do trabalho, de redução de políticas de proteção do trabalho, de redução de direitos, especialmente depois da reforma trabalhista, da reforma previdenciária, da lei de terceirizações e outras.

Grande parte dos empregos que foram criados nos últimos anos foram postos de trabalho precários, com trabalho intermitente, informal, por conta própria, PJ, com flexibilização de direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– embora estejamos vendo o aumento de trabalhadores com carteira assinada, e isso é louvável. Há ampliação do trabalho de empresas por aplicativo.

Também temos dados que mostram que os trabalhadores mais precarizados, aqueles que têm menos remuneração, menos renda, são aqueles que tiveram menos acesso à escolaridade. E porque querem? Porque eles não querem estudar? Não. Porque, muitas vezes, na grande maioria das vezes, as jornadas de trabalho são incompatíveis com os tempos de estudo.

Também a gente tem dados que mostram que aqueles mais fragilizados são aqueles que ainda são mais prejudicados no seu direito à educação e ao trabalho. Citamos aí as mulheres, as juventudes, as pessoas com deficiência, população negra, populações das periferias, LGBTQIA+, quilombolas, indígenas, populações do campo, os imigrantes, os povos das águas, das florestas, enfim, esses segmentos historicamente já marginalizados.

Também um outro dado é que o trabalho precário gera uma alta rotatividade nos empregos e uma instabilidade permanente na vida (*Falha no áudio.*)... impedindo aí o acesso à permanência e à conclusão dos estudos.

E aí chegamos no nosso Plano Nacional de Educação.

O que é que nós entendemos desse plano para a educação profissional e tecnológica? Que nós precisamos olhar e avançar para o futuro. Temos que ter perspectiva: qual que é o mundo que nós queremos, qual que é o mundo em que nós vivemos, o desenvolvimento que temos e que queremos. E essa educação profissional e tecnológica deve contribuir para isso.

Então, o plano deve olhar para a educação profissional e tecnológica para além do direito dos trabalhadores, como um investimento estratégico que contribui de forma direta para o desenvolvimento político, econômico, social das pessoas, das suas localidades, dos municípios, do país; que promove também a redução das desigualdades locais e regionais, articulada à geração de emprego e renda; e que promove a melhoria de condições de vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse aspecto, os objetivos, as metas e estratégias que estão no plano nos contemplam. Nós participamos, nós contribuímos e ajudamos a elaborar o que está no plano, mas estamos também ainda debatendo e pensando as contribuições para que possamos melhorar o que já temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já vimos aí a apresentação também dos demais companheiros falando das metas...

Quero terminar aqui reafirmando que defendemos a educação profissional e tecnológica como direito; políticas de educação profissional articuladas com as políticas de emprego, geração de trabalho e renda; uma educação profissional de qualidade, com currículo, espaço e escola que ouça as pessoas, que tenha espaços e que seja adequada ao mundo desses trabalhadores e trabalhadoras.

Também defendemos o que já está no plano, os mecanismos de assistência estudantil, de alimentação, transporte, para que esse estudante possa permanecer na escola; uma educação profissional também que valorize os saberes e as experiências dos trabalhadores; que a gente possa ter um sistema efetivo de validação dessas experiências do trabalho e do conhecimento para eles continuarem os seus estudos; fortalecimento das políticas (*Falha no áudio.*)... profissional e tecnológica integradas de EJA; a pesquisa; a expansão das matrículas; a formação também, gente, dos micro e pequenos empreendedores; fortalecimento da rede pública, porque tem muitos lugares em que só chega a rede pública; implementar uma política também, que já temos no plano, de formação continuada dos professores da educação profissional; colocar a educação profissional na agenda de prioridades, dar visibilidade; e a luta conjunta para o financiamento adequado e permanente.

E quero terminar aqui reafirmando a educação que nós defendemos, que é a educação pública como direito para todas as pessoas, em todos os níveis, etapas e modalidades, em todas as idades, em todas as localidades, ao longo da vida, com gestão democrática e com financiamento público.

E quero aqui, em nome da CUT, parabenizar mais uma vez a audiência e agradecer o convite para participarmos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Sueli, e pedimos para você ficar ligada, porque depois a gente volta para as considerações finais dos nossos convidados e convidadas.

Com a palavra agora o Sr. Felipe Morgado, Superintendente de Ação Profissional do Senai, para os seus dez minutos iniciais.

O SR. FELIPE MORGADO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores aqui presentes.

Quero cumprimentar o nosso colega, Secretário Bregagnoli, na pessoa de quem cumprimento todos que atuam na defesa da educação profissional, principalmente os reitores dos institutos federais aqui presentes.

Quero cumprimentar a Sueli, que também atua na defesa do trabalho dos nossos professores e instrutores da educação profissional; e a Cleunice, que está na defesa da educação profissional, tanto no CNE quanto na BrasilTEC. Profa. Cleunice, muito obrigado.

Bom, gente, minha apresentação aqui vai ser bem breve, trazendo apenas dois pontos de atenção, como nós estamos chamando.

Primeiro eu gostaria de começar falando que o Senai hoje se coloca como um ativo do Brasil. São 82 anos de existência, 92 milhões de matrícula ao longo desses 82 anos, e a gente acredita muito que, no âmbito do Plano Nacional de Educação, a gente pode contribuir de maneira significativa.

No ano passado, nós fizemos 3,1 milhões de matrículas e estamos presentes em 92% dos municípios brasileiros, contando tanto as nossas unidades fixas quanto as nossas unidades móveis, principalmente atendendo a demanda da indústria brasileira.

Eu trouxe aqui o destaque também da parceria com a educação básica no ensino médio. Esses dados são deste ano. Neste ano, somando as do ano passado mais as 12 mil deste ano, são 135 mil matrículas em parcerias com as redes estaduais. São 15 redes estaduais com as quais a gente hoje tem parceria para oferta do itinerário de formação técnico-profissional no ensino médio, ou seja, o Senai está ajudando as escolas públicas, participando, junto com as escolas públicas, da implementação do novo ensino médio. A gente acredita muito que o ensino médio pode e deve ser o momento ideal para que a juventude possa se preparar para o mundo do trabalho.

Aqui estão alguns resultados que nós alcançamos no ano passado. Eu destaco, Senadora, a maior empregabilidade. O Senai mede a empregabilidade de seus egressos desde 2002. O ano de 2024 foi o de maior empregabilidade de toda a nossa série histórica. Chegamos a 90% na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educação superior, nos cursos superiores de tecnologia, e a cerca de 86% nos cursos técnicos de nível médio.

Também para trazer um dado, de todos os estudantes do Senai, 76% deles estão trabalhando em um emprego formal com carteira assinada. Dentre todos, independente do curso, 76% estão com carteira assinada em até um ano após a conclusão do curso. É um dado interessante, relevante. A gente sabe – foi mostrado pela colega da CUT – o quanto ainda a gente tem na informalidade, mas a gente está conseguindo, de fato, trazer a empregabilidade formal para os nossos trabalhadores e nossos estudantes, o que é o nosso objetivo.

Quanto ao Plano Nacional de Educação, a gente parabeniza o MEC e o Governo Federal pela proposta, trazendo dois aspectos: uma proposta mais abrangente do que a anterior, preocupando-se não só com os alunos que estão no ensino médio, mas também com aqueles que já concluíram o ensino médio e precisam de uma formação técnico-profissional.

Já trazendo um pouco das respostas, o Adriano, da Paraíba, perguntou se a formação técnico-profissional continuará sendo a mão de obra barata, e o que eu acredito que nós estamos defendendo e acho que esse plano também e todos os países em desenvolvimento estão apostando é na educação profissional como a saída para o futuro do trabalho. Então, se nós estamos apostando também no Plano Nacional de Educação, essa saída passa pelos cursos técnicos, passa também pela qualificação, que é algo que a gente reconhece o esforço que o Governo está propondo.

Espero que este Parlamento aprove essa ampliação, não só dos cursos técnicos articulados, concomitantes ou integrados, mas também o subsequentes, também se preocupando com a qualificação daqueles trabalhadores, que muitas vezes têm dificuldade de encontrar uma oportunidade no mercado de trabalho, e às vezes uma qualificação de seis meses já dá aquele primeiro passo para que eles possam conseguir se empregar e dar continuidade aos seus estudos, e também não se esquecendo da educação de jovens e adultos, em que a articulação com a educação profissional traz um propósito para essas pessoas, uma vez que elas já foram, muitas vezes, derrotadas pelo sistema de ensino brasileiro.

O segundo aspecto que eu considero muito importante é a questão da qualidade: valorizar o foco na qualidade e o foco na conclusão. Se tem uma meta de expansão da oferta, não podemos deixar acontecer o que aconteceu com a educação básica brasileira: universalização, mas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

perda na qualidade. A gente precisa ampliar a oferta e melhorar a nossa qualidade. Essa preocupação que o Plano Nacional de Educação traz com qualidade, com indicadores de censo a gente considera superimportante.

Há apenas dois pontos de atenção que a gente traz.

O primeiro ponto de atenção está na Estratégia 11.6, que considera apenas as instituições e as secretarias estaduais, distritais e municipais de educação, não considera a possibilidade de parceria com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, também com o setor privado, e restringindo também até... Em alguns estados, a educação profissional não está vinculada às secretarias estaduais de educação, como o próprio Governo de São Paulo, que tem o Centro Paula Souza; no Rio de Janeiro e no Pará existem outras instituições, outras secretarias gerenciando também a educação profissional e tecnológica, que está vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, ou à Secretaria de Saúde, com a Rede SUS, formando técnicos em todo o Brasil.

Então, a gente acha importante, nessa estratégia, a ampliação, considerando tanto os Serviços Nacionais de Aprendizagem quanto também considerando as demais redes que já estão vinculadas às outras secretarias. É um ponto importante.

Por último, para finalizar: aspectos relacionados à qualidade. Estão destacados, mas é muito importante, na nossa opinião, que, no sistema, no momento que definimos metas de qualidade, nós possamos definir quais serão os instrumentos. O Brasil, este Senado aprovou a Política Nacional de EPT e aprovou a instituição de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional. Então, a gente acha importante, no Plano Nacional de Educação, deixar bem clara a criação, a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, para que na meta, no indicador fique claro de onde eles serão extraídos, que serão extraídos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional.

É técnico, mas a gente acha importante garantir essa conexão para já conectar leis anteriormente aprovadas aqui e também, como o Secretário Bregagnoli já trouxe, para valorizar a Política Nacional de Educação Profissional, também no âmbito do Plano Nacional de Educação.

Aqui eu finalizo, Senadora, colocando o Senai à disposição para sempre dialogar e sempre juntos defendermos, aqui, como o Secretário disponibilizou... Nós amamos a educação profissional e acreditamos nela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Felipe.

Vamos passar a palavra agora – já disse a ela que é para fechar com chave de ouro – à Sra. Cleunice Matos, Diretora-Executiva da BrasilTec e Conselheira do CNE, que nos ajuda muito nos debates relativos à educação profissional, para os seus dez minutos iniciais.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Parabéns pela execução e pela realização desta audiência pública e de várias audiências públicas para o PNE, e esta focada na educação profissional e tecnológica.

Cumprimento também o nosso Secretário Marcelo Bregagnoli Ponciano; o nosso Felipe Morgado, do Senai; a pessoa que está *online*, que é a Sueli; e todos os presentes que têm esse interesse tão grande pela educação profissional e tecnológica.

Nossa associação vem fazendo alguns estudos e chega a algumas conclusões que são, na verdade, desafios na educação profissional em nosso país. Todos que estão aqui presentes sabem que a educação profissional e tecnológica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico de qualquer país, e com o nosso país não pode ser diferente. Por quê? Porque ela contribui diretamente para a formação da força de trabalho qualificada, capaz de impulsionar a inovação, fortalecer a competitividade da economia, atender às demandas do mercado de trabalho em constante transformação e gerar trabalho e renda, melhorando a qualidade de vida, sobretudo dos nossos jovens e de suas famílias.

Com o avanço das tecnologias e as novas exigências globais, é essencial que o Brasil invista na ampliação e no fortalecimento da educação profissional e tecnológica para preparar os cidadãos para desafios do futuro e evitar um apagão de mão de obra técnica qualificada, já anunciada por pesquisadores brasileiros.

A Manpower Group fez uma pesquisa e indica um provável apagão de mão de obra técnica em nosso país, quando 81% de empresários consultados, entrevistados revelaram que abrem vagas para funções técnicas – vejam: 81% dos empresários abrem vagas para funções técnicas –, e elas não são preenchidas pela falta de candidatos com qualificação profissional técnica. Então, é preocupante uma situação como essa, e nós precisamos cada vez mais de políticas públicas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ampliem essa possibilidade. Temos a Rede Federal, agora com a ampliação para cem novas unidades; o Sistema S todo: o Senai, o Senac e o Sesi, todos contribuindo para isso; e as redes públicas que continuam contribuindo para isso, mas ainda tudo isso não é suficiente. O desafio para o nosso país é grande. Precisamos do envolvimento de todos e de metas e estratégias em nosso PNE, Senadora, para fazer essa ampliação massiva.

Nós fizemos um apanhado da proposta do PL como um todo e chegamos a algumas conclusões interessantes – e elas podem ser bem interessantes para a Senadora e para os demais Senadores e Deputados –: 34 metas que alcançam 14 objetivos nesse PNE, nesse PL, estão relacionadas com qualidade da educação. Isso é muito bom – não é? – em todos os níveis e modalidades de educação.

Para o monitoramento e a avaliação: há 23 estratégias que alcançam 9 objetivos.

Olhem ali, ó, para a diversidade e inclusão, que coisa interessante: 17 metas, que alcançam 16 objetivos, tratam da diversidade e da inclusão nos diversos níveis. São 54 estratégias que atuam nessa... E eu fiz ali um mapeamento identificando quais são.

Em relação ao financiamento, que é a aplicação progressiva para alcançarmos 10% do PIB: 5 metas alcançando 2 objetivos, e são 17 estratégias que alcançam 6 objetivos.

E para a educação integral em tempo integral: 1 meta, em 12 estratégias, alcançando 4 objetivos.

Esse é um mapeamento que apresenta e nos indica avanços para o nosso PNE em relação ao PNE atual, que deve finalizar neste ano de 2025. Entretanto, temos muitos desafios ao aprovarmos o PNE, não é? Um grande desafio é a formação de professores; outro grande desafio é se obter recursos financeiros em tempo real para que se garanta a qualidade e a equidade; e a implementação do cumprimento das metas, porque nós sabemos que, das metas desse PNE, infelizmente apenas 12% foram totalmente concretizadas. Isso é muito pouco para os desafios da educação com qualidade do nosso país.

Nós fizemos, assim, um estudo e levantamos a necessidade de um foco bem forte em relação a se ampliar o foco da educação profissional nesse PL 2.614, a que eu peço, então, a atenção de todos os Deputados. Já apresentamos emendas para isso, e queremos cada vez mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o apoio da nossa Senadora para que tenhamos uma ampliação com foco na educação profissional e tecnológica.

Por exemplo, Secretário Bregagnoli, no art. 4º do PL, onde são estabelecidos os objetivos gerais do Plano Nacional de Educação, há a referência a todos os outros sistemas de educação, mas não foi incluída a democratização do acesso ao ensino profissional técnico de nível médio. E nós estamos pedindo e apresentamos uma emenda para que seja incluído dentro dos objetivos, entre os objetivos gerais do PNE.

Outra questão importantíssima, Secretário Bregagnoli: no art. 12 do PL, foram citados apenas dois sistemas para contribuírem com o monitoramento do PNE, e não foi abordado, não foi incluído o relevante Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica – foi omitido, e já tínhamos isso na lei de 2023. E o Inep está fazendo um esforço grandioso para implementar esse sistema este ano, já realizou um piloto no Brasil inteiro, já tem resultados muitíssimo interessantes, e até o final deste ano esse sistema será implantado. E o nosso PNE não pode ignorar isso, porque precisa ter, deste sistema, indicadores para monitorar o PNE. Então, nós estamos também... Nós já apresentamos esta emenda. E apresentamos emendas também para modificações nas Metas 11.b, 11.c, adição de uma meta 11.e, e alteração das Estratégias 11.1, 11.3 e 12.9, que estão explicitadas ali.

Em relação à Meta 11.b, está lá definido 50% para expansão das matrículas de cursos concomitantes e subsequentes, assegurando a qualidade. E nós estamos apresentando uma emenda para a expansão em 80%. Por quê? O plano é para dez anos. Nós não podemos estar satisfeitos em aumentar apenas metade, 50%. Vamos investir nesse desafio, precisamos ser realmente desafiadores. E a nossa sugestão é para que haja a expansão de 80%.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Na Meta 11.c também nós fizemos essa emenda para ampliar para 30% as matrículas para jovens e adultos. O Secretário aqui destacou essa questão.

Estamos sugerindo também a inclusão da Meta 11.e: "Fomentar o financiamento estudantil [que hoje não existe] em cursos técnicos de nível médio integrados, concomitantes e subsequentes de modo a garantir a expansão das matrículas e a permanência dos estudantes nas redes privadas ofertantes de educação profissional e tecnológica".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós temos o Fies, por exemplo, para a educação superior, temos o Prouni, temos o Proies, mas, para a educação técnica das redes privadas, nós não temos absolutamente nenhuma linha de financiamento. O Fies já previa o financiamento para os cursos técnicos desde 2012, mas até hoje isto não foi regulamentado. Por isso, nós estamos sugerindo, fizemos esta emenda para fomentar o financiamento estudantil em cursos técnicos.

Na Estratégia 11.1, nós também estamos apresentando esta emenda: "Garantir oportunidades de formação profissional por meio da diversificação da oferta de educação profissional e tecnológica, inclusive através de parcerias público/privadas [...]". Todo o apoio aos sistemas públicos, tanto federais quanto estaduais, é altamente importante, mas as redes privadas podem entrar como complementaridade, já que os empresários estão reclamando da ausência, da falta de pessoas qualificadas para posições técnicas nas suas empresas.

E também, na Estratégia 11.3, da mesma forma, incluindo por meio de parcerias público-privadas... Seria para aprimorar a Estratégia 11.3.

E a Estratégia 12.9, também na mesma linha das outras duas estratégias, por meio de parcerias público-privadas para fortalecer possibilidades concretas e reais de ampliarmos a oferta da educação profissional.

O Brasil apresenta hoje, Senadora, apenas 11% dos seus jovens entre 20 e 24 anos em cursos técnicos, quando a média da OCDE está em 65%, nos países integrantes da OCDE. Por quê? Os países desenvolvidos descobriram há muitos anos que uma economia se sustenta fortemente com técnicos formados, porque são os técnicos que vão atuar no setor tático e operacional de cada empresa. Os superiores vão atuar na supervisão, na orientação, e os técnicos, na produção. E são quem pega realmente para produzir.

Então, nós não podemos continuar com 11% dos nossos jovens de 20 a 24 anos fazendo cursos técnicos apenas. Com essas emendas, nós temos certeza, Secretário Bregagnoli, de que vamos atuar junto com os poderes públicos, com as redes públicas, com todo o Sistema S, para ampliarmos massivamente a oferta de cursos técnicos para alcançarmos todas as nossas juventudes. Esse é um trabalho que estamos desenvolvendo com muito afinco, com muita dedicação, com muito entusiasmo e queremos cada vez mais que as pessoas enxerguem essa necessidade, para que o setor produtivo e econômico de nosso país tenha maior sustentabilidade, maior empregabilidade e maior competitividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso é o que eu gostaria muito de, pela nossa associação, pelo Conselho Nacional de Educação também, destacar. E quero pedir o apoio de todos.

Muito obrigada.

Fiquei dentro do tempo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ficou sim. Nós sempre damos uma tolerância, principalmente quando o raciocínio está tão concatenado e precisa chegar ao final.

Quero agradecer muito, antes de passar a palavra de volta, e destacar que, a cada audiência pública, a gente se enriquece. O que eu tenho observado é que os nossos convidados e convidadas que vêm aqui fazer a exposição demonstram um nível de qualidade e sobretudo de conhecimento do Plano Nacional de Educação... Porque é uma matéria bastante extensa, muito ampla, mas a gente tem percebido, Secretário, que há um interesse demonstrado efetivamente por todas as instituições e estudiosos do plano. Isso é muito importante, porque o objetivo destas audiências aqui no Senado é justamente acumular conteúdo para, quando o projeto chegar aqui, vindo da Câmara, porque é lá que ele está tramitando, nós possamos agilizar sua tramitação de modo a aprová-lo até o final da vigência, que já foi estendida, do plano atual. Então, é muito importante, isso nos ajuda bastante.

E quero dizer que alguns pontos aqui tocados foram muito reforçados nas audiências anteriores: a questão da qualidade, como tratar; qual é o sistema de avaliação que vai indicar uma qualidade, e isso está muito vinculado ao monitoramento, porque há muita proposta de que a gente não espere o final do plano para avaliar se as metas foram atendidas ou não e em que montante elas foram atendidas, mas que a gente possa fazer momentos de avaliação e de monitoramento parcelados ou periódicos em relação ao próprio desenvolvimento da lei; e a questão central do financiamento. Esse plano não se financia com o que a gente tem hoje. É um volume grande. Como disse o Secretário, o esforço do MEC é notório em relação à ampliação dos investimentos na educação.

A gente sabe do gargalo dos IFs, mas também presenciamos a reunião com o Ministro, tanto sobre os IFs quanto sobre as universidades públicas, para um novo olhar e uma medida emergencial, que acho que foi bem salutar para este momento, mas o momento do plano é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

novo momento. Então, nós precisamos ter um olhar também muito estratégico em relação ao financiamento.

Ninguém disse, mas eu vou dizer, porque acho que isto está submetido na fala de todo mundo: o mundo do trabalho está adoecendo os trabalhadores e as trabalhadoras. Eu era dirigente sindical da CNTE quando, nos idos de 1995 ou 1996, nós fizemos uma pesquisa só na área da educação e diagnosticamos que havia um novo componente de adoecimento até então não investigado por nós. Quais eram as doenças laborais mais específicas nossas, de professores, da educação? Calo nas cordas vocais; alergia ao pó de giz – hoje nem existe mais aquele quadro; não sei se aquela caneta de uso excessivo dá alergia pelo cheiro –; varizes, sobretudo nas mulheres; e desvios de coluna, muitos problemas de coluna.

Nessa pesquisa foi diagnosticado um novo componente: estresse. Quando se chegava a esse estresse? No final do ano – cadernetas imensas para corrigir; na cabeça, menino que passa, menino que não passa, conselho de classe, vai repetir, não vai repetir... Era estresse momentâneo de final de ano.

Nessa pesquisa, nós diagnosticamos um novo componente traumático para nós, a chamada síndrome de *burnout*. É um adoecimento emocional que provoca muito sofrimento, porque o trabalhador sabe o que há para fazer, mas as condições objetivas não permitam que ele o faça; então, há uma ausência. A síndrome de *burnout* significa falta de fogo, falta de interesse pelo trabalho.

O que a gente está vendo hoje é que há um adoecimento mental generalizado em várias categorias, e os índices são animadores. O reconhecimento que o Senai fez aqui da maior empregabilidade da série histórica de 76% gera uma expectativa positiva: "Estou estudando, mas sei que vou trabalhar"; a própria modernização de alguns equipamentos... Dentro do que a nossa Cleunice falou, as três palavras finais que você disse: competência, formação e competitividade. Não é?

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM (*Fora do microfone.*) – Isso, competitividade, empregabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Empregabilidade. Todas terminaram com "ade", não foi? (*Risos.*) Empregabilidade e competitividade. E eu quero apresentar a palavra felicidade, que é isso que os nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores devem sentir, porque assim produzem melhor, porque estão produzindo com prazer, com empolgação. Acho que isso, para quem forma para o trabalho, que são todos vocês que estão aqui na mesa e mais a Sueli, que analisa na representação dos trabalhadores, isso é fundamental. Felicidade agora não pode ser mais considerada como momentânea, a gente tem que explorar muito o aspecto filosófico da felicidade. É uma coisa que tem...

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM (*Fora do microfone.*) – Senadora, eu sou cientista da felicidade graduada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Maravilha! Está vendo como está sendo estudado? Porque isso é um fator...

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM (*Fora do microfone.*) – Cientista da felicidade!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E para nós da educação é um fator fundamental, porque está muito vinculado às perspectivas de intervenção para um mundo melhor, de esperança para um mundo melhor. Você, infeliz, não produz.

Concluindo, é como diz o poeta: ninguém é feliz sozinho. Então, vamos nos unir em torno dessa ciência. A professora aqui concorda que é uma ciência.

Muito obrigada.

Depois a gente fala sobre o processo de emendas, porque eu quero devolver a palavra para todos vocês agora, dessa vez com um tempo mais restritozinho de cinco minutos para as considerações. O que faltou pode complementar; se quiser falar sobre alguma coisa que o outro falou, alguma pergunta, fiquem à vontade nesses cinco minutos restantes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente.

Já começando por Marcelo Ponciano, do Conif.

O SR. MARCELO PONCIANO (Para expor.) – Obrigado mais uma vez.

Foi um excelente debate, e é muito bom estar aqui.

Nas minhas considerações finais, eu gostaria de ressaltar esta pergunta de qual é a formação técnica que nós precisamos para os próximos dez anos, que é justamente o que o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Plano Nacional de Educação vem trazer à tona. Que tipo de profissionais nós queremos? Nós queremos profissionais tecnicistas ou queremos profissionais transformadores ou agentes transformadores do ambiente onde eles estão inseridos? Muitas vezes a nossa preocupação é realmente capacitar para atender as demandas do mundo do trabalho, mas a gente precisa entender, até para evitar o que a Senadora Teresa Leitão muito bem disse, que essa formação precisa ser abrangente. Ela precisa ser uma formação cidadã para que aquele trabalhador, aquele técnico que está atuando na empresa se veja como parte da instituição, se veja como um agente transformador. E, aí, o Plano Nacional de Educação...

A Rhayana, do Paraná, pergunta: "Como o novo Plano Nacional [...] pretende fortalecer a educação profissional e tecnológica com a participação das instituições [de ensino]?". Nós temos aqui várias redes que precisam, aí sim, trabalhar de forma articulada, porque tem demanda, tem necessidade de ampliação de todas essas redes, para que a gente possa fazer essa formação integral dos nossos cidadãos, sejam eles aqueles que estão no ensino médio – e aí eu concordo que a gente precisa focar mais alto: 65%, como diz Cleunice –, sejam os jovens adultos de 18 a 29 anos que precisam de uma formação. Eles também precisam de uma formação integral, né?

E aí a Jéssica, do Amazonas, pergunta: "Como o [...] [Plano Nacional de Educação] garante [...] [o alinhamento entre] teoria e mercado, com indicadores e envolvimento setorial, para empregar graduados?". Quando nós também fortalecemos a educação com ensino atrelado à pesquisa e à extensão, nós estamos, já na formação, levando os nossos estudantes para uma experiência prática no mundo do trabalho – não uma experiência tecnicista, às vezes, no sentido de ele lá reproduzir o que ele está aprendendo, mas no sentido de ele estudar, por meio da pesquisa e por meio da extensão, a aplicação dessa pesquisa aplicada, sobre como eu posso agir e melhorar a empresa ou o ambiente de trabalho onde eu estou atuando. Não tenho dúvidas de que essa visão de formação integral vai fazer com que os nossos trabalhadores tenham menos síndrome de *burnout* e nós tenhamos aí uma educação profissional e tecnológica transformadora.

Então, eu gostaria de me ater, nessas palavras finais, falando da importância de olharmos para a educação profissional e tecnológica e ajudarmos o nosso país a realmente olhar de forma diferente para essa educação, que é tão relevante.

Muito obrigado, mais uma vez, Senadora Teresa Leitão, pela oportunidade de falar, e, em nome do Conif e de todos os nossos Reitores e Reitoras aqui presentes, agradecemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

imensamente esta oportunidade de interagir e discutir com vocês essa tão relevante e importante matéria. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos a presença, a exposição e a mobilização também dos Reitores que aqui vieram.

Passo a palavra agora para Marcelo, representante da Setec-MEC.

O SR. MARCELO BREGAGNOLI (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Novamente quero agradecer o convite, parabenizar por este momento e iniciar esta fala final com um comentário da Sueli. Ela traz um dado de extrema relevância: um a cada cinco trabalhadores não possui escolaridade ou não tem a escolaridade na qual ele está enquadrado no mundo do trabalho. Isso é algo extremamente preocupante quando se trata de Estado, porque exatamente a gente está falando de um processo de exclusão que vem acontecendo de forma intensa na sociedade, devido à ausência das políticas públicas. Então, o PNE, quando ele reforça os itens, as Metas 11.b., dos subsequentes, 11.c., da EJA, e 11.d., que trata muito da requalificação e da qualificação, está, de uma forma direta, tratando desse assunto. Então, através das políticas públicas que nós implementaremos, que estamos implementando...

E aí eu tenho que trazer um dado muito importante: nos últimos dois anos, a gente chega a 2,5 milhões de estudantes fazendo educação profissional e tecnológica (EPT) de modo articulado. Isso foi um avanço considerável, dado esse esforço de parceiros, como a BrasilTEC, como o Serviço Nacional de Aprendizagem, e sobretudo aqui eu destaco a Rede Federal. E por isso é que estão em peso aqui, Senadora, Reitores e Reitoras. Eu acho que a valorização deste momento é o interesse. Eu acho que 80% do pleno aqui, saudando a nossa Presidenta, Professora e Reitora Ana, estão aqui presentes, justamente porque esse estilo de educação, a educação profissional... E reitero: as diferentes formas que se trabalham...

Eu acho que o Propag traz uma nova formatação. É algo desafiador, porque ele traz o financiamento, mas ele também traz uma nova formatação. E eu acho que é extremamente importante e relevante este debate, justamente para que a gente estimule a busca dessas parcerias, para que não se pese, não se onere aquele que quer ter acesso à educação profissional e tecnológica de uma forma qualitativa, de uma forma fácil, com vistas ao principal: o emprego, a renda e a melhoria de qualidade de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu falo com muita tranquilidade. Eu digo, talvez em nome de 30% dos que aqui estão presencialmente, que estamos aqui, hoje, porque somos frutos da educação profissional e tecnológica. Eu sou o que sou porque eu passei dentro de uma instituição como essa, eu sou o que sou porque eu tive o embasamento técnico, mas eu também tive acesso, Ponciano, a uma moradia, a uma alimentação adequada, mesmo que numa época não tão favorável como a atual, quando a gente acaba de ter um aumento do Pnae, da possibilidade do aumento orçamentário... Possibilidade, não; efetivos 38% na conta de Pnae. O Pnate, que vocês estão tramitando e de que nós teremos agora a deliberação final, o acesso...

Então, a gente está tratando de acesso, a gente está falando do aumento da melhoria orçamentária das instituições efetivada por este Governo. Oito anos sem aumento de possibilidade de contratação de servidores... A gente teve duas ampliações de professores EBTT, acontecidas em 2023, e agora, neste ano, na semana passada, inclusive, com a portaria. Oito anos sem possibilidade de ampliação do Qrstae, e a gente tem isso efetivado por um Governo que tem esse olhar voltado para a sociedade, que se propõe exatamente a novos arranjos, novos desenhos.

E trago novamente a questão do Propag, não é? Eu acho que o Propag vai ser um balizamento extremamente importante, que vai direcionar políticas de inclusão através da educação profissional e tecnológica.

Então, eu queria deixar aqui essa fala...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BREGAGNOLI – ... dessa importante ação conjunta que nós teremos, mas reforçando que houve e existe um trabalho muito grande de diversos parceiros para que a gente se eleve tanto no aspecto quantitativo quanto no aspecto qualitativo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Marcelo. Todas as vezes em que a gente tem convidado o ministério para audiência pública, o MEC tem se feito presente, independendo do tema, de qual é o secretário da pasta, e a gente agradece muito essa atenção com a nossa Comissão.

Vamos voltar para Sueli. É possível já Sueli entrar? (*Pausa.*)

Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SUELI VEIGA MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero começar aqui exatamente pela fala do nosso Secretário, do Marcelo, destacando o aumento que nós já tivemos nas matrículas da educação profissional e tecnológica de 2023 para 2024, que já foi praticamente de 1 milhão a mais de matrículas. Então, isso já demonstra e mostra para mim, assim, as possibilidades que nós temos de continuarmos avançando na educação profissional e tecnológica nos próximos anos, não é?

Uma educação profissional e tecnológica com essa característica de formação integral dos trabalhadores... Aí já estou respondendo a uma das perguntas que perguntou se a educação profissional vai ficar só preparando mão de obra. Não é essa a visão que nós temos, não é essa a concepção que nós temos. A concepção que nós temos é de uma educação profissional de qualidade, que forme as pessoas para sua vida, mas que forme para o mercado de trabalho, para continuar os estudos, para o que elas quiserem ser na vida, não é?

Então, o plano, agora, aponta para isso. O plano tem essa garantia, esse olhar também, que a gente destaca como muito importante para aquele público mais fragilizado, que são mulheres, que são as comunidades do campo, que são as pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas.

E aí, nesse aspecto, quero reforçar a importância da ampliação do público, porque essas matrículas que nós tivemos, de 2023 para 2024, já foram uma matrícula mais do setor público que do setor privado, porque a educação profissional e tecnológica também, historicamente, tem sido feita mais no setor privado do que no setor público. Nós não somos contrários a isso, mas existem localidades, assim, quase que a metade deste Brasil, a que só vai chegar o público. Eu sou de um município pequeno de Mato Grosso do Sul, onde estudei, e é um município em que a escola privada não vai chegar, porque lá tem uma população pequena. Lá, a possibilidade de chegar uma educação profissional e tecnológica, gente, é o público. Então, quero destacar essa importância também.

Também quero destacar aqui vários aspectos do plano, que o plano traz. Uma coisa que a gente defende muito, que é essa expansão e a qualidade, estão garantidas lá. Também essa integração da educação com o mundo do trabalho, que é outra pergunta aqui, como é que pode ser dada a garantia de a pessoa que faz o curso técnico profissional ou tecnológico de conseguir um emprego, se ela vai conseguir... Então, precisa dessa articulação, dessa integração da formação com o mundo do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também que ela atue na redução das desigualdades, porque uma coisa é o público urbano, outra coisa é o público rural. Então, o plano aponta nesse sentido também.

A qualidade da formação de todos os cursos, a inovação e da tecnologia também, porque nós estamos no mundo com profundas transformações nesse aspecto. Então, o plano garante isso.

Então, nós, do conjunto do plano, entendemos que, se a gente conseguir avançar o que está no plano, nós já vamos ter dado um salto de qualidade na educação profissional e tecnológica no nosso país, e ela é fundamental para os nossos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente para aqueles mais fragilizados. (*Falha no áudio.*)... que é a melhoria também do país, da produção, como já foi dito, para o desenvolvimento do país e para o desenvolvimento da vida das pessoas.

Então, é isso, e contem com a CUT. Nós estamos juntos aí na luta e nos somamos nesse esforço pela aprovação do Plano Nacional de Educação.

E agradecemos mais uma vez à Comissão, especialmente à Senadora Teresa Leitão, o convite para estarmos participando e dialogando aqui, com cada um e cada uma de vocês.

Um abraço a todos e todas.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sueli, obrigada também pela sua participação. (*Palmas.*)

Foi um prazer revê-la, mesmo à distância.

Vamos passar a palavra agora para Felipe Morgado, do Senai, para as suas considerações.

O SR. FELIPE MORGADO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Serei bem breve.

Fico contente com o que nós estamos vendo no Plano Nacional de Educação.

Acho que tem três pilares com os quais o Ministério da Educação está buscando se preocupar de uma maneira bastante incisiva.

Primeiro, é o alinhamento entre a oferta e a demanda do setor produtivo.

Eu sempre trago que a educação profissional é uma política pública de educação, mas ela não pode ser apenas "ofertista"; ela tem que ser alinhada à demanda do setor produtivo, e essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

publicação da portaria desse chamamento público que o Ministério da Educação traz, para que quem tem pesquisas de demanda possa compartilhar, eu acho isso bastante relevante, importante.

O segundo aspecto, que deve ser sempre considerado, é o custo. Nós sabemos – e ficou bem claro – o desafio em relação ao financiamento desse Plano Nacional de Educação. Então, nós temos, sim, que entender que é melhor ter esses custos e, principalmente, estimular a diversidade de cursos. No Brasil, ainda existe uma concentração dos nossos cursos técnicos em apenas dez cursos técnicos, e muitos deles ligados mais à área de gestão e menos à área técnica como essência.

O último pilar é o pilar da avaliação da qualidade, isso também deixando bem claro essa preocupação.

E fico contente com o Conif. Eu acredito exatamente no que o Ponciano trouxe, que é esta questão: nossas redes não são concorrentes. A educação profissional precisa de união de esforços de todas as redes para que, juntos, possamos responder ao que a sociedade está pedindo. Eu acho que esse é o propósito. Não podemos fracassar. Mais uma vez, o país está apostando na educação profissional, e acho que as principais redes – pública estadual, instituto federal, Serviço Nacional de Aprendizagem e as instituições privadas também –, que nós possamos, juntos, discutir demanda, combinar a oferta, para que, juntos, possamos atender e ajudar a sociedade, uma vez que a inteligência artificial com certeza está impactando e vai impactar o nosso trabalho, o trabalho de todos, esse futuro do trabalho. E a educação profissional de qualidade com certeza dá resposta a esse processo.

E, recentemente, para finalizar, eu tive a oportunidade de presidir um grupo de trabalho de desenvolvimento de competências, tecnologia aplicada e inovação no Brics. E levamos uma preocupação muito grande, que o Secretário já destacou, mas gostaria muito de destacar, que é a requalificação dos trabalhadores. Sabemos que a demanda hoje, além da qualificação, da qual nós estamos correndo atrás, tem a requalificação, muito puxada pelas novas tecnologias, pela mudança demográfica e pelos novos modelos de trabalho. Recentemente, o Estado de São Paulo fez uma pesquisa, a Fiesp, que apresentou que 59% dos trabalhadores de São Paulo querem trabalhar por conta própria – 59%. A gente não está falando que esse processo... É qualquer tipo de trabalho por conta própria. Então, a gente tem que atrair a atenção de toda essa juventude,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de todos esses trabalhadores, melhorando a qualidade desse trabalho, do emprego na CLT, que, com certeza, é o nosso alvo.

Muito obrigado, e agradeço mais uma vez a oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós também agradecemos sua participação, toda a análise que foi feita.

E passamos a palavra agora para Cleunice Matos, que, além de ser representante da BrasilTEC, também é representante do Conselho Nacional de Educação.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Em termos de conclusão, eu também quero ser o mais rápida possível. Eu vejo que temos muitos desafios, temos muitas necessidades para a gente, no mínimo, triplicar as matrículas de cursos técnicos para os jovens e adultos do nosso país.

Tem uma pesquisa do Insper, Senadora, que mostra que, se o Brasil triplicar as matrículas em cursos técnicos, isso impactaria em um aumento do PIB de 2,32%. Olha que coisa maravilhosa, não é? Se triplicarmos, o PIB aumenta, pode aumentar em 2,32%. Por quê? Porque são novos postos que serão ocupados, é trabalho e renda que teremos em termos de produtividade e a questão da competitividade e sustentabilidade da economia. Então, é mais do que necessário.

Eu recebi aqui também, Senadora, uma pergunta do Francisco, do Ceará. Ele pergunta: "O ensino médio técnico privado precisa de incentivo. [Ele afirma.] O Fies Técnico, o Pronatec e a compra de bolsas de estudo [...] [poderiam ajudar nisso]?". Não tem outra resposta a não ser sim, não é?

É lógico que isso ainda está bastante paralisado em nosso país, sem recursos orçamentários, por exemplo, suficientes para fazer o que o Pronatec já fez anteriormente, com bolsas para as redes privadas. Hoje isso não está sendo mais possível pela falta de orçamento, não é isso, Secretário? O Pronatec está funcionando para algumas redes públicas, não é? É bem reduzido ainda, mas precisamos de orçamento para isso.

O Fies Técnico não foi implantado nunca! Desde 2012, a lei já permitiu, já previu, dizendo que precisava somente ser regulamentado. Nunca foi. Nós estamos em um batente firme junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ao FNDE para vermos se avançamos em relação a isso. E precisamos avançar. Já temos os instrumentos, só precisa a regulamentação acontecer.

Não sei se você viu isso, Morgado. Paulo, de São Paulo, afirma o seguinte, faz um comentário: "Os sistemas S e BrasilTEC devem fortalecer sua atuação no sentido de valorizar a educação profissional, aumentando a massa de trabalhadores".

Quanto àquela situação, Senadora, que a senhora ressaltou, do adoecimento dos trabalhadores, isso é uma questão preocupante, e a formação profissional também pode contribuir com isso.

A partir da ciência da felicidade, iniciada e desenvolvida na Universidade de Harvard, os cientistas comprovam que, pelo menos, se forem desenvolvidas cinco dimensões, cinco pilares, como eles chamam, não tem como um trabalhador ser infeliz. Nossos dirigentes, nossos coordenadores, aqueles que estão atuando junto aos trabalhadores precisam entender disso. Que pilares são esses? O que é que faz, de fato, uma pessoa se sentir mais feliz? Há um estudo que mostra que a produtividade aumenta em 60% se o trabalhador estiver mais feliz.

Que pilares são esses? Pelo menos cinco: o desenvolvimento físico, o desenvolvimento emocional, o desenvolvimento intelectual, o desenvolvimento da espiritualidade e o desenvolvimento dos relacionamentos. Se pelo menos esses cinco pilares puderem ser desenvolvidos pelos nossos gerentes junto aos trabalhadores, pelos nossos coordenadores e pelos nossos professores também, com certeza, nós teremos trabalhadores mais felizes. Nisso a gente focaliza muito, Senadora, e eu gostaria de contribuir com os seus interesses para isso – eu tenho um livro publicado nisso –, para ajudar exatamente a termos trabalhadores mais felizes.

Então, dizendo isso, eu quero cumprimentar o nosso Secretário Bregagnoli pela visão, por todo o trabalho que a sua equipe está fazendo para a gente transformar isso. Tenho uma esperança muito grande de que o Propag venha ajudar nesse financiamento da educação para que tenhamos, no mínimo, triplicadas as matrículas da educação profissional em poucos anos.

Muito obrigada, Senadora. Parabéns por este momento tão rico para a nossa educação profissional e tecnológica. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós não estamos ainda recebendo emendas porque o plano não chegou aqui. Lá na Câmara, foram apresentadas quatro mil emendas. Estão sendo todas analisadas, agrupadas. É um trabalho técnico, feito inclusive com a participação também do MEC, da Consultoria da Câmara, da relatoria do projeto lá.

Vindo para cá, abre-se, depois da apresentação do relatório, um novo prazo de emendas, mas a gente está tentando resolver o máximo possível na Câmara dos Deputados, e vocês têm ajudado bastante, para que a gente possa ir enxugando e, ao mesmo tempo, ampliar, ter um consenso naquilo que venha a ser um Plano Nacional de Educação de qualidade, emancipador e que possa contribuir para que a educação, nesses próximos dez anos, dê um salto de qualidade, fruto desse esforço coletivo de todos nós.

Muito obrigada.

Tenham uma boa tarde e declaro encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Weverton, Otto Alencar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Lucas Barreto e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Flávio Arns, Magno Malta e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Plano de Trabalho aprovado para o requerimento REQ 13/2025 - CE, de autoria da Senadora Augusta Brito. **Finalidade:** Debater o tema "Governança e gestão da política de alfabetização" no contexto da avaliação da política pública "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada". **Participantes:** Sr. João Paulo Mendes de Lima, Coordenador-Geral de Alfabetização da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (DPDI/SEB/MEC); Sra. Márcia Baldini, Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (UNDIME-PR) e Dirigente Municipal de Educação de Cascavel/PR; Sra. Sandra Casimiro, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e Secretária de Estado da Educação do Amapá; Sra. Andrea Cristina Almeida, Representante da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI); Sra. Pollyana Cardoso Neves Lopes, Representante da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (RENALFA); e Sr. Renan Ferreirinha, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais (CONSEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidenta Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/09

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 9 de julho de 2025.

A presente reunião destina-se a realizar audiência pública com o objetivo de debater o tema "Governança e gestão da política de alfabetização" no contexto da avaliação da política pública "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada", em atenção ao Requerimento de nº 13, de 2025, de autoria da Comissão de Educação e Cultura, e o plano de trabalho, de minha autoria.

Participarão, de forma remota, os seguintes convidados – e quero já agradecer a todos os convidados que estão aqui já na plataforma para fazer as suas intervenções –: Sr. João Paulo Mendes de Lima, a quem já quero agradecer; a Sra. Sandra Casimiro; a Sra. Márcia Baldini; o Sr. Renan Ferreirinha; a Sra. Andrea Cristina Almeida; e a Sra. Pollyana Cardoso Neves Lopes.

Quero aqui já agradecer a presença, de forma virtual, de todos os convidados. Acho que estava faltando um, que acabou de entrar – não estou visualizando aqui se já entrou –, mas eu já agradeço aqui aos que já estão presentes.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu quero comunicar que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, também estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, mas, se for necessário mais tempo, a gente também aqui, com certeza, vai disponibilizar. E ao fim das exposições, a gente também vai dar a palavra também a Parlamentares, a quem quiser fazer alguma intervenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E já dando início, eu quero começar fazendo o convite aqui à primeira intervenção ao Sr. João Paulo Mendes de Lima, Coordenador-Geral de Alfabetização da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, que terá os seus dez minutos e, se for necessário, a gente vai acrescentando.

O SR. JOÃO PAULO MENDES DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, já estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Queria cumprimentar especialmente a todos os membros da Comissão, de modo particular a Senadora Augusta (*Falha no áudio.*)... a Secretária Sandra Casimiro, que eu já vi aqui, com quem estive recentemente no Amapá, lá nas ações do regime de colaboração, no programa de alfabetização do Amapá. Queria cumprimentar também, na pessoa da Secretária Sandra, todos os secretários de estado que apoiam a realização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Quero cumprimentar também a Secretária Márcia Baldini, que tem estado sempre conosco na construção do regime de colaboração e das ações do compromisso, e o Secretário Renan Ferreirinha, que representa aqui o Consec; e, nas pessoas da Márcia e do Secretário Renan, cumprimentar todos os secretários municipais de educação, que constroem também o compromisso no dia a dia conosco.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada foi um compromisso firmado em 2023 pelo Presidente Lula, tendo como objetivo construir um acordo colaborativo entre União, estados, Distrito Federal e os municípios, para garantir o direito à alfabetização de todas as crianças, que hoje é um dos principais desafios quando a gente fala de política pública e da garantia do direito às crianças (*Falha no áudio.*)... o desenvolvimento de uma trajetória exitosa e regular de escolarização das crianças.

O regime de colaboração e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada estão construídos em torno de seis princípios norteadores, que estão expressos nessa lâmina de eslaide para vocês. Um muito importante é o respeito à autonomia pedagógica tanto dos professores quanto dos entes federados. Então, é um compromisso que parte da consideração das políticas e programas de alfabetização que já existiam no país, identifica essas principais políticas, identifica quais são os eixos norteadores e as práticas exitosas e, a partir dessas práticas, constrói um compromisso que leve em consideração a pluralidade, a diversidade dos sujeitos, a necessidade de promover equidade, mas respeitando a autonomia, os ritmos e as potencialidades de cada território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente costuma dizer, então, que o compromisso é a conjunção de 27 políticas diferentes de alfabetização que hoje nós temos no país. Então, o compromisso induziu e mobilizou os estados para que cada estado endossasse a sua política de alfabetização já existente ou construísse uma política de alfabetização voltada para o seu território. Então, ao tempo que ele induz, ele promove que essas políticas criem identidades próprias, identidades dentro da identidade visual do que seria o compromisso em cada território, mas identidades territoriais, quais são os eixos desse compromisso, qual é a abrangência desse compromisso em cada localidade, especialmente olhando para os desafios de cada um desses territórios. Então, hoje o primeiro grande legado é que os 27 estados da Federação têm políticas em efetiva execução em prol da alfabetização das crianças. E esse é um grande legado.

Outro ponto em que o compromisso também avança fortemente é que, antes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, quando a gente falava na garantia do direito à alfabetização, a gente precisava sempre dizer de que alfabetização a gente estava falando, porque a gente não tinha um marcador político e pedagógico que definisse com clareza o que a gente poderia considerar uma criança alfabetizada. Houve um esforço nacional conjunto do MEC e do Inep para realizar uma pesquisa nacional e, a partir disso, definir uma marca de corte, para a gente estabelecer, pedagogicamente, politicamente, qual é o conceito, qual é o parâmetro para uma criança ser alfabetizada.

Esse conceito tem, vamos dizer assim, cinco premissas. Uma dela é que as crianças que estão alfabetizadas conseguem ler palavras, frases e textos curtos, elas conseguem fazer inferências em textos que articulam linguagem verbal e não verbal, elas escrevem textos que circulam ali no cotidiano da sua infância, da sua vida diária. Elas escrevem, por exemplo, um bilhete, elas compreendem um bilhete, elas fazem a leitura de uma crônica, mesmo que ali elas cometam algum deslize ortográfico ou de segmentação, mas conseguem (*Falha no áudio.*)... O Ministério da Educação, a partir desse indicador e do esforço nacional, definiu uma meta para cada território. Então, hoje nós temos uma meta para o Brasil a ser atingida até 2030, que é garantir a alfabetização de mais de 80% das crianças, e nós temos essa meta definida ano a ano. A meta, por exemplo, de 2025, do Brasil é que a gente possa garantir, junto com estados, municípios, capitais, Distrito Federal, a alfabetização de mais de 64% das crianças, chegar a 64%. E essas metas estão desagregadas para os estados, para o Distrito Federal e para os municípios, e nós mantemos uma página que tem todas essas metas. O município, o estado e o Distrito Federal podem acessar tanto seus resultados quanto suas metas a partir da série histórica de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje esta Comissão discute os aspectos da gestão e da governança. Para garantir a gestão e governança, o Ministério da Educação instituiu comitês deliberativos e uma rede de alfabetização. Então, existe um comitê nacional que cuida da alfabetização. Esse comitê é formado pelo MEC, pelo Inep e pelo FNDE, com a participação dos estados e do Distrito Federal, representados pelo Consed; com a participação dos municípios, representados pela Undime e pelo Consec. Esse comitê tem uma regularidade e uma frequência de reuniões: são realizadas quatro reuniões anuais, sendo duas presenciais e duas remotas.

Além disso, a estrutura de governança do compromisso prevê a instituição de 27 comitês estratégicos. Hoje nós temos 27 comitês organizados e instituídos, um para cada território, e esses comitês, em geral, têm uma governança bipartite, que é a presença das secretarias de estado da educação e das seccionais da Undime em cada um dos territórios. Além disso (*Falha no áudio.*)... tem a participação (*Falha no áudio.*)... do Ministério Público, de órgãos da sociedade civil e de órgãos e entidades de classe que atuam ali no movimento da alfabetização em cada território.

Além disso, foi instituída uma rede de articuladores da alfabetização, que a gente chama de Renalfa. Essa rede tem mais de 7 mil bolsistas, bolsistas que são custeados e apoiados pelo Ministério da Educação para aumentar a capacidade institucional dos estados, das secretarias municipais e garantir o endosso da agenda de alfabetização no país.

As políticas de alfabetização têm como centralidade as discussões que são realizadas no âmbito dos comitês estaduais do compromisso. Então, o comitê é um órgão que, ao tempo que ele promove as discussões deliberativas, ele analisa os desafios daquele território, define os novos percursos a serem seguidos por todos e também garante uma governança sistêmica entre a União, os estados e os municípios.

Ainda nessa linha da gestão e da governança, o Ministério da Educação mantém um *site* (*Falha no áudio.*)... compromisso, mantém nesse *site* um painel de monitoramento, onde toda a sociedade civil e também os agentes de execução e implementação acompanham o passo a passo do processo de implementação, com os resultados e os indicadores de processo. O ministério também divulga boletins para cada um dos eixos do compromisso. Por exemplo, em uma das nossas audiências, a gente vai discutir o Cantinho da Leitura, o fomento aos materiais didáticos. Então, nós temos boletins sobre esses indicadores de processo, nós temos boletins sobre as avaliações formativas, nós temos boletins sobre a execução das bolsas, sobre o pagamento das bolsas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso está muito acessível, à mão de todos, e mantém ainda a divulgação de dados específicos de cada território. Nós temos um panorama do Indicador Criança Alfabetizada por estado. Então, você acessando hoje o *site* do compromisso, você já tem o primeiro resultado, que é o de 2023, e você tem todas as metas de cada um dos municípios, de cada um dos estados.

Já caminhando para o fim, a gente identifica que um dos principais avanços do compromisso é tornar a agenda da alfabetização das crianças até o segundo ano do ensino fundamental uma prioridade em cada um dos entes federados, em cada um dos municípios e no Distrito Federal. A gente percebe que a agenda da alfabetização é uma agenda pública (*Falha no áudio.*)... o estabelecimento de uma governança colaborativa e democrática, né? Também é uma iniciativa do (*Falha no áudio.*)... com os entes federados, com a Undime, com o Consed, e a gente sabe da importância de uma política pública feita democraticamente e de quão primoroso é todos nós trabalharmos por uma agenda que corrobore esse espírito público na construção de soluções conjuntas para o país.

A própria definição do marco político e pedagógico para identificação de uma criança alfabetizada. Quando a gente define bem isso, a gente consegue pensar em estratégias que apoiem a ampliação do acesso ao direito à alfabetização dos povos indígenas, das crianças que moram na zona urbana, na zona rural; das crianças com deficiência. Então, quando a gente tem um marcador claro, técnico, a gente consegue identificar quais crianças que não estão tendo acesso a esse direito e quais medidas cada um dos entes federados pode implementar.

A melhoria da... Outro avanço também é a identificação de que a melhoria da alfabetização exige uma atuação sistêmica e multidimensional, que envolva não só o poder público, mas a sociedade civil organizada, o terceiro setor, todos aqueles que atuam ali no âmbito municipal, estadual e nacional. Isso contribui para o alcance e a garantia do direito à alfabetização, né?

E um outro avanço é a identificação de que as lideranças técnica e política são um grande diferencial para o alcance de resultados de alfabetização. Quando a gente olha para os resultados daqueles estados que estão apresentando melhores resultados na alfabetização, a gente identifica uma marca muito importante, que são as lideranças técnica e política do Governador, do secretário, do Prefeito municipal. Então, isso é fundamental para o endosso e a garantia de uma agenda mais próspera.

Como desafios, a gente tem o desafio dos próximos anos de garantir uma maior articulação entre as instâncias de gestão e governança, entre o Comitê Nacional e os comitês estaduais, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como garantir uma atuação efetiva desses comitês na coordenação da política territorial, assim como a Undime, a Seduc, as secretarias de estados, mais as seccionais da Undime na liderança desse processo territorial em prol da alfabetização, né?

Um outro desafio que o país enfrenta em todas as políticas nacionais e locais é a descontinuidade e interrupção das ações, devido à troca frequente das equipes técnicas, de articuladores; esse é um ponto sempre de atenção, né? A garantia de um atendimento mais personalizado a estados, Distrito Federal e municípios, com base nos critérios de priorização e focalização; a garantia permanente de orçamento compatível com o desafio e com a ampliação do acesso ao direito à alfabetização requer um comprometimento do Congresso Nacional, do próprio Ministério da Educação, dos estados, das suas Assembleias Legislativas (*Falha no áudio.*)... que têm a capacidade de financiamento e de execução, para que a gente enfrente esse desafio da não alfabetização das crianças e a garantia de uma trajetória exitosa, né?

E a ausência de infraestruturas administrativas e equipes dedicadas à alfabetização. Mais de 70% do país são municípios de pequeno porte, que enfrentam o desafio da ausência de equipe, de capacidade técnico-administrativa para fazer frente ao desafio de promover a alfabetização diariamente.

Então, são essas as minhas discussões, nesses dez minutos, coloco-me à disposição e agradeço o convite, mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós é que agradecemos aqui ao Sr. João.

Eu quero dizer que teve algum problemazinho, assim, com a internet, em algum momento a gente não ouviu uma palavra ou outra, mas ficou bem entendido.

Quero parabenizar o trabalho do ministério, mas eu queria... Eu sei que já vou convidar aqui a próxima expositora, mas, antes disso, eu queria já deixar aqui alguma coisa, para ficar um pouquinho mais claro.

Nós entendemos que o compromisso é feito pelos entes federados, e esse compromisso, para realmente dar certo, tem que ter a União, os estados e os municípios, sobretudo os municípios, mas eu queria saber: essa meta por região tem percentuais diferentes? Porque eu sei que o Estado do Ceará já alcançou a meta deste ano, inclusive já alcançou metas mais avançadas – e outros estados também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E essa avaliação? Como ela é feita – essa avaliação – para estabelecer essa meta? O acompanhamento dela foi bem explicado, pelo que a gente ouviu aqui da exposição do Sr. João.

Já parabenizo mais uma vez aqui o ministério.

Eu só estou levantando aqui questionamentos que sugiram – e eu não sei se foi porque a gente não ouviu direito aqui a exposição – para que fique mais claro para quem está nos assistindo também.

Aí, no final, a gente abre para as considerações finais, e aí já poderão, nas considerações finais, só esclarecer os questionamentos ou responder-lhes. Combinado assim?

Pois eu já agradeço aqui de novo e já convido a próxima expositora, que é a Sra. Márcia Baldini, Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, do Paraná, e Dirigente Municipal de Educação de Cascavel, também no Paraná.

Muito bem-vinda.

Eu quero só registrar que eu também fui secretária de educação e eu sei que é um desafio, mas é um desafio prazeroso quando a gente vê os resultados.

Então, já passo agora para a Sra. Márcia.

A SRA. MÁRCIA BALDINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, boa tarde a todos e a todas.

Peço desculpa por estar falando dentro do carro. Tive imprevisto e estou numa BR.

Quero saudar a Senadora Augusta Brito, também saudar o João Paulo, e, na pessoa desses, saudar toda essa frente de honra, a Comissão de Educação, a Comissão parlamentar, e todos os demais participantes que estão expondo em nome da educação de todo o nosso país.

Falar de alfabetização é algo muito importante. Eu, que estou como Dirigente Municipal de Educação e que fui professora alfabetizadora durante muitos anos, assim como diretora e coordenadora pedagógica municipal, sei o quanto é importante os alunos estarem alfabetizados. Sei o quanto também é preocupante para um dirigente municipal de educação chegar ao meio do ano e perceber que seus alunos não atingiram a meta de alfabetização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a alfabetização precisa ser uma responsabilidade de todos os entes federados – municípios, estados e União –, cada vez mais fortalecidos em nosso país.

Hoje, nós nos deparamos com uma situação (*Falha no áudio.*) ... bastante. Nós temos 49,1% de todas as matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental para as redes municipais; 29,8% nas redes estaduais; e 20,2% nas redes privadas. Então, as redes municipais possuem quase 50% de todo o contingente de alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, e isso implica diretamente nas turmas de alfabetização.

Da mesma forma, 86,8% dos alunos dos anos iniciais estão nas redes municipais. Quando eu falei 49,1%, eu me referi tanto aos anos iniciais quanto aos anos finais. E 86,8% são dos anos iniciais, que estão nas redes municipais de ensino.

Nós sabemos que o nosso país é formado por grandes, pequenos e médios municípios, mas quase 70% ou mais (*Falha no áudio.*) ... técnica, em dar continuidade à política de alfabetização.

Nos últimos anos, nos deparamos com indicadores bastante preocupantes. Em 2019, estávamos com um percentual de 55% de crianças alfabetizadas em nosso país; em 2021, 36%; e, em 2023, chegamos a 56%. Percebe-se que esse avanço, posterior à pandemia, foi um avanço muito significativo.

Tivemos já o início do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e temos a meta. A Senadora falou, agora há pouco, qual é a meta, não é? Então, já aproveitando e colocando, uma das questões diferenciadas desse compromisso, dessa política, é que cada município tem uma meta, cada estado tem uma meta, de acordo com a sua evolução. Todos têm que alcançar a meta, até 2030, de 80% das crianças alfabetizadas. Só vamos conseguir isso se houver realmente esforço de todos os entes federados para alcançarmos aquilo que realmente é de direito de cada criança, que é a alfabetização.

Falando (*Falha no áudio.*) ... essa política extremamente importante que nós temos em nosso país.

Quero destacar aqui alguns pontos positivos. Como colocado já pelo João Paulo, são 27 estados, e não podemos esquecer que são 5.570 municípios. São políticas de alfabetização, são trabalhos na base, lá no chão dos municípios, no chão das escolas é que ocorre a alfabetização. (*Falha no áudio.*) ... questões, nós temos a questão do regime de colaboração, temos a questão que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tem duas frentes importantes. Uma delas é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cenac, que é o comitê. Esse comitê discute e delibera as ações em relação às políticas de alfabetização, discutindo, com dirigentes municipais de educação, estaduais de educação e a equipe do ministério, o desenho do compromisso. Isso eu penso que é algo fundamental.

Também temos a Renalfa, que é a rede de articuladores. Essa rede de articuladores, eu vou dizer que é a cereja do bolo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, porque, além de nós termos a rede de governança, nós temos os coordenadores estaduais, regionais e municipais. Para cada um dos 5.570 municípios, existe um coordenador, aquele que corre atrás, aquele que orienta, aquele que coordena as formações, aquele que coordena as avaliações e que busca os resultados – e isso é muito bom. Só conseguimos isso porque essa política está estruturada dentro de um regime de colaboração bastante importante, em que há articulação direta de estados, municípios e da União, com o apoio da União.

Também outro ponto que eu quero destacar no compromisso é a questão do PDDE (Cantinho da Leitura). Pela primeira vez, as escolas estão tendo um repasse de dinheiro direto para comprar livros de literatura – isso é muito bom.

Por último, o último ponto que eu destaco do compromisso, que eu penso que é fantástico, é a articulação, que é a alfabetização não se dar apenas nas turmas de 1º e 2º anos. A alfabetização tem que ocorrer desde a educação infantil, na educação pré-escolar, de zero a três anos, quatro e cinco anos, nas turmas de 1º e 2º anos, que são realmente o nosso foco, e a recomposição das aprendizagens no 3º, 4º e 5º anos, e sem contar a questão da equidade, do respeito à autonomia dos municípios e da transparência com que se dá o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

No entanto, algumas questões se faz necessário aqui sinalizar porque é importante que fiquem registradas no próximo Plano Nacional de Educação e que realmente sejam foco de todas as políticas do nosso país, pensando na continuidade desse programa, porque o Brasil vem tendo várias interrupções nas políticas de alfabetização. Tivemos ali nos últimos anos até a quarta política de alfabetização. Cada vez que se troca um governo, troca-se a política. Dessa forma, fica um pouco complicado o país conseguir avançar na erradicação do analfabetismo e melhorar os indicadores de alfabetização. Então, é necessário realmente que essa política se torne uma política de Estado, e não uma política de governo, que ela se torne uma política de Estado, que esteja na letra da lei. Por isso, penso que essa oportunidade, esta audiência é importantíssima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tornando-a uma política de Estado, só assim vamos conseguir garantir a continuidade e fortalecer alguns pontos que eu penso que são necessários, como a questão dos esforços para superarmos os desafios dos diferentes territórios brasileiros, principalmente na Região Norte e na Região Nordeste; a pactuação de estratégias com as autoridades, Prefeitos, autoridades políticas e sociedade civil organizada para garantir o direito à educação e à aprendizagem, principalmente na alfabetização; a redução das desigualdades socioeducacionais, socioeconômicas e raciais – importantíssimo estarmos avançando nesse quesito –; a formação inicial acadêmica dos nossos professores – é necessário mudar a formação inicial, também fortalecer a formação continuada – ; o aprimoramento da gestão de governança nos municípios e nos estados; a garantia do auxílio financeiro para o programa, para a continuidade tanto na questão das bolsas quanto na questão dos materiais da formação continuada, como também para a impressão das provas, porque, para os pequenos municípios, o custo para imprimir uma simples avaliação é muito difícil, então é necessário também pensar nesses municípios.

Outro aspecto que eu considero importante é a normatização do ICMS Educacional, vinculando-o para a alfabetização, e que, com essa vinculação, quando os recursos chegarem para os municípios, que vá um percentual para a educação, porque hoje isso vai para os municípios, mas não tem a obrigação dos Prefeitos de redistribuir esse recurso para a educação.

A continuidade dos indicadores: eu penso que são muito importantes os indicadores de cada município, de cada estado; isso incentiva, isso fomenta, isso é necessário. Também a questão de cada município... Assim como nós temos a Política Nacional de Alfabetização, é importante que cada município elabore a sua política de alfabetização, a exemplo da nacional, tanto em leis aprovadas pelas câmaras de Vereadores ou aprovadas por conselhos municipais ou estaduais de educação, no caso dos estados.

Então, nós precisamos tornar a Política Nacional de Alfabetização, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada como a política de Estado, e não mais como uma política de governo, pois os governos passam, mas a educação permanece. E é necessário cada vez mais investir com seriedade em relação à educação.

Para concluir a minha fala... Concluindo, a alfabetização é a base para todo o processo de escolarização. E nós não podemos admitir e permitir que as crianças que estão hoje nas nossas escolas não cheguem até o final do segundo ano plenamente alfabetizadas. Nós temos que pensar que a educação obrigatória de 4 a 17 anos, quando a criança chega ao final do segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ano, ela está no quarto ano de escolarização obrigatória. Então, é necessário garantir, sim, a escolarização, a alfabetização das nossas crianças até o final do segundo ano, se nós quisermos ter sucesso nos próximos anos da escolarização.

Em nome da Undime Nacional, eu agradeço a oportunidade de estar participando, de estar colocando um pouco da ansiedade que nós temos nos municípios em relação à questão da alfabetização.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós agradecemos à Sra. Márcia pela contribuição. E eu vejo que ela reforça a importância que é a alfabetização na idade certa. Foi exatamente o que foi diagnosticado no Estado do Ceará quando nós tínhamos a nossa ex-Governadora e, na época, Secretária de Estado, Izolda Cela, em que ela disse que não podia pensar em políticas de educação inovadoras se não estivesse alfabetizando as crianças na idade certa, que é exatamente o básico. Tem que ser feito o básico para poder realmente a gente colher esses frutos da educação sustentável, que todos consigam aprender na sua base, que é alfabetizar para depois realmente a gente investir em outras questões de educação mais avançadas. Eu acredito que só assim a gente vai conseguir realmente...

Então, a importância de os municípios também criarem suas leis baseados no que é Criança Alfabetizada, o programa do Governo Federal, acho também muito importante, não só para que seja levada ainda mais essa discussão para as câmaras municipais, para os municípios, para as prefeituras, para a educação municipal, mas para que a gente possa garantir também, através de leis municipais, que esse programa, essa ação seja realmente feita no nível dos municípios.

Então, já agradeço aqui também a contribuição da Sra. Márcia.

E já vou convidando aqui a próxima expositora, que é a Sra. Sandra Casimiro, que é Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação e é Secretária de Estado da Educação do Amapá. Seja bem-vinda e também poderá fazer sua exposição por dez minutos; se for preciso, a gente também acrescenta.

Obrigada.

A SRA. SANDRA CASIMIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Quero cumprimentar a líder desse trabalho, a Senadora Augusta Brito. Muito obrigada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade, muito obrigada por estar debatendo uma pauta tão importante para o desenvolvimento do nosso país, que é a alfabetização. Cumprimento o João Paulo, do Ministério da Educação. Como ele disse, sempre está aqui conosco no Amapá, nos apoiando, tanto o Amapá quanto os outros estados também, apoiando na importante implementação dessa política, o Programa Criança Alfabetizada. Cumprimento a colega Secretária Márcia Baldini, o Secretário Renan Ferreirinha, a Andrea Cristina e a Pollyana.

Bom, eu estou representando aqui o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e penso que, em vários pontos, eu já concordo com o que foi colocado tanto pela Senadora quanto pela Márcia e pelo João Paulo, no tocante à alfabetização ser uma política de Estado. É necessário nós avançarmos, sem dúvida, para esta pauta: ser uma política de Estado.

Aí eu vou (*Falha no áudio.*) ... Município de Macapá, perdão, Secretária Municipal de Educação da capital, o Município de Macapá, quando aqui no Estado do Amapá foi implementado. E, hoje, na condição de Secretária de Estado da Educação, eu tenho feito um trabalho junto com os meus colegas nos municípios, e é um grande desafio nós fazermos esse processo junto com os municípios.

E eu foco que o regime de colaboração... Nós temos dois focos aqui no Amapá, e, pelo que a gente também tem acompanhado em âmbito nacional, são dois focos: um pedagógico e um administrativo-financeiro. "É fácil, Sandra, a gente implementar essa política do regime de colaboração?" Não, não é. É um desafio diário, porque, como a Senadora agora colocava, é necessário nós implementarmos ações que envolvam os secretários de educação, os Prefeitos, o Governador, as assembleias legislativas, o Poder Legislativo municipal, os fóruns de educação, os fóruns também de outras políticas na área da política social, participando deste grande movimento que é alfabetizar (*Falha no áudio.*) ... alfabetizar a criança na idade certa a partir do segundo ano do ensino fundamental. Contudo, nós temos um desafio que é a entrada dessa criança com seis anos no ensino fundamental sem (*Falha no áudio.*) ... em alguns estados do Nordeste, a criança não passa pela educação infantil, já entra direto no ensino fundamental. O que isso ocasiona? Um atraso no processo educacional dessa criança, porque o que deveria ter sido feito ali na educação infantil é feito no ensino fundamental.

Eu estou enfrentando isso direto aqui no Estado do Amapá. Nós tivemos, no ano de 2023, o alcance da meta, até superamos a meta estabelecida para o Estado do Amapá. E, agora para o ano de 2024, 2025, nós estamos vivendo outro contexto, que é acompanhar aquelas crianças que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

adentraram no ensino fundamental no primeiro ano no ano de 2024, sendo que agora no ano de 2025 estamos com ela no segundo ano. E, assim, gradativamente será para os próximos anos. É um processo contínuo de acompanhamento, de monitoramento e da efetivação da alfabetização a cada ano. Então, a gente alcança uma meta estabelecida em um ano, mas, no outro ano, nós temos que estar sempre focados na alfabetização daquelas crianças que virão para as próximas turmas.

Eu destaco isso, porque aqui na Amazônia a gente tem uma diferença muito grande de acesso. No Estado do Amapá – eu faço uma referência ao meu estado –, nós somos 16 municípios. Contudo, aqui as diferenças (*Falha no áudio.*) ... em determinadas localidades. E assim é na Amazônia.

Pensar uma política de alfabetização exige pensar uma logística diferenciada para cada região, exige pensar a instituição de fóruns de acompanhamento. Eu já ouvi isto também bem claro na fala da Senadora Augusta: essa necessidade da participação da sociedade, dos pais, da comunidade.

Nós precisamos fazer, como a Secretária Izolda sempre colocava, esse grande movimento de todos pensarem a alfabetização dentro daquele território. Isso não pode ficar voltado somente à escola, somente às ações da Secretaria de Educação ou dos entes envolvidos nesta área da educação, mas sim pensarem o estado, o município, os pais, a comunidade geral, sempre focados na alfabetização de todas as nossas crianças. Dessa forma, nós vamos superar.

Mas eu destaco também um importante papel nessa frente que é a participação das universidades. A gente fala de formação continuada, que fica a cargo dos estados, dos municípios e também por dentro do pacto feito pelo Ministério da Educação, mas, se nós não apresentarmos todo esse trabalho também da alfabetização e colocarmos como prioridade para as universidades e as faculdades, que são as formadoras também dos profissionais que irão atuar na alfabetização, essa discussão, essa priorização, o estudo e a análise dos índices educacionais do Brasil, das regiões, dos estados, para que a gente possa pensar na formação desse (*Falha no áudio.*) ... fundamental anos finais, ensino médio. Nós precisamos ter esse movimento educacional de estudo dos índices, de estudos do impacto das avaliações dentro das academias, porque a gente também sente uma grande dificuldade: quando nós colocamos novos profissionais da educação dentro das escolas, nós temos que trabalhar com ele na formação continuada o que já deveria ter sido trabalhado lá na formação inicial dentro das academias. Então, isso é importante. E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

faço este pedido para a Senadora: que nós possamos também envolver as universidades, as faculdades de educação nessa grande discussão, porque senão nós vamos ficar sempre também com uma lacuna na formação desses profissionais que atuam. Aí a gente vai trabalhar, claro, na formação continuada – e devemos trabalhar isso na formação continuada –, mas, se juntarmos a formação inicial com a formação continuada, esse percurso de formação irá diminuir.

Eu faço esse destaque e destaco também que é importante nós analisarmos o próprio financiamento – o financiamento com relação à aplicação das avaliações, o material didático que é compartilhado com as redes municipais... Aqui no estado, nós conseguimos fazer isso, mas acredito que, para os grandes estados, essa política é mais impactada pelo financiamento, porque nós temos estados com 400 municípios, 800 municípios, como Minas Gerais, 600 municípios, como São Paulo, que estão aí e que enfrentam dificuldades às vezes para coordenar essa política dentro dos seus territórios. Então, implementar uma política que seja também pautada num financiamento voltado para a alfabetização é muito importante.

E a política educacional – volto a reforçar – da educação infantil precisa ser prioritária, precisa ter uma política indutora por parte do Ministério da Educação, por parte também do Congresso Nacional, porque nós estamos agora num momento de muito importante, que é a discussão do Plano Nacional de Educação. Então, as metas e as estratégias serão estabelecidas dentro do plano. Então, nós precisamos pensar nessa forma de financiamento diferenciada, para que nós possamos efetivamente ter um país alfabetizado, com índices de alfabetização que nós sabemos que nós somos capazes de alcançar; contudo, nós temos que verificar as peculiaridades regionais.

Já falei do fortalecimento das instâncias participativas, dos recursos adequados, da transparência na execução e na consideração do custo amazônico, que é algo que nós estamos também trabalhando aqui para o norte do país, um custo diferenciado para a manutenção da educação dentro da nossa Região Amazônica. E é importante considerarmos a participação da alfabetização nas áreas quilombolas, nas áreas indígenas, nas áreas ribeirinhas. Por isso, o programa atende às peculiaridades de cada lugar, de cada setor, de cada estado e de cada município.

E eu destaco que é importante esse diálogo constante, fundamental, estabelecido dentro do comitê que coordena. Aí eu acredito que foi, assim, muito acertada a composição com que hoje se dá o programa Nacional Criança Alfabetizada, com o comitê que envolve estados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

municípios e diversas instituições que fazem educação no nosso (*Falha no áudio.*) ... quando se tem esse esforço conjunto de Governo Federal, governo municipal, governo estadual; com a participação do Congresso Nacional, que é fundamental, tanto do Senado Federal quanto das outras casas legislativas, as assembleias, as câmaras municipais; o Poder Judiciário, é importante também participar dessa discussão; os Ministérios Públicos, TCEs, TCU, todos juntos, para que possamos entender e compreender as dinâmicas de cada território, para que os secretários, os Prefeitos e os Governadores também não sejam penalizados, em detrimento da aplicação dos recursos.

A gente precisa entender a dificuldade de cada região para a aplicação correta dos recursos, para que ela seja implementada de forma correta e avaliada também de forma correta pelos nossos órgãos de controle.

Então, muito obrigada pela participação. Eu me coloco à disposição aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Mais uma vez eu quero aqui agradecer, agradecer muito a contribuição da Sra. Sandra e dizer que é exatamente isto, que não se faz política pública sem orçamento, sem financiamento. Isso foi ressaltado aqui também na fala dela e eu vi aqui a importância de a gente botar na discussão as universidades na formação desses profissionais que vão trabalhar junto à alfabetização, para priorizar, mostrar realmente a importância da alfabetização na idade certa, a importância do trabalho deles, especialmente também nesse momento que é, eu diria assim, a base, a base da educação é alfabetizar.

Então, eu acho também que têm que ser chamadas as universidades para discutir, não só as entidades, os municípios, enfim, os secretários de educação. Mas, da forma como eu vejo, realmente a gente tem que ver a formação dos profissionais; não só a capacitação dos que já estão formados – que já está sendo feita também, já está dentro do programa –, mas também a questão das universidades na formação desses novos profissionais que virão aí para o mercado de trabalho. Não é isso?

Então, agradeço mais uma vez à Sra. Sandra e já chamo aqui, para também fazer sua exposição, a Sra. Andrea Cristina Almeida, que é representante da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena.

Eu já boto aqui à disposição para que ela possa fazer a exposição dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREA CRISTINA ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde à Senadora, que está presidindo esta Comissão. Também passo cumprimentos a todos e todas que estão participando deste momento.

Eu sou Andrea, tupiniquim, de Aracruz, Espírito Santo, estou aqui representando a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena e vou tentar, dentro desse tempo, trazer algumas considerações que eu penso que são importantes quando se pensa esta política de alfabetização voltada para os povos indígenas.

Quando a gente pensa a política pública Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a gente precisa se perguntar: e a alfabetização da criança indígena? Considerando que o nosso país (*Falha no áudio.*) ... de acordo com o Censo de 2020, falando cerca de 274 línguas. Então, o que significa tratar essa diversidade cultural, assim como essa diversidade linguística, dentro de uma política pública que trata desse compromisso de garantir o direito a todas as crianças a se alfabetizarem?

Quando a gente retoma a própria legislação, a Constituição Federal de 1988, e ela é (*Falha no áudio.*) ... aos estudantes, às crianças indígenas o ensino ministrado em língua portuguesa, mas principalmente a utilização de suas línguas maternas.

Então, a política Compromisso Nacional Criança Alfabetizada a gente sabe que não trata especificamente de uma política voltada para a alfabetização de crianças indígenas, mas é preciso que, dentro desta política, uma vez que é uma política nacional, e as crianças indígenas, independentemente do território onde estão localizadas, também são crianças portadoras de direitos, do direito de ser alfabetizada na sua língua materna, do direito de ter acesso à língua portuguesa, mas sobretudo de ser alfabetizada na sua língua materna...

Então, esse é um ponto importante dentro de qualquer política que se constrói, que se implanta dentro do cenário da educação brasileira.

A gente sabe que historicamente vários programas, várias políticas de alfabetização já se passaram dentro do Ministério da Educação, mas nenhum programa, nenhuma política foi pensada especificamente para os povos indígenas. E, dentro dessa política que está em andamento, como a população indígena, as crianças indígenas estão acessando essa política, acessando esse direito de serem alfabetizadas e também de saírem desses resultados que não são resultados bons – não é? –, em que que as crianças não se alfabetizam. As crianças não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conseguem, dentro da idade certa, se alfabetizar, minimamente ler e escrever. Isso sempre puxa o resultado do município, sempre puxa o resultado do estado, que é isso que a gente escuta muito. Os resultados das escolas indígenas, em termos de alfabetização, sempre estão abaixo dos de outras escolas. Isso por quê? Porque não existe uma política própria de alfabetização para as crianças indígenas.

Então, a educação escolar indígena precisa se ajustar, se adequar a uma política nacional que vem sendo implementada nos estados e nos municípios.

Mas como, a partir deste Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, vem sendo discutida a questão da diversidade, a questão da alfabetização para as crianças indígenas? Está havendo por meio da Secadi, que eu penso que é um avanço importante dentro do processo da implementação dessa política, que é a conexão dessa política com a Ação Saberes Indígenas na Escola, porque a Ação Saberes Indígenas na Escola nasceu em 2014, quando também, naquele período, nasceu uma política de alfabetização.

Então, a partir dessa política, nasceu o Saberes Indígenas na Escola, que também tem como princípio, como fundamento a alfabetização – a alfabetização em língua portuguesa, mas também a alfabetização em língua materna. E a Ação Saberes Indígenas fortalece a formação continuada dos professores, que é um ponto principal e importante, e essa formação parte, ou melhor, ela é de responsabilidade da universidade com os municípios e estados, porque é um programa que é implementado em parceria com o MEC, a Secadi, com as universidades, com os estados e com os municípios.

E outro ponto fundamental é a produção de material didático específico, e aí específico é de acordo com a sua cultura, de acordo com a sua identidade, e também de acordo com a sua língua de alfabetização, um material que pode ser construído em diversas línguas – ou bilíngue, tanto na língua portuguesa como também na língua indígena.

Então, a gente pensa que é um programa que pode se fortalecer também enquanto política atrelado à Política Nacional de Alfabetização, para que as crianças indígenas, de fato, sejam atendidas de acordo com a sua realidade sociolinguística, de acordo com o direito que elas têm de serem alfabetizadas na sua língua materna. Porque, pensem bem, se elas têm o direito de serem alfabetizadas na sua língua materna, como é que as escolas irão utilizar material didático que chega do Programa Nacional do Livro e do Material Didático? – sendo que eles não falam a língua portuguesa (*Falha no áudio.*) ... acessar outros conhecimentos. Mas, na alfabetização, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

importante, é o básico, é o mínimo, é o começo. Eles precisam ser respeitados nesses processos próprios de aprender, a partir da sua própria língua materna. Então é preciso também induzir recursos para que os materiais que cheguem às escolas indígenas também sejam materiais na sua língua indígena, para que essa alfabetização seja fortalecida, aconteça e também alcance o resultado desejado na perspectiva dos povos indígenas.

Então, um ponto fundamental é este: de se pensar, a cada política que é implementada, onde está, o que está sendo considerado em relação às comunidades indígenas. Então, nessa governança desse programa é fundamental pensar nessa perspectiva. E aí, quando a gente pensa nessa perspectiva de se olhar para essa diversidade dos povos indígenas, é preciso pensar também que a política de alfabetização para as crianças indígenas não pode ser uma política isolada de outras políticas, né? São políticas que precisam estar relacionadas à formação de professores; políticas que devem estar relacionadas à política de produção de material didático; políticas também dos territórios etnoeducacionais, que são uma forma de gestão da educação escolar indígena e que também forçam essa pactuação dos entes federados, colocando todos os entes como responsáveis pela educação escolar indígena nos estados e nos municípios.

Assim, para poder finalizar, eu quero aqui reforçar que, para que isso aconteça, é importante, sim, o financiamento – não dá para se pensar em financiamento de recursos que cheguem com o mesmo valor para todas as escolas indígenas, porque existe essa questão geográfica, né? É muito diferente o acesso a essas políticas entre os municípios e entre os estados – e o fortalecimento dos saberes indígenas na escola não somente como um programa, mas também como uma política de formação, uma política de produção de material didático e uma política que perpassa a alfabetização de crianças indígenas, em especial na sua língua materna.

Muito obrigada. Eu espero ter aí dado as contribuições enquanto representante da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada à Sra. Andrea. Eu quero dizer que, com certeza, está contribuindo muito. Já estou aqui com alguns pensamentos, algumas ideias de como a gente vai poder também ajudar nessa construção.

Eu vi aqui que alguns pontos que foram falados – de respeitar a questão cultural, as questões regionais – vêm se repetindo, mas eu sei que nos povos indígenas, eu diria, ela tem que ser bem mais considerada, com material realmente específico, respeitando a questão da sua língua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

materna. São questões específicas, que têm que ser consideradas, respeitadas e implementadas, né?

Então, não é só dizer que está fazendo ou criar um programa e não escutar, não ouvir ou não fazer realmente o nosso papel, que é tratar diferente, da forma como tem que ser tratada, a questão da alfabetização dos povos indígenas.

Então, eu anotei algumas questões aqui. Eu vou me aprofundar sobre a Ação Saberes Indígenas na Escola, vou saber o que já está sendo feito, o que pode ser fortalecido e o que a gente pode fazer também aqui, dentro do Senado Federal, com alguma proposta ou proposição que possa transformar e legalizar ou fazer, realmente, com que vire também uma política de Estado. Nós vamos pensar aqui a melhor forma juntos – a audiência pública é para isso – para que a gente possa construir uma melhor proposta para ajudar verdadeiramente, ainda mais, o Ministério da Educação, os municípios, enfim, a todos e todas. Realmente a nossa intenção é contribuir também com o Governo Federal, que lançou esse programa que, eu diria assim, é essencial para todos e todas.

Quero agora convidar a Sra. Pollyana Cardoso Neves Lopes, representante da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Será um prazer ouvi-la.

Quero já parabenizar a ação mais uma vez do Ministério Público, do Governo Federal, mas sobretudo de todos que estão participando, que contribuíram, da Undime, do Consec, do Consed, a nossa representante também dos povos indígenas, enfim, do Ministério da Educação; todos e todas que aqui estão.

Agora eu vou passar a palavra para a Sra. Pollyana – vejo que desde o início ela já tinha chegado aqui à plataforma –, que também terá seus dez minutos. Se for necessário, a gente acrescenta tempo.

A SRA. POLLYANA CARDOSO NEVES LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Cumprimento a todos que estão participando desta audiência, desta série de audiências que vão ser realizadas neste plano de trabalho que tem o intuito de fortalecer a pauta da alfabetização, e já agradecemos o convite em relação a isso.

Não sei se já se está projetando a minha apresentação, mas, de qualquer forma, a minha apresentação está vinculada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Pronto, já está, viu?

A SRA. POLLYANA CARDOSO NEVES LOPES (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Eu vou falar um pouco da atuação dessa grande rede, que você já narrou bem. Ela está vinculada à mobilização, articulação e formação. É, de fato, uma rede que está atuando na implementação das ações do compromisso e dessa grande agenda da alfabetização.

Como a representante da Comissão de Educação Escolar Indígena disse, nós precisamos respeitar as diversidades do nosso território brasileiro, e por isso essa rede, composta por um grupo de articuladores, respeita a política territorial da região, e as ações são implementadas com base na própria política implementada no território.

Não sei se eu passo aqui ou se vocês podem passar. (*Pausa.*)

Pronto.

A alfabetização, como todos aqui sabemos, é um direito, e é um direito de todas as crianças, como bem pontuado pela representante Sra. Andrea e pelos Secretários que também falaram anteriormente. E precisamos, com isso, entender qual é o desafio deste território brasileiro, que conta com uma diversidade muito grande, e, portanto, somente uma rede que possa aumentar a capacidade de atuação das redes de ensino é capaz de alcançar esses desafios que são muito locais.

Pode passar.

Bom, aqui (*Falha no áudio.*) ... dois articuladores no nível estadual, sendo que um é representante da Secretaria Estadual e um é representante da Undime local; no nível das unidades regionais de ensino, nós temos três articuladores; e, em cada município brasileiro, nós temos um articulador, como a Secretária Márcia Baldini pontuou também.

Então, o nosso alcance é uma rede composta por mais de 7,2 mil pessoas. Hoje essa rede se articula (*Falha no áudio.*) ...

Pode passar.

Aqui vocês estão visualizando como está disposta a gestão e a governança dessa rede. Nós temos, como dito, os articuladores nacionais, os articuladores estaduais, regionais e municipais. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cada um, em sua camada de atuação, tem o potencial de atuar, avaliar, coordenar e implementar as ações que estão estabelecidas no compromisso, nos cinco eixos de atuação. E essa atuação é essencial para a garantia da alfabetização das crianças. Ela também exige um comprometimento técnico e político, disponibilidade para a realização dessas ações e também o acompanhamento delas nos níveis em que cada um atua.

Pode passar.

Bom, aqui a gente pode falar um pouquinho sobre a composição, os requisitos e as atribuições desses articuladores. A Renalfa foi pensada e também foi regulamentada já no decreto do compromisso, que estabeleceu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Ela já estava prevista, e esses são os requisitos obrigatórios para a atuação. Então, o articulador designado tem que ser professor em efetivo exercício do magistério das redes públicas e também tem que possuir uma formação mínima, de nível superior, e uma experiência mínima também.

As recomendações que a gente vê logo a seguir são do Ministério da Educação para uma boa atuação desse articulador – a Secretária Sandra e a Secretária Márcia, que estão aqui, têm conhecimento da atuação desses articuladores. Eles precisam ter disponibilidade, têm que estar lotados nesses espaços, têm que ter uma experiência na implementação dessas ações, têm que ter uma residência fixa no município de atuação, no caso dos articuladores municipais, e têm que ter uma disponibilidade para se deslocar nesse território. Precisam acompanhar escolas, realizar eventos de formação. Então, precisam também contar com uma disponibilidade e uma recomendação ali do território para essa atuação.

Pode passar.

Aqui eu estou trazendo a outra camada da composição e dos requisitos dos articuladores, porque, em cada nível de atuação, sendo estadual, distrital ou municipal, são as mesmas obrigações, são os mesmos requisitos obrigatórios, e há a exigência, inclusive, para poder fazer jus à bolsa de formação que eles recebem. Então, são profissionais que passam por formação contínua e precisam também cumprir as mesmas recomendações dos outros níveis.

Pode passar.

A Renalfa veio, nasceu com o intuito de ampliar a capacidade institucional dos sistemas. Como as Secretárias já falaram, muitos municípios têm uma limitação de capacidade institucional – de equipe, de articulação e de espaços para atuação –, então a rede veio para compor e trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

força a esse elemento de capacidade institucional das redes. Também cabe à Renalfa liderar todos esses processos no território, cada um no seu campo de atuação, sempre respeitando as premissas básicas e atuando em cada um dos eixos do compromisso.

Pode passar.

E aqui eu trouxe um panorama de como é que a gente pode enxergar o avanço e o trabalho de atuação dessa rede na alfabetização e no compromisso:

- Nós temos uma governança local – o articulador faz com que a gente tenha essa capacidade de governança local –, e uma rotina sistêmica de acompanhamento das regionais de ensino, dos municípios e das escolas, então há um alcance maior do que em um nível federal.

- As ações focalizadas também em redes e escolas que têm mais desafios, então a gente tem resultados por escola e isso facilita a atuação dos articuladores e das redes de ensino numa atuação mais pontual, em que a gente pode alcançar os desafios do estudante mesmo, que é o que a gente tem como foco na atuação para a garantia da alfabetização.

- A formação continuada conectada a essa prática docente, então nós temos materiais de apoio e materiais que a gente divulga no nosso portal, estão aí os *links* para acesso.

- Também temos um campo de atuação que é o das avaliações formativas, já bem narrado também pela Secretária Marcia e pela Secretária Sandra, e a gente hoje disponibiliza uma plataforma de uso disponível, livre, gratuito, no nosso portal.

- Também temos uma oferta diversa de materiais de formação, vídeos, que podem atuar e aperfeiçoar a prática das redes.

- E, também, a implantação dos cantinhos de leitura, que é um recurso diretamente para a escola, para que ela possa implementar um espaço dedicado à leitura dentro das salas de aula, porque a gente acredita que um elemento muito importante é o acesso à leitura e a sua disponibilização desde sempre, desde cedo, inclusive na educação infantil – o acesso à leitura e obras literárias nesses espaços do cantinho de leitura.

Pode passar.

É isso, essas são as minhas contribuições. Eu acredito que nessa rede eles são muito mobilizados para a atuação também no campo da alfabetização e estão contribuindo muito para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que a gente tenha esse resultado, hoje, de 27 políticas territoriais e os comitês, também, em atuação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, também, à Sra. Pollyana.

Quero dizer que essa rede... eu acho que ela é essencial, realmente, para que o programa venha a dar certo, com as contribuições, com todos que a compõem, que fazem parte dela. Eu vejo uma forma muito bem elaborada de acompanhar, de articular, de fazer, realmente, acontecer nos diversos territórios, como foi dito aqui, porque o Brasil tem uma diversidade muito grande, o nosso país, então ele precisa desse olhar diferenciado por regiões.

Eu quero aqui só parabenizar o trabalho e dizer que nós acreditamos muito que, através dessas articulações, tanto dos comitês, que são 27, como também da rede que está integrada – estão todos integrados –, esse programa tem, na minha concepção, tudo para dar certo, garantindo o financiamento, obviamente, o que foi falado aqui por todos e todas, tendo esse olhar...

Também, eu acredito que estando aberto... Eu acho que tanto o comitê como a rede estão atuando e estão abertos a alguma contribuição, a alguma ação da qual venha a ser percebida a necessidade de ser implementada depois, até porque estão respeitando as questões regionais, culturais, o que for preciso implementar do que não tenha ainda dentro do programa. Eu acho que tem essa abertura também para que seja discutido e que seja feito de uma forma bem coletiva.

Então, já agradecendo, agora eu já quero convidar, para também fazer a sua exposição, o Sr. Renan Ferreirinha, que é Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais. Será um prazer ouvi-lo também. São dez minutos, e, se necessário, a gente acrescenta.

O SR. RENAN FERREIRINHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Augusta Brito. É um prazer enorme participar aqui desta audiência pública. Saúdo todos os participantes aqui que apresentaram também neste importante debate: o João Paulo, representando o MEC, e todo o time que cuida da nossa educação básica, através do Ministro Camilo Santana, da Secretária Kátia, da Márcia, da Undime, da Sandra, do Consed. Meu abraço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ao nosso querido Presidente, meu querido amigo Zezinho. Andrea também, representante da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, e a Pollyana, da Renalfa.

Eu venho aqui, Senadora, representando o nosso Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais, provavelmente o órgão mais recente no nosso país, como um dos grandes atores da nossa educação que representa as nossas capitais, como uma instância para contribuir para o nosso debate brasileiro, para, junto com todas as instâncias, todos os atores aqui somados, também trazer uma amostragem muito importante, que é das grandes redes. Nós estamos falando de redes que possuem desafios muito grandes, muitas vezes urbanas, mas também algumas que possuem desafios rurais, principalmente na Região Norte do nosso país.

A gente, a rede municipal do Rio de Janeiro, da qual eu sou Secretário de Educação, possui 1.557 escolas, 650 mil alunos, 60 mil profissionais de ensino. Isso, só em uma própria rede municipal.

Então, com todos os nossos desafios, a gente vê com muitos bons olhos o nosso processo de priorização da alfabetização no nosso país ao longo desses últimos anos. Esse é um assunto sobre que eu particularmente falo muito com o Ministro Camilo Santana, muito com a Secretária Kátia, o nosso Secretário-Executivo do Consec, que está presente no Senado Federal, nesta audiência pública, o Henrique, também dialogando muito com o MEC, no que diz respeito aos importantes avanços que a gente vem realizando.

A verdade é que, quando a gente não prioriza a alfabetização, o que acaba se gerando é um efeito bola de neve, em que a criança, o aluno acumula fragilidades, lacunas no seu conhecimento, e o preço que é pago por isso é muito alto. Ademais, fica mais caro, pouco eficiente, e a gente tem desafios que, infelizmente, não são reversíveis quando não se tem a real (*Falha no áudio.*)

de uma boa alfabetização na idade certa.

A Senadora Augusta Brito, que é do Ceará, sabe do bom exemplo do Ceará num pacto federativo com todos os seus municípios, no seu estado, para conseguir priorizar os avanços no primeiro ciclo do ensino fundamental e consolidar isso em torno de uma política pública de alfabetização na idade certa.

Então, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é, sim, um grande avanço. O entendimento dos padrões de aprendizagem, de como a gente compreende hoje que uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

criança alfabetizada no final do segundo ano do ensino fundamental, a partir do 743, que é esse marco que é dado, a gente considera uma criança alfabetizada, e abaixo disso, a gente ainda precisa avançar, isso são padrões muito necessários. É importante que no nosso país a gente consiga ter métricas, que a gente consiga ter avanços e consiga pautar esse debate. Se você não consegue mensurar, avaliar, infelizmente você fica num campo muito subjetivo, e o que a gente quer é, enquanto redes, se ajudar.

É importante que a educação brasileira avance, como os municípios estão avançando; e aqui, tanto a Undime quanto o Consec têm esse papel. É importante que a educação brasileira avance, como os estados estão avançando; e o Conced, aqui, tem esse papel. E o MEC tem esse papel por conta de ser o grande formulador de políticas públicas nacionais. É fundamental e é muito bom a gente ver o MEC pautando também essas discussões.

Aqui a gente elogia os pontos que precisam ser elogiados e cobra os pontos que precisam ser cobrados – cada vez mais apoio para os municípios, cada vez mais recursos chegando na ponta, porque é na ponta, é nas redes municipais e estaduais que acontece a educação de fato. Isso é muito importante. E esse regime de colaboração precisa incluir e fortalecer muito também o papel das capitais. As capitais possuem muito como que um eixo magnético nos seus próprios estados. A verdade é essa. De diversas questões, as capitais acabam sendo a cidade mais importante dos respectivos estados, e essas instâncias locais precisam ser cada vez mais empoderadas, porque, em um programa federal, sua aferição e sua implementação acontecem nos territórios.

Então, é importante que a gente consiga, através disso, fortalecer esse diálogo e conseguir fortalecer a capilaridade do compromisso nas instâncias locais, a partir também... Aqui as capitais ficam muito à disposição nesse processo de aprender, de compartilhar, de ser beneficiada, de conseguir crescer da maneira mais colaborativa possível.

Também queria aqui concordar com a fala do Conced no que diz respeito à importância de, na educação infantil, a gente já iniciar o processo também de letramento. É muito importante que a gente compreenda que, sim, na educação infantil, a brincadeira é fundamental, criança tem que brincar... Eu, Senadora Augusta, além de secretário, divido-me também como Deputado Federal, e fui Relator da proibição do uso de celulares nas escolas, a nossa Lei 15.100, de 2025. Então, eu defendo o direito intrínseco de cada criança de brincar. Ninguém precisa ensinar a criança a brincar, a criança sabe brincar, nasce já sabendo. É um instinto da criança, também,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

brincar, mas é muito importante que a gente consiga, na educação infantil, introduzir também esse processo de letramento, porque é um processo natural que, em casa, as famílias que têm maior acesso à educação já fazem.

Então, por que não fazer isso nas escolas? Por que não fazer isso também para quem mais precisa? É fazer isso nas nossas redes públicas e começar esse processo de uma maneira muito complementar, com a brincadeira, começar esse processo, para que o processo de alfabetização se dê e se conclua no primeiro ou no segundo ano do ensino fundamental.

Eu vejo uma discussão – agora que a gente está falando sobre o PNE (Plano Nacional de Educação) –, algumas emendas que tentam levar essa discussão para o terceiro ano do ensino fundamental. Eu vejo isso de uma maneira muito prejudicial para as nossas crianças. A gente precisa garantir que as crianças sejam alfabetizadas com seis, sete anos. E, para isso, é terminando, às vezes, ali no ensino fundamental, no segundo ano do ensino fundamental, com seus oito anos, dependendo de quando nasceu no ano. Então, conseguir garantir que a alfabetização seja feita na idade certa é fundamental.

E aqui fica também a impressão do Consec, que é essa nossa deferência a esse processo. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tem inúmeros acertos, conseguiu avançar em diversas questões. Nós pontuamos algumas situações que são importantes para divulgação. Estamos prestes a ter uma nova divulgação dos dados, deixando clara a diferença de censitário, João Paulo, para amostragem. Isso é uma questão importante, o histórico do Compromisso Criança Alfabetizada de provas censitárias em 2023.

A gente só tem dois... (*Falha no áudio.*)

com esse processo.

Isso foi um ponto que muitas capitais trouxeram também, muitos municípios trouxeram, porque isso pode gerar, muitas vezes, no debate público, uma impressão equivocada – o que é maçã, o que é banana e como a gente as compara entre si.

Eu acho que isso está com muita clareza hoje já por parte do MEC, atuando da maneira mais adequada, e o saldo é extremamente positivo. O saldo da priorização da alfabetização nesses últimos anos é muito positivo, e isso é um marco para uma gestão. Ver Governadores, Prefeitos, Deputados, Senadores, secretários priorizando a alfabetização é uma grande política pública de Estado, é uma conquista institucional do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, que a gente possa seguir trazendo a alfabetização para o centro do debate educacional e garantindo que nenhum outro caminho seja tão promissor para cada criança e jovem do nosso país quanto o caminho do conhecimento.

Obrigado, Presidente Senadora Augusta.

É um prazer estar aqui no nosso Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

Nós é que agradecemos aí a contribuição também do Sr. Renan. Agradecemos a contribuição de todos.

Nós temos aqui algumas perguntas que chegaram pelo e-Cidadania. Eu gostaria de lê-las. Aí, depois eu já passo para as considerações finais, a que podem responder. Fiquem à vontade! Quem achar que deve responder, que tem a ver com o seu envolvimento, com as questões que vão ser feitas aqui, pode ficar à vontade para responder na hora da sua fala, está bom?

Eu vou falar da Alinne, de Goiás. Ela fala que: "Muito se fala em estratégia para melhorar a educação. Mas com que prioridade tem sido tratada a valorização dos professores?".

Aí nós temos o Guilherme, de São Paulo, que diz: "[Qua] ...]l o nível de investimento [...] feito pelo Governo Federal para se atingir essa meta de alfabetização no 2º ano escolar?".

Temos o Adilson, do Distrito Federal: "Quais ações garantem que os recursos do Compromisso Criança Alfabetizada cheguem de forma eficaz às escolas mais vulneráveis?".

Nós temos Marcelle, do Rio de Janeiro: "Como será feita essa fiscalização? Será de forma presencial e sem aviso prévio? E quanto às crianças neurodivergentes, como será [realizada]?".

Nós temos mais três perguntas.

Josuelem, do Amazonas: "A forma de ensinar no Brasil [é um comentário, não é?] precisa ser revista. E o método de avaliar também [...] Empurrar um aluno para a série seguinte é criminoso".

Irlane, de Minas Gerais: "A alfabetização não deveria ser só um diploma. Deveria[m] [ser aplicadas] [...] provas [anuais] para testar de fato a alfabetização [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E Caroline, de Santa Catarina: "Sem investimentos reais e continuidade, políticas de alfabetização viram promessas vazias, perpetuando o ciclo da exclusão social".

Foram essas as perguntas e também comentários aqui do e-Cidadania, e eu já quero aqui abrir a fala para o Sr. João Paulo, que também já se pronunciou e poderá usar aí os seus cinco minutos para responder a alguma pergunta dessas – sinta-se à vontade! – e para fazer as considerações finais.

O SR. JOÃO PAULO MENDES DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Acho que a primeira pergunta foi a que a própria Senadora trouxe, que diz respeito a se as metas são estabelecidas de formas diferentes para cada território.

Sim, elas são. Cada território tem sua meta, cada estado tem sua meta, cada município tem sua meta. Essa meta foi definida a partir do objetivo final do alcance da alfabetização de todas as crianças até 2030, que cada um dos territórios deve promover.

Então, ela está conectada à meta global do país, está conectada à meta daqueles territórios e está conectada aos resultados de alfabetização de 2023. Como bem disse o Secretário Renan Ferreirinha, 2023 é o nosso .... ao mesmo tempo que ele é o ano base, ele gera também as prospecções para as próximas metas. Então, 2023 foi o primeiro ano da aferição de um indicador nacional, que foi feita com a participação dos entes federados municipais e estaduais.

A avaliação é realizada pelos entes federados estaduais, a partir de uma orientação e do suporte técnico do Inep, que, a partir das aprendizagens, dos indicadores e dos (*Falha no áudio.*)... o Saeb define orientações técnicas, indicadores que são comuns, itens que precisam ser comuns nas avaliações estaduais, mas é o estado que realiza essa avaliação em regime de colaboração. Então, o estado que não tinha um sistema de avaliação institui um sistema de avaliação, promove a adesão dos municípios e, após isso, realiza uma avaliação censitária com a participação de todos os alunos.

Em 2024, nós já tivemos a participação de 26 unidades federativas realizando esse movimento. Logo, esse novo indicador, que será divulgado em breve, vai ter esse resultado dessas 26 unidades federativas, e nós vamos dar ampla publicidade assim que o indicador for divulgado.

Em relação à preocupação do ministério com a garantia da inclusão e com o atendimento das pessoas mais... dos estudantes de maior vulnerabilidade, de grupo socialmente específico, especialmente as crianças negras, as crianças que moram em regiões não urbanas, as crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

indígenas, as crianças que moram em regiões onde há muita desigualdade de aprendizagem... A gente sabe quem são essas crianças. Hoje, a não aprendizagem tem CEP e endereço certo, nós sabemos em que regiões geográficas elas estão e qual a etnia e raça dessas crianças. Há uma preocupação do ministério constante em ampliar as políticas de garantia da alfabetização de todos e, especialmente, dessas crianças. Esse é um compromisso do ministério, mas é também um compromisso das secretarias de estado.

A Secretária Sandra está aqui, lá ela tem bastante essa peculiaridade no atendimento a populações específicas, e a Região Norte tem essa particularidade. Então, essa é uma preocupação dos estados, mas é uma preocupação também do ministério; e destes também a garantia dos processos de inclusão, que passam desde uma formação continuada específica para esses professores, para que eles possam atender a essas especificidades e essas particularidades, mas passam também pela garantia de investimentos diferenciados, como bem destacou a nossa participante aqui da educação indígena.

Um outro ponto importante das perguntas é: como se dá o acompanhamento dessas metas? Essas metas são acompanhadas anualmente. A gente divulga essas metas, mas elas são acompanhadas por indicadores de processos que a Renalfa acompanha, que a gente mobiliza a partir de um plano de monitoramento que o compromisso tem.

E, por fim, eu queria também comentar sobre a valorização do docente, que foi uma das perguntas.

Quando a gente discute a valorização docente, ela passa por diversas perspectivas: pela perspectiva salarial, que ganha muita proeminência neste país a partir do piso e de todas as legislações, o que a gente defende, como bandeira, que seja avançado ano a ano, mas ela também passa por uma valorização do profissional docente a partir da oferta de uma formação continuada adequada, que permita que ele enfrente os desafios.

Então, o compromisso tem muito essa marca da valorização da formação continuada desse profissional, da qualificação desse profissional para uma melhor atuação, para a garantia do direito da alfabetização de todas as crianças. E passa (*Falha no áudio.*)... de leitura – cada sala de aula de 1º e de 2º ano vai passar, neste ano, a investir em cantinhos de leitura na educação infantil –; passa pelo investimento na distribuição de material didático complementar de apoio à alfabetização dessas crianças, e a gente está o tempo todo discutindo (*Falha no áudio.*)... dos profissionais da educação (*Falha no áudio.*)... pelos municípios e por todos os territórios, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estados, na construção desse grande compromisso pela alfabetização, porque não é possível fazer um grande compromisso pela alfabetização sem o envolvimento docente, porque o docente precisa tanto conhecer os resultados da alfabetização das suas turmas, das suas escolas, do seu município, como precisar agir sobre esses resultados.

Pensando assim, cada criança que é identificada como não alfabetizada exige do docente uma atenção especial e particular a esse estudante. Então, a gente tem muito pautado essa bandeira.

Além disso, tem diversos territórios que têm experiências bastante sólidas do reconhecimento das boas práticas dos docentes. Tem um pilar do compromisso que é o reconhecimento das boas práticas, e reconhecer essas boas práticas é reconhecer o trabalho de docentes, de gestores escolares.

Esse reconhecimento vai na realização de espaços, oficinas e seminários de compartilhamento de boas práticas; passa também pela certificação desses profissionais, pela garantia de contribuições financeiras para aqueles profissionais ou aquelas escolas que têm mais destaque; mas passa, sobretudo, pelo estabelecimento de uma ambiência de compartilhamento de práticas exitosas, em prol da garantia do direito da alfabetização, na qual os profissionais que já garantem a alfabetização de todas as crianças, ou de uma grande parte das crianças, conseguem dialogar e tratar com aqueles profissionais que estão com mais desafios no território, que têm turmas mais complexas, que precisam se reinventar no dia a dia para a garantia do direito de todos.

É isso.

Eu, por fim, agradeço a participação e coloco toda a equipe do ministério à disposição da Comissão, para que a gente possa apoiar nas discussões dos outros temas, trazendo outros sujeitos e outras vozes para dialogar com vocês sobre o compromisso, essa política importante que a gente tem implementado com a ajuda dos municípios, estados e territórios.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Eu quero agradecer, na pessoa do Sr. João Paulo, a toda a equipe do MEC, agradecer ao nosso Ministro Camilo Santana, porque sempre são atenciosos aqui com todas as Comissões, não só a de Educação, mas especialmente a de Educação tem uma participação muito forte do MEC, como um todo, e do nosso Ministro também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero parabenizá-los por fazerem um trabalho que eu diria primordial para que a gente possa melhorar a educação do nosso país, que é exatamente alfabetizar as crianças na idade certa.

Eu quero dizer que nós vamos ter vários momentos, são muitas audiências públicas que nós vamos fazer aqui nesta Comissão para tratar dessa temática, exatamente procurando contribuir também com o nosso trabalho no Senado, junto ao MEC, aos municípios, aos estados, territórios, aos docentes, aos professores, enfim, a todos que estão envolvidos nesse processo, especialmente as crianças que precisam ser alfabetizadas na idade certa.

E aqui já, dando continuidade... Muito obrigada, tá, João Paulo? Dando continuidade aqui às considerações finais, eu quero chamar a Sra. Sandra Casimiro, que também poderá fazer uso... (*Pausa.*)

Ela "desvoltou", ela está aqui, por isso que eu a chamei.

A SRA. SANDRA CASIMIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estou aqui.

Olá, queridos. Bom, realmente quero agradecer a possibilidade de o Consed participar desse importante debate sobre alfabetização no nosso país.

Quero fazer algumas considerações acerca das perguntas e, assim, eu que estou aqui na base, vivendo isso aqui nos municípios, junto com a Secretaria de Educação, algumas temáticas a gente vai trabalhando em conformidade com o aparecimento das necessidades.

Sobre educação indígena, eu gostei muito da fala da representante. É isso que a gente tem feito aqui no nosso território, considerando mesmo a língua materna, valorizando isso. Nós temos um foco diferenciado para a alfabetização da população indígena, e a gente tem que considerar também as diversas necessidades que nós temos que acompanhar nesse processo de alfabetização dos indígenas.

Nós temos muitas escolas, muitos anexos também, uma quantidade limitada de alunos, não é grande o número de alunos, mas o investimento precisa ser diferenciado, assim como também para a educação quilombola, educação ribeirinha.

E eu destaco também as ações que o ministério já vem fazendo, a exemplo do que foi colocado aqui também, os saberes indígenas, e também já tem uma outra política que é a Escola da Terra, que é voltada para as escolas do campo e as escolas quilombolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que eu penso que a gente ainda precisa, já até fiz essa fala lá no nosso comitê, é integrar um pouco mais essas políticas, tanto da Secretaria de Educação Básica quanto da Secretaria de Diversidade, da Secadi. A gente precisa integrar mais e falar com a mesma perspectiva de alfabetização na idade certa, em conformidade com essas políticas que são implementadas.

Com relação aos neurodivergentes e à educação especial, a gente também... É assim, é dia a dia, eu converso muito com os secretários municipais, nós temos quase que reuniões mensais, às vezes fazemos reuniões virtuais, como está sendo este momento aqui, para que possamos debater – e gradativamente nós vamos resolvendo as situações que vão surgindo.

Eu destaco também que a questão da valorização docente é fundamental para esse processo. E também vários estados já têm políticas de valorização diferenciada, o Ceará tem uma, é um estado que tem uma política diferenciada, e outros estados também já estão implementando políticas diferenciadas, como o Piauí.

A gente tem acompanhado por meio do Consed, por meio de toda a discussão que os estados têm feito, para implementar o apoio dos estados aos municípios, que é fundamental. Então, há várias políticas implementadas.

Eu quero considerar que essa política precisa ser realmente a referência do nosso país, a gente não pode ficar mudando de políticas constantemente, nós temos que trabalhar para fortalecer esta que está sendo implementada.

Dificuldades nós vamos ter sempre na implementação dela, mas precisamos... (*Falha no áudio.*)... o foco na implementação e trabalhar as dificuldades (*Falha no áudio.*)... a gente nunca vai ter uma política que realmente garanta a alfabetização das nossas crianças na idade certa.

Então, é isso.

Eu quero agradecer muito, em nome do Consed, essa participação e parabenizar a Comissão organizadora por estar implementando esse importante debate para o Estado brasileiro.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, nós que agradecemos pelas contribuições e exposições que foram aqui feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão, com certeza, está aqui anotando, e a gente vai acatar... Vamos ter, já vou repetir, outras audiências públicas para que a gente possa ainda ouvir outras pessoas, ouvir muita gente interessada realmente, que faça acontecer, e essa política vire uma política de Estado, para que a gente tenha essa garantia.

Nós sabemos que não é um processo simples e que não é um processo de um ano. Então, nós precisamos tê-la de uma forma bem afirmada e consistente, e de longo prazo, para que não venha a ser mudada, como foi dito aqui pela Sandra, que está lá na ponta como secretária, presenciando e vendo as dificuldades.

Mas aqui eu já quero também convidar a Sra. Andrea Cristina, nossa representante dos povos indígenas, que também poderá fazer suas considerações finais.

Eu vi que ela está aqui ainda na plataforma. Não sei se caiu agora. Caiu, né? (*Pausa.*)

Está aqui? Pronto. Pode...

A SRA. ANDREA CRISTINA ALMEIDA – Estão me escutando? Estão me escutando? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Agora, não... (*Pausa.*)

Agora, sim.

A SRA. ANDREA CRISTINA ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo, né?

Então, quero também aqui deixar as minhas considerações. Em primeiro lugar, eu quero agradecer também pelo convite para representar a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena e, na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, eu represento também a Apoinme (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo).

Foi a primeira vez que eu participei de uma audiência como esta. Então, assim, para mim foi bastante desafiador, mas eu acredito que, dentro dos dez minutos, tentei colocar quais são os pontos que precisam ser considerados dentro desta política nacional da criança alfabetizada, de enfatizar que toda e qualquer criança, independentemente da sua origem, da sua etnia, da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cultura, tem o direito de aprender. Então, eu penso que isso é um princípio que é fundamental para todos, para todas as crianças.

E quero reforçar também que não se faz política sem financiamento, não se faz política sem valorização, de fato, dos professores, até porque, quando você tem um programa que incide sobre resultados – e é preciso –, toda política precisa resultar e precisa resultar em aprendizagem das crianças, dos adolescentes, do público alvo, de fato, da educação escolar, isso requer que os professores sejam também o foco desse trabalho, que eles tenham condições de alfabetizar, que eles tenham condições de ter segurança naquilo que eles fazem.

Principalmente assim quando... Eu também sou professora, alfabetizadora, e falo também do chão da escola, de uma escola indígena, a Emef Ibirapitanga, na Aldeia Pau Brasil, e o quanto o professor sofre com a pressão por resultados... Quando se fala em meta, a meta é da escola, a meta é do município, mas quem está ali vivenciando o dia a dia, aquilo que acontece a cada minuto, a cada segundo e a cada hora, dentro da escola, é o professor. É ele quem lida com toda essa diversidade que há na sala de aula, das crianças, que são o público alvo da educação especial. No caso da educação escolar indígena, há o respeito à cultura, aos conhecimentos tradicionais. São várias questões que estão em torno disso. Então, toda política tem, sim, que se preocupar com essas particularidades e especificidades que perpassam no território, que é o território da escola. E pensando, sim, em quem está à frente da gestão desse ensino, quem está à frente da gestão da sala de aula, que é o professor.

Então, é isto que eu gostaria de colocar nessas minhas últimas palavras: a importância de toda política pensar em tudo aquilo que diretamente ela implica.

Então, muito obrigada. E aprendi muito ouvindo cada um e cada uma de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós que te agradecemos.

A Andrea falou de um ponto que com certeza já tem a atenção do programa, a atenção do MEC, mas que é sempre bom ressaltar, que é a importância não só da capacitação, mas da condição também real do professor para poder cumprir as metas. As metas são estabelecidas, mas a gente precisa dar o suporte necessário aos profissionais que estão na ponta, que estão lá diretamente lidando para cumprir com as metas. Muito mais do que números, a gente está falando de crianças, de pessoas, de vidas que precisam realmente ter essa alfabetização. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

não é friamente só uma questão. Nós estamos falando aqui de números, mas muito mais de pessoas que precisam... E para isso precisamos dar todo o suporte aos professores, e, com certeza, às professoras que estão na ponta, que acabam sendo os grandes responsáveis pela conquista de alfabetizar um aluno que seja. É de um em um, não é? Não é só um número frio, simplesmente. Então, quero ressaltar isso também. É muito boa a fala da Andrea. É só para lembrar o que a gente já sabe, mas que sempre temos de ressaltar, falar e cobrar, para que sejam feitas também essas ações.

Já agora passo para a Sra. Pollyana, que poderá fazer as suas considerações finais, já agradecendo também a participação dela.

A SRA. POLLYANA CARDOSO NEVES LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu também gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui hoje representando a Renalfa, esse grande grupo de profissionais que estão diariamente empenhados em garantir a implementação de todas as ações necessárias para a alfabetização de todas as crianças. Quero dizer também que, como a Andrea, foi a minha primeira oportunidade em uma audiência pública. Também agradeço a todos que colaboraram, que contribuíram com a sua perspectiva no nível municipal, estadual e nas grandes capitais.

Eu gostaria também de ressaltar que os investimentos que estão sendo implementados no âmbito do compromisso, dentro do regime de colaboração, hoje estão na ordem de mais de R$1 bilhão, nas ações de formação de profissionais, fortalecendo a garantia da reprodução de materiais didáticos complementares para todos os estudantes e profissionais, e na atuação também da instalação dos Cantinhos de Leitura, que é a nossa estratégia de apoio e incentivo à leitura desde a educação infantil.

Então, gostaria de agradecer à Senadora pela iniciativa e dizer que a gente está à disposição para todas as audiências que virão e que tudo isso também servirá de insumo para a implementação e o aperfeiçoamento da estratégia, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Mais uma vez, nós que agradecemos à Sra. Pollyana. Tenho certeza de que, nessas audiências, a gente vai chegar a conhecimentos maiores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Posso dizer, também, que já aprendi muito só com esta audiência pública e, além de aprender, já tenho outras curiosidades que não tinha antes dela. Isso é importante, que a gente sempre esteja procurando aprender mais, enfim, para contribuir, obviamente, positivamente.

Agora, já quero aqui convidar o Sr. Renan Ferreirinha, também, que poderá fazer o uso da palavra por cinco minutos nas suas considerações finais.

O SR. RENAN FERREIRINHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Só para tirar uma dúvida, Senadora, teve uma pergunta sobre celular, foi isso? Na hora travou a minha fala aqui, o meu áudio.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Uma pergunta sobre celular? Não, não teve.

Eu estou olhando aqui as perguntas, mas se você quiser falar também pode falar. Fale sobre o celular.

O SR. RENAN FERREIRINHA (*Por videoconferência*.) – Não, eu entendi que era uma questão de fiscalização, como seria feita essa fiscalização, alguma coisa...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, foi, exatamente. Tem uma pergunta, eu vou repetir – agora, celular, não.

"Como será feita essa fiscalização? Será de forma presencial e sem aviso prévio?" – é a pergunta. E quanto às crianças...

O SR. RENAN FERREIRINHA (*Por videoconferência*.) – Mas isso de quê? Do celular?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, não tem a ver com celular, tem a ver com...

Mas fale do celular, já que você quer falar.

O SR. RENAN FERREIRINHA (*Por videoconferência*.) – Não, não queria falar. Só era a dúvida se tinha isso, para saber da pergunta, de maneira correta. Fiquei na dúvida do que se tratava.

Não, não preciso falar sobre o celular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Só queria aqui agradecer e saudar a Senadora Augusta, mais uma vez. É importantíssimo que a gente tenha esses momentos de participação das diferentes instâncias da nossa educação, do nosso povo. O Parlamento representa a população brasileira, na sua melhor forma, e a gente precisa ter essas audiências para conseguirmos avançar com as políticas públicas. E o compromisso da alfabetização, da alfabetização na idade certa, da criança alfabetizada, é uma urgência nacional.

Então, que a gente consiga consolidar essa política pública, que a gente consiga fortalecer as formas de diálogo, em nível municipal e em nível estadual; que o MEC possa ser sempre esse promotor de políticas públicas nacionais, apontando a bússola, e que a gente consiga fazer as inovações necessárias.

A gente tem inúmeros exemplos no Consec, o nosso Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais. A gente tem, na educação infantil, cidades como Recife, fazendo um grande trabalho; como Boa Vista, fazendo um grande trabalho. A gente tem *cases* muito interessantes de alfabetização – de Fortaleza, de Curitiba e de Vitória –, com o bom uso da tecnologia, seja na proibição do uso de celulares ou com a boa tecnologia, na inovação, no caso do Rio de Janeiro, aqui, da nossa Secretaria, e Brasil adentro, as inúmeras diversidades que nós possuímos de transporte, os casos das nossas capitais.

A Secretária Sandra sabe que eu estou falando de Macapá, de Belém e de Manaus, a realidade do Norte do país, com as suas particularidades.

Então, é muito importante que o Brasil, como um país continental, seja endereçado como tal e que, para isso, a gente consiga ter as boas políticas públicas enquanto nação, mas também respeitando as nossas particularidades regionais, municipais e estaduais. Que nós tenhamos bússola clara para que saibamos aonde queremos chegar, e o Plano Nacional de Educação é uma grande oportunidade para isso. Reconhecer o papel e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é muito importante.

Contem sempre com o Consec. O nosso Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais está sempre à disposição.

Muito obrigado, Senadora Augusta e todos os participantes.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Sou eu que lhe agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, agradeço a todos e a todas que participaram, à equipe da Comissão e à equipe também do nosso mandato, que também esteve atenta a tudo para que acontecesse da melhor forma.

Já passando para o final da nossa audiência pública, eu queria fazer algumas considerações finais em relação ao que me chamou a atenção no que se refere à necessidade também do envolvimento do Parlamento, não só do Senado Federal, não só da Comissão de Educação, mas dos municípios, que foi falado aqui, para que a gente possa...

Eu sei que o Estado do Ceará já tem esse compromisso firmado de uma forma muito, eu diria assim, concreta e que realmente tem os resultados de que a gente já sabe, mas eu acho que seria muito importante que a gente sensibilizasse outros Parlamentares de outros estados também para que pensassem em audiências nos estados e nos municípios para apresentarem projetos de lei também em nível estadual e municipal. Eu acho que seria uma forma também de o Parlamento estar envolvido nesse processo e nesse compromisso. Eu sei que não é uma obrigação direta de fazer o programa acontecer, mas é, sim, também, com certeza, uma responsabilidade e um compromisso.

Então, nesse sentido, além das ações que já estavam programadas, eu vou pensar como vamos fazer alguma ação nesse sentido de envolver aí os Parlamentos também. A gente já sabe que os Prefeitos, o Executivo já está envolvido, mas também vamos buscar o compromisso dos Legislativos municipal, estadual e também aqui nacional. Já temos, mas a gente precisa intensificar e levar essa pauta de uma forma a divulgar também e a dar conhecimento a todos e a todas. Então, esse é um dos encaminhamentos, que eu já estou pensando como vou fazer, fora os demais que foram ditos aqui.

Eu fico muito feliz em poder ter tido a oportunidade de ouvir a todos e a todas que aqui fizeram as explanações. Quero dizer que eu aprendi também muito e volto a dizer que, dentro da curiosidade, vou pesquisar e vou procurar saber o que a gente pode implementar para que a gente possa ter, no final dessas audiências públicas, realmente uma contribuição que vá ajudar esse programa, esse compromisso nacional de criança alfabetizada na idade certa, sobretudo também podendo ampliar algumas ações que talvez não estejam ainda aqui, mas com que, através das audiências públicas, a gente possa contribuir.

Então, agradeço-lhes, mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo todo o trabalho do MEC. Parabenizo o trabalho do nosso Ministro Camilo.

Tenho certeza de que, com essa união de todos e todas, nós vamos ter um bom resultado, e assim a gente espera. A gente quer a alfabetização na idade certa não só para os nossos filhos, mas para os filhos de todos e todas. Eu acho que esse é um ponto fundamental.

Então, vamos lá. Não vamos deixar ampliar mais um ano, acho que tem que ser no segundo ano. Até digo assim: pergunte se uma mãe ou um pai que está fazendo essa proposta quer que seu filho seja alfabetizado no terceiro ano. Por que os outros filhos, que não são os meus, têm que ter um ano a mais de alfabetização? Não, a gente tem que lutar por todos e todas de uma forma igual.

Então, agradeço-lhes imensamente e tenho certeza do compromisso também firmado aqui pelo Senado Federal e pela Comissão de Educação.

Muito obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 26 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e três minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho, Beto Faro, Rogério Carvalho e Cleitinho, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Augusta Brito e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jorge Seif, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2025 - CTFC, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Finalidade:** Comparecimento do Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, a fim de prestar informações sobre a crise na gestão do órgão, especialmente sobre a criação da Fundação IBGE+, que culminou no pedido de demissão de diversos diretores e na divulgação de uma carta aberta de servidores, alegando falta de diálogo e comprometimento da integridade do IBGE nas decisões tomadas pela atual presidência, de forma autoritária e sem transparência. **Participante:** Marcio Pochmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/23

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem por finalidade o comparecimento do Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Marcio Pochmann, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2025, de autoria do Senador Dr. Hiran e da Senadora Tereza Cristina.

Já está aqui, ao meu lado direito, o nosso Presidente convidado, Marcio, e o Sr. Marcio terá dez minutos para fazer uma exposição inicial, à qual se seguirá a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. Nós temos dois Senadores presentes já, acho que os dois estão inscritos.

A autora do requerimento e o Presidente da Comissão não estão presentes. Os dois estão em missão oficial, inclusive a Senadora Tereza está fora do Brasil.

Presidente, esta audiência é motivada, como vimos, por um requerimento de convite – na verdade, não é convocação, é um convite –, assinado pela Senadora Tereza e pelo Senador Dr. Hiran, para o comparecimento do Presidente do IBGE, a fim de prestar informações sobre a crise na gestão do órgão, especialmente sobre a criação da Fundação IBGE+, que culminou no pedido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de demissão de diversos diretores e na divulgação de uma carta aberta de servidores, alegando falta de diálogo e comprometimento da integridade do IBGE nas decisões tomadas pela atual presidência, de forma autoritária e sem transparência. O senhor vai ter a oportunidade de falar sobre isso.

Todos nós temos presente a importância do IBGE para o nosso país. Trata-se do nosso principal provedor de dados e informações, que atende às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade, bem como dos órgãos governamentais, qualquer que seja a esfera. O IBGE produz informações fundamentais na tomada de decisões de políticas públicas para os setores públicos e privados. Ele é dotado de grande reputação internacional na execução de suas atribuições, seja conduzindo o censo populacional ou coletando e divulgando dados de inflação, emprego e PIB, por exemplo. É sabido que essa reputação e credibilidade, mais que um atributo a ser louvado, é uma necessidade para um órgão responsável pela coleta, tratamento e divulgação de dados tão sensíveis.

Recebemos muitas notícias com a indicação do Sr. Marcio para a presidência desde 2023. A credibilidade desse instituto tem sido colocada à prova, a despeito da reconhecida qualidade do seu corpo técnico. Na crise atual do IBGE, crise que deu origem ao requerimento – é possível que de lá para cá, muita coisa já tenha sido esclarecida. Ainda pelas notícias da mídia, dezenas de coordenadores e gerentes do instituto já demonstraram publicamente sua insatisfação com o atual Presidente, acusando-o de totalitarismo e da criação do IBGE paralelo, fundação denominada IBGE+, que, felizmente, em 29 de janeiro passado, teve suas atividades suspensas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

Pelo que se depreende, há um verdadeiro conflito entre a direção e o corpo técnico do órgão, que aproveita para demonstrar solidariedade aos vários diretores que já pediram demissão em função das decisões ditas "autoritárias" – está aqui entre aspas – do Sr. Pochmann.

É sobre isso que precisamos ouvir o Sr. Marcio nesta tarde.

Carta aberta dos servidores do IBGE, divulgada em janeiro de 2025, dia 21, e amplamente repercutida pela mídia, apresenta graves críticas à gestão do Sr. Marcio e aponta preocupações com a criação da Fundação IBGE+, considerada pelos servidores como uma ameaça à autonomia técnica e metodológica da instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O documento destaca a deterioração do clima organizacional, alegando falta de diálogo e decisões unilaterais. E esta Comissão, cumprindo seu papel, convida o senhor para esclarecer o que está acontecendo. É esta Comissão o fórum certo para os esclarecimentos, e nós vamos, com muita expectativa, ouvi-lo. E queremos lhe agradecer por ter aceitado o convite – não foi necessário fazer uma convocação. O senhor está conosco e terá, inicialmente, dez minutos. Se precisar, serei generosa, a gente pode estender esse tempo. E, depois da sua explanação, nós vamos abrir a palavra aos Senadores que estão presentes.

Sr. Marcio, seja bem-vindo a esta Comissão. Dez minutos. Nós temos um cronômetro ali, mas eu vou pedir para a Secretaria não tocar a campainha. Eu vou deixá-lo livre para fazer a sua explicação, sua explanação.

O SR. MARCIO POCHMANN (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Senadora Damares Alves.

Boa tarde, Srs. Senadores! Com um abraço fraterno e solidário, cumprimento em nome dos quase 11 mil servidores que respondem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Desde que chegamos ao IBGE, em agosto de 2023, temos estado à disposição para atender demandas que são feitas, encaminhadas ao IBGE, de vários segmentos da sociedade, do Parlamento, do Executivo, do Judiciário, Prefeitos, Governadores, secretários municipais, secretários estaduais. Tem sido sempre esta a prática de abertura e atendimento a toda demanda da sociedade, porque o IBGE, como todos sabem, é uma instituição pública e que é financiada com recurso dos contribuintes. Para nós, foi uma oportunidade receber o convite para aqui estar, e aqui estaremos sempre que houver demandas do Parlamento, porque imputo a ele o símbolo da democracia brasileira, da transparência e do comprometimento público.

Se me permitir, nós fizemos aqui um breve arrazoado para contextualizar questões que aqui foram pela senhora apresentadas ou, na realidade, repassadas por redes sociais, por meios de comunicação. Mas entendo que esta oportunidade que está sendo concedida a nós é um momento também fundamental para nós refletirmos a respeito do financiamento e da governança de dados do nosso país, sobretudo do sistema estatístico nacional, que está completando 150 anos de existência. E, sobre esses 150 anos de existência, só o IBGE responde por quase dois terços desse período. Mas é importante chamar a atenção para o fato de que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estatísticas oficiais emergiram a partir do século XVIII, relacionadas ao padrão de governança de populações e territórios estabelecido pelas exigências de funcionamento do Estado moderno.

Hoje, aliado ao ingresso na era digital, o curso da revolução tecnológica internacional tem sido combatível com o estabelecimento de um novo padrão de governança de dados estatísticos e geocientíficos.

A ascensão das *big techs* impulsiona investimentos no processo da datificação, que, ancorado no sistema de extração, sistematização, armazenamento e processamento, demanda crescente escala computacional e inovação gerencial adequada a um modelo de negócio de dados altamente lucrativo.

Simultaneamente, o Estado nacional, sobretudo no ocidente, tem comprometido a capacidade de financiamento do modelo organizacional convencionado na exclusividade de um instituto de estatística oficial. De um lado, os problemas críticos da coleta de dados, com taxa crescente de não resposta e maior desconfiança pública na tabulação e disseminação das estatísticas oficiais; de outro, a interpenetração de interesses privados no interior dos bancos de dados oficiais.

O padrão brasileiro de governança de dados. No Brasil, a primeira experiência de instituição nacional de estatística ocorreu em 1871, com a criação da Diretoria-Geral de Estatística, após quase três décadas de mobilização no interior do Segundo Império, de 1840 a 1888. Sem a presença do agente do estado na execução de operações estatísticas, mantidas de forma temporária, a Diretoria-Geral de Estatística percorreu quase seis décadas, de forma descentralizada no território nacional.

Com a Revolução de 1930, emergiu o Instituto Nacional de Estatística, em 1934, tendo a sua primeira diretoria definida no ano de 1936, para garantir o modelo de exclusividade e centralidade estatal na governança de dados oficiais.

No período autoritário do Estado Novo, de 1937 a 1945, o IBGE combinou, no Brasil, de forma inédita, a partir de 1938, a estatística oficial com geografia, somente acompanhada posteriormente nos casos isolados do México, a partir de 1983, e da Libéria, em 2005. Os demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institutos estatísticos do mundo não combinam geografia com estatística. Somente, em geral, estatística.

Na ditadura militar de 1964 a 1985, o Brasil alterou o padrão de governança de dados herdado da Revolução de 1930. Com a reforma administrativa de 1967, acompanhada de uma nova legislação, instituída em 1973, a coordenação nacional da produção de dados estatísticos oficiais, exercida pelo IBGE, foi sendo esvaziada pela pulverização das instituições federais, com o surgimento do Serpro, em 1964, do Dataprev, em 1974, do DataSUS, entre outras instituições portadoras e processadoras de informação, o que gerou uma enorme fragmentação, generalizada, das metodologias e coletas de informações oficiais, que permanecem inalteradas até hoje.

Após quatro décadas da transição para o regime democrático, iniciada em 1985, o atual avanço da revolução informacional, conduzida por *big techs* estrangeiras, tem esvaziado a soberania nacional de dados. A crescente interpenetração dos interesses privados no interior dos bancos de informação e registros administrativos oficiais transcorre em meio à disfuncionalidade do padrão atual de governança dos dados oficiais.

Em grande medida, devido à combinação do poder concentrador e monopolizador das *big techs* da era digital, com o aperto orçamentário recorrente no financiamento das diversas instituições produtoras, operadoras e processadoras de informações públicas e dados, o planejamento das informações das estatísticas e geografias oficiais se recoloca novamente no âmbito das exigências do estabelecimento de uma nova governança nacional de dados oficiais. Esse é o tema, a nova governança nacional de dados oficiais.

Diferenciando-se das experiências autoritárias transcorridas nas décadas de 1870, quando foi fundada a Diretoria-Geral de Estatística, ou na década de 1930, quando mesmo foi fundado o próprio IBGE, e na década de 60, durante a ditadura militar, também a reformulação do padrão IBGE, o momento atual é desafiador na transformação do padrão brasileiro de governança de dados em plenamente democrático nacional. Para isso, há necessidade imediata de partir do breve e sucinto diagnóstico presente na maior instituição de pesquisa pública do país.

Há um esgotamento do modelo brasileiro de instituições nacionais de estatística e geográfica. Essa é a premissa pela qual nós vamos avançar. De forma geral, o gasto público no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IBGE, desconsiderando gastos com o censo, que são esporádicos, de dez em dez anos em geral, cai, de maneira contínua, de 2018 a 2023, apresentando uma leve recuperação no ano 2024. No ano de 1986, por exemplo, o orçamento do IBGE equivaleu a 0,32% do orçamento total federal e a 0,06% do Produto Interno Bruto. Em 1992, o IBGE realizava 81 operações estatísticas, sendo sete censos nacionais, os Censos Demográfico, Agropecuário, Industrial, da Construção, do Comércio, dos Serviços e dos Transportes, e quatro grandes programas de informações geográficas que contemplavam 25 projetos de sistemas nacionais. Depois de quase quatro décadas, em 2024, o orçamento do IBGE equivaleu apenas a 0,05% do total do Orçamento federal, uma queda de 84,4%, inferior ao que era no ano de 1986, e a 0,02% do Produto Interno Bruto, ou seja, uma queda de 66%, quando comparando o orçamento do IBGE ao PIB de 2024 e o orçamento do IBGE com o PIB de 1986.

Atualmente, o IBGE somente realiza dois censos nacionais, os Censos Demográfico e Agropecuário e, mesmo assim, sem conseguir cumprir o período temporal disciplinado pela legislação existente.

Nesse cenário de orçamento decrescente, muitas vezes, as pesquisas estruturais têm sido realizadas com recursos orçamentários insuficientes.

A situação das pesquisas conjunturais, como as de preços, emprego, desemprego, Produto Interno Bruto, entre outras, não se apresenta de forma diferente. Entre os anos 2001 e 2021, por exemplo, os recursos orçamentários para a realização das pesquisas conjunturais do IBGE foram reduzidos em 80%. Atualmente, apenas 3% do orçamento total do instituto são destinados à realização das pesquisas.

O orçamento do IBGE no ano passado foi de R$2,7 bilhões. Quase 91% desse recurso são com folha de pagamento. O que sobra para o IBGE para fazer pesquisa são R$70 milhões.

Também as condições laborais no IBGE apresentam um conjunto de sinais importantes de esgotamento do modelo da instituição nacional da estatística herdado do regime político autoritário. O quantitativo de servidores ativos decresce de maneira continuada desde 2006. Atualmente, o IBGE detém mais de dois terços do conjunto de sua força de trabalho submetidos à instabilidade ocupacional diante da existência de diversos regimes de trabalho: o regime de trabalho temporário, o terceirizado e o de consultores. Com isso, muitas vezes, o exercício das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funções equivalentes tem sido realizado por profissionais com diferentes remunerações e condições de trabalho, com riscos concretos às operações com dados sensíveis e de sigilo estatístico.

Além disso, a pressão orçamentária sobre as despesas de pessoal tem aumentado consideravelmente. Nos últimos 20 anos, comparando, portanto, 2004 e 2024, a participação do gasto de pessoal no total das despesas do IBGE subiu 7%, fazendo com que 92% do total de recursos orçamentais da instituição estivessem comprometidos com a folha de pagamento no ano de 2024.

Também cabe considerar que a despesa de pessoal com inativos passou de 32% para 54% nos últimos 25 anos. Do total da folha de pagamento, os inativos eram praticamente um terço e agora se aproximam de quase dois terços da folha da instituição. Isso tudo se deve ao envelhecimento da força de trabalho, sem a realização de concursos públicos periódicos, o que termina sendo suprido pela elevação de postos de trabalho temporários de até três anos com instabilidade laboral e menor remuneração. No ano de 2024, por exemplo, 65% dos servidores do IBGE eram temporários, enquanto em 2004 eles mal atingiam 20% do total da força de trabalho na maior instituição pública de pesquisa do Brasil, o que aponta para o esgotamento do modelo da instituição nacional de governança de dados.

As estatísticas na era digital e o desafio de construir o Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados. A passagem da era industrial para a digital tem sido acompanhada pelo processo de digitalização, com enorme impacto sobre as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais e com crescente dependência das tecnologias de informação e comunicação captadoras e extratoras de dados.

No Brasil, o exemplo da instituição nacional de estatística e geografia submetido à pulverização e à fragmentação sem qualquer regulação, coordenação, controle metodológico e interpretação possível para os diversos produtores e processadores de dados oficiais, como o IBGE, subordinado ao Ministério do Planejamento e Orçamento; o DataSus, ao Ministério da Saúde; o Inep, ao Ministério da Educação; o Inpe, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; a EPE, ao Ministério de Minas e Energia; o INSS, ao Ministério da Previdência; a Rais-Caged, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério do Trabalho, entre outros tantos bancos de dados vinculados a diferentes ministérios do nosso país.

O conjunto de instituições de fontes de informações oficiais heterogêneas em repositórios convencionais, como registros administrativos, cadastros, pesquisas e outros, dispõe linguagem e metodologias próprias. Para a integração de informações, pareamento e lincagem de dados, exige uma arquitetura especial mediadora de procedimentos de consultas e usos estatísticos a partir de uma certificação padronizadora inteligente.

Pela legislação de 1973, cabe ao IBGE a produção direta de informações e coordenação, orientação e desenvolvimento das atividades técnicas do Sistemas Estatísticos e Cartográficos Nacionais.

Desde 2023, a construção do Sistema Nacional de Geociências Estatísticas e Dados (Singed) avançou com um debate interno propositivo com a realização de dois encontros nacionais de servidores do IBGE, bem como a retomada das conferências nacionais de estatística e geografia, em 1924.

Com o Plano de Trabalho integrado em 2025, há o compromisso da instituição para a realização tanto do 3º Encontro Nacional de Servidores do IBGE, responsável pela elaboração do Plano Plurianual de trabalho quinquenal, de 2026 a 2030, como a Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados para definir o Plano Geral de Informações Estatísticas, Geográficas e Dados.

Outro passo importante na estruturação do novo sistema de governança e dados no Brasil encontra-se definido pelos Decretos Presidenciais 6.666, de 2008, e 14.402, de 2025, que tratam da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, porque estabelece ao IBGE construir, disponibilizar e operar Portal Brasileiro de Dados Geográficos, exercer a função de gestor do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais, divulgar procedimentos de acesso eletrônico e repositórios, entre outros dados importantes.

Essa iniciativa governamental reposiciona o IBGE junto a diversos produtores, armazenadores e processadores de dados públicos e coloca como articulador dos portais como diversos entes federados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diálogo e participação propositiva – tentando responder às questões que a senhora inicialmente nos propôs.

A atual gestão do IBGE tomou posse em 18 de agosto de 2023 em Brasília, com a presença do Presidente e Vice-Presidente, ministros e autoridades, e, menos de uma semana depois, em 24 de agosto, foi realizada a primeira reunião entre a direção do sindicato nacional e a direção recém-empossada do instituto, algo que não existia há muitos anos. Logo após, a nova gestão teve o seu primeiro encontro com servidores, colaboradores, aposentados e sindicalistas, em 30 de agosto, na sede do sindicato dos trabalhadores do instituto, lançando o projeto IBGE 90 anos.

Dando prosseguimento a uma gestão participativa, foram realizados, no primeiro ano de gestão, mais de quatro reuniões oficiais, além de reuniões conjuntas das direções do sindicato e do instituto, com representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços públicos, para apoio e pleitos históricos, como o plano de carreira, reajuste salarial dos servidores e servidores temporários, este obtido em setembro de 2024, com um reajuste que elevou em 77% a remuneração dos coletadores do IBGE, que são cerca de 7 mil colegas, distribuídos em 566 agências, fazendo as coletas de preços, indo aos domicílios com as entrevistas das pesquisas realizadas.

Em agosto de 2024, foi determinado o retorno ao trabalho presencial, pelo menos por dois dias por semana, em linha com as melhores práticas de quase a totalidade dos institutos nacionais estatísticos do planeta, necessário para a recepção de quase mil novos servidores e servidoras que adentrarão o IBGE pelo maior concurso público de sua história, oriundos do Concurso Nacional Unificado, lembrando que já fazia quase cinco anos que um conjunto dos colegas exercia o trabalho remoto em casa e, portanto, distante da presença da instituição.

A redução de gastos com aluguéis e investimentos em prédios próprios.

A nova realidade orçamentária brasileira pós-pandemia desafia todos os órgãos da administração pública federal, e o IBGE também é afetado por restrições que requerem a busca constante pela otimização de recursos e sua utilização mais eficiente. Nesse sentido, a direção do IBGE, em consonância com o Programa Racionaliza, do Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que preconiza o compartilhamento de prédios públicos buscando eficiência administrativa, identificou a especial situação do aluguel do prédio localizado na Avenida Chile,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Rio de Janeiro, com gastos anuais de mais de R$15 milhões, com andares inteiros vazios, subutilizados, que era o prédio que estava à disposição para ser ocupado, mas, em função do trabalho remoto, estava praticamente vazio. Nessa despesa, a instituição comprometeu R$60 milhões durante quatro anos, pagando aluguel sem a presença de colegas. Diante desse cenário, o IBGE buscou prédios e instalações públicas que pudessem atender ao objetivo de reduzir custos significativos com aluguel de prédios privados, consumindo parte importante dos recursos já escassos. Nesse sentido, optou pela ocupação temporária de uma unidade no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), na mesma cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Horto Florestal.

Os recursos economizados com a mudança temporária estão sendo utilizados em reformas dos prédios próprios do IBGE. O IBGE possui 65 prédios em todo o Brasil, que, em grande parte, são prédios que não recebem recursos necessários para sua manutenção. Esses recursos, portanto, estão sendo utilizados para melhora desses locais, para que possam, inclusive, realocar novamente os colegas que agora estão deslocados para esse prédio no Horto Florestal, o que custará R$2 milhões por ano contra uma despesa que nós tínhamos de R$15 milhões. É um prédio de excelente qualidade, que abrigava anteriormente os funcionários do Serpro.

Busca de novos recursos.

A conjuntura orçamentária acima descrita levou a atual gestão a buscar soluções para obtenção de novos recursos, tendo em vista que o orçamento da instituição para despesas discricionárias é insuficiente e impede a necessária inovação do atendimento às demandas da sociedade para as novas pesquisas. Nesse sentido, buscou-se, como alternativa, o reconhecimento do IBGE como Instituto de Ciência e Tecnologia, obtido junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Como ICT, a obrigação legal é estabelecer o núcleo de inovação tecnológica e uma política de inovação a ser operacionalizada por sua fundação de apoio.

A solução proposta foi no sentido da criação de uma fundação pública de direito privado subordinada ao instituto, espelhando a conformação desta para tornar possível a recepção de recursos adicionais para pesquisa e inovação tecnológica que não fiquem sujeitos às restrições obrigatórias do Orçamento federal, a exemplo de uma centena de fundações de caráter semelhante nas universidades federais ou órgãos de pesquisa, como a Fiocruz, entre outros. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos absorvidos por esta fundação seriam obrigatoriamente revertidos para o instituto. Em janeiro de 2025, como a senhora já lembrou, o Ministério do Planejamento e o IBGE resolveram, em comum o acordo, suspender temporariamente essa iniciativa da Fundação de Apoio à Inovação Científica e Tecnológica do IBGE, proposta apoiada pelo Ministério do Planejamento para o desenvolvimento institucional e ampliação de novas fontes de recursos.

Frente à manutenção dos desafios orçamentários, estão sendo mapeados modelos alternativos que podem ensejar alterações legislativas, que requerem um diálogo franco e aberto com o Congresso Nacional: como ajudar no financiamento de uma instituição tão importante como a do IBGE?

Ainda no sentido de aperfeiçoamento institucional, reconhecido como Instituto de Ciência e Tecnologia, o IBGE definiu a elaboração de sua política e inovação obrigatória pela Lei de Inovação das ICTs por meio da instituição de um comitê próprio composto por servidores de todas as diretorias e membros superintendentes.

A recuperação e reestruturação do IBGE rumo aos 90 anos.

Agora, em maio, o IBGE completará 89 anos e nós estamos preparando, em 2026, a comemoração dos seus 90 anos. E, justamente para isso, nós estamos avançando na produção de um conjunto grande de pesquisas que mostrará uma radiografia do Brasil para o ano de 2026, como a Pesquisa de Orçamentos Familiares – são 103 mil domicílios acompanhados durante 12 meses para saber o que consomem, a qualidade dos produtos, o que se fazem, do ponto de vista do uso do tempo –; a pesquisa de inovação tecnológica, que acompanha a estrutura produtiva urbana, especialmente industrial e de serviços; e o Censo Agropecuário, que nós esperamos poder começar a realizar agora em 2026, que vai ser um mapa da situação agrária do país, a situação dos recursos hídricos e também florestais.

A atual gestão adotou, ainda em 2023, a elaboração do plano de trabalho anual para o IBGE, prática inexistente anteriormente no instituto. O plano de trabalho de 2024 foi uma construção coletiva inédita produzida por meses, ao longo do IBGE. Ao mesmo tempo, é importante dizer também que esse plano de trabalho se direciona justamente para a estratégia de implantação do próprio Singed.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A recuperação dos quadros de servidores.

O IBGE, por meio de recursos do Concurso Público Nacional Unificado, realizou o maior concurso de sua história, com a seleção de 895 profissionais para diferentes áreas do instituto. Das vagas oferecidas pelos diversos órgãos do Governo Federal, grande parte delas foram as mais buscadas as do IBGE.

Também é importante frisar a recomposição salarial. O IBGE assinou, em julho de 2024, com o Governo Federal, um acordo resultante de mesas de negociação que trouxeram a reestruturação para as carreiras de pesquisa em informação geográfica e estatística, produção e análise de informações geográfica e estatística, entre outros. Tantos os cargos de nível superior quanto os de nível intermediário terão tabela única de 20 níveis de quadros de classe sem perda no salário de entrada. Em média, pela nova tabela, após o ajuste, os trabalhadores do IBGE terão um reajuste de 23,2% acumulado entre 2025 e 2026.

Também é importante frisar a recuperação tecnológica. No âmbito da inovação tecnológica, o estabelecimento da centralidade do Sistema Nacional de Geociência, Estatísticas e Dados na atuação e gerenciamento de dados de informações estatísticas e geográficas do IBGE. O Singed permitirá ao IBGE centralizar dados produzidos por órgãos governamentais, economizando recursos, eliminando redundâncias na análise de dados, e, aos diferentes entes governamentais, desenvolver, monitorar e avaliar políticas públicas de modo mais dinâmico.

Já estou terminando, Presidente. Desculpe o prolongamento.

Nesse sentido, a cooperação com o Serviço Federal de Processamento de Dados é um marco de modernização do sistema de coleta e gestão de dados no país, possibilitando avanço significativo na disponibilização de informações relevantes para a sociedade e setores governamentais. O trabalho conjunto permitirá automatizar o processo de coleta e cruzamento de dados, visando acelerar a disponibilização de estatísticas e impulsionar a realização de soluções mais avançadas. Para o IBGE, representa a modernização dos seus métodos para atender a crescente demanda por informações precisas e oportunas, acelerada pelo processo de edificação típico da era digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os painéis e capacidade de integração de dados do Serpro, que conta com um portfólio de diversos sistemas estruturantes de clientes do Governo Federal, representarão um pareamento de dados, gerando mais e melhores subsídios para a avaliação e desenvolvimento das políticas públicas de interesse de toda a sociedade, em velocidade compatível com as demandas modernas pela geração de estatísticas e informações relevantes e precisas sobre a realidade brasileira em diferentes itens internacionais.

O reconhecimento internacional do IBGE.

O IBGE, por meio da participação em eventos, parcerias e acordos de cooperação técnica, retomou o seu espaço e protagonizou o cenário internacional em fóruns globais, como institutos nacionais de estatísticas referentes aos países da América Latina, lusófonos e todos os demais do planeta.

Essa retomada é refletida na liderança do IBGE no grupo de institutos nacionais de estatística dos países do G20 em 2024, ano em que o Brasil ocupou a liderança desse bloco de países, como também no ano de 2025, em que o instituto brasileiro lidera o grupo equivalente dos países dos Brics e também do âmbito do Mercosul.

Esse reconhecimento internacional culminou na eleição do IBGE, em abril 2025, para fazer parte da Comissão Estatística das Nações Unidas, responsável por supervisionar os trabalhos de divisão estatística das Nações Unidas, comissão funcional do Conselho Econômico e Social.

Com isso, então, fizemos aqui uma apresentação que me pareceu longa, pelo tempo que tinha inicialmente – nem sei quanto tempo a senhora me deu –, mas eu gostaria de dizer que na verdade nós não identificamos nenhuma crise na instituição; pelo contrário, nós estamos vivendo um momento democrático, em que os colegas têm a possibilidade de se manifestar.

O IBGE é uma instituição que possui, na sua alta administração, 646 postos, que são ocupados e de direção da instituição, postos esses que dizem respeito à Presidência, às seis diretoras e diretores, aos 27 superintendentes – em cada um dos estados, tem um superintendente, mais o Distrito Federal –; nós temos 36 coordenadores de trabalhos dentro do IBGE e 566 chefes de agências. Isso significa basicamente 6% do total dos servidores da casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa alta gerência, somente há três colegas que são externos à instituição, os demais são todos colegas da instituição.

Por isso, acredito que este debate que está sendo feito interna e também externamente – e, agora, no Senado Federal – abre a oportunidade de escolhermos melhor um caminho para o sistema estatístico brasileiro em plena era digital, em que a governança dos dados e a soberania dos dados, sobretudo, estão em questionamento.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

Nós já temos inscrito o Senador Beto Faro, e eu vou passar a palavra para ele.

Presidente, quarta-feira é um dia muito corrido para nós Senadores, todos estão divididos em diversas Comissões. Não se sinta desprestigiado por estarmos com a Comissão esvaziada hoje. As assessorias estão acompanhando. E a gente tem um hábito. A gente chega em casa, de noite, e a gente não dorme: a gente assiste à reprise das audiências a que a gente não pôde estar presencialmente.

Então, eu vou passar a palavra para o Senador Beto Faro e depois eu vou fazer os meus questionamentos.

Senador.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para interpelar.) – Sra. Presidente Senadora Damares, primeiro, quero parabenizar a Senadora Tereza, o Senador Hiran pelo convite, pela sessão.

De fato, hoje não é um dia muito bom para fazer essas audiências, até porque tem todas as Comissões da Casa funcionando, o Plenário já está iniciando, então acaba esvaziando, mas eu queria, primeiro, parabenizar o Presidente Marcio pela exposição esclarecedora que fez aqui sobre a questão da democracia interna, do debate interno, do papel de IBGE. E ninguém aqui tem dúvidas da sua importância, até aqueles que fizeram o requerimento; no próprio texto do requerimento, eles já demonstram a importância que tem o IBGE para o país na formação desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados, na busca desses dados, para que, a partir daí, a gente propicie políticas públicas e determine ações de governo e da sociedade para o país. É o organismo do Governo mais importante e com história e com o respaldo que nós temos.

Então, eu queria parabenizá-lo, Presidente Marcio. Por conhecê-lo já há um bom tempo, jamais tive dúvida de que não é um ditador que está à frente do IBGE, porque o conheço, sei da sua prática, sei como você tem atuado – é um democrata – e sei das outras instituições que você já dirigiu, como foi a sua condução. Então, não tenho nenhuma dúvida da retidão, da honestidade, da capacidade que você tem e da busca de melhorar esse orçamento para que o IBGE possa, inclusive, fazer novas pesquisas, novas ações.

Nós já tivemos responsabilidade do IBGE por mais do que nós estamos fazendo hoje e precisamos buscar, o que pode ter uma diferença de visão de como a gente faz a reestruturação, de como a gente faz a reorganização. Até eu mesmo tenho alguns pontos de diferença, mas é o debate que se faz. Nós tivemos aqui, por exemplo, um debate na Casa, na Câmara – quando eu estava na Câmara, que não passou –, que era o debate das universidades, das instituições constituídas nas universidades: você buscava dinheiro na iniciativa privada para reforço das instituições. E aqui, em um debate como esse, eu acho que esta sessão ajuda a gente a aprofundar este debate e ver o melhor caminho, está certo? Ajuda e ver o melhor caminho.

Mas não tenho dúvida na sua retidão, como tem atuado à frente do IBGE, como foi das outras instituições e parabenizo-o porque é convite, você veio aqui, na demonstração de que é um democrata; se não o fosse, não viria. Então, veio porque é um democrata e está se colocando à disposição.

Portanto, Presidente, eu acho que, mesmo com a não participação de todos, a audiência cumpre um papel importante, um papel esclarecedor, um papel em que o IBGE veio com a direção aqui expor os pontos, e que a gente continue fazendo debate do futuro do IBGE, de reforço do IBGE, de reforço da pesquisa, da instituição daqui, do nosso país.

Era isso, e, também por essa agenda, vou ter que sair, porque eu tenho já uma outra agenda, já tem um grupo me esperando para poder conversar, e vou ter que sair, mas queria parabenizá-lo pela exposição, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO POCHMANN (Para expor.) – Senador, quem sou eu para dizer que não deve seguir o seu roteiro, mas eu obviamente agradeço as considerações e a sua postura. Também o conheço há muito tempo, sei do compromisso e da fidelidade que tem com a democracia; enfim, é um compromisso com a República, o povo brasileiro. Agradeço-lhe também por ter lembrado os Senadores Tereza e Dr. Hiran, porque foram eles realmente os portadores do requerimento. Infelizmente, coincidiu com uma data em que eles não puderam estar aqui, mas eu queria deixar, de público, a nossa disposição para, inclusive, de forma informal, não necessariamente, ao mesmo tempo, também recebê-los no Rio de Janeiro. Será uma honra receber os Senadores no Rio de Janeiro para podermos, então, tratar de questões e dúvidas que possa haver.

E vou deixar um documento que a gente acabou lendo aqui à disposição também da Comissão e dos Senadores.

Muito obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Beto Faro.

Presidente, agora ficamos nós dois; vamos bater um papo.

Presidente, a nossa audiência também está sendo acompanhada pela população. Por estar num cargo de gestão ou estar aqui, num cargo no Legislativo, recai sobre nós também uma tarefa de a gente apaziguar, trazer esperança, trazer respostas para a sociedade. E tem muita gente nos acompanhando, e as perguntas estão chegando via internet, mas eu queria que o senhor aproveitasse esta oportunidade e se apresentasse, falasse do seu currículo. Quem é o senhor? O que é que o capacitou ser escolhido para ser o Presidente do IBGE? Eu acho que essa resposta acalmaria muita gente do outro lado.

Nós temos um homem... A gente viu, pelo seu relato, um homem preparado, um homem inteligente. Mas o senhor se apresenta? Fale um pouco do seu currículo. Depois eu vou conduzir algumas perguntas. Pode ser?

O SR. MARCIO POCHMANN (Para expor.) – Bom, o meu currículo está disponível no chamado sistema Lattes, do ponto de vista acadêmico, mas eu sou um gaúcho, nascido numa cidade do interior do Rio Grande do Sul chamada Venâncio Aires.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiz meu curso de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Terminei em 1984.

De 1985 a 1988, eu dirigi, aqui em Brasília, o escritório regional do Dieese. Então, trabalhei com estatística, com assessoria econômica, num órgão singular no mundo, que é uma instituição de estatística, como é o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), mantido por recursos dos próprios sindicatos. Isso me deu uma oportunidade muito rica de trabalhar com informações, com dados, com pesquisas, conduzir várias pesquisas, aqui em Brasília inclusive, pesquisas sobre custo de vida, preços, cesta básica, que era de se fazer também, entre outros.

Posteriormente, em 1989, fiz um concurso, ingressei no doutoramento da Universidade Estadual de Campinas, no Instituto de Economia, e lá ajudei a fundar, como servidor público selecionado, o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho, que, sem falsa modéstia, talvez seja o principal centro de estudos do trabalho do Brasil.

Bom, fiz meu curso de doutoramento, fiz concurso e me transformei em professor.

Eu me aposentei em 2020. Cumpri toda...

Meu primeiro emprego foi aos 17 para 18 anos, como operário, numa fábrica de fumo. A minha cidade é uma cidade produtora de fumo, fumageira.

Aí, fiz toda a minha trajetória profissional.

Eu talvez seja um dos economistas com maior produção de livros. Tenho mais de 70 livros publicados, por exemplo. Uma carreira de 40 anos como professor.

Segundo a referência de produção acadêmica e de citações, eu estou entre os cinco economistas do Brasil mais citados e com maior produção científica e acadêmica, por exemplo.

Estou entre os 15 principais economistas da América Latina, entre os trigésimos dos Brics... Enfim...

Experiências que eu tive fora da universidade... Eu, por ter dirigido inclusive esse Cesit, o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho, foi como Secretário de Desenvolvimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho e Solidariedade, na Prefeitura do Município de São Paulo, no Governo da Prefeita Marta Suplicy, de 2001 a 2004.

Depois, de 2007 a 2012, eu fui Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Dirigi, de 2012 a 2020, a Fundação Perseu Abramo, que é o braço técnico do Partido dos Trabalhos, e também, de 2020 a 2023, eu fui Presidente do Instituto Lula.

Assim, praticamente... Tive experiência internacional, fui pesquisador fora do país em universidades estrangeiras...

Se isso é suficiente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, é sim, é sim...

O SR. MARCIO POCHMANN – Sou casado, pai de dois filhos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É sim, Presidente. É que às vezes as pessoas leem as matérias da forma como são publicadas e não procuram conhecer a pessoa, o currículo, a capacidade. E eu reconheço sua capacidade; eu o acompanho, reconheço sua capacidade, mas era mesmo para o senhor mostrar para a população o que o capacitou a ser indicado a Presidente do instituto.

Eu tenho quatro perguntas que os colegas deixaram aqui e depois eu vou ler perguntas, Presidente, que estão chegando via internet. O senhor fique à vontade para responder.

A primeira pergunta que os colegas deixaram comigo é: a criação da Fundação IBGE+ foi feita de forma sigilosa? Pela forma como o senhor colocou, pela sua leitura, não me pareceu ter sido de forma sigilosa.

E também a segunda pergunta, eu já vou emendar. É sobre a carta aberta publicada pelos servidores em 20 de janeiro – nós já temos um tempo de 20 de janeiro para cá –, na qual manifestam preocupação com a Fundação IBGE e suas possíveis implicações sobre a autonomia e a confiabilidade dos dados. Quais têm sido as medidas tomadas pelo Presidente com relação a esta carta? E a fundação foi criada de forma sigilosa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu faço as outras duas, Presidente.

O SR. MARCIO POCHMANN – Muito obrigado, Senadora, inclusive pela oportunidade de falar um pouco a meu respeito. Não faço muita questão, mas de fato as pessoas, sem conhecer, muitas vezes fazem julgamentos que nem sempre são os mais adequados. Isso faz parte da vida pública, a senhora foi Ministra e é Senadora, sabe perfeitamente o que eu estou dizendo.

A criação da Fundação IBGE foi sigilosa? Não, em absoluto. Nós, em novembro de 2023, fizemos o primeiro congresso nacional dos servidores do IBGE, algo que não existia até então, que foi precedido de grupos de trabalho, foram nove grupos de trabalho, que discutiram vários temas: o financiamento, a qualidade das informações, as condições de trabalho, etc. E um grupo específico – se não me falha a memória, eu acho que foi o Grupo nº 1 – discutiu a questão do financiamento, de como melhorar as condições de um orçamento tão restrito. Então, houve uma discussão na casa sobre que alternativas poderiam ser apresentadas. Nós, diante dessa propositura, buscamos que encaminhamento poderia ter sido dado.

A fundação não foi o único caso. Vou registrar, por exemplo, que o IBGE é responsável por fazer, a cada ano, a estimativa da população, estimativa que serve para a repartição do fundo dos estados e municípios. Bom, nós não recebemos nada por isso. Quando o IBGE faz o censo, o censo demográfico, o censo agropecuário, ele recebe um orçamento para fazer essa atividade. O Censo de 2022, por exemplo, envolveu 180 mil recenseadores. Nós estamos à véspera de fazer um censo agropecuário, ele envolve 27 mil recenseadores no Brasil todo, são 5,5 milhões de estabelecimentos. É um trabalho gigantesco fazer uma operação dessa natureza. Então, nós tentamos, inclusive conversando com os seus pares a respeito da possibilidade, por exemplo, de a lei do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios abrir um pequeno recurso para o IBGE, já que ele é responsável pela questão definitiva de como é que se reparte o recurso segundo a lei. Não conseguimos avançar.

A legislação da distribuição dos *royalties*, por exemplo, os municípios que recebem *royalties* do petróleo. Quem define a fronteira, a geografia, as coordenadas geográficas é o IBGE. E nós utilizamos equipamentos que até estão ultrapassados. Vou falar baixinho. Está certo? Já tem equipamentos muito mais modernos para precisar, de fato, as fronteiras. Isso é uma disputa, como a senhora bem sabe, entre os Prefeitos, quem recebe ou não recebe, e assim por diante. Também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentamos ver se havia a possibilidade de a legislação abrir um recurso dentro do fundo dos *royalties* para contemplar uma parte ao IBGE. Não conseguimos. Depois, nós nos demos conta de que há uma legislação que impede empresas estatais e bancos públicos de repassarem recursos para fundações. O IBGE, por exemplo, faz o Sinapi, que é um índice da construção civil, para a Caixa Econômica, de que ela se utiliza para definir preços, empréstimos. O Tribunal de Contas utiliza, a Polícia Federal também, para ver demarcação de preços. Esse índice custa para o IBGE 10 milhões por ano, e a Caixa não nos paga, segundo ela, porque não tem condição de repassar porque há uma legislação.

Então, entre outras alternativas – eu não vou cansá-lo aqui –, o que nos pareceu? E aí é uma conversa com a Procuradoria Federal, uma conversa com o Ministério do Planejamento, com a Ministra Simone Tebet, que tem sido sempre muito importante na gestão da nossa administração, com o jurídico do Planejamento, uma conversa com a Advocacia-Geral da União, uma conversa com o Tribunal de Contas, que nos permitiu avançar para esse modelo de fundação público-privada. E foi-nos dito que era possível a implantação a partir do cadastro, do registro em cartório.

Uma vez definido isso, nós fomos apresentar para os colegas, porque como é que nós vamos apresentar algo que nós não sabíamos muito bem como seria operacionalizado? Acontece que houve uma inflexão justamente, infelizmente nesse momento, que combinou com a chamada dos colegas que estavam em trabalho remoto pleno para dois dias por semana. E o que o trabalho remoto permitia? Gente morando fora do país, morando em outras localidades, então criou uma tensão. E ao mesmo tempo, também foi uma tensão ocasionada, porque também coincidiu com o deslocamento dos colegas daquele prédio de R$15 milhões por ano para um prédio de R$2 milhões. Então, houve ali uma inflexão, uma reação diante dessa possibilidade. Aí, a fundação passou a ser o elemento pelo qual, no nosso modo de ver, emulou-se um questionamento de vários níveis. Nós fizemos toda a discussão na casa, apresentamos para os colegas várias vezes. Está aqui o nosso Procurador, que não mediu esforços para conversar com os colegas. Foi tudo apresentado, está certo? A fundação foi criada, e era dirigida – o Conselho Fiscal, o conselho de habitação –, constituída por servidores da casa, está debaixo do Conselho Diretor da casa. Não há risco algum, nesse sentido, de comprometimento de qualquer pesquisa que a instituição faz. Aliás, por exemplo, na Presidência, eu recebo em 24h, se não me falha a memória, as pesquisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que saem no dia seguinte. E eu já nem olho isso. Vocês nunca viram o Presidente do IBGE falar sobre qualquer pesquisa. Isso pertence a quem faz a casa. Não há uma interferência nesse sentido.

A carta aberta dos colegas. Foram 136 colegas que fizeram um abaixo-assinado. Nós o recebemos, porque também recebemos apoio – nós estamos falando de uma instituição que está distribuída em todo o país, são mais de 10 mil colegas, então, temos apoio, temos críticas, e nós aproveitamos, obviamente, para servir como nós podemos recepcionar isso e encaminhar. Diante de um questionamento amplo, inclusive, sobre a fundação, nós conversamos com a nossa Ministra e entendemos. Suspendemos, abrimos um novo diálogo para ver qual é o encaminhamento. Nós já fizemos discussões neste ano com a casa, com os coordenadores, com os superintendentes, e dissemos: "Vem cá, não é a fundação? O que será que nós podemos fazer para melhorar? Do jeito que nós estamos caminhando, isso vai, na verdade, criar uma situação muito difícil para a instituição".

Então, nesse sentido, eu diria assim, a democracia permite que as pessoas se manifestem, nós absorvemos e procuramos sofisticar as nossas formas de comunicação para ter um melhor desempenho em relação à casa. Não houve nenhuma implicação no plano de trabalho da casa, nas pesquisas, que, todos sabem, se aqui tivesse qualquer problema, seria isso revelado, está certo? A casa está indo realmente no avanço e cumprimento do seu plano de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Poderíamos dizer, Presidente, que, de janeiro para cá, as tensões diminuíram, o diálogo entre a Presidência e os autores da carta tem sido possível?

O SR. MARCIO POCHMANN – Sem dúvida. Nós criamos um conselho dos coordenadores, temos nos reunido a cada duas ou três semanas, fizemos uma discussão, há três, quatro semanas atrás, sobre o tema do financiamento, fizemos uma discussão sobre carreira, ingresso dos novos colegas; na semana que vem teremos uma reunião virtual com os coletadores e também com todos os trabalhadores temporários e permanentes da casa. Então, tem um bom diálogo, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Eu vou partir para as outras duas perguntas que foram deixadas pelos colegas e depois lhe apresento as perguntas da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma carta aberta dos servidores, que foi publicada em 20 de janeiro de 2025, mas nós temos uma nota, de 17/12/2024, da Associação da Auditoria do Tribunal de Contas da União, sobre a participação do TCU como uma espécie de avalista na criação da fundação. E a Associação diz o seguinte:

> [...] lamenta as declarações do representante do IBGE durante a audiência pública, no sentido de passar a ideia de que o TCU poderia ter avalizado previamente a criação da entidade privada IBGE+ com os fins confessados, e espera que o Ministério do Planejamento e Orçamento e a Fundação Pública IBGE adotem medidas com vistas a desfazer, publicamente, o equívoco presente na referida declaração, cujo teor, no contexto apresentado, pode levar agentes econômicos e sociedade em geral ao entendimento errôneo de que o TCU fomentaria práticas de escapismo das regras de Teto de Gastos e da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal].

O que o senhor tem a dizer sobre essa declaração da associação dos auditores do TCU?

O SR. MARCIO POCHMANN – Bom, nós seguimos todos os pareceres jurídicos e, como eu anteriormente informei, nós tivemos reunião com o Dr. Messias, da Advocacia-Geral da União, estivemos também naquele momento com o Presidente do Tribunal de Contas, que era o Dr. Bruno Dantas, e nós fomos apresentar para ele... Porque essa iniciativa da fundação pública e privada é uma modalidade nova. O que mais ou menos a ela se assemelha, do que nós temos hoje, é a Funpresp, está certo?

Então, nós fomos levar a eles, dizendo: "Olha, nós estamos encaminhando esta fundação e gostaríamos muito que o tribunal pudesse acompanhar para ver possíveis equívocos, erros para corrigir", mas jamais utilizamos o tribunal como referência a validar qualquer uma dessas decisões, porque foram decisões tomadas a partir da legislação, da Lei da Inovação. Enfim, não é nem minha área jurídica para dizer, mas não tivemos nenhuma pretensão de, enfim, jogar no colo do Tribunal de Contas a responsabilidade por algo que nós acabamos implementando. Agora suspendemos e estamos com um diálogo, inclusive com o Tribunal de Contas, para ver que encaminhamento o Tribunal de Contas aconselha para uma instituição tão sofisticada e com as especificidades do próprio IBGE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Presidente, qual foi o posicionamento do setor de *compliance* da Comissão de Ética em face das denúncias da forma como estava sendo criada a entidade IBGE+? Eles se posicionaram?

O SR. MARCIO POCHMANN – Foram, fazem parte... Nós temos um sistema de controle, digamos, interno e externo, e eles fazem parte, evidentemente, da nossa dinâmica. Nós até buscamos, junto ao Ministério do Planejamento e Orçamento, um grupo de trabalho específico para tratar da questão da *compliance*. E foi criado um grupo que reúne o Ministério do Planejamento e Orçamento, Ipea e IBGE, que são os dois órgãos subordinados ao ministério, para avançarmos no termo da integridade da instituição, porque nós temos também recebido denúncias de conflito de interesses da casa. Tem fundação privada, enfim, tem denúncias na casa. A senhora sabe... É uma casa com quase 11 mil servidores. Então, o nosso procedimento foi, a partir dessas denúncias, encaminhar para os órgãos de controle interno e externo. Estamos aguardando uma resolução sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O Senador Jaques Wagner está conosco.

Senador, nós estamos esgotando os questionamentos que foram deixados. Eu só vou apresentar para ele, daqui a pouco, algumas perguntas que chegaram da sociedade por meio do e-Cidadania, mas claro que o senhor tem a palavra. Eu sei que sua vida está uma loucura hoje, correndo por todas as Comissões. O senhor fique à vontade, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Não, apenas eu vim para cumprimentar V. Exa., e, agradecendo a concessão da palavra, cumprimentar o Dr. Pochmann, Presidente do IBGE. Eu tinha estado com ele um pouco antes, às duas e pouco... É que aqui a senhora sabe que a gente ia ficar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E numa quarta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Tinha que estar não sei aonde... Mas eu agradeço. Eu só vim ver, mas eu já tinha certeza de que a senhora o estava tratando super bem. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com certeza. Obrigada, Senador.

O SR. MARCIO POCHMANN – Não tinha acabado essa coisa de trabalho assim...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, não.

O SR. MARCIO POCHMANN – Aqui no Senado...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aqui não é o céu, como se fala, viu?

O SR. MARCIO POCHMANN – Se foi, já ficou para trás.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, como é uma audiência pública, a gente tem no Senado a participação da sociedade, e as perguntas, às vezes, chegam até antes da audiência. A gente sabe que tem muita gente nos acompanhando, eu vou fazer as perguntas de bloco, e o senhor fica à vontade.

Bruno, de Pernambuco, pergunta: "Quais medidas estão sendo consideradas para reforçar a integridade institucional do IBGE, haja vista a importância de sua missão técnica?".

Lucas, do Rio de Janeiro – do outro lado –: "A recente crise abalou a confiança geral no órgão. Quais seriam os planos do senhor para restaurar essa confiança?".

Lá de Santa Catarina, a Evellyn pergunta: "Quais medidas serão tomadas para assegurar precisão e confiabilidade aos dados?". Houve muita crítica de que os dados, inclusive, estariam sendo manipulados. O senhor sabe disso, não é? "O que será essencial para amenizar eventuais impactos?".

Vou continuar porque são quase todas parecidas as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas, de Rondônia: "Por que não houve diálogo prévio com os servidores sobre a criação da fundação?". Eu acho que isso já está respondido. "Quais os riscos concretos à integridade e autonomia do IBGE?".

Só mais duas.

Marcus, de São Paulo: "Temos que fortalecer o IBGE, pois é uma importante fundação que possibilita conhecer a realidade do nosso país". É uma afirmação, não uma pergunta.

E mais outra afirmação do Milton, de São Paulo: "O IBGE está em descrédito com a sociedade ao divulgar dados fora da realidade".

O senhor fica à vontade para responder às perguntas e também falar sobre esses dois posicionamentos finais.

O SR. MARCIO POCHMANN – O IBGE completará 89 anos. Eu sou o 28º Presidente da instituição. O período médio de mandato dos presidentes do IBGE é de três anos e dois meses, em média. Teve gente que ficou 16 anos, como o primeiro Presidente do IBGE, e outros que ficaram menos de um ano. O que aconteceu é que, de 2016 para cá, ou seja, utilizando os últimos sete anos, o IBGE teve seis presidentes. O período médio de cada Presidente foi de um ano e dois meses. Todos sabem, evidentemente, que, em um período tão curto, é muito difícil organizar uma gestão. E nós vínhamos de um período já longo sem realização de concursos, sem reajustamento salarial, com perda de servidores que iriam para outros locais, o que levou, inclusive, a instituição a ter que fazer contratação de consultores. Eram mais de 500 consultores operando dentro da casa. Então, nós tínhamos uma situação de instabilidade muito grande nesse sentido. Basta lembrar, por exemplo, que, em dezembro de 2022, o IBGE divulgou a estimativa populacional daquele ano e o Supremo Tribunal Federal não aceitou aquela estimativa.

Lembramos também que, em julho de 2023, foi divulgado o resultado do censo demográfico com 203 milhões de habitantes, o que significaria uma perda, para alguns municípios, de receita do fundo de participação. E aqui o Congresso Nacional, em convergência com o Poder Executivo, decidiu não utilizar o dado oficial do IBGE. Em agosto de 2023, havia 700 prefeituras questionando os dados do IBGE. Nós fizemos um trabalho sério de reavaliação do censo e divulgamos os novos números do censo com 212 milhões de habitantes, e não mais 203

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de habitantes. Houve pequenos erros, isso acontece. Mas outra coisa é dizer o seguinte: "Não, nós não temos questionamentos", porque não temos recebido questionamento a respeito das pesquisas do IBGE. Pelo contrário, as pesquisas do IBGE são referências, inclusive, para outras instituições fora do Brasil, tanto é que o IBGE foi, novamente, em votação do Conselho Econômico Social das Nações Unidas, levado para fazer parte do grupo de 24 países que coordenam a Comissão Estatística das Nações Unidas. É o órgão mais importante do mundo.

Então, eu digo isso porque o nosso esforço, desde o início, tem sido justamente para valorizar aquilo que é mais importante do IBGE, que são os seus dados. Se o IBGE perde a credibilidade, inclusive perde a sua razão de ser. Então, esse é o valor mais importante. Agora, esse valor importante precisa também de condições adequadas de trabalho, precisa de recursos para poder modernizar a instituição. A instituição já estava com quase 12 anos de atraso tecnológico no uso dos procedimentos de captação de dados. Nós estamos avançando nesse sentido.

Com esse acordo que vamos fazer com o Serpro, por exemplo, apenas para enunciar uma possibilidade – isso é apenas uma possibilidade, isso é uma pesquisa experimental que o IBGE... Por exemplo, nós fazemos o levantamento de preços, o IPCA, o índice oficial de inflação. Desde 1985, o IBGE faz o índice oficial de inflação. Nós levantamos cerca de 500 mil preços no Brasil, em dez regiões metropolitanas, mais seis capitais; mas nós não aferimos a inflação em todas as cidades brasileiras. É preciso avançar para dar melhor essa dimensão, por exemplo, do Índice de Preços. O que nós estamos trabalhando junto com o Serpro e com a Receita Federal? Que o IBGE passasse a ter acesso às notas fiscais eletrônicas. Com base nas notas fiscais eletrônicas, a partir de uma experimentação de vários estudos, etc., nós poderíamos ampliar o Índice de Preços do Brasil para todas as cidades a um custo muito baixo, porque nós não utilizaríamos... Hoje o IBGE utiliza 2 mil servidores para fazer coleta de preços. Então, é um movimento de modernização e, ao mesmo tempo, a possibilidade de abertura de outros serviços que o IBGE vem fazer.

Então, eu entendo... quer dizer, a discussão que foi, que está, em geral, nos meios de comunicação, nas redes sociais, não é sobre a credibilidade dos dados do IBGE, é sobre a questão da transformação da instituição, se é melhor esse caminho, se não é; uns são conta, outros são a favor. Bom, isso é expressão da democracia. O IBGE sofreu uma mudança gigantesca em 1967 e 1973. Nós estávamos sob a ditadura, presidentes foram presos do IBGE, gente foi expulsa. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é o melhor caminho para mudar. Agora, a mudança na democracia é mais complicada. Você precisa ouvir as pessoas, isso não se faz de um dia para outro, é o convencimento, e é isso que nós temos procurado fazer. Está certo? Jamais temos tido enfrentamento, nós temos uma postura sem preconceito, respeitamos a opinião adversária – não é? –, achamos que isso faz parte da aprendizagem. Eu venho da universidade, sei da importância do contraditório, utilizo o método dialético, porque entendo que essa é a melhor forma de a gente poder avançar.

Então, entendo que o nosso compromisso, evidentemente, é com a modernização da instituição, utilizando cada vez mais as novas tecnologias. Nós temos que trabalhar olhando para a frente, e as novas metodologias... A inteligência artificial, por exemplo, permite fazer políticas preditivas. A senhora, que trabalhou no ministério da área social, por exemplo, a gente olha o Brasil. Daqui a 15 anos, por exemplo, a população brasileira deve decrescer em termos absolutos. Há uma queda na taxa de fecundidade do Brasil. Que tipo de política pública é mais adequada? Onde morarão as pessoas com mais idades no Brasil? O que podemos fazer de forma antecipada nesse sentido?

Então, há várias novas possibilidades em termos de dados que permitirão, eu diria assim, melhorar a qualidade da política pública, melhorar o papel do Parlamento na fiscalização do uso dos recursos, a partir de dados que o próprio IBGE pode perfeitamente fornecer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu me dou por satisfeita em todas as respostas e seus esclarecimentos. E o senhor se comprometeu de, se preciso for, conversar com a Comissão de maneira informal. Eu peço às assessorias dos Senadores que estão aqui que, se tiverem mais algum questionamento, enviarem para a Secretaria. A gente pode mandar em forma de ofício também, ou provocarmos uma reunião com o senhor, mas a gente entende que a audiência alcançou o objetivo, o objetivo imediato de o senhor explicar. A gente sabe que há uma diferença de tempo entre janeiro e final de abril. A gente sabe que o senhor já conduziu de forma serena os embates internos. Desejamos ao senhor, Presidente, sucesso, sucesso! Esta Comissão ficará à sua disposição. Quando for preciso, o traremos de volta.

Noventa anos de uma instituição tão querida como o IBGE é uma responsabilidade muito grande, e acho que é por isso que causou tanta comoção social, porque o Brasil ama o IBGE. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade brasileira reconhece que é uma instituição forte, poderosa, e que, a partir dela, é que nós construímos políticas públicas e projetos de lei aqui. Sem os dados de vocês, a gente não avança nem no Parlamento, nem no Executivo, nem também no Judiciário – eles precisam dos dados dos senhores para embasar julgamentos.

Eu creio que a gente alcançou o objetivo da audiência. Vamos esperar que os autores do requerimento, se precisarem de mais alguma informação, o acionem por meio de ofício ou em uma reunião. Agradeço ao senhor e à sua equipe por estarem aqui.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, a audiência pela TV Senado, pelo YouTube, pelas redes sociais.

E continuamos à disposição. Se quiserem continuar mandando perguntas, a gente as recebe e encaminha para o Presidente.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, registrando os nossos agradecimentos, Presidente.

(*Iniciada às 15 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Fernando Dueire, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Dr. Hiran, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Rogério Carvalho, Beto Faro, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Paulo Paim e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Tereza Cristina, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 7ª, 8ª e 9ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 20, 22 e 27 de maio de 2025, respectivamente, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 17, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 18, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 19, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino do Camboja." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Aprovar o Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho criado para elaborar estudos sobre a estratégia de comércio exterior do Brasil. **Resultado:** Aprovado o plano de trabalho. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 323, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Invocando a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 7ª, 8ª e 9ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 20, 22 e 27 de maio de 2025, respectivamente.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Finalidades da reunião. Conforme a pauta publicada e os currículos devidamente entregues a cada membro de Comissão, a primeira parte tratará da indicação de três Embaixadoras para postos no exterior; a segunda parte será dedicada a aprovar o plano de trabalho do grupo de trabalho criado para elaborar estudos sobre estratégias de comércio exterior no Brasil; e, na terceira parte, apreciaremos projeto decreto legislativo.

A reunião é aberta para a participação da sociedade, por meio do e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Algumas diretrizes. A votação será obrigatoriamente presencial. Nós temos duas urnas colocadas, uma aqui dentro e outra fora do plenário. Cada sabatina começa com a leitura do respectivo relatório pelo Relator ou Relator *ad hoc*. Em seguida, é concedida a palavra ao indicado por até 15 minutos para sua exposição.

Poderão ser feitas perguntas pelos Senadores inscritos e terá também a participação popular através do e-Cidadania.

Por fim, será feita a apuração da votação e a conclusão da reunião.

Peço que a Embaixadora Vivian Loss possa vir até aqui sentar ao meu lado e, do meu lado esquerdo, a Embaixadora Daniella Menezes – podem se sentar, fiquem à vontade –, a fim de que a gente possa dar a dinâmica dos nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damos boas-vindas às duas indicadas para as arguições de hoje, as Sras. Embaixadoras Daniella Ortega de Paiva Menezes e Vivian Loss Sanmartin.

Participa conosco, de forma remota, a Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna.

Ela já está na ponta? Está no jeito? Ela está onde? Como é o fuso horário lá? (*Pausa.*)

Então, em consideração a ela, que está com fuso horário diferente, nós podemos ouvir a explanação dela primeiro?

Eu chamo o item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

A Senadora Mara está remota? (*Pausa.*)

Ainda não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vamos esperar que ela entre, porque ela pediu para relatar o projeto da Sra. Maria Elisa, para a gente poder conciliar as duas coisas.

Enquanto isso, eu volto ao item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – A relatoria é da Senadora Tereza Cristina.

Com o maior prazer, avoco essa relatoria, porque temos uma coincidência do destino: a Embaixadora estudou na mesma escola que eu, no Rio de Janeiro. Com certeza, a gente já se cruzou por lá, e agora nós estamos aqui no âmbito da Comissão. Então, para mim, é um prazer, é um privilégio.

Eu vou ler *ad hoc* o relatório.

Vem ao exame desta Comissão a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Daniella Ortega de Paiva Menezes, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Assim, em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da indicada.

Nascida em 1971, a diplomata indicada tornou-se bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1994 e mestre em Direito Internacional Público pela London School of Economics and Political Science, no Reino Unido.

No Instituto Rio Branco, participou do Programa de Formação e Aperfeiçoamento, em 1998. Concluiu o curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 2005, e o curso de Altos Estudos, em 2011, no qual apresentou a tese: "A Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: a Posição Chinesa".

Foi agraciada com a medalha da Ordem do Mérito Rio Branco, no grau de Oficial, em 2019.

Iniciou sua carreira como Terceira-Secretária, no ano de 1996, tornando-se Segunda-Secretária, em 2002. Por merecimento, chegou a Primeira-Secretária, em 2006, Conselheira, em 2010, Ministra de Segunda Classe, em 2015, e Ministra de Primeira Classe, em 2023.

Entre as atividades por ela exercidas ao longo da sua trajetória profissional, destacam-se as seguintes: Primeira e Segunda-Secretária na Embaixada em Londres, de 2003 a 2007; Primeira-Secretária na Embaixada em Pequim, de 2007 a 2010; Primeira-Secretária, Conselheira Comissionada, Ministra Conselheira e Encarregada de Negócios Interina na Embaixada em Yangon, de 2010 a 2014; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, de 2014 a 2016; Ministra-Conselheira na Embaixada em Berlim, de 2018 a 2022; Chefe de Gabinete da Secretaria de Oriente Médio, de 2022 a 2023; Diretora do Departamento do Serviço Exterior desde 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento às normas do Risf, a mensagem presidencial também veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Malásia e o Estado de Brunei.

Independente desde 1957, a Malásia é uma monarquia constitucional federada com Parlamento bicameral. Com população multiétnica de maioria muçulmana, a Constituição do país prevê que os malaios, beneficiados com as ações afirmativas desde 1971, são muçulmanos natos. Ademais, o nascimento da fé islâmica ou a conversão a ela são legalmente irreversíveis, reflexo claro da coexistência entre a lei islâmica e o sistema de direito civil.

No campo da política externa, a Malásia – membro fundador da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) – se orienta pelo multilateralismo e pelo regionalismo; pela defesa da solidariedade muçulmana; pelo não alinhamento e pela adoção de postura pragmática nos relacionamentos bilaterais. Sua localização geográfica estratégica, no Estreito de Málaca, vocaciona o país para o comércio. Seu maior parceiro comercial é a China, com quem mantém parceria estratégica abrangente desde 2013, seguida por Singapura e Estados Unidos.

Brasil e Malásia estabeleceram relações diplomáticas em 1959, mas a abertura das embaixadas em Brasília e Kuala Lumpur ocorreu em 1981.

Os dois países contam com mecanismo de interlocução política regular, o Mecanismo de Consultas Políticas, cuja primeira reunião foi realizada em setembro de 2024; e a Comissão Mista de Comércio Brasil-Malásia, cuja primeira reunião ocorreu em setembro de 2022.

Cabe destacar que a Malásia passou a integrar o Brics na condição de país parceiro em janeiro deste ano.

Importa registrar o crescimento do intercâmbio comercial desde 2018. No ano de 2024, o comércio bilateral foi de US$5,86 bilhões (+5,9%): as exportações atingiram a cifra de US$4,3 bilhões (+5,9%), tendo havido superávit para o lado brasileiro de US$ 2,75 bilhões. A pauta exportadora brasileira foi composta por minério de ferro, óleos brutos de petróleo, açúcares e melaços, algodão e milho. Já as importações brasileiras foram principalmente de bens industrializados, como circuitos eletrônicos, pneus de borracha, máquinas de processamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados e máquinas e aparelhos elétricos. As exportações brasileiras para a Malásia superaram os números de nossas exportações para países como Portugal, Reino Unido ou França.

Nesse cenário, é imperioso ressaltar a importância dos produtos do agronegócio: a venda de carnes *halal* brasileiras carrega grande potencial, não só porque a Malásia pretende se tornar *hub* para os Estados-Membros da Organização para a Cooperação Islâmica e para as diásporas muçulmanas ao redor do mundo, mas também pelo fato de o Brasil ser o principal exportador de carne *halal* do mundo.

Como visto, os produtos ligados à cadeia do agronegócio ocupam aproximadamente 30% da pauta exportadora total do Brasil para a Malásia: em 2024, as vendas do agronegócio atingiram US$1,27 bilhão. O açúcar respondeu por mais de 50% das exportações agrícolas brasileiras.

Para finalizar, cumpre registrar, todavia, os desafios experimentados pelo setor de produtos alimentícios em razão de barreiras de natureza não tarifária, como as quotas de importação e a não habilitação de estabelecimentos exportadores. Hoje o Brasil conta apenas com quatro plantas autorizadas a exportar partes de frango *halal* para a Malásia, a despeito do grande potencial ainda não explorado desse mercado.

As relações bilaterais, ainda pouco densas, podem se beneficiar do interesse manifestado recentemente pelas autoridades do Brunei ao Embaixador brasileiro em Kuala Lumpur em expandir as importações de carne bovina e de frango brasileiras. No entanto, essa expansão deve ocorrer de forma limitada, uma vez que devem ser observadas as estritas regras da certificação *halal*, por meio da qual é exigida a presença física de um técnico nacional do Brunei em todas as fases de produção.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações.

Relator *ad hoc*: Senador Nelsinho Trad, da indicação da Embaixadora Daniella Ortega de Paiva Menezes, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei.

Senadora Tereza Cristina, eu li, com muito prazer, o relatório *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme solicitação feita pelo Senador Hamilton Mourão, determino a abertura dos painéis de votação, uma vez que eles já foram entregues todos os relatórios e aqueles Senadores que puderem já exercer o voto e se sentirem aptos a isso que o façam. (*Pausa.*)

(*Procede-se à votação.*)

Já vamos passar para o item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino do Camboja.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Eu pediria ao Senador Mourão que pudesse ler o relatório da indicação da Sra. Vivian Loss Sanmartin, Ministra de Primeira Classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino do Camboja – ele é o próprio Relator.

Senador Hamilton Mourão, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Bom dia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sras. Embaixadoras, bom dia, senhoras e senhoras que nos acompanham.

É com muita satisfação, Presidente, que faço o relatório aqui da Mensagem nº 19, que propõe a Sra. Vivian Loss Sanmartin, Ministra de Primeira Classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino do Camboja. E digo que o faço com satisfação, porque o currículo da Embaixadora Vivian Sanmartin é extraordinário, e, além de tudo, ela é minha conterrânea porto-alegrense.

Ela é formada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a nossa PUC, e realizou todos os cursos do Instituto Rio Branco. E a sua tese no curso de Altos Estudos foi a "A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região".

Ascendeu a todos os postos por merecimento e se tornou Ministra de Primeira Classe no ano de 2022. Eu destaco que ela exerceu o cargo na nossa Embaixada no Paraguai, em Assunção; que ela foi assessora do Departamento de Integração, Chefe da Divisão de Recursos Energéticos não Renováveis, Conselheira na Embaixada em Buenos Aires, Ministra-Conselheira na nossa Embaixada em Viena; e que, a partir daí, ela tem uma larga experiência no continente africano, sendo Embaixadora em Camarões cumulativamente com Chade e, agora, desde 2022, chefiando a nossa representação na Namíbia, lá em Windhoek.

Nosso relacionamento com a Camboja se iniciou em 1966 e depois foi interrompido.

Eu destaco que o Camboja é uma ex-colônia francesa que passou por um momento muito difícil na segunda metade dos anos 70 com a guerrilha, que posteriormente tomou conta do país, do Khmer Vermelho, liderado pelo Pol Pot, que é um dos grandes genocidas da história da humanidade. Mais de 2 milhões de cambojanos pereceram em campos que eram chamados de reeducação – há um filme, Senador Nelsinho Trad, se V. Exa. não viu, que se chama Os Gritos do Silêncio, do final dos anos 70, início dos anos 80, que retrata bem isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o Camboja experimenta uma relativa estabilidade, é um país eminentemente agrícola, tem a confecção de roupas como a sua principal fonte de divisas e tem uma similaridade com a nossa Amazônia, pela sua larga quantidade de florestas tropicais. Então, é um país que ainda tem uma preservação da sua natureza e carrega uma das maravilhas da história do mundo, um Patrimônio da Humanidade, que é o sítio arqueológico de Angkor. A população é de maioria étnica *khmer*, em torno de 16 milhões de habitantes. A religião oficial é o budismo, praticado por quase 98% da população.

O IDH é baixo, é o 148º entre 191 países. No entanto, de 1998 até 2019, que é o dado que nós temos, teve um crescimento médio de 7,7%, ou seja, quase um crescimento chinês que ocorreu no Camboja.

É um país que tem forte relação com a China, que é uma grande fornecedora de recursos, doações e investimentos. Do seu lado esquerdo, está a nossa futura Embaixadora da Malásia; e perto dali também tem a Tailândia, vizinha do Camboja, que tem problemas de fronteira – há um acordo na Corte Internacional de Justiça, mas há uma certa fricção nessa região.

O Camboja faz parte da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Essa organização ocupa posição central na diplomacia do reino.

Como eu falei, nós estabelecemos relações, que foram suspensas em 1966 – lembro que naquele período foi o auge da Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, Camboja também participando. Em 1994, reativamos essa relação.

O nosso Chanceler Mauro Vieira, em 2023, visitou o país e se comprometeu, então, a abrir a Embaixada em Phnom Penh.

Ano passado, o Camboja abriu a sua embaixada aqui no Brasil. E, agora, a Embaixadora Vivian Sanmartin será a precursora e iniciará a representação brasileira lá em Phnom Penh.

A nossa corrente de comércio é muito modesta, atingiu US$125 milhões. O Brasil é deficitário. Importamos vestuário, pneus, calçados, malas e pastas. Nossas exportações concentram-se em madeiras trabalhadas, couros, peles, carnes de aves e tabaco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O reduzido comércio bilateral, bem como a inexistência de investimentos de parte a parte, pode ser explicado tanto pela distância e diferenças culturais e linguísticas, quanto pela complexa burocracia cambojana.

Nesse sentido, a abertura da Embaixada em Phnom Penh apresenta a perspectiva de superar as dificuldades existentes e favorecer negociações comerciais mais amplas entre os dois países.

A comunidade brasileira é muito pequena, estimada em 20 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Era isso que eu tinha a apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão pela leitura do relatório.

Como a Senadora Mara ainda não entrou... (*Pausa.*)

Já entrou? Ela já pode ler o relatório? (*Pausa.*)

Ainda não.

Então, vamos já passar, primeiro, à Embaixadora Daniella Ortega de Paiva Menezes para que ela possa fazer a explanação dela.

Com a palavra.

A SRA. DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES (Para expor.) – Bom dia.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad; Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores; caras colegas diplomatas que compõem a mesa; senhoras e senhores do público que nos acompanham presencialmente e também pela internet; inicialmente expresso minha grande honra e gratidão ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela confiança em mim depositada com a indicação de meu nome para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Malásia e, cumulativamente, junto a Brunei Darussalam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É também uma honra me apresentar pela primeira vez nesta Comissão, o que faço com elevado sentido de responsabilidade, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal, e com grande interesse em manter esse importante diálogo com o Poder Legislativo.

Caso meu nome seja merecedor da aprovação de V. Exas., assumo o compromisso de empenhar-me energicamente, junto aos Governos das duas nações amigas, na defesa dos interesses permanentes do Estado e da população brasileira, bem como na implementação das nossas diretrizes de política externa emanadas do Poder Executivo e dos interesses de cooperação dos Poderes legislativo e Judiciário.

Considerando o completo relatório elaborado pela Senadora Tereza Cristina e lido aqui pelo Senador Nelsinho Trad, que muito agradeço, focarei minha apresentação nos quatro eixos que julgo mais promissores para a atuação da Embaixada na Malásia e coletivamente no Brunei Darussalam.

Destaco aqui o senso de continuidade nesses eixos de atuação, que procurarei construir sobre as bases lançadas por meus ilustres colegas antecessores. O primeiro eixo de atuação que pretenderia implementar é o da concertação política. As relações bilaterais com a Malásia estão em curva ascendente, sobretudo desde novembro de 2022, com a assunção do Primeiro-Ministro Anwar Ibrahim, que em diversas vezes expressou interesse genuíno pelo Brasil e tem reiterado que o relacionamento entre Brasil e Malásia é exemplo do potencial de relações entre países do Sul Global, o que permite iniciativas concretas de cooperação a partir de uma perspectiva mais horizontal e colaborativa.

Em 2024, avançou-se no diálogo de alto nível em diversas frentes, com destaque para a visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, a Kuala Lumpur, e para a visita do Primeiro-Ministro Anwar Ibrahim ao Brasil, tendo sido a Malásia convidada para a cúpula do G20. Na ocasião, houve encontro bilateral do Primeiro-Ministro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando emitiram declaração conjunta, lançando as bases para a futura cooperação. Destaco também, em 2024, a realização da primeira reunião de consultas políticas entre os dois países.

Este ano, estamos aproveitando a oportunidade de ter, de um lado, a Malásia na Presidência da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), ao longo de todo o ano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2025, e de outro lado o Brasil, na Presidência do Brics, neste primeiro semestre, e também como sede da COP 30.

Com relação ao Brics, a Malásia se tornou o membro parceiro com interesse em incrementar a sua participação. Nesse sentido, o Ministro de Negócios Estrangeiros malásio esteve na última reunião de chanceleres do Brics e o Primeiro-Ministro já confirmou sua participação na cúpula, que se realizará no início de julho.

Com relação à Asean, o Brasil se tornou parceiro de diálogo setorial, e, este ano, a Presidência de turno da Malásia, na Asean, convidou o Sr. Presidente da República, que já aceitou o convite para participar da cúpula da associação, que deverá ser realizada no final de outubro. E essa será a primeira vez que um Presidente brasileiro participará desse evento.

Com Brunei Darussalam, que é a cumulatividade, temos um relacionamento ainda pouco desenvolvido e com muito a se explorar, pelo que me comprometo, caso aprovada por esta Comissão, a fomentar o diálogo bilateral mediante o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas.

O segundo eixo de atuação é o do meio ambiente, mudança do clima e transição energética. Brasil e Malásia, como países em desenvolvimento megadiversos, situados em áreas tropicais, possuem interesses semelhantes e convergentes e uma política externa coincidente em temas ambientais e preservação do meio ambiente, o que resulta em posições similares nos foros internacionais especializados.

A Malásia foi o primeiro país a aderir ao comunicado Unidos por Nossas Florestas, de iniciativa do Brasil, e apoia também outra iniciativa brasileira do Fundo Florestas Tropicais para Sempre. Em 2024, aceitou o convite do Brasil para participação na iniciativa sobre bioenergia e no grupo de trabalho sobre meio ambiente e sustentabilidade climática no G20, no qual teve importante atuação. Então nesse sentido eu considero que é grande o potencial para a concertação, podendo a Malásia ter atuação relevante para apoiar iniciativas brasileiras durante a COP 30.

Na área de energia, Brasil e Malásia são grandes produtores de energia não renovável e renovável, com destaque para biocombustíveis; no caso da Malásia, biodiesel feito de óleo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palma, o que também resulta em posições alinhadas em temas relacionados à energia no cenário multilateral.

Quanto ao Brunei, destaco que deverá sediar proximamente o centro da Asean para a mudança do clima e considerando o protagonismo do Brasil nesse tema, abrem-se possibilidades de cooperação bilateral.

O terceiro eixo de atuação para a Embaixada em Kuala Lumpur é o da ciência, tecnologia e inovação. A Malásia apostou, desde a década de 70, no desenvolvimento da indústria de semicondutores, sendo hoje parte importante da cadeia de valor mundial da produção de *chips* e se tornou um dos dez principais centros globais de semicondutores. E, no marco de sua nova política industrial, o Governo lançou uma estratégia para agregar valor a essa indústria com o desenvolvimento de capacidade na área de *design* de *chips*, já tendo atraído investimentos de gigantes desse setor.

Então, a possibilidade de cooperação bilateral com o Brasil nessa área foi discutida no encontro do Presidente da República com o Primeiro-Ministro, em 2024, e em outras instâncias de alto nível. Esses contatos evoluíram rapidamente e já envolvem, hoje, setor privado, institutos de pesquisa, já tendo, inclusive, sendo firmados instrumentos de cooperação entre associações setoriais e centros de pesquisa dos dois países, e estão também em negociação memorandos entre o Mdic e o MCTI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já que a senhora interrompeu, a senhora coloca no seu currículo quem presidiu a sessão da sua apresentação. (*Risos.*)

A SRA. DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES – Colocarei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o meu mais recente amigo de infância.

A SRA. DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES – Obrigada.

Estão também em negociação, memorandos entre o Mdic e o MCTI, seus contrapartes malásios nessa área de semicondutores. E destaco também um crescente interesse por parte de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades dos dois países por um maior engajamento para iniciativas conjuntas de formação profissional nessa área de semicondutores, o que abriria espaço para se negociar um acordo de cooperação educacional, que seria uma nova vertente no relacionamento bilateral.

O quarto e último eixo de atuação, mas não de menor importância, é comércio e investimentos. E aqui caberia uma rápida menção à Asean. Entre 2004 e 2024, o volume de comércio entre Brasil e Asean cresceu mais de 10 vezes, tendo alcançado, no ano passado, US$37 bilhões e um superávit para o Brasil de US$15 bilhões. A Asean já é o quarto maior destino das exportações brasileiras, depois da China, EUA e União Europeia, mas cito esses dados apenas para contextualizar a Malásia e sua região, especialmente neste ano, em que exerce a presidência da Asean. Mas os dados de comércio com a Malásia, por si só, já são muito positivos para o Brasil, com uma corrente de comércio de US$5,8 bilhões e um superávit de US$2,7 bilhões para o Brasil, tendo sido, em 2024, o nono maior superávit do Brasil e o 17º maior destino global das exportações brasileiras.

A pauta de exportações ainda é muito concentrada, sobretudo minérios de ferro, óleos brutos de petróleo e açúcar, mas há potencial imenso para a continuada expansão e maior diversificação – exatamente como no relatório da Senadora Tereza Cristina – para produtos do agronegócio, sobretudo produtos halal, para o que a embaixada conta recentemente com a presença de um adido agrícola, que será instrumental nesse processo de abertura de mercados.

Tenciono igualmente priorizar o setor aeroespacial e de defesa, em que o Brasil tem potencial para ser fornecedor de equipamentos militares e aeronaves civis para companhias aéreas regionais. Menciono a esse respeito que, na semana passada, houve uma importante delegação do Ministério da Defesa e da Embraer, que participou de uma feira na Malásia, onde fizeram inclusive uma demonstração de voo do KC-390. Então, temos grandes expectativas para o crescimento nesse setor.

Na área de investimentos, destaco, pelo lado brasileiro, operações da Vale na Malásia desde 2014, com um porto e um centro de distribuição muito importantes de minério de ferro, que atende não só a Malásia, mas os mercados da China e outros mercados asiáticos. Pelo lado da Malásia, temos no setor de óleo e gás a Petronas, que é a quinta maior empresa no mercado brasileiro de lubrificantes e uma das dez maiores produtoras de óleo e gás, já tendo investido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

US$5 bilhões em exploração de blocos do pré-sal. Ressalto também que os governos do Brasil e da Malásia iniciaram negociações de acordos para cooperação e facilitação de investimentos e para evitar dupla tributação, os quais poderão ser incentivo para maior fluxo de investimentos bilaterais.

Quanto ao Brunei Darussalam, é um país de dimensões e população pequenas, com pouca disponibilidade de terras e completamente dependente de importações para a garantia da sua segurança alimentar. Então, isso abre oportunidades para se explorar a abertura de mercados para exportações brasileiras.

Já finalizando, além dos quatro eixos principais, pretendo, caso aprovada por esta Comissão, empreender esforços também na área de saúde, pois temos potencial de cooperação especialmente no combate a doenças tropicais, na área de promoção cultural, na medida em que aproxima as pessoas e pode também render frutos para a difusão da marca Brasil e atração de turismo. E, na área de cooperação, me esforçarei para concluir a negociação do acordo básico de cooperação técnica, tanto com a Malásia quanto com o Brunei, que servirá de base para projetos futuros.

Para finalizar, Sr. Presidente interino, reafirmo que vivemos uma curva ascendente no relacionamento com a Malásia e temos novos caminhos a percorrer no relacionamento com o Brunei. Caso conte com a honrosa aprovação desta Comissão, me dedicarei integralmente a esse trabalho nos próximos anos.

Muito obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, me concede...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pois não, ilustre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu desejo registrar que o senhor é um homem afortunado porque, na última sessão em que nós tivemos sabatinas, coincidia com a presença do Ministro das Relações Exteriores, eu fiz uma pregação a ele na condição de Senador por Santa Catarina de que não havia um mínimo de mulheres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes. E hoje nós podemos celebrar que o senhor presidiu, por deferência do nosso querido amigo Nelsinho Trad, um momento de... Não é desforra nem de esforço, mas de alegria, por vermos três mulheres Diplomatas de carreira aqui, em uma sessão que poderia ser chamada de "luluzinha", a sessão das mulheres, das anitas garibaldis, como se diz no meu estado.

E quero desejar muito sucesso às missões que as três – as duas aqui presentes e uma remotamente – vão desenvolver em nome do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Esperidião Amin, eu tenho que dar um testemunho de que V. Exa. sempre foi um defensor da inclusão, no campo da diplomacia, da participação feminina.

Eu fiquei muito feliz com esta coincidência de hoje nós podermos fazer esta sessão com a indicação para o posto de embaixadas de três mulheres. Então, quero parabenizar V. Exa.

De pronto, passo a palavra à Embaixadora Vivian Sanmartin...

Senador Wellington, seja bem-vindo. V. Exa. pode votar se ainda não votou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Aniversário de V. Exa.?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Saúde!

Com a palavra a Embaixadora Vivian – 15 minutos.

A SRA. VIVIAN LOSS SANMARTIN (Para expor.) – Obrigada.

Exmo. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado; Exmo. Senador Hamilton Mourão, que muito me honra com a sua relatoria;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmos. Senadores e Senadoras; caros colegas da Afepa que nos acompanham nesta sessão; senhoras e senhores; muito bom-dia.

Em primeiro lugar, queria dizer que me sinto muito honrada e agradecida por ter sido indicada pelo Senhor Presidente da República e pelo Ministro das Relações Exteriores para a missão de abrir nossa Embaixada em Phnom Penh. Espero contar com a aprovação de V. Exas. para levar adiante esse desafio e contribuir para o adensamento de nossas relações com o Camboja e para a defesa dos interesses nacionais junto a esse país asiático.

Minha apresentação está dividida em duas partes. Na primeira, falarei brevemente sobre a história do Camboja e o quadro econômico e político atual. Na segunda, abordarei o histórico das relações bilaterais, os seus desdobramentos recentes, e apresentarei algumas das ações que tenciono, caso aprovada por esta Comissão, desenvolver durante minha gestão.

Como é sabido, o Reino do Camboja tem um passado recente trágico. Tendo obtido a independência da França em 1953, a partir do final dos anos 60, o país atravessou uma guerra civil, sofreu bombardeios massivos norte-americanos no contexto da Guerra do Vietnã e um golpe de Estado que aboliu a Monarquia e que estabeleceu uma República efêmera em 1970 e, de 1975 a 1979, foi palco do regime de terror protagonizado pelo grupo comunista de inspiração maoista Khmer Vermelho.

Estima-se que, durante esse período, mais de 2 milhões de pessoas – ou um em cada quatro cambojanos – morreram de fome, exaustão, doenças não tratadas ou foram vítimas de execuções sumárias.

Esse experimento totalitário foi encerrado com a invasão pelo Vietnã, em 1979, e o estabelecimento de um regime pró-Hanoi.

Entre 1991 e 1993, o Camboja foi administrado pelas Nações Unidas em preparação para eleições gerais, que restabeleceram a monarquia, desta feita constitucional e parlamentarista.

O Governo de coalizão que assumiu o poder reabriu o país para o exterior, após décadas de isolamento, e liberalizou sua economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1999, o Camboja passou a ser membro da Associação dos Países do Sudeste Asiático (Asean) e, em 2004, da Organização Mundial do Comércio. Os resultados desse processo podem ser considerados espetaculares.

A economia teve um crescimento médio de 7,7%, entre 1998 e 2019, superando a de outros países em situação pós-conflito. Como resultado, em 2015, o Camboja alcançou o *status* de país de renda média inferior. A meta agora é atingir, até 2030, o *status* de país de renda média superior.

Esse crescimento acelerado tem se baseado no turismo e na indústria têxtil voltada para exportação, mas também na opção consciente que o Governo fez, a partir de 1993, por promover uma economia aberta, altamente desregulamentada e com poucas restrições ao capital estrangeiro.

O PIB nominal do Camboja, em 2024, foi de US$47 bilhões.

Apesar das iniciativas para modernização da economia, a agricultura ainda emprega dois terços da força de trabalho, 75% dos agricultores ainda praticam uma agricultura de subsistência. E, não obstante ter feito avanços notáveis na redução da pobreza multidimensional nas últimas décadas, o Camboja é ainda um dos países mais pobres do Sudeste Asiático, ocupando, em 2022, a 148ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano.

É importante ressaltar que a população é predominantemente jovem, 65% com menos de 30 anos.

No âmbito político, é importante destacar a permanência no poder, desde 1993, do Partido do Povo Cambojano, que domina a política nacional.

O Chefe do Governo atual, Hun Manet, sucedeu ao pai, Hun Sen, que exerceu o cargo de Primeiro-Ministro por 38 anos. O principal legado dessa longa gestão foi a paz e estabilidade que permitiram o impressionante crescimento do país nos últimos 30 anos.

As relações do Brasil com o Camboja, que, como já foi dito, tinham sido suspensas em 1966, foram reativadas em 1994.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve uma importante aproximação entre os nossos países no período recente, aproximação que se insere no contexto da busca pelo Brasil de assegurar maior presença e projeção na Ásia, onde se situa hoje o eixo dinâmico da economia mundial.

Em 2012, houve duas visitas ao Camboja, da então Secretária de Assuntos Políticos do Itamaraty, quando foi assinado memorando de entendimento para o estabelecimento de consultas políticas bilaterais e depositada a Carta de Adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático.

O apoio cambojano foi instrumental para que o Brasil ascendesse, em 2022, ao *status* de Parceiro de Diálogo Setorial da Asean, bloco de países que, como já disse a minha querida colega Daniella, é o quarto maior destino de nossas exportações.

Em 2023, o Ministro Mauro Vieira realizou a primeira visita de um chanceler brasileiro ao Camboja, quando foi anunciada a abertura de embaixada residente do Brasil em Phnom Penh. No final de 2024, por sua vez, abriu-se a Embaixada residente do Camboja em Brasília, a primeira na América do Sul, segunda na América Latina e terceira no hemisfério a receber uma Embaixada do Camboja, de um conjunto de somente 35 embaixadas no mundo todo. Trata-se de um sinal inequívoco da importância que o Camboja atribui às relações com o Brasil.

A primeira reunião de consultas políticas entre nossos países ocorreu em dezembro de 2022, quando o Vice-Chanceler do Camboja visitou Brasília.

Esses encontros são fundamentais para explorar áreas de interesse comum, identificar eventuais problemas e avançar no aprofundamento das relações, sobretudo no contexto de uma relação ainda muito incipiente, em que trabalharei, caso aprovada por esta Comissão, para adensar.

Uma das minhas prioridades será, portanto, o agendamento e realização da segunda reunião de consultas em Phnom Penh.

Como já mencionado pelo Relator, as trocas comerciais entre o Brasil e o Camboja são modestas, mas crescentes, tendo atingido recordes sucessivos. O fluxo total atingiu US$125 milhões em 2024, com um crescimento de 10% em relação ao ano anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é tradicionalmente deficitário nesse comércio com os itens que foram mencionados aqui, uma pauta bastante concentrada.

Uma boa notícia é que, nos primeiros dois meses de 2025, os fluxos de comércio expandiram-se 28% em relação ao mesmo período do ano anterior, com um aumento de 40% das exportações brasileiras e 26% das importações provenientes do Camboja.

Em março de 2024, houve a primeira missão comercial brasileira ao Camboja, organizada pelo Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, com participação de representantes dos setores de couro, calçados e artefatos, reciclagem animal, piscicultura, proteína animal, rações animais e da Embraer.

Durante a missão, diversas empresas cambojanas, particularmente do setor de alimentos, demonstraram interesse em ampliar os contatos com o Brasil.

Segundo mapeamento recente, as principais oportunidades de comércio para o Brasil que estão sub-exploradas ou inexploradas estão no setor de carne bovina, resíduos de soja, couro, ouro e soja.

O Governo cambojano deseja estabelecer a cooperação com o Brasil para além do comércio, tendo manifestado interesse em investimentos brasileiros nas áreas de fertilizantes, inseticidas e ração animal.

O Mapa já indicou disposição para avaliar linhas de cooperação técnica bilateral, com base em proposta de memorando de entendimento já submetida ao Governo cambojano.

A abertura da embaixada em Phnom Penh, portanto, facilitará a superação de dificuldades na interlocução com as autoridades cambojanas e permitirá que se preste mais apoio a empresas brasileiras interessadas em realizar negócios com o país.

Em minha gestão, uma das prioridades será estabelecer contatos com os principais representantes do meio empresarial cambojano, das câmaras de comércio locais, de forma a poder identificar oportunidades para aumento e diversificação da nossa pauta de exportações para o Camboja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra área em que existe grande potencial a explorar é a de cooperação, tanto técnica como humanitária.

O Camboja atribui grande importância a questões ligadas à segurança alimentar, erradicação da pobreza, desenvolvimento rural, pesquisa agrícola, biocombustíveis e aproveitamento do potencial hidrelétrico. São áreas em que o Brasil pode prestar uma contribuição significativa.

A cooperação do setor de turismo é outra iniciativa que já está em andamento, com uma proposta de memorando de entendimento entre nossos respectivos ministérios de turismo e que está sob exame.

Os dois países assinaram um acordo de cooperação técnica em 2021, ainda sob exame no Congresso brasileiro. Caso aprovado, esse acordo criará a moldura jurídica adequada para atividades de cooperação.

Além disso, o Camboja é um dos 82 membros fundadores da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, lançada pela Presidência brasileira no G20, em novembro de 2024, e é um dos 13 países convidados para participar de iniciativa *fast track* da aliança. A abertura da embaixada residente, portanto, ocorrerá em momento oportuno para que ações de cooperação bilateral nessa área sejam desenvolvidas.

No que respeita à atividade consular, cabe mencionar que o número de brasileiros residentes no Camboja é estimado em cerca de 20 pessoas. Será importante, de toda forma, promover o registro desses brasileiros junto ao setor consular da embaixada, o que nós chamamos de matrícula consular, e realizar atividades voltadas para essa comunidade.

Ao mesmo tempo, a embaixada deverá acompanhar o problema de brasileiros que têm sido vítimas de tráfico humano e condições de trabalho aviltantes no Camboja.

Nove brasileiros vítimas desse esquema, contratados para trabalhar em centros de crime cibernético no país, foram repatriados entre 2022 e 2023. A existência de uma embaixada residente facilitará a prestação de assistência consular a eventuais novas vítimas desse esquema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às atividades culturais, será necessário dar início à divulgação do Brasil e da nossa cultura, nas suas mais variadas expressões, em país do qual somos muito distantes física e culturalmente.

Uma primeira iniciativa de baixo custo e impacto significativo que tenciono levar adiante será a organização de mostra de cinema brasileiro.

Outra atividade a implementar será a realização de palestras sobre o Brasil em universidades do Camboja.

Antes de encerrar essa apresentação, é importante ressaltar que, tendo em conta que minha missão será abrir a embaixada em Phnom Penh, os temas administrativos ocuparão grande parte do nosso trabalho em um primeiro momento.

Será necessário identificar imóveis para abrigar a embaixada e a residencia oficial da missão diplomática brasileira, lotar o posto com diplomatas e servidores administrativos, realizar a seleção de contratados locais e celebrar todos os contratos de prestação de serviços necessários para o funcionamento do posto.

Nesse período inicial, será igualmente fundamental estabelecer uma rede de contatos com as autoridades cambojanas, com representantes eminentes da sociedade civil, do setor empresarial, cultural e acadêmico e da mídia. Esses contatos serão a base para o trabalho a ser desempenhado na promoção dos interesses do Brasil no Camborja.

Com isso, encerro a minha apresentação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora Vivian Sanmartin pela explanação e o cumprimento do tempo.

Vamos, de pronto... a Senadora Mara já está no jeito ou não? (*Pausa.*)

Ainda não? (*Pausa.*)

Senador Mourão, poderia ler *ad hoc* a relatoria da Senadora Mara Gabrilli, por obséquio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Com a palavra o Senador Hamilton Mourão, para a leitura do relatório *ad hoc*, em substituição à nobre Senadora Mara Gabrilli.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, É submetido ao exame desta Casa a indicação, conforme V. Exa. já colocou, da indicação da Sra. Maria Elisa Teófilo de Luna, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada e, cumulativamente, na República de Trinidad e Tobago.

A Diplomata é formada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e, no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1980.

Ascendeu a todos os cargos por merecimento. Em 2012, passou a integrar o Quadro Especial da Carreira e, no mesmo ano, chegou a Ministra de Primeira Classe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Larga experiência no Brasil e no exterior: foi Cônsul-Adjunta no Consulado-Geral em Milão; no Consulado em Assunção; Chefe da Divisão de Imigração; Conselheira no Consulado-Geral em Lisboa, tendo sido cedida ao Secretariado-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Conselheira na Embaixada do Panamá; Chefe da Divisão da África; Ministra-Conselheira na Embaixadora em Bruxelas; Embaixadora em Dakar; Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Montreal; Embaixadora em Acra; assessora no Superior Tribunal de Justiça e, desde 2024, é Embaixadora na Embaixada em Port of Spain.

A República de Granada, localizada ao sul do mar do Caribe, foi colônia da França e Grã-Bretanha. Apesar de, em 1967, a Grã-Bretanha ter concedido autonomia a Granada sobre seus assuntos internos, somente em 1974 ela alcançou sua independência.

Atualmente, Granada adota o sistema parlamentarista de governo e é membro da Commonwealth.

Sua economia baseia-se maciçamente no setor de serviços, que responde por quase 80% do Produto Interno Bruto do país, com destaque para o turismo.

China, Venezuela e Cuba são os parceiros com que Granada mantém cooperação mais estreita – não são bons parceiros, dois desses daí –, mas também se relaciona com a União Europeia, Reino Unido e Estados Unidos, em especial na área de segurança. Além disso, o país tem reforçado sua atuação em organismos multilaterais.

Nossas relações bilaterais foram estabelecidas no ano de 1976 e a abertura da Embaixada brasileira em Saint Georges, levou ao estreitamento dos laços. Em 2019, passou a ser exercida cumulativamente com Trinidad e Tobago.

O nosso Chanceler e seu homólogo reuniram-se, em março de 2024, à margem da Oitava Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em Kingstown. Na ocasião, trataram de assuntos como reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cooperação em agricultura e cultura e oportunidades de investimentos do setor portuário de Granada. Em janeiro deste ano, o Chanceler Mauro Vieira, em visita a Granada, formalizou o convite ao país para participar da Cúpula Brasil-Caribe, a ter lugar em Brasília, no próximo dia, 13 de junho. Na oportunidade, o Chanceler granadino manifestou o desejo de estabelecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperação com o Brasil na área agrícola, a fim de desenvolver pecuária de pequeno porte para fins de subsistência e de promover intercâmbio na área educacional.

Por fim, importa assinalar que o Brasil faz doações humanitárias à Granada na área de saúde. Já no âmbito da cooperação técnica, vale o registro da assinatura, por ocasião da primeira Cúpula Brasil-Caricom, em 2010, de memorando de entendimento sobre cooperação técnica na área de agricultura, que entrou em vigor em setembro de 2012. No contexto desse memorando foram conduzidas ações pela Agência Brasileira de Cooperação nesse domínio, ainda ações na área de gestão de recursos hídricos com a participação de outros países caribenhos.

Sras. e Srs. Senadores e demais autoridades que acompanham esta sessão, ao concluir este relatório, gostaria de aproveitar a ocasião, parafraseando o meu colega Senador Amin, para enaltecer todas as três mulheres indicadas para exercer o cargo de Embaixadora e que deliberamos hoje aqui nesta Comissão.

Cumprimento especialmente a relatada, a Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna, reforçando também o desejo de que haja cada vez um maior número de mulheres diplomatas a exercerem funções de chefia e direção em nossos postos no exterior.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Hamilton Morão, assíduo participante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um Senador exemplar que, com muita presteza, sempre atende as nossas necessidades.

Agora já vamos passar, de pronto, à Embaixadora, que está por via remota, Maria Elisa Teófilo de Luna.

V. Exa. Tem 15 minutos para a sua explanação.

Com a palavra.

A SRA. MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da banca, as minhas colegas ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lado dele e especialmente o Senador Morão, que já esteve presente quando eu estive aí para a minha designação para Trinidad e Tobago.

Muito obrigada. Fico muito feliz de participar desta audiência, essencialmente feminina, com duas amigas, e de explicar que esta não é uma designação para uma embaixada já estabelecida, essa é uma designação para uma cumulatividade, ou seja, é possível que, em algum momento o Brasil venha a ter novamente uma embaixada, um prédio, etc. em Granada.

No momento, estamos fazendo uma cumulatividade, optou-se por uma cumulatividade, e isso foi excelente, porque nós precisamos dar muita atenção a esses países caribenhos, que veem no Brasil uma oportunidade de diversificação para tantos aspectos das suas vidas, das vidas das pessoas em Granada, e assim é.

Bom, como já disse o Senador Mourão na sua excelente prelação, temos já nossas relações estabelecidas e bem azeitadas até certo ponto, apesar da falta de uma embaixada física lá – mas continuamos, com muita dificuldade, devo dizer, a levar essa cumulatividade, que primeiro estava com a embaixada em Barbados, mas que é mais longe. E, no ano passado, ou melhor, em 2023, voltou para cá, renovando uma tradição, porque Granada sempre esteve com cumulatividade – a embaixada em Granada, em Saint Georges.

Acho que há coisas para fazer com Granada. Ressalto o fato de que se trata de um país com nem 130 mil habitantes, ou seja, é a população de um bairro pequeno do Rio de Janeiro, mas, mesmo assim, eles são muito organizados e têm o desejo de manter a vida política institucionalizada, e as relações com os demais países igualmente muito institucionalizadas. Espero que a próxima Cúpula Brasil-Caribe venha a materializar uma série de projetos já falados e já tentados entre uma coisa gigantesca que é o Brasil e uma coisa tão pequenininha que é Granada – mas é possível. Sobretudo do ponto de vista de cooperação técnica, nós temos muita coisa para oferecer a eles, inclusive no campo da energia, com a nossa Petrobras; e em cooperação humanitária: eles são vítimas de furacões, enchentes e desastres naturais que devastam a ilha, como o furacão Beryl, no ano passado, que arrasou um dos departamentos de Granada, que é a Ilha Carriacou, que é uma pequena ilha, é um *cayo*, como se diria em espanhol. Mas, enfim, muita gente mora lá, tem uma atividade econômica de pesca e tudo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é isto, a embaixada em Trinidad e Tobago, o Itamaraty tem tido cuidado com ela, nomeou mais diplomatas para cá, porque durante um tempo razoável eu estive sozinha aqui, e era muito complicado. Eles têm, eu acho, uma cooperação em matéria de institucionalização de certas coisas, e o reforço institucional com o Ministério das Relações Exteriores, por exemplo, para eles seria excelente. O Ministério das Relações Exteriores tem basicamente um andar, em um grande prédio, e são muito difíceis as comunicações entre Granada e Trinidad e Tobago, ou seja, Granada e Brasil via Trinidad e Tobago, mas esperamos que agora isso aí mude.

Todos esses pedidos de cooperação que foram já falados pelo Senador Hamilton Morão são absolutamente factíveis para o Brasil e esperamos que... Eu pretendo muito atuar buscando que missões granadinas venham ao Brasil para recolher conhecimento e missões brasileiras vão a Granada para prestar cooperação em matéria agrícola, criação de pequenos animais, o que eu acho uma coisa muito possível lá, produção de queijos a partir de cabras e ovelhas, que é uma coisa que eles chegaram a falar conosco, missões de capacitação de ambos os lados, vindo para cá ou levando gente para lá.

Na visita do Embaixador Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores, a que eu estive presente também, pude constatar o extremo interesse de Granada em ouvir o Brasil. Para Granada, me deu a impressão de que o Brasil é um grande país, sábio, que pode ajudá-los muito a buscar o próprio desenvolvimento.

Bem, espero que... Não sei se os senhores terão ainda mais perguntas para mim, mas acho que já quase esgotei os 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado por ter atentado ao tempo, Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna.

Nós temos, sim, algumas perguntas para V. Exa., mas antes a gente vai colocar as perguntas para as duas que estão aqui. Eu vou aproveitar que... Não, eu vou ler as suas perguntas, porque elas tiveram a oportunidade de que eu lesse as delas. A senhora já formula as respostas e, enquanto está formulando essas respostas, eu já vou passar para a Embaixadora Daniella e, depois, para a Embaixadora Vivian.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para a Embaixadora Maria Elisa ficar ciente, nós temos aqui a participação popular no e-Cidadania, um canal muito interessante de que as pessoas participam. A gente tem por hábito dar voz àqueles que querem e se interessam por relações internacionais.

E, por falar nisso, está presente hoje aqui a delegação de estudantes da Ânima Educação. Quero fazer uma saudação a eles. São alunos do curso de Relações Internacionais e de Direito que vieram de diferentes estados com o objetivo de se aproximar da nossa Comissão, conhecer o nosso trabalho. E quero dizer que nós estamos muito felizes em recebê-los.

Sejam muito bem-vindos! Continuem assim.

Com a palavra a Embaixadora Daniella Ortega de Paiva Menezes.

Vieram perguntas do Roque, lá do Mato Grosso, estado vizinho do meu – eu sou do Mato Grosso do Sul–: "Em caso de instabilidade política na Malásia, o que a senhora faria em favor de brasileiros que lá residem ou que lá estão de passagem?".

Segunda pergunta. Lecy, do Rio Grande do Norte: "Como uma Embaixadora, [...] [quais os] benefícios econômicos, tecnológicos, políticos e culturais [...] [que será possível trazer] para o Brasil?".

Thaisa, de São Paulo: "[...] [Qual é a sua estratégia para convencer] os governos asiáticos de que o Brasil é um parceiro ambiental confiável, diante dos dados recentes de desmatamento?".

Oswaldo, do Rio de Janeiro: "A senhora pretende atuar na questão do Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica, que a Malásia ainda não ratificou?".

Com a palavra a Embaixadora Daniella.

A SRA. DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES (Para expor.) – Obrigada.

Primeiro, para o Roque, eu diria que, em caso de qualquer tipo de instabilidade ou crise no exterior, o Ministério das Relações Exteriores dispõe de protocolos estabelecidos para apoio às comunidades brasileiras. Então, uma recomendação que a gente faz é que os brasileiros residentes no exterior se registrem junto aos consulados e às embaixadas para que possam ser contactados mais rapidamente, em caso de alguma crise, e também para as pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estejam só de passagem, viajando, que acompanhem as redes sociais dos postos para que possam ter as informações adequadas.

Para Lecy, eu queria dizer que trazer benefícios econômicos, tecnológicos, políticos e culturais para o Brasil é o objetivo do nosso trabalho, das nossas embaixadas e missões no exterior. Então, na Malásia, obviamente, estarei dedicada a isso, com atividades de promoção comercial, atração de investimentos, promoção de cooperação entre universidades, centros de pesquisa e diversos outros itens de que acho que já falei na minha apresentação.

Thaisa, sobre como convencer os governos para ter confiança no Brasil, na área ambiental, eu devo dizer que, como falei na minha apresentação, a Malásia tem muita semelhança com o Brasil por ser um país megadiverso, também com grandes reservas de florestas tropicais. Então, atuamos em conjunto nos foros multilaterais, porque temos desafios semelhantes para a conservação ambiental e preservação dessa cobertura florestal.

E, por fim, Oswaldo, sobre o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica, a Malásia, sim, ratificou, em setembro de 2022, sendo o nono país dos doze países do acordo a ter o acordo em vigor. Então, embora o Brasil não seja parte desse acordo, pretendo atuar para uma maior aproximação comercial e econômica com a Malásia, inclusive por meio de instrumentos para facilitar o comércio, como citei na minha apresentação. E digo que Brasil e Malásia têm também uma comissão mista de comércio em que se discutem medidas dessa natureza, como os mencionados possíveis acordos para cooperação em investimentos e para evitar a dupla tributação, que citei na minha apresentação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora Daniella.

Como eu tinha dito, antes de passar a palavra à Embaixadora Vivian, Embaixadora Maria Elisa.

Thaisa, de São Paulo, pergunta: "Granada integra a Alba. Como a senhora abordará a crise venezuelana em diálogos com o governo local, considerando a posição do Brasil?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Yzadora, do Rio Grande do Sul: "Como a futura Embaixadora pode ampliar a cooperação Brasil-Granada em turismo e sustentabilidade?".

Carlos, de São Paulo: "[...] Quais serão as principais ações para incrementar comércio e exportações para Granada?".

Carolina, de São Paulo, pergunta se V. Exa. vê chances de cooperação bilateral para aperfeiçoamento mútuo de políticas públicas voltadas para a maternidade e a infância. Já vá raciocinando sobre as respostas.

Enquanto isso, eu passo para a Embaixadora Vivian Sanmartin para responder as seguintes perguntas.

Yzadora, do Rio Grande do Sul, conterrânea do nosso querido Senador Hamilton Mourão: "Como a nova Embaixadora pode fortalecer parcerias [...] [entre Brasil e Camboja] [...] [nas áreas de] agricultura, comércio e turismo?".

Camila, de Santa Catarina: "A embaixada tem intenção de desburocratizar o envio de missionários [...] brasileiros para trabalhar com populações vulneráveis?".

David, de Minas: "Hoje é amplamente divulgado o tráfico humano de brasileiros no sudeste asiático, inclusive no Camboja. Como [...] [é possível] enfrentar isso?".

E o Vítor, da Bahia: "Como a Embaixadora irá atuar para aumentar o intercâmbio acadêmico [...] entre o Brasil e o Camboja?".

Penso que essa pergunta do Vítor poderá ser também a desses meninos que estão aí.

Com a palavra a Embaixadora Vivian.

A SRA. VIVIAN LOSS SANMARTIN (Para expor.) – Certo.

Obrigada, muito obrigada pelas perguntas, todas muito interessantes.

Sobre a primeira pergunta, da Ysadora, que é como fortalecer parcerias nas áreas de agricultura, comércio e turismo, eu acho que abordei brevemente, na minha apresentação, a parte da cooperação de turismo. Já existe um memorando de entendimento que está sendo negociado entre os nossos ministérios. Esse memorando, quando vier a ser assinado, poderá ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a base para a gente ter essa cooperação, para fomentar visitas de cambojanos ao Brasil e de brasileiros ao Camboja. Então, eu acho que, nesse sentido, a Embaixada certamente apoiará essas iniciativas e trabalhará para que haja maior intercâmbio na área de turismo.

Agricultura. Bem, o Camboja tem interesse em receber cooperação na área agrícola do Brasil, é um país que tem grande preocupação com a questão da segurança alimentar e nós temos todas as condições de, em resposta a demandas que virão do Governo do Camboja, elaborar projetos de cooperação técnica nessa área, com o apoio da nossa agência brasileira de cooperação. Eu acho que é uma área muito interessante para trabalhar, eu tenho trabalhado bastante com isso na Namíbia e tenho certeza de que o Brasil tem todas as credenciais para ajudar esses países com questões de agricultura, sobretudo em países de clima tropical. Por nossas tecnologias, por tudo que nós desenvolvemos, a gente pode apoiar esses países no desenvolvimento da sua agricultura também. E comércio, como foi falado, é um tema muito importante. O nosso comércio está em expansão, então, o trabalho a ser desenvolvido é de identificar novas oportunidades, mediante o estabelecimento de contatos com o setor empresarial cambojano, de nichos e áreas onde o Brasil pode exportar mais para o Camboja e vice-versa.

A segunda pergunta, da Camila, é sobre a desburocratização do envio de missionários brasileiros para trabalhar com populações vulneráveis, se a Embaixada tem intenção de desburocratizar. Bom, eu diria o seguinte: eu não acredito que haja uma burocracia, no caso do Brasil, para que missionários brasileiros se dirijam a outros países para trabalhar com populações vulneráveis. Isso, por exemplo, acontece bastante na África. Há vários missionários brasileiros que lá trabalham. Você precisa, basicamente, ter um visto do país que vai ser o país de destino. Com isso, vai poder atuar, talvez estando ligado a alguma entidade. São coisas que nós podemos acompanhar na Embaixada, dar a assistência necessária, mas cabe ao país que recebe determinar quais são as regras para que esse tipo de trabalho seja exercido localmente.

O David fez uma pergunta que eu achei muito interessante. Ele falou do tráfico humano dos brasileiros no Camboja e que, na verdade, está acontecendo na região ali do Sudeste Asiático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei muito impressionada com uma informação que eu não tinha sobre esses centros de crime cibernético que estão instalados em Myanmar, na Tailândia e também no Camboja. Como eu mencionei na apresentação, na parte consular, há brasileiros que foram aliciados por esse esquema e que foram libertados graças ao apoio da nossa embaixada em Bangkok, que hoje tem a cumulatividade do Camboja. Então, esse é um tema ao qual eu intenciono dar grande importância, poder acompanhar e prestar assistência, caso esses casos se repitam, e acompanhar a evolução do assunto no âmbito do Camboja.

Finalmente, o Vítor pergunta: "Como a embaixadora irá atuar para aumentar o intercâmbio acadêmico-estudantil [...] entre o Brasil e o Camboja?".

Vítor, existe um acordo de educação que está vigente desde 2021 entre o Brasil e o Camboja, um dos poucos acordos que, na verdade, nós temos já celebrados com o Camboja, e esse acordo permite que estudantes cambojanos possam ser beneficiados com o nosso programa PEC-G, que é um programa de intercâmbio que oferece bolsas de estudo, digamos, acesso livre às universidades brasileiras em várias áreas. Então, uma das ações que pode ser realizada é divulgar o PEC-G no Camboja, como nós fazemos em vários outros países, faz parte das nossas atribuições indicar que esse programa, que tem muitas décadas, é um programa muito importante e que já trouxe muitos estudantes estrangeiros para o Brasil. Isso pode atrair estudantes cambojanos. O grande problema que eu vejo, no fundo, é a barreira linguística, então isso é um tema que a gente teria que trabalhar, porque o estudante teria que necessariamente falar português, entender português para poder fazer o curso, cursar qualquer curso universitário no Brasil. Por outro lado, também se podem realizar ações de convênios entre universidades, identificar universidades do Brasil e do Camboja que tenham interesse em ações específicas, assinar o memorando de entendimento, em pesquisa e em outras áreas.

Todos são temas que nos caberá explorar, porque, como eu mencionei, é uma missão muito nova. Todas essas possibilidades estão abertas e caberá explorar e identificar para começar a realizar esse trabalho de aproximação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora Vivian Sanmartin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Alan Rick passou por aqui, desejou muito sucesso, parabenizou V. Exa. e as demais Embaixadoras, bem como o Senador Marcos Pontes, que ora está presente.

Pergunto se mais algum colega quer fazer algum questionamento para as duas que aqui estão e para quem está remotamente.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Bom dia a todos, bom dia a todos que nos acompanham também remotamente.

Não é um questionamento, é simplesmente para parabenizar a indicação, a escolha. É bom nós vermos embaixadoras, a gente fica nessa luta de ver embaixadoras representando o Brasil. Parabéns pela posição.

E não se esqueçam: a gente está aqui à disposição também para poder ajudar. Eu lembro do meu tempo lá no ministério, eu tinha muito contato com os embaixadores, que sempre nos ajudavam demais. Ciência e tecnologia é um dos temas que facilita muito o contato e as cooperações entre os países. Então, eu contava muito com os embaixadores lá e sei das dificuldades que muitas vezes acontecem com orçamento para se manter as embaixadas e outras dificuldades como essa. Mas contem conosco aqui para poder ajudar.

A função de vocês é muito importante para o Brasil, para mostrar o Brasil verdadeiro lá fora e a gente poder trazer bons negócios aqui para o Brasil também.

Obrigado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço as manifestações do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Passo a palavra agora para a Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna para que possa fazer as respostas, num prazo de cinco minutos.

A SRA. MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, então, fazer por ordem.

Aqui é uma pergunta: como

é que eu abordaria a crise venezuelana em diálogos com o Governo local, considerando a posição do Brasil? Eu acho que isso depende do que a Secretaria de Estado me instruir a fazer. Esse é um tipo de assunto em que eu não tenho a liberdade de falar sobre ele, a não ser com instruções da Secretaria de Estado. Então, não pretendo abordar a crise venezuelana e pretendo respeitar essa relação intensa e histórica que Granada tem com a Venezuela, que é um país que ajuda os granadinos em questão de petróleo, enfim, que tem acordos de exploração de petróleo, que é uma coisa importante para eles. Eu não pretendo falar nada de político sem que eu tenha instrução da Secretaria de Estado.

Em segundo lugar: como é que nós podemos ampliar a cooperação do Brasil e Granada em turismo e sustentabilidade? Bem, vamos ver o que eles acham disso tudo, porque, em matéria de turismo, eles agora estão revivendo... Sandals, uma grande companhia de *resorts* internacionais, acabou de se estabelecer em Granada e tenho a impressão de que o turismo está renascendo. Aliás, as rendas do turismo foram responsáveis por uma boa parte das contas positivas de Granada nos últimos anos.

Quanto à sustentabilidade, Granada tem vários pedidos de apoio, por exemplo, em relação ao sargaço, que ocupa os mares granadinos durante largas épocas do ano e que atrapalha a pesca e algumas outras atividades, inclusive a turística. Já temos alguma coisa sobre o assunto, até mesmo no âmbito da AEC (Associação de Estados do Caribe), da qual Granada é parte. E é mais importante isso do que qualquer outra consideração, porque o sargaço realmente é uma coisa grave aqui no Caribe. Depois, sobre sustentabilidade, Granada é um país que está muito preocupado com isso, inclusive tem procurado conhecer melhor alternativas para a energia fornecida a partir de combustíveis fósseis. E acho que não vai ser difícil, não, ampliar essa cooperação.

Quais serão as principais ações para incrementar o comércio e as exportações para Granada? Aí a gente tem a clássica vertente... É preciso que os empresários brasileiros se animem a ir a esses países em missões empresariais e vejam e mostrem, tentem reunir seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos e suas disposições para que o comércio seja implementado, seja aumentado. Da nossa parte, nós sempre procuraremos informar, na Granada, tudo aquilo que nós temos.

Naturalmente, o que eu estou dizendo não reflete a minha experiência pessoal no país, eu tenho que confessar. Imagino que eu estive em Granada uma só vez, porque eu não tinha *agrément*, então só fui quando o Ministro foi e passei duas horas; ou seja, eu teria que fazer uma análise, um diagnóstico do que se compra e do que se vende em Granada e do que eles precisam.

Em terceiro lugar, há chances de cooperação bilateral de política? Sim. Voltadas para a maternidade e a infância? Sim, sim. Aqui em Trinidad e Tobago, estamos finalizando o projeto de implementação do banco de leite materno. Tenho certeza de que em Granada isso também será importante. E pronto, acho que as coisas vão surgindo a partir daí.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora. Muito obrigado pelas suas colocações.

Determino à Secretaria que passe a começar a promover a apuração dos votos.

Nós vamos entrar já na segunda parte da reunião de trabalho.

Seja bem-vindo, Senador Sergio Moro.

A segunda parte... Bom, já está lá.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Nós tivemos 13 participações, com 13 votos SIM, para Daniella Menezes, que vai para Malásia e Brunei Darussalam; para Maria Elisa Luna, que vai para Granada; e Vivian Sanmartin, que vai para Camboja. As três mulheres obtiveram 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de louvar aqui, Senador Sergio Moro, Senador Astronauta Marcos Pontes, a iniciativa do Itamaraty de enviar três Diplomatas, mulheres que com certeza honram a Diplomacia brasileira, e desejar a V. Exas. toda sorte, todo sucesso, que Deus as acompanhe, que possam com muita sabedoria continuar exercendo com muito altruísmo esse posto, porque só vocês devem saber o quanto lutaram para poder estar lá.

Uma salva de palmas para as três aprovadas. (*Palmas.*)

Com a palavra o Senador Sergio Moro, para uma saudação.

Senador Astronauta, eu só pediria um minutinho, para a gente bater uma foto oficial com elas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero pedir desculpas até para as Embaixadoras. Eu corri aqui para tentar votar e não consegui. Eu estava na CCJ e teve projetos importantes ali que estávamos debatendo e, sinceramente, não consegui. Mas quero destacar que se tivesse votado, eu teria votado favoravelmente. E quero desejar sucesso a V. Exas.. E, no Plenário, estarei lá para dar o meu voto favorável para V. Exas. E boa sorte nas missões.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

Eu suspendo a sessão por dois minutos para a gente fazer as despedidas e logo depois entraremos na segunda parte.

A foto oficial.

(*Suspensa às 11 horas e 28 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 30 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – (*Falha no áudio.*) ... a aprovação do plano de trabalho do grupo de trabalho criado para elaborar estudos sobre a estratégia de comércio exterior no Brasil.

O plano de trabalho aqui apresentado contém os elementos fundamentais que serão desenvolvidos pelo grupo de trabalho que irá, ao longo deste ano, analisar a estratégia de comércio exterior do Brasil nos seguintes eixos: política de fomento à exportação empreendida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela União, estratégias de negociações comerciais bilaterais e multilaterais adotadas pelo Brasil, infraestruturas logísticas para a exportação e integração sul-americana.

Trata-se de formato relativamente inovador nesta Casa, no qual a equipe técnica do Senado busca gerar conhecimento através da análise de dados sobre o tema e do diálogo com atores relevantes sobre os eixos apontados. De fato, acreditamos que o formato de reunir técnicos com técnicos seja um dos principais méritos do que estamos fazendo; nossos especialistas interagindo com representantes da tríade Governo, mercado e academia, para ir mais fundo nos temas e questões envolvidas nesse complexo assunto. E daí, sugerir propostas tangíveis que ataquem os problemas levantados, seja por meio de projetos de lei, seja por indicações ao Governo.

Nesse sentido, o grupo de trabalho busca tanto exercer o papel fiscalizador desta Casa, como qualificar o debate das grandes questões do país, sinalizando assim um compromisso com uma pauta técnica, relevante e propositiva para o Brasil.

Em discussão, portanto, o plano de trabalho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências. (*Pausa.*)

Item 1 da 3ª parte.

3ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Jaques Wagner.

O Senador pediu para que eu possa ler *ad hoc* o seu relatório, o que eu faço com o maior prazer, diante dos afazeres que a quarta-feira nos impõem. São muitas Comissões, a gente tem que ir a uma, à outra, mas faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Vou direto à análise.

Destacamos, de início, que compete a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado.

Observamos, ainda, que não há vícios no que diz respeito à juridicidade. Da mesma forma, não há vícios de constitucionalidade.

No mérito, a temática da convenção reveste-se de extrema relevância para o campo do direito do trabalho, de maneira destacada na esfera do tema objeto do protocolo. Como acentuado nos considerandos, os negociadores almejam atualizar e complementar a importante Convenção 29, sobre trabalho forçado. Esse exercício é necessário e benfazejo, tendo em vista que o texto convencional é de 1930.

Assim sendo, o texto do protocolo contou com o endosso dos três atores sociais brasileiros presentes nos trabalhos da OIT – Governo, empregadores e trabalhadores –, que, reconhecendo as mudanças havidas no contexto do trabalho forçado dos dias de hoje, apoiaram incondicionalmente a iniciativa, bem como a redação final do tratado em apreço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao assunto, conforta constatar que nosso ordenamento jurídico é mais abrangente no tocante à definição de trabalho forçado do que aquele consagrado pela OIT. Ademais, o Governo do Presidente Lula tem se empenhado em promover medidas destinadas à prevenção e ao enfrentamento do trabalho forçado ou realizado em condições análogas à escravidão, tanto na esfera doméstica, quanto na internacional.

Dito isso e sem embargo de o Brasil de hoje ser exemplo global para o enfrentamento do assunto em causa, temos que continuar avançando. Segue muito por fazer e, dessa maneira, o protocolo é mais um avanço na extinção dessa verdadeira chaga, que, infelizmente, segue existindo em pleno século XXI.

O ato internacional oferece, pois, marco legislativo seguro para todos os países que venham a se vincular ao texto, o que já foi feito, até o presente momento, por 61 Estados.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2023.

Presidente: Senador Nelsinho Trad.

Relator: Senador Jaques Wagner; relatado, *ad hoc*, por este Senador que vos fala.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

As providências à assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Antes de encerrar, gostaria de convidar a todos para uma audiência pública interativa amanhã, às 10h da manhã. Nós vamos debater a estratégia de comércio exterior do Brasil diante dos atuais desafios das regras do comércio internacional.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania – tudo junto –, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211 – repetindo: 0800 0612211.

Nós vamos ter aqui a Sra. Tatiana Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, representando o Vice-Presidente Geraldo Alckmin; o Sr. Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, ex-Embaixador do Brasil em Londres e em Washington; o Sr. Jorge Viana, Presidente da ApexBrasil; o Sr. Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, Secretário de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Embaixador Roberto Azevêdo, ex-Diretor da OMC; o Sr. Embaixador Adalnio Senna Ganem, Cônsul Geral do Brasil em Nova York; e o Prof. Marcos Troyjo, ex-Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia do Brasil e ex-Presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, que também estará presente.

Nada mais havendo a tratar, por considerar que foram cumpridas todas as prerrogativas e o resultado foi positivo da presente sessão, sob a proteção de Deus novamente agradeço a todos pela presença, em especial às autoridades que aqui estiveram, desejando-lhes êxito, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Carlos Viana, Professora Dorinha Seabra, Astronauta Marcos Pontes, Jaques Wagner e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Paulo Paim e Weverton, não membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Tereza Cristina, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Fabiano Contarato e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2025 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater a estratégia de comércio exterior do Brasil diante dos atuais desafios das regras do comércio internacional. **Participantes:** Senhora Tatiana Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC; Senhor Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), ex-embaixador do Brasil em Londres e em Washington; Senhor Jorge Viana, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos - ApexBrasil; Senhor Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, Secretário de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores; Senhor Embaixador Philip Fox-Drummond Gough, Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores; Senhor Embaixador Roberto Azevêdo, Ex-diretor da Organização Mundial de Comércio - OMC; Senhor Embaixador Adalnio Senna Ganem, Cônsul Geral do Brasil em Nova York, Estados Unidos; Senhor Luis Rua, Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária; e Senhor Professor Marcos Troyjo, Ex-secretário especial de comércio exterior e assuntos internacionais do Ministério da Economia do Brasil, ex-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento - NDB. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 11ª Reunião, 29/05/2025, quinta-feira, 10h da manhã.

Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a reunião será dedicada à audiência pública, em conformidade com o Requerimento 10, de 2025, da nossa autoria, com a finalidade de debater a estratégia de comércio exterior do Brasil diante dos atuais desafios das regras do comércio internacional.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Contaremos com as participação dos seguintes debatedores: Tatiana Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, representando o Vice-Presidente Geraldo Alckmin; Sr. Jorge Viana, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos (ApexBrasil); Sr. Marcos Troyjo, ex-Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia do Brasil e ex-Presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, o Banco do Brics; Sr. Embaixador Rubens Barbosa, ex-Embaixador do Brasil em Londres e Washington; Sr. Embaixador Roberto Azevêdo, ex-Diretor da Organização Mundial do Comércio; Sr. Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, Secretário de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Embaixador Philip Fox-Drummond, Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Embaixador Adalnio Senna Ganem, Cônsul Geral do Brasil em Nova York, nos Estados Unidos; e o Sr. Luis Rua, Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Cada debatedor terá um tempo de 15 minutos para suas considerações, logicamente prorrogáveis, assim que soar o apito aqui, o sino, para concluir seu raciocínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. e pelos Srs. Senadores, num bloco de até quatro diante das participações.

As respostas também deverão obedecer a um tempo máximo de cinco minutos.

Bom, não é preciso nem justificar a eleição deste tema como sendo um ponto de debate tão importante que a gente deve tratar, ainda mais com toda essa situação de conflito comercial global, que a gente está assistindo mundo afora. Vocês devem ter acompanhado na imprensa que, hoje, veio uma decisão da Justiça americana suspendendo parte dessas sobretaxas.

Só um minutinho. Vou receber o Embaixador Rubens Barbosa. (*Pausa.*)

Pediria ao Embaixador que se sentasse ao nosso lado.

Nós estamos com o sinal de que estamos sendo transmitidos ao vivo pela TV Senado.

Seja muito bem-vindo.

Bom, diante do rol dos ilustres convidados que se inscreveram para poder falar, nós vamos priorizar a Sra. Tatiana Prazeres, a primeira a falar; logo depois, o Embaixador Roberto Azevêdo, porque eles estão remotamente; e, depois, o Presidente da Apex, que está também num deslocamento, no aeroporto, para gente poder receber a opinião desses ilustres convidados.

A Sra. Tatiana já está no jeito?

A SRA. TATIANA PRAZERES (*Por videoconferência.*) – Sim.

Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Já pode começar.

A senhora, por favor, se atenha ao tempo máximo de 15 minutos.

A Sra. Tatiana Prazeres, Secretária de Comércio Exterior, aqui representando o Mdic, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, a quem a gente envia um abraço.

A SRA. TATIANA PRAZERES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos, a todas as autoridades, aos componentes da mesa.

Inicio agradecendo o convite e reconhecendo o protagonismo da Comissão, por meio do Sr. Presidente, no que diz respeito ao comércio exterior, que passa, de fato, por um momento de muitas incertezas, muitas indefinições.

Recentemente, a Comissão instituiu um grupo de trabalho voltado justamente ao aprofundamento das discussões sobre o comércio exterior, e essa é uma iniciativa muito importante e muito oportuna.

Eu tive a satisfação de participar de uma reunião do grupo, no dia 22 de maio, e a Secretaria de Comércio Exterior está à disposição do Senado para avançar nesta discussão importante sobre o comércio exterior brasileiro neste contexto desafiador.

E eu começo justamente tratando do contexto externo, acho que é importante, para que a gente tenha um pano de fundo, tenha um marco para analisar a posição do Brasil neste cenário.

Eu começo dizendo que o cenário internacional passa por transformações muito profundas. Há uma crise evidente do multilateralismo. Há o crescimento de tensões geopolíticas.

Essa é uma marca dos nossos tempos.

Eu digo também que há uma mudança muito profunda nas visões sobre o comércio internacional. Nas últimas várias décadas, o comércio era majoritariamente visto como uma fonte de oportunidades, uma oportunidade de crescimento econômico, de desenvolvimento, de geração de empregos de boa qualidade, etc.

Hoje, a mudança está no sentido de que muitos passam a ver o comércio também como fonte de risco, uma fonte de riscos geopolíticos, riscos econômicos, na medida em que, por exemplo, a exposição excessiva a um determinado mercado pode ser vista como algo perigoso ou a necessidade de trazer insumos, a produção de insumos estratégicos para o próprio território passa a ser visto como algo relevante.

Toda a lógica da eficiência, que marcou o comércio por muitas décadas, hoje, passa a ceder espaço para uma lógica de resiliência. É importante que os países, de alguma maneira, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

protejam de riscos associados ao comércio, à interdependência, que foram fatores muito valorizados nas últimas décadas, nos últimos anos.

Há outros fatores também que marcam o cenário internacional e que merecem destaque quando nós pensamos no Brasil e na posição do Brasil diante desse novo cenário. Eu destaco aqui o retorno de políticas industriais. Esse é um fator que afeta a competitividade global.

O Brasil é um país que valoriza a política industrial. O Vice-Presidente Geraldo Alckmin, com a Nova Indústria Brasil, prioriza essa agenda para o país, o que é muito importante, mas, ao mesmo tempo, nós competimos no cenário externo com países com países que têm bolsos mais fundos que os nossos, como nós costumamos dizer. Então, a competição internacional é também afetada pelo fato de que os Estados, hoje, atuam de maneira mais firme na economia por meio de políticas industriais do que no passado.

Outro fator importante que caracteriza o cenário internacional é a transformação digital. A transformação digital também afeta a competitividade, gera oportunidades e gera riscos para quem ficar para trás também.

E um último elemento aqui para, digamos, caracterizar esse cenário internacional em transformação é essa conexão crescente entre a agenda de sustentabilidade e a agenda de comércio internacional. Essa relação entre comércio e desenvolvimento sustentável veio para ficar. Há oportunidades importantes para o Brasil, porque, afinal de contas, o Brasil tem credenciais relevantes para se posicionar diante, digamos, dessa nova característica do cenário externo, mas há também riscos, como todos nós conhecemos, riscos, inclusive, de protecionismo verde.

Como é que o Brasil se posiciona, sob o ponto de vista de comércio exterior, diante deste novo cenário externo?

O primeiro ponto que eu destaco aqui é o fato de que o Brasil é um país que não deseja tomar partido nessa grande disputa geopolítica dos nossos tempos. Esse é o ponto de partida.

O segundo ponto que nos favorece, sob o ponto de vista de comércio exterior, é o fato de que nós estamos relativamente distantes desses focos de tensão geopolítica que marcam o cenário internacional. Esse é um ativo que o Brasil deve preservar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um terceiro ponto aqui é o fato de que nós estamos bem equipados para lidar com essas tensões, apesar de que, evidentemente, elas nos afetam, não é? E nos afetam de diferentes maneiras. Essas tensões afetam o crescimento da economia global, afetam o crescimento do PIB global, do comércio internacional, afetam o PIB, afetam o comércio, geram riscos e oportunidades para o Brasil, mas, de maneira geral, nós estamos bem posicionados para lidar com isso. É importante que nós mantenhamos, preservemos essas credenciais e consigamos manter o pragmatismo, o foco no interesse nacional nessas decisões que são tomadas a todo o tempo em matéria de comércio exterior.

Neste contexto, quando a gente pensa em como o Brasil pode se posicionar diante deste cenário que eu descrevi, gostaria de destacar quatro pontos e aí eu termino com isso. Ou seja, qual é a estratégia do Brasil? Qual é a maneira de valorizar o nosso comércio exterior, de promover o nosso comércio exterior diante dessas incertezas e mudanças no cenário externo?

O primeiro ponto tem a ver com o fortalecimento de acordos internacionais, conclusão de acordos com parceiros que desejem atuar com base em regras, que valorizem comércio, investimentos, que promovam segurança jurídica para investidores, empresas, que, enfim, desejam aprofundar nos termos adequados essa nossa relação com a economia global.

Destaco o fato de que foi assinado o Acordo Mercosul-Singapura; em 2023, e o fato de que foi anunciada a conclusão do Acordo Mercosul-União Europeia.

Eu vejo o Embaixador Philip Gough e gostaria de reconhecer o papel importantíssimo do Itamaraty nesse contexto. Mercosul-União-Europeia tem um potencial transformador para nossa rede de acordos comerciais. E nós seguimos aí com outras agendas para ampliar a rede de acordos de que o Brasil participa, fortalecendo segurança jurídica para mais comércio, comércio de boa qualidade para o Brasil.

O segundo fator: facilitação, desburocratização de comércio. É uma agenda importantíssima, muitas vezes não tem a visibilidade que mereceria, mas a redução de custos desnecessários ao comércio nos ajuda a inserir melhor nossos produtos e serviços no cenário internacional. Destaco o projeto do Portal Único de Comércio Exterior, que tem o potencial de reduzir de maneira significativa os prazos e os custos associados às operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro fator que eu gostaria de mencionar é a reforma tributária. A reforma tributária – e reconheço o papel fundamental do Congresso nesse aspecto – é importantíssima para o nosso comércio exterior. O Brasil é um país que ainda exporta tributos, e a reforma tributária termina com isso. A reforma tributária, por atacar a questão da cumulatividade, que marca o modelo atual, vai fazer com que o produto brasileiro deixe de carregar esse resíduo, que impede que ele seja mais competitivo lá fora.

E o último ponto que eu gostaria de destacar, digamos, no *kit* de ferramentas de que o Brasil dispõe para lidar com esse novo cenário, é a Lei de Reciprocidade. A Lei de Reciprocidade, aprovada recentemente no Congresso – e aqui eu aproveito para reconhecer o papel importantíssimo da Senadora Tereza Cristina na costura dessa lei –, permite que o Brasil se sente à mesa com parceiros comerciais em melhores condições negociadoras. A Lei de Reciprocidade confere segurança jurídica para que, se necessário, o Brasil possa responder a práticas que nós não entendemos corretas, nos parâmetros que foram definidos pelo Congresso.

Então, eu termino por aqui, Presidente, destacando que há mudanças muito importantes no cenário internacional, que o Brasil está bem equipado para lidar com elas, apesar dos desafios que são, de fato, muito significativos.

Eu queria encerrar colocando o Ministério do Desenvolvimento à disposição dos Senadores, da Comissão, de todos aqueles que participam desse grupo de trabalho para repensar a nossa atuação em comércio exterior e quero dizer que será uma satisfação seguir com esse trabalho com todos os senhores e senhoras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, penhoradamente, o cumprimento do tempo, Sra. Tatiana Prazeres, sem antes também deixar de mencionar a nossa gratidão pelo seu tempo, pela sua participação e pelo conteúdo que nos passou nesta audiência pública.

Vamos, já de pronto, em função do fuso horário, passar a palavra ao Embaixador Roberto Azevêdo, ex-Diretor da Organização Mundial do Comércio, que falará por videoconferência.

V. Exa. está com a palavra, por 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO AZEVÊDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Nelsinho Trad; Vice-Presidente, Senadora Tereza Cristina; integrantes da Comissão; e todos os que estão presentes nesta audiência. Eu gostaria muito de estar com vocês, mas infelizmente estou agora, em Istambul, abrindo uma conferência internacional para falar exatamente sobre isto: os desafios do comércio internacional, para onde todos estamos indo. Estarei à disposição para perguntas, agora, neste momento, ou posteriormente, como V. Exas. desejarem.

Eu gostaria de começar falando um pouco sobre o que nós estamos enfrentando, e o que nós estamos enfrentando hoje é uma desarticulação, um desmantelamento absoluto da ordem econômica internacional baseada no sistema multilateral, baseada em regras, sistema que, comercialmente, é da OMC.

As regras basilares que sustentam o comércio internacional, desde 1947, estão sendo questionadas e obliteradas, basicamente duas delas. A primeira delas é a regra da nação mais favorecida, que significa o quê? Significa que a tarifa que é aplicada contra um país – no relacionamento comercial com um país – tem que ser aplicada a todos os outros também.

As exceções a essa regra seriam, no caso, de áreas de livre comércio ou união aduaneira ou algum tratamento especial entre as partes. Caso contrário, a regra que se aplica a um, a tarifa que se aplica a um, se aplica a todos.

E a outra regra basilar é a de que, ao longo de décadas, desde 1947 até 1994, ao longo de várias rodadas de negociação, foram negociadas tarifas máximas. Os países podem, no máximo, atingir aquela tarifa para um determinado bem, produto, mas não mais do que aquilo, menos sempre, mas mais jamais. E essas negociações levaram a esse equilíbrio de concessões que nós vivemos hoje.

Mas o mais importante aqui é notar que esse sistema foi criado para atender aos interesses, sobretudo, dos Estados Unidos no pós-guerra e o sistema foi sendo aprimorado ao longo dos anos também, de novo, para refletir as práticas e os regulamentos norte-americanos. Nada foi acordado sem a anuência dos Estados Unidos, que, na maior parte das vezes, foi o (*Falha no áudio.*) ... das regras. Mas, hoje, os Estados Unidos, do Presidente Trump, dizem que o sistema não mais serve aos interesses americanos, está ultrapassado e, portanto, deve ser atualizado. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, segundo o Presidente Trump, segundo a visão dos americanos, o sistema permitiu que outros tirassem vantagem dos Estados Unidos por permitir que outros países tivessem tarifas mais altas, barreiras não tarifárias que impedem a entrada dos produtos americanos e que o déficit comercial fica intratável, porque o sistema não permite que os Estados Unidos adotem medidas corretivas, justamente por ter que aplicar a mesma tarifa para todos os países e por não permitir que as tarifas americanas passem de um determinado teto.

E aí eu queria fazer aqui uma análise um pouco desapaixonada dos argumentos americanos. Quais são os objetivos das medidas adotadas pelos Estados Unidos hoje, das tarifas mais altas? Primeiro, reduzir o déficit comercial; segundo, reindustrializar os Estados Unidos; terceiro, levantar recursos com a arrecadação dos impostos para cobrir os cortes orçamentários que o Governo pretende fazer para incentivar negócios e investimentos; quarto, reequilibrar o comércio com a China ou, se possível, desacelerar o desenvolvimento chinês.

Eu não acho que seja o momento aqui de me aprofundar em nenhum desses temas. Claro, estou à disposição para, em uma outra oportunidade, perguntas que V. Exas. queiram fazer. Digo apenas que eu, particularmente, tenho sérias dúvidas sobre se o tarifaço, como se diz, e os acordos bilaterais que estão sendo negociados com outros países levarão à consecução desses objetivos.

Uma reclamação importante dos Estados Unidos são as assimetrias tarifárias, certos países têm tarifas mais altas que a dos Estados Unidos em vários setores, em vários produtos, etc. Eu quero lembrar que essas tarifas foram resultado de negociações que aconteceram de 1947 até 1994. E, nessas negociações, um país dizia, por exemplo, estou negociando com um país qualquer que está interessado que eu reduza as minhas tarifas no setor têxtil, então eu digo; "Não, no setor têxtil eu não posso, é muito sensível. A minha indústria ainda está muito incipiente, não posso, mas posso em farmacêuticos. Então, em farmacêuticos pode ser?". "Ah, não, farmacêutico eu quero, exporto muito medicamento e tal". "Então, está bem, vamos fazer um acordo em que eu não vou reduzir muito neste setor, mas compenso reduzindo mais em outro".

O país com que eu estou negociando não tem que oferecer as mesmas tarifas que eu estou oferecendo para ele. Ele, por exemplo, pode ser o inverso. Ele pode dizer: "Eu posso te dar concessões maiores em têxteis, mas em medicamentos eu não posso". E tudo bem, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendemos que as tarifas serão diferentes, mas, no contexto geral, todos encontram esse equilíbrio.

E esse equilíbrio vale para todos, ou seja, a tarifa que eu aplicar para um, eu terei que aplicar para todos os demais; ou seja, à luz disso tudo, não procede a queixa americana de que se tirou vantagem dos Estados Unidos.

Um corolário dessa discussão é a dos países emergentes, países como o Brasil, como Índia, como África do Sul e outros, que têm tarifas seguramente bem mais elevadas do que a dos países desenvolvidos – dos Estados Unidos em particular, porque a reclamação evidentemente é americana.

E o fato é que a última negociação aconteceu no final dos anos 80, começo dos anos 90, que foi a rodada do Uruguai. E, evidentemente, de lá para cá, o mundo mudou muito. Os países em desenvolvimento se desenvolveram, melhoraram as suas economias, aumentaram seus mercados, desenvolveram tecnologias; ou seja, seria efetivamente necessário ter tido uma revisão, uma atualização desse equilíbrio tarifário, que foi alcançado lá nos anos 80.

Acontece que nós não tivemos uma rodada posterior, houve a Rodada de Doha, e muitos dos países em desenvolvimento, francamente, não contribuíram para as negociações; até porque estavam muito confortáveis com as tarifas que eles tinham direito a aplicar, e não havia motivos para fazer concessões adicionais e, portanto, não avançavam, não estimulavam as negociações. Então, nesse aspecto, acho que os Estados Unidos, as queixas deles têm algum fundamento, e nós não podemos ignorar essa realidade.

Outra reclamação dos Estados Unidos é que o sistema multilateral de comércio protege a China. E aqui vamos lembrar que a China acedeu à OMC em 2001, em larga medida, pelo apoio decisivo norte-americano.

Eu era negociador na época, minha esposa, a Embaixadora Lelé também e colegas meus, negociávamos as tarifas para a acessão da China à OMC, tentando conseguir condições vantajosas para os produtos brasileiros no mercado chinês e, em um determinado momento, recebemos instruções muito claras de que os Estados Unidos queriam acelerar as negociações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queriam terminar, e que nós deveríamos viabilizar o resultado das negociações o mais rápido possível.

Então, os Estados Unidos foram os grandes campeões da entrada da China na OMC, e o objetivo, evidentemente, disso era de que, com a observância das regras multilaterais, a China gradualmente transitasse para uma economia de mercado num modelo ocidental – o que evidentemente não aconteceu. Isso foi um motivo de grande frustração para os Estados Unidos, para os europeus e para outros que tinham que litigar na OMC cada desvio de conduta, vamos dizer assim, da China.

Então, nesse aspecto especificamente, efetivamente, a organização e as regras multilaterais estão repletas de áreas cinzentas que não capturam o modelo chinês de economia e de comércio, que não existia efetivamente na época em que a última negociação aconteceu, muito menos em 2001, quando a China acedeu ao sistema.

Para corrigir todas essas deficiências, na visão do Governo americano, o Presidente Trump adotou basicamente três tipos de medidas. A primeira: as tarifas setoriais contra aço, alumínio, automóveis, e essas ele negocia, permitindo algum tipo de negociação; houve uma tarifa base de 10%, e essa tarifa, pelo que diz o Presidente Trump, é inegociável, portanto, veio para ficar, não tem espaço para negociação com os parceiros comerciais; e a terceira: a tarifa recíproca, aquela acima de 10%, essa sim é negociável e tem um valor mais alto, dependendo do grau de superávit que cada país tinha contra os Estados Unidos. O Brasil, como nós sabemos, não está sujeito a esse terceiro tipo de tarifa; ele está sujeito apenas à tarifa dos 10% básicos, até porque o Brasil é superavitário, perdão, é deficitário nas relações comerciais com os Estados Unidos.

A consequência disso tudo vai ser uma rede de acordos bilaterais absolutamente discriminatórios e o abandono das regras da Organização Mundial do Comércio, com certeza.

Há várias dúvidas sobre essa nova situação, a começar pelo fato de que pode haver questionamento jurídico. Ontem mesmo, uma corte, a Corte do Comércio Internacional dos Estados Unidos, acabou de suspender todas as tarifas que foram adotadas por Trump baseadas nessa lei de emergência nacional; as outras não, só as de emergência nacional, que são o tarifaço, os 10% e tal, tudo isso foi abarcado e suspenso pela Corte. Então, essa incerteza jurídica existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem também tensões dentro do Congresso americano. Alguns estados que se sentem prejudicados, representantes, Senadores e Deputados, desses estados ou representantes que são sensíveis a *lobbies* do setor privado, setor privado esse que também rechaça, em larga medida, as tarifas adotadas pelo Presidente Trump, às vezes de maneira mais vocal, às vezes de maneira menos vocal, mas rechaça com grande frequência os mercados de capitais, as bolsas de valores, as pressões inflacionárias, que eu acho que são inevitáveis, a possibilidade de retaliação – a China foi inequívoca, retaliou rapidamente e a União Europeia ameaça retaliar também –, a ameaça de recessão – o próprio Federal Reserve, o Banco Central americano, fala da possibilidade da ameaça de recessão. Então, todas essas são questões que precisam ser mais bem esclarecidas para sabermos qual o cenário definitivo, pois nós estamos passando por um momento eu acho que de transição e muita turbulência.

Quais são as opções para o Brasil? Eu acho que aqui nós passamos primeiro por dois diagnósticos. O primeiro: ainda que o Presidente Trump não atinja todos os seus objetivos e não implemente todas as medidas da forma como ele inicialmente as lançou, as relações dos Estados Unidos com seus parceiros comerciais mudarão drasticamente – eu não tenho a menor dúvida com relação a isso –, e isso é uma coisa que nós não podemos perder de vista; o segundo: os mercados internacionais hoje podem se abrir e se fechar muito rapidamente, seja por questões de geopolítica, seja por questões de políticas comerciais, que hoje não estão contidas pelas regras multilaterais.

E, finalmente, a OMC dificilmente retornará ao seu estado pré-Trump no primeiro mandato: o Mecanismo de Solução de Controvérsias foi ferido mortalmente, o Governo Biden teve a possibilidade de remediar isso e não o fez e as negociações para novas regras no sistema multilateral são inviáveis hoje com as regras do consenso.

A consequência disso tudo, de uma maneira muito resumida, é que novas alianças serão buscadas, a busca pela diversificação de mercados, acordos regionais, acordos plurilaterais, acordos entre blocos e países, acordos que serão mais flexíveis do que os anteriores, na OMC. E o Brasil pode usar esses acordos.

Antes, era tudo ou nada; agora, pode ser uma coisa mais matizada, pela própria fragilidade do sistema multilateral; mas o Brasil também estará mais exposto a medidas protecionistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arbitrárias, que estarão cobertas sob diversos mantos: o manto do clima, da preservação do meio ambiente; dos direitos humanos; da segurança dos alimentos, seja a segurança do alimento para a ingestão, seja em termos de qualidade nutricional.

A estratégia do Brasil, a meu ver, seria baseada em poucos elementos centrais. Primeiro, diversificação de mercados, até para mitigação de riscos; é importante ter flexibilidade, rapidez e reduzir dependências.

Segundo, empresas multinacionais da China, por exemplo, da Ásia, da Europa, vão procurar se instalar em países que facilitam os investimentos e os negócios. Haverá competição por esses investimentos, e o Brasil tem que se posicionar bem para recebê-los com normas e regulamentos que facilitem investimentos.

Terceiro, gerir bem as relações com os vários e antagônicos polos econômicos, sobretudo Estados Unidos e China, nesse eixo. O Brasil deve manter boas relações e se apresentar como um parceiro confiável para todos eles.

E, finalmente, ser competitivo nos mercados internacionais. Continuar olhando apenas para o mercado interno não é uma solução a longo prazo para a indústria brasileira.

Enfim, é isso que eu apresentaria de saída. Toda crise traz oportunidades, mas essas oportunidades não vão ser aproveitadas com uma postura reativa, né? Nós precisamos agir com determinação, com coragem e quebrar paradigmas que já estão no nosso país, em termos de política industrial, há várias décadas; mas essa é uma conversa para um outro momento.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado a todos os presentes e estou à disposição para perguntas ou engajamentos da forma como V. Exas. acharem melhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a participação do Embaixador Roberto Azevêdo.

Vamos, de pronto, para oportunizar o nosso tema e o nosso tempo, conceder a palavra ao Sr. Jorge Viana, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos (ApexBrasil), que falará também por videoconferência.

O SR. JORGE VIANA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço desculpas, em primeiro lugar, porque eu tinha combinado, querido amigo, Senador Nelsinho Trad, estar presente nesta Casa, na qual eu já tive a honra de trabalhar como Senador por oito anos, mas nós estamos em um processo intenso ainda com a União Europeia, o Brasil, o Mercosul, e hoje é o fórum empresarial da União Europeia com o Brasil, aqui, em São Paulo. E eu acabei de fazer a abertura, com o ex-Primeiro-Ministro e, hoje, Secretário da União Europeia, António Costa, e peço desculpa pela minha ausência, mas acho tão importante este evento que o Senado faz hoje, que procurei uma maneira de participar remotamente.

Então, muito obrigado e fica aqui minha saudação também ao Embaixador Roberto Azevêdo, que é um amigo; ao Laudemar e a todos que estão nessa mesa; à Tatiana, que falou também ainda há pouco, aqui desta mesma sala. Mas o mais importante é ter esta oportunidade de ver o Senador Nelsinho promovendo este debate tão importante para o nosso país, tão importante para o Congresso brasileiro, por conta do momento que o mundo vive.

O mundo vive um momento de certo tensionamento, e isso não é bom. O mundo vive conflito armado que atinge a própria Europa, além de outros que nos entristecem, como lá na faixa de Gaza, enfim... E posições extremas normalmente levam a um mundo com mais conflitos.

No caso do comércio, aqui eu tenho um grande mestre, que é o Embaixador Roberto Azevêdo, que já dirigiu a prestigiosa, na época, Organização Mundial do Comércio, e honrou o país com sua participação. Na área do comércio, nós estamos vivendo uma coisa que é um pouco mais grave do ponto de vista de só desencontros de opiniões políticas – que são necessárias e fazem parte da convivência humana –, no caso do comércio, nós estamos vivendo medidas que fragmentam as relações comerciais no mundo, e isso é muito ruim, porque traz junto a insegurança, como a gente vê.

Eu como Presidente da Apex, logo que as primeiras medidas foram adotadas no Governo Trump, de tarifas, de mudança de regras... Eu tenho que ser pragmático, porque trabalho com o Governo brasileiro, e eu entendo que comércio é à parte, e que, na minha posição, eu não posso ficar expressando apenas o que eu acho de uma situação, de uma medida ou outra. Tem que ter um certo pragmatismo.

O Brasil já viveu uma situação nada boa – aliás, indesejável – no Governo passado, quando tinha um posicionamento mais ideológico em relação à China, em relação aos próprios Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos, em relação à Argentina, o que não ajudava em nada o comércio e criava um ambiente hostil. Isso está superado, o Presidente Lula é um mestre nesse aspecto e tem reposicionado o Brasil no mundo inteiro com seu Governo.

Nós mesmo da Apex – está aí o Laudemar – ajudamos, junto com o Itamaraty, Mapa e Mdic, a realizar mais de 15 encontros empresariais em países diferentes, todos eles com a participação do Presidente Lula. O próximo encontro será em Paris, no dia 6 de junho próximo, numa relação, aproveitando esse período de ano da França no Brasil e do Brasil na França.

Eu queria deixar também meu posicionamento sobre essa questão da fragmentação do mundo. Vejam, foram os Estados Unidos que, corretamente, encaminharam o mundo para acordos bilaterais, acordos que envolvessem mais de dois países e para o livre comércio. Essa foi a pedagogia em que nós tivemos os Estados Unidos como protagonista. E esse mesmo país, que nós respeitamos – eu volto a repetir: na minha posição eu não posso ficar questionando –, traz agora um propósito de ação, a partir de seus interesses, que traz a fragmentação, que traz a insegurança jurídica, e eu penso que isso pode causar um grande dano no mundo inteiro, porque nós estamos falando da maior economia do mundo. Eu acho que os que me antecederam já colocaram isso, ouvi o próprio Embaixador Azevêdo falando disso.

Ontem mesmo tivemos medidas judiciais nos Estados Unidos, questionando as medidas do Executivo, e, quando eu fui perguntado no começo, eu falei que essas medidas seriam de difícil implementação no mundo de hoje, mas também com maior dificuldade dentro dos próprios Estados Unidos; e não está sendo diferente.

Eu estou aqui no encontro da União Europeia. Vejam um exemplo: a criação da União Europeia parecia impossível, juntar 27 países, línguas diferentes, culturas diferentes, tempo de desenvolvimento diferente, e criou-se isso. E foi bom ou ruim? Foi bom. Foi bom para os países, e eu acho que foi bom para o mundo.

O acordo Mercosul-União Europeia, que venceu uma etapa e agora vive a última... Nós temos um trabalho forte feito pelo nosso Governo, com empenho pessoal do Presidente, o Itamaraty atuando, os líderes da União Europeia, como o António Costa e com a von der Leyen, atuando diretamente. Nós temos uma perspectiva muito positiva de criar o maior bloco econômico do mundo, o multilateralismo funcionando e mudando a geografia econômica do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo positivamente, ajudando o mundo a se desenvolver, a crescer, a ter justiça social e ter mais cooperação.

Quanto à situação, Senador Trad, das medidas do Presidente Trump, mesmo com os recuos que ocorreram, elas não se refletiram tão intensamente nos meses – eu tenho dados aqui da Apex – de janeiro a abril, mas, quando você chega ao mês de abril, já temos alguns números que são preocupantes, porque... Eu falo assim: fizemos um apanhado no fluxo de comércio dos dois grandes parceiros comerciais do Brasil, gigantescas economias, China e Estados Unidos, e até mesmo com a União Europeia e o nosso país. Então, não houve muita alteração em janeiro, fevereiro e março, mas em abril, por exemplo, de 2025, as exportações da China aos Estados Unidos caíram 21%, e as importações chinesas com origem nos Estados Unidos caíram 13%. Então, obviamente, isso mexe no comércio, no fluxo de comércio internacional, e nos coloca diante de eventuais consequências como, por exemplo, o mundo crescer menos, você ter quase como uma guerra comercial às avessas, em função das medidas adotadas.

O Canadá, por exemplo, e o México, dois vizinhos dos Estados Unidos, têm um fluxo de comércio com os Estados Unidos de quase US$1 trilhão, e esse fluxo fica diretamente afetado, porque eu acho quase impossível hoje você quebrar as cadeias comerciais que o mundo estabeleceu. Tem produtos que passam oito vezes na fronteira Estados Unidos-México. Você manda uma matéria-prima – pode ser minério de ferro, por exemplo –, daqui a pouco volta um componente de aço, depois volta um componente de peça, essa peça compõe um motor, esse motor volta novamente, daqui a um pouco vem um carro.

O mundo criou uma dinâmica comercial que, para mim e para nós, é uma conquista. As asas dos aviões da Embraer, por exemplo, são produzidas em Portugal, em Évora, os componentes dessas asas. Ninguém pode romper isso nos tempos de hoje sem causar grandes danos.

Então, nós compreendemos que as medidas dos Estados Unidos são a partir de um posicionamento de um Governo, mas eu entendo que elas tensionam o mundo e, de alguma maneira, dão um passo para trás no sentido daquilo que o mundo tinha conquistado, o livre comércio especialmente; mas o Brasil não é parte diretamente do conflito, o Brasil quer se posicionar como parte da solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, da Apex, estamos trabalhando intensamente para que, com a imagem do Brasil repaginada no mundo, que melhorou bastante com o Governo do Presidente Lula, seja na Europa, seja na Ásia, que hoje é o grande centro comercial do mundo, seja na boa relação com a China, seja no diálogo respeitoso e também priorizado com os Estados Unidos, essa volta do Brasil com o seu protagonismo, inclusive na agenda ambiental e também na busca de liderar o multilateralismo, de reposicionar, inclusive, os órgãos do multilateralismo no mundo, que ajudaria a ter um mundo de paz e de bom diálogo, eu acho que ajuda muito o comércio também.

Nós temos uma expectativa muito grande. O setor do agronegócio brasileiro, o setor agrícola brasileiro é garantia de segurança alimentar do mundo. Nós já estamos passando os Estados Unidos como maior exportador de proteína de carne bovina; nós somos o grande exportador e produtor de carne de proteína aviária, nós temos um posicionamento também na carne suína muito forte.

A retomada da nossa indústria, a partir de uma matriz energética invejável que o Brasil tem, também com o Vice-Presidente Alckmin, é algo que merece ser registrado, o crescimento que nós estamos adotando. E, quando nós incluímos a parte do fluxo de comércio com serviços, o Brasil chega perto de US$800 bilhões. Nós estamos perto de entrar no que eu chamo de era trilionária: o Brasil alcançar US$1 trilhão – são dados do Banco Central – com o fluxo de comércio, quando se inclui serviço.

Então, é algo extraordinário as possibilidades que o Brasil tem por adotar, eu acho, o bom senso, por ter uma postura, não diria agressiva, mas um posicionamento de reassumir um protagonismo que o Brasil não podia perder.

A agenda do clima – já que o mundo vive crise climática, o mundo vive uma crise energética, tendo que fazer uma transição energética, o mundo vive uma crise demográfica com o envelhecimento de países como o Japão, a Coreia, a própria China, a Europa e até o Brasil – vai exigir um redimensionamento dos orçamentos, uma atenção diferenciada de cada país desses, e isso também deve afetar os modelos de produção e consumo. O ambiente é este: de um mundo cheio de desafios e precisava ter mais entendimento, precisava ter mais acordo, e uma agenda um pouco mais objetiva. Nós vamos sediar a COP 30 em Belém, e o acordo do clima precisa ser efetivado. Não há hipótese, porque a ameaça à vida que nós estamos vivendo já está chegando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a um ponto de não retorno. O negacionismo climático não é só um posicionamento político, ele mata, porque os eventos climáticos se repetindo, na intensidade que estão se repetindo, causam milhares e milhões de vítimas, e o Brasil tem que ser um protagonista.

Eu fico muito honrado, Senador Trad – e aqui para entrar na conclusão –, de ver o Senado Federal brasileiro, a sua liderança nesta Comissão fazendo este debate, trazendo convidados que têm muito a colaborar, e eu me sinto honrado de estar participando.

Queria tomar a liberdade, não quero trazer nenhuma polêmica, mas quero dizer que, do mesmo jeito que elogio este momento aqui, fiquei muito triste – eu não posso me calar diante disso, porque sou do Acre, fui Senador – ao ver o episódio que aconteceu com a ex-Senadora Marina, Ministra do Meio Ambiente. Não quero aqui criticar nenhum Senador, nenhum, mas eu acho que isso não colabora com nada. Nós temos que ter um diálogo respeitoso, ter tolerância, porque é isso que constrói consenso, é isso que faz as coisas acontecerem. E termina que não ajuda em nada.

V. Exa., Senador Trad, que tem posicionamentos políticos, que tem uma vivência, uma história de vida pública muito interessante, é do diálogo. Eu também tenho o meu posicionamento político, e até mesmo em relação à Marina. A Marina é uma mulher que merece todo o respeito, é uma pessoa muito respeitada no mundo, mas eu tenho, às vezes, posicionamentos... Quando eu fui Relator do Código Florestal, ela tinha uma posição um pouco diferente da minha, mas isso ajuda, às vezes, a gente a ter uma melhor relatoria de um projeto, quando a gente ouve, quando a gente dialoga.

Então, eu acho que o que o senhor está fazendo aqui hoje é o que o Senado, principalmente, por ser a Casa da Federação, deve fazer sempre: estar aberto ao diálogo, às opiniões divergentes, numa recepção respeitosa, em que se ouve, se fala, e, a partir disto, de ouvir e falar, a gente construir consensos ou a gente construir propostas mais representativas.

O Brasil precisa de cada um de nós, do que nós temos de melhor, mas eu lamento que, na sociedade, nesses conflitos desses tempos de redes sociais, de todos querendo fazer seu filme, ser protagonistas, alguns estejam oferecendo o que têm de pior. Isso não ajuda a construir um mundo melhor para todos. Então, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou na Apex e trabalho nessa agência, que tem um quadro técnico extraordinário, que está presente no mundo; que tem convênios com 52 setores da economia; que trabalha com 21 mil empresas, auxiliando essas empresas a serem exportadoras, de todas as Regiões do Brasil, das quais 54% são micro e pequenas empresas. Nós queremos fortalecer mais e mais a ação... para podermos trabalhar o Brasil mais justo, como a Constituição estabelece.

Então, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui. Eu fico à disposição dos colegas que falaram e de V. Exa., Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado, Presidente Jorge Viana, que foi Senador desta Casa.

Apenas um testemunho: eu participei, a convite da ApexBrasil, de uma missão em três países da Europa. Nós fomos a Portugal, à Polônia e à Bélgica. E queria deixar registrada a qualidade e o conteúdo que essa instituição, liderada pelo Presidente Jorge Viana, tem à disposição para ajudar o Brasil a vencer dificuldades como essa,

Vamos já, de pronto, com o último que está remoto – quer dizer, o penúltimo; ainda tem o Prof. Marcos Troyjo –, o Sr. Embaixador Adalnio Senna Ganem, Cônsul-Geral do Brasil, em Nova York, nos Estados Unidos, que falará por videoconferência.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

O SR. ADALNIO SENNA GANEM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, senhoras, senhores.

Agradeço muito, Senador Nelsinho Trad, mais esta oportunidade. Creio que é um prazer voltar a falar à Comissão de Relações Exteriores. A audiência pública, na terça-feira, sobre a comunidade brasileira foi, creio, muito útil, e novamente essa reflexão sobre estratégias brasileiras de inserção no comércio internacional também creio que seja muito positiva. Queria também cumprimentar os demais integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e colegas e demais participantes deste painel.

Muito do que eu vou dizer aqui já foi mencionado, já foi antecipado, então peço desculpas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira das observações é em relação a essa transformação da ordem mundial, transformações estruturais, com a fragilização das organizações multilaterais.

O Brasil, naturalmente, continua a defender seus valores tradicionais, multilateralismo, de regras universais transparentes, de cooperação internacional.

Agora, nós também sabemos nos adaptar, nós também sabemos ser criativos, pragmáticos e, sobretudo, sabemos dialogar e manter os canais de comunicação abertos. Eu creio mesmo que, nesse cenário de incerteza, o Brasil tem imensas possibilidades, eu sou muito otimista em relação a isso.

Antes de mais nada, já foi dito aqui, o Brasil mantém uma equidistância em relação a alguns mercados, distribui as suas relações econômicas de forma bem diversa entre todos os parceiros, não está em nenhum radar negativo, não é foco de nenhuma ação dirigida e tem uma abundância de recursos humanos, mas, acima de tudo, creio que nós exerceremos liderança ou seremos atores relevantes em praticamente todos os setores de modelagem do futuro.

Primeiro, como já foi dito, especialmente pelo Senador Jorge Viana, agronegócio e segurança alimentar. O Brasil é um país absolutamente incontornável. Depois, transição energética; inteligência artificial, que está intimamente vinculada à transição energética; mercados de crédito de carbono; minerais raros; bioeconomia; aeroespacial; e também setores tradicionais, como siderurgia, como automobilístico, autopeças e até uma possibilidade de progressivamente integrarmos as cadeias tecnológicas.

Muito bem, eu ressaltaria especialmente transição energética e inteligência artificial. A título ilustrativo, num seminário recente que nós realizamos aqui com vários parceiros, foram estimados em US$10 trilhões os investimentos necessários em inteligência artificial. E o Brasil tem uma possibilidade de captação, de absorver uma boa parte desses recursos – ou seja, US$10 trilhões é duas vezes o PIB, perdão, quatro vezes o PIB do Brasil, 50% do PIB americano – nos próximos anos em investimentos apenas em inteligência artificial.

E, em conversas com atores relevantes aqui da área empresarial em Nova York, não só com empresários, na bolsa de valores, Nasdaq, etc., eles dizem que, primeiro, as empresas manterão os seus planejamentos de longo prazo, não importa quais sejam as políticas. Então, as políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todos esses setores continuarão a ser relevantes. E essas mesmas empresas dizem que o Brasil é um país incontornável em termos de transição energética, inteligência artificial, minerais raros, bioeconomia e crédito de carbono.

Naturalmente, essas oportunidades todas existem, mas como é que podemos aproveitá-las? Primeiro, temos muitos deveres de casa a fazer em termos de expansão da nossa logística, de infraestrutura, de regulamentação, de simplificação de procedimentos, etc. Mas creio ser especialmente importante, primeiro, planos estratégicos setoriais e novas políticas industriais, que, aliás, já estão em curso, como revelam as diversas regulamentações recentes, que reforçam a segurança jurídica oferecida pelo Brasil.

Segundo, diante da relativa paralisação das negociações multilaterais – todos os painelistas que me antecederam já também mencionaram esse aspecto –, ampliar as negociações de acordos regionais e bilaterais, como foi o caso do Mercosul-União Europeia.

No caso dos Estados Unidos, especialmente, mas também com todos os outros países – com base no ambiente de diálogo estabelecido pelos contatos do Vice-Presidente da República, do Ministro Mauro Vieira, do próprio Itamaraty e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços –, negociar acordos setoriais, que visem à complementação e integração produtiva.

Depois, estabelecer cotas e salvaguardas, em geral, que impeçam o aumento súbito de importações ou o desvio de comércios em direção ao Brasil, o que será normal nesse ambiente de incertezas.

Por último, a intensificação, creio eu, do esforço de integração às cadeias produtivas mundiais por intermédio de conversas com as grandes empresas multinacionais. Aliás, menciono uma recente visita do Ministro Haddad à *bay area*, em São Francisco, para justamente conversar com as *hyperscalers*, grandes empresas tecnológicas.

Eu agradeço muito pela atenção e pela oportunidade de falar em audiência tão relevante e continuo à disposição para conversar e responder a perguntas.

Obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Adalnio Senna Ganem, Cônsul Geral do Brasil em Nova York.

Vamos, de pronto, ver a participação do Prof. Marcos Troyjo, ex-Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia do Brasil e ex-Presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, o Brics.

É o último remoto.

O SR. MARCOS TROYJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senadores e Senadoras, meus colegas de painel, amigos e amigas, faz exatamente 20 anos que o grande jornalista do *The New York Times*, Thomas Friedman, publicou um livro que se tornou referência para muita gente sobre os caminhos do comércio internacional, do fluxo de investimentos, do futuro da globalização, que eu tenho certeza que muitos de vocês leram, livro *O Mundo é Plano*.

Vinte anos atrás, no *cockpit* desse avião pilotado pelo Thomas Friedman, o horizonte era de globalização profunda e quem estava no comando do plano de voo era a ideia de eficiência, a ideia de *supply chains*, a noção de que as barreiras ao comércio internacional seriam cada vez menores, que o fluxo de investimentos se daria de forma bastante desimpedida.

Se nós entrarmos no *cockpit* desse avião hoje, o horizonte não é mais o de globalização profunda. É um horizonte de, como dizem alguns, uma série de policrises: o rescaldo ainda daquela que foi a mais grave ameaça à saúde pública desde a gripe espanhola do século passado, que foi a covid, uma série de conflitos no Oriente Médio, Israel-Hamas, Israel-Irã, Israel-Hezbollah e também a guerra na Ucrânia. E, claro, como dizia o ex-Secretário de Estado Henry Kissinger, provavelmente nós estamos no pé da montanha, no sopé de uma nova guerra fria, desta vez entre os Estados Unidos e a China. Ou seja, o mundo não é mais plano. E se nós olharmos no *cockpit* quem está no comando do avião, ou seja, determinando – como fosse talvez mais preponderante – os rumos do comércio e do investimento, é a ideia de geopolítica.

Aliás, a geopolítica ficou tão importante nas nossas vidas, na vida das empresas, na vida daqueles que pensam o comércio internacional e as oportunidades para um país como o Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, da mesma internacional e as oportunidades para um país como o Brasil, que, da mesma maneira que, no passado, os economistas não distinguiam, na sua ciência, a microeconomia, que é aquele foco na firma, no consumidor, no empreendedor, e a macroeconomia, que está mais orientada aos grandes agregados econômicos, hoje, a geopolítica foi tão para o centro do palco que já é o momento de nós dizermos que existem eventos microgeopolíticos, que são aqueles de grande reverberação, e que ninguém se engane com a palavra micro aqui, porque, aqui, o evento microgeopolítico tem grande influência, gera muitas consequências, e agora ele está concentrado num período de tempo razoavelmente contemporâneo aos mandatos eletivos nas democracias ocidentais, período de quatro, cinco anos. E você tem os eventos macrogeopolíticos, que são aqueles que vão se desenvolvendo, vão se desabrochando ao longo de uma geração, 20, 25 anos.

Ora, disparadamente, o acontecimento microgeopolítico mais relevante que nós temos no presente é aquilo que está acontecendo nos Estados Unidos com a segunda Presidência Trump, né? Eu gosto de assemelhar essa situação àquele momento em que nós estamos num avião e ouvimos a seguinte voz: "Senhoras e senhores, aqui é o comandante, eu gostaria de pedir a todos que retornassem aos seus assentos, colocassem os assentos na posição vertical, afivelassem os cintos, porque nós vamos passar por uma área de 'trumpulência'." (*Risos.*)

É um jogo de palavras com, obviamente, o conceito de turbulência, ou seja, Presidência Trump e um período de turbulência, mas é, também, um jogo de palavras com dois outros conceitos: o conceito de opulência, que significa riqueza, e o conceito de incoerência.

Bom, por que turbulência no conceito de "trumpulência"? Porque os Estados Unidos decidiram sair da Organização Mundial da Saúde, os Estados Unidos estão questionando pesadamente o futuro da Otan e as responsabilidades que muitos dos seus sócios têm na contribuição orçamentária para um mecanismo de defesa coletiva, e nós temos os Estados Unidos escanteando a Organização Mundial do Comércio, tornando cada vez menos potente o seu órgão de solução de controvérsias. Os Estados Unidos, que, desde os anos 90, se encontram em alguma forma de tratado de livre comércio com seus dois vizinhos geográficos, o México e o Canadá, têm iniciado uma série de contenciosos com esses dois países, vêm numa relação bastante repleta de atritos com a União Europeia e impuseram uma série de restrições à economia chinesa, camadas de tarifas sobre tarifas desde que assumiu no dia 20 de janeiro de 2025... Portanto, tem muita turbulência aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, tem também a ideia de opulência, porque nós precisamos fazer uma leitura realista do momento dos Estados Unidos, né? Quer dizer, neste primeiro semestre de 2025, nós estamos falando de uma economia americana que tem um Produto Interno Bruto nominal denominado em dólares de US$30 trilhões. É interessante, porque, se nós analisarmos, por exemplo, a trajetória do crescimento econômico dos Estados Unidos e da China ao longo do século XXI, nós vamos ver que, até 2019, 2020, a distância entre os dois vinha se fechando, mas, nos últimos quatro anos, essa distância voltou a abrir. Os Estados Unidos têm tido um desempenho econômico realmente impressionante. A comparação com a Europa ou com países europeus ou com outros países do G7 também é muito reveladora desse momento; por exemplo, os Estados Unidos têm 50 estados, o estado que tem o menor produto interno bruto do ponto de vista per capita é o Estado do Mississipi. Ora, hoje o Mississipi tem um PIB *per capita* maior do que o PIB *per capita* da Itália, maior do que o PIB *per capita* da França, maior do que o PIB *per capita* do Reino Unido e maior do que o PIB p*er capita* do Japão, que nos anos 80 era visto como a grande ameaça à hegemonia econômica dos Estados Unidos naquilo que seria o início do século XXI.

Se nós olharmos pela ótica das empresas, isso também é bastante claramente visualizado; por exemplo, há 20 anos, mais uma vez naquele período em que o Thomas Friedman publica *O Mundo é Plano*, das dez maiores empresas do mundo do ponto de vista do *market cap*, ou seja, do valor de mercado, quatro eram americanas, quatro eram europeias e duas eram japonesas. Se nós fizermos a mesma avaliação hoje, das dez maiores empresas do mundo pelo critério do *market cap*, nove são americanas; apenas uma não é, que é a Saudi Aramco, a estatal saudita de petróleo. Aliás, hoje você tem três empresas nos Estados Unidos, a Nvidia, a Microsoft e a Apple, que tem um valor de mercado superior ao valor de todas as ações que são negociadas a cada dia na Bolsa de Frankfurt. Então, os Estados Unidos estão em um momento bastante rico, bastante opulento, bastante poderoso. Se você leva isso em consideração, você entende o quão... Para utilizar uma expressão que tem sido recorrente agora, na discussão sobre a política tarifária e a política industrial dos Estados Unidos, os Estados Unidos têm um papel muito consequencial, geram muita consequência no mundo. Quando você está pilotando um daqueles caminhões como uma jamanta, por exemplo, aqueles caminhões que carregam carros, e você tem um moderador de velocidade, qualquer coisa que der certo ou der errado tem um efeito limitado; agora, quando você está pilotando uma máquina daquelas sem limite de velocidade, obviamente isso pode gerar reverberações muito negativas. Então, os Estados Unidos estão em um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de grande opulência, de grande riqueza, de grande poder econômico relativo *vis-à-vis* outros países.

E você tem um terceiro elemento desse conceito de "trumpulência", que é a ideia de incoerência, porque, de um lado, você tem um movimento que é um movimento que parece ser inspirado nos anos 80, na política econômica do Presidente Ronald Reagan, ou nas ideias do grande economista da Universidade de Chicago Milton Friedman, que são movimentos muito orientados a desburocratizar a economia americana, facilitar a vida do empreendedor, oferecer um choque de energia barata, desregulamentar a economia em uma série de setores, inclusive no setor financeiro e no setor das chamadas criptomoedas, e diminuir a carga de impostos sobre a economia como um todo e sobre as corporações.

Eu não sei se vocês chegaram a assistir, mas umas duas ou três semanas depois da posse do Presidente Trump em janeiro, o Bernard Arnault – que tem a maior fortuna da Europa, é o homem mais rico da Europa – participa de um seminário, em uma publicação francesa de economia, e diz o seguinte: "Olha, eu acabo de voltar dos Estados Unidos e estou fascinado com o que os americanos estão fazendo do ponto de vista das reformas microeconômicas e também da diminuição da carga tributária sobre a vida das empresas, que hoje está em 21%." Segundo Bernard Arnault, a intenção das autoridades americanas é trazer até 15% nos próximos três anos e meio. Quando começa a Presidência Trump... quando termina a Presidência Biden e começa a Presidência Trump, a carga tributária como percentual do PIB já é 27%, o que significa que ela está cinco pontos percentuais abaixo da carga tributária do Brasil. Então, se, de repente, você tem uma diminuição de impostos ainda mais acentuada, obviamente isso contribui para a economia americana se tornar um grande ímã de atração de investimentos estrangeiros diretos. Você tem esse movimento acontecendo, que é um movimento que gera algum entusiasmo em determinados setores empresariais.

Agora, você tem outro movimento também, que é, sobretudo, relacionado ao pacote de medidas anunciadas no dia 2 de abril, as chamadas medidas de comércio justo e recíproco, que impuseram tarifas sobre praticamente todos os parceiros dos Estados Unidos, e que, a meu ver, vão acabar machucando a economia americana, entre outras razões, porque não existe nenhum país no mundo que tenha tantas empresas multinacionais como os Estados Unidos. Então, alguma coisa, por exemplo, que os Estados Unidos fazem na Tailândia... Vamos supor uma subsidiária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

americana que está operando na Tailândia e ela exporta para a Itália. Do ponto de vista contábil, aquilo é registrado como exportações tailandesas e importações italianas, mas, se é uma atividade lucrativa, ela estará pagando dividendos a acionistas majoritariamente nos Estados Unidos.

E tem outra: nesses últimos anos, houve uma transferência importante de atividade manufatureira de outros países para a China. Aliás, costuma-se dizer que a Arábia Saudita é a Arábia Saudita do petróleo, que o Brasil é a Arábia Saudita da produção dos alimentos e que a China é a Arábia Saudita da manufatura.

Agora, nos últimos 12, 13 anos, num período que é mais ou menos correspondente à chegada do Presidente Xi Jinping ao poder na China, a massa salarial, os salários, como percentual da economia, têm crescido mais do que a própria economia chinesa, o que é o reflexo de um esforço chinês de deixar o país menos dependente de exportações e mais orientado ao próprio consumo do seu mercado interno. Isso faz com que os custos relativos daqueles setores que ainda dependem muito da remuneração da força de trabalho, como um item decisivo para a determinação da competitividade do custo final, saiam da China e se direcionem a outros mercados.

Então, vamos pensar: nos anos 80, nos anos 90, uma determinada marca americana de material esportivo fez uma grande alocação de investimentos fabris para a China. Nos últimos dez anos, essa concentração na China foi sendo distribuída por outros países. Essa empresa montou, por exemplo, um centro fabril na Índia, ou no Vietnã, ou em Bangladesh; um centro de distribuição na Turquia ou no Marrocos; um centro de acabamento no México... Agora, se de repente, por conta dessa nova política tarifária, essa empresa tem que remontar verticalmente todas essas cadeias de produção em território dos Estados Unidos, não apenas o investimento feito recentemente vai passar por um processo de depreciação artificialmente acelerado, que terá de ser registrado nos livros contábeis, mas também essa empresa terá de realizar um novo esforço de caixa para esse Capex, para esse investimento, para essa alocação de capital que fará em território americano, o que vai, obviamente, machucar a lucratividade, machucar dividendos a pagar, machucar o desempenho dessa empresa em bolsas de valores, o que é essencialmente o que nós temos visto nos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parece-me que há uma grande incoerência aqui entre, por um lado, um período de reformas internas e, por outro lado, essa restrição econômico-comercial e industrial que nós temos visto nessas últimas semanas.

O que isso tudo significa para o Brasil? Hoje, os Estados Unidos continuam sendo o principal importador do mundo. Os Estados Unidos importam cerca de 12% do seu PIB. Como eles têm um PIB de US$30 trilhões, eles importam US$3,6 trilhões. O quanto o Brasil tem desse mercado? Um pouquinho mais de 1%. As nossas exportações para os Estados Unidos são de apenas US$40 bilhões. O Brasil é um país tão peculiar que consegue manter superávit comercial com a China, é um dos poucos – cerca de oito ou nove países – que mantém superávit comercial nas suas relações bilaterais com a China, mas é também um dos pouquíssimos países do mundo que tem déficit comercial com os Estados Unidos.

E por que a gente exporta muito pouco para o mercado norte-americano? Pelo fato de as nossas exportações representarem uma fatia bastante pequena de todas as compras que os americanos fazem no exterior, desde o dia 2 de abril, foi anunciada uma alocação de tarifas sobre as exportações brasileiras de 10%. Portanto, não é nenhum mérito do Governo brasileiro o fato de o nosso país não ter sido tão atingido como outros mercados de origem, mas, quando a gente leva em consideração o perfil, a radiografia dos estados brasileiros – e nós vamos olhar, por exemplo, na produção industrial e nas exportações de maior valor agregado de estados como Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e, mesmo, o Estado de São Paulo –, o principal destino não é a economia da China, nem a economia da União Europeia ou a economia de países da América Latina, mas o mercado americano. Então, há um potencial negativo aqui de as exportações brasileiras serem afetadas.

Tradicionalmente, a maneira pela qual as burocracias lidam com esses problemas é abrir painéis na Organização Mundial do Comércio, fazer uso do Órgão de Solução de Controvérsias, utilizar os canais oficiais dos ministérios das relações exteriores, de indústria e comércio, do secretário de comércio dos Estados Unidos, o USTR, que é um órgão que negocia isso no âmbito do Governo americano.

Mas hoje nós estamos num momento em que não apenas – que eu tenha recordação – Brasil e Estados Unidos, em suas administrações executivas, estão absolutamente distantes, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem também as características de estilo da atual Presidência americana que parecem ouvir, por vezes, bastante mais a voz de interesses de empresas já sediadas nos Estados Unidos do que pleitos feitos por outros governos.

O que eu quero dizer com isso? Que é muito importante para as empresas brasileiras que exportam para os Estados Unidos, sobretudo bens de maior valor agregado, terem acordos, terem coordenação com os compradores norte-americanos, com as empresas que compram nos Estados Unidos. Muitos desses negócios são empresa a empresa, o chamado comércio B2B, e esses compradores americanos não conseguirão, em velocidade ou em quantidade hábil, fazer uma substituição desse fluxo de exportações brasileiras. Portanto, é do interesse deles também que esse comércio continue de maneira sem grandes abalos. E minha impressão é que, mais uma vez, a voz deles será muito mais influente na tomada de decisões de autoridades americanas do que simplesmente o esforço diplomático negociador do Governo do Brasil.

Outro tema que eu queria orientar é que a gente não pode confundir o que é a promoção comercial brasileira com resolver esses contenciosos comerciais. Com tarifas ou sem tarifas, o Brasil não pode continuar ignorando um mercado, mais uma vez, que compra US$3,6 trilhões por ano. Os Estados Unidos compram o equivalente a uma França por ano, e o Brasil tem apenas 1% desse mercado, de modo que nós precisamos acelerar, robustecer a nossa promoção comercial nos Estados Unidos.

Enfim, em último lugar, eu não queria deixar de mencionar que, por conta das características dessa administração dos Estados Unidos também, às vezes, há uma grande transversalidade entre temas. Por exemplo, um tema de política externa ou, às vezes, até de caráter migratório acaba respingando no comércio. É um pouco o que a gente viu, por exemplo, logo nos primeiros dias da administração Trump, entre a decisão de deportar cidadãos da Colômbia, a relutância de autoridades colombianas em aceitar esses cidadãos deportados e como isso, rapidamente, correu o risco de ser respingado para o nível do comércio bilateral entre Colômbia e Estados Unidos.

Eu digo isso porque, se nós tivermos uma situação em que restrições ou sanções sejam aplicadas a esse ou àquele brasileiro por conta dos atritos que hoje ocorrem entre visões de mundo nos Estados Unidos e no Brasil, é de toda probabilidade que isso tenha um impacto também no fluxo de exportações e importações entre esses dois países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é algo que eu torço sinceramente para que não aconteça, afinal de contas, o Brasil e os Estados Unidos são as duas maiores democracias do Ocidente, as duas maiores economias do continente americano, e eu gostaria muito que esses dois grandes países pudessem caminhar de mãos dadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Prof. Marcos Troyjo.

Vamos, de pronto, passar a palavra ao Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, e ex-Embaixador do Brasil em Londres e Washington.

É um privilégio tê-lo ao nosso lado, na nossa mesa.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. RUBENS BARBOSA (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Eu não vou repetir ou explicar as transformações que nós estamos vendo no comércio internacional, na situação econômica internacional e no mundo político internacional, nem vou explicar sobre o comércio internacional. Os que me precederam aqui já expandiram muito os comentários e deram muitas informações relevantes para isso.

Eu vou, nestes 15 minutos, me concentrar na questão do comércio exterior brasileiro e em algumas sugestões de políticas porque, afinal, elas são discutidas no Congresso Nacional.

Eu acho que o primeiro comentário que eu queria fazer é uma premissa que decorre de tudo isso que nós ouvimos aqui nessas apresentações anteriores; quer dizer, os países, hoje, estão procurando se ajustar para defender com êxito os seus interesses. Há um reajuste global para a defesa dos interesses nacionais, mas, em primeiro lugar, os países terão que definir os seus objetivos estratégicos, fortalecer os fundamentos da economia e ter uma visão clara dos seus interesses a médio e longo prazo. Eu acho que isso é fundamental para a gente entender como o Brasil pode se colocar neste cenário incerto e inseguro que nós estamos vivenciando nesses últimos meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O comércio exterior brasileiro, do ponto de vista do país, é estratégico. Os senhores sabem que o crescimento do Brasil hoje, em grande parte, resulta do crescimento do comércio exterior. E o comércio exterior, portanto, é uma área sobre a qual se precisava ter uma atenção e uma política mais concentrada, porque, como eu vou expor, o comércio exterior brasileiro cresceu baseado no agronegócio. A indústria se retraiu e os serviços estão crescendo também, mas encontram limitações que todos nós conhecemos.

Nós chegamos a mais de US$0,5 trilhão, US$600 bilhões de comércio exterior, com um superávit razoável e importante, que ajuda a balança de pagamentos do Brasil.

Houve um novo eixo, né? O comércio exterior brasileiro se deslocou do Ocidente, da Europa e dos Estados Unidos, para a Ásia. Como os senhores sabem, mais de 50% da exportação brasileira vão para Ásia; 37% da exportação de soja, por exemplo, vai para um único país, que é a China.

E o comércio exterior brasileiro, na minha visão, tem grandes desafios internos e externos. Nós já ouvimos muito falar dos desafios externos hoje que, agora, estão concentrados nesse desafio da política econômica comercial norte-americana, em que nós estamos começando a negociar a nossa posição nesse novo cenário.

Os desafios internos, porém, são muito importantes e impedem, na minha visão, que o comércio exterior brasileiro cresça de maneira mais rápida e de maneira mais importante. Eu não vou entrar em detalhes dos desafios internos aqui, tradicionais, que os senhores conhecem e já foram chamados de custo Brasil. Alguns já foram mencionados aqui, como a questão tributária e a questão da simplificação da burocracia muito forte que existe aqui no Brasil.

Eu sou o Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo e estou acompanhando muito, nós estamos ajudando muito a simplificar o processo de importação do trigo. Eu vejo, na prática, como essa burocracia e a grande presença do Estado dificultam o comércio exterior.

Então, não só essa questão da simplificação da tributação, como foi mencionado aqui – o Congresso está se debruçado sobre isso –, é importante para o comércio exterior, mas também essa nova política industrial que o ministério do comércio exterior está desenvolvendo teria que ser levada adiante, porque as empresas brasileiras, sobretudo as industriais, estão com grande dificuldade para se modernizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou mencionar agora as vulnerabilidades do comércio exterior, na minha visão, que impedem a expansão do comércio e colocam o Brasil numa situação muito complicada dentro desse cenário internacional que foi bem descrito aqui nesta manhã.

Em algumas das vulnerabilidades que o Brasil enfrenta eu não vou entrar em detalhes aqui, mas elas podem ser resumidas, primeiro, na questão da produtividade. Os senhores sabem que a produtividade aqui no Brasil é 25% da produtividade americana. Você precisa de quatro trabalhadores brasileiros para produzir o que um operário americano produz. Essa questão da produtividade é um problema das empresas, mas está vinculado com esses custos do Brasil, a ineficiência da burocracia, enfim, com tudo isso que nós conhecemos.

A segunda vulnerabilidade, que eu acho que é talvez um dos maiores problemas que a economia brasileira tem, é a questão da competitividade. Os produtos brasileiros não são competitivos hoje no exterior. Nós estamos aí agora, na minha visão, na véspera da assinatura desse acordo com a União Europeia e o Mercosul. Os senhores sabem que 90% dos produtos da União Europeia entram no primeiro ano com tarifa zero. O que o Brasil vai aproveitar disso? O que a empresa brasileira vai aproveitar disso, com a baixa competitividade que nós temos?

Outra dependência muito forte, como mencionei, uma vulnerabilidade muito forte é a dependência do comércio exterior do agro. O agro brasileiro é competitivo, é moderno, é tudo que a gente sabe e vai continuar a se expandir, mas nenhuma economia desenvolvida, sobretudo grande como o Brasil, pode apenas depender da exportação de produtos agrícolas, inclusive, por causa desse cenário todo que nós descrevemos, dessa incerteza toda que nós descrevemos.

Essa vulnerabilidade do agro aqui no Brasil é mais importante ainda por causa da concentração de produtos e de mercados do comércio exterior brasileiro. Você tem três produtos – a soja, o petróleo e o minério de ferro – que representam 37% da exportação brasileira; se você acrescentar o açúcar e o milho, com cinco produtos, são 46% da exportação brasileira; e, se você acrescentar mais dois produtos, em oito produtos, você tem 65% da exportação brasileira. Quer dizer, a concentração é muito violenta, muito forte e é, nesse cenário de incerteza global, um risco para o Brasil.

E uma última vulnerabilidade que eu anotei aqui é a questão da defesa comercial. A defesa comercial, no Brasil, tem um caráter defensivo e necessita de uma atualização. Todo esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



mecanismo de defesa comercial é baseado na OMC. E a OMC, nessa crise que está, com os Estados Unidos ameaçando se retirar, vai ter que ser reformulada. Todo esse mecanismo de defesa comercial baseado na OMC pode ficar superado. O Congresso, inclusive, aprovou, recentemente, um projeto importante, a lei anticoerção, que dá mecanismos novos e que eu acho que foi muito bem recebida para o comércio exterior brasileiro.

Para encerrar esses comentários, eu queria fazer algumas sugestões de políticas públicas baseadas um pouco na minha experiência como diplomata, chefiando o departamento econômico do Itamaraty, depois, nas embaixadas e, agora, no setor privado, na consultoria e, sobretudo nesse trabalho que eu faço na Presidência da Abitrigo.

Entre essas sugestões, uma primeira, que eu acho que é muito importante e de que o comércio exterior brasileiro se ressente, é a questão dos financiamentos. O comércio exterior brasileiro, com US$600 bilhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS BARBOSA – ... não pode deixar de ter um eximbank, um banco de importação e exportação. A criação, a discussão e a criação de um eximbank independente do BNDES... Você tem o Banco do Brasil e o BNDES que fazem financiamento de exportação, mas o eximbank é importante, todos os países importantes de comércio exterior têm um eximbank para apoiar.

A segunda é a criação de cadeias produtivas regionais. O Brasil está fora das cadeias produtivas globais e não está atuando, as empresas brasileiras e o Governo brasileiro não estão incentivando à criação de cadeias produtivas regionais.

Outra sugestão que começa a ser implementada agora é a questão da infraestrutura regional. O Brasil não tem canais fluidos de comunicação de transporte com os países da região e muito menos com a Ásia. O Brasil tem mais de 50% do seu comércio exterior com a Ásia, e nós não temos um porto no Pacífico. Essa questão da infraestrutura regional é muito importante.

No comércio exterior, outra coisa importante é a questão da tecnologia, que depende do avanço tecnológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para encurtar, no minuto que me resta, eu queria dizer que o comércio exterior é parte relevante da discussão sobre o lugar do Brasil no mundo. O Brasil não discute... Mesmo aqui no Congresso, há pouca discussão sobre qual é o lugar do Brasil no mundo, qual é a estratégia de política econômica, qual é a estratégia de política comercial dentro desse mundo, que está cada vez mais incerto, cada vez mais inseguro. Nós temos que ter um pensamento estratégico de médio e longo prazo, discutir o Brasil como uma potência média regional, a décima economia do mundo, discutir francamente os desafios internos, alguns dos quais eu apontei aqui, e enfrentar os desafios externos que vão ser cada vez mais complicados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Rubens Barbosa, sempre uma luz que nos guia a bons caminhos.

Vamos, já de pronto, em função do nosso horário... O tempo ainda está apertado, mas nós o estamos cumprindo e vamos ver se a gente consegue fechar até meio-dia, que foi o prazo que me deram devido à transmissão ao vivo que nós estamos tendo pela TV Senado, não sem antes deixar de registrar que está presente hoje aqui a delegação de estudantes da Ânima Educação. Quero fazer uma saudação a eles, que são alunos dos cursos de Relações Internacionais e de Direito de diferentes locais do nosso país, de diferentes estados, que vieram com o objetivo de se aproximar da nossa Comissão, conhecer o nosso trabalho. Podem ter certeza de que são muito bem-vindos.

Um lembrete: esta Presidência comunica a todos a realização, durante a semana que vem, de 3 a 5 de junho, do 11º Fórum Parlamentar do Brics no Palácio do Congresso Nacional, evento este organizado por nós, Senador Nelsinho Trad e pelo Deputado Filipe Barros, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, e que reunirá Líderes Parlamentares dos 11 países membros e nove parceiros do Brics.

Quais são os três eixos que serão discutidos? Comércio internacional, fortalecendo o comércio do Brics no atual cenário internacional; investimentos, promoção de investimentos e transferência de tecnologia para o desenvolvimento sustentável; e finanças, instrumentos financeiros para um Brics mais resiliente e sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de agradecer aqui o grande empenho que nós estamos tendo da nossa Diretora Ilana e de todos os colaboradores do Senado em relação a receber essas delegações.

Uma notícia triste: o falecimento do Embaixador Marcos Azambuja, ex-Secretário-Geral do Itamaraty, que faleceu no Rio de Janeiro. Ele foi Embaixador do Brasil em Paris e Buenos Aires. Que Deus possa dar conforto aos familiares e que o receba no plano eterno.

Com a palavra o Sr. Luis Rua.

O SR. LUIS RUA (Para expor.) – Muito bom dia a todos e a todas.

Eu quero começar parabenizando o Senador Nelsinho Trad pela condução tão exemplar da CRE, quero trazer também um abraço do Ministro Carlos Fávaro, saudar aqui os colegas de mesa, Embaixador Laudemar, Embaixador Philip, Embaixador Rubens Barbosa. Quero saudar também o Jorge Viana, o Roberto Azevêdo, a Secretária Tatiana Prazeres, todos os Senadores aqui presentes, todas as pessoas que acompanham esta sessão presencialmente e também virtualmente, e dizer aqui que os que me antecederam, Senador, já são referência no que falam, conhecem muito do assunto e muito já foi dito. Então, eu vou concentrar aqui um pouco na questão do comércio internacional do agro, antes de falar um pouquinho do panorama, do que a gente está vendo do ponto de vista das nossas exportações de produtos agropecuários, e comentar um pouquinho do cenário que a gente tem hoje do comércio internacional de produtos agropecuários.

O Brasil tem, basicamente, hoje, US$165 bilhões, que foram trazidos para o nosso país em função do comércio de produtos agropecuários. Isso representa basicamente metade de todas as exportações que o Brasil fez no ano passado. Neste ano, de janeiro até abril, o Brasil exportou R$53 bilhões. Isso é incremento de 1,4% em relação àquilo que foi exportado no mesmo período do ano passado.

Como já foi dito, existe essa questão de uma concentração da pauta exportadora em seis produtos, em seis complexos, que representam aproximadamente 83%. De tudo o que o agro exporta, 83% estão concentrados em seis países. Isso tem a ver um pouco com aquilo que eu vou falar sobre a necessidade de diversificação.

Também em relação aos países, 65% das nossas exportações de produtos agropecuários estão contempladas em oito países, sendo a China o principal comprador dos nossos produtos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente, 31%, seguida pela União Europeia, com 15%. Quero dizer também que o Brasil é o segundo maior exportador de produtos do agronegócio. Aproximadamente 10% de todos os produtos do agro transacionados no mundo saem daqui do Brasil. O primeiro país, aquele que é o nosso grande competidor, são os Estados Unidos.

Nesse contexto que a gente está vivenciando de uma nova administração nos Estados Unidos, com novos paradigmas e com alterações na geopolítica mundial, inclusive do ponto de vista dos fluxos de comércio e das questões atreladas às tarifas e barreiras ao comércio, o Brasil pode colocar, do ponto de vista do agronegócio, Senador, é aquilo que eu tenho dito: o Brasil é um promotor da geopolítica da paz, porque o Brasil é das poucas geografias do mundo que consegue trazer segurança alimentar – apoiar os países com segurança alimentar, porque temos excedentes exportáveis –, consegue apoiar na segurança energética e também na segurança climática. Isso é assim porque o Brasil tem algumas características que o fazem um importante *player* no comércio internacional de produtos agropecuários.

O Brasil é o que eu costumo chamar de os sete "ades". O Brasil tem qualidade, o Brasil tem quantidade, o Brasil tem sanidade, o Brasil tem sustentabilidade. O Brasil atua de maneira complementar, ou seja, ele tem complementariedade às produções locais, tem competitividade nos produtos agropecuários e é um parceiro estável, seguro, ele traz essa estabilidade; ou seja, essas características fazem com que o Brasil possa, neste momento, ter até oportunidades – ainda que nós, naturalmente, defendamos o multilateralismo, defendamos as regras claras no comércio – de talvez vir a ser mais chamado por países que eventualmente necessitem do apoio do Brasil neste momento em que há uma realocação dos fluxos de comércio.

Eu costumo dizer também que no agro o Brasil não escolhe parceiro; os parceiros escolhem o Brasil e o escolhem justamente por essas características que eu comentei.

Nesse sentido, eu acho que o retorno da diplomacia presidencial vem trazendo frutos muito positivos para o Brasil. Para além da nossa diplomacia tradicional, aqui representada pelos Embaixadores Laudemar e Philip, nós também avançamos na diplomacia presidencial. O senhor mesmo teve a oportunidade, Senador Nelsinho, de estar conosco na Europa recentemente, também fazendo essa diplomacia parlamentar tão importante e que se soma a uma série de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atores que acabam, então, atuando em prol do desenvolvimento do nosso comércio internacional, e, nesse caso aqui, eu falo especificamente dos produtos do agronegócio.

Então, a gente tem alguns exemplos. O que aconteceu na semana passada, por exemplo, o Fórum Brasil-África, para o qual vieram mais de 40 ministros e vice-ministros da África para que a gente pudesse trabalhar cooperação e comércio; também a gente teve a questão dos Brics, muito recentemente, o grupo de agricultura; no ano passado, o G20, com a declaração e com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Tudo isso dentro dessa estratégia que nós temos, que é uma estratégia no agro, posso dizer, muito bem definida, e é uma estratégia que busca justamente trabalhar essa diversificação de mercados, com os quais o Brasil tem relação comercial, mas principalmente de produtos.

E eu trago alguns dados sobre aquilo que a gente tem feito e que tem sido a diretriz do Ministro Carlos Fávaro. Por exemplo, nos produtos não tradicionais, Embaixador Rubens Barbosa, nós crescemos 8% no ano passado; ou seja, naqueles produtos que não estão entre os dez principais produtos da nossa pauta exportadora, nós crescemos 8% em 2024. Só neste janeiro a abril de 2025, em relação ao mesmo período do ano passado, nós crescemos 20%. E isso porque a gente tem feito um trabalho muito forte de diversificação de mercados e de produtos. Foram 381 novos mercados que nós abrimos para os produtos da agropecuária brasileira, mais de 150 ampliações e facilitações de comércio. Esse é um trabalho feito em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o MRE, as nossas embaixadas pelo mundo afora, os nossos adidos agrícolas – nós aumentamos, no ano passado, de 29 para 40 adidos agrícolas. Foi o maior aumento no número de adidos agrícolas –, e também a Apex Brasil, que tem um trabalho muito relevante do ponto de vista da promoção. Então, todos esses atores trabalhando de maneira conjugada fazem com que nós tenhamos esse número recorde, 381 novas oportunidades, mais de 150 ampliações daqueles mercados em que a gente já está presente com alguns tipos de produto. Isso tudo faz com que a gente tenha essa estratégia. Essa é a estratégia com que nós estamos trabalhando de diversificação de mercados, mas principalmente de produtos.

Nesse sentido, acho que já foi falado aqui um pouco sobre a questão dos acordos comerciais também, o agro é naturalmente muito favorável a que a gente conclua acordos comerciais. Na União Europeia, isso é algo que a gente espera ser concretizado o mais breve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível; também no EFTA, que são aqueles países ali como a Suíça, Liechtenstein, outros países da Europa que não estão na União Europeia; nos Emirados Árabes Unidos, que são um importante parceiro para os produtos do nosso agronegócio; o México, com que eu acho que há uma oportunidade bastante interessante de que nós possamos avançar na ampliação do Acordo de Complementação Econômica nº 53; com a Índia também, com que os produtos do agronegócio não estão contemplados. Ou seja, onde houver uma negociação de acordo comercial, naturalmente o agro brasileiro estará favorável e estará trabalhando para que isso possa acontecer.

Nesse sentido, também queria colocar um pouco daquilo que nós estamos fazendo do ponto de vista de missões internacionais. Desde que o Ministro Carlos Fávaro assumiu o ministério, foram 98 missões internacionais realizadas, a última na China, onde tivemos resultados expressivos com a abertura de cinco mercados. São dez mercados abertos para a China, desde novembro do ano passado, mostrando essa relação muito próxima com o nosso principal parceiro comercial. Também estivemos no Vietnã, estivemos no Japão recentemente, e tudo isso faz com que a gente esteja presente nos mercados. Eu vou usar uma expressão, Embaixador, lá do lado interior: "menino parado não vende picolé". E é um pouco isso. Por isso que a gente vai para o mundo e busca acessar esses mercados, estar presente nas feiras internacionais, muitas delas feitas em conjunto com o MRE e com a Apex. Já fizemos sete neste ano e teremos mais 11 até o final deste ano.

Há as caravanas do agro, com que a gente internaliza o conhecimento, leva para o interior do nosso país – para onde é produzido – noções sobre o comércio internacional e como acessar os mercados internacionais; o Passaporte Agro... Tenho dito que a gente tem aberto muitas portas, a gente precisa ajudar especialmente o pequeno, o médio, as cooperativas, ajudar esses exportadores a atravessarem essas portas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS RUA – ... e por isso a gente dá um guia com muitas informações para que eles possam começar a acessar esses mercados; o *pool* de *trading* em que a gente junta as *trading companies* que são responsáveis por grande parte do comércio agropecuário, os *AgroInsights,* Senador, cuja versão nº 5, lançada hoje, eu queria inclusive deixar com V. Exa., com informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– são 76 relatórios produzidos pelos nossos adidos. Enfim, há uma série de ações que a gente tem feito para que a gente possa, de fato, tornar o nosso agro cada vez mais presente no mercado internacional, cada vez mais diversificado. Isso traz para o nosso país receita, traz emprego, traz desenvolvimento.

Só quem é... Eu sou do interior do Estado de São Paulo, de Mogi Guaçu. Só quem é do interior sabe quanto faz sentido quando uma empresa da nossa cidade, da nossa região começa a exportar, e o impacto que isso traz em emprego, em renda e melhoria de acesso na vida das pessoas. Dessa maneira, a gente vai continuar trabalhando nesse sentido, para que a gente possa fazer cada vez um comércio internacional do agro mais inclusivo, com as cadeias do Nordeste, com as cadeias da Região Norte, dos produtos amazônicos, com toda essa questão de sustentabilidade.

O fato de nós termos a COP neste ano em Belém é uma vitrine para que a gente possa apresentar tudo aquilo que o Brasil faz com excelência, faz com sustentabilidade, faz com todas as características que nos tornam um importante provedor de alimento, de energia e de fibras pelo mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a fala do Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária, o competente e dinâmico Sr. Luis Rua, que tive o prazer de conhecer também nessa missão internacional. Realmente, o ministério está muito bem servido, porque, com muita propriedade e com muito conteúdo, ele leva as informações do setor do agro mundo afora.

Vamos passar a palavra ao nosso Embaixador Philip Drummond, que fará a sua explanação num prazo de dez minutos.

E, por último, nós vamos deixar para fazer uma síntese de toda a manhã o Embaixador Laudemar – situação essa que ele costumava fazer na missão que nós fizemos na Europa, e por isso ele foi escolhido para ficar por último.

Com a palavra o Embaixador Philip.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PHILIP FOX-DRUMMOND GOUGH (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad. Muito obrigado pelo convite para integrar a mesa.

Eu saúdo também os membros da Comissão de Relações Exteriores, o Embaixador Rubens Barbosa, o Embaixador Laudemar, o Secretário Rua e os demais integrantes da mesa que me precederam.

O primeiro comentário que eu gostaria de fazer é que é fundamental essa troca de informações entre o Governo e o Congresso para o nosso trabalho. Essa troca de informações, de uma maneira muito frequente, sempre facilita que nós tenhamos uma maneira segura de avançar com as negociações externas. Então, nesse sentido, é fundamental esse exercício que nós estamos fazendo agora.

Os que me precederam já mencionaram bastante o contexto difícil em que nós estamos em termos de relações econômicas e comerciais internacionais. Então, eu não vou abordar esses aspectos, mas eu gostaria de tocar em dois aspectos específicos, que eu acho bastante importantes, relacionados à estratégia brasileira de comércio exterior, que poderiam ser uma inserção eficiente do Brasil nesse sentido. O primeiro grupo de temas é o dos acordos comerciais extrarregionais, que nós podemos e estamos negociando; e o segundo tema é relacionado, basicamente, à nossa posição na OMC, o que nós fazemos agora, com base nesse contexto complicado.

Sobre o primeiro tema, como nós poderíamos desenvolver uma estratégia eficiente para negociações extrarregionais do Mercosul? Essa é uma questão que nós abordamos e discutimos no Itamaraty com os demais ministérios, e o que nós estamos tentando fazer, com algum êxito, é, primeiro, uma priorização e um sequenciação das negociações em termos de ordem de prioridade. Para isso, para fazer esse tipo de sequenciação, nós precisamos seguir alguns critérios, e alguns critérios são mais ou menos óbvios: tem que haver o interesse dos quatro países do Mercosul, nós negociamos em conjunto, como todos sabem, com base nas regras da Decisão 32/00; tem que haver o interesse, obviamente, da outra parte; interesse do setor privado; poderíamos priorizar aqueles acordos que estavam mais avançados; e, obviamente, um quinto aspecto, com países, ou grupos de países, que tenham um peso econômico importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Usando esses critérios, o que nós procuramos fazer é colocar em uma fila países e grupos de países, de maneira que nós pudéssemos ter foco e nos concentrar na sequência em cada um desses países, porque o que havia nos últimos anos era, dentro do Mercosul, talvez uma ideia de se abrir um número muito grande de frentes negociadoras, mas sem priorização, e o resultado disso era que, muitas vezes, você não chegava a resultados eficientes nessa discussão: os esforços estavam muito disseminados entre várias iniciativas. Como nós sabemos, os nossos recursos são escassos, e não se chegava a um bom resultado.

Agora, a partir dessa sequenciação, nós já tivemos – como foi mencionado, inclusive, pela Secretária Tatiana Prazeres – Singapura, fechado em 2023, e o acordo deve estar vindo para a análise aqui do Congresso Nacional muito em breve; tivemos a União Europeia, em que nós conseguimos concluir as negociações e tivemos que fazer certas discussões com base na manutenção de espaços para as políticas públicas, preocupações relacionadas ao desenvolvimento sustentável e a outras questões que estavam ainda pendentes das discussões nos anos anteriores.

Como nós estamos com a União Europeia? A revisão legal está praticamente concluída. Está sendo feita a tradução dos textos para as 23 línguas da União Europeia, que devem ser enviados ao Conselho Europeu antes do recesso deles de agosto. Com base nisso, o Conselho poderá votar no segundo semestre, em algum momento em setembro ou outubro, possivelmente. Como se sabe, a aprovação é com base em 55% dos países que representem 65% da população. Então, nós estamos otimistas para as possibilidades de que isso seja concluído nesses próximos meses e que nós possamos assinar o acordo até o final do ano.

Bom, o segundo ponto que está... o terceiro, na verdade... Singapura, União Europeia... O terceiro que entrou na fila foi EFTA, com Suíça, Noruega, Liechtenstein e Islândia. Atualmente, é o mais próximo acordo em que se pode haver um anúncio de conclusão das negociações numa dinâmica muito semelhante à União Europeia. Eles estavam, na verdade, esperando a União Europeia concluir, e, assim que concluíram, nós retomamos as discussões.

Os assuntos com EFTA são muito parecidos com os assuntos com a União Europeia e, então, tivemos várias rodadas negociadoras este ano – a última, na semana passada, em Buenos Aires.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falta um ou outro ponto para ser discutido, mas estamos bastante otimistas com as possibilidades de que possa ser anunciado nas próximas semanas que o acordo está concluído.

E um quarto acordo que também está bastante avançado: Emirados Árabes Unidos. Esse acordo foi discutido em tempo recorde, porque as discussões substantivas começaram, na prática, não tem nem um ano, e já chegamos, já fechamos a maior parte dos textos. Faltam algumas pendências importantes em bens e em regras de origem, mas também é outro de que se pode esperar uma conclusão num tempo relativamente rápido.

Tem várias outras frentes ativas. Então, o resultado do sequenciação é este: nós estamos praticamente concluindo ou anunciando a conclusão de quase um por semestre. Nesse ponto, acho que foi uma estratégia que funcionou.

Tem outras frentes ativas, e aí nós vamos precisar ver como lidar com elas. Vou dar um exemplo clássico: o Canadá. Nós já tivemos inúmeras rodadas negociadoras com o Canadá, e, no momento, ele está mais parado. Estamos entrando em contato com os canadenses para ver se conseguimos retomar isso em breve. E outras frentes que seriam importantes também para nós.

Uma questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PHILIP FOX-DRUMMOND GOUGH – ... fundamental é verificar... Nós temos que ter flexibilidade na maneira como negociamos esses acordos. Se com um país não dá para fazer um acordo de livre comércio, por exemplo, podemos fazer uma coisa menor, como um acordo preferencial. Isso é algo também que nós estamos discutindo com os demais ministérios.

Esse é o quadro para a questão dos acordos. No multilateral, eu posso resumir com uma questão básica: como é que o Brasil e a OMC deveriam se inserir no quadro atual? Essa é a questão básica. E podemos perguntar da seguinte maneira: vamos gradualmente, como sempre foi feito, ou teríamos que fazer uma reforma muito mais profunda? Essa é a questão que está sendo discutida, inclusive a caminho da ministerial que vai haver no ano que vem, em Camarões.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a participação do Embaixador Philip.

Mais uma vez, penhoradamente, eu peço atenção ao tempo, para a gente fechar antes do meio-dia.

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença do Senador Hamilton Mourão, que é um Senador assíduo desta Comissão, sempre presente nos debates, que honra muito o Estado do Rio Grande do Sul, a sua representatividade. Muito obrigado.

Com a palavra o Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, Secretário de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, primeiro pela oportunidade desta sessão absolutamente necessária. Quero trazer a saudação do Ministro Mauro Vieira e também agradecer a presença dos Senadores aqui presentes.

Eu saúdo também o Embaixador Rubens Barbosa, meu ex-chefe e que, num determinado momento, chefiou uma Subsecretaria de Assuntos Econômicos Comerciais, que era somente a minha secretaria mais a secretaria do Philip, não é? Então, é para ver a importância da subsecretaria que ele chefiou. Então, na pessoa dele, saúdo a todos os outros participantes da mesa e também faço menção ao Grupo Ânima, que eu conheci somente agora, com alunos, estudantes vindos de todo o país. Interessante que a maioria é mulheres. Espero que todos e todas possam se tornar nossos colegas no futuro, diplomatas também.

Eu começaria dizendo, Senador Presidente, da importância da diplomacia parlamentar, em complementação, coordenação e parceria à diplomacia tradicional, como mencionou o Secretário Luis Rua, e da diplomacia presidencial. Nós sabemos da importância dessa parceria, dessa coordenação entre o Executivo e o Legislativo para nós termos maior êxito no comércio exterior; não só no comércio exterior, mas nas relações internacionais.

E eu acrescentaria, além do exemplo que já foi mencionado pelo senhor, de ter participado das nossas reuniões de setores de promoção comercial e ciência e tecnologia na Europa, que, pela primeira vez na história, nós fizemos em menos de dois anos – falta agora em agosto – um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

périplo junto com a Apex, nossa parceira já quase irmã do Itamaraty, da nossa secretaria e do Departamento de Promoção Comercial, reuniões de todos os setores de promoção comercial em ciência e tecnologia das nossas embaixadas e de alguns consulados na África, na América Latina e Caribe, na América do Norte, na Ásia e Oceania, na Europa, onde o senhor participou em três cidades, e terminaremos com o Oriente Médio e Ásia Ocidental. Então, pela primeira vez, teremos feito uma ação para saber de todas as oportunidades, desafios e riscos da ação comercial e de ciência e tecnologia no Brasil e no exterior.

O segundo exemplo é a própria Lei da Reciprocidade Econômica, que foi mencionada aqui, absolutamente oportuna. Ela foi aprovada em um dia pelo Congresso Nacional, em coordenação com o Executivo, o que mostra que há convergência de determinados interesses e que, onde o Brasil tem o maior interesse, há essa conjugação de trabalho entre o Congresso Nacional e o Executivo. Essa Lei da Reciprocidade Comercial, na realidade, é como uma apólice de seguro: está lá para nos garantir, mas esperamos não ter que usar.

E, finalmente, ontem, para mostrar também a proximidade entre o Congresso Nacional e o Itamaraty, foi lançado no Palácio do Itamaraty a Frente Parlamentar Mista do Comércio Internacional e do Investimento (FrenComex), presidida pelo Deputado Da Vitória, o que responde em parte à preocupação do Embaixador Rubens Barbosa de que nós estejamos mais juntos atuando internacionalmente.

Eu chamaria a atenção para três pontos – na realidade, eu refiz várias vezes a minha apresentação, porque todos já falaram do que é mais importante –: primeiro, a necessidade de políticas de Estado. Nós já temos várias políticas de Estado, sobretudo, na área internacional, no Ministério das Relações Exteriores. Eu diria que a Embrapa é um dos maiores exemplos das nossas políticas de Estado, políticas que são induzidas por governos, mas que subsistem ao longo do tempo. A Embrapa tem mais de 50 anos, é um exemplo para nós. É o que fez um grande esforço para que o nosso agro estivesse onde está hoje. Há mais de 50 anos, nós éramos um país importador e hoje somos exportadores de alimento, um dos três maiores exportadores de alimento do mundo.

Então, isso mostra que políticas de Estado – obviamente, com a indução do Governo – que sejam mantidas ao longo do tempo são muito mais produtivas e ajudam muito mais os negócios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós temos políticas, inclusive no setor produtivo, que são de curto prazo, mas a maioria é de maturação de médio a longo prazo. Então, é necessário previsibilidade.

Isso foi mencionado pelo Embaixador Rubens Barbosa, pela Tatiana, por vários, a questão da imprevisibilidade hoje que a gente assiste no cenário internacional, sobretudo, por conta da atual administração norte-americana, porque quando você quer investir, você tem que ter previsibilidade jurídica, tem que ter previsibilidade econômica e previsibilidade política. É tudo que nós não temos hoje no cenário internacional, e não apenas por imposição de tarifas, mas por essa questão de impõe tarifas, retira tarifas, passa para daqui a três meses, não é aprovado, é suspenso. Então, esse é um grande problema, sobretudo, para o setor produtivo.

Uma outra coisa que é importante: eu não sei quais de vocês se lembram de que, quando o Presidente Bill Clinton se candidatou pela primeira vez em 1992, o mote dele – que, em grande parte, o ajudou a se eleger – foi: "É a economia, estúpido". "*It's the economy, stupid*". E, com isso, ele focou na necessidade de desenvolvimento econômico dos Estados Unidos.

O que nós temos hoje é: "É inovação, estúpido". Nós não podemos pensar em nenhuma área da nossa vida, da sociedade, mas, sobretudo, na área produtiva, se não tivermos inovação. E isso foi levantado, inclusive, no Dia da Indústria, que foi, enfim, organizado na segunda-feira pela CNI.

Uma outra coisa muito importante em relação ao Brasil é que o Brasil não avoca nas relações internacionais ideologias; avoca princípios, e esses princípios é que fazem com que nós sejamos respeitados internacionalmente, com que nós dialoguemos com todo mundo, com que nós tenhamos comércio e relações com todo mundo, independentemente de ideologias, de governos aqui, lá ou em determinado ponto do tempo. E o fato de a gente ter essa postura de tratar as relações internacionais e o comércio internacional como princípio é o que faz com que tenhamos muito espaço para nos desenvolvermos no comércio internacional.

Foi dito aqui que a nossa participação no comércio dos Estados Unidos é de 1%. A nossa participação no comércio internacional é de 1,3%, 1,4%, é praticamente ridícula para o tamanho do Brasil. Nós temos que aumentar muito a nossa participação no comércio exterior, como disse o Embaixador Rubens Barbosa, não vou repetir todos os riscos e as vulnerabilidades que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionou, mas, obviamente, nós temos que exportar mais. Nós temos que diversificar não só a nossa produção agrícola que vai ao exterior, mas a nossa produção em geral.

Por isso a NIB, por isso o PAC, por isso o PPI, para nós podermos ter maior participação dos produtos manufaturados, produtos de maior valor agregado, e aqui, obviamente, o maior exemplo é a própria Embraer, que é a nossa, digamos, líder de maior valor agregado e que exporta para todos os países do mundo.

Essa questão de nós termos essa diversificação também passa pelo tamanho das empresas. Nós sabemos, enfim, não vou ensinar padre a rezar missa, mas a maior parte dos produtores brasileiros são micro, pequenos e médios empresários, que, dependendo do setor, correspondem por mais de 50% a 80% da nossa produção. Mas eles respondem apenas por 1% do valor do que é exportado no Brasil.

Então, há, já, programas na Apex – nós participamos deles também, o Mapa participa, o Mdic e outros ministérios, o MDA, o MPA, de Pesca e Aquicultura – para tentar ampliar a participação dos micro, pequenos e médios empresários no comércio exterior brasileiro.

Por último, quero dizer que o nosso trabalho, do MRE, não é sozinho, obviamente; é junto com outros ministérios, é junto com outras agências, mas, sobretudo, na nossa secretaria, a instrução do Ministro Mauro Vieira é a de termos uma grande cooperação e parceria com o setor produtivo.

Eu brinco que a nossa secretaria é uma secretaria PPP. Nós não fazemos nada sem ouvir o setor privado. Nós temos reuniões com as confederações, com as associações de produtores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – ... nós temos contato com as empresas diretamente e isso se reflete em todas as nossas ações.

As nossas missões no exterior, empresariais, com empresários de todos os setores, as visitas presidenciais e também as do Vice-Presidente sempre têm uma parte de encontro empresarial, porque os empresários têm que estar presentes nesse esforço de maior participação do Brasil no cenário internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma aqui, o número de chefes de Estado, chefes de Governo, Ministros que nós temos recebido nesses três últimos anos é uma coisa impressionante. Eu não preciso dizer como a gente tem que trabalhar para poder manter essa interlocução, sem falar no G20, no Brics atualmente, na COP 30, que nós vamos sediar em novembro. E sempre lembrando: o Brasil pode e deve ser líder nas duas principais transições que temos hoje no mundo, que é a transição alimentar e a transição energética, sem parar de se pensar na inovação que perpassa todos esses assuntos.

Acho que mais do que fazer um resumo, eu trouxe mais informações, enfim, do que queria falar como representante, junto com o Philip, do MRE. Mas quero dizer que estamos sempre à disposição desta CRE, também da Credn, para termos maior contato e intercâmbio de informações e ideias com o nosso Parlamento.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Laudemar.

Vamos passar a palavra ao Senador Hamilton Mourão, que quer fazer algumas considerações.

Eu tenho aqui umas perguntas para rápidas respostas para a gente fechar a nossa manhã de trabalho.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente Nelsinho, bom dia! Serei muito breve. Bom dia a todos os integrantes da mesa.

Eu queria cumprimentar V. Exa., Presidente, por ter proposto este debate e pela qualidade dos debatedores, tanto aqueles que estavam de forma virtual, como os quatro aqui presenciais. Todas as exposições foram de alto nível, né? Tivemos aqui a oportunidade de, muito lucidamente, vermos o Roberto Azevêdo, depois o Marcos Troyjo fazerem uma excelente avaliação da conjuntura – essa conjuntura que tanto nos preocupa. Vimos aqui os dois representantes diretos do Itamaraty, mostrando tudo aquilo que vem sendo realizado em termos de promoção do nosso comércio internacional, secundado aqui pelo Luis Rua, na parte do nosso grande carro-chefe, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o agro. E o sempre lúcido Embaixador Rubens Barbosa, que lançou, na sua última colocação, aquilo que eu considero que a gente tem que realmente discutir, que é o Brasil se compreender com uma potência média regional e suas responsabilidades, das quais nós não podemos fugir.

Nós temos uma posição geográfica extremamente interessante. Precisamos, efetivamente, ter a nossa saída para o Pacífico, não é? Estamos em vias de conseguir obter isso, o que vai baratear o nosso fluxo comercial na direção hoje dos principais parceiros, mas sempre lembrando que nós somos um país ocidental e que se baliza pela democracia, pelo capitalismo, pelo Estado de direito, pelo pacto de gerações, princípios basilares da nossa civilização.

É uma situação difícil que o mundo enfrenta a questão do relacionamento comercial entre os países, que começa a ser tumultuado quando a China entra na Organização Mundial do Comércio há pouco mais de 20 anos, não é? Aí eu faço uma comparação: uma formação de paraquedistas em salto livre não é uma coisa simples. Quando a gente se coloca ali, coloca um a mão no outro, e aí, de repente, entra um, puxando um delta errado e explode aquela formação. Foi a China entrando na OMC: ela explodiu a formação. E, no pouco que sobrou, agora o Trump resolveu dar uma cacetada em cima.

Então, nós vamos ter que nos adaptar a essa situação, principalmente, colocando um ponto focal, que são os nossos interesses. Os interesses do Brasil têm que prevalecer. Óbvio, com aquele nosso jeitinho, não é? Não vou dizer aqui, Senador Nelsinho, um adágio meio chulo que nós temos por aí. Mas o nosso jeitinho é fundamental para que a gente consiga manter esse relacionamento.

Então, parabéns, Senador Nelsinho! Parabéns a todos os senhores pela aula que ministraram hoje nesta manhã.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão.

O Embaixador Rubens Barbosa já havia nos dado a sugestão de promovermos uma audiência pública sobre a inserção do Brasil no mundo em relação a essas consequências todas. Nós vamos angariar mais ideias a respeito desse trabalho que nós vamos promover aqui. Vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar V. Exa. na linha de frente para a gente poder fazer essa interlocução junto com os nossos dois Diplomatas que assessoram a Comissão, o Bettarello e o Juliano Maia.

Vamos agora à primeira pergunta.

O Embaixador Roberto Azevêdo está aí?

O SR. ROBERTO AZEVÊDO (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – A pergunta é a seguinte, veio do Ricardo, lá do Rio de Janeiro: "Quais as barreiras normativas da OMC [que] mais limitam a adoção de estratégias brasileiras de agregação de valor nas exportações?".

Dois minutos para a resposta.

O SR. ROBERTO AZEVÊDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Claro. Muito obrigado ao Ricardo pela pergunta.

Na verdade, agregar valor às exportações não é um problema do ponto de vista das regras multilaterais. O Brasil é um grande exportador de *commodities*, de *commodities* agrícolas, é muito competitivo nessa área, e, francamente, um dos motivos por que nós somos tão competitivos em agricultura é justamente por ser um setor que recebeu um grande aporte tecnológico, investimentos, que é aberto para o mercado externo, para o exterior, e nós precisamos diversificar isso. A OMC não tem nenhum grande empecilho.

Nós, às vezes, reclamávamos, na Organização Mundial do Comércio, da questão de não podermos fazer exigências de conteúdo nacional em política industrial, por exemplo, ou de *performance* exportadora, também, de novo, em política industrial, ou seja, dar apoio desde que x por cento da nossa produção seja exportada, ou dar apoio desde que x por cento do conteúdo do produto seja doméstico, seja fabricado no país de origem.

Nós reclamávamos um pouco disso porque inviabilizava certo tipo de política industrial, mas eu não acho que isso seja dispositivo, não é por isso que o Brasil não agrega valor. Nós não somos competitivos na área industrial, sobretudo porque priorizamos a produção para o mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doméstico, que é menos competitivo e exige menos desenvolvimento tecnológico e valor agregado na nossa... dos produtos. Então, é um pouco por aí.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Embaixador Roberto Azevêdo.

Vamos passar a palavra ao Embaixador Rubens Barbosa.

O Fontourinha, de Minas Gerais: "Uma análise sobre qual a real intenção do Presidente Trump". (*Risos.*)

Eu tenho que perguntar porque aqui é muito democrático, às vezes chegam umas perguntas... (*Risos.*)

O SR. RUBENS BARBOSA (Para expor.) – Eu acho que, do ponto de vista de uma parcela importante da população americana, de 50% da população americana, o que o Presidente Trump está fazendo é defender o interesse nacional americano.

Você pode não concordar com o que ele está fazendo e ser afetado. Ele está revolucionando a economia global e a nova ordem internacional, que vigorou desde 1945, ou seja, ele está fazendo uma reversão de alianças, apoiando a Rússia contra a União Europeia. Ele está colocando essas tarifas todas fora das regras internacionais, está destruindo toda a ordem multilateral. Então, o que ele está fazendo é um desmonte da geopolítica global que nós estamos vendo acontecer desde 1945. É uma nova ordem. Do ponto de vista... isso é poder.

Eu insisto muito na questão do Brasil de potência média regional porque, nessa qualidade, a gente tem algum poder que a gente não está exercendo. E lá, os Estados Unidos, como a nação mais poderosa do mundo, estão exercendo o poder de mudar o mundo para acomodar os seus interesses. Pode ser que muitas das razões que eles estão apresentando – reduzir superávit, industrialização, trazer investimento – não tenham os resultados esperados, mas, para 50% da população americana, que é o que ele tem de apoio, é a defesa dos interesses americanos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Rubens Barbosa.

Agora duas perguntas para o Embaixador Philip.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas, de São Paulo: "Como o Brasil pode se beneficiar do acordo Mercosul-União Europeia, e o que ainda impede a sua ratificação?".

Na mesma linha, o Nilton, do Rio Grande do Sul: "[...] nos acordos comerciais entre Brasil e outros países, existem cláusulas de proteção ambiental e social e [relativas a] normas da Organização Internacional do Trabalho?".

Dois minutos.

O SR. PHILIP FOX-DRUMMOND GOUGH (Para expor.) – Obrigado pelas perguntas.

Bom, sobre a questão de como se beneficiar do acordo, especificamente Mercosul-União Europeia, é um acordo muito variado e cobre diversas disciplinas. Em cada uma dessas, nós temos possibilidades de algum tipo de benefício. Tem aqueles mais diretos, obviamente, de acesso a mercado, bens e serviços, integração de cadeias produtivas, isso é fundamental nesses acordos. Posso dar outros exemplos também. Na questão de desenvolvimento sustentável, há possibilidade, no caso dos europeus, de que eles levem em consideração os nossos sistemas de monitoramento de desmatamento. É um exemplo clássico de vantagem, mas essas são as vantagens diretas.

Tem também as vantagens indiretas. A vantagem indireta principal é que, se você tem um acordo com um parceiro tão importante como esse, isso facilita discussões que possam ser necessárias com questões por fora do acordo. Em algumas medidas protecionistas que eles coloquem, o fato de você ter um acordo facilita a discussão entre os países.

E, sim, sobre a última pergunta, todos os nossos principais acordos têm essas cláusulas ambientais e de defesa dos trabalhadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado.

Vamos agora perguntar ao nosso Luis Rua:

Harrison, de Alagoas: "Como o Brasil pode ampliar seu acesso a mercados externos, defendendo sua soberania e setores estratégicos como o [setor do] [...] agro?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RUA (Para expor.) – Muito obrigado, Harrison, pela pergunta.

Eu acho que aqui eu já tinha comentado um pouco sobre essa estratégia bem definida de nós diversificarmos os nossos produtos, os nossos mercados. Como eu comentei: 381 novas oportunidades para os nossos produtores e exportadores. Em muito disso, eu acho que a estratégia passa pela presença internacional, nós estarmos presentes nas negociações.

No nosso caso do agro, são negociações de cunho sanitário, fitossanitário, ou seja, mobilizar essa agenda por meio de missões e também depois toda a parte de promoção comercial, que é feita em conjunto com o MRE, com a Apex Brasil, com o Mdic, no sentido de participar das feiras, dos eventos, dos seminários, ou seja, a presença é muito importante quando a gente fala de setores bastante competitivos em que há essa competição entre os países para ter maior acesso.

Acho que também uma outra questão é conhecer o consumidor, e aí novamente a importância de estar presente nos mercados internacionais, especialmente onde o comércio mais cresce hoje, que é na Ásia e eu acho que, num futuro próximo também, na África.

Então, é uma oportunidade bastante grande para que a gente possa avançar. Para isso, a gente precisa, naturalmente, trabalhar de maneira muito coordenada, inclusive do ponto de vista logístico, porque o Brasil produz cada vez mais, mas as nossas condições logísticas ainda, eventualmente, estão aquém daquilo que é a nossa necessidade.

Então, acho que esse é um outro ponto que nós temos que trazer para a mesa, trazer para a discussão, porque não adianta nós produzirmos, perdemos uma parte dessa produção nas nossas rodovias e, depois, também, termos dificuldade e perda de competitividade ao acessar os mercados internacionais por não ter navio ou por não ter algum outro tipo de logística. Acho que esse trabalho tem que ser muito coordenado e que isso tem sido feito no Governo do Presidente Lula para que a gente possa avançar.

Naturalmente, os acordos comerciais também, que, mais do que dar competitividade, evitam de o Brasil perder competitividade, porque os países estão aumentando os acordos comerciais, especialmente nesse mundo que perdeu um pouco a questão do multilateralismo. Com isso, então, a relevância e a importância de nós firmarmos acordos para que a gente possa manter, minimamente, a nossa competitividade internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Luís Rua.

Agora vou perguntar ao Embaixador Laudemar.

O Diego, do Distrito Federal, pergunta: "O que outras nações semelhantes ao Brasil estão fazendo para lidar com essas novas mudanças no comércio internacional?".

O Caio, do Maranhão, pergunta também: "Como o Brasil pretende ajudar as pequenas e médias empresas a se proteger e expandir nesse cenário internacional desafiador?".

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO (Para expor.) – Bem, obrigado pelas perguntas. Esqueci o nome das pessoas, mas...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Nilton, do Rio Grande do Sul, e Caio, do Maranhão, ou melhor, o Diego, do Distrito Federal.

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – Bem, vou começar com a do Caio, que pergunta sobre pequenas e médias empresas. Já há esse processo. É importantíssimo o trabalho do Sebrae para capacitar novos empreendedores e micro e pequenas empresas.

Como eu falei, a presença das micro, pequenas e médias empresas no Brasil é enorme. O trabalho das cooperativas setoriais – e não só setoriais – também é importantíssimo. E o que a gente tem que fazer – e existem programas nesse sentido tanto na Apex quanto nas nossas atividades, nas nossas iniciativas de promoção do comércio exterior – é fazer com que as micro, pequenas e médias empresas comercializem. Porque, ao comercializarem, elas ganham valor, ganham inovação, ganham empregabilidade, os salários são aumentados – o dos próprios funcionários dessas empresas – e passam a ter uma visão de maior possibilidade de comercializar com diferentes países com os quais elas talvez nunca tenham pensado em comercializar. Há um ganho de valor das próprias empresas que comercializam. E há programas, obviamente, de Governo que devem se tornar programas de Estado. Esse apoio a micro, pequenas e médias empresas tem que ser absolutamente contínuo. O trabalho do Sebrae é um exemplo dessa política de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao que os outros países estão fazendo, além de espernear, como disse o Senador, Mourão... Todos estamos esperneando, todos estamos perplexos, na realidade. Todos ficaram perplexos com as iniciativas da atual administração norte-americana. Mas, o que o Brasil está fazendo e o que muitos países estão fazendo é negociar. Desde o primeiro momento, o Brasil começou a negociar. Somos um desses quarenta e tantos países ou mais que estão negociando com os Estados Unidos, com cautela, defendendo os interesses nacionais, tendo por trás a garantia, por exemplo, da Lei da Reciprocidade Comercial, mas, enfim, sem grandes movimentos, sempre negociando – já temos sete rodadas de negociação com os Estados Unidos – e defendendo os interesses brasileiros, inclusive setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – As duas últimas perguntas, uma para o Embaixador Philip e o outra para o Embaixador Roberto Azevêdo.

A Ester, de Minas Gerais, pergunta ao Embaixador Roberto Azevêdo: "Como o Brasil pode, ao fortalecer os BRICS e os laços com a China, contornar entraves da [...] [Organização Mundial do Comércio], agregar valor e ampliar sua autonomia?".

Além disso, tem um comentário do Francisco, da Bahia: "O Brasil não deve aplicar o princípio da reciprocidade pois nossa economia é frágil e [...] [os Estados Unidos são] o nosso segundo parceiro. Geraria [...] [uma segunda] crise".

O SR. ROBERTO AZEVÊDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, muito obrigado pelas perguntas. São muito boas, sobretudo pelo fato de que enfatizam um ponto que eu acho fundamental para o Brasil, olhando para frente, nessa área comercial, de muita imprevisibilidade, de muita incerteza.

Como eu disse na minha apresentação, mercados vão se abrir e vão se fechar com grande rapidez, por motivos diversos, que podem ir a desde uma gripe aviária, que é o que a gente está vendo no Rio Grande do Sul agora, até em função de tensões geopolíticas, sanções que sejam aplicadas a um país ou outro e nós sejamos pegos no fogo cruzado.

O fundamental é o Brasil se apresentar como um parceiro confiável, um parceiro previsível, com estabilidade política, econômica, jurídica, em todas as frentes, com um marco regulatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja favorável a negócios e a empreendimentos, que é a única maneira de nós estarmos prontos para esse mundo repleto de incertezas. Isso vale para a China, isso vale para o Oriente e, de uma maneira geral, vale também para as potências ocidentais. Nós temos que ser parceiros de todos. Pode haver o dia em que essas tensões geopolíticas sejam tão graves, sejam tão acirradas que países tenham que se posicionar de maneira mais clara sobre de que lado eles estão, para cá ou para lá. O Brasil, sobretudo, tem que estar do seu próprio lado; o Brasil tem que ser do lado do Brasil, mas tentar preservar, as... de cooperação e de comércio com todos os parceiros, porque, como *player* global, nós não podemos fechar portas para nenhum quadrante do planeta, a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos mais uma vez ao Embaixador Roberto Azevêdo.

Para o Embaixador Philip:

Mariana, do Rio de Janeiro: "Diante as taxações oriundas dos [...] [Estados Unidos], o Brasil irá sofrer com a importação de [...] produtos?".

Lauro, do Rio Grande do Sul, fazendo um comentário: "Cada produto comprado da China gera empregos por lá. [...] Precisamos de indústrias e empregos aqui".

E, por fim, um comentário da Juliana, do Distrito Federal: "O Brasil precisa investir mais na sua tecnologia para deixar de vender [...] [laranjas produzidas aqui] por um valor baixo e comprar o suco caro".

Com a palavra.

O SR. PHILIP FOX-DRUMMOND GOUGH (Para expor.) – Obrigado pelas perguntas e pelo comentários.

Bom, a ideia, no caso dos Estados Unidos, é a gente justamente tentar evitar os efeitos mais nocivos dessa taxação, que estaria vindo do lado deles. Então, todo o nosso esforço é no sentido de reverter essas questões da taxação e poder voltar ao estado anterior. Essa é a nossa ideia.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Por último ao Embaixador Laudemar:

Simone, lá do Mato Grosso: "Como a reforma tributária pode afetar o comércio exterior brasileiro?".

E o comentário de Egídio, de Santa Catarina: "O comércio exterior enfrenta barreiras externas (regras, protecionismo) e internas (custo Brasil). Solução: novos mercados, *tech*, reformas".

Paulo, de São Paulo: "Tanto a indústria, comércio e governo devem dar sua contribuição para absorver o aumento das tarifas dos produtos".

Por último mesmo, o Marcus, de Tocantins: "Quais são as estratégias para o fortalecimento da indústria brasileira para o atendimento do mercado interno para a diminuição de importação?".

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO (Para expor.) – Obrigado pela pergunta.

Bem, não é exatamente a minha área, é a da Tatiana Prazeres, do Mdic. Mas toda reforma que seja positiva, em termos tributários, e obviamente a reforma fiscal para o setor produtivo brasileiro, isso ajuda a competitividade exterior. E há várias iniciativas, não só essa da reforma, tributária, mas outras, no âmbito do Mdic e do Ministério da Fazenda, que são positivas para a competitividade brasileira e a exportação de produtos brasileiros.

Então, dito isso, obviamente é positiva e, quanto mais houver reformas que reduzam a burocracia, reduzam os custos para o setor produtivo, melhor para as nossas exportações.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a participação de todos os convidados, dizendo que para nós foi um privilégio – para mim, para o Senador Hamilton Mourão e para quem acompanhou remotamente.

Recebi uma mensagem da Senadora Tereza Cristina, que está em Paris, na questão de o Brasil estar livre de febre aftosa, sem vacinação.

Cumprindo com aquilo que foi proposto por esta sessão, nesta manhã, sob a proteção de Deus, nada mais havendo a tratar, agradeço mais uma vez a participação de todos aqueles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui vieram e aqueles que estão de forma remota – obrigado pelo tempo; esta Comissão está sempre à disposição para recebê-los e nos ajudar a conduzir este momento delicado do conflito comercial global – e declaro encerrada a presente reunião.

Convido aqueles que aqui estão para fazer uma foto oficial aqui na frente, junto com o Senador Hamilton Mourão.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad, Fernando Dueire, Sergio Moro e Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Efraim Filho, Carlos Viana, Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Marcos do Val, Mara Gabrilli, Marcos Rogério, Dr. Hiran, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 6ª, 10ª e 11ª reuniões da Comissão, ocorridas em 07, 28 e 29 de maio de 2025, respectivamente, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 24, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos sim, um voto não e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 25, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CLÁUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 11 votos sim, um não e uma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 26, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUISA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos sim, um não e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 27, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos sim, nenhum não e uma abstenção. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 28, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 13 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 29, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 11 votos sim, nenhum não e duas abstenções. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1532, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para ampliar o prazo para ratificação dos registros imobiliários referentes aos imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira; e para estabelecer a forma de encaminhamento do pedido de aprovação do Congresso Nacional, quando a ratificação versar sobre imóveis com área superior a dois mil e quinhentos hectares, nos termos do art. 188, § 1º, da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 478, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto atualizado da Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Quarto para Marítimos (STCW-1978), incluídos o Anexo e a Parte A do respectivo Código, em conformidade com as Emendas de Manila, adotadas em 2010, no âmbito da Organização Marítima Internacional (OMI)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 479, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia que Altera o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Visto para as Estadas de Curta Duração para Titulares de um Passaporte Comum, assinado em Bruxelas, no dia 27 de setembro de 2021, em conjunto com a declaração interpretativa que o acompanha." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 103, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto das Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional, adotadas por meio da Resolução A.1152(32) da Assembleia da Organização Marítima Internacional, em 8 de dezembro de 2021." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 113, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Subsídios à Pesca da Organização Mundial do Comércio (OMC), assinado pelo Brasil em Genebra, Suíça, em 17 de junho de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 261, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia para a Eliminação da Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e o texto do seu Protocolo, assinados em Nova York, em 20 de setembro de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 382, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (Fumin III)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 15, de 2025** que: "Requer realização de Audiência Pública para Debater a relevância do Brasil no cenário internacional." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 14, de 2025** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação da Defesa Nacional e o andamento dos Projetos Estratégicos para a garantia da soberania nacional." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Deliberar o aditamento ao Req 6/2025-CRE, proposto pelo Senador Nelsinho Trad. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o aditamento ao REQ 6/2025-CRE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 6ª, 10ª e 11ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 7, 28 e 29 de maio de 2025, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Finalidade da reunião.

Conforme a pauta publicada, esta reunião está dividida em duas partes: a primeira destina-se à apreciação da indicação de três embaixadoras e três embaixadores para postos no exterior; a segunda parte destina-se à apreciação de projetos; a terceira parte destina-se à apreciação de aditamento ao Requerimento 6, de 2025, da Comissão de Relações Exteriores. Na verdade, então, são três partes, Rafael.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não são duas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – A reunião é aberta à participação da sociedade pelo Portal e-Cidadania em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Como todos os colegas sabem, a votação será obrigatoriamente presencial por meio de duas urnas de votação secreta, localizadas uma na porta deste Plenário e outra dentro dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada sabatina começa com a leitura do respectivo relatório pelo Relator. Em seguida, é concedida a palavra ao indicado por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco para sua exposição inicial. Na sequência, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos. A resposta do sabatinado será a todos pelos questionamentos feitos de acordo com a conveniência da inscrição. Por fim, será realizada a votação e apuração dos votos.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se as interpelações do sabatinado serão feitas em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passemos às sabatinas, em reunião aberta.

A primeira inscrita está remotamente e é a Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi, que vai para o posto da Hungria. O Relator é o Senador Nelsinho Trad – este que vos fala.

O relatório está aí?

Eu vou ler o relatório, e depois a gente passa para a Embaixadora Cláudia Buzzi.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CLÁUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – O Presidente da República indicou o nome da Sra. Cláudia Fonseca Buzzi, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

A indicada é bacharela em Direito pela Universidade de São Paulo e ingressou na carreira diplomática em 1985, tendo sido promovida a Ministra Conselheira em 2004, a Ministra de Segunda Classe em 2009 e a Ministra de Primeira Classe em 2015, todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se a atuação na missão diplomática brasileira junto à República da Argentina, na qual serviu no posto de Terceira-Secretária, Segunda-Secretária, Primeira-Secretária, Cônsul Adjunta e Cônsul-Geral. Destacamos, igualmente, que a diplomata ocupou, entre 2021 e 2022, o cargo de Chefe da Assessoria Especial do MRE de Relações Federativas com o Congresso Nacional e, desde 2022, exerce o cargo de Embaixadora do Brasil em Berna, Suíça.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado sobre a Hungria, que contém dados básicos do país, informações de suas políticas interna e externa, bem como elementos acerca das relações bilaterais com o Brasil.

A Hungria, uma República parlamentar democrática de 9,6 milhões de habitantes e de elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), localizada na Europa Central, destaca-se por ser um destino turístico popular no continente europeu, com o número de visitantes por ano superando sua própria população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O atual líder da Hungria, o Primeiro-Ministro Viktor Orbán, obteve relevante destaque por sua atuação no cenário global, marcado por tensões geopolíticas em vários níveis. Promovendo uma agenda ideológica de caráter conservador, o Primeiro-Ministro posicionou o país como importante *player* no atual cenário de apreensão internacional.

Além disso, a questão migratória é assunto prioritário para o governo húngaro. O país propõe maior prioridade à defesa das fronteiras externas da União Europeia e a interrupção dos fluxos de migrantes. O governo nega também a possibilidade de que a imigração possa contribuir para a economia doméstica ou atenuar desafios demográficos. Essa posição anti-imigração tem gerado atritos com a União Europeia.

Outro aspecto relevante do país é sua localização geográfica, constituindo fronteira com a Ucrânia, que atualmente experimenta questões sensíveis em relação à segurança e integridade territorial. Nesse sentido, a posição húngara no conflito russo-ucraniano, embora membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e da União Europeia, equilibra-se entre condenação da invasão territorial e oferecimento de ajuda humanitária à Ucrânia e, ao mesmo tempo, em conservar boas relações com Moscou, mantendo legalmente a compra de petróleo russo e se recusando a enviar armamento à Ucrânia.

Em relação aos conflitos no Oriente Médio, as posições da Hungria são incondicionalmente pró-Israel, por motivos ideológicos e por interesses de segurança.

No entanto, a política externa da Hungria também se destaca pela busca de relações bilaterais diversificadas. Nesse sentido, o país, apesar de manter boas relações com a Rússia e China em vários níveis de cooperação, busca se aproximar dos países ocidentais de espectro mais à direita, destacando-se, nesse sentido, a proximidade de Viktor Orbán com o Presidente norte-americano, Donald Trump, e com o Presidente argentino, Javier Milei.

No plano da relação bilateral entre Brasil e Hungria, quase centenária, enfatizamos que a grande população de descendentes de húngaros no Brasil, estimada em 100 mil pessoas, constitui relevante fator para a aproximação política entre os dois países. Por outro lado, a comunidade brasileira residente na Hungria é estimada em mil pessoas, a maior parte inserida na indústria automotiva e tecnologia da informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2011, a Hungria incluiu o Brasil entre as prioridades da política externa do país. Posteriormente, houve encontros de alto nível, como a visita a Budapeste do então Vice-Presidente brasileiro, Michel Temer, em 2013, culminando na assinatura de acordos bilaterais em diversas áreas. Em 2024, foi reinstalado, no âmbito da Câmara dos Deputados, o Grupo Parlamentar Brasil-Hungria.

A Hungria apoia a adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e não manifestou oposição à assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia.

Em novembro de 2020, o Governo húngaro assinou contrato para a compra de duas aeronaves C-390 Millennium, de transporte de carga, produzidas pela Embraer. Assim, a Hungria tornou-se o terceiro país do mundo a utilizar o C-390 Millennium e o segundo da Otan, abrindo novas perspectivas de venda para outros países da organização, evidenciando o reconhecimento internacional da qualidade técnica da base industrial de defesa brasileira no setor aeroespacial e, além disso, revelando o potencial do país da Europa Central como um mercado consumidor de maior relevância para o Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Passo de pronto a palavra à senhora Cláudia Fonseca Buzzi, remota, que está *online*, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria. A Embaixadora fará sua exposição remotamente, ao tempo de dez minutos prorrogáveis por mais cinco.

Gostaria de agradecer a assídua presença sempre nesta Comissão do Senador Hamilton Mourão, do Senador Esperidião Amin e dos outros que estão remotamente.

Conforme solicitação do Senador Jorge Seif, eu vou deixar já aberta a votação, porque os relatórios já chegaram às mãos dos Srs. Senadores, para que possam exercer o direito do voto desde que se sintam com o juízo pré-formado.

Com a palavra a Sra. Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi.

A SRA. CLÁUDIA FONSECA BUZZI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos às S. Exas., às Sras. e Srs. Senadores, em especial ao Senador Esperidião Amin, a quem mando um abraço saudoso, e ao Senador, Presidente, Hamilton Mourão, que estão presentes neste momento, mas eu sei que a tendência é que a sala se preencha.

Ao Senador Nelsinho Trad, Presidente desta Comissão, eu agradeço pela possibilidade de realização da sabatina em formato virtual e registro a honra que tenho de que V. Exa., pela segunda vez, relate uma indicação minha para a chefia de posto no exterior. Eu agradeço minha indicação para a chefia da Embaixada em Budapeste, ao Senhor Presidente da República e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Cumprimento os colegas do Itamaraty que apoiaram minha preparação, com uma palavra especial de agradecimento aos meus antecessores e amigos Susan Kleebank e, antes dela, José Luiz Machado e Costa.

Saúdo, por fim, todos os presentes e os que nos assistem pelo e-Cidadania.

Registro, por fim, que os quatro anos em que eu trabalhei na assessoria parlamentar do Itamaraty foram anos fundamentais tanto para a minha formação profissional quanto para a minha formação de cidadã e, por isso tudo, é uma honra estar aqui hoje.

Sras. e Srs. Senadores, eu me valho dos elementos já apresentados pelo Relator para, no tempo disponível, apresentar em grandes linhas o quadro das relações bilaterais e, em seguida, mencionar alguns pontos prioritários que constam do programa de trabalho apresentado a esta Comissão.

Eu assumirei minhas funções, caso mereça a aprovação de V. Exas., às vésperas da celebração de cem anos de relações diplomáticas entre Brasil e Hungria. Desde 1927, os dois países constroem um relacionamento sólido, no qual têm papel fundamental as três ondas de imigração húngara para o Brasil, do final do século XIX até meados do século XX. Desses imigrantes, como já mencionou o Senador Nelson Trad, descendem hoje cerca de 100 mil brasileiros. Eva Todor, Paulo Rónai, Ruben Berta, os irmãos Wessell das Carnes Wessell, Paulo Miklos do grupo Titãs, Adriane Galisteu, Cassia Kis e Dalton Vigh são todos nomes de origem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

húngara. E, ao trazê-los aqui, fica fácil demonstrar a proximidade, que não é necessariamente óbvia, entre os dois países.

A Hungria moderna nasceu em 1989, ao término de 40 anos de regime comunista, e adotou o sistema de governo democrático e parlamentarista. Apenas dez anos depois, em 1999, a Hungria foi integrada à Otan e, passados apenas outros cinco anos, em 2004, foi integrada à União Europeia. Em 2007, aderiu ao espaço Schengen. A presença nesses foros confere à Hungria uma projeção diplomática superior à sua dimensão demográfica e territorial.

Aqui eu pontuo que, no final da Primeira Guerra, a Hungria perdeu dois terços do seu território e um terço da sua população, nos termos do Tratado de Trianon, de 1920. E a proteção da diáspora húngara está prevista na Constituição do país. Esses elementos estão na origem da relativa independência da sua política externa e na chamada abertura global, lançada em 2011, pela qual a Hungria busca a diversificação de parcerias internacionais.

Em 2011, a Hungria incluiu o Brasil, que já era então seu principal parceiro na América do Sul, entre as prioridades de sua política externa. Há, desde então, grande expectativa das partes da elevação do perfil de relacionamento bilateral. Muito trabalho já foi feito, e muito ainda está por fazer.

A boa notícia foi a realização em fevereiro da quinta edição do mecanismo de diálogo político bilateral em Budapeste, na qual a delegação brasileira foi chefiada em alto nível pela Secretária-Geral das Relações Exteriores, a Embaixadora Maria Laura da Rocha, que, eu registro, já foi Embaixadora em Budapeste também. Esse mecanismo de consultas foi criado em 2010, mas ainda não conseguiu uma regularidade. Na construção de canais de comunicação fluidos com as autoridades húngaras e com outros atores locais relevantes, eu vou me empenhar em atingir, pelo menos, a meta da periodicidade bienal para essas reuniões.

Um instrumento também vital para o aprofundamento do diálogo político bilateral é a diplomacia parlamentar, como demonstrou o 11º Fórum Parlamentar dos Brics, realizado há pouco no Congresso Nacional. A existência de grupos de amizade ativos nos Parlamentos de ambos os países já é um grande passo nessa direção, que estarei sempre pronta a estimular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu escolhi inicialmente dois exemplos para demonstrar a relevância da parceria entre Brasil e Hungria.

O primeiro é o que já foi apontado no relatório: a venda pela Embraer, em 2020, de duas aeronaves KC Millennium ao Ministério da Defesa húngaro, no valor de US$300 milhões. Desde 2021, a Embraer mantém um escritório permanente em Budapeste, o que eleva o patamar das relações comerciais e de cooperação técnica e científica entre Brasil e Hungria com os países da região. Isso tudo ao amparo do acordo de cooperação que nós temos com os húngaros em atividades espaciais para fins pacíficos.

O segundo exemplo se refere à cooperação educacional. Cerca de 1,4 mil estudantes brasileiros já foram contemplados, desde 2017, pelo programa Stipendium Hungaricum, que é um dos principais instrumentos da política externa húngara. Na América Latina, o Brasil tem sido o principal contemplado, com 250 bolsas de estudos anualmente, o que demonstra a prioridade da Hungria na parceria com o Brasil. A assinatura do Programa Executivo 2025-2028 permitirá a retomada da implementação do programa, que foi interrompido por dois anos. Hoje há cerca de 450 estudantes brasileiros na Hungria.

Quanto ao comércio bilateral, a balança mantém, há décadas, a tendência de crescimento, mas tradicionalmente existe um déficit para o Brasil, ainda mais pronunciado após o período de pandemia, com redução drástica das nossas exportações, que saíram de 115 milhões em 2018 para uma média de cerca de 55 milhões, que permaneceu de 2019 até 2023. As vendas da Hungria, por sua vez, tiveram uma ligeira queda apenas entre 2019 e 2020, mas em 2021 alcançaram o patamar de 450 milhões, que já superava em cerca de 100 milhões os índices que figuravam em 2018. Mas em 2024 as nossas exportações foram triplicadas e voltaram basicamente ao nível de 2016. O que foi que aconteceu, então, em 2024? Foi a entrega do primeiro avião da Embraer, que reduziu, mas não suficientemente para reverter, o déficit comercial em desfavor do Brasil. A entrega do segundo avião está prevista para outubro próximo e deverá reduzir ainda mais o desequilíbrio fiscal, mas até lá a pauta das exportações em 2025 permanece limitada à cesta tradicional de baixo valor agregado e pouco diversificada, como couro, máquinas, aparelhos elétricos, máquinas e aparelhos não elétricos e calçados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha antecessora prospectou oportunidades nas áreas de comércio de vinhos gaúchos e de flores, orquídeas e bromélias, às quais eu pretendo dar seguimento. Nesse contexto, outra boa notícia é a realização da 6ª Reunião da Comissão Mista (Comista), em Budapeste, em meados de setembro, o que é, a um só tempo, um desafio e um instrumento de trabalho na direção do aumento da diversificação de comércio e de investimento. A agenda contempla, entre outros, temas como ciência e tecnologia, turismo, energia, educação, indústria de defesa. A embaixada já está envolvida na organização, e o assunto tem merecido minha atenção. A embaixada vai continuar atenta a oportunidades para aumentar o volume das exportações e diversificar a pauta dos produtos nacionais no mercado húngaro e também dos investimentos no Brasil, mas os resultados concretos requerem a cooperação com a Apex e outros parceiros, para apoio à participação de empresas brasileiras nas várias importantes feiras que ocorrem anualmente em Budapeste e para a realização de missões empresariais de parte a parte. Muitas das feiras, que são, de fato, relevantes em Budapeste, abrangem setores nos quais o Brasil é um exportador relevante, como alimentos e bebidas, automóveis, segurança e defesa, agricultura e manejo florestal e turismo.

Além da Apex, a Embratur, a Embrapa e a Embrapii, entre outros, que são parceiros necessários e seriam bem-vindos (*Falha no áudio.*) ... que constituem (*Falha no áudio.*) ... para retomada de (*Falha no áudio.*) ... e eventual conclusão de projetos conjuntos. É o caso tanto da Embrapa quanto da Embrapii, que já têm vínculos com suas correspondentes húngaras.

As oportunidades de cooperação no campo da ciência, tecnologia e inovação vêm sendo prospectadas pela embaixada e consolidadas no Programa de Diplomacia da Inovação (PDI), de periodicidade anual.

A esse respeito, eu faço referência ao trabalho primoroso que vem sendo desenvolvido (*Falha no áudio.*) ... pela Secretaria de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura, chefiada pelo Embaixador Laudemar Aguiar.

Em junho último, houve encontros em Varsóvia e em Bruxelas de chefes de setores de ciência e tecnologia das embaixadas na Europa, que contaram com a participação do Senador Nelsinho Trad e do Presidente da Apex.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fechando o ciclo desta apresentação, eu penso que o estudo e a divulgação dos laços que unem Brasil e Hungria podem ser uma valiosa contribuição para a compreensão da história comum e forma interessante, entre outras, de celebrar a cultura brasileira e os cem anos das relações bilaterais.

Finalizo com algumas palavras sobre o trabalho consular, que é a prioridade absoluta do Itamaraty e que continuará a merecer atenção do posto, seja no acolhimento dos estudantes e não estudantes, seja pela prestação de assistência e serviços consulares propriamente ditos. A comunidade brasileira na Hungria é de aproximadamente mil nacionais, grande parte deles estudantes. É uma população ordeira e bem integrada.

Estarei especialmente atenta à situação de menores e ao eventual monitoramento de casos que possam envolver situações relativas à guarda de nacionais menores de idade que se enquadrem no âmbito da Convenção da Haia sobre o sequestro de menores e que venham a exigir ação pontual de coordenação do Itamaraty com as autoridades competentes do Ministério da Justiça, assunto que, justificadamente, preocupa a Senadora Mara Gabrilli e sobre o qual tive a honra de conversar com ela recentemente, mas, felizmente, não há registro desse problema na jurisdição da Embaixada em Budapeste.

Finalmente – agora, sim –, em 2026, o posto, como em outras embaixadas, se converterá em uma zona eleitoral no exterior, com competência para organizar a participação pelo voto nas eleições presidenciais dos eleitores residentes em suas jurisdições, que eram, em 2022, cerca de 800. Para tanto, a embaixada está preparada a proceder à regularização dos títulos eleitorais dos brasileiros residentes na Hungria e para sua transferência para o cartório no exterior, conforme instruções a serem recebidas da Justiça Eleitoral, por intermédio da Secretaria de Estado.

Agradeço a todos os senhores e me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a apresentação da Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi, ao tempo que gostaria de agradecer a presença do Senador Jorge Seif e do Senador Sergio Moro, uma vez que já registrei o agradecimento ao Senador Amin e ao Senador Mourão. Agradeço ainda ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério, que também já passou aqui, e ao Senador Fabiano Contarato, informando a V. Exas. que a cabine de votação já está devidamente pronta para receber os votos daqueles que se sentirem com o juízo formado a respeito de cada diplomata que vai passar pela sabatina.

Eu gostaria de convidar, para fazer parte da mesa diretiva dos trabalhos, com muito prazer, o Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, que vai ser sabatinado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Quem vai ser o Relator dele é o Senador Hamilton Mourão, que aqui está presente.

Por favor, sente-se.

E gostaria também de agradecer a presença, para abrilhantar a nossa mesa, sempre muito bem-vinda, da Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, que vai representar o Brasil na Suíça e Liechtenstein.

Sente-se aqui, ao meu lado direito.

Esta mesa vai ficar devidamente pronta para registro com a beleza da Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes.

Aproveitando a presença da Embaixadora, eu tenho um comunicado a fazer a V. Exas.: o Mercosul e a Efta – que é um grupo de países formado pela Suíça, Noruega, Liechtenstein e Islândia – devem anunciar hoje, lá em Buenos Aires, através dos dois chanceleres, a conclusão das negociações da assinatura do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Efta.

O Acordo Mercosul-Efta conformará um mercado de aproximadamente 290 milhões de consumidores e um PIB de mais de US$4,3 trilhões.

Considerados os universos agrícola e industrial, o acesso em livre comércio de produtos brasileiros ao mercado da Efta chegará a quase 99% do valor exportado.

As negociações com a Efta foram lançadas em 2017, e, desde 2024, o Brasil procurou tornar o texto mais adequado ao interesse do Governo brasileiro de garantir espaços para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas em áreas como acesso à saúde e desenvolvimento científico e tecnológico, assim como atração de investimentos sustentáveis.

Esse objetivo se refletiu especialmente nos resultados alcançados nos compromissos em propriedade intelectual, compras governamentais, serviços e investimentos.

Ademais, foram incluídos novos compromissos, tornando o acordo mais moderno, especialmente na área de comércio e desenvolvimento sustentável.

Em 2024, o Brasil exportou US$3,1 bilhões e importou 4,1 bilhões em bens do conglomerado Efta. O acordo contribuirá para a diversificação do comércio do Mercosul, ao ampliar oportunidades comerciais nos mercados dos países da Efta, sejam eles: Suíça, Noruega, Liechtenstein e Islândia.

Os países da Efta estão entre os maiores PIB *per capita* do mundo. A Suíça é o 11º maior investidor estrangeiro direto no Brasil, com um estoque de US$30,5 bilhões, e a Noruega é o principal doador do Fundo Amazônia, com contribuições da ordem de R$3,4 bilhões.

Fico muito feliz com esse desfecho, caros colegas, porque tive a oportunidade de receber, aqui no nosso Congresso, delegações da Suíça e da Noruega, com relações e reuniões bilaterais extremamente produtivas, do mais alto nível, o que culminou com o entendimento para a assinatura desse acordo de livre comércio.

Da mesma forma que estou aqui falando pelo Brasil, também estive no Parlasul, Senador Mourão, em que este assunto também foi discutido e debatido, com a maioria absoluta dos membros concordando com a assinatura desse acordo. É um momento de celebração, porque com certeza é mais um acordo a ser celebrado do multilateralismo de oportunidades de negócio que formam para o nosso país mundo afora.

De pronto, passamos a palavra ao Senador Hamilton Mourão, que vai ler o relatório do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

1ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 24, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia, caros colegas Senadores, Sr. Embaixador, Sra. Embaixadora. Para mim, Presidente, é uma satisfação muito grande poder fazer o relato do Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, que é um dos quadros mais experientes do nosso serviço de relações exteriores.

O Embaixador Figueiredo é nascido no Rio de Janeiro, é formado em Direito, passou por todos os cursos da carreira diplomática. Enfatizo que, nas suas teses e na sua experiência, ele tem um grande conhecimento a respeito do direito do mar. Serviu nos mais diversos postos no exterior, na embaixada em Santiago, nos Estados Unidos, onde foi Conselheiro e foi Embaixador, lá em Washington; foi Ministro Conselheiro na delegação permanente da Unesco em Paris; também foi representante permanente junto às Nações Unidas; e foi, cumulativamente, Embaixador nos Estados Unidos, em Portugal e em Doha, tendo retornado ao Brasil no ano de 2023. Atualmente é o Diretor de Projeto da Secretaria-Geral das Relações Exteriores.

Destina-se o Embaixador Figueiredo à Espanha, que é um país com o qual temos relações muito estreitas, sempre lembrando que a Espanha viveu, no século passado, momentos muito difíceis, com uma guerra civil, depois o regime franquista, que se extingue no final dos anos 70, naquilo que ficou conhecido como o Pacto de Moncloa, e a partir dali se abre um período de monarquia parlamentarista. Praticamente é um país dos mais desenvolvidos da Zona do Euro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com um IDH elevado, uma expectativa de vida de 84 anos de idade e uma população de 49 milhões de habitantes. Participa ativamente no âmbito multilateral da União Europeia, da Organização do Tratado do Atlântico Norte, da Organização das Nações Unidas.

Na expressão militar entre Brasil e Espanha, tivemos participação conjunta em missão de paz na América Central, nos anos 90, início dos anos 90, lá em El Salvador e na Nicarágua, e, recentemente, no Líbano, onde tem uma brigada espanhola no sul do Líbano, nós tínhamos, além de uma fragata da Marinha, militares do Exército brasileiro que integravam um estado-maior dessa força de paz.

No aspecto político, vários mecanismos bilaterais, desde o começo do primeiro Governo do Presidente Lula, a partir do ano de 2003, foram estabelecidos, culminando, no ano de 2021, durante o Governo do Presidente Bolsonaro, no estabelecimento de uma Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha, cuja primeira reunião ocorreu em fevereiro deste ano.

Em relação ao comércio, nosso comércio bilateral, no ano passado, alcançou a cifra de aproximadamente US$14 bilhões, com um superávit brasileiro em torno de US$6 bilhões. A Espanha é o quinto maior principal destino das nossas exportações, e aí eu queria destacar que é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com forte presença empresarial em setores como telecomunicações, construção civil, infraestrutura, turismo e no setor financeiro, por meio do Banco Santander, cuja sede é na Espanha.

Em relação à Andorra – eu comparo Andorra com o município que comandei, Ijuí, no Rio Grande do Sul –, Andorra tem 80 mil habitantes, muito peculiar, situada entre Espanha e França, tem um coprincipado parlamentar, a chefia de Estado recai sobre o Presidente da República Francesa e sobre o Bispo de Urgel.

O Brasil tem diálogo político regular com Andorra há mais de 30 anos, mas as nossas relações comerciais são, vamos dizer, muito modestas. A nossa Receita Federal ainda considera Andorra um paraíso fiscal, mas a OCDE já deixou de ter essa consideração em relação à Andorra.

Presidente, esse é o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Embaixador Figueiredo pela brilhante carreira, e agora se destina então à Espanha e Andorra, levando seu conhecimento e a bandeira do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, como sempre, à presteza do Senador Hamilton Mourão, que contribui muito com esta Comissão, com a sua experiência, com o seu conteúdo.

De pronto, passo a palavra ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, que vai representar o Brasil na Espanha e Andorra.

V. Exa. tem dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Eu gostaria inicialmente de saudar S. Exa. o Sr. Presidente desta CRE, Senador Nelsinho Trad, bem como S. Exa. o Sr. Senador Hamilton Mourão, a quem muito agradeço a generosidade de sua relatoria.

Saúdo igualmente S. Exas. as Sras. e Srs. Senadores da República aqui presentes, assim como meus colegas que aqui estão e também por videoconferência e a audiência externa que nos vê e ouve.

Quero inicialmente agradecer especialmente ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, aos quais devo a honra de ser indicado como Embaixador junto ao Reino da Espanha e ao Principado de Andorra.

Eu tenho uma imensa satisfação de retornar a esta Comissão para mais uma vez buscar ser merecedor da aprovação dos Srs. Senadores para um posto no exterior. Esta ocasião é para mim muito mais do que um rito constitucional, ela é uma grande oportunidade de ouvir os comentários das Sras. e Srs. Senadores da República não só sobre os países para os quais estou indicado, mas muito especialmente pelas importantes observações e orientações que buscarei seguir caso seja aprovado por esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dado o tempo de que disponho para esta exposição e diante da densidade dos comentários do Senador Mourão em seu relatório, eu quero entrar diretamente nas prioridades que desejo imprimir à frente da embaixada caso eu tenha a honra de ser aprovado por esta Casa.

Em primeiro lugar, eu quero atuar decididamente na promoção do comércio e dos investimentos entre o Brasil e a Espanha. Terei a ventura de substituir meu colega Orlando Leite Ribeiro, grande especialista nessa área, cujos passos pretendo seguir e, se possível, intensificar. Temos um rico comércio bilateral com a Espanha de quase US$14 bilhões, com um grande superávit para o Brasil da ordem de quase US$6 bilhões no ano passado, e isso completa uma série de superávits que vêm aumentando desde 2017.

É importante nesse contexto assinalar o bom momento econômico da Espanha. Apesar de desafios como todos os países têm, especialmente no período pós-pandemia, a Espanha tem demonstrado uma recuperação econômica notável. O crescimento do PIB em 2023 foi de 2,5%, uma média bem maior do que a média da zona do euro e outras grandes economias. Em 2024, o crescimento do PIB foi de 3,2%, e a previsão para 2025 é de se manter em torno de 2,5%, em dados do Banco Mundial, o que contrasta muito positivamente com os outros países da zona do euro que não ultrapassarão em média 1% de crescimento neste ano. Nós podemos e devemos participar desse crescimento e aumentar ainda mais os laços comerciais com a Espanha.

Além disso, como já foi assinalado pelo Senador Mourão, a Espanha é o segundo maior investidor externo direto no Brasil, apenas atrás dos Estados Unidos, o que é um dado extraordinário, por meio de grandes empresas espanholas que aqui atuam, como a Telefônica, que é a Vivo; a Iberdrola, que é a Neoenergia; o Banco Santander; a seguradora Mapfre. Enfim, são várias áreas, inclusive na área de construção civil, e elas continuam a anunciar novos investimentos no Brasil. E é muito interessante porque essas filiais das empresas espanholas no Brasil, muito frequentemente, têm resultados que superam os das respectivas matrizes em vários indicadores. Eu tenho a intenção de contribuir para fomentar e ampliar esse intercâmbio.

Darei, caso aprovado, ênfase especial na ampliação e diversificação de nossa pauta exportadora para Espanha e Andorra, sempre preocupado com a agregação de valor e fomento de parcerias. Um contato estreito com a Apex e a Câmara de Comércio Brasil-Espanha e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diálogo constante com o setor empresarial brasileiro e espanhol são mecanismos fundamentais para a promoção dos nossos interesses.

Além disso, estarei sempre atento e atuante na promoção dos produtos do agronegócio brasileiro, especialmente no sentido de evitar qualquer dúvida sobre a excelência dos nossos produtos, a modernidade, a alta tecnologia e a sustentabilidade de nossas práticas agrícolas.

Nesse sentido, recordo que a Espanha tem sido um parceiro forte e apoia decididamente a entrada em vigor do Acordo Mercosul-União Europeia, sendo uma das principais vozes em prol desse acordo na Europa.

Eu atribuo também grande importância à promoção da base industrial de defesa brasileira na Espanha como porta de entrada para a Europa e a Otan. Eu recordo, a esse respeito, que a Otan, há poucos dias, tomou a decisão na Cúpula da Haia de aumentar os gastos militares de seus membros em até 5% do PIB. Eu assinalo esse fato porque, naturalmente, surgirão novas oportunidades de colocação do nosso material de defesa no mercado da Europa, e a Espanha pode ser um parceiro muito interessante. Eu lembro que Portugal, por exemplo, já opera os nossos KC-390, que tem parte de sua estrutura construídas na Ogma, em Portugal, e também algumas em instalações que eram da Embraer em Évora e que hoje pertencem à espanhola Aernnova, desde 2022. Eu acho, aliás, eu creio que isso se torna um elemento adicional para a expansão de contratos dessas e outras aeronaves no mercado da Europa. De resto, a própria Embraer já fornece aviões comerciais para Espanha, os E-190 e E-195, para as empresas Air Europa e Binter Canarias.

Srs. Senadores, outro eixo que pretendo imprimir, que eu creio que é diretamente ligado ao anterior, é o da difusão da cultura brasileira e do turismo. Nossa cultura tem uma enorme penetração na Espanha, pela música, literatura, artes plásticas, teatro, cinema, enfim. Eu creio fundamental, porém, ampliar essa penetração através de parcerias de longo prazo com institutos, museus, bibliotecas, festivais de arte e de cinema.

Especificamente quanto ao ensino do português falado no Brasil, ressalto que foi recentemente assinado um convênio entre o Instituto Cervantes e o Instituto Guimarães Rosa para treinamento e fomento do ensino do português em universidades espanholas e do espanhol nas brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, tenciono, até como forma de otimizar custos, buscar realizar e apoiar eventos de divulgação que sejam multifacetados, que englobem promoção comercial, atração de investimentos, promoção do turismo e difusão da cultura. Nesse sentido, buscarei viabilizar patrocínios de fontes empresariais e oficiais brasileiras e espanholas. Especificamente na área de turismo e cultura, considero fundamental manter um bom fluxo de relacionamento com os estados brasileiros, com vistas à divulgação turística e cultural, com o objetivo de atrair mais visitantes para o Brasil.

Sobre a questão específica do turismo, eu quero assinalar que tanto a Espanha quanto Andorra são grandes países na área de turismo. Quanto à Espanha, todos sabem disso, porque tem no turismo uma de suas grandes fontes de recursos, mas Andorra, embora seja um país tão pequeno, com 80 mil habitantes, recebe uma enorme quantidade de turistas todo ano. Só para fazer uma comparação, o Brasil recebeu, no ano de 2024, 6,7 milhões de turistas estrangeiros. Andorra, cujo turismo é fundamentalmente de inverno, recebeu 9,7 milhões, ou seja, uma diferença de 3 milhões de turistas.

O meu ponto não é fazer uma comparação apenas; é mostrar que nós podemos nos beneficiar do *know-how* da indústria de turismo e hotelaria de Andorra, inclusive ao abrigo de um memorando de entendimento para cooperação na área do turismo que assinamos já em 2013, quando esteve aqui o Chanceler de Andorra. Eu creio que nós devemos buscar esse intercâmbio de técnicos de turismo entre nós e Andorra. Claro que com Espanha também – com Espanha por mais razão –, mas não devemos esquecer a importância de Andorra também nesse setor.

A terceira variante e última seria a de ciência, tecnologia e inovação. Nesse ponto, creio ser fundamental incentivar a internacionalização das *startups* brasileiras, utilizando a Espanha como porta de entrada no mercado europeu e mesmo no latino-americano, devido ao idioma.

Na parte educacional, também apoiar a mobilidade estudantil com a Espanha, mas também com a Andorra, nesse último caso, especialmente no setor de hotelaria; apoiar os leitorados brasileiros nas universidades espanholas, como o que temos na Universidade de Madrid e de Santiago de Compostela; manter contatos constantes na área acadêmica, promovendo parcerias com universidades brasileiras e institutos de excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a área de inteligência artificial pode e deve abrir um leque muito interessante de cooperação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – ... em pesquisas conjuntas.

Senhoras e senhores, eu elenquei apenas algumas áreas mestras de atuação, sabendo que a riqueza das relações entre o Brasil e a Espanha, e em grau muito menor com a Andorra, abarca um sem-número de possibilidades.

Nesse sentido, o trabalho na Embaixada em Madri é extremamente desafiante e eu espero, caso seja aprovado por esta Casa, estar à altura desse desafio.

Estou às ordens para responder a eventuais perguntas e complementar o que for necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra. O Relator foi o Senador Hamilton Mourão.

Como nós estamos alternando um presencial e outro remoto, agora é a vez da Embaixadora Irene Vida Gala, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda.

1ª PARTE

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 28, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin para, no prazo de cinco minutos, fazer as suas considerações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar a todos os diplomatas e integrantes do quadro do Itamaraty aqui presentes.

Esta sessão, como todas as outras deste tipo, contém um grande conjunto de conhecimento, de informação, que sempre é útil para o bom exercício do mandato parlamentar.

No caso que me toca, é com muita honra que eu...

Estou tentando localizar aqui, Presidente. Vamos para o manual.

É com muita satisfação que eu, agradecendo a V. Exa. pela designação, vou trazer aqui um brevíssimo relatório sobre a indicação da Sra. Irene Vida Gala, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda.

O relatório que eu apresentei confirma e traz todas as informações essenciais para que se tenha uma dimensão da carreira profissional – do desempenho profissional no desenvolvimento de sua carreira – da Ministra Irene Vida Gala e nos traz também informações sobre o complexo quadro político que o mundo nos oferece – a África, em particular. Do mundo, a gente ouve notícias com frequência sobre as dificuldades dos genocídios, como é o caso, e de massacres, contendas políticas, exercício do poder de uma maneira estranha para nós. Sobre a África, sabemos menos, e por isso a gente aprende mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida alguma, o Governo brasileiro faz bem quando dá à África uma dimensão de importância que transcende o seu papel econômico atual. Eu vou dar um pequeno exemplo: em agosto, nós teremos – e o Itamaraty está acompanhando – a definição ou pelo menos a equação para orientação em matéria de escolha de combustível marítimo. Esse é um exemplo concreto, e quem está acompanhando isso, de maneira permanente, é uma colega diplomata que trouxe informações muito úteis a todos nós, numa audiência pública que tivemos na Comissão de Serviços de Infraestrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos.

Bom, o que tem a ver a África com combustível marítimo? Há um grande esforço na Europa de privilegiar o hidrogênio verde, o que significa muito consumo de eletricidade, dentre outras coisas, e nós torcemos, se tivermos juízo, por valorizarem o combustível renovável, ou seja, plantável, que beneficia os Estados Unidos, beneficia o Brasil e beneficia, de maneira incomparável, a África, que é a grande plataforma a ser empregada. Ora, nós exportamos e importamos, quer dizer, o vai e o vem do Brasil é com o Hemisfério Norte. As nossas rotas marítimas são as mais longas. Em qualquer ônus, em qualquer gravame que incida sobre combustível marítimo, nós seremos ou muito beneficiados ou muito prejudicados. Então, compreender um pouco mais e acompanhar essa perspectiva da África foi o que me permitiu fazer a abordagem deste relatório sobre a nossa Ministra Irene Vida Gala.

Com ela, eu também compartilho sempre, Embaixador, e sempre pergunto como está a proporção de postos para mulheres. Santa Catarina de Alexandria, minha padroeira, determinou: cobre todas as vezes a participação da mulher na vida diplomática. E eu procuro ser obediente. A Ministra Irene também acompanha com muita assiduidade isso. Então, eu cumprimento Itamaraty, porque temos hoje pelo menos duas indicadas aqui, que estão aqui presentes neste momento, até agora; teremos mais uma – 30% é o nosso número, é o nosso *target*.

Mas eu uso a seguinte frase: há grande potencial de expansão no comércio bilateral, especialmente nos setores de agronegócio, máquinas, aviação civil, com Ruanda, que é o destino diplomático da nossa indicada. No mais, o relatório espelha aquilo que sempre a gente tem alegria em constatar quando lidamos com o nosso corpo diplomático: preparo, competência e aptidão para perceber oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não posso encerrar a minha palavra, pegando carona no meu relatório... quero dizer ao futuro Embaixador na Espanha que eu sou frequentador do MWC (Mobile World Congress) anualmente, que se realiza em Barcelona. Lá nós podemos ver a intensidade do recíproco interesse entre os dois países, Espanha e Brasil, sem falar nas grandes outras alternativas que nós temos. E eu gostaria de lhe dizer, é uma carona que eu estou pegando: o modelo de defesa cibernética da Península Ibérica, que se compõe com Espanha, com Portugal, apesar do último mal explicado episódio, talvez climático, talvez nem tanto, não vou ficar reportando, abre também uma grande possibilidade que já existe de intercâmbio na busca de formas de desenvolvimento de cibersegurança.

Como sou Presidente da frente parlamentar e o Seif é participante, o Senador Mourão é nosso consultor, o Senador Marcos Pontes, o Senador Sergio Moro, fazemos todos parte dessa congregação preocupada com este assunto, eu pego este momento para lhe recomendar que se debruce sobre este assunto. E voltando aqui à minha obrigação, eu não tenho que dar parecer, mas é lógico que eu votarei na competência da Ministra Irene para cumprir a sua missão. Votarei a favor, é claro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos o relatório do Senador Esperidião Amin.

De pronto, passamos a palavra para a Embaixadora Irene Vida Gala, que está remotamente.

Apenas para fazer um registro, na última sessão ordinária da Comissão de Relações Exteriores, nós sabatinamos três mulheres. E hoje, dos seis indicados, três são mulheres, atendendo sempre o clamor do Senador Esperidião Amin. Com as de hoje, 33% de mulheres ocupam os postos. Melhoramos a média.

Apenas um outro registro, a assinatura de acordo de paz entre a República Democrática do Congo e Ruanda – o Governo brasileiro recebeu com satisfação esse anúncio.

O Brasil cumprimenta os Governos do Congo e da Ruanda, reitera apoio aos esforços contínuos de organizações regionais africanas e das Nações Unidas em prol da paz, em um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registro especial, em particular, por meio da missão das Nações Unidas para a estabilização de Ruanda, cujo comando militar é atualmente exercido pelo General brasileiro Ulisses de Mesquita Gomes – é importante esse registro –, que cultivou e conseguiu implementar a paz.

Com a palavra a Embaixadora Irene Vida Gala. V. Exa. dispõe de dez minutos prorrogáveis por mais cinco.

A SRA. IRENE VIDA GALA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Bom dia! Gostaria de cumprimentar S. Exas, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, e agradecer especialmente ao Presidente desta Comissão, Senador Nelsinho Trad, a oportunidade de comparecer remotamente a esta sabatina e apresentar o plano estratégico da Embaixada do Brasil em Kigali, que acaba de ser aberta.

Agradeço a minha indicação à Sua Excelência o Senhor Presidente da República e também ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Permitam-me cumprimentar ainda nominalmente o meu Relator, o Senador Esperidião Amin, e demais Senadores presentes que me honram com a sua presença nesta sabatina, além das pessoas que nos acompanham (*Falha no áudio.*)... colegas e minhas colegas também nesta sabatina.

Registro, inicialmente (*Falha no áudio.*)... de Kigali. Cheguei aqui em maio, com a missão administrativa de abrir o novo posto. Iniciamos formalmente nossas atividades em 1º de junho e, caso venha a contar com a aprovação de V. Exas., quero iniciar prontamente o trabalho de aprofundamento das relações bilaterais, que até agora estavam a cargo da Embaixada de Nairóbi.

Qual o propósito (*Falha no áudio.*)... será aproveitar o bom momento vivido por Ruanda para tornar o Brasil um ator relevante no cenário local, onde já há um número expressivo de embaixadas, cerca de 50, além de muitos organismos internacionais.

Estou aqui há quase dois meses e observo alguns fatos que saltam aos olhos e, creio, serão decisivos para determinar a nossa ação. O primeiro deles é que o Governo de Ruanda é um Governo eficiente. No principal índice de governança de países africanos, o índice da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fundação Mo Ibrahim, Ruanda surge como o país com melhor gestão pública em todo o continente, é o número um nesse quesito e tem outros ótimos indicadores. Os colegas diplomatas estrangeiros aqui em Kigali dizem que o Governo seleciona suas prioridades e as segue, firma parcerias que são implementadas e redundam em projetos executados. É um governo marcado pelo compromisso com metas, metas que me permitem apresentar Ruanda como candidato à condição de país de renda média alta em 2050. Definitivamente o que vejo é que eles deixam claro aonde querem chegar.

Outro fato marcante, no Governo ruandês e neste país como um todo, é a disposição que eu tenho observado de serem grandes e relevantes não só regionalmente, mas no continente. Isso, creio, será importante como estímulo para os brasileiros que chegam aqui, mas já olhando para o entorno e mesmo além.

Eu cito esses dados porque entendo serem muito bons para os agentes brasileiros, em particular para os agentes econômicos, inclusive porque Ruanda também figura como um dos países com menor exposição à corrupção. Os índices referentes à facilidade de promoção de negócios também são muito positivos, mas o país, sabemos, é muito pequeno, ainda que com uma altíssima densidade demográfica. Então, a ideia da Embaixada será privilegiar (*Falha no áudio.*) sejam também prioritárias para o Governo local e em que o Brasil tenha sabida vantagem comparativa. Refiro-me, em primeiro lugar, à agricultura e pecuária e às oportunidades para o agronegócio.

Aliás, já está em negociação a participação de um grande frigorífico brasileiro em um empreendimento local para processamento de carne bovina, com parte dos recursos oriundos de um fundo de investimento brasileiro. Ruanda já é um importante produtor de carne, guardadas as devidas proporções, e o Ministro da Agricultura local já indicou interesse na importação de sêmen brasileiro e no melhoramento genético do gado local com a parceria brasileira. Esse é um exemplo – o do frigorífico e o do banco de investimentos – de que os empresários brasileiros já chegaram a Ruanda antes mesmo da própria Embaixada.

Tenho testemunhado, aliás, o início de um fluxo de visitantes brasileiros a esse país. Parece-me haver uma crescente curiosidade em razão, creio, dos bons indicadores de Ruanda e da notoriedade que o país vem alcançando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É impossível, contudo, não fazer referência ao genocídio de 1994, quando, no prazo de cem dias, houve cerca de 1 milhão de mortos. O país é fruto dessa história, mas, hoje, talvez por isso, o que o marca é a sua condição de estabilidade política e de desenvolvimento social e econômico ao longo dos últimos 30 anos. Esse é um caso efetivamente (*Falha no áudio.*) dos horrores (*Falha no áudio.*) para uma história de sucesso econômico em bem pouco tempo. E isso não é fruto do acaso, trata-se de um Governo e de uma sociedade que querem superar a tragédia.

Menciono necessariamente esse etos da sociedade local, mas quero voltar às relações com o Brasil, em que entendo ser imprescindível reforçar a agenda de tecnologia e inovação. Cito, a propósito, um exemplo do destacado papel que Ruanda já vem alcançando nesse domínio. Há poucos dias, a Google África apontou quinze *startups* africanas que receberão apoio para o desenvolvimento de suas atividades no próximo ano. Nesse conjunto de quinze, a Nigéria despontava com seis grupos selecionados; das outras nove *startups*, duas são ruandesas; só outros dois países tiveram igualmente duas empresas selecionadas: Gana e Quênia. É impressionante, portanto, como um país de pequenas dimensões venha ganhando protagonismo em uma agenda de inovação tão importante no mundo. E cito outro caso. Ontem e anteontem, em Kigali, estava acontecendo um congresso mundial sobre energia nuclear para a promoção do desenvolvimento africano. A produção de energia, sabemos, é essencial para esse desenvolvimento, e Ruanda está comprometida com avanços na produção de energia nuclear, mediante o desenvolvimento de pequenos reatores modulares, já a partir do próximo ano, para início de atividade em 2028.

Como se vê, o Brasil precisa buscar em Ruanda parceiros que são hoje os protagonistas na agenda de um desenvolvimento econômico, tecnológico e científico.

Imagino que quem me ouve agora possa estar surpreso como eu estou otimista e mesmo entusiasmada, mas devo confessar que, ao chegar a Ruanda, fiquei muito impressionada. Kigali, a capital, é uma cidade extremamente segura, a mais segura do continente e uma das mais seguras do mundo. É também uma cidade absolutamente limpa e bem urbanizada, uma cidade com um claro sentido de planejamento urbano. Por isso, a embaixada já está buscando identificar parceiros brasileiros que possam explorar aqui oportunidades na área de infraestrutura, que é uma das principais apostas do país. Há muito a ser feito nessa área de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura, e o Governo tem assegurado recursos. Agora mesmo, nesta semana, o Banco Mundial concedeu um empréstimo de US$100 milhões para explorar atividades de mobilidade urbana em Kigali e no entorno. O Brasil e suas empresas precisam participar dessas iniciativas. Nós sabemos, temos capacidade para aportar tecnologias muito úteis a este país. E o Governo de Ruanda – é importante dizer – tem, sim, grandes expectativas com relação ao Brasil e menciona as áreas de formação técnica e tecnológica, entre outras. Está aí, a meu ver, uma oportunidade a explorar, porque, a partir da parceria na formação de quadros e capacitação de talentos, abrem-se as portas para vendas de serviços, para desenvolvimento de projetos e até mesmo, sobretudo, para investimentos conjuntos do setor privado brasileiro em parcerias com o setor privado ruandês e com o próprio Governo. Nesse contexto, é necessário mencionar que o Governo de Ruanda é um investidor em projetos de desenvolvimento, que, após estarem consolidados, ele transfere para a iniciativa privada.

Como pude indicar no plano estratégico apresentado a esta Comissão, a embaixada está apenas iniciando suas atividades, e há praticamente tudo a ser feito. Por isso, acho que será essencial no início um grande senso de pragmatismo para que o foco seja nítido e certeiro. Nós temos que modular as nossas ofertas e as expectativas do Governo local àquilo que é mais factível, mas, ao mesmo tempo, que traga resultados já no curto prazo, porque precisamos demonstrar que há, sim, uma agenda a explorar entre os dois países e que esta nova embaixada, em um novo país, com o comércio com o Brasil ainda tão inexpressivo, está, sim, fadada a ter bons resultados.

A prioridade número um, portanto, será certamente ampliar o número de acordos e documentos bilaterais assinados para dar garantias necessárias ao desenvolvimento das relações. Para tanto, será imprescindível o posterior apoio deste Senado Federal para uma rápida deliberação em torno desses documentos. Serão acordos nas áreas de ciência e tecnologia, comércio, investimento, cooperação, segurança e defesa e, creio também, na área de aviação, sendo oportuno lembrar que a Embraer olha com interesse, como já disse o Senador Amin, para o mercado local, porque a RwandAir, empresa local de aviação civil que é parceira da Qatar Airways, acaba de ganhar o prêmio de melhor empresa aérea regional do continente africano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo de Ruanda também está inaugurando, no próximo ano, um novo aeroporto, porque quer ver o país como um *hub* aéreo para rivalizar, na África, com a Adis Abeba.

Vejam que interessante: o Governo ruandês... (*Falha no áudio.*)

... consultor brasileiro para segurar o aprimoramento das capacidades técnicas ao setor de aviação comercial do país, conforme os padrões da Oaci. Esse técnico me diz que, na próxima avaliação, o país Ruanda receberá, deverá receber nota máxima em termos de segurança de voo e infraestrutura aeroportuária. (*Falha no áudio.*)

... da brasileira contratada pelo Governo.

Eu gostaria finalmente de indicar uma outra prioridade da nossa missão à frente da embaixada. Nós teremos que fazer um trabalho intenso para divulgar Ruanda junto aos brasileiros. Isso mesmo, divulgar Ruanda junto aos brasileiros, porque, no Brasil, poucos sabem do que está acontecendo aqui e da revolução valorosa que se observa em Ruanda. Por isso, a embaixada pretende fazer uma busca ativa por parceiros em território brasileiro.

Nós não vamos ficar esperando que a embaixada seja procurada pelos brasileiros interessados em oportunidades em Ruanda – não. A embaixada deverá fazer um trabalho intenso de busca ativa por parceiros no Brasil. Vamos procurar sensibilizar todos os setores da área agrícola, financeira, empresarial, mas também da área do turismo, da cultura e, sobretudo, da ciência e tecnologia.

Eu e... (*Falha no áudio.*)

... estaremos muito atentos ao dinamismo e aos planos de desenvolvimento de Ruanda, para apresentá-los aos brasileiros, criando as condições para um diálogo.

Eu tenho certeza de que temos condições de fazer de Ruanda um parceiro único do Brasil no continente africano. Eu digo único porque a agenda é ou será uma agenda essencialmente orientada para os desafios da contemporaneidade. O pragmatismo do Governo ruandês irá exigir de nós igual objetividade e estou confiante de que os empresários e agentes públicos e privados brasileiros irão apreciar essa modalidade de diálogo objetivo e pragmático, com foco em resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concluo, fazendo referência também ao importante papel que Ruanda desempenha na agenda política de segurança na região e no continente. Ruanda defende integração regional. E o Presidente Kagame, quando Presidente da União Africana, foi responsável pela conclusão dos acordos de integração de comércio, de livre comércio.

Isso significa dizer que Ruanda, mesmo com seu espaço geográfico exíguo, pode funcionar como uma porta, uma ponte para que o Brasil e outros mercados possam ter sua presença na região. Trata-se de aproveitar a estabilidade, a organização, o planejamento e a eficácia dos agentes públicos e privados em Ruanda para desenvolver uma maior participação brasileira no continente, pois que – permito-me dizer isso com algum conhecimento da matéria – não é segredo que o século XXI tenderá ser o século africano.

Agradeço a todos e a todos e me coloco à disposição para responder perguntas e prestar eventuais outros esclarecimentos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora Irene Vida Gala.

Apenas para organizar o nosso rito, agora, de pronto, nós vamos passar para quem está ao nosso lado presencialmente, a Sra. Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

A relatoria é da Senadora Mara Gabrilli.

Após essa mensagem, nós vamos passar – já deixa na ponta da agulha aí – ao Sr. Orlando Leite Ribeiro, Embaixador que vai representar o Brasil na República Tcheca, sendo a Relatora a Senadora Tereza Cristina.

Gostaria, antes de vocês colocarem a Senadora Mara já no ponto para poder ler o relatório, de registrar a presença do Presidente da Famasul do meu estado, Marcelo Bettoni, graduado em Gestão Pública. Não poderia deixar de mencioná-lo, sem também deixar de me lembrar do seu saudoso pai, exímio cirurgião, Dr. Flávio Bettoni, que já me socorreu em cirurgias em que eu passei apertado, levando um ensinamento do meu professor: "Nunca deixe uma cirurgia ficar irreversível". E, quando ela estava chegando a esse ponto, eu ligava para o Dr. Flávio Bettoni vir me ajudar, e aquilo clareava que era uma beleza.

Leve o nosso abraço.

Com a palavra, Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Quero cumprimentar a todos os Senadores, cumprimentar a nossa Embaixadora Maria Luisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer um cumprimento à Embaixadora Irene Vida Gala por várias questões e pela Presidência da MDB, que é a Associação das Mulheres Diplomatas do Brasil; ela que, como mulher, tanto incentiva a presença de mais mulheres na diplomacia. Então, fico muito feliz de ver a Embaixadora Irene aí.

Quero também cumprimentar a Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi, que passou por aí, que tem uma atenção muito grande com temas delicados que já tratamos, principalmente no que diz respeito a sequestro internacional de crianças.

Queria deixar essa mensagem para as nossas Embaixadoras.

Então, vamos à nossa Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes.

O Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores Maria Luisa Escorel de Moraes para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Suíça e, cumulativamente, ao Principado de Liechtenstein.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada do currículo da indicada, do qual extraímos o que se segue.

Maria Luisa Escorel de Moraes obteve licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no ano de 1981.

Dois anos mais tarde, obteve o bacharelado. Em 2006, tornou-se mestre em Ciência Política pela Universidade Andrés Bello, no Instituto de Estudos Políticos de Santiago do Chile. No Instituto Rio Branco, a indicada concluiu o curso de preparação para a carreira diplomática, em 1985. E também frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1994, e o Curso de Altos Estudos, em 2006, no qual defendeu a tese "A política externa do governo Lagos: a reinserção chilena na América do Sul e as relações com o Brasil".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na carreira diplomática, tornou-se Segunda-Secretária em 1991. Por merecimento, chegou a Primeira-Secretária em 1998; a Conselheira em 2004; a Ministra de Segunda Classe em 2009; e a Ministra de Primeira Classe em 2016.

Em sua trajetória profissional, exerceu diversos cargos no Brasil e no exterior: foi Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunta no Consulado-Geral em Vancouver, de 1991 a 1994; Chefe Substituta na Divisão Europa II, de 1997 a 1999; Assessora na Secretaria-Geral, de 1999 a 2000; Primeira-Secretária na Missão junto às Nações Unidas, em Nova York, de 2000 a 2004; Primeira-Secretária e Conselheira na Embaixada em Santiago, de 2004 a 2007; Ministra-Conselheira comissionada, Encarregada de Negócios interina na Embaixada em Wellington, de 2007 a 2009; Ministra-Conselheira na Delegação Permanente em Genebra, de 2009 a 2015 – quando tive a honra de conhecê-la –; Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional, de 2015 a 2016; Diretora do Departamento de Organismos Internacionais, de 2016 a 2018; Representante Permanente Alterna na Delegação Permanente junto às Nações Unidas e organismos especializados em Genebra, de 2018 a 2022; Embaixadora em Estocolmo, na Suécia, cumulativamente com a Letônia, de 2022 a 2023; e Secretária de Europa e América do Norte desde 2023.

Nossa, Maria Luisa!

A diplomata indicada foi agraciada com distintas condecorações.

A mensagem presidencial veio acompanhada, também em observância das normas do Risf, de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a Confederação Suíça e o Principado de Liechtenstein, o qual contém informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desses países e de suas políticas interna e externa, bem como de suas situações econômicas.

A Suíça é uma república federal situada na Europa Central, composta por 26 cantões. Sua capital é Berna e a população é de cerca de 8,96 milhões de habitantes. É reconhecida por seu sistema político de democracia direta e pelo mais alto nível de desenvolvimento humano (IDH) do mundo. Com economia estável e diversificada, o país destaca-se como sede de algumas das principais multinacionais globais e de empresas renomadas no campo das inovações tecnológicas, sobretudo nos segmentos industriais de química e farmacêutica; metais e pedras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preciosas; alimentos, bebidas e tabaco; e relógios e instrumentos de precisão. Além disso, são expressivos os seus setores de turismo e de serviços financeiros.

No âmbito da política externa, a Suíça segue uma tradicional política de neutralidade, sendo sede de importantes organizações internacionais.

As relações bilaterais são marcadas por vínculos históricos significativos, com forte presença da comunidade brasileira na Suíça, estimada em cerca de 80 mil pessoas. O Brasil, por sua vez, conta com a segunda maior comunidade suíça na América Latina.

Em 2008, foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica, assentado em três pilares: i) mecanismo regular de consultas políticas de alto nível; ii) projetos comuns de cooperação; e iii) coordenação nos organismos internacionais, em especial nas Nações Unidas. As reuniões de consultas políticas são realizadas desde 2010, com periodicidade anual.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Suíça na América Latina, sendo que, no final do ano de 2023, a Suíça era a sétima principal origem de investimentos diretos no país. A pauta comercial é marcada por desequilíbrio em favor da Suíça. Em 2024, o comércio bilateral atingiu US$4,41 bilhões, com déficit de US$1,77 bilhão. O Brasil exportou, majoritariamente, ouro não monetário (72% da pauta); artigos para a indústria de transformação (4,5%); carnes de aves (3,3%); óleos combustíveis de petróleo (2,9%); e artigos para a indústria química (2,8%). Os principais produtos suíços importados foram medicamentos e produtos farmacêuticos (26%); compostos de nitrogênio (12%); outros medicamentos (10%); outros compostos organo-inorgânicos (9,5%); e outros artigos manufaturados (2,6%).

Estão em curso negociações para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Efta, que é a Associação Europeia de Livre Comércio, composta por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein, que poderá viabilizar a ampliação e a diversificação da pauta de exportações do Brasil para a Suíça.

Liechtenstein, por sua vez, é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O país tem área territorial de 160 quilômetros quadrados e faz fronteira a oeste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Suíça e a leste e norte com a Áustria. Conta com população de 40,3 mil habitantes e detém o segundo maior Produto Interno Bruto *per capita* (PIB) da Europa, atrás de Mônaco.

O Principado de Liechtenstein é classificado pela Receita Federal do Brasil como paraíso fiscal e reivindicou formalmente sua exclusão dessa lista em 2015.

Sras. e Srs. Senadores, ao concluir este relatório, eu gostaria de cumprimentar a Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, reforçando também o desejo de que esta indicação abra caminho para o incremento na participação feminina entre as embaixadas brasileiras mais estratégicas para o interesse nacional e que haja cada vez maior número de mulheres diplomatas a exercer funções de chefia e direção em nossos postos no exterior. Quero parabenizar a Embaixadora Maria Luisa do fundo do coração por todo esse trabalho, por todo esse currículo de dedicação ao nosso país.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço à Senadora Mara Gabrilli, sempre abrilhantando e sendo inspiração das nossas ações aqui no Senado da República. Permita-me um comentário muito apropriado: V. Exa. está linda hoje com esse traje de inverno, enriqueceu a nossa reunião aqui da Comissão de Relações Exteriores! V. Exa. veio com uma áurea muito boa, porque acaba de ser anunciada a conclusão do acordo de livre comércio entre a Efta e o Mercosul. V. Exa. tocou nesse assunto, é algo que realmente vai ser palco, com certeza, da fala...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Que alegria! Que alegria!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – É a sua energia que está batendo aqui! Parabéns! Obrigado pela participação de sempre.

Com a palavra a Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES (Para expor.) – Muito bom dia a todos. É uma alegria estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Nelson Trad; Exma. Sra. Relatora, Senadora Mara Gabrilli, muito obrigada por ser a minha Relatora, é uma alegria e uma honra; Exmas. Sras. e Srs. Senadores integrantes da Comissão de Relações Exteriores do Senado; caras e caros colegas; senhoras e senhores, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela confiança e pela indicação do meu nome para assumir a chefia de nossa Embaixada junto à Confederação da Suíça em Berna, cumulativa com o Principado de Liechtenstein. Espero também poder contar com o apoio desta Comissão e a aprovação do Plenário do Senado para exercer tão prestigiosa missão que me honra muito e também igualmente me motiva.

O Sr. Senador Nelson Trad, que preside esta Comissão e também o Grupo Parlamentar de amizade Brasil-Suíça, bem conhece a longa história da presença da Suíça no nosso país e sua importante contribuição desde os primórdios do século XIX para o desenvolvimento e o crescimento econômico do Brasil.

O potencial para seguir aprofundando e intensificando a cooperação e o intercâmbio entre o Brasil e a Suíça segue crescendo e se diversificando, e essa será minha missão.

Bom, na minha apresentação, eu vou recordar alguns dados que me parecem muito relevantes sobre o país, sobre a Suíça e sobre Liechtenstein, sobre o qual eu falarei mais ao final, dados sobre a relação bilateral, o meu plano de trabalho, as perspectivas, o que eu pretendo, e terminarei falando um pouquinho mais de Liechtenstein e também das perspectivas de intensificação dessa relação.

É verdade que nós ouvimos aqui já várias coisas sobre a Suíça e creio que todos nós temos uma ideia da Suíça na cabeça, seja pela neve, seja pelo chocolate, seja pelos relógios, seja pelos queijos, mas eu acho que a Suíça ainda tem muito mais do que essas características, mas que são características que estão inclusive na nossa memória afetiva. Acho que todos os brasileiros têm alguma ideia de Suíça, o que torna, digamos, a minha apresentação mais fácil em alguma medida, não é?

Como já foi recordado aqui, eu precisava chamar a atenção para alguns aspectos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Confederação Suíça como tal, também conhecida como Confederação Helvética, foi constituída em meados do século XIX, em 1848, quando foi adotada a primeira Constituição. E talvez a característica mais importante, mais relevante seja o fato de ser uma federação de 26 cantões que tem uma grande autonomia e é uma democracia participativa. Então, eu queria falar um pouquinho dessa democracia participativa em tempos em que a democracia também vem sendo questionada no mundo. Parece que a Suíça nos dá um modelo muito interessante.

Como eu dizia, eles se caracterizam por uma descentralização muito acentuada, porque a maioria das grandes decisões são submetidas a um referendo comunal nos distintos cantões. Então, por exemplo, quando se decidiu, em 2002 apenas, que a Suíça finalmente ingressaria nas Nações Unidas, coisa que surpreende até, porque a Suíça é sempre conhecida pelo aspecto das organizações internacionais e multilaterais, mas ela só entrou para a ONU – eu me lembro porque eu estava lá, como Primeira-Secretária – em 2002, isso porque a própria população, antes, achava que não era o caso. A neutralidade suíça está por trás disso, a ideia de que a Suíça tem o seu próprio caminho a seguir, com a sua própria perspectiva, com seus próprios valores e princípios.

Então, eu até peguei uma citação que eu achei que poderia ser de interesse, de curioso, falando sobre essa democracia e sobre essa descentralização que diz o seguinte: "O princípio dessa democracia *sui generis* está [...] em ser comunal [ou seja, municipal] antes de ser cantonal [portanto estadual] e cantonal antes de ser federal. Sua base é, assim, a da autonomia local". Acho que isso é uma característica a ser, digamos, destacada sobre a Suíça, que é diferente, creio eu, da grande maioria, se não de todos os outros países do mundo.

Bem, o outro aspecto que me parece muito relevante é que essa autonomia e essa diversidade... É bom lembrar que a Suíça, de que a gente fala como se fosse um país todo igualzinho, o que não é, é um país com grandes diferenças culturais, linguísticas e históricas. E exatamente um dos textos que eu li explicava que parte dessa neutralidade suíça vem exatamente do fato dessa diversidade suíça, em que um cantão poderia se identificar mais com um país, lembrando que a Suíça é rodeada por cinco Estados: Alemanha, Itália, França, Áustria e o Principado de Liechtenstein. Então, ao se manter neutra no centro da Europa, no centro ocidental da Europa, também era de interesse dos vizinhos que a Suíça se mantivesse neutra, porque assim eventualmente poderiam pedir direito de passagem, os seus vizinhos etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a base... Essa é uma das explicações acadêmicas – naturalmente haverá outras teses –, mas me pareceu muito interessante entender de onde vinha essa neutralidade suíça. E essa neutralidade foi reconhecida já em 1815 no Congresso de Viena. Portanto, os seus pares, os outros países, os outros Estados reconhecem essa neutralidade porque interessa a todos.

Uma outra tradição importante suíça é sua tradição mediadora e sua tradição humanitária.

Na sua tradição mediadora, eu queria lembrar que, em 1900, foi a Suíça quem arbitrou a questão do Amapá. Então, a Suíça está na nossa história já há muito tempo. E, melhor ainda, quem estava na delegação brasileira? O Emílio Goeldi, que já era Diretor da famosa – e conhecido do museu – Fundação Emílio Goeldi lá no Pará. E ele foi quem preparou – o Emílio Goeldi, já muito abrasileirado, naturalmente, porque já estava há muitos anos no Brasil – uma série de mapas e uma série de argumentos mostrando que a fronteira tinha que ser ali no Oiapoque. E, assim, o Brasil conseguiu manter todo aquele território, o território do Amapá, e foi com uma arbitragem positiva da Suíça.

Então, digamos, esse é apenas um exemplo de como a Suíça sempre esteve presente nos grandes conflitos, não só armados – ali, no caso, não era propriamente um conflito armado –, mas nos grandes conflitos de interesses e nas grandes controvérsias. E depois eu teria, se houver tempo, vários outros exemplos para dar, mas eu queria destacar essa participação histórica.

E, finalmente, a parte humanitária. O que se diz é que um cidadão suíço chamado Henri Dunant viu os horrores de uma guerra ali na fronteira com a Itália e, quando voltou – estamos falando do século XIX, meados para o final –, ele disse: "Nós não podemos tratar os prisioneiros e os feridos da maneira com que são tratados. Nós precisamos fazer alguma coisa por essa gente. Eles estão lutando, mas eles têm direitos, eles têm uma dignidade humana". Então, a partir dessa experiência de ver os horrores de uma guerra, ele volta para a Suíça e sugere a criação das Sociedades Nacionais, primeiro, e depois estabelece o Comitê da Cruz Vermelha – lembrando que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha não é do sistema das Nações Unidas; ele é à parte, mas funciona em Genebra. Essa é a base da assistência humanitária e das convenções de Genebra – foram várias convenções adotadas a partir do final do século XIX, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a maioria foi no início do século XX. São mais de nove convenções de Genebra, que são a base do direito internacional humanitário. Então, a Suíça se identifica profundamente com o direito internacional, mas sobretudo com o direito internacional humanitário, o que coincide conosco porque nós também apoiamos e promovemos o direito internacional humanitário.

Já foi dito aqui: a Suíça é um país altamente desenvolvido, é um país muito rico, é um país pequeno comparado com o Brasil, eu acho interessante a gente sempre lembrar. Eu vi que é um duzentos avos do Brasil.

Então, em termos de dimensões é modesto, mas Liechtenstein é ainda mais modesto: Liechtenstein tem 160km², ou seja, é menor do que o Plano Piloto, mais ou menos, para a gente ter uma ideia, mas o tamanho, como se diz, não é documento. O tamanho do país não é o mais relevante, embora, no caso do Brasil, o nosso tamanho seja altamente relevante; então, depende da perspectiva.

Mas eles estão muito industrializados, eles são muito ricos, estão muito bem resolvidos internamente, os suíços. Eles têm um IDH que é o mais alto do mundo, é de 0,967, ou seja, o máximo é 1. Nós estamos na casa do 0,7 e pouco, ficamos sempre ali, tentando subir, desce um pouquinho, sobe, desce um pouquinho, mas esse índice é muito importante. O que eles fizeram para chegar lá? O que nós podemos emular, eventualmente, para também chegarmos lá, a um índice de desenvolvimento humano maior para o nosso país? – porque o nosso país também merece.

E um outro ponto que eu queria lembrar: o PIB *per capita*. O PIB *per capita* da Suíça é de mais de US$90 mil por cabeça, por ano, ou seja, comparado conosco... Eu já vi vários números, porque isso varia muito, mas eu vi US$11 mil e vi US$22 mil, o nosso PIB; de qualquer maneira, é muito abaixo. É claro que o nosso PIB nominal é muito mais alto, o nosso problema é a distribuição das nossas riquezas.

Por último, eu queria comentar que a inovação e a sustentabilidade estão na base da economia suíça, mas também da do Principado de Liechtenstein, e, digamos, orientam todas as ações que a Suíça faz aqui no nosso país e no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passemos, então, agora para as relações bilaterais. Eu teria muito mais para falar sobre a Suíça... Aliás, eu até tomei uma nota aqui porque eu sabia que ia esquecer: eu li um relatório da nossa Agência Brasileira de Cooperação que diz o seguinte, que a Suíça é um ator exemplar no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. Ora, nós precisamos de cooperação e nós também fazemos cooperação em terceiros países com a Suíça, que vai muito bem, obrigada. Então, além de uma cooperação que eles têm conosco e no nosso país, sobre a qual eu vou falar em breve, também fazemos cooperação trilateral ou triangular para outros.

Falamos, então, que as relações com a...

Eu estou falando muito, não é? Estou vendo que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

A SRA. MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES – Eu só tenho aquilo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

É porque eu estou animada, desculpem-me.

Então, nós falamos que as relações com a Suíça são muito tradicionais, muito amistosas, desde sempre. E sempre lembro que os primeiros 2 mil suíços chegaram ao Brasil em 1818 ou 1819; portanto, ainda no período colonial, ainda com D. João VI, e foram se localizar na região serrana do Rio de Janeiro inicialmente, em Nova Friburgo, que no ano passado, aliás, foi declarada a Suíça Brasileira por uma lei aqui, a 14.910.

Os investimentos suíços no Brasil são muito importantes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES – Nós temos mais de 600 empresas suíças no Brasil, lembrando a Nestlé, obviamente, que nos acompanha desde a tenra infância; a Syngenta; a Novartis; a Clariant; e a ABB (Asea Brown Boveri), que é da área elétrica. Bem, são 85 mil postos de trabalho que essas 600 empresas produzem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Suíça está entre os nossos sete maiores investidores, alcançando quase US$50 bilhões e, em termos de operações entre empresas, é o nosso terceiro investidor. Então, está crescendo. O interesse da Suíça no Brasil só faz crescer. Um exemplo disso foi a decisão de apoiar e de contribuir para o Fundo Amazônia no ano passado com US$5 milhões.

O comércio bilateral é deficitário para o Brasil. Nós exportamos cerca de US$1 bilhão e importamos mais de US$3 bilhões. É um comércio curioso, porque a Suíça importa do Brasil sobretudo ouro – ouro não monetário –, que é...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES – ... aquele ouro que eles usam para fazer relógios, para fazer joias, para fazer outros tipos de instrumentos de precisão. Nós importamos muitos produtos farmacêuticos e produtos químicos, sobretudo – quase mais da metade são medicamentos.

E por que é tão deficitário? Porque a Suíça é uma economia relativamente pequena, muito industrializada, muito moderna e relativamente fechada para receber, embora ela dependa muito do comércio exterior.

Então, Senador, este Acordo Mercosul-Efta abrirá enormes oportunidades de a gente justamente reequilibrar esse comércio. Nós não temos acesso ainda ao texto, porque ele foi negociado ontem até o último momento, mas ficamos na maior alegria de saber que o acordo está saindo e vai ser anunciado hoje ou amanhã pelo nosso Ministro e pelo nosso Presidente. Então, muitas outras coisas boas e novas oportunidades virão. Eu diria que isso envolve cerca de US$4 trilhões, e cerca de 300 milhões de pessoas vão se beneficiar.

Se me permite, eu queria comentar esses números. Nós temos, aqui no Brasil, aproximadamente 15 mil descendentes de suíços e suíços, e entre 60 e 80 mil brasileiros na Suíça – os números variam por conta de quem tem dupla nacionalidade ou não.

Voltando – se o senhor me permitir e me der mais três minutos –, o que eu tenho em mente? Como eu dizia, o meu trabalho vai ser facilitado pelo excelente trabalho dos meus antecessores, começando pela Embaixadora Cláudia Buzzi, que vocês já conheceram hoje de manhã. Estou muito feliz e muito honrada em sucedê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um plano de ação estratégico entre os dois países, que foi adotado em 2008 e que tem três vertentes – e aqui eu aproveito e já respondo a uma das perguntas do público. Essas três vertentes são: o mecanismo de consultas políticas bilaterais, em alto nível, que se reúne anualmente e vai se reunir neste ano, se Deus quiser, contando com a aprovação dos senhores, no segundo semestre, lá em Berna; temos um mecanismo de cooperação, que é o que eu falava, cooperação entre os dois países, mas também cooperação em terceiros países; e, por último, uma cooperação na área dos organismos internacionais, em particular das Nações Unidas. Então, todos os anos nós nos sentamos com os nossos pares suíços para discutir essas posições. Entre 2002 e 2003, nós coincidimos com a Suíça no Conselho de Segurança das Nações Unidas e atuamos em plena coordenação e sintonia com eles.

Além disso, se me permite, mais dois pontinhos que eu queria ressaltar. Nós temos um mecanismo de consultas anual sobre direitos humanos. Então, além do trabalho em Genebra, nessa área, em Berna nós nos reunimos com os pares, com os nossos homólogos, para discutir todos os temas de direitos humanos. E também é um mecanismo que funciona muito bem. Temos também uma comissão mista de ciência, tecnologia e inovação, que também funciona maravilhosamente bem, e está previsto para nos reunirmos no início de 2026. E agora, no segundo semestre, vamos reunir a comissão de assuntos econômicos e financeiros, que é uma comissão que também deve se reunir anualmente.

A minha expectativa é poder manter esse ritmo, manter essa regularidade e buscar identificar aquilo que ainda não foi identificado na área acadêmica, na área cultural, na área do comércio, na área dos investimentos. Eu vejo um grande potencial. Por exemplo, a Suíça é muito boa na parte da conservação do seu patrimônio histórico.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES – Eu acho que nós temos um patrimônio extraordinário, e uma cooperação nessa área, de manter os nossos belíssimos prédios e tudo mais, pode ser muito útil.

E, por último, acho que na área de esportes e de esportes paraolímpicos também podemos trabalhar com a Suíça; e na área da saúde, porque eles têm uma indústria farmacêutica muito poderosa e nós temos um Sistema Único de Saúde igualmente poderoso e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atraente, que atrai a todos. Então, neste Acordo Efta-Mercosul, o nosso SUS também será beneficiado, com acesso mais facilitado a medicamentos, a preços mais módicos etc.

Em suma, eu teria inúmeras coisas mais para compartilhar com vocês. Esta missão me entusiasma, me motiva e eu realmente estou empenhada em encontrar mais oportunidades, porque eu acho que é uma relação natural, é uma atração natural entre os dois países, e nós precisamos nos valer disso e aproveitar isso, pela prosperidade do povo brasileiro e pelo desenvolvimento sustentável do nosso país. É por isso que eu vou lutar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Excelente apresentação. Agradeço à Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes.

Vou, de pronto, passar a palavra para a Senadora Tereza Cristina, que vai relatar a indicação do nome do Sr. Orlando Leite Ribeiro – peço à assessoria que já o deixe no jeito –, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o seu cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 27, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Senadora Tereza Cristina, com a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente desta Comissão, Senador Nelsinho Trad.

Quero cumprimentar a todos os Embaixadores que estão aqui hoje sendo sabatinados, meus colegas Senadores aqui presentes, e dizer que para mim é uma honra poder relatar o meu querido amigo e companheiro de trabalho que foi quando estive à frente do Ministério do Trabalho... Aliás, da Agricultura. É que trabalhamos tanto que eu fiquei com trabalho na cabeça. (*Risos.*)

É o Embaixador Orlando Leite Ribeiro.

Então, de acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Dessa forma, o Senhor Presidente da República submeteu o nome do Sr. Orlando Leite Ribeiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca. Para tanto, o Itamaraty, atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou o currículo do diplomata, do qual extraímos os dados que se seguem.

O diplomata é filho de Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro e Elizabeth de Souza Dantas Strauss. Nasceu em 7 de junho, em Paris, na França, sendo brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946. Concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Faculdade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, no ano de 1991.

No Instituto Rio Branco, iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1993. Tornou-se Segundo-Secretário em 1999. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2003; Conselheiro em 2007; Ministro de Segunda Classe em 2011; e Ministro de Primeira Classe em 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Conselheiro na Embaixada em Washington (2008-2011); Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (2011-2015); Chefe de Divisão de China e Mongólia (2016); Diretor do Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos (2016-2018); Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018-2022); e, desde 2022, Embaixador em Madri.

Foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, Brasil, no grau de Grande-Oficial.

Também em atendimento ao preceito regimental referido, o Itamaraty elaborou relatório sobre a República Tcheca, do qual destacamos as informações seguintes.

Localizada na Europa Central, a República Tcheca surge da divisão pacífica da então Tchecoslováquia, em 1993. Seu território com área de 78.867km² é formado pela parte ocidental do antigo país. A capital, Praga, é tradicional centro de cultura e artes da Europa. Nesse sentido, recebe expressivo afluxo de turistas. Com uma das economias mais desenvolvidas do ex-bloco socialista, o país fabrica produtos alimentícios, bebidas e eletrodomésticos. Seu Produto Interno Bruto *per capita* é de aproximadamente US$26 mil. Desde 2004, o país é membro da União Europeia.

Brasil e República Tcheca mantêm relações ininterruptas desde 1920, ano em que a antiga Tchecoslováquia instalou legação diplomática no Rio de Janeiro, gesto retribuído pelo Brasil em 1921. O fim do regime comunista seguido do chamado "divórcio de veludo", que resultou em dois novos Estados (Repúblicas Tcheca e Eslovaca), adensou a agenda bilateral. O Brasil é considerado interlocutor estratégico do país na América do Sul para assuntos políticos e econômicos comerciais.

No tocante ao comércio bilateral, o fluxo atingiu US$807,3 milhões em 2024. Esse número representou aumento de cerca de 3,5% em relação ao ano anterior. Historicamente, o saldo comercial é deficitário para o Brasil. No ano referido, exportamos US$47,2 milhões e importamos US$760,2 milhões. Nossa pauta está centrada em componentes de motores a combustão, condensadores de alumínio, outras partes de bombas para líquidos, tabaco, matérias vegetais. Importamos partes de aviões, bombas injetoras para motores a combustão, tubos capilares estirados ou laminados, analisadores de gases ou fumaça, partes para aparelhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de telecomando, aparelhos receptadores de radiodifusão, indicadores de velocidade e tacômetros.

O campo da cooperação em defesa constitui uma das dimensões mais dinâmicas do relacionamento bilateral. Em outubro do ano passado, por exemplo, o Ministério da Defesa tcheco assinou contrato para compra de duas aeronaves Embraer KC-390 Millennium. A aquisição envolve atividade de cooperação industrial a serem realizadas com as empresas LOM Praha e Aero Vodochody, parceiras da empresa brasileira na fabricação e na manutenção de aeronaves. Some-se a esse contexto a circunstância de ambas as Forças Aéreas terem optado pela aquisição de caças Gripen, de origem sueca, para equiparem suas respectivas Forças.

No momento presente, está pronto para assinatura o acordo de cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre os dois países. Em continuidade às tratativas que levaram à negociação desse tratado, o Governo tcheco demonstrou interesse em aprofundar a cooperação com o Brasil nas áreas de segurança cibernética e energias limpas.

Também em conformidade com essa dimensão das relações bilaterais, em agosto de 2024, o Ministro da Agricultura, Marek Výborný, expressou interesse em ampliar a cooperação no gerenciamento de recursos hídricos e no uso e integração de tecnologia e recursos avançados no campo (*smart farming*). Essa perspectiva revela-se de maior importância para nosso país. Com efeito, a também chamada agricultura inteligente ou agricultura de precisão é considerada uma das mais expressivas tendências do setor para as próximas décadas. A ideia de fazenda digital promete revolucionar o cenário agrícola global por meio da integração de tecnologias e recursos avançados no campo. O conceito busca oferecer ao produtor meios tecnológicos para obtenção de dados precisos e atualizados, objetivando influenciar rastreio, monitoramento, automação e análise das operações agrícolas. Esse conjunto de iniciativas busca facilitar a tomada de decisões estratégicas pelos produtores com reflexos na otimização da produção, na melhora da qualidade da safra, na redução de custos, no aumento da sustentabilidade das fazendas, no ganho de vantagem competitiva, entre outras vantagens.

No âmbito da cooperação cultural, percebe-se superlativo interesse da sociedade tcheca por expressões da cultura brasileira. Nesse sentido, os tchecos têm se revelado entusiastas da cultura e das coisas do Brasil. Assim, visando ampliar esse entusiasmo e interesse, a embaixada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com apoio do Instituto Guimarães Rosa, promove diferentes iniciativas de promoção cultural. Entre elas sobressaem o maior festival de cultura popular brasileira na Europa Central (Brasil Fest Brno) bem como o Festival Kino Brasil de cinema brasileiro. Para além disso, nossa missão diplomática tem divulgado e promovido o idioma português entre a comunidade local. Essas iniciativas ajudam a fomentar os vínculos bilaterais com reflexo na compreensão mútua e nas trocas bilaterais.

Em relação à comunidade de brasileiros em território tcheco, ela é estimada em cerca de 1,4 mil pessoas, que são atendidas pela seção consular da embaixada em Praga. Nos últimos anos, tem se observado o incremento no número de estudantes e trabalhadores do setor de tecnologia da informação. Ainda na esfera da dimensão humana, cabe registrar que residem no Brasil cerca de meio milhão de tchecos e seus descendentes, entre eles o Presidente Juscelino Kubitschek, cujos bisavós por parte de mãe imigraram para terras brasileiras em 1823.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Quero aqui também... Não poderia deixar de cumprimentar o Embaixador Orlando pelo belíssimo trabalho que deixa, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, para o senhor dar continuidade na Espanha, na embaixada – aliás, uma belíssima embaixada em Madri.

Era esse o meu relatório.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina e, de pronto, passo a palavra ao Embaixador Orlando Leite Ribeiro, dez minutos prorrogáveis por mais cinco.

O SR. ORLANDO LEITE RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Presidente Nelsinho Trad, Senadora Tereza Cristina, demais Senadores integrantes da CRE, colegas de Embaixadores, amigos todos, bom dia.

Quero, antes de mais nada, parabenizar V. Exa., Presidente Nelsinho Trad, e esta Comissão pela forma como têm sido conduzidas as sabatinas. Elas têm nos provocado a refletir e a pensar com mais clareza sobre os rumos da nossa atuação futura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamento não estar fisicamente presente nesta ocasião. Sei o quanto este rito tem valor simbólico e institucional, muito além da sua dimensão formal. Ainda assim, compreendo as atuais limitações orçamentárias e financeiras enfrentadas pelo Itamaraty e acolho, com espírito de colaboração, a necessidade de realizarmos esta sabatina de forma virtual.

Não posso deixar de agradecer e me sensibilizar pelas generosas palavras da Senadora Tereza Cristina, minha Relatora. Como ela mesma mencionou, eu trabalhei no Governo passado com ela e muito me orgulho do trabalho que fizemos. Senadora, guardo com muito carinho a lembrança dos nossos tempos no Mapa e a forma firme, inteligente e responsável como a senhora conduzia os trabalhos. Aprendi mais sobre o que é ser diplomata nos meus anos no Mapa do que em qualquer outro tempo passado.

É uma honra estar aqui no Senado Federal como indicado ao cargo de Embaixador junto à República Tcheca. Aproveito para agradecer a indicação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, feita com recomendação do Chanceler, Embaixador Mauro Vieira, a quem também sou grato pela confiança.

Naturalmente, o tempo reservado para esta exposição é curto. Eu vou procurar ser direto, embora alguns temas certamente merecessem mais aprofundamento.

Eu gostaria de organizar minha fala começando com um olhar sobre a formação da identidade da República Tcheca. Entender essa história ajuda a compreender o momento atual do país e sua relevância para a política externa brasileira. A partir desse pano de fundo, eu pretendo destacar dois grandes eixos que, a meu ver, devem guiar o trabalho da diplomacia brasileira em Praga. Primeiro, o eixo político, especialmente no contexto do conflito na Ucrânia e das mudanças na geopolítica europeia; o segundo, um eixo mais voltado à aproximação entre os povos, com foco em cultura e promoção comercial.

Srs. Senadores, a República Tcheca, como a conhecemos hoje, é fruto de uma trajetória histórica intensa, feita de resistência, recomeços e afirmação. A ideia de tchequicidade, esse sentimento forte de pertencimento a uma língua, a uma cultura e a uma missão histórica, é o que dá coesão à alma do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde a chamada Idade de Ouro da Boêmia, no século XV, até os momentos mais duros de sua história – e lá tivemos ocupação, guerra e ditaduras –, o povo tcheco construiu uma identidade firme, que hoje sustenta sua atuação no cenário internacional. Talvez essa força tenha sido descrita de maneira mais bonita por Jan Neruda, poeta tcheco do século XIX, que inspirou inclusive o nome artístico de Pablo Neruda. Em um de seus poemas, ele compara o espírito do povo tcheco a um coral no mar, ao Mont Blanc entre as montanhas, a Marte no céu estrelado. São imagens que expressam bem a grandeza de um povo pequeno em tamanho, mas grande em propósito.

Faço aqui breve parêntese para dar uma ideia concreta do que estou falando. O território da República Tcheca é mais ou menos a soma da Paraíba com o Sergipe. Seu PIB é parecido com a soma de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A população é próxima à do Rio Grande do Sul. Ainda assim, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), supera o de São Paulo e o do Distrito Federal, que são os maiores encontrados em nosso país.

Retornando à formação da identidade tcheca, se, por um lado sua história teve episódios de perda de autonomia e dominação estrangeira, por outro, ela moldou uma sociedade determinada a queimar sua soberania. Essa herança se reflete em uma política externa assertiva, que busca inserção internacional sem abrir mão da independência.

A separação pacífica da Eslováquia, em 1993, marcou o nascimento da República Tcheca como estado soberano, como lembrou a Senadora Tereza Cristina. Desse momento em diante, o país tem se alinhado fortemente ao Ocidente. Entrou na Otan em 1999 e na União Europeia em 2004. Hoje, a política externa tcheca tem como pilares a integração europeia e o compromisso com a Otan.

E mais do que participar, o país tem liderado. Um bom exemplo foi a proposta de compra, junto a países não europeus, de munição para a Ucrânia, articulada pelo Presidente Petr Pavel e apoiada por países como Canadá, França e Alemanha. Esse tipo de iniciativa mostra que o país, mesmo pequeno, tem sabido exercer influência.

Mais recentemente, diante do novo cenário internacional – e aqui me refiro especificamente ao retorno de Trump à Casa Branca –, Pavel defendeu que nada sobre a Ucrânia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja decidido sem a Ucrânia, lembrando com isso a lição amarga do Acordo de Munique, de 1938, quando a Tchecoslováquia foi sacrificada sem ter sido ouvida.

No plano regional, a Tchéquia tem adotado uma postura crítica no Grupo de Visegrado, especialmente em relação à Hungria, que se aproximou da Rússia.

No que se refere às relações laços bilaterais, não havia mencionado a princípio, elas podem ser abordadas a partir de dois eixos principais: político e cultural/comercial.

Sob a perspectiva política, as relações entre Brasil e República Tcheca são antigas. Começaram em 1920, como já foi dito, pouco depois da criação da Checoslováquia, após o fim da Primeira Guerra Mundial, e nunca foram interrompidas.

Passaram por diferentes fases, inclusive durante o período comunista e após a dissolução da Checoslováquia, e se fortaleceram com a redemocratização, como a da agenda bilateral e da biodiversidade, com visitas presidenciais e acordos de cooperação econômica.

Hoje, o Brasil é visto pela República Tcheca como parceiro estratégico na América do Sul.

Há espaço para avançarmos em temas políticos delicados, como os conflitos no Oriente Médio e na Ucrânia, mesmo quando temos abordagens diferentes.

Além disso, o Brasil pode encontrar, na Tchéquia, uma plataforma para ampliar sua interlocução com os países da Europa Central, região que vem ganhando berço político e está muito atenta a temas como segurança energética, inovação e diversificação de parcerias.

No campo cultural, há um patrimônio tcheco no Brasil que poucos conhecem.

Atualmente, vivem no Brasil cerca de 500 mil tchecos ou descendentes, como foi dito ainda há pouco. Isso pode não parecer muito, mas esse número representa quase 5% da população atual da República Tcheca, e talvez poucos se lembrem do carpinteiro Jan Nepomuk Kubícek, que chegou ao Brasil por volta de 1835, mas todos acabaram de ouvir a sua menção recente pela nossa Senadora do Presidente Juscelino Kubitschek, seu bisneto.

E vejam que outra curiosidade: no interior do meu Estado do Rio de Janeiro, existe uma cidade chamada Lídice. O nome não foi escolhido por acaso. É uma homenagem direta a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vilarejo tcheco que foi completamente destruído pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Imagino que o Senador Mourão, grande conhecedor da história militar, venha a saber detalhes da Operação Antropoide, aquela que culminou no assassinato do Oficial da SS Heydrich, um dos homens mais temidos do regime nazista, chefe da segurança do Reich.

A resposta de Hitler foi brutal: ordenou, em junho de 1942, o extermínio da população de Lídice, pequeno povoado que fica a uns 30km de Praga. Quase 500 pessoas foram mortas. Entre elas, mulheres e crianças. O vilarejo literalmente desapareceu do mapa.

Dois anos depois, em pleno clima de guerra, no outro lado do Atlântico, nascia um novo Lídice, um distrito do município de Itaverá, atualmente Rio Claro, criado por brasileiros sensibilizados por aquela tragédia. Era uma forma de manter viva a memória daquele povoado e se solidarizar, à distância, com a dor da então Checoslováquia.

Enfim, esses laços históricos, inclusive familiares, devem ser resgatados, sobretudo para mostrar ao público local que o Brasil é muito mais que praia, samba e futebol, que é um estereótipo ainda presente no imaginário centro-europeu.

Eu pretendo, nesse sentido, dar continuidade a iniciativas semelhantes às que implementei enquanto Embaixador em Madri. Eu acho que a cultura e os temas culturais representam, na relação bilateral, a vertente mais promissora e interessante de um trabalho de reafirmação da imagem do Brasil.

É preciso explorar melhor o nosso *soft power*, por meio (*Falha no áudio.*)

sugerindo eventos, mobilizando artistas (*Falha no áudio.*)... financiamento.

Na frente comercial, o momento também é bastante promissor e há uma base sólida para relançar a parceria. O destaque vai para o setor de defesa: a República Tcheca acaba de comprar dois cargueiros C-390 Millennium da Embraer. A entrega do primeiro está prevista para este ano e o segundo para até 2028. O valor da operação é em torno de US$490 milhões e inclui atividades de cooperação industrial, que somam outros US$82 milhões. Essas operações, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lado de outras iniciativas em defesa, tem um potencial de dinamizar e reequilibrar o comércio bilateral, hoje bastante favorável à Tchéquia.

As exportações brasileiras para a República Tcheca em 2004 foram, como lembrado, bastante modestas: apenas US$47 milhões. E foram, sobretudo, de componentes industriais. Por outro lado, as exportações tchecas para o Brasil, que nesse mesmo período foram em torno de US$700 milhões, foram um pouco mais (*Falha no áudio.*)... de itens industriais. Isso é, na realidade, o que basicamente chamamos de comércio intrafirma. Temos aí a Tatra, que fornece chassis para a Avibras e que, em 2022, inaugurou fábrica no Paraná; a Seko, que produz componentes para turbinas; a Linet, que fornece leitos hospitalares; a Aero Vodochody, que é parceira da Embraer. Não há participação significativa de produtos tradicionais da nossa pauta exportadora, como, por exemplo, *commodities* agrícolas. Isso nos dá uma ideia das áreas que precisam ser trabalhadas.

Essa realidade, por outro lado, faz com que haja baixa resistência ao Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Para preservar e ampliar este capital de boa vontade, eu pretendo manter uma interlocução frequente com minhas contrapartes no governo, esforço que será certamente reforçado por visitas de alto nível, incluindo de membros desta Casa.

Presidente Nelsinho Trad, V. Exa. tem chamado atenção para a importância de reforçarmos a diplomacia e o diálogo no atual cenário internacional – e tem razão. Vivemos um tempo de incertezas: guerras na Europa e no Oriente Médio, disputas comerciais envolvendo os Estados Unidos, desafios nas relações regionais com a Argentina e o Mercosul, e, claro, os impactos das mudanças climáticas.

Nesse complexo contexto, é essencial ampliar a presença do Brasil em países que, como a República Tcheca, apesar de sua dimensão territorial modesta, exercem um papel influente em temas-chave da agenda global, tanto no âmbito europeu quanto no multilateral. Trata-se de um parceiro com capacidade de articulação política, inserção estratégica e relevância tecnológica industrial, atributos que podem e devem ser mobilizados para o êxito da nossa política externa brasileira.

A Tchéquia já está no cotidiano de muitos brasileiros, seja pela devoção ao Menino Jesus de Praga, cultuado em santuário erguido em Brazlândia, que chega a receber 15 mil pessoas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas celebrações; seja pela cerveja *pilsen*, muito bem aclimatada entre nós. Mas ela pode e deve ser mais do que isso, e é isso que espero demonstrar com esta apresentação; e é isso que pretendo buscar com empenho, caso tenha minha indicação aprovada por esta Casa.

Permito-me concluir com uma citação de Franz Kafka, um dos maiores escritores tchecos: "Quando acreditamos apaixonadamente em algo que ainda não existe, nós o criamos. O inexistente é o que não desejamos o suficiente". Que essa ideia nos inspire a transformar o potencial das relações entre o Brasil e a Tchéquia em resultados concretos para ambos os povos.

Muito obrigado. Estou à disposição para responder às perguntas de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Orlando Leite Ribeiro.

Vamos, de pronto, ao último Embaixador a ser sabatinado, sendo o Relator o Senador Sergio Moro: Embaixador Luis Guilherme Nascentes da Silva, que vai para o Haiti.

Com a palavra, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Faço aqui o relatório da indicação do Sr. Luis Guilherme Nascentes da Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

O diplomata indicado é bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996). É mestre em relações internacionais pela Universidade de Brasília (2003) e pela Fletcher School of Law and Diplomacy (2015), bem como doutor pelo Centro de Investigación y Docencia Económicas, México (2021). No Instituto Rio Branco, frequentou os Cursos de Aperfeiçoamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Diplomatas (2006) e de Altos Estudos (2011), em que apresentou tese com o título “A estruturação política internacional de combate ao terrorismo e suas implicações para o Brasil”.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1997; promovido a Segundo-Secretário em 2003; a Primeiro-Secretário em 2007; a Conselheiro em 2010; e a Ministro de Segunda Classe em 2020, sempre por merecimento.

No Brasil e no exterior, desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Segundo-Secretário na Missão junto às Nações Unidas, em Nova York; membro, na condição de perito, do Comitê de Contraterrorismo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2004/2005); assessor da Secretaria-Geral do MRE (2007/2008); Primeiro-Secretário em missão transitória junto ao gabinete do Presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas (2008/2009); Primeiro-Secretário na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (2010); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Porto-Príncipe (2010/2013); Conselheiro e Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral do Brasil no México (2013/17); Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil na Cidade do México (2017/2022); e, desde 2022, Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Bogotá.

O indicado ostenta, portanto, um currículo significativo e ainda distintas condecorações.

Em observância às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Haiti.

O Haiti ocupa 38% da Ilha de Hispaniola, que compartilha com a República Dominicana. A população residente é de 12 milhões de habitantes. Esse contingente humano fala francês e crioulo haitiano e são majoritariamente católicos romanos. O país é uma república presidencialista, com primeiro-ministro, e possui poder legislativo bicameral. O Haiti ocupa a posição de nº 158 (de 193) do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A Ilha de Hispaniola foi o primeiro território colonizado pelos europeus nas Américas. A porção ocidental da ilha passou ao controle da França com o Tratado de Ryswich (1697). Os colonos franceses estabeleceram plantações de cana-de-açúcar, trabalhadas por mão de obra escrava proveniente da África, o que tornou a colônia uma das mais ricas do mundo. Liderados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por escravizados e afrodescendentes livres sob a inspiração de ideais iluministas, , teve início a Revolução Haitiana em 1791.

Após uma década de batalhas, o Haiti proclamou a sua Independência em 1804, o primeiro país independente da América Latina e a primeira República negra do mundo. Esse contexto teve expressivo impacto no plano internacional e ocasionou o isolamento político e econômico do novo país de modo destacado pelas potências escravistas da época.

Os séculos XIX e XX foram de instabilidade política. O país experimentou ocupação estrangeira pelos Estados Unidos da América entre 1915 e 1934 e o regime ditatorial da família Duvalier, que governou a nação entre 1957 e 1986. Após a queda dos Duvalier, o país seguiu enfrentando instabilidade institucional, violência política e crises humanitárias.

A espiral de atribulações convidou a atenção da comunidade internacional, que por intermédio da ONU enviou missões para o país, objetivando manter a ordem local. Nesse sentido, em 2004, à vista de novo desafio político, o Conselho de Segurança da ONU criou a Minustah – na sigla em francês, Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti –, com mandato de restaurar a segurança, manter a ordem pública e apoiar a reconstrução do país. O Brasil assumiu o comando militar da missão.

Em 2010, o Haiti foi atingido por um terremoto devastador que vitimou 200 mil pessoas e destruiu boa parte da infraestrutura do país. A situação, que já era ruim, ficou pior. Em 2017, a Minustah foi descontinuada e o país mergulhou no vácuo institucional, com escalada de violência de grupos armados e sem eleições.

Inobstante o quadro descrito, o Haiti possui rica e variada cultura com influências africanas, francesas e caribenhas. Sobressaem a literatura em crioulo e francês, a música tradicional e a arte popular, como expressões fundamentais da identidade nacional do povo haitiano.

A economia haitiana é frágil e sobrevive basicamente das remessas de haitianos do exterior e da ajuda internacional. O país segue enfrentando desafios superlativos em diversas áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No plano bilateral, as relações foram oficialmente estabelecidas com o Brasil em 1928. Adquiriram maior projeção neste século, mediante engajamento brasileiro na Minustah entre 2004 e 2017. Nesse sentido, o Brasil teve papel preponderante na segurança, na assistência humanitária e na busca pela institucionalização democrática do país. Essas circunstâncias proporcionaram visibilidade positiva para o Brasil no plano internacional e consolidaram os nossos vínculos com o povo haitiano.

Somos um dos principais parceiros do Haiti em matéria de cooperação nas áreas de saúde pública, agricultura, educação e segurança alimentar. Recebemos ainda, desde o início da década de 2000, milhares de imigrantes haitianos, em uma diáspora humanitária e econômica que ocorre em relação àquele país, o que tornam ainda mais estratégicas as relações diplomáticas do Brasil com o Haiti.

Tendo em vista a natureza da matéria a ser apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

É o relatório, então, Sr. Presidente. O indicado tem um currículo à altura da responsabilidade do cargo, com grandes méritos de formação acadêmica e de experiência diplomática.

E, de fato, uma missão diplomática no Haiti é extremamente relevante para o Brasil, mas igualmente desafiadora, motivo pelo qual tomo também a liberdade de, antevendo aqui a aprovação do indicado, desejar-lhe grande sucesso nessa empreitada e registrar o apoio aqui do Senado no que se tornar necessário, principalmente considerando esse contingente de imigrantes haitianos no Brasil que vêm aqui e têm se adaptado, a meu ver, de uma maneira positiva ao Brasil. Tem muitos lá no Estado, inclusive, do Paraná, mas isso é realidade em todos os estados. Agora, esse contingente também representa um desafio migratório, porque o ideal seria que houvesse uma recuperação da estabilidade política e econômica do Haiti, o que, no entanto, não parece presente no curto ou no médio prazo.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De pronto, passo a palavra ao Embaixador Luís Guilherme Nascentes da Silva, pedindo para se ater ao tempo predeterminado de dez minutos.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço desculpas, o meu microfone estava bloqueado.

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Nelsinho Trad, Sr. Senador Sergio Moro, na pessoa de quem eu saúdo todos os demais Senadores e Senadoras presentes, também demais Embaixadores e demais pessoas que acompanham a sessão.

Em primeiro lugar, eu agradeço ao Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores pela indicação do meu nome para a chefia da Embaixada do Brasil junto ao Governo haitiano. Agradeço também pelo relatório do Senador Sergio Moro, que me poupa a necessidade de ter que fazer uma longa digressão histórica. Mas eu queria fazer uma consideração inicial, porque a história é essencial para entender a crise haitiana e entender as possibilidades de atuação do Brasil.

Em resumo, a crise haitiana pode ser interpretada como uma combinação de fatores internos e externos. Como bem assinalou o Senador, o receio de que o exemplo de uma grande revolta de escravizados pudesse ser replicado por outras colônias levou as grandes potências da época a adotarem uma espécie de bloqueio econômico contra o Haiti. Isolado, o Haiti mergulhou em um ciclo de instabilidade do qual jamais pôde se superar completamente.

A origem dos problemas haitianos, portanto, deriva da lógica do sistema político que se instaurou no país, bem como do tipo de Estado que se criou. Num país marcado pela escassez, as elites passaram a disputar acirradamente o controle do Estado. Tal situação levou à construção de um modelo político caracterizado pela lógica de que o ganhador leva tudo, onde não existe uma dinâmica enraizada de colaboração entre os diferentes atores políticos e de concessão e negociação. Nesse ambiente, o recurso ao uso da força foi se transformando progressivamente na maneira normal de se obter e manter o poder. E justamente esse quadro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de instabilidade permanente era interrompido apenas por ditaduras ou intervenções estrangeiras.

O Haiti vive, desde 1986, uma espécie de conflito doméstico de baixa intensidade, e é justamente essa a causa imediata da intervenção liderada pelo Brasil na área militar no contexto da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, a Minustah.

Essa instabilidade que se estabeleceu no país foi fruto da polarização entre o campo duvalierista, ligado aos herdeiros dos Governos Papa Doc e Baby Doc, e o campo Lavalas, do ex-Presidente Jean-Bertrand Aristide.

O estabelecimento da Minustah pelo Conselho de Segurança da ONU abriu uma janela de oportunidade para a superação da crise secular haitiana. Criada depois de dez anos de malfadadas intervenções internacionais, desde o fim da ditadura Duvalier, a Minustah se distinguiu daquelas intervenções anteriores devido ao seu mandato e composição, tendo logrado resultados mistos, os quais configuram um êxito não negligenciável. Apesar de não ter atingido plenamente seus objetivos, a missão pode ser qualificada como uma operação necessária, apesar de não suficiente.

Historicamente, Brasil e Haiti mantiveram relações que variaram da abertura à hostilidade, na época do Império do Brasil, por exemplo, até se converterem em indiferença prática no começo do século XX. Contudo, a partir dos anos 2000, essa relação ganhou maior densidade, em particular com o engajamento brasileiro na Minustah, que, como o Relator apontou, durou de 2004 a 2017. O Brasil teve um papel fundamental na área de segurança, mas também participou de iniciativas de reconstrução, assistência humanitária e apoio ao processo de democratização do país. As relações também foram marcadas pela recepção, como bem assinalado, de algo como um pouco menos de 200 mil imigrantes haitianos, sobretudo depois do terremoto de 2010. E esses esforços conferiram ao Brasil visibilidade internacional e consolidaram vínculos duradouros com o povo haitiano.

É preciso destacar que o envolvimento do Brasil na Minustah viabilizou a participação de outros países latino-americanos, alterando assim um pouco a dinâmica de atuação das grandes potências na crise haitiana, pelo menos até o terremoto de 2010. Até então, a lógica da atuação da comunidade internacional se baseava sobretudo em uma atitude de contenção, e passou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se transformar em uma abordagem mais aberta à necessidade de superar as causas profundas que têm levado à instabilidade recorrente do Haiti.

Após o fim da Minustah, o Haiti mergulhou em uma nova situação de crise, multidimensional dessa vez, com consequências em várias áreas. Em matéria de segurança, desde 2021 houve uma rápida degradação da situação de segurança no país: cerca de 85% da área metropolitana de Porto Príncipe é controlada direta ou indiretamente por grupos criminosos, o que tem dificultado o desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e a prestação de assistência humanitária; pelo menos 2.680 pessoas foram assassinadas entre janeiro e maio de 2025, e no ano passado o registro foi de cerca de 5,6 mil homicídios nessa região metropolitana; há muitos sequestros e casos de violência sexual; e frequentemente crianças são recrutadas pelas gangues.

Na área humanitária, mais da metade da população do Haiti encontra-se hoje em grave insegurança alimentar. Temos um recorde de 1,3 milhão de pessoas desalojadas em função da violência causada pelas gangues. Na política, como bem dito, não se realizam eleições no país desde 2016, o que resulta em que, no momento, no Haiti não existe nenhum representante eleito, nem no Executivo, nem no Legislativo, nem em nenhuma outra instância.

Esse grave vácuo institucional agravou-se ainda mais após o assassinato do Presidente Jovenel Moïse em 2021. Desde então, houve várias tentativas de formação de um Governo de transição e de um movimento de criação de um Governo de unidade nacional.

Em 2024, sob a coordenação da Caricom (Comunidade do Caribe), foi formado um conselho presidencial de transição, com o objetivo de preparar eleições e restabelecer a ordem constitucional. Os membros do CPT representam nove grupos de tendências políticas diversas, muitas vezes opostas, e o mandato do CPT está previsto para concluir-se em 7 de fevereiro do ano que vem. A Presidência é rotatória e cada membro exerce o cargo por cinco meses, ou seja, na prática, a cada cinco meses é como se assumisse um novo Presidente da República.

Desde que o CPT foi estabelecido, já foram nomeados dois primeiros-ministros. Atualmente, o Primeiro-Ministro Alix Didier Fils-Aimé está em funções, desempenhando as suas atividades até fevereiro do ano que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe a perspectiva de se realizarem eleições até o final de 2025, mas, atualmente, o cenário de insegurança torna essa organização particularmente desafiadora.

Na área econômica, o país entra no sétimo ano consecutivo de crescimento negativo. Como foi bem dito, além de ser o país mais pobre do continente americano, o PIB *per capita* do Haiti é de cerca da metade do segundo país mais pobre. Portanto, ele é bastante mais pobre do que o segundo mais pobre. O país vive, essencialmente, das remessas da diáspora haitiana, cerca de 2 milhões de pessoas distribuídas em vários países, e da ajuda internacional.

Para lidar com essa situação de crise, foi estabelecida uma nova missão pelas Nações Unidas, um escritório integrado das Nações Unidas no Haiti, com o acrônimo em francês de Binuh, e também conta com o apoio de uma missão multilateral de apoio à segurança do Haiti, pelos acrônimos (*Falha no áudio.*)

... que é liderada pelo Quênia, e hoje é integrada por cerca de mil militares e (*Falha no áudio.*)

... dos 1,5 mil originalmente previstos.

Nos próximos dias, o Conselho de Segurança da ONU deverá pronunciar-se sobre uma proposta do Secretário-Geral da ONU de substituir o Binuh por uma estrutura mais robusta destinada a dar apoio institucional à missão multilateral, bem como custear a força militar com recursos do orçamento regular da ONU.

O plano de trabalho que eu apresentei está condicionado ao objetivo principal de contribuir para o enfrentamento da grave situação de insegurança, promover a estabilização política e o enfrentamento da debilidade institucional do país.

No campo do desenvolvimento, importante desafio consiste em orientar ajuda para a criação de capacidade própria, e não simplesmente a prestação de serviços por atores exógenos, como se tentou fazer durante várias décadas por meio de ONGs, ou seja, estimular os atores internacionais a ensinar os haitianos a (*Falha no áudio.*)

... em vez de simplesmente entregar o peixe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, pretendo enfatizar as seguintes ações para as quais o Governo do Haiti pede o apoio do Brasil.

Em primeiro lugar, a formação de 400 policiais haitianos pela Polícia Federal.

No próximo dia 7, deve chegar ao Brasil o primeiro grupo de 30 policiais da polícia nacional haitiana. Eles vão receber treinamento da Polícia Federal na Academia da Polícia Federal em Brasília. Também existe um pedido para a formação de oficiais das Forças Armadas, que está em processo de institucionalização.

Os haitianos propõem adquirir equipamentos para a Força de Segurança e consideram comprar esses equipamentos do Brasil. Também pedem cooperação técnica na área agrícola, especialmente na área de produção de aves, ovos e outros projetos de agricultura familiar.

É importante destacar que o Haiti importa cerca de 70% dos alimentos que consome. Naturalmente, a cooperação com o Brasil pode ajudar a combater a fome e a insegurança alimentar, mas também é uma fonte de oportunidades de negócios para o agronegócio brasileiro. O Haiti foi inscrito na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que é uma área prioritária.

Como bem assinalado, os imensos desafios têm levado parte da população haitiana a emigrar em busca de melhores condições de vida. Por isso, uma ação também prioritária tem a ver com a questão migratória. A resposta aos pedidos de reunião familiar em vistos, que ocupam boa parte dos recursos humanos da Embaixada, é um grande desafio também. Naturalmente, todo o processo de concessão de vistos humanitários ou de reunião familiar deverá se realizar em conformidade com as diretrizes e marcos legais do Governo brasileiro em matéria migratória.

E, finalmente, em conclusão, eu gostaria de salientar que o Brasil tem defendido, no relacionamento com o Haiti, o princípio da soberania modulado pela não indiferença, o que implica reconhecer que os haitianos devem ter um papel central na definição do uso dos recursos oferecidos pela cooperação internacional, a fim de permitir que eles assumam o seu próprio destino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naturalmente, o sucesso das ações sugeridas dependerá de uma melhora da situação de instabilidade política e de insegurança pela qual passa o Haiti. Se a situação continuar como está ou – pior ainda – se seguir numa espiral de deterioração, os resultados poderão ser, sinceramente, afetados.

Agradeço pelas palavras de solidariedade do Senador Moro, agradeço a todos e sigo às ordens para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço a exposição.

Mais uma vez, esta Comissão reconhece o grande desafio dessa missão, considerando a situação política e econômica, de fato, precária do Haiti, mas também ressalto a importância desse país não só pelo histórico do Brasil com ele, relacionado a essa missão, mas também pela forte presença da imigração haitiana no Brasil atualmente.

Então, sucesso, Embaixador, é o que desejamos.

O SR. LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Em função do adiantado da hora – e tem a segunda parte da sessão –, eu vou compartilhar com cada indicado as perguntas para vocês responderem diretamente à nossa assessoria para que elas possam repassar àqueles que fizeram a participação.

Embaixador Luiz Alberto, aqui estão suas perguntas.

As da Embaixadora Cláudia Buzzi vocês passam para ela por via remota; as da Embaixadora Maria Luisa e do Embaixador Orlando Ribeiro vocês passam por via remota. As do Embaixador que terminou a sua fala agora, se tiver alguma, vocês já mandam para ele também.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Embaixador Luiz Alberto Machado vai para a Espanha com 12 SIM, 1 NÃO, falta a deliberação do Plenário.

Embaixadora Cláudia Buzzi, 11 SIM, 1 NÃO.

Embaixadora Maria...

E uma abstenção, na Cláudia Buzzi.

Maria Luisa Moraes, 12 SIM, 1 NÃO.

Orlando Leite Ribeiro, 12 SIM, uma abstenção.

Irene Vida Gala, 13 SIM.

E Luís Guilherme da Silva, 11 SIM e duas abstenções.

Uma salva de palmas a todos os aprovados na sabatina. (*Palmas.*)

Suspendo a sessão por dois minutos para uma foto com os dois presentes, para poder liberá-los, e a gente vem na ordem do dia, a qual rapidamente esgotaremos.

(*Suspensa às 12 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 31 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Vamos dar sequência aos trabalhos.

A segunda parte é o item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1532, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para ampliar o prazo para ratificação dos registros imobiliários referentes aos imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira; e para estabelecer a forma de encaminhamento do pedido de aprovação do Congresso Nacional, quando a ratificação versar sobre imóveis com área superior a dois mil e quinhentos hectares, nos termos do art. 188, § 1º, da Constituição Federal.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Concedo a palavra à Relatora do projeto, Senadora Tereza Cristina, para proferir o seu relatório.

Antes, porém, informo a V. Exas. que, após a leitura do relatório e da discussão, o Senador Humberto Costa deixou aqui um pedido de vista coletiva, que de praxe é deferido pela Mesa. Nós vamos deferir colocando para ser votado na próxima sessão deliberativa da Comissão de Relações Exteriores.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Presidente Nelsinho Trad, dada a importância desse assunto, porque nós temos um prazo muito curto para essa prorrogação, e sendo o senhor o autor desse projeto de lei importantíssimo para todos os estados que mantêm fronteira com outros países, já que o Brasil adota 150km das suas fronteiras para que nós possamos fazer aí a regularização dessas áreas, então, por isso, como já está público o relatório, eu gostaria de ir diretamente para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Perfeito, deferido.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – A aprovação de alteração da Lei nº 13.178, de 2015, apresentada no Projeto de Lei nº 1.532, de 2025, de autoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Nelsinho Trad, atende à urgência material e normativa inegável que justifica sua celeridade na tramitação e apreciação legislativa.

A Lei nº 13.178, de 2015, estabeleceu um prazo de dez anos para que os interessados requeiram a certificação de georreferenciamento pelo Incra e a atualização da inscrição do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural para a obtenção da ratificação dos imóveis rurais com área superior a 15 módulos rurais localizados em faixa de fronteira (art. 2º, §2º). Tal prazo tem como marco inicial a data de publicação da referida lei – 22 de outubro de 2015 – e, portanto, expira em outubro de 2025.

O esgotamento desse prazo tem consequências jurídicas graves e irreversíveis, pois o §5º do art. 2º da lei determina que, transcorrido o prazo sem manifestação do interessado ou sendo a ratificação considerada materialmente impossível, o órgão competente poderá requerer o registro do imóvel em nome da União, no cartório de registro de imóveis competente. Trata-se de uma consequência severa que, em muitos casos, pode atingir particulares de boa-fé que, por razões documentais, financeiras ou de impedimento administrativo, não conseguiram iniciar ou concluir o processo dentro do prazo estabelecido.

É nesse contexto que a urgência da apreciação legislativa do projeto se revela mais do que necessária: ela é imprescindível. A prorrogação do prazo por mais cinco anos, conforme propõe a nova redação do §2º do art. 2º, consiste em medida de justiça social, equilíbrio federativo e regularidade dominial, permitindo que milhares de registros legítimos não sejam subitamente convertidos em propriedade da União, em razão de entraves procedimentais ou burocráticos.

Cabe mencionar que, nesse período de dez anos, houve grande incerteza em relação ao procedimento ratificatório por ausência de regulamentação de dispositivos da Lei nº 13.178, de 2015, e, principalmente, pela pendência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.623, impugnando os arts. 1º, 2º, 3º e 6º da lei de ratificação. Só em 2021, por exemplo, é que foi estabelecido o marco temporal para o requisito da ausência de questionamento administrativo ou judicial para a ratificação, com a alteração do inciso I do art. 1º promovida pela Lei nº 14.177, de 2021. A ADI nº 5.623, por seu turno, só transitou em julgado em 28 de julho de 2023 e acabou por estabelecer novos condicionantes para a ratificação, que, até o momento, ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguardam por uma disciplina uniforme por meio de lei para a sua aplicação uniforme nos estados que possuem imóveis passíveis de ratificação na faixa de fronteira.

Para esse fim, cabe destacar o meritório Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que está pendente de análise no Senado Federal. Essa matéria é importantíssima, e cabe a nós Senadores promovermos esse debate da maneira mais célere possível também.

Contudo, no momento, trataremos apenas das medidas mais urgentes de prorrogação dos prazos, deixando as questões mais amplas de regulamentação da matéria para serem tratadas no PL já aprovado pela Câmara Federal, que traz disciplina pormenorizada da matéria, ou em outro projeto, se for a forma mais adequada de chegarmos a um entendimento razoável nesta Casa.

Assim, o substitutivo proposto ao final deste relatório não contém a regulamentação do encaminhamento ao Congresso Nacional dos pedidos de autorização para ratificação de imóveis com área superior a 2,5 mil hectares situados em faixa de fronteira, matéria que consta do PL ora em análise.

Em compensação, o substitutivo contém outra medida de prorrogação de prazo que estava contida no PL 4.497, de 2024, aprovado pela Câmara dos Deputados, com importantes alterações à Lei de Registros Públicos relacionadas ao georreferenciamento de imóveis rurais.

Ao prorrogar o prazo geral para 31 de dezembro de 2028, o substitutivo garante tempo hábil de adaptação aos produtores que ainda não tiveram condições de realizar o procedimento de georreferenciamento.

Outra medida importante para a proteção dos pequenos produtores é condicionar o prazo para a exigência do georreferenciamento para os pequenos imóveis (de até quatro módulos fiscais) à regulamentação pelo Poder Executivo da isenção de custos para o procedimento já garantida na Lei de Registro Públicos (art. 176, §3º).

Por fim, busca-se dispensar o georreferenciamento em alienações fiduciárias (exceto em leilões), medida que facilita o acesso ao crédito rural sem comprometer a segurança registral, promovendo equilíbrio entre rigor normativo e inclusão produtiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Diante das considerações apresentadas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.532, de 2025, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CRE (SUBSTITUTIVO):

PROJETO DE LEI Nº 1.532, DE 2025

Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para ampliar o prazo para requerer a certificação de georreferenciamento e a atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural para fins de ratificação de registros de imóveis rurais na faixa de fronteira; e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para fixar o prazo para a exigência do georreferenciamento de imóveis rurais e dispensar a mesma exigência para fins de registro de alienação fiduciária em garantia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

§ 2º Os interessados em obter a ratificação referida no *caput* deste artigo deverão requerer a certificação e a atualização de que tratam os incisos I e II do *caput* no prazo de 15 (quinze) anos da publicação desta Lei.

..... ” (NR)

Art. 2º O art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 176. .....

.....

§4º A identificação de que trata o §3º tornar-se-á obrigatória para efetivação de registro, em qualquer situação de transferência de imóvel rural, a partir de 31 de dezembro de 2028.

§4º-A Para os imóveis rurais cuja somatória das áreas não exceda quatro módulos fiscais, a obrigatoriedade de que trata o §4º deste artigo vigorará após quatro anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contados a partir da publicação do ato normativo do Poder Executivo que regulamentará a isenção prevista no §3º desse artigo.

§4º-B Para fins de registro de alienação fiduciária em garantia, não será exigido o georreferenciamento, salvo na hipótese de venda do imóvel em leilão.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina.

Conforme já previamente antecipado por esta Presidência, foi pedida vista coletiva. O relatório é dado como lido.

Concedo vista coletiva, determinando à assessoria que o inclua na pauta na próxima sessão ordinária, que, provavelmente, deve ser no dia 8.

Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Muito breve, porque, já que foi pedida vista, teremos oportunidade de debater isso na terça-feira que vem, mas eu quero me congratular com a minha querida Líder, Senadora Tereza Cristina, por pelo relatório e por nos ajudar a dar uma solução racional para esse assunto.

Não é só no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul. Nós que temos uma faixa de fronteira diminuta, começa ao sul, em Itapiranga, e termina ao norte, em Dionísio Cerqueira. Eu vivencio esta situação desde antes de ser Governador pela primeira vez, quando ainda os municípios da faixa de fronteira tinham os Prefeitos nomeados com base na Lei de Segurança Nacional. Mas, sem dúvida alguma, essa forma de dar solução para a questão de domínio, legalização de propriedade, isso é fundamental. É fundamental nos estados do Senador Mourão, do Senador Nelsinho Trad, da Senadora Tereza Cristina, mas na nossa Santa Catarina também. Com a diferença de que esta região foi efetivamente incorporada ao território brasileiro por um acordo internacional que retardou ainda mais a sua completa inserção no território catarinense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – A questão do Peperi-Guaçu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Cleveland foi o árbitro, e houve, inclusive, um tratado malogrado; um dos tratados do Uruguai foi danoso para Santa Catarina. Ainda houve... Deve ter sido o único tratado internacional rejeitado pelo Congresso, e já pelo Congresso republicano – rejeitado pelo Congresso. Ou seja: assinaram, e não valeu. E, se valesse, nós perderíamos mais uma parte deste extremo oeste.

Então, por tudo isso, como catarinense, eu cumprimento a Senadora Tereza Cristina, porque vai dar um passo muito importante para tranquilizar, dar segurança jurídica e segurança econômica também para a faixa de fronteira do meu estado.

E eu tive a honra de conhecer o extremo oeste em 1972, como secretário da educação, e ainda tive a oportunidade de disputar uma partida de xadrez com um ilustre colega seu, General Ayrton Pereira Tourinho, que comandava a 5ª DIE, 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria do Exército.

Para terminar e para me gabar: ele era campeão paranaense de xadrez, e eu empatei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – O empate é pró-V. Exa. Já está decidido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A história, a versão e os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Senador Nelsinho, até estranhei esse pedido de vista coletiva, porque tínhamos conversado com o Senador Davi, dado o problema da data, porque nós temos recesso, e votar hoje, aqui na CRE, este projeto de sua autoria e de minha relatoria, tratando tão somente da prorrogação da data e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o georreferenciamento de que, se ele não estiver junto, não resolve nada... Então, nós temos que ter pelo menos esses dois itens.

Deixando até o rito, que cada estado tem feito de uma maneira, e é isso que tem atrapalhado muito que os proprietários de terra, nesta região de fronteira, possam prosseguir, porque os cartórios, cada um pede uma coisa, tem muitos que não estão conseguindo chegar, através da cadeia dominial, ao título originário. Tem títulos paroquiais que eram dados realmente pelas igrejas no passado. Então, nós precisamos continuar trabalhando.

Isso aqui, na verdade, é um projeto que resolve o problema da prorrogação do prazo, mas nós vamos ter que também, depois, nos debruçar sobre o projeto da Câmara e outros que tem aqui também, aqui no Senado, no melhor que pudermos fazer, para que possamos, de uma vez por todas, resolver esse problema de domínio de faixa de fronteira, que é muito grave, levando a sérias consequências, se, em 30 de outubro, nós não estivermos com esse problema resolvido e com o prazo prorrogado.

Então, eu espero que, na semana que vem, a gente possa trabalhar esse assunto aqui e que ele vá direto, em regime de urgência, para o Plenário, antes mesmo do nosso recesso, para que nós possamos ter tempo para todo o trâmite do projeto e essa prorrogação ocorrer antes da data limite de 30 de outubro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito pertinentes as colocações de V. Exa.

Na condição de Presidente e autor do projeto e de ter sempre dado a oportunidade da contradita, eu não tive outra atitude a não ser manter o meu procedimento, as precedências que aqui tem, mas já estabelecendo que, na próxima reunião, no dia 8, o primeiro item da ordem do dia vai ser esse projeto, para a gente poder esgotar a tramitação aqui na nossa Comissão.

Com a palavra... Senador Mourão? (*Pausa.*) Não.

Mais algum? (*Pausa.*) Não.

Dá-se por lido o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já feita a determinação, vamos partir para o outro item.

Nós temos três projetos que são da relatoria do Senador Jorge Seif. Como os relatórios já foram distribuídos previamente, eu vou conceder a palavra a ele para a leitura do primeiro, o Decreto Legislativo 478, e solicitar a V. Exa., em função do adiantado da hora, que se atenha apenas à leitura do relatório, à parte final e ao voto dos três. Depois vai ser o Senador Amin, que tem um, o Senador Fernando Dueire, e eu vou ficar por último para dar o lugar a vocês.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto atualizado da Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos (STCW-1978), incluídos o Anexo e a Parte A do respectivo Código, em conformidade com as Emendas de Manila, adotadas em 2010, no âmbito da Organização Marítima Internacional (OMI).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Na verdade, os votos são bem extensos, são assuntos muito técnicos e todos os Senadores já tiveram acesso aos relatórios com bastante antecedência. Então, eu só vou ler pouca coisa, para dar entendimento ao público em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chega ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo 478, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto atualizado da Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos (STCW), de 1978, incluídos o anexo e a Parte A do respectivo código, em conformidade com as Emendas de Manila, adotadas em 2010, no âmbito da Organização Marítima Internacional.

Então são medidas internacionais pela Organização Marítima Internacional, sobre as quais o Brasil estava sem atualizar sua legislação, e hoje nós fazemos isso através desse decreto legislativo.

Eu vou direto, então, ao voto.

Tendo em vista a necessidade de atualização do texto da convenção, estamos certos de que a aprovação do PDL se mostra medida necessária, uma vez que a padronização dessas normas e consequente observação de seus termos pelas autoridades brasileiras competentes proporcionarão um ambiente jurídico seguro para o desenvolvimento da atividade marítima internacional.

Diante do exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucionais, jurídicos e regimentais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 478, de 2023.

Esse era o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Jorge Seif.

Nós vamos votar todos em bloco.

Alguém quer discutir esse projeto? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos já para o item 4.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto das Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional, adotadas por meio da Resolução A.1152(32) da Assembleia da Organização Marítima Internacional, em 8 de dezembro de 2021.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação

Peço ao Senador Jorge Seif que leia o relatório na mesma linha que fez com o anterior, pelo adiantado da hora.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, o PDL 103 normatiza os novos códigos da Organização Marítima Internacional, e o Brasil precisava atualizar a nossa legislação, conforme a Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional sobre a Resolução A.1152(32) da OMI, de 8 de dezembro de 2021. (*Pausa.*)

Ademais, da mesma forma, esse relatório já está há bastantes dias à disposição dos Senadores e, como são normas técnicas internacionais, o Brasil precisa se atualizar.

Tendo em vista essas considerações, acreditamos que as emendas propostas levarão ao aperfeiçoamento e atualização do texto da convenção, assim como o funcionamento mais adequado da IMO, que ganhará representatividade e eficácia institucional.

Voto.

Diante do exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucionais, jurídicos e regimentais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 103.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Jorge Seif da mesma forma. Reiterando o agradecimento pela sua presteza e assiduidade nesta Comissão, peço que leia o relatório do Decreto Legislativo 113, de 2024.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 113, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Subsídios à Pesca da Organização Mundial do Comércio (OMC), assinado pelo Brasil em Genebra, Suíça, em 17 de junho de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, é um assunto muito importante para o Brasil, especialmente para a pesca nacional, visto que existem subsídios internacionais dados a países que utilizam a pesca internacional, inclusive em mares internacionais, dos quais o Brasil pouco se beneficia, visto que nossa pesca é predominantemente uma pesca artesanal. Mesmo os barcos industriais, Sr. Amin, mesmo os barcos industriais nacionais, que é a minha atividade secular, desde a minha infância, junto com minha família, mesmo os nossos maiores barcos são muitas vezes 20% do tamanho de barcos japoneses, ingleses, espanhóis. Então, nesse relatório, na verdade, nós estamos pedindo à OMC (Organização Mundial do Comércio) que submeta o Brasil a esses mesmos subsídios internacionais, para valorizar, ajudar a pesca, logicamente, tendo os cuidados com a pesca ilegal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como também o relatório é bem grande, Sr. Presidente, eu fiz aqui um texto resumindo, para que todos entendam. PDL 113, acordo sobre subsídios à pesca.

É com satisfação que apresento meu parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 113, que aprova o acordo sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio, assinado pelo Brasil em 2022. Trata-se de um instrumento internacional que busca corrigir distorções na concorrência global, coibir práticas ilegais de pesca e garantir a sustentabilidade dos nossos recursos marinhos. Para um país como o Brasil, que subsidia pouco e pesca menos do que poderia, esse acordo representa uma oportunidade estratégica. Permitirá mais equilíbrio na competição internacional e mais segurança jurídica para expandirmos nossa atuação pesqueira de maneira sustentável.

Destaco ainda que o acordo preserva os apoios legítimos que o Brasil já concede ao setor e não trará impactos negativos ao ordenamento interno. Ao contrário, soma-se aos nossos esforços de conservação dos oceanos e promoção da pesca responsável, pilares que defendemos em Santa Catarina e em todo o país.

Direto para o voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucionais, jurídicos e regimentais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 113, de 2024.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Jorge Seif.

Em discussão o item 2, PDL 478, de 2023; o item 4, PDL 103, de 2024; e o item 5, PDL 113, de 2024. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos votar em bloco quando todos os outros já tiverem sido lidos.

Item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia para a Eliminação da Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e o texto do seu Protocolo, assinados em Nova York, em 20 de setembro de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Senador Fernando Dueire, V. Exa. também pode seguir na mesma linha que o Senador Jorge Seif, para a gente, pelo adiantado da hora. Pode ler o relatório.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado, inclusive pela designação para a relatoria. Como o relatório, V. Exa. bem colocou, já foi distribuído a todos os Senadores, nós já vamos encaminhando diretamente à parte final.

Vem para análise do Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2024, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia para a Eliminação da Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e o texto do seu Protocolo, assinados em Nova York, em 20 de setembro de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao acordo, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade. Sobre o mérito, o acordo possui o duplo aspecto de beneficiar pessoas e empresas, com a desburocratização e a não punição de cargas tributárias duplicadas.

As relações diplomáticas entre Brasil e Polônia são tradicionais e fluidas. O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina e destino cada vez mais importante de investimentos poloneses. Ao menos 10 empresas polonesas estão presentes como investidoras significativas no mercado brasileiro.

A despeito da distância geográfica e da barreira do idioma, existem significativos vínculos culturais entre os dois países, em boa parte devido à presença no Brasil de comunidade expressiva de descendentes de poloneses.

Assim, o Acordo para Evitar Dupla Tributação auxiliará na segurança jurídica necessária para que as relações entre o Brasil e a Polônia ganhem maior impulso e fluidez.

O voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2024.

Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Fernando Dueire pela excelência e o brilhantismo da relatoria.

Em discussão o PDL 261, de 2024, item 6. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, nós vamos pôr em votação em bloco.

Item 7.

2ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 382, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (Fumin III).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Senador Esperidião Amin, também peço a V. Exa. que vá direto à conclusão, diante do adiantado da hora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, realmente não há necessidade de maiores delongas em explicações.

Trata-se da terceira versão. Portanto, a adesão à construção deste modelo de convênio constitutivo e do Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento, agora versão III, não é uma novidade, e, devo reconhecer, tem um histórico bem-sucedido, prioridades importantes dessa parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Como – devo dizer, tenho relação de negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento desde 1979, quando Secretário de Transportes e Obras de Santa Catarina; e firmei, como Governador, quatro convênios e quatro contratos de financiamento – é um bom parceiro, portanto, essa renovação, digamos, a versão III do Fumin é muito bem-vinda.

O parecer é favorável, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Senador Esperidião Amin.

Em discussão o PDL 382, de 2024. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos votar em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro que o Senador Hamilton Mourão tem um requerimento extrapauta que eu também vou colocar, junto com os nossos dois últimos requerimentos que aqui estão

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia que Altera o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Visto para as Estadas de Curta Duração para Titulares de um Passaporte Comum, assinado em Bruxelas, no dia 27 de setembro de 2021, em conjunto com a declaração interpretativa que o acompanha.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

No mérito, não temos dúvida de que a atualização do acordo de isenção é bastante oportuna aos interesses brasileiros e representará relevante contribuição para a circulação de pessoas entre o Brasil e a União Europeia. Isto porque o texto traz uma definição exata do prazo máximo de estada permitido, agora contado em dias, tornando, assim, mais seguras as viagens recíprocas dos nacionais de ambas as partes contratantes, pois se afastam, definitivamente, eventuais interpretações errôneas das autoridades de um país na contagem total dos dias de estada de um viajante estrangeiro.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo 479, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, vou colocar em votação os itens de 2 a 7, conforme já deliberado.

Em votação os relatórios anteriormente lidos pelas Sras. e pelos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os relatórios, que passam a constituir pareceres da Comissão, favoráveis aos projetos.

As matérias vão à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Às providências.

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para Debater a relevância do Brasil no cenário internacional.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Requer, com base no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a relevância do Brasil no cenário internacional.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, passo à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

Apenas para aditar o Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº6, de 2025, de autoria deste Senador, para aditar os consultores Tarcísio Dal Maso Jardim e o Conselheiro da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores Flávio Campestrin Bettarello, para agregar ao grupo de trabalho já formado para a gente promover aquela audiência pública.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta do Senador Hamilton Mourão.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 14, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação da Defesa Nacional e o andamento dos Projetos Estratégicos para a garantia da soberania nacional.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele a requer, nos termos regimentais, com o objetivo de debater a situação da Defesa Nacional e o andamento dos Projetos Estratégicos de Defesa Nacional, solicitando a vinda do Ministro da Defesa...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Mais os Comandantes...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... mais os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Em discussão.

Senador Mourão e Senador Amin.

Primeiro, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Presidente, destaco a importância desse requerimento, num momento em que o mundo inteiro aumenta os seus gastos com armamento – acabamos de ver um dos candidatos a Embaixador aqui ressaltando esse assunto – e nós vemos a redução do orçamento das Forças Armadas com projetos: a Marinha tem o seu projeto das fragatas, que está atrasado; a Força Aérea, com os caças Gripen, sendo que hoje nós não temos domínio do espaço aéreo brasileiro pela ausência de aeronaves; e os próprios projetos do Exército Brasileiro, principalmente o Sistema de Monitoramento de Fronteiras.

Além disso, Presidente, as informações colhidas na audiência proposta servirão de base para a instrução de matéria em tramitação nesta Casa, de autoria do Senador Carlos Portinho, que é a PEC 55, que estabelece a vinculação de percentual mínimo das receitas correntes da União para a execução de políticas públicas voltadas à soberania nacional e à defesa do Estado brasileiro. Então, é o momento de esta Comissão se adiantar nesse assunto.

Espero que, com a vinda dessas autoridades, um grande número de colegas esteja presente para esse debate ser enriquecido.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Senador Mourão. Concordo integralmente com as colocações de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu quero pedir licença ao Senador Mourão para subscrever o requerimento.

Como ele já falou, no aspecto operacional, ou seja, na vida, no dia a dia das atividades das Forças Armadas, percebe-se esse estrangulamento, e nos investimentos isso é uma tragédia. Falando especificamente sobre a questão das fragatas, projeto que está sendo desenvolvido no meu estado, é uma barbaridade o que está acontecendo, com o comprometimento da idoneidade do nosso país no cenário internacional, porque esses contratos são todos internacionais em alguma das suas facetas, mesmo que desenvolvidos fisicamente aqui.

Então, eu subscrevo e acrescento um convite especial ao Líder do Governo, nosso querido amigo Senador Jaques Wagner, para que ele participe, como Ministro da Defesa que foi e como representante do Governo, porque certamente nós falaremos sobre a PEC 55. Essa PEC eu vi nascer. Sempre relutei em ser o primeiro signatário dela, porque isso poderia criar uma incompatibilidade política, mas esse assunto não é mais de natureza política, muito menos partidária. Aliás, é de política com o "p" maiúsculo e de Estado brasileiro.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Do Estado brasileiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é uma questão de Estado brasileiro e é obrigação da Comissão muito bem presidida por V. Exa. promover esta reunião antes do recesso parlamentar. É prioridade absoluta.

Meus cumprimentos ao Senador Mourão; eu o faço subscrevendo tanto as suas palavras quanto o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Acolho as manifestações do Senador Esperidião Amin.

Nós já estamos em contato com o Ministro José Múcio e, em decorrência disso, com os três comandantes das forças para a gente adequar uma data em comum, e nós vamos tirar um dia de sessão só para poder tratar desse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento extrapauta do Senador Hamilton Mourão.

Srs. Senadores, gostaria, penhoradamente, de agradecer a participação de todos. Nós já esgotamos a nossa extensa pauta.

Para mim é um privilégio presidir um grupo tão seleto de Parlamentares. Agradeço a Deus por esta oportunidade.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, em especial das autoridades, desejando-lhes êxito, e declaro, sob a proteção de Deus, encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Lucas Barreto, Izalci Lucas e Jaime Bagattoli, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Jorge Seif e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1532, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para ampliar o prazo para ratificação dos registros imobiliários referentes aos imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira; e para estabelecer a forma de encaminhamento do pedido de aprovação do Congresso Nacional, quando a ratificação versar sobre imóveis com área superior a dois mil e quinhentos hectares, nos termos do art. 188, § 1º, da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado o substitutivo com as alterações promovidas pela relatora. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 159, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados-partes do Mercosul, em 17 de julho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** A pedido do relator. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 319, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, firmado em Nova York, em 21 de setembro de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 268, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia, assinado em Brasília, em 1º de junho de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Projeto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Decreto Legislativo n° 358, de 2024 - Não Terminativo - que: "Aprova o texto do Protocolo para Emendar o Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana, assinado em São Domingos, em 14 de abril de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **2ª Parte - Eleição**. **Finalidade:** Indicação do membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para compor a CCAI - Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. **Resultado:** Eleito, por aclamação, o Senador Hamilton Mourão para compor a CCAI como membro indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (Art. 7º, III, "f", da RCN nº 2, de 2013). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Reunião nº 13, Extraordinária, 08/07/2025, quarta-feira.

Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião da Comissão, ocorrida em 2 de julho de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam e a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Finalidade da reunião: conforme a pauta publicada, esta reunião está dividida em duas partes. A primeira destina-se à apreciação de projetos, e a segunda destina-se à indicação do membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Na primeira parte, houve um projeto pautado, que está sendo palco de um entendimento entre o Líder do Governo e a Relatora.

Nós já vamos partir para a segunda parte.

Dando cumprimento ao art. 7º da Resolução do Congresso Nacional 2, de 2013, compete a esta Comissão indicar um dos seus membros para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

A Presidência informa a candidatura do Senador Hamilton Mourão para o referido cargo.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos eleger o indicado por aclamação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Só uma dúvida, porque, dentro da bancada, o Senador Rogério tinha dito que iria se inscrever, mas parece que ele abriu mão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim. Eu conversei com ele, esse foi um acordo encaminhado na nossa eleição para Presidente e o Senador Rogério retirou a candidatura.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Então, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Então, havendo concordância de todos, declaro eleito, por aclamação, para compor a CCAI, o Senador Hamilton Mourão.

Com a palavra o eleito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria agradecer a confiança para fazer parte desta Comissão que eu considero de extrema importância.

A atividade de inteligência é uma atividade de Estado muitas vezes incompreendida. Obviamente a fiscalização feita pelos membros do Congresso Nacional é de extrema importância para a salvaguarda dos princípios que regem não só a atividade, como também o sistema democrático no qual todos nós vivemos.

Os profissionais que trabalham na área de inteligência vivem na busca de transmitir um conhecimento necessário para que decisões sejam tomadas. No caso específico, aqueles que trabalham na Agência Brasileira de Inteligência são assessores diretos do Presidente da República e de sua equipe de Governo no sentido de que, para as difíceis decisões que tenham que tomar, estejam devidamente assessorados por uma produção de conhecimento metódica e sempre tendo o compromisso, que é apanágio da inteligência, que é a busca da verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atividade de inteligência não pode ser confundida com uma mera atividade jornalística de coleta de dados. Ela é muito mais profunda que isso. E, além disso, por envolver ações de busca, necessita, então, desse olhar mais arguto do Congresso Nacional.

Por isso, Presidente, eu me sinto muito satisfeito por poder fazer parte desta Comissão e trazer um pouco da experiência que tive ao longo da minha vida profissional para o nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – É apenas para parabenizar o Senador Mourão pela escolha.

Eu estou até observando que, para o dia da eleição, ele fez o corte padrão de cabelo – como eu fui do colégio militar, sei como é que é.

Mas deixe-me dizer que eu acho que o Senador Mourão, exatamente pela trajetória, tendo servido ao Exército Brasileiro, seguramente tem acumulado, primeiro, a responsabilidade e a delicadeza que é uma Comissão sobre a atividade de inteligência. Segundo, eu já fiz parte desta Comissão e confesso que é delicado, porque você, ao participar, tem que assinar o termo de confidencialidade, ou seja, o que é discutido lá dentro é diferente de qualquer Comissão, não é para fazer proselitismo. Você não pode sair de lá falando, "o fulano falou isso, o beltrano falou aquilo". E eu digo que ela é delicada, porque não é só um que assina, todos assinam; mas o dia em que vazar, todos são suspeitos. Então, é uma coisa que é de muita responsabilidade. Eu participei um tempo, acho que é extremamente importante.

E, de novo, eu parabenizo o Senador e tenho certeza de que, com toda a trajetória numa atividade das Forças Armadas que trabalha com inteligência e sabe o que é segredo de Estado, o que não pode ser aberto, poderá dar essa serenidade, porque não dá para levar para dentro da CCAI briga político-partidária e ideológica. Essa coisa interessa ao país, então é preciso que a gente tenha serenidade para trabalhar com ela em busca da verdadeira informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa sorte.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Apenas quero cumprimentar também o Senador Hamilton Mourão – na certeza de que é a pessoa certa, no momento certo, para o lugar certo –, que acaba de ser eleito como titular. É uma Comissão realmente que precisa de equilíbrio, de sensibilidade, de sensatez. E são virtudes que sobram na personalidade do Senador Hamilton Mourão. Parabéns a V. Exa.

Senhores, nós estamos aguardando a Senadora Tereza Cristina, que está tentando conversar com o Senador Davi Alcolumbre, em função do pré-entendimento que houve com o Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, para gente poder dar sequência à nossa sessão, sendo que essa parte...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Voltando à parte 1, é o item 1, Projeto de Lei 1.532, de 2025, não terminativo.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Então, talvez eu tenha que cumprir outra tarefa em outra Comissão, mas eu já quero deixar assumido aqui o compromisso que eu assumi perante V. Exa., a Senadora Tereza, o Senador Bagattoli e o Deputado... Perdoe-me, eu não...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Na verdade, nós já tínhamos feito um acordo em cima do 4.437, que era votar o adiamento para dar um respiro àqueles que estão agoniados com o fim do prazo em outubro, mas eu não acho que a gente vai fazer adiamento para ficar *ad infinitum* prorrogando. Então, o meu compromisso aqui, já que o Governo só tem condição de assumir esse compromisso de não veto na prorrogação, é o voto pela urgência, para que ele vá direto para o Plenário, e aí falamos com o Presidente Davi para colocar para votar. Ele vai para a Câmara e esperamos que haja um acordo com a Câmara de não modificar, para não ter que voltar para cá e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventualmente, se for para a CCJ, ter um veto – não resolve. E aí nós vamos nos debruçar agora, no segundo semestre, no 4.437, e eu vou entrar pessoalmente para dirimir o que pode ser feito acordo; do que não puder ser feito acordo, nós vamos para voto. Mas aí eu quero me aprofundar na questão do georreferenciamento, tudo que já foi colocado rapidamente nessa conversa. É que se eu for sair e a Senadora Tereza vier, eu só quero deixar assumido aqui o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito, Líder do Governo, Senador Jaques Wagner.

V. Exa. quer fazer o uso da palavra, Senador Jaime Bagattoli?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Quero cumprimentar aqui todos os Senadores e o nosso Presidente e dizer, Senador Jaques Wagner... Eu até vou fazer um pequeno relato sobre essa situação aqui, dessa ratificação do título de área de fronteira, porque a deliberação seria do Projeto de Lei 1.532, de 2025, da ratificação de títulos das faixas de fronteira.

Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad; Sras. e Srs. Senadores, é com satisfação que vejo esta Comissão falar sobre um tema tão crucial para o nosso país: a segurança jurídica e a soberania em nossas faixas de fronteira.

Quero de início parabenizar o autor da proposta, Senador Nelsinho Trad, por sua sensibilidade. Ao propor o PL 1.532, de 2025, V. Exa. acerta ao identificar a urgência dos programas, o prazo para a ratificação de títulos, que se encerra este ano, em outubro, ameaçando jogar na insegurança jurídica milhares de produtores de boa-fé.

Gostaria também, e com especial ênfase, de saudar o trabalho da Relatora desta matéria, a Senadora Tereza Cristina. Fico muito satisfeito ao saber que V. Exa. apresentou um relatório com um substitutivo ao projeto. Essa atitude demonstra a profundidade com que o tema está sendo tratado e a compreensão de que precisamos ir além.

A apresentação de um substitutivo sinaliza que – nós, que vivemos a realidade no campo, defendemos isto há muito tempo – não basta apenas prorrogar o prazo, simplesmente adiar o problema por mais cinco anos. É uma medida paliativa, que nos levará ao mesmo impasse em 2030.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo da Senadora Tereza Cristina certamente avança por reconhecer a necessidade de uma solução mais estruturante. E é nesse espírito de colaboração que apresentei o PL 986, de 2025, cujas propostas, acredito, convergem para a busca de uma solução definitiva.

Nosso projeto, Presidente, ataca a raiz do problema. Primeiro, propomos um prazo factível, de 20 anos, para que todos, sem exceção, passem a ser regularizados. Segundo – o mais importante –, nós regulamentamos o procedimento. Não podemos mais depender de boa vontade de um futuro decreto. É preciso dar segurança jurídica em lei. Nosso projeto detalha os documentos e, de forma estratégica, transfere a análise para os cartórios de registro de imóveis, desafogando o Incra e dando agilidade ao processo.

Aqui toco um ponto fundamental, que tenho certeza de que a competente Relatora não deixou de observar: a situação dos imóveis com mais de 2,5 mil hectares. Eles vivem num limbo, pois a lei não diz como a necessária aprovação do Congresso Nacional deve ser processada. O PL 986, de 2025, resolve isso, criando um fluxo claro para que o processo chegue a esta Casa, acabando com a paralisia.

Por fim, não podemos nos esquecer dos pequenos produtores rurais com imóveis de até quatro módulos fiscais. O prazo para o georreferenciamento de imóveis menores vence em novembro de 2025. Precisamos também prorrogar esse prazo, conforme consta, com muita assertividade, no relatório da Senadora Tereza Cristina. Qualquer solução para a faixa de fronteira deve, obrigatoriamente, prorrogar esse prazo para os pequenos produtores.

Portanto, Sr. Presidente, Senadora Tereza Cristina, Senador Nelsinho Trad, o caminho está traçado. A prorrogação do prazo é o primeiro passo. O substitutivo apresentado pela Relatora é o segundo.

Peço que possamos, agora, unir as propostas, consolidando um texto final com a *expertise* da Relatora e com as soluções objetivas que trazemos no PL 986, de 2025, e no PL 4.497, de 2025, aprovados na Câmara dos Deputados.

Vamos entregar ao Brasil não o adiamento, mas a solução definitiva que garante o direito de propriedade, a paz no campo, a sabedoria em nossas fronteiras.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu só quero dizer a V. Exa. que a gente sabe que tem um acordo com o Senador Jaques Wagner para a prorrogação do prazo, mas é de suma importância essa situação do georreferenciamento, porque há uma grande dificuldade, principalmente dos nossos pequenos produtores rurais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a fala do Senador Jaime Bagattoli.

Com a palavra, a Relatora, Senadora Tereza Cristina, referente ao Projeto 1.532, de 2025.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Nelsinho.

Caros colegas, hoje eu já li o projeto que trata da prorrogação do prazo para a regularização das áreas de fronteira, como aqui já falado pelo Senador Bagattoli, na sua brilhante exposição sobre o tema. Mais uma vez, é necessária essa prorrogação.

Nós realmente precisamos resolver esse problema de uma vez por todas, Senador. O senhor é o autor do projeto que trata de mais cinco anos para que os produtores, os proprietários, na realidade, de terras em região, em área de fronteira possam estar ratificados nos seus títulos.

Só quero fazer aqui uma ponderação, porque muita gente acha que são novos títulos, novos proprietários, e não é isso. São pessoas que ocupam já essa área, que receberam títulos do Império, títulos paroquiais, títulos diretamente da União ou dos estados, quando a União assim o fez, repassando-os para os estados brasileiros. Então, na verdade, é refazer um trabalho. Está na Constituição, nós temos que fazer, mas nós temos que fazer isso de uma vez por todas.

Muitos daqueles que estão indo aos cartórios para fazer as suas vintenárias, fazer as suas cadeias dominiais e chegar até o título original, hoje encontram problemas, porque os cartórios, às vezes, não conseguem chegar a esses títulos originais. Então, é por isso que nós estamos aqui. Tem aí vários projetos: projeto do Senador Bagattoli; projeto do Senador Mecias; projeto do Senador Nelsinho, de que eu tenho a honra de ser a Relatora, um projeto muito bom, que veio da Câmara dos Deputados, já aprovado lá, o 4.497, que está aqui na Mesa Diretora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de dizer que já li o meu relatório na semana passada e foi pedida vista pelo Senador Humberto Costa, vista essa que foi dada. E agora, falando aqui com o Líder do Governo, falando com o Senador Jaques Wagner, fizemos um acordo, dada a urgência de se prorrogar esse prazo para que a gente faça realmente aquilo que é necessário, que são todos esses projetos de lei que são importantes para a gente ter o rito; porque cada estado, Senador Nelsinho, tem um rito, cada um pede uma coisa. Eu tive a oportunidade de ver um levantamento feito pela CNA em que cada estado pede algum documento, enfim, e aí é um embaralhado e as pessoas ficam meio sem saber como fazer, como chegar a essa retificação desses títulos de fronteira.

Então, eu vou retirar o art. 2º, que eu havia colocado e que eu acho que é de suma importância, mas, como fizemos um acordo e acordo tem que ser cumprido... E eu espero que, neste acordo, também – além da votação aqui no Senado, vai para Câmara e vamos prorrogar esse prazo – não haja veto da Presidência da República, né? Esse acordo é o que fica aqui estabelecido.

Também neste acordo, estabelecemos, com o Senador Jaques Wagner, o Senador Nelsinho, eu e o Senador Bagattoli, que o 4.497, que está hoje na Mesa Diretora, possa ir para duas Comissões no segundo semestre e, assim que passar por essas duas Comissões, rapidamente ir a Plenário no Senado para sua votação final. Se tiver emendas, enfim, se for mexido, ele volta, então, à Câmara para depois ir à sanção presidencial.

Então, esse é o acordo construído aqui hoje. Eu gostaria de pedir à mesa para retirar o art. 2º, que é o seguinte:

> Art. 2º O art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 176. .....
> .....
> § 4º A identificação de que trata o § 3º tornar-se-á obrigatória para efetivação de registro, em qualquer situação de transferência de imóvel rural, a partir de 31 de dezembro de 2028.
> § 4º-A Para os imóveis rurais cuja somatória das áreas não exceda quatro módulos fiscais, a obrigatoriedade de que trata o § 4º deste artigo vigorará após quatro anos, contados a partir da publicação do ato normativo do Poder Executivo que regulamentará a isenção prevista no § 3º desse artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 4º-B Para fins de registro de alienação fiduciária em garantia, não será exigido o georreferenciamento, salvo na hipótese de venda do imóvel em leilão.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação [sem o art. 2º, conforme lido aqui, neste momento, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional].

Muito obrigada, Senador Nelsinho.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com as alterações devidamente relatadas pela Senadora Tereza Cristina, mantenho a discussão da matéria.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – E eu também gostaria de pedir urgência, para que esse Projeto 1.532 vá a Plenário o mais urgentemente possível, dada a urgência da data que nós temos para aprová-lo aqui e na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eu vou fazer alguns comentários a respeito dessa matéria.

Primeiro, do acordo pré-tabulado horas antes de iniciar esta sessão. Eu acho que esse foi o melhor caminho. Nós precisamos da anuência do Governo para poder fazer essa tramitação no tempo que ela urge, que é até outubro. Tem esse compromisso do Senador Jaques Wagner, Líder do Governo, aqui, em alto e bom som, colocado nesta Comissão; e o compromisso também do Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado, de pautar essa matéria extrapauta já na sessão de hoje, para que ela possa ser votada hoje, aprovando o seu rito de urgência; de forma que, com isso, a intenção nossa – e deu para perceber que desta Casa – foi dar uma segurança e uma tranquilidade jurídica para os proprietários que estão nessa linha de fronteira.

Imaginem V. Exas. a pessoa que está lá, desde o seu bisavô ou o seu tataravô, com trabalho nessa terra, edificando benfeitorias e produzindo, chegar a outubro e, em função de uma letargia desta Casa ou de algum problema político, vir a perder o seu título. Isso é inadmissível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa intenção com esse projeto foi justamente fazer com que esse tempo possa vir a ser preenchido com uma tranquilidade e com a eventual correção que tiver que ser feita. Também foi extraído esse compromisso do Senador Jaques Wagner. Se a gente vai agregar o georreferenciamento, que, segundo os especialistas, é importante para deixar o projeto de uma vez por todas completo, é uma situação que vai ser coadjuvante à aprovação nesse primeiro momento. Como eu levo tudo para a medicina, esse é um caso de um paciente que está com uma hemorragia, a gente a estancou – ou seja, morrer não morre mais –, e agora vamos consertar o problema para deixá-lo são e bom, que é o que nós vamos fazer daqui para frente.

Agradeço a sensibilidade da Senadora Teresa.

O Senador Jaime também, com a particularidade do seu estado, agregou valor ao projeto, na certeza de que nós estamos fazendo aquilo que precisava ser feito.

É muito importante esse acordo promovido pelo Senador Jaques Wagner, Líder do Governo, porque, com isso, a gente já garante a celeridade necessária para a aprovação dessa matéria, gerando aos produtores de linha de fronteira tranquilidade e segurança jurídica, pelo menos, por mais cinco anos, e o compromisso nosso de fazer essa matéria andar e completar o seu escopo a partir do momento em que novas ideias estão chegando.

Continua em discussão o relatório alterado pela Senadora Tereza Cristina. (*Pausa.*)

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero parabenizar aqui, mais uma vez, a Senadora Tereza Cristina, dizer que para nós – como a Senadora falou, acordo é acordo – acordo é para ser cumprido, mas, como você falou, nós estávamos com as duas pernas quebradas; estamos consertando uma e vamos continuar com uma quebrada ainda para frente, andando, porque teria que ter seguido junto o georreferenciamento. Mas, como a Senadora, de forma muito brilhante, frisou aqui com uma importante palavra, quando ela falou assim: "que o Governo não vete", porque, se o Governo vetar essa situação da prorrogação do prazo... E não podemos só prorrogar o prazo por mais cinco anos; nós temos que nos debruçar sobre esse problema. Esse problema é um problema sério, atinge o Rio Grande do Sul, atinge Santa Catarina, Paraná, os dois Estados do Mato Grosso, Rondônia, o Acre... Há até uma área extensiva de fronteira aí, e nós precisamos resolver – com o Amapá em cima –, então nós precisamos resolver essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu coloquei, nós precisamos também... Eu vejo lá no meu estado aquela situação daquelas terras todas, e a maioria vai afetar os pequenos produtores com menos de quatro módulos. Isso é triste para nós, para essa situação, que nós precisamos resolver definitivamente; não só prorrogarmos o prazo, mas nos debruçarmos e nós resolvermos essa situação definitivamente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, quero parabenizar esta Comissão por esse entendimento, na certeza de que todos aqui vão se comprometer para que os acordos possam ser devidamente cumpridos, não haja veto por parte do Governo e essa matéria possa ser esgotada antes do nosso recesso parlamentar.

Em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, com as alterações devidamente relatadas pela Senadora Tereza Cristina.

A matéria vai direto ao Plenário, conforme o acordo pré-tabulado com o Líder do Governo.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente Nelsinho...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Precisa colocar em votação o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeitamente. (*Fora do microfone.*)

Em votação o requerimento de urgência, para que o projeto possa ir ao Plenário, conforme o acordo pré-estabelecido. Regime de urgência ao Projeto de Lei 1.532, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência.

À assessoria para remeter direto à Secretaria-Geral da Mesa, para que possa ir na sessão de hoje.

Item extrapauta.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, firmado em Nova York, em 21 de setembro de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Marcos Pontes.

Pode ir direto à análise, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Análise.

O PDL em exame não carrega vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Por igual, não se vislumbram vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto na Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, a proposta está em consonância com o art. 4º, parágrafo único, da Constituição, que trata da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Do ponto de vista da técnica legislativa, a proposição observa os parâmetros fixados na Lei Complementar 95, de 1998.

No mérito, o Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador revela-se uma iniciativa relevante e estratégica. Ao estabelecer um marco jurídico estável para a operação de serviços aéreos entre os dois países, contribui-se para o fortalecimento da conectividade regional, com impactos positivos não só sobre turismo, como também sobre os negócios e o intercâmbio cultural. O instrumento firmado está alinhado com os princípios da Política Nacional de Aviação Civil e reflete o esforço do Brasil em ampliar sua malha de acordos bilaterais, com vistas à modernização do setor aéreo.

Dessa forma, o presente acordo reforça os laços diplomáticos entre Brasil e El Salvador, os quais datam de desde 1906, e está em sintonia com os objetivos de uma política externa pautada pela cooperação e a integração regional.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2024.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro projeto de decreto legislativo.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia, assinado em Brasília, em 1º de junho de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes. Permissão para ir direto à análise.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Na análise, não encontro vícios de juridicidade sobre a proposição, tampouco defeitos no campo da constitucionalidade. Nesse sentido, o projeto observa o disposto na Constituição Federal. Além disso, o tratado veiculado pelo PDL preenche, de alguma forma, o comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O tratado em questão visa aprimorar a estrutura jurídica atinente aos serviços de transporte aéreo entre Brasil e Finlândia. A vinculação ao ato internacional em apreço propiciará ambiente favorável para reforçar não apenas os laços de amizade entre as partes, mas também a cooperação nas áreas de comércio, investimentos e turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, estamos diante do que se denomina Acordo de Serviços Aéreos. Dessa forma, ele estabelece regras para a exploração de serviços aéreos entre os dois países, com foco na chamada política de céus abertos. Esse contexto flexibiliza as regras para voos comerciais, possibilitando que as companhias aéreas de ambos os países voem entre si com maior liberdade.

Tendo em vista esse quadro, o tratado em causa aprimora a estrutura jurídica atinente aos serviços de transporte aéreo entre Brasil e Finlândia, e consolida essa relação de maneira mutuamente benéfica. Assim, a vinculação ao ato internacional em apreço propiciará ambiente favorável para reforçar não apenas os laços de amizade entre as partes, mas também a cooperação nas áreas de comércio, investimentos e turismo.

Nesse sentido, os maiores favorecidos pelo acordo serão os usuários do transporte por aeronaves de passageiros, bagagem, carga e correio. Essa circunstância, por si só, há de incrementar ainda mais as relações bilaterais.

Observo, por fim, que os dispositivos do acordo não destoam dos inúmeros tratados bilaterais de mesma natureza já celebrados pelo Brasil. Ele, de resto, está em sintonia com as práticas estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2024.

Este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço a relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

O último projeto.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo para Emendar o Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana, assinado em São Domingos, em 14 de abril de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Passo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, pode ir direto à análise, para proferir seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Análise.

Não encontro vícios de juridicidade sobre a proposição, tampouco defeitos no campo da constitucionalidade. Nesse sentido, o projeto observa o disposto na Constituição Federal.

No mérito, o protocolo implementa, sem maiores esclarecimentos, modificações ao texto do Acordo de Serviços Aéreos entre Brasil e República Dominicana, assinado em Brasília, no dia 14 de maio de 2018, em fase de ratificação pelos dominicanos, segundo informação obtida pela plataforma Concórdia, do Ministério das Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As alterações acordadas dizem respeito à acepção, para fins do acordo, das palavras "território" e "soberania" – ambos os termos inseridos no rol das definições fixadas no Artigo 1 do protocolo em análise.

Voto.

Por ser constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2024.

Este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento na tramitação.

Cumprida a finalidade da sessão, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dez minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Jayme Campos, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Sergio Moro, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Beto Faro, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito, Jorge Seif, Izalci Lucas e Damares Alves, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Margareth Buzetti, Wellington Fagundes, Weverton, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 27/2025 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 37/2025 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 39/2025 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Debater o PL 3220/2019, que “altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público”. **Participantes:** Glauco Sombrio, Vice-Presidente da Associação Catarinense de Provedores de Internet — APRONET; Fernando Soares, Diretor de Regulação e Inovação da Conexis Brasil Digital.; Basilio Rodriguez Perez, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações — ABRINT; Rodrigo Schuch, Presidente da Associação NEO; José Borges da Silva Neto, Superintendente de Competição-ANATEL; José Borges da Silva Neto, Superintendente de Competição-ANATEL; Lívia Maria de Rezende Raggi, - Chefe de Gabinete Adjunta do Gabinete do Diretor-Geral – GDG ANEEL; Lívia Maria de Rezende Raggi, - Chefe de Gabinete Adjunta do Gabinete do Diretor-Geral – GDG ANEEL; Ricardo Brandão Silva, Diretor-Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE; Luiz Henrique Barbosa da Silva, Presidente Executivo da TelComp; Ricardo Junckes, Consultor Executivo de Infraestrutura da Prefeitura de Florianópolis - SC; e Karla França, Confederação Nacional dos Municípios - CNM. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3178, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3570, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, e 13.465, de 11 de julho de 2017, para harmonizar a prestação de serviços públicos com objetivos do desenvolvimento urbano." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 44, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, informações detalhadas sobre a operação da BR-364, especialmente no trecho localizado no estado de Mato Grosso, diante de relatos recorrentes de usuários e motoristas sobre a inoperância da rodovia durante o período noturno, devido à paralisação das atividades de controle de tráfego e ausência de sinalização efetiva." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores: Fernando Dueire, Marcos Rogério, Omar Aziz, Jayme Campos, Jaime Bagattoli e Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/06

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos, especialmente aos que chegaram pontualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental e devidamente autorizado pelo Presidente da Comissão, meu querido amigo Marcos Rogério, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de maio de 2025.

A primeira parte da sessão se destina à realização da audiência pública.

Antes disso, comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos.

Ofício 3.199, de 2025, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que sugere a data de 27 de maio corrente para comparecimento da Ministra à audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Alvíssaras! (*Pausa.*)

Ofício 080, de 2025, da Agência Nacional de Energia Elétrica, que encaminha as respostas aos questionamentos do Requerimento 35, de 2025.

Eu só gostaria de esclarecer quem é o autor do Requerimento 35. (*Pausa.*)

O próprio Senador Marcos Rogério é o autor do requerimento.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, deverão estar disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira é uma audiência pública interativa, e a segunda é a deliberativa.

Para iniciarmos, a primeira parte – ou seja, a audiência pública interativa – tem como objetivo debater o PL 3.220, de 2019, que "altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público", em atenção aos Requerimentos nºs 27, 37 e 39, todos de autoria deste que lhes fala.

Convido para tomar lugar à mesa, pela ordem de chegada, os seguintes convidados: José Borges da Silva Neto, Superintendente de Competição da Anatel – meus cumprimentos –; Lívia Maria de Rezende Raggi, Chefe de Gabinete Adjunta do Gabinete do Diretor-Geral da Aneel – seja bem-vinda –; Glauco Sombrio, Vice-Presidente da Associação Catarinense de Provedores de Internet; Ricardo Brandão Silva, Diretor-Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Temos mais uma cadeira? Só temos quatro. (*Pausa.*)

Está o.k., então eu registro a presença ainda de três outros convidados, mas o número de cadeiras é este. (*Pausa.*)

Mas os três que chegaram... (*Pausa.*)

É evidente que eu vou chamar primeiro os que já chegaram.

Os demais convidados que já chegaram vão ser relacionados para serem chamados imediatamente.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores, que, é lógico, serão disponibilizadas a quem se interessar.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até cinco minutos, prorrogáveis de acordo com a conveniência. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem perguntas ou comentários, com os respectivos direitos de réplica e, eventualmente, tréplica.

Eu gostaria apenas, como autor dos requerimentos, de fazer uma brevíssima colocação a respeito do assunto. Eu convivo com isso há 50 anos: direito do poste, ou seja, direito de usar o poste. Eu assumi a Prefeitura de Florianópolis em 1975 e, desde então, participo da discussão sobre de quem é o poste. O poste é da Celesc, no nosso caso. E a calçada? E o direito do uso? E quantos fios eu posso, quantos cabos...?

Eu pedi para fazer uma fotografia. Não sei se a assessoria, Jibran... Eu pedi para fazer um conjunto de fotos, de peças extraordinárias, de postes lotados de cabos, cabos que já não estão mais sendo usados. Eu não sei se essa foto ainda está disponível; caso contrário, eu peço que solicitem ao Renan Schlickmann, porque eu gostaria de apresentar isso ao final.

Todos aqui já viram postes, entre aspas, "ornamentados", com peças de grande criatividade, quero dizer, um verdadeiro pacote de fios e cabos. É evidente que é preciso racionalizar isso, disciplinar o uso. Por isso eu estou estabelecendo esse prazo de cinco minutos para exposição, porque o problema todo mundo conhece. Nós temos que decidir hoje algo que seja racional e legislativamente possível.

O projeto não é de minha autoria, mas, com a responsabilidade e com a experiência que o tempo me deu, eu acho que já passou da hora de termos uma solução pacificada, legislativa e normativamente, também pelas agências que têm relação com o problema.

Essa é a colocação que eu gostaria de fazer inicialmente, dizendo que, no MWC recente, de março deste ano – ou seja, faz dois meses –, este assunto voltou à baila lá em Barcelona, não foi, doutora? A nossa Dra. Marianna é testemunha disso. Este assunto é ressuscitado, o problema é ressuscitado, ou ele aparece, o fantasma aparece cada vez que se discute sobre transmissão de dados, informações ou sons nas áreas urbanas.

Dito isto, ou redito isto, concedo a palavra, então, ao Dr. José Borges da Silva Neto, Superintendente de Competição da Anatel.

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Esse tema é de fato...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para deixar bem claro, eu não falei que sou o autor do projeto nem que sou o Relator. Então, é bom dizer que o autor do projeto é o Senador Weverton e eu sou o Relator na Comissão.

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – Obrigado, Senador. Obrigado pela oportunidade de estar aqui falando sobre esse assunto.

De fato, é um problema que tem demandado bastante esforço das agências, porque os cidadãos, no dia a dia, nas 5.570 cidades, municípios do Brasil, convivem com esse problema sério, que é o problema do mal uso dos postes do sistema elétrico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, antes de avançar nessa discussão, eu gostaria de colocar alguns pontos. A gente tem que lembrar que o acesso aos postes é um insumo fundamental para o desenvolvimento do setor de telecomunicações. E graças ao acesso aos postes a gente conseguiu fazer uma verdadeira revolução da conectividade no país. O poste, como uma infraestrutura essencial tanto para o setor de distribuição elétrica, como para o setor de telecomunicações, é considerado um bem reversível para o sistema elétrico, mas é um insumo fundamental para a criação de redes de telecomunicações.

Nos últimos anos, a Anatel tem se esforçado muito para estimular a competição no setor de telecomunicações e hoje a gente tem mais de 20 mil empresas autorizadas no setor. É claro que, como toda a externalidade positiva que é gerada com isso, com mais conectividade, mais acesso à banda larga nos diversos municípios, a gente também identificou esse problema sério que é essa externalidade negativa da maior ocupação dos postes. E, nos últimos meses, para não falar nos últimos anos, a Anatel, conjuntamente com a Aneel, tem se debruçado sobre uma série de questões que a gente tem que enfrentar e a gente tem feito a atualização da Resolução Conjunta nº 4 – pelo menos na Anatel assim ela é conhecida –, que fala sobre o compartilhamento de infraestrutura de postes, justamente tentando detalhar, regulamentar o art. 73 da LGT, que fala que esse espaço de exploração de uso tem que ser disponibilizado para o setor de telecomunicações.

E, ao longo desse debate, eu posso citar, por exemplo, o esforço do Executivo na implementação da Política Nacional de Compartilhamento de Postes, o Poste Legal, e, recentemente, o decreto que estabeleceu todo o regime de renovação dos contratos de distribuição, em que fala da regulação conjunta desse espaço, da obrigação das empresas de trabalharem o ordenamento do espaço e como que a gente pode atuar para estabelecer um plano de reorganização dos postes, porque uma coisa é fato: as agências têm trabalhado numa nova resolução conjunta, em que a gente vai explorar justamente como deve ser feita a ocupação dos postes, como deve ser feita a reorganização dos postes. E aí tem um ponto que é muito caro para o setor de telecomunicações que é justamente a remuneração do acesso do ponto de fixação, porque hoje, no mesmo poste, a gente tem casos de empresas que pagam R$5 pelo ponto de fixação, ao mesmo tempo em que, no mesmo poste, tem empresa que paga R$10. Então, é uma série de problemas.

E a gente também tem que lembrar que existe uma falta de fiscalização e de definição da obrigação de quem tem que fazer a fiscalização pelo poste, por essa faixa de exploração de uso.

Então, essa resolução, essa norma conjunta tanto da Anatel quanto da Aneel, visa justamente trazer mais racionalidade para a ocupação do poste, estabelecer padrões de ocupação do poste, metodologias orientadas de como tem que ser a remuneração do ponto de fixação. E eu acho, Senador, que aqui a gente traz também uma inovação: a gente não está pensando só daqui para frente, a gente está pensando em resolver os problemas do passado também, porque dentro dessa resolução conjunta tem um plano de reorganização dos postes críticos.

Hoje a gente tem mais ou menos cerca de 60 milhões de postes no país, sendo que foi mapeado entre as duas agências algo como cerca de 12 milhões de postes...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – ... com problemas de ocupação. E aí o que eu tenho para trazer, nesse curto espaço, é que as duas agências já estão atuando na resolução desse problema por meio de uma resolução conjunta. A Anatel já teve a oportunidade de aprovar a sua versão em 2023, e eu acredito que, nas próximas semanas, a Aneel já vai trazer o seu ponto de vista em relação a essa minuta para a gente poder avançar nessa discussão. E todo o trabalho legislativo no sentido de reforçar a importância do poste, inclusive como um insumo essencial para a conectividade, trazendo mais racionalidade nos investimentos de infraestrutura, a gente sempre encara como algo positivo, Senador.

Eu me coloco à disposição... Sei que o aspecto técnico é bastante complexo em termos de como regular um insumo essencial para dois setores tão importantes, mas tanto a Anatel quanto a Aneel têm se debruçado sobre isso. Nós já temos uma minuta de regulamento, colocamo-nos à disposição para trazer mais detalhes sobre isso e estamos aguardando justamente os nossos colegas da Aneel avançarem nesse debate já para trazer mais elementos e efetividade para essa resolução conjunta.

Agradeço a oportunidade.

Nesse espaço de tempo, eu queria trazer esses *highlights* e me coloco à disposição para esclarecer qualquer ponto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero cumprimentá-lo pela objetividade e tenho só uma dúvida: hoje, o texto de que o senhor dispõe – eu faço essa pergunta antes de passar a palavra para a representante da Aneel – é conjunto com a Aneel ou é da Anatel?

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – Como se trata de uma regulação conjunta, a gente trabalha, as áreas técnicas se reúnem, elaboram uma minuta, e cada Conselho Diretor aprova.

A Anatel fez esse primeiro esforço e aprovou uma minuta. Nesse momento, a Aneel está debatendo essa minuta. É claro que aprimoramentos podem ser feitos, e, se isso acontece lá, ela retorna para a Anatel, e a gente tem a disposição de também de apreciar esses ajustes da maneira mais célere possível.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o texto que será modificado é o texto da Portaria Interministerial 10.563 ou é outra coisa?

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – Essa portaria traz a política nacional, o que foi chamado de Poste Legal. Ela traz os elementos que embasaram essa regulação conjunta. Então, ela traz os princípios de como essa regulação tem que funcionar, como, por exemplo: a remuneração da faixa de uso do ponto de fixação tem que ser orientada a custo, tem que priorizar determinados postes, tem que levar em consideração as realidades socioeconômicas dos diversos municípios e regiões do país... Então, a portaria interministerial, conhecida como política Poste Legal, traz os princípios que internalizamos nessa regulação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, e disso é que advirá a instrução. Será uma instrução normativa? Porque essa portaria interministerial fixa a política. Esse documento a que o senhor alude...

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – É uma resolução em que a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma resolução, não é uma instrução normativa.

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – Isso, é uma forma como...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma resolução conjunta.

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – Isso, é a forma como a agência reguladora normatiza determinado assunto, detalha determinado assunto que está na política pública.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que esse esclarecimento facilita, inclusive, ouvirmos a próxima pessoa convidada, que é a Sra. Lívia Maria de Rezende Raggi...

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – Senador, eu posso só fazer um pequeno complemento?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim!

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – É que essa portaria também cria a figura do explorador...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma portaria ou uma resolução? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – Resolução, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora, não é instrução normativa e não é portaria.

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – O senhor está correto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma resolução.

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – É uma resolução.

Essa resolução também traz a inovação da figura do explorador da faixa de uso – que pode ser tanto a distribuidora ou outra instituição –, que vai fazer a zeladoria daquela faixa para garantir o ordenamento dela.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele chega a ser operacional?

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – O explorador? Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O.k., ou seja, ela vai para os finalmentes ou fica nos entretantos ainda? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – A ideia é que seja justamente uma entidade, uma instituição que seja responsável, que tenha como foco principal fazer a zeladoria daquela faixa e, inclusive, atuar na reorganização da faixa, justamente no passivo, que nos incomoda muito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está perfeito.

Com a palavra, então – feito esse esclarecimento, que eu acho que é fundamental –, com a palavra a Sra. Lívia Maria de Rezende Raggi.

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI (Para expor.) – Muito bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes e os demais participantes na pessoa do Senador Esperidião Amin e de cumprimentar meus colegas de mesa.

Eu acho que alguns desses pontos eu consigo esclarecer aqui nos eslaides. Vou trazer aqui um pouco da atuação da Aneel nesse tema de compartilhamento de infraestrutura e esse processo de revisão da Resolução Conjunta nº 4, que é uma norma conjunta Aneel e Anatel, em que pé estamos hoje – uma resolução conjunta normativa e em que pé estamos hoje.

Esse primeiro eslaide traz aqui um pouquinho da linha do tempo. Essa resolução conjunta é de 2014. Ela previa uma revisão e basicamente trata do preço de referência para situações de resolução de conflito. Então, quando não há um acordo entre a companhia, entre a distribuidora e a empresa de telecom, você tem ali um preço de referência que pode ser utilizado pela Comissão de Resolução de Conflitos, que é formada pela Aneel e Anatel, e também as condições de compartilhamento de infraestrutura.

Ela previa uma revisão dessa norma em cinco anos. Nós iniciamos essa revisão em 2018 por meio de uma tomada de subsídios. Em 2021, nós abrimos uma consulta pública – foram duas consultas públicas, uma na Anatel e outra na Aneel, concomitantes, e, naquela ocasião, foram levadas ali à análise de impacto regulatório, em 2021. Esse tema estava sob a relatoria do Diretor Hélvio, na época em que foi levada para a 39ª Reunião Pública de 2023. E nessa ocasião houve um pedido de vista do Diretor Sandoval. Nesse mesmo dia, houve uma reunião concomitante na Anatel e esse texto foi aprovado na Anatel. Então, a gente tem um texto aprovado, hoje, na Anatel nessa data de outubro de 2023 e um texto em que houve pedido de vista de um diretor da Aneel devido a um ponto específico que surgiu referente ao explorador de infraestrutura, mas há uma discussão acerca de se deveria ser mandatória a distribuidora ceder essa atividade para esse explorador ou se seria algo opcional ela buscar esse explorador para exercer aquela atividade.

Bom, esse processo, então, vai às mãos do Diretor Fernando. Ele fez diversos aprimoramentos e trouxe esse processo na 17ª Reunião Pública de 2024 na Aneel, em maio de 2024, e, diante dos aprimoramentos que ele trouxe, houve um pedido de vista do Diretor-Geral da agência. Então, houve dois pedidos de vista nesse processo. Ao longo da instrução do pedido de vista do Diretor-Geral, houve a publicação do decreto de renovação das concessões, que, na visão da agência, trouxe um fato novo. Ele coloca ali um texto que dá margem a algumas interpretações, poderia ser interpretado como imposição da distribuidora entregar aquela atividade comercial para um terceiro como explorador de infraestrutura obrigatoriamente sob algumas condições. Só que ele traz alguns contornos, esse decreto, que não estavam incorporados, na visão da Aneel, no texto que tinha sido aprovado pela Anatel. Bom, diante desse fato novo, o Diretor-Geral levou, na 26ª Reunião Pública de 2024, em julho de 2024, uma proposta de o texto voltar para a área técnica para que sejam incorporadas essas questões do decreto nesse novo texto aí, nessa nova minuta de norma, e é nesse pé em que nós estamos.

Hoje o processo se encontra na área técnica da Aneel para se avaliar como incorporar essa questão do decreto na minuta de norma. Esse processo está sob relatoria do Diretor Ricardo Tili. E está havendo aí tratativas com a Anatel para ver como é que a gente incorpora, concilia e chega a um texto comum, porque a gente precisa chegar a um texto comum para que a norma seja realmente aprovada e seja efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou... A foto que o senhor queria, eu acho que eu a tenho aqui. (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não é a mais...

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – Não é a mais emblemática, tem piores, mas acho que o problema, passando bem rapidamente, acho que todos conhecem, né?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mostre de novo a fotografia. (*Fora do microfone.*)

Queria perguntar para o Senador Bagattoli – que já entendia muito de atalho em estrada e de picada em várias latitudes do Brasil, posto que, nascido em José Boiteux, Ibirama, tirou a carteira de motorista em Vilhena, em Rondônia – se ele já viu o atalho ali, para identificar cada poste, cada fio, cada cabo na entrada e na saída desse velame aí. (*Risos.*)

Muito obrigado.

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – De fato, então, o problema é bem conhecido. A gente tem uma situação de ocupação desordenada, tanto ocupações à revelia, em que você tem contratos com a empresa, mas nem todos os pontos estão mapeados nesse contrato, ou mesmo ligações clandestinas em que não há um contrato entre distribuidor e empresa de telecomunicações. Há uma baixa prioridade dessa atividade pelas distribuidoras, o que causa uma elevação de custos e frustração de receita nessas ligações à revelia e clandestinas. E há também a aplicação de preços não uniformes para o setor de telecomunicações, o que complica e o que compromete a concorrência nesse setor. Há um desequilíbrio aí na concorrência causada por essa situação.

Então, os objetivos da revisão da Resolução 4, de 2014, estão justamente neste sentido de trazer segurança e ordenamento a essas ocupações, tanto ao passivo, que a gente precisa regularizar, quanto às ocupações futuras – você ter regras bem definidas para essa ocupação. E que a atividade seja atrativa tanto para a distribuidora, mas também promova concorrência no setor de telecomunicações, com prazos, metas e responsabilidades aos agentes bem definidos em norma, de forma a induzir esse relacionamento isonômico e equilibrado entre os agentes.

A gente tem, então, aqui basicamente duas dimensões desse processo. Uma é a questão da regularidade da ocupação, tanto a regularidade física, atendimento às normas técnicas, quanto a regularidade contratual. Com isso a gente fala do passivo que a gente tem hoje, quanto das ocupações futuras. E é nesse quadradinho aí que surge a figura do posteiro – que é como a gente o chama –, que é o explorador de infraestrutura que poderia ser um terceiro a exercer essa atividade comercial de compartilhamento de infraestrutura.

E também a questão do preço. Esse preço regulado seria um preço-teto, a ser definido por metodologia entre as duas agências reguladoras – uma metodologia definida pela Aneel e a Anatel. E a Aneel passaria a publicar esse preço em ato próprio nos processos de revisão tarifária das distribuidoras. Então, a gente tem basicamente essas duas questões. O preço estaria vindo ali naquele rito da nossa revisão por meio de uma nova consulta pública, só para tratar deste ponto específico: a definição do preço regulado para compartilhamento para os pontos de fixação, no caso da atividade de compartilhamento de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a gente teve, nesse ínterim e ao longo desse processo de revisão, a publicação da portaria interministerial, dos Ministérios das Comunicações e de Minas e Energia, o Poste Legal. Na verdade, essa portaria somou esforços ao processo que já estava em andamento.

Então, na verdade, ela coloca que os custos de regularização da ocupação não podem ser repassados ao setor de energia elétrica e ela coloca essa visão de que a regularização e a manutenção do ordenamento da ocupação dos postos poderão ser objeto de execução por terceiros, conforme a regulação a ser editada. Então, de fato, carece-se dessa regulação da Aneel e da Anatel para avaliar essa questão do posteiro.

E a gente teve, de fato, grandes avanços nesse processo, nessa norma conjunta ao longo dessas discussões. A questão de um preço regulado único para cada distribuidora, orientado a custo, conforme a portaria do Poste Legal, metodologia definida pela Aneel e Anatel, que deve ser submetida à consulta pública.

O ponto de fixação passa a ter um preço teto. Isso é um incentivo ao compartilhamento da infraestrutura entre os setores de telecomunicações. Então, você pode ter um preço teto no ponto de fixação e pode ter dez ocupantes no mesmo ponto. Então, você divide aquele curso. Então, é um incentivo à otimização.

E o *status* da discussão hoje, de fato, é: com a publicação do decreto de renovação das concessões, a gente tem um fato novo. O processo se encontra na área técnica da Aneel para incorporar as disposições do decreto – e isso está em articulação com a Anatel e com o relator do processo na Aneel. A minuta de norma na Anatel está aprovada, mas há uma necessidade de convergência para um texto comum entre as duas agências. Então, a gente está em tratativas com a Anatel nesse sentido.

E, sobre o Projeto de Lei 3.220, o que a gente vê é que ele está bastante alinhado com esse processo que está em curso. Então, olhando ali o texto do projeto de lei, há previsão de preço regulado e responsabilidades contra a regularização do passivo.

Basicamente, eram esses os pontos.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria lhe agradecer.

Quero registrar a presença do Presidente da Comissão, Senador Marcos Rogério, que facultou o início desta parte da sessão de hoje, que é a audiência pública, e dizer que o seu lugar está disponível. Já vou lhe passar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nobre Senador Esperidião Amin, a quem cumprimento, conforme ajustado anteriormente, a condução é de V. Exa., que foi o proponente desta audiência pública.

Eu cheguei agora de manhã em voo, mas sabia, como todos sabemos, que a condução da audiência pública estaria em boas mãos. Parabenizo V. Exa. e, assim que possível, também passarei a fazer os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço e repito: a hora que o senhor puder ou desejar, a cadeira é sua.

Eu só quero lhe pedir, Sra. Lívia, alguns esclarecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Número 1: lá no final da sua... Bota a linha do tempo aí. Essa linha do tempo está muito modesta. A linha do tempo deveria ter 50 anos. A senhora fez uma linha de tempo de dez anos, e me deixou preocupado com o fato de que o relator tem 120 dias para fazer o parecer lá na Anatel. Na Aneel?

Dá para reabilitar a linha do tempo? (*Pausa.*)

A questão do relatório é o final da linha. O começo da sua linha é em 2014. São só dez anos, mas a lei que trata do assunto é de 1997.

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A senhora começa em dezembro de 2014, quando foi publicada a primeira resolução conjunta. Isso é uma coisa contemporânea à existência das agências reguladoras, mas o assunto tem 50 anos – 50 anos. Então eu queria que a senhora nos preparasse uma linha do tempo de 1997 em diante, pelo menos, que é a primeira lei que eu conheço, ou tem alguma lei anterior que trate do assunto?

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – Não, tem de fato resoluções anteriores, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem?

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – As Resoluções Conjuntas 1 e 2.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A Resolução Conjunta 1 é de quando?

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – É de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deve ser depois de 1997. Acho que o marco inaugural legal, a senhora fica com a responsabilidade de pesquisar. É de 1997 a primeira lei que eu conheço.

Eu dizia – cumprimentando também o nosso querido Senador Fernando Dueire – que eu convivo com esse problema há 50 anos. Eu fui Prefeito em 1975, e a discussão sobre o poste e sobre os seus usuários é mais ou menos dessa época. Então, eu não vou cobrar 50 anos, mas 1997 parece que é o marco inaugural legal, é uma lei. A partir daí, depois com a criação das agências reguladoras, o assunto tomou essa feição.

Então, primeiro pedido: atualizar, ou melhor, alongar a linha do tempo até pelo menos 1997. E segundo: processos sob relatoria que chegaram depois. A Anatel informa que o seu texto de projeto de resolução integrada... Não é? Conjunta, Projeto de Resolução Conjunta Aneel/Anatel, está com a Aneel, ou seja, o Conselho da Anatel já aprovou o texto. Temos agora o prazo de análise na Aneel para depois haver a publicação de uma resolução conjunta.

A última informação que a senhora nos presta é que o Dr. Ricardo... Ele está presente? Ele está presente aqui?

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem um prazo, eu sou informado de que ele tem um prazo de 120 dias.

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – Ele está com o processo desde...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Julho.

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – Eu não sei quando que ele foi distribuído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deve ser julho de 2024.

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – Em julho, teve uma decisão de o processo retornar à área técnica. Aí teve até um recurso em relação a essa decisão, que foi indeferido, caiu sob a relatoria dele também. Esse recurso foi indeferido, se não me engano, em janeiro deste ano, mas o processo está com ele, talvez assim, depois de julho, mas não é exatamente julho.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A senhora vai fazer a linha do tempo com o prazo dele, porque o legislador – e aí eu falo também em nome do proponente da lei, que é o Senador Weverton – está interpretando os sentimentos da sociedade. Olha, esse negócio está se alongando e sem uma definição. Então, eu não posso impor, mas posso cobrar para saber qual é o prazo que ele tem, porque o prazo que ele tem pode ou não ser respeitado pelo Congresso. Melhor que seja feito em harmonia, mas não sem prazo.

Então, eu queria deixar colocado aqui, antes mesmo de ouvir os demais integrantes, que nós queremos decidir. Se pudermos encaminhar para que a lei, o texto da lei, fortaleça a resolução conjunta, é o ideal, mas não podemos ficar simplesmente aguardando. Como eu lhe disse, esse assunto voltou, até em nível internacional, a ser comentado lá no MWC Barcelona. Eu acho que, antes do próximo, nós temos que resolver isso. É o pedido que eu lhe faço, junto com a solicitação de ampliação dessa linha do tempo, tanto, como diria o Odorico Paraguaçu, para "trasmente" quanto para "frentemente". Está o.k.? Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Glauco Sombrio, dentro dessa ótica – viu, Glauco? – solucionática. Não precisa descrever o problema, porque aquela foto do poste – para quem não viu, o poste coberto de cabos, todas as formas estéticas possíveis – mostra que o setor não está organizado.

Então, com a palavra o Sr. Glauco Sombrio.

O SR. GLAUCO SOMBRIO (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos.

Obrigado, Senador, atual Presidente da Comissão, por ter convocado a gente lá de Santa Catarina para vir aqui falar na Comissão.

Se for possível botar a apresentação...

Então, a gente está hoje, aqui... Como vocês podem ter observado, a resolução é de 2014. Então, se tivesse uma resolução antes, provavelmente a gente não estaria aqui, o assunto estaria bem encaminhado. Como isso está se alongando há muito tempo, nós, lá em Santa Catarina, colocamos a mão na massa e vamos trazer aqui, mostrar para vocês uma solução para o problema dos postes, dessas fiações, desses novelos que estão nos postes nas ruas de todo o Brasil. Não é em um lugar só, é no Brasil inteiro. Então, a gente criou uma solução lá em Santa Catarina, aplicou nas ruas, em algumas ruas, e trouxe aqui para vocês conhecerem.

O passador.

Eu não vou ler toda a nossa apresentação, porque o meu tempo é estritamente pequeno.

Então, a gente sentou e o trabalho começou lá em 2022, para trazer uma solução eficiente com os postes, porque eu represento os provedores de internet de Santa Catarina, que são as pessoas que sobem nos postos diariamente e responsáveis hoje por 62% das conexões de internet de Santa Catarina. Então, lá no interior, lá na parte mais distante, onde não existia um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse econômico, pequenos empreendedores se juntaram, e foram lá, e colocaram internet, e levaram essa conectividade para essas pessoas, mas está aí o problema colocado nos postes, está claro para todos.

Os problemas que a gente quer resolver. Então, o que chega diariamente para nós lá? Ação do Ministério Público, ocupação à revelia, prefeituras, Vereadores fazendo moção, Prefeito com um tesourão na mão cortando o cabo, tudo isso está chegando à nossa associação diariamente – essas reclamações –, e eu tenho certeza de que vocês já viram isso em algum momento.

É aqui que a gente está. Infelizmente – ou felizmente – a gente trouxe conectividade para o nosso país em grande escala, né? Os provedores trouxeram isso...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu queria pedir para preparar as minhas fotografias que eu separei aqui. Pode botar agora, depois eu volto.

O SR. GLAUCO SOMBRIO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Isso aí...

(*Interrupção do som.*)

O SR. GLAUCO SOMBRIO – Tem mais.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu selecionei algumas, que são peças ornamentais, e queria chamar a atenção – olha para onde ele vai – para um aspecto (*Fora do microfone.*)... E queria chamar a atenção para um aspecto, Presidente, que é o da desocupação, ou seja, o fio, o cabo que não tem mais o que fazer lá, mas continua. Outro dia, eu vi uma equipe retirando do poste aquilo que era inútil. Olha lá. Esse é o cenário.

Esse aqui em frente é uma escola no bairro de Itacorubi, lá na minha cidade.

Adiante, só para...

Esse aí foi o que sobrou depois que o Senador Jaime Bagattoli deu um cavalo de pau num onze eixos. (*Risos.*)

Esse é em Capoeira, Santa Catarina, Florianópolis.

Esse aqui é na nossa querida Lagoa da Conceição.

E esse é no centro de Florianópolis.

Então, pelo Brasil afora, esse cenário é a nossa realidade. E boa parte disso que está aí não tem mais. Está lá, ficou... Então, eu queria chamar, desde agora, a responsabilidade para a questão da desocupação. Desocupa a moita. Está lá... Não, deixou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quer dizer, usou e deixou.

Pode prosseguir.

O SR. GLAUCO SOMBRIO – Apresentação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor falava sobre a conectividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GLAUCO SOMBRIO – Isso, isso.

Voltando, então, aqui, aos números que eu passei para vocês. Hoje, a gente realmente faz a conectividade no Estado de Santa Catarina e em todo o Brasil, mas está aí o resultado, que são os postes com essa ocupação, o que é muito feio e que acaba deixando muito tristes as cidades, principalmente os centros históricos, lugares bonitos nas cidades, que, quando se vê, está cheio de cabos para tudo quanto é lado. Então, a gente botou a mão na massa para realmente tentar trazer uma solução que resolva esse tipo de problema.

A gente apresentou esse mesmo material lá na Celesc, que foi aprovado, e fez esse projeto piloto que eu vou trazer aqui para vocês.

A nossa situação de mercado hoje é que o mercado de provedores de internet é mais maduro. Ele não é mais como era há quatro anos, quando se lançavam cabos a todo momento nos postes. Hoje, já chegamos a um patamar de conectividade muito grande no nosso país. Então, acaba que não tem grandes lançamentos de cabos. A gente tem que partir do pressuposto que as empresas querem se regularizar e organizar os cabos, certo?

Então, uma coisa que a gente precisa de vocês no Senado é que não seja colocada em lei a expressão "ponto de fixação", porque ela restringe a um ponto no poste. Para nós – e faz diferença –, uma referência correta seria "ponto de passagem", para que não seja referência daquele espaço no poste, e sim que a empresa possa passar o poste, para que ela possa se regulamentar dentro da legislação que virá ou dentro da anterior.

Esse modelo é atual de organização dos postes e está disponível em todas as concessionárias de energia elétrica do país. Ele foi criado em 1980, se eu não me engano, e, de lá para cá, ele é o mesmo, não sofreu nenhum tipo de atualização. E é isto que a gente propõe: uma modernização nesse modelo de organização de postes.

A faixa destinada a telecomunicações, a nós, provedores de internet, é aquela faixa ali de 500mm, 50cm. Essa seria a parte que deveria ser ocupada dos postes, mas acabou sendo ocupado muito mais que isso.

A gente tem todo um embasamento jurídico, que eu não vou passar aqui para vocês neste momento...

Então, no que é que consiste? A gente traz, inclusive, dois modelos: um modelo para grande ocupação e grandes centros e um modelo para baixa ocupação.

A gente traz um desenho em que a gente faz uma compactação dos pontos de fixação.

O ponto de fixação, hoje, fala em 10cm e cinco pontos de fixação. Certo? Essa é a norma vigente. Isso foi criado em 1980, com um equipamento que era disponível à época, mas hoje esse equipamento não se usa mais. Hoje, a gente usa coisa moderna, como fibra ótica, cabos que ocupam menos espaço. Então, a gente pode diminuir o espaço de ocupação de cada ocupante. Então, tornando isso, em vez de cinco, a oito ocupantes.

E qual é a ideia de ter oito ocupantes? É botar mais gente no poste? Não. A ideia é regularizar quem está lá ilegal, essas empresas poderem vir a pagar o seu aluguel do poste e estar em acordo com a legislação.

Esse é um desenho técnico de como ficaria a nossa solução...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mais 30 segundos. Mais 30 segundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GLAUCO SOMBRIO – Então vamos correr mais rápido.

Eu vou mostrar uma aplicação do nosso projeto.

Então, do lado de cá, temos o poste antes e, de lá, o poste depois. Ele fica muito mais compacto, causando um efeito visual muito mais bonito para as cidades. A parte de baixo são os cabos metálicos que estão em desuso e vão ser retirados, mas a fibra ótica está toda lá para cima, certo?

Como o meu tempo é curto, eu vou passando aqui.

Então, isso está em campo, está lá em Florianópolis, numa rua, instalado para quem quiser ver, e a gente pode, inclusive, repetir isso em outras localidades.

E a gente tem um segundo projeto, para onde a ocupação é alta, onde realmente se necessita de uma organização, para que não fique feio aquele monumento histórico, aquela praça de ambiente familiar, esse tipo de situação. Seria uma calha aérea.

Essa calha aérea, no local que a gente instalou, organizou 42 cabos de fibra ótica, e a ocupação dela é de 10cm. Esse é o material utilizado, e vamos à aplicação dela no dia a dia.

Esse é o antes.

Era ocupada uma faixa de 1,5 m no poste. O antes e o depois. É assim que ele fica. É só aquela parte de cima lá; a parte de baixo, o cabo coaxial, vai ser retirada conforme as empresas estão deixando de utilizar essa tecnologia.

Então, a nossa proposta, levando às reguladoras, é que seja instalado isso nos grandes centros, para que fique organizado e bonito esteticamente, para que as pessoas, os cidadãos não convivam com aqueles fios feios e também não causem problemas de segurança às pessoas.

Então, esse é o nosso projeto que eu queria mostrar aqui para vocês.

A gente também tem um posicionamento que fala que a lei não deve conter – isso a gente pede para vocês – a palavra ponto de fixação, e sim direito de passagem, para que a gente possa executar esse projeto. Fora isso, o projeto de lei, tanto o projeto original como o substitutivo, não proíbe a nossa solução. Certo? Só que, se passar a ponto de fixação previsto em lei, aí pode dificultar esse tipo de solução inovadora que a gente está trazendo hoje para vocês.

Seria isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço ao Sr. Glauco Sombrio e o cumprimento porque ele trouxe algumas visões objetivas, porque, quando a gente especifica 10cm, 50cm, quando assiste à cena, quando vê a fotografia, as coisas ficam mais esclarecidas.

Eu concedo a palavra ao Sr. Ricardo Brandão Silva, Diretor-Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA (Para expor.) – Cumprimento V. Exa., Senador Esperidião Amin, Presidente desta reunião; Senador Marcos Rogério, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores e os demais presentes.

Senador, eu tenho até uma apresentação, mas eu acho que, diante do que foi discutido aqui, é melhor a gente ir direto ao assunto.

Qual é a situação que a gente tem hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas aí o senhor deixa...

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Eu deixo como contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Realmente o nosso foco é a "solucionática"...

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Do problema eu acho que nós já estamos razoavelmente informados.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Do que a gente pode começar aqui falando?

Essa resolução conjunta, que foi estabelecida pela Aneel e pela Anatel, foi criada em 1999 e atualizada em 2014, num momento – em 1999 – em que tinha um punhado de operadores de telecomunicação e a grande discussão era o preço.

O preço cobrado no poste, tanto na resolução de 1999 como na de 2014, era de livre negociação, e essa livre negociação chegou a esse ponto, destacado pelo José Borges, de que tem uma disparidade de preços.

A resolução conjunta que está sendo discutida avança para trazer uma regulação, um preço regulado pela agência reguladora. Não temos, nós distribuidoras, nenhum problema; inclusive, contribuímos nesse sentido: atingimos esse consenso interno de que essa cobrança pode ser feita, de que esse preço pode ser definido pela agência reguladora.

Só que o problema hoje já não é mais exclusivamente o preço – embora eu não ache que a questão do preço seja desimportante –; o problema, hoje, é que 60% dos fios são lançamentos clandestinos, ou seja, são operadores de telecom – que hoje passam de 22 mil – que não têm contrato com a distribuidora.

Eu entendo a fala de que muitos têm interesse em regularização, mas a grande maioria, eu acho, ainda pretende... Entre pagar cinco ou dez ou quatro, eles preferem não pagar nada e simplesmente passar o seu cabo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É um dado de realidade.

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – É um dado de realidade.

E, aí, a gente tem uma situação: a distribuidora é a dona do poste? Foi a sua pergunta: "Quem é o dono do poste?".

A distribuidora foi quem instalou o poste, mas o dono do poste, na verdade, é o consumidor, que pagou pelo investimento no poste e paga pela operação e manutenção.

É justamente por isso que existe a cobrança, e 60% desse valor que é cobrado das distribuidoras vai hoje para a modicidade tarifária: são cerca de R$2,5 bilhões.

Os 40% que ficam com a distribuidora são para todos os custos, inclusive o tributário, que é de 34%; ou seja, a distribuidora não ganha dinheiro com essa cobrança, mas, por outro lado, a distribuidora é um ente privado, ela não tem poder de polícia. Então, não dá para cobrar que a distribuidora vá lá e vá fiscalizar o clandestino; não é essa a função da distribuidora. Essa função é do regulador, do ente, que, ali, é a empresa de telecom, é a Anatel...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E a prefeitura.

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – E a prefeitura, mas, principalmente, a Anatel.

Enquanto a gente não enfrentar o fato de que o operador clandestino não tem consequência jurídica pela sua ocupação clandestina...

A gente teve um caso em Campinas em que a distribuidora resolveu fazer um projeto de regularização ali na Avenida Norte-Sul, e, durante dois meses, ela foi retirando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – ... os cabos e chamando os operadores.

Durante esses dois meses, o mesmo operador passou o cabo dele clandestinamente oito vezes. Era retirado, e ele passava de novo. Por quê? Porque não tem consequência.

E tenho certeza de que qualquer um que queira contratar um serviço de internet não vai saber se aquele operador de internet é regular ou se ele é clandestino. Isso deveria estar no *site* da Anatel – já tivemos essa discussão com a Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Interrompo o senhor porque esta é uma questão muito relevante: a Anatel tem poder de polícia?

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – A Anatel tem.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para o clandestino?

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Mas claro que são 50 milhões de postes. Não estou achando que tem que ter um técnico da Anatel em cada esquina. Mas deveria, por exemplo, ter no *site* da Anatel, de todos esses 22 mil operadores, quem tem contrato com a distribuidora e quem não tem, porque quem não tem contrato com a distribuidora certamente está atuando de forma clandestina.

E mais do que isso: qual a consequência para esse operador que é clandestino? Ele perde a outorga... A distribuidora não pode aplicar uma multa no clandestino, porque ele é privado. Ele perde a outorga, e é a Anatel que aplica uma multa nele, e ele precisa ter uma consequência para a sua operação clandestina, porque eu tenho convicção, Senador, de que, se houver uma consequência severa para esse clandestino, uma outra disposição...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que o senhor fala é a sanção?

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Uma sanção, uma multa, uma perda de outorga, para que ele possa utilizar ferramentas que estão na Lei Geral das Telecomunicações, que é o compartilhamento dos cabos de telecom entre as operadoras.

Não precisa cada um – 40, 50 – passar o seu cabo, até porque a tecnologia já permite que o mesmo cabo de fibra ótica seja compartilhado por vários, mas isso não vai acontecer enquanto for mais fácil para o clandestino simplesmente passar o cabo dele.

Quando a gente tiver uma solução do preço, que já está endereçada – e que inclusive está no projeto de lei também –, mas a gente tiver a consequência jurídica, aí o mercado naturalmente vai se organizar. E aí a regulação da Anatel vai ser importante, para estimular o compartilhamento da infraestrutura entre eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, o colega de Santa Catarina vai ver a sua solução de tecnologia funcionar, porque o ponto de partida é a gente ter essa repercussão jurídica, essa sanção, porque, senão, a gente vai fazer um projeto nacional de regularização, e, seis meses depois, vai estar tudo do mesmo jeito.

Não estou dizendo que não tenha que ser feita a regularização, que inclusive, no projeto de lei, está colocada. Na instrução normativa, na resolução conjunta das agências, tem o censo dos postes e tem a regularização. Todos esses são pontos necessários. Eles têm que acontecer em paralelo. Mas, do mesmo jeito que não dá para cobrar que a distribuidora saia cortando o fio, porque ela não tem como notificar quem não tem relação jurídica com ela, ela não tem como cobrar ou aplicar multa, porque é um ente privado, e aplicar uma sanção em quem também não tem relação jurídica com ela...

É preciso que a distribuidora seja dotada de ferramentas para que ela faça uma gestão adequada desse poste, mas, como só multa não funciona, só sanção não funciona, é preciso ter esse temor do clandestino, mas é preciso também ter a regulação da Anatel.

Eu acredito que, quando essa informação estiver disponibilizada na internet, o próprio consumidor – tenho certeza – não vai escolher um operador clandestino. É a própria sociedade que tem ferramentas para induzir e premiar o bom prestador do serviço de telecom.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu agradeço ao Sr. Ricardo Brandão Silva pelas suas observações e vou me permitir agora, antes de dar a palavra ao Dr. José Borges, fazer a troca da guarda. Então, vou pedir que os senhores se desloquem e vou chamar...

Qual é a nossa ordem? (*Pausa.*)

Então, espere aí. Vocês concordam em falar daí? (*Pausa.*)

Então, pode ficar todo mundo nos seus lugares.

Quem são os próximos aqui, pela ordem de chegada? (*Pausa.*)

Fernando Soares.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Senador Amin, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para interpelar.) – Esse assunto ora discutido é oportuno e precisa de uma atenção muito focada.

Todos querem o poste, mas ninguém quer tomar conta do poste. A concessionária utiliza e, a meu juízo, é responsável, porque a posse, durante o período da concessão, é dela; a prefeitura quer utilizá-la e deve utilizá-la para a iluminação pública; e as telecomunicações utilizam da forma como foi aqui colocado.

O Dr. Ricardo falou com propriedade que, do jeito que é regulado o setor de energia elétrica, onde o fio da concessionária pode levar energia de diversas geradoras para diversos clientes, nós já temos tecnologia – ele falou. Nós poderíamos tentar avançar para ter uma coisa disciplinada, uma norma educada, uma coisa que as cidades e a população precisam, reclamam e merecem.

O que ocorre, Senador Amin, é que há pouco tempo nós tivemos um problema, como temos tido no resto do país, de uma pluviometria pesada no Estado de São Paulo, e foi para a imprensa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Aneel tinha sete funcionários – Agência Nacional de Energia Elétrica, sete funcionários – para fiscalizar a concessionária.

Lá em Pernambuco, o estado que eu represento, a agência está muito distante da concessionária.

Dr. Ricardo, nós temos tentado resolver isso através do Ministério Público, que se apresente à concessionária. E, aí, a concessionária resolve, em função da provocação do Ministério Público, buscar um disciplinamento de uma tarefa que em parte é dela e, em parte, não deveria ser dela.

Mas a concessionária não pode se liberar dessa responsabilidade, ela precisa estar atenta a isso. E é fundamental que tenha um diálogo com uma agência, com a Anatel, para que esse assunto possa encontrar um caminho. O que não se pode é conviver com o que nós temos hoje, com o que foi já falado e posto aqui: com a fiação que não tem mais servidão, e quem chega lá, os técnicos que chegam lá – de empresas clandestinas e não clandestinas – têm uma solução mais fácil que é colocar uma nova fiação. Na minha cidade nós temos isso, nessas imagens que o senhor aqui colocou, de uma maneira gritante e absurda.

Então, o que é fundamental é que essas agências têm uma inteligência, têm experiência e têm, sobretudo, o dever de compartilharem não só a posteação, mas a solução para esse tipo de problema.

De forma que é extremamente – volto a falar no início de minha fala – oportuna, é necessária, é nossa obrigação... Acho que essa sua iniciativa, Senador Amin, foi no alvo. Agora a gente precisa, de fato, voltar – talvez dentro de alguns meses, Senador Amin – a nos reunir aqui novamente, porque esse é um assunto que tem pressa. Nós já convivemos há muito tempo... o senhor estava colocando uma linha do tempo aqui, e nós vamos continuar desse jeito, porque esse é o jeito mais fácil, e ninguém fiscaliza, e aquele que está na posse diz não ser de sua responsabilidade, a não ser quando o Ministério Público bate à sua porta, aí ele entende que sim. E aí Dr. Ricardo vai, vai porque é o fiscal da lei que está mandando, e faz. E eu sou testemunha que faz na minha cidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – ... mas é preciso uma ação mais própria, mais direcionada, porque não dá mais para conviver com isso.

Muito obrigado, Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Faço minhas as suas palavras, agradeço por registrar a importância deste encontro.

Realmente, ele brada o seguinte, Presidente Marcos Rogério: "não pode ficar como está". E faço minha a sua solicitação desde já, para que nós não terminemos esta reunião sem marcarmos, Presidente Marcos Rogério, sem agendarmos uma reunião para auditar o que saiu disso. Ou seja, termos um prazo da Aneel combinado com a Anatel e aqui nos reunimos antes de deliberar sobre a lei, para fazermos a coisa mais convergente possível e – agora, sim, vou dar ênfase à palavra "consequência" – para sermos o mais consequentes possível, porque desejar e reclamar não soluciona.

Se concordarem eu passo a palavra, então, ao... Pois não, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente Amin, apenas...

E aí eu acho que, nesse ambiente de interação com os Senadores, isso acaba dando oportunidade para os convidados irem acrescentando também alguns pontos, então eu queria, se V. Exa. me permite, fazer aqui algumas observações, a partir do que já ouvimos e da fala do Senador Dueire, que também vem nessa mesma direção.

Eu acho que o problema é um problema complexo e não é de fácil solução. O problema do poste todo mundo conhece, a solução para o problema do poste é que é mais complexa, porque aí quem pagou a conta foi um e quem está fazendo o uso são muitos. E aí a gente precisa olhar para isso com o olhar de quem conhece a situação como um todo. Na verdade, tem alguém pagando a conta e terceirizando a conta, porque ninguém faz almoço de graça, teve alguém que pagou por essa infraestrutura. Está aqui a representante da Aneel. E aí? Aí vem um, vem outro, vem outro, com o compartilhamento, o multiúso das redes, o multiúso da infraestrutura. Então, é um problema complexo, porque, repito, envolve diversas áreas da infraestrutura das cidades, o próprio interesse do município, o interesse primário da rede de energia elétrica, de internet, de conexão telefônica, tudo isso passa por lá. Agora, permitir que isso seja algo encarado pelo Ministério Público da cidade é desvirtuar por completo o papel que cabe ao legislador, que é de criar a norma geral, o papel do regulador, que é dizer, no caso concreto lá, como é que as soluções devem acontecer e, dentro dessa multimodalidade de usos, tentar conciliar agência de energia com agência de telecomunicações, qual seria a melhor solução.

Talvez o modelo ideal seria aquele adotado pelo Distrito Federal. Acho que esse é o modelo mais adequado, é um modelo ambientalmente mais adequado, visualmente mais adequado. Você não vê aqui em Brasília, com exceção de algumas regiões, mas especialmente no Plano, você não vê cabeamento por todo lado, essa cena pavorosa que o Senador Esperidião Amin trouxe para todos nós aqui. Por quê? Porque é uma infraestrutura planejada. A questão é: o.k., talvez esse seja – e eu estou dizendo talvez, porque isso cabe aos especialistas dizer –, talvez esse seja o modelo mais adequado. Qual o custo disso? Quem é que pagaria essa conta? Porque a gente roda, roda, roda e vai chegar no mesmo lugar: o custo de tudo isso vai sempre para o consumidor. Agora, a energia que chega na casa dos consumidores é a mais barata do mundo? Não, é uma das mais caras do mundo. A internet é a mais barata do mundo? Não, também não, também pagamos caro por internet, também pagamos caro por linhas telefônicas, embora ultimamente, em razão dos outros modelos, vai caindo em menos uso. É preciso dar uma solução que passe por uma análise do conjunto dessas ofertas de serviços.

Então, eu queria parabenizar V. Exa. pela iniciativa dessa audiência pública, que traz aqui algumas visões. Eu gostei da... Se é para ficar como está, então que se organize – que se organize. E aí o modelo que Santa Catarina traz aqui, Senador Jaime, me parece algo que, pelo menos no aspecto visual, dá uma solução intermediária.

Mas eu acho que a gente precisa ir além, para discutir, do ponto de vista estrutural, o problema como um todo, o multiúso das redes, a distribuição de custos desse multiúso, que é importante também, e sem repassar para o consumidor um custo que ele já paga. Essa coisa de... O operador já tem previsto no seu contrato os custos para entrega do produto: se é energia, energia; se é telefonia, telefonia; se é internet, internet. Agora, se em toda vez que ele tiver que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer adequação em razão do mau uso do sistema ele passar uma conta nova para o consumidor, isso não é honesto com o consumidor.

Então, é preciso melhorar a infraestrutura, fazer uma entrega melhor, com mais segurança, mas obviamente diluindo esses custos dentro daquilo que já está na margem de cada operador, e não repassando uma conta maior para o consumidor.

E finalizo apenas para dizer que, hoje – não por acaso está aqui o Senador Jayme Campos –, na sequência desta audiência pública, entrará na pauta um projeto que meio que dialoga com esse projeto que V. Ex. está relatando, que é o Projeto 3.570, de 2024, que vai falar também sobre a questão da energia que chega dentro dos assentamentos, sobre como é que é utilizada a questão das redes, dos cabeamentos, da infraestrutura tanto de energia quanto de água. Então, são dois projetos que estão tratando desses assuntos, e acho que é importante a gente fazer uma discussão mais profunda.

Mas, eu repito, nós não podemos permitir terceirização de responsabilidade nesse caso. O Ministério Público, quando há omissão... Quando todo o sistema falha, aí o Ministério Público, que está lá na ponta – às vezes o Ministério Público, às vezes a Defensoria Pública, que, ora ou outra, quer avançar, inclusive, nas suas competências, para poder ir um pouco além... E isso por quê? Ou porque o legislador não tem uma legislação vertical mais adequada, ou porque o regulador é omisso. E vou trazer um terceiro ponto que foi o que o Senador Dueire trouxe aqui, que é verdadeiro e que a gente precisa enfrentar: ou porque as agências estão obsoletas do ponto de vista funcional; não têm quadros, não têm gente com especialização, com qualificação, e em quantidade para entregar o serviço que é necessário. Esse é o problema da agência de energia, esse é o problema da agência do petróleo.

Hoje, só para se ter uma ideia, quando se fala da ANP, nós temos situações em que uma agência decidiu e caracterizou como cartel algumas práticas... A lei vai dizer: se tem cartel, é preciso cassar a concessão, a autorização. Aí a outra agência chega e fala: "Não tenho fiscais nem para fiscalizar a qualidade do combustível, quanto mais para determinar o fechamento disso ou daquilo, sob o risco, inclusive, de colapsar o abastecimento". Aí fica tudo como está. Ou seja, nós estamos vivendo num Estado de faz-de-conta, em que a gente precisa aprofundar um pouco mais o debate. Nós estamos falando de infraestrutura. Aqui está parte de um problema nacional. A gente tem que avançar um pouco mais.

Eu quero cumprimentar todos os expositores que vieram aqui debater esse tema, que é importante para o Brasil, e esta Comissão está aberta para seguir nesse diálogo, seguir nesse debate, para aperfeiçoar a norma verticalmente. Mas, aos diretores e superintendentes que estão aqui, também o papel do regulador, que é fundamental. E o fracasso das ações do regulador está dando espaço para ocupação de um espaço que não é próprio de órgãos, seja do Ministério Público, seja da Defensoria Pública, seja do Judiciário, que aí decide de um jeito, com remendos aqui ou acolá, que não vai ser solução nem aqui, nem em outro lugar do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu agora vou tomar uma decisão. Eu vou lhe pedir para assumir a Presidência e pedir permissão para ir à CAE, dar curso a um relatório meu de um projeto importante, de autoria do nosso querido companheiro Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Dois "v": vai e volta em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Na CAE, mas volto. Então, V. Exa. está convocado para assumir as suas funções, e agradeço desde já pela participação de todos e volto em seguida. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Fernando Soares, Diretor de Regulação e Inovação da Conexis Brasil Digital.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. FERNANDO SOARES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério. Em sua pessoa eu cumprimento não só os Senadores aqui presentes, como toda esta Casa, e agradeço a disponibilidade aqui de nos ouvir representando parte do setor de telecomunicações.

Senador, eu fiz uma pequena apresentação aqui, espero nos meus cinco minutos, talvez uma condescendência do senhor com mais um ou dois, eu fechar o meu raciocínio.

A primeira questão aqui que eu vou trazer é a visão da Conexis, que representa parte do setor de telecomunicações a respeito do compartilhamento de infraestrutura. Eu quero ir de um ponto macro para um ponto mais específico.

A primeira questão é que esta questão do compartilhamento de infraestrutura, a decisão sobre isso, seja legal, infralegal, regulatória, isso é o quê? É para preservar a segurança jurídica, tanto para as empresas como para o usuário. Como o senhor falou aqui, a primeira coisa que eu tenho que falar é o seguinte: sem infraestrutura este país não terá crescimento econômico, definitivamente. E por outros momentos da história deste país, este país estava pronto para crescer e nos faltou a infraestrutura. E a infraestrutura tem capacidade de bloquear o crescimento econômico, seja nas telecomunicações, seja na energia, enfim, seja na logística. É essencial que tenhamos segurança jurídica, porque, tendo segurança jurídica, eu vou ter o quê? Investimentos e desenvolvimento dos negócios.

Eu também preciso que, nessa questão do compartilhamento de postes, eu tenha garantido o equilíbrio econômico e financeiro entre tanto o setor elétrico quanto o setor de telecomunicações. Já voltando um pouco para a questão aqui dos postes, eu tenho nos postes uma *essential facility*. Sendo uma *essential facility*, o poste em si não é um elemento para gerar lucro. Ele é insumo tanto para a energia como para a telecom, para gerar serviço, como bem o senhor falou. Então, a regulação tem que garantir equilíbrio econômico e financeiro e já ter uma visualização da cobrança pela utilização dessa *essential facility* como insumo.

Outro ponto: infraestrutura, assegurar a continuidade de serviço e, no nosso caso, possibilitar a manutenção e a ampliação da conectividade do Brasil. Como já falei anteriormente, como outros setores, telecomunicação – como foi no *cashback*, aquela discussão imensa – é um setor essencial. Hoje, sem telecom, não tem Uber, não tem iFood, simplesmente a gente para de trabalhar.

E, também, para que eu preciso dessa regulação? Eu preciso previsibilidade do negócio. Para dar o quê? Continuidade dos investimentos. O setor de telecom, na atualidade, coloca na economia 40 bilhões de investimentos, 40 bilhões de investimentos em infraestrutura. E, também, como o senhor colocou, para não transferir o custo para o consumidor e para o usuário. Como o Brandão bem disse, aquela empresa de telecom que paga certo seu contrato vai ser onerada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente pelos 60% que não estão contratualizados? Esse é um ponto que a gente tem que discutir.

Mais alguns pontos, alguns elementos específicos. É interessante eu falar aquilo, mas como o poste é uma *essential facility*, a exploração comercial não deve ser do poste...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SOARES – ... mas da atividade de distribuição de energia elétrica e da atividade de telecom. O poste é só um insumo, um facilitador dessa atividade econômica. Por isso mesmo, a regulação de preços tem que se voltar para onde? Recuperação de custos. Eu não posso ter alguém simplesmente ganhando por explorar o poste, até porque o poste já está na base de ativos das distribuidoras.

E outra coisa: a regulação – do ponto de vista econômico, já temos essa visão – deve não ser voltada para a geração de subsídios. O que eu quero dizer? Subsídio intersetorial. O setor de telecomunicações tem que pagar a conta dele; o setor de energia deve pagar a conta dele; e não deve ter subsídio entre setores. O Brandão bem que falou: 60% de modicidade, que é um custo para nós do setor de telecomunicações e não ficou para distribuidora. Então, é um problema a se resolver.

Como os senhores todos falaram, eu tenho um passivo gigantesco em relação aos postes, eu preciso de um programa de regularização. Primeiro, todos os envolvidos devem participar, não é só a distribuidora que vai definir, é a distribuidora com a empresa de telecom junto discutindo esse programa.

Outra coisa: o fundamental... Eu não acho que seria a melhor solução aquele que tem o contrato regular pagar pelo irregular. Então, quem deu causa, quem é o agente causador da irregularidade é que teria que ter a responsabilização econômica e operacional da reorganização.

E também o seguinte: eu tenho, de fato, o desordenamento. Nós já vimos aí. É uma coisa latente. Em cada cidade de cada um dos senhores, no estado de cada um dos senhores, isso é visível. Então, eu também preciso de um plano e um faseamento desse reordenamento dos postes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SOARES – Para quase encerrar a minha fala, essa parte do artigo, nós estamos aqui discutindo o PL 3.220, relatado pelo Senador Amin...

Tenho mais uma condescendência do senhor para tentar concluir, Senador? (*Pausa.*)

Olha só aquela parte ali do PL, do art. 3º: "[...] a otimização de recursos, a redução de custos operacionais e o interesse público [...]". Não preciso falar mais nada. Se a gente conseguir isso, a gente vai conseguir fazer uma regulação eficiente de postes.

Se me permite algumas pequenas considerações sobre o PL, que eu estarei completamente à disposição desta Casa para discutir com os senhores e os seus assessores, na minúcia, os detalhes, a questão é a seguinte: tem algum ponto do PL em que seria relevante talvez dar as linhas gerais e algumas questões mais específicas remeter para a regulamentação, mas o mais importante desta Casa é ela chamar a atenção para o problema. Como vamos solucionar, se é em lei, se é legal, se é infralegal, ou se é cada parte contribuindo para a solução...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Casa está reconhecendo: "Temos um problema que temos que resolver e não podemos ficar inertes".

Por fim, só mais alguns detalhes no art. 13 – e eu acho que aquele ali é art. 14. Não me recordo ali dos dois pontos –: plano de ocupação. Não pode ser responsabilidade de só um setor definir as regras. Todos têm que participar da construção da solução. E a regulação do passivo não foi dada causa só por um setor, todos, como eu falei...

E, como José Borges bem falou, a ocupação irregular do poste é uma externalidade negativa. Como se resolve a externalidade negativa? Punindo quem deu causa a ela; se não, o consumidor que não deu causa e as empresas que estão contratualmente legalizadas, que estão totalmente na régua, vão pagar por esse passivo causado por outros.

Peço desculpas por exceder um pouco do tempo.

Obrigado.

Continuo à disposição.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa., Dr. Fernando Soares, pelas contribuições que traz.

Na sequência, nós vamos chamar – já peço para preparar – o Dr. Basilio Rodrigues Perez, que é o Vice-Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), mas, antes, solicita a palavra o Senador Omar Aziz.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Eu só queria pedir desculpa por falar antes, mas eu tenho que relatar outro projeto, porque a gente faz quatro, cinco reuniões...

Nós discutimos esse assunto, Senador Marco Rogério, em relação à energia solar lá atrás – a utilização de toda a infraestrutura. Não se pagava absolutamente nada e se utilizava a infraestrutura da rede de distribuição. Nós discutimos isso já em Plenário, inclusive. E, realmente, isso chega a aumentar o custo do consumidor, por quê? Porque não há um compartilhamento na manutenção dessa distribuição.

Você sabe que o meu estado passa por um momento muito difícil em relação à distribuição, não é a geração de energia. E a Aneel... Agora, por que essa discussão não parte da Aneel com a Anatel, para se chegar a um denominador comum e trazer já uma coisa pronta aqui para a gente? Porque cada um tem sua parte.

Eu, pessoalmente, hoje, sou muito reticente em relação às agências reguladoras no país. Quando ela foi criada, ela tinha até uma situação de importância, mas hoje eu vejo a Agência Nacional de Aviação Civil não tendo um comportamento correto com o consumidor, com a pessoa que utiliza. A Aneel, então, é um desastre geral. A Anatel também. Eu sou muito crítico – sou muito crítico –, porque o cara tem um mandato ali e faz o que bem entende.

O meu estado sofre muito hoje com distribuição. A empresa que está lá não tem condições nenhuma de se manter lá, porque não tem dinheiro para fazer investimento na distribuição. Falta energia diariamente. Somando-se a isso, ainda tem telecomunicações e energia solar também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O consumidor monta lá – é mais barato –, coloca na rede da distribuição e não paga absolutamente nada. Isso sobra para alguém sempre.

Isso nós discutimos – V. Exa. puxou essa discussão – há uns dois, três anos, se eu não me engano. Então, veja bem, nós estamos aqui discutindo um negócio de 1997. De lá para cá, as mudanças são muito radicais. Nós não tínhamos o que hoje nós temos, que utiliza essa rede. Não é só fibra ótica que está ali dentro, mas uma série de coisas utilizam uma rede que é financiada... Ele fala bem: "Não, o poste está já no passivo da empresa", mas, se um carro bate num poste, tem que trocar o poste ou não tem que trocar o poste? Se der um temporal, derruba o poste, derruba a fiação elétrica, tem que dar manutenção. E quando se dá manutenção, se dá manutenção em tudo que está sendo utilizado naquela linha de distribuição. É o meu ponto de vista. Eu posso até estar equivocado sobre isso.

Então, Presidente, eu só queria me colocar. Eu acho que a Aneel, a Anatel e todas as outras agências reguladoras poderiam trazer uma proposta de compartilhamento desses custos para que não sobre sempre para o consumidor brasileiro. E eu acho que a audiência e a preocupação de V. Exa. e de todos os outros Senadores desta Comissão é em relação a isso.

Era só a minha contribuição, Presidente Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Omar. V. Exa. tem razão. Esse assunto realmente já foi discutido aqui. Aliás, houve uma discussão anteriormente a esse projeto que nós votamos aqui, uma discussão bastante acalorada e em cima de um tema em que, na época, ficou uma campanha nacional por iniciativa da própria Aneel. Ela colocou uma consulta pública sobre a questão, justamente sobre esse tema. Botaram aquela chamada assim: "querem taxar o sol", e aquilo ganhou o Brasil.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não tinha nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não tinha nada a ver, nada a ver, mas ganharam o discurso. Ganharam o discurso. A comunicação deles foi o suficiente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A narrativa. A narrativa foi boa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A narrativa foi boa.

Depois, nós discutimos tecnicamente isso aqui no âmbito do Congresso Nacional, eu fui o Relator dessa matéria, criamos uma transição bastante alongada para que não houvesse qualquer tipo de questionamento em relação à questão da segurança jurídica, contratual, enfim, e nós avançamos na legislação. Mas, de lá para cá, vários esforços foram sendo feitos e o problema é que toda vez que você faz uma concessão aqui ou acolá, essa situação acaba indo parar na conta do consumidor. E, aí, V. Exa. está correto.

E quero fazer uma ponderação aqui para a Dra. Lívia já ficar com isso no radar, porque hoje o modelo é o seguinte: está discricionário. Quem arbitra o valor que vai ser cobrado pelo uso da telecomunicação é a distribuidora, porque ela tem a infraestrutura. Então, uma vai cobrar R$5 por ponto de uso, a outra vai cobrar R$15. E a pergunta que fica: está bem, mas a distribuidora já foi recompensada. Dentro da composição de custos dela, sobre aquela rede,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela infraestrutura, já foi, pela agência de energia, definida qual era a participação dela nessa composição, ela já recebeu por isso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Tem a depreciação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Com certeza, tem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E aí, quando ela vai fazer – e ela faz de tempos em tempos – a revisão das composições de custos, ela vai lançar esses dados novamente para ter de volta a recompensa por aqueles investimentos que fez. O.k. E essa fatura que vem derivada do uso diverso da rede da infraestrutura? Como é que ela volta para aliviar a conta do consumidor?

Porque a Agência Nacional de Energia, quando faz a definição de o quanto a distribuidora vai receber pela infraestrutura, não faz isso simplesmente às custas do nada. Essa conta vai para o consumidor. Mas quando há receita diversa para o uso, seja de telecomunicação, internet ou telefonia, esse recurso, essa receita aqui, de que maneira volta para o consumidor, que já pagou por essa infraestrutura? Por que estou lançando essa ponderação aqui para reflexão? É porque o problema é mais complexo um pouco.

E aí, talvez, a partir da provocação de V. Exa., Senador Omar, vamos propor ao Senador Amin, antes que a gente vote essa matéria, de repente fazer uma segunda rodada de audiência, mas aí não mais para este debate envolvendo os segmentos. Podem até vir, serão bem-vindos para poder participar, mas aqui para colocar, de um lado, a Agência de Telecomunicações e, do outro lado, a Agência de Energia, para apresentar à Comissão, aí sim, uma proposta estruturada para esse problema, para essa situação. Mas aí eu vou, depois, dialogar com o Senador Amin, que é o Relator da matéria, para a gente tentar fazer esse encaminhamento.

Acho que hoje, como foco de debate no problema, a coisa está indo bem, está todo mundo apontando qual é o problema. Nós precisamos agora de que as agências venham e, depois desse diálogo interno, digam: "Olha, a proposta que nós estamos trazendo é nessa direção, para poder resolver o problema que está atingindo todo o Brasil".

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E ninguém está mais preparado do que a Aneel e a Anatel, para discutir esse assunto – valores, custos e tal.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Concordo com V. Exa.

Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – É apenas para colaborar aqui. Jayme Campos.

Senhores convidados e demais Senadores, o que me chama a atenção, quando você fala dos custos das empresas, naturalmente para a distribuição em relação aos posteamentos que fazem nas ruas, nas comunidades rurais, nas propriedades rurais, o que ocorre? Quando você banca... Porque tem muita obra bancada pelo proprietário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Se você quer levar uma rede, em determinada situação, até um ponto, você é que paga – você paga.

Eu pergunto e indago... Essa rede, quando você a conclui, ela vai ser energizada, você tem que entregar para a concessionária, sabia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tem que dar um documento, dizendo: "Olha, a partir desse instante, o senhor não é dono da rede coisíssima alguma". Quem recebe lá, a empresa passa a ser proprietária, e ela, por conseguinte, usa essa mesma ferramenta lá, faz a interligação para outros proprietários, correto?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Então, usa o que você pagou e atendendo outros clientes da concessionária.

Então, são assuntos que eu acho têm muito a ver, na medida em que está sendo debatida não só a questão desse posteamento. Infelizmente, está poluído o nosso país.

Eu venho de uma cidade lá do Mato Grosso, onde é a minha cidade natal; é uma vergonha o que está acontecendo lá, sobretudo aquilo poluiu visualmente. Nós temos que caçar uma solução, como alguém disse aqui, dizendo: "Olha, tem que fazer subterrânea". Nós estamos muito atrasados aqui, gente. Lá tem pendurados mais de 50 fios. Nem sei o que é: ali tem parte elétrica, tem internet, tem Sky, tem de tudo. Você vê, aquilo é uma vergonha.

Então, algo tem que ser feito para melhorar, sobretudo, todos os dias. Um incêndio que acontece lá, sei lá, uma sobrecarga... Infelizmente, as concessionárias, não sei se só do Mato Grosso, não têm capital, não têm recursos suficientes para atender a demanda, melhorar o sistema. O sistema é precário, lamentavelmente. A própria legislação diz que após seis horas é obrigatório você retomar o serviço. Entretanto, lá no Mato Grosso fica dois dias, três dias, quatro dias.

Hoje é robô, não é? Você não fala com as pessoas que ligam. No Mato Grosso, para você ter a noção, você vai ser atendido por onde? Por Santa Catarina. Você acha que está falando com alguém? Conversa fiada, lá uma pessoa atende de mentira, passam quatro... Então, é um assunto pertinente, muito importante, tem que ser debatido com muita clareza. E as nossas agências aqui, com todo o respeito, têm que ser mais eficientes – infelizmente funcionam precariamente. Eu sempre apostei nas nossas agências, votei aqui na criação de algumas, estou aqui há quase 16 anos nesta Casa aqui, e infelizmente as agências têm deixado muito a desejar.

Vamos torcer para que isso possa melhorar, viu?

Parabéns pela audiência aí.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jayme Campos.

Na sequência, antes de trazer a fala do Dr. Basilio, que já está conectado, eu vou assegurar a palavra ao outro Jaime, agora lá do meu Estado de Rondônia, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar aqui, em nome do Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão de Infraestrutura, a Lívia, o Ricardo, o José; e dizer para vocês algo sobre essa situação.

O que o Senador Fernando Dueire colocou aqui é de suma importância para um estudo entre Aneel e Anatel, porque... Eu gostaria até que o nosso decano, Amin, estivesse aí. Estava conversando aqui com o amigo do lado aqui, como é que é o seu nome?

O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA DA SILVA – Luiz Henrique.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Luiz Henrique.

Antigamente, 60 anos atrás, o Jayme Campos sabe, os postos eram tudo de madeira. Ninguém nem subia num poste daquele, todo mundo tinha medo, receia até de o poste cair, e tinha medo da rede de energia. Então, só a concessionária é que subia lá.

Hoje, o que está acontecendo? Todo mundo sobe no poste, é o pessoal da internet, do município, a distribuidora de energia que faz a distribuição, todo mundo sobe lá, inclusive os que vão fazer a ligação clandestina. Ele está lá no posto, ninguém nem sabe se é alguém que está lá, eles estão fazendo uma ligação clandestina.

O que Anatel e Aneel têm que resolver? Claro, se pudesse se fazer essas redes subterrâneas, mas, falando com ele agora aqui, disse que custa... São R$4 mil, né?

O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA DA SILVA – Isso.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São R$4 mil por metro, significa R$4 milhões.

E não é esse só o problema, se fosse esse o problema, se conseguiria resolver a situação subterrânea. O maior problema disso tudo é que para as redes de esgoto, a rede fluvial, tudo aquilo que foi feito por baixo ali, não tinha um planejamento de profundidade; eu sei como é a parte de engenharia, é muito complicado.

Quando se fala aqui em 50 milhões de postes, se a população fosse ordenada geograficamente, Senador Jayme Campos, seria um poste para cada quatro habitantes, estava resolvido o problema; mas não é esse o problema, o problema é que a situação... Você pega São Paulo e vê como é que funciona lá dentro essa situação.

Então, nós temos outra coisa que nós temos nas cidades, e é um problema seríssimo nas redes de transmissão, é a altura. Eu estava falando com ele que, se pudesse hoje, dentro de um estudo, hoje os postes me parece que têm 11 metros... Se elevasse isso para 13, para 15, não sei, teria que fazer um estudo. Por quê? Porque hoje também nós temos aqueles caminhões furgão, vocês veem tudo rebentando cabo, passando por baixo dessas redes, aí interrompe a telecomunicação, muitas vezes derruba a rede de energia.

Enfim, são diversos os problemas que nós temos, e precisamos encontrar uma solução.

Assim, eu acho que a Anatel e a Aneel, mas principalmente porque, se a distribuição de energia, veja bem, nós compramos energia tanto da própria geradora, pagamos a conta para a geradora e para a distribuidora, a que transmitiu, que chegou com a energia ou na indústria ou no local que aquela pessoa, aquele empresário, aquele cidadão comprou.

Por que não se chega a uma conclusão para acabar com esse emaranhado de fio e só ter três, quatro empresas que ganham a transmissão para fazer essas redes que vai ser para... esses cabos de internet, ter duas ou três só, e ter uma legislação que seja mais concreta para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem tem autorização para subir, para chegar e mexer em qualquer poste desse, para mexer tanto na rede elétrica quanto na rede de cabo, de fiação de transmissão de internet?

E, para terminar minhas palavras, quero dizer que só a Aneel e a Anatel que vão poder chegar à conclusão. Igual falou o Senador Marcos Rogério, se nós deixarmos, com todo o respeito ao Judiciário, essa decisão para o Judiciário, o Judiciário está tão perdido quanto nós.

Então, tem que se fazer um estudo dentro da Anatel e da Aneel para resolver essa situação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Na sequência, eu vou trazer a fala do Basilio Rodriguez Perez, da Abrint, e depois eu vou abrir a palavra à Lívia, porque ela vai fazer um esclarecimento sobre o questionamento que fiz em relação ao recurso que é aferido de quem usa a infraestrutura de rede e para onde vai esse recurso.

Com a palavra o Sr. Basílio Rodrigues Perez, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), que fala pelo sistema remoto.

O SR. BASILIO RODRIGUEZ PEREZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Eu agradeço a oportunidade de participar desta audiência e de a gente poder colaborar um pouco nessa discussão, que é muito importante.

Eu vou ser sucinto, não vou me alongar muito porque muito do que eu ia falar já foi comentado anteriormente, mas hoje os provedores de internet estão aguardando há muito tempo essa resolução conjunta entre a Anatel e a Aneel, porque deveria ter começado em 2018 uma nova resolução.

Na verdade, a própria resolução de 2014 já teve um problema extremamente grave, errado, que foi definir um valor de referência. Esse valor de referência, na nossa visão, foi o causador, o que gerou toda essa confusão que existe hoje em dia nos postes e gerou, inclusive, clandestinidade, porque, como vocês já viram... (*Falha no áudio.*) ... até agora, tem gente pagando R$2, R$3 por poste e tem outros pagando o poste.

Então, esse tipo de situação trouxe o problema que nós temos hoje.

Nós, da Abrint, defendemos... (*Falha no áudio.*) ...que... (*Falha no áudio.*) ... alguém responsável pela fiscalização para auxiliar todo o... (*Falha no áudio.*) ... da parte do poste.

As empresas distribuidoras tiveram oportunidade durante todos esses anos, de fazer a fiscalização e nunca fizeram a fiscalização. Elas simplesmente se preocupavam apenas em receber pelo valor do poste e cobrar valores elevados inclusive das novas empresas, das empresas menores que estavam entrando, enquanto algumas das grandes concessionárias pagavam centavos. Isso daí é que gerou o problema que nós temos hoje em dia.

Um grande problema que tem nos postes também, que já foi comentado, são os cabos abandonados, cabos que não estão mais em uso e que precisam ser retirados. Esses normalmente são cabos metálicos, são cabos utilizados na época da telefonia, ou seja, pelas empresas que faziam a telefonia anteriormente e têm que ser retirados. Existem também cabos de fibra ótica que, às vezes, são abandonados nos postes, mas tem que ser feita essa limpeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho que a Apronet apresentou é excelente e mostra que existem muitas soluções possíveis, tanto o que eles apresentaram como outros projetos em outros estados para se fazer esse tipo de limpeza. E nós temos que sempre trabalhar tentando fazer esses tipos de correção.

Nós esperamos que a Aneel responda rapidamente a essa resolução conjunta, que não faça grandes modificações e que aceite finalmente que tenha a figura do posteiro, porque isso é muito importante para que nós tenhamos uma resolução que realmente possa solucionar o problema. Senão, infelizmente, nós podemos ter uma resolução e, daqui a mais quatro, cinco ou dez anos, estaremos tornando a falar desse tema porque alguma coisa não saiu bem feita.

Eu acho que está na mão da Anatel e da Aneel fazer uma resolução adequada para o problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Basilio Rodriguez Perez, da Abrint, pelas contribuições.

Antes de passar a palavra aqui ao próximo orador convidado, Dra. Lívia, apenas para esclarecer, eu fiz a provocação em relação a essa receita que é derivada desse uso diverso da rede de infraestrutura elétrica e ela tem a informação em relação a como é que isso chega para o consumidor.

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI (Para expor.) – Perfeito.

Obrigada, Senador.

De fato, o poste é um ativo coberto na tarifa do consumidor. O consumidor de energia paga por aquele ativo, tanto pela manutenção como também pela operação daquele ativo. Essa atividade de compartilhamento de infraestrutura exercida pela distribuidora é uma atividade acessória. O percentual dessa receita que ela recebe relativa a essa atividade – assim como em outras atividades acessórias, o que varia é o percentual – é revertido para a modicidade tarifária, volta para o consumidor de energia. Essa é a lógica da reversão para a modicidade tarifária, não é para encarecer o preço, mas é para devolver para o consumidor de energia, que é quem paga por aquele ativo.

Assim, a discussão hoje entre a Aneel e a Anatel evoluiu muito. A convergência é enorme entre a necessidade de definir um preço regulado, um preço-teto do ponto de fixação, do ponto de passagem. Eu não sei a melhor forma de chamar, se como de fato o colega trouxe aqui uma outra nomenclatura. Esse preço, de fato, é algo que vai trazer – é o que a gente acredita – a devida competitividade para o setor, é um preço-teto e vai incentivar o compartilhamento daquele ponto. Quanto mais usuários daquele ponto, menor é o preço que vai ser de cada usuário. Você otimiza o uso daquele ponto, porque vai ter um preço único cobrado para cada ponto de fixação.

Mas a devolução para o consumidor via reversão para a modicidade tarifária de fato é uma forma de compensar aquele consumidor de energia que paga por aquele ativo. São 60%, no caso dessa atividade, da receita bruta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São 60%.

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – São 60%.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E os outros 40% vão para onde?

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – Aí à distribuidora, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí a distribuidora tem lucro?

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA (Para expor.) – Não, os outros 40%, a distribuidora tem todo o custo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – De quê? Não, o custo é remunerado.

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Não, veja bem, o custo de fazer a gestão, porque, quando uma empresa de telecom pede para colocar um fio, tem que fazer todo um projeto, uma análise, fazer o acompanhamento mensal de todos aqueles fios que estão colocados ali, mas, nesses 40% que ficam para a distribuidora, além de todos os custos, tem a parte tributária, 34% de Imposto de Renda, mais CSLL. A distribuidora fica com uma remuneração ínfima e, em muitos casos, com uma remuneração negativa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou pedir depois para a nossa equipe pedir um requerimento de informação com relação a essa composição de custos, porque é um valor considerável, né? Você tem 60% que é de reversão para o consumidor, para ser convertido em modicidade tarifária **–** e o consumidor, às vezes, nem se dá conta disso, nem percebe isso, nem vê isso. Então, depois eu vou pedir uma planilha à Aneel, com detalhamento, demonstrando na prática, efetivamente, a recomposição desses valores em modicidade tarifária, e, ao mesmo tempo, sobre os outros 40%, qual é a lógica de internalização dele no âmbito das distribuidores.

Na sequência, eu passo a palavra à Dra. Karla França, que é da Confederação Nacional de Municípios (CNM). V. Sa. é muito bem-vinda a esta audiência pública.

A SRA. KARLA FRANÇA (Para expor.) – Bom dia a todos os Senadores, a todas as Senadoras, aos que me antecederam.

Inicialmente, uma saudação do Presidente Paulo Ziulkoski ao Senador Marcos, que está conduzindo.

Também convido a todos e todas, porque, de 19 a 22 de maio, estaremos promovendo a Marcha a Brasília. E é muito bem-vinda a presença de Senadores e Senadoras, sobretudo para discutir com as suas bancadas de autoridades.

Em relação ao posicionamento da Confederação Nacional de Municípios – e a todos os que me antecederam –, preço é um ativo importante que motivou uma série de manifestações aqui. Mas não é apenas o preço, ou o preço elevado, ou o não elevado, que faz com que grande parte das nossas cidades enfrente problemas com cabeamento e fiação. Definitivamente, preço é importante para o setor, para todos que operam, mas não é uma boa qualificação do preço que vai resolver problema de fiação, definitivamente não. Nós temos problemas, como foi muito bem colocado por todos aqui, de regulação e fiscalização.

O poder público municipal tem competência, mas competência urbanística. Grande parte dos 5.571 municípios, porque temos um novo município, não regula sobre cabeamento e fiação. Temos apenas 25 municípios com legislação local que disciplina cabeamento e fiação, e boa parte desses municípios não aplica, e, quando aplica, o máximo deles é a multa. Por que a multa? Porque a competência é dele. Depois da multa, cabe a quem? À distribuidora. A concessionária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dá os procedimentos para a regulação. E grande parte... Se houvesse minimamente uma boa regulação desses agentes, não estaríamos enfrentando o que nós estamos enfrentando.

Então, nós temos um gargalo... Do ponto de vista do poder público municipal, existe um limite constitucional de ele fazer a atribuição normativa dele, que é o uso e ocupação do solo. E boa parte não o faz.

Então, também existe, do ponto de vista aqui, uma lacuna importante para Prefeitos regularem, mas eles têm uma limitação de competência, ou seja, cabe à União, por meio dos seus responsáveis, disciplinar: se temos uma série de municípios se manifestando para o órgão competente fazer a aplicação de multa, a retirada ou a organização, e isso não está sendo endereçado, então é papel também desta Casa melhorar esses dispositivos, tanto quanto dessas agências reguladoras, porque o problema fica com o ente municipal e com a população.

O município não tem poder legal para retirar o cabo e nem teria – e essa não é a discussão, aumentar a responsabilidade dele –, mas fazer com que a atribuição da União e de seus órgãos competentes aprimore os normativos legislativos, para que nós tenhamos, efetivamente, uma boa regulação e resolução para esses problemas.

A figura do explorador é bem-vinda nesse sentido, mas também a esse explorador, a esse desenho do explorador precisamos encaminhar prazos, procedimentos e fluxos, porque senão eu apenas crio uma figura, e efetivamente eu não resolvo o problema – eu estou ampliando atores importantes, mas eu não resolvo o problema.

Então, do ponto de vista municipal, este é um problema que fica com o poder público municipal e a sua população.

Este é um problema diariamente enfrentado por todos os municípios do país. É claro que grande parte deles também desconhecem a sua atribuição legislativa de regular...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARLA FRANÇA – ... mas a ideia – apenas para concluir – de uma entidade de representação de municípios não é incentivar municípios apenas a normatizar normas para que elas se cumpram a partir de multas e sanções. Isso não é um objetivo de uma entidade. O objetivo da entidade é, dentro da atribuição legal do município, legislar no que cabe, mas também endereçar aos órgãos responsáveis uma melhoria legislativa, tanto de quem é irregular quanto de quem é regular, porque senão a multa, quando o município disciplina a legislação, passa a ser muito cômoda para quem está irregular. O limite do município é a multa, porque a partir disso é atribuição da concessionária, da distribuidora.

Então, por isso é importante esta Casa, também, dentro da iniciativa de projeto de lei, endereçar melhores procedimentos e soluções concretas para quem está lá na ponta – poder público municipal e população.

De que forma a figura do explorador ou as atribuições da União e de seus órgãos reguladores podem melhor endereçar os problemas de ordenamento, quando for possível a retirada irregular, e qual é este procedimento? Isso é regulação; é um ente que tem essa competência, e não é um ente municipal.

Então, eu deixo a confederação municipal à disposição para este debate. Este é um debate em que estamos sendo provocados por distintos setores, governamentais e não governamentais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a entidade fica à disposição também da Casa Legislativa para fazer os aprimoramentos necessários.

Devolvo a palavra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dra. Karla França, que representa aqui a Confederação Nacional dos Municípios, a quem agradeço. Leve a nossa saudação ao Presidente Paulo Ziulkoski, Presidente dessa confederação que tem uma importância fundamental para todos os municípios brasileiros.

Vejam que o problema é mais complexo, não é? Você vai ouvindo um segmento, o outro, e, quando você pensa que está mais ou menos equacionado, aí o município chega: "Não, esperem aí, não é bem assim não; vamos conversar. Eu quero sentar à mesa para discutir também!". Mas eu penso que essa é uma solução.

Esse debate começou com as agências, em 2019. Em 2019, consulta pública, tentativa de se chegar a um entendimento, para uma resolução conjunta, e até hoje não se conseguiu efetivamente colocar em prática isso. E não se vai conseguir um denominador comum se todos os atores não forem ouvidos.

Aqui tem a Agência Nacional de Energia, de Telecomunicações, tem as associações, tem aqui a Abradee, que representa as distribuidoras – e eu disse agora há pouco que quem garante a infraestrutura primeira são justamente as distribuidoras, são recompensadas por isso... Obviamente que, na composição de custos, a agência define qual é a parte devida às distribuidoras. Depois, tem os riscos que são naturais, depreciação, destruição, acidentes, enfim... Tudo isso é precificado e devidamente recomposto.

Agora, essa contribuição, essa cobrança que há hoje, ela me parece estar dentro de um limbo de discricionariedade. Não há um nivelamento, não há uma tabela em relação a isso. Não se leva em consideração, parece-me, pelo que estou apurando aqui, efetivamente o custo de fixação daquele cabo, daquele serviço, nessa ou naquela unidade.

Aí é preciso uma disciplina nacional, e acho que o melhor caminho, como disse antes, são os reguladores. Os reguladores precisam fazer o desenho mais adequado aqui para a definição desses parâmetros.

O legislador faz a legislação do ponto de vista vertical, mas quem conhece as peculiaridades de cada setor, com seus detalhes, e que precisa desse ajuste mais fino são justamente as agências. Nesse caso aqui, as agências de energia e telecomunicações.

Passando pelos municípios, que são quem tem lá o direito da questão do uso do solo, do espaço aéreo do município, passando pelos mais diversos setores que conhecem o problema, para discutir uma solução que tenha o mínimo de convergência possível.

Eu já disse aqui outrora: talvez não tenha um setor que seja mais complexo do que o setor elétrico para se discutir, porque são vários segmentos, e é difícil você colocar à mesa todos, para fazer uma discussão plural, porque cada um está defendendo o seu quadrado; mas não é possível você construir uma solução bem estruturada sem que todos tenham a consciência de que é preciso sentar à mesa, e, em algum momento, alguém deixar de olhar só para o seu pedaço, para o seu campo de interesse, e olhar para o do outro também, e buscar os pontos de convergência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vão ver que tem, e vão ver que tem, porque o sistema como um todo, a infraestrutura como um todo, para ela funcionar bem e para ter uma entrega efetiva lá na ponta, todos precisam estar funcionando adequadamente, dentro de condições de infraestrutura para entrega, de condições de custo, enfim...

Então, eu acho que o caminho para a gente chegar a um denominador aqui é realmente o diálogo, e esse diálogo plural, que passa pelos mais diversos segmentos.

Na sequência, com a palavra o Dr. Fernando Soares, Diretor de Regulação e Inovação... Não, esse aqui já foi. Agora é o Luiz Henrique.

Dr. Luiz Henrique Barbosa da Silva, Presidente Executivo da TelComp.

O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA DA SILVA (Para expor.) – Tem uma apresentação. Tem um passador aqui?

Bom dia, bom dia a todos.

Como TelComp, eu cumprimento o Senador Marcos Rogério, Presidente desta Comissão, pela iniciativa, especialmente do Senador Esperidião Amin. Tem sido um bom ouvinte e entendeu o espírito que a gente tem tentado trazer, nos diversos debates aqui nesta Casa, sobre esse tema de postes.

Então, veja, eu vou nomear os diversos Senadores que estiveram aqui: o Jaime Bagattoli, Fernando Dueire, Jayme Campos, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Sergio Moro. Quanto a esse tema, é importante ter a atenção do Senado Federal.

Esta audiência, do ponto de vista das empresas associadas à TelComp, que é uma associação que este ano completa 25 anos, é um alento, porque, de alguma forma, já há um bom tempo a gente está aguardando a solução, que, no nosso entendimento, é a solução ideal que viria da Anatel e da Aneel, uma solução infralegal – não precisaria existir uma lei a esse respeito. Só que, na demora, tem essa pressão por tornar o tema de postes uma lei federal para tratar do tema.

Veja que, na TelComp, nós temos diversas associadas, empresas que operam cabo submarino, empresas de satélite, *data center,* rede de transmissão, e para todo mundo aqui o tema poste é importante.

E, mais do que isso, Senador, a gente tem dito que não se pode demonizar os postes. Nesta Casa e também na Câmara dos Deputados existem algumas iniciativas buscando enterrar as redes de telecomunicações e de energia elétrica, e é muito caro.

A TelComp tem a satisfação de participar desse projeto de enterramento de redes, e eu afirmo: hoje, enterrar uma rede de telecomunicações pode custar até R$4 mil por metro linear de rede.

Então, a TelComp recentemente conduziu o projeto de enterramento de rede na Alameda Santos, em São Paulo. Em menos de dois quilômetros de vias – Alameda Santos –, R$29 milhões foi o custo de enterrar redes. Se a gente fizer uma conta de três, a cidade de São Paulo tem 22 mil quilômetros de ruas e avenidas. Para enterrar as redes em São Paulo, teríamos um custo de R$88 bilhões. Isso, para todo o Brasil, faça a conta de quanto de dinheiro não seria necessário para enterrar as redes.

E por que isso? Porque a cidade cresceu de maneira desordenada. Então, mesmo o subsolo está desordenado. A gente não vê, mas o subsolo, de alguma forma, em muitos lugares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é igual ao poste. Ele tem redes que não estão instaladas de maneira adequada, o cadastro não é confiável, então, quando você vai fazer uma intervenção, encontra uma rede que deveria estar a 1,5m de profundidade, e está a 60cm. Então, a obra acaba sendo uma obra artesanal.

Então, a gente afirma que enterrar redes é importante, é um trabalho de dezenas de anos, mas não é a solução para esse tema.

Então, é muito importante aqui a gente não demonizar os postes. Esse é um tema importante para a gente.

O Senador Esperidião Amin falou um pouco de solução, e o que a gente aqui quer propor é justamente isso. A Anatel e a Aneel estão debatendo uma resolução conjunta. A Anatel votou essa resolução, já tem quase dois anos; a Aneel está revendo a questão do "deverá" ou "poderá", se o gestor do poste deve ser um terceiro de maneira obrigatória desde já ou se vai seguir um rito de sancionamento e, na sequência, define-se que aquele poste, a gestão do espaço tem que ser um terceiro...

E, nesse sentido, a gente trouxe uma proposta que entende que é importante – eu vou direto ao eslaide...

Novamente, isso aqui eu não estou contando novidade: a quantidade de postes no Brasil, que 11 milhões deles possuem problemas, e a nossa estimativa é de que, para ajustar um poste, arrumar um poste que está aí, desses 11 milhões, custa mais de R$2 mil por poste. Então, a gente está falando de uma agenda de mais de R$20 bilhões para arrumar os postes que estão aí. A gente não vai demonizar, mas também não pode enterrar. Então, arrumar os postes que estão aí com os problemas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA DA SILVA – ... custaria mais de R$20 bilhões.

E qual é a proposta que a gente está trazendo em cima da resolução conjunta que está sendo tratada pela Anatel e pela Aneel? Fazer um piloto. Então, a gente tem falado com alguns municípios, em diversas regiões – no Paraná, em São Paulo, em algumas regiões do Nordeste –, para escolher uma cidade-piloto, talvez duas, três, que tenha lá os seus 500 mil habitantes, uma cidade de tamanho médio.

A gente está falando de uma cidade de 500 mil habitantes, 400 mil habitantes, com 50, 60, 70 mil postes, e, aí, fazer o piloto de arrumação nessa cidade, para estimar os valores: "Que custo para arrumar esses postes?". "Qual é a agenda?". "Qual é a complexidade?". E aí, sim, dentro da regra da resolução, você prevê: vou arrumar os postes todos em cinco anos, em dez, em vinte anos, porque não tem dinheiro novo. Então, com os R$4 de preço de referência que você recebe, você vai conseguir criar uma agenda a esse respeito.

A gente estima que, com a existência desse posteiro que foi discutido aqui, a gente está falando de um mercado próximo de R$6 bilhões/ano. Tem um dinheiro na mesa próximo de R$6 bilhões/ano, uma conta de três ocupantes a R$4 por poste para R$40 milhões de postes.

Estamos sendo conservadores. Estamos falando de R$480 milhões/mês, R$6 bilhões/ano. É com esse dinheiro que se deveria fazer a limpeza dos postes e o ordenamento.

E aí, para fazer esse ordenamento, você tem que ter conhecimento. Por isso o projeto-piloto na forma de *sandbox* que a gente indicou para a Anatel e para Aneel, algo que demoraria 18 meses, que é o tempo suficiente em que as agências estão discutindo a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precificação. E aí você definiria, seguindo regras da ABNT da segurança do trabalho, toda essa parte de zeladoria: arrumar os postes e cuidar, para que a bagunça não aconteça novamente – a gente costuma dizer: com a Kombi branca, que chega de madrugada e bagunça todos os postes.

Então do lado, da visão da TelComp e das suas associadas, isso é importante, porque, também no limite, a gente sofre uma concorrência desleal: tem alguém pagando R$4, R$5 pelo poste por mês, e tem alguém não pagando nada. Isso não é justo. Ou alguém que quer entrar e tem um contrato a R$18, R$20. Então, isso não faz sentido.

De maneira bem objetiva, a nossa proposta de *sandbox* é nesse sentido, para as agências terem mais insumos, de fato, do que custa fazer essa limpeza dos postes e projetar isso para um intervalo de 20, 30 anos, que é um intervalo razoável.

Talvez não atenda aos nossos anseios, mas não tem dinheiro novo para fazer essa limpeza. Agora, se você começar hoje, vai chegar um dia em que você vai terminar. Então, essa é um pouco da nossa visão.

Agradecendo o tempo, de maneira bem objetiva, coloco-me à disposição para dar mais informações, depois, a respeito dessa proposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Dr. Luiz Henrique Barbosa da Silva, Presidente Executivo da TelComp, pelas contribuições que traz.

Sobre essa questão dos cabos, dos fios que ficam nas redes e que não são retirados, a responsabilidade por isso, Dra. Lívia, é da distribuidora ou é de quem coloca? Pergunto porque, na hora de colocar, aparecem muitos para colocar; mas, na hora de retirar o lixo espacial, com quem fica essa obrigação?

Talvez o Dr. Ricardo também, que é da Abradee, seja mais até...

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA (Para expor.) – Pela regulação, a obrigação de retirar cabo obsoleto é de quem colocou, é do próprio. Só que... O que é que acontece? A distribuidora... E esse era o ponto levantado pelo Senador do Dueire: "A distribuidora não faz nada?".

Não, não é que a distribuidora não faça nada. É que, pela regulação atual, para a distribuidora retirar um cabo, ela tem que notificar com 30 dias para regularização. Caso não ocorra essa regularização, aí ela vai e retira. Mas, como eu falei, isso foi criado em 1999, numa época em que eu ia notificar aquele com quem eu tenho contrato. Não foi uma regulação pensada para o clandestino, porque eu não tenho como notificar o clandestino para tirar um cabo se eu não sei quem é o clandestino. Então, muitas vezes acontecem essas ações com o Ministério Público, porque a distribuidora não tem segurança jurídica para tirar. Teve até um caso que virou famoso aqui em Brasília, em que a distribuidora foi tirar um cabo que estava meio que caído, assim, e ela recebeu voz de prisão de um agente de polícia porque aquele era o cabo de telecomunicações que levava energia para a delegacia, ou seja, tenho certeza de que a delegacia também não sabia que ela era atendida por um...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sistema clandestino.

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – ... operador que era clandestino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A distribuidora só pode retirar cabo em situação de segurança, e só em... A cada ano, são mais de mil toneladas de cabos retirados pela distribuidora, e, pela regulação, eu tenho que deixá-los ali, disponíveis para quem quiser buscar. Raramente aparece alguém para buscar, antes que se tenha a ideia de que "ah, mas isso aí tem um valor, será que esse valor da reciclagem...?". Os donos nem aparecem para buscar os cabos.

Em resumo, a distribuidora só pode retirar cabo quando está em situação de emergência. Fora isso, ela tem que notificar para regularização. E, pela regulação, é o próprio operador, dono do cabo, que tem que retirar seu cabo obsoleto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É porque uma coisa é o cabo que sai do poste ao consumidor final; outra coisa é aquele cabo que percorre toda a rede, que é a infraestrutura de transporte. Nesse caso, eu acho que o nível de clandestinidade seja menor, eu imagino. Ou não?

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Não, não. A maioria dos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ao longo da rede?

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Ao longo da rede. Quando você vê aquele emaranhado de fios, mais de 40, 50, regular ali são seis, no máximo oito. Todos os outros são clandestinos. O próprio dado da abertura da consulta pública conjunta da Aneel e da Anatel já mostrava que mais de 60% desses cabos dos postes da rede principal de telecom são clandestinos. Não tem contrato com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Que coisa!

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI (Para expor.) – E talvez só para complementar, uma das discussões que se tem é sobre uma regulação que desse um poder-dever para a distribuidora eventualmente retirar esses cabos não identificados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Poder de polícia.

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI – É.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Poder de polícia, mais um poder de polícia. É. E talvez criar a figura – eu não sei se já nesses casos tem, depois vou pedir para a consultoria verificar – de algum tipo penal que trate disso. Já deve ter, mas vamos checar na sequência.

Vamos ouvir, na sequência, o Dr. Rodrigo Schuch, Presidente da Associação NEO. Ele está pelo sistema remoto e neste momento tem a palavra.

O SR. RODRIGO SCHUCH (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, em especial ao Senador Marcos Rogério, Presidente dessa Comissão. Na sua pessoa, saúdo os demais Parlamentares e assessorias presentes.

Agradeço a oportunidade de trazer a essa Comissão a visão da Associação NEO sobre a relevância do tema do uso de postes e a sua regulação, relevante para a conectividade de milhares de brasileiros.

A Associação NEO tem mais de 25 anos de atuação no mercado brasileiro em prol da competitividade. Hoje nós representamos mais de 150 operadores de banda larga, que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somados, totalizam algo em torno de 15 milhões de acessos. Só trazendo aqui a esta Comissão uma informação relevante, hoje, no Brasil, nós temos cerca de 52 milhões de acessos, o que faz com que a gente tenha hoje o Brasil como o terceiro maior país em conectividade do mundo. Também segundo um relato da assessoria da consultoria Accenture, ela coloca o Brasil como o país mais competitivo do mundo quando o tema é banda larga fixa. Eu acho que esses são números bastante importantes de que a gente deve sempre se orgulhar.

Senador, olhando aqui um pouco e fazendo o juízo aqui de ser praticamente o último a falar e ter escutado com muita sabedoria todos os colegas aí de painel, eu elaborei rapidamente uma apresentação com o que seria a nossa proposição. Não sei se vocês conseguem visualizá-la aí – eu não a visualizo –, mas, de toda a sorte, eu vou trazendo aqui, eu vou lendo e, conforme os colegas consigam plotar aí para os senhores, a gente retoma aqui.

Mas, de toda a sorte, muito já foi falado aqui que nós temos a necessidade de...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dr. Rodrigo, para a apresentação ser projetada aqui, ela precisa ser compartilhada pelo senhor, porque, senão, o pessoal aqui não vai acompanhar. Caso queira compartilhar a apresentação, ela tem que ser feita por aí.

O SR. RODRIGO SCHUCH (*Por videoconferência*.) – O.k.

Então, eu vou seguindo aqui desse jeito. A apresentação já foi disponibilizada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k., perfeitamente.

O SR. RODRIGO SCHUCH (*Por videoconferência*.) – Para não perder tempo, eu sigo aqui para a gente otimizar o nosso tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. RODRIGO SCHUCH (*Por videoconferência*.) – Então, a proposição da Associação NEO, primeiro, obviamente, passa pela necessidade de consenso célere entre a Anatel e a Aneel acerca da revisão da Resolução Conjunta nº 4, de 2024 – a Anatel deliberou sua proposta em outubro de 2023, também muito já comentado aqui pelos colegas, e a Aneel até agora ainda não o fez –, com atendimento às regras fixadas no Decreto nº 12.068, de 2024, em especial no que tange ao modelo de cessão obrigatória do espaço em infraestrutura de distribuição destinada ao compartilhamento com o setor de telecomunicações; adoção de um modelo que privilegia a escolha de um explorador de infraestrutura neutro para a exploração comercial do espaço de infraestrutura dos postes; definição de um preço a custos pelos reguladores, que leve em consideração as atribuições/responsabilidades das prestadoras de telecom e o espaço por elas utilizado no poste para a formulação da correta metodologia de custos, afastando em definitivo a aplicação de modicidade tarifária, já que o preço praticado a custos não poderia ser considerado uma receita acessória por parte das distribuidoras; estabelecimento de um preço máximo para todos os ocupantes do mesmo poste, lembrando que o valor do ponto varia por distribuidora, custos e operações, sem a prática de descontos por volume, o que distorce a competição do segmento telecom; proibição de ocupação de mais de um ponto de fixação no mesmo poste por conjunto de prestadoras de serviço de telecomunicações que possuem relação do controle, como controladoras, controladas ou coligadas; necessidade de uma atuação focada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para regularização dos postes de longo prazo, pelo menos dez anos, tanto pelos prestadores de telecom quanto pelas distribuidoras de energia elétrica, não devendo tal responsabilidade recair unicamente para o setor de telecom; e, por fim, mas não menos importante, a premissa de compartilhamento das informações de quais prestadoras estão em determinado ponto de fixação/poste é imprescindível para avançarmos em uma solução estruturada de compartilhamento efetivo, bem como nesse caso a fixação da cobrança de um único ponto independentemente da quantidade de prestadoras que o compartilhem.

Seguindo aqui também um pouco da lógica, nós temos hoje, Senador, no nosso setor, 53 milhões de acessos – porque eu comentei que nós somos o terceiro país em conectividade do mundo – e nós não somos o terceiro país em PIB, nós não somos o terceiro país em extensão geográfica, nem em população, mas nós somos o terceiro país em conectividade do mundo, ou seja, nós temos um modelo de banda larga fixa de que a gente deve se orgulhar, mas, quando a gente traz a pontos efetivos, dos 20 mil prestadores, o que foi muito citado aqui também, a gente tem 70% desse mercado concentrado nos 50 maiores.

Então, eu acho que a solução está na mesa: a gente precisa acelerar essa resolução conjunta e avançar nesse tema. Como bem disse o Senador Esperidião Amin, ele convive com isso há 50 anos; eu estou no setor há 25 anos e convivo com ele também há 25 anos.

Obrigado a todos pelo tempo. Agradeço e estou à disposição caso necessário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Rodrigo, por sua contribuição.

Nós temos o último convidado expositor, que também vai falar pelo sistema remoto: Dr. Ricardo Junckes, Consultor Executivo de Infraestrutura da Prefeitura de Florianópolis, Santa Catarina, a quem asseguro a palavra neste momento.

O SR. RICARDO JUNCKES (*Por videoconferência*.) – Oi, bom dia a todos.

Nós estamos participando aqui só como ouvintes de todo o processo, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Dr. Ricardo pela participação. Ele está acompanhando toda a discussão, até porque é um assunto que tem o interesse dos municípios, tanto que aqui está a representação dos municípios na figura da CNM (Confederação Nacional).

Os expositores que haviam sido convidados para participar foram todos ouvidos. Eu quero assegurar a palavra ao Relator da matéria, Senador Esperidião Amin. Na sequência, os convidados que quiserem fazer uma complementação, em conclusão, ficarão à vontade, mas o Relator tem a palavra para suas ponderações e questionamentos, como julgar necessário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Em primeiro lugar, eu queria justificar: eu tive que ir à CAE, pois era Relator de um projeto de lei complementar muito importante, apresentado pelo Senador Zequinha Marinho, que estabelece um limite de comprometimento das finanças municipais em face de dívidas com o Governo Federal. Foi pedida vista, mas ficou suficientemente esclarecido, e eu não poderia me furtar a essa responsabilidade.

Mas, de tanto quanto pude acompanhar, eu quero aqui fazer duas observações.

Primeiro, eu quero pedir uma data estimada, porque, de tudo que nós ouvimos, um insumo é importante para o andamento do projeto de lei: o acordo – não que ele vai resolver o assunto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas é um acordo – entre a Aneel e a Anatel sobre o projeto de resolução conjunta. Eu preciso de uma data. Em função desta data, aí sim vou reiterar o pedido ao Senador Marcos Rogério.

Suponhamos que vocês digam: "Dentro de 60 dias, nós vamos trazer aqui o projeto de resolução que nós consideramos o ideal". Nós marcaríamos uma nova audiência pública. Ninguém precisa vir aqui, pode ser remota, a não ser os dois representantes, mais os que têm interesse e quem quiser vir para mais uma audiência pública para bater o martelo. Certo, Presidente? Então, são dois pedidos: um é para eles, que nos digam uma data estimada. Em função dessa data estimada, eu reitero o pedido até originalmente formulado pelo Senador Fernando Dueire. Com isso aí, vamos fazer uma nova reunião para chegarmos a um termo, porque a nossa obrigação é legislar. Legislar voluntariosamente nós já decidimos que não queremos fazer, por isso fizemos esta audiência pública.

Esta audiência pública depende de uma porção de sugestões, mas depende de uma, que é imprescindível, que é o texto da resolução conjunta, que está neste momento na Aneel e que tem uma diferença em relação à Anatel. Na visão do povo, é a dona do poste. Quem é o dono do poste? É a distribuidora de energia elétrica. Todo mundo enxerga isso ou sou só eu? Alguém pensa diferente? Se ela é dona, detém a posse, ou é fideicomisso, isso é uma particularidade. Então, de posse desta resolução conjunta pacificada, digamos assim, faremos uma nova reunião de encerramento da pesquisa, cabendo ao Relator, Presidente, facilitado por V. Exa. – que se interessa pelo assunto, que presidiu esta sessão com brilhantismo –, dar um curso ao projeto de lei. Não é tão simples, mas acho que vai ser um projeto de lei feito com responsabilidade, como queria o seu autor, o Senador Weverton, como nos pareceu a todos e a V. Exa., em particular e determinantemente como Presidente da Comissão; e deveria ser instruído pelos dados de realidade, que, nesse caso, são dados, convenhamos, muito relevantes, especialmente pela prática que cada um de nós tem.

Era isto, Presidente: marcar uma data, dependendo dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito, Senador Esperidião Amin. V. Exa., embora participando dos debates lá na Comissão de Assuntos Econômicos, com o tema já mencionado, me pareceu conectado com o que estava acontecendo aqui, mesmo à distância, porque, durante os diálogos aqui, foi inclusive sugerida uma nova rodada de conversas, uma nova audiência pública, ou a extensão de uma audiência pública desta que estamos a realizar no dia de hoje, justamente com a vinda, aí penso que dos dois personagens centrais aqui, as duas agências, a Aneel de um lado e a Anatel de outro. Tem uma consulta em andamento, tem uma resolução em construção desde 2019, que já passou por consulta pública, que já teve um parecer publicado por uma das agências, que está em discussão na outra agência, mas que me parece um tema espinhoso, pelo lapso temporal de discussão desse tema.

E aí a sugestão de V. Exa. vem justamente no sentido de se fazer esse fechamento, dando oportunidade para as duas agências trazerem a esta Comissão a apresentação daquilo que seria a proposta de encaminhamento de solução para os problemas que hoje foram discutidos.

Eu acho que seria um bom encaminhamento. Nós colocaríamos a Comissão de Infraestrutura à disposição para esse debate público, mas com data certa, porque aí não dá para ficar como foi aqui de 2019 até agora, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k., o tema é complexo? É complexo, mas é um lapso temporal demasiadamente grande. Não me parece adequado, não me parece justo, não me parece apropriado demorar tanto para tomada de decisões que são relevantes e urgentes.

Eu não sei se a Dra. Lívia... Eu acredito que não. Eu faria depois um encaminhamento, como Presidente da Comissão, de convites tanto ao Diretor-Geral da Anatel quanto ao Diretor-Geral da Aneel, para estabelecermos uma data comum para as duas agências aqui comparecerem e darmos sequência ao debate de hoje. Aí todos os convidados que hoje participaram na condição de debatedores ficam também convidados a estarem aqui para acompanhar essa audiência. Mas, até lá, a expectativa, creio que sobretudo do Relator, mas deste Presidente também, é que as agências já tenham feito esse diálogo com os mais diversos setores, com os *stakeholders*, que estão a circundar este tema, os grupos de interesses que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Os *stakeholders* e os *shareholders*.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também, exatamente. (*Risos.*)

Que todos possam ser obviamente ouvidos, se já não o foram, para que possam trazer aqui uma solução estruturada, com base nesse diálogo, nesse alinhamento, para aí, sim, a Comissão ter a apresentação, que vai instruir em definitivo a relatoria do Senador Esperidião Amin.

Fica, portanto, feito esse encaminhamento. Depois, eu apenas vou despachar ofício às duas agências para combinarmos a data.

Agradecendo a presença de todos, mas asseguro aqui, ao final, novamente a fala, para as considerações finais, aos nossos convidados, especialmente aos que estão aqui no ambiente desta Comissão, mas, se os que estiverem remoto quiserem fazer também alguma intervenção, que se manifestem e a gente abre a palavra também.

Com a palavra o Dr. Luiz Henrique Barbosa, para suas considerações.

O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA DA SILVA (Para expor.) – Eu queria agradecer pela oportunidade de participar desta audiência e dizer que eu vejo uma sabedoria muito grande do Senado em não querer criar mais uma lei, sendo que a competência aqui é infralegal, deveria partir das agências.

No entanto, há responsabilidades, e acho que a proposta aqui colocada pelo Senador Esperidião, Senador Marcos Rogério, de ter uma audiência num espaço de tempo razoável, 60, 90 dias, me parece razoável, está generosa, para a gente poder resolver o tema. Não é um tema que a gente vai resolver em pouco tempo, serão anos, mas tem que ter o encaminhamento, tem que ter a resolução vinda das agências. Então, acho que o encaminhamento foi perfeito.

Agradeço pela oportunidade, Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa.

Na sequência, Dr. Fernando Soares.

O SR. FERNANDO SOARES (Para expor.) – Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão de Infraestrutura, agradeço imensamente, porque o mais relevante que aconteceu nesta reunião de hoje foi provocar o assunto. E aí o Senado Federal, representando a sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira e os estados, está provocando essa discussão, na pessoa do senhor e na pessoa do Senador Amin.

Aí eu coloco a Conexis e as empresas a nós associadas para discutir tanto o projeto de lei do Senador Amin como qualquer atividade regulatória infralegal nessa direção aqui, o que é muito importante para o setor de telecomunicações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa.

Na sequência, pelo sistema remoto, Dr. Rodrigo Schuch, Presidente da Associação NEO, que também pede a palavra para suas considerações.

Neste momento, eu lhe asseguro a palavra, Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO SCHUCH (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu gostaria novamente aqui de agradecer pela oportunidade, parabenizar essa iniciativa, e parabenizar também aqui o querido Senador Esperidião Amin, que tem nos escutado aí incansavelmente nesse tema. É de fato um tema muito importante para os dois setores, mas, no final do dia, quem ganha é o consumidor.

Apenas aqui mais um ponto para ficar aqui como último *statement.* O custo de postes hoje para muitas operações é o principal custo das operações. Então, a gente precisa revisitar todo esse modelo, a gente precisa acelerar essa resolução conjunta entre a Anatel e a Aneel, como bem colocou aí o Senador Esperidião Amin, e fazer com que isso daí ande e com que a gente possa efetivamente ter diálogos mais propositivos, daqui para a frente, para o nosso Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa., Dr. Rodrigo.

Com a palavra, representando a CNM, a Dra. Karla França.

A SRA. KARLA FRANÇA (Para expor.) – Quero agradecer a abertura de ouvir uma entidade de representação de municípios; e também quero reforçar o pleito aqui de que há gargalos sensíveis – de ordenamento, gestão e fiscalização – e de que essa competência cabe às agências reguladoras. Então, ouvir municípios, sobretudo nesse aspecto, é um dever constitucional para aprimorar a norma.

A entidade fica à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dra. Karla, agradeço a V. Sa. pelas considerações.

Na sequência, Dr. Glauco Sombrio, Vice-Presidente da Associação Catarinense de Provedores de Internet (Apronet).

O SR. GLAUCO SOMBRIO (Para expor.) – Eu agradeço a oportunidade ao Senador Marcos e principalmente ao Senador Amin, meu conterrâneo lá de estado, pela oportunidade de trazer o nosso trabalho lá da Apronet.

E quero avisar a todos que continuaremos com o nosso trabalho de organização em Santa Catarina para que aquilo sirva de modelo e possa ser implementado em todo o nosso país, um modelo organizado, bonito, que traga segurança a todos os usuários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado.

Dr. José Borges da Silva Neto, Superintendente de Competição da Anatel, com a palavra.

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO (Para expor.) – Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Novamente eu vou colocar a agência à disposição neste debate. A gente tem trabalhado intensamente em resolver esse problema em conjunto com a Aneel. A gente entende que a governança é conjunta. Todo esse trabalho foi um grande aprendizado para a gente, no qual a gente teve a oportunidade de conhecer as especificidades do setor elétrico, e eles, as nossas especificidades – são setores extremamente distintos. E a faixa de uso de poste é onde os dois setores se encontram. E ali foi um exercício tremendo de humildade, de entender as especificidades do outro setor, de eles entenderem as nossas dores também, para construir uma solução conjunta, que é essa que a gente teve a oportunidade de mencionar. Boa parte desses problemas estão sendo endereçados nessa proposta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ BORGES DA SILVA NETO – E novamente nos colocamos à disposição para, de fato, avançar-se nesse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa. pelas contribuições, e acho que as duas agências, especialmente, é que vão ter as melhores condições de apresentar a esta Comissão e ao Brasil um encaminhamento de solução que seja o mais adequado.

Dra. Lívia Maria de Rezende Raggi, que representa aqui a Agência Nacional de Energia Elétrica. V. Sa. tem a palavra.

A SRA. LÍVIA MARIA DE REZENDE RAGGI (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu queria primeiramente agradecer a oportunidade de a Aneel participar desta audiência, e dizer que, de fato, nesse processo de resolução conjunta, que a gente está revisando aqui em conjunto com a Anatel, há uma convergência enorme entre as duas agências, tanto em relação à regularização do passivo e à necessidade de se ter rito e responsabilidades bem definidas, quanto à definição de um preço regulado, com metodologia definida pelas duas agências – o que endereça grande parte dessas preocupações que foram colocadas hoje.

Há uma discussão aí de como incorporar a figura do explorador de infraestrutura. Não se discute a necessidade de trazê-lo aqui para este arranjo, mas a forma de trazê-lo é que está sendo discutida. É uma dúvida das duas agências, mas a gente vai endereçar isso rapidamente. O Diretor Tili tem isso como prioridade, e eu acredito que ele traga algo antes do encerramento do mandato dele.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço a V. Sa.

Na sequência, o último orador – e quem lida com o problema no dia a dia... (*Risos.*)

Representando a Abradee, o Dr. Ricardo Brandão Silva.

V. Sa. tem a palavra para suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério; Senador Esperidião Amin, que é o Relator desse processo.

A Abradee se coloca aqui neste debate à disposição para ajudar a compor e resolver esse problema. As distribuidoras reconhecem a sua parcela de responsabilidade para buscar essa solução, o reordenamento, mas também destaca que é necessário o aprimoramento da regulação atual para dar à distribuidora ferramentas de que hoje ela não dispõe para enfrentar esse problema.

Acho que o Senado tem um papel importante. O projeto de lei tem um alinhamento nos princípios em relação ao que está colocado na proposta conjunta das agências, então a gente sabe que está no caminho certo e tem também uma grande expectativa de que as agências, com a ajuda do Senado, possam chegar a um denominador comum. A gente desde já se coloca à disposição para participar desse debate também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço, mais uma vez, a contribuição, e levo a minha saudação ao Presidente Madureira, que sempre participou dos debates aqui – nos mais acalorados, ele sempre esteve presente. Agradeço a ele, mais uma vez, a contribuição.

Não havendo mais nada a acrescentar na parte que toca à audiência pública, agradeço, como Presidente desta Comissão, a todos os convidados do Senador Esperidião Amin que aqui compareceram.

Uma vez mais, cumprimento o Senador Esperidião como Relator diligente que é, abrindo o debate, abrindo a discussão, ouvindo os mais diversos segmentos para formar a sua compreensão sobre qual é o melhor caminho, o melhor texto, a melhor solução para o tema: se pela via legislativa, se pela via regulatória... Acho que é um bom debate. Parabéns ao Senador Esperidião Amin.

Eu suspendo a reunião por três minutos, para a despedida.

Na sequência, retomaremos com a reunião deliberativa da Comissão de Infraestrutura.

(*Suspensa às 11 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 53 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Reaberta a reunião.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 3178, DE 2019
- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)
Relatoria: Senador Marcos Rogério
Relatório: Pela aprovação
Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

2. Em 09/12/2019, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Em 07/02/2020, foi apresentada a emenda n° 2, de autoria do Senador José Serra (PSDB/SP).

Eu estou apenas apregoando a relatoria que está na Ordem do Dia, mas para determinar a retirada de pauta dessa matéria na sessão de hoje, considerando diversos apelos que recebi de vários segmentos.

Eu vou fazer então, como Relator, a retirada de pauta.

Há pedido de... Há requerimento inclusive que foi apresentado hoje para nova audiência pública, mas essa matéria já teve audiência pública aprovada e realizada no dia 19/11/2019, em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2019, do Senador Jean Paul Prates.

Portanto, do ponto de vista de instrução da matéria, eu não tenho a necessidade de fazer uma nova audiência pública, mas considerando aqui o apelo feito pelo Líder Rogério Carvalho, que nem se encontra presente neste momento, mas em respeito ao requerimento apresentado por ele, eu estou retirando de pauta.

E, se for do interesse do Líder ou daqueles que o demandaram, este Relator está à disposição.

Eu tenho dito aos diversos grupos de interesses relacionados a essa matéria que o interesse deste Relator é construir um relatório que aperfeiçoe a legislação, que avance do ponto de vista normativo.

Todos que tenham a intenção de contribuir do ponto de vista de aperfeiçoamento da norma, garantindo os objetivos mais republicanos do país, têm espaço para o diálogo e para a construção.

Eu não sou apaixonado pelo texto que faço na condição de Relator. Tenho a mais absoluta clareza de que é justamente na multidão dos conselhos, das contribuições que há a sabedoria legislativa. Então, aqueles que têm contribuições a fazer, seja de um segmento ou de outro, como Relator, coloco-me à disposição, mas, nas próximas reuniões, essa matéria será pautada para, no momento oportuno, ser deliberada. Mas hoje estou retirando de pauta para dar esse espaço para a gente poder fazer esse diálogo e tentar chegar a um entendimento.

Outro tema que está na pauta no dia de hoje é o item 2, que é o Projeto de Lei 3.570, que trata de um assunto correlatado ao que nós estávamos discutindo aqui agora há pouco sobre a questão da infraestrutura de rede. Esse projeto é de autoria do Senador Confúcio Moura com relatoria do Senador Jayme Campos.

Eu também vou retirar de pauta a pedido, para que, na próxima reunião, com os ajustes necessários, a matéria possa estar devidamente instruída na pauta para apreciação.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 3570, DE 2024
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, e 13.465, de 11 de julho de 2017, para harmonizar a prestação de serviços públicos com objetivos do desenvolvimento urbano.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

E, por fim,

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 44, DE 2025

Requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, informações detalhadas sobre a operação da BR-364, especialmente no trecho localizado no Estado de Mato Grosso, diante de relatos recorrentes de usuários e motoristas sobre a inoperância da rodovia durante o período noturno, devido à paralisação das atividades de controle de tráfego e ausência de sinalização efetiva.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO).

Na verdade, parte da rodovia acabou sendo destruída e hoje há um trabalho de reconstrução daquela rodovia já com o fluxo de veículos acontecendo ali, mas, num sistema "pare e siga", tem sempre os agentes fazendo o controle de ida e vinda, mas, quando chega no período noturno, a informação que se tem é que o tráfego está sendo interrompido e, com isso, o acúmulo dos dois lados é gigantesco.

Então, estou pedindo uma série de informações aqui sobre o andamento da obra, sobre a questão do controle de tráfego ali – para além do período diurno, também no noturno –, como está acontecendo, e quais são as providências para normalizar o tráfego com segurança.

É o requerimento que apresento.

Submeto à apreciação do Colegiado.

Os senhores e senhoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço pela presença de todos... Antes, apenas fazendo uma comunicação à Comissão: nós aprovamos recentemente aqui alguns requerimentos de diligências da Comissão de Infraestrutura. Nós estamos organizando a pauta dessas diligências, que serão realizadas lá no Estado de Rondônia, sobre a concessão da BR-364.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós faremos, inicialmente duas reuniões de diligência, uma na cidade de Ji-Paraná, na Câmara de Vereadores – estamos ajustando a data para os dias 15 e 16 na cidade de Ji-Paraná –, e, na sequência, na cidade de Vilhena, na cidade do nosso Senador Jaime Bagattoli. Serão as duas primeiras reuniões, as duas primeiras diligências que vão tratar da questão da concessão da BR-364, no Estado de Rondônia, ouvindo ali representantes das associações comerciais, câmaras de dirigentes logistas, Vereadores, Prefeitos, as entidades, os grupos de interesse do usuário da nossa Rodovia 364, também com a presença do Diretor-Geral da ANTT, que já havia feito aqui, inclusive, o compromisso de estar conosco nessas audiências públicas.

Portanto, nos dias 15 e 16, a Comissão de Infraestrutura estará no Estado de Rondônia realizando as primeiras duas diligências sobre a concessão da BR-364.

Nada mais a venda a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Jayme Campos, Carlos Viana, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Cleitinho, e ainda dos Senadores Omar Aziz, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Renan Calheiros e Dr. Hiran, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes, Irajá e Daniella Ribeiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 4/2025 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Debater o plano de trabalho do Ministério dos Transportes para os próximos dois anos. **Participante:** Renan Filho, Ministro de Estado dos Transportes. **Resultado:** Audiência pública realizada. Fizeram uso da palavra o(a)s Senadores(as) Jayme Campos, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Confúcio Moura, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho, Esperidião Amin, Eduardo Braga, Alan Rick, Wellington Fagundes e Fernando Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/20

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de maio de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão um conjunto de documentos que, ao final, farei menção.

Desde logo, quero agradecer, já compondo a mesa desta Comissão, ao Ministro de Estado Renan Filho, o Ministro dos Transportes do Brasil, que gentilmente aceitou o convite desta Comissão, atendendo inicialmente a um requerimento de autoria do Senador Confúcio Moura, e vem a esta Comissão para poder apresentar aqui os dados relacionados à pasta que comanda e também ter um diálogo aberto e franco com os seus colegas, Senadores da República, porque está Ministro, mas é Senador da República como todos nós.

Tive a honra de ser colega do Ministro Renan, na época em que era Deputado Federal, na Câmara, sempre um Parlamentar dedicado, combativo, atuante e hoje Ministro de Estado dos Transportes. Quando assumi aqui o papel de Presidente desta Comissão, tivemos a oportunidade de falar ao telefone e, já no primeiro momento, ele se colocou à disposição para estar junto conosco na Comissão de Infraestrutura e aqui está hoje.

Portanto, Ministro, muito obrigado, seja muito bem-vindo a esta Casa; esta Casa é a sua casa. Esta Comissão é a Comissão que defende a infraestrutura do Brasil.

Quero convidar para compor a mesa, junto com o Ministro também, o Diretor-Geral da ANTT, Dr. Guilherme Sampaio, e o Secretário-Executivo do Ministério, George Santoro. (*Pausa.*)

Então, sem mais delongas, vou assegurar a palavra ao Ministro Renan para fazer a sua exposição inicial. Na sequência, asseguraremos a palavra aos Senadores pela ordem de inscrição. O Senador Confúcio seria o primeiro inscrito a falar, porque é o autor. Ele está, hoje, em uma missão é importante para todos nós, importante para o Brasil, que é a relatoria do marco legal do licenciamento ambiental. Talvez uma das peças legislativas mais importantes para o Brasil e, sobretudo, para a infraestrutura do país, porque é um marco legal que destrava o Brasil, que coloca o Brasil para avançar. Eu tenho certeza de que essa é uma missão em que todos nós temos uma expectativa muito grande de que avance hoje no Senado. Então, assim que for possível, ele também virá à Comissão para poder fazer a sua intervenção.

Com a palavra o Ministro do Estado Renan Filho.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Bom dia a todos. Muito obrigado, Presidente Marcos Rogério, Senador da República, representante do Estado de Rondônia.

Queria dizer, em primeiro lugar, que é uma satisfação muito grande para mim estar aqui nesta Comissão, na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que alguns aqui sabem bem que eu tive pouca oportunidade de estar no Senado, porque logo que me elegi Senador o Presidente Lula me convidou para ser Ministro dos Transportes. Eu assumi desde o primeiro dia e estou licenciado do meu cargo de Senador.

Portanto, nessas oportunidades em que eu convidado sou, pelo Senado Federal, para discutir aqui a infraestrutura nacional, eu me sinto muito feliz porque é uma oportunidade, também, mesmo que por uma via transversa, de exercer um pouquinho o meu mandato no Senado Federal. Eu me sinto 100% contemplado pelo exercício realizado pelo Senador Fernando Farias, que é um grande companheiro, um grande amigo, e que tem ajudado muito Alagoas por aqui, Marcos.

Como disse o Presidente Marcos Rogério, nós temos uma trajetória juntos: fomos Deputados Federais, depois tivemos uma carreira até semelhante. O Marcos foi candidato ao Senado, venceu, foi candidato ao Governo, quase venceu, a eleição lá foi empatada, foi no *fotochart*, como dizem nas olimpíadas, aquela corrida equilibradíssima. Ele veio para o Senado antes de mim; eu terminei sendo Governador antes de vir ao Senado. Então, terminamos nos cruzando aí. E agora quis o destino novamente, Marcos, que estivesse aqui V. Exa. na Presidência da Comissão de Serviço de Infraestrutura, na hora em que eu estou Ministro dos Transportes.

Então, eu queria, mais uma vez, reiterar o meu compromisso de estar 100% aberto ao diálogo, com a transparência necessária, respeitando as prerrogativas do Senado Federal para que a gente produza o melhor trabalho no Brasil. Eu acho que o trabalho na política, numa democracia – e está cada dia mais claro isso –, é um trabalho conjunto, coletivo, todos os Poderes têm o seu papel.

Eu dizia aqui ao Presidente da Comissão que é de muita valia estar no Executivo depois de ter participado dos trabalhos no Legislativo, porque isso dá uma abrangência maior ao Ministro da compreensão do papel dos Poderes, do papel individual dos Senadores, da necessidade clara da crítica para melhorar, construtiva, da não necessidade do elogio gracioso, fácil, mas do reconhecimento do trabalho quando ele também está colocado. Então, o papel do Congresso Nacional, do Parlamento, é exatamente este: dialogar sobre os problemas do Brasil para encontrar soluções.

Eu tenho dito, por onde ando – e me permita, Marcos, só esse preâmbulo antes da apresentação –, que, no Brasil e no mundo, hoje, muitas coisas nos dividem. A ideologia está muito aflorada na política. Tem gente que trabalha na política fazendo entrega e tem gente que trabalha na política fazendo nada. São caminhos bem distintos. E está cada dia mais difícil para o cidadão separar esses dois tipos de político, porque, no passado, a gente dizia que fulano era político de rede; só que hoje não tem outro tipo de político: ou se é de rede ou não se é político. Só tem esse caminho. Hoje, tem o que está na rede e entrega, e o que está na rede e entrega nada. Mas não é fácil o cidadão, na sua própria casa, no ônibus, no transporte coletivo, no trabalho, estar ali passando, como a gente antigamente passava no controle remoto, mas agora é rolando a *timeline*, e descobrir quem daquele ali produz mesmo e quem produz muito pouco.

Então, esse é o grande desafio do mundo atual, e a ideologia aflorada – a divisão da sociedade – nos divide sob muitos aspectos. Agora, enquanto muitas coisas dividem, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integra, une e associa. Essa é a infraestrutura. Independentemente do lado em que você está na política, se você pensa mais à direita ou mais à esquerda, todo mundo sabe que, sobretudo num país como o Brasil, a infraestrutura é capaz de impulsionar o desenvolvimento em todas as áreas. Por isso, há uma associação completa para se trabalhar, melhorar, construir o melhor caminho. E eu acho que era sobre isso que a gente poderia discutir um pouquinho hoje aqui.

Queria agradecer ao convite e dizer ao Presidente Marcos Rogério que passarei ali a apresentação, a partir de agora. Eu trouxe uma apresentação para facilitar a visualização.

Então, o nosso Brasil é o quinto maior país do mundo, é um grande mercado consumidor, com 215 milhões de habitantes, e é um gigante no agro. Tem papel estratégico na segurança alimentar do planeta – por onde a gente anda, isso é ressaltado – e tem a maior diversidade do mundo, ao mesmo tempo. É um país superprodutivo no agro e forte em biodiversidade. Tem uma matriz energética predominantemente renovável, é o país que deu o maior número de passos até o momento para a transição energética, possui 12% das reservas de água doce do mundo, sobretudo concentradas no Norte do país. É o maior produtor de ferro, de nióbio, de bauxita; exportador de cobre, de aço, de níquel, de manganês.

O aço está com uma discussão internacional agora. Eu estive em Nova York por conta dessas tarifas que foram implantadas pelo Governo Trump, e o Brasil está fazendo uma negociação muito importante para, pelo menos, estabelecer uma cota, e eu acho que o Senado Federal tem um papel muito relevante nisso.

Tem instituições fortes, inclusão social e é um país democrático. Às vezes, a gente fala desse último tópico, mas, quando a gente imagina um mercado do tamanho do Brasil, com instituições sólidas e democrático, a gente conta nos dedos, no mundo, mercados assim – conta nos dedos. Tirando a Europa e os Estados Unidos, contam-se nos dedos os países que têm essas características do Brasil.

Próximo, por favor.

Nosso desafio lá no Ministério dos Transportes é prover infraestrutura, porque, com esse cenário apresentado, a gente precisa garantir que a infraestrutura impulsione os outros setores com mais rentabilidade. Eu não vou citar aí, mas, além daqueles minérios, no agro é que a gente tem um monte de coisa: soja, café, suco de laranja, açúcar, carne bovina, carne de frango, milho, algodão, carne suína... Nisso tudo aí, a gente está entre os três, quatro, no máximo cinco maiores produtores do mundo.

Próximo, por favor.

E, nesse desafio de prover infraestrutura... Aí está o crescimento da produção. Está bem pequenininha ali, porque essa tabela é pequena, mas olha que, em 2015 e 2016, nós produzimos 186 milhões de toneladas – é aquele primeiro quadrinho ali, eu vou ler o número aqui, porque ali está pequenininho, não está dando para ver – de grãos. Agora, em 2023 e 2024, menos de dez anos depois, nós teremos uma safra de 332; quase dobrando em menos de uma década.

Próximo, por favor.

O Brasil é um país tão relevante que o que a gente cresceu do ano passado para este ano, agora, em produção de soja – Senador Marcos Rogério, a gente estava falando ali sobre isso com o Senador Jaime Bagattoli, que estava conosco, e com o Senador Fernando Farias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que também conhece bem tanto de energia quanto de produção agrícola do país, de que o Brasil é tão relevante na produção de soja, mas, às vezes, a gente olha pouco para isso –, só o que a gente cresceu do ano passado para cá, se fosse um país em produção no mundo, com esse crescimento, seríamos o quinto maior produtor do planeta. O crescimento de um ano para o outro significaria a quinta maior produção do mundo inteiro...

Senador, tudo bem? Prazer grande em vê-lo.

Maior, por exemplo, do que a produção da Índia. Então, você imagina o que significa a potência da economia deste país. São 332 milhões de toneladas, com um crescimento de 11,8%. Trinta e cinco vírgula quatro milhões de toneladas foi o que o país cresceu.

Em milho, nós crescemos 3,3% – um crescimento de 11,4 milhões de toneladas. E, em soja, a expectativa é de um crescimento de 14% com relação ao ano passado: 20 milhões de toneladas de soja a mais – o que garantiria, com essas 20 milhões, o quinto lugar em produção de soja no mundo.

Vamos exportar 131 milhões de toneladas. Veja que, além de produzir muito, uma boa parcela da produção tem que encontrar os portos para ser exportada para o mundo inteiro. É por isso que o Brasil é garantidor de segurança alimentar do planeta, garantidor de proteína animal.

E a tendência, Presidente Marcos Rogério – eu fiz esse recorte aí – é que o Arco Norte continue ampliando a sua participação nas exportações. Marcos Rogério é de Rondônia, conhece bem a importância do Arco Norte.

Em 2017, o Arco Norte exportou 26% da produção nacional. E, em 2024, exportou 38%. E no caminho que vai, em breve, 50% das exportações deste país sairão pelo Arco Norte.

Isso é uma coisa muito nova, porque quem está aqui, e quem acompanha a infraestrutura, ouve muitos argumentos, mas, às vezes, a gente não se atenta bem para isso.

O mundo inteiro... por exemplo, o sistema portuário do mundo garante a exportação daquilo que os países produzem. Mas eles estão estabelecidos há uma centena de anos. Se você vai à Europa, há uma centena de anos a Holanda... (*Pausa.*)

... a Holanda e os portos holandeses têm um papel fundamental na exportação dos produtos. Na Ásia, os Tigres Asiáticos há muito tempo também; a China também; nos Estados Unidos, da mesma maneira; e, na Europa, também.

Poucos portos no Brasil, poucos portos no mundo, melhor dizendo, têm o crescimento que tem o sistema portuário brasileiro.

Por exemplo, o Porto do Itaqui, no Maranhão, há 40 anos, Senador Marcelo Castro e Senador Fernando Farias, não existia: ele era um pequeno porto, numa região sem produção ou uma ideia de porto. Hoje, ele é um dos portos mais produtivos do planeta. Tem a Ferrovia Carajás, que exporta minérios da Vale do Rio Doce; tem a ligação da Ferrovia Norte-Sul, que garante a chegada de grãos ferroviariamente para o Porto do Itaqui; e tem também vários acessos rodoviários superimportantes, como, por exemplo, a BR-135, que corta toda a região do Matopiba, sobre a qual conversávamos há pouco. Então, esse é um porto que, de 30 anos para cá, virou gigante internacional, com taxas de crescimento superior a 10% ao ano, como cresce a própria safra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses são dados muito importantes que demonstram a necessidade da infraestrutura porque a gente tem duas características. A primeira é que a gente já produz muito mais do que consome, isso impõe, obriga, determina crescer a exportação. A segunda, um outro dado que é muito relevante falar é: por que os portos brasileiros estão crescendo em outras regiões, não nas tradicionais, diferentemente do mundo, que não mudam? Os portos americanos estão no mesmo lugar há muito mais tempo do que os nossos. Porque a nossa produção também está migrando, está migrando a produção.

O centro geográfico da produção da agricultura brasileira, há 40 ou 50 anos, estava no Sul do país, entre Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. Hoje, ele está no centro do Brasil. Então, você imagine, Senador Plínio, você deslocar a produção significa deslocar a própria infraestrutura, deslocar a própria infraestrutura para uma região que tem populações crescentes, importantes, relevantes, mas menores do que a população do litoral brasileiro, que é onde sempre residiu a maior parte do povo brasileiro.

Então, a migração dessa infraestrutura está acontecendo agora para, em cerca de oito a dez anos, próximos, essa região exportar 50% da produção de grãos do Brasil, 50%, onde não tinha estrada, por exemplo, a BR-163 foi construída agora, a BR-163 foi terminada agora; a BR-158 foi o Presidente Lula que construiu; a BR-163, o Presidente Lula construiu 90% dela; a Hidrovia do Madeira é muito recente também. Então, são infraestruturas todas muito jovens.

E eu coloco o fluxo previsto: só a BR-163, que é o maior corredor de exportação, está totalmente concedida, com as soluções dadas às concessões, porque a BR-163 tinha sido concedida de Sinop, cortando a divisa com o Pará, até o Porto de Miritituba, só por dez anos. Nós estamos trabalhando a otimização desse contrato para estender a concessão, que é muito importante: precisa-se duplicar o trecho dentro do Mato Grosso, precisa-se construir terceiras faixas no Pará; não tem os acessos aos portos, os acessos aos portos ainda são precários, precisam ser construídos também.

De Sinop até a divisa com o Mato Grosso do Sul, Senadores, nós resolvemos a concessão, que está recebendo investimentos. Inclusive, na semana que vem, estaremos, provavelmente, com o Presidente da República autorizando novos recursos do BNDES, que está financiando a duplicação de trechos.

E, no Mato Grosso do Sul, que também está com obras paradas há dez anos – é isso, Guilherme, Diretor-Geral da ANTT? –, na próxima quinta-feira, haverá o leilão de otimização desse contrato, que é a solução mais inovadora que este país já deu para reequilibrar contratos em desequilíbrio com obras paralisadas, lá na B3. Em parceria com o Tribunal de Contas da União, nós fizemos isso, e isso vai, também, resolver os problemas desse trecho ali do Mato Grosso do Sul.

A BR-364, que é também uma BR super-relevante, já exporta 16 milhões de toneladas, e vai crescer, porque, do Madeira para baixo, você escoa a produção com menores custos, com menor impacto ambiental, sem emissão de carbono, desce a favor da correnteza. É mais ou menos o que a gente diz na nossa vida pessoal, nadar a favor da correnteza é importante, é isso que significa a Hidrovia do Madeira. A soja do oeste do Mato Grosso, em vez de ela rodar mil e tantos quilômetros pela BR-163, que ainda é a maior exportadora, o caminhão pode pegar a BR-364, chegar a Porto Velho e descer pela Hidrovia do Madeira – é o azulzinho ali –, acessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os portos e pega o oceano. A minha aposta principal é que esse corredor, Marcos Rogério, será o maior corredor de exportação do Norte do Brasil, crescendo em relevância. Ele vem diminuindo muito a distância da BR-163 para o corredor da BR-364. Deve passar em breve, e, quando passar, vai abrir muito mais, porque certamente é bem mais perto e tem mais condição.

A BR-155 e a BR-158 e a Ferrovia Norte-Sul: 11 milhões de toneladas; e a BR-135, como falei, Senador Marcelo, 9 milhões de toneladas.

Esse é o papel da exportação do Arco Norte do Brasil, crescente, que deve chegar, nos próximos anos, a 50% da exportação do país.

Então, para a gente prover essas necessidades, a gente precisa ampliar os investimentos públicos e privados, porque o Brasil não tem dinheiro para fazer tudo com recursos públicos. Eu acho que o Senado Federal sabe bem disso, porque se debruça orçamentariamente sobre todas as questões.

A PEC da transição foi importante, eu vou mostrar... Eu reitero sempre esse agradecimento ao Parlamento. Foi a primeira vez que um Governo, antes de assumir o mandato, aprovou uma emenda constitucional.

Em 2023 e 2024, nós executamos aproximadamente R$30 bilhões com o Orçamento da União, praticamente o dobro do que foi executado no biênio 2021-2022, comparando os dois primeiros anos do Governo com dois anos do Governo anterior; e esses R$30 bilhões foram aproximadamente o que o Governo anterior aplicou em quatro anos, como vou apresentar aos senhores ali na frente.

Nós garantimos várias entregas de obras estruturantes e a melhora da malha rodoviária, o que vamos apresentar adiante, e a retomada e a intensificação de mais de 1,1 mil contratos – contratos de manutenção, contratos de obras estruturantes – que estavam ou paradas ou andando lentamente, com o ritmo financeiro aquém da necessidade do cronograma físico-financeiro. O que é que isso significa? Não havia recursos para botar a obra para andar na velocidade do cronograma.

Para o cidadão que nos assiste em casa, Senador Marcos Rogério, é mais ou menos quando duas famílias vão construir uma casa, uma que tem os recursos para fazer a casa do começo ao fim e a outra que não tem. O cidadão vai ali e compra um milheiro de tijolo, Senador Marcelo, compra 20 sacos de cimento e vai lutando para construir sua própria casa num esforço descomunal. O outro que tem o dinheiro, não: ele compra todo o material que precisa gastar naquele mês, gasta o material e, em x meses, ele sabe que vai terminar a casa. Então, o Brasil vinha num esforço sem saber quando as obras terminavam. Hoje a gente conseguiu melhorar o ritmo, e eu vou apresentar as entregas.

O próximo quadro...

Eu queria só voltar um pouquinho, anteriormente eu deixei de falar uma questão. Eu queria chamar a atenção para as emergências crescentes por conta das mudanças climáticas e as exigências do Rio Grande do Sul, da catástrofe que afetou o Rio Grande do Sul, além da necessidade de obras resilientes.

Esse quadro mostra os pagamentos do Ministério dos Transportes num cenário, numa agenda de 2016 até 2024. Então eu queria fazer um convite aos Senadores, aos servidores do Senado Federal e àqueles que nos acompanham de casa para observar que esse quadro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostra que, de 2016 até 2021, os investimentos do Ministério da Infraestrutura do Brasil caíram ininterruptamente. No último ano do Governo anterior, houve um pequeno esforço para aumentar os investimentos em obras e aí eles cresceram para 8 bilhões. Então você observa, como eu disse antes, que nós investimos aproximadamente R$30 bilhões em dois anos e o Governo anterior investiu R$32 bilhões em quatro anos, ou seja, se em dois anos a gente investiu aproximadamente o que se investiu em quatro, significa dizer que este Governo está andando a uma velocidade duas vezes maior do que andou no passado.

Por que houve esse aumento do investimento, Senador Jaques Wagner? Não é por causa do Ministro Renan Filho, não. Eu sou Ministro, o Ministro faz as coisas andarem, mas o que faz andar mesmo em obra é recurso. E a PEC da transição, que foi empreendida pelo Governo do Presidente Lula e teve o apoio suprapartidário do Congresso Nacional, porque inclusive muitos Parlamentares, até mesmo da própria oposição, entendiam que esse cenário não podia continuar... Porque o cenário, Senador Marcos Rogério, do teto de gastos que foi imposto em todo o Governo anterior, mas, para ser justo, não foi implantado no Governo anterior, foi mantido no Governo anterior; ele foi implantado no Governo anterior ao Governo Bolsonaro e foi mantido, o que o teto de gastos fazia com o investimento? Ele diminuía ano a ano a capacidade de investimento do país, e o pior: transformou o Brasil num dos países que menos investiram seus próprios recursos em todo o mundo, Senador Jaques Wagner. Só para a gente fazer uma comparação...

Eu queria pedir a alguém da minha equipe do ministério para pegar meu telefone, porque hoje a gente está aqui com a Marcha dos Prefeitos e eu estou reiteradamente recebendo ligações. Acho que os senhores também vão receber essas ligações, e é prudente que a gente atenda.

Mas a PEC da transição garantiu aquele investimento ali e, só para uma comparação internacional, essa semana até faleceu o ex-Presidente do Uruguai, ex-Senador da República, ex-Deputado Federal Pepe Mujica, uma das principais figuras da política da América Latina, independentemente de visão política, todo mundo reconhece a relevância de Pepe Mujica, mas, para fazer uma comparação com o Uruguai de Pepe Mujica, que tem quase a mesma população de Alagoas, não do Brasil, tem a população de Alagoas – o Uruguai tem 3,5 milhões de habitantes, Alagoas tem 3,3 milhões –, o Uruguai investiu US$1 bilhão em 2022, no último ano do Governo anterior, US$1 bilhão em infraestrutura, e o Brasil, Marcelo, investiu US$1,4 bilhão.

Então eu faço aqui um convite ao Senado Federal: independentemente das condições fiscais, a gente tem que encontrar um caminho para este país voltar a investir mais forte, tanto na atração do investimento privado, Senador Marcos Rogério, quanto no fortalecimento do investimento público, porque, se a gente fala dessa produção que a gente tem aí e a gente observa a produção do Uruguai, Senador Plínio, observa a população dos dois países e observa que os dois investem quase a mesma coisa em infraestrutura, isso significa que o erro não está no Uruguai, o erro está no Brasil. E o Executivo tem essa visão, tanto que propôs ao Legislativo, por meio da PEC da transição, elevar os recursos, mas também precisa elevar esse recurso à luz da responsabilidade fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vê por esse gráfico claramente que há uma mudança de rota. O Brasil voltou a investir mais.

Próxima página, por favor.

Olhe que o investimento é diretamente proporcional à qualidade da malha rodoviária. Ali, esse gráfico está mostrando, em azul, a malha considerada boa; e, em vermelho, a malha considerada ruim ou péssima. Observe que, quando cai o investimento, cai também a qualidade da malha, que saiu, em 2016, de 68% considerada boa e 12% considerada ruim para, em 2022, a gente ter 52% da malha considerada boa e 23% da considerada ruim ou péssima.

Com o crescimento do investimento, no final de 2024, a malha tinha voltado a 75% considerada boa, e a ruim ou péssima caído de 23% para 7%.

Tem alguns estados aqui que eu posso citar como referência: Rondônia é um, por exemplo, em que a qualidade da malha melhorou; Roraima, outro. O Senador Chico, inclusive, no início do mandato esteve lá naquela Reserva Waimiri... Como é o nome da reserva indígena? Waimiri Atroari, que estava com estrada de barro, não passava nada, nem caminhão para abastecer Roraima de combustível, porque Roraima é um estado desvinculado do Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e precisa ter a geração de energia por óleo diesel. E, poxa, se não tem estrada, como chega o óleo diesel? Nós fizemos lá, só para citar um exemplo, Senador Marcelo, um investimento de R$50 milhões, que pavimentou essa rodovia – 125km. Por que foi feito isso, Senador, e não foi feito antes? Pelo aumento do investimento.

Então, quando chegaram lá o Senador Eduardo Braga, o Senador Chico Rodrigues, mostrando isso, apresentando – e a gente tinha as condições financeiras –, nós fizemos e, obviamente, isso ajudou a melhorar a qualidade da malha, que pulou de 52% para 75% considerada boa em 2024, e derrubou o ruim ou péssimo de 23% para 7%.

No Estado do Piauí é a mesma coisa, Marcelo. A ligação do Piauí com o Maranhão, como aquela rodovia que nós entregamos. E, ao chegar à Casa do Presidente Sarney, ele falou para a gente que estava esperando aquela rodovia ser pavimentada há 50 anos. Lembra ou não?

Isso é fruto do aumento do investimento – é fruto do aumento do investimento –, e o investimento ainda precisa aumentar bastante. Mas não adianta aumentar apenas o investimento público. É fundamental aumentar a atração do investimento privado. E aí eu faço um convite aos senhores para observarem esse quadro, que é um quadro do *Livro Azul da Infraestrutura* nacional, da Abdib. Esses são alguns dos principais dados, essa é uma das principais evidências, porque, como eu disse no início, hoje em dia as pessoas não trabalham com evidências. O sujeito diz o que ele quer, e você também acredita se quiser – está entendendo? –, especialmente quando ele está longe de você e não tem que provar nada. Ele diz pela rede e você assiste no ônibus, no seu carro, na festa do seu parente. Então, ele diz. Mas é sempre bom a gente observar a evidência, para a gente tratar com evidência. Esse dado não é um dado do Ministro Renan Filho, esse é um dado público da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), que reúne os investimentos em infraestrutura públicos e privados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali está pequeno, Senador, porque eu quero mostrar uma série histórica, e, para mostrar o comportamento, o número fica pequenininho. Mas eu vou ler.

Essa série histórica demonstra, pela onda, exatamente, que, depois do mandato de 2014, o Brasil, com as dificuldades fiscais que o país viveu, reduziu o investimento, o investimento ficou no vale até 2022, 2021, e olha o que está acontecendo agora! Primeiro: o último dado lá é de R$259 bilhões o volume de investimento na indústria de base. É o maior da série histórica, e isto a preços de 2024, preços constantes de 2024. Isso superou pela primeira vez um investimento que foi realizado em 2014, ou seja, o Brasil levou dez anos, Senador Marcos Rogério, que está aqui na Presidência da Comissão de Infraestrutura, e eu até sugiro convidar a Abdib para discutir esses números, como é que se faz para elevar mais, quais são os melhores caminhos... Mas olha só: o Brasil, depois de atingir R$239 bilhões de investimento, em 2014, e ter um ciclo grande de crescimento, porque, para trás, a gente vê ali que, de 2010 a 2014, ele crescia, ano a ano, a uma taxa sustentável, ele caiu e passou anos num vale inferior, quase 30% inferior ao que vinha sendo investido até 2014, e voltou a crescer. Cresceu um pouco em 2022, o último ano do Governo anterior, e intensificou o crescimento no Governo do Presidente Lula, em 2023, em 2024, e aí eu faço um convite para que os Senadores desta Comissão acompanhem esses dados em 2025, em 2026, em 2027, em 2028, em 2029 e em 2030, porque, desde já, eu garanto que o Brasil não terá queda até 2030. Desde já. Por quê? Pela mudança do perfil que eu vou falar agora, vou colocar agora.

Só um minutinho. Volta um pouco só para eu mostrar para os Senadores.

O azul escuro ali é o investimento privado; o azul claro, o investimento público. Veja que, em 2014, o investimento público ainda era maior do que o de 2024. Por que a gente ultrapassou? Porque nós ampliamos a capacidade de atrair investimento privado. Nós voltamos a investir mais recursos públicos, mas nós ampliamos mais ainda o investimento privado.

Então, eu quero dizer aos senhores que o investimento privado máximo tinha sido de R$145 bilhões a preços de hoje, e nós elevamos, no ano passado, para R$197 bilhões, ou seja, quase R$50 bilhões a mais de privado.

Agora, veja o público. Em 2014, o público foi de R$94 bilhões, o investimento público na indústria de base. Isso não é só o Ministério dos Transportes, é a indústria de base. Agora, para ser justo com o Ministério dos Transportes, é em estrada e ferrovia o maior volume desse investimento, tanto público quanto privado. Isso também, depois, eu posso apresentar aos senhores.

Enquanto o investimento privado cresceu R$50 bilhões, o público caiu de R$94 bilhões para R$62 bilhões. Caiu R$30 bilhões, comparando 2014 com 2024.

Então, por que nós estamos atraindo mais investimento privado? Por que nós estamos em recorde histórico de investimento na infraestrutura do Brasil? Porque estamos atraindo mais investimentos privados.

Aí, vamos à próxima página agora, por favor. Em ferrovias e rodovias, até 2030, a gente vai ter um crescimento muito grande e uma estabilização do investimento público, porque as regras do arcabouço fiscal, mesmo o pós-PEC da Transição, não permitirão que a gente amplie mais o investimento público. Por isso, nós temos feito convites às bancadas para direcionarmos parte de emendas de bancada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu próprio e o Senador Fernando, das nossas emendas aqui do Senado Federal, estamos construindo uma ponte importante na ligação de Sergipe com Alagoas, Senador Laércio, para dar um exemplo em nosso estado, mas é importante que todos os estados olhem a carteira para que a gente possa somar esforços em emendas de bancada, sobretudo à luz da nova decisão do Supremo Tribunal Federal, que determina as emendas de bancada em obras estruturantes, que observem essa carteira, que é uma carteira superestruturante, e só os investimentos em infraestrutura vão colocar por ano 0,3% no PIB, com certeza, já contratado, mas podendo chegar a 0,5% do crescimento do PIB.

Então, vejam os senhores aqui, se a gente investir esse volume de investimento crescente, a infraestrutura nacional vai botar 0,5% de crescimento de PIB por ano. Se o Brasil cresce este ano 2,5%, que é o que vai crescer – estavam previstos 2%, mas o mercado já fez uma releitura para 2,4%, eu estou achando que vai crescer 2,5% –, entre 0,3% e 0,5% é o investimento em infraestrutura. Isso aí só de transporte, fora esses outros da Abdib que ainda botam adicionalmente alguma coisa. São R$260 bilhões em investimentos em infraestrutura em todas as áreas.

Aí vamos adiante, por favor.

Eu vou disponibilizar essa apresentação para os Senadores e tem uns outros detalhes se os senhores quiserem, mas eu queria falar só algumas obras entregues aí de 2023 até esses primeiros quatro meses de 2025. Como, por exemplo, no Norte, a pavimentação da BR-230, de Novo Repartimento a Pacajá, que é a conhecida Transamazônica. As pontes sobre o Rio Ribeirão e Rio Araras, na 425, em Rondônia, estivemos lá na inauguração. A travessia urbana de Itapuã do Oeste, Senador Marcos Rogério, era, lá no Estado do senhor, um ponto de estrangulamento. Os caminhões atolavam, lá em Itapuã do Oeste, durante o período de safra e nós duplicamos o trecho urbano de Itapuã do Oeste, ficou muito bom.

Quando eu passei lá em Itapuã, Marcos, uma coisa me chamou muita a atenção, porque, Senador Chico, toda a margem da rodovia era de borracharias. E aí eu disse assim: "olha, eu estou aqui no Ministério dos Transportes, mas na verdade eu sou economista. E sabe por que aqui tem um monte de borracharia em detrimento de outras coisas? Porque aqui fura pneu". Isso é oferta e demanda, o cara não abre borracharia onde não fura pneu. Então, "nada contra os borracheiros daqui, mas vão se mudar de Itapuã do Oeste". E se mudaram, não tem mais borracharia. Quando o senhor passar lá, observe que as borracharias se mudaram. Por quê? Porque parou de furar pneu em Itapuã do Oeste.

Então, isso é... Aí a economia piora? O borracheiro fica desempregado? Não, ele vai para... Ele muda de lugar, mas ali naquele local chega o desenvolvimento, porque a teoria mais simples, do ponto de vista da infraestrutura, diz que R$1 investido em rodovia gera R$5 de externalidade positiva em outras áreas, investimento em pousada, em posto de gasolina, em novos comércios.

Então, se você bota R$15 bilhões, pode ter certeza de que 60 e tantos bilhões de reais vão ser investidos pela iniciativa privada. Isso em estados em que o agro não é o carro-chefe. Onde o agro é o carro-chefe, aí é o principal, fora a competência do proprietário e fora a pesquisa histórica que a Embrapa fez neste país, competência e dedicação do proprietário da terra, botar a mão, mão caliçada, que o brasileiro faz isso como ninguém no mundo hoje, isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma coisa. Segundo, a pesquisa da Embrapa. Terceiro: infraestrutura. Se tiver estrada, explode a produção. E aí o convite é: estaria explodindo a produção do agro no Brasil sem infraestrutura? A resposta é "não". E a nossa infraestrutura pode induzir ainda mais produção? A resposta é "certamente". É por isso que a gente precisa trabalhar para melhorar mais.

Então, prossigo: a reconstrução da BR-174 no Amazonas e em Roraima – falei há pouco –; um ponto de parada e descanso em Novo Repartimento, no Pará.

Queria dizer aos Senadores – isto é um outro ponto muito importante – que o Brasil é o país do escoamento de produção por caminhão. Por consequência, é o país do caminhoneiro, um país que tem leis que protegem a atividade de caminhoneiro. Porém, era também o país que não tinha nenhum ponto de parada e de descanso para caminhoneiro. Caminhoneiro só tinha onde parar aqui se fosse em posto de gasolina, pagando caro, precariamente. Nós criamos um programa dos pontos de parada e de descanso para caminhoneiros. Já entregamos seis e vamos entregar 50. Daqui a pouco eu vou mostrar a vocês um deles, em Novo Repartimento, no Pará.

No Sudeste, entregamos o Contorno do Mestre Álvaro, na cidade de Serra, lá no...

Fique à vontade.

Prossigo: em Serra, lá na BR-101; o Trevão de Monte Alegre, na BR-153 e na BR-365, em Minas Gerais, uma obra lá no Triângulo, Fernando, muito aguardada; na BR-116 – minha Senadora, bem-vinda ao exercício da Presidência –, o Trevo de Bonsucesso, em Guarulhos... Guarulhos – todo mundo conhece essa cidade – fica na Região Metropolitana de São Paulo, tem um dos aeroportos internacionais mais importantes do mundo. A cidade de Guarulhos não tinha um acesso a ela – não tinha um acesso –, porque passa ali a Dutra, e da Dutra para acessar a cidade de Guarulhos, Fernando, não tinha acesso. Foi feito esse Trevo de Bonsucesso, que é um primeiro acesso importante de Guarulhos.

Prossigo: o PPD de Pindamonhangaba, que contou com a presença do Vice-Presidente Alckmin na inauguração; o PPD de Seropédica, no Rio de Janeiro, e de Itatiaia, também no Rio de Janeiro.

No Nordeste, eu queria citar algumas aqui, para não demorar muito: a adequação entre Bom Jesus e a divisa da Bahia com o Piauí, na BR-135, Senador Marcelo; a Travessia Urbana de Tianguá, no Ceará, na BR-222; a construção da BR-235, na Bahia, ligando Campo Alegre de Lourdes, que era uma cidade que não tinha acesso por asfalto na BR – o cidadão tinha que enfrentar 30km de barro para chegar à cidade –; a duplicação entre Feira de Santana e Santa Bárbara, na BR-116, obra muito importante; o Viaduto do Mercado do Peixe, em Teresina, na BR-343; a pavimentação entre Baú e Timon, na BR-226, na ligação do Piauí com o Maranhão; a duplicação da BR-304, que é a Reta Tabajara, no Rio Grande do Norte...

Senador Renan... Tudo bem, pai?

Prossigo: a Trincheira Ladeira do Uruguai, também em Teresina; a primeira etapa da adequação da Travessia de Imperatriz, na BR-010, no Maranhão; a pavimentação da BR-416, em Alagoas; a pavimentação da BR-135, ligando Cocos, um dos mais produtivos municípios do oeste baiano, até a divisa com Minas Gerais.

No Centro-Oeste, nós finalizamos a Ferrovia Norte-Sul; o Contorno Rodoviário de Jataí, na BR-060, em Goiás – a Norte-Sul, também a finalização foi no Estado de Goiás –; a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Travessia Urbana de Cristalina, na BR-050, em Goiás; e a duplicação de 100km da BR-163, de Cuiabá até Sinop, obra que nós estamos realizando em parceria com o Mato Grosso, Senadora.

Eu falava antes da chegada da senhora, e agora chega aqui também o Senador Jayme: nós vamos lá com o Presidente, Senador Jayme, ao Mato Grosso, porque nós resolvemos aquela otimização da Nova Rota do Oeste, o senhor lembra? Nós assinamos o contrato lá dentro do Itamaraty, para aproveitar o encaixe na agenda presidencial. O BNDES liberou recursos para aquela obra, e nós duplicamos... Depois de aquela obra estar, Senadora, dez anos parada, nós duplicamos 100km daquele momento para cá. Aquilo faz ano e meio – 100km de duplicação. Se o senhor for dar uma olhada – o senhor foi Governador do estado, a Senadora conhece muito bem também –, talvez nunca tenha sido feita uma duplicação de 100km em um ano e meio na história do Brasil.

E por que foi feita lá? Por conta desse trabalho conjunto, suprapartidário. Financiamento do BNDES: R$5,5 bilhões estão sendo aplicados no Mato Grosso, para o Mato Grosso receber o maior investimento em infraestrutura da sua história – da sua história. Eu digo isso com a propriedade de, depois de já ter sido Governador, ter acompanhado o Governo do senhor e de várias pessoas aqui. Então, o Estado do Mato Grosso está recebendo o maior investimento em infraestrutura da história. É exatamente onde o agro mais cresce na história, como eu estava mostrando antes aqui.

Por isso essa sinergia que se vai levar ao Arco Norte, Senador Jayme, que exportava 25% do que o Brasil produzia, chegou a 38%, e vai chegar a 50%. Como vai chegar a 50% sem a BR-163 duplicada? Como vai chegar a 50% sem a BR-364 duplicada em Rondônia? Como vai chegar a 50% da exportação sem a Hidrovia do Madeira colaborar; sem a Norte-Sul ter uma nova ferrovia de Açailândia a Barcarena, para não concorrer com a ferrovia de Carajás para chegar ao Porto do Itaqui, no Maranhão? Essa nova ferrovia é fundamental por quê? Porque ela permite que a Vale siga exportando minério sem que o grão dispute espaço com o minério. Porque, como minério é mais valioso do que grão, você imagina que o grão só monta naquela ferrovia ali quando não tem minério. Só que tem minério para usar quase 100% da ferrovia. Então, é precisa construir uma outra infraestrutura.

Esses são debates que eu acho muito importantes de a gente fazer aqui.

No Sul do Brasil, duplicação da BR-163, de Toledo a Marechal Rondon; o viaduto em Navegantes, na BR-101 e na BR-470; o PPD de Palhoça, em Santa Catarina; o Contorno de Florianópolis...

Eu vi o Senador Esperidião Amin aqui, que é um batalhador também pela infraestrutura. Na hora em que eu estava chegando, ele estava saindo e se comprometeu voltar, Senadora.

Nós entregamos o Contorno de Florianópolis, que era uma obra esperada há muito tempo, uma obra de R$1 bilhão, com investimentos privados. Foi um evento muito grande, que inclusive contou com a presença do Presidente da República.

A recuperação da BR-290 no Rio Grande do Sul; a Ponte Internacional Uruguaiana... Estava interditada a ponte quando nós assumimos o mandato. E o comércio nessa ponte representa 30% do nosso comércio exterior com a Argentina. Estava interditada parte das pistas por falta de manutenção. Provocado por quê? Pelo baixo investimento. Quando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento cresceu, nós restabelecemos o funcionamento dessa ponte, e ela está funcionando.

O Complexo Viário da Scharlau e a duplicação da ponte sobre o Rio dos Sinos, lá na BR-116, no Rio Grande do Sul; e a ponte sobre o Rio Caí, também no Rio Grande do Sul, são entregas importantes.

Agora vamos ilustrar algumas dessas entregas para os Senadores aqui presentes.

Senador Weverton, prazer em vê-lo, amigo.

Aí, no Norte e no Nordeste – só para passar algumas imagens –, quando a gente vê imagens de infraestrutura, normalmente a gente vê aqui a negativa. Eu costumo dizer que isso acontece muito em infraestrutura e acontece muito em saúde, Senador. Normalmente, quando o cidadão atendido pelo SUS resolve o seu problema, isso raramente vira notícia, porque o cara foi lá, resolveu, e é o papel do Estado mesmo. Isso não vira notícia. E o SUS resolve muito problema. Aliás, é o maior resolvedor de problema de saúde pública do mundo – não é do Brasil, não; é do mundo. Isso também não quer dizer que ele não tenha problema. Ele tem problema de financiamento, e a gente precisa trabalhar e construir isso.

Ali está a duplicação em Itapuã do Oeste, o primeiro ali à esquerda; no centro, tem a duplicação da BR-116, de Feira de Santana a Santa Bárbara; a ponte sobre o Rio Araras/Ribeirão, que nós entregamos por lá, no Norte; a duplicação da Reta Tabajara, no Rio Grande do Norte, essa aqui do centro abaixo; e aqui, no canto esquerdo, Senador Marcelo, a Trincheira Ladeira do Uruguai – Marcelo saiu agora há pouco ali, foi a outra atribuição –, uma obra que também ficou linda, lá em Teresina.

Próximo.

Aí estão algumas entregas.

Está ali a primeira, a Ferrovia Norte-Sul. Pela primeira vez na história do país, neste primeiro biênio, um trem pode sair do Porto do Itaqui, no Maranhão, e chegar ao Porto de São Paulo. Uma locomotiva, pela primeira vez, conseguiu cortar toda a extensão Norte-Sul. Nunca houve essa possibilidade. A Norte-Sul está 100% concluída; tem ligação integral do Norte do Brasil até o Porto de Santos.

O Complexo de Scharlau, como eu falei; o Contorno do Mestre Álvaro, aquela obra lá, à direita no alto, uma obra que é elevada, é um charco, uma obra de R$1 bilhão, que foi entregue agora. A cidade de Serra tinha um engarrafamento, ao final das tardes, de hora e meia só para cruzar a cidade. Todo mundo que vem do Sudeste corta o Espírito Santo pela BR-101 para chegar ao Nordeste brasileiro. Ficava parado todo dia, uma hora e meia. Para o cidadão que passa de vez em quando em Serra com a carga é muito ruim; você imagine para o cidadão que mora em Serra, que tem todo dia de ir para o trabalho, ir para casa, enfrentar a hora e meia de trânsito. Esse contorno resolveu esse problema, pelo menos retirando caminhão pesado do centro da cidade e colocando-o no contorno.

Aí está a duplicação de Toledo a Marechal Rondon, essa abaixo no centro; o alargamento da ponte sobre o Rio dos Sinos, ali embaixo. O Rio Grande do Sul só tinha as duas do meio, a BR-116 liga Porto Alegre à Serra Gaúcha. Todo mundo conhece essas duas regiões. Ela ligava com aquelas duas pistas; passou a ter quatro pistas. Então, essa também é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma obra muito relevante, que foi entregue agora, logo depois da grande enchente que atingiu o Estado do Rio Grande do Sul.

Próximos.

No Acre, nós melhoramos a BR-364, que estava muito difícil em vários estados, tanto no Maranhão quanto no Mato Grosso quanto em Rondônia, mas no Acre especialmente – no Acre especialmente. E este ano o Acre vai receber vários investimentos fortes para a reconstrução de trechos da BR-164.

Roraima, BR-174, como falei; a Travessia Urbana e a Ponte de Jaru, que estão em obra na BR-364, também obras muito importantes no Estado de Rondônia.

No Pará, tem na BR-230 a construção da Ponte do Xingu, que está ali no alto à esquerda; no Amapá a BR-156, Senador Lucas. Essa BR aí é uma obra de 60 anos. Recentemente eu estive lá, e estiveram conosco o Senador Davi Alcolumbre e outros representantes da bancada. Eu fiz contato com o senhor, e o senhor terminou tendo uma coincidência de agenda, mas certamente vamos marcar uma visita conjuntamente. Essa obra está andando aceleradamente, e a qualidade da malha do Amapá também evoluiu bastante. É uma obra muito importante para o Estado, um sonho antigo.

A Ponte de Xambioá, que é uma ponte que vai ligar o Tocantins ao Pará, vai ser entregue agora até setembro. Nós estamos marcando a data da entrega dela, uma ponte também muito importante para o agro, a conexão do Pará com o Tocantins.

Ações nos estados tem várias.

No Piauí, na BR-330, a ponte entre Tasso Fragoso e Ribeiro Gonçalves, na região ali de ligação da região de Balsas no Maranhão, uma região superprodutiva, com o Piauí, o Matopiba.

No Ceará, a BR-222, a duplicação de Caucaia até o acesso ao Porto de Pecém.

A Reta Tabajara – essa abaixo, à esquerda –, no Rio Grande do Norte.

E, na Paraíba, o Senador Veneziano é que pilota muito essa obra, garante recurso aqui no Orçamento também, é a duplicação da BR-230 de Campina Grande até Farinha, uma obra que está andando aceleradamente.

Em Pernambuco, estamos duplicando a BR-423, que vai ligar São Caetano – que já é duplicada de São Caetano até Recife, a BR-232 –, por meio da 423, até Garanhuns, em pista dupla.

Em Maceió, estamos duplicando o Arco Metropolitano da capital para tirar o fluxo de caminhão pesado de dentro da cidade.

A duplicação da BR-101 em Sergipe. Em Maruim, especialmente, andou esse trecho.

E, na Bahia, estamos resolvendo o andamento da Fiol. A parte da obra pública está andando e sobre a parte da obra privada estamos em entendimento com a Vale.

No Goiás, eu queria citar aqui a construção da Fico, que é a Ferrovia de Integração Centro-Oeste. Ela está andando muito bem no trecho ali de Mara Rosa até Água Boa, no Mato Grosso, uma ferrovia superimportante, que vai ligar o coração da produção da soja à Ferrovia Norte-Sul.

No Distrito Federal, a BR-080 nós estamos duplicando agora até Brazlândia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Mato Grosso do Sul, o acesso, na BR-267, à Ponte Bioceânica. O Mato Grosso do Sul tem uma Rota Bioceânica. Nós estamos construindo o acesso à ponte. Obra com previsão para ser entregue no ano que vem.

E também o Rodoanel de Cuiabá, que é uma obra financiada pelo Governo Federal, uma das maiores obras de infraestrutura do estado, que vai fazer em Cuiabá o que nós fizemos em Florianópolis, tirar o tráfego pesado da capital do Estado do Mato Grosso, uma obra também muito relevante que é executada pelo Governo do Estado, mas financiada com recursos do Governo Federal. Esse trecho tem 30% de financiamento do Governo do Estado e 70% do Federal. O outro trecho o Governo do Estado também deseja cofinanciar. Então, é uma obra em parceria Brasil-Mato Grosso, para facilitar o escoamento da produção.

Então, só no Mato Grosso e no coração da produção, a gente coloca: 163; Anel de Cuiabá; Ferrovia de Integração Centro-Oeste, que vai ligar Água Boa até Mara Rosa, em Goiás, na ligação da Norte-Sul; e a 158, para o que nós tivemos, recentemente, primeiro, a aprovação para 12km, Senador Jayme, e agora tivemos a aprovação para 81km novos, que vão garantir o final de 158. Se a gente pavimentar esses 81, vamos ter autorização para o resto. E, se o Senado ajudar nesse projeto do licenciamento ambiental – porque lá nós fizemos tudo que o meio ambiente queria, inclusive contornamos a reserva indígena para não passar no centro dela, para não pavimentar o centro dela, o que aumentou um pouco a distância, mas, pelo menos, resolveu e soltou a obra.

Eu vou, proximamente, fazer uma visita lá, ao estado, porque a obra agora vai deslanchar com essa liberação ambiental. Então, a gente caminha para pavimentar o último trecho da 158, que está toda boa no Mato Grosso e toda boa agora no Pará também, mas tem um trecho de quase 200km de barro, o que atrapalhava muito, por conta de licenciamento ambiental, o que foi resolvido agora, a duras penas.

Queria só registrar, aqui, ao Senado Federal, que esse era um licenciamento que tramitava no Brasil há 17 anos – 17 anos! Queria colocar isso, primeiro porque demonstra que foi feito um trabalho arrojado no sentido de se ter a licença; segundo é que, provavelmente, não era vontade de todos os outros, Senador Marco Rogério, não ter a licença. Eu até acredito que eles tinham vontade de ter a licença, mas ter a licença não é só ter vontade, é conseguir vencer as tarefas que precisam ser vencidas no Brasil, à luz da nossa legislação, que é uma legislação apertada, até pela importância da nossa biodiversidade, mas não deve haver paradoxo entre preservação e produção.

Acho que a gente tem que fugir desse paradoxo. A gente tem que garantir a produção possível, mais elevada, desde que coincida com a preservação. Acho que esse aqui é o desafio.

Então, tem outras obras aí, e eu poderia ilustrar muito mais.

Vou passar um pouquinho rápido – a gente tem próximas entregas –, que é para dar oportunidade aos Senadores de colocar temas que não estejam eventualmente colocados aqui.

Então, eu relacionei próximas entregas para 2025, e vou apresentar ao Senado. Depois, eu relaciono essas próximas entregas para 2025, por região – Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Tivemos um grande marco, que foi a assunção da ViaBahia. Pela primeira, vez uma empresa concessionária, queria dizer isso ao Senado Federal – a quem cabe, republicanamente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democraticamente indicar diretores do Dnit e que não indicava... O Governo passado editou uma medida provisória para substituir o Senado Federal no direito de referendar os diretores do Dnit. Editou uma medida provisória – obviamente o Senado não ia votar essa medida provisória, que retira sua prerrogativa – e ela caducou, não foi votada, mas medida provisória, ao ser editada pelo Presidente da República, vira lei, imediatamente, e ele nomeou a Diretoria do Dnit. Quando a medida caducou, a Diretoria estava nomeada e não tinha mais o que fazer. Então, isso é uma coisa muito relevante.

Por qual motivo isso foi feito eu não sei bem. Eu sei que a nova Diretoria do Dnit está indicada pelo Presidente da República, sugerida por mim – indicada pelo Presidente da República e aprovada pelo Senado Federal, por esta Comissão, Senador. Isso é uma coisa importante, relevante.

Então, por um lado o Dnit e por outro lado a ANTT – está aqui o Diretor-Geral, que está interinamente, porque estamos aguardando a finalização dos entendimentos das agências. Tenho conversado bastante aqui, mas os diretores das agências vão ser também sabatinados, aprovados ou rejeitados pelo Senado Federal. Isso é uma atribuição que eu respeito, porque sou Senador da República licenciado e estou no Ministério. Então, jamais defenderei outro caminho.

Mas, por que eu estou falando isso? Por isso aí, porque, pela primeira vez na história deste país, uma concessionária que não cumpriu o contrato – contratou com o público, Senador Jayme, acertou de cobrar uma tarifa naquela rodovia e de fazer um conjunto de obras –, pela primeira vez, uma concessionária que não cumpriu o contrato foi retirada. Nós retiramos a ViaBahia. Ontem eu estive lá na Bahia, retiramos, assumimos o trecho e vamos fazer uma nova concessão.

Concessionária que não cumpre o que acertou em contrato não pode ficar, porque do mesmo jeito que eu sou um grande defensor, vocês vão me ver sempre assim, defendendo o espaço para a livre iniciativa, para o investimento privado, a capacidade do capital resolver problemas que às vezes o público não consegue sozinho, eu defendo tudo isso, mas eu também defendo que do jeito que o privado exige que o público cumpra o contrato para o contrato dar certo, que ele também cumpra a sua parte, porque senão isso é uma coisa absurda.

Então, a ViaBahia saiu e nós vamos fazer uma nova licitação.

Queria passar ao próximo ponto.

Saiu com a atuação independente da ANTT, que também compreendeu isso.

O Guilherme, que está aqui, ele está sugerido para ser Diretor-Geral da ANTT, mas ele chegou, à Diretoria da ANTT, no Governo anterior. A ANTT tem mandato não coincidente com o Presidente da República para obrigar uma construção política de Estado e não de Governo. Esse é o objetivo da não coincidência dos mandatos.

Marcos sabe muito bem disso porque é um dos principais juristas, especialistas aqui e eu o conheço desde os tempos de Deputado Federal.

E o Guilherme permanece lá, Marcos, justamente porque a construção de Estado é o que prevalece no Ministério dos Transportes de maneira suprapartidária em todos os projetos que nós fizemos. Nós convidamos a todos e eu tive a oportunidade de discutir com o Marcos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir com o Jayme, discutir com o Jaime Bagattoli, em vários momentos, sobre os temas da infraestrutura que, como disse no começo e por isso agora estou aprofundando, trago aqui, diferentemente de outros temas que dividem, a infraestrutura pode integrar, mesmo se os pensamentos são em vieses diferentes.

Vamos olhar um pouquinho o Rio Grande do Sul. O Governo Federal, pessoal, investiu no Rio Grande do Sul R$111 bilhões, nessa catástrofe aí. Olha o que isso fez na economia!

Lá está a evolução do PIB, Brasil versus Rio Grande do Sul. O Brasil está verde, naquele quadrinho no centro, à direita, no alto. Naquele quadrinho está a evolução do PIB Brasil e Rio Grande do Sul. O Brasil é o verde. O Brasil cresceu o PIB 3% em 2022, cresceu o PIB 2,9% em 2023 e cresceu 3,4% em 2024.

Agora, olhem o que aconteceu com o Rio Grande do Sul, que é um estado com uma economia madura. Não é fácil o Rio Grande do Sul crescer mais do que a média brasileira, porque a economia mais jovem tem mais facilidade para crescer e uma economia mais madura, menos. É um pouco o que acontece com a Europa, mas dentro da Europa também o que acontece com a Itália, o que acontece com a França, com economias muito maduras. Como é que cresce mais do que uma economia como a brasileira? Ou cresce como uma Índia, como uma China? Não é fácil!

O Rio Grande do Sul também, dentro da comparação entre estados brasileiros, tem uma economia madura.

E vejam o que aconteceu em uma crise climática em 2022, Edinho Bez, você que conhece bem. Seca no Sul do país, seca forte. O PIB gaúcho caiu 2,6%, enquanto o PIB brasileiro cresceu 3%. Por quê? Porque veio a seca e o Governo Federal não fez o enfrentamento na região, o PIB despencou. Veio a enchente, que no senso comum traria um dano muito maior à economia do que uma seca, porque quebrou a infraestrutura, não apenas deixou de florescer o que tinha para florescer, mas destruiu o que havia, ou seja, a tendência é que a involução seja maior. Mas, olhem lá, o PIB brasileiro cresceu em uma média de 3,4%.

Num ano em que o PIB surpreendeu o mundo, o Brasil foi um dos países, Marcos, que mais cresceu no mundo no ano passado, foi o quarto país que mais cresceu no mundo, e o PIB do Rio Grande do Sul, de um estado maduro, cresceu 4,9%, mais do que a média nacional, diferentemente do ciclo de anos para trás, que ele crescia sempre um pouco abaixo.

Em 2023, quando não houve nem estiagem, nem enchente, foi um ano normal, o PIB brasileiro cresceu 2,9; e o do Rio Grande do Sul, 1,7 – sempre um pouquinho abaixo do PIB nacional por conta da economia madura.

Então, por que eu estou dizendo? Independentemente do viés, e sempre há uma coisa que falta, porque o sujeito diz assim: "Ah, caíram tantas casas. Fez essas, mas não fez essa aqui ainda". Ah, isso aí vai ter, com certeza. Agora, o fato é que o PIB cresceu mais do que a média nacional, e nós lá... O Governo reuniu todas as forças democráticas, foi para o estado, disponibilizou R$12 bilhões em crédito, destinou R$5,1 mil para 420 mil famílias fazerem o enfrentamento aos efeitos da enchente – R$5,1 mil para 420 mil famílias, isso faz o dinheiro girar na economia e ajuda a família a recuperar as empresas –, o Governo interrompeu o pagamento da dívida do Estado por três anos, recuperou a malha rodoviária imediatamente, entregou obras estruturantes e criou um fundo de R$6,5 bilhões para o desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós chegamos a ter 141 interdições, e ali, a bolinha azul é a liberação, a vermelha é a interdição. Chegou a ter, só em rodovias federais, 70 pontos interditados, depois nós liberamos os pontos.

Próxima página.

Olha o que aconteceu aí com a infraestrutura. Essa ponte no alto à esquerda é a ponte sobre o Rio Caí, uma ponte que foi totalmente danificada.

Olha ali embaixo, na serra, aquela ponte em arcos é uma ponte que foi construída lá atrás pelo estado, depois foi federalizada a BR.

Essa rodovia duplicada aí é a BR-116, na saída de Porto Alegre, olha o que aconteceu com ela.

Próximo, por favor.

Antes e depois de alguns trechos. Antes aquele trecho lá, o deslizamento, depois o trecho aberto já passando; antes o deslizamento, depois o trecho aberto já passando. Sexta-feira agora nós vamos lá inaugurar as primeiras encostas, porque, além das rodovias, nós estamos fazendo um trabalho de recuperação de encostas importante.

Aí a ponte sobre o Rio Caí em três tempos. Primeiro a enchente, o que ela fez? Como a gente diz lá no Nordeste, a ponte selou no meio, tipo cavalo, quando vai ficando velho, muita sela, ele fica com o lombo meio selado. Essa ponte selou, afundou aquele pilar do meio. A foto exatamente abaixo é o dia da implosão, a ponte foi implodida; e do lado a ponte reconstruída.

Queria dizer aos senhores que isso aconteceu, a enchente foi em maio do ano passado, nós estamos em maio deste ano, mas essa ponte foi entregue em dezembro, antes do Natal. Eu estive lá, entregamos a ponte em oito meses reconstruída, e mais, é a única ponte, com infraestrutura de grande porte, reconstruída no Estado do Rio Grande do Sul.

O estado tem nove pontes semelhantes, nenhuma delas é de um berço, começou a obra, mesmo com o Governo Federal disponibilizando os recursos, nenhuma delas teve a obra começada.

Então, é importante dizer que nós já reconstruímos a nossa que caiu, está entregue, está sendo usada desde dezembro do ano passado. Quanto às nove pontes semelhantes, em rodovias estaduais, não se iniciou a obra de nenhuma delas ainda. Essa informação não é minha, é do próprio Governo estadual, que divulgou recentemente.

Próximo.

Concessões rodoviárias. Aí é o último ponto, eu vou passar bem mais rápido. Eu queria fazer só uma leitura e depois a gente detalha as concessões aqui com os senhores. O Governo anterior, Senador Marcos Rogério, fez seis concessões rodoviárias, seis concessões rodoviárias em quatro anos.

Nós fizemos, em dois anos e quatro meses do Presidente Lula, doze concessões rodoviárias, inclusive a da BR-364, em Rondônia, que provavelmente vamos discutir aqui, e outras tantas. Neste ano, nós já fizemos três. Dia 22 próximo, quinta-feira, na bolsa de valores de São Paulo, será a quarta. Mas nós vamos fazer quinze concessões rodoviárias este ano, contra seis que foram feitas em quatro anos do Governo anterior. Então, eu estou colocando isso só para dizer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali tem um quadro muito elucidativo, Senador. Naquele gráfico que sobe e desce, sobe e desce, estão os 20 anos de concessão rodoviária no Brasil. Concessão significa atração do investimento privado para a infraestrutura nacional. O que é fundamental, dado que nós já demonstramos que não temos recurso público para fazer tudo. Nesses 20 anos, o Brasil fazia, em média, uma concessão por ano, uma. Eu dizia, lá no ministério, que um país que precisa do investimento como o Brasil precisa e faz uma concessão por ano, não a faz para resolver o problema da infraestrutura, faz só para dizer que fez, porque é mais ou menos como espirrar num deserto. Uma coisa é você irrigar um plantio e dizer que a sua propriedade tem soja irrigada, outra coisa é você irrigar por espirro, você reunir a sua família e toda vez que alguém espirrar, espirrar no... Como é que fala? Na soja. Eu ia falar no pasto, mas como é que é o termo para soja? Espirrar ali...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Na lavoura.

O SR. RENAN FILHO – Na lavoura, exatamente. Muito obrigado, Senador. É espirrar na lavoura e considerar isso irrigação. Era isso que o Brasil fazia ao fazer um leilão por ano.

No ano passado... No primeiro ano do Governo do Presidente Lula, nós fizemos dois leilões, porque a gente também não tinha os projetos; no segundo, fizemos sete; neste ano, vamos fazer quinze. A ideia, para o ano que vem, é fazermos vinte. Com isso, o Brasil vai ter um novo momento, uma virada de chave. Qual é essa virada de chave? Onde há rentabilidade privada para aquela rodovia vai passar a pagar quem usa e não vai pagar o pobre. Porque uma coisa que pouca gente debate por aí é: quando a rodovia é pública, quem paga a manutenção dela? O pobre. "Por que, Renan, você está dizendo isso?" Porque este país tem, infelizmente, carga tributária regressiva. O que isso significa? Quanto menos o cidadão ganha, mais ele paga imposto. Por quê? Porque o imposto é baseado no consumo e não na renda. Então, quanto menos o cidadão ganha, mais ele paga imposto. Inclusive, o Senado Federal e o Congresso Nacional estão convidados pelo Presidente da República, agora, a isentar quem ganha até 5 R$ mil de pagar Imposto de Renda e a aumentar para quem ganha muito mais do que isso, o que é muito justo. Porque quem ganha muito mais paga muito pouco ou nada, o detentor de distribuição de lucro, de empresas, essas coisas. Enquanto o pobre paga 17%, 18%, 19% e, em alguns produtos, mais. Quando é energia elétrica paga 30%, quando é combustível paga mais, Senador Marcos Rogério. Em vários governos, essa é uma questão que não é de Governo, esse é um problema nacional. Então, como é o pobre, pelo perfil de regressividade da nossa carga tributária, que paga mais imposto, quem paga a manutenção das rodovias? O pobre, pelo mesmo motivo. O mais pobre tem carro? Não tem carro. Quem tem carro é classe média, às vezes até mais baixa, às vezes os empreendedores têm carro. E nós estamos discutindo isso.

Eu tenho dito lá à Secretária Nacional de Transporte Rodoviário: imagine aquele cidadão que tem uma Topic e que vende, Senador Jaime Bagattoli, cachorro-quente no dia de uma festa de exposição agropecuária. Esse cara não deve pagar pedágio – esse cara não deve pagar pedágio. Agora, o grande empreendedor que usa a rodovia para o progresso do seu negócio e do país, ele pode pagar e quer. Sabe por que ele quer? Porque um pneu custa R$5 mil, quando fura. E lá em Estrela do Oeste tinha um monte de borracharia. Então, cada pneu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que corta de um caminhão, R$5 mil. E o pedágio é R$10, R$9, R$11. Ele prefere pagar. Só que eu estou comparando com pneu, não estou comparando com uma virada de caminhão, porque uma virada de caminhão não tem preço, porque se perde a carga, se perde o equipamento e se perde a vida, muitas vezes, do motorista e das pessoas que estão ali. E isso ocorre muito mais quando a pista é simples, sem investimento.

Então, este é o debate que eu quero convidar o país a fazer: quem está pagando a manutenção da rodovia quando o cidadão roda nela gratuitamente? Especialmente o rico, porque é quem tem carro.

Queria dizer que eu tenho carro, não estou me excluindo disso, não. Eu tenho carro. E eu acho que a maioria das pessoas que estão nessa sala tem carro, mas vocês também conhecem muita gente que não tem carro e que está pagando a manutenção da rodovia. Moto não paga nos pedágios federais, porque o mais pobre, o que ele possui, na verdade, é moto. Então, esse debate precisa ser feito.

E, depois desse conjunto de leilões, nós vamos viver um outro modelo no Brasil, com muito mais investimento privado. E aí eu convido os senhores a olhar a magnitude do investimento privado *vis-à-vis* ao investimento público.

Próximo, por favor.

A evolução das concessões.

Ao final de 2022, nós tínhamos, na história, 24 concessões neste país – ao longo de todos aqueles anos. De 1997, Governo Fernando Henrique, quando começou, até 2022, Bolsonaro, 24 concessões. No Governo Bolsonaro, anterior ao nosso, seis concessões, apenas. Apesar do discurso de atração do investimento privado, da defesa do liberalismo, do discurso de Paulo Guedes, só fizeram seis, que é aquela coisa a que eu estou sempre convidando as pessoas: vamos dar uma olhadinha na evidência, não o que o sujeito apenas diz. De 2023 até maio de 1925, nós realizamos 12 concessões; 13 mil na história, até 22km concedidos; 6,1 mil em dois anos.

Agora, a previsão até 2025 é atingir 48 concessões, com 25 mil quilômetros concedidos à iniciativa privada, com potencial de levantar R$475 bilhões para o investimento na infraestrutura rodoviária.

Isso ajuda a crescer PIB. Isso para de furar pneu de caminhão. Isso para de ter acidente de caminhão, e garante ao arco norte do Brasil e ao Brasil central escoar sua produção. E ninguém sabe qual é esse Brasil, depois que a gente fizer R$500 bilhões – R$500 bilhões –, sem ir ao cofre do Erário.

Pagando quem? O setor produtivo, que quer pagar. Eu não encontro no agro um produtor que deseje fila de caminhão a despeito do pedágio. Não encontro. Gostaria de discutir com os senhores, se tiver. Por quê? Porque ele sabe que a estrada explode o valor da terra, primeiro – explode o valor da terra. Então, se um estado grande, como Rondônia, como Mato Grosso, tem valor de terra, com rodovia duplicada, a terra dobra. E, por consequência, dobra o valor do estado. E, por consequência, dobra a financiabilidade bancária para o investimento no agro.

Ninguém conhece esse Brasil. Isso é um convite.

Eu queria dizer aos senhores e às senhoras que o mais interessante é que eu faço política de centro. Eu tenho um pensamento moderado; às vezes, um pouco mais à esquerda;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às vezes, um pouco mais à direita. De vez em quando... Agora, está até um pouco mais à direita. Enfrento dificuldades nos dois extremos. A extrema esquerda, às vezes, reage, e a extrema direita também reage.

Mas eu faço um convite à reflexão: qual é o Brasil de R$500 bilhões de investimento em infraestrutura rodoviária? Quem vai pagar é o pobre? Não. O agro explode o valor da terra. O agro, pela Lei Kandir, não paga imposto para tudo aquilo que exporta – é ou não? –, o que é uma grande competição para o agro brasileiro. E eu defendo isso, porque é equivocado um país exportar tributo. Não se exporta tributo; exporta-se soja, exporta-se minério, exportam-se *commodities*, e *commodities* não podem escamotear a exportação de tributos. Eu defendo a Lei Kandir.

Portanto, esse pedágio que vai levantar aquele dinheiro ali, sem R$1 de recurso público – são R$475 bilhões, sem R$1...

Para que a gente entenda, Senadores: o que é a PEC da transição? A PEC da transição garantiu ao Governo Federal, para investir em infraestrutura, R$60 bilhões por ano. Ali são, só para a rodovia, quase dez anos de PEC da transição – quase dez anos –, sem fazer esforço fiscal. Esse é o convite, essa é a discussão. Agora, isso tem que ser feito com modicidade tarifária.

Tamanho de tarifa é proporcional a três coisas: tempo de contrato, volume de obra, e é isso que determina o tamanho da tarifa... Vale dizer que a carteira do Governo Federal... É um outro convite, porque os senhores vão ser instados a isso, tá? E aí estou concluindo já. Os senhores vão ser instados e convidados a olhar isso.

Enquanto os estados brasileiros concedem as suas rodovias, Edinho Bez...Você é lá da Frenlogi, conhece muito bem esse debate, foi Deputado de Santa Catarina e sabe o que significa para Santa Catarina não fazer concessão com relação ao Paraná, com relação a São Paulo. Porque Santa Catarina tem que se comparar com esses dois, não é? Não pode se comparar com o Piauí, do Senador Marcelo, ou com a minha Alagoas. Tem que se comparar com São Paulo e com o Paraná. Qual é a diferença entre os estados? Só Santa Catarina não concedeu rodovias estaduais e tem as piores rodovias estaduais do sul do país.

Isso não se diz, isso não se comenta, porque se faz um discurso liberal para vencer a eleição no Governo e se faz uma política que não dialoga com o investimento privado, porque o que se tem é a dificuldade de defender o que é correto.

Então, isso é importante pontuar. Tem as piores rodovias, Edinho, o seu estado, e isso eu disse ao próprio Governador recentemente. Ele foi lá ao ministério, eu disse para ele. Aliás, convido você a olhar, Edinho, para você saber e dizer lá na Frenlogi que as rodovias estaduais de Santa Catarina estão entre as piores do Brasil, mesmo comparadas com as rodovias do Brasil central e do Nordeste brasileiro.

Isso é evidência, isso não é discurso. Se você for ao Instagram, aí tem lá uma rodovia pequenininha: "Olhem aqui, estou fazendo uma rodovia". Isso é evidência, dado da Confederação Nacional do Transporte, cujo Presidente é Vander Costa, que publica anualmente um anuário estatístico – é ou não? –, medido, contratado e caro, que hierarquiza a qualidade das rodovias brasileiras. É só olhar a evidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem sentido acontecer isso com Santa Catarina? Não, não tem. É diferente do que está acontecendo no Brasil. No Brasil, a gente está melhorando as rodovias pelo aumento do investimento, mas a gente tem coragem de enfrentar o debate. Se não tiver coragem, não anda.

Ali está elencado, no Brasil, onde estão os investimentos, quais são as concessões. Então, tem concessões no Brasil todo.

Outra coisa, Senador, já que o senhor vai ficar aqui esse tempo todo. Eu queria pedir desculpa aos Senadores. Eu sei que é difícil, mas é que é muita coisa. Se a gente não falar as coisas, não dá para ter noção do todo.

O Brasil tinha 15 contratos de concessão no passado estressados e com inviabilidade. Não faziam investimento, por vários motivos: curva de aprendizagem, Operação Lava Jato... O BNDES tinha um compromisso de botar um empréstimo-ponte. Quando veio a Operação Lava Jato, o banco não colocou mais, e a empresa justificou isso para não fazer o investimento. Mas o fato é que o Temer, em 2016, editou uma medida provisória da relicitação para tentar resolver os problemas dos contratos em desequilíbrio. Não conseguiu, isso não resolveu, e agora nós conseguimos fazer um entendimento com o TCU para otimizar os contratos.

O primeiro que vai a leilão é esse na quinta-feira. Esses 12 contratos que serão otimizados, entre eles, por exemplo, eu falei da 163, de Sinop até o Pará, entre eles a 163 no Mato Grosso do Sul, que está ali. O mapa é pequenininho, mas está ali, está vendo, Marcos, no meio do Mato Grosso do Sul? Vão levantar R$107 bilhões em investimento em contratos existentes – contratos existentes. Isso é um modelo superinovador para o país.

Eu queria pedir ao Senado para me permitir dizer aqui como é esse acordo, porque é um acordo entre a empresa e o país, por meio da ANTT e do Ministério dos Transportes. A ANTT é a controladora do contrato, é a gestora do contrato, e o Ministério dos Transportes é o órgão que estabelece a política pública. Então, nós fazemos um acordo, Senador Jaime. O acordo discute, basicamente, três coisas: o tempo, prazo para aquelas obras, que pode aumentar até 15 anos, no máximo, que o TCU permitiu; segundo, quais são as obras que serão feitas – porque tem algumas obras que foram discutidas lá atrás que nem são mais necessárias, outras não têm licenciamento ambiental, no caso de outras, as cidades cresceram e se colocaram como necessários os investimentos privados ali; Sinop é um exemplo, Sorriso é outro exemplo, cidades que explodiram ao longo dos últimos anos, e a otimização permite ver isso – e a nova tarifa, que, com essas obras e com esse prazo, sustenta o conjunto de investimentos.

Como maneira de afastar o risco moral de o Governo fazer um acordo com a empresa, depois desse acordo feito, a gente pega essa tarifa que sustenta esses investimentos, Marcos, leva à bolsa de valores de São Paulo e faz a seguinte pergunta ao país, no modelo legal: alguém faz essas obras nesse prazo mais barato do que essa empresa? Se fizer, ela sai e você entra no contrato. Isso afasta o risco moral. Isso não é um acordo de gabinete. Então, isso é muito importante porque dá à sociedade a condição de, transparentemente, acompanhar esses processos.

E mais: para levar à bolsa de valores de São Paulo, esse entendimento tem que ser aprovado anteriormente pelo Tribunal de Contas da União, que é um órgão acessório do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamento brasileiro e está à disposição do Senado para discutir essa, certamente, e outras questões.

Então, eu acredito que esse modelo vai permitir ao Brasil destravar problemas, porque, antigamente, tinha um problema em uma concessão, e virava um cavalo de batalha, não tinha saída. Então, essas otimizações também podem levantar muitos recursos.

Próximo.

Aí tem vários detalhes. Eu não vou falar – já me alonguei muito – quais são as obras.

Queria somente passar no final para a parte de ferrovias, que é um ponto muito importante, porque nós também estamos avançando nos investimentos ferroviários, concluímos a Norte-Sul, estamos com um volume máximo, histórico, de investimento em ferrovia.

Queria passar à próxima página, por favor.

Ali, para ferrovias, do mesmo jeito que para rodovias, o volume máximo de investimento aconteceu ali no ano de 2014. Nós não conseguimos voltar ainda à máxima histórica, Senador Marcos Rogério, estamos trabalhando para voltar, porque em ferrovias os projetos são mais demorados, tem menos agentes econômicos nesse mercado, mas nós temos, desde 2006, um total de R$144 bilhões investidos em ferrovias apenas, para vocês verem o que significam aqueles quase R$500 bilhões em rodovias, e nós temos, desde 2012, as debêntures incentivadas, que foram aprovadas aqui pelo Senado Federal: são muito importantes, levantaram R$45 bilhões, mas só no ano passado, em 2024, R$13 bilhões, mais R$5 bilhões em 2023, ou seja, a metade do que ela levantou de 2012 para cá, ela levantou em 2023 e 2024. É o fortalecimento dos investimentos privados também em ferrovia.

Senador Confúcio, Senador Esperidião, sejam bem-vindos.

Próximo, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas eu já cumprimentei o senhor.

O SR. RENAN FILHO – É, no corredor, e eu fiz referência...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Já foi mencionado.

O SR. RENAN FILHO – Foi mencionado aqui, eu fiz referência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – É verdade. Obrigado, Senador Esperidião.

Então, as estratégias para fomentar o investimento em ferrovias são também o fortalecimento das parcerias público-privadas, o fechamento dos *gaps* de viabilidade por meio de aportes públicos.

Próximo.

Hoje, nós temos a Transnordestina, em obra, voando, Presidente. Quem é do Nordeste precisa conhecer essa obra. Nós temos 3,5 mil trabalhadores lá, no momento, trabalhando, com 72% da fase 1 executada. Nós vamos lançar o lote 8 agora, o Governador Elmano está até me demandando para irmos lá lançar o lote 8, uma obra com 3,5 mil funcionários no Brasil, ferroviária: é a maior obra linear do país de infraestrutura.

A Fico, que liga Mara Rosa, em Goiás, a Água Boa, como falei há pouco, e também a Fiol – ali está a Fico duas vezes, está errado –, de Caetité a Barreiras, na Bahia, que também está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com 70% de obras executadas. A Fico está com 20% de obras executadas, a Fiol retomou as obras recentemente.

E nós temos vários contratos renovados que estão eliminando conflitos urbanos e aumentando a capacidade operacional, ali tem um exemplo de um conflito urbano, e temos três leilões na agenda prioritária. O Anel Ferroviário do Sudeste vai ser o primeiro leilão, o Rio de Janeiro está acompanhando fervorosamente essa discussão, uma obra muito importante que vai ligar a malha ferroviária do Estado do Espírito Santo até a malha ferroviária do Rio, garantindo um anel passando pelo Porto de Santos e ligando vários portos do norte do Estado do Rio de Janeiro e do sul do Espírito Santo, inclusive o Porto do Açu, que é uma grande infraestrutura nacional que não tem ligação ferroviária hoje.

Há o corredor Fico-Fiol, que é a ligação de Ilhéus até Lucas do Rio Verde, e essa ferrovia, Senador Marcos Rogério, é a Ferrovia Leste-Oeste. Ela vai dividir, junto com a Norte-Sul, o Brasil em quatro quadrantes: o Nordeste e o Norte, o Sudoeste aqui, o Sudeste e o Sul, em quatro quadrantes, para ligar nesses quadrantes outras rotas estruturantes. Esse corredor também vai a leilão ano que vem, o anel ferroviário este ano, e o próximo leilão é da Ferrogrão. Nós estamos em fase final, Senador Jayme, da discussão da Ferrogrão. O ministério já defendeu o projeto, já o defendeu, o Ministério dos Transportes, no Supremo Tribunal Federal. Há, obviamente, uma questão legal que precisa ser dirimida, mas eu entendo que, independentemente da decisão do Supremo, o país tem caminho para levar o projeto adiante, porque o Supremo não vai dizer, dependendo do cenário, Senador Jayme, que a ferrovia é inconstitucional. O que pode ser inconstitucional é o modelo que foi utilizado lá atrás para garantir a passagem da ferrovia na reserva. Isso ele pode dizer, mas aí a gente pode alterar esse modelo, fazer uma coisa que não agrida a constitucionalidade. Eu, pessoalmente, no diálogo que tenho feito com o Supremo, tenho defendido que ele não defina a inconstitucionalidade, não interfira; sugira caminhos e a gente aí corrija...

Eu acho que esta Comissão, Senador, é muito importante nesse debate e essa infraestrutura, junto com a Leste-Oeste, são as fundamentais do ponto de vista ferroviário para somar esforços com os investimentos rodoviários para se ampliar a capacidade de escoamento da produção do Brasil central, porque é aquilo que eu falei, como a gente não sabe direito qual Brasil nós vamos construir se juntarmos esse volume de investimento, Senadora, a gente também não sabe o que isso significará no Mato Grosso, porque o Mato Grosso vai, obviamente, explodir.

E também tem a otimização da Malha Oeste, que está no TCU. Nós fizemos um recurso ao TCU para uma reconsideração, sobre a otimização para o escoamento da produção do Mato Grosso do Sul.

Queria pedir, mais uma vez, desculpa aos Senadores pelo tempo. São muitos temas, me desculpem mesmo, mas, se eu viesse aqui e não colocasse essas questões, isso ia ficar muito vago.

Desafios ambientais.

Nós tivemos algumas soluções. Por exemplo, a duplicação da BR-101 em Alagoas, obra parada há 20 anos. Fizemos um acordo. A obra está andando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A BR-158 no Mato Grosso, como falamos. Estamos andando com a BR-242 também no Mato Grosso, Senador Jayme. A BR-158 teve liberação.

A pavimentação de Manga-Itacarambi, 20 anos sem licença também, na divisa de Minas Gerais com a Bahia ali. Conseguimos esse trecho da BR-135. Está andando também a obra.

Próximo, por favor.

Mas ainda temos desafios.

Pavimentação da BR-319. Está aqui o Senador Plínio Valério. Certamente, ele vai se colocar aqui, talvez, nesta reunião e falar sobre esse trecho.

O Ministério dos Transportes, Senador, é totalmente a favor da pavimentação da rodovia, não a entende como incongruente. Dá para fazer a ferrovia, mas nós precisamos ter o licenciamento ambiental. Já temos um trecho que foi autorizado, o lote C. Está em obra. Nós vamos intensificar as obras agora com o período de verão – não é, Fabrício? A mobilização da empresa... E aquilo, Senador, que a empresa medir será pago este ano. Essa obra é prioritária para o país.

A pavimentação da BR-135 na Bahia. É um trecho de cavernas. Senador Esperidião, o senhor que é um estudioso, o Senador Confúcio também, ambos foram Governadores de estado e conhecem bem todas essas temáticas. Essa licença é tão complexa, Senador – o senhor é o Relator do novo licenciamento ambiental –, que até tese de doutorado já foi escrita sobre esse licenciamento e estamos há 20 anos sem ter licença, porque abaixo da rodovia tem um bloco de cavernas na região de São Desidério, na Bahia, e essas cavernas podem ser afetadas a mais de 100m abaixo do solo. Eu estou entre aqueles – e inclusive a tese de doutorado – que defendem que o que movimenta a caverna embaixo é atrito. E o que tem mais atrito: barro ou asfalto? Barro. O impacto no barro é maior, porque o caminhão anda no barro assim; e, no asfalto, ele desliza.

Então, deveríamos ter esse licenciamento. Eu tenho lutado pessoalmente, eu conheço as demandas individuais dessas obras. Tem um setor de sustentabilidade do ministério que só toca isso hoje, só licenciamento.

Pavimentação da BR-242, no Mato Grosso, como falei há pouco, e a duplicação da BR-135.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Essas cavernas...

O SR. RENAN FILHO – Essas são na Bahia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... fazem parte do Cadastro Nacional de Cavernas.

O SR. RENAN FILHO – Fazem parte... Fazem parte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o senhor já estudou quando fez o curso de espeleologia...

O SR. RENAN FILHO – É, exatamente. Espeleologia é o estudo da vida dos morcegos que vivem em cavernas, e lá tem esse estudo. O Senador Esperidião coloca aqui sempre que é um estudioso e vale sempre a gente, numa audiência dessa em que a gente ganha pouco conhecimento, ganhar... Olha isso aí. Hã? (*Pausa.*)

A BR-242, a gente também teve um entendimento para mudar o traçado, está andando.

E no final, pode passar, rápido, pode passar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fomento e planejamento, Senador, a última coisa que eu queria colocar para esta Comissão. Nós estamos elaborando... Primeiro, quero mostrar aos senhores que, às vezes, a gente vota uma lei e não sabe bem o que significa. E muitas vezes eu digo ao Governo Federal – está ali o Senador Rogério, lá do Estado de Sergipe –, Rogério, que muitas vezes o Governo Federal volta pouco para dizer "olha, olha o que a gente fez". Lembra que a gente defendeu aqui debêntures de infraestrutura, o Senado apostou? O que isso gerou? Olha lá: crescimento das debêntures de infraestrutura no ano de 2024, rodoviário e ferroviário para o Brasil, maior financiamento nos últimos tempos. Então, eu queria fazer um agradecimento que este debate construtivo de soluções novas para garantir o financiamento da infraestrutura é fundamental, e as emissões de debêntures garantiram isso neste debate entre Parlamento e Governo Federal.

Próximo.

E a última coisa, Senador, é que nós estamos debatendo o novo Plano Nacional de Logística em todos os estados do Brasil. Queria convidar todos aqueles Senadores que têm interesse na infraestrutura nacional. Isso não é um projeto de Governo, é um plano de Estado, cumprimento de legislação, metas e objetivos para até 2050. E eu acho que esta Comissão deveria fazer um debate também sobre esse tema. A gente abriu hoje uma nova consulta de origem e destino de carga e de pessoas, o que vai ser muito importante. E nós estamos abertos para fazer debates, discutir essa questão.

Esses aí estão nos ajudando: Comitê Andino de Fomento, o BID, a Fundação Dom Cabral, a Universidade de Minas Gerais, a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional da Agricultura, a Confederação Nacional dos Transportes. E eu queria colocar ali a Câmara dos Deputados, porque é uma lei, e o Senado Federal como debatedores desse processo.

Então, Senador, dito isso, eu queria finalizar aqui a minha apresentação agradecendo pela paciência, dizendo que me alonguei, mas, do volume de investimento do Governo Federal com o orçamento público, o Ministério dos Transportes tem quase 40% – quase 40% – e, com relação ao investimento privado, a gente é disparadamente o maior. Por isso, a gente precisa fazer uma apresentação com esse nível de densidade para que a gente consiga apresentar minimamente o que é o todo. Certamente, estamos distantes do que está acontecendo aí, mas eu me esforcei ao máximo aqui para fazer uma apresentação que desse um panorama geral.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que eu estou à disposição da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado ao Ministro de Estado dos Transportes, Ministro Renan Filho, pela exposição que faz na Comissão de Infraestrutura. Uma exposição longa, mas rica em conteúdo. E eu penso que, se o Ministro continuasse a sua exposição com o volume de conteúdo de cunho liberal por mais uma meia hora, talvez alguém do núcleo mais ideológico do Governo falaria: olha, o Ministro está se candidatando a voltar para o Senado Federal. (*Risos.*)

É o mais liberal dos Ministros, me parece, neste momento, em razão dessa pauta mais focada na parceria público-privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que as PPPs foram uma opção que o Brasil adotou para fazer frente à escassez de recursos públicos no enfrentamento de pontos de estrangulamento na infraestrutura nacional. Eu tenho dito, reiteradas vezes, que o Brasil é um gigante do ponto de vista da produção, da geração de energia, sobretudo de energia limpa, renovável. O Brasil sabe o que fazer da porteira para dentro, Jayme Campos. Ele produz muito, produz com qualidade, sabe entregar o produto que o mundo precisa para gerar e para garantir segurança alimentar. O desafio do Brasil é da porteira para fora. E aí, talvez, um dos setores que mais cria dificuldades para este Brasil, que é especialista da porteira para dentro, é justamente o setor de infraestrutura.

Tanto do ponto de vista de obras estruturantes propriamente ditas, nós temos modais que não se comunicam, que não se falam – mais recentemente nós estamos avançando para isso, com a integração multimodal, o que é fundamental, porque não adianta fazer grandes investimentos, mas sem a integração dos sistemas –; além disso, a infraestrutura de armazenamento, que nós também não temos. E aí o nosso produto, que é um produto de excelência, acaba sendo vendido, comercializado, com preço menor, porque não há espaço para negociação, porque você tem que produzir e o seu depósito é a carroceria de um caminhão. E aí você estrangula as rodovias, que é o que tem, e aí você estrangula as rodovias com o volume.

E hoje num desafio: o Brasil cresce, Senador Esperidião Amin, em produção, aumenta a sua produção, o que é um fato positivo a ser comemorado, e não tem uma logística à altura da produção que se projeta. A gente estima, este ano, a safra na casa dos 325 milhões de toneladas. A vantagem é que Deus, quando estabeleceu o planejamento de chuva para o Brasil, colocou a chuva em tempos diferentes por regiões do Brasil. Quando está chovendo no Sul, lá no Norte do Brasil está sem chuva. Quando está chovendo muito no Norte do Brasil, outras regiões estão em seca. E aí você consegue fazer... Essa frota que atende uma região migra para outra região e vai dando suporte, mas qual é o problema? Além da necessidade de investimentos públicos e privados estruturantes em malhas rodoviárias, ferroviárias, aquaviárias, a questão da armazenagem. O Brasil não tem. Nós precisamos avançar com essa pauta.

Todos esses temas perpassam por aquilo que é o nosso desafio como Comissão de Serviços de Infraestrutura. E nós vamos ter a oportunidade de dialogar muito sobre isso, mas vejo com muitos bons olhos.

E aí o Ministro faz uma fala aqui que, para mim, é muito verdadeira. Todos sabem, eu sou um Senador de oposição. Mas, nesta Comissão, desde o primeiro dia, quando assumi, eu disse: "Nesta Comissão, o trabalho é em favor da infraestrutura do Brasil". E a fala que o Ministro traz hoje aqui é que esse tema dialoga com todos os vieses, com todos os núcleos políticos do Parlamento. Não é uma questão ideológica. Tem as questões ideológicas, tem as questões políticas pontuais, mas o tema da infraestrutura ultrapassa as diferenças político-partidárias, porque seja talvez o setor mais importante para o desenvolvimento nacional.

Se quem está produzindo é de direita, não importa se quem está governando é de esquerda. A estrada por que ele vai passar é necessária, é fundamental, ela vai continuar sendo. A integração do sistema é um desafio que todos têm. Então, se tem buraco lá, se tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponte caída, se tem ponte comprometida... Por isso, eu acho que é uma pauta que tem que unir realmente todo o esforço Parlamentar no sentido de garantir ao Brasil as melhores condições para avançar.

Passaremos, neste momento, às intervenções dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras pela ordem de inscrição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de saber de V. Exa. se já tem uma ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem uma ordem de inscrição aqui. O Senador Confúcio Moura foi o autor do requerimento; portanto, tem a primazia da fala. Na sequência, Senador Plínio Valério, Senador Chico Rodrigues, Senadora Margareth Buzetti, Senador Jayme Campos, Senador Jaime Bagattoli – são os inscritos até este momento –, Senador Rogério Carvalho, já na sequência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas eu queria pedir para V. Exa., data vênia, além dos autores do requerimento, com todo o respeito ao Senador Confúcio, porque eu tenho que sair para outros compromissos que marquei, se poderia fazer uma indagação para o Ministro aqui, aproveitando a ocasião em que está o Guilherme também, só para dirimir uma dúvida aqui. São dois minutos, não passaria disso. Qualquer coisa, corte a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se não houver...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos só colocar a resposta em bloco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Só uma respostinha aqui. São dois minutos só, porque eu tenho que sair. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Plínio também já comunicou que tem que sair.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Ele está agoniado aqui, já falou para mim. (*Risos.*)

Mas só queria perguntar para o Ministro Renan.

Bom dia, Ministro, demais autoridades, meu querido Presidente Marcos Rogério.

Saúdo, na pessoa do Guilherme, os demais diretores aqui da agência, como também do Dnit.

São dois assuntos só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à possibilidade da nova concessão que existe de Sinop a Santarém. É feita uma concessão, cuja detentora é viabrasil.com.br. Ademais, eu vi aqui na sua fala, Ministro, a possibilidade da nova licitação, na medida em que vai haver o alongamento da concessão, para que ele possa fazer a duplicação, tendo em vista o estrangulado ali, sobretudo de Sinop até Guarantã do Norte.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Esta é uma pergunta: vai sair? Quando?

Outra. Estive, há pouco dias, na ANTT em relação à Fico, que demanda Mara Rosa, do Estado de Goiás, a Água Boa. O comentário que existe – e até porque o próprio Guilherme disse – é que, sobre essa obra, que é da responsabilidade de executar através de um termo de ajustamento de conduta na renovação que foi feita com a Vale do Rio Doce, a informação que eu tenho, que causou já uma série de preocupações lá, sobretudo à população, é da paralisação dessa obra dependendo do trecho. Não sei como vai ser feito. Inclusive, eles querem fazer até uma audiência, convidar V. Exa. lá, com os demais diretores do Dnit e da ANTT, em um grande evento agora no meio de julho – no meio de julho.

São essas as duas indagações que eu tenho para o senhor, que, em breves palavras, pode me responder, se possível.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Em breves palavras: no Brasil, a gente deseja otimizar para duplicar o trecho no Mato Grosso e para construir terceiras faixas no Pará. Não é um investimento excludente com Ferrogrão, é um investimento muito importante.

Então, o senhor perguntou: "Vai sair?". Vai sair, sim, a otimização, desde que tenha acordo e que o TCU aprove.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Claro.

O SR. RENAN FILHO – Tem um rito legal, e a gente está trabalhando para isso, na mesma direção do que eu imagino que o senhor deseja.

Na Fico, está andando bem a obra. A única coisa é que, no final da Fico, tem um trecho que está com uma dificuldade de licenciamento ambiental, mas nós estamos trabalhando nisso, e houve uma diminuição da intensidade da obra nesse período, agora, por um motivo: está chovendo. Mas agora, no final das chuvas, inclusive, nós vamos levar o Presidente Lula lá, porque a obra vai voar. Eu mostrei aqui que ela já está com 20% prontos, e a expectativa é chegar, no final do ano, próximo a 50% da obra pronta. E, nos primeiros meses do ano que vem, ao final dessa janela climática que vai abrir agora, Senador, então, quanto às duas obras, a expectativa é andar bem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está ótimo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Na sequência, eu indago o Senador Confúcio: V. Exa. tem o direito regimental de falar neste momento, e o Senador Plínio e a Senadora Margareth Buzetti... A Senadora Margareth está com um horário marcado no médico, quer sair e me fez um apelo. Antes de V. Exa. estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, eu tinha feito o compromisso de assegurar a palavra aos dois, mas eu dialogo com V. Exa. se é possível.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu farei... Então, o Plínio fala neste momento; na sequência, a Senadora Margareth. Aí eu já retomo a palavra ao Senador Confúcio Moura.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Confúcio.

Eu cheguei às 8h30 para me inscrever, exatamente porque eu tenho um compromisso no Banco Central, com o Presidente Galípolo, às 12h. Eu preciso ir lá, porque é a PEC da autonomia financeira do Banco Central.

Primeiro, Ministro, eu devo dizer que, através do Senador Omar e do Senador Eduardo Braga, eu passei a gostar e a admirar, sei que o senhor é um amigo nosso, mas nada do que eu vou dizer aqui altera isso. Eu me senti torturado aqui não pelo tempo, mas pela exposição. E haja BR, e haja grão, e haja escoamento, e haja produção, e ao Amazonas bulhufas. Não se falou no Amazonas, só no final, para mostrar uma BR lameada, com caminhões atolados, o que me remete à covid, com conterrâneos sendo enterrados em vala comum e os caminhões com oxigênio atolados lá. Então, remete, isso está na nossa memória, é um trauma que nós vamos levar pela vida inteira.

Eu nem vou expor sobre a BR-319, porque eu sei que a dificuldade, o desafio do senhor é prover o país de infraestrutura e eu sei da dificuldade que enfrenta na questão ambiental. Enquanto os Presidentes da República não mandarem na política ambiental – isso serve para o Bolsonaro também, como serve para o Lula, para a Dilma, para o Temer... Eles não mandam na questão ambiental. Quem manda é o aparelhamento externo, da porteira para fora, o senhor falou aí. Quem manda na política ambiental é da porteira para fora.

Os preceitos fundamentais da Constituição não estão sendo obedecidos. Eu fui ao Supremo Tribunal Federal requerer isso, porque, na região da Amazônia, o Amazonas não tem direito a desenvolvimento, a escoamento, a saúde, a educação, já que não tem uma estrada que o ligue ao Brasil. Nós somos ligados a Roraima, que é Brasil – sofrem conosco –, e eu vou para a Venezuela, eu vou para o Caribe, eu posso passear no Caribe, porque não nos interessa em termos de transações econômicas, mas não posso passear, como disse a Ministra, no resto do Brasil. Eu estou falando de saúde, de educação, de transporte, mas, acima de tudo, do direito de ir e vir – do direito de ir e vir.

Ao longo da BR-319, tem 12 ou 13 ONGs ambientais perturbando a boa vontade do Ministro Renan, que a gente enfrenta diuturnamente. São observatórios que só fazem nos prejudicar, são pseudocientistas que utilizam o santo nome da ciência para mentir, para enganar, para ajudar a narrativa que nos impede.

A nossa luta realmente é... Eu não digo desigual, porque a gente está aqui no Senado para isso. Então, eu vou evitar esses comentários sobre a BR, porque sei que o Ministro é nosso companheiro. Eu me senti torturado por isso, não por sua exposição, pelos motivos lá, porque nós não aparecemos em nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi falado que crescimento está ligado a investimentos. Onde tem investimento, cresce, tem produção – cresce. Nós, no Amazonas, preservamos 97% da nossa floresta. Guilherme, 60% da nossa população vive abaixo da linha da pobreza.

E vem a estiagem. Agora, nós estamos no inverno, tem lama. Vai, passa; agora vem, e os rios vão secar. Quando a gente fala de hidrovia, do Madeira, é necessário... Os rios vão secar. No Amazonas, a gente trafega pouco, mas navega muito. E vão secar, os rios vão secar.

Então, eu vou fazer perguntas. Não sei se dará para ouvir a resposta ou se terei que sair. Perdoe-me a falta de educação.

Levando-se em conta que cada ministério dispõe de prerrogativas próprias e que o Ministério dos Transportes já reconheceu a necessidade de se recuperar a BR-319 para ligar a Amazônia ao Brasil – nós estamos ligados a Porto Velho –, como está reagindo o Ministério dos Transportes em relação a essas travas ambientais, a essas pequenas ONGs que não servem para nada a não ser nos prejudicar? Elas estão sempre numa liminar, recorrendo àquela parte do Judiciário que também está aparelhada e cooptada. E a gente vive só com liminares e não pode fazer nada. O que o ministério está fazendo em relação a isso?

O Ministério dos Transportes concorda com os motivos do veto do Ibama e de outros órgãos ambientais em relação a BR-319? Afinal, quais são os critérios... Isto é bom reforçar: o senhor está falando para o Brasil, mas particularmente para o nosso conterrâneo da Amazônia. Quais são os critérios do Ministério dos Transportes para julgar ou não uma rodovia como necessária?

E tomo a liberdade aqui, Presidente Marcos, de fazer a pergunta da Deputada Lêda Borges, daqui de Brasília, que é Vice-Líder do PSDB – não sei se se vai conceder a palavra a ela. Ela pede para que o senhor mencione... O principal pedido dela é o que o ministério... É para o senhor falar sobre os investimentos no transporte público do Entorno do Distrito Federal. Eu faço isso como gesto de solidariedade à Deputada.

Entenda, Ministro, o senhor é amigo nosso, mas a sua exposição foi uma tortura para este representante do Amazonas. Sofri muito.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Mas me deixe tranquilizar o senhor, Senador Plínio Valério. Primeiro, o Amazonas, eu queria...

Se puder projetar ali o Amazonas e o que foi feito antes e agora, para tranquilizar o Senador Plínio... (*Pausa.*)

Já está lá? (*Pausa.*)

Olhe lá, Senador. Ali estão as rodovias, ali está a qualidade das rodovias do estado do senhor. De 2006 até 2023... Eu quero incluir o meu primeiro ano, porque o estado do senhor não tinha nem contrato para manutenção de rodovia – nem contrato tinha. Além disso, caíram as pontes lá no estado do senhor e ficaram caídas. Não foram reconstruídas no Governo passado; nós as estamos reconstruindo. O senhor sabe bem das pontes que caíram lá.

Olhe o que aconteceu com a qualidade da rodovia de Temer, que foi Presidente da República, até do meu partido. Ele assumiu em 2016-2017, mas entregou 60% de rodovias no Amazonas consideradas boas. Agora, olhe o que fez o Governo Bolsonaro: caiu de 61% para 28% a qualidade da malha rodoviária no seu estado, e o ruim e péssimo subiu de 22% para 50%, ou seja, as rodovias estavam intrafegáveis, sem investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2023, nem sequer eu consegui reverter, para ser bem sincero, Senador, porque não tinha contrato. Nós precisamos contratar as obras. Em 2024, nós começamos a melhorar bastante.

Então, como eu disse, obra é obra, é investimento. Por que melhorou, subiu de 28%, das rodovias consideradas boas, para 51%, e o ruim ou péssimo caiu de 50% para 17%, uma queda de 33 pontos percentuais? Eu vou mostrar o motivo no próximo gráfico – próximo, por favor –, que apresenta aí o investimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – Não está lá, Senador, mas está aqui.

Isso aí é no Norte do Brasil, nos outros estados... Só para deixar aqui claro: por que eu não detalhei por estado? Porque, se já fui enfadonho falando nacionalmente, se eu fosse detalhar por estado... Não estou dizendo que o senhor se referiu a mim, eu é que me acho assim. Eu acho que a apresentação é longa, porque o ministério é muito... É um volume grande de investimentos mesmo e de problemas.

Mas veja o que aconteceu no Amapá: as rodovias caíram de 85% para 22% a qualidade – 27%, melhor dizendo –, e subiram de 27% para 99% os trechos pavimentados.

Próximo estado do Norte... O Acre. Olhe o que estava sendo feito no Acre. De ruim e péssimo no Acre, a BR-364 estava com 72%, e 13% de rodovias boas. No Acre, nós ampliamos – volte lá, por favor – de 13% para 20% no primeiro ano, consideradas boas, e no ano passado fizemos o ponto de inflexão: temos agora 42% bom e 35% ruim ou péssimo. No final deste ano, vamos para 60%, 70%, com obras pesadas de infraestrutura no Acre, especialmente da BR-364. O Acre é um estado – o senhor conhece bem, Marcos – que, se a rodovia não funcionar, para o estado inteiro, porque só tem ela – só tem ela. Em Rondônia também é bem parecido.

Tem mais um estado do Norte... Pará.

Volte uma.

Olhe o Pará. No Pará, tinham caído de 64% para 54% as consideradas rodovias boas, e o ruim e péssimo estava em 21%. Nós aumentamos de 54% para 91% a qualidade das rodovias. Isso tudo, Senador, é investimento.

Não está ali, mas eu queria mostrar para o senhor e eu vou lhe encaminhar esse número: o Amazonas recebeu, no Governo Bolsonaro, no último ano, R$214 milhões de investimento – R$214 milhões. No primeiro ano do Governo do Presidente Lula, nós aplicamos, graças ao que eu disse aqui – a própria PEC da transição, o esforço que o Governo fez, o entendimento –, R$543 milhões. Significa quase três vezes mais recursos, duas vezes e alguma coisa. No ano passado, nós aplicamos R$693 milhões na malha rodoviária, o que significa três vezes e meia mais recursos para o Amazonas do que o Governo anterior. Então, o que aconteceu com o estado foi um abandono completo.

Além disso, a BR-319... O senhor colocou outras perguntas e eu vou passar a responder.

Primeiro, qual é o trabalho do ministério com relação às ONGs? O ministério trabalha contra, é ONG que consegue liminar na Justiça. E mais: pela primeira vez, nós suspendemos liminar de ONG. O Observatório do Clima, que o senhor deve conhecer, é uma das principais, teve pela primeira vez, por ação do Ministério dos Transportes, uma decisão liminar suspensa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na segunda instância. A Justiça Federal lá deu a decisão, nós recorremos e suspendemos a decisão do Observatório do Clima.

O Ministério dos Transportes – o senhor perguntou também – concorda com isso? Não concorda. Defende a rodovia, como eu disse na minha apresentação.

Terceiro, como o Ministério dos Transportes julga necessário uma rodovia? Julga pelo critério de inclusão no sistema nacional rodoviário, e, para isso, a lei determina que a gente faça um plano de viabilidade econômica para aquela rodovia. A 319 já tem, é considerado viável. Eu queria dizer mais para o senhor, eu a defendo veementemente por onde caminho, dizendo o seguinte: não há nenhuma cidade no mundo, como Manaus, que tenha mais de 2 milhões de habitantes, no planeta inteiro, 2 milhões de habitantes sem acesso por asfalto! Manaus é a única cidade no mundo que tem mais de 2 milhões de habitantes e não tem acesso por asfalto! Só tem acesso por rios; obviamente, é uma condição especial que todo mundo conhece lá.

Só que agora, pelas mudanças climáticas, o senhor mesmo colocou na sua fala, os rios estão secando. As hidrovias nem estão na minha pasta, estão na pasta de Portos e Aeroportos, mas o Dnit, que é o órgão que está aqui presente e é vinculado ao Ministério dos Transportes, é o órgão executor do Ministério de Portos e Aeroportos, faz as obras das hidrovias, e a gente entende que, por isso e pelo que aconteceu na covid, como o senhor falou, a redundância de modais – além da intermodalidade, como disse o Presidente Marcos – é fundamental porque, quando um cessa por algum motivo, por exemplo, uma catástrofe destrói uma rodovia, tem que ter a hidrovia. O contrário também é verdadeiro, porque, senão, no momento como o da covid-19, que o estado do senhor viveu, eu me recordo que o senhor disse aí, eu queria me recordar, que o gás chegou primeiro da Venezuela do que do Brasil lá. Chegou, por quê? Porque tem conexão com a Venezuela e não tem com o Brasil! E oxigênio não se transporta com facilidade por avião, porque é inflamável, pode explodir a aeronave. Então, em momentos como esse, a gente observa a importância.

Eu sou um grande defensor, eu, o senhor, o Senador Eduardo Braga e o Senador Omar Aziz, que esteve há pouco aqui. O Presidente da República entende que a gente deve fazer. Vale dizer também, Senador, que, no bloco C, que o senhor conhece, onde nós começamos as obras agora – eu estarei, no final das chuvas, no Amazonas, para observar o andamento da mobilização inicial –, nós vamos pavimentar 50km.

O senhor conhece bem. Tem quase 15 anos, são 50km de um trecho de 400km que precisa ser pavimentado, mas é pouco. Duas coisas: faz 15 anos que não cai asfalto novo na 319. Não é mais um problema de Governo como o senhor coloca. O senhor até colocou assim: "Enquanto os Presidentes da República não chamarem para si essa questão...". O problema é que o nosso arcabouço legal não permite o Presidente chamar para si sozinho. Por isso é que o Senador Confúcio está debruçado. Eu digo ao Senado Federal que olhe. Se, por exemplo, se desse atribuição ao Presidente da República para tomar algumas decisões, talvez fosse um avanço interessante, mas, fazendo uma avaliação, será que o Temer, o Bolsonaro, a Dilma antes – para nem citar o Presidente Lula – não teriam dado a licença se eles pudessem dar? Talvez tivessem dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que esse tema é super-relevante, porque vários estados aqui presentes... Eu queria colocar uma coisa como sintomática, Marcos. Presidente, veja que as questões são ambientais, a gente não tem mais questão de se o investimento está menor ou maior que no Governo passado. Essa página acabou, não tem esse debate mais. A apresentação deixa isso claro tanto do ponto de vista do recurso público quanto do ponto de vista do privado. Então, o Senador Jayme, o Senador Plínio, o Mato Grosso, praticamente todos debatem a questão ambiental. Por isso, Senador, é que, nesta semana, eu olhei a pauta do Senado Federal e vi que há um projeto com chance de ir à pauta, exatamente esse, que é um tema – o senhor é Relator – super-relevante.

Então, Senador Plínio, vai melhorar mais o Amazonas – vai melhorar mais. Nós vamos concluir as pontes que caíram, que estão em obra. Recentemente o Dnit fez até uma visita por lá. Nós vamos começar o bloco C, e, se nós tivermos a licença da 319, será um marco histórico para o estado – será um marco histórico. E eu acho que a gente precisa trabalhar junto, por exemplo, as pontes. A do Rio Curuçá, que caiu em 2022, está em obra. A de Autaz Mirim caiu também no Governo passado, e está em obra agora. A primeira a gente deve entregar pronta em setembro e a segunda a gente deve entregar até o final do ano. Será um grande avanço, uma sequência da melhoria da malha existente. Porque o senhor observa, e o que eu falei é verdade, e eu queria reiterar que o investimento eleva a produção, o investimento multimodal eleva. E nós mais do que triplicamos o investimento lá, já começa a melhorar a malha, e aquilo que tinha involuído, piorado, voltou a melhorar bastante.

Dessas do Observatório do Clima – eu vou mandar para o senhor –, nós caçamos três liminares. Foi a primeira vez que isso aconteceu. Porque outra coisa que o senhor colocou aí, que tem ONGs e tal, e, além disso, tem outras pessoas, terceiros, mais fortes ainda do que ONGS, que usam ONGs para escamotear a sua participação na tentativa de não garantir o licenciamento.

Então, nós estamos no mesmo barco, eu tenho defendido muito ao Presidente Lula isso, o Presidente também esteve lá no Amazonas e defendeu. Eu digo, Senador Plínio, e me permita colocar aqui, Senador Rogério e Senador Marcos Rogério, que o Governo Federal pode fazer muitas coisas no Norte do Brasil, pode fazer universidades, pode induzir o desenvolvimento industrial, pode elevar a produtividade das pessoas, pode ajudar a melhorar a segurança, pode fortalecer os estudos da Embrapa na agricultura, pode aumentar o Plano Safra, pode fazer um montão de coisa, mas, do ponto de vista da percepção da sociedade, tem três obras que, se não fizer, mesmo fazendo muitas outras coisas, dificultam muito: a 319, a hidrovia do Rio Araguaia e a exploração na Margem Equatorial. A da Margem Equatorial, no dia de ontem, está nos jornais de hoje, eu li de manhã, agora, foram aprovados os estudos.

Outro dia – vou finalizar agora Marcos, porque este debate é super-relevante –, eu fui convidado a dar uma entrevista no UOL, e o jornalista Josias me perguntou: "Renan, mas você acha que deve explorar o óleo na Margem Equatorial?". Aí, eu perguntei para ele assim: "Josias, quanto óleo tem lá?". Aí, ele disse: "Não sei". Então, eu respondi: "Então, deixe-me lhe dizer o que eu penso. A gente tem que saber quanto óleo tem e autorizar os estudos. Não está autorizando a exploração ainda. Está autorizando os estudos. Quando o estudo estiver pronto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí vai ter dois cenários. Se tiver pouco óleo, deixa lá. Se tiver muito, este país não pode abrir mão de explorar". É simples, desse jeitinho assim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marcos, 30 segundos, irmão.

Quando a gente fala da BR-319, tem uma licença prévia, que foi estabelecida. Eu fui ao Supremo Tribunal...

O SR. RENAN FILHO – Foi a licença prévia que foi caçada por uma liminar do Observatório do Clima e que eu restabeleci.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E que não está sendo respeitada, porque não está adiante. Aí eu fui ao Supremo, e o Ministro Fux disse o quê? Que não cabe porque tem instâncias inferiores. As instâncias inferiores chamam-se Funai e Ibama.

Quando eu falo do Governo Federal, eu até elogio. Quando eu chamo de companheiro, porque o Presidente Lula quer, eu elogio, mas quem manda no Ibama, quem manda na Funai deveria ser o Presidente. Aí é que entra o Governo Federal.

O SR. RENAN FILHO – Não, mas é o Presidente que manda, mas é que a decisão do Ibama, Senador, não é política, ela é técnica. Agora o que a gente pode fazer? Só para... Eu acho que este debate a gente pode até fazer.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, porque eu não quero ser deselegante com o nosso Confúcio.

O SR. RENAN FILHO – Não, tudo bem, mas depois eu convido o senhor para a gente fazer isso, trocar essa ideia.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não quero ser deselegante com ele, mas quero dizer isso, sim, que nós estamos no mesmo barco, sim, que a questão, que a trava, que a lacração é no meio ambiente.

Só para encerrar, o Presidente Agostinho, um "ongueiro" de primeira do Ibama, disse, reagindo ao Presidente Lula, que o Presidente Lula disse que o Ibama é um órgão do Governo e que devia colaborar. O Agostinho disse: "Nós estamos acostumados a trabalhar sob pressão e eu aviso que aqui todos os servidores são concursados", ou seja, você não manda aqui, quem manda aqui são eles. Então, é esse adversário que nós temos que enfrentar.

Estamos juntos.

O SR. RENAN FILHO – Eu acho que esse recado o Ibama mandou para todos os Presidentes, não só para o Lula, especialmente para o passado, porque, no Governo passado, o próprio ministro, em determinado momento, disse que era a hora de passar a boiada, mas não passou nenhum bezerro.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Foi por isso que eu disse que vem desde o Governo da Dilma, do Temer, todos eles. Nenhum deles teve condição de enfrentar a força externa.

O SR. RENAN FILHO – Por isso é que a saída, Senador... Desculpem-me aqui os outros Senadores, mas acho que isso é... A saída é um projeto de licenciamento ambiental que garanta ao país a coexistência de produção e preservação da biodiversidade. Acho que esse é o caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse é o ponto. Esse é um debate que a gente poderia fazer aqui, numa outra audiência pública, trazendo aqui o conjunto de Senadores, o Ministro dos Transportes, que cuida da infraestrutura nacional, para a gente aprofundar este debate. Eu acho que tem pontos na questão.

Nós estamos endereçando algumas soluções no novo marco legal do licenciamento ambiental. Vai resolver muito, vai avançar muito, vai destravar muito, mas ainda acho que não seja a solução definitiva. Eu defendo uma tese – eu defendo uma tese – de que, no caso de projetos estruturantes fundamentais para o país, a decisão final do licenciamento ambiental caiba ao Chefe do Executivo, ouvido o órgão técnico, mas a decisão política tem que ser do Chefe do Executivo, mas isso, claro, demanda uma inovação legislativa.

Agora, hoje, com o arcabouço que temos e com a tradição jurídica que temos, reforçando a tese de que um órgão técnico está acima daquele que foi referendado pelo voto popular, isso é uma inversão da ordem democrática que não acho compatível com o Estado brasileiro, com o Estado de direito do Brasil. É óbvio que não dá para fazer isso no "canetaço", é preciso avançar do ponto de vista legislativo. Acho que nós estamos construindo isso já com esse marco legal do licenciamento ambiental, mas talvez tenhamos que ir caminhando nessa direção.

E não é para qualquer obra. Nessa obra da Margem Equatorial, como é que o Chefe do Executivo fica apeado de ter de tomar qualquer decisão? Nessa obra da 319, como é que o Chefe do Executivo não tem a prerrogativa de, verificando a viabilidade econômica, o interesse social, o interesse público relevante, tomar a decisão de fazer? E fica atrelado às vezes a órgãos, a organismos, ONGs, que pouco têm a oferecer em termos de contribuição com o país.

Cumprimento V. Exa., que tem, nessa bandeira, uma das mais importantes da sua atuação aqui.

Sem mais delongas, Senadora Margareth Buzetti. Perdoe-me. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Ministro, quero dar-lhe as boas-vindas e dizer que o senhor sempre será bem-vindo aqui, ainda mais com essa característica de V. Exa.

Cumprimento o Guilherme, que está aqui. Nós estamos um pouco cansados hoje, porque estivemos em Rondônia ontem.

Quero agradecer ao meu colega Senador Confúcio por ter me dado a palavra – eu tenho um exame marcado às 12h30, por isso vim mais cedo – e dar os parabéns ao Confúcio, porque acabou de aprovar, na CMA, o licenciamento ambiental. (*Palmas.*)

Então, nós aprovaremos na CRA, e depois será no Plenário. Eu acho que é um passo de cada vez. Nós precisamos saber que as coisas não são como a gente quer e pensa, mas a gente vai caminhando.

Ministro, eu tenho duas preocupações.

Ontem, quando estive em Rondônia, a convite do Senador Marcos e do Senador Jaime Bagattoli, vi a preocupação dos rondonienses com a questão da concessão da BR-364. E posso lhe dizer e garantir que é a preocupação que nos antecedeu com a concessão, que era antiga, da Odebrecht, a Rota do Oeste. E as nossas preocupações são as mesmas, Marcos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ela cobrava o pedágio, mas não conseguiu fazer as obras. Então, isso é uma coisa que nos preocupa, e eu vi a preocupação dos rondonienses ontem. Cem quilômetros de duplicação, realmente, não são nada, gente. Acho muito pouco e acho um prazo muito longo para se fazer esse trabalho, mas, enfim, é uma questão.

Eu fui lá ontem, Ministro, porque a BR-163 e a BR-364 se sobrepõem em 220km. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Exatamente.

Então, o que vai subir para o rondoniense também será impactado no Mato Grosso e vice-versa. A gente está lá defendendo. Nós precisamos de um meio ambiente, de questões ambientais com segurança e preservação, mas nós não podemos travar os assuntos quando eles vêm desta forma. Não é possível. E aí é uma questão econômica para a Rondônia e para Mato Grosso. E eu, ontem, fiquei pensando em tudo que nós passamos no Mato Grosso.

E outra questão, Ministro: eu vi que o senhor anunciou o leilão da Ferrogrão. Essa é uma questão que... O senhor veja: eu sou do transporte, eu trabalho para o transporte e estou defendendo a Ferrogrão. A coisa está feia, né? O meu setor entende quando eu defendo a Ferrogrão, porque, se nós tivermos uma ferrovia onde o caminhão vai ter um trecho mais curto, com mais qualidade de vida para esse motorista, com mais trechos para fazer, ele também terá uma vida melhor. No entanto, o que me assusta é que, toda vez que nós falamos de Ferrogrão, o Psol entra com mandato de segurança, trava. E é o único país que eu vejo travar estudos. Eu não consigo entender como é que o STF faz isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – É travar um estudo! Não é possível isso!

A Ferrogrão é importantíssima para nós. Todo mundo é a favor, menos o meio ambiente. Todo mundo era a favor de nós fazermos R$200 milhões de investimento no Parque da Chapada, o meio ambiente conseguiu travar. Estou falando isso porque, na semana passada, a Ana Maria Braga falou da Chapada dos Guimarães e falou que, se fosse em outro lugar, se fosse na Alemanha, estaria lá um turismo pujante e tal. Poxa, o Governador fez uma caravana de reuniões aqui, eu fiz. Eu apresentei projeto de lei e a Marina Silva conseguiu nos vencer no meio ambiente.

Então, assim, é muito ruim nós vermos uma Ferrogrão travada, nós vemos um Parque da Chapada lá parado. Quem conseguiu ganhar licitação para tocar o Parque da Chapada é alguém parente do Ministério do Meio Ambiente, isso me chama muito a atenção. E assim... Não investiram nada até agora, nós não temos nada no Parque da Chapada e temos um problema gravíssimo, porque pode cair e nos trazer um problema muito maior.

Então, são essas as duas perguntas que eu quero fazer ao senhor. Como podemos... E aí fiquei mais tranquila quando o senhor disse que pode cassar concessão. E que seja rápido, porque a nossa demorou, a nossa demorou muito, mas muito mesmo. Ela vinha de uma concessão antiga, tinha uns entraves que não poderiam ser cancelados. Mas, se ele já cancelou uma que não deu certo, eu vejo com bons olhos, porque se não dá certo tem que tirar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo, não pode deixar. Quem não faz não pode permanecer. Seria isso, Ministro. A preocupação com Rondônia, com o que eu vi lá ontem, Marcos.

Agradeço o convite, porque foi muito produtivo. Eu vi que as preocupações que vocês têm hoje, nós tivemos ontem e hoje estamos resolvendo. Hoje nós temos a 163 que, até o final do ano, estará 100% em obras.

Então, é isso, Ministro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senadora Margareth Buzetti.

Com a palavra o Ministro para as respostas.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Senadora, é um grande prazer falar com a senhora. (*Fora do microfone.*)

Muito obrigado pela oportunidade.

Como eu coloquei aqui, o Estado do Mato Grosso está recebendo vários investimentos importantes, tanto que a senhora coloca duas questões: uma é a concessão de Rondônia e essa questão ambiental. Eu queria me associar às duas.

Com relação à concessão de Rondônia, o povo de Rondônia pode ter certeza de que os investimentos serão feitos. Se não forem, a empresa vai sair, porque agora o Brasil mudou de postura. Por isso é que eu disse, na apresentação, que era importante tirar as empresas que não faziam as obras, inclusive a Odebrecht, na 163, no seu estado. Ela saiu agora, no nosso Governo. Nós fizemos um acordo, ela saiu. E as obras estão andando? Estão andando, tocadas pelo Governo do Estado e com um financiamento de R$5 bilhões do BNDES, como falei há pouco. Então, isso é o que precisa ser feito. Porque eu concordo com as pessoas: pagar e não levar é o pior do mundo. É melhor deixar de graça mesmo.

Agora, levar o investimento... Aí vira outra Rondônia, porque a pessoa que está pisando naquela terra ali vai pisar numa terra que vale o dobro. Isso vai gerar mais emprego, mais renda. E aquele custo é um custo que diante do custo Brasil imposto pela rodovia ruim é nada.

Essa é que é a grande discussão a ser feita no país aqui, que o Senador Marcos Rogério me colocou aqui, nessa seara próxima do campo de pensamento mais liberal e a imprensa nacional já estampou. Já está aí na... (*Risos.*)

A imprensa nacional já estampou.

Mas eu fico feliz de ser convidado pelo Senador Marcos Rogério, de estar próximo dele. Eu acho que o meu papel é agregar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – Não, o Senador Rogério também não se coloca... E o Senador Renan também não.

E o Presidente Lula, Senadora, dá uma grande demonstração de uma coisa que eu tenho defendido muito nas conversas políticas, porque, num momento de divisão de direita extrema, de esquerda extrema, eu sinto um clamor do povo pela racionalidade do centro. Isso foi expressado nas eleições municipais agora, nas grandes cidades do Brasil. No seu estado mesmo, a eleição teve uma decisão ao centro. Todo mundo achava que lá em Rondônia ia ganhar a direita mais extrema. Perdeu; perdeu com campanha; perdeu em Porto Velho. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não perdeu só em Porto Velho; perdeu em São Paulo; perdeu em Belo Horizonte; perdeu no Rio de Janeiro; perdeu em todo lugar. Os extremos estão perdendo.

E o Presidente Lula é uma figura que tem capacidade de liderar o centro no Brasil. É só você olhar o centro materializado no Governo dele. E é só você olhar a autorização para que a gente faça o maior volume de concessões da história do país, que vai garantir o maior volume de investimento, que vai impulsionar o desenvolvimento do Brasil, porque o Presidente Lula nunca foi um ideológico, nunca fez política ideológica. Ele sempre foi um negociador. Ele começou, lá atrás, negociando em defesa do trabalhador, no chão de uma fábrica, e, até hoje, ele negocia internacionalmente as posições do Brasil e negocia todos os temas.

Mas, antes de fazer essa agenda aí, a primeira pessoa que eu consultei... E isso eu, certamente, devo aí ao Senador Renan, porque não gosto de dar o passo sem a autorização, porque depois você é obrigado a voltar. Mas eu consultei o Presidente Lula. Eu perguntei para ele assim: "Presidente, olhe, eu queria mostrar para o senhor esse quadro". E fiz uma apresentação como essa, mostrando que o Brasil precisava da PEC da transição, mas precisava atrair investimento privado, porque só a PEC da transição não faria isso.

Eu já tinha feito isso, Senadora, como Governador, Marcos. Eu fiz a primeira concessão de saneamento do Brasil. Hoje a segunda área de maior investimento no Brasil é saneamento, só atrás de rodovia e ferrovia. Mas a primeira concessão eu fiz quando era Governador, da companhia estadual, que garante investimentos em saneamento básico no Brasil, porque isso não é uma visão de um lado ou do outro. É aquela visão, como eu falei aqui, da exploração da Margem Equatorial. No que concerne à infraestrutura, ou você tem investimento crescente, ou o resto é conversa fiada. Não adianta defender o investimento e não ter o investimento. Isso é conversa fiada.

Eu acabei de mostrar, por exemplo, no Amazonas, o que aconteceu. Se a gente mostrar no Estado de Rondônia, no Mato Grosso, é a mesma coisa. O volume de investimento... Naquele dia em que a senhora esteve lá no ministério comigo, eu mostrei ao Mato Grosso o volume de investimento.

Então, onde se colocam as duas questões que a senhora colocou? Nessa questão de Rondônia, que eu lhe garanto que há instrumento para o cumprimento do contrato e, se a empresa não cumpri-lo, ela sai, como aconteceu com a Odebrecht lá no Mato Grosso, que saiu no Governo do Lula, e como aconteceu com a ViaBahia, que era uma empresa da Espanha, que tinha recolhido dezenas de liminares na Justiça para permanecer no contrato – dezenas.

E a Concer, do Rio de Janeiro, que também tinha dezenas de liminares e foi licitada. É aquele trecho que estava com obras paradas, Senadora, desde 2017. Um trecho superimportante do Brasil, que liga o Rio de Janeiro, corta toda a Baixada Fluminense, sobe a Serra de Petrópolis, encontra a divisa do Rio com Minas Gerais e vai até Juiz de Fora; um dos trechos mais importantes.

E nós já demos a primeira caducidade a uma outra rodovia chamada K-Infra, porque não estava cumprindo o contrato. Primeira! Primeira! Nunca se tinha dado caducidade neste país. E ele foi à Justiça, está tentando uma liminar, e nós vamos derrubar, porque o Governo tem força institucional para cassar liminares que não são justas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse modelo, Senador – concluo dizendo – é o que vai garantir o cumprimento do contrato.

E às questões ambientais que a senhora colocou, eu queria me associar e dizer que lá no Mato Grosso... Anel viário de Cuiabá; 158; duplicação da 163 ; e, em breve, vamos soltar a 242. Será um volume de obras muito grande, além da melhoria da qualidade da malha viária, que o seu já era um pouco melhor do que a média do Norte, que eu apresentei, mas, lá no Mato Grosso, a gente recebeu as rodovias com 67% consideradas boas e levamos para 79%. Melhorou um pouco e vai melhorar mais nos próximos tempos.

E a Via Brasil – é a última coisa que o Senador Jayme Campos perguntou aqui anteriormente – tem o intuito de duplicar todo o trecho dentro do Mato Grosso.

Só mais uma coisa, Marcos, que eu acho que vai servir para outros Senadores, para o Confúcio: não são só cem quilômetros de duplicação; são cem quilômetros de duplicação incluídos na tarifa agora. Por que a gente não colocou 300 de duplicação? Porque, senão, ia ter que estar incluído na tarifa agora.

Mas há, no contrato, um gatilho que é acionado quando? Se o fluxo aumentar muito naquela rodovia. Ao passo que, do ponto de vista técnico, já que a ANTT tem uma capacidade técnica... Eu costumo dizer assim, para explicar às pessoas: sabe quando a gente mede pressão arterial? A pressão certa, no passado, era 12 por 8. Hoje, os cardiologistas estão indicando que, se você puder ter 11 por 7, é um pouquinho melhor que 12 por 8.

Pressão alta significa o quê? Muito sangue numa veia estreita. Ela pode romper, pode dar um infarto, pode dar um AVC na pessoa. A mesma coisa ocorre com estrada. Pressão alta é muito caminhão, um atrás do outro.

Então, a ANTT tem um equipamentozinho, igual àquele que afere pressão, que dispara um gatilho. Se a pressão passar de tal número, o contrato obriga a duplicar mais.

Mas por que não colocou agora? Porque se colocasse agora, virava tarifa já. Então ele é um modelo inteligente para garantir modicidade tarifária na largada, e o sujeito só faz 200km depois que duplicar cem.

A senhora concorda, porque não dá para duplicar 200 antes de duplicar cem. Então, quando duplicar os cem, pode ser que dispare o gatilho para fazer mais duplicação, permutando terceiras faixas por outras obras.

Acho que esse é um modelo muito sustentável, interessante e que vai atender o povo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Ministro. Agradeço à Senadora Margareth Buzetti, que ontem fez a gentileza de estar conosco na audiência pública lá no Estado de Rondônia. Foi extremamente importante a presença dela, o testemunho que deu também do modelo do Mato Grosso, que já está com obras em curso, mas conseguimos captar o sentimento dos rondonienses.

Foi uma audiência pública em que nós procuramos ouvir de forma invertida. Primeiro ouvimos os representantes das entidades do estado, CDLs, associações comerciais, representantes de populações indígenas, enfim, para que o Presidente da ANTT, que lá estava, pudesse captar esse sentimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Guilherme Sampaio esteve nas duas audiências públicas, foi extremamente técnico, obviamente defendendo a posição da agência em relação a esse contrato e defendendo a posição que o Governo tem sustentado de avançar com as concessões, mas foi uma audiência muito importante. Tivemos alguns pontos que já foram anunciados ali, que são pontos que avançam no diálogo que nós estamos fazendo no âmbito das audiências públicas, e outros pontos nós vamos tratar com o Ministro.

Mas, depois, eu vou querer... Vou ter oportunidade também de fazer algumas abordagens com o Ministro sobre a concessão de Rondônia, especificamente. Eu defendo o modelo de concessão. Agora, existem pontos de preocupação que a gente tem e que têm de ser explicitados. E essa é a hora em que a gente pode falar.

Obviamente, com contrato de longo prazo, você não fala apenas na fase prévia ou nessa fase de transição, você fala ao longo do contrato. A mutabilidade dele é uma possibilidade, porque se trata, do ponto de vista do direito administrativo, de um contrato de longo prazo que comporta essas adequações. Mas eu vou deixar para falar um pouco sobre a questão paroquial de Rondônia depois que eu esgotar todas as falas aqui, para eu não tumultuar os demais Senadores com uma questão que é muito peculiar do meu Estado de Rondônia.

Eu vou assegurar a palavra ao Senador Confúcio Moura, que é o autor do requerimento que deu origem à vinda do Ministro aqui, embora ele já tivesse colocado a disponibilidade para vir espontaneamente, mas eu quis prestigiar o requerimento do Senador Confúcio Moura, garantindo a vinda do Ministro hoje.

Antes do Ministro... do Senador, apenas quero registrar a presença aqui dos Diretores que acompanham o Ministro Renan: Dr. Leonardo Cezar Ribeiro, que é Secretário Nacional de Transporte Ferroviário; a Sra. Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário; Dr. Adrualdo Catão, Secretário Nacional de Trânsito, que já esteve aqui nesta Comissão debatendo temas importantes; e o Dr. Fabrício Galvão, Diretor-Geral do Dnit, a quem esta Comissão agradece.

Com a palavra o eminente Senador Confúcio Moura, autor do requerimento.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente Marcos Rogério, primeiramente eu quero agradecer a V. Exa. por ter pautado esta audiência pública por um requerimento de minha autoria. O objetivo justamente era este: trazer o Ministro Renan aqui para apresentar todo o seu portfólio de projetos, falar do Brasil, falar das rodovias, falar das ferrovias e dar essa demonstração desse dinamismo que ele vem empreendendo no Ministério dos Transportes. E assim, eu acredito que cumpri o meu objetivo, que é justamente esse: esclarecer.

A Comissão foi renovada agora, com a Presidência de V. Exa.; muitos membros novos também estavam aqui e estavam precisando justamente ouvir o Ministro Renan Filho. Ele apresentou muito bem todos os seus projetos, todo o andamento, todos os investimentos, tudo que estava acontecendo de bom no nosso país.

Também quero dizer que esta Comissão é extremamente importante. Aqui está chegando, por exemplo, o nosso Líder Eduardo Braga, que já foi Presidente desta Comissão; o Jayme Campos, que já foi Presidente desta Comissão – você vê só pesos pesados. V. Exa. já é, pela segunda vez, Presidente desta aqui Comissão; eu tive a oportunidade de presidir no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado. Então, esta é uma Comissão extremamente importante, uma das mais importantes do Congresso Nacional, do Senado Federal.

É muito bom ouvir o Ministro Renan Filho pela sua facilidade de expressão. Ele é muito didático, ele explica e todo mundo entende, mesmo quem não é da área consegue entender muito bem o que ele está falando.

Então, eu fico muito feliz com esta audiência, eu tenho certeza de que a mídia vai divulgar esses dados, mostrar os excelentes resultados até agora obtidos, uma melhoria na qualidade das rodovias brasileiras, o impulso sobre as ferrovias, que era um problema, um marasmo histórico no Brasil, porque não acontecia nada de ferrovia no Brasil e agora está acontecendo.

E, por fora, quero também aqui, Senador Marcos Rogério... Ontem eu vi lá a audiência, eu vi que o Jabá, a certo momento, polemizou com V. Exa. lá em Ji-Paraná. E ele por acaso está aqui hoje, não é para retaliar nada. Ele veio aqui, eu nem sabia que ele estava aqui, ele veio aqui para ouvir a audiência do Ministro Renan Filho e tirar uma fotografia com o Ministro Renan Filho. Ele veio lá de Rondônia para essa finalidade, tá? É o ex-Vereador Jabá Moreira, lá do Município de Cacoal.

Outra notícia, assim, que eu julgo de muita importância, Sr. Presidente, é a aprovação, aqui na nossa Comissão de Meio Ambiente, da Lei Geral do Licenciamento Ambiental. É uma lei que está tramitando no Congresso Nacional há 22 anos, e agora, por fim, nós conseguimos a aprovação dela ali, num grande acordo com a Senadora Tereza Cristina, que deve votá-la agora à tarde na Comissão de Agricultura, e, posteriormente, irá a Plenário.

Então, isso é muito importante. Essa é uma notícia muito boa, inclusive para a BR-319, viu? Eu acho que ela aqui vai ajudar nos licenciamentos de agora para a frente, que tem prazos definidos.

Então, é só isso mesmo que eu queria falar, nada mais a comentar, e nem precisa de resposta, porque...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não tem pergunta...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... realmente eu não fiz pergunta, fiz só um comentário e um agradecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Confúcio Moura.

Na sequência, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, Senador Marcos Rogério; Sr. Ministro Renan Filho; George Santoro, Secretário-Executivo; Guilherme Sampaio, Diretor da ANTT, esperamos que se mantenha.

Nós ouvimos com extremo cuidado, mas, acima de tudo, uma observação, Ministro, da sua apresentação aqui. Uma apresentação precisa, com números que animam este país, mostrando exatamente a capacidade de gerenciamento que V. Exa. tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já traz na bagagem a experiência de Governador e, obviamente, nessa área de transportes, também tem demonstrado essa eficiência ao encarar os problemas nacionais de uma forma direta, com programas importantíssimos para o nosso país; e, logicamente, já o credenciando, por ser muito jovem ainda, para outros largos passos na vida política nacional.

Nós que somos um pouco mais velhos, um pouquinho só, colegas do Ulysses Guimarães e do seu pai já desde 90, nós o vemos exatamente na força e acima de tudo no compromisso com o Brasil, que V. Exa. tem demonstrado agora, no Governo do Presidente Lula, que talvez seja um dos Ministros mais eficientes e que entrega os resultados na função que exerce.

Portanto, quero deixar esse registro aqui, ao tempo em que, como colega, não digo que é uma lástima V. Exa. não estar aqui no Senado, porque é um orgulho para todos nós estar exercendo agora essa função de Ministro dos Transportes com tanta eficiência.

Na verdade, no nosso estado, o Estado de Roraima, nós temos 2 mil quilômetros de fronteira com dois países: a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana. E é lógico que a saída dos nossos mais de 2 milhões de hectares de campos potenciais para produção agrícola é exatamente a Venezuela e a Guiana, especialmente a Guiana.

Eu gostaria de saber de V. Exa. como é que estão as tratativas com o Governo da Guiana, no sentido da conclusão daquela pavimentação entre Georgetown, Linden, Mabura Hill e Lethem, um trecho de aproximadamente 600km. Portanto, mais perto do mar do que os 2.900km que nós enfrentamos por Manaus, Itacoatiara e Belém, facilitando, inclusive, o escoamento da nossa produção de uma forma gigantesca. São 600km da proximidade com o mar contra 2.900km, se tratarmos, via Belém, o escoamento da nossa produção também.

Então, é um programa, pela posição geopolítica e geoestratégica do Estado de Roraima, fundamental; e tenho certeza de que haverá uma resposta para a nossa pergunta, para ajudar, inclusive, a esclarecer a inquietação da população de Roraima, dos produtores de Roraima, especialmente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – E, também, alguns investimentos sobre os quais tenho conversado, inclusive, com o Fabrício, que tem sido extremamente gentil no trato conosco, em relação ao acostamento de dois trechos na BR-174, onde ocorrem, sistematicamente, acidentes, numa rodovia que foi totalmente recuperada, como já disse aqui V. Exa., nos últimos dois anos; e da BR-432, num trecho menor de apenas 30km de acostamento, concluindo, portanto, o trecho da BR-432.

Outras questões. Em uma ligação de apenas 5km, eu diria, uma revitalização de apenas 5km na nossa fronteira com a Venezuela, lá na localidade de Pacaraima, seria importante, também, uma ação do Ministério dos Transportes, porque o que a gente vê é, exatamente, do lado venezuelano, uma estrada modelo europeu. E, na nossa, inclusive, aquele pequeno trecho de apenas 5km precisando, exatamente, dessa ação do Ministério dos Transportes.

Além de facilitar o tráfego, porque ali passam centenas de carretas com produtos de exportação para a Venezuela, nós temos, também, um cartão postal do nosso país, naquela importante fronteira de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para essas três questões, Ministro, é que eu gostaria de deixar à consideração de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Com a palavra o Ministro Renan.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Senador Chico Rodrigues, muito obrigado pelas referências, pela parceria com o Ministério dos Transportes. Eu percebo que o senhor baliza muito o seu trabalho no estado pelo avanço da infraestrutura também e compreende a infraestrutura como fundamental para a inclusão produtiva cada vez maior de Roraima.

O projeto lá da BR-401, a que o senhor se referiu, a ligação com a Guiana para aproximar a sua produção do porto, eu estive lá com o Presidente Lula. Nós estamos apoiando a Guiana, inclusive é uma empresa brasileira que está fazendo a obra ligando a divisa a Linden. É uma obra muito importante para eles, talvez seja a obra mais importante do país em execução no momento e, por consequência, naquele encontro bilateral do Presidente Lula, nós assumimos o compromisso de pavimentar o trecho de Bonfim até Normandia, na BR-401, na ida lá.

Fizemos o projeto, o projeto está aprovado, agora nós vamos licitar para começar a obra. Ela está no PAC-Projeto, nós vamos transformar esse trecho para o PAC-Obra – muito importante –, e vai garantir uma rota de integração sul-americana do Brasil com a Guiana e que vai permitir facilitar o escoamento da produção do estado.

Na BR-174 está bem avançada a questão dos acostamentos – o senhor teve lá, o Fabrício tem sempre me informado. Nós vamos fazer os acostamentos para garantir mais segurança naquele trecho.

Pacaraima. Nós já melhoramos bastante a rodovia, o senhor lembra, mas tem esses 5km. Pacaraima é uma região serrana, é uma estrada complexa, mas nós vamos seguir garantindo esses investimentos. Eu vou cuidar disso, vou dar uma olhadinha e vou cuidar disso.

Queria lembrar ao senhor que nós fizemos uma estadualização de um trecho da rodovia, aquele trecho de Caroebe, convido o Senado Federal a acompanhar a execução, que será feita pelo Governo do Estado, numa rodovia também importante. Teve recursos do Senador Mecias, que levou lá essa demanda. Então, assim, as demandas do Senador Chico Rodrigues, do Senador Mecias, nós temos sempre encaminhado, a exemplo do que falei da 174, Senador Eduardo – não estavas aqui ainda na hora que comentamos –, aquele trecho ali da Reserva Waimiri Atroari foi resolvido, foi uma das obras muito importantes para Roraima.

Então, eu acho que todas essas demandas que o senhor apresenta estão encaminhadas, e eu espero a gente começar ainda no segundo semestre essa obra da BR-401, que é uma obra estruturante para todo o Estado de Roraima, mas especialmente para o morador de Normandia, que mora lá na divisa e tem muita dificuldade para acessar a sua cidade.

Acho que é isso.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Presidente, Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – É só uma complementação. O Senador Kajuru pediu apenas para fazer uma pergunta ao Ministro Renan Filho...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... com relação à ferrovia Luziânia-Brasília, as dificuldades de concessão, já que se trata de investimentos privados. Então, deixo aqui essa pergunta do Senador Kajuru.

O SR. RENAN FILHO – É a mesma pergunta que a Deputada que estava aqui presente da região do entorno fez.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. RENAN FILHO – Nessa ferrovia nós temos uma notícia muito boa porque o projeto está concluído, e nós estamos trabalhando para ser o primeiro trecho levado a leilão em ferrovias para transporte de pessoas, e não há nenhuma região tão necessária para transportar pessoas quanto o entorno de Brasília aqui para a região central.

Nós estamos trabalhando – o Secretário Nacional de Transporte Ferroviário está ali –, e eu vou dar informações, ao Senador Kajuru, alvissareiras de que o projeto ficou pronto, e aí nós vamos tomar as decisões finais antes de encaminhar a concessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Antes de passar a palavra ao próximo Senador inscrito, eu quero registrar a presença conosco, na Comissão de Infraestrutura, no dia de hoje, do Deputado Estadual por Rondônia, Cássio Gois – muito obrigado pela sua presença –; e também do Prefeito do Município de Ministro Andreazza, José Pereira. V. Exa. é muito bem-vindo à Comissão de Infraestrutura. Muito obrigado.

Com a palavra, o Senador Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Quero cumprimentar V. Exa. pela audiência pública, e ao autor do requerimento, Senador Confúcio Moura, por oportunizar aos Senadores e às Senadoras este debate.

Quero primeiro dizer que a gente só tem infraestrutura se tiver planejamento, e o Brasil, infelizmente, vive períodos espasmódicos de planejamento e de investimento planejado, e isso é muito ruim para um país que aumenta a sua produtividade, um país que aumenta a tecnologia produtiva em vários setores, mas não consegue ter esse planejamento para desenvolver e consolidar a sua infraestrutura ao mesmo nível dos investimentos que são feitos para ampliar a capacidade produtiva nos diversos setores da economia.

Então, é um mérito, em si, a gente ter um planejamento de investimento estruturado e um plano de investimento até 2050, independente de Governo.

Então, eu quero primeiro cumprimentar o Ministro Renan Filho por esse trabalho que ele está coordenando, mas é óbvio que isso reflete o Governo – ele é parte de um Governo –, e eu quero também cumprimentar o Presidente Lula, que é um entusiasta do planejamento e do investimento em infraestrutura, e ele é, de certa forma, depois dos governos militares, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente que fez planejamento e que retomou os investimentos em infraestrutura no Brasil, e agora retoma de novo esses investimentos. Eu quero cumprimentar o Presidente Lula e cumprimentar o Ministro, porque ele fez uma escolha muito precisa ao indicar V. Exa. para Ministro da infraestrutura do nosso país, porque isso está demonstrado aqui, ou seja, essa é uma área muito objetiva, é muito matemática, certo? E é muito... o planejamento é objetivo, é claro: qual é a demanda? Como está a demanda de carga, de passageiro? Qual é a necessidade de interligação? Quais são os modais que precisam ser articulados, integrados, para que a gente tenha fluidez e consiga ter a nossa capacidade produtiva sendo escoada ou a nossa produção escoada, como disse bem o Presidente da Comissão. Porque, da porteira para dentro, a gente vai bem; da porteira para fora, a gente tem problemas. E estamos vendo que o problema aqui acho que hoje esbarra num certo excesso de discricionariedade de alguns setores da administração pública brasileira.

E eu tenho um projeto de minha autoria em que a gente trata desse excesso de discricionariedade. O excesso de discricionariedade do servidor público não pode ultrapassar a decisão política daquele que foi eleito para exercer uma determinada tarefa.

E esse acesso de discricionariedade pode ser contido se a gente tornar mais objetivos os parâmetros para a tomada de decisão de quem exerce a função pública. Não é tirar do servidor público a análise técnica, a sua competência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... de dar parecer técnico, mas estabelecer quais são os parâmetros para a tomada de decisão. E isso pode melhorar bastante a fluidez e a rapidez na tomada de decisão, estabelecendo prazos, mecanismos ou elementos que embasem a tomada de decisão técnica.

É o PL 2.339, de 2021, que eu queria pedir ao nosso Presidente, que é Líder, que participa das reuniões de Líderes, para que juntos a gente possa pedir ao Presidente Davi para despachar para as Comissões ou a gente botar esse projeto para ser apreciado o mais rápido possível. Quem sabe a gente dá uma contribuição.

A outra questão para a qual eu queria chamar a atenção é que nós estamos num processo de desenvolvimento tecnológico. A engenharia hoje tem tecnologia para quase tudo: para atravessar, para passar por debaixo de um oceano, um túnel subaquático, um túnel fluvial por debaixo de um rio. Veja, eu não entendo por que determinados óbices de não fazer não pressupõem um indicativo de como pode ser feito e libera, desde que seja apresentado o modo como fazer, para preservar aquela condição. Por que não pode ser feito por baixo ou por cima? Veja que tem tecnologia para isso. Por que não lançar mão dessas tecnologias para garantir a sustentabilidade, mas, ao mesmo tempo, garantir que a gente vai ter interligação, vai ter capacidade de dar às pessoas a possibilidade de se deslocar, como, por exemplo, na BR–319?

Veja, a rodovia está aberta, ela existe. Ela existe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, ela foi asfaltada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Ela existe!

Então, o que eu estou dizendo é que ela está aberta, ela já existe, ela está ali. Então, eu acho que a gente precisa fazer este debate com mais rigor, principalmente nessa questão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excesso de discricionariedade, certo? É porque não é só na questão do licenciamento, é, por exemplo, nas instâncias regulatórias, em tudo. Então, eu acho que o Brasil precisa levar a sério este debate, a gente precisa levar a sério este debate no que diz respeito ao excesso de discricionariedade e à definição de parâmetros, para que a gente possa dar elementos que sustentem as decisões técnicas e que abram o caminho para que o país possa crescer e se desenvolver com sustentabilidade.

É só um comentário que eu quero fazer aqui. Não é uma pergunta específica.

No mais, quero cumprimentar e parabenizar o Ministro Renan Filho.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Senador Marcos Rogério....

Senador Rogério Carvalho, melhor dizendo, quero dizer que concordo integralmente com a explanação que o senhor fez.

Só quero colocar uma coisa. O senhor fez uma pergunta à sua própria reflexão, que é a seguinte: por que não há coexistência entre uma obra de infraestrutura que permita a produção e a preservação da biodiversidade? É porque, do lado ideológico, o sujeito que defende somente a biodiversidade acredita que, com mais infraestrutura, com melhor infraestrutura, haverá uma pressão superior contra aquela biodiversidade. Então isso é uma questão ideológica. Isso precisa ser clareado na legislação, senão a legislação não tem instrumentos objetivos, como o senhor colocou, para definir prazos, por que não vai fazer, por que fez aqui e não fez acolá.

Então há uma incongruência com decisões dentro do próprio país. Há uma incongruência maior ainda quando se compara a importância de biomas. E se fizesse a comparação internacional, aí aqui não tem lógica nenhuma, dado que o Brasil é um país que tem uma série de investimentos com valor presente líquido positivo, ou seja, se você faz uma estrada, aquilo vai gerar riqueza para aquela região, várias, e a gente não consegue fazer enquanto o mundo já fez. E a gente fica correndo atrás.

Então essa discussão é uma discussão pragmática mesmo. E o Presidente Lula pensa como a gente também. Agora, o Presidente Lula tem um estilo próprio. E se a legislação der a ele a posição de decidir, como discutido aqui, com a lei mais clara, que simplifique o licenciamento ambiental, certamente ele decidirá, levando em consideração todos os temas, mas sabendo que um país pobre como o Brasil não pode permanecer com pessoas em dificuldade, porque a gente não faz investimento pensando... Estou apenas fazendo uma curta reflexão acerca do que o senhor colocou.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É só para dizer um fato.

Por exemplo, o problema de Maceió, do afundamento da cidade. Se a gente observar que a Secretaria do Meio Ambiente não tinha um parâmetro e não havia uma definição nacional de parâmetros, isso gera uma dificuldade enorme de cada um querer estabelecer um parâmetro.

Então o que eu quero chamar a atenção não é sobre Maceió. O que eu quero chamar a atenção é que às vezes, pelo fato de a gente não encarar este debate e não assumir este debate, considerando que tecnicamente é possível fazer as coisas, mas que a gente precisa ter parâmetros. Não dá para a gente ter um parâmetro para o Estado de Santa Catarina e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parâmetro para outro estado. Não, a gente tem que ter parâmetros objetivos que sustentem determinadas posições técnicas – certo? – sobre como fazer determinadas obras e determinadas intervenções.

Então não dá para a gente ficar atomizando – "E aí libera porque facilita", "Se passar para o Governo do Estado ou para a Prefeitura vai ter facilidade". Isso é uma tragédia que a gente pode... tentando resolver um problema, porque a gente não encarou o problema de fato que é diminuir o excesso de discricionariedade e estabelecer parâmetros objetivos para a tomada de decisão em um prazo determinado. Você está entendendo? Não é dizer pode ou não pode, porque poder e não poder determinadas coisas não pode ser senão uma decisão política de fazer ou de não fazer. E quem está delegado a dizer que pode ou não fazer é quem passou pelo concurso do voto.

O SR. RENAN FILHO – É isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Porque é um concurso. As pessoas acham que é uma eleição. Não, é um concurso público de validação de posição.

O SR. RENAN FILHO – Na média, é mais difícil que o outro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora, só pela paixão pelo debate, não vou me alongar, é só para dizer o seguinte: quanto mais objetiva a legislação em relação a esse tema, menos subjetiva será a nota técnica, o parecer técnico, a decisão de um órgão que deveria aconselhar o gestor, orientar o gestor, mas não substituí-lo na decisão na escolha política.

O que ocorre hoje, Líder Eduardo, é a inversão: um órgão técnico se sobrepõe ao gestor, ao mandatário.

Aí a gente tem que fazer a mea-culpa como Parlamento. Nós legislamos e, às vezes, nós colocamos na legislação uma linguagem que dá espaço para interpretação subjetiva, para uma interpretação que leve em consideração – aí, sim, o que o Ministro Renan trouxe – os aspectos ideológicos, que vão estar sempre presentes.

Mas, se a orientação jurídica, o texto normativo é um texto claro, objetivo, você tem menos espaço para a subjetividade que trava o Brasil.

Para avançar com a relação de inscritos, o Senador Esperidião Amin tem a palavra, neste momento, e, na sequência, o Líder Eduardo Braga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Ministro Renan Filho, cumprimentar a sua equipe, que está aqui em peso, e cumprimentá-los todos.

Eu acho que a única dama que faz parte deste seu cortejo, Senador Renan Filho, é a Viviane.

Então, em nome de Santa Catarina, que é um estado feminino, eu quero cumprimentar especialmente a Viviane, que tem uma larga e muito produtiva passagem no meu estado, em momentos de grande tensão que ela viveu quando dos maus momentos, dos maus instantes do contorno que V. Exa. teve o privilégio de inaugurar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer aqui dois registros, além daqueles que tenho feito habitualmente, da sua atenção com o estado.

Eu sou um Senador de oposição, mas que converge sempre que for do interesse público e na busca de soluções.

Quero dizer-lhe que aguardamos com muita ansiedade uma definição técnica para a questão do Morro dos Cavalos.

Eu estive já a oportunidade de lhe expor e aqui quero tornar público. Temos um parque estadual de quase mil quilômetros quadrados, quase 1% do território catarinense. Sobre ele, foi inventada, decretada recentemente – o parecer do Senador Alexandre Vieira é de que o decreto é inconstitucional, infelizmente assinado pelo Presidente Lula durante a vigência de um processo de negociação que o Ministro Gilmar Mendes abriu em agosto do ano passado e que continua até agora.

Eu quero formular um apelo para uma solução técnica. Eu votarei com a solução técnica que V. Exa. apresentar para a transposição do Morro dos Cavalos.

Tenho a minha ideia, mas vou me submeter à decisão de quem vai fazer, num assunto incendiário como é aquele, posto que, no último acidente, 25 carros, automóveis, e cinco carretas incendiaram-se quase que simultaneamente numa valeta com limitação dos dois lados, ou seja, se Deus não tivesse nos ajudado, haveria um morticínio.

Então, faço esse apelo.

Igualmente, gostaria de chamar a sua atenção.

Nós realizamos aqui, graças ao Senador Marcos Rogério, uma audiência pública muito ampla abordando a questão das multas que estão sendo aplicadas em milhares de caminhoneiros que, não tendo ponto de parada e descanso de motorista – V. Exa. teve o privilégio de inaugurar o único que nós temos em Santa Catarina, Palhoça, que eu tinha pedido dez anos antes, por escrito, com despacho da ANTT –, por não haver ponto de parada e descanso nem seu equivalente e cumprindo a lei, não posso reclamar do Judiciário. Ou dão 11 horas ininterruptas de descanso para o motorista ou vem multa.

Foi apresentada, depois dessa audiência pública, a PEC 22, de 2025.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como todos nós sabemos, sempre que se apresenta uma proposta de emenda à Constituição, é uma tramitação necessariamente complexa.

Mas eu creio que se chegou ao denominador comum do equilíbrio de atender o caminhoneiro, não apenas a empresa, ou seja, o CNPJ, e, ao mesmo tempo, estabelecer um modelo de transição entre o desejo, a necessidade, que é de multiplicar o número de pontos de parada e descanso de motorista, e a realidade.

A realidade é outra, infelizmente. Estou repetindo: em toda a malha viária de Santa Catarina, nós temos um ponto de parada e descanso de motorista. Temos assemelhados.

Eu queria que a sua equipe técnica desse uma analisada.

Quem apresentou foi um coestaduano tanto do Senador Marcos Rogério quanto meu. É Senador por Rondônia, o Jaime Bagattoli, caminhoneiro que foi, nascido em Santa Catarina. É um homem de sorte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço-lhe só que peça à sua assessoria, para um respaldo do Ministério dos Transportes. Eu faço aqui este pedido também em nome do Manjuva, seu amigo caminhoneiro lá de Santa Catarina.

Eu acho que o texto é aquele. Já existe uma iniciativa da Câmara também neste sentido: conformar o que nós desejamos, em nome da segurança, que é o descanso, com a realidade. E se não tem onde descansar?

Então, essa conciliação, essa humildade de nos submetemos à realidade está expressa.

Se tiver que modificar o texto, tenho certeza, como segundo signatário, não haverá dificuldade nenhuma.

Agora, permanecer num ritual de multa diante de um fato real, que é a contravenção, mas de uma lei que sonhou, desejou, tem como aspiração algo que não se realizou ainda, eu acho que é uma necessidade.

Muito obrigado.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Deixe-me fazer um breve comentário sobre o Morro dos Cavalos, Senador. Estamos apresentando uma ideia técnica para antecipar os investimentos.

Eu acho que nós vamos encontrar uma saída. Vai ser uma saída viável do ponto de vista ambiental, uma solução mais rápida.

Eu acredito que, em breve, farei um convite ao estado para darmos sequência a essa discussão.

É uma obra muito importante e esperada há muito tempo, que tem acidentes toda hora. E agora aconteceu esse a que o senhor se referiu, mas já houve outros, muitos acidentes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quando o senhor inaugurou o ponto de parada e descanso do motorista, não pôde passar pelo Morro dos Cavalos.

O SR. RENAN FILHO – Exatamente, teve um no mesmo dia.

Então, assim, é um ponto muito difícil.

Aí está a condição da malha rodoviária de Santa Catarina.

Já tirou? Tem como voltar? (*Pausa.*)

Deixa aí então. Depois você volta.

Pontos de parada e descanso, Senador Esperidião Amin. O senhor fez o requerimento para fazer o primeiro há dez anos. O Brasil nunca tinha feito nenhum, como o senhor mesmo colocou. Nós já entregamos esses aí. Temos seis prontos e 50 em andamento. Vamos entregar o próximo, com a presença...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E é impressionante como ele é bem conservado pelos usuários.

O SR. RENAN FILHO – Bem conservado, obra rápida, obra simples e funcional.

O que é um ponto de parada e descanso? É um local, Senador Eduardo, para o caminhoneiro parar o caminhão, descer, tomar um café, ter uma mesa para sentar e para se alimentar – porque normalmente ele carrega parte da alimentação, mas, se desejar comprar algo, tem também. Tem um local para abastecer o seu veículo, mas não é um posto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gasolina que cobra caríssimo. O posto de gasolina que tem aquela parada é um hotel. O cara paga para estar ali.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Paga. É isso mesmo.

O SR. RENAN FILHO – E é caro, né?

Então, esses pontos de parada é uma política pública, a partir de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Inclusive abastecimento elétrico.

O SR. RENAN FILHO – Abastecimento elétrico.

E gás liquefeito vai ter também onde tem esse perfil.

Dá para o motorista tomar um banho, descansar, parar o caminhão dele com segurança, com outros caminhoneiros ao lado, às margens das rodovias mais movimentadas do país...

Então, essas fotografias aí não são fotografias de projeto, são fotografias de obras entregues – entre elas, o primeiro foi o de Palhoça, em que eu estive com o senhor; nós já entregamos em Novo Progresso, no Pará; em Talismã, no Tocantins; em Ibuporanga, no Rio de Janeiro, está em obra; em Palhoça foi entregue, como falamos; em Pindamonhangaba; além de Itatiaia, em São Paulo; e em Seropédica, no Rio de Janeiro. Seis já foram entregues e teremos 50 até o final do Governo do Presidente Lula. E estamos, no novo PNL, identificando várias áreas para fazer mais, tanto nas rodovias concedidas, quanto em elaboração pelo Dnit.

Queria dizer também que, com relação à PEC 22, concordo com o senhor. Às vezes, o legislador, mas com mais intensidade no Brasil o Judiciário, deseja defender um direito, Senador Eduardo Braga, que passa do tom de quem é o defendido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.

O SR. RENAN FILHO – Então, assim, a gente tem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – *Ultra petita*.

O SR. RENAN FILHO – *Ultra petita*, exatamente. O Direito até proíbe. Você não pode pedir o que não está na petição. *Extra petita*, nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas fazem, *extra petita*.

O SR. RENAN FILHO – Tem advogado que faz o *extra petita*. Ele chega lá com o pedido e o juiz diz: "Mas não está na petição, amigo".

Então, assim, tem que sentar caminhoneiros... Nós criamos o GT de Caminhoneiros de novo, hoje tem reunião, e o Governo me pediu para liderar esse diálogo. Eu até, no primeiro momento, não achava que o Ministério dos Transportes deveria liderar sozinho, porque a demanda do caminhoneiro, obviamente, é multidisciplinar. O caminhoneiro trata de preço da gasolina... E o que concerne à qualidade da rodovia, que é o meu mesmo, o meu riscado, como eu digo lá, é isso aí.

Santa Catarina pulou de 38% de rodovia boa para 79%... Ou é 73%?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – É 73%. E o ruim e péssimo caiu de 29% para 10%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estava me segurando aí, mas terminei sendo instado a montar o grupo lá e vou tratar, liderar todas essas questões e, inclusive, encontrar caminhos para essa questão do cumprimento da legislação, porque o caminhoneiro brasileiro quer descansar, obviamente – ninguém quer trabalhar sem descansar –, mas quer ter direito de ter uma atividade rentável, que pague as contas da sua família também.

Então, acho que era isso que o Senador Esperidião quis dizer. Estamos afinados nesses dois temas e espero, nos próximos dias, ter uma solução técnica adequada para o Morro dos Cavalos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Esse tema, inclusive, foi objeto de audiência pública aqui na Comissão de Infraestrutura. Procurou-se, naquele momento, até estabelecer um ponto de convergência para sobrestar as multas dos caminhoneiros em razão dessa ausência de infraestrutura, mas a verdade é que, passado aquele momento aqui do debate, onde praticamente todos convergiram na mesma direção – porque a legislação prevê a necessidade de um investimento na construção dos pontos de parada; a instrução, a norma da ANTT diz a mesma coisa; o Ministério dos Transportes, na pasta que cuida, também –, a Polícia Rodoviária Federal entendeu que não era o caso e que tinha que continuar multando.

Então, hoje, a gente está sendo pressionado a ter que votar uma lei para poder dizer aquilo que é óbvio, para proteger o caminhoneiro, que hoje é refém da falta de infraestrutura e, ainda assim, está sendo multado Brasil afora.

Rondônia não tem ponto de parada em lugar nenhum. Os pontos de parada lá acontecem nos postos de combustíveis, que estão estrangulados, onde já não cabem mais os caminhoneiros.

Com a palavra o Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Bem, Presidente Marcos Rogério, quero, primeiro, saudar V. Exa.; saudar o nosso querido Ministro Renan Filho, meu amigo, meu correligionário; saudar toda a sua equipe: o Jorge, aqui presente, o Guilherme, o Fabricio, que representa o Dnit, a nossa representante da mulher brasileira na equipe do Ministro Renan Filho...

Presidente, esta é a primeira participação minha no Senado da República pós-falecimento do meu pai. Eu perdi meu pai há duas semanas. Sábado foi a missa de sétimo dia do meu pai. Vocês sabem onde é que eu estava no domingo? Na BR-319, tamanha a importância que nós damos à BR-319.

Eu não quero aqui parecer partidário. Eu não quero aqui parecer amigo. Eu quero ser justo, porque eu participo da luta sobre a situação das BRs no meu estado há 25 anos. Eu fui Governador, eleito pela primeira vez, em 2002, Marcos Rogério. Em 2003, o meu estado tinha, praticamente, menos de 5% da malha rodoviária federal asfaltada. E a situação da malha rodoviária federal no meu estado é precaríssima.

Quando fui Governador, ao contrário do que disse o Senador Rogério Carvalho, o Presidente Lula delegou ao Governo do Estado do Amazonas algumas BRs. Todas elas foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

asfaltadas e, creia, com recurso do próprio estado, não foi da União, porque a importância que a União dava ao Amazonas era muito pouca com relação à infraestrutura.

A situação da BR-319 é um caso inédito no mundo, porque, quando eu tinha 18 anos de idade, ela era 100% pavimentada. Hoje eu tenho 65 anos de idade, e 400km dela não têm pavimentação. E mais: o Ministério do Meio Ambiente não permite, pela sua visão retrógrada, ultrapassada e ideológica, que a Amazônia se desenvolva.

E sabe qual é a maior mentira de tudo isso, Marcos? A BR-174, que já foi mencionada aqui algumas vezes, está asfaltada há 20 anos. Sabe qual foi o impacto do desmatamento na BR-174? De 4%; e não foi porque a governança foi excepcional, não; é por causa da vocação econômica.

Agora, o que acontece quando uma cidade de 2,5 milhões de habitantes fica isolada de um modal que possa ser redundante e que possa assegurar o abastecimento desta cidade quando há uma crise hidrológica ou quando há uma pandemia? É o que aconteceu em 2020 no meu estado, quando 14 mil pessoas morreram afogadas a seco, porque as carretas com oxigênio estavam atoladas na BR-319.

O gráfico que o Ministro traz aqui mostra uma evolução de 28% – veja só –, em 2023, para 51% de melhora. Eu digo 28%, porque é igual em 2022 e 2023. Agora, de 2023 para 2024, olhe a mudança no comportamento. E agora, ao cabo deste ano, nós teremos um avanço maior ainda.

É claro que, além da questão do meio ambiente, nós temos questões de recursos.

E eu quero, aqui, agradecer ao Ministro, reconhecer a eficiência que o ministério vem desenvolvendo, agradecer a toda a sua equipe, mas fazer um apelo a V. Exa., porque, no Amazonas e na Amazônia, a janela de trabalho na engenharia rodoviária é muito curta, porque no inverno é impossível trabalhar...

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone.*) – É janela climática que se chama.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É a janela climática.

A janela climática é muito curta. E, se nós não tivermos o licenciamento da BR-319 até junho deste ano – portanto, até o próximo mês –, nós perdemos mais um ano – nós perdemos mais um ano.

Eu fiz uma carta ao Presidente Lula e disse: Presidente, não é possível que o estado que tenha 97% da sua mata primária preservada seja punido porque é um estado preservado – não é possível! Porque todos os estudos já foram feitos – todos os estudos já foram feitos. Não há mais estudo de impacto de fauna que possa ser feito; não há mais estudo de impacto de flora que possa ser feito; não há mais estudo de impacto a populações indígenas que possa ser feito; não há mais estudos que se possam fazer do ponto de vista da viabilidade econômica e da viabilidade ambiental da BR-319, porque até um novo grupo de trabalho no atual Governo já foi elaborado, já foi feito, já foi realizado e já teve o seu resultado publicado.

Portanto, não há mais o que dizer para 4,5 milhões de brasileiros que vivem no Amazonas com o risco de ficarem isolados.

Marcos, nós não produzimos álcool anídrico. Sabe o que isso significa? Que, se nós não tivermos um modal que garanta a chegada de álcool anídrico – porque nós fomos proibidos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plantar cana-de-açúcar no Amazonas –, nós não teremos como fazer a mistura na gasolina e não poderemos comercializar a gasolina, de acordo com o regulamento da Agência Nacional de Petróleo; mas nós não produzimos biodiesel. Nós temos que fazer a mistura do biodiesel com o diesel para podermos cumprir as regras da ANP. E esse acesso todo acontece pela BR-319.

Então, meu Ministro, eu quero pedir a V. Exa., porque o Senado vai votar a nova lei ambiental... Se não votar nesta semana, vota na semana que vem. Já há mais de 65 Senadores comprometidos em votar o texto.

E, mais ainda, foi feito um trabalho muito grande pelo Senador Confúcio Moura e pela Senadora Tereza Cristina; e nós conseguimos um alinhamento no qual eu creio que, hoje à tarde, em uma reunião com o Ministro Rui Costa e com o Presidente Davi Alcolumbre, nós vamos avançar; mas, se isso não avançar...

Eu falo em nome do MDB – eu sou o Líder do MDB – e falo em nome do PSD, porque o Líder Omar Aziz me autorizou. Os dois partidos representam 26 Senadores. Os dois partidos vão requerer a prioridade do texto que veio da Câmara para que nós não deixemos de votar. Se não houver entendimento em torno do relatório proposto pelo Senador Confúcio Moura e pela Senadora Tereza Cristina, nós vamos apresentar um requerimento que já tem a assinatura de mais de dez Líderes partidários, que representam mais de 65 Senadores; ou seja, basta! Chega! Chega!

Nós já fomos muito humilhados; nós já fomos muito desrespeitados. O nosso estado se uniu e queremos aqui apartar, separar o Ministério dos Transportes da crítica que estamos fazendo ao Governo, que nós apoiamos; mas nós não apoiamos a ideologia retrógrada, ultrapassada e que serve a interesses que, na minha opinião, são pouco republicanos – ou nada republicanos –, mas do interesse nacional, do interesse da brasilidade. Eu não sei se do interesse mundial, porque, antes de ser um cidadão do mundo, eu sou um cidadão brasileiro; e, antes de ser um cidadão brasileiro, eu sou um cidadão amazônida; e, antes de ser um amazônida, eu sou um amazonense. E, se eu sou Senador da República Federativa do Brasil, é porque os homens e as mulheres do meu estado me colocaram aqui.

Mas eu quero agradecer a V. Exa., porque V. Exa. tem dado um tratamento correto ao Amazonas, tanto é que a ponte que desabou no Governo passado, a primeira delas, será inaugurada em setembro e a segunda delas, que é a do Rio Autaz-Mirim, será inaugurada em novembro.

Em relação à ponte do Igapó-Açu, começa a questão do projeto e da licitação da obra – se Deus assim permitir e se a vontade política permanecer como tal – em dezembro, para que a gente possa iniciar as obras ainda no começo do ano que vem. Isso significa dizer, Ministro, só para que as pessoas tenham uma dimensão, que, da Vila do Zero – que é a travessia entre a cidade de Manaus e Careiro da Várzea – até Porto Velho, nós não teremos mais travessia de balsas. Isso significa dizer que nós passaremos a fazer essa viagem, mesmo com todos os problemas... Porque, este ano, no inverno, já não tivemos atoleiros na BR-319. Nós tivemos deslizamentos, porque o material é muito ruim, em que pese o esforço de muita pedra colocada, do enrocamento feito, etc., a um custo e a um impacto ambiental muito maior do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a estrada tivesse sido asfaltada. Portanto, a política, além de ideologicamente retrógrada, é burra – é burra! –, é cara, é injustificável – é injustificável!

Mesmo assim, eu preciso agradecer ao Ministro, ao Dnit e ao Presidente Lula, porque ele é quem tem permitido V. Exa. fazer esse tratamento, não apenas à BR-319, mas também à BR-230, à BR-307, à BR-317 e à BR-174.

Com relação à BR-174, Ministro – para encerrar, inclusive, a minha participação –, eu quero dizer que é preciso fazer, em alguns pontos críticos, uma terceira faixa, e eu explico por quê. Hoje, o Estado de Roraima é grande produtor de grãos, e esses grãos escoam pela BR-174 até Manaus e usam o porto de Manaus para serem exportados. E mais de 200 carretas diariamente levam gás natural do Amazonas até o Estado de Roraima para gerar energia. Então, nós temos, hoje, na BR-174, um trânsito de quase 800 carretas diariamente, nos dois sentidos.

É claro que eu não estou pedindo a V. Exa. que nós façamos uma terceira pista integral, mas nos pontos críticos. Além do acostamento que já foi aqui solicitado pelo Senador Chico Rodrigues, eu queria solicitar a V. Exa. que fizesse um estudo sobre os pontos críticos, para que, nesses pontos críticos, onde estão acontecendo vários acidentes, nós possamos ter uma terceira faixa que ora acontecerá na mão sentido Manaus-Boa Vista, ora acontecerá na mão sentido Boa Vista-Manaus, para que nós possamos ter maior segurança no uso da rodovia.

E quero cumprimentá-lo, porque duas das grandes reivindicações... O trecho urbano da BR-174, no Município de Presidente Figueiredo, foi licitado, foi contratado e já foi dada a ordem de serviço; e o trecho urbano no Município de Lábrea, na BR-230, que, veja, representa algo como 6km... V. Exa. não tem ideia do benefício que esses 6km trarão para o município-polo no Vale do Alto Purus. Portanto, são coisas simples que estão acontecendo e que estão mudando a perspectiva de vida de um povo que guarda o maior patrimônio do povo brasileiro, que é a biodiversidade da Floresta Amazônica.

E, por fim – realmente por fim –, em função da construção de Santo Antônio e de Jirau, quando há a cheia do Rio Madeira, em determinados momentos há que se verter pelas comportas. Ao se fazer o vertedouro, e o Rio Madeira estando cheio, há uma barreira natural que faz com que o nível das águas entre Manicoré e Porto Velho se eleve de 80cm a 90cm. Acabou-se de deixar duas cidades do meu estado 35 dias isoladas: Apuí, uma cidade com 40 mil habitantes, em que até água potável faltou – até água potável faltou –; e Matupi, um distrito que tem hoje 10 mil habitantes.

Nós precisamos fazer a elevação do greide para que nós possamos construir galerias e assegurar que esse fluxo adicional de água não isole essas duas cidades, que, graças ao empenho do Dnit, não passaram mais tempo isoladas, porque entramos com balsa e, emergencialmente, com enrocamento, para fazer temporariamente a elevação do greide. Com isso, nós já estamos, neste momento, com 100% de abastecimento tanto em Apuí quanto em Matupi.

Em nome do povo daquela região, eu quero agradecer a V. Exa., que atendeu a um pedido feito por nós, para que nós pudéssemos, excepcionalmente, atender com balsas e, inclusive, com remanejamento e tirar nada mais nada menos do que 50 mil brasileiros do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isolamento absoluto, porque eles estavam simplesmente isolados – absolutamente – de qualquer comunicação.

Portanto, meu Ministro, eu quero parabenizá-lo pelo esforço, pela compreensão das diferenças e das desigualdades entre as regiões do nosso país. E quanta inveja saudável eu tenho quando vejo as fotos que foram mostradas dos outros estados, em que a situação da rodovia já está muito mais avançada.

O senhor sabe que, para mim, ao contrário de ser uma inveja ruim, pecaminosa, ela é uma inveja saudável? É porque eu tenho esperança e certeza de que, se nós estivermos no caminho democrático correto, nós chegaremos lá e nós teremos finalmente a BR-319 asfaltada e teremos finalmente a dignidade do povo da Amazônia resolvida pelas ações do Governo Federal e do Governo que V. Exa. compõe.

Muito obrigado.

Não ficam aqui perguntas, ficam agradecimentos e ficam apelos para que V. Exa. e a sua equipe continuem priorizando a nossa região, porque nós estávamos, como o mapa bem mostra, abaixo do razoável, abaixo do crítico. Nós estávamos sendo tratados como brasileiro de segunda classe, de segunda categoria; e isso não justo para um povo humilde, trabalhador e que guarda o maior patrimônio do povo brasileiro.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. RENAN FILHO – Muito bem, Líder Eduardo.

Além de ser (*Fora do microfone.*) membro da bancada a qual o senhor lidera e representá-la em um ministério do Presidente Lula, eu queria dizer que me associo integralmente às suas palavras. Acho que a indignação que o Líder e Senador longevo Eduardo Braga carrega com relação à BR-319 é justa, tem a minha indignação também e o meu trabalho dentro do Governo para a gente encaminhar.

Então, como o senhor colocou, o Governo de um lado e outros do outro... Mas o Ministério dos Transportes, dentro do próprio Governo, está do lado dos senhores. Acho que o próprio Presidente Lula também. Eu disse aqui antes que a gente precisa garantir ao próprio Presidente as condições de tomar algumas decisões no país, porque senão ela fica sem decisão, e o pior cenário é sem decisão.

Eu disse ao Senador Plínio, anteriormente, mostrei esses dados...

Se puder colocar aquela outra página...

Ah, não, está aqui.

Esse dado aqui, Eduardo, mostra que o Amazonas recebeu, no último ano do Governo anterior, R$214 milhões; no primeiro ano do Presidente Lula, R$543 milhões; e, no segundo ano, R$693 milhões, o que dá três vezes e meia mais recursos. É por isso que levantou a qualidade da malha, e este ano nós vamos colocar a malha do Amazonas na média nacional, porque há muito tempo ela está abaixo. Quando eu assumi o ministério, o Amazonas tinha a pior malha rodoviária federal entre todos os estados do Brasil, pelo baixíssimo investimento que recebeu; e era um problema isso, porque infelizmente o estado enfrentava muitas dificuldades.

Eu reconheci aqui, Senador Eduardo Braga, que, no primeiro ano, sequer consegui melhorar. Eu me recordo de que, depois de um ano lá no ministério, eu procurei o Senador Eduardo para dizer para ele assim: "Olhe, Senador, estou vindo aqui porque aconteceu isso só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em dois estados", não sei se você se lembra dessa conversa: em Minas Gerais, onde tinham acontecido no Governo anterior duas operações da Polícia Federal, tinham paralisado todas as obras do estado, todas as obras, foi preciso até fazer um entendimento com o próprio Ministério Público e outras coisas para as obras andarem; e no Estado do Amazonas, que não só não tinha obra, não tinha contrato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – Não tinha projeto nem contrato, não dava para colocar mais recursos do que nós colocamos, porque os próprios contratos foram feitos. Então, isso foi muito importante.

A última coisa que eu queria colocar, Eduardo, a partir da sua fala, é o seguinte: é que a BR-319 vai receber asfalto agora, depois de muitos anos, no trecho do bloco C, que obviamente não resolve tudo, mas é importante para a gente destravar essa coisa de há muitos anos sem asfalto; e o detalhe é que não há mais debate ambiental, entretanto, quanto à questão das comunidades indígenas, elas também são, de alguma maneira, utilizadas para postergar a decisão quanto ao licenciamento.

Queria colocar também aqui, Eduardo, que, na fala do Senador Plínio, eu lembrei que, pela primeira vez, nós suspendemos decisões liminares – não sei se recordam. O Ministério dos Transportes recorreu, por meio da AGU, das decisões. A AGU é um órgão que é de governo também. Então, houve a decisão, e não haveria o recurso se o Presidente não tivesse autorizado. O Presidente autorizou e cassou as liminares que invalidavam a licença prévia, e é isso que vai poder...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ministro, se (*Fora do microfone.*) V. Exa. me permite, na realidade, não são comunidades indígenas; lamentavelmente são algumas ONGs aparelhadas que atuam...

O SR. RENAN FILHO – Usam o argumento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... usando o argumento de povos ingênuos que são ludibriados, lamentavelmente – como eu disse ainda há pouco, porque eu não quis ser tão objetivo, mas V. Exa. me provoca e eu tenho que dizer isso –, povos indígenas ingênuos que são ludibriados por interesses de outros países, que financiam, inclusive indevidamente e ilegalmente, dentro do nosso país, interesses outros que não o do desenvolvimento da nossa região; mas tudo o que V. Exa. está afirmando eu assino embaixo e é verdade, e, se não fosse a vontade política do Presidente Lula, nós não teríamos chegado até aqui.

O SR. RENAN FILHO – E a própria licença prévia estaria suspensa, o que é um passo importante para a gente trabalhar para ter obras na BR-319 no trecho do meio em breve.

Muito obrigado pela sustentação política, pela participação e pela colaboração no debate no Ministério dos Transportes.

Eu queria dizer uma última coisa, Eduardo: eu acompanho há muito tempo também a política, não tanto tempo quanto V. Exa., que é um dos mais experientes representantes políticos no Brasil no momento, mas eu participei de muitos debates sobre infraestrutura. Estava dizendo ao Presidente Marcos Rogério: o debate agora no Ministério dos Transportes não é mais "faz a obra ou não faz", "essa obra aqui que está parada e não anda", "esse projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui que nunca foi desenvolvido", que sempre foi a tônica aqui, porque nós estamos batendo recorde de investimento, como mostramos. A discussão é ambiental. Então, a gente precisa ter uma definição que facilite alguns entraves.

Eu queria lhe dizer que disse ao Presidente Lula que, modestamente, como assessor que sou do Presidente, no Norte do Brasil, tem três obras. O Governo pode fazer muita coisa – pode ajudar na segurança, melhorar a educação, pode ajudar na assistência social –, mas são três obras que a sociedade clama: BR-319, a exploração na Margem Equatorial e a Hidrovia do Tocantins. Sem fazer isso andar, é muito difícil o diálogo, como V. Exa. coloca aqui.

Então, eu queria me associar a todos esses temas e agradecer a sua participação e intervenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Líder Eduardo, que traz uma fala muito enfática sobre essa situação da BR-319, que tem, obviamente, o apoio integral da bancada de Rondônia, porque os dois estados sofrem muito com a ausência da pavimentação da BR-319; e o absurdo é que a BR-319 já foi, um dia, asfaltada, pavimentada. É um retrocesso – já teve licença –, é um retrocesso injustificável.

Na sequência, o Senador Alan Rick.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Presidente Senador Marcos Rogério, agradeço a V. Exa.

Cumprimento o Ministro dos Transportes, Renan Filho. Cumprimento o Secretário George, o Diretor Guilherme e toda a equipe do Dnit, aqui presente, na pessoa do Fabricio Galvão, que sempre tem nos atendido, atendido aos anseios do povo do Acre através da sua bancada. Cumprimento também Adrualdo, Leonardo, Viviane, toda essa equipe e os demais integrantes do ministério aqui presentes.

Ministro, primeiro, quero me irmanar à fala do Senador Eduardo Braga, que nos antecedeu, acerca deste olhar cuidadoso para a Amazônia que V. Exa. na atual gestão tem buscado ter.

Tivemos graves problemas na nossa BR-364, que integra o Acre ao Brasil, ao irmão Estado de Rondônia, e que hoje encontra-se novamente em situação deplorável.

Nós sabemos das dificuldades que é construir uma estrada dentro de uma região onde nós não temos pedra, onde o solo é bastante permeável pelas chuvas. Esse problema é grave, Ministro! Ele foi apresentado a V. Exa. na nossa primeira reunião de bancada, no dia 1º de março de 2023, logo que a nossa bancada federal se uniu em torno desse tema na primeira reunião que fizemos lá no Ministério dos Transportes. V. Exa. não só atendeu o pedido de enviar os recursos para a manutenção, o que foi fundamental para manter a estrada, mas também se comprometeu, juntamente com o Dnit, a fazer a reconstrução da nossa BR-364 naqueles trechos entre Sena Madureira e a cabeceira do Rio Liberdade, chegando a Cruzeiro do Sul, que são os 415km mais precários e difíceis dessa rodovia que integra o Acre.

Ministro, todas as semanas eu entro em contato ou com o Fabricio ou com o Ricardo Araújo, no Dnit do Acre, porque a população nos cobra e com toda a razão. A estrada volta a ficar em situação crítica, porque já está muito mais do que comprovado que apenas os serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de manutenção não são adequados para resolver o problema grave de deterioração da estrada no período chuvoso. Na Amazônia, o senhor sabe, chove de oito a nove meses por ano. O solo retém muita água, nós não temos pedra e a estrada se desfaz. Mas o Dnit apresentou um projeto junto com o Ministério dos Transportes, o macadame hidráulico, que, em alguns pequenos trechos onde já foi feito, Senador Fernando, sustentou muito bem, mas nós precisamos avançar.

Em conversa, Ministro, com o nosso amigo Fabricio Galvão, que tem sempre atendido, repito, com muito carinho, com muita atenção, às demandas do Acre – e eu creio que de todo o Brasil –, preocupou-me a demora na licitação do trecho inicial, os primeiros 200km da reconstrução da nossa BR-364. Estava previamente agendado para março, passou para abril, estamos em maio, e, na minha última conversa com o Ricardo Araújo, do Dnit do Acre, ele me fala: "Senador, a previsão é para julho da licitação". Aí nós perdemos a janela climática dos meses de verão amazônico para iniciarmos a obra neste ano. Então, o meu primeiro apelo, Ministro, a V. Exa. e à equipe do Dnit é que nós consigamos o máximo possível adiantar essa licitação para garantir que pelo menos neste ano nós consigamos iniciar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... o primeiro trecho da reconstrução da BR-364 dentro do Estado do Acre, Ministro, sob pena de perdermos o verão amazônico deste ano. É um clamor que eu faço, é um clamor do povo do Acre, uma vez que a estrada encontra-se em situação extremamente degradada.

No segundo ponto, eu me irmano aqui com a fala do Senador Eduardo Braga, nós temos um debate ideológico que tem atrasado o Brasil. A votação do licenciamento ambiental é fundamental: obras de baixo impacto, com o autolicenciamento, com medidas importantes que a Câmara aprovou, e o texto da Senadora Tereza Cristina, que foi por mim designada Relatora do tema quando, na Presidência da Comissão de Agricultura, o licenciamento ambiental chegou às nossas mãos... Encontrei o melhor caminho para o diálogo, com uma ex-Ministra conhecedora das dificuldades de todo o Brasil e que é estudiosa do tema. Então, nós temos hoje a oportunidade de votar um texto moderno, mais consciente e adaptado à realidade do Brasil e do mundo.

Eu quero falar, Ministro, exatamente disto: precisamos avançar. Eu tenho certeza de que V. Exa. conhece e abraçou essa causa, e é por isso que venho lhe agradecer, mas nós precisamos avançar e ter mais celeridade em relação à licitação.

Outro ponto, Ministro: o Acre está em uma posição estratégica através da BR-364 para chegar ao Porto de Chancay, no Peru. Eu tenho conversado com a Ministra Simone Tebet e com o Ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, e tenho alertado para que, com o seu esforço, o esforço da Ministra, do Ministro Silvinho, do Governo Federal como um todo, junto ao Governo peruano... São apenas 240km que falta asfaltar para nos ligar definitivamente à região de Pucallpa, no Peru, que está a 682km do Porto de Chancay. Então, imagine, é estratégico, coloca-nos em uma posição de competitividade, dá a possibilidade de reduzir de 10 a 20 dias o tempo de navio, reduz a pegada de carbono, não nos deixa mais limitados às tarifas do Canal do Panamá, permite que toda a produção agrícola do Centro-Oeste, do Norte, o corredor que nós temos pela BR-364, ligando os estados produtores de grãos, de pecuária, enfim, possa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através do Pacífico, chegar muito mais rápido a uma posição muito mais estratégica com a China e com os demais países asiáticos. Então, Ministro, esse tema é fundamental. Eu peço que V. Exa. abrace essa causa.

Amanhã nós temos reunião com a Ministra Simone. Eu estava estudando algumas rodovias no Brasil e no mundo que passam por parques. É exatamente a questão ambiental o que tem atrasado e impossibilitado. Olhe o tamanho da incongruência: uma ONG lá no Estado do Acre apresenta uma ação judicial, Senador Marcos Rogério, para impedir a construção da ponte que liga Rodrigues Alves a Cruzeiro do Sul, que tira a cidade de Rodrigues Alves de um isolamento histórico, sob o argumento de que essa ponte seria utilizada para a futura estrada do Pacífico nesse trecho com que nós sonhamos lá no Acre, ligando a região de Ucayali, na cidade de Pucallpa. Então, veja a incongruência! E o mais incrível...

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – É o Parque do Roncador.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Exatamente, e o Parque Nacional da Serra do Divisor.

Então, nós precisamos vencer esse entrave ideológico, vencer esse entrave ambiental burro que atrasa o Brasil.

A BR-319, citada aqui, passa por diversos parques ambientais, reservas e florestas nacionais. A 163, do mesmo jeito. Senador Marcos Rogério, nós temos rodovias no mundo inteiro que passam por áreas ambientais. Vou citar aqui duas americanas: a Highway 41, na Flórida, que passa pelo Parque Nacional Everglades, e a Blue Ridge Parkway, entre a Carolina do Norte e a Virgínia, estradas planejadas – essa última, por exemplo, totalmente planejada, ambientalmente correta. É possível fazer estradas que muitos chamam de estradas-parque.

Olha só o que nós podemos ganhar: além de nos ligarmos ao Pacífico, além de nos ligarmos ao Porto de Chancay, Ministro, o Brasil garante sua integração sul-americana definitiva com o Pacífico; garante a soberania nacional para a gente continuar combatendo o tráfico de drogas e também para os próprios órgãos ambientais terem acesso para poder fiscalizar melhor qualquer tipo de pressão, de desmatamento, de invasão de áreas indígenas ou de florestas preservadas de parques nacionais; já citei aqui o acesso estratégico ao Oceano Pacífico; o desenvolvimento econômico e sustentável regional.

O Acre precisa ser tratado como... Hoje, Ministro, o principal corredor logístico do Brasil com o Peru...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nós temos a oportunidade de nos ligar ao Porto de Chancay. São 140km do lado brasileiro e 100km ao lado peruano. É preciso sentar os dois governos e dizer: "Vamos vencer os entraves burocráticos, ambientais, ideológicos e vamos fazer essa estrada". O Brasil pode chegar a Chancay muito mais rápido pelo Acre.

Redução da pegada de carbono eu já citei, há a cooperação internacional e gestão conjunta e outras questões que eu poderia citar.

Ministro, para encerrar, são essas nossas duas questões que eu apresento a V. Exa.

Que nós possamos seguir firmes para, neste ano, licitar e iniciar o primeiro trecho de reconstrução da BR-364! E que o senhor olhe com muito carinho e abrace essa bandeira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, estratégica para o Brasil, para a Amazônia como um todo, para o Acre, para Rondônia, para o Amazonas, para todo o Brasil, que é a nossa interligação definitiva com o Pacífico através do Porto de Chancay.

Para a próxima semana, nós estamos solicitando uma agenda com V. Exa., já entreguei aí a solicitação.

E, mais uma vez, lhe agradeço, porque a retomada das obras do anel viário de Brasileia a Epitaciolândia, na BR-317 – licitação pronta, empresa vencedora... Fabrício me disse: "Senador, na próxima quinzena, na segunda quinzena de junho começa". Isso é importante demais para o Acre.

E, demais, agradeço mais uma vez ao Fabricio por nos ajudar a desmembrar a licitação, o projeto da ponte de Rodrigues Alves, da estrada, porque, desta maneira, a Justiça Federal permitiu que a obra da ponte possa ser feita. E nós da bancada federal do Acre já alocamos o recurso para pagar o projeto.

Então, Ministro, é uma luta muito grande. A Amazônia tem que ser olhada de uma maneira muito diferente de como muitos observam hoje. São 28 milhões de brasileiros que sofrem com isolamento, com custos altíssimos devido ao frete, com uma série de problemas de desenvolvimento humano, mas a interligação, a nossa logística, a garantia de estradas trafegáveis é o mínimo de dignidade que nós podemos dar à Amazônia.

Mais uma vez, obrigado. V. Exa., tenho certeza, dará a celeridade necessária a essa licitação junto ao Dnit, para que este ano a gente comece a reconstrução da BR-364 no Acre.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – De nada.

Deixe-me só fazer aqui...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RENAN FILHO – ... pelas palavras que o senhor coloca aí acerca do trabalho do ministério no estado.

A BR-364 é, basicamente, aquilo ali. O Acre recebeu o menor volume de investimento no Governo anterior entre todos os estados do Brasil. Recebeu tão pouco... Eu não sei exatamente quanto é, porque quem toma conta dessas coisas aqui é o Senador Fernando Farias, mas recebeu menos do que a emenda que um Senador aloca no Orçamento da União. Um estado brasileiro, do Ministério dos Transportes. Recebeu menos do que os recursos que um Senador aloca. E estava com 13% de rodovias boas e 72% de ruins ou péssimas.

Os investimentos que o senhor colocou aí que nós fizemos... Por exemplo, utilizar pedra no Acre para fazer a base. A base lá não suporta ser somente de terra, tem que ser de pedra. Só que lá não tem pedra. Como o senhor colocou na sua fala também, tem que vir de longe. E isso encarece. Mas não só encarece, faz vários debates com relação ao custo da obra no que concerne à legalidade. O senhor é Senador e sabe bem que houve uma operação da Polícia Federal lá contra o Governo do estado, em que o principal questionamento era em relação a pedra, e pediram até o afastamento do próprio Governador. Lembra? Prenderam o Secretário de Obras e pediram o afastamento do próprio Governador? Eu não conheço o processo detalhadamente, mas o ponto era esse. Nesse ponto, nós conseguimos vencer a burocracia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer manutenção com pedra, garantindo uma transparência ampla tanto ao Tribunal de Contas da União quanto à Controladoria-Geral da União.

Por que a licitação do senhor... O senhor foi o único Senador hoje que falou numa licitação fora do prazo aqui, o que é uma coisa rara, não é a tônica do ministério. Por que atrasou? Porque nós precisamos submeter à Controladoria-Geral da União o entendimento que nós temos para ela aprovar a vinda da pedra de longe, pois, obviamente, como o senhor falou, com custo do frete, estrada difícil, pedra vindo de longe, isso significa que ela chega à obra do Acre mais cara do que a média nacional. Tem como fazer obra no Acre com o mesmo preço de obra em Alagoas, em São Paulo, no Rio Grande do Sul? Não. Mas ou você comunica ao órgão de controle, ou, senão, estampa-se uma matéria: "Obra no Acre é a mais cara do Brasil".

Essa obra de 200km à qual o senhor está se referindo liga Sena Madureira, como o senhor falou, até Feijó. Nós fizemos o projeto, não tinha projeto. Fizemos o projeto, estamos para licitar. Não publicamos o edital de licitação ainda só por esse motivo, porque a gente precisa construir com a Controladoria-Geral da União e com o Tribunal de Contas da União um caminho para que não haja problema. Mas estima-se que essa obra de 200km custará R$1 bilhão.

Aí eu faço um convite ao senhor a observar o próximo quadro que eu queria colocar... Ah, não, eu vou mostrar aqui para facilitar, para não demorar.

É de R$1 bilhão essa obra de 200km de rodovia. O senhor tratou de uma outra que precisa ser feita para estruturar o estado e facilitar a exportação. Mas vamos para essa primeiro.

O Governo passado, em 2022, botou lá R$89 milhões. Se fosse só para fazer esses 200km, levaria entre 12 e 15 anos, na velocidade do recurso que eles colocavam. Então esse é um fato objetivo. No ano retrasado, em 2023, com aquela nossa reunião, com o atendimento ao Governo do estado, nós aplicamos R$274 milhões. Por isso, a malha começou a melhorar: subiu de 13% para 20%, e caiu de 72% para 52% o "ruim ou péssimo". Isso já foi três vezes mais recursos do que o que vinha sendo colocado. E, em 2024, dando sequência ao esforço, nós colocamos R$543 milhões, o que dá mais do que seis vezes mais recursos do que o Governo anterior colocou no último ano.

Então, isso é a demonstração da prioridade. Fora isso, não tem prioridade. Agora, se no volume em que a gente está, Senador, nós destinarmos todo o dinheiro para fazer só Sena Madureira-Feijó, os 200km da BR-364, a gente vai levar dois anos de obra, contra 15 anos de obra no passado.

Assim, o fato é que o Estado do Acre foi relegado mesmo, totalmente. O senhor não tenha dúvida disso. Eu, se fosse cidadão do Acre, não votaria como votaram na última eleição. Isso aí eu vou dizer lá esses dias. Eu vou dizer lá, porque as pessoas não sabem disso. Isso é uma evidência que não é demonstrada no campo, e o cidadão não sabe. Porque hoje em dia, como eu disse aqui no começo, a infraestrutura independe de visão política de mundo. O Presidente Marcos Rogério até disse que ele faz oposição, o senhor também faz oposição. Eu sou membro de um Governo e afasto a ideologia desse campo aqui, porque, enquanto vários temas dividem, a infraestrutura une, integra. Está todo mundo aqui, independentemente do partido, pedindo o avanço da infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu estou colocando isso? Porque o Governo do Presidente Lula multiplicou por seis os recursos. Então agora as pessoas lá do Acre têm, primeiro, o direito de sonhar. Segundo, independentemente da licitação, que nós estamos fechando e vamos publicar, eu vou cuidar disso, até participar do entendimento com a CGU, porque eu próprio me preservo do entendimento. Como isso é uma questão delicada, de órgãos de controle e técnica, quem tem que fazer isso é o Dnit – não é um papel político do Ministro –, mas vou tentar agilizar para que nós cheguemos a um final, para que a gente inicie essa obra.

E todo o programa de manutenção de rodovias, que está sendo feito no Acre, está sendo feito agora com o uso de macadame, que é exatamente a pedra prensada hidraulicamente, como o senhor colocou aí na sua fala, para que não se perca o serviço no inverno seguinte. Porque, no passado, além de ser pouco dinheiro, Marcos Rogério, não tinha pedra, porque, se botassem pedra, não se fazia nada. Você entende? Como tinha pouquinho dinheiro, se você bota pedra, como estamos falando, que é o mais caro, não faz nada. Então, não se usava pedra, mas isso tem um outro problema: se não se usa pedra, no inverno seguinte se acaba o que foi feito. Então, nós fugimos desse dilema e elevamos de 20% para 42% a qualidade das rodovias.

Então, continua ruim. Eu queria dizer ao senhor que, infelizmente, o Acre ainda é o estado com a pior situação de rodovias no Brasil, mas nós vamos, até o final do Governo do Presidente Lula, colocar o Acre na média nacional, porque a reta já indica isso naquele gráfico, e o investimento dá a sustentação ou a elevação da melhoria. Então, isso é o importante de a gente colocar.

Quanto ao Corredor Bioceânico e as Rotas de Integração, eu sou um amplo defensor. Quanto às questões ambientais, eu já me posicionei aqui: concordo com o senhor, acho que temos que racionalizar e verificar as condições de incluirmos esse investimento nesse volume. Porque o senhor concorda que, talvez – assim, muito sinceramente –, por uma questão aritmética, não dê mais para a gente aumentar o volume de recursos? Vamos imaginar que o Bolsonaro tenha colocado lá R$400 milhões em quatro anos, e nós coloquemos R$2 bilhões em quatro anos. Isso significará cinco vezes mais recursos. Talvez, para estruturar o estado em uma integração regional, nós precisaríamos, em vez de R$2 bilhões, de R$4 bilhões, mas a gente tem orçamento fiscal para isso? Não. Então, a gente tem que fazer um diálogo. Pode ser a emenda de bancada do estado, pode haver uma colaboração ou outra. Como a gente viabiliza os recursos? É assim que eu sempre trabalho.

Acho que dá para avançar, mas acho também que o feito até aqui demonstra que nós teremos um 2025 e um 2026 melhor. Mas precisamos fazer... Eu estava falando ali com o Fabricio que essa coisa do uso da pedra nós escalonamos com a CGU – estamos trabalhando para publicar agora o edital –, e quero informar que essa obra de Sena Madureira-Feijó custa aproximadamente R$1 bilhão e vai ser a obra rodoviária mais cara da história do Acre. Porque a estrada existente lá, Marcos – e aí concluo –, foi construída aos pedacinhos e sem a base necessária. Por isso é que ela sofre tanto.

Então, muito obrigado pela oportunidade de colocar essas questões, Senador, e parabéns pela sua intervenção. Prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Alan Rick. Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra, na sequência, ao Senador Beto Faro, antes apenas fazendo um registro da presença conosco, no plenário desta Comissão de Infraestrutura, da Vereadora Alessandra, do Vereador Geferson, do Vereador Ozias e da Procuradora do Município de São Francisco do Guaporé, no Estado de Rondônia, Dra. Fabrícia. São todos muito bem-vindos à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal no dia de hoje. Estão acompanhados pelo Dr. Walter Silvano.

Muito obrigado.

Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, vou antecipar a palavra ao Líder Wellington Fagundes, Presidente da Frente Parlamentar de Logística do Brasil, Parlamentar extremamente conectado com os sistemas da infraestrutura, com assento cativo nesta Comissão.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Primeiro, agradeço pela generosidade do Senador Marcos Rogério.

Quero parabenizá-lo, Ministro, pela sua sempre brilhante exposição. Pela sua experiência também, talvez, de oito anos como Governador, político nato, sabe argumentar muito bem.

Quero lembrar aqui, Ministro, também, que eu sempre defendi muito que o Ministério dos Transportes pudesse ter recursos para atender o Brasil, porque, como a gente falou aqui, continua a mesma história: a questão das licenças ambientais demoradas, que impedem que muitas coisas aconteçam no Brasil.

Eu quero cumprimentar também o Diretor-Geral da ANTT, Guilherme; o George Santoro; e a Viviane, que também está aqui, de verde – é uma das mulheres mais competentes deste Brasil, quando ela está usando a minha cor preferida... Fica aí o destaque também.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ministro, eu sempre defendi que o ministério pudesse ter condições de atender as necessidades do Brasil, independentemente de quem fosse o Governo. E lembro aqui – e o Senador Marcos Rogério também trabalhou muito – que nós, mesmo sendo oposição, lutamos para aprovar a PEC da transição. Não fosse isso, não tinha mais como, praticamente, tocar o Ministério dos Transportes.

Então, eu acho que o Ministério dos Transportes é um ministério em que não dá para fazer política partidária, ideológica, porque atende o Brasil inteiro: as necessidades do Amazonas, como já se falou aqui, nas suas angústias; o Mato Grosso, como nós falamos, um estado de solução, mas, por estarmos no centro do Brasil, ainda temos problemas inúmeros com a questão da infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Ministro, eu vou aqui, já ao final desta nossa audiência, colocar primeiro algumas preocupações.

O Presidente, o Senador Marcos Rogério, já falou aqui antes, e já foi falada a questão da 364. Nós também estamos na expectativa da concessão da 364, do trecho de Rondonópolis a Jataí.

Olha, Ministro, o que a população já não está aceitando também é que, praticamente, não teremos obra no Mato Grosso. Todas as obras estão do lado de Goiás e é uma concessão de 30 anos. Portanto, por 30 anos, não teremos obra do lado de Mato Grosso?

Então, nós gostaríamos, Ministro... Da ANTT também, porque essa resposta talvez seja muito mais da ANTT.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – Não, é nossa mesmo. O ministério determina, mas não é fato isso. Eu vou explicar ao senhor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tá, tudo bem.

Então, é claro que, do lado de Goiás, para chegar ao trecho de Jataí para frente, a Rio Verde, já tem uma grande parte duplicada, mas o problema é que por 30 anos não tem a previsão da duplicação do lado do Mato Grosso.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – Não é fato, pode...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tudo bem, V. Exa. terá a oportunidade de justificar, até porque essa resposta é o que nós queremos, porque eu defendo a concessão. Eu não posso é ser condenado amanhã pela população porque nós defendemos uma concessão que atrapalha o Estado do Mato Grosso.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Por isso é ótima esta audiência aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN FILHO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Com relação a esse dado, Senador, é a mesma...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O senhor quer...? Pode falar.

O SR. RENAN FILHO – ... é a mesma coisa. Permita-me só colocar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tranquilo.

O SR. RENAN FILHO – ... dialogar aqui. Já estamos no final, acho que o senhor é o último.

É a mesma coisa que sente o Pará com relação ao Mato Grosso na 163. Ele diz assim: "Poxa, mas vocês vão duplicar só de Sinop até a divisa do Mato Grosso com o Pará, e o Pará não vai ganhar duplicação?". Nessa outra concessão, diferentemente, está se duplicando em Goiás e não em Mato Grosso. Não é fato em nenhum dos dois. Por quê? Eu disse aqui mais cedo que, se o fluxo garantir a necessidade de mais quilômetros de duplicação – e eu acho que vai garantir, porque eu conheço a pujança de Goiás e de Mato Grosso –, nós vamos duplicar mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que nós não colocamos mais quilômetros de duplicação agora? Porque vira tarifa no primeiro momento e, se virar tarifa agora, o cidadão também não será a favor. E para duplicar 400km, eu disse à Senadora Margareth Buzetti, disse há pouco aqui a ela que, para duplicar 400km, primeiro, nós temos que duplicar 100km, duplicar 200km. E, se a gente bota esses 200km na tarifa, quando chegar no final, vão estar lá a ANTT, o Senador Wellington, o ministro do momento – que talvez não seja eu, provavelmente não será eu –, que vão sentar e dizer: "Olha, para duplicar mais esses quilômetros, vamos fazer isso aqui e vai dar para ajustar o contrato".

Por isso, o contrato é um contrato, como disse aqui o Presidente da Comissão, mutável; ele é um contrato adaptável.

Deixe-me dar um outro exemplo ao senhor: no passado, quando a demanda por uma rodovia crescia mais do que 10% – vamos imaginar que o projetista estimasse passar cem caminhões ali, mas estão passando, na verdade, 130 caminhões por dia, ou seja, ela cresceu 30% –, o que acontecia? A empresa se apropriava 100% do lucro. Agora não, agora é assim: se a demanda crescer mais – que é o que acontece no Mato Grosso, foi o que aconteceu na Via Brasil, na Nova Rota do Oeste, passa mais caminhão do que o estimado –, ela diminui a tarifa, diminui a tarifa para o usuário.

Segundo ponto: se, em vez de crescer mais... A gente estimou 100 caminhões. Se, em vez de passarem 130, passarem 70 caminhões, aí nós também temos que compensar o privado. Porque não é justo, também, o privado fazer uma conta de que iam passar 100 caminhões e só passam 70.

Mas lá na região de V. Exa. vai diminuir? Não, vai aumentar. É exatamente essa a preocupação e, por isso, a sociedade que conhece quer que a duplique toda. Aliás, o movimento é: Duplica toda a 364. Só que eu posso mostrar ao Senador Wellington – se desejar –, se a gente tivesse incluído 100% da duplicação, quanto seria a tarifa na largada. Não seria conveniente para o cidadão. É melhor a gente discutir a elevação dessa tarifa para duplicar mais quando se duplicar o que está garantido no atual contrato. Entende, Marcos?

Porque um contrato de 30 anos, eu costumo dizer o seguinte, é um contrato... O mais conhecido contrato da humanidade de longo prazo é o contrato de casamento, e a gente tem que o organizar toda semana, senão ele acaba. Você imagina um contrato com uma concessionária. Então todos esses temas estão escalonados, para que a gente não diga ao cidadão que ele vai pagar essas duplicações lá na frente. Até porque, Senador Wellington, eu falei aqui: nunca na história do Brasil nós duplicamos 100km tão rápido quanto duplicamos na 163 agora, com R$5 bilhões de financiamento do BNDES, com a contratação feita pelo estado, naquela solução que a gente deu, que tirou a Odebrecht e colocou a Nova Rota. Lembra? Lembra-se disso? Cem quilômetros estão duplicados lá. Rápido.

Agora, a gente deveria, naquela, pensar em duplicar os outros. Não precisava pensar em todos. Porque e se para esses 100km, em vez de levar um ano, que foi o que levou na nossa gestão, levasse dois? A gente colocaria na tarifa ao final do segundo ano.

Então, assim, me desculpe só interromper, porque eu sei da sua angústia, mas essa angústia também é minha. Eu cuidei disso – eu cuidei disso. E os nossos contratos permitirão até triplicar a rodovia, não só duplicar, desde que a demanda na região exija isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu acho que todos esses contratos vão ter uma governança muito moderna, sólida. Convido a Comissão de Infraestrutura a acompanhar, porque eu sei que estarei limitadamente no ministério. Aliás, até já comuniquei ao Presidente que, para ficar apto para o processo eleitoral, eu vou me desincompatibilizar em abril próximo. Vou voltar aqui para o Senado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Para ser candidato a...?

O SR. RENAN FILHO – Não sei ainda. (*Risos.*) Posso até não ser a nada, mas vou me desincompatibilizar. Não sei nem se conto com o apoio de V. Exa. De repente, se contar, olha aí, a gente... (*Risos.*) Então, não sei ainda a que serei candidato, mas vou me desincompatibilizar, vou voltar aqui para o Senado e vou ficar acompanhando isso. E convido a Comissão de Infraestrutura para que a gente acompanhe.

Eu disse também, Senador, que, pela primeira vez... Estou usando aqui esse diálogo com o senhor porque o senhor é um dos maiores conhecedores da infraestrutura, Presidente da frente, conhece bem. Nunca o Brasil tinha tirado uma concessionária, elas não faziam as obras e ficavam lá. Lembra que o estado do senhor vinha tentando? Não tinha conseguido. Tirou agora no Governo do Presidente Lula.

Lembra daquela nossa reunião lá no Itamaraty? Assinamos a saída da Odebrecht. A Caixa Econômica Federal deu um desconto, o Banco do Brasil deu um desconto, o BNDES financiou. Tiramos a primeira e agora eu tirei a segunda. Concessionária que não fizer obra vai sair, este é o novo momento do Brasil. Por quê? Sem o investimento privado, a infraestrutura não vai aguentar.

Se a gente pegar aqui o investimento do Mato Grosso, nós fizemos um investimento muito maior que antes e, mesmo assim, a necessidade não... mesmo com a PEC da transição, o investimento público, sozinho, não consegue. O investimento privado, Senador Wellington, vai colocar R$475 bilhões, dando tudo certo nessa carteira de concessão com o que está elencado no contrato. Se aumentar pelo fluxo, como o senhor está falando, mais ainda.

Então, eu acho que isso está bem redondo. Vamos conversar sobre isso, eu estou à disposição, o Guilherme também. Se tiver, Guilherme, alguma coisa... Eu não sei como é aqui o procedimento, mas a ANTT pode tranquilizar. Inclusive eu falava que a ANTT tem contagem de tráfego anual, dá transparência a isso, quando disparam os gatilhos para fazerem as novas obras. Por quê? Porque a ANTT e o Ministério dos Transportes têm que entender que é importante que a sociedade e a classe política entendam isso no contrato. Esse é um erro nosso.

Eu estava dizendo aqui, enquanto o senhor falava, que a ANTT falar em gatilho sem as pessoas compreenderem... A gente tem que entender que a gente precisa deixar isso mais claro, porque a pergunta do senhor foi a mesma da Senadora Margareth. Então a gente precisa deixar isso mais claro e eu trabalharei nessa direção.

Desculpe-me a longa intervenção, mas era isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, Ministro. Aqui a fome é de todos nós, e nós precisamos esclarecer a população. Até porque, na mesma linha do raciocínio de V. Exa., eu também até tenho uma PEC, que é exatamente para que contratos de longa duração não sejam políticas de governo, que sejam políticas de Estado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente para, quando um governo mudar, não se mudar um contrato em que o investidor foi lá e acreditou, e, às vezes, até tomou dinheiro emprestado, o que levou a muitas condições, como foi, realmente, o BNDES no passado. Todas as concessões chegaram a esse ponto porque o BNDES também não financiou, à época, quando foram feitas as concessões – todas elas. Não teve nenhuma exceção, até o lado do Mato do Sul, em que é a CCR, que é uma especializada em concessão, também teve problema. Então, foi exatamente uma política de governo.

O SR. RENAN FILHO – Nesse caso aí, Senador – eu disse também mais cedo aqui –, a Operação Lava Jato tirou a condição de financiabilidade do BNDES. Por quê?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, não tem nada a ver com Lava Jato.

O SR. RENAN FILHO – Não, mas me deixe colocar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso foi muito antes.

O SR. RENAN FILHO – Não, foi antes e...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Foi antes. A política do... Não existia Lava Jato ainda.

O SR. RENAN FILHO – Certo, mas me deixe só colocar aqui. O que é que houve? A financiabilidade era depois. Por quê? Porque a Odebrecht ganhou lá atrás o contrato, mas ela não cumpriu não só no seu estado, ela não cumpriu...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, mas a CCR, no Mato Grosso do Sul, não tem nada a ver com Lava Jato.

O SR. RENAN FILHO – Mas ela também tinha...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Por isso é que eu fiz questão de citá-la. Não tem nada a ver com Lava Jato.

Como todas essas concessões são de fim específico, claro, cada empresa faz o negócio de acordo com o que foi tratado. Então lá não teve envolvimento na época, no caso do Mato Grosso do Sul, com Lava Jato. Lava Jato foi depois.

Vamos lá, Ministro.

O SR. RENAN FILHO – Não, mas ela afetou o andamento do contrato, com certeza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Aí é posteriormente, aí é bem depois, Ministro.

Vamos lá. Nesse aspecto da 364, no Mato Grosso, tem alguma coisa, algo que precisa ser mais bem estudado pela ANTT. Eu já, inclusive, pedi, Presidente, uma audiência pública, porque tem alguns trechos que não podem ficar para depois. No caso, de Rondonópolis até Pedra Preta, e menos que isso, de Rondonópolis a uns 5 km... A cidade cresceu muito e já está tendo acidente demais, então não dá para esperar.

E aqui eu quero trazer um ponto para V. Exa.: é exatamente o Trevão de Rondonópolis.

O SR. RENAN FILHO – O Trevão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Trevão de Rondonópolis inicialmente fazia parte... Era uma obra do Dnit, depois vai para a concessionária; e a concessionária teve todos esses problemas, então nós estamos dizendo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Volta para o Dnit". E agora, novamente, a concessionária foi lá em Rondonópolis, disse que estava tudo pronto e que a obra começaria. Nem projeto tem, Ministro! Então, é um empurra-empurra, e a população está sofrendo. E nós que representamos ali a classe política, que representamos a população somos cobrados.

Isso eu estou dizendo, Ministro, porque antes de estar falando aqui, eu conversava – agora há pouco – com o Diretor do Dnit, porque a ANTT... Não, a concessionária Nova Rota do Oeste disse que o Dnit doou o projeto. Eu perguntei ao superintendente: não tem projeto, o projeto não existe. Tem lá apenas um esboço, nada, nada atualizado.

Como o senhor falou inicialmente, aqui é ministério, com a ANTT nós trabalhamos juntos. Então eu quero pedir aqui, ao ministério e à ANTT, que, num prazo de 15 dias – sei lá, quanto for necessário –, V. Exas. me respondam oficialmente: existe projeto? Esse projeto está pronto para ser executado? Quando a concessionária vai começar...?

O SR. RENAN FILHO – Não, 15 dias, não, eu respondo a isso hoje.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não... Pois é, quando for possível.

O SR. RENAN FILHO – Se tem ou não projeto é fácil responder.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Existe o projeto? Está pronto o projeto? Eu acho que essa resposta é muito da ANTT. Está pronto o projeto? Quando que a concessionária tem condições de começar a executar?

Até porque V. Exa. colocou, Ministro, que foi liberado, aprovado um financiamento do BNDES de R$4,5 bilhões. Esse recurso praticamente não foi utilizado. Então tem como priorizar pontos críticos com ele.

O SR. RENAN FILHO – Não, esse é na Nova Rota.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É na Nova Rota do Oeste mesmo. O que eu estou falando é porque a Nova Rota do Oeste assumiu...

O SR. RENAN FILHO – A Nova Rota é que vai assumir. A Nova Rota.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É, assumiu. Então, melhor que seja a Nova Rota do Oeste.

O SR. RENAN FILHO – Claro, claro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Porque tem dinheiro para fazer.

O SR. RENAN FILHO – Tem dinheiro, está garantido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agora, eu quero é que a verdade seja bem-colocada.

O SR. RENAN FILHO – Se não fizeram o projeto tem que fazer, a Nova Rota tem que fazer.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente. Mas o problema é que foram lá e anunciaram que estava pronto e...

O SR. RENAN FILHO – Mas quem anunciou que estava pronto?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Vice-Governador e o Diretor Executivo da Nova Rota do Oeste.

O SR. RENAN FILHO – Sim, mas aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, mas eu estou aqui questionando quem é o concessionário.

O SR. RENAN FILHO – Talvez o Vice-Governador tenha se equivocado quanto ao projeto. Mas nós vamos olhar isso, com prazer.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então estou pedindo aqui, oficialmente, à ANTT e ao Ministro.

Mas tem trechos, Ministro, mais para a frente, pontos críticos. É sobre isso que eu quero a consideração e o reestudo por parte da ANTT. É um pedido que aqui estou fazendo.

Além disso, Ministro, também – não quero aqui causar polêmica – foi agora publicado que a Vale do Rio Doce com a Infra estão estudando a diminuição do trecho da Fico.

O SR. RENAN FILHO – Não haverá diminuição do trecho da Fico.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então ótimo. É só essa a resposta que eu quero.

O SR. RENAN FILHO – Estudar a turma pode estudar, mas enquanto eu for Ministro não haverá diminuição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Por parte de V. Exa. está dada a palavra aqui, então eu quero trazer tranquilidade ao Prefeito de Água Boa. Fui lá ontem. Em função, exatamente, de uma obra tão importante como essa...

O SR. RENAN FILHO – A Vale considera, Senador, que o trecho final da Fico tem uma dificuldade ambiental. Ela não pode tirar trecho de construção ferroviária. Ao contrário, a Vale está devendo ao país. No ano passado, corrigindo renovação antecipada, a Vale depositou R$4 bilhões, no último dia do ano, na conta do Tesouro. Com aquilo, o ministério fez ver ao Brasil que ela não tinha cumprido o seu objetivo na renovação antecipada: ela só pagou R$600 milhões no Governo passado; pagou R$4 bilhões ano passado e ainda está devendo R$7 bilhões. Como é que quem está devendo R$7 bilhões em recursos, que vai recolher ao Tesouro, vai retirar trecho de obra? Isso não tem sentido.

Agora, estudo e proposta eles fazem...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Por isso, Ministro, que eu fiz um elogio aqui a V. Exa., porque aqui é um político falando com o outro.

O SR. RENAN FILHO – É isso aí.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O técnico tem, sim, a responsabilidade, mas a sensibilidade política está acima de tudo.

O SR. RENAN FILHO – É isso aí. Tirar obra que não existe...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então aqui nós estamos tratando exatamente da sensibilidade política, porque, às vezes, a área técnica resolve entre eles e a população fica em segundo plano.

E quero justificar, Ministro – até porque ontem eu estava lá em Água Boa –, essa sua palavra aqui, para trazer tranquilidade ao Prefeito Mariano e a toda a comunidade.

Ontem, Ministro, nós fomos lá lançar duas obras nas duas cidades próximas, Água Boa e Canarana. Trata-se da construção do instituto federal de educação tecnológica. E, Ministro, quase R$80 milhões serão essas duas obras, dado exatamente um planejamento que foi feito pela chegada da ferrovia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN FILHO – Com certeza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, tudo isso é extremamente importante.

Em outras obras, nós estamos colocando recursos...

O SR. RENAN FILHO – E outra coisa, Senador, outra coisa. A ferrovia vai passar de Água Boa...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Depois.

O SR. RENAN FILHO – ... até Lucas do Rio Verde.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É o planejamento.

O SR. RENAN FILHO – Como é que vai parar antes?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois é, é o planejamento. É que... Bom, eu não vou discutir mais isso. A sua palavra, para mim, está empenhada e já vale.

Ainda... (*Pausa.*) É outra pergunta que também todos fazem e é difícil, eu sei, para responder, porque falamos aqui dos entraves da questão ambiental: qual o comentário que o senhor pode fazer também sobre a Ferrogrão?

O SR. RENAN FILHO – Eu acho que questão ambiental, de maneira geral – eu fiz uma provocação aqui ao Senado Federal –, tem que ser resolvida pelo Senado. Isso é um problema de lei, legislação. E está em discussão. O Relator estava aqui, o Senador Confúcio.

Com relação à Ferrogrão...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É. Inclusive, já se definiu hoje na Comissão, agora vai para a próxima Comissão.

O SR. RENAN FILHO – E o Senador Eduardo Braga disse aqui uma informação muito importante.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso é importante.

O SR. RENAN FILHO – Se não se chegar a acordo, Senador Wellington Fagundes, se não se chegar a acordo, tem dois grandes partidos, e eu acho que outros deveriam olhar para isso, que entendem que o Senado deveria votar o projeto que veio da Câmara.

O Senado já adequou o projeto, fez um trabalho no sentido de discutir com todos, porque o projeto da Câmara era ainda mais arrojado do ponto de vista de destravar, certo? O Senado – e por isso o bicameralismo é importante –, com outro perfil com relação à Câmara, fez um debate no sentido de garantir ao país o melhor projeto.

Agora, se não houver o acordo para o projeto ir a voto... Dois partidos importantes vão pedir a prioridade para votar o projeto da Câmara. Esse é um posicionamento político no sentido de quem quer resolver, porque, às vezes, a gente faz a discussão, mas a agenda está aqui. Porque do ponto de vista legal, eu mesmo, o senhor pode ter certeza... Eu falei aqui que é bom para mim, fora outras questões menores, mas é muito bom vir aqui.

E não é o tema da infraestrutura o problema. Ao contrário, o Brasil está em recorde histórico de investimentos, o senhor sabe disso. E, se está em recorde, significa que está fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o debate principal é este, ambiental. Se a gente aproveitasse esta vinda, esta semana para votar... O Eduardo disse aqui há pouco: esta semana ou na próxima.

Eu acho que isso seria uma grande mensagem do Senado Federal à infraestrutura nacional e às pessoas que estão esperando por isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E, da minha parte, Ministro, tem todo o apoio, acredito que também o do Senador Rogério, porque isso é realmente destravar o país. Não é questão ideológica, e não pode ser. O país não pode ficar emperrado por uma licença ambiental.

Bom, tem mais dois assuntos aqui, Ministro, já que avançamos bastante.

Na questão da 174, nós temos dois pontos em Mato Grosso. Um é a travessia de Cáceres. Não tem projeto concluído, mas está tendo muito acidente.

Eu quero pedir a V. Exa. a possibilidade de fazer alguma coisa emergencial. Não a obra como um todo, porque isso não é possível. Apenas, no ponto mais crítico ali, um alargamento, para evitar tantos acidentes. E, é claro, pedir ao Dnit a possibilidade de urgenciar o projeto, que está em andamento, Ministro. O projeto está em andamento por parte do Dnit.

Ainda na 174, em Comodoro, na região de Comodoro, temos um problema sério. Houve interrupção por mais de 20 dias no total. Está lá, o pessoal está trabalhando, mas, com certeza, Ministro, não houve um planejamento eficiente para a execução do serviço. Não sei aí se o problema foi da construtora, mas eu faço um apelo aqui, em nome da comunidade também, porque o sofrimento está muito grande ainda.

Isso aí é apenas como registro e pedido.

O SR. RENAN FILHO – Na 174, né? Aquele trecho que deslizou, né?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – De Comodoro, é.

O SR. RENAN FILHO – Comodoro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Comodoro.

E ainda temos uma ponte lá, na divisa de Goiás com Mato Grosso, ali em Ribeirão Cascalheira. A ponte está pronta. O senhor tem uma informação...

O SR. RENAN FILHO – Não está pronta, não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está pronta, né? Está pronta.

O SR. RENAN FILHO – Não está, não. Está não. Se estivesse pronta, estava aberta. Falta...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, não tem encabeçamento.

O SR. RENAN FILHO – Sim, então...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A ponte está pronta. Falta o encabeçamento. (*Risos.*)

É porque o senhor está um pouco apressado, não está me deixando nem perguntar.

O SR. RENAN FILHO – Ah, sim.

Não, mas se estivesse pronta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A ponte está pronta. Falta o encabeçamento.

O SR. RENAN FILHO – Ponte pronta é pronta para passar. É assim que eu entendo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obra de arte é a ponte, não é? Terraplanagem é o restante. Como eu sou veterinário... Não sei qual é a formação de V. Exa... É advogado ou engenheiro?

O SR. RENAN FILHO – Sou economista.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Economista.

Então, dá para ter ignorância dos dois lados. (*Risos.*)

O SR. RENAN FILHO – A ponte não está pronta, Senador.

Quando a gente assumiu, a ponte estava com 40% de obra – 40%. Não tinha o vão central. Nós terminamos a ponte. Só que o Governo anterior não tinha feito o projeto dos encabeçamentos.

O senhor está falando de projeto aí, do Trevão. A informação do Trevão é que nós vamos começar no quarto trimestre deste ano. A Nova Rota tem o compromisso de ter projeto e obra iniciando até o final deste ano. Isso é importante.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já é uma informação.

O SR. RENAN FILHO – Inclusive, nós vamos lá, em breve, com o Presidente e eu vou pautar esse tema publicamente, porque esse tema é um sonho histórico do estado do senhor. Tem mais de 15 anos que estão esperando essa obra e ela vai ser destravada também.

Nós fizemos projetos do encabeçamento. Estamos executando a obra. Em setembro, Xambioá estará aberta, em setembro, a obra estará pronta. Então, é uma outra...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É outra obra?

O SR. RENAN FILHO – Não. Essa obra. Essa obra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – Não... Você está falando de Luiz Alves.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não. É no Araguaia...

O SR. RENAN FILHO – Ah, desculpe-me. Eu estava confundindo com a ponte de Xambioá.

A ponte de Luiz Alves, que é a da 080...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É isso aí.

O SR. RENAN FILHO – ... está pronta mesmo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso mesmo.

O SR. RENAN FILHO – Essa ponte está pronta. Desculpe colocar isso. E quanto à 080, a gente está trabalhando na conexão dela para os dois lados, nas estradas, que são estradas de barro. Estávamos sem uma autorização de supressão vegetal em um dos trechos, que já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizada e, em breve, nós vamos também abri-la, a ponte de Luiz Alves, o que será um grande avanço.

E, dizendo isso, a ponte de Xambioá, que era uma outra que veio inacabada do Governo anterior, nós terminamos e vai ser aberta em setembro.

E o Trevão, no quarto trimestre deste ano...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Rondonópolis.

O SR. RENAN FILHO – ... de Rondonópolis, o Trevão de Rondonópolis, no quarto trimestre deste ano, a Nova Rota tem o compromisso de iniciar a obra. E, como tem o financiamento do BNDES, à luz de debêntures de infraestrutura que o Senado votou – e eu mostrei aqui antes, não sei se o senhor viu...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Fui até Relator.

O SR. RENAN FILHO – Isso foi muito importante, aumentou os investimentos. Foi uma obra super-relevante. E o papel republicano do BNDES em financiar essa obra, mesmo ela sendo tocada pelo Governo do estado, vai garantir o maior volume de investimento na história do Estado do Mato Grosso.

O Brasil precisa muito de investimento em infraestrutura, mas o Mato Grosso é quem mais precisa. A gente vem fazendo. Eu estava falando aqui que da 158 saiu a licença, ela está andando. Da 242 estamos alterando o traçado para dar a mesma solução da 158.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu não perguntei, porque o senhor já tinha respondido.

O SR. RENAN FILHO – O anel viário de Cuiabá também. A solução da 163... Sobre a solução da Via Brasil, eu respondi ao Senador Jayme. E agora o Trevão e a solução da 163 no Mato Grosso do Sul. Poxa, se a gente dissesse que ia fazer isso, Senador Wellington, se eu tivesse tido a oportunidade na eleição de, em vez de estar em Alagoas, estar lá e eu tivesse dito isso ao povo do Mato Grosso, o povo ia dizer: "Esse rapaz veio aqui e está aumentando muito, porque isso está parado há muito tempo aqui". E tudo isso foi resolvido num trabalho coletivo, e o senhor mesmo ajudou muito em várias discussões. Agora, o fato é que Mato Grosso vai bater recorde de investimento neste ano e em todos os próximos por conta dessas soluções que foram dadas.

Então, eu acho que estamos bem afinados nesses temas todos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nesse aspecto, quero agradecer, Ministro. E quero dizer que também, claro, fazemos tanta cobrança porque também o Estado de Mato Grosso tem respondido ao Brasil, tanto em produção como em produtividade, e, claro, o nosso impeditivo, a dificuldade que temos são duas: a ambiental... Agora mesmo, eu estava com o Ministro das Relações Exteriores, fui agora à Europa, nós fizemos um projeto lá no Estado de Mato Grosso, exatamente em função de alguns impeditivos, inclusive do Mercosul, e principalmente da moratória da soja. Aprovamos agora um projeto, no Mato Grosso, para impedir incentivo fiscal para quem quer exigir mais do que o Código Florestal, da mesma forma que agora apresentei um projeto para que isso seja em nível nacional, porque, imagine: fazemos aqui o nosso dever de casa, e V. Exa. conhece o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Código Florestal, aí, chega lá fora, querem cobrar do Brasil mais do que a gente faz, sendo que nós somos um exemplo.

Ministro, muito obrigado. Desejo para V. Exa. um bom caminho. O senhor não definiu ainda a sua vida futura, mas, com certeza, com o seu brilhantismo, haverá de ter sucesso. Muito obrigado.

O SR. RENAN FILHO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes. O Ministro está com a memória privilegiada, conhece os dados, os números e vai fazendo o enfrentamento do momento, papo reto, acho que isso que é importante.

O último Senador inscrito, e aí, depois, eu devo gastar o tempo proporcional...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, é o seguinte: todo mundo está passando fome. Terminou, se quiser ir lá no bloco...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem almoço.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... tem almoço lá, está bem? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Segure mais uns 40 minutos lá, porque eu vou, depois do Fernando Farias, do Senador Fernando Farias – perdoe-me a confusão de nomes. Depois do Senador Fernando Farias, eu vou fazer umas breves...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É Oposição, mas a Oposição fornece comida também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E da boa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Um bom alimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Toda semana, toda terça.

Aí, depois do Líder de Fernando, eu não devo ocupar mais do que 40 minutos, (*Risos.*) tranquilizo toda a comitiva que acompanha o Ministro e os que acompanham esta sessão, para a minha intervenção.

Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Só quero cumprimentar aqui o nosso Renan pelas apresentações, essas apresentações de que todo mundo gosta, e não estão só aqui; em Tóquio, em Nova York, eu tive o prazer de participar de uma.

E quero dizer, Senador Marcos, que eu tenho muito orgulho de Renan Filho – e Alagoas também tem muito orgulho.

E me permita, Renan, agradecer à Verônica e ao Senador Renan por terem liberado você para você vir a ser um dos grandes homens públicos que o Brasil vai ter e que você já é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era em relação a isso.

Obrigado.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Fernando Farias, Senador dedicado e com presença cativa na Comissão de Infraestrutura aqui, relatando, discutindo, debatendo.

Parabéns a V. Exa.

Não havendo mais Senadores na bancada inscritos, Ministro, eu queria fazer aqui algumas poucas considerações.

Primeiramente, faço um registro de agradecimento a V. Exa. pela disponibilidade de tempo em vir à Comissão de Infraestrutura fazer a exposição que fez, trazer um conjunto de informações aos Senadores e fazer esse diálogo aberto, enfrentando os questionamentos, e com muita desenvoltura. Talvez seja um dos Ministros mais preparados que o Governo tem, do ponto de vista do conhecimento técnico e da retórica política bastante afinada, o que, às vezes, diante da dificuldade, acaba conseguindo superar pela envergadura discursiva, o que não é natural nem comum a todos. Mas V. Exa. tem, até pelo histórico – como já disse no começo, convivi contigo como Deputado, e V. Exa. era Deputado Federal –, conheço, portanto, a capacidade de V. Exa. no embate político.

Mas eu queria fazer aqui algumas ponderações, porque, quando a gente observa a apresentação que é feita, há alguns aspectos que não são confrontáveis em razão de circunstâncias. E eu não quero fazer aqui o debate em relação à questão dos números, fazendo um comparativo entre o Governo passado e o Governo presente, mesmo porque nós tivemos, há poucos anos, uma situação no Brasil e no mundo que, em nenhuma outra época, em nenhum outro momento, nós vivenciamos.

O Brasil passou por uma pandemia histórica, em que nós tivemos, de recurso público, do orçamento público, R$1 trilhão, tendo que ser destinados, de forma emergencial, para fazer esse enfrentamento. Obviamente que isso fez com que o orçamento público para as demais áreas, incluindo a área de infraestrutura, fosse sacrificado. Isso é algo de que nós temos que ter a compreensão e reconhecer.

E aí, olhando para o quintal de casa, especificamente: o último orçamento que nós tivemos para o Dnit lá de Rondônia foi de R$115 milhões. Queria que fossem bilhões, mas foram R$115 milhões. Na sequência, o orçamento foi para R$450 milhões, R$490 milhões. Isso é um fato, e eu estou afirmando.

Agora, quando a gente observa a apresentação do Ministério... E aí eu preciso fazer isso, pela razão de que quem mora em Rondônia sabe onde mora o Senador Marcos Rogério, e, quando anda no aeroporto ou pelas rodovias, vai dizer: “Olha, o Ministro falou lá que o investimento resolveu, que está tudo bem, mas você, que mora aqui, sabe como está”. E aí eu posso dizer a V. Exa.: o orçamento melhorou.

E aí, na administração pública, você tem um requisito que está dentro da chamada teoria do resultado. Como está a percepção pública das pessoas com relação ao resultado promovido por aquela política pública? A percepção é de que, realmente, há satisfação? Há resultado? Resolveu a questão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu apontar para V. Exa. a situação da BR-364, eu vou dizer que nós estamos melhor. Eu vou dizer que nós avançamos.

V. Exa. citou aqui a obra da travessia da cidade de Itapuã. Ela já estava com o projeto feito, mas a execução aconteceu sob a gestão de V. Ex., e hoje está fluindo com boa qualidade. E o que a gente espera é que nas próximas chuvas... Está aqui Miguel de Souza, que já foi, inclusive, Vice-Governador de Rondônia e Diretor do Dnit, e sabe que ali tem um problema histórico no lençol freático. A gente espera que essa obra feita agora não aconteça no tempo que aconteceu antes, porque já tinha sido feita a intervenção naquele ponto de reconstrução – e não suportou. Então, dessa vez, quanto ao trabalho de base, sub-base, que foi feito lá, eu pessoalmente acompanhei a obra e a expectativa que nós temos é de que realmente seja uma solução definitiva. Então, estou reconhecendo o acerto da obra feita naquele ponto.

Lá em Jaru, a travessia de Jaru e a duplicação da ponte também estão acontecendo com recurso assegurado antes pelo Deputado Federal Lucio Mosquini, mas a obra está sendo tocada, neste momento, inclusive, com a intervenção do Exército Brasileiro, que é quem está tocando essa obra no trecho de Jaru, uma obra importante. Sobre a manutenção do pavimento, nós temos intervenções pontuais na pista, com "pare e siga" em vários lugares, isso é um fato.

Agora, Rondônia tem a BR-364, Rondônia tem a BR-429, a BR-425, a BR-421 e a 435. Se a gente pergunta...

Ontem nós tivemos uma audiência pública lá em Ji-Paraná. O Diretor-Presidente da ANTT, inclusive, estava do meu lado quando eu recebi uma documentação com relação à situação da BR-429. Não dá para fazer a mesma afirmação. Ela está em uma situação precária, a situação da BR-429. E por que estou dizendo que eu preciso fazer esse registro? Não é para fazer crítica em relação à apresentação, é em relação a quem está lá, morando no Município de Alvorada, no Município de São Miguel, no Município de Seringueiras, no Município de São Francisco, de Costa Marques, que vai dizer: "Senador, o Ministro falou do teu lado que saiu de tanto para tanto e tal, mas como é que está a vida real aqui ao longo da 429?". Então, essa rodovia precisa de uma atenção especial, e aí aproveito para fazer um apelo a V. Exa., ao Diretor-geral do Dnit, que aqui está.

Eu conversava com o André ontem, e me parece que tem alguém do Dnit Nacional que foi escalado para ir a Rondônia esta semana; iria à 425, e acho que deve descer também até a 429. Ali, a gente precisa de reforço orçamentário, inclusive, para fazer frente às demandas dessa rodovia 429, que é importante. Ela talvez seja, hoje... É uma região onde está crescendo muito a produção de grãos, era uma região baseada na cultura da pecuária. Hoje, como é uma área mais plana, os investidores dos grãos, soja, milho, estão tomando conta de uma boa parcela dela. Então, é uma rodovia está sendo muito demandada para o transporte de grãos; quero apenas dar conhecimento a V. Exa.

A 421 é outra rodovia federal que também está com muita dificuldade. A Rodovia 421 é a que sai do Município de Ariquemes e vai até o Município de Campo Novo, segue adiante, mas a principal referência é essa. Está bastante danificada, e também precisa de cuidados. O Dr. André, que é o Diretor do Dnit, eu conversei com ele, me disse que tem projeto de entrar para fazer a recuperação, mas ele ainda não tem o conhecimento do orçamento que terá este ano –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que ainda não saiu a divulgação do orçamento. Mas para quem mora lá e acompanhou aqui, estou fazendo o registro de que eu sei como está a situação real da Rodovia 421.

A 435 também tem dificuldades e a 425 também, inclusive, é aonde foi ontem a equipe do Dnit, que lá está.

Então, era apenas esse registro em relação àquilo que se apresenta. E eu já estou, de antemão, reconhecendo que houve incremento de orçamento. Se comparado com o orçamento anterior, houve aumento, mas quem está na política precisa atuar com base na teoria do resultado. Qual é a percepção pública de quem está lá? É a de que a vida está melhor ou de que a vida está pior? É a de que a intervenção resolveu o problema ou não resolveu? Porque ele vai cobrar.

E aí o que o Senador Wellington Fagundes falou agora há pouco é muito pertinente, porque nós temos um Ministro, como já disse, preparado, competente, mas que, além de tudo, tem a sensibilidade política e convive com esse insumo, que é um insumo que quem está na vida pública sempre vai enfrentar, que é o eleitor, é o voto. Então, quem está lá cobra muito.

Inclusive, eu estou aqui com um documento – vou encaminhar a V. Exa. – que recebi ontem, faço o registro, do Vereador Márcio Freitas, da cidade de Ji-Paraná, fazendo um relato sobre a 429, e também do Deputado Estadual Laerte Gomes.

Outro aspecto que eu queria ponderar com V. Exa., e aí, no final, a gente pode dialogar e V. Exa. terá o tempo necessário para fazer as ponderações, é em relação a essa questão da concessão da BR-364. Ontem nós fizemos duas audiências públicas importantes na cidade de Ji-Paraná e Vilhena, uma cidade no centro do Estado de Rondônia e outra que abre o Estado de Rondônia, a primeira cidade do Estado de Rondônia, na divisa com Mato Grosso, onde nós ouvimos, procuramos ouvir representantes da sociedade: dois representantes de comunidades indígenas participaram da audiência pública e falaram, dirigentes lojistas, associações comerciais, o setor da pecuária, o setor de soja, o Crea, enfim, um conjunto de representantes da sociedade falou da percepção e da preocupação com essa concessão.

Qual é a equação que nos preocupa? E eu dizia isso ao Diretor da ANTT que lá esteve, Dr. Guilherme Sampaio, que foi extremamente educado, foi extremamente – como eu diria? – paciente, porque eu coloquei: você vai ouvir todo mundo primeiro, deixe todo mundo falar o que pensa, o que sente, e, no final, você terá o tempo necessário para explicar o projeto, dar as respostas e falar das possibilidades de intervenção num contrato que ainda não está assinado mesmo depois de ele estar assinado, porque eu estou repetindo aqui o que eu já disse lá: é um contrato de longo prazo. As pessoas têm a ideia de que depois que você assina um contrato como esse: "ah, não tem mais como mexer". Qual foi a frase que eu ouvi lá? Como é? "A vaca foi para o brejo." (*Risos.*) Alguém disse: "Depois que fizer, que a vaca for para o brejo, não tem mais o que fazer". E não é verdade. No direito administrativo, em se tratando de contrato de longo prazo, você tem a possibilidade de fazer e tem a possibilidade de o próprio poder público voltar atrás no ato administrativo que determinou aquela solução política.

Mas o ponto para o qual eu queria chamar a atenção, além daqueles que nós colocamos lá, são dois, objetivamente: um é em relação ao volume de obras. Nós temos um volume de obras baixo: são 700km de concessão, com sete praças de pedágio. Sai da região da entrada do Guaporé, que entra para o Município de Chupinguaia, e vai até a nossa capital, Porto Velho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 700km – 107km de duplicação, 190km de terceiras faixas e obras de manutenção, o que o Dnit já faz hoje. A questão que vem agora: o custo do pedágio, comparado ao volume de obras. Quando a gente faz a conta em cima do que tem de carreta andando em Rondônia hoje, se nós levarmos em consideração apenas as carretas chamadas nove eixos – que transportam soja, milho e cortam o estado todo, porque o maior volume que passa por Rondônia vem do Mato Grosso e vai para o porto, em Porto Velho – e considerarmos ali a passagem de mil carretas/dia, considerando o custo do pedágio hoje entre ida e volta, com eixo estendido para as carretas nove eixos, nós vamos ter um custo de R$2 mil de pedágio por caminhão, ida e volta. Se eu considerar esse valor ao longo do dia, ao longo do mês, ao longo do ano e ao longo de 30 anos, e estou falando só desta quantidade de carretas, de mil carretas, dá R$21,6 bilhões.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – Nos 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nos 30 anos. Sem falar nas outras carretas que levam o produto do supermercado, os cereais, o produto da farmácia, o produto da loja de material de construção, enfim, todos os demais itens que chegam no estado, a proteína animal que sai, que vai, que vem, os veículos.

Eu acho que, na parte dos veículos, a fala do Dr. Guilherme ontem deu uma certa tranquilizada, porque para o usuário recorrente, há a previsão do contrato...

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – O usuário frequente pode ter tarifa de até 50% da tarifa de face.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Chega até 93% – ele me disse ontem –, em alguns casos. É porque aí você tem a situação, por exemplo, do acadêmico que mora numa cidade, estuda na outra e todo dia tem que ir lá e voltar.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – Se tiver um carro. Se não tiver...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que tem o carro. "Ah, a moto..." Mas a moto não paga. Então, já esclareceu.

Então, nós temos pontos... Agora, o ponto das carretas, o ponto do transporte de cargas é um ponto preocupante.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – Deixe-me só perguntar ao senhor uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – Quanto vale uma carreta dessa? Essa que é a conta que tem que ser feita, porque o problema é transferir o dinheiro da manutenção para o pobre, que é quem paga o dono da carreta...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, o pobre vai continuar pagando.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – Não vai, não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN FILHO – Não, o pobre não usa, quem usa é o dono da carga. Quanto é que vale uma carreta dessa? Porque, assim, qual é a diferença, Senador? Esse é o princípio. Essa é a nossa discussão. Mas eu vou aguardar o senhor terminar para colocar isso...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nós podemos dialogar, não tem problema, não.

O SR. RENAN FILHO – Então vamos dialogar aqui rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. RENAN FILHO – O que eu acho? A equação que preocupa é volume de recursos com relação à tarifa. Isso é uma conta, é um modelo aferido pelo Tribunal de Contas da União, por pagamento das pessoas, que tem que ser trazido a valor presente. Uma coisa é você faturar R$21 bilhões em 30 anos, mas você topa botar R$5 bilhões, R$6 bilhões ou 8 bilhões no curto prazo para faturar R$30 bilhões em 30 anos? Isso é uma questão que depende de segurança nacional, taxa interna de juros, taxa de retorno, uma série de coisas. E tem a competição do leilão, que pode baixar o valor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nesse caso, não aconteceu.

O SR. RENAN FILHO – Se fosse tão rentável, teria havido mais. O senhor concorda ou não? Porque em outros casos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou acompanhar os outros leilões para ver se a mesma empresa vai repetir a competição.

O SR. RENAN FILHO – Deixe-me colocar só uma coisa para o senhor também nesse ínterim, que eu nem coloquei aqui, mas é importante. De todos estes debates que eu faço, eu gosto. Você não imagina como, para mim, é produtivo fazer um debate deste aqui, técnico e público, com transmissão do Senado Federal. Isto é valioso. Isso é mais ou menos o que eu digo a político – quando eu era Prefeito, eu dizia ao cara –: "Só faça se você puder defender no palanque".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. RENAN FILHO – Senão, você combina, irmão, e diz ao cara que não dá para você fazer, porque, se você não puder defender no palanque, você morreu. Você vai dar o primeiro passo, e não dá o segundo. É assim na política. Por isso eu estou sempre dando o próximo passo.

O que ocorre? Com relação ao Governo anterior, eles fizeram seis leilões. Quantos ganhadores? Só dois: CCR e EcoRodovias. E só os dois participaram dos leilões também.

No meu grupo de leilões, eu fiz 12: dez ganhadores diferentes, 15 entrantes novos.

Enquanto eles só tinham leilão com dois concorrentes, o último do leilão nosso teve quatro concorrentes.

Desde 2007, uma empresa estrangeira não vencia um leilão no Brasil. A Vinci ganhou um leilão da BR-040 com a gente, empresa francesa. Agora, a Copasa, a Ohla e a Sacyr voltaram a participar, empresas espanholas.

Então, o Brasil está atraindo investimento internacional para esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E eu defendo a pauta.

O SR. RENAN FILHO – O de lá de Rondônia não teve tanta concorrência justamente pelo motivo contrário. A atratividade dele é menor do que a de outros lugares do Brasil. Por quê? Vou lhe dizer: porque o seu estado, Senador, é um estado de canto. Só passa lá a produção de vocês, que é pequena. É grande, mas é muito menor do que a do Mato Grosso. O maior volume de carga que passa na BR-364 é a de Mato Grosso, para acessar o Porto da Madeira. Só que um estado que é central, como Goiás, Minas Gerais... Tem muito mais estados cuja carga, além da própria, passa por lá. Então, isso é super-relevante também do ponto de vista local.

O segundo é o seguinte: esse dado aqui que o senhor mesmo colocou é um dado importante. Foram R$145 milhões colocados no último ano, antes do Governo do Presidente Lula. No primeiro ano, R$450 milhões, três vezes mais. E no segundo ano, R$640 milhões, quatro vezes. Isso é o que foi pago aqui. Eu estou com esse dado aferido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ano de 2023, R$450 milhões; 2024, R$490 milhões.

O SR. RENAN FILHO – Não, R$640 milhões. Eu posso corrigir esse dado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Dnit me passou.

O SR. RENAN FILHO – O Dnit passou talvez equivocadamente. Foram R$640 milhões.

Neste ano, a gente tem o orçamento de R$632 milhões.

Por que a gente não resolveu ainda a BR-429 e a BR-421? Porque 80% do fluxo é na BR-364. E qual é o objetivo do Ministro ao assumir? É resolver o problema principal. É como o médico. O cara tem problema de coração e outros. Rapaz, cuida logo do coração, senão o sujeito morre. Então, se a gente resolvesse a BR-421 e a BR-429 e deixasse a BR-364 como estava, o gráfico estaria do mesmo jeito, porque essas duas rodovias juntas têm menos de 20% do tráfego do estado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não tenho dúvida.

O SR. RENAN FILHO – Então, o senhor concorda que o ataque foi na mira. Atirou primeiro no pombo maior e, depois, no pombinho pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora quero saber quando é que vai resolver o problema do pombo menor.

O SR. RENAN FILHO – Agora, o pombo menor, vamos resolver dobradamente por dois motivos. Primeiro, porque ao outro, que consumia muito recurso, foi concedido. Saiu da minha conta. Imaginem o que vai sobrar de dinheiro. Imaginem vocês, lá em Rondônia, eu disse ao Senador Confúcio, com R$650 milhões sem botar na BR-364? Vocês vão decidir quais são as novas rodovias que nós vamos construir. É outro ambiente, é outro ambiente. Além de recuperar as que existem, vamos debater novos projetos para o desenvolvimento do estado, conectar regiões – aliás, já estão em debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, qual a vantagem da concessão? É que a concessão tira das costas do Erário o que tem viabilidade privada, sem penalizar o mais pobre, porque o mais pobre não tem veículo e o mais pobre que tem veículo tem moto.

Tem uma partezinha pequena que tem alguns veículos e que a gente tem que olhar – eu vou olhar isso. Eu disse para a Viviane e vou atacar isso. Porque, por exemplo, eu disse aqui no começo, e queria repetir para não parecer palavras ao vento, um cidadão que tem uma Topique, que vende cachorro-quente viajando de festa em festa popular ...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É rico?

O SR. RENAN FILHO – Esse cara não deve pagar pedágio no Brasil, eu defendo isso. E nós vamos corrigir isso.

Esse cara pesa alguma coisa? Não. Agora, a carreta, Senador, que vai pagar aquilo ali, primeiro, ela destrói a rodovia, porque, em rodovia, a destruição é proporcional ao peso: quanto mais você pesa, mais você demanda manutenção – o Vice-Governador ali, Diretor do Dnit, sabe bem disso. Gera muita riqueza para o estado e para o país. E, graças a Deus, o Brasil entendeu que o modelo para a exportação do agro é não exportar tributo. Então, não tem custo acessório de peso de estado aí. Esse custo é nada. O agro não reclama disso. Se você tirar cinco ou seis grandes embarcadores que passam dessas mil carretas, Senador... Elas são de quem, as carretas? São de transportadoras. Se você tirar as grandes transportadoras que passam ali, são poucos caminhões que fazem transporte de carga própria, de outras cargas, de gado de terceiros. Essa aí é uma outra situação. Mas o grande, o volume do agronegócio brasileiro, é contra ou é a favor da concessão? Ele é a favor. Nenhum Senador falou aqui contra. Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E nem eu sou contra.

O SR. RENAN FILHO – Nem você. Então, assim... E nem eu, Senador Marcos Rogério. E não é contra por quê? Se furar um pneu – um – é R$5 mil, é mais do que a ida e a volta. Se ele levar o azar de furar um na ida e outro na volta, é R$10 mil.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se rasgar o pneu, é R$5 mil.

O SR. RENAN FILHO – Se rasgar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se furar, é menos.

O SR. RENAN FILHO – Mas rasgar é o que acontece em buraco. Normalmente, ele não acha prego; ele acha...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Canto de asfalto...

O SR. RENAN FILHO – Você vê aquele pneu que voa, aquele recauchutado, voa longe, às vezes, no asfalto.

Então, o fato é que nós, Senador Marcos Rogério, e a nossa geração... Você é um cara responsável. Não o considero um cara de extremo também. Conheço sua trajetória. V. Exa. tem o seu posicionamento político, e eu tenho o meu, mas nós não somos de extremos. Nós temos que discutir a realidade. Rondônia vai ser outro estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro caso: o investimento vai ser 107km de duplicação mais 190km de terceira faixa, incluído na tarifa agora. Porque é uma incongruência, por outro lado, querer tarifa baixa e mais investimento. É a mesma coisa de a gente chegar ao dono do pãozinho e dizer a ele assim: "Ô irmão, mantenha o preço e me venda dois pães pelo preço de um". Ele não vai... O cara da padaria vai dizer: "Ô rapaz, eu até adoraria fazer isso, mas não posso".

Então, mais obra, obviamente, significa mais tarifa.

Por que a gente não colocou todas as obras na tarifa? Senão a reclamação do senhor ia ser maior.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso é impraticável.

O SR. RENAN FILHO – Mas quando a gente chegar, daqui a cinco anos, com essa tarifa de hoje e, se Deus quiser, com descontos ao usuário frequente... Se Deus quiser, o fluxo de Rondônia vai aumentar mais, porque o Mato Grosso vai explodir e, em vez de mil carretas, vão passar 2 mil – e, se crescer mais do que 10%, isso vai reduzir a tarifa. É o que vai acontecer. Vai acontecer. Depois, nós vamos ver muito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, vamos...

O SR. RENAN FILHO – Deixa, só o último ponto.

Com isso acontecendo, nós vamos decidir, daqui a cinco, seis anos, se os 100km estão pouco, a duplicação, e se os gatilhos permitem duplicar a BR–364 toda, de Vilhena até Porto Velho, mas incorporando esse investimento na tarifa contratualmente, no seu tempo próprio e adequado.

Então, foi isso que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos lá. Primeiro vou deixar claro que eu sou defensor do modelo de concessões. As parcerias público-privadas são fundamentais para destravar a infraestrutura do Brasil.

Aliás, na semana passada eu tive a oportunidade de participar de um fórum de debate em Washington, na Universidade de Georgetown, e eu falava justamente da infraestrutura do Brasil e do avanço nas PPPs, parcerias público-privadas, que eu acho que foi um grande acerto; e o ex-Ministro Tarcísio foi um dos que impulsionaram essa agenda.

E, quando eu brinquei, agora há pouco, aqui, que V. Exa., com mais um pouco nesta agenda, que é tão liberal, seria convidado, de repente, a voltar para o Senado, eu não falava isso no sentido pejorativo, mas, para mim...

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – Para mim foi um orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... no sentido de mérito, porque eu entendo que isso é um avanço para o país; e o Governo que eu defendi – e defendo o seu legado – foi um dos que mais patrocinou o avanço nessa agenda.

Agora, quando a gente vai discutir, na realidade, uma coisa é defender a concessão, uma coisa é defender a PPP, outra coisa é você ser ignorante, do ponto de vista do conhecimento, de que aquilo está adequado ou inadequado do ponto de vista de custo, né?

E, aí, dizer que o pobre não usa carreta ou o pobre não usa a rodovia, pois não tem carro, isso é uma expressão com a qual a gente tem que ter um pouco de cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN FILHO – Mas pobre, Senador, não é proprietário de veículo. Isso é fato.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O extremamente pobre, não, mas tem muitos pobres que têm carro.

O SR. RENAN FILHO – Não, é que a gente tem na nossa cabeça uma dimensão diferente.

No Brasil, a renda média do brasileiro é de R$3 mil – é de R$3 mil. Então, assim, a gente às vezes acha...

Nesta sala aqui, se o senhor perguntar isoladamente, tem muita gente que se acha de classe média, mas aqui não tem classe média; todo mundo aqui é de renda alta, nesta sala, só que as pessoas que estão lá fora, diferentemente desta sala, são de renda baixa e não têm carro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas então vamos falar da renda baixa.

O SR. RENAN FILHO – Porque é o seguinte: olhe qual é o percentual da população do seu estado que possui um veículo – depois, a gente volta a conversar –, porque talvez não chegue a 30% da população.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k., mas, se a gente entrar, então...

Vamos lá, o pobre não tem carro, o.k., mas o pobre come, o pobre bebe, o pobre compra remédio...

O SR. RENAN FILHO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e, aí, o remédio que o pobre toma chega lá em cima de uma carreta.

O SR. RENAN FILHO – Vai chegar mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O alimento que o pobre come chega lá em cima de uma carreta. O material de construção que o pobre usa para construir a casa própria chega lá em cima de uma carreta.

Agora, eu digo para V. Exa...

O SR. RENAN FILHO – Agora, vai chegar mais barato, por quê? Porque o caro é chegar na BR-421, sem estrada; aí, o cara do frete dobra o preço – pode ter certeza.

Isso aí, Senador, olhe, se o senhor acreditar... Deixe-me lhe dizer com toda a pureza da alma. Nós somos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas eu não terminei meu raciocínio.

O SR. RENAN FILHO – Se o senhor acreditar que vai chegar mais caro o frete, fique contra concessão, não fique a favor, não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu não sou contra concessão.

O SR. RENAN FILHO – Pode ter certeza, porque, então, o frete vai chegar mais barato, porque não tem outro caminho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas o que todos esperamos é que ele chegue mais barato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN FILHO – Vai chegar mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas vamos considerar que R$2 mil de pedágio para uma carreta não é um valor barato. E nós estamos falando de R$2 mil, considerando o trecho de 700km de Vilhena a Porto Velho. Nós temos o segundo trecho, que vai entrar, daqui a pouco, também em leilão, que é o trecho de Vilhena a Cuiabá, que vai dar em torno de 740km, 760km a mais e também vai entrar em concessão. Se eu considerar R$2 mil de pedágio aqui mais R$2 mil de pedágio lá, eu estou falando de R$4 mil de pedágio.

O SR. RENAN FILHO – É por isso que tem que olhar quanto vale a carga, senão não dá para comparar, porque, se o senhor está falando... Quem nos ouve em casa está comparando R$2 mil com o salário mínimo. É isso que eu estou falando. Se não comparar o valor da carga, não dá. Quanto é a carga?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – É essa que é a grande informação.

Concessão, Senador, é o modelo do mundo. A gente vai viver uma mudança de paradigma. O cidadão que hoje faz o transporte do veículo... De todas as associações – CNT, CNA –, ninguém é contra concessão.

Então, o cidadão acha que encarece ou barateia o frete? Acha que barateia. Aumenta a segurança? Com certeza. Aumenta a redução de perda? Com certeza.

Vai ter, por exemplo, nesta concessão aqui... No seu estado certamente o senhor tem uma antena daquela – como é? – do Elon Musk, ou então não tem celular. Só tem em algumas partes, é assim ou não?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A notícia ontem lá é de que vai ter cobertura de internet ao longo de toda a rodovia.

O SR. RENAN FILHO – Em toda a rodovia.

Isso está pago na tarifa. Se não estiver, tem que rever o contrato.

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO – São três PPDs.

O SR. RENAN FILHO – É. São três PPDs, ponto para parada de caminhão, com segurança.

Então, vamos lá: só 4G significa rastreabilidade da carga. Não é só o celular.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Segurança.

O SR. RENAN FILHO – Segurança... É rastreabilidade da carga, é Polícia Federal informada na hora em que a carga é roubada, é condição de acompanhar a carga na origem e no destino. Isso é outro mundo, isso reduz custo Brasil.

É por isso que é importante a gente fazer um debate amplo, porque, se eu achasse, vou dizer ao senhor aqui, vou dizer a V. Exa... É porque eu estou meio desacostumado...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor.

O SR. RENAN FILHO – Eu costumo chamar as pessoas de senhor lá, porque eu debato com poucas V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. acreditar que encarece, Vice-Governador, se o senhor acreditar que encarece o frete, não dá para fazer esse modelo, porque, se encarecer o frete, é melhor deixar como está. Agora, além de não encarecer, de baratear, quanto vale tempo? Tempo vale mais do que dinheiro nos tempos modernos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se a gente considerar...

O SR. RENAN FILHO – Inteligência artificial, porque...

Ontem, o cara fez uma conta que eu achei muito interessante: se você fizer 30 perguntas à IA, gasta-se um litro d'água. Vejam que coisa interessante. Quantas perguntas a turma vai fazer à IA nesses próximos tempos? Mas por que a IA é tão cara?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sem falar em energia, não é?

O SR. RENAN FILHO – Por que o mundo está construindo gerador de energia? Por quê? Porque tempo é dinheiro. Tempo é dinheiro.

Então, quanto custa o caminhão parado? Para o dono da carga, não tem preço. Mais ainda: quanto custa ele não saber quanto tempo demora para chegar ao porto? Não tem preço. E se chegar? E se for sem comunicação? Então, nós vamos viver um outro mundo, essa é a grande verdade.

Parece, assim, a apresentação... Com R$475 bilhões de investimento privado neste Brasil, ninguém nesta sala sabe qual é o próximo Brasil, assim como a gente não sabe qual será o mundo pós-inteligência artificial. Essa é a grande verdade.

Agora, vai ter socorro médico. Quanto valem as vidas que serão salvas? Depois, vamos contabilizar, Senador. Quantas pessoas morreram naquela BR em pista simples? Quantas vão morrer no futuro? Certamente, muito menos.

Nos trechos duplicados – já há estudo –, morrem menos do que 10% das pessoas anteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas disso não tenho dúvida.

O SR. RENAN FILHO – No trecho em terceira faixa, morrem também muito menos.

Então, a gente já vai ter, dos 700km, 300km; ou dupla...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São 107km de duplicação...

O SR. RENAN FILHO – E 190km de terceira faixa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... de terceiras faixas.

O SR. RENAN FILHO – Para ser exato: 297km.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Hoje, Ministro...

O SR. RENAN FILHO – São 300km, 297km. São 300km.

Nesse trecho vão morrer menos, vai virar menos caminhão, vai ter menos conflito e colisão frontal. Quanto vale isso? Além disso, se houver acidente, há ambulância, há resgate,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há socorro mecânico, há reboque para tirar o caminhão que fecha a rodovia por um dia inteiro e o cara perde o tempo.

Então, a gente não está, o debate nosso... Por que o Ministério dos Transportes defende essa agenda? Porque ela é a agenda da produtividade. Se ela fosse a agenda da improdutividade, tenham certeza, senhoras e senhores, de que eu não estaria aqui, certeza absoluta.

Agora, há uma diferença, porque não pagar e pagar é um mundo diferente. Você pode olhar que tem cidade que não paga água. Você já viu este debate? Por algum motivo aquela cidade não paga água.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim.

O SR. RENAN FILHO – Ela nunca vai ter saneamento, porque a prefeitura não tem dinheiro para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. RENAN FILHO – Não tem dinheiro nem para melhorar a água, imagine para fazer o saneamento.

Então, é melhor pagar a água e ter saneamento ou o contrário, não pagar? Obviamente é melhor você pagar, desde que seja o justo, e aqui a defesa é do justo. Eu não defendo não pagar o justo.

Se o senhor quiser fazer, com qualquer membro da Comissão, lá no Ministério, um debate sobre tarifa, é o que eu faço com aquela moça ali de verde, a Viviane. É o que eu faço todo dia, todo santo dia. Aliás, essa também é a minha especialidade, porque ser economista nessa hora ajuda muito a entender o modelo. Ela é engenheira, e eu digo: "Olhe, Viviane, tenha calma, vamos dar uma olhada aqui".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Viviane, nós vamos ter que fazer um debate lá depois, dois contra um, porque o economista fica do lado de lá. (*Risos.*)

O SR. RENAN FILHO – Então, eu acho que este debate – viu, Marcos?–, só arrematando isso aqui da concessão... Defender a concessão e defender o preço que não remunera o investimento não é defesa. O empresário não entra.

Aliás, com todo o respeito à curva de experiência, a Presidente Dilma defendeu isso durante um momento. Ela defendia ter a menor rentabilidade possível para a entrada da iniciativa privada. Ela limitou a rentabilidade dos projetos. É assim ou não, Viviane? O que trouxe isso? Tabelou a taxa de retorno e isso afugentou o investimento privado.

Então, essa lógica é uma lógica mercadológica. O que dá transparência aos nossos leilões é chegar aqui e dizer: fiz doze, ganharam dez sujeitos diferentes, e eu não conhecia nenhum. No passado, ganharam dois, os mesmos de sempre. E mais... O senhor falou assim: "o Tarcísio tem uma boa relação", estou até discutindo uma federação MDB-Republicanos, pessoal, mas ele não fez mais do que os outros, não; ele fez menos. Ele fez um leilão rodoviário e meio por ano – um e meio. Este ano, nós vamos fazer 15. É dez vezes mais, não é duas vezes mais, nem é o que a PEC da transição aumentou nesse recurso aqui. É dez vezes mais. Agora, por que não fez? Porque acho que nem ele mesmo sabia aonde podia chegar, nem a ANTT sabia. A ANTT, quando a gente fez as primeiras reuniões, ela disse que não dava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer esse volume de concessões. Não tinha quem fizesse o trabalho técnico, o estudo, e é isso que vai acontecer com a economia do seu estado.

Se a gente daqui, Marcos... Eu estou pensando depois disso. Vou finalizar dizendo que eu acho que a gente tem que discutir, queria te convidar para debater um fundo de Estado – não de Governo – do financiamento da infraestrutura nacional, que segregue do orçamento público um volume de investimento que seja mínimo, e, adicionado a esse mínimo, fundo de Estado, adiciona-se o orçamento do ano; para que a gente tenha do mesmo jeito que a gente fez no Rio Grande do Sul.

Eu falei aqui *en passant*, mas o Governo botou R$111 bilhões no Rio Grande do Sul. Se a gente tivesse um fundo de R$100 bilhões não para um estado, mas para a infraestrutura nacional, com uma governança de projeto, banco de projetos, uma avaliação de Estado para um projeto ser adicionado aí, para depois não virar aquilo que vira no Brasil – todo mundo bota o seu projeto lá e depois não tem mais dinheiro, Fernando –, com uma governança que desse total transparência, a gente poderia ampliar muito o volume de investimento. Eu acho que fazer isso, ampliar o espaço do próprio orçamento público, que é restrito, mas atrair mais investimento privado para financiar a infraestrutura nacional é o caminho. E a gente tem que organizar essas variáveis para a gente ter o maior volume de investimento à luz das possibilidades do segmento.

Eu finalizo colocando que não é fácil no Brasil. A gente está com taxa de juros a 15%, por exemplo. O Presidente Lula faz na economia da mesma maneira como ele faz na infraestrutura: o que precisa. Ele não tem componente ideológico na economia. O Banco Central acabou de subir taxa de juros para botar a inflação na meta – e vai botar. Neste ano, nós vamos crescer um pouco menos porque o Banco Central subiu o juro; no ano passado, cresceu 3,4; neste ano, vai crescer 2,5; no ano que vem, a gente vai voltar a crescer um pouco mais se o juro voltar a cair.

Então, esse tipo de debate eu acho que é o debate que esta Comissão tem profundidade e densidade política para fazer, mas se a gente escolher que apoia concessão, apoia esse caminho, tem que escolher tarifa e prazo que permitam atrair investimento privado. Se não, fica mais ou menos como aquele sujeito que defende casar, mas, na hora do namoro, ele sai. Ele diz: "Não vou casar não, porque...". Não vai até o final. Esse modelo nosso aqui atrai o capital, amplia o investimento e garante um novo momento para o Brasil. Essa é a escolha.

Vamos lá. Veja bem, para comparar um pouquinho com São Paulo. São Paulo, além disso que nós estamos conversando, o estado lá, na hora que concede uma rodovia, cobra outorga. Outorga vira tarifa na veia. Quando o Governo anterior concedeu a Dutra, não sei se vocês se lembram, a Dutra tem o maior fluxo rodoviário no Brasil. Ele não concedeu como eu estou fazendo, ele vendeu e recebeu R$2 bilhões de outorga, que foram direto para o caixa do Tesouro. Aquilo virou tarifa. As pessoas pagaram outorga no Governo anterior. Eu mudei isso. O cara ganhou a licitação de Rondônia não por maior outorga, por menor tarifa, porque a outorga se incorpora aos custos do projeto. É um custo adicional que o privado é obrigado a fazer, um desembolso à vista, que é o mais caro do dinheiro. Porque uma coisa é você fazer um investimento de R$5 bilhões em dez anos, sete anos, outra coisa é você pegar R$1 bilhão e depositar no caixa. Esse é o mais caro de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu sou contra outorga também. Eu acho que você tem que discutir modicidade tarifária. Sou a favor de você discutir modicidade tarifária, mas não dá para você comparar a Dutra em São Paulo com a 364 em Rondônia, com todo o respeito.

O SR. RENAN FILHO – Não. Tudo bem, mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É uma questão de lógica de demanda.

O SR. RENAN FILHO – Se a Dutra em São Paulo não cobrasse outorga, o cidadão pagaria uma tarifa menor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Modicidade. Perfeito. Concordo.

O SR. RENAN FILHO – Agora deixe eu dizer uma coisa, Marcos, que é interessante também: São Paulo paga tarifa mais cara do que Rondônia. Os leilões do Estado de São Paulo, por conta dessas diferenças, têm tarifas mais caras do que Rondônia. As concessões do Estado do Mato Grosso são mais caras também do que as de Rondônia. Mas por quê?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ontem eu pedi inclusive o levantamento do IBL (Instituto Brasil Logística), justamente – não sei se está aqui ainda o Deputado Edinho Bez – para fazer o comparativo em relação às concessões.

Mas, Ministro, nós vamos ter uma nova reunião amanhã lá no Ministério, já agendada pelo Senador Jaime Bagattoli, e V. Exa. gentilmente já nos garantiu receber a bancada de Rondônia, pelo menos parte dela. Eu acho que a Viviane vai participar da reunião com direito de fala lá, e a gente vai ter um diálogo, olhando um pouco mais para os dados lá do Estado de Rondônia, para as realidades, para as preocupações que nós temos. São preocupações de quem está lá no dia a dia com as pessoas.

O SR. RENAN FILHO – Sabe o que eu acho que vai evoluir no futuro? Vou dizer aqui. Estamos finalizando, Senador, está no final da nossa audiência, se eu puder agradecer, gostaria de dizer que muitos Ministros vêm aqui ao Senado Federal, às vezes o sujeito é ministro, e o cara vem aqui meio incomodado... Eu queria dizer que eu acho um barato vir aqui para esta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso é muito bom.

O SR. RENAN FILHO – Eu me divirto com isso, faço isso com prazer. Isso é mais ou menos como dia de treino e dia de jogo. O jogador de futebol até treina, mas não gosta de treinar, ele gosta de jogar. E dia de jogo é este aqui, porque o que a gente faz lá no ministério é treino, eu digo para eles que trabalham comigo. Então, hoje é dia de jogo, a gente está aqui conversando sobre os problemas do país e sobre soluções. Eu estou extremamente tranquilo para este debate, para os próximos.

Eu queria lhe agradecer pelo convite, agradecer à Comissão de Infraestrutura. Eu sinto que foi uma reunião densa, tanto do ponto de vista da presença de outras pessoas de fora da Comissão, dos Senadores que passaram por aqui. Eu vi aqui que teve uns 15 ou 20 que fizeram intervenção, mas cerca de 40 Senadores passaram por aqui para registrar a presença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo aqueles que não falaram, o que demonstra a importância da Comissão de Serviços de Infraestrutura e também a importância dos investimentos para o país.

Então, acho que essa construção é conjunta. Vamos seguir conversando sobre isso, porque eu acho que, com esse novo modelo, Marcos, se a gente conseguir construir um consenso mínimo em torno dessas teses, a gente vai ter um momento em que o Brasil vai ter dois tipos de rodovia: a que tem viabilidade privada e é gerida pela iniciativa privada a menor custo possível e a que não tem a viabilidade, que continuará sendo gerida pelo poder público porque as pessoas precisam ter acesso àquela cidade.

Neste momento, alguém pode fazer uma conta: "mas o sujeito sair do Rio Grande do Sul e chegar em Alagoas vai custar quanto?". Vai custar diferente do que custa hoje, mas vai custar à luz de um outro país, que nós estamos construindo com essas soluções, um país mais produtivo, um país que salva vidas, um país mais adequado a essas novas tendências. E, individualmente, se a gente tiver R$600 milhões, R$800 milhões por ano para Rondônia, para as estradas que tem, vai faltar obra, a gente vai ter que arrumar mais obra, além das obras da concessão, que vão fazer...

Quantos bilhões de Opex e de Capex?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São R$10,4 bilhões de investimento da concessionária.

O SR. RENAN FILHO – São R$10,4 bilhões de Opex e Capex adicionais no estado, que tinha recebido 145, pulou para 450, 600, e agora a esses 600 vão ser adicionados esses R$10 bilhões, que serão, majoritariamente, investidos num ciclo dos próximos sete anos. Não é de Governo, não é para este Governo. Porque uma coisa que eu cuidei, Marcos, é porque tem cara que puxa as obras para o começo para dizer que foi este Governo que fez. A gente não fez isso, porque isso desequilibra o contrato, fica mais caro para o cidadão. Então, é um ciclo de sete anos de obra.

Então, eu queria finalizar lhe agradecendo, Senador, parabenizando-o pelo trabalho e agradecendo à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu que agradeço a V. Exa., Ministro Renan Filho, agradeço inclusive a disposição de a gente fazer este debate franco, direto, com relação a esse tema que preocupa Rondônia, que preocupa o setor produtivo de Rondônia, que preocupa o setor produtivo do Mato Grosso, e quem está lá no dia a dia e que tem que dar satisfação e que tem que dar explicações para a população é a bancada do estado, são os Deputados Federais, são os Senadores da República.

Ontem, repito, nós tivemos duas audiências que foram bastante prestigiadas, com um debate muito franco, muito aberto, com representantes dos segmentos produtivos. Então, a fala de V. Exa. aqui é uma fala muito firme, com convicção, e eu não esperava nada diferente disso por conhecer V. Exa., mas ainda teremos a oportunidade de conversar um pouco mais amanhã. O Diretor Guilherme já antecipou vários pontos ontem que, para a gente, representam avanços com relação à questão do cronograma, especialmente do cronograma de obras. Acho que amanhã a gente vai poder pontuar isso lá e, de repente, avançar. A gente precisa dizer para Rondônia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN FILHO – É preciso ter uma entrega.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não dá para você, primeiro, cobrar, cobrar, cobrar, para o usuário só ver obra daqui a quatro anos. Isto é uma coisa que não tem justificativa do ponto de vista de quem está pagando, de quem está vendo, porque a rodovia está estrangulada. Todo dia morre gente na BR-364. Todo dia tem gente morrendo na BR-364, sendo mutilada, danos materiais, enfim, e uma demanda que só cresce, que só aumenta. Então é uma situação muito preocupante.

Eu agradeço a V. Exa. pela tolerância do tempo. Já são 14h52min20, e aqui ninguém almoçou, hein? Além de agradecer ao Ministro Renan Filho, agradeço aqui ao Dr. George Santoro, Secretário-Executivo do Ministério; Dr. Guilherme Theo Sampaio, Diretor-Presidente da ANTT, em agradecimento duplo, por hoje e por ontem também, conosco lá em Rondônia. Extensivamente, o agradecimento ao Sr. Leonardo Cezar Ribeiro, Secretário Nacional de Transporte Ferroviário; à Dra. Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário; ao Dr. Adrualdo Catão, Secretário Nacional de Trânsito, e ao Dr. Fabrício Galvão, Diretor-Geral do Dnit.

Aproveitando aqui a presença do Dr. Leonardo Cezar Ribeiro, já antecipamos que a Comissão pretende fazer aqui uma audiência para debater a questão das ferrovias. Eu acho que é um avanço grande que a gente está tendo, mas é um modelo que talvez a gente precise revisitar um pouco do ponto de vista do resultado.

A diferença de custo, hoje, de quem transporta pelo rodoviário para aquele que transporta pelo ferroviário é algo muito distante daquilo que é praticado fora do Brasil.

O SR. RENAN FILHO – É muito perto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É muito perto.

O SR. RENAN FILHO – É, porque tem pouca ferrovia, e o dono da ferrovia bota quase o mesmo preço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E aí, talvez, seja a concentração de quem tem os trilhos, de quem tem o vagão, às vezes até o produto.

Mas nós vamos ter uma audiência para debater isso.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alan Rick, Margareth Buzetti, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Augusta Brito, Beto Faro, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02 - CDR. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5372, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir os municípios paraenses ainda não atendidos na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus (*Ad hoc*), substituiu Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2093, de 2021 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2121, de 2022 - Terminativo -** que: "Inclui no calendário turístico oficial do País o Festival Halleluya, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2154, de 2022 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística Costa Azul, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2800, de 2024 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Cênica da Estrada Velha de Urupema, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4728, de 2024 - Terminativo -** que: "Fica instituída a Rota Turística "Pacaraima-Rorainópolis", interligando municípios do Estado de Roraima pela BR-174 e rodovias complementares, com o objetivo de promover a integração, o fortalecimento do turismo regional e o desenvolvimento regional." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3113, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Arborização Urbana, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6542, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir a formação e a capacitação de profissionais do turismo como uma das atividades passíveis de financiamento e apoio com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01 - CDR. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2117, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pelo reconhecimento da prejudicialidade do PL nº 2117, de 2023, e pelo encaminhamento da proposição para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2592, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para estabelecer que 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos relativos a operações de crédito dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste serão direcionados a pequenas e microempresas." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 01- CDR, de autoria do Senador Mecias de Jesus. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4199, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 14, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em especial, objetiva-se a discussão da exploração dos recursos minerais estratégicos com ocorrência nessa área." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Resultado:** O requerimento foi lido e aprovado, sendo subscrito pelo Senador Mecias de Jesus, o qual solicita a inclusão de um representante da Agência Nacional de Mineração (ANM) na relação de convidados. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 15, de 2025** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CDR, com o objetivo de instruir o PL 775/2022, que "altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar" sejam incluídos os seguintes convidados: a Doutora Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora Regional da República, e o Senhor Carlos Alberto Pinto dos Santos, Coordenador de Relações Institucionais - CONFREM." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Eduardo Girão, o requerimento foi lido e aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 13 de maio de 2025.

O Ministério do Turismo enviou ofício convidando os membros do Conselho Nacional de Turismo para o 2º Encontro de Turismo Responsável, que ocorrerá de 2 a 5 de junho em Foz do Iguaçu, no Paraná, com destaque para o seminário internacional sobre prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, no dia 3 de junho. O evento contará com a participação de organizações internacionais, como o Grupo de Ação Regional das Américas (Gara), ECPAT Internacional e o Instituto Interamericano del Niño, da OEA, visando fortalecer as políticas públicas e ações de sensibilização contra a exploração sexual no setor turístico.

A Embratur encaminhou o convite para os membros do Conselho Nacional de Turismo para a participação presencial na edição do Visit Brasil Summit de 2025, que será realizado de 19 a 20 de maio no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. O evento reunirá lideranças nacionais e internacionais do setor do turismo para refletir e dialogar sobre temas essenciais como diversidade, sustentabilidade, inovação, empreendedorismo e cultura de dados, com foco na promoção internacional do turismo brasileiro.

Registo que a CDR participa do Conselho Nacional de Turismo, com direito a um membro titular e outro suplente.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas de redação que apresenta.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Em 18/11/2024, foi apresentado novo relatório;

3. Em 26/11/2024, foi concedida vista à Senadora Augusta Brito;

4. A matéria constou da reunião do dia 25/03/2025, quando foi lido o relatório, ficando sua deliberação adiada;

5. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Uma vez que o relatório já foi lido, mas nós precisamos de quórum para votar, fica sobrestado. Vamos aguardar.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5372, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir os municípios paraenses ainda não atendidos na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. A matéria constou na pauta da reunião deliberativa do dia 10/12/2024 e do dia 25/03/2025;

3. A matéria possui parecer aprovado da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE;

4. Em 10/04/2025, o relator, Senador Beto Faro, apresentou novo relatório;

5. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O Relator não está presente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pois não, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Poderia escalar um dos colegas aqui, como *ad hoc*?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Se houver quórum para votação, uma vez que é nominal, porque eu também não posso fazer a votação, mesmo com o Relator *ad hoc*. Havendo quórum regimental, sendo de concordância do Senador...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Parece que não tem, né?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ainda não, falta. Estamos com a expectativa de completar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2093, DE 2021

- Terminativo -

Cria a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Autoria do Coronel Armando.

Também nominal. Pelo mesmo motivo, sobrestado.

Item nº 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2121, DE 2022

- Terminativo -

Inclui no calendário turístico oficial do País o Festival Halleluya, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Autoria do Deputado Danilo Forte.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nós podíamos fazer em outro país a audiência, né? Talvez tivéssemos quórum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Pois é, mas, se a senhora permitir, com a sua, obviamente, anuência, eu queria, já que, como Relator, estou presente, fazer pelo menos a leitura – é possível que se faça.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se a gente tiver como...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu estou fazendo a leitura para chamar a atenção aos temas que estão na pauta...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, perfeito. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... e à ausência dos Relatores, mas vou chegar ao seu texto e nós vamos ouvir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senadora. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) –

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2154, DE 2022

- Terminativo -

Cria a Rota Turística Costa Azul, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Autoria do Deputado Federal Rodrigo Coelho.

Relatoria do Senador Jorge Seif, que também se encontra ausente.

Item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2800, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Cria a Rota Cênica da Estrada Velha de Urupema, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Autor e Relator ausentes, que é o Projeto de Lei 2.800.

Item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4728, DE 2024

- Terminativo -

Fica instituída a Rota Turística "Pacaraima-Rorainópolis", interligando municípios do Estado de Roraima pela BR-174 e rodovias complementares, com o objetivo de promover a integração, o fortalecimento do turismo regional e o desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Autor e Relator ausentes.

Item nº 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3113, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Arborização Urbana, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana, e dá outras providências.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 25/03/2025, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Rogerio Marinho;

2. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, seguindo posteriormente à Comissão de Meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa

A pedido do autor, eu estou retirando, para que seja votado posteriormente.

O Senador Rogerio Marinho também solicitou que fosse, porque quer ter uma reunião comigo.

Então, está retirado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item nº 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 6542, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir a formação e a capacitação de profissionais do turismo como uma das atividades passíveis de financiamento e apoio com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Observações:

1. Após deliberação da CDR, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

Tenho informação de que ele está a caminho, então eu vou aguardar que ele apresente seu relatório.

O item nº 10 não é terminativo. (*Pausa.*)

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 2117, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pelo reconhecimento da prejudicialidade do PL nº 2117, de 2023, e pelo encaminhamento da proposição para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Observações:

1. A matéria constou na pauta da reunião deliberativa do dia 25/03/2025, sendo adiada.

2. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

Autoria do Deputado Federal José Guimarães.

Relatoria do Senador Cid Gomes, que não está presente.

Próximo item.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2592, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para estabelecer que 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos relativos a operações de crédito dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste serão direcionados a pequenas e microempresas.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 01- CDR, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Após deliberação da CDR, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.

Também não estão presentes. Não é terminativo.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 4199, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, seguindo posteriormente à Comissão de Meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa.

Não estão presentes.

Nesses que não são terminativos, se as assessorias entenderem que é possível que um outro colega possa fazer uma leitura *ad hoc*, poderemos fazê-lo. (*Pausa.*)

Tem alguns requerimentos, mas, em virtude do tempo, eu vou passar para o item nº 4. Mesmo sendo terminativo, faremos a leitura e, oportunamente, a votação.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2121, DE 2022

- Terminativo -

Inclui no calendário turístico oficial do País o Festival Halleluya, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Passo a palavra ao Senador para a leitura.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muitíssimo obrigado, minha querida irmã Senadora Professora Dorinha, do Estado de Tocantins. Agradeço a oportunidade. Mesmo ainda faltando dois nomes de colegas para a gente completar o quórum, vamos conseguir, se Deus quiser.

Eu queria dizer que esse projeto... Eu tenho um carinho tão grande pelo Festival Halleluya, que faz um contraponto a uma festa mundana, profana, que é o Fortal, absolutamente nada contra, mas os nossos valores, os princípios, Senador Marcos Pontes... Como é que eu digo? A questão de uma celebração saudável é esse festival organizado há muitos anos lá no Estado do Ceará, tradicional. Eu já tive a oportunidade de ir algumas vezes.

Eu fiz questão de estar aqui, estou chegando da Argentina, estava ontem com a Senadora Damares e o Senador Magno Malta lá. Passei a noite fazendo conexões para chegar, vim direto do aeroporto para cá e estou até com a mesma roupa que eu estava ontem lá nos encontros que a gente teve na Argentina. Aliás, Professora Dorinha, quero aproveitar, Senadora, nosso querido Senador Zequinha Marinho, Senador Mecias de Jesus, Senador Marcos Pontes, e dizer que é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tragédia humanitária o que os brasileiros estão sofrendo lá. Eu não esperava por aquilo, até porque o Governo Milei é um Governo que se propõe a fazer a justiça para todos, a ser um contraponto a essa barbaridade de perseguição política que a gente está vendo pelo mundo, especialmente aqui no Brasil. E eu fiquei muito estarrecido: três Senadores da República do Brasil vão àquele país, tem centenas de brasileiros lá que são refugiados, foram com a roupa do corpo, a família levando comida... Entraram legalmente no país, pedindo o asilo, quer dizer, tudo de acordo com a lei, e estão sofrendo perseguição. E todo mundo sabe lá no Governo o que está acontecendo com o Brasil, a ditadura da toga que a gente vive. Então, é surreal a gente ver cinco brasileiros que foram renovar o passe precário, a permanência, como se chama, de três em três meses, enquanto o asilo não é votado, Professora, serem presos. E a gente foi visitá-los no presídio.

E olha o que foi que aconteceu – e eu preciso dizer isto aqui; nós vamos conversar com o Presidente Davi Alcolumbre, repercutir para os demais colegas; vocês são os primeiros a saber –: nós fomos ao presídio feminino, porque tem uma brasileira, a Ana Paula, que faz tratamento de uma doença autoimune, e eu não consegui entrar. Agora, deixe-me dizer o porquê: levei meu passaporte diplomático, meu nome estava na portaria, autorizado pelo Governo – meu nome estava lá: diplomacia, autorizada a visita –, só que eles exigiram, Senador Zequinha, aquela carteira funcional do Senado. Ora, eu estou aqui há sete anos, eu já fiz várias viagens internacionais, para onde eu vou eu levo o passaporte, e nunca me pediram isso. E aí pediram. O Senador Magno não tinha levado o... ele deixou no hotel o passaporte, mas ele sempre anda... porque ele coloca o cartão de crédito junto do documento funcional da gente aqui, que a gente recebe quando toma posse. O da Senadora Damares estava na bolsa dela. Eu nunca levei, está lá em casa, nunca peguei. E os caras não me deixaram entrar.

E um detalhe disso tudo é que, depois a gente foi entender – eles criaram todo tipo de burocracia também para o Senador Magno Malta e para a Senadora Damares; mesmo com tudo, ficamos esperando, deram um chá de cadeira de uma hora lá –, isso é o aparelhamento que o Governo anterior deixou. Se o Governo Milei não fizer o que tem que ser feito, não tiver pulso – porque isso é uma sabotagem, é um boicote interno –, vai acabar como o Governo Bolsonaro acabou. O alerta é esse. Mesmo tentando fazer o que tem que ser feito, vão fazer tudo para minar o trabalho correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, eu quero deixar esse alerta, porque depois eu entendi o que foi que aconteceu: lá na sala de espera... Enquanto o Senador Magno Malta e a Senadora Damares entraram para ver os brasileiros, eu fiquei na sala de espera, onde ficam até os oficiais. Aí eu fiquei olhando lá, aí caiu a ficha de por que eles não deixaram entrar. Inclusive, nem Magno, nem Damares foram à cela, não conseguiram ir à cela; eles levaram para outro local, para uma sala.

Mas, na sala que eu estava ali, de espera, o extintor de incêndio, Professora Dorinha, Senadora querida, há dois anos vencido; a janela, quebrada, mas não é negócio de trincada não: é quebrada! Chovendo, e a coisa entrando.

Então, assim, é surreal o que a gente viu, e nós vamos voltar ao país.

Eu quero convidar vocês para que a gente possa voltar, porque os brasileiros estão sofrendo de uma forma surreal.

Você vai para outro país buscar refúgio político, e, aí, sofre provação, perseguição lá?! Então, é um negócio, assim, que não dá para aceitar.

Nós vamos voltar para cumprir o nosso papel, enquanto houver sofrimento.

Mas perdão pelas delongas. Eu queria apenas pedir para ir direto à análise. Pode ser? Para a gente ganhar tempo.

Então, nos termos do art. 104-A, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão, CDR, opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo, caso do projeto em análise.

Ademais, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao projeto.

O texto apresenta, ainda, técnica legislativa adequada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inclusão do Festival Halleluya, no calendário turístico oficial do Brasil, representa o reconhecimento da relevância desse evento para a cultura, a economia e o turismo do Município de Fortaleza e do Estado do Ceará.

Realizado anualmente, o festival já se consolidou como uma das maiores celebrações de música e espiritualidade do país, atraindo milhares de pessoas de diferentes regiões e gerando impactos positivos em diversos setores da sociedade.

O Festival Halleluya se destaca por sua capacidade de mobilizar um público expressivo, contribuindo diretamente para o fortalecimento do turismo e da economia local.

O evento impulsiona a rede hoteleira, o setor de alimentação, o comércio e os serviços, beneficiando os trabalhadores e empreendedores da região.

Além disso, sua programação diversificada e acessível promove a valorização da cultura, oferecendo uma alternativa de entretenimento que alia música, arte e mensagens de fé e esperança.

Outro aspecto relevante é o caráter social do festival, que incentiva ações solidárias, como campanhas de doação de sangue e arrecadação de alimentos, além de proporcionar espaços de acolhimento e apoio a grupos em situação de vulnerabilidade.

Esse compromisso com a cidadania e a inclusão social reforça a importância de sua institucionalização como parte do calendário turístico nacional, ampliando seu reconhecimento e incentivando sua continuidade e expansão.

Dessa forma, a aprovação do projeto contribuirá para consolidar o Festival Halleluya como um patrimônio cultural e turístico do Brasil, garantindo maior visibilidade e apoio institucional a essa iniciativa de grande impacto positivo para Fortaleza, o Ceará e o país.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.121, de 2022, já deixando os meus cumprimentos ao Deputado Danilo Forte, que teve a iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho muita honra de estar relatando aqui, exatamente nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a inclusão, no calendário turístico oficial do Brasil, do Festival Halleluyá, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Girão.

Com certeza, será votado, por unanimidade, quando nós tivermos quórum.

Eu quero só informar que, às 10h30, eu vou encerrar, se não chegar...

Eu vou passar para o Senador Mecias, que está aqui e é Relator do item 12, que também, mesmo não sendo terminativo, precisa ter nove para votarmos.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 4199, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, seguindo posteriormente à Comissão de Meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Senadora Dorinha, querida amiga e atuante Senadora do nosso querido e amado Estado de Tocantins, caros colegas Senadores e Senadoras, o projeto de lei é de autoria do Senador Sérgio Petecão.

Passo à leitura do relatório, lamentando que não tenhamos ainda o quórum necessário para a aprovação desse projeto, que ainda irá, depois desta Comissão, a mais duas Comissões.

Passo a fazer a leitura do relatório, Sra. Presidente.

O Projeto de Lei 4.199, de 2024, propõe instituir o Plano Rios Livres da Amazônia, com o objetivo de promover a navegabilidade e a conservação dos corpos de água na Amazônia Legal.

A proposição abrange os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso, além de partes dos Estados de Tocantins, de Goiás e do Maranhão.

Organizado em 12 artigos, o projeto estabelece princípios, objetivos e diretrizes para a gestão das vias navegáveis na Região Amazônica e cria instâncias de governança, como o Comitê Gestor e comitês de bacias hidrográficas.

A proposição também prevê a participação da sociedade civil e a adoção de medidas para a educação ambiental.

Assim, o art. 1º institui o Plano Rios Livres da Amazônia.

O art. 2º determina que o plano é destinado a contribuir com a conservação e a promoção da navegabilidade nos corpos de água da Amazônia Legal.

O art. 3º prevê que o plano e as ações dele decorrentes observarão os princípios da precaução, do poluidor-pagador, da prevenção, da participação cidadã e do desenvolvimento sustentável, assim como estabelece critérios a serem considerados para sua elaboração e execução.

O art. 4º estabelece como objetivos do Plano Rios Livres da Amazônia: promover a cooperação federativa ampla; compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação dos recursos hídricos; fomentar a educação ambiental; reduzir a poluição e danos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambientais; incentivar a participação social; estimular a pesquisa e a inovação em transporte hidroviário; e impulsionar a prevenção e a adaptação a eventos hidrológicos críticos.

O art. 5 º dispõe que a estrutura de governança do plano inclui o Comitê Gestor, os comitês de bacias hidrográficas e os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais e municipais cujas competências estejam relacionadas à governança do plano.

O art. 6º trata da composição do Comitê Gestor, e o art. 7º, sobre suas competências.

O art. 8º trata da formação e atuação dos comitês de bacias hidrográficas, enquanto o art. 9º dispõe sobre suas competências.

O art. 10 prevê que o regulamento do plano definirá a composição do Comitê Gestor, ações a serem desenvolvidas, metas, prazos e critérios de avaliação.

O art. 11 determina que a participação no Comitê Gestor e nos comitês de bacias hidrográficas será considerada prestação de serviço público relevante não remunerada.

Por fim, o art. 12 traz a cláusula de vigência, que seria imediata à publicação da lei originada da aprovação do projeto.

Na justificativa, o autor argumenta que o Brasil, especialmente a Região Norte, possui grande potencial para a navegação hidroviária, mas enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura, sazonalidade das chuvas, mudanças climáticas e concorrência com outros modais.

Além disso, a degradação e a poluição dos rios comprometem a qualidade da navegação. Dados de 2019 indicam que apenas 31% dos 63 mil quilômetros de rios navegáveis no Brasil são utilizados comercialmente.

Para enfrentar esses problemas, o projeto de lei propõe o Plano Rios Livres da Amazônia, que visa a conservar e a promover a navegabilidade na Amazônia Legal, integrando diretrizes de gestão das bacias hidrográficas com políticas públicas ambientais e de transporte.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Serviços de Infraestrutura (CI) e, em decisão terminativa, de Meio Ambiente (CMA), nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até o momento, não foram oferecidas emendas ao projeto.

Da análise, Sra. Presidente.

Conforme dispõe o inciso II do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a planos regionais de desenvolvimento econômico e social.

Ao propor um plano para promover a navegabilidade e a conservação de corpos d'água na Amazônia Legal, o PL nº 4.199, de 2024, se insere nas competências desta Comissão.

A presente análise se restringe ao mérito da proposição.

Os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deverão, nos termos regimentais, ser apreciados peal Comissão de Meio Ambiente, que deverá proferir decisão terminativa sobre a matéria.

O presente projeto busca integrar esforços para garantir a navegabilidade e a conservação dos recursos hídricos na Amazônia, promovendo o desenvolvimento sustentável e a participação da sociedade. A necessidade de viabilizar soluções sustentáveis para a utilização desses recursos, como forma de promover o desenvolvimento da região, é evidente.

A aprovação do Projeto de Lei 4199, de 2024, é fundamental para garantir a navegabilidade e a conservação dos corpos de água na Amazônia Legal.

A região, rica em biodiversidade e recursos hídricos, enfrenta desafios significativos relacionados à poluição, ao desmatamento e ao uso inadequado dos recursos naturais.

O projeto em análise visa a não apenas promover a mobilidade de pessoas e bens por meio de um sistema hidroviário eficiente e seguro, mas também assegurar a preservação ambiental, reconhecendo a água como um bem público e um recurso limitado, que deve ser gerido de forma sustentável.

Além disso, o Plano Rios Livres da Amazônia propõe uma abordagem integrada e descentralizada, envolvendo a participação ativa de diferentes entes federativos, comunidades locais e usuários dos recursos hídricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atuação dos comitês de bacia hidrográfica em conjunto com o Comitê Gestor permitirá uma governança mais eficaz, em que as decisões serão tomadas de forma colaborativa, respeitando as especificidades de cada região.

Essa estrutura não apenas facilita a implementação de ações de conservação e monitoramento, mas também promove a educação ambiental, essencial para a formação de uma cidadania consciente e engajada na proteção dos recursos naturais.

Por fim, a aprovação deste projeto é um passo crucial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Ao fomentar a pesquisa e a adoção de tecnologias inovadoras para o transporte hidroviário, o plano não só contribuirá para a redução da poluição e dos danos ambientais, mas também estimulará o crescimento econômico local, respeitando os limites do meio ambiente.

Portanto, reconhecemos a importância deste projeto e entendemos que sua aprovação contribuirá para um futuro mais sustentável e equilibrado para a Amazônia e suas comunidades.

Sra. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Sérgio Petecão pela iniciativa. Este projeto, sem dúvida nenhuma, traz grandes chances de desenvolvimento da Amazônia de forma sustentável.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação do PL 4.199.

Quero informar que recebi uma solicitação do Ministério de Portos e Aeroportos para que fizesse uma modificação com relação ao Comitê Gestor e aos comitês de bacias hidrográficas. No entanto, eu me comprometi com o ministério de vermos essa possibilidade na Comissão de Infraestrutura, onde nós teremos condições de resolver essa situação, para deixar o projeto chegar à Comissão de Meio Ambiente já ajustado para sua integral aprovação.

Voto favorável e solicito a aprovação dos nobres pares desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Mecias de Jesus, tocantinense. Obrigada pelo seu relatório. Com certeza, é um tema extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade de falar rapidamente, Senador Alan Rick, com o Senador Girão sobre o nosso trabalho na missão sobre saneamento e lixo. Infelizmente, no Brasil, o chorume tem sido misturado no esgoto, e isso vai para as águas. Uma coisa é o esgoto tratado, que são resíduos orgânicos e dejetos. Outra coisa é o chorume, que tem produtos cancerígenos, produtos químicos. Infelizmente, a questão do lixo tem sido ignorada solenemente.

Os municípios não vão conseguir sozinhos, sem apoio dos governos estaduais e federal.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Os Senadores que aprovam o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado e segue para a Comissão de Infraestrutura.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O Projeto de Lei nº 4.199, de 2024.

Parabéns, Senador.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pela ordem, Sra. Presidente Professora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Acerca do tema que V. Exa. acaba de apresentar a esta Comissão, o chorume é altamente tóxico, prejudicial aos nossos rios, efluentes, nascentes. Estamos preparando um projeto de lei visando vedar a aplicação, a destinação do chorume de forma inadequada, como é feito hoje no Brasil, diretamente nos nossos mananciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma legislação específica, existe uma lei no Brasil que trata de resíduos sólidos. Nós temos um marco legal de saneamento, recentemente aprovado. E V. Exa. levantou um ponto essencial, quero parabenizá-la por levantar este tema e dizer que nós estamos preparando um projeto de lei justamente para corrigir esse grave problema ambiental no Brasil.

Muito obrigado, Sra. Presidente, e parabenizo o Senador Mecias de Jesus pelo brilhante relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Alan Rick.

Eu agora concedo... Está em discussão o Projeto de Lei 2.121, de 2022, que foi relatado pelo Senador Eduardo Girão, que inclui, no calendário turístico oficial do país, o Festival Halleluya, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.

O relatório já foi lido, e eu vou abrir a votação nominal para que, durante a leitura do próximo projeto, os Senadores que estão presentes e os que estão remotamente, mas na Casa, possam votar.

A votação do Projeto 2.121, de 2022, é nominal. Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 6542, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir a formação e a capacitação de profissionais do turismo como uma das atividades passíveis de financiamento e apoio com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Observações:

1. Após deliberação da CDR, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

Autoria: Câmara dos Deputados, do Deputado Fábio Faria.

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick para a leitura do seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente. Cumprimento os colegas Senadores, amigos presentes, assessores, todos os que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado Federal.

Peço vênia a V. Exa., Presidente, para ir direto à análise.

À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo compete opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo e políticas relativas ao tema, consoante os incisos VI e VII do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal.

Com relação à proposição em tela, cabe salientar que não verificamos óbices quanto a constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e redação.

Quanto ao mérito, o projeto salienta a importância de se investir recursos públicos em ações de formação e capacitação de profissionais para o setor de turismo. A proposta é muito bem-vinda, não apenas na circunstância em que o projeto foi apresentado – antecedendo uma presumível elevação na movimentação turística no Brasil em função de eventos esportivos de apelo mundial –, mas como política de Estado voltada ao desenvolvimento de áreas nas quais o turismo é a principal fonte de renda e um efetivo mecanismo de desenvolvimento socioeconômico.

Vale lembrar que a aprovação do projeto original pela Câmara dos Deputados, há cinco anos – imediatamente antes do início da pandemia de covid-19 –, antecede uma ampla revisão promovida na Lei Geral do Turismo (LGT) pela Lei 14.476, de 2022, que alterou não apenas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disciplina referente ao Fundo Geral de Turismo, mas a sua própria denominação: hoje, Novo Fungetur.

De acordo com o texto aprovado, os prestadores de serviços turísticos podem ter variadas constituições jurídicas, incluindo as de empresários individuais, sociedades limitadas unipessoais, serviços sociais autônomos e associações privadas, o que amplia a possibilidade de acesso a recursos do fundo por profissionais e microempresas de turismo.

Atualmente, as linhas de crédito regulamentadas abrangem financiamentos privados de investimentos em capital fixo, incluindo obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos; aquisição de bens; e até capital de giro isoladamente. Os prazos de carência e amortização são majorados para projetos das Regiões Norte e Nordeste.

Algumas alterações na regulamentação posteriores à aprovação pela Câmara dos Deputados do PL 6.542, de 2019, e à revisão da LGT merecem destaque nesta análise.

A participação do Novo Fungetur no financiamento de obras civis passou a ser de 100% para projetos inferiores a R$5 milhões.

O prazo de carência para aquisição de bens e os prazos de amortização e carência para a linha de capital de giro tiveram seus limites ampliados expressivamente.

O trecho a seguir, incluído pela Portaria nº 39, de 20 de novembro de 2023, sobressai em seu potencial para, de fato, ampliar o acesso a capital de giro voltado ao treinamento profissional de agentes de turismo:

> X - os agentes financeiros que utilizem recursos do Novo Fungetur poderão aderir ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e requerer garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para essas operações, as quais, para fins do disposto nos § 4º e § 4º-A do art. 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, deverão ser agrupadas como carteira específica no âmbito de cada instituição;

Essas são alterações que facilitam o acesso ao crédito por parte de empreendedores de micro e pequeno portes. A contratação do crédito parece equacionada pela regulamentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atual, que passou a oferecer alternativa de garantia às operações, mitigando o risco por meio do FGO e, assim, superando o principal obstáculo à concessão de crédito pelos agentes financeiros credenciados ao Novo Fungetur.

Nesse contexto, consideramos que, mesmo que o objetivo da proposição em análise já esteja compreendido na Política Nacional de Turismo, é essencial que esteja explicitamente previsto em lei entre os possíveis usos do Novo Fungetur, caracterizando a destinação proposta como política de Estado e proporcionando segurança jurídica às operações desta natureza.

O Brasil ainda carece demasiadamente de formação e capacitação de profissionais para promover avanços no turismo, quer o receptivo, quer o interno. Somente com ações efetivas de capacitação profissional será possível melhorar a qualidade dos serviços prestados ao turista e, assim, aumentar a empregabilidade e a renda circulante nos locais com potencial turístico.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.542, de 2019, na forma como foi encaminhado pela Câmara dos Deputados, com uma pequena emenda de redação para atualizar a designação dada ao Fundo Geral de Turismo. A emenda trata do seguinte:

> EMENDA Nº , DE 2025 – CDR
> Onde se lê "Fungetur" na nova redação proposta pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 6.542, de 2019, para o *caput* do art. 19 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, leia-se "Novo Fungetur".

Este é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Alan Rick, com certeza um dos maiores desafios é a qualidade da prestação do serviço em todos... O Brasil é rico em atrações turísticas, enfim, é isso no país inteiro, com diferentes naturezas, mas a qualidade do serviço, que envolve o turismo gastronômico, guia e todo o cuidado... E aqui é um grande passo que V. Exa. dá.

Está em discussão a matéria, o Projeto de Lei 6.542. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação é simbólica.

Os Senadores que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Alan Rick permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Ah, desculpa. Eu tenho que aguardar a finalização.

Se alguém puder ligar para o Eduardo Gomes, se alguém ligou para a assessoria... (*Pausa.*)

Tem dois requerimentos. Eu vou passar para o Requerimento nº 14, que foi apresentado pela Senadora Augusta Brito, subscrito pelo Senador Eduardo Girão, para a gente discutir e também, assim que possível, fazer a votação.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CDR, com o objetivo de instruir o PL 775/2022, que "altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar" sejam incluídos os seguintes convidados: a Doutora Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora Regional da República, e o Senhor Carlos Alberto Pinto dos Santos, Coordenador de Relações Institucionais - CONFREM.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Eu passo a palavra ao Senador Girão, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Só para subscrever esse debate importante que nós teremos muito em breve: eu requeiro, Sra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 19, de 2024, da CDR, com o objetivo de instruir o PL 775, de 2022, que altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar, sejam incluídos os seguintes convidados – é um pedido aqui da Senadora Augusta Brito, que é do meu estado, o Ceará –: a Dra. Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora Regional da República; e o Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, Coordenador de Relações Institucionais.

Muito obrigado.

Aproveito para agradecer a todos os colegas Senadores pelo esforço, em uma semana atípica, de marcarem presença e de votarem esse projeto, que vai ser de muita alegria, do reconhecimento importante de um trabalho sério feito no Festival Halleluya e que vai ser incluído, se Deus quiser, com a aprovação, no calendário nacional, gerando renda, gerando turismo, e gerando boas energias, fé e esperança para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Girão.

Resta um voto...

Eu não posso votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não. Eu conto como quórum, o meu já conta como quórum.

Flávio ou Eduardo Gomes: um dos dois precisa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É o Flávio, o Eduardo ou o Rogerio.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Isso, do seu bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu achei que já estava...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Espere só um minutinho aqui... (*Pausa.*)

E muito obrigado, Senadora Professora Dorinha, pela sua paciência. Sei que a agenda é apertadíssima, mas a gente vai... Até porque é do nosso bloco, vamos falar já, já. Mas muito obrigado mesmo pela sua tolerância e sempre boa vontade junto dos bons projetos.

Só um minutinho. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está encerrada a votação.

Abra o painel, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A matéria foi aprovada e será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação recentemente reconhecida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em especial, objetiva-se a discussão da exploração dos recursos minerais estratégicos com ocorrência nessa área.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Fica prejudicado o Requerimento nº 13, de 2025, por ter sido substituído pelo Requerimento nº 15, de 2025.

Item 9, Projeto de Lei nº 6.542, de 2019, que foi apresentado pelo Senador Alan Rick.

Encerrada a discussão.

A votação é simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente, eu estava ali na outra Comissão, mas eu tinha um projeto aqui que, no nosso entendimento, é da maior importância, que trata sobre a limpeza de rios, de igarapés. Lá na nossa região, na Região Amazônica, lá no Acre, só quem vive às margens do rio, quem vive nas beiras do rio, como a gente chama lá, sabe da importância que tem esse projeto.

O Relator foi o Senador Vicentinho...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Desculpa, Mecias.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nós vamos retirar essa aprovação, não é, Mecias? Errou até teu nome. Vamos recolher esse parecer e a votação. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu o comparei com um homem tão bom, o Vicentinho é do bem.

O Mecias sabe da importância que é um projeto desse lá para a nossa região. Só quem mora na Amazônia sabe da importância de um projeto desses.

Então eu queria lhe agradecer, agradecer aos colegas que votaram nesse projeto, porque, com certeza, ele ajuda e ajuda muito, principalmente aquelas pessoas menos favorecidas que usam o rio como o seu maior transporte, até para chegar às suas residências.

Era isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Sérgio Petecão, foi aprovado e realmente todos nós o parabenizamos pela iniciativa do projeto, nós que somos da Amazônia, como o caso do Tocantins, que também integra a Amazônia Legal. E o Senador Mecias de Jesus fez um grande trabalho. Tocantinense, lá de Carrasco Bonito. Com certeza, a sua relatoria foi muito bem acolhida. Parabéns pelo projeto!

Senador, eu acho que não tem... Eu posso até abrir a votação, senão eu teria que encerrar, mas eu queria que alguém assumisse a Presidência. Eu realmente não... Falei que ia encerrar às 10h30. Eu tenho uma audiência externa agora às 11h. Se alguém puder assumir a Presidência...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu posso, Senadora. Eu posso aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então eu vou fazer o chamado para a nominal, e aí há o trabalho de garimpagem de novo para a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Está certo. Obrigado, querida. Obrigado mesmo. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Projeto de Lei nº 2, terminativo, de 2021, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade –, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública.

A autoria é da Senadora Leila Barros, e a relatoria é do Senador Astronauta Marcos Pontes.

O relatório já foi apresentado.

Eu vou abrir a votação e, como estará em votação, se o Relator quiser fazer alguma complementação...

Eu passo a Presidência ao Senador Eduardo Girão.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Paz e bem a todos vocês.

Mais uma vez aqui, agradeço à Senadora Professora Dorinha pela paciência, tolerância e condução desta sessão.

Foi aberto já o painel? Vamos agora à votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, é, agora V. Exa. pode votar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Não posso, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode não? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, tá! Eu posso votar.

Então vamos lá. Vai dar certo esse negócio, viu? Vamos fazer essa garimpagem.

Peço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que, por favor, nos ajudem aqui. O Senador Marcos Pontes está desde cedinho aqui na Casa pedindo a participação dos senhores para que a gente possa concluir também essa votação, assim como foi no item anterior, do projeto Halleluya, da Comunidade Shalom, a organizadora, que nós conseguimos incluir no calendário nacional do turismo.

Então, já temos três. Eu vou votar também aqui, porque já ficam quatro.

Vamos ligar para os colegas. Tem que ser pelo celular, é? (*Pausa.*)

Vou pedir também o trabalho sempre importante dos assessores aqui, das assessoras, que sempre nos ajudam muito nesse contato, para que a gente possa conseguir concluir essa votação o quanto antes. (*Pausa.*)

Eu vou, enquanto... Dois votos estão faltando. Vai dar tudo certo. Este é um dia *show*, abençoado.

Vamos lá! (*Pausa.*)

Deu quórum já! Foi antes do que a gente imaginava. Como diz o Senador Magno Malta, mais rápido do que imediatamente.

Então vamos lá. Está encerrada a votação.

Peço à nossa Secretaria que abra o painel de votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O mesmo placar do anterior. Empatou.

Oito a zero de novo. Maravilha!

Então, aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

Essa Secretaria nossa não para, quer realmente deliberar mesmo, produzir. Está de parabéns toda a equipe pela mobilização de hoje.

Agradeço ao Senador Mecias de Jesus, que vai relatar *ad hoc* o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5372, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir os municípios paraenses ainda não atendidos na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria *ad hoc*: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. A matéria constou na pauta da reunião deliberativa do dia 10/12/2024 e do dia 25/03/2025;

3. A matéria possui parecer aprovado da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE;

4. Em 10/04/2025, o relator, Senador Beto Faro, apresentou novo relatório;

5. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Olha só, é um projeto importantíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já passo imediatamente a palavra, para a leitura do relatório do Senador Zequinha Marinho, já avisando as assessorias sobre o último desafio de hoje. Aviso às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores também que vai ter mais uma votação nominal. É a última.

Vamos lá.

Olha aí o Dr. Hiran, grande garoto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Estou aqui, hein? E já votei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom! Obrigado, querido.

Com a palavra o Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, caro colega, amigo Senador Eduardo Girão, que preside esta sessão, recebo aqui para relatar o projeto de autoria do Senador Zequinha Marinho. O Relator é o Senador Beto Faro, também lá do Pará.

Eu gostaria de ver a possibilidade com V. Exa. de irmos direto à análise.

Nos termos do inciso V do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDR opinar sobre matérias pertinentes a agências e organismos de desenvolvimento regional.

Por se tratar de matéria terminativa, cabe a esta Comissão não apenas a análise do mérito, mas também dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

O PL nº 5.372, de 2020, é semelhante a algumas outras proposições aprovadas ao longo dos últimos anos para ampliar a área de atuação da Codevasf.

Em nenhum desses casos se identificaram quaisquer problemas de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa.

Da mesma forma, o PL nº 5.372, de 2020, claramente atende a todos esses requisitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, é importante reiterar a contribuição da Codevasf para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que atua. Suas ações são especialmente importantes em territórios carentes de infraestrutura, pois a companhia executa políticas públicas nas áreas de saneamento básico, segurança hídrica, agricultura irrigada, revitalização de bacias hidrográficas e economia sustentável.

Somente as ações de irrigação implantadas pela Codevasf, por exemplo, são responsáveis por manter mais de 300 mil empregos diretos e indiretos nas áreas atendidas.

Atualmente, a Codevasf alcança 2.688 municípios, localizados em 16 unidades da federação.

No Pará, a companhia já alcança um total de 98 municípios.

Cabe aqui ressaltar que, conforme já se apontou no relatório aprovado na CAE em 2019, houve a iniciativa de incluir as bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados do Amapá e do Pará na área de atuação da Codevasf, materializada no PL nº 4.731, de 2019 (que resultou na Lei nº 14.053, de 2020).

Porém, ao longo da tramitação do projeto, as bacias hidrográficas do Pará acabaram sendo excluídas.

O resultado é que somente uma parcela de seu território – correspondente às bacias hidrográficas dos rios Tocantins e Gurupi – é atendida pela Codevasf.

Contudo, as bacias hidrográficas remanescentes apresentam uma série de problemas – como a ocupação irregular das cabeceiras e os desmatamentos antecedidos de queimadas – cujo enfrentamento claramente é uma questão urgente para o país, o que requer a presença da companhia.

Por último, reiteramos aqui que o PL nº 5.372, de 2020, não implica aumentos imediatos de gastos públicos.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei nº 5.372, de 2020, de autoria do Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São o parecer e o relatório do Senador Beto Faro, pela aprovação, com o que eu concordo plenamente, Senador Girão, até porque reconheço a importância do trabalho realizado pela Codevasf ao longo do nosso país.

Aproveito também para dizer que temos um projeto de lei aprovado aqui no Senado Federal, de minha autoria, incluindo os municípios de Roraima na área de atuação da Codevasf que dorme em berço esplêndido na Câmara dos Deputados.

Espero que não aconteça a mesma coisa com este projeto de autoria do Senador Zequinha Marinho.

Peço a aprovação dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, querido.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senador Girão, eu queria levantar uma questão de ordem.

Eu queria sugerir a V. Exa. que me permitisse ler o relatório do Projeto de Lei 4.728, de autoria do nosso querido colega Senador Mecias de Jesus, que é muito importante para nós.

Eu acredito que seja uma pauta consensuada entre nós

Aí nós poderíamos votar em bloco depois que eu lesse esse relatório. O senhor concorda?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, meu querido Senador Dr. Hiran.

Aceito a sugestão do senhor imediatamente.

A Senadora Presidente da sessão, Professora Dorinha, também deu o aval.

Então, ficamos bem confortáveis para fazer esse esforço concentrado, porque a gente vai aproveitar e votar em bloco, Senador Marcos Pontes, ligando para os colegas para conseguir a votação desses dois projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir, a matéria continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão do Projeto de Lei nº 5.372, de 2020, cuja leitura do relatório o Senador Mecias de Jesus fez *ad hoc*.

Trata-se de projeto de autoria do Senador Zequinha Marinho, com relatoria titular do Senador Beto Faro.

A votação vai ser nominal, e nós vamos fazer em bloco já já.

Primeiro, já passo, imediatamente, ao item 7, que é terminativo, ou seja, vamos precisar de voto nominal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4728, DE 2024

- Terminativo -

Fica instituída a Rota Turística "Pacaraima-Rorainópolis", interligando municípios do Estado de Roraima pela BR-174 e rodovias complementares, com o objetivo de promover a integração, o fortalecimento do turismo regional e o desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Imediatamente, eu concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Como V. Exa. já antecipou, submete-se à apreciação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa, este Projeto 4.728, de autoria do meu querido colega Senador Mecias de Jesus, que cria a rota turística Pacaraima-Rorainópolis, no Estado de Roraima, interligando os municípios do estado pela BR-174 e suas rodovias complementares.

Conforme o art. 1º da proposição, a criação da rota turística Pacaraima-Rorainópolis tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental da região, mediante as ações integradas das áreas de turismo, ecológico, cultural, histórico e gastronômico.

A rota turística pretendida abrange, conforme definido no art. 2º, os Municípios de Pacaraima, Amajari, Uiramutã, Normandia, Boa Vista, Cantá, Alto Alegre, Bonfim, Mucajaí, Iracema, Caracaraí, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis, todos interligados pela BR-174.

O art. 3º requer do Poder Executivo, por meio de programas de turismo regional, a oferta de apoio técnico e financeiro para auxiliar a estruturação, gestão e promoção dos atrativos da referida rota.

O art. 4º conclui a proposição com a clausula de vigência imediata da norma.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Vamos à análise.

Eu procurei falar sobre o relatório para dar ênfase à importância do projeto e conhecimento a vocês de toda a abrangência dele no nosso estado.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104-A, incisos VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, analisar as proposições que tratem de assuntos e políticas referentes ao turismo.

Cumpre destacar, inicialmente, que o projeto de lei ora analisado não apresenta vício formal que venha a impedir o prosseguimento do exame da matéria por esta Comissão. É competência concorrente da União legislar sobre o patrimônio turístico, conforme a literalidade do art. 24, inciso VII, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria com reserva de iniciativa ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República (arts. 48, 61, §1º, e 84 da CF), nem tampouco de dispositivo contendo cláusula de reserva de lei complementar. Da mesma forma, obedeceu-se à boa técnica legislativa e foram cumpridos, durante a tramitação, os ditames regimentais.

Sobre o mérito, a proposição tem como objetivo apoiar o desenvolvimento turístico dessa ainda pouco conhecida e explorada região do território nacional. Vale destacar que a rota proposta vai permitir explorar, por exemplo, as belezas naturais em torno do Monte Roraima, em Pacaraima, e a rica biodiversidade da Floresta Amazônica presente ao longo de toda a rodovia BR-174. A visita às comunidades tradicionais também se insere nas atrações turísticas do percurso, auxiliando na geração de renda e, assim, na capacidade de preservação das identidades culturais locais.

A criação de rotas turísticas justifica-se como uma estratégia de integração de ações públicas e privadas de promoção do turismo em várias cidades, visando a aumentar a atratividade e o potencial turístico de uma região de menor desenvolvimento socioeconômico e maior fragilidade institucional. Sabe-se que rotas turísticas podem estimular o desenvolvimento econômico e social de uma região por meio do turismo local, gerando empregos a partir do surgimento de atividades econômicas relacionadas.

No caso da Rota Turística Pacaraima-Rorainópolis, esse impulso vai depender mais fortemente de ações federais, estruturadas em torno do orçamento do Ministério do Turismo e do Novo Fundo Geral de Turismo (Fungetur), que passaram a privilegiar, no atual Plano Nacional de Turismo, a regionalização e uma atuação conjunta com o estado e os municípios envolvidos, gerando as condições necessárias para destravar o desenvolvimento daquela região.

São essas as razões pelas quais entendo que o projeto de lei do Senador Mecias de Jesus em análise mereça ser aprovado nesta Comissão.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.728, de 2024.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, meu querido irmão, Senador Dr. Hiran. Parabenizo também o Senador Mecias de Jesus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela proposição. E aqui nós vamos fazer o seguinte agora: primeiro, vamos ter que colocar em discussão, não é?

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, em bloco: votação tanto do Projeto de Lei 4.728, de 2024, que é terminativo – esse é o item 7 – como do item 2, Projeto de Lei nº 5.372, de 2020, que é terminativo.

Então, posso autorizar? Posso pedir aqui à nossa atenciosa Secretaria que abra o painel de votações?

E vamos aqui fazer chegar junto dos colegas, que eu sei que a gente já está pedindo muito aqui nessa correria, né? Mas eu acho que a gente vai conseguir, vamos torcer para a gente conseguir aqui o número necessário.

Então, aberto o painel, vamos aguardar a votação, pedindo aí às assessorias mais uma vez que nos ajudem o quanto antes.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Opa, já foi o primeiro lá. Quem foi o primeiro que votou? (*Pausa.*)

Eu, não. Eu não votei, não. (*Risos.*)

Eu não votei, não; ainda não. Quem foi que votou e não apareceu? (*Pausa.*)

Ah, é porque eu sou o Presidente e consta como quórum. Então meu voto não vai valer? (*Pausa.*)

Mas dá, né? Entra, né? Então pronto, então está certo. Tem aí, já deu o Astronauta Marcos Pontes, Mecias de Jesus... Vamos lá. Dr. Hiran... Pronto, os presentes aqui já votaram, faltam só cinco.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma menção a esse projeto do Senador Mecias. O Senador Mecias é um profundo conhecedor do nosso estado. Eu acho que é um dos homens que mais circula dentro do Estado de Roraima e o conhece muito bem, porque ele tem uma trajetória política diferenciada. Ele começou como... Conheci o Mecias há mais de 30 anos, ele era Vereador no sul do estado, lá no Baliza. E o Mecias foi galgando cada vez mais importância política no estado e terminou sendo Presidente da Assembleia, Senador da República, esse Senador que vocês conhecem aqui, um Senador trabalhador e extremamente competente. Eu queria, Mecias, te parabenizar em nome do povo de Roraima, como um roraimense "roraimado" que sou, porque sou amazonense lá da beira do rio.

Eu estava, Mecias... Você viu que sexta-feira, você estava pelo interior também, eu fui para Pacaraima, Amajari e subi até Tepequém. E dormi no Tepequém para aproveitar e trabalhar no outro dia no Amajari. Nós temos belezas que são indescritíveis – só quem mora em Roraima conhece. –, por exemplo, como o Tepequém, que é uma região lindíssima, e nós temos o Uiramutã também, na Raposa Serra do Sol, que tem belíssimas cachoeiras. Temos no sul do estado uma vegetação exuberante, porque nós temos no nosso estado vários biomas: nós temos savanas, temos floresta... Enfim, nós temos rios, igarapés lindos. Então, eu acho que a gente precisa mostrar isso para o nosso país e para o mundo e eu acredito que esse seu projeto vai nos ajudar a divulgar o nosso estado. E mais do que isso, gerar emprego, renda e riqueza para aquelas pessoas que vivem no interior e que precisam ter uma vida mais digna, precisam progredir, precisam ter uma estrutura econômica mais sustentável em cada lugar a que você se referiu nesse projeto.

Parabéns a você, meu querido amigo. Eu tenho certeza de que esse projeto será aprovado aqui e nós vamos, através desse projeto, fortalecer políticas públicas que cheguem com muita efetividade aos nossos queridos roraimenses que moram em todo o nosso Estado de Roraima, porque você abrangeu o estado todo.

Um grande abraço e parabéns, querido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, quero agradecer a todos os membros da Comissão, agradecer a V. Exa., e agradecer ao nosso querido Senador, meu amigo, o Senador Hiran Gonçalves, pelo brilhante relatório. A fala suplementar que ele fez demonstra aqui o compromisso que tem com o Estado de Roraima,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantindo um parecer a um projeto que, sem dúvida nenhuma, é importante. Criar essa rota turística no Estado de Roraima, ligada à BR-174, vai atender os 15 municípios do Estado de Roraima e, sem dúvida nenhuma, vamos poder noticiar isso no Brasil e em todo o mundo para que Roraima possa ser mais conhecida. É mais fácil defender quando se conhece.

O povo brasileiro poderia, sem dúvida nenhuma – eu estou convidando –, ir a Roraima, conhecer Roraima, conhecer nossa Floresta Amazônica e verificar que lá nossa floresta está em pé, que nós não somos, de forma alguma, alguém que vive desmatando de forma ilegal. Queremos apenas produzir e viver dignamente, como todo o Brasil. Queremos convidar o povo brasileiro a conhecer a sociedade roraimense, o povo roraimense, acolhedor, trabalhador; e, sobretudo, conhecer nossos rios, nossas cachoeiras, nossas serras, o Monte Roraima, as comunidades do Uiramutã, de Normandia, de Amajari, de São João da Baliza, de Caroebe; conhecer sobretudo a nossa culinária. A melhor paçoca do Brasil é feita lá no Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olhe que há controvérsias...

Até agora tudo o.k., mas paçoca...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A melhor paçoca do Brasil, e olhe que eu conheço muito bem a paçoca do Ceará, conheço muito bem. Mas a do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Tem de onde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A paçoca do Rio Grande do Norte eu também conheço muito bem, mas, sem nenhuma sombra de dúvida, com a boca já sentindo aqui o paladar, sentindo o gosto das três paçocas, eu tenho absoluta certeza de que a de Roraima ainda é a melhor.

Quero convidar o povo brasileiro a conhecer Roraima. Quantos municípios do Brasil vivem em função do turismo? E quando conhecermos, de fato, o Estado de Roraima, quando o povo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro conhecer o Estado de Roraima, vão se acostumar a conhecer um turismo ecológico maravilhoso e uma gente maravilhosa, que recebe bem, que acolhe bem e que trata bem todos aqueles que ali chegam.

Muito obrigado, Presidente Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, querido Senador Mecias de Jesus.

Eu estive no seu estado em 2011, fui lançar um filme lá do Dr. Chico Xavier. Fui lançar o filme lá do Chico Xavier e fui muito bem recebido.

Muito cearense lá também, né?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito cearense.

Fui muito bem recebido pela população.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A segunda comunidade lá, depois dos maranhenses, são os cearenses.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, que bom. Que bom.

Então, eu estou em casa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, eu creio que há sobre a mesa o Requerimento nº 14, de autoria do Senador Beto Faro, que... (*Pausa.*)

Treze? O Requerimento é o 14, pelo menos é o que está aqui na... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Requerimento 14, item 13, né?

Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Ah, tá. Requerimento 14 foi o que eu disse.

Eu gostaria de subscrever...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... porque eu creio que é importante esse requerimento, que pede uma audiência pública para ouvir vários órgãos para discutir a plataforma continental de recursos naturais.

O Brasil é cheio de recursos naturais. A gente precisa discutir isso e encontrar uma forma de que essas riquezas possam ser efetivamente usadas pela sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, Senador Mecias.

Olhe os presentes aqui, os assessores, esta sessão rendeu, hein? O negócio... quando você não dava nada, porque o Senado está parado: CAE parada, CCJ parada; CDR aqui dando um *show*, rapaz, mas um *show* mesmo, aqui aprovamos tudo. E vou atender seu pedido, tá?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o que tem mais aí? (*Risos.*)

Se tiver mais, a gente faz. Então o seguinte...

Antes eu tenho que encerrar – a Secretária me disse – a votação dos dois projetos anteriores, que é o item 2, Projeto de Lei 5.372, de 2020, e Projeto de Lei 4.728, de 2024, que é o item 7.

Então encerrada a votação em bloco. Peço à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já está lá: oito a zero de novo. É o terceiro empate ou o quarto? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quarto empate.

Vamos lá, oito a zero.

Vamos, então... aqui a gente já declara a votação encerrada e tudo.

Resultado, aprovado o projeto.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Então agora vamos para a solicitação. (*Pausa.*)

Tá.

E agora ele precisa ler, não é? Precisa ler o Senador, não é?

Então, Senador Mecias, o senhor está com a palavra com relação ao Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 14, de 2025, item 13 da nossa pauta de hoje.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 14, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em especial, objetiva-se a discussão da exploração dos recursos minerais estratégicos com ocorrência nessa área.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na plataforma continental do Brasil, que teve a sua ampliação recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas, a ONU. Em especial, objetiva-se a discussão da exploração dos recursos minerais e estratégicos com ocorrência nessa área.

Proponho à audiência pública a presença dos seguintes convidados:

• representante da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar;

• representante da Marinha do Brasil;

• representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

• representante da Petrobras;

• representante do Ibama;

• representante do Ministério das Minas e Energia;

• representante do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas;

• representante da Agência Nacional de Mineração, Sr. Presidente, que eu incluo neste momento, oralmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom! Então, a votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, nós vamos encerrar para que, finalmente, eu possa tomar um banho, porque desde ontem estou rodando da Argentina para cá, e para voltar daqui a pouco, à tarde.

Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que, no dia 20 de maio de 2025, a CDR realizará uma audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura para receber o Ministro de Estado dos Transportes, Senador Renan Filho, em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2025, da CDR, de minha autoria... De minha autoria não, de autoria da Senadora Dorinha, da Presidente Senadora Dorinha, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo. Conto com a presença das Sras. e dos Srs. Senadores membros desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, às 11h22, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Deus nos abençoe. Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Eliziane Gama, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Beto Faro, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação do Plano de Trabalho da Política Pública, que visa a avaliação do apoio técnico e financeiro da União a estados, municípios e entidades do setor de saneamento para a implementação de políticas e planos de saneamento básico em áreas urbanas e rurais em 2025. **Resultado:** Plano de Trabalho aprovado. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 16, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 14/2025, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), seja incluído o seguinte convidado: representante da Federação Única dos Petroleiros." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 17, de 2025** que: "Requer autorização para que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo indique representantes para participar da 20ª Edição do Festival das Cataratas, a realizar-se nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2025, em Foz do Iguaçu – PR." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Seif
Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/20

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 20 de maio de 2025.

Comunicado: a Comissão recebeu o Ofício 051, de 2025, encaminhado pela Câmara Municipal de Governador Valadares, em Minas Gerais, acompanhado do parecer técnico referente à audiência pública realizada, que trata dos impactos das linhas de transmissão do Projeto Piraquê sobre a área de Lagoas dos Bretas, destinada a um empreendimento de ecoturismo, e solicita apoio para revisão do traçado original estabelecido pela Aneel, a fim de preservar o desenvolvimento sustentável da região.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer um dos seus membros deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, reunião de trabalho; e a segunda, reunião deliberativa. Esta reunião de trabalho tem por objetivo a apresentação do plano de trabalho para a avaliação da política pública, conforme aprovada pelo Requerimento nº 12, de 2025, da CDR, de minha autoria, para que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo avalie o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento para a implementação de políticas e planos de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, no exercício de 2025.

Assim, faço a leitura do plano de trabalho. Vou fazer uma leitura mais sintética, porque o plano de trabalho é bem grande, mas eu fiz aqui um pequeno resumo.

Sras. e Srs. membros da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, aprovado o plano de trabalho da CDR para 2025, a Comissão se dedicará a examinar com o Governo Federal o auxílio a estados e municípios no setor de saneamento básico. Essa análise visa otimizar a gestão pública, embasar decisões do Congresso, aumentar a clareza e a responsabilidade do Executivo, garantir que o dinheiro público seja aplicado de forma eficiente e alinhado com as necessidades da população. A escolha do saneamento como foco se justifica pelo persistente desafio da falta de acesso adequado em grande parte do país, conforme dados recentes. A nova legislação busca universalizar esses serviços, incentivando a união de municípios para superar dificuldades.

A avaliação da CDR investigará como o apoio federal viabiliza a adesão dessa união regional, a organização da gestão, a criação de planos de saneamento, a estruturação dos serviços, a adaptação de contratos antigos e, nos processos de licitação, a atuação da ANA, como reguladora do acesso a recursos federais, também será examinada.

Assim, a Comissão assume papel crucial no acompanhamento e aprimoramento das estratégias para formalizar a união regional no saneamento, promovendo a colaboração entre os entes federativos e buscando acesso universal à água e ao esgoto, contribuindo para um país mais justo e saudável.

Posteriormente, serão aprovados os nomes dos convidados para as audiências públicas propostas, bem como os requerimentos de informação e locais das diligências externas feitos pelos membros desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resumindo, nós sabemos que infelizmente o país, apesar de ter grandes avanços em muitas áreas, quando se fala em saneamento básico, nós temos um déficit com a população; nós temos um déficit, nós estamos atrasados com essa pauta. E essa pauta é muito diversa, porque envolve saúde pública, envolve dignidade humana, envolve as questões ecológicas, preservação do meio ambiente, mas, acima de tudo, dignidade humana. Você ter água na sua casa, você ter coleta de esgoto na sua casa, você contar com esses serviços de infraestrutura básicos é mais do que uma necessidade, é uma obrigação do Estado brasileiro.

E este Congresso, especialmente esta Comissão – que é presidida pela Senadora Dorinha, do Tocantins, do qual eu tenho a honra de ser o Vice-Presidente –, nós, junto com a Dorinha, elegemos esse tema para ser um dos temas prioritários da nossa Comissão para buscarmos a ajuda do Governo Federal para Prefeitos, entidades e estados para que esse problema se resolva o mais rápido possível.

Lembro que existe uma lei aprovada e que 2030 é o prazo final para a implementação dessas políticas públicas, mas, pelo que nós vemos do andar da carruagem, é um tema que está muito atrasado, especialmente pela falta de recursos dos municípios. Os municípios não têm condições econômicas e financeiras nem condição profissional de estruturar um plano de saneamento básico, porque, é lógico, existem muitas necessidades. Os Prefeitos normalmente já têm uma dificuldade de caixa e de orçamento muito grande. Grande parte do orçamento das prefeituras vai para folhas de pagamento, vai para os funcionários da saúde, vai para a educação, vai para as escolas. Enfim, há toda diversidade de despesas que as prefeituras já têm, e nós sabemos que criar serviços de infraestrutura é algo muito caro, são obras grandiosas, são obras que envolvem todo o perímetro urbano, todo o perímetro rural.

Realmente este Congresso Nacional, este Senado Federal, esta Comissão, juntos, de braços dados com os ministérios afins, precisamos realmente buscar soluções, mas não adianta somente fazer uma lei dizendo que as prefeituras precisam ter sua infraestrutura organizada até 2030. O tempo está passando, nada está sendo feito ou, se está sendo feito, é muito pouco, especialmente por cidades que têm mais condições financeiras e econômicas. Por isso, nós precisamos realinhar esses pontos e verificar de que forma esta Comissão pode ajudar os municípios a realizarem essa grande tarefa, essa tarefa hercúlea, gigantesca e que demanda muito, especialmente dos recursos das prefeituras, que, ao fim e ao cabo, nós sabemos que não têm condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Discussão.

O plano de trabalho está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação do plano de trabalho apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho para avaliação de política pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no exercício de 2025, em atendimento ao Requerimento 12, de 2025, desta Comissão.

Segunda parte da nossa reunião.

A presente reunião é destinada à deliberação dos requerimentos apresentados a esta Comissão.

O item 1 nós vamos retirar de pauta por conta da ausência do autor.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 16, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 14/2025, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), seja incluído o seguinte convidado: representante da Federação Única dos Petroleiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA))

Vamos para o item 2.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Requer autorização para que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo indique representantes para participar da 20ª Edição do Festival das Cataratas, a realizar-se nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2025, em Foz do Iguaçu – PR.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Vou ler a defesa desse requerimento.

Senhoras e senhores, requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art.142 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo indique representantes para participar da 20ª Edição do Festival das Cataratas, a realizar-se nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2025, em Foz do Iguaçu, no Paraná.

Justificação.

A realização da 20ª Edição do Festival das Cataratas, marcada para os dias 4, 5 e 6 de junho de 2025, em Foz do Iguaçu, representa uma oportunidade estratégica para o acompanhamento de iniciativas de grande impacto no setor turístico nacional e regional. Trata-se de um dos mais expressivos eventos da área em toda a América Latina, reunindo, em sua programação, atividades voltadas à geração de negócios, articulação institucional, divulgação de destinos e fomento à inovação no turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consolidado como ambiente propício à formulação e ao fortalecimento de políticas públicas, o festival congrega anualmente representantes governamentais, especialistas, empreendedores e instituições do Brasil e do exterior, promovendo o intercâmbio de experiências exitosas e a construção de soluções voltadas ao desenvolvimento sustentável das regiões turísticas do nosso grande país.

Neste contexto, a presença de representantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) é de suma importância para ampliar o diálogo com atores estratégicos, fortalecer a atuação parlamentar em agendas voltadas ao turismo e reafirmar o compromisso do Senado Federal com o estímulo a atividades que geram emprego, renda e valorização do patrimônio cultural e ambiental do país.

A participação institucional no referido evento revela-se, portanto, plenamente justificada, como forma de assegurar protagonismo nas discussões relevantes ao setor e de contribuir ativamente com a formulação de diretrizes que integrem o turismo à agenda de desenvolvimento regional do Brasil.

Sala da Comissão, 15 de maio de 2025, Senador Jorge Seif.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Também quero registrar aqui um convite enviado gentilmente pelo Ministro do Turismo do Brasil, Deputado e Ministro Celso Sabino, que é o Ministro.

O Ministro de Estado do Turismo, Celso Sabino, tem a honra de convidá-los para participar do evento Conheça o Brasil Junino, o local é Ministério do Turismo, Esplanada dos Ministérios, Bloco O, no estacionamento. Data: 21 de maio de 2025. Horário: 17h.

Feito aqui o registro, todos estão convidados a comparecer a essa apresentação do Ministério do Turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovação também da ata.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, que foi realizada em 13 de maio de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. Deus os abençoe e uma ótima semana.

(*Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatro minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Jussara Lima, Zenaide Maia, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Beto Faro e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Paulo Paim, Jayme Campos, Sérgio Petecão e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 16, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 14/2025, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), seja incluído o seguinte convidado: representante da Federação Única dos Petroleiros." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA). Resultado: Adiado. ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 18, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, art. 104-A e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em São Luís - MA, com o objetivo de debater os impactos e as repercussões da exploração de gás e petróleo na Margem Equatorial brasileira, com ênfase no Estado do Maranhão." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). Resultado: O requerimento foi subscrito pela Senadora Professora Dorinha Seabra e aprovado. ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 19, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Florianópolis - SC, com o objetivo debater os instrumentos federais para viabilizar PPPs no setor de saneamento." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Aprovado. ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 20, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o panorama geral da atuação do governo brasileiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no fomento aos projetos estratégicos de mineração no país." Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). Resultado: Aprovado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3113, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Arborização Urbana, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana, e dá outras providências." Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação com as alterações oferecidas. Resultado: Aprovado o novo relatório. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2117, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pelo reconhecimento da prejudicialidade do PL nº 2117, de 2023, e pelo encaminhamento da proposição para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2592, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para estabelecer que 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos relativos a operações de crédito dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste serão direcionados a pequenas e microempresas." Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). Relatoria: Senador Efraim Filho. Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 01-CDR, de autoria do Senador Mecias de Jesus. Resultado: Retirado para reexame a pedido do relator. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2093, de 2021 - Terminativo - que: "Cria a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, no Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2154, de 2022 - Terminativo - que: "Cria a Rota Turística Costa Azul, no Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2800, de 2024 - Terminativo - que: "Cria a Rota Cênica da Estrada Velha de Urupema, no Estado de Santa Catarina." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. Fica registrado que os itens 8, 9 e 10 foram votados em bloco. A reunião ficou suspensa das 10:40 às 11:11. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/10

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de junho de 2025.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, representada por nosso Vice-Presidente, Senador Jorge Seif, do PL, de Santa Catarina, participou na última semana, entre 4 e 5 de junho, do 20º Festival Internacional do Turismo das Cataratas, em Foz do Iguaçu, ouvindo as principais demandas do setor turístico. Durante o evento, ele se reuniu com mais de 1,8 mil expositores de todo o país. O Senador manteve contato com empresários e autoridades locais que apresentaram prioridades como a expansão da malha aérea regional e melhorias da infraestrutura de transporte e segurança. Como representante da Comissão de Desenvolvimento Regional, o Parlamentar reforçou todo o compromisso...

Eu quero passar a palavra para o Senador Jorge Seif, caso queira, em vez de fazer a leitura, uma vez que V. Exa. está presente. Se quiser fazer menção, tenho aqui até o registro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Na verdade, não vou nem me ater apenas ao relatório, que está um pouco extenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que, ao lado do agronegócio, o turismo tem um grande potencial econômico e social no nosso país. É um país que é diverso, é plural, tem turismo para todos os gostos. E ali os expositores – é a maior feira de turismo da América Latina – tiveram a oportunidade de nos comentar questões, inclusive, que nós já temos enfrentado aqui na CDR e no Senado Federal, como, por exemplo, a derrubada daquele veto que volta a exigir visto de americano, australiano, japonês e canadense. Isso atrapalhou muito o Sul do Brasil, especialmente Foz do Iguaçu, que é um dos principais destinos turísticos do Sul do Brasil, que recebeu muitos americanos ali, muitos canadenses, muitos australianos.

É uma burocracia. A pessoa tem que se deslocar até a embaixada, pegar fila, carimbo, papel, enfim, uma coisa que não se justifica. Ou será que alguém aqui acha que esses povos estão passando por grande crise em seu país e virão invadir o Brasil e atrapalhar a nossa soberania? Claro que não! Eles são povos abastados, um público A de turismo e vêm ao Brasil, realmente, conhecer as nossas belezas naturais e deixar recursos aqui para o nosso turismo.

Outra questão também, que é um problema pós-pandemia, é a disponibilidade de voos. Para vocês terem ideia, eu saio de Florianópolis, que tem um aeroporto internacional, e eu tenho que ir a São Paulo para pegar um voo para Foz do Iguaçu. Isso não existe! Eu estaria ali numa reta: Florianópolis de um lado e, praticamente, Foz do Iguaçu do outro. Seria só atravessar ali os Estados do Paraná e de Santa Catarina. No entanto, a gente tem que subir, tem que sair de Floripa, ir para São Paulo, e de São Paulo descer para Foz do Iguaçu.

Então, este tipo de coisa atrapalha muito o nosso turismo regional: a falta desses voos diretos, falta de disponibilidade, a extrema necessidade de Azul, Gol e Latam, que também nós já discutimos aqui com o Ministro Celso Sabino, em uma audiência que nós tivemos com ele, muito proveitosa, por sinal.

Então, para esse tipo de questões... eles também pedem a revogação de uma cláusula que que existe lá na Anac. Nós explicamos. A Anac é um órgão próprio, é uma autarquia, é um órgão independente, mas nós, politicamente, podemos tentar provocar alguma mudança na sua regulação, entre outras coisas, mas essas duas questões foram as principais.

E, lógico, a preocupação deles com o IOF, com o aumento do IOF, porque tudo no turismo se paga com o cartão de crédito, se movimenta muito dinheiro para lá e para cá, se gasta... Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem muitos empréstimos – agências de turismo, etc. – para financiar seus clientes, e isso impactaria também diretamente no preço das passagens.

Mas foi uma viagem muito bacana. Apesar de a missão ter sido apenas de um dia, foi muito proveitosa, porque nós conseguimos conversar ali com muitos grandes *trades* turísticos, que demandaram algumas mudanças na legislação, que já constam aqui no nosso relatório.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Senador Jorge Seif, Vice-Presidente.

Ainda sobre informes da Comissão, foi dado início, na última sexta-feira, dia 6 de junho, em Florianópolis, à série de quatro diligências externas previstas para avaliar a Política Federal de Saneamento Básico, sob a relatoria do Senador Jorge Seif.

A primeira missão técnica reuniu gestores municipais, representantes da Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (Fecam) e do Ministério do Desenvolvimento Regional, além de incluir visita à Estação de Tratamento de Esgoto dos Ingleses.

As próximas diligências seguirão o mesmo formato: coleta de informações *in loco*, com foco nos desafios da universalização do saneamento, especialmente para os municípios de pequeno porte.

A CDR manterá todos informados sobre os cronogramas e resultados dessas missões, que são fundamentais para embasar o relatório final e as propostas de aprimoramento das políticas públicas no setor.

Por fim, informo que recebemos o Ofício Convite nº 6, de 2025, do Ministério do Turismo, convidando para a 9ª edição do Salão do Turismo e para a 2ª edição do Feirão do Turismo: Conheça o Brasil. Os eventos ocorrerão simultaneamente entre 21 e 23 de agosto, no Pavilhão de Exposições do Distrito Anhembi, em São Paulo. O Salão do Turismo é uma estratégia nacional fundamental para promover roteiros turísticos regionais, alinhados à descentralização da política do setor, com foco em competitividade e inclusão social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A edição de 2025 visa fortalecer o turismo doméstico, apresentando, de forma criativa e imersiva, a diversidade dos destinos brasileiros. O evento reunirá gestores públicos, empresários, profissionais do setor, academia, imprensa e potenciais turistas, com a presença de todos os 26 estados e do Distrito Federal. Paralelamente, o Feirão do Turismo estimulará a economia interna, especialmente em períodos de baixa temporada.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

Do item nº 1 o Relator é o Senador Beto Faro, que não está presente.

O item nº 2 é um requerimento da Senadora Eliziane Gama, que eu vou subscrever. Então, eu passo a Presidência para o nosso Vice-Presidente para eu fazer a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, art. 104-A e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em São Luís - MA, com o objetivo de debater os impactos e as repercussões da exploração de gás e petróleo na Margem Equatorial brasileira, com ênfase no Estado do Maranhão.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)

Concedo a palavra à nossa Presidente, Senadora Professora Dorinha Seabra, que subscreveu o requerimento da Senadora Eliziane Gama.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Eliziane Gama propõe a participação dos seguintes convidados: Sr. Carlos Brandão, Governador do Maranhão; Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Minas e Energia, ou seu representante; Sra. Deputada Iracema Vale, Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão; Exmo. Deputado Pedro Lucas, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil; Sra. Magda Chambriard, Presidente da Petrobras, ou seu representante; Sr. Roberto Ardenghy, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP); Sra. Patricia Huguenin Baran, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ou seu representante; Sr. Edilson Baldez, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema); Sr. Maurício Aragão Feijó, Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio); e Prefeitos dos municípios diretamente interessados.

Esse é o requerimento apresentado pela nobre Senadora Eliziane Gama, que eu subscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou fazer uma pequena inversão de pauta e vou passar os itens 4 e 5 na frente, para Senadora Dorinha já fazer as suas leituras.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 20, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o panorama geral da atuação do governo brasileiro no fomento aos projetos estratégicos de mineração no país.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, autora do requerimento.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno, eu proponho uma audiência com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério de Minas e Energia, representante da Agência Nacional de Mineração (ANM), representante do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), representante do Serviço Geológico do Brasil (SGB), representante do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Minas e Energia.

O nosso propósito é discutir sobre o panorama da mineração, as ações previstas para o setor, a realização dos estudos necessários no país em relação à mineração. Esse é o nosso objetivo de discutir e inclusive também discutir os programas desenvolvidos e o financiamento dessa área.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora para o item 5, também da Professora Dorinha Seabra.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3113, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Arborização Urbana, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana, e dá outras providências.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 25/03/2025, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Rogerio Marinho;

2. A matéria constou na pauta da reunião deliberativa do dia 13/05/2025, sendo retirada de pauta a pedido do autor;

3. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, seguindo posteriormente à Comissão de Meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa.

Leitura e discussão.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto a Senadora Professora Dorinha Seabra se gostaria de fazer o uso da palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Gostaria, Presidente.

No relatório apresentado, eu fiz uma alteração com uma ponderação com o autor, que é o Senador Efraim Filho, Líder do União Brasil e autor desse PL, juntamente com o Senador Rogério, que fez uma ponderação que achei pertinente. A política é importante, principalmente pensando no contexto, na situação do nosso país e, ao mesmo tempo, olhando a situação dos pequenos municípios.

Então, nós fizemos uma alteração em relação à responsabilidade dos municípios de menor porte, com menos de 50 mil habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero só destacar que a urbanização acelerada tem causado problemas ambientais graves, como enchentes, poluição, formação de ilhas de calor. E essa preocupação, apresentada pelo Senador Efraim Filho, é extremamente viável, além da melhoria da qualidade de vida, todas as condições do meio ambiente e da organização das nossas cidades.

Há todos os benefícios conhecidos, mas nós precisamos ter um planejamento. Vez ou outra, nós temos problema em algumas cidades que têm um volume de vegetação, de árvores plantadas que causam, inclusive, problema ao meio ambiente, outras regiões que têm possibilidade de mudar, inclusive, a sua vegetação. Então, nós consideramos uma boa medida.

Nós também fizemos uma alteração. Em vez de trabalhar com o emprego do direito penal como instrumento de penalização, implementação da lei, nós trazemos para o âmbito administrativo, por isso eu suprimi os arts. 40, 41 e 43, trazendo novos tipos penais para o crime ambiental. Então, junto com o autor, chegamos à conclusão que poderiam ser retirados do texto. E a emenda, então, nós suprimimos a Emenda 40, 41 e 43.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Professora Dorinha Seabra.

Eu encerro a discussão.

Colocamos em votação, que será simbólica, com as alterações propostas pela Professora Dorinha Seabra.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu peço a gentileza, se a senhora puder, Senadora, de relatar o item 10 para mim, porque o Cid Gomes não veio, eu sou o autor e ele seria o Relator. A assessora dele já está de acordo para ler o relatório de uma criação de uma rota turística lá no meu estado. Se for possível, também farei essa inversão de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 2800, DE 2024

- Terminativo -

Cria a Rota Cênica da Estrada Velha de Urupema, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Segundo o art. 104-A, incisos VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar dessas proposições.

Em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão, na presente ocasião, manifestar-se quanto a todos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da matéria.

Sobre a constitucionalidade, não se vislumbram óbices ao texto. De igual maneira, não se verificam prejuízos aos aspectos de regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em relação ao mérito, somos favoráveis à proposição.

Conforme a justificação do PL, o Município de Urupema atrai diversos turistas que desejam conhecer a trilha da Estada Velha e seus atrativos singulares, como a Cascata que Congela e a Casa de Cultura. Nesse sentido, a criação da Rota Cênica da Estrada Velha de Urupema é uma iniciativa relevante para a preservação e a valorização dos patrimônios natural, cultural e histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a expansão do turismo tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico e social estimulando novos negócios, gerando empregos e renda e, consequentemente, melhorando a qualidade da vida da população local.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.800, de 2024.

Esse é o voto do Senador Cid Gomes, de que fiz a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senadora.

É muito importante esse projeto lá para o nosso estado, especialmente para Urupema, que é uma região de serra que tem como seus atrativos o turismo de inverno e todo o charme que o turismo de inverno traz.

Então, quero agradecer à senhora pela leitura *ad hoc*. Quero agradecer também ao Senador Cid Gomes pelo relatório.

Peço que entremos em votação.

Vai ser votação nominal. (*Pausa.*)

Tá. O.k.

Devolvo a Presidência... (*Pausa.*)

Maravilha.

Eu devolvo a Presidência para a Senadora Dorinha Seabra.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2093, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cria a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

A autoria é da Câmara dos Deputados, do Deputado Coronel Armando, do PL, de Santa Catarina.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Permita-me, Presidente, passar direto para a análise.

Segundo o art. 104-A, incisos VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre proposições e políticas que tratem de assuntos referentes ao turismo.

Em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão, na presente ocasião, manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da matéria.

Sobre a constitucionalidade, não se vislumbram óbices, pois é competência comum a todos os entes a promoção e o incentivo do turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme o art. 180 da Constituição. Ademais, a matéria não consta no rol daquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, previstas no art. 61, §1º, da Constituição.

De igual maneira, não se verificam prejuízos aos aspectos de regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em relação ao mérito, manifestamos posição favorável à proposição. A Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes representa uma iniciativa de grande relevância para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortalecimento do turismo regional, ancorada na singularidade de seu patrimônio natural, histórico e cultural. Localizado no norte de Santa Catarina, o Caminho dos Príncipes é uma das rotas turísticas mais encantadoras do estado, reconhecida por suas paisagens exuberantes, arquitetura histórica bem preservada e pela rica tradição cultural de origem europeia.

Embora o nome Caminho dos Príncipes remeta a um episódio de origem portuguesa, a identidade da região é fortemente marcada pela colonização alemã, além da significativa presença de comunidades italianas, polonesas, ucranianas e húngaras. Essa diversidade étnica resultou em um legado cultural multifacetado, perceptível na gastronomia típica, nas construções em estilo enxaimel, nas festas tradicionais e nas expressões artísticas e religiosas locais.

A região destaca-se como destino ideal para quem busca experiências autênticas – seja para o descanso em meio à natureza, seja para a imersão em tradições e costumes enraizados na história local. A criação oficial da Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, nesse contexto, é uma medida relevante para a valorização e a preservação dos bens naturais, culturais e históricos, promovendo o reconhecimento da importância da região no cenário turístico nacional.

Além do resgate e da preservação do patrimônio, a consolidação da rota como atrativo turístico estruturado tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas. O fortalecimento do turismo estimula a criação de novos negócios, fomenta o empreendedorismo local, gera empregos, amplia a renda e, consequentemente, contribui para a melhoria da qualidade de vida da população. Trata-se, portanto, de uma proposta que alia desenvolvimento sustentável, inclusão social e valorização da identidade cultural catarinense.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2093, de 2021, deixando um grande abraço para o meu amigo Coronel Armando, Deputado Federal eleito pelo Estado de Santa Catarina, especificamente o Município de Joinville.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Senador Jorge Seif, nosso Vice-Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós faremos, ao final da reunião, a votação em bloco das proposições que são nominais com uma única votação.

Então, passo a palavra ao Senador, do item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2154, DE 2022

- Terminativo -

Cria a Rota Turística Costa Azul, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

A autoria da Câmara dos Deputados, do Deputado Federal Rodrigo Coelho, do Podemos, de Santa Catarina.

A votação será nominal ao final.

Eu concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou passar, se a senhora me permitir, direto para a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104-A, incisos VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, analisar as proposições que tratem de assuntos e políticas referentes ao turismo.

Cumpre destacar, inicialmente, que o projeto de lei ora analisado não apresenta vício formal que venha a impedir o prosseguimento do exame da matéria por esta Comissão. É competência concorrente da União legislar sobre o patrimônio turístico, conforme a literalidade do art. 24, inciso VII, da Constituição. Ademais, não se trata de matéria com reserva de iniciativa ao Presidente da República, nem tampouco de dispositivo contendo cláusula de reserva de lei complementar. Da mesma forma, obedeceu-se à boa técnica legislativa e foram cumpridos, durante a tramitação, os ditames regimentais.

Sobre o mérito, a proposição tem como objetivo apoiar o desenvolvimento turístico dessa extraordinária região do litoral norte de Santa Catarina. Ao longo de uma faixa costeira de aproximadamente 40km, situam-se os municípios de Barra Velha, Piçarras, Penha e Navegantes, cada um com suas virtudes e atratividades específicas. A região conta com praias de rara beleza natural, equipamentos culturais, estrutura para ecoturismo e esportes de aventura, festivais gastronômicos, além de ser a sede do maior parque temático da América Latina, o Beto Carrero World.

A criação de uma rota turística justifica-se pela oportunidade de maior integração entre as atrações das cidades, gerando um aumento na atratividade e maior aproveitamento do potencial turístico dessas localidades. Sabe-se que rotas turísticas podem estimular o desenvolvimento econômico e social das regiões envolvidas, impulsionando o turismo local, a criação de empregos e o crescimento de atividades econômicas relacionadas.

Uma vez estabelecida a Rota Turística Costa Azul, poderão ser estabelecidas estratégias comuns de promoção entre os municípios integrantes, aprofundando a integração entre as atrações turísticas da região. Trata-se de um apoio muito importante e efetivo que o poder público pode fornecer aos empreendedores e trabalhadores catarinenses, já que o turismo tem a capacidade de movimentar inúmeros setores da economia.

São essas as razões pelas quais entendo que o projeto de lei em análise mereça ser aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.154, de 2022.

Também deixo, Presidente, um grande abraço para o ex-Deputado Coelho, grande amigo também de Jaraguá do Sul. Se Deus quiser, com a ajuda do povo catarinense, Rodrigo Coelho poderá voltar nas próximas eleições para nos ajudar aqui na Câmara e no Senado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Jorge Seif.

Em discussão o projeto apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal dos seguintes projetos: PL 2.093, de 2021; PL 2.154, de 2022; PL 2.800, de 2024.

Os Senadores que concordam com o Relator votam "sim"; e, obviamente, os que não concordam votam "não".

Eu peço que seja aberto o painel para votação nominal dos três PLs ao mesmo tempo.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Enquanto nós procedemos à votação nominal, eu peço que as assessorias comuniquem aos Senadores.

Peço para abrir o painel também. A internet aqui hoje está muito boa, como sempre. Tentei marcar a presença por um tempão.

Eu vou fazer a leitura do requerimento, item nº 3, Senador Jorge Seif, de sua autoria, para que possamos ganhar tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Florianópolis - SC, com o objetivo de debater os instrumentos federais para viabilizar PPPs no setor de saneamento.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Observações:

A referida diligência externa ocorreu em 6 de junho de 2025, sexta-feira passada, na cidade de Florianópolis/SC.

Para não comprometer a participação do Senador na missão, a solicitação foi autorizada provisoriamente e será ratificada pelo Colegiado na presente reunião.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Quero, na verdade, primeiramente agradecer a sua sensibilidade, porque nós tínhamos esse grande desejo de aproveitar essa ida a Florianópolis já para servir como diligência da nossa avaliação de Política Nacional de Universalização de Saneamento Básico e Água. Então, quero agradecer, de coração, à senhora por ter feito essa concessão.

Sra. Presidente, requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Florianópolis - SC, com o objetivo debater os instrumentos federais para viabilizar PPPs no setor de saneamento.

Justificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No contexto da avaliação de política pública em curso na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, aprovada pelo Requerimento nº 12, de 2025, na CDR, que trata da análise do apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, propõe-se a realização de diligência externa com o objetivo de coletar informações qualificadas diretamente nos territórios, por meio da escuta de gestores locais, e da análise de arranjos institucionais em funcionamento.

A diligência visa subsidiar os trabalhos do Relator com evidências empíricas sobre a implementação das diretrizes previstas no novo marco legal do saneamento (Lei nº 14.026/2020), especialmente no que se refere:

• à prestação regionalizada dos serviços;

• ao novo regime de delegação por meio de licitação;

• à capacidade de estruturação de políticas e planos de saneamento por parte dos entes subnacionais;

• e à acessibilidade aos instrumentos federais de apoio técnico e financeiro.

A atividade permitirá a verificação *in loco* dos avanços, entraves e práticas adotadas por municípios, consórcios, operadores de saneamento e órgãos estaduais, contribuindo para uma visão abrangente dos efeitos práticos da legislação vigente.

A realização de diligências está prevista no plano de trabalho aprovado e é essencial para garantir a qualidade técnica e a legitimidade institucional do relatório final da avaliação, fortalecendo o papel fiscalizador e propositivo do Senado Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Jorge Seif.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Esgotada a pauta, eu passo a Presidência para o Senador Jorge Seif, Vice-Presidente.

Eu tenho duas relatorias que estão só me aguardando na CAE, enquanto eu aguardo a votação nominal.

O que está acontecendo com a votação?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Abriu já o sistema? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nove? Vamos ligar para esse povo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Suspendo a nossa reunião da CDR por 30 minutos.

(*Suspensa às 10 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 11 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está reaberta a presente reunião.

Consulto se todos os Senadores e Senadoras já votaram.

(*Pausa.*)

Peço que seja aberto o painel de votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Os projetos foram aprovados com 11 votos favoráveis, e as matérias serão encaminhadas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis – o PL 2.093, de 2021, o PL 2.054, de 2022, e o PL 2.800, de 2024.

Antes de finalizar os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada do *Diário do Senado*.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Eduardo Braga, Margareth Buzetti, Jussara Lima, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito e Beto Faro, e ainda do Senador Jorge Kajuru, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 20/2025 - CDR, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). Finalidade: Audiência Pública Interativa com o objetivo de discutir o panorama geral da atuação do governo brasileiro no fomento aos projetos estratégicos de mineração no país. Participantes: Sr. Rodrigo Toledo Cabral Cota, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia - MME; Sr. Francisco Valdir Silveira, Diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (SGB); Sr. Tasso Mendonça Júnior, Diretor-Geral Substituto da Agência Nacional de Mineração (ANM); Sra. Cinthia Rodrigues, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); e Sr. Antônio Rocha, Secretário-Executivo do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Minas e Energia (FNSME). Ainda, a presidente submete ao plenário a inclusão nos debates de mais 2(dois) convidados, sendo aprovados: Sr. Milton Neris de Santana, Presidente da Agência de Mineração do Estado do Tocantins (AME/TO); e Sra. Lina Ester Barbosa Ribeiro, Diretora-Presidente da Companhia de Mineração do Tocantins (Mineratins). Resultado: Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/17

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza na data de 17 de junho de 2025.

Nos termos do art. 261, §2º, inciso II, combinado com o art. 263 do Regimento Interno do Senado Federal, determino à Secretaria da Comissão a anexação ao processado do PL 1.070, de 2024, que institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, das manifestações recebidas pelos participantes da audiência pública, realizada para instrução em 1º/04/25, Ministérios da Agricultura (Mapa), Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MDIR), Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Brasil.

Comunico que o Relator da matéria, Senador Cid Gomes, já foi informado disso.

No mesmo sentido, determino a anexação de manifestação do Banco da Amazônia no processado do Projeto de Lei nº 2.592, de 2023.

Da mesma forma, o Relator da matéria, Senador Efraim Filho, já foi informado disso, e a Presidência registra as manifestações como lidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o panorama geral da atuação do Governo brasileiro no fomento aos projetos estratégicos de mineração do país, em atenção ao Requerimento nº 20, de 2025, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Rodrigo Toledo Cabral Cota, Diretor de Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Francisco Valdir Silveira, Diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (SGB); o Sr. Tasso Mendonça Júnior, Diretor-Geral Substituto da Agência Nacional de Mineração (ANM); a Sra. Cinthia Rodrigues, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

De forma remota, participa ainda o Sr. Antônio José Araújo Rocha, Secretário-Executivo do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Minas e Energia.

Temos dois convidados que não constaram, inicialmente, do requerimento desta audiência pública, e, não havendo objeção do Plenário, quero incluí-los no debate. Assim, indago aos Parlamentares presentes...

E quero estender, posteriormente, a palavra ao Sr. Milton Neves de Santana, Presidente da Agência de Mineração do Estado do Tocantins; e à Sra. Lina Ester Barbosa Ribeiro, Diretora-Presidente da Companhia de Mineração do Tocantins (Mineratins).

Eu quero consultar, quando chegar a hora dos pronunciamentos, se Milton, para facilitar, quiser se deslocar ou alguma coisa... Mas nós vamos seguir a audiência.

Quero agradecer a presença de vocês, de maneira muito carinhosa.

Vou ler algumas perguntas que já chegaram.

Gostaria de destacar tanto o papel realizado no meu estado, Tocantins – e com surpresa descobri que é o único estado que tem uma agência de mineração... E tenho dialogado já com ambos, tanto com o Milton Neres quanto com a Sra. Lina Ester, sobre a importância para o Brasil. A ideia nossa de realização desta audiência é, além de conhecer tudo – as políticas públicas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programas –, ver como esta Comissão pode ajudar no desenvolvimento dos diferentes programas e ações.

No caso do Tocantins, não é diferente. Eu aposto muito na mineração no meu estado. Eu falei há pouco tempo, o Presidente nacional da Aprosoja é o meu suplente. Quando eu falei com o Mauricio Buffon que a mineração ia passar a soja, ele tomou um susto e disse: "Não, Senadora, isso não existe". E olha que a soja é referência. Aí passou uma semana, dez dias, ele me mandou uma reportagem, ele disse: "É, estou achando que a senhora tem razão". E olha que para nós é muito forte o agro, fortíssimo, hoje responde pela maior fonte, embora *commodity*, do nosso estado.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que a reunião está sendo interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, e no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos e, ao final das exposições, a palavra será concedida, caso exista alguma pergunta, aos Parlamentares inscritos e depois retorno à mesa.

A Adriane, de Minas Gerais, faz uma pergunta para toda a mesa – quem quiser depois, durante a sua fala, se houver interesse: "Como justificar o desenvolvimento da mineração no país, quando ainda falta fiscalização necessária para evitar acidentes [...] [recorrentes]?".

João, do Rio Grande do Norte: "Quais as estratégias para [...] [eliminar] os impactos causados pelos rejeitos das minerações? Existe algum plano de reciclagem desses rejeitos?".

Esteffany, do Amazonas: "Como garantir que a mineração respeite os direitos de comunidades tradicionais e povos originários?".

João, de São Paulo: "Como a falta de investimento em pesquisa mineral impacta a competitividade do Brasil frente a outros grandes exportadores, como os [...] [países asiáticos]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anderson, do Rio de Janeiro, faz um comentário: "Na verdade o Brasil deveria parar de explorar suas riquezas minerais e proteger o nosso território contra as empresas estrangeiras".

O Ânderson, da Paraíba: "Muito importante a mineração para [o] Brasil, principalmente [nas] terras raras. [...] [Deve-se estimular a expansão da atividade, pelo retorno financeiro que pode dar ao país] [...]".

E o João, do Maranhão, diz: "Mineração só se houver sustentabilidade!!!".

Gostaria de começar passando a palavra para o Sr. Rodrigo Toledo Cabral Cota, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME).

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA (Para expor.) – Muito bom-dia a todos.

Em nome do Ministro Alexandre Silveira e da Secretária Ana Paula Bittencourt, gostaria aqui de agradecer o convite para participar aqui desta reunião, desta audiência, e, ao cumprimentar a Senadora Professora Dorinha, cumprimento a todos os participantes aqui do evento.

Bem, é importante a gente ter em mente o porquê dessa discussão sobre os minerais estratégicas.

Não estamos fazendo isso só para ganhar dinheiro, gerar renda, atrair divisas. O mundo precisa fazer a transição energética, o mundo precisa descarbonizar a atividade econômica... Eu acho que há poucas dúvidas aqui nesta sala, no país e, hoje, no planeta sobre a necessidade de fazer isso.

Para que se faça a transição energética seguindo as estratégias hoje mais defendidas, o mundo vai precisar de muita bateria, muita bateria. Bateria para os veículos elétricos, sobretudo, e também as baterias para os sistemas de armazenamento que vão armazenar a produção da energia eólica e da energia solar.

E bateria se faz com minerais. É preciso lítio, grafite, manganês, níquel, cobre, para fazer as baterias, e é preciso também cilício, para fazer painel solar, e terras raras, para fazer ímãs permanentes para os motores elétricos e para os aerogeradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses minerais também são importantes para outras aplicações, principalmente as aplicações voltadas à revolução tecnológica, ao suporte para inteligência artificial, para tecnologias aeroespaciais, aeronáuticas, etc., mas a grande demanda que se vislumbra, daqui para frente, é a demanda da transição energética.

Eu vou passar aqui mais rápido esses eslaides, para a gente fazer um melhor aproveitamento do tempo.

Bem, direto aqui nesses quadros.

Eu vou apresentar para vocês, agora, seis eslaides, que dão o panorama geral da oferta e da demanda dos principais minerais chamados críticos pelo mundo, porque, enfim, há uma perspectiva de escassez desses minerais no mundo, estratégicos para o Brasil, dado que o Brasil detém reservas desses minerais.

Começando aqui pelo cobre, o cobre é o grande gargalo da transição energética – de longe, o grande gargalo da transição energética.

Para se fazer a transição energética como se espera, vai ser preciso minerar, daqui para frente, muito mais cobre do que já foi minerado durante toda a história humana, não é?

Ali, naquele quadro superior da direita... Eu acho que aqui não aponta, não é? Mas, enfim, no quadro superior direito, você tem em laranja as barras com a projeção de produção de cobre no mundo de 2030 até 2040, e vocês veem que ela é decrescente. E, nas linhas acima, uma linha contínua e uma linha tracejada, são os cenários de demanda. Então, dá para ver com muita clareza o *gap* de demanda que existe para o cobre entre 2030 e 2040, tá? No que diz respeito à produção do cobre e ao refino, é o mineral, dos minerais críticos, que tem produção mais diversificada, mas já se vê, no processamento, no refino do cobre, uma presença muito significativa da China.

No próximo quadro tem a situação do lítio. E aí, para o lítio, a demanda vai vir basicamente da bateria. O lítio é utilizado para fazer o polo positivo das baterias. E ali, naquele quadro, também se vê um *gap*, uma insuficiência brutal, no quadro superior direito, entre a oferta e a demanda de lítio a partir de 2030. E, no quadro inferior esquerdo, sobre a questão da concentração, já se vê uma presença muito significativa da China tanto na produção do lítio a partir de 2030 quanto, principalmente, no refino do lítio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é a situação do níquel. Também o níquel é utilizado para fazer o polo positivo das baterias. A partir de 2030 também haverá um *gap* muito significativo, um déficit muito significativo entre oferta e demanda. E ali, na questão da produção e do refino, há uma presença muito forte da Indonésia e da China.

Sobre o cobalto – o cobalto também é utilizado para fazer o polo positivo das baterias –, dá para notar também um tremendo déficit a partir de 2035 e, no que diz respeito à produção e ao refino, uma concentração também muito forte na China.

O grafite é o mineral essencial para se fazer o polo negativo das baterias. E, dentro de uma bateria de íon-lítio, se consome muito mais grafite do que lítio, apesar de se falar muito mais do lítio do que do grafite, não é? Também se percebe aí um déficit, a partir de 2035, entre a oferta e a demanda de grafite e uma concentração enorme da produção e do refino do grafite na China.

Por fim, sobre terras raras, a demanda vai vir basicamente dos motores elétricos dos veículos, mas há uma diversidade maior em termos de demanda, não é? Além dos aerogeradores, você tem a demanda para a robótica, tem demanda, enfim, para o setor de defesa, para o setor aeroespacial. Então tem uma demanda muito mais diversa de terras-raras. Não existe um déficit projetado muito significativo para terras-raras, mas o problema das terras-raras é a concentração, a produção e o refino bastante concentrados na China, e a China adotando medidas, desde 2023, de restrição à exportação desse mineral.

Então, a grande notícia que o Brasil tem para dar para o mundo: a gente tem reservas de todos esses minerais, e o Brasil, sim, é parceiro para prover os minerais que o Brasil – que o Brasil não –, que o mundo precisa para fazer a transição energética.

Destaco aí que o Brasil tem a segunda maior reserva de grafita, o polo negativo das baterias, produção muito concentrada na China, e a segunda maior reserva de terras-raras, além de termos a terceira maior reserva de níquel. Nossas reservas de lítio também têm avançado com muita rapidez, e o nosso lítio é extraído de rocha, que é ambientalmente mais sustentável, tá? E também há de se destacar o nióbio, que apesar de não ter sido citado como mineral crítico, é mineral estratégico em função do uso do nióbio para fazer aços mais leves para os veículos, bem como a aplicação de nióbio em bateria permite que a bateria seja recarregada muito mais rápido. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o nióbio pode ser um elemento que vai mudar um pouco esse jogo aí da transição energética. E o Brasil é o líder global de produção e de refino do nióbio.

Aqui é um quadro com alguns dos mais conhecidos projetos de mineração desses minerais aqui no Brasil. A gente já tem identificado mais de 50 projetos em andamento, entre projetos que estão ainda na fase de pesquisa mineral, mas projetos que também já estão na fase de extração mineral. E, desses minerais, os principais depósitos se localizam principalmente em Minas Gerais, na Bahia, no Pará, em Goiás e no Tocantins, tá? Enfim, são mais de US$17 bilhões só nesses projetos aí, e a gente sabe que existem mais projetos em andamento que não estão aí nesse quadro.

Sobre o nióbio eu já falei. Eu vou apressar aqui um pouquinho.

Então, esta mensagem é preciso dar com muita clareza para o Brasil e para o mundo: o Brasil quer e vai atender à demanda global por minerais para que a transição energética seja feita, mas o Brasil também quer agregar valor a eles. E não é uma questão de voluntarismo. Existe, sim, uma janela de oportunidade para isso. Como vocês viram nos eslaides dos minerais, a produção e o refino desses minerais estão muito concentrados lá no Oriente, e existe uma busca, principalmente dos países ocidentais, por fazer uma diversificação geográfica dessa indústria de transformação mineral, a indústria de refino desses minerais para que a gente tenha cadeias de valor cada vez mais resilientes e cada vez mais sustentáveis.

E o Brasil tem a oferecer para o mundo para desenvolver essa indústria de transformação mineral aqui, de refino mineral aqui: a gente tem os minerais e a gente tem energia limpa e renovável em grande quantidade e com capacidade de expansão. Essa é uma indústria que demanda muita energia, e o Brasil tem energia para oferecer. Além disso, temos mão de obra qualificada, temos uma boa infraestrutura – que precisa de melhorias, sim, mas a gente já tem uma boa infraestrutura –, a gente tem uma jurisdição segura, e temos capacidade de desenvolvimento tecnológico, porque, para desenvolver essa indústria, vai ser preciso investir em tecnologia de extração e tecnologia de processamento.

Mas não é um desafio simples – não é um desafio simples. Hoje, os americanos, os europeus estão buscando desenvolver essa indústria também, e eles enfrentam as mesmas dificuldades. Pouquíssimas empresas no mundo estão dispostas a fazer esse processamento, esse refino,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a indústria chinesa é muito forte, a indústria chinesa tem uma escala enorme, tem preços muito baixos. E isso significa que, para a gente desenvolver isso daí, essa indústria, a gente precisa dar apoio público a essa indústria.

Então, eu vou pular aqui para a gente... Já está acabando meu tempo, né? (*Pausa.*)

Posso, posso seguir?

Só para completar aqui, a gente vem trabalhando no Ministério de Minas e Energia com dois objetivos muito claros. Para a gente aumentar a oferta dos minerais e ajudar o mundo a fazer essa transição energética, é preciso ampliar o conhecimento geológico do nosso território e é preciso apoiar a pesquisa mineral, ou seja, as empresas que fazem a pesquisa mineral, que encontram os novos depósitos. E o outro objetivo é o objetivo de desenvolver aqui no Brasil essa indústria de refino, a indústria do processamento mineral, a indústria da transformação mineral.

Para que a gente realize esses objetivos, a gente vem perseguindo algumas diretrizes: a priorização, no Serviço Geológico, nos esforços do Serviço Geológico, de maior mapeamento das áreas com maior probabilidade de aparecimento dos minerais estratégicos – mas para isso precisa de orçamento, não é, Valdir? –; e, na ANM, a priorização dos processos de autorização para pesquisa mineral e de lavra desses minerais estratégicos.

A gente também tem trabalhado junto aos estados, aos entes subnacionais, onde aparecem esses projetos, para que o licenciamento ambiental que é feito por eles também dê uma atenção prioritária a esses projetos, sem jamais abrir mão da segurança e da precisão, do rigor – esqueci a palavra, do rigor – na realização do processo de licenciamento, porque a gente quer, como disse aqui o cidadão que está assistindo, a gente quer mineração sustentável no Brasil, tá?

Outra diretriz é a questão do apoio financeiro, e o BNDES é nosso grande parceiro, para pesquisa mineral, para extração e para transformação mineral.

Eu vou voltar para essa página daqui a pouquinho.

Temos trabalhado também com o Ministério dos Transportes e com as áreas de energia do Ministério de Minas e Energia para prover infraestrutura adequada para os projetos; com o MCTI e com o Senai, a Finep e a Embrapii, para promover os projetos de pesquisa e desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na área, principalmente do processamento mineral, do refino mineral; e temos trabalhado também com o Senai e com o MEC para formação de mão de obra especializada.

E todo esse trabalho tem sido orientado pelo princípio "vamos fazer mineração com sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, respeito às comunidades locais, engajamento das comunidades locais, compartilhamento dos ganhos", né?

E, por fim, não será possível realizar esse desafio sem termos parcerias internacionais. Então, estamos engajados em apoiar as empresas brasileiras, mas também em trazer para o Brasil as empresas que queiram investir tanto na mineração como principalmente no refino. Temos buscado desenvolver o diálogo com os diversos países que estão interessados nos minerais e obter deles contrapartidas no sentido de apoio a todas essas nossas iniciativas, sobretudo desenvolvimento de tecnologia, apoio financeiro e apoio no mapeamento geológico do território.

Então, concluo assim, Senadora Professora Dorinha, a minha fala nesta sessão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pelas contribuições, Sr. Rodrigo Toledo Cabral Cota.

Passo a palavra para o Sr. Francisco Valdir Silveira, mas quero registrar a presença do Sr. Carlos Manzini, Secretário Extraordinário de Representação do Tocantins em Brasília – seja bem-vindo! – e do Sr. Otton Nunes Pinheiro, Diretor de Geologia e Mineração da Ameto.

Com o seu tempo, o Sr. Francisco Valdir Silveira, Diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (SGB).

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Quero cumprimentar a Senadora Dorinha, exaltando a professora formadora de cidadãos, na pessoa de quem eu saúdo meus colegas aqui do ministério, da Agência Nacional de Mineração e do Ibram.

Fico muito feliz de o setor mineral aqui estar todo presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O setor mineral começa com pesquisa, passa pela parte de desenvolvimento e prospecção de jazidas, e, no final, termina com um grande empreendimento que é o dos empreendimentos mineiros.

Todos sabem que a atividade mineral é uma atividade de grande incerteza, ou seja, de risco. Ele precisa, como uma construção, como uma casa, de um alicerce muito forte, muito bem construído, e esse alicerce fica a cargo do Serviço Geológico do Brasil. (*Pausa.*)

Eu não poderia deixar de falar um pouco do Serviço Geológico do Brasil, que é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que atua na área de geologia, recursos minerais, risco geológico, água subterrânea e superficial, e aí também está a geologia marinha.

Nós, como representantes do Estado brasileiro, estamos presentes na maioria dos estados, temos capilaridade e condições de chegar em qualquer parte do território nacional em curto espaço de tempo; ou seja, o Serviço Geológico é a instituição que tem os bandeirantes da idade moderna, que vão a qualquer parte do território nacional de carro, a pé, de burro, de barco... De qualquer jeito, a gente vai.

Quando a gente olha para a geologia básica, o Serviço Geológico do Brasil identificou, ao longo de seus 55 anos, todas as áreas de alto potencial que um país quer ter isoladas, quer ter definidas para ele priorizar suas pesquisas. E, olhando os tipos de terrenos que o Serviço Geológico do Brasil separou ao longo dessas várias décadas, é invejável um país que tenha uma diversidade geológica tão grande. Nós somos um país agraciado por Deus em sua geologia.

Dentro desse cenário, a gente poderia aqui dizer que esse país que vocês veem, esse grande país de dimensão continental, esse aí é um dos grandes desafios que a gente tem. Hoje, somos um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com mais 5,7 milhões de mar; isso significa 14,2 milhões de quilômetros quadrados para o Serviço Geológico dar conta de geologia básica, ou seja, informações primárias, com um efetivo de 1,4 mil colaboradores, dos quais apenas cerca de 577 são geólogos que estão à frente para trazer essas informações, ou seja, nós somos cobrados como uma grande nação, uma instituição que representa uma grande nação, mas na hora dos investimentos somos tratados como um pequeno país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do cenário global, é muito importante a gente ver isto: o que o mundo está pedindo. O mundo hoje e os Estados Unidos pedem todos aqueles minerais que estão dentro daquela bolinha azul; a China pede todos aqueles da bola vermelha; e a Comunidade Europeia, tudo aquilo que está na amarela. Quando a gente olha o cenário brasileiro, tudo que está em verdinho o Brasil produz; para tudo que está ali em azul o Brasil tem recursos conhecidos – nós não temos minas, mas temos recursos conhecidos –; e, para tudo que está em vermelho, nós temos potencial, ou seja, nós temos uma janela de oportunidade para ser um grande *player* desse país.

Dentro do cenário brasileiro, é bom que a gente diga: o Brasil, o território nacional, incluindo o mar, é separado em quadrículas, em escalas diferentes. Dentro desta escala 1 para 250 mil, o Brasil tem 554 folhas que são produtos do Exército Brasileiro, da defesa do Brasil; ele divide o Brasil em quadrículas. Nessa quantidade de áreas, a gente já fez isto: dessas 500, já fizemos cerca de 50% do nosso território nessa escala 1 para 50 mil, ou seja, 296 folhas, 1 para 250 mil, só que essa não é a escala adequada para pesquisa mineral. O que o Serviço Geológico entende que é adequado para a nossa atividade é a escala 1 para 100 mil. Esta, sim, é a escala adequada, é ao que um país do tamanho nosso pode chegar. Mas, aquelas quinhentas e poucas cartas passam a ser 3.041 – 3.041 –, o que significa dizer o seguinte: cada folha dessa tem 3 mil quilômetros quadrados. Desse total, de 3 mil, até hoje, nós só fizemos 894. Isso significa 27% do território nacional, ou seja, o desafio é muito grande para o Serviço Geológico do Brasil.

Além disso, há bem pouco tempo, os estados tinham serviços geológicos muito fortes que nos ajudavam bastante. Eu posso citar aqui o Estado de Minas Gerais; por isso é que ele está lá todo mapeado. Nós tínhamos muita parceria com os estados. As empresas dos estados foram esquecidas. E o que aconteceu? Toda a responsabilidade ficou para o Estado brasileiro, para a Federação. E isso é muito ruim para um país do tamanho do nosso, Senadora.

E aparecem pessoas do setor mineral que nos cobram que a gente avance para a escala 1 para 50 mil. Isso seria quase impossível. Só voltando um pouco, se a gente continuar com o efetivo de hoje e com o recurso que a gente tem hoje, nós ainda vamos passar 110 anos para mapear o Brasil na escala 1 para 100 mil. E, se a gente for atender o setor para mapear 1 para 50 mil, que passa a ser não aquele número de três cartas, que é de três mil e poucas, e passa a ser 11 mil... E o número de pessoas por cada folha dessa não muda: são dois geólogos sempre para mapear na escala 1 para 250 mil, são dois geólogos para a escala 1 para 100 mil e são dois geólogos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escala 1 para 50 mil. E o tempo é exatamente o mesmo, porque nós estamos aumentando a qualidade da resolução da informação. Isso tem que ficar bem claro. País nenhum do mundo – eu vou mostrar para vocês – mapeia, com dados pré-competitivos, na escala 1 para 50 mil, 1 para 25 mil. Isso é papel da indústria.

E, dentro desse cenário, a gente tem alguma coisa... Já mapeamos 340 cartas 1 para 50 mil em projetos muito específicos, muito isolados, para estudo de caso.

E esta é a nossa situação atual do país, o que foi feito na escala 1 para 100 mil, 1 para 250 mil e 1 para 100 mil, ou seja... E o Serviço Geológico entende que a gente deve focar, como Estado brasileiro, a escala 1 para 100 mil, porque é uma escala adequada para se fomentar a pesquisa mineral neste país.

Aqui é o que estamos realizando este ano, com esse pequeno efetivo. A gente tem uma programação anual de trabalho. É o que estamos realizando este ano.

A gente tem uma cobertura aerogeofísica muito importante no país, principalmente nas áreas consideradas, como cristalino, cristalino embasamento ou áreas de rocha dura, porém, o nosso país é um país, como eu disse, de dimensões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA – ... continentais, que tem outras grandes áreas. É o caso das bacias sedimentares, que estão todas em aberto. E depósitos, por exemplo, de urânio no mundo – mais de 40% – estão nesse tipo de terreno. E eles estão totalmente em aberto, ou seja, são áreas com potencial muito grande, Senadora. Inclusive, o Estado do Tocantins é um dos estados que tem grande cobertura da Bacia do Parnaíba, com potencial muito grande para vários bens minerais: terras-raras, potássio, fosfato, urânio e outros mais.

E, para isso, a gente tem uma programação estabelecida. O Serviço Geológico entende que a gente precisa usar ferramentas modernas para avançar nesse conhecimento e não esperar os 110 anos para se conhecer o país. Tem que se ir através de levantamentos de ferramentas indiretas, aerotransportadas, mag, gama, gravimetria, eletromagnético, sísmica profunda, gravimetria profunda... O Serviço Geológico sabe como avançar no conhecimento deste país, em curto espaço de tempo, só que precisa de orçamento, sem orçamento não se faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para isso, Senadora, nós temos uma licitação em vigor para fazer 1 milhão de quilômetros nas áreas do Brasil, para a gente avançar no conhecimento, e – pasmem! – nós não temos orçamento para executar. Nós temos o processo, a maior empresa do setor ganhou a licitação, e a gente não pode nem pedir mobilização para a empresa vir para iniciar o nosso trabalho.

Também temos uma grande cobertura de geoquímica no país, numa escala adequada que nós consideramos: uma amostra para cada 10km². É de sedimento de corrente, concentrado de minerais pesados, a uma densidade de uma amostra para cada 10km², que nós consideramos adequada, com uma análise para 53 elementos da tabela periódica.

Também temos os projetos de recursos minerais dentro daquilo que o Cota falou, agarrando-se na política do Estado brasileiro, que é, nesse momento, buscar cobre, grafita, elementos de terras raras, urânio, lítio, cobalto, mas o Serviço Geológico não pode ficar preso a isso só. Nós somos o Serviço Geológico. Nós temos que antever outras demandas. Por exemplo: nós estamos no momento de corrida espacial; precisa-se de minerais específicos para a corrida espacial. Estamos num momento de instabilidade geopolítica, precisamos de minerais para a defesa.

Então, o Serviço Geológico tem, por obrigação, antever todas essas situações.

Desafios de conhecimento. Aqui eu trago... Isso é o que a gente conheceu no Brasil, em todas as escalas que eu falei.

Isso aqui é o que os Estados Unidos também – tanto falam que os Estados Unidos já conhecem tudo – já têm.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA – E, quando a gente olha dentro das escalas específicas, nós estamos muito bem na fita, só que nós somos um país com potencial muito maior do que os próprios Estados Unidos, e, quando se fala na escala 1 para 100 mil, esta aí o que é que os Estados Unidos têm: é mais ou menos aquilo que a gente tem.

Quando se fala na escala tão falada 1 para 50 mil, olhem lá o que é que os Estados Unidos têm. Praticamente nada, porque, do mesmo jeito, eles atacam aquelas áreas onde tem para estudo de caso, áreas muito específicas. E não têm dinheiro para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, eu quero dizer aqui para vocês que o Serviço Geológico do Brasil, desde 1970, tem uma divisão voltada para a geologia marinha. O Serviço Geológico do Brasil tem o maior acervo de dados primários do mar territorial brasileiro. Então, o Serviço Geológico é extremamente importante para a geociência deste país.

E, pensando no cidadão, pensando na empresa, pensando na academia, nós, nesses últimos anos, devido a um pedido do Ministro Alexandre Silveira, fizemos uma radiografia e colocamos, no mesmo local, todos os dados produzidos pelo Serviço Geológico do Brasil nos 55 anos, sejam eles de geologia, de recursos mineiras, numa plataforma fácil, acessível, que qualquer cidadão pode simplesmente entrar ali, ir direto a um canto e baixar o dado e saber, exatamente...

Além disso, nós podemos saber o que é que o Serviço Geológico do Brasil está fazendo este ano com sua equipe, quanto vai gastar, quando o projeto começou, quando terminou. Isso é público, e qualquer cidadão pode entrar.

Além disso, Senadora, nós fizemos três cenários, o cenário 1, cenário 2 e cenário 3, para os próximos dez anos, que seriam: o Serviço Geológico do Brasil, se tiver o que tem hoje, o que faz nos próximos dez anos; se tiver o dobro, o que é que faz nos próximos dez anos; se tiver o triplo, o que é que faz. Então, isso está tudo acessível para todo cidadão brasileiro entrar, olhar e baixar e ter ideia do que a gente está fazendo.

E, finalizando, vai sair agora o novo Mapa Geológico do Brasil, disponível em duas escalas: 1 para 5 milhões e escala 1 para 2,5 milhões, disponível... Aquele da plataforma já está disponível e, agora em junho, vamos disponibilizar o outro. Seria a cartografia do Estado brasileiro.

Além disso, só para trazer para vocês o tipo de produto que a gente traz aqui nessas várias áreas – estão ali grafita, terras raras, lítio. São produtos que já estão disponíveis, e a comunidade pode ir lá baixar. Vai direto através daquela plataforma que eu mostrei anteriormente.

Só finalizando, também nós temos cuidado com a segurança alimentar. Temos vários projetos – inclusive, tivemos um grande projeto agora em Tocantins sobre segurança alimentar – de buscar insumos para dar suporte à agricultura familiar e à grande agricultura do nosso país. Então, nós nos preocupamos com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, respondendo, Senadora, a uma das questões – inclusive, vou responder a duas –: sim, a gente tem hoje um projeto de economia circular, em que a gente está indo às empresas para que elas aproveitem os rejeitos, ou seja, tenham rejeito zero. Além disso, há outra resposta que eu quero dar a uma das pessoas: será que essa pessoa que disse para parar a mineração e parar de explorar está preparada para abdicar da sociedade moderna? Essa é uma questão que eu quero deixar para vocês. A sociedade moderna não vive sem os minerais. Não tem como – não tem como! A nossa casa tem 25 minerais. Uma casa, por mais simples que seja, tem 25 minerais dentro dessa estrutura.

Então, foi isso que eu trouxe aqui para a senhora e para os ouvintes, Senadora. Fico muito agradecido por estar aqui representando o Serviço Geológico do Brasil, em uma reunião tão importante. Eu gostaria de dizer aqui: tratem o Serviço Geológico como uma instituição de um grande país e também, na hora de ter orçamento e mão de obra, nos tratem como uma instituição de um grande país.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada.

Logicamente, nós vamos voltar a palavra ao Diretor Francisco Valdir Silveira, mas eu gostaria de que, oportunamente, nós pudéssemos falar um pouquinho dessa questão do próprio instituto, do Serviço Geológico e sobre a fonte de orçamento porque, no Parlamento, nós tratamos do orçamento que vem do Executivo. Esse orçamento é enviado pelo Ministério da Economia, do Planejamento.

E a grande motivação também desta audiência, primeiro, é reconhecer – acho – a estrutura, porque pouca gente acompanha o que nós temos de potencial e, ao mesmo tempo, a oportunidade que o Brasil tem não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro. Acho que ficou muito claro, tanto na fala do Cota, quanto na sua fala.

Mas um tema que eu gostaria de tratar é essa questão do orçamento, porque me parece uma coisa que beira a falta de lógica, não é? É um potencial de grande riqueza e que não é enxergado como estratégico, que tem fonte de orçamento, cujo investimento inicial... Ele é inicial, mas, com certeza, o retorno é tranquilo; na verdade, ele é seguro para os estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também uma fala que nós vamos voltar a tratar é a questão que foi mencionada sobre o fato de os estados terem desativado os seus serviços, e como a gente pode pensar isso.

Eu vou retornar... Vou fazer a rodada primeiro. É só para que você possa pensar.

Sobre essa questão do orçamento da União, hoje o Tocantins tem na Comissão de Orçamento... Nós somos uma bancada de 11 e nós temos cinco membros na Comissão de Orçamento. Inclusive, eu estou na Comissão, para que a gente possa tentar ajudar, mas entendo que isto aqui é um estratégico de país.

Passo a palavra para o Sr. Tasso Mendonça Júnior, Diretor-Geral Substituto da Agência Nacional de Mineração (ANM), mas gostaria de registrar aqui as presenças do ex-Senador Donizeti Nogueira – bem-vindo aqui, Senador –, do empresário Carlos Bisso, do empresário Wagner Miguel, do empresário José Roberto e da Diretora Técnica da Mineratins, Caroline Dourado.

Passo a palavra agora para suas considerações, Diretor-Geral Substituto da ANM.

Muito obrigada.

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-la pela excelente audiência, que trata de um tema tão vital para o país e também tão pouco compreendido. A gente vê, pelas perguntas e pelos comentários do público, a diversidade de opiniões sobre a mineração, e, obviamente, ela não é nenhuma coisa nem outra, não é? Ela tem vários aspectos que são importantes para qualquer potência do mundo hoje, que a gente vê que iniciou usando e aproveitando seus recursos naturais, notadamente os minerais.

Eu tinha preparado uma apresentação – eu quero até cumprimentar aqui os colegas Cota e Valdir pelas brilhantes apresentações – e ela chocaria um pouco, não é? Ela estaria chovendo no molhado. Então, como aqui a própria Senadora colocou, de forma bastante pertinente, as observações do requerimento: a participação da Agência Nacional de Mineração é crucial para esclarecer aspectos regulatórios, de fiscalização e segurança, proporcionando um ambiente estável e previsível para os investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, eu foquei em alguns pontos. Talvez não fique muito claro aí para ler, mas eu vou destacar os pontos aqui, que são, certamente, aquilo que a agência está a fazer como a gestora dos recursos minerais da União.

Eu costumo dizer que o minerador, o empreendedor, quando começa a minerar, ele obtém o título com a agência, mas, evidentemente, quando vai minerar, ele precisa do Estado. Então, é lá que ele busca suas licenças, é lá que ele requer mão de obra, lá ele requer infraestrutura.

O tema da ANM é bastante importante, e eu quero destacar aqui como a ANM foi criada, para que ela foi criada e quais as suas ações. Em primeiro lugar, a ANM foi criada pela Lei 13.575, de 2017, foi instalada em 2018 e tem por finalidade a gestão dos recursos minerais da União e a regulação e fiscalização das atividades de mineração. O principal ponto dessa criação foi, obviamente, gerar autonomia. A mineração é um bem da União e é aberta à exploração por privados. Então, isso necessita de uma regulamentação e uma implementação; também ela é responsável por implementar a política nacional da atividade de mineração, tão bem colocada aí pelo Cota.

Então, o que a agência buscava na época? Como agência, ela está lá para regular as ações do setor privado, do próprio Governo e também da sociedade. Ela media todas essas questões. Então, ela, de certo modo, tem que agir com transparência, governança e aberta ao diálogo. Atua na regulação, na fiscalização, outorga de títulos, arrecadação de receitas, mediação de conflitos, entre outras competências. A cada vez que o Brasil se desenvolve e recebe mais investimentos, existem conflitos. A gente já tem conflito dentro do próprio ministério, que é o conflito, muitas vezes, entre a mineração, a geração elétrica em vários aspectos... Então, a gente está lá para fazer isso.

Eu vou passar aqui algumas ações que a ANM tem feito para a melhoria dos ambientes de negócio.

A adoção das boas práticas regulatórias, que é a previsibilidade. Para isso, a gente conta com a nossa agenda regulatória, que é um processo de decisão baseada em evidências. Temos a análise do impacto regulatório e a revisão também dessas questões, tudo com transparência, participação e controle social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um fato importante da agência foi que, em 2019, logo após a sua criação – isso eu posso descrever bem porque fiz parte da primeira Diretoria –, optamos por adotar o protocolo digital. Na época, era algo quase que impensável e muito difícil e hoje eu vejo que foi uma decisão bastante correta – a Resolução 16, de 2019 –, e os processos passaram a ter uma tramitação 100% digital. Isso trouxe transparência, redução de custos aos administrados e à administração, e facilidade na interação com a ANM.

Senadora, antes disso, cada pessoa que ia protocolar um simples produto, uma simples exigência, tinha que ir ao Tocantins, seu estado. Hoje, é tudo feito eletronicamente, sendo 100% digital. Isso foi um avanço muito grande que permitiu... Como vocês veem, o ano de 2019 foi um ano que precedeu a pandemia. Se não tivéssemos tomado essa decisão, nós íamos parar o setor naquela época. Então, o protocolo digital é uma ferramenta totalmente *online*, com tecnologia de ponta, simplicidade e grande economia no relacionamento com a ANM – 24 horas, 7 dias por semana.

Também instituímos o Repem, alvará de pesquisa gerado automaticamente em 34 dias, se a área estiver livre, exceto se depender de um estudo de área ou estudo de prioridade, o que pode demandar mais tempo. Isso era um sonho que a gente queria ter. Estamos avançando também para aquelas áreas vulneráveis. Nós, muito provavelmente, vamos migrar para o sistema de quadrículas, que vai permitir que as áreas livres estejam de forma transparente a todo momento, mas isso demanda ainda uma ação muito grande da ANM.

A Agenda Regulatória 25/26, simplificando os processos de outorga para licenciamento, registro de extração e para a concessão de lavra (requerimento de lavra). A gente encontra ainda uma grande burocracia que o setor apresenta. É preciso estabelecer critérios mais claros de o que o regulado precisa apresentar para a agência para ter o seu projeto aprovado. Então, essa agenda está focando nisso para simplificar esses processos e estabelecer o que ele tem que apresentar. A gente quer chegar até por inteligência artificial a outorgar esses títulos, notadamente aqueles que tenham menor risco, que sejam projetos menores. Hoje, para se ter uma ideia, em um estado como a Bahia, a gente tem lá 2,8 mil processos de relatórios finais apresentados dependendo ainda de aprovação da ANM. Então, é nessa onda que a gente quer trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Agenda Regulatória 25/26 também – é disso que eu estou falando –, em relatório final de pesquisa, com conteúdo mínimo para apresentação desses relatórios, principalmente para agregados.

Deixe-me ver. Passou lá.

Rochas ornamentais e de revestimento, essas substâncias perfazem cerca de 80% do volume do trabalho das equipes da ANM. Então, considerando que vamos desburocratizar essas questões, vamos permitir que esses empreendimentos sejam acelerados, promovendo sua execução, gerando emprego, renda, riqueza e desenvolvimento para o país.

Também nessa agenda está a simplificação da cessão e do arrendamento dos direitos minerários. Isso é muito importante também, porque, para se passar, nós temos uma demanda represada de várias cessões de direito. Aqueles que negociam os títulos minerários necessitam de investimentos, e a averbação dessas cessões fica lá represada, muitas vezes atrapalhando o negócio do privado. Então, nós estamos informatizando isso e simplificando, inclusive utilizando os cartórios para fazer essa averbação. É como se a gente tivesse um represamento aí para escritura de imóveis, né? Então, com isso, a gente poderia até inviabilizar a construção do país se não pudesse transmitir escrituras. Esse é um ponto importante que a gente está fazendo.

Outro ponto muito importante é a declaração de utilidade pública para a área de servidão, desapropriações, uso do título como garantia para fins de financiamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR – E, por fim, a sustentabilidade ambiental: garantir a segurança das operações e da sustentabilidade socioambiental da mineração. Estamos fazendo a segurança das operações, revisando as normas regulamentares. É um projeto em curso na agenda regulatória.

Segurança de estrutura de barragens e pilhas, também pela revisão da Resolução 95, de 2022.

Retorno social, que é a Cfem, a gente está estudando o aprimoramento dos mecanismos de controle (Resolução 156, de 2024 – Dief-Cfem), e as distribuições tanto para municípios afetados, limítrofes e tudo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fechamento de mina: recuperação e destinação de áreas impactadas (revisão da Resolução 68, de 2020); é um projeto em curso, embora isso aí choque também com a questão ambiental, que é desenvolvida pelos estados e também pelo Ibama, na área da esfera federal.

Circularidade na mineração – também já citada pelo meu colega Valdir e pelo nosso representante do ministério, o Cota –: aproveitamento de rejeitos e estéreis, também tem uma resolução que trata disso e regula essa questão.

Outros aspectos sociais: conflitos decorrentes da mineração, bloqueio de áreas, zoneamentos urbanos, áreas tombadas e sítios arqueológicos, unidades de conservação, comunidades quilombolas e tradicionais (projetos em curso).

Isso, de certo modo, responde a essas preocupações que a sociedade tem com essa questão da mineração, ou seja, o licenciamento social, a integração da mineração tanto do ponto de vista social, como ambiental e do desenvolvimento do país.

E temos outros pontos importantes:

- destaque do papel estratégico da mineração no contexto da transição energética e da economia de baixo carbono: não há transição sem a mineração – o próprio Cota destacou aí o uso dos elementos nessa transição de baixo carbono, que é intensiva de matérias-primas minerais;

- o setor mineral experimenta hoje um ciclo positivo de demanda, que tem estimulado o desenvolvimento de projetos em todo o globo;

- a percepção do caráter crítico e estratégico dessas matérias-primas minerais tem servido como pano de fundo para diversos movimentos geopolíticos – a gente está assistindo aí a vários conflitos mundiais –, visando à garantia perante os concorrentes, em especial no suprimento de suas cadeias produtivas e no domínio tecnológico de processos produtivos. Aqui, Senador, é importante destacar que não basta só produzir. Nós temos que desenvolver o domínio tecnológico do uso e da industrialização e verticalização desses produtos;

- o cenário também apresenta desafios aos governos e ao setor: como atender à crescente demanda de minerais a tempo, considerando projeções e metas climáticas para os horizontes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curto e médio prazo, frente aos longos tempos requeridos – no mundo inteiro – para que uma mina inicie a sua produção. Aqui mesmo o Cota fala que nós teremos no horizonte de dez anos um *gap*. Se a gente considerar que um empreendimento mineral demora aí 15 anos para retornar, então, se a gente não acelerar o nosso processo de autorização, concessão, início de lavra e desenvolvimento da mina, nós vamos perder o bonde nessa questão do uso;

- outro importante desafio é como tornar as operações de lavra mais sustentáveis, garantindo uma cadeia de suprimentos de baixo impacto ambiental: a extração das matérias-primas minerais necessárias à transição não pode gerar impactos maiores do que os benefícios da descarbonização;

- é importante lembrar que a mineração é uma atividade territorializada, caracterizada por rigidez locacional, que só pode ser desenvolvida em locais em que os processos geológicos favorecem a concentração de determinados minerais. Daí a necessidade das pesquisas, o que foi tão bem colocado pelo Valdir. Então, é só nesses locais em que há concentração é que se permite a exploração. E, nesse sentido, a intensificação da atividade de mineração deve ser pensada também do ponto de vista do uso do território e de suas implicações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR – ... para as comunidades diretamente impactadas. Daí a importância da sua Comissão, Senadora, que é um importante vetor de desenvolvimento regional.

E aí nós temos várias outras questões que a gente pode discutir em seguida:

- a imagem negativa da mineração: a conscientização da sociedade – a gente vê aí pelas perguntas que estamos recebendo –, em especial das novas gerações (atração de novos talentos é tida como um desafio do setor mineral no mundo todo), sobre a importância da mineração para o futuro da humanidade e as necessidades e possibilidades de desenvolver a atividade em bases sustentáveis;

- o Brasil é um país com grande potencial para fornecer minerais críticos e essenciais para a tecnologia, como bateria, painéis solares, turbinas eólicas, como foi destacado aí;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- embora a competência da ANM não inclua o desenho de políticas setoriais, atuamos em parceria contínua com o Ministério de Minas e Energia para a construção de mecanismos regulatórios que permitam a implementação das diretrizes emanadas pelo ministério e pelo Governo;

- é responsabilidade da agência assegurar um ambiente regulatório eficiente, transparente e seguro, que dê suporte aos investimentos necessários para que o Brasil possa consolidar-se como fornecedor global desses insumos estratégicos;

- a ANM tem um papel central na regulação e fiscalização do setor, assegurando um ambiente institucional estável, previsível e transparente, em condição especial para atrair investimento e viabilizar projetos de longo prazo, como é o caso dos projetos de mineração;

- diante desse cenário, nos últimos anos, a agência tem avançado em três frentes prioritárias para o fortalecimento desse ambiente: modernização regulatória, transformação digital e aprimoramento da governança regulatória;

- a simplificação dos processos de outorga como um todo, com foco na redução de burocracia e para diferentes regimes de aproveitamento;

- a simplificação dos processos de outorga como um todo, com foco na redução de burocracia e para diferentes regimes de aproveitamento;

– a atualização e aperfeiçoamento das Normas Reguladoras de Mineração, com vistas a garantir maior segurança às operações de lavra e adequação às melhores práticas internacionais;

Era isso, Senadora, um breve resumo do que nós estamos trabalhando na agência.

Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço as palavras do Diretor-Geral Substituto da ANM. Todo esse material – a letra ficou realmente muito pequenininha – vai estar disponível na página da Comissão para todos, embora tenha sido passado ponto a ponto.

Eu passo a palavra agora, na ordem, para a Sra. Cinthia Rodrigues, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CINTHIA RODRIGUES (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia, mais uma vez, aos presentes. Cumprimento aqui a nossa mesa em sua pessoa. Trago um abraço aqui do nosso Presidente, Raul Jungmann, que não pôde estar presente e cumprimento os nossos ouvintes que acompanham *online*. (*Pausa.*)

O Ibram trouxe aqui o panorama no sentido de tornar a mineração estratégica para o Brasil e não somente sobre os minerais estratégicos. É só um adendo que eu gostaria de fazer, não desmerecendo o que os meus antecessores aqui falaram muito bem.

Então, a mineração está presente na vida de todos nós. Gostei do exemplo da casa, Valdir, mas está no nosso prato, está aqui na transmissão que estamos fazendo, está presente em tudo. A mineração brasileira é formada de micro e pequenas empresas, Senadoras. O Ibram – apesar de representar a grande mineração, as maiores empresas, 85% do faturamento mineral brasileiro – tem consciência de que o Brasil é formado de micro e pequenos empresários. São os empresários de areia, de água mineral, de calcário, muito presente no estado vocês, Lina e Milton, então, temos essa felicidade de dizer que em todo o território nacional temos atividade de mineração.

A gente movimenta tanto quanto o agronegócio. Se a gente for falar em tonelagem, segundo dados da Agência Nacional de Mineração, o setor movimenta anualmente cerca de 1,5 bilhão de toneladas, seja por via fluvial, terrestre, alguns poucos minerodutos, ferrovias. Então, é uma movimentação importante para o Brasil que movimenta toda a base industrial.

Isto aqui é a projeção de investimentos que o Ibram apura desde 2007. Aqui a gente trouxe um recorte a partir de 2015. A gente tem uma expectativa para os próximos cinco anos de US$68,4 bilhões, isso em praticamente todos os estados do Brasil. Os maiores produtos são ligados aos minerais metálicos, devido ao montante de investimento, mas não menos importante são rochas ornamentais, agregados e projetos ligados à transição energética.

Não vou me repetir aqui, é o dado do colega Valdir, do Serviço Geológico do Brasil, mas superimportante é a gente ter – acho que uma tríade aqui – o Ministério de Minas e Energia, o Serviço Geológico e a Agência Nacional de Mineração, que são um tripé para a nossa base da movimentação, para os empresários trazerem à tona os projetos de investimento para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse mapa, nessa tabela que eu trago aqui, eu chamo a atenção para as pontas externas, né? O que o Brasil... Ele tem grande domínio enquanto exportador – nesse sentido é estratégico para o Brasil, porque ele fornece bons números para nossa balança comercial –, mas, no outro extremo, apesar de ter uma produção nacional, nós temos alta dependência externa. Então: o carvão metalúrgico, que alimenta as nossas siderúrgicas; o potássio, para nossa agroindústria; as terras-raras, ligadas à indústria de tecnologia. E, naquele centro ali, a gente oscila entre uma produção pequena nacionalmente e um complemento com uma importação.

Então, esse aqui é basicamente o quadro dos principais minérios que estão em produção no Brasil, de que temos a dependência, ou o grande pilar como exportador, e que por isso são chamados estratégicos do ponto de vista da balança comercial brasileira.

E aqui a gente vai reconhecer o papel do Governo Federal em fomentar políticas que desenvolvem a mineração brasileira, né? É lançado aí, este ano, o Guia para o Investidor Estrangeiro em Minerais Críticos para a Transição Energética no Brasil, e temos um outro produto do mesmo Ministério de Minas e Energia: Brasil, Líder Mundial na Transição Energética – são produtos que convergem – né? E não posso deixar de reconhecer aqui, mencionado pelo Valdir, o PlanGeo, que é esse plano decenal, de que ele falou muito bem, em que se trazem os cenários. Impossível priorizar tudo – né, Valdir? –, então temos que escolher aquilo que gostaríamos de conhecer melhor. Vamos estudar melhor aqueles alvos que têm mais chance de serem desenvolvidos. Está disponível no *site* do Serviço Geológico.

Mas o Ibram traz aqui, Senadora, qual é a real necessidade de conexão de agendas, não pela ausência desta pasta, mas pela necessidade de ela convergir com outras pastas. Então, a gente tem o plano Nova Indústria Brasil, que tem sido uma base desse Governo, e ele traz seis missões, de que foi falado muito bem aqui: defesa, telecomunicações, saúde, transição energética, digitalização e saneamento básico. Então, isso tudo tem que ser conectado com a mineração.

E aí existem outros planos, que são sustentados pelo Ministério da Fazenda, como o Plano de Transformação Ecológica. E o que é essa expressão "transformação ecológica"? Ela concatena as finanças sustentáveis, o adensamento tecnológico, a bioeconomia e os sistemas agroalimentares – olhem aí a economia circular, que também foi mencionada aqui! Na transição energética, sem a mineração, a gente não consegue fazer essa transição da indústria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustão de hidrocarbonetos para uma indústria de energia mais limpa, de armazenamento de grandes baterias, de forma que a gente sustente um país, porque é algo diferente de se sustentar uma edificação, de se alimentar uma fazenda, uma pequena unidade de negócio. Quando a gente fala em energia para um país de dimensão continental como o Brasil, a gente precisa falar seriamente em planos governamentais para essa transição energética. A economia circular, que é esse reaproveitamento dos produtos da mineração, para os quais antes não tínhamos tecnologia, mas sobre os quais muita pesquisa e desenvolvimento vêm sendo feitos ao longo dos últimos 15 anos, tem permitido a gente trabalhar com novos produtos, Senadora.

Então, respondendo também às perguntas aí que foram colocadas pelos espectadores: temos caminhos na sustentabilidade e toda a infraestrutura necessária, porque um projeto de mineração vai precisar de uma rodovia, vai precisar de recursos hídricos, vai precisar de sistema de energia elétrica, vai precisar de uma logística seja rodoviária, seja ferroviária. Ele vai precisar que isso seja levado até ele, porque somos dotados de rigidez locacional, a geologia só foi favorável naquele local. Então, o empresário, a partir do momento que toma a decisão de desenvolver um projeto e de fazer o licenciamento, casou com aquela área: ele vai ter que ficar ali. Então, essa infraestrutura necessária ao desenvolvimento do projeto gera muitos empregos. E a gente precisa do setor público engajado e andando ao lado do setor privado.

Aqui é o plano... Passei dois.

Aqui é uma sugestão que a gente faz ao panorama que cruza o Nova Indústria Brasil com uma política nacional de minerais críticos e estratégicos que o Ibram ofereceu ano passado ao Congresso Nacional, no âmbito do PL 2.780, e aqui no Senado, de forma que a gente está contribuindo com essas discussões para a gente ter uma política nacional. Vou mostrar mais adiante. Não é a ausência de algo que permeie só a mineração, mas de forma que a gente possa ter uma transversalidade. Afinal, a mineração, como bem dito, estará em todas as fontes energéticas e no desenvolvimento industrial do Brasil. Então, é algo que o Ibram coloca como uma busca pela segurança mineral – é um termo que o nosso Presidente vem trazendo aí. Afinal, temos a segurança energética, a segurança hídrica, a segurança alimentar, e por que não a segurança mineral? Precisamos do conhecimento do Serviço Geológico do Brasil, precisamos da Agência Nacional de Mineração e precisamos das políticas públicas do Ministério de Minas e Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CINTHIA RODRIGUES – E aqui eu trago as agendas do Plano de Transformação Ecológica, que está vinculado ao Ministério da Fazenda. A gente saúda essa iniciativa, mas é aquele ponto que eu trouxe: falta ainda uma conexão, porque a mineração é transversal em todos estes que vemos aqui. Então, na hora em que a gente fala da indústria de hidrogênio de baixo carbono, dos financiamentos climáticos, na hora em que a gente fala da reforma tributária sustentável, a gente gostaria de ver a mineração sendo transversal nesses planos. A gente tem algumas agendas de trabalho lá com o Ministério de Minas e Energia, que muito dá suporte para essa agenda, mas vemos, por exemplo, que o mercado regulado de carbono tem dificuldade de receber os dados da indústria de mineração, apesar de ela ser baixa emissora.

E aqui, já caminhando para o fim, Senadora, eu trago aqui o que vemos como fomento para a indústria de mineração sendo estratégica para o Brasil. Seria a retomada das reuniões do Conselho Nacional de Política Mineral – a gente teve, neste Governo, o redesenho desse conselho, mas não vemos a reunião acontecer, infelizmente. Vinculado à secretaria do nosso colega Rodrigo Cota, está em desenho aí um decreto para minerais da energia limpa. Há o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), muito falado aí nas reuniões do Brics, do G20. Seria o fortalecimento da Agência Nacional de Mineração, sendo que felizmente podemos celebrar aqui que vão receber, agora em julho, 220 servidores e, para o ano de 2026, mais 80 servidores de nível médio, e precisamos reconhecer que eles fazem um belo malabarismo sem muito orçamento – não é, Dr. Tasso? –, fazem parcerias com o Serpro, estão numa parceria agora com a ABDI para digitalização de processos e com a B3 para executarem o próximo leilão de disponibilidades.

Pilhas – foi falado aí que é uma preocupação –, barragens e pilhas, a ANM está muito atenta a essa agenda.

Os planos setoriais. O plano clima de adaptação, que no momento está em consulta pública, não perpassa com os dados reais da indústria de mineração. A indústria de mineração é baixa emissora de gases, mas os dados que estão lá no plano clima, que é algo que a gente vem defendendo, precisam convergir para os demais planos do Governo Federal.

A gente tem aqui uma sombra em cima da mineração, que são as taxas estaduais de fiscalização de recursos minerais. É com grande preocupação que a gente vê alguns projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo paralisados nos estados porque as taxas de fiscalização estão maiores do que o valor da produção mineral...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CINTHIA RODRIGUES – ... maiores, inclusive, do que a arrecadação de Cfem. Então, a gente já tem identificado alguns estados, alguns municípios que começaram com essas taxas e os empresários colocam o pé no freio, porque isso é algo que chama bastante atenção, e o setor olha com bastante cuidado, não é?

Como bem falado, há essa agenda do projeto de minerais críticos e estratégicos tanto no Senado quanto na Câmara. Sentimos falta do andamento de projetos que falem a respeito da boa gestão da Cfem. A gente vê muitos projetos falando do aumento da Cfem, mas a boa gestão da Cfem... A ANM trouxe há pouco o sistema do Dief-Cfem, para dar maior transparência, maior acurácia aos dados. Do ponto de vista da legislação, a gente ainda não tem tanta transparência para o acompanhamento e, principalmente, para os gastos relativos a isso.

Há uma agenda que foi suspensa de hoje para a semana que vem, da reforma tributária, que é a regulamentação do Veto 7, de 2025, de não tributar as exportações minerais, o Imposto Seletivo. Essa é uma agenda para a qual precisamos olhar com atenção. Recordem-se daquele quadro dos principais produtos exportados pelo Brasil. Não queremos exportar imposto, queremos ser competitivos globalmente.

E, já encerrando aqui, Senadores, e agradecendo pela palavra, quero deixar um convite para aqueles que queiram conhecer mais sobre a agenda da sustentabilidade, o ESG da mineração. O Ibram tem uma aba no seu *site* sobre o ESG da mineração, em que a gente traz um pouquinho de informação a respeito de cada um destes itens: economia circular; gestão de resíduos, que foi aqui colocado; licença social; inovação – é um setor que investe muito em pesquisa e tecnologia. Então, temos alguns dados que podem ser interessantes aqui para quem nos acompanha.

Muito obrigada. Deixo aqui o convite para os nossos eventos. Muito obrigada pela palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pelas suas palavras, Dra. Cinthia Rodrigues, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Ibram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora para o Sr. Antônio José de Araújo Rocha, que está remotamente. Ele fez contato que estava o.k... (*Pausa.*)

Enquanto se organiza para falar, faço uma pergunta para todo mundo de novo: será que não tem ajustes na legislação que poderiam viabilizar? Porque eu vejo todo o setor com uma grande riqueza, com um potencial para os municípios, para os estados e para o país – e para o país é uma ação estratégica que tem que ser coordenada mesmo nacionalmente – em relação aos recursos. E eu não vejo nenhuma lógica de o Serviço Geológico do Brasil ter só como fonte o Orçamento Geral da União. Não me parece lógico. Não sei... Acho que essa questão... Se é Cefem, se é o próprio modelo de empreendimento... Em outras áreas, nós encontramos alternativas. Às vezes, em uma grande obra – por exemplo, a construção de uma ponte –, antigamente, o Governo estadual ou nacional fazia o projeto executivo completo, e hoje entra dentro do custo do próprio negócio.

Eu acho que há algumas alternativas, sim, e, de igual forma, é uma das coisas que eu quero, depois, no retorno de todo mundo, sobre a Cefem... Eu acho que falta transparência até para os municípios. Eu vejo pelo meu estado... De repente, um município descobre que recebeu um valor, e outro fala assim: "Ah, eu até imaginei que fosse receber, porque...". E fica sempre aquela expectativa da falta da continuidade, da transparência e até da efetividade.

Todas as áreas são extremamente interligadas e importantes. Sua apresentação foi extremamente transparente para mostrar esse desenho que precisa conversar mais entre as diferentes ações, mas não vejo sentido para o SGB ser o primo pobre, sem dinheiro. Sem ter esse bom levantamento, a gente não consegue avançar. (*Pausa.*)

Eu vou passar, enquanto se resolve o problema técnico, a palavra para o Presidente...

O SR. ANTÔNIO ROCHA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ah, sim. Já ia tirar a sua palavra.

O SR. ANTÔNIO ROCHA (*Por videoconferência.*) – Não, não. Na verdade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, em virtude da questão técnica, e é só para nós não perdermos tempo.

Muito obrigada pela participação.

Já passo imediatamente a fala para o Sr. Antônio José de Araújo Rocha, Secretário-Executivo do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Minas e Energia.

Muito obrigada pela sua disposição de participar conosco.

O SR. ANTÔNIO ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, Senadora, sou eu que agradeço à senhora e aos membros da Comissão.

É uma honra aqui estar representando o Fórum Nacional de Secretários de Minas e Energia, em nome do nosso Presidente, o Secretário de Mineração e Energia do Estado do Amazonas, Ronney Peixoto.

A minha fala vai ser breve, mas muito em linha com o que já foi dito até agora: minerais críticos e todo esse arcabouço que prepara o Brasil para os próximos anos, para essa nova matriz energética.

Eu ia compartilhar – e foi por isso que demorou um pouquinho –, mas não foi possível.

Vou falar um pouco aqui sobre o nosso fórum.

O Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Minas e Energia tem a função de unir os estados e transformar o futuro energético do nosso país. E como ele faz isso? Ele faz isso promovendo uma articulação e um fortalecimento do setor de minas e energias dos estados, visando à inovação, sustentabilidade e desenvolvimento econômico, inclusive, com muita sinergia, com visões diferentes, dado que o nosso país é muito grande, com divulgação de processos exitosos e divulgação de problemas também que cada um de nós enfrenta nos seus estados.

Eu mesmo, até o mês passado, fui o representante aqui do Rio de Janeiro. Estou envolvido, continuarei envolvido com o fórum, porque eu acredito nesses valores de ética, transparência, cooperação federativa, e nessa troca de excelência institucional que a gente tem hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fórum tem hoje 26... E aí eu já quero fazer um pedido para a senhora, Senadora. O Tocantins é um estado muito relevante para não estar ativo, com presença ativa nas atividades do fórum. Ainda que ele seja associado, ainda que ele tenha representantes indicados, a gente quer mais presença de Tocantins. Hoje, a cada dois meses, mais ou menos, nós realizamos assembleias que têm representantes desde o Acre até o Rio Grande do Sul – a maioria dos estados, inclusive o Distrito Federal está lá representado –, nas quais a gente discute essa diversidade que, graças a Deus, o país tem na matriz energética.

Nosso compromisso é forte com a transição energética, sem abandonar as matrizes que sustentam hoje a folha de recursos do país e dos estados. Então, a gente quer um petróleo menos emissor de carbono, a gente quer um gás que tenha destinação inclusive social para melhorar a condição social das populações e a industrialização, no que for possível, e a gente também trabalha na redução dos combustíveis fósseis, na eficiência energética e nas fontes de energia sustentáveis. Esses são os temas.

Quando a gente assumiu, em 2023, o fórum sempre foi o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Minas e Energia, mas ele tratava muito de energia e pouco de mineração. A gente começou a fazer um movimento para incluir mais esses assuntos da mineração. Por isso que eu estou muito contente pelo que eu vi de apresentação até agora, que trata, por exemplo, da mina de urânio no Ceará, que trata da mina de potássio no Amazonas, que trata de outras minerações estratégicas, de minerais críticos que o país tem. E a gente quer somar, cada vez mais, à pauta das assembleias ordinárias do fórum, das Comissões, de onde o fórum representa, participa: no MME, na EPE, no Concepe, no Cgpal, em várias instituições, em vários níveis. Nós temos representatividade para discutir essas políticas públicas, esses incentivos a projetos de energia.

A gente também tem uma preocupação em apoiar essas iniciativas estratégicas de expansão de energia solar, expansão de energia eólica, biomassa, hidrogênio verde.

Como eu já falei antes, o aproveitamento sustentável do gás natural como uma energia de transição; a gente sabe que ele não é um recurso verde, zero carbono, mas ele é um bom instrumento de transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também um apoio forte à produção de biometano, projetos de novas tecnologias limpas, o fortalecimento de infraestruturas – dutos, por exemplo –, para integrar fontes renováveis, apoio à inovação, pesquisa, formação de novas cadeias produtivas.

Então, o nosso compromisso, no fórum, é com uma matriz energética cada vez mais limpa, acessível, segura, aquele conceito de transição justa, inclusiva, contribuindo aí para os objetivos que o Brasil tem assumido nos acordos climáticos globais e também para se ter segurança energética.

A gente tem que ter muito pé no chão para produzir o que precisa, e não ficar só pensando em um futuro totalmente zero carbono e arriscar a nossa segurança energética.

Nós temos, como eu já falei, reuniões, assembleias permanentes. Nós já fizemos assembleias... Assembleias ordinárias, não permanentes. Nós já fizemos assembleia em Foz do Iguaçu, em Fortaleza, em Manaus, no Rio de Janeiro, na Bahia... Temos uma prevista, dia 5 de agosto, para Minas Gerais, para Belo Horizonte, onde eu acho que a gente vai ter um foco maior na questão da mineração, e a nossa ideia é, em setembro – e eu já deixo o convite aqui para a Comissão, para a senhora e os membros, os nossos colegas ali de audiência –, nós realizarmos um congresso, o primeiro congresso brasileiro de Minas e Energia, em Brasília.

Esse congresso pretende tratar de participação nossa em fortalecimento de fóruns regionais, apresentar projetos de fertilizantes, mineração, GNL, GND, biometano, projetos de transição energética, e a gente quer dar voz a todos os segmentos e aumentar, como eu falei, essa participação na exposição dos problemas e das soluções do setor de mineração.

Então, eu queria... A minha apresentação é breve. Eu estou aqui, como eu falei, falando em nome desse nosso Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Minas e Energia e me colocando para a senhora e para a Comissão à disposição, em nome do nosso Presidente, para participar tanto do congresso quanto das assembleias que nós realizamos ordinariamente. Está certo?

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade.

Acho que esta Comissão é da maior importância. Ela tem uma semelhança com o objetivo, com a missão do fórum, que é o desenvolvimento regional, essa integração entre os diversos entes, para prover, para proporcionar esse desenvolvimento das regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu nem vou usar os 15 segundos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Queria só solicitar que o material que não pôde ser compartilhado possa ser enviado para a Secretaria da Comissão, que nós colocamos à disposição tanto das pessoas que compõem esta audiência quanto na página da Comissão.

Eu vou ler algumas perguntas e passo, em seguida, a palavra para os representantes do Tocantins que estão aqui. A gente vai voltar rapidamente para a mesa com um tempo mais curto, em virtude do próprio tempo.

A Maria, do Paraná: "Como [...] [garantir] que a mineração de minerais estratégicos (lítio, etc.) [não] crie zona de zonas de sacrifício [nem] seja apenas *greenwashing*?".

Felipe, de Mato Grosso: "Quais as estratégias para fortalecer a capacidade de fiscalização direta da ANM [...] [diante da] escassez de servidores especialistas?".

Marcos, do Distrito Federal: "Que propostas [...] [buscam] integrar a mineração à cadeia de valor [...] [e ampliar a] exportação de produtos de maior valor agregado?".

Matheus, do Amazonas: "Como serão garantidas as condições [dignas] dos trabalhadores e [...] [proteção ambiental, com propostas reais e não apenas discurso]?".

Leandro, do Pará: "Como o MME e a ANM pretendem lidar com mais de 3 mil minas abandonadas e conciliar esse passivo com uma mineração mais sustentável?".

O Lauro, do Rio Grande do Sul, faz um comentário – são comentários os três seguintes –: "A atividade da mineração é [...] [em sua essência destrutiva] e altamente poluente [...]". Lauro, você não está escutando aqui – não é, Lauro? Porque é como se a gente pudesse esquecer... Precisamos avançar em relação a tudo que foi dito: sustentabilidade, meio ambiente, regulação, acompanhamento, mas não tem jeito de enfiar no buraco. Até porque, se enfiar no buraco, também nós estamos indo para a mineração, eu acho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando, de São Paulo, também um comentário: "Garantir que apenas profissionais habilitados, geólogos e engenheiros de minas com registro no Brasil sejam responsáveis pela atividade".

Outro comentário, do Silas, de Minas Gerais: "É necessário usar o conhecimento geológico para [...] [orientar] os planos de conservadorismo ambiental [...]".

Com a palavra o Sr. Milton Neris Santana, Presidente da Agência de Mineração do Estado do Tocantins (AME), para a sua fala. Agradeço os diálogos que nós temos tido em relação ao tema que eu coloco como um dos mais importantes para o Tocantins e para o Brasil.

O SR. MILTON NERIS DE SANTANA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria, na pessoa da Presidente da Comissão, agradecer essa oportunidade ímpar de discutir a mineração no nosso país. A gente traz um pouquinho da experiência do Tocantins. Embora seja o estado mais novo da Federação, já nasceu com o olhar de que necessita desenvolver.

É determinação do nosso Governador que nós possamos, de forma integrada e transversalmente, trabalhar para o desenvolvimento de todas as cadeias produtivas, e a mineração é a segunda cadeia produtiva mais importante do nosso estado. Eu não tenho dúvida de que vai ser a primeira, pela sua capacidade de investir por hectare, mais do que as outras demais, e por gerar emprego. E a gente percebe que o Tocantins precisa buscar o seu espaço.

Eu queria agradecer à Senadora Dorinha, que nos orgulha por ser do nosso estado e por levantar essa bandeira – essa bandeira é do Brasil. O Brasil precisa avançar no conhecimento geológico; o Brasil precisa entender que a mineração é essencial para o desenvolvimento da vida humana. Não existe desenvolvimento de nenhum cidadão, no mundo, sem minério. E só se extrai minério através da mineração. A mineração não é a vilã do meio ambiente; nós não ocupamos mais do que 1,5% do território nacional. Na verdade, existe algo que precisa ser desmistificado. Existem erros do passado, que precisam ser corrigidos, mas nós temos que olhar para o futuro e fazer uma mineração diferente.

O Tocantins entende que pode ser, nossa Senadora, um exemplo para este país de uma mineração sustentável, com inclusão social, diminuindo os ruídos e construindo um modelo. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai haver desenvolvimento na mineração se a gente não olhar para toda a estruturação desses processos desses atores que estão aí em dificuldade. A ANM é essencial para esse processo, mas não tem recurso, não tem gente para poder atuar no território nacional. Nós temos no Tocantins dois servidores para atender uma demanda de mais de 2,8 mil registros de empresas que querem se desenvolver no nosso estado, e olhe que nós ainda estamos com o mapa geológico, nossa Senadora, ainda da década de 70, numa escala de 1 para 500 mil. Precisamos avançar para poder fazer com que este país tenha o conhecimento geológico no modelo que os países desenvolvidos têm de mineração. E, aí, sem dinheiro, não tem como fazer isso. Quando eu vejo o SGB lutando com toda essa estratégia... E, olha, mapear este país e ter um projeto para todo o território nacional foi algo extraordinário que esses técnicos que estão aí fizeram. Agora, sem dinheiro, a gente não avança. Em Tocantins, nós precisamos neste momento de 43 milhões por duas áreas que são prioritárias já definidas pelo SGB, e o SGB para o país inteiro tem 17 milhões. Nós estamos fazendo um esforço com 4 milhões, mas ainda é insuficiente. Então, nós precisamos priorizar isso aí.

Eu vi e respeito a posição das pessoas sobre esse estigma que criaram em relação à mineração, mas a gente precisa entender que nós temos que ter a mineração avançando e produzindo para que este país possa ter uma indústria de transformação forte, porque, sem minério e matéria-prima, como é que nós vamos ter uma indústria de transformação?

Então, eu queria... eu trago aqui: o Tocantins tem a primeira agência, que foi criada em 2019, de mineração. Essa agência tem um papel, junto com a ANM, de regular, fiscalizar e também de atuar no fomento. Nós somos um estado jovem, novo e que precisa avançar. E, sem o fomento e sem os investidores, nós não vamos gerar o emprego necessário que essa cidade precisa, que esse estado precisa, que o nosso país precisa.

Já temos números importantes: crescemos, de 2023 para 2024, 21,11% no nosso faturamento. O Tocantins tem toda a sua tabela periódica no nosso subsolo. Se a gente avançar no conhecimento geológico, nós não vamos ter 31 projetos estratégicos – que é o que a gente tem neste momento –; nós vamos ter 100, 150 projetos estratégicos, mas, sem o conhecimento geológico que antecede os investimentos, não tem como a gente avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora, a senhora tem um papel primordial de levantar essa bandeira frente a esta Comissão tão importante que trata do desenvolvimento regional, para poder trazer o olhar político do nosso país, do Senado, da Câmara Federal, das autoridades constituídas para poder entender que a mineração precisa de um socorro. Os empresários estão aí prontos para investir neste país.

Com a estrutura que este país tem – Deus já nos deu os minérios que estão no nosso subsolo –, nós vamos poder avançar significativamente. Agora, sem investimento, não tem jeito. A ANM nasce com o seu orçamento contingenciado. Os 7% destinados a ela do Cfem, ela não consegue acessar esses recursos, então, como é que ela vai poder fiscalizar?

Estão falando aqui de fiscalização. O TCU trouxe, até 2022, estudos que mostram que 40,2% são sonegados do Cfem. Precisamos avançar nisso. Os estados podem ajudar? Podem. Aí eu queria dizer, Cinthia, que os estados precisam da taxa de fiscalização para poder atender a sua necessidade de ampliar, junto com a ANM, a fiscalização. Sem elas, não tem como a gente também avançar, o custo é muito caro. O Cfem não pode gastar com RH, com pessoal, então, a gente precisa estruturar isso com dinheiro do Tesouro e não é fácil. Nós que somos um estado jovem e pequeno precisamos desse apoio. Assim, temos que avançar.

Nossa taxa está passando por uma reformulação para poder trabalhar por substância, para ser algo que realmente venha cobrir os custos de fiscalização, mas a gente precisa dela para avançar – eu sei que vocês têm posição contrária a isso, a gente respeita –, mas o Tocantins tem que avançar nesse sentido, e a gente está caminhando.

Estamos implantando lá a GTM, que é a Guia de Transporte Mineral, para fazer a rastreabilidade do minério – de onde está saindo para onde está indo –, para podermos cercar e acabar com aquilo que não interessa para o setor produtivo, para aqueles empresários que estão fazendo certo, que é a sonegação, aqueles que querem driblar, aqueles que querem fazer de forma errada. A gente precisa, com instrumentos de políticas públicas, poder coibir isso.

A ANM caminha conosco no termo de cooperação técnica. Falta agora só a publicação. Isso vai ajudar, porque nós estamos estruturando a agência para atuar com eles e diminuir essa dificuldade que tem de pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, Senadora, colocar para a senhora aqui e para os Senadores neste momento que nós poderíamos ajudar para termos recursos garantidos para o SGB, que seria o dinheiro arrecadado dos leilões, o dinheiro arrecadado das taxas, que todas as empresas que têm requerimento e todas as pessoas que têm requerimento pagam anualmente. Esses recursos precisavam ser carimbados. Se esses recursos forem destinados para que seja trabalhado o conhecimento geológico, o Brasil vai dar um salto, e a gente vai poder mudar muito essa realidade nossa.

Eu acredito muito que, se avançarmos no conhecimento geológico, nós vamos transformar este país em uma potência mineral, vamos poder agregar valor, através da indústria de transformação, a toda essa matéria-prima produzida no nosso país. Eu não vejo outra maneira a não ser o Senado, juntamente com a Câmara, sentar com o Governo Federal, e a gente poder garantir ou através de uma legislação clara e específica em relação a esse assunto ou através de destinação de recursos da União para poder garantir ao Serviço Geológico e à ANM as condições necessárias para poder atuar, e os estados, naquilo que vêm estruturando, poderem apoiar.

Tocantins está fazendo o dever de casa. Criou uma agência, e essa agência vem atuando junto com todos esses atores. Temos lá a Mineratins, que estava em um processo de liquidação, o Governador entendeu que precisava mudar isso, e hoje está atuando, fortalecendo seus ativos, fazendo com que também haja uma atração desses investidores para que nós possamos auxiliar e apoiar o desenvolvimento da mineração no Brasil como um todo.

É isso o que eu trago a vocês hoje. E a gente traz a esperança de que, através desta reunião aqui, o Brasil vá acordar e entender que o agro é *pop*, mas não existe sucesso sem minério...

A SRA. LINA ESTER BARBOSA RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – Somos *rock*!

O SR. MILTON NERIS DE SANTANA – Somos o *rock*. (*Risos.*)

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Presidente Milton Neris de Santana, Presidente da Agência de Mineração do Estado do Tocantins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Sra. Lina Ester Barbosa Ribeiro, Diretora-Presidente da Companhia de Mineração do Tocantins (Mineratins).

A SRA. LINA ESTER BARBOSA RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu saúdo a Senadora Dorinha e esta mesa na pessoa da Senadora Dorinha e de Cinthia. Dia 15 foi o Dia das Mulheres na Mineração, o que é uma pauta que nós temos abraçado. Nós entendemos que, no Tocantins, nós éramos pioneiras nisso, mas já existia até premiação na Inglaterra do movimento do Ibram de mulheres na mineração; lá no Pdac, no Canadá, encontramos mais um grupo de mulheres. Hoje, somos só 18%, mas queremos crescer esse número. Então, eu saúdo a todos na pessoa dessas duas mulheres fortes e das outras que fazem parte da mineração e que estão aqui.

Quando V. Exa. abraçou esta pauta, naquela primeira conversa que tivemos, em que eu pedi "abrace essa pauta"... Eu sei que você tem uma pauta forte de mineração, Senadora, mas nós precisamos do seu abraço. E eu vejo esta reunião aqui, esta iniciativa como um abraço. E eu sei que tudo que V. Exa. faz, faz com maestria. Então, eu me sinto honrada e gratificada de estar aqui neste momento, representando o Tocantins, junto com o meu companheiro Milton Neris, que tem feito um bom trabalho à frente da agência. O Tocantins com dois representantes é uma coisa muito especial.

Eu vou um pouco na contramão do que foi... Não na contramão, mas um contraponto a tudo que foi dito. O discurso do companheiro Valdir aí foi maravilhoso. Cota, Tasso, Cinthia, vocês complementaram. O discurso foi quase uníssono, cada um com a sua mágoa, mas sempre apontando para o sentido de falta de recurso. Então, aqui é uma proposta bem ousada, eu não sei se ela é cabível, mas eu vou fazer. A mineração representou 47% da balança comercial ano passado. Nós somos tão fortes, por que a gente é só um apêndice do Ministério de Minas e Energia? A gente tinha que ter um ministério: um ministério das minas, com um orçamento grande, robusto, próprio, deixando a energia no seu lado. É uma ideia que eu tive, pois, de repente, a gente até chamaria mais atenção. O próprio prédio do Serviço Geológico precisa ter uma estrutura melhor para receber, independente de tudo que foi dito. O olhar deste país precisa se voltar para a mineração. Nós não temos muito tempo, porque as necessidades estão à porta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cinthia iniciou uma fala que eu achei muito interessante: sobre a pequena mineração. Eu sou defensora. Quando eu assumi a Mineratins, a Companhia de Mineração, eu levantei os números: 88,2% dos mineradores do Brasil são pequenos e micros, ou seja, só 2% são grandes, e em torno de 9% são médios. E nós não temos nenhuma política pública decente voltada para esse grande contingente de pequenos e micros.

Então, queremos um "Ibramzinho" e o apoio de todos, para que a pequena mineração possa ser visível, poque ela é gigante, mas está ali. Ela não tem uma linha de financiamento.

E eu fui estudar: "Por que será que a pequena mineração não tem um bom financiamento?". Eu detectei alguns aspectos, e um desses é a precariedade dos títulos minerários.

As permissões de lavra garimpeira com duração de cinco anos são renováveis a critério da ANM.

Ora, se o garimpeiro, que é uma forma legal, se ele fez tudo certinho; se ele não recebeu nenhuma modificação de reclamação, essa renovação tinha que ser imediata. Isso gera insegurança para a rede bancária, para quem financia.

De igual forma, vêm também uns licenciamentos agregados à construção civil. Isso é um entrave que a gente precisa alterar, para que a pequena mineração consiga a sua necessária visibilidade e para que os pequenos tenham condição de trabalhar, porque a agricultura familiar tem financiamento... Tudo que é área tem financiamento, e o pequeno agricultor não.

Um outro ponto que eu trago aqui...

Eu advogo há 26 anos. Eu trabalhava, até então, até assumir a agência, como advogada especializada em direito minerário. Eu já vi tanta gente perder requerimento porque não tem conhecimento! Não sabia que tinha que renovar direito, principalmente o mais pobre. Os grandes, não. Eles se instalam e eles não precisam, porque eles têm o conhecimento, têm o dinheiro... Eles têm tudo.

Então, é necessário, mas é muito necessário mesmo, que as universidades deste país incluam, nas suas grades curriculares, a disciplina, para que as pessoas aprendam, para que os colegas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também estou aqui falando como advogada, porque eu sou Presidente da Comissão de Direito Minerário do Estado de Tocantins e sou coordenadora do fórum nacional pela mineração responsável – sou uma das cinco coordenadoras. Estará presente muita gente que pensa mineração 24 horas. Então, a gente precisa inserir esse conhecimento.

Como é que uma atividade tão grande é tão marginalizada? Como é que as pessoas olham para a gente com o nariz torcido, como se nós fôssemos os vilões – como disse o companheiro Milton aqui –, os grandes vilões de todas a mazelas ambientais, se nós ocupamos 0,53% do território nacional? É impossível!

A taxação, as multas em cima da mineração são gigantescas. E agora ainda vem mais o imposto do pecado em cima. Nós sofremos uma regulação enorme. Vocês não têm ideia do que é uma multa para quem trabalha.

O empresário que pretende entrar nessa área ou que já está nessa área leva entre 8 e 12 anos para maturar um processo. Até esse processo começar a funcionar, ele já gastou muito dinheiro. Uma pesquisa de níquel, uma pesquisa de... Qualquer uma dessas; você não gasta menos de 60 milhões.

E tudo isso precisa de um olhar bem especial, bem específico.

Eu não vou chover no molhado, porque já foi dito da essencialidade, da necessidade, da urgência de que a mineração seja valorizada, de acordo com o tamanho que ela tem no país.

Não existe agro em grande escala sem mineração. E aí eu coloco que os insumos, os remineralizadores de solo são necessariamente estratégicos. Se você não tiver remineralizador para melhorar o solo... E os nossos lá do Tocantins... Ouviu, Senadora? Nós temos os melhores remineralizadores de solo do país. Então, nós precisamos que isso seja divulgado.

A Mineratins criou um plano estadual de remineralizadores de solo, que vai ser apresentado ao Governo e à Assembleia Legislativa. Para quê? É barato, é eficaz; com seis anos de uso, você rejuvenesce o seu solo e sai da dependência de trazer minério caro da Rússia, da Ucrânia, sei lá de onde mais. Então, são pontos que a gente precisa olhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou admiradora da nova Agência Nacional de Mineração. Na questão dos leilões, foram avanços muito bons. Mas essa Resolução 208, embora tenha pontos positivos, acho que aprofundou a discrepância que existe e a importância dos garimpeiros do Brasil.

Os garimpos são um sistema legal, mas eles foram jogados na vala...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LINA ESTER BARBOSA RIBEIRO – ... como se fossem bandidos, e não são. Existe o garimpo ilegal, como existe a mineração ilegal. Então, os garimpeiros precisam de um olhar também diferenciado. Por quê? Como se gerou essa coisa de tanto garimpo ilegal? Até 1989, existia um regime de matrícula em que o garimpeiro tinha as áreas de livre garimpagem, que eram imensas, são 21. O Médio Tapajós, no Pará, todinho, era área de livre garimpagem. Quando criaram a Lei 7.805, esqueceram de avisar aos garimpeiros que eles precisavam ter esses títulos. O que aconteceu? As empresas fizeram requerimento em cima das áreas essencialmente garimpáveis que já eram destinadas ilegalmente para os garimpos. Eles foram para as adjacências, e aí começou a bagunça.

Então, o Governo Federal precisa ter uma secretaria, um departamento que olhe isso caso a caso, e que não reduza... Essa questão agora da portaria estrangulou mais isso, porque antes você poderia ter dez... Não tinha limite para você ter as permissões de lavra garimpeira. Hoje se reduziu a uma só. Então, preste atenção como é ilógico: se eu sou uma garimpeira e me proponho a ter um título minerário de permissão de lavra, eu só posso ter um de 50 hectares, mas, se eu mesma entrar como cidadã não garimpeira e fizer um requerimento na Amazônia Legal ou em terras indígenas, que vai até 10 mil hectares, eu posso ter 10 mil hectares. Eu acho que isso está sendo injusto com essa grande nação garimpeira, que tem muita gente séria e direita. E, antes que o Estado chegue batendo muito, que dê uma oportunidade, que chame, que conheça o tamanho, a dimensão desse problema.

Eu estou fazendo essa defesa porque eu já legalizei muito garimpo em tudo que é estado desta nação. Eu fui para o Tocantins para legalizar o Garimpo de Monte Santo, e conseguimos. E hoje nós temos... Eles movimentam grande parte da economia. Então, a gente não pode obscurecer, não pode acabar com esse olhar para os garimpos, viu, Diretor Tasso? Olhe para isso, vamos pensar mais sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem mais um aspecto aqui que eu anotei.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Lina, seu tempo já encerrou. O seu tempo já passou.

A SRA. LINA ESTER BARBOSA RIBEIRO – Já foi?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Já.

A SRA. LINA ESTER BARBOSA RIBEIRO – Eu tenho aí mais 2 minutos e 50 segundos?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, eu concedi para terminar, mas já se passaram os seus dez minutos. Então, só para você fechar dentro dos dois.

A SRA. LINA ESTER BARBOSA RIBEIRO – Eu só vou finalizar aqui.

Lá em Foz do Iguaçu, eu vi uma grande preocupação sobre a questão de se retirarem as outorgas e as fiscalizações e centralizá-las em Brasília. Isso é temerário. Eu peço que vocês olhem com muito carinho isso, que não desativem, que não deixem as gerências sem função. Porque funciona; o que não estiver funcionando se troca. Mas que não se assoberbe mais e que se centralizem todas as atividades em Brasília, porque fica complicado para nós.

Eu agradeço muito. Muito obrigada a todos por estar aqui.

O Estado do Tocantins está de braços abertos e querendo participar de todas as discussões.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sra. Lina Ester Barbosa Ribeiro, Diretora-Presidente da Mineratins.

Em virtude do tempo, se alguém da mesa não quiser mais falar, eu pediria dois minutinhos só para a gente fazer o encerramento. Acho que tem muitos encaminhamentos possíveis aqui. Eu já havia falado, e o Presidente Milton Neris repetiu: "Tem algum problema no modelo de organização" de um setor tão rico, com um grande volume de recursos, mas que não tem recurso disponível para a pesquisa. Eu acho, e concordo, que a Cfem precisa ser olhada e é preciso ter,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim, uma maior transparência e boa gestão desse recurso. Eu acho que tem encaminhamentos, e, no que depender do ponto de vista legal, nós vamos apresentar sugestões e legislação pertinente.

Então, eu vou fazer a rodada, seguindo a mesa, e passo a palavra agora para o Francisco Valdir Silveira, Diretor do SGB.

Dois minutos, por favor.

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA (Para expor.) – Senadora, eu quero fazer um elogio. Acredito que tenham sido os seus assessores que distribuíram esta mesa nesse modelo. Aqui está exatamente a representação do que é o setor mineral brasileiro: aqui está o Serviço Geológico na base dessa estrutura; lá na frente, está a mineração; aqui no meio, inclusive a nossa Senadora, estão as pessoas que facilitam o trabalho de sair do zero e chegar a uma mineração – e esse caminho daqui até lá na Cinthia, que é o Ibram, que representa a indústria, é longo e demora, em média, 15 anos; chega-se a situações de 25 anos.

Então, eu parabenizo... Eu não sei se foram os astros que conspiraram para ficar desse jeito. (*Risos.*)

E aqui neste momento representa-se exatamente isso, e é aqui onde tudo começa. E isso aqui hoje pede socorro no país, um país do tamanho do nosso.

Então, eu quero dar só um pequeno exemplo aqui do que é pesquisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA – Vale do Jequitinhonha, 2012, Projeto Avaliação do Potencial do Lítio no Brasil, área Jequitinhonha. Já tinha uma mina, só tinha 320 pedidos de pesquisa. Nós terminamos o projeto, e em 2017 foi lançado. A partir desse momento, desencadearam-se pedidos de pesquisa até 2023, e passaram para 3,4 mil os pedidos de pesquisa. A ANM arrecadou... Nós gastamos, o Serviço Geológico, R$2 milhões – R$2 milhões! Ela arrecadou R$42 milhões, quase R$43 milhões, fora o que as empresas botaram na região para investimento.

Então, só para se ter uma ideia do que é investimento em pesquisa nas áreas corretas, tá?

Então, eu finalizo as minhas palavras dizendo – e quero inclusive fazer justiça aqui – que Tocantins e o Estado da Bahia são os estados que realmente hoje dão atenção ao setor mineral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico muito feliz e agradeço ao Milton e à Dra. Lina por defenderem o Serviço Geológico do Brasil. Eu queria que todos os estados estivessem aqui nos defendendo para avançarmos nas pesquisas deste país e fazermos de fato um país com bastante conhecimento geológico.

Eram essas as minhas palavras. O Serviço Geológico está à disposição de toda a sociedade brasileira. Volto aqui a frisar: tudo o que a gente tem é transparente e pode ser olhado na hora. Inclusive, hoje, quando a gente está coletando amostra, lá no campo, no dia seguinte você pode ir lá e ver o que foi coletado ontem, praticamente em tempo real.

Agradeço aqui pela oportunidade. Muito obrigado a todos pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Francisco Valdir Silveira, Diretor do SGB.

Passo a palavra agora ao Sr. Rodrigo Toledo Cabral Cota para as suas considerações finais.

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA (Para expor.) – Eu acho que, como já foi colocado aqui, a mineração tem sido vítima, ao longo do tempo, de muito preconceito de que a mineração suja, de que a mineração destrói... A mineração que eu conheço é bem diferente. A mineração que eu conheço é uma mineração comprometida com a sustentabilidade, é uma mineração que preserva o meio ambiente. A gente, quando vai ver os projetos da Vale, por exemplo, lá no Pará, vê as áreas de conservação ambiental em torno da mina. A mina é bem pequenininha e há aquela imensidão ali de floresta. É uma mineração que traz muito recurso para o Brasil.

Isto é uma coisa curiosa: os suecos, os canadenses, os australianos são ricos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – ... e boa parte da riqueza deles veio da mineração e lá ninguém tem vergonha da mineração. Aqui ainda tem esse outro preconceito de que a mineração não agrega valor. A mineração agrega muito valor. Tem muita ciência, muita tecnologia aplicada à mineração, muito emprego de qualidade envolvido com a mineração.

Finalmente, a gente tem uma oportunidade de ouro de mostrar ao mundo o valor da mineração através da colaboração indispensável e insubstituível da mineração para a transição energética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a Dra. Lina fez menção ao pioneirismo das mulheres. Eu gostaria de destacar aqui que a Secretaria de Mineração hoje tem uma Secretária interina, a minha querida amiga Ana Paula. A gente está torcendo para ela ser confirmada. O Ibram tem a Presidente do Conselho, que é a Ana Sanches, e, nessa área da mineração dos minerais críticos, tem uma executiva que tem sido muito vocal, a Ana Cabral. Então, são as Anas da mineração, e eu espero que isso consolide a participação da mulher na mineração, que traz esse olhar de mais sensibilidade e de mais carinho com os mineradores e com as comunidades envolvidas na mineração.

Então, esse é o meu registro. Eu agradeço por esta oportunidade de estar aqui conversando com vocês.

Antes que eu me esqueça, o melhor aproveitamento dessas janelas de oportunidades que eu comentei aqui depende ainda muito do apoio do Senado e da Câmara a todas essas iniciativas que a gente colocou aqui, tanto para a questão da disponibilização de recursos para o SGB e para a ANM, mas também do apoio aos projetos de mineração, de minerais estratégicos e de outros minerais importantes para o país.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, mas acho que vamos tirar um dinheirinho de vocês. Muito obrigada. No que depender de nós, vamos conversar, dialogar e ver o que é possível construir, mas acho que tem uma clareza grande e também até uma sugestão em relação a encaminhamentos.

Quando a Lina lembrou da Agro é Pop, teve toda uma campanha direcionada para isso. E eu acho que, no caso da mineração, é esse conhecimento, porque quando é colocado, não é naturalmente, mas hoje, naturalmente, quando se fala em mineração, se lembra da destruição de Serra Pelada, de Brumadinho e de outros tantos. Pouca gente olha, na sua vivência, o quanto a mineração está presente e o quanto a pesquisa nos coloca, inclusive, em condição de defender a alimentação e outras condições de vida.

Eu acho que uma sugestão ao Ministro Alexandre Silveira é pensar, junto com os diferentes atores, nessa... Fiscalizar, sim, e acompanhar, mas também mostrar que é uma grande riqueza nossa, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Tasso Mendonça Júnior, Diretor Substituto da Agência Nacional de Mineração (ANM).

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Queria passar aqui uma apresentação que a gente fez sobre minerais estratégicos e críticos, apresentação bastante completa em relação à produção, valor da produção, classificação... Enfim, ela é bem completa, mas eu preferi falar da questão estratégica aqui da agência, porque eu acho que tinha mais a ver com o tema. Então, assim, eu fiz questão, na apresentação, de falar sobre a importância da agência. Deixei para chorar agora, não é?

Então, só queria dizer que eu vi a mágoa, o choro do Valdir, mas se o Serviço Geológico é o primo pobre, nós somos o primo paupérrimo, não é? O nosso orçamento anual, deste ano agora de 2025, foi previsto em R$115 milhões. Isso é apenas o contrato de aeronaves do Ibama – R$115 milhões é o contrato que o Ibama fez para alugar aeronave.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR – Então, esse é o nosso para tudo, para tudo que nós fazemos.

Apesar disso, com esses R$115 milhões, nós tínhamos um déficit de R$15 milhões. Agora nós tivemos um contingenciamento de R$28 milhões. Então, o nosso déficit subiu para R$43 milhões.

Eu vejo que, no passado, o DNPM tinha aquilo que era recurso próprio. Por exemplo, cada fiscalização que a gente faz quem paga é o regulado, é o usuário, é a empresa. Então, se a nossa fiscalização custou R$20, R$30 mil, a gente faz o boleto para a empresa, ela paga e esse recurso volta para o Tesouro e depois volta a ser mendigado.

Então, nós temos que voltar àquela questão dos recursos de fontes próprias. As fontes próprias têm que voltar para a agência para aplicar. É óbvio que tem que ser controlado pelos órgãos de controle, tudo bem, mas não pode ser uma coisa que vai para o Tesouro e vai voltar se der. Como é que você volta a fiscalizar se você não recebe o recurso? Então, eu penso isso. Essa é a necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está recebendo... Por exemplo, o Serviço Geológico mostrou que tem 640 geólogos. Nós tínhamos 140 profissionais de engenharia, de minas e de geologia. Com as aposentadorias, se nós não recebêssemos novas pessoas, nós teríamos menos engenheiros e geólogos do que a Polícia Federal, que tem acho que por volta de 58. Então, a agência está num estado dramático.

Era isso que eu queria falar.

E queria colocar a questão de que todo mundo fala do estrago da mineração, dos impactos. A área efetivamente minerada, vamos dizer, que são as áreas da cava e das estruturas minerárias, não ocupa 1% do território brasileiro. Então, não tem como ser essa atividade uma atividade significativa do ponto de vista dos impactos ambientais.

Agora, somos bastante eficazes na conservação. É só olhar a Floresta Nacional de Carajás. Só as áreas de proteção das fontes de águas minerais são milhares de hectares preservados.

E na questão do fechamento de mina, essa questão de que todo mundo fala aí, na verdade, a empresa faz as chamadas "compensações". Milhares de reais são aplicados nas compensações para você obter sua licença. Então, ela é uma atividade ambientalmente credora. Ela tem crédito junto à questão ambiental. Então, tem que ser mudada a visão dessa atividade.

Por fim, só queria responder um pouco à Dra. Lina. Eu acho que o entendimento da questão do garimpo ficou muito ruim na lei. Na verdade, o garimpo, na minha opinião, era aquele garimpo do regime de matrícula. Hoje, as permissões de lavra garimpeira são pequenas minerações. O que está faltando para nós é uma legislação específica para a pequena mineração. Ou seja, não tem como um pequeno minerador esperar 15 anos para ter retorno.

Então, tem muitas críticas à guia de utilização, mas a guia de utilização é uma sobrevivência para quem está investindo na mineração.

A gente tem que criar um regime que é misto entre regime de autorização e concessão, que exige uma pesquisa detalhada, um plano de aproveitamento detalhado, um licenciamento complexo. Nenhuma pequena mineração pode esperar dez anos para ter um retorno. Isso não existe em nenhuma atividade do país. Então, o que a gente tem que fazer é criar um misto entre a grande mineração e a pequena que permita uma lavra antecipada para o minerador se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capitalizar, se licenciar e crescer no seu empreendimento, se não, você vai esmagar qualquer investimento em pequena mineração.

É isso que eu acho que está faltando aí para nós. Isso vai ser tema agora do congresso de pequena mineração em Goiânia, que vai acontecer agora, no dia 24, na semana que vem. Nós vamos discutir esse assunto lá com muita ênfase. Então, isso é o que está faltando para a gente discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Tasso. Pode mandar a sugestão que a lei anda, a lei específica da pequena mineração. É lógico que ninguém consegue esperar 15 anos, dez.

Passo a palavra, para sua consideração final, à Sra. Cinthia Rodrigues, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Ibram.

A SRA. CINTHIA RODRIGUES (Para expor.) – Obrigada, Senadora Dorinha.

Faço salvas aqui às palavras do Valdir. De fato, estamos com falas complementares aqui sobre a importância da mineração no desenvolvimento regional.

É muito importante, Milton e Lina, ter posições diferentes. Estamos aqui para conversar. O diferente nos leva a chegar a uma solução importante para a sociedade. Não é uma solução importante para mim ou para você; é para a sociedade. E a mineração está aí como uma atividade de fomento e desenvolvimento industrial.

Quero enfatizar que o Brasil é um dos protagonistas globais na mineração. Temos aí 500 anos de história. Busca do ouro: chegaram aqui os portugueses em busca de ouro, não foi em busca da floresta que eles chegaram aqui. Então, a mineração faz parte da história do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CINTHIA RODRIGUES – Gostaríamos muito de que todos os brasileiros tivessem orgulho de sua história, mas não é bem assim.

E estamos aqui, acho que todos defensores desse papel, da importância, do protagonismo da mineração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O minério é essencial para cumprir uma agenda de descarbonização, de mitigação das mudanças climáticas, de preservação ambiental, como muito bem falado aqui pelo Tasso. Está previsto no licenciamento ambiental e tem um acompanhamento muito sério pelos órgãos, principalmente, estaduais e os federais que são dessa agenda de licenciamento ambiental para esse acompanhamento.

Então, estamos aqui falando da mineração formal, da mineração regularizada, que gera energia, arrecada tributos. E é uma crescente. Se você tem um faturamento crescente para a mineração brasileira – gostei de saber que o Estado Tocantins aumentou em 22%, acho que foi isso, 21,11% –, eu tenho certeza de que a arrecadação de tributos acompanhou, porque uma coisa está totalmente ligada à outra. Tributo no Brasil é em cima do faturamento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CINTHIA RODRIGUES – Então, se eu tenho aumento de faturamento, eu tenho uma arrecadação de tributos.

A legislação brasileira busca dividir riquezas. Esta é uma das premissas do direito tributário: você dividir as riquezas com a sociedade. E a mineração cumpre o seu papel nesse sentido.

Quero deixar aqui a mensagem, especialmente para a Lina, que contou a experiência dela da regularização, isso é muito importante. A gente tem n áreas no Brasil passíveis de regularização. E quem está olhando para isso? Talvez... Regionalmente, a gente tem alguns poucos trabalhos. O Sebrae busca dar auxílio; a Organização das Cooperativas do Brasil, orientação técnica. E regionalmente a gente tem órgãos, Secretaria de Desenvolvimento, Secretaria de Fazenda, cada estado leva o seu nome, mas é importante esse papel da atuação, porque, se a gente regularizar a atividade, a gente vai ter emprego de qualidade, vai ter geração de receitas, aumento de arrecadação e vai ter a participação da sociedade de uma forma mais segura.

A gente tem que lembrar que a mineração causa impacto, mas ela tem suas medidas de mitigação, e estamos aí todos trabalhando em prol de benefícios para a sociedade.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Cinthia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tasso quer fazer só um esclarecimento de uma pergunta.

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR (Para expor.) – É sobre uma pergunta que fala sobre milhares de minas abandonadas. Na verdade, eu vi essa reportagem no Fantástico, mas ela não é verdadeira, porque minas abandonadas são aquelas minas que foram autorizadas e foram abandonadas. O que se mostra ali são várias áreas de mineração irregular. Aquilo não é mina abandonada, aquilo é mineração irregular. E não é papel da ANM coibir isso. É um caso de polícia. Isso tem que ser bem destacado.

A questão do fechamento de mina está sendo regulamentada na ANM, e isso também tem, como eu falei na minha apresentação, um componente ambiental: a questão do fechamento técnico da mina e também a recuperação ambiental, que é uma prerrogativa do órgão ambiental. A gente tem que separar essas coisas e atacar cada uma dentro do seu quadrado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Muito obrigada.

Passo a palavra, para sua consideração final, ao Sr. Milton Neris, Presidente da Agência de Mineração do Tocantins.

O SR. MILTON NERIS DE SANTANA (Para expor.) – Agradeço a todos e, em especial, à Senadora por este momento ímpar na área da mineração de a senhora levantar essa bandeira no Senado. Isso, eu tenho certeza de que vai produzir grandes resultados.

Quando você fala na mineração, você está falando de mais de R$80 bilhões, no ano passado, que o Governo Federal arrecadou de impostos.

Quando se fala de Cfem, são mais de R$7,4 bilhões.

Sete por cento da ANM seriam quase R$500 milhões, cinco vezes mais do que o orçamento previsto.

Quando se fala de SGB, nós estamos falando aí de mais de R$400 milhões arrecadados nos leilões, o que poderia ser destinado para pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo que são pontos com que, se conseguirmos ligar – e a senhora tem condição de nos ajudar –, nós vamos mudar o cenário da mineração no país. E a mineração não vai decepcionar de maneira alguma, porque ela é a indústria das indústrias. Sem ela, não tem indústria de transformação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MILTON NERIS DE SANTANA – Parabenizo a senhora pela iniciativa. Estou muito orgulhoso de saber que a senhora também é uma tocantinense.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Passo a palavra à Sra. Lina, para a consideração final, Presidente da Mineratins.

A SRA. LINA ESTER BARBOSA RIBEIRO (Para expor.) – Olha, eu sou só, totalmente, gratidão. Este momento realmente é ímpar.

Só quero fazer mais três considerações aqui.

A sua fala foi muito importante. O mercado de gemas é feito quase por garimpeiros. Quando encerra e eles descem pequenas profundidades para continuar extraindo gemas, eles têm a mesma carga de exigência de uma Vale.

Então, para essa transição que você citou, Diretor Tasso, é essencial que se tenham as exigências, mas com tamanho proporcional ao investimento.

Dizendo isso, o Estado Tocantins tinha 27 permissões de lavra garimpeira, dentro dos quase três mil requerimentos, que estão migrando para outros regimes porque quem tinha duas permissões sempre ficava somente com uma. Isso é uma destruição branca do sistema de permissão de lavra garimpeira.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LINA ESTER BARBOSA RIBEIRO – Segundo, fiscalização. Olha, é uma verdadeira derrama o que sai deste país. É um material, mas sai outro incluso ali. Isso vai beneficiar outros países.

Que a nossa indústria de transformação possa ser vigorosa!

Que a gente não vá gerar emprego na Índia, na China, na América!

Que a gente consiga ter essa cadeia de produção! Aí nós vamos gerar realmente ser muito maiores.

Terceiro, comentar a fala. A independência do Brasil teve raiz na mineração. Foram os grandes impostos dos portugueses lá nas minas que trouxeram a insatisfação que transformou este Brasil.

Então, nós temos um grande poder de transformação e vamos usá-lo. Vamos vestir a camisa, sim, assumir isso, gostar realmente, fazer a mineração grande. Que sejamos divulgadores disso e guerreiros da mineração, todos nós.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Eu acho que a gente tem tarefas aqui para enfrentar em áreas completamente diferentes.

Na educação, nós enfrentamos uma realidade. Algumas universidades, por exemplo, prestam serviço, vendem, fazem concurso público, arrecadam, e o dinheiro não vai para a universidade, fica no caixa geral da União. Aqui, é uma situação semelhante: a receita própria que tem a mineração não pode ficar toda contingenciada e bloqueada, porque isso é a falta da lógica de um setor tão rico, e faltando dinheiro para tudo.

Dá para você pensar, lógico, no país, mas um percentual não pode ser contingenciado, tem que retornar, e foi uma coisa por que nós lutamos nesse pequeno exemplo de alguns serviços públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que uma universidade vai dar uma sobrecarga para o seu pessoal, para fazer um concurso público para uma prefeitura, para um estado, e depois o dinheiro vai todo ficar no caixa único da União que, lógico, tem que lidar com superávit primário, com dívida e tudo mais, mas uma parte desse retorno tem que manter o setor funcionando. É como se da galinha dos ovos de ouro você tirasse a ração. Ela vai parar de botar ovo, gente; é óbvio.

Então, nós temos que lidar com essa questão do modelo da lógica financeira. Parte do recurso de receita própria tem que ficar no setor; não pode entrar no teto, não pode ser contingenciado, tem que estar no setor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Lógico, quanto mais pesquisa, mais Cfem, mais riqueza, mais condição de monitoramento para garantir o meio ambiente. Agora não dá para tudo que é arrecadado ficar...

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR – Está certo, segundo o resultado, mas (*Fora do microfone.*) alguma parte tem que ficar para realimentar a atividade, senão ela morre.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim, lógico. É uma obviedade.

Então, eu agradeço muito a participação de todos.

O meu pessoal, que está ali anotando, já sabe que tem muito serviço para a gente trabalhar do ponto de vista formal e legal.

Agradeço muito a participação de cada um aqui, mostrando os diferentes olhares, mas todos com grande foco.

Então, é uma audiência estratégica para esta Comissão, que trata basicamente disto: desenvolvimento regional, redução das desigualdades e também da riqueza, que não pode ficar na mão de poucos.

Antes de finalizarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 10/06/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 09 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e onze minutos do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Izalci Lucas e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Damares Alves, Marcio Bittar e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública, atendendo ao requerimento REQ 18/2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Finalidade: Debater a crescente apreensão de gado pelo Ibama em áreas embargadas, incluindo aquelas existentes em Unidades de Conservação não implantadas, objetivando dar transparência pública, responder questionamentos legais sanitários, bem como a destinação dos animais apreendidos. Participantes: Rodrigo Agostinho, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama; Vereador Demétrio Sichoski, Câmara Municipal de Novo Progresso/PA; Rodrigo Justus de Brito, Consultor da Comissão Nacional do Meio Ambiente e da Coordenação de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Samanta Pineda, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Sustentabilidade - Ibrades; Vinícius Borba, Presidente da Associação de Produtores Rurais da Amazônia - Apria; Bruno Cerutti Ribeiro do Valle, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uruará/PA; Vanderlei Silva Ataídes, Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Estado do Pará - Aprosoja/PA; e Nelci Rodrigues, representante da Associação dos Produtores Rurais Vale do Garça. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra: a Senadora Margareth Buzetti, os Senadores Marcio Bittar e Jaime Bagattoli e o Senador Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/14

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a crescente apreensão de gado pelo Ibama em áreas embargadas, incluindo aquelas existentes em unidades de conservação não implantadas, objetivando dar transparência pública, responder questionamentos legais, sanitários, bem como a destinação dos animais apreendidos, nos termos do requerimento, etc.

Antes de fazer a convocação aqui das autoridades para a mesa, eu gostaria de, com muita alegria, registrar que a acadêmica Mariangela Hungria da Cunha, da Embrapa, foi nomeada para receber o prêmio 2025 World Food Prize, o prêmio mais importante da agricultura mundial, conhecido como o nobel da alimentação e da agricultura.

A Comissão de Agricultura do Senado quer aqui se congratular com a Mariangela, dando os parabéns e a cumprimentando pelo mérito de receber tão elevado prêmio nessa direção. Muito bem!

Bem, quero convidar aqui para compor a mesa os oradores: o Dr. Rodrigo Agostinho, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Seja bem-vindo, Dr. Agostinho!

Quero convidar também outro Rodrigo, o Rodrigo Justus de Brito, Consultor da Comissão Nacional do Meio Ambiente e da Coordenação de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Está lá? (*Pausa.*)

Tudo bem? Como é que está? Tudo em paz?

A Dra. Samanta não chegou ainda.

Quero convidar o Dr. Vinícius Borba, Presidente da Associação de Produtores Rurais Independentes da Amazônia (Apria). Aqui do lado, à esquerda, Dr. Vinícius.

Quero convidar também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem-vindo!

Quero convidar também o Sr. Vanderlei Silva, Presidente da Aprosoja-PA. Por favor.

Tem mais uma cadeira aí? (*Pausa.*)

Convido também o Dr. Bruno Cerutti Ribeiro do Vale, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uruará. Como é que está, Brunão? (*Pausa.*)

Quero registrar também que está remotamente, está *online*, o Vereador Demétrio Sichoski, da Câmara Municipal de Novo Progresso, região oeste – ou sudoeste, digo melhor – do Estado do Pará.

Registro também aqui a presença da ilustre amiga D. Preta, de Castelo dos Sonhos; também a presença do nosso Senador Jaime Bagattoli, o Homem do Agro lá de Rondônia. (*Pausa.*)

Bem, pessoal, só vou esperar o Jaime se acomodar. (*Pausa.*)

Pedro, da sequência aqui, você tem uma segunda página? (*Pausa.*)

Tudo bem.

São dez minutos.

Quero anunciar que convidamos também o Ministério Público Federal, que não pôde comparecer. Também chamamos um representante da Frente Parlamentar da Agropecuária, a FPA, que também não compareceu; e o Chefe da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), cujos dois executivos estão todos viajando, não teve ninguém para poder comparecer.

Bom, vamos começar com cada um, por dez minutos, e depois a gente faz um bate-bola.

Eu estava até conversando com o nosso Presidente do Ibama que, de repente, é uma reunião mais administrativa do que propriamente uma audiência pública para trazer esclarecimentos.

Essa questão dos embargos e da apreensão de animais, assim como também da produção, tem levantado debates, discussões e muita apreensão, principalmente no Estado do Pará.

Eu gostaria de... O senhor quer falar logo ou quer ouvir?

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (*Fora do microfone*.) – Eu tenho uma apresentaçãozinha.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tem apresentação? (*Pausa.*)

Então está bom. Então, fala e depois a gente retorna, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero convidar então o Dr. Rodrigo Agostinho, Presidente do Ibama, para iniciar as exposições neste momento.

Dr. Rodrigo, por favor.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Para expor.) – Senador Zequinha, Senador Jaime, demais autoridades aqui presentes, quero saudar também o meu xará aqui ao lado, o Rodrigo Justus, representando aí a sociedade civil, a CNA, e, na pessoa dele, todos os demais participantes da mesa.

Vou fazer uma apresentação rápida, espero ficar dentro dos dez minutos, para que a gente possa pelo menos ter um panorama da situação e do que de fato está acontecendo.

Podemos passar a apresentação, por favor?

Bem, basicamente nós tivemos a retomada do plano de prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia. Esse plano foi confeccionado... O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal(PPCDAm), foi elaborado sob a coordenação de uma comissão ministerial, coordenação do Ministério do Meio Ambiente e esse plano traz uma série de medidas, de ações.

Além, obviamente, do próprio PPCDAm, que orienta e define a política pública, que é executada pelo Ibama, nós temos duas ADPFs, que são Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental, a 760 e a 743, que também norteiam nossas atividades – no caso específico de uma delas, a apreensão de gado, por exemplo, dentro de terras indígenas, gado criado ilegalmente dentro de terras indígenas.

A gente tem trabalhado com o conceito de municípios prioritários, que são justamente aqueles municípios do arco do desmatamento, justamente aqueles municípios na fronteira, na nova fronteira. São justamente aqueles municípios que concentram as mais altas taxas de desmatamento. E é justamente nesses municípios que a gente tem priorizado nossas ações.

Na maior parte dos municípios prioritários, é importante dizer que nós tivemos uma queda considerável de desmatamento nos últimos dois anos. A gente reconhece... A gente conseguiu um milagre de reduzir em praticamente 50% o desmatamento em dois anos.

Senadora, é um prazer.

Com essa redução, também surgiram outros desafios.

A nossa atividade também é orientada pelo próprio Código Florestal, a nossa lei de proteção à vegetação nativa do Brasil, notadamente o art. 26, que diz que toda supressão de vegetação nativa para o uso alternativo do solo dependerá de prévia autorização. Então o nosso foco de combate ao desmatamento é o foco que a própria lei traz, desmatamento não autorizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o art. 51 é muito explícito em dizer que: "Art. 51. O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento [...] deverá embargar a obra ou atividade que deu causa ao uso alternativo do solo [...]".

Então, a própria legislação aprovada aqui neste Parlamento é muito clara em determinar o embargo da obra ou atividade.

Nós temos também a Lei de Crimes Ambientais, de 1998, que trata das infrações administrativas e dos crimes ambientais, onde estabelece que: "Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de [...] proteção e recuperação do meio ambiente". Entre as sanções, está apreensão e está o embargo. Essas duas estão previstas como sanções dentro da Lei de Crimes Ambientais.

E o embargo? O embargo para nós é entendido como uma medida cautelar. A gente recebe os alertas de desmatamento, a gente recebe os alertas hoje quase que diários do Inpe, e, com base nesses polígonos de desmatamento, a gente cruza com as autorizações de supressão. Muitas vezes, órgãos estaduais e municipais demoram um pouco para colocar essas licenças, essas autorizações no sistema. Isso também causa bastante problema, inclusive para os produtores rurais, porque se a área está autorizada, com a publicização dessa autorização, não há por que a gente tomar nenhuma medida em relação a esse tipo de situação.

Todo autuado tem direito de acesso ao processo, pode apresentar sua defesa, contraditório e ampla defesa. E o embargo serve para cessar as atividades ilícitas ou suspeitas, preservar a integridade da área, resguardar a efetividade da responsabilização e uma medida preventiva. A gente faz os embargos tanto quando a gente fala de áreas públicas, a gente tem desmatamento e ocupação em cima de unidades de conservação, terras indígenas, florestas públicas não destinadas, como em áreas privadas, notadamente quando não dispõem da autorização de supressão de vegetação.

A gente tem uma instrução normativa que trata da cessação do embargo, os documentos que a gente pede. A regularização do imóvel se faz junto ao órgão estadual e, depois que é feita a regularização junto ao órgão estadual, o Ibama levanta o embargo. No ano passado, para nossa surpresa – e uma grata surpresa –, a gente chegou a ter meses em que o volume de desembargo era mais ou menos o mesmo volume de áreas que estavam sendo embargadas, ou seja, as pessoas estão procurando a regularização. E para nós, para o Ibama não interessa que as pessoas não estejam regularizadas, o nosso interesse é que as pessoas estejam regularizadas, e esse é o nosso objetivo.

Como é que funciona a fiscalização remota? Como eu já disse, a gente recebe os polígonos de desmatamento do Prodes; a gente cruza com uma camada das autorizações de desmatamento, por isso é tão importante que essas autorizações venham para o sistema; a gente verifica se a área já foi embargada, porque tem áreas que foram embargadas pelos estados, áreas embargadas pelo município, áreas embargadas pelo próprio Ibama. Então, a gente verifica se tem embargo anterior, cruza com a lista de municípios prioritários, municípios críticos, é lavrado o termo de embargo e... (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o microfone está aberto.

Então, como eu já disse, a gente tem o embargo remoto por desmatamento ilegal, em áreas públicas e privadas, e os embargos em áreas desmatadas ilegalmente.

Notadamente, nesse caso específico, agora, que causou bastante comoção no Pará, nós embargamos áreas que foram desmatadas no ano passado. No nosso sistema, a gente embargou áreas desmatadas no ano passado. Algumas propriedades tiveram desmatamento também em anos anteriores, mas a gente só pegou os polígonos do Prodes de 2024.

E é feita, obviamente, a notificação para que não se ocupe a área embargada, se for o caso, para que ela possa ser recuperada.

A Dra. Samanta chegou.

E que também seja feita a notificação para que, se houver utilização da área, essa área também possa ser, essa atividade possa ser sustada.

Aqui alguns exemplos.

A imagem antes do desmatamento, do lado esquerdo, e a imagem depois do desmatamento, como ela aparece para nós, ali em roxo, desmatamento.

É feito o cruzamento com os dados do CAR, e aí a gente consegue ver se foi desmatado dentro da reserva legal, fora da reserva legal; a gente consegue calcular a área... Então, assim, é o uso da tecnologia na conservação.

Aqui a gente tem mais um outro caso de desmatamento ilegal, de 119 hectares. Então, você tem a imagem antes e a imagem depois. Mais um terceiro caso, numa área de 88 hectares.

Aqui, provavelmente, quando vem o alerta para nós, é um registro fotográfico daquele momento. Então, provavelmente, se a gente tirar uma outra foto desse imóvel, provavelmente o desmatamento já é muito maior do que isso, porque a gente consegue perceber que as bordas do desmatamento ainda estão irregulares. Normalmente o desmatamento vai até os limites da cerca, ou até o limite da área pretendida de utilização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – Aqui mais um outro exemplo.

Aqui mais um exemplo. Nesse caso específico, em verde, a gente tem a área de reserva legal. Nesse caso é um caso mais grave ainda porque ele desmatou a reserva legal da propriedade, justamente aquele mínimo que ele não deveria ter desmatado, que deveria manter. Então, muitas vezes a gente tem essa sobreposição de desmatamento e reserva legal.

Aqui mais um.

Mais outro caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais outro caso.

Aqui, um exemplo de um município. Aqui é um município. Em vermelho é o que teve de desmatamento no ano passado, e em azul é o que estava no sistema como autorizado. Pode ser que tenha autorizações e que a gente não tenha conhecimento? Pode. Se o município, se o estado, não publicizar essas autorizações.

Qual é o problema disso? O problema disso é que a pessoa sofre um embargo desnecessário.

Um outro ponto importante é que o Supremo já decidiu, recentemente, na ADPF, que essas autorizações não publicizadas são nulas. Se no caso agora recente desses últimos embargos a gente localizar qualquer tipo de autorização, o Ibama vai obviamente considerar e nós vamos fazer o desembargo dessas áreas, de maneira muito tranquila. O problema é que a gente lida com aquilo que está no sistema.

Inclusive, essa publicização das ASVs para nós vai ser muito importante, porque uma das grandes reivindicações do setor agropecuário brasileiro é que o Governo passe a diferenciar o desmatamento legal do ilegal. Com a publicização, a gente vai poder ter. "Olha, eu sei que neste ano foram desmatados 500 mil hectares, tantos mil hectares autorizados, tantos mil hectares não autorizados."

Aqui é um outro município do Pará. Para quem é especialista no Pará, bateu o mapa já sabe qual é. Mas vocês podem ver em vermelho que não é pouco desmatamento; reduziu bastante, mas não estamos falando de pouca coisa.

Aqui é mais um outro exemplo, os polígonos autorizados e os não autorizados. Então para nós é muito claro. Agora, isso não quer dizer que a gente não possa ter erros e muitas vezes problemas como o fato de muitos cadastros não validados. Às vezes, sobreposição de cadastro coincide com aquele problema de que V. Exa. me falou: a propriedade vizinha foi embargada junto, na hora que você vai ver. Isso acontece quando você tem um CAR sobreposto a outro CAR. Vai ter que fazer o ajuste desses cadastros. Então para nós é muito importante que a gente possa fazer essa lição de casa e tirar sobreposições.

Aqui é um outro exemplo onde a gente tem as áreas autorizadas, as áreas desmatadas, o limite das propriedades, pelo menos o declarado.

Então é só para concluir e obviamente me colocar à disposição para qualquer esclarecimento.

Recentemente, nós fizemos embargos, embargos exclusivos de áreas desmatadas em 2024. Nós retiramos as áreas que estavam autorizadas, essas áreas foram suprimidas dos embargos. Qualquer pessoa pode solicitar imediatamente a retirada de um embargo se dispuser de autorização de supressão. A gente inclusive, na data de ontem, em diálogo com a Secretaria do Meio Ambiente do Pará, se colocou à disposição para fazer uma força-tarefa, para olhar eventuais autorizações que tenham sido dadas e que não estão no Sinaflor. Então, a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à disposição para fazer essa lição. E a gente tira imediatamente; se tiver autorização, a gente tira imediatamente, não vai precisar de solicitação do embargado.

Se algum embargado já providenciou a regularização da sua área, fica mais fácil. Com o Pará e com o Mato Grosso... Tanto o Pará quanto o Mato Grosso têm dado prioridade na regularização ambiental das propriedades, principalmente para fins de financiamento agrícola.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – Então, uma última observação é que, ao mesmo tempo em que a gente teve redução de desmatamento em todos os biomas nesses dois anos, nós tivemos uma redução significativa na Amazônia, a gente teve uma redução significativa no Cerrado, e ninguém acreditava que a gente ia conseguir reduzir no Cerrado. Na Amazônia, agora no mês de abril, a gente teve algo que a gente chama de repique, a gente teve um aumento concentrado em um mês. A gente sabe obviamente que em abril a gente tem abertura das nuvens, então uma parte da Amazônia, em janeiro, fevereiro e março, fica coberta de nuvens, então abre em abril, mas, comparando abril deste ano com abril do ano passado, teve aumento. E isso, para nós, já acende um alerta. Obviamente que isso pode ser um fato isolado. No ano passado, nesse mesmo mês de abril, a gente teve 18 mil hectares de desmatamento e, neste mês de abril, agora passado, nós tivemos um desmatamento de aproximadamente 30 mil hectares – saiu de 18 mil e foi para 30 mil. Pode ser algo isolado? Pode. Mas é nossa missão institucional lutar contra o desmatamento ilegal, é nossa missão institucional trabalhar pela redução desses números e garantia de que os instrumentos jurídicos sejam preservados.

Então, Senador, tentei traçar um panorama da situação exata agora desses últimos embargos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dr. Agostinho, Presidente do Ibama.

Já está presente a Dra. Samanta. Muito obrigado já por ter chegado.

Quero conceder a palavra, neste momento, ao Dr. Rodrigo Justus de Brito, consultor da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA.

Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor.) – Senador Zequinha Marinho, demais participantes aqui desta audiência, colegas de mesa, esse assunto da questão dos embargos e apreensões já é um tema um tanto recorrente aqui nesta Casa. Nós temos aqui... Na verdade, desde 2018, a toda hora, nós estamos aqui, voltando a discutir essa questão.

E, quando nós falamos das áreas embargadas, nós não temos um único tipo de área embargada: nós temos as áreas em terras indígenas homologadas que já estão criadas lá, em que alguém entrou e está abrindo uma área; nós temos a unidade de conservação criada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual o produtor não foi indenizado – e daí não saem as autorizações e também não saem as indenizações, não é, Agostinho? Já discutimos isso aqui, em outras vezes, nesta Casa –; nós temos também a questão dos autos de infração já julgados e homologados; e nós temos aqueles processos que nunca mais são julgados e nunca mais são desembargados, e o produtor fica aguardando a solução, que nunca vem.

E é sobre parte desses que nos preocupa a situação. Por quê? Porque o órgão estadual não analisa o CAR para promover o desembargo, não providencia a regularidade do imóvel que é uma atribuição do Estado, e, muitas vezes, quando isso acontece, não sai o desembargo da mesma forma por, muitas vezes, demora das apreciações dos pedidos, coisa e tal... E o produtor segue a vida, afinal, ele precisa da atividade para a sua subsistência e para a sua renda. Daí nós vemos esse tipo de situação acontecendo também de maneira já... Não é, vamos dizer assim, uma característica desta gestão, mas é um fato que nós temos acompanhado há mais de dez anos e temos vindo discutir aqui nesta Casa.

O que nos preocupa, hoje, em relação aos embargos?

Primeiramente, em relação à questão do embargo remoto, o embargo remoto... Na verdade, eu até tenho um processo aqui completo do embargo remoto. O embargo remoto tem sido aplicado pelo *Diário Oficial da União*, sendo que nós sabemos que o STJ já julgou que o cidadão não é obrigado a ler o *Diário Oficial da União* todo dia para saber se tem algo a respeito dele. Então, nos preocupa o que vai acontecer agora. Por quê? Porque, em seguida, o Ibama irá lá apreender coisas das pessoas dizendo: "Ah, nós te notificamos pelo *Diário Oficial da União* e você não tirou o seu gado de lá". Então, o devido processo legal presume a notificação primeiro para a defesa das pessoas.

Aqui nesse processo, aqui em Boca do Acre, são 150 produtores notificados. E mais: não diz qual é a área que ele desmatou, nem a quantidade de área, ou seja, que esse produtor esqueça o Plano Safra, esqueça os financiamentos, porque ele não vai ter, porque, na verdade, ele teve o CPF bloqueado. Por quê? Porque não diz o quantitativo de área dele, e ele não foi notificado nem para se defender.

E vários desses municípios aqui, desses dez editais que foram baixados, se nós pegarmos a média de desmatamento, tem município que teve 2 mil hectares embargados; em 1.022 propriedades, dá menos de 2ha por propriedade se nós dividirmos o total da área do município embargado pelo número de propriedades. Não quer dizer que todos os desmatamentos sejam de 2ha. Pode haver um de 500ha e vários de meio e tal. Mas o que nos preocupa é a forma como isso está acontecendo.

Não discutimos as decisões do Supremo Tribunal e a ordem de tomada de providências. Não é essa aqui a nossa questão. A nossa questão é que nós entendemos que a coisa fugiu do prumo da legalidade, no aspecto formal, em relação ao direito da defesa do cidadão. O Sr. José da Silva, que está lá na Boca do Acre, vai se defender do que se não se sabe, não existe no processo uma tabela dizendo quanto cada produtor desmatou? Não existe. Aliás, esse número só existe em um dos processos, que foi a primeira notificação que o Ibama fez, em que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocou, na tabela, uma lateral dizendo quantos hectares de cada imóvel estão embargados, ou seja, o restante não está embargado. Obviamente, deve ser respeitada a reserva legal, a APP e tudo mais. Então, o que nós temos visto é que os produtores estão à deriva nesse processo.

E quais são as providências que vão ser tomadas depois ou agora pelo próprio Ibama? Já que deve ter uns 5 mil produtores já notificados aí, como é que vai ficar? Por que eles não receberam o auto de infração? Por que eles não foram notificados para se defender?

A apresentação de documentos também nós temos discutido, Agostinho, lá no Conama. Nós da CNA somos os maiores interessados na transparência das autorizações de supressão vegetal. Por quê? Porque muitos produtores estão sofrendo penalidades, porque o município que não podia emitir emitiu, e ele foi lá abriu de boa-fé, etc., e outras irregulares que nos vêm também e que acabam prejudicando quem trabalha licitamente.

Então, nós vemos que é preciso um freio de arrumação na parte de organizar a legalidade do processo administrativo, sob pena de isso prejudicar o próprio órgão, porque, se se anular um edital desse, na verdade eu estou colocando pessoas que, às vezes, cometeram ilícitos graves na sombra, estou deixando-as na facilidade. Por quê? Porque eu gerei a nulidade de um ato que tem uma lista de gente lá, e tem gente que está coberta de razão e inclusive nos mostrou autorizações e tudo mais. E agora vai recorrer a quem? Onde? Como é que isso vai funcionar?

Então, outra coisa é a questão do fogo.

Eu não vi, nesse ano passado, o que aconteceu em outros anos de que, onde queimou, foi lavrado um auto de infração. Eu não vi isso acontecendo dessa vez. Já houve, em anos anteriores, incêndios que queimaram 1 milhão de hectares, e todos foram premiados com um auto de infração: mesmo tendo queimado a casa do cidadão, ele foi multado ainda, teve que receber a multa lá na casa do vizinho, onde ele estava hospedado. Eu não vi esse exagero na questão do fogo, mas essa questão do desmatamento precisa ser resolvida, inclusive a questão da regularização das áreas daqueles que têm o direito legal de ocupar essas áreas. O que está acontecendo agora? É que em breve nós vamos ter um contingente enorme de pessoas, e pessoas pobres. Se nós olharmos o perfil, se nós formos a Apuí, Boca do Acre, todos esses municípios amazônicos, regiões que você olha e em que está lá: sítio da vovó, sítio do Seu João, sítio do Seu Zé, o que é aquilo? Aquilo é um assentamento. São pessoas que estão jogadas lá no meio do nada, abandonadas e que agora não vão nem fazer seu próprio Pronaf.

Então, eu acho que talvez nós precisemos buscar uma solução para isso aí e, Agostinho, fazer uma categorização do tipo da situação, com o tipo da propriedade que nós estamos tratando – se ela é regularizável, não é regularizável, onde ela está –, para que se possa não adotar uma solução única para tudo e simplesmente passar a espada na cabeça de todo mundo e nós tenhamos uma melhor interlocução, inclusive, Senador Zequinha, chamando os estados, porque cabe a eles fazer a análise dos cadastros para que se possa fazer as regularizações.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Então, na verdade, a saída dessa crise que está criada pelo histórico de ocupação, por tudo mais é compartilhada em divisão de responsabilidades, e nós esperamos mais empenho das instituições, para que a gente possa resolver isso.

Então, são essas as minhas colocações.

Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo.

Vamos avançando.

Quero convidar agora o Dr. Vanderlei Silva Ataídes, Presidente da Aprosoja no Pará.

O SR. VANDERLEI ATAÍDES (Para expor.) – Boa tarde.

Na pessoa do nosso Senador Zequinha, cumprimento a todos aqui, autoridades e convidados.

É um prazer a gente hoje fazer parte, Senador, desta audiência aqui. Como todos sabem, a gente preside a Aprosoja Pará já tem alguns anos, e eu rodo esse Estado do Pará, estado que é muito grande, e temos aí, há 25 anos, 26 anos, mais ou menos, uma atividade de agricultura no Estado do Pará, com mais força de 2004 para cá. Mas, mesmo assim, ocupando apenas quase 1% do nosso território de quase 125 milhões de hectares, a gente está com aproximadamente 1,2 milhão, 1,25 milhão de hectares plantados. A gente já tem aí uns 70 mil empregos diretos e indiretos, que a gente emprega dentro do Estado do Pará, gerando desenvolvimento e renda àqueles municípios lá do interior.

Quando eu cheguei lá, em 1998, a gente viu um cenário naquela época, Vinícius, e hoje a gente vê outra transformação. Onde chega a soja, chega a locomotiva do desenvolvimento. A gente trabalha muito sob o crivo da legalidade, dentro do nosso estado, porque, como todos sabem, hoje, para a gente vender uma saca de soja, a gente tem que seguir o crivo. Nós não podemos ter Prodes, nós não podemos ter embargos; nós temos que – como dizem os goianos, da minha terra, que é o Goiás – andar na linha, andar direito.

Então, a gente tem uma preocupação, porque, ultimamente, em algumas áreas antigas, que já produzem há muitos anos, de repente, o banco manda uma cartinha para o produtor, desabilitando-o do crédito porque diz que tem um embargo, que o Ibama lançou um embargo em cima da propriedade dele. Muitas vezes, vem de longa data e com licenciamento, porque o cidadão está produzindo naquela região. Com todo o embaraço na vida dele – conforme o nosso colega disse ali, o Rodrigo –, é ele que tem que correr atrás, e não se consegue tirar o embaraço, e, com isso, vai se gerando toda aquela confusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Estado do Pará, nós temos que mudar uma página. Eu sempre falo por onde a gente anda: nós não podemos ser um estado rico e pobre ao mesmo tempo, onde se tem tantas terras, tanta fertilidade, nós temos o nosso solo da Amazônia no Estado do Pará, e nós temos muita área a crescer dentro do agro, áreas já abertas, áreas que estão na pecuária, que estão se dividindo em pecuária e grãos. Então, nós não podemos mais fazer parte desse cenário. Não é admissível, Senador Zequinha, o Estado do Pará tem fartura em tudo, e nós estarmos aí em terceiro, quarto lugar em Bolsa Família, no assistencialismo num Estado daquele tamanho. E a gente anda naquele interior, a gente vê tanta injustiça – tanta injustiça ali. Eu rodo ali a Transamazônica, a BR-163 o BR-158, a própria região onde eu resido ali, mais para cima, próxima de Belém, e a falta de oportunidade que a terra dá para as pessoas terem uma vida mais tranquila, terem condições de criar seus filhos, dar educação para seus filhos, e a gente não ter essa possibilidade num estado com tanta fartura. Não estamos no Nordeste, em que falta chuva, falta tudo; nós temos tudo, não é? No estado mais rico, nós continuamos aí na pobreza absoluta e no assistencialismo.

Então, a gente está dentro da cadeia da produção responsável. A gente hoje está aqui fazendo parte deste quórum. Com essa situação que aconteceu no Pará, essas últimas questões que estão acontecendo, a gente está preocupado, porque a gente está tendo algumas áreas de produção que estão inseridas nessas questões de embargos, Senador, algumas áreas aí. Teve áreas de grãos que foram embargadas, máquinas apreendidas, soja.

Então, hoje a nossa preocupação, em que a gente trabalha, pode ter certeza... Não se vende soja hoje de áreas com problema. A gente faz o nosso papel, e, quanto à regularização, todos buscam regularização – todos buscam regularização. Então, ela tem que ter condição também de receber o produtor para ele se organizar. Então, isso aí é um dos fatos. Não tem condição na soja, ela não dá a condição de fazer gambiarra, Senador. Não que outras situações tenham, mas nós não temos.

Então, a gente tem procurado o máximo possível ajustar a nossa produção dentro da lei. Nós não vendemos soja hoje para a Cargill, para a DM, para qualquer outro *trader* que existe se não estiver bem certinho. Qualquer poligonozinho, qualquer Prodes ali, Jair, já complica a vida do cidadão. Nós já temos uma moratória da soja, que é ferrenha com o produtor rural da Amazônia. Nós já seguimos os crivos.

Hoje a gente está aqui participando, apoiando essa causa de regularizar, dar a condição de o produtor estar legal, para ele produzir em paz. O produtor sabe muito bem produzir da porteira para dentro, e ele se sente um pouquinho perdido da porteira para fora. Muitas vezes é essa a questão, que ele demora, muitas vezes, a tentar correr atrás do prejuízo que ele tem. Muitas vezes, inocentemente, não sabe como... Ninguém consegue ficar olhando o *Diário da União*, o que está acontecendo. Muitas vezes, até as pessoas que têm um pouco de qualificação não conseguem, imagine o produtor.

Então, é isso aí. Nossa participação hoje é só mesmo para fazer essa fala aqui, para ser breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da minha parte, é só.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Vanderlei.

Vamos fazer aqui um afunilamento. Vamos chamar o Vereador Demétrio, que está remoto, lá de Novo Progresso. Eu quero deixar os dois advogados por último. Pode ser, Samanta?

A SRA. SAMANTA PINEDA (*Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Dra. Samanta e Dr. Vinícius Borba.

Então, nós vamos ouvir um Vereador de Novo Progresso, que está vivendo lá aquela situação difícil da Flona Jamanxim.

Vereador Demétrio Sichoski, da Câmara Municipal de Novo Progresso.

O SR. DEMÉTRIO ANTÔNIO SICHOSKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Positivo, Dr. Zequinha.

Tudo bem, Senador? Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tranquilo.

O SR. DEMÉTRIO ANTÔNIO SICHOSKI (*Por videoconferência*.) – Então, Senador, a preocupação nossa é exatamente que essa área não está definida. Ainda não temos a situação definida em relação a essa Flona, justamente porque esse produtor, para o entendimento de quem está na reunião, do pessoal do Ibama, de outros setores... É que o pessoal foi convocado. O pessoal veio para a região, Senador, para defender a região, para não ser entregue para outros governos do passado, para outras entidades. Ele veio para defender a Amazônia, para ser parte constitucional da nossa nação. E esse pessoal está em cima. Esse pessoal produziu. Esse pessoal colocou a vida dos familiares e de todos os seus entes para produzir e para se defender naquela região.

Senador, nós precisamos que o pessoal entenda que tem que haver uma negociação, para que haja embargo, para que haja a retirada dos bens dessas pessoas de cima, que haja principalmente uma forma de solucionar o problema dele, não transformá-lo em um coitado, não transformá-lo em um mendigo, porque, após retirar essas pessoas de cima, Senador, essas pessoas vão aonde, se elas investiram todo o capital, se elas investiram toda a vida nesse setor onde elas estão, deixaram familiares, perderam familiares, perderam entes e desenvolveram aquela região? Hoje elas são pegas de surpresa por um entendimento de outras pessoas de que lá vai ser feita uma reserva.

Então, Senador, tem-se que observar o seguinte: indenizem as pessoas e que elas possam tirar seu capital de lá e serem dignos em outra parte qualquer do Brasil, para que elas possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprar, para que elas possam ser dignas e não se transformar em mendigos, Senador. Está certo?

Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Estamos o ouvindo bem.

O SR. DEMÉTRIO ANTÔNIO SICHOSKI (*Por videoconferência*.) – Então, essa é uma preocupação.

Outra questão. Quanto a esse gado que está sendo apreendido, também tem que ter uma forma lícita, tem que ter um resumo para o povo brasileiro, principalmente para o paraense, de para onde realmente esse gado está indo. Se você tira do município, de um morador, que ele possa ser, que o município possa se beneficiar disso, que ele possa ser utilizado para alguma entidade, para alguma coisa dentro do próprio município, e não que ele vá para locais onde a gente não sabe onde vai ser utilizada essa carne, entendeu?

Então, quanto a esses embargos, a essa retirada do gado, que ele possa ser utilizado, se um dia houver, se retirar licitamente, que ele seja utilizado dentro da região, dentro do município, para tratar de pessoas pobres que também existem lá, está bem?

Então, obrigado. Esta é a minha colocação, Senador, mas, principalmente, dar atenção, porque esse pessoal que está lá tem que ser ouvido, tem que ser regulamentado, tem que ser, principalmente, dado um sinal para ele de que ele vai ter esperança, de que ele vai ter vida futura após ser retirado de lá, se isso acontecer.

Obrigado a todos aí. Esta é a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Vereador Demétrio, da Câmara Municipal de Novo Progresso.

Enquanto o Bruno se agasalha aqui para fazer a palestra dele, para trazer a exposição... O Bruno é Presidente do sindicato rural de Uruará.

Presidente Rodrigo, Uruará tem a PA-370, que sai de Uruará para Santarém. A região lá é chamada de Chapadão, não é?

O SR. BRUNO CERUTTI RIBEIRO DO VALLE (*Fora do microfone*.) – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Chapadão é onde aconteceu, recentemente, o sequestro de animais, de gado, como a apreensão também de soja, cerca de 28 mil sacas de soja.

Bom, eu preciso só registrar rapidamente aqui o pessoal que nos acompanha pela internet, os internautas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Leandro, do Amazonas, pergunta: "Como equilibrar fiscalização ambiental e direitos dos produtores rurais?".

O Wendyo, de Pernambuco: "Quais fundamentos legais sustentam a apreensão de gado em áreas embargadas e como é garantido o devido processo [legal]?".

A Júlia, do Rio Grande do Sul: "Como a regularização fundiária pode contribuir para resolver conflitos em unidades de conservação não implantadas?".

A Marinara, do Paraná, pergunta: "Há algum programa de regularização fundiária ou orientação para evitar que produtores rurais ocupem áreas embargadas sem conhecimento?".

O Marcos, do Estado de Goiás, pergunta o seguinte: "Existe um planejamento nacional de implementação de corredores ecológicos unindo as unidades de conservação como estratégia de conservação da biodiversidade?".

Rapidamente, mais alguns.

De São Paulo, a Norma pergunta: "Por que a implementação de unidades de conservação é tão demorada? Por que o Ibama não realiza campanhas de conscientização dos envolvidos?".

Carolina, do Rio de Janeiro, diz: "Parabéns por punir invasores! Mas há critérios para proteger populações originárias e comunidades tradicionais [...]?".

Luís, de São Paulo: "A apreensão de gado em áreas embargadas e unidades de conservação é uma medida essencial para coibir a ocupação ilegal e a degradação!".

Marcos, de Roraima: "Um absurdo criar unidade de conservação em áreas ocupadas! Produtores foram roubados [...]".

Ricardo, de São Paulo, de novo, diz: "Por que temos que fazer no Brasil esse terrorismo ambiental [...]? Parem de perseguir quem produz".

Bom, vamos ouvir agora o nosso querido Bruno, produtor rural e Presidente do sindicato da cidade de Uruará.

Bruno, por favor.

O SR. BRUNO CERUTTI RIBEIRO DO VALLE (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Zequinha. Na sua pessoa, quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes e, na pessoa do Dr. Vinícius, que está aqui do meu lado, e do Vanderlei, amigo de longa data, já, e de batalha, gostaria de cumprimentar todos os presentes, convidados, em especial os produtores rurais que estão aqui presentes ou que estão nos acompanhando.

Para seguirmos a pauta aqui, sobre a questão dos embargos coletivos, como foi bem falado pelo nosso colega aqui, o Rodrigo, imagino que seja impossível para qualquer produtor rural ter que ficar acompanhando os editais que saem do Ibama, mesmo porque, provavelmente, a maioria deles nem cometeu ilícito nenhum, porque o Ibama utiliza metodologias, como o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente falou, que, às vezes, cometem erros. Então, seria impossível o produtor acompanhar isso.

Além dos falsos alertas do Prodes, como o Presidente comentou, existem outras questões, outros erros que os órgãos ambientais cometem também, além de que existem situações como: uma área pode ter sido arrendada e hoje ter outro responsável; pode ter uma área que foi invadida; pode ter área que foi vendida e não foi consolidada a sua venda; pode ter um CAR que não foi atualizado; pode ter sobreposição de poligonais de um CAR com outro CAR; pode ter supressão de mata primária e secundária, que foi autorizada por órgão estadual e ambiental, de que o Ibama não tenha conhecimento.

A gente entende que tudo isso daí tem que ser de forma individualizada, Senador, dentro dos procedimentos apropriados que existem e dando direito ao contraditório e à defesa antes de uma sanção, porque o embargo é uma sanção e das mais pesadas, porque bloqueia o CPF do produtor, como o Vanderlei bem falou, e ele fica impedido de vender um gado. Um produtor que está com uma área embargada está com o CPF sujo e não pode nem vender o gado para um frigorífico mais. Entendeu? A soja é a mesma coisa e o cacau é a mesma coisa, fora a perda do acesso ao crédito rural. E ele é obrigado a se defender e a dizer que não está errado.

Então, Senador, nós gostaríamos de que, como a gente quer dar alguns encaminhamentos aqui, criássemos algum tipo de mecanismo junto ao Ibama para que fosse feita uma notificação e não um embargo, uma sanção de imediato, ao produtor, para que ele tivesse um prazo razoável – supomos aqui, 30 dias – para que ele pudesse explicar se aquilo está correto ou não: ele fazer a sua defesa, junto com um técnico, olhando poligonais, etc., a própria propriedade dele, e dizer se aquilo está correto ou não, ou indicar quem foi que cometeu aquele lícito. Antes de ele ser sancionado, porque nada é nada... Para qualquer tipo de coisa dessas daqui, a primeira coisa que o produtor faz é gastar dinheiro: ele vai ter que contratar um advogado, contratar um engenheiro florestal para fazer a sua defesa.

Nós temos que ter o cuidado, Senador, de ter o direito ao contraditório, a presunção de inocência também, porque aqui virou uma – o senhor advogado aqui vai poder explicar até melhor – inversão de ônus da prova porque o produtor rural é obrigado a dizer que ele está certo, e o órgão já o acusou logo de que ele está sendo culpado e sancionado de imediato. É até uma questão, Senador, de defesa da dignidade humana.

Então, eu acho que nós temos que ter uma preocupação com isso e criar esse mecanismo para que o produtor possa ter esse tempo de se defender administrativamente, sem ter uma punição, e, conforme for o decorrer da coisa, aí sim, se ele cometeu o ilícito e se for comprovado o ilícito, ele vai ter que ser punido e cumprir tudo de acordo com as regras que estão postas na legislação.

Aproveitando até a questão... Eu queria colocar uma questão até para o Presidente do Ibama aqui, o Dr. Rodrigo, porque é o seguinte: hoje estão acontecendo ainda muitas ações do Ibama, em embargos e punições, contra áreas que foram desmatadas anteriormente a 2008.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BRUNO CERUTTI RIBEIRO DO VALLE – Muitas, Dr. Rodrigo, posso te mostrar depois, na hora que se o senhor quiser. Muitas áreas, o Vinícius também é prova disso. Novos embargos em cima de áreas já embargadas. E o que acontece?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BRUNO CERUTTI RIBEIRO DO VALLE – Eu posso levar para o senhor depois alguns casos.

O que acontece? De 2008 para trás, já tem legislação que diz que o produtor não pode mais ser punido. E, às vezes, ele está com um processo de punição lá de 2000, de 2002, de 2005, de 2007. E aquele processo não foi extinto, ou ele está ainda em defesa, depois de muitos anos, lá nas questões judiciais e administrativamente, com o Ibama. E ele já passa a ser punido novamente pelo Ibama. Por que a gente não cria um mecanismo, uma propositura para fazer, Senador, junto com o Ibama, de que colocasse uma pedra em cima dos desmatamentos que ocorreram anteriormente a 2008? E já está previsto no Código Florestal. Por que continuar remoendo essas coisas antigas que já foram solucionadas? Hoje o produtor tem que fazer uma série de situações, uma série de mecanismos, tanto jurídicos, quanto administrativos e técnicos, para poder livrar essas áreas. Então, se a gente conseguisse achar uma forma de facilitar e viabilizar um desembargo, uma liberação dessas áreas que fosse feito de imediato, desmatamento anterior a 2008, não estou falando de desmatamentos recentes, isso já seria de grande valia e de grande ajuda para os produtores. Então gostaria de deixar isso também como proposta, que a gente pudesse trabalhar algo nessa linha e desse uma segurança jurídica para o produtor.

Outro assunto de pauta, que foi colocado aqui, que o Vereador começou a colocar agora, é sobre a questão dos excessos do Ibama, que ele tem cometido nas áreas. Nós tivemos agora uma audiência pública, não é, Senador? Lá em Urará, que deu mais de 5 mil pessoas, e foi relatado lá, tanto por indígenas quanto por populares de lá da região, o medo e o pavor que estão tendo com relação ao Ibama. Há ameaças, casas destruídas, casas queimadas – nós temos diversos relatos, vídeos e mais sobre isso daí –, veículos destruídos, motos, maquinários, equipamentos de trabalho que foram destruídos, dessas pessoas.

Agora, essa destruição de bens, como foi já citado aqui, é prevista em lei, mas ela deveria ser uma exceção, e não uma regra geral colocada. Então teria que ser em casos raríssimos essa situação. E muitas dessas pessoas estão lá para subsistência, estão trabalhando em uma situação de subsistência, elas precisam daquela propriedade. E a maioria da região lá é formada por pequenos e médios produtores. E aqui não é nenhuma questão de a gente defender, fechar os olhos para quem comete dano ou ilícito ambiental. É uma questão humanitária novamente. São seres humanos, trabalhadores que estão ali e, muitas vezes, estão sendo tratados, o produtor rural, igual ou pior que um traficante, que um ladrão ou assassino. Então nós precisamos ter uma diferenciação nisso daí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa destruição de bens, existe o Decreto 6.514 e as normativas sobre isso, mas como eu disse, deveria ser, no último caso, utilizado, e até deveria ser observada a subsistência, que está prevista nas normativas, se aquele bem, se aquele imóvel está sendo utilizado para a subsistência da pessoa, antes de a pessoa ser expulsa ou ter o seu bem destruído.

E seria interessante que nesse caso até, quando acontecesse esse caso, que, se for o caso de ter apreensão, que o Ibama, no momento dessa operação, desse um prazo mínimo razoável, mesmo que já tenha dado um prazo anteriormente, considerando que foi confirmado o ilícito, de 30 dias, para ele tirar o gado, que no momento em que o Ibama chegasse lá, que desse o prazo, que fosse de horas, para que o produtor desse uma solução e uma saída para esse gado e para esses bens que estão ali. Mesmo porque esse produtor vai precisar desses bens depois, justamente para poder pagar, às vezes, uma multa, ou fazer uma reposição ou uma recomposição dessas áreas. Ou colocar um outro fiel depositário, ou ele próprio ser o fiel depositário. Até as prefeituras mesmo têm se disponibilizado para isso, para ajudar nesse processo. Porque depois de corrido o processo legal, o produtor, às vezes, pode conseguir reaver esse bem. E se foi destruído pelo Ibama, se o gado foi perdido, não tem como ele reaver mais. Quem vai pagar, a União? A União não vai repor isso daí, em hora alguma.

Então nós gostaríamos de sugerir, Senador, que propusesse uma alteração, algum ajuste nesse regramento sobre a destruição de bens, para achar algo que pudesse ser um pouco mais realístico e que cuidasse um pouco mais dessa dignidade dessas pessoas que estão ali em campo, certo?

Com relação também a essas apreensões, com relação às duas ações sumárias, que são um tema que estava sendo muito tratado aqui e houve denúncias sobre isso, nós gostaríamos de pedir para o Ibama que ele fizesse uma prestação de contas mais detalhada sobre os procedimentos dessas apreensões. O que é que nós queríamos? Aumentar a transparência do caso. O que é que era o caso? Quando o Ibama vem... Se chegou naquele caso, como a gente falou, em última situação, de uma apreensão de um gado ou de um bem, que ele prestasse melhor as contas do que está acontecendo, para evitar até especulações sobre desvios desses itens.

Então, a gente precisa saber para onde é que esse gado vai, o que vai ser feito com ele, qual é a destinação final desse gado, quem está recebendo, quem está transportando esse gado, quem está pagando essas despesas. Enfim, eu acho que tem que dar transparência para todo o processo, porque é um serviço público, não é verdade? E são valores significativos nisso daí.

Então, quando vai para a prefeitura, a gente vê que ainda é um pouco mais fácil de lidar, a prefeitura presta conta disso, mas agora quando vai doação para ONGs e diversas que a gente não sabe, fica difícil a gente ter essa noção do que acontece.

Senador, eu gostaria de ter mais um minuto, se o senhor puder me dar um tempo a mais.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO CERUTTI RIBEIRO DO VALLE – É importante a gente falar aqui de um ponto, porque aqui o nosso tempo é rápido: tudo isso não estaria ocorrendo se não fosse – no Estado do Pará em especial, mas acho que em todo o Brasil – o caos fundiário que nós vivemos. Eu digo que o maior culpado do desmatamento no Brasil é o Incra, porque ele não organiza há mais de décadas, e não é questão do Governo de agora, há décadas que o Incra é um caos. Nós temos um desordenamento fundiário no Pará tremendo, e isso não muda essa realidade.

Então, eu tenho certeza de que, se essas propriedades, onde ocorreram hoje ilícitos ambientais comprovados, tivessem sido corretamente legalizadas e as pessoas tivessem o seu título na sua mão, no nome delas, no CPF delas, eu duvido que essas pessoas estariam desmatando, porque seria muito fácil. Pode acontecer um caso ou outro raros, mas seriam casos extremos e raros, porque eu duvido que o cara faria isso daí, porque ele sabe de todas as punições e problemas que ele teria com esse caso, entendeu? O nome dele está lá, o CPF dele está lá.

O senhor me dá mais um minutinho, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Pode, pode.

O SR. BRUNO CERUTTI RIBEIRO DO VALLE – Então, é o seguinte, nós temos que tentar achar soluções, Senador, para que o Incra funcionasse, nem que fosse terceirizando. Vamos terceirizar o Incra e entregar essa função para alguém, porque aquilo não dá conta.

E deixa eu lhe falar: eu mesmo, a região, eu estou falando aqui hoje... Não falo só em nome do meu município, hoje eu falo em nome de toda a região da transamazônica. Nós não temos nenhuma esperança com o Incra mais. Estão sendo implantados núcleos, etc., a gente espera que possa dar certo, que avancem, mas a esperança com o Incra é muito pequena, porque são décadas de descrença com as ações do Incra.

Eu gostaria, Senador, de deixar mais um recado aqui sobre a questão dos produtores rurais, porque hoje nós estamos vendo que tudo isso que está acontecendo, que a gente falou aqui... Se fosse falar mais coisas, teria muito mais situações ainda: florestas do tipo B, criação de reserva indígena, órgão ambiental que não funciona direito para licenciamento, dificuldade para crédito rural, TAC da carne, moratória da soja, enfim, é tanto problema que a gente tem, que eu vou lhe falar: parece que são ações que estão sendo criadas contra o agro.

Eu digo que uma das poucas coisas que funcionam bem no Brasil, Senador, é o agronegócio, porque a gente é bem efetivo e eficaz, e ele está sendo atacado de todos os lados, por todo mundo, entendeu? Então, eu acho que nós temos que ficar ligados nisso aqui, porque o agronegócio... Nós estamos parecendo... Eu costumo fazer uma metáfora, que é a do sapo na panela. O senhor conhece essa do sapo na panela? Se você pega um sapo, joga ele numa panela de água fervendo... Você joga dentro, ele pula fora na hora, ele não fica lá, ele só se queima ali e sai fora. Se você pega o sapo, coloca ele na panela com água fria, coloca no fogo e liga, vai esquentando devagarinho aquela água, ele vai morrendo aos poucos ali, ele não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percebe que ele está morrendo, até que no final ele não foge e morre. É o que está acontecendo com o agronegócio brasileiro, nós acabamos virando o sapo na panela, entendeu?

E, por fim, eu gostaria de aproveitar rapidamente, Senador, só para esclarecer os dados, porque hoje a gente vive a questão de mudanças climáticas, para a gente passar outra pauta, muito rápido aqui, a questão das mudanças climáticas.

Ninguém está negando alguma diferença que possa estar acontecendo. Eu queria só esclarecer alguns dados que as pessoas pouco falam. Nós temos que, hoje, boa parte dessas ações que estão acontecendo – as próprias ações do Ibama, a pressão que o próprio Ibama recebe de fazer as fiscalizações, porque o Ibama também é um órgão pressionado, constantemente – é por causa das emissões de gás e do efeito estufa, não é verdade? É o que todo mundo fala: "Mudança climática e gases de efeito estufa".

O Brasil, hoje, é colocado como sexto colocado, ou quinto, em emissão de gases de efeito estufa, não é verdade? Só que, na hora em que você vai olhar os números, ele é responsável por 4% das emissões de gases de efeito estufa global, certo? Em primeiro lugar, China, com 30%; em segundo lugar, Estados Unidos, com 11%; em terceiro lugar, Índia, com 7%; depois, a União Europeia, com 6%; a Rússia, com 5%; e o Brasil, com 4%.

Eu não estou vendo ninguém pressionando nenhum dos outros países sobre isso, cobrando nada de ninguém ou sancionando os outros países por isso. Além disso, eu queria destrinchar esses 4%, porque eu acho que é muito importante. Dos 4% que o Brasil emite de gases de efeito estufa, 3% são ligados ao agronegócio e 1% é das indústrias. Nesses 3% do agronegócio está incluída aí dentro toda a questão até do tal do arroto da vaca, que é superquestionável. Até isso aí está dentro dessa conta, porque isso aí são dados do Edgar e do Observatório do Clima. Eu não estou tirando dados de outros lugares, não.

Desses 3% do agronegócio, sabem quanto por cento é da Amazônia? Um por cento. Apenas 1% da emissão de gases de efeito estufa global sai da Amazônia. Então, será que nós somos realmente os culpados de todo esse problema? E será que nós realmente somos a solução de todo esse problema? Então, eu gostaria de deixar esse questionamento e esse pensamento.

E há uma questão final, porque, esses dados a gente fala... Alguém vai falar: "Ah, é negacionista, é não sei o quê...". Não, gente, a ciência tem que, o tempo todo, ser questionada. Todos esses dados a gente tem que verificar e questionar. Eu costumo dizer que a ciência que não pode ser contestada não é ciência, ela é um dogma. Então, a ciência precisa ser revista, precisa ser olhada e precisa ser avaliada.

Rapidamente, muito obrigado, Senador, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu.

Muito obrigado, Dr. Bruno Cerutti Ribeiro do Valle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá, Dr. Vinícius Borba, Presidente da Apria (Associação de Produtores Rurais Independentes da Amazônia).

O SR. VINÍCIUS BORBA (Para expor.) – Boa tarde a todos os presentes.

Senador Zequinha Marinho, Senador Jaime Bagattoli, em nome dos produtores rurais do Pará e de Rondônia, eu quero aqui agradecer e dizer que tem sido uma satisfação pelear, pelejar, guerrear ao lado dos senhores.

Dr. Rodrigo Justus, hoje eu me senti representado pela CNA.

Muito obrigado.

Eu peço que deixem esse... O mapa pode deixar para o final, por gentileza.

Pode retirar, por gentileza.

Vamos efetivamente entrar aqui no objeto da ação, da audiência pública.

Dr. Bruno, o senhor foi muito feliz ao informar essa questão das ações em áreas embargadas antes de 2008, e o nosso Presidente do Ibama também foi muito feliz ao interpelar o senhor e falar que isso não existe.

Por coincidência ou não, eu estou, nessa semana, Presidente, fazendo a defesa de um produtor rural que teve a vida violada lá em Santarém: soja apreendida, Dr. Jair Schmitt, colheitadeira apreendida, trator apreendido. O fiscal do Ibama foi ao armazém de soja e apreendeu a soja.

Antes disso, eu encaminhei, por WhatsApp, para a fiscal que estava em campo, estas informações que eu vou mostrar para o senhor. Ela ignorou e lavrou o auto de infração: mais de R$5 milhões, termo de apreensão.

A situação é esta: essa área, em fevereiro de 2007, Dr. Jair Schmitt, foi embargada (Auto de Embargo nº 3.345, 2007); em 2022, o Ibama deu uma passadinha lá e a embargou novamente; em 2025, o Ibama passou lá e a embargou novamente. Apreendeu soja, apreendeu colheitadeira. Esse produtor rural está colhendo soja, hoje, sem poder vender. É uma área antropizada anterior a 2007, porque a infração foi em 2007. O que eu vou falar para esse produtor? Em quanto tempo que ele vai regularizar? Ele consegue vender a soja dele ainda, Doutor? Eu comuniquei isso formalmente a uma fiscal que estava na fazenda e ela ignorou. Eu falei: "Essa área é antropizada desde 2007". Eu tenho todas as conversas no WhatsApp e posso mostrar para o senhor, mas é importante a gente esclarecer por que foi dito isso.

Vamos entrar aqui na questão central. É importante falar algumas coisas. Muitas das coisas que eu vou dizer aqui hoje vão doer no ouvido de muita gente.

A primeira delas é uma pergunta: como estão as florestas nas regiões de vocês? Lá em São Paulo, Presidente Rodrigo, como andam as florestas? Porque é muito fácil nos chamar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negacionista, Dra. Samanta. Só que eu não sou negacionista. O estado onde eu moro tem mais de 70% de florestas. A Amazônia, onde eu moro... É impossível não se emocionar porque o que eu vou falar aqui hoje, Presidente, eu presencio.

Eu estive dentro da Apyterewa, eu vi pessoas chorando. É para mim, como advogado, que senhoras, que senhores, ligam chorando por conta, Dr. Jair Schmitt, de um edital que o senhor fez e que é um dos maiores absurdos jurídicos que eu já vi na minha vida. O senhor está embargando área de subsistência, que o Decreto 6.514 proíbe, como bem falou o Dr. Rodrigo, sítios. Deixa eu me recompor. Pessoas estão sem condições de dormir por culpa do senhor, que assinou aquele absurdo jurídico. Eu nutria profunda admiração pelo senhor, que foi rasgada ao ler aquele processo, com todas as vênias. E com todas as vênias, quero deixar bem claro que aqui eu estou falando enquanto patrão do Ibama, porque todos os senhores são servidores públicos e eu sou um contribuinte. Então, aqui não tem esse negócio de autoridade. Eu sou um produtor rural e um contribuinte que paga o salário daquele fiscal do Ibama que vai lá.

Outro ponto sobre o qual nós temos que falar: o desmatamento dentro dos 20%, após 2008, é crime? Porque aqui eu vou falar algo que vai doer no ouvido de muita gente: desmatamento não é crime. Repito: desmatamento, no Brasil, não é crime, porque se fosse a maioria das pessoas de São Paulo, do Rio de Janeiro, estaria presa, porque lá não tem floresta. Desmatamento sem licença é crime, art. 50 do Decreto 6.514 – desmatar sem autorização. E onde está a licença? Senador Jaime, lá em Rondônia, aquela senhorinha que votou no senhor e desmatou dentro dos 20% dela, para subsistência, para toda essa narrativa é uma criminosa. Se existe um homicídio culposo, que é matar uma pessoa, por que eu não posso falar em desmatamento culposo de uma pessoa que desmatou, sim, depois de 2008, mas dentro do seu limite legal de 20%, o que já é um absurdo, porque o art. 5ª da Constituição fala que todos são iguais perante a lei? Por que alguém de São Paulo pode usar 80% da sua propriedade e eu, da Amazônia, só posso usar 20%? Então, não somos tão iguais.

E aqui a culpa desse desmatamento que vem alimentando essas planilhas que o senhor apresenta é do Governador do meu estado, é do Presidente do Iterpa, é da Semas, é do Incra, é do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, por décadas e décadas, por conveniência política e ambientalista, aliado a essa pauta ambientalista, engessou, estagnou a regularização fundiária, de forma que aquela pessoa que desmatou de forma culposa dentro dos seus 20%, a D. Maria, o Seu José, a minha mãe, se tornou, aos olhos dos senhores que me assistem, um bandido. Desmatamento culposo.

Eu vejo este Congresso, Senador Jaime, flexibilizar aborto, droga, corrupção, discutir isso. Por que eu não posso discutir... Que cláusula pétrea é essa, Senador Zequinha, que eu não posso discutir desmatamento após 2008?

Nós temos uma situação instalada. Isso é fato. São vidas. São pessoas. E aqui não está... E é importante deixar claro isso. Ninguém aqui está defendendo aquele criminoso, que é minoria, mas existe, porque, dentro, justamente, dessa ineficiência estatal, desse sentimento de impunidade, porque não há o título, não há o CPF... Há um sentimento de impunidade na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia que leva esses aventureiros a fazerem especulação imobiliária. A esses, sim, o comando e o controle, Presidente. Agora, ao Seu João, à D. Maria... É muita injustiça.

O que vale mais, você estudante de Direito que me assiste, um decreto ou a Constituição? O Decreto 6.514 prevê a apreensão. Com tudo que o senhor falou na apresentação do senhor eu concordo. É a lei. Mas e a Constituição? O devido processo legal? Como é que o advogado fica nessa situação? Como é que o senhor imagina que eu fico no meu escritório ao explicar para um cliente que o art. 5º da Constituição fala que ninguém será privado dos seus bens e dos seus direitos sem o devido processo legal? Que ninguém sofrerá punições sem transitada em julgada a decisão?

Eu tenho clientes que nem sequer recorreram, porque o Ibama nem sequer concedeu acesso a mim... Tem processo que demora 60 dias, Dr. Jair. E ele já teve a casa destruída, os bens apreendidos.

E por que ninguém falou da postura dos fiscais do Ibama? E eu faço questão de citar nomes. Scarpari, Hugo Loss, Givanildo, Jonathan são pessoas que estão fazendo terrorismo dentro da Amazônia, Doutor. Eu fui multado na Ituna/Itatá em R$20 mil por estar obstruindo... Eu estava lá contratado, com procuração.

Dr. Bruno, em Santarém, o Ibama multou dois Vereadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS BORBA – ... e um jornalista, porque foram lá interpelar os meninos mimados do Ibama, que não podem ser contrariados. Imaginem que disparate! Um Vereador, que é eleito pelo povo para defender o seu povo, ao ir em campo, contestar... E os vídeos estão públicos. Não houve afronta, não houve desrespeito. Não houve participação do Vereador em nenhum ato ilegal. Basta ver os vídeos. Foram feitas *lives*. Essas três pessoas foram multadas em R$22,5 mil, igual a mim. São pessoas... Não sei se vocês já assistiram ao filme Tropa de Elite, mas o que tem ido para lá... O senhor é uma pessoa educada...

Eu peço um tempinho a mais, só para finalizar.

... o senhor é uma pessoa ponderada. Agora, os subordinados do senhor que estão indo para lá são "capitães Nascimento", só que, no filme Tropa de Elite, tem um traficante armado com um fuzil na frente, o que justifica o Bope agir dessa maneira. As pessoas que eles estão interpelando em campo são senhoras, senhores, crianças, idosos. Eles chegam lá sem nenhum documento. Tem gente que levou o gado que não sabe nem o porquê, porque eles não apresentam nada.

Quando eu estou falando isso, eu provo, eu estava lá, eu vejo; não estou inventando nada. Tudo que eu falei aqui hoje eu presenciei em campo – em campo! Eu sou um advogado que tem 20 anos de advocacia só nesse ramo. Apyterewa? Eu estive lá dentro! Ituna/Itatá? Eu estive lá dentro! Eu estive na Apyterewa um dia após a Força Nacional matar uma pessoa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que não se fala na apreensão de gado? Que caixa de Pandora é essa, que eu não posso falar na apreensão de gado? Para onde foi esse gado, Dr. Jair? Nós estamos falando – para vocês entenderem –, segundo documentos do Ibama, em 8.727 cabeças. Se eu estiver errado, o senhor me corrija, mas foi um documento que o Ibama enviou para a *Gazeta do Povo*, ao qual eu tive acesso. Eu fiz um levantamento de publicações oficiais do Ibama.

Para você que não tem muita experiência com gado, que vive na cidade, eu vou fazer uma conta de padaria: 8.727 cabeças de gado apreendidas, que colocam no caminhão. Eu presenciei apreensões. É truculência! Não deixam eles nem chegarem perto. Eu, na Ituna/Itatá, como advogado contratado e constituído, tentei chegar perto da base, nas primeiras vezes, para acompanhar, e eu fui impedido por um agente da Força Nacional com um fuzil na mão! Eu, advogado constituído. Imaginem o que eles fazem com o pobre, o coitado do produtor rural. Com 8.727 cabeças de gado, numa média, nós estamos falando em mais de R$37 milhões; nós estamos falando num volume de carne, pegando a média de consumo de carne do brasileiro anual, que dá para alimentar, num ano, 75 mil pessoas. Foi o que o Ibama colocou num caminhão e levou sabe-se lá para onde.

Eu tenho as notas oficiais do Ibama. Fala-se que doou para a Adepará. Quem escreve essa nota eu tenho certeza de que não é o senhor, porque é uma das maiores mentiras que existem! A Adepará não tem estrutura para receber essa quantidade de gado; a Adepará não é fazendeira. Eu moro no Pará, eu nunca vi uma criança comendo um bife desse boi; eu nunca vi uma entidade social recebendo um centavo desse dinheiro!

É preciso – e uma audiência destas é importante para isso – um chamamento: vamos resolver o problema! Vamos, cada um, assumir as nossas culpas e os nossos acertos! Dra. Samanta, que eu tenho certeza de que é muito mais técnica do que eu, vai mostrar os caminhos, mas precisamos disso, porque, quando se precisou discutir o aborto, teve um projeto de lei; quando se precisou discutir a corrupção aqui dentro desta Casa, teve um projeto de lei e teve as leis. Por que eu não posso discutir que um brasileiro de bem que está lá produzindo e porventura desmatou, porque ele não tinha outra opção... Porque para vocês, aqui, de São Paulo, de Brasília, quando a sua propriedade chega à sua plenitude... A pecuária é uma atividade econômica de multiplicação: chega uma hora em que na área não cabe mais. Na Amazônia, nos restam duas alternativas...

Eu peço que coloquem os eslaides, porque eu vou só finalizar com eles, rapidinho. ... restam duas alternativas, ou continuar estagnado porque minha área não cabe mais, ou avançar sobre a floresta; porque, ao contrário de vocês, eu não tenho título para ir até o banco, pegar um financiamento e intensificar minha produção. Então, a culpa do meu desmatamento, em sua grande maioria, não é minha.

E como eu vou viver com a situação desse mapa? Você sabe o que é esse mapa aí? É onde os 30 milhões de brasileiros estão. Aí está plotado... Eu peguei tudo isso de órgãos, de *sites* oficiais. Nesse *site* estão plotadas terras indígenas, unidade de conservação ambiental, floresta pública tipo B, embargo, Prodes... Isso é onde eu moro, a minha casa está no meio ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terras indígenas. E ainda tem gente que fala que nós precisamos de mais terras indígenas.

Unidades de conservação ambiental, muitas delas com pessoas dentro.

Aquele no meio lá, onde é um cachorrinho, é onde está a minha fazenda, é uma APA; e até outrora o decreto servia para alguma coisa, agora está servindo só para fazer tomada de terra para fazer restauração. A Flona Jamanxim está ali...

Uma pergunta que eu gostaria de fazer para o senhor, para finalizar, primeiro, que me respondesse: para onde foi esse gado? Não é uma faculdade do Ibama me responder ou não, é uma obrigação, é a transparência pública, Senador Jaime; porque até hoje eu não sei, nós estamos falando de 8 mil cabeças.

A pergunta principal, Presidente Rodrigo, nesse mapa que está aí, são os embargos do Ibama, isso eu tirei do *site* do Ibama: o que vocês estão fazendo da Amazônia para baixo? Quantas cabeças de gado o Ibama apreendeu nessas áreas? Quantas pessoas dessas áreas aí de São Paulo, onde estão esses pontinhos pretos aí, sofreram a desintrusão? Por que a perseguição é só para mim, que sou da Amazônia?

Então, é hora de a gente parar e dialogar, porque a gente não aguenta mais. A gente não aguenta mais, Presidente.

Eu, como advogado, não aguento mais ver gente chorando na minha porta. Nós estamos a ponto, e isso não sou eu que estou falando, nem estou fazendo terrorismo... Nós estamos num ponto, Dr. Jair – principalmente por conta do edital que o senhor assinou –, num ponto de tensão de um conflito.

Nós temos o exemplo em Santarém. E se, amanhã ou depois, eu rogo a Deus para que não aconteça, acontecer qualquer tipo de conflito, igual aconteceu na Apyterewa, com a morte de um brasileiro, se isso vier a acontecer, o sangue estará na mão do senhor e dos demais participantes; porque eu estou tentando fazer a minha parte, estou chamando para o diálogo, sem ser negacionista.

Eu acho que é hora de parar, é hora de parar de enxugar o gelo. É hora de parar de querer fazer bonito para ONG e para país que não tem a moral de vir falar de mim aqui, e que diz que tem 80% de floresta preservada.

É hora de você, Jair, que é meu funcionário, eu sou seu patrão, e o senhor também, Rodrigo, honrarem o órgão que vocês representam; porque o senhor falou, aqui no final da sua apresentação, que mostra que o Ibama está fazendo o seu papel. O papel do Ibama, até onde eu estudei, não é perseguição, é legalização, licenciamento.

Então, cumpra com o seu papel. Vamos sentar, vamos modificar a lei, vamos modificar o Código Florestal, vão fazer o que for preciso, porque eu não concordo com droga, mas eu tenho que aceitar a flexibilização da droga; eu não concordo com aborto, mas tenho que aceitar a flexibilização, e tantas e tantas outras coisas que são discutidas nesta Casa de Leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quem não cumpriu o Código Florestal – e é importante finalizar com isso – não fui eu. Na semana que vem o Código Florestal completa 13 anos, não é? Treze anos. Semana que vem é aniversário desse garotinho, e quem não cumpriu com o Código Florestal não fui eu, Senador Jaime. Foram os Governos. Cadê os PRAs? Cadê o CAR? Cadê o documento da minha terra? Então, quem é culpado do desmatamento na sua grande maioria é o próprio Estado.

Muito obrigado. Desculpe por ter me excedido, mas é algo que está engasgado. Eu não aguento mais tanta perseguição, eu não aguento mais um senhor igual ao Sr. Jair Schmitt causar o impacto que causou. Depois, quando o senhor tiver um tempinho, sente comigo e veja as mensagens que tem chegado aqui de mães de família, porque eu tenho certeza de que o senhor não vai dormir à noite.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dr. Vinícius Borba, Presidente da Apria.

Quero convidar agora a Dra. Samanta Pineda para trazer a sua exposição.

A SRA. SAMANTA PINEDA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigada, Senador Zequinha Marinho, sempre muito atento a essas questões prementes sem medo de falar da delicadeza do tema.

Quero cumprimentar todos aqui na mesa, todos que nos assistem aqui e fora daqui.

O que a gente percebe, e é importante a gente dizer, é que parece que nós estamos desenrolando um novelo que começou lá em cima errado. E se a gente for olhar para trás... e eu quero dizer aqui o seguinte – viu, Rodrigo Agostinho, Presidente? –: eu te conheço antes de você ser Presidente do Ibama e sei da sua sensibilidade em equilibrar os lados que estão envolvidos nessa discussão.

Todo mundo aqui está querendo a mesma coisa, só que nós estamos circulando, passando por passos que poderiam ser economizados se a gente deixasse de lado, talvez, todo o meandro e fosse todo mundo para o objetivo.

Qual é o objetivo? O primeiro deles é acabar com o desmatamento ilegal no Brasil, esse é o calcanhar de Aquiles. E como muito... Nós advogamos pelo agronegócio, e o agronegócio brasileiro quer o fim do desmatamento ilegal. Primeiro, porque essa conta cai nas costas do agro. O agro lá fora... Vem o Presidente Macron dizer aqui que não compra soja do Brasil porque vai desmatar a Amazônia. Com base em toda essa desinformação, o agronegócio leva uma culpa que não é dele, inclusive, no inventário de emissão de gás de efeito estufa, porque metade das emissões do Brasil, que são 3% do que está no mundo, cai nas costas do agro. Só que como a gente não tem um mecanismo de separar desmatamento legal de desmatamento ilegal, essa conta está errada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse desmatamento ilegal é crime. E aqui, Dr. Rodrigo, eu digo que é aqui que precisa atuar o Estado brasileiro. O senhor pegou um problema pronto, só que hoje está na sua mão tentar resolver.

Esse problema não é de hoje. Como o Dr. Vinícius falou, esse problema vem de muito tempo. Eu, por exemplo, advogo lá para a Flona Jamanxim. A Flona Jamanxim foi criada em 2006. Quando criaram a Flona, nós viemos à Ministra – que na época era a Ministra Marina, o Secretário-Executivo era o Capobianco, exatamente como está aí hoje –, sentamos com eles e dissemos: "Olha, lá vocês criaram um monte de unidades de conservação, desviando a finalidade do instituto unidade de conservação, que não é para conter desmatamento. Unidade de conservação é para proteger atributo natural que precisa de proteção". Mas, então, foi desviado ali, naquele momento: "Olha, essas unidades de conservação que vocês criaram aqui, um mosaico na entrada da Amazônia – Rebio da Serra do Cachimbo, Itacaiunas –, todas aquelas unidades de conservação que foram criadas naquela época, foram criadas com um fim desviado, para conter desmatamento, por uma inabilidade, uma inoperância do poder público, e em cima de áreas que não comportavam aquela unidade de conservação".

Lá mesmo, na Flona Jamanxim – a gente tem aqui a Preta, representando os produtores rurais de lá... Ela já estava lá, incentivada, com um título provisório do Incra, que falou o seguinte: "Se você formar a Fazenda, eu te dou o resto do título". Um governo falou isso para essas pessoas. Pessoas que saíram lá do alagamento da Itaipu, pessoas que saíram da geada negra, em 1975, lá do Paraná, e que foram incentivadas a ir para lá, ocupar aquele entorno da BR-163 para fazer com que aquela área fosse ocupada, desenvolvida, de uma forma sustentável.

Um governo chegou e falou: "Olha, vão que depois a gente dá um apoio". Esse governo passou e o governo seguinte deu uma unidade de conservação em cima de cada uma dessas áreas. E, desde lá, desde 2006, eu advogo para a área, para as questões, para os produtores...

Dr. Vinícius, cansei de sentar com o produtor na minha mesa chorando, dizendo: "O que eu vou fazer agora, porque eu moro aqui, eu vivo aqui, eu vivo disso, o que eu faço?".

O que a gente precisa, Dr. Rodrigo, é que o poder público dê saídas para essas pessoas. E nós estamos, desde lá – vou usar a sua expressão – "enxugando gelo", e a gente precisa parar de "enxugar gelo", o que a gente precisa é começar a se perguntar se naquele momento a lei não foi cumprida? Por quê? Não fizeram os estudos necessários para criar as unidades de conservação, senão não tinham criado aquelas. Aí a lei não foi cumprida depois. De 2006 para cá, não houve regularização fundiária, não houve processo de relocação, não houve oferecimento de alternativa para as pessoas que estavam lá, recategorização dessas unidades de conservação, enfim, 19 anos de não cumprimento da lei. Agora, Dr. Rodrigo, vêm exigir que o senhor cumpra a lei?

Estão em área embargada e têm que tirar o gado, porque é o cumprimento da lei! Espera, faz bastante tempo que não estão cumprindo a lei. Então, vamos sentar e vamos tentar achar uma saída, porque está todo mundo errado. A gente não quer achar culpado, a gente quer achar solução. E a solução passa pela vida de pessoas que tiram de lá o seu sustento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta que se faz com relação ao meio ambiente, por exemplo, é: qual a utilidade de tirar as pessoas de lá? Quem vai recuperar aquelas áreas?

Sentei com a minha sócia hoje e a gente fez uma conta. Custaria, para recuperar, só na Flona Jamanxim, o que foi desmatado, mais de R$16,5 bilhões. O poder público vai pagar essa conta de recuperação? O poder público vai dar conta de fiscalizar se aquela área que vai ser desocupada, vamos supor que seja, não vai ser invadida? O poder público não consegue. Faz 20 anos que o poder público não consegue.

Por que não titular essas áreas, legalizar essas pessoas, fazer uma separação do joio e do trigo, tirar esses criminosos, que são aproveitadores dessa situação de inoperância do poder público, que passam por lá, fazem tráfico de madeira, tráfico de animal silvestre, grilagem de terra e saem impunes. Porque o cara bom está lá na sombra, como disse o Dr. Rodrigo. Temos dois Rodrigos na mesa. Mas, como disse o Rodrigo Justus, a sombra do bom está escondendo o criminoso. Isso é muito grave no Brasil. E a gente precisa fazer alguma coisa que traga utilidade para essas discussões.

Para onde vão esses animais? Era uma pergunta que eu tinha.

Dr. Vinícius, muito obrigada. Se 8 mil nós não sabemos para onde foram...

Nós temos uma medida que está dizendo agora que da Flona Jamanxim, por exemplo, tem que tirar todo o gado. O que vai fazer com esse gado? Onde vai pô-lo? A Adepará não tem condição de recebê-lo. Aliás, a Adepará deveria estar aqui, foi chamada e não veio. O Ministério Público, o defensor do cumprimento da lei, deveria estar aqui, foi chamado e não veio.

Essa discussão precisa ser levada mais a sério pelo nosso Estado brasileiro.

Quero parabenizá-lo por você estar aqui, Rodrigo, porque a gente precisa realmente.

Cadê o ICMBio? Cadê o Incra? Cadê as outras autoridades que poderiam fazer parte de uma mesa, de um grupo de trabalho de discussão de solução para, de fato, achar uma solução não para inglês ver, não para mostrar na COP?

Eu vou contar uma coisa para vocês que vocês não sabem: desde lá, da criação da Flona Jamanxim, da Rebio Serra do Cachimbo e de todas as outras unidades de conservação, nós já conseguimos também – e o Senador participou muito – aprovar nesta Casa um projeto de lei que redefinia os limites da Flona. A Flona tem 1,3 milhão de hectares. Nós conseguimos comprovar, por estudos que os atingidos da Flona fizeram, porque o Governo não os havia feito, que nós conseguiríamos tirar por volta de 400 mil hectares da Flona, e resolveria o problema. E sobrariam praticamente 1 milhão de hectares de Flona. Esse projeto de lei foi aprovado na Câmara, foi aprovado no Senado e foi à sanção do então Presidente Temer. Só que aí Gisele Bündchen junto com Leonardo DiCaprio foram à ONU dizer que o Brasil estava tirando proteção de áreas da Amazônia. E o que mais me estarrece: o Presidente vetou o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde nós estamos? A gente está fazendo com que a nossa soberania fique a serviço do que os outros vão pensar? O que fazem eles? A gente não quer fazer a mesma coisa. Nós já provamos que a gente pode fazer diferente, de uma forma sustentável e muito melhor. A gente tem, sim, reserva legal. A gente tem, sim, área de preservação permanente. A nossa soja, o nosso milho, o nosso trigo e o nosso boi têm que custar mais, porque, se eles querem sustentabilidade e não podem fazer, a gente pode. Paguem por isso. Está tudo bem. Agora, sacrificar essas pessoas que só têm isso, que só têm essa vida...

Eu também estive lá várias vezes e presenciei casas queimadas pelo Ibama. Eu presenciei ICMBio entrando nas propriedades com fuzil e tocando criança de casa, gente! Isso não é mentira. Eu estava lá. Isso não é justo. Se o Brasil não consegue combater o crime, ele que se alie aos de boa-fé que estão lá...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMANTA PINEDA – ... e ajude a combater o crime, mas não jogue nos de boa-fé que estão lá a culpa para dizer: "Estamos fazendo alguma coisa, estamos cumprindo a lei, embargamos tudo e vamos tirar o gado". Está errado!

E é preciso coragem, e eu acredito realmente que você tenha essa coragem, porque eu o vi falar que você não cede à pressão em relação à liberação de exploração de petróleo na foz do Amazonas: "Não cedo à pressão. Façam o caminho que eu vou dar a saída". Faça isso para nós também. Olhe para a Amazônia como um problema que foi criado 20 anos atrás com aquelas unidades de conservação, com terras indígenas etc., em que ignoraram a existência de 30 milhões de brasileiros lá, e nos ajude a construir uma solução.

A gente vem, no final, com sugestão. Primeiro, revisão de limites das unidades de conservação. Isso é possível, se vier uma lei do Governo. Aliás, tem dois projetos de lei em trâmite aqui para revisão de limites. Revisão de categoria, faça uma categoria mais restritiva para onde precisa de fato e uma categoria que seja unidade de conservação de uso sustentável onde as pessoas estão. Crie um regime de exceção para essas pessoas. Vamos fazer uma lista. Gente, hoje nós temos tecnologia para isso. Há 20 anos, nós talvez não tivéssemos, mas hoje a gente consegue fazer uma categorização: quem estava aqui antes, quem desmatou antes.

E outra coisa: o critério de tempo. Não dá para a gente presumir que foi criada uma unidade de conservação lá em 2006, e passou um ano, passaram cinco anos, passaram dez anos, e as pessoas não desmataram mais. Elas precisam viver! O boleto chega todo mês. O filho nasce, o filho vai para a faculdade, e as pessoas precisam viver. Como bem disse o Dr. Vinícius: "Ou eu desmato ou eu cresço verticalmente". Eu tenho título para buscar financiamento? Não tenho. Então, eles foram induzidos à ilegalidade e, o pior, quem quer ficar legal não tem caminho. Se hoje sentar aqui um produtor e disser: "Muito bem, vamos fazer a regularização". Não existe um caminho legal para isso.

Então, a gente precisa olhar com verdade para a questão da Amazônia no Brasil, sem se preocupar com a importância que vão dar às discussões de Gisele Bündchen e Leonardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DiCaprio, e fazer com que os nossos cidadãos vivam dignamente na legalidade, ajudando a combater a ilegalidade. Porque, se o vizinho tem CPF, o outro que chega para fazer um desmatamento com grilagem certamente pode ser denunciado. A gente multiplica o número de fiscais, legalizando essas pessoas e fazendo com que, de fato, essa justiça seja feita.

Não é possível que a gente continue discutindo, 20 anos depois, que agora o ICMBio, o Ibama... Porque as áreas estão embargadas, tem que tirar o gado de lá. Isso é injusto, isso é desumano e isso é hipócrita. Isso é para mostrar na COP 30 o quanto temos de áreas embargadas. E as pessoas? A gente exclui as pessoas? É assim que a gente trata o cidadão brasileiro, infelizmente.

Espero ter contribuído. Passei um pouquinho do meu tempo. Obrigada, Senador, pelo convite. Fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Sr. Presidente, nós temos poucos Parlamentares: Senadora Margareth Buzetti, Senador Jaime Bagattoli, Senador Marcio Bittar. Eu passo logo uma rodada para eles, para que a gente possa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem? (*Pausa.*)

Tudo bem. Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar... Até ainda brinquei com a Margareth: já passei um dissabor hoje, e não quero passar mais. Mas a nossa luta é bastante inglória, e aqueles que ousam manter a coragem em seus estados, continuando a defender o bom senso, merecem que eu venha aqui e participe. E também não tenho interesse em ofender ninguém. Mas, quando o Presidente do Ibama disse que ele não recebe pressão... É verdade. Ele, a Ministra Marina, o Capobianco, eles vivem em outro planeta.

É preciso que o Brasil compreenda que essa movimentação de ONGs no Brasil, que movimenta bilhões de reais e que representa fundações como Rockefeller, Fundação Ford, além de países como a Noruega, que banca o Fundo Amazônia e vive de petróleo e gás. Foi o primeiro país que autorizou a prospecção de minério no fundo do oceano, que recebem também recursos da Alemanha, que, ao ver cortada sua produção de gás da Rússia, aumentou a produção de carvão mineral; e ninguém fala nada. Recebem recursos e loas da Coroa britânica, quando ela acabou de lançar mais 110 novas licenças de perfuração de petróleo; e ninguém fala nada.

Mas essa turma, como já disse o Aldo Rebelo – com todo o respeito, mas a verdade, se ela incomoda, precisa ser dita –, eles não têm... O apoio de que eles dispõem não está no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso. A Ministra não tem apoio na Câmara; ela não tem apoio no Senado; eles não têm apoio aqui nem mesmo do Governo deles.

O Governo deles quer demiti-la, e você sabe disso. Ele quer demitir a Marina, mas não tem peito, porque eles representam uma força que vem de fora para dentro. No final das contas, em época de eleição, esse amaranhado de ONGs que movimentam milhões na Amazônia é eleitor deles. Ajuda a sustentar a eleição de um monte de Parlamentares e de Governo do Lula, não é da direita brasileira.

Então, há uma imunidade mesmo, porque, mesmo que eles percam o cargo, eles não vão perder o poder. O poder que eles têm não vem do cargo que ocupam hoje, mas de fazerem parte de toda essa megaestrutura.

Imagina a senhora o que é uma aldeia indígena, vocês conhecem, lá no Acre, no interior do Acre, no Juruá. A sede da aldeia é um barraco. Não tem funcionário, não tem uma conta grande de luz para pagar.

O Fundo Amazônia, através da Marina, entregou R$34 milhões para essa ONG.

Alguém acha que Dr. Vinícius, hiperbem-intencionado, vai conseguir convencer aqueles índios, aqueles indígenas que são donos da ONG, que acabaram de receber quase que um cheque em branco de R$34 milhões, que precisam compreender que o Acre precisa da saída para o Pacífico através de Cruzeiro do Sul e não através de Assis Brasil, que já tem?

Aliás, o Jorge Viana está comemorando não sei o quê. Foi para a China comemorar que a estrada de ferro vai sair. O estado dele saiu da rota. A obra que importa para o estado de origem do Jorge está fora. A rota que é o Quadrante Rondon passa por Assis Brasil, onde já tem. Agora, para o Juruá, que é o que nos interessa, ele se cala, porque ele não pode falar do Governo a que ele serve, de que ele faz parte.

Então, o que eu tenho a fazer é vir aqui, porque eu não posso deixar de vir, porque V. Exa. está comandando. É questão de apoio, de solidariedade, mas eu não creio. A senhora mesmo mencionou: lá atrás, era a mesma pessoa. E tudo isso é embromação. Por exemplo, se fosse verdade... Vamos dizer assim: o Presidente do Ibama e a Ministra acreditam mesmo que o CO_2 é o vilão. Qual era o inimigo deles? Não era a China? Era a China! Ela sozinha produz um terço do CO_2 do planeta! E eles não só se calam, como vão bajular o sistema comunista, como estão lá agora. Fazer negócio é uma coisa, Zequinha. Bajular um sistema que não permite internet, que não tem democracia, é outra coisa. É falta de decoro. Mas isso eles não sabem o que é.

A COP 30 vai ser uma palhaçada. Perdão! O Brasil vai gastar bilhões que não tem, porque já está em deriva, para uma COP a que a China não obedece e nunca obedeceu. O Partido Comunista vai obedecer à COP? Não precisa nem de eleição lá na China! Então, não vai obedecer como nunca obedeceu.

Os Estados Unidos já disseram, quando o Trump tomou posse: "Estou fora do Acordo de Paris". Então, as duas potências que produzem CO_2 estão fora. Estão fora! E essa COP vai servir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para quê? Para a Europa Ocidental, que não tem as leis que nós temos, vir aqui deixar mais tarefa para nós? É a isso que ela vai servir. Mas, para quem produz o CO_2 no planeta, eles se calam. Eles se servem desse pessoal.

Por final, quero dizer que me causa vergonha ser brasileiro quando o assunto é a Amazônia, porque nós entregamos a Amazônia. Nós não mandamos nela. A soberania sobre a Amazônia está perdida há muito tempo.

Eu escuto dizerem o seguinte, que é um dos argumentos que mais me causa indignação e vergonha: o agronegócio brasileiro precisa do selo da Amazônia para vender. Onde? Na Europa.

Quer dizer que aquela partezinha do planeta que faz o que quer com os seus recursos naturais, que não produz a energia que consome e não produz a comida que come é que manda em nós? Então, à parte do agronegócio que se submete a esse argumento, a eles também vai ao meu desprezo, porque isso é uma atitude de apátridas.

O Brasil é que tinha que se impor e não deixar, repito, que uma região que não produz a comida que come e não tem como fazer, que não produz a energia que consome... São eles que nos pressionam? E se nós fecharmos a fronteira?

E, para terminar, eu quero apenas me somar aos colegas que teimam nessa luta, porque ela não é fácil, não. Eu falo quase as mesmas coisas há mais de 30 anos. Eu lembro, quando ainda era jovem e meu pai era vivo – tem quase 37 anos que meu pai morreu – que essa mesma turma – é uma turma –, esse mesmo ambiente proibiu o mogno. E, à época – meu pai ainda era vivo –, eu me lembro da estrada fechada e de ele andando a cavalo para chegar a Sena Madureira, por 24km no lombo do animal, e proibiram o mogno.

E qual era a conversa? "Não, é porque nós não temos ainda condições de mapear a área, e, portanto, o madeireiro malvado vai tirar a árvore madura e pode tirar também a branca". É uma meia verdade, como se diz no meu Estado do Acre, porque, na Amazônia e principalmente na nossa região, para você sair de uma árvore para outra e andar 100m, o que você vai gastar não compensa; mas tudo bem, era isso o que se dizia.

Passaram-se quase 40 anos. Eu fui para a Amazônia agora, de novo, para o interior do meu estado, lá para Jurupari, para ver a pobreza.

A minha esposa é bióloga. Antes de nos casarmos... Ela é de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, uma região rica, um estado rico, a pleno emprego; ela nasceu e criou-se em Campo Grande. Ela tirava foto com a Marina. Agora, ela conheceu o Acre, Zequinha; e aí ela disse: "Não bate".

Quer dizer, o que a Marina, que tem 30 anos de poder... Porque ela só não teve influência no Governo do Bolsonaro; no de Fernando Henrique Cardoso, em oito anos, influência total – ela, o Gabeira e todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que levou para o estado dela? A pobreza aumentou, a miséria aumentou, o contrabando aumentou, as facções entraram e, hoje, às vezes, produzem mais emprego em municípios do que a própria prefeitura.

Então, eu só acredito em outro governo; neste, eu não tenho menor ilusão. Quando eu vejo um homem que teve tudo o que pediu do Acre... Jorge Viana teve tudo. Ele quis ser Prefeito e ele foi; ele quis ser Governador uma vez, duas vezes e ele foi; ele quis eleger outro Prefeito e ele elegeu. Tudo o que ele pediu o povo acriano atendeu por mais de 20 anos. E, quando eu o vejo comemorar que a rota que a Simone Tebet anunciou não é a que interessa para o Acre, eu não sei mais onde nós estamos.

Então, de fato, essa turma é blindada. Para você ver, se o próprio... É o que eu escuto aqui todo dia: que o próprio Governo gostaria de trocá-los – todos –, mas não troca. E eu digo mais: a Marina não é demissível para este Governo.

Então, essa história vem de longe, mas o que me anima muito é que, hoje, Vinícius, diferentemente de 30 anos, quando eu vinha para Brasília tentar conexão, não havia.

Aqui – aqui, na mídia nacional –, quase era unanimidade: as ONGs são puras, todo mundo que está lá dentro é bem-intencionado, não é remunerado... Isso hoje não bate mais. Hoje há um ambiente no Brasil muito mais propício, num outro governo, para nós libertarmos a Amazônia segregada que eles fizeram.

Então, estou aqui para agradecer, Zequinha. Quero pedir perdão, eu não quero, pessoalmente, mal de ninguém, à família de ninguém, mas é isso que eu penso, é isso que eu vejo, essa é a minha militância há mais de 30 anos.

Quero parabenizar vocês. No que eu puder contribuir, no que eu puder ajudar, como eu estou aqui agora, continuem contando comigo.

Muito obrigado e fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli, de Rondônia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente desta grande Comissão, nosso Senador guerreiro lá do Pará, Zequinha Marinho.

Quero cumprimentar aqui o Presidente do Ibama, o Rodrigo Agostinho; o Rodrigo Justus, da CNA; o Bruno; o Vinícius; o Vanderlei, da Aprosoja; e a Samanta.

Primeiramente, eu queria dizer para vocês que esse edital, Agostinho, esse Edital de Notificação nº 20/2025 - Dipro, que fez esses embargos... Vou falar de Rondônia um pouco. Só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Município de Porto Velho, são mais de 650 embargos nos quais essas pessoas têm que tirar o gado.

Quando o Rodrigo falou aqui sobre o polígono, que essas pessoas não têm nem o direito de saber onde, quem é que foi, que o embargo... Por exemplo, pode ser uma propriedade de 100ha, de 80ha, de 200ha, e tem lá 2ha, 3ha, 5ha, ou que fossem 10ha ou 20ha de embargo, ele tem o direito de vender o gado.

Aí eu digo para você, depois você me responde no final, Agostinho: quem vai comprar o gado? O frigorífico não pode comprar. Eu, você já deve... Todo mundo sabe que eu, como eu me encontro como médio para grande produtor, eu não precisaria estar aqui no Senado, não precisaria nem estar aqui sofrendo com isso, com nossos pequenos produtores rurais – porque eu nunca vim defender nem médio nem grande produtor, como eu me encontro –, até porque, se eu tivesse problema, eu estava apanhando, como diz o linguajar, igual o boi na roça, de tudo que é lado vinha pancada. E eu não posso comprar esse gado – eu não posso comprar esse gado, não é só o frigorífico. Nós que temos confinamento nem podemos comprar esse gado. Para quem que esse cara vai vender o gado? Ele não pode, ele não tem nem para quem vender.

Outra coisa: quem desmatou os 20% legalmente – legalmente, depois de 2008, que ele desmatou legalmente – também não pode vender soja nem boi, uma guerra aí em cima dessa moratória da soja, moratória do boi.

Então, você vê que é só problema. Na verdade, nós temos que dizer: o que eles querem fazer com a Amazônia é levar essas pessoas para o Bolsa Família. Quando falou aqui, quem falou me parece que foi o Vanderlei... Não, foi o Vinícius... Não, foi o Vanderlei que falou sobre o Bolsa Família, que o Pará é o terceiro estado, não é?

Rondônia, Agostinho, é o único estado do Norte e Nordeste – é o único, não tem dois –, dos nove da Amazônia, e de todos os do Nordeste, que tem o dobro de carteira assinada, contra o Bolsa Família – dobro, de carteira assinada. Isso se deve – quando você, Samanta, falou sobre a geada negra de 73, aquilo foi o grande... Já veio, no Governo Médici, o impulsionamento para se colonizar o então território de Rondônia, que virou estado em 1981, 1982. Aí vocês pegam uma pessoa igual a mim, que conheço aquilo – há 50 anos estou lá... Quando falaram aqui em madeira, sou neto de madeireiro, os caras davam a madeira para a gente... Tiravam só mogno, só madeira nobre, para fazer as estradas – igual no Pará e em todos os lugares do Norte, em Mato Grosso do Norte... Quem fez aquelas estradas foram os madeireiros. Começou por lá. Então, houve todo o sacrifício de todas essas pessoas. E hoje essas pessoas estão à mercê, com essas suas áreas embargadas.

Vou falar aqui, quem não se lembra daquela chacina, daquela situação lá da Santa Elina, da gleba Corumbiara? Foi antes de o Lula assumir o primeiro mandato. Se não me falha a memória, foi no final dos anos 90 e início do ano 2000 por aí. A Santa Elina abriu mão. Eram oito lotes. Então, são quase 16 mil hectares. Foi feito um acordo com o Incra, com tudo. Está lá, Agostinho, todos pequenos produtores. A família veio crescendo. A reserva, foi tudo para o chão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existe mais a reserva. Derrubaram toda a reserva. Vai fazer o quê com esses pequenos produtores? Tudo embargado. Como vai fazer, como vai resolver essa situação? Não sei.

Aí vem, ano 2017 – o senhor que era Governador, amigo, colega meu, Senador aqui, Confúcio Moura –, não sei o porquê, qual o motivo, 11 reservas, 11 reservas no Estado de Rondônia. Estão lá essas pessoas agora. Estive com o Ministério Público, conversando, para ver o que vai fazer com essas... São mais de 500 mil cabeças de gado, tudo do pequeno produtor. Para onde vai levar esse gado, para onde vai fazer, de que maneira vai fazer? E o Ministério Público deu dois anos para eles tirarem. Seis meses, como dizem, é no banho Maria; nos outros seis meses, vão começar a ser um pouquinho mais rígidos; no terceiro e no último é no ferro e fogo – entendeu? – pelo que a gente pôde entender.

A gente tenta conversar. Estamos conversando com o Ministério Público para ver se encontramos uma solução para isso aí.

Aí vem uma outra decisão do Ministro Flávio Dino, que é da ADPF nº 743, sobre queimada, sobre fogo. Aí o senhor imagina... Tem uma propriedade, o grande produtor, o médio produtor, o pequeno produtor, ninguém quer tocar fogo no seu pasto, na sua lavoura. Você imagine que, porventura, pegou um fogo lá, o produtor vai ter que provar que ele não foi o criminoso e está sujeito a perder a propriedade para uma questão de reforma agrária.

Então, são n situações que nós temos hoje. Você pega aquele licenciamento. Eu não sei como está o andamento hoje. Parece que – não sei, acho – o Ibama não deu licenciamento, eu acho que foi dado só pelo Estado do Amazonas, para aquela jazida em Autazes. Como assim? Vocês imaginem que nós temos uma Ministra do Meio Ambiente, que diz que quer tanto preservar o meio ambiente. Nós temos que trazer o potássio da Rússia, dos países do Golfo e do Canadá. No Canadá – inclusive eu estou indo em uma missão ao Canadá –, ele é explorado em reservas indígenas também. Agora, o do Canadá pode ser, e nós podemos importá-lo. Está tudo certo. Não precisa de licença, não precisa de nada. Pode ser de dentro da reserva, e nós não queremos saber. E andamos o Brasil inteiro com esses insumos em cima de caminhão, fazendo poluição, fumaça, queimando petróleo. Enfim, tudo isso pode; no Brasil, nada pode.

Então, nós estamos chegando... Vou falar: em Rondônia hoje, nós temos aí um pouco mais de 30% da área aberta, 30%, mas não do total. Esse é um dos motivos de nós termos o dobro de carteira assinada contra Bolsa Família. E eu vejo, sim, mesmo em Rondônia, o maior problema que nós temos hoje em todo setor produtivo. E aí, quando eu me encontro...

Presidente Agostinho, nós que temos condições, fizemos a operação certa, fizemos a reserva, fizemos tudo, mas agora se coloca uma situação em que a pessoa que abriu antes de 2008, se ele se regularizou... Eu vi produtor chorando, do Mato Grosso. Em uma audiência pública, ele falou: "Olha, eu tinha 10 mil hectares, 10 mil hectares. Eu não derrubei nenhum hectare antes de 2008, fiquei tirando a madeira e tal, veio, a área era averbada 50, averbei os 80, após 2008". Agora, ele abriu os 2 mil hectares, preservou 8 mil hectares e é impedido de vender a sua produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um país que está sem CPF. É a mesma coisa de um cidadão sem CPF isso aqui. E a gente fica triste sabe por quê? Vou dizer para vocês: pegam uma pessoa igual a mim. Não sou letrado, não sou formado, não tenho estudo. Vou defender aí os motoristas de caminhão, porque eu sou motorista de caminhão profissional. Motorista de caminhão eu sou e sei o sofrimento dessas pessoas no Brasil inteiro. Fazem lei, mas não veem como ela vai cumprida. Fazem leis. Burocratas chegam e fazem uma lei, mas não veem como vão fazer a lei ser cumprida. Ora, fizeram uma lei: tem que trabalhar 11 horas e parar. Vai parar onde? Na beira da BR? Na beira das estradas? Então, é uma coisa assim, tudo sem fundamento.

E aí, Agostinho, não é fazendo uma crítica ao Ibama, nada, mas você sabe disso, você é grande conhecedor disso.

Até o ano de 1988, até 1990, todos aqueles madeireiros, todos nós – eu sou neto de madeireiro e cheguei lá em 1974 – pagamos aquela reposição de árvores. O Ibama nunca plantou uma árvore. Sabem o que aconteceu? Sabe o que aconteceu, Presidente Zequinha? Quando começaram os primeiros planos de manejo, ele não aprovava. Vocês sabem por que não aprovava? Porque não iria mais receber. Olhem a santa ignorância que era: o madeireiro iria ter que preservar uma área por 25 anos. Então, nem plano de manejo este país não quer. Eles criam...

Vocês sabem como se fazia o plano de manejo? Não precisa nem de ter tanta burocracia. Eu acho que hoje nem são mais 25; são 30, se não me falha... São 30 hoje, né? Por 30 anos ele tem que vincular a árvore.

O SR. VINÍCIUS BORBA (*Fora do microfone*.) – São 35 anos.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São 35; mudou. Na minha época, eram 25; agora, são 35 anos.

Então, para tudo neste país se cria facilidade; não sei se cria dificuldade para se vender facilidade, não sei. Eu não consigo entender por que nada funciona neste nosso país.

Quero terminar minhas palavras e dizer, Presidente: vamos revogar essa situação, vamos rever essa situação que foi feita com esse edital, não só em Rondônia, mas pelo Brasil afora, pelo Norte inteiro do país. Nós temos que rever essas notificações. Não deixem essas pessoas ficarem do jeito que estão lá, porque essas pessoas estão, desesperadamente, sem saber o que fazer.

E também não podemos tampar o sol com a peneira. O médio e o grande produtor têm medo da motosserra, têm medo, hoje, de ver uma motosserra ou de andar com uma motosserra. Quem detém documento de que está legal não tem como fazer nada, porque...

Está aqui o Vanderlei, que falou pela Aprosoja. Eu sou produtor de soja também, de milho, de tudo. Nós temos que estar 100% legal, senão nós não podemos vender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E lhe digo mais sobre o polígono: se a Cargill, a Amaggi, a Bunge, a ADM, as *trades* que compram soja tiverem uma área de mil hectares e tiver 50ha com problema, em que houve um problema de desmatamento ilegal – eles têm a foto por satélite –, não plantando nos 50ha, no restante todo podem comprar, sem nenhum problema.

Então, é isso que nós queremos que seja revisto. Nós vamos ter que nos debruçar. O Congresso Nacional tem que se debruçar, pelo menos, por até quatro módulos, para nós revermos toda essa situação de quem derrubou após 2008. Caso não seja feito isso, eu vou dizer para vocês: nós já temos um problema seríssimo, entenderam? Nada aqui contra o Bolsa Família. Eu sou contra a metodologia que é usada hoje para o Bolsa Família, mas vamos levar milhares de pessoas para o Bolsa Família, porque essas pessoas, realmente, vão ser expulsas do campo.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime.

Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Boa tarde, Presidente. Quero só cumprimentar todos que estão aqui, o Presidente Agostinho.

Eu concordo com o que o Marcio Bittar falou, com o que o Senador Jaime Bagattoli falou. É muito triste ver a situação que nós estamos vivenciando no país. Vem governo, vai governo, entra governo, sai governo, é tudo a mesma coisa. Nosso problema não é econômico, nosso problema é político.

Eu lembro-me de que eu estava em São Paulo, numa loja, e a dona da loja me apresentou para uma pessoa: "Essa é a fulana de tal", e eu sabia quem era ela, uma artista global. E ela me disse: "Ah, você é do Mato Grosso, aquele pessoal que desmata". Eu falei: "Não, aquele pessoal que trabalha – aquele pessoal que trabalha. Aliás, se não fosse por esse pessoal, você não poderia usar a sua jaquetinha de couro, você não poderia usar a sua botinha, a sua bolsa, a sua calça *jeans*, porque é tudo lá produzido, é a gente que produz".

Então, quando você vê essas pessoas, como você falou, Samanta, você prestar atenção a uma Gisele Bündchen – nada contra ela –, mas a um Leonardo DiCaprio, que não sabe nada do que é a Amazônia... Eu fiquei oito dias dentro da Amazônia em uma missão, andando por lá. E daí você vê uma COP 30, que vai ser feita aqui no Brasil, que não... E temos uma reforma tributária que não considerou toda a cadeia ESG, que está fora da reforma tributária. Como eu acredito neste país? Falar o quê? Acreditar neste país como? Aí, ver esses embargos, Agostinho, e ver a quantidade de bois que não têm para onde ir, para quem vender, é realmente desanimador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo mais, Bolsa Família... Não sou contra o Bolsa Família. Sou contra a metodologia, sim. Sabe o que deveria ser feito? Dê o Bolsa Família, mas a pessoa não pode votar. Queria ver, queria ver se iam dar tanta Bolsa Família assim. (*Palmas.*)

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado (*Fora do microfone.*), Senadora Margareth.

Presidente, o senhor ouviu Parlamentares. Nós temos uma produtora rural aqui, que é a Dona Preta, Dona Nelci – ninguém a chama de Nelci.

Ela é produtora, mora em Castelo dos Sonhos, na BR-163, lá embaixo no Município de Altamira. Altamira é muito grande, né? Ela é uma das moradoras da Flona Jamanxim, produtora rural lá desde mil e não sei o quê.

Por favor.

A SRA. NELCI RODRIGUES (Para expor.) – Boa tarde, Senador, boa tarde à mesa, boa tarde a todos os presentes.

Eu sou a Preta, meu nome é Nelci, mas sou conhecida como Preta. Eu sou paranaense, fui para Mato Grosso com cinco anos de idade, me casei e fui morar no Pará em 1991. Em 1998, nós adquirimos uma posse – 1998. Até então, lá, a palavra dita era que os produtores deviam derrubar para poder ter o seu título. Só que essa promessa, Agostinho, nunca aconteceu. Nunca aconteceu, nunca vi um órgão chegar lá e dizer: "Olha, a tarefa da sua parte é fazer isso, isso e isso para que seu título venha".

Nós não temos nem sequer um documento do Incra, nada, mas até então a área destinada pelo PIN, que é o Plano de Integração Nacional – o senhor deve conhecer muito bem –, era às margens da BR-63, 100km ao lado, era para a produção rural. Tudo bem, lá estávamos nós.

Eu tenho cinco filhos e, diante de toda a situação rural do país, que foi se desencadeando, Zequinha, eu mesmo queria que meus filhos estudassem. Graças a Deus, eles estudaram, são todos formados. Hoje eu tenho um com aptidão para ser produtor rural, os demais, não. Eu sou produtora rural de berço e também sou empresária, por opção, para ter um segundo plano. Eu vivenciei sim, Rodrigo, eu não quero aqui ofender ninguém, não me veja dessa forma, mas eu vi, vivenciei Ibama e ICMBio, que não falaram para ninguém, falaram para mim que queriam ver a minha casa ser casa de macaco, Senador.

Aí eu não tenho tamanho, Rodrigo. Você também é pequeno em estatura, mas a gente tem coragem, graças a Deus! Como produtora, eu me levantei e disse: "Casa de macaco vai virar a sua! Você saia da minha casa agora! Eu proíbo você pôr o pé na área da minha casa. O que você tiver que fazer você faça, que depois eu vou me defender." E assim foi feito, mas é um desaforo, sabe, Rodrigo, é uma humilhação tão grande para quem trabalha e produz...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dar assim, sei lá, talvez um encaminhamento. Eu sei que você tem poder para isso junto com o Senado, junto com a Câmara, para a gente poder anular realmente esse embargão. Lá a gente dá nome para tudo, tem o embargão, tem o embarguinho, e assim vai. Porque não é justo.

Um produtor, se ele tem, eu vou te dar um exemplo, mil hectares, e a área dele está embargada em 20ha, ele já é proibido vender o gado! Frigorífico não compra. Eu vou dar um exemplo, Rodrigo, e se você quiser ir lá, convido-o a ir lá, eu o levo para ver. Nós temos um cidadão lá chamado S. Miranda, ele está realmente no fundo do poço, com saúde, com depressão, e eu o conheço. Quando eu entrei para morar lá, ele já morava, e ele tem um pedacinho da propriedade dele com o embargo, tem sim. Ele foi notificado, Zequinha, a tirar todo o gado em 15 dias. Ele se desesperou. Uma pessoa quase sem instrução, Samanta, ele não teve coragem de sair, porque é só ele e a velhinha dele, de ir procurar um advogado. Sabe o que ele fez, Zequinha? Veio para a cidade, procurou um comprador do gado dele e deu o gado dele – deu literalmente! Porque ele vendeu, se o gado vale 200, ele deu por 20, e um prazo de seis meses para pessoa pagar. Isso passou... Se o gado valia 140, a arroba hoje está 290, e ele até hoje não recebeu. Sabe-se lá, Rodrigo, se ele vai receber?

Agora, com o embargão, Samanta, a gente precisou... Rodrigo, olha a situação, juntar R$2 mil de um, R$3 mil de outro, R$5 mil de outro, vocês têm noção do que é isso, para juntar dinheiro para pagar, para fazer ações, para contratar um advogado? Muitas vezes os advogados até ajudam. Se valia o trabalho deles 20, fazem por 10, e assim mesmo nós temos dificuldade, Zequinha!

Sem contar, Rodrigo, que a meu ver, porque eu moro lá, eu moro lá, então é diferente entre falar com teoria, porque se está lá em uma faculdade, exercendo um cargo aqui, e com aquela que mora, que tem a vivência.

Cadê a nossa segurança sanitária? Não tem, Rodrigo, não tem! E não é que a gente queira. E eu não vou dizer que lá todo mundo faz isso, mas existem situações que eu já vi, e eu não estou aqui nem para acusar, nem para defender ninguém, Zequinha. Mas olha só, se a minha área está embargada, eu não posso tirar o gado. O meu CAR está em estado de pendência, a minha ficha na Adepará está suspensa, eu tenho que tirar a vacina. Mas o boleto chegou, o filho tem que comer, tem que comprar milho para dar para a galinha, para o porco lá, a gente cria porco, galinha, carneiro e gado.

E eu tenho honra de dizer, sabe, Samanta, eu sou produtora, eu vim aqui para vencer. Eu não vim aqui para ser só mais uma na multidão, pobre, lascada. Mas dá a impressão de que tudo o que se faz, Vinícius, na conjuntura política, é para empobrecer as pessoas, sabe? Para deixar a pessoa mesmo mendiga, que é o caso em que está o Sr. Miranda. Se você quiser ir lá, eu te mostro, eu levo você à casa dele. Você entendeu como é que é a situação?

Aí eu tiro a vacina, vou lá, coloco na Adepará. O boleto chegou, como é que eu vou vender o gado? Pode ter certeza, meu amigo, que de alguma forma, esse gado vai sair. De algum jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, quem é que está nos obrigando a ser ilegal, Zequinha? É o próprio Estado brasileiro. É o próprio Estado.

O Rodrigo pegou esse abacaxi quente. Mas com todo o jeitinho e o poder que vocês têm de negociação, vamos chamar um grupo, vamos chamar para o diálogo, mas para resolver.

A Flona não está legal. E eu não estou aqui dizendo que sou contrária a cuidar da floresta, sabe, Rodrigo? Mas imagine, a Flona tem 1,301 milhão de hectares, para ser precisa. Nós defendemos que sejam retirados 480 mil hectares. De 480 mil, nós temos o direito de usar 50, Rodrigo; 50% de 480 vai dar 240 mil hectares.

Mas de fato, fazer, Zequinha, a regularização. Rodrigo, pensa comigo: todo ano, não pode queimar. Mas quem sabe o dever da casa é o produtor, é quem está lá. É quem está lá no dia a dia. Aí vai fazendo aquele monte de folha seca, aquele monte de... Como é que a gente chama? De quiçaça. Ali é um estopim. Um bingo arriscado ali. O fogo, não tem aceiro que dê conta. Mas nós, como produtores rurais, nós sabemos o dever de casa. E sabemos a hora de queimar. Tem que se fazer aceiro? Sim. Tem que esperar a primeira chuva? Sim. A queimada evita outros fogos que não sejam controlados, controláveis, bem como as pragas. Quando se queima, não tem praga no pasto. Não tem. Hoje existem pragas, Dr. Vinícius, o senhor é produtor também, que, em três meses, detonam todo o pasto.

Agora acompanhe o meu raciocínio. Lá na Flona, existem milhões de cabeças de gado. Eu saio aqui para fora, eu já fiz isso, eu quero alugar, Rodrigo Justus, um pasto para eu tirar meu gado lá da Flona e colocar. Primeiro que não tem. Não tem pasto para alugar. Segundo que é R$40 por cabeça o aluguel. Então faça uma conta aqui de padaria, que nem usou a Samanta ali. Vamos lá, 35 vezes 200 cabeças dá 7 mil por mês. De onde é que eu vou tirar esse recurso, Rodrigo? Se eu não posso vender meu gado? Eu vou tirar de onde para pagar o aluguel?

Aí existem as especulações ainda. Se o gado está R$300 a arroba, quando vêm essas ações desse tipo, passa para R$140, e não tem quem queira. Então, estão empobrecendo a gente, estão massacrando a gente, e a gente não tem para onde correr, e a gente parece que não tem direito a nada.

Derrubou com cinco anos? Multam porque derrubou. Não derrubou em cinco anos? Multam porque está impedindo a floresta de se regenerar. Vai fazer uma cerca? Multam porque a madeira é ilegal. Vai reformar a cerca? Não pode fazer o traçado. Então eu te pergunto: o que é...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NELCI RODRIGUES – ... mesmo que a gente pode fazer?

E a segunda colocação, que já fizeram no uso da palavra os meus colegas: eu também, como uma simples produtora que sou – mas enxergo –, eu queria saber: para onde é mesmo que vai esse dinheiro do gado? Onde mesmo é o Fome Zero? Você tem esse endereço? Eu queria ir lá ver. Quero saber para onde vai esse dinheiro. Isso, na minha concepção... Você imagina: um boi, são quatro anos, cinco anos, para ficar bom para vender. E esse dinheiro vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para onde? O produtor não pega de volta. Ele foi roubado. Ele foi simplesmente roubado. É muita indignação! É muita indignação, sabe, Senador?

Então eu queria aqui deixar uma proposta para que a gente se una.

Rodrigo Justus, da CNA, eu também o elogio, pelo menos uma vez eu vejo alguém aqui nesse nosso tema. O próprio Governador Helder também se levantou contra o embarguinho – porque o embargão é o da Flona, Rodrigo, o embarguinho é o de área branca – para defender 1600 áreas, 1600 posses de produtor rural, porque lá eu digo que tudo é posse, porque ninguém tem título.

Quem não fez o dever de casa, Rodrigo? Samanta, raciocine comigo: se eu fui para lá em 1991, com promessa de ter meu título, abri, não tenho título até hoje, a regra do jogo mudou, mudou o Governo... Quer dizer, cada Governo que entra esquece todo o passado do que aquele outro fez? Então não é uma instituição – então não é uma instituição, porque uma instituição nada mais é que o quê? O seguimento das coisas. Como eu dei educação para o meu filho mais velho, tenho que dar para o mais novo. Não é assim? Mas a regra mudou, e nós não temos opção, e nós não temos alternativa.

Então eu peço encarecidamente: existe como cancelar esse embargão e esse embarguinho e dar um prazo? Outra coisa: vá lá, de posse em posse, veja quem é quem e por que está embargado. São 10ha? "O senhor está embargado em 10ha? Venha aqui. O que você tem que fazer: isso, isso e isso. Aqui estão fulano, fulano e fulano, que vão regularizar".

Eu acho que era essa a minha contribuição, em nome do Prefeito Gelson Dill, lá de Novo Progresso, que estava em outra agenda, Zequinha, que já estava lá em Altamira – são só mil quilômetros de distância – e não conseguiu vir, e do Luizão também, da associação da Gleba Embaúba, de todos os progressenses, de todo o pessoal da BR-163.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, D. Preta.

Presidente, é o seguinte: nós estamos diante de um impasse lá no Pará, com dificuldades. Se você pegar a BR-163, começando em Altamira, até chegar na sede, que é um negócio de louco... De onde ela mora, dentro de Altamira, até chegar à sede do município, são 1,1 mil quilômetros, e a estrada faz um arco muito grande, mas se fosse reto também seria muito pouco.

Altamira, pelo que eu puxei aqui, tem 544 embargos; Novo Progresso eu não sei quantos tem, mas passa de 300 – porque são trezentos e tantos habitantes da Flona –, e todo mundo já está intimado, embargado, tem que sair. Em e Uruará, só no último edital, foram embargados... São 95 individuais e um coletivo de 150 – 95 mais 150, 245.

Queremos ouvir o senhor, mas nós precisamos sair daqui com um encaminhamento. Concordam Senador Jaime, Senadora Margareth? Cria-se um grupo de trabalho com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares, técnicos, de modo que a gente dê àqueles que estão nos vendo neste momento – porque estamos no ar direto daqui agora – algum encaminhamento.

Aqui está a CNA, representada pelo Rodrigo Justus, aqui está a Apria, que é uma associação enorme de produtores da Amazônia como um todo, aqui está a Aprosoja do Estado do Pará, a nacional não pôde comparecer, e a nossa advogada Samanta, que conhece como ninguém essa realidade, além de um produtor rural que é Presidente de sindicato, que é líder, que vive e convive com essa situação, não é Bruno? Então, queremos ouvir como é que nós vamos andar daqui para frente, de que jeito nós vamos fazer, porque o desespero bateu à porta e se instalou.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

Rodrigo Justus.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor.) – Sr. Presidente, queria fazer uma proposta aqui.

Essa questão da Flona do Jamanxim e tudo mais depende muito mais do ICMBio do que do Ibama propriamente. Não é? O Rodrigo, aqui, é o Presidente do Ibama. Mas o problema é bem grande fora da Flona também, tendo em vista que já há uma dezena de editais publicados em áreas que estão fora da situação da Flona e que estão em outros municípios, seja no Pará, seja nos outros estados da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Em Rondônia.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Temos também o lado da Apyterewa etc que, na verdade, envolve a Funai.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É para lá.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Então, veja que nós temos aqui um foco. E temos as questões relacionadas ao Ibama, que são essas também aqui trazidas.

Quando eu disse que ninguém foi notificado oficial e ilegalmente, agora essas pessoas vão ter que ser. Por quê? Porque vão lavrar um auto de infração contra elas. Eu temo pela situação porque esses autos de infração vão ter que ser aplicados pelos técnicos do Ibama lá no local. Por quê? Porque o Correio não vai lá. Se o Correio não vai lá, mas o endereço é fixo, estando claro onde é a casa do cidadão, terão que ir lá. Eu fico imaginando qual será o clima, daqui a dois, três meses, quando o Ibama for lavrar esses milhares de autos de infração e for lá entregar. Eu, sinceramente, já fui técnico de meio ambiente, já fui advogado do Estado de Mato Grosso na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área de meio ambiente, sou também produtor rural lá no Pantanal. Eu fico imaginando o clima em que essas pessoas serão lá recebidas por conta desse episódio prévio relacionado a esse embargo remoto. O cidadão vai descobrir que sofreu a sanção na hora em que ele for lá buscar o Pronaf dele, na hora em que for lá tentar vender uma cabeça de gado, um carneiro, um cabrito, seja lá o que for, um saco de milho.

Então, eu vejo que é preciso se pensar em uma solução, mesmo que intermediária – o senhor você falou em grupo de trabalho etc e tal. É preciso pensar em uma forma de se resolver essa situação. Por quê? Porque se deixar correr solto...

Eu vi, em vários vídeos de reuniões, pessoas chorando, com sangue nos olhos, inclusive, preocupadas por estarem perdendo as suas coisas e tudo o mais. Não vamos discutir se têm razão ou não, mas existe um universo de gente que está envolvida nessa situação. E ele é grande. E, se se continuar fazendo assim...

Vamos lembrar que a própria Lei de Crimes Ambientais, no art. 51, diz que, no caso de atividades para subsistência, não se considera o crime ambiental. Não quer dizer que isso seja um salvo-conduto e nem que a CNA defenda que as pessoas devam abrir áreas sem autorização, até porque votamos aqui a favor do Código Florestal, que coloca que quem não cumpre a lei tem que ser embargado, certo? Isso, nós defendemos, até porque é preciso ter lei e ordem. Agora, tem um conjunto de coisas que precisam ser resolvidas.

E precisamos também, Senador, trazer os estados para dentro, porque como é que eu vou desembargar uma área sem fazer uma análise do CAR do cidadão, dizendo se ele pode mesmo e tem o direito dessa supressão que realizou – porque daí ela seria regularizada – ou se ele terá que fazer um Prad para recuperar essa área?

Eu acho que é preciso criar uma estrutura de discussão, um grupo, e que a gente traga todos aqueles que são responsáveis direta ou indiretamente pela solução do problema dessas pessoas, porque, simplesmente, se se voltar atrás com um passo, o problema vai continuar lá do mesmo tamanho. Não do mesmo tamanho, mas continuará existindo.

Então, essa é a minha ideia, já que o senhor sugeriu que é preciso dar encaminhamento... Uma coisa é fazer a reunião e trazer todo mundo que está aqui prejudicado e aborrecido com a situação e precisa de uma solução. E trazer o Governo aqui, para pressioná-lo de alguma forma, trazendo toda essa questão.

Eu acho que seria o caso de a gente pensar numa forma de fazer isso. Eu não sei institucionalmente como se resolveria isso, mas nós estamos aí à disposição. Inclusive, amanhã nós temos uma reunião da Comissão da Região Norte da CNA, que vai tratar desse assunto também, entre outros problemas lá da Região Norte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faculto aqui à mesa – ao Vanderlei, à Samanta, ao Vinícius – sobre qual é a sugestão que a gente tem para que o Presidente possa, daqui a um pouco, responder aos questionamentos e fazer uma análise disso para a gente.

O SR. VINÍCIUS BORBA (Para expor.) – Senador, Presidente, eu gostaria de reforçar, Rodrigo – em que pese tudo que nós falamos aqui hoje, tudo que foi dito por mim, todo o desabafo –, que eu continuo confiando no bom senso do senhor, porque já estive com o senhor várias vezes, sei o quanto o senhor é democrático, prudente.

A gente, muitas vezes, se exalta, mas eu sei o quanto o senhor é sensível a essa causa. Eu sei que muitas coisas extrapolam até a vontade do senhor. Agora, o que a gente pede, Senador... Acho que o encaminhamento principal aqui são dois casos, duas situações – vamos separar o joio do trigo –: para se suspender qualquer tipo de apreensão e se fazer um mutirão de análise junto com o Governo do Estado, junto com o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Eu sei que...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Os municípios também.

O SR. VINÍCIUS BORBA – Os municípios... A gente precisa fazer um grande mutirão, um grande chamamento, para ver caso a caso, Presidente. Aí sim, como eu falei na minha fala, para aquele criminoso que se vale da impunidade causada pelo próprio Estado, o comando e o controle. Nós não estamos aqui defendendo o bandido mal-intencionado. Dentro do direito, Dr. Rodrigo Justus, existe o dolo. Analise se aquela pessoa que desmatou tinha o dolo de desmatar. Ele odeia a floresta.

A gente precisa fazer um grande mutirão, um grande chamamento, para ver caso a caso, Presidente. Aí sim, como eu falei na minha fala, para aquele criminoso que se vale da impunidade causada pelo próprio Estado, o comando e o controle. Nós não estamos aqui defendendo o bandido mal-intencionado. Dentro do direito, Dr. Rodrigo Justus, existe o dolo. Analise-se se aquela pessoa que desmatou tinha o dolo de desmatar. Ele odeia a floresta?

Porque eu garanto para o senhor que a grande maioria, Presidente, não acorda de manhã pensando: "Hoje eu vou derrubar uma árvore porque eu gosto." Não, é sobrevivência. Então, o que eu peço, que eu acho que é o principal encaminhamento, Dr. Jair... O que eu disse para o Dr. Rodrigo, eu digo para o senhor também. Quando eu estive com o senhor lá no Ibama, eu repito o que eu disse para o senhor: eu ainda nutro uma admiração e um respeito pelo senhor, em que pese esses editais. E confio no discernimento para que o senhor, como Diretor de Fiscalização, coloque um pouco de juízo naquela molecada que está lá.

Molecada no bom sentido, com respeito, porque eles estão – inclusive, um relato muito claro de quem acompanha; Dra. Samanta, Bruno esteve lá – arriscando a integridade deles. Nós estamos falando de uma multidão de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o primeiro encaminhamento, Dr. Rodrigo, Presidente, é que, se possível, – em relação à bandeira branca, eu falo muito isso –, vamos suspender apreensões, descumprimentos, e analisar, fazer um mutirão, chamar quem for preciso. Vamos resolver.

Tenha, na gestão do senhor enquanto Presidente do Ibama, um legado que o senhor deixou, que o senhor conseguiu resolver. Que o senhor, a Ministra Marina Silva, o Presidente Lula, o Governador Helder e o Governador de... foram quem resolveu um problema que está crônico há décadas. O senhor tem essa oportunidade de ter esse currículo.

E o outro pedido que eu faço, talvez o principal, porque eu não poderia ficar sem falar isso, aproveitando que eu estou aqui na Casa de Leis, é que o Congresso Nacional se apodere do seu poder, da sua prerrogativa legislativa, Senador.

Senadora Margareth, vocês foram eleitos para legislar. Tudo isso que nós falamos aqui hoje – a Dra. Samanta falou, a Preta falou – de embargo, de unidade de conservação ambiental, de terras indígenas, de apreensões de gado, tudo isso está em portarias, decretos, instruções normativas que não passaram aqui dentro.

A pessoa em quem eu votei não discutiu isso. Eu não tive a oportunidade de ligar para o meu Senador: "Senador, coloque uma emenda nesse projeto de lei, u substitutivo, para melhorar isso, porque isso..." Não! Isso foi feito em quatro paredes.

Não se deve esquecer de que, na CPI das ONGs, nós tivemos aqui o Márcio Santilli, o Presidente do ISA – não sei se foi nesta sala, mas, se não foi, foi em uma igual –, que falou que o ISA fez estudo técnico-científico que criou mais de dez milhões de hectares – O ISA, uma ONG!

Então, os dois encaminhamentos principais que eu faço são esses. Olhe um pouco. O senhor é bem-vindo no Pará. Eu falava com o senhor agora há pouco, nós vamos fazer, em outubro, a COP do Agro. O senhor é peça... É preponderante a presença do senhor. Nós precisamos do senhor lá para achar um caminho.

O senhor é bem-vindo e é meu convidado, juntamente com a Ministra Marina Silva, a cada fazenda daquela. Eu quero que o senhor vá comigo, Dr. Jair, para ver. Olhe nos olhos daquele pessoal.

Então, vamos suspender a pressão, vamos fazer um pente-fino, mas, principalmente, Congresso, Deputados, Senadores: sejam protagonistas das leis! Não deixem que a questão ambiental indígena continue sendo legislada entre quatro paredes, por decretos, portarias, instruções normativas onde tem o dedo das ONGs – não o dedo, todas as mãos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bruno, fala logo. (*Risos.*)

O SR. BRUNO CERUTTI RIBEIRO DO VALLE (Para expor.) – Pessoal, como palavras finais, para dar o encaminhamento... Gostaria até de fazer uma lembrança, antes, para vocês aqui, sobre sustentabilidade. Inclusive, sou Secretário de Desenvolvimento Sustentável do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

município – até queria mandar um abraço para o nosso Prefeito Carlos Zancan, que sempre tem apoiado todas essas ações com relação à proteção do produtor rural lá na região.

Gente, sustentabilidade é um tripé: é o ambiental, é o econômico e é o social. E isso daí está desequilibrado hoje em dia! Estão esquecendo totalmente o econômico e totalmente o social; estão visando só ao meio ambiente. Então, no meu recado, eu queria lembrar isso, para que nós buscássemos um pouco desse equilíbrio aí e não esquecêssemos que a sustentabilidade é um tripé; não é só o meio ambiente, não.

Sobre o encaminhamento, Senador, no nosso entendimento aqui, seria a criação de um mecanismo para notificar o produtor antes de gerar as primeiras sanções, como embargo, se fosse possível; seria criar um mecanismo para que ele tivesse um prazo para se explicar ou até para dizer que não é com ele aquela situação ou indicar quem fosse o culpado.

Uma alteração nesse regramento é sobre a questão da destruição dos bens, não é verdade? Tem um decreto e tem os normativos. Seria bom se tivesse um ajuste, uma mudança nesse aspecto aí.

Também, sobre o Ibama: montar um sistema de transparência sobre a destinação desses bens, como muito foi falado, especialmente sobre o gado, mas que se pudesse criar um mecanismo para dar uma transparência melhor para a sociedade, para que pudéssemos evitar certas situações, certas desconfianças que têm rolado por aí.

Basicamente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Dra. Samanta... Antes, o Ataides.

O SR. VANDERLEI SILVA ATAIDES (Para expor.) – Senador, para eu não ser repetitivo, conforme disseram o Vinícius e o Bruno, eu acho que é o seguinte: nós temos que sair daqui com alguma fala que vá gerar tranquilidade no nosso estado, até se resolver essa questão definitivamente. Então, nós temos que sair daqui hoje com alguma... Para apaziguar. Nós não precisamos criar um caos, uma guerra, porque lá em cima são brasileiros também, como aqui embaixo.

Eu acho que não é certo você discriminar a população do Pará. Então, nós temos que sair daqui definindo alguma coisa até que se chegue ao final.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Dra. Samanta.

A SRA. SAMANTA PINEDA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho algumas sugestões.

A primeira é, exatamente aqui, na Casa de Leis, sobre a Lei 9.985, de 2000, que é a do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Em 2000, quando ela foi aprovada, esta própria Casa de Leis tirou dela a prerrogativa de criar unidades de conservação, quando disse: unidades de conservação podem ser criadas por ato do poder público. Então, qualquer decreto cria uma unidade de conservação.

Diz lá que tem que fazer estudo, que tem que fazer um monte de coisa, mas, se isso fosse feito pelo Legislativo, tinha fundamentação, tinha estudo, tinha debate, tinha audiência, ouviriam as populações locais, os Deputados e Senadores daquela região poderiam falar sobre essa criação... Acho que, assim, é uma palavra que muda na 9.985: unidade de conservação se cria por ato do poder público – não! É por ato do Legislativo, é por lei, ponto. Essa era a primeira coisa.

A segunda coisa – e aí, Rodrigo, é com você o abacaxi, sinto muito, mas é isso – é, gente, esse embargo de área branca; embargo, embarguinho, embargão... Do ponto de vista do direito, ele está ilegal. Ele é ilegal! Aí, vir o poder público dizer que tem que cumprir a lei em cima de um ato ilegal fica difícil para todo mundo entender.

Então, a primeira coisa é realmente a coragem de cancelar esses embargos – todos. E aí transformar esses embargos em notificações para ajudar o poder público que não tem... E a gente aqui reconhece: o Ibama não tem dinheiro, não tem instrumento, não tem gente.

Então, vamos notificar todas essas pessoas que estavam dentro da área embargada a virem se apresentar. Qual é a sua situação? Como é a sua posse? Desde quando? Qual é o seu desmatamento? O seu desmatamento é ilegal, mas você tinha alternativa de fazê-lo legalmente? Usar aqui o tal do desmatamento culposo... Existia alternativa? "Não". E aí a gente entra num regime de exceção.

Então, muito bem, se você não tinha alternativa de fazer isso, se você está dentro do limite do Código Florestal, e aí estamos falando de lei, não é decreto, portaria ou outra coisa, nós vamos criar para você um regime de exceção, um prazo, um TAC, enfim, aí nós temos instrumentos na lei para fazer direito.

Então, a primeira alternativa é, primeira sugestão é modificação da legislação do Snuc, que até agora só criou problema; e não criou, de fato, proteção ao meio ambiente, porque elas têm sido desviadas na finalidade.

E a segunda alternativa é transformar o embargo em notificação, cancelar o embargo, e fazer notificação para que essas pessoas venham cada uma a apresentar sua situação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

É isso, Presidente. Por favor, com a palavra, pelo tempo que quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Para expor.) – Senador Zequinha, Senadora Margareth, Senador Jaime e demais participantes desta audiência, antes de mais nada, eu queria saudar todos vocês e dizer que é importante que a gente possa sentar à mesa, e debater, e discutir.

Eu acho que nós estamos diante de vários conflitos, vários conflitos – não é um lado só.

Do nosso lado, a gente está buscando combater o desmatamento ilegal. Esses embargos não foram feitos à revelia, esses embargos foram feitos com base em imagens de satélite; esses embargos foram feitos em cima de imagens que demonstravam que essas áreas foram desmatadas.

Nós subtraímos todas as autorizações de supressão de vegetação que estavam no Sinaflor, isso não quer dizer que não existam autorizações que não foram inseridas no Sinaflor, o que é um equívoco de órgãos que podem ser tanto municipais quanto estaduais; mas eu preciso fazer isso porque eu preciso defender o trabalho que a gente faz incansavelmente de combater desmatamento.

Uma grande parte do desmatamento que nós embargamos é desmatamento de reserva legal. "Ah, mas eu não concordo que na Amazônia seja 80%". É a lei, então a gente precisa ter clareza disso.

Como já foi dito aqui por várias pessoas, eu não sou uma pessoa desprovida de preocupações com a sociedade, com cada uma das pessoas que disseram aqui, enfim. A gente tem uma preocupação social muito grande, a gente não quer criar nenhum tumulto social, nenhum problema para as pessoas.

Um grande sonho do Ibama é que as pessoas de fato se regularizem. Uma das coisas mais importantes e que precisa acontecer, e eu acho que é importante a gente debater isso com os estados, é como é que a gente vai fazer a validação dos cadastros rurais.

Eu atendo todo dia no Ibama dezenas de pessoas – e muitos são autuados. Eu atendo pessoalmente os autuados no Ibama, e todo mundo fala que quer ter o seu CAR validado. Eu nunca recebi uma pessoa lá falando que não queria o seu CAR validado. Tem gente que pega e faz um CAR, tem invasor que vai lá e faz um CAR em cima. É desumana a situação que a gente tem hoje.

Então, de fato, a gente precisa valorizar essa situação dos cadastros. A gente precisa, se os estados não têm recursos, ver uma forma de ajudar. O Orçamento é aprovado pelo Congresso. Então a gente precisa priorizar recursos para a validação dos cadastros, para a automatização dessa validação, e aquilo que não passar pela automatização que seja validado manualmente. Mas o cadastro rural é uma ferramenta importantíssima. É ela que vai dizer quem está regular e quem não está regular, e quem não estiver regular que faça o PRA, assuma os seus compromissos e as suas responsabilidades dentro de uma razoabilidade. Então acho que nisso a gente tem um grande desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem nós começamos um diálogo com o Governo do Pará e estamos à disposição para fazer esse mesmo diálogo com outros Governos estaduais. Ontem, com a mediação da Casa Civil, nós fizemos uma reunião com o Governo do Pará. Nós estamos criando um grupo de trabalho e vamos olhar todos os embargos que nós fizemos agora, no último mês, e vamos, junto com o Governo do Pará, olhar caso a caso. Então este é um compromisso que eu quero tornar público aqui: a gente vai fazer uma revisão de todos os embargos.

Para aqueles embargos que foram feitos, senhores, e, de fato, foram desmatadas ilegalmente, notadamente desmatamento de reserva legal, não tem solução mágica. Eu também preciso ser transparente aqui dentro. Não existe solução mágica para problema complexo. A lei não foi respeitada. Agora, tudo que a gente encontrar de falha... Vou dar um exemplo: sobreposição de CAR, que é um problema, sim; falta de atualização de cadastro, enfim, a gente acaba pegando quem não devia. Existe o problema. É o mesmo caso, por exemplo, de uma pessoa que é flagrada em alta velocidade na estrada e o carro já não é mais dela, o carro foi furtado, enfim. A gente pode pensar em inúmeras situações, mas aquele carro, de fato, foi flagrado em alta velocidade na estrada. Então, não existe muita mágica. Ao poder público e notadamente aqui aos órgãos ambientais é proibido prevaricar, é proibido a gente olhar para um problema e dizer "Não, não vamos fazer, porque as pessoas não gostaram da nossa postura".

Em relação à questão do gado, a gente pode discutir uma dilação desse prazo e, durante essa dilação, a gente continuar debatendo essa questão. Então, de fato, não é razoável 30 dias, ainda mais quando a gente está tratando de edital.

Então a gente está à disposição, Senador Zequinha, para discutir...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só um parêntesis, Presidente.

É claro que o embargo é feito pelo CPF do proprietário da terra...

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – Não, não é CPF.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Como é que é agora?

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – O embargo é feito exclusivamente, como manda a lei, da área que foi desmatada ilegalmente. Não é o CPF. Ele fica, obviamente, dentro de um portal de embargos. Tem instituições financeiras que não têm utilizado exclusivamente o portal de embargos. E essa é uma avaliação de cada instituição financeira. Tem instituição financeira que está usando os dados do Prodes, tem instituição financeira utilizando portais da sociedade civil, como o do MapBiomas. Então, o Ibama mantém o seu portal de embargos e os estados também têm os seus portais, porque os estados também embargam, não é apenas o Ibama que faz esses embargos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tá, deixe-me só fazer um comentário rápido aqui do que eu senti lá e acho que tem um certo fundamento.

Por exemplo, a área tem 300ha. O crime ambiental aconteceu em 10ha. Por que a área toda é embargada?

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – Não, não é.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Porque, então, o Ibama não orienta, separa, isola a área embargada, faz o PRA e avança para regularizar e deixa o resto para o cara produzir e trabalhar?

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Não, mas foi isso que eu falei naquela hora.

Por exemplo, em um caso desse aí, quando há o embargo – estou falando de soja –, aceita-se desde que fiquem isolados aqueles 10ha, no caso que o Presidente, o Zequinha falou aí. Aí a pessoa pode vender. A outra área em que cometeu a infração lá fica no embargo, mas não o CPF. Mas o que está acontecendo hoje é o CPF.

Só quero dizer para você, Agostinho – Presidente, já que você falou do Pará –, olha todos os estados do Norte inteiro do Brasil, porque principalmente os nove estados estão com problema, inclusive o Mato Grosso e o Tocantins também; o Mato Grosso e o Maranhão também.

O SR. VINÍCIUS BORBA (Para expor.) – Dr. Rodrigo, o que eu acho que resolveria muitos problemas – e que também foge um pouco da alçada do senhor, porque nós estamos falando aqui de TAC da carne, por exemplo. Hoje, o TAC da carne, em que pese no Decreto nº 6.514, existam três artigos que falam que o embargo limita-se à área do dano, não alcançando as demais áreas da propriedade... Mas quando, Dr. Jair, eu tenho um embargo de 10ha em uma área de 300ha, a minha certidão já fica positiva. Para o banco aquilo já basta para me negar.

Então, qual é o encaminhamento que eu acho que a gente tem que fazer? Primeiro, a pergunta: Presidente Rodrigo, existe uma possibilidade, o Ibama possui essas ferramentas para eu conseguir dentro de, por exemplo, uma quantidade de UA por hectare, liberar aquela propriedade que possui um embargo – e aí a gente tem que trazer o Ministério Público Federal para discutir o TAC da carne e a moratória da soja –, para que ele possa vender x UA da sua área que não possui um embargo? Porque hoje trava tudo, mesmo tendo apenas 10%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que isso é importante? Porque a pessoa continuando, sem ter que fazer as ilegalidades que a D. Pineda falou, consegue se monetizar, ela consegue rodar a vida com mais tranquilidade, para poder cumprir talvez um PRA.

Então, hoje o gargalo grande que nós temos, Dr. Rodrigo Justus, é justamente isso: por mais que o Ibama só vá lá e embargue os 10% da área, a certidão dele ficando positiva trava a vida dele toda – toda! Então, acho que a gente tinha que separar justamente essa área, só que, na prática, a gente precisa de ferramentas para isso.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – Vamos lá.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor.) – Agostinho, só quero esclarecer uma coisa aqui. No primeiro edital que o Ibama fez constava lá o nome da propriedade, o nome da pessoa, a localização e a área que estava sendo embargada.

Nos editais da frente, os atuais, nove, dez editais, diz lá "fazenda tal", o nome, o CPF do cara, mas não diz quanto da área dele está embargada, nem onde fica. Existem mapas ali dentro que você pode olhar e tentar localizar um pelo outro.

Então, na verdade... e outra coisa: eu peguei hoje de manhã dez desses editais, e escolhi aleatoriamente o nome de 20 pessoas ali que estão notificadas pelo edital, e elas não estão na lista de áreas embargadas ainda. Ou seja, na verdade, o que está no edital não está na lista de áreas, só do primeiro edital, e no resto está lá o nome da fazenda dele como um todo.

Então, se lançar esse fulano na tal da lista de áreas embargadas do Ibama, naquela lista lá do *site,* lançado da forma como está, estará 100% embargado.

Então, essa sua ideia da UA, em relação à capacidade produtiva e em relação à área embargada, acho que é bem viável, para se fazer um freio de arrumação, vamos dizer assim. Não que isso vá dar solução definitiva.

Eu concordo que...

Então, veja, hoje os editais estão colocando a fazenda inteira, não é o CPF dele. A propriedade como um todo está lançada, porque não existe quanto da área dele está... Existe um termo de embargo que não fala o nome dessas pessoas e virou uma confusão. Foi essa a nossa queixa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Como é que se explica, digamos, o sequestro do gado?

Esse gado pode estar em outra área, então não precisa ser sequestrado.

Dra. Samanta.

A SRA. SAMANTA PINEDA (Para expor.) – Na verdade, no embargão, Rodrigo Agostinho, no embargão anterior, que é o embargão que tem nas unidades de conservação, é só o polígono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pegou lá cem propriedades, fez um polígono, e disse: "tudo que está aqui dentro está embargado".

Para o produtor, é um caos para saber se ele está lá dentro, porque a propriedade às vezes tem um recorte nesse polígono e tal.

Esse embargão não identificou as pessoas, nem as propriedades, é um embargo de polígono inteiro, e a gente tem um problema no atual Manual de Crédito Rural, que diz que a área que tem o embargo, que qualquer área que tenha embargo não pode ter acesso a crédito. E é diferente do que o próprio Decreto nº 6.514 fala, que o embargo se restringe à área embargada.

Para o Banco Central, para o Manual de Crédito Rural, não. Direto, o embargo vai se fazer, a negativa de crédito vai se fazer, caso aquela área de mil hectares tenha cinco embargados. Então, acho que está faltando, inclusive, uma política clara. Se aparecer uma política clara do Ibama, dizendo "nós vamos regularizar as áreas embargadas, conforme o Decreto nº 6.514 preconiza", que vai ser só a área embargada que vai sofrer o problema, que vai ter realmente alguma restrição – até subsídios para nós discutirmos, o Conselho Monetário Nacional, essa Resolução nº 156, que está em vigência, e que vai afetar todo o acesso do Plano Safra, que vai começar a ser acessado agora –, nós vamos conseguir resolver, se sair de repente um posicionamento do Ibama que vai resolver isso.

A SRA. NELCI RODRIGUES – Samanta, e contribuindo – rapidinho aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Um erro formal que está atrapalhando a vida de todo mundo.

A SRA. NELCI RODRIGUES (Para expor.) – Aquele produtor, Rodrigo, que tem a sua cédula de crédito... Vamos supor que ele fez para pagar em 24 vezes. Se aparecer um polígono, qualquer pedacinho embargado da terra dele, o banco manda uma carta que ele tem que antecipar os pagamentos.

Aí pega o cara desprevenido, como é que ele vai pagar, me fala?

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – Senador Zequinha, só para...

Não é o Ibama que faz o Manual de Crédito.

No último, do Plano Safra, a gente fez...

Não, deixa eu só concluir.

No último...

O que eu passei é o entendimento que a gente tem da leitura fria da lei, que, de fato o que vale é o que está embargado. Esse é o nosso entendimento. Cada instituição financeira está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratando de uma forma. A principal justificativa que elas fazem é que elas não querem assumir o risco. Então, tem uma questão de risco envolvido, inclusive de risco reputacional.

Nós conseguimos um avanço muito grande a partir de uma interlocução do ministério com o Ministério da Agricultura e com as instituições financeiras, que já é um começo, um começo importante, que é a possibilidade de a gente financiar com o Plano Safra a regularização ambiental das propriedades. Eu acho que esse é um passo importantíssimo, que foi pouco divulgado e que é importante que seja divulgado porque, dependendo da situação... Regularização significa muitas coisas, mas, dependendo da situação, isso demanda recurso, e nem sempre as pessoas têm recurso para isso. Então, eu acho que a gente teve um avanço aí, mas eu acho que a gente pode ir além.

Então, eu recebo as sugestões de vocês, vou levá-las à comissão interministerial, que cuida do PPCDAm; eu acho que ela, sim, tem atribuições para isso. No Ibama, eu não cuido de concessão de crédito, com muita sinceridade.

Vou fazer alguns breves comentários também de falas que foram ditas e responder algumas perguntas.

Dos 772 municípios da Amazônia, o nosso foco foi nos municípios prioritários. Então, eu preciso também dizer isto: nós trabalhamos em 23 municípios, isso é mais ou menos 3% da Amazônia.

Do ponto de vista do Pará, a gente detectou desmatamento, no ano passado, em 1% das propriedades, e isso corrobora com o que a Dra. Samanta e o Dr. Rodrigo Justus disseram: é uma menor parte do agro que insiste no desmatamento sem autorização, é uma menor parte do agro, menor mesmo, nós estamos falando de 1% das propriedades do Pará. O Pará tem cadastradas 300 mil propriedades; nós detectamos desmatamento, no ano passado, de 2,7 mil propriedades, isso é menos de 3%. Agora, como a gente avança rumo a uma política pública que a gente ponha fim a esse desmatamento ilegal? Isso cria um problema para mim, cria para o produtor, cria para o estado, cria para todo mundo. Então, a gente precisa avançar rumo a um outro espaço de política pública.

Eu vou levar as sugestões que foram colocadas aqui no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e no âmbito da Comissão. Vamos debater, e eu aceito esse desafio, Senador Jaime, de a gente fazer essa mesma discussão com os outros estados. Por exemplo, no Acre, onde se concentra a maior parte do desmatamento ilegal, hoje ele é em três municípios: Feijó, Sena Madureira e Rio Branco. Três municípios hoje concentram mais de 90% do problema de desmatamento ilegal do Acre.

Então, assim, as realidades são diferentes em cada região. O Amazonas, por exemplo, é o estado que teve a maior alta de taxa de desmatamento, extremamente concentrado, extremamente concentrado numa única região, que é na região do sul do Amazonas, naquela região do Apuí, de Lábrea e de Humaitá. Então, assim, você tem uma coisa muito concentrada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às vezes. Então, talvez a gente tenha que ter também um remédio direcionado para essas regiões e que não seja...

O Ibama vem com o remédio do embargo, mas a gente pode pensar em outras estratégias econômicas, estratégias de incentivo à manutenção de floresta em pé. Então, eu acho que a gente tem um desafio, Senador, e eu não gostaria de esgotar as possibilidades que a gente tem nesta minha fala. Já concluindo, eu acho que a gente pode trabalhar numa perspectiva de continuar esse diálogo. Ontem nós já fizemos com o Estado do Pará, acho que a gente pode pensar nos outros estados. Não é desejável que a gente continue nesse ciclo, mas, continuando o desmatamento, vai continuar tendo embargo. Se a gente não muda essa chave, essa engrenagem, as ferramentas que a gente tem ainda continuam sendo as mesmas. Então, eu acho que a gente pode pensar e debater uma estratégia para agora. O que a gente embargou do ano passado foi infinitamente menor do que os embargos que a gente fez no ano passado e no ano retrasado, porque, no ano passado e no retrasado, a gente tinha um estoque de áreas desmatadas que não tinham sido autuadas e embargadas. Nós estamos falando agora desse embargo, enfim, nós estamos falando de um total de 70 mil hectares para a Amazônia inteira. Então, foi infinitamente menor, inclusive a taxa de desmatamento que a gente teve no ano passado, porque a gente fez ações localizadas nos 23 municípios com maior taxa de desmatamento.

Eu quero colocar, Senador, a minha equipe à disposição para que a gente continue este debate, para que a gente busque soluções em conjunto. Assumi um compromisso, ainda hoje pela manhã, de participar de um debate na CNA, com os produtores rurais na CNA na semana que vem, sobre essa questão dos embargos. A gente está à disposição para discutir.

A princípio, o Ibama não faz embargos dentro de unidades de conservação, o ICMBio é o responsável pelas unidades de conservação, mas eu vou levar o que foi tratado aqui hoje para dentro do... Vou conversar com o Presidente do ICMBio, da mesma forma em relação às operações que foram realizadas de desintrusão em terras indígenas, em que houve decisão judicial nesse sentido.

Em relação ao destino do gado, que foi muito questionado: o gado é destinado sempre para a agência sanitária do estado – no caso do Pará, a Adepará. A informação que a gente tem é que esse gado tem sido destinado para a merenda escolar, com exceção de gado de vacas prenhas, de bezerros. Esses animais não vão para o abate, mas os animais adultos são encaminhados, no caso do Pará, para a merenda escolar do estado do Pará, e, em outros estados, para programas como o Mesa Brasil.

Eu vi que muita gente tem dúvida em relação a isso. A gente está à disposição para fornecer as informações inclusive por escrito. Então, tem a Lei de Acesso à Informação, pode pedir as informações, mas, como eu disse, a gente faz a destinação para a agência sanitária do estado, e cada estado tem a sua. Enfim, no caso do Pará, é a Adepará, essa é a forma. O Ibama não fica como depositário dos animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para fins de transparência, é lavrado um termo de apreensão sempre que é feita a apreensão, são lavrados termos específicos para cada destinação. A gente tem cópia de todos esses termos, isso está à disposição de quem quer que seja. Só para fins de transparência, para que ninguém pense que a gente sai doando esses animais para quem quer que seja, enfim. Existe um trâmite, além da preocupação com a saúde animal, a gente tem uma preocupação muito grande porque o Brasil tem conquistado mercados internacionais de carne justamente por ter as guias de transporte desses animais sendo mantidas com bastante rigidez, com bastante controle.

Então, era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, só um pouquinho.

Eu tenho um caso, porque são agricultores familiares, são muito pobres, muito carentes. Eu estive na reunião em Mojuí dos Campos, do Prefeito Jailson, que queria muito que estivesse aqui, um embargo coletivo na área chamada área da Ulbra, que era uma faculdade, depois se devolveu para o Incra e o Incra colocou essas famílias. São 150 famílias embargadas em toda aquela área, um embargo coletivo, saiu em nome da Igreja Luterana do Brasil o embargo. Essa igreja foi embora faz tempo, não tem mais nada a ver com aquela realidade lá.

Então, como é que se faz um embargo coletivo se o embargo é destinado a um determinado espaço de episódio ali, não é? Aí eu embargo 150 pessoas. Então, eu acho que tem algum erro formal na execução disso. É importante que a gente reveja rápido isso.

Se V. Sa. nos garantir que isso vai ser revisto, vamos... Senão nós temos que agir de outra forma, porque a turma está desesperada. Tem algum procedimento sendo feito de forma equivocada com relação a isso, senão não estaria dando o barulho, a zoada, o problema que está dando.

Como é que eu tomo o gado de um fazendeiro se a área dele que foi embargada é do tamanho desta sala e a fazenda dele é mil salas dessas? Acho que o procedimento aí tem que ser retomado. Esse negócio do satélite é bom? É. Economiza? Sim, mas não funciona na prática, não dá fidelidade ao processo, porque é preciso ter transparência.

Depois, como já foi dito e todo mundo sabe, esse negócio da sustentabilidade é um tripé. Como é que eu embargo, mato, acabo com a vida de uma pessoa? Cadê o social, cadê o econômico? Está precisando a gente refletir um pouco mais sobre essas ações no atacado. No varejo, vai lá, notifica o cara: cometeu um crime ali, ali, ali, ali, está certo? "Explica em x dias porque o teu caminho é o embargo". Ótimo! O cara está sabendo porque está sendo embargado, o lugar onde ele cometeu o crime e vai saber porque aquilo vai estar acontecendo. Clareza, competência, piloto automático, é isso o que nós queremos.

Agora, como é que eu embargo coletivamente? Samanta falou: é um polígono, uma área grande, aí embarga todo mundo que está dentro... Não existe possibilidade de isso dar certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – Senador, não é divergindo do entendimento, apenas só para esclarecer: o embargo é exatamente a área que foi desmantada. Você pode ter muitas glebas no mesmo edital para não ficar publicando 500 editais, 600 editais, mas é exatamente a área.

Esse caso específico que V. Exa. trouxe da Ulbra, eu me comprometo a gente já olhar, levantar imediatamente, com a minha equipe, olhar isso imediatamente. Qualquer outro caso a gente vai olhar. Como eu disse, nós vamos olhar cada um junto com os órgãos estaduais.

É recente a decisão do Supremo de que são válidas exclusivamente as licenças publicadas no Sinaflor; então, de fato pode ser que existam licenças e autorizações de que a gente não tem conhecimento. Isso é um problema para sociedade. Então, caso alguém tenha licença ou autorização para o desmatamento, será levado em consideração, sim.

Tem situações de propriedades que, de fato, tiveram irregularidades antes de 2008, mas tem propriedades que tiveram esse problema, foram regularizadas e continuaram desmatando depois de 2008, então...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Aqui ocorre na mesma área. Foi dito aqui que o embargo é na mesma área três vezes, não foi isso?

Como é que eu embargo...

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – A área foi regularizada, a área passou a ter um uso alternativo do solo, e a área foi abandonada, às vezes, por uma década. Essa área se regenera. Teve um desmatamento novo? Ela acaba sendo atuada novamente. O Código Florestal fala em cinco anos como pousio.

Então, eu acho que a gente precisa olhar caso a caso. Existe uma infinidade de situações diferentes. Mas eu quero me colocar à disposição aqui. Eu vou sentar com a CNA para a gente discutir estratégias, me coloco à disposição para colocar a minha equipe para discutir com a equipe da Comissão também situações, estratégias, vou levar essas situações para dentro da comissão do PPCDAm e vamos debater com os estados. Eu acho que tem uma parcela muito grande, o trabalho nosso com os estados precisa andar *pari passu*. Por quê? Quem faz a regularização das propriedades são os estados, não é o Ibama. Quem faz a validação dos cadastros rurais, que é importantíssimo, são os estados. Com a pessoa fazendo a regularização da propriedade junto ao estado, imediatamente a gente tem a obrigação de cessar o embargo, se é numa área passível de regularização.

Então, eu acho que a gente tem esse desafio de como vencer isso. A maior parte dos estados demorou muito para entender a importância e a relevância do CAR, e é uma das grandes soluções que a gente teve para passar o Brasil a limpo na edição da última revisão do Código Florestal, da Lei de Proteção da Vegetação Nativa do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, eu acho que a gente não esgota aqui porque, como a gente fala, o desafio é muito maior do que tudo isso, mas eu acho que foi muito válida esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Samanta, você ainda quer perguntar alguma coisa? (*Pausa.*)

Não? Encerrou?

Bom, de hoje a 14...

Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dois minutinhos.

Só quero fazer uma complementação dizendo para vocês que, finalmente, o rastreamento do gado vai vir em 2026, já está à porta. Se não se resolver essa situação, vai liquidar... Essa situação encerra definitivamente aí se vai ser cumprido a partir de 2026.

Agostinho, norma de queimadas, como foi colocada aqui, acho que pelo Bruno... Não deixa queimar essas propriedades dessas pessoas que estão hoje em algumas áreas em que foi feito assentamento, chega lá e queima a propriedade, inclusive a sede dessa família lá. Vocês já imaginaram como é a desproporção entre o campo e a cidade? Vocês já imaginaram se fossem tocar fogo em todos os loteamentos das cidades que são ilegais, sem nenhuma infraestrutura, sem documentos, sem rede fluvial, sem rede de esgoto, sem nada, que não estão nem com energia elétrica, nada, 100% clandestinos? Tira 25, 30 milhões, não sei quantos milhões de pessoas vai tirar disso aí.

Então, não pode haver uma disparidade tão grande como está hoje entre o homem do campo e o homem da cidade. Não pode estar acontecendo isso aí, porque é, assim, um social, é o social e econômico.

E, para finalizar, quero falar para vocês: Basa, R$14 bilhões de crédito. O Basa vai ser chamado. Eu vou conversar com o Basa. Está havendo uma distorção muito grande dentro do Basa. Nós temos R$14 bilhões para o FNO, para os sete estados da Amazônia Legal. Vai emprestar para quem? É para fazer o social, não é para dar dinheiro para o Jaime Bagattoli, não é para dar dinheiro para médio, para grande... Pode até dar para o médio e para o grande, mas era para fazer o social. Ele chega lá e não pode fazer o social mais em lugar nenhum justamente por essa situação.

Então, a situação é muito triste para a nossa Região Norte, e nós precisamos resolver essa situação, mas precisamos resolver dentro do ano de 2025. O ano de 2026 está aí. Se não resolver, só vai se agravar essa situação.

Obrigado.

A SRA. SAMANTA PINEDA – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente...

Oi, doutora.

A SRA. SAMANTA PINEDA (Para expor.) – Tudo bem?

Boa tarde!

Eu gostaria só de complementar para o Presidente do Ibama, Rodrigo, a respeito da publicidade e disponibilização desses polígonos de embargo, especificamente dos Municípios de Altamira e Novo Progresso. É porque, se a gente for puxar hoje... Eu tenho vários casos e cada caso é um caso. Mais recente, no caso de hoje, eu estive acesso a um cliente que a gente puxa na certidão de embargo do Ibama e não consta nada, ele não tem nenhum embargo, mas o nome dele está na lista. E quando a gente vai puxar pelo Pandia, não só eu, enquanto advogada ambiental, como os engenheiros florestais e agrônomos, estamos tendo dificuldade de plotar e localizar o polígono embargado desses editais recentes, ou seja, já de 2025, dos processos de origem finais 2025-62 e 2025-85. No processo não consta essa individualização das condutas, dos embargos, dos danos, e eles estão tendo dificuldade de acessar o Pandia.

Então, assim, a respeito desse tempo, da publicidade e da disponibilização – e aqui não foi falado ainda sobre eles –, mas o produtor não está tendo acesso, mesmo buscando advogado, mesmo buscando uma equipe técnica. Alguns produtores já tiveram acesso e tiveram conhecimento, porque está sendo difícil até para os próprios profissionais. Existe alguma possibilidade de tornar mais fácil esse acesso ou de disponibilizarem uma lista exatamente com os polígonos embargados? É porque é uma questão que está trazendo não só desespero para os produtores rurais, mas preocupação para os próprios profissionais.

Só a fim de complementar, Presidente, infelizmente nós temos sim... O senhor mencionou, reafirmou que são só desmates de 2024, mas já tenho caso no escritório que não são só desmates de 2024. Tenho casos de clientes que esses polígonos novos estão em área de mata, já em processo de regeneração por conta do fogo, de incêndios criminosos iniciados fora do imóvel rural dele. Então, assim, nós temos diversas situações, e eu acredito que, com a reavaliação, que o senhor se comprometeu a fazer junto com o Governo do estado, nós teremos uma grande remissão nesses casos desses embargos. Vai ter uma diminuição considerável.

Somente quero reiterar a respeito da publicidade e disponibilização de acesso ao produtor rural. O senhor teria alguma solução para facilitar?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

A SRA. SAMANTA PINEDA – Obrigada.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Para expor.) – Não, é só para dizer que, se ainda não foram disponibilizados todos os polígonos, eu assumo esse compromisso de a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilizar nos próximos dias. No edital já consta o número do processo que pode ser acessado via CEI. Então, a gente está disponibilizando para todos o acesso ao processo.

Apesar do que foi dito, nós estamos falando do embargo que é uma medida cautelar. Então, para essas pessoas não foi ainda lavrado o auto de infração. Mas mesmo a elas é garantido, sim, o contraditório. As pessoas podem juntar no processo, a qualquer momento, uma autorização, alguma informação ou mesmo atualização de cadastro, por exemplo. Para que a gente embargasse a Igreja Luterana, muito provavelmente o cadastro rural ainda está no nome da Igreja Luterana.

muito provavelmente o cadastro rural ainda está em nome da Igreja Luterana. Então, às vezes a gente incorre em erro por conta da desatualização dos cadastros.

Coloco-me à disposição para que a gente possa olhar e individualizar cada um desses embargos, enfim, que a gente possa caminhar em busca de uma solução.

A SRA. GABRIELA PAVANELLI DE CARVALHO (Para expor.) – Mas a preocupação do produtor, Presidente Rodrigo, é a respeito do prazo.

Existe um embargo, muito embora ele ainda não tenha sido autuado. Existe esse embargo e no edital consta claramente que ele poderá sofrer a sanção de apreensão e demais sanções.

Então, mesmo que não tenha sido individualizado esse auto de infração para ele, agora, fim do mês, pode vir uma operação de fiscalização e o gado dele pode ser apreendido, segundo consta na deliberação do edital.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – Sim, e por isso que nós estamos discutindo junto com o Governo do Pará uma dilação desse prazo para que a gente possa fazer a revisão de todos os polígonos e verificar se de fato tem alguém ali que tinha autorização.

Então, nós estamos à disposição para poder... Qualquer produtor também pode pedir a dilação de prazo, a gente tem concedido no Brasil inteiro, antes, inclusive, desses embargos.

A gente... Apesar de praxe ser a retirada imediata, enfim, ser um prazo curto, a gente aceita dilação de prazo. A gente também... A gente conhece a realidade da Amazônia. Às vezes para eu conseguir me deslocar dentro da Amazônia, eu sei a dificuldade que é, então, não é problema isso, qualquer pedido de dilação de prazo em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quem seria o membro da equipe do senhor? (*Pausa.*)

Presidente, quem seria, digamos, a pessoa que lidera a sua equipe quando a gente precisar conversar sobre os temas?

O senhor falou: "A minha equipe está à disposição para conversar."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – A gente pode deixar como ponto focal a assessoria parlamentar do Ibama...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Gaspar...

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – ... o Dr. João que está ali, mas eu me coloco pessoalmente à disposição para ajudar nessa interação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem.

O senhor se recorda quem do Governo do Estado está coordenando o grupo lá para a gente fazer uma...

O SR. RODRIGO AGOSTINHO – É o Secretário de Meio Ambiente do Estado, o Dr. Raul Protásio, ele mesmo esteve na audiência ontem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O José Raul, não é? (*Pausa.*)

Maravilha.

O SR. VINÍCIUS BORBA (Para expor.) – Senador, só um fecho de um minuto.

Presidente Rodrigo, agradeço, para mim o resultado da reunião, as palavras do senhor, os compromissos do senhor, valeu a pena cada quilômetro que eu rodei do Pará até aqui.

É muito interessante, é muito importante deixar o seguinte, que em nome de pelo menos dos produtores que eu represento, eu dou um voto de confiança ao senhor. Eu confio que o senhor vai cumprir o que foi prometido aqui hoje. A CNA também confia no que vai ser feito, mas não entendam que a gente está, Dr. Jair, tentando tensionar uma corda que já está quase para arrebentar.

Então, nós saímos lá da Amazônia, viemos até aqui buscar o diálogo, mas também como bons amazônidas – e é importante que o Brasil saiba disso –, como bons amazônidas forjados na dificuldade, no abandono, nós não aceitaremos arbitrariedades. Nós não podemos, Senador!

Então, nós estamos aqui dando um passo atrás, reconhecendo os nossos erros e pedindo que realmente esse compromisso seja cumprido.

Estamos à disposição, em nome pelo menos dos produtores rurais que eu represento, Rodrigo, Aprosoja e tantos outros aqui.

Eu vejo hoje, nesta reunião, que eu não estou errado em muitas vezes não criticá-lo. Muitas vezes eu sou cobrado lá por não ter um posicionamento mais ferrenho contra V. Exa. Eu critico os que estão lá, porque destoa da postura do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, o que a gente pede é que, nesse espírito democrático que o senhor sempre prega, seja feita uma reciclagem daqueles fiscais que estão indo a campo, para que a gente mitigue essas discussões.

Eu espero que esta mesa de diálogo seja permanente e, pelo menos, finalizo aqui, em meu nome e em nome dos produtores que eu represento, agradecendo.

Volto para casa muito satisfeito com as palavras do senhor e o senhor tem o meu voto de confiança, eu confio que o senhor vai encabeçar essa solução para que esse seja um marco histórico positivo em sua gestão.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Para expor.) – Eu também preciso fazer um comentário final dizendo o seguinte, aqui a gente tem instituições representativas que representam grande parte dos produtores rurais, não só do Pará como de outros estados, mas, por favor, orientem todos.

Precisa fazer uma supressão de vegetação, solicitem autorização do órgão ambiental do estado. Se for o caso, é possível discutir com os órgãos estaduais melhorias e avanços para que o pequeno também possa ter acesso a isso, acesso à assistência técnica. Não esperem que o Ibama vá ser condescendente com o desmatamento ilegal, não seremos.

Eu preciso também deixar muito claro, a gente precisa que o Brasil seja passado a limpo, que seja um país de legalidade, o agro precisa. Como eu disse aqui, é extremamente minoritário o número de propriedades que estão desmatando sem autorização, é minoritário, mas elas estão sendo flagradas pela imagem de satélite.

Então, a gente precisa que essas pessoas sejam orientadas de como fazer, de como procurar o órgão estadual, de solicitar autorização, de fazer atualização do seu cadastro rural e que os estados também façam a validação desses cadastros.

Muito obrigado, Senador Zequinha, também vou precisar encerrar porque eu tenho muita gente esperando lá na instituição.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Agradeço a presença de todas as Sras. e Srs. Senadores, dos nossos convidados, da imprensa, assessores, de todos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião está encerrada.

(*Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Fernando Farias, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Wilder Morais, Izalci Lucas, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Paulo Paim, Augusta Brito, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Confúcio Moura e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei n° 320, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a securitização das dívidas de produtores rurais cujos empreendimentos tenham sido impactados por eventos climáticos adversos a partir de 2021 e dá outras providências." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Hamilton Mourão. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T do Senador Zequinha Marinho. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-T-CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2159, de 2021 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Tereza Cristina. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 24 (vinte e quatro) Emendas que apresenta; pela aprovação das Emendas 10-Plen, 104, 114, 119, 120 e 121; pelo acolhimento, na forma das emendas da Relatora, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 55 (na forma da Emenda nº 10-Plen), 82, 83, 84, 85 e 86; pela rejeição das demais Emendas. Resultado: Aprovados o Relatório e o Complemento de Voto da Senadora Tereza Cristina que passa a constituir o Parecer da Comissão. Aprovado minuta de Requerimento de Urgência a ser apresentado perante o Plenário do Senado Federal. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 24, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 25, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Carlos Henrique Baqueta Fávaro, Ministro da Agricultura e Pecuária do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações referentes à gripe aviária no País." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra: a Senadora Tereza Cristina e os Senadores Luis Carlos Heinze, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Alan Rick, Jaime Bagattoli, Confúcio Moura, e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposições conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 320, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a securitização das dívidas de produtores rurais cujos empreendimentos tenham sido impactados por eventos climáticos adversos a partir de 2021 e dá outras providências.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T do Senador Zequinha Marinho.

Observações:

- Em 31.03.2025, o Senador Zequinha Marinho apresentou a Emenda 1-T.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Relatoria: Senador Hamilton Mourão, do Republicanos, também do Rio Grande.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir leitura do seu relatório, análise e voto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde, Senadora Tereza, Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos acompanham.

Esse projeto de lei do Senador Luis Carlos Heinze é extremamente importante para o Estado do Rio Grande do Sul.

Nos últimos seis anos, o Estado do Rio Grande do Sul passou por quatro secas e duas enchentes. Praticamente, houve a perda de um PIB equivalente ao Estado da Bahia. Os prejuízos recorrentes dos nossos agricultores se tornaram praticamente impagáveis. Daí, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solução apresentada pelo Senador Heinze desse projeto de securitização da dívida desses agricultores, de modo que eles tenham condições de voltar a produzir e, consequentemente, de pagar essa dívida.

O projeto de lei tem 15 artigos.

Destaco que ele vai ainda para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde será efetivamente debatida a questão dos recursos a serem empregados nessa securitização.

Quero enfatizar também que, nessa questão de mudança climática, o Rio Grande do Sul é um estado que foi devidamente impactado, daí a necessidade dessa ação de securitização, que passa obviamente por uma decisão política do Governo Federal.

Esse projeto tem prazos alongados e juros diferenciados, com a amortização das dívidas em até 20 anos, com dois anos de carência e taxas anuais variáveis de 1% a 3%, conforme o porte dos produtores; inclusão de operações judicializadas, o que garantirá a redução de litígios; bônus de adimplência, para incentivar o pagamento pontual; mecanismo automático de prorrogação de parcelas; manutenção do acesso ao crédito rural para os aderentes à securitização; proposta da criação de um Fundo Garantidor para a Securitização das Dívidas Rurais; contribuição de 0,2% da produção para esse fundo; criação de uma linha especial de crédito pelo BNDES, com taxa de juros de até 5% ao ano, voltada para recuperação do solo e programas de irrigação; exclusão das parcelas indenizadas pelo Proagro, garantindo que apenas os prejuízos não cobertos pelo programa sejam objeto da renegociação; fiscalização rigorosa da execução do Programa pelo Banco Central do Brasil e pelo Tribunal de Contas da União.

A Emenda nº 1-T, de V. Exa., Senador Zequinha Marinho, propôs a inclusão das empresas cerealistas na securitização veiculada no PL. Assim, entendemos pertinente a fundamentação da emenda, que procura atender o setor cerealista, responsável por parcela significativa do desenvolvimento econômico do agronegócio brasileiro e que teve seus negócios igualmente impactados negativamente pelas adversidades das mudanças climáticas.

Como ressaltou V. Exa., em 2024, o país produziu 292,7 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, e apresenta uma estimativa para este ano de 314,8 milhões de toneladas, sendo que a produção de arroz, milho e soja no Rio Grande do Sul representa 92,1%. E, de fato, o estado foi o mais afetado pelos eventos climáticos.

Em razão da justiça social e econômica da medida, entendemos pertinente a aprovação da Emenda nº 1-T.

Ante as relevantes medidas propostas para combater o endividamento do setor agropecuário, entendemos que a iniciativa do Senador Luis Carlos Heinze se mostra extremamente relevante e oportuna, não só para aliviar a situação daqueles produtores rurais que foram dragados à situação de inadimplência em decorrência dos efeitos climáticos extremos no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul, mas também – e igualmente importante – para prever mecanismos para enfrentar as mudanças climáticas, que estão, cada vez mais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provocando prejuízos, danos e impactos aos setores produtivos e à economia do Brasil como um todo.

Assim, Senador Zequinha, não adiantam mais medidas paliativas de prorrogação. Essa questão da securitização é um processo que, obviamente, passa pelo Governo Federal. Nós temos tido conversa com o Ministério da Fazenda, com o Ministério da Agricultura, sabemos que ainda existem acordos que têm que ser efetivados, mas um primeiro passo tem que ser dado por nossa Comissão.

Por isso, eu peço aos nossos pares, aqui, a aprovação do PL nº 320, de 2025, com o acatamento da Emenda nº 1-T.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Hamilton.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Senador tchê, Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

A Senadora Tereza também está inscrita.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com a palavra a Senadora Tereza Cristina, para debater a matéria.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Zequinha Marinho.

Eu quero me solidarizar com o Senador Heinze e com o Senador Mourão e dizer que a matéria para o Rio Grande do Sul é muito apropriada.

O Rio Grande do Sul passou... Há quatro anos que o Rio Grande do Sul só tem problemas. Infelizmente, agora temos também a gripe aviária acontecendo lá naquele estado, que prejudica o comércio, enfim, a renda, o estado e os produtores rurais.

Então, eu acho que essa securitização proposta, Senador Heinze e Senador Mourão, é apropriada, devemos votá-la aqui, e o Governo Federal deve agilizar, porque muitos produtores ficaram fora da produção e não vão poder cumprir com seus compromissos.

A securitização não é perdoar a dívida, é um alongamento maior do que hoje o manual de crédito rural permite, mas aí essas pessoas conseguem voltar à sua atividade, voltar a trabalhar, produzir e ter renda.

Então, parabéns pela iniciativa.

Com certeza o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A matéria continua em discussão.

Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, é apenas para contextualizar.

Quero cumprimentar o Senador Mourão pelo relatório e dizer da necessidade... Temos aqui o Prefeito da cidade de São Vicente do Sul, município que perdeu, neste ano, Senadora Tereza, R$127 milhões – os produtores perderam e o município também perdeu.

No Rio Grande do Sul, se nós pegarmos quatro estiagens, Senador Confúcio, mais uma enchente do ano passado, os produtores perderam R$140 bilhões, R$150 bilhões; se pegar agricultura, comércio, serviço e indústria, dá R$450 bilhões que o estado perdeu. Conforme o nosso Relator colocou aqui, é o PIB do Estado da Bahia, para ver a importância do que representa para nós o Rio Grande do Sul.

E uma questão importante nessa negociação é que nós precisamos... Agradecemos aqui ao Ministro Haddad, Ministro Fávaro, Ministro Paulo Teixeira, do MDA, que já estão nos ajudando nas negociações. E aguardamos ansiosamente para esta semana...

O Prefeito Fernando até nos colocava agora, neste momento, que os produtores estão angustiados porque estão sendo pressionados, Tereza, pelos bancos de fábrica, pelo próprio Banco do Brasil, Sicredi e demais bancos, para que possam fazer a negociação. As contas venceram já em abril e outras estão vencendo agora no mês de maio. Então nós precisamos resolver esse impasse.

Agora um detalhe importante, Sr. Presidente: além da securitização, nós também já temos um assunto sobre irrigação.

E aqui, Presidente Zequinha, eu apresentei o Projeto 1.282– a Senadora Tereza conhece esse projeto –, apenas para mostrar que, quando nós discutimos hoje, Senador Confúcio e Senadora Tereza, o projeto de licenciamento ambiental, esse nosso projeto vem ao encontro. Armazenamos água que sobra no inverno, a qual evita enchentes. E mais: nós temos um processo de compensação da área, para nós podemos fazer em todo o Brasil, Tereza, a questão das áreas de APP. De 0 a 2 módulos, o produtor não compensa nada, o pequeno produtor da área de 20, 30, 40 hectares, mas, de 2 a 4 módulos, ele vai compensar a APP dele em uma vez: se tirou 2 hectares, vai fazer 2 hectares de compensação; se tivermos de 4 a 15 hectares, duas vezes de 2 hectares, vão ser 4 hectares de compensação; de 15 a 25, três vezes a compensação. Então tem um processo de compensação. Então, nesse processo, Senadora Tereza e Senador Confúcio, que foi discutido hoje sobre o licenciamento ambiental, aqui está o modelo que nós podemos implementar. Resolve o impasse de armazenar água e fazer irrigação.

Apresentei, Senador Zequinha, em Giruá, recentemente, em 12 municípios das Missões e nos 11 municípios da região de Santa Rosa, no noroeste do estado... Apresentamos 1.715 açudes, Senadora Tereza, que irrigam 104 mil hectares, açudes baratos. Já estamos agora trabalhando como fazer as obras. Esses 1.715 açudes foram demarcados onde tem condições de armazenar água e fazer irrigação, Senador Jayme Campos, V. Exa. que também é produtor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rural, e Bagattoli, de Rondônia, que também é produtor rural. Aí são soluções que nós estamos buscando. Não é só a renegociação de dívidas e securitização, essa é uma parte, e a outra parte é armazenar água e fazer irrigação.

Aqui nós temos água suficiente que sobra no inverno e falta no verão. Aqui nós estamos dando destino também, na segunda etapa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Quero colocar o relatório em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda 1T-CRA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Quero agradecer aqui ao Senador Luis Carlos Heinze, autor, e ao Senador Hamilton Mourão e cumprimentá-lo pelo belo relatório.

Obrigado. Parabéns.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2159, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 24 (vinte e quatro) Emendas que apresenta;

- Pela aprovação da Emenda nº 10-Plen;

- Pelo acolhimento, na forma das emendas da Relatora, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 55 (na forma da Emenda nº 10-Plen), 82, 83, 84, 85 e 86;

- Pela rejeição das demais Emendas.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 07.05.2025, lido o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

- Matéria com despacho simultâneo CRA-CMA.

- Em 02.09.2021, 16.09.2021, 19.11.2021 e 31.05.2023, foram realizadas Audiências Públicas para instruir o Projeto.

- Perante o Plenário foram apresentadas as Emendas 1-Plen a 10-Plen.

- Perante a Comissão de Meio Ambiente foram apresentadas as Emendas 11 a 46, 48 a 54, 56 a 79, 81, 87 a 91, 95 a 103, 105 a 118.

- Perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária foram apresentadas as Emendas 47, 55, 80, 82 a 86, 92 a 94, 104, 114, 115, 119 a 121.

Estabelece normas gerais para licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetivo ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação ao meio ambiente.

Autoria: Deputado Federal Luciano Zica, do PT, de São Paulo.

Relatoria na CRA: Senadora Tereza Cristina, do PP, do Mato Grosso do Sul.

A votação será simbólica.

Simbólica nesta data, não é isso? (*Pausa.*)

Nesta data, a Senadora Tereza Cristina apresenta completamente seu voto. Aliás, o complemento de voto.

Encerrou aqui? (*Pausa.*)

Concedo a palavra... (*Pausa.*)

Concluiu os embargos auriculares aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Zequinha Marinho.

Já li na semana retrasada o relatório. Foi lido hoje pela manhã o relatório, já com algumas emendas que foram acatadas na Comissão de Meio Ambiente, e aqui eu vou fazer a minha complementação de voto ao relatório apresentado do PL 2.159, de 2021.

Próximo ao início da 10ª Reunião, Extraordinária, em que foi lido nosso relatório, o Senador Styvenson Valentim apresentou as Emendas nºs 92 e 93, e, em 13/5/2025, o Senador Alan Rick apresentou a Emenda nº 94.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 92 pretende que a futura lei seja aplicada às atividades do setor de petróleo, gás e energia, o que já se encontra contemplado conforme risco e grau do potencial poluidor dessas atividades.

A Emenda nº 93 tem como objetivo abolir a modalidade culposa do crime tipificado no art. 67 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais – LCA), relativo à concessão, por funcionário público, de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do poder público. A abolição dessa modalidade penal já se encontra contemplada com a redação do art. 60 do PL, que revoga o parágrafo único do citado artigo.

A Emenda nº 94 pretende alterar o art. 50 para inserir a possibilidade de contemplação de "evento natural" – entre aspas – alternativamente a desastre para dispensa de licenciamento prévio, bem como inclui exemplos da aplicação das exceções ao referido licenciamento prévio. No entanto, pela dicção do artigo atual, um desastre já incluiria o evento natural repentino, de causas não antrópicas, que causasse destruição generalizada, perda de vidas e impacto econômico, social e ambiental.

Na noite ontem, 19/05/2025, e nesta manhã, 20/5/2025, foram recebidas mais Emendas: nºs 104 e 114, do Senador Jayme Campos; nº 115, do Senador Luis Carlos Heinze, e nºs 119 a 125, do Senador Mecias de Jesus.

A Emenda nº 104 pretende revogar dispositivo da Lei da Mata Atlântica que prevê anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para autorizações de supressão de vegetação de competência dos estados, e dos estados para autorizações de supressão de vegetação de competência municipal.

Esse dispositivo contraria as competências estabelecidas pela Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que é posterior à Lei da Mata Atlântica.

Para afastar potenciais confusões a respeito da aplicação do dispositivo, convém revogá-lo, motivo que nos leva a aprovar a emenda.

A Emenda nº 114 especifica que a licença ambiental a ser solicitada pelos financiadores e contratantes com empreendimentos para se eximirem de responsabilidade subsidiária por danos ambientais deve ser emitida por autoridade licenciadora do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). A emenda traz precisão ao texto normativo e, portanto, merece ser aprovada.

A Emenda nº 115 propõe alterações em diversos dispositivos sem que haja relação de correlação entre elas, o que contraria o disposto no art. 230, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, motivo que nos leva a rejeitá-la.

Mediante inclusão de novo artigo no projeto, a Emenda nº 119 institui critérios de conciliação em caso de atuação supletiva ou de exercício de competência concorrente por ente federativo sobre empreendimento ou atividade regularmente licenciada por autoridade licenciadora competente de outro ente federativo. O novo dispositivo impede a anulação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspensão ou restrição da licença nesses casos sem a prévia observação do processo legal e do cumprimento das condições que estabelece. Entendemos que a emenda confere segurança jurídica ao licenciamento ambiental e, portanto, a aprovamos.

As Emendas nºs 122 e 124 propõem que o licenciamento ambiental de empreendimentos localizados na Região Norte do país, especialmente nas áreas com mais de 60% – 50% no caso da Emenda nº 124 – do seu território ocupado por unidades de conservação, terras indígenas, florestas públicas ou outras formas de proteção ambiental, terá prioridade de análise pelos órgãos licenciadores, como medida de equidade regional e de redução das desigualdades de acesso ao desenvolvimento, observadas as disposições legais e regulamentares. Na qualidade de lei geral do licenciamento, não é recomendável a distinção entre regiões do país.

A Emenda nº 125 tem objetivo similar às Emendas nºs 122 e 124, mas propõe alterar o art. 1º do PL. Pelas mesmas razões já apresentadas, não pode ser acatada.

A Emenda nº 123 pretende que as atividades de que trata o art. 10 do PL, como saneamento básico, tenham procedimentos simplificados e prioridade na análise para emissão de licenciamento ambiental e ocorram em casos excepcionais. O detalhamento da emenda já se encontra no espírito e no corpo do art. 10 do projeto, sendo despiciendo o seu maior detalhamento normativo.

Ademais, essas emendas não foram analisadas na Comissão de Meio Ambiente, o que representaria uma quebra de isonomia com o Relator daquele Colegiado.

Por fim, as Emendas nºs 120 e 121 pretendem conferir prioridade para os projetos relacionados à segurança energética nacional e autorizar que as atividades ou os empreendimentos de saneamento básico sejam objeto de licença ambiental por adesão e compromisso (LAC), nos termos dos arts. 10 e 11 do projeto de lei, respectivamente. São aprimoramentos que podem contribuir para a segurança energética nacional e para a expansão do saneamento no país.

A aprovação da Emenda nº 121 é de fundamental importância para cumprimento das metas de universalização dos serviços de distribuição de água potável e de afastamento e tratamento de esgotos, conforme estabelecido pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com as alterações introduzidas pela Lei 14.026, de 15 de julho de 2020, que instituiu o novo marco legal do saneamento básico no Brasil.

No caso da Emenda nº 121, esclarecemos que a aprovamos sem a exclusão de – entre aspas – "serviços e obras direcionados à ampliação de dragagens de manutenção" – fecho aspas –, previstos na nossa emenda de Relatora.

Dessarte, considerando, por um lado, que o atual texto do PL nº 2.159, de 2023, representa fruto de um amadurecido debate acerca da regulamentação do licenciamento ambiental no Brasil, após a construção de um relatório comum com o Senador Confúcio Moura, da Comissão de Meio Ambiente, que dirimiu cerca de 90 divergências iniciais; e, por outra parte, observando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a reabertura da discussão pode atrasar em demasiado a aprovação desse novo marco regulatório, que já tramita no Parlamento há cerca de 25 anos e representa mecanismo essencial para destravar importantes obras estratégicas para o desenvolvimento do Brasil, opinamos pela aprovação das Emendas nºs 104, 114, 119, 120 e 121 e pela rejeição das Emendas nºs 92 a 94, 115, 122 a 125 ao PL nº 2.159, de 2021.

Era essa a complementação de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senadora.

Lida a complementação de voto da Sra. Relatora, quero colocar a matéria em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Com a preferência, Senador Confúcio, por favor.

V. Exa. primeiro.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Não, não. De jeito nenhum.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É também Relator da matéria na CMA e V. Exa., como mais velho, tem direito até pelo Estatuto do Idoso, por favor. (*Risos.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Se for pelo fator idade, eu vou aceitar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pronto. Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discutir.) – É a idade, né? É o preço.

Muito bem. Acabamos de ouvir a leitura do relatório do licenciamento ambiental, feito pela Senadora Tereza Cristina, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Esse projeto vem rolando aqui na Casa há muitos anos e, nesses últimos seis meses, a Senadora Tereza e eu resolvemos partir para o entendimento, lendo, as equipes trabalhando, a Consultoria nos ajudando, até nós configurarmos alguma coisa de licenciamento possível de ser votada em Plenário, porque antes, anteriormente, era impossível levar dois relatórios divergentes para o Plenário.

O tema é, por natureza, bem polêmico, mas a gente precisava fazer um fechamento, não é? Nós fomos estudando, e a Senadora Tereza, como ela é, por natureza, uma pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociadora, foi cedendo espaço; da nossa parte estávamos mais intransigentes, fomos cedendo, até nós configurarmos esse relatório padrão nas duas Comissões.

Então eu quero agradecer à Senadora Tereza e parabenizá-la pela sua paciência, pelo seu alto nível de entendimento e de negociação, para que a gente pudesse chegar a esse termo.

Nós não estamos aqui desafiando ninguém. Essa proposta nossa de relatórios em comum foi o que foi possível para destravar um projeto que tramita há 22 anos nas duas Casas. Ele era realmente um projeto que estava desafiando a paciência dos Congressistas. Então nós dois, de bom termo, chegamos a esse entendimento.

Eu quero, assim, deixar bem claro que nós não estamos aqui ofendendo nenhum partido, nenhum governo, nenhum ministério, pelo contrário; nós estamos atendendo as demandas dos setores, que, todos, sem exceção, nos procuraram pacientemente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Todos os setores da economia brasileira têm muito interesse na aprovação da lei de licenciamento. E nós atendemos todos, fomos negociando, atendendo, incorporando sugestões também dessas entidades.

Então eu quero parabenizar a Senadora Tereza pelo seu espírito público elevado e por nós termos chegado juntos a esse bom termo.

Era só isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Confúcio.

Com a palavra agora o Senador Jayme Campos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Senador Zequinha, Senador Confúcio, Senadores aqui presentes, eu vou complementar um pouquinho a fala do Senador Confúcio, antes de passar para o Senador Jayme, porque eu julgo muito importante.

Tudo que o Senador Confúcio falou eu atribuo a ele também, porque foi uma construção para o bem do país, para destravar os licenciamentos e fazer esse marco do licenciamento.

Muitas das coisas que hoje nós estamos aqui discutindo não precisariam estar sendo discutidas se esse projeto já tivesse sido apresentado, aprovado anos atrás. Nós teríamos outro encaminhamento para os empreendimentos, com toda a segurança, sem fragilizar o meio ambiente. Mas isso teve um tempo, e hoje ele está maduro – não é, Senador Confúcio? – para ser votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora estávamos juntos lá na Frente Parlamentar da Agropecuária e nós recebemos um documento que me deixa mais tranquila ainda, Senador Confúcio, de 89 entidades que assinaram a favor desse projeto de lei. Então todo o setor produtivo brasileiro, do petróleo e gás à agropecuária, estão todos aqui listados – 89 –, dizendo da necessidade e da urgência de o Brasil ter um marco do licenciamento ambiental.

Então, isso, Senador Confúcio, mostra para a gente que valeu a pena. Não existe projeto perfeito, existe projeto possível, e esse foi o possível.

Agora eu acho que vamos aqui votar, na Comissão de Agricultura, e depois será encaminhado ao Plenário. Eu espero também que passe no Plenário do Senado Federal, volte à Câmara e também possa lá ser aprovado rapidamente para que o Brasil ganhe uma legislação moderna e que possa destravar empreendimentos sem deixar de lado a conservação, a preservação do meio ambiente. O Brasil, aliás, escolheu, através do Congresso, muitos anos atrás, fazer essa preservação quando aprovou aqui inúmeras leis, inclusive o Código Florestal, que é um dos mais robustos, uma das ferramentas mais robustas que a gente vê, no mundo, de preservação do meio ambiente.

Então, eram essas minhas palavras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senadora Tereza, Relatora.

Agora sim, né? Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Zequinha Marinho, demais colegas e Senadores aqui presentes, com a devida vênia e respeito, peço a V. Exa. permissão para cumprimentar esses dois grandes Senadores, tanto a ilustre Ministra Tereza Cristina quanto o ilustre Governador e Senador Confúcio, que foram os Relatores na CMA, em que nós aprovamos hoje de manhã o relatório do Senador Confúcio, e desta feita aqui na CRA, aprovando o relatório da Senadora Tereza Cristina.

Eu acho que dos projetos, ultimamente, nesses últimos anos, é o melhor, diga-se de passagem, de valor, de extensa intensidade e, sobretudo, de extensão, esse Projeto 2.159, que é um dos melhores projetos, com certeza, votado com muita responsabilidade em ambas as Comissões, haja vista que aqui está um documento que tem fé pública, das entidades de classe, com mais de 80 entidades que representam...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Oitenta e nove, quase 90.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Com 89, quase 90. Aqui a gente tem de tudo: da CNI ao IEL, etc., etc., da Fiemt e do Brasil todo, que estão aqui respaldando tanto o relatório do Senador Confúcio como o da Senadora Tereza, para diminuir essa lamentável insegurança jurídica. Faz 21 anos que ele tramita. Só aqui nesta Casa, se não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me falha a memória, está há mais de quatro anos – quatro anos. Imaginem, quatro anos para se discutir um projeto desse aqui, extremamente meritório para destravarmos o Brasil, darmos segurança jurídica e, com certeza, termos uma norma geral.

Hoje há um conflito com tantas resoluções, portarias, decretos, etc., etc. Você não sabe, com certeza, ali, para quem vai responder, na medida em que, em tantos estados, cada um tem suas leis próprias lá, como nos municípios. Por conseguinte, aí vem aqui o Conama... E é assim mundo afora e neste país aqui.

Dessa forma, estou muito feliz no dia de hoje. Primeiro, porque houve uma bela discussão na Comissão de Meio Ambiente. V. Exa. estava lá e viu a discussão lá, é de outro nível.

Agora, com o que eu fico intrigado, Senadora Cristina, demais Senadores, Confúcio, é que lá, naquele momento, já estavam falando, antes de votar aqui, de buscar a inconstitucionalidade através de recursos no Supremo Tribunal Federal. Ora, gente, acho que isso desmerece aqui o Congresso Nacional, sobretudo o Senado. Não é possível, antes de votar, já estarem falando: "Olha, tem vício de inconstitucionalidade". Não é verdade. Nós temos que valorizar o nosso trabalho aqui, temos que valorizar. Tem Senador já propondo antes de ser votado: "Vamos arguir a inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal". Isso é uma desmoralização, desmerece o trabalho de cada um de nós aqui.

Neste caso, particularmente, Senador Mourão, não precisa ter Congresso, não precisa ter Senado. Entreguem para o Supremo Tribunal Federal vir legislar aqui em nosso nome. Chama-se usurpação de poder, que já tem sido excessivamente, xará, meu caro Senador, praticado pelo Supremo Tribunal Federal. Por quê? Porque nós estamos abrindo mão daquilo que é o nosso direito constitucional e, sobretudo, o nosso papel: legislar, aquilo que naturalmente é nossa atribuição nesta Casa aqui.

Dessa forma, estou muito satisfeito de ver que a coisa aqui andou. Já havia várias e várias cobranças, Senador Luis Carlos Heinze. Andava pelo Mato Grosso, um estado que V. Exas. aqui conhecem, um estado da produção, que contribui com a balança comercial. Este ano, nós vamos produzir mais de 100 milhões de toneladas de grão. Nós fazemos uma produção sustentável, buscando um equilíbrio, com certeza, da produção com a natureza, com o meio ambiente, mas infelizmente não somos vistos dessa maneira, somos vistos talvez como o patinho feio. E não é verdade! Nós brasileiros – todos nós – temos a nossa responsabilidade. E aquele que está fora da lei que seja penalizado dentro da forma da lei. Aqueles que com certeza não respeitam aquilo que está no nosso Código Florestal, que está na nossa legislação, têm que ser punido dentro da forma da lei. Então, eu acho...

Nós estamos aqui preocupados, sobretudo, neste país aqui, com as 5 mil obras paradas por falta de licença ambiental. E foi ressaltado, na manhã de hoje, lá na Comissão de Meio Ambiente, que quantas obras importantes, muitas vezes iniciadas e depois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Dez hidrelétricas abandonadas. Dez! Trinta por cento de...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Hidrelétricas abandonadas, como ela disse aqui... Vocês imaginem: com 5 mil obras, quanto de desperdício do dinheiro público foi feito por falta de segurança jurídica, de ter uma lei séria, em que todos nós com certeza podemos crescer!

E o Brasil não vai crescer se não for dessa forma, não! Vamos ficar sempre patinando e andando para trás. E agora não, com a lei aprovada em duas Comissões, através desse diálogo sério de duas pessoas maduras, que estão preocupadas em todos os sentidos, não só o da preservação, mas, sobretudo, o do desenvolvimento econômico e social do Brasil, para gerar mais emprego, mais oportunidades, mais cidadania à nossa população. É assim que se faz política com altivez, não com radicalismo. Isso aqui não tem nada a ver com a questão ideológica e partidária. Isso aqui é um bem comum para o povo brasileiro.

Eu fico triste de ver aqui a pessoa, antes de aprovar, falar: "Olha, já quero comunicar que, se for aprovado, eu vou levar para o Supremo Tribunal Federal". Então, não tem que ninguém chiar aqui, ninguém tem que chiar e falar: "Ah, o Supremo está usurpando". É culpa nossa! Em princípio, a Senadora falou como se fosse um fato normal. Fato normal não é coisíssima alguma! Nós temos que ter responsabilidade e cumprir com a nossa missão. Caso contrário, só existe uma possibilidade aqui: encerrar as atividades e fechar para balanço, até porque é muito caro isto aqui, é caro, Senador, aqui, o Congresso Nacional é caro.

Ainda agora, eu estou vendo outro escárnio que estão querendo praticar lá na Câmara: sair de 513 Deputados Federais para 531 Deputados Federais, mais 18. Sobre isso, eu já vou declarar aqui – já declarei ali –: sou contra literalmente, contra literalmente o aumento. Para se ter uma noção, Tereza...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Também sou.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... só o Mato Grosso vai sair de 8 Deputados Federais para 10; de 24 Deputados Estaduais vai para 30. Imaginem! E a lei não é essa, não, que está aí que tinha que ser feita; é redistribuir os números de Deputados Federais, continuando os 513. Quem tem muito perde um ou dois.

Enfim, quero apenas cumprimentar V. Exa. e dizer que tem o apoio e a solidariedade. E cumprimento pela forma zelosa e competente com que tanto o Senador Confúcio como a Senadora Tereza, com certeza, fizeram o seu relatório em favor deste mais importante projeto dos últimos anos, que é a questão do licenciamento ambiental. Parabéns a V. Exas.!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pela ordem, Senador Zequinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Muito bem, Senador Jayme Campos.

A palavra agora está com o Senador Alan. Antes, porém, eu dou a palavra ao Senador Wellington, pela ordem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como estou extremamente afônico...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Torceu para quem ontem? Quem jogou?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... eu quero pedir para dar como lido o meu pronunciamento, para ficar registrado também nos Anais desta Comissão. Agradeço aqui ao Senador Alan pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem. (*Falha no áudio.*) ... juntar para que o pronunciamento do nosso colega faça parte da ata desta reunião.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, venho aqui hoje para defender um projeto que pode mudar os rumos do nosso país – e que tem um peso especial para o meu Estado, o Mato Grosso. Falo do Projeto de Lei 2.159 de 2021, a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

Esse projeto é mais do que uma pauta técnica. É uma proposta de transformação. É a chave para destravar o Brasil. Estamos falando de acelerar obras, destravar investimentos, gerar empregos – tudo sem abrir mão da proteção ambiental.

Este PL traz organização, clareza e eficiência ao processo de licenciamento ambiental. Define regras objetivas, estabelece responsabilidades e põe fim a interpretações divergentes entre estados. É um passo decisivo contra a burocracia que paralisa o progresso.

E quero deixar claro, sem margem para dúvidas: esse projeto não é um salvo-conduto para destruir a natureza. Não é “liberação geral”. É responsabilidade, com critério. É separar o que realmente impacta do que não impacta. É permitir que o poder público foque sua fiscalização onde ela é realmente necessária.

Na prática, o que isso muda? Muda a vida de quem espera por uma estrada, por um hospital, por um sistema de transporte que funcione.

Obras fundamentais estão paradas há anos – não por falta de recursos, mas por falta de licença.

Dois exemplos de Mato Grosso ilustram bem isso: BR-158 – uma rodovia vital para o escoamento da produção agrícola e para o abastecimento de cidades. Um trecho ficou travado desde 2009, por entraves ambientais. Só agora, após muito trabalho, voltou a andar. Esse atraso custa caro – para o produtor, para a economia, para o país. E MT-251 – “portão do inferno” – uma rota estratégica entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães. Com trânsito intenso e acidentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frequentes, a obra de requalificação é urgente, mas está parada. Não por falta de vontade, mas por entraves no licenciamento. Enquanto isso, vidas estão em risco.

Senhoras e senhores, isso precisa mudar. E precisa mudar agora. O projeto traz soluções práticas. Licença por adesão e compromisso, para casos simples e de baixo risco. Dispensa de licença para atividades agropecuárias de pequeno porte, como plantações temporárias e criação de animais em escala reduzida.

Quem ganha com isso? Ganha o pequeno produtor, que hoje espera anos por uma liberação para plantar. Ganha a população, que verá obras saírem do papel, com mais segurança, infraestrutura e qualidade de vida. Ganha o Brasil, com mais segurança jurídica, menos processos judiciais, mais investimento e crescimento sustentável. Ganha Mato Grosso, que já é exemplo mundial de produção sustentável, e agora poderá avançar ainda mais – com equilíbrio, com responsabilidade.

Srs. Senadores, não estamos diante de uma escolha entre progresso e meio ambiente. Estamos diante da oportunidade de fazer os dois caminharem juntos. Com inteligência. Com critério. Com compromisso com o Brasil real – o Brasil que trabalha, que produz, que quer andar para frente.

Por isso, peço o apoio de todos os colegas. Vamos aprovar esse projeto. Vamos destravar o Brasil. Vamos mostrar que é possível crescer preservando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Alan Rick, é a voz do Acre aqui falando.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Zequinha. Cumprimento o Senador Wellington, demais Senadores presentes, especialmente...

Esse banco aqui está caindo o tempo todo.

Mas, enfim, cumprimento os nossos Relatores na CRA, Senadora Tereza Cristina, e na Comissão de Meio Ambiente, Senador Confúcio, dois grandes brasileiros que buscaram o melhor entendimento possível para um texto, assim como nos relatou a Senadora Tereza, o texto do entendimento, o texto da busca do melhor procedimento para que o Brasil saia de um cenário, Senador Wellington, de 12 mil obras paralisadas, 5 mil delas ou mais por conta de licenciamento ambiental, por conta de lentidão, burocracia, sobreposição. Na busca por um Brasil com objetividade, com menos gasto público, com respeito ao meio ambiente, que nós estamos aqui tratando de uma matéria que busca a realização de obras, de empreendimentos, de infraestrutura, de tudo, porém com respeito ao meio ambiente.

Agora, imagine a construção, por exemplo, de uma estação de tratamento de água, uma estação de tratamento de esgoto, que vai pegar a água que foi contaminada, os dejetos, e vai tratar para devolver, numa situação ambientalmente correta, aos nossos mananciais. Imagine uma obra de uma estação dessa demorar cinco anos, por conta – eu estou sendo aqui bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

singelo e generoso, às vezes dez anos – de entraves de licenciamento ambiental. E nós estamos falando de algo, Senador Bagattoli – de uma obra, de um empreendimento, de uma construção, de uma estrutura –, que vai reduzir o dano ambiental aos mananciais, aos rios, às fontes de água.

Então, veja a necessidade de termos uma legislação de direito ambiental moderna que procure resolver esses problemas históricos, sobreposição de responsabilidades, decisões baseadas em aspectos mais ideológicos do que técnicos. O Brasil precisa avançar. A Região Amazônica tem hoje uma série de obras paralisadas e inacabadas por problemas ambientais.

Vou dar um exemplo lá no meu estado. Quando a empresa vencedora do leilão da Aneel buscou uma licença de funcionamento para a terceira fase do linhão de transmissão de energia elétrica, foi uma demora, uma dificuldade, tanto dentro do estado quanto aqui no Governo Federal. Aí, teve greve do Ibama, que atrasou ainda mais, toda uma situação que gera perda, que gera atraso, mas que gera prejuízo para o país e para os cidadãos, porque a segurança energética está ligada exatamente à capacidade de termos esses linhões funcionando.

Graças a Deus, superamos, mas eu estive aqui no Ibama, buscando celeridade, compreensão. Já estava tudo pronto, era só licença de operação; e, lá no estado, da mesma forma, tudo pronto, tudo certinho.

Então, são situações em que nós precisamos avançar no Brasil, até porque, veja, a linha já utilizaria o mesmo traçado das outras duas linhas de transmissão, ou seja, o impacto já foi feito, todo o estudo ambiental pronto. Então, são coisas assim em que nós vamos avançar no Brasil. Eu estou dando só pequenos exemplos, eu poderia citar vários outros, mas eu quero ser bastante conciso nas minhas palavras.

O Brasil precisa avançar. Um exemplo disso – conversei, ainda há pouco, com o Senador Confúcio, esse brilhante Parlamentar, esse brilhante amazônida, a quem eu tanto admiro, e minha querida amiga, minha eterna Ministra Tereza Cristina – é a questão do art. 11, quando nós podemos trabalhar as obras mitigadoras de dano ambiental, como, por exemplo, aqui. O que diz o texto?

> Art. 11. O licenciamento ambiental de serviços e obras direcionados à ampliação de capacidade e à pavimentação em instalações preexistentes ou em faixas de domínio e de servidão bem como, preferencialmente, de atividades ou empreendimentos de saneamento básico será realizado mediante emissão da LAC, acompanhada de RCE, respeitado o disposto no inciso I do *caput* do art. 21 desta Lei.

Chegamos ali a um consenso. "Preferencialmente" aqui mais atrapalha do que ajuda, até porque estamos falando de uma atividade que mitiga, que reduz, que corrige um dano ambiental, que é a contaminação da água, é o tratamento da água, é o tratamento do esgoto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu entendo, apresentarei aqui... Se nós não chegarmos a esse entendimento de uma emenda de redação, podemos tratar isso no Plenário. Esse aqui é um exemplo do que nós podemos construir no entendimento, no diálogo, para melhorar o Brasil.

Mais uma vez, Presidente, cumprimento V. Exa., parabenizo os nossos Relatores e vamos em busca de modernizar, de melhorar o licenciamento no Brasil, respeitando o meio ambiente, mas, acima de tudo, reduzindo danos, prejuízos, atrasos e a perda para os cofres, para as vidas, para o progresso do país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador Alan Rick.

Agora a palavra está com o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Preciso aqui parabenizar a Senadora Tereza Cristina, o nosso Senador Confúcio Moura, lá do meu Estado de Rondônia.

É isto que falou o Senador Confúcio Moura: isso aqui não é uma questão de partido, não é uma questão de quem está no Governo; é uma questão que nós temos para resolver o problema do Brasil, que já tinha que ter sido resolvido talvez há 20 anos ou mais, mas diz-se que nunca é tarde... Como é que fala? Mais antes tarde do que nunca, né?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Antes tarde do que nunca.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mais antes tarde do que nunca.

Vocês já imaginaram, Senadora Tereza, Senador Confúcio, quantos milhões ou bilhões de reais que ficaram perdidos pelo Brasil afora em obras públicas por não ter essas licenças, por chegar no motivo e ser travada uma obra por questão de licença ambiental? Quando se fala, Senador Jayme Campos, em 5 mil obras, é muita coisa pelo país afora. E sem considerarmos que hoje isso vai dar uma segurança jurídica para quem quer ser... Esse marco do licenciamento ambiental vai dar uma segurança jurídica para quem realmente quer empreender neste país, no Brasil, porque isso é a grande segurança.

Senadora Tereza, muitas empresas multinacionais, como a Shell, como a Cargill, eu vi essas empresas praticamente contratarem uma outra empresa para fazer uma obra, porque elas não davam conta de chegar no licenciamento ambiental. Eles contratavam uma outra empresa, aquela empresa fazia, chegava com o custo, depois, mais caro, porque isso gera mais imposto – é uma outra construtora fazendo –, enfim, por causa do entrave da questão da licença ambiental.

E por aí vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão da 319, que já comentamos aqui, que é uma obra essencial para a Região Norte, aquela jazida de Autazes.

Então, é tanta coisa com que nós podemos abrir as portas para o desenvolvimento, para a geração de emprego e renda e para melhorar... Isso só vai melhorar o PIB do nosso Brasil. Tenho certeza disso, de que vai melhorar o PIB do nosso Brasil, vai dar uma segurança jurídica para todos nós, para todos os empreendedores.

E, só para finalizar, eu quero falar aqui ao Senador Carlos Heinze. Senador Carlos, lá em Rondônia, o Senador Confúcio Moura sabe disso, aqueles pequenos produtores de café, a maioria tem dificuldade hoje. Como deu uma seca muito grande agora no último ano, foram praticamente 120 dias de estiagem, o que aconteceu? Para você fazer uma represa para fazer captação de água da chuva, é um problema seriíssimo, até para o Estado poder dar uma licença ambiental.

Então, tem tudo isso. Nós temos que facilitar esse tipo de operação, esse tipo de licença também, principalmente para esses pequenos produtores, para que essas pessoas não tenham tanta dificuldade e resolvam o seu problema e para que isso ajude o setor produtivo, ajude as empresas. E tenho certeza de que vai ajudar, e muito, o nosso Brasil.

Parabéns, Senadora! Parabéns, Confúcio! Que Deus o abençoe!

Tenho certeza de que isso aqui vai passar em Plenário amanhã e não haverá... Senador Jayme Campos, isso não vai ser decidido pelo Judiciário, não. Pode ter certeza de que o Senado Federal vai decidir e isso vai para a Câmara dos Deputados depois. Vai para a Câmara e vai ser aprovado. Tanto o Senado quanto a Câmara têm competência para dar finalidade nesse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador Jaime.

A palavra está com o último orador inscrito, o Senador Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Depois da fala do Senador Heinze, eu queria pedir ao Presidente, se fosse possível, como nós já votamos hoje e o relatório é comum, é de conhecimento geral, que nós, depois da fala do Senador, pudéssemos votar ainda hoje, aqui na CRA...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Na CRA.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... hoje ainda, esse Projeto de Lei 2.159.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Senador Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, já falei, hoje de manhã, Senador Confúcio, Senadora Tereza, na Comissão de Meio Ambiente, e reforço aqui.

O Senador Jayme Campos faz uma colocação das 5 mil obras paradas – imaginem o atraso para o Brasil: rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, energia, petróleo. Quanto o Brasil está perdendo?

Eu estou com três Prefeitos do meu estado que vieram acompanhar a questão da securitização, mas também têm interesse na questão do licenciamento ambiental: Fernando Paim, lá de São Vicente do Sul; o Cristiano, de Formigueiro; e também o Lincoln, de Jaguari.

E citei hoje de manhã, Senador Jayme Campos, o licenciamento de uma lavoura de arroz. Como a gente diz lá no estado, não dou morto como testemunha, está aqui o Prefeito Lincoln, de Jaguari. As lavouras de arroz, quando começaram pelos imigrantes italianos e alemães, foi em Jaguari, há mais de cem anos. Jaime, plantam há mais de cem anos no mesmo lugar.

Agora imagina, Bagattoli, todo ano ter que tirar uma licença ambiental! Por amor de Deus, tchê! Qual é o dano ao meio ambiente? Não tem nenhum.

Pior ainda: a Fepam, que faz a licença no estado, não tem técnico suficiente para licenciar. Passou o ano, e nós conseguimos antecipar, Tereza, para que o pessoal pudesse tirar a licença ambiental – dar pelo atacado. Não tinha jeito, porque não tinha técnico para visitar 200 municípios que tinham que licenciar a lavoura.

Agora, com o projeto que a Tereza e o Confúcio colocaram, vamos simplificar o processo de licenciamento em todo o Brasil.

Aí, está a Tereza mostrando 89 entidades aprovando o projeto. Então, parabenizo a Tereza e também o Confúcio pelo bem que estão fazendo ao Brasil – destrava o processo!

E também quero lamentar, Senador Jayme, o que a colega falava hoje de manhã: entrar com processo no Supremo Tribunal Federal. Por amor de Deus! Vamos fazer este Brasil andar para a frente.

Quando eu pego uma obra chinesa, Tereza, lá no Peru, no Porto de Chancay – fazendo uma mega obra – tudo pode. No mundo, em qualquer lugar, pode. Aqui no Brasil é que não pode fazer isso aí. Tudo é difícil, tudo é tranca.

Quando é que nós vamos fazer este país ser autossuficiente em tudo que nós podemos ser, em função do licenciamento ambiental?

Então, parabéns ao projeto que está sendo votado aqui. Senador Zequinha, V. Exa. fez também um grande trabalho sobre esse tema, assim também como a Comissão de Meio Ambiente. E vamos trabalhar agora no Plenário do Senado, que seguramente nós aprovaremos lá também a simplificação do processo de licenciamento ambiental geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos também – o Bagattoli falava ali – da questão dos açudes. Um açude, no meu estado, leva três, quatro, cinco anos para licenciar. Imagina. Não tem jeito. Não tem condição de fazer isso.

A simplificação do processo, para nós, é fundamental.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero me dirigir ao Senador Alan Rick. Diante da proposta de V. Exa. aqui, claro, é natural. V. Exa. quer contribuir, até para melhorar. Agora, eu faço aqui uma pequena observação, para contribuir também: eu acho que seria mais importante, diante do que já está praticamente fechado nos dois relatórios aqui, que nós possamos levar isso ao Plenário da Casa para o bom andamento para que nós possamos votar aqui.

Já votamos hoje de manhã na Comissão de Meio Ambiente, e V. Exa., com certeza, vai tentar... Vamos apresentar no relatório. Se for para contribuir, eu tenho a certeza absoluta de que ambos os Relatores vão ser aceitos, e o apoio também – eu acho que todos nós aqui vamos apoiar. Todavia, só para dar celeridade, vamos levar para o Plenário da Casa.

Agradeço a V. Exa. Eu estou junto com o senhor também, entretanto, estou dando a minha contribuição, porque eu acho que esse projeto, nós temos que encerrar nas duas Comissões, e qualquer outro assunto inerente, vamos tratar no Plenário da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jayme.

Encerrada a discussão.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, apenas para fazer um breve comentário para agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com a palavra, Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero agradecer a sugestão do Senador Jayme, que é um grande amigo e companheiro de partido, combinando com os nossos dois Relatores que apresentaremos no Plenário, e aí a gente pode encerrar a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos a importância de termos esse tema votado no dia de hoje. Isso é muito importante na nossa Comissão de Agricultura.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu que agradeço, Senador.

Encerrada a discussão, eu quero colocar o projeto em votação, como sugere a Senadora Tereza Cristina. Acho que está tudo certo, tudo combinado.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Aprovado o relatório da Senadora Tereza Cristina, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Por favor... Muito obrigada.

Acho que o Brasil ganha com essas votações do dia de hoje no Senado Federal.

Senador, eu gostaria de pedir a urgência para Plenário para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senadora.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Subscrevo, Sr. Presidente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu estava muito ansioso para tirar esse peso das minhas costas. (*Risos.*)

Rapaz, isso não é brincadeira, não! Quando eu vi a Kátia... Eu até falei hoje cedo: a Kátia Abreu ficou dois anos com esse projeto, correndo para cima e para baixo, e ela, infelizmente, não conseguiu. Eu falei assim: se a Kátia não consegue, eu não vou conseguir também, porque a Kátia é muito mais ligeira do que nós; ela é rápida, é a mil por hora, é corajosa, briga... E nada. Ela já não é mais Senadora, mas continuou participando conosco. Ontem mesmo ela ligou para a Senadora Tereza e para mim, dando palpite, falando: "Não, põe isto aqui, põe isto aqui...". (*Risos.*)

Ela não estava de fora, não. Então, vocês vejam como é que é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito aliviado, porque, realmente, isso estava consumindo muito os gabinetes. Nosso pessoal não tem feito outra coisa. Tem mais ou menos uns seis meses que a gente está debruçado sobre isso, exclusivamente; a Isis e a equipe da Senadora Tereza, exclusivamente. É um trabalhão danado! Então, eu acho que vou dormir melhor hoje, sabe? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com certeza! Todos nós, aliás.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Em votação o requerimento verbal da Senadora Tereza e do Senador Confúcio pela urgência do projeto para chegar...

Quem concorda permaneça como se encontra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Senador Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Heinze, vamos lá.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – É Heinze, não é "rauli", viu, tchê?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Alan Rick primeiro. Vamos lá.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Pode subscrever também o pedido de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ótimo.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Conte comigo. Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Jayme... Não, é o Jayme Campos; depois é o Jaime Bagattoli.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Mas ele é mais velho que eu, tem prioridade, tem que seguir o estatuto... (*Risos.*)

V. Exa., eu também quero ser signatário desse pedido de urgência proposto pela Senadora Tereza Cristina aqui...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Maravilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Não é uma questão, não, porque aqui tem mais "porva" e mais idade, por isso é que ele pode falar primeiro. (*Risos.*)

Sabe o que é "porva", não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Hã-hã.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas tem que ser votado com urgência, mesmo. Estamos juntos aí.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Também subscrevo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pense num requerimento forte.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Aprovada também a minuta do requerimento de urgência a ser apresentado perante o Plenário do Senado Federal. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pessoal, segure aí um pouquinho quem pode – mais dois minutos; só dois minutos, Heinze.

Item extrapauta: requerimento da CRA

EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 24, DE 2025
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

O requerimento é de nossa autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item extrapauta: requerimento da CRA.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 25, DE 2025
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO, Ministro da Agricultura e Pecuária do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações referentes à gripe aviária no País.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

É para apresentar o panorama atual da situação da gripe aviária no Brasil e as ações implementadas pelo ministério; esclarecer estratégias de prevenção e controle adotadas para proteger a avicultura nacional; discutir as medidas de apoio ao setor produtivo e os impactos econômicos decorrentes dessa situação.

A autoria é desta Presidência.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a todos os Srs. Senadores, assessores, imprensa, amigos, convidados; enfim, obrigado por tudo.

Até amanhã.

(*Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Beto Faro, Weverton, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Cleitinho e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Comparecimento de Ministro de Estado (Mapa), atendendo ao Requerimento 25/2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Finalidade: Comparecimento de Sua Excelência o Senhor Carlos Fávaro, Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, a fim de prestar informações sobre a situação da gripe aviária no Brasil. Participante: Sua Excelência o Senhor Carlos Fávaro, Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra a Senadora Eliziane Gama e os Senadores Hamilton Mourão, Luis Carlos Heinze, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Jayme Campos. E o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde, bem-vindos a todos.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

De início, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comparecimento de S. Exa. o Sr. Carlos Fávaro, Ministro de Estado de Agricultura e Pecuária, a fim de prestar informações sobre a situação da gripe aviária no Brasil.

Convido, para tomar assento à mesa, S. Exa. o Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Dr. Carlos Fávaro. (*Pausa.*)

Gostaria, neste momento também, Ministro, de apresentar a comitiva que chega com V. Exa. para esta audiência pública: o Secretário-Executivo do Ministério, Irajá Lacerda; o Secretário de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart; o Secretário de Comércio e Relações Internacionais, Luis Rua; o Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo, Pedro Neto – muito bem, Pedro –; o Secretário Adjunto de Política Agrícola, Wilson Vaz; a Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Flávia Rodrigues – olá, Flávia –; e, do Cerimonial, a Marcilene Nascimento.

Ela estava aqui ainda agora. (*Pausa.*)

Está por aqui.

Sejam bem-vindo todos, obrigado pelo atendimento.

Só queria mencionar aqui que esta reunião está sendo transmitida, está na pauta da Comissão desde cedo, como o senhor sabe muito bem, porque é membro desta Casa, e algumas pessoas já entraram aqui pelo e-Cidadania.

A Silvana, do Distrito Federal, aqui de Brasília, pergunta: Quais [...] as medidas que estão sendo tomadas para garantir a segurança dos trabalhadores avícolas e prevenir a propagação da doença?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Regilon, do Estado do Tocantins, pergunta: "Como está estruturado o protocolo de regionalização [...] adotado pelo Brasil para evitar embargos generalizados por países importadores?".

O SR. CARLOS FÁVARO (*Fora do microfone*.) – O Regilon é de onde?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Do Tocantins.

O João, do Estado do Mato Grosso do Sul: "O que está sendo feito para proteger a fauna silvestre brasileira do impacto da gripe aviária, já grave em países vizinhos?".

A Amanda, do Estado do Espírito Santo, já fez a pergunta dela também: "Como essas informações estão sendo levadas à população geral? O que o Mapa vem fazendo para prestar assistência aos pequenos produtores?".

Só mais duas, Ministro.

A Erica, lá do Estado de São Paulo pergunta: "Sou médica veterinária e digo que enquanto não houver sustentabilidade ambiental e bem-estar animal no país as zoonoses não cessarão".

Na verdade, não é uma pergunta, é um comentário.

A Andréa, do Rio de Janeiro, também faz um comentário dizendo: "Deixem as galinhas em paz... (*Risos.*)

O SR. CARLOS FÁVARO (*Fora do microfone*.) – Como é o nome dela?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Andréa.

Vamos lá.

"Deixem as galinhas em paz. Parem de criar animais para abate, pois cada vez mais vírus vão surgir nessas criações e podem trazer danos".

Muito bem.

Ministro, de acordo com os arts. 397 e 398, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará o seguinte procedimento.

S. Exa., o Ministro, terá 30 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação aos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores será concedida conforme

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ordem na lista de inscrição. O Senador interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo de resposta para o Sr. Ministro.

Portanto, registrando aqui a presença do Senador Mourão, do Bagattoli, que teve que sair ainda há pouco, e dos outros que vão chegar, queremos agradecer a V. Exa. mais uma vez por vir aqui colaborar, esclarecer e nos informar.

Concedo a palavra a V. Exa. por 30 minutos seguidos, no tempo que V. Exa. quiser para trazer a sua palestra.

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Muito obrigado, querido amigo Zequinha Marinho, nosso Presidente Mourão, colega Senador também, todos os nossos colaboradores aqui do Senado, muito bom revê-los, o nosso corpo técnico também do Ministério da Agricultura.

Marinho, primeiro, quero dizer que fico sempre muito feliz em retornar a esta Casa, de a gente fazer um bate-papo sobre a nossa agropecuária brasileira. Pedi para que viesse, então, toda a assessoria, o primeiro escalão da assessoria do Ministério da Agricultura, para que a gente possa aqui, neste momento, aproveitar o convite para falar sobre a gripe aviária, tão iminente hoje no país, mas também de qualquer outro tipo de dúvida. É uma oportunidade, como estamos aqui juntos, para talvez prestar algum tipo de informação ou acolher alguma sugestão, alguma reclamação, alguma orientação. Estou sempre aberto para esse trato, sem nenhuma barreira, sem nenhum empecilho, para que a gente possa melhorar e, juntos, prestar o melhor serviço à agropecuária brasileira.

E, especialmente, quanto ao tema que nos traz aqui, a gripe aviária, Zequinha, não se trata aqui, nas colocações que farei agora, de comemorar crise. É lógico que não. É óbvio que a gente nunca quer vivenciar uma crise. Porém, especificamente, Senador Mourão, é o momento de a gente comprovar, no exato momento em que temos a crise, aquilo que sempre vimos dizendo: a gente vem sempre dizendo que o sistema sanitário brasileiro é, sem sombra de dúvida, o melhor do mundo. E alguns dados nos traziam até aqui para fazer essa afirmação, como, por exemplo: o vírus da gripe aviária circula no mundo, há relatos, há pelo menos 30 anos; há 19 anos em granjas comerciais. E o Brasil, nesse período, se tornou o único grande produtor mundial de carne de frango e ovos não tendo o vírus dentro dos seus plantéis comerciais. Isso não é coincidência. E tem outro dado que mostra que não é coincidência, que é a robustez do sistema brasileiro. Faz dois anos que nós temos o vírus...

Senador Heinze, prazer em revê-lo.

Faz dois anos que nós temos o vírus, a presença do vírus em território brasileiro, fruto de aves migratórias. E, só para contextualizar, em nenhum lugar do mundo, depois que chegou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vírus através de aves migratórias... Não demorou tanto tempo, já estava dentro das granjas comerciais. Nos Estados Unidos, não demorou 30 dias do aparecimento em aves silvestres, entrou em aves comerciais. O fato é que um dia, por um motivo ou por outro, ia acabar acontecendo de entrar em granjas comerciais. E aconteceu. Ainda assim, então, agora a gente pode mais uma vez mostrar a robustez e a eficiência do sistema sanitário brasileiro.

Só para ressaltar um comparativo, dois ou três dias antes de termos o foco no Rio Grande do Sul, teve um foco – mais um foco – lá nos Estados Unidos. Esse foco nos Estados Unidos gerou o abate de 700 mil aves. No domingo, na sequência – não antes de ontem; no outro domingo passado –, teve um outro foco nos Estados Unidos, com o abate de 1,950 milhão de aves. No Brasil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS FÁVARO – Certamente, Zequinha, nos Estados Unidos já foram abatidos 170 milhões de animais – 170 milhões de animais. No Brasil, com este caso, foram abatidos 17 mil animais. Como disse, não é para se comemorar, mas isso mostra a eficiência do sistema brasileiro.

É importante dizer que esta crise sanitária deve ser enfrentada com total transparência. Eu faço aqui uma analogia – e eu não sei se estou muito certo, mas, na minha concepção simplista, porque tem correlação, é crise sanitária... –, ao modelo implementado quando da chegada da covid-19 ao Brasil, ao grau de comprometimento com a transparência que tinha o Ministro Mandetta. Porque é assim: um dos desdobramentos de uma crise sanitária é a perda da confiança, da credibilidade, e aí as consequências são muito maiores.

Então, por esse princípio, confiando no sistema brasileiro e na forma como temos que dar total transparência, quando da confirmação do caso, na quinta-feira, às 19h – é isso, não é? –, na sexta-feira, às 6h da manhã, eu já estava pessoalmente no Bom Dia Brasil, relatando ao Brasil, contando ao Brasil, com total transparência, que tinha entrado gripe aviária nos plantéis comerciais brasileiros.

E, a partir daí, o principal ponto que nós temos que ressaltar é que nós temos capacidade de bloqueio desse foco. Imediatamente se instalaram, lá no entorno da granja, no Rio Grande do Sul, em Montenegro, sete barreiras sanitárias e as medidas de proteção aos trabalhadores – e aí a pergunta da Silvana aqui, do Distrito Federal –, todos os trabalhadores que manusearam, quer sejam tratadores, quer sejam, depois, aqueles que, já respeitando as regras estabelecidas, fizeram o recolhimento das 17 mil carcaças, cumpriram o protocolo, também o isolamento, fizeram testes e, graças a Deus e à eficiência do sistema, nenhum cidadão brasileiro deu positivo para o vírus da gripe aviária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em paralelo a isso, subimos a régua no sistema de alerta. Chegamos a ter 20, 25 casos em investigação, e isso não é motivo de preocupação. É assim que deve ser. Quando o sistema é transparente, toda pessoa que tem lá uma criação doméstica, no fundo de quintal, com galinha caipira, ou que vê um animal silvestre doente, com o menor sintoma, o dever dela é reportar ao sistema, quer seja municipal, estadual, quer seja federal, para que vão lá coletar esse animal, fazer os testes e dar transparência.

Só para se ter noção: ontem, nós estávamos com 21 casos em investigação; hoje, estamos com 11; e 10 casos foram dados negativos. Nós tivemos duas granjas comerciais com suspeita, e os dois casos foram negativos. Hoje, temos uma granja – acho que em Anta Gorda, no Rio Grande do Sul – que está com suspeita e, com toda a tranquilidade, nós estamos voltando com ela ao mercado. Eu posso assegurar, com muita tranquilidade, Zequinha, que esse foco está contido. Apesar de nós estarmos no quinto dia útil depois da desinfecção total da granja e há 15 dias do aparecimento do foco, eu posso assegurar, com muita tranquilidade, que o foco de Montenegro está contido. Por quê? Pela rapidez na propagação e pela agressividade, pela letalidade do vírus. Certamente, se tivesse escapado deste foco para outras regiões do país, com quatro ou cinco dias, nós teríamos novos casos de mortalidade. Ao não ter, já passados 15 dias, temos a comprovação de que o sistema brasileiro funcionou, as barreiras criadas funcionaram. Nós tivemos agora, acho, além do zoológico no Rio Grande do Sul, a confirmação hoje de um caso em ave silvestre em Minas Gerais. Natural. Nós já tivemos, nesses dois anos, 169 casos em animais silvestres. O Brasil faz parte da rota migratória do Hemisfério Sul para o Hemisfério Norte, e, à medida que os animais que fazem essa rota tenham a contaminação, vão aparecer dentro do território nacional casos em animais silvestres.

Com muita tranquilidade, eu posso assegurar que, passados 28 dias deste período, que é o período incubatório do vírus, nós vamos, de novo, proclamar, anunciar o Brasil livre de gripe aviária, e a tendência muito forte é de que isso vá acontecer nos próximos... Hoje faltam quantos dias? Faltam 23 dias? (*Pausa.*)

Faltam 22 dias para isso acontecer.

É importante dizer por que gera essa confiança. O sistema brasileiro estabelece a produção brasileira rastreada – e foi isso que aconteceu naquela sexta-feira –, nos 28 dias para trás da granja, já que o período de incubação do vírus é de 28 dias. Rastreou-se a produção de 28 dias para trás e foi eliminada toda a produção de ovos daqueles 28 dias. Por exemplo, se tinha a possibilidade de sair um animal contaminado, foi eliminado ali atrás, 28 dias. Então, na realidade, a nossa amplitude sanitária se dá em 56 dias: 28 dias para trás e 28 dias para frente. Com total transparência, indo investigar todo e qualquer caso, a gente tem a convicção. Já não tendo nenhum caso comprovado, porque seria um grande risco, nos primeiros três dias, quatro dias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinco dias, aparecerem outros casos porque tinham vazado do foco lá de Montenegro, passados 15 dias, há a percepção – e está aqui a parte técnica do Ministério da Agricultura, o Secretário Goulart e o Alan também, eu já vi o Alan ali também, e eles podem detalhar para vocês –, há uma impressão muito segura de que esse foco então está controlado.

As medidas de embargos – está aqui em uma pergunta também do Regilon, do Tocantins – são frutos de protocolos estabelecidos na abertura de mercado, e a gente deve, com total transparência, cumprir esses protocolos e, gradativamente, com a confiança estabelecida, vir revisando-os.

Então, hoje, nós temos 24 países do mundo que fecharam a compra total do Brasil: 13 países que fecharam o Rio Grande do Sul, e alguns que fecharam só um raio de 10km, como foi, por exemplo, o Japão; isso de um total de 160 países com os quais o Brasil tem relação comercial. De 160, 24 países fecharam o Brasil, mas é previamente estabelecido isso em protocolos sanitários anteriormente estabelecidos.

Uma das missões nossas, à frente do Ministério da Agricultura, é repactuar esses protocolos. Veja que, desde o aparecimento do primeiro caso, em animais silvestres, a gente vem procurando revisar o protocolo não só para a gripe aviária, mas para todas as doenças sanitárias animais – EEB, mal da vaca louca, e todos os outros.

Tivemos sucesso já em alguns, veja, pouco mais de 30 dias atrás, nós conseguimos finalizar o processo de revisão com o Japão. O Japão que fechava o Brasil todo hoje está restrito a um raio de 10km. Portanto, um impacto praticamente zero para a economia, e o Japão que tem 70% da sua importação de carne de frango oriunda do Brasil, 70%.

Então, é um desafio de a gente estar com transparência, estar prestando informações a todos os países do mundo. Nós temos hoje mais de 120 mercados completamente abertos, não houve nenhuma restrição.

Lembrando também, pelo aspecto do impacto econômico, que 70% da produção brasileira é destinada ao mercado interno, 30% para exportação. Dos 30% da exportação, 24 países restringiram o nosso país. Para os outros quase 130, 120 e poucos, está completamente normal; e três restringiram o Rio Grande do Sul.

Então, pelo aspecto comercial, claro que tem impacto, há um redirecionamento para a indústria, mas não é nada alarmante, não é nada que possa gerar grande impacto. Até porque a nossa expectativa...

Senadora Eliziane Gama, tudo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa expectativa é de que, ao fim desses próximos 23 dias, 22 dias, a gente possa então de novo divulgar o Brasil livre de gripe aviária e aí, sim, avançarmos na repactuação com todos os países que restringiram. Até lá, não é recomendado, a boa prática, a gente pedir a algum país: "Olha, vamos regionalizar". E alguém falar: "Mas espera aí, amigo, você sabe do pacto". Por meio do pacto, eu posso fechar o Brasil todo.

O que nós estamos fazendo, e já acontece, por exemplo, a Rússia, que podia fechar o Brasil todo, fechou; e já voltou a restringir somente o Rio Grande do Sul. Há encaminhamentos com a Coreia do Sul para que ela venha a restringir só o Rio Grande do Sul, mas é uma livre iniciativa.

A gente prestando informações com transparência, os países vão se dando por satisfeito e restringindo menos a restrição comercial com o Brasil.

Tem a pergunta aqui do João, do Mato Grosso do Sul, que fala das medidas com relação às aves silvestres. Existe um GT criado entre o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde que trata dos impactos das crises sanitárias. Esse GT está ativo e tomando providência, como o imediato isolamento dos trabalhadores da granja afetada, que foi feito pelo Ministério da Saúde. A gente dá toda a cobertura junto.

O mesmo tratamento com a questão das aves silvestres é dado pelo Ibama, pelo Ministério do Meio Ambiente, mas a gente tem que entender que os casos são em aves migratórias. A gente pode fazer um rápido recolhimento de carcaças, fazer ações complementares, e assim foi feito desde os primeiros casos, o que diminui a exposição do vírus a outras aves que não estejam contaminadas – o que diminui então a proliferação mesmo em aves silvestres.

A informação que a Amanda do Espírito Santo perguntou, sobre a informação à população: é a total transparência. É importante sempre ressaltar isso, já foi amplamente divulgado. A população pode continuar consumindo carne de frango e ovos com tranquilidade. Ao passar pelo processo de cozimento, a 60 graus, o vírus é completamente eliminado. "Mas eu vou comer ovo cru ou vou comer carne de frango crua?". Não pode. Não por essa doença, mas por outra, por exemplo, como a salmonela. Então, já não pode consumir carne de frango ou ovos *in natura*, crus, sem cozinhar. E, ao passar pelo processo de cozimento, o risco é zero de contaminação.

Alguns podem dizer: "Mas se o risco é zero de contaminação, por que há restrição para exportação?". "Está completamente liberado para a população brasileira consumir, e por que há restrição para exportação?". Não é pelo consumo; é pelo risco de proliferação da doença em granjas comerciais de se mandar... de você exportar carne ou ovo com contaminação e isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contaminar as granjas comerciais daquele país. É por isso a restrição comercial, não é para o consumo.

Em todos os países – quem está hoje nos Estados Unidos pode consumir carne de frango tranquilamente lá –, é o mesmo protocolo, aqui e acolá, em todos os países do mundo.

Com relação a uma fala da Erica, o questionamento aqui dela não foi um questionamento, porque é médica veterinária, pelo que entendi, e fala do bem-estar animal. Permita-me, Erica, discordar de você. Nenhum animal – nenhum animal! – produz com excelência se não tiver bons tratos. É o princípio básico da criação comercial: o bem-estar animal.

Senador Jayme Campos, como é que vai, amigo, meu conterrâneo? (*Pausa.*)

Um princípio básico da produção é o bem-estar animal.

Tenho relatos até do pessoal da Mantiqueira, que também, entre algumas de suas granjas, está implementado um sistema integrado, embalar... Que ela pode sair de dentro do aviário, pastejar para fora e voltar. E eles relatam o seguinte; "Elas saem, comem um verdinho lá fora e, com dez, 15 minutos elas voltam para dentro do galpão, porque o ambiente aqui, climatizado, equilibrado, é muito melhor para o bem-estar dela".

Então, nesse aspecto também, o Brasil tem uma excelência de bem-estar animal, porque é do interesse, primeiramente, do criador que o animal esteja saudável, feliz e, por isso, ele produz mais. Animal estressado produz muito pouco. Quem é criador, como Jayme Campos, pecuarista, sabe: fica levando o animal todo dia para o curral para ver se ele vai engordar, ganhar peso. Você tem que deixá-lo sossegado, produzindo, e é assim que é o sistema brasileiro.

Acho que isso também responde ao questionamento ou à fala da Andréa, do Rio de Janeiro: "Deixem as galinhas em paz...". Elas estão certamente em paz nos criatórios brasileiros; por isso produzem tanto, e o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango.

Acho que são esses os relatos de tranquilidade, de parceria. E, para finalizar, então – acho que já estou estourando o meu tempo, tem dez minutos ainda, né? – é com relação a como o Congresso Nacional pode nos ajudar neste e em outros processos do fortalecimento do sistema sanitário brasileiro: tem dois projetos de lei que já estão em regime de urgência na Câmara dos Deputados e vão vir para esta Casa. Um deles cria o Fundo Sanitário Nacional para a indenização aos produtores que sofrerem...

Vanderlan, tudo bem? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fundo Sanitário Nacional prevê a indenização aos produtores brasileiros em caso de necessidade por questões sanitárias, alguns estados têm o seu fundo próprio, outros não têm, há uma necessidade de que a gente possa fazer um arcabouço nacional. E eu explico por quê. E aí, na prática, um dos empreendedores que foram compradores dos ovos – só para se ter uma noção da necessidade desse fundo nacional – lá do Rio Grande do Sul, é uma granja de Minas Gerais. Minas Gerais tem um fundo sanitário próprio do Estado de Minas Gerais. Quem comprou esses ovos – esses ovos foram inutilizados – procurou o fundo estadual para ser indenizado. "Eu comprei, e, chegou aqui, precisei inutilizar para garantir a sanidade do plantel mineiro. O fundo estadual disse "não, você comprou do Rio Grande do Sul, não foi criado aqui, o nosso fundo para proteger o plantel mineiro". Ele, então, não recebeu a indenização. Ele tem que procurar quem vendeu para ele.

Então, veja, nós temos a relação interestadual. Então, essa é a importância de nós termos um guarda-chuva para todos. E isso também não implica, na minha avaliação, a necessidade de orçamento geral da União. Esse deve ser um fundo privado, em que há uma contribuição – e por isso precisa de lei –, uma contribuição privada, mas obrigatória, por parte da agroindústria e dos criadores, que preserve e dê a estabilidade ao sistema nacional. Na minha avaliação, é fundamental a aprovação desse projeto.

E também, diga-se de passagem, quero já avançar um pouco sobre o posicionamento com relação a ele, o setor vegetal, até o momento, não se manifestou favorável a que esse fundo cubra a parte vegetal. Alguns já têm, privado, como é o caso dos produtores de citros de São Paulo, que têm seu fundo privado lá e estão satisfeitos com esse. E nenhum outro setor da área vegetal se manifestou.

E, com relação às proteínas animais, a única manifestação que eu ouvi é que eles querem que esse fundo seja segmentado. Por exemplo, o Brasil está recebendo, e aqui já fica o convite, acho que já veio a esta Comissão e a esta Casa o convite para que nós estejamos juntos no próximo dia 6 de junho, em Paris, recebendo da Organização Mundial de Saúde Animal o certificado de livre de febre aftosa sem vacinação. Há 64 anos o Brasil esperava por esse momento. Uma luta de todos, de todos os produtores, pecuaristas, governos estaduais, municipais, do Governo Federal, da Confederação Nacional de Agricultura, dos programas de vacinação... Essa integração permitiu que o Brasil chegasse a esse *status* tão esperado.

Mas vejam que é possível, então, e nós já estamos, há um ano, sem vacinação, e Deus nos livre desse momento, mas é possível que volte a ter um caso de febre aftosa no Brasil. Aconteceu no Uruguai, depois da retirada da vacinação. Então, quem deve indenizar, no entendimento dos produtores, esse rebanho que possa vir a ter um caso desse são os pecuaristas, o fundo dos pecuaristas. No caso da gripe aviária, o fundo dos criadores de frango.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso de peste suína, para os suínos, o fundo da suinocultura. Isto para que um não tenha que indenizar a crise sanitária do outro, porque não tem correlação.

Então, acho justo também, mas fica a palavra soberana aqui, do Congresso Nacional, para que possa deliberar sobre o tema, que já está com regime de urgência na Câmara dos Deputados e que, certamente, virá com a mesma celeridade para esta Casa.

E o outro projeto de lei que também consideramos fundamental para aperfeiçoar esse sistema nacional, que já dito aqui e é tão robusto, é um que prevê, Zequinha, o depósito pela iniciativa privada em um fundo que permita o pagamento de horas extras aos servidores públicos, aos AFFAs, do Ministério da Agricultura. E eu explico porque defendo também a criação desse fundo, que será alimentado com recursos privados, mas gerido, de uma forma conjunta, pelas entidades representativas dos servidores públicos e privados.

Vejam um caso específico também porque eu acho que fica melhor de explicar. No ano passado, quando das enchentes do Rio Grande do Sul, um determinado frigorífico – e aqui eu posso falar com muita tranquilidade porque foi público –, Pamplona, teve a sua planta industrial completamente alagada, não é, Senador? Percebam que ele tem, atrás dele, dezenas ou centenas de granjas produzindo e que o animal chega no estágio de abate, mas o frigorífico está com um problema, está inundado no caso específico. O que foi feito e qual medida foi tomada para superar isso? Há um redirecionamento para abate em outra planta. No caso, não foi nem do mesmo grupo, foi um outro grupo que prestou o serviço solidariamente e continuou. Imaginem se não abatesse? Como iam ficar aqueles animais que estavam lá na granja? Qual o destino? E pode ser frango, pode ser o que for. A planta industrial estava alagada ou estava com um problema grave. Mas direcionar para outra planta frigorífica não significa que ela estava ociosa. Muito provavelmente e sempre, ela nunca está ociosa. Para fazer esse abate, precisou ser em turno extra. E o fiscal do Ministério da Agricultura, que tem que acompanhar o abate, não pode receber essa remuneração extra. E como, então, ele pode ser compensado? Bom, ele pode ser compensado, descansando um dia de trabalho ordinário. Ora, se, no dia que ele tinha que trabalhar, ele descansa, vem o mesmo problema para a frente. Então, uma forma sugerida pelo setor é que o setor possa – e não só pelo aspecto de crise sanitária ou climática, ou pela necessidade também do empresário de cumprir um contrato, de fazer um abate extra – pagar o valor não direto – porque não pode – ao fiscal, mas ao fundo. E esse fundo, então, remunera o servidor público.

Acho que é um assunto complementar, que vai dar eficiência ao sistema brasileiro e a que o Ministério da Agricultura se posiciona favorável e vai estar aqui para a deliberação do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que eram essas as mensagens que considero relevantes e ficou aberto, então, a todos os questionamentos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Ministro.

Eu quero apresentar o restante da sua equipe que o acompanha nesta oportunidade: Dr. Allan Alvarenga, Secretário Adjunto de Defesa Agropecuária; Wilson Taques, Chefe de Gabinete; Samoel Barros, Assessor Especial para Assuntos Estratégicos; Carla Madeira, Assessora Especial de Comunicação Social.

Bem-vindos a todos!

Registro aqui uma boa parte da bancada da Comissão de Agricultura: Senador Chico Rodrigues, de Roraima; Senador Jayme Campos, do Mato Grosso; Senador Hamilton Mourão, do Rio Grande do Sul – o Tchê, que é Heinze, saiu um pouquinho –, Senador Vanderlan Cardoso, do Estado de Goiás – uai sô –; e a Senadora Eliziane Gama, do Estado do Maranhão.

Aos dois cavalheiros inscritos, Senador Heinze e Senador Morão, queria consultar se permitem que a nossa Senadora, a única mulher da bancada, possa se pronunciar neste momento. (*Pausa.*)

Muito bem.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Meus cumprimentos e agradecimentos aos meus colegas, tanto ao Heinze quanto ao Morão, pela deferência e permissão para que eu fale.

Ministro, nós estamos tendo neste momento um debate muito amplo na Bancada Feminina sobre o novo Código Eleitoral. É um debate muito pertinente, não é? Mas eu fiz questão de vir aqui, quando soube da sua estada neste momento aqui na Comissão, para, na verdade, destacar e lhe cumprimentar, Ministro, pela sua atuação como Ministro Agricultura. Eu acredito que nós temos ministérios muito importantes no Governo, mas, do ponto de vista da efetividade, da agilidade, eu vejo que o seu ministério tem se destacado.

Eu queria até fazer um relato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente fui ao seu gabinete e, quando lá cheguei, numa reunião prévia, a sua equipe, de forma preliminar, tendo o conhecimento da minha pauta, já trouxe todas as informações e os encaminhamentos necessários, e V. Exa. chegou e se sentou para fazer o arremate com a sua presteza, com a sua dedicação, demonstrando a eficiência da sua equipe. Então eu quero cumprimentá-lo. Eu sei que quem está à frente de uma pasta, ele é fruto de uma equipe bem organizada e bem liderada, bem comandada, que é o que eu percebo de forma muito clara que o senhor faz. O senhor tem, inclusive com essa sua eficiência, evitado crises que seriam grandiosas no Brasil, como é o caso da gripe aviária. V. Exa. foi prontamente rápido, de forma eficiente, garantindo aí essas duas proteínas que são fundamentais no prato do brasileiro, que é o frango e o ovo. Então isso demonstra realmente o seu compromisso com a política e com a agricultura brasileira.

O nosso país é o quinto país na maior exportação de alimentos do mundo. Isso se dá porque nós temos uma política muito comprometida, que envolve naturalmente todo o seu trabalho, de forma intersetorial também com a política ambiental que tem ocorrido no Brasil. Eu acho que essa junção de forças, Ministro, faz com que o Brasil seja um destaque internacional.

Quando a gente fala, inclusive, da política ambiental, a gente lembra que a economia brasileira – e aí não é uma situação apenas de Brasil, mas do mundo inteiro hoje –, que todas as relações econômicas e as relações comerciais são amparadas por uma legislação ambiental forte, consolidada e naturalmente aí pela fluência, pela parte que é feita na política agrícola dos países.

Eu queria lhe parabenizar e me colocar à sua disposição, pedindo perdão porque terei que sair para essa reunião da Bancada Feminina. Mas eu sei que os colegas estão aqui. E eu acho que V. Exa., Ministro, é o Ministro que une todos, não é? Estou vendo aqui, Ministro, o nosso ex-Vice-Presidente, Senador Mourão, o Heinze e todos os demais que estão aqui, o Vanderlan, independentemente da cor partidária e de serem base ou não do Governo.

V. Exa. assumiu uma pasta que não é fácil, quando a gente trata desse debate político-partidário. Mas eu acho que V. Exa. conseguiu ser unanimidade, juntando esses dois campos. Isso demonstra o seu perfil contra qualquer coisa de polarização, de ideologia, que acabam, na verdade, emperrando a coisa pública. E V. Exa. passa por cima e mostra resultados para o Brasil. É disto que a gente precisa, do que é o Governo do Presidente Lula, um Governo de uma frente ampla – não é? –, que reuniu pensamentos diferentes, mas com um foco único que é o desenvolvimento e o crescimento do Brasil.

Mais uma vez, parabéns a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Presidente.

O SR. CARLOS FÁVARO – Agradeço pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá.

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Agradeço à Senadora Eliziane, tão generosa. Muito obrigado pelas palavras e pelo carinho.

O trabalho é fruto de um time que está todo aí na retaguarda. Todos têm essa obrigação, sempre com muita transparência, sujeito às críticas. E já tivemos as críticas também, em algum momento, não dando a devida atenção que um Parlamentar e um cidadão brasileiro merecem, para que possamos corrigir, trabalhar e dar os resultados.

Agradeço muito a sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora.

Anuncio, agora, o Senador Mourão.

Antes, porém, registro aqui a presença de um grande amigo, um grande irmão lá do Pará, que é empresário e produtor rural, que é o Silvair Dias Ladeira.

Está ali participando da nossa audiência pública.

Por favor, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Ministro Fávaro, em relação à questão da gripe aviária, eu estou plenamente satisfeito com as explicações que V. Exa. apresentou, que abrangem a nossa cidade de Montenegro, cujo Prefeito é do meu partido, o Republicanos. É um dos quadros em ascensão do nosso partido, numa cidade de produção intensa.

Mas todas as medidas foram tomadas. É óbvio que houve países que pararam de comprar, mas, em algum momento, vão retornar, a gente sabe disso.

Então, é algo que eu sinto que está sendo bem equacionado.

É óbvio que também o senhor mencionou algumas coisas que são responsabilidade e que o Parlamento pode ajudar como a questão de um fundo sanitário para indenização dos produtores, que é a questão que mais surge neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou sair deste assunto, Ministro, porque eu não vou dizer que eu estou preocupado, porque, na nossa linguagem militar, preocupar-se não é ação tática, porque a gente não se movimenta quando se preocupa. Refiro-me à situação da dívida dos nossos agricultores do Rio Grande do Sul, de que eu sei que o senhor tem plena ciência.

Eu gostaria que o senhor aproveitasse este espaço para comunicar a nossa turma lá do Rio Grande. O senhor sabe do esforço do Senador Heinze.

Nós já conseguimos aprovar aqui nesta nossa Comissão de Agricultura o projeto da securitização, mas ainda há um caminho a percorrer.

Eu também sei que o senhor tem limites para a sua atuação, mas, se o senhor puder transmitir aos nossos agropecuaristas atolados num cipoal de dívida a questão da prorrogação, pelo menos, se será equacionada, a gente pode ter um espaço de manobra para chegar a uma solução realmente estrutural para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Ministro, vamos ouvir mais um pedaço do Rio Grande.

O Heinze também vai falar disso.

Então, ouve logo o Rio Grande do Sul todo. Vamos lá?

Senador Luis Carlos Heinze.

Vamos lá, Tchê.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Ministro, primeiro, cumprimento o senhor e, na pessoa do Goulart, a equipe da Secretaria de Defesa do Ministério, pelo pronto atendimento com relação à questão da gripe aviária.

Assim como o Goulart, o pessoal técnico da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, que tomaram ações imediatas, tanto o Mapa como a Secretaria, e debelaram o foco da crise.

Isso aí tranquiliza os produtores da avicultura e também os próprios consumidores, assim como a pronta ação também com relação aos trabalhadores lá do frigorífico.

Há preocupação do pessoal em cima desses 24 países que já isolaram o Brasil e mais 13, só o Rio Grande do Sul, em função do que aconteceu já com o Japão, sobre a possibilidade de fechar só aqueles – acho que 10, 15 – dentro do raio, para poder tranquilizar o resto, porque eu acho que é o segundo ou o terceiro maior produtor do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eles pedem – a Associação Gaúcha de Avicultura – é essa participação com relação ao trabalho do Ministério com os 13 e os 24 países, que eles olhem apenas os 10km. Isso é o que o pessoal pede, porque já nos ajuda no processo, afinal a crise é bastante grande para o setor e não podemos perder tempo em recuperar esses mercados perdidos. Esse é o ponto em que nós estamos no setor da agricultura.

Parabenizo o Ministério pelo trabalho pronto que fez para tranquilizar os produtores e também os consumidores brasileiros e o mercado mundial.

Agora, faço coro com o Ministro Mourão aqui – Ministro, Vice-Presidente e Senador, um colega hoje – com relação ao endividamento. Perguntava para o Wilson aqui se o Wilson está trancando o assunto, mas não é ele nem o Guilherme Campos. É com relação ao endividamento a nossa preocupação... Na semana passada, quando a comitiva gaúcha esteve no Ministério, tratando da gripe aviária e também desse tema, V. Exa. havia falado que até quinta-feira sairia o voto do sistema monetário. Então, a gente também está pressionando tanto o Mapa, o MDA, como o próprio Ministério da Fazenda. Precisamos dessa definição. Sei que V. Exa. também já conversou com a própria Ministra Simone. É uma questão de ajustar o orçamento, mas o pessoal não aguenta mais. São milhares de produtores, os protestos continuam e vão se avolumar agora a partir desta semana. Então, é o desespero do pessoal e a pressão que os bancos estão fazendo.

Falei com o Guilherme inclusive o outro dia se não havia um meio de o Ministério soltar uma nota. Eu sei que os bancos já foram notificados verbalmente, não é, Wilson? Já houve a posição do Mapa, do MDA, da própria Ministério da Fazenda, dizendo que tem a vontade política, mas tem que acertar o detalhe do recurso do orçamento. Nós precisamos resolver esse impasse. Muitas contas venceram em abril. Começaram a vencer no início de maio, mas o forte vence agora nessa semana que vem, no final desta semana. O pessoal não aguenta mais, e há a pressão dos bancos em cima do produtor; então, precisamos dessa resolução o mais rápido possível para resolver esse impasse.

Já também no Plano Safra, tenho conversado com o Tete, com o pessoal da Embrapa, o Lemainski lá, e a própria CCGL, avançando aquela ideia que vocês tinham. V. Exa. falou do emburrecimento gaúcho, do produtor gaúcho, a gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não. Foi o Tete. Está bem. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente está avançando em um sistema que a gente quer preparar os técnicos, não só das cooperativas, das serialistas, das revendas, da Emater, do Irga, enfim, os da assistência privada, para poder implementar esse programa, que para nós é importante.

O que está se esperando neste momento é a questão de uma linha de crédito que haveria. Não adianta treinar o pessoal se não tem uma linha de crédito. Para nós é importante – viu, Mourão? – para que o pessoal esteja preparado para poder enfrentar novas situações dessas diferentes. Para nós, é importante, estamos buscando toda essa metodologia para aplicar o processo.

Com relação à irrigação, sobre um projeto que eu lhe disse anteriormente, já estamos fazendo e vamos começar em uma região lá das Missões, no noroeste, inclusive agora já construindo açudes. Nós marcamos lá, Mourão, em 23 municípios, 1.715 açudes. Tem o pessoal de suínos, da Alibem e do Frigorífico Estrela, que já têm mais de mil integrados. Eles querem também financiar o açude e o equipamento de irrigação. Então, a gente está avançando naquele processo com a iniciativa privada, mas precisamos também de uma linha específica que possa ajudar o pessoal a fazer isso aí.

Uma coisa mais avançada eu estive buscando, Mourão. Lá nos anos 70, a FAO financiou um levantamento na metade sul do Região Sul e no norte e nordeste do Uruguai. De 22 barragens que podiam ser construídas naquela região, só uma foi construída daquela época para cá; só uma, em Arroyo Grande. Barragens de 20 mil, 30 mil hectares. E, naquela ocasião, Fávaro, o financiamento foi de 50 anos. O.k., hoje, em dez anos, com a taxa de 10%, 15%, é difícil de alguém fazer uma obra dessas e pagar-se nesse período. Então, como fazer também com que essas obras possam ser executadas? Além do financiamento para o produtor, ali, onde a gente está fazendo esses pequenos açudes; ali, com 1.715 açudes – que nós já marcamos com Rogério Porto –, nós podemos irrigar 104 mil hectares. Começamos aí a solução para que a gente possa fazer o sistema de irrigação. Então, para isso, precisamos também de uma linha acessível de crédito.

Eu já estou buscando também, Fávaro, a questão da energia. Nós temos problema da energia. Eu já estou juntando as cooperativas de eletrificação, a própria RGE, que é uma empresa privada, com a Aneel, para poder ajustar como fazer obras mais importantes da infraestrutura, porque falta também energia. E o estado, o Governo do Estado vai entrar com um programa de ajudar também nesse processo. Então, são as redes de luz que têm que chegar para levar energia à propriedade – já estou trabalhando nesse assunto aqui –, a construção dos açudes e os equipamentos. Então, nós precisamos um programa específico para poder fazer a irrigação, além da questão da conservação do solo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Ministro, aproveite e responda para o Rio Grande todinho.

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Perfeito.

Muito obrigado, então, ao Senador Mourão, ao...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS FÁVARO – Vanderlan?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é que eu conversei aqui – viu, Ministro Fávaro? – com o Senador Jayme, que seria o próximo, e com o Senador Chico...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É o Chico, o Jayme e, depois, você.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, vou só dar uma saudação aqui ao Ministro e atender o pessoal no gabinete lá. O Presidente de Federação do Mato Grosso do Sul está... Eu os deixei lá, Ministro, para vir aqui cumprimentar V. Exa.

Questão de ordem... Posso já usar a palavra aqui, então?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode. Vamos lá.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para interpelar.) – Bom, primeiro, Presidente Zequinha, parabéns por esta audiência aqui, por esta reunião tão proveitosa com o nosso Ministro Fávaro, num momento tão delicado e de ansiedade por que passa o país com relação à gripe aviária.

Eu fiz questão, Fávaro, de vir aqui para dizer a V. Exa. sobre a rapidez com que foram tomadas as providências. Em hora nenhuma, Fávaro, escondeu-se nada.

E vou passar para V. Exa. a fala de um dos maiores produtores de frango do nosso país, que é de Goiás, o Sr. José Garrote, da São Salvador Alimentos.

O SR. CARLOS FÁVARO (*Fora do microfone.*) – É uma referência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Logo quando V. Exa. anunciou, liguei para ele no dia seguinte, e ele disse: "Olha, foi muito rápido o ministério, a pessoa do Ministro. Se for falar com ele, agradeça pela celeridade. Em hora nenhuma nós deixamos de ser atendidos". E eles estão ansiosos porque sabem que o problema está sendo resolvido já, ou já foi resolvido, e nos próximos dias aí, com certeza, como diz aqui o Heinze, já vai ser liberado nesses outros países aí, como a China, como o Japão, se não me engano...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E a Europa, mas para alguns países só está na região.

Acho que o próximo passo, eu acredito, é que a China vai abrir já a importação do nosso frango aqui, de embutidos e tudo o mais.

Então, Fávaro, quero dizer para você, Ministro, que eu estou muito orgulhoso de V. Exa. fazer parte do PSD e, num momento como esse agora, a resposta vir rápida e receber elogios. Muita gente elogiando, Presidente Zequinha, a atuação do Ministro e do Ministério.

Portanto, quero parabenizar V. Exa. e toda a equipe do Ministério pela rapidez nas ações e por não esconder nada hora nenhuma.

Parabéns, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Ministro, retorne com a palavra.

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Posso agora?

Está bom.

Então, vou começar do fim para o começo, voltar, então, ao tema da gripe aviária.

Muito obrigado também, querido amigo Vanderlan, a todos os Senadores que já se pronunciaram, Mourão e também o Heinze, pelo apoio neste momento.

Um ponto que gostaria também, talvez, para complementar aquilo que eu já disse, é com relação às restrições de mercado, que talvez a gente deva olhar e propagar pelo lado positivo, pelo copo cheio. Dos 160 países que compram carne de frango do Brasil, 128 estão abertos, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mexeram em nada, nem no Rio Grande do Sul está restrito, nem no Rio Grande do Sul; 13 no Rio Grande do Sul e 24 no Brasil todo.

Então, a imensa maioria, ao não se manifestar contrariamente, Senador Jayme Campos, já reconheceu a força do sistema brasileiro, 128. A gente tem que dizer isso, esse reconhecimento, com todo o respeito àqueles que restringiram, porque têm um protocolo e eles o estão cumprindo. Tudo certo! Mas com confiança, com transparência, nós vamos restabelecer a restrição, que é também a proposta do Senador Heinze, para trazer para dentro do raio, e é isso que eu quero.

Eu só gostaria de pedir, Heinze e Senador Mourão, todos os demais Senadores, em especial do Rio Grande do Sul, paciência. Talvez seja difícil pedir paciência para quem sofre problemas consecutivos, como vem acontecendo no Rio Grande do Sul, mas para que a gente possa, com eficiência e com a bênção de Deus, passar esses 23 dias para que a gente possa pedir uma restrição menor, porque, se não, eles vão falar: "Amigo, espera aí, você tem um protocolo para cumprir comigo".

A gente está dando a transparência, está explicando, está mostrando, mas eu posso efetivamente trabalhar com mais efetividade a partir dos 28 dias, porque daí não teremos mais gripe aviária, se Deus quiser, e a gente poderá, então, buscar a regionalização e até a abertura definitiva do Rio Grande do Sul, um caso concreto que iria acontecer, infelizmente.

No tema de Newcastle, que foi no ano passado, foram completamente dirimidas as dúvidas por parte da China. A China que ainda mantém a restrição de Newcastle só ao Rio Grande do Sul, mas todo o restante do Brasil estava aberto, e foi tema inclusive da ação presidencial. O Presidente Lula pediu ao Presidente Xi Jinping, há 15 dias, para que considerasse, já que tecnicamente não tinha mais nenhuma dúvida por parte da China, então, se não tem mais dúvida, reabra o mercado, e ele fez esse compromisso. Infelizmente, veio agora a gripe aviária, mas a gente, com a mesma presteza, vai tentar não demorar na abertura de todos os países.

Então, finalizando esse questionamento sobre a gripe aviária, vamos nos atentar à questão do endividamento do Rio Grande do Sul.

É fato que já há uma sensibilidade total da necessidade, por parte do Governo de, primeiro, fazer a prorrogação.

Eu tinha a manifestação do Ministro Haddad e da equipe técnica do Ministério da Fazenda de que a expectativa era que no "Cemenê" de quinta-feira passada já votasse. O voto está pronto. Teve o debate em torno do voto, mas já há um consenso sobre o texto desse voto que prorroga,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive com a ampliação além dos 8% que são estabelecidos pelo manual do crédito rural – são 8% do limite total dos bancos operadores do Plano Safra.

O Banrisul precisa mais do que 8%. Parece-me, Wilson, que os outros agentes financeiros... São 23. Não sei se todos os 23 operam no Rio Grande do Sul, mas todos os outros se enquadram dentro dos 8%. Portanto, o simples voto do "Cemenê" já os atenderia, mas vão precisar de uma excepcionalidade para o Banrisul, que é focado no Rio Grande do Sul. Também já há esse consenso no voto, já está estabelecido.

A questão técnica está lá no planejamento. Eu venho falando com a Ministra Simone Tebet; no domingo falei com o Ministro Fernando Haddad. Confesso que hoje ainda não falei com ele. Ele falou assim: "Fávaro, dedicação total. A gente está ajustando tecnicamente para que possa ter cobertura orçamentária essa prorrogação".

O mais importante é que nós já estabelecemos, num primeiro momento, um pequeno grupo. São quatro, Wilson? Quatro pessoas, quatro membros: um membro da Farsul, acho que é o Antônio da Luz; um membro do Parlamento, um técnico do Parlamento; e nós do Ministério da Agricultura, para que a gente possa, juntos, Mourão, começar a estruturar a partir da prorrogação; para dar a tranquilidade que a prorrogação vai dar de não colocar ninguém na inadimplência, porque com inadimplência perde-se tudo porque aí vem o juro de mora, a inadimplência, a restrição do crédito. E não faz sentido nenhum, está previsto. Então, a gente tem que agir o mais rápido possível. A minha solidariedade e a minha cobrança são diárias para que, até no máximo dia 30, em que se avolumarão os vencimentos... E que, também, é óbvio, seja retroativo àqueles que já venceram, que tragam tranquilidade àqueles que já venceram para que a gente possa, então, trabalhar as medidas estruturantes.

Há necessidade de um alongamento e, de acordo com a necessidade também da capacidade de pagamento de cada produtor – uns precisam de x anos; outros precisam de mais – isso tem que ser atendido, tem que ser estruturado.

Fontes de recurso. Há proposta já de fundo social. Eu levei a sugestão, que entendo que é pertinente, do Fundo Clima, porque tem total correlação com o clima.

A crise do Rio Grande do Sul é basicamente gerada por mudança climática. Então, por que não os recursos do Fundo Clima para que se possa fazer a recuperação das áreas com calcário, com fosfato, com matéria orgânica, com irrigação. Se a falta de chuva se combate com irrigação, tem pertinência com o clima, na minha modesta avaliação, Senador Jayme Campos. Então, que possam aparecer outras fontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado Alceu Moreira faz uma sugestão também de outros tipos de fundos privados que possam absorver essas dívidas. Então, nós vamos já começar. Amanhã é o primeiro dia de trabalho?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Amanhã.

O SR. CARLOS FÁVARO – Amanhã, não é? Amanhã, então, começamos com quatro técnicos participando, por parte dos produtores, do Congresso, do Ministério da Agricultura, para esboçar algumas variáveis, algumas oportunidades para financiar irrigação, para financiar recuperação de solo, para financiar... E, mais do que isso, a forma de acesso a esse crédito, porque, com o endividamento recorrente, a prorrogação, como é que ele vai acessar? Na hora em que ele chega e encosta o umbigo no balcão lá no banco, falam assim: "Cadê a garantia?". Então, a gente tem que achar a forma de acesso para que dê viabilidade, inclusive para que ele repactue o passivo e tenha capacidade de investimento, e o faça e volte a produzir com normalidade.

Então, nós vamos nos reunir, primeiro, com quatro ou cinco pessoas, para não virar um grande debate, e aí a gente vai trazer, então, aos Parlamentares: aos Senadores e Deputados da Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado. O Governo do Estado também e o Governo Federal estão enviando membros, e a gente vai juntos, então, montar uma proposta estruturante, levar para o Ministério da Fazenda, levar até ao Presidente da República, para que a gente possa atender à necessidade premente e, da minha parte, reconhecida como necessária para o Rio Grande do Sul.

Comprometo-me. Ainda hoje, vou falar com o Haddad e com a Simone se já encontraram o caminho técnico para o ajuste orçamentário. Falam de alguma coisa em torno de R$136 milhões...

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Neste ano, R$136 milhões.

O SR. CARLOS FÁVARO – ... que é o que precisa ajustar hoje. R$116 milhões ou R$136 milhões?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – R$136 milhões.

O SR. CARLOS FÁVARO – É. Para que possa, então, não ter nenhum descasamento orçamentário e possa com tranquilidade cumprir isso. Estão fazendo esse ajuste técnico, mas eu posso adiantar a vocês que há um empenho.

Domingo, eu falando com o Ministro Haddad, ele disse: "Fávaro, amanhã eu me dedico a isso", aí eu não liguei até agora para ele. Foi segunda-feira. Ele pediu o dia de ontem, vou ligar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e aí eu reporto, principalmente aos nossos dois Senadores do Rio Grande do Sul, para que a gente possa levar a boa notícia momentânea da prorrogação, mas já há a notícia de que o grupo de trabalho pequeno começa a esboçar propostas estruturantes que serão compartilhadas e aprimoradas com a participação de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Ministro.

Obrigado.

Vamos seguir?

Senador Chico Rodrigues e, em seguida, Senador Jayme Campos.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O Senador Jayme Campos tem precedência, em função do Estatuto do Idoso. Ele pode. Eu cedo a palavra para ele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, hoje de manhã, foi melhor aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Serei muito rápido.

Quero saudar, inicialmente, o nosso Presidente, Zequinha Marinho, e o ilustre Ministro Carlos Fávaro, que nos honra com sua presença aqui na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Eu ia fazer várias perguntas. Diante do que já foi colocado aqui, eu vou reduzir o meu tempo, até para favorecer também o Chico. Eu falava com o Chico: "Olha, o Vanderlan está aplicando o 171 em nós dizendo que tem um convidado dele no gabinete para passar na nossa frente. Daqui a pouco, vou invocar o Estatuto do Idoso, Chico, também aqui para eu falar na frente".

Mas, Sr. Ministro, prazer muito grande, volto a repetir, tê-lo conosco aqui. Aqui ninguém pode desconhecer o trabalho exitoso que o senhor vem fazendo à frente do ministério, um trabalho que tem surtido muito efeito em favor naturalmente da agricultura e da pecuária, sim, dessa atividade que hoje é um dos pilares da nossa economia brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, para ser breve, eu quero fazer apenas uma indagação: quais são as estratégias estruturantes que têm sido adotadas pelo Mapa para mitigar riscos de contaminação em granjas comerciais? Há previsão de reforço de vigilância em região de alta densidade avícola ou em rotas migratórias de aves silvestres? Qual o objetivo dessa pergunta?

De acordo com os dados do IBGE, o Mato Grosso possui mais de 26 milhões de cabeças de aves, o que o torna particularmente sensível aos impactos sanitários na cadeia da produção agroindustrial. Além disso, o estado possui áreas úmidas, como o Pantanal, que serve de rota migratória para aves silvestres, fator que aumenta com certeza o risco da disseminação da gripe aviária.

Pois bem, o que tem sido feito especificamente em Estados como o Mato Grosso, que combinam a importância estratégica para avicultura com a alta vulnerabilidade ambiental, para garantir a proteção de suas granjas e o fortalecimento da vigilância sanitária em áreas críticas?

Não vou fazer mais pergunta porque já foram feitas. Sabemos perfeitamente que o Brasil exporta aí algo quase em torno de 9 bilhões nas suas exportações de aves, etc.

V. Exa. fez uma bela observação da possibilidade da criação do fundo sanitário, não é verdade? Isso é muito importante. Eu acho que este é um projeto que poderia passar pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional de uma maneira geral, e nós criarmos esse fundo, na medida em que estamos sujeitos às intempéries, à questão eventualmente dessa gripe aviária e outras.

Eu tenho visto e acompanhado isso, na medida em que uma das maiores preocupações é a questão do seguro rural. Graças a Deus está avançando. V. Exa. sabe perfeitamente disso e eu tenho a primazia de ser Relator dessa matéria aqui no Senado Federal. Espero que nos próximos vinte dias, no máximo, possamos estar votando definitivamente, em caráter terminativo, na nossa Comissão, a CCJ.

Feito isso, nós estamos melhorando com certeza o clima, o ambiente, em termos não só para manter o que está aí, mas, sobretudo, para receber novos investimentos. O Brasil, graças a Deus, está avançando. Acabamos de aprovar a lei geral do licenciamento ambiental, que foi uma grande conquista. Ela tramitava no Congresso há mais de vinte anos – e V. Exa. é testemunha. Ela rodou na Câmara um tempão, veio para cá; e, mesmo assim, ficou quatro anos. Foi discutida por mais de um ano e meio, através das audiências públicas. E agora, de forma consensual, aprovamos não só na CMA, mas também aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, *a posteriori*, no Plenário da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que realmente elogiar a atitude do Governo, que tem, de um certo modo, assim, estado aberto ao ambiente do diálogo e do entendimento. Eu entendo que o Brasil vai para frente só dessa forma; caso contrário, vamos andar sempre para trás.

Tem a primazia hoje o Brasil de produzir mais de trezentos e tantos milhões de toneladas. O nosso estado particularmente recolheu mais de cem milhões de toneladas de grãos. Isso é muito bom, sobretudo na certeza de que vamos crescer sem fazer nenhum desmatamento, sem derrubar nenhuma árvore, só recuperando as nossas áreas degradadas. Então, nós temos tudo para ser o maior produtor do mundo, com certeza, seja através da carne bovina, da avicultura, da piscicultura, etc. Mas particularmente pelo que se fala da soja, do algodão, do milho, estamos avançando muito.

E V. Exa., com todo o respeito aos ex-ministros, também está fazendo um bom trabalho indiscutivelmente, reconhecidamente aqui, independentemente da questão partidária. É o caso do companheiro Vanderlan Cardoso, do seu glorioso PSD. Temos que fazer justiça, está avançando.

Eu vejo que, mesmo diante das dificuldades, quando surgem fatos novos como este aqui no Rio Grande do Sul, que precisamos de mais crédito agrícola, de inovar os créditos entre as pessoas que não têm capacidade de pagamento... E é isso mesmo, nós temos que trabalhar, que ser otimista e buscar o crescimento deste país, de forma sustentável, como estamos fazendo, permitindo, com certeza, hoje que o Brasil, através da apicultura, da pecuária e de outras atividades do campo, contribua sobremaneira com a nossa balança comercial.

Então, foi essa a minha indagação. A minha preocupação é só em relação a nossas áreas úmidas do Pantanal, na questão das aves que voam de lá, transitam para cá e poderão contaminar também a nossa produção.

Parabéns!

Sucesso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jayme.

Agora sim, Senador Chico Rodrigues.

E aí o Ministro arremata. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só contar uma aqui. De manhã cedo, quando alguém se referiu ao Esperidião Amin, e eu disse: "Não, vamos conceder a palavra, porque ele é o decano aqui e tal". E ele falou assim: "Mas você tem mais cabelo branco do que eu"; porque ele não tem nenhum. (*Risos.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Caro Presidente Zequinha Marinho, V. Exa., aqui, em boa hora, fez esse convite ao Senador, que hoje é Ministro, mas é Senador e oxalá, em 2026, seja Governador do Mato Grosso, pelo trabalho brilhante que está fazendo.

Essa é a torcida dos seus colegas, mas, acima de tudo, de quem está assistindo e acompanhando.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Mas V. Exa. está em grande evidência, hoje, no Brasil.

Eu vejo aqui que o Brasil produz 5,3 milhões de toneladas de carne de aves, é o maior exportador do mundo. Só a China importa 562 mil toneladas do Brasil; os Emirados Árabes, 455 mil toneladas; o Japão, 443 mil toneladas. E os dez países que mais importam do Brasil o fazem em quantidades superiores a 150 mil toneladas. Isso aí, por si só, já demonstra a pujança, a força e, acima de tudo, a qualidade da nossa produção, através de todos os aviários instalados no Brasil. E, obviamente, esse é um fato recorrente...

Aliás, antes eu gostaria de cumprimentar toda a sua equipe, na pessoa do Samuel, que é muito generoso e atencioso com todos os Parlamentares; e isso é bom, porque aproxima, inclusive, o Ministro dos Senadores e dos Deputados. Enfim, quero deixar esse registro.

E é interessante, porque isso são fatos que acontecem e fogem ao controle, principalmente da questão sanitária, na pecuária bovina, suína, aviária, etc.; mas uma coisa que foi dita aqui pelos que me antecederam é exatamente a eficiência e a capacidade de pronta resposta que o ministério, através de V. Exa., deu, inclusive acompanhando os veículos que fazem as notificações. O ministério, imediatamente, comunicou a ocorrência à Organização Mundial da Saúde Animal, mostrando exatamente a transparência do Governo e, especialmente, de V. Exa., para que pudesse imediatamente encontrar fatores para mitigar uma possível ocorrência mais ampla da gripe aviária.

É claro que esses 28 dias são cruciais, mas, pelas informações que têm sido divulgadas também, demonstram que há, realmente, um represamento nessa ocorrência da gripe aviária identificada no Rio Grande do Sul. Os prejuízos são gigantescos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas também uma questão interessante é que as pessoas, no convívio do cotidiano, perguntam: "ora, será que, com a diminuição da exportação para os países que fizeram essa limitação, vai diminuir o preço da carne de frango aqui no Brasil?". Essa pergunta eu quero deixar para V. Exa., porque eu tenho ouvido, no cotidiano, das pessoas, que não deixa de ser uma expectativa de, quanto menor o preço, maior o consumo.

Então, V. Exa. também poderia dizer quais são as ações complementares que estão sendo desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura – que, diga-se de passagem, é extremamente eficiente nessa parte de fiscalização –, para que a população brasileira, a economia do Brasil e, acima de tudo, os produtores, os milhares de produtores, possam realmente se tranquilizar? Realmente, cria-se uma expectativa enorme. Só em falar da gripe aviária, já estremece o mercado e, obviamente, os mais de cem países que adquirem a carne de aves do nosso país.

Portanto, quais são exatamente essas ações que V. Exa. está desenvolvendo no ministério, para que se possam tranquilizar o mercado interno e também, principalmente, o mercado externo?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Sr. Ministro para responder ou analisar o que foi comentado.

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Tá bom. Muito obrigado, mais uma vez, Senador Zequinha.

Eu acho que é muito relevante, e me deram a oportunidade o Senador Jayme Campos e o Senador Chico de falar um relato que eu ainda não tinha feito. Quais as medidas estruturantes? É fato que, além das medidas propostas com o apoio do Ministério da Agricultura pelo Parlamento, que são os dois projetos de lei, porque é importante a gente dar robustez ao sistema... Nós até nos antecipamos – tinha previsão para daqui uns dias – e já fizemos o chamamento de 440 novos servidores para o Ministério da Agricultura, que reforçam o sistema nacional de vigilância, de segurança sanitária. São 440 novos que já estão em processo de treinamento e capacitação para se incorporarem ao sistema.

Aqui, adianto aos colegas que já está na previsão e na prerrogativa deste Ministro fazer um aditivo de mais 25%. Devo fazer, então, a adição de mais 25%; e, caso necessário e tenha previsão legal, o compromisso do Governo do Presidente Lula é que ele possa, por decreto, fazer a adição de mais 50%. Então, a gente está falando aí de quase mil novos colaboradores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidores públicos na vigilância sanitária brasileira. Lembro que, se eu não me engano, fazia 12 anos que não tínhamos concurso. É isso? Quantos anos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS FÁVARO – Desde 2014, não é? São 11 anos. Então, há um reforço significativo, sempre há a necessidade de reforço.

Também a implementação daquilo pelo qual nós todos trabalhamos, pelo autocontrole e a efetivação do chamamento de privados para incluir e dar mais eficiência, mais transparência... O setor privado quer colaborar com essa questão sanitária e ninguém mais interessado na qualidade dos produtos do que o empresário, o dono da marca que tem abate – o Senador Jayme Campos já teve frigorífico. Quem quer prezar pela qualidade dos produtos que bota na gôndola do supermercado, antes mesmo do Governo, é o empresário, que quer ter a qualidade e a garantia do seu consumidor e que a sua marca tenha robustez.

Então, a gente vai reforçar, também, um sistema com a parceria com a iniciativa privada, fruto do trabalho deste Parlamento, que destravou, depois de muitos anos, a Lei do Autocontrole. Se tem um detalhe para se colocar nessa lei – eu falei ainda quando nós votamos, eu estava aqui como Senador –, é só no nome. Alguns vão dizer assim: "Ah, mas está banalizando, vai deixar que o empresário se autocontrole?" ou "que se controle?", não! O nome, talvez, correto seria controle compartilhado, porque não sai a presença do Estado: o Estado faz uma parte, cumpre o seu papel como Estado, de fiscalizar, mas o empresário ganha protagonismo também porque é do interesse dele.

Então, a gente vai colocar isso agora efetivamente na prática, inclusive com o maior de todos os decretos regulamentadores, que está pronto, que é com relação às multas, às punições que os empresários sofreram, criando a terceira instância, criando alternativas, para quê? Claro, aquele que sair do regramento tem que ser punido, mas tem que ter o amplo direito de defesa e o fortalecimento do sistema, que são medidas que estão sendo implementadas.

Acho pertinente também e vou propor ao Governo do Estado de Mato Grosso, Senador Jayme Campos, e à Secretária Mauren... Como o senhor bem disse, o Pantanal é um berçário de aves migratórias, que podem passar sobre o nosso Pantanal e criar um grande desastre. A gente não consegue evitar que, a céu aberto, a contaminação possa acontecer, mas, ao menor indício, se a gente tiver efetividade no recolhimento das carcaças que possam ser contaminadas, a gente diminui o foco, diminui a proliferação. E essa é uma medida interessante que, depois do seu pronunciamento, nós vamos propor pelo Ministério da Agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao seguro rural, aqui eu reforço um apelo. Primeiro, parabenizo pelo trabalho, pela dedicação. Se tem algo que ainda deixa a desejar, no Plano Safra brasileiro, é a questão do seguro rural. Não cumpre a sua finalidade. Veja, Senador Mourão, se a gente tivesse um seguro rural efetivo, nós não estaríamos discutindo a repactuação das dívidas dos produtores do Rio Grande do Sul: o seguro pagaria a conta e seguiria a vida. Entendeu? Então, é fundamental.

Eu faço um apelo. Nós estudamos juntos; este Congresso e este Senado estão fazendo o trabalho. Nós precisamos incorporar mais recursos. Nós sabemos das limitações orçamentárias. Eu acho que uma fonte disso é parte da migração do Proagro. O Proagro precisa de modernização. Chegamos, em 2023, a utilizar R$10 bilhões de orçamento para cobrir o Proagro; o seguro rural, um pouquinho menos de R$1 bilhão. Neste ano, foi suplementado no Rio Grande do Sul e não chegou a R$1,5 bilhão, talvez R$1,3 bilhão ou R$1,4 bilhão, mas, normalmente, é R$1 bilhão para o seguro rural, que é a imensa maioria.

É claro que a pequena propriedade e o agricultor familiar merecem um carinho, uma dedicação mais atenta do Governo, mas, em 2023, foram R$10 bilhões; em 2024, algo em torno de R$6 bilhões ou R$7 bilhões. E é possível um mecanismo... Inclusive, os órgãos de controle questionam a forma de atuação do Proagro, e podemos e devemos propor uma migração de parte disso para o seguro rural.

E aí eu defendo e peço o apoio de vocês para que a gente implemente o seguro paramétrico. A ideia é fazer um chamamento robusto para que todas as seguradoras que atuam no Brasil possam participar, para que resseguradoras internacionais possam participar. Manter o seguro no modelo tradicional, mas também dar a opção para o produtor acessar o seguro paramétrico porque, na minha avaliação, depois de todo o estudo, tem que ser o paramétrico para ter amplitude da adesão. Se a gente falar com o produtor mato-grossense, Senador Jayme Campos, ou aqui do Goiás, ou até do Matopiba, ele dificilmente tem interesse no seguro rural tradicional, porque dificilmente ele tem intempérie climática que não dê a ele a capacidade de pagamento – por falta de chuva, ou por excesso, ou por geada, que não tem. Então, o seguro paramétrico acaba sendo uma alternativa. Por exemplo, ele faz um parâmetro só: "Olha, eu tenho interesse de pagar seguro, mas se for só lá de 15 de setembro a 15 de outubro, para que o meu plantio, se tiver um veranicozinho, seja coberto". Aí vai ser atrativo. Então, contrata só para aquele período – é mais barato, são só 30 dias. "Olha, eu tenho interesse no seguro paramétrico lá no enchimento de grãos da safrinha de milho".

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Só para fazer um adendo, V. Exa. me permite um aparte, Ministro? (*Pausa.*)

Primeiro, o seguro no Brasil é muito caro – vamos ser honestos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS FÁVARO – Isso mesmo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... porque a adesão é muito pouca.

O SR. CARLOS FÁVARO – Exato.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Na adesão temos apenas 20%...

O SR. CARLOS FÁVARO – Isso mesmo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... e torna-se quase inviável. Na medida que nós aumentarmos a base – por exemplo, nos Estados Unidos é 80 e tantos por cento, e se tem cobertura –, isso facilita. E com isso nós podemos até trazer outras seguradoras. Por exemplo, uma das maiores do planeta é uma mexicana, V. Exa. sabe que é uma grande e já tem interesse de vir para o Brasil.

O SR. CARLOS FÁVARO – Isso mesmo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agora, precisa baratear, para que o produtor, de fato, tenha interesse nesse seguro. Não é isso, Ministro?

O SR. CARLOS FÁVARO – Perfeitamente.

O senhor estudou a matéria, o senhor foi Relator da matéria aqui neste Congresso. É esse o estudo, porque nós só vamos fazer o seguro ser efetivo quando ampliar a base, quando ampliar o número e apólices, porque, senão, quem vai ficar fazendo o seguro? Só os produtores gaúchos. E aí será cada vez mais caro e menor a cobertura. Tanto é que a prova de que não está funcionando é que são só 20% e ainda tem o endividamento. Não funcionou o sistema – ele não funcionou.

Então, eu defendo que todo aquele produtor que acessar ao crédito subsidiado de custeio, não de investimento, tenha que ter seguro. Aí nós ampliaremos a base, aí nós faremos todo mundo contribuir com o bolo, aí o bolo vai ficar... E ampliar as resseguradoras...

Mas vem um produtor mato-grossense, como eu estava dizendo: "Eu não vou, não quero fazer seguro". Não. Se você conversar com ele, ele vai dizer: "É, se eu tiver um seguro barato, competitivo – lá para o meu risco, que é de enchimento de grãos na segunda safra, na safrinha de milho; ou no plantio, porque eu quero plantar um pouquinho mais cedo, para plantar algodão, mas tem um risco de um veranicozinho entre setembro e outubro – eu tenho interesse". Vai ser obrigatório fazer. Escolha o momento em que você quer fazer, para onde você tem risco. E as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguradoras topam isso, porque elas vão ter uma dimensão nacional, passam a ter algo em torno de R$110 bilhões de custeio equalizado no Brasil.

Então, parte disso... E aí também vem, Jayme, uma defesa de muitos produtores que desejam ter seguro de renda, não só seguro de custeio. Outros falam assim: "Eu não quero ter o seguro de renda, mas eu quero ter o seguro de custeio mais investimento". É paramétrico: você escolhe o que você quer ficar coberto, parametriza isso numa apólice, contrata, e com muita tranquilidade.

Então, o que eu faço um apelo aqui aos colegas é que nós tenhamos o apoio do Senado Federal para evoluirmos em 2025. Vai ficar o ideal? Provavelmente não, mas vai melhorar o que aí está. E aí, depois, quem me suceder, em 2026 e 2027, vai aperfeiçoando. Mas o fato concreto é que o seguro rural no Brasil é ineficiente, e nós precisamos tomar atitude. Eu conto com o apoio de vocês.

Por último, então, quero parabenizar... Foi citado aqui e já estava nas minhas anotações. Eu, que estive nesta Casa votando tantos temas importantes como a lei dos pesticidas, a Lei do Autocontrole, confesso a vocês que gostaria muito de ter estado aqui na semana passada, e falei isso à Senadora, à Ministra Tereza Cristina, ao Jaime Bagattoli, que estavam na Frente Parlamentar da Agropecuária. Falei assim: "Levem ao Presidente Davi e consignem o meu voto, como Senador da República, pelo projeto do licenciamento". Foi um belo gesto desta Casa em prol do desenvolvimento deste país. Fiquei muito feliz e tenho certeza de que a resposta será em eficiência e modernização do licenciamento brasileiro.

Também quero reforçar o convite que já veio a esta Comissão para que no dia 06/06 estejamos juntos, em Paris, recebendo o certificado livre de febre aftosa sem vacinação. É um ato glorioso para todos: 64 anos. O Chico foi Secretário de Agricultura – não é, Chico? – lá em Roraima. Os secretários, os gestores dos fundos estaduais, os Governadores, o Governo Federal, os pecuaristas, a rede de frigoríficos, todos devem comemorar o Brasil livre da febre aftosa sem vacinação, porque lutamos por 64 anos.

E por último, não poderia deixar de falar rapidamente de política e agradecer a todos os nossos colegas Senadores que destinaram recursos das suas emendas para o Ministério da Agricultura. A nossa equipe aqui está pronta para atender com rapidez, com eficiência. Sabemos que é o momento em que a gente gosta de prestar conta. Quando a gente faz um compromisso com um Prefeito, com um Vereador, com uma entidade representativa para onde foi destinada a nossa emenda, queremos que ela chegue rápido, que ela cumpra o nosso compromisso. Por isso, o Ministério da Agricultura está pronto para rapidamente – quer seja entrega de máquinas, contratação de recuperação de vicinais, feiras de produtor – atendê-los e cumprir isso ainda nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximos dias, para que todos os compromissos dos Senadores sejam cumpridos com as suas bases eleitorais.

Era isso. Agradeço mais uma vez a oportunidade e continuo sempre à disposição e honrado de ser convidado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Ministro.

Com relação à questão do seguro rural, conte conosco aqui para a gente construir juntos, porque também comungamos do mesmo pensamento.

Quero aqui agradecer à sua equipe, que compareceu com V. Exa.: ao Secretário Irajá Lacerda, ao Secretário de Defesa Agropecuária Carlos Goulart. Está ali.

Goulart, dia 11...

E aí, Ministro, estou aproveitando aqui para informar ao senhor que dia 11 nós teremos aqui uma audiência pública sobre a monília, uma praga que está vindo da Bolívia, já está no Acre. E o Pará, que é produtor de cacau, assim como Rondônia e outros mais, está muito preocupado com isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Essa é mais perigosa do que a vassoura de bruxa, segundo informações.

O SR. CARLOS FÁVARO (*Fora do microfone*.) – É outra crise sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É outro problema.

O SR. CARLOS FÁVARO (*Fora do microfone*.) – Só que essa é vegetal.

E urgência. Nós estamos com quatro urgências sanitárias. É que está na moda, hoje, falar da gripe aviária, mas nós estamos com quatro urgências sanitárias.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Agradecemos, também, além de ao Goulart, ao Secretário de Comércio e Relações Internacionais, Luís Rua, ao Secretário de Inovação...

O SR. CARLOS FÁVARO (*Fora do microfone*.) – Urgência não, emergência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo, Pedro Neto, ao Secretário Adjunto de Política Agrícola, Wilson Vaz.

É o Wilson que vem aqui amanhã? Vamos fazer um debate sobre o Plano Safra, a proposta da CNA e o Ministério da Agricultura. É o senhor?

O SR. CARLOS FÁVARO (*Fora do microfone*.) – É ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bem-vindo.

Se fosse mais longe já ficava aqui, mas pode voltar amanhã cedo. Obrigado, Wilson.

À Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares Federativos, a Flávia, obrigado; ao cerimonial, na pessoa da Marcilene Nascimento, muito obrigado também; ao Allan Alvarenga, Secretário Adjunto de Defesa Agropecuária; ao Wilson Taques. O Wilson Taques é do Mato Grosso?

O SR. CARLOS FÁVARO (*Fora do microfone*.) – É.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tinha um Taques lá – né? –, o Senador Pedro.

O SR. CARLOS FÁVARO (*Fora do microfone*.) – Tem, mas diz ele que não é parente. Eu não sei, não.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, não? (*Risos.*)

O Chefe de Gabinete do Ministro; Samoel Barros, da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos; Carla Madeira, da Assessoria Especial de Comunicação Social.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Também o Assis, muito obrigado.

Ministro, a V. Exa. a nossa gratidão, porque sempre tem atendido muito rapidamente nossos pedidos aqui, para a gente continuar unidos, discutindo, construindo juntos. O senhor é membro desta Casa, sabe muito bem disso, da nossa preocupação. E a fonte é lá, né? E a fonte é lá! Muito agradecido pela sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a todos pelo comparecimento, enfim, e por todo o produtivo comentário aqui feito pelo nosso Ministro. Boa tarde a todos!

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Romário e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública, atendendo ao requerimento REQ 20/2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Finalidade: Debater a respeito do Plano Safra 25/26, programa do Governo Federal que oferece linhas de crédito e incentivos para o setor agropecuário, visando apoiar a produção e a comercialização de alimentos, para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira, especialmente da agricultura familiar e empresarial, por meio do oferecimento de crédito rural, apoio à comercialização, investimentos em inovação, seguro agrícola e assistência técnica. Participantes: Guilherme Campos Júnior, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa; Gilson Bittencourt, Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Robson Lopes, Coordenador-Geral de Financiamento à Produção Rural da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Guilherme Augusto Costa Rios, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.; Maurício Buffon, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Soja - Aprosoja; e João José Prieto Flávio, Coordenador do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 27, de 2025 que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e dos arts. 90, III, 397, § 1º, e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a mudança de posicionamento do Governo Federal em relação ao Projeto de Lei nº 715/2023, detalhando os fundamentos técnicos que embasam a alegação de impacto orçamentário e explicando os motivos pelos quais o Executivo tem adotado ações que resultam no adiamento da tramitação ou na tentativa de descaracterização do texto originalmente apoiado pelo próprio governo." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado com as seguintes modificações: Conversão da convocação em convite. Reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais. ITEM 2 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 28, de 2025 que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Fazenda, para que compareça a esta Comissão, a fim de esclarecer as razões do não cumprimento das medidas prometidas para a prorrogação das operações de crédito rural dos agricultores do Rio Grande do Sul." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Resultado: Retirado de pauta pelo Presidente. Usam da palavra os Senadores Beto Faro, Hamilton Mourão, Jorge Seif e o Senador Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Queremos abrir neste momento a 15ª Reunião.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o Plano Safra 2025-2026, programa do Governo Federal que oferece linhas de créditos e incentivos para o setor agropecuário, nos termos do requerimento de iniciativa desta Presidência. Em seguida, uma segunda parte da reunião deliberativa.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 27, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e dos arts. 90, III, 397, § 1º, e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a mudança de posicionamento do Governo Federal em relação ao Projeto de Lei nº 715/2023, detalhando os fundamentos técnicos que embasam a alegação de impacto orçamentário e explicando os motivos pelos quais o Executivo tem adotado ações que resultam no adiamento da tramitação ou na tentativa de descaracterização do texto originalmente apoiado pelo próprio governo.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO) e outros

Observações:

- Votação simbólica.

Requerimento subscrito por nós.

Senador Beto Faro com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para discutir.) – Isso é porque ele está acostumado ainda no mandato, nós fomos Deputados juntos.

Então, Senador Zequinha, Presidente, Senador Mourão, primeiro esse projeto está na CAS e a sugestão era de que a gente pudesse inclusive fazer uma audiência pública conjunta entre as duas Comissões, pudéssemos fazer entre a nossa Comissão aqui e a CAS, para que a gente pudesse verificar esse tema, esse projeto. Convocar aqui o Ministro para um tema que ainda está em debate em outra Comissão, nós não achamos que é conveniente. Então, a nossa sugestão aqui, em vez de a gente fazer a convocação, como está explicitado, é de que a gente pudesse até trabalhar uma audiência comum entre as duas Comissões para analisar o projeto, e, a partir daí, se não houver entendimento, aí se estabelece convite ou convocação, o mecanismo que a Casa queira, mas fazer um processo sem esgotar nenhuma possibilidade de conversa, de diálogo, nós achamos difícil.

Portanto, nós estamos encaminhando contra esta convocação e solicitando que a gente pudesse fazer reunião conjunta aí das duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Correto.

Em discussão.

Só quero prestar uma informação. O Ministro Wellington nos ligou sobre este tema, mais outras pessoas nos ligaram também. Fomos procurados ontem pelo Presidente da CAS, o Senador Marcelo Castro. E eu quero submeter à apreciação e à aprovação de V. Exas.: 1) que a convocação seja transformada em convite; e 2) que a gente faça uma audiência pública conjunta com a CRA e a CAS.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Aí perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ficará dessa forma, Secretário. (*Pausa.*)

2ª PARTE

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 28, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Fazenda, para que compareça a esta Comissão, a fim de esclarecer as razões do não cumprimento das medidas prometidas para a prorrogação das operações de crédito rural dos agricultores do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Observações:

- Votação simbólica.

Está todo mundo bravo com tanta convocação. (*Risos.*)

Isso foi subscrito por nós aqui.

Eu quero neste momento também...

Deputado... Oh, desculpe. Amanheci com Deputado na cabeça. Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para discutir.) – Senador Zequinha e demais membros, esta portaria do requerimento tem um atraso, nós admitimos isso, mas estão sendo feitas todas as tratativas para ver se, no máximo na semana que vem, a gente tenha a publicação – pode até ainda ser que seja esta semana, mas que, até na semana que vem, tenha a publicação.

Não há aqui uma discordância de mérito da proposição, aqui é um atraso na publicação de uma portaria para poder fazer esse processo de crédito no Estado do Rio Grande do Sul, que é uma preocupação da oposição na Casa, é uma preocupação do Governo. Todas as medidas nós estamos dialogando e tomando com relação ao Rio Grande do Sul. Então, eu pediria para a Comissão, em vez de a gente fazer um processo de convocação agora do Ministro, que a gente desse esse tempo.

Na semana que vem, eu acho que poderemos ter um problema aqui, porque tem a questão da semana em que vai ter a questão dos Brics. Então, eu não sei como é que nós vamos estar de fato, se as Comissões vão estar funcionando ou não – provavelmente não, provavelmente não –, porque, senão, daria para esperar até a semana que vem. Neste caso, eu pediria aqui um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voto de confiança, eu tenho a informação – me foi passada a informação do Governo – de que, até a semana que vem, essa portaria estará publicada. Então, que a gente pudesse dar esse tempo. Caso efetivamente não fosse publicada a portaria que está sendo prometida pelo Ministro Haddad e pelo Governo, aí se convocaria, mas eu estou solicitando aqui aos demais pares que a gente dê esse crédito, dê esse tempo.

O Governo tem tomado medidas para poder resolver essas questões do Rio Grande do Sul. A gente sabe da crise que o setor está vivenciando novamente, mas solicitaria, então, que a gente pudesse dar este tempo, até semana que vem, para que o Governo fizesse essa portaria, publicasse a portaria. A partir daí, então, a gente tomaria providências, de acordo com o encaminhamento que o Governo desse a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Quero submeter a V. Exas. a solicitação verbal do Senador Beto Faro com relação ao adiamento, na pauta, desse requerimento, levando em consideração os argumentos que ele colocou, de que, na próxima semana, deve sair a publicação da portaria e as coisas possam...

Tem um gaúcho forte aqui, que é o nosso Senador Hamilton Mourão. Por favor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, Senador Beto Faro, Senador Jorge Seif, o Senador Heinze, que é o autor do projeto que foi subscrito aqui por nós, esse requerimento, o fez justamente porque nós estamos vivendo de promessa já desde abril, que é a data colocada aqui. O dado que nós tivemos – e ontem nós conversamos aqui com o Ministro da Agricultura, o Ministro Fávaro –: nós estamos aguardando essa reunião do Conselho Monetário Nacional, Senador Beto Faro, porque nós temos pessoal com a corda no pescoço por dívidas que vencem sexta-feira. Então, é óbvio que, mesmo a gente votando agora a convocação do Ministro, ele não vai vir aqui para solucionar o problema até sexta-feira – nisso aí eu concordo com V. Exa.

Mas eu quero que fique consignado, Presidente, que a situação é uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É grave.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E nós estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ontem, quando o Ministro da Agricultura estava aqui, eu ouvi essa conversa do Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estamos vivendo de promessa.

Então, eu até tenho a esperança – viu, Senador Beto Faro? – de que amanhã saia essa decisão.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Estamos com a previsão de depois de amanhã fazer uma reunião, inclusive, extraordinária do Conselho Monetário, para que se possa fazer isso até sexta-feira.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, eu só deixo claro isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Fechado o acordo?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Fechado. Sem problema. Mas só ficando claro esse nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Senador Jorge Seif também deseja se manifestar.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente, com todo o respeito ao nosso amigo Senador Beto Faro, do nosso querido Pará, infelizmente, o Governo Federal não tem cumprido com as ajudas com que se compromete nem com o Rio Grande do Sul, na questão das enchentes, nem com Santa Catarina. Os valores enviados até agora não correspondem nem a 50% das promessas do Governo Federal. E a forma...

Vamos imaginar que estejam agora nos assistindo os nossos agricultores de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. Eles esperam um acordo, paciência, leniência, adiamentos ou eles esperam uma posição firme de nós, enquanto representantes dos nossos estados, para que o Governo, pelo menos, se explique? Porque, quando a gente convoca o Ministro, que já não tem muita credibilidade, pelo menos, com o Governo do Rio Grande do Sul e com o Governo de Santa Catarina, quando a gente o convoca, o que ele vai fazer? Ele vai ligar para os secretários dele e falar: "Meus amigos, me convocaram no Senado. Vocês deem jeito de publicar". Então, não é uma coisa de oposição cega, surda e muda, senão realmente um pedido de socorro para o Estado do Rio Grande do Sul e para Santa Catarina.

Eu gostaria, e vou respeitar a autoridade do Senador Mourão, porque é do Estado do Rio Grande do Sul, mas o meu estado, Santa Catarina, também tem muito interesse nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação para que o ministro explique por que que apertou a mão, se comprometeu, voou de helicóptero lá sobre as áreas alagadas, se reuniu lá no sindicato.

Foi o Fávaro, foi o Paulo Pimenta, foi todo mundo lá, rir, chorar, beber água e, na hora do vamos ver, estão aí os nomes dos nossos agricultores indo para o pau.

Lembro, ainda, Senador Zequinha, que quando o nome de um agricultor fica negativado por não cumprimento dos financiamentos com que ele se comprometeu lá atrás, ele não consegue financiamento para continuar produzindo alimentos para o Brasil. Então, respeitando os demais colegas, peço aqui vênia, mas eu acho que esta Comissão – infelizmente o Heinze não está aqui – tem, sim, que manter a convocação do ministro, não em retaliação, não por uma medida política, mas por uma medida prática para os agricultores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que aguardam há mais de um ano, há praticamente um ano, esse ajuda, esse adiamento das dívidas que estão vencendo dos nossos agricultores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. O Senador Beto, que acabou de conversar ali com o Senador Hamilton, está dando aval dele. Eu gostaria que ele...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, deixe-me só levantar uma situação aqui. Todos nós queremos resolver a situação, não é aqui uma questão de ser menos duro ou mais duro com relação a isso. Nós estamos querendo resolver uma situação que não é... E aqui para nós não é verdadeiro que o Presidente Lula tenha falhado com essas questões de apoio aos estados, principalmente ao Rio Grande do Sul, após aquela questão das enchentes, essa questão toda. Tem liberado bastante recursos, tem feito relação com o estado e tem ajudado a reconstruir.

Essa situação não é uma situação só para o Rio Grande do Sul, é para o país inteiro. Tem um atraso nessa publicação dessa medida, mas nós estamos afirmando aqui que nesses próximos dois dias, na quinta e na sexta, nós podemos ter a publicação disso. Está sendo preparada, inclusive, uma reunião extraordinária do Conselho Monetário, para poder achar uma solução, para poder aprovar e publicar essa medida. É dar um tempo. Eu estou colocando aqui.

Na próxima reunião da CRA, Senador Jorge Seif, se nós não tivermos resolvido, eu voto com você aqui pela convocação. Está certo? Eu voto com você pela convocação. É só uma questão de fazer essa aposta, de a gente poder fazer essa tratativa aqui, buscar entendimento, resolver essa situação e, a partir daí, então, a gente caminha. É só por mais uma reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bom, fica aqui acordado entre nós quatro essa situação. Nós não podemos mais ficar sem solução, porque a turma está vivendo dificuldades.

Oi? (*Pausa.*)

Fica retirado de pauta então, o Requerimento nº 28. Está bom?

Agora vamos lá? Cadê aquele texto que tem? (*Pausa.*)

Muito bem, agora vamos voltar à nossa finalidade maior da reunião desta tarde, que é a nossa audiência pública, que trata sobre o Plano Safra, programa do Governo Federal que oferece linhas de crédito e incentivos para o setor agropecuário, nos termos do requerimento de iniciativa desta Presidência. Achamos por bem...

Está todo mundo preocupado com relação a essa questão do Plano Safra. Nós já estamos finalizando o mês de maio... Julho já está chegando, que é quando começa o novo Plano Safra. Então, é importante que a gente o debata.

Quero agradecer, desde já, a presença dos nossos convidados e convidar neste momento para estar aqui conosco o Dr. Guilherme Campos Júnior, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Por favor, Guilherme. (*Pausa.*)

Eu o vi passando ainda há pouco. (*Pausa.*)

Quero convidar também para o seu lugar aqui o Dr. Gilson Bittencourt, Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. (*Pausa.*)

Quero...

Hoje é o dia dos Guilhermes, e isso porque faltou um aqui, o Guilherme Melo, senão seriam quatro.

Quero aqui convidar agora o Dr. Guilherme Augusto Costa Rios, assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Quero convidar agora o Maurício Buffon, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja). (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo ainda o Dr. João José Prieto Flávio, Coordenador do ramo agropecuário da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); e o Dr. Robson Lopes, Coordenador-Geral de Financiamento à Produção Rural, da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, que está remotamente.

Olá, Dr. João José, tudo bem? Está me ouvindo? (*Pausa.*)

Ainda não?

Desculpa.... Dr. Robson Lopes, tudo bem? Está me ouvindo? (*Pausa.*)

Só liga o som dele lá.

Bom, daqui a pouco, vamos consertar aqui a tela, e todo mundo vai vê-lo. Muito obrigado pela prontidão.

Nós vamos dar início, nesse momento, à exposição dos senhores convidados.

Quero convidar... Esperem um pouquinho, deixem-me ver se eu mexo aqui...

Eu queria deixar esse aqui por último... O chefe fala por último. (*Risos.*)

Vamos ouvir os demandantes logo?

O Guilherme Augusto Costa Rios, que é da CNA. A CNA já fez um bom debate sobre o Plano Safra, inclusive construiu alguns valores; diga aí das expectativas da CNA.

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS (Para expor.) – Senador, primeiramente, quero agradecer o convite aqui novamente para esta audiência pública. É um prazer para a gente estar aqui com vocês e com os principais formuladores dessa política que é o Plano Safra, com o pessoal do Ministério da Agricultura, também do Ministério da Fazenda.

Vou pedir ao pessoal para compartilhar a minha apresentação, assim que conseguirem... (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURÍCIO BUFFON (Para expor.) – Boa tarde, Senador Zequinha, demais colegas aqui da mesa. Quero agradecer o convite aí.

Vou ser breve, eu acho que muita coisa já foi falada sobre o Plano Safra. Para nós, tem alguns pontos para o produtor de soja muitos importantes nesse novo Plano Safra, como a questão principalmente de equalização de juros, o volume que hoje está sendo ofertado. A proposta que nós estamos pedindo é que consiga aumentar esse valor devido à equalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar mais cara. Nós sabemos que as taxas, principalmente a Selic, estão mais caras. Se nós tivermos o mesmo valor para equalizar juros, nós teremos um menor número de produtores conseguindo acessar esse crédito com juros equalizados. Então nós temos também um pedido para que consiga aumentar isso aí no mínimo – o Plano Safra passado era de 15 bilhões – para 25 bilhões, para poder equalizar esse Plano Safra.

Um outro ponto importante seria a questão dos seguros. Nós vivemos um grande problema hoje no Brasil de seguros agrícolas, em que toda hora tem pedidos de securitização. Temos exemplo agora acontecendo no Sul, enfim, em todo o Brasil, com muitos produtores com endividamento muito alto. Então o dinheiro para equalizar também seguros agrícolas é muito importante, eu acho que traria uma tranquilidade e, no futuro, nós teríamos menos pedidos nessa questão de securitização, enfim, desse endividamento do produtor. Se nós tivéssemos uma equalização de seguros mais justos para o produtor agrícola, nós acreditamos que diminuiria muito os problemas futuros para as próximas safras. Então o seguro é uma coisa que tem que ser olhada com muito carinho, porque realmente é o que está deixando o produtor aí com as diversidades climáticas e endividado, e o seguro daria essa equalização.

Um outro ponto importante seria a questão da armazenagem. Nós sabemos que o Brasil vem cada vez mais crescendo sua produção. Se nós tivermos uma produção adequada com o volume já instalado de produção no Brasil... A nossa armazenagem é muito insuficiente. Hoje de manhã já tivemos alguns exemplos claros no evento. Estamos muito aquém, cerca de 40% só do que o Brasil precisa de armazenagem hoje instalada.

Nós precisamos de muita armazenagem, precisaríamos de um plano de armazenagem com juros equalizados a longo prazo, no mínimo acima de 10 a 15 anos para armazenagem. Com isso, nós tiraríamos fila de portos e outra questão, também: nós tiraríamos a logística espremida nesse Plano Safra; o produtor poderia ter armazenagem.

Lembrando que nessa questão da armazenagem precisaria, principalmente, de o Governo olhar para dentro das propriedades, fazer uma linha de crédito pela qual o produtor rural pudesse acessar esse crédito, porque hoje os volumes de recursos disponíveis na armazenagem acabam ficando às vezes em cooperativas ou em grandes empresas; não ficam dentro da propriedade, e isso traz para nós muitos problemas. O produtor precisa ter sua própria armazenagem, com juros equalizados e longo prazo para pagar.

Seriam essas as questões que eu queria deixar, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer o convite. Depois, eu vou deixar esta apresentação que eu tenho com o senhor, porque nós temos os números também. Isso foi compilado pela nossa assessoria para poder ajudar e ver se a gente consegue colaborar com esse Plano Safra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Maurício.

Vamos ouvir aqui os demandantes e, depois, vamos ouvir os homens que dão as respostas. Não fica melhor assim?

Da OCB, vamos ouvir o João José Prieto Flávio. O que é que a OCB está pensando e está querendo?

O SR. JOÃO JOSÉ PRIETO FLÁVIO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Zequinha.

Quero primeiro agradecer o convite e, na sua pessoa, agradecer também aos demais Senadores, a todos os colegas aqui na mesa.

Também vou pedir para o pessoal colocar a apresentação, por favor, para facilitar um pouco a nossa conversa.

Senador, eu pretendo ser bem breve aqui, para a gente ser bem objetivo nas propostas, então vou utilizar a apresentação – obrigado – mais como um pano de fundo, realmente, para exemplificar e ilustrar um pouco das nossas proposições.

Basicamente, quando nós apresentamos as propostas do sistema cooperativista ao Plano Safra, estruturamos alguns documentos com alguns eixos principais. As nossas propostas são divididas em fontes de recursos; em montantes, limites e taxas efetivas que serão aplicadas nas linhas, que serão ofertadas a partir do mês de julho; e depois trazemos algumas linhas mais qualitativas em relação ao que a gente enxerga como necessário para uma boa elaboração da política agrícola.

Essas propostas são discutidas internamente no sistema OCB junto às nossas organizações estaduais, junto às nossas cooperativas, sejam as cooperativas financeiras, sejam as cooperativas agropecuárias. Então, tem um grupo técnico especializado que nos auxilia nesse processo de construção e, através desse debate interno, a gente estrutura alguns documentos que também a gente vai deixar aqui à disposição para eventuais consultas e outras contribuições.

Já entrando no primeiro grupo: são as fontes, efetivamente, de recursos, que é o *funding* necessário para que a safra rode, o financiamento da safra venha a contento. São três principais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fontes com que a gente trabalha em relação às exigibilidades, que são efetivamente o quanto dessas fontes é destinado ao crédito rural. Então, nós fizemos uma proposta para depósitos à vista num percentual de 34%; poupança rural num percentual de 70% e, para as LCAs (letras de crédito do agronegócio), um percentual de 80%.

Esse ponto já foi vencido na última reunião do Conselho Monetário Nacional através da Resolução nº 5.216, e os percentuais que foram já estipulados são de 31,5% para depósitos à vista; poupança rural, 70%; e, para as LCAs, 60%. Então, foi possível observar um incremento efetivo nas três fontes, porque, se olharmos o espelho da safra atual, temos: depósitos à vista, 30%; poupança rural, 65%; e as letras, 50%. Eu não vou entrar nas subexigibilidades, nos direcionamentos das letras, mas aqui já quero fazer um reconhecimento por todo o esforço que foi feito tanto pela equipe do Ministério da Agricultura quanto do MDA, da Fazenda, pelos órgãos gestores da política agrícola, que, visualizando essa necessidade de incremento da exigibilidade, fizeram a majoração nas três unidades.

Olhando aqui o cooperativismo financeiro, a gente teve também uma novidade a partir do próximo Plano Safra, que é a exigibilidade para as cooperativas de crédito. Esse é um tema que já está internalizado, a gente está discutindo junto às bases, para também termos a melhor dimensão para prosseguir nos diálogos, que não se esgotam efetivamente com a divulgação do Plano Safra.

Aqui também, Senador, eu não vou entrar em linha por linha, em especificidade por especificidade, até porque o material que nós vamos deixar aqui para consulta traz essas questões de forma mais pormenorizada, mas é simplesmente para a gente ilustrar que, basicamente, as nossas propostas são divididas nas demandas para custeio e comercialização e também para investimento. Então, nas linhas que estão dentro desses eixos, a gente baliza de acordo com a necessidade a cada ano, a cada safra; nós fazemos esse levantamento de demanda e, a partir disso, fazemos uma proposição em relação a montantes, limites de contratação e efetivamente as taxas de juros.

Eu vou passar rapidinho os próximos eslaides, que trazem todas as linhas de forma mais detalhada, mas não acho que seja o intuito aqui entrar linha por linha, e sim, reforçar alguns objetivos amplos. A gente sabe do cenário de dificuldade do ponto de vista macroeconômico, do cenário fiscal, do cenário orçamentário, mas, objetivando minimamente atender esses anseios e necessidades, algumas linhas são bem prioritárias, por exemplo – isso até foi mencionado aqui na fala anterior –, a necessidade de recursos para a armazenagem, que é um gargalo logístico estruturante do setor em todo o país, então entendemos como uma das linhas prioritárias, e outros eixos de agregação de valor da produção também, além das taxas convencionais e linhas convencionais destinadas ao custeio global da produção agropecuária brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somando todas essas linhas e todos os montantes, a gente chega em uma proposição perto de R$600 bilhões, que entendemos ser um volume adequado para o financiamento da próxima safra, e, além do montante específico em si, próximo a R$600 bilhões, nós trazemos também a necessidade de um recurso adequado para a equalização. A gente sabe que a equalização é dada já no orçamento. Para que a gente tenha algum tipo de incremento, seriam necessários alguns movimentos adicionais. Então, havendo esse espaço, seria muito interessante que a gente tivesse uma incrementação desse orçamento para fazer frente, principalmente, à necessidade que vai ser colocada em cima do Tesouro Nacional para a equalização, visto que a taxa Selic está muito majorada e a gente precisa de taxas minimamente adequadas para a atividade rural.

Chegando também para essa complementação em relação ao orçamento da equalização das taxas de juros, a gente entra também na seara da gestão de riscos rurais. Então, além do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural em si – no eslaide que eu vou apresentar posteriormente, a gente tem ali um montante de necessidade –, é preciso trazer também para a discussão outras políticas de gestão de risco que são extremamente relevantes para o setor. A exemplo da Política de Garantia de Preços Mínimos, a gente tem Pepro, PEP, Garantia-Safra.

Aqui eu trouxe também uma pontuação em relação ao Proagro com algumas especificações. Nós estamos participando de alguns debates. A gente sabe que estão sendo discutidas dentro do Governo Federal também algumas possibilidades em relação ao Proagro, seja do fortalecimento do PSR para suprir a demanda hoje atendida pelo Proagro... Foram feitos movimentos recentes em relação ao Proagro para que alguns ajustes fossem feitos, principalmente para um equilíbrio orçamentário hoje da política pública, mas acho que o recado que a gente traz nesse sentido é de que é extremamente benéfico o fortalecimento do PSR. O público hoje desamparado pelo Proagro ser adequadamente atendido pelo PSR também é extremamente benéfico. Então, eu acho que essa discussão é muito saudável. Apenas faço o alerta aqui de que o Proagro não seja deixado de lado ou subdimensionado até que a gente tenha realmente uma política de seguro rural através da subvenção ao PSR de forma adequada, consistente e que traga o mínimo para garantir previsibilidade para a nossa base de produtores rurais cooperados.

Então, para o PSR em si, também não é uma discussão deste ano-safra somente. Nos últimos anos, o orçamento não tem sido suficiente pela necessidade de cobertura que nós enxergamos como minimamente adequada. E, para fazer frente a essa necessidade, hoje o volume mínimo que a base nos trouxe como razoável seria, para esse ciclo de 2025, na ordem de R$3,5 bilhões e, para o próximo ano, porque o orçamento do programa é ano civil, algo em torno de R$4 bilhões com essa observação ao Proagro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO JOSÉ PRIETO FLÁVIO – Há um outro ponto também que a gente tem discutido com o MDA e aqui com a própria Fazenda: essa discussão também não é simplesmente para o próximo ciclo, para o próximo plano, mas é a adequada inserção das cooperativas da agricultura familiar no acesso ao Pronaf. Nós entendemos que existe um direcionamento para que um percentual maior de agricultores familiares dentro do quadro social das cooperativas agropecuárias seja favorecido ou seja privilegiado de alguma forma como um grupo focal de atendimento da política do Pronaf.

Mas fazendo frente a esse objetivo e a esse ideal, a gente trouxe algumas propostas, que também já estão sendo discutidas junto aos formuladores da política agrícola, para que a gente consiga reinserir as cooperativas que hoje estão fora do acesso ao Pronaf novamente na política agrícola.

E já partindo aqui para finalizar a minha fala, Senador, as prioridades globais do cooperativismo na verdade são alguns pontos, e a gente tem isso mais exercitado nos nossos documentos, mas algumas questões um pouco mais qualitativas em relação ao que vem sendo discutido enquanto política agrícola de forma mais ampla.

Então, a gente traz aqui a necessidade do fortalecimento do cooperativismo de crédito e do BNDES como instrumentalizadores da política de crédito rural, que são *players* realmente que fazem com que o dinheiro chegue efetivamente lá na ponta.

Nos últimos anos a política agrícola tem tido um olhar mais cuidadoso com as questões de sustentabilidade, principalmente do ponto de vista ambiental. Então, a gente traz para a mesa também as cooperativas, como *players* que já adotam sistemas altamente sustentáveis nos seus processos de produção, para que se tenha um olhar específico também para esse público.

E também, nos últimos anos, têm-se discutido formas de captação de recurso externo. Então são linhas que chegam aqui ao Brasil dolarizadas, mas temos grandes dificuldades em relação à variação cambial; e ao peso e ao risco de previsibilidade que isso traz para o tomador. Então é para que a gente possa discutir algumas ferramentas, alguns meios viáveis, para que essa proteção à variação cambial seja mais permissiva, atraindo também esse recurso externo, mas de forma que seja coerente com a realidade da nossa produção nacional.

Então, já partindo aqui para o encerramento da minha fala, a gente fica à disposição para contribuições adicionais, e novamente eu agradeço, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Flávio, representante da OCB.

Ouvimos a Aprosoja, ouvimos a OCB, e agora a CNA – então, Guilherme, bote para fora aí.

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS (Para expor.) – Senador, novamente, obrigado pelo convite.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS – Obrigado pelo convite para estar participando deste fórum de discussão.

Também gostaria de agradecer aqui ao Secretário Guilherme e ao Subsecretário Gilson, que já nos receberam lá nas secretarias para discutir o Plano Safra. Nós já entregamos a nossa proposta do Plano Safra para eles, já fizemos alguma discussão, e eu gostaria de trazer aqui hoje, Senador, um panorama do que foi esse Plano Safra e quais são as demandas do produtor rural.

Se o pessoal puder passar o próximo eslaide, por favor...

Bom, Senador, no ano passado, em alguns momentos, muito foi discutido sobre a inflação de alimentos. Inclusive, a gente teve ali algumas ações emergenciais para controlar essa inflação. Porém, nós precisamos de ações estruturais, como o fortalecimento da armazenagem do produtor rural, da logística para escoamento da safra, um crédito facilitado, também melhoria na gestão de risco do produtor rural através do seguro e do Proagro. E a gente acredita que o Plano Safra, um Plano Safra robusto, é um dos remédios para conter essa inflação. Um Plano Safra que chegue ao produtor rural no tempo certo com certeza vai ajudar a evitar essa inflação, sem que a gente tenha que fazer algumas medidas emergenciais que, no fim, acabam até prejudicando.

E, ciente dessas dificuldades em relação a esse Plano Safra, a gente acredita que esse Plano Safra 2025/2026 vai ser um dos mais difíceis das últimas décadas, e até a gente entende o trabalho que nossos representantes do Governo aqui vão ter nesse Plano Safra, nós levantamos as propostas dos produtores rurais em todas as regiões do Brasil, mais o Matopiba.

Nós reunimos aliás 27 federações de agricultura e pecuária, mais sindicatos, cooperativas, bancos também, todos ali os representantes regionais para entender quais seriam as demandas para esse próximo Plano Safra. Nessas reuniões, inclusive, nos reunimos também lá em Belém, Senador, na sua terra. O pessoal da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará nos recebeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali, trouxe muitos representantes para essa conversa, e, nessas conversas regionais, é possível ver que cada região tem as suas particularidades, porém, algumas questões eram recorrentes. O que a gente ouviu dos produtores? Que teve muita burocracia no acesso ao crédito; em diversos momentos em que eles foram acessar o recurso, ele não estava disponível, mesmo antes daquela suspensão; a falta também das ferramentas de gestão de risco e alguns embaraços ambientais. Principalmente lá na Região Norte, ali do pessoal do Pará, nós ouvimos muitas questões relacionadas a entraves fundiários e ambientais também para acessar o crédito rural.

E diante do cenário econômico que nós estamos atravessando, Senador, Selic chegou a 14,75% agora, em maio, os produtores estão bem apreensivos em relação ao crédito, não só o crédito do Plano Safra, mas também o crédito privado. O crédito privado vai ficar mais caro, e o do Plano Safra, a gente sabe, por ser equalizado, ele pode esgotar precocemente.

Agora em 2025, o orçamento das operações oficiais de crédito para custeio, investimento e as operações do Pronaf é de R$14 bilhões; é maior do que o recurso do ano passado, mas ainda distante do necessário para fazer com que a gente tenha um Plano Safra tranquilo sem as interrupções. Inclusive a própria FPA apresentou, ali nas propostas dela, que seria necessário um volume de R$25 bilhões para poder equalizar esse Plano Safra. E a gente teve, ali no anúncio do Plano Safra 2024/2025, que é esse que nós estamos encerrando, uma Selic de 10,5%, e, já agora, a gente vai iniciar provavelmente com uma Selic de 15%. Isso aí, então, reforça o cenário de dificuldade que o produtor vai ter para se financiar e também para o Governo conseguir formular um Plano Safra que atenda, diante de toda essa dificuldade: Selic elevada em um orçamento enxuto para as equalizações das taxas de juros.

E nesse trabalho de construir as propostas do sistema CNA, com base no nosso painel Campo Futuro, que é um painel de levantamento de custos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS – ... a gente estimou que seria necessário que o setor demande aí, anualmente, recursos na casa de R$1,2 trilhão, para se financiar. Aí seria o *funding* da agropecuária. E de onde vêm esses recursos? Os 42% viriam das fontes privadas, através do mercado de capitais, das CPRs, *trading*, *barter*, cooperativas; e 25% de recursos próprios do próprio produtor rural, porém, esse percentual aqui varia de safra a safra, a depender ali da situação econômica do produtor. Em algumas safras passadas, o produtor teve um achatamento dessa margem aí e essa participação com recursos próprios foi até menor. E o Plano Safra, plano agrícola e pecuário, correspondendo a 33%. E essa participação aí tem reduzido a cada ano, conforme a demanda dos produtores rurais que também tem aumentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, detalhando a aplicação desse Plano Safra, a gente vê que o Plano Safra 2024/2025, em seus dez meses – a gente finaliza esse Plano Safra agora no final de junho –, aplicou apenas 64% do que foi anunciado lá em julho do ano passado. Então, dos 475 bilhões, até abril nós aplicamos 304 bilhões.

E, conversando com os produtores rurais, o que eles nos trouxeram do porquê desse recurso não ter chegado? Primeiro, excesso de burocracia, eles apontaram que ali tem muita burocracia para acessar o crédito; o crédito privado em alguns momentos esteve mais atraente do que o próprio Plano Safra, sem ferramentas de seguro rural e Proagro, que para alguns produtores ficou praticamente impossível de acessar; os bancos estão mais rigorosos na análise, devido a todo aquele cenário do ano passado de recuperações judiciais, pedidos de renegociação; subvenção insuficiente, que inclusive causou a suspensão dos recursos do Plano Safra em fevereiro. E é importante aqui, Senador, parabenizar o CMN e os seus participantes por essa medida da semana das exigibilidades. Nós tivemos aumento do direcionamento das LCAs, da poupança e também do depósito à vista, que inclusive era uma proposta da CNA, e isso com certeza é uma das medidas que vão fazer com que o próximo Plano Safra chegue às mãos dos produtores rurais de fato. Então fica aqui o nosso reconhecimento por essa medida que foi muito importante.

Aqui é apenas detalhando a aplicação por finalidade. A gente vê que, tanto no custeio, no investimento, na comercialização e na industrialização, a gente teve uma redução no volume aplicado comparando com o mesmo período do Plano Safra passado. No total de julho a abril, nós tivemos uma aplicação 16% menor em relação ao Plano Safra de 2023 e 2024.

E aqui, Senador, é apenas para reforçar que o fato de os recursos não terem chegado à mão dos produtores rurais não foi por falta de demanda, mas sim por conta desses embaraços. Naquele gráfico da esquerda a gente tem a aplicação das cédulas de produto rural (CPR), que é um instrumento privado que, de julho a abril, teve um desempenho superior, inclusive que o Plano Safra mesmo em todas suas finalidades – custeio, investimento, comercialização e industrialização. Então, diante desses problemas com o Plano Safra, o produtor procurou outras fontes de recurso e encontrou ali nas CPRs e em diversas outras fontes ali um aliado. E o produtor precisou de mais recursos ali nesse Plano Safra, principalmente por conta do aumento dos custos de produção. A gente teve o dólar ali em alguns momentos ultrapassando os R$6, o que trouxe um custo muito maior nos fertilizantes, por exemplo. Então o produtor necessitou de mais recursos e acabou encontrando no mercado privado, enquanto o Plano Safra não chegava às suas mãos.

E além dos problemas, Senador, com o crédito, a gente também teve um aumento significativo da inadimplência do crédito rural. Nesse gráfico aqui eu trago a carteira de crédito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rural de pessoas físicas. E eu destaco ali, naquela linha amarela, a inadimplência do crédito rural com as taxas de mercado. Em março do ano passado, a gente tinha uma inadimplência de 1,51%; já em março de 2025, essa inadimplência foi para 4,62%; então a gente teve um aumento significativo ali, principalmente por conta do enfraquecimento das nossas principais ferramentas de gestão de risco, o Proagro e o seguro rural. Nesse intervalo a gente assistiu a um aumento significativo dos pedidos de recuperação judicial, de renegociações, inclusive de securitização, por conta das catástrofes que ocorreram inclusive lá na região do Rio Grande do Sul.

E aqui é detalhando essas duas principais ferramentas de gestão de risco. A gente vê que o seguro rural tem reduzido a sua área coberta ano a ano, e o Proagro ali, cujos custos são assumidos integralmente pelo Tesouro, com problemas de governança. Em 2024, o Proagro custou 4,5 vezes a mais do que o PSR, porém cobriu apenas 56% da área coberta pelo PSR.

Então, a gente tem ali um problema de eficiência nas nossas duas ferramentas. Uma está gastando o recurso e faltando eficiência para chegar, de fato, nos produtores e, na outra, está faltando recursos.

O Proagro cobriu, em 2024, 4,1 milhões de hectares, enquanto que o PSR cobriu 7,3. Porém, o PSR custou ao Governo R$1,06 bilhão, já o Proagro R$5,88 bilhões. Então, a gente vê ali que é uma ferramenta que não está tendo uma eficiência tão grande. Porém, é importante ressaltar que o Proagro é importantíssimo. Para muitos produtores, ele é a única ferramenta disponível de gestão de risco, principalmente para a agricultura familiar e algumas culturas de menor importância econômica.

Então o que a gente espera? A gente espera que tenhamos ajustes nos dois programas. A gente espera que tenhamos uma modernização do Proagro, aumentando a sua eficiência – ele atendendo os pequenos e os médios produtores – e que o seguro rural também receba os recursos adequados para cobrir ali culturas em todo o Brasil, de Norte a Sul, facilitando a diluição do risco ao longo de todo o país.

Hoje a gente tem uma concentração muito grande na região Centro-Sul. Então, a gente precisa levar também o seguro rural para a Região Norte e Nordeste.

Aqui, Senador, finalizando, o nosso documento possui todas as políticas que são anunciadas no Plano Safra. É um documento bem robusto. A gente tenta atender o produtor, do grande ao pequeno, de Norte a Sul, e a gente destaca ali dez propostas prioritárias.

Aqui eu vou trazer as dez propostas prioritárias elencadas junto com os produtores rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, a aprovação do Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, que é da Senadora Tereza Cristina. É o projeto que visa à modernização do seguro rural. Ele traz a vida ali, o fundo catástrofe, e traz algumas melhorias no seguro rural. Também a gente solicita a aprovação de R$4 bilhões para o PSR (Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural). De recursos, nesse Plano Safra, a gente espera que tenhamos aí R$594 bilhões, sendo R$390 bilhões para custeio e comercialização, R$101 bilhões para investimento e R$103 bilhões para os agricultores familiares e empreendedores familiares.

Também pedimos a priorização de alguns programas específicos: o Pronamp; o Pronaf; o PCA, para construção de armazéns; o Proirriga; o Inovagro e o Renovagro. Também solicitamos a melhoria no ambiente de negócios, eliminando as burocracias no acesso ao crédito.

Hoje, o produtor que é mais estruturado consegue ter uma assessoria ali para juntar todos os documentos necessários, mas, para o pequeno produtor, fica mais difícil levantar todo aquele dossiê que ele precisa para o crédito. Então, a gente precisa também ali de modernização nessa área.

Também solicitamos a modernização do Proagro, conforme detalhei no eslaide anterior, e a alteração dos limites de renda bruta agropecuária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS – ... essa renda que enquadra o produtor rural em cada um dos programas ali, seja Pronaf, Pronamp, ou os demais. Também o rebate de taxa para as práticas socioambientais, de forma facilitada, inclusive, e a eliminação dos entraves regulatórios.

A gente tem tido alguns problemas com algumas resoluções do CMN que tratam dos impedimentos socioambientais. Inclusive, tem um projeto tramitando aqui, que é o Projeto de Lei nº 205, de 2025, do Senador Jaime Bagattoli, que traz ali alguns ajustes. Ele apenas vincula ali o que pode ser cobrado no crédito rural com aquilo que já dispõe a legislação hoje, sem extrapolar nada, sem fazer nenhuma flexibilização.

E por último, Senador, nós solicitamos que sejam coibidas as práticas de venda casada. Toda semana a CNA recebe ali, no canal de denúncias que nós criamos, em parceria com o Mapa, inclusive, denúncias sobre venda casada – produtor que vai ao banco e só consegue o crédito a partir do momento em que ele compra algum outro produto, um consórcio, um seguro de vida... Então, isso é muito frequente no crédito rural e acaba encarecendo bastante.

Essas são as nossas dez propostas prioritárias, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço novamente o convite.

Agradeço também a oportunidade de participar aqui.

E nós ficamos à disposição aí para mais esclarecimentos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado à CNA, representada pelo Guilherme Rios.

Nós temos uma apresentação remota que é a do Dr. Robson Lopes, Coordenador-Geral de Financiamento à Produção Rural da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia do MDA. Vamos chamar o Robson Lopes. Vamos começar por ele.

Ah, já está aqui. Queria que ele fosse para a tela grande ali. (*Pausa.*)

Seu microfone está liberado, Dr. Robson. Pode falar. Vamos lá.

O SR. ROBSON LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Presidente, Senador Zequinha...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está baixo...

O SR. ROBSON LOPES (*Por videoconferência*.) – ... e demais Parlamentares, meus colegas de Governo, colegas das representações dos agricultores...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Fique mais próximo do seu microfone. Vamos lá.

O SR. ROBSON LOPES (*Por videoconferência*.) – O.k. Melhorou agora?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Melhorou.

O SR. ROBSON LOPES (*Por videoconferência*.) – Maravilha.

Boa tarde a todos.

Aqui é Robson, trabalho na área de crédito da agricultura familiar, como Coordenador-Geral aqui do MDA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pauta é a próxima safra, 2025-2026. O MDA está discutindo, juntamente com os demais atores envolvidos, principalmente Ministério da Fazenda – bom que temos os nossos colegas aqui presentes –, Banco Central, Mapa (Ministério da Agricultura), do Planejamento... Enfim, é uma construção conjunta, ampla, em que temos grandes desafios, principalmente em relação às fontes de recursos para poder viabilizar a próxima safra. Já tivemos, no início desta semana, algumas resoluções do Conselho Monetário Nacional já neste caminho de viabilizar a próxima safra, de aumento da disponibilidade de fontes.

E o tema da safra, pelo menos dentro do Plano Safra da Agricultura Familiar e do Pronaf, vai ser a produção de alimentos, vai continuar sendo nesta linha: a produção de alimentos saudáveis, a produção sustentável, o atendimento prioritário aos beneficiários mais vulneráveis, aos assentados da reforma agrária, aos povos quilombolas, às comunidades indígenas, e, em especial, também as linhas do Pronaf que têm um apelo mais sustentável. A gente tem várias linhas: Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioeconomia... Enfim, o foco vai ser construir condições para que o acesso a essas linhas seja otimizado.

Na atual safra do Pronaf, se a gente considerar de julho até abril, nós tivemos um aumento de 0,4% em relação ao número de contratos, chegamos a 1,5 milhão de operações nesse período. Em relação ao valor financiado, chegamos ao volume de R$55 bilhões nesses dez meses, o que representa um aumento de 5,4% em relação ao mesmo período da safra anterior.

Estamos num momento de escuta da sociedade, de escuta dos parceiros da agricultura familiar. Tivemos, na semana passada, um encontro, um grupo de trabalho, reunindo várias lideranças das organizações representativas da agricultura familiar para discutir propostas, discutir entraves e propor caminhos a serem seguidos. E agora estamos, então, no momento de avaliar essas propostas e, juntamente com o Ministério da Fazenda, que é o nosso interlocutor mais forte nesta construção, neste início de construção, ver quais são as propostas que são viáveis de ser implementadas.

E o cenário é bastante promissor, mesmo com essas restrições que temos, essas dificuldades que temos, principalmente fiscais, de fazer este Plano Safra, com o intuito de privilegiar, principalmente, a produção de alimentos, como já citei; a produção de alimentos como arroz, feijão, frutas e hortaliças.

E também é sempre... Como a gente trata das regras do crédito, em especial do Manual do Crédito Rural (MCR), neste momento também a gente discute as regras que estão ali, o que pode ser flexibilizado, o que pode ser melhorado, justamente para atender aquele ponto citado pelo colega agora há pouco, que é o da burocracia do crédito. Então, no que for possível, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também vai fazendo esses ajustes, essa limpeza no manual, para ficar mais fácil o acesso ao crédito rural do Pronaf.

Com relação ao Proagro, também estão sendo discutidos, juntamente com o gestor do programa, que é o Banco Central, alguns ajustes nas normas para privilegiar também a produção de alimentos dos produtores que têm aquele apelo mais de diversificação da produção, entendendo que o autoacionamento do Proagro, nos últimos cinco anos, deu-se, em especial, porque o clima não colaborou. De fato, tivemos, principalmente no Sul, muitas condições climáticas desfavoráveis, fugindo completamente do histórico que existia na região, o que de fato contribuiu para esse aumento do acionamento. Por causa disso também, houve o endurecimento das regras no ano passado.

Temos também uma atuação forte da MDA em relação às questões de fiscalização do Proagro em relação aos encarregados de perdas, aos peritos. Isso também era uma ação que, nos últimos governos, ficou um pouco frouxa; com a retomada da MDA, com a recriação da MDA, recriou-se também uma coordenação-geral para cuidar do Proagro, em especial cumprindo o que os normativos dizem, que é responsabilidade da MDA cuidar dessa parte de fiscalizar os encarregados de perdas. Também está sendo feito um trabalho grande de normatização desses peritos, fiscalização a campo, para, de fato, fazer um trabalho de conscientização e de controle maior desse programa, que é fundamental para a agricultura familiar.

O colega que me precedeu trouxe um ponto muito importante: o Proagro Mais, em especial, muitas vezes é a única opção de proteção da produção que o agricultor familiar tem, uma vez que são áreas diminutas, são culturas não cobertas pelo seguro privado. Enfim, o Proagro é o programa que a única opção que ele tem, e a gente pode deixar esse programa ficar fragilizado. Então, nesse contexto, o MDA está trabalhando, de forma a viabilizar e otimizar o uso desse importante programa.

Fico aqui à disposição para acompanhar o restante dos trabalhos e boa tarde a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Robson.

Nós estamos avançando. Já ouvimos o primeiro membro do Governo e agora vamos para o Ministério da Fazenda.

Convido o Dr. Gilson Bittencourt, que é Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILSON BITTENCOURT (Para expor.) – Boa tarde.

Obrigado, Senador Zequinha Marinho, pela oportunidade de a gente estar aqui debatendo o Plano Safra.

Várias questões foram colocadas, e acho que é importante a gente tentar destacar cada um dos pontos.

Primeiro, eu falo rapidamente, até em função da fala do nosso colega da CNA, sobre a safra 2014-2015.

Quando a gente lançou o Plano Safra, a gente o lançou com US$76 bilhões para o Pronaf e lançamos com R$400 bilhões em crédito rural para a agricultura empresarial.

Mas lançamos também R$108 bilhões em financiamento via CPR, e CPR com origem na LCA, portanto é um recurso direcionado. Então, nos nossos cálculos, a gente tinha R$584 bilhões em relação ao crédito rural, ao financiamento com algum nível de direcionamento de recursos.

Quando a gente analisa o crédito rural até abril, de julho do ano passado até abril deste ano, a gente tem que o Pronaf cresceu 5%. Então não dá para... em relação à safra anterior. Então a gente teve um crescimento nas contratações. Quando a gente pega o Pronamp, que é para médios produtores, cresceu 13%. Quando a gente pega os investimentos e o custeio equalizado, eles mais ou menos se mantiveram ou cresceram um pouco. A queda efetiva foi no crédito rural a taxas livres. A gente teve, sim, uma queda de algo em torno de 40 bilhões. Mas ao mesmo tempo, a gente teve um aumento do financiamento bancário via CPR com recurso direcionado de R$30 bilhões.

Então há uma diferença, basicamente, de R$10 bilhões, e não no patamar que você colocou, porque um foi compensado pelo outro. E parte dessa substituição de crédito rural por CPR tem relação com recuperação judicial.

Então os bancos têm buscado reduzir o risco convertendo esse tipo de operação. Aí sim, se a gente pegar a CPR como um todo em relação à safra atual, cresceu entre julho e abril de 189... Desculpe, de R$215 bilhões na safra passada para R$331 bilhões nessa safra. Então a CPR aumentou, tanto aquela que tem a origem na LCA, quanto aquelas que são feitas diretamente pelo mercado, especialmente pelas empresas que financiam. Então o setor acabou sendo compensado pelo financiamento.

Insisto, cada vez mais a gente vai trabalhar, até porque essa foi uma prerrogativa que o Congresso deu, para que o recurso da LCA, quando direcionado, possa ir uma parte para crédito e uma parte para CPR. Você pode ir para os dois; na hora de computar o Plano Safra, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessariamente tem que considerar os dois. Por isso que a gente está olhando não os R$476 bilhões, mas os 584. Porque o que está vendo? Se o banco tem a possibilidade de fazer uma CPR ou fazer um crédito rural – e essa é uma faculdade dada a ele, tem limites, mas é uma faculdade –, eu tenho que computar as duas, porque ele estaria cumprindo a sua obrigação. Então acho que isso é importante.

Então estamos monitorando, sim, o Plano Safra. Tem esses elementos, mas é importante dizer, com os recursos que têm um controle maior do Estado brasileiro, que o desembolso tem sido bastante positivo. Então acho que essa é uma primeira questão.

Segundo, quando a gente começa a construir o Plano Safra... E vocês têm toda a razão sobre que esse é um dos danos mais difíceis, e eu diria que por dois motivos. O primeiro motivo é pela falta de recursos para emprestar. E o segundo é a falta de recursos para equalizar, para baixar a taxa de juros.

Quando a gente pega, por exemplo, o total de depósitos à vista, a gente pega lá... Tem 330 bilhões em depósito à vista; se calculam 30% disso, você calcula que você tem mais ou menos 90, 94, 95 bilhões para emprestar. O problema é que 50% disso está já travado em renegociações. Então, eu só posso computar, para fazer o Plano Safra, com a diferença que eu tenho, porque as instituições financeiras cumprem o direcionamento mesmo com operações renegociadas. Então, eu começo e posso computar que eu vou ter de dinheiro novo somente 40, 50 bilhões; os números finais a gente ainda não tem.

Quando eu pego poupança rural, eu tenho mais ou menos o mesmo valor. Quando eu pego 65% – que era o valor que eu tinha, agora a gente subiu para 70%, eu já vou detalhar isso –, esse é o total que deve ser aplicado em crédito rural, e a poupança é um dos melhores recursos que a gente tem para equalizar, porque o custo é baixo, é TR mais 6,17 ou 70% da taxa Selic. Parte importante da poupança ou está em renegociação ou está em operações de investimento. Então, se eu faço uma operação de investimento e equalizo por dez anos, durante esses dez anos, até zerar aquela operação, o recurso está consumido. Então, a instituição cumpre a obrigação, mas não necessariamente tem dinheiro novo para emprestar. Esse conceito é importante, porque senão a gente calcula e acha que os valores são muito maiores do que efetivamente a gente tem.

Então, este ano, em função, seja do uso de recursos – e não tem outra alternativa – da poupança para a equalização ou recursos tanto da poupança quanto de depósito à vista comprometido com renegociação, temos menos recursos disponíveis para emprestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a gente está tentando fazer? Primeiro, é importante destacar aqui – e vocês já comentaram anteriormente –, normalmente a gente fecha o Plano Safra ao mesmo tempo que a gente vai viabilizando as fontes de recurso. Ano passado, a gente anunciou o Plano Safra praticamente no mesmo momento em que a gente fechou a negociação com o Banco Central em relação às fontes. Neste ano, a gente conseguiu aprovar em maio, ou seja, um mês antes de fechar o Plano Safra, a gente já conseguiu mexer e elevar as fontes de recursos.

Destacando aqui, bem rápido, depósito à vista era 30%, subimos para 31,5%. Dentro do depósito à vista, há um direcionamento que mandava que 45% desse total fosse para o Pronamp, a gente subiu para 50, privilegiando os médios produtores, uma demanda do Mapa. No caso do Pronaf, subiu de 30 para 35. Quanto mais a gente usa o recurso do depósito à vista para Pronaf e para Pronamp, menor é o custo que a gente vai ter lá na frente, porque são operações que têm taxas menores e o recurso obrigatório não tem custo. Então, você tem mais recursos sem gastar recurso orçamentário em cima.

Da poupança rural, a gente subiu de 65 para 70; da LCA subiu de 50 para 60. Da LCA, a estimativa do Banco Central é que a gente vai ter um saldo médio, nessa próxima safra, de algo em torno de R$640 bilhões, então, aumentar 10%. Aqui nós estamos aumentando a disponibilidade em algo em torno de R$64 bilhões, isso enquanto estimativa. E aí, dentro desse percentual, hoje 50% era crédito rural – no mínimo 50% era para crédito rural – e o restante era para bancos, instituições financeiras adquirirem CPRs.

Por uma demanda do Banco Central e até porque as CPRs têm sido a operação mais utilizada pelas instituições financeiras para direcionar o recurso da LCA, diminuiu-se o percentual do crédito: ficou em 45%, no mínimo, para crédito rural, e 55% para a aquisição de CPR. Eu, pessoalmente, sou contra essa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILSON BITTENCOURT – ... faculdade, mas é uma faculdade e é uma realidade que as instituições financeiras têm utilizado, e aqui foi uma tentativa de fazer com que mais recursos cheguem às mãos do produtor.

E a novidade aqui... O João falou de forma muito rápida, e que bom que as cooperativas já estão incorporando, mas eu não sei se vocês todos sabiam: cooperativa de crédito não tinha direcionamento de depósito à vista, somente os bancos cooperativos, mas o valor dos bancos é muito pequeno. O saldo médio hoje em conta corrente nas cooperativas de crédito é de R$100 bilhões, e quase zero disso estava sendo destinado a crédito rural, mesmo a taxas livres. Então, o que o Conselho Monetário fez? Ele trouxe as cooperativas para o sistema de direcionamento, criando uma escadinha, então se exigirão 6% agora, a partir de 1º de julho, do total desses R$100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões, isso sobe para 13% ano que vem, depois para 22% e depois chega nos 31,5%, que é o que é exigido pelos demais bancos. Então, só este ano a gente vai ter algo em torno de R$6 bilhões a mais dentro desse recurso, sem custo adicional.

E outra medida foi feita para as cooperativas em relação à LCA. Até agora existia um limite mínimo, somente a partir desse limite que as cooperativas precisavam ter direcionamento com o recurso da LCA, só que esse limite era olhado por cooperativa. Então, se você pegasse um sistema que tem cem cooperativas, se cada uma das cem emitisse a LCA e ficasse abaixo desse limite, nenhuma cooperativa teria direcionamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILSON BITTENCOURT – Com essa nova medida, você vai olhar o sistema como um todo e, se o sistema como um todo ultrapassar esse limite, ela passa a ter direcionamento. Essa é uma etapa que normalmente acontece no mês de junho, já no mês de maio a gente resolveu.

A segunda medida, cujo prazo vence depois de amanhã, foram as medidas que tratam das condições para a equalização da taxa de juros. Todo ano, o Ministério da Fazenda emite um ofício para todas as instituições financeiras – cooperativas, bancos, sejam estaduais, sejam privados, sejam agências de fomento, todas as instituições financeiras que operam o crédito rural – e abre uma espécie de leilão dos recursos para serem equalizados. A gente já mandou esse ofício, o prazo vence agora, dia 30, para que as instituições retornem com as suas demandas, e a partir disso o Mapa e o MDA apresentam as propostas. Nós fizemos uma série de inovações para reduzir o custo. Então, a gente travou o limite de custo de fonte de recurso; antes tinha instituições que apresentavam custo de 110%, 115% da taxa Selic e, se sobrasse recurso para a equalização, ela recebia. A gente estabeleceu um teto de 100% da Selic quando o recurso for livre.

Estabelecemos um teto para o *spread*: a instituição não só não pode mais subir, tem que ser igual ou menor do que no ano passado, como a gente olhou em cada uma das linhas e pôs um teto de 85%, ou seja, nós olhamos quanto que as instituições estavam cobrando neste ano e baixamos um pouco, para forçar que aquelas que estavam cobrando mais alto cobrem menos.

Então, também são medidas para que, com um recurso limitado, a gente possa equalizar mais recursos.

Também nessa mesma medida, que já está na praça, mantivemos a demanda trimestral. As instituições têm que apresentar como elas vão aplicar até para que permitam que a gente possa fazer a transferência de uma instituição que não está aplicando para outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui um parêntese: eu estava fazendo a conta aqui no PCA, gente. Para o PCA, neste ano, que tem taxas de 7% e 8,5%, a gente disponibilizou R$8,8 bilhões. Até 30 de abril, tinham sido aplicados R$4,3 bilhões. Então, aqui nós precisamos ver exatamente o que está acontecendo. A taxa é baixa, o prazo é alto, tem que ver se é uma restrição bancária, mas está sobrando recurso com essa taxa aqui.

Então, a gente tem, instituição por instituição, quanto cada uma pegou e quanto cada uma ainda vai aplicar. E, com certeza, um dos itens da nossa norma trava o aumento de recursos no Plano Safra seguinte se a instituição financeira aplicou pouco recurso. Então, se ela aplicou menos de 40% do que ela previu, ela só pode crescer 25%, mas crescer sobre o que aplicou, não sobre o que levou. Então, se uma instituição pegou 100, aplicou 30, no próximo ano ela pode pegar 25% a mais do que os 30, e não sobre os mesmos 100. Se ela aplicou entre 40 e 70, ela pode crescer 40% sobre o que aplicou. Então, essas instituições que pegaram dinheiro para o PCA e não aplicaram vão ser penalizadas. Mas, mais do que isso, a gente precisa entender o que está acontecendo – se é direcionamento regional, que hoje não tem, se precisamos criar algum mecanismo desse jeito – para ver onde está ficando embargado esse recurso.

E é importante dizer que o problema que aconteceu em fevereiro, que foi aquela suspensão, não é porque faltou recurso ou porque o Governo não tinha alocado recurso. O Governo alocou recurso para o Orçamento de 2025 considerando, quando fez o Orçamento e o Plano Safra passado, que a Selic ia cair. Então, aquele adicional de R$4,1 bilhões foi para suportar o adicional do custo. Se não tivesse tido o aumento, o recurso teria sido o suficiente. E esse recurso, inclusive, é o que vai responder ao problema do Rio Grande do Sul, que eu gostaria de comentar posteriormente.

Das duas etapas iniciais, a definição de fontes, que é uma das mais difíceis, eu diria que está resolvida em grande parte; a questão das condições da equalização já está na praça, e eu diria que está resolvida. Nós estamos agora, nesses próximos 15 dias, marcando uma série de reuniões do Mapa com a gente, do MDA com a gente, a partir das demandas que as instituições fizeram, para que a gente feche os critérios gerais do Plano Safra, sem entrar ainda em taxa de juros e limites, mais o que a gente vai propor de alteração.

E a última etapa, que seria nos últimos 15 dias de junho, é a etapa para a gente definir os limites de cada linha de crédito e, ao mesmo tempo, as taxas de juros. E aqui um exemplo, pessoal: o Pronaf, considerando a Selic que a gente tinha de 10,5%, quando fizemos o Plano Safra, para a de 14,75% agora, o custo a mais para a mesma quantidade, se a gente fosse equalizar, é de 40%. No caso do Pronamp é algo em torno de 70% a mais. No caso dos demais produtores, especialmente o custeio, o custo é de 150% a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILSON BITTENCOURT – Como é que eu faço essa conta? Simples. Se a taxa era 10,5 e você tinha um *spread* de 4, você tem um custo efetivo por ano de 14,5. Cobrava 12% do produtor, o teu custo em termos percentuais era de 2,5. Com a Selic de 14,75, acrescido dos mesmos 4 de *spread*, vou para 18,75. Se eu tirar os mesmos 12, eu tenho um custo de 6,75. Então, se eu tinha um custo de 1 bilhão, eu vou ter um custo agora de mais ou menos 2,5 bilhões. Essa é a conta: mais do que o dobro para equalizar a mesma quantidade. Então esse é o desafio que a gente tem.

Então todas essas outras medidas ajudam a suavizar um pouco o problema, mas é importante vocês entenderem que o Plano Safra é composto por uma série de fontes. Eu não vou entrar em todos os detalhes, mas tem o Funcafé, que é autoequalizável, então não entra na conta de equalização; fundos constitucionais não entram na conta, porque eles também se autoequalizam. Agora, o recurso do BNDES, a grande parte, não todo, mas a grande parte é recurso equalizado.

Hoje, o que a gente tem de recurso próprio, gente, de instituições financeiras que vai para o crédito rural, é menos do que 5% do total do Plano Safra. Vocês vão dizer: "não, mas os recursos livres já representam, em muitos casos, mais de 50%". Sim, os recursos livres representam mais de 50%. Agora, a maior parte desse recurso livre é recurso que vem da LCA, ou seja, é recurso que o banco, a instituição financeira é obrigada a aplicar. Então não é porque ela está aplicando por uma boa vontade, só porque ela tem essa demanda. Essa parte é muito pequena. Entre julho do ano passado e abril deste ano, esse percentual foi só de 2%. O resto ou é recurso equalizado, ou é recurso controlado sem equalização, como eu citei, Funcafé, fundos constitucionais e o recurso obrigatório, ou é recurso direcionado, embora não equalizado. Então acho que essa conta é importante. Então, o desafio vai ser tentar, com essas regras que a gente fez, equalizar o maior volume possível.

Dentro dessa lógica, eu acho que vai ser muito difícil a gente não subir taxa de juros. Vai depender de quanto for demandado para cada linha. O Mapa e o MDA que vão nos apresentar as suas propostas, a partir do que os próprios bancos apresentarem de demanda. Talvez seja um ano que o foco seja muito mais custeio, até pela alta taxa Selic, que acho que vai ter que se pensar um pouco. Não é um ano para grandes investimentos, especialmente os de longo prazo, exceto se a taxa for razoável, por mais que investimento sempre é fundamental, mas tem momento que tem que ver se é hoje ou esperar um pouco mais em função desse possível aumento. Eu não vou dizer o quanto vai ser, porque a gente não sabe mesmo ainda, para que a gente tenha esse Plano Safra o mais viável possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Insisto, a gente deve lançar o Plano Safra da mesma forma como a gente fez no ano passado, trazendo tanto o recurso em crédito rural quanto o recurso de CPR. Insisto, CPR direcionada, eu não estou falando da CPR do setor privado, estou falando daquela, que há uma isenção tributária na ponta, como LCA, ou mesmo a poupança, onde o investidor não paga Imposto de Renda e, na ponta, a instituição tem que fazer os empréstimos. Então, o Governo vem buscando fazer todas essas ações para tentar ter o melhor Plano Safra possível.

Então, também são medidas para que, com um recurso limitado, a gente possa equalizar mais recursos.

Também nessa mesma medida, que já está na praça, mantivemos a demanda trimestral. As instituições têm que apresentar como elas vão aplicar até para que permitam que a gente possa fazer a transferência de uma instituição que não está aplicando para outra.

Aqui um parêntese: eu estava fazendo a conta aqui no PCA, gente. Para o PCA, neste ano, que tem taxas de 7% e 8,5%, a gente disponibilizou R$8,8 bilhões. Até 30 de abril, tinham sido aplicados R$4,3 bilhões. Então, aqui nós precisamos ver exatamente o que está acontecendo. A taxa é baixa, o prazo é alto, tem que ver se é uma restrição bancária, mas está sobrando recurso com essa taxa aqui.

Então, a gente tem, instituição por instituição, quanto cada uma pegou e quanto cada uma ainda vai aplicar. E, com certeza, um dos itens da nossa norma trava o aumento de recursos no Plano Safra seguinte se a instituição financeira aplicou pouco recurso. Então, se ela aplicou menos de 40% do que ela previu, ela só pode crescer 25%, mas crescer sobre o que aplicou, não sobre o que levou. Então, se uma instituição pegou 100, aplicou 30, no próximo ano ela pode pegar 25% a mais do que os 30, e não sobre os mesmos 100. Se ela aplicou entre 40 e 70, ela pode crescer 40% sobre o que aplicou. Então, essas instituições que pegaram dinheiro para o PCA e não aplicaram vão ser penalizadas. Mas, mais do que isso, a gente precisa entender o que está acontecendo – se é direcionamento regional, que hoje não tem, se precisamos criar algum mecanismo desse jeito – para ver onde está ficando embargado esse recurso.

E é importante dizer que o problema que aconteceu em fevereiro, que foi aquela suspensão, não é porque faltou recurso ou porque o Governo não tinha alocado recurso. O Governo alocou recurso para o Orçamento de 2025 considerando, quando fez o Orçamento e o Plano Safra passado, que a Selic ia cair. Então, aquele adicional de R$4,1 bilhões foi para suportar o adicional do custo. Se não tivesse tido o aumento, o recurso teria sido o suficiente. E esse recurso, inclusive, é o que vai responder ao problema do Rio Grande do Sul, que eu gostaria de comentar posteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Das duas etapas iniciais, a definição de fontes, que é uma das mais difíceis, eu diria que está resolvida em grande parte; a questão das condições da equalização já está na praça, e eu diria que está resolvida. Nós estamos agora, nesses próximos 15 dias, marcando uma série de reuniões do Mapa com a gente, do MDA com a gente, a partir das demandas que as instituições fizeram, para que a gente feche os critérios gerais do Plano Safra, sem entrar ainda em taxa de juros e limites, mais o que a gente vai propor de alteração.

E a última etapa, que seria nos últimos 15 dias de junho, é a etapa para a gente definir os limites de cada linha de crédito e, ao mesmo tempo, as taxas de juros. E aqui um exemplo, pessoal: o Pronaf, considerando a Selic que a gente tinha de 10,5%, quando fizemos o Plano Safra, para a de 14,75% agora, o custo a mais para a mesma quantidade, se a gente fosse equalizar, é de 40%. No caso do Pronamp é algo em torno de 70% a mais. No caso dos demais produtores, especialmente o custeio, o custo é de 150% a mais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILSON BITTENCOURT – Como é que eu faço essa conta? Simples. Se a taxa era 10,5 e você tinha um *spread* de 4, você tem um custo efetivo por ano de 14,5. Cobrava 12% do produtor, o teu custo em termos percentuais era de 2,5. Com a Selic de 14,75, acrescido dos mesmos 4 de *spread*, vou para 18,75. Se eu tirar os mesmos 12, eu tenho um custo de 6,75. Então, se eu tinha um custo de 1 bilhão, eu vou ter um custo agora de mais ou menos 2,5 bilhões. Essa é a conta: mais do que o dobro para equalizar a mesma quantidade. Então esse é o desafio que a gente tem.

Então todas essas outras medidas ajudam a suavizar um pouco o problema, mas é importante vocês entenderem que o Plano Safra é composto por uma série de fontes. Eu não vou entrar em todos os detalhes, mas tem o Funcafé, que é autoequalizável, então não entra na conta de equalização; fundos constitucionais não entram na conta, porque eles também se autoequalizam. Agora, o recurso do BNDES, a grande parte, não todo, mas a grande parte é recurso equalizado.

Hoje, o que a gente tem de recurso próprio, gente, de instituições financeiras que vai para o crédito rural, é menos do que 5% do total do Plano Safra. Vocês vão dizer: "não, mas os recursos livres já representam, em muitos casos, mais de 50%". Sim, os recursos livres representam mais de 50%. Agora, a maior parte desse recurso livre é recurso que vem da LCA, ou seja, é recurso que o banco, a instituição financeira é obrigada a aplicar. Então não é porque ela está aplicando por uma boa vontade, só porque ela tem essa demanda. Essa parte é muito pequena. Entre julho do ano passado e abril deste ano, esse percentual foi só de 2%. O resto ou é recurso equalizado, ou é recurso controlado sem equalização, como eu citei, Funcafé, fundos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionais e o recurso obrigatório, ou é recurso direcionado, embora não equalizado. Então acho que essa conta é importante. Então, o desafio vai ser tentar, com essas regras que a gente fez, equalizar o maior volume possível.

Dentro dessa lógica, eu acho que vai ser muito difícil a gente não subir taxa de juros. Vai depender de quanto for demandado para cada linha. O Mapa e o MDA que vão nos apresentar as suas propostas, a partir do que os próprios bancos apresentarem de demanda. Talvez seja um ano que o foco seja muito mais custeio, até pela alta taxa Selic, que acho que vai ter que se pensar um pouco. Não é um ano para grandes investimentos, especialmente os de longo prazo, exceto se a taxa for razoável, por mais que investimento sempre é fundamental, mas tem momento que tem que ver se é hoje ou esperar um pouco mais em função desse possível aumento. Eu não vou dizer o quanto vai ser, porque a gente não sabe mesmo ainda, para que a gente tenha esse Plano Safra o mais viável possível.

Insisto, a gente deve lançar o Plano Safra da mesma forma como a gente fez no ano passado, trazendo tanto o recurso em crédito rural quanto o recurso de CPR. Insisto, CPR direcionada, eu não estou falando da CPR do setor privado, estou falando daquela, que há uma isenção tributária na ponta, como LCA, ou mesmo a poupança, onde o investidor não paga Imposto de Renda e, na ponta, a instituição tem que fazer os empréstimos. Então, o Governo vem buscando fazer todas essas ações para tentar ter o melhor Plano Safra possível.

Por fim, peço aqui um minuto a mais, Senador. Sobre a questão do Rio Grande do Sul, vale a pena aqui alguns esclarecimentos, até em nome do Ministro Haddad.

Houve, sim, uma negociação para que a gente criasse, via Conselho Monetário Nacional, a possibilidade de permitir a prorrogação de operações de custeio, do Pronamp e dos demais produtores, para dar a essas operações a mesma regra que já existe para Pronaf e para investimento.

Foi feito o acordo e esse voto do Conselho Monetário está pronto há mais de duas semanas.

Ah, mas então foi a burocracia? Não, não foi a burocracia. Qual foi o problema e por que só agora a gente está conseguindo resolver?

Bem, hoje, pessoal, quando eu tenho uma operação com recursos livres, se eu tenho um problema climático, se eu tenho um problema de dificuldade de pagamento, as instituições já podem fazer a prorrogação normalmente. Se eu tenho um recurso obrigatório, que é esse do Depósito à Vista, que não tem equalização, ou se eu tenho – o recurso obrigatório, melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo, primeiro... Se eu tenho um problema, as instituições podem fazer a prorrogação, não precisa ter autorização nenhuma.

Quando eu trabalho com recurso dos fundos constitucionais, não importa se é custeio ou investimento, a gente tem uma regra – se eu não tiver enganado, acho que é 25% – de que a instituição financeira, os bancos operadores dos fundos constitucionais já podem fazer a prorrogação sem precisar de autorização especial, já está lá na regra.

Como é que é observada essa regra? Você olha 25% do que você tem a receber naquele ano, daquele grupo de operações, seja custeio, seja investimento, o banco pode prorrogar o investimento jogando para o final da fila ou pode dividir o custeio em três anos. Basta que o produtor apresente a sua justificativa técnica lá, seja de um problema climático, seja de um problema de comercialização.

Quando o recurso era equalizado pelo Tesouro Nacional, você não tinha essa possibilidade que foi criada para investimento, porque antes, muitas vezes, tinha que ter uma lei, um problema pequeno teria que virar um problema grande para você criar uma norma.

Então, acho que foi em 2008, 2009, que a gente criou uma regra que, para investimento, se tiver problema, os mesmos problemas que são para os recursos livres, para o recurso obrigatório, até 8% da carteira de cada instituição financeira, ela poderia prorrogar nas mesmas condições sem pedir autorização para o Conselho. Então, cada banco vai lá e resolve o seu problema.

De 2008 até hoje, nunca precisou mexer nesses 8%. Nenhum banco trouxe uma demanda específica a mais, até porque, quando teve uma calamidade muito forte, muitas vezes saiu alguma norma específica. Mas, no geral, os 8% deram certo.

No caso do Pronaf, a regra prevê, tanto para custeio quanto para investimento, os mesmos 8%. Então, no dia a dia de cada instituição financeira, quanto que...

Ah, eu tenho R$1 bilhão vencendo este ano. Então, até R$80 milhões, eu posso prorrogar e jogar para frente; no caso do investimento, como eu disse, para o final da fila, e o custeio divido por três anos.

O que está acontecendo? Muitas vezes você tem o recurso equalizado, a primeira tentativa que o Conselho Monetário coloca é que a instituição deve tentar jogar para uma fonte que não tem equalização. O problema é que, com as renegociações que já aconteceram, as instituições começaram a dizer: "Olha, no Pronamp e nos demais, eu não tenho mais como jogar por uma fonte não equalizada; eu preciso ter essa autorização". Aí teve a reunião, Senador, com o Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Haddad, e o Ministro disse: "Não, vamos fazer". Fizemos o voto, e o voto ficou travado no Ministério do Planejamento e na STN novamente, não por uma questão burocrática, Senador, por uma questão de interpretação jurídica.

Qual foi a interpretação? Em fevereiro, quando acabou o recurso... Ah, e essa regra dos 8%, que a gente vai abrir para custear investimento, não é para o Rio Grande do Sul; é para o Brasil. Logicamente que, neste momento, ela vai tender em grande medida ao Rio Grande do Sul. Essa é uma regra que vale para o Banpará, vale para o BDMG; então ela é geral, para todas as instituições que têm recursos equalizados. Qual foi a interpretação jurídica? O crédito extraordinário que saiu era para contratações de operações do Plano Safra 2024/2025. Como era uma renegociação, a interpretação jurídica do Ministério do Planejamento foi que o crédito extraordinário não dava essa margem. Como não deu margem, a gente não teve o voto liberado.

Somente agora, com o novo contingenciamento... Dentro do novo contingenciamento, a gente precisa de uma portaria nova do Ministério do Planejamento estabelecendo os novos limites, e aí já incorporando, de certa forma, o crédito extraordinário. Saindo essa portaria... Se sair hoje, amanhã cedo a gente está encaminhando o voto para o Conselho Monetário. O voto já foi até discutido no âmbito do Banco Central, já estava acordada a redação, só que a gente precisa dessa portaria do Ministério do Planejamento nos autorizando a usar o recurso do crédito extraordinário para poder fazer este voto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILSON BITTENCOURT – Então essa é a única limitação, e a gente, tendo essa liberação, vai soltar o voto. Então não foi uma questão burocrática, foi uma questão jurídica de interpretação da legislação do Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Gilson, Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroecológicos do Ministério da Fazenda.

Vamos lá agora, Dr. Guilherme?

Agora Guilherme Campos, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR (Para expor.) – Primeiro, boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a esta Comissão, que tem um papel fundamental na ajuda e na concepção do Plano Safra; agradeço ao seu Presidente e a todos os componentes; e aos Senadores presentes, Senador Morão e Senador Heinze.

A contribuição do Parlamento na construção do Plano Safra é fundamental. E as duas Comissões, da Câmara e do Senado, mais a FPA exercem um importante papel, papel que é de suma relevância para trazer as particularidades e as necessidades de cada uma das regiões do país.

Estou aqui com meu xará da CNA; com o Maurício, da Aprosoja; com o Gilson, da Fazenda, que é o grande condutor desse processo nas definições dos recursos; e com o João Prieto, da OCB.

Nós do Mapa já conversamos com todos, recebemos todos, recebemos todas as sugestões para estarmos, além de se falar em limites, melhorando o Plano Safra. O Plano Safra, Senador, o senhor sabe muito bem, é o plano de Estado mais longevo que existe. São mais de 30 anos de Plano Safra. E hoje ele é muito mais o grande norteador do crédito ao setor do que o principal, quase o único financiador na época da sua concepção.

Graças a Deus, o setor privado no agronegócio cresceu muito mais que o Brasil e cresceu muito mais que o Tesouro. Só essa proporção mostra a necessidade que nós temos de participação de cada vez mais agentes do setor privado.

O Plano Safra que está sendo gestado é um Plano Safra que tem como desafio compatibilizar duas coisas: o recurso e a taxa de subvenção. E isso está sendo colocado como uma matéria de ajuste fino para que possamos apresentar um Plano Safra que seja robusto, que seja responsável e que dê capacidade a todo o setor de se alavancar – e, junto com ele, as taxas de equalização.

Concordo com o Secretário Gilson que o cenário é muito mais para se olhar o custeio do que o investimento, dado o tamanho da taxa básica de juros, que nos preocupa e nos preocupa muito. Para uma operação de longo prazo é sempre um complicador, é sempre algo que vai inibir o acesso a esse recurso.

E nós temos no seguro rural uma grande preocupação. Estou aqui acompanhado do nosso Diretor Diego, da área da gestão de riscos do ministério.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Quero agradecer à Senadora Tereza Cristina e a esta Casa pela aprovação do projeto de lei do seguro rural, que é importantíssimo – estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendo aqui o Julio, que ajudou na elaboração desse processo –, pedindo que esse projeto também seja aprovado na Câmara dos Deputados, porque nos ajuda muito na elaboração de uma proposta de seguro rural, no sentido mais amplo, englobando tanto o PSR quanto o Proagro, para que nós tenhamos cada vez mais o melhor uso do recurso público, levando o risco para as seguradoras.

Vocês sabem muito bem que, nos Estados Unidos, que é o grande paradigma de seguro rural, existe uma escolha clara por parte do Governo americano: não existe um subsídio ao financiamento, mas existe uma atenção absoluta para o seguro. E o seguro tem nos mostrado ser uma necessidade cada vez maior. O Rio Grande do Sul serve de um grande exemplo do que nós estamos passando pela falta de um modelo de seguro rural mais consistente e mais robusto.

O Ministro Carlos Fávaro tem aí um olhar especial, um empenho pessoal muito grande, para que consigamos apresentar uma proposta de seguro rural que seja radical, disruptiva, apropriada, o nome que queiram dar, mas que seja adequada a esse novo momento. Há necessidade cada vez maior de nós termos a atividade do produtor rural, a atividade no campo, que está diretamente ligada aos riscos climáticos – e nós estamos vendo que nos últimos anos os fenômenos climáticos extremos estão cada vez mais presentes no dia a dia do campo –, que nós tenhamos aí uma nova definição para seguro rural. Estamos conversando muito com a Fazenda a esse respeito. Estamos ponderando a eficiência e a eficácia do Proagro, a eficiência e a eficácia do PSR, e conversando para apresentar essa proposta que está em construção, pensando o Brasil como um todo; pensando o Brasil como um todo para que nós consigamos estar mitigando o risco Brasil.

O risco mais presente hoje nos estados do Sul, com o menor risco na região Centro-Oeste, que precisa ter uma equação para dar uma compatibilizada nisso tudo, para que possamos ter uma proposta com seguro rural, com um prêmio que seja mais adequado ao bolso do agricultor, que possa estar sendo uma garantia para o próprio financiamento, e vemos com muitos bons olhos uma vinculação do financiamento com o seguro. Isso aí nos traz uma oportunidade muito grande para se fazer essa proposta.

E sentimos aí de todos os setores a ânsia, a vontade que tenhamos um outro modelo de seguro que não seja esse; mais adequado às novas possibilidades tecnológicas, mais adequado ao que existe pelo mundo na questão do seguro rural, trazendo para discussão o seguro paramétrico, que é diretamente vinculado às questões climáticas, e trazendo aqui para a Casa também essa discussão, que é uma discussão extremamente pertinente, é uma discussão que é muito adequada para este momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nos colocamos aqui à disposição dos senhores para discutir, complementar as propostas, agradecendo mais uma vez pela oportunidade de estar aqui no Senado Federal discutindo o Plano Safra.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, muito obrigado, Dr. Guilherme, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Faculto a palavra ao Senador Hamilton Mourão, se quiser fazer alguma consideração ou questionamento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente Zequinha, meus cumprimentos a todos os integrantes aí da mesa.

Eu agradeço as apresentações que foram feitas, todas extremamente objetivas. Agradeço aí as notícias que o Gilson, o nosso *beck* do Guarany de Bagé está trazendo. Esperamos resolver esse problema no mais curto prazo.

A minha única observação aqui é... Eu passei 46 anos no Exército, Zequinha, e no Exército a gente sempre dizia que não podia ser surpreendido pelo Sete de Setembro, porque ele acontece todo ano. É a mesma questão do Plano Safra. Então, o que eu vejo é que nós temos que... E aí o Congresso, nós aqui temos papel nisso, não é só uma questão do Executivo, temos que partir para um planejamento de um médio prazo para a questão do financiamento da nossa produção agropecuária.

Todo ano a gente vive uma agonia. Para resolver o problema é complicado. Então nós temos que buscar os mecanismos para, assim como nós temos um planejamento quinquenal, quadrienal, nós teremos que ter a mesma coisa para o Plano Safra. Eu acho que isso é um objetivo a ser conquistado e requer um trabalho conjunto deste Parlamento e do Poder Executivo. Eu acho que, a partir daí, nós teremos aquilo que todo mundo quer: uma certa previsibilidade, apesar de todas as flutuações que acontecem, fruto de decisões que são tomadas muitas vezes até fora do Brasil, mas que tem influência aqui no nosso país, as intempéries climáticas que vêm acontecendo com cada vez mais frequência, que atingiu especificamente o meu estado lá, o Rio Grande do Sul, mas nós temos que buscar essa previsibilidade.

É uma coisa interessante porque o Plano Safra não trabalha no ano orçamentário. Nós temos um ano orçamentário que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro e para o Plano Safra nós temos um ano similar ao orçamento nos Estados Unidos da América, que vai de 1º de julho a 30 de junho. Então há um certo descasamento, na minha visão aqui, e nós temos que buscar a melhor forma de corrigir isso, dar um melhor rumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejo o esforço do setor do Governo, vejo que há o esforço para conseguir os recursos necessários e liberar as entidades que têm capacidade de financiar para que tenham segurança para realizar isso, é óbvio. Banco não quer perder, tem as suas análises de risco; se banco perde, tem gente que vai ter cabeça decepada, isso é uma realidade. E óbvio, nós temos um conjunto de produtores pequenos, médios, grandes, as nossas cooperativas, todos com as suas necessidades e as necessidades a serem atendidas sempre são muito maiores que as disponibilidades, essa é a grande realidade.

Então, Presidente Zequinha, parabéns pela realização dessa audiência pública e os meus cumprimentos a todos os expositores, porque foram objetivos. Aqui ninguém enxugou gelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Hamilton.

Gostaria de solicitar à OCB, Prieto, se tem algum questionamento, um minutinho para considerar ou questionar alguma coisa.

O SR. JOÃO JOSÉ PRIETO FLÁVIO (Para expor.) – Senador, só novamente agradecer pelo convite, pela oportunidade de a gente estar aqui debatendo, trazendo as nossas propostas. Como o Gilson, o Guilherme e o próprio Robson comentaram, ainda temos algumas questões a serem exauridas até a publicação do próximo ciclo em si. Então novamente a gente se coloca à disposição para qualquer eventual debate, até a batida efetiva do martelo, para que a gente tenha efetivamente um Plano Safra 2025-2026 a contento e que chegue efetivamente ali nos nossos produtores rurais e nas nossas cooperativas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Maurício Buffon, da Aprosoja.

O SR. MAURÍCIO BUFFON (Para expor.) – Eu quero agradecer ao Senador Zequinha pela excelente iniciativa.

Eu queria fazer uma colocação a respeito dos recursos que retornaram para os bancos, as instituições não aplicarem. Eu acho que tem muitas amarras, ambientais principalmente. O Governo, de um lado, faz decretos e algumas situações para o sistema financeiro aplicar esse dinheiro, e aí nós temos alguns decretos na parte ambiental travando muito, do outro lado. E isso vem tirando o dinheiro a ser aplicado também na agricultura. Então, principalmente pela questão ambiental, que é a principal questão que assola o produtor rural, em coisas em que se vinham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há 10, 15, 20 anos trabalhando normal, a gente foi surpreendido aí nesses últimos anos por alguns decretos. Eu acho que também nós temos que cuidar disso, porque não adianta dar com uma mão e tirar com a outra. Isso vem acontecendo também.

No mais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Dr. Maurício.

Vamos agora ao Guilherme Rios, da CNA.

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS (Para expor.) – Senador Zequinha, quero agradecer novamente a participação, a conversa.

Como eu disse, nós já tivemos reuniões com o pessoal do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, da Secretaria do Tesouro e também do MDA. Nós colocamos ali as nossas propostas que construímos com os produtores e nós continuamos à disposição. Entendemos a dificuldade que vai ser a construção deste Plano Safra. O Governo não vai ter uma vida fácil para construir este Plano Safra. E a gente se coloca à disposição para aquilo que for necessário para levar a visão dos produtores rurais em relação àquilo que vai ser anunciado. A gente entende a dificuldade, mas é essencial que este Plano Safra chegue às mãos dos produtores. Por mais que tenha um custo agora de início, a gente sabe que, ao longo aí... Uma vez que esse setor corresponde a 25% do PIB, ele vai trazer retornos. Então, a gente está bem confiante de que a gente vai ter um Plano Safra, apesar de todas as dificuldades aí. Este Plano Safra a gente espera que atenda.

Agradeço novamente ao Senador e a todos os que participaram aqui com a gente nesta conversa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Dr. Guilherme e Dr. Gilson, o Governo já tem um valor já definido para o Plano Safra? Ele já distribuiu custeio, investimento, agricultura familiar? Como é que está isso?

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR (Para expor.) – Senador...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Só Deus sabe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Não! (*Risos.*)

Tinham que fazer uma pergunta mais...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mais simples, mas é que...

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – ... simples. O número da Mega-Sena é mais fácil, não é? (*Risos.*)

Está em construção, está em construção. Estamos dentro dos prazos. O processo está indo muito bem, com a condução dentro da Fazenda com muita responsabilidade, com muito conhecimento por parte da SPE. O MDA tem o seu papel nas definições daquilo que é essencial para o funcionamento da agricultura familiar. E, do nosso lado, dentro do Ministério da Agricultura, no Mapa, o Ministro tem uma preocupação muito grande de que o Plano Safra seja robusto, esteja adequado às necessidades no ponto final que é o produtor rural, principalmente para custeio... O investimento nós sabemos que está num momento que não é tão propício, mas é necessário, tem que ter o investimento.

A questão da armazenagem, Senador, é algo que nos intriga muito. Todo mundo falou aqui que tem déficit, e isso aí todos nós sabemos. O déficit é maior nas novas fronteiras abertas, nas novas áreas de produção, no norte do Centro-Oeste, no Matopiba... Em tudo que é novo, que foi criado, nós estamos correndo atrás da logística. E, mesmo assim, nós não conseguimos usar todo o recurso que foi disponibilizado para a construção de armazéns, tanto os de até 6 mil toneladas como os de acima disso. É algo que nos intriga. Estamos conversando com todos os envolvidos, os produtores, os produtores rurais, os produtores da silagem, os bancos, as cooperativas, com todo mundo, para saber onde está pegando essa questão da armazenagem, que nos intriga, e intriga muito.

Dentro do tempo, os valores serão anunciados. E eu faço questão que os senhores sejam dos primeiros a saber.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

A CNA desenhou um Plano Safra de 594 bilhões, não é, Rios? E a OCB, outro, em termos de 599 bilhões. Está mais perto de quem? Da CNA ou da OCB? (*Risos.*)

Está no meio dos dois?

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Não, está muito próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está bom.

Muito obrigado, Dr. Guilherme.

Quer fazer alguma consideração, Gilson?

O SR. GILSON BITTENCOURT (Para expor.) – Sim, bem rapidinho. Três questões.

Primeiro, que eu acabei de receber uma informação. Devemos ter, talvez, um diário oficial, ainda hoje, extra, com a portaria do Ministério do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos aplaudir! (*Palmas.*)

O SR. GILSON BITTENCOURT – Saindo esse diário extra, amanhã a gente chama o conselho. Pelo menos é o que me passaram aqui do Ministério do Planejamento.

A segunda questão: eu acho que 590, 580, se incluir a CPR com origem na LCA, não é um número... Eu acho que talvez, Guilherme, se a gente pudesse dizer assim "a nossa meta é repetir o que a gente teve neste ano"... Eu acho que o mínimo é a gente fazer o que teve efetivo, mais um percentual de crescimento, mas a tentativa sempre é crescer. Eu acho que esse é um pouco o nosso desafio.

Agora, em último...

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Professor, posso interromper você? Quero agradecer já pela alteração das fontes para esse *funding*, que foi uma preocupação muito grande sua e nossa de ter esse recurso. E essas modificações foram aderentes àquilo que foi solicitado, aconteceram e nos dão aí a perspectiva de ter um número muito robusto.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Na sua pergunta, Senador Zequinha, a gente está aguardando agora o encaminhamento, pelo Banco Central, de qual é a estimativa de recurso de cada fonte. Como é que a gente trabalha... A gente não sabe quanto é agricultura familiar, empresarial, e o custeio e os investimentos a gente vai saber quando os ministérios trouxerem as propostas, e a gente cruzar com os recursos equalizados. Mas o que acontece agora? Aquilo que eu falei anteriormente: se eu tenho 31,5% de recurso do depósito à vista, o Banco Central vai lá, vai pegar a estimativa que vai dar do saldo médio do depósito à vista, do ano passado até agora – porque, para depósito à vista e poupança, olha-se o passado para definir o que você vai fazer no ano; LCA é o saldo médio do ano. Então, nos próximos dias, o Banco Central vai pegar e vai dizer: "Olha, eu tenho 350 bilhões de depósito à vista". Isso dá... Os 31,5%, vão me dar lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus 90 e poucos bilhões, que foi o exemplo; dos 90 bilhões, 45 bilhões são para Pronamp, 32 bilhões são para o Pronaf e o resto é para os demais produtores. Aí o próprio Banco Central olha no sistema de crédito dele e diz o seguinte: "No caso do Pronaf, olhando as operações que já existem, sejam as renegociadas, sejam as que foram contratadas agora, em abril [que vão comer o recurso no próximo período], efetivamente, dos R$33 bilhões do Pronaf, você só tem R$10 bilhões; ou, dos R$50 bilhões, R$45 bilhões do Pronamp, você tem x". Ele vai fazer isso para depósito à vista, vai fazer isso para poupança, vai fazer isso para LCA. Com base nesses dados, somado com o que os bancos mandam de pedido, os bancos oferecem a fonte, a gente consegue saber mais ou menos o que a gente tem de recurso. Aí é que a gente vai ter uma noção da quantidade total. Quanto vai ser equalizado para isso ou para aquilo vai depender muito dessa questão da taxa de juros e de quanto que a gente vai alocar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Mas para a gente ter qualquer coisa, Senador... Eu esqueci de falar este ponto: quando a gente faz um Plano Safra, o impacto no ano em que a gente faz não é muito grande. O impacto em 2025 vai afetar os meses de julho até dezembro, e muitas das operações são contratadas em setembro, outubro, novembro. Então, o que ele consome de orçamento no ano não é muito grande. Agora, o que ele consome no orçamento do ano seguinte é muito, porque ele pega os 12 meses basicamente fechados.

Então, na discussão do Orçamento para o próximo ano, é fundamental que o Senado e os Senadores especialmente desta Comissão tenham um olhar para essa fonte de recursos, porque, não tendo um Orçamento maior, você acaba tendo toda uma dificuldade, que vai impactar o ano que vem e assim sucessivamente. Então é fundamental a gente ter esse apoio dos senhores.

Muito obrigado, novamente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Dr. Gilson já nasceu dentro do ministério, né? Ele está com tudo na cabeça. (*Risos.*)

Mas é muito bom poder dominar e construir tudo isso, não é, Guilherme?

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É muito, muito salutar.

Dr. Robson, com a palavra para fazer as considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos encerrando, Robson. (*Pausa.*)

Oi, oi... Está me ouvindo?

O SR. ROBSON LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, Presidente, obrigado. Ouço sim.

Bom, o MDA continua, então, os trabalhos aqui para a elaboração desse novo plano, juntamente com a Fazenda.

Então, quero agradecer aqui a oportunidade e desejar um ótimo restante dia a todos; e dizer que teremos um ótimo plano, um plano sustentável, um plano robusto para valorizar o agricultor familiar, a produção de alimentos, a segurança alimentar aqui do país.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Antes de terminar, eu quero registrar a presença do Roberto da Abisolo. A Abisolo e um bocado de outras associações fizeram hoje a coalizão de insumos lá na FPA, pela manhã, um setor extremamente importante na produção nacional. Parabéns pelo trabalho! Parabéns pela organização desse setor que é muito bom, muito importante, essencial para a produção brasileira!

Quero, neste momento, agradecer a todo mundo, à imprensa, aos assessores, aos amigos convidados, enfim, a todo mundo, e especialmente aos nossos expositores: o Robson, que está remotamente; a Aprosoja, através do Maurício; o Guilherme Rios, da CNA; o Pietro, da OCB; o Ministério da Fazenda aqui, pelo Gilson, que realmente tem uma cabeça brilhante; e o nosso Ministério da Agricultura, pelo Secretário Nacional de Política Agrícola, o Deputado, sempre, Guilherme Campos. Muito obrigado a todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Gratidão a Deus e a todos os senhores.

(Iniciada às 14 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e doze minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Jorge Seif, Beto Faro, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das Reuniões anteriores, que são aprovadas. É lida a seguinte manifestação externa: o Ofício da Câmara Municipal de Palmitos, no Estado de Santa Catarina, encaminhando moção de apoio ao Projeto de Lei 1.294, de 2025. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública, atendendo ao requerimento REQ 17/2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Finalidade: Debater a prevenção da Praga Monilia na lavoura cacaueira do Brasil e a construção de barreiras sanitárias. Participantes: Eunice Gutzeit, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau - ANPC; Vanuza Lima Barroso, Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau - ANPC; Paulo Lima, Gerente do Programa Amazônia da Fundação Solidaridad; Karina Peres Gramacho, Coordenadora-Geral de Pesquisa e Inovação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac; Ricardo Hilman, Coordenador-Geral de Proteção de Plantas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; Paulo Albuquerque, Auditor Fiscal Federal Agropecuário da Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira nos Estados do Pará e Amazonas - Supam/Ceplac; Francisco Hildenberg, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Nacional dos Produtores de Cacau - ANPC; e Pedro Souza dos Santos, Coordenador de Campo da Fundação Solidaridad. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores Beto Faro, Jaime Bagattoli e o Senador Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/11

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa:

- Ofício da Câmara Municipal de Palmitos, no Estado de Santa Catarina, encaminhando moção de apoio ao Projeto de Lei 1.294, de 2025, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão. (*Pausa.*)

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a prevenção da praga monília na lavoura cacaueira do Brasil e a construção de barreiras sanitárias, nos termos do requerimento de iniciativa desta Presidência.

Segundo informações da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), a monilíase do cacaueiro é uma das principais doenças da cultura do cacaueiro e do cupuaçuzeiro.

A doença foi relatada pela primeira vez no Equador em 1920 e posteriormente na Colômbia, sendo esse seu provável centro de origem.

No Brasil, a doença foi constatada pela primeira vez em junho de 2021, no Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, e, em novembro de 2022, outros focos da doença foram encontrados no Estado do Amazonas.

Em julho de 2024, novamente, foi a vez do Amazonas apresentar a doença, despertando alerta devido à proximidade com regiões produtoras de cacau. Após quatro anos da presença da praga no Brasil, ela se encontra restrita às áreas não comerciais e urbanas, em parte do Acre e do Amazonas.

Essa é a nossa breve introdução para o assunto que discutiremos na tarde de hoje, que é de grande relevância para o setor agrícola brasileiro, bem como para toda a sociedade.

Quero, neste momento, informar que teremos aqui a presença dos seguintes expositores: Sra. Vanuza Lima Barroso, Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC). Por favor, tome lugar aqui à mesa, D. Vanusa.

Precisamos arrumar mais alguma cadeira aí.

Lá do Estado do Pará, também membro da ANPC, nós temos a nossa amiga Eunice Gutzeit, a quem eu também quero convidar para tomar lugar. E identifiquem-na depois, por favor.

Quero convidar o Sr. Paulo Lima, Gerente do Programa Amazônia da Fundação Solidaridad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chega para cá, Paulo.

Convido o Ricardo Hilman, Coordenador-Geral de Proteção de Plantas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Está por aqui? Ou ele está remotamente?

Não, remotamente só tem um aqui.

Quero convidar também Karina Peres Gramacho, Coordenadora-Geral de Pesquisa e Inovação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

Tudo bem? Bem-vinda.

Convido o Paulo Albuquerque, Auditor Fiscal da Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira nos Estados do Pará e Amazonas (Supam-Ceplac). Ele vai participar remotamente através do Zoom.

Justifica ausência a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará). Não deveria ter faltado, né? O Pará hoje é o maior produtor de cacau. Como é que um representante, pelo menos, da Adepará não estaria aqui? Será que realmente estão dando a importância que isso tem para o Brasil e para o estado, que é o maior produtor?

Vamos lá! Vamos começar com o primeiro orador. Vamos ouvir inicialmente... (*Pausa.*)

Eu quero registrar aqui a presença do Francisco Hildemburg. Cadê o Francisco? Francisco, por favor, chega para cá, fica aqui mais perto. Popularmente é conhecido como Chiquinho do Cacau. Isso, sente-se à frente. É de Rondônia.

O SR. FRANCISCO HILDEMBURG (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pronto, está na terra. Fique ao lado aí do seu...

O SR. FRANCISCO HILDEMBURG (*Fora do microfone.*) – Cearense de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Como é que é?

O SR. FRANCISCO HILDEMBURG (*Fora do microfone.*) – Cearense de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Cearense de Rondônia. Parabéns!

Vamos começar ouvindo, então, a Eunice Gutzeit. Ela é produtora, lá no Pará, e membro da ANPC. Depois nós vamos avançando.

A SRA. EUNICE GUTZEIT (Para expor.) – Exmo. Senador Zequinha, autoridades, colegas produtores e representantes do setor, boa tarde.

Em nome da ANPC, primeiramente, o nosso muito obrigada, Senador, pela realização desta audiência e pela inclusão da nossa participação, mesmo que no último momento, representando o nosso estado, hoje o mais ameaçado pela monília. Falo aqui aos senhores como produtora da Transamazônica, filha de pioneiro da cacauicultura e representante de centenas de famílias que vivem da lavoura.

A nossa propriedade está localizada na região da Transamazônica, no km 140, depois de Altamira, no coração de uma região que responde por cerca de 90% da produção de cacau no Estado do Pará, que é hoje considerado, no *ranking* nacional, o primeiro estado produtor, com mais de 152 mil toneladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eunice, me dê um aparte, rapidamente?

A SRA. EUNICE GUTZEIT – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu quero registrar a presença de um grande amigo e técnico desta área, o Pedro Santos.

Pedrão, venha se sentar aqui ao lado do Chiquinho do Cacau, porque você mexe com muito cacau desde menino. Por favor.

Continue, Dra. Eunice.

A SRA. EUNICE GUTZEIT – Sim.

Bom, estamos falando aqui de uma cultura que é símbolo de preservação. Praticada nos principais biomas da Mata Atlântica, da Amazônia, por mais de 100 mil famílias em todo o Brasil, gerando mais de 360 mil empregos, segundo dados da Fiesp.

A monilíase, causada por um fungo – cientificamente, o *Moniliophthora roreri* –, é uma ameaça real e crescente. Ela já está confirmada no Acre e no Amazonas. Ambos fazem fronteira com o Estado do Pará. Por isso, precisamos de uma resposta articulada, legalmente respaldada e tecnicamente eficiente.

Reconhecemos o papel da Ceplac, que, desde 1984, atua na prevenção dessa praga, inclusive antes da chegada no país. Após o foco confirmado em 2021, no Acre, a Ceplac, em parceria com órgãos como a Adepará, tem sido decisiva na resposta técnica, mas sabemos que sozinha não pode conter essa ameaça.

Então, hoje estamos aqui para solicitar mais investimentos e uma articulação interinstitucional para intensificar as ações, especialmente no Amazonas, onde as saídas fluviais dificultam o controle.

Entre as medidas urgentes, destaco ações que vêm sendo feitas, mas que realmente precisam ser fortalecidas, como o fortalecimento do controle de trânsito vegetal, com a exigência de certificações e protocolos sanitários em eventos de grande circulação, como, por exemplo, os festivais de chocolate – teremos em breve o festival de chocolate em Altamira, e não temos nenhum protocolo fitossanitário. Então, pessoas vindo do Acre, do Amazonas, podem chegar, eventualmente, trazendo frutos. Realmente o risco é enorme e é real.

Então, precisamos também de campanhas educativas e de biossegurança, com distribuição de materiais informativos nas rodoviárias, portos e aeroportos, a capacitação de técnicos e a ampliação da vigilância fitossanitária, que já está sendo feita, claro, mas que precisa realmente ser intensificada. Precisamos de maior apoio à pesquisa e desenvolvimento de cultivares resistentes à monilíase, e também sugerimos que se faça um decreto federal de emergência fitossanitária, conforme a Lei 12.897, de 2013, e atualização da IN nº 25, de 2020, com protocolos específicos para o cacau.

É importante também pensarmos na criação de um plano emergencial de contingência para a monilíase, com participação conjunta do Mapa, Ceplac, Embrapa, universidades, produtores. Realmente que se faça uma ação emergencial de contenção.

Outra sugestão e solicitação que fazemos é que se crie um fundo nacional de defesa da cacauicultura para pesquisa, para contenção da praga e um incentivo à agroindustrialização, porque sabemos que barreiras sanitárias virão após a contaminação, e hoje, no Pará, não temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma indústria ainda que absorva toda a produção do estado. Temos duas indústrias, uma localizada na região da Transamazônica, a Gencau, temos a IBC, mas ainda não comportam, não poderiam absorver toda a produção do estado.

Então, é muito importante que pensemos, que façamos as medidas de contenção, mas também que criemos e que possamos pensar numa antecipação caso ela chegue no estado.

As linhas emergenciais via crédito são importantes, Pronaf, BNDES, Banco da Amazônia, para ações como o rebaixamento de copa, muito importante no nosso estado, porque sobretudo no Estado do Pará predominam as plantas altas, seminais do cacau híbrido, o que inviabiliza o controle eficiente da doença, porque, como sabemos, para que realmente se tenha o controle fitossanitário da monilíase, precisa-se da retirada de frutos e da retirada de dentro das plantações. Então, imaginem vocês como faremos isso com plantas altas, medindo de 5m a 6m? A retirada de frutos se tornaria realmente inviável.

Então, é muito importante que se crie absolutamente uma ação emergencial para que haja ações de prevenção e de preparo para uma eventual entrada da monilíase no estado.

Campanhas federais de comunicação em mídias regionais e rádios comunitárias, inclusão da monilíase na pauta da câmara setorial, que já está sendo discutida, mas com nenhum resultado efetivo, e também sugerimos que se insira no comitê de crise climática, dado seu impacto ambiental e socioeconômico.

Senhores, o que está em jogo aqui é muito mais que a produção de cacau, é a renda de milhares de famílias, a segurança alimentar e a floresta em pé, pois o cacau é uma das poucas atividades que alia produção e preservação.

Hoje, a Ceplac tem o conhecimento, a Adepará tem a experiência, o que falta é o essencial: recursos federais e estaduais urgentes para proteger o nosso patrimônio genético, produtivo e ambiental. Sabemos que a África já está pagando um preço alto, o Brasil ainda tem tempo, o Pará ainda tem tempo. Então, o momento de agir é agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Eunice.

Antes de ouvirmos a Sra. Vanuza Barroso, que é a Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC), eu gostaria de chamar a atenção dos expositores para os questionamentos e considerações feitos aqui pelos nossos internautas.

A Eulina, da Bahia, diz o seguinte: "Quais as medidas o Governo está adotando para impedir que a [praga] monília chegue ao sul da Bahia e às demais regiões produtoras de cacau?". Acho que é para você, Ricardo.

Do Estado de Tocantins, o Sr. Pedro diz o seguinte: "Qual a importância para a economia em proteger a lavoura cacaueira brasileira da praga monília?". Interessante, não é? Simples, merece uma boa explicação.

Wendyo, de Pernambuco: "Quais são os principais desafios técnicos e operacionais para monitorar e prevenir a disseminação da praga monília nas lavouras cacaueiras?".

O Sr. Manoel, de Minas Gerais, pergunta: "Que [...] [defensivo] agrícola poderia ser utilizado para proteger a lavoura cacaueira da praga monília sem afetar o meio ambiente e a saúde?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De São Paulo, o Sr. Carlos pergunta: "[Há] muito tempo há pragas disseminadas criminosamente para desestabilizar a produção [...] de cacau. Quais medidas [...] [podem ser tomadas contra essa prática]?".

Do Rio de Janeiro, a Sra. Raquel pergunta: "Como as práticas sustentáveis utilizadas na produção do cacau contribuem para a preservação do meio ambiente?".

Depois, nas suas apresentações, podem aproveitar... Está aqui à disposição de quem quiser dar uma lida.

Vamos ouvir agora a Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC), a Sra. Vanuza Barroso.

A SRA. VANUZA LIMA BARROSO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Nossos agradecimentos ao Senador Zequinha Marinho; ao Pedro, de novo, pelo repartimento; a todos os participantes da audiência; a todos os associados da ANPC; e ao Funcacau, em especial ao Secretário de Agricultura do Estado do Pará, Dr. Giovanni Queiroz, e a toda a sua equipe.

Falando um pouquinho – a Eunice já iniciou aqui –, o cacau no mundo hoje está com um déficit de em torno de 700 mil toneladas, dados da StoneX. O Brasil é o único país capaz de suprir esse déficit. Hoje, o cacau se trata da *commodity* mais valorizada do momento.

Por que o Brasil pode suprir esse déficit? Porque nós temos um clima favorável à planta, temos uma legislação trabalhista alinhada com as exigências internacionais, produzimos com a preservação ambiental e temos áreas com potencial expansão.

O que falta para nos tornarmos os maiores produtores? Apenas segurança. E isso nós não estamos tendo nos últimos tempos. Por que falamos isso? Porque sentimos falta do apoio efetivo do Mapa.

Os produtores de cacau, Senador e autoridades presentes, estão sendo excluídos dos principais programas ligados à cacauicultura, às normativas, às legislações. Nós não estamos sendo ouvidos. Então, é uma queixa dos produtores de cacau. E aqui, como porta-voz da ANPC, digo que nós queremos e precisamos ser inseridos em todos os programas ligados à cacauicultura brasileira, afinal, nós quem plantamos, afinal, nós quem estamos nas nossas lavouras, somos os atores principais.

Bom, recentemente – nós já até debatemos isso na última audiência pública, dia 20, mas a gente precisa citar –, houve um total abandono da monília na região do Alto Solimões durante um grande período. Esse documento do Idaron comprova isso, pedindo providências. Então, vou ler aqui rapidamente o parágrafo:

> Conforme informações recebidas, as ações de controle no Alto Solimões – AM foram paralisadas em 2024. [Imagina, gente, uma doença devastadora e sem controle. Então, aqui é um documento do Idaron ao Mapa.] Consideramos que essa situação representa um grande perigo para o Estado de Rondônia, pois possibilita a dispersão da praga para o sul do Amazonas, onde existem cultivos de cacau com finalidade comercial, e, posteriormente, sua dispersão pelos cultivos localizados no Rio Madeira até o Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou pular isso aqui, porque eu sei que a Dra. Karina é especialista aqui em monilíase. Não sou eu a técnica aqui, sou apenas a representante dos produtores, então vou deixar para os técnicos falarem o que é a monilíase, mas só vou abreviar que é uma doença devastadora e que, se ela chegar aos principais estados produtores, é o fim da cacauicultura brasileira.

Como disse a nossa Vice-Presidente, a floresta só se mantém em pé por causa do cacau – isso lá no Estado do Pará, mas, na Bahia, a exemplo da Mata Atlântica, ela só está viva por conta do cacau, por conta do cultivo do cacau.

Então, como já foi dito, o primeiro foco foi no Acre, depois na região do sul do Amazonas e agora, por último, esse terceiro foco no Alto Solimões.

Bom, temos aí somente que agradecer ao Idaron, ao Adepará, ao Aderr, ao Idaf, que simplesmente foram guerreiros aí na contenção da monília. Então, nós, produtores de cacau, somos muito gratos. E também ao Ministério da Agricultura, que fez, sim, um exemplo correto. Essa questão aí do Alto Solimões acredito que já está superada, e eles já estão voltando com as ações no Alto Solimões. E, claro, era este o esperado, era isto que nós produtores de cacau esperávamos realmente do Ministério da Agricultura: voltar com as ações no Alto Solimões, porque se trata de uma doença terrível.

Bom, queremos aqui chamar a atenção do Ministério da Agricultura de que algumas normativas estão desconectadas com a realidade do campo. Falamos isso por quê? Porque tem a Normativa 112, que é para quando a monília chegar – deixando claro isso aí. Primeiro, nós não queremos que chegue; mas, quando chegar, tem lá um §3º que tem nos incomodado muito. Lá fala: "§3º As amêndoas fermentadas e secas de cacau, classificadas como tipo I e II poderão ser comercializadas, desde que sejam acondicionadas em sacarias novas".

Bom, quero chamar a atenção aqui das autoridades. Inclusive, na última audiência, eu já falei isso com o Ricardo Hilman e aqui, novamente, já fizemos uma reunião com a Dra. Karina, da Ceplac. Nós sabemos que as amêndoas de cacau produzidas no nosso país não são fermentadas e secas totalmente. Quem faz amêndoas tipo I e tipo II geralmente são aqueles produtores que fazem para vender o cacau fino, o cacau para as chocolateiras. A grande maioria, gente, não fermenta o cacau, não tem nem estrutura, nós não temos cochos – como somos agricultores familiares, em sua grande maioria, nós não temos cochos –, nós não temos barcaças. O Secretário de Agricultura do Estado do Pará me falou que eles estão fazendo uma grande campanha para poder comprar os cochos, as barcaças. Então, gente, essa realidade precisa ser adaptada. O que nós queremos é um entendimento com o Ministério da Agricultura, com o órgão técnico do cacau, que é a Ceplac, que eles se adaptem à realidade do campo. Então, convidamos o Dr. Hilman para visitar as nossas propriedades, estávamos ali falando, mas é importante.

E nós ainda fazemos uma coisa muito normal, que são os *blendies*. Então, o cacau de vassoura-de-bruxa e o cacau de podridão-parda são misturados aos lotes e comercializados, ninguém joga cacau fora. A gente faz uma mistura e aí, nessa, existe um risco muito grande de a monília se propagar.

E outra, como não há uma estrutura, só para você ter uma ideia, Senador Zequinha, nós só temos um único laboratório de classificação dessas amêndoas. Então, não existe a estrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aquela normativa, quando a monília chegar – e esperem Deus que não chegue, que demore bastante, dê tempo de a gente discutir bem esse §3º, e que seja alterado de acordo à realidade –, para que a gente consiga se entender, porque essa é a realidade do campo.

Até trouxe aqui um próprio estudo científico de alguns pesquisadores, inclusive a Dra. Catarina e a Karina – se não me engano, eu confundo as duas – participaram. E esse estudo científico, gente, lá fala: "Embora alguns produtores não fermentem os grãos de cacau [...]". Por que eu falo isso? Porque a ciência está correta, nós aqui não vamos discutir com a ciência, não podemos. Realmente, a fermentação é a base necessária para que o fungo da monília não se propague, está corretíssimo. Só que a própria pesquisa diz lá: "Embora alguns produtores não fermentem os grãos de cacau [...]". Então, vamos começar a adaptar, vamos primeiro visitar o produtor de cacau, ver a realidade, conhecer o que realmente atende os produtores, porque é por isso que estamos aqui.

E aqui é só uma crítica, dizendo que os cientistas conhecem e confirmam também, nessa pesquisa, a realidade do campo. Então, por que incluir nas normativas apenas a parte científica – fica o questionamento – sem considerar a realidade vivida no campo?

O Plano Nacional de Prevenção da Monilíase está ali dizendo que a Bahia e o Estado do Espírito Santo são estados que têm um risco baixo. Mas não é, isso também precisa ser alterado, viu, Dra. Karina e Dr. Ricardo Hilman? A Bahia é risco altíssimo, porque o parque moageiro... Todas as amêndoas produzidas no país vão para o parque moageiro de Ilhéus. Então, todo esse trânsito...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANUZA LIMA BARROSO – Vou adiantar.

Todo esse trânsito, gente, é feito e despejado, as amêndoas são todas despejadas lá no parque moageiro de Ilhéus. Então, é importante colocar a Bahia como um risco alto.

Bom, nós temos uma lei em vigor, precisamos apenas que ela seja cumprida, que é a lei de 25 de setembro de 2024, Lei 14.989. Então, veja bem, a lei diz que não podem ser comercializadas, de maneira nenhuma, quando esse fato chegar. E aí vem a normativa e fala que podem ser comercializadas tipo I e tipo II. Então, já existe aí um conflito entre a lei, a normativa e a realidade.

Bom, pedimos providências. A Eunice já falou aqui, de tudo o que a Eunice falou eu assino embaixo; então, vou pular essa parte.

Por último, não queremos passar novamente pela vassoura-de-bruxa, porque houve o descaso do Governo Federal, produtores sem nenhuma assistência, dívidas até hoje, falta de crédito – nós fomos totalmente abandonados. O Brasil, de exportador, passou a ser importador. Estamos nos erguendo sozinhos, não queremos mais doenças. Se a monília chegar, nós não estamos preparados. E de quem será a responsabilidade desta vez? Do produtor novamente? E a monília será o fim de todos nós.

Bom, o cacau resolve todos os problemas. Estou usando uma frase sua, viu, Senador? Porque você falou isso na nossa primeira audiência pública. Somos aproximadamente 100 mil produtores – é plágio, estou fazendo um plágio –, em sua maioria agricultores familiares. Geramos emprego, geramos renda, produzimos o fruto saudável para a alimentação e para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde humana, preservamos o meio ambiente e somos responsáveis pela arrecadação de diversas cidades.

Bom, o que queremos? Segurança para investir nas nossas lavouras, reconhecimento do nosso papel e participação ativa nas decisões do setor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bem, Vanuza. Gratidão aí pela exposição, muito boa.

Eu quero chamar agora o Paulo Lima, que é Gerente do Programa Amazônia da Fundação Solidaridad.

Por favor, Paulo.

O SR. PAULO LIMA (Para expor.) – Eu vou usar esse microfone aqui, Eunice. Obrigado.

Exmo. Senador Zequinha Marinho, Exmos. Senadores presentes aqui na Comissão, demais colegas, boa tarde.

Agradeço o convite para a gente poder contribuir aqui nesta discussão.

Nós da Solidaridad eu acho que complementamos aqui todas as pessoas que irão falar, do nosso lugar, como organização que vem prestando assistência técnica no Estado do Pará. Eu afirmo tranquilamente hoje que o nosso Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Solidaridad é o maior programa de Ater para cacauicultores não público, excetuando a Emater do Pará. Nós da Solidaridad hoje atuamos com muitas famílias, e é esse o prisma que a gente vai trazer aqui hoje para a Comissão.

A Solidaridad é uma organização, é uma fundação da sociedade civil internacional. A gente atua em diversas cadeias produtivas, não só no Brasil, mas estamos presentes em 52 países. Do nosso trabalho dentro dessas cadeias produtivas, o compromisso é com os produtores. Então, eu me orgulho muito de trabalhar numa organização em que a gente tem o lema que é: produtores em primeiramente lugar. Então, todo o nosso trabalho tem um produtor como foco da nossa atuação.

No Brasil, nós estamos atuando em todos os biomas brasileiros. E, especificamente, o nosso programa da Amazônia está fazendo 13 anos de existência – e 13 anos que a gente trabalha com assistência técnica para produtores de cacau, mais especificamente, nestes municípios. Estou falando de Novo Repartimento, Pacajá, Anapu, Altamira, Senador José Porfirio também recentemente entrou no nosso escopo de trabalho.

Juntos, atualmente atendemos 1.787 famílias produtoras. Dessas 1.787 famílias, 77% têm o componente cacau em sua propriedade. Se vocês observarem ali o uso do solo dessas propriedades, a área média de produção de cacau é de 3ha por família. Então, a gente está falando aí de uma exploração relativamente, em área, pequena, mas que tem uma importância muito significativa economicamente para essas famílias. Essas famílias, juntas, 1.787 famílias, manejam uma área de 112,5 mil hectares. Então, a gente está falando de 112,5 mil hectares manejados por famílias que recebem assistência técnica da Solidariedad, cacauiculturas.

Eu não vou me aprofundar muito em questões técnicas da monília, porque eu sei que virão aí a pesquisadora Dra. Karina, da Ceplac, e o Paulo Albuquerque, que domina mais o assunto, mas esta é a projeção de perda de produção em relação ao ataque da monilíase no cacaueiro: em áreas que não têm controle, que não são manejadas, as perdas podem chegar de 70% a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

100% da produção de cacau; em áreas que têm um controle mínimo, com poda, alguns manejos mínimos, essa perda pode chegar de 40% a 60%; e em áreas com controle eficiente, não menos do que 15%, de 15% a 30% de perdas. Essas perdas são muito significativas.

O que eu gostaria de ressaltar aqui é: se a monilíase chegar ao Estado do Pará e realmente afetar essas áreas de produção, qual seria o impacto nessas famílias produtoras? Eu acho que é essa a nossa contribuição aqui para a Comissão. E eu trouxe essas tabelas que apresentam bem a evolução de produtividade, o volume produzido e a renda dessas famílias produtoras ao longo do ano – a gente monitora sistematicamente essas propriedades.

Complementando, sobre a redução da taxa de desmatamento nessas propriedades, a gente observa uma correlação muito significativa do aumento de produtividade, aumento de renda inerente da cacauicultura e redução do desmatamento. Como a Eunice bem falou, o cacau traz dignidade para as famílias produtoras, e famílias produtoras que têm qualidade de vida e conseguem ter uma renda digna do cacau são famílias que começam a observar a floresta em pé como um grande ativo. Então, a gente observa, nesses anos todos de trabalho, o quanto o cacau vem sendo importante para a geração de renda e para a preservação da floresta em pé dessas famílias.

Eu fiz um simples exercício de projetar um cenário de perda de 70% em função da monilíase e outro cenário com você projetando uma perda de 30%. O que aconteceria na renda dessas famílias? Se vocês observarem ali a tabela do meio, a gente teria uma queda drástica. No melhor cenário de produtividade, as famílias reduziriam a renda, que hoje é de R$128.250 por ano – renda bruta com o cacau – para R$38.475 por ano.

Esse cenário de perda de 70% é o que a gente está arriscado a observar agora com a entrada da monília, sem nenhuma preparação dessas famílias, tanto na identificação da doença, controles mínimos. O que a gente observa hoje é que há uma carência muito grande de informação e de capacitação dessas famílias em relação à convivência com o fungo, a manejos mínimos fitossanitários para garantir uma produtividade satisfatória comercialmente, caso a monília entre no Estado do Pará.

No melhor dos cenários – a gente pode até entender como um cenário talvez de médio e longo prazo após a entrada, não menos de 30% de perda –, a gente também observa na faixa maior de produtividade uma redução significativa na renda dessas famílias. A gente está falando de uma renda de R$128.250 para R$89.775 por ano. Isso é muito significativo para famílias que dependem da renda da cacauicultura. E realmente a gente não sabe qual o cenário que vai acontecer nessas propriedades, caso isso aconteça, em relação à redução da taxa de desmatamento. Porque o que a gente observa é que, dentro desse perfil de produtores, a gente tem um desmatamento que é guiado pela pobreza, pela necessidade de abrir área. Então, se a gente tem uma massa de produtores que têm incrementos, ano após ano, com a cacauicultura, e o preço do cacau vem melhorando, está muito bom para o produtor, com produtores cada vez mais plantando cacau, caso a monília entre no estado, a gente pode sofrer uma reviravolta péssima para o cenário econômico dessas famílias, o que pode, provavelmente, impactar todo o nosso esforço na redução do desmatamento nessas propriedades.

Já partindo para a finalização da minha fala, eu acho que estamos todos de acordo aqui, mas uma coordenação nacional é essencial, com todos os órgãos estaduais, com controle das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fronteiras e monitoramento – muito importante – e com campanhas de capacitação e comunicação com os produtores.

Eu acho que a gente precisa já começar a falar de monilíase com os produtores para que eles possam se preparar para um cenário que os mais pessimistas falam que é uma questão de tempo.

Ação imediata: um plano nacional de prevenção, o reforço das barreiras fitossanitárias, o investimento em pesquisa e desenvolvimento – o pessoal da Ceplac vai poder falar muito bem o que já vem sendo desenvolvido e pode trazer uma esperança para a gente –, e o envolvimento dos estados e organizações da sociedade civil nesse plano nacional de combate à doença, à monilíase.

Então, para finalizar minha fala, a monilíase realmente é uma ameaça à produção de cacau, à renda rural, à biodiversidade e à floresta em pé – como a Eunice bem falou aqui –, caso aconteça a entrada desse fungo nas áreas de produção de cacau.

Prevenir agora é garantir o futuro da cadeia do cacau no Brasil, e essa coordenação federal e engajamento institucional é iminente. Precisamos, o mais rápido possível, coordenar e montar o nosso plano nacional de combate à monilíase.

Eu queria agradecer, enfim, em nome da Solidaridad e de todos os produtores com quem a gente trabalha na região da Transamazônica paraense. E espero que dê muitos frutos, como um cacaueiro, esta Comissão e que possamos, juntos, em uma coalizão nacional, combater a entrada dessa doença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Paulo Lima, Gerente do Programa Amazônia da Fundação Solidaridad.

Eu quero convidar agora para trazer sua exposição o Sr. Paulo Albuquerque, Auditor-Fiscal da Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira nos Estados do Pará e Amazonas (Supam/Ceplac).

O pessoal da Secretaria... O Paulo já está aqui na tela, mas precisa aparecer na outra lá. (*Pausa.*)

Fale no microfone aí, Paulo. Vamos tentar... Ligou aí? Alô, alô? Você está nos ouvindo aqui?

Está ouvindo, mas nós não estamos te ouvindo. A gente não está te ouvindo. (*Pausa.*)

Paulo, fale alguma coisa aí, "boa tarde" e tal.

O SR. PAULO ALBUQUERQUE (*Por videoconferência.*) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Saiu? Não, não é? (*Fora do microfone.*)

Começou a melhorar.

O SR. PAULO ALBUQUERQUE (*Por videoconferência.*) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mais alto um pouquinho. (*Pausa.*)

Saia um pouco, o pessoal da mesa quer fazer um contato contigo, aí depois você retorna, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto, preparamos tudo isso, eu quero chamar, então, a Dra. Karina Peres Gramacho, Coordenadora-Geral de Pesquisa e Inovação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

Dra. Karina, por favor, dez minutos.

A SRA. KARINA PERES GRAMACHO (Para expor.) – Alô? Escutam-me?

Boa tarde. Muito obrigada pelo convite, Senador, Parlamentares aqui presentes, produtores.

Se puder botar a apresentação, eu vou ser bem breve porque eu havia feito uma apresentação um pouquinho mais longa – aqui – e eu vou me atentar a falar sobre o Programa de Pesquisas da Ceplac Preventivo à Monilíase do Cacaueiro.

Eu sou fitopatologista, sou epidemiologista, especialista em epidemiologia de cultivos perenes.

Eu não poderia deixar de falar da Ceplac quando se fala em cacaueiro. Então, para aqueles que não conhecem, aqui é o nosso centro da Ceplac, na Bahia, e no Mapa nós temos a nossa área de atuação, nós temos a nossa sede aqui em Brasília e, abaixo, à direita, está o Centro de Pesquisas do Cacau, que é considerado um dos maiores centros de pesquisa de cacau do mundo.

Por que a monilíase é uma doença tão preocupante e tão danosa? Porque a monilíase é uma doença que ocorre basicamente no fruto do cacaueiro, não ocorre em outras partes da planta, então, vai direto ao bolso do produtor; ao contrário da vassoura-de-bruxa, que ocorre na copa, nas almofadas florais e assim por diante.

E o fungo, que é o *Moniliophthora roreri*, que é uma espécie irmã do fungo agente causal da vassoura-de-bruxa, que é *Moniliophthora perniciosa*, é um fungo que é bastante plástico ou adaptável. Então, não existem fronteiras para a monilíase, a monilíase não tem área de escape: a monilíase pode ocorrer basicamente em qualquer local onde o cacaueiro for plantado – isso é muito importante de se colocar aqui porque não há escape para essa doença. Cerrado, Bahia, assim por diante, toda área que produz cacau tem o risco de ter a doença. É só para tirar esse paradigma de que a doença não vai ocorrer em alguns locais.

Aqui eu quero mostrar para vocês um clone desenvolvido, recomendado pela Ceplac, que é um clone que tem resistência à vassoura-de-bruxa, o CP 49 e é uma tecnologia desenvolvida pela Ceplac. A gente fala em tecnologia, mas as tecnologias são clones recomendados, o simples bico de um pulverizador é uma tecnologia recomendada. Então, a Ceplac tem várias tecnologias.

Qual é a ressalva que eu quero fazer? Não adianta eu ter o melhor clone do mundo se não for fazer o manejo integrado. Então, qualquer doença do cacaueiro, principalmente a monilíase, só será controlada se várias medidas de controle forem empregadas: controle químico, controle biológico, controle cultural, assim por diante. Então, é um sistema complexo.

O histórico. Aqui também eu gostaria de pontuar para os senhores que nós estamos trabalhando com a monilíase desde a década de 90, quando a Ceplac enviou um pesquisador para desenvolver uma tese de doutorado junto à Universidade de Londres e conduziu um trabalho de epidemiologia da doença, medidas de controle e também toda a parte de biologia da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praga. Então, desde os anos 90, mais especificamente 1984, nós temos trabalhado com essa doença.

Nós tivemos, então, um outro marco que foi no ano de 2000, com um projeto internacional, em que nós tivemos a oportunidade de sedimentar as colaborações com os outros países que produzem cacau e que possuíam a doença, a exemplo do Peru e do Equador. E, de 2000 para cá, nós realizamos várias reuniões técnicas, reuniões internacionais que pautaram esse programa de pesquisa à monilíase do cacaueiro, inclusive o primeiro plano de contingência da praga pelo Ministério da Agricultura, o DSV, que foi lançado no ano de 2007.

Aqui é só para mostrar a quantidade de pesquisadores envolvidos. Eu vou pular aqui um pouquinho, mas é só para dizer que são pesquisadores, extensionistas, pesquisadores internacionais e muita parceria. Não se controla a monilíase sem extensão, isso é preciso colocar aqui. Sem extensão, nós não vamos conseguir. Então, é um encaminhamento que eu faço, esse resgate da extensão rural, que, infelizmente, na Bahia, por exemplo, foi retirado da Ceplac e deve retornar, porque não existe prevenção, não existe convívio sem extensão rural.

Acho que eu estou com um problema aqui de passar. Não está indo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KARINA PERES GRAMACHO – Passou?

Aqui é só para mostrar a quantidade de missões e de pessoas que foram treinadas antes de a monilíase chegar ao país, missão feita no Equador, onde nós pudemos conversar aqui com os maiores especialistas do mundo na monilíase do cacaueiro; pesquisadores – está ali o colega Paulo Albuquerque, que foi para a Colômbia, junto com o outro colega, João de Castro e com o Pascoal, para conhecer a doença justamente para fazer esse monitoramento já preventivo.

Temos ali uma reunião do manual técnico, que foi feito para a monilíase do cacaueiro, em 2012.

Aqui, o Pesquisador Uilson com o Iván Garzón, no Equador, já conversando sobre melhoramento genético.

Ali, mais fotos, o colega João Louis Pereira, que era especialista e já nos deixou, em contenção de pragas do cacaueiro.

Eu própria, que fui ao Equador para aprender o que era a praga.

Vocês podem olhar aí a quantidade de placa de Petri do fungo que nós tivemos que olhar e avaliar. Então, várias missões.

De novo, ali no ICT, no Peru, com o Dr. Wilbert Phillips-Mora, de novo na Ceplac auxiliando às demandas vindas do DSV.

Várias parcerias foram formalizadas em níveis internacional e nacional. Nós temos parceria com todos os países produtores de cacau para realizar pesquisas preventivas onde a monilíase ocorre.

No nosso programa, o foco foi na pré-introdução e na pós-introdução.

Inicialmente, tentamos responder perguntas básicas justamente para subsidiar toda essa campanha de educação fitossanitária e de conhecimento, que é uma transferência de tecnologia. Qual é a viabilidade da praga? Como a doença é causada? Como ocorrem os sintomas? Quais são os sintomas? Como ocorre a disseminação da doença? Quais são as fontes de inóculo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como esse inóculo entra na área e vai causar a doença? E como esse conjunto vai afetar as medidas de controle? A grande pergunta, nossa, do grupo, foi: como prevenir, como controlar e como conviver? A resposta: através do manejo integrado de pragas em que nós temos o controle genético justamente com os demais controles químicos, aliado à educação fitossanitária e aliado à extensão rural.

Aqui é o sintoma. É só para mostrar um pouco da sintomatologia.

Inicialmente, o ciclo da doença leva em torno de 90 dias. Então, aí está o perigo: o fruto. O fruto é o grande problema, o fruto é quem introduz a doença. Em todos os países onde a doença ocorre, como a doença entrou? Através da comercialização de frutos. Por isso o fruto é o foco do manejo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARINA PERES GRAMACHO – Eu vou adiantar.

Aqui está um exemplo em que você tem um fruto com uma mancha muito singela, e, quando você abre dentro, o fruto está doente. Esse fruto é levado inocentemente por produtores como presente, em mala de viagem, em sacolinhas.

Respondendo a uma pergunta que foi feita aqui, "como controlar a doença?", tem que ter realmente uma conscientização em massa de que não se pode levar fruto de cacau para lá e para cá.

Aí a doença, com os esporos.

Nós temos aqui a transferência de tecnologia. Está na página da Ceplac. Gostaríamos de ter recurso para imprimir em massa a cartilha da monilíase do cacaueiro do cupuaçuzeiro. Até eu errei aqui. É a pressa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – A senhora que fez a revistinha? (*Risos.*)

A SRA. KARINA PERES GRAMACHO – A revistinha foi nossa, do Mapa, e está no *site* da Ceplac. Já viu? Até eu errei. O protocolo de biossegurança diz como viajar, o que fazer quando viajar, o que fazer quando chegar. Isso está no *site* da Ceplac.

Tudo sobre o patógeno e a doença está publicado num livro de priorização de pragas quarentenárias com a Embrapa, que está também *online*.

E eu vou aqui rapidinho, se vocês me permitem, trazer alguns resultados da Ceplac: estudos de epidemiologia, mapas de prevalência da doença, modelos biomatemáticos e simulação, rotas de risco estabelecidas, embasamento de cursos para o curso de emergência fitossanitária, embasamento para o monitoramento, a parte técnica é passada diretamente aos técnicos sobre o protocolo de supressão e de manejo territorial, informações sobre o patógeno, obtenção e recomendação de cultivares, e vários cursos, palestras, publicações, teses, dissertações.

E aqui outros resultados. Então, nós temos elaboradas já as rotas de risco, tanto no norte da região quanto na Bahia também. Então, há vários pontos de monitoramento por onde a praga pode entrar. Na parte de genômica, também estamos desenvolvendo um método de detecção precoce pelo qual nós vamos poder identificar o fungo mesmo antes de ter sintoma no fruto. Isso está em vias de validação. É o projeto Cacausadio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho de fermentação que a Vanuza botou – em que ela pegou um pouco da justificativa, do porquê de fazer o trabalho – mostra realmente que, após uma fermentação alcoólica e uma fermentação acética, ocorre a inviabilidade do fungo. Então, esse é um método seguro para que o fungo não se desenvolva. Isso é importante.

E eu vou falar aqui rapidinho, para encerrar já, do programa de melhoramento genético. Nós temos dois programas de melhoramento genético dentro da Ceplac. Isso começou na década de 80, com o intercâmbio de germoplasma de todos os países que plantam cacau, a exemplo de Trinidad. E, nos últimos 18 anos, nós também importamos materiais genéticos com as principais fontes de resistência à monilíase. Esse material, então, serviu de base para esses dois programas de melhoramento.

No primeiro, eles fizeram, então, várias populações. Esse programa tem em torno de 16 anos. Foram geradas 32 mil plantas, que foram estudadas para as diversas doenças do cacau, a exemplo da vassoura-de-bruxa e da podridão-parda. É um programa voltado para a resistência genética no fruto do cacaueiro. Dessas 32 mil plantas, após o *screening* e a seleção genômica, foram selecionadas 12 mil plantas; e, dessas 12 mil plantas, foram elaborados 200 clones de cacau, que foram selecionados e que estão em vários locais para testes de adaptabilidade e de produtividade.

Além disso, o segundo é um programa de junção de genes de resistência, que nós chamamos de piramidação, em que foi feita, então, uma seleção indireta na monilíase. É também um programa voltado para doenças em fruto. São 1,1 mil clones em ensaios de rede; 1,1 mil clones de cacau em 140 locais. Nós temos dois materiais genéticos que foram recomendados pela Ceplac: o Cepec-2176 e o Cepec-2204, que possuem um dos parentais com resistência à monilíase. E temos 200 clones que estão sendo testados no Equador e na Costa Rica para viabilidade e para testes de validação desses clones.

Todos os clones recomendados, mais cem clones do primeiro programa de melhoramento, mais cem clones que apresentam resistência a outras doenças, esses são os materiais selecionados para a monilíase que estão em teste em outros países.

Aqui é o exemplo. Sou eu na primeira, lá no Equador, toda paramentada na quarentena, o colega Uilson Vanderlei e o Davi.

E, finalmente, eu gostaria de encerrar, dizendo o seguinte: sem manejo, não tem convivência. Nós estamos falando em prevenção, mas nós já estamos saindo da prevenção para a convivência. A melhor maneira de controlar a monilíase é a prevenção, é não ter a doença – isso para qualquer doença –, mas nós precisamos ter mais recursos para pesquisa. Nós estamos com esses clones, com essa metodologia de diagnóstico, e não temos como viabilizar isso em larga escala, Senador. Então, isso é importante. E também para supressão, o Mapa precisa de recursos para supressão.

Precisamos da extensão. Não adianta eu fazer uma campanha em massa se eu não vou ter lá o extensionista de *tête-à-tête* com o produtor, como a Ceplac fazia. Então, nós solicitamos o retorno da extensão e, obviamente, concurso público. Nós precisamos não apenas fortalecer a Ceplac no orçamentário, mas também ter concurso, e a solicitação já está no MGI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que há controle. É possível controlar a doença, é possível prevenir a doença, mas isso é uma ação de todos, e começa com a conscientização do produtor, da campanha em massa, para não circularem frutos de cacau além da sua fazenda.

Então, com isto eu encerro: manejo integrado é a solução.

Aqui, os meus sinceros agradecimentos a todos os presentes e o meu contato.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dra. Karina. Realmente é um grande trabalho.

Se pudesse fazer uma sessão só para isso aqui, a gente... Porque tem um conteúdo muito profundo.

Quero registrar e agradecer a presença do Senador Beto Faro, que já está conosco.

Quero apresentar aqui o Elder Fontes, Presidente da Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia.

Cadê o Elder? (*Pausa.*) Cadê a mão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Deu uma saidinha?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quero apresentar o Sr. Leo, ex-Prefeito de Gandu.

Cadê o Leo? Está ali.

Bem-vindo, Prefeito. Deus o abençoe.

Quero pedir à Secretaria para colocar remotamente, através do Zoom, o Sr. Paulo Albuquerque, para trazer a sua palestra neste momento. Já o estou vendo aqui na telinha.

Eu quero aqui pedir para o meu grande amigo Bagattoli assumir a Presidência, enquanto o Paulo se organiza para trazer, nos próximos dez minutos, a sua exposição. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com a palavra o Sr. Paulo Albuquerque. (*Pausa.*)

O SR. PAULO ALBUQUERQUE (*Por videoconferência*.) – Alô!

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pode falar, Paulo, deu certo aqui.

O SR. PAULO ALBUQUERQUE (*Por videoconferência*.) – Deu certo?

Senador, eu gostaria, se possível, de fazer a minha fala após o Dr. Hilman, porque na realidade eu estou vindo mais por uma questão técnica, para dar um enquadramento mais técnico ao final das duas apresentações, do que propriamente por ter uma apresentação a fazer. Então, se fosse possível a minha apresentação depois do Dr. Hilman, eu gostaria e agradeceria a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k., Paulo.

Então, com a palavra, Ricardo Hilman.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO HILMAN (Para expor.) – Boa tarde a todos. Obrigado pelo convite, Sr. Senador e toda esta Casa. Obrigado aos participantes.

É muito bom a gente ter a oportunidade de discutir com toda a sociedade – e aqui é a Casa da sociedade – uma questão tão importante. Para começar, eu sei que vou ter que responder algumas indagações que foram feitas, mas eu vou colocar primeiro as indagações e vou responder aquelas com as quais eu também concordo.

A primeira delas é que é indiscutível a importância da monília. É indiscutível o impacto que ela pode ter. Isso eu acredito que é um senso comum entre todos os participantes da mesa e também todos os envolvidos na cadeia produtiva, a importância da monília. A importância da extensão rural e da pesquisa nesse trabalho é fundamental. Sem a participação da extensão rural e o incremento da pesquisa, é uma luta que vai ter um poder muito maior. O incremento da comunicação a respeito da monília com a participação da extensão rural é muito importante para a gente evoluir.

A outra coisa com que eu concordo, D. Vanuza – já conversamos sobre isso e estamos conversando nos últimos dias –, é a alteração da Instrução Normativa 112, de 2020. É com ela que eu começo a explicação. Essa norma é uma norma de 2020, antes de a monília chegar ao Brasil. A monília chegou ao Brasil em 2021. Por que essa norma é de 2020, que institui um plano nacional de prevenção e controle da monília? Porque o Brasil – o Ministério da Agricultura junto com os órgãos estaduais –, amparado pela pesquisa, já tinha todo um trabalho de como se prevenir, como atuar caso ela chegasse ao Brasil, lembrando, como foi dito aqui, que todos os países vizinhos há décadas tinham a presença dessa praga. Inclusive até hoje a pressão dessa praga para o território brasileiro, vindo do Peru, principalmente da Colômbia, é muito grande, lembrando que essa é uma praga que pode ser disseminada pelo vento.

Nessa semana mesmo, nós nos reunimos – eu, a Karina e todos os especialistas aqui da América do Sul e da América Central – para discutir o problema, e o pesquisador peruano falou claramente: "Nós respiramos monília". Então, por aí você vê a pressão que nós temos da praga desses países vizinhos para o nosso, Senador.

Diante disso, qual é o maior, o principal papel que o Ministério da Agricultura não só tinha que ter como ele tem que ter atualmente? É estar preparado. Nós tínhamos treinado as equipes, nós tínhamos feito o plano de prevenção, nós tínhamos equipes treinadas para quando essa doença chegasse ao Brasil. E a gente acreditava que ela ia chegar por onde ela realmente chegou, tanto é que foi encontrada rapidamente. E esse foi o primeiro sucesso, acho, do programa de prevenção.

Toda a detecção que houve no Brasil foi precoce, visto a pressão que nós temos dessa praga dos países vizinhos. Isso ocorreu em meio à pandemia de 2021, lembrando que o Ministério da Agricultura organizou equipes durante mais de cinco meses, levando lá para a região do Acre equipes do Brasil inteiro.

Bom, como eu só tenho dez minutos, vou procurar me adiantar um pouco mais.

Então, a partir de todo o trabalho que está sendo feito até hoje no Acre, coordenado pelo Ministério da Agricultura – o Ministério da Agricultura repassou recursos através de convênio e o está renovando para continuar toda a atuação no Acre –, essa doença no Acre está restrita a dois municípios e a áreas urbanas, num raio máximo de 20km do ponto inicial dessa doença no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. Quando a gente pensa numa praga, fungo, há quatro anos no Brasil e ela só está num raio de 20km, isso é sucesso da ação que está sendo feita de supressão naquela região.

Porém, em 2022, foi identificado um novo foco em Tabatinga, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Novamente, uma pressão muito grande da praga dos países vizinhos. Nessa região, não há fiscalização de fronteira que dê conta, e quem trabalha naquela região sabe. É um trânsito de pessoas, de etnias de um lado para o outro que não tem a mínima condição de nenhum tipo de fiscalização, mesmo porque a gente nem consegue ter fiscalização, em função das características e dos desafios daquela região. Só quem trabalha lá sabe o que eu estou dizendo.

Mas, desde o final de 2022, 2023 até junho de 2024, como a Vanuza falou, foram feitas ações de supressão que pararam realmente... não pararam todas as ações, mas parou parte delas, Vanuza. Não foi um abandono total, mas parte das ações realmente foi suspensa por algum tempo – e eu vou explicar o porquê –, depois disso, já retomamos e continuamos trabalhando. Esse trabalho de supressão vocês podem ter certeza de que é o principal papel que o Ministério da Agricultura pode ter, e é nisso que ele vai investir com todas as forças, sem se esquecer dos demais.

Por que nós paramos, diminuímos nossa ação, ficamos só com a fiscalização do trânsito? Quem é daquela região sabe que, no final do ano passado, teve uma seca muito grande – e todo o nosso trânsito lá é com barco –, o que dificultou muito a nossa ação. Concomitantemente a isso, nós encontramos um outro foco em Urucurituba; esse, sim, a 1,2 mil quilômetros lá da fronteira. Como essa praga chegou a 1,2 mil quilômetros lá da fronteira? Seguramente foi alguma pessoa – a gente tem até hipóteses para isso – que levou um, dois ou três frutos, tanto é que só foi encontrado em uma propriedade, no Município de Urucurituba, mas isso já muito próximo – e, quando eu falo muito próximo, eu estou falando aqui de sete horas de barco – da divisa com o Pará. E como nós sabemos que só tem em uma propriedade? Porque nós fizemos levantamentos no ano passado e refizemos – todo ano a gente faz, pelo menos duas vezes por ano.

Neste ano foram feitos mais de 700 pontos em volta desse foco, com ação conjunta do Ministério da Agricultura, órgãos de defesa do Amazonas, órgãos de defesa do Pará. Foram mais de 700 pontos, e nós podemos afirmar que continua numa só propriedade e que, no ano passado, essa propriedade teve ação total de supressão do Ministério da Agricultura, que passou 40 dias nessa propriedade fazendo todos os trabalhos recomendados, que a ciência nos recomenda, e esse foco está em supressão. Eu não posso falar que ele está em erradicação, porque só ao longo do tempo nós vamos dizer que é uma supressão, pois esporos desse fungo podem ficar lá durante anos, e nós vamos acompanhar, mês a mês, toda ação nessa propriedade.

Então, a maior ação que nós podemos ter é a de supressão, e é isso que nós estamos fazendo para diminuir a fonte de inóculo e a possibilidade de escape dessa doença. Isso é segurança de que ela não vai se espalhar? É claro que não. Nós estamos falando de uma doença que se espalha pelo vento, de formas muito peculiares, mas o esforço está sendo feito e, concomitantemente a isso, também todas as ações com os órgãos estaduais de defesa estão sendo feitas em todos os estados. Em todos os estados produtores têm ações de vigilância para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, se encontrar-se essa doença, se encontre da maneira mais rápida possível, para a gente atuar.

Então eu concordo perfeitamente, D. Vanuza: nós precisamos alterar a norma. Inclusive nós já temos o grupo de trabalho para isso, junto com todos os órgãos de defesa estaduais, a Adepará – ontem mesmo eu estava lá em Belém –; todos os órgãos estão participando, e vai ter a possibilidade de toda a sociedade poder opinar sobre essa norma, essa futura norma, porque ela vai para consulta pública, obrigatoriamente.

Além disso, vocês também têm a oportunidade, como eu falei hoje, de mandar as propostas de vocês para nós. Vocês já têm inclusive o meu *e-mail* – particular não – institucional, para o qual vocês podem enviar.

Então...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO HILMAN – Para finalizar, porque está chegando meu tempo: nós tivemos uma audiência, umas três semanas atrás – não foi? –, na Câmara, onde eu detalhei tudo isso que eu estou falando com mais informações, e fico aberto para a gente também, numa outra situação, continuar essas informações.

O que eu posso dizer? O Ministério da Agricultura tem um trabalho que se chama Caravana da Monilíase. É um trabalho de educação fitossanitária que já foi feito em mais de 17 lugares no Brasil, em regiões do Brasil, em todos os estados produtores, vizinhos, inclusive nas áreas que têm ocorrência da praga.

Então, esse trabalho o que é? É levar para toda a comunidade o que é, como é, como são as precauções, quais os cuidados se tem que ter. O ministério tem no *site* dele Diálogos da monilíase, que qualquer cidadão pode baixar lá. São *spots* de rádio, *banners,* folhetos, que podem usar. Se a ANPC quiser, ou qualquer outra associação, fazer *cards,* qualquer um, para usar na internet, pode inclusive colocar o seu próprio logo. Está lá disponível para qualquer associação, qualquer instituição se utilizar disso.

E o trabalho conjunto do Ministério da Agricultura com todos os órgãos estaduais de defesa, que são os órgãos responsáveis pelo trânsito interestadual dessas amêndoas... E realmente hoje é um trabalho que nós temos que intensificar – e nós vamos intensificar, Vanuza –, com uma nova norma, porque, como nós vimos, a norma ainda era da época em que a monília ainda não estava no Brasil, e por isso a urgência de a gente inovar – e é o que nós estamos fazendo. Nós temos que intensificar todas essas ações e, conjuntamente, com a extensão rural pública, privada, pesquisas, ações de defesa, que cabem ao Ministério da Agricultura, principalmente à área em que eu trabalho, que é a Secretaria de Defesa Agropecuária, Senar, associações, federações de agricultura; nós temos que ter uma ação conjunta. E, para isso, nós estamos, nas nossas ações estaduais... Por exemplo, na ação do Amazonas, a Federação da Agricultura do Estado do Amazonas participa de todas as reuniões que a gente faz, para dar oportunidade aos produtores e a todos que participam.

Com isso, eu encerro – também já cheguei ao fim do meu tempo – e fico à disposição.

Se eu não respondi a algumas das perguntas que foram propostas aqui pelos internautas via *chat*, posso respondê-las depois. E também passo a palavra ao Dr. Paulo Albuquerque, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive estava, até uma semana e meia atrás, nas ações de supressão lá no Alto Solimões, em conjunto conosco, e pode dizer como são essas ações.

Gente, nós estamos falando de ação que não é num lugar em que eu pego um carro, ando cinco minutos, chego lá, tem uma propriedade em que eu vou andar, que eu vou encontrar. Não! Nós estamos falando de horas de barco; de lugares em que a gente tem que ir antecipadamente, encontrar um lugar para a gente dormir, um lugar para a gente comer, um lugar para a gente desinfetar nossos equipamentos, um lugar para... Sabe? É uma estrutura que a gente tem que ter e um esforço grande, que nós estamos fazendo. É o perfeito? É claro que não; tudo pode melhorar, mas o que é inegável é que o Estado brasileiro está atuando nessa ação porque ela realmente é importante.

Obrigado.

Com isso, eu encerro e fico à disposição para mais informações.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Ricardo, pela sua explanação.

Agora, nós vamos ouvir o Paulo Albuquerque. E depois, logo em seguida, nós também vamos ouvir o meu conterrâneo lá de Rondônia, o Chiquinho, como é conhecido, o Chiquinho do Cacau, lá de Jaru, também funcionário da Emater, que vai fazer as suas colocações aqui, até porque o Estado de Rondônia também é um grande produtor. Já fomos muito maiores no passado, mas temos condição de nos recuperar e ainda sermos um grande produtor de cacau na Região Norte.

Então, com a palavra Paulo Albuquerque.

O SR. PAULO ALBUQUERQUE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Estão me ouvindo, por favor? (*Pausa.*)

Estão me ouvindo, né?

Bom, quero agradecer, primeiro, o convite desta Comissão em relação à nossa participação.

Em ouvindo todos os expositores – tanto a questão governamental como a questão privada, dos produtores –, o que nós temos a acrescentar é muito pouco. Eu acho que o assunto realmente foi bastante debatido, e os principais pontos relacionados à questão da monilíase e seu enfrentamento foram colocados de forma brilhante. Eu gostaria só de colocar alguns pontos relacionados a essa questão.

O primeiro: enfrentamentos em relação a doenças sempre vão ocorrer. São desafios normais de uma cadeia produtiva. O que nós temos que entender é que temos ferramentas para os enfrentamentos.

No passado, principalmente na Região Norte, no Pará, pouco se... na Amazônia, de um modo geral – desculpem-me –, no passado, poucos acreditavam na implantação de uma lavoura de cacau forte na Amazônia. Por quê? Porque você tinha um desafio muito grande, que era a vassoura-de-bruxa. Decorridos quase 40, 50 anos desse desafio – que é um desafio nosso, amazônida, já que essa doença é endêmica da região –, nós conseguimos realmente grande produção e produtividade em relação à cacauicultura, já superando, em grande parte, o desafio da vassoura-de-bruxa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje o que bate às nossas portas é o desafio da monilíase. Essa doença, como bem colocado pela Dra. Karina, é uma doença que é importada, está vindo de outros países, e está hoje batendo em nossa fronteira.

É o fim da cacauicultura? Não acredito. Eu acho que, novamente, é um desafio, um grande desafio, mas se nós continuarmos com esse trabalho – muito bem apresentado pelo Dr. Hilman e pela Dra. Karina – e coesos, as várias instituições e os produtores, com certeza com a participação da ANPC, representada pela Dra. Vanuza e pela Dra. Eunice, e das instituições não governamentais, como a Solidaridad, que o Paulo bem apresentou, nós vamos também vencer esse desafio.

Nós temos que ter muito cuidado nessas colocações em relação à proporção desse desafio, também colocando que o Brasil hoje é a bola da vez em termos de investimentos no cacau. Nós temos que ter um pouco de cuidado para que, realmente, a gente possa colocar a dimensão do fato como se apresenta.

Bem colocou o Dr. Hilman – e aí nós estamos quebrando um paradigma neste sentido – ao mostrar que a doença foi possível ser contida no Acre. Hoje eu coloco como um desafio pouco alcançado em outros países. Em geral essas doenças, quando entraram nos outros países, simplesmente foram disseminadas por todas as unidades daqueles países onde houve a ocorrência.

No Brasil nós estamos conseguindo controlar. O que nós precisamos, e precisamos, sim – acho que foi veemente colocado por todos os expositores –, é de mais recursos para apoiar essas ações. Essas ações – nós sabemos o que fazer – estão sendo implementadas, mas se nós não tivermos recurso financeiro, se nós não tivermos pessoal, se nós não tivermos instituições fortalecidas que possam implementar essas medidas já estabelecidas, realmente a coisa se torna mais difícil.

Eu gostaria, com a sua permissão, de incluir esse pedido de reforço à instituição Ceplac. Como bem dito pelo Paulo, eles estão ali assistindo – e estão muito bem assistidos – 1,2 mil produtores na região do Pará. Mas no Pará a Ceplac assiste 32 mil produtores. Então, vejam só a proporção a que chega o trabalho da Ceplac. Inclusive os 1,2 mil do programa do Solidariedad, porque nós fazemos esse trabalho em conjunto. Então, a Ceplac, como instituição, precisa ser reforçada, não só no Pará, como na Amazônia e na Bahia. É uma instituição que já mostrou sua efetividade durante os seus 65 anos de uma longa longevidade de uma instituição e que detém conhecimento, sim, para o enfrentamento dessa doença que está nos avizinhando aí, em termos de entrada.

Então, novamente, eu acho que o que nós precisamos – e precisamos, sim – é do apoio de V. Exa. e do Senado no fortalecimento das instituições e no recurso efetivo dentro das instituições hoje que estão fazendo esse enfrentamento.

Repito: nós sabemos como fazer e nós temos como fazer. Mas, sem recurso, infelizmente, nós não podemos fazer milagres.

Era essa a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Paulo. Quero dizer a você, Paulo, que essa situação é grave, ela tem que ser atacada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma instituição financeira na Amazônia que tem muito dinheiro – tem quase R$14 bilhões este ano –, que é o FNO do Basa. E, no Basa, nós temos que conversar com o Presidente do Basa, conversar com a instituição do Basa, para que eles olhem... Porque nós sabemos que o recurso do Ministério da Agricultura, o recurso dos estados, da própria Emater lá em Rondônia, da secretaria da agricultura dos estados... A gente sabe que os recursos estão poucos. E nós temos esse recurso do FNO, que nós precisamos aplicar, e temos condições, porque é um recurso para os sete estados da Amazônia.

Antes de nós ouvirmos você, Chiquinho, eu só ia ouvir o Senador Beto Faro, que quer fazer uma explanação. Obrigado.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente e demais Senadores e Senadoras – o Zequinha deu uma saída –, quero cumprimentar aqui os expositores, tanto os representantes dos produtores como os das instituições que cuidam dessa questão do cacau e de outras atividades, outros produtos lá na região.

Quero cumprimentar, parabenizar aqui pela realização e pela presença de vocês. É muito importante o que nós estamos fazendo aqui.

Eu sou o representante, junto com o Zequinha e o Jader, lá do Estado do Pará. É um estado que é o maior produtor hoje de cacau do país; abrange um número de produtores imenso. Nós estamos resgatando, com a produção do cacau...

Eu estive, por exemplo, agora – eu estava até falando aqui com um dos técnicos que trabalham ali naquela região de Repartimento –, eu estive domingo lá em Repartimento. Eu fui dentro do Tuerê, no assentamento, que é, em termos de extensão territorial, o maior assentamento que nós temos no país: 3 mil famílias assentadas.

E, ao longo dos anos, nós tivemos dificuldade para a sobrevivência das pessoas dentro do Tuerê. E hoje, com a cultura do cacau naquela região, nós estamos resgatando. Eu fiquei feliz de ver agricultores familiares, todos com... todos não, mas grande parte com caminhonete nova, inclusive, lá na região, pela produção e pela rentabilidade que o cacau está nos dando hoje.

Eu já fiz alguns debates, participei. O Ministro da Agricultura teve – inclusive isso que você falou aí – uma agenda no Basa para lançar o Plano Safra, lá na sede do Basa, e foi uma das coisas que eu tive a oportunidade de falar, uma das questões que eu levantei. Não adianta você ter um fundo e estar emprestando recursos para a agricultura se não der condições de aqueles projetos terem êxito, e uma das questões que garantem o êxito no financiamento do Banco da Amazônia é a assistência técnica – para o grande, nem tanto, porque o grande dá jeito, contrata, faz, tem dinheiro para poder fazer, mas, para a maioria dos produtores da região, tem que ter a garantia da assistência técnica, da extensão.

No caso da Ceplac, nós estamos vivendo um desmonte da Ceplac há muito tempo, está certo? Tem um desmonte há muito tempo. Hoje não se tem mais nem extensão, porque diminuiu tanto o número de técnicos dentro da Ceplac que vocês acabam não fazendo mais extensão; no máximo, elaboram projeto. A missão não acabou, mas as condições efetivas, hoje, não tem.

Eu falava, naquela oportunidade, inclusive, com o Ministro, que é do meu Governo, por quem eu tenho muita consideração e a quem parabenizo, inclusive, pelo trabalho que faz lá à frente, mas nesse caso específico da Ceplac nós temos que atuar fortemente, e temos que atuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortemente para resgatar, contratando mais gente. Nós já estamos fazendo, tem muitos órgãos do Governo... O Incra estava na mesma situação: diminuiu o número de técnicos, aí acabam não dando conta do serviço que tem que ser feito. Nós já temos um concurso aberto para o Incra, temos aberto concursos para outros órgãos do Governo, mas para a Ceplac, não.

Eu acho que nós temos que exigir isso. Eu estou trabalhando isso dentro do Governo para que a gente possa ter um concurso de forma imediata para a Ceplac, para repor, se não na totalidade – porque hoje com o aumento nós teremos que ter muito mais gente –, pelo menos para reparar um número, um dano que nós temos lá na região.

Então, são questões que nós temos que levantar.

Acho que nós temos que formular, mesmo com os recursos diminuídos que nós temos... Os órgãos que têm aqui a responsabilidade de conduzir esse produto devem chamar os outros para a gente fazer uma grande campanha de informação da questão da doença. Nós temos que fazer isso, e hoje nós temos como juntar banco, nós temos como juntar a todos, porque todo mundo vai ser prejudicado – se os caras financiaram o cacau e daqui a pouco dá um problema, é seguro que ele não recebe! Todo mundo tem responsabilidade e tem a perder com isso. Então, nós temos que fazer uma campanha imediata, porque ainda está muito nos organismos, nas organizações; ainda não está com os produtores.

Eu moro no estado, sou produtor de cacau também. Eu produzo cacau, e, na minha região, que não era a da Transamazônica, era a região do Pará onde nós tínhamos mais expansão – eu estou nessa região do Nordeste paraense, Tomé-Açu, aquela região toda ali –, há um enorme número de pessoas indo para a atividade do cacau, tem muita gente indo para a atividade do cacau, e eu não percebo nessas pessoas essa preocupação; parece que ainda não existe a doença. Parece que ainda não existe a doença.

Então, nós precisamos fazer uma grande campanha de informação, não de botar alarme e tal, mas tem que ter as informações para que a gente possa ir se prevenindo até antes de produzir, de estar ali em produção. Nós temos como fazer isso. Eu me coloco, inclusive, à disposição para ajudar nessa articulação de como a gente faz uma grande campanha.

Hoje, lá no estado, o cacau virou uma cultura que mexe na economia, de que todo mundo está falando. Então, nós temos que chamar inclusive o Governo do estado para poder ver o mecanismo de como a gente faz campanha de divulgação dessa situação e de outras.

Por fim, quero saber – até pedi aqui para o Ministério da Agricultura, que está analisando a possibilidade de mudança nessa Instrução Normativa 112, de 2020; eu sei que vocês já estão analisando, está certo? – se há uma previsão de término da análise, para que se possa dizer "não, agora nós vamos fazer alteração aqui, vamos fazer alteração ali, vamos fazer..."; se há uma previsão de quando a gente terá esses estudos para dizer "olha, agora é preciso serem feitas essas alterações na instrução normativa", porque eu acho que isso é fundamental para a gente poder fazer. De forma que...

Por outro lado, acho que aqui é o foro adequado – Presidente Zequinha, parabéns pela condução e pelo debate! –, é um foro adequado. Daqui a pouco faremos um novo orçamento, e a Embrapa, os órgãos sempre tiveram, nas Comissões de Agricultura, tanto do Senado como da Câmara, apoio nas emendas que nós fazemos para o orçamento, nas ações. Sempre tiveram. Eu fiz esse debate na bancada do Pará agora no último orçamento, mas nós tivemos o orçamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atrasado, tanto é que agora é que vão começar a liberar, se Deus quiser, as emendas. Mas nós vamos fazer, até agosto, setembro, o orçamento já do ano que vem. E nós do Pará, principalmente, Senador Zequinha, temos que nos preparar, fazer ações e emendas, melhorar o orçamento da Ceplac – melhorar o orçamento –, nós podemos ajudar nisso, para que a gente possa combater essa questão da doença, mas não só combater: a atividade é importante, gera emprego, gera renda, gera grana na região e nós vamos desenvolvê-la do tamanho que é necessário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Beto.

Concedo a palavra ao Chiquinho do Cacau, de Rondônia.

O SR. FRANCISCO HILDENBERG (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Zequinha Marinho, parabéns pela iniciativa e obrigado pela oportunidade.

Passou aqui o meu currículo profissional. Eu sou extensionista da Emater há 33 anos, e lugar de técnico não é na concessionária, é na roça, com o produtor, transformando a vida dele.

Mas antes de ser extensionista, eu estou como Diretor da ANPC e Presidente da cooperativa de cacau, e com três mandatos de Vereador. E quem me deu o mandato de Vereador foram os produtores de cacau, então acho que eu estou no lugar certo.

O pesquisador que me antecedeu falou que nós não vamos fazer milagre, mas nós podemos ter atitude, e a informação é a maior ferramenta, é a nossa maior arma. Mas, as armas o produtor lá da ponta não sabe ainda quais que vão ser usadas – qual o tipo de manejo, qual o tipo de poda, qual o tipo de material genético.

E quem tem o cacau seminal de 40 anos de idade igual a Rondônia? Rondônia tem 12,350 mil hectares, produção em torno de 8 mil toneladas e aproximadamente 4 mil produtores, essencialmente da agricultura familiar.

Aqui eu vou dar um exemplo de dois mundos diferentes: a D. Eunice, que é do Pará, tem 300ha; e nossos produtores não passam de 3ha – nós não passamos de 3ha. E olhem que interessante, um produtor a quem eu dou assistência técnica, o nosso amigo Gilmar Lúcio, tem 3ha de terra e 1,6 mil pés de cacau. O faturamento dele anual foi de R$120 mil.

Esse camarada tirava leite, tirava 20 litros de leite das vacas emprestadas da sogra – por isso é que a gente tem que amar a sogra. E outro detalhe: ele vai para 2 mil pés de cacau clonal CCN51 e PS1319, está de carro novo, reformou a casa e a filha está estudando no Ifro, fazendo o Projeto Escola do Chocolate, para ser *chocolatier*. Então, nós transformamos, nós transformamos.

Agora, veja bem, o senhor é da Amazônia. Nós pedimos socorro porque nós estamos engessados. Esse mesmo produtor que acessa o crédito precisa do CAR, precisa do Prat, precisa de uma outorga de água, porque tem que irrigar o cacau dele, precisa de um georreferenciamento e, quando vai fazer o financiamento no banco, tem que ter uma venda casada e às vezes tem que mostrar até o teste do pezinho de quando ele nasceu. Então, não é só a monilíase, não. Tem mais empecilho.

Dessa forma, eu dou a minha contribuição. Estou à inteira disposição. Quero entrar nessa guerra, quero ser soldado também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Obrigado, Chiquinho.

Nós estamos chegando aqui aos finalmentes. Eu quero dar dois minutos para cada expositor fazer as suas considerações sinais, começando pelo Paulo Lima, da Solidariedad.

Paulo, dois minutinhos.

O SR. PAULO LIMA (Para expor.) – Nas minhas considerações finais, primeiro quero agradecer. Eu acho que o debate foi de alto nível, muito aprofundado. Todos os expositores colocaram muito bem o esforço que é necessário para nós, como sociedade brasileira, encaminharmos a questão do combate à monilíase.

Eu acho que, como mensagem final, nós, como organização que trabalha com produtores familiares de cacau no Pará, como eu disse, observamos como é que o cacau vem dando suporte para que essas famílias tenham prosperidade e mantenham a floresta em pé. Eu acho que a mensagem final é que vamos olhar para essas famílias, tratar de encaminhar as questões em relação à monilíase para continuar gerando prosperidade e aumento de renda e para que essas famílias olhem para a sua mata, para a sua floresta e a vejam como um ativo e não como uma área que elas tenham a necessidade de derrubar para plantar ou para desenvolver qualquer outra atividade agropecuária para garantir o seu sustento. Então, acho que essa é a minha mensagem final, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Paulo.

Concedo a palavra ao técnico, também da Solidariedad, Pedro Santos, para trazer a sua contribuição.

O SR. PEDRO SOUZA DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador Zequinha, por atender essa demanda da cadeia.

Eu vejo que foi muito latente a pertinência de todas as falas referentes à prevenção, ao controle, aos programas já criados, às normativas que existem. Eu vejo que a gente está em uma direção; a direção é proteger esse produtor.

Falando muito do nosso estado, o Estado do Pará, já foi dito que nós temos 32 mil famílias da agricultura familiar que estão lá produzindo em diversas áreas. Com os ribeirinhos, nós temos ali na Transamazônica 85% da nossa produção. Quando o Senador Beto Faro fala do Tuerê, são mais de 3 mil famílias. O Tuerê tem uma prospecção muito grande e de qualidade de cacau, pela assistência técnica.

Nós vemos aí, não é de agora, não é do Governo de agora, de outros governos, o pedido de ressuscitar a Ceplac, pelo papel importante que tem. Eu vejo também aqui Senadores tanto da Bahia como de Rondônia, do Pará, do Espírito Santo – quero fazer também menção a eles – e lhes dizer que podem também deixar um recurso de emenda de bancada para o quesito desse controle, dessa prevenção, porque nós precisamos.

Eu sei que é muito difícil equilibrar, ou produzir ou preservar, e gerar economia para o produtor. Se a gente olha anos atrás, quando o preço do cacau era R$1,50, e a gente vê hoje o preço médio do cacau por R$52 o quilo, então nós vemos que o produtor de cacau está feliz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, daqui a alguns anos, não se sabe que dia chega essa doença, e isso pode também deixar nosso produtor cabisbaixo, muito triste. Antes que aconteça isso, vamos unir toda a cadeia, todos os técnicos, todas as instituições, para a gente lutar pelo bem do cacau no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Pedro Santos.

Eunice Gutzeit, dois minutinhos.

A SRA. EUNICE GUTZEIT (Para expor.) – Bom, reforço que a luta contra a monilíase não é apenas uma pauta fitossanitária, é uma pauta social, econômica e ambiental.

Eu, como produtora e filha de um cacauicultor pioneiro na região da Transamazônica, hoje com 93 anos, como tantos outros imigrantes naquela região, falo que realmente é uma situação de emergência pública. Estamos diante de uma ameaça real, que exige agilidade, união e, principalmente, vontade política. O Pará não pode pagar o preço da omissão, como todo o Brasil. Os produtores estão fazendo a sua parte, mas precisamos de apoio concreto, recursos, políticas públicas eficazes e uma articulação nacional que envolva Governo, instituições técnicas e setor produtivo.

A cacauicultura brasileira tem um potencial enorme, não apenas de resistir, mas também de liderar mundialmente, pela sua sustentabilidade, mas, para isso, precisamos agir agora. Prevenir é mais inteligente, mais barato e mais justo do que remediar.

Nosso muito obrigado, em nome da ANPC e de todos os produtores, principalmente do Estado do Pará. Muito obrigada, Senador Zequinha. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigada, Eunice.

Com a palavra, agora, Vanuza Barroso, Presidente da ANPC.

A SRA. VANUZA LIMA BARROSO (Para expor.) – Bom, nós só temos a agradecer, Senador, a oportunidade de estarmos, mais uma vez, debatendo um tema tão importante.

Aqui foi dito que a monília é o maior desafio da cacauicultura brasileira, e é sem dúvida. Nós temos que estar juntos, unidos – produtores, Ministério da Agricultura, autoridades, nossos políticos eleitos de forma democrática, Senadores, Deputados, todos juntos – para fazermos um grande cinturão contra a chegada da monília aos estados produtores.

Então, eu trouxe aqui um ofício. Eu vou deixar aqui endereçado ao Senador Zequinha Marinho, mas isso segue aqui a todas as autoridades presentes – Senador, por gentileza –: ao Sr. Ricardo Hilman – por favor –; à Dra. Karina, da Ceplac. Aqui, neste documento, nós temos oito medidas que reforçam tudo isso que a gente falou aqui. É um ofício da ANPC, é um alerta, é a nossa voz que está aí.

Eu enfatizo que é necessário – viu, Dr. Ricardo Hilman, Dra. Karina? – olhar para os festivais que estão ocorrendo, olhar para a COP 30. São necessários e urgentes protocolos de segurança para esses festivais. Entendam que nós não estamos falando que somos contra os festivais. Os festivais são maravilhosos, é uma forma de expandir a nossa cultura, é uma forma de valorizar o produtor, é uma forma de levar o cacau adiante, mas precisamos de segurança nesses festivais. E vem aí a COP 30. Então, essa COP 30 não pode ser, de maneira nenhuma, um risco para as lavouras cacaueiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aí o nosso apelo, e agradeço a todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Vanuza.

Quero chamar aqui, remotamente, o Paulo Albuquerque.

Paulo, as considerações finais.

O SR. PAULO ALBUQUERQUE (*Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Estamos.

O SR. PAULO ALBUQUERQUE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, quero agradecer e parabenizá-lo pela iniciativa que teve de convocar esta audiência e nos dar a oportunidade de nos manifestarmos.

Quero dizer também que é uma oportunidade ímpar para se falar na questão de uma frente parlamentar em defesa da questão, dos interesses da cacauicultura, que vai, como bem falou a Vanuza, Presidente da ANPC, muito além de uma pauta fitossanitária. É uma cadeia que agrega muitos valores, mas, principalmente, é uma cadeia que tem uma característica importante, que são pequenos produtores. Quase 90% dos produtores de cacau são pequenos. Então, além de uma questão, em termos de pauta econômica, muito importante, também tem, sim, uma importância social muito grande a cadeia do cacau, e precisamos, sim, do apoio de todos e do apoio dos políticos, o apoio da Câmara dos Deputados e do Senado seria e é muito importante. Eu sei do trabalho que o senhor vem fazendo, mas precisamos, sim, talvez, ampliar esse apoio para que realmente essa cadeia não passe por novos percalços, como foi o caso da vassoura-de-bruxa na Bahia. E tenho certeza de que, com relação a monilíase, esses problemas vão ser muito menores do que ocorreu no passado, até porque já existem também alguns trabalhos sendo feitos, como bem colocou aí, e o que precisamos, sim, é de mais apoio para que esses trabalhos sejam mais efetivos.

Era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Paulo.

Chamo agora a Dra. Karina para trazer suas considerações finais.

Dra. Karina, só um minutinho.

A SRA. KARINA PERES GRAMACHO (*Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Senador Jaime Bagattoli retornou e quer fazer uma última participação.

Por favor, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero agradecer aqui a todos os convidados e parabenizar o nosso Presidente Zequinha Marinho.

Conversando um pouco ali com a Vanuza, e ela falando da importância do pequeno produtor que preserva, que ajuda na preservação, e tão poucas... Não é olhado e visto pelos nossos representantes, pelos nossos políticos, e eu sou um que está aqui, no Senado, o Zequinha sabe, o Presidente sabe que sou um grande defensor do pequeno produtor rural, não de onde eu me encontro, que é o médio e o grande produtor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para você, Chiquinho, você aqui conversando comigo, que nós temos o nosso pequeno produtor, nós temos o problema do CAR, temos o problema do Prad, da outorga. Outorga quem tem que fazer sou eu. Eu tenho que fazer, porque eu sou um grande consumidor de água. Então, eu tenho que fazer. Tenho confinamento e gasto 1 milhão de litros de água por dia. Então, eu tenho que fazer a outorga. Agora, pequeno produtor? Para com isso! Isso aí, a Sedam, tudo, eles têm que se conscientizar de que o pequeno produtor não dá conta de fazer isso tudo. Aí, viemos agora com o problema dos embargos. Criamos aqui uma subcomissão temporária, da qual eu vou ser o Presidente, para discutirmos isso. Então, nós temos "n" problemas hoje, nos sete estados da Amazônia Legal. Nós precisamos procurar resolver esses problemas dos nossos pequenos produtores.

Eu quero dizer para vocês: contem comigo, contem com o Senador. Nós precisamos, lá nos nossos estados, ter Governadores de verdade, Parlamentares de verdade dentro dos nossos estados, que amem o seu estado, que sejam voltados para o setor produtivo, porque eu vejo, lá em Rondônia, que falta muito, é muito a desejar os nossos representantes, o nosso Governo.

Mas nós estamos juntos, e podem ter certeza, no que depender de mim, do Senador, nós vamos conversar também com o Ministro da Agricultura, com o Carlos Fávaro, sobre essa situação do cacau e essa doença que está entrando e está às portas lá de Rondônia, chegando talvez primeiro lá ao nosso estado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime.

Agora, sim, Dra. Karina, por favor.

A SRA. KARINA PERES GRAMACHO (Para expor.) – Boa tarde de novo. Muito obrigada pelo convite. Eu acho que a mesa, a reunião foi bastante promissora. Eu reforço a questão da defesa da cacauicultura e quero dizer que são pequenos produtores, esse é o perfil do produtor de cacau na Bahia, no Espírito Santo e também na Amazônia. Então, nós temos que seguir em fortalecimento da agricultura.

E quero fazer de novo um apelo a vocês: a solicitação de concurso para a Ceplac está no MGI, então a gente precisa do apoio de vocês.

E quero dizer que nós estamos à disposição de vocês para uma reunião mais detalhada de qualquer coisa que necessite em relação à monilíase, porque a monilíase é uma questão nacional, o.k.? Ela não é uma questão da Bahia, ela não é uma questão do Pará, porque a gente não sabe aonde ela vai entrar. Uma pessoa pode pegar um fruto num lugar e levar para o Espírito Santo, Deus me livre e guarde. Nós não sabemos isso. Então, a monilíase é uma questão nacional, e nós só vamos conseguir prevenir, combater, controlar com o apoio de todos vocês, com tudo que foi dito aqui hoje.

Muito obrigada e, mais uma vez, parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dra. Karina Peres Gramacho, Coordenadora-Geral de Pesquisa e Inovação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

Dr. Ricardo Hilman, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO HILMAN (Para expor.) – Como os demais, só tenho que agradecer a oportunidade de estar nesta audiência, de a gente poder discutir, de encontrar, de ver visões diferentes. Isso é o que faz o conjunto, é o que pode engrandecer as ações e também a cacauicultura.

Só gostaria de lembrar que a monilíase é uma praga quarentenária, considerada ausente ainda para o Brasil, porque nós estamos em processo de supressão, e que foi declarada emergência fitossanitária pelo Sr. Ministro da Agricultura, inclusive já vai ser renovada agora, porque já está há mais de um ano.

Uma outra coisa que eu gostaria de destacar, Senador, é que deve chegar, nos próximos dias, uma medida provisória do Governo Federal, com uma suplementação orçamentária para as emergências sanitárias: gripe aviária, monilíase, mosca da carambola e a vassoura-de-bruxa da mandioca, que é uma praga também muito importante, que está acontecendo lá no Norte do país. E em todas essas, o Ministério da Agricultura está atuando. Eu sei que esta Casa vai ter toda a atenção com essa medida provisória, e a gente vai conseguir esses recursos que a gente tanto almeja para dar um incremento.

Além disso, temos aqui um projeto de lei do fundo de emergências sanitárias, que está correndo nesta Casa, porque nem sempre no Governo Federal o problema é dinheiro – também é –, mas muitas vezes é a agilidade e a burocracia que nós temos para poder usar os recursos, ainda mais em momentos de emergência.

Todos nós, que somos servidores públicos, temos regras a seguir, nós temos que seguir e fazemos dessa forma. E, com isso, o fundo de emergência, da mesma forma, por exemplo, que o Funcacau, que tem lá no Pará – e é um fundo privado, não é público –, é muito importante que nós tenhamos também um fundo público, não só para monilíase, mas para outras emergências.

E, com isso, também encerro agradecendo a oportunidade. A audiência foi muito, do meu ponto de vista, construtiva e também informativa, porque é importante que todos nós tenhamos um conhecimento maior sobre essa praga.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dr. Ricardo Hilman.

A gente precisa realmente dar os encaminhamentos. A minha expectativa é que a gente comece a trabalhar passo a passo de tudo isso, não só por causa do Pará, mas por causa do resto do Brasil que precisa se prevenir. Quanto mais tarde a gente conseguir fazer esse negócio, não tem como deixar de acontecer, mas que demore o máximo possível. Não se tem urgência para isso em lugar nenhum.

Então, vamos para cima, contem com a gente aqui no Senado nesses projetos de leis e na questão orçamentária. Aqui está todo mundo unido em torno dessas coisas, e a gente vai fazer todo o esforço possível.

Senhores, eu quero agradecer a presença de cada um e de todos, quero agradecer àqueles Senadores que puderam estar conosco aqui, agradecer aos nossos expositores, gratidão a cada um pelo trabalho que fizeram, pelo comparecimento, e a reunião está encerrada.

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dois minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Teresa Leitão, Beto Faro e Paulo Paim, e dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Wilder Morais, Augusta Brito, Styvenson Valentim, Jorge Seif, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Flávio Arns e Daniella Ribeiro, conforme os REQ 287/2025-CDIR e REQ 251/2025-CDIR, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 6417, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do PL 6417/2019, da Emenda nº 2-CRA e da Emenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-CRA. **Observação**: Os senadores Hamilton Mourão, Izalci Lucas e Astronauta Marcos Pontes fazem uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o Projeto, a Emenda nº 2-CRA/CCT e a Emenda nº 3-CCT e rejeitada a Emenda nº 1-CRA. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 3218, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para determinar que 10% (dez por cento) dos recursos do FNDCT sejam destinados para popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação – C, T&I." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Observação**: O senador Astronauta Marcos Pontes faz uso da palavra. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, senador Izalci Lucas. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 3074, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para dispor sobre a proteção legal dos sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no País." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Observação**: O senador Carlos Portinho faz uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 4467, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com a Emenda nº

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1-CCT. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 13, de 2025,** que: "Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública, objeto do REQ 12/2025-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial"." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado o Requerimento, subscrito pelos senadores Chico Rodrigues e Izalci Lucas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/139609

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – O meu bom dia a todos.

Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Pauta.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias.

O item 1, terminativo, será votado nominalmente com a abertura do painel eletrônico e os itens 2 a 5, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 6417, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA).

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN) e outros

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do PL 6417/2019, da Emenda nº 2-CRA e da Emenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-CRA.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1 e 2-CRA;

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 20/09, 18 e 25/10/2023, a Comissão realiza audiências públicas, com o objetivo de instruir o projeto;

3. O projeto constou da pauta da 27ª e 2ª Reuniões, realizadas em 11/12/2024 e 12/03/2025, respectivamente;

4. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal, para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, peço a V. Exa. par ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Prossiga, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Conforme o inciso I do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre matérias que versem sobre desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica. Por se tratar de análise terminativa, caberá também à CCT manifestar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade do PL nº 6.417, de 2019.

No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União (arts. 22, inciso I, 23, inciso VIII, 187, inciso IV, da Constituição Federal); às atribuições do Congresso Nacional (arts. 48, 49, 51 e 52 da Constituição Federal); e à iniciativa em projeto de lei (arts. 61 e 84 da Constituição Federal).

De igual maneira, não se verificam óbices à juridicidade, à boa técnica legislativa e à regimentalidade.

Com relação ao mérito, concordamos com a avaliação apresentada no relatório aprovado pela CRA, que destaca que a pesquisa agropecuária teve papel inegável na evolução e importância do setor agropecuário para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro e que boa parte deste desenvolvimento foi devido à incorporação de inovações produzidas pelas instituições de pesquisa públicas, como a Embrapa, universidades e organizações estaduais de pesquisa, e privadas.

No entanto, existem gargalos no SNPA devido ao fato de que seu marco regulatório, estabelecido há cerca de 30 anos pela Lei Agrícola, encontra-se muito defasado e apresenta-se incapaz de dar a necessária resposta aos desafios que emergem atualmente, tais como a necessidade de aumentar a produtividade e a sustentabilidade da produção agropecuária num contexto de mudanças climáticas e de demanda mundial e nacional crescente por alimentos, fibras e agroenergia.

Também entendemos que as oportunidades hoje apresentadas pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação podem e precisam ser mais bem exploradas, para que o uso de sistemas de informação com base na internet aperfeiçoe e aproxime os agentes produtores e usuários de conhecimentos, tecnologias e inovações úteis para o setor agropecuário, conforme proposto no art. 11-C do PL.

Nesse contexto, também é particularmente meritória a proposta de utilizar essas novas tecnologias como ferramentas para melhor aproveitar as possíveis sinergias de conhecimentos e recursos financeiros, humanos e de infraestrutura das instituições integrantes do SNPA, assim como dos conhecimentos contidos em bancos de dados nacionais e internacionais de patentes, como previsto no §3º do art. 11-C do PL.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez, a partir de um trabalho conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Ministério da Agricultura e Pecuária e a Embrapa, consideramos que o texto da proposição pode ser aperfeiçoado em quatro aspectos.

Primeiramente, sugerimos alterar a redação do art. 11-B, para prever que a elaboração dos planos plurianuais e dos planos operativos anuais do SNPA pelo poder público ocorram por meio dos órgãos federais responsáveis por pesquisa agropecuária, ciência, tecnologia e inovação, agricultura e pecuária e agricultura familiar.

Ainda sugerimos substituir a expressão "instituições públicas federais, do Distrito Federal e estaduais de pesquisa" por "instituições públicas de pesquisa", permitindo que todas as entidades sejam ouvidas no processo.

Em segundo lugar, sugerimos excluir do art. 11-C as informações que deverão constar da plataforma digital a ser desenvolvida pelo poder público para a estruturação em rede do SNPA. Assim, ao permitir que o Poder Público defina as informações que serão disponibilizadas na plataforma mediante regulamento, a expectativa é priorizar a aplicação eficiente dos recursos públicos.

Sobre o regulamento a ser editado pelo poder público, sugerimos alterar o §5º do art. 11-C, para estabelecer que nele serão especificados apenas os incentivos não financeiros que poderão ser adotados para a adesão das instituições públicas e privadas à rede do SNPA, minimizando, assim, o impacto financeiro dos instrumentos utilizados no âmbito do SNPA.

Por fim, nossa quarta sugestão à proposição consiste em estabelecer que as entidades integrem a rede do SNPA de forma voluntária, em respeito à autonomia que lhes é própria. Uma vez composto por entidades verdadeiramente interessadas na temática, esperamos privilegiar a efetividade das iniciativas desenvolvidas no âmbito do SNPA. Com isso, opinamos pela rejeição da Emenda nº 1-CRA.

Voto, Presidente.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 6.417, de 2019, com a rejeição da Emenda nº 1-CRA e a aprovação da Emenda nº 2-CRA e da seguinte:

EMENDA Nº – CCT

O art. 2º do Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

Art. 11-B. O SNPA terá planos plurianuais e planos operativos anuais elaborados pelo Poder Público por meio dos órgãos federais responsáveis por pesquisa agropecuária, ciência, tecnologia e inovação, agricultura e pecuária e agricultura familiar, ouvidas na sua elaboração as instituições públicas de pesquisa, as organizações científicas, as organizações dos produtores e dos trabalhadores rurais, e as instituições privadas que desenvolvam pesquisa agropecuária e suas organizações, na forma do regulamento.

Art. 11-C. O SNPA será estruturado em rede, articulada por meio de plataforma digital cuja concepção, desenvolvimento e gestão ficarão sob responsabilidade do Poder Público, conforme regulamento.

§ 1º Integrarão voluntariamente a rede do SNPA, de forma colaborativa e cooperativa, as instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICT), públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária, nos termos desta Lei, e recebam recursos públicos de origem federal de qualquer fonte e para qualquer finalidade, destacando-se universidades, escolas de ensino superior e institutos federais e estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação;

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

> núcleos de inovação tecnológica (NIT) institutos nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT); institutos e empresas federais, do Distrito Federal e estaduais de pesquisa; agências de fomento; fundações de amparo à pesquisa; incubadoras de empresas; parques e polos tecnológicos; cooperativas, sindicatos, e associações de produtores rurais; empresas privadas; e os órgãos oficiais de propriedade industrial e de informação em Ciência e Tecnologia do País, sem prejuízo de outras, definidas em regulamento.
> .....
> § 5º O regulamento especificará os incentivos não financeiros que poderão ser adotados para a adesão das instituições públicas e privadas à rede do SNPA.
> ....."" (NR)

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Parabéns, Senador Izalci, pelo relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu queria destacar que, se o Brasil – não é, Senador Izalci, Senador Astronauta Marcos Pontes? –, era um importador de alimentos no início dos anos 70 e hoje é responsável por grande parte da segurança alimentar do mundo, é graças à pesquisa agropecuária. Ela é um processo contínuo que não cessa em nenhum momento, de modo que cada vez mais a gente consiga aproveitar da melhor forma possível os recursos naturais que temos à nossa disposição e que permitem que o Brasil tenha essa produção agropecuária tão expressiva. Então, esse trabalho realizado aí, esse projeto de lei, muito bem relatado por V. Exa., é fundamental para esse prosseguimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, é uma pena que o Brasil não continue essa política realmente de investimento em pesquisa e inovação. Paulinelli e vários outros, Eliseu Rezende e outros, na época dos anos 60, mandaram para o exterior cerca de 2 mil alunos, e daí o resultado: a Embrapa hoje é reconhecida no mundo todo, respeitada no mundo todo – lamentavelmente, no Brasil não tanto, porque basta ver os orçamentos. Todo ano temos que ficar com o pires na mão aqui para conseguir o orçamento, mas espero que a gente consiga ainda mudar isso para que a Embrapa possa ter recursos próprios com relação aos *royalties* e tudo o que ela faz.

Mas, na área de ciência e tecnologia, a gente não fez o mesmo dever de casa. Então, hoje nós somos dependentes de tudo, diferentemente dos Estados Unidos, da China. No último plano nacional de educação da China, ela colocou tecnologia e inteligência artificial como pontos de referência e hoje disputa com os Estados Unidos. Ou seja, se pegar Emirados Árabes e todos os outros países, eles fizeram e estão fazendo o que o Brasil fez nos anos 60 e depois não fez mais. Então, V. Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lamentavelmente, é isso que está acontecendo.

Passo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, especialista no assunto.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia, bom dia Presidente, bom dia a todos. Eu tenho que me somar as palavras do Senador Izalci, que tem ajudado aqui no Congresso já há muito tempo o setor de ciência e tecnologia, por entender a necessidade estratégica do país em se desenvolver através da ciência e tecnologia.

Eu fui Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a tecla é a mesma em que a gente bate há muito tempo, que é a seguinte: olhem todos os países desenvolvidos, todos eles, sem exceção, sem qualquer exceção. O que os faz desenvolvidos não é a posição geográfica, não é a cultura, não é a língua,

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nada disso. O que os faz assim é o investimento constante, com consistência, em educação focada. Isso inclui educação profissionalizante, para formar os futuros profissionais dentro do mercado, das necessidades do mercado; ciência para desenvolver ideias específicas para o país, para resolver os problemas através de ideias; tecnologia para transformar essas ideias em novos produtos, inovações, serviços; e um ambiente de negócios adequado para transformar essas inovações em empresas, *startups*, e poder, através dessas empresas, ter maior arrecadação, com produtos de valor agregado mais alto, e produzir mais empregos.

O problema é que a gente não consegue, por incrível que pareça – parece óbvio – os tomadores de decisão, vamos chamar assim, para que façam o investimento e coloquem a prioridade no investimento em ciência e tecnologia. Sempre é visto como se fosse algo para daqui a 30 anos. Só que, daqui a 30 anos, se não houver investimento agora, a gente vai estar numa situação muito pior. Então, tem que ser feito investimento agora, e constante. Não é um investimento alto, é um investimento completamente viável dentro de qualquer orçamento, mas isso precisa ficar muito claro para todos que estão nos assistindo, todos os Senadores.

Eu fiz questão de falar, porque espero que isso passe também para os Parlamentares, porque, em termos de orçamento, muitas vezes o que acontece é o seguinte: nós colocamos um orçamento no ministério, uma previsão de orçamento; essa previsão de orçamento recebe um primeiro corte no ministério, no setor de economia, seja lá o nome que for, Ministério de Economia, da Fazenda, o que seja; depois, quando vem aqui no orçamento tem outro corte. E depois o pessoal reclama, por exemplo, que falta radiofármaco. Bom, lógico que falta radiofármaco, porque não tinha orçamento para fazer esse tipo de coisa. Então, é um problema, um acidente para o qual tem uma série de fatores contribuindo, que a gente precisa evitar que aconteça aqui.

A Embrapa é um exemplo de como a ciência e a tecnologia mudam a condição econômica do país. E aquilo foi uma ideia colocada em prática, mas a própria Embrapa sofre muito com a questão de orçamento – eu fui conselheiro da Embrapa – e com as dificuldades. E é fácil ali de se demonstrar o retorno de investimento. O retorno de investimento pode ser calculado de forma financeira ou de forma social. Nenhum deles é menor do que dez para um. Eu quero ver em qual tipo de investimento você consegue dez para um.

Então, está aí. É um pouco de desabafo, mas é importante que a gente tenha essa visão aqui dentro do Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É a questão de previsibilidade, não é, Senador Marcos Pontes? V. Exa., inclusive, tem uma proposta legislativa a este respeito: um percentual do produto interno bruto destinado exatamente a pesquisa, desenvolvimento e inovação. É a mesma coisa que ocorre com a Defesa, até porque são duas áreas que caminham lado a lado.

A votação será realizada, com a abertura do painel eletrônico, após a apreciação dos itens seguintes da pauta. Então, vamos prosseguir aqui com a nossa pauta, passando para o item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 3218, DE 2023
- Não terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para determinar que 10% (dez por cento) dos recursos do FNDCT sejam destinados para popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, primeiro eu quero registrar aqui que o maior problema que nós temos hoje na ciência e tecnologia talvez seja exatamente a falta de popularização da ciência.

Ninguém mais, se fizerem uma pesquisa, 90% da população não sabe nem o que é isso. Então, se a gente não popularizar, não colocar nas escolas... Quando fui Secretário, Senador Marcos Pontes, eu fiz um acordo com o *Correio Braziliense*, aqui em Brasília, e com algumas rádios. A gente tinha o "minuto de ciência e tecnologia": saíam no rodapé do jornal, durante muito tempo, algumas curiosidades, para as pessoas saberem o que era.

A pessoa acha, sobre esse celular, que você vai à loja, compra e está tudo certo; não sabe que isso aqui envolveu 500 mil coisas de tecnologia. O pessoal não sabe sobre o sabonete... Como é que se desenvolveu tudo isso. Então, a inovação é uma coisa que a gente precisa popularizar. Esse projeto trata disso.

O Governo, o Ministério da Ciência tem feito alguns programas disso. Nós tínhamos a redação original no projeto, mas há um pedido do Governo para deixar isso de uma forma mais ampla. Então, eu vou pedir para retirar de pauta. O Senador Marcos Pontes, que é o autor, concorda, para a gente negociar durante essa semana. Tirar da pauta, não, eu queria adiar para terça-feira. A gente não tiraria da pauta, mas transferiria para a próxima reunião da CCT, para a gente fazer uma negociação com relação a esse art. 11.

Então, eu faço essa solicitação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

Por solicitação do Relator, fica retirado da pauta e será colocado em pauta na próxima sessão desta Comissão.

Por favor, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de somar, com relação a isso, da seguinte forma: nós acabamos de falar a respeito da importância do orçamento para o desenvolvimento de ciência e tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento no país.

Como bem lembrado pelo Presidente, eu tenho a PEC nº 31, que trata justamente do aumento do investimento em pesquisa e desenvolvimento no país, dos níveis atuais, que são ridiculamente baixos para as pretensões do país em se desenvolver. Atualmente é em torno de 1% do PIB. E quero lembrar que isso aí não é orçamento público, isso é o somatório de tudo que é investido em pesquisa e desenvolvimento – do setor público, do setor privado, do terceiro setor, tudo que é investido no país – , o que é muito pouco, em torno de 1%.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa proposta traz que esse valor seja aumentado de 1% para pelo menos 2,5% do PIB, num prazo de dez anos – completamente factível. Depende de coisas como a Lei do Bem, como a Lei de TICs, depende da articulação do Governo com os diversos setores. Logicamente o orçamento também é importante, mas não é a parte maior. Em dez anos, ou seja, com 2,5%, a gente chega próximo dos 2,73%, que são, em média, o que usam os países da OCDE, e o Brasil quer chegar ali também. Então, são 2,73% para a gente estar no nível dos países da OCDE.

Orçamento é um problema, sem dúvida nenhuma, mas para que se tenha orçamento é importante que a população reconheça a importância da ciência e tecnologia, para que apoie os seus políticos para que votem a favor do orçamento. Para isso, a popularização da ciência é muito importante.

Além disso, a popularização da ciência traz, na própria população, especialmente no público mais jovem, a conscientização de que hoje eles não vão conseguir sobreviver profissionalmente se não tiverem conhecimento de ciência e tecnologia. E aí a gente fala de popularização, mas também de levar ciência e tecnologia para dentro das escolas.

Então, essa é outra parte importante de se levar para os professores – laboratórios nas escolas e assim por diante –, porque, hoje em dia, todos os setores dependem de tecnologia, e a criançada sendo formada hoje precisa aprender a trabalhar com isso. Então, a popularização da ciência é, sem dúvida, importante e precisa estar prevista no orçamento.

Eu tinha, lá no meu tempo no Ministério, uma secretaria para popularização da ciência, e isso era essencial para formar as pessoas, motivar os jovens, colocar isso dentro das escolas. Neste Governo, foi retirado isso, não tem mais, voltou a ser o que era antes: um departamento, lá embaixo, com pouco poder de decisão.

Para se ter uma ideia, eu copiei isso aí da Nasa. A Nasa tem um vice-administrador de *outreach programs*, que é exatamente a popularização da ciência. Então, nós retornamos às épocas das pedras lá, tirando essa secretaria aí, que era um avanço. Se não tem a secretaria, pelo menos tem que ter um orçamento previsto e executado para o setor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É lamentável, Senador Marcos Pontes, até porque, quando a gente observa determinadas ações do atual Governo, ele ainda está no século XIX, não chegou nem ao XX ainda.

Bem-vindo, Senador Chico Rodrigues. É uma satisfação contar com V. Exa. aqui.

Destaco aqui que, em relação ao item 1, nós encerramos a discussão. Eu havia me esquecido de me manifestar a respeito.

Anuncio, agora, o item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 3074, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para dispor sobre a proteção legal dos sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no País.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)
Relatoria: Senador Chico Rodrigues
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Esporte após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues, para a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Meu caro Presidente Senador Hamilton Mourão, quero cumprimentar V. Exa., os dois colegas Senadores que se fazem presentes nesta Comissão e dizer que esse projeto é extremamente relevante.

Esse projeto é de iniciativa do Senador Carlos Portinho, que é um *expert* no assunto e que traz, com muita propriedade, esse projeto para que seja deliberado aqui, obviamente, na nossa Comissão e, posteriormente, na Comissão de Esporte, da qual eu faço parte como Vice-Presidente. Espero que eu seja, na verdade, também o Relator naquela Comissão, pela importância do projeto do Senador Carlos Portinho.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Vem a exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) o Projeto de Lei (PL) nº 3.074, de 2024, de autoria do Senador Carlos Portinho, que altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para dispor sobre a proteção legal dos sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no país.

O PL nº 3.074, de 2024, é composto por quatro artigos.

O art. 1º retoma o objeto da proposição.

O art. 2º altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, mediante a inclusão do art. 35-A. Pelo dispositivo acrescido, os sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no país contam com proteção legal, válida em todo o território nacional, por tempo indeterminado, independentemente de quaisquer formalidades ou de registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) ou em quaisquer outros órgãos. A proteção conferida abrange quaisquer sinais distintivos e garante a propriedade e o uso exclusivos aos titulares, aplicando-se também ao nome ou ao apelido do atleta profissional.

O art. 3º revoga o art. 87 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e o art. 4º da proposição estabelece a entrada em vigor da norma na data de sua publicação.

Na justificação, o nobre autor, o Senador Carlos Portinho, afirma que, embora a Lei Pelé – Lei nº 9.615, de 1998 – estabeleça que as denominações e os símbolos das organizações esportivas são de sua propriedade exclusiva por tempo indeterminado e independentemente de registro no órgão competente, várias entidades têm levado os sinais distintivos a registro como meio de evitar o questionamento de seus contratos de licenciamento de uso. Assim, é necessário aprimorar o texto legal para aumentar a segurança jurídica dos contratos de licenciamento de uso do patrimônio imaterial das organizações esportivas.

A proposição do Senador Carlos Portinho foi encaminhada à CCT e à Comissão de Esporte, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

A análise do projeto, Sr. Presidente.

Segundo o art. 104-C, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre propriedade intelectual.

A iniciativa do Senador Carlos Portinho apresenta proposta de vital importância para a indústria esportiva nacional. A Lei nº 14.597, de 2023, conhecida como Lei Geral do Esporte, busca consolidar

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma série de diplomas legais, unificando a legislação referência para o esporte brasileiro. Entretanto, é preciso reconhecer que a LGE (Lei Geral do Esporte) não versa adequadamente sobre a proteção legal dos sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no território nacional.

Sobre o tema, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) afirma que o bom desenvolvimento da indústria esportiva depende da proteção eficiente dos direitos de propriedade intelectual, pois parte relevante das receitas obtidas pelas entidades esportivas e pelos atletas deriva da comercialização do uso de sua imagem e de seus sinais distintivos, abrangendo símbolos, logomarcas, nomes, etc.

Considerando que a indústria esportiva é composta por múltiplos agentes, tais como atletas individuais, equipes, associações e federações, que podem se organizar nas esferas local, regional, nacional e até mesmo internacional, fortalecer a proteção dos direitos de propriedade intelectual pode impactar significativamente este importante setor da economia – assim entende o Senador Carlos Portinho, autor do projeto.

Atualmente, a Lei Pelé – Lei nº 9.615, de 1998 – estabelece como propriedade exclusiva das entidades desportivas sua denominação e seus símbolos, independentemente de registro e por tempo indeterminado. Esta é, sem dúvida, regra mais protetiva, quando comparada àquela da Lei nº 9.279, de 1996, a Lei de Propriedade Industrial. Porém, a Lei de Propriedade Industrial adota a terminologia "sinais distintivos", entre aspas, que, por ser gênero do qual "denominação" e "símbolos" constituem espécies, consideramos mais adequada para fortalecer a proteção dos direitos de propriedade intelectual da indústria esportiva.

Nesse sentido, como o acréscimo do art. 35-A à Lei nº 14.597, de 2023, é meritório e merece prosperar, é oportuno que o art. 87 da Lei nº 9.615, de 1998, seja revogado, pois este é o dispositivo que atualmente disciplina a matéria. Sua revogação vai ao encontro do objetivo de promover maior segurança jurídica.

Por fim, cabe mencionar que é necessário um pequeno ajuste redacional, pois, como a proposição altera dispositivos da Lei nº 14.597, de 2023, e da Lei nº 9.615, de 1998, a boa técnica legislativa exige que as normas alteradas constem na ementa do PL. Portanto, oferecemos uma emenda de redação para promover o respectivo ajuste.

O voto, Sr. Presidente. Vamos ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.074, de 2024, com o oferecimento da seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº - CCT (de redação)
(ao PL nº 3.074, de 2024)
A ementa do Projeto de Lei nº 3.074, de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, e a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a proteção legal dos sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no País."

Sr. Presidente, esse relatório foi trabalhado a quatro mãos no sentido de apresentar um relatório conclusivo que viesse ao encontro ao projeto originário, de autoria do Senador Carlos Portinho, que, como já falei, é um *expert* no assunto e só tem contribuição a dar ao esporte brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, este é o relatório e este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Quero contribuir na discussão, Sr. Presidente, para elogiar o relatório do Senador Chico Rodrigues, sua sensibilidade, inclusive, e agilidade em entregar à votação aqui, em caráter terminativo.

Esse é um dos projetos que se fizeram necessários com a aprovação da Lei Geral do Esporte. Essa matéria não foi tratada, e ela estava presente na Lei Pelé. Com isso, nós podemos incluir, com esse relatório – a aprovação eu peço aos colegas –, na Lei Geral do Esporte a proteção aos sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no nosso país.

É o escudo do seu clube, a bandeira do seu time, que são bens que merecem essa proteção legal e de forma ampla. O Flamengo só vai ter um Flamengo, o Fluminense só vai ter um Fluminense, o Botafogo só vai ter um Botafogo. Pode ter o da Paraíba, sim, mas o escudo é diferente, o da Paraíba só vai ter aquele escudo vermelho. O Atlético Mineiro, do Senador Izalci, só vai ter lá as suas cores e seu escudo preservados, para que ninguém possa usar de forma indevida ou querer se valer de um registro eventualmente no INPI para negociar a venda de um patrimônio que já é do clube. Então, essa foi uma falta na Lei Geral do Esporte que se conserta. Com isso, a gente caminha para, fechando esses temas que faltaram na Lei Geral do Esporte – tem mais um ou dois –, que a gente possa ter uma Lei Geral do Esporte que seja completa, um único instrumento jurídico que trate do esporte, do direito esportivo no nosso país.

Esse é mais um passo, então, para a Lei Pelé, que nos deu... E quero aqui registrar que a Lei Pelé foi muito positiva ao país, nos deu muitos resultados, mas a sua atualização é absolutamente necessária. E parte exatamente da sua origem, que é a Lei Pelé, a Lei Geral do Esporte. Por isso, com uma atualização da Lei Pelé e com esse tema, que era fundamental e que não havia sido tratado.

Muito obrigado, Senador Chico, pelo seu relatório.

Peço o apoio de todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Esporte.

Pois não, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que se procedeu à votação, eu gostaria apenas que houvesse uma inversão de pauta para que, rapidamente, eu apresentasse um requerimento. Por sugestão do Senador Vanderlan Cardoso, que está presidindo outra Comissão, gostaria de pedir a autorização de V. Exa. para fazer esse registro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Marcos Pontes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está bem.

Então, eu anuncio aqui o item 5 da pauta.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 13, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública, objeto do REQ 12/2025-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Subscrevemos esse requerimento, Sr. Presidente, eu e o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Izalci também.

Então, o requerimento é:

> Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 12/2025, sejam incluídos no rol de convidados os seguintes nomes:
> Proponho, para a audiência, a inclusão dos seguintes convidados:
> - representante da Brasscom;
> - representante da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes).

Esse é o requerimento do Senador Vanderlan, subscrito pelos Senadores Chico Rodrigues e pelo Izalci Lucas.

Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação do requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco-o em votação.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão que tome as devidas providências.

Voltamos, agora, ao item 4 da pauta.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 4467, DE 2021
- Não terminativo -

Dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 26/03/2025, a Comissão realiza audiência pública, com o objetivo de instruir o projeto;

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se o senhor me permite, vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O PL nº 4.467, de 2021, vem ao exame desta Comissão em cumprimento ao disposto no art. 104-C, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual compete à CCT opinar sobre proposições que tratem de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica.

Como a proposição será analisada posteriormente pela Comissão de Assuntos Sociais, iremos nos ater apenas aos seus aspectos relacionados à ciência e tecnologia.

O Brasil possui um longo histórico de produção de vacinas [eu destaco a palavra "produção" para ficar bem claro], destacando-se duas instituições centenárias e reconhecidas internacionalmente: Fiocruz e Instituto Butantan, este último sendo um dos maiores produtores de vacinas do mundo. A atuação dessas instituições, juntamente com o sucesso do Programa Nacional de Imunizações na experiência em lidar com doenças como febre amarela, poliomielite, sarampo e rubéola, contribuiu para que o Brasil conseguisse ser um dos poucos países a enfrentar a pandemia da covid-19 tendo parte da produção das vacinas realizada em território nacional.

As pesquisas realizadas ao longo dos anos na Fiocruz e no Instituto Butantan e atualmente no CT-Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais contribuíram e contribuem para que o país desenvolvesse uma capacidade de identificar novas tecnologias e de absorvê-las em acordos de transferência tecnológica, que, em geral, é um processo complexo e demanda competências internas e infraestrutura adequada e atualizada.

Um exemplo notável da necessidade de investimento em infraestrutura ocorreu no laboratório Bio-Manguinhos, onde foram produzidas vacinas contra a covid-19, e no CT-Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais, a primeira vacina da história do Brasil completamente produzida com tecnologia nacional, a SpiN-TEC MCTI UFMG, contra a covid-19. No entanto, é essencial continuar a investir em pesquisa e desenvolvimento, bem como expandir nossa capacidade nacional de produção de imunobiológicos. Somente em 2022, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico teve um orçamento de R$9 bilhões. O projeto, caso aprovado, permitirá a aplicação de parte desses recursos em programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, bem como na criação de banco de dados biológicos para o desenvolvimento e produção de vacinas [e ressalto aqui "desenvolvimento de vacinas"]. Essa medida garantirá que o Programa Nacional de Imunizações tenha acesso a vacinas mais avançadas, capazes de lidar com novas doenças e permitindo uma produção mais independente.

Para ser capaz de dominar as novas plataformas tecnológicas de produção vacinas, como a do RNA mensageiro, cuja aplicação se estende a diversos vírus, é necessário direcionar investimentos para pesquisas científicas e tecnológicas. Também é fundamental diversificar nosso complexo industrial da saúde, construindo laboratórios modernos capazes de enfrentar crises de saúde pública e prevenir o ressurgimento de doenças que já foram erradicadas ou controladas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O PL nº 4.467, de 2021, ganha ainda mais relevância quando a organização da sociedade civil Oxfam Brasil revela que o país importa cerca de 90% da matéria-prima necessária para a fabricação de suas vacinas com tecnologia nacional como realizado durante a pandemia. O Brasil não pode depender de investimentos em vacinas apenas em momentos de crise e estar dependente de tecnologia externa. O projeto tem o grande mérito de criar um mecanismo de investimentos contínuos e perenes, desde que bem administrado, para a pesquisa e desenvolvimento na área de imunobiológicos.

No que tange à técnica legislativa, sugerimos uma emenda de redação simples para renumerar o parágrafo inserido no art. 11 da Lei 11.540, de 2007, para §7º, de forma a se adequar aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que veda o aproveitamento do número do dispositivo revogado.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.467, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CCT

Renumere-se o § 5º do art. 11, da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para § 7º, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei nº 4467, de 2011.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Se me permite, eu gostaria de fazer um comentário extra para aqueles que estão assistindo e que, às vezes, têm a impressão, como eu tinha quando eu entrei no Ministério de Ciência e Tecnologia, de que o Brasil era um grande desenvolvedor de vacinas. Essa informação é incorreta.

Nós tivemos a pandemia em 2020. Ali, como Ministro de Ciência e Tecnologia, em 10 de fevereiro de 2020, eu juntei um grupo de pesquisadores, que até hoje continua no conselho, vamos chamar assim, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que é o chamado RedeVírus MCTI – as pessoas podem procurar na internet "RedeVírus MCTI" que vão achar –, que se tornou um conselho permanente. Um mês depois exatamente, foi declarada a pandemia no dia 11 de março de 2020. Esse conselho foi essencial para que o ministério trabalhasse no desenvolvimento de diversas áreas relacionadas à pandemia, mas, em especial, o desenvolvimento de vacinas. Quando eu fui informado por eles, pelos cientistas, pesquisadores, que me diziam que a gente precisava desenvolver uma vacina no Brasil, eu falei: "Mas isso não precisa. A gente já faz aqui no Brasil". Aí eles me chamaram a atenção para o seguinte: o Brasil produz vacinas com tecnologia do exterior; o Brasil nunca desenvolveu, na área humana, nenhuma vacina nacional, com desenvolvimento de ciência e tecnologia nacional. Então, está na hora de fazer isso.

Foi por isso que, em Belo Horizonte, nós aproveitamos a estrutura já existente do Centro de Vacinas para ampliá-lo e transformá-lo no Centro Nacional de Desenvolvimento de Vacinas. Em conjunção com Butantan e Fiocruz, que têm capacidade de produção muito grande e também de pesquisa, isso compõe uma estrutura no Brasil que nos permitirá encarar a próxima pandemia – que vai acontecer, não tenha dúvida –, com mais capacidade. Mas, para isso, precisa-se de orçamento, e não um orçamento gigantesco, mas um orçamento que tem que ser continuado e aplicado de forma correta nos lugares corretos.

Portanto, esse projeto de lei tem uma importância vital – eu diria vital – para a saúde dos brasileiros agora e no futuro. Somado ao laboratório de nível de biossegurança 4, cuja construção determinei, como Ministro também, em Campinas, no Cnpem, junto ao acelerador de partículas, o Brasil vai estar muito bem posicionado para encarar e vencer essa batalha contra a próxima pandemia, lembrando que os países que têm tecnologia para desenvolvimento de vacinas são atendidos primeiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lógico que eles vão atender primeiro a sua população e depois os outros. Então, o Brasil tem essa responsabilidade também, como Hemisfério Sul do planeta, em ser um *hub* de desenvolvimento de vacinas aqui. Nós temos as condições científicas e precisamos das condições de orçamento.

O FNDCT, liberado também durante a nossa gestão, em 2001, pela Lei 177, permite que R$9 bilhões a R$10 bilhões por ano – não só para isso, obviamente, para outras coisas também – sejam utilizados para o desenvolvimento continuado das pesquisas de vacinas no Brasil.

E já tem vacinas sendo desenvolvidas pelo CT-Vacinas e em outros lugares do Brasil, como no Senai Cimatec, lá em Salvador; no próprio Butantan, em São Paulo; no CT-Vacinas, com a SpiN-TEC – e isso é a título de tecnologia completamente nacional que não serve só para a covid, vai servir para muitas outras coisas.

Então, eu só queria ressaltar isso aí, da importância do projeto e de por que um projeto como esse merece ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Parabéns aí, Senador Astronauta Marcos Pontes! – relembrando exatamente a situação que nós vivemos por ocasião da pandemia da covid-19 e colocando muito claramente que nós temos que ter essa capacidade de desenvolvimento e produção de vacina aqui dentro do Brasil para, como V. Exa. colocou muito bem, não sermos reféns da produção que vem de fora e não ficarmos por último na fila.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Eu peço agora à Mesa que abra... (*Pausa.*)

Procederemos a uma votação para o projeto e as emendas: é o item 1.

Em votação o PL 6.417, de 2019, e as emendas, nos termos do relatório do Senador Izalci Lucas, favorável ao projeto, à Emenda nº 2, da CRA, e à emenda que apresenta; e contrário à Emenda nº 1, da CRA.

Quem concorda com o Relator vota "sim".

Solicito a abertura do painel eletrônico de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Os Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Solicito a todos os Senadores e Senadoras que deram presença na Comissão que votem via o aplicativo aí do celular; ou, aqueles que puderem, compareçam aqui à Comissão para realizar a votação presencialmente. (*Pausa.*)

A votação será encerrada.

Votação encerrada.

Peço à Mesa que apresente o resultado no painel eletrônico.

(*Procede-se à apuração.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O PL foi aprovado: recebeu 9 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o PL 6.417, de 2019; a Emenda nº 2, da CRA; e a Emenda nº 3, da CCT; e rejeitada a Emenda nº 1-CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6551795125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Hamilton Mourão e Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Esperidião Amin, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Paulo Paim, Ciro Nogueira, Cleitinho, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Wilder Morais, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Chico Rodrigues, Beto Faro e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Flávio Arns e Daniella Ribeiro, conforme os REQ 287 e 304/2025-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 12/2025 - CCT, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), REQ 13/2025 - CCT, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR) e Senador Izalci Lucas (PL/DF), com a finalidade de instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial", com a participação de Rubens Caetano, Coordenador-Geral de Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Miriam Wimmer, Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Renan Lima Alves, Presidente da Associação Brasileira de Data Centers (ABDC); Gleysson Klynger de Moura Araújo, CEO da Everest Digital; e Cristiana Camarate, Conselheira da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A presidência concede a palavra à Cristiana Camarate, Conselheira da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Os Senadores Vanderlan Cardoso e Astronauta Marcos Pontes fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática
no exercício da Presidência.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/140219

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - S. Fala da Presidência.) – Sra. e Senhores, bom dia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para instruir o PL 3.018, de 2024, que, abro aspas, "dispõe sobre a regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial", fecho aspas, em cumprimento aos Requerimentos nºs 12 e 13, de 2025, desta Comissão, ambos de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Senador Vanderlan, passo a Presidência da Comissão a V. Exa. para a condução desta audiência pública. Como dizem os americanos, *good luck*. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Cumprimento todos com um bom-dia.

Eu quero cumprimentar aqui os membros da Comissão – em especial, você, Leomar – e dizer para vocês aqui da Comissão que é um prazer enorme retornar a esta Comissão presidindo uma audiência pública tão importante como esta. Fui Presidente aqui durante dois anos e, àquela época, foi a Comissão que mais produziu no Senado Federal, graças a essa equipe competentíssima que tem aqui na CCT. Então, mais uma vez, meus agradecimentos pelo companheirismo e pela parceria que tive durante esse período.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Eu vou chamar agora os nossos convidados. Como aqui a mesa, para não ficar muito apertada, abrange quatro pessoas, e nós temos cinco convidados, Leomar, eu vou chamar quatro. Eu, por hábito, não gosto de ficar muito sozinho nesta Presidência, não. Então, vou estar acompanhado aqui dos quatro primeiros. Quando for a quinta pessoa, a gente arruma uma maneira aqui, vê como fazer, o.k.?

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão: o Sr. Rubens Caetano, Coordenador-Geral de Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a quem gostaria de convidar para fazer parte aqui – bem-vindo, Rubens –; Miriam Wimmer, Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a quem convido para fazer parte da mesa; Renan Lima Alves, Presidente da Associação Brasileira de Data Centers (ABDC); Gleysson Klynger de Moura Araújo, CEO da Everest Digital – seja bem-vindo, Gleysson. (*Pausa.*)

Ministro e Senador Marcos Pontes, seja bem-vindo à nossa Comissão. (*Pausa.*)

Encontra-se também presente no Plenário da Comissão, a quem convido para tomar assento, a Sra. Cristiana Camarate, Conselheira da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (*Pausa.*)

Os convidados terão, como de praxe, dez minutos para as suas explanações.

Isso não quer dizer que esta Presidência vai ser muito rígida com o horário. Então, tem um período aí, Cristiana, de tolerância – uns dez segundos, 15 segundos. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Convido o Sr. Rubens Caetano, Coordenador-Geral de Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Está conosco aqui – antes de V. Sa. iniciar, Sr. Rubens – o nosso ex-Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro, o Ministro Astronauta Marcos Pontes, hoje Senador da República. Ele foi um dos maiores colaboradores desta Comissão na nossa Presidência. Sempre solícito, sempre comparecendo, sempre com seus eventos, e nós éramos muito prestigiados.

Então, seja bem-vindo à nossa Comissão, como o Senador da República mais votado da história de São Paulo. É uma honra para nós, Ministro.

Sr. Rubens Caetano com a palavra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS CAETANO (Para expor.) – Obrigado, primeiramente, ao Sr. Senador Vanderlan Cardoso; ao Sr. Senador Marcos Pontes, aqui presente; a todos os colegas aqui que estão acompanhando esta importante temática hoje de discussão; a todos os que estão aqui no Plenário, os Congressistas, acompanhando esta apresentação; e aos que estão também *online* acompanhando. Desejo-lhes um bom dia e uma boa apresentação.

Eu sou Rubens Caetano – o Senador Vanderlan Cardoso já fez uma apresentação –, aqui eu represento a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Tive a honra de poder compor, participar também da equipe do ex-Ministro Marcos Pontes, assim como a colega Miriam, na qual desempenhamos vários projetos estruturantes e relevantes para o país.

Aqui, Senador, a matéria é extremamente importante e latente, tal como o próprio PL em si, mas eu trouxe algumas lâminas basicamente para não necessariamente entrar nos pormenores, nos textos, nas diretrizes do próprio PL, mas em si no próprio setor nacional.

Então, eu queria trazer aqui um ponto de que, na Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital, a gente tem a responsabilidade da gestão basicamente de dois instrumentos de política pública, que são políticas, digamos assim, de Estado: a Lei de Informática, conhecida também como a Lei de TICs; e o programa da área de semicondutores, que é o Padis.

Especificamente a Lei de Informática, uma lei que vem desde 1991 passando por suas atualizações, traz aqui alguns pontos que são bem coerentes e conectados com a temática. Então, a gente fala que essa legislação alcança quem? Alcança os fabricantes de bens de TICs e de automação. Então, quando a gente fala de *data centers*, a gente está necessariamente englobando boa parte desses produtos, desses bens, desses equipamentos.

E essa legislação traz diretrizes que estão bastante, Senador, conectadas com a própria essência do PL, que é justamente o aumento da agregação de valor na produção nacional. Eu trouxe nesse eslaide alguns destaques específicos para sintonizar com a coerência do PL: o próprio incremento da produtividade setorial e nacional e, também, a busca de uma soberania tecnológica da economia nacional. Essa legislação traz também alguns pontos de externalidades, além do necessário relacionamento, do obrigatório relacionamento entre empresa, academia e instituições de pesquisa, o estímulo ao desenvolvimento de produtos e bens com tecnologia nacional.

Então, eu gostaria de trazer esses destaques dessa legislação porque ela alcança boa parte da indústria fabricante, que dispõe de plantas, de fábricas aqui no Brasil, que estão aqui, Senador, adensando a cadeia, gerando riqueza aqui no Brasil, deixando os seus impostos aqui no Brasil também, mas elas alcançam o benefício dessa legislação e aqui elas estão fabricando os produtos que, basicamente, também compõem, como eu falei, a estrutura de *data centers*, especificamente para inteligência artificial.

A gente tem Dell, HP, Positivo, Lenovo, empresas fabricantes de computadores de grande porte, a gente tem a Datacom, Teracom, Cisco, empresas que fabricam equipamentos de conectividade, empresas da área de conectividade de fibra ótica, empresas de controle de acesso até equipamentos na área de segurança da informação e comunicação. Então, a gente tem uma vasta gama de empresas que são, hoje, beneficiadas por esse instrumento de política pública, que estão fabricando aqui no Brasil e, sobretudo, Senador, estão cumprindo o processo produtivo nacional, gerando etapas necessárias aqui no Brasil, não somente importando produtos, mas implementando-os aqui no Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, nós temos algumas importantes instituições que também desenvolvem projetos e ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil, desde as universidades aos centros de pesquisa que já têm relevância, competência nacional e internacional para, inclusive, estarem desenvolvendo soluções para esse setor, também, aqui no país.

E, aqui, falando um pouquinho, já, mais da questão do plano de *data centers* para a IA, de um panorama, nós todos estamos acompanhando esse grande *boom* da IA e isso só está começando. Ela está em processo de expansão e tem uma previsão de crescimento, ainda, com as próximas gerações da própria inteligência artificial. Hoje, a gente está falando de inteligência artificial generativa, em que a gente tem os GPTs, essas soluções que estão, agora, sendo utilizadas e melhoradas a todo momento, mas ainda tem os próximos saltos dela.

A gente está falando de uma inteligência artificial geral e, mais para frente, ainda, de uma superinteligência artificial, e isso está alcançando, já alcança e vai alcançar ainda mais os diversos setores da nossa economia; vai impactar, significativamente, esses setores, a forma como eles atuam, a produtividade desses setores vai ser afetada pelo uso de inteligência artificial.

E, ainda no contexto não só de um panorama, mas trazendo um panorama mais no sentido de oportunidade, a gente observa que o Brasil está muito bem posicionado nesse setor por conta de todas as suas características, quer seja por uma característica de neutralidade geopolítica, nós não estamos em polos, como a gente está vendo hoje, um âmbito de discussão de quem está à frente, quem vai tomar a frente, quem vai induzir as decisões e as pesquisas de desenvolvimento e inteligência artificial, nós estamos no sentido de que temos condições de cooperar e desenvolver, com todos os países, as nossas soluções de inteligência artificial.

A matriz energética limpa é um fator importantíssimo para *data centers.* Hoje, cada vez mais, o consumo... A gente está vendo que essa evolução da inteligência artificial carrega consigo uma necessidade latente de alto poder computacional e, com isso, também, um alto consumo energético.

O Brasil está muito bem, em detrimento de outros países mundo afora, nós estamos muito bem posicionados no que diz respeito a esse sentido. Claro, numa segunda edição desta audiência, Senador, a gente vai ter outros membros do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Indústria, que vão poder trazer um pouco mais de dados específicos sobre essas questões de consumo energético, mas o Brasil tem oportunidades latentes sobre essa questão.

Falamos sobre alguns aspectos, sobre objetivos especificamente. O que o plano que está sendo também... Não só na questão do próprio PL está muito aderente em algumas ações, em ações que também estão acontecendo no campo do Executivo, liderado pelo Ministério da Indústria Comércio e Serviço, há a discussão sobre um próprio plano para os *data centers* que está visando justamente a garantir essa infraestrutura essencial para o desenvolvimento da IA nacional, reduzir essa dependência externa de importação de equipamentos e de soluções tecnológicas, de serviços externos, promover o uso do desenvolvimento de IA no país.

Outro importante ponto é fomentar, através de uma derivação, o próprio setor de geração de energia limpa e adensar a cadeia produtiva de *data centers* sustentáveis. Eu vou dar um destaque, um pouco, a esse quinto objetivo: reduzir custos de infraestrutura digital de firmas. Aqui tem um ponto importantíssimo. A gente, no Ministério da Ciência e Tecnologia, estava acompanhando algumas *startups* do setor e o relato delas, senhoras e senhores, é o de que elas...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS CAETANO – ... na sua grande maioria, estão usando recursos computacionais do exterior porque não têm disponibilidade e não têm acesso, a um custo razoável, para desenvolver as suas soluções aqui no Brasil. Além disso, havia uma possibilidade de ter exportação dos serviços e de equipamentos desenvolvidos aqui no país.

Para finalizar, eu trouxe aqui só um dos pontos: o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, que foi lançado no ano passado, prevê algumas ações estruturantes; delas, aqui, a gente está vendo claramente que são conectadas ao desenvolvimento de *data centers* aqui no Brasil. A gente vem usando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com recursos não reembolsáveis na ordem de R$750 milhões, também com recursos reembolsáveis e com apoio do BNDES e Finep, para implementação de *data centers* no Brasil da ordem de R$2,3 bilhões.

De uma maneira geral, era isso o que eu gostaria de trazer, alguns pontos importantes, sobretudo porque nós temos uma base industrial, Senador, senhoras e senhores, aqui no Brasil instalada para a qual nós precisamos olhar com certo cuidado. É uma base industrial que tem competência e capacidade para desenvolver soluções para *data centers* aqui no Brasil.

Obrigado e um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Rubens.

Eu vi que no final você correu muito, mas não somos tão rigorosos com o tempo não. Viu, Rubens? (*Risos.*)

Antes de passar à Diretora Miriam Wimmer, eu quero fazer um agradecimento aqui ao Presidente desta Comissão, o Senador Flávio Arns, por ter me designado Relator desta matéria importante; aliás, Senador Marcos Pontes, acredito que este seja um dos projetos de maior importância hoje, não menosprezando os outros projetos. Todos eles são importantes, mas este projeto é um dos mais importantes hoje em discussão na República.

Então, é muito importante. Eu, como Relator... Por isso que eu pedi as audiências públicas. É nessas audiências públicas que nós, Senadores e Senadoras, podemos aprender um pouco mais e entender um pouco mais do setor.

Ontem eu tive uma reunião, já, com a Liderança do Governo para entender o posicionamento do Governo, para ver qual é a intenção do Governo com relação a este projeto.

Então, o Governo quer que o projeto ande. O Governo está se dispondo a tirar todos os impostos, já, de importação, Senador Marcos Pontes, todos. Hoje eles são em torno de, segundo o que me passaram, 60% – o que é um absurdo, não é? E eu estive olhando aqui, no resumo que nos foi passado ontem, e aqui confirmado pelo Rubens, nós representamos ainda 1,4% de tudo que se tem hoje no globo, no mundo inteiro, só 1,4%, com tudo isso que nós temos aqui, dito pelo Rubens; a questão ambiental, a energia. No Nordeste, está sobrando energia. Pouco tempo atrás, ele era importador de energia. Hoje tem energia sobrando, ao ponto de ter que desligar algumas eólicas. Isso aí gera insegurança jurídica, insegurança para os investidores.

E outro ponto importante que eu vejo hoje no país é a quantidade de leilões que estão sendo feitos. Bom, se o Governo não tem dinheiro para fazer os investimentos, mas tem investidores interessados em aplicar no nosso país, então os leilões estão em ritmos acelerados. E aí eu posso citar algumas linhas de transmissão, os linhões. É o Governo Federal que tem que fazer esse investimento, ou a iniciativa privada, em parceria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, vários leilões já estão marcados para que sejam feitos. No Estado de Goiás, o problema sério não é a distribuidora, são os linhões, porque, infelizmente, faltaram esses investimentos nesses linhões – o que é obrigação do Governo Federal.

Mas já temos leilões marcados agora para setembro, ou é outubro, na B3, na bolsa de valores, de linhão que vai resolver a questão do Vale do Araguaia, do Mato Grosso goiano. Ali não recebe investimentos, nem indústria, não cresce. Falta energia até para os pequenos produtores. A energia é de péssima qualidade.

Então, isso vai se resolver, Senador Marcos Pontes, com esse linhão desse leilão – quase R$500 milhões –, vai se resolver a questão de uma região inteira. E temos mais duas linhas essenciais para o Estado de Goiás, pelo que já estamos trabalhando junto ao Ministro Alexandre Silveira, para que marque logo os leilões.

Isso está acontecendo pelo país inteiro.

Então, o Governo está agindo para que as coisas aconteçam.

Senador Marcos Pontes, o senhor pediu a palavra.

Com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia! Bom dia a todos! É sempre um prazer revê-los aqui.

Isso é muito importante. É um tema, como o Senador Vanderlan citou, de grande importância no mundo e para o país como um todo, porque a gente precisa do desenvolvimento do país através da ciência e tecnologia, que é a forma mais sólida de crescer um país. E existem três pernas conectadas aí, e a Miriam está aqui justamente em uma delas, que é a segurança cibernética, a inteligência artificial e a proteção de dados. Esse conjunto de dados, essas três pernas precisam sempre andar juntas para que a gente consiga ter esse crescimento de forma correta.

O Brasil, de fato, tem condições muito especiais e favoráveis para o desenvolvimento de *data centers* aqui. É bom que a gente pense sempre no desenvolvimento dessas tecnologias em três partes. Basicamente, você tem o desenvolvimento da tecnologia em si, e isso inclui não só pesquisa básica, apoio à pesquisa nas universidades e centros de pesquisa, mas também a infraestrutura necessária para o desenvolvimento e, depois, o desenvolvimento dos negócios baseado nisso. A gente vê os *data centers* nessa parte central do desenvolvimento da infraestrutura.

Então, nós temos as condições, em termos de energia... O problema que a gente tem sempre em energia, como o Senador Vanderlan citou, é a questão de transmissão e distribuição. Se você consegue utilizar a energia próximo, você reduz esses custos e, num país do tamanho do nosso, ajuda também o desenvolvimento local. A gente precisa desses desenvolvimentos locais baseados em tecnologia. O Nordeste tem uma vantagem muito grande nisso, especialmente a região do Ceará, principalmente pela facilidade que tem na produção de energia renovável, inclusive, e também pela conexão ali por Fortaleza, conexão de fibra ótica, pelos cabos submarinos que chegam ali; então, a transmissão de dados é importante.

Uma parte que não foi citada, mas é importante a gente ter em mente porque a RNP pode ajudar muito nisso, é a distribuição desses dados ao longo do país, o estabelecimento de uma rede, por exemplo, uma rede de *data centers* e uma rede de supercomputadores por que possa transitar toda essa informação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pontos importantes aqui também com relação à lei das TICs, que é essencial – isso aí produz muito recurso para pesquisa e desenvolvimento no país, assim como a lei do bem, que está estagnada, está parada, inclusive, lá na CAE, se não me engano, está ali com Izalci. A gente precisa tocar em frente essa lei do bem, porque ela produz quase 30 bilhões para o país, para pesquisa e desenvolvimento. Isso tem que ir para frente. Tem melhorias muito intensas e boas feitas com essa revisão.

O marco legal das *startups* é outra que precisa andar junto para que as empresas de inteligência artificial que utilizam esses bancos e desenvolvem aqui no Brasil também a utilização desses dados... É importante demais. A Finep, a colocação de recursos da Finep, para desenvolvimento de *startups* no setor. E aí vem a questão da minha briga eterna, desde o tempo do Ministério, para o financiamento da ciência e tecnologia. O nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico volta e meia entra em risco. Então, eu coloquei uma PEC, está aí, e estou precisando de assinaturas, inclusive, dos Senadores, que estão chegando para completar. É uma PEC que proíbe o contingenciamento na Constituição, ou seja, é para realmente tirar qualquer possibilidade de se contingenciar isso, porque isso é para o desenvolvimento do país como um todo. É importante isso aí. A gente vê, muitas vezes, cortes acontecendo no setor estratégico, ou seja, é um tiro no pé do país cada vez que você faz um corte em ciência e tecnologia. Os riscos que a gente tem, apesar de que a gente tem uma boa vantagem aqui em relação aos *data centers*, alguns riscos estratégicos aparecem. O primeiro deles é a própria evolução da inteligência artificial, que talvez passe a ser menos dependente. Eu trabalho com inteligência artificial desde 1996, ou seja, eu acompanho o desenvolvimento da tecnologia, e atualmente a gente tem uma inteligência artificial baseada num supercomputador, conectado num banco de dados enorme e acessado via celular ou IPIs, um sistema de conexão, vamos dizer assim. Agora, num futuro não muito distante, nós vamos ter inteligências artificiais independentes, sem a necessidade dessa conexão em bancos de dados grandes – e é lógico que vão ser úteis ainda como repositório de dados e utilização normal local, não praticamente com a inteligência artificial depois –, mas o Brasil ter essa capacidade é muito bom, embora exista esse risco.

Outro risco que existe é o marco de inteligência artificial. A gente o passou por aqui, não ficou adequado ainda, ele ainda tem muitas falhas e está lá na Câmara dos Deputados, mas ele não favorece da maneira como deveria ainda, ou fomenta a utilização da inteligência artificial no Brasil, ou fomenta a pesquisa. Então isso aí precisa ser ajustado lá na Câmara. Infelizmente, eu não consegui fazer isso aqui, eu não era o Relator, eu era o Vice-Presidente da Comissão, mas não tinha como fazer. Então, a gente precisa acertar na Câmara, porque isso aí é uma influência enorme.

E outra é a questão de recursos humanos, formação de recursos humanos no Brasil. A gente precisa investir muito em formação profissionalizante para o setor.

Eu vou parar por aqui, porque tem bastante coisa, mas eu vou acompanhando aqui, eu vou comentando – se me permitir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... eu vou comentando algumas das coisas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Interessante, Senador Marcos Pontes, porque essas tecnologias quando chegam, quem é leigo fica um pouco receoso... Com a inteligência artificial, logo no início, a gente se assustou, como nos

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

assustamos também quando começou a se falar em internet, a chegar a internet. Eu que tenho um pouquinho mais de... Passou dos 60, a gente fica preocupado. Eu lembro que há uns anos, bastante tempo atrás, chegou um jovem lá na minha empresa falando de um projeto inovador: assinatura digital. E eu dizia: "Meu Deus do Céu, esse negócio aí não dá certo! Eu vou assinar um negócio aqui...". E isso deve ter, sei lá... Inclusive eu convidei o proprietário da empresa para estar aqui hoje, da Soluti, que é o Vinicius. Quantos anos faz isso, Vinicius?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Faz 17 anos.

E hoje, Senador, eu tenho orgulho de dizer que eu fui acho que um dos primeiros clientes a acreditar nele e no pai dele, muito simpáticos, que foram lá na nossa empresa, na Cicopal, 17 anos atrás. E agora fui visitar o novo empreendimento dele esses dias atrás, *data centers*, armazenamento, um negócio de quase 600 funcionários – não é, Vinicius? –, só em Goiás, e hoje é uma das grandes empresas do país nessa área de *data centers.* E agora nós estamos discutindo, depois de 17 anos, sobre *data centers*, regulamentação de *data centers* com inteligência artificial.

Obrigado pela presença, Vinicius.

Quero destacar aqui também e registrar a presença do Sebastião Leite, mais conhecido como Juruna, e do Odilson Abadio de Resende, da cidade de Quirinópolis, que estão nos prestigiando aqui nesta audiência pública.

Miriam Wimmer, agora com a palavra.

A SRA. MIRIAM WIMMER (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Vanderlan.

Queria cumprimentá-lo e agradecer o convite para a audiência; também cumprimentar o meu ex-chefe, o Senador e Ministro Astronauta Marcos Pontes, e dizer que é uma grande satisfação poder colaborar com este debate.

Eu queria, bem rapidamente, mencionar que eu faço parte da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A ANPD é uma autarquia especial, com natureza jurídica semelhante à de uma agência reguladora, vinculada ao Ministério da Justiça, e nós temos a missão de zelar pela implementação da Lei Geral de Proteção de Dados, uma legislação que entrou em vigor em 2020, e zelar pelo direito fundamental à proteção de dados.

Então, temos uma atuação bastante transversal, e a lei incide sobre todos os setores econômicos e também sobre quase todos os campos do setor público, de modo que a nossa participação aqui me parece muito importante, e estamos muito satisfeitos de poder colaborar. E eu digo isso porque eu gostaria também de ressaltar o papel central dos ministérios temáticos no debate da política pública. Nós temos aqui o Rubens, do MCTI, outros ministérios como o de Minas e Energia, da Fazenda, o Mdic, que certamente têm a liderança no desenho da conformação da política pública.

Eu gostaria, portanto, de me circunscrever a um dos aspectos desse tema, que é o tema da proteção de dados pessoais, e trazer aqui alguns elementos que possam nos ajudar a refletir sobre de que maneira a LGPD tem interface com essa política pública que vem sendo desenhada e com esse projeto de lei atualmente em discussão.

Então, queria começar, Excelência, reforçando o que o senhor falou e o que o Ministro Marcos Pontes mencionou quanto à importância do tema, as oportunidades que uma legislação e uma política pública nesse campo podem nos trazer, especialmente no que elas possam contribuir para a segurança jurídica, para a promoção de investimentos que sejam favoráveis ao nosso país. E, aí, quero mencionar,

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Excelência, que, de fato, dada a amplitude do conceito de dado pessoal que a LGPD nos traz, que é qualquer dado relativo a pessoa natural identificada ou identificável; e também dada a amplitude do conceito de tratamento de dados pessoais, que a lei já nos traz, que é qualquer coisa que se faça com dado pessoal – armazenar, guardar, compartilhar –, não há dúvida de que, em geral, a LGPD vai se aplicar também ao tratamento de dados pessoais que são armazenados, processados e transportados no âmbito dos *data centers*.

Então, de fato, a LGPD vai, em geral, se aplicar a essas atividades, e eu comento esse ponto para reforçar a importância de que tenhamos um marco jurídico estável, um arcabouço institucional bem calibrado, para que as regras estejam claras, de modo a promover segurança jurídica necessária à atração de investimentos, e também a proteção dos direitos das pessoas cujos dados eventualmente sejam tratados no âmbito desses *data centers*.

Nesse contexto, Excelência, eu queria mencionar a grande importância de busca pela harmonização de linguagem e de conceitos, à luz do marco jurídico que nós já temos hoje. Então, a LGPD já nos traz uma série de regras, uma série de conceitos, uma série de parâmetros que já são observados hoje, que já precisam ser levados em consideração.

Eu começaria dizendo que o projeto de lei que nos motiva hoje anda muito bem ao reforçar a incidência da LGPD. Então é importante dizer que a LGPD vai se aplicar, sim. E o projeto de lei também anda bem, a meu ver, ao reforçar a necessidade de observância dos parâmetros que já estão previstos na legislação específica. Então, a designação de um encarregado, regras de interoperabilidade, portabilidade, observância de parâmetros técnicos, administrativos, de segurança, tudo isso eu acho que é importante, de fato, reforçar, tendo em vista que existe já uma legislação que trata do assunto, e o órgão da administração pública, uma entidade mais corretamente, é responsável por zelar por essas regras.

Nesse sentido, Senador, eu mencionaria que talvez um cuidado que deveríamos tomar à medida que esse projeto de lei avance nas discussões é talvez evitar introduzir termos ou regras que possam ser incompatíveis com a legislação já existente, o que poderia gerar uma insegurança jurídica, uma dúvida sobre qual conceito deve ser aplicado.

Então, eu salientaria, assim, a importância e a disposição que a ANPD tem em contribuir para evitar redundâncias, evitar incompatibilidades, tanto substantivas como também terminológicas, com relação à Lei Geral de Proteção de Dados.

Se o senhor me permite apenas um exemplo, a título de ilustração, eu vejo que o projeto de lei, por exemplo, tem uma grande preocupação com os dados sensíveis, inclusive com propostas de emenda do Senador Mourão, que esteve aqui mais cedo. E aqui eu comento que o termo "dados sensíveis" tem uma acepção específica na LGPD que não me parece ser exatamente essa que está aqui no projeto de lei. Então, na LGPD, o dado pessoal sensível é aquele que pode promover discriminação relativa à raça, à etnia, à filiação política, por exemplo, e me parece que, quando se fala em dados sensíveis aqui, tem uma preocupação com dados financeiros, com dados estratégicos de governo. Então, eu comento apenas como um exemplo de um cuidado que nós podemos tomar. E a ANPD está à disposição para ajudar, contribuir para evitar que haja inconsistências que possam, no médio prazo, gerar insegurança jurídica e dúvidas quanto às regras previstas.

Um outro tema que eu queria aproveitar para mencionar é o tema das transferências internacionais de dado pessoal, que é um assunto que também já tem sido trazido à atenção da ANPD e é objeto também de debates nossos com colegas do Governo, do Ministério da Fazenda e de outros

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ministérios envolvidos. Então, é claro que, quando falamos de um ecossistema digital, a gente está falando também de um ambiente essencialmente transnacional, em que há fluxo de dados provenientes de outros países e também dados que saem do Brasil em direção a outras nações. E, quando a gente olha para a Lei Geral de Proteção de Dados, verifica-se que existe um regramento sobre as formas como esses dados podem ser transferidos, e também há uma especificação das circunstâncias em que a legislação nacional vai se aplicar, inclusive de dados provenientes do exterior. Esse é um tema que, de fato, inicialmente, suscitou muitas dúvidas.

Eu queria comentar que, já em 2022, a ANPD começou a tratar do tema, com o objetivo de estabelecer um regulamento sobre transferências internacionais de dados pessoais. Esse foi um processo que começou em 2022, com uma chamada para contribuições, para comentários; em 2023, fizemos uma consulta pública, com quase 2 mil contribuições recebidas; e o nosso regulamento foi então aprovado no final do ano passado, em agosto de 2024, com previsão de entrada em vigor ainda este ano, nos próximos meses.

Eu diria que nesse regulamento, que foi amplamente discutido, tínhamos alguns objetivos: em primeiro lugar, assegurar que os dados estejam protegidos independentemente de onde estejam, estejam no Brasil, estejam no exterior. Então, reconhecendo que temos uma economia digital que é, por definição, interconectada, que se baseia fortemente nesse fluxo internacional de dados, assegurar um nível de proteção adequada, ao mesmo tempo que a gente busca simplificar e descomplicar os fluxos globais de dados. Então, criar mecanismos que sejam simples, que sejam interoperáveis, que dialoguem com sistemas jurídicos de outros países.

Eu queria mencionar que, ciente de que esse é um tema que tem um impacto também sobre a política de *data centers*, estamos à disposição para continuar dialogando com esta Comissão e também com os demais colegas do setor público e privado, com vistas ao esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Um último ponto que eu destacaria, Excelência, é que o projeto de lei menciona também a aplicação de sanções administrativas, né? E aqui eu comento que a ANPD, assim como as demais agências reguladoras, tem competências de fiscalização, de sancionamento, de estabelecimento de regras, mais especificamente no que tange ao tratamento de dados pessoais. E aí, dada a amplitude do tema, o caráter multidimensional dessa temática, uma sugestão é que talvez seja importante esclarecer um pouco melhor essa questão das sanções administrativas para evitar possíveis conflitos de competência, enfim, dúvidas sobre qual ator vai agir em determinados casos concretos.

Com isso, eu concluiria, Excelência, dentro do meu tempo, sem necessidade de pedir tempo adicional, para dizer que a ANPD está atuando no exercício de suas competências, na busca do cumprimento de sua agenda regulatória. E estamos à disposição para continuar contribuindo com este debate e com aprimoramento do projeto de lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Miriam, obrigada. Foi esclarecedor. Você falou dentro do tempo, mas esclareceu muita coisa.

Uma das coisas que me chamou a atenção do que você falou é sobre a segurança jurídica. E é uma preocupação deste Senado Federal, em especial desta Comissão, de, nos projetos, nós termos aí essa segurança jurídica. Lógico que nem em tudo a gente consegue, às vezes, cercar, porque sempre tem uma maneira de burlar, mas um dos problemas que nós temos aqui no nosso país, e somos já conhecidos lá fora, é de não cumprirmos muitos nossos contratos. Muitas coisas são aprovadas de uma maneira e depois, com a canetada, vem e muda tudo, os investimentos acontecem em cima de um

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

diálogo, em cima de uma negociação, isso inclui estados, municípios e a própria União. E nós temos que acabar com isso para o nosso país ser conhecido como um país que honra e cumpre os contratos.

Por isso que essas audiências públicas são muito importantes, esses debates. E é muito importante também nós termos aqui pessoas da área, entendidas. Você vem aqui, você explica, você fala seu ponto de vista, analisando o projeto. Com certeza, o projeto vai receber emendas, e nós vamos analisar essas emendas.

Ontem na conversa que eu tive ali... Quero até ressaltar aqui a presença do Igor, que é da Liderança do Governo, com a equipe dele, que nos recebeu ali ontem. E uma coisa me chamou atenção ontem: o Governo está com muita vontade de aprovação, e a gente tem esses investimentos aqui no nosso país, mas de um interesse em ter, Ministro Marcos Pontes, uma porcentagem desses investimentos para pesquisa, tecnologia. Foi até mencionado um valor que eu tenho certeza de que aqui no Senado e nem na Câmara vão se opor, de 2% para nós termos seguros investimentos.

Nós passamos, durante o mandato de V. Exa. como Ministro, uma dificuldade muito grande. O orçamento para pesquisa, para desenvolvimento no nosso país, nos últimos anos, foi deixado um pouco de lado.

Então, obrigado pela sua participação.

Eu chamo agora o Renan Lima Alves. O Renan é Presidente da Associação Brasileira de Data Center.

Só esclareço àqueles que estão nos assistindo, aos nossos Senadores e Senadoras que estão aí também nos seus gabinetes atendendo, nos vendo, que esse tema será debatido e discutido aqui em duas reuniões, em duas audiências públicas. Teremos essa hoje e no próximo dia 28, com novos convidados, daqui a pouco eu falarei aqui quem são os convidados.

Ministro, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Só um comentário muito breve e importante com relação à fala da Miriam, que esse fato acontece com todo tipo de legislação que trata de temas transversais.

Como a infraestrutura de banco de dados acaba sendo uma derivada disso – está falando de inteligência artificial, está falando de proteção de dados, ainda não sobre segurança cibernética, mas é importante incluir –, um ponto importantíssimo a que a gente precisa prestar atenção também na lei de inteligência artificial ou no marco é não haver conflito entre as leis ou conflito entre os setores. Isso é importante para que não cause insegurança jurídica. Então, isso é um ponto para a gente aqui, eu até fiz algumas anotações, depois eu ajudo com as emendas, etc., a gente pode discutir detalhes. Eu pensei muito sobre isso durante a parte de inteligência artificial, para não haver esse tipo de conflito na legislação. Isso dá uma insegurança que justamente vai no sentido oposto do que a gente quer: trazer as empresas para cá com segurança de operar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Sr. Renan, com a palavra.

O SR. RENAN LIMA ALVES (Para expor.) – Muito obrigado. Obrigado pelo convite.

Bom dia a todos. Bom dia, Senador Vanderlan. É uma honra poder participar aqui e ser convidado. Bom dia, Senador Marcos Pontes, e a todos aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Renan, estou Presidente da Associação Brasileira de Data Center desde setembro do ano passado. E para mim é uma grande honra estar aqui esclarecendo.

Eu fico feliz por a gente estar tendo a primeira audiência sobre *data centers*, que é um assunto extremamente relevante da nossa economia. E justamente o que tanto o Rubens e a Miriam falaram assim como o Senador Marcos Pontes e o próprio Senador Vanderlan está corroborando justamente com tudo que nós estamos pensando e almejando para a indústria.

Aqui nós temos diversas oportunidades no mercado de *data centers*. E isso é uma questão importante, pois, quando a gente fala de *data centers*, existe uma maior quantidade de variedades de *data centers* – pequenos, médios, grandes –, e eles representam realmente o desenvolvimento da nossa economia de forma muito grande. Tive a honra de conhecer o início da Everest junto com a Salute também, a gente conversou bastante – como executivo que também sou – no passado.

E aqui eu preparei uma apresentação mais para a gente, antes de entrar na questão do PL, poder entender um pouco mais e desmistificar o que é *data center*, o que não é, como é que essa indústria funciona e por que a gente está falando de *data center* neste momento, pois, por mais que tenhamos pessoas aqui que são como o Ministro Marcos Pontes – o Senador Marcos Pontes –, extremamente conhecedor do assunto, eu acho que nunca a gente perde por falar sobre isso. E quero apresentar também a associação.

A associação é uma entidade sem fios lucrativos que pega toda a cadeia produtiva de *data centers*, os operadores de *data centers*, fornecedores, fabricantes e prestadores de serviços, construtoras. Hoje somos mais de 200 associados. E sua fundação se deu através justamente da necessidade que a gente entendia haver de que, para a gente desenvolver o nosso mercado, nós teríamos que ter, primeiro ponto, educação. Não tinha uma categorização de *data center* em qualquer engenharia e assim não existe para a questão de formação profissional, e é uma indústria de alta renda *per capita*. Então, a primeira questão que houve foram educações corporativas pela experiência de cada profissional. E os fundadores e os associados doaram seus conhecimentos, ao longo de suas carreiras, para a associação, desenvolvendo a formação de diversos cursos. A gente faz cursos profissionalizantes desde os temas de infraestrutura, elétrica, ar-condicionado, conectividade e assim por diante, para que a gente consiga capacitar os profissionais dessa indústria e assim corroborar com o fomento do mercado. Fazemos parcerias com o Senai, por exemplo, e formamos treinadores para conseguir divulgar esse conhecimento.

A parte de *networking* em trocas também é extremamente importante para toda a indústria, assim como as melhores práticas também. Os guias de melhores práticas sempre são baseados no Canadá, nos Estados Unidos e na Europa, e nós temos uma peculiaridade geográfica e de língua, em que também é muito difícil a parte de adoção tecnológica. Então, nós fazemos essa tradução de normas, incluindo-as na NBR e ajudando também a fomentar todos os tipos de investimentos, principalmente os menores, porque, quando a gente fala dos grandes investimentos, eles não têm problema de acesso à informação, mas, quando a gente fala em todo o potencial do Brasil, esse é um entrave. E assim também é com as relações governamentais, que são extremamente importantes.

Eu ressalto aqui um ponto extremamente importante que é o *hub* de *data centers* mais importante do mundo, que fica na Virgínia, em Ashburn. Existe uma pesquisa recente com relação a eles dizendo que, se não fosse pelos incentivos fiscais de lá, 90% dos *data centers* não estariam lá. Então, 90% dos *data centers* que estão no maior *hub* de *data centers* do mundo só estão lá por causa dos incentivos à indústria naquele lugar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Entrando mais na questão, aqui a gente comentou um pouco para vocês entenderem sobre a concentração dos associados da ABDC. Por questão do tempo, vou focar... Podem verificar o material depois, para as pessoas olharem e entenderem um pouco da distribuição dos *data centers*. Hoje, realmente, a grande parte dos *data centers* estão localizados no Sudeste, e isso é porque ali começou a nuvem. Depois, eu vou entrar no ponto, mas a gente tem agora um movimento de descentralização muito grande. E eu não diria que é uma descentralização, mas é uma combinação de *data centers* de pequeno, médio e grande porte que vão trazendo valor agregado para toda a nação.

Mas o que é um *data center*? Para quem não entende e nunca viu um *data center*, já deve ter visto um servidor. Quando a gente coloca um servidor em cima do outro, 48 servidores formam um *rack*, que muitas pessoas já devem ter visto. O coletivo de *racks* é um *data center*. E, quando a gente fala que alguma coisa está na nuvem, na verdade, ela também está em *data center*. Então, essa informação está disponibilizada e armazenada em vários *data centers* simultaneamente. Em todos esses aplicativos da nossa vida moderna, quando a gente conversa sobre isso, todos eles estão na nuvem. E o que significa nuvem? Eles estão em *data centers*. Então, hoje não tem... Esse *streaming* em que nós estamos falando aqui da TV Senado já é todo digitalizado; toda a nossa operação financeira, todas as nossas vidas cotidianas estão nas nuvens. E isso é um ponto importante que eu gostaria de ressaltar. Como eu mencionei, esses *data centers* são armazenados no coletivo. Nuvens são coletivos de *data centers*, que são grandes prédios – grandes, pequenos e de todos os tipos.

E por que a gente precisa de *data center n*o Brasil? E quais são os *drivers* de crescimento dele? Por que a gente começou a escutar agora? Porque, inicialmente, *data centers* só tinha mesmo no Vale do Silício, nos Estados Unidos, e aí nós tínhamos um problema que era a experiência do usuário. Então, eu não sei se... Tem um exemplo aqui que eu sempre dou. Eu comprei aquela Apple TV lá no início, uns dez anos atrás, quando surgiu, e para começar um filme demorava meia hora. E depois a gente tinha o Netflix em que instantaneamente você colocava o filme e ele começava. Qual é a diferença? É que, quando a gente acessava a Apple TV, a gente acessava um *data center* que estava no exterior, e, quando a gente acessava a Netflix, eles tinham *data centers* distribuídos por todo o Brasil, e a gente acessava esse conteúdo. Então, eles estimulavam a nossa indústria, claro, por uma questão estratégica, mas eles são quem de fato – essas empresas, esses *logos* – estão utilizando os *data centers*. Eles são os inquilinos dos *data centers*.

E, quando a gente usa o termo, nesse mercado, de operador de *data center*, ele se assemelha muito a um ativo imobiliário, em que a gente faz a construção, o projeto de uma infraestrutura civil, elétrica, com ar-condicionado, para armazenar e receber esses servidores e os *softwares* que são das empresas detentoras do serviço. Então, essa parte é importante, porque, quando a gente está falando do PL e de outras nomenclaturas, a gente tem questões em que não tem gerência o operador de *data center* sobre a aplicação em si.

E o que é importante nesse mercado? E por que o Brasil...? Antes de a gente entrar aqui, vou voltar... É importante dizer que esse mercado começou nos Estados Unidos e que, em 2010, por aí, começaram a vir os *data centers* para o Sudeste para a gente ter essa experiência de usuário. Microsoft, Google, Amazon e outros locais começaram a fazer essa migração, que é a digitalização das empresas. O que foi o acelerador desse mercado? Foi a covid. Do dia para a noite, as pessoas que não tinham... Todo mundo tinha seus próprios *data centers*, servidores nas empresas, mas quem não estava digitalizado, quem não tinha o acesso remoto não conseguia trabalhar. Então, imediatamente, migraram as suas operações para a nuvem. E isso estimulou demais os *data centers*. E mais *data centers*

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

foram criados no Brasil, porque não tinha como a gente operar em *data centers* fora disso. Isso criou um banco de dados extremamente relevante. E aí a gente precisa de mais *data centers* na borda para cada vez melhorar a experiência do usuário. O metaverso, por exemplo, de que muito se falava, não foi adiante por uma questão técnica: não tem *data centers* distribuídos para fazer esse processamento de dados tão pesado, e, se a gente depender de *data centers* muito remotos, a experiência do usuário é muito ruim.

Quando a gente fala de inteligência artificial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN LIMA ALVES – Puxa vida! Eu vou acelerar aqui.

Eram pontos... Depois eu posso até voltar...

Esse mercado só vem para o Brasil em função da nossa energia renovável. Ele só vem... E aqui eu coloquei pontos essenciais e diferenciais, eu diria, porque as empresas de operadores de *data centers* só conversam se tiver garantia de disponibilidade energética, só se tiver fonte de energia renovável e se tiver uma altíssima eficiência elétrica. Se não tiver esses pontos, as conversas nem iniciam.

E aí eu vou acelerar o ponto aqui sobre a inteligência artificial, mas por que é muito importante essa oportunidade? Porque todas essas oportunidades que vieram de *data center* para cá foi por causa da nossa renda *per capita*, pela nossa densidade populacional, utilizando os brasileiros como um serviço, mas aqui nós temos a questão de treinamento, que nós conseguimos capturar oportunidades que não são para o Brasil, são para operações internacionais, exportação de dados. Essa captura é extremamente relevante.

Posso, Senador Vanderlan, prosseguir um pouquinho?

E essa oportunidade... A gente não tem essa questão de latência crítica, ela pode esperar um segundo, por exemplo, para chegar até Miami ou Nova York. E nós queremos atrair essa oportunidade.

E o Governo... Eu fico muito honrado de ver isto: todos, liderados muito pelo trabalho com o Igor, com o Ministério da Fazenda, com o Mdic, que está fazendo um trabalho excepcional também... E eu vejo que a Casa Civil e todas as frentes entenderam essa oportunidade.

E a gente está realmente com uma grande chance de capturar isso e ser realmente uma solução para o nosso problema de energia renovável que nós temos aí, que é o *curtailment*, falta de demanda elétrica. Então, essa oportunidade só se dá por causa disto: porque nós temos uma consciência ambiental muito diferente do resto.

Eu acho extremamente relevante que o PL pense em pontos importantes, que é realmente dar essa segurança na questão de dados, de proteção de dados e também na questão ambiental, mas eu fico muito feliz em dizer que essa indústria só está olhando o Brasil justamente por causa disso. E esse diferencial da nossa renovação energética com o nosso preço competitivo é o que justamente atrai os investidores para o Brasil.

E aí nós estamos falando de oportunidades realmente muito grandes. Nós reunimos a indústria hoje, com um momento da indústria maravilhoso, o nosso meio ambiente, para a gente fazer realmente o que já foi dito aqui como um grande *hub* global. E, se nós fizermos esse ambiente atrativo, nós realmente estamos falando de um valor incremental aqui, só de investimentos diretos em construção de *data centers* e seus *hardwares*, de aproximadamente R$1,58 trilhão até 2030 – fazendo análise com o *data center* ROC, que realmente são o custo de construção e o custo de encher esses *data centers*. Essas oportunidades só virão mediante uma questão jurídica estável.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E essa janela é muito curta: nós estamos falando de dois, três anos. Hoje, eu falando com o pessoal da Nvidia, os *data centers* que os brasileiros querem utilizar para fazer suas aplicações... Não existem *data centers* no Brasil para atender a esse mercado. Eles estão indicando *data centers* na Austrália. E a gente está competindo como nação. E isso é extremamente importante, porque como nação nós temos também que competir com a Colômbia, com o Chile, com tantos outros países que podem pegar essas oportunidades. E, depois que elas se forem, elas não podem voltar, tamanho o investimento que já foi feito, não tem como eles migrarem essa operação para o Brasil.

Os pontos, indo especificamente ao PL – agora, sim. Acho que é extremamente importante a gente aprofundar essa nossa discussão. Acho que só o fato de a gente estar tendo esta audiência para conseguir entender a indústria é extremamente importante, mas também precisamos observar que já tem pontos que são superimportantes, como a Lei Geral de Proteção de Dados, e uma eventual nova legislação, no nosso ponto de vista, neste momento, pensando que a indústria... E outro ponto é a sustentabilidade. Só para vocês entenderem, a eficiência energética nos últimos dez anos dos *data centers* que foram construídos em 2010, há 15 anos, melhorou 70%. É uma questão com que a indústria se preocupa extremamente. Sobre a questão de água, que é uma preocupação muito grande em outros países, aqui a gente utiliza, na maior parte dos operadores de *data centers*, um circuito de água fechada, uma refrigeração especial que não tem consumo de água, é só encher na primeira vez. Há esse ponto que o Governo está desenvolvendo agora, com uma medida provisória que deve sair e que é muito esperada pela indústria, e todo esse avanço que nós estamos fazendo... O ponto que a gente traz aqui também de reflexão é que isso precisa realmente ser estudado e avançado, mas potencialmente nós precisamos entender que, até que as regras do jogo sejam definidas, nós podemos, sim, afastar o investimento, porque o prazo realmente são dois, três anos – a gente tem essa janela... Depois, o mercado virá por outra oportunidade que é explorar o nosso PIB, a nossa economia, mas a gente vai perder esse cavalo que está encilhado. Então, essa questão que a gente tem de geração de empregos, dessa distribuição, de aproveitar esse *timing*, desse investimento forte para fazer justamente o que o Senador Vanderlan falou de uma parceria público-privada para reforçar a infraestrutura... Todos os operadores estão supercientes e dispostos a reforçar e fazer investimentos na nossa infraestrutura para conseguir viabilizar isso. Então, eu gostaria só de trazer esses pontos de reflexão.

Depois, fica para vocês, na íntegra, a apresentação. Eu fico completamente à disposição.

E, para mim, realmente foi uma honra. Eu agradeço.

E peço desculpas, pois eu passei bastante do meu tempo, mas muito obrigado pela paciência, Senador Vandelan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Renan.

Eu quero informar que essas apresentações que são feitas aqui ficam disponibilizadas na página da Comissão. Então, aqueles que quiserem ter acesso a tudo o que foi apresentado aqui podem acessar a página desta Comissão.

Passamos agora para o Sr. Gleysson.

Senador Marcos Pontes, o senhor tem alguma observação?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Não. Concordo 100%. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Gleysson Klynger com a palavra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GLEYSSON KLYNGER DE MOURA ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senador Vanderlan, parabéns pela iniciativa, obrigado pelo convite.

Senador Marcos Pontes, é uma honra estar com você aqui também, a gente falando sobre pesquisa e desenvolvimento.

E bom dia a todos.

Nós fizemos uma apresentação. Eu vou direto a alguns pontos, porque os colegas já foram muito bem nas ponderações aqui de alguns itens que eu também trouxe.

Estamos realmente num momento de uma janela. O Renan falou ali: é importante nos organizarmos, para que o Brasil seja um destaque mundial.

Permita complementá-lo, Renan: a gente está falando de uma janela de dois ou três anos para a construção. Precisamos ser rápidos em algumas definições, porque o mundo está olhando onde investir em *data centers*, com investidores brasileiros buscando a ampliação de investimentos nessa indústria, e investidores internacionais buscando também uma fonte saudável para esse investimento.

O Brasil, por essa janela, vem se destacando não só pelas nossas condições climáticas, de energia, mas também por toda a condição em que o mundo tem se colocado com relação a guerras e o quanto a gente é estável para isso.

A Europa está muito preocupada com seus dados, com o que tem acontecido tanto de alimentação de energia quanto de guerras, com o quanto grandes empresas podem perder os seus dados que estão lá e perder a sua história. Então, temos aí uma grande oportunidade para isso.

Permita-me...

Aqui a gente fala um pouco sobre esse polo de crescimento de *data center* no Brasil, se nós conseguimos organizar para fazer esse trabalho. E, aí, *data center* está muito lincado com o desenvolvimento; novas tecnologias precisam de *data center*.

O Senador Marcos Pontes falou sobre inteligência artificial aqui.

Inteligência artificial não funciona se não tiver um *data center* estruturado que possa rodar isso. Então, isso é muito importante.

Sabemos que a inteligência artificial veio para ficar, e ela vai mudar saúde, negócios, e isso vai consumir muito *data center*.

Um ponto a que nós temos que ficar muito atentos, e aí eu pego o ponto até de pesquisa e desenvolvimento, é: precisamos fomentar, junto com o fomento de crescimento de *data center* no Brasil, pesquisa e desenvolvimento aqui no nosso país. Se esse investimento vier de fora, não tem problema, perfeito, mas que também deixe um legado de pesquisa e desenvolvimento próximo a universidades, a instituições de ensino, senão seremos uma colônia digital, se só colocarmos e não pensarmos em acoplar junto com isso o desenvolvimento.

Tive a felicidade aqui, Senador Vanderlan, de ouvir você falando sobre a Soluti, há 17 anos se atrevendo a falar de certificação digital e transformar a certificação no nosso país. Isso foi muito baseado em pesquisa, desenvolvimento e inovação aqui no nosso país, próximo de universidades – temos grandes pesquisadores aqui –, e é importante que a gente continue fomentando agora, junto com essa parte de *data center*.

A apresentação vai ficar também à disposição.

Opa, desculpe-me...

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não vou passar por todos os pontos, os colegas falaram muito bem, a Miriam explanou muito bem sobre a parte de proteção de dados, LGPD, e há uma preocupação mundial sobre isso – a gente precisa preocupar e não chocar leis –, mas muito bem ponderado no projeto de lei.

Transparência de governança é algo que, não só indústrias que consomem *data center* – que a gente tem que pensar nessa indústria, não só no investidor, mas em quem é o futuro consumidor, Governo, empresas privadas... Elas se preocupam com a transparência e governança, eficiência energética e sustentabilidade. Falamos aqui, tem pontos para a gente...

Deixo algumas sugestões, Senador. Vão ficar junto com a apresentação. A gente fala de alguns comparativos de como o mundo está olhando sobre isso e também sobre inclusão de auditorias regulares para garantir essa sustentabilidade.

Só passar para esse ponto que os colegas já falaram.

A gente precisa se preocupar em falar de métricas, porque a gente não pode criar insegurança jurídica. Então, o investidor hoje está tomando decisões rápidas para esse crescimento da indústria de *data center*, e o Brasil está bem posicionado sobre isso. Estamos fazendo um movimento grande de falar para o mundo que aqui tem grandes *data centers*, e temos condições de abrigar muito mais, mas a gente precisa deixar as metas claras, para que esses investidores sintam realmente essa segurança.

Como o Renan comentou, é um investimento de capital muito alto, tanto na parte de infraestrutura, quanto de importação de componentes. Muitos itens para a construção de um *data center* são importados. Então, precisamos ter essa preocupação para que o negócio cresça no Brasil.

O Senador Marcos Pontes falou um pouco sobre incentivos. Eu pontuo aqui também, Senador, que é algo que preocupa quem trabalha nesse setor, possíveis incentivos.

O Renan acabou de falar de uma região nos Estados Unidos em que, se não fossem os incentivos, 90% dos *data centers* não estariam lá. A gente tem que pensar também dessa forma no Brasil e pensar no tamanho do nosso Brasil, em como incentivar, levar os *data centers* para outras regiões.

Estamos falando aí de energia em outras regiões, em abundância, e também temos regiões aí com colapso de energia ou um consumo maior. Então, incentivos para que cresça em alto volume, inclusive em outras regiões do Brasil.

Trago alguns exemplos aqui de como esses incentivos – exemplos que aconteceram no mundo...

A União Europeia combinou regulações ambientais rigorosas com incentivos fiscais e acessos a fundos verdes. Isso gerou um crescimento de 12% na indústria de data center, de 2020 a 2023, impulsionado por exigências ambientais combinadas com estímulos financeiros.

Os Estados Unidos também tiveram leis de incentivo, com crescimento de 15% na indústria de *data center*, de 2021, a 2024.

Em Singapura, também nessa linha de incentivo baseado em melhorias de sustentabilidade, comprovações em sustentabilidade, foram investidos mais de 5 bilhões, de 2021 a 2024, no crescimento na indústria de *data center*, virando um dos principais *hubs* digitais da Ásia, tendo empresas como as *big techs* se hospedando.

Na mão contrária, nós tivemos a China, altamente restritiva e reguladora, mas sem incentivos. Ela caiu de um crescimento de 12% para 6% na indústria de *data center*.

Então, isso deixa claro para a gente que essa indústria está atenta a isso, ela está disposta a regulamentações, mas ela está buscando também incentivos para poder se estabelecer. Normalmente, se estabelece um *data center* por décadas, quando se faz um investimento de grande porte.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, países que combinaram regulação rigorosa com incentivos concretos, como a União Europeia, Estados Unidos e Singapura, atraíram mais investimentos e fortaleceram a competitividade do setor, que é o que estamos buscando aqui no Brasil.

Aqui, a gente fala um pouco de algumas sugestões sobre essa parte de sustentabilidade e como a gente poderia apoiar a indústria a olhar... Não vou passar por todos. (*Pausa.*)

Aqui também...

Na parte de sustentabilidade, a gente traz alguns números, Senador, como sugestão, mas eu não vou ficar preso aqui a esses números, vai ficar para consulta de todos.

Nós somos uma indústria que instalou um *data center* em Goiás. Sabemos da dificuldade de subir essa robustez de uma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLEYSSON KLYNGER DE MOURA ARAÚJO – ... infraestrutura responsável.

Hoje, nós colocamos em Goiás um *data center* que tem certificações respeitadas internacionalmente. Por que isso? Porque é importante para grandes empresas, como, por exemplo, as que estão listadas na bolsa, empresas que estão buscando inovação, empresas que estão querendo empenhar desenvolvimento em inteligência artificial, que esses selos concretizem o valor do investimento e que aquilo é seguro.

Então, parabéns pela iniciativa. Entendo que o Brasil está no caminho certo, mas precisa se organizar para dizer não só internamente para o investidor que quer muito bem pulsar essa indústria de *data center*, mas também dizer para o mundo... Estava comentando com a Miriam agora há pouco como o mundo ainda não conhece bem a LGPD. Então, a gente está bem respaldado pela LGPD quando fala da proteção de dados, mas muitos países ainda têm dúvida de como o Brasil está se posicionando com isso.

Então, um projeto como esse é muito enriquecedor para o nosso país, e a gente precisa, na sequência, dizer para o mundo o quanto a gente buscou estar preparado para que essa indústria cresça saudável aqui.

Fico à disposição também para contribuir com os demais passos. Quem quiser conhecer o projeto e entender como foi a implementação e como foi toda a jornada de implementação de um *data center*, eu, o Renan – a gente está envolvido em vários projetos – estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Gleysson Klynger de Moura Araújo, que é CEO da Everest Digital.

Eu quero aqui só destacar que esse Projeto, o PL 3.018, de 2024, é de autoria do Senador Styvenson Valentim.

Senador Marcos Pontes, algum comentário?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – Exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O senhor concorda com...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – Concordo...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Isso é um ponto muito positivo, viu, Gleysson? Se o Senador Marcos Pontes, que é entendido da área,

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

está concordando (*Risos.*), pode ter certeza de que o projeto do Senador Styvenson Valentim é um projeto muito bom.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, dito isso, uma das questões que nós sempre temos é a questão de energia, e, para uma situação dessa, esse tipo de sistema precisa de muita energia, como a gente sabe. A gente falou do Nordeste, mas falou das dificuldades de transmissão. Só um passo à frente, olhando à frente no setor de energia as possibilidades que nós temos, justamente a maior dificuldade está na transmissão e distribuição.

Nós temos uma luta para conseguir estabelecer ou implementar o hidrogênio como uma fonte de energia aqui no Brasil. Então, o pessoal fala muito de hidrogênio verde, mas aí você precisa obviamente de fontes verdes para a produção desse hidrogênio, com hidrólise ou seja lá o que for, o que dificulta e coloca uma vantagem para o Nordeste também. Mas o hidrogênio de baixo carbono tem uma possibilidade muito grande de se espalhar pelo Brasil como uma fonte de energia baseada também em uma pegada pequena de carbono, como o etanol. Nós já temos um protótipo aqui no Brasil, na USP, em São Paulo, na Poli, para a conversão de etanol para hidrogênio.

Por que eu estou falando isso aqui? Porque se conseguirmos estabelecer – como foi falado sobre Goiás com dificuldades de transmissão de energia, mas com uma capacidade muito grande de produção – conversores de etanol para hidrogênio nesses locais, em escala, eles podem ser no futuro uma boa alternativa para que nós possamos estabelecer negócios locais. Transmitir hidrogênio não é uma proposta simples, portanto, é bom usar onde ele é produzido. Então, uma ótima possibilidade que o Brasil tem aí pela frente também é o hidrogênio verde como fonte de energia, inclusive industrial.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A nossa última colaboradora aqui é a Cristiana. Cristiana, eu consulto V. Exa. se quer falar daí ou quer vir para cá. Aqui a gente organiza, porque todos vão ficar olhando V. Exa. de lá. Todos falaram daqui, eu faço esse convite. A gente põe uma cadeira, dá uma apertadinha aqui. (*Pausa.*)

Cristiana Camarate é Conselheira da Agência Nacional de Telecomunicações, a nossa Anatel. Com a palavra, Cristiana.

A SRA. CRISTIANA CAMARATE (Para expor.) – Exmo. Senador Vanderlan, Exmo. Senador Marcos Pontes, muito bom dia.

Infelizmente, o Presidente Carlos Baigorri não pôde estar aqui presente hoje, mas agradece enormemente a oportunidade de diálogo. A esta oportunidade eu me somo e cumprimento todos os meus colegas de mesa, os presentes e os que nos acompanham remotamente.

Bom, como foi falado aqui, já de forma bastante extensa, os *data centers* são pontos de convergência, têm a responsabilidade de gerenciar e processar um grande volume de dados e informações.

Um estudo da consultoria McKinsey indica que há uma demanda global crescente: 19% a 22% de crescimento de taxa anual de 2023 até 2030. Claro, a inteligência artificial generativa tem impulsionado muitíssimo esse crescimento.

Senador, nós somos muito técnicos em geral, e é difícil o cidadão captar o que é isso, o que é essa estrutura física do *data center*. Então, um exemplo muito ilustrativo é a hipótese de quando nós estamos voando. Nós voamos, e, por qualquer razão, não há ali a conexão. Se nós não nos conectamos naquele momento e o nosso celular não se conecta, é porque, na verdade, nós não estamos nos conectando a

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um *data center*. Há aquela impressão de que nós estamos isolados ali do mundo, mas, na verdade – bom, alguns gostam, outros nem tanto –, há essa falta de conexão com um *data center*.

E, para quem não gosta de não estar conectado, fica muito evidente essa necessidade de pensarmos na transformação digital. Todos nós aqui, nesta sala, queremos a transformação digital para o desenvolvimento econômico e social do nosso país. E nós não podemos falar de transformação digital no Brasil sem falar de uma infraestrutura robusta. E essa infraestrutura robusta está relacionada a torres, a cabos de fibra ótica, a cabos submarinos, como disse o Senador Marcos Pontes, a cabo subfluviais e a *data centers*. Não podemos deixar de entender o todo da infraestrutura. Tudo se conecta, para que o cidadão possa ter a conectividade e a transformação digital do nosso país aconteça.

Assim como a Diretora Miriam, eu vou, então, ficar em um recorte, que é o recorte da infraestrutura, uma infraestrutura que – nós precisamos falar – deve ser segura e sustentável econômica e ambientalmente.

A Anatel, de muito, já tem se debruçado sobre este tema de *data centers*, porque, afinal de contas, é uma parte da nossa infraestrutura de conectividade. Nós temos o Comitê de Infraestrutura em Telecomunicações, que, atualmente, é presidido pelo Conselheiro Alexandre Freire, e, sob o seu comando, foi iniciada uma série de estudos muito profundos sobre o mercado de *data center* no Brasil e também sobre questões relacionadas à segurança. Quando eu falo segurança, eu me refiro à segurança física e também à cibersegurança.

Quando, neste ano, um *data center* no Brasil pegou fogo, foi a Anatel que foi acionada, para que, rapidamente, auxiliasse e atuasse com diversos atores, para que a conectividade voltasse a se restabelecer.

Por que eu digo isso, Senador? Porque é importante dizer que nós fazemos estudos e nós atuamos. É uma prática contínua que nós temos, ao olharmos e cuidarmos da infraestrutura do nosso país.

Nós também, obviamente, quando olhamos para a infraestrutura de *data centers*, não podemos deixar de lado as questões ambientais.

No sistema ONU, existe a agência internacional de telecomunicações. Essa agência também, de muito, já se debruça sobre este tema de *data centers* e uma economia digital ou um ecossistema digital sustentável, olhando para o meio ambiente.

A Anatel acompanha as discussões na União Internacional de Telecomunicações e tem atuado de modo a também contribuir para produções de documentos. Entre os documentos, eu trago aqui apenas o sumário executivo, mas, para que os senhores tenham conhecimento, existe esse documento elaborado pela UIT e pelo Banco Mundial que se chama: Green data centers, ou seja, um *data center* verde, sustentável. É um documento extenso, produzido em 2023, de 80 páginas, mas bastante produtivo, e eu deixo aqui para o conhecimento e auxílio dos senhores na elaboração deste projeto.

O nosso comitê de infraestrutura, como eu disse, tem desenvolvido projetos, e, desses estudos que nós já fizemos, nós vamos fazer um – como se chama na Europa – *white paper* para auxiliar também os formuladores de políticas pública, o Legislativo e a própria atuação infralegal nossa. Nós ainda não publicamos, Senador, mas eu coloco aqui à disposição todo o material que nós temos para auxiliar na sua relatoria.

Eu também gostaria de mencionar que, no âmbito internacional, olhando para o Reino Unido, a Ofcom, que é o regulador de telecomunicações lá, também tem competências muito relevantes relacionadas à infraestrutura, incluindo infraestrutura de dados, muito similar ao que a gente tem

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

discutido para que ocorra também aqui no Brasil. Evidentemente, as questões relacionadas à cibersegurança em relação aos *data centers*, nós estamos também discutindo no âmbito do regulamento de segurança geral, de infraestrutura de um modo geral.

Então, finalizando, Senadores e presentes, o que eu gostaria de dizer é que a Anatel tem mais de 28 anos – ou quase 28 anos – de experiência, e nós estamos aqui muito abertos ao diálogo, para que esse PL seja construído de modo a, de fato, estimular que mais *data centers* venham para o Brasil, que sejam sustentáveis, seguros e que tragam benefícios diretos a todos nós, brasileiros, cidadãos brasileiros.

É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Cristiana. (*Fora do microfone*.) Leve o nosso abraço ao nosso Presidente Baigorri. A Anatel tem sido uma grande colaboradora, aqui no Senado Federal, com relação a projetos que vão ao encontro das telecomunicações.

Aqui, Senador Marcos Pontes, quero citar o PLC 79, se eu não me engano, em que houve um trabalho e uma participação efetiva da Anatel à época. É um dos projetos que eu julgo também, como esse, um dos mais importantes, de 2019 para 2020, transformar de concessão para autorização as nossas teles, porque não faziam mais investimento. Bilhões e bilhões de reais foram investidos neste país através desse projeto.

E eu quero, aqui, dizer que a Anatel foi fundamental para que esse projeto fosse aprovado. Todas as vezes em que nós recorremos a vocês, da Anatel, a todos os técnicos ali para tirar algumas dúvidas, tanto da Relatora, que era a Senadora Daniella Ribeiro, quanto desta Comissão, pois foi nesta Comissão aqui que foi aprovada terminativamente, nós tivemos total respaldo.

E, para ver o tanto é importante esse trabalho da Anatel, ela sempre deu suporte também, no nosso Estado de Goiás, ali à nossa romaria de Nossa Senhora da Abadia do Muquém. Para você ter uma ideia, Juruna, que é católico fervoroso, que foi coroinha, ali passam em torno de 400 mil a 500 mil pessoas durante os 15 dias dessa festa, dessa romaria. E não tem sinal nenhum, porque lá fica, no Município de Niquelândia, num buraco. E a Anatel, junto às prestadoras de serviço, leva ali toda uma estrutura, todo ano, para que as pessoas que vão ali, os romeiros, tenham acesso à comunicação, porque hoje ninguém fica mais sem comunicação. Já estão procurando uma maneira de resolver, definitivamente, a questão do sinal ali. Quem sabe, com a aprovação imediata aí, daqui a pouco, tenha um *data center* lá próximo, com inteligência artificial, e não vá nem precisar mais de toda aquela estrutura violenta.

Meus agradecimentos. E leve nosso abraço a ele, Cristiana.

Bem, nós já...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria só de somar uma consideração a respeito da Anatel.

Inclusive, a Miriam, que está aqui, também trabalhava no setor ali de comunicações do ministério – nessa época, eu era Ministro lá, quando era o MCtic, e, então, tínhamos lá comunicações – durante a pandemia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse foi um trabalho – lembra, não é? – muito grande da Anatel junto com os provedores, pequenos provedores no Brasil, inclusive para conectar, se eu não me engano – o número é muito grande, e eu achei enorme na época –, cerca de 16 mil unidades básicas de saúde que não tinham conexão com internet. Então, esses provedores puderam trabalhar ali para conseguir conectar esses centros, o que era importante para o combate à pandemia. E a Anatel tem uma participação gigantesca nesse processo.

Há o PL 79 também, eu me lembro muito bem dessa parte. Eu aproveito para agradecer aqui de público o trabalho aqui do Senado, desta Comissão, da Daniella também, porque aquilo travaria o nosso setor de telecomunicações no Brasil se não fosse aprovado esse PL 79 para poder transformar em autorização em vez de concessão, que era um regime antigo. Teria, aqui no Brasil, um problema seríssimo com o vencimento das concessões. Então, foi um trabalho em conjunto muito bom, e a Anatel...

Inclusive, eu copiei da Anatel, na época, o mosaico, aquele que a gente passou para a radiodifusão, justamente para poder fazer o tratamento *online*, que também era outro problema que a gente tinha lá no ministério. Estava tudo parado; era, vamos dizer assim, um cartório de muito baixa qualidade e eficiência a nossa radiodifusão ali, para fazer todos os processos com os radiodifusores. Então, hoje é tudo *online*, o que veio da Anatel também.

E muitas outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Bem, já vamos caminhando aqui para os finalmentes, mas aqui, Miriam, nós temos umas perguntas dos nossos internautas pelo e-Cidadania; tem uma pergunta interessante aqui que é do Leonardo, da Bahia, e, como você falou sobre esse tema aqui, vou dirigir a você essa pergunta que ele fez. Leonardo, da Bahia: "Como o [...] [projeto] pode evitar vieses racistas em algoritmos de [...] [inteligência artificial] e garantir transparência e auditoria no uso de dados [...]?". Você tocou nesse tema aí na sua fala, não é?

A SRA. MIRIAM WIMMER (Para expor.) – Sim, Senador. Obrigada por me transmitir a pergunta.

De fato, esse é um tema que vem sendo debatido em grande profundidade no âmbito do projeto de lei que trata de IA, que foi também mencionado pelo Senador Marcos Pontes, mas eu comentaria que já no âmbito da LGPD existem alguns dispositivos que contribuem para enfrentar a questão. Então, na LGPD, nós temos, por exemplo, o princípio da não discriminação, que fala da impossibilidade de tratamento de dados pessoais para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos. A LGPD também atribui uma grande importância à transparência no tratamento de dados pessoais e estabelece uma série de direitos ligados ao acesso do titular aos dados que sejam de sua titularidade e que sejam tratados por diferentes atores públicos ou privados. E, por fim, existe também um dispositivo na Lei Geral de Proteção de Dados que atribui à ANPD a competência para realizar auditorias ou determinar a sua realização no que tange a aspectos discriminatórios de tratamento de dados, sobretudo no contexto de decisões automatizadas, no que se aplica também à inteligência artificial, por exemplo. Então, sem prejuízo de um debate mais amplo que possa ocorrer no âmbito desse projeto de lei ou do PL de IA atualmente na Câmara, existem já alguns dispositivos que enfrentam a questão e que atribuem à ANPD uma responsabilidade para lidar com essa questão da transparência, da auditoria e dos viés racistas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, posso somar um dado com relação a isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Isso é uma preocupação grande, realmente, não só isso como discriminação, ética e uma série de coisas, mas isso envolve dois pontos importantes: o banco de dados e o próprio algoritmo de inteligência artificial no tratamento dos dados.

No banco de dados, é a questão de cuidar que ele não seja parcial. Quando eu falo em parcial, em português, entendam parcial nos dois sentidos: parcial em termos de ser incompleto ou parcial no termo de ser tendencioso. Então, esse é um cuidado que tem que ser extremo com relação aos bancos de dados.

Com relação ao algoritmo, tem que se lembrar que inteligência... Eu até tentei colocar isso no marco da inteligência artificial, mas acabou saindo. Não é só o fornecedor da inteligência artificial, o desenvolvedor, que tem uma responsabilidade, porque o usuário também tem. Não é que inteligência artificial... É diferente de um *software* comum, que só mastiga os dados e sai com a resposta. Se você pega um Excel da vida, você coloca ali alguma informação, ele trabalha naquele algoritmo, que é fixo, constante, e sai com resultado fixo, constante. Já na inteligência artificial, se a pessoa prestar atenção, inclusive quando trabalha com o ChatGPT ou outra coisa, vai ver que fica atualizando a memória – de vez em quando, ele vai colocar embaixo "atualizando memória". Isso significa que ele está entendendo o que o usuário quer e atualizando a maneira de tratar aquele usuário especificamente. Então, se o usuário começar a colocar *inputs* com a inteligência artificial de forma racista, ela vai tender a aprender. É lógico que os mecanismos – e aí vem o algoritmo – vão tentar bloquear esse tipo de coisa, mas o ser humano é muito mais criativo. É lógico que os mecanismos, aí vem o algoritmo, vão tentar bloquear esse tipo de coisa, mas o ser humano é muito mais criativo; ele sempre vai achar alguma maneira de burlar esse sistema e trazer esse risco para a inteligência artificial. E aí ela pode se tornar racista, ou fazer alguma coisa, por causa da maneira errada de se utilizar a inteligência artificial.

Então, o usuário também é responsável, e muito, nesse sistema.

Só para somar aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado pelo complemento, Senador.

Tem uma pergunta ainda pelo e-Cidadania. A Carla, de São Paulo. Essa pergunta aqui eu vou fazer para o Renan: "Quais os riscos ambientais dos *data centers* de inteligência artificial e como o projeto propõe lidar com o alto consumo de energia"?

Você falou sobre esse tema.

O SR. RENAN LIMA ALVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, a pergunta é pertinente a você.

O SR. RENAN LIMA ALVES (Para expor.) – Sobre o PL, especificamente, eu não vou falar aqui, porque ainda está no início, na abertura do PL, sobre como ele trataria esse ponto, mas como é que a indústria tem diversos aspectos que mitigam essa questão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para o pessoal entender, é o seguinte. Como é que funciona o mercado? Você tem um valor de locação do ativo, mais o consumo de energia, que é o custo total de propriedade. Então, a pessoa que não tiver uma eficiência energética não consegue ter um *data center* competitivo, não consegue ser bem-sucedida, não consegue ser lucrativa. Está fadada ao fracasso.

Então, a indústria corrobora isso. Os próprios clientes, como eu mencionei, todos eles exigem certificações internacionais para comprovar a questão da pegada de carbono. Você tem uma eficiência também na questão de energia renovável garantida. Você, cada vez mais, está solicitando esse tipo de certificação de fonte de energia e contratos que confirmem isso.

E os riscos ambientais, quando a gente fala de um *data center*... Ele é muito parecido, por exemplo, fisicamente, a um galpão logístico com grupos de geradores e *nobreaks* que tem um sistema de ar condicionado. O consumo de energia é uma questão inerente da nossa sociedade pelo aumento do consumo de dados que nós temos, assim como qualquer outra indústria, quando a gente tem qualquer aumento de determinado consumo.

O *data center* começa a se tornar mais evidente porque se tornou mais evidente nos últimos dez anos esse consumo. Mas existem indústrias metalúrgicas, de alumínio, e assim por diante, uma série de outras indústrias que são intensivas no consumo de energia e isso é um fato. A questão é que nós conseguimos produzir cada vez mais dados, os processadores de dados estão cada vez mais eficientes para produzir melhor e de forma mais eficiente com o mesmo quilowatt de energia.

Então, acredito que esses são os pontos que a indústria está direcionando e acredito que ainda é um pouco cedo para a gente dizer como o PL vai defender isso. Mas esse é um ponto de reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Renan, de Pernambuco – essa pergunta aqui eu vou fazer a você, tá, Rubens? –: "Como o PL 3.018, de 2024, garante a soberania do Brasil sobre dados estratégicos e IA operados por empresas estrangeiras em nosso território?".

O SR. RUBENS CAETANO (Para expor.) – Bom, Renan, com relação ao próprio PL, como até o Renan Alves comentou há pouco, o PL ainda está numa fase... Ele vai ser amadurecido, não é, Senador?

Ele vai ganhar, provavelmente, como o senhor mencionou, algumas emendas ainda para estar bem construído, mas, de uma maneira já prevista aqui – o PL, no art. 4º, já prevê alguns compromissos e obrigações para os operadores de *data center*, sobretudo alguns aspectos de auditoria e uso de dados sensíveis.

A Diretora Miriam também mencionou que carece de alguns ajustes, talvez até nesse mesmo dispositivo, em relação à sensibilidade dos dados, mas, quando a gente está falando de dados estratégicos, a gente está provavelmente endereçando aqueles dados, aqueles conjuntos de informação que são de cunho pessoal, de cunho industrial e por aí vai. Acredito que seja mais nessa linha que o cidadão esteja endereçando.

É claro que nem todas as empresas estrangeiras que vão se hospedar nos *data centers* aqui no Brasil vão ter acesso a esses dados, muito por conta da própria LGPD, da própria proteção dos dados daqueles que são os provenientes daquele conjunto de dados. Esse já é um ponto inicial de reflexão, porque os dados estratégicos não estão necessariamente disponíveis – são os dados de defesa, os dados de saúde, os dados pessoais do cidadão, os dados de seguridade social... Esses dados são dados aos quais a gente, de fato, não vai ter acesso e nem toda IA estrangeira tem acesso a ela.

Na verdade, Senador, acho que esta é uma das riquezas que nós temos aqui no Brasil: nós temos um conjunto, uma coleção de dados infinitamente grande, que, com certeza, é alvo de muita procura e

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acesso, mas, por conta de todo o arcabouço legal, esses dados são protegidos, esses dados não estão disponíveis para sequer um treinamento de inteligência artificial, para as inferências, que, como o Renan trouxe na apresentação, são o processo, são as atividades que os algoritmos de inteligência artificial, as grandes inteligências artificiais utilizam para poder fazer os seus aprimoramentos.

Então, acho que é mais nesta linha: os dados estratégicos não vão ser operacionalizados necessariamente por essas empresas estrangeiras.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Você respondeu, Rubens, ao Renan, de Pernambuco, que está nos assistindo.

A resposta foi muito boa, creio que tenha tirado as dúvidas dele.

Esta pergunta é do Alexandre, aqui do Distrito Federal: "A concentração de dados em poucas empresas pode levar a controle excessivo [...] [de] informações sensíveis [...] ?".

Essa pergunta... Cristiana, para você.

Vou repetir a pergunta novamente; ela é do Alexandre, do Distrito Federal: "A concentração de dados em poucas empresas pode levar a controle excessivo [...] [de] informações sensíveis [...] ?".

A SRA. CRISTIANA CAMARATE (Para expor.) – Obrigada, Alexandre, pela pergunta.

De fato, esse tema tem sido bastante debatido entre todos os atores que tratam desse tema.

Há, sim, essa discussão de que alguns poucos deteriam os dados, exclusivamente, de alguns, de cidadãos. Aí, várias soluções têm sido pensadas, como, inclusive, essa portabilidade de dados, e que a centralização de dados – em alguns países já tem sido feito isso – seja feita por uma entidade mais relacionada ao Governo, especialmente quando se refere a dados da saúde, mas não há uma solução, ainda há bastante debate e o que do ponto de vista da Anatel eu poderia agregar é que a Anatel busca sempre estimular a competição.

Então, quanto mais atores entrem no nosso mercado e passem também a ter *data centers* e um maior quantitativo de empresas que gestionam os dados, porque aqui, na verdade, a pergunta está um pouco confusa porque tem o *data center* em si que armazena o dado – e aí tem essa competição para serem vários – ou tem as empresas que armazenam os dados ali no *data center*. Mas de todo jeito a explicação que eu dei vale para tudo. Temos que estimular a competição de todos os atores desse ecossistema digital e isso pulveriza. E, sim, o Congresso, o Governo devem discutir formas de proteger os dados do cidadão para que ele possa ter posse deles.

E aí eu acho que a Diretora Miriam pode, inclusive, falar melhor sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Miriam, quer fazer um comentário sobre esse tema?

A SRA. MIRIAM WIMMER (Para expor.) – Sim, Senador, obrigada. Talvez apenas um reforço à resposta dada pela Dra. Cristiana.

De fato, parece-me que tem uma questão concorrencial importante e talvez no âmbito da política pública que busca trazer condições facilitadas para a implementação de *data centers* no Brasil seja interessante também considerar a necessidade de que haja uma diversidade de atores que trabalhem, porque a competição tende a gerar mais segurança, até em termos cibernéticos, de redundância de infraestrutura. Acho que não se trata propriamente de uma questão de proteção de dados pessoais, mas, ainda assim, eu comentaria que também a LGPD traz ferramentas para que o cidadão possa exercer a autodeterminação informativa com relação aos seus dados eventualmente armazenados ou processados no âmbito desses *data centers*, de alguma maneira contrabalanceando ou buscando

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mitigar esses efeitos nocivos que uma eventual concentração de dados em poucas empresas poderia gerar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A última pergunta que nós temos aqui... Temos várias perguntas pelo e-Cidadania, mas eu selecionei aqui uma para cada um dos participantes.

O Bráulio, do Rio Grande do Sul, faz a pergunta – eu vou me dirigir a você, Gleysson, você ficou sem responder –: "De que forma a regulamentação pode impactar o custo dos serviços de IA para empresas e consumidores?" Boa pergunta, viu, Gleysson?

O SR. GLEYSSON KLYNGER DE MOURA ARAÚJO (Para expor.) – Boa pergunta.

Bom dia, Bráulio! Boa pergunta. Pode impactar de forma positiva, porque a gente vai promover competitividade no Brasil, mais desenvolvimento de soluções de inteligência artificial no Brasil.

Então, essa competitividade organizada e estimulada tende a tornar o mercado melhor para o consumidor final. Produtos de mais qualidade, soluções mais robustas, inclusive competitivas com o mercado internacional e, por consequência, mais baratos também para o negócio.

Hoje, muitas empresas já estão colocando no seu planejamento estratégico o estudo da inteligência artificial para transformar o seu negócio. Algumas já começaram estudos, outras já estão começando a implementar.

Então, é inevitável que, quanto mais essa regulamentação caminhar e nós tivermos um ambiente para se desenvolver mais inteligência artificial no Brasil, atrelado, inclusive, com pesquisas aqui no Brasil, que podem fomentar muito a educação, a tendência é a gente ter mais soluções brasileiras, inclusive prontas para exportação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Antes de encerrar esta audiência pública, quero puxar a sardinha para o nosso Estado de Goiás.

Se não me engano, o Renan usou um termo aí – porque lá em Goiás a gente fala "quando o cavalo está passando arreado", mas você falou outro nome.

O SR. RENAN LIMA ALVES – Encilhado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Encilhado. A primeira vez que eu ouvi. Lá em Goiás é arreado.

O que é o cavalo passar arreado, Igor? A oportunidade está aqui na frente e, se não montar nesse cavalo arreado ou encilhado, ela vai embora.

O que eu estou vendo, do que foi falado aqui pelos nossos palestrantes, quem veio falar, tirar as nossas dúvidas e ensinar um pouco para nós sobre esse tema, é que estamos um pouco atrasados com relação aos *data centers*, a essa regulamentação dos *data centers* com inteligência artificial. Então, temos que correr, porque senão nós não pegamos esse cavalo arreado, encilhado. Vamos passar batido, porque, lá fora, eles estão investindo muito, os países estão investindo bastante, com incentivos fiscais, atraindo investimentos... E nós temos, aqui, muita coisa para fazer ainda, para não perdermos esse investimento.

Uma delas é investir nessas linhas de transmissão, e os leilões começaram a acontecer, inclusive com premiações se antecipar as obras. Isso é muito importante. Essa que eu mencionei do Estado de Goiás, o período de construção era quatro anos, mas, se fizer em dois anos, vai ter um *plus*, vai ter um bônus aí para quem ganhar essa concessão. Então, imagina só, se não vão fazer em dois anos ou talvez até menos?

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Porque temos que correr contra o tempo. Ficamos muito tempo sem investir em infraestrutura, principalmente nessas linhas de transmissão pelo nosso país. Adiantamos muito nas nossas fontes de energia renováveis, tanto que o Nordeste brasileiro, de importador de energia, passou a ser exportador de energia, com sobra de energia. A questão de energia fotovoltaica, o incentivo que foi dado no nosso país... Então, houve muitas usinas, um investimento maciço nessa fonte de energia, e nas eólicas também.

Além disso, temos uma fonte que são as PCHs, as hidroelétricas maiores também – esqueci a nomenclatura que dá, PCHs é até 30 megas, não é?

GCHs...

Então nós temos uma fonte muito grande de energia no nosso país, gente. Nós temos que aproveitar este momento, temos que aproveitar o que nós temos aqui. As nossas fontes de energia aqui são todas sem poluição praticamente. Pouquíssimas que nós temos aí são movidas a óleo, e só em período mesmo de emergência que funcionam essas fontes.

Agora, quero também falar que no Estado de Goiás, através da nossa Universidade Federal de Goiás, nós temos o primeiro curso de graduação em Inteligência Artificial do país.

E aqui eu quero parabenizar o Prof. Dr. Celso Camilo e o Prof. Anderson.

Você falou deles ontem. Eu estava na reunião ontem, ali com a Liderança do Governo, e o Igor falava: "Não, eles são reconhecidos mundialmente". Mundialmente!

Foi mais concorrido agora, mais participantes. A melhor nota que teve foi desse curso, dessa graduação em Inteligência Artificial.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Passou a Medicina, bem mais do que a Medicina.

É motivo de orgulho para nós!

Que a gente também passe a contribuir mais com a pesquisa, com o desenvolvimento. Eu achei importante ontem a conversa com vocês, da intenção mesmo de destinar parte de todos esses investimentos para pesquisa e desenvolvimento.

Sem pesquisa e desenvolvimento nós não vamos a lugar nenhuma: ciência, pesquisa e desenvolvimento. O que é que a nossa Embrapa hoje? Respeitada no mundo inteiro – no mundo inteiro!

A nossa briga aqui, a nossa defesa é que não cortem, quando vêm esses contingenciamentos, que não tirem da ciência, da tecnologia, da pesquisa, das nossas universidades, dos nossos institutos federais, que estão fazendo um trabalho belíssimo pelo país afora, que não cortem esses recursos.

Agora mesmo nós tivemos muitas reclamações. Estive na Universidade Federal de Goiás, entregando lá alguns recursos para a compra de computadores e equipamentos para pesquisa de doenças raras, e ali a reclamação era o contingenciamento, às vezes os cortes que estão tendo.

Tem área que às vezes dá para cortar, mas essa é uma área que nós precisamos muito.

O que virou o nosso país no agro? Através de quê? Através da pesquisa, da Embrapa e tantos outros que tiveram investimentos para essas pesquisas e desenvolvimento.

Então, agradeço aqui ao Rubens pela participação, Rubens Caetano, Coordenador-Geral de Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; à Miriam Wimmer, Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); ao Renan Lima Alves, Presidente da Associação Brasileira de Data Centers, obrigado pela presença; ao Gleysson Klynger de Moura Araújo, CEO da

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Everest Digital, obrigado também pela presença; e à Cristiana Camarate, Conselheira da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Obrigado.

Está encerrada esta audiência.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4678966924

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Weverton e Hamilton Mourão, e dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Beto Faro e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Dra. Eudócia e Teresa Leitão, conforme os REQ 287, 325, 324 e 332/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência comunica o recebimento do Ofício nº 82/25-SG, da Câmara Municipal de Lins, São Paulo, encaminhando moção de repudio à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e solicitação de providências quanto aos serviços que não vêm sendo prestados de forma adequada na cidade de Lins. O expediente lido será publicado na página da Comissão, da CCT, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 12, de 2025-CCT, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), e ao Requerimento nº 13, de 2025-CCT, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR) e Senador Izalci Lucas (PL/DF), com a finalidade de instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial", com a participação de Igor Marchesini Ferreira, Assessor Especial do Ministério da Fazenda (MF); Guilherme Zanetti Rosa, Diretor do Departamento de Planejamento e Outorgas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Interligações Internacionais do Ministério de Minas e Energia (MME); Cristiane Vianna Rauen, Diretora do Departamento de Transformação Digital e Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Celso Camilo, Professor Associado da Universidade Federal de Goiás (UFG); Affonso Parga Nina, Presidente Executivo da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom); Andriei Gutierrez, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes); e Elbia Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica). Os Senadores Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas e Styvenson Valentim fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática
no exercício da Presidência

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/140455

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 82/25, da SG, da Câmara Municipal de Lins, São Paulo, encaminhando moção de repudio à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e solicitação de providências quanto ao serviço que não vem sendo prestado de forma adequada na cidade de Lins.

O expediente lido será publicado na página da CCT pelo prazo de 15 dias, para que as Senadores e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para instruir o PL 3.018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial, em cumprimento aos Requerimentos nºs 12 e 13, de 2025, da CCT, de minha autoria.

Participação popular. O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes, no Plenário da Comissão... A partir do momento em que eu for mencionando aqui os nossos convidados, o nosso pessoal encaminhará vocês para se sentarem aqui à frente, onde está a identificação com o nome de S. Exas.

Convido o Sr. Igor Marchesini Ferreira, Assessor Especial do Ministério da Fazenda – Igor, seja bem-vindo –; Guilherme Zanetti Rosa, Diretor de Planejamento e Outorgas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Interligações Internacionais do Ministério de Minas e Energia (MME) – seja bem-vindo –; Cristiane Vianna Rauen, Diretora do Departamento de Transformação Digital e Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) – bem-vinda –; Celso Camilo, Professor associado à Universidade Federal de Goiás (UFG) – seja bem-vindo, Celso –; Affonso Parga Nina, Presidente-Executivo da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom) – seja bem-vindo, Afonso –; Andriei Gutierrez, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) – Sr. Andriei, seja bem-vindo. Agradeço a presença de todos vocês, atendendo ao nosso convite. Encontra-se também presente, no Plenário da Comissão, a quem convido para tomar assento, a Sra. Elbia Ganon, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (Abeeólica). Seja bem-vinda.

Bom dia a todos os presentes, minhas colegas Senadoras e meus colegas Senadores, participando remota ou presencialmente, aos nossos convidados. Começo esta reunião agradecendo a todos que colaboraram para que essas duas audiências públicas... Para aqueles que ainda não têm informação, esta é a segunda audiência. Nós dividimos a audiência desta matéria tão importante em duas audiências públicas.

Começo esta reunião agradecendo a todos que colaboraram para que essas duas audiências públicas fossem realizadas com sucesso. Agradeço ao Senador Flávio Arns, Presidente desta Comissão; ao Líder do Governo, Jaques Wagner; à Liderança do Governo; à Secretaria desta Comissão, que sempre nos deu suporte e atenção, em especial ao Leomar Diniz; e a todos que compõem esta Comissão.

Tive o prazer de ser Presidente, ao chegar ao Senado Federal, por dois anos, e esta Comissão destravou muitas pautas importantes para o crescimento do nosso país. Cito aqui, Igor, Guilherme, Celso, Andriei, Affonso e Elbia, um dos projetos que eu julgo dos mais importantes do Governo passado do Presidente Bolsonaro, que foi o PLC 79, que transformou de concessão para autorização, para que as teles voltassem a investir no nosso país, principalmente em banda larga, internet nas escolas e tudo mais – isso que vocês viram acontecer nos últimos anos. Era terminativo nesta Comissão, mas estava

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

parado há algum tempo. Na nossa Presidência, nós resgatamos esse projeto. E esse projeto é de um ex-Deputado goiano, hoje Vice-Governador do estado, Daniel Vilela, o que nos honra muito.

Na primeira audiência pública, tivemos a participação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reforçando a segurança no tratamento dos dados pessoais; da representação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, acentuando que a matriz limpa e renovável no Brasil é um ponto em que nós saímos muito à frente; da Associação Brasileira de Data Center, que afirmou que o Brasil une a indústria e está pronta para implantações rápidas e de grande escala; da Everest Digital, que é do meu Estado de Goiás, que demonstrou o avanço dos modelos de regulação em outros países no mundo; e, por fim, da Anatel, que enfatizou a importância de infraestruturas seguras e sustentáveis.

Dessa forma, como planejado, nesta segunda audiência, daremos continuidade ao debate que tem se mostrado relevante no mundo todo e aqui em nosso país, um solo fértil para investimentos nacionais e internacionais.

Buscamos, com essas audiências, reunir o máximo de informações, dados e estudos para que o relatório esteja alinhado ao tema e abarque as demandas do setor, da academia e do Governo.

Eu gostaria de pontuar alguns dados sobre a inteligência artificial na região de Goiás, puxando sardinha aqui para o meu estado, Affonso.

A Universidade Federal de Goiás, que tem mais de 22 mil alunos, foi a primeira universidade pública a oferecer um curso de Graduação em Inteligência Artificial. Em 2024, tivemos a primeira turma graduada, celebrando o pioneirismo do curso. No Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a procura por essa graduação bateu o recorde em sua nota de corte e desbancou o curso de Medicina. A nota atingiu 811 pontos, superando Engenharia de Software e Medicina, no ano de 2025. O curso tem o objetivo de formar profissionais aptos a resolver problemas de forma inovadora e empreendedora por meio da inteligência artificial. A grade curricular conta com disciplinas como Lógica, Matemática, Arquitetura de Computadores, Mineração de Dados, entre outras matérias pertinentes ao tema. O Coordenador de Inteligência Artificial da UFG, o Prof. Anderson Soares, afirmou que a carreira ainda vai se consolidar e que o curso tem sido cada vez mais procurado. Olha, a oportunidade aí principalmente para os nossos jovens!

No Estado de Goiás, também podemos ressaltar o investimento do Centro de Excelência em Inteligência Artificial (Ceia), que tem o Prof. Celso Camilo, um dos nossos convidados de hoje, como cofundador. Ressalto também a iniciativa do Governo de Goiás e da Assembleia Legislativa de Goiás, na pessoa da Deputada Bia de Lima, nossa convidada que está aqui presente, que foram autores do projeto de lei que cria a Política Estadual de Fomento à Inovação em Inteligência Artificial.

Nosso Estado de Goiás, Leopoldo, está saindo na frente aí, né? De certo, está pegando a oportunidade.

A Lei Complementar nº 205 de 2025, Senador Izalci, estabelece um marco legal, garantindo a proteção dos direitos fundamentais, fortalecendo o apoio técnico e financeiro a programas voltados a indústria, agronegócio, pesquisa e fomento a projetos de infraestrutura. Dessa forma, torno a confirmar a relevância que o tema tem em nosso país e como está impactando e influenciando em nossas tomadas de decisão, inclusive acadêmicas e profissionais.

Sendo assim, desejo uma boa reunião a todos nós!

Agradeço ainda, em destaque, ao Prof. Celso Camilo, que tem grande relevância no setor e ainda é do meu querido Estado de Goiás, aprimorando, cada vez mais, o estudo de inteligência artificial, e também a todos vocês participantes que aceitaram o nosso convite para enriquecer este debate e refletir conosco a melhor regulamentação do tema para o nosso país.

Boa reunião a todos nós! (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar as regras. Aqui a gente não costuma – nem aqui nem em outras Comissões – ser muito rígido, Igor, com o tempo. Então, vocês terão dez minutos para fazer a apresentação, com uma tolerância que muitas vezes pode se alongar aí por 15 segundos, 20 segundos, né? (*Risos.*)

Mas fiquem à vontade, tá?

Nós temos aqui alguns convidados; no decorrer da reunião, vou mencionar todos.

Já quero agradecer a presença da Deputada Bia; do Simeyzon, Diretor da nossa Fecomércio, aqui presente; do Leopoldo Veiga Jardim, Presidente do Sesc de Goiás. Estão aqui também o ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás Samuel Almeida, que atendeu ao nosso convite; a Secretária de Planejamento da Prefeitura de Goiânia, Ana Carolina; e o Prefeito de Posse, Paulo Trabalho. Prefeito, seja bem-vindo a esta audiência pública!

Foram convidadas outras pessoas. No decorrer da reunião, a assessoria vai me passar os nomes.

Quero mencionar aqui a presença da suplente de Senador Izaura Cardoso, que todos sabem que é minha esposa, né, Bia? E me honra muito sua presença aqui, né? Ela não costuma vir, mas falou: "Com esse tema, eu quero ir lá conhecer melhor". Seja bem-vinda, Izaura!

Bom, vamos passar...

O Senador Izalci foi o Presidente e eu fui o Vice-Presidente da Frente de Apoio aos Parques Tecnológicos, não é Izalci? O Senador Izalci é daqui, do Distrito Federal, um Senador atuante. Em todas as Comissões de que ele é membro, tudo que passa por ele, tudo que ele pega para relatar e trabalhar ele faz e faz rápido e muito bem-feito.

Senador Izalci, quer usar a palavra agora antes de iniciarmos?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, é só para saudar os nossos convidados.

É um tema muito importante, e a gente precisa acompanhar de perto, já que o mundo todo trabalha com isso.

Nós estamos com uma defasagem muito grande na educação, e isso me preocupa muito, porque o nosso Plano Nacional de Educação está sendo discutido aqui, e a gente não vê grandes perspectivas, como aconteceu na China. A China botou, no Plano Nacional de Educação dela, como prioridade, a inteligência artificial e a tecnologia e hoje disputa com os Estados Unidos, e nós aqui estamos patinando ainda na educação profissional. Mas é um tema...

Nós acabamos de aprovar agora parte da reforma tributária, que também tem consequência com relação a esse tema.

Então, o objetivo nosso hoje aqui é ouvi-los, para a gente poder conduzir da melhor forma possível, aqui, no Congresso, essa matéria tão importante para o Brasil, tanto a inteligência artificial como a questão dos *data centers*, que também são uma grande oportunidade que nós temos para avançar aqui, no país.

Então, parabéns pela iniciativa!

Vamos aguardar aqui a fala de vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

Bom, eu vou chamar o primeiro convidado, o Sr. Igor Marchesini Ferreira, Assessor Especial do Ministério da Fazenda.

O Ministro da Fazenda tem a pretensão de acelerar a desoneração dos bens de capital, máquinas e equipamentos usados na produção ligados a *data centers*. Isso aqui é música, Igor, para os ouvidos dos empresários do setor. Desoneração, o que é isso? Tirar os impostos, né? Na MP, será integrado o Plano Nacional de Data Centers (Redata). O Brasil exporta quase 60% do processamento de *data centers*, em Virgínia, nos Estados Unidos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Sr. Igor, por até dez minutos.

O SR. IGOR MARCHESINI FERREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Senador Vanderlan, obrigado pelo convite. Senador Izalci, muito obrigado pela presença.

Colegas de mesa, eu trago hoje aqui um breve resumo do diagnóstico em que um grupo interministerial do Governo Federal trabalhou nos últimos oito meses, se debruçando sobre esse tema. Acho que o ponto de partida deles... Você tem milhares e milhares de computadores. E eles, na verdade, viabilizam tudo que a gente conhece como a internet moderna e são infraestruturas muito críticas para essa economia que a gente vive hoje.

Primeiro, hoje não é mais uma coisa de um setor específico; ele já é necessário para o Governo, para os bancos, para o agro, com um custo cada vez mais relevante. Hoje, para vocês terem uma ideia, custo com nuvem já consome cerca de 12% do lucro das empresas brasileiras listadas no Ibovespa, sendo chave para a competitividade. Se você não tiver acesso e um custo competitivo, as suas empresas perdem competitividade. Ele é fundamental para a capacidade de inovar dessas empresas, e isso tudo era antes de inteligência artificial. A inteligência artificial só acelera ainda mais todo esse processo.

Eu acho que é importante e pensei que poderia ser útil, dadas as discussões que a gente viu aqui, na última semana, separar um pouquinho os grandes modelos, digamos assim, mais clássicos. Aqui há o risco de estar um pouco simplificado, porque tem empresas que acabam fazendo modelos mais integrados, mas, de forma geral, quando a gente fala de operador de *data center*, a gente está falando de quem constrói essa infraestrutura física, o terreno, o prédio, o ar-condicionado, toda a parte de refrigeração, com uma engenharia sofisticada. Você geralmente aluga esse prédio para que os provedores de nuvem tragam os servidores, tragam os computadores e possam oferecer esse serviço de infraestrutura digital para os seus clientes, que geralmente são os que a gente tem mais contato como marca, né? Aqui são as empresas de vídeo, as empresas de *apps*, enfim.

Aqui é importante diferenciar esses papéis, porque as responsabilidades e o que eles precisam são diferentes, né? Então, só dando como exemplo aqui, em operadores de *data center*, você tem empresas como Elea, Odata e Equinix; nos provedores de nuvem, a própria Dataserv e Serpro são exemplos, mais Amazon, Google, etc.; e, nos provedores de serviço digital, você teria Netflix, Spotify, etc.

O que acontece? O avanço da inteligência artificial faz com que essa corrida pelos *data centers* seja brutalmente acelerada. Por quê? É consenso no planeta hoje que você dominar a tecnologia e ter acesso em todas as camadas dela, nas GPUs, nos modelos fundamentais, nas aplicações, vai ser fundamental para a capacidade de defesa do país, segurança cibernética, ciências, desenvolvimento de talentos, a própria competitividade de todo o seu tecido produtivo e, obviamente, a capacidade de o Governo entregar serviço digital de qualidade. Isso faz, Senador...

Se a gente olhar para esse gráfico da direita, que me chamou muito a atenção, porque aqui a gente está olhando qual é o investimento em inteligência artificial no mundo, com o percentual do PIB, que sai da ordem de 0,5%, em 2024, para bater 2,5%, em 2032 – é brutal. E o mais interessante é que, se você olhar as camadas nas cores do gráfico, a parte azul claro e a cinza, são só investimentos em infraestrutura, ou seja, grande parte disso é *data center*. O investimento em *data center* que já está, entre aspas, na linguagem popular, "bombando" em 2024, vai multiplicar por sete na próxima década. É muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, e o mundo todo está se mexendo por isso.

Aqui eu peguei só alguns exemplos de manchetes, mas os Estados Unidos estão anunciando o Projeto Stargate, com US$500 bilhões; a Europa está anunciando investimentos de 200 bilhões; o Reino Unido e também nossos pares, como Índia, Malásia e Indonésia, e nossos vizinhos, como Chile, estão correndo para garantir que essas infraestruturas sejam instaladas nos seus países.

Em paralelo a isso, a demanda que essas estruturas trazem para o consumo de energia do planeta é brutal. Depois de ficar quase dez anos estável, em torno de 200TWh por ano – porque tudo que a

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente digitalizava e crescia era compensado por aumento de eficiência –, depois da pandemia, essa coisa começa a decolar. Já em 2024, a gente chega em torno de 450TWh, o que é mais do que o dobro do que era antes da pandemia, e a previsão é de que isso se multiplique de novo por dois ainda nos próximos cinco anos.

A boa notícia... Eu brinco que Deus é brasileiro e, vira e mexe, a gente ganha umas cartinhas para ter o direito de entrar no jogo dos líderes do planeta, e aqui não foi diferente. A gente está muito bem-posicionado para entrar nesse jogo; a nossa matriz energética, que não é surpresa para ninguém, é limpa e renovável. Sobre o sistema elétrico integrado – tem aqui o especialista que vai falar sobre isso já, já –, pouca gente sabe que o Brasil é o único país do planeta de dimensão continental que fez esse investimento de ter um sistema interligado e que, por isso, eu posso usar minha energia solar ou eólica do Nordeste combinada com a hidráulica do Sul e fazer um sistema que funciona. A gente tem terrenos abundantes e baixo risco de desastre natural.

Eu queria ressaltar aqui o grau de sofisticação da indústria brasileira de *colocation*, essas empresas que procuram os terrenos, pegam os contratos de energia, constroem um prédio muito sofisticado, e o Brasil está muito bem nessa foto. A gente é um país muito digital, a gente tem talentos em tecnologia, o Prof. Celso está aqui para provar isso, com meu amigo Anderson – o que eles fizeram em Goiás é absolutamente espetacular.

E ainda tem uma coisa que pouca gente fala: nesse mundo louco de corrida pela inteligência artificial, a neutralidade geopolítica do Brasil é um grande ativo que a gente tem que aproveitar, porque a gente não é inimigo de ninguém e pode ser amigo de todo mundo. (*Pausa.*)

Acho que parou.

A gente também foi escutar um pouco a sociedade. Do lado da sociedade civil, eu acho que a indústria de *data center*, nos seus primeiros anos, entre aspas, "causou muita dor de cabeça" em alguns lugares por onde passou, principalmente no que tange ao consumo de água, ao impacto na conta de energia, principalmente em mercados em que a oferta é limitada e o mercado é livre; então, isso subia a conta. E tem muitas críticas de que eles geram pouco emprego na operação do *data center* em si. E a gente já vai trazer algumas potenciais mitigações para esses pontos. O setor produtivo, por outro lado, coloca que, apesar de a gente ter essa energia toda, ela tem que estar disponível no lugar onde você precisa, o tempo e a velocidade de aprovação são críticos.

A tributação... E aqui quero ressaltar o que o Senador Izalci falou no começo sobre a reforma tributária que os senhores aprovaram. Eu acho que pouca gente entende o tamanho da transformação que isso vai ser, ainda que na prática a gente desonere todo o ativo fixo de qualquer investimento neste país. O único lado talvez que foi necessário para conseguir fazer essa transição é que, como ela só entra em vigor em 2033, a gente eventualmente precisa antecipar um pouco os efeitos dessa bela reforma que os senhores fizeram, para que a gente possa... A gente não tem como esperar até lá para capturar esses benefícios. E obviamente a parte regulatória é sempre uma preocupação do setor produtivo.

E aqui eu queria trazer, já chegando ao final de minha fala, exemplos de mitigações potenciais que a gente aprendeu nessa investigação e nessa interlocução com a sociedade civil. Por exemplo, no consumo de água, os *data centers* que estão sendo instalados no Brasil hoje... Isso aqui não é o futuro, não é uma possibilidade. Há *data center* já inaugurado em São Paulo, por exemplo, com sistema de resfriamento fechado, em que você não tem aquela evaporação típica que os *shopping centers* tinham, com a fumaça subindo o tempo inteiro. Ele chega a ser 600 vezes mais eficiente do que um *data center* normal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR MARCHESINI FERREIRA – Talvez eu vá precisar de mais dois minutinhos para poder concluir aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí o interessante... Por exemplo, o Governo recebeu um projeto para avaliar a instalação de *data center* no Nordeste, e a gente teve acesso a todos os dados mais detalhados. Essa é uma infraestrutura de 200MW, que iria consumir menos de 0,25 litro por segundo. Só para os senhores terem uma ideia, essa estrutura sozinha aumenta em 25% a capacidade instalada no Brasil, e a Agência Nacional de Águas diz que qualquer instalação que consuma menos de 1 litro por segundo é considerada insignificante e não precisa nem pedir uma autorização de outorga. Para a gente ver que a água, se a gente fizer direito a regulação, pode deixar de ser um problema.

Na parte de energia, acho que a gente tem aqui... Vou deixar essa parte para o Guilherme tocar, porque a nossa capacidade de produzir energia limpa no Brasil é realmente imbatível. E, sobre os poucos empregos gerados, acho que a Cris vai poder falar um pouco sobre isso.

Mas o Governo entendeu que o *data center* é um meio para o fim, que é ativar o ecossistema digital. Então, não adianta construir o *data center* e exportar 100% dele, por exemplo. Grande parte da riqueza é criada se se usar esse *data center*.

Então, a gente, por exemplo, ao autorizar essa instalação dessas grandes capacidades no país, você poderia exigir investimentos em P&D e destinação de uma parte dessa capacidade para o mercado doméstico, criando uma sobreoferta desses preciosos GPUs, que são o coração da inteligência artificial no Brasil.

Por fim, o último eslaide.

A gente tem hoje um problema, Senadores, e eu acho que é importante todo mundo ficar ciente: hoje, mais da metade da carga digital do Brasil roda fora do país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR MARCHESINI FERREIRA – E, ao rodar fora, você basicamente fica com serviços mais lentos. Então, toda vez que você passa raiva num aplicativo rodando ali é porque esse dado está indo a outro país e volta.

Ele tem uma exposição geopolítica, porque são 16 cabos ligando a gente com este país, que, se por acaso forem cortados, a gente ficaria numa situação muito complicada.

As firmas nacionais já têm... A gente tem muito *startup* – talvez o Celso vá poder falar melhor sobre isso. O Celso e o Prof. Anderson estão montando *data center* dentro da universidade, porque não é tão fácil contratar. Imaginem que loucura.

E a gente tem, hoje, um grande déficit na balança comercial.

Então, a gente acha que a gente precisa de uma política pública que: garanta essa soberania digital; aumente a produtividade da nossa economia; viabilize a inovação em IA; e fomente provedores nacionais, porque a gente acha que tem muita capacidade boa de engenharia e talento, como provado pelo Ceia, para fazer *data centers* no Brasil, e isso sem esquecer de adensar toda a cadeia produtiva, porque a gente tem, inclusive, representantes aqui da indústria nacional que sabem montar esses servidores, esses resfriadores, os geradores, enfim...

Então, isso é um pouco do diagnóstico que o Ministério da Fazenda, junto com os colegas do Governo Federal, fez nos últimos seis meses.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Igor.

Igor, é tanta informação, e toda ela muito bem-vinda, que, se a gente pudesse, ficava aqui o ouvindo a manhã toda, mas eu quero informar a todos os que estão aqui presentes, aqueles que estão nos acompanhando pela TV Senado e pelo e-Cidadania, que todas essas apresentações vão estar disponíveis no *site* da Comissão. É só entrar no Senado, CCT, no *site* está a apresentação do Igor

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

disponível, da Cristiane, do Guilherme, de todos os nossos convidados – tudo que for falado aqui, discutido, e as apresentações deles.

Obrigado, Igor, pela presença aqui de V. Sa.

Convido agora o Guilherme Zanetti Rosa, Diretor de Planejamento e Outorgas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Interligações Internacionais do Ministério de Minas e Energia.

Guilherme, com a palavra.

O SR. GUILHERME ZANETTI ROSA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Vanderlan, Senador Izalci, demais membros aqui da mesa, colegas aqui de bancada.

Bom dia.

Vamos passar aqui aos eslaides diretamente. Vou tentar cumprir aí os dez minutos e quinze segundos que foram disponibilizados.

O objetivo aqui é passar um panorama geral da situação, sob o ponto de vista da energia elétrica associada à conexão de grandes cargas, especificamente o caso dos *data centers*, que hoje são, ali, parte do grupo principal de grandes cargas que está se mostrando viável, no Brasil hoje, para conexão elétrica.

Muito bem.

Como que funciona o procedimento para uma grande carga? E esse rito vale para qualquer grande carga, não necessariamente um *data center*, mas para qualquer consumidor livre, que pretende se conectar ao sistema de transmissão de energia? E aqui eu estou falando de consumidores que não estão ligados à distribuição, não são clientes da distribuidora; são clientes maiores, são aqueles que precisam se conectar diretamente no serviço de transmissão.

Para que isso aconteça, existe um rito estabelecido por um decreto, o Decreto 5.597, que diz que o consumidor vai precisar dispor, primeiro, de uma portaria do Ministério de Minas e Energia, em que a gente reconhece o ponto de conexão daquela carga; depois disso, ele vai ao Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS), para obter o que a gente chama de parecer de acesso. Ali são feitos estudos elaborados, para entender se o sistema tem condição de receber aquela carga com segurança e suprir aquela demanda.

E, depois disso, com tudo isso aprovado, ele consegue uma autorização da Aneel, pela qual ele vira formalmente um agente do setor elétrico. Ele vai ser um autorizado do setor elétrico, para poder operar com as demais instituições, e, a partir dali, só então, aí sim, ele assina um contrato.

Só nessa última etapa, na etapa do contrato, é nesse ponto que aquela demanda está registrada e contratada pelo sistema elétrico brasileiro.

Ali a gente passa a considerar aquela carga. Normalmente, é um contrato que tem horizonte de quatro anos à frente. Então, tudo isso tem que ser feito com bastante antecedência, para que ele assine um contrato e tenha aquela energia disponível para dali até quatro anos.

Então, falando aqui da parte do Ministério de Minas e Energia, que é a quem compete emitir aquela portaria, aquela etapa inicial do processo, aqui tem alguma estatística, e aqui eu já passo a falar só de consumidores de *data center*, consumidores livres que se conectam diretamente no sistema de transmissão, na distribuição.

A gente tem uma estatística ali que mostra que, atualmente, são 52 agentes que têm essa característica; entre esses, 18 já têm uma portaria emitida no histórico, e 34 são processos que estão em curso hoje, em 2025, no ministério.

Isso dá uma dimensão de como está acelerado esse pedido, esse pleito desses grandes consumidores em se conectar diretamente no sistema de transmissão.

A gente tem – se você olhar ali aquele gráfico de base –, começando ali em 2020, duas portarias emitidas para *data center;* em 2021, uma portaria emitida; em 2022, nenhuma portaria emitida para *data center.*

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí, quando você passa a olhar 2023 e 2024, isso aí começa a explodir: foram três portarias em 2023; seis portarias em 2024; e só em 2025 até agora, até o mês de maio, foram outras seis portarias e outros 34 processos correndo. Então, essa barra ali, no final de 2025, vai estar lá na lua – a gente espera.

Isso que dá uma dimensão da realidade que a gente vive.

Nos anos de 2023, 2024 e agora, em 2025, de novo, o apetite por acesso desse mercado simplesmente explodiu. Então, grandes consumidores, com grandes cargas, querendo se conectar no sistema elétrico brasileiro, para poder explorar, especificamente, serviços de *data center* – nesse caso.

E aqui está dando uma dimensão territorial de como isso está dividido. Majoritariamente, a gente tem esses estados da Federação, com os pedidos de acesso desses grandes consumidores. E, de longe, o Estado de São Paulo é aquele que mais recebe os pedidos. São ali, hoje, daqueles 30 e tantos projetos em curso, 30 estão em São Paulo. Os demais estão divididos aí: Bahia, Ceará... A Região Nordeste passa a receber cada vez mais esse tipo de pedido de acesso, porque é a região onde tem mais presença de energia renovável; então, a carga fica mais próxima da energia, o que é favorável para essa conexão. Então, a gente passa a perceber mais isso também, mas, de longe, São Paulo ainda se projeta como o estado que mais recebe esse tipo de pedido.

E aí destaco também o Rio Grande do Sul, que também tem, ao menos, um grande projeto ali acontecendo.

Bom, e aí, colocando aquele mapa lá em gráfico de novo, de barras, para a gente ter a dimensão do que a gente está falando: quando a gente pega todos esses processos, tanto em curso quanto aqueles com portaria emitida no Ministério de Minas e Energia, e soma a demanda de todos eles, a demanda elétrica, a gente já está batendo ali no fim do horizonte, em 2037 – porque cada projeto tem uma escalada de demanda. Ele não começa com a demanda total; ele vai crescendo. Então, a gente, quando soma todas as demandas finais de todo mundo, a gente está batendo ali próximo dos 14GW de demanda do Brasil.

Só para ter uma dimensão do que é isso, hoje a carga pico do sistema brasileiro está girando em pouco mais de 100GW. Então isso aí, *grosso modo*, 13% da carga pico do Brasil só para esses projetos de *data center*.

Aí, aqui vem uma observação superimportante: a gente está falando aqui de projetos que pleitearam acesso ao Ministério de Minas Energia, e essa é uma etapa bastante inicial ainda do procedimento, o que dá a entender que boa parte dessas cargas pode ser que, e é esperado, não se realize. De fato, a gente está numa etapa ainda com pouca maturidade desses projetos e, de fato, essas cargas vão se concretizar no momento da etapa final, quando elas assinam um contrato de uso do sistema de transmissão. Aí, sim, é um número firme.

Esse número aqui é um número de sinal, mas ele não é ainda um número firme.

Então, é esperado que seja menos do que esse número a carga efetivamente realizada para esses projetos.

E, aí, uma inovação importante: na semana passada, a Aneel aprovou uma resolução normativa que vai dar um pouco de norte para esse segmento de acesso ao sistema de transmissão por grandes cargas.

Eu acabei de falar, no eslaide anterior, que a gente tem ali quase 14% da demanda pico do Brasil projetada para pedidos de acesso de *data center*, especificamente, e a gente sabe que nem tudo isso vai se realizar. E, aí, esse ordenamento que a Aneel deu diz que, a partir de agora, todos esses consumidores, ao assinar um contrato de uso do sistema de transmissão, necessariamente vão precisar aportar uma garantia financeira, coisa que até então não era realidade, não era pedido. E, aí, se não era pedido qualquer garantia, se não era pedido qualquer compromisso, os contratos eram assinados, muitas vezes não honrados, aquele espaço na rede era reservado para um projeto que não saía do papel... Então, a gente espera que com essa inovação normativa que a Aneel trouxe a partir da semana

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

passada, um excelente avanço normativo, a gente tenda a limpar um pouco essa fila de acesso e deixar ali, na fila, somente aqueles projetos que efetivamente têm condições de prosperar, têm condições de se tornar um projeto real, e não um projeto especulativo.

É isso o que a gente espera que com essa inovação, e, de novo, é algo que foi muito bem-vindo aí, muito bem recebido pelo setor.

E, aí, passo agora para números de expansão do nosso sistema de transmissão.

Bom, a gente tem essa expectativa de grandes cargas conectando no sistema, não só *data center*. Aqui eu mostrei *data center,* mas os números do hidrogênio verde são ainda maiores do que esse. Então, a gente tem que, de fato, como planejadores da expansão do sistema, observar isso e entender como que a gente vai evoluir o nosso sistema, para poder captar toda essa demanda.

Isso é um retrato do passado. A gente está mostrando ali leilões de transmissão que aconteceram em 2023 e 2024, em que a gente expandiu massivamente o sistema de transmissão da Região Nordeste para o Sudeste, para poder ampliar a capacidade de exportação de energia, porque o Nordeste hoje é um exportador, ele é um grande produtor de energia renovável. Então, isso foi feito, isso foi licitado, isso foi contratado.

Só que hoje a gente entende, dada uma nova realidade de conexão de grandes cargas e, ainda, uma nova realidade operativa do sistema – porque ela é uma operação mais restritiva do que era nesses anos passados –, que a expansão tem que continuar agressivamente. Então, hoje o Brasil continua planejando novas expansões para o sistema brasileiro para essas duas finalidades: primeira, conectar essas grandes cargas que apareceram de repente – de um, dois anos, para cá – e também voltar o sistema a ter uma capacidade de escoamento de energia renovável, tal como tinha no passado.

Então, tudo isso depende de expansão de linhas de transmissão. Vão ser objetos dos próximos leilões de transmissão que o Governo vai fazer e faz ao menos duas vezes ao ano.

Então, esse é o próximo leilão de transmissão que vai acontecer. Ele vai acontecer em outubro desse ano. A gente vai licitar R$7,6 bilhões em novos investimentos, em linhas de transmissão e subestações, mais de mil quilômetros de novas linhas em 13 estados, gerando mais de 17 mil empregos. Esse leilão vai acontecer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME ZANETTI ROSA – No ano que vem, há mais dois leilões projetados.

E, por fim... Esses são os leilões que acontecem após já os estudos de planejamento serem feitos, concluídos e aprovados, mas a gente tem hoje, em curso, pela EPE, que é uma empresa estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que é quem desenvolve esse tipo de estudo técnico, mais de 37 novos estudos de expansão de transmissão com essa finalidade que eu descrevi, de expandir o sistema, para prestar um bom serviço para o consumidor final.

E, falando especificamente de *data centers*, em 2024 foram dois relatórios que abordaram a expansão de transmissão especificamente para *data center*, os dois em São Paulo, era onde se materializavam os acessos.

Neste ano de 2025, já são seis estudos acontecendo especificamente para receber carga de *data center* no nosso sistema.

E, aí, não só em São Paulo, a gente tem estudos também correndo no Rio Grande do Sul e na Região Nordeste também, um grande estudo para conexão de grandes cargas.

Mas ainda que não tenha outros estudos específicos para *data center*, é importante ressaltar que o planejamento da expansão do sistema de transmissão é para poder receber a projeção de demanda do Brasil. Então, a gente espera, com isso, com o que a gente tem na fotografia do sistema hoje, com esses 37 estudos que estão acontecendo, conseguir projetar expansão para a próxima década, para

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

poder considerar inclusive, entre outros aspectos, a conexão das grandes cargas incluídas nos *data centers*.

Com isso, eu finalizo aqui a apresentação, mas a mensagem é esta: o sistema brasileiro mantém essa característica renovável, limpa, o que é atrativo para diversos segmentos industriais, internacionais inclusive, e se encaixa com uma luva perfeitamente para o serviço de *data center,* porque é um tipo de prestação de serviço que demanda uma energia não só barata, mas para cumprir requisitos e certificações para os seus clientes, questões também de uso de eficiência energética e energia limpa.

Então, tudo isso o Brasil consegue oferecer, e a gente aqui, no Ministério de Ministérios de Minas Gerais, enquanto planejadores do sistema, trabalha para deixar o sistema apto, para que essas cargas possam prestar o serviço. Está bom?

Fico à disposição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado pela sua apresentação, esclarecedora, Guilherme. Leve o nosso abraço para o Ministro Alexandre Silveira.

Já quero agradecer ao nosso Ministro e a todos vocês, da equipe lá do Ministro, pela antecipação do leilão, ali, do Vale do Araguaia e do Mato Grosso goiano. Seus polos de irrigação são importantes, e todos aqueles municípios estão – os Prefeitos, a comunidade – muito alegres. Por quê? Porque agora não vão perder mais investimentos.

O leilão vai ser, se eu não me engano, em outubro, na Bolsa de Valores. Já sabemos que tem muitos interessados – deve ter até ágio – e que o período previsto de construção vai ser antecipado.

E também a nossa Equatorial, que é a empresa local, já está preparada para fazer os ramais, ou seja, levando energia de qualidade para essas regiões.

Nós temos aí mais dois linhões, e nós estamos vendo aí, junto com vocês, Guilherme, a antecipação também desses leilões para outras regiões, já que Goiás saiu na frente com relação à inteligência artificial, *data center* e tudo mais.

E nós queremos ser ali um estado em que todos fizeram o dever de casa: Assembleia Legislativa, com a Deputada Bia; o Governo do estado, com o Governador Ronaldo Caiado e o seu secretariado, que fizeram o dever de casa; e agora o Governo Federal.

Eu quero agradecer também porque está antecipando e fazendo esses leilões pelo Brasil todo, não é só no meu Estado de Goiás.

Não adianta a gente discutir aqui *data centers,* que consomem muita energia, se está sobrando energia no Nordeste, mas essa energia, às vezes, não tem como chegar a alguns estados mais distantes que têm déficit de linhão, como é o caso do Estado de Goiás, e precisamos desses investimentos, porque nós já sabemos que o *data center* emprega muita gente. Emprega muita gente esses *data centers*.

Eu falei aqui, Deputado Samuel Almeida, na reunião anterior, que, há 17 anos, eu recebi, ali na minha empresa ,um jovem com o pai dele, oferecendo um serviço que era de assinatura digital. Há 17 anos falaram sobre isso. Aí, eu fiquei muito receoso e falei: "Vou pôr assinatura aqui? Eu não sei".

Mas, como eles são pessoas sérias, eu conhecia, então fui um dos primeiros a fazer assinatura digital. E hoje eles são empresários, têm *data centers* e tudo mais.

Então, é para você ver que nós estamos no caminho certo. Não podemos, como aqui em Goiás se fala, deixar o cavalo passar arreado. Vamos montar logo nesse cavalo? Certo, Samuel?

Deputado Henry, que está aqui presente, registro sua presença.

Nós temos aqui o privilégio de receber aqui o Senador Styvenson Valentim, esse jovem Senador do nosso Rio Grande do Norte...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – Maior produtor de energia eólica.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... o maior produtor de energia eólica, e ele é o autor desse projeto.

É um dos Senadores aqui mais atuantes aqui no Senado Federal, nas Comissões, em Plenário, e nós o respeitamos muito, até mesmo porque, se não respeitar, vocês estão vendo aí o tamanho do homem... (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – Posso só agradecer? Posso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pode. A palavra é sua. Pode sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Vanderlan.

Quero agradecer a todos aqui presentes para essa discussão nesta audiência pública. Um projeto de lei não pode tramitar sem a contribuição de todos os senhores e senhoras.

Claro, esse projeto de lei para sair sem nenhum tipo de resistência, a gente precisa ouvir quem é contra, quem é a favor, para poder adequar da melhor forma possível, mas eu confessei aqui para os amigos Senadores que esse projeto de lei foi pensado para atender, além do meu estado, à Região Nordeste, que é uma das maiores produtoras de energia limpa, ou solar, ou eólica, e agora vindo a energia do hidrogênio, pela produção dos resíduos sólidos, o tratamento... É uma outra forma de obter energia.

Então, tendo essa disponibilidade de energia, nada mais "luva e mão", como o senhor mesmo disse, Sr. Guilherme, do que a gente instalar nos locais apropriados *data centers*, como esse, para, além de prestar um serviço, gerar emprego numa das áreas mais carentes do nosso país.

Eu não vou fazer nenhuma pergunta agora aos senhores, porque eu acabei de sair de uma Comissão de regulação também – foi das *bets* –, projeto de lei meu de regulamentação, e a gente obteve voto favorável: todos estão de acordo.

É um outro tema que paralisa a população.

A gente viu uma manifestação, hoje, de 50 times de futebol contra o nosso projeto, mas a população se mostrou favorável, e aqui eu estou querendo ouvir os senhores. Podendo e, claro – o Relator está aqui –, querendo aperfeiçoar, vai ser muito bem-vindo, Senador Vanderlan.

Por isso que eu parabenizo o senhor por esta audiência e agradeço a todos a presença.

Todos que puderem participar, contribuir... Esse projeto de lei não é meu, não é do Senador Vanderlan, não é do Senador Izalci; é de todos nós, brasileiros. Então, projeto de lei bom é esse, em que todos participam.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Styvenson.

Em tempo, quero registrar a presença do Sr. Pedro Lucas, Diretor de Desenvolvimento Econômico de Patrocínio.

Pedro, só dá um sinalzinho para o pessoal.

Cadê o Pedro?

Está aqui.

Eu estive na cidade de Patrocínio semana passada, nós estamos construindo ali um empreendimento, e conheci o Pedro. Ele é Diretor de Desenvolvimento lá da cidade de Patrocínio.

Ele estava muito empolgado, falando sobre tecnologia e sobre o que ele pretende desenvolver lá, e eu o convidei para vir aqui, mas confesso para você, Pedro, que eu achei que você não viria, e está aí.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Olha, desse jovem aqui... Vocês precisam ver o dinamismo desse rapaz. Ao conversar com ele, a gente aprende muito sobre o desenvolvimento.

Fique em pé aí. (*Palmas.*)

Está aqui também o Bruno Henrique, que é de Minas Gerais, acompanhando-o.

O Vice-Prefeito de Hidrolândia, o Welington Leandro, está aqui também, e quero registrar a presença dele.

Oi, Leandro!

Se ele quiser ficar em pé, pode ficar, Leandro, porque o pessoal já...

É uma cidade que está desenvolvendo bem.

Obrigado pela presença.

Tem dois Marcus Vinícius aqui. Vou chamar aqui e apresentar o Prefeito de Valparaíso, que é Marcus Vinicius. Ele foi convidado para esta audiência e marcou presença, mas acho que teve que sair; está atrás de emenda. Está aí buscando emendas.

E o Marcus Vinícius, que é publicitário. Está aqui presente.

Ele é um dos incentivadores de inteligência artificial e tudo mais e sempre está nos ligando e passando aí as novidades.

Do lado dele, está ali o Kim Abrahão, Secretário de Desenvolvimento, Indústria e Comércio ali da cidade de Anápolis. Importante: é do meu partido, PSD.

Do Leopoldo já fiz a apresentação. Ele é o Presidente do Senac, em Goiás.

Seja bem-vindo, Leopoldo, mais uma vez.

O Paulo Trabalho eu já apresentei. É o Prefeito de Posse.

O Luiz Carlos, Secretário de Governo de Posse, está presente.

O Jonathan Maciel, secretário de convênios, está presente também.

A Bia já foi apresentada.

Mais uma vez seja bem-vinda a esta Comissão, Bia.

O Celso Camilo é um dos palestrantes que vai fazer a apresentação.

O Henri é Deputado Estadual.

Seja bem-vindo à nossa Comissão, assim como a Letícia Neres.

Jordana Vilela Mendonça, Diretora de Cidade Inteligente de Goiânia.

Está presente a Jordana?

Está ali a Jordana

Paulo Sérgio, da Brasscom.

Seja bem-vindo, Paulo Sérgio.

Também o Luciano Lacerda, Presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento, Tecnológica e Inovação da Fieg, que nos dá a honra aqui da sua presença

Sebastião Ferreira, mais conhecido como Juruna, seja bem-vindo! É também um apaixonado nessa área

Júlia Matos, advogada, e o Gleysson Araújo, da Soluti, essa empresa de que eu falei para vocês, pioneira em certificação digital; e Anselmo José.

Sejam todos bem-vindos.

Eu quero convidar agora a Cristiane Vianna Rauen.

É isso mesmo Cristiane?

Vou dar até dez minutos. Pode usar o seu tempo.

Seja bem-vinda.

Está com a palavra.

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN (Para expor.) – Muito obrigada, Senadores.

Bom dia a todos, bom dia à audiência, colegas de mesa...

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou projetar, não vou fazer uso do recurso visual; vou fazer a minha fala espontaneamente aqui.

Eu estou representando o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Essa pauta, para nós e para todo o Governo, aqui muito bem-representado, é uma pauta prioritária. Ela está muito associada à nova política de industrialização brasileira, que é a NIB, a Nova Indústria Brasil, e que tem como uma das missões importantes, dentro do seu contexto, a Missão 4, que é a missão associada à transformação digital. Então, uma das missões pactuadas no âmbito do Governo Federal, pactuadas numa aliança cidadã, pactuadas numa aliança empresarial e do segmento produtivo é a de transformar digitalmente o Brasil, a nossa nação.

Obviamente, a gente está falando aqui de um tema bastante pertinente e fundacional para o processo de transformação digital brasileira, que é o tema de *data center* e da capacidade de processamento, armazenamento e gestão, tratamento de dados.

Então eu queria começar a minha fala com algumas pontuações relacionadas ao escopo do tema, à relevância temática então dos *data centers*, o *data center* entendido e compreendido como uma infraestrutura fundacional da economia atual e um fator imprescindível para a produtividade e para o desenvolvimento das nações.

Por tratar de dados, processar dados, os *data centers,* então, incorporam uma grande parte do que hoje é a economia mundial. Hoje, 25% do PIB mundial são baseados em dados. Então, a capacidade de processar, armazenar e tratar dentro de *data centers* e viabilizar todas as cadeias associadas a esse *data center* são algo importante e imprescindível, do ponto de vista da política industrial e da política econômica, de maneira mais geral.

Serviços digitais hoje representam mais de 50% do total de exportações do PIB global. Os dados trazidos pelos colegas, pelo Igor e pelo Guilherme, reforçam, então, esse crescimento exponencial da necessidade de os países investirem na infraestrutura associada ao que vai ser processado, como os dados serão levados para a geração de riqueza, para a geração de produtividade e para o desenvolvimento econômico de maneira geral.

Então, *data center,* pontuando, é um tema relevante para a nação brasileira, assim como está acontecendo em todo o contingente mundial.

Há alguns dados sobre economia digital e economia de dados no Brasil que eu gostaria de destacar e até antecipar que é um tema ainda pouco explorado e com potencial enorme de crescimento de desenvolvimento, e é importante que o Parlamento se una ao Executivo, em uma agenda profícua, para dinamizar tudo o que a gente pode viabilizar com a perspectiva do tema de *data center* e da economia digital como um todo.

Antes de mais nada, é importante dizer que o processo de transformação digital já foi iniciado de uma perspectiva infraestrutural bastante relevante.

Hoje, 91% da população brasileira têm acesso a fibra ótica. Nós somos 88% de brasileiros com acesso à internet. Isso faz com que a gente seja o segundo maior país no mundo com acesso à internet e o quarto maior país no mundo com acesso às redes sociais.

Nós somos um gigante no contexto digital em termos de acesso à infraestrutura e de uso dessa infraestrutura. Além de tudo, nós temos 85% da população brasileira vivendo em áreas com cobertura de 5G.

Então, a gente tem acesso à fibra e a gente tem acesso a *wireless*. Então, nós estamos bem-servidos.

O problema é que a gente precisa melhor utilizar esse acesso à infraestrutura e melhor operacionalizar tudo o que esse acesso pode nos dar, e a capacidade de viabilizar os *data centers,* a potência do aumento dessa infraestrutura, no contingente nacional, só vai potencializar, ainda mais, o que a economia brasileira pode fazer com esses dados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Só para mencionar um pouquinho dos dados de governo, hoje nós somos 169 milhões no gov.br, 94 milhões no CadÚnico e 175 milhões de brasileiros usuários do Pix. Todos esses dados, potencializados com aplicações e serviços vinculados à inteligência artificial, gerariam um potencial enorme para potencializar – obviamente, mencionando a questão da potência de novo – via o processo de tratamento, armazenamento e gestão desses dados, nas instalações de *data centers.* Então, é muito importante, é imprescindível que a gente transforme todos esses *datasets*, transforme todos esses dados, transforme todo o acesso infraestrutural que o Brasil já tem em canais virtuosos para a economia, para a produtividade, para a capacitação e para a formação do contingente brasileiro.

Queria mencionar, como segundo ponto, em decorrência disso, que nós estamos vivendo uma janela de oportunidade, como foi bem mencionado pelos colegas anteriormente.

O Igor mencionou um processo de crescimento muito grande numa corrida por instalações de *data center,* porque o advento da inteligência artificial e, mais do que isso, da inteligência generativa geram uma necessidade muito maior de processamento de informação. Então, as GPUs, que são os equipamentos de processamento para a inteligência artificial, são mais caras, obviamente, e, portanto, a gente está pensando em expectativas de desoneração, como mencionadas pelo Igor no quantitativo previsto aqui pela articulação interministerial, mas também a gente precisa pensar que eles geram uma maior necessidade de uso de recursos hídricos e energéticos também – cerca de 70% a mais de energia são necessários para rodar um *data center* de inteligência artificial.

É por isso que o mundo, hoje, se volta para o Brasil; é um contexto de abundância energética e de uma matriz energética limpa e renovável.

Então, 89% – acho que foi o dado que o Guilherme trouxe – são de uma matriz energética limpa, renovável e também menos custosa, porque pode ser facilmente associada às expectativas de outras gerações associadas – eólica, biodiesel, entre outras que podem estar sendo colocadas para cogeração e autogeração em *data centers.*

O mundo está se virando para os *data centers*, *data centers* de IA. O investimento em *data centers* só nos Estados Unidos, que hoje é o principal *hub* de *data centers no mundo,* cresceu mais de 50% nos últimos anos, e hoje o segmento de *data centers*, no contexto americano representa 0,5% do PIB americano.

Isso significa que o Brasil tem se tornado um destino importante, porque há um esgotamento em todo o mundo relacionado a onde a gente vai conseguir instalar esses estabelecimentos, porque o contexto americano já está sofrendo um processo de esgotamento. Então, os grandes *players* investidores estão se deslocando para outras realidades no mundo, em busca de acesso à energia limpa, mercado consumidor, obviamente conectividade. Esses são, só para mencionar, três principais tópicos que o Brasil tem de forma abundante e bastante eficiente, fora o mercado consumidor bastante conectado, conforme mencionado.

No Brasil, a previsão de investimentos já anunciados por grandes empresas vai chegar a 35 bilhões. Esses já são dados anunciados por investidores no Brasil: R$35 bilhões nos próximos anos estão garantidos. São *big techs*, *colocations*, como o Igor mencionou. Na verdade, você mencionou operadores, não é? Operadores de *data center*, entre outros *players* importantes, já estão considerando e já anunciaram investimentos da ordem de 35 bilhões nos próximos anos.

No Brasil, hoje, a gente conta com 172 *data centers* instalados, os quais, somados, não contabilizam nem 1GW.

Acho que o Guilherme mencionou que, em 2037, a perspectiva é que se chegue a 13. Foi isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN – A 13,8GW. Atualmente a gente não tem 1GW, totalizando o somatório dos 170 *data centers* instalados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Onde ficam concentrados esses *data centers?*

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN – São Paulo é a concentração principal dos *data centers* atualmente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Eu teria uma pergunta para a senhora mais à frente. Eu poderia fazer agora?

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN – Perfeito. Com certeza! Fique à vontade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Para interpelar.) – Eu falei, fui claro quando disse que o potencial energético deveria ser associado com atração. Nada mais justo do que meu estado, que produz, ter lá e não mandar para São Paulo, que não produz quase nada.

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN – Até pela possibilidade da cogeração com a energia eólica, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – E solar, entre outras. Seria uma pergunta para a senhora.

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN – Sim, perfeito. Se é uma possibilidade, com certeza. Teríamos que...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Fica tudo concentrado em um canto só. Eu acabei de falar com os Senadores.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN – Acabou meu tempo já? Meu Deus! Perdão!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Não acabou não!

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN – Que medo! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pode prosseguir.

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN – Endereçando-me então para o final, eu acho que a gente está vivendo exatamente isto: uma necessidade de se pensar estrategicamente o que é uma política para *data centers,* uma política para processamento de dados e para instalação de processamento de dados no Brasil.

Nós, do Governo Federal, já estamos com uma iniciativa, com uma coordenação bastante profícua entre os ministérios. Estamos entendendo que essa é uma política que precisa ser colocada como uma política de Estado.

Contamos com o apoio da Casa Legislativa, dos Senadores e de todos os colegas, tanto do âmbito interministerial quanto do Legislativo, para passar uma política que seja uma política obviamente endereçada a essas questões mencionadas pelo Senador, endereçada para o contexto da economia digital e endereçada para o contexto da transformação digital.

E, acima de tudo, o que a gente precisa considerar é capacidade de treinamento, capacitação, entregas, mobilizando cadeias de fornecedores, cadeias de desenvolvedores, cadeias de infraestrutura, para que a economia brasileira seja virtuosamente apropriada dessa atração de investimentos em *data centers* no contexto brasileiro.

Então, não podemos prescindir da ideia de que é só atrair o *data center.* Não. O *data center* tem que ganhar escala, para gerar *spillovers* positivos nas cadeias associadas a ele, porque é disso que o Brasil vai bem aproveitar, de uma política nacional de *data center.*

Desculpem-me a ausência de organização no tempo, mas eu acho que consegui passar as principais mensagens que o Mdic gostaria de passar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós é que agradecemos, Cristiane. A sua apresentação foi bem esclarecedora para nós.

Leve nosso abraço ao nosso Ministro e Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin.

Se nós formos fazer mais audiência – vai depender da Comissão –, novamente será convidada, com certeza.

Então, a Cristiane Vianna acabou de fazer sua apresentação. Ela é Diretora do Departamento de Transformação Digital e Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Obrigado.

O próximo a fazer sua apresentação aqui para nós será o Affonso Parga Nina, Presidente Executivo da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom).

Sr. Affonso, está com a palavra.

O SR. AFFONSO PARGA NINA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Agradeço o convite e, na sua pessoa, agradeço a toda a Comissão, ao Senador Styvenson, autor do projeto, aos colegas de mesa e a todos os presentes.

Eu queria só rapidamente começar falando em nome de quem eu venho aqui fazer essa apresentação hoje.

A Brasscom tem hoje uma representação bastante ampla do que é o setor de tecnologia da informação e comunicação no Brasil, desde empresas de pequeno porte até empresas de grande porte, empresas nacionais, empresas multinacionais que investiram no Brasil, empresas nacionais que viraram multinacionais. Então, a gente tem um espectro bastante amplo de empresas que estão nesse ecossistema, do qual os *data centers* são um pilar fundamental para o desenvolvimento dessa indústria, afetando desde pequenas empresas *startups* até grandes empresas e empresas nacionais com possibilidade de alcançarem voos internacionais, também a partir desse desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Eu queria, primeiro, dizer que é muito feliz a oportunidade de a gente estar aqui tendo este debate. Acho que isso é extremamente importante para o Brasil. Está muito claro aqui, os Senadores já deixaram clara essa intenção de, com esse projeto de lei, puxar este debate. Acho que é extremamente positivo que este debate esteja acontecendo, o que eu acho que é de importância bastante grande para o Brasil. E eu vou mencionar um pouquinho aqui o contexto no qual a gente enxerga isso. A conversa sobre *data centers* é muito maior do que o tema apenas de *data centers*.

Eu trago aqui um eslaide que está associado ao Plano Brasil Digital 2030+, que foi apresentado pelo Conselhão como uma proposta da sociedade civil para o Brasil, uma visão estratégica, de longo prazo, para como o Brasil pode se desenvolver através da transformação digital, e a gente aproveitar essas oportunidades que hoje o mundo tem desse crescimento acelerado da economia digital para que o Brasil possa ter três grandes impactos.

Primeiro, através da inclusão digital, a gente reduzir a desigualdade social. Isso é fundamental. Se a gente ficar para trás na inclusão digital, o *gap* social, a exclusão social só vai aumentar. Então, a gente precisa trabalhar com essa visão.

Segundo, o crescimento da economia em todos os setores. Tecnologias digitais hoje estão absolutamente em todos os setores. Não é uma questão setorial do setor de TIC, mas, sim, é uma questão que afeta escolas, hospitais, Governo, indústria, sistema financeiro; toda essa inclusão da economia para um crescimento sustentável.

E, terceiro, como já foi comentado aqui, esse contexto é global, esse é um jogo global. E o Brasil hoje não está na linha de frente; a gente está hoje na coxia do palco e a gente pode entrar nesse palco, depois começar a ir para frente do palco e receber os holofotes em cima. Então, a gente enxerga que

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tem essa oportunidade, e os *data centers* são um passo importante para a gente entrar nesse jogo, que tem implicações geopolíticas importantes hoje em dia.

Esse é o contexto do que a gente está falando, e, dentro disso, a gente enxerga que o projeto de lei apresentado traz pontos extremamente importantes que têm que ser endereçados, como a questão de sustentabilidade, a questão de privacidade de dados e vários outros. E o que a gente coloca é justamente que, no debate legislativo de políticas públicas, como aqui os representantes do Governo Federal já trouxeram, é extremamente importante que ele esteja centrado na atração desses investimentos e aí, obviamente, em quais são as contrapartidas, quais são os cuidados que a gente tem que ter, por exemplo, com a questão ambiental. Hoje existem vários mecanismos para isso, mas que a gente possa ter esse foco justamente em como a gente faz para atrair esses investimentos.

Então, por que esses investimentos são importantes para o Brasil? Primeiro eu vou colocar aqui, e muito do que eu vou apresentar aqui talvez repita ou reforce o que já foi falado, que os *data centers* aparecem ali como um elo de uma cadeia muito mais longa; uma cadeia que começa antes com uma engenharia extremamente especializada para a construção desses *data centers*, mas que continua depois, ou seja – eu vou enfatizar isso –, quando a gente fala de *data center*, nós não estamos falando apenas dos *data centers*; nós estamos falando de tudo que vem depois em termos de ecossistema digital, em termos de empresas de desenvolvimento de *softwares*, de cibersegurança, de soluções, e aí entra inteligência artificial, entra nuvem, entram outras aplicações, ou seja, todo o ecossistema, que vai desde a pequena *startup* até a grande empresa que faz o desenvolvimento, mas isso desemboca, lá na ponta, em quem usa a tecnologia: nós, cidadãos – está na mão da gente hoje, literalmente, essa tecnologia –, as indústrias, o Governo, o comércio, o sistema financeiro, as escolas e tudo mais.

E a gente está falando aqui de equipamentos e está falando de *software*. Então, quando a gente fala de adensamento de cadeia, a gente enxerga que isso tem um impacto positivo na produção de equipamentos, tem um impacto positivo nesse ecossistema de *softwares* e de desenvolvimento de soluções de modo geral.

Essa visão ampla dos *data centers* é importante: se a gente não tiver essa estrutura aqui no Brasil, a gente não consegue sustentar toda essa cadeia, que gera empregos qualificados em quantidade bastante grande para o Brasil. Hoje, nós temos mais de 2 milhões de pessoas no Brasil empregadas no setor e no macrossetor em funções de tecnologia da informação, e a demanda é muito maior do que isso. E são empregos, hoje, com média salarial duas vezes e meia, três vezes maior do que a média salarial nacional, então são empregos de alto valor agregado, empregos que podem efetivamente ajudar nessa inclusão social que eu mencionei antes.

Seguindo em frente, eu só queria reforçar aqui a questão de que, quando a gente fala de *data centers*, você tem camadas diferentes – o Igor já tinha mencionado isso aqui antes –, você tem uma camada mais de infraestrutura básica, depois você tem uma camada de processamento, depois você tem a camada de inteligência artificial e nuvem, então, quando a gente for falar de incentivos e regulação em relação a isso, a gente tem que ter essa visão muito clara de qual é o papel de cada um dentro dessa cadeia, alguns só fazem uma infraestrutura e não estão ligados ao processamento dos dados em si, e por aí vai.

Aqui eu não vou entrar em todos os detalhes, mas é justamente o impacto que isso tem em vários setores da economia.

Aqui é um pouco mais de detalhe sobre essa questão de como os *data centers* são compostos, e também quero mencionar que a gente tem vários tipos de *data centers*. A gente está falando de grandes *data centers*, sim, em que a gente pode fazer processamento de nuvem, processamento de inteligência artificial, exportar esse serviço, mas a gente tem também *data centers* de menor porte, *data centers* regionais – tivemos na semana passada aqui uma empresa, participando da audiência pública, com investimento em Goiás, Senador, justamente para atender o mercado regional, que atende as

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pequenas e médias empresas numa região –, você tem os *data centers* de telecomunicações, então, quando a gente fala de *data center,* tem todo mundo que afeta positivamente empresas de todos os portes em todas as regiões do Brasil.

O Brasil hoje representa apenas cerca de 1% dos *data centers* do mundo, então a gente, hoje, está atrás nessa corrida. Proporcionalmente, em termos da nossa indústria de tecnologia, a gente tem muito mais do que isso, e a gente tem uma oportunidade aqui de ter um papel maior tanto para atender o nosso mercado local como o mercado global. E por que isso acontece? Esse dado aqui é do Banco Central, que mostra justamente o déficit da balança comercial de serviços de computação e como esse déficit aumentou nos últimos quatro anos: o Brasil hoje está importando serviços de processamento, ou seja, na economia digital, onde é fundamental você processar esses dados, a gente está importando.

O Igor mencionou aqui, a gente tem uma estimativa também de que mais da metade da computação de nuvem hoje no Brasil está fora do Brasil. A gente tem que reverter esse quadro. A gente tem que passar a não mais importar os serviços, mas prestar aqui o serviço para as empresas locais – de novo, de qualquer porte – e passar a exportar também. Essa é a oportunidade que o Brasil tem, e a gente precisa abraçar essa oportunidade agora, porque o cavalo arriado está passando. Geralmente a gente falava que o bonde está passando; aqui não é bonde, é trem-bala, porque passa rápido. Então, a gente tem que correr atrás disso agora.

E por que isso acontece? Porque a gente tem hoje uma estrutura de custos extremamente cara para os equipamentos que vão no *data center* – 85% desses equipamentos hoje são importados, e a gente tem uma carga tributária grande –, então a gente precisa trabalhar nisso. A gente entende que esse trabalho conjunto de vários ministérios já está endereçando isso, mas hoje, para você construir um *data center*, 20% a 30% de custo inicial, de capital investido é maior do que a média mundial de outros *data centers*. Por isso fica mais caro aqui no Brasil, por isso mais da metade desse processamento está fora, e isso impacta as pequenas empresas, as médias, as grandes, ou seja, todo mundo que precisa usar um *data center* aqui no Brasil paga mais caro ou tem que fazer isso fora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AFFONSO PARGA NINA – Então, a gente entende que o foco no incentivo a essa atração de investimentos vai ter estes impactos aqui: vamos baratear essa tecnologia para o cidadão, que tem o uso aqui na palma da mão, literalmente, e para as empresas de todos os portes em todo o Brasil; criar empregos qualificados; desenvolver a tecnologia nacional nesse ecossistema, ou seja, há impacto nessa cadeia toda; passar a ser um país exportador, e a gente tem essa janela e as vantagens de energia limpa, de infraestrutura funcionando, que já foram mencionadas aqui; colocar o Brasil nesse palco geopolítico global, a gente sair da coxia, sair do *backstage*, entrar no palco e depois, lá na frente, quem sabe ter o holofote efetivamente em cima da gente; e a questão da inclusão social e digital.

São investimentos sustentáveis quando a gente fala de consumo de água, consumo de energia. Com a tecnologia de hoje – eu posso afirmar, e a gente tem mais dados sobre isso, que a gente pode depois debater –, *data centers* não vão acabar com a energia do Brasil, não vão consumir água do Brasil. As tecnologias, hoje, são extremamente poderosas para você ter uma eficiência muito grande. Obviamente, o que deve ser feito é que esses incentivos devem ter contrapartidas em termos de uso de energia limpa, de eficiência energética, e isso a gente entende que já está sendo previsto nas propostas que o Governo está preparando também.

Com isso, a gente entende que esse projeto de lei é muito importante para trazer este debate, e a nossa sugestão é que ele foque muito nessa questão do investimento e traga as contrapartidas – algumas delas já estão cobertas talvez na LGPD, e o PL 2.338, que esta Casa aprovou no ano passado, também já endereça várias coisas, acho que tem uma conexão bem importante com esses projetos ali. Que a gente efetivamente tenha esse foco no desenvolvimento do Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. Ficamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Affonso, obrigado pela disposição. Vamos precisar muito desse conhecimento do senhor e do setor que o senhor representa. Affonso Parga Nina, Presidente Executivo da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais, obrigado por atender o nosso pedido.

O próximo convidado a falar é o Andriei Gutierrez, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes).

Com a palavra, Andriei.

O SR. ANDRIEI GUTIERREZ (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Vanderlan. É um prazer revê-los, Senador Izalci, Senador Styvenson. Muito obrigado pelo convite. É uma honra estar aqui com os colegas, que se tornaram amigos aí de tantas batalhas.

Vou falar um pouquinho da Abes, que é a Associação Brasileira das Empresas de Software. A gente representa mais de 2 mil empresas brasileiras, estrangeiras, a sua maioria é de micro e pequenas empresas: 77% são micro e pequenas empresas, que estão em 24 estados do território nacional, incluindo o Distrito Federal e o Rio Grande do Norte, para contemplar aqui o nosso querido Senador Styvenson.

Eu queria... A gente vai ficando por último, vão se esgotando aqui os dados, as estatísticas, então eu vou dar uma reformulada no que eu ia falar e voltar alguns passos atrás.

Na Abes, só também para aterrissar um pouquinho, a gente tem uma cadeia muito grande de empresas: a gente tem, basicamente, as empresas de *software*, que fazem *software* e sistemas; a gente tem empresas de serviços, que fazem integração, modernização, gestão de *data centers*; a gente tem empresas que fazem *hardware*, as grandes máquinas, servidores que vão para os *data centers*; e tem empresas que fazem *chips* também, que estão ali, por trás, no processamento dos *data centers*. A nossa grande maioria são empresas de *software* e de serviços, como eu mencionei aqui, micro e pequenas empresas Brasil afora. As grandes também compõem o nosso ecossistema.

Eu queria dar alguns passos atrás. Quando a gente fala em *data center*, a gente precisa tomar muito cuidado e falar "o *data center* de IA", porque o *data center* é um centro de processamento de dados, ainda mais quando a gente usa a distinção muito boa que o Igor trouxe aqui: tem o operador da infraestrutura, o gestor ali da casa, depois você tem o provedor de serviço na nuvem, que é a empresa que vai colocar os equipamentos ali dentro e vai fazer rodar as soluções, e depois você tem o provedor de serviços. Eu acho que isso ajuda a gente a entender que é um mundo muito diversificado.

Sobretudo, quando a gente fala em *data center*, não é uma opção do Brasil investir em *data center* – eu acho que isso precisa ficar muito claro, essa mensagem. É um imperativo estratégico do Brasil, porque, se a gente não investir em *data center*, a gente vai ficar no escuro. E eu digo aqui: é sintomático dizer que a gente só processa, é a mesma coisa que dizer que a gente só produz 40% do alimento que a gente consome aqui dentro da nossa casa, o resto a gente importa. É uma deficiência estratégica que você tem que suprir, não proibindo o acesso das soluções, enfim, do processamento no exterior, mas, sim, gerando condições para ter investimento aqui no Brasil. Então eu digo aqui, por exemplo: se a gente pegar o setor financeiro... Dados da Febraban, eu vou sair do setor de tecnologia para a gente aterrissar: 186 bilhões de transações financeiras em 2023, 500 milhões de transações por dia. Isso é *data center*. Os bancos são quem mais investe em *data center* no Brasil – até então, não sei essa nova cifra agora do Ministério de Minas e Energia –, quem mais investe em *data center* são os bancos. Vão processar, vão armazenar dados, vão processar transações financeiras e também vão colocar inteligência artificial ali, camadas de inteligência artificial. Mas, se a gente não tiver esse investimento, na hora em que você for pagar, não vai processar, o seu saldo não vai aparecer na tela.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No varejo tradicional, se a gente for pegar o varejo, é difícil você chegar aos números, mas os 300 maiores varejistas têm R$1,1 trilhão de vendas em 2023. Se a gente pegar só os cinco maiores, os grandes varejistas, são R$300 milhões no ano. Se você pegar um grande varejista... Isso eu queria aterrissar. Como é o grande varejista? A gente já vem há 15 anos falando "vamos para a nuvem, vamos para a nuvem". O que é? É o cara pegar o estoque e colocar num *software* que está num servidor, na nuvem. Não está na empresa dele necessariamente. É ele colocar o pagamento, o estoque, a gestão de fornecedores, tudo isso na nuvem. E é isso que a gente diz que precisa ampliar, porque as empresas cada vez mais estão se digitalizando e estão indo para a nuvem. Eu mencionei aqui R$300 milhões só dos grandes, R$1,1 trilhão dos 300 maiores varejistas, e nem todos estão digitalizados – e vão precisar se digitalizar.

Se a gente for para o *e-commerce*, que já é 100% digitalizado, a gente está falando aqui de 415 milhões de pedidos em 2024, com mais de 2 milhões de lojas virtuais. Essa loja, a informação dela tem que estar armazenada em algum lugar. Isso é um *data center*. Quando vai processar o pagamento, tem que processar em algum lugar. É *data center*.

O Brasil se arrisca a ficar no escuro se a gente não investir mais em *data center*. Isso é uma questão estratégica.

E na Abes a gente defende que a gente tem que ter uma soberania digital competitiva e pragmática, que é o seguinte: a gente não pode fechar o acesso às tecnologias estrangeiras, às melhores, porque senão a gente não vai se desenvolver; a gente tem que ter e tem que atrair os investimentos das grandes empresas que estão investindo e estão aqui contribuindo no Brasil, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que ter uma posição estratégica – a gente vê essa disposição nos ministérios, como falaram, a gente tem dialogado com eles – de a gente olhar e ter condições de ampliar os investimentos aqui no Brasil, para a gente reduzir isso. E não é uma questão de números; se a gente for olhar a geopolítica, vai além dos números. Não é à toa que os Estados Unidos anunciaram 500 bilhões de investimento em infraestrutura lá, com o acirramento da geopolítica; a União Europeia também. Os Estados Unidos, sabendo da dependência deles da energia, eles estão... O Trump, na posse dele, quais foram algumas das palavras que ele usou? *Drill, baby, drill*, ou seja, vamos perfurar para ter petróleo, para ter energia. Eles estão estudando de novo como é que faz para ampliar a energia nuclear, porque é estratégico.

E aí o Brasil, a gente tem uma posição, como todos colocaram aqui, importante, estratégica de energia limpa, 89% da nossa matriz energética é limpa, tem possibilidade de crescimento, e a gente também tem uma oportunidade de exportar serviços para tratamento de inteligência artificial, mas o que eu acho importante a gente ter em mente é que o *data center* é o mesmo local em que a gente vai fazer inteligência artificial, a gente vai processar o dado do pagamento do *e-commerce*, isso tudo é *data center*. Então a gente tem...

Aí, acho que o Affonso trouxe muito bem esses eslaides dos diferentes tipos de *data center*, mas eu acho que é interessante a gente entender como é que funciona o aluguel do *data center*, que é o *colocation*, que são grandes operadores, que vão fazer grandes infraestruturas de energia, resiliência e conectividade e vão alugar esses espaços para a empresa, seja uma grande empresa estrangeira que queira colocar um GPU, algo mais sofisticado para treinar inteligência artificial, mas essa empresa também vai alugar espaço... Ontem eu estava conversando com um associado da Abes, uma empresa pequena de *cloud*, ela tem quatro *data centers* dentro de um desses de *colocation*, e o que ela está fazendo? Ela tem 2 mil clientes no Brasil, ela está conectando os frigoríficos aí afora, conectando pequenos e médios frigoríficos, que estão se digitalizando e estão contratando esse serviço – mais uma vez, um provedor de serviço que subcontrata a capacidade, a infraestrutura de um operador de *data center* ali, para prover a digitalização, no caso, para frigorífico, mas rede hoteleira, médios hotéis no

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste, por exemplo, estão passando por esse tipo de coisa. Eu acho que esse é um ponto que a gente tem que ter em mente, que é estratégico para o país.

Voltando aqui, para focar especificamente no projeto de lei, a gente precisa tomar muito cuidado com sobreposição regulatória. A gente participou, a Abes, muito ativamente da construção da LGPD, a gente participou muito ativamente da construção, da estruturação da própria ANPD, e é importante que a gente tome muito cuidado: toda e qualquer alteração da LGPD é muito sintomática; uma vez que você abra... Eu considero isso como uma caixa de Pandora, foi um equilíbrio muito instável a que a gente conseguiu chegar, na época, para aprovar aquele projeto de lei, ninguém saiu satisfeito, mas – não vou dizer que esteja redondo – está equilibrado.

Então, talvez, quando a gente olha *data center*, que não vai ser o operador de *data center* da infraestrutura, vai ser na camada de tratamento que você vai olhar o dado pessoal, a segurança, etc., a ANPD esteja mais do que capacitada para fazer esse trabalho de regulamentação, de olhar a segurança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRIEI GUTIERREZ – E, dentro desse contexto, talvez valha a gente discutir aqui como é que está o fortalecimento da ANPD – eu acho que essa é uma questão, ela não tem funcionário até hoje para fazer o trabalho para o qual ela foi criada, empoderada.

E outro tema que também a gente vê são os temas que são muito discutidos, eu acho que os colegas já colocaram muito aqui, e estão presentes no PL, de eficiência energética. Eu acho que esse é um imperativo estratégico do setor de *data centers*, ou eles avançavam ou não iam sobreviver, sobretudo pela questão de pressão dos investidores por eficiência, para reduzir o custo de energia, porque é muito alto o custo de energia. E o custo de um *data center* – não sei, os colegas mencionaram aqui – é muito alto. Se você for manter a operação, 23% são impostos – dado ali da ABDI –, 66% você importa, você paga em equipamento ou *software*. Então, não é barato manter um *data center*.

Enfim, concluindo a minha fala aqui, eu acho que esse é um tema estratégico. Nossa recomendação é para o Senado olhar mais para esse tema, continuar olhando, como vocês estão fazendo, com este foco: é um imperativo estratégico. O Brasil precisa cada vez mais ter capacidade de processamento de dados aqui no Brasil, sem fechar a oportunidade de investimento e acesso aos dados também processados no exterior.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Andriei.

Andriei, você falou que é 66% o Imposto de Importação para os produtos?

O SR. ANDRIEI GUTIERREZ – O custo de um Capex de investimento de um *data center*, 66%... Deixe-me pegar aqui: 62% são com *hardware*, que são as máquinas e os *softwares* – quando você vai montar um *data center*, esse é o custo –, e 23% são impostos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Andriei, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes). Obrigado pela presença.

Em tempo, eu quero registrar a presença aqui do ex-Prefeito de Senador Canedo, Magno Silvestre, esse jovem, também ex-Presidente da CDL, que está acompanhado do Pastor Lucas – seja bem-vindo aqui, Pastor Lucas, atendeu o nosso convite –, e do Prefeito, que eu já mencionei aqui, de Valparaíso de Goiás, aqui do lado, uma cidade de mais de 200 mil habitantes, Marcus Vinicius – seja bem-vindo. Ele está aqui representando a Federação Goiana de Municípios.

Preste atenção aí, viu, Marcus Vinicius? Isso aqui é para levar para o seu município, para sair à frente aí com projeto de incentivo nos municípios.

Bom, nossa próxima convidada é a Elbia Gannoum. É isso, Elbia?

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELBIA GANNOUM – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A Elbia é Presidente da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica).

Está com a palavra, Elbia.

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar o Presidente, Senador Vanderlan Cardoso, e o Senador Izalci, pela iniciativa tão importante desta Comissão.

Nós precisamos fazer uma discussão, e uma discussão ampla. Às vezes as pessoas se perguntam: "Mas o que a Presidente da Associação de Eólica está fazendo em uma discussão de *data centers*?". É importante ressaltar que eles são todos meus clientes. Eu vou oferecer a energia eólica mais competitiva do mundo para eles fazerem os *data centers*. Essa é a questão.

Senadora, é neste ponto que eu gostaria de trazer a minha fala: uma concepção industrial dos *data centers* e uma concepção industrial da energia brasileira. O Brasil é o país que pode prover a energia renovável mais abundante e mais competitiva do mundo para fazer os *data centers*. E o Brasil, por essa abundância de energia, está vivendo um momento difícil de explicar, está passando por uma verdadeira crise na indústria de energia elétrica. Nós estamos fechando fábricas, demitindo trabalhadores. Por quê? Porque nós não temos demanda por novos projetos de energia.

No caso da energia eólica, nós tivemos a capacidade, junto com as políticas públicas que foram feitas de nacionalização, de nacionalizar 80% da produção de um aerogerador. Então, quando vem essa falsa ideia de que *data center* não gera emprego, é um grande equívoco, porque nós temos que ter uma visão de cadeia de produção, uma visão industrial. E, quando nós olhamos o efeito de cadeia – e a Cristiane trouxe aqui o dado de 25% do PIB –, a energia eólica tem um efeito multiplicador na economia hoje da ordem de três. O que isso significa? A cada R$1 que nós investimos em energia eólica no Brasil, nós geramos R$3 de PIB na economia brasileira. Em termos de crescimento e desenvolvimento econômico-social, a energia eólica, nos últimos anos, fez com que o Nordeste crescesse 21% no PIB e 20% no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Então, é esse olhar que nós precisamos ter. Quando nós vamos olhar para o *data center*, nós vamos olhar com uma concepção de indústria que tem efeito a montante no meio da cadeia e a jusante também. Esse é um fator.

O outro fator é a própria indústria que nós vamos alimentar. Ao prover o megawatt-hora de energia, nós estamos promovendo todo o impacto industrial. E isso vem numa concepção importante de que nós, economistas especialistas em indústria – e este é o meu caso –, o Brasil está diante de uma oportunidade de fazer uma política industrial verde, muito bem falada pelo meu querido Vice-Presidente Geraldo Alckmin, Ministro. E é isso, o Poder Executivo está trabalhando em várias políticas, como transição energética, política industrial verde, transformação ecológica, o plano do nosso Ministro Haddad, e é nessa concepção que nós precisamos entender a indústria de *data centers*.

Nós estamos defendendo muito o conceito de *powershoring*. E o que é isso? É atrair mais indústria intensiva em energia para o Brasil, porque o nosso problema é diferente do problema do Trump. Nós não precisamos falar *drill*, porque a gente não precisa perfurar nada, porque a nossa energia está no vento, está no sol, está nas hidrelétricas. Então, a gente não tem que perfurar nada e vamos fornecer a energia mais barata e mais abundante. Então, é nessa concepção de indústria que nós temos que pensar.

Gostei muito da apresentação do Ministério de Minas e Energia, também trazendo aqui uma evolução de como se faz o planejamento, porque eu tenho falado com muita frequência – eu falo muito com o Ministro Alexandre Silveira – que nós precisamos repensar a maneira que nós pensamos em energia, nós precisamos repensar a maneira que nós planejamos o sistema elétrico e que nós implementamos esse sistema elétrico, porque ele não atende mais essa necessidade moderna do *data*

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

center. Esse 1 giga que a gente está vendo agora, esse potencial de 14 gigas, a gente sabe que é muito mais do que isso – isso é o que está no papel –, vai acontecer muito mais. Então, a gente precisa ser muito mais ágil também no nosso planejamento, e eu vejo aqui pela apresentação que a gente está caminhando nessa direção.

Então, nós precisamos pensar em indústria. Não vamos falar mais em setor elétrico, é a indústria de energia brasileira que vai promover todo um processo de descarbonização.

Eu tenho participado bastante do debate do clima, da transição energética e venho refletindo: nós enquanto indivíduos temos poucas certezas na vida, a gente não sabe nem o que vai acontecer amanhã efetivamente, mas enquanto sociedade nós temos algumas certezas. Enquanto sociedade, nós seremos uma sociedade cada vez mais tecnológica e cada vez mais descarbonizada. Isso significa que nós vamos precisar muito de energia, mas de muita, e é giga. Nós estamos falando de demandas de gigawatts, não são mais megawatts como a gente preparava o sistema antes.

E, a despeito de a nossa indústria estar vivendo uma crise muito grande agora, por falta de demanda, as pessoas dizem: "Elbia, mas você continua bem, está sorrindo, está dormindo bem". Sim, eu estou dormindo bem, porque eu sei que nós estamos vivendo uma crise que vai passar muito rápido e vai passar, porque nós vamos ter uma forte demanda de energia renovável para fazer *data center* e para fazer também o hidrogênio verde. Eu não tenho dúvidas de que o Brasil que a gente está construindo neste momento – e aí é um Brasil que está sendo construído pelo setor produtivo, pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo – será um Brasil que vai ter uma quantidade muito grande de demanda por energia, mas para isso nós precisamos realmente organizar toda essa estrutura econômica, toda a estrutura regulatória, nas leis, nos mecanismos de incentivos necessários para que essa indústria aconteça. Então, vamos sair deste momento de crise que estamos vivendo, uma crise louca, que é crise de falta de demanda... O mundo vive uma crise de falta de oferta, e nós aqui de falta de demanda de recursos renováveis. Nós vamos sair deste momento, pular para um outro patamar e isso vai trazer um grande crescimento econômico para o Brasil.

O senhor falou aí do cavalo arriado, eu me lembrei do meu pai – o senhor é goiano, eu sou mineira –, e aí lembrei, eu sempre falo do meu pai: "O cavalo arriado está passando aqui", e talvez a gente não tenha visto um cavalo tão potente na história da indústria brasileira como é esse cavalo de prover energia renovável para essa nova indústria que a sociedade está construindo, um modelo de sociedade, porque o Brasil tem um grande potencial de ser uma grande economia, mas para isso nós precisamos trabalhar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Em Goiás é cavalo, em Minas é trem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ele disse que em Goiás – o Senador Izalci – é cavalo; em Minas é trem, o trem está passando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – É trem-bala, trem-bala!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Elbia, obrigado aí pela sua apresentação, que é a Presidente da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica).

Elbia, você sabe que, na sua fala... Eu conheço e estou sabendo a situação que o setor está passando, principalmente o seu, da ABEEólica, de energia eólica. No Nordeste, parece que teve até que desligar algumas torres, mas, quando eu vejo você passando por dificuldades, o seu setor, e com esse otimismo todo, acreditando que essa oferta, daqui a pouco, vai ter que ter mais investimento, e mais

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

torres, e mais painel também fotovoltaico, e as nossas usinas, PCHs e tudo mais, então, isso é animador. Fiquei otimista, viu? Em sua fala, você sintetizou bem: por que passa hoje, mas o que está vindo por aí, e é muito rápido.

Aí estão todos fazendo o dever de casa, como esta Casa, o Senado Federal, em especial aqui a Comissão, fazendo o dever de casa nesse debate para que nós, Senadores, Senadoras, possamos conhecer melhor, entender melhor o setor, o que é o projeto. Eu, como Relator, imagino que eu estou aprendendo aqui com vocês nessas apresentações.

Então, obrigado pela participação.

Vamos aqui chamar o próximo, e também o último, que vai falar para nós, Professor Associado da Universidade Federal de Goiás (UFG), Ph.D. em Inteligência Artificial, Prof. Celso Camilo.

Com a palavra, Prof. Celso.

O SR. CELSO CAMILO (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Vanderlan, Presidente, e o Senador Izalci também – é um prazer imenso estar aqui –; também cumprimentar os colegas da mesa aqui, na pessoa da Cristiane, cumprimentar todos – é um prazer imenso estar com vocês e todas as autoridades que estão presentes aqui.

Senador, primeiro, quero agradecer, agradecer o convite, agradecer – ouvi a academia – todos os elogios que o senhor tem feito aí para o trabalho que a gente tem desenvolvido lá na Universidade Federal de Goiás. Sei que o senhor é um embaixador, não só por ser de Goiás, mas por gostar do Brasil e querer que o Brasil pegue como referência e exemplo parte do que a gente tem desenvolvido lá. Então, eu preciso agradecer-lhe todo o apoio e esse espaço para a gente poder contribuir com o Brasil, que, aliás, é o que a gente vem tentando fazer há algum tempo lá. Quando a gente pensou no centro de excelência – isso já faz uns seis, sete anos –, a gente tinha muito essa visão estratégica de para onde o mundo estava indo e como é que a gente poderia contribuir com o país nesse sentido.

Então, a gente criou não só o centro, a gente criou o curso de graduação em IA, o primeiro bacharelado em IA do país. Veja que já estamos na segunda turma formada em bacharelado em IA. Então, é um curso que começou em 2020, já pioneiro no processo, tentando também fazer referência no país como um todo. O centro de excelência, a gente percebeu claramente esse movimento que estava acontecendo da necessidade que os países tinham de realmente explorar essas tecnologias que estavam chegando.

Na academia, meu mestrado, em 2003, foi multiagentes, hoje o mercado fala de multiagentes em 2024. Então, assim, a academia acaba realmente percebendo alguns movimentos e gerando alguns movimentos de forma muito antecipada, e é natural que isso aconteça com certa lentidão, mas é justamente isso que eu acho que a gente precisa ressaltar.

Eu vou dividir um pouco a minha fala em contexto mundial, contexto brasileiro e depois eu vou cair dentro do PL, porque acho que aí vêm as sugestões pontuais, e vale a pena depois repensar sobre o PL.

Falando de contexto mundial, aqui eu acho que a gente tem algo a aprender, e essa Casa legislativa, o Congresso como um todo, precisa muito – na minha opinião –, absorver essa ideia, que é a seguinte ideia. A gente perdeu vários bondes, perdeu vários cavalos arriados durante a história toda. A gente passou pela primeira revolução industrial, a máquina a vapor; não participamos dela. Veio a eletricidade; também não participamos dela, de forma efetiva, como ponta de lança. Veio a computação; a gente também, terceira revolução industrial, com uma participação mínima nisso. Tentamos na quarta revolução industrial; perdemos a corrida da Lua, perdemos a corrida dos *chips*, perdemos um monte de corridas.

E aqui... Eu costumo dizer em todos os fóruns de que eu participo, em várias situações, que o feito é melhor que o perfeito. A dimensão velocidade é mais importante, às vezes, que o conteúdo. A gente olha muito para a dimensão conteúdo, o que está escrito; o que está escrito a gente pode modificar,

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

atualizar, melhorar, mas no tempo a gente não volta atrás. E eu acho que esse é um ponto superimportante para a Casa do Legislativo.

Em se tratando de tecnologia, e eu não estou dizendo que isso vale para todos os temas, mas, se tratando de tecnologia, a gente não pode passar por cima da dimensão tempo. Passar por cima da dimensão tempo é perder mais uma vez o cavalo arriado, é perder mais uma vez o bonde e o trem.

E isso talvez não fique muito claro nas discussões, porque as pessoas estão, às vezes, presas no conteúdo, presas no que está escrito, e se esquecem de que precisam acelerar o processo de aprovação, evidentemente com seguranças jurídicas – porque não adianta também por aprovar qualquer coisa –, para a gente conseguir, de fato, entrar no tabuleiro geopolítico. O tabuleiro geopolítico é feito de ciência e tecnologia – ciência e tecnologia –; seja para a área bélica, seja para a área econômica, seja para a área social, o tabuleiro é feito de ciência e tecnologia! E o país não tem essa mentalidade, a gente não aprendeu a fazer isso, a gente não participou de nenhuma outra antes.

Então, qual é o desafio nosso? O desafio nosso é muito mais cultural, muito mais desenvolvimento intelectual do ponto de vista de mentalidade, e aí associo à velocidade, associo aos investimentos, associo à priorização, mais pensamento de longo prazo e menos pensamento de curto prazo. E veja que isso é muito difícil mudar, claro, é cultura. Cultura é muito difícil mudar.

A gente – fazendo um pouquinho de antropologia – carrega ainda no nosso DNA, no nosso comportamental, na nossa convivência, nos nossos ritos, seja no Legislativo, seja na área empresarial, seja na academia, essa carga ainda de país reativo, país que foi dominado, país que foi explorado, e menos de país proativo, aquele país que foi atrás de descobrir novas terras, que foi atrás de desenvolver novos espaços. Então, por incrível que pareça, a colonização ainda está impregnada em nós. E a gente está pedindo ainda a bênção para a Europa para a legislar para a gente.

Olhe o 2.338. Por que a gente tem que copiar o tempo todo da Europa? Por que a gente tem que pedir bênção para a corte o tempo todo? Por que a gente não consegue ter autonomia e mentalidade suficiente para dizer: "Vamos entrar no tabuleiro geopolítico"? E, nesse cenário, nessa janela que se abre – porque mais uma revolução é mais uma janela que se abre –, os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos têm que tomar mais risco, porque você quer entrar na corrida sem tomar risco? E o risco tem a ver com a velocidade. Então, pode ser que eu não faça a melhor legislação, pode ser que eu não faça a melhor lei, mas eu vou fazer, talvez, uma das mais rápidas para conseguir atrair o investimento mais rápido, para conseguir sedimentar esse conhecimento mais rápido, e eu vou melhorando isso.

Por que a gente tem que fazer uma lei que seja perene, pensar numa lei que vai durar dez anos? Por que se a tecnologia não vai permitir isso? Em se tratando de IA, então, não tem chance de qualquer coisa que a gente fizer durar dez anos. Então, se a gente sabe disso, por que a gente está recorrendo aos sistemas antigos de legislação em cima de temas que são dinâmicos?

Então, vou chamar a atenção – para não perder muito tempo –, nesse sentido, para essa contribuição que eu quero dar para o Parlamento: vamos pensar, além do conteúdo, na velocidade. A gente tem outros mecanismos para acelerar a velocidade, mas acho que fazer legislações traz uma segurança jurídica, e acho que isso é superimportante nesse contexto mundial. Então, é uma chance que nós temos. Abriu-se uma janela de oportunidade para a gente, de fato, participar.

E detalhe – aí vem outro ponto importante, e depois eu trago dentro do PL –, países em desenvolvimento e subdesenvolvidos não têm chance de fazer corridas sozinhos. A gente tem saneamento básico para cuidar, a gente tem uma educação para cuidar, a gente tem uma saúde para cuidar e tem que fazer investimentos em IA. Olha a diversidade e a necessidade que o país tem pelas condições pregressas. Como é que a gente faz isso? Dilui risco, chama parceiro para investir junto, seja ele privado, seja ele outra nação, sejam blocos de nações. A gente tem que entender que o processo é mais complexo do que a gente sempre fez, mas, ao mesmo tempo, é possível que a gente faça, só que

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a gente tem que mudar a mentalidade. A gente tem que partir para uma mentalidade muito mais de conquistar do que ser conquistado, e é isso que a gente precisa incumbir dentro das legislações e dos PLs, para que a gente consiga, de fato, crescer.

E aí eu vou trazer um pouco para o PL. *Data center*. O *data center* é o insumo desse processo, é o insumo dessa corrida. E aqui – detalhe importante – não só o Brasil pode, como o Brasil tem grandes vantagens competitivas nessa nova janela que se abre. Então, a gente já falou aqui – não vou ser repetitivo – bastante sobre energia, bastante sobre o espaço, bastante sobre a falta de maremotos, terremotos, que também é um benefício, nós ganhamos, dados por Deus. Então, a gente tem todo o material, o insumo para desenvolver e, às vezes, há pequenos detalhes que a gente, de novo, fica esperando, fica massageando, fica ali nas picuinhas e esquece de acelerar, porque, se a gente tivesse essa mentalidade, a gente passaria por cima de muitas coisas e chegaria a um resultado mais rápido.

Quando a gente fala de *data center*, então, dentro do PL, a contribuição que acho ser principal para o PL é está confuso, na minha opinião.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO CAMILO – Por que o PL está confuso? Os outros colegas já falaram um pouquinho sobre a questão da taxonomia. Eu vou usar a do Igor... Eu tinha feito uma taxonomia de seis camadas, mas vou usar a do Igor, que é mais simples, são três, mais didática. Se a gente não olhar para os agentes que estão nas camadas e o PL tratar agentes diferentes, com regulamentações diferentes, com restrições diferentes, com sugestões diferentes, com apoio, com fomento diferente, a gente vai confundir tudo e aí vai virar uma celeuma que ninguém vai entender, e não vai conseguir implementar no final do dia. Então, eu acho que trazer uma taxonomia que, de fato, diferencie cada camada dos *data centers* ajuda muito a não pecar dentro do texto. Então, eu acho que reestruturaria o contexto geral do texto, trazendo essas camadas de *data center*. Não dá para você cobrar do fundacional, a pessoa que comprou o lote, a pessoa que desenvolveu regulamentação municipal, estadual que ela tenha proteção dos dados. Ela não tem nada a ver com o dado, ela nem sabe que dado está trafegando ali. Então, esse tipo de situação é que...

Há outra coisa no PL também – e, aliás, está em outros PLs, infelizmente, também este problema: está misturando temas. Proteção do dado está na LGPD. Se a gente tem que melhorar, e acho que tem alguma coisa para melhorar lá, tem que melhorar lá na LGPD. Com essa coisa de ficar replicando termos, conceitos, regras em várias legislações, você está de novo aumentando o custo Brasil, você está aumentando de novo o risco jurídico. Então, eu acho que, em vários momentos aqui... A parte ambiental... Não que não se possa citar, mas cite e referencie como a regulamentação sendo aquela, apenas ratifique o que já existe de legislação. E, se precisa melhorar, que vá lá melhorar.

Já que eu citei a LGPD, eu acho que tem um ponto ali que para os *data centers* é muito importante que é a capacidade que o *data center* tem e pode de processar dado internacional, que é outra corrida. Se a gente está falando de trazer investimentos de fora, a gente precisa permitir que os *data centers* processem dado internacional, independente da legislação de dados lá do outro país, porque imaginem se eu for fazer negócio só com países que têm a mesma legislação de dados que eu tenho! E detalhe: eu não pego no dado; é como se fosse um aeroporto em que pousa o avião, entra na alfândega, sai da alfândega, eu não tenho que mexer naquele dado. Então, com isso eu ganho o mercado, eu ganho mais investimento, eu ganho mais pessoas querendo trazer *data centers* para o país, porque, afinal de contas, eu não tenho que compatibilizar legislações, já que o dado vai só passar por aqui, não precisa necessariamente ficar aqui. E a gente também não vai manipulá-lo aqui nesse caso, nesse ponto específico.

Enfim, são duas sugestões bem gerais. Uma é reestruturação, e a segunda é com relação à aceleração. E a terceira, que eu vou destacar aqui também, é a parte de fomento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fomento é algo supervalioso e importante quando a gente está falando dessa janela de oportunidade. Foi citado, agora há pouco, e eu vou corroborar com isto também, que a gente pode e deve utilizar os *data centers* e as camadas de *data centers* que existem e podem vir a existir no Brasil para fomentar diferentes setores e políticas públicas, não só desenvolvimento regional, como foi citado pelo Senador do Rio Grande do Norte, mas desenvolver, por exemplo, a parte de ciência e tecnologia no país. Boa parte da ciência daqui para frente vai depender fortemente de processamento, de servidores. E, se a gente não tiver recurso para comprar esses serviços, a gente tem que, de alguma forma, dar o que a gente chama de *grants*, bolsas, doações dessa quantidade de computadores ou processamentos para essa ciência. Então, olhem só: se a gente puder fazer uma contrapartida fiscal, no imposto, e reverter isso, por exemplo, para usufruto da ciência brasileira, olhem o benefício que isso vai dar, a alavancagem que isso vai dar não só na computação, em todas as áreas da ciência. A gente falou de PID, a gente pode falar de ciência básica, todas elas vão depender muito de processamento e computação. Então, ideias como essa de fomento e, ao mesmo tempo, de atração de investimentos eu acho são muito bem-vindas para a legislação, pois ela é muito tímida. Hoje, o PL como tal está muito tímido do ponto de vista de fomento. Eu incrementaria elementos de fomento significativos aqui.

E, para finalizar, Senador, eu acho que é trazer um pouco do que a gente enxerga lá em Goiás, do que a gente tem feito lá em Goiás que possa contribuir também com a história dos *data centers* e da IA. Para quem não sabe, o Ceia – eu falei muito do Ceia aqui, acabei não descrevendo o Ceia – é o Centro de Excelência em IA. O Ceia hoje é o maior centro de IA da América Latina. Nós temos mais de 800 pesquisadores brasileiros trabalhando no Ceia. É uma potência não só nacional como internacional, comparado com outros centros mundialmente falando.

E a gente acaba atraindo... Vejam: tem gente da Índia sendo treinada por nós, tem gente da Europa sendo treinada por nós, tem gente vindo consumir o nosso conhecimento, nossas habilidades, nossas competências. E o Ceia está disposto a contribuir com o país, tem feito isso ao longo dos anos e está cada vez mais disposto a vir colaborar, a contribuir, mas é importante: a gente quer ajudar quem quer ser ajudado, a gente quer ajudar quem realmente entende a importância e a velocidade da corrida, porque, se eu for ajudar quem está amarrado, eu fico amarrado junto. Então, eu preciso que o país cresça junto e, para isso, que o país entenda a velocidade junto. E é para isso que a gente está disponível lá na universidade federal.

O Ceia não é do Celso, o Ceia não é do professor X, Y, Z; o Ceia é do Brasil e está pronto para ajudar o Brasil.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Prof. Celso Camilo, obrigado pela sua fala, sua apresentação. Não é à toa que eu estou divulgando a nossa universidade e esse curso de graduação de Inteligência Artificial.

Nós queremos, sim... Não vamos deixar isso passar mais uma vez, como foi das outras vezes, como ficou para trás também a nossa concessão, que, no momento certo, atendeu, mas que depois ficou atrasada, das nossas teles, o que se resolveu com um projeto de lei quando se teve vontade em aprovar. E, nesta Comissão, essas audiências públicas, Prof. Celso, são para colher esses dados. Eu, como Relator, estou observando. E, com certeza, nós vamos ter outras reuniões. Os Senadores e as Senadoras, com certeza, vão apresentar suas emendas para aperfeiçoar o projeto tanto aqui como na Câmara. Então, eu quero lhe agradecer por sua presença aqui.

E eu quero, em tempo, registrar a presença aqui do Senador Valdir Raupp. Seja bem-vindo aqui à nossa Comissão, Senador, grande amigo, que está participando aqui.

Senador Izalci, o senhor tem pergunta aos nossos participantes?

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Tenho! (*Risos.*) São tantas perguntas, mas, primeiro, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Realmente é fundamental esta discussão. Com certeza, precisaremos fazer outras. Tenho algumas questões rápidas aqui.

É para o Igor, principalmente, esta questão. Nós temos hoje mais de 500 bilhões de incentivos fiscais e estamos trabalhando no sentido de avaliar cada incentivo desse, porque a gente costuma aprovar incentivo e depois esquecer, não sabendo se ele atendeu exatamente as promessas que foram feitas. Nós aprovamos, recentemente, a Emenda Constitucional 132, da reforma tributária, que praticamente elimina novos incentivos. Como resolver essa questão, se acabamos de aprovar essa emenda constitucional? Há uma proposta do Governo de encaminhar uma nova emenda constitucional para incentivar os *data centers*? Essa é uma pergunta que eu queria fazer.

Para o Guilherme, é com relação a como está essa questão dessa rotina, porque o Brasil é muito moroso no processo de liberação. Não sei se melhorou, mas... Foi dito aqui que hoje *data center* consome 13% da energia. Como tem agora mais de 34 pedidos, isso evidentemente deve dobrar esse consumo. Nós ficaríamos, então, com 26% mais ou menos de consumo? *Data center* vai consumir 26% da nossa energia?

Qual é o papel – uma pergunta que foi feita aqui por um dos nossos participantes aqui, o Gutierrez – da indústria brasileira no plano de *data center*? Então, a gente precisa ver essa questão da indústria nacional.

Qual é a relação aí...? O Styvenson fez aqui uma colocação, e eu precisava ter uma resposta mais... Foi dito aqui que realmente, com *data center* fora daqui – em grande parte dos nossos trabalhos são utilizados *data centers* de outros países – nós temos limitações. Ficou falando aqui que fica rodando... Qual é a relação entre a localização do *data center* com a utilização, no caso das empresas? É lógico que São Paulo tem 30 hoje, porque também tem muito mais empresas que utilizam *data center*. O fato de o Nordeste ser hoje um grande mercado de energia possibilita a gente colocar mais *data center* lá, apesar de lá não ter tanta empresa que vai consumir esse serviço? Como é que funciona isso?

Bem, como o Andriei falou aqui, nós estamos agora com a reforma também, com o *split payment*, que vai ser milhões de operações por minuto. Espero que a gente consiga realmente, já na implantação do *split payment*, que está programado já para 2027, ter essa capacidade de agilidade com relação a essa questão.

Foi dito aqui também que praticamente 80% dos equipamentos de *data centers* são importados. Nós não temos capacidade de utilizar a indústria brasileira nisso? O Brasil teria potencial hoje de desenvolver um *data center* nacional?

Bem, o Celso falou aqui, muito bem colocado aqui... Acho que Goiás está de parabéns pela iniciativa, na universidade, dos cursos de Inteligência Artificial já lá atrás, fazendo já sete, oito anos.

E a gente tem este problema aqui no Brasil: a gente só pensa no curto prazo. Normalmente os políticos pensam na próxima eleição, ninguém pensa na próxima geração, infelizmente. A nossa bancada aqui de ciência, tecnologia e novação é muito pequena, e muito mais na base do discurso do que com relação a recursos. Praticamente nós não temos investimento em ciência e tecnologia. Nós tivemos que aprovar aqui um projeto meu de 2017 para proibir o contingenciamento de recursos de ciência e tecnologia do FNDCT, que praticamente todos os anos eram totalmente contingenciados.

Ontem mesmo ou antes de ontem, nós tivemos aqui uma sessão solene em homenagem ao Dia do Físico. E aí, conversando com alguns, me disseram o seguinte. Nós somos pioneiros nos anos 60, quando nós mandamos vários jovens para o exterior, e somos referência hoje no agro. A Embrapa é realmente conhecida no mundo todo exatamente em função dessa iniciativa, ainda na época do Eliseu Alves, também de Paolinelli e de outros, que tiveram a ideia de mandar para fora os estudantes. E paramos com isso praticamente, a gente não tem muito isso mais. E estavam me dizendo ontem que a França já está limitando o compartilhamento de informação, a transferência de tecnologia. Então,

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

enquanto a Embrapa faz isso aqui para o mundo todo, compartilhando o conhecimento, porque atualmente quanto mais a gente divide, mais a gente consegue aprender, alguns países estão – na energia atômica, já há muitos anos – agora também na própria inteligência artificial... Nós vamos ter dificuldade de obter informações, transferência de tecnologia com relação a isso.

São algumas preocupações.

É evidente que essa fala do Celso com relação ao projeto... Realmente, você tem razão, a gente precisa dividir isso, porque não tem sentido... Você falou muito bem. Há um tratamento no PL de tudo aqui, e são coisas totalmente distintas, que já têm, inclusive, regulamentação muitas vezes. E a gente precisa observar isso.

São algumas questões em que nós vamos depois rever essas apresentações aí.

Eu gostaria que vocês pudessem responder algumas coisinhas.

Qual é o desafio aí do Ministério da Fazenda com relação a isso? Começando por aí, Igor.

O SR. IGOR MARCHESINI FERREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

É sempre um desafio, na Fazenda, a gente fazer esse balanceamento entre as coisas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Na Fazenda, a gente só conhece "não, não, não"...

O SR. IGOR MARCHESINI FERREIRA – É, mas eu acho que essa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Na Receita Federal, já falam "não". Não sabem nem o que é ainda...

O SR. IGOR MARCHESINI FERREIRA – Eu acho que a gente tem uma vantagem aqui de ter sido esse trabalho coordenado pela Casa Civil, com todos os ministérios participando desde o começo, o que nos permitiu buscar soluções criativas para lidar com essa questão.

Aqui a gente tem algumas vantagens. Essa é uma indústria em que, como foi falado, hoje a gente tem cerca de menos de 1 giga instalado no Brasil, e o potencial é de mais de 10. Então, o que vai acontecer no futuro é muito maior do que acontece hoje. De fato, a máquina que roda, efetivamente, ainda traz uma arrecadação relativamente pequena.

A gente também tem outras oportunidades de diferenciar aqui, porque, quando você pensa, por exemplo, na casca do *data center*, no prédio, na refrigeração, na energia, esses equipamentos duram 20, 30 anos. Então, a amortização disso é devagar. Já os computadores, não muito diferentes dos nossos *notebooks* e celulares, têm que ser trocados a cada 4 ou 5 anos. Então, você pode fazer uma política que eventualmente antecipe os efeitos da desoneração da reforma tributária para esses equipamentos que precisam ser trocados com mais velocidade, mas mantém a carga tributária na casca, de maneira que qualquer coisa que o Governo venha a mandar para o Legislativo tenha como premissa básica que a arrecadação em 2026 vai ter que ser maior do que em 2024. Com isso, a gente quase que cria uma mágica que você consegue ao mesmo tempo desonerar e não abrir mão de receita em função desse crescimento da indústria e em função dessa diferença da casca para os equipamentos do centro. Então, a gente está fazendo uma...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu fico feliz de o Ministério da Fazenda já pensar assim, porque em todo projeto que a gente apresenta vem um grande problema que é a desoneração. Eles não pensam na perspectiva de que isso vai aumentar a receita depois. Então, essa visão aí é importante a gente ter.

O SR. IGOR MARCHESINI FERREIRA – Aqui tem um cuidado, porque acho que tem uma vantagem nesse caso específico, pois, como são objetos diferentes, a infraestrutura... E você não pode importar o computador para botar no vácuo, tem que construir o prédio, a arrecadação é meio que garantida, mas isso ainda não está finalizado. Qualquer definição do instrumento acho que vai ser negociado efetivamente com o Legislativo, mas eu queria só tranquilizá-lo, pois tem caminhos para que a gente consiga atrair esses investimentos sem diminuir a arrecadação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME ZANETTI ROSA (Para expor.) – Vamos lá, Senador Izalci.

Primeiro, acho que cabe um esclarecimento para não causar confusão sobre aquele número que foi passado. O que tem ali que está se aproximando de 14GW como soma de demandas de todos os projetos é um número de solicitações. A gente precisa ver qual o montante desse número, qual a fração desse número que vai se materializar no fim da linha em contratos.

E, dada aquela nova regulamentação que a Aneel aprovou na semana passada, que vai passar a exigir garantias financeiras pesadas para esses contratantes, a gente tem a noção de que boa parte desse número tende a ser enxugado. Agora, um número monstruoso enxugado ainda fica um número grande. Então, a gente ainda tem que se preocupar em planejar o sistema para receber essas grandes cargas com grande cautela, olhando para o futuro e entendendo que aquilo ali tende, inclusive, a crescer, ainda que a gente agora consiga fazer um bom filtro de entrada.

E, quanto à morosidade do processo, a gente tem dois processos aí correndo em paralelo nessa linha de pensamento. O primeiro processo é esse de acesso à rede básica dos consumidores, é um processo específico. A gente está trabalhando no ministério já em modificar o decreto, modificar a regulamentação, exatamente com este objetivo: enxugar etapas, desburocratizar e tornar o processo mais ágil e até mais justo do que ele é hoje. E a outra linha de ação, a outra linha de frente de combate é exatamente o planejamento da expansão do sistema de transmissão. Esse é o planejamento centralizado pelo ministério, feito a partir de estudos da EPE. São as obras que vão a leilão. Para esse planejamento, a gente sempre trabalha com o horizonte de sete a dez anos à frente. É muito difícil encurtar isso, porque são etapas sequenciais: estudo e planejamento, depois instrução de um leilão de transmissão, o que também demora, depois execução da obra em si, o que demora cinco anos ou mais, às vezes. Então, esse planejamento tem que ser feito de forma antecipada. A gente hoje está planejando um sistema para a década de 2030, não mais para a década de 2020. A década de 2020 é o que já está contratado, agora a gente planeja a década de 2030. E assim é feito desde sempre, e assim a gente vai continuar fazendo, mas agora com um olhar sabendo que, lá na frente, eu preciso saber que essa demanda vai crescer de forma muito acelerada, como a gente vem verificando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Cristiane e Affonso, por exemplo, os investidores vão investir em *data center* no Nordeste ou realmente onde estão as empresas instaladas? E qual é a relação que tem entre a produção da energia com o incentivo ao *data center*?

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN (Para expor.) – Excelente pergunta, Senador Izalci.

A gente precisa diferenciar os perfis de *data center* para responder a essa pergunta. Então, por que existe uma concentração elevada de *data centers* no Estado de São Paulo, como é o contexto atual e como é o contexto das demandas que estão sendo colocadas para o Ministério de Minas e Energia? Porque ali a gente tem um mercado consumidor muito mais concentrado, além de outras questões relacionadas a incentivos tributários, que acho que não convém mencionar, não é pauta aqui do nosso debate, mas o mais importante é que o perfil de *data center* que é instalado naquela região é um perfil de *data center* que demanda uma proximidade do público consumidor. Ele precisa operar em baixa latência, que é o termo técnico que é utilizado. Outros perfis de *data center* não precisam operar em baixa latência e podem ser deslocados, então, para localidades como o Norte e o Nordeste, por exemplo, o que foi mencionado pelo Senador, o propositor aqui da pauta, como, por exemplo, os *data centers* de inteligência artificial. *Data center* de inteligência artificial, que é um perfil diferente do que o daquele de que a gente está falando, o desse público consumidor que foi colocado muito bem aqui pelo representante da Abes, o Andriei, não precisa operar em baixa latência. Ele consegue rodar os seus modelos de inteligência artificial sem essa necessidade de proximidade com o mercado consumidor e, portanto, pode estar distante desse público mais concentrado. Então, esta é uma questão: a diferenciação do perfil de *data center*. Acho que isso é muito importante para a pauta, inclusive para a pauta do próprio PL. Vale a pena? É oportuno a gente também falar só sobre *data center* de inteligência

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

artificial? Essa circunscrição é benéfica para a pauta de *data center* de processamento de dados como um todo?

Eu acho que, na minha fala, eu tentei falar muito de dados, porque o perfil de *data center* de IA é aquele que vai utilizar dados como principal insumo para gerar os modelos e os resultados, as aplicações específicas daquele perfil de *data center*, mas a política de *data center* que é profícua para a indústria brasileira é aquela que ocorre de maneira transversal, que não menciona apenas um *data center* ou quer atingir apenas um perfil de *data center*, mas que pensa em qualquer tipo de *data center*, o *data center* bancário, o *data center edge*, outros perfis de *data center*, outros perfis de entrega. Esse perfil de *data center* é aquele que vai utilizar a rede primária.

Então, todos os perfis de *data center* estão, hoje, pedindo acesso ao mercado primário de energia. Então, é em um perfil mais longitudinal de visão de política pública e de visão de impacto na cadeia de fornecedores de equipamentos, de infraestrutura para esses *data centers* onde a gente vai conseguir escala produtiva para oferta, dinamizar a indústria brasileira e, obviamente, se beneficiar muito de treinamento, capacitação e oferta de serviços na cadeia a jusante.

Então, eu entendo a preocupação, acho que é válido, obviamente. A gente está fazendo uma opção por um projeto de lei que está segmentando uma parte da política com um perfil muito específico, mas acho oportuno colocar aqui o relato de que a gente também precisa pensar transversalmente uma política para processamento de dados para a economia digital do Brasil que acabe abarcando todos os perfis de *data center* possíveis, para conseguir atingir o que a gente precisa atingir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Cristiane, eu queria que você respondesse mais com relação à política da indústria brasileira com relação a isso.

Agora, com o Affonso... O Affonso representa os investidores.

Qual é o critério dos investidores para realmente construir o *data center*? Eles vão construir no Nordeste ou vão construir em São Paulo? Falo em termos de investimento.

O SR. AFFONSO PARGA NINA (Para expor.) – Eu acho que a Cristiane tratou muito adequadamente primeiro essa questão técnica de quando você tem necessidade de que o *data center* esteja próximo do consumidor – e, aí, o termo técnico é latência, o tempo em que o dado sai do seu celular até o *data center* e volta ou da empresa e volta.

Então, você tem uma parte dessa demanda que precisa estar próxima, e isso, dependendo da aplicação, são raios de 200km, 500km, ou seja, você fica limitado a isso, mas você tem uma parte de processamento em que você pode ter uma distância maior. E, aí, aparecem duas oportunidades para o Brasil.

O treinamento dos modelos de inteligência artificial, por exemplo, a gente pode fazer do Brasil para fora. Essa demanda de tempo não acontece. Então, a gente tem uma oportunidade aí de exportação de serviços, e esses *data centers* podem estar em qualquer lugar do Brasil. Inclusive, no Nordeste eles estão até mais próximos dos cabos de submarinos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sem querer interrompê-lo: se você fosse construir um *data center*, você colocaria onde?

O SR. AFFONSO PARGA NINA – Depende da aplicação. Se eu for construir para o mercado, para exportar para fora do Brasil, eu posso estar no Nordeste ou posso estar no Brasil todo, mas o Nordeste tem vantagens de disponibilidade e de energia próximas e de proximidade dos cabos de submarinos que chegam principalmente a Fortaleza. Então, esse seria um fator de decisão. Há vários outros aqui, mas esses seriam fatores importantes para isso.

Para atender ao mercado consumidor brasileiro, a gente precisa de estar onde esse mercado está, e por isso que eu frisei que nós não estamos falando apenas de grandes *data centers* e apenas em São Paulo. O Brasil tem empresas que precisam de *data centers*. Mencionei aqui que tivemos uma empresa

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Goiás apresentando semana passada, temos projeto em Pernambuco, enfim, você tem vários projetos, para atender justamente a essa necessidade...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, porque, na prática, está parecendo um projeto. Se a gente tem interesse em colocar em determinadas regiões, provavelmente, no projeto, você vai ter que criar condições...

O SR. AFFONSO PARGA NINA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... ou exigências que sejam...

O SR. AFFONSO PARGA NINA – E você vai ter demandas no Nordeste. Hoje existem projetos no Nordeste para atender ao mercado local no Nordeste.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Lembrando que Brasília tem 3 milhões de habitantes. Não se esqueça do DF não.

O SR. AFFONSO PARGA NINA – Pois é.

Aí você tem Goiás, que tem a capacidade de atender aqui, Brasília; você tem Brasília... Você tem *data centers* em Brasília, o próprio Governo Federal aqui com o Serpro, por exemplo, o Dataprev...

E a outra oportunidade também é a seguinte: essa energia hoje excedente, que está sendo gerada no Nordeste, aqui a gente tem a grande oportunidade de consumi-la no Brasil todo. Então, o Ministério de Minas e Energia, o Diretor Zanetti, aqui já explicou que a gente tem, hoje, um sistema integrado, capacidade de planejamento – então, essa energia também.

Mesmo que os *data centers* não estejam no Nordeste, a gente vai consumir essa energia que hoje é gerada e novas gerações de energia que aconteçam no Nordeste, resolvendo uma questão também de excedente de energia lá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Quer comentar alguma coisa aí, Celso? Essa questão do conhecimento, de limitação de transferência de conhecimento?

O SR. CELSO CAMILO (Para expor.) – Primeiro, parabenizá-lo por ter conseguido segurar um pouco o dinheiro para ciência e tecnologia e conseguir garantir que o investimento seja feito. Eu acho que...

É fácil falar para essa sala, porque essa sala é de convertidos, são pessoas que entendem a importância, que sabem do que a gente está falando. Então, é uma pena que o Senado não tenha mais Senadores como vocês, Senador Vanderlan, porque a gente teria outro país. Se a gente realmente entendesse a importância disso, priorizasse isso, a gente teria um outro país. É uma pena.

A ciência e a tecnologia sofrem muito desses cortes. Pensando no longo prazo, não dá para fazer sem dinheiro. Então, tem que ser muito pragmático, tem que ter recurso... Evidentemente, tem que saber gastar o recurso, mas o primeiro problema é ter o recurso; depois, é otimizar o gasto do recurso. E é uma pena.

Eu tenho viajado o mundo todo, dando aula, enfim, participando de projetos em diferentes lugares do mundo, e fica muito evidente – sabe, Senador? – a diferença da mentalidade. Quando a gente vem para o Brasil, a ciência e a tecnologia passam a ser uma coisa para "se sobrar tempo, se sobrar dinheiro, se tiver jeito, a gente mexe isso", quando, na verdade, a ciência e a tecnologia impactam diretamente a educação, saúde, segurança, e a gente não consegue – talvez seja uma falha até nossa, da academia – traduzir isso para a população de forma mais palatável...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Popularizar a ciência.

O SR. CELSO CAMILO – ...popularizar isso, porque a gente não consegue traduzir e mostrar que o investimento em PID é tão importante quanto construir um hospital ali na ponta. E, como a população... Eu costumo dizer que a gente só valoriza o que conhece. E, como a população não conhece, não sabe sobre, não sabe a importância de, ela acaba valorizando mais o hospital na ponta do que o

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

investimento em ciência e tecnologia. Acho que talvez comece por aí: a popularização, o instrumento de divulgação, mostrar que existe, mostrar que é nosso, ter esse sentimento de posse, ser menos cachorro vira-lata... A gente tem muito sentimento de cachorro vira-lata, de que tudo lá de fora é bom, que aqui o que a gente faz não presta. Então, quando a gente colocar isso...

Se você pega os pesquisadores brasileiros, a quantidade de inovações que nós tivemos inventadas por brasileiros, e que hoje... Nem o avião a gente conseguiu, ainda, que o mundo reconhecesse que o avião é nosso. E nem o brasileiro às vezes sabe que o avião é nosso.

Então, acho que essa é uma longa trilha pela frente, mas acho que tem que começar com o primeiro passo, e o primeiro passo é tentar valorizar, especialmente em quem decide, que são os senhores, Executivo, Legislativo, enfim, sensibilizar que a gente precisa ter um momento de priorização da ciência e tecnologia, para ela começar a mostrar retorno na ponta, ali, para a gente ter cada vez mais um país melhor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.

Mais alguma pergunta, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu só quero aproveitar mais uma vez e parabenizar realmente o Estado de Goiás, porque, há oito anos, investiu, na universidade, em inteligência artificial, porque, realmente, a gente não tem hoje o básico da educação, que é a alfabetização, a educação infantil... A gente não investe, vamos dizer, muito; investe-se mais na universidade superior do que na base da educação. E também na ciência e tecnologia, na qualificação profissional.

Quer dizer, acabou, há muitos anos, a educação profissional. Não chegamos nem a 11% dos jovens com educação profissional.

Hoje, 70% dos jovens saem do ensino médio sem saber matemática e sem qualificação nenhuma no mercado de trabalho. Só na área de tecnologia, precisamos de 700 mil profissionais, e não temos.

Mas parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci, por ter acompanhado esta audiência pública.

Estão aí, com vocês, distribuídas, algumas perguntas feitas pelos internautas, através do e-Cidadania. Não vamos ler todas aqui, devido até ao horário, mas eu gostaria de separar aqui umas três perguntas.

Com uma delas, eu vou me dirigir a você, Igor, porque isso aqui vai muito com relação ao Governo, e, como você está aqui representando também o Governo...

Essa pergunta, Igor, vem da Socorro, do Piauí. Ela pergunta o seguinte: "A exigência de instalação em território nacional fere acordos internacionais de livre mercado ou neutralidade da rede?".

Essa é uma pergunta que ela está fazendo, Igor. Se puder responder...

O SR. IGOR MARCHESINI FERREIRA (Para expor.) – Senador, aqui eu não sei se eu consegui entender tão bem a pergunta, porque não sei de que exigência, especificamente, a gente está falando, mas eu acho que o ponto central aqui é: ao trazer essas infraestruturas para o país, a gente, primeiro, tem a chance de fazer as nossas leis serem aplicadas nelas; segundo, ficamos menos à mercê de qualquer tipo de problema nas conexões internacionais, etc. E a gente tem um arcabouço regulatório muito importante aqui no país, seja de proteção ambiental, seja de proteção de dados, como foi mencionado.

Então, eu acho que, seguramente, tanto para que a gente não tenha uma dependência externa quanto para que as nossas leis possam, efetivamente, ser aplicadas, é muito mais fácil que isso aconteça com essas instalações estando aqui do que estando em outros lugares.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, como o mundo tem essa deficiência de energia, é um momento muito propício, porque todo mundo está querendo vir para cá, especificamente em função dessa nossa vantagem competitiva.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Gabriela, de Minas Gerais: "Há medidas que favoreçam empresas nacionais e centros de pesquisa públicos no uso dessa infraestrutura?".

Affonso, você, como é das empresas, pode fazer comentário sobre a pergunta?

Eu quero esclarecer aqui que, como o projeto está em discussão, não tem relatório... Nós não estamos discutindo aqui um relatório. Não apresentei. Nós estamos fazendo audiência pública. Então, muita coisa vai ser apresentada, emendas, até mesmo por este Relator, de acordo com o que a gente está ouvindo.

Affonso, seu comentário sobre a pergunta da Gabriela, de Minas Gerais.

Vou fazer de novo essa pergunta: "Há medidas que favoreçam empresas nacionais e centros de pesquisa públicos no uso dessa infraestrutura?".

Se o projeto já não fala nada sobre isso, Affonso, você pode fazer o comentário do que você pensa que tem que acontecer no projeto por parte do Governo.

O SR. AFFONSO PARGA NINA (Para expor.) – Porque a ideia é... Vamos separar aqui entre a questão de favorecer "empresas nacionais" e "centros de pesquisa públicos". São dois assuntos diferentes.

Em relação ao primeiro ponto, aquilo que eu comentei aqui e foi ratificado por outros aqui na mesa: nós temos vários tipos de *data centers*. Então, nós não estamos falando aqui apenas de *data centers* de empresas estrangeiras; nós estamos falando de *data centers* que estão sendo construídos, que já existem hoje, e há projetos novos por investidores nacionais também.

Então, essa visão de que a gente tem que falar de todos os tipos de *data center* e falar de incentivos vai ser isonômica, ela vai atender a todos os investimentos de empresas nacionais ou estrangeiras que vão construir esses *data centers*, mas aí eu volto a enfatizar o ponto que eu falei, a visão da cadeia do ecossistema como um todo, ou seja: tendo os *data centers* aqui no Brasil, com uma estrutura mais barata, você está favorecendo também as pequenas empresas nacionais e as grandes empresas nacionais que estão desenvolvendo tecnologias usando esses *data centers*. Então, você acaba tendo esse impacto também.

Em relação aos centros de pesquisa públicos, sim. A gente entende, inclusive, que as medidas do Governo, nesse trabalho ministerial que a gente conseguiu acompanhar, preveem justamente essa questão de fomento, de você obter recursos que saiam de dentro dessas políticas, para fomentar o desenvolvimento tanto de pesquisa como o desenvolvimento da indústria do Brasil, indústria tanto de equipamentos como indústria de *softwares* também.

Então, acho que isso deve acontecer, e é saudável, e entendo que já está sendo encaminhado e que, nesse projeto de lei aqui, isso precisa ser abordado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Outra pergunta... Sim, Andriei.

O SR. ANDRIEI GUTIERREZ (Para expor.) – Em cima dessa fala do Affonso, acho importante a gente expressar e trazer quais são os grandes tradicionais investidores em *data centers* no Brasil. São empresas, na sua maioria, brasileiras.

Eu mencionei os grandes bancos, você tem o Magazine Luiza, Fleury, na área de laboratórios, a Petrobras investe muito em *data center* e vai se beneficiar de uma política de estímulo a *data centers*, a Vale, o Grupo Globo, na área de telecomunicações e de comunicações... Então, é uma política transversal, que a gente entende que vai favorecer a todos os setores que estão se digitalizando e estão precisando muito não só investir mais, mas modernizar os seus *data centers*, para dar conta da vazão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso aí, na medida em que você está sendo transversal, e aí eu reforço essa fala, você vai fortalecer as empresas nacionais.

Aqui eu mencionei as grandes. Na medida em que aumenta a oferta... E aí eu concordo também com o Affonso: a oferta aumentando muito, você vai reduzir o custo e vai favorecer as pequenas e médias também no acesso a mais oferta e menos custo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Andriei.

Tem aqui um comentário... Eu vou, Cristiane... É um comentário aqui do Fábio de Souza. Não é pergunta, mas ele já veio direto aqui com essa fala: "Não há vantagem real nenhuma para o país. As *big techs* consumirão os recursos hídricos locais e gerarão um mínimo de emprego".

Você poderia comentar essa fala?

A SRA. CRISTIANE VIANNA RAUEN (Para expor.) – Eu acho que esse é um comentário pertinente. É algo, inclusive, que a gente ouve muito da sociedade civil, durante toda a construção da nossa iniciativa interministerial, comandada pela Casa Civil: uma preocupação muito grande com grandes *data centers* que venham apenas interessados no consumo de energia limpa, renovável e barata, acessível.

A grande questão, Senador, é que as *big techs* não serão o único público beneficiário de uma política de *data center* brasileira. Poderão ser alguns dos beneficiários, mas não serão o único beneficiário.

A questão de geração de emprego é uma questão que é muito capciosa, porque, veja: quando a gente traz uma *big tech* atraída nesse contexto de uma política, e a política endereçando mecanismos claros de contrapartidas que devem existir, mediante a vinda desse empreendimento ao Brasil, a gente consegue dinamizar toda uma cadeia de oferta de produtos nacionais para essas *big techs*, que vão consumir muito a capacidade de processamento, muitos equipamentos das tecnologias de informação e comunicação...

Vamos gerar empregos numa cadeia a montante, que é essa cadeia de ofertantes, para trás do empreendimento instalado, assim como a gente vai gerar uma série de empregos na cadeia para frente, que são os provedores de serviços, provedores de *softwares*, aplicações, serviços de nuvem, e também aplicações de inteligência artificial.

Então, não dá para a gente dizer que uma política de *data center* é uma política que questiona o aspecto empregatício. Na verdade, não; ela favorece não só empregos, em todos os aspectos da cadeia – e a cadeia também vinculada à própria instalação da infraestrutura do *data center* –: construção civil, produção de equipamentos de refrigeramento, cabeamento, uma série de *softwares* também de gestão de *data centers*, que vão ser e podem muito bem ser oferecidos por empresas nacionais... Então, é muito emprego que vai ser impactado com a vinda e com a escala.

Acho que é muito importante a gente entender que uma política bem modulada nos seus mecanismos de incentivo pode trazer uma escala sem precedentes para a indústria brasileira das tecnologias de informação e comunicação, setores associados a infraestruturas de *data center* e serviços que podem ser mobilizados a jusante.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Cristiane.

Affonso, você quer fazer um comentário?

O SR. AFFONSO PARGA NINA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Em relação a essa segunda parte, eu não tenho nada que acrescentar ao que a Cristiane falou sobre o impacto na cadeia de empregos e tudo que isso gera, e o setor produtivo tem uma visão absolutamente coincidente com isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à questão de uso de recursos hídricos, a Brasscom está preparando... Nós vamos encaminhar a esta Comissão um estudo técnico sobre impactos ambientais do *data center*.

É uma preocupação legítima e importante, mas é especificamente sobre recursos hídricos que eu quero colocar que as tecnologias atuais do *data center*, majoritariamente, usam circuitos de refrigeração, a água em circuito fechado. Ou seja: a água entra, você joga água gelada dentro do *data center*, esfria esses equipamentos; essa água, depois, é refrigerada e não é desperdiçada: ela entra uma vez e fica ali – a não ser que você tenha vazamentos, que são mínimos.

Então, as contas que a gente está fazendo – e nós estamos validando isso com vários técnicos de várias empresas especialistas em refrigeração – são de que, daqui até 2030, essa água que vai entrar nesses *data centers* que vão ser instalados no Brasil vai ser equivalente a em torno de 0,01% de toda a água consumida no Brasil.

Então, nós vamos trazer esse estudo técnico, vamos mostrar, de forma muito transparente, como é que são feitos esses cálculos, para mostrar que essa não é uma preocupação, dada a maioria esmagadora dos *data centers* utilizando esse tipo de tecnologia, que é a que deve ser mais utilizada. E, hoje, 70 a 80% dos *data centers*, no Brasil, já utilizam essa tecnologia. Então, a gente não vê isso como um ponto de preocupação.

É uma preocupação legítima, mas a gente quer, justamente, com transparência para a sociedade, mostrar esses números.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Juliano só pediu para fazer um comentário anteriormente.

Juliano... A Elbia teve que se retirar, mas deixou aqui um representante bem à altura do que ela passou aqui para nós.

Com a palavra, Juliano.

O SR. JULIANO MARTINS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiramente, bom dia a todos e a todas aqui presentes, que estão nos acompanhando tanto presencialmente quanto virtualmente.

Quero cumprimentar você também, Senador, pela iniciativa de todo este debate, que é muito importante.

Eu só gostaria de fazer um pequeno comentário em relação a essa questão da empregabilidade.

Apesar de a gente estar falando aqui sobre os *data centers*, uma vez um contrato de energia sendo firmado entre um operador de *data center* e uma geradora de energia, gera-se também emprego. A cadeia é muito extensa. Então, além da construção do próprio empreendimento de *data center*, a gente movimenta a cadeia de energia eólica, por exemplo.

Então, se hoje eu fechar um contrato, eu, gerador, com aqui o meu querido Affonso, de um fornecimento de energia de longo prazo e eu construir um parque eólico... A gente estudou esse indicador, e a gente tem que, para cada mega instalado de energia eólica, a gente consegue gerar 12 empregos, 12 postos de trabalho.

Então, se você vir, na perspectiva do consumo de energia, o quanto isso vai demandar de projeto eólico, por exemplo, a gente tem a capacidade de gerar mais empregos. E aí foi o comentário que a Elbia trouxe aqui no começo, reconhecidamente colocado pelos senhores, sobre a crise da nossa indústria, de que a gente consegue retomar toda essa cadeia industrial pela qual a gente lutou tanto, com o apoio do Mdic, do Ministério da Fazenda e também do próprio BNDES, há dez anos.

Então, é só esse ponto que eu gostaria de colocar de que é muito importante dimensionar a importância da nossa cadeia também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Juliano.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Igor, com a palavra.

O SR. IGOR MARCHESINI FERREIRA (Para expor.) – Senador, eu queria só colocar que, assim, a oportunidade posta para o país nessa indústria de *data center* é, realmente, se posicionar como o local do planeta para se fazer *data center* sustentável.

Este Governo, e eu acho que o país, já se posicionaram sobre a ideia de que o nosso DNA é para uma indústria descarbonizada, indústria verde; o Plano de Transformação Ecológica foi lançado nesse sentido; e, aqui, eu acho que não é diferente. Acho que em nenhum lugar do mundo se vai conseguir produzir um *token* de inteligência artificial com carbono zero ao custo que pode ser produzido no Brasil, em função das nossas características naturais.

Então, essa questão hídrica não é diferente. Eu acho que poderia, sim, se a gente deixar isso desamarrado, vir a ser um problema, mas, se a política pública for desenhada amarrando isso, a questão de sustentabilidade não só não é o impedimento, como vai ser um propulsor. A gente acabou de voltar de uma viagem para a Califórnia, com o Ministro Haddad, conversamos com uma série de atores, e a boa notícia é que, diferentemente de outras indústrias, nessa indústria a demanda por sustentabilidade está inalterada, apesar de todas as mudanças recentes no cenário global.

Então, eu acho que a sustentabilidade no Brasil não é um impedimento, não é um custo, é uma mola propulsora e, aqui, seja em água, seja em energia, seja em carbono zero, é uma obrigação dessa indústria, no Brasil; e nós – vocês, como reguladores, como Casa Legislativa, e a gente, como Poder Executivo – temos que trazer todos os instrumentos, para que essas regras sejam cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Igor.

Tem uma pergunta aqui. Eu já ia encerrar, mas, como você falou em consumo de água, tem uma pergunta interessante aqui, que é do Luiz, do Rio Grande do Sul: "O PL 3.018/2024 poderia introduzir em seus dispositivos o uso de água cinza em sistemas de resfriamento de equipamentos dos *data centers* de IA".

Eu deixo à vontade quem quiser responder a essa pergunta sobre água cinza. Alguém está a par de...

O SR. AFFONSO PARGA NINA (Para expor.) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O que é a água cinza, Affonso? Responda para nós.

O SR. AFFONSO PARGA NINA (Para expor.) – Eu não sou especialista em recursos hídricos, mas, assim, a água cinza é a água de reúso.

Então, primeiro, obviamente no *data center* você tem uma área de escritórios, em que você precisa ter lá banheiro, limpeza e tudo mais, e normalmente você tem visto projetos com reúso de água para isso.

E eu vou só voltar a esse ponto, quer dizer, a água que entra em um *data center* é em quantidade muito baixa. Então, sim, ela pode vir de algum reúso, mas, uma vez que ela entra e, como eu falei, a maioria esmagadora dos projetos usa essa tecnologia de água em circuito fechado, ela pode vir, sim, de água de reúso – não há nenhum problema com isso – mas, mesmo que não venha, como eu falei, nós estamos falando de menos de 1% do consumo de água, menos de 0,1% desse consumo de água para essa refrigeração dos equipamentos no *data center*.

Então, sim, pode ser feito, mas isso... E acho que o Igor tocou num ponto importante. É importante que a política que faça o incentivo, os investimentos, coloque essas condições como contrapartidas, mas eu já digo que isso, naturalmente, a indústria já faz. Hoje você não vende um projeto de *data center* para um cliente se você não tiver índice de eficiência energética, índice de eficiência do uso de água. O mercado já exige isso hoje naturalmente, mas a gente pode e deve, sim, colocar isso como

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

contrapartida, medidas de incentivo a investimento, para que os operadores e os *players* de *data center* coloquem isso. Não vemos nenhum problema nisso. É algo completamente viável.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bem, chegamos ao final da nossa audiência pública.

Quero aqui, no encerramento, fazer alguns comentários, e vou ser rápido.

Desde que cheguei a esta Casa, Affonso, Cristiane, Igor, todos vocês, convidados, venho alertando sobre a questão dos investimentos em pesquisa, em ciência, investimentos nas nossas universidades, que têm sofrido bastante com os contingenciamentos, os cortes, nos nossos institutos federais...

O Brasil já foi reconhecido como um país que investia nos seus pesquisadores. Anteriormente, nós ouvíamos falar: "Olha, o Brasil está perdendo pesquisadores, está perdendo os nossos cientistas, nossos doutores para a Europa, para os Estados Unidos". Hoje, não, nós estamos perdendo esse pessoal que, a duras penas, se formam, para os países aqui vizinhos. Foi falado aqui do Chile. Estão indo embora, porque eles estão valorizando mais esses profissionais. Não vou aqui citar exemplos, e são inúmeros.

Eu acompanho de perto, e acho que sou um dos poucos Parlamentares que investe em pesquisa, em desenvolvimento. Por exemplo, na nossa Universidade Federal de Goiás, nós temos pesquisadores e estudos avançados para a cura de doenças raras.

Como sou muito otimista, e a gente tem colocado parte das nossas emendas, das minhas emendas... E são tão criticadas as emendas parlamentares, porque aqui a grande parte da mídia, quando se coloca emenda parlamentar, dá a entender que o Parlamentar está pegando esses recursos e pondo no bolso.

O que seria hoje dos nossos institutos federais, das nossas universidades, se não tivessem esses investimentos feitos através das emendas parlamentares? Ao ponto de a nossa universidade chegar a passar uma crise por falta de computadores para estudo, para pesquisa – e muitas das vezes um pesquisador tem que esperar o outro desocupar.

Eu fui Presidente desta Comissão por dois anos, já falei aqui no início, de Ciência e Tecnologia. Fizemos várias audiências públicas, projetos foram destravados, o que fez o país avançar, mas poderíamos estar em outro patamar se tivéssemos um olhar especial, como tivemos no passado para a nossa Embrapa, que é referência mundial hoje.

Se somos, hoje, referência no agro, produzimos aí grande parte do alimento consumido pelo mundo, Juliano, é porque houve investimento. E hoje...

Não estou aqui falando de um governo, não, são vários os governos que deixaram de lado.

Olhem o sofrimento que nós passamos aqui, eu, o Izalci. Nós criamos aqui, Igor, a Frente Parlamentar de Apoio aos Parques Tecnológicos, incentivamos – posso dizer – parque tecnológico aqui do lado, da Cidade Ocidental. Vai ter agora o *campus* da universidade federal, *campus* de Jataí. O que tem de pesquisa nas nossas universidades...

Muitas das vezes, nós somos, primeiro, reconhecidos lá fora, como é o caso hoje de inteligência artificial – já recebi vários elogios de pessoas de fora porque nós temos um dos melhores centros, que está no Estado de Goiás –, para depois chegar na mídia nacional, para estar falando, destacando, incentivando, e, por último, muitas das vezes – eu reclamo disto –, chegar na mídia estadual. E o pessoal é nosso, está lá, entendeu?

Eu entendo, Celso, quando você fala com a paixão que você tem pela área, mas também diz: "Olha, gente, nós precisamos acordar" – é isso que você falou –, precisamos acordar, nós precisamos fazer alguma coisa, nós temos que deixar de ter as melhores condições do planeta para tudo e não usufruirmos disso.

E ficamos, muitas das vezes, Igor, aqui nas picuinhas, como foi falado – eu não lembro por qual de vocês. E é verdade! São as picuinhas mesmo. Vocês não sabem como nós penamos – eu, como Presidente aqui nesta Comissão, o Leomar conduzindo comigo – para nós aprovarmos um projeto que

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vinha dar condições para que as teles fizessem investimento em banda larga, tudo isso que hoje quase ninguém comenta mais. Um dia desses, nós falávamos isso. As discussões eram isto, 4G, depois 5G, e foram mudando. Ninguém hoje fala mais nisso; qualquer escola de interior tem internet. Mas estava parado – por interesse. Então, temos que deixar as questões eleitorais de lado – e a gente vem, muitas das vezes, sendo mal compreendido – e pensar no país.

Eu tenho muito orgulho do meu Estado de Goiás, com os pesquisadores que nós temos. Por isso, eu não canso, aonde eu vou, em tudo que eu vou falar, entrevista e tudo, eu falo disso, do curso, de graduação, dos nossos pesquisadores. Nós temos lá uma pesquisadora, a Profa. Leila, que desenvolveu em pesquisa um produto que vai substituir os agrotóxicos. Fungos. Vocês não imaginam a dificuldade, muitas das vezes, para chegar o recurso de emendas para esses equipamentos, para estudo, para pesquisa. Até chegar, é um parto.

Então, Celso, eu estou conhecendo o projeto do setor, eu gosto dessa parte, dessa área, tanto é que a Comissão que eu escolhi, logo ao chegar aqui, foi a de Ciência, Tecnologia, Inovação, que é do Senado Federal. Então, o que precisar de mim, como Relator, para discutir...

E eu estou vendo aí, Igor, na parte do Governo, tivemos uma reunião muito importante ali na Liderança do Governo, conduzida pelo Igor, esclarecedora, e o Governo mostrando, através do Igor, do Ministro Haddad e do nosso Ministro, Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que nós queremos avançar, mas avançar rápido.

Nós fizemos essas audiências públicas para entender melhor. E o que tiver que fazer, Igor... Se o caso for, se o setor entender que o imediato é uma medida provisória e o projeto seguir para dar mais segurança jurídica aos investidores que venham de fora e até mesmo aos investidores aqui do nosso país, nós somos do diálogo.

Em hipótese alguma, Cristiane, nós vamos endurecer como Relator, nem o Styvenson, que é o autor. Eu converso bastante com o autor com relação ao projeto, sobre as mudanças que porventura vierem, mas o que for melhor... Porque eu não quero, mais uma vez, dizer que passou no Senado, veio esse projeto superimportante para o país e nós deixamos o cavalo ou o trem passar.

Nós vamos ter que cercar isso aí, porque depois nós vamos poder dizer em nossas falas: "Olha, nós cercamos pelo menos esse aqui, nós temos condições e nós somos referência hoje no mundo, como somos referência em energia limpa, que é o Brasil".

Obrigado a todos vocês que vieram aqui atendendo ao convite, obrigado mesmo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 01 minuto.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5759457583

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim e Hamilton Mourão, e dos Senadores Plínio Valério, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Jorge Kajuru e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Marcos do Val, Flávio Arns, Daniella Ribeiro e Chico Rodrigues, conforme os REQ 355, 287, 383 e 384/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento n° 8, de 2025-CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR) e Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de discutir o futuro do Programa Espacial Brasileiro (PEB), com a participação de Adenilson Roberto da Silva, Diretor Substituto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Marco Antonio Chamon, Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); William Rospendowski, Gerente do Departamento de Defesa, Segurança e Alimentos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); e Acioli Antônio de Olivo, Diretor para Atividades Parlamentares do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial (SindCT). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/140909

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para discutir o futuro do Programa Espacial Brasileiro, em cumprimento ao Requerimento nº 8, de 2025, de autoria do Senador Flávio Arns.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo Portal do Senado, www.senado.leg.br/ecidadania – então, de novo: www.senado.leg.br/ecidadania – ou ligar para 0800 0612211. De novo: 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão: Marco Antonio Chamon, Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); Adenilson Roberto da Silva, Diretor Substituto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Acioli Antônio de Olivo, Diretor para Atividades Parlamentares do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial (SindCT).

Encontra-se também presente, por meio do sistema de videoconferência: William Rospendowski, Gerente do Departamento de Defesa, Segurança e Alimentos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Bom, inicialmente eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui presencialmente e também a de quem, como o William, da Finep, se encontra de forma remota. Agradeço também a todos aqueles que nos acompanham, por meio das redes do Senado, a TV Senado, da TV Senado.

Eu gostaria, inicialmente, de dizer da importância de uma audiência pública como esta. Obviamente, eu sou completamente ligado ao setor pela história dentro da minha profissão, e, às vezes, as pessoas não entendem a importância de um programa espacial para um país da natureza do nosso – do tamanho do nosso, com as características que o nosso tem.

Então, é importante, de tempos em tempos, que nós possamos trazer o tema para o público. Justamente a audiência pública tem esse objetivo, para que ele entenda, ouça os especialistas de cada setor, de cada entidade que trabalha dentro do setor, para que nós possamos trazer o que existe e trazer o que nós temos no horizonte próximo e, se possível, planejado a longo prazo também. Isso é importante que a população saiba; saiba da importância e para onde nós estamos indo.

Eu convido – já falei aqui, mas novamente convido – a população a participar, a enviar perguntas. Nós já temos algumas perguntas aqui, não é? Eu vou ler daqui a pouco, mas, antes de ler essas perguntas, eu gostaria de convidar os nossos convidados para que venham para a bancada aqui, também. Então, o Adenilson, o Marco Antonio e o Acioli, para que eles fiquem aqui comigo.

Nós vamos fazer esta audiência pública da seguinte forma: inicialmente, eu vou passar a palavra para cada um dos apresentadores, por dez minutos. Então, dez minutos para cada um. E eu peço para que se atentem ao tempo. Para quem está aqui é mais fácil, porque a gente tem um relógio na parede. Também tem esse toque de uma campainha como esta daqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... faltando um minuto. Depois, aos 15 segundos, geralmente tem uma voz feminina bastante convincente, que vai entrar e lembrar que faltam 15 segundos.

Eu peço para não extrapolar muito o tempo. Isso não é escrito em pedra, logicamente, a gente consegue ter uma flexibilidade, mas é importante seguir no tempo, porque essa sala vai ser utilizada depois.

Para o nosso convidado da Finep, não vai ter essas dicas por aqui. Então, peço que controle o tempo no relógio, no celular, de alguma forma.

Eu vou já ler, inicialmente, algumas das perguntas feitas pela população no e-Cidadania e vou passar essas perguntas para os nossos convidados, inclusive no remoto. À medida que nós

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

prosseguirmos na audiência pública, devem chegar outras perguntas e comentários também. Então, vamos lá.

Yzadora, do Rio Grande do Sul: "Como fortalecer o Programa Espacial Brasileiro com mais investimentos, governança, cooperação internacional e atração de novos talentos?".

Lucas, do Rio de Janeiro: "Quais as fontes de financiamento do [...] [Programa Espacial Brasileiro]? Como a Finep e o SindCT [o Sindicato dos funcionários de Ciência e Tecnologia] podem contribuir para a sustentabilidade do programa?".

Wendyo, de Pernambuco: "Qual é o papel da cooperação internacional na transferência de tecnologia e na formação de parcerias estratégicas para o [...] [programa espacial]?".

O Bruno, de Pernambuco: "Como [...] [esse programa espacial] pretende ampliar a cooperação internacional para fortalecer suas missões científicas?".

Do Rogério, de São Paulo – mais uma pergunta –: "Esse programa tem impacto [...] no meio ambiente [...] e [no] avanço tecnológico [...] [brasileiro]. Por que tanta demora para iniciar?". Já iniciou, em 1962.

Carlos, da Bahia: "O Brasil já era para estar [...] avançado nessa tecnologia. Nunca entendi [...] por que o nosso país está sempre atrasado".

Então, vou deixar as perguntas aqui para os nossos convidados. Depois, mesmo durante as apresentações, ou no final, eu vou abrir também um espaço para as considerações finais e as respostas às perguntas. Então, é só para ir mantendo em mente.

A sequência de apresentação vai ser a seguinte: primeiro, o Adenilson Roberto da Silva; depois, o Marco Antonio Chamon; depois, o William Rospendowski; e depois o Acioli Antônio de Olivo.

Então, sem mais demoras aqui, eu concedo a palavra para o nosso primeiro convidado, o Sr. Adenilson Roberto da Silva, Diretor Substituto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, para dez minutos de apresentação.

Obrigado.

O SR. ADENILSON ROBERTO DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de a gente falar um pouquinho sobre o programa espacial e, apesar do tempo bastante curto, eu vou tentar seguir um pouco a linha do Senador Marcos Pontes, mostrar um pouco do que a gente já fez e o futuro que nos espera.

Então, falando um pouco do Inpe... Teve até uma pergunta: por que a gente ainda não começou?

Dá para ter uma ideia bastante rápida do que o Brasil já tem na área espacial, com diversos *sites*, posições ao longo do Brasil, São José dos Campos, a Região Sul, o Nordeste. Então, é um programa que já vem de longa data.

O que o Inpe é? É um instituto de pesquisa do MCTI, que vai completar 64 anos neste ano, em agosto.

Ele tem atuação em praticamente todas as áreas que se correlacionam com o programa espacial, que são ciência da terra, engenharia, tecnologia, e vem realizando entregas para o país ao longo desses 64 anos.

Atua também na parte de pós-graduação e possui uma infraestrutura singular no país, nessa área espacial.

Aí é só para dar uma olhada na infraestrutura que já tem.

Esses são todos os satélites desenvolvidos pelo Brasil.

Temos hoje três satélites de observação da terra, operando, e dois satélites de coleta de dados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a linha de satélites que o instituto já trabalhou, trabalhando de alguma forma a integração e teste. A gente pode ver que temos satélites da ordem de 10kg até duas toneladas, em que a primeira atuação foi lá em 1993.

Agora, avançando um pouco para o futuro, a gente tem o nosso segundo satélite, baseado na nossa Plataforma Multimissão, que é o Amazonia-1. Essa é uma missão Amazônia-1B, que visa a monitorar os recursos hídricos. Está na fase final de integração, dentro do laboratório do Inpe, e a gente agora tem uma previsão de lançamento...

Ele visa à integração final e preparação para lançamento no final do ano que vem até meados de 2027.

Nós temos o processo de contratação para o lançamento preparado, mas ainda não temos os recursos garantidos.

O próximo, que é uma cooperação de longa data, já tivemos seis satélites lançados, que é a cooperação Cbers, com a China.

Nós temos o satélite Cbers-6, que é um radar banda X. Hoje a gente pode dizer que é um satélite cuja especificação é praticamente o estado da arte para esse tamanho de satélite. Lançamento em 2028, planejado.

Temos também, está em avaliação ainda... Esse vai ser um grande salto para nós, que é trabalhar num satélite geoestacionário, meteorológico e ambiental, e vai ter também uma carga útil científica.

É claro que a gente sabe que a tecnologia avança, e é possível fazer muitas missões com pequenos satélites.

Já como dito, o Brasil é um país enorme, que não pode prescindir de um programa espacial forte. Já fizemos muito, mas tem muito ainda o que fazer.

Onde ele pode atuar? Políticas públicas, planejamento, monitoramento e até tomadas de decisões estratégicas. Por exemplo, naquele desastre do Rio Grande do Sul, o Amazônia-1, que é um satélite brasileiro, construído por nós, foi o primeiro satélite a imagear aquela região toda, mostrando a dimensão do que se passava.

É crescente também a cadência, mas qual é um dos maiores problemas que a gente percebe? É que nós não temos uma cadência de projeto que permita que a indústria ou os próprios institutos estejam sempre trabalhando e avançando. O programa espacial está marcado, infelizmente, por alguns pontos de altos e baixos.

Outra coisa que precisa de futuro é uma participação cada vez maior da indústria nacional, seja por questões de mercado, seja por questões estratégicas.

É preciso também fazer manutenção e ampliação da infraestrutura de todos aqueles laboratórios. São laboratórios caríssimos, de milhões de reais, que têm uma certa demanda e que, mesmo não usados, eles precisam ser mantidos. Então, essa é uma coisa que a gente também precisa ter em mente.

Considerando a rápida dinâmica do que está acontecendo no contexto geopolítico mundial, é bastante interessante e recomendável que o PEB contemple um planejamento estratégico dinâmico, para que a gente acomode as coisas que vão acontecendo.

Agora, falando um pouco das contribuições do Inpe.

É uma área que tem uma ampla área de atuação, passa desde o planejamento até a entrega de produtos finais para a sociedade.

Como mostrado no primeiro mapa, tem uma atuação nacional. Esse é o objetivo, tentando, da melhor maneira possível, levar o desenvolvimento para o país todo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Possui uma infraestrutura única de laboratórios, que permite, dentro de um único prédio, passar por toda a qualificação que permite colocar um satélite em órbita. Podemos fazer testes mecânicos, térmicos, eletromagnéticos, e deixar o satélite pronto para o lançamento.

Como eu já disse, tem capacidade para trabalhar desde a concepção até a disseminação dos dados e trabalha com satélites de pequeno porte até grande porte, tá?

E qual é o grande desafio que a gente tem? É a falta de reposição de servidores. A gente vem num nível crescente de aposentadorias, e são profissionais que levam dez, 20 anos, 15 anos para terem a condição de trabalhar num projeto espacial. Então, é uma perda enorme que o país tem com essas aposentadorias sem a reposição.

E também, como eu já disse, a gente tem limitações orçamentárias que, muitas vezes, nos limitam e afetam demais o planejamento, porque não é... Quando se tem uma limitação orçamentária, eu posso ter atrasos não de um ano, mas de até dois anos. Por quê? Porque um equipamento, para ficar pronto, apto para voo, pode levar de 24 a 30 meses. Então, se eu deixo de contratar este ano e vou contratar no ano seguinte, isso não significa que eu perdi só um ano; eu perdi este ano e mais os 24 lá da frente que a gente precisa esperar para que fique pronto.

Bom, eu acho... Obrigado.

Tentei passar bem rápido pelo que já foi feito, o que estamos fazendo, e, dentro do possível, alguma coisa que melhore e a gente possa, como instituição de ciência e tecnologia, ajudar o país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Sr. Adenilson Roberto da Silva, Diretor Substituto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Aliás, obrigado por cumprir o tempo a rigor.

Mas eu gostaria, aproveitando enquanto ainda está na sua parte, de fazer uma pergunta acho que geral, assim, de forma a esclarecer, às vezes, para as pessoas da importância de o país ter satélites e como isso interfere em vários setores do país, como o setor de agricultura, etc.

Isso, obviamente, eu sei, mas é importante colocar bem claro para as pessoas que esse tipo de investimento tem um retorno de investimento muito grande para o país.

É essencial que a gente tenha... Por favor.

O SR. ADENILSON ROBERTO DA SILVA – De fato, eu fui bastante rápido e econômico aqui, mas o programa espacial e a área de satélite... E, quando eu falo "programa" – aqui eu foquei, obviamente, na área de satélite, que é a área em que a gente mais atua –, o programa espacial tem que ser visto como um todo, lançadores também, que são uma parte fundamental.

O conjunto de satélites e lançadores, o acesso ao espaço, hoje formam aquilo que nós entendemos ser a infraestrutura espacial. Ela pode atuar e tem papel importantíssimo, seja na parte de planejamento, ou seja, quando eu quero prever o futuro, seja na parte de mitigação de danos, quando é caso de um desastre – algo que aconteceu lá no Rio Grande do Sul. Pode ser usado na parte de monitoramento de safras, na parte de navegação, localização... Tudo isso não existiria sem a existência de satélite.

Nós temos aspectos estratégicos que entram na parte de segurança nacional, soberania nacional...

Então, esse é o foco principal, mas, além disso, muitas das tecnologias utilizadas em programas de satélite lançadores produzem *spin-offs*, como a gente chama, que depois podem ser utilizadas – essas tecnologias – para uso na vida do cidadão comum.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, investir em programa espacial é investir em tecnologia, em avanço tecnológico, e estar na vanguarda do conhecimento, defendendo autonomia, soberania e benefícios para a sociedade. Seja da parte direta, seja da indireta, esses retornos provêm.

E tem estudos – já estou terminando – de que, para cada investimento, em alguns... É claro que varia de país para país, mas, para cada dólar investido, o retorno é em torno de US$7, por aí, do investimento feito – é claro que varia de tempos em tempos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Adenilson Roberto da Silva, Diretor Substituto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Eu passo agora a palavra para o nosso próximo apresentador, que é o Dr. Marco Antonio Chamon, Presidente da Agência Espacial Brasileira...

O SR. MARCO ANTONIO CHAMON – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... por dez minutos.

Está ligado.

O SR. MARCO ANTONIO CHAMON (Para expor.) – Alô.

Perfeito.

Bom dia, Senador. Bom dia a todos do Legislativo que aqui estão. Bom dia, senhoras e senhores.

Muito obrigado pelo convite, muito obrigado por esta oportunidade de mostrar um pouco do que o Programa Espacial Brasileiro faz.

Eu começo, rapidamente... Eu sempre uso essa imagem. Ela indica um pouco o que o Brasil faz no Programa Espacial.

À direita, nós temos satélites, nós construímos satélites, já lançamos satélites, operamos satélites.

Na parte central, vocês veem uma foto da Torre Móvel de Integração na Cidade de Alcântara, no Maranhão. Nós temos centros de lançamento no Brasil, nós operamos centros de lançamento aqui.

E, na parte esquerda, há um pouco daquilo que o meu colega, o Dr. Adenilson, mencionou, que são as várias aplicações que existem para os dados obtidos a partir de satélites no Programa Espacial.

Nós podemos monitorar raios, nós podemos monitorar queimadas, desastres naturais de uma forma geral, a área de energia, transporte, agricultura... Então, todas essas coisas estão incluídas no Programa Espacial Brasileiro. Nós fazemos isso. O mundo faz mais do que isso, mas nós estamos correndo atrás da obtenção desses benefícios para a sociedade brasileira.

Na realidade, completando um pouco aquilo que o meu colega disse, nós...

Perdão?

Rapidamente.

Por que qualquer país do mundo, o Brasil inclusive, faz um programa espacial? Por que isso é importante, de onde vem isso daí?

Há várias razões aqui – eu tentei colocar as figuras apenas como ilustrativas –, como, por exemplo: em Brazópolis, em Minas Gerais, existe o Observatório Astronômico do Pico dos Dias. Então, muitas vezes, faz-se um programa espacial para obter conhecimento, para fazer ciência, para entender o universo e onde é que nós estamos.

Ao mesmo tempo, nós podemos fazê-lo para obter autonomia para o país, não ser dependente de dados ou infraestruturas de outros países.

As relações internacionais, que são uma outra parte importante... A cooperação internacional, que é uma outra parte importante, tem seus altos e baixos, a gente sabe disso, estamos vivendo isso hoje –

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

existem polarizações no mundo. Então, ao mesmo tempo em que se busca a cooperação internacional – e é importante fazer isso. Isso torna programas mais eficientes e mais baratos –, a gente procura ter alguma autonomia para momentos em que isso, de repente, possa ser embargado ou restringido.

Nós fazemos programa espacial para fazer desenvolvimento tecnológico. O Adenilson mencionou que muitas dessas coisas voltam para... Filtros de água ultraeficientes, por exemplo, foram utilizados em estação espacial e são utilizados hoje corriqueiramente em terra. Então, fazemos tecnologia também.

Aquela com o porquinho ali é para ganhar dinheiro. Programas espaciais dão dinheiro para as empresas. A ideia, obviamente, não é o governo ter lucro, é claro, mas as empresas cada vez mais tornam sustentável o programa no sentido de que fazem negócios com o programa espacial.

Muitas vezes, nós fazemos por questões de segurança, inteligência e defesa. Isso é uma parte importante de qualquer programa espacial.

Em alguns lugares do mundo, nós fazemos por orgulho nacional. Países que estão entrando, por exemplo, os Emirados Árabes Unidos entraram recentemente no programa espacial e têm programas ousados, inclusive para ir para Marte, etc., para trazer, movimentar a sua sociedade e trazer um certo orgulho nacional para ela.

E, obviamente – eu deixei por último aqui, mas é provavelmente a mais importante das razões: trazer benefícios para a sociedade.

Um programa espacial, como qualquer política pública, tem que buscar os benefícios para a sociedade, e esses benefícios são de várias maneiras.

Quando nós fazemos monitoramento dos nossos biomas, nós trazemos benefícios para a sociedade. Quando nós mitigamos as questões de desastres naturais ou de mudanças climáticas, de seus impactos, nós estamos trazendo benefícios para a sociedade. Quando um programa espacial estimula a criação de empresas e de empregos, ele está cumprindo também uma das funções do Estado. Quando ele se espalha pelo Brasil, como o Adenilson mostrou, ele está diminuindo as simetrias regionais, que é um dos grandes objetivos do Governo. Então, um programa espacial faz tudo isso.

O programa espacial brasileiro, principalmente, se orienta para desenvolvimento de tecnologias na resolução de problemas nacionais e em benefícios para a sociedade brasileira. Isso está num decreto, que é o Programa Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

Esse decreto é de 1996 e é bastante atual, ele foi muito bem-feito, e a ideia é justamente utilizar o que o espaço pode trazer para contribuir para a sociedade. Então, esse é provavelmente o principal objetivo. Os outros existem também no programa espacial, mas esse é provavelmente o principal objetivo do Programa Espacial Brasileiro.

Aqui eu não vou detalhar, mas, basicamente, o Programa Espacial Brasileiro começa em 1961 – acho que o Acioli vai me corrigir aqui –, formalmente, com um decreto que cria um grupo de trabalho para organizar as atividades espaciais no Brasil, nos anos 60, e, a partir dali, nós temos aquelas várias camadas, que dizem mais ou menos o que nós fizemos.

A primeira camada diz "nós fizemos foguetes", e, embora talvez muitos não saibam disso, o Brasil tem o melhor foguete suborbital do mundo: o VSB-30. Esqueçam as siglas; guardem a ideia.

Nós ainda não conseguimos colocar um satélite em órbita. Faremos isso em breve, mas ainda não conseguimos colocar um satélite em órbita. Mas, para aqueles voos que são parabólicos e que dão um pouco de microgravidade – isso tem ficado famoso esses dias –, nós temos, em termos de foguete, o melhor do mundo.

A segunda camada são satélites de comunicação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós não produzimos ainda satélite de telecomunicação no Brasil, mas nós já operamos esses satélites, sabemos como fazer isso, sabemos como adquiri-los e especificá-los.

Nós já fizemos, a partir de 1979, a MECB, que significa basicamente que nós temos condição de produzir nossos próprios satélites, pequenos ou grandes.

Temos um programa muito forte com a China, que tem mais de 35 anos. Então, ele atravessou vários governos e produziu satélites de observação da Terra que hoje são utilizados em alertas de desmatamento ilegal no país.

E temos, mais recentemente – o Adenilson mostrou isso daí –, um programa que a gente chama de PMM – a sigla basicamente significa Plataforma Multimissão – e nós somos agora capazes... Está no ar desde 2021, está em órbita, desde 2021 um satélite totalmente nacional. Ele foi projetado no Brasil, ele foi desenvolvido aqui, ele foi construído aqui – com o apoio da indústria nacional. Isso é muito importante lembrar.

Ele foi lançado do exterior, porque nós não temos ainda um foguete para esse lançamento, mas, logo em seguida, ele foi operado pelo Brasil e foram explorados seus dados pelo Brasil. Então, o ciclo completo, excetuando-se o lançamento, é dominado pelo Brasil hoje.

Aqui, rapidamente, eu acho que eu vou gastar os meus dois minutos finais nesse eslaide.

O que nós estamos fazendo agora?

O Adenilson mencionou que nós estamos fazendo alguns satélites. Nós temos duas cooperações internacionais em andamento, uma com a Argentina, e o satélite Amazônia-1B faz parte dessa cooperação. É uma pequena constelação: dois satélites, o Brasil faz um, a Argentina faz outro, e os dois exploram conjuntamente os dados.

Nós temos essa cooperação de longo prazo com a China... O Adenilson mencionou: nós estamos fazendo dois satélites; o Cbers-5, que vai ser o geoestacionário, que está em discussão ainda, e o Cbers-6 – o decreto de promulgação, se não me engano, saiu hoje.

E queria fazer um agradecimento público ao Senador Astronauta Marcos Pontes: não teria avançado da forma como avançou, aqui nesta Casa, se não fossem os seus esforços. Muito obrigado, Senador.

Na área de foguetes, muito rapidamente, vocês têm três imagens ali.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO ANTONIO CHAMON – Meu tempo vai acabar. Então, menciono rapidamente: primeiro, no final deste ano, em outubro, outubro para novembro deste ano, a base de lançamento da Barreira do Inferno, que fica no Rio Grande do Norte, vai lançar um foguete suborbital, incluindo algumas cargas comerciais. É um experimento. Então, a carga é por conta e risco da empresa, mas é uma empresa farmacêutica interessada em explorar o uso de microgravidade para os seus produtos. Isso vai acontecer este ano. É uma entrega do Programa Espacial para este ano.

Ao mesmo tempo, os senhores estão vendo à direita, no extremo, uma empresa chamada Innospace. É uma empresa sul-coreana.

Por causa do nosso acordo de salvaguardas tecnológicas – obrigado novamente aqui a esta Casa –, por causa desse acordo que foi assinado em 2019, hoje nós somos capazes de explorar comercialmente a base de Alcântara.

Essa empresa sul-coreana, em setembro deste ano, deve lançar um foguete de solo brasileiro com cargas úteis brasileiras, ou seja, satélites brasileiros estarão dentro desse foguete.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos entregas importantes do Programa Espacial Brasileiro, que provam o desenvolvimento tecnológico, que provam a capacidade do país.

Eu vou só mencionar que aquele broto que está aparecendo ali é um dos nossos projetos de futuro, de longo prazo, 15 anos, 20 anos, que é a área de agricultura espacial. O mundo está indo na direção de colonizar a lua, talvez seja uma palavra forte, mas ter bases permanentes humanas na lua. Quando isso acontecer, nós teremos necessidade de água, de energia, de oxigênio e de comida no espaço exterior.

Nós temos a Embrapa no Brasil. Eu não preciso explicar quem é a Embrapa, ela é só a referência nº 1 do mundo em agricultura tropical. A Embrapa e a Agência Espacial Brasileira entraram em acordo para o desenvolvimento de agricultura no espaço, para ser usada na lua, em estações espaciais e mesmo em voos interplanetários. Isso está começando. Isso é parte do futuro, e o Brasil será parte desse futuro também.

Eu acho que eu vou parar aqui. Tem uma parte de legislação que eu vou cortar.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – Pode continuar.

O SR. MARCO ANTONIO CHAMON – Perfeito. Mais um pouquinho, então.

Apenas para mencionar, muito recentemente, o Brasil avançou bastante na parte legislativa. Isso foi fruto do trabalho das duas Casas aqui do Congresso.

Em 2022, foi aprovado um decreto que cria o Conselho Nacional do Espaço, que, portanto, coloca o espaço numa situação política de extremo privilégio. Esse conselho deve se reunir, ainda não se reuniu, está sendo reformulado porque os ministérios mudaram, mas, é um ponto importante no qual o espaço terá um lugar num conselho de ministros, muito próximo, portanto, à Presidência.

Em julho do ano passado, nós criamos a nossa Lei Geral do Espaço ou, como a gente costuma chamá-la, Lei de Atividades Espaciais. Ela é um marco, é bastante avançada em relação às leis que existem no mundo e se preocupa não só com o desenvolvimento, mas também com a sustentabilidade do espaço. Então, é uma lei bastante avançada.

Mais recentemente, foi criada a empresa Alada, que é uma empresa estatal não dependente, que significa que ela vai ter que gerar o seu próprio recurso, não vai depender do orçamento do Estado e é uma empresa que vai ser utilizada, entre outras coisas, para permitir, de forma mais ágil, a exploração daquilo que existe de espaço no Brasil, por exemplo, as nossas bases de lançamento. Esse lançamento sul-coreano, que eu mencionei, passará não mais a ser feito pela FAB – a Força Aérea Brasileira tem outras coisas para fazer –, mas será feito comercialmente, com lucro, por parte dessa empresa.

Então, essas são coisas que estão acontecendo no programa espacial.

Um último ponto, acho que aqui já é o meu obrigado, mas, antes disso, eu queria apenas mencionar, já que uma das perguntas fala sobre isso, a questão do financiamento do Programa Espacial Brasileiro.

O orçamento direto da Agência Espacial Brasileira não é a única forma de financiamento do programa espacial. O descontingenciamento, em 2023 - também fruto de trabalhos conjuntos entre o Executivo e o Legislativo - do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) permitiu uma injeção de alguns bilhões de reais, da ordem de dezenas de bilhões de reais, em ciência e tecnologia no país. Em 2023, foram assinados três contratos, da ordem de R$600 milhões no seu total, para desenvolvimento de satélites e foguetes diretamente na indústria nacional, o que significa que nós temos um novo olhar para o programa espacial, por parte do Governo, um olhar para crescimento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Só para complementar o dado que o Adenilson colocou, os números no mundo de retornos de investimento no programa espacial estão entre três e dez: sete é um número tipicamente médio; três é o número da Nasa; dez é o número da agência espacial inglesa. Então, há retornos de investimento no programa espacial.

A minha mensagem aqui, para terminar – obrigado pelo tempo extra, Senador –, é basicamente o seguinte: o Brasil é competente tecnicamente na área de foguetes, na área de satélites e na área de exploração de dados, e isso há muito tempo!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO ANTONIO CHAMON – O Brasil precisa melhorar, precisa investir – e isso é o trabalho que a Agência Espacial e os outros órgãos do Governo estão fazendo –, precisa promover e incentivar a indústria nacional para que ela entre nesse mercado que, hoje, é de US$600 bilhões, que é equivalente ao mercado de semicondutores no mundo.

Eu agradeço a atenção dos senhores e senhoras.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito bom.

Eu agradeço ao Dr. Marco Antonio Chamon, Presidente da Agência Espacial Brasileira, por sua apresentação.

Imediatamente, eu passo a palavra ao Dr. William Rospendowski, Gerente do Departamento de Defesa, Segurança e Alimentos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Como foi citado pelo Dr. Chamon, hoje nós temos o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que foi liberado através da Lei 177, de 2021 – foi uma luta muito grande, e volta e meia o pessoal tenta contingenciar ainda.

Eu estou colocando... Para quem não sabe, tem uma PEC minha, um projeto de emenda constitucional, porque, por incrível que pareça, a gente tem que botar na Constituição do país que não se pode contingenciar o FNDCT, por ser um recurso estratégico para o país; investimento em ciência e tecnologia é estratégico. Parece que... É incrível você ter que ficar explicando isso, mas coloquei como uma PEC para poder evitar esse contingenciamento, porque volta e meia vêm ideias, entre aspas, "brilhantes" de contingenciar o que é estratégico para o país.

O FNDCT é gerido pela Finep, com duas partes: uma parte que é reembolsável, que são empréstimos – lembrando que a Finep não é um banco de fomento, ela é uma agência de fomento que visa a melhorar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento do país, portanto, o custo do recurso lá tem que ser o mais barato, para que nós possamos desenvolver justamente empresas, *startups*, empresas do setor de tecnologia e inovações para o país –; e tem a parte não reembolsável, que é extremamente importante para manter os nossos laboratórios no país, para que se tenha desenvolvimento de pesquisas iniciais, desenvolvimento de protótipos... Então, tudo isso é feito com a ajuda da Finep, que faz essa gestão.

Portanto, dada essa introdução, Dr. William – deixe-me ler de novo o nome aqui – Rospendowski, por favor, o senhor tem dez minutos.

O SR. WILLIAM ROSPENDOWSKI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também faço a minha congratulação aos colegas de mesa: ao Presidente Chamon, da AEB – é uma grande parceria a que nós temos –; ao Adenilson, do Inpe, também uma participação muito importante do setor; ao Acioli.

Queria começar dizendo que os parabenizo pela organização desta audiência, porque é muito importante a sociedade tomar conhecimento do que é feito no país. Nós temos muitos avanços e é importante compartilhar isso com todos.

Quero fazer também um agradecimento aqui ao Senado, pelo próprio apoio do Senador Izalci Lucas ao PLP 135, que virou lei complementar, e pelo apoio, também, do Senador Astronauta Marcos Pontes ao setor.

De fato, tudo o que eu vou mostrar aqui à frente tem a ver com o descontingenciamento da FNDCT. É importante também essa PEC porque, de fato, é fundamental ter previsibilidade.

A Finep atua em diversos setores e são projetos de longo prazo, projetos de execução de três a quatro anos. Então, é importante você ter essa continuidade, não é? Então, nesse sentido eu já vou começar aqui a apresentação. Já coloquei aqui o cronômetro para não perder o horário. Vamos lá, então, para a nossa apresentação.

Antes de tudo... Esse eslaide é um pouco pesado, mas é importante porque mostra como é que a Finep atua, o que a Finep consegue fazer de forma mais direta e outras atividades que dependem, naturalmente, de um processo de governança que está relacionado com o MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação), que é o Ministério do qual a Finep faz parte, como empresa pública vinculada.

Eu queria dizer que esse processo de governança é um processo muito saudável, muito importante, porque, às vezes, alguns podem pensar: por que a Finep fez a subvenção para esse projeto, para essa área? Por que ela escolheu o setor espacial e não outro setor?

O fato é que a Finep é uma agência indutora, participa desse ecossistema. A sociedade é muito bem representada dentro desse ambiente. Nós temos, por exemplo, os fundos setoriais, que foram criados já há mais de 20 anos. Esses fundos têm a participação de membros do setor empresarial, acadêmico, representações de trabalhadores, enfim, é um ambiente muito aberto para se discutir e tratar de perspectivas. E depois você tem ambientes decisórios, como o Conselho de Coordenação dos Fundos (CCF) e, depois, o Conselho Diretor, que é a entidade máxima nesse processo, do qual a Ministra – atualmente a Luciana Santos –, representando esse Comitê Diretor, participa, junto com outras entidades, para poder ditar os rumos dessas chamadas que vão chegar para a Finep, para o CNPq, para as agências poderem seguir.

Também quero dizer aqui que muitos conhecem a Finep, talvez, pelo apoio à universidade ou a empresas *startups*. A verdade é que a Finep apoia todo o ecossistema de inovação. Nós temos três instrumentos principais e alguns outros, mas principalmente convênios, em que nós colocamos recursos não reembolsáveis, por exemplo no Inpe, no IAE, que é o Instituto de Aeronáutica e Espaço da Força Aérea; temos a subvenção, que é um recurso muito nobre, porque é um recurso não reembolsável para empresas, para poder tomar riscos, fazer projetos de maior ousadia tecnológica; e o crédito, para o qual a Finep, de fato, tem um pouco mais de alçada para poder fazer empréstimos. Como o Senador colocou bem, a Finep não é um banco, mas tem ferramentas para emprestar a longo prazo, para poder colocar condições adequadas para projetos de inovação tecnológica.

Nós estamos atuando também, acho que isso é importante... A Finep atua sempre em parceria, no âmbito do Governo Federal, para evitar que cada um siga um caminho. Então, não faz sentido a AEB ter uma visão para o setor, o Mdic, o Ministério do Desenvolvimento, ter outra visão, a Finep ter a sua, o BNDES ter outra. Então, a gente tenta atuar de maneira integrada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós temos aí seis missões na política industrial brasileira – a Nova Indústria Brasil –, muitas das quais estão bastante relacionadas ao setor espacial. Eu vou mostrar alguns projetos que são da Missão 6, que é a missão que trata de autonomia tecnológica, de defesa, de espaço, de algumas atividades em você precisa ter o apoio público. Você vê que os próprios Estados Unidos têm lá o Dapa, têm a Nasa. Então, quer dizer, você tem entidades que atuam com apoio governamental para áreas em que você, às vezes, não consegue adquirir.

A gente vê o desenvolvimento aqui de projetos, dos quais eu vou falar, que não são só uma questão de dinheiro. Quer dizer, tem parcerias em que, às vezes, no projeto, você não consegue atender ou acessar alguns equipamentos pela questão de soberania e importância estratégica. Mas o setor espacial, pela sua multidisciplinaridade, também apoia o agro, como está aqui na Missão 1, apoia a bioeconomia, apoia evitar desmatamento, enfim, tem muita coisa que ele pode fazer.

Eu vou passar rapidamente aqui sobre algumas chamadas que foram até mencionadas e dizer que todas elas foram feitas em parceria com a AEB. Isso é muito importante. A Finep entende as suas limitações. Ela é uma entidade que tem 500 funcionários, é relativamente enxuta pela quantidade de projetos com que ela trabalha. Então, é fundamental você contar com a parceria de quem é muito especialista. Assim, a AEB, a Força Aérea e outras entidades contribuem conosco aí nessa atuação.

Nós fizemos essa atividade de fazer um projeto de um satélite. Depois eu vou trazer mais detalhes, porque já foi selecionada a empresa – é a Visiona –, já está em execução. Também fizemos uma chamada que foi muito ousada e está agora em execução, com dois projetos, que é um sonho antigo, como o Presidente colocou. Nós temos o VSB-30, o veículo suborbital, cujo lançamento eu tive o prazer de acompanhar já, uma vez, em Alcântara, é uma coisa fantástica! Mas nós temos o interesse de fazer um lançamento orbita, e ainda mais, aproveitando essa mudança do mercado.

Hoje você tem uma barreira de entrada menor quando se fala em microssatélites. Não existia isso 15, 20 anos atrás. E você vê uma participação empresarial muito mais forte, porque essa barreira diminuiu. Hoje, na realidade, tem uma pressão por lançamentos. Às vezes, você tem fila de espera. Por isso que é importante conseguir participar desse mercado com o veículo lançador nacional.

Por fim, mas não menos importante, na Missão 6, nós lançamos mais recentemente uma chamada de desafios bastante estratégicos na área de defesa. Cada força armada optou por um tema mais sensível, mais complexo, mais importante. E a Força Aérea – parabenizo-a pela escolha! – olhou para o tema do hipersônico. Aqui nós estamos falando não só do setor espacial, mas de defesa. Mas o fato é que o hipersônico é a vanguarda. Falar de Mach 8, Mach 9 tem uma importância estratégica de você, com uma determinada carga ou o que for, chegar no outro lado do país em questão de uma hora ou minutos, enfim. E aí nós temos o Rato, que é um veículo de decolagem para hipersônico, dentro de um projeto, do 14-X, da Força Aérea, que é muito importante.

Aqui, para resumir, nós temos um momento muito interessante que a gente nunca viu antes, quando mais de R$1 bilhão foi colocado desde 2023, tendo em vista a Lei Complementar 177.

Eu queria dizer que o setor espacial está sendo muito bem apoiado. Quando a gente olha para a subvenção econômica, aproximadamente 20% dos recursos têm ido para esse setor, e para os mais variados programas do MCTI. O Ministério hoje tem dez programas de apoio e vários deles estão apoiando o setor espacial. O Programa 2 tem um projeto aqui de R$93 milhões. Tem os projetos que já estão em curso que foram mencionados. São R$600 milhões. E não só a parte empresarial. Isso aqui, essa tela tem referência para empresas, mas a próxima também fala de institutos de pesquisa.

Então, nós temos aqui um apoio grande para o Inpe, a Plataforma MultiMissão no âmbito do CBERS 6, os projetos com o IAE também. Muito especialmente, eu queria destacar também a grande

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

capacidade de síntese, de escolha estratégica. O Programa 9 tinha R$500 milhões. Mais ou menos, um terço foi direcionado para cada uma das Forças Armadas, e a Força Aérea direcionou uma boa quantidade de recursos para o VLM, que é o Veículo Lançador de Microssatélites, também um sonho importante que o país tem, em que você busca reduzir a dependência tecnológica por um acordo firmado anteriormente com a DLR, a agência espacial alemã.

Nós entendemos que é importante alguns desses componentes, guiamentos, redes elétricas, você poder desenvolver dentro do país. E aí essa é a maior encomenda que nós temos dentro do Programa 9. São R$133 milhões. São valores muito significativos.

Aqui são algumas imagens. Eu fico feliz de mostrar essas imagens, porque, inclusive, na semana passada, a gente estava lá na feira do SpaceBR Show e a Cenic – isso gerou até reportagem, saiu em várias mídias, e coloquei aqui uma imagem – levou uma maquete e fez um estande, é raro isso, que não é o estande da empresa, é o estande do projeto, tamanha a importância desse veículo lançador ter um estande só para ele. A Mac Jee também levou o rato, esse lançador hipersônico, e a Visiona também tem divulgado o satélite. Hoje a maior subvenção de toda a história da Finep é esse projeto da Visiona, R$220 milhões. Então, é uma conquista muito grande.

Para terminar aqui e respeitar o tempo, eu visitei algumas vezes – e tenho a satisfação de conhecer o trabalho fundamental aí que a Polícia Federal faz no país – o Instituto Nacional de Criminalística e eles estavam me mostrando esse programa que é o Brasil+. É um programa que é pago com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e você tem apoio a mais de 60 instituições públicas. Aí vão entrar Embrapa, vão entrar diversas entidades, para evitar desmatamento e uma série de coisas, feitas com imagens de satélite, só que satélites estrangeiros. Então a gente se pergunta: por que a gente não pode tentar fazer isso nacionalmente?

Rapidamente, para concluir, ressalto a parceria com a EB. A subvenção econômica é um recurso nobre e por isso ele atua no setor espacial, porque o setor espacial está na vanguarda, está na fronteira. A gente estimula muito a interação de empresas e CTs. É fundamental você ter lá a Força Aérea e o Inpe junto com as empresas.

Quero concluir dizendo que a Finep é, sem dúvida, o maior apoiador financeiro do setor espacial e que a gente fica à disposição para contribuir ainda mais nos próximos anos. Estão aqui o meu *e-mail* e os contatos.

Agradeço aí pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. William Rospendowski, que é Gerente do Departamento de Defesa, Segurança e Alimentos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

São muitas informações importantes para quem trabalha no programa espacial, que tem dedicado aí a vida a esse setor. Quando você vê esses desenvolvimentos e finalmente o recurso chegando, para poder operar esses desenvolvimentos, é muito importante para o país. Então, parabéns aí. Parabéns à Finep também.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Acioli Antônio de Olivo, Diretor para Atividades Parlamentares do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial (SindCT).

O SR. ACIOLI ANTÔNIO DE OLIVO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Astronauta, que está presidindo esta sessão. Agradeço ao Senador Flávio Arns pelo requerimento que possibilitou esta audiência pública. Eu gostaria de cumprimentar os

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

meus colegas de mesa, os meus colegas do Inpe, Chamon e Adenilson, porque eu sou um servidor aposentado do Inpe também. Atualmente eu sou um colaborador do SindCT.

Não vou acionar os eslaides, porque os meus colegas já praticamente esgotaram, e muitos dos eslaides que eu apresentaria seriam redundantes. Então eu prefiro conversar em vez de olhar para os eslaides.

O SindCT representa os servidores públicos federais da carreira de ciência e tecnologia de quatro instituições do setor espacial: a Agência Espacial, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica, e o irmão mais novo que é o Cemaden, que foi criado em 2011.

A nossa base é de cerca de 4 mil servidores e os sindicalizados cerca de 2,7 mil servidores.

Falar de programa espacial é falar de pessoas, pessoas que construíram este programa espacial a que chegamos hoje.

O Chamon apresentou uma linha do tempo muito completa, que começa em 1961. Eu vou retroagir, Chamon, eu vou retroagir ao início dos anos 50, onde um visionário chamado Casimiro Montenegro pensou em criar uma estrutura a partir do ITA e do Centro Técnico de Aeronáutica, que hoje se chama DCTA.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ACIOLI ANTÔNIO DE OLIVO – Isso!

Casimiro, Brigadeiro, criou o ITA, onde foram formados, nesses anos, cerca de 75 anos, entre engenheiros, mestres e doutores, mais de 10 mil pessoas. Entre eles, o nosso Senador e, entre eles, eu também.

Então, nossa homenagem ao Brigadeiro Casimiro, porque falar de programa espacial é falar também de um dos seus *spin-offs* mais importantes, a Embraer.

Ninguém fala da Embraer, mas a Embraer está na origem do nosso programa aeroespacial. E, hoje, a Embraer, além de fabricar aviões, está no futuro, está fazendo carros voadores. Não é a questão do filme lá de ficção científica, a Embraer está fazendo carros voadores e também possibilitou o desenvolvimento de lançadores, e o Chamon falou muito bem, nós temos tecnologia para isso.

Nós temos também o centro de lançamento, que é uma possibilidade de o Brasil se inserir cada vez mais no mercado mundial espacial. É um mercado bilionário em que o Brasil ainda obtém pouco, e poderia obter muito mais.

Mas também no DCTA, eu lembro que tem o IPV (Instituto de Proteção ao Voo) e também aquele setor que investiga acidentes aéreos. Quando nós entramos num avião, nós temos a segurança de que alguém está cuidando de nós, é lá no DCTA.

Vamos falar de outro visionário e aí, na linha do tempo, nós chegamos a 1961. Aldo Vieira da Rosa, também um militar, meu conterrâneo catarinense. Aldo Vieira da Rosa criou o Inpe e passou uma norma para o próximo que viria a dirigir o Inpe, Fernando de Mendonça, que hoje está com mais de 100 anos. E o Inpe virou uma referência nacional, porque, quando Fernando de Mendonça trouxe para o Inpe cientistas estrangeiros, colocou a semente no Brasil de meteorologia e astrofísica.

No Inpe, os programas de pós-graduação derivados dessa ideia inicial formaram mais de 4 mil mestres e doutores. Mão de obra superespecializada que não tem nas universidades. É o Inpe que faz ou o ITA com os seus programas de pós-graduação.

Mas também é falar do Inpe nas questões ligadas ao monitoramento de biomas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dentro das perguntas do e-Cidadania, tem a da Ana, do Paraná, que diz assim: "Como o programa espacial pode [...] [contribuir] [...] [para o] combate ao desmatamento [...] [utilizando] satélites como os de Detecção de Desmatamento em Tempo Real?".

Ana, excelente pergunta!

O Brasil, através do Inpe, tem um programa de monitoramento de ambiente que, segundo a revista *Science* de 2007, é um exemplo para o mundo inteiro. Minha homenagem aqui neste momento ao criador, arquiteto e projetor desse sistema, Dalton Valeriano, que nos deixou na semana passada. Nossas homenagens a esse grande cientista, gigante, Dalton Valeriano. Então, o Brasil faz isso com grande, com boa tecnologia, baseado em dados do Amazonia, do Cbers e outros satélites. Ele conseguiu, através das informações geradas pelo programa Prodes e pelo programa Deter, reduzir a taxa de desmatamento a taxas extremamente baixas. O objetivo, obviamente, é o desmatamento zero, mas, se vocês consultarem o *site* do Prodes, vão ver que houve uma redução significativa graças a esses dois programas.

O Cemaden, que está também aí, nosso irmão mais novo, tem um papel importante no monitoramento de todos os municípios nacionais. E mais de mil municípios recebem alerta; os municípios mais vulneráveis. O Cemaden presta grande serviço à nossa sociedade.

Quanto à Agência Espacial, nem preciso falar; o meu colega aqui do lado já falou tudo. Eu acho que nós temos na Agência Espacial uma agência que pode fazer no futuro cada vez mais, no sentido de incentivar não só os novos satélites, mas também novos lançadores.

E o futuro? Quanto ao futuro, parece-nos, às vezes, que estamos entrando em uma era em que a ficção científica se torna realidade: carros voadores. Temos também o uso da inteligência artificial, que não foi explorada ainda suficientemente pelos sistemas do setor espacial. Em todos os setores, a inteligência artificial está dando um *plus* e grandes oportunidades para desenvolver o setor. Temos que aproveitar as oportunidades.

Temos também no futuro que aproveitar cada vez mais as nossas cooperações internacionais. Nós temos com a China, com quem nós já fizemos uma família de satélites. Temos cooperação com outros países: com a Rússia; temos cooperação com a Agência Espacial Europeia; temos cooperação com a Índia, que fez o lançamento do Amazonia 1; e temos cooperação também com os Estados Unidos. Precisamos, cada vez mais, trazer dessa cooperação internacional a possibilidade não só de capacitar os nossos técnicos, os nossos engenheiros, os nossos gestores, mas também trazer possibilidades de projetos conjuntos. Fala-se em explorar Marte. Nós podemos explorar Marte? Podemos contribuir. Nossos cientistas podem fazer isso aí. Explorar terras raras em outros planetas é possível? É possível. O Brasil vai fazer isso? Vai contribuir. Então, no futuro, a nossa contribuição é no sentido de explorar as cooperações internacionais de países que têm muito mais recursos. China e Estados Unidos investem cerca de 85% do total de programas em programas espaciais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ACIOLI ANTÔNIO DE OLIVO – O Brasil, menos de 0,5%. Então, é importante.

E eu vou terminar dizendo o seguinte: essas pessoas que eu citei são importantes, foram visionárias, foram pessoas que puderam transformar a minha cidade. A cidade onde eu moro, São José dos Campos, que, na década de 50... Não é piada, a maior atividade comercial, na década de 50, de São José dos Campos – que era uma das "cidades mortas" do Vale do Paraíba, nas palavras de Monteiro Lobato –, era esperar o trem para vender água e laranja. Hoje, São José dos Campos é um exemplo para o mundo, não fica devendo a nenhuma cidade do mundo. Isso foi graças a esses visionários, mas,

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

principalmente, aos servidores públicos federais do setor espacial, engenheiros, cientistas, técnicos, gestores, que possibilitaram que, 75 anos depois, o Brasil fosse respeitado por todos os países do mundo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Dr. Acioli Antônio de Olivo, Diretor para Atividades Parlamentares do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – e iteano também. (*Risos.*)

Bom, antes de passar às considerações finais e às respostas às perguntas, eu gostaria de fazer alguns comentários também. Obviamente, eu sou também do setor, e isso é importante... Primeiro, quero agradecer e parabenizar o Senador Flávio Arns, por ter convocado esta audiência pública. Infelizmente, ele não está conosco aqui neste momento, ele está se recuperando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Exato, exatamente.

E ele está se recuperando eu acho que de uma cirurgia, mas é muito importante que nós tenhamos uma audiência como esta.

O setor, como eu espero que tenha ficado claro aqui, é extremamente importante para o país. Um país continental, como o nosso, precisa de um programa espacial forte, um programa espacial que possa prover os serviços necessários, para atender os diversos setores que vão desde agricultura até defesa. Então, é uma coisa imprescindível que nós tenhamos esse programa espacial muito e muito forte.

Eu lembro que, infelizmente, quando nós tivemos o acidente em 2003, o acidente de Alcântara, nós perdemos ali várias pessoas – 21 pessoas –, e eu conhecia a maioria deles. Sendo do IAE, eu trabalhava junto com eles, eu era do IAE também, eu era da Divisão de Ensaio em Voo, ali do lado, junto ao IAE, parte do IAE. E muita gente falou, naquela época, como se o programa espacial tivesse terminado, como se não fosse mais para frente, que tinha encerrado. Até hoje tem gente que tem essa ideia errônea na cabeça de que aquele acidente travou, parou o nosso programa espacial. Não, justamente o contrário: nós prosseguimos, e prosseguimos, inclusive, em honra, em homenagem às pessoas que perderam suas vidas, que deram o sangue, literalmente, pelo programa espacial. A gente tem essa obrigação moral de prosseguir não só pelo país, mas também em homenagem, em honra a todas essas pessoas.

Eu tive a felicidade de trabalhar no Brasil, nos Estados Unidos, na Rússia, no Japão, em vários países, e você vê que todos os países levam o programa espacial de uma maneira muito séria. De uma maneira consistente, aplicam recursos no programa espacial.

Parece que a minha vida depois que eu fui para o Ministério da Ciência e Tecnologia se tornou uma batalha constante pelo financiamento do setor de ciência e tecnologia. Eu lembro que, como Ministro, essa era a briga direto – pode-se dizer –, muitas vezes até espirrando na imprensa algumas coisas, as lutas que nós tínhamos ali para manter os recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia – não só do ministério, porque ciência e tecnologia se aplicam a todos os setores.

Então, a liberação do FNDCT foi uma briga. Eu vim ao Congresso aqui muitas vezes, dezenas de vezes, para explicar a importância de se ter isso, assim como o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com os Estados Unidos, para a gente poder operacionalizar comercialmente o Centro Espacial de Alcântara, ou outros que a gente venha a criar aqui no Brasil.

Mas isso foi uma luta constante e, por incrível que pareça – como eu falei aqui no meio desta sessão –, ainda temos que ficar... Eu estou aqui agora como Senador, vim para cá para poder ajudar o setor de ciência, tecnologia, inovação, educação e empreendedorismo, vamos chamar assim, o ambiente de negócios no país. Por quê? Porque são essas áreas que fizeram com que todos os países que hoje são desenvolvidos fossem o que eles são.

Por que eles são desenvolvidos? Não é por localização geográfica, não é por cultura, língua, religião, nada disso. O que fez com que eles fossem desenvolvidos foi, pragmaticamente, investir consistentemente em educação focada, ciência, tecnologia, inovação e em melhorar o ambiente de negócios, para que as empresas de tecnologia tenham sucesso no país, tenham lucro e, com isso, possam prover serviços, produtos, empregos para o país.

Parece óbvio, mas muitas vezes a gente tem que explicar, ou bater na tecla do óbvio aqui, porque, na hora H, o que acontece? Eu lembro muito bem disso aí no ministério... Eu vejo aqui agora. Todo mundo fala que é a favor da educação, da ciência e da tecnologia. Parece que é unânime falar que é a favor disso, mas, quando chega a hora H – vamos chamar assim – o que acontece? O ministério apresenta lá um orçamento, uma previsão de orçamento para o ano seguinte. Quando vai para o setor da economia, já é feito o primeiro corte, para poder ajustar com os outros setores e outros ministérios. Aí vem para cá, para o Congresso e, apesar de todo mundo falar "eu sou a favor da ciência e tecnologia", a nossa bancada aqui no Senado – eu e o Izalci – vê aqui que se começa a distribuir recursos para tudo quanto é área, e muitas coisas inúteis, diga-se de passagem. E o setor de ciência e tecnologia acaba ficando prejudicado, e você vê mais cortes.

Se a gente quiser ter um país que realmente seja desenvolvido, é bom a gente mudar essa cultura, ou esse estado de coisas, e começar a focar realmente no que interessa. Olhar para os países que tiveram sucesso e seguir a mesma receita. E o programa espacial está dentro desse setor, ou seja, o investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Diga-se de passagem, o país investe, para quem não sabe, cerca de 1% do PIB em pesquisa e desenvolvimento. Não quer dizer que o PIB é uma... Às vezes eu falo isso, e o pessoal fica imaginando que o PIB é uma conta no banco, qualquer uma, e que a gente pega 1% dela para investir nisso. Não é. Isso é só uma questão de comparação para se usar um valor de referência como o Produto Interno Bruto. Mas o país investe 1% do PIB, e o Congresso Nacional custa ao país 0,55% do PIB, mais da metade do que a gente investe em pesquisa e desenvolvimento. E isso envolve não só o setor público. Quando eu falo 1% do PIB, você vê que inclui o setor público, o setor privado e o terceiro setor.

Por que eu estou falando esses números aqui? Porque o país vive nessa expectativa de OCDE e assim por diante. Então, tem que se comparar com os países da OCDE. Os países da OCDE investem, em média, 2,73% do PIB. Países como Israel, como Coreia do Sul, etc. investem acima de 5% em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento. Dá para ver que o país tem um longo caminho a seguir.

Portanto, eu coloquei uma PEC lá, logo no meu primeiro ano aqui – porque eu vim para cá para isso também – a PEC 31, chamada PEC da ciência, que é justamente para ampliar, no prazo de dez anos, o investimento do país em pesquisa e desenvolvimento, do atual pífio, vamos chamar assim, 1% do PIB para, pelo menos, 2,5% do PIB. O que nos levaria próximo dos países da OCDE e nos traria muitos desenvolvimentos que poderiam colocar o Brasil na ponta.

Inclusive, quando a gente fala dos nossos recursos naturais, da necessidade de se ter desenvolvimento sustentável aqui, é bom pensar no desenvolvimento sustentável como um conjunto,

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como é, de fato, desenvolvimento econômico, social e preservação ambiental. Sem essas três pernas, não tem como se fazer preservação ambiental e deixar a população à míngua. É necessário que nós tenhamos isso aí. Para fazer isso, nós precisamos investir em ciência e tecnologia, não tem outra opção. Então, isso aí é uma...

Colocando essa série de fatos, às vezes o próprio Governo fala assim: "Poxa, mas eu vou gastar..." Gastar... Eu não gosto dessa palavra "gastar". Não se gasta, investe-se. "Eu não vou gastar esse valor para aumentar o orçamento do Ministério..." Não. Não é isso aí. O Governo tem que fazer é a articulação com os outros setores – setor público, setor privado – e facilitar as leis de incentivo boas. Tem muitas leis de incentivo que são ruins, e que a gente precisa rever no nosso país para economizar bilhões para o Governo poder atuar em educação, mas essas leis de incentivo, como a Lei do Bem, Lei de TICs, tudo isso aí tem que ser incentivado pelo Governo. Isso aí contribui. Só com a Lei do Bem, por exemplo, são R$30 bilhões que entram nessa conta. Isso vem de empresas privadas, vem do terceiro setor.

Voltando ao programa espacial, eu só vou fazer um resumo antes de a gente entrar para responder às perguntas. Os setores do nosso programa espacial envolvem lançadores, satélites, centros de lançamento, aplicações no espaço, como programas, utilização do espaço para várias atividades de agricultura, aplicações do espaço, cooperações internacionais e formação. A gente precisa ter formação de pessoas no país para trabalharem no setor. Cada uma dessas divisões do programa espacial tem as suas necessidades e vantagens para o Brasil. Quando a gente falou de foguetes, por exemplo, nós lutamos muito tempo para ter foguetes de propelente líquido. Nós dominamos o propelente sólido, mas o propelente líquido é uma necessidade para que a gente atinja maiores altitudes, com maior carga e mais controle de trajetória dos foguetes. Isso tem sido desenvolvido no país, inclusive por um grupo de ex-alunos do ITA também. É importante que a gente tenha essa noção. A Finep tem uma participação muito grande em poder incentivar esses programas, esses projetos.

Lembro que satélites – como foi falado aqui, mas eu vou refrisar – têm uma importância muito grande para diversos setores, como agricultura e meio ambiente. Agora com os satélites com radar de abertura sintética, a desvantagem, vamos dizer assim, dos satélites no espectro visual é que você, com a cobertura de nuvens e o *canopy* das árvores, você não consegue enxergar o que está lá embaixo das árvores, o que está acontecendo antes do desmatamento. O ideal é que a gente pegue o desmatamento antes de ele acontecer, antes de cortarem as árvores grandes. Para chegarem a essas árvores, eles precisam abrir caminho, precisam cortar as pequenas, e a gente não consegue ver isso por causa do *canopy* das árvores e da cobertura de nuvens, mas, com radares, a gente consegue enxergar e consegue pegar os bandidos antes que eles cortem as árvores. É um trabalho muito grande que é feito pelo Inpe, mas que precisa, obviamente, da colaboração dos órgãos de fiscalização, de solo, que tem que ir lá combater e prender essas pessoas. Então, é algo essencial.

Lembro de comunicações também com satélites. O Brasil precisa de comunicações e muitas outras atividades que nós fazemos com satélites no Brasil.

Sobre os centros de lançamento, nós temos dois centros. Eu fiquei muito feliz em ver o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno sendo reativado, vamos dizer assim, agora com lançamentos. Ele passou muito tempo apenas fazendo acompanhamento de lançamentos de Kourou, lançamentos de teste só, pequenos, lançamentos de microfoguetes. Agora não; agora começa a operar de novo, e isso é muito bom. Em Alcântara, agora, a gente pode ter lançamentos comerciais, e com a Alada, a empresa Alada... E tive o prazer também de ser Relator aqui e poder colocar isso, era um sonho que a gente tinha na Força Aérea desde 2008, e hoje a Alada é uma realidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi muita crítica sobre isso, o pessoal falando assim: "Ah, a Alada vai ser mais um cabide de emprego". Não é. É uma empresa estatal independente e temporária. Ela vai ficar até que o Comando da Aeronáutica decida ou se sinta confortável para fazer a separação, como existe, no Kennedy Space Center, a Nasa, que é civil, e o Cabo Canaveral, que é Força Aérea, e isso vai gerar recursos para o Programa Espacial, que sempre sofreu de recursos. Então, a Alada é uma necessidade também. E a atuação dela no Centro Espacial de Alcântara e em outros centros que possam ser criados – a lei permite agora – vai ajudar muito o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.

Outra coisa, sobre aplicações. Eu já falei um pouco, mas é importante, porque é onde está o dinheiro, muito dinheiro para criar empresas, *startups,* que possam utilizar os recursos do espaço para gerar soluções, com inteligência artificial, inclusive novas tecnologias, aqui, para a nossa agricultura, e muitas outras coisas.

Outra coisa, também, para a qual eu queria chamar a atenção, em aplicações, é que o Inpe, porque a gente fala muito do Inpe ao falar dos satélites, mas o Inpe tem uma gama de serviços para o país, inclusive o AdaptaBrasil.

O AdaptaBrasil é um programa do Inpe que monitora e atualiza... Acho que agora está em todas as cidades do Brasil, na minha época estava crescendo, mas não estava em todas. Está em todos os estados do Brasil. Então, um Prefeito ou um Governador pode olhar e, na medida da previsão, vamos chamar assim, de longo prazo, fazer o que é necessário para prevenir desastres naturais ou secas, etc., pode trabalhar antes. O Brasil precisa aprender a trabalhar com previsão, fazer planejamento para prevenir os problemas, e não só na correção. O Cemaden tem uma função gigantesca em tudo isso também.

Aqui eu coloquei, também, projetos de lei para fazer o gerenciamento de risco. Aí o pessoal fala: "Mas não existe já um projeto de lei sobre prevenção?". Sim, para quem não sabe, prevenção está dentro do gerenciamento de risco, da mitigação dos riscos que têm que ser analisados, através do gerenciamento de risco. Isso foi feito pelo Cemaden e pela Defesa Civil. Então, está aí o Projeto de Lei nº 5.002, de 2023. Ainda está correndo. Quando tem um acidente, como aconteceu no Rio Grande do Sul, todo mundo sai correndo para ver o que tem... Aí desaparece, é como se fosse salto de galinha.

Agora, outra coisa que aconteceu, não é exatamente esse caso, mas aconteceu na Áustria, agora, um ataque a escola. A gente tem um monte de projetos parados aqui, e as pessoas, simplesmente, não tocam para frente nas Comissões, ficam parados, esperando acontecer uma outra tragédia na escola, morrer gente, para depois empurrar mais um pouquinho as leis. A gente precisa pensar de forma mais inteligente, pensar para a frente e tocar para a frente esses projetos essenciais.

Cooperações, outra coisa importante. Foram ressaltadas várias cooperações com vários países de peso. Isso é muito bom para o Brasil. A cooperação com a China, desde 1988, com a constelação Cbers, agora, mudando do espectro visual para satélites de abertura sintética, e outras possibilidades vindo pela frente. São muito importantes para o país essas cooperações.

Inclusive, eu assinei, na época de Ministro também, com os Estados Unidos, a participação do Brasil no programa Artemis, que é o retorno à Lua nesta década e a Marte nas décadas seguintes. Isso vai permitir aos nossos cientistas, por exemplo, poderem trabalhar nesses ambientes completamente diferentes, vai permitir às nossas empresas poderem fabricar partes das espaçonaves e subsistemas, para o solo da Lua, o de Marte, *gateways* ou outros tipos de equipamentos que possa ter no caminho. Isso é essencial para a nossa indústria, a gente tem que abrir caminho para a indústria fazer dinheiro no setor. As empresas têm que ter lucro no setor; com isso, elas produzem mais, o que é bom para o

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Governo, produz-se mais nota fiscal, é bom para produzir emprego e conhecimento. É importantíssimo isso!

A gente tem que parar de pensar... Às vezes no Brasil eu vejo uma certa ideia: é como se as empresas fossem ruins. Muito pelo contrário: empresa é o que faz o país desenvolver! É a empresa que faz o país ir para a frente, ter lucro. Essas reformas tributárias aí, com excesso de tributo, são um desserviço para o Brasil, porque colocam o Brasil atrás da possibilidade de se desenvolver. Querer arrecadar de uma forma muito rápida pode causar um superaquecimento, vamos dizer, do sistema; vai danificar o nosso sistema, vamos perder empresas, perder empregos. Então, tem que reduzir tributo no nosso país.

Finalmente, a formação de pessoas: a gente precisa formar gente. Nós temos, hoje, cursos de Engenharia Aeroespacial, e o Inpe já faz um trabalho muito bom na formação de pós-graduação. A gente não pode se esquecer também de motivar os jovens para as carreiras de ciência e tecnologia, não é? O ministério... Por exemplo, trabalhar lá as olimpíadas. A gente motivava 62 olimpíadas e a gente precisa voltar com isso, porque vão desde sociologia, num setor, até aeroespacial ou astronomia e astronáutica.

Esses setores todos do programa dependem de financiamento, então, de novo, vem a questão do financiamento: tive que colocar uma PEC para poder evitar que o FNDCT seja contingenciado. Eu falo e dou risada, porque parece absurdo, não é? Parece falar assim: "Olha, eu vou colocar uma PEC para dizer que o sol vai nascer amanhã de manhã", ou algo do tipo, porque é importante, mas tem que se colocar, muitas vezes.

A legislação também é importante para regular o sistema. Eu tive o prazer também de ser o Relator aqui da Lei Geral das Atividades Espaciais. Isso permitiu um ajuste na estrutura do nosso programa espacial e que as operações acontecessem de forma mais fluida, com todo esse organismo funcionando junto. Havia muita disputa, muitas coisas antes.

Além disso, também foi falado aqui da Lei Complementar 177, do FNDCT, e eu estou tentando fazer a mesma coisa para o programa nuclear agora, para fazer uma lei geral de atividades nucleares aqui no Brasil, junto com a Marinha e os órgãos do setor.

Quanto à estrutura do programa, composta de vários setores, como essa estrutura trabalha é essencial para o funcionamento do programa.

Desculpem-me por falar muito, mas eu estava com esse negócio aqui para poder colocar as informações, para as pessoas que estão nos assistindo saberem que o país ter um programa espacial forte significa bem-estar, qualidade de vida e soberania para o país. Então, a gente não pode abrir mão, de forma nenhuma, disso.

Ninguém coopera com outro país fornecendo foguete, por exemplo; fornecendo sistemas de controle de foguete, sistema de propulsão. A gente vai ter que fazer no Brasil, mesmo; isso a gente tem competência de fazer e a gente tem que fazer aqui.

Este Senado, este Congresso Nacional tem que se preocupar com coisas que são importantes e estratégicas para o país e focar, por exemplo, no programa espacial.

Eu dou prosseguimento agora... (*Pausa.*)

Eu preciso desbloquear o iPhone antes; a inteligência artificial está falando aqui. (*Risos.*)

Eu vou passar agora para a nossa parte final, que vai funcionar da seguinte forma: eu vou retornar a palavra para cada um dos nossos debatedores ou participantes, que já estão de posse das perguntas, para que não só façam os seus comentários finais, em cinco minutos, mas também respondam às perguntas que acharem convenientes e que são da sua área específica.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu só vou reler as perguntas – e chegaram mais algumas aqui –, para que todos tenham ciência ou pelo menos fiquem aí na cabeça com o que podem responder.

Então, a pergunta da Ana, do Paraná, como já foi falado aqui: "Como o Programa Espacial pode [...] [contribuir para o] combate ao desmatamento [utilizando satélites como os de detecção de desmatamento em tempo real]?". Já foi respondida, mas estou relendo a pergunta.

Do Bruno, de Pernambuco: "Por que ainda não investimos em um sistema próprio de GPS que [...] [fortaleça a nossa] soberania nacional e a proteção de nossas riquezas?". Vou deixar o pessoal responder aqui, mas, às vezes, o pessoal imagina que o GPS é um satélite só, né? Tem que se colocar essa situação.

Da Thamiris, do Distrito Federal: "Quais tecnologias nacionais estão sendo desenvolvidas para [...] [contribuir] com o Programa [Espacial]?".

A Letícia, da Bahia: "Quais são as duas ou três [...] [prioridades] mais importantes em que o Programa Espacial Brasileiro deveria focar nos próximos anos?".

Relendo a da Yzadora, do Rio Grande do Sul: "Como fortalecer o Programa Espacial Brasileiro com mais investimentos, governança, cooperação internacional e atração de novos talentos?". Eu acho que a gente respondeu no todo como é isso.

Do Lucas, do Rio de Janeiro: "Quais as fontes de financiamento do PEB? Como a Finep e o SindCT podem contribuir para a sustentabilidade do programa?". Eu acho que também já foi respondida.

Do Wendyo, de Pernambuco: "Qual é o papel da cooperação internacional na transferência de tecnologia e na formação de parcerias estratégicas para o PEB?".

Do Bruno, de Pernambuco: "Como [...] [esse Programa Espacial] pretende ampliar a cooperação internacional para fortalecer suas missões científicas?".

Do Rogério, de São Paulo: "Esse programa tem impacto [...] no meio ambiente [...] e no avanço tecnológico [...] [brasileiro]. Por que tanta demora para iniciar?". Eu acho que já ficou bem claro aqui na apresentação; inclusive, é desde a década de 50.

E só quero realçar, aqui, que o Marechal Montenegro entrou, merecidamente, no Livro dos Heróis da Pátria – eu também tive o prazer de ser o Relator disso – e é uma importante figura da história do Brasil.

Do Carlos, da Bahia: "Já era para o Brasil estar [...] avançado nessa tecnologia. Eu nunca entendi [...] por que o nosso país está sempre atrasado". Acho que deu para notar aí, Carlos, que a luta é grande para se manter o financiamento. É tudo muito bonito, mas precisa de recurso. Sem recurso, não dá para fazer; e, sem pessoas, também não tem como. Então, nós precisamos de recursos e pessoas e do bom senso dos tomadores de decisão, para que o Brasil siga na direção correta.

Eu retorno a palavra, então, por cinco minutos, para as considerações finais e resposta às perguntas que achar adequadas, para o Dr. Adenilson Roberto da Silva, Diretor Substituto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Por favor.

O SR. ADENILSON ROBERTO DA SILVA (Para expor.) – Bom, obrigado, Senador Astronauta.

Como já foi bastante discutido e pontuado aqui, tanto pelos colegas palestrantes como pelo Senador, o Programa Espacial é algo estratégico, nenhuma nação no mundo tida como desenvolvida tem esse título sem ter tido sucesso nessa área de espaço. A gente pode olhar e verificar que existe uma correlação direta entre educação, pesquisa, desenvolvimento e o Programa Espacial.

Então, o Programa Espacial deve ser visto e tido como um motor que vai alavancar essas outras áreas e colocar o país no avanço tecnológico, com autonomia e soberania. Então, eu acho que o futuro,

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

realmente, a gente precisa trabalhar bastante para não só manter o que já conquistamos, mas avançar em diversas áreas que nós não temos.

Eu vou passar agora para algumas perguntas aqui, porque o meu tempo também já está terminando.

O Programa Espacial não só contribui – pergunta da Ana – para combate do desmatamento. Ele contribui para diversas outras áreas. A gente tem, o Brasil tem um dos maiores ou até mais importantes programas de preservação ambiental, monitoramento, pesquisa, trabalha desde a produção de satélite até em programas de uso dos dados. A gente tem a parte climática de previsão e tempo e clima. O Inpe tem, o Brasil tem supercomputadores que trabalham nessa área. A gente tem a parte de pesquisa espacial, que trabalha em clima espacial. Talvez, muitas pessoas não tenham a menor ideia do que pode acontecer, por exemplo, quando tem explosões solares, que afetam navegação, podem afetar sistemas de energia. Então, tudo isso está associado ao Programa Espacial de alguma forma. Então, essa seria uma resposta para a Ana.

Do Carlos, da Bahia. Eu não considero, de maneira nenhuma, que o Brasil esteja atrasado. Aliás, nós estamos entre poucos países do mundo que têm a capacidade de pegar uma demanda para satélite de órbita baixa de uma folha em branco, colocar em órbita – obviamente, nos falta o lançador – e operar e processar esses dados. Então, na atividade espacial, falta muito para a gente avançar ainda, mas nós não estamos atrasados como pode estar parecendo.

Agora, da Thamiris, já para encerrar: quais tecnologias nacionais na área de espaço? Por exemplo, no Amazonia 1, a gente colocou em órbita um subsistema de propulsão inédito no país, desenvolvido aqui. E já se tem quatro anos de operação em órbita sem nenhuma falha, operando em perfeitas condições. O que isso permite? Isso dá um selo para as empresas do Brasil venderem esse produto, comercializarem, porque ela tem herança em voo.

Nós temos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADENILSON ROBERTO DA SILVA – ... painel solar, temos estrutura, ou seja, existem muitas tecnologias que estão sendo desenvolvidas, que já foram desenvolvidas, e agora, indo para aquela linha de subprodutos... Por exemplo, a parte de estrutura que foi projetada para satélite pode ser usada em próteses, auxiliando as pessoas e diminuindo o custo e melhorando a vida do cidadão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Adenilson Roberto da Silva, Diretor do Inpe.

Eu passo a palavra agora, para seus comentários finais e também para resposta às perguntas que achar conveniente, ao Dr. Marco Antonio Chamon, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

O SR. MARCO ANTONIO CHAMON (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, aqui eu vou começar pelas perguntas e aí faço uma pequena consideração final. Muitas delas já foram respondidas; então, eu peço desculpa se não retomar isso daí, mas eu acho que ficou esclarecida muita coisa.

Deixe-me mencionar aqui a da Letícia, da Bahia, sobre as prioridades do Programa Espacial Brasileiro para os próximos anos. Isso é sempre difícil identificar. O programa, muitas vezes, tem sofrido a crítica de que se dispersa em várias áreas e não foca em alguma coisa muito específica.

Eu gostaria de lembrar, primeiro, que o Brasil é um dos poucos – na realidade, existem três ou quatro países no mundo assim – que tem uma grande população, acima de 100 milhões de habitantes,

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma área acima de 5 milhões de quilômetros quadrados e é o 10º PIB do mundo tipicamente, nós temos US$2 trilhões em PIB. O Brasil está entre os países que, como um colega meu dizia, não se esconde no mapa. Então, nós precisamos de um programa espacial por causa disso, e um programa espacial completo, um programa espacial amplo. O Brasil necessita – não apenas merece, mas necessita – de um programa amplo.

Então, nós temos que dominar o acesso ao espaço. Nós temos que ser capazes de lançar nossos próprios satélites. Nós temos que ser capazes de construir os nossos próprios satélites. Obviamente, tudo isso é meio; nunca nos esqueçamos disto: isso é meio. Isso desenvolve tecnologia, gera empregos nas indústrias, etc., mas isso é um meio para que você, ao ter a sua infraestrutura no espaço, utilize essa infraestrutura para aquilo que você quer fazer.

As prioridades do Brasil, tentando responder à pergunta, na minha opinião – e como nós estamos trabalhando dentro da Agência Espacial para isso –, são, primeiro, fortalecer onde ele é importante e faz diferença no mundo, que é a área de observação da Terra no sentido amplo. Nós somos muito bons. A meteorologia do Brasil é muito boa, é reconhecida internacionalmente, mas nós ainda não temos os nossos próprios satélites de monitoramento climático de tempo e clima. Então, nós estamos trabalhando para fazer isso daí, é a próxima cooperação com a China para fazer isso. Nós temos satélites de observação da Terra no sentido de sensoriamento remoto de imagens dos nossos biomas, imagens do território. Então, a parte de ordenamento territorial é uma área importante para o país em que o programa espacial pode contribuir enormemente.

Você só faz uma boa avaliação de desastres naturais conhecendo o relevo com precisão. A nossa cartografia no Brasil ainda é antiga, no sentido de que o que foi desenvolvido na área de mapas, de cartografia tem vários anos, tem várias décadas. Nós precisaríamos avançar para cartografias mais finas, e o programa espacial poderia contribuir enormemente para isso. Você pode fazer isso localmente, mas, se você quiser fazer para o país como um todo, você tem que fazer por meio do programa espacial.

Então, a primeira coisa, eu fortaleceria a área de observação da Terra no sentido amplo, e a segunda, que é uma coisa que eu acho que o país está se devendo há bastante tempo, é uma entrada mais forte do setor privado dentro do programa espacial. Nós temos uma indústria naquilo que a gente chama de *upstream*, aquela que faz a infraestrutura espacial. Nós temos uma indústria de foguetes e uma de satélites pequena, mas ainda muito competente. Então, nós precisamos dos investimentos nessas áreas, precisamos manter essas indústrias funcionando, mas é preciso dar alguma sustentabilidade ao sistema. Eu acredito que a sustentabilidade a esse sistema é dada a partir da utilização dos dados, e aí eu acho que não é o Governo que tem que fazer isso – ele tem que promover, incentivar e financiar –, quem tem que fazer isso é o setor privado. É o setor privado que tem que pegar dados de imagem e gerar serviços para o setor agrícola. É o setor privado que deve obter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO ANTONIO CHAMON – ... dados de comunicação, imageamento e outros, e vender isso como serviços para prefeituras organizarem os seus territórios. Então, o setor privado é um setor importante para a agricultura, para o transporte, para a energia. Ele pode agregar valor e vender serviços. Mas hoje o setor privado no Brasil sozinho não vai fazer foguetes e satélites. Então, cabe ao Governo fomentar essa parte inicial, e aí aproveitar que isso já existe e incentivar as indústrias a utilizarem isso daí.

O nosso colega da Finep, o William, mencionou o Programa Brasil Mais, da Polícia Federal. Existe um mercado, portanto, existem mais de 600 instituições que utilizam dados, o que é muito bom. Tem

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente utilizando tecnologia para fazer coisas boas para o Brasil, mas esses dados são comprados no exterior. Nós teríamos condições de fornecê-los no Brasil? Teríamos. Isso é um contrato da ordem de R$100 milhões por ano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO ANTONIO CHAMON – Então, eu diria que essas são grandes prioridades para o país, e acho que, ao mesmo tempo, já fiz uma espécie de conclusão, dizendo quais são os pontos nos quais eu acho que o Brasil deveria mirar no futuro.

Quando a gente faz programa espacial, a gente tem que lembrar que tanto no país quanto no setor privado isso não existe localmente. Isso tem que ser feito globalmente. Então, programas espaciais em países são feitos via cooperação internacional, mais ou menos difícil, mas a gente tem que fazer via cooperação internacional. Não há transferência de tecnologia em áreas sensíveis. Existem cooperações, existem trabalhos conjuntos, mas a tecnologia nós temos que desenvolver nós mesmos. E, para o setor privado, essa é uma luta que a gente vai ter que trabalhar. Peço ajuda aqui ao Senador e ao Senado. O setor privado brasileiro precisa de competitividade internacional. A gente precisa ir para fora. Isso é difícil de se fazer, as barreiras são altas, mas eu acho que o Governo tem um papel importante a desempenhar nisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Marco Antonio Chamon, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

Passo a palavra, para suas considerações finais e respostas às perguntas, ao Dr. William Rospendowski, Gerente do Departamento de Defesa, Segurança e Alimentos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

O SR. WILLIAM ROSPENDOWSKI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bom.

Eu acredito que boa parte das perguntas já foram endereçadas na minha apresentação, mas eu gostei aqui da pergunta da Thamiris, falando sobre as tecnologias nacionais que estão sendo desenvolvidas.

A gente estava, agora há pouco, na feira SpaceBR Show, que a MundoGEO organizou, e tinha lá uma demonstração de um sensor inercial, mostrando a movimentação do foguete, a percepção da sua trajetória. Então, essa é uma tecnologia que, como foi falado, não se compra, você precisa desenvolver. Você ver engenheiros trabalhando nisso é uma sensação muito grande, não é?

Eu concordo também com o Chamon, é fundamental a participação da indústria, porque essa é uma tendência do setor. Quando a gente vê SpaceX e Blue Origin, enfim, tantas empresas aí também atuando, é porque não é só a Nasa mais que trabalha com isso. Então, quer dizer, você vê que em países isso também está acontecendo.

Eu entendo que a questão da previsibilidade é fundamental, como o Senador Astronauta Marcos Pontes comentou, você ter que pedir para não... É engraçado quando a gente fala de colocar R$200 milhões para uma empresa, ou R$10 bilhões, R$12 bilhões, R$15 bilhões, o que seja, no FNDCT, isso não é pedir um absurdo. É só pedir o que já deveria ser feito. Isso, na realidade, ainda é muito pouco, quando se compara com outros países, não precisa ser Estados Unidos, mesmo países num patamar até mais próximo que o do Brasil.

Eu diria também que é importante a gente pensar em instrumentos talvez um pouco mais avançados para fazer essa lacuna, porque a gente consegue apoiar as ICTs, consegue colocar muita subvenção... É óbvio, a subvenção antes era de R$100 milhões, R$150 milhões por ano. Hoje são R$2

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

bilhões, mas isso não é suficiente. Quer dizer, a gente tem programas, a gente tem ouvido aí iniciativas no setor espacial que custam R$600 milhões, R$700 milhões, e não dá para atuar nisso somente com subvenção. A não ser que a gente vá...

Você falou, por exemplo, de Israel. Eu visitei a agência de inovação deles e eles fazem a subvenção condicional, que eu acho que é um instrumento excepcional, porque você tem a capacidade, como a Profa. Mariana Mazzucato fala, de compartilhar risco e retorno. Então, é você chegar para a empresa e dizer o seguinte: "Tome aqui R$200 milhões. Se você não conseguir lançar, o.k., eu não vou te cobrar, é subvenção. Mas, se der certo, eu vou querer ter um percentual de faturamento". Acho que esse é um instrumento que a gente tem que trabalhar, porque o crédito é muito bom para várias áreas, mas para o setor espacial é muito difícil uma empresa pegar o dinheiro do bolso, chegar à Finep, mesmo que ela pague TR mais dois, três, o que, aliás, é outra grande conquista aí pelo Senado você usar TR para empréstimos a longo prazo... Mas isso não funciona para o setor espacial, não é? A própria SpaceX – você vê que o próprio Elon Musk já reconheceu – lá atrás, teve muito apoio, muito contrato. Então, estou falando de subvenção condicional e estou falando também de encomenda tecnológica, que é uma coisa que a AEB também merece mérito. Ela, junto com o TCU, está desenvolvendo a primeira atividade de compra pública de inovação. Acho que isso ajuda também você a sair da subvenção e ir para um elemento aí de aquisição.

A questão do Brasil é mais fundamental, porque você tem que fazer com que os projetos resolvam um problema da sociedade. Então, você tem mais de 600 instituições usando e, se a gente puder comprar aqui a imagem, é muito melhor do que comprar fora.

Quero agradecer também...

Eu me esqueci de falar do papel da AEB (Associação Aeroespacial Brasileira), que fez um trabalho muito importante também em buscar uma união do setor. Eu acho que, quando se fala de soluções, não adianta só dinheiro. A Finep está colocando muito mais dinheiro no setor, mas, infelizmente, a gente ainda vê alguns problemas permanecendo. Então, não é só recurso, você precisa ter uma integração. Acho que é ter o menor preconceito contra quem vai fazer, se é o Estado, se é a empresa. Eu acho que tem espaço para todo mundo e não precisa ter escolhas. Então, vai ter projeto que vai ser a Força Aérea, vai ter projeto que vai ser a indústria. A gente tem que ter, vamos dizer assim, cooperação nesse ambiente.

Por fim, quero dizer sobre a questão aí da nova geração. Eu fiquei muito feliz quando eu fui a um *workshop* recente de projeto e vi muitos engenheiros jovens. Quero inclusive destacar que a Mac Jee é uma empresa que participou de um dos programas do MCTI que é de repatriação. Infelizmente nós perdemos muitos cérebros. Tem a questão do dólar, tem a questão de trabalhar *home ofice* aqui para uma Boeing, para um Airbus da vida. Mas é o que a gente ouviu da empresa: "Quando você tem um bom projeto, um grande desafio, você consegue convencer". Eu sou engenheiro também e sei muito bem disto: você precisa estar envolvido com desafios, não é só uma questão salarial. Então, a Finep poder proporcionar você trazer de volta engenheiros – eles estão trazendo quase 40 especialistas aí para trabalhar nesse projeto do hipersônico – é uma satisfação muito grande.

Por fim, quero dizer que, quando se fala de inovação, que a gente atua em vários setores, em várias áreas, e às vezes nem tudo é *rocket science*, que é aquilo que é mais complexo, mais desafiador. Aqui é *rocket science*, não é? Então, realmente aqui acho que a Finep vai sempre apoiar o setor, porque é onde você tem tecnologias de fronteira e risco muito avançado.

É isso que eu queria trazer.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. William Rospendowski, Gerente do Departamento de Defesa, Segurança e Alimentos da Finep.

Finalmente, eu passo a palavra, para as suas considerações finais e resposta a algumas perguntas, ao Dr. Acioli Antônio de Olivo, Diretor para atividades Parlamentares do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial.

O SR. ACIOLI ANTÔNIO DE OLIVO (Para expor.) – Obviamente, todos os que nos antecederam aqui falaram a respeito das questões tecnológicas e principalmente como nós devemos apontar a direção para o Programa Espacial Brasileiro no futuro. Então, eu vou fazer uma pontuação em dois aspectos que acho importantes.

O primeiro é que eu acho que o futuro do Programa Espacial Brasileiro passa obrigatoriamente pelo fortalecimento das nossas instituições, especialmente o Inpe, o DCTA, o Cemaden e a Agência Espacial. Esse fortalecimento significa, primeiro, reposição de quadros – e foi colocada aqui a questão que é crucial –, mas também há a questão dos recursos, de equipar as nossas instituições com modernos laboratórios, equipamentos modernos também, para que os nossos servidores possam desempenhar a contento a sua missão.

Uma questão que eu acho importante é fortalecer o setor da indústria aeroespacial. O Inpe e o DCTA alavancaram essa indústria, mas faltou continuidade – faltou continuidade. Eu não sou especialista, mas eu acredito que, nos outros países, as encomendas do Governo fortalecem e impulsionam a indústria espacial. No Brasil, não tem isso. Então, nós precisamos que o Governo tenha encomendas.

E algo que interessa e eu acho fundamental é que o programa espacial seja uma política de Estado, para não ficar atrelado a governos que podem não ter uma visão efetiva e de continuidade, de apontar para o futuro. Então, eu vejo o programa espacial sendo, no futuro, potente, forte se ele for uma política de Estado. E aí eu a remeto, Senador, ao papel importante do Parlamento – a Câmara e o Senado –, porque essas discussões são importantes para que a sociedade conheça a importância do programa espacial em benefício da própria sociedade. Mas o Congresso, o Parlamento, a Câmara e o Senado são importantes para fazer debates como este, para propor leis, para analisar leis, também no sentido de que muitos Senadores e Deputados dessas Comissões também fazem parte da Comissão de Orçamento e é lá que nós precisamos de recursos.

E não é só a questão dos valores. Os valores são importantes, mas eu vejo como mais importante, Senador, é que os recursos sejam contínuos e crescentes. Por quê? O que acontece? Quando há uma interrupção num programa desse por falta de recursos, não se perde um ano, não se perdem dois anos, porque tem que recomeçar. O estado da arte avançou, e nós não acompanhamos. Então, recursos necessários e suficientes, mas contínuos e crescentes.

Agradeço novamente a oportunidade.

Eu acho que o Senado está de parabéns.

Cumprimento todos que aqui participaram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Dr. Acioli Antônio de Olivo. Obrigado pela participação, pelas palavras. Ele é o Diretor para Atividades Parlamentares do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial.

Novamente, eu agradeço a cada um dos participantes e debatedores. Agradeço a todos que estiveram aqui conosco presencialmente e também remotamente, como o William, lá na Finep – dê um

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

abraço aí no pessoal da Finep também por mim. Quero agradecer a todos que nos acompanharam pelas redes do Senado e pela televisão do Senado também.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3826319624

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia hum de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Mara Gabrilli, Jorge Seif, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Augusta Brito e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Leila Barros, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3664, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 54 e 58 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para qualificar os crimes de poluição que resultem em alteração ou destruição de ecossistemas, aumentar as penas dos crimes de poluição e estabelecer como majorante desses crimes a conduta com motivação política ou mediante paga ou promessa de recompensa." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Recebidas logo antes da discussão da matéria as emendas 1 e 2 de autoria do senador Mecias de Jesus que foram acolhidas pelo relator na Emenda 3-CMA. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 344, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 54 e 55 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para qualificar os crimes de poluição e de exploração mineral ilegal, quando as condutas são praticadas em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3776, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.605, de 1998, e nº 8.176, de 1991, para aumentar as penas dos crimes que punem o garimpo ilegal." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.776, de 2024, e das Emendas nºs 1 e 2, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, lido adhoc pelo senador Paulo Paim. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 358, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Selo Nacional de Sustentabilidade Empresarial, conferido a empresas que contribuam para a redução dos impactos ao meio ambiente, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dar preferência, como critério de desempate nas licitações, às empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detentoras do Selo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, com acolhimento da Emenda nº 1 – CAE. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 10, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Exportação de Animais Vivos por Via Marítima: Impactos e Riscos, com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 15, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Panorama da Presidência Brasileira na COP30, no epicentro da crise climática e em defesa do multilateralismo. A audiência pública integra a programação da II Cúpula Parlamentar sobre Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe, que será realizada nos dias 6 e 7 de agosto de 2025, no Congresso Nacional, em Brasília." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Paulo Paim. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de julho de 2025.

Anuncio o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3664, DE 2024

- Não terminativo -

Altera os arts. 54 e 58 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para qualificar os crimes de poluição que resultem em alteração ou destruição de ecossistemas, aumentar as penas dos crimes de poluição e estabelecer como majorante desses crimes a conduta com motivação política ou mediante paga ou promessa de recompensa.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, Senador Fabiano Contarato, é um projeto tranquilo, que já foi acordado com a Frente Parlamentar do Agronegócio, com o Governo e com as lideranças que tratam desse tema.

Vamos, então, ao relatório.

Eu vou ler o relatório – poderia ir direto à análise –, pois tenho certeza de que, até eu terminar o relatório, teremos quórum para votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 3.664, de 2024, do Senador Cleitinho, que altera os arts. 54 e 58 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para qualificar os crimes de poluição que resultem em alteração ou destruição de ecossistemas, aumentar as penas dos crimes de poluição e estabelecer como majorante desses crimes a conduta com motivação política ou mediante paga ou promessa de recompensa.

A proposição é simples, com três artigos.

O art. 1º aumenta a pena máxima prevista no *caput* do art. 54 para cinco anos de reclusão. Ademais, insere uma nova hipótese no rol das qualificadoras do §2º do mesmo artigo, com pena prevista de quatro a doze anos de reclusão.

O art. 2º insere nova causa de aumento no art. 58 da Lei de Crimes Ambientais, prevendo a majoração da pena de um terço até a metade em caso de crimes cometidos com motivação política ou mediante paga, ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.

Por fim, o art. 3º estabelece vigência imediata para a lei resultante do projeto.

Na justificação, o autor argumenta que, hoje, o uso do fogo, de forma dolosa e para provocar destruição, não encontra a severidade compatível à reprovabilidade da conduta. Nesse esteio, considera que as punições atuais para crimes tão destrutivos acabam sendo comparáveis a um simples furto.

Adicionalmente, avalia ele ainda, como essencial, aprovar penas mais severas também aos que cometem tais crimes mediante recompensa, uma vez que muitas dessas condutas são cometidas por criminosos profissionais, que agem a mando de outrem, a fim de lucrar com o crime ou encobrir o verdadeiro mandante.

A proposição foi encaminhada às Comissões de Meio Ambiente e de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, estando sujeita à decisão terminativa na última, ou seja, na CCJ.

Não foram apresentadas emendas.

Existe aqui uma emenda deste Relator, em comum acordo com as partes interessadas, inclusive o Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Nos termos do art. 102-F, incisos I e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre o mérito de proposições legislativas pertinentes à proteção do meio ambiente, ao controle da poluição, à conservação da natureza, à defesa do solo e ao Direito Ambiental.

Considerando que o projeto será analisado em decisão terminativa pela CCJ, iremos nos ater apenas aos aspectos relacionados a esta Comissão.

Entendemos o projeto como altamente meritório, pois vivenciamos terríveis incêndios no ano de 2024, muitos dos quais teriam origens criminosas, segundo depoimento da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima a esta CMA – a denúncia foi feita pela Ministra nesta Comissão.

Nesse ínterim, é inadmissível que infrações penais tão graves, capazes de destruir ecossistemas inteiros ou dificultar severamente sua recuperação, a partir do uso do fogo, recebam cominações ínfimas, muitas vezes levando o infrator à prisão em regime aberto.

Além disso, a proposição ainda estabelece, como causa de aumento de pena, o motivo torpe, a motivação política ou a promessa de recompensa.

Não podemos aceitar que a destruição do meio ambiente, a poluição das águas, do solo e do ar se tornem uma arma política ou instrumento para aferição econômica.

Contudo, entendemos que há necessidade de aperfeiçoar o projeto, para excluir o manejo do fogo já previsto em lei da qualificadora penal do art. 54, §2º, proposto. Entendemos que o uso do fogo dentro dos limites legais, ainda que eventualmente causasse um desastre, não seria hipótese a ser punida mais severamente.

Para evitar tal situação, mediante acordo, apresentamos a emenda ao final.

Por essas razões, entendemos que o PL tem todos os méritos para ser aprovado.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.664, de 2024, com a emenda a seguir.

Só vou ler a emenda.

> EMENDA Nº - CMA
> Dê-se a seguinte redação ao art. 54, §2º, inciso VI, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.664, de 2024:
> "VI – causar desastre ecológico, descaracterizando significativamente determinado ecossistema natural, ou impedir ou dificultar sua recuperação, inclusive mediante o uso de fogo, excetuados os casos de manejo integrado previstos na Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024:
> Pena – reclusão, de quatro a doze anos, e multa." (NR).

Esse é o relatório, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Aqui me informaram que o Senador Mecias encaminhou agora uma emenda exatamente igual à que nós apresentamos. Então, não há problema nenhum. (*Pausa.*)

E a segunda também, segundo a assessoria que ajudou no acordo, está absorvida no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto com a emenda.

Neste momento, quero parabenizar o Senador Paulo Paim pelo brilhante relatório, pela sensibilidade, pela importância do tema. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anuncio o item 4, um requerimento de nossa autoria, que institui... (*Pausa.*)

Desculpem-me.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 10, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Exportação de Animais Vivos por Via Marítima: Impactos e Riscos, com os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

Consulto o Senador Paulo Paim... Tem um projeto de lei de minha autoria, cujo Relator é o Senador Alessandro Vieira, e, se o senhor pudesse ser o relator *ad hoc*, eu agradeceria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – De imediato. (*Pausa.*)

Sendo de V. Exa. e do Senador Alessandro, eu vou fazer a leitura e já vou dar o voto favorável. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Anuncio o item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3776, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 9.605, de 1998, e nº 8.176, de 1991, para aumentar as penas dos crimes que punem o garimpo ilegal.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.776, de 2024, e das Emendas nºs 1 e 2, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 07/04/2025, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como Senador *ad hoc*, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, o projeto é de V. Exa., o Relator é o Senador Alessandro Vieira, ambos Senadores de muito conceito nesta Casa.

Eu não tenho nenhum problema de assumir *ad hoc* e vou direto à análise.

A competência desta Comissão para apreciar a matéria sob análise encontra respaldo no inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal .

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que a proposição será subsequentemente analisada pela CCJ, a presente análise deverá centrar-se nos seus aspectos de mérito, visto que as questões relativas à constitucionalidade e juridicidade serão abordadas por aquele Colegiado.

Corroboramos os argumentos expostos na justificação da proposição. Houve um aumento expressivo no garimpo ilegal no país, sobretudo em terras indígenas, entre os anos de 2016 e 2022.

O garimpo ilegal ocorre, predominantemente, na Região Norte do Brasil. A recente "Operação Desintrusão da Terra Indígena Munduruku", que mobiliza mais de 20 órgãos e entidades governamentais, visa ao combate à exploração ilegal neste território.

Segundo informações da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a destruição de equipamentos como retroescavadeiras, motores e geradores soma um prejuízo de R$44,5 milhões às operações de garimpo ilegal.

A expansão das atividades garimpeiras ilegais, tecendo uma rede de criminalidade, violência e ameaças ambientais, é relatada no documento "A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta", do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Roraima e Pará são os estados em que se constatou a intensificação do garimpo nos últimos cinco anos, com constituição de uma rede complexa de ilegalidades e violência.

Sr. Presidente, eu vou simplificando aqui a argumentação, dizendo que, no entanto, a apresentação das Emendas nºs 1 e 2, ambas de autoria do Senador Mecias de Jesus, nos permitiu refletir que o texto original, conforme justificação das emendas, generaliza a elevação das penas, ignorando por completo grande parte das pessoas envolvidas no garimpo ilegal que atuam em baixa escala, sem causar danos significativos ao meio ambiente, muitas vezes por ausência de oportunidades econômicas e alternativas de renda.

As emendas propõem, nesse sentido, a pena agravada somente nos casos de maior impacto ambiental, de modo a promover tratamento penal diferenciado para o infrator que impacta gravemente o meio ambiente, com uso de mercúrio, por exemplo, na atividade de garimpo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se, por um lado, o aumento generalizado da pena atinge todos aqueles que exercem atividades de garimpo ilegal, propondo-se o PL a não permitir, em hipótese alguma, o réu a usufruir dos institutos da transação penal ou da suspensão condicional do processo, já que a pena mínima seria de três anos, por outro lado, a pena estabelecida para o garimpo legal, de seis meses a um ano, pelo art. 55 da LCA, é desproporcional à gravosidade da atividade.

Por tal razão, acolhemos a justificação da Emenda nº 1, de modo a prever o aumento de pena para o crime de usurpação do patrimônio da União, na hipótese de se tratar de exploração de garimpo ilegal de grandes proporções ou significativa degradação ambiental.

Por outro lado, para garantir que o intuito de agravar a pena também seja contemplado, propomos substituir a pena de detenção para pena de reclusão no *caput* do art. 2º da Lei 8.176/1999.

Encerrando, Sr. Presidente, diria aqui: no mesmo sentido, acolhemos parcialmente a Emenda nº 2, mas propomos o aumento geral da pena para reclusão, de um a quatro anos, e multa, para o crime tipificado no art. 55 da Lei de Crimes Ambientais, seguindo o estabelecido no art. 54 da LCA para o crime de poluição.

Todavia, prevemos o aumento da pena, conforme proposto originariamente no PL nº 3.776, de 2024, para as hipóteses que geram danos ambientais significativos, como contaminação das águas, riscos à saúde pública e exploração de minérios em territórios indígenas e áreas ambientalmente protegidas.

O §3º proposto na emenda, em nosso entendimento, apenas veicula normas já estabelecidas no art. 15 da Lei de Crimes Ambientais, sendo, assim, injurídico.

Além disso, necessário um ajuste redacional à ementa do PL nº 3.776, de 2024.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.776, de 2024, e das Emendas nºs 1 e 2, nos termos da seguinte emenda substitutiva...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da emenda terceira... É essa mesmo? (*Pausa.*)

... terceira, e com a aprovação das Emendas 1 e 2, da CMA.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Coloco em votação um item extrapauta, um requerimento de nossa autoria.

Consulto o Senador Paulo Paim se ele pode subscrever esse requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Panorama da Presidência Brasileira na COP30, no epicentro da crise climática e em defesa do multilateralismo.

A audiência pública integra a programação da II Cúpula Parlamentar sobre Mudança Climática e Transição Justa da América Latina e do Caribe, que será realizada nos dias 6 e 7 de agosto de 2025, no Congresso Nacional, em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vindo de V. Exa., já está subscrito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – (*Risos.*) Obrigado.

Em votação simbólica o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de terminar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 14ª Reunião, realizada em 10 de junho.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença de todos e todas.

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e seis minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Jorge Seif, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4620, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o parágrafo 4º ao art. 70 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para definir a competência no crime de estelionato cometido com transferência bancária de valores." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator ad hoc o Senador Hamilton Mourão. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4641, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os artigos 7º e 16º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Álvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olímpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CSP (Substitutivo). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4475, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 329 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer tipos penais qualificados para o crime de resistência." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Vista concedida. **Observação:** Pouco antes de iniciar a reunião, foram recebidas as Emendas nºs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 e 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1670, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a garantia de proteção a agentes públicos que comuniquem casos de suspeita de violência, agressão e maus-tratos contra crianças e adolescentes." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2529, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir as informações sobre o combate ao crime organizado no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp)." **Autoria:** Senador Guaracy Silveira (PP/TO). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/13

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 6 de maio.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário, quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Antes de começarmos nossas deliberações, informo que o item 4 da pauta, o PL 1.670, de 2023, e o item 5, o PL 2.529, de 2022, foram retirados de pauta a pedido dos respectivos Relatores, Senador Marcos Rogério e Senador Marcos do Val.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1670, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a garantia de proteção a agentes públicos que comuniquem casos de suspeita de violência, agressão e maus-tratos contra crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2529, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir as informações sobre o combate ao crime organizado no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp).

Autoria: Senador Guaracy Silveira (PP/TO)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A votação será nominal.)

Passando à nossa pauta.

Como o Senador Alessandro Vieira ainda não se encontra presente, o Relator do item 1, passo ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 4641, DE 2020

- Não terminativo -

Altera os artigos 7º e 16º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e outros

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Autoria: Senadores Alessandro Vieira, Senador Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Eduardo Girão, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Leila Barros e Major Olímpio.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para a leitura do seu relatório.

Senador Sergio Moro, questão de ordem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Está recorrente aqui, meio frio nesta Comissão de Segurança Pública...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se puder dar uma seguradinha no ar aí?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está com frio?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E olha que sou de Curitiba.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O cara lá do Paraná está com frio, eu lá do Acre.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu estranhei que o Senador do Acre não falou nada, mas estou falando por V. Exa. para ajudá-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Da Comissão de Segurança Pública, sobre o Projeto de Lei nº 4.641, de 2020, do Senador Alessandro Vieira e outros, que altera os artigos 7º e 16º da Lei nº 8.429, de 2 de junho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa.

Presidente Flávio, vou direto à análise.

De acordo com o art. 104-F do Regimento Interno, compete à Comissão de Segurança Pública opinar sobre proposições que digam respeito ao combate à corrupção. Como a improbidade é uma espécie de corrupção, a análise deste projeto pelo Colegiado atende aos critérios de regimentalidade.

Quanto ao mérito, o objetivo da proposta é bastante positivo, pois prevê um aperfeiçoamento do regime de indisponibilidade de bens, o que facilitará o ressarcimento dos prejuízos causados pelo ato de improbidade administrativa.

De acordo com o art. 37, §4º, da Constituição Federal, os atos de improbidade obrigam, entre outros, o ressarcimento ao Erário. A indisponibilidade de bens, também prevista expressamente no referido dispositivo, nada mais é do que um conjunto de medidas cujo objetivo é garantir esse ressarcimento.

A medida evita, por exemplo, que eventuais acusados da prática do ato de improbidade livrem-se do patrimônio de suposta origem ilícita ou que possa servir para ressarcimento ao Erário, com o objetivo de frustrá-lo.

Vamos ao voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.641, de 2020, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CSP (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 4.641, DE 2020

.....

Art. 2º Fica revogado o §13 do art. 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lido, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Só quero aqui fazer uma referência elogiosa ao projeto e ao Relator.

A Lei de Improbidade Administrativa foi meio vilificada pelo meio político nos últimos anos e sofreu algumas reformas que enfraqueceram muito a efetividade dela. Eu até entendo que havia pontualmente mau uso, um uso exagerado, mas o remédio acabou matando o doente, e esse projeto aqui é o primeiro que eu vejo, em muito tempo, que segue na direção contrária, de aumentar a efetividade da ação de improbidade.

Então, quero registrar aqui a minha concordância e meu elogio à iniciativa do Senador Petecão como Relator e dos autores desse projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, também para discutir...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Eu também quero aqui fazer uma referência ao Senador Petecão pelo relatório, mas também ratifico as palavras do Senador Moro quanto ao que foi feito com a Lei de Improbidade Administrativa quando você estabelece que só vai ter improbidade administrativa tendo como elemento subjetivo da conduta dolo. Ora, nós sabemos que efetivamente nós temos aqui condutas que são praticadas de forma aviltante, grosseira, imprudente, que vilipendiam efetivamente o Erário público e que, hoje com essa reforma na Lei de Improbidade Administrativa, tendo apenas a possibilidade de responsabilidade a título de dolo, excluiu-se a possibilidade de responsabilidade daquele agente público que deu causa a um dano ao Erário público por imprudência, negligência ou imperícia. Não vai ter mais responsabilidade. Muito grave, porque a lei não retroagirá, salvo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para beneficiar, e muitas pessoas foram beneficiadas depois de condenadas por ato de improbidade.

Fica o meu registro também da minha não concordância com o que foi feito com essa lei, infelizmente, aqui na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Petecão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 4.641, de 2020, na forma da Emenda nº 1-CSP (Substitutivo).

A matéria vai à CCJ.

Passo ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4475, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 329 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer tipos penais qualificados para o crime de resistência.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Em 13 de maio de 2025, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Passo a palavra ao Senador Wilder Morais, para a leitura do seu relatório e para dar parecer sobre as Emendas nºs 1 e 2.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, considerando que o parecer já está disponível a todos os Parlamentares, partirei direto à análise.

Ressaltamos, de início, que a competência para a análise da constitucionalidade da proposição, bem como de critérios próprios do direito penal, será feita terminativamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta Comissão, portanto, a análise do PL no contexto da segurança pública e, notadamente, também de políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Assim sendo, entendemos que o projeto, no mérito, é conveniente e oportuno.

O crime de resistência, previsto no art. 329 do Código Penal, constitui um crime praticado por particular contra o Estado, em geral contra as forças de segurança pública, com o objetivo de opor resistência à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça contra o funcionário que esteja executando o ato ou o terceiro que lhe esteja prestando auxílio.

Assim, no delito penal em questão, o estatuto penal protege a autoridade da função pública, buscando resguardar os agentes... (*Pausa.*)

Só um minutinho, porque eu estou... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Os dois!

Assim sendo, no delito penal em questão, o estatuto penal protege a autoridade da função pública, buscando resguardar os agentes do poder público da conduta de quem, mediante violência ou ameaça, tenta impedir a execução de ato legal e legítimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme bem salientado na justificação do PL, atualmente só existe uma hipótese qualificada para o crime de resistência, que ocorre quando o ato legal não se executa em razão da resistência.

Senador Petecão, pode ficar por aqui; eu consigo fazer as duas coisas.

Entretanto, há várias circunstâncias que podem ocorrer no caso concreto que, a nosso ver, podem aumentar a gravidade do crime.

Ademais, há ainda aquelas hipóteses nas quais o resultado, não obstante não seja desejado pelo agente, aumenta consideravelmente a gravidade do crime. São aquelas acertadamente definidas pelo §3º do art. 329 do Código Penal, nos termos do art. 2º do PL, quando da violência resulta lesão corporal grave ou, até mesmo, a morte do funcionário do Estado que tenta executar o ato legal.

Por fim, o PL, também de forma acertada, prevê hipótese de atipicidade penal, que ocorre quando o autor do crime de resistência é um funcionário público da área de segurança pública e, no exercício de sua função, age para impedir a prática de crime, a progressão criminosa ou a continuidade delitiva.

A nosso ver, essa previsão expressa de atipicidade resguarda a conduta de um funcionário público que, no intuito de impedir a prática de delito, age contra outro funcionário público. Embora, nesse caso, não haja propriamente um – abro aspas – "ato legal" deste último, é importante a previsão expressa para não impedir a iniciativa de qualquer agente que, embora possa ter alguma dúvida sobre a legalidade do ato, busque agir contra qualquer conduta que entenda ser criminosa.

Feitas essas considerações, entendemos ser o PL extremamente meritoso, uma vez que busca proteger a ação das nossas forças de segurança pública no exercício de suas funções, sendo que, no nosso entendimento, a criação de tipos penais qualificados, com penas mais graves, confere uma maior prevenção à prática dos delitos em geral.

Agora, com relação ao voto.

Por todo esse exposto, o voto é pela aprovação do Projeto nº 4.475, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às duas emendas, a primeira, que é uma emenda de redação, de texto, nós acatamos; e a segunda nós rejeitamos, até porque o objetivo do projeto é exatamente a gente fazer a proteção para as forças de segurança que estão fazendo exatamente esse trabalho com relação à resistência.

Eu digo até ao nobre Senador Contarato que, com relação à legalidade e à constitucionalidade desse projeto, isso vai ser discutido terminativamente lá na CCJ.

Essas são as minhas considerações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Wilder.

Antes de colocar em discussão, eu quero agradecer aqui as presenças do Deputado Sanderson e do Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo. Sejam muito bem-vindos aqui, a esta Comissão.

Em discussão.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero pedir a atenção aos colegas aqui para uma questão, para mim, muito... Eu só pediria, por gentileza, para a gente tentar entender.

O crime de resistência está no capítulo Dos Crimes Praticados por Particular contra a Administração pública. O §4º é uma exceção: ele coloca como sujeito ativo do crime de resistência um servidor público da segurança pública que se oponha a um ato de resistência de outro servidor público. Mas como que nós vamos entender que o policial... Porque aqui se está falando: "Não há crime se o agente é funcionário público da área de segurança pública e, no exercício de sua função, age para impedir a prática de crime [...]". Ora, se ele está impedindo a prática de crime, ele não está se opondo à execução de ato legal! Porque o parágrafo está subordinado ao *caput,* e o *caput* diz: "Opor-se à execução de ato legal [...]". Então como colocar uma excludente de ilicitude...?

Eu entendi qual foi a motivação, mas ela está totalmente contraditória, porque você está falando que estaria legitimando uma hipótese de excludente de ilicitude no §4º se o autor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resistência tem como elemento da conduta opor-se à execução de ato legal, e ele aqui está se opondo à execução de um crime, e um crime é um ato ilegal. Ela é contraditória. Por isso que eu falei: olha, tem que suprimir o §4º, porque isso já está evidenciado no art. 23.

Olha, com todo o respeito, eu fui delegado por 27 anos. Recebia ocorrência da polícia militar, lavrava auto de resistência e, se teve morte, infelizmente, no local – infelizmente eu falo porque a ninguém é dado o direito de praticar justiça pelas próprias mãos –, instaurava-se o procedimento e, ao final, eu concluía o inquérito: "O policial agiu com uma das hipóteses das excludentes de ilicitude, previstas no art. 23: não há crime quando o agente pratica o fato em legítima defesa, em estado de necessidade, no exercício regular de direito ou em estrito cumprimento de dever legal".

Agora, se nós aprovarmos o texto do jeito como está aqui – se nós aprovarmos o texto do jeito que está aqui –, eu não consigo materializar, de forma didática, como isso vai acontecer.

O policial é um agente público que, no exercício da função, age para impedir a prática de crime, a progressão criminosa ou a continuidade delitiva; quer dizer, todos esses atos – prática de crime, ação criminosa ou continuidade delitiva – são atos ilegais. Ela é contraditória ao *caput* do dispositivo – que é a cabeça do dispositivo – 329, que dispõe sobre "opor-se à execução de ato legal".

Se você me falar assim: "Contarato, me dá um exemplo de como isso vai ser feito na prática"; eu não consigo materializar, porque não estaria tendo a adequação típica ao *caput*, que fala: "Opor-se à execução de ato legal [...]", porque você estaria colocando no §4º que, se ele pratica o fato para evitar a progressão criminosa ou a continuidade delitiva, não estaria tendo crime, uma vez que essa excludente de ilicitude já está prevista no art. 23, que diz que não há crime quando o agente pratica o fato em legitima defesa, em estado de necessidade ou no exercício regular de direito.

São só essas as considerações, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, como eu também estou inscrito para discutir, Senador Wilder, de fato, como eu sou o autor do projeto, a intenção desse dispositivo aqui é dar mais segurança jurídica, de fato, aos policiais, e, concretamente, ele está no lugar errado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui não tinha que estar nesse tipo penal do 329, no qual nós estamos ali aumentando as penas para os crimes de resistência, exatamente, para quem resiste a uma atuação da força policial legalmente constituída; e, claramente, essa redação aqui é no intuito de proteger o próprio agente de segurança pública que está sofrendo algum ato ilegal de resistência. Então, de fato, não tem que estar aqui.

Eu quero pedir desculpa, porque o Relator veio conversar comigo sobre acatar ou não essa emenda, e eu pedi a ele que não acatasse, porque tinha entendido errado, e, vendo V. Exa. argumentar, de fato, esse §4º não tinha que estar aqui nesse dispositivo 329.

Então, quero fazer também, Senador Wilder, o pedido para, se possível, que V. Exa. pudesse retificar o seu parecer, acatando essa emenda, para que a gente realmente não tenha essa contradição aqui nesse art. 329.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Presidente, o senhor, como autor do projeto e entendedor da lei... Vamos acatar, sim; inclusive, fizemos até a consulta ao autor do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A culpa foi minha.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Então, está bom.

Está acatado, Contarato. Obrigado pela participação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Wilder. Obrigado, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Senador Flávio Bolsonaro, eu quero parabenizar V. Exa. pela sensibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu sou convencido aqui. Eu não sou aquela pessoa intransigente; eu cedo aos argumentos. É uma coisa rara na política, mas eu cedo aos argumentos quando eu sou convencido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – É só para discussão, Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Só para confirmar: foram acatadas as minhas duas emendas?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito!

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É só para discussão aqui.

Primeiro, eu quero elogiar o projeto de V. Exa., um projeto importante, e, igualmente, o trabalho do Relator.

Talvez aqui passe um pouco despercebido por quem nos acompanha a relevância do projeto, porque, na verdade, o projeto não é um projeto de aumento de pena; o ponto principal desse projeto é transformar a morte, o resultado morte, num crime de resistência em um crime similar àquele do latrocínio – o roubo seguido de morte. Isso permite que esse tipo de crime seja julgado pelo juiz profissional, e não pelo júri.

E por que isso é importante na prática? Embora o júri seja uma instituição extremamente importante na história, inclusive do processo penal, na história da humanidade, das garantias da liberdade, o fato é que esse crime de resistência, pelo menos quando ele acaba, na sua forma mais severa, resultando em morte, normalmente envolve resistência, por parte do crime organizado, a uma ação policial – por exemplo, criminosos resistindo com armas, disparando contra a polícia. Infelizmente isso tem acontecido no nosso país, e, nesses casos, em uma hipótese de resistência na qual um policial, por exemplo, foi assassinado, morreu por conta da ação do crime organizado, encaminhar isso ao Tribunal do Júri é pedir demais ao jurado, é expor o jurado a um risco do qual, muitas vezes, o Estado não tem como protegê-lo, quando ele tem que se debruçar sobre esses casos envolvendo o crime organizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto aqui é meritório, especialmente nesse aspecto. É claro que ele também coloca penas adequadas para esses resultados de lesão corporal grave e morte dentro de um contexto de resistência, mas principalmente no caso da morte, por permitir que esses julgamentos sejam feitos fora do Tribunal do Júri, que, apesar de ser uma instituição pela qual eu tenho uma grande admiração, não está adequada, nos tempos modernos, pelo menos, no que se refere, ao menos aqui no Brasil, ao julgamento de integrantes do crime organizado que, por exemplo, matam um policial ou matam um agente público num ato de resistência.

Então, fica aqui o elogio. Esse projeto é um projeto que merece... Deveria ser tramitado rapidamente aqui nesta Casa, no Senado e na Câmara, especialmente num momento em que a gente vê um crescimento preocupante dessas organizações criminosas no país.

Ontem mesmo saiu um retrato, uma matéria da Globo, do Atlas da Violência, e nós vimos alguns estados que estão com índices enormes de assassinatos por mil habitantes, e nós só conseguimos atribuir esse crescimento dos assassinatos à ação do crime organizado, que corre solto no país.

Então faço aqui a referência também, Presidente, para que esse projeto seja tramitado rapidamente nesta Casa. Sei que não depende só de V. Exa., mas quero registrar aqui o meu apoio para que isso aconteça, porque é um projeto importante e vai muito além do simples aumento de pena. Não que o aumento de pena não seja importante, é sim. O pessoal diz que aumentar a pena não resolve, mas resolve sim: precisa ficar mais tempo na cadeia, precisa ser punido com rigor, mas a gente precisa também ter a certeza da punição.

Então quero, desde logo, registrar meu voto favorável a esse projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Moro.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Olha só, eu queria mais uma vez aqui fazer uma reflexão – e, por favor, o meu intuito é o de ajudar no projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse parágrafo aqui, Senador Moro, Senador Flávio, o §3º, que fala que, se da violência resulta lesão grave, é de 4 a 12, ou, se resulta morte, é de 12 a 30, eu tenho que entender: se a pessoa que opõe a resistência dolosamente mata o policial, qual é o crime?

Se você falar que vai ser o §3º, esse §3º é um crime preterdoloso, é dolo na resistência e culpa no resultado. Se você falar que ele também é a título de dolo, ele vai ficar apenas no §3º e, ao invés de beneficiar, nós estamos prejudicando os policiais – e eu explico o porquê –, porque hoje o §2º da redação está falando assim: "As penas deste artigo [...] [da resistência] são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência".

Então, se eu sou policial e a pessoa que eu estou detendo se opõe, à resistência, mediante violência, a mim, ele vai ser condenado pela resistência mais a violência que ele praticou, lá por força do art. 69 do Código Penal: "Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas [...]". Vai ser pior para ele. Agora, se a gente deixa do jeito que está aqui, ele só vai responder pela resistência qualificada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Posso dar uma sugestão aqui, Senador Contarato? Mais uma vez, eu concordo com V. Exa.

Já que nós temos aqui esse §4º, a gente podia mudar essa redação – em vez de revogá-la – exatamente nesses termos, para dizer que esses crimes previstos no art. 329 não excluem as penas previstas em outros artigos que digam respeito a violência ou grave ameaça, ou algo do tipo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu acho que não vai conseguir...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque você cria uma espécie de crime autônomo. Tem esse crime...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, porque está mantendo o §2º. O §2º está na íntegra, ele está falando: "As penas [...] [da resistência] são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência", o que está corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Porque imagine: o cara mata o policial à execução...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas já está escrito, é porque não está no projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Isso não é preterdolo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas já está no §2º.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só que o §2º termina aqui: "As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo [...]". Eu pergunto: se a pessoa que está opondo a resistência pratica dolosamente um homicídio, um disparo na cabeça do policial, ele vai ser condenado pela resistência do §3º ou pelo homicídio qualificado em concurso material com a resistência? É óbvio que tem que ser em concurso material com homicídio qualificado, cuja pena também é de 12 a 30 e vai ter todas as agravantes, e ainda vai ter o concurso material da resistência.

Se a gente só mantém o §3º, o §2º... A interpretação que eu faço, se aprovar do jeito que está aqui, é: "As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo [...] [às penas] correspondentes à violência" só vai subsistir se a violência for leve, porque, se for lesão grave, vai para o §3º; se for morte, vai para o §3º. E se a resistência resultar em uma lesão leve – 129, *caput*? Aí fica na resistência do 309, mais o 129, *caput*, em concurso material, mas a minha dúvida é...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A pena fica mais baixa nesse caso aqui.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Fica mais baixa.

Eu acho, com todo o respeito, que não tinha que ter esse §3º, porque você está misturando dolo no antecedente, que é a resistência, e culpa no consequente, que é a lesão grave ou morte. E, do jeito que está o §2º hoje, não; ele vai responder por dois crimes: resistência mais o homicídio, ou lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.

Eu acho que nós estamos caminhando de forma ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Para discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Na verdade, daí vai se excluir acho que a ideia principal desse dispositivo. A gente conhece a construção disso que foi feito e era exatamente para tirar isso do júri, por conta desse fator que eu mencionei. Então se tiver concurso material com homicídio no §2º, não vai adiantar, não vai resolver o problema.

Eu vou pedir vista aqui, Presidente, para a gente... De fato, esse §2º, remanescendo da forma como está, prejudica o propósito, se o propósito de fato é esse. Mas eu penso que, sim, você manter o crime de resistência com o resultado da pena agravado quando tem morte, seja com dolo, seja por culpa, resolve a questão. Talvez aqui fosse o caso, então, de pensar em uma pena equivalente à do latrocínio, que é de 20 a 30 anos, para não ter nenhuma facilidade para o criminoso; mas, se for manter o concurso, seja formal, seja concurso material, de alguma forma com o homicídio, aí vai continuar sendo no júri.

Então acho que precisa, talvez, de alguma sugestão de ajuste e discussão. E quem sabe a gente já possa – esse pedido de vista eu trago na próxima semana – encontrar um consenso entre nós aqui nesse debate.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, só para... Desculpe-me. Só para ser mais claro no meu argumento: se nós buscarmos todos os crimes qualificados pelo resultado no Código Penal, todos eles são preterdolosos – é dolo no antecedente, culpa no consequente. Eu dou uma porrada no rosto de uma pessoa, ela bate com a cabeça na quina da calçada e vem a óbito; eu não tinha a intenção de matar: é dolo na lesão, culpa no resultado, lesão corporal seguida de morte.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – É latrocínio. Latrocínio, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Lá se fala "se resulta", então, como é "se resulta", lá o entendimento é porque é subtração patrimonial ou subtração patrimonial e morte, lá no 157, §3º.

O que eu estou falando é que a doutrina toda vai interpretar que esse §3º não é a título de dolo, ele é a título de culpa, vai ser preterdolo. Então eu acho... E eu concordo.

E outra coisa: qual é o elemento subjetivo da conduta se o cara imobiliza o policial e o executa com um tiro de uma ponto 40 na cabeça? O *animus* foi o quê? Foi matar. A gente quer tirar da competência do Tribunal de Júri uma coisa que está constitucionalmente: compete ao Tribunal de Júri julgar os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Se a gente continuar...

Isso é com todo o respeito, eu estou tentando contribuir porque eu sou policial. Nós estamos pensando que nós estamos beneficiando, mas nós estamos prejudicando, porque a redação tem que permanecer a do §2º: as penas correspondentes a esse crime de resistência aplicam-se cumulativamente às correspondentes à violência. Aí ele vai ter dois crimes em concurso material, ele responde pelo 329 e ele responde pelo homicídio qualificado em concurso material, por força do 69: "Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas [...]".

Então, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E tem mais um ponto aqui, Senador, que também, na discussão, me veio à cabeça, que é que tem que realmente...

Eu vou conceder vista, para a gente poder fazer uma melhor análise do aprimoramento do projeto, porque também tem uma lei que já qualifica como crime hediondo – se não me engano, a 14.123, de 2015 – quem assassina um policial, por exemplo. A pena, pelo que eu me lembro, é mais danosa do que essa; e o crime é qualificado como hediondo. Então, as questões dos benefícios de progressão de regime e de livramento condicional são diferentes.

Então, acho que o caminho realmente nesse projeto – e esta era a intenção inicial – é criar um tipo que agregue aquilo que já existe na legislação, para que não exista uma competição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, no fundo, dependendo da circunstância, pode, de fato, haver uma condenação com uma pena menor do que a intenção aqui, que é a de causar uma pena maior a quem atente contra um agente do Estado.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas, aqui – até me permitam a discussão desse assunto –, a figura mais própria é equiparação a latrocínio: roubo seguido de morte. Não importa se morreu a vítima porque o agente do roubo queria só roubar, mas matou no caminho por culpa ou por dolo; ele responde, e ninguém fala que a tipificação do latrocínio beneficiou o agente do latrocínio, pelo contrário; mas o tirou do júri.

Então, vamos discutir esse assunto, mas aqui o objetivo é chegar ao melhor resultado – podemos até pensar numa elevação da pena aqui proposta para o resultado morte –, mas retirar isso do júri pela circunstância que a gente vê na prática. Imagine colocar lá alguém que matou um policial num ato de resistência – normalmente, quem faz isso é um criminoso absolutamente perigoso –, colocar a pessoa lá, muitas vezes, para ser julgada por um jurado sem nenhuma proteção legal ou policial em relação ao crime organizado.

Tem vários aspectos aqui. E, sim, estamos buscando sempre o melhor resultado. Ninguém quer facilitar nada para ninguém.

Existe esta outra situação que V. Exa. mencionou: se, de fato, for criado esse tipo especial, tem que relacionar isso como um crime hediondo para não ter um tratamento mais favorável.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Olha, por isso, eu acho que o melhor caminho, Senador Moro, é a gente realmente criar uma espécie de crime autônomo aqui que agregue a pena a outros crimes que, porventura, venham a acontecer na mesma ocorrência.

E V. Exa. traz uma discussão aqui que também é uma bola dividida que é com relação ao Tribunal do Júri. Eu já ouvi de juízes que são de tribunais de júri que é importante que esse tipo de crime permaneça no Tribunal do Júri, porque, se ele for julgado numa vara criminal de uma cidade pequena de interior, a ameaça ao juiz ou ao promotor pode ser ainda mais facilmente executada e cumprida do que se, de repente, houver uma votação distribuída num júri com juízes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leigos. Então, essa discussão do Tribunal do Júri, o que vai e o que não vai, é um outro ponto sobre o qual a gente tem que fazer a discussão aqui.

Mas, como autor do projeto, a minha intenção realmente era agravar um pouco mais a pena desse tipo de crime de resistência, e que não servisse, que não absorvesse nenhum outro tipo de crime. Pelo contrário, que houvesse, sim, uma soma desse tipo de pena. Um homicídio que aconteça, por exemplo, a um policial militar numa *blitz* qualquer: ele vai responder por um crime hoje considerado hediondo mais essa pena da resistência.

Então, eu concedo vista coletiva à Comissão, para a gente voltar, na sequência, com esse projeto.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, eu também quero aqui fazer um registro e retificar uma informação do Senador Moro: latrocínio não é roubo seguido de morte, porque, se você fala que latrocínio é roubo seguido de morte, você está delimitando quando aconteceu a subtração patrimonial e quando aconteceu a morte. Latrocínio é roubo com resultado morte. Esse resultado pode ser antes, esse resultado pode ser durante ou esse resultado pode ser depois da subtração. Eu mato e depois subtraio – latrocínio. Durante a subtração, eu mato – latrocínio. Eu subtraio e depois mato – latrocínio.

Então, com todo o respeito, roubo seguido de morte não é a definição do tipo penal previsto no art. 157, §3º.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, mas não é isso. Nós somos legisladores.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Mas aí é questão doutrinária.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, gente. Não é questão doutrinária, não, Senador. Com todo o respeito, o senhor foi juiz. Isso não é questão doutrinária, não. Nós temos uma função legislativa. Isso aqui é Comissão de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui na Comissão de Segurança Pública. Se o senhor fala que latrocínio é roubo seguido de morte, o senhor está passando uma informação equivocada. O senhor está delimitando quando aconteceu a subtração patrimonial e quando aconteceu o homicídio. Então, vamos instruir a população para falar que latrocínio é roubo com resultado morte. A subtração patrimonial e a morte podem acontecer simultaneamente ou a subtração acontecer antes ou depois da morte.

Só isso, com todo o respeito. Meu intuito é mais didático...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A discussão aqui é sobre resistência. (*Risos.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Vamos seguir para a vista...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, vista coletiva concedida. E vamos dar trabalho para o Relator, o Senador Wilder Morais.

Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Obrigado por ter concedido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos passar ao item 1 da pauta, que é o nosso último item para deliberação hoje.

E o Relator, o Senador Alessandro Vieira, pediu que houvesse a designação de Relator *ad hoc*. E eu queria pedir ao Senador Mourão para fazer a leitura desse relatório do Senador Alessandro Vieira.

Vou fazer aqui o anúncio.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4620, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Acrescenta o parágrafo 4º ao art. 70 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para definir a competência no crime de estelionato cometido com transferência bancária de valores.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão (ad hoc)

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira.

Então, passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, como Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia.

Bom dia, caros colegas, senhoras e senhores.

Indo direto à análise, Presidente, salientamos que, nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas "a" e "k", do Regimento Interno deste Senado, compete à nossa Comissão opinar sobre o mérito de proposições pertinentes à segurança pública e às políticas públicas de promoção da paz social.

No mérito, entendemos que a proposição deve ser considerada prejudicada. Isso, porque, em 27 de maio de 2021, foi editada a Lei nº 14.155, que acresceu o §4º do art. 70 do Código de Processo Penal, nos mesmos termos propostos pelo PL, apenas com uma pequena diferença na redação, o que não altera o sentido do dispositivo, a qual destacaremos abaixo:

> §4º Nos crimes previstos no art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida pelo local do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Portanto, com a edição dessa lei, o PL ora analisado, embora intrinsecamente meritório, perdeu o objeto e deve ser considerado prejudicado, na forma do art. 334, II, do Regimento Interno deste Senado.

Assim, Presidente, nosso voto é pela prejudicialidade do PL nº 4.620, de 2020.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do Projeto de Lei 4.620, de 2020.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, desejando um bom dia a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Eduardo Girão, Wilder Morais, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1670, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a garantia de proteção a agentes públicos que comuniquem casos de suspeita de violência, agressão e maus-tratos contra crianças e adolescentes." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto e à emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto e à emenda nº 1-CSP. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4801, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para conferir à autoridade policial a prerrogativa de requisitar aos serviços públicos de saúde e assistência social a adoção das diligências necessárias à proteção e à defesa da pessoa idosa em situação de risco atual ou iminente, impor às entidades de atendimento a obrigação de comunicar ao Ministério Público e à autoridade policial, para a adoção das medidas cabíveis, a notícia de fato que caracterize situação de risco ou infração penal contra a pessoa idosa, bem como para incluir a autoridade policial no tipo penal de impedimento ou embaraço ao exercício das atividades funcionais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 898, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, alterando a pena." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3639, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Vigia Mais em âmbito nacional." **Autoria:** Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3466, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Conselheiro Comunitário de Segurança." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3480, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para aprimorar a atuação dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp)." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 14, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5671/2023, que "Institui diretrizes para a implementação de medidas de segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018"." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Durante a reunião, é aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelo senador Eduardo Girão. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 15, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 4/2025 - CSP." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Durante a reunião, é aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/20

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião, realizada em 13 de maio.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta. A Presidência esclarece que nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Antes de começarmos nossas deliberações, informo que os itens 2 e 4 da pauta, PL 4.801 e PL 3.639, foram retirados de pauta a pedido do Senador Marcos Rogério, Relator das matérias.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4801, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para conferir à autoridade policial a prerrogativa de requisitar aos serviços públicos de saúde e assistência social a adoção das diligências necessárias à proteção e à defesa da pessoa idosa em situação de risco atual ou iminente, impor às entidades de atendimento a obrigação de comunicar ao Ministério Público e à autoridade policial, para a adoção das medidas cabíveis, a notícia de fato que caracterize situação de risco ou infração penal contra a pessoa idosa, bem como para incluir a autoridade policial no tipo penal de impedimento ou embaraço ao exercício das atividades funcionais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3639, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Programa Vigia Mais em âmbito nacional.

Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CAE e, após, à CCJ, em decisão terminativa.).

O item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1670, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a garantia de proteção a agentes públicos que comuniquem casos de suspeita de violência, agressão e maus-tratos contra crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Eduardo Girão (ad hoc)

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº 1.

Observações:

1. Em 13/5/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. Em 19/5/2025, foi recebido novo relatório do Senador Marcos Rogério;

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

A relatoria originária é do Senador Marcos Rogério, e a relatoria *ad hoc* é do Senador Eduardo Girão.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão – a quem agradeço por aceitar a relatoria *ad hoc* – para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente desta sessão, Senador Sergio Moro.

Quero cumprimentar também aqui o Senador Jorge Seif.

Eu peço a autorização para ir diretamente à análise do projeto, Sr. Presidente.

Preliminarmente, sob o aspecto regimental, registramos que, nos termos do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Segurança Pública opinar sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposições pertinentes aos temas de segurança pública, de políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social – inciso I, alíneas "a" e "k".

No mérito, cabe salientar que o *caput* do art. 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante, de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao conselho tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Por sua vez, o art. 70-B do ECA dispõe sobre diversas entidades públicas e privadas que devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e a comunicar ao conselho tutelar suspeitas ou casos de crimes praticados contra a criança e o adolescente (*caput*), prevendo consequências para – abro aspas – "o injustificado retardamento ou omissão, culposos ou dolosos" (parágrafo único) – fecho aspas.

No mesmo sentido, o art. 13, *caput*, da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, estabelece a regra:

> Art. 13. Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público.

Por fim, verificamos que, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel), é crime, punido com pena de detenção de seis meses a três anos – abro aspas –, “deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra criança ou adolescente ou abandono de incapaz”.

A despeito dessa obrigatoriedade universal de comunicação de qualquer suspeita de violência, agressão ou maus-tratos contra crianças ou adolescentes, não existe uma lei específica que proteja os agentes públicos que façam essa comunicação, especialmente aqueles que atuem na prevenção e repressão a essas condutas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, preveja programas especiais de proteção a testemunhas que estejam sendo coagidas ou expostas a grave ameaça, o PL nº 1.670, de 2023, dispõe sobre medidas específicas, aplicáveis exclusivamente ao servidor público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de modo a garantir a sua integridade física em decorrência da denúncia efetuada.

Conforme bem salientado pela justificação do PL – abro aspas –, "muitas agressões e maus-tratos deixam de ser denunciados pelos agentes públicos que deles tomam conhecimento em razão do temor de se tornarem eles próprios, vítimas de violência", sendo que "esse temor não é desmotivado, uma vez que os casos em que os agentes públicos sofrem retaliação dos agressores são, lamentavelmente, muito frequentes".

Sendo assim, o PL nº 1.670, de 2023, é extremamente pertinente e oportuno, uma vez que confere a necessária proteção a esses agentes públicos, para que desempenhem suas funções no enfrentamento à violência e aos maus-tratos contra crianças e adolescentes.

Não obstante essas considerações, entendemos correta a providência pleiteada na Emenda nº 1-CSP, apresentada pelo Senador Fabiano Contarato. De fato, a Lei Henry Borel já dispõe sobre mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra criança e adolescente. Mais especificamente, o seu art. 24 dispõe sobre medidas e ações que podem ser tomadas pelo poder público para proteger e compensar a pessoa que noticiar informações ou denunciar a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra a criança e o adolescente.

Sendo assim, a nosso ver, a localização correta para as regras estabelecidas pelo PL nº 1.670, de 2023, é, de fato, o art. 24 da Lei Henry Borel, motivo pelo qual aprovaremos a supracitada emenda.

O voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.670, de 2023, e da Emenda nº 1, da CSP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço ao Senador Eduardo Girão pelo relatório.

Coloco a matéria em discussão.

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 1.670, de 2023, e à Emenda nº 1-CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça. (*Pausa.*)

Tem o item... Tem aquele do Marcio Bittar? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Aqui tem um pedido do colega Senador Efraim de um extrapauta que eu gostaria aqui de ler para o senhor, que até subscrevi: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5.671, de 2023, que 'institui diretrizes para a implementação de medidas de segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018'".

Eu proponho... Na verdade, aqui o Senador Efraim propõe para audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Fernanda Barros, fundadora e Presidente da Associação Brasileira de Resposta à Violência Escolar; a Sra. Ana Flavia de Bello, Diretora de Comunicação da Asis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chapter São Paulo; a Sra. Elaine Alves, psicóloga, docente e pesquisadora; o Sr. Rodrigo Zuh, Gerente Sênior de Segurança no setor de segurança privada; o Sr. Guilherme Boldrini, Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo; o Sr. Igor Cavalcante, Agente de Polícia Federal desde 2006 e integrante do Grupo de Pronta Intervenção; o Sr. Carlos Olimpio Menestrina, Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina; e também o Sr. Guilherme Sousa, Policial Legislativo Federal e instrutor de protocolos de prevenção contra ataques de atirador ativo em instituições públicas e privadas.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Esse requerimento é extrapauta.

Eu indago aqui... Foi solicitada a inclusão do Requerimento 14, extrapauta.

Tem alguma objeção de algum Senador à inclusão do requerimento do Senador Efraim, lido aqui *ad hoc* pelo Senador Eduardo Girão?

Ninguém se opõe? (*Pausa.*)

Então, vamos incluí-lo.

Deferida a inclusão extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 14, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5671/2023, que "Institui diretrizes para a implementação de medidas de

segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB) e outros

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E aproveitando já que foi lido, vamos votar já.

Coloco em discussão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Aproveitando o embalo, Presidente, para a gente até votar em bloco...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Acho que é o único requerimento que tem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. Tem outro também.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, tem também?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem.

Eu queria pedir aqui para os colegas para colocar extrapauta... Um, Sr. Presidente, é apenas para adicionar um nome a um requerimento já aprovado aqui – e o Senador Esperidião Amin foi muito feliz num vídeo que circulou bastante no país nesse final de semana. Nós aprovamos já a vinda aqui do Sr. Mike Benz, que é ex-funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, sobre essa questão da Usaid, os seus investimentos no Brasil, o que seria isso. Esse já está aprovado, mas, devido às declarações do Presidente Luís Roberto Barroso, Presidente do STF, eu gostaria de incluir também, como convidado, o nome dele, pelas declarações feitas nesse último fórum de Nova York, onde ele colocou que pediu ajuda – deu a entender isso –, pela democracia brasileira, aos Estados Unidos.

Então, eu queria fazer essa inclusão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me concede um aparte sobre esse assunto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, Sr. Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – O Senador Sergio Moro ouviu o que eu perguntei ao Ministro das Relações Exteriores agora, há poucos minutos: se ele tinha conhecimento, na história do Itamaraty, de uma autoridade, no caso do Judiciário, do TSE... Preste atenção para a época: maio de 2020 a março de 2022, portanto, dois anos e meio antes da eleição. Nesse período, ele diz que foi muitas vezes à embaixada, e três vezes ele solicitou expressamente ao encarregado de negócios, porque os Estados Unidos não tinham embaixador, que os Estados Unidos nos ajudassem a preservar a democracia. E disse mais logo depois: que acha que a ação dele foi útil porque o Exército Brasileiro tomou juízo – essa frase é minha –, porque os militares do Exército gostam muito de fazer cursos e obter equipamentos nos Estados Unidos. Eu perguntei se... Isso é textual, eu li. O Presidente do TSE foi pedir apoio à Embaixada dos Estados Unidos para proteger a nossa democracia. E perguntei se há, nos registros do Itamaraty, algo semelhante. É evidente... E eu no final o cumprimentei. Como diz o Talleyrand – Talleyrand ensinou a diplomacia –, numa situação dessa, as palavras existem para dissimular o pensamento. Ou seja, ele deu uma saída diplomática.

Mas esse é um caso para ser refletido, tanto aqui na Comissão quanto na de Relações Exteriores e no Plenário. Eu vou abordar isso. Isso não é uma gafe, isso é um orgulho de ter pedido proteção para a nossa democracia, para poder vencer as eleições, para derrotar os manés, uma série de adereços desse assunto.

Mas eu cumprimento V. Exa. por trazer esse assunto também aqui, à Comissão de Segurança Pública. Sou seu acólito, mais uma vez seu sacristão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Só complementando aqui, Senador Amin, dizia-se que, em 1964, havia a tal da Operação Brother Sam, e agora a operação seria Uncle Joe. Essa do nosso... Uncle Joe... (*Risos.*)

Seria o tio Joe, Operação Uncle Joe.

Mas realmente eu também havia me manifestado a respeito dessa questão do Ministro Barroso, que é algo totalmente despropositado, e fica sempre este problema de correr lá para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos para pedir o quê? Um problema dos brasileiros a gente resolve aqui. Nós é que temos que resolver os nossos problemas. Foi lamentável esse posicionamento. E a grande imprensa ficou quietinha, ficou quietinha nesse assunto. Então é lamentável isso aí.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Se me permitir, Girão...

Sr. Presidente, é importante também nós refletirmos que, quando o atual Presidente da República – um ladrão, nós sabemos, um ladrão descondenado e solto –, quando ele estava na situação sendo acusado pelos crimes de corrupção ativa, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e tantas outras coisas... E o senhor fez um brilhante trabalho para o nosso Brasil, com muita coragem. E esses dias eu lhe indagava como que o senhor ainda estava vivo, porque nós sabemos o que o outro lado tem de força e quem são os aliados dele. Mas é só para lembrar que, quando o atual Presidente da República estava sendo investigado, rodaram o mundo inteiro. Iam para a ONU, iam para a Comissão de Direitos Humanos, iam para o Tribunal de Haia, iam para os Estados Unidos, iam para a França denunciar a perseguição política que havia do Judiciário contra eles, que são bonzinhos, são inocentes, não fizeram nada, "é do amigo meu", "eu não sei de nada", sendo que eu acho que uma peça-chave que desmascarou e demoliu todas as mentiras que eles contavam foi o assessor, amigo de décadas, Antonio Palocci, quando deu aqueles detalhamentos todos. Somado a isso, Parlamentares que aqui, hoje, ainda estão tanto na Câmara dos Deputados quanto aqui no Senado Federal fizeram a mesmíssima coisa, iam para outros países, faziam viagens internacionais e gravavam: "Olha, estamos aqui, em tal lugar denunciando a perseguição ao Presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores".

Recentemente, quando nós sabemos a covardia que está sendo feita com o Presidente Bolsonaro e o entorno dele – covardia... Teve uma reunião com embaixadores, inelegível; subiu no caminhão no Sete de Setembro para fazer um discurso patriótico, que é uma marca registrada dele, inelegível; o cara estava nos Estados Unidos, deu golpe de Estado. Aí, ontem... Rapaz, eu fiquei impressionado, General. Ontem, Freire Gomes foi dar o depoimento, quase que foi preso, faltou isso aqui para ser preso, porque não falou o que gostariam que ele tivesse falado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Na sexta-feira é o meu depoimento, estou até preocupado. (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Cuidado, hein?

Então, agora que nós fazemos o mesmo movimento, Parlamentares de direita, Parlamentares que têm juízo, que têm ciência da perseguição política, porque, como já bem disseram vários deles: "Nós queremos e vamos destruir o bolsonarismo", que é, na verdade, um espectro de direita; aí, não, aí é subserviência internacional, é trabalhar contra o Brasil... E aí nós tivemos uma grata surpresa, porque isso para mim foi uma grata surpresa de o Ministro Barroso ter dito o que disse, que buscou ajuda internacional. E até aí tudo bem, aí é democracia, mas, se algum dos nossos do nosso lado... Ou seja, a depender de quem pede ajuda, a depender de quem fala, não tem problema. Se for o lado que não interessa a eles, e que eles militam e trabalham 24 horas para destruir, aí é crime de Estado, lesa-pátria, antipatriota, subserviência.

Então, eu queria deixar registrado aqui que o Eduardo Bolsonaro foi lá fora denunciar isso que o pai dele está passando e que representa milhares de brasileiros que estão vendo os absurdos e as perseguições que ocorrem hoje, diuturnamente, no Brasil, contra o lado político-ideológico.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para fazer um embalo, para a gente fazer aprovação em bloco, tanto do requerimento do Senador Efraim como desse meu, que é apenas para aditar o nome do Ministro Barroso devido a essas gravíssimas declarações dele aí que colocam, ameaçam a soberania brasileira, no mínimo, eu também queria fazer um pedido de audiência pública para a presença aqui do Sr. Fernando Nascimento Silva Neto, que é Procurador do ex-Ministro José Dirceu, porque o empresário dirigente do PT local aqui de Brasília, Fernando Nascimento Silva Neto, Procurador do ex-Ministro José Dirceu por cinco anos, deu orientações sobre como agir nos bastidores do dia 8 de janeiro ao coronel... Esse não foi marcado, é só para pedir para a marcação, não é isso? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse já foi aprovado, queria só pedir para marcar essa audiência pública, porque ela já foi... Isso aí o senhor pode até ver com o Presidente depois, com o Presidente da Comissão... Correto, não é isso? (*Pausa.*)

Pronto.

Para encerrar, Sr. Presidente, para encerrar, tem aqui esse último pedido de requerimento de audiência pública, tá? Eu requeiro nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do artigo...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Só um pouquinho, Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, claro...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É outro requerimento extrapauta?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Esse é o último, esse é o último, audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mais um?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Um novo, então?

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 4/2025 - CSP.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – É um novo. Aquele outro é só para marcar. Aquele outro que eu li agora há pouco do ex-Procurador do Sr. José Dirceu, já tinha sido aprovado, é só para marcar, certo?

Então, Presidente, essa audiência pública que eu estou requerendo agora é sobre uma gravíssima acusação, e a gente precisa debater aqui, de assessores do Ministro Flávio Dino que teriam acessado o sistema da PGE do Maranhão para fundamentar processo ajuizado no STF pelo partido Solidariedade, que tem como filiado Othelino Neto, esposo da sua suplente no Senado Federal e que pede o afastamento cautelar do Procurador-Geral do Maranhão.

E também discutir nesta audiência pública, Sr. Presidente, as condições de segurança, controle e integridade dos sistemas de informação da administração pública.

Eu proponho para esta audiência a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino; o Exmo. Sr. Valdenio Nogueira Caminha, Procurador-Geral do Estado do Maranhão; o representante da OAB; e o representante da Defensoria Pública da União.

Este requerimento aqui é justamente com base em divulgação de veículos da imprensa nacional que noticiaram denúncias de acesso não autorizado por assessores vinculados ao gabinete do Ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino ao sistema eletrônico – já estou concluindo, Sr. Presidente – da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão, em que supostamente teriam consultado informações de natureza sensível e sigilosa. De acordo com o noticiado, os acessos ocorreram mais de uma centena de vezes sem justificativa formal e podem estar relacionados à obtenção indevida de dados constantes em investigações ou processos judiciais, fato que, se confirmado, pode configurar violação grave às garantias institucionais e aos preceitos do Estado democrático de direito. Ainda, segundo os relatos da imprensa, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessos teriam sido realizados por servidores ligados diretamente ao então Ministro da Justiça e Segurança Pública, o que confere ainda maior relevância ao caso. A situação ganhou contornos ainda mais delicados após a manifestação pública do atual Procurador-Geral do Estado do Maranhão, que classificou os acessos como ilegais e gravíssimos e indicou possível responsabilização criminal. Os assessores envolvidos negaram a prática de irregularidades, mas a gravidade das alegações exige apuração cuidadosa e transparente.

Portanto, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Segurança Pública opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública, considerando a possibilidade de acesso indevido a dados protegidos por sigilo funcional e institucional e o eventual uso dessas informações para finalidades alheias ao interesse público. A presente audiência pública visa lançar luz sobre os fatos e permitir que esta Comissão delibere com base em informações concretas. A oitiva de autoridades especialistas poderá contribuir para esclarecer as circunstâncias dos acessos realizados, identificar eventuais falhas de segurança no sistema de informação do estado e avaliar a necessidade de aprimoramento das normas e procedimentos relativos à proteção de dados sensíveis no âmbito da administração pública.

Diante do exposto, Sr. Presidente, eu peço o apoio dos meus pares na aprovação deste requerimento de audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Girão, eu vou incluir aqui na pauta o Requerimento 14 e esse Requerimento 15, que faz uma adição de um convidado a uma audiência pública já deferida, como foi discutido anteriormente.

Esse tema de relações internacionais é uma questão meio complicada, mas... Enfim, acabamos de ouvir também o Ministro das Relações Exteriores, na minha interpretação, dizendo que não tem nenhum problema dar asilo a quem foi condenado por corrupção na América Latina, que está tudo bem – faltou dizer que é um motivo de orgulho para o país –, a pretexto de um asilo humanitário... Não existe nada, a meu ver, concreto em relação a isso, as afirmações ali são misteriosas: não tem exame médico, ninguém fez nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, entendo as colocações de V. Exas., todas com suas perspectivas, e, quanto aos dois requerimentos, então, eu defiro aqui a inclusão extrapauta: o 14 e o 15.

Quanto ao Requerimento 8 aqui, Senador Girão, eu vou pedir vênia a V. Exa., mas o pessoal da Secretaria me informou que o Senador Flávio Bolsonaro gostaria de apreciar e de analisar esse requerimento. Então, vamos deixar para a próxima...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Para a outra sessão?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Para a outra, para colocar na outra sessão. Aí vai ser a questão do Senador Flávio Bolsonaro, que é Presidente. Como é algo sobre o qual ele já está debruçado, eu acho que não é apropriado aqui eu atropelá-lo em relação a isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Perfeito. Eu queria aproveitar, em relação a isso, e pedir à Secretaria que peça ao Presidente para, na próxima sessão, incluir na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, aproveitando aqui, para que nós, já... Como nós avançamos na discussão do mérito, vou colocar para discussão esses dois requerimentos – o 14 e o 15 – extrapauta.

Se tem alguém que se opõe... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os dois requerimentos, em bloco.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, aprovados os Requerimentos 14 e 15.

Peço à Secretaria para tomar as providências necessárias, para que sejam deliberados.

E vamos ao item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 898, DE 2024

- Não terminativo -

Modifica o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, alterando a pena.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

O texto, como V. Exa. já apresentou, diz respeito ao aumento da pena mínima para o crime de estelionato, capitulado no art. 171 – 171 é quase que um substantivo quando a gente quer se referir, no vulgar, na conversa popular, a este time de crime.

É uma boa iniciativa do nosso querido companheiro, um dos nossos califas, o Senador Carlos Viana, e cabe à nossa Comissão prestar esse serviço à Comissão de Constituição e Justiça, que vai apreciar a matéria de maneira terminativa.

Eu ofereci apenas e objetivamente uma emenda que especifica:

> Estelionato
> Art. 171. .....
> Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, elevando a pena, o que eu acho que é uma boa providência, uma vez que esse é um dos crimes que vem sendo potencializado também pela internet, pelos meios de *e-commerce*, pela fraude. Então, agravar a pena, ampliar a pena eu acho que é um expediente didaticamente correto, portanto praticamente útil à sociedade.

Esse é o parecer.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu só queria deixar registrado, a despeito do tema que há pouco o senhor comentou do asilo humanitário a uma condenada pela Justiça peruana por corrupção, só queria deixar registrada uma frase: na grande família de Ali Babá, sempre cabem mais ladrões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco em discussão o Projeto de Lei 898, de 2024.

Particularmente, quero só observar ao Senador Esperidião Amin que acho que nesse momento em que a gente está discutindo um potencial aí de R$6 bilhões de crimes praticados contra aposentados e pensionistas, estelionato, qual é que vai ser a configuração disso ou se vai ser, simplesmente, uma apropriação indébita ou qual é a figura típica, isso é especialmente relevante, até porque muitos desses aposentados, porque têm uma vulnerabilidade, decorrente muitas vezes da idade, ou pensionistas, que envolvem também, muitas vezes, órfãos, crianças, adolescentes, particularmente penso que é bastante apropriado o aumento dessa pena, pena mínima, já que a pena de um ano da atual legislação é extremamente pequena.

Então, até adianto aqui minha posição até favorável a esse projeto.

Mas, antes de prosseguir, eu coloco em discussão a matéria.

Algum Senador gostaria de discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 898, de 2024, e à Emenda nº 1-CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Mais alguma questão? (*Pausa.*)

Há um projeto aqui do Senador Marcio Bittar. Eu queria pedir para designar um *ad hoc*.

Poderia ser, de repente, o Senador Seif? (*Pausa.*)

Então, o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3466, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Conselheiro Comunitário de Segurança.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A votação será nominal.

Relatoria original: Senador Marcio Bittar.

Relatoria *ad hoc*: Senador Jorge Seif.

Passo a palavra ao Senador Jorge Seif, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Se o senhor me permitir, eu vou direto para a análise.

Nos termos do disposto, respectivamente, nas alíneas "a" e "j", inciso I, do art. 104-F, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem a respeito de segurança pública, bem como de políticas de valorização, capacitação e proteção das forças de segurança, de modo que a análise atende aos requisitos de regimentalidade.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 144 da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, da Constituição Federal) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira

Em atendimento às exigências da lei, foi realizada audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Casa de origem, no dia 21 de setembro de 2021. Nesse sentido, cumpre esclarecer que houve a presença do Presidente da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública de Mato Grosso; da Presidente da Federação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Distrito Federal; do CEO da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública de São Paulo; do Presidente da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Espírito Santo; do Presidente da União dos Conselhos de Segurança Pública de Mato Grosso; do Presidente do Conselho de Segurança Pública da Região Administrativa do Paranoá/DF; e do Presidente da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do meu amado Estado de Santa Catarina.

Registre-se, ademais, que, no que se refere à técnica legislativa, o texto da proposição está em estrita consonância com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que versa sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No que concerne ao mérito, Sr. Presidente, há que ressaltar a importância ímpar da iniciativa de instituição do Dia Nacional do Conselheiro Comunitário de Segurança. A criação desta efeméride representa o reconhecimento do papel fundamental desempenhado pelos Conselheiros Comunitários de Segurança na promoção da segurança pública, além da valorização do engajamento cidadão em questões que afetam diretamente a qualidade de vida nas diversas comunidades.

Os Conselheiros Comunitários de Segurança, Sr. Presidente, conforme explicitado na justificação da autora, constituem um elemento essencial no fortalecimento do controle social sobre as políticas de segurança pública, atuando como elo entre a população e as forças de segurança. Trata-se de atuação que abrange uma vasta gama de questões relevantes, que vão desde a iluminação pública até a prevenção da violência, demonstrando, assim, sua função estratégica na construção de municípios mais seguros e na consolidação de uma cultura de paz e cidadania.

Ademais, a celebração do Dia Nacional do Conselheiro Comunitário de Segurança contribuirá para a difusão de informações sobre a importância da função dos CONSEGs, bem como para promover a conscientização acerca da relevância da segurança comunitária. Isso permitirá que a população tenha maior conhecimento sobre como essas entidades operam e como podem se engajar ativamente nas questões de segurança em sua localidade.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consoante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.466, de 2021.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço ao Senador Jorge Seif pela gentileza em fazer o relatório *ad hoc* desse projeto de relatoria originária do Senador Marcio Bittar.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Para discutir, Presidente.

É só para, primeiro, parabenizar a autora, a Deputada Paula Belmonte, daqui do DF, e também, aqui, o Senador Marcio Bittar e o Senador Jorge Seif, que está relatando *ad hoc*. De fato, é muito importante esse projeto para valorizar realmente os conselhos comunitários de segurança. Talvez seja um dos conselhos que mais funcionam. Pelo menos aqui no DF, funcionam muito bem. Em todas as regiões administrativas, nós temos conselhos de segurança com reuniões mensais, com participação da comunidade e também de todos os órgãos do Governo. Isso aqui pode expandir no Brasil todo, porque é realmente meritório. Então, quero parabenizar a autora e também o Relator pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator, votam "sim".

Vou abrir o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, enquanto votam, eu tenho três Requerimentos, o 9, o 10 e o 11, de 2025, de audiência pública. Eu sei que V. Exa. pediu para aguardar a presença do Presidente. Então, eu gostaria só que também fosse alertado o Presidente para colocar em pauta esses requerimentos, que estão assinados, inclusive, pelo Senador Jorge Seif, pelo Senador Wilder e também pelo Senador Marcos Rogério. Se V. Exa. puder pedir aí que sejam incluídos na pauta, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

Então vamos seguir aqui com a votação.

Senador Hamilton Mourão, será testemunha na sexta, então?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Qualquer coisa tem que falar lá: prisão em flagrante de Parlamentar...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, estou preocupado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tem que ser homologada pela Casa depois.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, exatamente. Mas eu sou testemunha do Presidente Bolsonaro, do General Braga Netto, do General Heleno e do General Theophilo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, sim, sim.

Estava acompanhando aqui a CSP. Precisamos, para fechar o quórum, de mais dois votos. Então, peço aos Senadores Marcos Rogério, Efraim, Plínio, Ivete da Silveira, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jaques Wagner, se possível... (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Votaram SIM dez Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto aprovado por unanimidade, Projeto de Lei 3.466, de 2021.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado do Federal para ciência do Plenário e publicação.

É isso.

Há outro projeto na pauta aqui, do Senador Alessandro, mas ele, justificadamente, não pôde comparecer, então achamos melhor tirar da pauta para a próxima oportunidade.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3480, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para aprimorar a atuação dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A votação será nominal.)

Nada mais havendo a tratar, encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Eduardo Girão, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Magno Malta e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1444, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas excepcionais de proteção à mulher e a seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5249, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto das Crianças e Adolescentes para combater a violência no ambiente escolar e valorizar a profissão de professor e dos demais profissionais de educação." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CSP (Substitutivo). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 650, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre fraude bancária." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4801, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para conferir à autoridade policial a prerrogativa de requisitar aos serviços públicos de saúde e assistência social a adoção das diligências necessárias à proteção e à defesa da pessoa idosa em situação de risco atual ou iminente, impor às entidades de atendimento a obrigação de comunicar ao Ministério Público e à autoridade policial, para a adoção das medidas cabíveis, a notícia de fato que caracterize situação de risco ou infração penal contra a pessoa idosa, bem como para incluir a autoridade policial no tipo penal de impedimento ou embaraço ao exercício das atividades funcionais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CSP (Substitutivo). **Observação:** Durante a reunião, é designado relator ad hoc o Senador Hamilton Mourão. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3639, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Vigia Mais em âmbito nacional." **Autoria:** Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CSP e 2-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator ad hoc o Senador Hamilton Mourão. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1813, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a oferta de curso de defesa pessoal à mulher." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1-CDH-CSP. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3480, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para aprimorar a atuação dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp)." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Jorge Seif (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator ad hoc o Senador Jorge Seif. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 9, de 2025** que: "Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mérito da PEC nº 1, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União, bem como a equiparação salarial das carreiras da Polícia Civil do DF com as carreiras da Polícia Federal." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 10, de 2025** que: "Requer a realização de audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, com o objetivo de debater o mérito da PEC nº 1, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União, bem como a equiparação salarial das carreiras da Polícia Militar do DF e do Corpo de Bombeiros Militar do DF com as carreiras da Polícia Federal." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 11, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a PEC 1/2025." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 16, de 2025** que: "Requer a realização de diligência externa na cidade de Manaus-AM, com o objetivo de participar do 3º Seminário de Segurança Inovadora, a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, nos dias 29 e 30 de maio do ano corrente." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do autor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 20 de maio.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Antes de começarmos as deliberações, informo que o item 3, o PL 650/2022, de Relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, e o item 11, o Requerimento 16/2025, de autoria do Senador Omar Aziz, foram retirados de pauta a pedido dos Senadores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 650, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre fraude bancária.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto e da Emenda nº 1-T.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 03/05/2022, foi recebida a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Elmano Férrer;

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 16, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência externa na cidade de Manaus- AM, com o objetivo de participar do 3º Seminário de Segurança Inovadora, a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, nos dias 29 e 30 de maio do ano corrente.

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM))

Ainda comunico aqui que foi enviado à Secretaria de Comissão de Segurança Pública o Ofício 514, de 2025, da Câmara de Vereadores de Joinville, Santa Catarina, terra de V. Exa. também, que encaminha moção de repudio à Proposta de Emenda à Constituição 18, de 2025, a PEC da segurança pública. O documento será disponibilizado na página da Comissão, no *site* do Senado, tendo prazo de 15 dias para que os membros desta Comissão se manifestem no sentido de autuarmos o referido documento para que seja analisado por este Colegiado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, sobre esse assunto V. Exa. me permite uma...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu li na *Folha de S.Paulo* deste fim de semana, não sei se foi sábado ou domingo, que o Ministro Lewandowski teria negado acesso aos documentos, ou seja, à coleta de dados, informações, sugestões e estatísticas que embasaram a proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se seria o caso de nós solicitarmos... Faço a indagação, porque o assunto não estava na pauta, mas...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho que é oportuno. Talvez pudéssemos fazer um requerimento, não é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o assunto é controverso.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... para aprovar na próxima reunião, para trazer essas estatísticas, pelo menos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou compartilhar com o senhor, com o Senador Mourão e vou elaborar o...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É.

De todas as peças, eu acho talvez que não seja o caso, porque, por exemplo, lá dentro do próprio Ministério da Justiça, quando eu era Ministro, às vezes, num debate de uma discussão, tem pessoas que são contra, tem pessoas que são a favor, e chega-se ali às vezes a um consenso e tal, etc., mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, às vezes, a própria controvérsia...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É, sim...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... pode iluminar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É relevante, não é...

Porque, às vezes, nessa controvérsia, a gente via, dentro do Ministério da Justiça, algumas manifestações meio veementes, não é?

Em nenhum lugar tem unanimidade. Às vezes, é um pouco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu tenho aprendido muito com as controvérsias...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... porque, se não, eu ficava só com...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, mas a minha sugestão, daí, Senador, é que apresente o requerimento e podemos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se houver alguma seletividade ainda...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... inserir na próxima data, já que o tema, hoje, é um tema especialmente importante e está em debate lá na Câmara. Acho que, o quanto antes pudermos deliberar sobre isso...

Então, peço aqui à assessoria que, apresentado esse requerimento, se possível, o inclua já na pauta.

Eu tenho certeza de que o Senador Flávio não vai se opor a esse posicionamento. Tudo bem?

Então, item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5249, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto das Crianças e Adolescentes para combater a violência no ambiente escolar e valorizar a profissão de professor e dos demais profissionais de educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CE, em decisão terminativa.

Passo, então, ao ilustre Senador Hamilton Mourão, para a leitura de seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente e caros colegas Senadores e Senadoras, esse projeto da Senadora Leila Barros, podem observar, é do ano de 2020. Estamos em 2025. Então, vamos usar um termo aqui que o Senador Amin gosta: "passado um lustro", é que nós estamos analisando o projeto.

E, aí, os senhores vão ver, de acordo aqui com o meu relatório, que muitas das coisas que a Senadora Leila propôs lá atrás, em 2020, perderam o objeto, por outras leis que foram aprovadas ao longo desse período.

Então, indo aqui à análise, no mérito, de forma geral, o projeto nos parece positivo. No entanto, entendemos que alguns ajustes sejam necessários, sobretudo pelo avanço do arcabouço legal que trata da violência escolar ocorrido de 2020 até os dias atuais. Explicitaremos os ajustes a seguir e, ao final, proporemos um substitutivo para a matéria.

Em primeiro lugar, tratemos do acréscimo de parágrafo único ao art. 71 da LDB. Ele tem por objetivo permitir que as despesas no apoio pedagógico e psicopedagógico prestado diretamente a docentes e discentes da rede pública sejam consideradas como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ocorre que esse dispositivo perdeu seu objeto depois da alteração que a Lei nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021, fez no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Significa dizer que, desde 2021, os psicólogos e os assistentes sociais já podem ser pagos com recursos do fundo, conforme o art. 26-A da Lei nº 14.113, de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao lado disso, também vale lembrar que, em 2024, ano passado, nós aprovamos, em forma de lei, a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Trata-se da Lei nº 14.819, de 16 de janeiro 2024, que, entre seus objetivos, busca promover atendimento, ações e palestras direcionadas à eliminação da violência.

Por essas razões, considerando atendida a demanda que justificava o acréscimo de parágrafo único ao art. 71 da LDB, excluímos esse dispositivo da proposta de substitutivo.

Em segundo lugar, vejamos a inclusão do art. 80-A na LDB. A finalidade é fazer com que o poder público crie programas de prevenção à violência e núcleos multidisciplinares de prevenção à violência. O dispositivo, porém, está prejudicado, nos termos do art. 334, II, do Risf, porque já existe texto mais abrangente aprovado no Senado, que atualmente tramita na Câmara. Trata-se do Projeto de Lei nº 2.256, de 2019, que "dispõe sobre o ambiente escolar seguro e institui normas gerais de segurança e de prevenção de ações de violência física e emocional contra comunidades escolares".

A par disso, também é fundamental destacar que a Lei nº 14.643, de 2 de agosto de 2023, já estabeleceu o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Snave). Por esse sistema, o Poder Executivo federal atua em articulação com os estados, os municípios e o Distrito Federal. Entre os objetivos do sistema, estão a promoção de programas educacionais e sociais direcionados à formação de uma cultura de paz e a prestação de apoio psicossocial a membros da comunidade escolar vítimas de violência nas dependências de estabelecimento de ensino ou em seu entorno.

O Snave também já foi regulamentado pelo Decreto nº 12.006, de 24 de abril de 2024, contendo diversas ações de enfrentamento da violência e de proteção da comunidade escolar. Além disso, em cumprimento à lei do Snave, o Ministério da Educação lançou o Programa Escola que Protege, que promove a formação continuada de profissionais da educação, a construção de planos de enfrentamento à violência e respostas a emergências, além de assessorar as redes de ensino em casos de ataques de violência extrema.

Por fim, o intuito de inserir o art. 80-B na LDB é oferecer apoio pedagógico e psicopedagógico a professores e alunos em todas as esferas. Ocorre que isso já foi contemplado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que "dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica".

Por essas razões, também considerando já atendidas as demandas que justificavam o acréscimo dos arts. 80-A e 80-B à LDB, excluímos esses dispositivos da nossa proposta de substitutivo.

Tratemos agora das alterações propostas para o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA.

A mudança do art. 70-A poderá contribuir para a prevenção da violência nas instituições de ensino e nas entidades de atendimento a crianças e adolescentes, com a participação de profissionais de saúde, educação e assistência social. Contudo, o inciso deve ser renumerado de VII para XIV, porque a Lei nº 14.344, de 2022, já acrescentou os incisos VII a XIII ao artigo.

Finalmente, vamos falar dos dispositivos autônomos trazidos pelo PL. As disposições do art. 4º do projeto tratam da regência de turma, no sentido de buscar assegurar ao professor o papel primordial na segurança, na disciplina e no processo de aprendizagem. Compreendemos o mérito da proposta, mas tememos os riscos trazidos pelos termos do texto.

Primeiramente, vale destacar que, na legislação educacional e previdenciária, o termo “regência” de classe está usualmente ligado à concessão de aposentadoria especial a professores que atuam diretamente em sala de aula. Essa é uma primeira ambiguidade que nos preocupa.

Ademais, ao incumbir explicitamente o professor da responsabilidade adicional de autorizar a entrada no local da aula, a medida traz riscos ao profissional docente, que, em um contexto de violência, poderá ser agredido, como já vimos em outras vezes. Vale lembrar que, pelo inciso XI do art. 12 da LDB, as escolas já estão incumbidas de promover ambiente escolar seguro.

Por outro lado, compreendemos que, como está, o dispositivo eventualmente também poderia causar problemas de hierarquia na escola, caso algum professor mais audaz entendesse que poderia proibir a entrada de membros da direção escolar ou coordenação pedagógica em sua sala de aula – algo perfeitamente possível de acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, para sanar ambiguidades, mitigar riscos e garantir segurança jurídica e proporcionalidade...

E aqui lembro, Presidente Sergio Moro, que o Brasil é onde vale o escrito. Então, a coisa tem que estar bem escrita para não dar margem a interpretações diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma ressalva aqui – desculpe –: essa afirmação não pode ser tão categórica hoje em dia. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A citação... Faltou o nosso Senador Mourão dizer quem é o autor da frase.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não vou citar o autor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um advogado formado pela Universidade do Rio de Janeiro.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Exatamente, exatamente. Não vamos fugir desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Como princípio e como desejo de todos, concordo com V. Exa. Não posso dizer que é o contexto atual.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dr. Castor.

Propomos, então, um ajuste do art. 4º por meio do substitutivo, alterando a própria LDB, no art. 13, que lista as incumbências docentes. Nossa sugestão incumbe o professor de zelar pela disciplina e pelo bom clima escolar em sala de aula. O clima escolar pode ser entendido como o conjunto de percepções de indivíduos em relação a uma instituição de ensino. Cada escola possui seu próprio clima, intimamente ligado à qualidade de vida de estudantes, professores, funcionários e familiares, influenciando seu bem-estar e experiências nas escolas. Isso é muito claro, Senadora Damares, num país como o nosso, em que a escola que ensina lá em São Gabriel da Cachoeira é diferente da escola que ensina lá em Bagé, no Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, na mesma linha de incorporação à LDB, propomos adequar o conteúdo do art. 5º do projeto original. O dispositivo busca garantir a comunicação da ameaça ou violência contra profissional de educação a todas as pessoas ou órgãos que devam tomar providências, além do afastamento remunerado da vítima. Em nossa proposta de substitutivo, adicionamos esse conteúdo às atribuições da escola, no art. 12 da LDB.

Assim, Presidente, o voto é pela aprovação do PL 5.249, de 2020, na forma do seguinte substitutivo. Segue-se o substitutivo com todas as alterações aqui propostas.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço ao Senador Mourão pelo relatório e voto.

De fato, essa matéria tem ocupado, nestas Casas do Senado, várias Comissões. O tempo vai passando e têm que se fazer ajustes, mas parece que V. Exa. foi muito bem-sucedido.

Eu abro aqui o projeto para discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu acompanhei essa matéria, tenho acompanhado e fiz questão de ler e reler o voto do Senador Mourão, especialmente o substitutivo, e quero cumprimentar o Relator. É um General bravo – "Bom dia!" –, mas de uma sensibilidade... Às vezes, a gente não vê, atrás desse homem bravo e sério, essa sensibilidade e esse carinho pelos professores.

Presidente, é uma matéria que a gente precisa discutir todos os dias neste Senado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A minha mãe era professora, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, está explicado muito dessa sua sensibilidade e desse seu amor aos educadores, Senador. Eu fui sua colega no Governo anterior, o senhor como Vice-Presidente, e agora muita coisa está clara para mim do seu compromisso com a educação e com os educadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos de uma geração, Presidente, em que os alunos levavam flores para os professores. Nós somos de uma geração, Senadora Ivete, em que, quando o professor nos chamava pelo nome e a gente sabia que o professor sabia o nosso nome, era uma alegria, era um prazer tão grande, porque o professor era o nosso ídolo. Lembra, Seif? O professor era a pessoa que, depois dos nossos pais, era a figura que a gente mais amava. E nós nos perdemos em 50 anos. Eu tenho 61, eu vou falar 50 anos.

A geração que levava flores, que é a nossa geração, hoje está vendo que os meninos não levam mais flores. Eles estão levando navalhas para cortar o rosto dos professores, eles estão levando facas para machucar os professores. Professores estão desistindo da carreira por medo dos alunos. E alunos de sete anos, Senador! Não estou falando de alunos adultos, não. Nós estamos vendo crianças afrontando professores, com a anuência dos pais muitas vezes, com o apoio dos pais muitas vezes. E o que nós estamos vendo? Pessoas desistindo dessa carreira tão linda.

Eu fui professora, toda a minha história começa com a educação infantil. Eu vim da sala de aula e eu morro de vontade de um dia parar e voltar para a sala de aula. Mas os educadores hoje falam o seguinte para mim: "Pense bem, a senhora já vai voltar com uma certa idade para a sala de aula. Eles estão dando rasteira nos professores para eles caírem e se machucarem no corredor". Aonde nós chegamos?

Então, o voto do Senador Mourão hoje é neste sentido de tentar estabelecer, dentro do espaço de ensino, dentro da unidade de ensino, um lugar seguro. Parabéns, Senador!

Que a gente possa voltar a ter uma nação em que, quando um professor passar na rua, a gente vá reverenciá-lo; que, quando um professor passar na rua, a gente vá entregar flores para ele. Se a gente não voltar a essa era, nós vamos ter, Senador Moro, um apagão de professores no Brasil.

Já há uma perspectiva, uma expectativa muito negativa de que nós logo não teremos professores o suficiente com a coragem de ir para a sala de aula. Então hoje esta Comissão faz uma entrega de uma matéria extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Mourão, pela forma como o senhor trouxe essa matéria. Parabéns pelo substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ainda em discussão.

Eu só quero registrar aqui, depois das suas belas palavras, Senadora Damares, eu já tinha mencionado, vou votar favoravelmente ao projeto, mas eu também sou filho de professores. Meu pai era professor universitário, e minha mãe era professora de escola pública, ensino secundário. E, de fato, houve uma mudança de contexto. Acho que são muitas explicações. As escolas têm problemas severos de disciplina, acho que se confundiu muito liberdade excessiva com falta de respeito. E o caminho para trilhar de volta é difícil, mas a gente não pode deixar de tomar e propor medidas como esse projeto, que busca enfrentar o problema da insegurança no ambiente escolar. E essa insegurança – às vezes, é por questões internas, mas principalmente que a gente viu em episódios trágicos nos últimos anos – tem sido por até fatores externos, que é extremamente preocupante.

Mas então, mais ninguém para discutir? (*Pausa.*)

Então declaro encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei 5.249, de 2020, nos termos da Emenda nº 1-CSP (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1444, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas excepcionais de proteção à mulher e a seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. Em 08/11/2023, a matéria foi apreciada pela CDH, com parecer pela prejudicialidade do projeto.

2. A matéria seguirá ao Plenário.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, vou direto à análise, inclusive, de uma forma resumida. Essa matéria já foi discutida na CDH, e a gente vai caminhar no mesmo sentido.

Não se podem ignorar o mérito humanitário e a motivação louvável que embasaram o projeto. O texto evidencia genuína preocupação com a proteção de mulheres em situação de risco, especialmente diante das dificuldades enfrentadas durante a pandemia da covid-19.

Importante destacar, ainda, que o esforço legislativo realizado ao longo dos últimos anos já promoveu significativos avanços nos mecanismos de proteção à mulher em situação de violência. Hoje, o desafio central não está apenas na criação de novas normas, mas na plena implementação e efetividade da legislação já existente.

Assim, manifestamos profundo reconhecimento à nobre intenção que motivou o projeto de lei, pois a preocupação com a dignidade e a segurança das mulheres brasileiras deve ser permanentemente valorizada. Mas a proposta tinha um contexto: emergência covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando a superação do contexto emergencial da pandemia da covid-19, ao qual a proposta se restringe, e a ausência de inovações substanciais frente ao ordenamento jurídico já vigente, entendemos que o projeto se encontra prejudicado.

O voto, Presidente, é pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.444, de 2020, registrando louvores à autoria desta matéria, mas é pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto de Lei 1.444, de 2020.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1813, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a oferta de curso de defesa pessoal à mulher.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 18/10/2023, a matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDH;

2. A votação será nominal.

Passo a palavra à Senadora Ivete da Silveira, para a leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente, e aproveito para pedir autorização para ir direto à análise do projeto.

Análise.

O PL nº 1.813, de 2021, vem a esta Comissão para análise no contexto da segurança pública e, notadamente, também no de políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social, nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas “a” e “k”, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não identificamos vícios de injuridicidade, de regimentalidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

No mérito, entendemos que o projeto é conveniente e oportuno.

Apesar dos crescentes esforços do poder público em interromper a escalada da violência doméstica e familiar contra a mulher, seja por meio da edição de leis protetivas ou do incremento do sistema de segurança pública, verifica-se que nem sempre a proteção chega a tempo, deixando a mulher agredida à própria sorte.

Não se pode esquecer que, na maior parte dos casos, a violência doméstica e familiar é cometida dentro da residência das vítimas, entre quatro paredes, o que dificulta pedidos de socorro e, sobretudo, o acionamento da polícia.

Assim, o oferecimento de curso de defesa pessoal voltado à dissuasão da violência doméstica e familiar é medida de fundamental importância, pois permitirá que, mesmo estando sozinha, a mulher possa se defender de maneira eficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere à Emenda nº 1-CDH, entendemos que os ajustes propostos aperfeiçoam o texto do PL.

Com efeito, a limitação da oferta do curso a municípios com mais de 50 mil habitantes se mostrou desarrazoada, pois, como bem salientado junto àquela Comissão, se trata de proposição com caráter autorizativo, cuja oferta deve ficar a critério do ente público competente.

Já a expressa previsão de que o curso seja optativo e a recusa na participação não possa ser usada contra a mulher impedem uma futura interpretação da nova lei em desfavor da mulher. No mais, a supressão da redundância no que toca ao local de oferecimento do curso deixa o novo dispositivo com redação mais clara e precisa.

Isso posto, e considerando que a violência contra a mulher só vem aumentando nos últimos tempos, temos que a matéria deve ser aprovada com a máxima urgência.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.813, de 2021, e da Emenda nº 1-CDH.

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço o relatório e o voto à ilustre Senadora Ivete da Silveira.

Eu coloco o projeto em discussão.

Projeto que eu acho meritório, trata de autodefesa, habilitar a mulher para autodefesa. E acho que me parece que os ajustes que foram feitos até, Senadora, foram importantes para que a medida não fosse interpretada em desfavor da mulher.

Então, fica o registro aqui das minhas congratulações a V. Exa. por este projeto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Votação, nesse caso, nominal.

Votação do projeto e emenda, nos termos do relatório apresentado.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Os Senadores que votam com o Relator votam "sim". (*Pausa.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, o Senador Marcos Rogério, que é Relator dos itens 4 e 5, me solicitou que eu os relatasse *ad hoc* para ele. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Vou encerrar a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas está na Comissão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O Senador abandonou a melhor Comissão que tem.

Vou declarar encerrada a votação. Tudo bem, Senadora?

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, a votação foi finalizada.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Votaram SIM, 9; ninguém votou não.

Abstenção: 0.

Aprovado o Projeto de Lei 1.813, de 2021, com Emenda a 1-CDH.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente de Senado Federal para ciência do Plenário e publicação.

Congratulações para a Senadora Ivete pela aprovação do projeto.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4801, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para conferir à autoridade policial a prerrogativa de requisitar aos serviços públicos de saúde e assistência social a adoção das diligências necessárias à proteção e à defesa da pessoa idosa em situação de risco atual ou iminente, impor às entidades de atendimento a obrigação de comunicar ao Ministério Público e à autoridade policial, para a adoção das medidas cabíveis, a notícia de fato que caracterize situação de risco ou infração penal contra a pessoa idosa, bem como para incluir a autoridade policial no tipo penal de impedimento ou embaraço ao exercício das atividades funcionais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão (ad hoc)

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria originária do Senador Marcos Rogério e agora, *ad hoc*, do Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra, desde logo, ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise, nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas "a" e "k", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições pertinentes à segurança pública e às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social.

Inicialmente, destacamos que as alterações propostas são oportunas e reforçam a finalidade protetiva do Estatuto da Pessoa Idosa – então, eu fico satisfeito, porque, como bom idoso, é importante. A legislação atual, de fato, necessita de maior clareza quanto ao papel da autoridade policial na proteção das pessoas idosas.

É importante lembrar que, em nosso ordenamento jurídico, a autoridade policial frequentemente é o primeiro agente público a tomar conhecimento de situações criminais. Sua atuação não é apenas investigativa ou repressiva de crimes, mas também, essencialmente, protetiva das vítimas. Como exemplo dessa atuação protetiva, podemos citar a Lei Maria da Penha, que prevê atribuições específicas para os policiais, inclusive o afastamento imediato do agressor.

Nesse sentido, a Lei Maria da Penha, o ECA, o EPI e a Lei Henry Borel, entre outras leis, constituem um microssistema normativo voltado à proteção dos grupos sociais mais vulneráveis. Por isso, entendemos como plenamente adequada e necessária a previsão de atuação mais efetiva da autoridade policial no âmbito do EPI.

Contudo, avaliamos que a previsão do §2º do art. 45 é dispensável, visto que nosso sistema jurídico já prevê claramente responsabilizações administrativas, civis e penais em caso de descumprimento de requisições feitas por agentes públicos, como ocorre nos casos de ato de improbidade administrativa e crime de desobediência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à mudança proposta pelo art. 2º do projeto, reconhecemos que sua redação é pertinente por reforçar explicitamente a relevância penal do descumprimento ou embaraço de atos praticados pela autoridade policial.

Embora já fosse possível interpretar essa situação sob o termo genérico "agente fiscalizador" do atual art. 109, a inserção explícita da autoridade policial tem um importante caráter pedagógico e elimina dúvidas interpretativas, que poderiam, inclusive, conduzir a *abolitio criminis*.

Por outro lado, consideramos desnecessária a revogação expressa do art. 109 em razão da criação do art. 108-A. Bastaria reposicionar o artigo já existente para o capítulo adequado, ou seja, o Capítulo II do Título VI.

Nesse caso, obviamente, seria necessário suprimir o art. 4º do projeto e ajustar o texto do art. 2º. Vale ressaltar que tal modificação não representaria a extinção ou abrandamento da tipificação penal existente, configurando-se apenas, juridicamente, como continuidade normativo-típica.

Em resumo, recomendamos a aprovação do PL nº 4.801, de 2023, com as ressalvas mencionadas – inclusive de técnica legislativa –, por entender que suas disposições fortalecem e esclarecem adequadamente a proteção à pessoa idosa.

O voto é pela aprovação do PL, na forma do substitutivo, que apresenta as correções que foram propostas no texto da análise.

Presidente, é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço a leitura do relatório e do voto, Senador Hamilton Mourão.

Coloco o projeto em discussão. (*Pausa.*)

Mais uma vez, o projeto é meritório, sobre proteção aos idosos. Todos nós chegaremos lá, não é? Espera-se. A previsão da possibilidade de a autoridade policial solicitar medidas de apoio à saúde da pessoa idosa é uma previsão normativa relevante, que parece simples, mas é importante para dar mais poderes expressos à autoridade policial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 4.801, de 2023, nos termos da Emenda nº 1-CSP (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3639, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Programa Vigia Mais em âmbito nacional.

Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão (ad hoc)

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CAE e, posteriormente, à CCJ, em decisão terminativa.

Relatoria: originariamente, Senador Marcos Rogério; relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão, a quem agradeço também, para avançar a pauta aqui.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, é um projeto extremamente meritório da nossa colega Senadora Rosana Martinelli, de Mato Grosso, traz uma experiência do Estado de Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um projeto que tem dez artigos.

O art. 2º, eu só queria destacá-lo porque ele coloca os princípios desse programa, que são: descentralização e cooperação federativa; gratuidade do compartilhamento das imagens; eficiência e rapidez no compartilhamento das imagens; finalidade pública da utilização das imagens capturadas; cooperação financeira; proteção dos dados pessoais; e reconhecimento facial e reconhecimento óptico dos caracteres.

Na análise, nós não encontramos nenhum vício de constitucionalidade, juridicidade, legalidade ou regimentalidade.

Quanto ao mérito, já nos expressamos: o projeto é conveniente e oportuno.

Nos últimos anos, as câmeras de segurança têm sido as principais aliadas dos órgãos de segurança pública na determinação da autoria e da materialidade das mais diversas infrações penais.

Sabendo que estão sendo filmadas, as pessoas pensarão duas vezes antes de cometer crimes. Devemos incentivar, portanto, que a população compartilhe voluntariamente as imagens de suas câmeras de vigilância com os órgãos de segurança pública.

Recentemente, Presidente, tivemos o caso do assassinato de uma professora, lá em São Paulo, morta pela companheira, e as câmeras foram importantes na elucidação desse crime.

Por fim, cabem emendas de redação ao §1º do art. 4º, a fim de incluir o Distrito Federal – em homenagem à nossa Senadora Damares –, e ao art. 5º, para corrigir a locução “de modo a”.

Então, diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei, com duas emendas. Conforme dito, são emendas praticamente de redação. Uma inclui o Distrito Federal, uma vez que só estavam mencionados os estados, e demos uma melhor redação ao art. 5º para dizer: “O funcionamento da plataforma de compartilhamento será ininterrupto, obrigatoriamente com a adoção de mecanismos ou estruturas redundantes de modo a evitar-lhe prejuízos”.

Presidente, é o relatório e o voto, pela aprovação desse PL, extremamente meritório: PL 3.639, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Aqui eu faço uma ponderação, Senador Hamilton Mourão, porque é um projeto relativamente simples, mas que permite esse compartilhamento e cooperação entre os entes federados.

Parece-me que a nossa Constituição já autoriza que essas providências sejam tomadas pelos entes federados, seja na base de acordos ou seja na base, como foi agora colocado, legislativa.

Eu só faço essa observação porque tem uma PEC da segurança pública, tramitando lá na Câmara, que parece que tem que criar tudo de novo. Então, você tem uma lei do Susp que já prevê essa cooperação federativa, inclusive fundos, e, de repente, não: agora precisa de uma PEC para dizer a mesma coisa que está na lei do Susp, desde lá do Governo Temer.

E, agora, esse projeto que trata a matéria dos devidos termos em nível de legislação ordinária. Não se precisa de PEC para dizer que os entes federados precisam cooperar entre si para combater a criminalidade.

O que existe aqui é uma cortina de fumaça do Governo Federal, que não sabe o que fazer, não combate a criminalidade, e apresenta uma PEC, como se estivesse fazendo algo de relevante, quando, de fato, está apenas replicando, em nível constitucional, estruturas que já existem.

E o problema, quando você coloca isso em nível constitucional, é que, para alterar depois, é toda uma dificuldade, que precisa de um quórum qualificado de uma maioria absoluta, mais do que absoluta até, para a aprovação dessas emendas, quando é absolutamente desnecessário.

Então, esse projeto – inclusive, adianto que votaria favoravelmente se não fosse o Presidente da Casa, é um projeto que merece a aprovação da Casa – é ilustrativo de que o caminho pelo qual o Governo Federal optou é absolutamente desnecessário e tem, sim, as suas consequências negativas ao congelar algumas matérias que devem ser tratadas em nível de legislação ordinária ou até de cooperação executiva. Acordos podem ser celebrados para resolver essas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – V. Exa. colocou muito bem, Presidente. Como o Governo da destruição não tem nada para apresentar, lança sempre a sua cortina de fumaça ou fica enxugando gelo. Então, o senhor colocou tranquilamente todos os aspectos de que já temos plenas condições de trabalhar de forma integrada, não precisamos alterar a Constituição para isso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, pela ordem. Perdão.

Primeiramente, eu preciso fazer uma referência à nossa querida Senadora Rosana Martinelli pela voluntariedade e intenção. O senhor foi Ministro da Segurança Pública, eu fui Secretário Nacional de Pesca, com *status* de ministro, e como era difícil que as instituições federais cooperassem e se falassem. Lá no combate ao seguro-defeso, quando falava com a Polícia Federal, com o INSS e com o Dataprev, era uma dificuldade de se cruzarem dados dentro do Governo Federal.

Esses dias tivemos, inclusive, caso de imprensa, de mídia, em que uma polícia estadual, de que agora não me lembro, solicitou a imagem de outro estado e não cederam, que era para confirmar a questão de malfeitores.

Então, projeto muito meritório da Senadora Rosana, muito bem relatado pelo Senador Marcos Rogério, já consigno aqui o meu voto "sim". As instituições precisam parar com esse preciosismo, vaidade, arrogância e prepotência, porque estão prejudicando a segurança pública no Brasil.

E também quero reiterar suas palavras, que essa PEC traz um museu de novidades, tudo que já está previsto. Pelo contrário, ameaça ainda a autoridade dos governos de estado, dos secretários de segurança pública dos estados, das autonomias federativas e, em última instância, dos policiais, dos comandantes das polícias militares dos estados.

Essa PEC é uma ameaça, além de interferir – na guarda municipal se quer colocar o nome de polícia; uma coisa é guarda, outra coisa é polícia –, coloca mais peso sobre as prefeituras, uma vez que isso seja feito por PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu preciso destacar isso aqui na Comissão de Segurança Pública. Espero que este Senado Federal tenha juízo de rechaçar essa PEC, que não traz absolutamente nada de inovação para a segurança pública no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A matéria continua em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, vou fazer minha manifestação, mas me filmando aqui, porque a nossa colega Rosana vai assistir a esse vídeo, para cumprimentá-la.

E aí eu quero fazer um destaque diferenciado. A matéria é perfeita, maravilhosa, mas eu estou com outra Senadora do Mato Grosso aqui do meu lado. Esse estado é um celeiro de mulheres corajosas, ousadas e voltadas à pauta da segurança.

Tem muita gente que vota em mulher achando que mulher vai vir aqui só para cuidar de criança, para cuidar de matéria de amamentação. Aí o Mato Grosso manda para cá duas mulheres que viraram terror dos bandidos: a Senadora Margareth e a Senadora Rosana. Então, essa matéria que a gente vota hoje vai ser extremamente importante para garantia da segurança. Parabéns, Mato Grosso. Continue votando nas mulheres corajosas desse estado.

Amiga Rosana, nós estamos sentindo saudade de você. Em sua passagem rápida nesta Casa, você deixou sua digital registrada. E vamos embora! As mulheres unidas aqui – eu, Margareth, Rosana e algumas outras mulheres muito corajosas – enfrentando o crime. Essa matéria aqui veio para aperfeiçoar a Lei de Segurança.

Parabéns à autora e aos Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em discussão.

Eu só quero fazer um registro aqui, aproveitando a deixa da Senadora Damares. Também meus elogios ao projeto e à autoria, da Senadora Rosana Martinelli. E aproveito também para cumprimentar as duas Senadoras aqui presentes, Margareth Buzetti e Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive uma experiência como juiz de 22 anos, mas sempre tive a impressão de que as juízas eram muito mais rigorosas na caneta, na pena, na sentença do que os homens em matéria criminal.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Elas são malvadinhas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É uma questão de... Mas, no contexto atual em que nós vivemos de crescente criminalidade, de avanço da criminalidade, é absolutamente pertinente.

Ia também lembrar que o Mato Grosso não é só um celeiro de mulheres fortes, mas também é um grande celeiro de alimentos para o nosso país e para o mundo.

Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Só lembrando que V. Exa. foi o autor do pacote de crimes hediondos, anticrime, e eu fui a única Senadora que conseguiu colocar a pena de 40 anos, que é para os feminicidas. Não foi fácil, foi bem difícil, mas a gente conseguiu.

E outra coisa, Senador, eu tive a coragem de apresentar uma PEC, um PLP e dois projetos de leis e até conversei com V. Ex. sobre isso, porque a segurança nossa não está dando certo, não tem jeito. E falei ao Ministro Lewandowski, levei a ele, porque a gente precisa pelo menos tentar outros modelos. E eu falo em dar alguma autonomia aos estados, para que a gente veja se vai dar certo, porque isso que está aqui não dá certo.

O que eu vi da PEC da segurança até agora é essa unificação de dados, o mesmo procedimento no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, como lá no Amazonas. Isso o.k.. Agora, o resto... Fazer a Polícia Federal uma polícia ostensiva? Eu não consigo ver a Polícia Federal fazendo policiamento ostensivo. Mas, pelo menos, está na mesa, vamos discutir, e aí, quem sabe, a gente coloca as emendas que eu tenho nos meus projetos nessa PEC da segurança.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

Só quero destacar, Senadora, que nós conversamos sobre a PEC, sobre os projetos. Eu confesso que tenho alguma ponderação a respeito, mas também admito que eu estou evoluindo, porque eu estou achando cada vez mais difícil a gente conseguir aqui, no âmbito federal, endurecer a legislação. Talvez seja realmente o caminho atribuir maior autonomia aos estados, na linha da proposta de V. Exa., que é bastante ousada, mas talvez seja necessário realmente um caminho novo.

Então, quero aqui registrar que evoluo na matéria. Em relação à PEC, quem sabe é uma oportunidade de apresentar alguma coisa interessante ali para ela realmente ter um significado importante?

Então, declaro encerrada aqui a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 3.639, de 2024, com as Emendas nºs 1 e 2, da CSP.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Presidente. Eu queria pedir pela ordem. Pode ser, Presidente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu vi que não está na pauta um requerimento que nós acordamos aqui semana passada e eu gosto de... Não me refiro ao senhor, tá? Refiro-me à Comissão, até porque o senhor falou que era uma coisa que o Presidente da Comissão precisava colocar e eu...

Desde o dia 1º de abril – e não é mentira, está aqui o requerimento, é de 1º de abril –, tem um requerimento meu para que a gente possa fazer uma audiência pública com a presença de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns convidados importantes sobre uma denúncia gravíssima que foi colocada sobre o caso do Maranhão. Então, é uma acusação de que assessores do Ministro Flávio Dino teriam acessado o sistema da PGE, Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão...

Eu peço atenção, Senadora Damares. Esse assunto aqui eu já estou trazendo outras vezes. O Senador Mourão estava aqui, eu não sei se o Senador Seif estava, mas é uma denúncia grave, que envolve um Ministro do STF que teria acessado o sistema da PGE do Maranhão para fundamentar processo ajuizado no STF pelo Partido Solidariedade, que tem como afiliado Othelino Neto, esposo da sua suplente no Senado Federal, que pede o afastamento cautelar do Procurador-Geral do Maranhão.

Então, é importante que esse requerimento, Sr. Presidente, que desde o dia 1º de abril – 1º de abril... Maio nós estamos terminando agora, chegando a junho. Eu gostaria de pedir que fosse colocado em pauta, que a Comissão levasse também ao Presidente da Comissão, Flávio Bolsonaro, para que a gente possa deliberar sobre esse assunto. É uma audiência pública para ouvir o Procurador do Maranhão. A gente não pode, num assunto grave, uma denúncia dessa, fazer de conta que não existe.

Então, é para isso que eu estou pedindo o apoio dos pares, o apoio principalmente do Presidente da Comissão. Eu esperava que estaria na pauta de hoje. Semana que vem vai ter o Brics aqui, não vai ter sessão. Então, que fique, pelo menos, para a subsequente, para que a gente possa deliberar. É uma simples audiência pública para buscar a verdade sobre esse assunto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria só subscrever o pedido do Senador Girão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu faço o registro aqui, Senador Girão, de que eu não teria nenhum problema em colocar na pauta e votar, mas há uma informação de que o Senador Flávio Bolsonaro, que é o Presidente da Comissão, está analisando o requerimento. Então, eu fico numa situação um pouco difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas cumprimento V. Exa. pela coragem de sempre colocar esses temas que têm que ser colocados mesmo ao debate, e eu mesmo, terminando aqui esta sessão, até vou mandar um comunicado lá para o Senador Flávio Bolsonaro, falando desse seu pedido para que seja incluído esse requerimento na próxima sessão. Imaginei que teria entrado, porque tínhamos falado sobre isso na semana passada, mas, como tem esse pedido para que ele analise, vamos respeitar a solicitação do Presidente da Comissão, tá?

Temos aqui ainda o item 7: Projeto de Lei nº 3.480, terminativo.

Indago ao Senador Jorge Seif se ele poderia atuar *ad hoc*, em substituição a Alessandro Vieira.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, vou direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, espere.

Deixe-me fazer aqui a leitura.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3480, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para aprimorar a atuação dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Jorge Seif (ad hoc)

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A votação será nominal.

Relatoria originária: Senador Alessandro Vieira; relatoria *ad hoc* do Senador Jorge Seif.

Passo a palavra ao Senador Jorge Seif, agradecendo pela aceitação da relatoria *ad hoc*, para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, vou direto para a análise.

Não observamos na proposição vício de inconstitucionalidade ou injuridicidade, nem óbice de natureza regimental.

No mérito, consideramos o PL conveniente e oportuno por aperfeiçoar a legislação. Com efeito, as alterações legislativas propostas são condizentes com o escopo da Lei 13.675, de 2018, e coerentes com a atribuição por ela conferidas ao Conselho de Segurança Pública e Defesa Social.

Não obstante, somos de opinião de que o inciso V que o PL acrescenta ao §4º do art. 20 da Lei nº 13.675, de 2018, poderia referir-se simplesmente a "necessidade de investimentos", não se restringindo àqueles destinados a "recursos tecnológicos".

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.480, de 2024, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CSP
> Dê-se ao inciso V do §4º do art. 20 da Lei nº 13.675, de 2018, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.480, de 2024, a seguinte redação:
> "V - a necessidade de investimentos."

Esse era o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço ao ilustre Senador Jorge Seif.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação, o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim". (*Pausa.*)

Aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – São de mesmo conteúdo. Então, enquanto nós aguardamos aqui a finalização da votação, vamos seguir para a leitura dos três requerimentos – item 8, item 9 e item 10 –, que me parece até que são muito similares.

Entre os autores do requerimento está o Senador Jorge Seif.

Então, eu passo a palavra para a leitura dos requerimentos, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, basicamente, os requerimentos propõem audiência para discutir a PEC 1, de 2025, com diversas autoridades.

Então, o Requerimento 9 diz:

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mérito da PEC nº 1, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida da União, bem como a equiparação salarial das carreiras da Polícia Civil do DF com as carreiras da Polícia Federal.

Proponho, portanto, para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Wellington Luiz de Souza Silva, Presidente da CLDF;

- Sra. Doutora Jane, Deputada Distrital;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sra. Rita Maria Pinheiro, pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;

- Sra. Regina Coeli Moreira Camargos, pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;

- Sr. Rudyero Trento Alves, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;

- Sr. Alex Fraga, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento;

- Sr. Luciano Lima Goulart, pela Secretaria de Estado de Economia do DF;

- Sr. Sandro Torres Avelar, pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF;

- Sr. José Werick de Carvalho, pela Polícia Civil;

- Sra. Cláudia Aparecida de Silva Alcântara, Sindicato de Delegados de Polícia Civil do DF;

- Sr. Enoque Venâncio, Sindicato dos Policiais Civis do DF;

- Sr. Alex de Oliveira Galvão, Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis;

- Sra. Ana Carolline Ribeiro Tupinambá, Associação Brasiliense dos Peritos Papiloscopistas;

- Sr. Reynaldo Martins Soares, Associação Geral dos Servidores da Polícia Civil do DF;

- Sr. José Marcus Monteiro de Oliveira, Federação dos Policiais Civis das Regiões Centro-Oeste e Norte;

- Sr. Adriano de Klebs Brandão, Associação dos Peritos Médicos Legistas de Brasília;

- Sra. Sandra Lôbo de Aquino Moura e Silva, Associação dos Policiais Civis Aposentados e Pensionistas do DF;

- Sr. Fabrício Gildino Pinheiro Melo, Associação dos Agentes Policiais de Custódia;

- Sr. Amarildo Fernandes, Associação dos Delegados de Polícia do DF;

- Sr. Alexandre Ribeiro Sarmento, Associação dos Agentes de Polícia Civil da PCDF;

- Sr. Hermeto, Deputado Distrital;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sr. Roosevelt, Deputado Distrital;

- Sra. Rita Maria Silva...

Bom, aqui tem alguns que são até nomes repetidos, vou ler só os que não se repetem:

- Sr. Juvenildo dos Santos Carneiro, pela Polícia Militar;

- Shirlene Costa, Corpo de Bombeiros Militar;

- representante da Associação dos Oficiais da PMDF;

- representante da Associação dos Oficiais da Brigada Militar e dos Corpos de Bombeiros Militar;

- representante do Fórum Nacional Permanente dos Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e Polícias Militares do Brasil;

- representante da Polícia Militar do DF, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, todos do DF;

- representante da Polícia Penal e da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF;

- senhor representante da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;

- senhor representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;

- representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Justificação.

A PEC nº 1 objetiva alterar a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida da União. Isso significa que o valor repassado ao DF será ajustado de acordo com o crescimento ou a diminuição da receita líquida da União, assegurando que o Distrito Federal tenha recursos adequados para as suas funções.

É importante que a matéria seja amplamente discutida, motivo pelo qual requeiro a realização de audiência pública em tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Seif, subscrito por demais Senadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

Antes de votar os requerimentos, eu vou declarar encerrada, então, a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, 9 votos SIM, zero votos NÃO.

Abstenção também zero.

Aprovado o Projeto de Lei 3.480, com a Emenda nº 1-CSP.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação.

Itens 8, 9 e 10 da pauta, Requerimentos da Comissão de Segurança Pública.

Autorias: Senador Wilder Morais, Senador Izalci Lucas, Senador Marcos Rogério, Senador Jorge Seif, e Senador Carlos Portinho no item 10.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mérito da PEC nº 1, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União, bem como a equiparação salarial das carreiras da Polícia Civil do DF com as carreiras da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO) e outros

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 10, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mérito da PEC nº 1, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União, bem como a equiparação salarial das carreiras da Polícia Militar do DF e do Corpo de Bombeiros Militar do DF com as carreiras da Polícia Federal.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO) e outros

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 11, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a PEC 1/2025.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO) e outros

Já foram lidos os requerimentos.

Eu coloco, então, as matérias em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os três requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Só peço, Senador Jorge Seif, que seja conversado com os autores para se ajustar essa lista de convidados, porque é muita gente, não é? Então, precisa enxugar um pouquinho.

Dito isso e não havendo mais projetos ou itens na pauta, declaro encerrada esta sessão, agradecendo aos ilustres colegas Senadores.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatro minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 650, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre fraude bancária." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1669, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir visitas em que possam ocorrer intimidades corporais com adolescentes privados de liberdade." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CSP, com a seguinte alteração, proferida oralmente pela relatora: substituição da expressão "vedada a prática ou ocorrência de intimidades corporais" por "vedada a visita íntima". **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3529, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para condicionar a contratação de funcionários de creches ou similares e de instituições de ensino fundamental à prévia avaliação psicossocial que ateste a aptidão mental do contratado e à inexistência de antecedentes criminais relativos a crimes cometidos com violência ou grave ameaça contra a pessoa." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto, na forma da Emenda nº 1-CSP (substitutivo). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5510, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.850, de 2 agosto de 2013, para estabelecer limites ao plantão judiciário na apreciação de pedidos de habeas corpus ou de revogação de prisão cautelar, bem como de liberação de bens ou valores apreendidos." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CSP (substitutivo). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5710, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, de que trata a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1-CDH-CSP. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 535, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que, quando o agressor estiver sendo monitorado por tornozeleira eletrônica, será disponibilizada para a ofendida tecnologia para que seja alertada caso o limite de distância fixado seja desobedecido." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 17, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que sejam encaminhados a esta Comissão todos os documentos utilizados na elaboração da Proposta de Emenda Constitucional da Segurança Pública." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Durante a reunião, é aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 1, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 20/2024 - CSP." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Resultado:** Durante a reunião, é aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelo senador Flávio Bolsonaro. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 8, de 2025** que: "Requer, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gravíssima acusação de que assessores do Ministro Flávio Dino acessaram o sistema da PGE do Maranhão para fundamentar processo ajuizado no STF pelo partido Solidariedade, que tem como filiado Othelino Neto, esposo da sua suplente no Senado Federal e que pede o afastamento cautelar do Procurador Geral do Maranhão. E também discutir as condições de segurança, controle e integridade dos sistemas de informação da administração pública." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Durante a reunião, é aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/10

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública, desejando um bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião, realizada em 27 de maio.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário, quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Comunico que foi enviado à Secretaria da Comissão de Segurança Pública um relatório elaborado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), contendo uma análise detalhada sobre o tratamento do crime organizado no Brasil, abordando os desafios, os dados estatísticos, as lacunas normativas e as potencialidades das políticas públicas atualmente em vigor.

Informo que cópia digital do referido documento está disponibilizada aos Parlamentares interessados, mediante solicitação a esta Secretaria.

Antes de começarmos as nossas deliberações, informo que o item 1, PL nº 650/22, foi retirado de pauta a pedido do Sr. Relator, Senador Astronauta Marcos Pontes.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 650, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre fraude bancária.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto e da Emenda nº 1-T.

Observações:

1. Em 3/5/2022, foi recebida a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Elmano Férrer;

2. Em 27/5/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido do relator;

3. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.)

Existem três requerimentos represados na Comissão, e eu gostaria de iniciar incluindo-os como extrapauta, se houver concordância do Plenário, para que possamos fazer a deliberação – são audiências públicas, na verdade –, antes de nós entrarmos aqui nas pautas.

Estão todos de acordo?

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que sejam encaminhados a esta Comissão todos os documentos utilizados na elaboração da Proposta de Emenda Constitucional da Segurança Pública.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

São autores do Requerimento o Senador Esperidião Amin e Hamilton Mourão.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Um outro requerimento aqui de autoria do Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 20/2024 - CSP.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Requer que sejam incluídos os seguintes convidados: Sr. Jonathan Hall, representante da Foundation of Human Rights in Cuba e Sr. Eduardo Verástegui, Presidente da Fundação Sound of Freedom e produtor do filme *Som da Liberdade*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Um outro requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gravíssima acusação de que assessores do Ministro Flávio Dino acessaram o sistema da PGE do Maranhão para fundamentar processo ajuizado no STF pelo partido Solidariedade, que tem como filiado Othelino Neto, esposo da sua suplente no Senado Federal e que pede o afastamento cautelar do Procurador Geral do Maranhão. E também discutir as condições de segurança, controle e integridade dos sistemas de informação da administração pública.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Propõe aqui para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Exmo. Sr. Valdenio Nogueira Caminha, Procurador-Geral do Estado do Maranhão, representante da OAB e representante da Defensoria Pública da União.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E, por fim, o Requerimento nº 13, de 2025, de minha autoria, que requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a concessão de asilo político à Sra. Nadine Heredia Alarcón, ex-Primeira-Dama da República do Peru e esposa do ex-Presidente Ollanta Humala Tasso, condenada a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro em dois casos, um dos quais envolveu a construtora brasileira Odebrecht.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos passar, então, à nossa pauta aqui, ao item 1...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de Mecias de Jesus.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Angelo Coronel, é um prazer reencontrá-lo aqui.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu estou participando da CPI das Bets – estava analisando o relatório –, e eu tenho um projeto para relatar, que é o item 3. Se V. Exa. e os demais não se incomodarem, eu gostaria de antecipar. É coisa rápida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, faço aqui a inversão da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3529, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para condicionar a contratação de funcionários de creches ou similares e de instituições de ensino fundamental à prévia avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psicossocial que ateste a aptidão mental do contratado e à inexistência de antecedentes criminais relativos a crimes cometidos com violência ou grave ameaça contra a pessoa.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CE, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Angelo Coronel para leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Peço vênia para ir direto à nossa análise.

Nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas “a” e “k”, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública e às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz.

O Estatuto da Criança e do Adolescente consagra princípios que encontram respaldo direto na Constituição Federal, como a proteção integral e a prioridade absoluta, previstos no art. 227, *caput*. Tais dispositivos impõem à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com primazia, os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, resguardando-os de toda forma de violência e ameaça.

Diante disso, é imperioso que as políticas públicas voltadas a esse público vulnerável, inclusive aquelas de natureza legislativa, estejam alinhadas com tais preceitos constitucionais. O projeto sob exame é meritório ao exigir, como condição para contratação de profissionais em creches e instituições de ensino, a verificação de antecedentes psicossociais e criminais, reforçando a necessidade de cuidado na seleção de pessoas que atuam diretamente com esse grupo vulnerável.

No entanto, cumpre observar que a Constituição não estabelece distinção de grau de proteção entre crianças e adolescentes. Assim, limitar a exigência proposta apenas ao ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental, não se mostra compatível com o princípio da isonomia nem com o conceito de educação básica estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Propõe-se, portanto, que a norma se aplique a todas as etapas da educação básica.

Adicionalmente, quanto à exigência de certidão criminal restrita a crimes praticados com violência ou grave ameaça, considera-se que tal previsão pode ser mais permissiva do que o padrão já adotado por muitas instituições, que exigem certidões negativas sem delimitação de tipo penal. Recomenda-se, assim, a supressão dessa restrição, exigindo-se certidão negativa de antecedentes criminais em sentido amplo.

A fim de dar clareza aos objetivos do projeto, deixamos mais evidente no texto que a norma se aplica a toda forma de contratação, seja a feita diretamente pela instituição de ensino, seja a feita por intermédio de empresa de trabalho temporário ou outro tipo de forma de terceirização para a contratação de um profissional.

Com essas adequações, Sr. Presidente e nobres Senadores e Senadoras, o projeto fortalece a rede de proteção infantojuvenil, conferindo maior segurança à comunidade escolar e cumprindo com fidelidade os comandos constitucionais de proteção integral e prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes.

Por fim, entendemos que, do ponto de vista da técnica legislativa, seria mais correto adequar a redação do art. 59-A do ECA, dispositivo que já trata da temática de modo semelhante.

Por essas razões, oferecemos substitutivo ao projeto.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 3.529, de 2023, na forma do seguinte substitutivo, que está publicado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço ao Senador Angelo Coronel, ao tempo que o parabenizo pelo projeto, pela relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco a palavra em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 3.529, na forma da Emenda nº 1 - CSP (Substitutivo), da relatoria do Senador Angelo Coronel.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Seguindo aqui a pauta, item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1669, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir visitas em que possam ocorrer intimidades corporais com adolescentes privados de liberdade.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

No mérito, entendemos que o projeto é oportuno e relevante.

Sobre o assunto, é importante salientar que, no âmbito do Sistema Penitenciário, a Resolução 23, de 2021, do CNPCP, em seu art. 5º, já estabelece que não se admitirá visita conjugal por pessoa menor de 18 anos de idade. Vale dizer, no âmbito do Sistema Penitenciário, é vedada a visita íntima por pessoa menor de 18 anos.

Assim, dentro do cumprimento de medida socioeducativa, com base no ECA, o entendimento não poderia ser diferente, devendo, portanto, ser vedada, exatamente nos termos deste Projeto de Lei 1.669, de 2023, qualquer visita em que possam ocorrer intimidades corporais com adolescente privado de liberdade.

É fato conhecido que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-tratos, que atuou no período de 2017 a 2019, fez um dos trabalhos mais sérios e produtivos da história do Parlamento brasileiro, ao estampar, de forma clara e nua, as atrocidades perpetradas contra crianças e adolescentes em quartos escuros de nosso país.

O Senador Magno Malta, autor do projeto de lei, foi o Presidente da CPI, e eu tive a honra de ser sua assessora direta nessa grande empreitada de investigação desencadeada em todo o país. A seriedade necessária para abordar e enfrentar situações de altíssima gravidade, envolvendo violências, as mais diversas, contra crianças e adolescentes, foi a base das ações dirigidas pelo Senador Magno.

As experiências adquiridas e consolidadas durante os anos dos trabalhos da CPI não provaram ser fator decisivo para a reabilitação dos adolescentes a realização de visitas íntimas. Outro ponto que chama a atenção diz respeito ao constrangimento naturalmente imposto ao parceiro ou à parceira – o que não está privado de liberdade, que, com grande probabilidade, será um adolescente de 15 ou 16 anos de idade – de precisar enfrentar as revistas íntimas, participar de relações sexuais com duvidosa higiene, tendo sempre o medo de não estar num ambiente seguro para a proteção de sua privacidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso reforça a decisão do PL de incluir a vedação diretamente no ECA, o que avalizamos, até por razões de atendimento aos ditames gerais de consolidação da Lei Complementar 95, de 1998, evitando-se discutir o tema em leis extravagantes.

Finalizando, ofereço singela emenda de redação, para suprimir um dos algarismos romanos “VII”, introduzido, em duplicata, ao art. 124, da Lei nº 8.069, de 1990.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 1.669, com a seguinte emenda.

Aqui, Presidente, eu quero fazer uma correção na emenda, e foi inclusive uma conversa com o Governo.

Eu trago a emenda da seguinte forma:

"EMENDA Nº – CSP
Art. 124. .....
.....
VII – receber visitas, ao menos semanalmente, vedada a prática ou ocorrência de intimidades corporais;
. ” (NR)

Eu queria fazer uma modificação na emenda. Ficará da seguinte forma, e eu queria que a Secretaria observasse: "receber visitas, ao menos semanalmente, vedada a visita íntima", porque aí eu não trago só... Trazer intimidades corporais ficou muito amplo. Então: vedada a visita íntima.

Esse é o relatório, essa é a emenda, e eu peço o apoio aos pares.

Não vou nem falar da importância desse projeto, mas nós não vamos financiar, no Brasil, com recurso público, motel para adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu até faço aqui um comentário.

Eu ia indagar isso mesmo, porque me pareceu, intimidade corporal, um pouco... Quer dizer, um beijo não pode? E da forma como foi feita...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, mas adolescente de 18 anos poder beijar, aí tudo bem, né?

Mas acho que a correção feita por V. Exa. resolve a questão completamente.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Só um comentário, rapidamente: eu concordo, Senadora, com essa proposta. Creio que precisa ter... E é coerente, no sentido de que está proibida a visita íntima de menores de 18 anos a adultos do sistema carcerário. Então, me parece bastante apropriada e, com a correção feita por V. Exa., a preocupação que existia está completamente resolvida.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 1.669, de 2023, com a Emenda nº 1-CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a alteração feita aqui oralmente pela Senadora Damares Alves. Pedimos aqui atenção para a Secretaria. (*Pausa.*)

Vamos passar para o item 5. O Senador Efraim, do item 4, está a caminho.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5710, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, de que trata a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1. Em 19/3/2025, a matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH;

2. A votação será nominal.

Passo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado; obrigado, Presidente.

Antes de mais nada, quero parabenizar a Senadora Damares Alves pelo projeto.

Análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre matérias alusivas a políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise do PL 5.710, de 2023, por este Colegiado atende aos critérios de regimentalidade.

Quanto à constitucionalidade, a proposição se insere na competência legislativa da União, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, e versa sobre matéria de iniciativa comum. Além disso, está em consonância com o preceito constitucional da dignidade da pessoa humana e com o mandamento da Carta Magna no sentido de que o Estado assegurará a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das suas relações.

No que concerne à juridicidade, o PL inova no ordenamento jurídico e dispõe de coercitividade, generalidade e abstratividade. Ademais, é adequado nos aspectos regimentais e de técnica legislativa.

Na dimensão material, a proposição revela-se não apenas adequada, mas de elevada relevância social e institucional, por enfrentar de forma sistêmica a complexa e persistente problemática da violência contra as mulheres. Trata-se de um tema de indiscutível interesse público, que transcende os limites da segurança pública, situando-se no cerne das políticas públicas de promoção da equidade, da proteção dos direitos humanos e da consolidação do Estado democrático de direito.

Ao estruturar um Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher com fundamentos normativos sólidos, que articulam diretrizes, eixos estruturantes, objetivos específicos e mecanismos de avaliação e monitoramento, a proposição insere-se no rol das políticas públicas estruturantes, com vocação para a transversalidade e a intersetorialidade. O texto propõe, de forma clara, a construção de um modelo de enfrentamento da violência baseado na dignidade da pessoa humana, na centralidade da vítima e no respeito às diversidades socioculturais que caracterizam o fenômeno da violência contra a mulher em suas múltiplas manifestações.

A proposta também demonstra sensibilidade técnica ao incorporar diretrizes como o atendimento humanizado e não revitimizador, além de valorizar a convivência familiar, o que evidencia uma abordagem que considera as múltiplas dimensões da violência contra as mulheres. O fortalecimento dos canais de denúncia, o estímulo à produção de conhecimento científico e a construção de indicadores confiáveis para aferição da efetividade das ações representam avanços significativos no desenho e na implementação de políticas públicas baseadas em evidências.

A precisão técnica do PL n.º 5.710, de 2023, na formulação de respostas qualificadas ao enfrentamento da violência contra a mulher reflete a trajetória da autora na seara dos direitos humanos e das políticas públicas voltadas às mulheres. Sua *expertise*, evidenciada tanto pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conteúdo do texto normativo quanto pela atuação enquanto titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, confere legitimidade e densidade política à proposição, potencializando sua capacidade de transformação social.

Novamente, parabenizo a autora, a Senadora Damares Alves.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.710, de 2023, e da Emenda de Redação nº 1-CDH.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Coloco o tema em discussão. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero agradecer ao Relator pelo voto e tentar explicar.

Não existe um plano nacional de enfrentamento à violência? Sim, existe, cada Governo que chega apresenta o seu. Mas é possível que um Governo apareça por aí e que não dê continuidade. Por que eu estou estabelecendo em forma de projeto de lei e lei? Para ter sustentabilidade, continuidade, não interrupção de ações. Então, transformando essa política pública em uma lei, a gente não vai ter o risco de ninguém interromper as ações de prevenção à violência contra a mulher.

Eu acho que nós temos feito muito isso, trazendo políticas públicas com resultados positivos e transformando-as em lei para que a gente tenha sustentabilidade e continuidade. Esse é o objetivo do projeto, eu acho que o nosso Relator entendeu, e vamos ter, por lei, para que seja obrigado o gestor, de verdade, a enfrentar a violência contra a mulher no país.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal.

Em votação o projeto e a emenda nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, aberta a votação. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, nós podemos, já, ir para o item 6? O Relator do item 4 está chegando, faz de conta que ele não chegou e, por favor, deixe-me ler o item 6 porque eu estou num outro evento ali? Eu queria pedir inversão de pauta.

O meu é rapidinho, deixe-me ler rapidinho? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, enquanto avançamos na votação e a secretaria busca os votantes para o projeto da votação em andamento, vamos aqui atender à Senadora Damares Alves, com a bênção do Senador Efraim, para a leitura do requerimento do item 6, é isso?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 6.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Todo espaço... toda oportunidade é cedida às damas, em primeiro lugar, sempre, Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pense em um Senador maravilhoso. (*Risos.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone.*) – Um *gentleman*. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 535, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que, quando o agressor estiver sendo monitorado por tornozeleira eletrônica, será disponibilizada para a ofendida tecnologia para que seja alertada caso o limite de distância fixado seja desobedecido.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A deliberação de relatório que conclui pela prejudicialidade de proposição em apreciação terminativa por Comissão, por constituir-se questão preliminar ao mérito, será tomada, preferencialmente, pelo processo simbólico, nos termos do art. 1º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5 de 2015.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, mas, antes, informo aos colegas que este voto foi construído também com a anuência da autora e de sua assessoria.

No mérito, entendemos que o projeto é altamente valoroso.

A monitoração eletrônica do agressor é instrumento de controle a respeito de sua posição geográfica, permitindo ao poder público fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência que o obrigam, nos termos do art. 22 da Lei Maria da Penha.

Nesse sentido, apesar da utilidade da medida cautelar de monitoração eletrônica, é também necessário possibilitar à ofendida informações, em tempo real, a respeito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descumprimento, pelo agressor, da distância mínima entre ele e a vítima do fato. Somente essa informação permite que a ofendida tome medidas imediatas para resguardar a si e a sua família, considerando que muitas vezes o agressor descumpre dolosamente a medida cautelar imposta justamente para cometer novos atos violentos contra a vítima ou seus familiares.

Apesar da valiosa contribuição do PL, de autoria da querida Senadora Leila, é importante mencionar que foi promulgada a Lei nº 15.125, em 24 de abril de 2025, que traz previsão normativa de conteúdo idêntico ao proposto pelo projeto em análise.

De rigor, portanto, apontar a prejudicialidade deste projeto, nos termos do art. 334, *caput*, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo fato de esta Casa ter aprovado o PL 5.427, de 2023, que deu origem à Lei nº 15.125, de 2025.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do PL 535, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco a matéria em discussão... (*Pausa.*)

Ah, voltar primeiro aqui?

Já deu o quórum? (*Pausa.*)

Então, voltando aqui ao PL 5.710, de 2023, vou encerrar a votação.

Está encerrada votação do PL 5.710.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Votaram SIM 9; NÃO, zero.

Então, foi aprovado o Projeto de Lei 5.710, de 2023, com a Emenda nº 1-CDH-CSP.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação.

Parabéns, então, à autora e ao Relator do projeto. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando aqui ao item 6 da pauta, Projeto de Lei 535, de 2024.

O voto foi pela prejudicialidade do projeto.

Eu abro a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação simbólica.

Em votação o relatório pela prejudicialidade do projeto.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do Projeto de Lei 535, de 2024.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5510, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.850, de 2 agosto de 2013, para estabelecer limites ao plantão judiciário na apreciação de pedidos de habeas corpus ou de revogação de prisão cautelar, bem como de liberação de bens ou valores apreendidos.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Relatoria do ilustre Senador Efraim Filho.

Passo a palavra ao Senador Efraim Filho para a leitura do seu relatório.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Bom dia aos Senadores, Senadoras e aqueles que nos assistem e nos acompanham pela TV Senado e por todas as plataformas.

Este projeto é de autoria do ilustre Senador Sergio Moro, que no exato momento preside esta sessão. O PL em questão, Sr. Presidente, apresenta dois artigos. O primeiro apresenta o comando normativo da proposição, inserindo o art. 23-A na Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para prever restrições quanto à apreciação de pedidos de *habeas corpus* e de revogação de prisão cautelar durante o plantão judiciário criminal, especialmente quando a medida judicial poderia ter sido analisada anteriormente.

O art. 2º do PL traz cláusula de vigência imediata.

Na justificação do projeto, o autor cita exemplo de reclamação disciplinar instaurada contra magistrado pelo CNJ, que substituíra medida cautelar anteriormente imposta. Essa substituição foi realizada durante plantão judiciário, concedendo prisão domiciliar a um periculoso indivíduo, chefe de facção criminosa na Bahia. Aduz ainda que situações como essas são corriqueiras, tendo a proposição em questão o objetivo de regulamentar legalmente o funcionamento do plantão judiciário em pontos específicos.

Este é o relatório.

No mérito, entendemos que o projeto é valoroso.

De fato, a lei processual penal carece de previsão a respeito do funcionamento dos plantões judiciários nos juízos criminais, deixando-se a cargo dos regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário a sua regulamentação.

A ausência de previsão legal a respeito do tema tem gerado determinadas situações em que há evidente burla de dispositivos constitucionais, como o juiz natural (art. 5º, inciso XXXVII).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, aproveitando-se do plantão judiciário criminal, muitos pedidos de revogação de medidas cautelares de natureza pessoal são levados, de forma proposital, ao juízo plantonista de ocasião, que muitas vezes não é o juízo natural do processo, que é detentor de amplo conhecimento sobre a matéria. Esse tipo de expediente reprovável é chamado pela doutrina de *forum shopping* e se trata de escolha deliberada pelo juízo que mais aprouver ao autor de uma ação, aumentando a chance de êxito processual. No âmbito do Poder Judiciário, esse fenômeno já foi reconhecido – e repelido – pelo TJDFT, por exemplo. Trazemos nota a respeito do tema.

Portanto, o presente PL anda na linha da boa-fé processual que deve nortear a conduta de todos os seus partícipes, conforme o art. 5º do CPC, bem como em respeito ao princípio do juiz natural, previsto constitucionalmente.

Quanto às limitações impostas pelo projeto, entendemos que são absolutamente razoáveis, existindo inclusive previsão legal semelhante no CPC quanto à restrição de liberação de bens apreendidos, de acordo com o art. 905, parágrafo único, que dita que:

> Durante o plantão judiciário, veda-se a concessão de pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores ou de liberação de bens apreendidos.

Em relação à utilização do remédio heroico, o *habeas corpus*, não há qualquer restrição em seu manejo quando houver motivo relevante e concreto.

No que tange à aplicação da nova norma, entendemos que a limitação que o projeto traz seria limitada apenas para os crimes praticados no âmbito da Lei das Organizações Criminosas e outros delitos conexos. Com efeito, *habeas corpus* impetrados no bojo de processos criminais de todos os demais delitos não seriam alcançados pelo objetivo da proposição.

Diante disso, propomos substitutivo, com a vênia do eminente autor, para implantar o teor normativo da proposição no Código de Processo Penal, norma processual geral, para alcançar todos os delitos, indistintamente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL 5.510, de 2023, na forma do seguinte substitutivo.

Segue a emenda subscrita, *ipsis litteris*, *in totum*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Primeiro, eu quero, abrindo a discussão, mas tomando a liberdade de algumas palavras, porque eu sou o autor do projeto, agradecer pelo trabalho do Senador Efraim, não só pela aprovação do projeto, mas também pelo aprimoramento. E, para deixar muito claro, aqui não existe nenhuma contrariedade em relação ao instituto do *habeas corpus*. O *habeas corpus* é um instituto importante para a garantia da liberdade, tem origens imemoriais, lá na Inglaterra, e foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico desde a primeira Constituição Imperial e vem, desde então, sendo aprimorado.

Entretanto, nós temos visto, como muito bem destacado pelo Relator, que o plantão judiciário, que também é um mecanismo importante para que questões de urgência sejam apreciadas, para apreciar demandas relacionadas à colocação em liberdade, tem sido, muitas vezes, utilizado por pessoas sem escrúpulos, numa espécie de busca de uma jurisdição mais favorável, em detrimento do juiz natural. Aí, o juiz natural, aquele que conhece o processo, acaba sendo atropelado por um *habeas corpus* da meia-noite, concedido sem o conhecimento da causa, e, em casos especialíssimos, como bem destacado aqui, inclusive casos em que o CNJ afastou o magistrado, concedido em condições suspeitas, inclusive de favorecimento pecuniário do magistrado, ou seja, casos de corrupção.

Então, é necessário o aprimoramento institucional, e, a meu ver, o projeto e a emenda substitutiva bem resolvem a questão, deixando claro que o plantão pode ter *habeas corpus*, mas por questões surgidas durante o próprio plantão judiciário e não simplesmente para contornar o juiz natural do processo.

Então, é um projeto importante para moralizar o Judiciário e estabelecer mecanismos de salvaguarda quanto à utilização espúria do plantão judiciário e do instituto do *habeas corpus*.

A matéria está em discussão.

Algum Senador quer se manifestar? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro, então, a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 5.510, de 2023, na forma da Emenda nº 1– CSP, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente e senhor autor do projeto, primeiro, quero agradecer as referências feitas por V. Exa. ao nosso aprimoramento, até porque, compreendendo a situação e a vida real, é inadmissível que a gente veja situações como essa que o CNJ reporta e está presente em nosso relatório de conhecer a realidade sabendo que existem expedientes ardilosos, infelizmente compactuados com servidores da própria Justiça, com advogados e com facções criminosas, especialmente, para ter benefícios, aproveitando-se de uma exceção à própria regra do juiz natural, que são os plantões judiciais. E isso desestimula a autoridade policial, desestimula quem faz a parte mais difícil do processo dentro da própria Justiça, que é investigar, que é elucidar crimes, que é arriscar sua própria vida, muitas vezes, para realizar a prisão de um líder de facção criminosa. E, depois de tanto esforço que se costuma ver nessas grandes operações, você vê esse líder da facção criminosa sendo liberado num plantão judicial de forma ardilosa? E muitas vezes ele foge, e depois não é encontrado, porque isso ali está pré-determinado. Isso é enxugar gelo. E segurança pública no Brasil não dá mais para ser trabalho de enxugar gelo; é a vida das pessoas que está em risco, é a vida das famílias. Estamos a uma escalada de violência, de fortalecimento do narcotráfico, financiamento do crime organizado, e toda ação que puder ser feita para que a gente tenha capacidade de coibir isso na raiz, evitando expedientes ardilosos como esses que foram reportados no relatório, é muito bem-vindo.

Então, foi uma honra poder relatar o projeto de autoria de V. Exa., que conhece, por dentro e por fora, toda essa realidade. E esperamos que esse projeto possa seguir adiante, ser rapidamente aprovado nas demais Comissões e na outra Casa do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Efraim, mais uma vez agradeço a relatoria.

De fato, acho que esse projeto é importante, essa medida é importante, porque, como se diz, numa piscadela, se concede um *habeas corpus* num plantão judiciário a um grande traficante de drogas; quando o juiz natural assume lá dois dias depois, a pessoa já fugiu para Bolívia, já fugiu para algum outro país e fica fora do alcance da Justiça. Isso já aconteceu várias vezes aqui no Brasil. Infelizmente, precisa-se desse mecanismo de salvaguarda, que aprimora o instituto do *habeas corpus* no plantão Judiciário, longe de restringir o seu alcance.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Veneziano Vital do Rêgo e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Sergio Moro, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Jorge Seif, Magno Malta e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 421, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** Durante a reunião, é designada relatora ad hoc a Senadora Damares Alves. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 748, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para ampliar as hipóteses de legítima defesa, nos casos de invasão de domicílio." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Durante a reunião, é apresentado novo relatório à matéria, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Lido o relatório, encerrada a discussão, é concedida vista coletiva. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2693, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prevê hipótese outras hipóteses da legítima defesa para os agentes de segurança pública." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão, é concedida vista coletiva. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3834, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para determinar a implementação de mecanismos de comunicação instantânea de ocorrências às autoridades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policiais em veículos de utilização por motoristas profissionais." **Autoria:** Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2529, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir as informações sobre o combate ao crime organizado no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp)." **Autoria:** Senador Guaracy Silveira (PP/TO). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/24

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião, realizada em 10 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nesta reunião, por ser semipresencial, os Senadores poderão registrar a presença e votar tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

Bom dia, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Passando à pauta.

O item 1 eu estou retirando de pauta a pedido da Relatora, Senadora Margareth Buzetti, porque ela gostaria de fazer a leitura do relatório na próxima sessão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Margareth? Pode ser *ad hoc*?

Então, só retificando, a Relatora Margareth Buzetti concordou em fazer a nomeação de um Relator *ad hoc* para fazer a leitura do relatório dela.

Então, anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 421, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CDH e, posteriormente, à CCJ.

Em função do tema do projeto, Senador Mourão, se não tiver objeção, vou pedir para a Senadora Damares fazer a leitura do relatório para a gente, da Senadora Margareth Buzetti.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – V. Exa. vai ter a oportunidade de fazer outras leituras de relatórios.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É mais do que pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, passo a palavra à Senadora Damares Alves para fazer a leitura do relatório da Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu quero agradecer. Eu já estava morrendo de ciúmes aqui do meu colega. Essa é uma matéria de que eu e a Margareth estamos sonhando com a aprovação.

Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No mérito, verificamos que a proposição propõe ampliar o prazo decadencial para que a mulher vítima de violência doméstica e familiar possa exercer seu direito de queixa, em ações penais privadas ou em ações penais públicas sujeitas à representação, que passa a ser de doze meses, e não os seis meses previstos para o crime em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo nos parece louvável.

Veja-se que, diferentemente do que ocorre em outros delitos, os crimes que ocorrem no âmbito doméstico e familiar contam com a peculiaridade de a vítima comumente residir com seu agressor, o que cria obstáculos a mais para a ofendida procurar o auxílio extramuros.

É igualmente comum, nas relações afetivas, que as pessoas se aproximem e se afastem, de forma contínua, ainda que violenta, dada a dependência econômica e mesmo afetiva do parceiro que sofre agressões.

Nesse sentido, apenas com o decurso do tempo, com a progressiva conscientização da violência vivida e o consequente fortalecimento moral, é que a mulher possui condições de denunciar seu agressor.

Assim, nada mais razoável que o direito de queixa possa ser exercido dentro do período de doze meses, ao contrário dos seis meses ora vigentes.

Veja-se, por fim, que a Lei Maria da Penha tem como razão de ser a concessão de tratamento mais protetivo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Nesse sentido, o prazo dilatado para o exercício de queixa, inegavelmente, se insere no espírito da norma.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 421, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Damares.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 421, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Eu quero também agradecer a presença aqui dos representantes do Conselho de Guardas Municipais do Estado de Minas Gerais. Obrigado pela presença aqui na Comissão de Segurança Pública. Sejam sempre muito bem-vindos!

Eu quero convidar o Senador Mourão para assumir aqui a Presidência para que eu possa fazer a leitura do item 3.

O item 2 eu estou passando para o final da pauta, porque está sendo terminado ali um erro material no relatório.

Eu anuncio aqui, antes de passar a Presidência, o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2693, DE 2024

- Não terminativo -

Altera do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prevê hipótese outras hipóteses da legítima defesa para os agentes de segurança pública.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Eu já anuncio que nesse item... Como houve um pedido da Liderança do Governo para a retirada de pauta, eu só vou tomar a providência aqui de fazer a leitura do relatório e conceder vista coletiva a pedido de algum Senador para que ela volte na próxima sessão, para que seja presencialmente votada essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a Presidência ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, passo também aqui direto à análise do projeto.

Não observamos, na proposição, vício de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, nem óbice de natureza regimental. A matéria versa sobre direito penal, situando-se no campo da competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, sendo permitida, no caso, a iniciativa parlamentar, consoante as regras estabelecidas no art. 61 da Carta Política.

No mérito, consideramos o PL conveniente e oportuno.

A atual redação do parágrafo único do art. 25 do Código Penal já prescreve que, observados os requisitos do *caput*, considera-se em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes. Desta feita, o PL acrescenta nova hipótese de legítima defesa, quando o agente, "em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, repele injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem".

Note-se que, de acordo com a atual redação do mencionado dispositivo, a lei já contempla, no caso de vítima mantida refém, que se configura legítima defesa a ação do agente de segurança pública que repele a agressão ou risco de agressão a essa vítima. Todavia, olvidou o legislador de contemplar seriíssima situação de risco para os agentes de segurança pública, que consiste no conflito armado com bandidos. Veio em boa hora, portanto, a inovação legislativa pugnada pelo PL, no sentido de albergar, na legítima defesa, a ação de policial que repele injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem, em meio a um conflito armado, ou na iminência deste.

Deve-se ter em conta que, num conflito armado com as forças policiais, os criminosos nada têm a perder e sempre atiram para matar. Nessas situações, não se pode deixar que o policial, cumprindo seu dever, atuando em nítida legítima defesa, venha a ser injustamente investigado, processado e até mesmo punido.

Não obstante, a ementa do PL merece reparos redacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.693, de 2024, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CSP (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 2.693, de 2024:
> "Altera o parágrafo único do art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever hipótese da legítima defesa para os agentes de segurança pública em conflito armado ou na iminência deste."

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, uma vez que está acertada com o Governo a concessão de vista coletiva, está concedida a vista desse projeto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou pedir ao Presidente que coloque em discussão, encerre a discussão e conceda vista coletiva, para cumprir o Regimento Interno aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Presidente.

Então, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu apenas gostaria de fazer um comentário, porque a matéria é muito clara para nós que estamos acostumados a ver os confrontos que ocorrem, principalmente, lá na sua cidade natal, no Rio de Janeiro. Eu gostaria até de fazer com que as pessoas que não compreendem isso... um dia colocá-los dentro de um blindado da Polícia Militar para subirem qualquer uma daquelas áreas conflagradas que nós temos na cidade do Rio de Janeiro, onde a polícia sempre é recebida à bala, e aí sentirem a realidade do que um policial militar ou policial civil enfrentam, no dia a dia, buscando proteger e servir a população que juraram defender.

Lamento profundamente que sempre haja uma visão protetora do bandido do lado ideológico da esquerda, que não foge jamais a isso. E foi muito bem traduzida – viu, Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damares? – essa proteção de bandido no atual posicionamento do Governo brasileiro em relação ao conflito entre Israel e o Irã, em que o Governo mais uma vez se posiciona do lado errado, buscando sempre demonstrar o seu antiamericanismo, o seu antiocidentalismo, renunciando àquilo que são os valores maiores da sociedade brasileira.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esse PL é vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, eu quero vista.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Concedida vista coletiva a esse projeto.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3834, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para determinar a implementação de mecanismos de comunicação instantânea de ocorrências às autoridades policiais em veículos de utilização por motoristas profissionais.

Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

O Relator é o nosso Presidente, Senador Flávio Bolsonaro.

Passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, para a leitura de seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Passo direto à análise.

O PL em análise é conveniente e oportuno, pois apresenta uma importante inovação, no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), ao propor um mecanismo eficiente para aumentar a segurança dos motoristas de transporte público, de cargas ou por aplicativos.

Com efeito, a existência de um "botão de pânico", que viabilize o acionamento rápido e emergencial das forças de segurança pública, terá forte efeito dissuasório na prática de crimes contra motoristas profissionais e ainda auxiliará na localização e captura de criminosos.

Verifica-se, portanto, que a medida se alinha ao Sistema Nacional de Trânsito (Lei 9.503, de 1997), e ao objetivo do Estado de proteger o direito à vida e à segurança de quem trafega nas vias públicas, tornando sua aprovação muito oportuna.

Não obstante o mérito do PL e o nosso posicionamento favorável à matéria, estamos apresentando emenda ao final unicamente para conferir maior clareza e precisão ao novo dispositivo proposto para o CTB, conforme orienta a Lei Complementar 95, de 1998.

Nesse sentido, no §1º do art. 67-F, estamos substituindo a expressão "ensejarão o imediato deslocamento de forças policiais ao local do veículo" por "possibilitarão o atendimento imediato das forças policiais ao local da ocorrência". Já nos §§2º e 3º, para evitar o emprego de sinonímia, em vez do termo "dispositivo", estamos nos valendo do termo "mecanismos".

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.834, de 2024, com a emenda abaixo:

EMENDA N° - CSP

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao §§1º a 3º do art. 67-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), de que trata o art. 1º do Projeto de Lei nº 3.834, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 67-F. .....

§1º Os mecanismos de que trata o *caput* constituirão sistema e comunicação emergencial, como botão de alarme virtual ou físico que, quando acionados, possibilitarão o atendimento imediato das forças policiais ao local da ocorrência.

§2º O uso dos mecanismos previstos no *caput* será facultativo, e os custos relacionados ao seu desenvolvimento, implementação, manutenção e uso poderão ser repassados aos motoristas que optarem por sua utilização.

§3º O uso indevido doloso dos mecanismos de que trata o *caput* sujeitará o agente às penas previstas no Código Penal, como as previstas nos arts. 265, 266 e 340, conforme o caso."

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em discussão o assunto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente...

Senador Flávio, é uma espécie de botão de pânico? Nos veículos de cargas e nos veículos de aplicativo, táxi...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Hum-hum.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por que eu não pensei nisso antes? Sabe aquela matéria assim tão óbvia, em que a gente pergunta "por que não pensamos nisso antes?"?

Eu quero cumprimentar a autora.

Na verdade, Senador Flávio, a nossa Senadora Rosana Martinelli, na sua passagem rápida nesta Casa, deixou a digital dela com propostas extremamente necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero mandar um abraço para a nossa amiga, essa Senadora conservadora, do PL, que veio, deixou saudade e vai voltar, se Deus quiser.

Parabéns pelo voto. Parabéns. Eu acho que a gente deu um passo supernecessário hoje na proteção dos nossos motoristas e das pessoas que estão em risco o tempo todo na estrada.

Parabéns, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Damares.

A gente tem que lançar mão sempre da tecnologia, que evolui com rapidez e frequência. E é uma forma, mais um mecanismo aí de, enfim, tentar evitar a impunidade, porque eles assaltam um Uber, um táxi, na certeza da impunidade.

Eu não sei exatamente qual seria o mecanismo ali na prática, qual seria o botão, mas isso não é algo que eu acredite que tenha dificuldade de ser implementado, porque qualquer botão perto do volante ou no próprio celular já seria suficiente para compartilhar a localização e para, sendo possível, o acionamento imediato de uma força policial, para tomar as providências, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3.834, de 2024, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, enquanto o item 2 vem para a pauta, que eu sei que está vindo correndo, deixe-me fazer um registro bem triste que eu acabei de saber agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A brasileira Juliana Marins, que tinha caído numa trilha em um vulcão na Indonésia, morreu, e eu queria registrar aqui, Presidente, um abraço à família, solidariedade à família, e lamentar esse episódio. O mundo inteiro acompanhou esse episódio.

Essa noite, inclusive, eu tive assim momentos de muita angústia quando eu pensava nela, por causa do frio. À noite, chegava a um grau onde ela estava, e a gente viu essa moça morrendo aos poucos, morrendo aos poucos. O mundo inteiro assistindo à imagem dela lá na fresta, e ela não conseguiu ser resgatada.

Eu quero lamentar essa morte – era uma jovem de 26 anos – e mandar um abraço para a família.

E a gente entendeu o que aconteceu. Foi falta de socorro imediato, foram realmente as questões climáticas...

Eu vibrei, no domingo, porque a gente tinha um vídeo, um suposto vídeo de que o resgate tinha chegado. Inclusive, foi o próprio Embaixador do Brasil, que está lá, que mandou para a família um vídeo de que o resgate tinha chegado até ela, e era um vídeo que não era verdadeiro. Ele pediu desculpa depois.

A gente entende. Estava todo mundo sob forte emoção, querendo boas respostas.

Mas o que aconteceu, de fato... A cena é forte – ver aquela moça, aos pouquinhos, morrendo –, foi muito forte, muito forte o que aconteceu.

Eu queria fazer esse registro aqui, lamentar e mandar um abraço para a família. Que Deus conforte e console toda a família.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, também gostaria de prestar minha solidariedade à família dessa moça, uma morte trágica demais.

E quero também prestar solidariedade às vítimas de um outro acidente, que chocou o Brasil inteiro, que foi o daquele balão que pegou fogo em pleno ar – tinha 21 pessoas dentro daquele balão – e veio a cair ali na Praia Grande, em Santa Catarina. As imagens chocantes das pessoas em desespero pulando lá de cima...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo menos aí tivemos 13 sobreviventes, que, graças a Deus conseguiram, de uma forma ou de outra, passar por mais esse acidente trágico.

E isso sempre traz à reflexão da gente como é que algumas atividades turísticas, alguns entretenimentos, algum... A gente vê muito, normalmente em parques de diversão que não têm muita fiscalização por parte das autoridades; volta e meia acontece algum acidente por falha técnica. E, nesse caso desse balão também, que pegou fogo... As investigações estão andando ainda. Parece que a pessoa que estava disponibilizando esse tipo de passeio é um superperito na área, mas, assim, o acidente é isso, não é? Uma série de coincidências. Seja por negligência, por omissão, por imperícia, seja por algum motivo, alguns fatores coincidem, às vezes até climáticos, e acabam resultando numa tragédia irreversível para pelo menos oito famílias, que tiveram seus entes aí também... Que passaram por isso, em função desse momento, que era um momento de alegria em família.

E é de cortar o coração: você vê um pai, que participa, ali, do enterro da sua esposa, das suas filhas... Perdeu toda a sua família nesse acidente trágico.

Então, também aqui deixo a minha solidariedade aos familiares dessas vítimas.

Presidente, o relatório está pronto. Se quiser anunciar o projeto, então...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Presidente.

Só um último comentário, em relação a essa questão do turismo de aventura, que hoje é muito procurado: é importante que as pessoas sempre constatem as condições de segurança daquela atividade que vão realizar.

E também, Presidente, complementando, na última sexta-feira, lá no nosso Rio de Janeiro, tivemos um incidente com um grupo que estava realizando um passeio de *stand up*, para ver o nascer do sol ali na Praia do Leme, e, por falta de condições de segurança, foram levados para alto-mar, tiveram que ser resgatados pelo corpo de bombeiros, e, por pouco, não tivemos uma tragédia de grandes proporções.

Então, fica sempre o alerta, não é? O turismo de aventura é algo bacana, é algo sensacional, mas a segurança tem que ser primordial, acima de tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo agora ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 748, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para ampliar as hipóteses de legítima defesa, nos casos de invasão de domicílio.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro para a leitura de seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Passando direto à análise, compete a esta Comissão de Segurança Pública opinar sobre a matéria versada no PL, nos termos dos arts. 91, inciso I, e 104-F, I, do Regimento Interno do Senado Federal. A análise quanto à constitucionalidade e a juridicidade da proposição caberá à CCJ.

No mérito, consideramos o PL conveniente e oportuno.

Quando ocorre a invasão de um domicílio, é praticamente certo que o invasor o faz portando arma, sendo plausível supor que não titubeará em dela fazer uso para dar cabo de seu intento criminoso. Nessas situações, é presumível o cometimento de crimes violentos contra a pessoa, como homicídio, extorsão mediante sequestro e até mesmo estupro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda que a intenção original do invasor seja de natureza patrimonial, certo é que ele estará disposto a cometer crimes contra a pessoa, se se deparar com alguém dentro do domicílio.

Entretanto, a redação original proposta no projeto de lei, ao utilizar a expressão "de sua propriedade, quando neles se encontrar", restringe indevidamente a legítima defesa ao proprietário do imóvel ou do veículo. A nova redação ora sugerida, portanto, amplia e corrige essa limitação de forma técnica e garante a proteção constitucional à inviolabilidade do domicílio e do veículo em qualquer situação de agressão injusta, independentemente de quem a repila.

Nessas situações, em que o domicílio é invadido, ao repelir com força letal a invasão, o agente estará protegendo não apenas o patrimônio, mas principalmente a vida das pessoas que ali se encontram.

O mesmo raciocínio se aplica, também, à invasão de veículos.

Então, afigura-se legítima a defesa, com uso de força letal, exercida nessas circunstâncias, consoante dispõe o §2º que o PL acrescenta ao art. 25 do Código Penal.

Relativamente à utilização de ofendículos, armadilhas ou cães de guarda para proteção do domicílio, é inimaginável que se possa querer responsabilizar o proprietário por lesões, ou até por morte, sofridas pelo invasor, que sequer deveria estar ali e que praticou a invasão com o intuito de roubar, não se importando se, para isso, tenha que cometer crimes violentos contra a pessoa. Concordamos, então, com a disposição do §3º, que o PL acrescenta ao art. 25 do CP.

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 748, de 2024, com a emenda que apresenta:

> EMENDA Nº – CSP (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação ao §2º, nos termos do Art. 1º do Projeto de Lei nº 748, de 2024:
> “§2º Considera-se também em legítima defesa o agente que usa força letal para repelir invasão contra domicílio, residência, imóvel ou veículo, próprio ou de terceiros”.

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria também de fazer aqui o registro de que a Liderança do Governo pediu que a votação desse projeto de lei não ocorresse hoje, e sim numa sessão presencial, e eu não vejo óbice aí à, encerrada a discussão, concessão da vista coletiva, para que esse projeto seja votado em sessão presencial, com a presença do maior número possível de Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em discussão a matéria.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que está de forma remota. (*Pausa.*)

Julgo que o Senador Esperidião...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Se quiser passar para a Senadora Damares, enquanto isso...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, passo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, como nós temos poucas Comissões funcionando hoje, as pessoas estão assistindo a esta Comissão aqui, e eu estou recebendo mensagem.

A mensagem que eu recebi é: "Essa matéria faz diálogo com a outra de que estamos pedindo vista – não é? –. As duas falam sobre legítima defesa. Uma, do cidadão comum; e a outra, do agente de segurança".

Aí, alguém está perguntando assim: "Então, agora, se meu cachorro morder alguém que invadir a minha casa..." – porque a gente teve episódio desses, de o ladrão entrar numa casa, o cachorro mordê-lo, e o ladrão entrar com uma ação de indenização contra o dono da casa. Então, a pergunta que eu estou recebendo aqui: "Então, se essa matéria passar, meu cachorro pode morder, e eu não vou ter que indenizar?".

É isso, Senador Flávio?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Senadora Damares, por incrível que pareça, existem casos concretos de magistrados que cometem esse absurdo de ainda querer que o... Como é que chama? É tutor – não é? – de um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, tutor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... o tutor seja responsabilizado criminal e civilmente por alguém ter tentado invadir a sua residência. Então, acho que esse projeto de lei, em sendo aprovado, traz uma segurança jurídica maior para que as pessoas possam, dentro da sua propriedade, como manda ou como diz a nossa Constituição, ter o direito de legítima defesa; e para que as pessoas saibam que, ao invadir um domicílio, eles não vão estar mais amparados nessa interpretação equivocada da legislação, que ainda dá alguma segurança para um marginal assaltar uma propriedade, e, como disse no relatório, em consequência disso ele não impõe limites ao que ele pode fazer para ter a sua intenção criminosa concretizada. Se precisar matar alguém, ele vai matar; se precisar estuprar alguém dentro de casa porque na hora deu vontade nele: "Eu ia só assaltar, mas eu achei uma menina bonitinha, eu vou estuprar também"...

Então, a gente está autorizando, sim, a que as pessoas possam ter o direito de se defenderem com mais segurança de que não vão responder criminal ou civilmente pelos seus atos. Está bem claro, acho que não há margem para interpretação do que está nesse texto. O que nós queremos é exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Tem que ligar o som aí, Senador. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Agora deu?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Afirmativo: 5.5.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Muito bem. Então, quero... Muito bem, o seu ala está a bordo, então.

Eu quero dar um bom dia a V. Exa., prezado amigo, e ao Senador Flávio Bolsonaro; e, na verdade, eu gostaria de ter falado antes da apresentação desse projeto, mas, já que acompanhei a apresentação, a leitura do relatório e também a manifestação da Senadora Damares, quero dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que sou absolutamente solidário com esse projeto, acho que ele é oportuno, especialmente neste momento crucial da nossa segurança pública e da segurança das pessoas.

Mas eu queria fazer uma breve remissão – e foi nessa ocasião que eu pedi a palavra – sobre a questão do acidente do balonismo, um balão aqui no domingo passado. Quero agradecer a manifestação de solidariedade, tanto do Senador Flávio Bolsonaro quanto a sua; e informar, apenas tornar público, que ontem eu conversei com o Diretor-Geral em exercício da Anac, para conhecer os passos que a Anac vinha dando – e certamente vai acelerar – a respeito da necessidade de uma regulamentação equilibrada, que coloque a segurança acima de qualquer outro aspecto nesse... É um belíssimo turismo de aventura, é verdade, que aqui realmente vinha sendo um sucesso absoluto, especialmente em Praia Grande, mas também no Rio Grande do Sul, no interior de São Paulo, todos tendo como sonho a Capadócia, na Turquia.

A verdade é que nós temos que sair do patamar atual e promover um avanço de regulamentação, de certificação, tanto de produto quanto de processos, ou quanto de treinamento e formação de pessoal. Em nome dessa busca de equilíbrio, seja em questões legais e também em questões infralegais, eu fiz esse contato com o dirigente da Anac, que pretendo prosseguir na semana que vem, e certamente esse assunto percorrerá a nossa Comissão de Segurança Pública, porque é uma matéria bastante difundida.

Acho que a utilização do tempo de lazer, do tempo de observação da natureza sob a forma de balonismo vai evoluir. A própria tecnologia do balonismo vai evoluir junto com outras que estão deixando a humanidade impressionada com os avanços tecnológicos. Só vou mencionar o que está acontecendo com os eVTOLs, os equipamentos de aterrissagem e decolagem vertical, que são uma demonstração disso, e a sua utilização na mobilidade urbana, especialmente na China, em que o desenvolvimento é impressionante.

Eu queria apenas fazer essa colocação, que tem dois aspectos: primeiro, é lógico, a minha solidariedade. Foi aqui no meu estado que essa tragédia aconteceu, e é lógico que nós temos que nos preocupar mais do que a média, mas quero, desde já, contar com a contribuição do Presidente Flávio Bolsonaro na nossa Comissão e nas demais Comissões do Senado para que nós possamos interagir com a sociedade, com os empreendedores, com as indústrias e especialmente com a Anac, com vistas a termos uma legislação equilibrada e que coloque a segurança em primeiro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Meu amigo e professor Senador Esperidião Amin, pode contar com esta Comissão aqui para avançar com qualquer legislação que dê mais segurança para esse tipo de entretenimento.

Voltando ao caso concreto, fica aquela impressão de que, por mais experiente que a pessoa que está ali oferecendo esse serviço seja, tem-se que, do meu ponto de vista – o que parece que não aconteceu, não é, Senador Mourão? –, respeitar as condições climáticas. Eu não sei se tinha excesso de vento, se tinha excesso de... Eu não sei, tecnicamente, o nome que se dá, mas parece aquela máxima de que só morre afogado quem sabe nadar, porque quem não sabe nadar não abusa. Então, nesse tipo de passeio, se é que esse é o caso, as pessoas têm que ter uma prudência maior, porque estão subindo ao ar com dezenas de vidas, nesse caso, e ninguém tem paraquedas reserva para saltar, se acontecer alguma coisa.

É importante, Senador Amin, que esse projeto seja apresentado o quanto antes, obviamente também com amparo técnico, não sei se obrigando que, para este tipo de atividade, o balonismo, o material que seja produzido não seja inflamável... Parece um pouco óbvio, mas eu acredito que exista já tecnologia para isso, que algum tecido, corda, ou que a própria caixa do balão não seja inflamável, porque se lambe o fogo, como aconteceu, não tem o que fazer; é pedir a Deus que tenha piedade de quem está lá em cima para conseguir chegar o mais rápido possível ao solo, tentando salvar as vidas.

Senador Esperidião Amin, pode contar com esta Presidência para fazermos um debate aqui aprofundado e célere sobre essa matéria, até para que esse tipo de atividade não fique estigmatizado. Eu conversava com o Senador Mourão que a minha esposa sempre falou de fazer um passeio desses – eu nunca tive, e ela sempre teve vontade –, mas, quando viu uma cena como essa, é óbvio que ficou mais receosa, ficou mais preocupada com quem é que está oferecendo esse tipo de atividade, se está atendendo as regras da Anac, que eu acho que é quem regula esse tema, como é com relação à asa delta, com relação a parapente, que também são atividades muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procuradas para se fazer o turismo e, obviamente, têm regras muito rígidas quanto à segurança, porque ali não tem capacete, não tem paraquedas, como eu falei – é do ar para o chão. Portanto, é fundamental que quem procura esse tipo de atividade tenha toda a garantia de que vai fazer um passeio seguro.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Amin, o microfone.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... para que nós tenhamos uma oportunidade de debater esse tema e ajudar a sociedade, a legislação brasileira a evoluir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Amin.

Presença do Senador Marcos Rogério, de Rondônia.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é apenas para, primeiro cumprimentar o Presidente da Comissão aqui, de Segurança Pública, que, em uma semana de sessão remota no Senado Federal, está com reunião deliberativa da Comissão de Segurança Pública, dada a importância dos temas que são tratados nesta Comissão, não é?

Eu queria fazer sublinhar dois aspectos. O primeiro é manifestar os nossos sentimentos com relação a esse episódio, a esse acidente que aconteceu lá em Santa Catarina, nessa questão do balonismo no Brasil, não só em Santa Catarina, essa região que é muito tradicional para a prática de balonismo; São Paulo também tem outra região bastante forte. E quando você conversa com os diretores da Anac, a Anac já classifica a prática do balonismo como uma prática de alto risco, não é? A própria classificação da Anac para o balonismo é alto risco. Então, não há, pelo que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verifica, um trabalho de fiscalização mais próximo, especialmente nesses eventos que acontecem Brasil afora, não é?

Talvez seja o caso até lá na Comissão de infraestrutura, que é quem lida com os temas da questão da aviação, de chamar uma audiência pública sobre esse assunto. Depois eu vou conversar com o Senador Esperidião Amin também, para trazer o tema para o debate, ouvir a Agência Nacional de Aviação Civil, ouvir as associações que representam também esse segmento, porque, num momento como esse, em razão da comoção, em razão da dor, em razão do impacto que essa imagem causa em todo mundo, a primeira reação que se tem num Parlamento, que é uma Casa de representação da sociedade, é no sentido de criar uma legislação que normalmente venha no sentido de impor regras restritivas, regras duras que nem sempre resolvem, porque aí você coloca ainda mais à margem da legalidade a prática, a operação.

Então é preciso compreender a prática dentro das suas complexidades, dentro dos seus níveis de risco e aí estabelecer também um comando de responsabilidade no papel de fiscalizar.

Por exemplo, quem opera um equipamento como esse? O Senador Flávio Bolsonaro falou aqui em relação ao equipamento em si, sobre usar produtos que sejam menos suscetíveis ao risco de dano, porque, se pega fogo lá em cima, é muito difícil você ter um resultado 100% seguro, como ficou comprovado nesse último, com tantas mortes.

Então, além da questão do material que é utilizado, de ser um material menos inflamável, também você ter, no âmbito do município, no âmbito do próprio governo de estado, de repente, alguma secretaria, alguma pasta que faça a fiscalização. Esperar que a Anac, que está aqui em Brasília, faça a fiscalização da prática de balonismo no Brasil inteiro é desconhecer a própria estrutura da agência, que, neste momento, lamentavelmente, não está dando conta de fazer nem com relação à aviação. Recentemente teve corte de orçamento em todas as agências. Neste momento, há anúncio da Aneel, agora há pouco, dizendo que está suspendendo fiscalizações por falta de orçamento. A Anac está suspendendo a realização de testes de habilitação para piloto, para operador – para quem vai fazer a prova de piloto, não terá –, porque não tem orçamento. Então, é preciso endereçar a responsabilidade, para reduzir o nível de risco a que está exposta a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria concluir aqui, ainda no âmbito da Comissão de Segurança Pública, fazendo uma fala, Sr. Presidente, chamando a atenção do Presidente, Senador Flávio, do Senador Mourão e aqui da Senadora Damares para o que nos causa preocupação no Brasil neste momento.

O Brasil está sendo observado pela comunidade internacional em razão das suas posições em face das crises que se estabeleceram especialmente em duas regiões: na guerra Rússia-Ucrânia e nessa que envolve Israel, a área onde houve o primeiro embate e que é comandada pelo Hamas e, agora, a Síria. E o Governo brasileiro tem adotado uma posição que vai até em uma direção contrária às tradições do Brasil: pouca diplomacia e mais bravataria, o que é muito ruim em um ambiente como esse, especialmente nesse último episódio, que envolve um país, parece-me, em que há indicativos de que as resoluções da ONU não vinham sendo respeitadas.

Os fiscais da agência que controla essa questão do enriquecimento de urânio não vinham tendo as respostas necessárias, e as inspeções necessárias para garantir a segurança, conforme pactuado pelas Nações Unidas, também não vinham acontecendo. E, de repente, você tem ali esse ambiente de guerra acontecendo. E o Governo brasileiro, parece-me que sem tomar conhecimento da gravidade da situação, novamente se antecipa em posições que são posições que colocam o Brasil em risco.

O Presidente Lula não dá conta de vencer a guerra interna no Brasil. O Presidente Lula não consegue vencer a guerra contra o crime organizado no Brasil, não dá conta de enfrentar o crime organizado que se instalou. Antigamente, quando se falava de crime, era lá o Rio de Janeiro; hoje não, hoje é no Brasil inteiro. Lá no meu Estado de Rondônia, o crime organizado toma conta de áreas, condomínios, bairros, está ditando a ordem de quando a população pode sair de casa e quando não pode. É um problema para o Brasil inteiro. E aí você tem um Governo Federal, que é absolutamente incompetente, negligente, omisso, para não dizer coisa pior, em relação ao crime organizado dentro do Brasil.

O Brasil está em guerra – o Brasil está em guerra. O narcotráfico, com as suas forças, com seus braços executivos, está tocando o terror na sociedade, colocando medo. As pessoas têm medo de sair de casa, não têm segurança mais. O comerciante, a dona de casa e a família que vai para a igreja estão com medo, amedrontados. Há áreas totalmente controladas pelo crime organizado. Para se ter acesso a serviços públicos... se você não tiver o o.k. do chefe da organização criminosa, não tem acesso a serviço público. E aí o Governo não consegue enfrentar a guerra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interna no Brasil, não consegue vencer o crime organizado no Brasil, mas agora quer ser especialista em crise internacional e dar pitaco em guerra de Israel contra Irã, de Israel contra o Hamas, enfim.

Assim, preocupa-me a escalada desse discurso, que é um discurso desconectado da realidade do Brasil e que vai na contramão da tradição diplomática do Brasil. O Brasil é um país que sempre optou pelo caminho da pacificação, do diálogo, da busca do entendimento pelas esferas diplomáticas, mas ter um Presidente que a todo tempo quer meter o bedelho, quer dar opinião, quer dar pitaco sobre o que ele não entende, e ainda vai para cúpulas internacionais para fazer vergonha ao Brasil, porque estava mais preocupado com outras coisas do que...

Enfim, eu só queria fazer esse registro, Sr. Presidente, chamar a atenção da Comissão, que é uma Comissão que discute a política de segurança pública do Brasil, para a nossa verdadeira guerra, que está aqui dentro. Cuide primeiro do dever de casa, garanta a paz aos brasileiros. A gente lamenta a guerra lá fora, ninguém fica feliz com guerra, ninguém fica feliz com morte. E se alguém, às vezes, fala "uma mortezinha aqui ou acolá" é com uma retórica equivocada e depois, felizmente, vai lá e diz: "Olha, eu me expressei mal". Que bom, que bom. Mas ninguém fica feliz com morte em lugar nenhum. "Mas o governo tal tem razão, o outro não tem razão." Morte é morte e há que se lamentar, são seres humanos. Mas não se resume, não se trata com a simplicidade que tenta tratar o Governo brasileiro – ou com a maldade – questões que são questões complexas e de solução também difícil.

Então, eu faço esse alerta, porque eu penso que o nosso foco principal tem que ser a atenção à guerra que nós vivemos no Brasil.

Minha saudação ao Presidente Mourão, Presidente eventual neste momento, e ao Presidente desta Comissão, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Flávio Bolsonaro, com a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – É só para parabenizar o Senador Marcos Rogério pelas suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós Parlamentares podemos ter nossas opiniões. Como um Chefe de Estado, ele tem que ter uma posição muito mais centrada e equilibrada.

E aí eu aproveito o gancho de V. Exa. para pontuar a hipocrisia do Governo Lula: alguém que o tempo inteiro faz um discurso de que é contra práticas odiosas, contra discurso de ódio, que quer regulamentar rede social para evitar o discurso de ódio nas redes sociais, no entanto, está endossando um Governo de terroristas que o tempo inteiro prega abertamente o fim do Estado de Israel. Olha, eles falam: "Nosso objetivo é acabar com o Estado de Israel". E como é que uma nação não pode ter o direito à autodefesa em circunstâncias como essa?

Como V. Exa. colocou: "Guerra é guerra", e quem iniciou essa guerra não foi Israel. A gente não pode desconsiderar aquele início, em que mais de 1,2 mil israelenses foram capturados, foram assassinados dentro do território de Israel – alguns adolescentes em uma festa –; em que diversas células de terroristas foram a muitos pontos, dentro do território de Israel, para assassinar deliberadamente as pessoas pelo simples fato de elas serem judias ou serem israelenses – bebês decapitados, mulheres estupradas. Nós vimos aqui, em alguns momentos, com sofrimento no coração, a forma como algumas mulheres voltavam desse sequestro, desse cativeiro, por parte dos terroristas: mal conseguiam andar de tanto que foram violentadas por essas pessoas, por esses terroristas.

É inacreditável a falta de humanidade de um Presidente como o Lula, que ainda tem a cara de pau e a covardia – não é coragem, é covardia – de se colocar contra o legítimo direito de Israel de se defender; se se preocupasse, realmente, com direitos humanos, teria condenado o gesto inicial que originou... que resultou em tudo o que nós estamos vendo hoje.

Portanto, aqui deixo a minha solidariedade completa ao Estado de Israel e ao Governo de Israel pelo que eles estão fazendo em favor do mundo, porque eles estão impedindo, ainda no seu nascedouro, que uma nação dominada por terroristas tenha bombas nucleares capazes de destruir o mundo, inclusive nós aqui no Brasil, em qualquer parte do mundo... Uma ogiva nuclear pode nos atingir e simplesmente dizimar todo mundo.

É irracional. Não dá para entender como é que se escolhe o lado errado com tanta convicção, que é o que o Governo Lula está fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Quero fazer uma última colocação a respeito desse assunto. É importante a gente lembrar que um dos grupos terroristas financiados pelo Irã, que é o Hezbollah... Nós temos sempre informações muito fidedignas da atuação desse grupo em uma das nossas tríplices fronteiras, ali na região de Foz do Iguaçu, Paraguai, Argentina. Esse grupo está conectado com o que o Senador Marcos Rogério colocou, que é o nosso crime organizado; está conectado com o nosso narcotráfico, lava dinheiro do nosso narcotráfico, então, tem toda uma interconexão.

Então, conforme o Senador Marcos Rogério, que foi muito claro, esta é a nossa guerra, e o Presidente da República tem que acordar para isso.

Eu queria comunicar que o relatório que foi lido agora pelo Presidente Flávio Bolsonaro foi apresentado durante a reunião, favorável ao projeto, com uma emenda, e já se encontra disponível na internet.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão, concedo vista coletiva e, ao mesmo tempo, retorno a Presidência a quem de direito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Presidente Mourão.

Então, não havendo mais nada a ser tratado na Comissão de Segurança Pública, encerro os trabalhos, desejando uma ótima semana a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatro minutos do dia primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Wilder Morais, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Jorge Seif, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 748, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para ampliar as hipóteses de legítima defesa, nos casos de invasão de domicílio." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2693, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prevê hipótese outras hipóteses da legítima defesa para os agentes de segurança pública." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 47, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2024 seja incluído convidado." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2529, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir as informações sobre o combate ao crime organizado no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp)." **Autoria:** Senador Guaracy Silveira (PP/TO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 1-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator ad hoc o Senador Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/01

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, realizada em 24 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Eu vou passar a Presidência ao Senador Wilder para que eu possa fazer a leitura dos meus relatórios dos dois primeiros itens. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria dizer que o Projeto de Lei nº 748, de 2024, é de minha autoria, e dele o senhor é o Relator.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 748, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para ampliar as hipóteses de legítima defesa, nos casos de invasão de domicílio.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 24/6/2025, foi lido o relatório, encerrada a discussão e concedida vista coletiva;

2. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Então, eu o coloco em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto de Lei nº 748, de 2024, com a Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com relação a esse projeto que tem o Senador Flávio como Relator, antes de passar ao segundo projeto, eu queria, primeiramente, fazer um comentário sobre o seu relatório e dizer da importância desse projeto para o nosso país, no momento em que a gente tem uma crescente violência em todos os estados.

Esse projeto, de minha autoria, deixa muito clara a questão da legítima defesa, nos casos de invasão das propriedades, residências, fazendas.

No meu Estado de Goiás, o meu eleitor me cobra muito isso porque nós já tivemos fatos que aconteceram, um, inclusive, aqui em uma cidade pertinho – bom dia, Senador Moro –, na cidade de Luziânia, em que um proprietário de uma residência, Senador Flávio, que é representante comercial e que, na segunda-feira, deixa sua casa e volta só no final de semana, depois de seis roubos consecutivos, resolveu fazer uma armadilha para que pudesse proibir ou coibir essas invasões porque ele já não aguentava mais trabalhar para o ladrão. Ele fez uma arma de fogo, que, quando abriu a porta, deu um tiro lá no bandido. Hoje ele responde a um processo se é legítima defesa ou não a invasão da casa dele nesse período todo.

Então, no meu Estado de Goiás, isso é muito cobrado, até porque nós temos também um projeto que está em andamento, Flávio, que muda também a questão do Código Penal por estado, para que os estados façam suas escolhas. Eu tenho certeza de que o meu Estado de Goiás também gostaria de ter leis mais duras. Eu também tenho um projeto lá, que é a posse e o porte estendido dentro das propriedades rurais. Se a pessoa invadiu sua propriedade, ele tem direito de legítima defesa. E uma coisa que você fez e melhorou o nosso projeto, não só pelo dono da fazenda ou da residência, mas por aquele que esteja naquele local na hora da invasão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu quero parabenizar e dizer que esse projeto, com toda certeza, vai ser aprovado aqui no Congresso Nacional e que tenha ampla divulgação, para que a pessoa não seja desinformada, que amanhã diga que não sabia que, em invasão de propriedade e residência, está sujeito a ter o direito de legítima defesa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Senador Wilder, só para fazer uma justificativa de voto, quero dar os parabéns a V. Exa. pela autoria e pela aprovação desse projeto. Para quem está nos acompanhando e não entendeu qual o projeto, é o Projeto de Lei 748, de 2024. E, basicamente, ele dá mais segurança jurídica para aquelas pessoas que usam arma de fogo para se defenderem.

Acrescenta aqui dois parágrafos ao art. 25 do Código Penal. Cabe fazer a leitura, que inclui aqui o §2º:

> "§ 2º Considera-se também em legítima defesa o agente que usa força letal para repelir invasão de seu domicílio, residência, imóvel ou veículo de sua propriedade, quando neles se encontrar.
> § 3º É lícita, para a proteção da propriedade, a utilização de ofendículos, armadilhas e artefatos semelhantes, além de cães de guarda, não respondendo o proprietário criminal ou civilmente por eventuais lesões ou mesmo pela morte do invasor."

Isso aqui é fundamental porque a gente, infelizmente, já presenciou algumas decisões judiciais que acabam responsabilizando o proprietário que, para defender a sua propriedade e, por consequência, a sua vida também, a gente nunca sabe, quando um marginal entra numa residência, se ele vai ficar apenas no crime patrimonial, se ele vai só roubar alguma coisa, se ele vai somente assaltar ou se não vai para um crime sexual, muitas vezes... Então, é fundamental que nós tenhamos essa segurança jurídica garantida em lei, para evitar que um juiz ou outro perdido, que viva fora da realidade, acabe não responsabilizando o proprietário após reagir a uma invasão de um marginal, que muitas das vezes está armado e que não mede esforços ali para ter a sua pretensão criminosa concretizada.

Então parabéns, Senador Wilder. Eu acho que a gente tem, sim, que dar muita divulgação para esse tipo de projeto que estamos aprovando hoje aqui na Comissão de Segurança Pública. Mais uma vez, a gente tem que ter o foco sempre na vítima e não no marginal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Dando sequência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O domicílio pode ser inclusive náutico?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Com toda a certeza, é propriedade náutica.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2693, DE 2024

- Não terminativo -

Altera do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prevê hipótese outras hipóteses da legítima defesa para os agentes de segurança pública.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 24/6/2025, foi lido o relatório, encerrada a discussão e concedida vista coletiva;

2. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, vou passar direto aqui à análise.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No mérito, consideramos o projeto de lei conveniente e oportuno.

A atual redação do parágrafo único do art. 25 do Código Penal já prescreve que, observados os requisitos do *caput*, considera-se em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes. Desta feita, o PL acrescenta nova hipótese de legítima defesa, quando o agente, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, repele injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem.

Note-se que, de acordo com a atual redação do mencionado dispositivo, a lei já contempla, no caso de vítima mantida refém, que se configura legítima defesa a ação do agente de segurança pública que repele a agressão ou risco de agressão a essa vítima.

Todavia, olvidou o legislador de contemplar seriíssima situação de risco para os agentes de segurança pública, que consiste no conflito armado com bandidos. Veio em boa hora, portanto, a inovação legislativa pugnada pelo PL, no sentido de albergar, na legítima defesa, a ação de policial que repele injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem, em meio a um conflito armado, ou na iminência deste.

Deve-se ter em conta que, num conflito armado com as forças policiais, os criminosos nada têm a perder e sempre atiram para matar.

Nessas situações, não se pode deixar que o policial, cumprindo seu dever, atuando em nítida legítima defesa, venha a ser injustamente investigado, processado e até mesmo punido.

Não obstante, a ementa do PL merece reparos redacionais.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.693, de 2024, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº - CSP (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 2.693, de 2024:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> "Altera o parágrafo único do art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever hipótese da legítima defesa para os agentes de segurança pública em conflito armado ou na iminência deste."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.693, de 2024, com a Emenda nº 1, da CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu vou devolver a...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – O.k., Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Quero registrar o meu voto favorável a esse projeto e também ao anterior.

Na verdade, acho que são alterações que até poderíamos reputar, numa primeira análise, desnecessárias, porque já estariam incluídas numa interpretação do art. 25, mas existe de fato uma situação de insegurança jurídica. Às vezes, situações óbvias de legítima defesa acabam gerando até processos na Justiça por uma avaliação, a meu ver, equivocada das circunstâncias. E, claro, vendo à distância um acontecimento de legítima defesa, um confronto armado, por exemplo, ou um risco de imediato confronto armado, às vezes o magistrado, o promotor ou até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo um investigador da polícia que analise de longe, à distância, já com calma, pode ter uma avaliação, como "Poxa, mas não precisava ter feito isso, poderia ter feito de outra forma".

Agora, quem está ali, no calor do momento, que exige uma ação rápida, e muitas vezes as circunstâncias não são todas conhecidas, acaba tendo que fazer uma escolha, e às vezes uma escolha que acaba sendo, vamos dizer assim, mais contundente, e talvez pudesse ser menos contundente. Mas a grande questão é como se colocar naquela posição ao se analisar à distância.

Então, eu particularmente penso que aqui não se está propriamente inovando no que diz o texto legal, mas deixando apenas um desdobramento de situações que já são contempladas. Até faço essa ressalva porque certamente virão críticas aí dizendo que está se ampliando a legítima defesa, mas não é essa a minha interpretação. Apenas se está colocando claro que essas situações não devem gerar um processo contra alguém que agiu, seja um policial, seja um cidadão comum.

Às vezes tem essa questão também de se pensar, quando se coloca esse "agente" aqui no texto, que está se falando de um policial ou um agente de segurança pública, mas não, o agente aqui é qualquer pessoa que pode se ver em uma situação de confronto em que ela tem que agir rapidamente para se proteger, ainda neste contexto que a gente tem hoje de um abandono por completo de política de segurança efetiva por parte do Governo Federal. Então, as pessoas ficam realmente com medo e muitas vezes a alternativa acaba sendo ela mesma se proteger de alguma forma.

Gostaria só de registrar aqui, porque não foi aberta a discussão... (*Risos.*)

Tudo bem que se entendeu que todo mundo concordava, mas eu faço aqui também a justificativa de voto presente sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Muito importante a sua participação, até pelo conhecimento que V. Exa. tem sobre o tema.

Eu devolvo aqui a Presidência ao Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Antes de passar para o próximo item, eu quero corroborar a fala do Senador Sergio Moro, porque nós que temos atuação na segurança pública ouvimos reiteradamente, há bastante tempo inclusive, de policiais que têm mais preocupação de sentar no banco dos réus do que enfrentar marginais fortemente armados, porque estão ali colocando a própria vida em risco e muitas vezes se veem tendo que responder um processo por terem trabalhado, como foi colocado, no calor da emoção.

É difícil você julgar uma pessoa quando, em fração de segundo, uma decisão errada que ele tome pode custar a própria vida dele. Então, acho que esse projeto vai na linha, Senador Moro, dos tempos atuais, em que já não se sabe mais o que é jurisprudência, a gente já não sabe mais se o que está escrito na lei de verdade está valendo, ou, quando um magistrado vai interpretar uma legislação, simplesmente ignora a vontade do legislador, que sempre foi algo praticamente sagrado na hora de tomar alguma decisão. Como legisladores, estamos colocando no texto da lei – mais claro impossível – qual é a intenção do legislador. A intenção do legislador é dar segurança jurídica para aquelas pessoas, sejam policiais, sejam pessoas que andam legalmente armadas, para que tenham uma garantia a mais, para que se reduza qualquer interpretação que exista por parte do magistrado de querer imputar algo a essa pessoa que está sendo vítima, seja de um assalto, ou a um policial que está sendo vítima, durante o seu trabalho, de algum marginal armado que, mais uma vez, não pensa duas vezes antes de tentar tirar a vida desse policial.

Então, que ele tenha condições de reagir sem precisar se preocupar, sem precisar ficar pensando, nessa fração de segundo a mais que pode custar a vida dele, se ele age ou se ele não age com a preocupação de ter que responder pelo seu comportamento ou pela atitude que tomou naquela determinada circunstância.

É nessa linha que eu acho que é importante. Não deixa de ser uma inovação, porque a gente está garantindo aqui que aqueles magistrados que têm essa percepção vão poder analisar essa lei assim que ela entrar em vigor, se Deus quiser, e evitar mais danos colaterais ainda, mais dúvidas ainda na cabeça de alguém que está ali usando uma arma de fogo ou algum outro artefato para defender a própria vida ou a vida de terceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, dando continuidade na pauta, o item 3, que era um requerimento, está sendo retirado de pauta porque tinha que ter um subscritor que integrasse a Comissão de Segurança, e o requerimento não tem.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 47, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2024 seja incluído convidado.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF))

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2529, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir as informações sobre o combate ao crime organizado no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp).

Autoria: Senador Guaracy Silveira (PP/TO)

Relatoria: Senador Esperidião Amin (ad hoc)

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A votação será nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcos do Val.

Esse projeto já entrou e saiu várias vezes de pauta. Então, eu vou designar um Relator *ad hoc* para fazer a leitura desse relatório do Senador Marcos do Val.

Senador Amin, pode fazer a leitura desse relatório do Senador Marcos do Val?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tarefa não (*Fora do microfone.*) se escolhe.

Eu sei que V. Exa. está me designando por altruísmo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, passo a palavra ao voluntário Senador Esperidião Amin para a leitura do relatório do Senador Marcos do Val, fazer a leitura como Relator *ad hoc*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Bom, a ementa, V. Exa. já sintetizou, mas eu quero só acrescentar que a proposta inclui na Lei 13.675, de 2018, as informações sobre o combate ao crime organizado no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas, o Sinesp.

Vou procurar sintetizar o relatório, dizendo que o escopo do projeto é:

- acrescentar a sistematização e o compartilhamento de informações sobre o combate ao crime organizado à lista de diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, PNSPDS;

- inserir a integração e o compartilhamento de informações sobre o combate ao crime organizado no rol de objetivos do programa;

- segundo: adicionar a integração de informações e dados prisionais, de rastreabilidade de armas e munições, de material genético, de digitais, de drogas e de combate ao crime organizado por meio do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade, ou seja, o Sinesp, como meio de integração e coordenação dos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- incluir dados sobre o combate ao crime organizado, como tipos de crimes, infratores, armas e locais dos crimes, no Sinesp; e, finalmente,

- prever a integração das redes e sistemas de dados e informações sobre o combate ao crime organizado como objetivo do já citado Sinesp.

A *vacatio legis* está prevista em 90 dias.

Na justificação, o autor argumenta que o projeto trará ferramentas adequadas para um combate eficiente, sistemático e inteligente à criminalidade organizada que infelizmente aflige o país.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Isso posto, eu me permito passar diretamente ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.529, de 2022, com a seguinte emenda de redação:

> [...] [O art. 35 passa a ter:]
> V – enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas;
> VI – enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher; e
> VII – combate ao crime organizado.
> § 1º Para fins de ampliação da integração dos dados e informações relacionados ao disposto no inciso VI do caput deste artigo, será garantida a interoperabilidade, no que couber, do Sinesp com o Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres, de que trata a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, observadas as restrições de publicidade disciplinadas na legislação.
> § 2º Os dados a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo serão reunidos em um banco de dados que conterá:
> I – os tipos de crimes praticados;
> II – os nomes dos infratores;
> III – a marca, o modelo e o número de série das armas empregadas; e
> IV – os locais das infrações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala da Comissão de Segurança Pública, nesta data.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado. Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Está aberto o painel já?

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu peço àqueles que estão acompanhando remotamente que possam fazer a votação pelo aplicativo.

O voto "sim" vota com o Relator e aprova o projeto, com a emenda.

Enquanto os Senadores estão votando, eu quero mais uma vez aqui reforçar a importância de que quem tiver projetos sob sua relatoria possa liberar os relatórios para que nós possamos fazer uma pauta o mais produtiva possível. E, como aqui a gente está dando uma certa celeridade nos trabalhos e botando para andar e votando muitos projetos que estão parados há bastante tempo – alguns há anos –, é importante que, mesmo que o parecer seja contrário ao projeto, que assim seja feito e que, no Plenário aqui da Comissão de Segurança Pública, possa ser aprovado... Nós vamos fazer também um calendário aqui, antes do recesso ainda, com algumas audiências públicas resultantes de requerimentos aprovados aqui já nesta Comissão. (*Pausa.*)

Só reforçando, quero pedir aos Senadores da Comissão de Segurança Pública que possam votar pelo aplicativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos votando o Projeto de Lei 2.529, de 2022, com emenda. O parecer é favorável. O voto "sim" aprova o projeto e o relatório. (*Pausa.*)

Senador Alessandro Vieira, Senadora Ivete da Silveira, Senador Marcio Bittar, Senador Marcos do Val, Senador Styvenson Valentim, Senador Magno Malta, Senador Rogerio Marinho, Senador Wilder Morais, Senador Carlos Portinho, Senador Marcos Rogério, Senador Astronauta Marcos Pontes, Senador Heinze, Senador Kajuru, Senador Angelo Coronel, Senador Vanderlan Cardoso, Senadora Ana Paula Lobato, Senador Fabiano Contarato, Senador Jaques Wagner, Senador Rogério Carvalho.

Precisamos de mais três votos aqui para dar o quórum.

Senador Wilder, é uma honra revê-lo nesta Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Presidente, capitão de longo curso. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Art. 500 do Código Comercial, que V. Exa. aprendeu também na faculdade de Direito – art. 500 do Código Comercial.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quer fazer a sua defesa, Senador Wilder?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Meu barco, minha vida. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Sabe o que é que está escrito no art. 500?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. *Fora do microfone.*) – Minha Casa, Minha Vida? (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor permite que eu leia o art. 500 do Código Comercial?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É sobre direito marítimo.

> Art 500. O capitão que seduzir ou desencaminhar marinheiro matriculado em outra embarcação será punido com a multa de cem mil réis por cada indivíduo que desencaminhar, e obrigado a entregar o marinheiro seduzido, existindo a bordo do seu navio; e se a embarcação por esta falta [...] [não se fizer à vela], será responsável pelas [...] [despesas] da demora.

Está em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se o Senador Wilder quiser se defender, o microfone está aberto, tá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, como já temos o quórum, eu vou encerrar a votação.

Mais alguém pretende votar? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – SIM, 9; NÃO, 0.

Zero abstenção.

Está aprovado o Projeto de Lei 2.529, de 2022, com a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a todos pela presença e pela atenção e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

Bom dia a todos.

(Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Wellington Fagundes e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Jorge Seif, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6043, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatório o bloqueio do código IMEI (Identificação Internacional de Equipamento Móvel) a contar da realização de boletim de ocorrência ou de outro documento equivalente emitido por órgão policial nas hipóteses de furto, roubo ou extravio de aparelho de telefone celular." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator ad hoc o Senador Fabiano Contarato. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3191, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de obstrução de via pública mediante uso de barricadas para fins de cometimento ou ocultação de crimes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, o relator se manifesta favoravelmente à Emenda nº 1, abrindo mão de sua emenda, apresentada no relatório. Colocado em votação, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **Observação:** Antes da reunião, é apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5002, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 115 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para impor a prestação de serviços à comunidade ou a prestação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pecuniária quando o regime aberto for imposto em decorrência de conversão por descumprimento de pena restritiva de direito." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do autor. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1588, de 2022 - Terminativo -** que: "Concede o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** Durante a reunião, é designada relatora ad hoc a Senadora Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/08

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada em 1º de julho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

No item 1, vou pedir para o Senador Fabiano Contarato fazer a leitura do relatório do Senador Jorge Seif. Vou só anunciar aqui o projeto.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6043, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatório o bloqueio do código IMEI (Identificação Internacional de Equipamento Móvel) a contar da realização de boletim de ocorrência ou de outro documento equivalente emitido por órgão policial nas hipóteses de furto, roubo ou extravio de aparelho de telefone celular.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato (ad hoc)

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 3/7/2025, foi apresentado novo relatório, favorável ao projeto, com uma emenda;

2. A matéria seguirá à Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Seif.

Eu passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para fazer a leitura do relatório do Senador Jorge Seif, em relatoria *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero parabenizar V. Exa. pela autoria desse tão importante Projeto de Lei 6.043, ao passo que, também aqui, quero parabenizar a relatoria do Senador Jorge Seif.

Como o relatório já foi disponibilizado, eu passo direto a fazer uma análise em uma síntese desse relatório, para que a gente possa ganhar tempo aqui.

O projeto se soma a outras ferramentas atualmente disponíveis para as vítimas desse tipo de crime. O usuário que teve sua estação móvel furtada, roubada ou extraviada pode solicitar o respectivo bloqueio diretamente à sua prestadora, sem que seja obrigatória a expedição de registro oficial da ocorrência perante a autoridade policial.

Com efeito, nem sequer é necessário informar o código Imei: basta informar o número do telefone. A partir dessa comunicação, os dados do terminal são inseridos no Cadastro Nacional de Estações Móveis Impedidas (Cemi).

Outro mecanismo disponível é o aplicativo Celular Seguro, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Mediante cadastro prévio, o aplicativo permite que o usuário notifique a perda, o furto ou o roubo de sua estação móvel do Serviço Móvel Pessoal (SMP). Essa notificação é então compartilhada com as prestadoras do SMP, bancos e demais instituições participantes para bloquear o uso do terminal e o acesso a serviços bancários e outras aplicações nele disponíveis. O aplicativo também está conectado com o Cemi.

Paralelamente, os dois sistemas operacionais mais utilizados em telefones móveis no Brasil oferecem ferramentas para localização e restrição de acesso a terminais roubados, furtados ou extraviados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por derradeiro, com o objetivo de tornar mais acessível e eficiente o processo de bloqueio de celulares em casos de extravio, furto ou roubo, propomos emenda que permite a atuação direta do poder público, por meio de soluções tecnológicas que complementem os canais atualmente existentes. A medida amplia as possibilidades de proteção ao usuário, fortalecendo a resposta institucional frente à criminalidade.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.043, de 2023, com o oferecimento da seguinte emenda.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Fabiano.

Em discussão. (*Pausa.*)

Muito rapidamente, só para contextualizar, esse projeto já esteve na pauta, aí voltou com essa emenda do Senador Jorge Seif, porque esse projeto foi apresentado antes de um programa que o Governo Federal lançou, que é um aplicativo onde as pessoas podem fazer a comunicação de que o celular foi roubado, furtado, extraviado, e aí automaticamente esse Imei, que é a digital desse aparelho celular, é cancelado; portanto, ninguém consegue mais habilitar esse telefone. E o projeto, como foi anterior, previa a ferramenta que as pessoas da nossa idade estão mais acostumadas a usar, que é ir à delegacia, fazer o registro de ocorrência, e aí fica a obrigatoriedade de que seja informado à Anatel esse registro de ocorrência, para que aí exista o cancelamento desse Imei, para que o aparelho furtado ou roubado não possa ser revendido.

Então, a emenda do Senador Jorge Seif foi exatamente para compatibilizar isto: agora, a vítima vai ter duas possibilidades de conseguir cancelar o uso do seu aparelho celular que foi furtado ou foi roubado, seja pelo método tradicional, nas delegacias, seja por intermédio dessa plataforma, que obviamente é muito mais fácil, muito mais ágil, mas as pessoas não têm o hábito ainda de recorrer a ela para fazer esse tipo de procedimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que o projeto atende, não atrapalha a tecnologia que já está em vigor, e cria esta obrigatoriedade de que os órgãos policiais também tenham esta prerrogativa de fazer a comunicação. A intenção, obviamente, é tentar evitar ou desaquecer este grande mercado que existe ainda, paralelo, de receptação, de revenda de produtos roubados ou são furtados.

Então, eu agradeço aí ao Senador Jorge Seif pelo relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu só quero mais uma vez concordar, *ipsis litteris*, em gênero, número e grau, com esse projeto. Eu acho que tudo que você faz de forma a desburocratizar, facilitar e proteger a vítima, isso tem que ser muito bem-vindo.

E o senhor me fez lembrar aqui, com todo o respeito, vou dar um exemplo que o colega Deputado, que é policial também, vai saber do que eu estou falando. Eu era delegado no interior, Senador Flávio, chegava uma pessoa e falava assim: "Eu fui vítima de um furto, depenaram todos os meus eletroeletrônicos daquele comércio". Eu fazia um boletim de ocorrência, instaurava o inquérito por furto, ação penal pública incondicionada, só que o crime é material, aconteceu naquela data. E ninguém pode ser preso, salvo em flagrante delito ou por ordem judicial.

Passava-se uma semana, vinha a vítima, chegava para mim e falava: "Doutor, o senhor lembra que semana passada eu estive aqui na delegacia e fiz ocorrência do furto? Eu sei onde estão os objetos. Estão todos naquela residência lá". O delegado não tem o poder de expedir mandado de busca e apreensão. E aí o que acontecia? Eu tinha que fazer uma representação de busca e apreensão no Poder Judiciário. Aquela representação passava no cartório, que vai para vista do MP, passa por não sei quê, daqui a um pouco todo mundo está sabendo da representação da busca e apreensão. E quando o Judiciário resolvia determinar a busca e apreensão... E a vítima me pressionando, como delegado: "Um absurdo, eu sei onde estão os objetos do furto e o senhor não vai lá?". E eu não poderia ir porque a casa é asilo inviolável, ninguém nela pode penetrar, salvo em flagrante delito ou por ordem judicial. Não era flagrante, e eu não tinha ordem judicial, estava buscando.

Então, quer dizer, eu acho que nós não temos que partir da premissa de que a polícia age com má-fé, eu acho que a gente tinha que debruçar aqui... E eu vou apresentar um projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei nesse sentido, para determinar, porque a presunção é de legitimidade dos atos praticados pela administração pública...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, se permite um aparte, já existe isso com relação à Lei Maria da Penha, não é?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, o delegado já pode expedir uma ordem de...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Porque era frustrante. Você imagine eu chegar para vítima e ela falar para mim: "Olha, os objetos estão todos na residência de fulano. Se o senhor for lá agora, vai pegar". E eu falar para ela: "Olha, eu não posso, porque o crime de furto é um crime material. A consumação dele aconteceu semana passada".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ninguém entende.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ninguém vai entender.

Então, eu acho que a gente tem que... Isso só me fez lembrar... Por isso que eu estou fazendo esse aparte, essa consideração: é para enaltecer a iniciativa, porque eu acho que é de fundamental importância você bloquear de imediato isso e garantir a privacidade da pessoa, a vida da pessoa em diversos aspectos.

Mais uma vez, parabenizo V. Exa. e conto com o apoio de V. Exa., se assim eu apresentar um projeto de lei para que determine que a autoridade policial tenha o poder de determinar busca e apreensão. Claro que aquela decisão ficaria condicionada ao juiz ratificá-la e convalidá-la em 24 horas, por exemplo, mas estaria legitimando quem está na ponta na segurança pública a dar uma prestação e garantindo aquela premissa constitucional de que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu sou a favor da matéria, lógico. Eu acho que podíamos até fazer em coautoria um projeto como esse, pelo seguinte, partindo dessa premissa de que o delegado pode fazer, dar um prazo de 24 horas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que seja para o juiz deferir ou não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ratificar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, se não tomar decisão...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não é deferir, é ratificar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se não tomar a decisão, tacitamente está autorizado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Vamos fazer em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos lá. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 6.043, de 2023, com a Emenda nº 1, da CSP.

A matéria vai à Comissão de Comunicação e Direito Digital.

Passo ao item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3191, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de obstrução de via pública mediante uso de barricadas para fins de cometimento ou ocultação de crimes.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *1. A matéria seguirá à CCJ.*

Autoria: Câmara dos Deputados, mas na verdade a autoria é do Deputado Sargento Portugal, que nos honra com a sua presença aqui, hoje, na Comissão de Segurança Pública. Parabéns por estar aqui correndo atrás do seu projeto! Com tantas propostas tramitando na Casa, se o autor não estiver ali, não botar o projeto embaixo do braço e correr atrás para tentar dar celeridade, dificilmente isso vai se transformar em lei em algum momento, exceto quando eu estou na Presidência da Comissão de Segurança Pública e o autor do projeto é a V. Exa., porque eu já pauto mesmo sem V. Exa. pedir. (*Risos.*) Eu acho que o projeto é excelente e importante, tanto é que sou o Relator dele.

Observações: em 8 de julho de 2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Como eu sou o Relator da matéria, eu passo a Presidência ao Senador Fabiano Contarato para que eu possa dar meu parecer sobre a emenda de plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Flávio Bolsonaro, para leitura do seu relatório e dar parecer sobre a emenda apresentada. (*Pausa.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Amin, bem-vindo!

Como o relatório já está disponibilizado, eu vou passar direto ao voto, que é pela aprovação do projeto de lei... Aliás, deixe-me fazer a leitura do relatório, que é importante aqui para que as pessoas tenham consciência do tema.

Passando aqui à análise, então, Presidente.

No texto da proposição, não identificamos inconstitucionalidade nem injuridicidade. Também não observamos, no PL, falha de natureza regimental.

A matéria versa sobre direito penal, situando-se no campo da competência legislativa da União, conforme o art. 22, I, da Constituição Federal, sendo admitida a iniciativa parlamentar para a sua propositura, nos termos do art. 61 da Carta Política.

No mérito, consideramos o projeto conveniente e oportuno.

A obstrução de vias para garantir a execução de crime, mantendo as forças policiais distantes, é conduta gravíssima, que deve ser punida com todo o rigor.

Obviamente, uma manifestação social, como movimento reivindicatório ou paredista, não poderia constituir crime, até porque, nesse caso, a obstrução da via não terá o objetivo de cometer ou ocultar crime. Diante disso, foi muito bem colocada a ressalva constante do §3º do art. 226-A, na forma do PL.

Não obstante, o texto merece alguns reparos.

No início, observamos que a conduta descrita no novo tipo penal constitui crime contra a administração da Justiça, sendo indevido o seu posicionamento no art. 266-A, que estaria no capítulo que versa sobre crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. Melhor seria posicioná-lo como art. 338-A, no capítulo dos crimes contra a administração da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A redação do *caput* pode ser aprimorada para contemplar, além das vias públicas, as vias privadas; e também para suprimir o desnecessário §1º, em que se tenta fazer a definição de barricada. Ademais, por prever pluralidade de condutas, convém desmembrar o texto para deslocar algumas delas para um parágrafo subsequente.

Finalmente, o §2º pode ser suprimido, visto que o fato de o agente integrar organização criminosa atrai a aplicação das penas previstas na Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, em concurso material.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.191, de 2024, com a seguinte emenda da CSP:

> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.191, de 2024, a seguinte redação:
> Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 338-A:
> Obstrução de via pública ou de via privada interna ou de acesso a comunidade ou condomínio residencial ou comercial, para fins de cometimento ou ocultação de crime.
> Art. 338-A. Bloquear ou obstruir via pública ou via privada interna ou de acesso a comunidade ou condomínio residencial ou comercial, mediante uso de barricada ou de qualquer outra espécie de obstáculo, para fins de cometimento ou ocultação de crime:
> Pena - reclusão, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.
> § 1º Incide na mesma pena quem restringe a livre circulação de pessoas, bens e serviços, ou impede ou dificulta a atuação das forças de segurança pública, inclusive a investigação e a perseguição policial.
> § 2º Não constitui o crime previsto no *caput* deste artigo a manifestação crítica ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, aglomerações ou qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais.

Essa aqui já é a redação da... Já é com a emenda aprovada, não, né? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu tenho que dar o parecer sobre a Emenda nº 1, do Senador Fabiano Contarato, que está, na verdade, dando uma nova redação ao §2º. É isso? (*Pausa.*)

Ah, inclui bens e serviços.

A emenda do Senador Fabiano Contarato só altera as redações dos §§1º e 2º. E, como estou acolhendo a emenda, eu vou fazer a leitura aqui do que a gente está votando.

Aí o §1º ficou com a seguinte redação: "§ 1º Incide na mesma pena quem, para fins de cometimento ou ocultação de crime, restringe a livre circulação de pessoas, bens e serviços, ou impede ou dificulta a atuação das forças de segurança pública, inclusive a investigação e a perseguição policial".

A redação do §2º ficou da seguinte forma: "§ 2º Não constitui o crime previsto no *caput* ou no §1º deste artigo a manifestação crítica ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, aglomerações ou qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais".

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado ao Relator Senador Flávio Bolsonaro. Quero parabenizar V. Exa. pelo relatório, ao passo que quero também aqui fazer o registro e parabenizar o Sargento Portugal. Quero falar que é muito bom quando eu vejo um Parlamentar aqui, egresso da segurança pública, que tem essa empatia e que saiba, efetivamente... Porque quem está na ponta sabe, efetivamente, o que é que se passa.

Então, parabéns a V. Exa. pela autoria desse projeto, ao passo que saúdo aqui e parabenizo o Senador Flávio Bolsonaro e também agradeço pelo acolhimento, porque o objetivo foi 100%... Eu sou 100% favorável a esse projeto. Eu só quis fazer esse ajuste para determinar efetivamente, para não dar margem de dúvida a eventual problema que pudesse ocorrer.

Parabenizo V. Exa.

Em discussão.

Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu indago por que repetir, no novo §1º, o que já está no art. 338, *caput*. Ou seja – do 338-A... Veja bem, o que foi acrescentado foi: "Incide, na mesma pena, quem, para fins de cometimento de crime...". Não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, isso é o que entrou agora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que entrou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No §1º. Foi...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que entrou foi livre circulação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a explicação da finalidade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que entrou no §1º foi a questão da livre circulação de pessoas, bens e serviços.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Isso já está. O que entrou foi antes: "Incide, na mesma pena, quem, para fins de cometimento de crime...". Foi isso que entrou. Ou seja: a finalística foi reiterada. Por quê? Porque já está no *caput*: "Bloquear ou obstruir via pública ou via privada de condomínio residencial, para fins de cometimento ou ocultação de crime".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, vai daí que eu considero dispensável essa reiteração e eu não votaria a favor dela, com todo o respeito. Por quê? Porque já está escrito no *caput*. É para fins de cometimento de crime ou de ocultação de um crime que esteja lá. Aí eu faço a barricada. Isso é o teatro. Isso já está escrito em cima. Por que reiterar, no §1º, aquilo que já está escrito no *caput* do artigo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a segunda coisa: eu, no §2º, não deixaria assim.

Eu nasci numa cidade que se divide em ilha e continente, e o maior inferno que se pode produzir na cidade é alguém fazer uma manifestação na ponte. Dez pessoas vão lá e fecham a ponte, que liga a cidade... Então, não estão cometendo crime, estão fazendo uma manifestação social. Então, no mínimo respeitar a autoridade local, seja ela estadual ou seja ela municipal. Quer fazer um protesto de natureza social? Programe-se com a autoridade local. Quer dizer, eu vou lá, briguei com a mulher, o meu time perdeu... Já pensou se a torcida do Vasco, gloriosa, protestasse a cada vice-campeonato?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Posso, como Relator... Porque eu acho que é importante fazer a distinção, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A minha colocação... Eu compreendo, mas só queria dizer o seguinte: como está escrito, eu não conheço todo o texto, mas eu acho que uma concessão à autoridade local para que haja... Até, no final das contas, para evitar que duas manifestações antagônicas se encontrem, que é o pior de tudo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, acho que é o seguinte. A intenção do autor do projeto, como é bem claro aqui, é no tocante a um problema que existe e está sendo até chamado agora de domínio de cidades já, porque, na verdade, eles são marginais, não são traficantes de drogas, são milicianos e eles lançam mão desse tipo de artifício como se falassem assim: a área aqui é minha. Então, toca fogo em pneu, dá tiro de fuzil em cima do policial que está lá tentando tirar uma guarita lá. Enfim, uma série de artifícios que eles usam... Por isso que eu acho que a mentalidade do autor do projeto era essa, e eu acho que é a correta.

Tem sido até uma constante aqui nesta Comissão que, em projetos de lei que tratam mais ou menos do mesmo assunto, fosse colocada essa ressalva para não se criminalizar com pena de três a cinco anos alguém que feche uma ponte. Eu também acho que é equivocado, pelo menos das manifestações que nós organizamos 100% delas sempre foram pacíficas, nem papel de bala fica no chão quando acaba uma manifestação nossa. Sempre ordeira, sem fechar trânsito, inclusive sempre comunicada à polícia para que haja uma escolta e tudo, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é a intenção do projeto, do autor e, pelo que eu entendi, do que está no texto desse projeto de lei criminalizar esse tipo de situação, por mais que nós sejamos contra. Porque, do jeito que estão as coisas hoje, Amin, qualquer coisa pode ser interpretada por um juiz como um ato de... Um ato ou uma manifestação pública pode ser transformada em golpe do 8 de janeiro. Entendeu? Por isso que é importante fazer essa ressalva, para ficar bem claro e para que não haja interpretação por parte do magistrado de tentar criminalizar algum movimento que, porventura, venha a reivindicar alguma coisa. Acho que essa que é a palavra.

Então, eu achei prudente manter aqui essa parte "para fim de cometimento ou cotação de crime", mais uma vez, para evitar que alguém faça, algum iluminado faça uma interpretação em separado do §1º. Obviamente não é para fazer. Não é para fazer a interpretação em separado, porque claramente está aqui, senão não seria §1º, seria um outro artigo. Está subordinado, está dentro aqui da estrutura hierárquica do tipo penal que a gente está estabelecendo. E eu não achei que isso prejudica, só deixa mais claro. A minha compreensão é exatamente a de V. Exa., não haveria necessidade, mas, como as coisas estão hoje, eu sempre prefiro pecar por excesso, já que aqui não está comprometendo em nada a intenção do projeto de lei.

Eu só fiquei na dúvida de verdade no §2º. Eu não consegui entender o que mudou ainda, ou a emenda não foi sobre o §2º, foi só sobre o primeiro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi só sobre o primeiro, né? Então, não mudou nada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concordo com V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O segundo eu também não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... *quod abundat non nocet*: o que abunda não prejudica.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É melhor traduzir porque alguém pode fazer uma interpretação equivocada da expressão em latim e vai falar que tem bunda no meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor é que está pensando em português, eu estou falando em latim.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu queria só fazer um esclarecimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu apenas assinalei que me parece um acréscimo, mas não está errado. Não vejo erro. O senhor está parametrizando especificamente o parágrafo. Bastaria o parágrafo para compreender a lei. Agora, o segundo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele inclui aqui o §1º.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A emenda dele é do §1º, não é?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Das duas. Eu vou explicar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No §2º, eu acho...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na redação original, estava se referindo apenas ao *caput*. Ele está se referindo ao *caput* e ao §1º. Essa que é a intenção.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como eu disse, não prejudica, reitera, mas...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só quero fazer um esclarecimento como autor, por gentileza.

Na verdade, Senador Esperidião Amin, a intenção de ratificar o elemento subjetivo da conduta, que é para fim de cometimento e ocultação do crime, segue uma regra. Eu vou dar um exemplo para o senhor aqui. Você tem o crime de promoção de imigrante. "Promover por qualquer meio com o fim de obter vantagem...". Aí vem o §1º: "na mesma pena incorre quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promover, por qualquer meio, com o fim de obter...". Para não deixar margem de dúvida, então, nisso nós estamos de acordo perfeitamente.

Com relação ao §2º, nós não tínhamos a ressalva de fazer o do §1º. Então, só tinha "não constitui o crime previsto no *caput*", mas também não pode constituir o crime previsto no §1º, então ele só acrescentou:

> Não constitui o crime previsto no *caput* ou no §1º deste artigo a manifestação crítica ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, aglomerações ou qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais.

Então, eu acho que nós estamos falando da mesma coisa. O objetivo do autor não foi penalizar com pena de reclusão de três a cinco anos quem está fazendo um movimento de reivindicação. No que pese, acho que essas pessoas têm que ser responsabilizadas à luz de indenização, de responsabilidade civil ou administrativa, mas não colocar aqui, porque isso desvirtua a intenção do autor proponente, que é o Sargento Portugal, que aqui está presente, nós conversamos antes até inclusive de iniciar este debate.

Então, eu agradeço o acolhimento.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, é um projeto extremamente necessário – eu quero cumprimentar o autor, obrigada por estar acompanhando a gente na Comissão –, mas o que o Senador Amin levantou está inclusive no projeto original, quando o autor traz que não constitui crime a manifestação crítica, os direitos e garantias, a luta pelas garantias constitucionais, aglomerações, manifestação política.

Mas o que a prática tem mostrado, Presidente, com todo respeito ao autor e ao Flávio, que manteve o artigo? Está em fase de investigação, em uma comunidade, e, nessa investigação, há uma troca de tiro e morre um jovem. A comunidade, no outro dia, vai para a rua: "Justiça! Justiça! Justiça!". Essas manifestações da comunidade, em grande maioria, são com pneu, com pau, com fogo, obstruindo rodovia, sim. Até onde a comunidade quer mesmo justiça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justiça, justiça, ou o comando ali do crime mandou: "Comecem a se manifestar usando a foto de quem morreu, a foto de quem está baleado, porque, enquanto estiverem se manifestando pedindo justiça, estão impedindo a polícia de entrar aqui".

Então, é tão tênue, é tão próxima essa fronteira. Você está entendendo, Deputado? É tão próxima essa fronteira...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas a senhora quer criminalizar com a mesma pena?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, não quero...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O projeto quer ressalvar isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Veja só, para ressalvar o direito da manifestação por justiça, mas a gente tem visto na prática que essas manifestações por justiça, às vezes, têm gente por trás manipulando, colocando pneu: "É justiça, mas vamos obstruir a entrada da polícia aqui agora".

Então, eu entendo as garantias constitucionais que temos de manifestação, de reunião pública, mas entendo também a preocupação que o Amin trouxe aqui.

Apenas que fique claro isso... Querem ver? É tão difícil esse limite de até onde é uma manifestação pacífica ou é uma falsa manifestação, dentro da comunidade, com pneu queimado para que a polícia não entre. Então, vamos deixar como está, mas entendo que, na prática, eles vão dizer: "Não, não era para impedir a polícia; era uma manifestação por justiça".

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – É só para esclarecer, eu acho que a gente está falando a mesma coisa, porque, na prática, esse tipo de manifestação só não será incluída neste tipo penal. Vai ficar valendo o que já existe hoje – e que eu também abomino! Eu não concordo que se feche a Avenida Brasil tacando fogo em ônibus, em pneu, fazendo um monte de coisa. Para isso já tem a legislação atual, que prevê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais são os tipos penais, quais são as consequências cíveis, inclusive, disso, mas a gente não costuma ver punição ou inquéritos concluídos que levem à responsabilização de quem faz isso.

Só que no projeto, como eu disse inicialmente, Senadora Damares, é outra concepção: está focado em criar aqui... Eu acho até que acabei de ter uma... A gente vai discutindo e vão surgindo ideias. A gente não colocou aqui neste projeto, Sargento Portugal, que essas penas são independentes das penas dos crimes, de outros crimes que porventura venham a ser cometidos, para que não exista interpretação como a recente, agora, de dezembro do ano passado, do STJ, que absorveu o crime de porte ilegal de arma quando uma pessoa é condenada por tráfico de drogas – em outras palavras, dizendo que, para o cometimento do crime de tráfico de drogas, a arma é apenas um mero instrumento que permite que se atinja esse objetivo de traficar drogas, portanto, a pena do porte ilegal de arma é desconsiderada.

Eu acho que valia aqui ainda fazer uma ressalva, nessa pena do art. 338-A, que está de reclusão, de três a cinco anos, e multa, aquela que a gente também tem feito com alguma frequência aqui, que diz que é independente das penas de outros crimes que porventura venham a ser cometidos, para ficar bem claro que é cumulativa a pena: é uma pena a mais, não é uma pena que possa ser absolvida.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu entendo a preocupação de V. Exa. e concordo, só que, normalmente, como o tipo penal aqui tem ação nuclear e verbo do tipo que não é recepcionado como aquilo que o senhor almeja, por exemplo... Eu entendi perfeitamente; por exemplo, eu colocaria aqui a pena de reclusão, de três a cinco anos, e multa, além das penas correspondentes ao crime praticado ou à violência ou grave ameaça.

Como aqui o tipo penal não tem essas ações nucleares... Ele só fala "bloquear", "obstruir"; ele não tem "destruir", "danificar ou, por qualquer meio, deteriorar" – aí, sim, nós teríamos a possibilidade de fazer a ressalva de falar assim: "além das penas correspondentes à violência ou à grave ameaça", como acontece.

Eu acho que, do jeito que está, com toda a humildade, isso já vai acontecer. O juiz vai condenar aqui, e, se ele quebrou uma coisa que é do setor público, ele vai condenar por dano qualificado, do art. 163, ou por um dano privado, se ele quebrou um carro, e aí o interesse é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particular. Vai condenar por esse tipo mais o dano em concurso material, somando-se as penas, com base no art. 69. Eu acho que não teria como colocar porque não tem aqui esse tipo penal subsidiário que se refere à violência, grave ameaça ou dano; nele, simplesmente, a ação nuclear é bloquear, obstruir a via. Ele não tem aqui "danificar, deteriorar ou reduzir o valor de qualquer outro bem". Então, eu acho que já estaria implícito esse concurso material, somando-se as penas. É diferente.

Eu entendo, por exemplo: eu ficava indignado quando eu indiciava uma pessoa por homicídio doloso por disparo de arma de fogo. Normalmente, o que eu fazia? Eu indiciava aquela pessoa por homicídio simples ou qualificado, mas colocava também o porte de arma nele em concurso material, e vinham inúmeros juízes e promotores falando: "Não, o porte fica absorvido pelo homicídio". Eu falava: "Não, os momentos consumativos são diferentes". Daí a magnitude de quem está procedendo o interrogatório. Sempre que eu fazia um interrogatório com disparo de arma de fogo, eu perguntava: "Eu quero saber não do homicídio agora, vamos começar no dia de hoje. Onde estava a arma hoje de manhã?" "Ah, a arma estava dentro da minha residência" "O senhor possui porte ou registro?" "Não possuo porte ou registro." "E aí o senhor fez o quê?" "Saí de casa tal hora." "Você levou consigo a arma?" "Sim." "O senhor foi aonde?" "Eu percorri tal lugar e tal lugar". Já está configurado o crime de porte de arma. São momentos consumativos diferentes. Se, depois, ele se desentende com alguém na rua, efetua um disparo de arma de fogo e mata aquela pessoa, agora nós temos o homicídio em concurso material com o porte de arma, com base no art. 69: "Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas [...]", mas eu ficava indignado quando eu via assim: "Não, o porte de arma fica absorvido pelo homicídio por disparo de arma de fogo". São momentos consumativos completamente diferentes. Não tem absolutamente nada a ver.

Então, eu aqui concordaria com V. Exa. *ipsis litteris*, em gênero, número e grau. Só não acho que não seria a possibilidade diante da ação nuclear do verbo do tipo penal. Se tivesse ali que ele deteriorou, danificou ou inutilizou, por qualquer meio, patrimônio público ou privado, aí, sim, nós colocaríamos a pena de reclusão de três a cinco anos, além da pena correspondente à violência, grave ameaça ou dano praticado. Só que isso já vai acontecer, com todo o respeito, na minha humilde opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora, posso só...

Antes de iniciar a discussão, Presidente, permita-me discordar de V. Exa. nessa parte. Eu vou fazer só uma... Por exemplo: a gente está falando aqui que o que abunda não prejudica.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Pode ser. Você quer colocar?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, olha a minha preocupação. Eu vou ler aqui o tipo penal, o art. 288-A, que é milícia privada: "Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular [...]", tal, tal, tal.

Do jeito que as coisas estão indo e pela interpretação recente do STJ, algum magistrado pode entender que, para manter determinada milícia, para manter determinada boca de fumo para a prática de tráfico de drogas, é necessário que haja ali uma barricada para proteger territorialmente a sua atuação; portanto, esse crime pode ficar absorvido pelo crime de tráfico de drogas ou de milícia. Como a pena que a gente está colocando, que eu acho que é bem razoável, é de três a cinco anos para quem faz isso, e a pena de milícia é de quatro a oito anos, eu acho importante a gente deixar bem claro que é possível essa cumulatividade, Senador Contarato. Obviamente, tem que haver um...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Como vai ser essa cumulatividade?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para manter uma milícia, é importante que existam obstruções ao longo da via para evitar que a polícia chegue até lá ao interior de determinado bairro, determinada cidade, determinado condomínio, para que se mantenha ali o crime da prática de extorsão da população ou a prática de venda de drogas ilegais...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu acho que ficaria, na minha humilde opinião... Só se colocássemos aqui – e eu pediria até a ajuda ao próprio autor... A pena é de reclusão de três a cinco anos e multa. Só se a gente colocasse, para não individualizar uma conduta como do dano em si – que podem ser outras, como essa, da milícia –, "além dos crimes interligados por conexão ou continência". Aí poderia ser de forma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Ou pode ser um crime autônomo também.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Além de eventual crime praticado por conexão ou continência, que são institutos, dentro do processo penal, que têm essa conexão ou continência. Aí, você abrangeria qualquer crime. Se foi a milícia e mais esse crime, somam-se as penas.

Eu acho que abrangeria muito mais, se você colocasse "além das penas praticadas com conexão ou continência", porque são institutos diferentes, conexão e continência, e você poderia ter a possibilidade de ter o concurso material, inclusive com o exemplo que V. Exa. falou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, se V. Exa. me permite, eu vou, até em homenagem ao autor do projeto, que está aqui acompanhando a discussão, pegando pelo áudio... V. Exa. poderia retirar de pauta, antes de encerrar a discussão, e, na próxima reunião, a gente voltaria com o assunto mais bem compreendido? Com o autor também sinalizando se é favorável ou contra isso, a gente conseguiria estudar melhor se tem uma redação ou se mantém o relatório do jeito que está.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por mim, eu estou aqui para contribuir, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou ouvir minha ídola primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se V. Exa. acha que é prudente, eu estou aqui para atender.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho melhor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senador Flávio, a matéria é tão boa, tão necessária, e ainda vai para a CCJ.

Eu acho que o Senador Contarato e o senhor são membros da CCJ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dá para fazer uma emenda lá, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente venceria essa etapa aqui, hoje, iria para a CCJ, e a gente poderia ver um Senador próximo, que entenda, se o senhor não estiver na CCJ, e, na CCJ, a gente faz essa adequação e vence essa etapa aqui.

Já concordamos que a matéria e boa. É uma adequação ou outra. A gente venceria essa etapa e iria para lá.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É uma boa.

Está vendo como é importante ouvir minha ídola antes de tomar decisão? Eu concordo com ela.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu quero parabenizar a Senadora Damares e acho que a matéria é de extrema importância. Os ajustes que estão sendo feitos são só positivos. Então, se lá, na CCJ... Inclusive, eu faço parte da CCJ e também posso contribuir para que não haja dúvida com relação à possibilidade do concurso material com eventual crime praticado por conexão ou continência. Está claro?

Encerro a discussão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só tem que fazer uma ressalva aqui, para ficar registrado no *Diário Oficial*.

É que, na verdade, eu estou... Para poder sair daqui da Comissão com essa redação da emenda de V. Exa., oralmente, aqui, eu só retifico que – na parte do §1º, não é? – a minha emenda, com relação ao §1º, eu acato, na íntegra, essa parte do §1º, conforme o texto da emenda de V. Exa. Só isso já resolve aqui, para poder calçar regimentalmente, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou aprovando essa emenda aqui de V. Exa. e abrindo mão da minha emenda na Comissão de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí, fica certinho o texto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E aprovando as duas que apresentei.

Encerrada a discussão, a votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 3.191 e à Emenda 1.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

E, mais uma vez, quero aqui registrar a presença do Sargento Portugal, parabenizá-lo pela sobriedade, serenidade, equilíbrio e pelo poder de entender o que efetivamente é segurança pública, para atender a um dos pontos mais relevantes da população, que é segurança pública como direito de todos e dever do Estado, previsto no art. 144.

Parabenizo V. Exa. também, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dando continuidade aqui à nossa pauta, o próximo item, o item 3, eu estou retirando de pauta a pedido do autor, Senador Magno Malta.

E aproveito aqui também para parabenizar o Deputado Sargento Portugal pela aprovação do projeto aqui na Comissão de Segurança Pública. Para nós, que conhecemos bem de perto a realidade do policial no Rio de Janeiro e a realidade das nossas cidades, dos nossos bairros, isso é algo que, sem dúvida alguma, vai ajudar muito as nossas polícias no combate a esse tipo de crime.

Então, retirado o item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5002, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 115 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para impor a prestação de serviços à comunidade ou a prestação pecuniária quando o regime aberto for imposto em decorrência de conversão por descumprimento de pena restritiva de direito.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.*)

Passamos aqui ao próximo projeto, o item 4.

A assessoria, nervosa, chamando o Relator.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1588, DE 2022

- Terminativo -

Concede o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves (ad hoc)

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *1. A votação será nominal.*

Relatoria: Senador Esperidião Amin.

Como o Relator não se encontra presente, democraticamente, nomeio a Senadora Damares Alves Relatora *ad hoc* deste projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Que honra fazer a leitura deste relatório. Peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do disposto pelo inciso I do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre segurança pública e políticas de valorização, capacitação e proteção das forças de segurança, a exemplo da proposição em debate.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto, Presidente, à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar da matéria em tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (CBVJ) é a instituição mais antiga do gênero no Brasil, com uma história que remonta a 13 de julho de 1892. Olha quanto tempo!

Sua fundação reflete a preocupação da comunidade com a vulnerabilidade das antigas edificações de madeira e com a ausência de um sistema oficial de combate a incêndios.

A iniciativa para a criação dessa corporação partiu da própria população, majoritariamente composta por imigrantes alemães, que trouxeram consigo a tradição do associativismo e da organização de brigadas voluntárias de incêndio. Inicialmente, os apetrechos eram rudimentares. A primeira bomba manual para extinção de incêndios foi adquirida na Alemanha e chegou à cidade apenas em abril de 1893. O trabalho era realizado de forma voluntária. Os membros doavam seu tempo e esforço para proteger a população e seu patrimônio.

Em 1895, a corporação foi oficialmente reconhecida pelo superintendente municipal de Joinville. Com o passar dos anos, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville evoluiu. Foram adquiridos equipamentos mais modernos, foi construída uma sede própria e desenvolvidas rotinas de treinamento, mas sempre mantendo o espírito voluntário que o caracterizou desde o início.

Essa história de dedicação e pioneirismo fez do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville um símbolo de resiliência e de cooperação comunitária, uma referência para outras instituições de bombeiros voluntários existentes no país, bem como para a criação de novas agremiações.

Dessa forma, por considerarmos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta, somos favoráveis à concessão do título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.588, de 2022, aplaudindo a cidade e os bombeiros voluntários do município.

Que linda iniciativa! Parabéns ao Relator e ao autor da matéria também!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Damares.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o projeto nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Está aberto aí o painel para votação. Peço a todos que estão nos acompanhando virtualmente que votem pelo aplicativo ou, se estiverem aqui próximos à Comissão de Segurança Pública, que deem o seu voto aqui no Plenário.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estamos aguardando dar ali o quórum de dez Senadores votando.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, enquanto os colegas estão votando, eu queria trazer uma questão, um pedido especial: o Requerimento 1, de 2024, desta Comissão. É a realização de uma audiência pública para a gente discutir a questão do plantio e tráfico de drogas ilícitas nas comunidades indígenas.

Eu estou aguardando, desde o comecinho de 2024, essa audiência pública. Eu queria pedir, Presidente, que fosse dada uma prioridade na marcação dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi aprovado o requerimento?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foi aprovado em 2024. Porque tem sido constantes as denúncias...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No ano passado ainda?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

Tem sido constantes as denúncias, Presidente, de plantio de maconha e tráfico de droga em área indígena. A gente queria fazer uma discussão sobre isso. Então, se for possível, priorizar a marcação dessa audiência, Secretaria. Eu sou uma companheira, uma boa Senadora. Por favor, ajudem-me, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Damares, com certeza, V. Exa. tem toda a prioridade aqui. Eu só... vamos só combinar com a... Peço à sua assessoria e à nossa só para ver a data, a primeira data que estiver disponível para viabilizar o convite às pessoas para a realização da audiência pública. (*Pausa.*)

Senadores da Comissão de Segurança Pública que já deram presença, se puderem votar, por favor.

Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Hamilton Mourão, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner são os Senadores que deram presença e podem votar pelo aplicativo.

Os demais integrantes da Comissão de Segurança Pública, que não registraram presença, têm que registrar presença antes de votar no aplicativo ou vir aqui ao Plenário para votar. (*Pausa.*)

Bom, já com o quórum atingido, vou encerrar a votação. Mais algum Senador quer votar? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Pode botar no painel ali o resultado, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – SIM, 10; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Aprovado o Projeto de Lei nº 1.588, de 2022.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos pela presença. Tenham um ótimo dia.

(*Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Carlos Portinho, Teresa Leitão, Augusta Brito e Cleitinho, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Ciro Nogueira, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Paulo Paim, Marcos do Val, Wilder Morais, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Avaliação de políticas públicas**. **ITEM 1 - Plano de Trabalho - SF251632486589** que: "Plano de Trabalho para avaliação do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), do Ministério do Esporte (MEsp), em atendimento ao Requerimento da Comissão de Esporte nº 6, de 2025." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Plano de Trabalho - SF251016372434** que: "Plano de Trabalho para avaliação do Programa Segundo Tempo (PST), do Ministério do Esporte (MEsp), em atendimento ao Requerimento da Comissão de Esporte nº 7, de 2025." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2985, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação com emenda que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3405, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4842, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, com a Emenda nº 1-CDH, e pela aprovação parcial da Emenda nº 2, nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.842, de 2023. **Observação:** O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 517, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para estabelecer medidas de proteção ao atleta profissional, deveres e responsabilidades das organizações esportivas, bem como definir o crime de violência física e moral contra o atleta profissional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3074, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para dispor sobre a proteção legal dos sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no País." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº 1 - CCT. **Resultado:** Aprovado o projeto, com o acolhimento da Emenda nº 1 - CCT e da Emenda nº 2 - CEsp. **Observação:** Durante a discussão da matéria, o senador Carlos Portinho apresentou, oralmente, sugestão de emenda, que foi acatada pelo relator, senador Chico Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de maio de 2025.

Sras. e Srs. colegas Senadores participantes desta Comissão de Esporte, inicio esta reunião com um registro que me toca particularmente. Nesta última semana, o ex-zagueiro e pentacampeão mundial Lúcio, atleta vitorioso que, como eu, nasceu aqui no Distrito Federal, sofreu um acidente doméstico grave, sendo hospitalizado com queimaduras.

Eu manifesto aqui, em meu nome e certamente de todos desta Comissão, os nossos mais sinceros votos de pronta recuperação, que ele possa, o quanto antes, deixar o hospital e retomar sua vida com saúde e paz ao lado de sua família. De todos nós aqui, ao Lúcio, a nossa solidariedade, o nosso carinho e que ele, em breve, esteja recuperado. A gente sabe que é um processo difícil, parece que ele já passou por cirurgias, e tenho certeza de que, com as nossas orações, a nossa torcida e o apoio da família, em breve o Lúcio vai estar recuperado. Esse é o nosso desejo e os nossos sinceros votos.

Quero também destacar um avanço significativo no combate ao racismo no esporte, com a recente condenação e a prisão de torcedores espanhóis por ofensas racistas dirigidas, já tinha falado aqui em outras reuniões da Comissão, ao nosso Vini Júnior. A decisão judicial, inédita na Espanha, representa não só a justiça por um episódio inaceitável, mas também um marco na luta por um futebol verdadeiramente inclusivo e respeitoso. Vini é mais do que uma estrela, é um símbolo de resistência de um povo que não aceita mais o silêncio diante da intolerância – não só o povo, mas toda a comunidade esportiva e em especial o futebol.

Senhoras e senhores, apesar de todos os problemas envolvendo a CBF, que a gente vem acompanhando, é importante reconhecer duas medidas da gestão anterior. A primeira delas é o lançamento das novas camisas exclusivas da seleção feminina, que até demorou. Demorou a saírem essas camisas da Seleção Brasileira de Futebol Feminino. Eu entendo que se trata de uma iniciativa que valoriza e diferencia nossas meninas, reforçando que há, sim, espaço para o protagonismo feminino no futebol brasileiro e espero que outras novas iniciativas, além do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uniforme, a gente consiga ver dentro do nosso futebol feminino, que hoje se figura como uma das principais potências no futebol mundial.

E a segunda delas, que registro com grande satisfação, como torcedora e alguém que valoriza muito a seleção brasileira, é o anúncio do técnico Carlo Ancelotti para o comando da seleção masculina. A escolha de Ancelotti nos enche de expectativa e esperança por se tratar de um dos treinadores mais vitoriosos e respeitados no futebol mundial. Desejo a ele e a todos os nossos jogadores sucesso nessa nova fase sob o comando de Ancelotti.

Dito isso e com o respeito institucional com que sempre oriento a minha atuação, preciso dizer com clareza que as coisas não vão bem na CBF. Não cabe a esta Presidência, e falei com outros colegas aqui, fazer juízo de valor sobre candidaturas ou nomes, não vamos fazer palanque dentro desta Comissão, mas sim ponderar que a estrutura de poder na entidade exige mudanças e essas mudanças necessitam ser profundas. Uma delas, o atual processo eleitoral é restritivo, desproporcional e desequilibrado. Não é razoável que todos os 40 clubes das Séries A e B, juntos, que movimentam o futebol nacional e representam diretamente milhões de torcedores, não possam sequer lançar uma candidatura se 20 das 27 federações estaduais não quiserem. Então, assim, estão reféns dessas federações, da decisão dessas federações.

Além disso, o peso desigual dos votos aprofunda e muito essa distorção. Esse modelo engessa o sistema e impede a renovação, a tão sonhada renovação, como vemos agora, e mais uma vez uma candidatura única. Nós estamos acompanhando que vamos ter mais uma candidatura única para a Presidência da Confederação Brasileira de Futebol. Particularmente, acho lamentável e, mais do que isso, incompatível com o momento de transformação que o futebol brasileiro está exigindo. Exige essa transformação, exige essas mudanças.

Então, é hora de discutir essas mudanças. O país clama por transparência, representatividade e compromisso com o futuro do nosso esporte. Que a nova Presidência que for escolhida tenha essa sensibilidade e possa representar a verdadeira mudança nos rumos do nosso futebol. Assim é a nossa expectativa, seja quem for escolhido. A gente vai estar acompanhando aqui essa transição, essa mudança e os rumos do futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando em futuro e orgulho nacional, como sempre faço, eu aproveito a oportunidade para celebrar aqui os feitos recentes dos nossos atletas. Então, vamos lá a esta parte de que eu gosto muito!

O jovem João Fonseca, nosso promissor tenista, foi convidado por Andre Agassi para disputar a Laver Cup e será o primeiro brasileiro a participar da competição.

A ginasta Júlia Coutinho brilhou na Eslovênia, conquistando o ouro no solo na etapa da Copa do Mundo. Já está aparecendo um novo nome na nossa ginástica, quer dizer, um legado que as nossas meninas vêm deixando, desde a Daiane e a Rebeca, agora nós temos a Júlia.

Alison dos Santos, o nosso Piu, fez história nos 200m com barreira, registrando o melhor tempo da história na prova! Que incrível isso, que incrível, não é, Mara?

No surfe, Douglas Silva e Laura Raupp sagraram-se campeões da etapa de Porto de Galinhas no Dream Tour.

No universo das arenas de montaria, José Vitor Leme entrou para a história ao conquistar o terceiro título mundial pela PBR.

Esses são os nomes que nos enchem de orgulho e esperança. São exemplos que inspiram mais uma vez nossas crianças, nossos jovens e as futuras gerações de atletas que estão sendo formadas pelo nosso país afora.

Por falar nelas, eu lembro que, no dia 25 agora de maio, nós celebramos do Dia Nacional do Desporto Escolar. Para quem não sabe, o desporto escolar é a entrada dos nossos atletas, além do terceiro setor e das ONGs que fazem o seu trabalho nas periferias, nas áreas mais vulneráveis, também temos o desporto escolar. Essa parceria do desporto escolar com as demais entidades que desenvolvem o esporte nacional já é a porta de entrada para os futuros atletas, aqueles que futuramente se tornarão campeões mundiais, campeões olímpicos e campeões da vida, principalmente. A data é simbólica e fundamental, pois o esporte na escola é ferramenta de cidadania, inclusão, saúde – porque a promoção de saúde é importante, atividade física para os nossos pequenos – e, claro, como falei aqui antes, formação de talentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que possamos seguir trabalhando por um Brasil que valoriza o esporte desde a infância até o pódio. Também os nossos idosos, tem que se pensar aqui sobre a promoção também e o acesso da atividade física e do esporte para a nossa população idosa, porque é prevenção e é saúde. Um Brasil que respeita seus atletas, combate a injustiça, moderniza suas instituições e promove o bem comum através do esporte, com certeza, é um país que tem progresso e que tem futuro.

Então, vamos à nossa reunião. Bom dia a todos! Bom dia!

Mara Gabrilli maravilhosa, a nossa Senadora aqui maravilhosa, pelo Estado de São Paulo, minha companheira de Bancada Feminina, um orgulho para todas nós, aliás, mais do que um orgulho, uma inspiração. Mara, eu te amo!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu também!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Desculpa a declaração aqui, mas quando eu vejo a Mara...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – A emoção que eu já passei...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Meu Deus...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Só boa notícia! Você já me fez chorar, você já me emocionou dez minutos aqui, você já mexeu com todas as emoções.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não mexe? É empolgante essa pauta. Estou muito feliz!

Já está quase vindo as eleições do ano que vem, a gente não sabe do futuro, mas viver os seis anos aqui, ter a oportunidade de, nesses próximos dois anos, estar numa pauta pela qual eu tenho paixão e, acima de tudo, muitos agradecimentos... (*Manifestação de emoção.*)

Eu me emociono muito. Desculpem-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, batam palmas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É porque a gente sabe que tem certas pautas nesta Casa que não são valorizadas: a pauta do esporte, a pauta da cultura, a pauta do meio ambiente, a dos direitos humanos. A gente sabe que é uma dificuldade, mas nós somos resilientes e persistentes, né, Mara? Estamos aqui, firmes e fortes.

Bom, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada no dia 7 de maio de 2025.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira é a avaliação de políticas públicas e a segunda vai ser deliberativa.

Na primeira parte, que é a avaliação de políticas públicas, a reunião é destinada à deliberação dos planos de trabalho para avaliação de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Ministério do Esporte. Os escolhidos foram o Programa Paradesporto Brasil em Rede e o Programa Segundo Tempo.

1ª PARTE

ITEM 1

PLANO DE TRABALHO - SF251632486589

- Não terminativo -

Plano de Trabalho para avaliação do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), do Ministério do Esporte (MEsp), em atendimento ao Requerimento da Comissão de Esporte nº 6, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Eu vou conceder a palavra, neste momento, à Senadora, para leitura do seu plano proposto.

Por favor, Senadora, vou passar para você o plano. Estou aqui lendo. Estou acelerada hoje. Desculpe-me.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar.) – Eu adorei, adorei os informes.

Antes de começar, eu queria, primeiro, mandar minhas melhores energias para o Lúcio, e que ele se restabeleça muito em breve. Depois, quero parabenizar a todos os atletas de que você falou, porque eu já me emocionei...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Semana a semana, aqui na Comissão, eu estou sempre falando dos feitos. Eu faço questão, porque a gente tem que registrar. Muitas vezes passa despercebido. Isso é luta, entrega, muito treinamento. E eu acho que o Congresso tem também... A gente trata de tantas pautas... A gente tem que reverenciar aqueles que representam o Brasil lá fora, e representam o Brasil no mais alto nível. É um setor extremamente respeitado em nível mundial. Então, é uma forma de a gente dar voz.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Uma coisa importante que você falou é que os vencedores são vencedores na vida. A gente precisa desses exemplos no dia a dia. Não tem quem não precise assistir a exemplos de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Estamos sempre precisando.

E um outro informe que você deu, que me deixou supercontente, porque desde o dia que eu vi o Vini Jr. pela primeira vez, eu falei: é para esse aí que eu vou torcer, é o meu protegido. E, quando começaram as agressões em cima dele, eu sofri como se fosse com um irmão. Eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que uma justiça feita dessa forma a gente tem que divulgar, inclusive para prevenir esse tipo de comportamento, que é muito degradante.

E, só para terminar, eu também amo você. Eu sou muito feliz de estar nesta Legislatura com você, pela admiração e por tudo o que você significa para este país.

Então, obrigada por estar aí.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A gente tem que valorizar, gente, aqueles que trabalham, aqueles que estão, no dia a dia, comprometidos aqui.

E, sem brincadeira, Mara – não é enchendo bola nem puxando o saco, não; todo mundo conhece muito o meu perfil aqui –, (*Fora do microfone.*)

é com o seu respeito mesmo, o exemplo, a luta, a dedicação, você, realmente, é uma referência para todos nós e, em especial, para as mulheres. Somos poucas aqui, mas somos aguerridas, e a gente tem que estar sempre uma olhando para a outra, estendendo a mão e valorizando o trabalho e a dedicação.

Então, assim, quero dizer de coração, porque não é só uma troca de...

Chegou outra maravilhosa – olhem aí –, a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom dia, Teresa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não é simplesmente o trabalho, mas o ser humano Mara Gabrilli e o quanto o Estado de São Paulo é privilegiado em ver uma Senadora tão comprometida.

É isso.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Leila.

Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sra. Presidente Leila, por esta oportunidade de avaliarmos políticas públicas na Comissão de Esporte, de acordo com o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu costumo dizer que o esporte e a cultura são ferramentas muito poderosas de inclusão. E foi com esse olhar que aprovamos o Requerimento nº 6, de 2025, de minha autoria, para realizar a avaliação do Programa Paradesporto Brasil em Rede, do Ministério do Esporte.

Ele foi instituído em 21 de março de 2024, por meio da Portaria nº 38, e queremos avaliar os avanços que promoveu neste primeiro ano de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no esporte.

O PPBR visa, além de democratizar o acesso ao paradesporto em todo o território nacional, fomentar uma rede colaborativa entre universidades e institutos federais, com acadêmicos e docentes da área de educação física que estão conectados em rede para a oferta de atividades paradesportivas gratuitas.

O público-alvo são pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental, sem limite de idade. A quantidade de beneficiários depende da estrutura de cada núcleo, sendo, no mínimo, 30 alunos.

E o plano PPBR, além de dar ênfase às regiões Norte e Nordeste, que, segundo o Ministério do Esporte, enfrentam mais desafios no que tange à inclusão social, também demonstra um forte compromisso com a equidade de gênero, ao estabelecer a meta de 50% das vagas para mulheres e meninas com deficiência.

Queremos promover um esforço maior para buscar dados robustos sobre a participação feminina e sobre os impactos nas condições de saúde e qualidade de vida dessas meninas e mulheres.

Em síntese, Sra. Presidente, nosso objetivo, nesse plano de trabalho para avaliar o PPBR em 2025, é revelar o real progresso na criação dessas redes colaborativas, assim como dar oportunidade à Comissão de Esporte do Senado Federal de contribuir para ampliar o seu alcance.

Então, para cumprir essa finalidade, nós iremos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Acompanhar e avaliar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – ... o desenvolvimento do programa no primeiro ano de sua execução, dada sua relevância social, educacional e inclusiva;

2. Identificar os pontos fortes e os desafios iniciais da implementação do PPBR, possibilitando intervenções tempestivas e eficazes;

3. Contribuir para o aprimoramento contínuo do programa, com base nos dados coletados durante o processo de avaliação;

4. Assegurar o alcance dos objetivos da política pública, promovendo a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência no Brasil;

5. Contribuir com a atuação da Comissão de Esporte, fortalecendo seu papel na fiscalização e no aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à inclusão.

Nossa metodologia de trabalho será abrangente, por meio de coleta de dados e levantamentos quantitativos e qualitativos sobre a participação do público-alvo, divididos por tipo de deficiência, com ênfase em mulheres e meninas nas atividades do Programa Paradesporto brasileiro, além de analisar documentos e relatórios oficiais, especialmente os produzidos pelo Núcleo Gestor Unificado do programa.

Também realizaremos duas audiências públicas com os atletas com deficiência participantes, profissionais envolvidos e gestores do programa. A primeira será exclusivamente dedicada ao público-alvo do PPBR, com ênfase nas mulheres e meninas com deficiência, e ao desenvolvimento das modalidades paradesportivas nos núcleos formalizados. A segunda audiência abordará a produção de conhecimento por acadêmicos e docentes da área de educação física dentro da rede colaborativa.

O detalhamento dos convidados de ambas as audiências será definido a partir do retorno dos requerimentos de informação ao Ministério do Esporte, quando será possível obter um panorama geral prévio das políticas. Esses requerimentos de informação que encaminharemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visam solicitar ao Ministério do Esporte dados sobre a criação, a manutenção e o monitoramento dos núcleos de paradesporto, assim como da execução das ações, inclusive orçamentárias, do PPBR.

Finalizando, de acordo com o nosso cronograma das atividades, Sra. Presidente Leila, esperamos obter as informações do Ministério do Esporte até o final do mês de julho e realizarmos as audiências públicas a partir de agosto.

E, por fim, nossa intenção é apresentar o relatório preliminar até o final de novembro, com nossas análises, conclusões, recomendações, promovendo a sua discussão e votação nesta Comissão em dezembro.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nossa! Primeiro, parabéns pelo plano de trabalho. Certamente, com o seu trabalho e o produto final desse PPBR, eu não tenho a menor dúvida de que nós vamos dar uma grande contribuição para o paradesporto nacional. Em melhores mãos, impossível! Você vê a delicadeza, o conhecimento do que se está tratando. Mara, eu tenho certeza de que você vai fazer um belíssimo trabalho. E nós vamos entregar, não só a esta Casa, mas a todo o setor, certamente, um trabalho de excelência. Parabéns! Vou acompanhar, inclusive, nas audiências. Quero estar presente, viu? Parabéns, Senadora.

Bom, eu já comecei a discussão sem nem passar para os colegas, mas eu concedo a palavra aos colegas que queiram discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

O plano do PPBR apresentado pela Senadora Mara Gabrilli está em votação.

A votação será simbólica.

Em votação, o plano apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o plano de trabalho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o plano de trabalho, que será anexado ao Requerimento da Comissão de Esporte nº 6, de 2025, para a realização das ações de avaliação do Programa Paradesporto Brasil em Rede por esta Comissão de Esporte.

Parabéns, Senadora Mara.

1ª PARTE

ITEM 2

PLANO DE TRABALHO - SF251016372434

- Não terminativo -

Plano de Trabalho para avaliação do Programa Segundo Tempo (PST), do Ministério do Esporte (MEsp), em atendimento ao Requerimento da Comissão de Esporte nº 7, de 2025.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Senadora Teresa, posso só falar (*Fora do microfone.*) uma coisinha antes de sair?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Só queria dar uma satisfação, Senadora Leila, Senador Chico, Senadora Teresa, porque a gente vai instalar agora uma nova Comissão no Senado, que é a Comissão sobre sequestro internacional de crianças, abordando a Convenção de Haia. A gente está chegando já a 30 casos com os quais a gente está trabalhando aqui.

Então, eu só queria comunicar que eu estou indo lá para fazer a abertura da Comissão, porque teremos essa nova Subcomissão, na verdade, de um tema muito pertinente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito sensível, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – ... muito sensível, e que está acontecendo muito com as brasileiras.

Então, eu vou me retirar por causa disso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Imagina... Sucesso lá, Senadora...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, e sucesso aqui.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Senadora. Sucesso e parabéns pelo relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu vou conceder a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do plano de trabalho proposto.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar.) – Obrigada, Presidenta.

Bom dia a todas e a todos. Parabenizo também a Senadora Mara Gabrilli pelo plano de trabalho apresentado.

O plano de trabalho é uma proposta de plano de trabalho do Programa Segundo Tempo (PST).

Introdução.

A avaliação de políticas públicas é um instrumento essencial para a melhoria da gestão pública e para o fortalecimento da democracia. Por meio dela, é possível aferir a eficácia, a eficiência e a efetividade das ações governamentais, identificando acertos, falhas e oportunidades de aprimoramento. No contexto do Poder Legislativo, especialmente no âmbito do Senado Federal, a avaliação permite o controle externo das políticas executadas pelo Poder Executivo e subsidia a formulação de leis mais adequadas às reais demandas da população. Além disso, promove a transparência e a prestação de contas, permitindo que a sociedade acompanhe os resultados dos programas financiados com recursos públicos e participe ativamente do debate sobre prioridades e estratégias de governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, diretamente ou por qualquer de suas Casas, conforme estabelece o art. 49, inciso X, da Constituição Federal.

Nessa linha, a Resolução nº 44, de 2013, ao inserir o art. 96-B no Regimento Interno do Senado Federal, instituiu os procedimentos formais para a avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa Legislativa, visando, entre outros objetivos, à conformação dos normativos vigentes às necessidades sociais identificadas.

Dessa forma, a Comissão de Esporte do Senado Federal, atendendo ao Requerimento nº 7, de 2025, de nossa autoria, realizará a avaliação relacionada ao Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte.

O Programa Segundo Tempo (PST) é uma iniciativa do Governo Federal brasileiro, lançada em 2003 pelo Ministério do Esporte. Seu principal objetivo é democratizar o acesso à prática esportiva e à cultura do esporte, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, especialmente em áreas de vulnerabilidade social.

O PST surgiu como uma resposta às necessidades de inclusão social por meio do esporte, com foco na ocupação do tempo ocioso de estudantes fora do horário escolar. Desde sua criação, o programa passou por diversas reformulações para ampliar seu alcance e eficácia.

O programa se materializa por meio da implementação de núcleos esportivos, viabilizados por parcerias entre o Ministério do Esporte e governos estaduais, municipais, do Distrito Federal e organizações da sociedade civil. Esses núcleos oferecem atividades esportivas e educacionais, visando à formação da cidadania e à melhoria da qualidade de vida dos participantes.

2. Objetivos.

Avaliar o Programa Segundo Tempo representa um passo fundamental para assegurar que seus propósitos de inclusão social, promoção da cidadania e democratização do acesso ao esporte estejam sendo efetivamente alcançados. Dada a natureza transversal do programa – que articula educação, esporte, assistência social e juventude –, sua avaliação permite não apenas examinar o cumprimento de metas quantitativas, mas, sobretudo, compreender seus impactos qualitativos na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir dessa análise, torna-se possível identificar boas práticas, corrigir distorções, realinhar prioridades e garantir maior eficiência no uso dos recursos públicos, fortalecendo o papel do Estado na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Considerando o marco temporal de vigência das diretrizes mais recentes do Programa Segundo Tempo, que compreendem o período de 2023 a 2026, a presente avaliação concentrará suas análises nos anos de 2023 e 2024. A escolha desse recorte temporal se justifica por ser o intervalo inicial de aplicação das diretrizes atualmente em vigor, o que permite aferir os primeiros impactos da nova orientação estratégica do programa. Dessa forma, a avaliação poderá verificar em que medida as diretrizes mais recentes têm sido efetivamente implementadas, além de analisar os desafios e avanços observados na fase inicial de sua aplicação.

Esse enfoque temporal também favorece a elaboração de diagnósticos mais consistentes, uma vez que os dados relativos aos dois primeiros anos do novo ciclo diretivo já se encontram, em parte, disponíveis para análise.

A partir do exposto, a avaliação da referida política pública perseguirá os seguintes objetivos:

1. Avaliar a execução do PST em sua fase atual, considerando os impactos nos âmbitos social, educacional e de inclusão;

2. Verificar a eficiência dos mecanismos de gestão, execução e monitoramento do PST, considerando a articulação entre os entes federativos e as instituições parceiras;

3. Identificar os resultados alcançados até o momento em relação às metas estabelecidas, levando em conta a abrangência territorial do programa e a qualidade das atividades ofertadas;

4. Diagnosticar os principais desafios enfrentados na implementação do programa, propondo recomendações que contribuam para o aprimoramento das estratégias, metodologias e instrumentos utilizados.

3. Metodologia de avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A avaliação do PST será conduzida com base em uma metodologia abrangente, orientada pelo princípio da escuta qualificada e da análise orientada por evidências.

A avaliação do programa compreenderá as seguintes atividades:

a) Coleta de dados: levantamento de informações quantitativas e qualitativas relacionadas à implementação dos núcleos esportivos, ao perfil dos beneficiários (incluindo recortes de gênero, idade, condição socioeconômica e localização geográfica), à frequência nas atividades e aos resultados obtidos em termos de inclusão e desenvolvimento integral;

b) Análise documental: exame de relatórios, portarias, convênios e demais documentos oficiais elaborados por órgãos públicos – incluindo, mas não se limitando ao Ministério do Esporte e aos órgãos de controle –, bem como por organizações da sociedade civil;

c) Realização de audiências públicas e oitivas técnicas: escuta ativa de gestores, coordenadores de núcleo, educadores esportivos, beneficiários e representantes da sociedade civil, com o objetivo de compreender os efeitos concretos do programa, bem como eventuais entraves operacionais ou administrativos; e

d) Consulta a especialistas: envolvimento de pesquisadores e profissionais da área...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... de políticas públicas, esporte educacional e juventude, para contribuir com análises técnicas e recomendações fundamentadas.

Essa metodologia visa assegurar uma compreensão aprofundada da efetividade do PST.

O ponto quatro, que é o último, Sra. Presidente, creio eu. O quinto é o... O sexto e o relatório. Vou gastar um pouquinho mais de tempo, mas já estou na fase final.

O ponto quatro são as atividades propostas.

Com o escopo de viabilizar a avaliação aprofundada do PST, serão desenvolvidas diversas atividades articuladas entre si, voltadas à coleta, análise e sistematização de informações relevantes. As ações incluem o envio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, só um minutinho. Nós temos uma colega, uma Senadora lendo o relatório. Então, só quero pedir para falar um pouquinho mais baixo, está atrapalhando. Obrigada.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – As ações incluem o envio de requerimentos de informação a órgãos públicos, a realização de audiências públicas com especialistas e representantes da sociedade civil, bem como a possibilidade de condução de estudos específicos e análises documentais.

Essas atividades visam construir uma base empírica sólida que permita compreender os desafios, os avanços e as possibilidades de aprimoramento do PST.

Além disso, estão previstas, inicialmente, duas audiências públicas com o intuito de reunir percepções qualificadas sobre a execução e os impactos do PST, fomentando o diálogo entre os diferentes setores envolvidos na sua formulação e implementação. A primeira audiência pública será dedicada à escuta de especialistas, gestores públicos e representantes de entidades executoras, com foco nos desafios enfrentados na implementação dos núcleos esportivos.

A segunda audiência pública será voltada ao relato de experiências de beneficiários, educadores esportivos, organizações sociais e civis, demais *stakeholders*, com atenção especial às regiões Norte e Nordeste, territórios historicamente mais vulneráveis, e onde o PST apresenta maior potencial de transformação social.

A definição de convidados para ambas audiências será orientada pelas informações obtidas junto aos órgãos públicos e à sociedade civil, o que possibilitará identificar perfis representativos e garantir a diversidade de visões e vivências relacionadas ao PST.

Aí temos aqui, Sra. Presidente, uma breve sugestão de cronograma, com a aprovação do plano de trabalho, requerimento de informações até 30 de julho, primeira audiência pública até 30 de agosto, segunda audiência pública até 30 de setembro, apresentação do relatório preliminar até 30 de novembro, discussão e votação do relatório final até 22 de dezembro.

O ponto seis e último: o relatório final reunirá e sistematizará as informações obtidas por meio da documentação recebida, das audiências públicas promovidas e das demais atividades realizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base nessa análise, poderão ser apresentadas propostas legislativas e recomendações técnicas voltadas ao aperfeiçoamento do PST.

Portanto, ao conduzir esse processo avaliativo, a Comissão de Esporte cumprirá sua função regimental de fiscalização e controle, contribuindo para o fortalecimento da política pública e para a ampliação dos seus impactos positivos sobre a população atendida.

Obrigada.

Essa é a proposta de plano.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, primeiramente, vou colocar em discussão o plano apresentado pela Senadora Teresa.

E, já aproveitando aqui, Senadora, quero parabenizar a senhora também por outro brilhante plano de trabalho. Certamente, vai ser uma grande contribuição da senhora como Relatora; e desta Comissão para o Programa Segundo Tempo.

Eu também tenho muitos questionamentos com relação... Eu sei do objeto, qual é de fato o intuito do Programa Segundo Tempo; mas, por questões regionais, enfim, por prioridades de Governo, de tudo, muitas vezes a gente tem questionamentos com relação à efetividade, e o impacto de fato do Programa Segundo Tempo.

Certamente, a avaliação desse programa está em excelentes mãos.

Parabéns.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se me permitir, Senadora Leila, em acréscimo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Até, Senadora Teresa, o Programa Segundo Tempo, quando ele funciona, é muito apropriado, muito positivo, você estender as atividades esportivas a esses jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero passar uma preocupação que eu recebi das Forças Armadas, para que a gente possa ver se a gente consegue, nesse plano de trabalho, também mensurar.

As Forças Armadas têm o Profesp, que é um projeto belíssimo também, social, esportivo, que é desenvolvido em diversas unidades das três Forças.

Eu tenho visitado muito o Profesp, inclusive, revelando atletas olímpicos. Tem atletas que disputam a Olimpíada...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E que depende muito não do orçamento, porque eles não têm, é de emenda parlamentar...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu sou uma das Parlamentares aqui que apoia...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso, Leila. Muito bom.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E é maravilhoso o trabalho que as Forças Armadas fazem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Profesp. E eu espero que a minha PEC 55, que é a que trata da previsibilidade do orçamento das Forças Armadas, avance na CCJ, para que, não só nessa área, eles tenham o orçamento apropriado.

Mas, Senadora Teresa, o que eu escutei é que muitas vezes a implementação do Programa Segundo Tempo se sobrepõe ao Profesp. Então, alguns alunos estão deixando de participar do Profesp para participar do Programa Segundo Tempo, sem entrar no mérito de quem é melhor ou não. Os dois programas rodam. O importante é que esses alunos do Profesp fossem reconhecidos como alunos do Segundo Tempo e que sejam mantidos lá no Profesp. Uma política pública não pode concorrer e anular a outra. É isso que eu peço.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – O objeto é o mesmo, não é? Não tem justificativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que isso pode ser tema de uma das audiências públicas, que a gente não está indicando ainda, para trazermos os representantes e, depois, propormos alguma coisa que vá na direção de viabilizar e potencializar as duas possibilidades.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom, Senadora Teresa e Senador Portinho.

A votação será simbólica.

Em votação o plano de trabalho apresentado pela nossa querida Senadora Teresa Leitão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o plano permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho, que será anexado ao Requerimento da Comissão de Esporte nº 7, de 2025, para a realização das ações de avaliação do Programa Segundo Tempo por esta Comissão de Esporte.

Muito obrigada, Senadora Teresa Leitão.

Agora, caros amigos, vamos para a pauta deliberativa.

Depois da apreciação dos planos de trabalho, tanto do Programa Paradesporto em Rede, como do Programa Segundo Tempo, vamos para a parte deliberativa.

Vamos para o item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2985, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação com emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 12/03/2025.

3. Em 09/04/2025 e 23/04/2025, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

Nesta data o Senador Carlos Portinho apresentou o relatório.

Concedo a palavra agora ao Senador Carlos Portinho para leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu vou fazer um pedido de vista e vou correr, porque tenho um comentário meu aqui agora, mas assim, queria deixar bem claro que o meu pedido de vista é apenas em diálogo com o meu amigo pessoal, Senador Carlos Portinho, que é um exemplo nesta Casa e no Congresso Nacional – sabe dialogar, não é radical e é sensato. Portanto, todos sabem que eu, Kajuru, defendo a minha classe, que é a imprensa, pela qual vivo, convivo, e trabalho há 50 anos em rede nacional, e também em função de ter preocupação com a situação financeira de muitos times do Brasil.

Mas saibam: o relatório do Senador Carlos Portinho, que só precisa de um pouquinho de conversa nossa, mas não vamos nos desentender em nada, o relatório dele não prejudica ninguém. Ele não é maléfico a nenhuma profissão, a nenhuma classe, porque o que tem de gente ligando: "Kajuru, vai acabar com a gente"! Calma! Vocês nem leram o relatório, nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiveram conhecimento do relatório. Eu tive. E conversei com ele... Ontem mesmo, ele me mandou uma mensagem. Eu estava dormindo, infelizmente – retirando pólipos no hospital. A minha vida agora é retirar pólipo do intestino. (*Risos.*)

Por isso que é dura essa vida aqui todo dia.

Então, é só isso, Presidente.

Eu queria fazer o pedido de vista, devidamente em acordo com o Senador Portinho.

Eu quero ouvi-lo, evidentemente, e o Brasil quer isso também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senadora Leila, acho importante...

Eu até pedi ao Senador – conversamos – para que fosse pedida a vista, porque isso é um trabalho de construção coletiva. Como eu apresentei o relatório ontem, hoje de manhã... Então, para que muitos tenham conhecimento e possam compreender a lógica do projeto.

Eu queria falar em breves linhas sobre ele, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mas antes de conceder vista, a minha assessoria aqui da nossa mesa da Comissão já falou que nós precisamos da leitura e, na sequência, nós concedemos vistas.

E, já fazendo um acordo aqui, de já retomar, na próxima semana, para que nós possamos finalizar o debate a respeito do tema.

Então, eu vou conceder a palavra ao Senador Carlos Portinho e, na sequência, já com o acordo firmado com o Relator, a gente concede vista ao Senador Jorge Kajuru.

Com a palavra, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Vem ao exame da Comissão de Esporte (CEsp) o Projeto de Lei (PL) nº 2.985, de 2023, do Senador Styvenson Valentim, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação e publicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é similar ao projeto, também de autoria do Senador Eduardo Girão, nº 2, da pauta de hoje. Em razão disso, peço o adiamento dele também, como Relator de ambos, num acordo com o meu querido amigo Senador Petecão, porque a matéria é a mesma.

Em breves linhas, ambos projetos têm o intuito de acabar mesmo, proibir, restringir totalmente a publicidade de apostas.

Da análise.

Conforme a matéria veio e dispõe o art. 104-H...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais relativas ao esporte. Como a proposição sob análise busca disciplinar a veiculação de publicidade, propaganda e outras formas de comunicação mercadológica vinculadas às apostas de quota fixa em eventos esportivos, a matéria insere-se no campo da competência desta Comissão.

Depois o projeto, em tese, seguirá à Comissão de Direito Digital. Ela ainda não foi formada e eu espero que a gente possa alcançar algum consenso aqui ao final da votação para que, em requerimento de urgência ao Plenário, a gente possa pular a CCDD, até porque ela não foi nem instalada.

No mérito, o PL merece prosperar.

Antes de fazer a leitura aqui, quero, em breves linhas, a vocês explicar o projeto e a lógica do projeto.

As apostas, contra o meu voto e o de outros colegas, são uma atividade legal, hoje regularizada no país. Então, simplesmente obstruir ou restringir totalmente qualquer publicidade, acho que ainda não é o momento disso. Eu digo ainda, porque acredito muito que busquei aqui nas audiências públicas, com muita parcimônia, ouvir todos os lados e, como eu falo, disciplinar a publicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que, como o tabaco e o cigarro, o jogo é causa de compulsão, é causa de vício e é causa da tragédia de muitas famílias brasileiras. Fato, isso não tem nem argumento. Isso é fato. Inclusive, até disse para alguns que estavam chateados de eu estar mexendo nessa matéria. Eu falei: "Olhe, se botar hoje no Senado – no Senado, na Câmara não – um projeto para acabar de vez com as *bets* de novo, mais uma vez, ele passa". Se botarem no Senado... Se eu não tivesse essa parcimônia de buscar disciplinar e, no meu relatório, eu desse provimento ao projeto de autoria do Senador Girão para restringir totalmente, passaria. Aqui ia ser mais apertado, mas passaria.

Então, o que eu quis aqui é balizar essa publicidade, porque ela está massiva. Acho que é o único setor da economia em que a gente vê um *marketing* de emboscada. O cara patrocina, tem o *naming rights* do campeonato e, ao mesmo tempo, ele tem 37 outras *bets* lá, anunciando massivamente nas placas, a quem ele deve ter pago uma boa grana pelo patrocínio do campeonato. O outro patrocina a camisa dos clubes, mas admite que os clubes vendam as placas para outros concorrentes. É o único mercado que aceita isso e eu digo por que aceita – agora eu vou ser muito sincero, franco e duro: aceita porque o que estão fazendo aqui no Brasil, neste momento, é buscar clientela. Então, não importa se o cara está jogando na *bet* A, B, C, D ou E, desde que jogue e vicie, porque, depois, aquela que tem estrutura maior, vai lá na pequenininha e pega o cara para ela. Então, é isso que estão fazendo. Em português claro, estão fazendo clientela.

É verdade que esse recurso tem ajudado muito o esporte, vamos ser sinceros, também, por outro lado. É verdade que na lei das *bets* a gente criou alguns obstáculos para a participação de jovens e crianças, mas a publicidade, que é diferente de patrocínio, está chegando ao público infantojuvenil e as próprias *bets* admitem que esse não é o público alvo.

Então, quando houve a restrição de horário, que é um dos temas que eu trago aqui, uma restrição de horário... Quando houve para a cerveja, para a bebida alcoólica e para o cigarro, nenhuma empresa quebrou, não acabou o mundo. As empresas respeitaram isso porque sabem que o produto pode causar mal à saúde. É o que eu espero.

Chegou o momento de as pessoas terem responsabilidade social, agora é uma questão de responsabilidade social. A gente viu a Virginia lá, quase clamando para a gente regular melhor, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela não está errada. A atividade é regular, a atividade dela é regular, como publicitária, ela está tocando fogo, botando para bombar as *bets* mesmo, como *influencer*. Agora ela atinge o público infantojuvenil e não percebe, atinge famílias que estão perdendo tudo. Então, a gente precisa disciplinar.

O projeto tem como base, principalmente, o seguinte: em primeiro lugar, estabelecer um horário, ou seja, restringir o horário da publicidade, como foi feito com o álcool e com o tabaco, mas até de forma mais branda, porque a minha sugestão no relatório é que seja permitida a publicidade de 9h da noite até às 6h da manhã.

Bebida e cigarro... O cigarro nem tem, nem pode, e a bebida é a partir das 22h.

Então, para quem acha que está sendo prejudicado, melhor refletir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que eu trouxe, e foi fruto da audiência pública, é uma outra permissão de horário durante o período de restrição: se tiver um evento esportivo, cinco minutos antes e cinco minutos depois é permitida a publicidade em rádio e TV de *bet*.

Então, se o negócio delas é a aposta esportiva, e se nós liberamos a aposta esportiva, faz sentido, é lógico que, mesmo no horário de restrição ou durante o horário de restrição, se tiver um evento esportivo, ela possa...

Esse é o modelo inglês, que foi trazido, e a Inglaterra não acabou por causa disso, muito pelo contrário, a *bet* está lá, é o país das apostas, tradicionalmente. Então, o mundo não acaba, existia mundo antes das *bets*, vamos deixar claro.

Estou agindo com parcimônia, liberando duas janelas, sempre que tiver... O canal esportivo, antes de ele transmitir algo ao vivo, ele vai poder lá... *Replay* não, mas, se for algo ao vivo, ele vai poder botar lá antes e depois.

O projeto realmente restringe um negócio que tem estimulado ainda mais o vício, a compulsão, que é a publicidade, quando permitida, aparecer com as *odds*, com os prognósticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por quê? O cara está vendo o jogo, Kajuru, e ele apostou R$100 no time dele. O time dele está perdendo e quando ele vir que, com a *odd*, ele pode recuperar o que perdeu, ele aposta mais – aposta mais. Então, essa aposta durante o jogo nem no turfe – nem no turfe! –, que talvez seja uma das atividades esportivas de aposta mais antiga e permitida no Brasil, e eu posso falar que o meu pai era turfista, nem no turfe você pode apostar durante os cavalos correndo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Cabeça a cabeça.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você não pode!

Ele fala: "fechem, acabem as suas apostas, fecharam as apostas". Toca lá a sirene e quem apostou, apostou; e quem não apostou, não apostou. Começa a corrida e ninguém aposta durante a corrida.

Então, essa restrição de publicidade durante a partida existe, mas vai ter a janela lá de cinco minutos antes e cinco minutos depois.

E as *odds* eu estou proibindo porque isso daí é uma publicidade que quem quiser entra no *site*, vê o *site* de um. A concorrência está mantida, vai no *site* de um, vai no *site* de outro, vê quem está pagando mais. Agora, esse negócio de *odd*...

Este fim de semana, Leila, aconteceu... Olha como é predatória a publicidade.

Teve Flamengo e Botafogo. Eu tinha percebido isso e troquei o canal. No meio do intervalo do jogo, a minha mãe, uma senhora de 70 anos, lá de Minas Gerais, no meio da fazenda, no meio do nada, me ligou injuriada, falando assim: "Que absurdo, eu estou assistindo ao jogo numa janelinha desse tamaninho na TV, porque todo o resto do espaço da TV é de uma casa de aposta". Aí eu falei: "Eu sei, mãe".

Quando eu liguei a TV aconteceu isso. Isso é uma armadilha para você ficar na transmissão da casa de aposta. É uma armadilha, é uma emboscada isso para o cliente.

Era só... Aí eu falei: "você desce dois canais no seu *pay-per-view* que você vai ter a tela completa, sem anúncio de *bet*". O anúncio era a tela inteira e a minha mãe caiu. Ela, como é uma pessoa de 70 anos, ligou lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, olha como é que está sendo desleal – desleal! Depois, não reclamem, então, que a gente vai regular. Tiveram um ano, Leila, para fazer uma autorregulamentação. Eu, Kajuru e Girão tiramos uma emenda sobre regulamentação de *bets* com a promessa de que seria autorregulado.

A coisa mais impactante que acharam é uma frase: "jogo responsável". Pelo amor de Deus! Estou trazendo uma frase de advertência, como tem no cigarro, como tem na bebida, mas uma frase real, verdadeira e impactante, que é: "apostas causam dependência e prejuízo a você e a sua família". Está dito! É essa a frase.

Se quiserem botar as outras do Anexo X, por liberalidade, podem botar, mas essa frase tem que ter, e eu trago também aqui como uma das propostas.

Placa de anúncio... e os clubes já começaram aqui a me ligar reclamando que vão perder receita. Primeiro, não perdem, porque a placa continua lá, sai um patrocinador e entra outro, e aquilo talvez seja o mais valioso para a própria televisão. Ele ganha na placa e ganha também na televisão, porque o anunciante está lá sendo transmitido na hora da partida. E, se não pode, durante o jogo, o patrocínio de *bet* – perdão, a publicidade de *bet* –, vai ter na placa, e a televisão está transmitindo. Então, aquilo vai valer, inclusive, mais.

Olha como é que já estão começando – soltei o relatório tem duas horas – a fazer várias análises precipitadas. "Acabou o mundo!". Não! Você continua com a sua placa e você vai ganhar dinheiro – e talvez mais, sabe por quê? Esse *marketing* de emboscada tem que acabar.

E vejam: isso é só no Brasil, Leila. Eu tive o cuidado de assistir a duas partidas da Conmebol, uma da Sul-Americana e uma da Libertadores, Chico. Não existe, durante o jogo, essa massividade de placa piscando de várias concorrentes, só tem uma. No caso do que eu estava vendo – acho que era a Libertadores –, Sportingbet. Eu consegui guardar o nome, porque, das 37 piscando, a gente sabe que é para apostar, mas o nome mesmo você não guarda. Então, vejam que isso é só no Brasil – só no Brasil! Num jogo internacional, tem um anunciante só, porque ele fez um contrato com exclusividade e está exigindo ser o exclusivo. Só no Brasil não tem exclusividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sou de meter a mão no mercado, mas, então, vamos pelo menos respeitar o patrocínio, porque a lógica do projeto, além de evitar o alcance às crianças, ao público infantojuvenil, é valorizar o patrocínio, por isso disciplinando a publicidade.

Então, o patrocínio de *naming rights* de estádio, o patrocínio do nome do campeonato, o patrocínio do uniforme, da camisa dos clubes, onde várias *bets* já se revezam, vai ser sobrevalorizado, inclusive, porque, nas placas de campo, esses patrocinadores estão autorizados a fazer publicidade. Com isso, a gente vai reduzir de 37 para quatro, cinco, seis *bets* no máximo – quatro ou cinco *bets* –, o que já é muito, hein? Porque o Senador Girão, inclusive, por ele, tirava tudo que é patrocínio – até da camisa – e tudo que é publicidade.

Então, este é um outro tema: as placas. Estáticas ou móveis, na arena, aquele que vai poder anunciar ali é quem tem o patrocínio dos clubes, do estádio ou de *naming rights* da competição. Essa é uma outra mudança realmente substancial.

Outra mudança substancial que eu trago é a influência que os atletas em atividade, os *influencers*, as celebridades criam nos jovens.

Além do mais, Chico, tem um fenômeno que eu aprendi estudando esse caso, que são os afiliados, que é o cara que ganha em cima da promoção da desgraça alheia. Ele é um *influencer* que, se ele levar pessoas a apostarem e elas perderem, pode ganhar mais. É o cara que vive da desgraça alheia. É triste isso, mas existe. E, pior, você tem afiliados, Leila, que ensinam a jogar, como se fossem um *site* informativo – no YouTube tem muito –, e, no final, como uma armadilha, uma emboscada, eles jogam você para um *site* chinês ilegal. As *bets*, inclusive, agora nos pedem para combater – vejam só – as *bets* ilegais. Elas diziam que iam resolver o problema da ilegalidade se aprovassem a lei das *bets;* agora, elas nos pedem para resolver as ilegais. Achei engraçado, mas tenho compromisso também de resolver as ilegais.

Então, eu estou dando os instrumentos aqui; e, por isso, na impossibilidade de qualificar... Não vai ser num projeto de *bet* que a gente vai dizer qual é a natureza jurídica de um *influencer*. O que é *influencer*? Pelé era um *influencer* e não tinha nem rede social. Então, vendo todo o mal que esses maus exemplos estão dando e essas práticas de emboscada de afiliados e tal, estamos, como tem inclusive em outras restrições de tabaco e cerveja, proibindo aqui, sim, a participação de pessoas físicas em propagandas, em publicidade de casa de aposta. E como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente está ajudando tanto com a restrição de horários, como com a proibição de pessoas físicas participarem... E a única exceção que eu faço, por uma questão social que me trouxe o Romário, são ex-atletas – e eu ponho aqui – que, há mais de cinco anos, tenham parado. Isso eu até compreendo, o Zico não tem influência sobre o meu filho, tem sobre mim – o maior ídolo do mundo, meu ídolo, sobre mim ele tem. Eu não jogo porque vejo a cara dele, não – aí, também, já é demais –, mas o meu filho, depois de cinco anos... Meu filho não sabe quem é o Aldair, e a gente sabe que o Aldair está passando maus bocados, nosso campeão do tetra, lá no Espírito Santo, com uma vida na penúria, muito difícil. E muitos têm, na publicidade de *bet*, uma fonte extra, depois de um terceiro tempo de jogo, para ganharem uma remuneração. Então, me tocou o que o Romário trouxe, me sensibilizou, e foi a única exceção à participação de pessoas nas publicidades, somente os ex-atletas.

E como eu estou ajudando na fiscalização, tanto com a restrição de horários, quanto com a proibição de pessoas? É muito simples, a SPA vai olhar o horário. Começa pelo horário. Se está no horário de restrição e tem publicidade de *bet*, pode ter certeza de que não é legal, é ilegal. Eu sei que elas vão cumprir, porque, inclusive, a lei já traz sanções, a lei original de aposta já traz sanções, até culminando na própria perda da licença. Então, eu estou ajudando a fiscalização. Se está no horário de restrição e tem publicidade, seja na internet, seja onde for, pode ter certeza de que é ilegal. Eu estou ajudando, porque, se tem uma pessoa lá no YouTube ensinando a jogar – porque eu também proíbo esse tipo de programa –, se tem pessoa na publicidade, pode ter certeza de que vai ser ilegal. Vai ser muito mais fácil para a fiscalização, e as *bets* tomem isso como uma contribuição minha para o combate às ilegais.

Então, Leila, estou buscando dar alternativas para a gente não ter – ainda – que proibir tudo.

Chegando aqui ao ponto final, eu proíbo – aí, sim, é proibição – programas que ensinem e levem a pessoa a apostar, porque eu escutei e li no jornal que tem uma grande empresa americana inclusive vindo para o Brasil para fazer um programa que ia ser em um horário de 7h ou 8h da noite e iria ensinar as pessoas a jogar! Olha como é que eles mesmo estão tratando mal o presente que o Congresso deu para eles! É muita armadilha, é muito emboscada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De mais importante seria isso. De resto, acho que eu peguei... Ah, deixando claro, então, que eu valorizo o patrocínio. Um programa esportivo vai continuar podendo ser patrocinado pela *bet*. Não vai ter publicidade, mas vai estar lá: "Esse programa é um patrocínio de tal casa de aposta", o que é muito comum. "O Campeonato Brasileiro é um patrocínio de tal casa de aposta". Eu estou valorizando o patrocínio, porque isso devolve alguma coisa. Porque o esporte escolheu a aposta, está recebendo de volta alguns milhões de patrocínio. Mas a publicidade? Desculpe-me, sai a casa de aposta, entra o banco, entra a marca de carro. É só olhar, existia mundo antes das apostas.

Estou proibindo naturalmente o envio de mensagem, esse negócio chato que você recebe espontaneamente, o cara querendo provocar você para jogar.

Acho que assim eu alcancei tudo e por isso eu consolido o texto. Proponho os ajustes necessários, consolidando todo o texto da lei. Por isso, eu peço...

Ante o exposto, o voto pela aprovação do Projeto de Lei 2.985, de 2023, na forma do substitutivo que eu apresento.

Com isso e com vista pedida, vamos maturar nesta semana, mas eu peço encarecidamente que votemos na próxima semana e possamos levar ainda ao Plenário no mesmo dia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho. Você foi muito didático na explicação do seu relatório, que está disponível. Vamos ter uma semana para avaliação, para sugestões, enfim, para participação dos nossos colegas.

Agora a matéria está em discussão.

Vou passar a palavra para o Senador Sérgio Petecão. Na sequência, o Senador Eduardo Girão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Eu vou ser bem breve, Senadora Leila. Na verdade, o nosso Senador Portinho é um *expert* na matéria, conhece e conhece muito, mas eu, sinceramente, quando eu vejo esse esforço dele para que a gente possa criar não diria obstáculo, para que nós não possamos radicalizar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomar uma medida, não vejo saída nisso. Por mim, eu tomaria uma medida radical, porque eu conversei já com várias pessoas, amigos meus que se viciaram nisso e acabaram com tudo! São vários depoimentos de pessoas.

Esses espaços nobres que nós temos na televisão, nos estádios, nos ginásios, nós deveríamos usá-los com coisa que fosse trazer benefício para a população do nosso país.

Eu sou um leigo no assunto. Eu vejo o Portinho fazendo de tudo para que não radicalize, não tome uma medida, mas eu não vejo... Ele mesmo consegue identificar os artifícios que essas pessoas usam para poder enganar a população. E, depois que o ser humano, o cidadão se vicia nisso, aí não tem jeito.

Eu conheço pessoas que venderam... Eu tenho uma filha de um primo meu que é advogada, trabalhava no Poder Judiciário, uma jovem inteligente. É impressionante como essas pessoas chegam a se viciar nisso.

Então, eu o parabenizo, acho que é um avanço da nossa parte, mas nós não podemos achar que resolvemos o problema. Nós estamos diante de um problema que temos que monitorar de perto – de perto!

Eu, lógico, digo que a minha posição é muito radical, mas espero que, com esses avanços, essas medidas aqui apresentadas pelo Portinho, a gente possa melhorar. Se não, a gente vai ter de tomar medidas, porque, sinceramente, é de partir o coração quando você ouve... E as pessoas nos cobram, os familiares dizem: "Vocês não fazem nada. É preciso fazer alguma coisa".

Então, é isso, Portinho. Parabéns pela sua boa vontade, mas eu lamento, pois eu gostaria de tomar uma medida muito radical sobre isso.

Obrigado, Portinho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Sérgio Petecão.

Vou passar a palavra agora, lembrando que o relatório já teve vista concedida ao Senador Jorge Kajuru, a pedido do Senador Jorge Kajuru, ao Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Presidente, querida Senadora Leila, parabéns pela sua condução – condução aqui nesta Comissão de Esporte do Senado Federal. Eu quero cumprimentar o Senador Chico Rodrigues, o Senador Petecão.

Senador Portinho, esse meu amigo, meu irmão, que eu ganhei aqui no Senado Federal, eu faço das palavras do Senador Petecão as minhas. O senhor faz um malabarismo, um trabalho hercúleo, na total boa vontade, para tentar evitar que os clubes, que estão viciados... Certo? Acho que esse é o grande lance. A CBF está viciada. Nós temos grupos de comunicação viciados e uma população inteira do Brasil viciada em apostas esportivas, nessas casas *bets*.

Estão fazendo uma tragédia... Eu não vou repetir aqui, porque, senão, fica cansativo, do endividamento em massa.

Senadora Leila, o Senador Petecão falou que recebe informações diárias; eu também. Eu acho que vocês também. Rapaz, são casos que estão batendo na porta de todo mundo. Gente...

Teve um caso agora, acho que foi lá no Rio de Janeiro, em que a pessoa, endividada ao limite – uma jovem, uma mãe jovem, uma mãe jovem –, entrou nessa. Senador Petecão, ela se trancou em casa com a filha pequena. Morreu a filha... Fez um autoextermínio, porque não aguentava a pressão das dívidas que foram geradas nessas malditas apostas esportivas.

Então... Foi o cachorro. Morreu o cachorro, a filha, a mãe e parece que a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi em Minas, não foi?

Isso é a ponta do *iceberg*. Isso é um caso, mas são dezenas, milhares de casos. Tem a digital nossa nisso aí, o sangue da gente está lá! A gente tem que reparar isso urgentemente.

Eu parabenizo o Senador Portinho pela agilidade nesse relatório, depois de ouvir as audiências públicas aqui; de ouvir ludopatas, que são as pessoas viciadas em jogo; de ouvir os clubes... Tem que ouvir toda a cadeia, já que nós aprovamos; ele está certo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu concordo com o Senador Petecão e vou lutar até o fim. É claro que, quanto ao relatório que está disponibilizado, nós vamos tentar fazer emendas, tentar fazer aprimoramentos. Eu sei do espírito do Senador Portinho; agora, não tem como: o mal... Do mal nós não temos como querer fazer contingência; o mal tem que ser extirpado! Essas casas de apostas... Com todo respeito, eu não quero... Isso é uma modalidade, é um negócio; não é culpa do empresário, mas é nossa responsabilidade. Isso tem que ser proibido de novo! Tem que usar todos os mecanismos, Anatel – já perguntamos, e é possível fazer o bloqueio desses *sites*, para o Brasil voltar a ser o que era antes!

Eu fui Presidente de um clube. Não precisa de patrocínio de casa de apostas, gente! Até três anos atrás, era o que que patrocinava? Era construtora...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Banco...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... banco, concessionária... É isso! E o sócio-torcedor: a grande receita de clubes de futebol é a dos sócios-torcedores. Sabem o que está acontecendo com os sócios-torcedores? É matemática! Eles são apaixonados pelo futebol, tanto é que tem lá... O Flamengo tem quantos sócios-torcedores?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A pandemia atrapalhou, mas agora está retomando...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei que o Internacional, que é um dos maiores, tinha cento e tantos mil sócios-torcedores – o pessoal bancando todo mês. Sabem o que está acontecendo? É simples, é matemático! O cara se endivida, porque ali é feito para perder, é a banca que ganha sempre. O cara se endivida. Qual é a primeira coisa que ele vai cortar? O sócio-torcedor do clube! É por isso que está viciado, porque ele está matando a própria galinha dos ovos de ouro dele!

Então, a médio e longo prazo, é para acabar com o futebol. Nós estamos vendo manipulação, estamos vendo um monte de coisa errada que a gente está testemunhando.

Agora, para a população, uma vida não tem preço, Senador Chico Rodrigues. Não tem preço uma vida! Uma vida de uma pessoa que está nos assistindo agora, que está desesperada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– por responsabilidade nossa, porque a gente achou que "Não, isso vai gerar imposto"... Que imposto o quê, se três, quatro vezes mais nós vamos gastar com saúde mental no SUS? Que inteligência foi essa?

Mas, enfim, nós temos que nos reparar agora, e eu vou, claro, fazer um substitutivo. Não sei se terei... Porque eu sei que a natureza não dá saltos. Não sei se nós vamos ter que ter mais derramamento de sangue no Brasil, e o Brasil não está preparado para isso. O brasileiro é um povo de bem, é um povo de boa-fé, que vê uma pessoa fazendo propaganda e entra. "Ah, não, mas tiramos a propaganda", mas vai estar na camisa do clube! Vai estar na camisa do clube. Por mais que o Senador Portinho tenha colocado que as camisas infantis não podem ter a propaganda – não sei se isso...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Botei...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Colocou no relatório.

Mas eu vou dizer uma coisa para você: o pai está usando, está vendo aquilo; está vendo na televisão. Então, é uma coisa que joga contra o esporte – vou usar um jargão aqui –, joga contra o esporte, azar do futebol. Você sempre falou isso aqui.

Então, eu quero parabenizar o Senador Carlos Portinho por tentar se equilibrar. Ele está certo. Ele tem que ouvir, ele tem que tentar equilibrar, tentar ver uma maneira... E ele está fazendo de tudo. Vamos tentar apresentar umas emendas. Tem um substitutivo meu no aspecto de acabar com isso. Eu sempre deixei muito claro, mas o fato é que a gente precisa... Viu, Senadora Leila? A senhora tem um respeito muito grande também aqui nesta Casa. Na hora em que a gente votar isso – seja para acabar tudo, seja para fazer essa contingência, aprimorar –, vamos levar para o Plenário urgentemente e trabalhar na Câmara dos Deputados. Vamos para lá, vamos tentar falar com os nossos colegas Deputados Federais, porque isso tem que ter um fim rápido, uma resolução, porque as pessoas estão morrendo por causa de apostas esportivas.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Quero só acrescentar, Senadora Leila, que, enquanto a gente fala aqui, alguns amigos presidentes de clube estão desesperados, porque vão perder receita de placa. Vai ter uma concentração, porque há concentração de mercado. Peguem aí clubes das Séries A, B, cada um tem uma *bet*. Esse é o mercado, que é o contrário. A gente está regulando justamente porque está uma bagunça isso.

E, agora, eu queria terminar passando um recado para os clubes, para os influenciadores, que vão reclamar, porque não vão mais poder fazer – paciência –: é hora de ter o mínimo de responsabilidade social, porque o que eu estou aqui disciplinando não é a minha vontade, porque eu aqui não represento a minha vontade. A minha vontade é o projeto original do Girão, a minha vontade é o projeto original do Styvenson, que não é só para acabar com a publicidade da *bet*, é para acabar com as *bets* – porque votamos contra –, mas, se o esporte escolheu, eu estou dando uma alternativa aqui, porque nem minha vontade seria.

Espero, com alguns ajustes aqui e acolá e com as contribuições de vocês, nós aprovarmos na próxima sessão e o encaminharmos imediatamente ao Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vale a reflexão. E aqueles que estão reclamando que saiam da bolha e comecem a enxergar o mundo por outra ótica e, acima de tudo, com o senso coletivo – não é só social, é o senso coletivo. Está faltando muito, na sociedade de um modo geral... É: "No que para mim é importante, não me interessam os demais".

Simplesmente, travamos certas batalhas aqui dentro desta Casa muito focados na nossa bolha, no nosso mundo, não enxergando para além do impacto que aquela decisão e aquela defesa fazem em detrimento do coletivo.

Então, vale a reflexão nesse sentido. Temos uma semana para fazermos este debate.

Parabéns pelo relatório.

Eu, particularmente, acho que é um relatório, absolutamente, que preza o bom senso, que preza a sua capacidade, porque é a sua característica, Portinho, a do diálogo. Inúmeros trabalhos eu fiz e você sempre participou comigo, você e sua equipe. Eu acho que, de fato, vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito ao encontro não da maioria... Muitos aqui querem acabar, outros já acham importante fazer essa regulação. Confiamos na autorregulação e isso não aconteceu.

Infelizmente – eu sigo falando –, nós somos um país do jeitinho. Quando a gente não põe as nossas travas, quando a gente não regulamenta, a gente sempre dá um jeitinho. E é o que acontece: através do jeitinho, a gente vê o quanto está sendo prejudicial à sociedade de um modo geral e, principalmente, aos nossos jovens.

Parabéns pelo trabalho, pelo relatório.

Mais uma vez, houve um pedido de vista do Senador Jorge Kajuru, e o projeto volta na próxima semana para finalizarmos o debate e a votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir vista também, para ser uma vista coletiva...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... para a gente poder voltar.

E também queria fazer um pedido à senhora. Nós temos um requerimento, meu e do Senador Portinho, que é extrapauta, para a gente fazer uma audiência pública. Nós estamos num momento de eleição da CBF, e a CBF está no centro de polêmica e de intervenção de Ministro do Supremo. E o Ronaldo Fenômeno, grande atleta ídolo do Brasil, que tentou inclusive ser Presidente da CBF, tem muito a colaborar neste momento para trazer para a gente até ideias.

Eu entrei com um projeto agora tentando dar tanto um verniz para a Seleção Brasileira, uma independência, quanto também uma transparência maior à CBF – são projetos que a gente vai discutir depois, vão ter Relator, a senhora vai designar. O que eu queria apenas lhe pedir é para a gente fazer essa audiência pública, ver se a gente... Não sei se ele topa vir, mas é um convite – como convite – ao Ronaldo Fenômeno para a gente entender melhor como funciona, ver as barreiras que ele encontrou para fazer o seu pleito legítimo.

Então, eu queria lhe pedir: se puder colocar extrapauta, eu lhe agradeço muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Senador Eduardo Girão, eu vou lhe dizer qual foi o meu dilema nesta semana. Da mesma forma como se chamou o Ronaldo Fenômeno, outros colegas vieram: "Vamos trazer o Ednaldo! Vamos trazer...".

Então, eu, como Presidente desta Comissão – na minha fala anterior, eu já falei –, não vou fazer palanque dentro desta Comissão. Eu sei que você está falando: "Ah, o Ronaldo não vem como candidato". Ótimo. Nós vamos esperar a CBF tomar a decisão dela, porque nesse processo não vai ter reviravolta; já estão cantadas as pedras. E nesta Comissão nós não vamos fazer nenhum tipo de interferência. Nós podemos, sim, após o acontecido, acatar os seus requerimentos com o Senador e podemos pensar para o futuro, mas não tendo uma audiência num processo em que a entidade está tomando as decisões do seu comando. Isso denota para mim e para muitos uma leitura de palanque.

Então, assim como o senhor pediu e o Senador Carlos Portinho, outros me pediram para que trouxéssemos outros, e eu falei para estes: não haverá nenhum tipo de audiência pública, nenhum tipo de interferência enquanto não houver a mudança, a transição de comando. A partir disso, faremos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Eu compreendo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Aí, acatarei os requerimentos, tanto os do senhor como os dos demais. Eu acho que vocês conhecem como...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Compreendo perfeitamente e acolho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador. Obrigada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu só quero lembrar-lhe o seguinte: a eleição já é agora, no domingo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ótimo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, se a gente pudesse aprovar esse requerimento para depois.... É claro que a gente não vai ouvir nesta semana.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ótimo. Será, sim, tá?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito. Obrigada, gente. Eu agradeço aos colegas pela compreensão.

Agora, nós passamos do item 1, já agradecendo a todos os colegas a participação e o debate muito profícuo, participativo, e vamos para os próximos três itens.

Os outros itens foram... O item 2 foi retirado de pauta a pedido do Senador Romário.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3405, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Não apresentado

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 12/03/2025.

3. Em 09/04/2025 e 23/04/2025, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.)

Agora, vamos para o item 3.

Eu vou pedir para o meu querido Vice-Presidente, Senador Chico Rodrigues, assumir aqui a nossa Presidência para que eu faça a leitura do relatório.

Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Item 3.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4842, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, com a Emenda nº 1-CDH, e pela aprovação parcial da Emenda nº 2, nos termos do substitutivo.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 19/03/2025 e 26/03/2025.

3. Em 19/03/2025, foi concedida vista ao Senador Carlos Portinho, nos termos regimentais.

4. Em 26/03/2025, foi apresentada a emenda n° 2, de autoria do Senador Carlos Portinho (PL/RJ).

5. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

6. Em 26/03/2025, o Senador Carlos Portinho, líder do PL, apresentou o REQ 9/2025 - CEsp para votação em separado da Emenda nº 2.

7. Em 15/05/2025, foi apresentado novo relatório da Senadora Leila Barros, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, com a Emenda nº 1-CDH, e pela aprovação parcial da Emenda nº 2, nos termos do substitutivo que apresenta.

Leitura e discussão.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente Chico Rodrigues.

Se o senhor me permitir, eu gostaria de ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Concedido.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

A competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando constitucional. Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar.

Quanto à juridicidade, observamos que a matéria apresenta técnica legislativa adequada.

De igual modo, a proposição alinha-se com o objetivo declarado na Lei nº 14.448, de 2022, que é o de conscientizar para o fim da violência contra a mulher e se harmonizar com a Lei Geral do Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, a proposição é igualmente louvável. Primeiramente, porque busca conscientizar quanto ao gravíssimo problema social da violência contra a mulher. Ademais, porque procura se fazê-lo em um ambiente que comprovadamente contribui para o aumento dos casos de violência doméstica.

Estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Avon, intitulado Futebol e Violência contra a Mulher, analisou dados de 2015 a 2018 sobre cinco capitais brasileiras e constatou um aumento de 23,7% nos registros de ameaça contra as mulheres nos dias de jogos de um dos times da cidade. De acordo com o estudo, os casos de lesão corporal dolosa cresceram 20,8%, chegando a 25,9% quando a partida ocorria no próprio município. A pesquisa também revelou que a maioria das agressões ou ameaças é cometida por companheiros ou ex-companheiros das vítimas, indicando claramente uma relação de violência doméstica.

Além disso, o estudo recomenda reconhecer o contexto de jogos como um período de risco para as mulheres, sugerindo a necessidade de políticas públicas preventivas, especialmente campanhas de conscientização voltadas à desconstrução de estereótipos ligados ao futebol e à masculinidade violenta. Este é o principal intuito do projeto: agir preventivamente, por meio da conscientização, junto a um público específico.

É preciso ressaltar, também, que as campanhas têm baixo custo frente ao grande benefício social que podem proporcionar, que é a redução da violência doméstica, menor sobrecarga dos sistemas de saúde e segurança pública, maior conscientização pública e reforço positivo da imagem institucional do esporte como elemento transformador da sociedade. Com efeito, os custos são mínimos comparados ao potencial impacto positivo na redução da violência contra as mulheres e na melhoria de sua qualidade de vida.

Assim, após as discussões ocorridas nesta Comissão, optamos por oferecer um substitutivo ao projeto, visando ao seu aprimoramento e à busca pelo consenso.

Inicialmente, propomos alterar não mais a lei que institui o agosto lilás, mas a própria Lei Geral do Esporte, criando uma seção para tratar especificamente desse assunto. Apesar de haver pertinência temática com a lei do agosto lilás, queremos deixar claro que as campanhas possuem caráter permanente, não se limitando às ações previstas apenas para o mês de agosto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o que cabe aqui é, realmente, a gente colocar isso como uma ação contínua.

Além disso, reajustamos a redação para que a obrigação criada seja direcionada aos clubes de futebol, e não às emissoras de TV, considerando que os clubes são beneficiários de recursos públicos oriundos das loterias. Nada mais justo que o repasse seja acompanhado da responsabilidade social de contribuir com as políticas públicas voltadas à promoção da cultura de paz e à prevenção da violência, especialmente contra a mulher, em ambientes esportivos.

Assim, a nova redação determina que as organizações esportivas que se beneficiam de verbas públicas incluam, nos contratos de negociação dos direitos de transmissão, cláusulas que assegurem a veiculação de campanhas de conscientização e prevenção à violência contra as mulheres. Para isso, propomos o acréscimo de dispositivos à lei da Timemania e à Lei Geral do Esporte.

A Timemania é uma loteria que distribui parte de sua arrecadação para clubes de futebol. Entre os times beneficiários, estão os 60 clubes das Séries A, B e C do Campeonato Brasileiro, além de outros 20 clubes qualificados no *ranking* da CBF.

Como amplamente reconhecido pelo TCU, a receita oriunda das loterias possui natureza de verba pública, devendo seguir critérios legais de utilização, prestação de contas e fiscalização. Assim, entendemos ser lícito e justo que o Estado estipule contrapartidas para as organizações que se beneficiam desses recursos, em atendimento ao princípio da responsabilidade social.

Em adição, conforme dispõe o art. 160 da Lei Geral do Esporte, os clubes detêm o direito exclusivo de negociar contratos comerciais e de transmissão dos seus jogos. Esse direito é amplo, permitindo que clubes estabeleçam cláusulas específicas com finalidades sociais ou educativas, sem prejuízo à autonomia privada.

Dessa forma, consideramos ser plenamente razoável exigir dos clubes de futebol, beneficiários de verbas públicas, que condicionem a venda de seus direitos de transmissão à exibição das campanhas educativas previstas pelo PL nº 4.842, de 2023, independentemente da plataforma ou dos meios de transmissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma lógica se aplica às demais organizações esportivas que recebem recursos públicos.

Então, a gente está ampliando esse escopo para todas as modalidades, enfim, do setor.

Apesar de propormos essa mudança, passando a obrigar não mais as emissoras de TV, mas sim os clubes, gostaríamos de deixar registrado que, mesmo se as determinações fossem direcionadas às emissoras e plataformas de transmissão, como fez o projeto em sua forma original, ainda assim a proposição estaria amparada pelos princípios constitucionais que regem nosso ordenamento jurídico.

De todo modo, como já dissemos, propomos um substitutivo, determinando que a obrigação recaia sobre as organizações esportivas beneficiárias de verbas públicas, naturalmente sujeitas à prestação de contrapartidas de interesse social.

Acreditamos que a nova redação atenda aos diversos interesses sobre o tema, primando pelo consenso que sempre baliza os debates ocorridos nesta Casa Legislativa.

No substitutivo, além da mudança já mencionada, acolhemos a Emenda nº 1, para suprimir o §4º do art. 3º-A, concordando que o tema deve ser remetido à regulamentação.

Além disso, acolhemos parcialmente a Emenda nº 2, de autoria do Senador Carlos Portinho, na parte em que retira das emissoras e plataformas de transmissão a obrigação direta pela efetivação das determinações do projeto.

Relativamente à inclusão de outros temas no projeto, a exemplo da violência entre torcidas, ludopatia e racismo, consideramos que o momento não seja o mais apropriado. A proposição cuida de um problema já evidenciado e fundamentado estatisticamente, qual seja, o aumento significativo de casos de violência contra as mulheres especificamente em dias de grandes eventos esportivos, principalmente jogos de futebol.

Está claro aqui o objeto do projeto.

Apesar de reconhecermos a gravidade dos outros tipos de discriminação, nenhuma outra pauta social, até o momento, demonstrou relação estatística tão direta e consistente com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventos esportivos quanto a violência contra as mulheres. Portanto, não se trata de uma escolha arbitrária, mas de uma ação responsável diante de uma realidade objetiva.

Acreditamos que a inclusão de outros temas pode retardar a tramitação do projeto, prejudicando a sua essência.

Entretanto, caso, futuramente, surjam dados científicos sólidos e específicos relacionando diretamente outras causas de discriminação a eventos esportivos, nada nos impede a elaboração de outras ações ou campanhas específicas.

Por fim, incluímos um dispositivo para que a pertinência das campanhas instituídas seja reavaliada em um período de dez anos. Esperamos sinceramente que, nesse futuro não tão distante, a realidade da violência contra as mulheres seja outra em nosso país.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, com a Emenda nº 1-CDH, e pela aprovação parcial da Emenda nº 2, nos termos do substitutivo – Sr. Presidente, só para a gente dar celeridade à nossa sessão aqui – que está em anexo e já está disponível para todos os colegas e o público.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, apenas para parabenizar a Senadora Leila.

Imagine o cidadão que está nos assistindo agora através da TV Senado... Ainda agora nós estávamos discutindo um projeto em que as empresas, os clubes lutam por espaço para divulgar jogos. Aqui a Leila traz um projeto para que nós possamos usar os espaços nobres das partidas de futebol, de todo tipo de esporte, para divulgar campanha de prevenção da violência contra a mulher. Isso é fantástico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí você conte comigo, 100%, porque eu penso que... Às vezes, para o cidadão que está na sua casa, quando nós votamos um projeto aqui, e tem alguns colegas que defendem esse negócio de *bets*, esse jogo, o que passa na cabeça do cidadão? Ele diz: "Não, esse Senador... Isso é um conluio, estão todos comendo junto com esse povo".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Porque como você vai explicar para um cara que, no país dele... Eu estou falando do cara que não joga, não do cara que joga. O cara que joga bota no juízo que amanhã é o dia de ele ganhar, todos. Eu digo isso porque eu tinha uma funcionária lá em casa a quem, com pena dela, eu perguntei: "E aí? O que você está ganhando?". Ela disse: "Não, hoje eu ganhei tanto". Mas não; ela ganhava R$1 e no outro dia ela gastava R$50. Isso é um efeito cascata que destrói família.

E, aqui, Leila, parabéns mais uma vez pelo maravilhoso trabalho. Você apresenta uma proposta para que a gente possa aproveitar esses espaços para fazer campanha contra a violência das mulheres. Parabéns mais uma vez.

É isso, querida.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k. Muito obrigado ao Senador Petecão pelas observações, inclusive extremamente oportunas. Inclusive, Senador Petecão, é a mesma linha que nós defendemos. Eu acho que V. Exa. falou com uma precisão muito grande sobre o sentimento da população que nos assiste e que acompanha as votações e as decisões do Parlamento. Nesses casos, elas são duríssimas em relação àquilo que não interessa. Àquilo que interessa talvez até haja a compreensão e o entendimento.

No entanto, nesse caso especificamente, em que a Senadora Leila Barros tem mais uma vez a felicidade de apresentar um projeto que é da demanda reprimida da sociedade como um todo, a violência contra as mulheres, isso é um absurdo, isso é uma questão social gravíssima.

E, obviamente, todos os meios, todos os mecanismos, todas as ações que possam vir a ser utilizados para conter esta sanha miserável de ataque às mulheres são muito bem-vindos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E V. Exa. fez com a clareza de uma janela sem vidros. Todos que nos veem neste momento, que nos assistem e que acompanham o relatório da Senadora Leila Barros sabem do compromisso que ela tem, e, obviamente, tenho certeza de que vai ser aprovado por unanimidade, porque é um assunto indiscutivelmente atual, fundamental e necessário para toda a sociedade.

A matéria está em discussão.

Com a palavra... Alguém para discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Substitutivo do Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Aqueles que votam com a Relatora votam "sim". O painel poderá... Vamos disponibilizar o painel aí. A assessoria.... (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Quero aproveitar enquanto a gente está em votação, Sr. Presidente, e só parabenizar a Senadora Augusta, que...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – É a autora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... é a autora dessa brilhante iniciativa. E, como falei, ela é autora, mas isso é um projeto abraçado por toda a Bancada Feminina no Senado Federal. Então, agradeço às minhas colegas que sugeriram essa pauta aqui dentro da Comissão, agradeço a todas elas e agradeço aos nossos colegas, os nossos pares, os homens que estão conosco nesse *front* aqui na Comissão.

Obrigada. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O painel está aberto; então, solicitamos a todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores da Comissão, da CEsp, que puderem, iniciarem o processo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Também, como a Senadora Leila Barros bem lembrou, eu gostaria de deixar este registro da importância da Relatora, da iniciativa da Senadora Augusta Brito, do PT, do Ceará, com esta campanha permanente de conscientização nas arenas esportivas e nas respectivas transmissões de eventos para prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher. Essa foi uma brilhante iniciativa, obviamente tão brilhante quanto foi o relatório da Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Nós estamos acompanhando aqui a votação e vemos que, inclusive, a Senadora Augusta Brito também já votou, votou *online,* e foi registrado seu voto. (*Pausa.*)

Consulto se todos já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Gostaria que se abrissem o painel para verificarmos o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Foi verificado o seguinte resultado: 8 Srs. Senadores votaram SIM. O Presidente não vota – no caso, especificamente o Senador Chico Rodrigues.

Portanto, foi aprovado o Substitutivo do Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, nos termos do relatório apresentado pela Senadora Leila Barros.

Parabéns a V. Exa. pelo brilhante relatório, mas, acima de tudo, pelo envolvimento nessa relatoria também, o que já é próprio de V. Exa., debruçar-se e se dedicar sobre aquelas missões que lhe são concedidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a Emenda nº 3, da CEsp, substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas e, por consequência, o Requerimento nº 9, de 2025, da CEsp, para votação em separado da Emenda nº 2.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do dispositivo do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convido a Senadora Leila Barros para retornar à Presidência da CEsp. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Senador Chico Rodrigues, e grata também, Senador Portinho, que nos ajudou aí, apresentando a emenda e, como sempre, prezando pelo bom senso.

A gente hoje conseguiu chegar a um acordo e temos a aprovação desse importante projeto, que é o PL 4.842, de 2023, de autoria da Senadora Augusta, mais uma vez parabenizando a Senadora Augusta pela iniciativa.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3074, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para dispor sobre a proteção legal dos sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no País.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação com a Emenda nº 1 - CCT.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CCT.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Eu concedo a palavra, para a leitura de seu relatório, ao Senador Chico Rodrigues, neste momento.

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sra. Presidente Leila Barros, este é o relatório.

Vem ao exame da Comissão de Esporte, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 3.074, de 2024, de autoria do Senador Carlos Portinho, que altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para dispor sobre a proteção legal dos sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no país.

O PL nº 3.074, de 2024, é composto por quatro artigos.

O art. 1º retoma o objeto da proposição.

O art. 2º altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, mediante a inclusão do art. 35-A. Pelo dispositivo acrescido, os sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no país contam com proteção legal, válida em todo o território nacional, por tempo indeterminado, independentemente de quaisquer formalidades ou de registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial ou em quaisquer outros órgãos. A proteção conferida abrange quaisquer sinais distintivos e garante a propriedade e o uso exclusivos aos titulares, aplicando-se também ao nome ou ao apelido do atleta profissional.

O art. 3º revoga o art. 87 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e o art. 4º da proposição estabelece a entrada em vigor da norma na data de sua publicação.

Na justificação, o nobre autor afirma que, embora a Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 1998) estabeleça que as denominações e os símbolos das organizações esportivas são de sua propriedade exclusiva por tempo indeterminado e independentemente de registro no órgão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competente, várias entidades têm levado os sinais distintivos a registro como meio de evitar o questionamento de seus contratos de licenciamento de uso. Assim, é necessário aprimorar o texto legal para aumentar a segurança jurídica dos contratos de licenciamento de uso do patrimônio imaterial das organizações esportivas.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, onde foi aprovada com a Emenda nº 1 - CCT (de redação), e à CEsp, cabendo a esta a decisão terminativa. Neste colegiado, até o momento, não foram oferecidas emendas.

Podemos acompanhar a análise. Vou fazer a análise também, Sra. Presidente, do projeto como um todo, já que o autor está presente.

Então, nos termos do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre esporte, sistema esportivo nacional, políticas públicas de incentivo da prática esportiva e justiça desportiva.

A competência da União para legislar sobre direitos de personalidade, propriedade intelectual e esporte, temas presentes na proposição, decorre do comando contido nos arts. 22, I, e 24, IX, da Constituição Federal.

Ademais, a iniciativa parlamentar é legítima, visto não haver reserva de iniciativa, conforme disposto nos arts. 48, *caput*, e 61, §1º, da Carta Magna. O tema é passível de ser veiculado por meio de lei ordinária, já que a Constituição não o reserva à esfera de lei complementar.

No que diz respeito à constitucionalidade material, a proposição está em consonância com o art. 5º, XXIX, da CF, que expressa o direito fundamental à propriedade das marcas e outros signos distintivos. Ademais, vai ao encontro do disposto no art. 217 da Carta, especialmente por corroborar com a autonomia das entidades desportivas, prevista no inciso I do referido artigo.

Quanto à juridicidade, verifica-se que o projeto necessita de correções na técnica legislativa para que a proposição se coadune com as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Como a proposição altera dispositivos da Lei nº 14.597, de 2023, e da Lei nº 9.615, de 1998, a boa técnica legislativa exige que as normas alteradas constem na ementa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do PL. Contudo, essa correção já foi realizada por meio da Emenda nº 1 da CCT, a qual acolhemos.

No mérito, a matéria é louvável. A proposição guarda estreita relação com o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor esportivo nacional. Ao assegurar proteção legal ampla e automática aos sinais distintivos das organizações esportivas — como escudos, nomes, cores e demais elementos de identidade —, o projeto contribui para a valorização do patrimônio imaterial dos clubes e demais entidades do esporte. Essa proteção reforça a segurança jurídica em contratos de licenciamento e comercialização, instrumentos essenciais para a geração de receitas que viabilizam investimentos em infraestrutura, formação de atletas e promoção de competições em diversas modalidades esportivas.

A Lei nº 14.597, de 2023, conhecida como Lei Geral do Esporte, busca consolidar uma série de diplomas legais, unificando a legislação referência para o esporte brasileiro. Entretanto, é preciso reconhecer que a Lei Geral do Esporte não versa adequadamente sobre a proteção legal dos sinais distintivos das organizações esportivas com sede e administração no território nacional.

Sobre o tema, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual afirma que o bom desenvolvimento da indústria esportiva depende da proteção eficiente dos direitos de propriedade intelectual, pois parte relevante das receitas obtidas pelas entidades esportivas e pelos atletas deriva da comercialização do uso de sua imagem e de seus sinais distintivos, abrangendo símbolos, logomarcas, nomes, etc.

Considerando que a indústria esportiva é composta por múltiplos agentes, tais como atletas individuais, equipes, associações e federações, que podem se organizar nas esferas local, regional, nacional e até mesmo internacional, fortalecer a proteção dos direitos de propriedade intelectual pode impactar significativamente o setor.

Atualmente, a Lei Pelé – nº 9.615, de 1998 – estabelece como propriedade exclusiva das entidades desportivas sua denominação e seus símbolos, independentemente de registro e por tempo indeterminado. Esta é, sem dúvida, regra mais protetiva, quando comparada à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, a Lei de Propriedade Industrial. Porém, a Lei de Propriedade Industrial adota a terminologia sinais distintivos, que, por ser gênero do qual denominação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

símbolos constituem espécie, consideramos mais adequada para favorecer a proteção dos direitos de propriedade intelectual da indústria esportiva.

Nesse sentido, como o acréscimo do art. 35-A à Lei nº 14.597, de 2023, é meritório e merece prosperar, é oportuno que o art. 87 da Lei nº 9.615, de 1998, seja revogado, pois este é o dispositivo que atualmente disciplina a matéria. Sua revogação vai ao encontro do objetivo de promover maior segurança jurídica.

Vamos ao voto, Sra. Presidente.

Ante o exposto, o voto...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, desculpe.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois não, com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu quero lhe trazer uma questão apenas como acréscimo, se V. Exa. puder incluir ainda em tempo – por isso eu lhe interrompi – no seu relatório. Eu vou ilustrar primeiro a razão...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e depois eu vou sugerir o que eu poderia fazer por emenda, mas acho que V. Exa. acatará de forma oral, porque a nossa preocupação é a mesma.

Eu recebi de um colega advogado de um clube que recentemente descobriu que tinha uma loja numa cidade que ninguém visitava que usava um dos sinais distintivos desse clube, e ele, como bom advogado, correu para entrar com a ação. Só que essa loja que ninguém sabia que existia era uma loja antiga já naquela cidade, e provou que era uma loja antiga que já usava aquele sinal distintivo. E o juiz encerrou a ação alegando a prescrição, a perda do direito de agir, não a decadência, que é a perda do direito. O direito à marca é do clube, mas ele não teria agido no prazo que lhe competia do Código Civil, na regra geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fiquei com esse pensamento, porque não adianta a gente dar a garantia a clubes, inclusive, que são até mais antigos que a própria lei de propriedade intelectual, dar a garantia aos sinais distintivos como um direito do clube, mas não dá a garantia desse exercício do direito, que muitas vezes pode, pelo tempo, como nesse caso, ser contestado o direito de agir. Por isso, eu queria fazer uma sugestão, Senador Chico, porque eu acho que, para a gente ter eficácia justamente nisso, na lei em que a gente está, a gente tem que garantir que o direito de agir está preservado de igual modo.

Eu tenho um texto que gostaria de ler, breve, seria um novo §4º: "É assegurado o direito de ação para reivindicação do disposto neste artigo pelo mesmo prazo de vigência do direito material", até porque o direito material do clube é por prazo indeterminado e, a qualquer momento, então, mesmo que no passado alguém tenha se valido de uma marca do clube, o clube poder reivindicá-la.

Quero pedir para minha assessoria, se V. Exa. concordar, transmitir à sua e, se puder, acrescentar ao relatório e ao texto final, garantido o direito de ação a qualquer tempo.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Por ser próprio e estar ainda em tempo hábil, de acordo com o Regimento, nós vamos acatar a proposição de V. Exa. e estará incluída no relatório final.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Vamos ao voto, atendido o pleito do Senador Carlos Portinho em boa hora.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.074, de 2024, com o acolhimento da Emenda nº 1 - CCT, e a emenda, obviamente, apresentada pelo Senador Carlos Portinho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação, o Projeto de Lei nº 3.074, de 2024, nos termos do relatório apresentado e acatando a emenda apresentada oralmente pelo Senador Carlos Portinho.

Aqueles que votam com o Relator votam "sim".

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar. Essa votação vai ser nominal.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Abrimos aqui o quadro.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Somos seis votantes... (*Pausa.*)

Não, não.

São seis presentes: 5 votaram SIM; 0, NÃO.

Zero abstenção.

O projeto está aprovado com a emenda...

Resultado.

Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Bom, hoje chegamos a... (*Pausa.*)

Hoje rendeu, é verdade.

Onde é que está aqui o encerramento? (*Pausa.*)

Pessoal, quero agradecer a participação e a presença de todos aqui na reunião da nossa Comissão e de todos que nos acompanharam também pelos canais de comunicação do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar... Quero agradecer aqui ao nosso Vice-Presidente a presença, como sempre, do grande parceiro Chico Rodrigues, e a todos que estiveram conosco na deliberação da nossa importante pauta.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa quarta e até a próxima semana.

(*Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Romário, Eduardo Girão e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Styvenson Valentim e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Teresa Leitão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2985, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 8-CEsp (Substitutivo), com voto contrário do senador Eduardo Girão, e da Emenda nº 7-CEsp (aprovada em votação em separado). **Observação:** Após encerrada a votação da Emenda nº 7 (destacada), o senador Romário declarou ter se equivocado durante a votação. Sua intenção era votar com o relator, pela rejeição da emenda, mas, por equívoco, votou sim. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3405, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, pelo arquivamento do Projeto. **ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4842, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 517, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para estabelecer medidas de proteção ao atleta profissional, deveres e responsabilidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das organizações esportivas, bem como definir o crime de violência física e moral contra o atleta profissional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CEsp (Substitutivo). **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 20, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover, na forma de Seminário, diálogo sobre a formação esportiva dos jovens no Brasil." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 16/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater as perspectivas e desafios do novo ciclo paralímpico, iniciado em 2025, com vistas à preparação dos atletas brasileiros para os Jogos Paralímpicos de 2028, em Los Angeles. **Participantes:** Sr. José Antônio Ferreira Freire, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro; Sr. Yohansson do Nascimento Ferreira, Vice-presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro; Sr. Jonas Rodrigo Alves Pereira Freire, Diretor de Alto Rendimento do Comitê Paralímpico Brasileiro; e Sr. Fabio Augusto Lima de Araujo, Secretário Nacional de Paradesporto do Ministério do Esporte – SNPAR. **Resultado:** Audiência pública realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de maio de 2025.

Quero agradecer a todos pela presença e dar meu bom dia.

Sras. e Srs. Senadoras e Senadores, convidados e todos que nos acompanham na reunião de hoje da nossa Comissão de Esporte, é com satisfação que declaro aberta mais uma reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal.

Iniciamos nossos trabalhos hoje com a oportunidade de debater e votar um tema de enorme relevância para a sociedade brasileira, que é a regulamentação da publicidade das apostas esportivas de cota fixa, conhecidas como *bets*. Esse é um assunto que impacta diretamente o esporte nacional, a integridade das competições e a proteção dos consumidores, em especial os mais jovens. E, na qualidade de Presidente desta Comissão, não me cabe o voto, mas registro a satisfação de poder pautar esse tema tão importante.

Parabenizo o Senador Carlos Portinho pela dedicação e pelo competente e equilibrado relatório apresentado. Sua atuação demonstra o compromisso com a transparência e a responsabilidade que o tema exige.

Espero que tenhamos um debate em alto nível e que, ao final, possamos oferecer à sociedade brasileira uma resposta à altura desse grande desafio.

Sras. e Srs. Senadores, gostaria também de registrar, com esperança renovada, a chegada do novo técnico da Seleção Brasileira, Carlo Ancelotti. Sua apresentação oficial marca o início de uma nova era – esperamos, não é, Romário? – para o nosso futebol. Eu quero até ouvi-lo sobre isso. Desejo a ele e aos jogadores já convocados muito sucesso na caminhada rumo à Copa do Mundo e na busca pelo tão sonhado hexacampeonato. Primeiro, tem que se classificar, né? Então, vamos com tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para comentar a recente eleição do novo Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Samir Xaud, que se tornou o oitavo Presidente da entidade mais jovem a assumir o cargo.

Desejo ao Presidente eleito sucesso e ressalto o enorme desafio que tem pela frente de resgatar a credibilidade do futebol brasileiro e, se possível, retomar os bons resultados em campo.

Ouvi, com esperança, uma de suas declarações sobre promover uma revolução no futebol feminino. Que essa revolução aconteça, de fato, com investimentos, visibilidade e valorização das nossas atletas.

Antes de destacar os feitos dos nossos atletas, eu registro, com satisfação, a iniciativa da Arena das Dunas, um dos estádios construídos para a Copa de 2014, na cidade de Natal, que inaugurou um camarote adaptado para as pessoas do espectro autista. Quero parabenizar a iniciativa da Prefeitura e do Governo do estado, porque realmente é algo inédito a inauguração desse camarote adaptado.

Essa ação promove inclusão e acessibilidade, permitindo que mais torcedores possam vivenciar a emoção do esporte com conforto e, acima de tudo, segurança.

Passando às conquistas dos nossos atletas, é com imenso orgulho que ressalto o feito histórico do mesatenista Hugo Calderano, que conquistou a medalha de prata no Mundial de Tênis de Mesa, realizado em Doha, no Catar.

Essa é a primeira vez que um brasileiro – e não um asiático ou europeu – alcança tal feito, demonstrando todo o seu talento e dedicação, colocando o Brasil em destaque no cenário internacional, numa modalidade extremamente difícil.

A gente fica comparando tênis de mesa...

Eu estou falando... Eu sei que haverá cortes, mas, assim, por total conhecimento, eu sei do que estou falando, porque o tênis de mesa requer uma coordenação fina, a tal da coordenação fina dos movimentos e dos efeitos na bola. Enfim, para nós, que somos meros espectadores, isso nos deixa, assim, encantados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu parabenizo muito o Hugo, porque, por ser um esporte individual, sempre falaram que o brasileiro – não é, Romário? O Romário sabe disso –, a gente sempre só tinha talento para os esportes coletivos. Está aqui: Romário, futebol; eu, voleibol; e tantos outros esportes coletivos. E hoje a gente vê a Rayssa, no esqueite; tantos outros atletas na ginástica... A Rebeca, na ginástica artística; o Hugo agora...

Então, nós temos vários atletas que estão se destacando nos esportes individuais e a gente sabe que é mérito de muito esforço, de muito trabalho.

Então, nossos parabéns ao Hugo por esse feito!

No tiro com arco, aí, ó, o Marcus D'Almeida e a Ane Marcelle Santos brilharam no Campeonato Sul-Americano, conquistando medalhas de ouro nas disputas individuais do arco recurvo.

Na canoagem paralímpica, a Seleção Brasileira encerrou sua participação na Copa do Mundo na Polônia, com um total de sete medalhas: duas de ouro, quatro de prata e uma de bronze. Esse desempenho também destaca a força e a determinação dos nossos paratletas.

A jovem esqueitista Helena Laurino, de apenas 13 anos, venceu a etapa STU Nacional da modalidade *park*, superando atletas olímpicas e demonstrando que o futuro, no esporte brasileiro, já está em boas mãos.

E, por fim, informo com alegria a vitória do tenista João Fonseca, em sua estreia oficial no Roland Garros, em que derrotou o polonês número 28 do mundo e ex-*top* 10, por 3 *sets* a 0. Desejamos a ele muito sucesso também na continuidade do Grand Slam francês.

Senhoras e senhores, essas vitórias reforçam o potencial e a excelência dos nossos atletas em diversas modalidades. Que essas conquistas sirvam de inspiração e motivação para todos nós, reforçando a importância do esporte como uma ferramenta de transformação, de inclusão e, acima de tudo, de orgulho para todos nós, brasileiros.

Vamos à nossa pauta.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – ... gostaria de pedir a V. Exa. a inversão de pauta do PL nº 4.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o PL 517, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos para o item 4.

Depois eu vou para os comunicados ao final da sessão, para dar celeridade aqui, que os colegas... Nós temos outras Comissões.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 517, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para estabelecer medidas de proteção ao atleta profissional, deveres e responsabilidades das organizações esportivas, bem como definir o crime de violência física e moral contra o atleta profissional e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 21/05/2025.

Eu concedo a palavra agora ao Senador Romário, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Vem ao exame da CEsp o PL 517, de 2024, do Senador Flávio Bolsonaro, que altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para estabelecer medidas de proteção ao atleta profissional, deveres e responsabilidades das organizações esportivas, bem como definir o crime de violência física e moral contra o atleta profissional, e dá outras providências.

Na justificação, o autor afirma que o projeto surge em resposta a incidentes de violência contra atletas e defende tornar mais severas as sanções para atos de violência contra atletas e treinadores, além de promover valores éticos no esporte, responsabilizar agressores e garantir o respeito às normas da sociedade.

Análise.

A iniciativa é legítima, visto não haver reserva de iniciativa.

Quanto à constitucionalidade material e à juridicidade, buscamos, por meio de substitutivo apresentado, afastar eventuais vícios ou problemas.

No mérito, a matéria é louvável.

O PL nº 517, de 2024, representa um avanço na proteção dos atletas e treinadores profissionais. Além disso, demonstra sensibilidade social e compromisso com a dignidade humana e promove um ambiente mais seguro, ético e respeitoso no esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outrossim, ao impor sanções às organizações esportivas e prever punições penais para os agressores, acreditamos que a proposição contribui para fortalecer a cultura da paz e da responsabilidade no cenário esportivo nacional.

Acreditamos que as alterações propostas no substitutivo aperfeiçoam o projeto, mantendo seu espírito de busca por um ambiente esportivo mais seguro para atletas e torcedores.

E o voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 517, de 2024, na forma do seguinte substitutivo... É muita coisa, já está colocado, e todos já acompanharam.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O.k., Senador Romário.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Parabenizo o Senador Romário pelo relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não havendo quem queria discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadores e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CEsp (substitutivo).

A matéria agora vai à CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

Obrigada, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2985, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 12/03/2025 e 21/05/2025, na qual foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

3. Em 09/04/2025 e 23/04/2025, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

Nesta data, o Senador Carlos Portinho apresentou a complementação de voto.

Eu concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho, para a leitura da complementação de seu voto.

Bom dia, Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Senadora Leila; nosso ídolo, querido Senador Romário; Senador Girão; outros presentes.

Esse é um projeto de suma relevância. Eu quero fazer um preâmbulo, para que todos entendam como chegamos até aqui.

Aprovamos aqui – o Congresso –, embora o meu voto contrário, do Senador Girão e de outros, o Congresso aprovou a lei de apostas.

Durante um ano, com propósito na aprovação que seria para pagar impostos, já que o jogo não tem fronteiras hoje com a tecnologia, por essa razão foi aprovado, o que a gente viu, pela demora na regulamentação, é que deram um ano grátis para as casas de apostas. Espero que isso seja resolvido – o passado –, mas, até agora, é um ano grátis.

Ao mesmo tempo, por acordo feito na Comissão, nós retiramos uma emenda, para permitir que fosse autorregulada pelo setor e não por lei a questão da publicidade. Todos que estavam presentes se lembram que nós fizemos o acordo e tiramos essa emenda, para não prejudicar o projeto.

Um ano depois, além de um ano grátis, o máximo que a autorregulamentação obteve foi a frase – que dizem que é de efeito, mas para mim não diz nada –: "jogo responsável".

Aquele que tem a compulsão, seja pelo álcool, pelo tabaco, ou pelo jogo, ou por drogas, não vai ser afetado por essa frase, Senador Leila, porque, quando ele perceber que o seu ato é de extrema irresponsabilidade, é porque ele já está pronto para começar o seu tratamento, porque primeiro depende dele reconhecer o seu problema de saúde, em qualquer compulsão.

Eu sou especializado em dopagem, dos poucos no Brasil. Tratei de muitos atletas, vivi o vício por pessoas próximas e acredito piamente na recuperação, seja da compulsão por álcool, drogas, jogo ou cigarro.

É possível, mas a gente tem que tomar muito cuidado, assim como no tabaco e no cigarro, nesses produtos que causam dependência, para que a publicidade não seja mais um estímulo para a pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que joga quem quer, fuma quem quer, bebe quem quer, usa droga quem quer, não há lei que vá restringir o instinto, a liberdade humana. Mas é dever do Estado, na Constituição, a promoção da saúde. E hoje, no Brasil, depois de um ano da aprovação da lei das *bets*, a nossa sociedade está doente, está absolutamente viciada nas *bets*; os clubes de futebol se viciaram nas *bets*; as empresas de comunicação se viciaram nas *bets*, nos anúncios, no dinheiro que recebem das *bets*. E essa pandemia nos cabe, então, aqui disciplinar.

O projeto original é do Senador Styvenson e do Senador Girão, de que eu assumi ambas relatorias, e agradeço ao Senador Petecão pelo seu gesto, porque são projetos idênticos, que visam a vedar toda e qualquer publicidade de *bets*.

Nós escutamos aqui e chegamos até aqui, assim, diversos setores.

Foram duas audiências públicas que contribuíram muito, Senador Styvenson, autor do projeto, que comparece a esta reunião agora. As audiências públicas contribuíram muito para que eu chegasse a este texto final, todas as contribuições, inclusive a dos clubes, por maior que seja a crítica.

E lógico que vai ter, porque muitos se viciaram nisso. Então, é difícil mexer. É como tirar de um dependente químico a substância que lhe satisfaz: ele vai se debater no início. Faz parte do processo para alcançar a abstemia.

É lógico que eu sei que: infelizmente, os clubes, o esporte escolheu as *bets*, e eu sempre falei "eu votei contra", mas o esporte escolheu as *bets* e eu tenho que respeitar.

A minha vontade aqui, Senador Styvenson, era aprovar esse relatório na íntegra, como ele veio, o projeto original de sua autoria e do Senador Girão, para proibir toda e qualquer publicidade.

E digo mais: teríamos apoio popular, porque eu recebi a manifestação dos clubes, eu venho daí de dentro dos clubes, como advogado esportivo. Isso me importa.

E me lembrou muito a aprovação da SAF, Senador Romário, quando muitos diziam que não daria certo, muitos clubes falaram "não vai dar certo", e a gente vê que, de forma alternativa para aqueles que quiseram, para muitos deu certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SAF é uma realidade no futebol, embora muitos torcessem ou acreditassem, porque estava mexendo também no mercado, que ela não vingaria, e vingou, e eu acredito que o mesmo vai acontecer com essa proposta que eu vou relatar em breve, porque a gente está mexendo no mercado, porque o mercado não soube se autorregular, o que é o melhor dos mundos.

E o meu cuidado aqui é não errar na mão e permitir, como uma última chance – e digo última chance mesmo – para as *bets*, para aqueles que são patrocinados por *bets*, que esse projeto possa alcançar o seu objetivo, porque, senão, se continuar essa pandemia de apostas, de famílias destroçadas, não tenham dúvida: hoje, se botar o projeto original do Senador Styvenson, para proibir toda a publicidade das *bets* – ou do Senador Girão –, ele passa aqui. Se colocar o projeto para acabar com as *bets* no Senado, ele passa – não sei na Câmara.

E eu estou tendo aqui o cuidado de tentar alcançar um bom termo, porque eu não estou aqui para fazer a minha vontade.

A minha vontade seria acabar com isso – votei contra as *bets* –, a minha vontade seria acabar com toda a publicidade, como é o projeto original do Senador Girão e do Senador Styvenson. Mas, já que transformaram em uma atividade legalizada, a nossa função aqui é ajudar, para que essa lei não prejudique ainda mais famílias, mas permita a liberdade de mercado, a concorrência, que é um cuidado. Eu sou um liberal.

Quando houve restrições aos anúncios de cigarro e de bebida, os clubes também estavam viciados em bebida. O campeonato era patrocinado por uma marca de cerveja, o Brasileirão – quem viveu se lembra disso.

Todos os clubes do Brasil da primeira divisão tinham patrocínio de cerveja nas suas camisas, e, quando se fez a restrição, por uma questão também de saúde, o futebol não acabou, porque o futebol não nasceu da cerveja. O futebol, o esporte, o vôlei e o basquete não nasceram das *bets*. Havia vida antes das *bets*. Aliás, havia muito mais vidas.

Situações de pessoas vendendo seu filho para pagar dívida de *bet;* situações de pessoas matando a mãe para pagar dívida de *bet*. Isso é real, isso não é exagero, isso está todo dia nos jornais. Todo conhecido seu... alguém se viciou nisso. Está muito próximo de todos. Então, é uma pandemia da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, tomando cuidado e ouvindo a todos, como chegamos até aqui, inclusive os clubes, que se manifestaram coletivamente, fico feliz. Eu quero que os clubes se unam; espero que se unam para uma liga, espero que se unam pelo *fair play*, no futebol, e que a gente não precise legislar sobre isso. Mas, nesse caso, há uma questão maior, que é a de saúde.

E, mais impressionante do que essa união dos clubes – e isso é positivo –, eu fui ler alguns comentários, Leila, sobre a carta conjunta dos clubes, que estão preocupados com as placas de publicidade.

Eu estou aqui no projeto, vocês vão ver, sobrevalorizando o patrocínio, patrocínio, contratos maiores, contratos longevos, e havendo restrições à publicidade.

E, quanto à carta dos clubes, preocupados com as placas, eu acho que o resultado foi inverso e eu termino esse preâmbulo, aqui, lendo alguns comentários que representam, eu pude ver, 90% dos comentários na página do meu clube.

E é impressionante, porque o apoio da sociedade ao projeto, Senador Styvenson, ao seu projeto, Senador Girão, é imenso, é imenso! Eu fiquei impressionado.

Eu fiz uma enquete nas minhas redes sociais, e deu 76% a 80% a favor do seu projeto na íntegra, Senador Styvenson, para derrubar na íntegra, Senador Girão, toda a publicidade, e eu pude confirmar isso nos comentários aos *posts* dos clubes na carta deles de ontem.

Alguns comentários:

"Vão atrás de outra fonte de patrocínio; não façam publicidade de negócios que destroem famílias!!!".

"'Terá como consequência o colapso financeiro de todo o ecossistema do esporte [...], em especial do futebol brasileiro'. Os clubes aceitaram se apoiar em cima das casas de apostas e agora vêm com isso?".

"Deveria ser proibido uma casa de aposta patrocinar times!", diz outro comentário.

Outro diz: "Pois eu quero mesmo é que proíba. *Bets* são uma pandemia [veja que as pessoas já têm a noção da pandemia], que não faz bem a ninguém".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"É uma vergonha esse [...] [aí fala o nome da casa de aposta associada ao time] associar o nome do clube à casa de aposta! Dá para ganhar dinheiro de outra forma, com o esporte de forma justa, sem destruir famílias, com patrocínios e *fair play*".

"O time dessa pessoa [que eu não vou dizer qual é] está apoiando casa de aposta que destrói famílias inteiras? Eu sou desse time e estou revoltado: tantos anos de história e se rebaixando por conta de dinheiro de vidas estragadas".

"Isso é que dá depender financeiramente das *bets*. Agora vocês não querem abrir mão do dinheiro porque vão perder. O interesse pela saúde dos cidadãos é maior que o lucro de vocês. Vocês que lutem para encontrar renda. Façam a liga; se organizem".

"As *bets* podem funcionar, mas precisam ter a publicidade proibida, igual ao cigarro, absolutamente nenhuma publicidade, zero! Admitir publicidade é ser cúmplice de uma epidemia".

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Não é meu não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não é seu não. Deve ser seu eleitor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Possivelmente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – "Se esse time, mais uma vez, se colocar ao lado da barbárie, eu, enquanto torcedor desse time, do outro lado, não vou gostar".

"Deveriam propor fazer igual ao álcool: horários definidos, falar mal do que faz ou proibir de vez, como o cigarro. E, antes que digam que é impossível, quando foi o cigarro todos diziam a mesma coisa, e conseguimos proibir".

Terminando.

"Uma vergonha o clube ser a favor das *bets*, mesmo as *bets* ajudando diversos clubes menores. O impacto negativo na sociedade é muito maior. Mais uma vez, o clube defendendo o que é errado".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pincei alguns, para não se tornar cansativo, mas são 90%.

E qual é a mensagem que tanto esse projeto – para concluir o preâmbulo – quanto essas mensagens de rede social que eu li, em desacordo com os clubes, emite para fora, para os clubes entenderem, para todos entenderem? É hora de ter o mínimo de responsabilidade social. Ninguém pode se furtar disso.

E, assim, feito o preâmbulo, vou passar à leitura do relatório.

Na 9ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão, realizada no último dia 21 de maio de 2025, oferecemos nosso relatório ao Projeto de Lei (PL) nº 2.985, de 2023, do Senador Styvenson Valentim, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda.

Na forma do relatório proposto, foi apresentado substitutivo ao projeto. Na sequência, foi concedido vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Desde então, foram apresentadas sete emendas à proposição.

E eu passo agora, se me permitem, direto à análise e ao complemento do meu voto, com alguns ajustes feitos.

Análise.

Inicialmente, reafirmo os argumentos expressados no parecer lido na 9ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão, realizada no dia 21 de maio de 2025.

O substitutivo apresentado introduz medidas restritivas e regras claras, buscando equilibrar a atividade econômica com a proteção social.

As inovações foram inseridas por meio da alteração da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, que regulamentou as apostas de quota fixa, popularmente conhecidas como apostas esportivas, conforme sugestões apresentadas por entidades que participaram das audiências públicas – foram duas – e encaminharam notas técnicas ao gabinete deste Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta fixa horários distintos de veiculação, de acordo com o meio de comunicação, buscando conciliar proteção de públicos vulneráveis com a sustentabilidade das atividades econômicas envolvidas.

Para a televisão, serviços de acesso condicionado, serviços de *streaming*, redes sociais e demais provedores de aplicação à internet, a publicidade será admitida, exclusivamente, das 19h30 às 24h, além dos 15 minutos que antecedem e sucedem transmissões esportivas ao vivo. Portanto, quatros horas diárias dentro desse intervalo, com 15 minutos antes e 15 minutos depois das transmissões.

Faço um parêntese: na Inglaterra, que foi fruto da audiência pública, o modelo trazido aqui são cinco minutos antes das transmissões e cinco minutos após as transmissões.

Senador Girão, eu elevei para 15 minutos antes e 15 após e eu quero justificar.

Se fossem apenas cinco minutos, seriam cinco minutos avassaladores, e o único patrocinador seguido seria uma *bet* atrás de outra. Entendo que 15 minutos vão congregar melhor todos os patrocinadores e os anunciantes. Quis evitar um dano maior, o que me pareceu se eu reduzisse a cinco minutos antes e cinco depois.

No rádio, onde o alcance infantojuvenil é residual... É muito pequeno. A nossa juventude não escuta rádio. É da nossa geração ainda, e espero que não seja a última, porque o rádio se reinventou. O rádio, hoje, está junto também com a internet. Ele, de todos os meios de comunicação, na minha opinião, é o que melhor e mais rápido se reinventou.

Mas é um público, e, quanto ao alcance infantojuvenil, que é a nossa preocupação, é a lógica do projeto inibir o alcance infantojuvenil e de ludopatas. Por isso que, na televisão, vai até às 24h só, porque o pior horário para o ludopata...

A gente olhou para a criança, mas depois eu fui olhar para o ludopata, Girão: o pior horário para o ludopata é depois das 24h. A família não fiscaliza, ele não tem nada para fazer e começa a jogar, jogar, jogar... E por isso que, na madrugada, inclusive até há muito pouco anúncio de *bet*, e eu também confirmei com as emissoras de TV, após as 24h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na TV, restringido a essas quatro horas e a esse intervalo, e, na rádio, das 9h às 11 horas da manhã, que é horário de criança estar na escola, e das 17h às 19h30, que é horário da maior parte dos programas esportivos na rádio, em que o alcance do jovem é menor, mantendo, assim, quatro horas também para as rádios... Quatro horas e meia, perdão, para as rádios, como são quatro horas e meia de publicidade diária para a televisão, mas em horários intercalados.

Na rede social também o mesmo horário da TV, e a rede social vai ter que se adequar, porque a gente vai ver que, lá no final, ela é solidária com as propagandas.

Essas janelas replicam o princípio *whistle-to-whistle ban*, reforçam a salvaguarda das crianças, adolescentes e pessoas com transtornos relacionados ao jogo, e mantêm condições mínimas para viabilidade comercial de veículos de comunicação.

No Brasil, a publicidade de bebidas alcoólicas já observa restrições semelhantes de horário, com veiculação permitida das 9h às 6h da manhã, um intervalo, inclusive, muito maior do que eu proponho aqui para a *bets*, conforme a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e as normas do Conar.

Assim, a limitação proposta encontra respaldo em práticas nacionais e internacionais que visam a proteger o público infantojuvenil da exposição precoce a conteúdos sensíveis.

Adicionalmente, o substitutivo veda o uso da imagem de atletas em atividade, membros de comissões técnicas profissionais – e aqui eu admiti, em parte, a emenda do Senador Eduardo Girão –, bem como a de artistas, comunicadores, influenciadores, autoridades ou figuras públicas de notório reconhecimento e material publicitário, assim como veda a participação de qualquer pessoa – pessoa, ainda que como figurante –, veda animações, jogo do tigrinho, cobrinha...

Lamento, mas não será possível mais, a partir desse projeto, da maneira que é publicizado.

Veda também elementos visuais direcionados ao público infantojuvenil, buscando evitar que a influência dessas figuras ou elementos atrativos para menores induza ou estimule a prática de apostas.

A vedação, contudo, foi excepcionada – o Senador Romário saiu daqui, mas ele é o autor desse pedido –, nesse parecer, somente para os ex-atletas que tenham parado há mais de cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos as suas atividades, em atenção à solicitação apresentada pelo nobre Parlamentar Romário, durante a audiência realizada no dia 9 de abril de 2025.

Acolhe-se, assim, uma preocupação aqui também de natureza social, diante da realidade vivida por muitos ex-atletas que, afastados da prática esportiva profissional, encontram, na publicidade, uma forma legítima de complementação de renda.

E eu confesso que eu pensei aqui, Senador Girão, no caso do atleta Aldair, tetracampeão brasileiro, que passa, hoje, dificuldades. Talvez, uma publicidade de *bets* pudesse ajudá-lo.

Quero dizer também que eu pensei muito se o ex-atleta tem a capacidade de influenciar o público infantojuvenil e eu vou dar o exemplo do maior deles, do meu ídolo máximo – depois de Deus, da minha mãe, da minha mulher e dos meus filhos –, na minha vida, que é o Zico.

O Zico, para mim, me influencia em tudo na vida, mas, para o meu filho... Ele não viu o Zico jogar. Ele sabe que ele é uma figura importante do futebol, do Flamengo, mas o Zico não é o seu ídolo; é meu.

Então, a gente está alinhando essa preocupação social com os ex-atletas e com os nossos ídolos, como você é uma ídola, Leila, de muitos que acompanharam você e a sua atividade. Talvez, hoje, a juventude esteja olhando e deve olhar para aquelas que estão lá disputando em quadra, que estão na... Isso é normal.

Ressalva-se, no entanto, que essa participação deverá ocorrer sem qualquer associação a conteúdo de apelo infantojuvenil – então, ex-atleta, mas sem apelo infantojuvenil.

Será vedada, a qualquer tempo, a exibição de cotações dinâmicas ou probabilidades atualizadas em tempo real, a tal das *odds*, a fim de evitar o incentivo a apostas impulsivas durante o desenrolar das partidas ou em qualquer publicidade.

Ainda nesse âmbito...

Mas aí eu faço só um parêntese: é lógico que, nas páginas das casas de aposta, elas podem, porque a pessoa busca a página e lá ela pode, pelo princípio da concorrência, ver aquela que paga um prognóstico melhor do que outro. Isso não está proibido na publicidade própria das casas de aposta nos seus sítios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feita essa ressalva, prosseguimos.

Ainda nesse âmbito, estão proibidos programas de qualquer tipo de mídia que estimulem ou ensinem a prática de jogos de azar, sendo a fiscalização de fundamental importância para a proteção do interesse público, especialmente a relação à saúde mental, à segurança econômica e à preservação de valores sociais.

A exposição a conteúdos que incentiva o jogo, ainda que forma sutil ou subliminar, muitas vezes, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de comportamentos compulsivos e vícios em apostas, afastando negativamente indivíduos das suas famílias.

É um artifício, é um ardil de muitas casas de aposta e redes sociais, e vou dizer qual: YouTube. YouTube. Vou dar nome aos bois. Principalmente YouTube, porque lá, Leila, eu descobri que pessoas, a pretexto de ensinar a jogar, ao final, lançam você, direcionam para uma plataforma, ainda por cima ilegal. E, seja legal ou ilegal, ensinar o jogo não é papel da publicidade. Isso estimula. E programas que estimulem o jogo, ainda que de forma subliminar, estarão aqui, sim, proibidos totalmente.

E isso vai ajudar, Leila, na fiscalização, porque, a partir do momento em que não podem pessoas participar, seja *influencer*, atleta, quem for, de publicidade...

Onde tem pessoas, você pode ter certeza de que há publicidade ilegal, e essas que ensinam a jogar se enquadram nisso.

Quero lembrar que a ausência de pessoas também é uma realidade em outros setores, como de cigarro, de cerveja, com a questão da mulher boazuda, que depreciava a mulher, inclusive, e era um impulso ao consumo... Isso já acontece. Ninguém inventou.

O substitutivo também proíbe mensagens que apresentem a aposta como forma de investimento, oportunidade de renda extra ou garantia de retorno financeiro, buscando coibir a publicidade que distorce a natureza do jogo e que possa levar pessoas a riscos financeiros indevidos.

Outra medida fundamental é a exigência de que toda publicidade contenha uma advertência clara e ostensiva sobre os riscos das apostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A frase que nós elegemos depois da audiência, Senadora Leila, foi a seguinte, abro aspas: "Apostas causam dependência e prejuízo a você e à sua família". Essa é a advertência. Isso é impactante. Não é a frase: "jogo responsável".

Quem quiser, em acréscimo, utilizar a frase: "jogo responsável", que continue usando, mas a regra será: "Apostas causam dependência e prejuízo a você e à sua família".

A inclusão dessa advertência, de modo mais direto, claro, é essencial para informar o público sobre os potenciais danos associados ao jogo, alinhados, inclusive, ao preceito do Código de Defesa do Consumidor.

No ambiente digital, a publicidade em redes sociais e outras plataformas será permitida apenas e tão somente para usuários autenticados – usuários autenticados – e, comprovadamente, maiores de 18 anos, reconhecendo a necessidade de controle de acesso por idade nesse meio, e isso é uma responsabilidade social...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que cumpre às plataformas, e elas deverão cumprir, porque, senão, serão sim, aqui, por essa lei, responsabilizadas.

Também se proíbe o envio de mensagens, chamadas ou notificações – ô coisa chata isso, não é? – sem o conhecimento prévio e expresso do destinatário, garantindo o controle individual sobre as comunicações promocionais.

Ademais – e isso é muito importante –, propõe-se alteração legislativa para assegurar ao usuário das plataformas o direito de desabilitar, de maneira clara e acessível, a exibição de conteúdos publicitários relacionados à aposta de quota fixa, ainda que apresentados de forma não selecionável, como nos casos de anúncios compulsórios.

Quero lembrar: quem está na rede social é invadido com publicidade de aposta. Essa publicidade, além de estar restrita ao horário que as plataformas terão que cumprir, além de estar restrita à idade, o que as plataformas terão que cumprir, você, se quiser, você vai lá, vai apertar o botão para não receber mais esse tipo de propaganda. Hoje, as redes só permitem se você pagar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o pacote *premium*. Agora não. Esse tipo de propaganda é acessível, tem que estar claro que a pessoa pode desabilitar sem pagar nada, porque ela está de saco cheio dessas propagandas.

A proposta busca proteger especialmente os usuários de plataformas digitais que não dispõem de versões pagas ou com recursos de bloqueio de anúncios, garantindo que, mesmo nesses ambientes, seja possível restringir especificamente a veiculação de propaganda de apostas. Ressalte-se que a medida não impede a exibição de outros conteúdos publicitários, ficando a critério da plataforma substituir os anúncios de apostas por publicidade de natureza diversa. Trata-se de mecanismo de proteção ao consumidor digital e de mitigação dos impactos nocivos da exposição contínua a práticas potencialmente lesivas.

Passemos à análise do mérito das emendas.

Quanto à Emenda nº 1, do Senador Romário, registra-se que foi parcialmente acatada. A ideia central de resguardar compromissos já firmados para exploração de publicidade estática ou eletrônica em arenas esportivas foi incorporada ao texto, não pela criação de uma exceção permanente, mas pela ampliação do prazo de *vacatio legis* após a publicação da norma, o que assegura tempo hábil para que contratos vigentes sejam ajustados ou concluídos sem prejuízo das partes, preservando-se, ao mesmo tempo, a efetividade da nova disciplina regulatória.

Acolhemos parcialmente a Emenda nº 2, do Senador Girão, com a incorporação da vedação integral da publicidade de apostas em suportes impressos – jornais, revistas, edições físicas e congêneres – por compreender que esses meios, ao permanecerem em circulação domiciliar por mais tempo, podem alcançar inadvertidamente crianças e adolescentes, dificultando o controle parental.

Muito obrigado, Senador Girão, pela sua sugestão.

A Emenda nº 3, do Senador Girão, propõe vedar o uso de qualquer atleta (ativo ou inativo), equipes, celebridades e conteúdos sexistas na promoção de apostas, além de impor responsabilidade solidária aos agentes da divulgação. O comando relativo a conteúdos discriminatórios é convergente com boas práticas internacionais e pode ser absorvido no substitutivo – e foi –, assegurando-se tipificação clara de peças que exploram estereótipos de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Girão, também incorporei essa parte da sua proposta.

Por outro lado, a proibição absoluta de ex-atletas ou comunicadores extrapola o necessário para proteger públicos vulneráveis, podendo gerar assimetria injustificada entre apostas e outras indústrias de entretenimento.

Portanto, acolhemos parcialmente a sua emenda, Senador Girão, ao incorporar o veto a mensagens sexistas, mantendo, porém, a possibilidade de utilização de ex-atletas aposentados há pelo menos cinco anos, conforme já previsto no texto.

A Emenda nº 4 pretende proibir todo e qualquer patrocínio de operadores de apostas a equipes, atletas, ex-atletas, árbitros, comissões técnicas e competições ligadas ao COB. O escopo amplíssimo inviabilizaria fontes relevantes de receita do setor esportivo, inclusive de modalidades de base e paralímpicas, afrontando o art. 217, inciso I, da Constituição, que assegura a autonomia das entidades desportivas. Ainda assim, o trecho que veda o patrocínio direto a árbitros mostra-se razoável, e eu estou recebendo a sua proposta. Por quê? Para preservar a credibilidade da arbitragem, e porque pode ser absorvido sem afetar o equilíbrio econômico. Somos, portanto, pelo acolhimento parcial da emenda, porque seria um conflito de interesse, digamos assim, um árbitro patrocinado por casa de aposta. Isso gera dúvidas sobre a sua atuação, inclusive não é bom nem para os próprios árbitros. E aqui eu falo também, já que falei do COB, que as casas de aposta, já que querem patrocinar, patrocinem outros esportes, que façam a sua marca presente – até pelas limitações que passam a haver nos estádios – em outros esportes. Isso é fundamental. Nem tudo é só futebol.

Somos pela rejeição da Emenda nº 5. Ela é rejeitada porque, ao proibir integralmente qualquer forma de comunicação ou patrocínio vinculado às apostas de quota fixa, suprime fonte relevante de receita para clubes, federações, eventos e para o próprio poder público, além de desestimular a formalização dos agentes regulados. A proposta ignora o arcabouço de salvaguardas já construído no substitutivo – limitação de horários, vedações de conteúdo, deveres de identificação e responsabilidade solidária das plataformas – e, na prática, empurra o mercado para a clandestinidade, onde não há fiscalização nem instrumentos de proteção ao consumidor. Por isso, estou rejeitando a Emenda nº 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também rejeito a Emenda nº 6. A proposta retira da lei diversos comandos operacionais cuidadosamente construídos no substitutivo (horários diferenciados, advertência padronizada, bloqueio de *odds* em tempo real, regras específicas para arenas e redes sociais) e repassa ao regulamento do Ministério da Fazenda obrigações já disciplinadas em nível legal, criando incerteza jurídica. Ademais, a inclusão do novo §1º, conforme sugerido, fere o princípio constitucional da liberdade de associação, na medida em que restringe a possibilidade de veiculação publicitária apenas aos associados do Conar, o que, na prática, resultaria em uma exigência de associação compulsória por parte das entidades, contrariando o disposto no art. 5º, XX, da Constituição Federal. Por fim, cumpre registrar que a limitação de horário para a veiculação de publicidade de bebidas alcoólicas e produtos de tabaco tem se mostrado eficaz e, por essa razão, adota-se modelo semelhante no presente projeto.

Por fim, rejeitamos a Emenda nº 7, pois a proposta colide com a solução equilibrada já adotada no substitutivo, que admite a participação de ex-atletas aposentados há, no mínimo, cinco anos, precisamente para resguardar a legítima fonte de renda de profissionais que já não se encontram em atividade competitiva, sem apelo direto ao público juvenil.

Eu percebi, aqui na leitura do relatório, que eu pulei ou não incluí – vou fazer incluir na justificativa – a questão da publicidade nos estádios e nas partidas, que, no substitutivo, está bem clara. E eu considero esse um ponto de conflito até com os clubes. Faz parte da democracia, mas eu acho que houve uma interpretação inclusive errada, pelo que eu vi da nota, porque nós estamos valorizando os patrocínios e menos a publicidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por isso, para estar na placa de campo, no *backdrop*, nas arenas esportivas, quem é patrocinador, a casa de aposta que patrocina, o clube... E lembro que, a cada partida, mudam os clubes e mudam os seus patrocinadores, não há uma concentração, pelo menos no momento, de mercado. Então, o Flamengo joga com um patrocínio, o Mirassol joga com outro. Quem tem patrocínio na camisa poderá anunciar na placa. Quem tem o *naming rights* do estádio, o nome do estádio, poderá anunciar na placa, porque ele está patrocinando e é isso que estamos valorizando. Quem tem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrocínio da competição como patrocinador oficial ou ainda como *naming rights* da competição, em muitos casos, vai poder anunciar na placa.

O que nós estamos buscando evitar é o *marketing* de emboscada, que só esse setor admite, porque ele quer captar clientela, não interessa a quem do setor, para depois desgraçar as famílias. Então, ele admite o *marketing* de emboscada. O cara paga uma fortuna para ter o patrocínio da camisa do clube, o cara paga uma fortuna para ter o nome da competição, o patrocínio da competição, uma fortuna para ser patrocinador oficial da competição ou do estádio, e ele, em uma partida, tem outras 37 *bets* concorrendo em placa com ele. É o único setor. E mais, isso é uma jabuticaba brasileira. Vão assistir aos jogos da Conmebol, da Libertadores e da Sul-Americana. Só tem um patrocinador de casa de apostas, que certamente é o patrocinador oficial. Então, nós criamos mais uma jabuticaba no Brasil, com isso!

E não venham me dizer que os contratos dos clubes são de três anos. Pode ter um ou outro que tomou uma antecipação porque geriu mal as suas contas. Não venham me dizer que vai quebrar os clubes, porque os clubes estão quebrados há muito tempo por má gestão, vamos falar a verdade, é só por isso. E ninguém está tirando placa, apenas aquele espaço vai ser destinado a um outro anunciante. Agora, o anunciante que patrocina, a casa de apostas que patrocina tem garantidos seus espaços comerciais no estádio. A gente está valorizando o patrocínio e os contratos vão se adequar.

E o que eu pude atender, entendendo que o mercado se viciou nisso, em aposta, é que precisa de um tempo, um *vacatio legis* para que ocorra essa transição, para que não quebre contrato, para que não mexa nas finanças do clube imediatamente. E por isso, o prazo dado é muito mais do que suficiente. E nunca seria de três anos e nunca seria de acordo – até respondendo a uma emenda – com os contratos já firmados, porque a gente não sabe dos contratos firmados. Eu posso firmar um amanhã, de 30 anos aqui, para poder me valer da lei. Não é isso. A lei é pra valer!

Dito isso, o voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.985, de 2023, com o acolhimento das Emendas 1 a 4, na forma do substitutivo a seguir, e pela rejeição das Emendas 5, 6 e 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que estamos dando aqui, Senadora Leila, Presidente, uma contribuição, mais uma vez, à saúde pública, dentro do que é possível, já que o esporte escolheu as apostas, aprovaram, e é uma tragédia, é uma pandemia. Isso aqui certamente vai minimizar o alcance ao público infantojuvenil, aos ludopatas e vai trazer regras que vão valorizar o patrocínio, porque este deve ser valorizado: o patrocínio do esporte. A publicidade é passageira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Parabéns pelo relatório, Senador Portinho. Pelo trabalho realizado.

Todos nós aqui da Comissão acompanhamos a sua entrega, tanto sua como da sua equipe, na elaboração desse substitutivo. Então, parabenizá-lo, porque você trouxe grandes contribuições importantes, inclusive, sobre a questão da restrição de horário, a questão da faixa etária, a questão dos atletas, ex-atletas, dos *influencers*, enfim, e de todas as armadilhas que muitas vezes, por uma característica nossa... Eu acho que o brasileiro, a gente, de um modo geral, tem uma característica que de certa forma me incomoda, que é sempre dar jeitinho. Vamos dar um jeitinho. Sempre tem um jeitinho, uma forma de burlar, de burlar leis, regras. E, infelizmente, se a gente deixa solto, a gente é muito culturalmente, digamos, cercado pela necessidade de imposição de regras, porque a gente não consegue, muitas vezes, pelo nosso próprio comportamento, fazer com que a gente não recorra ao tal do jeitinho. Essa é uma realidade e é uma característica que a gente realmente, infelizmente, tem que tratar aqui dentro desta Casa da forma como estamos tratando, principalmente a questão das *bets*.

Tínhamos uma expectativa da autorregulação, isso não aconteceu. Muito pelo contrário, houve uma disseminação em massa de publicidade, na tentativa de cooptar também, não só os homens, os adultos, mas a gente vê hoje esse sério comprometimento com uma faixa etária que nos preocupa, está aqui. Por isso, esse trabalho nosso aqui nesta Comissão.

Quero agradecer, melhor Relator impossível. E quero parabenizar também o Senador Sérgio Petecão por ter cedido nessa parceria com você, para que, o mais rápido possível, dentro da Comissão, nós déssemos essa resposta célere e muito bem trabalhada para a sociedade brasileira.

Vou passar a palavra agora para discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – São dois pedidos, Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu me antecipo. Como há o destaque do Senador Girão em algumas questões, e eu, como Líder, tenho que ser justo, eu que fiz o destaque como Líder, mas o destaque é a seu pedido, deixando bem claro, eu faço como Líder, como ofereceu o Senador Romário – também sendo justo – o destaque, mas o que eu vou pedir? Para a gente votar o texto-base de forma simbólica para poder votar o destaque. E que, uma vez aprovado, e dessa maneira, se possível, de forma unânime, para que a gente possa ter legitimidade, força, a gente possa aprovar que ele seja encaminhado ainda hoje para votação em Plenário, na medida em que a Comissão CCDD, onde ele seria terminativo, sequer foi instalada.

A gente não pode ficar esperando, então eu entendo que, pelo inciso III do Regimento, depois vou citar o artigo direitinho – me passa aqui –, ele permite que, quando o projeto esteja pendente de parecer, e é o caso, porque, aprovando aqui, ele vai ficar pendente de parecer, a gente possa pedir para que vá direto ao Plenário – é o art. 336, III, do Regimento Interno – pendente de parecer, porque não há Comissão instalada de direito digital, eu acho, que é a CCDD. Ela sequer foi instalada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, a orientação aqui, Portinho – desculpa a intimidade –, Senador Portinho. Na verdade, é que na CCDD é terminativa; não é terminativa aqui. Então, se fosse terminativa aqui, nós poderíamos fazer essa solicitação imediata para um requerimento de urgência para ser apreciada em Plenário. Como é terminativa em outra Comissão, vale hoje uma conversa, falo sua e de outros membros da Comissão, para que o próprio Presidente Davi possa tomar essa decisão de não passar pela CCDD e já ir direto ao Plenário. Então, vale essa conversa hoje com o Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou buscar as assinaturas de três quintos dos Parlamentares...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso, também tem isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e levar esse pedido para incluir extrapauta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Para o Davi. Você tem todo o nosso apoio.

A matéria está em discussão. Vamos continuar o debate aqui.

Estou passando a palavra para o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Minha querida Presidente Leila Barros, quero também cumprimentar o Senador Carlos Portinho e o Senador Styvenson Valentim, cumprimentando-o pela iniciativa. Cumprimento o Senador Carlos Portinho e sua equipe – a Fran, também aqui o Fábio, todos que fazem parte do gabinete –, que estão de parabéns pelo trabalho.

A minha admiração por você, Portinho, que já era grande, aumenta, porque eu vejo não apenas o seu esforço nas audiências públicas que nós tivemos aqui, que trouxeram muitas informações, mas principalmente o seu esforço – e isso é política, boa política – de contemplar, de conseguir um caminho num assunto tão grave, Senadora Leila, como esse.

É histórica, viu, Leila? Essa votação, minha querida Senadora, é histórica neste Senado. O Senado está tendo a oportunidade, e é bonito isso, de reparar um grande erro que teve em 2023, quando a gente liberou... Tivemos vinte e poucos, trinta votos contra, fizemos destaques, ganhamos a maioria, perdemos outros, chegou à Câmara e o que a gente ganhou a Câmara tirou. Está aí o estrago feito para os brasileiros.

E eu vou dizer uma coisa, porque é bom a gente sempre relembrar a história: agora está começando certo, está começando pelo Senado Federal, a decisão vai ser daqui – isso é muito importante. E eu concordo com a Senadora Leila: não poderia ter tido um Relator melhor. Está de parabéns pela escolha.

Agora, eu peço vênia, como eu aprendi aqui – antes eu não sabia, mas é uma linguagem bem típica do juridiquês e que a gente aprende aqui –, eu peço vênia ao meu irmão Carlos Portinho, porque aí é uma coisa que vem muito da minha alma, eu peço desculpa por isso. O mal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ser combatido e cortado pela raiz, não se pode ter tolerância ao mal. A cada dia que passa... E aí os clubes... E eu sou... eu venho dos clubes e sei a realidade. A cada dia que passa eu tenho convicção de que, mais cedo ou mais tarde, isso aqui vai acabar. O Brasil vai tomar uma decisão, seja o Senado, a Câmara, o Presidente da República, enfim, vai chegar a um ponto tão nevrálgico de tragédia, porque a gente está vendo só a ponta do iceberg, Senador Styvenson, que o Brasil vai tomar a decisão para acabar com *bet*, para proibir *bet* de novo. Eu não tenho a menor dúvida – não tenho a menor dúvida – de que isso vai acontecer. A diferença é a seguinte: se a gente pode acabar agora e poupar vidas – e vida não tem preço, com vida não se aposta – ou se a gente vai deixar para depois.

Esse projeto, quero deixar muito claro, tem um avanço muito importante para poupar vidas – muito –, pelo cuidado que o Senador Carlos Portinho teve, a ousadia... Eu sei que não é fácil para ele, que vem também dessa questão do direito esportivo, junto com clubes, a pressão que esse homem tomou, nesse período, de emissoras, de grupos poderosos. E até aonde vai a ambição do homem a gente já sabe, mas está chegando perto do núcleo familiar de cada um e um dia todos vamos acordar para isso.

Eu tomei a liberdade de fazer... E eu agradeço ao PL, ao Portinho, pela parceria que nós temos no bloco. O nosso Bloco Vanguarda é PL e Novo. Então, mesmo ele tendo o relatório dele bem-feito como foi concebido e tudo, mas eu pedi a ele: rapaz, tem um ponto aqui, e eu vou justificar, de ex-atletas que tem o caráter social, mas ao mesmo tempo nós temos a prática do que acontece. Ninguém investe, as casas *bets* não investem, a não ser que se crie uma cota. Olha só o detalhe, o contraditório da história. Na prática, as casas *bets* não investem em ex-atletas que não são aqueles famosos que já têm dinheiro, que já têm riqueza. Então, o caráter social morre aí. Você vê ex-jogadores que estão em casas de acolhimento, grandes, que deram muitas alegrias para nós. Vou dar um nome: o Aldair, que ele falou. Mas tem muitos outros na nossa história que eu não vou ler aqui, até para poupar as famílias. A grande maioria não vai ser contemplada com isso.

Então, eu fiz uma emenda que acredito e peço o apoio dos colegas, porque tudo que a gente puder fazer para conter esse grande mal, já que não é possível acabar... Eu tenho um voto em separado aqui para que seja proibida a publicidade como a do cigarro. Para mim, é uma coisa clássica que a gente precisa equiparar. A política do tabaco que foi feita no Brasil, aqui, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduziu milhões de fumantes no Brasil e que salvou milhões de vidas... Talvez nós estejamos aqui hoje por causa disso. José Serra! Podem criticar em outras coisas, mas eu sempre falo: nós temos que ter coragem de elogiar o que é correto e saudar. José Serra...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Inclusive, Senador, eu fui a última Relatora do último projeto do José Serra em 2019, vedando totalmente a exposição. Colocava-se o cigarro no meio dos neons, dentro nas prateleiras...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim! Fechou tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A gente ainda vê algumas exposições, alguns tentando burlar, mas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu lembro. Nós chegamos juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E sofremos uma pressão tremenda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E ele é um idealista nato nesse aspecto, convicto, que estudou, que viajou o mundo. E, Senador Carlos Portinho, Senador Styvenson, os demais que estão nos acompanhando, o Brasil é referência mundial na política pública do cigarro, do tabagismo.

Então, a *bet* é o mínimo que eu esperaria, mas entendo, quero ressaltar aqui... Esse caso das casas de aposta é a mesma linha. Se é para existir, porque para mim a gente vai ter que acabar um dia, acabar com essa atividade, mas, se é para continuar existindo, a gente precisava dar um passo mais ousado no bem agora, que é proibir publicidade, para poupar vidas.

Então, eu fiz, Sra. Presidente, e mais uma vez peço a compreensão dos colegas, especialmente do meu amigo, meu irmão, grande Senador Carlos Portinho... O esporte deve muito a esse homem; da SAF, ele foi o Relator aqui, do projeto do Senador Rodrigo Pacheco, que está fazendo uma revolução positiva no futebol.

Aí eu não entendo aquela história aqui do pessoal: "Ah, mas agora *bet*... Os clubes ficaram viciados em *bet*. Agora não pode deixar de ter *bet,* tem que ter *bet*". Poxa, até pouco tempo atrás

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fui Presidente, antes de chegar aqui, e não se tinha isso! A gente tinha patrocínio de construtora, tinha patrocínio de banco, de vários, e tem ainda. Mas, não, o dinheiro fácil da *bet*. É dinheiro fácil, mas é um dinheiro que está matando os torcedores, é uma autofagia. Está todo mundo vendo.

Sabe o que vai acontecer, Senadora Leila? – e já está acontecendo a médio e longo prazo, já estamos chegando no médio. Em 2023, nós aprovamos isso, e está chegando no médio. Sabe o que está acontecendo? Sócio-torcedores já estão deixando de pagar as mensalidades porque estão endividados. O brasileiro nunca esteve tão endividado por causa de aposta esportiva. Estão aí o comércio fazendo nota, as confederações. Está aí – e o Senador ouviu – a questão dos ludopatas, que é algo gravíssimo.

E sabe o que mais? Eu nunca vi, Senador Jaques Wagner, aqui no Brasil – o senhor tem mais experiência política, muito mais do que eu –, tanto suicídio coletivo no Brasil acontecendo ultimamente, e lá deixando carta explicando que é negócio de aposta. Ontem nós tivemos um que o Senador Izalci colocou lá na CPI das Bets, a filha, matou a filha, matou, com dívida de aposta. O brasileiro está desesperado.

E foi interessante porque o Senador Carlos Portinho teve uma iniciativa, como um bom político, de ouvir a sociedade: ele colocou nas redes sociais dele uma enquete, jogou lá. Foi impressionante o número de comentários, e a maioria, que chega a 80%, é para acabar com tudo. É incrível.

E os clubes fizeram uma nota, uma parte dos clubes, e tiveram alguns que: "Rapaz, nós estamos vendo o estrago aqui, não vamos nem colocar, porque a gente já está vendo que esse negócio não está certo". Mas os clubes reagiram, defendendo os interesses, sem verem as consequências sociais, humanitárias... E foi impressionante, Senadora Leila, do seu clube amado, e do dele, amado. Eu sou torcedor do Fortaleza, eu não tenho outro time – e eu juro para você: meu amor é tão grande pelo Fortaleza que eu não tenho –, mas eu tenho uma admiração, porque é a maior torcida do mundo, pela do Flamengo – do mundo! E, depois do técnico de vocês, Filipe Luís, dar o exemplo que ele deu, aí eu fiquei torcendo mais ainda para o Flamengo, depois disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Flamengo fez uma nota e colocou, publicou. Vá ver os comentários: é impressionante a consciência dos brasileiros, sabe no quê? Na dor – na dor! Aquilo está acabando com o futebol.

Então, eu fiz um voto em separado aqui, que eu sei que é difícil, mas eu tenho que fazer a minha parte de acordo com a minha consciência. Eu sei que é difícil, porque a política é a arte do possível, e o Senador Carlos Portinho tem muito mérito nisso que ele fez, com esse trabalho, mas eu estou colocando esse voto em separado porque é uma alternativa para a gente acabar.

Eu tenho certeza, Senadora Leila, de que, se for para o Plenário do Senado Federal uma alternativa para acabar com as *bets* devido à tragédia que todo mundo está percebendo nos seus estados, a gente passa a acabar com isso, mas o Senador está sendo muito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... muito equilibrado – muito equilibrado –, e a gente precisa também ver o mérito de alguma proposta alternativa para torcer e para ver se vai dar certo, embora eu ache que não.

E eu queria deixar aqui uma emenda minha pelo menos para conter um pouco o projeto dele... Agradeço ao Senador Carlos Portinho por ter aceitado muitas emendas, mesmo que parciais, mas ele acolheu muita coisa do que eu propus. Eu agradeço, Senador Carlos Portinho, por você ter tido a sensibilidade de me ouvir, mas eu peço a você de coração que me compreenda – pois é uma convicção minha – por ter que votar contra, mesmo que simbolicamente. Não vou pedir que a gente coloque aqui votação nominal, mas eu não tenho como votar a favor. Então, agradeço, porque é um esforço dele para conter, com a pressão que ele está tendo de todos os lados, a humanidade do Senador Carlos Portinho, que está sendo muito humano. Estou fazendo essa emenda, que peço que a gente coloque em votação, que é importante.

E agradeço, parabenizando-o, ao Senador, meu querido amigo, Styvenson Valentim pela iniciativa que está propiciando para o Senado reparar um pouco desse erro.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Eduardo Girão.

Vou passar a palavra para o Senador Styvenson Valentim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Para discutir.) – Obrigado, minha Presidente, grande atleta, que, claro, influenciou gerações, até a minha, que sou da mesma idade! (*Risos.*) Até a minha que sou da mesma idade.

Primeiro, quero agradecer por colocar em pauta um projeto que... Houve uma tentativa, quando eu cheguei em 2019, de a gente proibir as propagandas das bebidas alcoólicas, e a gente viu o *lobby* forte que foi das produtoras, Ambev e tudo isso, aqui, e esse projeto nunca saiu. E agora a gente enfrenta algo pior, algo que não só vicia a população, algo que os vulneráveis... Eu não trato, Senador Portinho... E vou chegar ao senhor agradecendo o seu relatório, um relatório, claro, razoável, que vai bem de encontro com o que a gente leu nas redes sociais dos próprios times que fizeram manifestações. Então, a gente está contrariando até mesmo os torcedores desses grandes clubes que também apoiam a gente. Se a gente fosse se basear – porque nós somos políticos – pela opinião pública, a gente acabaria com isso agora.

Aqui o meu projeto foi extremista, foi xiita para acabar com toda e qualquer publicidade na televisão, no rádio, na internet. Claro, a gente busca o quê? Acabar com o time de futebol? Acabar com o jogo de futebol? Como foi dito aqui, isso existia bem antes. Fomos pentacampeões, tetracampeões, campeão do mundo, tanta coisa aconteceu antes das *bets*! Agora o poder viciante dessas *bets* é tão forte que viciou até os clubes, não viciou só o torcedor, não viciou só aquelas pessoas que têm a dependência daquilo, não.

E é delicado a gente... É por isso que eu estou lhe agradecendo por colocar em pauta este meu projeto, porque não envolve só o clube de futebol, envolve outras, muitas outras... Isso envolve outros interesses por que a gente tem que passar aqui, suportando essa pressão, mas ainda bem, graças a Deus, Senador Portinho, que a população está ao nosso lado. Então, foi o equilíbrio... O seu projeto não era o que eu queria, mas atingiu em alguns pontos o propósito; seria uma dosagem para a gente ver como vai se comportar daqui para a frente.

Senador Eduardo Girão, eu sei que o senhor também tem essa visão igual à minha, de cortar o mal pela raiz, mas, como não conseguimos cortar raízes, a gente pelo menos apara um pouco e vê se contém. O fato de o Senador Portinho excluir qualquer tipo de influência... Porque a gente teve uma CPI um dia desses, com uma pessoa influente, que, logo em seguida, fez propaganda de um jogo desses que destrói pessoas, seres humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que todos nós aqui somos liberais na economia, mas o liberalismo, Senador Carlos Portinho, tem limites. E, para não ficar contraditório, porque eu defendo a liberdade, eu não defendo regulações, nesse caso, a sua opção – a opção de regulamentar, regular, tornar um meio-termo – é bem-vinda. E isso eu estou falando como o autor do projeto – penso igual ao Senador Eduardo Girão, acho que todos nós pensamos aqui –, mas talvez a gente esteja dando uma chance para que se adeque e um alerta para a população, que já viu que isso é maléfico. E não adianta os times de futebol ficarem fazendo nota, querendo influenciar os torcedores contra os Senadores numa votação. Parece que saiu bem contrário ao que eles imaginavam. Então, o que eles tentaram fazer, colocando a pressão pública, o popular contra os Senadores, não deu certo. Estão contra os clubes, entendeu?

Então, aceito, concordo – concordo, Senador Eduardo Girão, diferentemente do senhor. Eu sei que não é o ideal, mas é o que a gente pode ter agora, neste momento. Pessoa mais qualificada para relatar esse projeto não havia aqui no Senado Federal, ele está entre o meio, as duas pontas, nem está neste extremo aqui e nem está do outro lado que apoia. O senhor se colocou num ponto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – ... exatamente, de muita tranquilidade para relatar e trazer tudo isso aqui.

Se tudo isso não contiver, se tudo isso, ainda assim, não diminuir, aí, Eduardo Girão, a gente parte para uma outra investida, que seria, justamente, a exclusão. Porque acho que não é feio a gente admitir que errou, né? Apesar de eu ter votado contra – acho que 20 Senadores se manifestaram contra a provação dessa doença que são as *bets* hoje, e eu fui um deles –, acho que não é indigno da nossa parte rever o que está destruindo famílias, o que está destruindo pessoas e a sociedade.

Não tem cabimento, não há nenhum ser humano, nem aqui, nem fora, que ache que esses bilhões arrecadados com as *bets* para alimentar o esporte nacional, que é o futebol, seja uma coisa que a gente não perceba, faça vista grossa, que deixe as coisas acontecerem e a gente aqui não está vivendo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho ninguém, eu não conheço ninguém que hoje perdeu tudo por esses jogos, mas a gente ouve falar. Eu vejo depoimentos disso.

Eu estou acompanhando a CPI das Bets, eu acho que é um tema que ocupou muito esse espaço aqui na Casa. É um tema que, hora ou outra, a gente está tratando, em quase todas as Comissões. Passa pelo esporte, vai para a saúde, vai para a tecnologia, assuntos sociais... Então ela está ocupando quase todas as Comissões e o Plenário. Por isso que eu quero pedir uma coisa à senhora, mesmo não tendo Comissão ainda instalada, que seja terminativa para ver esse nosso projeto que está sendo discutido com apelo social, com apelo que a gente já viu dentro dos próprios clubes, que estão dizendo aí que não é certo, não é correto. Procurem outros meios, ou os meios passados, que já existiram. Não tem mais nem espaço para patrocínio, é tanta *bet* na camisa que ninguém nem vê mais outro patrocinador nos times de futebol. Não vejo a Europa com isso, não vejo os grandes times, Real Madrid, não vejo os grandes times com *bets*. Pelo contrário, tem Spotify, algumas coisas que devem ser incentivadas, como a música, como outras.

Então, eu pediria à senhora, já que a gente vai conversar com o nosso Presidente Davi Alcolumbre, que a gente aprove o pedido de urgência, senão teria outra sessão para a gente pedir urgência de novo ou outra Comissão em que ficaria parado. Imagine que a gente pararia aqui, conversaria com o Davi, já que não tem Comissões, que não tem Comissão formada ainda para ser terminativa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Exatamente, porque a gente vê a necessidade. Isso aqui não é a minha vontade, não é a vontade da senhora, não é do Portinho, não é do Girão. A gente já viu aqui, nas próprias redes sociais dos times, que o povo, que as pessoas estão pedindo isso. Não é da forma como eu queria, restringir tudo, mas é a forma como hoje a gente aplica com a dosagem, com a razoabilidade de buscar uma contenção. Se isso não for possível, volta-se ao outro projeto agora para proibir de vez, não só a publicidade, mas acabar com essa doença que seja, esse vício, que não viciou só a população, mas viciou time de futebol, está viciando o esporte, está viciando todo mundo. É o dinheiro que corrompe as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora, eu queria ver a possibilidade, mesmo que a gente não leve ao Plenário, mas, se a gente conversar com o Presidente e ele assim autorizar, a gente já ganhou tempo aqui. Eu não estou querendo mudar o Regimento, não estou querendo criar um novo Regimento, não. Estou só vendo a urgência que é um projeto como esse, porque, no momento em que a gente está conversando, com certeza, tem gente se destruindo, tem gente acreditando que vai ficar rico, tem gente apostando até o que não tem, pedindo a agiota ou a familiares, para poder recuperar aquilo que perdeu, que nunca vai recuperar – que nunca vai recuperar! Então, a cada tempo que a gente está gastando aqui, não estou dizendo perdendo, construindo esse pensamento, Senadora Leila, a gente ganha, logo em seguida, quando todos nós... Acho que é um projeto, não é porque de minha autoria, não, nem de sua relatoria, nem porque tem apoio do Senador Eduardo Girão e da Presidente Leila, o apoio já foi dito, você já leu, 90% da população apoia o projeto. Então a gente ler esse relatório, discutir esse relatório aqui e não ter essa pressa...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, Senador Styvenson, o Flávio aqui, que é o nosso Secretário, estava me orientando. Na verdade, já acordado com o Portinho, ele vai falar com o Presidente Davi, só vai solicitar o redespacho, não precisamos nem na próxima semana votar nada aqui. Tendo o redespacho, ele solicitando, o Presidente acordando, já puxa para o Plenário, não necessariamente a gente precisa estar na próxima sessão aqui pedindo. Nada, é só sentar com o Davi, pedir o redespacho, e esse despacho vai para o Plenário e a gente já vota. É muito tranquilo.

Eu quero só dizer uma coisa para vocês, a gente está falando aqui da pressão que o Portinho sofreu, mas eu, como Presidente, já chegando na Comissão de Esporte, fui eu que pautei.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Mas a senhora está acostumada com pressão, ginásio cheio, final de voleibol, campeã olímpica...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu sou super. E vou falar um negócio: acho que eu já mostrei para muita gente desta Casa que eu sou muito acostumada com pressão, entendeu? Então, assim, eu fui forjada, eu falo que o maior legado que o esporte deixou imbuído nesta mulher aqui é a questão da pressão. Eu sei muito bem o meu propósito e, quando eu acho que a pauta é necessária, é meritória, todos vocês me conhecem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem conversa. Eu não sou de me envolver com setores, eu escuto a todos. Mas, uma vez com a minha opinião formada e sabendo que o que é certo é certo, acabou.

Então, vocês têm o meu absoluto apoio, Senador Styvenson, entendeu? Inclusive, se o Senador Portinho quiser que eu vá com ele até o Presidente para conversar, terá em mim com certeza uma apoiadora, uma parceira nesse sentido, entendeu?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Só para concluir, Portinho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É porque você pode me ajudar com o Podemos. É só essa questão da...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – PSDB e Podemos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O PSDB, perdão; o Podemos, o Girão... O próprio Jaques Wagner esteve aqui e disse que assina o requerimento de urgência.

Acho que há uma convergência de que esse assunto é urgente e imediato. A gente vai conseguir as assinaturas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Senador Portinho, Senadora Leila, só para concluir o raciocínio, quero dizer que, quanto aos nossos erros, eu disse aqui que não é indigno da nossa parte corrigir erros que nós cometemos, como esse de ter aprovado isso...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – ... tempo para corrigir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Exatamente.

Agora, que a gente possa abrir os olhos, ter a precaução e a cautela de não fazer mais uma investida contra a sociedade aprovando coisas nocivas como essa, do tipo abrir cassinos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Bingo. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Bingo. Eu acho que a gente já aprendeu com as *bets*. A população já está vendo isso. Então, se a gente for discutir isso futuramente aqui... A gente já viu a opinião pública, o que eles pensam em relação a essa liberdade.

Eu acho que a autodeterminação da aposta, dos jogos, tudinho, isso aí tem limite, e o limite é justamente quando ataca a pessoa que é vulnerável, não falo só do adolescente, da criança, mas do ser humano que está vulnerável devido ao vício.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem falado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, quero agradecer a participação...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – ... tão importante quanto as outras coisas que você falou.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Foi apresentado pelo Líder do PL, Senador Carlos Portinho, Requerimento da Comissão de Esporte nº 21, de 2025, para votação em separado da Emenda nº 7.

Então, nós votaremos... a votação vai ser simbólica do texto principal do relatório, e a complementação de votos apresentados, ressalvado o destaque.

Consulto os colegas se está tudo o.k. Está acordado isso? (*Pausa.*)

Então, os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado, com o voto contrário do Senador Eduardo Girão, e a complementação de voto, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 8, Substitutivo.

Agora nós passaremos para a votação da Emenda nº 7 destacada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa votação vai ser nominal.

Os Senadores que aprovam a Emenda nº 7 votam "sim", e os que votam com o Relator votam "não".

Os Senadores já podem votar.

Vou pedir para abrir.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Antes de defender essa minha emenda perante os colegas, eu quero apenas deixar muito claro que tem um voto em separado meu, que eu sei que não vai ser lido, até porque foi aprovado já o projeto, mas o voto em separado meu é para restringir completamente a publicidade, a exemplo do que aconteceu na indústria do tabaco, na política sobre o cigarro brasileiro. Então, esse voto em separado vai ficar no sistema, vai ser incorporado a todo o processo.

Eu queria pedir aos colegas, muito encarecidamente, que analisassem esse destaque. Esse destaque tem uma causa, tem um... No relatório do Senador Carlos Portinho – em que, repito, elogio o esforço, a dedicação, o cuidado –, o que ele pôde fazer para contemplar fez, para dar mais uma chance a essa atividade. Mas essa questão de os ex-atletas poderem fazer propaganda é algo muito perigoso porque, na prática, se diz: "Ah, não, mas isso é uma questão social dos ex-atletas". A gente tem que ter o maior respeito pelos ex-atletas. Eu, como Presidente do Fortaleza, juntei muitos, contemplei o que eu pude, no pouco tempo por que passei lá, com o maior respeito. Agora, a gente sabe que grande parte, Senadora Leila, que não conseguiu fazer um pé-de-meia, que não conseguiu ter uma condição financeira durante o pouco tempo do esporte, porque é um esporte de alta *performance*, esses atletas não vão ser patrocinados pelas *bets*, eles estão morrendo à míngua! A não ser que a gente criasse quota. Se criássemos quota, aí sim, seriam obrigados a colocar, aí são outros quinhentos. Mas, tendo em vista o que nós temos para hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na prática, o que vai acontecer sabem o que é? São as casas *bets* pegando os jogadores já famosos, os atletas já ricos, que não precisam disso. Então, cai por terra a questão social.

Então, eu faço esse pedido, compreendendo muito o relatório do Senador, do meu querido irmão Senador Carlos Portinho. Mas essa questão social, tendo em vista que as *bets* vão procurar os atletas já famosos, que é o que acontece, os atletas já ricos, isso cai por terra quando a gente vê tantos atletas que fizeram tanto pelo Brasil, pelos clubes, morrendo à míngua. E não vão ser procurados pelas *bets*, a não ser, repito, se tiver quota. Se tiver quota, aí muda o jogo. Eu, particularmente, sou contra, mas num caso desses aqui, se é para ter social, teria que ter quota, porque na prática não vai acontecer essa questão social com relação aos ex-atletas. As *bets* não vão apostar porque querem realmente os famosos, os que são bem-sucedidos no aspecto da fama, enfim.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Reforçando aqui que os que votam com o Relator votam "não" e os Senadores que aprovam a emenda apresentada, o destaque apresentado pelo Senador Eduardo Girão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Com o Relator é "não". E quem vota com a emenda apresentada pelo Senador Eduardo Girão vota "sim".

Eu pedi para as assessorias avisarem aos colegas, por favor. Os assessores que estão presentes. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Enquanto nós estamos aguardando a votação dos colegas, eu vou partir para o item 5, que é o Requerimento nº 20, da Comissão de Esportes, de minha autoria.

1ª PARTE

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 20, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover, na forma de Seminário, diálogo sobre a formação esportiva dos jovens no Brasil.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Autoria desta Presidência.

Essa votação vai ser simbólica.

Eu gostaria de passar aqui, falar um pouco sobre os painéis, enquanto a gente aguarda.

O Painel 1 vai ser "Governança e Articulação do Sistema Esportivo na Formação de Atletas". O objetivo é discutir com as instituições que compõem o sistema esportivo brasileiro público e privado, que atuam na formulação, coordenação e financiamento de políticas voltadas ao esporte de formação. O painel buscará compreender os papéis de responsabilidade e articulação entre comitês, confederações e clubes, bem como os desafios institucionais e operacionais para a consolidação de um modelo de formação esportiva mais eficiente, acessível e articulado em nível nacional.

Moderação e painelistas: Sr. Marco La Porta, que é o Presidente do Comitê Olímpico do Brasil, ou um representante indicado pela instituição; Sr. José Antônio Ferreira Freire, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), ou um representante indicado pela instituição; Sr. Paulo Maciel, Presidente do Comitê de Clubes (CBC); Sr. Samir Xaud, que é o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ou também representantes dessas instituições.

O segundo painel, que é "Iniciação Esportiva e Inclusão Social nos Territórios", tem o objetivo de debater iniciativas locais e comunitárias que promovem a inclusão, desenvolvimento humano e acesso ao esporte de formação em contextos diversos. O painel abordará a articulação entre governos locais, sociedade civil, clubes e instituições de ensino, de modo a compreender os problemas de interação entre esses atores e buscando soluções para aplicação e qualificação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prática esportiva em territórios diversos, especialmente entre crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social.

Teremos a moderação, e os convidados são o Sr. William Boudakian, que é o Diretor Executivo da Rems (Rede Esporte pela Mudança Social), ou outro representante indicado pela instituição; a representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte; representante do Confef; João Batista Carvalho e Silva, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP), ou outro representante indicado pela instituição; e Gislene Alves do Amaral, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), ou outro representante indicado pela instituição.

O 3º Painel é "Proteção e Responsabilidades na Formação Esportiva". O objetivo é refletir sobre os direitos de crianças e adolescentes no ambiente esportivo, abordando os deveres das instituições, o papel das famílias e a atuação do poder público. O painel tratará de temas como integridade, ética, prevenção de violência e os limites entre rendimento e formação, com base nas normativas nacionais e boas práticas de proteção no esporte.

Teremos como convidados: representante do Ministério Público, a ser indicado pela própria instituição; Paulo Henrique Perna Cordeiro, Secretário Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snealis), do Ministério do Esporte; Antônio Hora Filho, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), ou outro representante indicado pela instituição; e representante de pais de atletas, a ser indicado, com experiência direta no acompanhamento da trajetória esportiva de filhos em formação.

Por fim, no 4º Painel, "Perspectiva Comparada: Modelos e Experiências Internacionais", que eu acho que é muito importante, o objetivo é reunir especialistas internacionais com ampla produção científica e experiência em políticas públicas para discutir boas práticas, modelos formativos e desafios estruturais relacionados ao esporte de base em diferentes contextos. O painel pretende lançar luz sobre caminhos possíveis para estruturar políticas públicas mais justas, inclusivas e eficientes.

O esporte de base no país, eu já comentei várias vezes, não é eficiente. Nós deixamos muitas crianças, muitos jovens para trás e nós precisamos reestruturar, fazer este debate aqui na Casa. O esporte não é só formação de grandes atletas. Eu falo: o esporte é promoção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadania, é formação no contexto de uma abordagem global dos jovens, e é fundamental que seja tratado com o devido respeito, como na questão de orçamentos. A gente vê, eu fui Secretária de Esporte no Distrito Federal e, pasmem, dentro do orçamento como secretaria, a gente tinha menos de 1% deste orçamento destinado à implementação de políticas públicas, não aquela para a formação dos atletas, mas aquela para a promoção da cidadania, o acesso de cada cidadão, de cada jovem à prática esportiva. É lamentável como é encarada a pauta do esporte em vários governos – inclusive, a gente sabe que em vários governos, seja ele estadual, seja ele municipal, seja ele distrital, seja ele federal.

Nós temos que dar a nossa contribuição aqui, como legisladores, nessa pauta do esporte de base, inclusão e promoção da cidadania dentro desta Casa. Esse é um grande objetivo para mim. Digamos que, como mãe, como mulher e também, claro, como atleta – eu não sou ex-atleta, a gente sai do esporte, mas ele não sai da gente –, por toda a minha trajetória e por ter passado no esporte de base, eu sei que não existe o devido reconhecimento aos profissionais da base, porque são eles que muitas vezes são a extensão dos lares desses jovens, principalmente daqueles em questão de vulnerabilidade.

Então, é aquele técnico que muitas vezes pega aquele jovenzinho, que coloca no carro, que dá o alimento, que dá o material, que tira do próprio bolso. Então, nós temos que tratar com responsabilidade não só esses profissionais, mas os setores envolvidos, inclusive o terceiro setor, que faz um trabalho muitas vezes aonde o Estado não chega. É ele que cuida daquele jovem em vulnerabilidade. Então, nós temos que trazer também essa fala, dar luz ao terceiro setor, às organizações que promovem a prática esportiva também no nosso país, além das instituições.

Nós vamos ter oradores, debatedores aqui: da Austrália, da Western Sydney University, o Jorge Knijnik – gente, difícil esse Jorge Knijnik –; e Camilla Knight, do Reino Unido, referência internacional em psicologia do esporte juvenil, com foco nas relações entre pais, filhos e treinadores – é fundamental esse debate, vai ser incrível –, atua como consultora de organizações esportivas e lidera iniciativas voltadas à proteção e ao bem-estar das crianças no esporte.

Jorge Knijnik, da Western Sydney University, da Austrália, possui atuação destacada nas áreas de esporte, equidade de gênero, educação e coesão social, desenvolvendo práticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedagógicas transformadoras em contextos superdiversos e assessorando governos e instituições na promoção do bem-estar juvenil – sempre, sempre, essa é a prioridade – por meio do esporte.

Martin Camiré, da University of Ottawa, no Canadá, desenvolve pesquisas sobre o potencial formativo do esporte para jovens, com ênfase em aspectos éticos, promoção da saúde e abordagens pós-fundacionais nas ciências do esporte.

Então, nós vamos ter um painel... Já quero agradecer à nossa consultoria e à assessoria também da nossa Comissão, porque vai ser incrível.

Simona Safarikova, que é da Unesco e é Cocoordenadora da Cátedra Unesco "Esporte para o Desenvolvimento, Paz e Meio Ambiente", possui experiência de campo em diferentes países e regiões, como Colômbia, México, África do Sul e Marrocos.

Então, nós vamos ter uma rica sessão com grandes debatedores, painelistas renomados e as instituições que promovem o esporte no nosso país, o esporte de base. E será um grande desafio para nós dar essa contribuição.

Essa votação será simbólica.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora vamos abrir... (*Pausa.*)

Gente, nós estamos precisando de mais um voto. Vamos atrás desse um voto? Mais um voto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, são oito. Precisamos de oito votos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não gosto de bola dividida. Então, vamos esperar. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Voto SIM, 6...

Tem certeza? (*Pausa.*)

Gente, olha aqui a votação. Mas, assim, é muito claro que um dos defensores dos ex-atletas aqui era o Senador Romário. Então, esse voto aqui... Eu acho que ele deve ter se confundido na votação e eu preciso registrar este momento aqui.

Então, eu vou pedir para a assessoria do Senador Romário... Eu não vou encerrar essa votação, está aqui o painel, acho importante o Senador estar aqui presente e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ele pode por ofício?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Não, eu até... Como eu sou suplente aqui e por isso não votei... Até como Relator eu me absteria, porque eu atendi realmente... Ao incluir no texto, eu atendi o Senador Romário. E, como eu falei, por uma questão social.

Mas para todos verem como é que a situação no Senado... Eu acho que na sociedade está todo mundo de saco cheio desse assunto de *bet*. O placar foi 5 a 1, certamente o Romário votou enganado, porque ele é defensor dos ex-atletas, quero registrar aqui. Foi por ele, ali no meu relatório, que eu incluí essa exceção, que é uma exceção, confesso, nem muito confortável, mas me sensibilizou. E eu acho que o Plenário é soberano. Isso aqui vai a Plenário e lá o Romário vai poder, ele agora fazer a sua emenda; farei o destaque, como fiz para o Senador Girão, e irá a voto uma questão que é controvertida, porque, no final, o melhor é que não tivesse ninguém, nenhuma pessoa em publicidade. Isso é um fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Romário trouxe uma questão que sensibilizou o Relator, que é a questão dos ex-atletas, eu me sensibilizei, eu digo sempre, especificamente com o caso do Aldair, e mesmo assim, Girão, depois das audiências públicas, não teve uma *bet* para tentar ajudar o cara, mesmo depois de a gente ter falado aqui. Então, vai ver que é por isso o resultado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Acabei de saber, pela assessoria do Romário, que ele está correndo aqui, ele quer registrar o voto dele. Então eu acho justo. A gente sabe que todo mundo está correndo muito aqui, eu sei que todos, mas eu acho... Por ele defender e pela emenda, eu acho que é importante nós esperarmos. Pronto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – E também, Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Todo mundo te defendeu aqui, Romário.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que, se dependesse do seu voto como ex-atleta...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E você, como Presidente, não vota, para deixar claro.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não voto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente não vota.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu estaria com o Romário.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu sei que você estaria com o Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Afinal, o que aconteceu? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O que aconteceu é que você votou junto com o Girão. Houve um erro aqui, mas todos nós falamos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você, com certeza, votou junto com o Relator, acatando a sua emenda e favorável à inserção dos ex-atletas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E aí a votação ali saiu como "sim", apoiando o Girão. É só você fazer um ofício. A nossa orientação é que você faça um ofício, Mas todos nós registramos e sabemos a sua defesa aqui. Se quiser falar, Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na verdade, eu tinha votado "sim". Você lembra que V. Exa., como Presidente, falou: "Quem vota contra o Girão vota 'sim'". Na verdade, eu tinha votado "não".

Mas enfim, eu quero aqui só dizer que respeito muito a opinião do Senador Girão e qualquer outra opinião. É um direito das pessoas. Nós fazemos parte de uma democracia, mas eu, ao votar contra essa emenda do Girão, eu não estou aqui me defendendo em causa própria. Na verdade, como existem vários ex-jogadores que estão numa situação financeira muito confortável, muitos são ricos, outros milionários e outros bilionários. Mas você sabe, Senadora Leila, você deve conhecer vários ex-jogadores, ex-jogadores de vôlei, assim como eu, jogadores que realmente estão num momento muito difícil da vida. E essa poderia ser uma forma de eles poderem melhorar um pouco a sua vida financeiramente.

Enfim, quero deixar bem claro, já que já foi colocado o equívoco, eu voto sempre a favor dos ex-jogadores, porque eu sei que eu tenho vários amigos que passam por situação financeira muito grave. E essa seria uma forma de eles se recompensarem.

Era isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito. Senador Romário, registrado o seu voto. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Carlos Portinho e a aprovação, juntamente com a Emenda nº 7, destacada para o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos agora... Já parabenizando o Senador Carlos Portinho. Agora o próximo passo já foi dado, já foi conversado aqui, é conversar com o Presidente da Casa para fazer o redespacho do projeto, já para a apreciação no Plenário.

Parabéns, Senador Portinho e Senador Girão, pelo bom combate.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se me permitir dez segundos, eu queria...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – ... agradecer a todos. Eu quero registrar uma coisa que fique exatamente guardada para que todos se lembrem. Não é por causa desse projeto que o esporte vai perder recurso. Aliás, o esporte vive dos seus esforços e de quem contribui há muito mais tempo. Mas o esporte e outras áreas já, na minha opinião, perderiam recursos das *bets* naturalmente, porque eu quero lembrar que todo esse volume de dinheiro, de publicidade, de patrocínio, até de *shows* – foi até o *reveillon* do Rio de Janeiro inteiro patrocinado por uma – se reduziu a partir do momento em que neste ano começaram a ser cobrados impostos.

Não tenham dúvida de que, mesmo sem esse projeto, esse ajuste de mercado já ia ser feito porque estava sobrando dinheiro. E, se está sobrando dinheiro nas casas de apostas, Girão, é porque tem muita gente perdendo muito dinheiro e as suas vidas, porque esse dinheiro sai de um bolso direto para outro. Ele não produz nenhuma outra riqueza, produto, nem bem-estar, infelizmente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Carlos Portinho.

Agora vamos para o item 2. Vamos dar celeridade aqui, porque nós temos audiência.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3405, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 12/03/2025 e 21/05/2025.

3. Em 09/04/2025 e 23/04/2025, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

Eu concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho para leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, eu vou ao voto diretamente, pela importância da audiência pública, porque já tratei desse projeto, um projeto do Senador Eduardo Girão, o Projeto de Lei nº 3.405, de 2023, que também quer estabelecer proibições no tocante à publicidade das apostas a eventos reais e temática esportiva. De igual maneira, como o Senador Styvenson, e como sempre é o posicionamento correto, coerente do Senador Girão, a proposta visava restringir totalmente a publicidade das *bets*, por isso, como Relator da proposta anterior, eu vou direto ao voto.

Ante o exposto, o voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 3.405, de 2023.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pelo arquivamento do projeto.

A matéria vai à Comissão de Comunicação e Direito Digital.

Item 3. Vou passar aqui para o Senador Portinho. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) –

1ª PARTE

ITEM 3

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 4842, DE 2023

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.*

Autoria do Projeto: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 21/05/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 4842/2023, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3. Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão.

Com a palavra quem queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Resultado: não tendo sido oferecido emenda, o substituto é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência da reunião à Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Hoje, o debate se estendeu. Acho que é lição aprendida: vamos ter que nos organizar para quando tivermos umas pautas que vão exigir da gente um maior debate, temos que nos organizar melhor.

Já pedimos desculpas aos nossos debatedores, aqueles que aguardaram até agora que finalizássemos a nossa sessão deliberativa. (*Pausa.*)

Vamos para a segunda parte, que é a nossa audiência pública interativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater as perspectivas e os desafios do novo ciclo paralímpico iniciado em 2025 com vistas à preparação dos atletas brasileiros para os Jogos Paralímpicos de 2028, em Los Angeles, em atenção ao Requerimento nº 16, de 2025, de autoria desta Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. José Antônio Ferreira Freire, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro; o Sr. Yohansson do Nascimento Ferreira, Vice-Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro; e o Sr. Jonas Rodrigo Alves Freire, Diretor de Alto Rendimento do Comitê Paralímpico Brasileiro

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211 – e pelo portal, em senado.leg.br/ecidadania.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado fará uso da palavra por até dez minutos e, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Primeiramente, eu quero agradecer a presença de todos vocês aqui, os maiores representantes do nosso movimento paralímpico nacional. Agradeço ao nosso Presidente do Comitê Paralímpico, ao nosso Vice-Presidente e também ao Diretor de Alto Rendimento do Comitê.

Peço desculpas, na verdade, a todos vocês pela demora aqui. Hoje nós tivemos uma pauta importante na Casa.

Essa pauta do movimento paralímpico é muito importante para nós aqui. Agradeço de coração, em nome da Comissão, a presença de vocês aqui.

Então, eu vou passar, para as exposições iniciais, a palavra... (*Pausa.*)

Vou passar a palavra, inicialmente, para o Sr. Yohansson do Nascimento Ferreira – já foi nosso atleta paralímpico também, grande orgulho para nós –, que é Vice-Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro. Seja bem-vindo, Yohansson. Que prazer, inclusive.

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA (Para expor.) – Senadora Leila, é um prazer estar aqui mais uma vez falando sobre o esporte paralímpico. Cumprimento o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente José Antônio, com quem eu estou dividindo esta atual gestão do Comitê Paralímpico Brasileiro, e o nosso Diretor de Alto Rendimento, Jonas Freire, que está aqui à minha esquerda. Quero deixar também, Senadora, um cumprimento do nosso Secretário-Geral, o Mizael Conrado. Eu tive o prazer de estar na Vice-Presidência do comitê, juntamente com ele, no último ciclo. Gostaria de cumprimentar também o Secretário de Paradesporto, Fabio de Araújo, que vem fazendo um trabalho brilhante em todo o Brasil com nossos atletas com deficiência e no desenvolvimento também de outras modalidades do movimento do paradesporto.

Senadora, vamos aqui falar hoje sobre as perspectivas do Brasil para o ciclo de Los Angeles em 2028.

(*Soa a campainha.*)

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – Esse trabalho já vem sendo realizado há muito tempo. Em 2017, eu ainda estava como atleta, o Mizael Conrado já fez o planejamento estratégico para os próximos oito anos: planejamento estratégico para 2016 e planejamento estratégico para 2020. A nossa intenção aqui é dar continuidade a todos os programas que o CPB vem realizando em todo o Brasil.

Eu posso citar aqui o programa de iniciação, que são os festivais paralímpicos. Apenas no ano passado, estivemos em 120 cidades espalhadas por todo o Brasil. O CPB atendeu, só nesse projeto, um pouco mais de 43 mil crianças para que elas pudessem conhecer o movimento paralímpico. Falando também nos centros de referência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – ... hoje estamos espalhados por 76 centros de referência. O Comitê Paralímpico Brasileiro vem se preocupando cada vez mais em ir até onde esses atletas estão – uma competição de desenvolvimento esportivo, uma competição de alto rendimento –, para que a gente consiga cada vez mais descobrir novos talentos. Não temos mais o Daniel Dias nadando, não temos mais Antônio Delfino nas pistas de atletismo, mas temos o Gabrielzinho, que acabou de conquistar nos últimos jogos três medalhas de ouro, Maria Carolina Gomes Santiago, outra grande nadadora que conquistou mais três medalhas de ouro, atletas que foram descobertas nos *meetings* paralímpicos, que é o caso da amapaense Wanna Brito, que foi medalha de prata nos últimos jogos de Paris.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todo esse trabalho que o CPB vem fazendo não é apenas pensando em 2028. É uma frase que o Mizael Conrado fala e que tanto eu quanto o José Antônio vamos levar: é que até 2040 o Brasil vai disputar com a China o primeiro lugar no quadro geral de medalhas nas Paralimpíadas de 2040. Esse é o nosso objetivo, já estamos realizando nosso planejamento estratégico, não para 2028, mas já pensando também em 2032, em Brisbane, porque é como o esporte tem que ser desenvolvido aqui no nosso país. Eu tenho que pensar no longo prazo, tenho que pensar, lógico, nos atletas da atualidade, nas 25 medalhas de ouro que o Brasil conquistou nos últimos jogos – foram 89 medalhas no total. Eu sei que é um número fantástico, mas sei também que o Brasil consegue avançar nas Paralimpíadas em 2028 e, quem sabe – não é, Jonas? –, o Brasil possa conquistar ali três dígitos de medalhas, o que seria um resultado fantástico.

Eu tenho o maior prazer de dividir o lado da Vice-Presidência, com o José Antônio na Presidência. Ele comandou a CBDV, as modalidades do *goalball*, do judô e do futebol de cegos. Na época ainda de Paris, em 2024, o José Antônio, com a confederação que ele presidia, teve dez medalhas conquistadas, quatro delas foram de ouro no judô. Então, é um prazer estar aqui, Senadora Leila, falando que o esporte paralímpico no Brasil... Eu sei que evoluiu bastante e sei, muito mais ainda, que ele vai continuar evoluindo, vai continuar dando orgulho a cada brasileiro aqui.

Gostaria também já de deixar um pedido especial para esta Casa, para se preocupar com a Lei de Incentivo ao Esporte. Eu sei que está em tramitação na Câmara. Vocês estão vendo que essa lei tem que ser permanente, assim como a cultura. Muitos clubes, muitas confederações necessitam dessa lei para continuar desenvolvendo o esporte de todas as dimensões. Estou falando agora aqui especificamente, não somente no paralímpico. O esporte olímpico e o paralímpico têm muita dependência ainda da Lei de Incentivo ao Esporte. Então, é de extrema importância que vocês continuem olhando com carinho para o desenvolvimento do esporte olímpico e paralímpico.

Infraestruturas também em todo o Brasil: como eu citei agora, hoje o CPB está levando competições às 27 unidades federativas do Brasil. No próximo final de semana, estaremos em Palmas e estaremos também em Recife. Infelizmente, não temos as estruturas adequadas para realizar a competição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou natural de Maceió, Alagoas, e lá não tem, em um estado do nosso Brasil, uma piscina de 50 metros, uma piscina oficial a que eu consiga levar uma competição de alto rendimento. Lá em Rondônia, não tem pista de atletismo. Eu fico... É incrível como o Brasil, um país desse tamanho, acho que o sétimo maior PIB do mundo, ainda não tem instalações adequadas em cada estado.

Eu sei que o Centro de Treinamento Paralímpico é um centro maravilhoso, Senadora, e deixo o convite aqui para conhecer o nosso espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Esse, com certeza, já está na agenda. Tenho muito... Eu não conheço realmente o centro de desenvolvimento do movimento paralímpico, então, Yohansson, você pode ter certeza de que esse convite já foi aceito. Já vou até falar com a minha assessoria, porque já me falaram que é incrível. Mas, como você falou, isso até me deixa um pouco estarrecida, não é? A gente vê que o movimento está restrito a treinamento, todo o movimento, apenas em São Paulo, porque a gente não tem instalações no país, um país tão grande, tão continental como você falou. É uma economia, a sétima economia no mundo, e a gente ter que falar em instalações adaptadas não só para o movimento paralímpico, mas para as pessoas, de um modo geral, que gostam de praticar esporte, que têm o direito de praticar esporte, as pessoas com deficiência.

Então, realmente fiquei preocupada com isso. E isso é no país inteiro?

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – Em muitas instalações não temos locais adequados.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Em todas as regiões? Na maioria?

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – Tem algumas regiões que têm uma condição melhor. A Região Sudeste tem uma ótima condição, mas eu fico preocupado com como, no esporte paralímpico, podemos aproveitar ainda mais as Regiões Norte e Nordeste. Temos o Centro de Formação Olímpica, que fica em Fortaleza, lá no Ceará, e já estamos em conversas de definições juntamente com o COB e com o Governo do Ceará para assumir o Centro de Formação Olímpica. O esporte tem que andar de mãos dadas: o CPB junto com o COB, junto com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério do Esporte, junto com as secretarias estaduais, secretarias municipais de esporte, para fazer com que o esporte consiga evoluir, consiga avançar. É como fala a nossa missão do CPB: ser referência no esporte paralímpico, da iniciação ao alto rendimento, com a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade.

Então, essa é a nossa missão, esse aqui é o nosso compromisso do Comitê Paralímpico Brasileiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – ... desenvolver e fomentar o esporte paralímpico em todo o país.

E Senadora, eu queria deixar aqui, registrar também um vídeo que foi dessa última gestão minha, junto com o Mizael Conrado e também o José Antônio, como Presidente da confederação, com um pouco do que aconteceu nos Jogos Paralímpicos de Paris no ano passado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito. (*Pausa.*)

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – Será que o vídeo deu errado?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, já estão acertando ali. (*Pausa.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sensacional!

Super-humanos em todos os sentidos, na superação e no exemplo. Parabéns!

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Yohansson, não só pelo exemplo, pelo trabalho e por estar aqui conosco.

O convite está aceito, Yohansson. Eu vou lá visitar as instalações.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Jonas Rodrigo Alves Pereira Freire.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, primeiro, a palavra ao Sr. José Antônio Ferreira Freire, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, aproveitando e agradecendo também a presença aqui do nosso Secretário Fabio Araujo, e mandando um grande abraço também para o Mizael, como você falou, Yohansson.

Presidente, seja muito bem-vindo. É um prazer tê-lo conosco.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA FREIRE (Para expor.) – Bom dia, Senadora Leila.

É uma alegria enorme estar no CPB para falar sobre as expectativas para Los Angeles/2028.

Logo a Sra. Senadora presidindo desta sessão, grande atleta, uma ativista do esporte, uma paixão que a Sra. Senadora tem, deixa a gente muito feliz de vir para uma sessão desta e, enfim, falar o que o CPB pensa para 2028.

Saúdo o nosso Vice-Presidente Yo Ferreira, que colocou muito bem tanto a questão da preocupação do passado, hoje, do presente e do futuro quanto ao que o CPB propicia para que a gente possa, a cada Paralimpíada, evoluir e ter o sucesso que hoje o CPB tem, quando, com muita alegria para o Brasil, a gente está entre o *top* 5. Isso traz muita felicidade para o esporte paralímpico.

Saúdo o nosso Diretor de Alto Rendimento, que pega a mão na massa e que vai, de fato, fazer a sua fala em cima do que é que vem no concreto, no dia a dia, para que a gente possa continuar no *top* 5. E saúdo o nosso querido Fabio Araujo, que sempre tem se preocupado, como Secretário Nacional de Esportes, em trabalhar, em incentivar e em melhorar o esporte como um todo.

Senadora, eu assumi o CPB há cinco meses, praticamente; vai fazer cinco meses. Tenho um histórico no esporte como jogador de futebol de cegos, em que me tornei tricampeão brasileiro. Quero deixar um abraço aqui ao Mizael e para a equipe de Mizael lá no passado. Nunca perdi para Mizael, Senadora, dentro de quadra.

Yo já trouxe o abraço de Mizael para a senhora, para o Senador Romário, enfim. Yo já fez o convite. Com o aceite da senhora, vai ser muito importante que o Senado esteja presente lá no CPB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O CPB tem, além de tudo que o Yo colocou, uma preocupação. Já na presidência de Mizael, que foi um grande Presidente e continua, de alguma forma, ajudando o esporte paralímpico, a gente tem se preocupado muito, Senadora, com a questão da governança. A gente tem um conselho de administração em que dois conselheiros são internos. Temos um conselheiro que vem do Conselho de Atletas, para legitimar a participação ativa dos atletas nas decisões de orçamento, e temos participações de dois presidentes de confederações, obviamente, nessa ligação entre confederações e CPB, para que a gente tenha todo cuidado com os recursos que chegam ao CPB, para que sejam bem distribuídos e, de fato, cheguem lá na ponta. Eu acho que, com todas essas seguranças que a gente tem mantido, a gente tem muita esperança de que o Brasil continue evoluindo.

Como bem-dito por Yo, a gente tem um centro de treinamento que está entre os cinco melhores do mundo, mas não adianta a gente ter esse treinamento só em São Paulo sem que a gente consiga fazer política pública em outros estados, porque o centro de treino de São Paulo não vai dar conta, ele já está pequeno. O nosso residencial é para 300 pessoas, e hoje a gente já não consegue atender.

Temos 76 centros de referência. Como bem o Yo falou, estamos conveniando com o CFO, que também tem alojamento. Já estamos discutindo com alguns Governos, como o da Paraíba, e João Azevêdo vai construir um centro de treinamento paralímpico lá em João Pessoa, porque a gente precisa fazer política pública de esporte no Brasil como um todo. A gente tem um Norte com estados grandes, com dificuldades para chegar, e a gente precisa levar os centros de referência para lá, levar essa política, porque as pessoas com deficiência que gostam de esporte precisam ter isso próximo a elas, assim como no Centro-Oeste, no Nordeste.

Esta é uma das grandes preocupações do CPB: a gente quer que, até 2028, chegue-se a 250 centros de referência no Brasil; em 2032, 500 centros de referência. Assim, vamos ter 10% dos municípios do Brasil com centros de referência. Cada centro de referência, Senadora, pode atender quatro, cinco municípios. Então, a gente teria praticamente a metade do Brasil sendo atendida pelo CPB.

Estamos em conversações – a partir da visita do Presidente Lula, quando assinamos o maior patrocínio de todos os tempos no CPB, de R$160 milhões com a Caixa Econômica –, estivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversando, em contato já com o Ministro da Educação e com o Ministro da Saúde para fazerem essa política transversal. A gente pretende fazer, com as nossas plataformas, toda a formação de todos os professores de educação física da rede pública, para que, quando uma criança com deficiência chegar à escola, o professor tenha condições de atendê-la. Isso para que não seja feito o mesmo que na época em que eu era adolescente. Perdi a visão e ficava excluído da educação física porque o professor achava que eu ia me acidentar e não tinha capacidade para fazer qualquer tipo de educação física.

O CPB se preocupa muito com essa questão da inclusão, e a gente está trabalhando para isso, Senadora, com os ministérios do atual Governo, para as pessoas com deficiência. A gente faz esse atendimento usando a ferramenta do esporte, mas a gente sabe que nem todo mundo vai ser atleta. Então, Senadora, momentos como este só ajudam a gente a reforçar essa política, porque, para mim, a política de esporte é como qualquer outra política, como a política de saúde, a política de educação, a de assistência social. É preciso muito que, no Brasil, com mais de 200 milhões de pessoas e com mais de 14 milhões de pessoas com deficiência, essas pessoas estejam incluídas em qualquer política e, principalmente, na do esporte, essa bandeira que eu defendo hoje.

Um abraço, Senadora. Um abraço a todos aqui presentes.

Fico muito grato. O CPB fica muito agradecido por nossa participação aqui, nesta manhã, no Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

Somos nós quem agradecemos a participação do Sr. José Antônio Ferreira Freire, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Inclusive, no final, eu tenho algumas perguntas sobre a fala de vocês com relação ao funcionamento desses centros de referência e sobre como seria essa questão da capacitação dos professores.

O senhor falou a respeito desse diálogo com os ministérios, principalmente da educação, a respeito da capacitação dos professores da rede pública para facilitar o acesso das crianças, dos jovens que são portadores de alguma deficiência, para que tenham acesso à prática esportiva –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é uma excelente iniciativa. Aí, enfim, eu gostaria até de saber como nós, legisladores, como esta Casa pode ajudar nesse processo de diálogo com o atual Governo, para que a gente possa realmente promover essa inclusão.

Como o Presidente falou aqui, o esporte... Nós temos o interesse, claro, de formar paratletas, mas, assim, tem uma gama maior, um mundo de crianças e de jovens que não têm acesso à atividade física, às aulas de educação física. Então, como isso seria tratado e como nós, legisladores – só deixando aqui no ar, se puderem depois passar –, poderíamos ajudar nesse diálogo junto ao Governo Federal, às secretarias, enfim, aos fóruns de secretários, nesse trabalho em parceria com o CPB.

Obrigada, Sr. Presidente.

O senhor quer falar, Presidente?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA FREIRE – Sobre essa questão do nosso contato com o Ministério da Educação, hoje a gente já faz uma formação pela questão da educação paralímpica e hoje, Senadora, a gente já formou 74 mil professores em convênios ou em contatos com as secretarias de educação dos municípios e dos estados, mas a gente quer avançar muito mais. Então, para que a gente possa avançar muito mais, a gente está dialogando com o Governo, usando as nossas plataformas, tanto do CPB, como, quem sabe, do Ministério da Educação, para a gente atingir o Brasil como um todo, porque, enfim, estamos atingindo alguns municípios e estados, mas eu acho que há uma carência muito grande. Que os professores de educação física consigam ter todo esse preparo para que possam, sim, atender as crianças.

Eu acho que o Poder Legislativo pode, sim, ajudar muito junto com os foros de secretários de educação dos estados e dos municípios e aliar-se à força do Governo Federal, estados e municípios, junto com o CPB. Eu acho que a gente vai avançar muito nessa política, enfim, e só quem vai ganhar são as pessoas com deficiência, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Presidente.

Vou passar a palavra, agora, para o Sr. Jonas Rodrigo Alves Pereira Freire, que é o Diretor de Alto Rendimento do Comitê Paralímpico Brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo, Jonas!

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE (Para expor.) – Senadora, muito obrigado pelo convite. Estamos extremamente honrados de estar aqui, hoje.

Quero agradecer ao Zé Antônio e ao Yo pela oportunidade também de estar aqui falando um pouquinho do trabalho de alto rendimento do CPB. Queria também cumprimentar aqui o Secretário Fabio, obrigado pela parceria, por estar sempre conosco, em todos os momentos. Quero agradecer também e mencionar aqui a presença do nosso Diretor de Comunicações, Daniel Brito, nosso amigo, que faz um trabalho excelente de divulgação do esporte paralímpico. Nós, do esporte de alto rendimento – você sabe, eu vou falar aqui em público, Daniel –, não teríamos a repercussão que temos sem o seu trabalho, o de sua equipe. Então, obrigado por disseminar o que a gente faz no Brasil todo. a gente fica muito feliz. E, assim, eu cumprimento a todos aqui.

Senadora, eu trouxe uma pequena apresentação – vou tentar até correr aí em dez minutos –, para a gente falar alguns pontos importantes que a gente tem feito no desenvolvimento do esporte paralímpico, focado especialmente no alto rendimento. Essa apresentação está até resumida, mas eu acho que a gente consegue... (*Pausa.*)

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – É uma apresentação para que a gente possa passar não só alguns pontos que a gente já faz, mas também outros que nós estamos pensando em ampliar e outros que nós estamos criando nesse novo ciclo.

Como o Yo e o Zé comentaram, nós estamos num processo de replanejamento estratégico. Nós tínhamos um horizonte de oito anos até então; agora, nós estamos trabalhando com 12 anos nesse horizonte, já pensando bem mais à frente. Isso se deve, obviamente, não só a diversos aspectos em relação à construção do processo para se chegar a uma medalha, para se mudar cultura, conceitos, mas também à evolução do esporte paralímpico.

Então, a evolução é muito grande. Os grandes países, as potências olímpicas são muito fortes também, agora, no esporte paralímpico, já há algum tempo, e têm investido muitos recursos. Essa formação do atleta está cada vez mais longínqua, assim como no esporte olímpico. Então, nós temos levado, sim, da iniciação até um alto rendimento, de oito a 12 anos, para formar um novo atleta que possa participar e representar o nosso país em grandes eventos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui o que o Yo já falou para vocês, mas eu coloquei o momento nosso em que a gente vive. A gente acabou de voltar de Paris com um recorde absoluto de medalhas. Foram 89 medalhas conquistadas: 25 de ouro, 26 de prata e 38 de bronze, um número realmente bem superior às 72 que foram em Tóquio e às 72 que também foram no Rio.

A gente acredita muito que os projetos que o CPB fez, essa mudança de postura, de conceito, de não mais o atleta vir até o CPB, mas sim de o CPB procurar o atleta, fizeram muita diferença nesses últimos oito anos, e a gente pode creditar muito desses resultados a isso. Então, a gente acredita que isso continuamente, a gente realmente dando oportunidade à prática esportiva no tempo correto para as crianças na idade escolar e, no esporte paralímpico, o mais rápido possível, em qualquer idade... Se a pessoa adquiriu uma deficiência por qualquer motivo, que ela possa, o mais rápido possível, também ter o contato com o esporte.

O esporte paralímpico tem essa entrada. A gente tem muitas situações durante a vida em que uma pessoa pode, de alguma forma, se tornar uma pessoa com deficiência. E a gente tem que estar próximo dessas pessoas, em centros de reabilitação, entendendo e também capacitando as pessoas, até mesmo em centros de saúde, para que elas possam, o mais rápido possível, ter o acesso também à prática esportiva.

A nossa evolução, durante os Jogos, foi uma crescente grande, principalmente após Atenas 2004. Mas, em 2008, em Pequim, a gente começou a figurar entre os dez primeiros no *ranking* dos Jogos; e no Rio e em Tóquio, que foram um *boom* de medalhas, nós começamos a buscar e a nos consolidar dentro dessas dez primeiras posições e a ficar próximos da possibilidade de estar no *top five* do mundo, o que aconteceu agora em Paris. O Brasil ficou entre os *top* 5 países, então foi realmente um feito extraordinário. Mas a gente gosta sempre de lembrar que são grandes potências, todas elas estão muito próximas ali. Do quarto colocado até o oitavo colocado, são diferenças, às vezes, de uma medalha de ouro, então, isso pode fazer uma diferença gigantesca.

A gente tem algumas situações para o futuro que a gente tem mapeado. Por exemplo: a Rússia participou, mas não entrou no *ranking*, não faria diferença para o Brasil, mas, talvez, se entrasse, fizesse diferença para outros países do *top* dez. E existe a possibilidade, obviamente, de a Rússia voltar a figurar no *ranking*. Então, pode ter mais um país aí, uma grande potência olímpica novamente figurando entre esses dez e competindo também com o Brasil pelas nossas medalhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um cenário desafiador. É um cenário que a gente almeja, como o Presidente falou: que nós possamos agora nos consolidar também entre as cinco primeiras potências, mas, como a gente sabe, no esporte, todo mundo está buscando exatamente a mesma coisa, todos querem ganhar. Então, a gente vê a fala da Mari ali, do halterofilismo; ela fala: "Eu sei que minhas adversárias merecem também, mas eu também mereço. Eu sei o tanto que eu fiz". Então, todos lutam muito para estar no lugar mais alto do pódio.

Falando um pouquinho do que a gente faz, começando aqui pela ciência do esporte, a gente tem uma ciência do esporte que a gente chama de ciência aplicada, ou seja, nós não temos a intenção, na área de ciência do esporte do CPB, de produzir pesquisa científica, e, sim, de aplicar o que existe na ciência diretamente no esporte. Então, é uma vertente diferente.

A nossa preocupação, nesse grupo, nessa área nossa, é realmente a aplicação, a informação – a informação correta para o treinador, para o atleta, o mais rápido possível –, porque a informação de hoje, se ela chegar na semana que vem no esporte, ela já não é mais uma informação fidedigna e, nisso, a gente perde tempo, a gente não consegue corrigir o rumo que a gente está traçando; então, esse é um ponto importante do que a gente faz.

A gente está no projeto agora, no replanejamento, ampliando mais os nossos serviços. Então, tem vários serviços já de ciência do esporte que a gente aplica, mas a gente quer chegar, e a gente tem uma meta de chegar a todos os atletas com potencial de medalha nos jogos, ou seja, a gente quer monitorar e ajudar, de alguma forma, esses atletas, seus treinadores, as equipes multidisciplinares, onde eles estiverem no Brasil, para que a gente possa passar informações, para que eles possam evoluir; então, essa é uma meta nossa.

Aqui, só um exemplo de avaliação que a gente tem. Essa daqui é uma avaliação no atletismo, em relação à velocidade máxima, velocidade por segmento. Então, só para exemplificar – aqui não vou ficar entrando –, mas, se o atleta acelerar mais ou acelerar menos, se ele fizer uma aceleração máxima e depois diminuir, quanto que vai ser o tempo final de prova? Se ele conseguir uma aceleração constante, quanto vai ser o final? Para que ele possa estudar junto com os cientistas, junto com o seu treinador, qual vai ser a melhor estratégia de prova para ele. Então, como eu vou fazer essa prova para conseguir o melhor resultado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, um pouquinho do que a gente faz também na natação. Só para lembrar a todos: natação, atletismo, halterofilismo e tiro esportivo são modalidades que são administradas pelo CPB. Então, um pouquinho diferente do COB, nós temos as mesmas funções do COB – de representar o Brasil em grandes eventos –, mas também somos confederação de quatro modalidades. Esse é um diferencial na nossa administração, isso fica junto com a gente também, na Diretoria de Esportes de Alto Rendimento.

Então, nós temos quatro grandes modalidades, três delas – o atletismo, a natação e o halterofilismo – foram responsáveis por 19 medalhas de ouro das 25 conquistadas nos jogos. Então, são grandes modalidades nas quais a gente tem um trabalho muito específico. Como fazem as confederações, nós fazemos também, dentro do CPB, esse mesmo trabalho.

Aí é desenvolver, desde a iniciação até o alto rendimento, cada uma dessas modalidades. Aqui o nosso biomecânico corrigindo junto com o atleta, depois de teste de nado, a sua biomecânica, tentando melhorar a sua eficiência de nado, a eficácia de nado dele.

Então, alguns testes eu coloquei só como exemplo aqui. Nós temos diversos testes que vão para a área de prevenção de lesão até que seja de altíssima performance dentro de quadra, da pista, das piscinas. Então a gente tem essas avaliações. E isso está sendo feito agora de uma forma individualizada. Estamos criando protocolos para todas as modalidades. A nossa ideia é que a gente consiga atingir as 28 modalidades paralímpicas de verão e de inverno – 23 de verão e 5 de inverno que a gente pratica no Brasil –, que a gente consiga ter acesso e entregar algo para que o treinador–atleta possa melhorar o dia a dia deles.

Aqui um pouquinho da área de saúde. A gente tem uma área de saúde bastante robusta hoje, que trabalha dentro do centro de treinamento em São Paulo, mas a gente tem também a intenção de aumentar esse atendimento. Praticamente todas as modalidades esportivas hoje, principalmente dos grandes atletas, passam de alguma forma pelo centro em São Paulo. Então, ou eles treinam lá ou eles competem lá ou vêm exatamente para fazerem avaliações tanto da área de ciência do esporte como também avaliações de saúde. Então é uma preocupação grande nossa em relação à saúde. E nesse novo ciclo a gente tem um projeto grande também em relação à saúde mental dos atletas, que nós ampliamos também para os profissionais diretamente ligados aos atletas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pressão é muito grande. A vida de atleta é muito difícil, mas nós também estamos percebendo a necessidade para os profissionais que estão em volta dos atletas. Então, é para que os treinadores e os preparadores físicos também consigam lidar com isso, para que seja de uma forma sustentável para ele, e que ele tenha qualidade de vida também, mesmo sofrendo essas pressões que são inerentes ao esporte. Então é para que saibam trabalhar com isso. A gente está ampliando esse projeto e deve soltar inclusive um manual, até o ano que vem, em relação a esse projeto e também pequenas orientações junto com a área de comunicação. A gente vai fazer pequenas pílulas, como eles chamam também, para que as pessoas possam entender o processo e obviamente a nossa equipe de psicologia possa fazer um atendimento o mais amplo possível desses profissionais.

Outro ponto muito importante para o desenvolvimento do alto rendimento é a capacitação continuada dos profissionais que estão trabalhando diretamente com atleta. Isso é muito importante. A gente sempre fala muito dessa necessidade, mesmo de grandes treinadores, que são supercampeões. Temos o Prof. Amauri, que é o treinador chefe de velocidade do atletismo hoje. Eu nem sei quantas medalhas paralímpicas ele tem. E, Yo, o Yo foi treinado pelo a Amauri... Então, assim, são muitas medalhas que ele conquistou. Vejam a importância disso, dessa reciclagem e capacitação continuada sempre. Às vezes são alguns detalhes que fazem total diferença no treino. E isso é muito importante para a gente.

A gente tem a área da educação paralímpica, que faz desde a capacitação dos professores na escola, que é esse programa de que a gente estava falando aqui, mas também capacitação para esses treinadores de altíssimo rendimento, para profissionais da saúde também, que trabalham com atleta de alto rendimento, para que eles consigam aplicar o que existe de melhor hoje e consigam se desenvolver, já que alguns deles são a referência no mundo, e, além disso, também disseminar o conhecimento para outros treinadores, outros profissionais aqui no Brasil. A gente acha que essa multiplicação é muito importante para que vários atletas tenham atendimento de excelência e assim possam se desenvolver.

Junto com a educação paralímpica, nós temos a Academia Paralímpica, essa, sim, com uma preocupação de produção de ciência. Então, eu falei da ciência. A nossa área de ciência do esporte tem a preocupação de aplicar a ciência, e aqui não, aqui, junto com academia, de incentivo à produção científica. A gente deve, inclusive, ter o incentivo maior, já a partir deste ano, de,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente nas pesquisas em que a gente tem interesse direto, de apoiar o pesquisador para que ele possa ter algum tipo de suporte, possa utilizar os nossos equipamentos, os nossos materiais, a tecnologia que o CPB tem também para desenvolver mais ciência do esporte.

Aqui um ponto importante, Senadora: a gente falou como a gente poderia também desenvolver mais ainda. Foi uma luta por muitos anos da educação física que nós tivéssemos a disciplina de Educação Física adaptada dentro de todos os cursos de Educação Física. Isso hoje está em todas as universidades. Elas estão dentro de todas as universidades. Então, existe essa disciplina; em algumas mais de uma; mas, na maioria, uma como obrigatória. Só que essa disciplina abriga não só o paradesporto, mas toda atividade que, na educação física, a gente considera como adaptada: a prática para pessoas idosas; a prática de educação física, por exemplo, para mulheres grávidas; a prática da educação física ou da atividade física para cardiopatas. Então, em uma única disciplina, a gente não consegue realmente passar tudo que a gente gostaria de passar do paradesporto ou da atividade física adaptada. Se a gente pudesse – quem sabe no futuro –, na aula de futebol, que está lá dentro, que tem um semestre inteiro, ter uma aula que fale, pelo menos, do futebol de cego, futebol de paralisado cerebral, futebol de amputados; na aula de vôlei, que possa ter uma aula que fale do vôlei paralímpico, que é o vôlei sentado, seria um grande ganho para que os professores que já estariam sendo formados pela universidade saíssem com uma bagagem ainda maior.

Os professores de educação física têm totais condições de dar qualquer aula para pessoa com deficiência. Os nossos cursos, na verdade – a gente fala muito nisso –, dão mais confiança para o professor aplicar aquilo que ele aprendeu, obviamente com algumas adaptações. Mas, para a gente, seria fantástico se o graduando tivesse mais e mais contato com o esporte paralímpico dentro do curso, seria uma grande revolução para a nossa área.

Essa é uma imagem aérea do Centro de Treinamento de São Paulo, do setor esportivo do Centro – tem um setor residencial. Também nesse novo planejamento estratégico, dentro do Centro de Treinamento, nós temos um centro de excelência de atletismo e natação. Ali nós temos professores, equipes multidisciplinares que treinam atletas que frequentam o centro. Então, dentro do nosso planejamento estratégico – como o Zé e o Yohansson falaram – não é só o centro, mas nós queremos levar também esse modelo, pelo menos nesses próximos quatro anos, a todas as regiões do Brasil. Então, que a gente tenha pelo menos um que chegue à região. Obviamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós nem estamos falando de estrutura, mas, sim, do serviço que a gente faz, mas nós vamos precisar obviamente de uma pista, de uma piscina de excelência. Então, nós vamos ter que procurar alguns lugares. Isso para a gente é uma dificuldade grande, como o Yohansson falou e o Zé comentou aqui. Por exemplo, uma pista de carvão, que talvez atenda a iniciação do olímpico, para a gente já não atende, porque uma cadeira não roda no carvão. Então, para a gente é um problema. Um atleta com prótese tem uma dificuldade de corrida gigantesca também no carvão. Então, precisamos de uma pista de tartã, precisa ser uma pista de borracha, senão a gente não consegue fazer a iniciação adequada. Ou vai excluir, dentro da iniciação, algumas pessoas, porque elas não poderiam fazer ali. O que não é, acho que nunca foi, a nossa intenção e, sim, sempre estar incluindo.

Então, esse é um projeto grande de a gente poder disseminar. Isso, a gente acredita, também vai formar muitos treinadores e muitos profissionais de equipes multidisciplinares em várias regiões do país, quem sabe a gente não consiga o mais rápido possível já desenvolver esses projetos.

Aqui, rapidamente, como eu falei que o CPB é confederação. A gente acredita muito num calendário consolidado de esportes, isso faz total diferença para o atleta, para o clube. Então, eles acreditam, eles sabem, independentemente de a gente publicar ou não, eles já sabem que isso vai acontecer, então, a gente sabe.

Só o CPB, no alto rendimento, está realizando 47 competições neste ano de 2025, chegando a todos os estados. Obviamente que os atletas competem num estado e se qualificam de acordo com seus índices, com as suas marcas, com os seus resultados para outras competições, até chegar no campeonato brasileiro, com, também, a garantia de que nessas modalidades o atleta nem precise sair do Brasil para que ele possa subir num *ranking* internacional.

A gente tem toda essa preocupação também de homologar essas marcas internacionalmente, que é um processo complexo, mas que a gente já tem feito há bastante tempo. Isso garante para o atleta que ele possa se ranquear internacionalmente e também galgar outros, galgar mais questões internacionais.

Aqui um pouquinho do que nós vamos ter este ano em relação a essas modalidades. Nós temos um mundial este ano de natação, atletismo e halterofilismo. Agora eles têm, como estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase todos os esportes num padrão, a cada dois anos um mundial. Alguns estão tendo um ano, outros a cada quatro anos, mas eles têm a cada dois anos. Então, esse é um ano de mundial de natação, atletismo e halterofilismo. Coloquei ali: natação vai ser em Singapura; atletismo vai ser em Nova Delhi, na Índia; e halterofilismo vai ser no Egito, no Cairo.

Além das modalidades do CPB, são as mais diversas modalidades com o mundial este ano. São nove modalidades, duas já aconteceram com resultados fantásticos. O judô acabou de fazer o melhor resultado de todos os tempos, o judô paralímpico no Campeonato Mundial, então, estamos bastante felizes com o resultado. E, mais que isso, um dos atletas do judô começou numa dessas escolas e passou por todo o processo junto com a confederação. Ele passou pela escola de esportes, passou por participações internacionais de Gymnasiade, foi para o Parapan de jovens e agora ele é medalha de prata. O Danilo foi medalha de prata agora no Campeonato Mundial adulto. É fantástico ver um atleta passando por todas as etapas, esse caminho do atleta que a gente criou lá atrás e que funciona realmente, desde que tenha a oportunidade em todos os segmentos.

Esse é um novo projeto do CPB, a gente está começando este ano. Já estamos com algumas seleções, é um projeto de transição entre modalidades. A gente o focou inicialmente nos atletas que estavam se aposentando numa modalidade e agora a gente está até ampliando isso, porque nós estamos percebendo atletas com um grande potencial, mas que gostariam de participar e experimentar outras modalidades para ver qual seriam as possibilidades.

A gente acredita que é um projeto espetacular porque ele já acontece naturalmente sem o nosso apoio, então, alguns atletas migram de modalidade. Atletas do atletismo migram para o triatlo, ou vice-versa, e vão caminhando. A gente tem a experiência agora de uma atleta do atletismo, a Sabrina, que foi vice-campeã mundial do ciclismo. Obviamente que é uma migração que leva tempo, mas a gente percebeu que leva muito menos tempo do que começar um atleta desde a iniciação.

Então, a gente está dando essa oportunidade agora também para os atletas neste novo momento. A gente está, junto com a nossa área de ciência, junto, também, com as confederações, entendendo o perfil de cada atleta, entendendo as avaliações que têm que ser feitas para entender o potencial do atleta e, obviamente, fazer essa experimentação e essa continuidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, se assim for o desejo do atleta numa outra modalidade. A gente acredita que possa ser um diferencial já para esse ciclo. A gente pode experimentar ou ter essa possibilidade até de uma medalha ainda para esse ciclo.

Um pouquinho do que a gente faz junto com as confederações, as entidades nacionais de administração do desporto. A gente tem um suporte para projetos especiais hoje. Então, tem três grandes fundos que passam ali pela área de alto rendimento. Um fundo de fomento que atende jovens, mas também atende dois outros grupos estratégicos do CPB, que são o das mulheres, independentemente da faixa etária, e também o dos atletas com deficiência severa, que são grupos específicos que estão dentro do nosso planejamento estratégico para que a gente possa desenvolver o esporte da mesma forma em todos os setores.

A gente tem um fundo de equipamentos e materiais. Este é novo, está começando este ano. Ele não fala de infraestrutura, mas fala de equipamentos esportivos. Hoje, no esporte, está praticamente impossível para um atleta se manter com os equipamentos. Nós estamos falando de bicicletas de R$150 mil, nós estamos falando de cadeiras de R$40 mil, cada roda custa R$10 mil, próteses de R$100 mil... Então, assim, se o atleta não tem esse equipamento, ele não consegue competir internacionalmente. Então, normalmente, pelo menos esses todos de que eu falei, são todos importados. Isso é um outro problema para a gente também, ter acesso a esses equipamentos. Então, esse fundo está vindo exatamente para tentar dar esse suporte específico para esses atletas para que eles possam se desenvolver.

E o fundo jogos, que a gente abre... Neste momento, ele está aberto para os jogos de inverno, que vão acontecer em março do ano que vem, a paralimpíada de inverno. A gente está com um trabalho que foi muito bem desenvolvido pela Confederação Brasileira de Desportos na Neve. Estamos muito confiantes num resultado espetacular nesse evento. Então, a gente tem esse fundo, este ano, aberto para eles. A gente sempre, pré-jogos, abre antes e no ano dos jogos esse fundo para que as confederações possam fazer projetos especiais para esses atletas que vão buscar medalha e que vão participar dos jogos. Então, é um financiamento direto, acaba sendo via confederação, mas que chega diretamente ao atleta por essas ações.

Além disso, a gente tem bolsas no CPB também. A gente tem o Time Caixa que acabou de assinar, a Caixa, e parte desse recurso vai diretamente para o atleta. É um financiamento que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente faz diretamente para o atleta. Tem o Time São Paulo, que é um projeto junto com o Governo do Estado de São Paulo, que já existe desde 2011, que também financia, através do CPB, alguns atletas de alto rendimento; e o Time Rio, com o Município do Rio, que também já faz bastante tempo que está com a gente, tem sempre se renovado e tem dado um apoio fantástico para os atletas, cada um na sua região. O Time Caixa é nacional, então, é para todos os grandes atletas do Brasil, esse apoio vai direto para eles.

A gente acredita muito nesse... É sempre o dinheiro chegar e o atleta ter acesso diretamente aos recursos, ou, realmente, como bolsa, ou como equipamento, ou como ação, que realmente aconteça, que chegue mesmo e que esteja sempre como a prioridade nos investimentos de todas as confederações e nos nossos investimentos do CPB.

Aqui, um pouquinho dos jogos, que vão acontecer de 15 a 17 de agosto de 2028, na sequência dos Jogos Olímpicos, como já vem acontecendo desde 1988, em Seul, quando juntaram as sedes dos jogos. Os esportes confirmados nos Jogos Olímpicos de Verão são 23.

A novidade ali eu deixei em negrito, que é a escalada, ou seja, são as mesmas modalidades, e agora nós vamos ter a paraescalada. Nós já estamos também em conversas aceleradas com a Confederação de Escalada. Nós temos, inclusive, campeões mundiais de escalada e paraescalada. Então, nós estamos trabalhando junto com eles para que a gente possa também, daqui a quatro anos, trazer aí bons resultados para o Brasil.

Ainda não temos os programas de provas. Então, é uma indefinição ainda para a gente algumas situações. Para outras modalidades, as confederações já estão tendo das suas internacionais essas informações, mas o oficial vai ser anunciado agora, no mês seguinte, 3 de junho, quando nós vamos ter o programa de prova de cada modalidade e entender também, porque no esporte paraolímpico tem muitas classes. Se uma classe não abre, então alguns atletas são elegíveis em outras classes para participarem; outros, não. Então, isso pode mudar um pouquinho o cenário em relação a esse programa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Jonas, mas em todas essas modalidades, independentemente das classes, nós temos representação, temos representantes nessas modalidades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – Temos. Nós temos atletas em todas as provas...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – ... atletas de nível internacional. Inclusive, na última Paralimpíadas, a gente só não conseguiu qualificar no rúgbi e no basquete, foram as únicas em que nós não qualificamos. Então, das 22 de Paris, nós fomos representados por 20 modalidades. E a gente está com um trabalho muito forte e muito bem-feito com o rúgbi e com o basquete também, um trabalho também de renovação e de atendimento aos atletas que são hoje os principais, e a gente acredita muito que seja possível a gente levar em todas as modalidades. Vamos ver, José. Tem quatro anos aí pela frente, e muito trabalho para a gente conseguir.

A operação dos jogos é toda do CPB. A gente tem trabalhado nos jogos de Los Angeles já há mais de um ano também. Agora a gente começou com as visitas. O CPB costuma disponibilizar uma aclimatação, que é um momento de concentração dos atletas antes dos jogos para já aclimatar em relação à questão do clima e do fuso. Agora a gente acabou de fazer uma grande aclimatação para Paris, na cidade de Troyes, no interior da França. Foi excepcional. Ali a gente escolhe também e dosa o que a gente vai aclimatar ou não. Então, a gente resolveu aclimatar o fuso e o clima, não aclimatar a alimentação. Então, a gente montou praticamente um restaurante brasileiro lá para que eles não sofressem com isso e para que o atleta se sentisse confortável ao mesmo tempo em que fosse se aclimatando. É muito importante esse momento. Às vezes, a gente não sabe mensurar – e é difícil mensurar – o quanto isso é importante para um resultado ou não, mas essa concentração, esse momento e esse clima de jogos fazem muita diferença. Você chegar e entrar na vila 100% aclimatado naquele país faz uma diferença muito grande. Estou com superatletas aqui, eu não preciso nem falar como é bom isso. E uma estrutura que é sempre parecida com a dos jogos faz muita diferença

A gente faz esse trabalho junto com as confederações. Desde Paris, nós temos feito bem personalizado. O CPB disponibiliza para as confederações que eles façam conosco ou eles mesmos pedirem algum lugar específico. Então, a gente tem essa flexibilidade. Obviamente a confederação é quem sabe o melhor caminho para a sua modalidade, mas a gente também dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa possibilidade de que a gente opere 100% dessa concentração, que foi o que aconteceu em Troyes, onde foram 14 modalidades. Então, das 20, 14 fizeram com a gente.

E aqui só deixei para vocês os nossos próximos desafios. A gente está falando lá de Los Angeles, mas este ano já tem Parapan Juvenil no Chile, uma competição importantíssima para a gente, que tem revelado muitos e muitos atletas jovens; a gente tem Milano Cortina, que são os Jogos de Inverno, já no começo do ano que vem; Valledupar na Colômbia, onde vai ser o Sul-americano, está voltando a acontecer um grande jogo sul-americano paralímpico também; Lima, em 2027, ali na véspera dos jogos, é um termômetro – esse ano é muito importante para a gente: são os mundiais de atletismo, natação, halterofilismo, e a gente tem o Parapan de Lima –; e chegando, lá em 2028, em Los Angeles.

Era isso, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Olha, que orgulho do CPB, gente! Bem organizado, já planejado, já se planejando, se organizando não só para 2028, em Los Angeles, mas já pensando nos futuros atletas.

E aí a gente tem algumas perguntas que estão aqui no e-Cidadania. Não sei se tem mais, mas a gente separou aqui umas quatro, por causa do adiantado da hora.

Primeiro, eu quero cumprimentar aqui também o Daniel Brito pela presença; o José Carlos Pinheiro, que é o representante do COB; o David Baker, da Confederação Brasileira de Vela; o Fabio Araujo, mais uma vez; e o Vinícius Calixto, que é o nosso consultor aqui do Senado, sempre nos ajudando aqui nas temáticas.

Você falou desses fundos, né? De onde vêm esses recursos do fundo? Como é que vocês estão trabalhando esses fundos para a aquisição dos equipamentos?

Outra coisa também, Jonas: a gente tratou da lei geral aqui, até perguntei para minha assessoria. Tem uma parte que foi vetada, que é a questão das isenções de material, mas a gente teve a procura, até perguntei... A gente conversou com o CPB sobre isso e não houve procura do CPB para a gente tratar disso, por exemplo, as cadeiras de rodas, as próteses. Então, isso gera um custo tremendo para o CPB, é claro, que faz esse trabalho, esse suporte aos atletas. É um custo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é elevado até para o recurso que vocês recebem, não só de patrocínio, mas também da lei das loterias. A gente trata disso aqui direto, estou acompanhando.

Então, já me ponho à disposição – eu estava falando com a minha equipe aqui – até para ouvi-los. Eu queria que vocês trouxessem para a gente, porque nós vamos tratar isso com o Ministério da Economia, sobre essas questões de isenções. Perto das isenções que o Governo dá para inúmeros setores, a gente sabe que não são nada, em termos de valores, essas isenções, mas fazem uma grande diferença, porque, na maioria, esses equipamentos não são adquiridos aqui, eles vêm de fora, né, Presidente?

Então, a minha equipe já está à disposição para que vocês possam passar para a gente, e a gente trabalhar não só a parte dos olímpicos, mas também dos paraolímpicos, na aquisição e nas isenções desses equipamentos. Nós vamos trabalhar e vamos lutar para os dois.

Então, voltando à pergunta: na questão dos fundos, como é que está sendo tratado isso? Como é a questão dos recursos? É uma curiosidade.

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – Os fundos, Senadora, são da própria lei. Eles são da própria lei, então a gente redistribui esses recursos, separa esses recursos com planejamento antecipado. A gente tem lá toda uma regra orçamentária. Então, a gente, primeiro, faz a aprovação, aí tem todos... Lá no CPB tem conselho de administração, tem que passar por todas as instâncias, e separa-se esse recurso. A partir disso, a gente abre um edital entre as confederações, e aí, nesse edital, eles solicitam, fazem os projetos, mandam para um grupo de trabalho que é formado, e esse grupo de trabalho avalia e vê como é a distribuição, quais são os projetos aprovados.

Sobre a questão dos equipamentos, a gente esteve até no Conad – não foi isso, Zé? –, falando sobre isso lá atrás. O custo dos equipamentos para o esporte paralímpico, assim como o olímpico, acho que não dá nem para... São altíssimos. E esses equipamentos de ponta são normalmente importados. A gente praticamente... Se a gente for pegar, é praticamente o dobro do que a gente gastaria pelo equipamento, para comprar, em relação a todo o processo, incluídos os impostos, o frete, tudo, mas é em torno de 100% a 120%, depende do equipamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem equipamentos que são para a gente... Equipamentos de dia a dia. Então, por exemplo a bola de golbol: é muito difícil para a gente ver um time de golbol com uma bola. Imagine, a bola estraga e você não tem bola para treinar. A bola no Brasil é vendida, mas custa R$1,2 mil uma bola.

Mil e quanto, Zé? (*Fora do microfone.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – Mil e oitocentos reais, falei errado aqui. E é uma bola que custa... É uma bola alemã, é oficial...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – É. Ela custa US$45; 45 euros, perdão. Então, é uma diferença muito grande, porque ela vai chegar aqui, e, obviamente, a pessoa que traz tem toda a razão para cobrar os seus ganhos também, mas isso acaba impactando. Uma equipe, um clube, uma associação para ter, por exemplo, o que seria o ideal, na minha opinião, pelo menos dez bolas para você treinar, que é o básico ali para um esporte coletivo... Eu acho que é até pouco, dependendo da modalidade, se você realmente quiser fazer um treino mais avançado, dez bolas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – É. Você acaba parando o treino o tempo todo para buscar as bolas.

Então, é um custo altíssimo, e não é nem equipamento, estamos falando de material de consumo praticamente, bola é material de consumo. E isso acontece com outras modalidades também. Então, para a gente é algo importantíssimo e, se a gente puder participar e conversar, vai ser um prazer, sobre isso. A gente tem...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Com certeza, já estamos nos colocando à disposição.

A outra pergunta: o centro de treinamento de vocês, na apresentação aí, atende a todas as modalidades ou as outras... Por exemplo, você falou do halterofilismo, da natação, do atletismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, o centro de treinamento é maravilhoso, incrível, a imagem... Já estou louca para visitar, mas atende a todas as modalidades? Como é que vocês têm feito? Vocês têm feito centros de excelência no país para atender às outras modalidades? É mais ou menos isso que vocês falaram das parcerias com as secretarias dos estados e municípios?

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – Isso, a gente tem aqui... O centro de treinamento está atendendo diretamente a 17 modalidades das...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Das 20 que tem no Brasil...

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – ... das 22...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É.

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – ... 23, agora, com a escalada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Certo.

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – Então, subiu e a gente não está atendendo à escalada também.

Às modalidades que a gente não tem estrutura esportiva, mesmo assim, a gente consegue, de alguma forma, atender, como a gente falou...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Certo.

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – ... fazendo avaliações ou, por exemplo, no caso da canoagem e do remo, eles conseguem utilizar ali a raia da USP, que está próxima, e utilizar todo o serviço do CT, utilizar toda a estrutura que tem lá. Então, a gente consegue ampliar isso, mas, diretamente, não são todas que a gente consegue.

A gente tem dois projetos que têm nomes parecidos: o centro de referência, que é onde a gente faz essas parcerias com universidades, com municípios, com estados, junto com instalações esportivas que já existem...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E ali estão os atletas paralímpicos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – Ali, a gente tem a prerrogativa de sempre ter a oportunidade para a escolinha, a gente abre escolinhas de modalidades esportivas, e também abertura para os clubes, porque existe uma dificuldade ainda de estrutura para que os clubes possam treinar. No nosso caso não são só clubes esportivos, no nosso caso são associações de e para pessoas com deficiência que fazem... Talvez até... Eu vou chutar um número aqui, mas talvez até 90% da base do esporte paralímpico não seja diretamente com os clubes.

Os clubes estão entrando, e estão entrando forte. Então, nós temos hoje o Praia Clube, temos o Vasco, temos vários clubes que fazem, e muito bem, o esporte paralímpico, mas, ainda, a grande população não vem diretamente dos clubes, está nessas associações de e para pessoas com deficiência, e elas têm muita dificuldade às vezes de acesso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você fala o terceiro setor, né?

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – As pessoas que estão ali na ponta.

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – É. E aquele eslaide que eu coloquei ali, do atletismo e da natação, é um centro de excelência. A gente quer colocar esse centro de excelência em cada uma das regiões e vamos precisar de parcerias. Quem sabe Fortaleza não seja, no Nordeste...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A Paraíba também.

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – ... João Pessoa...

E aí em outras regiões vamos ter que buscar essa... Porque, para treinar ali, realmente, com os atletas de excelência, a gente vai precisar dessa estrutura para atender esses atletas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

Tem uma pergunta aqui. Na formação dos talentos, quais são os principais gargalos para a identificação e a formação de novos talentos paralímpicos nas diferentes regiões, especialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fora dos grandes centros, que é Rio, São Paulo... Já percebi ali que tem o time Rio, tem o time São Paulo... Então, a gente vê que está centralizado, mais ou menos, ali na Região Sudeste.

Então, assim, quais são os principais gargalos nesse sentido?

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE – Eu ainda acredito que seja a oportunidade, a falta de oportunidade.

Então, assim, a gente está levando... Esses centros são para resolver um grande gargalo nosso que era isso, a oportunidade de fazer a prática.

Então, por exemplo, a Wanna, que é um caso que o Yo citou, é medalhista de prata e ela faz o seu treinamento em Macapá, no Amapá, com um treinador excelente lá, mas foi numa dessas competições que nós levamos até lá que ela conseguiu aparecer, ou seja, teve a oportunidade de conseguir, realmente, mostrar o que estava sendo feito. E as escolinhas de esporte nesses centros estão sendo fundamentais também.

Então, se a gente conseguisse, obviamente, ter a oportunidade para que as pessoas com deficiência, em qualquer faixa etária, conseguissem ter acesso à prática esportiva, a gente teria, realmente, um *boom* gigantesco de grandes atletas lá, porque nós temos muito potencial, muitas pessoas com potencial. A gente tem um caminho formado para essas pessoas que entram no sistema. Então, tem esse caminho do atleta, lá no CPB, muito bem definido, onde o atleta vai seguindo, onde ele vai chegar e, obviamente, até pós-carreira, porque a gente está com um programa muito importante lá que é chamado Atleta Cidadão, que era o nosso antigo Pós-Carreira – a gente desistiu desse projeto, porque a gente tem que formar o atleta desde o início para carreira e para o pós-carreira.

Então, hoje, quando um jovem se destaca em uma paralimpíada escolar... A gente tem um programa chamado Camping Escolar Paralímpico. Esse *camping* fica com o Departamento de Desenvolvimento Esportivo, com o Prof. Ramon. Ele seleciona esses atletas, para que eles venham duas vezes por ano para o centro de treinamento, para que eles entendam o que é o esporte, de fato, para ver se é aquilo que eles querem, para vivenciarem uma semana. Naquele momento, eles têm palestras de nutrição, de saúde, palestras com atletas... Eles treinam um momento com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os atletas que são os grandes atletas daquela... Então, têm uma vivência do dia a dia ali para que eles possam dar continuidade.

E, nesse momento, na primeira oportunidade em que eles têm algo com o CPB, nós já entramos com o projeto Atleta Cidadão.

Então, na formação dele, a gente já pensa em educação financeira, desde o começo, para que eles possam se programar, se organizar, durante a carreira e no pós-carreira também.

Então é um programa, assim, que dá muito orgulho para a gente e que funciona muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

Yohansson.

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA (Para expor.) – Senadora, imagine, no Brasil de dimensões continentais. No último censo de 2022, são 14,4 milhões de pessoas com deficiência. Digamos que o CPB iria atender a 10% dessa população, 1,4 milhão de pessoas. Então, a capacitação ainda é um gargalo nosso.

Eu vou citar aqui, abrir um parênteses para citar o meu caso. Eu comecei no esporte paralímpico, porque uma professora tinha o conhecimento do esporte paralímpico e me viu em um ônibus. Não foi na escola.

Então, essa é a nossa missão de estar capacitando cada vez mais profissionais.

O Fabio também... Em todo o Brasil, você vê as dificuldades para a prática do paradesporto.

Então, são esses os desafios. O Brasil tem um pouco mais de 5,5 mil municípios. Se formos considerar os centros de referência, estamos em 76. Então, temos muito a evoluir.

Eu fico feliz, porque sei ainda mais da oportunidade que o CPB tem de avançar nas políticas públicas, políticas esportivas em todo o Brasil, mas aí eu vou me apegar na oportunidade, e não no desafio, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Perfeito. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – Mas eu sei que esse é um grande gargalo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

Deixem-me perguntar para vocês. Além da Lei de Incentivo, o que nós legisladores poderíamos fazer, concretamente, para incentivar o esporte paralímpico no Brasil?

A Lei de Incentivo, Yohansson, eu vou te falar, aqui no Senado, de certa forma, está contemporizada, porque a gente tem conversado... O ano passado foi um ano em que a gente teve, em alguns momentos, a tentativa de falar sobre os vetos da Lei Geral e, entre eles, está lá o veto à Lei de Incentivo ao Esporte.

Eu sei que existe um movimento na Câmara para que a lei seja perene. Isso é o que todos nós queremos, sem exceção, mas também tem o veto – o Veto 14? (*Pausa.*)

O Veto 14, porque existe um compromisso desta Casa, do Senado, de a gente derrubar esse veto para que a lei possa... Porque está constando na Lei Geral do Esporte a perenidade da Lei de Incentivo.

Então, assim, dentro do Senado, de alguma forma, existe... É claro, nós vamos ter que sentar novamente e reavaliar o acordo que foi feito na tentativa das outras votações, em que a gente abriu um espaço para tratar desse veto num momento mais oportuno, mas já com a garantia dos Líderes de que nós teríamos esse apoio.

Então, acho que, no Senado, é só relembrar, recuperar essa memória aqui com os Líderes e acho que a gente consegue.

Mas que outros tipos de mecanismos, além da Lei de Incentivo, nós legisladores poderíamos fazer aqui para incentivar mais o paradesporto e o acesso da pessoa com deficiência à prática esportiva?

Vocês, por todo o conhecimento, por toda a vivência, para a gente seria muito importante ouvi-los, se pudermos, cada um.

Presidente José Antônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA FREIRE (Para expor.) – Senadora, veja só, como dito por Yohansson na sua fala inicial, a gente está com grandes problemas, em diversos estados, de piscinas, pistas de atletismo. A gente teve a Pools nas Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, quando foram feitas várias pistas que, com certo tempo, não lembro se são 10, 15 anos, vão ter que ser reavaliadas pelas confederações internacionais, e vão ser reprovadas pelas péssimas condições que têm.

O que a gente está pensando sobre o que o legislador pode fazer?

A gente sabe que, hoje, o legislador tem uma questão muito forte a favor dele que são emendas. Cada Deputado, cada Senador, numa política para recuperar pistas, piscinas, pode recuperar esses espaços de prática esportiva, que envolvem tanto o paralímpico como o olímpico. Essas dificuldades não são só dos paralímpicos.

Se a gente conseguir envolver junto os comitês – COB, CBC, CBCP –, todos eles, e os universitários e escolares, para que a gente possa, enfim, convencer uma política mais voltada a isso, eu acho que, em pouco tempo, a gente recupera esses espaços e a gente consegue, enfim, avançar.

Acho que falta, muitas vezes, no Brasil uma política verdadeira de esporte. E esporte é saúde, é educação, é tudo. Então, se a gente conseguir essa sensibilidade, essa mobilização, para que a gente possa tirar um pouco dessas emendas e jogar no esporte, para que possa, de fato, direcioná-las à recuperação e à construção, para a gente seria, assim, muito bom.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Entendi.

Eu acho que é absolutamente possível a gente fazer o mapeamento e o levantamento desses espaços, que são necessários para a preparação tanto dos atletas olímpicos como paralímpicos.

É um início, é só um exercício, porque a gente tem muito o que fazer, porque, pensando nisso, eu pensei em ministério também. O ministério recebe certos recursos e não tem, de repente, alguma política voltada mesmo para que a gente possa destinar essa rubrica para fazer essa parceria com o CPB e com os estados e municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe?

Temos que buscar. Se não existe, a gente pode conversar.

Daqui a pouco, setembro, outubro, nós vamos tratar novamente de emenda parlamentar.

Enfim, o que eu solicito, Jonas e Brito? Que vocês possam se sentar com a minha equipe para a gente fazer um exercício sobre que tipo de mecanismo, sobre o que a gente pode apresentar para a Casa para que a gente possa melhorar.

Sobre a questão dessa preparação, desse acesso da pessoa com deficiência à atividade, à prática esportiva, eu estou muito interessada, ouvindo vocês agora.

Vocês já estão se superando fazendo um belo trabalho com os nossos paratletas, mas nós podemos mais.

E dá para ver que existe disposição de vocês, viu? Eu reconheço que existe uma disposição. O que falta realmente é essa união, esse diálogo.

Eu vejo que tem muito diálogo com a Câmara. Vocês estão precisando vir mais para o Senado, hein? Estão precisando vir mais para o Senado para a gente bater um papo aqui.

Esta Comissão aqui vai estar aberta para esse diálogo e esta Presidente também.

Jonas, você quer falar?

Obrigada, Presidente.

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE (Para expor.) – Eu só queria também, Senadora – permita-me –, abrir também a oportunidade para o Fabio Araujo, caso ele tenha alguma sugestão, porque o Fabio é nosso parceiro também.

Estamos falando aqui em esportes para as pessoas com deficiência e nas diversas oportunidades que o Brasil tem de avançar no esporte paralímpico.

Então, Fabio, você, como nosso parceiro, se a Senadora permitir abrir a fala para você também, há alguma sugestão para que – como a Leila falou –, sempre que se falar em esporte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se fale em esporte paralímpico também e para que nos convidem para estar aqui nas discussões? Se forem falar em educação, também tem educação paralímpica.

Eu fico feliz em saber que o esporte paralímpico avançou não apenas nos resultados esportivos, mas também na representatividade das pessoas com deficiência para estarmos cada vez mais ocupando esses espaços aqui. Então, sempre que for falar de esporte, Senadora, convide-nos, porque é o maior prazer estarmos aqui para falar sobre esporte paralímpico com os nossos parceiros também do esporte olímpico e paralímpico de um modo geral.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Inclusive vocês têm grandes parceiros aqui, a Senadora Mara, o Senador Romário, gente é o que não falta. Eu com certeza! Mas eu falo, como Presidente, que nós temos grandes parceiros aqui que, sentando e conversando, certamente serão grandes apoiadores da causa.

Eu vou passar a palavra para você, Fabio, rapidamente, já que o Yohansson deu aqui... (*Pausa.*)

Eu gostaria de ouvi-lo um pouquinho. Já sei que eu estou alongando o horário, mas está tão interessante! Gente, eu me empolgo com a audiência pública, começam a surgir as falas, as ideias, e aí eu me empolgo, porque como é que nós podemos ajudar?

Então, por favor, Fabio, por sugestão do Yohansson, a palavra está com você.

O SR. FABIO AUGUSTO LIMA DE ARAUJO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. A senhora é sim uma das Parlamentares que mais ajuda o paradesporto. A senhora vem sempre indicando emendas para a Secretaria para que a gente possa se juntar ao CPB nesse trabalho maravilhoso que eles fazem.

Eu acho que uma questão importante, como a senhora mencionou, é como é que o Senado, como é que o Parlamento brasileiro pode ajudar. As emendas são obviamente a solução de menor prazo com ótimo impacto. O Ministério do Esporte tem um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Saúde para que a gente coloque o esporte dentro dos Centros Especializados em Reabilitação do SUS. São hoje mais de 370 centros especializados. Com esse acordo, os Parlamentares podem destinar para esse propósito – aí é claro que não vai ser para minha Secretaria, mas para o Ministério da Saúde – recursos da saúde para que se faça esporte dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos centros de reabilitação. Então, a gente acredita que isso é uma ajuda que precisa ser mais divulgada entre os Parlamentares, porque eu acredito que essa vai ser a grande virada de chave do Brasil, não só no acesso ao esporte para a pessoa com deficiência, mas também no esporte de alto rendimento. Lá na frente, a gente vai ter muito mais atletas atuando.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Fabio, então, nós estamos à disposição aqui para conversarmos a respeito disso, da sugestão muito bacana. É isto: nós estamos aqui à disposição para esse diálogo, para ver o que nós podemos fazer para melhorar já um trabalho de excelência. Com o que foi apresentado aqui hoje, a gente não tem a menor dúvida de que o trabalho está sendo feito, e, nesse sentido, eu vi que hoje nós estamos entre as cinco maiores potências do paradesporto mundial.

Qual que é o objetivo hoje falando pragmaticamente em cima desse trabalho? Vai se manter esse objetivo de continuar entre os cinco ou o objetivo está se tornando mais ambicioso diante, digamos, dos valores individuais e do número de atletas que a gente tem visto que estão se destacando nesse cenário? São jovens atletas que estarão por muitos anos ainda representando o Brasil nesse cenário, mas qual é o objetivo prático, pragmático para essa próxima Olimpíada?

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA (Para expor.) – Senadora, você bem sabe, pelas diversas medalhas conquistadas, que o esporte não é uma ciência exata, não é "treinou, ganhou".

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Estou te colocando no fogo. (*Risos.*)

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – Mas eu vou responder. Não vou fugir da pergunta.

O Brasil, em 2008, ainda em Pequim, ocupou pela primeira vez a posição das dez principais potências nos Jogos Paralímpicos. Então, é uma escadinha de um em um degrau: primeiro, nós nos consolidamos entre as principais potências; pela primeira vez ficamos na quinta posição do quadro geral de medalhas; agora, é essa consolidação da quinta potência. Eu não vou colocar também o Jonas aqui em apuros, garantindo que vamos ficar na quarta colocação, mas é lógico que vamos pensar cada vez em estar um degrau acima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei nos três dígitos de medalhas: foram 89 medalhas conquistadas; quem sabe nos próximos jogos o Brasil possa bater o número das cem medalhas em uma única edição dos Jogos Paralímpicos? Mas eu tenho certeza absoluta de que será inegável que o Brasil vai atingir melhores posições no quadro geral de medalhas, porque eu sei da equipe que o CPB tem. É uma equipe fantástica: nosso Diretor de Desenvolvimento Esportivo, o Ramon; nosso Diretor de Alto Rendimento, o Jonas; Daniel Brito comunicando – tudo o que vocês sabem de esportes paralímpicos, é graças ao Daniel Brito. Então, temos uma equipe imensa. Convidamos o Mizael para estar na secretaria geral. Eu tenho certeza absoluta de que vocês podem esperar melhores resultados que virão pela frente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Está bom. E é em cima dessa sua fala, desse objetivo aí, que a gente já se põe à disposição para sermos parceiros e podermos ajudar, não só o CPB como também o COB.

Nós sabemos – não é, gente? – que é espelho, é inspiração. Aquela criancinha, aquele jovenzinho que está olhando tanto os nossos paratletas olímpicos na TV, olhando, digamos, daqui do Sol Nascente, em Brasília: "Poxa, se aquele jovem, lá do Sertão do Nordeste, lá daqueles lugares mais longínquos do Brasil, conseguiu, por que eu não vou conseguir?". Então, a gente sabe a importância do alto rendimento, não só para a produção de grandes atletas e paratletas, mas, mais do que isso, como inspiração para as gerações. A gente sabe dessa força, e a gente entende o trabalho de todos vocês.

A gente tem algumas perguntas aqui do e-Cidadania, que eu vou fazer rapidamente. Caso alguém queira falar, nas considerações finais... Eu vou ter que encerrar, porque daqui a pouco serão 2h – se deixassem, eu ficaria até mais aqui –, mas vocês já estão compromissados comigo de virem aqui conversar com a minha equipe. E, acima de tudo, vamos ter com certeza outros momentos dentro desta Comissão, nesses próximos anos, para tratar não só do movimento paralímpico, homo-olímpico. Esta Comissão – mais uma vez, reforçando – vai estar sempre à disposição.

Luana, do Pará: "Quais serão os projetos de acessibilidade para os atuais e futuros atletas?" – foi falado bastante aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vítor, do Maranhão: "Quais são as principais inovações e mudanças no planejamento do esporte paralímpico brasileiro para este novo ciclo rumo a Los Angeles 2028?".

Pará, Maranhão, São Paulo agora.

Letícia, de São Paulo: "Como ampliar o acesso de jovens com deficiência ao esporte em regiões com pouca infraestrutura?" – também foi falado.

Lidiane, da Bahia: "[...] [Como] o CPB [...] [pretende] promover intercâmbios e [garantir a] participação [de atletas brasileiros] em competições internacionais [...]?".

Já foi passado um calendário aqui também, mas, enfim, eu vou passar para os nossos debatedores aqui, os que vieram, os expositores, caso queiram responder depois, através do CPB, do Jonas.

Leonardo, do Rio Grande do Norte: "Em uma nova perspectiva para o avanço do Brasil no êxito de medalhas, quais [...] os pontos a melhorar, e [quanto à] criação de novos centros olímpicos [e paralímpicos]?".

Francisco, do Rio de Janeiro: "Seria muito importante que a [...] Secretaria Nacional do Paradesporto [...] [juntos às] Secretarias de Estado [...] unam forças para [...] [ampliar o acesso a paratletas aos treinos]." Isso também é importante, a gente sabe das inúmeras dificuldades.

Mas o recado foi dado a todos que estão participando conosco desta audiência. Nós vamos passar para os nossos expositores, caso queiram responder aqui às perguntas e aos comentários de todos que estão acompanhando no e-Cidadania.

Eu vou passar para as considerações finais.

Vou deixar para o final o nosso Presidente, para finalizar, Zé Antonio.

Vou passar a palavra agora para o Jonas Freire, que é o Diretor de Alto Rendimento do Comitê Paralímpico Brasileiro.

O SR. JONAS RODRIGO ALVES PEREIRA FREIRE (Para expor.) – Senadora, só quero agradecer a oportunidade, falar que estamos à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para as pessoas que queiram começar no esporte paralímpico, temos o *site* do CPB, as redes sociais; nos procurem, tá? A gente responde a todo mundo. Vão chegar, independentemente de onde chegar, e chegam por vários canais lá dentro do CPB as informações – nos procure que a gente vai orientar.

Quem já é do esporte paralímpico, se tiver dúvida, quer saber como vai para uma competição internacional, como é que consegue ir a um brasileiro, também nos procure.

Se for modalidade CPB, nós vamos responder a vocês. Se for de confederação, nós vamos encaminhar para a confederação, para que a gente possa aí juntos caminhar nos nossos grandes objetivos. O Yo falou para não pressionar, não me pressionar, mas, já pressionando, a gente sempre luta para, obviamente, estar no lugar mais alto do pódio, em todos os momentos, todos os nossos atletas. Isso é uma característica do povo brasileiro. A gente briga sempre para mostrar o nosso trabalho da melhor forma possível, e vai continuar sendo assim.

Estou à disposição sempre que precisar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Jonas.

Vou passar a palavra para o Yohansson, nosso querido paratleta. Não é ex-paratleta, eu não gosto disso, é nosso querido paratleta. Eu falo que a gente sai do esporte, mas ele não sai da gente.

Olha você aí, dando a sua contribuição, que é o nosso Vice-Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro.

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA (Para expor.) – Então, Senadora, de atleta para atleta...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos lá...

O SR. YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA – ... eu agradeço muito pelo convite para estar aqui explanando a todos vocês quais são as perspectivas do Brasil para os próximos anos. Que vocês possam nos acompanhar, possam nos incentivar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniel Brito sempre fala: "Siga as redes sociais do CPB, que também você estará nos apoiando com a divulgação". Sempre que você conhecer alguma pessoa com deficiência que pode ter oportunidade através do esporte, nem falo que podem chegar, ou vão chegar a uma medalha paralímpica, mas terão suas vidas transformadas, como eu tive, como você teve, através do esporte...

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – "Terão oportunidade", você falou tudo.

Agora, para finalizar... Eu gostaria de perguntar para o Fabio se ele gostaria de dar algumas considerações finais pelo ministério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não? O.k. Obrigada.

Vou passar a palavra agora para o Zé Antônio Freire também, que é o nosso Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA FREIRE (Para expor.) – Senadora Leila, o CPB agradece muito esse espaço aqui da Comissão. Vamos, sim, voltar aqui com as nossas equipes para discutir e ver caminhos para que o Poder Legislativo possa ajudar num processo de crescimento, com mais ferramentas e com mais espaço, para que as pessoas com deficiência possam utilizar aí, no mundo dos esportes.

Quero agradecer às pessoas que mandaram perguntas. Eu acho que boa parte delas foi respondida e, aí, a gente leva essas perguntas. Se tiver mais alguma coisa, a gente vai responder a essas pessoas, que merecem todo o nosso apreço, por estarem assistindo aqui a esta sessão tão brilhante.

Agradeço a todas as outras pessoas que vieram aqui também prestigiar e, enfim, deixo um abraço para todos e todas. Sempre o CPB está à disposição para debater e contribuir nos avanços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também nas políticas públicas voltadas ao esporte, que seja paralímpico, que é a nossa causa, e também olímpico, porque temos semelhanças e muitas necessidades iguais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Nós que agradecemos, Presidente.

Eu vou passar alguns comunicados aqui.

Comunico – da Presidência, né? – que foi apresentado à Comissão o seguinte documento:

- Ofício 136, de 2025, da Associação Brasileira de Importadores de Armas e Materiais Bélicos, por meio do qual se solicita a revisão de medidas que impactam negativamente no tiro esportivo no Brasil.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Vamos para a aprovação da ata.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 21 de maio de 2025.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Bom, gostaria muito de agradecer. Quero agradecer a todos que nos acompanharam até agora, nossa assessoria, nossos assessores, aqui, servidores da nossa Comissão de Esporte, que tanto nos ajudam nesse trabalho diário, consultoria, minha própria assessoria também, de gabinete. Quero agradecer aos representantes aqui do CPB, por mais uma vez estarem reforçando essa parceria. Tenham em mim aqui uma grande parceira do movimento paralímpico do nosso país. Estamos aqui à disposição, teremos outras oportunidades, e agradeço a você que está conosco até este momento aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, porque daqui a pouco vai começar a sessão plenária – mais outro dia de guerra aqui nesta Casa, mas vamos com tudo, com fé –, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião desta Comissão.

Obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Romário e Teresa Leitão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Discutir os planos da nova gestão do Comitê Olímpico do Brasil. **Participantes:** Sr. Marco Antonio La Porta, Presidente do Comitê Olímpico do Brasil - COB; Sr. Emanuel Rego, Diretor-Geral do Comitê Olímpico do Brasil - COB; Sr. Jorge Bichara, Consultor de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil - COB; e Sr. Rui Campos do Nascimento, Medalhista Olímpico e Campeão Panamericano de Voleibol. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/11

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de junho de 2025.

É com imenso orgulho que eu dou início à nossa 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Esporte do Senado Federal, nesta quarta-feira, 11 de junho de 2025, data em que celebramos os 25 anos do bicampeonato de Roland Garros do nosso Gustavo Kuerten. E eu aproveito para registrar mais um feito do nosso principal tenista da atualidade, o João Fonseca, o jovem João Fonseca, que avançou até a terceira rodada do *grand slam* francês e atingiu o seu melhor *ranking*, como 57 do mundo.

Além disso, antes de entrarmos na pauta do dia, não posso deixar de celebrar com vocês algumas das vitórias que elevaram o nome do Brasil no cenário esportivo mundial.

Eu começo parabenizando, claro, a nossa Seleção Brasileira de Futebol pela vitória no primeiro jogo em solo brasileiro sob o comando do novo técnico, o celebrado técnico Carlo Ancelotti. Esse trunfo, somado à nossa classificação que ontem aconteceu, a nossa classificação para a Copa do Mundo de 2026, renova as esperanças do nosso povo brasileiro com relação ao futebol, ao nosso futebol. Que o ano que ainda temos pela frente seja tempo suficiente para nos prepararmos da melhor forma em busca do tão sonhado hexacampeonato.

Falando em seleções, desejo muito sucesso também às nossas seleções feminina e masculina de vôlei, que estão iniciando, as suas jornadas na Liga das Nações. A equipe feminina, está claro para quem acompanha o vôlei, passa por uma grande renovação, uma renovação com um potencial muito grande de pódio, de medalhas, e eu estou muito feliz com o que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pude acompanhar esse final de semana. Segue bem na competição. Já os rapazes estreiam nesta quarta contra o Irã. Então, vamos estar todos na torcida.

Também eu quero desejar uma excelente campanha aos quatro clubes brasileiros que representarão o nosso futebol no Mundial de Clubes da FIFA, que começa no próximo fim de semana: Flamengo, Fluminense, Palmeiras e Botafogo. A todos eles, como brasileira – eu sou flamenguista, né, gente –, como brasileira torço aí para as nossas quatro equipes que irão representar o Brasil, no Mundial de Clubes. Que levem o orgulho às nossas cores do Brasil e que mostrem ao mundo a força do nosso futebol.

Nosso esporte segue colecionando conquistas em diversas modalidades e permitam-me, claro, destacar algumas aqui, começando por uma vitória especial para mim e para o Distrito Federal, afinal quatro atletas brasilienses estão na equipe brasileira de handebol que conquistou o campeonato master, o *Masters Handball World Cup* 2025, realizado entre os dias 21 e 25 de maio, competição que reuniu equipes de handebol do mundo inteiro na Croácia – equipes *master*, mas eu também valorizo muito essa questão do *master*, acho que é importante a gente continuar incentivando. A equipe brasileira venceu a categoria masculino 45+, consolidando o país como uma das potências do handebol *master* mundial.

Também celebramos nesse período recente a pugilista Bia Ferreira, que manteve o cinturão ao vencer a argentina Yanina del Carmen Lescano, que já desafia a atual campeã mundial; a velejadora Martine Grael, que comandou o barco brasileiro, em sua primeira vitória na temporada, no SailGP em Nova York; o arqueiro Marcus D'Almeida, que conquistou o ouro na etapa turca da Copa do Mundo de Tiro com Arco, reafirmando o seu lugar entre os melhores do mundo.

Esses são feitos da última semana, que demonstram o talento e a resiliência dos nossos atletas que nos inspiram todos os dias com sua dedicação e comprometimento com o esporte brasileiro.

Senhoras e senhores, Senadoras, Senadores e todos que participam conosco desta reunião, a reunião de hoje é de enorme relevância para o futuro do esporte nacional. Teremos a honra de receber o Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Sr. Marco Antônio La Porta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem como o Diretor-Geral, Sr. Emanuel Rego, e o Consultor de Esportes, Sr. Jorge Bichara. A presença de todos vocês, representantes do COB, é fundamental.

Este encontro é fruto do requerimento que tive a honra de apresentar e tem como objetivo discutir com transparência os planos da nova gestão do Comitê Olímpico do Brasil. O diálogo franco com esta Comissão é essencial para garantirmos políticas públicas e orçamento eficientes para o fortalecimento das federações, confederações e apoio à base esportiva.

Gostaria de reforçar mais uma vez que vamos fazer um grande seminário em duas etapas para tratarmos sobre o esporte de base – base! Nós temos que realmente... A gente sabe que tem o alto rendimento – nós temos aqui os representantes –, mas o esporte de base sofre muito no Brasil. Falo não só por questões de estrutura, de infraestrutura, mas de reconhecimento dos próprios profissionais que trabalham esses atletas, que, com um olhar muito preciso, captam essas pedras brutas para que o próprio sistema possa lapidá-las e torná-las expoentes dentro do esporte nacional e mundial. Então, o esporte de base requer de nós hoje um debate importante.

E aí já conto com a presença de todos: aqui tem muitas figuras relevantes, presidentes de confederações, representantes de organizações sociais, enfim, de clubes, e do próprio Ministério do Esporte também. Então, é fundamental que façamos também, com muito carinho e atenção, este debate com relação ao esporte de base no Brasil.

O Movimento Olímpico brasileiro tem um papel estratégico no desenvolvimento do esporte, na promoção de valores sociais e no fortalecimento da identidade, principalmente da identidade nacional. Por isso, debates como o de hoje são importantes, e nós vamos nos debruçar sobre outros tantos debates que estão no nosso planejamento.

Sejam todos muito bem-vindos e que tenhamos uma manhã produtiva em prol do esporte brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir os planos da nova gestão do Comitê Olímpico do Brasil, em atenção ao Requerimento 15, de 2025, desta Comissão, de autoria da Senadora Leila Barros.

Eu convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

o Sr. Marco Antônio La Porta, Presidente do Comitê Olímpico do Brasil; (*Palmas.*)

o Sr. Emanuel Rego, Diretor-Geral do Comitê Olímpico do Brasil; e (*Palmas.*)

o Sr. Jô... Estava todo mundo esperando um beijinho, não é? (*Risos.*)

Teresa, é meu esposo. Ai, ai.

O Sr. Jorge Bichara, Consultor de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil. (*Palmas.*)

Bom, antes de passar a palavra para os nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até 20 minutos e, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem perguntas ou comentários.

Queria só dar meu bom-dia. Eu já sei que passaram alguns Senadores aqui.

Mais uma vez, reforço aos que estão presentes aqui, principalmente ao nosso Presidente, o Marco La Porta, que a Casa está pegando fogo, não é, Senadora Teresa? E também quero agradecer à Senadora Teresa Leitão por estar aqui conosco no início desta reunião, porque nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos tratando de Código Eleitoral, enfim, de vários temas, mas o Código Eleitoral, na CCJ, está pegando fogo. Vamos rezar pelo bom senso dos colegas.

Bom, quero registrar a presença nesta reunião do Sr. Jodson Gomes Junior, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo; do Sr. Wlamir Motta, Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo; do Sr. Arno Schneider, Presidente da Confederação Brasileira de Esgrima, do Sr. José Carlos Pinheiro, Relações Institucionais do Comitê Olímpico do Brasil; do Sr. Henrique Motta, Presidente da Confederação Brasileira de Ginástica; do Sr. Coronel Alex Minussi, Coordenador-Geral da Comissão Desportiva Militar do Brasil; do Coronel Fábio Batista Bogoni, que é Assessor de Relações Institucionais do Departamento de Desporto Militar; do Sr. Ricardo Vidal de Oliveira, Assessor de Relações Institucionais da Confederação Brasileira de Atletismo; do Sr. David Baker, Relações Institucionais da Confederação Brasileira de Vela; do Sr. Gerêncio Dibem, do Ministério do Esporte; do Sr. Guilherme Araújo, Diretor do Futebol Social; do Sr. Carlos Alberto, Conselheiro Federal de Educação Física; do Sr. Luiz Filipe Freitas, Assessor de Relações Governamentais do Confef; do Sr. Tharcísio Anchieta, Diretor e Presidente da Câmara de Esportes do Conselho Federal de Educação Física; do Sr. Adriano César Carneiro Loureiro, Conselheiro Federal do Confef; do Sr. Patrick Novaes Aguiar, do Confef; e do Coronel Nilton Rolim, Presidente do Conselho Internacional do Esporte Militar. Sejam todos muito bem-vindos.

Bom, eu já vou iniciar e vou passar a palavra para os nossos expositores.

Com a palavra o Sr. Marco Antônio La Porta, que é o Presidente do Comitê Olímpico do Brasil. Seja bem-vindo, La Porta. É um prazer tê-lo aqui conosco.

O SR. MARCO ANTÔNIO LA PORTA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

É um prazer enorme para o Comitê Olímpico estar presente nesta Casa. Esse convite para a gente foi uma grande honra, para poder apresentar um pouquinho do trabalho que a gente vai desenvolver no COB nessa preparação para Los Angeles.

Saúdo os nossos atletas olímpicos aqui presentes, começando pela própria Senadora Leila, dona de duas medalhas olímpicas, que muito nos orgulha de ocupar uma posição tão importante, sendo uma defensora ativa das pautas do esporte. Para a gente, é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo o atleta olímpico Hugo Parisi, que também é Presidente da Confederação Brasileira de Saltos, aqui presente; o José Mário Tranquillini, nosso atleta de Barcelona 92 do judô, muito importante para a gente.

Saúdo os nossos Presidentes de confederação aqui presentes, que muito nos representam. É importante a presença de vocês aqui. Já foram todos citados pela Senadora.

Meu amigo Antônio Hora, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar, com quem tivemos uma reunião muito boa ontem no Comitê Olímpico, com todos os principais comitês, para tratar de assuntos do esporte.

Saúdo também, obviamente, mais uma atleta olímpica, a Iziane Marques, Secretária Nacional de Excelência Esportiva. Esse nome da sua secretaria, Iziane, é bem apropriado para quem jogou basquete na mais alta excelência esportiva durante toda a sua carreira, uma grande jogadora que muito nos orgulha em estar nesse cargo.

Saúdo também a minha diretoria aqui presente: Emanuel Rego.

Lá no COB – eu não sou bobo, né? –, peguei como Vice-Presidente uma medalhista olímpica que é a Yane Marques e que está nos acompanhando *online*. Peguei um campeão olímpico para ser Diretor-Geral, o Emanuel Rego. E eu tenho ainda o Marcelo Vido, um atleta olímpico, na nossa gestão, lá participando ativamente.

É importante para a gente trazer essa experiência do campo de jogo para a gestão para que a gente entenda também.

Saúdo também o Ricardo Resende, que hoje trabalha com a gente no Comitê Olímpico, ajudando bastante no comitê e no assessoramento para nossa candidatura do PAN 2031, que é uma pauta importante para a gente; e o Gilberto Ratto, que está com a gente também, trazendo as empresas para dentro do COB, pois é muito importante a gente ter o financiamento privado para isso.

Então, a gente vai fazer uma apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – La Porta, só para reforçar: sejam todos bem-vindos, Tranquillini, Parisi, Iziane e todos citados, Hora, enfim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos vocês que eu não citei na nominata anterior, porque o pessoal vai chegando, vai passando, mas eu identifiquei vocês e sejam, como o La Porta falou, muito bem-vindos, principalmente, em especial, desculpem-me os dirigentes aí, os atletas Tranquillini, Iziane e o Parisi, com quem tive a oportunidade de estar, em alguns momentos, juntos, celebrando e defendendo o Brasil nas competições internacionais.

Que sejam todos bem-vindos.

O SR. MARCO ANTÔNIO LA PORTA – Obrigado.

Bom, a gente preparou uma apresentação que visa a alguns pontos importantes que a gente acha que é de interesse desta Casa conhecer, pois é um pouquinho do nosso trabalho.

Inicialmente, eu vou fazer a apresentação do Comitê Olímpico, do que é o Comitê Olímpico, falar um pouquinho da estratégia e do nosso calendário de 2025.

Depois, o Emanuel vai falar da parte do esporte olímpico brasileiro, do programa Transforma e do orçamento 2025, do monitoramento e do controle dos recursos.

Aí o Bichara fala da parte que interessa, que são os esportes realmente, de como que vai ser a nossa preparação.

Então, eu e o Emanuel falamos um pouco do suporte, e o Bichara fala do nosso plano esportivo.

Antes da primeira palavra que eu tenho, eu vou passar um vídeo agora que conta um pouquinho, para que todos vocês entendam, da importância que o Senado Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO ANTÔNIO LA PORTA – ... o Congresso e a Câmara dos Deputados têm, o impacto que têm nas políticas públicas do esporte, do quanto que a aprovação de uma lei pode mudar o esporte nacional.

A gente vai apresentar um gráfico que mostra exatamente como o esporte brasileiro mudou depois da aprovação de uma lei nesta Casa aqui, lá no início dos anos 2000, que foi a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agnelo Piva, e quanto isso é importante para que a gente possa continuar subindo e transformando aquele sonho que todos nós temos de ser uma potência olímpica.

A gente tem falado muito que, antes de ser uma potência olímpica, precisamos ser uma nação esportiva. As pessoas precisam, como a Senadora citou... E nós vamos ter muito prazer em falar da base, do trabalho da base, porque sem base não tem alto rendimento. Então, o COB precisa e vai trabalhar realmente junto à base para poder propiciar isso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCO ANTÔNIO LA PORTA – Então, vamos contando as medalhas olímpicas, jogos a jogos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCO ANTÔNIO LA PORTA – Quantas medalhas, né? Quantas...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCO ANTÔNIO LA PORTA – Aí observamos, a partir dos anos 2000, na efetivação da lei, o quanto a gente começa a crescer.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCO ANTÔNIO LA PORTA – Acho que está bem claro o impacto que uma lei pode ter no esporte nacional, o quanto muda, e é um trabalho que a gente não tem dúvida de que foi construído aqui dentro do Senado, dentro da Câmara de Deputados.

Até 2000, nós tínhamos apenas 64 medalhas. Depois, ganhamos 106. Hoje, nós temos 170 medalhas. A média por edição, até 2000, era de 3,4. Hoje, nós temos 17,7.

Eu costumo sempre dizer que, agora, a gente chegou a um patamar... Aí é um papel do Comitê Olímpico, é um dever de casa aí para o Gilberto Ratto buscar mais recursos para não só depender do recurso público, mas ter o recurso privado também para aumentar o investimento e poder continuar subindo no quadro de medalhas, para que a gente possa, cada vez mais, ter o investimento. E esse investimento precisa ser assertivo.

O COB é uma organização não governamental, filiada ao Comitê Olímpico Internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Completamos, domingo, 111 anos, com um grande evento lá no Rio de Janeiro, a Corrida Time Brasil, celebrando 3,5 mil pessoas praticando atividade física, que vai ao encontro do nosso discurso do "juntos por uma nação esportiva".

Não consegui ganhar do Emanuel, viu, Leila? Tentei. Fui até o final ali, mas não consegui ultrapassá-lo. Ele apertou o passo no final, e não teve jeito.

É uma gestão técnica, administrativa e política do esporte olímpico. A gente é responsável pela propagação do Movimento Olímpico no território brasileiro, esse é um dever do COB.

A gente presta contas ao TCU e à CGU. A gente é constantemente auditado, controlado. E a gente tem lá o nosso sistema, na extranet do TCU, em que o TCU tem acesso a todas as contas do Comitê Olímpico do Brasil. Então, a gente tem uma transparência muito grande na nossa gestão.

O nosso organograma, rapidamente, para que todos entendam.

Nós temos a nossa Assembleia Geral, composta pelas 38 modalidades olímpicas; por dois membros COI, Bernard Rajzman e Andrew Parsons; e por 19 atletas da nossa Comissão de Atletas do COB, que decidem todas as ações do COB.

Temos o nosso Conselho de Administração, que são 13 membros.

Temos o Conselho de Ética, o Conselho Fiscal e a nossa Comissão de Atletas, que é um órgão de apoio às decisões do Comitê Olímpico; o Presidente, a Vice-Presidente e a Diretoria-Geral. São quatro diretores hoje. O COB chegou a ter oito diretores, e a gente entendeu que quatro diretorias funcionam bem, dá uma economicidade, e a gente consegue fazer tudo o que é necessário.

Como eu falei, temos Emanuel Rego como Diretor-Geral; Marcelo Vido como Diretor de Operações; Diretor de Esportes, nós temos Emanuel acumulando por enquanto, com Jorge Bichara como consultor; e a Diretora de Comunicação e *Marketing* é a Manoela Penna.

A nossa estratégia é muito simples. A gente tem quatro pilares com que o COB trabalha bastante, que são: educação e cultura, movimento olímpico, governança e gestão e, obviamente, o esporte, que é o *core* do COB. Primeiro, a gente tem uma preocupação muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande com a promoção da educação e do movimento olímpico, a gente faz a parte da educação e cultura e a gente tem resgatado, cada vez mais, a história do esporte olímpico.

Fizemos, no mês passado – a Senadora citou aqui o Guga –, uma homenagem e colocamos o Guga no Hall da Fama do COB, num evento fantástico lá no Rio de Janeiro, para poder sempre reverenciar os nossos atletas olímpicos, os nossos heróis olímpicos.

Movimento Olímpico é o fortalecimento e o relacionamento com a sociedade. A gente tem feito isso bastante. O COB precisa estar presente na discussão da prática esportiva, do esporte como um todo na sociedade.

Temos uma preocupação muito grande com governança e gestão. Então, trabalhamos bastante, junto com as confederações, excelência e competência de gestão com ética e transparência. E eu posso dizer, sem dúvida alguma, Senadora Leila, que, hoje – e aqui eu tenho vários presidentes de confederação –, a governança do esporte brasileiro evoluiu muito. Evoluiu também muito das necessidades e das discussões que foram feitas no pós-2016. A gente amadureceu muito depois de todos os problemas que nós passamos ali no esporte olímpico, e, hoje, as confederações que estão aqui representadas e todas as outras têm uma gestão muito segura e muito transparente.

Hoje, a gente tem certeza de que aquele recurso que chega das loterias e os recursos privados chegam na ponta da linha, na preparação dos atletas, e isso reflete nos resultados diretos. E o COB tem o dever e a obrigação de orientar, fiscalizar e ajudar nesse trabalho.

Por último, obviamente, a excelência no alto rendimento esportivo. A gente busca sempre o melhor resultado para que a gente possa colocar o Brasil no lugar em que ele pode estar. Então, a gente, cada vez mais, busca os melhores resultados.

Nesse final de semana, também tivemos – aproveitando a presença do Jodson aqui –, a volta do nosso medalhista olímpico Felipe Wu tendo um grande resultado, sétimo lugar na Copa de Tiro em Munique, lá na Alemanha. Então, a gente está sempre buscando esse melhor rendimento para os nossos atletas.

Esse é o Comitê Olímpico!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem, cada vez mais, que buscar este discurso do "juntos por uma nação esportiva". Ninguém faz nada sozinho. Então, o Comitê Olímpico tem a responsabilidade, sim, de gerenciar as equipes que vão participar dos jogos, e a gente vai mostrar aqui um calendário extensivo de participações em jogos e operações internacionais, mas, ao mesmo tempo, a gente entende que precisa fomentar a prática de atividades físicas na população, principalmente hoje, num país que tem uma preocupação muito grande com o sedentarismo. Então, o Comitê Olímpico tem, sim, obrigação de liderar o movimento e apoiar todas as ações públicas voltadas para o fomento da prática esportiva.

Quando a gente fala o "juntos por uma nação esportiva" é estar no Brasil inteiro, propagando. A gente fez essa primeira corrida, que foi muito interessante. A nossa ideia é, no ano que vem, fazer a mesma corrida em cada região, cinco eventos. E a gente vai capilarizando cada vez mais, incentivando a população a praticar atividade física.

Agradeço a presença do nosso medalhista de prata Rui, que acabou de chegar.

Está atrasado, hein, Rui? Está na falta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O Pipoka também.

O SR. MARCO ANTÔNIO LA PORTA – O Pipoka chegou?

Pipoka. Tudo bem, Pipoka? Obrigado pela presença.

Obrigado.

Essa é a quantidade de eventos que nós temos durante o ano. São todos eventos alinhados com os nossos objetivos estratégicos.

Eu destaco dois em especial, e já foi convite para todos.

Primeiro, os Jogos da Juventude aqui em Brasília, de 10 a 25 de setembro, para onde a gente traz atletas jovens de 15 a 17 anos do Brasil inteiro, que já estão, neste momento, participando de seletivas. Na fase final, a gente chega a 4,5 mil a 5 mil atletas competindo. Hoje, 20 modalidades participam dos Jogos da Juventude, que são fundamentais para que a gente possa não só revelar atletas, mas também propiciar a prática esportiva a esses jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De 24 a 28 de setembro, em São Paulo, também estão todos convidados para a COB Expo. É uma feira onde a gente passa quatro dias discutindo esporte, conversando com empresas, apresentando os projetos, discutindo vários temas importantes da pauta esportiva.

São eventos organizados pelo Comitê Olímpico que a gente entende que são fundamentais para o desenvolvimento.

Neste ano, nós temos uma competição apenas que são os Jogos Pan-Americanos Júnior, que vão acontecer em agosto, em Assunção, onde teremos vagas em disputa para os Jogos Pan-Americanos de Lima, em 2027. É um evento para jovens atletas. O Brasil foi o campeão dos últimos Jogos Pan-Americanos em Cali. Então, estou com essa missão aí de seguir não só tendo grandes resultados, mas, principalmente, revelando atletas, que é o mais importante desse evento.

Mais um pouquinho da COB Expo, realizada lá em São Paulo, uma feira enorme.

E os Jogos da Juventude, que são organizados há mais de 20 anos e representam a maior competição multiesportiva para o público juvenil do país. Neste ano, para os Jogos da Juventude, teremos mais de 4,5 mil atletas, mais de 600 treinadores, mais de duas mil escolas.

Pela primeira vez, o COB está utilizando a Lei de Incentivo ao Esporte. A gente sabe que está tendo uma discussão importante hoje sobre a Lei de Incentivo e a gente está usando-a para os Jogos da Juventude para que os senhores vejam o quanto é importante a Lei de Incentivo para o esporte brasileiro. A Lei de Incentivo nos ajuda a organizar essa competição. Então, são jovens praticando esportes, e a gente sabe o impacto que tem isso,

A próxima edição será aqui em Brasília, de 10 a 25 de setembro, e tenho certeza de que vai ser uma grande festa que a gente vai poder vivenciar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mais do que importante é que ela se torne perene, como a da cultura. Conto com a Senadora Teresa.

Nós, aqui no Senado, temos tratado disso e, certamente, nós teremos o apoio, o esporte terá o apoio com relação à perenidade para não precisarmos mais discutir, a cada ciclo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuidade dela. Eu acho que é um grande sonho de todos nós, não só do COB, do movimento, mas também meu, como Senadora aqui e ex-atleta.

O SR. MARCO ANTÔNIO LA PORTA – Sem dúvida, Senadora.

Bom, enfim, era essa é a apresentação inicial.

Eu vou, não levanto muito bem, mas eu vou levantar a bola para o Emanuel, tenho certeza de que ele vai cravar, e a gente vai seguir aqui com a apresentação.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. EMANUEL REGO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senadora Leila Barros Rego, é um prazer estar aqui na Comissão de Esporte. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Engraçadinho.

Ele reclama que eu coloquei "Leila Barros".

O SR. EMANUEL REGO – Mas é um prazer estar do mesmo jeito na Comissão de Esporte.

Senadora Teresa Leitão, muito prazer em conhecê-la.

Acho que a minha visão aqui é trazer um pouco da leitura do esporte. Nós temos a visão de que, neste exato momento, mais de milhares de pessoas estão envolvidas.

Muito obrigado. Obrigado pela sua presença. (*Fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Teresa.

O SR. EMANUEL REGO – Neste momento, exatamente, em que nós estamos aqui, numa reunião, falando sobre o Comitê Olímpico do Brasil, tem muitos atletas, muitos treinadores, muitos chefes de delegação levando nossas delegações a competições, preparações, preparações também de atletas, escolinhas... Então, o mundo esportivo está em ação. Eu acho que nós aqui somos representantes no foco do planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço e fico muito feliz, Senadora, por o Congresso Nacional dar essa possibilidade de a gente apresentar nossos pilares, nossas práticas, nossas potencialidades.

Eu queria começar a apresentar o Instituto Olímpico do Brasil, que é um braço educacional e de capacitação de atletas, gestores e também treinadores. O foco geral é nesses três pilares, porque eles são importantes para que a lei de incentivo e também todas as fontes de beneficiamento e financiamento cheguem para os atletas. Então, essa é a nossa preocupação de gestores.

Começamos com um programa de carreira de atletas, em que nós temos três pilares fundamentais.

O primeiro que eu vou dizer para vocês é o de mais embaixo, que é o Formando Campeões. É o momento no qual os atletas são capacitados para entender o que é uma carreira esportiva, ou o que é um momento financeiro, tentar entender o que é estar numa delegação nacional, numa representação; o que eles são para o movimento. Então, acho que é o momento inicial de dar conhecimento para os atletas. O segundo momento é pensando no alto rendimento, naqueles atletas que já estão competindo, naqueles que são exemplo, que são porta-vozes, são embaixadores do esporte. Então, essa é a segunda parte desse programa de carreira de atletas. E a terceira, que é uma muito importante – nós temos aqui vários atletas que passaram por essa transição –, nós temos um programa de transição de carreira, que geralmente é de 40 atletas anuais, por um ano, quase 360 horas de *coaching*, de mentoria em empreendedorismo, para que esses atletas tenham uma possibilidade de ajudar o esporte de uma segunda maneira.

Então, esse é um dos pilares nossos que é voltado aos atletas.

O segundo pilar é o pilar da Academia Brasileira de Treinadores. Este, para mim, é um dos pontos importantíssimos, porque aqui o Comitê Olímpico do Brasil transborda seu conhecimento do alto rendimento para a área de iniciação esportiva: quais são as formas de iniciar, com qualidade, usando toda essa potencialidade que nós temos da educação física. Os representantes do Confef aqui sabem o quanto é importante a capacitação, o quanto é importante dar o maior potencial para esses treinadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda parte é o fundamento do treinamento esportivo: entender qual é o potencial de cada modalidade, o que lá fora estamos fazendo. O Comitê Olímpico do Brasil traz essa informação. E os outros dois são cursos realmente voltados para o planejamento do COB. O Comitê Olímpico, junto com as confederações, faz um grupo de trabalho, entendendo quais são as modalidades que precisam de mais foco nos ciclos olímpicos. Então, essa é uma intenção de trazer treinadores focados com o que há de mais novo que acontece no mundo com relação às suas modalidades.

Esse é o foco do pilar para os treinadores.

O terceiro pilar são os gestores. São cinco módulos que trazem conhecimento para os gestores, pensando que, quanto mais capacitados os gestores, mais transparência, mais o uso dos recursos financeiros é otimizado.

Aqui, eu queria dar um foco no terceiro módulo, que é o Cage (Curso Avançado de Gestão Esportiva). Ele é um curso aberto para todas as entidades do sistema esportivo; são 40 vagas, é um curso de 18 meses. É como se fosse um mestrado, é comparado com até uma pós-graduação, em que esses gestores de secretarias estaduais, secretarias municipais, gestores das próprias confederações são escolhidos, através de um momento de eleição – eles são eleitos para fazer –, e eles são capacitados com a titulação de ter os conhecimentos com relação à parte olímpica.

Então, esse braço de capacitação traz uma parte da execução e de governança, mesmo, dentro das organizações. E eu acredito que isso tem feito um grande papel no uso dos recursos.

Falando da segunda parte, do IOB, que é a parte do Programa Seguro, de toda a segurança, o Comitê Olímpico do Brasil, nos últimos anos, proporciona cursos *online*, que são cursos obrigatórios para todos os atletas, chefes de delegação, técnicos, gestores que fazem parte das missões. Por que a importância? Porque nós todos estamos nos confrontando com todos esses problemas no esporte, que é o esporte antirracista, o abuso de assédio fora do jogo, prevenção e enfrentamento e, principalmente, o *antidoping*. Nós temos uma parceria com a ABCD, que é a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, é importantíssimo. Aqui a gente tem a proteção dos atletas e esses cursos são *online* e têm certificações, que são cobradas para esses chefes de delegações e para os atletas em suas missões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, uma segunda parte, um curso novo que foi lançado – até indico para todos os senhores fazerem, essa certificação é muito importante –, que é um curso de saúde mental no esporte. Esse curso foi lançado agora no primeiro trimestre, com a preocupação do que está acontecendo com nossos atletas, gestores, dentro do esporte. Então, é muito importante para todos. Fica aberta aí a sugestão para todos fazerem esse curso, Equilibrando o Jogo, falando de igualdade de gênero; e o de conduta ética.

E o quarto é muito mais importante, porque nós estamos vivendo um momento com relação a essa questão das *bets*, das apostas fixas. É importantíssimo esse movimento que o Comitê Olímpico do Brasil está fazendo nesse curso, que vai ser lançado no segundo semestre, que é o Manipulação de Competições. Importantíssimo.

Dentro desse curso – só um *spoiler* –, ele diz que todos os atletas e quem faz parte do esporte não pode apostar na sua própria competição. Isso já é lei, acho que é impreterível a gente conhecer isso. Então, é um dos movimentos importantíssimos.

Agora um pouquinho de números, com relação a essa educação proporcionada pelo comitê. São mais de 62 mil capacitações. Conforme os anos vão passando, você vê que, a cada ciclo olímpico, a gente consegue trazer mais pessoas envolvidas. Digo ali, nos anos 2020, 2021, com relação aos Jogos Olímpicos de Tóquio, mais de 7 mil e 9 mil pessoas foram capacitadas. E todo mundo deve estar perguntando por que em 2024 subiu tanto a participação. É por causa dessas certificações *online*. Nós estamos conseguindo atingir mais pessoas e as certificações são importantes. Sem as certificações, os atletas não vão para as competições, não participam.

Então, é obrigatório, por isso que subiu tanto o número, e atinge treinadores, também, chefes de missões. Eu tenho que fazer o curso. Fiz todos os cursos também; La Porta também, e a Yane. Então, todos nós somos obrigados a fazer. Então, é importantíssimo esse movimento.

Agora uma segunda parte dos nossos potenciais, do pilar lá no movimento esportivo, como o La Porta já comentou, é o braço social, que é o braço Transforma, no qual a gente começa a cativar novos atletas, vamos dizer assim. A gente vai até a escola e demonstra um pouquinho o que tem do potencial. E eu queria mostrar para vocês o que é o Transforma através desse vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EMANUEL REGO – Esse programa Transforma me encanta, porque, quando a gente fala com adolescentes, crianças, a gente está impactando diretamente. O Presidente da Confederação de Esgrima sabe muito bem – né, Arno? – que, quando você leva pequenas estruturas, você leva umas espadas de plástico, todo mundo se encanta e quer fazer; o *badminton* também é muito aceito nas escolas; a ginástica, com as meninas.

Então, felizmente, nós temos esse projeto, que atende várias... Você vê que estamos aí, pelo menos, nas várias cidades: no Rio de Janeiro, São Paulo, Blumenau. Senadora, fica aqui a abertura para trazer outros estados, no Centro-Oeste, talvez no Norte também do país.

Ali o impacto: um total de 55 mil estudantes já participaram desse programa, 21 mil educadores também já foram capacitados para dar aulas esportivas, coligando com as matérias escolares.

Agora eu queria falar uma segunda parte, que é uma parte um pouco mais da área do Marcelo Vido, de Operações, que infelizmente não pôde estar presente. Marcelo Vido, para quem não conhece, foi um atleta olímpico na década de 80. Foi a duas Olimpíadas, 1980 e 1984, no basquete. Ele fez um trabalho fantástico no Flamengo, na recuperação do Flamengo na parte dos centros olímpicos. Conseguiu, em 13 anos, separar recursos do futebol e recursos especificamente para os atletas olímpicos. Então, ele fez o seu papel, está contribuindo bastante, e eu vou passar a parte que é a visão dele aqui no orçamento de 2025.

Ele trouxe essa visão muito característica, que é promover uma mudança cultural organizacional. Ele fez duas reuniões com todos os colaboradores do COB, mostrando quais seriam as intenções na área financeira. Isso foi aceito. Foram duas reuniões de que eu participei e todos ficaram muito felizes de participar, porque talvez muitas vezes não participavam dessa organização financeira inicial. Sobre captar novos recursos, ele trouxe ideias com relação à lei de incentivo. O Comitê Olímpico do Brasil nunca foi presente na lei e, a partir dessa visão estruturada do Marcelo Vido, ele conseguiu trazer. Então, é mais um ponto focal para nós. Essa nossa participação inicial, como o Presidente La Porta comentou, vai ser na área social, nos Jogos da Juventude, este ano, já para a gente potencializar essas ações. E a segunda é tentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajustar os gastos de uma maneira estratégica e criteriosa, fazer com que o COB consiga ser mais assertivo – o máximo possível assertivo – no uso dos seus recursos.

Aqui, eu queria passar para vocês como funciona a organização do orçamento com as confederações – é um modelo parecido com o da elaboração do orçamento do Comitê Olímpico do Brasil. São várias fases, e vai começar, agora, a partir de julho, essa análise inicial, em que há uma liberação dentro de uma plataforma chamada Sigef, em que as confederações apresentam todos os seus projetos para o ano de 2026. Nós estamos já falando do ano seguinte.

Tem as reuniões de trabalho entre o COB – você vê que são várias reuniões –, tem aprovações dentro do conselho diretor. É bem longo, não é, Presidente Henrique Motta? Você sabe o quanto é custoso, mas é importante, porque isso dá credibilidade tanto para o Comitê Olímpico do Brasil, como para as confederações, na chegada para a assembleia final lá em dezembro, sobre como esses recursos vão estar direcionados de uma forma muito assertiva.

O Marcelo Vido pediu para eu passar duas fotografias com relação financeira. Como nós recebemos o Comitê Olímpico, no início da nossa gestão, do Marco La Porta... No início do orçamento aprovado no dia 10 de dezembro de 2024, nós tínhamos uma receita de R$515 milhões, com as despesas de R$594 milhões e um saldo negativo de R$78 milhões. Foi assim que a nossa gestão recebeu o orçamento para este ano de 2025. E, internamente, a partir dessa organização, dessa limitação das áreas e de várias reuniões, chegou-se a um acúmulo de receita, graças à área de *marketing* e também à comercial, que trouxeram um novo patrocínio com a Adidas, uma renovação direta com a Caixa Econômica.

Então, aqui, nós aumentamos nossos recursos praticamente em R$70 milhões. E também fizemos um reajuste nas despesas, diminuindo aí quase R$7 milhões. Então, a princípio, estamos com saldo negativo, mas acredito que, com o passar dos anos, vamos conseguir. Então, houve um avanço muito grande. Essa é uma transparência e clareza na governança dos recursos que nós temos no Comitê Olímpico do Brasil.

Aqui, é para deixar claro para todos os Senadores e para todos os Parlamentares quais são as fontes de recursos que nós temos no Comitê. A primeira delas é a Lei 13.756, a Lei das Loterias, que é o principal foco, porque nós recebemos, em média, R$450 milhões dessa fonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há recursos próprios, que são patrocínios. Nós temos aluguéis de algumas áreas no centro da cidade, *royalties*. Esses são recursos próprios que nós estamos sempre aumentando, e acho que essa é uma das bases que nós temos mais intenção de aumentar.

A solidariedade olímpica e pan-americana é um recurso que já vem com chancelas predeterminadas, na parte da educação e na de apoio a atletas e a competições. Então, já é um recurso determinado, a gente só faz realmente a execução desse recurso.

Há termos de fomento, que são parcerias com governos e prefeituras. Hoje, a gente tem uma parceria – não é, Bichara? – com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Nós temos o Time Rio, que é uma proposta de apoiar com bolsas esses atletas que são vinculados à prefeitura.

E o último é o recurso das *bets*, que são as apostas fixas. É um momento em que a gente não sabe ainda como será a utilização, estamos esperando orientação do Ministério da Fazenda, através da Secretaria de Prêmios e Apostas. Então, é um recurso para o qual nós estamos, até junto com outros Parlamentares, pedindo apoio para tentar ajustar a regulamentação e a fiscalização desses recursos.

Aqui é como é a arrecadação, como eu tinha dito antes, a evolução da arrecadação através das loterias. Chegamos a 2025 com um total previsto... A gente faz sempre um apanhado de 2024, com uma proporção de 4% a 5%, no previsto para este ano, que seriam R$465 milhões. O Marcelo Vido pediu para eu passar essa informação de que, nos primeiros três meses, houve uma queda nessa arrecadação. Fizemos um anúncio direto com a Caixa e perguntamos o porquê. Eles anunciaram que, a partir do mês de maio, eles iam fazer mais investimento em comunicação para as pessoas continuarem a investir. E houve um aumento, realmente. Então, em todos os nossos pedidos, com relação à Caixa Econômica, eles nos ajudaram, e houve um aumento de arrecadação nesse último mês.

Agora, vou falar um pouco mais sobre o monitoramento e o controle dos recursos. Nós somos uma entidade que é controlada pelo TCU. Os recursos são, diretamente, das leis que vêm das loterias. E, dentro do nosso sistema, nós temos um sistema chamado Sigef, em que todos os projetos, tanto do Comitê Olímpico do Brasil, como das confederações, estão dentro dessa plataforma. Lá, são colocados todos os projetos, a inserção do fluxo de aprovação, toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrada dos projetos, as confederações, quais são os projetos do COB. Então, há um sistema de planejamento.

Uma segunda parte, que é o acompanhamento através da execução. Toda a execução de todos os projetos é monitorada dentro da plataforma. Hoje, se a gente quiser fazer uma avaliação, é só fazer uma entrada, dentro da plataforma, e você consegue todas as informações.

E a terceira prestação de contas, que é um momento sempre delicado, também dentro do Sigef, está lá. Vamos dizer, Senadora, que se aproxima essa plataforma do Siconv, que é uma plataforma que é usada pelo sistema federal. E ele é um sistema que tem todas as informações, todos os dados e toda a nossa gestão através desse programa, que é o Sigef.

Com relação ao monitoramento externo, nós temos uma auditoria externa que o Marcelo Vido... Houve uma proposta do Conselho de Administração para fazer uma mudança nessa auditoria externa. Estamos mudando para uma nova auditoria, já passou pelo Conselho de Administração, ela vai assumir no próximo ano, que é uma empresa chamada BDO. Então, essa empresa vai ser a nossa auditoria externa, já pensando nessa renovação de transparência. Então, a partir deste ano, já temos uma auditoria externa nova.

Os controles externos. Nós temos uma área específica dentro do COB com controles internos. Passamos também pelo Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal tem um mandato de quatro anos e, a partir do ano que vem, já tem uma eleição de novos Conselheiros.

Como eu disse, o Tribunal de Contas sempre está ali recebendo todos os nossos dados. Eles têm acesso ao Sigef, eles podem, em qualquer momento, fazer a análise das nossas contas. E também – acho que aqui eu posso mencionar – o CNE (Conselho Nacional do Esporte) faz parte da aprovação das nossas contas. O Ministério do Esporte tem o Conselho Nacional do Esporte, que faz a avaliação também das nossas contas.

Essa era a minha participação sobre o orçamento e também os pilares de educação.

Agora, eu passo para o Bichara, que é o detentor do esporte olímpico. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE BICHARA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia, Senadora. Bom dia a todos os presentes. É um prazer falar um pouquinho sobre a atuação do Comitê Olímpico neste momento. Peço desculpas ao pessoal.

A ideia aqui é a gente passar rapidamente pela organização do COB neste momento de reestruturação. A gente está completando cinco meses de uma nova gestão e, dentro desse processo, nessa fase 1, como a gente está chamando, a área de esportes teve esse tipo de organização, uma organização em que as diversas atuações do COB foram segmentadas em cinco gerências: a área de planejamento e gestão, que é a área que faz a gestão dos recursos que são distribuídos para as confederações, através dos critérios que a gente vai apresentar um pouquinho mais à frente, que faz toda a gestão do Sigef, que foi apresentado aqui pelo Emanuel, a área de jogos internacionais, que é responsável pela organização e por um cumprimento de uma obrigação estatutária do COB, que é a participação, a representação do Brasil em uma série de eventos internacionais, organizados pelos diversos órgãos responsáveis pela movimentação olímpica no mundo, uma área de serviços de saúde e *performance*, em que a gente tem mais de 200 profissionais que atuam trabalhando com as equipes, com as confederações, sejam profissionais da área de ciência do esporte, fisiologistas, biomecânicos, médicos, fisioterapeutas, massoterapeutas, que trabalham diretamente dentro do nosso centro de treinamento ou com as equipes em viagens ou auxiliando as equipes em preparação, e uma área muito relacionada à educação, como o Emanuel descreveu bastante aqui dentro, uma área que, para a gente, é muito importante, porque trabalha um processo de capacitação contínua desses profissionais do esporte.

Uma novidade que a gente trouxe para este momento é uma área de projetos esportivos especiais, que está relacionada a tentar caminhar com alguns entraves dentro do movimento olímpico. Uma das situações que a gente tem enfrentado é a busca de soluções para tornar desimpedidas entidades que, neste momento, encontram-se impedidas de receber recursos financeiros. Neste momento, a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, a Confederação Brasileira de Basquete e a Confederação Brasileira de Handebol estão impedidas de receber recursos. A gente está bastante animado com a possibilidade, neste momento, de uma dessas modalidades já conseguir receber a sua certificação junto ao ministério e poder caminhar com as suas próprias pernas. É importante esse processo de recuperação, e a gente definiu ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área específica que ajudasse, entre outras coisas, essas confederações a caminharem sozinhas, e é uma função do COB atuar junto às suas confederações nos seus momentos de maior dificuldade.

A diretoria tem funções diretas, seja na elaboração e na aplicação dos critérios meritocráticos da descentralização de recursos, do que a gente vai falar um pouquinho mais à frente. Esses planos que as confederações apresentam ao COB são gerenciados junto às confederações, na melhor aplicação dos recursos, o que a gente chama de recursos ordinários. A gente trabalha também com um processo de qualificação de alguns profissionais, seja na área de saúde, principalmente. A gente tem uma relação direta com os médicos das confederações no sentido de a gente padronizar processos de atendimento a atletas.

O nosso objetivo sempre é potencializar nossas chances de classificação, de resultados. O Brasil caminha entre as principais potências do mundo já há muito tempo. A gente não se considera uma potência olímpica, é difícil mensurar o que é ser uma potência olímpica. A gente entende que, para ser uma potência, várias questões estruturais ainda precisam ser desenvolvidas dentro do país, principalmente o aumento da quantidade de praticantes. A gente vive uma realidade de um número muito pequeno de praticantes de esporte em comparação ao tamanho da nossa população.

Vem daí a campanha que o COB está promovendo de buscar, antes de ser uma potência olímpica, ser uma nação esportiva. Isso não é uma particularidade do COB. Outros países estão buscando esse caminho. Se vocês entrarem hoje no *site* do Comitê Olímpico da Holanda, um dos objetivos lá descritos é aumentar o número de praticantes de atividade física dentro da sua população. O aumento do número de praticantes de atividade física vai propiciar o aumento do número de praticantes de qualquer tipo de esporte, que, porventura, vai chegar a ser um esporte olímpico e, a partir daí, aumentar uma massa que possa ser selecionada para buscar novos valores.

Por outro lado, o Brasil é uma potência na sua diversidade de valores. A gente terminou os Jogos de Tóquio, em 2021, diante de todo aquele cenário catastrófico que vivemos, mas na sétima posição em relação à quantidade de modalidades medalhistas. Isso significa a diversidade que este país tem: nós somos campeões mundiais de basquete feminino, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voleibol, de futebol, de handebol. Nós temos destaques no atletismo, na marcha atlética, com um brasiliense, o Caio. Já fomos campeões olímpicos de salto com vara, temos destaque no surfe, no esqueite, tivemos medalhistas no tiro esportivo, a nossa maior medalhista da história é da ginástica, a modalidade que está em ascensão é a ginástica rítmica, enfim. É uma infinidade. Nós temos uma tradição na vela, que é um esporte de colonizadores, e o Brasil consegue ter destaques nesse esporte.

Então, é incrível a diversidade que este país tem, ainda pouco explorado diante do tamanho da nossa população; daí vem uma posição estratégica do COB de tentar aumentar o número de praticantes de atividade física. A gente sabe que a gente não vai fazer isso sozinho, isso caminha junto a políticas públicas que venham a promover o esporte na escola, nas universidades, enfim, mas é a nossa contribuição dentro desse cenário. Daí vem uma série de programas que a gente gostaria de aplicar junto com as confederações, como temos o nosso programa de preparação olímpica e pan-americana, que envolve mais de R$120 milhões que o COB aplica diretamente, seja nas parcerias, seja em serviços de saúde, seja em programas específicos para as modalidades, como a gente tem na ginástica, na canoagem, no próprio atletismo – hoje um dos destaques do atletismo é um lançador de dardo, que está correndo o mundo, hoje ele é sexto do *ranking* mundial. Este país tem potencial: a gente só precisa trabalhar cada vez melhor esse tipo de atleta.

A gente abriu, na gestão anterior, uma área direcionada à mulher no esporte. É muito importante. Essa é uma posição estratégica, os melhores resultados do Brasil na última edição olímpica vieram do esporte feminino; já tinha sido assim em Tóquio e repetiu-se em Paris, e é uma tendência mundial, é um caminho em que existem investimentos estratégicos na *performance* feminina, e o COB não está atrás.

A gente tem uma excelência, o Brasil é reconhecido pela qualidade do serviço prestado nas suas missões internacionais. A gente tem, durante um ciclo de quatro anos, dez eventos internacionais nos quais o COB representa o país, seja em nível de juventude, seja em nível do esporte júnior, seja em nível do esporte principal. A nossa responsabilidade está em levar essas delegações e trazê-las de volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil teve sucesso na qualidade dos serviços prestados, muito, nas últimas edições olímpicas, e a nossa intenção é sempre investir nesse segmento. A gente tem um videozinho para mostrar um pouquinho a complexidade logística que foi desenvolvida para os Jogos de Paris.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JORGE BICHARA – Todos os que estão nesta sala têm uma relação direta ou indireta com o esporte. O nosso objetivo sempre é buscar a melhor representação internacional do nosso país, onde a gente estiver participando das competições.

Para esse tipo de serviço prestado, eu tenho uma avaliação muito particular. Ele não faz a gente conquistar a medalha. Ele faz a gente tentar evitar que a gente perca essa medalha, né? As condições que a gente encontra em cada uma das edições, seja no transporte que é oferecido, nas condições alimentares, nas distâncias a serem percorridas, influenciam em um nível de *performance* que foi trabalhado ao longo de quatro, oito, doze anos, para se chegar até ali e se conquistar a possibilidade de ser um atleta olímpico.

O número de atletas que alcançam a medalha olímpica ainda é muito pequeno no mundo inteiro. O detalhe faz toda essa diferença, e entendemos que cabe ao COB tentar preservar o que foi trabalhado por esse atleta para chegar até ali. Por isso, a gente tem um investimento grande dentro dessa área de missões.

Parte da preparação desses atletas vem através da distribuição desses recursos, que seguem uma linha de 13 critérios, que foram elaborados ao longo do tempo, para que a gente consiga distribuir esses recursos entre as confederações. Onze critérios são esportivos e dois critérios são de cunho administrativo. Eles estão, neste momento, passando por um processo de revisão normal. A cada final de ciclo, a gente faz essa revisão, para ver se esses critérios estão adequados àquela realidade de momento. E a gente tem que apresentar, agora, até o meio do ano, esses critérios que vão ser utilizados para aferição da distribuição de recursos para o ano de 2026.

Parte desses critérios administrativos são avaliados através de um programa chamado GET, no qual a gente avalia o nível de maturidade das confederações. E aí, em um *link* com o que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente falou, as confederações apresentaram, ao longo desses últimos anos, uma grande evolução através desse programa, melhorando as suas condições de governança, aplicação de recursos e transparência em relação às suas frentes.

Aí, uma frente da última distribuição de valores pelas modalidades para o ano de 2025. Isso é acrescido pelo esforço das confederações em conseguirem patrocínios públicos e privados, e da atuação do COB em aplicações diretas em programas e projetos que são apresentados pelas confederações.

Só para gente finalizar, um último videozinho sobre a participação do Brasil nos Jogos de Paris.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. JORGE BICHARA – Só para finalizar, só avançando um pouquinho no que foi comentado ainda há pouco pela Senadora e por mim, a gente ainda viu ainda mais a diversidade desse esporte. Quando a gente vê representantes... fora dos esportes tradicionais, judô, voleibol, que já têm uma tradição de conquistas, quem iria imaginar o Brasil campeão de tiro com arco, campeão de esportes pouco conhecidos e tendo destaque na canoagem *slalom*? O potencial é absurdo!

A gente está há cinco meses... chegando a cinco meses dessa gestão – acho que muitos sabem, eu saí do COB em 2022. Eu hoje estou numa condição de consultor, trabalho na Confederação de Voleibol como Diretor Técnico e tive autorização do Comitê de Ética para poder trabalhar no COB neste momento, nessa função.

Tenho muito orgulho desta Casa, a que fui convidado a retornar, e a gente conta muito com a ajuda do Senado e da Câmara dos Deputados na implementação de leis que venham ajudar o esporte e que façam a diferença, como foi a Lei das Loterias, como a Lei de Incentivo ao Esporte, que está sendo discutida agora, que é fundamental. Hoje, o Brasil tem uma plataforma muito sedimentada nos clubes e nas ONGs. Elas são fundamentais no processo de renovação de equipes, de renovação de atletas.

Fico à disposição para as dúvidas de todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Jorge Bichara.

Primeiramente, quero agradecer a participação de todos.

Temos perguntas aqui dos internautas, mas, com a equipe – e até com a contribuição das assessorias dos Senadores que estão aqui na Comissão –, nós vamos fazer algumas perguntas, até porque depois a gente vai passar esse documento para os demais Senadores e aqueles que não puderam estar aqui presentes.

Geralmente, tem quatro, cinco Senadores que são bem atuantes aqui na Comissão, mas dois estão em missão, e os outros três estão ali na CCJ. Então, eu estou aqui meio que representando essa turma.

E eu gostaria de perguntar: quais são as principais mudanças de orientação estratégica da nova gestão em relação à anterior e em que medida os senhores acreditam que essas mudanças impactarão o desempenho esportivo do Brasil no próximo ciclo olímpico? Fiquem à vontade para responder. E também: quais os critérios que nortearam – aí eu acho que o La Porta vai poder responder ou o Bichara – a montagem da equipe técnica e administrativa do COB e como garantir a continuidade dos projetos bem-sucedidos, mesmo com a renovação das lideranças?

O SR. MARCO ANTONIO LA PORTA (Para expor.) – Obrigado, Senadora. É importante essa pergunta.

Eu acho que foram três aspectos essenciais que a gente conversou desde o início.

Primeiro, inicialmente, respondendo a segunda antes da primeira, a montagem da equipe teve um cuidado muito grande em, primeiro, a gente fazer uma estrutura do COB que funcionasse de uma maneira mais assertiva. O que os senhores assistiram agora é muito impactante no sentido de que não tenham dúvida de que todo o recurso que o Comitê Olímpico recebe hoje é utilizado com muito cuidado e muita eficiência. A gente sabe o quanto que esse recurso nos é caro e, então, a gente precisa utilizá-lo de uma maneira muito coerente. Então, é tudo alinhado dentro de uma estratégia. Quando a gente, particularmente eu e a Yane, conseguiu ganhar a eleição em outubro do ano passado, quando a gente começou a pensar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montagem da equipe, a gente queria exatamente trazer pessoas que viessem com uma nova visão para o Comitê Olímpico, que tivessem uma experiência anterior como atleta ou na gestão e que estivessem alinhados com o que a gente queria fazer.

E o que a gente queria fazer? Três pontos principais.

Primeiro, a gente falou bastante disto, é a questão do investimento assertivo. O processo do COB anterior não privilegiava, talvez, um investimento mais assertivo no esporte, e aqui não é nenhuma crítica à gestão anterior, são formas diferentes de gestão. A gente entende que a gente precisava ter um critério mais claro e transparente, alinhado com os objetivos do COB. O que é isso? A gente entende que todo esse repasse que é feito às confederações – apresentaram os números ali de quanto cada confederação recebeu – é importante, a confederação sabe como administrar, mas você tem outras demandas que as confederações às vezes não conseguem, até por ter pouco aporte de recursos privados, atender. E é aí que entra o papel do Comitê Olímpico, só que esse extraorçamentário, como a gente fala, precisa ter regras claras e transparentes. Então, essa foi a primeira modificação que a gente fez, uma maneira de criar linhas de crédito dentro do Comitê Olímpico, e o Bichara citou uma delas, que foi uma recuperação das entidades impedidas, para que a gente pudesse ter uma gestão mais eficiente. Esse foi o primeiro.

O segundo foi essa questão exatamente do "Juntos por uma nação esportiva". A gente entendeu, lá atrás, que não dava para a gente tentar fazer o mais do mesmo, a gente precisava fazer alguma coisa diferente. Por quê? Porque a gente detectou, naquele gráfico ali da evolução da Lei de Incentivo, dos resultados... Ele é muito impactante, mas parece que bateu no teto, e a gente fica preocupado com isso. Então, a gente teve a preocupação de como a gente poderia melhorar a nossa *performance*. A gente tem uma preocupação muito grande em relação a Los Angeles, porque a gente entendeu que não houve uma renovação adequada em várias modalidades. Então, a gente tem essa preocupação e a gente falou assim: "precisamos mudar a forma de pensar". Para 2028, os atletas já estão aí, a gente precisa pensar lá na frente. Então, a gente veio com este discurso do "Juntos por uma nação esportiva", que é trazer todos para uma discussão em que a gente possa desenvolver cada vez mais a prática de atividade física e atender mais modalidades, para que as pessoas conheçam mais no esporte brasileiro e possam praticar mais modalidades. Aí, sim, a gente alinha com essa parte de nação esportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só que, para a gente fazer isso, a gente precisa – aí é o terceiro ponto – de mais recursos. A gente foi buscar... E aí a gente trouxe o Marcelo Vido, de que o Emanuel comentou bastante, para entender formas de gerar inovação nas receitas, para sair um pouquinho dessa dependência das loterias, que é importante... Não tem como você fugir de R$415 milhões, não somos clubes de futebol, não tem como fugir disso, mas a gente precisa aumentar a participação privada. Então, a gente foi de uma forma muito agressiva para o mercado. Aí um elogio à gestão anterior: a parte de comunicação e *marketing* funcionou muito bem. A gente foi para o mercado de uma forma diferente. Hoje – e o Ratto sabe muito bem disso, porque a gente trouxe a empresa dele para fazer a gestão comercial do COB –, o *ticket* médio do COB valorizou muito. Hoje, o COB tem uma entrega para as empresas muito importante. A gente fez um evento em São Paulo na semana passada, onde tivemos 200 empresas acompanhando, já foram 12 reuniões agendadas, não é, Ratto? Então, é isso. A gente foi buscar no mercado mais recursos, e esses recursos serão repartidos com as confederações, para que as confederações possam ter, através do nosso Programa Olímpico de Patrocínio, esse investimento mais assertivo.

Acho que foram estes os três principais pontos, Senadora: o investimento mais assertivo, o discurso da nação esportiva e o Programa Olímpico de Patrocínio.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente, excelente. O que você falou que é muito claro e que eu acho muito importante é essa questão da dependência. Não é que não seja necessário, pois a gente sabe que foi uma mudança, realmente um divisor de águas a Lei das Loterias. Ninguém tem dúvida disso, mas quanto a essa dependência realmente eu concordo com você. Eu acho que o esporte tem potencial, sim, para vender um bom produto, e às vezes ... Eu falo isso como uma autocrítica, porque eu já fui dirigente de time. Eu acho que confederações – não só o COB, eu acho que as próprias confederações – têm que agir no sentido de trabalhar o seu produto. Dentro das confederações, tem aqueles atletas que são referências e que podem ser porta-vozes ou até mesmo a imagem daquela confederação, que podem também trazer um recurso. Eu acho que a parceria entre atleta, confederações e o próprio COB é fundamental para a sobrevivência e até para a melhoria, em uma perspectiva de futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou perguntar para o Bichara: quais os aprendizados que nós tivemos com relação aos Jogos de Paris? Houve algum resultado que surpreendeu ou de alguma forma decepcionou? Qual é a visão estratégica agora para 2028? Qual é a meta, de fato, do COB para 2028, Los Angeles?

O SR. JORGE BICHARA (Para expor.) – Senadora, até tenho por praxe não estabelecer metas, principalmente no primeiro ano de um ciclo olímpico tão difícil. O Brasil vem em um processo de crescimento e consolidação ainda das suas principais equipes e atletas. Sem dúvida, preconiza-se que, para você chegar a uma disputa olímpica, você precisa de 8 a 12 anos de trabalho, no mínimo, e isso leva em consideração condições que às vezes estão muito distantes do ideal dentro de uma estrutura esportiva no Brasil, que é um país que sofre com críticas ao investimento no alto rendimento, críticas justas diante de um cenário social às vezes de muita dificuldade no aspecto de saúde e de educação. O que a gente busca é tentar otimizar ao máximo esses recursos para que a gente consiga potencializar os nossos resultados.

Eu não tenho como utilizar algum tipo de avaliação sobre decepção. Os Jogos Olímpicos – e a senhora foi participante de três deles, não é? – reúnem um momento de exposição e de *performance* único na carreira de um atleta. Eles envolvem um processo de alcance, um momento único na vida de uma pessoa que sempre sonhou e teve aquilo como objetivo pessoal e profissional. Alcançar isso já é uma vitória, diante de todas as dificuldades e adversidades que esse atleta enfrentou na sua carreira. Então, eu entendo que todos têm um mérito muito grande, e esse respeito do COB, do Brasil, sempre se fez em relação a essa participação. Escuto, às vezes, com tristeza, algumas críticas que não são corretas a alguns desempenhos que às vezes não são mantidos, ou porque se cria uma expectativa de que o atleta pudesse alcançar. Volto a dizer: o atleta brasileiro, o esporte brasileiro faz milagre diante de um cenário difícil de competitividade internacional. A gente vive num canto do mundo, num canto do globo terrestre. O custo de logística se triplica, se quadruplica para gente manter um nível de competitividade com os principais países do mundo, e isso faz com que a gestão administrativa fique bastante pesada para o COB e para as confederações.

Entendo que as condições estão evoluindo, as confederações, cada vez mais, estão se profissionalizando, como o COB também. A gente tem tido apoio do Ministério do Esporte na condução de políticas esportivas que visem evoluir o esporte no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu entendo que, como o La Porta falou, a gente tem um processo difícil, nos próximos quatro anos, de acelerar um processo de maturação de alguns atletas para chegar ao alto rendimento. A gente tem atletas que estão chegando aos jogos com uma idade – alguns talentos – já avançada e a gente precisa acelerar alguns processos de evolução e de maturação de alguns atletas, mas o Brasil sempre surpreende, sempre faz aparecer valores de onde você achava que não viriam. Toda semana aparece alguém novo. Toda semana aparece alguém com potencial para ser desenvolvido.

Eu confio na equipe, eu confio nos diretores técnicos. A minha estratégia principal sempre foi ter treinadores talentosos conduzindo as equipes. Os treinadores evoluem a cada ciclo, eles têm capacidade de identificar e acelerar processos de maturação. Então, uma das políticas que a gente usa é buscar esses profissionais de qualidade para liderar as equipes e o processo de preparação dos atletas. Esse é um caminho muito importante que o COB, as confederações e o Brasil precisam adotar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente, Bichara.

Eu só quero perguntar para vocês: hoje, o COB tem autonomia orçamentária para executar esse planejamento? Vocês já mostraram algumas fontes aqui de recursos, e vocês estão trabalhando nisso, porque eu vi que tem a Aneel... Tem a Adidas agora, mudou o material, parabéns!

Nossa, Adidas, gente! Quando, hein, gente? Quem jogou, quem foi atleta... Eu peguei Asics, acho, em 1996, Iziane. Depois disso... Com todo o respeito à Olympikus também, que foi um grande patrocinador, um grande parceiro, mas ver de novo o Brasil sendo patrocinado por uma empresa como a Adidas é muito legal, porque a gente sabe que é também importante caminhar com essas grandes empresas, valorizando, claro, o nosso país, o produto brasileiro.

Eu gostaria de saber com relação a essa autonomia orçamentária e financeira. Hoje, o COB tem essa autonomia para executar o seu planejamento? Eu vi que vocês receberam um déficit ali de mais de R$78 milhões, conseguiram encurtar, enxugando bem o quadro, a estrutura do COB – por isso aí vocês estão de parabéns! –, e chegaram a R$4 milhões. Eu gostaria de saber se vocês têm essa autonomia, se hoje vocês enxergam essa autonomia, e o que esperam também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui com relação ao Congresso, com relação às leis, à produção de leis, entre elas a Lei de Incentivo.

O SR. EMANUEL REGO (Para expor.) – Bom, Senadora, você sabe que o esporte sempre precisa mais de recursos. Isso aí é uma clara situação...

O SR. MARCO ANTONIO LA PORTA – Eu nem combinei com ele, mas eu esperava que ele respondesse isso. (*Risos.*)

O SR. EMANUEL REGO – A resposta é clara, acho que todos os presidentes de confederação também pensam da mesma maneira. Acho que todos também – os comitês, o CBC, até o Ministério do Esporte – pensam da mesma maneira. Nós não somos aquela pasta que tem todos os recursos, nós somos diferentes da educação e da saúde, mas nós somos uma pasta – o esporte – que entrega. Nós sabemos que a gente entrega. Então, com todo recurso que é colocado no esporte, a gente sabe faz um bom uso dele. Os anos vão mostrando que a governança, a transparência, o trabalho lá na base, de todas as confederações, são benfeitos.

Acho que a nossa questão é o seguinte. Nós somos um sistema. Talvez, com o recurso que nós temos, nós podemos nos organizar melhor. O Ministério do Esporte faz um excelente trabalho com o Bolsa Atleta, com o Bolsa Pódio; já dá um caminho. Tem o programa Revelar também. Então, tem recurso por lá. O Ratto está atrás das empresas. Acho que nós todos sempre lutamos por recurso privado. O recurso privado é importante, mas, Ratto, o que vem de recurso privado é através da credibilidade. Eu acho que isso que é a proposta do Marco La Porta e do Bichara, de nós todos: é dar credibilidade para o sistema. Nós temos nomes fortes, nomes vencedores, presidentes que entendem que fazer a parte deles é importante. Então, acho que, quando a gente tem credibilidade, isso traz realmente uma imagem positiva para o mundo privado.

E a terceira delas é saber usar bem, não é? Acho que uma das propostas do La Porta é fazer um trabalho colaborativo. Teve uma reunião ontem entre o Comitê Paralímpico do Brasil, o Comitê Brasileiro de Clubes, a Confederação Brasileira do Desporto Escolar, aqui com o Antônio Hora, e também a Confederação Brasileira do Desporto Universitário. Eu acho que todos nós podemos nos unir em prol de uma nação esportiva. Acho que o sistema esportivo é a nossa intenção, acho que essa colaboração é essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E volto a dizer: todos os recursos que vêm para o esporte a gente usa da melhor forma possível, toda a parte de financiamento que vem do Governo Federal a gente usa da melhor forma possível. Então, fica o pedido: quanto mais, melhores resultados vão acontecer.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos olhar com carinho a Lei de Incentivo. Você falou que o esporte sempre entrega. Ele entrega mais, porque ele colabora com outros setores, como a área da educação, como a área da segurança pública, quer dizer, o alcance... A saúde, exatamente, Yoran. O alcance do esporte vai muito além do que só a formação de atletas. E a gente, enquanto pertencentes a esse ecossistema, sabe muito bem desse impacto.

Vocês falaram também – aí eu vou sair um pouquinho das perguntas aqui – com relação à regulamentação das *bets*. Recurso, isso é recurso. O que está faltando? Você, La Porta, falou – acho que o Bichara também pode falar, o Emanuel – a respeito desse diálogo com o ministério. É o ministério que precisa regulamentar. E o que está faltando? Depois vamos jogar para a Iziane essa bola, porque nós não podemos perder tempo. Esse é um trabalho que o ministério deveria estar fazendo, inclusive. Eu sei que a Iziane está aqui representando o Fufuca, mas, como é um recurso que não é pouco... São pelo menos R$20 milhões... Nós estamos falando de R$20 milhões que já poderiam estar sendo tratados, distribuídos e investidos na infraestrutura do comitê. O que está faltando? Como está sendo essa conversa com o ministério? O que podemos fazer também como legisladores?

O SR. MARCO ANTONIO LA PORTA (Para expor.) – Eu acho, Senadora...

Bom, primeiro, a Lei das Bets é muito importante para a gente. Ela entra um pouquinho naquele papel...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, aprovada em 2023. E foi uma luta aqui para ter esse recursinho para o esporte.

O SR. MARCO ANTONIO LA PORTA – Exatamente. É mais uma lei que sai desta Casa e que ajuda o esporte brasileiro de maneira eficaz ou se espera que ajude.

Qual é o cenário hoje que está acontecendo, de que o Emanuel falou um pouquinho? As apostas das loterias têm uma tendência de queda. Por quê? Porque a gente entende que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que apostam em loteria estão ficando mais velhas e que já tem uma nova geração indo nas apostas eletrônicas, nas *bets*. Então, há uma tendência de queda das loterias. Por isso, o recurso das *bets* é tão importante para o esporte, para que a gente não tenha um impacto muito grande com esse decréscimo das loterias.

A gente tem feito algumas reuniões. Temos acompanhado todos os comitês com o Ministério do Esporte, com o Ministério da Fazenda, com a entidade recém-criada para gerenciar essas empresas de apostas esportivas. Alguns recursos têm entrado de uma maneira muito desorganizada no cofre das instituições. E a gente deu uma orientação – dentro do COB, uma determinação – de que a gente não utilize esse recurso enquanto não haja uma definição de como ele pode ser usado, de quais são as regras que vão ser aplicadas, se é a mesma regra da loteria ou não é, para que a gente possa ter segurança, mas, como a senhora bem disse, ele é importante para gente, a gente precisa utilizar esse recurso. Então, a gente está em reuniões constantes, através da nossa assessoria parlamentar aqui em Brasília, com a presença do Emanuel também, para que a gente possa cada vez mais rápido ter a liberação da utilização desse recurso, com a regra estabelecida. Acho que o que falta agora é isto: é estabelecer a regra de como nós podemos usá-lo.

Há uma data agora... É de 15 de julho, não é, Emanuel?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCO ANTONIO LA PORTA – É 10 de julho a data do provável depósito das outras empresas, dessa empresa nacional, só que não adianta depositar se a gente não tiver a regra – vão depositar e vai ficar parado no cofre. A gente precisa... A gente tem muitos projetos pendentes em que a gente vai precisar utilizar esse recurso em apoio às confederações. Então, eu acho que o principal passo agora é este: é buscar o quanto antes essa regulamentação de como que isso poderá ser usado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

Tem uma questão aqui que é interessante. Primeiro, o Bichara falou da certificação das confederações que está em andamento. Inclusive, foi até uma emenda minha, graças ao Tomasini, que tinha um débito muito grande e trouxe a ideia para nós: que 20% dos recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são passados pudessem ser usados para sanear as dívidas das confederações. É mais ou menos nesse caminho que o COB está ajudando essas confederações? É só para saber, porque eu acho que, daqui a pouco, os colegas podem perguntar também para mim e eu preciso dessa informação.

O SR. JORGE BICHARA (Para expor.) – O COB... Ao longo dos últimos anos, algumas confederações ficaram impedidas de terem a sua certificação 18 e 18-A por diversas situações em relação a débitos com o Governo ou com... Isso as impediu de terem as suas certidões. O que o COB fez foi trabalhar em parceria principalmente com essas três citadas, no sentido de identificar qual é o tamanho desse tipo de problema, quais são as dívidas que eles apresentam e, em alguns momentos, investir recursos para que elas pudessem sanar parte dessas dívidas. E são dívidas que estivessem estritamente relacionadas à obtenção da certificação, para que pudessem elas ser liberadas para voltar a receber, não são outras dívidas que as confederações porventura possam ter, mas as dívidas que influenciam diretamente dentro da liberação dessa certificação. Então, é um dos nossos projetos especiais dessa gerência criada no sentido de que a gente trabalhe junto às confederações para acelerar esses processos, seja custeando o trabalho jurídico que venha a propiciar esse tipo de aceleração, seja custeando, às vezes, despesas logísticas que venham fazer a aceleração da entrega desses documentos, enfim, para que ela possa voltar a ser elegível para receber esses recursos.

A gente está próximo de uma dessas entidades sair dessa condição e a gente está trabalhando diariamente, tentando ajudá-las a saírem desses processos. Não são situações simples. Algumas têm situações bastante complexas, porque elas acabaram se complicando com tantas dívidas que foram surgindo. E o COB tem assumido a responsabilidade da sua atividade-fim ao longo dos anos, para que os atletas não sejam prejudicados.

A gente tem uma preocupação com outros que possam entrar nesse cenário, porque eles têm um processo de análise que, às vezes, é um pouco demorado, e os problemas só surgem oito, dez anos lá na frente, mas a gente está... É a nossa função trabalhar com essas confederações para ajudá-las a se erguerem e poderem se manter elegíveis nas suas certificações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Bichara.

A outra pergunta que eu tenho: o que o COB tem feito para melhorar...? Inclusive, quero até parabenizar o Wlamir, que tem um interlocutor aqui direto – que é o Ricardo. E o COB também agora... Eu pergunto: o que vocês têm feito para ampliar a interlocução, principalmente com o Congresso e com o Governo Federal? É porque eu acho que o esporte... E vou dar um puxão de orelha, porque, quando eu cheguei aqui ao Senado, e a minha equipe até me ajudou nesse sentido, era uma dificuldade muito grande a mobilização do setor esportivo em várias pautas, pois a vida aqui é muito intensa e é muito célere. E eu sentia muita falta do movimento, de todo ele, como CBDE, CBDU, enfim, todos, presente dentro da Casa, porque.... O CBC, o CBCP, o movimento esportivo... A própria Rems, ali representada pelo Luiz Fernando, que é do Instituto Compartilhar... Uma maior participação... É só quando estourava, digamos, aos 45 do segundo tempo – estourava, entrou na pauta –, aí ficava todo mundo... Hoje, eu vejo assim: eu vejo claramente que a gente tem aqui representantes do setor da cultura, do agro, enfim, de inúmeros setores que fazem esse trabalho. O que vocês têm feito – para além de ter esses interlocutores aqui dentro do Congresso – para diminuir essa distância com os Parlamentares, o Congresso, de um modo geral, e o próprio Governo Federal, para ampliar esse diálogo, enfim, e serem mais ouvidos dentro desses ambientes?

O SR. MARCO ANTONIO LA PORTA (Para expor.) – A colocação da senhora é perfeita, Senadora, porque... E a gente aceita o puxão de orelha, porque ele é real, é válido...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu me sentia só aqui. Você não está entendendo. (*Risos.*)

O SR. MARCO ANTONIO LA PORTA – E eu tive a oportunidade de ser Vice-Presidente na gestão passada e morar em Brasília. Eu tentava, de alguma forma, aqui, mas uma andorinha sozinha não faz verão.

E, realmente, a gente entendeu desde o início. A gente partiu para retomar o escritório do COB em Brasília. Já começamos a fazer isso, claro, com cuidado em relação ao orçamento, para a gente não avançar muito à frente, mas eu acho que o fundamental nisso agora – e até foi uma ideia que o Wlamir já tinha colocado para a gente em assembleia – é criarmos a frente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar do esporte, para que a gente possa ter Senadores, Deputados. E foi pauta da nossa reunião ontem, lá no COB também, com os outros comitês, que a gente possa interagir mais com os Senadores, com os Deputados que têm essa pauta do esporte. A gente sabe que tem esta brincadeira de o esporte ser o patinho feio, mas a gente tem noção exata, como a senhora falou aqui anteriormente, do impacto que tem o esporte em várias outras ações de saúde, de segurança, de educação.

Então, a gente precisa estar aqui, em Brasília, atuando fortemente nisso. E acho que a nossa ação é realmente... E o Comitê Olímpico tem obrigação de liderar isso, de estar à frente e organizar, para que a gente possa chegar com a mensagem aos nossos Parlamentares do porquê o esporte é importante e aprovar leis que sejam impactantes.

Como a senhora falou também é não vir apenas na hora do desespero, do sufoco. "Vamos cortar a lei, reunir todo mundo e vamos para lá", entendeu? Eu sou até um pouco reticente naquela questão: "Ah, vamos fazer uma campanha na rede social". Não, "Vamos lá, vamos pegar aqui os atletas de ponta e fazer o que a cultura faz. Vem para cá. Vamos lá defender as pautas". E aí os atletas entendem a participação disso. Se eu chegar para a Hortência, para o Thiago Pereira, para o Guga e falar: "Estamos precisando de vocês. Vamos a Brasília, vamos lá" – eles vêm. Entendeu? Então, é disto que a gente precisa exatamente: movimentar o esporte, de o esporte estar presente aqui, em Brasília. É isso que a gente tem tentado.

Uma coisa que a gente tem feito na nossa gestão é resgatar atletas que estavam afastados do COB, trazendo-os de volta para o COB, porque a gente sabe a importância da participação deles. São os nossos heróis olímpicos, são os nossos ídolos, são a nossa inspiração. Então, precisam estar trabalhando junto com a gente na busca do que é melhor para o esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, La Porta. Eu concordo plenamente. Eu senti muito isso no início. Assim, às vezes, eu vi aqui, para defender a lei da cultura. Estava até a Fernanda Montenegro aqui, gente. Então, assim, eu falei: "Meu Deus, como é que eles conseguiam?". Caetano Veloso, Gilberto Gil... Na hora que realmente precisa de uma mobilização,

não tem o artista classe A; vai do A ao Z, porque é o meu setor. A defesa não é daqueles que estão bem, mas aqueles que estão bem passaram por todo esse processo e eles tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigação também de dar a sua contribuição na defesa de um setor que ajudou a formá-lo – entendeu? –, até mesmo dos grandes que hoje atuam.

Isso eu falo porque eu já fui atleta um dia. Mas, assim, é difícil essa compreensão. Também não vamos tentar agora politizar o atleta. Não, é uma figura apolítica, sim. Ele está ali por *performance*. Mas, assim, no movimento, realmente é preciso principalmente os atletas terem a consciência de que o trabalho aqui não é uma questão de se politizar; é uma questão de lutar por direitos e garantias que são importantes e pertinentes ao setor – e devagar.

Com essa gestão, acho que também é outra coisa legal, temos um Presidente do comitê mais presente. Eu tenho que falar isso, porque eu fiquei aqui seis anos – já estou no meu sexto ano. Então, é importante que o Presidente do Comitê Olímpico do Brasil, do Paralímpico do Brasil e da Confederação Brasileira do Desporto Escolar estejam aqui, como o Antônio, da CBDU. Então, quando tiver esses movimentos, é importante que as pessoas estejam aqui, assim como os Presidentes de confederação, que tanto representam lá a nossa base. Isso é muito importante.

Bom, eu só quero agradecer.

Eu só queria dar a palavra para as considerações finais e dizer que já coloquei o COB Expo na minha agenda, que eu vou lá acompanhar. Eu acho que isso é importante.

Também vou fazer uma diligência aqui, como estávamos falando – não é, Flávio? –, de alguns Senadores para conhecer as instalações do Maria Lenk e também ir ao CPB, em São Paulo – acho que é importante – e acompanhar os jogos escolares. Mas não é só a Leila. É porque eu conheço, não é, gente? Eu vivi muito isso. Eu quero puxar os Senadores para esse processo, que eu acho que é importante. Não sou eu que vou falar ou decidir. Somos 81 Senadores, e eu acho que, se vocês se aproximarem de alguns ali – e eu sei que alguns aqui tem uma relação muito próxima –, vai ser muito benéfico e positivo para o setor.

E, aí, eu passo a palavra... Vou deixar o La Porta para o final.

Então, eu vou passar para o Bichara, para o Emanuel e, depois... Até porque, daqui a pouco, vocês estão lá na Câmara também – todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE BICHARA (Para expor.) – Bom, quero agradecer a atenção de todos.

O meu retorno e o meu aceite ao convite do La Porta foram por acreditar muito nesta gestão e nas pessoas que ele estava convidando. Entendo e tenho muito orgulho de dedicar a minha vida profissional a uma atividade tão honrosa, que é o esporte. Eu me sinto muito orgulhoso de representar o nosso país nas diversas competições das quais a gente participa junto. É a forma como eu me sinto participativo dentro da sociedade, em dar uma contribuição e tentar levar alegria para as pessoas, levar felicidade.

O esporte é muito pouco reconhecido, como a Senadora falou, dentro do impacto que ele tem dentro de uma sociedade. E as vitórias, as conquistas, que, às vezes, não se traduzem somente em medalhas, mas também em um bom desempenho, fazem com que o país se orgulhe e tenha uma autoestima melhorada, no sentido de que todos se motivem nas suas atividades diárias; e isso é a contribuição do esporte de alto rendimento dentro da sociedade.

Liderar a área de *performance* é algo para mim que eu faço com muito prazer, principalmente ao lado dessas pessoas que hoje estão nessa função comigo e dos presidentes de confederação.

A vivência dentro das confederações, nesse tempo em que eu fiquei fora, foi enriquecedora para mim, para entender um outro lado do esporte e tentar mitigar problemas, erros comuns, fazendo com que o Brasil e a gente evolua todo dia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Somos nós que agradecemos, Bichara.

E quero dizer que quem agradece a sua presença ali no COB não é o COB, é o esporte, ouviu? Quem conhece seu trabalho...

Parabéns!

Emanuel – Emanuel Rego. (*Risos.*)

O SR. EMANUEL REGO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila – Barros. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu quero dizer para você, Senadora, que acho que o esporte é muito grato ao Senado, por ter passado várias leis que incentivam ou que financiam o esporte. Talvez sem pessoas representantes como você, o Portinho, todos esses que fazem a militância do esporte... Eu acredito muito na frente parlamentar. Eu acredito que isso pode fortalecer o nosso movimento. Acredito também que todos os assessores que estão trabalhando com todos os Senadores fazem um ótimo trabalho para defender o esporte.

Agradeço também à nossa parte agora mais em Brasília. Nós temos um escritório de relações institucionais, com o José Pinheiro. Ele vai estar mais presente também no Senado, tentando trazer mais informações, fazendo com que a gente tenha mais acesso; e isso é o mais importante.

E, da minha parte, na questão do Comitê Olímpico do Brasil, eu aceitei o convite também do Marco La Porta, junto ao Jorge Bichara, por causa da parte técnica. Nós somos muito técnicos. A gente gostaria de ver, realmente, o esporte brasileiro no máximo que ele possa ter.

Então, acho que nós aqui temos o sentimento de, realmente, tentar entregar o máximo. E nós somos muito colaborativos, não é, La Porta? A gente tenta achar colaboração com todos os presidentes de confederação, com todos os membros do Ministério do Esporte – Iziane, leve o nosso abraço para todos eles lá. Nós estamos sempre juntos, tentando fazer o máximo pelo esporte, e tenho certeza de que vocês fazem também. E eu acredito que, se cada um fizer a sua parte...

Agradeço também a presença do Caio Bonfim, que acaba de chegar aqui, um medalhista, exemplo aqui, na cidade.

Quero dizer que todos os atletas olímpicos são muito bem-vindos. E muito obrigado pela oportunidade de estar expondo tudo o que a gente faz lá no Comitê, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Emanuel.

Só quero dizer para o La Porta que a gente acredita tanto, que você separou o casal, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está ele no Rio e eu aqui, em Brasília.

Mas a gente tem muita compreensão, paixão e gratidão ao esporte. A gente sabe o que nos move.

Bom, agora eu vou passar...

Antes do La Porta, Caio, é um prazer tê-lo aqui conosco. Quer falar alguma coisa, Caio? Você pode. (*Risos.*)

Desculpem-me quebrar... (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, meu amigo!

Rui, vai, Rui! Vai, Rui!

O SR. RUI CAMPOS DO NASCIMENTO – Senadora, quero perguntar se medalhistas de prata mais antigos podem ter a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, pode ser você também.

A gente tem que agradecer ao passado. Se o futuro hoje é esse, é pelo trabalho dos que vieram antes, com certeza. Sinto-me representada por você.

O SR. RUI CAMPOS DO NASCIMENTO (Para expor.) – Isso aí, com muito orgulho e muita honra.

Eu só queria fazer um apartezinho aqui, aproveitando que estamos com pessoas do esporte. Nem sempre que a gente está aqui dentro, a gente está com, com a Casa cheia de pessoas do esporte, ainda mais com figuras como medalhistas olímpicos e o Comitê Olímpico em peso aqui, apresentando o seu muito promissor e maravilhoso programa que temos à frente.

Eu só queria fazer um apelo, já que a gente está aqui, no Senado. Vocês falaram sobre a lei de incentivo, a importância da lei de incentivo. Eu só queria ressaltar que existe o PL 234, de 2024, que está reunindo uma comissão de Deputados, uma comissão apartidária, que está lutando para que tornar a lei de incentivo permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só lembrando que, em 2021, a gente esteve, aqui, passando por muitos Senadores, fizemos um trabalho aqui, como vocês acabaram de dizer, presencial, porque, se a gente não estivesse aqui dentro, hoje a gente não teria lei de incentivo. É um trabalho de formiguinha aqui, de bastidores, de assessores. A Leila e seus assessores tiveram um papel primordial, assim como o Senador Romário e sua assessoria, e nós, bravamente, aqui, pouquíssimos, batalhamos por isso, e foi por um fio que a gente salvou isso. Está por um fio agora de novo, e parece que a gente fala na lei de incentivo como se ela fosse perdurar. É um jogo que está perdido. E não é catástrofe... Eu tenho projeto social. E quero até parabenizar o COB por abrir essa vaga, para a qual eu me inscrevi, para pilotar projetos da lei de incentivo federal. Está por um fio de novo, e isso vai ser não só uma catástrofe para o esporte e quebrar a vida de todo mundo que está aqui, dentro da sala, e quem vocês representam como vai ser, inclusive, uma catástrofe social, porque eu tenho projeto social, eu estou lá na ponta e sei o que isso representa para essa garotada que está aí com um futuro mais do que incerto. Se o nosso presente está complicado, o futuro deles está incerto.

Então, eu queria que todo mundo se inteirasse desse PL 234 e trabalhasse com as suas bases, com os políticos das suas localidades conhecidos, para que a gente possa reforçar de um jeito e, quando for preciso, vir, fretar ônibus, trem, caminhão, avião para estar aqui, para fazer presença. Se a gente não estivesse presente aqui em 2021, essa lei não existiria mais. Eu tenho absoluta certeza do que eu estou falando.

Então, não quero quebrar o momento, porque foi maravilhoso, estar aqui com todo mundo – e tudo o que a gente escutou –, mas é só para chamar a atenção para isso, para que haja mais emanuéis, leilas, caios, ruis, tranquillinis e pipokas, que estão aqui, dentro dessa sala e, enfim, bem-estar social.

Desculpem pela intervenção.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Imagina, não quebrou nada não. Você só falou a realidade das nossas dores, que são maiores do que...

A gente sabe do dia a dia, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, agora vou passar a palavra para o Presidente Marco Antonio La Porta para as considerações finais, mais uma vez, agradecendo.

O SR. MARCO ANTONIO LA PORTA (Para expor.) – Bom, obrigado. Obrigado, Rui, pela intervenção, obrigado, Senadora, e obrigado a todos pela presença.

Só reforçando, Rui, a gente está atuando bastante com isso. Recebemos lá, na semana passada, seis Deputados que estão na Comissão da Lei de Incentivo.

Hoje, estou com um documento para entregar para o Deputado Mauricio do Vôlei, com sugestões do Comitê Olímpico, para gente poder atuar.

Então, estamos bastante atentos a esse perigo – não é? – da lei de incentivo. A gente está atuando bastante.

Quero agradecer a presença do Caio. Por aquele vídeo que a gente viu do Caio falando da comida, acho que ele chegou por causa do almoço. Deve ter sido por isso.

Passou um vídeo seu falando da comida aqui.

Deve ter sido por isso que ele chegou.

Mas é uma brincadeira, o Caio é um destaque nosso lá, em Paris, e continua – e conto com a sua medalha, viu? Sem pressão nenhuma.

Eu sei, é bom.

Mas enfim, quero agradecer a todos. Não tenho dúvida de que os recursos que são empregados – o Emanuel falou – através das loterias, recursos públicos, recursos privados, são muito bem empregados no COB. Eles chegam na ponta da linha. O nosso sistema funciona de uma maneira muito assertiva. Eu tenho, lá, pessoas, na minha equipe, de muita confiança. Tenho uma honra muito grande de ter a Yane Marques como Vice-Presidente, uma parceira de caminhada, que nos permite ter uma segurança e uma confiança muito grande no time que está ali, de que vai fazer o melhor pelo esporte brasileiro. Então, não podemos ter medo de aplicar os recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos confederações com gestões muito boas, muito seguras, que privilegiam sempre o investimento no esporte, Presidentes que atuam constantemente na busca do que é melhor para sua modalidade esportiva, e temos uma Comissão de Atletas muito atuante. Estamos hoje com a Presidente da Comissão de Atletas, lá no COI, participando de atuações junto – e a Comissão de Atletas do Brasil é destaque no Comitê Olímpico Internacional pelas ações. Nenhum Comitê Olímpico do mundo tem 19 atletas em sua assembleia.

Isso é uma participação muito grande, se destacam, e saem para ocupar funções importantes, como é o caso da Iziane, que foi da Comissão de Atletas; do Emanuel, que foi da Comissão de Atletas; da Yane, que foi da Comissão de Atletas, e hoje ocupam posições importantes no esporte olímpico brasileiro.

Então, a gestão do COB, as pessoas podem confiar que é uma gestão clara, transparente e que busca a assertividade. A gente só não tem problema de separar casais, Senadora, mas a gente... A gente tem esse problema, também, não é só com a senhora, não, entendeu?

Mas, enfim, agradecer ao máximo a todos aí. É um prazer imenso estar aqui. E contamos com o Senado para pautas que sejam importantes para o esporte.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só para encerrar, para quem está acompanhando a gente aqui: cara, é muito difícil fazer esporte no Brasil! É muito difícil. É difícil pela falta de entendimento das pessoas que decidem, que estão no poder. E hoje Deus quis, de alguma forma, que eu estivesse aqui, porque a gente tem o Romário do futebol, tem uma galera, mas, assim, esporte olímpico... é muito difícil fazer esporte no Brasil. Quem faz o esporte no Brasil é porque é um apaixonado, é porque acredita no poder de transformação do esporte.

O Bichara falou, foi muito assertivo, quando falou assim, o esporte vai além das medalhas, o esporte promove algo que é incrível para nós, além da questão da promoção da saúde, promove cidadania. A gente está fazendo uma contribuição, a gente faz diariamente, a gente faz do esporte uma contribuição social para o estado, para a sociedade, que não tem preço – não tem preço! Então, é isso que nos move, na verdade, La Porta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos vocês, Presidentes de confederações, atletas, assim, todo o sistema, Confederação do Desporto Escolar, Confederação do Desporto Universitário, o que nos move é a certeza de tudo o que nós vivemos no esporte e do que nos trouxe até aqui. Todos nós temos uma história, nós somos a prova viva do que o esporte fez em nossa vida. Então, eu acho que é por isso que a gente insiste tanto, que a gente luta tanto, mas é importante reforçar isto aqui: nós não vamos chegar a lugar nenhum se não for uma ação coletiva. Não adianta três atletas aqui, quatro atletas aqui, é o sistema todo realmente trabalhando por algo que é muito maior, porque nós passaremos. A maior certeza que eu tenho nesta vida é que nós, um dia, todos nós aqui, vamos passar e outros virão. E qual o legado? As pessoas não gostam dessa palavra: legado. Eu adoro um legado, porque eu fiz parte de um legado, eu deixei um legado e quero deixar mais. Eu acho que a gente tem que ter esse compromisso, não só com o que temos hoje, mas com o futuro.

Se a gente trabalhar direitinho, coeso, coletivamente, pensando o esporte mesmo, para ser bom para todo mundo – e dá para ser bom para todo mundo –, certamente a gente vai trazer um futuro melhor para aqueles que estão vindo, não só os atletas, mas é o que eu falo: a questão da cidadania, da formação, da proteção, da educação do futuro do nosso país.

Eu acredito muito neste tripé: educação, esporte e cultura. Não adianta, não é? A gente sabe o quanto que isso foi importante em nossa vida e o quanto que é esse o nosso compromisso. Quando eu vejo um comitê olímpico, um comitê paralímpico falando que tem, dentro da sua essência, essa preocupação, já nos alivia, porque, no processo de defesa aqui dentro, seja de orçamento ou de qualquer lei que possa impactar no setor, a gente tem aqui, na confiança do trabalho de vocês, esse compromisso de que, para além das medalhas, tem o nosso compromisso da promoção da cidadania e do bem-estar coletivo da nossa sociedade.

Gente, muito obrigada. Será a primeira de algumas, certamente nós teremos outros encontros. Gostaria muito de agradecer a presença de todos vocês.

Temos perguntas aqui dos nossos internautas, mas eu vou encaminhar, nem vou ler – eu peço até desculpas aos internautas –, porque nós estamos com um horário um pouquinho avançado e todo esse pessoal que está aqui daqui a pouco vai estar na Câmara, eles têm que almoçar, porque eles também vão participar de um debate lá, com os nossos Deputados Federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos para o encerramento, agradecendo a participação de todos que estiveram presentes aqui, dirigentes, o nosso Presidente do COB, todo o seu *staff*, Presidentes de confederações, atletas olímpicos, enfim, a todos que estiveram aqui conosco nesta manhã extremamente produtiva.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e até a próxima semana.

Um beijão para todo mundo.

Valeu, gente! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Romário, Eduardo Girão, Carlos Portinho e Teresa Leitão, e ainda dos Senadores Weverton, Paulo Paim e Astronauta Marcos Pontes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 22, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a operacionalização da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 2006), sua efetividade na promoção do esporte brasileiro e as perspectivas para o aprimoramento e ampliação de seus instrumentos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão da matéria, foram incluídos na lista de convidados para a audiência pública um representante da Confederação Brasileira de Atletismo, a pedido da Senadora Leila Barros, e um representante da Confederação Brasileira de Vela, a pedido do Senador Carlos Portinho. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 23, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os planos da nova gestão da Confederação Brasileira de Futebol." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 24, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os programas sociais de acesso à prática de atividades esportivas e o programa de incorporação de atletas de alto rendimento desenvolvidos pelas Forças Armadas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 25, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a igualdade de gênero no esporte brasileiro, com foco nos desafios enfrentados pelas mulheres atletas e na construção de políticas públicas de apoio à presença feminina no esporte de alto rendimento." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: Durante a discussão da matéria, foram incluídas na lista de convidados para a audiência pública a Sra. Jaqueline Silva, ex-jogadora de vôlei e medalhista olímpica, e a Sra. Joanna Maranhão, ex-nadadora olímpica, a pedido da Senadora Leila Barros. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 26, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Esporte, André Fufuca, informações sobre o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR)." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 27, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de dialogar sobre os vetos presidenciais apostos à Lei nº 14.597, de 2023 — a Lei Geral do Esporte — e seus impactos no ordenamento jurídico esportivo nacional." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão da matéria, o Senador Carlos Portinho procedeu à retificação da lista de convidados. Esclareceu que a menção ao "representante da Associação Nacional de Desporto e Defesa (ANDD)" deveria ser suprimida, uma vez que sua intenção era indicar o "representante do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD)", já incluído na relação original. Ademais, promoveu a correção do nome do Exmo. Sr. Eduardo Bandeira de Mello, Deputado Federal, que fora indevidamente identificado como Pedro Paulo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de junho de 2025.

Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão de Esporte, demais presentes e todos que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, bom dia.

É com grande satisfação que damos início a mais uma reunião...

Também nossa equipe aqui da nossa Comissão de Esporte, bom dia, meus queridos. Assessores, todos que estão presentes aqui, também a assessoria da parte de comunicação e os que trabalham na TV Senado, bom dia a todos vocês.

É com grande satisfação que damos início a mais uma reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal nesta semana tão simbólica para todos nós que acreditamos no poder transformador do esporte.

No último dia 23 de junho, comemoramos o Dia do Atleta Olímpico, data criada pelo Comitê Olímpico Internacional, em 1948, como forma de eternizar a realização dos primeiros jogos olímpicos da Era Moderna, em 1896, na cidade de Atenas.

A proposta deste dia vai muito além de homenagear atletas consagrados. Trata-se de celebrar a força, a superação e a técnica que moldam a alma olímpica; reverenciar a trajetória de homens e mulheres que representam o Brasil com honra; e, principalmente, lembrar a todos nós da importância – a gente tem que deixar isso muito claro aqui – da atividade física, de imbuir, de ter o compromisso consigo mesmo, de se cuidar. Então, é uma forma também de a gente, lembrando a história desses atletas, lembrar o quanto a promoção da atividade física é fundamental.

Eu sou o maior exemplo disso, não é? Já tenho quase 54 anos, atleta olímpica, duas medalhas olímpicas, e sei o quanto o esporte me ajudou na vida de uma forma geral e, acima de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, o quanto o esporte ainda me ajuda nas relações dentro desta Casa. Como eu falo, o esporte ensina para nós claramente que o mais importante, independentemente dos pensamentos divergentes, é o respeito. Você pode estar dentro de uma equipe ou dentro de um espaço, de uma coletividade e nem todos vão pensar igual, nem todos pensam igual. E que bom que não pensam igual. Mas, acima de tudo, é necessário *fair play*, o jogo limpo, e respeito.

A proposta desse dia vai muito além, como eu falei, de homenagear os nossos atletas consagrados. O espírito olímpico é, antes de tudo, uma filosofia de vida. Ele se fundamenta nos pilares da excelência, da amizade e do respeito, promovendo a construção de um mundo mais justo, pacífico e saudável. Esses valores extrapolam o pódio. Eles tocam a sala de aula, as periferias, as vilas olímpicas, as calçadas onde os sonhos começam.

Eu me lembro muito bem de que eu comecei lá na QSD 39, jogando vôlei com barbante unido de um poste a outro, já sonhando que um dia eu poderia também realizar o meu sonho olímpico – olha isso!. Esses valores extrapolam o pódio, como eu falei, nesses espaços. Por isso, a cada dia 23 de junho, celebramos não apenas as medalhas, mas também a resiliência, a disciplina e o compromisso de todos os nossos atletas olímpicos. E a todos eles, em nome desta Comissão, nós mandamos um forte abraço e, acima de tudo, gratidão – né? – pela força, pelo compromisso e, acima de tudo, pelo patriotismo. Porque quando o atleta está no pódio recebendo a sua medalha, o pensamento de todos nós é apenas a família e o país – o quanto a gente está fazendo, naquele momento, as nossas famílias, os nossos amigos e o nosso país orgulhosos e felizes.

E não podemos esquecer que no dia 21 de junho celebramos também o Dia Mundial do Esqueite, uma modalidade jovem, urbana, cheia de atitude, recém-integrada nos Jogos Olímpicos e que tem revelado talentos extraordinários e traduzido, em suas manobras e energia, a criatividade do nosso povo brasileiro. Mais do que uma prática esportiva, o esqueite é uma expressão de identidade, de pertencimento e de liberdade.

Senhoras e senhores, como não tivemos reunião na semana passada, eu aproveito esta abertura para registrar com grande satisfação as múltiplas conquistas – talvez a gente até se esqueça de algumas; espero que a assessoria não tenha esquecido, mas também são humanos, né, Thalis? –, as múltiplas conquistas do esporte nacional, que seguem, é claro, nos enchendo de orgulho em diferentes modalidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu destaco primeiro a nossa incrível participação no Mundial de Clubes da FIFA. Todo mundo está torcendo, está vibrando muito com os quatro clubes brasileiros honrando e orgulhando o futebol, o nosso futebol nacional, perante o mundo. O Flamengo, meu Mengão, se classificou para as oitavas de final em primeiro lugar do seu grupo, com uma rodada de antecedência, após a histórica virada sobre o Chelsea. O Botafogo fez história ao vencer o Paris Saint-Germain e também se classificou para as oitavas de final, naquele que era, é claro, considerado o "grupo da morte". O Palmeiras também se classificou em primeiro do seu grupo. E o Fluminense, líder do seu grupo, tem todas as condições de também avançar na próxima fase da competição. É um cenário que reforça a nossa competitividade, reforça o nosso futebol e a tradição do Brasil como celeiro de talentos.

E é nesse contexto de prestígio que a CBF formalizou o desejo de sediar o Mundial de Clubes de 2029 – trazer para o Brasil –, proposta aparentemente muito bem recebida pela FIFA e que poderia marcar um novo capítulo para o nosso país no futebol internacional. Vamos torcer aqui, está todo mundo torcendo. Como já vamos trazer o Mundial Feminino, vamos trazer também o Mundial de Clubes, vai ser incrível. Certamente a excelente participação dos clubes brasileiros nessa primeira fase da edição do Mundial, somada aos *shows* que os torcedores... É claro, gente, a torcida brasileira, como sempre, é um espetáculo à parte; em qualquer competição, o brasileiro é uma energia à parte, a torcida é uma energia à parte. Certamente está sendo uma força incrível para os nossos atletas. Então eles estão dando – os torcedores – essa festa à parte, representando os quatro clubes do nosso país, e isso reforça a nossa candidatura; com certeza, esse espetáculo, essa força dos torcedores também vai reforçar a nossa candidatura para sediar o Mundial.

No vôlei, nossas seleções masculina e feminina continuam trilhando um caminho de sucesso na Liga das Nações. Ambas as equipes foram muito bem na primeira fase da disputa aqui no Rio de Janeiro. As nossas meninas foram bem na abertura da segunda fase, vencendo um jogo incrível para quem acompanhou, contra a Turquia, que hoje cresceu muito no voleibol mundial. O Campeonato Turco, se não for o mais forte, está entre os três maiores torneios nacionais do voleibol mundial. E nós temos várias atletas que hoje jogam no voleibol turco: temos a Ana Cristina, temos a Gabi. E foi uma partida incrível: mais de 17 mil torcedores dentro do ginásio, torcida inflamada a torcida turca, e as meninas conseguiram vencer de 3 a 1. Então, parabéns às meninas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No futebol feminino, nossas atletas também foram oficialmente convocadas para a Copa América e se preparam para um único amistoso contra a França, o que será importante, um importante teste para o técnico, o Arthur Elias, e toda a equipe. Estamos confiantes na força dessas mulheres, que tanto nos inspiram.

No basquete, parabenizamos o tetracampeonato consecutivo do time de Franca no NBB, uma verdadeira potência no nosso esporte nacional e na modalidade do basquete. E, além das nossas quadras, o Oklahoma City Thunder conquistou o seu primeiro título da NBA, um feito histórico – para quem acompanhou, gente, foi realmente incrível –, o que movimentou o mundo do basquete.

Já no tênis, o Hugo Calderano agora, em todo final de semana... Digo do tênis de mesa, desculpem-me, né? No tênis de mesa, o Calderano, Senador Portinho, vem sendo um destaque individual no nosso esporte brasileiro. Brilhou mais uma vez ao conquistar o título do WTT Star Contender, e foi além: ao lado da talentosa Bruna Takahashi – que eu acho que é a namorada dele, né? –, os dois disputaram a final de dupla mista e conquistaram uma prata também. É mais um marco histórico para o tênis de mesa brasileiro! Então, parabéns ao Hugo, à Bruna e ao casal por essa conquista!

No tênis, a Bia Haddad foi campeã nas duplas do WTA 250, de Nottingham, confirmando a retomada da boa fase no circuito internacional. O João Fonseca venceu pela primeira vez em quadra de grama, reforçando nossas esperanças em torno do futuro do nosso tênis.

Bom, há mais motivos para comemorar nessas duas semanas – eu vou ser mais rápida aqui. A Maria Clara Pacheco, jovem promessa no taekwondo brasileiro, conquistou um ouro inédito no Grand Prix, vencendo inclusive a adversária que a superou na Olimpíada de Paris, um verdadeiro exemplo de superação. Parabéns para nossa atleta! No Mundial de Judô, o Daniel Cargnin brilhou com a medalha de prata. E, Shirlen, a nossa judoca Shirlen, garantiu o bronze, elevando o nome do Brasil mais uma vez. O judô sempre teve tradição, não, é gente? Nós temos aí Tranquillini, temos... Me lembrem, gente: Tranquilini, Rogério; enfim, nós temos vários atletas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Luciano Corrêa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa, olha, eu dormi muito mal essa noite. A minha gata miou a noite inteira, gente. Eu estou mudando de casa, e a gata miou a noite inteira, não consegui dormir... Mas eu estou ruim hoje, viu? (*Risos.*)

Mas, o judô, como sempre, trazendo muitas alegrias, é realmente uma modalidade consagrada que nos enche de muito orgulho.

No atletismo, o Alison dos Santos segue firme entre os melhores do mundo, conquistando o segundo lugar na etapa de Estocolmo, na Diamond League.

A equipe brasileira de ginástica rítmica conquistou duas medalhas de pratas inéditas no Mundial Júnior.

No atletismo, o brasileiro Pedro Henrique Nunes bateu o recorde sul-americano no lançamento de dardo – olha aí, mais um futuro – durante a etapa da Diamond League.

Senhoras e senhores, esse panorama reafirma que o esporte brasileiro pulsa, resiste e, claro, avança. Isso é uma característica do esporte brasileiro. Mesmo em tempos de vacas magras, com inúmeras dificuldades, a gente sempre consegue avançar com muita resiliência, com muito comprometimento, graças ao empenho dos atletas, das suas comissões técnicas – e é importante reforçar que, por detrás de um atleta, tem um *staff* poderoso que abraça, que acolhe, que cuida desse atleta: os técnicos, as comissões, as confederações, o COB, o CPB, o CBC, a Confederação do Esporte Escolar, a CBDU, enfim, tem um grande sistema que, de alguma forma, dá essa estrutura, além, claro, dos patrocínios, porque o esporte vive de resultado. Tendo resultado, com certeza, tem patrocínio, mas, quando não se tem, para se chegar a um alto rendimento, se não se tem essa estrutura, fica bem difícil, não é, Senador Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senadora Leila, muito obrigado pela oportunidade.

Estamos aqui presentes nesta Comissão de Esporte, que também merece todo o louvor, assim como os nossos atletas, porque as grandes discussões do esporte nacional passam por aqui também. Os nossos atletas precisam do incentivo, do Bolsa Atleta, da Lei de Incentivo ao Esporte, dos projetos de formação, também, sociais e esportivos e os atletas e as modalidades precisam, Senadora Leila, ter acesso aos equipamentos, porque a gente sabe, quem assiste a diversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modalidades esportivas, que a qualidade dos equipamentos se soma à qualidade dos nossos atletas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É fundamental, fundamental na *performance*.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E eu digo isso porque, entre os diversos vetos que nós conseguimos, com o seu esforço também, Senadora Leila, adiar na última votação do Congresso, está lá o benefício fiscal para que a gente possa comprar os equipamentos mais modernos, que são mais caros e não são fabricados no Brasil, diga-se logo. Se fossem, seria completamente desnecessário qualquer incentivo – e eu me refiro ao remo, a diversas modalidades em que o equipamento, além do potencial do atleta, faz a diferença. A gente, mais bem equipado, vai ter condições de trazer mais medalhas e de elevar o nosso esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E levam um percentual expressivo de orçamento dessas confederações, do próprio COB, e também, às vezes, do próprio recurso do atleta, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em razão disso, Senadora Leila, eu vou aproveitar a oportunidade desta audiência e pedir um requerimento extrapauta em que eu sugiro... Embora o Ministro do Esporte, Fufuca, esteja sendo convidado para tratar de diversos temas, a gente precisa avançar com a derrubada ou a manutenção dos vetos da Lei Geral do Esporte – e eu compreendo que o foro adequado para essa discussão é aqui – e que a gente possa ter a participação dos clubes, de todos os atores das confederações, do esporte paralímpico, que precisa de equipamento, bastante, e isso, por acaso, é um dos vetos, entre outros. Então, esse requerimento visa a trazer essa discussão para esse foro, Senadora Leila, através de uma audiência pública, com a presença do Ministro, para que a gente possa sensibilizá-lo em diversos temas que aguardam uma decisão já há muitos anos.

A Lei Geral do Esporte, por mais de década, foi discutida aqui neste Senado Federal. Esta Comissão, com a sua contribuição, do Senador Romário, do Senador Girão, do Kajuru e de tantos outros, logrou aprovar a Lei Geral do Esporte e houve diversos vetos do atual Governo. Faz parte, mas a gente precisa conversar. A gente já conduziu diversas conversas em gabinete com os ministros, o antecessor, o atual. A gente já anuiu, inclusive, recentemente, entregar o fundo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esporte ao Ministério do Esporte, cumprimos com a nossa parte do acordo, mas existem partes do acordo que estão sendo reticentes. E a gente precisa aqui expor, ouvir os atletas, ouvir as confederações, ouvir o Ministro, que deve ter as suas razões em alguns casos para a manutenção do veto, num ambiente democrático.

Então, eu aproveito o ensejo para pedir que esse requerimento extrapauta seja incluído para uma audiência pública que trate especificamente dos vetos, para que a gente possa, aí sim, na próxima reunião do Congresso, orientados por essa audiência pública, pela participação popular também de quem nos assiste, deliberar.

Entre o rol dos êxitos do nosso esporte nacional, eu não sei se eu perdi, mas quero fazer o registro do quão bonita tem sido a participação do nosso futebol brasileiro na Copa do Mundo de Clubes, que já é, pode ter certeza, o maior torneio de futebol do nosso planeta. Eu, particularmente, vejo as pessoas muito mais motivadas até do que o próprio campeonato mundial de seleções. O campeonato de clubes desperta a paixão do torcedor, coisa que estava adormecida, infelizmente, por, talvez, falta de gestão, sensibilidade, aproximação da nossa Seleção Brasileira, que eu espero seja retomada.

Vejo aqui, inclusive, requerimento de V. Exa., Senadora Leila, para trazer o Presidente da CBF, o novo Presidente, para esclarecer a todos nós para onde vai o nosso futebol brasileiro. A gente aqui já deu várias contribuições, inclusive recomendações com relação à arbitragem. Quem assiste a Copa do Mundo de Clubes não vê uma reclamação e, mais do que isso, não vê um erro de arbitragem, inclusive com a adoção de novas tecnologias, que foi recomendação desta Comissão de Esporte e da CPI de manipulação de resultados para a CBF, que a gente espera seja implantada, para o bem do futebol, para que a gente possa ter um Campeonato Brasileiro sem tantas dúvidas, como acontece hoje com a Copa do Mundo de Clubes.

Palmeiras, Fluminense, Botafogo – Fluminense hoje, inclusive, todos ligados – e Flamengo estão fazendo bonito e elevando o nosso futebol brasileiro, o que é fundamental. Todo mundo tem um clube, eu tenho o meu, você tem o seu – não sei se é o mesmo –, mas, neste momento, ainda, é o momento de grupos, de mata-mata. É uma pena, Botafogo e Palmeiras, um vai ter que sair. A gente torce pelo futebol brasileiro. Quando chegar lá mais à frente, quando vai afunilando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Quando chegar na final, não é, Senador Portinho? Vamos torcer.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... aí é lógico que a paixão do seu clube vai prevalecer. Mas a gente não pode deixar de reconhecer a importância e o bom papel que têm feito os nossos clubes: Palmeiras, Fluminense, Botafogo e Flamengo, que representam o futebol brasileiro no Campeonato Mundial de Clubes.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

O Senador Portinho solicita a inclusão do requerimento da Comissão de Esporte nº 27 como item extrapauta.

Eu consulto as Senadoras e os Senadores.

Se aprovam a inclusão da referida matéria para apreciação como item extrapauta, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão, e vai constar agora como item da nossa pauta, Senador Portinho.

A sessão de hoje é mais sobre requerimentos.

Eu vou passar para o Senador Portinho, que eu tenho certeza de que está correndo também, não é, Senador?

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 27, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de dialogar sobre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vetos presidenciais opostos à Lei nº 14.597, de 2023 — a Lei Geral do Esporte — e seus impactos no ordenamento jurídico esportivo nacional.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Eu concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho, autor do requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Senadora Leila, Sra. Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de dialogar sobre os vetos presidenciais opostos à Lei 14.597, de 2023 – a Lei Geral do Esporte –, e seus impactos no ordenamento jurídico esportivo nacional.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados, que muito vão contribuir: o Exmo. Sr. André Fufuca, Ministro do Esporte; um representante Comitê Olímpico do Brasil (COB); um representante Confederação Brasileira de Futebol (CBF); um representante Confederação Brasileira de Clubes (CBC); um representante Liga Forte União (LFU); um representante Liga do Futebol Brasileiro (Libra); um representante Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD); representante Associação Nacional de Desporto e Defesa (ANDD) – não, é associação nacional de direito desportivo, depois temos que fazer aqui a correção para a ANDD; na verdade, é ABDD, associação brasileira de direito desportivo, fazendo aqui o reparo, peço à minha assessoria –; um representante Comitê Paralímpico Brasileiro; um representante Comissão de Esporte da OAB/RJ, que me pediu; um representante Comissão de Esporte da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que fortaleceu o pedido muito por conta da Lei Geral do Esporte e da Lei de Incentivo; o Exmo. Sr. Deputado Federal Luiz Lima, que, além de atleta, nos representa no setor; o Exmo. Sr. Pedro Paulo Bandeira de Mello – perdão, está errado também, é Eduardo Bandeira de Mello, Deputado Federal, ex-Presidente do Flamengo, que é também uma voz ativa, assim como a Senadora Leila e todos nós, mas na Câmara dos Deputados, nesse setor –; um representante da Federação das Associações de Atletas Profissionais (Faap); um representante Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (Fenapaf); um representante Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD) – aqui está repetido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificativa, a Lei Geral do Esporte representou um marco na consolidação de um novo regime jurídico para o desporto brasileiro, modernizando regras e reunificando a legislação esparsa. No entanto, os vetos presidenciais a dispositivos estratégicos da norma causaram apreensão em diversos segmentos da comunidade esportiva. Entre os trechos vetados, encontram-se temas sensíveis à governança, à responsabilidade das entidades, à atuação de atletas, ao financiamento do esporte e à valorização das ligas.

Destaca-se ainda a preocupação com os dispositivos vetados que tratavam diretamente do fomento à prática esportiva em todas as suas dimensões, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de incentivo ao esporte de base, à inclusão por meio do esporte e à formação de atletas. A ausência desses dispositivos pode comprometer políticas públicas voltadas ao desenvolvimento esportivo nacional, notadamente nas áreas mais vulneráveis.

Diante da relevância do tema, é fundamental promover um amplo diálogo com os principais atores envolvidos no setor esportivo nacional, a fim de compreender os reflexos concretos dos vetos e discutir possíveis caminhos legislativos ou interpretativos que preservem os avanços obtidos na tramitação dessa lei, que teve todo o mérito da sua aprovação aqui nesta Comissão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado pelo Senador Portinho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos marcar agora. Vamos pedir para os colegas aqui, nossos servidores, para marcar na Secretaria.

Bom, vou para o item... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de irmos para os outros itens, eu vou submeter à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos para os demais requerimentos.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a operacionalização da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 2006), sua efetividade na promoção do esporte brasileiro e as perspectivas para o aprimoramento e ampliação de seus instrumentos.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Eu vou propor para essa primeira audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Esporte; representante do Ministério das Mulheres; a Sra. Yane Marques, Vice-Presidente do Comitê Olímpico... (*Pausa.*)

Só um minuto, gente. (*Pausa.*)

Perdão. Eu vou propor para a audiência os seguintes convidados: a Sra. Carolinne Gomes Neves de Carvalho, Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte; a Sra. Ana Moser, Presidente Executiva de Atletas pelo Brasil; representante da Rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esporte pela Mudança Social (Rems); representante do Banco do Brasil; representante do Ministério da Fazenda; e representante da Petrobras.

Nos últimos anos, observamos um crescimento expressivo da adesão da Lei de Incentivo ao Esporte, passando de uma média de 1 mil a 2 mil projetos por ano para mais de 6,6 mil em 2024. Os valores aportados também tiveram um aumento muito expressivo, saltando de R$242 milhões, em 2015, para mais de R$1 bilhão em 2024.

Entendemos que esse avanço quantitativo representa um desafio importante para a estrutura de gestão pública responsável pela operacionalização da lei, que demanda a análise criteriosa e a liberação de um volume de projetos cada vez maior.

Diante desse cenário, consideramos importante promover um diálogo entre o poder público, a sociedade civil, especialistas e beneficiários, a fim de compreender a situação e avaliar como podemos garantir a sustentabilidade, a eficiência e a perenidade da Lei de Incentivo ao Esporte.

A votação do requerimento será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 23, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os planos da nova gestão da Confederação Brasileira de Futebol.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos chamar o Presidente da CBF. O convite tem como objetivo proporcionar um espaço de diálogo direto entre o novo Presidente da CBF e as Senadoras e os Senadores integrantes desta Comissão, a fim de compartilhar suas expectativas e planos à frente da entidade; dialogar sobre as diretrizes que pretende estabelecer para o futebol brasileiro até 2029; discutir políticas de incentivo ao futebol de base e ao futebol feminino; debater pontos estratégicos relativos à formação de atletas, à infraestrutura dos estádios, à transparência na gestão e ao desenvolvimento social por meio do futebol; fortalecer a cooperação entre o Poder Legislativo e a CBF em prol do aprimoramento contínuo do esporte mais popular do nosso país.

A participação do Presidente da CBF neste Colegiado contribuirá de maneira significativa para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas ao futebol, bem como para o alinhamento institucional entre as esferas legislativa e esportiva.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Para o item...

Eu queria fazer uma solicitação aos colegas da Secretaria aqui da Comissão porque eu vou acrescentar – eu acho que é meritório, porque essa confederação tem representante institucional aqui dentro da Casa... Eu falo muito do esporte, da necessidade da presença institucional das entidades dentro da nossa Casa. Houve uma solicitação, como o Senador Portinho fez, sobre a Federação do Estado do Rio de Janeiro. Eu vou acrescentar, no Requerimento nº 1 a Confederação Brasileira de Atletismo. Ela vai se fazer representada aqui, porque tem um representante institucional dentro da Casa e a gente tem que valorizar essa iniciativa de as confederações, as instituições de esporte estarem aqui na Casa.

Item 3, requerimento da Comissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Leila, desculpa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – De igual forma, pela mesma razão, a Confederação Brasileira de Vela, se puder ser incluída.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não. O Senador Portinho está solicitando Confederação Brasileira de Vela.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 24, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os programas sociais de acesso à prática de atividades esportivas e o programa de incorporação de atletas de alto rendimento desenvolvidos pelas Forças Armadas.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Autoria desta Presidência.

Eu vou ler a lista dos convidados que nós estamos propondo. Nós queremos aqui para essa audiência pública: representante do Ministério da Defesa, representante da Marinha do Brasil, representante do Exército Brasileiro e representante da Força Aérea Brasileira.

A votação será simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 25, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a igualdade de gênero no esporte brasileiro, com foco nos desafios enfrentados pelas mulheres atletas e na construção de políticas públicas de apoio à presença feminina no esporte de alto rendimento.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Esporte; representante do Ministério das Mulheres; a Sra. Yane Marques, Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil; a Sra. Daiane dos Santos, ex-ginasta olímpica, primeira brasileira campeã mundial de ginástica artística; representantes dos atletas de alto rendimento na Comissão Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil. Também acrescento as seguintes ex-atletas: a Sra. Jacqueline Silva, ex-atleta do vôlei de praia e campeã olímpica; e Joanna Maranhão, que também é ex-atleta da modalidade da natação brasileira.

A promoção da igualdade de gênero no esporte é uma pauta fundamental para o avanço dos direitos das mulheres e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, as mulheres atletas brasileiras ainda enfrentam inúmeros desafios em sua trajetória no esporte de alto rendimento, incluindo desigualdade salarial, falta de patrocínio, menor visibilidade na mídia, barreiras institucionais e discriminação de gênero.

Essa realidade não apenas compromete o desempenho esportivo feminino, como também limita o potencial do país na formação de talentos e na conquista de resultados internacionais. Além disso, a escassez de políticas públicas específicas e de mecanismos de incentivo adequados perpetua a desigualdade e desestimula a permanência de mulheres em diversas modalidades esportivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, a realização da presente audiência pública tem como objetivo reunir representantes do poder público, do Comitê Olímpico do Brasil e atletas com reconhecida trajetória no esporte nacional para debater soluções concretas para a promoção da equidade de gênero no esporte brasileiro, fortalecendo a presença feminina no esporte de alto rendimento e assegurando, claro, condições equitativas de acesso, permanência e sucesso.

Trata-se de uma iniciativa que visa não apenas ouvir experiências e propostas, mas também subsidiar a atuação legislativa e o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e sensíveis à realidade das mulheres atletas em nosso país.

Essa votação também será simbólica.

Em votação, o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para encaminhar.) – Item 5 da pauta, Requerimento da Comissão nº 26, que é subscrito por mim.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Esporte, André Fufuca, informações sobre o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

A autoria é da Senadora Mara Gabrilli, e subscrito por mim, Senadora Leila Barros.

Votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora faz uma enorme explanação sobre os motivos da solicitação e do convite ao Ministro Fufuca, e vamos aguardar – está no sistema do Senado – o retorno do ministério, mas quero parabenizar a Mara pela iniciativa. Foi por isso que o subscrevi, e acho que vai ser muito importante o Ministro Fufuca e sua equipe estarem aqui para tratarmos desse importante programa. (*Pausa.*)

Essa votação também será simbólica.

Vamos para a votação do requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Já tratamos do item extrapauta do Senador Portinho.

Quero agradecer mais uma vez a participação de todos. Foi muito importante a aprovação desses requerimentos, que agora nós vamos ter uma série de audiências públicas que serão importantíssimas para os nossos trabalhos aqui, dentro da Comissão.

Quero agradecer a participação de todos, e, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Boa quarta para todos!

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick e Mara Gabrilli, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Marcos do Val, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Romário, Eduardo Girão, Teresa Leitão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 22/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater a operacionalização da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 2006), sua efetividade na promoção do esporte brasileiro e as perspectivas para o aprimoramento e ampliação de seus instrumentos. **Participantes:** Sra. Ana Beatriz Moser, Presidente Executiva do Atletas pelo Brasil; Sr. William Fernando de Oliveira, Diretor Executivo da Rede Esporte pela Mudança Social - REMS; Sr. Wlamir Leandro Motta Campos, Presidente do Conselho de Administração da Confederação Brasileira de Atletismo - CBAt; Sr. Marco Aurélio de Sá Ribeiro, Diretor-Secretário e CEO da Confederação Brasileira de Vela - CBVela; Sra. Alessandra Teixeira de Teixeira, Gerente de Patrocínios na Petrobras; Sra. Carolinne Gomes Neves de Carvalho, Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte (DPPIE) do Ministério do Esporte; e Sra. Roseane Estrela, Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/02

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de julho de 2025.

Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão e demais presentes, bom dia! É com satisfação que iniciamos mais uma reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal, celebrando o vigor do nosso esporte, dentro e fora das fronteiras do nosso país. Hoje é um dia especial, pois o tema que nos reúne nesta manhã é de imensa importância para o presente e o futuro do esporte nacional: a operacionalização da Lei de Incentivo ao Esporte, a Lei nº 11.438, de 2006, seu impacto, sua efetividade na promoção do esporte brasileiro e, sobretudo, as perspectivas para o seu aprimoramento e, claro, ampliação.

Faço questão de registrar que a Presidência tem como missão precípua defender e ampliar os instrumentos que permitem que o esporte no Brasil seja um vetor de cidadania, de saúde, educação, inclusão social e, é claro, projeção internacional. A Lei de Incentivo ao Esporte é um desses instrumentos centrais e, portanto, sua defesa e perenização, uma necessidade. Por isso esta audiência é mais do que oportuna, é estratégica.

Antes, porém, de iniciarmos o nosso debate, permitam-me, como eu faço todas as semanas, registrar e valorizar os feitos e realizações do esporte brasileiro. O que temos visto, nos últimos dias, é motivo de orgulho, de reflexão e também de motivação para a continuidade dos investimentos e das políticas públicas voltadas para o esporte no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu começo pelo futebol, é claro. Quem não está acompanhando aí o futebol, o Mundial de Clubes? O Flamengo teve uma atuação valente e corajosa, para quem acompanhou o jogo, diante do poderoso Bayern de Munique. Apesar da derrota de 3 a 1, o time mostrou maturidade e bravura, encarando de igual para igual uma das equipes mais fortes do planeta. E é importante reforçar aqui a torcida. Para quem acompanhou as torcidas dos quatro times brasileiros foi um espetáculo à parte. Foi muito bacana para a gente que foi atleta. A Ana Moser está aqui, que foi uma companheira minha de quadra. Uma vida, não é, Ana? A gente sabe o poder que a torcida brasileira tem em qualquer modalidade. É impressionante! Você sabe, num ginásio, numa piscina, enfim, num estádio, em qualquer lugar, você vai identificar rapidamente a torcida brasileira, porque ela realmente é uma torcida carismática, é uma torcida encantadora, é uma torcida que joga junto com a gente, com os atletas, com todos aqueles que representam o Brasil. Então, às torcidas a gente deixa aqui um carinho muito especial, uns parabéns muito especiais às torcidas que estiveram nesse mundial de clubes, porque fizeram realmente o seu papel, mas, acima de tudo, um espetáculo à parte de carisma e em demonstrar o que é o povo brasileiro. Nós somos realmente alegres, somos carismáticos e nós gostamos, graças a Deus, de esporte.

Gostaria de registrar também e reconhecer a trajetória digna do Botafogo, que entrou em campo invicto há cinco jogos, e, mesmo sendo superado pelo Palmeiras, saiu de cabeça erguida. A campanha honrou sua torcida e reafirma o papel de destaque que o clube tem retomado no cenário nacional e continental, mas é preciso exaltar o feito, claro, do Palmeiras e do Fluminense, que seguem vivos e firmes no torneio. O Palmeiras, em especial, mostrou superação ao vencer o Botafogo na prorrogação, com um destaque para o Paulinho, que foi o autor do gol da classificação, e o Fluminense também segue firme e representará o Brasil com garra, talento, claro, depois de vencer o vice-campeão europeu deste ano nas oitavas de final. A ambos, a nossa Comissão, Senadores e todos os presentes aqui desejamos sucesso nos próximos desafios. Estaremos, claro, todo mundo, ligados na telinha, porque é o Brasil que vai estar em campo, independentemente dos dois, de ser Palmeiras ou Fluminense. Eu sou flamenguista, não tenho o menor problema em falar isso, mas é Brasil e nós vamos torcer para os dois times.

No vôlei, vivemos um momento auspicioso. A seleção brasileira masculina lidera a Liga das Nações após vitórias expressivas sobre as seleções da Polônia, 3 a 1, e da Itália, num *tiebreak*, para quem acompanhou, emocionante. É a combinação de tradição e, o mais importante, que no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esporte a gente preza muito, renovação. Nós estamos vivendo um processo de renovação nas duas seleções, tanto masculina quanto feminina, e é claro, de excelência.

Já a feminina ocupa a terceira colocação no *ranking*, mostrando que nossas meninas continuam entre as maiores potências do mundo. Também uma grande renovação está passando. Esse desempenho é fruto de uma base sólida e mostra o quanto o esporte de alto rendimento feminino merece atenção e, claro, recursos.

Nós vamos tratar, nós temos aqui o debate, já aproveitando que aqui nós temos os nossos convidados, vamos fazer um debate sobre esporte de base no país, porque é importantíssimo esse debate. Lembro que, quando nós vemos as estrelas representando o Brasil mundo afora, nas seleções, nós sabemos que eles começam na base. E, muitas vezes, pela falta de investimento, nós deixamos no caminho muitos, muitos valores, potenciais, jovens que poderiam estar hoje representando o Brasil, destacando-se no cenário nacional e mundial, e muitas vezes param na base por falta de investimento, por falta, enfim, de apoio, que é o fundamental. A gente sabe que é disso que o esporte precisa.

Além disso, eu destaco a Seleção Masculina Sub-26. Esse negócio de sub, não é, Ana? É Sub-21, Sub-26, Sub-24, é muito... Para nós, que somos de uma geração anterior, ficou um pouquinho confuso. A Seleção Sub-26 de Vôlei foi campeã da Copa América, reafirmando a hegemonia brasileira nas Américas e o potencial das nossas equipes em qualquer competição que disputam.

No tênis, celebramos as estreias vitoriosas no Grand Slam de Wimbledon. A Bia Haddad, nossa principal tenista da atualidade, venceu com autoridade a eslovaca Rebecca Sramkova. Já o jovem e nosso prodígio João Fonseca também estreou com vitória, quebrando um recorde de anos ao se tornar o brasileiro mais novo a vencer na grama inglesa, desde Thomaz Koch. Que interessante, né? É prova de que o tênis brasileiro vive um momento especial, mesclando, claro, a experiência e a juventude.

Os destaques não param por aí. Os atletas brasileiros vêm se superando em diversas modalidades. No tênis de mesa, conquistamos seis medalhas no Campeonato Sul-Americano, reafirmando nossa presença no cenário continental e o trabalho de base na modalidade. No surfe, a jovem Luana Silva foi vice-campeã em Saquarema, alcançando uma inédita final, mostrando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Brasil segue sendo protagonista nas ondas. No motociclismo, Diogo Moreira venceu a etapa do Moto2, sendo a primeira vitória do Brasil na categoria, um feito histórico que nos coloca no topo pela primeira vez na categoria. Na Fórmula 1, o piloto Gabriel Bortoleto pontuou pela primeira vez em uma corrida disputadíssima no GP da Áustria, ao chegar em oitavo lugar. Na Porsche Cup, Caio Chaves conquistou a corrida dois do Sprint Challenge, em Portimão, mais um exemplo da força emergente do nosso automobilismo.

Senhoras e senhores, todos esses resultados não são por acaso. São fruto de dedicação, talento, mas também de iniciativas como a Lei de Incentivo ao Esporte, que proporciona meios para que atletas, clubes, projetos sociais, federações, confederações, enfim, todo o, digamos, ecossistema esportivo desenvolva suas atividades com estrutura e dignidade. Nosso desafio é claro: tornar essa política perene, mais eficaz, mais transparente e mais acessível. Queremos ampliar o alcance da lei, garantir que recursos cheguem a quem mais precisa, desde o pequeno projeto comunitário até os centros de excelência do esporte nacional.

Hoje, vamos ouvir representantes da sociedade civil, do setor privado, de atletas, especialistas e gestores públicos. Cada contribuição será valiosa. Vamos fazer deste debate um marco. Vamos fortalecer e chamar a atenção da Casa. A gente sabe que o nosso horário bate com uma importante Comissão aqui na Casa que é a CCJ, mas a Casa nunca está totalmente dispersa. Ela sempre está ligada em qualquer audiência, podem ter certeza. Isto aqui está tudo na telinha. Tem os assessores. A gente sabe, a Casa não dorme, não está desconectada com nada que acontece aqui dentro. Nós nunca estamos. Então, é muito importante esta audiência pública para este debate. Vamos fazer o debate, vamos fortalecer os pilares do nosso esporte e seguir construindo um país que, além de medalhas, títulos e conquistas, forme cidadãos – a gente sabe que o esporte tem esse poder – e inspire, claro, gerações.

Muito obrigada e que tenhamos uma excelente e produtiva audiência pública! (*Pausa.*)

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a operacionalização da Lei de Incentivo ao Esporte, que é a Lei nº 11.438, de 2006, sua efetividade na promoção do esporte brasileiro e as perspectivas para o aprimoramento e a ampliação de seus instrumentos. Isso em atenção ao Requerimento nº 22, de 2025, aqui da nossa Comissão, que é de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido, agora, para ocuparem a mesa os seguintes convidados: a Sra. Ana Beatriz Moser, Presidente-Executiva do Atletas pelo Brasil e ex-Ministra de Estado do Esporte. (*Palmas.*)

A Sra. Alessandra Teixeira de Teixeira, Gerente de Patrocínios da Petrobras, que participará por videoconferência. (*Palmas.*)

O Sr. William Fernando de Oliveira, Diretor-Executivo da Rede Esporte pela Mudança Social (Rems). (*Palmas.*)

O Sr. Wlamir Leandro Motta Campos, Presidente do Conselho de Administração da Confederação Brasileira de Atletismo. (*Palmas.*)

Está representando as confederações, não é Wlamir? O que é importante.

O Sr. Marco Aurélio de Sá Ribeiro, Diretor-Secretário e CEO da Confederação Brasileira de Vela. (*Palmas.*)

Informo também que foi convidado o Ministério da Fazenda, que não indicou representantes.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado fará uso da palavra por até dez minutos, mas fiquem à vontade, fiquem à vontade! Estão aqui dez minutos, mas fiquem à vontade!

Ao fim das exposições, a palavra será concedida, claro, aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu vou passar a palavra para nossa primeira expositora, a Sra. Ana Beatriz Moser, Presidente-Executiva do Atletas pelo Brasil.

Bom dia, Ana!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER (Para expor.) – Em primeiro lugar, bom dia a todos os que estão aqui e a todos os que estão assistindo.

Eu queria parabenizar e agradecer à Presidente da Comissão, Senadora Leila. Eu acho que é um grande momento, aqui no Senado, ter a Comissão presidida por você. Eu acho que é uma grande oportunidade para o esporte avançar. Enfim, os temas sempre são muito dinâmicos e as coisas vão acontecendo, mas, neste quadro da história, eu acho que é muito importante e há grandes expectativas para este ano de 2025 aqui na Comissão. Parabéns! Podem contar com a gente sempre.

E é isso. Eu acho que o primeiro tema é a Lei de Incentivo. Eu vou falar sobre a importância da Lei de Incentivo, que é, efetivamente, a maior política de financiamento de esporte no país, ao lado do recurso de loteria e de *bets*, que é direcionado para o esporte de alto rendimento, para os comitês e confederações; e, tirando esse recurso, que tem um uso e um histórico de conquista, a única política, realmente, de financiamento em larga escala é a Lei de Incentivo, que eu acompanhei muito desde o início.

Eu estou na área social desde que eu parei de jogar, no final de 1999 ou 2000, e, em 2001, eu criei o Instituto Esporte e Educação; e estava começando essa área social, esse setor social de esporte. Na mesma época, o Raí e o Leonardo criaram o Gol de Letra; o Flávio Canto, o Reação; a família Grael, o Rumo Náutico; o Joaquim Cruz, aqui, em Brasília; a Fernanda Keller, em Niterói. E eram algumas instituições de um momento – um espírito do tempo – em que nós atletas dessa geração tivemos essa iniciativa de buscar continuar investindo no esporte, pensando na base, pensando de onde nós saímos e pensando que mais crianças precisavam ter acesso – e precisam ter acesso até hoje –; e, por isso, houve esse formato de atuação.

Bom, nós começamos nessa época. Em 2007, o grande legado do Pan-Americano no Brasil foi a Lei de Incentivo. E, a partir daí, a minha instituição, o Instituto Esporte e Educação, começou a trabalhar com a Lei de Incentivo. Então, eu vivo a Lei de Incentivo desde o início. No primeiro ano, eu tentei entrar com um projeto que eu mesmo escrevi e que estava todo errado, enfim, mas, em 2008, já deu para fazer direito e conseguimos participar naquele ano. E, a partir daí, ampliou muito. Eu sempre tive muita sorte. Na época em que eu comecei com o instituto, eu tive a sorte de ter uma empresa que olhou ali e disse: "Não, eu quero isso que você está fazendo", e investiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por dez anos, mas isso foi um grande acaso, isso não acontece, né? Enfim, é por isso que tem tão poucas iniciativas. E a Lei de Incentivo trouxe a possibilidade de, efetivamente, estruturar um trabalho de continuidade, que ampliou muito, então, o âmbito e a escala. A gente chegou ao Brasil inteiro.

Nós, hoje, no Instituto Esporte e Educação, pela Lei de Incentivo, já atuamos em mais de 25% dos municípios brasileiros; a gente está em 1,5 mil municípios, mais ou menos. E isso só foi possível pela Lei de Incentivo e a exemplo de outras instituições que também fazem da mesma maneira e que estiveram, enfim, no debate que está tendo na Câmara sobre a renovação da Lei de Incentivo. Esteve lá o Flávio Canto e outras instituições, o Instituto Tênis, falando dessa amplitude de atuação pelo Brasil.

Também, nesse período, várias foram as oportunidades de projetos e ações para qualificar instituições do Brasil inteiro. Por quê? Porque, de início, realmente, a Lei de Incentivo... Não é fácil você acessar a Lei de Incentivo, ela é burocrática. Para lidar com recurso público, é preciso critério, é preciso formato, e o esporte sempre foi muito criterioso. Essa é a experiência que eu tenho, então não é qualquer instituição que tem a condição jurídica, legal e estrutural para fazer projeto no formato de que precisa, para executar projeto no formato de que precisa, e prestar contas. Então, para isso é preciso qualificar, e isso sempre foi... É por isso que sempre se concentrou muito mais, no início, no Sul e no Sudeste, e é um processo que vem se ampliando. Se você olhar os números no tempo, cronologicamente, a ampliação tanto de projeto educacionais e de participação... Hoje, já é um terço para cada. Antigamente, era mais da metade para esporte de rendimento; e o restante, dividido entre participação e educacional. Hoje, já está tudo equilibrado; pelo contrário, está até mais. E também regiões...

Houve um processo nesse tempo, nesses 20 anos aí quase, de qualificação. Então, a gente fez projetos financiados pelo Unicef, para fazer formação de instituições no Nordeste, para melhorar as condições de fazer um projeto, de apresentar, e tudo isso. Projetos apoiados pela Petrobras também tiveram isso, a gente fez isso no Nordeste. Na Votorantim, também fizemos isso. E o último foi um projeto de educação à distância, *online*, financiado pelo Itaú. Então, falando da minha experiência dentro dessa vida da Lei de Incentivo, vários foram os processos de qualificação. Isso é uma frente constante que, com certeza, o ministério, na sua condição, também tem feito. E quanto mais o fizer, mais vai tornar democrático o acesso a esse instrumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei de Incentivo estruturou esse setor social no Brasil, e esse setor é formado por ONGs, associações, clubes, confederações e federações: instituições sem fins lucrativos. Essa é a natureza das instituições do setor esportivo no país. São clubes, são associações, são ONGs, são federações, são confederações, são todas instituições sem fins lucrativos.

Isso chama atenção, Leila, porque a gente conversou no começo deste ano, sobre... Eu acho que a gente pode tratar das controvérsias que existem, não é? Então, a gente tem uma análise de um veto de um artigo da Lei Geral do Esporte, que já previa coisas pelas quais nós estamos hoje lutando numa PL lá na Câmara dos Deputados, que era ampliar o percentual...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – No artigo da lei geral, eram 3%, e a gente está pedindo para ampliar também para 3%, também permanente. No artigo da lei geral também é permanente, nós também estamos reivindicando a Lei de Incentivo permanente, mas ela tinha um aspecto que era proporcionar a possibilidade de as instituições com fins lucrativos participarem da Lei de Incentivo. Isso não chega nem a ser uma condição de dizer se isso está certo ou se isso está errado. Isso não foi, nunca, discutido dentro do setor, e não é a natureza das instituições do setor. Então, causa uma estranheza.

Na época, esse não foi o motivo do veto. O motivo do veto foi técnico, por não poder ser uma iniciativa do Congresso, é uma iniciativa do Governo...

O SR. WLAMIR LEANDRO MOTTA CAMPOS (*Fora do microfone*.) – Vício de iniciativa.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Vício de iniciativa, mas tem esse fator que está presente e continua presente, está aí ainda, ainda está na sala, e eu acho que a gente não deve... A minha crítica, a minha posição é que eu acho que a gente deve debater esse tipo de alteração, em vez de simplesmente aceitar ou não aceitar, porque já está dentro da lei geral. Mais uma vez, não foi debatido com o setor, e é algo que causa estranheza para o setor. Na verdade, esse é o diagnóstico final.

Bom, a gente teve um momento de tensão e de risco para a Lei de Incentivo em 2022, que a lei vencia, os cinco anos, e muito pouco movimento, na época, se tinha para a renovação da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Governo não estava se posicionando e não estava na pauta. Nós, da Atletas pelo Brasil, tomamos a iniciativa de fazer um grande movimento para chamar a atenção e buscar provocar, que é o que a gente faz, a gente chama a atenção, faz *advocacy*, que é dar voz às causas e às questões. Então, a gente chama a atenção, provoca.

Mobilizamos muitas instituições e muitas pessoas, enfim, e conseguimos renovar a Lei de Incentivo. Na época, passou de 1% para 2%. Em dois anos, com essa ampliação, dobrou, praticamente, o número de projetos, dobraram recursos, dobraram beneficiários. Então, em dois anos, muito rapidamente, houve um aumento grande, um aumento grande em termos de volume. Chegamos aí a R$1 bilhão investido anualmente em projetos de esporte. Os outros números eu não tenho de cabeça aqui, rapidamente qualquer um pode achar isso, está disponível, mas é fato esse aumento, e fortaleceu bastante o setor, ampliou o número de instituições.

Porque não é só... Uma empresa que, se com 1%, ela tem, por exemplo, 20 mil, 30 mil, ou 10 mil, ou 50 mil, ela vai avaliar, vai fazer uma avaliação. Se ela tem o dobro disso, ela pode tomar a decisão de, sim, se mobilizar para investir esse recurso. Se for 1%, a muitas empresas era pouco recurso, que não valia a pena o movimento de efetivar a participação numa política dessa. Quando aumentou o recurso, aumentou o número de empresas que se mobilizaram para isso. Então, aumentou o volume do esporte de uma maneira geral.

Hoje, então, nós temos, atualmente, o *status* da Lei de Incentivo. Nós estamos mais uma vez correndo risco, agora pelas questões fiscais e pelas questões da tendência. De uma maneira geral, a gente tem agora a lei que foi aprovada no final do ano passado, que veta a renovação de incentivos, caso haja déficit fiscal no ano. Isso coloca a Lei de Incentivo em risco em 2027, mas não é só essa lei do ano passado, porque isso é uma tendência, então, vai haver outras questões. Já também há questões da própria lei orçamentária, porque tem aspectos ali que tecnicamente eu não vou saber explicar, mas os seus técnicos aí sabem, não é? Tem essas questões. Na verdade, é uma tendência, então, sempre vai haver esse risco. Esse risco hoje é um risco constante, lembrando que hoje o incentivo fiscal, do que o Governo abre mão de imposto, de todos os setores, o esporte significa menos de 1%.

De qualquer maneira que se olhe para o todo, o esporte representa pouco em termos de isenção, só que, para o esporte, é tudo. Esse valor para o esporte é tudo o que se tem hoje, então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a importância é muito grande, mas estamos com esse risco e estamos com esse processo, Senadora, desde o ano passado, todos vocês muito mobilizados, os Parlamentares do esporte muito mobilizados para nos defender. Estamos com um projeto de lei tramitando na Câmara e temos a questão dos próprios vetos da lei geral. Hoje nós estamos assim, Atletas pelo Brasil está mobilizando, tivemos aí uma rodada de assinaturas em ofício, com mais de 9 mil assinaturas, defendendo a manutenção da Lei de Incentivo. Nós estamos muito mobilizados para que isso aconteça e à disposição para buscar os melhores meios.

Mais uma vez, a nossa luta é pela Lei de Incentivo permanente, ampliada e sem concorrência com outras leis, como hoje acontece com a Lei da Reciclagem. Hoje, se uma empresa pretende aportar em projetos de reciclagem e chega a 1%, que é o valor da isenção da reciclagem, ela só vai poder aplicar mais 1% no esporte. Então, há essa concorrência a partir deste ano. Enfim, é essa a nossa reivindicação.

Tem mais uma questão. Esse é o *status* da lei de hoje, porque a gente briga pela ampliação, mas hoje a lei geral, a Lei de Incentivo está com problema de prazos de execução, de gestão. Então, em 9 de maio, nós apresentamos no ministério um ofício com 118 instituições assinando, instituições com projeto na Lei de Incentivo, com questões na Lei de Incentivo. Deixe-me dar uma lida rápida, porque eu fui lendo antes, eu não ia ler, mas eu fui lendo antes e eu disse: "Olha essa aqui, olha essa aqui!".

União Esporte Clube, Trampolim Contagem, Think Projetos, Tênis Clube Paulista, Street Child United Brazil, Sparta Associação, SIM Instituto Social, Sementes do Vale, RT Projetos Incentivados, Promover Projetos, Projeto Vida Corrida, Projeto Swell, Sem Barreiras, Primeiro Saque, Paraty Tênis, Projeto Budô, Bom na Bola Bom na Vida, Rugby, Organização Funilense, Operário Ferroviário, ONG Social Skate, Sersagen, Esporte Qualidade de Vida, Bola Dentro, Olímpica Social, enfim, Mempodera, MP4 nas Escolas, que é do Marcelinho, Superação, Cielo, Serginho 10, Ceci, Sandro Dias, Próxima Geração, Patrícia Medrado, Ítalo Ferreira, todas as instituições, 118 instituições.

E nós, com a ajuda do Deputado André Figueiredo, nós estávamos com essa audiência marcada para hoje, à tarde, e ontem, à noite, ela foi antecipada. O Flávio Canto desmarcou o voo, o Vanderlei Cordeiro, a Etiene Medeiros, todos tiveram que desmarcar voo. E, enfim, estão lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente agora, às 10h30, falando com o Ministro sobre as questões que foram apresentadas por essas instituições e que são atrasos de meses e, muito além, são situações de instituições que estão comprometendo os projetos, demitindo colaboradores, interrompendo atendimentos. Então, existe uma necessidade de uma melhoria na gestão da Lei de Incentivo. A gente está falando de tecnologia, a gente está falando de pessoal, está falando de prioridade dentro da gestão para atender esse movimento todo, enfim.

A gente sempre se compara sem querer se comparar, mas sempre se compara com a cultura. E tem muitos, historicamente, tem anos aí que pedidos para modernizar a gestão, botar tecnologia, sempre, isso é reiterado dentro desses anos todos e se sabe a dificuldade que o esporte tem de prioridade aí entre as outras pastas entre os ministérios, na Esplanada, mas é importante que todos que possam levantar a voz pelo esporte o façam.

Então, nós estamos com essa luta. Tem muita instituição em condições muito preocupantes, e precisamos fazer com que elas sejam ouvidas. Então, essa é a tentativa de chamar a atenção, compartilho aqui com vocês, já está compartilhado isso na Câmara. E, mais uma vez, a gente teve ajuda aí do Deputado André Figueiredo para essa agenda. E é preciso.

Então, são as duas frentes aí de cuidado com a Lei de Incentivo, o cuidado com torná-la permanente e ampliada e a gestão para que possa, no final das contas, chegar a quem precisa chegar. Só com uma boa gestão, tanto do lado das instituições quanto do lado do Governo, vai chegar, o benefício vai chegar a quem tem que chegar. Então, acho que, para começo, está suficiente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Na verdade, quando você fala que o esporte nunca é prioridade dos governos, é em termos de infraestrutura, né? Falamos assim, de secretarias... Eu falo isso também, porque eu fui Secretária de Esportes. Eu tinha menos de 1% do Orçamento, e era muita dificuldade. Então, eu, particularmente, me ponho muito no papel de um secretário, de um ministro, seja de quem for, quando vem tratar de política esportiva dentro da Casa, porque a gente sabe da dificuldade, como você já na sua explanação falou. Não é prioridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, aqui, dentro das duas Casas, você tem acompanhado – eu acho que todos que estão aqui ou a maioria tem acompanhado –, o esporte hoje ganhou a simpatia do Congresso de uma forma geral. E isso é muito importante. Eu tenho absoluta convicção de que, quando eu cheguei aqui... Pelo menos no Senado, né? Porque no Senado são 81 Senadores, e é uma pauta muito complexa... É a Federação aqui dentro, né? Então, a gente se envolve em muitas temáticas, mas tem Senadores hoje aqui que, eu posso falar com muita tranquilidade, têm esse diálogo – eu me incluo nisso –, não só entre nós aqui, membros desta Comissão. O esporte tem a simpatia e hoje tem o entendimento da maioria, sim, da importância. Não o esporte de alto rendimento, porque eles ainda têm uma visão assim, digamos, de torcedores, mas da importância da promoção, que é o que a gente mais debate também, nessa questão da promoção da saúde, da promoção da cidadania, porque a gente sabe que poucos se tornarão... Quanto ao trabalho social, à contribuição social da promoção da cidadania e dignidade para os governos, enfim, de um modo geral, eles têm compreensão hoje.

Então, eu acho, sinceramente, e vou falar para os nossos colegas aqui... É óbvio, nós estamos vivendo um período muito difícil – o cenário econômico é difícil, a geopolítica mundial também está muito difícil –, e isso dificulta muito, até para nós aqui, internamente, toda essa geopolítica, mas eu acredito muito que, por mais que a gente tenha essas pautas sendo aprovadas, dificultando mais ainda o caminho do esporte, que nunca foi fácil... Eu acho que uma das características que nós temos é resiliência. Nós somos muito resilientes – Nossa Senhora! – para tratar das pautas do esporte, mas existe essa compreensão. E eu acho que não vai ser fácil, essa sua preocupação tem sentido, mas acho que nós podemos, sim, na base do diálogo, que é uma característica nossa; do diálogo e daquele trabalho resiliente, da peregrinação, que agora está mudando também...

Eu quero parabenizar o setor esportivo nesse sentido, porque o esporte, de modo geral, ou seja, a gente – a gente sai do esporte, mas ele não sai da gente, né? – a gente tem uma certa dificuldade de lidar com o trato político, mas é a política que define a nossa vida. Então, é importante o esporte hoje tratar dessa mobilização. Não adianta virem com confederações e você aqui; nós temos que ter as figuras. Aquelas que são formadoras de opinião, que estão em voga aí também precisam vir para esse fronte. Eu sei que competem, que treinam, e a gente vive muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no nosso mundo, mas, por uma questão de sobrevivência e pelo cenário, há de se ter o entendimento de que é necessário ter todos nesse fronte.

Eu vou passar a palavra... Não vou falar muito, não, gente. Foi porque eu me empolguei com a fala da Ana, mas vou deixar tocar a audiência. Peço até desculpas. Eu vou passar a palavra agora, pedindo vênia aos colegas homens, aos homens aqui, para a Sra. Carolline, porque eu quero muito ouvir o ministério.

Carolinne Gomes Neves de Carvalho, Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte. E peço que fique conosco até o final.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Não se preocupe.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Beleza. Ela é do Ministério do Esporte. Vamos ouvir e depois nós vamos passar para os nossos demais expositores.

Bom dia, Doutora!

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos e a todas. Bom dia a esta mesa na pessoa da Senadora, querida, Leila, à Ana Moser também, que está aqui presente. É uma honra conhecer todos vocês. A Senadora eu já tive a oportunidade de conhecer porque as minhas filhas, que são gêmeas, também participam de projetos aqui em Brasília, lá em Taguatinga, e, em um desses jogos escolares, a Senadora estava lá, até tiramos foto. Umas gêmeas. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – E eu disse: "Olhe aquela dali", ela foi pesquisar depois e disse: "Eu quero ser igual a ela". E eu disse: "Pois estude, você vai chegar lá". Obrigada pela oportunidade.

Você já sabe, eu sou a Carol. Assumimos agora esse desafio, nessa pasta, e, como foi falado ontem, para mim tem sido algo muito impactante pelo fato de eu conhecer a realidade, o resultado que isso pode alcançar e a realidade de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a senhora falou muito bem, realmente, a gente quer fazer muita coisa, porque nós estamos lá não apenas para um cargo, mas para fazer diferente, porque eu já dependi disso. Eu não fui atleta, não, mas eu joguei vôlei e me formei com bolsa de escola. As minhas filhas hoje participam de um projeto social de voleibol, não incentivado, mas um projeto social. E eu vejo como isso é um diferencial para quem realmente precisa. E a Lei de Incentivo é isto: um projeto, um sistema que consegue chegar para todos e para todas, independentemente do tamanho da instituição, desde um projeto pequeno a um projeto de grande porte. Então, ele é o sistema mais democrático que existe no esporte.

Eu fico feliz por essa provocação, por a senhora também estar nos ajudando, por o Congresso, em si, estar nos ajudando. A Câmara Federal está fazendo um trabalho excelente, ali, na pessoa da Deputada Laura Carneiro, que está à frente da Comissão. Ela está engajada. Eu falei para ela que sou a fã dela, a número um, porque eu não a conhecia tão bem; sua eu já era, também, porque eu já te acompanhava. E há o Maurício do Vôlei, o nosso Deputado Federal, também, que está engajado na aprovação dessa lei, que é a nossa pauta hoje. Sei que precisa de melhorias, sei que precisa avançar.

Enquanto diretoria da Lei de Incentivo, o nosso time é um gigante. Eu imaginava que a Lei de Incentivo seria aquele andar todo do anexo do Sudoeste, mas não é: nós somos um time apenas, com aproximadamente 50 pessoas. É um desafio pela demanda que nós temos, mas temos feito um milagre porque, anteriormente, nós éramos secretaria; agora, passamos a ser diretoria. Eu não procurei saber e entender o porquê, mas a nossa meta é a de votar é ser secretaria porque precisamos de cargos efetivos, cargos comissionados que têm o poder de assinar, e hoje nós não temos – isso eu vou falar mais para a frente, só estou antecipando, porque isso é uma queixa e é uma causa. Inclusive, esse documento que nós recebemos pauta mais isso, uma das coisas que causam essa demora toda.

E eu quero também agradecer aos nossos amigos que estão aqui presentes. Os nossos representantes desses órgãos que estão aqui e que já trabalham, proponentes, instituições, que estão nos apoiando e que, em todas as audiências, estão presentes conosco.

Eu trouxe um eslaide e vou ser bem rápida também, bem prática, e tentar falar aquilo que vocês já sabem, resumir para contextualizar tudo isso que nós estamos aqui falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério do Esporte...

Vou pedir aqui o nosso amigo. Muito obrigada. Onde é que é? Aqui? Tá.

Vamos lá.

Sabemos que a Lei de Incentivo é uma promoção. Trabalhamos com promoção e com prevenção. (*Pausa.*)

Ah, tá. Foi demais. Calma. É que é bem sensível.

Vamos lá.

Nós sabemos já que ela existe desde 2007. A Lei 11.438 permite, de forma legal, que os valores devidos ao Imposto de Renda venham a ser aportados para projetos sociais cadastrados e chancelados pelo Ministério do Esporte, em que estão 2% para a pessoa jurídica e 7% para pessoa física. São as pessoas que podem estar aportando esse percentual nos projetos de esporte.

Eles podem escolher três tipos de manifestações de participação de rendimento ou educacional, tanto para desportivos quanto para desportivas, ampliando, assim, o desenvolvimento e o acesso da população ao esporte. É este o objetivo principal: facilitar e desenvolver o acesso da população lá da ponta ao esporte.

Para isso acontecer, para que esse esporte chegue lá, para que a população tenha acesso a esse esporte, precisamos de três atores, e esses três atores precisam funcionar conectados, alinhados e com a mesma linguagem. É aí onde nós temos as brechas, as dificuldades para que aconteça. Não adianta só as instituições funcionarem se o Governo não fizer a sua parte, se os patrocinadores não fizerem a sua parte.

Então, eu sempre falo que esse processo está muito bom para a gente, de construção, de perenidade... Eu acho que está muito bom para a gente discutir, porque eu vejo todo mundo com a mente aberta, a mente de todo mundo está aberta. Então, não pode desistir, a gente tem que estar persistente mesmo, presente em tudo, para que cada esfera dessa venha a entender qual seu papel, para que cada esfera venha saber qual sua responsabilidade. Não é só a do ministério, é um contexto, porque não adianta nada o ministério fazer o seu trabalho corretamente, e vir um proponente cadastrando o projeto todo errado. Aí o patrocinador não cumpre a sua palavra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diante do seu projeto. Então, tem que ter um alinhamento não pensando no interesse individual, mas que tem que ser algo coletivo. O esporte se pensa coletivamente; no esporte, não se anda só. Ninguém constrói o esporte sozinho.

Não adianta você querer fazer um projeto, ter captações gigantescas, se não tiver o usuário. O projeto funciona? Não funciona. Então, todo mundo no esporte depende de todo mundo. O esporte é democrático até politicamente – não tem partido no esporte. No esporte, todo mundo está com o mesmo objetivo, e isso também é bom. Gente, o esporte une tudo e está em todas as áreas, em todas as esferas.

Então, temos as instituições, que atuam como agentes idealizadores dos projetos em busca de oferta de serviços de que a sociedade civil necessita. Temos o Governo, que representamos, que atua no papel de regulador, de articulador, fomentando e criando políticas de incentivo que vêm, realmente, atuar junto às instituições. E temos também os patrocinadores. Nós dependemos muito dos patrocinadores. Aí é outro desafio, Senadora, porque eles vão entender realmente que não há prejuízo, que não há nenhum tipo de prejuízo se eles aportarem no projeto de Lei de Incentivo; pelo contrário, só tem benefício. Temos testemunhos, e eu acho que pode ser uma próxima pauta. Já temos um projeto para trabalhar com isto, para trazer os investidores, para trazer as grandes, pequenas e médias empresas para entenderem que não tem prejuízo, que a Receita Federal não quer investigar, não quer ir atrás da vida, que não vai prejudicá-los; pelo contrário, é a forma de divulgação da sua marca mais econômica e barata que existe.

Então, eu peço ajuda, no futuro, para a gente trabalhar com eles.

É isso.

O patrocinador, com recursos, vai aportar e executar projetos tanto esportivos, quanto paradesportivos. (*Pausa.*)

Está sem pilha, bateria? O que é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Ah! Se você quiser ir passando aí, pode ser, viu? A gente vai na sintonia. Você vai lendo o meu pensamento. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos alguns impactos sociais, e esses impactos sociais são fatos, realidade. Eu acho que vocês aqui, na mesa, já tiveram a oportunidade de presenciar o impacto. Pessoalmente, eu vi o impacto na minha vida pessoal, o impacto na minha família – um impacto positivo –, porque, para as minhas filhas participarem do projeto, elas têm que estar matriculadas, têm que estar reguladas. Então, imagina o Brasil tendo esse incentivo na educação.

Menor evasão, porque descobre-se no esporte uma motivação, e há aquela obrigatoriedade de estar estudando. Com certeza, ninguém vai deixar de ir para a escola para não perder o seu esporte. Melhor rendimento, porque trabalha mente, o trabalhar em equipe, ensina você a se motivar, a cair e levantar. Então, na vida de um adolescente, de uma criança, isso é muito importante. E, no esporte, naquele projeto, eles vão aprender isso, principalmente o trabalhar em equipe e ir atrás dos seus próprios desejos, dos seus sonhos, porque um projeto desses, o esporte, ele gera sonho. A pessoa se encontra, vê uma referência e luta por aquilo ali.

E a educação tem que andar junto, porque nós não podemos aceitar mais que um atleta termine a sua carreira sem um curso superior, sem formação acadêmica. Vai viver de quê? Eu vejo o problema de grandes atletas que hoje não são mais, mas têm uma história, que estão sem nenhum tipo de recurso. Nem todos têm a sorte ou a oportunidade de saírem dali e se tornarem políticos ou de terem um projeto social com ótimos captadores. Nem todos têm essa oportunidade. Então, a educação tem que ser o foco desse povo.

A saúde, porque diminuem as mortes naturais. O esporte entra na saúde e cura; as internações, porque você vai estar trabalhando principalmente a questão mental, porque a pessoa com problemas psicológicos consegue achar uma esperança no esporte; o atendimento emergencial; e a reabilitação. O esporte faz isso, o esporte reabilita. Então, nós temos vários projetos com esporte, por exemplo, nas APAEs, que hoje trabalham na reabilitação. Já tem estudos comprovados de que o esporte está curando. Está sendo a terapia do pessoal com deficiência que está trazendo mais cura.

Inserção também socioeconômica: dá mais produtividade no trabalho, financiamento do esporte e valorização das marcas. Eu sei que nem todas as marcas têm a intenção de aparecer tanto assim. Para essas de médio e pequeno porte, às vezes, o objetivo é outro, o de só estar ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudando aquele grupo, aquele time, mas, quer queira ou não, você está no social, você está participando, você está ajudando a vida de alguém. Então, isso é muito importante.

Pode passar.

E eu trouxe aqui alguns números para gente entender hoje a nossa realidade. Não dá para trazer tudo, porque a nossa audiência tem um certo tempo, mas, para a gente se atualizar e tentar, eu quero que você comece a imaginar na sua mente e a idealizar esses números, as projeções, a realidade de hoje, para, no fim, a gente ver a nossa situação e por que tantas reclamações.

Em 2022, nós tivemos, aproximadamente, 3.042 projetos apresentados, o.k.? Passou-se um ano, o de 2023, e tivemos 5.883 projetos cadastrados. Nós éramos já diretoria. Enquanto éramos secretaria, tínhamos mais pessoas, tínhamos mais cargos comissionados, que poderiam finalizar e assinar. Então, aumentou-se a quantidade de projetos cadastrados, e hoje nós temos menos servidores. Continuamos com o quadro de 95% de terceirizados, que só analisam, avaliam os projetos, e apenas três coordenadores, que podem assinar e validar para que o processo continue. Quer dizer, aumentou muito.

E, quando chegou 2024, Senadora, nós subimos para 6.664 projetos apresentados, com a mesma equipe de 2024, com apenas três coordenadores assinando, sendo diretoria, com poderes limitados, ligada à Sneaelis – que tem nos apoiado muito... Eu deixo meu registro ao Secretário Paulo, que tem feito um trabalho excelente, tem nos escutado. Ele tem feito tudo, junto com o Ministro, para tentar melhorar, nos apoiando. Com toda dificuldade que tem ali, ele tem sido um herói, mas isso ainda é pouco – ainda é pouco –, pela nossa visibilidade. Em 2024, houve acréscimo de 781 projetos em relação a 2023 e 3.508 projetos de manifestação educacional. Quer dizer, a educacional aumentou muito – aumentou muito. Então, que bom que os proponentes estão voltados para esta área, estão voltados para a questão educacional, que é importante.

Se você vir a subida, você vê o alcance que a Lei de Incentivo está tendo, que é incrível! Isso quer dizer que quanto mais projetos apresentados, mais vidas alcançadas, mais recurso entrando, e a equipe que faz isso está só diminuindo. Isso é muito injusto.

Então, eu quero aqui clamar, para todos que estejam nos escutando, o nosso grito de desespero, pedindo socorro, porque a Lei de Incentivo é a esperança. Eu sempre falo, e essa é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma fala do Ministro mesmo, que também tem se empenhado... O Ministro Fufuca não é um ex-atleta – eu acho que ele não é –, mas é um político, é da área da saúde e tem feito um trabalho excelente!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Não é um Ministro de gabinete, é um Ministro de rua. E isso tem nos ajudado.

Pode passar.

E aqui nós temos as regiões em que temos projetos apresentados. Se você vir, o Brasil já está sendo totalmente atingido e alcançado por projetos da Lei de Incentivo. Antes era só Sul, Sudeste...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – É, aumenta. Aumenta, porque tem projetos que são captados no Sul e se desenvolvem no Nordeste. Então, os polos triplicam isso daí. Isso é para você ver que hoje a visão está sendo aberta de todo o território brasileiro. Estamos trabalhando com projetos para aumentar mais ainda, alcançar mais o Nordeste.

E, em relação ao que era anteriormente no Norte e Nordeste, avançou-se muito, e precisa avançar mais. Lá é uma região rica, mas, ao mesmo tempo, pobre. Digo isso, porque eu sou nordestina. Sou do Piauí, uma terra rica, mas, ao mesmo tempo, pobre e cheia de talentos. Então, eu sou defensora do Nordeste e sei que lá tem pessoas capacitadas carentes, que precisam, mas falta capacitação para proponentes. A gente precisa avançar nisso. Eu também tenho um projeto de capacitação *online* para chegar a esse público. Se você vir, o nosso Brasil todo está clamando por socorro através de projetos da Lei de Incentivo.

Pode passar.

Recursos captados. Olhem só, se o ministério, Senadora, fechar, se o Presidente disser "não tenho mais recurso nenhum para o Ministério do Esporte", a gente continua sobrevivendo, a Lei de Incentivo continua, porque a gente depende de dinheiro do povo. Claro que é o dinheiro do público, dos empresários, que vai para os cofres públicos, mas volta para a gente. Já conseguimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de R$1 bilhão – mais de R$1 bilhão! – e, como a nossa querida amiga Ana falou, isso é apenas 1%. Isso não é nada, gente! O que é 1% lá dos cofres do Governo, para a relevância, a grandiosidade do resultado que o esporte traz? Não é nada, deveriam ser 2%, 3%, porque a gente faz, muitas vezes, o que o Estado não faz; ou melhor: nós fazemos o que o Estado não faz.

Essa é a Lei de Incentivo. A Lei de Incentivo é vida; ela tem vida, ela tem pernas próprias. Então, ela não pode, jamais, ser extinta; ela tem que ser validada, porque, uma vez validada, uma vez sendo perene, a gente vai ter mais força para trabalhar, para argumentar, para convencer o empresário. Não podemos deixar essa bola cair.

Próximo.

Eu estou encerrando, Senadora.

Recursos captados em 2025. Para vocês terem uma ideia – a janela abre em fevereiro e encerra em setembro –, de fevereiro para cá, nós tivemos quase 3 mil projetos cadastrados; 3 mil ou 2 mil – não é isso, minhas assessoras? – cadastrados. A quantidade de ATO já feita, liberada foi mais do que a do ano passado todo! Então, nós estamos trabalhando com nosso corpo de colaboradores... Eu estou tentando trabalhar mais a questão de motivação, de empenho, de garra, porque eles não querem mais nada do que isso, e eles estão, assim mesmo, empolgados. Eu tiro o chapéu para todos da Lei de Incentivo, porque são todos terceirizados e estão lá empenhados para trabalhar.

Conseguimos já alcançar, na questão de ATO, que é a segunda etapa, um valor bem considerável: R$143 milhões captados; 843 projetos; 1.367 incentivadores, pessoa física ou jurídica. A física também está aumentando, e fico feliz com isso, porque é a população. Você pode ser um patrocinador. Você que está aqui sentado, você que está nos ouvindo, você pode ser um patrocinador, sim. "Ah, mas é pouquinho" – mas ajuda, isso ajuda muito!

Já foram captados, na Lei de Incentivo, desde a sua criação até hoje, mais de R$6 bilhões. Isso é muito interessante. Os números falam. Então, por que não ser perene? Por que este Congresso não nos escutar e não votar, todo mundo alinhado, em acordo, para que isso realmente, de fato, aconteça? Não tem nada negativo.

Continue, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projetos executados. Falamos já um pouco sobre isso, mas é só para vocês terem uma ideia de que executados... De fato, aconteceu, com prestação de conta, pessoas sendo alcançadas, fotos, vídeos que comprovem, sabem? São pessoas sendo alcançadas. Em 2024, tivemos 2.072 projetos sendo executados – isso é executado! –, fora os que estão ainda naquele trâmite do processo, começando. Então, foram mais de 5 mil projetos executados nos últimos três anos. Gente, 5 mil projetos é muita coisa! Poderia ser melhor? Poderia ser mais? Poderia. Tem como ser mais? Tem, mas a gente precisa se unir; senão, a gente não consegue mais.

Próximo.

Público beneficiado. Olhem só, imaginem se a Lei de Incentivo não existisse, se isso não fosse uma forma de você contemplar projetos, patrociná-los: nós teríamos 1,4 milhão de pessoas sem terem acesso ao esporte. Eu gosto de olhar o inverso: imaginem 1,4 milhão de pessoas sem ir para uma quadra, sem ir para uma piscina... Nesse um milhão de pessoas, quantos atletas não já foram descobertos? Quantos talentos, quantas vidas não foram transformadas? Quantas famílias não melhoraram a questão econômica? Porque um filho, um atleta, um menino de 10, 12 anos consegue mudar a realidade da família toda, tirá-la da pobreza. Então, é isso que o esporte e a Lei de Incentivo fazem. São mais de 1,4 milhão de beneficiários.

O nosso objetivo aqui, com tudo isso, principalmente o do ministério, é que isso triplique, que chegue mais, que alcance mais, que se execute mais. É esse o nosso objetivo.

Próximo.

Informações gerais. Aqui eu quero pedir para que todos, depois, tenham acesso, porque nós temos o nosso Manual da Lei de Incentivo. Outro problema, Senadora, é a questão das instituições, dos proponentes que têm dificuldade em cadastrar projeto, têm muita dificuldade. Isso dificulta o nosso trabalho. Chegam muitos projetos com diligência, com erros, por falta de capacitação, por falta de técnico, pessoas que realmente entendam. Às vezes, na prática, o projeto é legal, funciona, mas, na hora de escrevê-lo, tem dificuldade. Então, a gente já tem um plano para capacitar esse pessoal, o próprio ministério, através de capacitações *online*, que são mais fáceis de chegar, e também parceria com algumas instituições que já fazem capacitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos a nossa cartilha, que ensina como cadastrar um projeto, quais são os documentos, onde procurar, tem *link* e o nosso sistema da Lei de Incentivo. Eu digo também que nosso sistema é novo, é um sistema que funciona, é fácil, dá para a gente acompanhar. Trabalhamos também via SEI, porque, como a Sra. Ana falou, a questão de sistematizar, informatizar é muito importante, porque hoje o mundo é tecnológico. Então, não creio que se vá dispensar a mão de obra humana, mas é importante, porque é preciso, e a tendência é aumentar.

Então, todas essas informações nós temos no nosso *site*. O que falta é as pessoas quererem entrar, abrir e ler. A informação está lá, é de fácil acesso. O sistema é autoexplicativo, você não consegue passar de fase sem preencher essa... Ele não deixa. Então, por que as pessoas também não procuram ler, informar-se, capacitar-se?

E nós estamos lá, Senadora, atendendo diariamente em reuniões presenciais e virtuais. A nossa solicitação – estão aqui as nossas assessoras que acompanham – é zerar as solicitações de reuniões. A gente está fazendo isso. E até quem chega lá sem agendar, estando desocupados, a gente está atendendo, para que sejam dirimidas essas dúvidas.

Próximo.

Nosso painel de transparência também é uma conquista nossa, feito pelos nossos técnicos, elaborado, que tem todas as informações necessárias. Claro, não é aquela atualização instantânea, mas está sempre atualizando. Você consegue ver as regiões em que existem mais projetos, os valores, quem são os patrocinadores, quais são os projetos. Se tem um investidor que não tem o projeto em mãos, mas quer aportar, ele pode ir ao nosso painel, ver quais são os projetos que estão aptos e pode entrar em contato, se for aquilo realmente que ele queira. Então, existe toda uma estrutura, uma informação para isso.

Só em 2024, nós tivemos 11 mil acessos. Queria que fosse mais, porque a gente não pode se conformar. No esporte, a gente não pode se conformar com o que nós temos, porque a gente sabe que ele pode avançar. É como a Senadora falou: ela saiu do esporte, mas o esporte não saiu dela. Então, é uma bandeira que ela carrega até de geração em geração. Isso é importante.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós temos patrocinador e doador. Nós temos também um tutorial lá na nossa página que explica como fazer, como acessar, como você descobrir qual o valor que pode ser deduzido, um *link* justamente com a Receita Federal, direto, lincado, para que você, entrando e colocando seus dados, tenha essa informação.

Próximo.

O passo a passo do projeto da LIE, gente, é bem prático. Ele não é difícil, é bem acessível. Existe um passo a passo, com as fases, as etapas. Realmente, nós temos essa solicitação de demora. Veja você que vai para o cadastro, admissibilidade, para captação de recursos... Existe esse passo a passo, Senadora, que depende do proponente, não depende mais da gente. Por exemplo, quando ele sai da admissibilidade, que ele foi para o *Diário Oficial*, o proponente tem dois anos para captar. Aí depende dele. Se ele for rápido e conseguir a captação, ele volta rápido; se não... O que acontece muito é que ele tem 178 dias para responder a diligência, e ele vai responder no último dia, perdendo o prazo. Aí eles dizem: "Ah, foi por causa de um dia", mas não foi um dia, foram 178 dias. Então, existe toda essa dificuldade, e a gente luta diariamente com cada proponente. Existe proponente, Senadora, que a gente diz: "Não, desisto, vou ligar". É assim. A gente tenta de todas as formas que o recurso saia e que o projeto aconteça.

Próximo.

Ações necessárias. Precisamos planejar mais, precisamos tentar mais, dialogar mais com os proponentes, com instituições, com as esferas governamentais. Precisamos nos sentar mais com os estados, precisamos dialogar mais com o setor empresarial. É um diálogo que tem que ser contínuo, que não pode parar, porque todo dia tem novidade, todo dia vai ter alterações.

Conhecer também a legislação SLI – no nosso *site* tem todas as ações, as resoluções –, a questão da documentação, com que a gente tem trabalhado muito, e verificar, porque um documento, uma vez errado, não tem como continuar.

O primeiro passo é admissibilidade. Esse primeiro passo é cara crachá, como a gente fala. Ali, elimina. Se tiver um documento errado, já não tem mais como, já vai ser arquivado. E lá na documentação fala: ata atualizada no estatuto, tudo pelo cartório, bonitinho. O.k., tem todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detalhes. Aí a pessoa vem e me apresenta uma ata vencida e vem questionar com a gente por que foi arquivado o projeto. Então, existe esse tipo de coisa.

Acompanhar os trâmites do processo no Mesp. Precisamos acompanhar. O proponente precisa estar acompanhando; atender os prazos das diligências. É solicitação nossa que as pessoas venham olhar o *e-mail,* porque a comunicação é via *e-mail*. Não tem nem perna para servir a telefone. É bom se tivesse uma equipe só para atender, mas não tem. É via *e-mail;* e organizar também a parte contábil, a prestação de contas, que é um desafio que termina atrapalhando.

Existe todo um contexto, um ciclo que tem que funcionar bem, para que a lei realmente aconteça de forma efetiva. Mas, para isso, o mais importante é termos a perenidade da nossa lei. Com ela, a gente consegue ter uma carta na manga.

As organizações da sociedade civil são o elo desses atores para possibilitar o sucesso dos projetos. Sem vocês, sociedade civil, a gente não consegue também trabalhar. Sem os usuários, a gente não consegue trabalhar.

Então, é isso.

Muito obrigada, e Deus abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Somos nós que agradecemos. (*Palmas.*)

Dra. Carolinne, só aproveitando a sua presença aqui, deixe-me perguntar: o que esse aumento no volume da apresentação dos projetos tem impactado na aprovação? A maior reclamação com relação às instituições é essa questão da aprovação. Mas o que o aumento desse volume tem impactado? Você poderia dizer se tem impactado e como tem impactado?

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Tem impactado, sim. Tem impactado, porque é a lei da demanda e da oferta.

Vamos lá. A quantidade de projetos está aumentando, está aumentando, está aumentando... A rotina está aumentando, as análises estão aumentando, e a nossa equipe está aqui. A nossa equipe continua a mesma.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Então, não tem como a gente aumentar a quantidade de análise, porque é uma análise que requer atenção, são números, são dados, tem que estar focado, concentrado, na frente do computador, aumentar essa demanda/oferta... Isso para que aconteça de uma forma correta e criteriosa, porque os órgãos de controle estão atentos, em cima da gente direto. Então, não posso passar nada errado, porque é o nome daquele funcionário, e todos prezam pelos seus nomes. "Ah, é criterioso demais, é demorado demais". Sim, porque nós estamos trabalhando com a Receita Federal, nós somos monitorados. Os próprios proponentes conversam entre si. A gente procura ter uma análise única. Quer queira ou não, é algo bem criterioso. Nós estamos sufocados, porque a demanda aumentou e a gente tem pouca coisa para ofertar, porque a gente está aqui, esmagado, as mesmas pessoas, fora aqueles que têm que tirar férias... Uma pessoa, quando adoece, é uma dificuldade. Agora, temos um coordenador de férias, e é um sufoco – é um sufoco!

O que acontece? Passa por cada etapa daquela, e os técnicos vão avaliando. Avaliou? Aí vem para a caixa de entrada do coordenador de admissibilidade. Chegaram lá 30, 40, 50. Ele tem que olhar um por um para, ao final, assinar e passar para mim. Então, o impacto é a demora nas análises.

Quando eu estou na lista analisando um, que tem uma falha, um problema, o que acontece? Devolve, manda um *e-mail* para a instituição, e já volta para trás aquele projeto. É uma questão mesmo de atraso na demanda. E, com certeza, se atrasar o processo de encaminhamento do projeto, atrapalha, porque alguns já têm prazo para executar, tem que pedir para prorrogar um pouco o prazo. Tem patrocinadores que já botam o aporte e já querem logo ver, não querem saber se está demorando, ficam pressionando o proponente para que aconteça.

Nós temos uma reunião... A reunião da comissão acontece mensalmente. Após passar pelos nossos técnicos, vai para a reunião, que é feita com a Presidente da comissão e tudo. Ela fala direitinho, legaliza e sai no *Diário Oficial*. Seria bom ter duas reuniões? Seria, agilizaria, mas como fazer duas reuniões se eu não tenho pessoas suficientes para analisar? Então, se, numa reunião mensal, eu consigo colocar 200 projetos, eu iria só quebrar cem e cem, porque vai ser o mesmo corpo, a mesma equipe. Então, nós temos que aumentar a nossa equipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu falo que a gente era secretaria, quando... Eu não sei explicar bem porque eu não estudei muito bem sobre esse trâmite, até porque a gente está montando uma equipe técnica ali para fazer um estudo de redirecionamento, de reorganização da nossa secretaria, mas, como secretaria, nós perdemos praticamente três ou quatro cargos comissionados, que assinavam, então, já facilitava, e não temos isso.

Eu não posso também ficar fazendo pressão. Só digo: "Rapazes, vão ao banheiro, vão respirar fundo, vão beber água", porque não tem quem aguente ficar diante na tela 24 horas. Então, isso impacta realmente, é uma realidade. Eu fico triste em reconhecer isso, mas é a nossa realidade de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Outra coisa, só uma pergunta: você falou de R$1 bilhão no ano passado, não é? E até o momento vocês liberaram R$143 milhões. Está pouco, em comparação com o ano passado. Eu gostaria de saber por quê?

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Por causa da questão de análise mesmo, a demora na análise. A análise vai passando... Para chegar à fase de receber já, em que a gente abre a conta, que faz a chancela bonitinha, até ali o processo está demorando muito. Os nossos prazos de análise, em vez de diminuírem, estão aumentando: 180 dias é muito tempo, mas não tem outro caminho.

Como eu falei, tem proponente, tem investidor que já está chateado, porque investiu, o dinheiro está lá, e não está acontecendo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E já houve requerimento, pedido do ministério para o Governo com relação a esse déficit de pessoal para análise? Só para saber. Até peço desculpas. Não quero expô-la.

Na verdade, é uma preocupação, porque nós estamos perdendo investimentos na área esportiva, e a gente tem que resolver. Se, em um ano, a gente conseguiu liberar, captar R$1 bilhão, e a gente está na metade do ano e só conseguiu até agora R$143 milhões, é preocupante. A gente tem que entender o que está falhando e por que está falhando. É só pessoal? Enfim, a gente tem que procurar saber onde estão os gargalos e em que a gente pode ajudar como Poder Legislativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto ao Governo, até porque eu sei que você entrou agora. Você tem pouco tempo de análise, mas é importante a gente procurar entender.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – É importante demais.

Fico feliz com a fala da senhora. Fico feliz com a provocação.

Fiquei muito agradecida às instituições que assinaram aquela reivindicação, manifestação, porque isso nos ajuda.

O Ministro Fufuca está a par de tudo. Esse documento foi entregue nas mãos dele. Ele se sentou com o secretário, nos repassou, pediu a nossa manifestação. Nós entregamos para ele.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Inclusive, eu reconheço que o Paulo Henrique, o Secretário... Eu estive várias vezes com ele. Eu entendo bem. Ele já comentou comigo essa dificuldade do quadro mesmo e que vocês estão trabalhando no limite. Eu realmente reconheço isso. É mais para o entendimento – inclusive, parabenizando o trabalho de todos vocês – de em que sentido nós podemos ajudar a avançar na análise desses projetos que são importantes.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Verdade.

O Ministro está a par de tudo. Esse documento chegou às mãos dele. Ele nos repassou. Nós nos manifestamos.

Ontem, eu conversei com o Secretário-Executivo, e ele não entrou em detalhes, mas a gente está cobrando, inclusive. Eu estou até sendo um pouco chata porque eu estou batendo muito nessa tecla, mas tem que ser.

Eles estão estudando uma forma de como organizar, de como reestruturar, se permanece a Snealis, se é ligada ao Ministro, se volta a ser secretaria, porque é todo um remanejamento de pessoal, são cargos. Há possibilidade de pegar os cargos que estão em desuso, de juntar com outros para poder formar, porque há toda uma questão dos números, do percentual. Então, é todo um estudo que eles estão fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se ele já argumentou com o Presidente da República, com a Casa Civil? Eu creio que sim – eu creio que sim –, porque isso já está nos holofotes. Já está tendo muita reclamação, já saiu da nossa sala, já está todo mundo se manifestando. Isso é importante para que aconteça.

Eu falei com o Secretário ontem, no evento que tivemos da comenda que entregamos aos dez melhores incentivadores. Lá, foi falado isso também.

Senadora, quero dar a garantia a vocês de que nós estamos trabalhando. Nós estamos em cima. O Ministro está do nosso lado. Com as limitações dele, ele está cobrando do Poder Executivo, está dialogando com a Casa Civil, e dependemos deles. Com a força de vocês, a gente se fortalece mais.

Então, com essa força que vem de vocês, a gente vai ter outra conversa para a gente atualizar em que pé está e como será o nosso discurso para, juntos, a gente conquistar isto: aumentar o número de pessoal e também sistematizar. Eu acho que, informatizando, ajuda muito também.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Dra. Carolinne.

Eu queria registrar a presença aqui da Roseane Estrela, que é do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. Seja muito bem-vinda. A Roseane está sempre aqui conosco nas audiências, na Comissão. Seja bem-vinda.

Vou passar a palavra, agora, para o Sr. William Fernando de Oliveira, que é o Diretor Executivo da Rede Esporte pela Mudança Social (Rems).

Seja bem-vindo, William.

O SR. WILLIAM FERNANDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia.

Primeiro, obrigado pelo convite, Senadora Leila. Vou falar depois da Ana Moser, que já tem uma história no nosso país em defesa do esporte, e trabalhamos muito juntos, tendo a Leila como técnica – estou me imaginando aqui como numa quadra, não é? E com a Diretora Carolinne.

Prazer, Carolinne. Você já conheceu o Nando, da Rede Esporte pela Mudança Social. É difícil de falar, viu? Vocês estão acostumadas. Dá uma tremida aqui, não é? Mas eu me ancoro no meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugar de fala. Acredito que todos aqui têm um lugar de fala. E eu falo aqui não em meu nome, mas em nome de quem eu represento – e evoco sempre a minha origem, que é o que me fortalece aqui.

Eu represento a Rede Esportes pela Mudança Social, da qual, como voluntário, já há muitos anos, atuo como Diretor Executivo, e também sou Diretor Executivo do Instituto Teko Porã, uma organização que atua em muitas periferias deste país. Como um sujeito periférico, sinto-me honrado de fazer essa representação.

A Rems é uma rede que reúne hoje mais de 129 organizações, que lutam para democratizar o acesso às atividades físicas e esportivas. A gente é formado por lideranças comunitárias. Então, trago sempre aqui a voz da Leila, lá de Poá, e do Sandro "Testinha"; da D. Neide, do Vida Corrida; do Alessandro "Seco", do Ajax, aqui de Brasília; da Jessyca, do Recife... A gente evoca aqui sempre essas lideranças que constroem também, na base comunitária, tudo isso que a Ana falou, tudo isso que a Carol, trouxe para a gente aqui.

Diante disso, a gente precisa reafirmar... Sempre quando a gente assume este microfone, acho que isso é muito importante – você é a nossa técnica aqui, e a gente está em jogo, não é? É muito importante a gente entender o papel de cada um, e a gente precisa reforçar que o esporte é um direito social e, enquanto direito social, a gente tem dois campos aqui. A gente tem uma política pública de Estado, que é a Lei de Incentivo... E aí eu trago três pontos para gente observar. Enquanto política pública de Estado, ela precisa ter cobertura ampla e precisa chegar neste Brasil todo, precisa ser contínua, precisa ser perene na sua oferta, precisa garantir acesso para todas as pessoas e precisa que esse acesso seja gratuito. A gente está falando de um direito social fundamental.

E é uma conclusão, com muitos estudos, o grande impacto que o esporte pode trazer, quando tem intencionalidade pedagógica; ou seja, o esporte, por si só, é bom, mas, quando ele tem intencionalidade pedagógica, pode, sim, promover uma educação libertária; pode, sim, promover o pensamento crítico, o exercício da cidadania... A gente pode ampliar em muitos aspectos, como já foi dito. De outro lado, a gente tem o papel das ONGs: primeiro, de promoção, ou seja, de efetivar esse direito. Então, a gente entra onde tem vazio de presença do Estado, e é assim que a gente se complementa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também tem um papel de controle social. Então, é papel das organizações da sociedade civil conferir as políticas públicas, se as metas e os objetivos estão sendo alcançados. E a gente sabe que as conferências que são previstas na nossa Constituição foram um caminho que culminaram na criação da Lei de Incentivo ao Esporte, para a gente ter um mecanismo de financiamento – conferências pelas quais muitos de nós aqui estivemos na luta, participando e defendendo, aprendendo a construir política pública no nosso país.

Mas tem outro papel também das ONGs, diante de um direito que não é efetivado, que é quando a gente precisa defender, quando a gente precisa entrar no sistema jurídico. E, aqui, a gente está falando de um direito social e está lutando para que, de fato, o Estado consiga garantir essa oferta contínua, essa cobertura ampla e esse acesso universal.

O desafio que a gente tem é o quarto ponto, que é a qualidade nesse atendimento.

Então, esse é um pouco do cenário que a gente queria trazer, do ponto de vista das organizações que operam a lei. Nós representamos, aqui, centenas de organizações.

A Ana trouxe uma história, enfim – é como se você estivesse em quadra e eu tivesse que entrar no lugar da Ana –, que até como Ministra pôde atuar. A gente sabe o quanto efetivar esse direito é fundamental, mas a gente queria trazer alguns pontos aqui, pensando na operacionalização da Lei de Incentivo, sobre a qual a gente já vem dialogando, não é, Carol?

O que a gente sente falta nesse jogo aqui, que é muito importante, é, sim, o Ministério da Fazenda e é, sim, a Casa Civil. Cada um tem um lugar de fala aqui, entendem? E a gente precisa desse olhar da Casa Civil, sim, e do Ministro da Economia. Por quê? A gente tem um estudo da FGV muito sério trazendo que, a cada R$1 investido no esporte, a gente tem um retorno do impacto social, que envolve educação, saúde, segurança pública, em R$8,59. Então, se a gente tem R$6,3 bilhões – bilhões, o.k.? – investidos desde quando a Lei de Incentivo foi lançada, lá em dezembro de 2006, a gente tem R$54,1 bilhões de retorno para o Brasil, entendem? Quando a gente está falando em investir em esporte de participação, em esporte educacional e em esporte de rendimento, a gente está falando que a gente está colocando dinheiro na própria economia; ou seja, a gente está investindo na vida da população. Por quê? De novo, o papel das ONGs não é lucro, entendem? Uma OSC (organização da sociedade civil) entrega e promove o quê? Direitos, ela efetiva direitos. E, quando a gente está atrelando esse direito às atividades físicas e esportivas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente está garantindo, para a criança, para o adolescente, para o jovem, para o adulto, para o idoso – e a gente está em um país que está cada vez mais envelhecendo –, um direito à vida, um direito a uma vida com dignidade.

Eu discordo de que o cenário econômico seja difícil. Eu discordo, Leila. Ele é difícil para quem, sendo o Brasil a décima economia mundial? Está difícil para quem? Está difícil para mim? Está difícil para você? Está difícil para a população? Está difícil para os Congressistas? A dificuldade econômica está em quem, sendo a décima economia mundial?

A gente está falando de menos de 1% de recurso da Lei de Incentivo ao Esporte, que é o que ela representa dos incentivos globais, que passam de R$800 bilhões, entende? Então, a gente pode criar uma imagem de que esse zero alguma coisa por cento da Lei de Incentivo ao Esporte, que tem um retorno de R$54 bilhões ao longo da sua história na economia brasileira, é uma migalha que cai; e, com essa migalha, a gente, as organizações conseguem fazer o milagre da multiplicação, diante de todo o impacto social que é gerado.

Dito isso, eu queria finalizar: a gente está junto com você, Carol, porque a gente entende o desafio. Eu toco projeto social, a Ana também, há mais de 20 anos, há 25 anos; de Lei de Incentivo, trabalhando com esporte, são 20 anos, com quase 20 anos aí da lei. E a gente aprendeu muita coisa, não é? A gente estuda, a gente organiza congresso, a gente mede esse impacto, a gente vai para universidade, a gente dialoga. As ONGs estão se aprimorando cada vez mais. A gente trabalha ensinando organizações a escreverem projeto e a gente tem um desafio de melhorar essa capacidade técnica, que é recurso humano. Não tem, não tem... Se eu tenho cinco núcleos e vou ter dez, vou precisar de mais cinco professores, de mais cinco educadores. Quando a gente está falando de esporte educacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLIAM FERNANDO DE OLIVEIRA – ... a gente hoje tem uma equipe multidisciplinar com psicólogo, com assistente social, com educador social. Diante da crise climática, a gente está olhando até a educação ambiental. A gente precisa aprimorar isso também. Por quê? Porque é o esporte com intencionalidade pedagógica. Então, essa capacidade técnica de análise, inclusive de qualificar essa análise, para compreender os problemas que nós enfrentamos no nosso Brasil, para que a Lei de Incentivo ao Esporte, trabalhando esse direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social, compreenda também essa necessidade... Essa capacidade técnica precisa de gente, e é preciso refinar o olhar.

As organizações da sociedade civil se colocam à disposição para a gente melhorar esse diálogo, para a gente ter mais na mesa, junto mesmo, para a gente olhar no olho, para a gente fortalecer as relações, porque eu acredito que a gente só constrói política pública quando a gente toma um chimarrão junto, quando a gente toma um café junto também. Isso é importante.

Tem outra questão... Eu já estou finalizando, Senadora. Eu lido com Lei de Incentivo há muitos anos, e a Ana também, mas eu não tive a sorte de ter dez anos com o mesmo patrocinador. Então, a gente lida com instabilidade com essa continuidade, do lado do patrocínio. Quem lida com Lei de Incentivo sabe que muitas organizações começaram e fecharam, porque é uma responsabilidade muito grande você manter uma equipe motivada, engajada, trabalhando ali. São trabalhadores, que precisam de dignidade.

Falando de projeto social, a gente lida, gente, com vulnerabilidade humana, com sofrimento humano, e quem lida com sofrimento humano, com trauma humano, com pessoas, num país com tanta desigualdade, lida com pessoas que estão machucadas. Esse educador, esse psicólogo e essa assistente social que estão lá também se machucam. A gente precisa cuidar dessas pessoas. Uma condição de trabalho digna precisa de estabilidade.

Então, do lado do patrocínio, já é um ambiente desafiador, ano a ano, você lutar para conseguir convencer o patrocinador, mas tem uma questão que é técnica, que é de aprovação técnica, que é a continuidade dos projetos, de que está demorando quatro, cinco meses a análise, entende? A Ana já citou uma lista aqui, e a gente vem conversando, dialogando, porque isso traz... Como é que você mantém a qualidade de um trabalho quando as pessoas... "Vai voltar o projeto ou não vai?" "Acabou meu seguro-desemprego." É muito complicado.

A gente está falando de uma política pública que tem um impacto social incrível. E a gente tem esse chamado, porque a Rems trabalha com esporte e desenvolvimento humano, então, com a priorização de projetos sociais que estão acontecendo em territórios de alta vulnerabilidade e eles precisam ser olhados com atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que os nossos amigos aqui realizam eventos também, e eu não sei nem como eles estão funcionando, porque evento tem prazo, tem data, tem campeonato, entende? Então, eu entendo, a gente está olhando... A gente é sistêmico aqui, está todo mundo, nesse sentido, jogando o mesmo jogo, né? E a gente entende o desafio, Carol: que precisa de gente, mas também precisa modernizar. Não é possível que, no Brasil, com tanta tecnologia, e a gente já está trabalhando com inteligência artificial nesse apoio, principalmente em processos de gestão, com universidades... Como a gente pode dialogar, com tanto conhecimento, ajudar nesse processo de análise, que é frio, fazer análise de texto, de procedimento, fazer separação de documentos, palavras? A gente tem esse desafio. A gente já sugeriu em documentos essa modernização.

Então, é muito importante... A gente deixa aqui, enquanto Rems, esses pontos como consideração, para que a gente possa... E os pontos com que a gente já vem, aqui, fazendo coro com atletas pelo Brasil enquanto Rems, não é possível que, quase 20 anos depois, nós estejamos discutindo, debatendo ainda, porque aqui a gente está falando de qualificar a lei, mas a lei pode acabar – a lei pode acabar. A gente devia estar falando de qualificação, de melhoria, de ampliar essa cobertura, essa continuidade de oferta.

Então, a gente precisa muito da sensibilização da Câmara e do Poder Executivo quanto ao que representa o investimento no esporte, o que ele traz de retorno, porque a gente não pode perder essa conquista. Isso é essencial – isso é essencial.

Finalizo dizendo: o esporte produz um bem material, ele tem medalha, tem troféu, mas produz um bem imaterial, subjetivo, de fortalecimento de identidade, de fortalecimento de sujeitos, de fortalecimento de autoconfiança em muitos meninos e meninas. Em nossas organizações – eu sei que no IEE tem, a gente também tem, no Teko Porã, em muitas organizações, lá na Dona Neide –, em muitas organizações, hoje, eu tenho jovens que são psicólogos, que são educadores físicos, internacionalistas, que começaram com a gente, estão atuando e querem trabalhar nessa agenda da vida, em que a gente acredita e com que a gente trabalha, e isso é muito bonito, esse bem imaterial de ver transformação de vida, de pessoas que acreditam mais em si mesmas e que encontraram esse espaço de convivência a partir dessa construção social e cultural que a prática esportiva gera em ambientes desafiadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está falando de territórios de alta vulnerabilidade em que a gente tem conflitos, sim; a gente tem a questão de drogas, sim; a gente tem saneamento básico precário, moradia precária, isso é fruto da nossa história – a gente não vai falar disso agora –, mas a gente está lá amparando, escutando, acolhendo. Então, esse resultado imaterial é incrível, e a gente o vive. Isso traz uma motivação muito grande e faz a gente trabalhar demais! É uma delícia trabalhar com isso, acreditando nessa agenda da vida, e é por isso que a gente não desiste.

Então, obrigado, Leila, pelo convite e por ter este espaço aqui para a gente trazer um pouco da visão da Rems e do nosso papel. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É importante a sua fala e a sua participação, até porque você traz uma visão daquele que está lá na base, tanto você como a Ana, acho que a maioria aqui.

Essa coisa do trabalho do terceiro setor, na verdade, é realizar esse trabalho, porque muitas vezes o Estado não chega. É ele que está lá, é aquele que cuida, que coordena aquele projetinho social ali, porque não tem polícia, não tem o Estado, não tem perspectiva nenhuma, mas vocês estão ali fazendo esse trabalho que deveria ser do Estado, e deveriam, sim, ser reconhecidos por esse trabalho, porque, como você falou, e falou muito bem, é a agenda da vida, é a agenda da esperança, porque muitas vezes naquele lugar já não tem mais. A gente sabe disso, é sobre isso.

Bom, eu vou passar a palavra agora para a Sra. Alessandra Teixeira de Teixeira, Gerente de Patrocínios – agora nós vamos ouvir uma visão importante neste debate – na Petrobras, que vai participar por videoconferência.

Bom dia, Sra. Alessandra. (*Pausa.*)

Bom dia, Alessandra! Está aberto já. O seu microfone é que está fechado. (*Pausa.*)

O seu microfone está desligado. (*Pausa.*)

Então, vamos partir para o presencial enquanto a Sra. Alessandra resolve a questão da internet dela.

Eu vou passar agora a palavra para o Sr. Wlamir Campos, que é o Presidente do Conselho de Administração da Confederação Brasileira de Atletismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WLAMIR LEANDRO MOTTA CAMPOS (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila.

Bom dia a todos e todas.

Primeiro, gostaria de agradecer este convite para a gente democratizar o conhecimento, democratizar este debate tão importante com todos os *stakeholders* desse assunto que carece de muita atenção, carece de muito cuidado. O trabalho que a senhora vem fazendo aqui na Comissão de Esporte do Senado é inspirador para todos nós que buscamos colocar sempre uma lente de aumento e luz no esporte.

Antes de iniciar, gostaria de pedir licença para fazer um registro. Na última terça-feira, o Brasil perdeu uma grande atleta. Nós nos despedimos da D. Wanda dos Santos, que foi a segunda atleta negra do Brasil a participar dos Jogos Olímpicos. Eu até me emociono porque tive o prazer e o privilégio de conviver muito tempo com ela. Ela disputou os jogos de Helsinque, em 1952, de Roma, em 1960, foi a maior vencedora do Troféu Brasil até hoje, 48 vezes campeã do Troféu Brasil, mas o que me toca muito é que a D. Wanda competiu até os 90 anos de idade. Ela faleceu aos 93 anos, agora, na última terça-feira, mas competiu até os 90 anos. Eu tive o prazer, o privilégio de acompanhar parte dessa jornada. Também imagino o que era ela, nascida em 1932, participar dos jogos olímpicos, uma mulher negra, periférica, de São Paulo, e o esporte abriu a visão dela para o mundo. Ela foi contemporânea do Adhemar Ferreira da Silva, treinavam juntos, com o mesmo treinador, o Dietrich. Ela foi atleta durante muito tempo do São Paulo Futebol Clube, e ela jamais parou. Ela estudou por conta do esporte, ela se dedicou a vida inteira, ela foi para a gestão, até quatro anos atrás ela fazia parte de um conselho da CBAt, mas competiu até os 90 anos. Eu tive o privilégio, ainda como Presidente da CBAt, de entregar uma medalha para ela. Ela foi campeã da Taça Brasil Master na categoria 90 anos. Ela fazia a prova de 80 metros com barreiras, que era sua principal prova, mas disputou o lançamento de disco. Ela falou: "Wlamir, eu não consigo correr mais, mas eu consigo lançar, eu não vou parar".

Então, nós nos despedimos dela na última terça-feira, uma pessoa que tem uma história fantástica, uma história muito linda. O atletismo deve muito à D. Wanda, o esporte deve muito. Então, me permita fazer este registro que eu acho extremamente importante. A senhora, que valoriza tanto isso, o papel da mulher, a importância, a dificuldade, hoje, de uma mulher ser atleta, imagine o que era isso. Imagine o que era isso, Ana, 90 anos atrás! E ela nos deixou agora. Repito:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais do que os feitos, duas participações em jogos olímpicos, quatro medalhas pan-americanas, ela levou isso até os 90 anos de idade. Então, é um exemplo, uma inspiração para todos nós.

Bom, eu acho extremamente importante, é o principal papel deste debate para mim, repito, colocar luz numa situação que não pode ser discutida apenas em momentos como este. A gestão esportiva, a política pública do esporte deve ser discutida permanentemente. É o que a senhora faz, mas, infelizmente, não é o que a sociedade faz, não é o que a maioria das organizações faz. Então, falta esse trabalho permanente, esse trabalho constante e, principalmente, desmistificar. Eu vejo muito, quando se fala do esporte, vários números que foram passados aqui nos mostram como falta informação e como o esporte é penalizado, como se fosse algo que impactaria negativamente. Não existe nenhum impacto negativo no esporte.

Para começar, para contextualizar, eu gostaria que fosse passado um vídeo.

Na semana passada, Senadora Leila e todos que nos acompanham, foi apresentado, a Sou do Esporte apresentou, na sede do Comitê Olímpico do Brasil, o PIB do Esporte, um trabalho fantástico. Inclusive, Senadora, sugiro à senhora a possibilidade de fazer uma audiência pública para apresentação do PIB do Esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Já foram convidados. No dia 15, nós teremos uma audiência pública para tratar dos vetos da Lei Geral aqui, em audiência pública, inclusive com o Ministério do Esporte, enfim. Muitos foram convidados. Também o trabalho que foi apresentado pela Sou do Esporte vai ser o início da audiência. Antes da audiência, eles vão apresentar o que foi apresentado no COB.

O SR. WLAMIR LEANDRO MOTTA CAMPOS – Maravilha. Perfeito.

Eu pedi autorização para a Sou do Esporte, para a Fabiana Bentes, para apresentar este vídeo, porque os números que o Will apresentou...

Já tem números atualizados, Will, e são muito maiores, muito mais impactantes.

Então, por gentileza, se puder passar o vídeo, eu agradeço.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WLAMIR LEANDRO MOTTA CAMPOS – É isso, né? Eu acho que esse vídeo contextualiza bem o que eu vou falar.

Eu comentava aqui com a minha amiga Ana Moser...

Que se registre – viu, Senadora Leila? –: a Ana Moser é do atletismo também. A Ana Moser foi para o vôlei depois. Ela era atleta do atletismo, ainda em Blumenau – meninota, né? Fazia a prova do heptatlo, a prova mais completa do atletismo feminino. Então, tivemos o prazer de contar aí com a Ana Moser como atleta.

Ana Moser falou em 1%, da renúncia fiscal, mas eu queria que fosse 1%. Não é. A renúncia fiscal da Lei de Incentivo corresponde a 0,2% da renúncia fiscal. Isso não são números que o Wlamir está falando. Isso são números que constam no Orçamento. O Orçamento Geral da União de 2025 prevê uma renúncia fiscal de R$544,47 bilhões, renúncia fiscal no Orçamento de 2025. Lei de Incentivo, 2024, R$1,6 bilhão, 0,20%.

Então, por favor, não há de se falar que a renúncia fiscal para o esporte – é um custo muito menor – vai quebrar o que quer que seja; ela não vai impactar jamais. E, repito, nós estamos falando de 0,20% de uma renúncia fiscal, e os números comprovam que esse recurso, fruto da renúncia fiscal, é reinjetado na economia, e volta até 20 vezes mais. Essa conta não fecha.

Nós precisamos desmistificar isso. Por quê? Porque se nós fizermos uma análise muito simplificada, nós concluímos, então, que, se nós aprovarmos, se este Parlamento aprovar a alteração da Lei de Incentivo ao Esporte para 3%, nós vamos impactar a renúncia fiscal em 0,30%, o que não é nada.

Então, se nós não tivermos a dimensão, a responsabilidade e a consciência de entender que 0,30% de renúncia fiscal pode transformar o esporte brasileiro e não impacta nada as contas, nós vamos dar uma virada de chave, mas eu acho que nós temos que, mais uma vez, colocar luz nisso, discutir de forma extremamente técnica, não nessa linguagem fácil: "Não, não se pode aumentar a lei porque vai quebrar, porque vai ter dificuldade, porque o Brasil está...", concordo com o Will: "passando por dificuldade fiscal". O.k., mas nós estamos falando do outro lado: o esporte é a maior ferramenta de inclusão e transformação social deste país, isso é inquestionável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A economia, foi falado aqui, Senadora Leila... O PIB do esporte corresponde a 1,69% no Brasil. É maior que o PIB da cultura, mas por que a cultura consegue mais recursos, mais aportes? Por que para a cultura é 4%? Por que a cultura as empresas privadas podem acessar? Porque ela é muito mais organizada que o esporte, essa é a grande verdade, muito mais mobilizada.

Nessa linha, também de forma propositiva, nós apresentamos, na última Assembleia do COB este ano, uma sugestão da criação de uma frente parlamentar: Brasil, uma nação esportiva. Estamos trabalhando neste momento nisso, num desenho do regulamento dessa frente parlamentar para que seja apresentada no Congresso, uma frente parlamentar mista, Senadora, porque nós precisamos de que todos estejamos na mesma página, como a senhora falou.

E aproveito, mais uma vez, esta oportunidade para convocar todos os atletas, ex-atletas, a fazerem esse engajamento. É hora de devolver ao esporte tudo que o esporte lhe deu. É hora de você ser luz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLIAM FERNANDO DE OLIVEIRA – ... para os jovens atletas que estão aí chegando. O mesmo nós fazemos com as confederações.

Quero mais uma vez parabenizar o COB; agora nós temos uma assessoria parlamentar aqui, o Pinheiro. Quero parabenizar o meu bom amigo, precursor de tudo isso, o Ricardo Vidal, Assessor de Relações Institucionais da CBAt em Brasília, o que nos orgulha muito, Senadora – nós falamos muito sobre isso; a senhora sempre fala da importância de as entidades estarem em Brasília.

Quando nós entendemos que 100% de tudo que nós fazemos depende deste Parlamento, que todas as leis, tudo que for positivado, passa por aqui, nós não podemos ser apenas sujeitos passivos, aguardando as normas para que nós façamos o enfrentamento delas; nós temos que ser sujeitos ativos na construção de todo o processo.

Então, mais uma vez, convido os treinadores, os atletas a se manifestarem publicamente. Isso é extremamente importante.

Foi falado aqui... Os números, Senadora, são questionáveis. A Secretária Carol falou em R$6,3 bilhões desde o início da Lei de Incentivo. "Ó, é muito recurso!" Não, é 1% da renúncia fiscal deste ano. Toda a história da Lei de Incentivo ao Esporte corresponde a 1,5% da renúncia fiscal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2025. Isso é nada. Pessoas impactadas: 1,4 milhão de pessoas. O número aparece muito, mas nós vivemos num Brasil gigante e nós estamos falando de 0,7% da população impactada. Então, a conta não fecha.

Nós temos muito a fazer, nós temos muito a crescer e nós temos toda possibilidade para isso. O importante são ações como essa que a senhora está fazendo de chamar todos para a mesa para apresentar propostas e desmistificar essa lógica, primeiro, de mercado. Tem muitas, muitas grandes empresas, principalmente, que têm receio de fazer aportes na Lei de Incentivo porque lá atrás foi falado: "Não, se você fizer o aporte vai ser mais fiscalizado". Isso não existe, é uma falácia. O recurso aportado através da Lei de Incentivo retorna não só para o esporte, mas para a sociedade, para um país melhor, mais justo para todos.

Um outro ponto extremamente importante, porque também um dos propósitos desta audiência pública é fazer proposições... A senhora falou da questão – e já parabenizo a audiência pública – de tratar de desenvolvimento. Eu sempre falo: ninguém nasce no alto rendimento. Todos precisam de oportunização. E ela se dá, 90%, através de um projeto social.

Quando eu assumi a CBAt, havia uma grande discussão, se falava: "Olha, a iniciação começa na escola, é papel da escola. A formação é papel do clube, federações e confederações entram no alto rendimento". Eu falei: "O.K. Estamos na Suíça". Que país é esse? Não é o nosso, onde o esporte tem... Hoje nós não temos nem a obrigatoriedade da Educação Física na escola, diferentemente de quando era o nosso tempo – o nosso tempo, não, o meu; o de vocês, não. Eu estou falando do alto dos meus quase 56 anos. Então, para o esporte, a escola era... Hoje não é, hoje precisa do terceiro setor, precisa dos projetos sociais. E para isso, na CBAt, nós criamos...

A CBAt é a terceira maior confederação olímpica do Brasil. Nós temos hoje 60 centros de formação do atletismo em 20 unidades da Federação onde nós apresentamos o esporte para crianças a partir de seis anos de idade. Porque o objetivo é este: você plantar a semente para que essa criança tenha os valores do esporte, aprenda os valores do esporte, que vão ser válidos para a vida toda. É muito simples: a criança que conhece o esporte não conhece a droga. Isso já é um caminho fantástico.

Nós fizemos, de forma propositiva também, o que eu acho que é um detalhe. Foi falado da burocracia, de como é burocrático o acesso à Lei de Incentivo. Mas tem que ser, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando de renúncia fiscal. É necessário que se tenha muita seriedade, que se tenha muito critério, que não se tenha oportunista, que não se tenha desvio de finalidade. Mas é necessário também capacitar a comunidade para que possa ter esse acesso.

A CBAt faz a sua parte, quer dizer, nós fazemos cursos de capacitação para as nossas federações, para a nossa comissão de atletas, para os nossos centrinhos. É aquela lógica de ensinar a pescar. Em vez de a CBAt sobrecarregar o Estado, não, nós ensinamos e preparamos todos os nossos *stakeholders* para que acessem a Lei de Incentivo.

A título de sugestão, Senadora, até com relação a esse viés do desenvolvimento e no campo das propostas, nós já apresentamos, a CBAt já apresentou formalmente ao Ministério do Esporte, em 2023, uma proposta de melhoria, de aperfeiçoamento da questão da Lei de Incentivo no seguinte propósito: por exemplo, corridas de rua. Hoje – hoje não, mas em 2021, em 2022 –, mais da metade dos recursos aportados na Lei de Incentivo eram para corridas de rua. É necessário a gente estabelecer uma contrapartida social, é necessário a gente colocar que parte desse recurso captado por um evento esportivo, que tem uma cobrança para isso, seja revertido para um projeto social, seja oportunizado. É uma construção extremamente simples, uma construção inclusiva e uma construção que retroalimenta o sistema.

O Will colocou isso de forma muito clara. Nós temos que colocar a lei de incentivo e os seus efeitos para impactar também quem não pode acessar a lei, que são aqueles menos favorecidos, dos pequenos projetos, que talvez não tenham uma grande estrutura, mas eu penso que é papel, sim, deste Parlamento também fazer esse aperfeiçoamento.

Da mesma forma, coloco também que parte da Lei de Incentivo nesse tipo de evento, como corridas de rua e outros eventos, parte, uma pequena parte seja reservada para a premiação dos atletas. Nós temos que gerar estímulos, nós temos muitos atletas que dependem disso. Então, a partir do momento em que está havendo uma renúncia fiscal, em que está sendo cobrada uma inscrição para isso, que também o atleta tenha esse estímulo de estar lá. Nós precisamos, mais uma vez, pensar em todo o sistema. Eu estou falando da base, daquele atletinha que precisa às vezes de uma inscrição numa corrida, de um tênis, de uma estrutura mínima num projeto social que pode ser subsidiado para isso, até aquele atleta que é um atleta de rendimento, que precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de estímulo, que precisa de um benefício para poder performar, porque o Brasil precisa de ídolos. Nós temos que pensar de ponta a ponta e, infelizmente, falta essa leitura.

Bom, concluo, então, a minha fala nesse sentido, agradecendo mais uma vez a oportunidade e chamando todos para esse debate. Nós não podemos ser o coitadinho. No esporte, o Will falou, nós não podemos viver de migalhas porque o esporte é gigante, nós estamos falando da ponta do *iceberg*. Eu não conheço um país que tenha tamanha resiliência, tamanho potencial atlético como o Brasil.

Nós precisamos, então, mais uma vez, entender o esporte como uma ferramenta de inclusão e transformação social, que pode transformar o país, para isso é necessário oportunizar. Sabemos que não podemos carregar nos governos, e aí eu falo, rodo o país conversando com os governos estaduais, federal e municipais. E aí vem uma curiosidade. Muitos Prefeitos falam: "Wlamir, eu não tenho recurso para o esporte, porque eu tenho a saúde, eu tenho a educação, eu tenho a segurança". Eu falei: "O.k., e o senhor entendeu que o esporte dialoga com todas essas vertentes, que a partir do momento"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WLAMIR LEANDRO MOTTA CAMPOS – ... "em que o senhor investir no esporte, o senhor estará contemplando tudo isso?".

Infelizmente, o que falta, no Brasil, é pensarmos o esporte como uma política pública.

Então, mais uma vez, parabenizo a senhora pelo requerimento.

Agradeço o convite. Para a Confederação Brasileira de Atletismo, é uma honra, um privilégio estarmos aqui. Estamos e estaremos sempre à disposição, somando esforços com todos. Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós é que agradecemos a participação, Wlamir, sempre presente aqui conosco nos debates. Agradeço a sua participação e a sua fala.

Vou passar a palavra agora...

A Sra. Alessandra Teixeira está disponível? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou passar a palavra agora, por videoconferência, à Sra. Alessandra Teixeira de Teixeira, Gerente de Patrocínios da Petrobras.

Seja muito bem-vinda, Sra. Alessandra!

A SRA. ALESSANDRA TEIXEIRA DE TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Obrigada.

Me ouvem agora?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, perfeitamente.

A SRA. ALESSANDRA TEIXEIRA DE TEIXEIRA – Que bom, que bom!

Senadora Leila, é um prazer revê-la. É uma honra muito grande para a Petrobras ter esse convite para participar de uma discussão tão importante quando a gente fala do investimento em esporte no nosso país.

A Petrobras é uma empresa de energia e que acredita muito nessa energia transformadora que o esporte tem, na capilaridade que ele tem e em todas as condições que ele proporciona para a nossa população, para o desenvolvimento do nosso país. Tem toda uma rede aí que se alimenta do investimento no esporte.

Então, agradeço, mais uma vez, o convite.

Cumprimento todos.

Quero dizer que todo esse diálogo, até agora, tem sido de muita validade para a Petrobras, sem dúvida, para a gente aprimorar cada vez mais o nosso processo.

Aqui na Petrobras nós temos duas áreas que investem em patrocínio. Eu estou representando a companhia e sou da área dos patrocínios de comunicação. Então, na minha área, nós trabalhamos com os patrocínios de esporte, de cultura, de negócios e de tecnologia. E nós temos também uma outra área que realiza patrocínios que é a área de responsabilidade social,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que estão os nossos investimentos em projetos sociais e projetos ambientais. Essa é outra área na companhia que usa muito, também, a Lei de Incentivo ao Esporte.

Hoje, na carteira da responsabilidade social, a gente soma mais de (*Falha no áudio.*) ... em investimentos em projetos sociais que usam a Lei de Incentivo. É claro, esse é um valor que não é concentrado só no ano de 2025, mas distribuído ao longo de quatro, cinco anos, que são os períodos de vigência desses projetos.

Esses projetos vêm, os de responsabilidade social, de um edital que a companhia realizou em 2023, 2024, e agora, então, vêm com essas contratações acontecendo, edital esse que teve muita participação do Ministério do Esporte no seu conteúdo, na sua formatação, nesse pensamento.

Especificamente aqui, a área de comunicação, nós passamos por um período em que a nossa gerência de patrocínio esportivo não esteve tão em evidência por conta de que os investimentos foram menores, em função do cenário. Desde 2023, 2024, a gente vem, então, retomando o nosso patrocínio em esporte aqui na área de comunicação, inclusive com a criação de uma gerência específica para tratar de patrocínio esportivo. Essa gerência fica ligada à minha aqui, ligada à Gerência de Patrocínios. Então, a gente começa uma caminhada nessa retomada de investimento ao patrocínio de esporte.

Até então, até 2023, nós tínhamos o Time Petrobras, que é um patrocínio muito importante, que tem toda uma relação de carinho, inclusive, com a Petrobras. É o nosso time de atletas olímpicos, que inclusive, nas últimas Olimpíadas, nos deu muito orgulho e nos trouxe bons resultados. E, para além dos bons resultados que os atletas trazem, o investimento da Petrobras também é na formação e na caminhada do atleta, então aquele atleta que ainda não medalhou, que ainda não foi convocado também é parte do nosso time, e ele é uma parte muito importante, com que a Petrobras busca estar junto nessa caminhada.

Então, nós temos esse projeto, que é a cada ciclo olímpico, e hoje estamos investindo muito, também, no futebol feminino; estamos começando com esse investimento.

Ano passado, já tivemos um patrocínio com a Federação Paulista de Futebol; este ano, continuamos, agora ampliando essa carteira, entendendo muito a importância do futebol

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feminino, quando nós estamos resgatando e trazendo valores que são valores muito caros e muito importantes para a Petrobras, como falar em igualdade racial, falar em não discriminação, falar em igualdade de gênero... Enfim, a gente sabe o quanto o esporte nos possibilita trabalhar com todos esses valores, muito reconhecidos por nós.

Hoje, a nossa área, aqui, de comunicação... Como eu falei, a gente está começando; é um começo, agora, como uma área que foi recentemente criada. Nós temos hoje um patrocínio nosso que está usando a Lei de Incentivo ao Esporte, que é um patrocínio de esporte motor, que é da F4, uma porta de entrada para a formação de pilotos para, depois, Fórmula 1, enfim, e outras categorias. A F4 é a categoria que vem após o *kart* e entendemos que ela é muito importante para o desenvolvimento desses atletas, assim como tem uma importância grande para a Petrobras, quando a gente fala diretamente com os nossos produtos. Esporte motor é um segmento muito importante para nós, em função do nosso produto, no qual a gente consegue, então, mostrar ainda mais para a sociedade o nosso papel como líder na transição energética justa, oferecendo cada vez mais produtos com melhor qualidade, produtos com a descarbonização como uma premissa. Então, uma categoria muito importante.

Além disso, nós trabalhamos com esporte de participação, esporte de rendimento e esporte e movimento, que são eixos nossos onde a gente consegue trabalhar, então, com futebol, com o Time Petrobras. Estamos buscando desenvolver outras categorias de patrocínio que tenham uma capilaridade maior e possam abarcar cidades menores também. A gente está trabalhando nessa organização e olhando também para inovação. A inovação é muito importante para a Petrobras, como uma empresa que é inovadora e que tem a inovação na sua essência, até por conta de todos os nossos projetos e todas as entregas que a gente faz para a sociedade. Então, a gente também está querendo olhar o esporte quando conversa com esses segmentos.

Sob o olhar do patrocinador, entendo que cabe aqui o registro da importância da Lei de Incentivo ao Esporte, da importância das leis de incentivo, uma vez que elas possibilitam um maior investimento das empresas. Elas trazem uma grande segurança também para as empresas nesses investimentos, porque reconhecemos a seriedade e a competência com que essas análises dos projetos são tratadas. E já ouvimos várias falas aqui, várias apresentações que trazem, que só reforçam a importância e a seriedade com que se trabalha nesse setor, avaliando todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nuances, todas as possibilidades com que a empresa, então, pode atuar, pode trabalhar, usando projetos incentivados.

Então, a Lei de Incentivo ao Esporte é muito importante. Os nossos dados mostram a relevância que a Petrobras vê nesse processo. E estamos com a área de responsabilidade social já trabalhando há mais tempo e usando um volume de recursos maior, mas também aqui, na área de comunicação, onde nós temos esse outro recorte de investimentos da Petrobras, a gente também começa uma caminhada e, nesse começo de caminhada, já temos essa parceria com a Lei de Incentivo ao Esporte, que viabiliza, de fato, que a gente consiga fazer, como eu já disse, investimentos maiores, que são importantes.

O patrocínio, acima de tudo, é uma relação onde o patrocinador busca associar à sua marca os atributos que aquele projeto, que aquela iniciativa trazem e que vêm somar à imagem da empresa patrocinadora, que vêm trazer benefícios para a empresa patrocinadora. São benefícios para a marca, obviamente, quando a gente fala de uma empresa, mas, para além disso, uma convergência de valores, de credos e de entendimentos da importância do papel da empresa no desenvolvimento do país, do papel da empresa com o retorno para a sociedade, a partir de todas as suas ações realizadas.

A gente entende que, quanto mais as grandes empresas investem em projetos que usam as leis de incentivo, que estão investindo no esporte, mostrando toda a relevância e importância que se vê no esporte, a gente consegue trazer cada vez mais uma visibilidade maior para as modalidades que estão recebendo o investimento. Com isso, a gente apoia também uma formação de torcida, uma formação de público que se engaja com essa mensagem tão positiva que o esporte, de um modo geral, passa para toda a sociedade nos seus diferentes públicos, nos seus diferentes segmentos de interesse. Então, nós vemos sempre a importância do patrocínio quando ele vem com chancelas, com olhares aí como das leis de incentivo, como de outros órgãos que estão trabalhando na promoção do esporte, nas suas diferentes modalidades, nas suas diferentes categorias, que trazem a seriedade, a importância e o respaldo todo para as empresas que investem.

Então, nós vemos aí sempre como uma grande oportunidade. E também quando grandes empresas começam a ter esse investimento, um investimento de longo prazo, a gente acaba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também motivando, fazendo com que outras empresas tenham esse interesse e percebam a importância desses investimentos, porque a gente vê, acima de tudo, que o esporte é um grande agregador. Tanto num patrocínio que seja de comunicação, quanto num patrocínio que tem o viés social mais forte, a gente vê como um grande agregador, um grande impulsionador de desenvolvimento, inclusive pessoal, do atleta, do jovem que está sendo atendido e que tem a possibilidade de ver no esporte um grande caminho para a sua transformação, para a sua autonomia.

De um modo geral, essas são as informações que a gente traz aqui da Petrobras, registrando a importância desse tipo de debate para as empresas, para a sociedade, uma vez que a gente consegue identificar sempre oportunidades em que a nossa atuação como patrocinador pode ser aprimorada, em que a gente pode vislumbrar outros caminhos, outros olhares, mas lembrando sempre da importância que é os projetos terem uma aderência e uma convergência com os valores e com as estratégias do patrocinador.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Dra. Alessandra, primeiro, assim, quero dizer que nós do esporte rendemos agradecimentos à parceria, que é de longa data, da Petrobras com o esporte brasileiro.

Enfim, quero agradecer a sua explanação, a visão do patrocinador, que é fundamental, entendendo a importância da Lei de Incentivo e dessa parceria com o Estado, com as instituições, acima de tudo, com a sociedade civil, com o terceiro setor e com todos aqueles que estão juntos e envolvidos nesse trabalho com relação ao esporte.

Então, quero agradecer a participação da Petrobras. Nós vamos chamá-la mais vezes ainda. Nós teremos algumas audiências aqui importantes e estratégicas com relação à Lei de Incentivo e, com certeza, vamos convidar nesses momentos a Petrobras para dar sua visão e apresentar todo o trabalho que vem desenvolvendo no esporte brasileiro.

Muito obrigada.

Eu vou passar a palavra agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada. Um beijo.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Marco Aurélio de Sá Ribeiro, que é o Diretor-Secretário e CEO da Confederação Brasileira de Vela. Essa é uma das modalidades que muito nos enche de orgulho, porque sempre construiu grandes atletas, grandes heróis olímpicos.

Seja muito bem-vindo, Dr. Marco Aurélio!

O SR. MARCO AURÉLIO DE SÁ RIBEIRO (Para expor.) – Muito obrigado.

Muito obrigado, Senadora Leila, primeiro, pelo convite. Agradeço a esta Comissão pelo convite feito à CBVela e à minha pessoa para estar aqui. Tenho o privilégio de ser – acho que sou – o último a falar; então, vou procurar ser breve.

A avaliação que a gente faz é que dificilmente a gente vai ter algum problema com a Lei de Incentivo ao Esporte. E por que eu acho isso? Primeiro porque nós temos aqui a Senadora Leila conosco, não é isso? (*Risos.*) Segundo, porque, ao lado da Senadora Leila, tem outra ídolo, Ana Moser, também experiente, política e esportivamente. Temos aqui do nosso lado também o Wlamir, companheiro do atletismo, muito experiente e que certamente não vai deixar isso acontecer de jeito nenhum. Tivemos a honra também de estar aqui com a Carol, que demonstrou não só conhecimento, que, apesar de ter entrado relativamente cedo na área, recentemente, demonstrou conhecimento e garra para resolver os nossos problemas. Temos aqui vários assessores parlamentares. Temos aqui o nosso William, representando várias organizações. Então, com esse time e com essa situação...

Vamos supor: hoje, só na vela, são mais de 150 projetos sociais. São 150 Prefeitos, alguns Deputados, quiçá alguns Senadores. Então, hoje o esporte é muito mais forte e poderoso do que a gente imagina. A gente tem um Comitê Olímpico Brasileiro forte e profissional. Nós temos o CPB, nós temos o CBC. Nós temos ídolos, entre os quais a nossa Senadora, mas temos vários outros ídolos em todas as modalidades, que, com certeza, se convocados, também virão em defesa da Lei de Incentivo.

Então, eu acho que a Lei de Incentivo e o esporte já passaram daquela fase de estar na incubadora, de estar ainda na maternidade. O esporte hoje é uma força política, uma força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercadológica, uma força social que já se colocou aí. Ela já é uma realidade. Ele só não tem tido a possibilidade de se articular adequadamente, mas é uma força que eu diria imbatível. São Os Vingadores.

É muito difícil que, havendo o mínimo de articulação – e, com certeza, a competência das pessoas aqui envolvidas não vai permitir que não haja –, a gente não consiga, por vários motivos explanados aqui hoje, por vários... Quando você fala em incentivo fiscal, as palavras têm um certo poder, uma coisa é a Lei de Incentivo. O incentivo fiscal é um instrumento de política pública para promover desenvolvimento; então, é um instrumento extremamente válido porque ele não intermedeia uma série de operações.

Então, não existe falar: "Vou acabar com os incentivos fiscais". Tem incentivo fiscal bom, tem incentivo fiscal ruim; tem gasto bom, tem gasto ruim. A gente não pode demonizar o incentivo fiscal. Então, a Lei de Incentivo é verdadeira, é real.

Tivemos aqui a honra de ter a Alessandra conosco, da Petrobras, muito embora... Então, nós temos ainda a Petrobras do nosso lado e mais outras tantas empresas que apostam e investem no esporte. A questão é como que a gente pode se organizar no sentido de que essa discussão, na qual seremos vitoriosos, com certeza, traga o mínimo de prejuízo para o esporte, porque a incerteza traz prejuízo para o esporte, a incerteza não permite o planejamento, a incerteza não permite que a gente se organize.

Hoje o sistema esportivo brasileiro está totalmente montado em cima da Lei de Incentivo. Se você tirar a Lei de Incentivo acaba a base, acaba o social, acaba o evento, acaba tudo. Então, é óbvio que ninguém vai querer um desastre desse, não é? Ninguém vai querer ter problemas com 3,3 milhões de pessoas, isso os que trabalham, fora os impactados.

Nesse sentido, eu estou bastante confiante e toda a comunidade da vela disponível. Todos, desde os seus atletas, os seus empresários, os seus líderes de projetos sociais, em que temos a rede náutica educativa, como eu falei, com mais de cem projetos sociais ligados a ela. Então, eu acho que nesse ponto...

Tem algumas questões. Eu acho que é mais importante também a gente entender que a Lei de Incentivo ao Esporte nunca mais vai ser o que era. Ela nunca mais vai ser também o que era;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, a gente tem que se preparar para o que ela vai ser. Por quê? Porque o próprio sucesso da Lei de Incentivo ao Esporte vai fazer a demanda pela Lei de Incentivo crescer exponencialmente. Se você é empresário e você não usa a Lei de Incentivo ao Esporte, você está deixando dinheiro na mesa. É simplesmente isto: além de você não fazer um bem para a sociedade, você está deixando o dinheiro na mesa. Se você é pessoa física e não deixa o seu imposto para o esporte, você não está fazendo um bom negócio, você poderia estar apoiando a sua cidade, o seu projeto social.

A questão é como a gente se organiza para esse futuro da Lei de Incentivo ao Esporte para que a gente garanta que as nossas entidades, as nossas lideranças estejam alinhadas para exercer esse poder e essa capacidade que efetivamente a gente tem. A gente tem... A gente não precisa produzir um fato político, a gente é um fato político e poderoso, que só precisa ser devidamente dinamizado.

Algumas preocupações colocadas aqui também são minhas, como a própria Ministra Ana Moser colocou a questão de que uma das coisas que tem funcionado muito, com a lei de incentivo, é o apoio ao terceiro setor que a lei de lei de incentivo permite. Floresceu todo o empreendedorismo social em um terceiro setor com a lei de incentivo. E como é que você vai, quando você trouxer entes privados para a captação da lei de incentivo – e é uma preocupação genuína, que a Ana colocou e com a qual eu comungo também... Como é que... Quais impactos pode trazer para o terceiro setor?

Uma outra realidade é a realidade da Carol e do ministério. É evidente que você não pode tratar a Lei de Incentivo ao Esporte como uma das 300 atividades de um ministério; é evidente que a gente vai ter que caminhar para uma agência nacional do esporte; é evidente que o esporte tem que caminhar para uma autonomia, porque o esporte, hoje, já gera muito recurso, suficiente inclusive para custear uma futura agência do esporte, porque o trabalho vai ser infinito.

Cada um que eu ensino como se faz um projeto de lei de incentivo, no dia seguinte está o projeto de lei de incentivo no ministério, porque o negócio não tem erro. Para a empresa é bom, para a sociedade é bom...

Lei de Incentivo ao Esporte é coisa tão obviamente boa, que até é incrível que possa ter alguém que acha que Lei de Incentivo ao Esporte não é a política a ser adotada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é só boa, tá? Não é só boa, como é uma lei que foi bem-sucedida. Por isso é que nós estamos aqui hoje. É uma lei que pegou. Ela pegou, funcionou e está alimentando o sistema esportivo. Então, ninguém vai destruir um negócio desse. Não dá para destruir uma coisa dessa.

Agora, o que a gente precisa fazer é aperfeiçoar. Por quê? Porque mais e mais empresas vão captar... A gente vai captar cada vez mais recursos, a gente vai ter cada vez mais projetos, e, aí, a gente começa a ter um problema – que é um feliz problema, mas que a gente precisa resolver –, que é: o empresário colocou o dinheiro no seu projeto. Aí, ele vai dizer: "Muito bem. Eu quero visitar as crianças. Você está atendendo lá?". "Não, não, não, mas o projeto ainda não está liberado. Foi aprovado, mas não foi liberado". Então... E isso vai acontecer cada vez mais, porque, no Brasil, às vezes a gente se prepara muito bem para o fracasso; a gente se prepara mal para o sucesso. Então, em momento nenhum a gente se preparou para o sucesso, e que vai ser cada vez maior.

Eu acho que uma coisa que o William falou, que eu acho que é muito verdadeira: o Brasil está em crise desde que eu nasci. Se a gente for esperar o Brasil não estar numa crise, para fazer alguma coisa, a gente não vai fazer nada. Não é?

Eu te garanto também, por mais otimista que eu seja, que o Brasil também não vai pagar o déficit até eu morrer. Talvez os filhos de vocês não vejam essa quitação.

Então, a gente tem que administrar o país como ele é, uma décima economia do mundo, uma potência, com grandes empresas, grandes confederações, grandes atletas, grandes políticos – não é isso? –, e procurar fazer isso melhor.

Eu acho que as discussões têm que ser baseadas muito nesse futuro da lei, no futuro, porque, realmente, como ela era ela não vai continuar. Se Deus quiser, ela vai aumentar o valor.

A gente precisa ter uma estrutura à altura disso também, caso contrário vai colapsar o sistema, vai ter um problema com o nosso patrocinador, que botou... Eu tenho vários patrocinadores, eu estou na mesma situação, e você tem que explicar para ele.

De uma outra forma, a gente vê que as pessoas que estão lá no ministério – do Ministro a... –, está todo mundo comprometido em fazer funcionar, só que a operação deu certo demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Risos.*) Deu certo demais! A gente tem que pensar num custeio diferente para essa operação, de repente baseado na própria operação. E, aí, pronto, esse processo fica sendo autossustentável.

Você tem que ir, de seis em seis meses... Porque, Senadora, a gente vai de seis em seis meses à Casa Civil, porque vai resolver o problema dela hoje, e, daqui a seis meses, vamos estar com o mesmo problema, porque mais gente vai...

Assim, a gente tem treinamento, o próprio Wlamir tem também... A gente está ensinando as pessoas a fazer projeto de lei de incentivo. (*Risos.*) Então, eu estou dando vara de pescar para todo mundo. Então, se não puser peixe no pesque-pague, vai ter gente com a vara, e não vai conseguir pescar.

Então, assim, eu estou muito otimista e animado, a CBVela e eu disponíveis para essa Casa, que sempre está do lado do esporte. Acho até que a gente tem hoje vários Parlamentares que estão do lado do esporte.

E é isso, é só a gente, agora, ter bom técnico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO AURÉLIO DE SÁ RIBEIRO – ... boa organização, boas lideranças, que eu acho que também não faltam no esporte, e executar.

Conte sempre com a CBVela e comigo, o.k.?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente a fala, Dr. Marco Aurélio.

Eu vou falar que a experiência é incrível, mas eu acho que o caminho, depois da sua fala ali, que encaixou como uma luva na questão do quanto essa lei realmente é sucesso... E a tendência dela é que realmente aumente esses aportes, enfim, e aumente também a demanda, com relação às instituições buscando trabalhar com incentivo, com a lei de incentivo.

Eu acho que, de fato – e eu vou conversar com o Ministro –, é a questão da modernização do sistema. O que precisa para a modernização? Orçamento. Então, nós temos aqui o Parlamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteiro, emendas parlamentares... Enfim, eu me comprometo, mas eu preciso ser provocada pelo ministério.

Dentro da própria Comissão, nós temos as emendas de Comissão, de que nós poderíamos tratar sobre como ajudar o ministério nesta modernização, porque o Marco Aurélio falou, foi cirúrgico, assim: "Vai aumentar a procura? Vai. Não vai poder aumentar o pessoal, porque daqui a pouco não cabe no ministério". A gente tem que trabalhar com o sistema, modernização. Então, é um caminho que, de fato...

E é um caminho que é exequível a pequeno e médio prazo. Nós podemos resolver isso conversando, dialogando com a Casa, dialogando com o Ministério da Fazenda, a própria Casa Civil, para dizermos: "Temos Parlamentares interessados em resolver, com orçamento, com emendas, essa questão do sistema".

Então, eu acho que, pela fala do Marco Aurélio e de todos aqui, e entendendo o meu papel, a importância, a gente pode trabalhar com emenda parlamentar para ajudar nesse sentido, tá? Então, eu já me ponho à disposição.

Gente, eu quero agradecer demais esta manhã...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, eu vou dar as considerações finais – calma aí –, mas eu quero agradecer aos nossos expositores... O Will já está aqui... (*Risos.*)

O SR. WILLIAM FERNANDO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Eu tenho perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu tenho algumas perguntas aqui, mas vou deixar que, na fala final, vocês possam contemplar com respostas as perguntas, caso vocês achem pertinente.

Você quer fazer pergunta, Will?

O SR. WILLIAM FERNANDO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Eu tinha uma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Uma? Pode fazer a pergunta, antes de eu...

O SR. WILLIAM FERNANDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Não, é porque a Carol está aqui, e, às vezes, a gente pode ser um pouco mais objetivo mesmo, não é?

De quanto é que o ministério precisa de recursos, de pessoas, entende? Eu acho que isso tem que ser público, porque é o papel da sociedade civil esse controle social...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Cobrar, não é?

O SR. WILLIAM FERNANDO DE OLIVEIRA – É, pôr luz aí, porque, quando a gente está escrevendo projeto, eu preciso prever um ano de trabalho. Vou atender a cem crianças? Eu sei quanto de bola eu preciso, de água para o evento, entende? Então, eu acho que o ministério precisa deixar isso público, até para a gente também ir junto.

E, de novo, a lei de incentivo era isso. Ela cresceu, virou adolescente e está usando roupa de criança ainda. Precisa mudar, entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, sim.

O SR. WILLIAM FERNANDO DE OLIVEIRA – Não tem jeito, precisa melhorar.

Era isso.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (Para expor.) – No ministério, assim que eu assumi, já havia uma discussão sobre isso, a quantidade de pessoas. Inclusive, os próprios técnicos ali da nossa diretoria, vendo a demanda, vendo a necessidade, começaram, ali mesmo, a pensar em algo, mas nada técnico, nada com estudos. Então, eu não vou falar algo prematuramente, porque não tenho números científicos... Não é nem científico, mas dados reais para dizer: "O cálculo bom seria esse".

Mas a gente já montou a equipe, como eu falei inicialmente – inclusive, uma das técnicas que está trabalhando nisso está aqui –, e eles estão aprimorando o que já foi estudado anteriormente, junto com o ministério, para fazer essa avaliação concreta, para que eu também não fale nada em excesso e nada que não vá alcançar a demanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a fala do nosso amigo realmente foi cirúrgica, Senadora, porque não adianta eu encharcar de pessoas, até porque eu não tenho estrutura física para isso, e sempre vai precisar... E não tem tanto recurso para pessoal.

O interessante seria investir realmente em tecnologia, em sistemas... Inclusive, nós já tentamos, estamos fechando uma data com o Ministério da Cultura, porque já tem um sistema com o qual eles trabalham que agiliza as análises. Tem que ver o que o Governo já tem para disponibilizar, o que a gente pode copiar ou trazer e adaptar à nossa realidade. Eu acho que o custo seria até menor para isso. Então, a gente está conversando com eles, para ver como eles fazem algumas análises, porque são praticamente parecidas as leis – a Rouanet e a do incentivo –, e ver o que a gente pode trabalhar em parceria, porque já existe um recurso... Fazer troca de experiência para facilitar e agilizar as análises.

Mas a questão de pessoal e a questão... Porque tem análise que não tem como ser só sistema. Para acontecer, teria que mudar, reformular tudo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Mas ajuda, roda mais rápido, faz subir mais projetos.

Nessa questão da admissibilidade, se a gente conseguisse botar para andar mais rápido, pronto, já seria um alívio de dois, três meses. Já conseguiríamos dirimir esse tempo.

Então, é isso. A gente está fazendo esse estudo justamente para ter números e dados para argumentar com a Casa Civil, com o ministério.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós vamos procurar o ministério, vamos procurar o Ministro Fufuca. Nós vamos conversar e nos colocar à disposição e vamos tentar resolver.

Eu acho que o sistema, como todos nós chegamos à conclusão aqui, é uma medida necessária, independente dos processos, porque nem todos vão ser feitos através do sistema – precisa da mão ali, do olhar do técnico, com certeza –, mas a gente sabe que pode agilizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa importante: antes, estava muito fechada essa situação da efetividade da lei, da operacionalização da lei, estava muito fechada entre as instituições e o ministério. Agora abriu, agora demos luz à situação e nós vamos comprá-la. Nós vamos... Não é sobre a Carol, porque a Carol é uma técnica que comanda. Nós temos que cobrar é o Governo, temos que cobrar quem chefia, quem cuida da pasta, entendendo que é algo importantíssimo para o Governo. Nós não estamos trazendo... Estamos trazendo uma solução que é fundamental para as políticas, para o desenvolvimento das políticas esportivas, que, enfim, é transversal à saúde, à segurança, à educação...

Então, é bem tranquila essa conversa, vai ser muito tranquila nesse sentido. Agora, o lance é acontecer, acontecer de eu ser recebida e, mais do que isso, de isso ser executado. Já demonstrada a minha intenção de ajudar, se a gente consegue, o mais rápido possível, executar essa ideia.

Eu vou passar aqui para as perguntas do e-Cidadania, agradecendo a participação de todos que estiveram com a gente aqui, e, no final, vou dar três minutos para as considerações finais. E, aí...

Enfim, temos as perguntas aqui. Se os colegas puderem, nas suas exposições finais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você pode sim.

Vou passar aqui a palavra para a Rô... Rosilene...

Rosa...

A SRA. ROSEANE ESTRELA (Para expor.) – Eu só queria aqui complementar a fala de todos com relação à importância da lei de incentivo, pautando a questão do paradesporto.

A Carol já trouxe números, em outras apresentações, do quanto também já alcançou – já aumentou, já alcançou muito –, até em regiões menos acessíveis, como o Norte e o Nordeste, a questão do paradesporto, e, de fato, a gente está se unindo, o Brasil todo, para que a gente tenha essa perenidade da lei e também essa estrutura necessária, para que ela rode a contento e, mais ainda, sejam as pessoas alcançadas e vidas modificadas através do esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só queria deixar esse registro aqui, que eu acho importantíssimo. Se é importante para o esporte, para o Brasil como um todo, gente, mais ainda é para o paradesporto.

Nós, do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, estamos atuando diretamente com os clubes, oferecendo mentoria e assessoria. Vez por outra, eu estou lá na diretoria, para ver qual é o impasse, por que o projeto parou, por que faltou o documento, enfim, nesse corpo a corpo que às vezes é importante fazer também, mas principalmente dando mentoria para os clubes, para quem tem dificuldade de apresentar um projeto, para quem precisa da ideia...

Muitos nem conheciam a lei de incentivo, essa que é a verdade. A realidade do paradesporto, através do clube... Esses clubes, que nós chamamos de clubes, são associações de pessoas com deficiência que nasceram da busca, da luta pela garantia dos direitos, e, hoje, a grande maioria utiliza o esporte como meio de inclusão e precisa dessa sustentabilidade. E hoje conhecem mais ainda a lei de incentivo e a têm realmente como o caminho mais importante para que a gente cresça mais ainda.

Então, quero só deixar registrado – tenho certeza de que, se o CPB estivesse aqui também, faria isto: deixar registrado – que a gente precisa realmente dessa estrutura e dessa perenidade, para que a gente aumente mais ainda esses números que já foram bem colocados aí pelo PIB do Esporte e pelo Sou do Esporte.

Então é isso, gente.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

Roseane, ato falho – viu? –, inclusive da minha equipe, não ter, assim... Acho que o paradesporto tem que estar aqui em todas as audiências, inclusive na reunião dos vetos. Está o CPB, eu sei disso, mas também tem que chamar o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. Nós vamos inserir na próxima sessão – está bem, Flávio? – um requerimento meu, incluindo vocês também, a instituição...

A SRA. ROSEANE ESTRELA – Deixe-me aproveitar a oportunidade para fazer um pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não. Pode, sim.

A SRA. ROSEANE ESTRELA – Nós somos o primo mais novo dos comitês, só temos quatro anos de atuação. E aí eu gostaria de solicitar a V. Exa. a possibilidade de uma audiência para que a gente pudesse apresentar esse trabalho de quatro anos aqui para o Senado. Acho que é importante trazer números, trazer o que é que a gente está fazendo e ouvir também a opinião do Parlamento sobre em que mais a gente pode direcionar aí o nosso trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós já estamos, inclusive, Roseane, já atendendo a sua solicitação... Para o segundo semestre, nós queremos trazer o CBC, que é o de clubes, que é uma confederação brasileira de clubes, e também o de clubes paralímpicos também. Nós vamos fazer uma audiência pública trazendo os dois, as duas confederações para tratarmos de clubes paralímpicos e dos clubes.

Eu vou ler aqui as perguntas e passar para as considerações finais.

O Gabryel, de Mato Grosso do Sul – e muitas já foram respondidas, inclusive –: "Como é medida atualmente a efetividade dos projetos incentivados pela Lei de Incentivo ao Esporte?". O mesmo Gabryel, de Mato Grosso do Sul, pergunta: "A lei tem [...] [beneficiado] mais o [esporte de] alto rendimento ou o esporte de base?".

Antônio, do Rio de Janeiro: "Quais os principais desafios enfrentados por instituições e organizações que buscam [...] os recursos disponibilizados pela lei [...]?".

Letícia, também do Rio de Janeiro: "A lei pode [...] [prever] cotas para projetos [esportivos] em áreas com baixo IDH?".

Danielle, de Minas Gerais: "Como a legislação pode ser aprimorada para que os pequenos projetos esportivos possam acessar os recursos?".

Cleodson, da Bahia: "Como o Estado [...] [fiscaliza os] projetos? E [garante] a inclusão de [...] autistas e [...] [pessoas] com disfunção neurológica?".

Ana, do Paraná: "A Lei de Incentivo ao Esporte chega às periferias ou só beneficia grandes clubes e projetos com acesso a patrocínio?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre, do Rio: "Quais os principais desafios da Lei de Incentivo ao Esporte quanto à captação desigual e à burocracia nos projetos?".

Rodrigo, do Espírito Santo: "Além dessa [...] [via], quais são as outras [...] [formas] de participação pública nas sugestões de melhorias [...] [da] Lei [de Incentivo ao Esporte]?".

Matilde, do DF, daqui do Distrito Federal: "Desde que [...] [haja] paridade racial/étnica, [entre] homens [...] [e] mulheres [...] [a inclusão de] categorias transexuais. Respeito à cultura".

Guilherme, de São Paulo: "O esporte cria valores, forma cidadania e desperta a consciência para a importância de [...] [atividades] e [de] uma sociedade fisicamente ativa".

Esses são comentários, está bem, gente?

Domingos, do Rio Grande do Sul: "[É preciso dar] prioridade para projetos nas comunidades pobres onde o jovem é cooptado pelo tráfico [...]. [O] esporte [pode servir] como mecanismo de inclusão".

Eu vou passar, para as considerações finais, a palavra para a Ana Moser.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER (Para expor.) – Eu vou aproveitar o meu tempo aqui, primeiro, para parabenizar aí todo mundo, todas as considerações. Acho que foi um debate muito rico. Parabenizo a Senadora Leila, parabenizo a Comissão de Esporte por esta iniciativa, sabendo que terá sequência, sabendo que terá consequências tudo o que foi debatido aqui.

Eu queria só aproveitar este meu fechamento para trazer três depoimentos, três relatos de três instituições sobre as consequências, sobre o que elas estão sofrendo, no dia a dia, na gestão dos projetos junto ao ministério e as consequências disso.

O primeiro relato é sobre o pedido de ATO (análise técnico-operacional), que é o fato para.. O projeto já foi aprovado, já foi captado, e esse é o passo para poder operacionalizar, executar o projeto. Então, essa instituição apresentou o pedido de ATO protocolar no dia 28 de março, e não saiu ainda. Como consequência disso, há o impacto nos beneficiários e a suspensão do projeto. Então, são 800 pessoas em situação de vulnerabilidade que estão aguardando. Na verdade, foi interrompido o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem outra instituição que também estava com seis meses de espera para a aprovação do ATO, que foi aprovado agora no mês de junho. E os impactos aqui... Foi necessário reestruturar todo o cronograma, e a ONG utilizou praticamente todo o seu fundo emergencial para manter parcialmente a equipe executora durante o período em que o projeto esteve em análise no ministério. Além disso, 500 crianças deixaram de ser atendidas.

O terceiro relato vai muito nessa linha.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – E o que a gente deve levar em consideração é que essas instituições estão colocando em risco a sua existência, porque os fundos emergenciais são mobilizados a partir de muito esforço e, rapidamente, em um, dois, três meses, acabam. Então, anos de trabalho estão sendo jogados em campo para manter essas instituições durante esse tempo de atraso do ministério.

Bom, essa é a realidade. Eu queria deixar isso registrado em nome dessas instituições. Foram depoimentos em que nós do Atletas pelo Brasil estamos trabalhando, enfim, e dando vazão.

Aqui eu queria só, Leila... Está aqui com a gente agora o Vanderlei Cordeiro de Lima, que está chegando aí também para o finalzinho, está chegando aí para toda uma agenda aqui por conta também da Lei de Incentivo.

Eu quero só agradecer.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Uma salva de palmas para o Vanderlei! (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Vanderlei, nosso herói, atleta olímpico, medalhista! Seja muito bem-vindo, Vanderlei!

Eu queria também registrar a presença do Cleiton Cezário, que é o Presidente da Comissão de Atletas da Confederação Brasileira de Atletismo. (*Palmas.*)

Sejam os dois muito bem-vindos!

Obrigada, Ana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para a Carolinne Gomes Neves de Carvalho, que é representante do Ministério do Esporte.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (Para expor.) – Como a senhora bem falou, algumas dessas perguntas já foram respondidas, mas a que mais me chamou a atenção foi a da questão da vulnerabilidade da periferia.

Um dos maiores objetivos da Lei de Incentivo é este: democratizar o esporte; que ele venha chegar realmente aonde o Estado não consiga chegar. E esses resultados a gente tem alcançado. E, de acordo com o nosso código, ali no §6º do art. 1º da Lei 11.438, destina-se um valor de 4% para projetos em situação de vulnerabilidade. Eu acho que os proponentes têm que começar a analisar também, estudar um pouco sobre isso, porque existe essa possibilidade. Pelos nossos estudos, pelo que a gente consegue visualizar, esse público mais vulnerável tem sido alcançado. É claro que precisamos de projetos, de proponentes que cheguem a esses territórios, para que cheguem também mais ainda à periferia. Este é o nosso objetivo: que haja uma descentralização do esporte. E a Lei de Incentivo faz isto: descentraliza o esporte. E, como estamos nessa fase de construção, nesse desafio de pegar o que já temos e aprimorar, que é a Lei de Incentivo, estamos lutando pela perenidade, para que a gente venha a trazer mais proponentes, mais pessoas engajadas, preparadas para que isso chegue até a periferia. Assim, não existe preconceito na Lei de Incentivo. Os projetos que chegam até nós, para a nossa análise, são projetos que alcançam todas as classes, todos os níveis, independentemente de religião, independentemente de opção sexual. É uma lei que atinge municípios desde um campeonato de vela ou de tênis até uma corrida de jegue – para vocês têm uma ideia. Então, ele chega a todo lugar. Agora, precisamos de proponentes e patrocinadores.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Em relação ao que a nossa amiga Ana Moser falou, realmente, sobre a questão do impacto desses projetos, nós estamos ainda analisando os projetos de final de março, entrando em abril – para vocês terem ideia de como a demanda aumentou, de como a quantidade de projetos cadastrados aumentou. Então, a gente está correndo para a gente conseguir dar tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E existe lá entre nós – e todos os proponentes já sabem disto – a questão da prioridade. Por exemplo, se é um projeto de continuidade, a gente coloca como prioridade. E eles estão cientes disso. Se é um projeto que tem data para acontecer prevista, a gente também coloca como prioridade. Então, tem toda uma análise, tem todo um estudo, todo um cuidado em analisar cada projeto para que não tenha prejuízo, mas de todos que estão entrando a gente tem ciência. Um projeto que entrou no mês 6, infelizmente não tem como; não é aquela coisa sistemática que "entrou aqui" e dez dias, cinco dias... Não tem. Então, tem todo um trabalho. E, quando há uma demora nos nossos prazos de resposta, a gente também dá um prazo para ele responder, ele não é prejudicado por causa de atraso do ministério. Não tem prejuízo. A gente sempre prorroga, a gente sempre conversa, a gente sempre está dialogando para que não tenha prejuízo. Existem casos que a gente consegue reconsiderar, a gente consegue analisar a situação. Então, o nosso objetivo ali não é ter prejuízo, mas nós temos nossas limitações.

Em relação a esse de 28/03, eu quero depois até que a pessoa entre em contato conosco e mande o projeto, para a gente ver o que aconteceu, ver realmente onde ele se perdeu, porque nós estamos analisando o mês de março. Se a senhora puder passar o número depois, a gente consegue ver o que está acontecendo de fato.

Eu queria agradecer e dizer que estamos ali abertos para dialogar, para atender, para conversar com vocês. Tem os nossos *e-mails* ali na nossa página. Vocês podem mandar *e-mail* que nós respondemos, nós temos um compromisso de responder *e-mail*.

E eu quero aqui, antes de tudo, deixar registrado também, mostrando com isso, que não é impossível você ser um aportador, não é impossível você ser um empresário, um patrocinador dos projetos.

Ontem, tivemos um evento da comenda que acontece anualmente na Câmara Federal. Nesse evento, de acordo com o nosso painel, já disponível para todos, mostram-se os dez maiores investidores. Existem mais de mil aportadores, só que não dá para a gente, no momento, conseguir premiar tudo, mas é uma forma de representar todos vocês que estão investindo em projetos. Eu quero deixar aqui o meu registro, parabenizando-os. E que outros empresários venham ver isso como uma referência, que venham se empenhar e se comprometer também a patrocinar cada proponente que chega ali, batendo na sua porta, pedindo apoio. Acreditem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei de Incentivo é real, é segura. Nós tivemos, em primeiro lugar, a Vale; em segundo lugar, tivemos a Nubank; em terceiro lugar, Shell; em quarto lugar, a Redecard; tivemos a Toyota; a B3; a Salobo Metais; a Petrobras; a CBMM; a Nova Transportadora do Sudeste. Você pode depois entrar no nosso *site*, em que vai estar lá direitinho a atuação deles, em qual território eles costumam atuar, patrocinar projeto, porque existe uma limitação também de atuação deles. São dez empresas fantásticas que já fazem um trabalho na nossa nação extraordinário. Então, se elas estão aportando, por que você não pode? Eu quero deixar essa mensagem.

E quero agradecer à Senadora imensamente, muito mesmo, pela sua disposição em nos ajudar. Nós precisamos de pessoas como a senhora, para estar ali dando gás. Que todos os amigos que estão aqui na mesa continuem perseverando – eu creio que os resilientes sempre vencem no final –, assim como todos os que estão aqui presentes também.

E a nossa equipe da Lei do Incentivo, o ministério, em nome do nosso Ministro... O Ministro Fufuca está empenhado, ele está interessado, ele está rompendo as fronteiras para que tudo aconteça da forma correta, para que todos sejam beneficiados e alcançados.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Carolinne, pela sua participação.

Eu vou passar para a Sra. Alessandra Teixeira, que é Gerente de Patrocínios na Petrobras.

A SRA. ALESSANDRA TEIXEIRA DE TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de a Petrobras estar aqui discutindo neste grupo, em que a gente tem diferentes visões, e todas essas visões têm um objetivo em comum que é promover o esporte e fazer com que cada vez mais empresas e instituições invistam e apostem nessa energia transformadora que é o esporte.

Como eu já havia comentado, nós temos aí uma caminhada, uma retomada, dentro da Petrobras, de incentivo ao esporte, mas que hoje já soma aí um uso da Lei de Incentivo ao Esporte da ordem de 60 milhões ao longo de quatro, cinco anos. E temos toda uma expectativa de essa carteira de projetos, de essa carteira de iniciativas cada vez mais receber novos projetos, novas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações, porque a gente acredita muito nesse poder transformador e indutor que o esporte tem para o desenvolvimento da sociedade, para o desenvolvimento do nosso país.

E momentos como este, Senadora, são muito ricos, porque a gente consegue também, como patrocinador, entender melhor quais são as dificuldades que tantos proponentes sentem nesse setor, nesse circuito de investimento, de proposição; e a gente consegue também entender melhor dificuldades do próprio ministério.

Então, é uma discussão muito rica e que com certeza vai trazer ótimos resultados quando a gente olha o futuro do investimento no esporte.

Então, quero agradecer, mais uma vez, em nome da Petrobras, parabenizar e reconhecer a importância desse tipo de discussão, quando a gente está olhando diferentes modalidades, como a Petrobras aqui tem no nosso Time Petrobras e em outros investimentos, quando a gente olha essa diversidade toda que o esporte representa. E essa diversidade é muito rica, quando a gente quer crescimento, quando a gente quer desenvolvimento.

Então, muito obrigada, mais uma vez; obrigada por esse espaço de aprendizado a todos que aqui falaram. Foi realmente um momento muito rico e que traz muitos pontos de reflexão para nós na Petrobras.

Obrigada, mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos a sua presença, Alessandra, e, mais uma vez, o convite está feito para outras audiências públicas.

Vou passar a palavra agora para o William de Oliveira, que é o Diretor-Executivo da Rede Esporte pela Mudança Social (Rems).

O SR. WILLIAM FERNANDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila.

Eu prestei atenção aqui nas perguntas e vou tentar amarrar aqui, tentando respondê-las.

A Rems atua essencialmente em territórios de alta vulnerabilidade social. São projetos esportivos que buscam se inserir nos contextos comunitários e atuar promovendo transformação social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe, como foi citado, que até 4% para projetos de inclusão social poderiam ser deduzidos das empresas, mas a gente carece do quê? De regulamentação.

A gente sabe que, para projetos educacionais, tem um critério: 50% – correto? –, para ser projeto educacional, dos beneficiários precisam ter matrículas em escola pública, e a gente apresenta relatório na prestação de contas. Por que a gente não tem um diálogo com a assistência social, para ter o critério de quê? Todo mundo aqui conhece o NIS (número de inscrição social)? Eu falo isso com conhecimento de causa, porque sou assistente social de formação. Os nossos projetos e a maioria da Rems estão nesses territórios. Por que não colocar na prestação de contas também o número de inscrição social de 50% do público atendido? Qual a dificuldade disso? Porque a gente poderia estar captando o dobro para projeto social e priorizando os territórios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, sem falar que a gente poderia ainda cruzar com dados do Ipea e do IBGE. Então, fica aqui essa sugestão.

Outra coisa. A gente está falando – e vamos cruzar – de verba parlamentar indo para o esporte. A gente ouviu falar de emenda Pix, não está na nossa agenda, mas por que a gente também não tem uma regulamentação e a gente não tem uma estruturação, para que essa verba parlamentar atenda ao interesse de uma política pública de Estado? E, se a gente tem ainda um cobertor curto que precisa chegar a muitas regiões do Brasil, por que a gente não tem critério para esse investimento chegar nesses territórios?

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLIAM FERNANDO DE OLIVEIRA – Por que esse recurso não pode atender os projetos da Lei de Incentivo ao Esporte que são muitas vezes escritos pelo povo do Nordeste e do Norte, que muitas vezes não recebe recurso, porque não tem diálogo ainda com as empresas que muitas vezes estão no Sudeste? Então, fica também essa sugestão, para a gente tentar construir e assim a gente atender as pessoas autistas, as pessoas com deficiência, os moradores que sobrevivem.

De novo, o Brasil é um país rico, é a décima economia mundial, dinheiro tem, só que ele está onde? Então, a gente precisa transformar esse cenário, para fazer esse recurso chegar aonde ele mais precisa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom. Quero agradecer... Ô, gente, até agora, excelente. Obrigada, Will.

Eu vou passar a palavra agora para o Wlamir Campos, que é o Presidente do Conselho de Administração da Confederação Brasileira de Atletismo.

O SR. WLAMIR LEANDRO MOTTA CAMPOS (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila. Queria agradecer mais uma vez o convite, esta oportunidade para o atletismo brasileiro estar aqui, neste Parlamento, discutindo políticas públicas – eu acho que a gente deve fomentar cada vez mais.

Eu sempre costumo dizer que gratidão é uma dívida que não prescreve. Então, queria agradecer à senhora, por todo o seu trabalho, principalmente pela emenda que a senhora propôs, também como Relatora na Lei Geral do Esporte, que gerou o art. 153 da Lei Geral do Esporte, que vem transformando o atletismo brasileiro. Quero agradecer ao Yoram e parabenizá-lo pela construção legislativa, há muito trabalho nisso. Depois houve trabalho para a derrubada do veto, mas conseguimos derrubar o veto. Esse art. 153 trata da obrigatoriedade do *permit* para as corridas de rua, isso vem sendo transformador para todas as federações.

E, por certo, não posso deixar de registrar e agradecer a presença do Cleiton Cezário, Presidente da Comissão de Atletas da CBAt, que tem tudo a ver com esta reunião. O Cleiton é lá de Nova Esperança, do interior do Paraná, e usou o esporte como uma ferramenta de inclusão e transformação social. Foi um grande atleta, estudou por causa do esporte. Hoje está no Conselho de Administração da CBAt, devolvendo ao esporte o que recebeu.

E é claro que, quanto ao Vanderlei Cordeiro de Lima, por mais que dispense apresentações, eu sempre falo que é um privilégio compartilhar da amizade dele. Nós temos a mesma idade, vamos fazer 56 anos, e eu conheço o Vanderlei desde a seleção de base. O Brasil precisa conhecer um pouco mais do Vanderlei Cordeiro de Lima, que é aclamado, respeitado e é um ídolo não só do Brasil, é um ídolo do mundo. É o único brasileiro que tem a Medalha Pierre de Coubertin, do Comitê Olímpico Internacional.

Pouca gente sabe, o Vanderlei foi colocar um tênis no pé com 12 anos... 14 anos de idade, né, Vanderlei?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WLAMIR LEANDRO MOTTA CAMPOS – Com 14 anos de idade foi a primeira vez que o Vanderlei calçou um tênis. O Vanderlei era boia-fria, e corria para levar a marmita para os pais, que estavam na roça, e se tornou um gigante do Brasil. E hoje o Vanderlei criou e empresta o seu nome para o Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima, que faz um trabalho fantástico em Campinas de fomento do atletismo, da base ao alto rendimento, e trabalha essencialmente com Lei de Incentivo. E, mais uma vez, o Vanderlei está sempre disposto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WLAMIR LEANDRO MOTTA CAMPOS – ... a devolver ao atletismo, ao esporte tudo o que recebeu.

Então, Vanderlei, muitíssimo obrigado por tudo o que você fez, tudo o que você faz, tudo o que você representa para o atletismo, para o esporte brasileiro e mundial. É um prazer, um privilégio compartilhar da sua amizade, estar aqui com você.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom, Wlamir.

Agora vou passar a palavra para o Sr. Marco Aurélio de Sá Ribeiro, que é o Diretor-Secretário e CEO da Confederação Brasileira de Vela.

O SR. MARCO AURÉLIO DE SÁ RIBEIRO (Para expor.) – Queria agradecer mais uma vez o convite para estar nesta Comissão – é uma honra estar aqui no Senado – e parabenizar a Senadora por todo o trabalho que ela tem feito em defesa do esporte.

E digo que o esporte tem uma grande vantagem: é uma das poucas áreas do Brasil que não é polarizada, não tem divisão. Todos nós aqui, nesta sala, estamos querendo exatamente a mesma coisa, né? Então, é muito animador, quase uma liturgia, estar aqui em uma Comissão onde todos querem a mesma coisa.

Então, a CBVela e eu nos colocamos à disposição de todos aqueles que queiram fazer algo pelo esporte, do que a Senadora precisar ou do que o ministério precisar. E não só eu, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, com certeza, todos os atletas da vela, e todos os empresários da vela, e todo mundo envolvido com a vela. Eu acho que, com esse espírito, e a gente se dando conta desse espírito, nada segura o esporte. Então, saio daqui animado com este evento.

Muito obrigado por esta oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Marco. Nós que saímos animados daqui com a sua fala positiva. Aí eu falando para o Will aqui, e ele: "Deve ser o mar, Leila!". (*Risos.*)

O mar dá uma tranquilidade para a gente, né?

Mas é muito bacana ver... Eu acho, assim, que o esporte, de um modo geral, tem isto imbuído em si, essa coisa da resiliência, do pensar positivo, de lidar com frustração, porque no esporte a gente mais perde do que ganha. A gente forma um campeão com as dificuldades do nosso dia a dia, e a gente mais perde do que ganha, né? E é isso que forja e que faz com que a gente engrosse a casca e sempre olhe para a frente com um otimismo que, muitas vezes, é até inabalável. Assim, é bem interessante quando você conversa com um atleta, você lida com um atleta ou um ex-atleta, você tem essa percepção do otimismo, pela própria trajetória, né? Eu acho que é pela própria trajetória. E todo o sistema. Não estou falando só dos atletas, não, mas dos dirigentes, daqueles que estão ali, no dia a dia, como você e o Will também, o Wlamir... Enfim, todos nós. Porque nós entendemos, cada um no seu lugar entende da importância, sabe da importância do esporte e do quanto ele é transformador. Eu acho, assim, que isso tem que virar, gente, quase um mantra, sabe? A gente tem que trabalhar isto de uma forma muito positiva, do que é o esporte, para as outras pessoas, porque ele vai muito além de formar só campeões. Aqui nós temos vários medalhistas. Esta Comissão, graças a Deus, vira e mexe nas sessões, é recheada de grandes exemplos, de exemplos que são estímulos, que são, digamos, espelho para as gerações. Mas tem um algo a mais no esporte que, para nós, mesmo sendo atletas, ganhando medalhas e sendo reverenciados no mundo inteiro, é maior ainda: é o que o esporte trouxe para nossa formação enquanto indivíduo, para a vida. Porque o esporte passa na nossa vida, né? Nós passamos, vieram outras gerações, e virão outras, e os outros vão passar... Mas o que o esporte passou para nós enquanto ensinamento, e o quanto nos forjou, e nos formou enquanto homens e mulheres? Esse é o grande barato. Esse é o mais transformador e é o mais forte. E é isso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos motiva na nossa luta diária, porque a gente sabe o que o esporte pode fazer na vida dos outros. Poderia fazer se nós tivéssemos investimento, compromisso e responsabilidade de uma visão, assim, estratégica enquanto nação – enquanto nação! Visão estratégica dos agentes públicos, das lideranças políticas, enquanto nação. O que o esporte, de fato, pode fazer? Isso falta. Mas é mantra, e nós estamos aqui para isso. Todo dia.

Está bom, gente? É isso. (*Palmas.*)

Quero agradecer a presença de todos, agradecer mais uma vez à assessoria, à nossa direção aqui da Mesa, a meus assessores também, e a participação de todos vocês, também a participação do Vanderlei aqui conosco, né? Enfim, foi incrível, e virão outras.

A Lei de Incentivo é um instrumento importante, poderosíssimo, a que temos que dar luz diária dentro desta Comissão, para que, quando o projeto de lei vier da Câmara para cá, isto já esteja como mantra, "perenização", na cabeça dos nossos amigos, colegas Senadores.

É isso, pessoal.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

Boa tarde! (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Pedro Chaves, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Romário, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 28, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ n° 27/2025." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 29, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ n° 27/2025." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 30, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor à ex-atleta olímpica Wanda dos Santos, segunda brasileira negra a representar o Brasil em Jogos Olímpicos, por reconhecimento a sua trajetória e conquistas no esporte nacional e internacional." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 31, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído representante do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB como convidado na Audiência Pública objeto do REQ 25/2025 - CEsp." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 32, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2025 - CEsp seja incluído como convidado o Conselho Federal de Educação Física." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 25/2025 - CEsp, de autoria da Senadora Leila Barros (PDT/DF), e REQ 31/2025 - CEsp, de autoria da Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater a igualdade de gênero no esporte brasileiro, com foco nos desafios enfrentados pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres atletas e na construção de políticas públicas de apoio à presença feminina no esporte de alto rendimento. **Participantes:** Sra. Iziane Castro Marques, Secretária Nacional de Excelência Esportiva (representante de: Ministério do Esporte); Sra. Yane Marques, Vice-presidente do Comitê Olímpico do Brasil - COB; Sra. Daiane dos Santos, Ex-ginasta e Medalhista Olímpica; Sra. Valeska dos Santos Menezes, Representante dos Atletas de Alto Rendimento na Comissão Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil - COB; Sra. Jacqueline Silva, Ex-jogadora de Vôlei e Medalhista Olímpica; Sra. Joanna Maranhão, Ex-nadadora Olímpica; Sra. Soraya Nobre, Gestora Esportiva da área Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil - COB; e Sra. Verônica Hipólito, Atleta paralímpica (representante de: Comitê Paralímpico Brasileiro). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/09

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de julho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Senadores, membros desta Comissão, demais presentes e todos que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, bom dia.

É com imensa satisfação que abrimos esta reunião para debater um tema de profunda relevância para o esporte brasileiro que é a igualdade de gênero, com especial atenção aos desafios enfrentados pelas mulheres atletas e à construção de políticas públicas que assegurem o fortalecimento da presença feminina no esporte de alto rendimento. Falar sobre igualdade de gênero no esporte é reconhecer que, apesar dos avanços, ainda temos um longo caminho a percorrer para garantir às mulheres as mesmas oportunidades, visibilidade e estrutura que historicamente têm sido concedidas aos homens. É por isso que esta audiência é tão especial.

Temos conosco mulheres de trajetórias notáveis, que trilharam e ainda trilham jornadas de resistência e excelência em suas respectivas modalidades, mulheres que enfrentam ou enfrentaram preconceitos, desigualdades salariais, falta de apoio estrutural e mesmo a invisibilidade na cobertura esportiva e, ainda assim, seguem sendo inspiração para milhares de jovens brasileiras que sonham em conquistar um espaço no esporte. Suas vozes são fundamentais para que possamos formular políticas mais justas, eficientes e transformadoras.

Quero também aproveitar esta sessão para destacar os recentes feitos que enchem de orgulho o esporte nacional, demonstrando que o Brasil continua forte e competitivo em diversas frentes, com destaque, inclusive, para a atuação de nossas mulheres, nossas atletas.

Começo pelo futebol, em que acompanhamos a participação dos clubes brasileiros no Mundial de Clubes da FIFA. O Fluminense fez história, lutou com bravura contra o Chelsea, da Inglaterra, e acabou eliminado. Fato é que o time tricolor carioca terminou entre os quatro melhores do mundo.

Também merece registro o desempenho do Brasil no vôlei feminino – eu acho que é o sub-26, não é, Jacqueline? – que disputou agora e que ficou no pódio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, é! A Valeskinha, é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O time garantiu o seu lugar no pódio agora na Copa América, ao vencer o Chile por 3 *sets* a 0. Inclusive, nesta madrugada, aqui no Brasil, a Seleção Feminina de Vôlei principal venceu a equipe da Bulgária por 3 *sets* a 1 e já assegurou sua classificação para a fase final da Liga das Nações.

Ainda no campo das conquistas femininas, registro com satisfação o desempenho da Seleção Feminina de Basquete Feminino, que chegou à final da Copa América e conquistou a medalha de prata, após enfrentar a forte equipe dos Estados Unidos. É uma campanha que evidencia o renascimento da modalidade e reforça a importância de continuarmos investindo no basquete feminino, fortalecendo as categorias de base e oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento das atletas.

Outros esportes também merecem ser celebrados nesta manhã. O Brasil conquistou quatro medalhas de ouro na Copa do Mundo de Boxe, realizada no Cazaquistão, resultado que demonstra a crescente força da nossa equipe na modalidade e a importância dos investimentos técnicos e estruturados para os nossos atletas.

No atletismo, mais uma vez, o Alison dos Santos brilhou ao vencer o campeão olímpico e conquistar a medalha de ouro na Diamond League, reforçando o seu nome entre os grandes do esporte mundial. Não posso deixar de registrar um feito extraordinário que muito nos honra, especialmente nós, do Distrito Federal: a Polícia Civil daqui, do DF, teve um desempenho histórico nos Jogos Mundiais dos Policiais e Bombeiros – inclusive a nossa Polícia Legislativa; nós tivemos representação lá, Portinho –, com a conquista de mais de 200 medalhas, incluindo 90 de ouro. Entre os destaques, estão a agente Marília Rêgo Borges, da 29ª Delegacia de Polícia do Riacho Fundo. A Marília conquistou cinco medalhas no atletismo, três de ouro e duas de bronze, em sua primeira participação no mundial. Sua história, marcada por dedicação, superação e amor ao esporte, nos enche de orgulho e reforça como o esporte pode e deve estar presente em todas as esferas da vida pública, inclusive nas instituições de segurança.

Antes de encerrar, é preciso registrar que, no próximo final de semana, aqui, em Brasília, nós teremos a Street League Skateboarding – é isso, não é, *skateboarding*? –, a ser realizada na Esplanada dos Ministérios, no sábado, dia 12, e domingo, dia 13 de julho, marcando a primeira vez em que a Capital Federal recebe uma etapa oficial da principal liga de *skate street*. Num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formato inédito, o Brasil será The Best Tricks, no qual os esqueitistas de elite, como a Rayssa Leal – ó que legal, a Rayssa Leal, o Felipe Gustavo e convidados internacionais –, terão sete tentativas para executar manobras e garantir as melhores notas. Vamos torcer aí para os nossos brasileiros. O evento será totalmente gratuito e aberto ao público, transformando o coração de Brasília em uma grande arena urbana, com atividades e ativações interativas, música ao vivo, *food trucks* e atrações para todas as idades. Além de celebrar o esqueite como espetáculo esportivo, essa etapa reforça o potencial de Brasília no turismo esportivo, movimentando a economia local e promovendo práticas sustentáveis, em sintonia com os objetivos do Governo local, principalmente da Secretaria de Turismo do DF.

Senhoras e senhores, o momento é de celebração, mas também de reflexão. Celebrar os feitos dos nossos atletas e nossas atletas é reconhecer seu valor. Refletir sobre a desigualdade de gênero é assumir o compromisso com um futuro mais justo, inclusivo e igualitário. Que este debate de hoje sirva para nos fortalecer como legisladores e como sociedade. Que possamos sair desta reunião mais conscientes da urgência de políticas públicas voltadas à valorização do esporte feminino e à construção de um cenário esportivo verdadeiramente democrático, diverso e representativo.

Declaro, assim, aberta esta tão importante sessão da Comissão de Esporte do Senado Federal, renovando o meu compromisso pessoal e institucional com o avanço da igualdade de gênero no nosso esporte brasileiro.

Vamos à audiência.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se me permite, Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Portinho. Bom dia!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E parabéns; semana passada foi seu aniversário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Saúde, amigo – saúde.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado. Saúde é o que mais importa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É isso aí.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Não sei se foi dito; cheguei um pouquinho após o início. Gostaria de registrar o feito do clube Fluminense na Copa do Mundo de Clubes, nos Estados Unidos. Clube que eu tive a honra, o orgulho – eu tenho – de ter defendido, até dias antes de assumir este Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Olha...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Embora não seja o meu clube do coração, defendi com muito afinco e torci pelo Fluminense.

Infelizmente, não foi possível avançar, mas a gente não pode deixar de registrar, com satisfação, que o Fluminense está entre os quatro maiores clubes do mundo na atualidade. Está entre os quatro maiores clubes o clube do meu Estado do Rio de Janeiro.

Faço também o registro da bela...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pode falar, Senador Portinho. (*Risos.*)

Todo mundo sabe que você é flamenguista. Eu também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu iria dizer isso agora, fazendo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mas, em campo, torcendo, é Brasil, somos o Brasil. Sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É Brasil.

E quero fazer um registro também da bela participação dos outros clubes, os outros dois do meu estado – além do Fluminense –, Botafogo e Flamengo, também foram longe, levaram emoção ao torcedor, fizeram a gente torcer, fizeram a gente ver que o futebol brasileiro está num nível mundial, muito bem posicionado, assim como o Palmeiras, clube que eu também defendi, como advogado... Além do Flamengo, do qual fui vice jurídico, o Palmeiras, clube que eu defendi como advogado, que também foi longe e tem o seu mérito e está entre os grandes do mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Agora, vamos lá: a torcida foi um espetáculo à parte. Das quatro equipes, não é?

Assim, o brasileiro, onde ele está, onde ele está torcendo, ele realmente tem uma energia diferenciada – isso eu falei até na última audiência –, mas foi impressionante o calor, o trabalho, o apoio das torcidas dos quatro times brasileiros.

Às torcidas também os nossos parabéns. Foram incríveis!

Bom, a primeira parte da nossa reunião de hoje vai ser deliberativa, e vai ser muito rápida. Nós vamos ler alguns requerimentos aqui, antes de chamarmos as nossas expositoras.

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 28, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ nº 27/2025.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho, autor do requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Muito obrigado.

E, aproveitando, Senadora Leila, faço o anúncio de que, no dia 16, teremos audiência pública, aqui nesta Comissão, das mais importantes, certamente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Certamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para a gente poder enfrentar os vetos.

O que tem acontecido é que, com as sessões do Congresso – justamente pela falta de debate –, a gente não tem avançado ou para manter, ou para derrubar, ou, pelo menos...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Os vetos da Lei Geral do Esporte.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Da Lei Geral do Esporte.

É uma lei que, durante décadas, tramitou aqui e que, na gestão, nessa última legislatura, tendo à frente a Senadora Leila, Senador Kajuru, Senador Romário, eu dando a minha contribuição...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... nós aprovamos, com um número grande de emendas e um número também grande de vetos, que foram dados pelo atual Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Aprovamos, e com o apoio das duas Casas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Das duas Casas, sem dúvida, e traz questões importantes, fundamentais para a *performance* esportiva, como, por exemplo... Vou dar apenas um exemplo: o benefício à importação de equipamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os nossos atletas são os melhores do mundo, mas precisamos ter equipamentos que façam frente ao desenvolvimento tecnológico que o mundo vive.

Então, essa é uma audiência pública fundamental, no próximo dia 16.

O COB estará presente, junto com outros atores desse setor, mas eu gostaria, com base nesse Requerimento 27, de 2025, da CEsp, que sejam incluídos os seguintes convidados: o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda – inclusive esse é um tema que eu suscitei, como exemplo, como pertinente ao Ministério da Fazenda –; e a Sra. Fabiana Bentes, representante do instituto Sou do Esporte.

O instituto Sou do Esporte, num belo evento no Rio, apresentou o PIB do Esporte, e isso valoriza ainda mais o esporte brasileiro. O que ele move da nossa economia, descobrimos, por exemplo, que é muito mais do que a cultura, que é tão importante quanto. Mas é para gente entender a força do esporte brasileiro, como motor do desenvolvimento também econômico do país, o que ele gera de riqueza para o país e o que pode o Estado devolver para o esporte. E, por isso, até pedi para que seja iniciada a próxima audiência pública – lógico, após a participação do Ministro do Esporte, que eu espero que esteja presente, e do Ministro da Fazenda, para que a gente tenha um bom debate –, para que também seja aberta com a exibição do que é, do que foi o estudo do PIB do Esporte, porque nos dá um norte para gente entender melhor.

E, Senadora Leila, se me permite um requerimento extrapauta...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... o Confef, o representante do Conselho Federal de Educação Física, pediu para participar, porque tem temas que são afeitos à...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Está na pauta, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. Ah, está na pauta? Eu ia pedir extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Está, nós inserimos na pauta, tá?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, então vou ficar só no primeiro, no Requerimento 28, de 2025, que pede para incluir o Ministério da Fazenda e a representante do instituto Sou do Esporte para apresentar o PIB; e aguardo o próximo requerimento, então, para eu poder me manifestar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Inclusive, é importante ressaltar os números da questão do PIB do Esporte, que são números muito relevantes. Isso se deve muito também a outra questão que está sendo tratada aqui no Congresso, que é a perenização da Lei de Incentivo ao Esporte.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Exatamente. Esse é outro tema fundamental ao qual estamos alerta, toda a comunidade está alerta – a comunidade esportiva –, porque é fundamental. Se tratamos de números, de economia, certamente a Lei de Incentivo contribui muito para esses números tão relevantes do PIB do Esporte no nosso país.

Bom, a votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 29, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ nº 27/2025.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Autoria desta Presidência.

A votação será simbólica. (*Pausa.*)

Eu estou pedindo que na audiência seja incluído o seguinte convidado: o representante do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. Acho que, enfim, foi um representante que nós, por falta de atenção, inclusive de toda a equipe, tivemos... e que nós agora estamos corrigindo, tá? É isso. É importantíssimo termos aqui o representante do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos.

Então, a votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu vou para o item 5, para o seu.

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 32, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2025 - CEsp seja incluído como convidado o Conselho Federal de Educação Física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho, autor do requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – É importante a representatividade do Conselho Federal de Educação Física, e eu também tive o cuidado, Senadora Leila, de entender sobre quais vetos estariam ligados, naturalmente, à atividade, e tem uns três ou quatro que eles me passaram, que são fundamentais. Eles me procuraram no evento do PIB do Esporte, pediram para participar e, recentemente, esta semana, justificaram quais vetos, o que eu perguntei, teria ligação. Então, em razão disso, eu peço que seja incluído o seguinte convidado: o representante do Conselho Federal de Educação Física (Confef).

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

Só para dar meu bom dia aqui ao nosso Vice-Presidente da Comissão de Esporte, Senador Chico Rodrigues. Seja muito bem-vindo, Senador.

A votação do requerimento apresentado pelo Senador Carlos Portinho será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Vamos para o item 3. Faltam mais dois, meninas.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 30, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor à ex-atleta olímpica Wanda dos Santos, segunda brasileira negra a representar o Brasil em Jogos Olímpicos, por reconhecimento a sua trajetória e conquistas no esporte nacional e internacional.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A autoria é desta Presidência.

Vou à justificação.

A Wanda dos Santos foi a segunda mulher negra a representar o Brasil em Jogos Olímpicos, participou das edições de Helsinque, em 1952, e Roma, em 1960, tendo quebrado o recorde sul-americano nos 80 metros com barreira, em 1952. Além disso, conquistou quatro medalhas em Jogos Pan-Americanos: bronze no salto, em Buenos Aires, em 1951; bronze nos 80 metros com barreira, na Cidade do México, em 1955; e, nessa mesma modalidade, foi prata em Chicago, em 1959; e bronze, em São Paulo, em 1963. Também foi a maior medalhista do Troféu Brasil, criado em 1945, conquistando 48 ouros na competição, entre 1946 e 1966, em diversas modalidades.

Wanda dos Santos nos deixou, já falado pelo Wlamir aqui, Presidente da Confederação de Atletismo, que está aqui presente, nos deixou no dia 30 de junho de 2025, aos 93 anos, em São Paulo, e deixa uma marca na história do atletismo brasileiro. Por sua trajetória de superação e inspiração, especialmente no contexto de resistência racial e de gênero, requeiro o apoio desta Comissão no sentido da aprovação deste voto de louvor em homenagem à nossa querida Wanda dos Santos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu fui pesquisar, fiquei curioso, Senadora Leila, para saber qual foi a primeira mulher negra brasileira a participar de uma Olimpíada, e me diz aqui o Google, mãe dos burros, que foi Melânia Luz a primeira, também no atletismo. Então, veja que o atletismo é pioneiro na participação...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Das mulheres.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... das mulheres negras nas Olimpíadas. E o seu registro tem todo o meu apoio com relação à Wanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Carlos Portinho.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora, finalizo o nosso quarto item.

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 31, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído representante do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB como convidado na Audiência Pública objeto do REQ 25/2025 - CEsp.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Leila, eu vou fazer a indelicadeza e pedir licença, é que eu estou na discussão do Código Eleitoral lá, eu vim aqui para prestigiar e aprovar os requerimentos.

Tenho certeza de que vai ser muito profícua esta audiência pública, estará no YouTube, e eu poderei assistir hoje à noite, para me inteirar.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E temos as assessorias aí também.

Obrigada.

Terça e quarta aqui nós sabemos o caos que é, não é, Senador Carlos Portinho? Ainda mais o Código Eleitoral.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito importante, principalmente para nós mulheres, a garantia dos 20% das cadeiras. Estou torcendo para a Bancada Feminina estar fazendo um bom trabalho lá.

É isso aí. Vamos à luta!

Bom, agora nós vamos para a segunda parte da nossa sessão, que é a audiência pública interativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a igualdade de gênero no esporte brasileiro, com foco nos desafios enfrentados pelas mulheres atletas e na construção de políticas públicas de apoio à presença feminina no esporte de alto rendimento.

Isso é em atenção ao Requerimento nº 25, CEsp, e ao Requerimento nº 31, CEsp, de minha autoria.

Eu convido para tomar lugar à mesa as seguintes convidadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Iziane Castro Marques, Secretária Nacional de Excelência Esportiva do Ministério do Esporte. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A Sra. Yane Marques, Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB). (*Palmas.*)

A Sra. Soraya Nobre, Gestora Esportiva da área Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil (COB). (*Palmas.*)

A Sra. Valeska dos Santos Menezes, representante dos Atletas de Alto Rendimento na Comissão Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil (COB). (*Palmas.*)

É conhecida como Valeskinha. (*Risos.*) De Valeskinha não tem nada, mas é Valeskinha.

Seja bem-vinda, Valeska! (*Pausa.*)

A Sra. Jacqueline Silva, ex-jogadora de vôlei, atleta de vôlei de praia e medalhista olímpica, campeã olímpica.

Seja muito bem-vinda, Jacque! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A Sra. Joanna Maranhão, ex-nadadora olímpica, que participará por videoconferência. (*Palmas.*)

A Sra. Daiane dos Santos, ex-ginasta e medalhista olímpica, que também participará por videoconferência.

E a Sra. Verônica Hipólito, atleta paralímpica, que participará por videoconferência.

As três que estão participando por videoconferência, sejam bem-vindas! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Informo também que foi convidado o Ministério das Mulheres, que não indicou representante.

Antes de passar a palavra para as nossas convidadas, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelas nossas expositoras.

Na exposição inicial, cada convidada poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos, mas, por favor, fiquem à vontade.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, assim como aos nossos internautas e participantes desta audiência pública.

Eu já vou começando, tá? Vou passar a palavra para a senhora...

Primeiro, meninas, quero agradecer a presença de todas vocês. É uma honra. Conheço todas aqui bem, principalmente as que foram atletas. É uma honra estar aqui no Senado Federal e ter este momento com vocês, até porque eu passo muito das minhas experiências, das minhas vivências como ex-atleta, mas eu sempre falo que nós não somos ex-atletas. A gente sai do esporte, mas ele não sai da gente.

A SRA. JACQUELINE SILVA (*Fora do microfone*.) – Pós-atletas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É, exatamente. Nós somos pós-atletas, porque está em nós, a gente leva para a vida.

É um prazer estar com todas vocês aqui nesta audiência pública.

Eu vou passar a palavra para a Iziane Castro Marques, Secretária Nacional de Excelência Esportiva, representante de Ministério do Esporte. (*Pausa.*)

A SRA. IZIANE CASTRO MARQUES (Para expor.) – Bom dia.

Eu também gostaria de agradecer o convite, Senadora, e parabenizar a iniciativa desta audiência que trata de um tema essencial para o futuro do esporte brasileiro. Também é uma honra aqui integrar esta audiência pública que reúne mulheres protagonistas da história do esporte brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, como mulher primeiramente, atleta olímpica e gestora pública, conheço de perto os obstáculos enfrentados por tantas mulheres que lutam para ocupar esses espaços no esporte. Trago um olhar que combina experiência prática com responsabilidade de gestão pública.

O debate sobre igualdade de gênero no esporte é, antes de tudo, um debate sobre acesso, permanência e reconhecimento. As mulheres atletas seguem enfrentando desafios como a disparidade nos investimentos, a invisibilidade midiática, o preconceito de gênero e a escassez de representatividade nos espaços de decisão. Essas barreiras estruturais precisam ser enfrentadas com políticas públicas robustas, intersetoriais e com escuta ativa das atletas e gestoras esportivas, uma vez que essa realidade ainda é marcada por desigualdade salarial, escassez de patrocínio, invisibilidade midiática – como eu já falei –, ausência de estrutura adequada e descontinuidade de carreira, especialmente para mulheres que se tornam mães. Essas barreiras são históricas e exigem respostas institucionais.

Na Secretaria Nacional de Excelência Esportiva, temos atuado para ampliar e qualificar programas, como o Bolsa Atleta, que hoje inclui as gestantes e puérperas no programa; e o Revelar Talentos, assegurando o incentivo à presença feminina no alto rendimento, valorizando as diferentes fases da carreira esportiva, da base à transição. Temos buscado também garantir que o esporte seja, de fato, um direito de todas, com acesso à infraestrutura, apoio à maternidade, acompanhamento multidisciplinar e estímulo ao protagonismo feminino na gestão esportiva.

Além disso, na secretaria, o fortalecimento desses programas garante condições concretas de permanência dessas mulheres no esporte, e a articulação com as outras pastas e entidades esportivas para assegurar essa transversalidade de políticas de equidade de gênero é essencial.

Também estamos avançando na construção de diretrizes para a transição de carreira das atletas, promovendo formação, inclusão no mercado de trabalho e representação feminina na gestão esportiva. O programa está finalizado, a gente deve colocar em andamento ainda neste ano, e temos essa pauta ainda muito forte em relação, principalmente, ao pós-carreira das atletas mulheres. Então, é fundamental garantir que as mulheres estejam não apenas nas quadras, piscinas e pistas, enfim, mas também nas comissões técnicas, nos conselhos deliberativos e nos espaços de decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a isso, eu gostaria de ressaltar e até agradecer também aqui ao Ministro André Fufuca, que me deu a oportunidade de estar neste cargo hoje. Eu falo que eu tenho o privilégio de me sentar em uma cadeira na qual eu posso falar sobre políticas públicas, fazer políticas públicas pelas quais eu vivi, desde a base, passando pelo alto rendimento e terminando na transição de carreira; e não só eu, nós temos mulheres também na gestão pública do esporte de rendimento, no Ministério do Esporte; na Sneaelis, com a Diretoria de Incentivo ao Esporte, é uma mulher que está à frente dessa pasta tão importante; nós temos uma mulher à frente da certificação da Lei Pelé; nós temos uma mulher Presidente do Controle de Dopagem, que é a Presidência da ABCD, que está aqui presente, gostaria de nomeá-la aqui, a Adriana Taboza. Então, isso mostra também o que é, de fato, oportunizar mulheres em cargos decisórios e de gestão, graças ao Ministro André Fufuca.

Então, essa transformação que queremos no esporte passa necessariamente pela valorização e trajetória dessas mulheres.

Que esta audiência pública seja mais do que um momento de escuta, que seja um ponto de partida para ações concretas que garantam igualdade de condições, reconhecimento e dignidade para todas as atletas brasileiras!

Sabemos que ainda há muito a avançar, e, por isso, espaços como este são fundamentais para fortalecer a construção coletiva de soluções.

E aqui eu gostaria de também parabenizar a presença de presidentes de confederações, de representantes também de confederações, de homens aqui presentes, porque a gente fala sobre igualdade, mas, para se ter primeiramente a equidade que as mulheres precisam, a gente precisa dialogar com aqueles que estão no poder, e nós bem sabemos que, nesse nosso espaço aqui, nós dialogamos o tempo todo com homens, e não com mulheres. Eu reiteradamente sou a única mulher nesse espaço, em diálogo constantes, em reuniões, em mesas, em debates, e isso precisa mudar. A gente entende a contextualização histórica do nosso país e dessa construção contínua, mas também a gente sabe que é necessário assegurar esses espaços para as mulheres.

E, finalizando aqui, eu gostaria de me colocar à disposição, para atuar em conjunto com o Senado, com os comitês esportivos, com as confederações e com todas as mulheres que, diariamente, constroem o esporte brasileiro com excelência, coragem e resistência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

Vou aproveitar também e cumprimentar e registrar a presença da Adriana Taboza, que comanda a ABCD, que é a nossa Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. Seja muito bem-vinda, Adriana!

Eu vou passar a palavra agora...

Obrigada à Iziane pela fala e participação.

Nós vamos ter perguntas depois; então, eu vou deixar todas vocês falarem e depois a gente passa para as perguntas, os questionamentos.

Quero registrar também a presença aqui da nossa Vice-Líder da Bancada Feminina, nossa querida Senadora Teresa Leitão.

Bom dia, Teresa. Quer fazer uso da palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não? À vontade.

Então, eu vou passar agora para a Sra. Joanna Maranhão, que é ex-nadadora olímpica, que participará por videoconferência.

Seja bem-vinda, Joanna!

A SRA. JOANNA MARANHÃO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia.

Obrigada, Senadora.

Espero que todo mundo esteja me ouvindo bem.

Eu queria agradecer imensamente pelo convite para fazer parte, mesmo de longe. É um prazer imenso, essa mesa riquíssima aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tentando fazer um bom uso desses dez minutos aqui, eu vou tentar dar um pouco de continuidade ao que Iziane falou, e eu tenho certeza de que as próximas falas também serão falas que me contemplarão.

Eu queria trazer a atenção um pouco para uma outra questão, que atravessa a minha própria existência. Pessoas que são ativistas pelo direito da infância sabem que eu abertamente falei sobre a violência sexual que eu vivi aos nove anos de idade, dentro do esporte. E, como a maioria das vítimas, a gente não tem conhecimento sobre nossos direitos, até que tipo de palavra se usa para descrever. Então, eu guardei isso dentro de mim por muitos anos e, quando eu estive pronta para falar, não existia respaldo legal para que eu pudesse denunciar. No meu tempo, apareceram outras vítimas, inclusive continuam aparecendo vítimas até hoje, e aí eu acabei entrando nessa luta para tentar mudar a legislação brasileira.

Hoje existe a Lei Joanna Maranhão, que dobra o tempo de prescrição, para que vítimas de violência sexual possam denunciar essas violações, mas a gente, infelizmente, ainda está muito longe de um ambiente esportivo seguro.

Quando a gente fala sobre igualdade de gênero dentro do esporte, a gente precisa pensar que esse ambiente tem que ser seguro para essas mulheres, e um ambiente seguro passa por um ambiente livre de assédio, assédio moral, violência psicológica, física, sexual, exploração econômica de todo tipo.

Eu acabei me tornando pesquisadora e ativista e hoje moro fora do Brasil, porque eu atuo nessa área de esporte seguro. E, como pesquisadora, eu fiz uma pesquisa em que perto de mil atletas brasileiros de elite, profissionais, responderam sobre as suas experiências antes dos 18 anos de idade. Infelizmente, 63% desse grupo relatou ter vivido alguma experiência de violência sexual dentro do esporte. Se a gente juntar todas as violências – psicológica, física e sexual –, sobe para 93%. Quando a gente vai olhar quais são os riscos associados, a gente percebe que mulheres reportaram mais incidências de violência psicológica e sexual, o que significa que ser mulher no esporte brasileiro é um fator de risco. Então, a gente precisa pensar de forma holística, para que exista espaço para mais mulheres, para que mais de nós estejamos presentes, mas esse ambiente precisa ser seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem algumas formas de se fazer isso e política pública é extremamente importante. Alguns países, como Canadá, Austrália, Alemanha – que é onde eu moro hoje –, Estados Unidos, têm o que eles chamam de agências de esporte seguro, que são agências governamentais, financiadas pelo governo, responsáveis por investigar casos de violência de toda a natureza para todas as pessoas dentro do esporte; punir esses abusadores; e criar um banco de dados para que a gente saiba quem são essas pessoas que estão perpetuando essas violências, para que elas não tenham mais espaço dentro do esporte. E que sejam também órgãos reguladores, né?

No sistema esportivo dentro do Brasil, a gente depende do Estado brasileiro, e de um Estado brasileiro forte, que praticamente financia tudo dentro do esporte de rendimento do Brasil. Então, nada mais normal que esse Estado brasileiro que financie fiscalize também se os clubes, as federações, as confederações e os Comitês Olímpico e Paralímpico estão tendo ações efetivas de prevenção, de combate e de punição à violência, principalmente violência sexual.

Então, era mais isso o que eu estava querendo falar, era esse assunto em que eu estava querendo tocar, porque eu acho que é extremamente importante. Não existe nenhuma outra agência como essa na América do Sul, né? E a gente sabe que, no continente americano, a gente, em termos de *performance*, só fica atrás dos Estados Unidos e Canadá. Então seria muito interessante que o Brasil aí puxasse a frente nessa questão de uma agência de esporte seguro, para que a gente possa tornar esse ambiente mais seguro para mulheres.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Joanna. Grata pela sugestão. Nós vamos entrar em contato com você para ouvir um pouco da sua pesquisa e ver como, em termos legislativos, nós podemos contribuir com o Governo Federal, enfim, com o próprio COB também, nessa questão da agência de esporte seguro, que é bem interessante. E esses dados são estarrecedores, inclusive, os que você trouxe na sua pesquisa.

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Yane Marques, que é Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil.

Seja muito bem-vinda, Yane!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. YANE MARQUES (Para expor.) – Obrigada, Senadora Leila. Obrigada, Senador Chico Rodrigues. Estamos nos conhecendo hoje, a gente já trocou umas figurinhas aqui. Muito bom.

É legal demais esse espaço. Parabenizo pela iniciativa, por jogar esse tema à mesa para a gente discutir, conversar, se municiar de tantas novidades e informações.

Quero saudar minhas amigas aqui de profissão, de missão; meus amigos também, o Presidente da confederação, Wlamir, que está sempre aqui, o Hugo. Reforço sua fala, Izi, da importância de esses homens estarem junto com a gente nessa militância, que é puxada, é difícil. Adriana, é muito bom ter você aqui também, querida. E uma saudação bem especial a uma conterrânea minha aqui, a Teresa, Senadora, que chegou há pouco. Muito bom vê-la, viu? Prazer gigante. A gente está junto aqui nessa missão.

Pessoal, nós fomos eleitos para o COB, eu, La Porta e um timaço, no ano passado. A gente assumiu neste ano o Comitê Olímpico do Brasil, em janeiro, explicitamente com uma decisão e um desejo de dar atenção a essa causa, um compromisso com a comunidade esportiva, na verdade, sobre a pauta da equidade de gênero.

E, mais que isso, a gente valoriza muito esses debates, essas discussões, esses contrapontos, as experiências, as histórias, que são muito importantes para a gente se municiar de informação, tratar nas nossas decisões internas de forma mais assertiva, mas a gente quer muito liderar pelo exemplo.

A gente vai ter uma apresentação linda aqui de Soraya, da área Mulher no Esporte, que preparou tudo com muito carinho, muitos números, conteúdos, coisas importantíssimas, para vocês tomarem conhecimento do que a gente lá no Comitê Olímpico do Brasil está fazendo, desenvolvendo, jogando luz a essa temática da mulher no esporte, programas de apoio às confederações, às mulheres treinadoras, às comissões, trazendo para dentro do COB discussões muito amadurecidas sobre essa temática. E essa apresentação vai ser muito rica.

A gente valoriza demais esse assunto. Eu trago uma fala institucional, obviamente, como Vice-Presidente eleita no Comitê Olímpico do Brasil, e agradecendo demais o voto de confiança que nos foi dado, mas a minha história como Vice-Presidente do COB não se desconecta da minha história de mulher atleta, sertaneja, nordestina, mãe. Eu trago uma carga até cultural, talvez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

histórica, de muita luta, de muitos desafios nessa temática de a mulher ocupar espaços, ineditismos.

Em 111 anos do Comitê Olímpico do Brasil, a gente teve, pela primeira vez na história, um baita voto de confiança da comunidade esportiva. Todos os presidentes de confederação, atletas presentes, representantes do Comitê Olímpico Internacional me trouxeram para uma cadeira em que uma mulher nunca se sentou na história do Comitê Olímpico do Brasil – a primeira mulher Vice-Presidente do COB.

Eu sei o tamanho da responsabilidade que está sobre os meus ombros, mas eu sei que essa porta que a gente abre precisa ser ultrapassada por tantas outras mulheres. Está aqui Leila, que não me deixa mentir. Os desafios são muito grandes quando a gente assume esses espaços majoritariamente masculinizados ainda, mas a gente os está conquistando, aos poucos, com muito trabalho, com muita responsabilidade, muito compromisso. E esse movimento... É muito legal eu falar isso, porque esse é um movimento que está acontecendo mundialmente. A gente teve agora, pela primeira vez na história também, no Comitê Olímpico Internacional, uma mulher eleita Presidente.

Como a Izi falou, a Adriana também pela primeira vez Presidente, a gente tem tantos outros exemplos acontecendo, as confederações trazendo mulheres nas suas composições de chapa, confiando que a gente está, sim, à disposição, pronta para trazer a nossa história, a nossa vida, o nosso bem-querer cuidar do esporte, que a gente viveu a vida toda e para que a gente se entregou.

Eu vivi uma vida em função do esporte, tanta coisa que eu aprendi e que agora, na condição de gestora, eu quero devolver esse compromisso, essa dedicação, essa responsabilidade, essa sensibilidade que nós mulheres temos naturalmente e que a gente precisa saber muito bem aplicar e trazer para o bem do esporte no Brasil.

A gente está sempre aqui presente, o COB está sempre presente aqui nessas discussões tão diversas; hoje, nesta superimportante.

Eu nem lhe mandei um beijo, Joanna, de longe, mas queridíssima conterrânea também; Verônica está aí; Daiane; tanta gente importante e de peso, trazendo suas histórias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E reforço aqui o nosso compromisso do Comitê Olímpico do Brasil com essa temática, que nos importa, nos interessa. A gente tem jogado muita luz sobre esse assunto. Eu falei no meu discurso de posse, quando eu entrei, primeira mulher Vice-Presidente do COB, que eu abri a porta, quebrei a maçaneta e ninguém bota mais. Agora é ladeira abaixo... Ou acima, né? (*Risos.*)

Que a gente possa, cada vez mais, conquistar esses espaços que a gente merece, a gente faz por onde!

Queria aproveitar a oportunidade também para agradecer a todos vocês, Senadores, e a todo mundo que está aqui, que faz parte dessas discussões. A gente está sempre presente, tantas pautas importantes.

O Senador Portinho falou dos benefícios para a importação dos equipamentos esportivos, importantíssimos, tanta particularidade, modalidades para as quais a gente não consegue adquirir equipamentos aqui, que a gente precisa importar, legado olímpico, Lei de Incentivo ao Esporte – de que hoje vai ter a votação do relatório à tarde, que a gente consiga aprovar esse primeiro momento –, todos os recursos oriundos das *bets,* são assuntos que trazem a gente do COB aqui, e hoje o que me traz aqui é uma temática tão importante, que me apetece, que me encoraja todo dia, saber que a gente está avançando, crescendo, amadurecendo de uma forma muito sólida.

Quero aproveitar que também chegou o Emanuel, nosso Diretor-Geral... Bem-vindo, meu amigo! Estamos fazendo um trabalho muito legal lá, com muita sintonia, muito bem-intencionados.

Então, é isso, minha gente. Queria agradecer, mais uma vez, o espaço. Estamos sempre aqui à disposição. Acho que o COB está aqui direto, a gente tem um assessor parlamentar, o Pinheiro, que está aqui. Quando a gente... Eu, o Presidente, o Emanuel estamos sempre muito bem acompanhados, informados diariamente de tudo que está acontecendo, e isso é uma demonstração de que tudo o que ocorre aqui nos importa e que a gente quer participar de perto.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Inclusive, eu quero parabenizar também, Yane... Desculpe, já ia falando Iziane. Também quero parabenizar o COB, porque eu estou, aqui no Senado, há seis anos, e realmente a gente vê que houve uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança até comportamental do esporte nessa presença. Talvez, eu acho que o que tem facilitado também é a questão de termos hoje uma Comissão. Isso facilitou, porque são portas abertas a todo o setor esportivo.

Mesmo assim, nos últimos anos, a gente sentia essa dificuldade, a gente cobrava muito do esporte e hoje a gente vê, na figura do assessor, do Zé Carlos aqui, do Pinheiro; a mesma coisa é o representante institucional do Exército, das Forças Armadas aqui, o nosso Coronel Augusto Perez; o Hugo Parisi também, seja muito bem-vindo; o Emanuel Rego, que é meu esposo; Ricardo Vidal também, que representa a Confederação de Atletismo. A gente realmente tem visto uma mudança de comportamento do esporte, e isso é fundamental para que vocês possam até acompanhar o que está acontecendo na Casa.

Inclusive, eu fiquei incomodada, fiquei em alerta com a fala da Joanna sobre essa questão da agência. Então, na Seção III da Lei Geral do Esporte, "Da Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação do Esporte", no art. 182, que eu pedi para buscar, eu falei assim: "Não, temos a previsão disso na Lei do Esporte, que é a Anesporte".

> Art. 182. Fica criada, no âmbito do órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte, a Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e Discriminação no Esporte, com o objetivo de formular e executar políticas públicas contra [...] [qualquer tipo de] violência, [seja] o racismo, a xenofobia e a intolerância no esporte.

Pasmem, foi vetado. Então, nós vamos ter que rever isso também, é outro tema que nós vamos ter que trabalhar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois é.

Bom, obrigada, Yane, pela sua participação. Eu vou passar a palavra agora, porque também quero ouvir... A Yane deu um alerta a respeito do trabalho e da fala da Soraya Nobre, que é a Gestora Esportiva da área Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil.

Seja bem-vinda, Soraya!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA NOBRE (Para expor.) – Oi. Bom, gente, eu vou tomar a liberdade de ficar em pé. Gosto de gesticular, acho que fica mais fácil.

Bom dia a todos e todas.

Agradeço a esta Casa, Senadora Leila, pela oportunidade de trazer um pouco para vocês do que a gente vem fazendo no COB. Acho que, como a Yane falou, com o marco de ser a primeira Vice-Presidente mulher, eu acho que a gente começa com um pontapé para não parar mais, né?

Muito além disso...

Acho que passou um vídeo ali a mais.

Eu acho que, muito além disso, também vindo das diretrizes que o Comitê Olímpico Internacional está trazendo.

Deixe-me parar aqui, porque está...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Está dando um *delay*.

A SRA. SORAYA NOBRE – É que tem um vídeo ali.

Foi? Está ótimo.

Eu acho que tem muito do que o COI está trazendo para os comitês olímpicos nacionais, né? Então, a área foi criada em 2021, com a Isabel Swan, medalhista olímpica, atual Vice-Prefeita da cidade de Niterói, lá no Rio. E, desde então, a gente vem desenvolvendo ações de equidade de gênero, com o propósito maior da igualdade de gênero, e aí servindo de exemplo para as nossas confederações, para as federações e também para outros comitês olímpicos nacionais.

Então, não sei se eu posso dar o.k. ali na apresentação... (*Pausa.*) Está bom.

Então, a ideia aqui – só enquanto a gente arruma aqui – é a gente mostrar para vocês um pouquinho das nossas ações hoje no COB, que a gente vem desenvolvendo desde 2001, na criação da área, tá?

Vamos lá, deixe-me ver se vai passar aqui. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vou aproveitar também e registrar a presença do David Baker, que é o relações institucionais da nossa Confederação Brasileira de Vela.

Seja muito bem-vindo, David! Bem-vindo, David! (*Pausa.*)

A SRA. SORAYA NOBRE – Bom, voltando aqui. Acho que agora foi, né? Vamos lá.

Bom, então, primeiramente, a ideia inicial da área é a gente entender, fazer um diagnóstico muito importante sobre de qual mulher a gente está falando, né? Então, assim, nós temos aqui realidades diferentes quanto a de onde viemos, para onde vamos, mas a gente sabe que nem toda mulher tem a oportunidade que a gente teve, né? Então, esse é um detalhe muito importante que a gente traz para a área para justamente fazer esse diagnóstico e entender de que mulher a gente está falando, ou seja, em que posição essa mulher está, em que contexto social essa mulher está e, principalmente, quais são as barreiras enfrentadas por essas mulheres, né?

A gente fala muito sobre oportunizar – a Secretária Iziane trouxe isso muito bem –, realmente sobre essa oportunidade, mas como é que a gente mantém essa mulher em cargos de liderança, como atleta, como treinadora, ou seja, qual é esse universo, para a gente oportunizá-lo, e como mantê-las lá também? Então, muito da nossa área passa por isso.

E aí, como eu disse anteriormente, o Comitê Olímpico Internacional (COI) lança as diretrizes estratégicas – na Agenda 2025 do COI – na busca da equidade de gênero. Só para fazer uma breve explicação, equidade de gênero... A gente está falando de ações que chegam à igualdade de gênero. Então, a nossa área desenvolve ações de equidade de gênero com o propósito maior da igualdade de gênero.

A gente está falando de cinco pilares ali, que são: a participação; a liderança; o esporte seguro – a Joanna trouxe isso muito bem –; a representação; e a alocação de recursos. A participação é a gente dar mais acesso e oportunidades de participação em competições. Aí eu estou falando de toda a esfera. A gente está falando de atleta, de novo, até treinadoras, de árbitras, de gestoras, de liderança – melhor distribuição dos cargos, de acordo com as influências, etc. Esporte seguro é a promoção do ambiente seguro para a prática de atividades físicas, livre de assédio, livre de todo tipo de abuso. Na representação, a gente está falando de como a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala das mulheres na mídia. A gente tem um documento, que eu vou mostrar para vocês, que foi um documento traduzido também do COI e que outros comitês olímpicos nacionais de língua portuguesa estão usando o nosso documento. Isso é um marco para a gente também. E a alocação de recursos é justamente distribuir recursos específicos para projetos voltados para o feminino. A gente sabe que esse ainda é um passo necessário de se dar, é um trabalho que a gente faz muito junto com as confederações, inclusive. Eu vou mostrar para vocês também o PDEF, um pouquinho, lá na frente, que é justamente isto: a gente realocar recursos para esses projetos específicos, voltados ao escopo do desenvolvimento feminino.

E aí, trazendo para vocês, isso saiu agora em abril de 2025. Foi uma notícia muito legal que chegou até a gente. O COI, todo ano, lança o relatório de boas práticas e nós tivemos duas ações nossas, do COB, mencionadas nesse relatório, que é o Programa Mira, de que eu vou falar depois um pouquinho para vocês ali na frente, e o PDEF, que é o Programa de Desenvolvimento do Esporte Feminino, que entra na realocação de recursos. Isso, para a gente, foi, assim, uma afirmação de que a gente realmente está no caminho – ter duas bandeirinhas do Brasil ali no relatório traz para a gente essa certeza – e, principalmente, que a gente pode servir como exemplo para outros comitês.

A gente tem um relacionamento muito próximo com o COI. A gente tem reuniões, a gente marca em cima mesmo. E eles também têm isso com a gente. Então, essa relação muito próxima faz a gente caminhar. E é importante também servir como exemplo não só para o Brasil, mas para fora do Brasil.

E aí a nossa área tem dois objetivos principais, que são: a promoção da equidade e a performance esportiva. Quando a gente fala sobre promoção da equidade, a gente está falando de governança. No COB hoje, por exemplo, nós temos a política de equidade, que trata sobre ações de governança dentro do COB, que serve como exemplo também para as confederações nacionais. A gente tem uma comunicação específica. A nossa área de comunicação trabalha juntamente a isso.

E aí, quando a gente está falando de *performance* esportiva, a gente está falando de pesquisa e capacitação, obviamente, de todas essas mulheres e também dos projetos esportivos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como mencionei anteriormente, que atingem todo este cenário: atletas, treinadoras, árbitras e gestoras também.

E aí a gente cria – a Valeskinha está aqui –, em 2022, a Comissão Mulher no Esporte, que tem uma atribuição de corroborar com a nossa área. É muito legal a gente falar isso, porque o que a gente vê, nos comitês olímpicos nacionais, geralmente, é que existe a comissão, mas não existe a área Mulher no Esporte. E, no Brasil, a gente tem isso. A diferença é que a área foi criada para pensar em estratégias específicas para a área, e também temos pessoas contratadas para pensar nisso o tempo inteiro e trocar com toda a diretoria. A Yane, desde que chegou, está com a gente 100%. A gente conversa, a gente faz reunião – não é, Yane? – bate na sala dela lá: "Me dê dez minutinhos para gente conversar?". Então, é muito importante ter dentro do COB hoje uma área que trate disso.

Em paralelo, nós temos a comissão. A comissão é formada por 15 pessoas hoje. Somos 12 colaboradores do COB e 3 membras externas. A Valeskinha é uma delas, representando atletas de alto rendimento, e, daqui a pouquinho, ela vai falar também. E a importância da comissão é atuar junto com a área, trazendo todas essas informações para a gente melhorar, para a gente caminhar em paralelo.

No COB, hoje, a gente tem o Instituto Olímpico Brasileiro (IOB). E, dentro do IOB, temos cursos gratuitos, de fácil acesso, que tratam sobre equidade de gênero e temas ligados à equidade de gênero. Então, trouxe aqui para vocês um pouquinho do que a gente tem hoje. O curso de Ginecologia do Esporte foi o último que foi lançado no ano passado. Tem uma versão para jovens e uma versão adulta, justamente por essa acessibilidade da linguagem, para facilitar nesse sentido. E o mais interessante é que todos e todas que participam das missões do COB são obrigados a fazer os cursos, são obrigados a mostrar lá o certificado, para poderem estar numa missão do COB.

Então, a gente movimenta e encoraja as confederações, os clubes, etc., todos vocês, todos e todas, a acessarem o IOB e a fazerem os cursos. Não são cursos longos, mas são de muita valia, de muita informação. E alguns cursos são em parceria com a ONU Mulheres. A gente tem hoje um convênio com a ONU Mulheres e a gente traz muita informação delas também. Essa troca é muito rica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são algumas publicações que a gente fez desde 2025. A gente tem o *Modelo de Desenvolvimento*, que fala de uma parte do feminino; a *Igualdade e Inclusão da Mulher no Esporte*, que é o mapeamento das confederações e algumas federações internacionais, de quais ações que essas organizações e entidades estão fazendo ou não, relacionadas ao esporte feminino. A gente tem duas cartilhas, uma é *Mempodera*, que fala sobre saúde menstrual, e a cartilha de equidade de gênero. A gente distribui essas cartilhas nos Jogos da Juventude, inclusive, para os atletas. A gente está falando de quatro mil e alguma coisa de atletas, então, é um número bem grande.

E, por último, deixei para falar para vocês, daquele documento Diretrizes de Representação, que eu mencionei lá na frente. É um documento do COI, que fala sobre representatividade na mídia. A gente fez a tradução desse documento em português, e agora ele serve de exemplo para outros países de língua portuguesa. A gente disponibilizou para o COI. Enfim, mais uma vez, sendo exemplo para fora do Brasil também.

Para o Programa de Desenvolvimento do Esporte Feminino, que é um programa cujo objetivo é dar suporte financeiro às confederações, infelizmente, a gente tem um número limitado de recursos, e a ideia, claro, é sempre aumentar. E aí a gente lança um edital em que as confederações se candidatam, expõem os seus programas ali e passam por uma banca avaliadora interna no COB.

A gente vem crescendo, como vocês podem ver ali nos números: em 2023, foram R$600 mil; aumentamos, em 2024; e, neste ano, em 2025, a gente está com R$2,45 milhões destinados a projetos de escopo feminino. Saímos de oito, no primeiro ano do programa, em 2023, para dezoito, neste ano. Então, assim, foi um aumento considerável, e a ideia é a gente continuar contribuindo muito em parceria com as confederações. No COB, sempre a gente dá a ferramenta e trabalha em conjunto com as confederações, e elas executam em parceria com a gente.

Então, esse programa foi um dos citados nas boas práticas do COI e realmente, para a gente, ele é de grande valia, sim – a gente vê realmente resultados saindo daí, muito com o Mira também, de que eu vou falar para vocês –, e atinge não só atletas, de novo, como também todo o cenário do esporte feminino: treinadoras, árbitras, gestoras e por aí vai.

Trago para vocês aqui a resolução dos 30% de participação de mulheres em jogos internacionais. A gente lançou essa resolução no ano passado para oportunizar, mais uma vez, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar cenários em que mulheres estejam participando, dentro das comissões técnicas, de competições e assim por diante. Só para vocês terem uma ideia, aqueles números ali – COB e confederações –, 23%, nas confederações, é a porcentagem de mulheres naqueles jogos, ali dentro da delegação da confederação, e 44,1% – eu estou pegando ali o último, que foi Paris –, porcentagem de mulheres na missão do COB. Então, a gente chegou quase aos 50%, mas a gente precisa galgar e caminhar um pouquinho. Quando a gente fala sobre treinadoras, que é outro ponto que eu vou trazer para vocês, a gente está falando de 13% só, em Paris. Então, é um número muito baixo, e a gente precisa trabalhar para aumentá-lo.

Bom, vamos lá.

Mira, cuja sigla significa Mentoria Individualizada para Reflexão e Ação, também é um programa que dá muito orgulho para a gente e é voltado para treinadoras. A gente está indo para a segunda edição, neste ano. No ano passado, a gente teve a primeira edição, com dez participantes, dez treinadoras; neste ano, a gente irá para 21 treinadoras; então, a gente já teve um aumento – 75 treinadoras se inscreveram no edital. A ideia é a gente crescer, e, no ano que vem, a coisa aumentar mais.

Neste ano, a gente está muito focado na melhoria do desenvolvimento dessa metodologia do programa. O programa consiste em mentoria para essas treinadoras e em dar a elas capacitação para chegarem aos seus clubes, às suas confederações mais capacitadas; não que não o sejam – só deixando bem claro: muitas o são –, a gente só maximiza isso. Então, o Mira é um projeto muito bacana e é mais um que está lá nas boas práticas do COI.

Eu trouxe um vídeo aqui resumido para vocês. Vamos ver se vai passar aqui... Vamos lá!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. SORAYA NOBRE – Esse foi o programa do ano passado. Vocês conseguem ver que é um misto, a gente teve a Fofão no nosso grupo e, por exemplo, a Gabriele, ex-atleta virando a chave agora. Tem as treinadoras que estão fazendo a transição de carreira e treinadoras que já foram a Olimpíada. Então, é um cenário muito interessante, e essa troca é muito rica, no presencial principalmente. O programa dura oito meses, e o presencial é muito rico, como que se gera empatia nesse presencial, essa troca entre elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora a gente está indo, na semana que vem, para o primeiro presencial deste ano, lá no Rio, no CT; então, a gente está bem empolgado com essa nova turma.

Eu só gostaria de exibir o último vídeo para ilustrar o que a gente fez neste ano. Eu acho que foi o grande evento depois da posse do Presidente La Porta, o Fórum Mulher no Esporte – a Senadora Leila estava lá, a Secretária Iziane estava lá –, que trouxe para a gente esse trabalho em conjunto, ou seja, todas as forças que a gente precisa para seguir. Então, a gente falou no fórum desde liderança entre mulheres até *performance* esportiva para mulheres. Foram cinco mesas de fórum, um dia muito rico, em que a gente pôde contar com a presença de mulheres incríveis. Eu particularmente não sou atleta olímpica, sou atleta de escola, tive bolsa, deu tudo certo, mas eu não vejo a minha vida sem esporte desde então. Estar ao lado dessas mulheres para mim é uma honra de verdade, poder trabalhar todos os dias com vocês para mim é uma honra, é muito inspirador estar no COB todo dia. Vocês podem ter certeza, eu trabalho do lado da Natália Falavigna: "Vamos almoçar, Natália Falavigna?". É assim...

Queria trazer o vídeo do fórum. No ano que vem, se tudo der certo, teremos outro, não é, VP? Vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. SORAYA NOBRE – É isso, pessoal.

Muito obrigada.

Estamos à disposição de todos e de todas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ai, que luta! Vamos embora.

Excelente apresentação, Soraya. Muito obrigada. Bem esclarecedora, não é, Senador Chico?

Senadora Teresa, por favor, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para interpelar.) – Bom dia a todas.

Senador Chico, o senhor está cumprindo a cota; então, se sinta cumprimentado. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todas as que estão na mesa, além dos demais representantes aqui do esporte.

Eu estava presidindo uma sessão da CCT e não pude chegar logo, mas vim por dois motivos. O primeiro é porque se trata de um assunto relacionado ao espaço da mulher que, assim como disse Leila no vídeo – e acho que ela encarna isso na Presidência desta Comissão –, é dificultado pelo modelo de sociedade que a gente tem, em todas as áreas.

Somente neste ano... Aliás, no ano passado, nós aprovamos um projeto de lei enviado pelo Governo do Presidente Lula de igualdade salarial entre homens e mulheres. No serviço público isso existe, embora as magistradas, por exemplo, tenham muito mais dificuldade de subir na pirâmide do que os homens, não é? E, pasmem, na Câmara dos Deputados, seis ou sete Deputadas votaram contra. Quando chegou aqui ao Senado, nós nos unimos, não é, Leila? Nós praticamente exigimos que todas as Senadoras votassem a favor e conseguimos. Aqui nenhuma mulher votou contra esse projeto, que é um projeto em curso ainda. Ele está pronto e acabado como lei, mas tem o processo de implementação, que não é fácil. Não é fácil, a gente sabe disso.

Na política, é parecido. Agora mesmo estava sendo votado, na CCJ, o Código Eleitoral, que nos diminui. A gente tem que escolher entre a cruz e a espada: ou 20% de cadeiras asseguradas ou 30% de cota. Aí fica uma situação muito... O Senador é muito experiente e nós somos de partidos, tanto o senhor, quanto eu e Leila, que priorizam a presença da mulher na política. No meu partido, todas as representações são paritárias, todas as representações de dirigentes e de eventos são paritárias, mas a gente sabe como as mulheres lutam onde quer que estejam.

Então, o esporte, Yane, tem uma peculiaridade muito importante para as mulheres. Eu digo que, nos esportes coletivos, é ainda maior, porque, no esporte individual, a gente vê... Hoje uma brasileira vai voltar para Wimbledon no tênis, depois de não sei quantos anos, na década de 70, quando Maria Esther Bueno esteve por lá. Então, vai ter uma mulher tenista brasileira. Veja quanto tempo a gente passou para ter outra mulher lá nas quadras, numa das mais famosas do tênis.

Então, eu acho que vocês fazem um trabalho com essa perspectiva da presença coletiva da mulher. Não é fácil uma mulher sozinha chegar aonde Joanna Maranhão chegou, aonde outras atletas chegaram, aonde Yane mesmo, que era a nossa pentatleta, que muito honrou Pernambuco, aí mundo afora. Eu observei muito no vídeo, a perspectiva coletiva, ou seja, o esporte coletivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a mulher é um desafio talvez até maior, Leila. E a gente tem esta perspectiva de que o direito da mulher tem que ser coletivo, de que "Eu estou aqui porque algumas vieram antes de mim e eu tenho obrigação de abrir espaço para outras que virão", aí se torna, eu acho, mais desafiador. Não é porque a gente compete mulheres com mulheres, mas é porque, comparando o que o futebol oferece aos homens com o que o futebol oferece às mulheres, o que o voleibol oferece aos homens com o que o voleibol oferece às mulheres, em termos de condições de prática esportiva, que, como a gente aqui diz, condições de exercício na política, no mundo do trabalho, a gente diz condições de exercício profissional... Então, não é diferente para vocês.

Eu quero parabenizar a todas pela ocupação desse espaço. Não desistam. Vejam que Leila, na Presidência da Comissão de Esporte, que é o melhor lugar que ela poderia estar, simboliza muito isto: a sua vida esportiva, o seu acesso na política, e um espaço na Casa Legislativa, assim como eu faço na Comissão de Educação, por dever de ofício, por identidade de trajetória, para que as mulheres que estão no esporte vejam em Leila essa perspectiva. A política é o espaço para resolver essas coisas, ou pelo menos para encaminhar.

A gente recebe vocês aqui com essa alegria e esta confiança de que essa aliança da política com o esporte, no contexto de uma política de igualdade de gênero no esporte, é uma saída estratégica para as mulheres que são esportivas e para nós que ficamos nas arquibancadas torcendo por vocês, como eu. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom. Obrigada, Senadora.

Acredito que os desafios são os mesmos, né? Eu estive no esporte por uma vida. Dos 54 anos que eu vou fazer agora em setembro, pelo menos 22 foram dedicados ao esporte, e seis agora na política.

Como eu falei ali, as angústias são as mesmas, os problemas, os desafios, é claro que cada um dentro das suas perspectivas, como você falou. Mas é engraçado que eles são os mesmos.

Eu agradeço muito o esporte pela capacidade que eu tenho de lidar com as diferenças, porque o esporte, principalmente coletivo, ensina muito a gente: você não precisa amar, mas você precisa respeitar. Nessa perspectiva, esse ensinamento eu acho que é o maior de todos, Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teresa, Senador Chico, que eu trago para a política. Sei das nossas dificuldades de diálogo, da polarização, dos inúmeros desafios que nós temos como agentes políticos, mas certamente esta habilidade foi o esporte que me deu: saber que o trato e o respeito têm que ser iguais para todos, desde o melhor amigo àquele que pode ser o seu pior adversário. Essa é a realidade.

Obrigada pela participação.

Eu vou passar a palavra agora, para participação por videoconferência – até pedindo desculpa aos presentes por causa do horário lá e da dificuldade de internet aqui –, para a Sra. Verônica Hipólito, que é atleta paralímpica.

Seja muito bem-vinda, Verônica!

A SRA. VERÔNICA HIPÓLITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muitíssimo obrigada, Senadora Leila, Senador Chico, Senadora Teresa.

Eu quero aqui dar bom dia e cumprimentar todas que estão aqui hoje, então: Joanna, Daiane, Yane, Iziane, Soraya, Valeska, Jacqueline. Eu tenho muito orgulho de cumprimentar todas vocês, porque vocês sabem que, além de grandes atletas para o nosso Brasil, vocês são grandes ídolas para mim. Eu fico muito feliz ao pôr a palavra no feminino. Eu quero dar bom dia a todas, ídolas, porque no nosso país a gente sabe como é difícil o ambiente esportivo para mulheres, é disso que a gente está falando.

Eu quero agradecer principalmente a minha participação hoje, porque todas as vezes, Senadora Leila, em que fazem mesas sobre o esporte, fazem mesas sobre mulheres no esporte, normalmente mulheres do movimento paralímpico e paradesportivo são esquecidas. Então, sempre há uma grande conversa no nosso movimento sobre o quanto parece que a gente tem que lutar contra o machismo e tem que lutar também contra o capacitismo, como se ser uma mulher com deficiência não fosse uma mulher, fosse uma coisa. Então, eu quero muito agradecer o espaço hoje para estar conversando aqui com vocês.

Para começar, eu quero falar sobre dois sonhos que eu sempre tive. O primeiro sonho era ser medalhista em todas as grandes competições, Parapan-Americanos, mundiais, Paralimpíadas. O segundo grande sonho, que não anulava o primeiro, era ser uma Diretora, Vice-Presidente, Presidente dentro do movimento paralímpico. O meu primeiro sonho eu cumpri. Conquistei sete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medalhas em Parapan-Americanos, conquistei três medalhas em mundiais e conquistei três medalhas em Jogos Paralímpicos.

A minha primeira medalha foi uma medalha de prata aos 19 anos, se eu não me engano, porque tem muito tempo e minha memória já está começando a falhar. Eu lembro que eu ganhei aquela medalha de prata e eu ficava pensando assim: "O que eu vou falar? Tem tanta coisa para eu dizer, tem tantas pessoas que eu quero agradecer!". A primeira pergunta que me fizeram ao vivo foi se o tamanho dos meus *shorts* não incomodaria o meu pai ou o meu parceiro na época. Então, quando a gente fala de ambiente esportivo seguro para as mulheres, a gente também está falando de uma cobertura midiática segura e comprometida com nós mulheres.

E aí obviamente, por conta desse caso, mas não somente por conta dele, o meu segundo sonho começou a ser colocado ali no cantinho, começou a ser engavetado, não somente por essa fala, mas por muitas outras que nós sempre escutamos: o tamanho dos nossos *shorts*, do nosso *top*, se tem bojo, se não tem, o jeito que a gente corre, quando nós choramos, quando nós ficamos irritadas, ou quando a gente fica alegre por algum resultado ou até mesmo quando o nosso resultado é bom demais. (*Falha no áudio.*)

Frequentemente as mulheres quando fazem um grande resultado, seja na modalidade que for, seja no movimento olímpico ou paralímpico, sempre tem alguém falando que é *doping*. A gente sabe disso, Daiane, Joanna. Todas nós sabemos disso.

Mas ele também foi engavetado porque eu não via outras mulheres e, como eu não via, por que eu seria? Por que eu teria espaço? E aí eu tenho muita alegria de falar hoje que até mesmo por conta da política de inclusão e de igualdade – que eu gosto muito de falar que é equidade, que a gente tem com o nosso Presidente Mizael Conrado –, hoje eu consigo ver mais mulheres líderes lá no Comitê Paralímpico Brasileiro.

Por ver a Yane conquistando e se tornando a Vice-Presidente do COB, eu consigo me ver. Por ver a Joanna sendo pesquisadora, eu consigo me ver terminando a faculdade e me tornando uma pesquisadora também. E, até por isso, eu espero ser um dia uma líder dentro do Comitê Paralímpico Brasileiro, uma líder dentro do movimento esportivo, mas, se eu não for a primeira, eu não me importo, eu espero que tenham muitas outras. E, se for a primeira, a segunda, a décima, a quinquagésima, que tenham muitas outras, porque aquilo que a minha mãe, porque ela foi do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esporte (*Falha no áudio.*) ... e a gente sabe que esse é um cenário que infelizmente aconteceu em 1960 e acontece em 2025, que eu brinco que é uma coisa extremamente *cringe*, fora de moda, porque já passou disso, já está claro que o feminismo não é somente sobre mulheres, mas sobre todas e todos nós. Ela sempre me disse que cada coisa que a gente faz não seja mais um passo em nossas vidas, mas que seja o primeiro passo. E é por isso que eu sempre falo que vocês são minhas ídolas, não somente por questão das medalhas – e isso já é um grande motivo –, mas também por vocês me inspirarem e me incentivarem, direta ou indiretamente, a continuar.

E aí eu quero trazer alguns dados. E eu brinco que não são dados cujas fontes são vozes da minha cabeça – Joanna, pode ficar tranquila com isso –, mas eu estou falando de Unesco, de OMS, de ONU, estou falando da Women's Sports Foundation, estou falando do IPC (Comitê Paralímpico Internacional). Estou falando dos principais polos de pesquisa que existem no mundo.

Então, quando a gente fala de esporte para as mulheres – eu tenho que pegar minha colinha –, 70% das meninas que praticam relatam melhora na confiança e na autoestima; essas mesmas meninas e mulheres que participam têm 20% a mais de chances de se destacarem academicamente; reduz em mais de 30% a ansiedade e depressão, e eu não estou falando somente em jovens, mas em pessoas de todas as idades; e também a gente está falando que inspira cerca de 80% do público feminino a atingirem as suas metas, os seus sonhos, em qualquer área que seja.

São dados muito bons e que eu acho que são subnotificados, porque o esporte melhora muito mais a saúde, a produtividade, a segurança, a educação de todas as pessoas. O esporte nunca foi custo, o esporte sempre foi investimento: a FGV tem uma pesquisa que traz que, a cada US$1 investido no esporte, a gente tem 220% de ganho na saúde, mais de 200% em educação, mais de 400% em segurança, e assim vai.

Apesar de todos esses dados positivos, as meninas são cerca de 40% menos ativas do que os meninos. Apesar de todos esses dados de mulheres nos ambientes esportivos, a gente está falando que elas ganham 40% (*Falha no áudio.*) ... elas representam apenas (*Falha no áudio.*) ... Eu também acho que esses (*Falha no áudio.*) ... subnotificados, porque é muito (*Falha no áudio.*) ... Em 2025, para mim, isso é um ultraje, isso é um absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consigo me ver hoje por conta das mulheres que trabalharam muito para que nós estivéssemos aqui, para que nós pudéssemos estar aqui. (*Falha no áudio.*)...

De fato, eu fico pensando: o que é que falta? Se a gente tem todos esses dados positivos sobre como o esporte melhora para todas, o que é que falta para a gente criar um ambiente mais seguro? O que é que falta para a gente conseguir ter centros em que a gente consiga ter uma segurança maior das mulheres?

Eu fui descobrir que eu fui violentada sexualmente dentro do esporte somente dez anos após, porque para mim era uma coisa natural e para as minhas amigas do esporte também era uma coisa natural. Infelizmente, muitas não estão aqui para contar a história.

Então, eu queria trazer que eu acredito muito que a gente tem muito o que fazer, e eu não consigo encontrar onde está toda essa dificuldade para a gente fazer. Objetivamente, é isto: a gente pode falar sobre toda a questão histórica – beleza! –, mas nós já temos números, nós já temos pesquisas, nós já temos relatos. O que é que falta? E eu deixo essa minha pergunta, porque eu não tenho uma resposta.

Eu posso responder que hoje eu sou muito feliz de falar que a Seleção Paralímpica que esteve nos Jogos Paralímpicos de Paris, em 2024, foi representada...

Calma, eu só vou utilizar mais 50 minutos. (*Risos.*)

Eu tenho muito orgulho de falar que 45,8% foram representados por mulheres. Eu tenho muito orgulho de falar que eu tenho certeza de que, em 2028, a gente pode estar falando de mais de 50% da Seleção Brasileira ser representada por mulheres, mas eu não sei para onde elas vão depois. Elas não conseguem ainda se enxergar como eu tenho a honra de poder me enxergar, por conta de vocês.

Para encerrar a minha fala – pode parecer que não é algo diretamente ligado ao esporte, quando a gente fala desse momento de mulheres, mas é –: hoje é a votação, na Comissão Especial, do Projeto de Lei Complementar 234/24, que amplia e também torna permanente a Lei de Incentivo ao Esporte, que hoje basicamente só é a maior e mais importante política pública de acesso e fomento ao esporte, só é a maior e melhor política pública para todas as manifestações esportivas, e, se ela acaba, o esporte acaba. E, se o esporte acaba, talvez reste uma coisinha ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra pontual, mas isso vai ser muito mais para homem do que para mulher – se tiver alguma mulher.

Então, eu gostaria muito de deixar como a minha fala final que eu espero que ele seja pautado, votado, aprovado e já levado também ao Plenário para que seja aprovado, porque eu não sei como eu vou dizer para as mais de 700 crianças e adolescentes atendidas no meu projeto – sendo, dessas, 52% mulheres e 80% pessoas com deficiência – que a gente tem até 2026, que em 2027 eu não sei como vai estar. Eu não sei como eu vou falar hoje à tarde, no treino, para as minhas colegas de seleção e para a galerinha da base, que eu não tive a resposta hoje e que eu não sei o que vai ser, amanhã, do esporte.

Mas, acima de tudo, eu quero agradecer, mais uma vez, por este momento. Eu quero agradecer por terem se lembrado do movimento paralímpico. E eu quero agradecer, mais uma vez, a cada uma de vocês por vocês terem continuado, porque, novamente, foi por conta de cada uma de vocês – Joanna, Daiane, Iziane, Soraya, Jacqueline, Valeska, Leila, Teresa, e posso falar dos nossos amigos que, como a Teresa disse, estão em cotas hoje, o Chico e o nosso grande amigo Wlamir também, da CBAT – que eu estou aqui, e eu espero que um dia eu possa ser assim como vocês e que a próxima mesa que a gente possa ter seja como trazer ainda mais mulheres, porque a gente já vai estar em 60% de mulheres praticantes, no nosso país, e com um ambiente muito mais seguro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom.

Excelente – excelente, Verônica. Excelente participação, e fico grata pelo seu depoimento, por nos...

Jovem, uma jovem ainda, cheia de inspirações, de sonhos, assim como nós lá atrás – né, mulherada?

E é isso. Que bom que a gente inspira e, certamente, Verônica, você vai inspirar outras gerações.

É isso. Essa é a nossa missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bons o depoimento e a fala.

Obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para Valeska dos Santos Menezes, representante dos atletas de alto rendimento na Comissão Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil (COB).

Seja bem-vinda, Valeskinha!

A SRA. VALESKA DOS SANTOS MENEZES (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas.

É mais fácil jogar do que estar aqui representando, mas vamos lá. Como jogadora, a gente adora um conflito – uma Cuba, uma Rússia –; então, aqui não vai ser diferente.

Gostaria de agradecer a presença de todas as autoridades aqui presentes; atletas; representantes da sociedade civil; à nossa Parlamentar autora do requerimento, Senadora Leila Barros; ao nosso Vice Chico Rodrigues; e a toda essa mesa de peso, atletas que inspiram e orgulham todas nós.

É uma honra compartilhar este espaço também com a minha VP, a Yane Marques, que só inspira, cada vez mais, a gente a conquistar um espaço dentro do que a gente, às vezes, achava que era impossível. E agora nós estamos tornando isso, ela está tornando isso totalmente possível, né? Uma coisa que talvez fosse imaginária e agora é palpável, é tocável.

Eu estou emocionada, porque eu vou falar da minha mãe. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

Como a Leila, voleibolista – a gente é chorona –, a minha mãe, Aída dos Santos, teve que competir várias vezes para mostrar o potencial dela e conquistar uma vaga para as Olimpíadas de 1964. Então, a gente já vê equidade há muito tempo.

Eu tenho isso na minha família, que passou por isso, e eu consegui aproveitar o legado dela e dar continuidade. Ela ficou em quarto lugar em 1964. A marca veio a ser quebrada em 1996, pela Leila, aqui, com o nosso bronze; pela Jackie Silva, com o nosso ouro; entre outras do basquete, com o nosso bronze também. E, 44 anos depois, a Maurren consegue, no esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individual, trazer o nosso ouro. E, nesse mesmo ano, eu estava lá, representando o voleibol e trouxe nossa primeira medalha olímpica no esporte *indoor* de vôlei, porque a Jackie já tinha já tinha trazido essa medalha para nós. Então, eu me emociono, porque eu vejo o quanto a luta e as falas dela ainda repercutem agora, enquanto nós ainda estamos lutando por uma coisa que já vem de muito anos atrás. O grito da Jackie, na época, em relação à equidade, em relação a ter o repasse de verba pelo uniforme, já que os meninos haviam recebido e as meninas, não, né? Ela é um orgulho ali, para mostrar que, realmente, nós podemos ter voz, nós podemos ter presença, peitar algumas coisas e conquistar.

Conquistamos algumas coisas no voleibol. Hoje em dia, o feminino ganha mais do que o masculino na Superliga, mas isso com lutas, como a Leila veio ser nossa visionária em várias políticas públicas, enfim. Mas isso só veio a ocorrer no âmbito internacional em 2018, quando foi criada a VNL, porque, até então, no Grand Prix, acho que nós ganhávamos de premiação R$150 mil, enquanto, no masculino, era R$1,5 milhão. Então, a renda de R$1,5 milhão era dividida no feminino para primeiro, segundo, terceiro, MVP, melhor isso, melhor aquilo, melhor aquilo outro, enquanto, no masculino, somente o campeão levava o valor que era destinado para todas nós.

E, graças a Deus e por várias pessoas à minha frente e antes de mim, que tiveram voz, como a Jackie, como a Leila está tendo agora, nossa Senadora, como a Yane, como a Iziane, nós conseguimos inverter essa situação, e, aqui, pelo menos no Brasil, no feminino ganha-se mais do que o masculino. Porém, em alguns outros esportes, como o basquete, isso não ocorre. Um jogador da prateleira do meio da NBB recebe mais ou menos R$20 mil, enquanto, no feminino, na NBF, está em torno de R$3 mil, R$5 mil. A gente está batalhando para isso, como no esqueite, que, como é um esporte masculino ainda, mesmo a Rayssa sendo a nossa fadinha, ganhando lindamente e fazendo as pistas, ainda é um esporte masculino, e nós sabemos que o masculino ainda recebe premiações melhores que o feminino, entre outros. A gente pode citar isso não só dentro do esporte, como foi falado entre outras que já tiveram a fala aqui. Infelizmente, ainda tem essa disparidade não só dentro do esporte, como fora. Se a gente for ver em números, a gente recebe ainda 40% a menos. Se a gente for botar em igualdade de gênero e raça, isso ainda piora um pouco mais: se é mulher negra, a gente ainda desce um pouco mais. Então, a luta é grande, estamos dando o nosso pontapé inicial e o esporte ainda precisa melhorar muito essa parte de equidade em relação às outras modalidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No vôlei, conseguimos conquistar isso. Tem alguns outros esportes – eu estava conversando com a Yane – que também têm essa equidade, já, em relação a homens e mulheres, mas são pouquíssimos, não é? O handebol, mesmo tendo conquistado em 2013... Hoje em dia a gente o vê como um esporte amador no Brasil, o investimento é pouquíssimo. A Verônica trouxe a fala dos paralímpicos, e a gente sabe que tem 60% menos de investimento em relação a eles. Falta ainda bastante estrutura, como ela veio falar.

Eu, como atleta que ainda está em transição, mas que ainda está atuando, vejo isso, e ainda é muito triste. A gente vê a conquista por um outro lado, mas a gente ainda vê que em alguns lados ainda está estacionado.

Acho que a minha fala, a minha luta é esta de mostrar o lado do esporte, por dentro do esporte, de quem faz o espetáculo, de quem está ali. Acho que a gente ainda precisa mexer em muitas coisas, que temos que aprovar muitas coisas, mas que a gente já está feliz porque está no caminho certo e a gente começou bem. A gente sabe que o esporte...

E quanto à equidade, a gente não quer que... O que a gente quer é que seja igual para todos, por uma questão de mérito. Não é que eu quero que você dê para mim porque eu sou mulher – não! Eu quero conquistar por mérito. Se eu sou capaz, eu quero receber por eu ser capaz. Se eu sou capaz, eu quero estar num cargo, como treinadora, por eu ser capaz, e não simplesmente porque agora a lei obriga a ter uma mulher.

É legal isso, é uma vitória nossa, mas eu acho legal eles provarem que você está lá porque você é uma pessoa capaz, porque você realmente está instruída, você conhece, você possui conhecimento dentro daquele espectro em que você está, e que você está ali porque você é valorizada, e não porque você é obrigada a estar ali porque você precisa fazer parte daquele número que ali está – mas é uma vitória nossa. Infelizmente, a gente tem que entrar de alguma forma, tem que começar de alguma forma, e essa é a forma como nós iremos começar.

Para finalizar, eu queria agradecer, mais uma vez, por estar aqui, pelo presente de estar aqui falando para vocês sobre o esporte do voleibol, entre outros. Acho que todas nós aqui começamos desde novas no esporte, praticamos várias modalidades até enfim chegar a uma que brilhou nos nossos olhos, aqueceu o nosso coração – no meu caso, foi o vôlei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria falar que no esporte ninguém vence sozinho, como aqui também ninguém vai vencer sozinho. Então, acho que o legal é esta união, é esta mesa, é este debate, é esta discussão e é ver o quanto estamos elevando, o quanto nós estamos movimentando, o quanto nós estamos questionando e deixando a pensar. Acho que o legal é isto: é o pensar para que novas pessoas que venham possam trazer respostas, para que novas pessoas que venham entrar possam ter as soluções, para que nós possamos ter voz e força para ganhar em alguns movimentos, conseguindo, sim, votar as emendas para o esporte e fazendo com que os votos que não estão positivos passem a ser positivos.

Então, mais uma vez, agradeço a todos. Estamos aqui para isto, para ajudar. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Valeska. Eu quero deixar um beijo para a sua mãe, uma mulher incrível, encantadora e uma grande inspiração não só para você, mas para todas nós, a Aída dos Santos. Ela sempre foi uma mulher carinhosa com todas nós, de uma energia maravilhosa mesmo. É até um ato falho meu não ter falado da Aída olhando para você. A sua mãe sempre foi uma referência para todas nós.

Eu só vou deixar uma coisa muito clara. Depois que eu estou um tempo como atleta e agora na vida pública... Recentemente, nós aprovamos a garantia de 30% de cotas para as mulheres no conselho das estatais. Eu vou dar para vocês um exemplo claro. Um colega chegou para mim e falou assim: "Ah, vocês só lutam por cota". Aí eu virei para esse Senador e falei assim: "É uma pena. Realmente eu vou ter que lutar por cota porque se eu depender da sua boa vontade, se eu depender da sua sensibilidade para entender que mulher estuda tanto quanto, que mulher se dedica tanto quanto e que tem capacidade tanto quanto qualquer homem para estar num conselho, se eu depender disso, não vou estar viva".

Nós estamos no século XXI e, infelizmente, é a única forma de garantir – o Senador Chico sabe do que eu estou falando –, senão nós não vamos conseguir. Então, nós temos que trabalhar. É por isso... É nessas horas que eu vejo o porquê da minha existência e da minha estada aqui dentro do Congresso Nacional: é pela minha experiência de vida, por tudo que eu vivi, como Valeskinha falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ganhamos o Grand Prix: eu ganhei 50 mil como a melhor, como MVP; e o masculino ganhou 150 mil. Quer dizer, aquilo sempre nos incomodou. Jacque está aqui, vai falar da história dela, todas nós a conhecemos, e ela foi uma grande referência para nós nesse sentido.

É isso, é sobre isso. É por isso que precisamos ter mulheres vice-presidentes, quem sabe uma presidente, um dia, de um comitê olímpico; é por isso que precisamos ter Senadoras; que precisamos ter mulheres juízas, ministras; que precisamos ter mulheres nos espaços de poder, porque, se não tivermos essa representatividade, nós não abriremos espaço para as outras, para as próximas, porque nós passamos. Como nós passamos no esporte, vamos passar em todos os lugares em que nós estivermos, mas nós temos a obrigação, por onde chegamos e por que chegamos, pelas outras. É assim que eu me enxergo quando eu estou no Senado Federal, porque eu estou Senadora. Eu sou atleta, eu falo para todo mundo, mas eu estou Senadora. E, enquanto eu ficar aqui, enquanto eu exigir o nosso lugar de direito, que seja por cotas, por enquanto, será por cotas, porque é assim que faz sentido eu estar aqui, abrindo mão da minha família, abrindo mão de estar com o meu marido, com o meu filho, aguentando o que a gente aguenta diariamente, não só por ser política, mas também por ser mulher na política. Tem que ter um sentido. Para mim, o que vale a pena, nesse sentido, é justamente essa luta.

Então, você é uma referência, todas nós somos e a cota é necessária sim. Se dependermos – desculpe-me falar – do corporativismo, nós nunca teremos lugar de fala e de espaço.

Vou passar a palavra então...

Obrigada pela participação. É uma DR aqui. Não é, gente? Estamos num divã.

Vou passar a palavra agora para...

Obrigada, Valeskinha. Mais uma vez um beijo para a sua mãe, Aída dos Santos.

Vou passar a palavra agora para a Jacque Silva, Jacqueline Silva, ex-atleta, pós-atleta do vôlei de praia e campeã olímpica do vôlei de praia. É a primeira medalhista da modalidade. É uma grande referência para nós. Foi uma grande jogadora na quadra e, por inúmeras situações, teve que migrar para a praia – e quem ganhou foi a praia, não é? (*Risos.*) E muito.

Mas é isso, Jacque. É um prazer ter você aqui conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JACQUELINE SILVA (Para expor.) – É um prazer.

Senadora Leila, não existe ex-atleta, hein, somos atletas.

Não, e essa coisa do "apenas cotas", né? São sempre essas frasezinhas, essas coisinhas que determinam a forma como os homens pensam das mulheres, infelizmente.

Mas assim...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não generalizando, não é? Temos vários homens aqui. Eu tenho um companheiro maravilhoso. Ele que me aguenta, Jacque. Todo dia, chegando em casa, estressada. Então, se não fossem esses homens também...

A SRA. JACQUELINE SILVA – Mas eles aprendem, não é? Eles aprendem.

É porque, assim, as lágrimas da Valeskinha são importantes, porque mulher chora. Eu acho isso tão importante, porque entra num outro lugar, o da sensibilidade, que existe e que é legal ter, essa empatia, sensibilidade, essas coisas, e continua... Somos pessoas fortes, apesar de lágrimas rolarem.

É muito importante estar aqui hoje escutando vários depoimentos e pesquisas de pessoas que viveram e vivenciam situações do dia a dia da luta da mulher no esporte. Para mim o esporte é um reflexo da vida, da sociedade, do Brasil. Ele não diferencia em nada. Só que, assim, no meu ponto de vista, o esporte tem uma força absurda e que é muito pouco usada. Eu acho que nós, atletas, mesmo, não temos ainda a consciência da força do esporte. O esporte é educação. Tudo que está sendo falado aqui hoje é sobre educação, é sobre como usar o esporte para educar. Ele ainda não chegou nesse lugar, ainda não existe oficialmente esse lugar no Brasil, o que é uma grande pena, o que faz com que as pessoas que trabalham no esporte e que vivenciam o esporte não consigam enxergar o potencial do esporte.

Você vê que a cultura não reconhece o poder da cultura, e o poder do esporte é maior do que o da cultura. Vamos dizer que é como se eu me sentasse aqui e eu fosse a Fernanda Montenegro. Eu acho que no esporte eu posso isso. (*Risos.*) Mas, então, preste atenção em como seria isso. E é o que é, não é? Imagine só, Daiane, Rebeca... Preste atenção nisso, olhe o potencial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olha o alcance que essas pessoas têm de influência, de influenciar crianças, jovens, gerações, mudança de comportamento. A gente reconhece o esporte nesse lugar.

Quando eu falo "eu não sou ex-atleta", é porque eu sou atleta. Graças a Deus, eu sou atleta! Eu pratico voleibol até hoje, eu jogo voleibol.

Emanuel, vamos bater uma bola?! Eu te convido para bater uma bola. Vamos? Entendeu?

Porque isso está dentro de mim: é como eu falo, é como eu ando, é a minha maneira de ser. Por quê? Porque eu aprendi ali dentro, eu aprendi com o voleibol, o voleibol é coletivo. No voleibol, a gente recebe e dá. Se não fizer isso, você não joga vôlei. Então, você tem que aprender a receber e aprender a dar, passar a bola – passar a bola bem, né? Não adianta passar a bola mal. (*Risos.*) Passa a bola lá no... não adianta.

Mas isso são as lições, né? O cair, o levantar, essas coisas, cada um no seu quadrado; você reconhecer as regras. Poxa, a coisa mais importante do esporte é saber respeitar as regras. São coisas que constroem uma sociedade, essa é a importância do esporte.

Eu tenho um projeto que se chama Atletas Inteligentes, porque eu acho que tem uma inteligência mesmo no esporte. Não é qualquer um que vai lá e joga, qualquer um que faz, não. Você conhece o seu corpo, a sua consciência corporal, você fortalece a sua mente, você cria uma força.

A Senadora não chegou nessa posição aqui, nessa luta aqui à toa, ela tem essa resistência. É uma resistência, isso você conquista dentro do esporte. Insistência, persistência são qualidades que você alcança, que você aprende dentro do esporte.

Então, assim, quando você vê um depoimento da Verônica, eu me emociono; da Joana Maranhão, eu me emociono, porque elas, dentro de situações de vida... Assim como eu também tive uma situação que me fez chegar a ser campeã olímpica: eu fui brigar com uma entidade da qual eu não tinha ideia, eu era muito jovem e não sabia. Eu não tinha dentro de mim... Eu não sabia que o homem era maior do que a mulher, que tinha diferença. Eu não tinha... Eu achava que não. Eu jogava bem vôlei, eu gostava da maneira como eu fazia, achava aquilo muito bom, eu me empenhava para ser a melhor. Então, eu não conseguia ver os homens melhores do que eu, era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natural para mim. Até a hora que eu fui falar sobre isso. E nessa hora, assim, anos atrás – são quantos anos? Décadas? Nossa Senhora! –, aquilo foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JACQUELINE SILVA – É.

Agora, eu seria vanguarda, mas naquela época eu fui expulsa, eu fui cortada, foi horrível, quase morri.

E, por sorte – é tão engraçada a vida –, que é exatamente nessas horas que, para quem não para, quem insiste, quem continua, a vida vai... as estradas vão se abrindo, as portas vão se abrindo, e aí você vai, sei lá, e vê que existem outros lugares que respeitam, que reconhecem o seu trabalho, e aí você vai conquistando.

Eu consegui, graças a Deus, encontrar uma nova modalidade, que foi o voleibol de praia. E era uma modalidade que não tinha... Olha que interessante, era uma modalidade que crescia pelos atletas; foram os atletas que desenvolveram. Não existiam dirigentes, não existiam treinadores – era muito engraçado – nem juízes. Eram os atletas que viravam... Eles eram os juízes, eles eram os dirigentes, os técnicos, eles eram tudo. Então, era incrível, porque aquilo foi criado na sua essência.

Então, eu tive a sorte. Quando eu cheguei lá, eu falei: "Meu Deus, isso não pode estar acontecendo. Como assim?". Eu nem achava que isso era possível, e foi ali que eu encontrei um palco, um lugar em que eu podia me expressar da melhor forma. E a mulher... Olhem, isso foi nos Estados Unidos, eu era uma estrangeira e, por esse lado, eu tenho que agradecer muito, porque eles tinham um reconhecimento pelo meu trabalho, muito grande. Em hora nenhuma eu fui uma adversária, uma inimiga deles; pelo contrário.

Mas eu falo isso porque em cada uma dessas falas, em todas – maravilhosas – existe ali um... Passaram por alguma experiência muito ruim que foi transformada numa coisa muito boa. Isso aí é a força da mulher. A mulher tem isso. Talvez isso assuste muito os homens, muitas vezes, e faça com que tenham certas opiniões, algumas falas indelicadas, porque reconhecer essa força da mulher muitas vezes é difícil, mas é importante que isso aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, eu acho importante, porque existe uma coisa que acontece e que me deixa muito triste e revoltada: o Brasil é o país que mais mata mulheres. Talvez... Eu não sei se é o primeiro, o segundo... Tanto faz, entendeu? E isso é muito triste – mulheres, *gays*, pessoas trans. Isso tudo é porque não existe um reconhecimento do ser humano. Então, eu acho que, quando o esporte vem lutando por um espaço e um reconhecimento da mulher, ele está, ao mesmo tempo, colocando, dando luz às mulheres, de uma forma geral.

Na hora em que reconhecerem as mulheres no esporte, vai ser muito mais fácil reconhecer a mulher em qualquer outro lugar dentro da sociedade do Brasil. Mulheres... qualquer gênero.

Então, eu gostaria de agradecer por esse convite maravilhoso e, no que eu puder ajudar nesse sentido, eu me coloco à disposição.

Senadora Leila, acho muito bom chegar aqui e encontrar uma mesa incrível: Valeskinha; Yane querida – é importante uma Vice-Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro ser uma mulher –; a Secretária nacional, Iziane; aqui a Soraya, que é gestora esportiva, que demonstra e mostra os dados das mulheres no esporte, crescendo; e nós aqui, todo mundo aqui presente, mulheres, principalmente. É muito bom para mim. E esse é um ambiente difícil de entrar. Vou dizer para vocês, desde a hora em que eu passo por ali, eu fico sempre pensando: "Puxa, que coisa difícil que é aqui dentro". (*Risos.*) É muito difícil! Mas é muito importante existirem vocês. Então, eu agradeço.

Senador Chico, acho muito bom você ser o único homem na mesa. É legal. (*Risos.*)

Está bom. É sobre isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom, Jacque. O prazer é nosso de tê-la aqui conosco e, assim como você, todas as mulheres aqui presentes.

Eu vou dar uma acelerada nas nossas expositoras. Eu vou passar a palavra para a Daiane dos Santos, ex-ginasta e medalhista olímpica, que vai participar por videoconferência. Na sequência, eu passo a palavra para o nosso Vice-Presidente Chico Rodrigues.

Bom dia, Daiane... Bom dia, não! Boa tarde já!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAIANE DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e a todos. Na pessoa da Senadora Leila, eu agradeço, parabenizo e cumprimento as autoridades aqui presentes. Agradeço a inspiração de todas essas mulheres maravilhosas. Tenho gratidão de poder estar aqui ouvindo cada uma de vocês, colegas do esporte, e toda a sociedade civil.

Quero dizer que hoje, aqui, o meu papel é muito mais de ouvir do que de falar. Quero demonstrar a minha gratidão de poder estar aqui ouvindo sobre um tema tão importante, de um contexto geral que vai para além do esporte. Tudo o que foi dito aqui vai além das quadras, das piscinas, dos ginásios, além do esporte coletivo ou individual, da massificação, do treinamento, do alto rendimento, e é importante num contexto como um todo.

Quero lembrar que a igualdade de gênero está ali entre os 17 Objetivos Sustentáveis da ONU, é o quinto Objetivo Sustentável da ONU. E o esporte, como foi demonstrado aqui, é um grande potencializador para que isso possa acontecer até a meta de 2030. Acho que tudo o que foi falado, o que foi demonstrado com excelência exímia, por cada uma que se colocou aqui, demonstrou a importância e a relevância do esporte para essa pauta magnífica e extraordinária para as mulheres e para o mundo num contexto geral.

Eu acho que esta foi uma manhã de reflexão para a gente entender... Eu acho que a gente teve dois momentos que para mim foram muito importantes, muito especiais. Vou citar a emoção da Valeska, da Valeskinha, quando deu o seu relato falando da D. Aída dos Santos, essa mulher brilhante, essa guerreira, que é uma referência para todas as mulheres, mas a cito aqui como uma mulher negra neste país, que tem 56% de sua nação negra, mas que ainda são muito subjugadas. E, é claro, da Verônica, que foi incrível ao trazer o seu relato de um poder e de uma bravura extrema, em cada palavra, em cada fala, que resumiu muito do que a gente viu hoje nessa manhã: que nós temos resultados, nós temos projetos, nós temos a bravura da mulher, nós temos a presença delas, nós temos a inspiração. Mas o que nós não temos é tudo isso, agora, cada vez mais presente, fora do papel e colocado no dia a dia dessa mulher.

Então, essa pergunta, que foi a pergunta que a Verônica fez, é: como? O que mais falta? O que precisamos fazer? Essa pergunta ecoa dentro de cada uma de nós todos os dias. Todos os dias, como mulheres, essa pergunta ecoa: o que mais precisamos fazer para que um dia a gente não precise das cotas, de porcentagem? E hoje, como a Senadora Leila citou muito bem, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade. E que bom que a gente tem hoje essa porcentagem que faz com que a gente tenha presença, mesmo que seja obrigatória, de mulheres em todas as áreas! O nosso sonho, um dia, é que a gente não precise e que, de forma orgânica, espontânea, empática, nós tenhamos essas mulheres maravilhosas nos lugares que são de direito de cada um, de cada uma de nós, como cidadã e cidadão. Esse é o meu maior desejo, como atleta, ou ex-atleta, enfim, mas como mulher de uma sociedade que nos priva tanto e que nos cobra muito.

Então, eu acho que fico aqui com a grande pergunta: o que nos falta? O que nos falta?

A gente teve grandes exemplos de tudo que tem sido feito e do que estamos fazendo, cada uma na sua área, cada um no seu local, nos locais que atingimos, onde estamos, seja nos locais de trabalho, seja nos locais onde estamos como pessoas, numa grande sociedade. E, através da sororidade feminina, esperamos dividir uma com a outra e nos colocar nesse lugar de uma com a outra, ou pela empatia dos homens de se colocarem no nosso lugar, desejamos poder ter isso no futuro.

É óbvio que a gente já andou bastante, mas, infelizmente, ainda com passos de bebê (*Falha no áudio.*)

Espero que um dia a gente possa correr para alcançar esse lugar mais alto do pódio que a gente deseja tanto para essa igualdade de gênero, que se torna cada vez mais próxima, mas ainda muito distante pelo que a gente viu e ouviu nesta manhã deste dia 9 de julho, nesta manhã de quinta-feira que se estendeu um pouquinho para esta tarde.

Mais uma vez, eu quero agradecer esta oportunidade de estar aqui, de ouvir vocês, maravilhosas mulheres que me inspiram e que me fortalecem para todo dia lutar e fazer com que isso seja cada vez mais real não só nas nossas vidas como atletas, mas também nas nossas vidas como mulheres e meninas de todo o Brasil e de todo o mundo.

Agradeço a cada uma.

Muito obrigada.

Espero que tenha sido uma manhã reflexiva e poderosa e que a gente possa levar isso a cada dia, a cada momento da nossa trajetória a partir de agora e sempre. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Daiane.

E, na verdade, o que a Daiane nos traz, e todas vocês com as suas falas, é justamente o intuito desta audiência pública: dar luz às nossas realidades, principalmente às mulheres, é claro, do esporte.

A gente está encerrando a nossa audiência pública e, infelizmente, a gente não tem tanto tempo disponível ainda, porque hoje ainda é quarta-feira, temos sessão plenária, temos outras Comissões, mas, rapidamente, eu vou dar para cada uma de vocês de dois a três minutos para as considerações finais.

Mas, antes, eu gostaria de só sinalizar, eu tive uma provocação da ex-atleta do futsal, a Mara De Ros, que teve a ideia de propor um projeto de lei que institui o Dia Nacional da Mulher no Esporte. E esse dia foi escolhido como o dia 27 de julho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

E, assim, para agora, não vai dar, né? O processo legislativo aqui, Iziane, é lento, mas a gente já colocou o projeto debaixo do braço, e vamos ser o Relator.

E aí, eu gostaria de que, nas considerações finais de vocês, vocês passassem essa impressão do motivo, do porquê da mulher no esporte. Não é só para ser atleta; eu acho que é promoção da saúde, promoção da cidadania... A gente sabe da importância da mulher no esporte na sua ampla abrangência. E eu acho muito bacana, nas considerações finais de vocês, vocês falarem do porquê da mulher no esporte, do porquê da nossa importância no esporte, que é algo que, para mim, é muito claro. Então, eu tenho certeza de que, pelas trajetórias de vocês, ninguém melhor do que vocês para falarem, nas considerações finais, sobre o porquê da existência dessa força, dessa nossa resistência, o porquê de estarmos no esporte.

Eu vou passar a palavra para o Senador Chico Rodrigues e vou para as considerações finais, mais uma vez agradecendo, em nome do Senado Federal, a participação de todas vocês aqui nesta audiência pública.

Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero primeiramente cumprimentar a Presidente Leila Barros pela condução desta Comissão. Ela tem dado uma dinâmica magnífica na Comissão de Esporte; tem realizado audiências públicas que têm dado uma visibilidade enorme ao esporte nacional. Pelo seu estilo e pelo seu jeito jeitoso de conduzir esta Comissão, sem abrir mão da sua história e da sua reação dura muitas vezes – não apenas aqui na Comissão, mas também nas discussões do Senado –, ela demonstra exatamente que trouxe, na bagagem do esporte, essa força, essa determinação e, acima de tudo, este compromisso com o esporte brasileiro – com todos os esportes brasileiros. Aqui, ela encarna, exatamente na função de Presidente, todos os esportes brasileiros, com ganhos e conquistas.

Eu acompanhei aqui durante toda a audiência pública e vou citar nominalmente para não ser injusto. Mas quero, antes, nas pessoas de todos os atletas que estão aqui e dos que estão nos assistindo, na pessoa do Emanuel, cumprimentar a todos que têm participado desta audiência pública, que é uma construção.

Uma audiência pública é como se fosse uma caixa de ressonância dessas demandas reprimidas, que vêm hoje, inclusive, neste tema que foi convocado pela Senadora Leila: a igualdade de gêneros no esporte brasileiro. E aqui, as mulheres protagonizam.

Aliás, gente, eu me lembro – eu me lembro, eu era pequeno e ouvia já nos corredores da vida – de uma música lá atrás em que se questionava por que a mulher não tinha oportunidade, por que a mulher não era forte, etc. E tinha um cara chamado Erasmo Carlos, que dizia:

> Dizem que a mulher é o sexo frágil
> Mas que mentira absurda!
> Eu que faço parte da [...] [vida] de uma delas
> Sei que a força está com elas

E a força está com vocês! A gente vê exatamente essa determinação no esporte. Recentemente, estávamos naquela eliminatória, assistindo lá no Maracanãzinho à Seleção Brasileira de Vôlei. As meninas têm uma energia gigantesca! A cada ponto, elas batem, elas até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

xingam muitas vezes, chamam daquela palavra que todo brasileiro chama ali, não é? Então, isso aí mostra que vocês, que protagonizaram lá atrás... Inclusive, eu achei aqui um gesto sensacional quando a Valeskinha se referiu à sua mãe, Aída dos Santos, que é uma marca no esporte brasileiro, e a ela se referiu exatamente porque eu acho que, a partir daquele ponto de inflexão na vida do esporte, ficou uma marca registrada na mente e no coração de todos os brasileiros para a história.

Eu queria cumprimentar a Joanna Maranhão, que, assim como a Yane, a minha conterrânea pernambucana... Apesar de eu ser Senador de Roraima, não posso negar minha origem: a minha origem é onde trabalhei muitos anos, muitos anos, com o Marco Maciel, na sua equipe. Enfim, então, tem um DNA, não é? A Joanna fez breves comentários, mas trouxe dados aqui relevantíssimos, como pesquisadora. Está na Alemanha, mas a vida está no Brasil.

Eu teria algumas perguntas para fazer para cada uma delas, mas, em função do adiantado da hora, como falou a Presidente Leila, e porque eu vou abrir a sessão hoje, como membro da Mesa, às 14h, eu vou me adiantar e depois nós mandamos as perguntas para elas.

Quero cumprimentar também a Soraya Nobre, que falou aqui com muita clareza, com muito conhecimento e com um amor diferente ao esporte, como bem ela disse; a Valeska, que, na verdade, nos tocou muito fortemente. Quando a gente fala da mãe, porque a mãe... Eu digo sempre, Valeska, que mãe nunca devia morrer. A minha já está lá no plano de Deus, mas enfim. É a grande referência da sua vida, como a nossa mãe é a nossa grande referência.

Cumprimento a Jacqueline, porque, como ela disse, a vida é sinuosa, cheia de altos e baixos; a Leila, que, com muita propriedade, disse que saiu do esporte de quadra para ir para o esporte de areia, e foi um grande presente para o Brasil, porque se tornou grande medalhista olímpica, fazendo com que cada partida daquelas sacudisse o sentimento e a alegria do coração verde e amarelo de cada um de nós; a Iziane também, que, na Secretaria de Esportes, foi muito bem escolhida pelo Ministro, mostra que precisava de alguém que pudesse acompanhar a inserção feminina no esporte de alto rendimento no Brasil; a Daiane dos Santos, que acabou de falar, trazendo para a gente as lembranças dos seus saltos desconcertantes, que resultavam sempre em uma medalha cravada no seu peito para... e que depois teve tantas seguidoras, está tendo tantas seguidoras;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Verônica Hipólito, que, com a sua clareza, a sua transparência, a sua forma de expressão, os seus sonhos, não deixou nada no escuro, ela deixou aqui para nós uma manifestação da sua vontade e dos seus sonhos, que, oxalá, com certeza, irá conquistar; e a Yane Marques, Vice-Presidente do COB, como já disse também minha conterrânea, trocamos figurinhas aqui durante a audiência pública, e eu sinto que a Yane tem realmente esse sentimento do mundo do esporte. E isso deve estar levando exatamente ao Comitê Olímpico Brasileiro, Emanuel, uma força gigantesca para que nessa questão que trata tanto da igualdade de gêneros no esporte, possa haver um nivelamento, uma equidade, um equilíbrio, porque a mulher e o homem são seres semelhantes. Não existe diferença, a não ser biológica, entre os dois. Mas, muitas vezes, as mulheres têm proporcionado mais alegria para o coração dos brasileiros do que os homens. Infelizmente, como ontem à tarde, saímos da competição, mas, enfim – se o Flamengo estivesse até eu teria sofrido mais ontem, mas já tinha ficado atrás antes.

Eu quero dizer, Leila, para encerrar a minha participação, que, veja, um atleta se manifesta de uma forma muito franca, e nós aqui somos movidos também por projetos que vêm do povo, que vêm da manifestação silenciosa das pessoas, e os transformamos em lei.

Eu vi quando você falou que a Mara... Não! O Dia Nacional do Esporte, a menina do futebol de salão...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A Mara De Ros.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A Mara De Ros fez essa proposta de que nós tivéssemos o dia nacional da mulher no esporte. Tem dia de tudo neste Brasil. Às vezes, a gente até procura assim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Então, isso aí é de uma importância enorme, porque todas as atletas nesse dia, e em todos os dias do ano, vão se sentir, na verdade, prestigiadas, vendo que elas fazem a diferença também.

Então, eu quero aqui parabenizar a todas vocês pela manifestação clara, transparente, com conhecimento, com a clareza de uma janela sem vidros, nesta Comissão, nesta audiência pública, por indicação da Senadora Leila Barros, por trazerem tantas informações preciosas para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho o prazer, na verdade, e a alegria de ser o Vice-Presidente desta Comissão com a Leila. Em outros momentos, se fosse alguém que não tem essa bagagem, essa vivência do esporte, talvez não tivesse esse brilho e essa contribuição para o Senado e para o Brasil, o que é mais importante, que a Presidente Senadora Leila Barros tem.

Então, parabéns a todas vocês.

Nós nos orgulhamos de todas vocês como representantes do esporte brasileiro, seja em qual modalidade for.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O Senador Chico Rodrigues é um decano aqui na Casa, membro da nossa Mesa Diretora. Então, assim, eu que tenho a honra de tê-lo como Vice-Presidente acompanhando aqui a nossa Comissão. Realmente é um prazer tê-lo aqui conosco.

Eu quero, de forma muito especial, também registrar a presença da Eloisa Vilela, Vice-Presidente do Cref1, Rio de Janeiro.

Tem algumas perguntas...

Meninas, rapidamente, é porque eu acho que, por delicadeza, eu tenho que ler. É muito rápido. São algumas que o pessoal da nossa Secretaria encaminhou:

Da Raissa, do Mato Grosso: "Quais políticas públicas podem fortalecer a presença feminina no esporte de alto rendimento e enfrentar desigualdades e falta de apoio?".

De Paulo, de São Paulo: "Os repasses de verbas para o desporto nas cidades, obrigam a equiparação de gênero na atuação da educação esportiva de base formativa?".

De Raphael, do Espírito Santo: "O incentivo fiscal para empresas que apoiem a presença feminina no esporte é viável do ponto de vista econômico e social? Como apoiar?".

De José, do Paraná: "Porque não usar faculdades públicas para acompanhar atletas? [Profissionais] alunos poderiam ajudar [atuar juntos e se beneficiar]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Janary, de Tocantins: "Quais iniciativas pra valorizar mulheres no esporte feminino? Incentivos fiscais às medalhistas, jogadoras e patrocinadores? E as [mulheres] trans?".

E comentários finais com o Wendel, do Espírito Santo: "O fator para salários e condições de treino está ligado ao patrocínio [o que, por sua vez, exige o que estamos fazendo aqui] e necessita de audiência e incentivo fiscal".

Quero agradecer aos que encaminharam. Temos mais algumas que serão encaminhadas aqui às nossas expositoras.

Eu vou passar a palavra, para as considerações finais, à Sra. Iziane Marques, que é da Secretaria Nacional de Excelência Esportiva do Ministério do Esporte.

Iziane, eu vou te dar dois minutos.

A SRA. IZIANE CASTRO MARQUES (Para expor.) – Bom, eu queria primeiramente agradecer essa oportunidade. Acho que este momento é importantíssimo para realmente ecoar as nossas vozes, as vozes de tantas mulheres que se sentem reprimidas, que não têm oportunidade de falar aos quatro cantos o que realmente acontece nesse nosso mundo.

E Senador Chico, eu vou ter que discordar do senhor: somos muito diferentes e não é só em questões biológicas. Eu acho que é por isso que essa nossa diferença nos complementa e é por isso que a gente precisa realmente ter essas pessoas, essas mulheres em lugares diferentes da sociedade, porque é só com essa sociedade plural, diversa, é que a gente consegue falar com cada um dos seres humanos desse mundo, desse planeta, do nosso grande país.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IZIANE CASTRO MARQUES – Eu gosto muito de uma frase que fala: "Nada para nós sem nós", é porque é só com a nossa visão de quem realmente nasceu e passou por todo esse calvário da vida de uma mulher no esporte e também fora dele, porque a gente sabe que na nossa sociedade não é fácil, é que a gente pode entender as lutas, as dores e construir uma política pública que realmente atenda à necessidade de quem vive essas dores. Então é essencial a presença de homens nessas pautas. E essa luta conjunta, sim, é importantíssima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também parabenizo a Senadora pela Lei das Cotas, porque, enquanto a gente tiver necessidade de ocupar esses espaços, seja por imposição, ou apenas por nossas capacidades, nós precisamos estar lá, até que a gente realmente chegue em uma sociedade igualitária para homens e mulheres.

Então, obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nada.

Vou passar a palavra agora, mais uma vez – obrigada, Iziane –, para a Daiane dos Santos.

Ela está *online*, por videoconferência.

Daiane.

A SRA. DAIANE DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gostaria só, mais uma vez, de agradecer. Obrigada pelo espaço, por esta audiência pública, por esse tema tão importante para a sociedade como um todo, e aqui, diretamente, para o esporte.

Acho que tivemos falas muito poderosas, reflexões que espero que ecoem a cada dia, dentro e fora de nós e, principalmente, que a gente possa colocar em prática tudo isso que foi dito aqui, as melhorias... E que a gente possa realmente atingir essa igualdade de gênero que a gente tanto deseja, por que a gente tem trabalhado e lutado tanto, com a mão de muita gente, com as mãos de todos nós juntos.

Muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui, de ouvir e de poder, singelamente, colaborar. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Daiane. Até a próxima.

Vou passar a palavra, agora, para a Soraya Nobre, que é Gestora Esportiva da área Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil.

A SRA. SORAYA NOBRE (Para expor.) – Obrigada, Senadora Leila, mais uma vez, pela oportunidade, por estar aqui com vocês, mulheres incríveis, realmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, acho que a minha fala é um pouco do que vocês falaram, de a gente entender o esporte como ferramenta de transformação mesmo.

Lá no COB, hoje, a gente tem em torno de 340 e alguma coisa, de colaboradores, no total, onde o número maior é de mulheres.

Então, nós temos três diretorias, a Diretoria de Esportes, liderada pelo Emanuel que está aqui, a Diretoria de Comunicação e Marketing e a de Operações. Então, em nem todas essas diretorias, a gente está falando de mulheres que são formadas em Educação Física. Por exemplo, nós temos advogadas e administradoras que trabalham com esporte.

Então, é isso. O nosso ecossistema atinge muitas e diversas mulheres, como a Secretária Iziane trouxe.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA NOBRE – Então, quero só agradecer por esta oportunidade, por estar aqui, por somarmos realmente forças para a gente caminhar. Obrigada.

Obrigada, Senadora, mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Soraya.

Gente, uma salva de palmas. Sua apresentação foi excelente. (*Palmas.*)

Vou passar agora a palavra para a Jacque Silva, a Jacque do vôlei de praia. Mais uma vez, agradeço, Jacque.

A SRA. JACQUELINE SILVA (Para expor.) – Quero agradecer, por fazer parte, hoje, de um dia importantíssimo, por ter tido essa oportunidade de poder aprender com tantas atletas incríveis, com essas experiências todas. E contando com vocês, vamos unir forças.

E a todos vocês também aqui presentes, espero que as nossas palavras não sejam sempre uma palavra das nossas lutas, das nossas dificuldades, porque somos mais do que isso. Somos pessoas que têm muita força e que compreendem as dificuldades, mas como um degrau para o crescimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito obrigada, Jacque.

Vou passar agora a palavra para a Valeska, Valeska dos Santos Menezes, que é representante dos atletas de alto rendimento na Comissão Mulher no Esporte do Comitê Olímpico do Brasil.

Vá lá, Valeskinha.

A SRA. VALESKA DOS SANTOS MENEZES (Para expor.) – Bem, agradeço-lhe, mais uma vez; dessa vez, sem choro.

Escrevi algumas coisas. Eu acho legal a gente está aqui garantindo as condições justas para que todos tenham a mesma chance de competir. Premiar o esforço, o treino e a dedicação é entender que talento não tem cor, não tem gênero, não tem classe social; tem, sim, as oportunidades.

Então, que nós continuemos aqui a promover pesquisas, conversas, debates, políticas públicas para que possamos, mais uma vez, dar passos, como os estamos dando aqui neste dia de hoje tão importante.

Então, mais uma vez agradeço à Senadora Leila por esta iniciativa.

Como a Jacque falou, no que precisar, estamos aqui para avançar mais e o mais rápido possível. Pode contar com a nossa presença. Com certeza, estaremos aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E, para finalizar, a nossa Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Iziane Marques.

A SRA. IZIANE CASTRO MARQUES (Para expor.) – Obrigada, Leila. Obrigada, minha gente.

Como se diz lá em Recife, foi arretado, não foi, não? Foi muito massa! Foi incrível! Assim, obrigada por vocês ouvirem esse nosso grito; a gente deu um grito hoje aqui.

Agradeço demais a participação a todos os homens que estavam aqui, que nos ouviram, que estão nos dando as mãos nessa militância, nessa luta, nesse jogo.

Reforço a provocação para que outras mulheres se encorajem, se preparem, estejam prontas para enfrentar esses desafios e ocupar os espaços que nos cabem, para que a gente possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter essa oportunidade com muita propriedade, com muita seriedade, com muito compromisso, com muita responsabilidade, porque é isso que faz a gente se sentar nessas cadeiras em que a gente nunca tinha sentado.

Então, é isso.

Agradeço-lhes, mais uma vez.

Estou muito feliz por estar aqui representando o Comitê Olímpico do Brasil, que, assim, é uma coisa muito gigante, é uma responsabilidade muito grande. Eu faço isso com carinho, e é uma realização danada poder devolver um pouquinho para o esporte a transformação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IZIANE CASTRO MARQUES – ... que ele fez na minha vida.

Eita! Esse sino dá um susto, e falta um minuto ainda.

Mas é isto: só lhe agradeço mesmo, minha gente. Muito obrigada.

Foi muito legal, foi rica a reunião. Que a gente possa dar continuidade a esses papos, a essa conversa.

Valeu! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E por que celebrar, no dia 27 de julho, a participação da mulher? Primeiro, pelos nossos feitos; segundo, para mostrar para as demais mulheres e para as meninas que estão vindo que elas podem estar onde elas quiserem e que o esporte também é um caminho para elas.

Então, por isso, nós vamos celebrar e trabalhar muito para que esse dia seja garantido, como tantos outros que nós pautamos aqui, mas esse é fundamental. Desde cedo que a mulher enxergue o esporte também como um caminho de promoção de saúde, de cidadania, de educação, de transformação e por que não o de uma atleta, de uma atleta de alto rendimento, de uma campeã olímpica, de uma gestora, de uma técnica, o que ela quiser ser.

E a luta continua – viu, pessoal? Vamos dar sempre visibilidade ao esporte feminino e ao esporte do Brasil nesta Comissão. Aqui vocês têm casa e portas abertas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a todos.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todas e de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Até mais. Até a próxima quarta. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E21410EA006EF610.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.